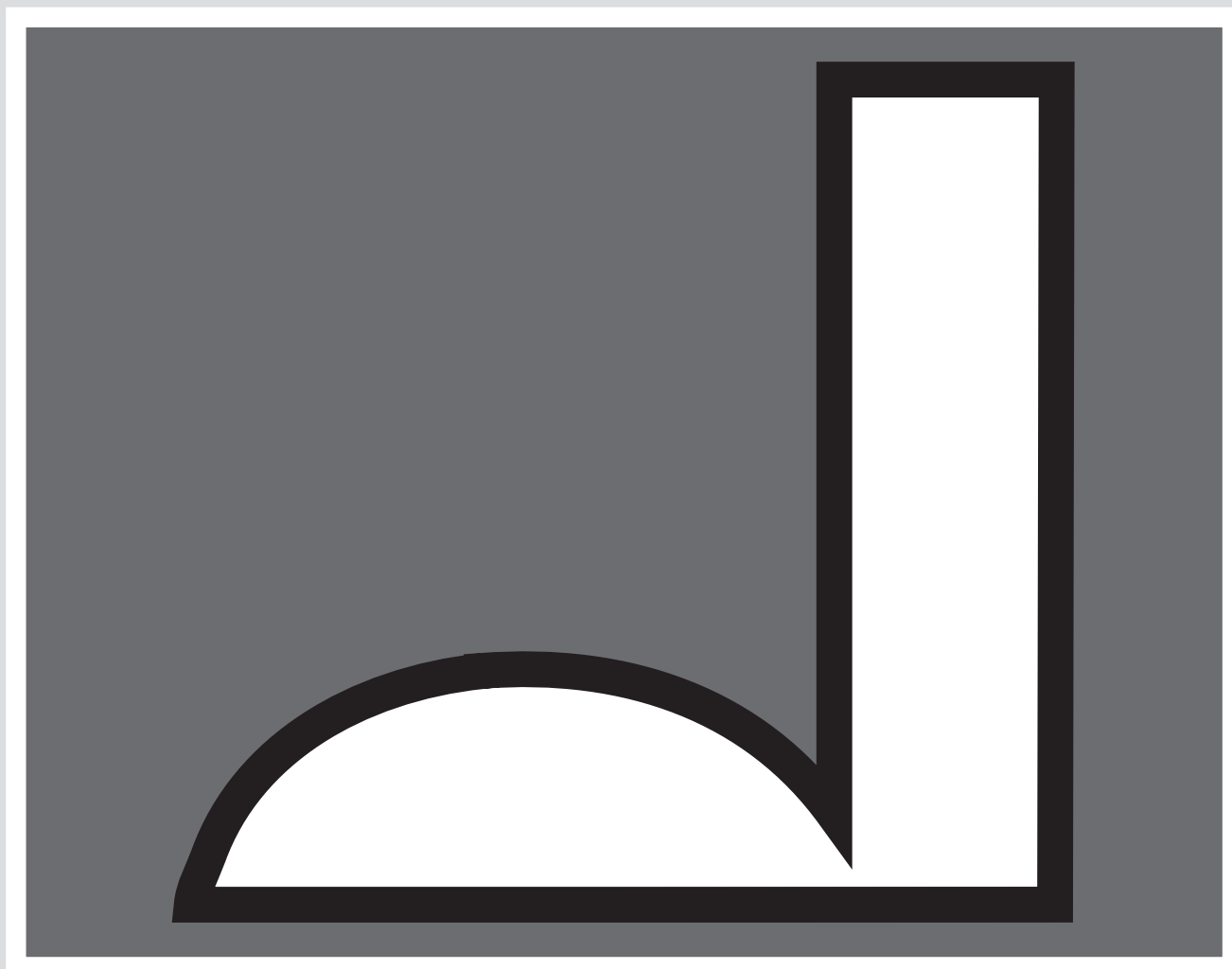




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

RESENHA MENSAL

(269, II, DO RISF)

(PERÍODO DE 1º DE ABRIL DE 2008)

E

ATAS DE COMISSÕES

ANO LXIII – SUP. AO Nº 58 – SÁBADO, 3 DE MAIO DE 2008 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – RESENHA MENSAL (período de 1º a 30 de abril de 2008)		
2 – ATAS DE COMISSÕES		
2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE		
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	74	142
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	88	164
ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	105	206
ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	122	228
ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 5ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 12 DE MARÇO DE 2008, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....	124	252
		276
ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....		
ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....		
ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 5ª DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 17 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....		
ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....		
2.1.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA – CAERT		
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO, DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....		
ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL, DE 2008, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.....		

2.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 5 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 299

ATA DA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS..... 315

ATA DA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 327

ATA DA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 9 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 345

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 353

ATA DA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 357

2.2.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE MARÇO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS. 370

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 12 HORAS. 376

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE ABRIL DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10H30MIN. 378

2.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008. 407

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008. ... 432

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2008..... 440

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008.... 463

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008. 478

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008. 498

2.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008, ÀS 11H30MIN..... 516

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11H30MIN..... 518

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11H30MIN..... 538

2.4.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA – CMAFAAFMA

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR

E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.....

550

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.....

552

2.4.2 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA – CMAAA

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.....

556

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2008, ÀS 14H30MIN.....

564

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11H30MIN.....

571

2.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 7 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.....

578

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.....

595

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, EDIFÍCIO PRINCIPAL.....

626

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

683

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2008, SEXTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

703

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

711

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

724

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE

REUNIÕES Nº 19 SALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.	766	ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS.	938
ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.	778	ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS.	956
ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 3 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.	789	ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS. .	973
2.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE		2.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI	
ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL. ...	801	ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.	993
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DO ANO DE 2008, ÀS 10 HORAS.	852	ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.	995
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DO ANO DE 2008, ÀS 10 HORAS.	861	ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.	1046
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS.	881	ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.	1066
ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2008, ÀS 15 HORAS.	908	ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS NA SALA DE REUNIÃO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.	1076
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS.	926		

2.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2008. 1103

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2008. 1118

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2008. 1138

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008. 1157

2.8.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRABIO

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2008. 1177

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008. 1197

2.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2008. 1201

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008. 1206

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2008. 1220

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2008. 1246

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008. 1263

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2008. 1266

SENADO FEDERAL**SECRETARIA-GERAL DA MESA****2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2008****Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30/04/2008)****A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL****I – MEDIDAS PROVISÓRIAS****1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas à sanção.....Total 3**

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2008 (Medida Provisória nº 401, de 2007), que altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, que dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre os subsídios das Carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal; e revoga as Leis nºs 10.874, de 1º de junho de 2004, e 11.360, de 19 de outubro de 2006.

Sessão: 1-4-2008

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2008 (Medida Provisória nº 403, de 2007), que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências.

Sessão: 9-4-2008

Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008 (Medida Provisória nº 404, de 2007), que altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, modificando a data de pagamento dos benefícios da previdência social.

Sessão: 9-4-2008

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação.....Total 4

Medida Provisória nº 402, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, seiscentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais, para os fins que especifica.

Sessão: 9-4-2008

Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinquenta e cinco milhões,

seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

Sessão: 16-4-2008

Medida Provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, duzentos e cinquenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.

Sessão: 16-4-2008

Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Sessão: 22-4-2008

3 – Não admitida.....Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007), que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

(Rejeitados os pressupostos constitucionais de relevância e urgência)

Sessão: 16-4-2008

4 – Rejeitada.....Total 1

Medida Provisória nº 400, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e do Ministério da Saúde, no valor global de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para os fins que especifica.

Sessão: 01-04-2008

5 – Prazo integral de vigência encerrado....Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2008 (Medida Provisória nº 399, de 2007), que abre crédito extraor-

dinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de R\$ 456.625.000,00 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais), para os fins que especifica.

Prazo integral de vigência encerrado no dia 27/03/2008, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 20, de 2008, de 1º/04/2008, publicado no DOU de 02/04/2008.

Sessão: 1-4-2008

II – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República..... 2
De iniciativa do Senado Federal..... 2
Total..... 4

Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (nº 1213/2007, na Casa de origem), que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Sessão: 9-4-2008

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.

Sessão: 9-4-2008

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana, que altera o inciso “c” e revoga o inciso “d” do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos cinco horas” para o fuso Greenwich “menos quatro horas”.

Sessão: 9-4-2008

Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008 (nº 969/2007 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

Sessão: 9-4-2008

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Presidente da República..... 1
De iniciativa do Senado Federal..... 6
Total..... 7

Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus, no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Sessão: 2-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esportes)

Sessão: 8-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos e permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências.

(Decisão Terminativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Sessão: 8-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União, em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do governo.

Sessão: 9-4-2008

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023.

Sessão: 9-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que Altera o artigo 29 da Lei 8213, de 24 de julho de 1991, e revoga os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei 9876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.

(Apreciado em regime de urgência, por acordo de Lideranças)

Sessão: 9-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 591, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995

(Lei da Concessão de Serviço Público), e nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.

(Decisão terminativa da Comissão de Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 25-4-2008

IV – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal..... 1

De iniciativa da Câmara dos Deputados..... 24

Total..... 25

Projeto de Resolução nº 12, de 2008, que suspende a execução do § 2º do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente dadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.334, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 1-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2007 (nº 2.186/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – Arcom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina;

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2007 (nº 115/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2007 (nº 184/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2007 (nº 172/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2007 (nº 173/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2007 (nº 152/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2007 (nº 209/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2007 (nº 213/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serra, Estado de Minas Gerais.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2007 (nº 261/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2007 (nº 279/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2007 (nº 162/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2007 (nº 288/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2007 (nº 148/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2007 (nº 125/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2007 (nº 214/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 457, de 2007 (nº 281/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2007 (nº 328/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2007 (nº 304/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2007 (nº 316/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Progresso, Estado do Pará.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2007 (nº 317/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2007 (nº 329/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2007 (nº 267/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2008 (nº 163/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2008 (nº 350/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia.

(Decisão Terminativa da Comissão de Ciência, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 28-4-2008

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total..... 12

Parecer nº 211, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 275, de 2007 (nº 986, de 2007, na Casa de origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha da Srª Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa do Marfim, e, cumulativamente, o de Embaixadora do Brasil junto à República da Libéria e República de Serra Leoa, desde que obtido o agreement do Governo daquele País.

Sessão: 1-4-2008

Parecer nº 212, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 34, de 2008 (nº 7/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora Débora Vainer Barenboim, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia.

Sessão: 1-4-2008

Parecer nº 213, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 40, de 2008, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Virgílio Moretzsohn de Andrade, Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Sessão: 1-4-2008

Parecer nº 214, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 44, de 2008 (nº 51/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador.

Sessão: 1-4-2008

Parecer nº 215, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem nº 45, de 2008 (nº 52/2008, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Sessão: 5-4-2008

Parecer nº 334, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 276, de 2007 (nº 987/2007, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com § 1º do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com o § 1º do art. 46 do Anexo I ao Decreto nº 5979, de 6 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão

e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto a República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.

Sessão: 16-4-2008

Parecer nº 335, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 41, de 2008 (nº 28/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Raul Campos e Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto aos Emirados Árabes Unidos.

Sessão: 16-4-2008-04-24

Parecer nº 336, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 48, de 2008 (nº 48/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha que deseja fazer, do Senhor Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Eritreia e na República Democrática Somali, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.

Sessão: 16-4-2008.

Parecer nº 337, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 49, de 2008 (nº 80/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Edgard Antonio Casciano, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

Sessão: 16-4-2008

Parecer nº 338, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 53, de 2008 (nº 103/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Fiuza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

Sessão: 16-4-2008

Parecer nº 347, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 58, de 2008 (nº 137/2008, na origem), pela qual o Se-

nhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Jorge José Frantz Ramos, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.

Sessão: 22-4-2008

Parecer nº 348, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 59, de 2008 (nº 152/2008, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.

Sessão: 22-4-2008

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total..... 2

Parecer nº 309, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 51, de 2008 (nº 91/2008, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Mário Rodrigues Junior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Sessão: 16-4-2008.

Parecer nº 345, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 209, de 2007 (nº 846/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal a escolha do Senhor Enéas Costa de Souza para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Luis Fernando Schuartz.

Sessão: 22-4-2008.

VII – REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO OU SEMELHANTE

Total..... 3

Requerimento nº 361, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da atriz Nair Bello Souza Francisco, aos 75 anos, de falência múltipla dos órgãos em decorrência de parada cardiorrespiratória, após internação de cinco meses no Hospital Sírio Libanês em São Paulo, bem como apresentação de condolências aos três filhos e quatro netos.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 399, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade e que esta manifestação seja encaminhada à família, e apelam para a libertação de Ingrid Betancourt, ex-Senadora e ex-candidata à Presidência da Colômbia.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 500, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de louvor à Ministra Ellen Gracie Northfleet, que em 24 de abril de 2008, além do brilhante desempenho como magistrada, encerrou seu mandato de Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sessão: 24-4-2008

VIII – REQUERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Total..... 1

Requerimento nº 515, de 2008, de autoria do Senador Heráclito Fortes e outros senhores Senadores, solicitando a prorrogação do prazo de funcionamento de 180(cento e oitenta) dias, a partir de 12 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze Senadores titulares e sete suplentes, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs.

Sessão: 30-4-2008

IX – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total..... 1

Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por três membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

Sessão: 3-4-2008

X – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total..... 12

Requerimento nº 332, de 2008, de autoria do Senador João Tenório e outros senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 27 de maio, às onze horas, destinada a comemorar o dia da indústria brasileira.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 366, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da Sessão do dia 17 de abril de 2008 seja destinado a homenagear o jornalista ASSIS CHATEAUBRIAND, tendo em vista o transcurso dos 40 anos do seu falecimento.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 378, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, que seria realizada no dia 11 de abril de 2008, para data a ser marcada oportunamente, destinada a comemorar os vinte e sete anos de atividades da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO-Brasil.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 392, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando, nos termos do art. 199, § 1º do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, a realizar-se no mês de abril de 2008.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 223, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 22 de abril de 2008, destinada a homenagear o Aposentado do Serviço Público.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 376, de 2008, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear os 120 anos da promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 425, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do disposto no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 29 de abril de 2008, para comemorar o 48º aniversário de Brasília.

Sessão: 16-4-2008

Requerimento nº 397, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 14 de maio de 2008, em homenagem aos 60 anos de criação do Estado de Israel.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 377, de 2008, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil seja no dia 12 de junho de 2008.

Sessão: 23-4-2008

Requerimento nº 394, de 2008, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil seja no dia 12 de junho de 2008.

Sessão: 23-4-2008

Requerimento nº 462, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art.199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão especial, às 10 horas, do dia 12 de junho de 2008, destinada a homenagear os 100 anos da imigração japonesa para o Brasil.

Sessão: 23-4-2008

Requerimento nº 466, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Hora do Expediente da Sessão do Senado Federal, do dia 29 de maio de 2008, seja dedicada a homenagear os sessenta anos de existência da Associação Pestalozzi de Niterói/RJ.

Sessão: 29-4-2008

XI – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total..... 7

Requerimento nº 175, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 247, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003..

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 248, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a dispensa do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 58, DE 2003, de sua autoria, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 405, de 2008, subscrito por Líderes Partidários, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2007 (nº 1213/2007, ns Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 406, de 2008, de iniciativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, solicitando urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2006 (nº 7.648/2006, naquela Casa), que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a fim de prorrogar o prazo para a elaboração dos planos diretores municipais.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 407, de 2008, subscrito por líderes partidários, solicitando urgência para o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2006 (nº 882, de 2007, naquela Casa), de autoria do Senador Tião Viana, que altera o inciso “c” e revoga o inciso “d” do art. 2º da Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913, visando a alterar o fuso horário do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas do fuso Greenwich “menos cinco horas” para o fuso Greenwich “menos quatro horas”.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 409, de 2008, subscrito por Líderes Partidários, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2008 (nº 969/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

Sessão: 9-4-2008

XII – MATÉRIA REJEITADA

De iniciativa do Senado Federal..... 1

Total..... 1

Requerimento nº 175, de 2007, do Senador Marconi Perillo, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 121 e 156, de 2007-Complementares, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 9-4-2008.

XIII – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total..... 5

Projeto de Lei do Senado nº 608, de 2007, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que Altera

a Lei nº 9.311, de 1996, que “institui a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, estabelecendo redução progressiva das alíquotas.

(Retirado pelo Requerimento nº 359, de 2008).

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 351, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos dos arts. 222 e 223, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade à Sra. Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia, seqüestrada pela guerrilha Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, e apelam para sua libertação o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano.

(Retirado pelo Requerimento nº 360, de 2008).

Sessão: 2-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação, por órgãos da administração pública, entidades de direito privado e organizações da sociedade civil, de protocolos de intenções sobre a adoção de medidas para preservação e recuperação do meio ambiente, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas.

(Retirado pelo Requerimento nº 393, de 2008).

Sessão: 8-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que veda a incidência da CPMF sobre lançamentos a débito de depósitos oriundos de empréstimos a pessoas físicas, e determina a não-incidência sobre empréstimos com desconto em folha de pagamento.

(Retirado pelo Requerimento nº 507, de 2008).

Sessão: 29-4-2008

Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que Revoga a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que “reduz a zero as alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências”.

(Retirado pelo Requerimento nº 508, de 2008).

Sessão: 29-4-2008

XIV – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total..... 44

Requerimento nº 353, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando, nos termos do artigo 222 do

Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Jornal “O LIBERAL” pelo prêmio “mérito lojista” nacional, na categoria Mídia/Jornal Impresso.

Sessão: 01.04.29008

Requerimento nº 354, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II, art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Constituinte e ex-Prefeito de Uberlândia, Virgílio Galassi, ocorrido em Uberlândia, Minas Gerais, em 03 de janeiro de 2008.

Sessão: 1-4-2008

Requerimento nº 355, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Jornal O GLOBO, pela publicação, no Caderno BOA VIAGEM, de reportagem sobre as novas frentes de turismo na Amazônia.

Sessão: 1-4-2008

Requerimento nº 356, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de lembrança em homenagem à memória do ex-Senador BENJAMIN FARAH, que, se vivo fosse, estaria completando 97 anos no mês de março de 2008.

Sessão: 1-4-2008

Requerimento nº 362, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Advogado Luiz Rosalvo Fin.

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 363, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Urucará, no Amazonas, pela realização da Festa do Tucumã.

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 364, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao povo de Rio Preto da Eva, no Amazonas

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 367, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de louvor aos municípios paranaenses de Jesuítas, Marilena, Pinhais, Realeza e São Jorge D'Oeste.

Sessão: 2-4-2008

Requerimento nº 369, de 2008, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Osmar Dias, solicitando voto de louvor aos Prefeitos, Secretários Municipais de Educação e Presidentes das Câmaras de Vereadores, dos Municípios de Jesuítas – PR, Marilena – PR, São Jorge d'Oeste – PR, Realeza – PR, Pinhais – PR, Arroio do

Meio – RS, Horizontina – RS, Guaramirim – SC, Farroupilha – RS, Sapiranga – RS, Apiacás – MT, Carmo do Rio Verde – GO, Cesarina – GO, Comodoro – M, Piranhas – GO, Formosa – GO, Rondonópolis – MT, Rio Verde – GO, Mortugaba – BA, Presidente Dutra – BA, Alto Alegre do Pindaré – MA, Teresina – PI, Sobral – CE, Alvorada – TO, Altamira – PA, Rio Branco – AC, Santarém – PA, Araguaína – TO, Lagamar – MG, Santa Rita de Caldas – MG, Sud Menucci – SP, Rio Piracicaba – MG, Sete Barras – SP, João Monlevade – MG, Santo Antônio de Pádua – RJ, Votuporanga – SP, Divinópolis – MG.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 372, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado Dr. Carlos Alberto Motta Vinha.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 373, de 2008, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ilda Coutinho.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 374, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Terezinha Duarte Câmara.

Sessão: 3-4-2008

Requerimento nº 380, de 2008, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos, Prefeito de Ipiranga do Piauí.

Sessão: 7-4-2008

Requerimento nº 384, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Hospital Português, de Manaus, Amazonas.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 386, de 2008, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando voto de congratulações à Revista Veja, pela reportagem intitulada *“Amazônia, a verdade sobre a saúde da floresta”*.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 388, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Waldson Antônio Neiva Moura Santos.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 390, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente do Coritiba Foot Ball Club, Evangelino da Costa Neves.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 395, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao jornal *“A Notícia”*, de Santa Catarina.

Sessão: 8-4-2008.

Requerimento nº 396, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), pela comemoração de seu centenário.

Sessão: 8-4-2008

Requerimento nº 400, de 2008, de autoria Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Aparício Pires.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 401, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos jornalistas do Brasil pelo transcurso do Dia do Jornalista.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 210, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 410, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Jornal *Mente – Corpo*.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 412, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Fundação Nokia de Ensino, do Amazonas.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 414, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao empresário Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente-Fundador do MBC.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 415, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Dr. Eurípedes Ferreira Lins.

Sessão: 9-4-2008

Requerimento nº 419, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando, nos termos do inciso II art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do reitor da Unifenas, Edson Antônio Velano, em 29 de março de 2008.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 421, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, pela realização, dia 10 de abril de 2008, em Brasília, do XIII Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 422, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Prefeito de Parintins-AM, DR. Frank Bi Garcia, e, por seu intermédio, ao povo do Município pela inauguração no dia 11 de abril de 2008, da Escola Municipal “CHARLES GARCIA”.

Sessão: 10-4-2008

Requerimento nº 450, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Professor Armando Kettle, ocorrido no Amazonas, no dia 9 de março de 2008.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 451, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da atriz Renata Fronzi.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 452, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos novos membros da Academia Brasileira de Ciências/Região Norte, em Manaus.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 453, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos jornalistas Simone Iglesias, Sheila d'amorim e Valdo Cruz, que aderiram à prática de corrida pedestre e vão participar da 2ª. Maratona de Brasília, no dia 21 de abril de 2008.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 454, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Diário de Pernambuco, que inova na informação e passa a ser o primeiro jornal diário do Brasil a ser impresso também em Braille.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 467, de 2008, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplau-

so pelo transcurso do centenário do sanitarista mineiro Henrique Furtado Portugal, nascido em 18 de abril de 1908, em Rio Preto, Minas Gerais.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 471, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao Acadêmico, da Academia Piauiense de Letras, político e ex-Deputado Federal Jônatas de Barros Nunes, pela publicação do livro “Jônatas com a Palavra”, coletânea de discursos.

Sessão: 17-4-2008

Requerimento nº 473, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 21 de abril de 2008, da atriz Carmem Silva.

Sessão: 22.04.2008

Requerimento nº 487, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para o Sr. Glaucio Olinger, de Santa Catarina, e a Sra. Wânia Maria Gonçalves Fukuda, da Bahia, pelo prêmio Frederico Menezes Veiga.

Sessão: 23-4-2008

Requerimento nº 501, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Afonso Emílio Haubert, ocorrido dia 21 de abril de 2008. Afonso Emílio era pai de Edson Guilherme Haubert, presidente do Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP.

Sessão: 24-4-2008

Requerimento nº 509, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior e outros Srs. Senadores, solicitando voto de repúdio à notícia veiculada no meio da imprensa escrita, notadamente na Folha de S. Paulo, creditada ao Professor Antônio Dantas, que atribui ao “baixo QI dos baianos”, a nota 2 obtida pelo curso de Medicina no exame do Enade.

Sessão: 30-4-2008

Requerimento nº 511, de 2008, de autoria do Senador César Borges, solicitando voto de censura ao coordenador do curso de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Antonio Dantas.

Sessão: 30-4-2008

Requerimento nº 512, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso pelos

65 anos da publicação da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sessão: 30-4-2008

Requerimento nº 513, de 2008, de autoria do Gerson Camata – voto de congratulações aos Srs. Egídio Malanquini e José Guilherme Lima.

Sessão: 30-4-2008

Requerimento nº 514, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando voto de pesar pelo falecimento do presidente do jornal O Povo, Demócrito Rocha Dummar.

Sessão: 30-4-2008

(*) XV – REQUERIMENTOS DE LICENÇAS

Total..... 91

1. Aprovados pelo Plenário

Total..... 2

Requerimentos nº 349 e 350, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando, nos termos do disposto no art. 43, I do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, no período de 31 de março a 12 de abril, conforme Laudo Médico anexo, e nos termos do disposto no art. 43, II do Regimento Interno, licença para tratar de interesses particulares, por 110 (cento e dez) dias, contados a partir do dia 13 de abril de 2008, respectivamente.

Sessão: 1-4-2008

2. Deferidos pela Mesa

Total..... 89

Requerimento nº 85, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 11 a 16/04/2008 (republicado na resenha de abril em razão do deferimento da alteração do período de licença originalmente solicitado em março do corrente ano).

Requerimento nº 107, de 2008-M, Senador João Pedro – art. 13 – 6 a 9-4-2008.

Requerimento nº 108, de 2008-M, Senador Sérgio Zambiasi – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 109, 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 110, 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 3-4-2008.

(*) **Art. 13** – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (deferidos pela Mesa).

Art. 43, I – tratamento de saúde.

Art. 43, II – interesse particular.

Requerimento nº 111, 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 112, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 113, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 43, I – 2-4-2008.

Requerimento nº 114, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 115, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 116, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 117, de 2008-M, Senador Jarbas Vasconcelos – art. 13 – 11 a 17-4-2008.

Requerimento nº 118, de 2008-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – 8 e 09-4-2008.

Requerimento nº 119, de 2008-M, Senador Gerson Camata – art. 13 – 8 a 12-4-2008.

Requerimento nº 120, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 9 e 10-4-2008.

Requerimento nº 121, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 8-4-2008.

Requerimento nº 122, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 9-4-2008.

Requerimento nº 123, de 2008-M, Senador Gilvam Borges – art. 13 – 10 a 14-4-2008.

Requerimento nº 124, de 2008-M, Senador Heráclito Fortes – art. 13 – 11 a 20-4-2008.

Requerimento nº 125, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, II – 14 a 17-4-2008.

Requerimento nº 126, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 127, de 2008-M, Senador Patrícia Saboya – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 128, de 2008-M, Senador Augusto Botelho – art. 13 – 10 a 18-4-2008.

Requerimento nº 129, de 2008-M, Senador Flávio Arns – art. 43, I – 18 a 27/03/2008.

Requerimento nº 130, de 2008-M, Senador José Maranhão – art. 43, II – 08-4-2008.

Requerimento nº 131, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 132, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 133, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 13 a 18-4-2008.

Requerimento nº 134, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 135, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 13 a 19-4-2008.

Requerimento nº 136, de 2008-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 137, de 2008-M, Senador Marconi Perillo – art. 13 – 10-4-2008.

Requerimento nº 138, de 2008-M, Senadora Serys Slhessarenko – art. 13 – 14 a 17-4-2008.

Requerimento nº 139, de 2008-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – 15-4-2008.

Requerimento nº 140, de 2008-M, Senador Jefferson Peres – art. 13 – 15-4-2008.

Requerimento nº 141, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 15-4-2008.

Requerimento nº 142, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 15-4-2008.

Requerimento nº 143, de 2008-M, Senador Marco Maciel – art. 43, II – 16 e 17-4-2008.

Requerimento nº 144, de 2008-M, Senador Flexa Ribeiro – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 145, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 16-4-2008.

Requerimento nº 146, de 2008-M, Senador Pedro Simon – art. 13 – 16 e 17-4-2008.

Requerimento nº 147, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 43, II – 28 a 30-4-2008.

Requerimento nº 148, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 16-4-2008.

Requerimento nº 149, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 150, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 17 e 22-4-2008.

Requerimento nº 151, de 2008-M, Senador Paulo Paim – art. 13 – 3-4-2008.

Requerimento nº 152, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 153, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 154, de 2008-M, Senador Epitácio Cafeteira – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 155, de 2008-M, Senador Virgínio de Carvalho – art. 43, II – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 156, de 2008-M, Senador Francisco Dornelles – art. 13 – 22 a 24-4-2008.

Requerimento nº 157, de 2008-M, Senador Neuto de Conto – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 158, de 2008-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 159, de 2008-M, Senador Gerson Camata – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 160, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 161, de 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 162, de 2008-M, Senador João Vicente Claudino – art. 13 – 29-4-2008 a 1º/05/2008.

Requerimento nº 163, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 17-4-2008.

Requerimento nº 164, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 165, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 166, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 22-4-2008.

Requerimento nº 167, de 2008-M, Senador Aloízio Mercante – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 168, de 2008-M, Senador José Nery – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 169, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 13 – 23 e 24-4-2008.

Requerimento nº 170, de 2008-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 171, de 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 172, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 24-4-2008.

Requerimento nº 173, de 2008-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 174, de 2008-M, Senador Jefferson Peres – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 175, de 2008-M, Senador Romeu Tuma – art. 40 – 25-4-2008.

Requerimento nº 176, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 29-4-2008.

Requerimento nº 177, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 178, de 2008-M, Senador Augusto Botelho – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 179, de 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 180, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 29-4-2008.

Requerimento nº 181, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 182, de 2008-M, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 183, de 2008-M, Senador Lobão Filho – art. 43, I – 21 a 24-4-2008.

Requerimento nº 184, de 2008-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 29 e 30-4-2008 (cancelado, em razão do Requerimento nº 492, de 2008).

Requerimento nº 185, de 2008-M, Senador Carlos Dunga – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 186, de 2008-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 187, de 2008-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 188, de 2008-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 189, de 2008-M, Senador Sibá Machado – art. 43, I – 29-4-2008 a 13/05/2008.

Requerimento nº 190, de 2008-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 29-4-2008.

Requerimento nº 191, de 2008-M, Senador João Tenório – art. 13 – 29 e 30-4-2008.

Requerimento nº 192, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 30-4-2008.

Requerimento nº 193, de 2008-M, Senador Mozarildo Cavalcanti – art. 43, I – 24-4-2008.

Requerimento nº 194, de 2008-M, Senador José Maranhão – art. 40 – 5-5-2008.

Requerimento nº 195, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 30-4-2008.

() XVI – REQUERIMENTOS APROVADOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO**

Total..... 29

Requerimento nº 379, de 2008 – Senador Mozarildo Cavalcanti – de 9 a 23-4-2008 – Acompanhamento da Operação Upatikon III – Estado de Roraima, Brasil.
Sessão: 08-4-2008.

(**) Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior (aprovados pelo Plenário).

Requerimento nº 381, de 2008 – Senador José Nery – de 10 a 14-4-2008 – Conferência Mundial da Paz – Caracas, Venezuela.

Sessão: 08-4-2008.

Requerimento nº 382, de 2008 – Senador Inácio Arruda – de 9 a 13-4-2008 – Conferência Mundial da Paz – Caracas, Venezuela.

Sessão: 8-4-2008.

Requerimento nº 398, de 2008 – Senador Valdir Raupp – de 17 a 29-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – Cerimônia Oficial do “Centenário da Imigração Japonesa no Brasil” e do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil” – Tóquio, Japão.

Sessão: 10-4-2008.

Requerimento nº 416, de 2008 – Senador César Borges – de 17 a 29-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – Cerimônia Oficial do “Centenário da Imigração Japonesa no Brasil” e do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil” – Tóquio, Japão.

Sessão: 10-4-2008.

Requerimento nº 424, de 2008 – Senador Tião Viana – de 25 a 30-4-2008 – Participação no encontro “Amazon Private Meeting” – Londres, Grã-Bretanha.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 426, de 2008 – Senador Sérgio Guerra – de 19 a 26-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – Cerimônia Oficial do “Centenário da Imigração Japonesa no Brasil” e do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil” – Tóquio, Japão.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 427, de 2008 – Senador Arthur Virgílio – de 19 a 25-4-2008 – Intercâmbio Parlamentar por ocasião da realização das Eleições Primárias dos Estados Unidos da América do Norte – Pittsburgh e Pensilvânia, EUA.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 428, de 2008 – Senador Arthur Virgílio – de 27 a 30-4-2008 – Participação no encontro “Amazon Private Meeting” – Londres, Grã-Bretanha.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 434, de 2008 – Senador Eduardo Suplicy – de 25 a 30-4-2008 – Participação no encontro “Amazon Private Meeting” – Londres, Grã-Bretanha.

Sessão: 15-4-2008.

Requerimento nº 440, de 2008 – Senador Eduardo Azeredo – de 20-4-2008 a 04/05/2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE – Cerimônia Oficial do “Centenário da Imigração Japonesa no Brasil” e do “Ano do Intercâmbio Japão-Brasil” – Tóquio, Japão.

Sessão: 16-4-2008.

Requerimento nº 442, de 2008 – Senador Marconi Perillo – de 29 a 30-4-2008 – Seminário Nacional “Violência: Uma Epidemia Silenciosa” – Porto Alegre, Brasil.
Sessão: 16-4-2008.

Requerimento nº 449, de 2008 – Senador Heráclito Fortes – de 19 a 27-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE para acompanhar as eleições primárias nos Estados Unidos da América do Norte.
Sessão: 17-4-2008.

Requerimento nº 468, de 2008 – Senador Virgínio de Carvalho – de 19 a 26-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE para acompanhar as eleições primárias nos Estados Unidos da América do Norte.
Sessão: 17-4-2008.

Requerimento nº 469, de 2008 – Senador Adelmir Santana – de 19 a 26-4-2008 – Delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE para acompanhar as eleições primárias nos Estados Unidos da América do Norte.
Sessão: 17-4-2008.

Requerimento nº 479, de 2008 – Senador Romeu Tuma – de 24 a 30-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 480, de 2008 – Senador Inácio Arruda – de 27 a 29-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 481, de 2008 – Senador Sérgio Zambiasi – de 27 a 30-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 482, de 2008 – Senador Geraldo Mesquita Júnior – de 24 a 29-4-2008 – Participação na Reunião da Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais em Assunção, Paraguai, e na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul em Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 484, de 2008 – Senador Flexa Ribeiro – 17-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em diligências na cidade de Belém, Estado do Pará. (Decorre do Requerimento nº 144, de 2008-M).
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 490, de 2008 – Senador Flexa Ribeiro – 24-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Am-

biental na Amazônia, em diligências no Estado de Rondônia, visitando os municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis e Vilhena – Estado de Rondônia, Brasil.
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 491, de 2008 – Senador Aloízio Mercadante – de 27 a 29-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 492, de 2008 – Senador Efraim Moraes – de 28 a 30-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 493, de 2008 – Senador Pedro Simon – de 27 a 29-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 23-4-2008.

Requerimento nº 496, de 2008 – Senadora Marisa Serano – de 27 a 30-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 24-4-2008.

Requerimento nº 497, de 2008 – Senador Cristovam Buarque – de 27 e 28-4-2008 – Participação na Nona Sessão do Parlamento do Mercosul – Montevidéu, Uruguai.
Sessão: 24-4-2008.

Requerimento nº 498, de 2008 – Senador Jayme Campos – 24-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em diligências no Estado de Rondônia, visitando os municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis e Vilhena – Estado de Rondônia, Brasil.
Sessão: 24-4-2008.

Requerimento nº 499, de 2008 – Senador Gilberto Goellner – 23 a 25-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em diligências no Estado de Rondônia, visitando os municípios de Porto Velho, Machadinho do Oeste, Buritis e Vilhena – Estado de Rondônia, Brasil.
Sessão: 24-4-2008.

Requerimento nº 510, de 2008 – Senador Jayme Campos – 17-4-2008 – Reunião Conjunta da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, e da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, em diligências na cidade de Belém, Estado do Pará. (Decorre do Requerimento nº 153, de 2008-M).
Sessão: 30-4-2008.

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de abril de 2008)	
Deliberativas Ordinárias	14
Não Deliberativas	7
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	5
Total	26
Sessão não realizada	0

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(1º A 30 DE ABRIL DE 2008)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A IX) 80

I – Medidas Provisórias	7
1. Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão (apresentados pela Câmara dos Deputados) e enviadas à sanção	3
2. Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação. 4	
II – Projetos aprovados e enviados à sanção.....	4
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	7
1 – Por decisão do Plenário	3
2 – Em decisão terminativa	4
2.1 – Projetos de Lei do Senado	4
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	25
1 – Concessões de telecomunicações.	24
2 – Suspensão de Atos Normativos	1

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática.....	12
VI – Escolha de Autoridades	2
VII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante.....	3
VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	12
IX – Requerimentos de criação de Comissão Temporária	1
X – Outros Requerimentos aprovados	7
Matérias enviadas ao arquivo (Itens XI a XV)	9
XI – Matérias rejeitadas.....	1
XII – Matérias retiradas pelos autores.....	5
XIII – Medida Provisória não admitida.....	1
XIV – Medida Provisória rejeitada	1
XV – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado	1
Total de matérias apreciadas (Itens I a XV)	89
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões	120
Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL DE 2008

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (6 de fevereiro a 30 de abril de 2008)	
Deliberativas Ordinárias	33
Não Deliberativas	23
Deliberativas Extraordinárias	1
Especiais	9
Total	66
Sessão não realizada	0

Matérias aprovadas (Itens I a XI)	372
I – Medidas Provisórias aprovadas.....	9
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....	5
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação .	4
II – Projetos aprovados e enviados à sanção.....	9
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	51
1 – Por decisão do Plenário	8
1.1 – Do Senado Federal	3
1.2 – Da Câmara dos Deputados	4
1.3 – Da Presidência da República	1
2 – Em decisão terminativa	43
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	143
1 – Concessões de telecomunicações	132
2 – Atos Internacionais.....	4
3 – Operações de crédito	3
4 – Suspensão de Atos Normativos	3
5 – Projetos de Resolução	1
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	13
VI – Escolha de Autoridades	7
VII – Requerimentos de Homenagem de Pesar	2
VIII – Requerimentos de Voto de Aplauso ou Semelhante.....	3
VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	32
VIII – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	89
IX – Requerimentos de tramitação conjunta aprovados pela Mesa	2
X – Requerimentos de criação de Comissão Temporária	4
XI – Requerimentos Diversos (aprovados pelo Plenário)	8
Matérias enviadas ao arquivo (Itens XII a XVIII) ...	23
XII – Matérias rejeitadas	3
XIII – Matérias prejudicadas	4
XIV – Matérias retiradas pelos autores	10
XV – Medida Provisória não admitida	2
XVI – Medida Provisória rejeitada	1

XVII – Medida Provisória com prazo de vigência integral encerrado	1
XVIII – Requerimentos de tramitação conjunta rejeitados pela Mesa	2
Total de matérias apreciadas (Itens I a XVIII)	395
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões	247
Requerimento de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1
Requerimento de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	1

B – SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE ABRIL DE 2008 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008 – ORDINÁRIA

1ª PARTE – AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE DEBATER OS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE REPARTIÇÃO DOS ROYALTIES PROVENIENTES DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 02/08-CAE, DE AUTORIA DOS SENADORES ALOIZIO MERCADANTE E RENATO CASAGRANDE.

CONVIDADOS: SR. EDUARDO PEREIRA NUNES, PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

· SR. LUIZ PAULO SOUTO FORTES, DIRETOR DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE;

· HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA, DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP;

· GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA, DIRETOR DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DO PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRÁS (PALESTRANTE

RESULTADO: REALIZADA

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2008-CAE

Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Audiência

Pública com a presença do Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), do Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), tendo por objetivo debater o Marco Regulatório do Petróleo diante da perspectiva de descoberta e desenvolvimento de novas bacias petrolíferas na camada do pré-sal.

Autoria: Senadores Renato Casagrande e Aloizio Mercadante

Resultado: Aprovado

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2008-CAE

Requer, nos termos regimentais, seja constituída no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos uma Subcomissão Temporária, constituída por sete membros, destinada a debater os critérios técnicos de repartição dos Royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera.

Autoria: Senadores Aloizio Mercadante e Renato Casagrande

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2008 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Com a finalidade de debater sobre os critérios e a metodologia utilizada na recente contagem da população brasileira feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e a recente e drástica redução dos coeficientes desse fundo, em atendimento aos Requerimentos nºs 02, de autoria dos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio e Inácio Arruda, e nºs 03 e 04-CDR, e 05-CAE, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, com a participação dos seguintes Convidados: Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; do Exmo. Sr. Antonio Pimentel Pereira, Prefeito do Município de Governador Mangabeira – BA, representando o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM; e do Sr. Onildo Elias de Castro Lima, Secretário Municipal de Finanças Públicas de Manaus – AM e Vice-Presidente do Comitê de Finanças Municipais da Frente Nacional de Prefeitos – COFIM/FNP, representando o Exmo. Sr. João Paulo Lima e Silva, Presidente da FNP.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008 – ORDINÁRIA

ITEM 1

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 209, DE 2007

NÃO TERMINATIVA

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor ENÉAS COSTA DE SOUZA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Luis Fernando Schuartz.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Mão Santa

Parecer: Apreciado em votação secreta.

Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão aprova a indicação por 19 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM 2

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 65, DE 2008

NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 19,382,000.00 (dezenove milhões, trezentos e oitenta e dois mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Campo Grande-MS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana de Campo Grande.

Autoria: Presidente da República

Relator: Senador Jayme Campos

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 3**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 66, DE 2008****NÃO TERMINATIVA**

Solicita ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor, em ienes japoneses, equivalente a até US\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e um consórcio de bancos privados japoneses, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo.

Autoria: Presidente da República

Relator: Senador Valter Pereira

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 04**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 64, DE 2008****NÃO TERMINATIVA**

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor, em ienes japoneses, equivalente a até US\$ 535.000.000,00 (quinhentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e um consórcio de bancos privados japoneses, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e à Companhia do Metrô de São Paulo – Metrô.

Autoria: Presidente da República

Relatora: Senadora Serys Slhessarenko

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

**FORAM APROVADOS, AINDA, OS SE-
GUINTE REQUERIMENTOS:**

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008 – CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Au-

diência Pública desta Comissão em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Constituição, Justiça e Cidadania, a ser realizada no próximo dia 30 de abril, quarta-feira, às 10h, para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008.

Autoria: Senador Aloizio Mercadante

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CAE, que requer, nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública para que sejam prestadas as informações que se fizerem necessárias para instruir a apreciação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a presença das seguintes autoridades: Sr. Welber de Oliveira Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil; Sr. Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe do Departamento do MERCOSUL – DMSUL, do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee e Sr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – Eletros.

Autoria: Senadores Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CAE, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o representante da Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD), Sr. Paulo Rosa – Diretor-Geral da ABPD, a fim de debater, em Audiência Pública, o PLC 27 de 2008, que Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai (Projeto do Sacoleiro), em reunião conjunta dessa Comissão com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Senador ROMEU TUMA.

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 – CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos para instruir o PLS Nº 266/2007 (Complementar), que altera o art. 3º da Lei Complementar 116 de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil, com os dirigentes das seguintes entidades: Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI e Senador ARTHUR VIRGÍLIO

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2008

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A FIM DE DISCORRER SOBRE NOTA FISCAL ELETRÔNICA, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO DA SUBCOMISSÃO.

CONVIDADOS: SENHORES MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES, COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, GEORGE TORMIN, SECRETÁRIO ADJUNTO DE FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, E ALBÉRICO MASCARENHA, ECONOMISTA.

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

REUNIÃO REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTOS NºS 4 E 10, DE 2008 – CAS

ASSUNTO: DEBATER E INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, DE 2007, QUE ATUALIZA A REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA DOS REQUERIMENTOS: SENADORES EXPEDITO JÚNIOR, FLÁVIO ARNS E INÁCIO ARRUDA

PARTICIPANTES:

1 – DR. PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIEIRA SANTANA, PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON);

2 – CONTADOR ENORY LUIZ SPINELLI, VICE-PRESIDENTE DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC);

3 – DR. FRANCISCO DA SILVA COELHO, PRESIDENTE DA ORDEM DOS ECONOMISTAS DO BRASIL (OEB).

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 619, DE 2007

“Consolida a legislação sanitária federal”.

Autor: Senador TIÃO VIANA

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com dezesseis emendas.

OBS: – A matéria constou da pauta em 27/02/08, lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Flávio Arns, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias (art. 132 § 1º).

– Em 04/04/2008, foi apresentado novo relatório, com minuta de parecer pela aprovação do Projeto com dezesseis Emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer com as emendas 1 à 16– CAS e o requerimento de urgência, apresentado pelo Senador Romeu Tuma.

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2007

“Altera os incisos XIV e XV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir doenças a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria e reforma e para reduzir para 60 anos o limite de idade para gozo da isenção parcial do imposto de renda sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma”.

Autor: Senador PAULO PAIM

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2007

“Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma”.

Autor: Senador ÁLVARO DIAS

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2007

“Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a narcolepsia entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a

isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma”.

Autor: Senador EDUARDO AZEREDO

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2007

“Concede isenção e dedução do Imposto de Renda das pessoas portadoras de doenças auto-imunes reumatológicas crônicas”.

Autor: Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2004

“Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir na isenção do imposto de renda, Hipertensão Grave entre as doenças que dão direito aos benefícios de que tratam”.

Autor: Senador PAULO PAIM

Relator “ad hoc”: Senador FLÁVIO ARNS

Parecer: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 105, 147, 292 e 365, de 2007, e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta.

OBS: – A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação

– A matéria constou da pauta da Reunião de 26/03/2008, sendo adiada sua deliberação.

Resultado: Aprovado o Parecer

ITEM 03

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008 – CAS

“Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de Audiência Pública com vistas a discutir o Mercado Informal, participação dos salários na formação da renda nacional e nova estrutura sindical. Para tanto, gostaríamos que fosse convidado o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger, dentre outros a serem definidas pela própria Comissão”.

Autores: Senadores PAULO PAIM e FLÁVIO ARNS

Resultado: Aprovado

ITEM 04

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 – CAS

“Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX

e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de avaliar os dez anos de aplicação da Lei nº 9656, de 1998 e o novo Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com a presença de convidados a serem designados oportunamente”.

Autoras: Senadoras PATRÍCIA SABOYA e ROSALBA CIARLINI

Resultado: Aprovado

ITEM 05

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CAS

“Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS-SAÚDE, para realização de audiência pública visando esclarecimentos sobre as ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro, para tanto deve ser providenciada, por meio de convite, a oitiva do Prefeito do município do Rio de Janeiro, Exmo. Sr. César Maia, ou representante legal por ele indicado, o Ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. José Gomes Temporão, e o Secretário de Estado da Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Exmo. Sr. Sérgio Luiz Côrtes da Silveira”.

Autor: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Resultado: Aprovado

ITEM 05

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CAS

“Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 619 de 2007, que “consolida a legislação sanitária federal”.

Autor: Senador Romeu Tuma

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 699, DE 2007

“Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos

previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais”.

Autor: Senador RENATO CASAGRANDE

Relator “ad hoc”: Senador JAYME CAMPOS

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

OBS: – A matéria constou da pauta da Reunião de 09/04/2008, sendo adiada sua deliberação.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao projeto, com a emenda apresentada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008 – CAS

“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, sobre o tema “doenças negligenciadas” com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e de representantes da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e da DNDi (Drugs for Neglected Diseases initiative)”.

Autores: Senadores INÁCIO ARRUDA e PATRÍCIA SABOYA

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2005

“Que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”.

Autor: Deputado GONZAGA PATRIOTA

Relatora: Senadora LÚCIA VÂNIA

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

OBS: – Em 19/09/2007, foi aprovado parecer favorável ao Projeto na Comissão de Educação.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

AVISO Nº 50, DE 2002

“Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 649/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre

auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Saúde da Família – PSF, com o objetivo de verificar se há evidências de alteração nos vínculos de co-responsabilidade entre os profissionais de saúde junto ao SUS e aos usuários do Programa de Saúde da Família (TC – 012.653/2001-8)”.

Autor: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Parecer: Pelo conhecimento da matéria por parte dos Senhores Senadores e pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o Parecer

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO (SF) Nº 539, DE 2003

“Requer, nos termos do § 1º do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a Decisão nº 649, de 2002, do Plenário do Tribunal de Contas da União, bem como os elementos do relatório e voto que a fundamentam, sejam Solicitadas ao Ministro da Saúde, informações sobre providências tomadas por aquela pasta para dar cumprimento às recomendações da Decisão nº 955, de 1999, do TCU, que determinou a promoção de estudos para acompanhar e avaliar a implementação dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família”.

Autor: COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Parecer: Pelo conhecimento da matéria por parte dos Senhores Senadores e pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o Parecer

ITEM 04

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008 – CAS

“Requeremos, nos termos do art. 93, inc. I e II, do RISF, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com as Comissões de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com convidados a serem oportunamente definidos, visando discutir as propostas de mudanças na legislação processual penal e estatutária da criança e do adolescente no que tange à regulação do “Depoimento Sem Dano” (DSD), ou seja, à incorporação de novos procedimentos de inquirição de testemunhas e de produção antecipada de prova em processos judiciais que versem sobre crimes sexuais e outros tipifi-

cados, quando a vítima ou a testemunha for criança ou adolescente”.

Autoras: Senadoras PATRÍCIA SABOYA e LÚCIA VÂNIA

Resultado: Aprovado

ITEM 05

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008 – CAS

“Requeiro, nos termos regimentais, que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) seja convidada a participar da realização da audiência pública “visando esclarecimentos sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro”, aprovada nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por meio do Requerimento nº 12, de 2008, durante a 6ª reunião extraordinária, da 2ª sessão legislativa ordinária, da 53ª legislatura, realizada em 09 de abril de 2008”.

Autor: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES

Resultado: Aprovado

ITEM 06

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 – CAS

“Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais incluir, o Senhor Luiz Roberto de Souza Cury, Secretário Nacional de Juventude, em aditamento ao Requerimento nº 09 de 2008, aprovado na reunião do dia 26/03/2008, para avaliar as políticas públicas para a juventude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho”.

Autora: Senadora PATRÍCIA SABOYA

Resultado: Aprovado

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE (CAS)

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008 – CASSAÚDE

Assunto: Discussão sobre a situação relativa ao controle de dengue, febre amarela e malária no Brasil.

Autoria do Requerimento: Senador PAPALÉO PAES

Participantes: Dr. Marcos da Silveira Franco, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); Dr. Jurandi Frutuoso, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS); Dr. Pedro Luiz Tauil, Representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT); Dr. Fabiano Pimenta Júnior, Secretário-Adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde;

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2007

“INSTITUI O SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: SENADOR FERNANDO COLLOR E OUTROS SENHORES SENADORES.

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO.

OBSERVAÇÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA APROVADA CONFORME REQUERIMENTO Nº 13, DE 2007-CCJ, DE AUTORIA DO SENADOR FLEXA RIBEIRO.

COM A PRESENÇA DOS SEGUINTE CONVIDADOS: SR. OCTACIANO NOGUEIRA, CIENTISTA POLÍTICO E SR. ANTÔNIO OCTÁVIO CINTRA, CIENTISTA POLÍTICO.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2008 – ORDINÁRIA

ITEM 1

OFÍCIO “S” Nº 24, DE 2002 (OFÍCIO Nº 100, DE 17/06/2002, NA ORIGEM)

TERMINATIVO -

“Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 37, de 1998, do Município de Aracaju, Estado de Sergipe, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 293536, que declarou a inconstitucionalidade da referida lei municipal”.

pal (cobrança de Taxa de Conservação e Manutenção das Vias Públicas)”.
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Relatoria “ad hoc”: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pelo arquivamento do Ofício “S”.
Obs: Em 01/04/2008, a matéria foi redistribuída ao Senador Demóstenes Torres, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves não mais pertencer à composição da CCJ.
Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício “S”.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2007 (PL. Nº 03615, DE 2000, NA ORIGEM)

NÃO TERMINATIVO -

“Dispõe sobre as operações de fomento mercantil – factoring, e dá outras providências”.

Autoria: Deputado JOÃO HERRMANN NETO.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSA-RENKO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta.

Obs: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2006

TERMINATIVO -

“Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios”.

Autoria: Senador CRISTOVAM BUARQUE.

Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.

Relatoria “ad hoc”: Senador JEFFERSON PÉRES.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta.

Obs: A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

REQUERIMENTO APRECIADO

TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2007-CCJ.

“Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização, nos meses de maio e junho, de duas Audiências Públicas no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debater sobre sistemas de governo e reforma política – ‘Parlamentarismo X Presidencialismo’ -, com o objetivo de instruir a relatoria e a discussão da PEC nº 31, de 2007, que institui o sistema parlamentar de governo, sem prejuízo da audiência já prevista para março, objeto do Requerimento nº 13, de 2007-CCJ, aprovado em 08/08/07.

Deverão ser convidados os membros da Frente Parlamentarista e os palestrantes abaixo nomeados, além dos demais nomes a serem indicados a critério dos membros da CCJ, de acordo com a seguinte programação:

2ª Audiência Pública (maio): Parlamentarismo X Presidencialismo

Convidados: – pelo Parlamentarismo: Sr. Fernando Henrique Cardoso; Sr. Hélio Jaguaribe.

– pelo Presidencialismo: a indicar

3ª Audiência Pública (junho): Parlamentarismo X Presidencialismo

Convidados: – pelo Parlamentarismo: a indicar; pelo Presidencialismo: a indicar”.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2008 – ORDINÁRIA

ITEM 1 – OFÍCIO “S” Nº 1, DE 2008 (Ofício nº 2111, de 2007, na origem)

NÃO TERMINATIVO

“Comunica, nos termos do disposto no inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, e no art. 5º da mesma Emenda Constitucional, a eleição do Senhor FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em sessão realizada no dia 5 de dezembro de 2007, no Plenário da Câmara dos Deputados”.

Autoria: PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO.

Obs: – Em 02/04/2008, foi apresentado e discutido o Relatório do Senador Flexa Ribeiro e concedida,

automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão;

– Na presente Reunião, é procedida a arguição do indicado, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com dezoito (18) votos favoráveis e dois (2) votos contrários.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2003

(Tramita em conjunto com as PEC’s nºs 8 e 42, de 2004; 1, 12, 18 e 55, de 2007)

“Altera a Constituição Federal para disciplinar a candidatura do suplente de Senador e a eleição para o Senado Federal em caso de vacância”.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2004

“Altera os artigos 46 e 56 da Constituição Federal, para estabelecer novas normas referentes à sucessão de Senador, na hipótese de ocorrer vaga no transcurso do mandato”.

Autoria: Senador JEFFERSON PÉRES e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2004

“Altera o art. 46 da Constituição Federal, para disciplinar a eleição e substituição de senador”.

Autoria: Senador VALDIR RAUPP e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2007

“Acrescenta parágrafo ao art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente durante o período de recesso Legislativo”.

Autoria: Senador VALTER PEREIRA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2007

“Altera a redação do § 1º do art. 56 da Constituição Federal, para vedar a convocação de suplente quando restarem menos de cento e vinte dias para o encerramento do mandato”.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2007

“Dá nova redação aos arts. 46 e 56 da Constituição Federal, de modo a introduzir novas regras para a suplência de Senador”.

Autoria: Senador TIÃO VIANA e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 55, DE 2007

“Altera a Constituição Federal para Instituir eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal”.

Autoria: Senador EDUARDO SUPLICY e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação da PEC nº 11, de 2003, nos termos do Substitutivo que apresenta, pela rejeição das PEC’s nºs 8 e 42, de 2004, e nºs 1, 12, 18 e 55, de 2007, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 10.

Obs: – Em 05/12/2007, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, à PEC nº 11, de 2003 ;

– Em 11/12/2007, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Marconi Perillo, à PEC nº 11, de 2003;

– Em 12/12/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

– Em 18/02/2008, foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Adelmir Santana, à PEC nº 11, de 2003;

– Em 21/02/2008, foi recebida a Emenda nº 4, de autoria do Senador Marconi Perillo, à PEC nº 11, de 2003;

– Em 22/02/2008, foi recebida a Emenda nº 5, de autoria do Senador Tasso Jereissati, à PEC nº 11, de 2003;

– Em 26/02/2008, foi recebida a Emenda nº 6, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos;

– Em 27/02/2008, foi recebido o Voto em Separado de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela aprovação da PEC nº 11, de 2003, e da Emenda nº 6, do Senador Jarbas Vasconcelos;

– Em 28/02/2008, foi recebida a Emenda nº 7, de autoria do Senador Marconi Perillo, à PEC nº 11, de 2003;

– Em 28/02/2008, foi recebida a Emenda nº 8, de autoria do Senador Valter Pereira, à PEC nº 11, de 2003;

– Em 28/02/2008, foi recebida a Emenda nº 9, de autoria do Senador Marconi Perillo, à PEC nº 11, de 2003;

– Em 19/03/2008, foi recebida Subemenda, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, à Emenda nº 5;

– Em 25/03/2008, foi recebida a Emenda nº 10, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, à PEC nº 11, de 2003.

– A discussão da matéria foi iniciada em 28/02/2008.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à PEC nº 11, de 2003, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), pela rejeição das PEC's nºs 8 e 42, de 2004, e nºs 1, 12, 18 e 55, de 2007, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 10.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2006 (PL. nº 05245, de 2005, na origem)

NÃO TERMINATIVO

“Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (dispõe sobre o direito à inviolabilidade do escritório ou local de trabalho, de instrumentos de trabalho e correspondência profissional e institui hipóteses da quebra desse direito)”.

Autoria: Deputado MICHEL TEMER.

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Obs: – Em 12/03/2008, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Valter Pereira.

– Em 12/03/2008, foi concedida vista à Senadora Lúcia Vânia, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2008 – CCJ

“Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das seguintes proposições: PLS Nº 96, de 2008; PLS nº 503, de 2003; PLS nº 98, de 2002; e PLS nº 60, de 2008, por regularem a mesma matéria”.

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO e Senador FLEXA RIBEIRO.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008 – ORDINÁRIA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 624, DE 2007

TERMINATIVO

“Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para condicionar a celebração de convênios com pessoas jurídicas de direito privado a prévio processo seletivo”.

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Relatoria: Senador JEFFERSON PÉRES.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Obs: Em 27/02/2008, foi concedida vista ao Senador Inácio Arruda, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 2

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 4 oferecida à PEC Nº 5, DE 2007

“Cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade”.

Autoria da Emenda nº 4-PLEN: Senador EXPEDITO JÚNIOR e outros Senhores Senadores.

Autoria da Proposta: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação da Emenda Nº 4 – PLEN.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº4-PLEN.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 16, DE 2008
(PL. Nº 06778, DE 2002, NA ORIGEM)****NÃO TERMINATIVO -**

“Dispõe sobre a transformação e criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências”.

Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Pela aprovação do Projeto com cinco Emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ. A Comissão aprova o Requerimento nº 9, de 2008-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2008
(PL. nº 04858, de 2005, na origem)****NÃO TERMINATIVO -**

“Dispõe sobre a transformação de Funções Comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências”.

Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

Relatoria: Senador CÉSAR BORGES.

Parecer: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A Comissão aprova o Requerimento nº 8, de 2008-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria.

ITEM 5**EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
OFERECIDAS AO PLS Nº 234, DE 2003****NÃO TERMINATIVO -**

“Altera a Lei nº 3419, de 5 de julho de 1958, e determina outras providências. (Autoriza o Poder Executivo a doar as porções que integram o terreno situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, incorporada ao patrimônio da União Federal em virtude do deferimento, em seu favor, de herança jacente de Júlia Costa e Zulmira Amorim)”.

Autoria das Emendas: CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Autoria do Projeto: Senador JEFFERSON PÉRES.

Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.

Parecer: Pela aprovação das Emendas nºs 1 e 2, da Câmara dos Deputados, ao PLS nº 234, de 2003.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 1 e 2, da Câmara dos Deputados.

EXTRAPAUTA**ITEM 1****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 96, DE 2003**

“Acrescenta novo parágrafo ao artigo 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer, a partir de 2005, a regressividade da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no cálculo da aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o artigo 212 da Constituição Federal”.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador JEFFERSON PÉRES.

Parecer: Pela aprovação da Proposta com duas Emendas que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 4.

Obs: – Em 27/11/2007, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que recebeu Parecer contrário;

– Em 06/12/2007, foi recebida a Emenda nº 2 a 4, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que receberam Parecer contrário;

– Em 19/12/2007, durante a discussão da matéria, a Senadora Kátia Abreu retira a Emenda nº 3

– Durante a discussão da matéria, o Senador Jefferson Péres, reformula as duas Emendas oferecidas na conclusão do seu Relatório.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ (ambas de iniciativa do Relator).

REQUERIMENTOS APRECIADOS**REQUERIMENTO Nº 8, DE 2008 – CCJ**

“Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PLC nº 17, de 2008, que dispõe sobre a transformação de Funções Comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências”.

Autoria: Senador CÉSAR BORGES.

Resultado: Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2008 – CCJ

“Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 16, de 2007”.

Autoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA**

Aposição do retrato do Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, na Galeria dos Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA****ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105,
DE 2003 (PL. Nº 00335, DE 1995, NA ORIGEM)****NÃO TERMINATIVO -**

“Dá nova redação ao art. 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, que trata das penitenciárias de mulheres”.

Autoria: Deputada FATIMA PELAES.

Relatoria: Senadora SERYS SLHESSA-RENKO.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Obs: A matéria tramita em REEXAME na Comissão.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

ITEM 2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 10,
DE 2008****NÃO TERMINATIVO -**

“Determina a sustação do Decreto nº 6.345, de 4 de janeiro de 2008, o qual ‘Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF’ e do Decreto nº 6.339, que ‘Altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF’”.

Autoria: Senador ALVARO DIAS e Senador SÉRGIO GUERRA.

Relatoria: Senador FLEXA RIBEIRO

Relatoria do Vencido: Senador ROMERO JUCÁ.

Parecer: Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta.

Obs: Em 09/04/2008, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Resultado: É rejeitado o Relatório do Senador Flexa Ribeiro. A Presidência designa o Senador Romero Jucá Relator do Vencido, cujo Parecer Vencedor, que conclui pela rejeição do Projeto, será apresentado no dia 07/05/2008.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2006****NÃO TERMINATIVO -**

“Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para prever remessa de ofício ao tribunal em caso de decisão judicial liminar que autoriza a exploração de jogo de azar”.

Autoria: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – “BINGOS” (SF).

Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.

Parecer: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Obs: Em 12/03/2008, foi concedida vista ao Senador Adelmir Santana, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 276, DE 2006****NÃO TERMINATIVO -**

“Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 4 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória”.

Autoria: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – “BINGOS”.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM 05**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2005 –
COMPLEMENTAR****NÃO TERMINATIVO -**

“Altera dispositivo da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências”.

Autoria: Senador TASSO JEREISSATI.

Relatoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.

Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

**ITEM 06 – REQUERIMENTO (SF) Nº 1.230, DE
2007****NÃO TERMINATIVO -**

“Requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de censura ao juiz EDILSON RUMBELSPERGER RODRIGUES, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras”.

Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO.

Relatoria: Senador PEDRO SIMON.

Parecer: Pela aprovação do Requerimento.

Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Requerimento.

REQUERIMENTO APRECIADO**REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008-CCJ**

“Nos termos do art. 90, inciso V, combinado com o art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se some às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE) na realização de Audiência Pública Conjunta com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que ‘institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro)’”.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko e Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE – CE****REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2007**

“ALTERA A LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995 PARA PERMITIR DEDUÇÃO DOS GASTOS REALIZADOS COM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO”.

AUTORIA: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR

RELATORIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS.1: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 11/03/08

OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

RESULTADO: APROVADO COM A EMENDA Nº 1 – CE

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 015, DE 2007**

“INSTITUI O PRÊMIO NACIONAL DESTAQUE EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: DEPUTADA MARIÂNGELA DUARTE

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2007**

“DENOMINA RODOVIA PREFEITO NELSON DOS SANTOS GONÇALVES O TRECHO DA BR-393 REFERENTE AO CONTORNO DE VOLTA REDONDA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”.

AUTORIA: DEPUTADO LEONARDO PICCIANI

RELATORIA: SENADOR FRANCISCO DORNELLES

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA O PROJETO (ITEM 01 – EXTRA PAUTA)

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA – RESULTADO

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 14/08 – CE

“NOS TERMOS DO ART. 90, INCISOS X E XI, COMBINADO COM O ART. 142 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO QUE SEJAM PRESTADAS, PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, O SENHOR GILBERTO GIL, AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS SOBRE OS RECURSOS E PROGRAMAS DE FOMENTO PARA A ÁREA TEATRAL NO ANO DE 2007: A) QUAIS OS RECURSOS DESTINADOS PARA OS PROGRAMAS DO FUNDO NACIONAL DE CULTURA – FNC E SUAS RESPECTIVAS ENTIDADES, NOS ANOS DE 2005 A 2007? B) QUAL O TOTAL DE RECURSO, DESTINADO AO TEATRO NA LEI ROUANET, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, DE 2005 A 2007? C) QUAL O MONTANTE CAPTADO PARA O SEGMENTO DE ARTES CÊNICAS, NOS ANOS DE 2005 A 2007? D) POR QUE, SEGUNDO O SÍTIO “TRANSPARÊNCIA PÚBLICA”, A FUNARTE OPTOU EM DIRECIONAR SUA VERBA PARA CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES, AO INVÉS DE ELABORAR EDITAIS COM ESSE RECURSO? ENUMERAR OS CONVÊNIOS E SEUS RESPECTIVOS VALORES, NOS ANOS DE 2005 A 2007. E) QUAL O NÚMERO DE EDITAIS ABERTOS PELA FUNARTE EM 2005 A 2007? F) QUAL O NÚMERO DE ATENDENTES RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS PROJETOS DA LEI ROUANET? SEGUNDO RECLAMAÇÕES DE PROPONENTES, POR QUE HÁ FALHAS NO ATENDIMENTO E NAS INFORMAÇÕES DADAS A ELES POR TELEFONE? G) OCORRERAM DENÚNCIAS, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO SENADO FEDERAL, SOBRE EXTRAVIOS DE DOCUMENTO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA CULTURA E/OU FUNARTE. SE ISSO ACONTECE, QUAIS AS PROVIDÊNCIAS DESTE MINISTÉRIO PARA SANAR O PROBLEMA? H) QUAL O NÚMERO DE PARECELISTAS PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS LIGADOS À ÁREA TEATRAL? SÃO ELES ESPECIALISTAS NA ÁREA? I) COMO SÃO ESTABELECIDOS OS PRAZOS DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES? J) NOS PROJETOS, O PRODUTOR TEM O DIREITO A UTILIZAR ATÉ 15% DO VA-

LOR DO PROJETO PARA ITENS ADMINISTRATIVOS. POR QUE A COMISSÃO NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA – CNIC REDUZ, NOS EDITAIS, O PERCENTUAL NO PROJETO DOS REFERIDOS ITENS? L) ANTERIORMENTE, ASSIM QUE O PROJETO ERA APROVADO NA LEI ROUANET, O PRÓPRIO PRODUTOR ABRIA UMA ÚNICA CONTA BANCÁRIA PARA O RECEBIMENTO DO PATROCÍNIO ADQUIRIDO. QUAIS AS RAZÕES QUE O MINISTÉRIO DA CULTURA TEVE PARA DETERMINAR A ABERTURA, PELO PRÓPRIO MINISTÉRIO, DE DUAS CONTAS BANCÁRIAS, SENDO UMA PARA DEPÓSITO DO PATROCÍNIO E OUTRA PARA MOVIMENTAÇÃO DO VALOR? POR QUE HOUVE NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA (ANTES NÃO HAVIA) PARA A DEVIDA MOVIMENTAÇÃO A CADA NOVA PARCELA? M) SEGUNDO A PORTARIA MC Nº 4 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE REGULAMENTA A ADMISSÃO DE PROPOSTAS CULTURAIS PARA A LEI ROUANET, OS PRODUTORES TÊM QUE APRESENTAR A CARTA DE ANUÊNCIA DE CADA NOME NA FICHA TÉCNICA. QUAL O OBJETIVO DESTA EXIGÊNCIA, ISSO NÃO AGRAVA A BUROCRACIA DO PROCESSO? N) NÃO SERIA MAIS ADEQUADA A REALIZAÇÃO DE TOMADAS DE PREÇOS APÓS O FINAL DA FASE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS? O) SEGUNDO A MESMA PORTARIA, QUAL A NECESSIDADE DE TRADUÇÃO JURAMENTADA COM CÓPIA AUTENTICADA PARA A UTILIZAÇÃO DE TEXTOS ESTRANGEIROS REDIGIDOS EM OUTRA LÍNGUA, JÁ QUE ALÉM DO CUSTO SER ALTO PARA O PROPONENTE, A MESMA É SOLICITADA AINDA NA FASE DE ANÁLISE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS? P) COM QUE FREQUÊNCIA O SÍTIO VIRTUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA É ATUALIZADO?”

AUTORIA: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 15/08 – CE

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, INCISOS II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O ART. 90, INCISOS II E V, E O ART. 93, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, CONVIDANDO 5 PROFESSORES PREMIADOS, UM POR CADA REGIÃO DO PAÍS, PELO PROJETO “EDUCADOR NOTA 10”, CRIADO PELA FUNDAÇÃO VICTOR

CIVITA, PARA EXPOR OS TRABALHOS DESENVOLVIDOS POR ELES NAS SUAS RESPECTIVAS ESCOLAS E DEBATER SOBRE AS IDÉIAS PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DO ENSINO E DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

AUTORIA: SENADORES MARCO MACIEL E CRISTOVAM BUARQUE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 13/08 – CE

“NOS TERMOS DO ART. 336, II, DO REGIMENTO INTERNO, REQUEREMOS REGIME DE URGÊNCIA PARA PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119, DE 2007, QUE ‘DENOMINA RODOVIA PREFEITO NELSON DOS SANTOS GONÇALVES O TRECHO DA BR-393 REFERENTE AO CONTORNO DE VOLTA REDONDA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO’, TENDO EM VISTA A APROVAÇÃO DA MATÉRIA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO”.

AUTORIA: SENADOR FRANCISCO DORNELLES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

NÃO TERMINATIVO

ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 49/07 – CE

“REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A INCLUSÃO DO ATLETA TECO PADARATZ, BI-CAMPEÃO MUNDIAL DE SURF, PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, APROVADA NA REUNIÃO DO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2007, DESTINADA A INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2005, QUE “ESTABELECE REGRAS PARA A PRÁTICA DE ESPORTES RADICAIS OU DE AVENTURA NO PAÍS”

AUTORIA: SENADORES RAIMUNDO COLOMBO E VALDIR RAUPP

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05

NÃO TERMINATIVO

ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 06/08 – CE

“EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 06/2008-CE, APROVADO NO DIA 11 DE MARÇO DO CORRENTE, SOLICITO MODIFICAÇÃO NO FORMATO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA SIMPÓSIO”

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: DISCUTIR AS MEDIDAS ADOTADAS PELAS ESCOLAS QUE OBTIVERAM A MELHOR CLASSIFICAÇÃO NO ENEM – 2006 E AS SUGESTÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES MÃO SANTA E PAULO DUQUE

CONVIDADOS: STELLA RANGEL, Diretora do Instituto Dom Barreto – Teresina – PI (1º lugar no ENEM – 2006); WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO, Diretora do Colégio Vértice – São Paulo – SP (2º lugar no ENEM – 2006).

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2008

“INSTITUI O ESTATUTO DO GARIMPEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

OBS: APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA O PROJETO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2007

“INSCREVE O NOME DO GENERAL JOAQUIM XAVIER CURADO NO LIVRO DOS HERÓIS DA PÁTRIA”.

AUTORIA: DEPUTADO LEANDRO VILELA

RELATORIA: SENADOR MARCONI PERILLO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PLS Nº 340, DE 1999.**

“EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI Nº 2.669-B DE 2000 DO SENADO FEDERAL (PLS Nº 340/00, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO “DIA NACIONAL DO IMIGRANTE ITALIANO” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTORIA DA EMENDA: CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
AUTORIA DO PROJETO: SENADOR GERSON CAMATA

PARECER: FAVORÁVEL

OBS.: NO DIA 07/12/1999 O PLS 340/99 FOI APROVADO NA COMISSÃO EM CARÁTER TERMINATIVO

RESULTADO: APROVADO

OBS: APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA A EMENDA.

ITEM 04**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº16/08 – CE**

“DECLARO NOS TERMOS REGIMENTAIS, E REQUEIRO A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE AS FUNDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DENTRO DE UM NOVO MODELO DE GESTÃO, COM O PAINEL: “A UNIVERSIDADE QUE QUEREMOS”, CONVIDANDO O SENHOR LEONARDO AZEREDO BANDARA – PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS – MPDFT, SENHOR ARQUIMEDES DIÓGENES CILONI – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR – ANDIFES, SENHOR FREI GILBERTO GONÇALVES GARCIA – VICE-REITOR DO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – CRUB”.

AUTORIA: SENADORES MARCONI PERILLO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº
06/08 – CE**

“EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008-CE QUE REQUER VOTO DE CONGRATU-

LAÇÕES À ÁREA DE COMUNICAÇÃO DO SENADO, APROVADO EM 11 DE MARÇO DO CORRENTE, REQUEIRO A INCLUSÃO DA RÁDIO SENADO, EM RECONHECIMENTO À EXCEPCIONAL COBERTURA AO LONGO DO CICLO DE AUDIÊNCIA PÚBLICAS DENOMINADO ‘IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE”

AUTORIA: SENADORES CRISTOVAM BUARQUE E FLÁVIO ARNS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 19/08 – CE**

“NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 90, INCISO II E V, E ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, PARA DEBATER A PROPOSTA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DA EDUCAÇÃO, FERNANDO HADDAD, DE MUDANÇA NO SISTEMA S, COM A CRIAÇÃO DE UM FUNDO CONTÁBIL, DE CARÁTER NACIONAL – FUNTEC, COM OS SEGUINTE CONVIDADOS: FERNANDO HADDAD (MINISTRO DA EDUCAÇÃO); ARMANDO DE QUEIROZ MONTEIRO NETO (PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI); PAULO SKAF (PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP); ANTONIO JOSÉ DOMINGUES DE OLIVEIRA SANTOS (PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO – CNC); CLÉSIO ANDRADE (PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE – CNT); MÁRCIO LOPES DE FREITAS (PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB); LUCIANO COUTINHO (PRESIDENTE DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES)”

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 20/08 – CE**

“REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, O APOIO À REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO “200 ANOS DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL – A ESCOLA PÚBLICA PEDE PASSAGEM”, A SER RE-

ALIZADO PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, COM OS SEGUINTE CONVIDADOS: 1-REPRESENTANTE DA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO; 2-REPRESENTANTE DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES; 3- REPRESENTANTE DA UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS; 4- REPRESENTANTE DO MOVIMENTO DOS SEM-UNIVERSIDADE; 5- REPRESENTANTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO; 6- REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; 7- REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR; 8- REPRESENTANTE DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA”

AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 21/08 – CE

“REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 90, INCISOS X E XI, COMBINADO COM O ART. 142 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, QUE SEJAM PRESTADAS, PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, O SENHOR GILBERTO GIL, AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS SOBRE OS RECURSOS E PROGRAMAS DE FOMENTO PARA A ÁREA TEATRAL NO ANO DE 2007: A) QUAIS OS RECURSOS DESTINADOS PARA OS PROGRAMAS DO FUNDO NACIONAL DE CULTURA – FNC E SUAS RESPECTIVAS ENTIDADES, NOS ANOS DE 2005 A 2007? B) QUAL O TOTAL DE RECURSO, DESTINADO AO TEATRO NA LEI ROUANET, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, DE 2005 A 2007? C) QUAL O MONTANTE CAPTADO PARA O SEGMENTO DE ARTES CÊNICAS, NOS ANOS DE 2005 A 2007? D) POR QUE, SEGUNDO O SÍTIO “TRANSPARÊNCIA PÚBLICA”, A FUNARTE OPTOU EM DIRECIONAR SUA VERBA PARA CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES, AO INVÉS DE ELABORAR EDITAIS COM ESSE RECURSO? ENUMERAR OS CONVÊNIOS E SEUS RESPECTIVOS VALORES, NOS ANOS DE 2005 A 2007. E) QUAL O NÚMERO DE EDITAIS ABERTOS PELA FUNARTE EM 2005 A 2007? F) QUAL O NÚMERO DE ATENDENTES RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES RELATIVAS À PROJETOS DA LEI ROUANET? SEGUNDO RECLAMAÇÕES DE PROPONENTES, POR QUE HÁ FALHAS

NO ATENDIMENTO E NAS INFORMAÇÕES DADAS A ELES POR TELEFONE? G) OCORRERAM DENÚNCIAS, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO SENADO FEDERAL, SOBRE EXTRAVIOS DE DOCUMENTO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA CULTURA E/OU FUNARTE. SE ISSO ACONTECE, QUAIS AS PROVIDÊNCIAS DESTE MINISTÉRIO PARA SANAR O PROBLEMA? H) QUAL O NÚMERO DE PARECERISTAS PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS LIGADOS À ÁREA TEATRAL? SÃO ELES ESPECIALISTAS NA ÁREA? I) COMO SÃO ESTABELECIDOS OS PRAZOS DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES? J) NOS PROJETOS, O PRODUTOR TEM O DIREITO A UTILIZAR ATÉ 15% DO VALOR DO PROJETO PARA ITENS ADMINISTRATIVOS. POR QUE A COMISSÃO NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA – CNIC REDUZ, NOS EDITAIS, O PERCENTUAL NO PROJETO DOS REFERIDOS ITENS? K) ANTERIORMENTE, ASSIM QUE O PROJETO ERA APROVADO NA LEI ROUANET, O PRÓPRIO PRODUTOR ABRIA UMA ÚNICA CONTA BANCÁRIA PARA O RECEBIMENTO DO PATROCÍNIO ADQUIRIDO. QUAIS AS RAZÕES QUE O MINISTÉRIO DA CULTURA TEVE PARA DETERMINAR A ABERTURA, PELO PRÓPRIO MINISTÉRIO, DE DUAS CONTAS BANCÁRIAS, SENDO UMA PARA DEPÓSITO DO PATROCÍNIO E OUTRA PARA MOVIMENTAÇÃO DO VALOR? POR QUE HOVE NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA (ANTES NÃO HAVIA) PARA A DEVIDA MOVIMENTAÇÃO A CADA NOVA PARCELA? L) SEGUNDO A PORTARIA MC Nº 4 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2008, QUE REGULAMENTA A ADMISSÃO DE PROPOSTAS CULTURAIS PARA A LEI ROUANET, OS PRODUTORES TÊM QUE APRESENTAR A CARTA DE ANUÊNCIA DE CADA NOME NA FICHA TÉCNICA. QUAL O OBJETIVO DESTA EXIGÊNCIA, ISSO NÃO AGRAVA A BUROCRACIA DO PROCESSO? L.1) NÃO SERIA MAIS ADEQUADA A REALIZAÇÃO DE TOMADAS DE PREÇOS APÓS O FINAL DA FASE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS? L.2) SEGUNDO A MESMA PORTARIA, QUAL A NECESSIDADE DE TRADUÇÃO JURAMENTADA COM CÓPIA AUTENTICADA PARA A UTILIZAÇÃO DE TEXTOS ESTRANGEIROS REDIGIDOS EM OUTRA LÍNGUA, JÁ QUE ALÉM DO CUSTO SER ALTO PARA O PROPONENTE, A MESMA É SOLICITADA AINDA NA FASE DE ANÁLISE DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS? M) COM QUE FREQUÊNCIA O SÍTIO VIRTUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA É ATUALIZADO?”

AUTORIA: SENADORES FLÁVIO ARNS E SÉRGIO ZAMBIASI

OBS.: REQUERIMENTO COM O MESMO OBJETIVO FOI APROVADO NA REUNIÃO DO DIA 01/04/2008, SEM A CITAÇÃO DO DISPOSITIVO QUE EXIGE PRAZO CONSTITUCIONAL PARA RESPOSTA DO MESMO (ART. 50, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). A MODIFICAÇÃO EFETUADA GARANTE A AGILIDADE DA RESPOSTA, QUE É O OBJETIVO DA PRESENTE PROPOSIÇÃO.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 17/08 – CE

“NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA A “EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI Nº 2.669-B DE 2000 DO SENADO FEDERAL (PLS Nº 340/00, NA CASA DE ORIGEM), QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO “DIA NACIONAL DO IMIGRANTE ITALIANO” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 18/08 – CE

“NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 015, DE 2008, QUE “INSTITUI O ESTATUTO DO GARIMPEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AUTORIA: SENADOR JOÃO RIBEIRO

RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA**

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: INSTRUIR O PLS Nº 403 DE 2007, QUE “INSTITUI O EXAME NACIONAL DE AVALIAÇÃO

DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ENAM-EB).

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORA ROSALBA CIARLINI

AUTORIA DO ADITAMENTO: SENADOR CÍCERO LUCENA

AUTORIA DO PLS Nº 403/07: EX-SENADOR WILSON MATOS

RELATORIA DO PLS 403/07: SENADORA ROSALBA CIARLINI

CONVIDADOS: MARIZA ABREU, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED e Secretária de Estado de Educação do Rio Grande do Sul; STELLA MAGALY SALOMÃO, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Rio de Janeiro – UNDIME/RJ; JUÇARA DUTRA VIEIRA, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; WILSON MATOS, Ex Senador e Reitor do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR – PR (autor do Projeto de Lei)

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA**

II SIMPÓSIO E FÓRUM PÚBLICO EM EDUCAÇÃO, IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORAS MARISA SERRANO E MARIA DO CARMO ALVES

AUTORIA DO ADITAMENTO: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

CONVIDADOS: FERNANDO HADDAD, Ministro da Educação do Brasil; GRACE NALEDI MANDISA PANDOR, Ministra da Educação da África do Sul; ARJUN SINGH, Ministro para o Desenvolvimento de Recursos Humanos da Índia; LESLEY LONGSTON, Diretora Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Família do Ministério da Educação do Reino Unido.

RESULTADO: REALIZADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2008
– CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO DE CINE-MA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI GERAL DO TEATRO

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES ROSALBA CIARLINI, ROMÉU TUMA E DEMÓSTENES TORRES

AUTORIA DO ADITAMENTO: SENADORES PAULO DUQUE E PAULO PAIM

CONVIDADOS: AMIR HADDAD, Diretor e Produtor Teatral – RJ; NEY PIACENTINI, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro – SP; TATYANA LARYSSA RUBIM, Produtora Teatral – MG; IRENE RAVACHE, Atriz e Produtora Teatral – SP; OSÉAS BORBA NETO, Representante Nacional do Teatro no Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC e Representante de Pernambuco na Câmara Setorial de Teatro – PE; ODLON WAGNER, Ator e Produtor Teatral – SP.

RESULTADO: REALIZADA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2008
– CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE**

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI GERAL DO TEATRO

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES ROSALBA CIARLINI, ROMEU TUMA E DEMÓSTENES TORRES

AUTORIA DO ADITAMENTO: SENADORES PAULO DUQUE E PAULO PAIM

CONVIDADOS: AMIR HADDAD, Diretor e Produtor Teatral – RJ; NEY PIACENTINI, Presidente da Cooperativa Paulista de Teatro – SP; TATYANA LARYSSA RUBIM, Produtora Teatral – MG; IRENE RAVACHE, Atriz e Produtora Teatral – SP; OSÉAS BORBA NETO, Representante Nacional do Teatro no Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC e Representante de Pernambuco na Câmara Setorial de Teatro – PE; ODLON WAGNER, Ator e Produtor Teatral – SP.

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

**REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA**

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008-CMA

Requer, “nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para instruir o PLS 213/2007 e o PLS 677/2007 que regu-

lamentam o mercado de cartões de crédito”, com as seguintes instituições e entidades: Banco Central do Brasil; Ministério da Fazenda; Ministério da Justiça; Confederação Nacional do Comércio; Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito – ABECS; Associação Nacional dos Usuários de Cartão de Crédito – ANUCC e Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Pro Teste.

Autoria: Senadores ADELMIR SANTANA e FLEXA RIBEIRO

Resultado: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA**

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento nº 39, de 2007 – CMA, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, aprovado em 16.10.2007, com o objetivo de ampliar a discussão sobre a gestão de recursos hídricos e subsidiar a participação do Brasil no V Fórum Mundial da Água, no período de 16 a 22 de março de 2009, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da Turquia, com a presença dos seguintes convidados:

Deputado André de Paula, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; Deputada Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, no exercício de 2007; José Machado, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; Benedito Braga, Vice-Presidente do Conselho Mundial da Água; João Bosco Senra, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente;

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA**

ITEM 1

AVISO Nº 102, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

Obs.: Concedido pedido de vista ao Senador FLEXA RIBEIRO na reunião do dia 25.03.2008.

Resultado: Aprovado com os seguintes aditamentos do Senador FLEXA RIBEIRO:

Solicita informações ao Ministro da Saúde sobre providências que adotou para adequar as ações do Programa Nacional de Controle da Dengue às recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União;

Oficie ao Governo do Estado de Minas Gerais e as Prefeituras de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Santa Luzia, Teófilo Otoni e Rio Casca, que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, com cumprimentos pelas referências que a parceria celebrada recebeu no combate à dengue, incentivando-as a prosseguir com as boas práticas;

Oficie ao agente de endemias Wally Antunes da Rocha, que atua na unidade de saúde de Vista Alegre, Belo Horizonte, cumprimentado-o pelo exemplo de zelo e competência no dever funcional.

ITEM 2

AVISO Nº 05, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, CD da 6ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência

Relator “ad hoc”: Senador WELLINGTON SALGADO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria; comunicação aos Senadores integrantes das Bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento deste Aviso, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha, pelo prazo de trinta dias; e vencido este prazo e não havendo nenhum requerimento de providências ou informações adicionais, seja o processado enviado ao arquivo.

Obs.: Concedido pedido de vista ao Senador CÍCERO LUCENA na reunião do dia 25.03.2008, que não se manifestou.

Resultado: Aprovado

ITEM 3

AVISO Nº 104, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 026.778/2007-3,

bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre a Decisão Normativa nº 87, de 2007-TCU, que fixa as quotas de distribuição dos recursos dos Fundos de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o ano de 2008.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator “ad hoc”: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008-CMA

Nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Jobim, Ministro da Defesa, as seguintes informações:

Sobre os hangares abaixo:

– Para quais entidades estiveram alugados desde o ano de 2002;

– Qual o faturamento ano a ano dos mesmos, desde 2002;

– Qual o faturamento mês a mês dos mesmos nos últimos três anos.

– Campo de Marte – São Paulo – SP;

– Brasília – Aeroporto Internacional de Brasília e Pampulha – Belo Horizonte – MG.

Sobre a contratação de empresa para coleta de resíduos sólidos – classes A, B e D, do Aeroporto Internacional de Guarulhos e classe D do Aeroporto de Campo de Marte:

– Com o encerramento do contrato emergencial com a empresa FINANCIAL, em novembro de 2006, foi feita a cotação do serviço com três outras empresas para um novo contrato emergencial. Por que, após avaliação das três propostas feitas pela área técnica, foram invalidados os três orçamentos apresentados e se eles constam ou não da pasta processual pertinente?

– Nesse mesmo período, com a recusa dos três orçamentos apresentados, por que foi feito um novo contrato emergencial com a mesma FINANCIAL?

Autoria: Senador ALMEIDA LIMA

Resultado: Aprovado

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008-CMA

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o senhor Secretário da Receita Federal do Brasil para prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre os trabalhos de auditoria fiscal realizados nos Partidos Políticos e

o vazamento de dados fiscais sigilosos do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Resultado: Rejeitado

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008-CMA

Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocada a senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos aos Senadores sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidade, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa a senhora Ruth Cardoso.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO

Resultado: Rejeitado

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008-CMA

Requer, nos termos regimentais, que seja dirigidamente convite às autoridades abaixo relacionadas para, em audiência pública, no âmbito desta Comissão, sejam discutidas as razões que vêm impedindo o funcionamento, pleno, do Hospital Regional de Santarém:

- Governadora do Estado do Pará, Senhora Ana Júlia Carepa;
- Secretária de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará, Senhora Laura Rossetti;
- Presidente da Assembleia Legislativa do Pará, Deputado Domingos Juvenil;
- Presidente da Câmara de Vereadores de Santarém, Vereador José Maria Tapajós;
- Prefeita de Santarém, Senhora Maria do Carmo Martins;
- Ministério Público Estadual, Promotor Túlio Novaes;
- Procuradoria da República do Município de Santarém, Procuradora Daniela Masset Vaz;
- Presidente da Associação dos Municípios da Rodovia Transamazônica, Santarém/Cuiabá região oeste do Pará, Prefeito Ademar Baú e
- Conselho Municipal de Saúde de Santarém, Senhora Inês Douzones.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO

Resultado: Aprovado

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2008

NÃO TERMINATIVO

Altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador RENATO CASAGRANDE

Parecer: Pela aprovação do projeto

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2005

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências.

Autoria: Deputado INÁCIO ARRUDA e outros

Relatora: Senadora MARISA SERRANO

Parecer: Pela aprovação do projeto

Resultado: Aprovado parecer favorável.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 639, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para estabelecer providências relativas a defeito de fabricação em itens de segurança veicular.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA

Relator: Senador VALTER PEREIRA

Parecer: Pela aprovação do projeto

Obs.: Matéria terminativa na CCJ

Resultado: Aprovado parecer favorável.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA
ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL
NA AMAZÔNIA – CMA

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008

ITEM ÚNICO

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO. FORAM ELEITOS PARA PRESIDENTE O SENADOR FLEXA RIBEIRO, VICE-PRESIDENTE O SENADOR SIBÁ MACHADO E DESIGNADO RELATOR O SENADOR EXPEDITO JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008**ITEM ÚNICO****ELABORAÇÃO DO ROTEIRO DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO**

Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho.

– Visita a alguns dos Municípios atingidos pela Portaria 33/2008 do MMA;

– Pará – saída em 16/04 (quarta) BSB – Belém. Quinta – Tailândia e Breves. Sexta – Paragominas e Belém/ reunião na Fiepa com participação do governo do estado.

– Rondônia – saída em 23/04. Visita a Machadinho do Oeste; Buritis; Porto Velho (Ponta do Abunã); Vilhena.

– Mato Grosso (agenda a ser definida pela Subcomissão).

– Audiências públicas com: Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Presidente do Conselho Diretor do Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Chefe Geral da Embrapa Satélite; Representantes do setor produtivo – Madeiros, Agricultores e Pecuaristas; Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (do INCRA); Secretários de Meios Ambiente (na Amazônia); Representantes de Assentados pelo INCRA (alternativas econômicas); Personalidade para debater sobre a questão indígena; Personalidade para debater sobre os estrangeiros na Amazônia; Personalidade para debater sobre um modelo sustentável para a Amazônia (potenciais e estratégias); Governadores de Estados da Amazônia Legal; Ministros da Agricultura, Meio Ambiente e da Justiça.

APROVADAS AS SEGUINTE AÇÕES ADMINISTRATIVAS:

– O convite às personalidades deve ser de modo que a audiência com os Ministros seja em último lugar, oportunidade em que a Subcomissão já teria mapeado os problemas de todos os setores, o que tornaria a reunião mais produtiva;

– Requisitar um Consultor para acompanhar os trabalhos da Subcomissão;

– Solicitar da consultoria do Senado estudo do arcabouço legal relevante e da Medida Provisória nº 422/2008 e outros estudos relevantes disponíveis (questão agrária, desmatamento etc.) que sejam considerados úteis para distribuição aos membros da Subcomissão;

– Levantar todos os projetos que possam ser apreciados pela Subcomissão e requerer a tramitação na Subcomissão.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008**ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008-CMACAA**

Requer, nos termos regimentais, e tendo em vista os temas aprovados para a pauta de trabalho desta Subcomissão, audiência pública para tratar sobre a Política Indigenista no Brasil e a Defesa da Amazônia, com os seguintes convidados: – Dr. Márcio Meira, Presidente da FUNAI e – General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia.

Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR

Resultado: Aprovado com adendo dos Senadores Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro, convidando, respectivamente, o Presidente do IBAMA e o Procurador Reginaldo Trindade.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA – CMA**REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2008**

ITEM ÚNICO – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO. FORAM ELEITOS PARA PRESIDENTE O SENADOR SIBÁ MACHADO, VICE-PRESIDENTE O SENADOR RENATO CASAGRANDE E DESIGNADA RELATORA A SENADORA MARISA SERRANO.

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008

ITEM ÚNICO – APROVADO O ROTEIRO DE TRABALHO DA SUBCOMISSÃO DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ELETRÔNICO DA SUBCOMISSÃO: <<http://webthes.senado.gov.br/sil/Comissoes/Permanentes/CMAFAAFMA/Resultados/20080415SC002.rtf>>

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH**REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA****ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 25, DE 2008**

Assunto: “Requeiro, nos termos do inciso I, do § 1º, do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação do prazo dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por mais 1 (um) ano.”

Autor: Senador JOSÉ NERY.

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 26, DE 2008**

Assunto: “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senador Federal, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir o Mercado Informal, participação dos salários na formação da renda nacional e nova estrutura sindical. Para tanto, gostaríamos que fosse convidado o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger, dentre outros a serem definidas pela própria Comissão.”

Autoria: Senador PAULO PAIM

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008**

Assunto: “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de Audiência Pública no dia 30 de abril, quarta-feira às 14h00, com vistas a tratar do fundo de pensão Portus, devendo ser convidadas às entidades representativas a serem definidos pela própria comissão.”

Autoria: Senador PAULO PAIM

Resultado: Aprovado. A Comissão deliberou que a audiência pública será realizada no dia 06 de maio de 2008.

**REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do Requerimento nº 10, de 2008-CDH, de autoria da Senadora Fátima Cleide, aprovado em 21/02/08, com a finalidade de conhecer e discutir a implementação da declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas:

COMPARECERAM OS CONVIDADOS: Carlos Eduardo da Cunha Oliveira – Chefe Interino da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, representando Ana Lucy Gentil Cabral Petersen – Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Marinho Pereira Rezende Filho – Coronel do Exército, representante do Ministério da Defesa e Mariano Marcos Terena – Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal.

RESULTADO: REALIZADA

EXTRAPAUTA**ITEM Nº 1****REQUERIMENTO Nº 28, DE 2008**

Assunto: “Nos termos do art.222 do Regimento Interno, Requeremos a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-senadora INGRID BETANCOURT. Neste dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da senadora Bittencourt sejam asseguradas. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, através da Mesa Diretora e de sua Assessoria Internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõem a família neste início do século XXI.”

Autor: Senador Cristovam Buarque

Resultado: Aprovado. O requerimento vai à Mesa.

ITEM Nº 2**REQUERIMENTO Nº 29, DE 2008**

Assunto: Em aditamento ao Requerimento nº 26, de 2008– CDH, requer seja alterado a referida proposição para constar que será convidada a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência conjunta.

Autor: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 3**REQUERIMENTO Nº 30, DE 2008**

Assunto: Em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2008-CDH, requer seja alterado a referida proposição para constar que será realizada no dia 09 de maio de 2008 às 09h00 e convidada a Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência da Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência conjunta.

Autor: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Assunto: Nos termos do Requerimento nº 32, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, apro-

vado em 17/04/2008, com vistas a tratar do assunto referente ao fim do Fator Previdenciário e extensão do mesmo aumento anual do salário mínimo aos aposentados do RGPS, com a presença dos representantes dos trabalhadores e aposentados.

Compareceram: Trajano Jardim – COBAP; Wilson Pereira – Diretor Tesoureiro da Nova Central; Deputado Federal Paulo Pereira da Silva; Arthur Henrique da Silva Santos – CUT; Jose Augusto da Silva Filho – Coordenador Nacional do Fórum Sindical do trabalhador;

João Batista Inoncentini – Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados;

Francisco Canindé Pegado – Secretário-Geral da UGT;

Joilson Antônio Cardoso do Nascimento – Secretário de Políticas Sindicais e Relações Institucionais da CTB;

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 09, de 2008 – CDH, de autoria da Senadora Fátima Cleide, aprovado em 21/02/2008, com vistas a tratar do Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Convidados que compareceram:

Ezequiel Sousa do Nascimento, Secretário de Políticas Públicas de Emprego, representando Carlos Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – MTE;

Eloi Ferreira de Araújo, Secretário Adjunto, em representação de Edson Santos, Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social – SEPPIR;

Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FE-NATRAD;

Jorceli Pereira, Diretor do Regime Geral de Previdência Social, representando Luiz Marinho Ministro da Previdência Social – MPS;

Alci Matos Araújo, Secretário de Relações Internacionais da Contracs, em representação da Senhora Lucilene Binsfeld, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS;

Solange Sanches, Coordenadora da área de Gênero e Raça da OIT, em representação de Laís Abramo, Diretora da Organização Internacional do Trabalho – OIT;

Maria Elizabete Pereira, Diretora da Subsecretaria de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em representação da Senhora Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República;

Ivair Augusto Alves dos Santos, Assessor Especial, em representação do Senhor Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH;

Emília Fernandes, Ex-Senadora da República, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul – Capítulo Brasil.

RESULTADO: REALIZADA

EXTRAPAUTA

ITEM Nº 1

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2008 – CDH

Assunto: requer a realização de Audiência Pública para tratar da “demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima”.

Convidados: Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo e professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sydney Possuelo, indigenista especialista em relações com índios “isolados”; Joênia Wapixana, advogada indígena, integrante da delegação brasileira no Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Onu; e Márcio Meira, antropólogo, presidente da Funai.

Autoria: Senador Sibá Machado.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2008 – CDH

Assunto: aditamento ao Requerimento nº 14-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, que requer a “realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da nova legislação referente ao trabalhador rural, com intuito de inibir a possibilidade do trabalho análogo a escravo”, para que seja também convidada para participar da Audiência Pública a Senhora Rosângela Piovizani Cordeiro, representante da via Campesina.

Autoria: Senador José Nery.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 3

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2008 – CDH

Assunto: requer a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Assuntos Sociais e com a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania para

tratar “das Propostas de mudanças na legislação processual penal e estatutária da criança e do adolescente no que tange à regulação do “depoimento Sem Dano” (DSD), ou seja, à incorporação de novos procedimentos de inquirição de testemunhas e de produção antecipada de prova em processos judiciais que versem sobre crimes sexuais e outros tipificados, quando a vítima ou a testemunha for criança ou adolescente”.

Autoria: Senadora Patrícia Saboya e outros.

Resultado: Aprovado.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS
DAS MULHERES – CDH

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2008

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 03, de 2008 – CDHMD, aprovado em 06/03/2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como tema central de debate os “Direitos Humanos”.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

– Felipe Tavares Seixas – Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Defesa Institucional – CGDI do Departamento de Polícia Federal – DPF; – Cláudia Dias – Diretora da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; – Márcia Vasconcelos – Oficial de Projetos de Combate ao Tráfico de Pessoas, da Organização Internacional do Trabalho – OIT/Escritório no Brasil; – Ivens Moreira Gama – Chefe de Gabinete Representante da Secretaria Nacional de Justiça; – Lia Zanotta Machado – Antropóloga; – Ela Wiecko – Subprocuradora-Geral dos Direitos do Cidadão; – Aparecida Gonçalves – Secretária de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher; – Nelita Frank – Coordenadora do Núcleo de Mulheres de Roraima; – Fausto Lima – Promotor do Ministério Público do DFT; – Julita Tammuri Lemgruber – Diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania; – Germana Moraes – Juíza e Ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; – Heidi Ann Cernaka – Coordenadora Nacional da Pastoral Carcerária – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; – Maria Elizabeth Pereira – Diretora da Subsecretaria de Articulação Institucional da Secretaria Especial de Política para as Mulheres; – Ana Cristina Alencar – Coordenadora-Geral de Reintegração Social e Ensino do Ministério da Justiça e – Kenarik Boujikian Felipe – Juíza da 16ª Vara Criminal de São Paulo/SP; – Cida Diogo – Deputada Federal e Presidente da Subcomissão da Mulher Encarcerada – CPI do Sistema Prisional.

RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL – CRE

**REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA**

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2008

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, O NOME DO SENHOR RAUL CAMPOS E CASTRO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL, JUNTO AOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2008

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR EDGARD ANTONIO CASCIANO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA.

AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

EXTRAPAUTA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 – CRE

REQUER, COMO PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, REPRESENTAR A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E

DEFESA NACIONAL NO ACOMPANHAMENTO DA CONTINUAÇÃO DA OPERAÇÃO UPATAKON III, BEM COMO OS DESDOBRAMENTOS DESSE PROCESSO NA RESERVA INDÍGENA RAPOSA-SERRA DO SOL, NO ESTADO QUE REPRESENTA NESSA CASA.

AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO (SF) Nº 361, DE 2008

REQUEREM, NOS TERMOS DOS ARTS. 222 E 223 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE SOLIDARIEDADE À SRA. YOLANDA PULECIO, MÃE, E FAMÍLIA DE INGRID BETANCOURT, EX-CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DA COLÔMBIA, SEQUESTRADA PELAS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA (FARC) EM 2002, E APELAM PARA QUE AS FARC A LIBERTEM, O MAIS BREVE POSSÍVEL, CONTRIBUINDO ASSIM PARA O SUCESSO DO ACORDO HUMANITÁRIO PROPOSTO PELO GOVERNO COLOMBIANO PARA A TROCA DE REFÊNS POR REBELDES PRESOS, ACORDO QUE TAMBÉM ATENDE APELO DO PRESIDENTE DA FRANÇA, NICOLAS SARKOZY, E DA COMUNIDADE DAS NAÇÕES.

AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPPLY E OUTROS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008 – CRE

REQUER, COM BASE NO ART. 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, APOIADO TAMBÉM NO ART. 4º, INCISO VI E IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DESTE SENADO, COM A PRESENÇA DE MEMBROS DA COMISSÃO DA PAZ DA CÂMARA DE REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO COLOMBIANO E DA COMISSIÓN SEGUNDA DO SENADO DE LA REPÚBLICA DE COLÔMBIA, PARA TROCA DE INFORMAÇÕES ACRECA DO ESFORÇO HUMANITÁRIO QUE VISA A LIBERAÇÃO DE REFÊNS DAS FARC, BEM COMO PRESOS QUE SE ENCONTRAM NOS CÁRCERES COLOMBIANOS; COMO FORMA DE POTENCIALI-

ZAR A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO E DESTE PARLAMENTO NO ESFORÇO DE PAZ.

REQUER AINDA, QUE SEJA CONVIDADO PARA A REFERIDA AUDIÊNCIA O EMBAIXADOR DA COLÔMBIA NO BRASIL, SR. TONY JOZAME AMAR.

AUTORIA: SENADOR JOSÉ NERY

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CRE

EM ADTAMENTO AOS REQUERIMENTOS 10 E 11, POSSA O MINISTRO DA DEFESA PRESTAR ESTAS INFORMAÇÕES POR OCASIÃO DE SUA PRESENÇA NESTA COMISSÃO, REQUEIRO NOS TERMOS DO ART. 50, § 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO, SEJA ENCAMINHADO REQUERIMENTO AO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA PARA QUE PRESTE INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIA VEICULADA NA REVISTA “ISTO É”, DE 26/03/2008, PÁGS. 40 E 41, INTITULADA: “O BRASIL NA ACADEMIA DA REPRESSÃO” E APRESENTE RESPOSTA AOS SEGUINTE QUESTIONAMENTOS:

1) OS BRASILEIROS QUE FREQUENTAM A ESCOLA DE INFANTARIA DE FORT BENNING, CONHECIDA COMO “SCHOOL OF THE AMERICANS (SOA), LOCALIZADA NA FRONTEIRA DOS ESTADOS AMERICANOS DA GEÓRGIA E DO ALABAMA, ESTÃO APRENDENDO PROCEDIMENTOS DE TORTURA?

2) OS OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL QUE LECIONAM NESSA ESCOLA SÃO CONIVENTES COM AS PRÁTICAS DE TORTURA APLICADAS PELOS AGENTES DE INTELIGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA – EUA EM PRISÕES COMO ABU GHRAIB, BAGRAM, GUANTÂNAMO E OUTRAS, AS QUAIS CONTINUAM NÃO SENDO PROIBIDAS PELO GOVERNO DOS EUA EM VIRTUDE DO RECENTE VETO DO PRESIDENTE GEORGE W. BUSH AO PROJETO QUE PROÍBE EXPLICITAMENTE QUE QUALQUER INDIVÍDUO, NÃO IMPORTANDO SUA NACIONALIDADE OU LOCALIZAÇÃO FÍSICA, SEJA SUBMETIDO A TRATAMENTO OU TÉCNICA DE INTERROGATÓRIO NÃO AUTORIZADO PELO MANUAL DE CAMPO DO EXÉRCITO DOS EUA REFERENTES ÀS OPERAÇÕES DE INTERROGATÓRIO?

AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPPLY

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008 – CRE**

REQUER, QUE VENHA O SENADO FEDERAL BRASILEIRO SE DISPOR A ACOMPANHAR COM ATENÇÃO OS ENTENDIMENTOS PARA QUE SE GARANTA O PROCESSO DE APERFEIÇOAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS DA BOLÍVIA.

AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY

RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA**

ITEM 01**NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 276, DE 2007**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 52, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM O § 1º DO ART. 39 DA LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, E COM O § 1º DO ART. 46 DO ANEXO I AO DECRETO Nº 5.979, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006, A ESCOLHA DO SENHOR CARLOS EDUARDO SETTE CAMARA DA FONSECA COSTA, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO PAQUISTÃO, E, CUMULATIVAMENTE, O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO E À REPÚBLICA DO TADJIKISTÃO.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR MARCO MACIEL

RELATOR “AD HOC”: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2008**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA QUE DESEJA FAZER, DO SENHOR CESÁRIO MELANTONIO NETO, MINISTRO DE PRI-

MEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO, E, CUMULATIVAMENTE, O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO ESTADO DA ERITRÉIA E NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOMALI, DESDE QUE OBTIDOS OS AGRÉMENTS DOS GOVERNOS DESSES PAÍSES.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR FERNANDO COLLOR

RELATOR “AD HOC”: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 03**NÃO TERMINATIVO****MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2008**

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR JOSÉ FIUZA NETO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA GUINÉ.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

EXTRAPAUTA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 – CRE**

NOS TERMOS DO ART. 222 DO REGIMENTO INTERNO, REQUEREMOS A CRIAÇÃO DE UM DIA MUNDIAL DE SOLIDARIEDADE PARLAMENTAR PELA VIDA DA EX-SENADORA INGRID BETANCOURT. NESSE DIA, 23 DE ABRIL DE 2008, EM TODOS OS PARLAMENTOS DO MUNDO HAVERIA DEBATES E APELOS PARA QUE A VIDA, A INTEGRIDADE E A LIBERDADE DA SENADORA BETANCOURT SEJAM ASSEGURADAS. REQUEREMOS, AINDA, QUE O

PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, ATRAVÉS DA MESA DIRETORA E DE SUA ASSESSORIA INTERNACIONAL, DIVULGUE DE IMEDIATO ESTA DECISÃO JUNTO A TODOS OS PARLAMENTOS DE TODAS AS NAÇÕES QUE COMPÕE A FAMÍLIA DA HUMANIDADE NESTE INÍCIO DO SÉCULO XXI.

AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE E OUTROS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO (SF) Nº 19, DE 2008 – CRE

NOS TERMOS REGIMENTAIS, VIMOS REQUERER QUE SEJA CONVIDADO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO-CHEFE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, ROBERTO MANGABEIRA UNGER, PARA EXPOR NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL EM SESSÃO CONJUNTA COM A COMISSÃO ASSUNTOS ECONÔMICOS, COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTOS, COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA A RESPEITO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL QUE VEM SENDO ELABORADA POR ESTE MINISTÉRIO EM COORDENAÇÃO COM O MINISTÉRIO DA DEFESA E OUTROS MINISTÉRIOS, INCLUINDO TEMAS COMO PROJETO AMAZÔNIA, TECNOLOGIA PARA MUITOS, ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE, INCLUSÃO DIGITAL E INTERAÇÃO DA AÇÃO DO MERCADO COM O ESTADO E COMO PREPARAR O LONGO PRAZO A CURTO PRAZO.

AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPLYCY E OUTROS

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2008 – ORDINÁRIA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 58, DE 2008

SUBMETE A APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR JORGE JOSE FRANTZ RAMOS, CONSELHEIRO DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO

DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO MALI.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR MÃO SANTA

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2008

SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA TUNÍSIA.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO

PARECER: DEPENDENDO DE PARECER.

RESULTADO: APRECIADA

EXTRAPAUTA

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2008 – CRE

REQUER, CONSIDERANDO QUE SE ENCONTRA SOB APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL, EM REGIME DE URGÊNCIA, COM TRAMITAÇÃO SIMULTÂNEA NESTA COMISSÃO, NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, O PLC 27/2008, QUE INSTITUI O REGIME DE TRIBUTAÇÃO UNIFICADA – UTR NA IMPORTAÇÃO, POR VIA TERRESTRE, DE MERCADORIAS PROCEDENTES DO PARAGUAI, E ALTERA AS LEIS Nº 10.637/2002 E 10.833/2003, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO I DO REGIMENTO INTERNO, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DO TEMA, CUJO OBJETIVO É FACILITAR E REGULAR A IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ACABADOS, ESPECIALMENTE ELETRÔNICOS E DE INFORMÁTICA ORIUNDOS DO PARAGUAI, COM OS SEGUINTE CONVIDADOS:

DR. WELBER BARRAL – SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DE DESENVOL-

VIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DR. JORGE RACHID – SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA; REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; DR. EDSON VISMONA – PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DA COMPETITIVIDADE; DR. SYNÉSIO BATISTA DA COSTA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FABRICANTES DE BRINQUEDOS – ABRINQ; DR. LOURIVAL KIÇULA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FABRICANTES DE PRODUTOS ELETRÔNICOS – ELETROS.

AUTORIA: SENADOR TASSO JEREISSATI

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2008 – CRE

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS E CONSTITUCIONAIS, QUE SEJA REALIZADA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA QUE SEJAM PRESTADAS AS INFORMAÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS PARA INSTRUIR A APRECIACÃO PELO SENADO FEDERAL, DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27 DE 2008, QUE “INSTITUI O REGIME DE TRIBUTAÇÃO UNIFICADA – RTR NA IMPORTAÇÃO, POR VIA TERRESTRE, DE MERCADORIAS PROCEDENTES DO PARAGUAI; E ALTERA AS LEIS Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002, E 10.833 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003”.

NOS TERMOS SOLICITO QUE, PARA PARTICIPAREM DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ACIMA CITADA SEJAM CONVIDADAS AS SEGUINTE AUTORIDADES: SR. WELBER DE OLIVEIRA BARRAL – SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, SR. JORGE ANTONIO DEHER RACHID, SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SR. MINISTRO BRUNO DE RISIOS BATH, CHEFE DO DEPARTAMENTO DO MERCOSUL – DMSUL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, SR. HUMBERTO BARBATO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA – ABINEE, E SR. LOURIVAL KIÇULA, – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE PRODUTOS ELETRÔNICOS – ELETROS

AUTORIA: SENADORES ARTHUR VIRGILIO E FLEXA RIBEIRO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2008 – CRE

REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, QUE SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 21/2008, O NOME DO SR. MÁRCIO GONÇALVES, DIRETOR DE ANTIPIRATARIA PARA AMÉRICA LATINA DA MOTION PICTURE ASSOCIATION (MPA).

AUTORIA: SENADORES FLEXA RIBEIRO E EDUARDO SUPLCY

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2008 – CRE

REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DESTA COMISSÃO EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008.

AUTORIA: SENADOR ALOIZIO MERCADANTE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2008 – CRE

EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008 – CRE, APROVADO POR ESTA COMISSÃO NO ULTIMO DIA 3 DE ABRIL, REQUEIRO SEJA CONVIDADA A SENHORA YOLANDA PULECIO, MÃE DE INGRID BETANCOURT, EX-CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DA COLÔMBIA, SEQUESTRADA PELAS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DA COLÔMBIA (FARC) EM 2002, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA DE MEMBROS DA COMISSÃO DA PAZ DA CÂMARA DE REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO COLOMBIANO E DA COMISSIÓN SEGUNDA DO SENADO DE LA REPÚBLICA DE COLÔMBIA, PARA TROCA DE INFORMAÇÕES ACERCA DO ESFORÇO HUMANITÁRIO QUE VISA A LIBERAÇÃO DOS

REFÊNS DAS FARC, BEM COMO PRESOS QUE SE ENCONTRAM EM CÂRCERES COLOMBIANOS; COMO FORMA DE POTENCIALIZAR A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO E DESTE PARLAMENTO NO ESFORÇO DE PAZ.

AUTORIA: SENADOR JOSÉ NERY

RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA**

ITEM 01

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2008

NOS TERMOS DO ART. 52, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO, E COM O ART. 39 DA LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL, JUNTO À REPÚBLICA DA TURQUIA.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR PAULO DUQUE

RELATOR “AD HOC”: SENADOR INÁCIO ARRUDA

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2008

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DA SENHORA MARILIA SARDENBERG ZELNER GONÇALVES, MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ESLOVÁQUIA.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPLICY

RELATOR “AD HOC”: SENADOR JARBAS VASCONCELOS

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

MENSAGEM (SF) Nº 69, DE 2008

SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR ANTONIO LUIZ ESPÍNOLA SALGADO, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RELATOR: SENADOR ALOIZIO MERCADANTE

RELATOR “AD HOC”: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA – CI

**REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA**

ITEM 01

REQUERIMENTO Nº 09, DE 2008-CI

Requerendo sejam convidadas autoridades representantes do setor Energético, do Ministério Público, do Instituto Acende Brasil e do setor Empresarial, para, em reunião de Audiência Pública no âmbito da Comissão, tratarem de assuntos sobre Licenciamento e Matriz Energética.

Autor: Marconi Perillo

Resultado: Aprovado

ITEM 02

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008-CI

Requerendo que seja convocada a Ministra-Chefe da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff, para que pres-

te esclarecimentos sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Autor: Senador Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

ITEM 03

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008-CI

Requerendo sejam convidados a depor em reunião da Comissão, o Senhor José Wellington Barroso de Araújo Dias, Governador do Estado do Piauí e o Senhor Pedro Brito do Nascimento, Secretário Especial de Portos da Presidência da República, para prestarem informações a respeito da situação do Porto de Luis Correia, no Estado do Piauí, e da possibilidade de se incluir aquela obra no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Autor: Senador Heráclito Fortes

Resultado: Aprovado

ITEM 04

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008-CI

Requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006, solicitando sejam convidados os seguintes debatedores: Senhora Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil; Senhora Lytha Battiston Spindola, Secretária Executiva da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX; Senhor José Roberto Sampaio Campos, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA; Senhor Marcelo de Paula, Diretor-Presidente da Associação Nacional das Empresas Permissionárias de Portos Secos – ANP; Senhor Albino Tramujas, Presidente da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros – ABCLIA e Senhor Sérgio Aquino, Secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos.

Autor: Senador João Tenório

Resultado: Aprovado

ITEM 05

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008-CI

Requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão, para debater acerca do atual estágio da construção da Ferrovia Transnordestina, solicitando sejam convidados os seguintes debatedores: Senhor Geddel Vieira Lima, Ministro de Estado da Integração Nacional; e representantes da Casa Civil,

do Ministério dos Transportes, da Secretaria Especial de Portos, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN.

Autor: Senador Inácio Arruda

Resultado: Aprovado

ITEM 06

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008-CI

Requerendo a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão, para debater sobre a situação das empresas distribuidoras de energia elétrica dos estados de Alagoas, Piauí, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, que atualmente se encontram sob controle da Eletrobrás, bem como as distribuidoras estaduais de energia elétrica CER – Companhia Energética de Roraima e a CEA – Companhia de electricidades do Amapá, sendo convidados as seguintes autoridades: Senhor Valter Cardeal, Diretor de Engenharia da Eletrobrás; Senhor Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí, ou seu representante e o Senhor José Anchieta Jr., Governador do Estado de Roraima, ou seu representante.

Autor: Senador Augusto Botelho

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Com a finalidade de instruir, para posterior apreciação, o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006 (que modifica a legislação aduaneira), em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2008-CI, de autoria do Senador João Tenório, com os seguintes convidados: senhora Clecy Maria Busato Lionço, Secretária Adjunta da Receita Federal do Brasil; da Senhora Lytha Battiston Spindola, Secretária-Executiva da Câmara de Comércio Exterior; do Senhor César Augusto Guimarães Pereira, representando o Senhor José Roberto Sampaio Campos, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA; do Senhor Albino Tramujas, Presidente da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros – ABCLIA e do Senhor Sérgio Aquino, Secretário de Assuntos Portuários e Marítimos de Santos.

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008
– ORDINÁRIA****ITEM 1****MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 51, DE 2008**

“Submete à consideração do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor Mário Rodrigues Júnior, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT”.

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Expedito Júnior

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação

Resultado: A indicação foi aprovada com 18 votos “sim”, 01 voto “não” e nenhuma abstenção, num total de 19 votos.

ITEM 02**REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008-CI**

Requer seja convocada a Senhora Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, no âmbito da Comissão, para prestar as seguintes informações: a) sobre a denúncia da existência de um dossiê contendo informações do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso; b) providências adotadas diante das denúncias; c) detalhamento da investigação feita pela Polícia Federal, sob a responsabilidade do delegado Sérgio Menezes e d) cópia dos dados contidos no chamado “banco de dados”, criado pela Casa Civil da Presidência da República.

Autor: Senador Mário Couto

Resultado: Aprovado

ITEM 03**REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008-CI**

Requer sejam convidadas a participar de audiência pública no âmbito da Comissão, autoridades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Departamento de Polícia Federal; da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Comando do Exército Brasileiro, com o propósito de instruir o PLS nº 327, de 2006 (modifica a lei aduaneira)

Autor: Senador Heráclito Fortes

Resultado: Aprovado

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR****REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01**

ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Resultado: O Senador ADELMIR SANTANA é eleito Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ITEM 02**REQUERIMENTO Nº 07/2008-CDR**

Que requer, “nos termos regimentais, em adiamento ao Requerimento nº 16, de 2007-CDR, seja convidado também o Senhor Helson Cavalcante Braga, Presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação – ABRAZPE, para participar de debate em reunião de Audiência Pública com o propósito de discutir os critérios do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na criação de Zonas de Processamento de Exportação.

Autoria: Senadora LÚCIA VÂNIA

RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2008
– CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS
ECONÔMICOS****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Com a finalidade de debater sobre os critérios e a metodologia utilizada na recente contagem da população brasileira feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e a recente e drástica redução dos coeficientes desse fundo, em atendimento aos Requerimentos nºs 02, de autoria dos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio e Inácio Arruda, e nºs 03 e 04-CDR, e 05-CAE, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, com a participação dos seguintes Convidados: Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; do Exmo. Sr. Antonio Pimentel Pereira, Prefeito do Município de Governador Mangabeira – BA, representando o Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM; e do Sr. Onildo Elias de Castro Lima, Secretário Municipal de Finanças Públicas de Manaus – AM e Vice-Presidente

do Comitê de Finanças Municipais da Frente Nacional de Prefeitos – COFIM/FNP, representando o Exmo. Sr. João Paulo Lima e Silva, Presidente da FNP.

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA**

1ª PARTE

REUNIÃO TÉCNICA

REUNIÃO TÉCNICA COM A PRESENÇA DO SR. CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, A FIM DE DISCORRER SOBRE A RECRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE – SUDECO (PLC Nº 119/06-COMPLEMENTAR).

RESULTADO: REALIZADA

2ª PARTE

REQUERIMENTO Nº 08/2008-CDR

Que requer, nos termos do art. 93, II, do RISF, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em conjunto com a Subcomissão da Reforma Tributária, com a presença do Dr. Bernardo Appy, Secretário de Política Econômica; o Dr. Marcos Holanda, Presidente do IPECE; a Prof. Maria Helena Zockun, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE; o Dr. Paulo Haddad, Professor da UFMG; e o Exmo. Sr. Mailson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda; para discutir questões relativas à política de desenvolvimento regional vis-à-vis as propostas de reforma tributária apresentadas pelo Governo Federal e pela Subcomissão da Reforma Tributária.

Autoria: Senadores TASSO JEREISSATI e VALTER PEREIRA

RESULTADO: APROVADO

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA – CRA**

**REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA**

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2008 – CRA

Requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a

finalidade de debater os seguintes temas: os dados preliminares sobre desmatamento na Amazônia, que detectaram tendência de crescimento do desmatamento no segundo semestre de 2007; o conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia; e, a resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de crédito para empreendimentos rurais na Amazônia, com a presença dos seguintes convidados: Ministra do Meio Ambiente, Srª Marina Silva; Presidente do IBAMA, Sr. Bazileu Alves Margarido; Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. Luiz Fernando Corrêa; Ministro da Agricultura, Sr. Reinhold Stephanes e o Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart.

AUTORES: Senadores Sibá Machado e Flexa Ribeiro.

RESULTADO: Aprovado, com adendo do Senador Flexa Ribeiro no sentido de convidar a CNA.

**REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2008 –
EXTRAORDINÁRIA**

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em cumprimento ao Requerimento Nº 28 de 2007 – CRA, de autoria do Senador João Pedro, aprovado em 28.11.2007, com o objetivo de discutir e mostrar a atual situação dos moradores da Reserva Biológica do Abufari e a necessidade de transformar esta reserva, ou parte dela, em Reserva Extrativista, com a participação dos seguintes convidados:

Marcos Kowarick – Diretor de Programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Júlio Gonchorosky – Diretor de Áreas Protegidas do Instituto “Chico Mendes”; Néilton Marques da Silva – Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM e Representante da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável– SDS/AM; Marta Valéria Cunha – Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Amazonas – CPT/AM; Almino Albuquerque – Prefeito do Município de Tapauá-AM; Francisco Laurentino do Nascimento – representante do Município de Tapauá – AM; Ronaldo de Andrade Soares – representante do Município de Tapauá – AM; Abrahim Almeida de Andrade – representante do Município de Tapauá – AM; Máximo Meneis de Assis – representante do Município de Tapauá – AM; Padre Fernando Redondo – representante do Município de Tapauá – AM.

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Com a participação dos membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao Requerimento nº 27 de 2007 – CRA, aprovado em 28.11.2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, bem como do Requerimento nº 197, de 2007 – CAPADR – CD, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, com o objetivo de discutir sobre as tecnologias genéticas de restrição de uso de variedade, assunto objeto do Projeto de Lei nº 268/2007, com o propósito de alterar dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2004, e revogar os arts. 11 e 12 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, com a participação dos seguintes convidados:

Sr. Francisco José Lima Aragão – Membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTN-Bio; Sr. Jesus Aparecido Ferro – Diretor Fundador da Empresa ALELLYX SA; Sr. Robinson Antônio Pitelli – Professor da Universidade Estadual Paulista – UNESP; Sr. Elíbio Leopoldo Rech Filho – Engenheiro Agrônomo da Embrapa e PHD em Genética Molecular.

RESULTADO: REALIZADA

**REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA****ITEM 1****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006****NÃO TERMINATIVO)**

Modifica o art.45 da Lei nº 8.212 e art.96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório.

AUTOR: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Heráclito Fortes

RELATÓRIO: Pela aprovação.

RESULTADO: Aprovado o Parecer. À Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 7, DE 2008 – CRA**

Requer a realização de Audiência Pública, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abas-

tecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para debater as tecnologias genéticas de restrição de uso de variedades, objeto do Projeto de Lei nº 268, de 2007, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra (DEM/PR), com a presença dos seguintes convidados:

Rubens Nodari – Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; Paulo Kageyama – Professor da ESALQ/USP e Conselheiro da CTNBio; Maria José Guazoli – Representante do Centro Ecológico (RS); Maria Rita Reis – Representante da ONG Terra de Direitos (PR).

AUTOR: Senador Sibá Machado

RESULTADO: Aprovado, com adendo da Senadora Kátia Abreu, no sentido da inclusão de um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Será cumprida a deliberação da Comissão.

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 8, DE 2007 – CRA**

Requer, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a formação de comissão composta por 3 (três) membros, para reunir-se na cidade de Campina Grande – PB, conjuntamente com representantes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste para tratar de assuntos ligados ao custeio agrícola da região.

AUTOR: Senador Carlos Dunga

RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS
BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA****REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2009****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em cumprimento ao Requerimento Nº 2 de 2008 – CRABIO, de autoria do Senador João Tenório, aprovado em 27.2.2008, com o objetivo de discutir aspectos relacionados ao mercado de etanol: “Pesquisa e Viabilidade de matérias primas para produção de etanol e combustíveis automotivos”, com a presença dos seguintes convidados:

Sr. José Eurípedes da Silva – Chefe Adjunto de Comunicação e Negócios da EMBRAPA AGROENERGIA; Sr. José Olivério – Presidente da DEDINI S/A Indústrias de Base; Sr. Expedito Parente – Inventor do Biodiesel; Sr^a. Anete Pereira de Souza – Coordenadora do Projeto de Desenvolvimento de Marcadores Moleculares em cana-de-açúcar.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 4, DE 2008 – CRA-BIO**

Requer nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes ataques feitos, principalmente pela União Européia aos biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados:

1– Sr. Miguel Jorge – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

2– Sr. Guilherme Cassel – Ministro do Desenvolvimento Agrário;

3– Sra. Marina da Silva – Ministra do Meio Ambiente;

4– Sr. Reinhold Stephanes – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

AUTOR: Senador João Tenório

RESULTADO: APROVADO.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA – CCT

**REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA****ITEM ÚNICO****AUDIÊNCIA PÚBLICA**

COM A FINALIDADE DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS ACERCA DO USO IRREGULAR DE RECURSOS DA FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC DESTINADOS À PESQUISA.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR ROMEU TUMA

CONVIDADOS: ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES, EX-PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC; NELSON MARTIN, EX-PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS – FINATEC.

RESULTADO: REALIZADA

EXTRA-PAUTA**ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº. 06, DE 2008 – CCT**

“NOS TERMOS REGIMENTAIS, REQUEIRO QUE SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA, TENDO COMO CONVIDADO O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DR. SERGIO MACHADO REZENDE, A FIM DE APRESENTAR O PLANO DE AÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 2007/2010.”

AUTORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE

RESULTADO: APROVADO

ITEM 2**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº. 07, DE 2008 – CCT**

“NOS TERMOS REGIMENTAIS, REQUEIRO QUE SEJA CONVIDADA A DRA. LÚCIA CARVALHO DE PINTO MELO, PRESIDENTE DO CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE, PARA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, APRESENTAR O SEU PLANO DE AÇÃO. O CGEE É UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL, QUE TEM POR FINALIDADE PROMOVER E REALIZAR ESTUDOS E PESQUISAS PROSPECTIVAS DE ALTO NÍVEL NA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM SETORES PRODUTIVOS, BEM COMO REALIZAR ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E DE IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS, ALÉM DE DIFUNDIR INFORMAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E PROJETOS À SOCIEDADE.”

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 3**NÃO TERMINATIVO****REQUERIMENTO Nº. 08, DE 2008 – CCT**

“REQUEIRO, NOS TERMOS DO INCISO I DO ART. 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT) E DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA) PARA INSTRUIR O PLS 213/2007 E O PLS 677/2007 QUE REGULAMENTAM O MERCADO

DE CARTÕES DE CRÉDITO. SOLICITO AINDA QUE SEJAM CONVIDADAS PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA AS SEGUINTE INSTITUIÇÕES E ENTIDADES. 1– BANCO CENTRAL DO BRASIL; 2– MINISTÉRIO DA FAZENDA; 3– MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; 4– CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO; 5– ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E SERVIÇOS – ABECS; 6– ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS USUÁRIOS DE CARTÃO DE CRÉDITO – ANUCC; E 7– ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR – PRO TESTE.”

AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

RESULTADO: APROVADO, PREJUDICANDO O REQUERIMENTO Nº 05, DE 2008 – CCT

**REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA**

ITEM 01

TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 591, DE 2007

“ALTERA AS LEIS NºS 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 (LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES), Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 (LEI DA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO), E Nº 8.977, DE 6 DE JANEIRO DE 1995, PARA CONCEDER DIREITO À COMPENSAÇÃO, NO PRAZO DE QUARENTA DIAS, EM CONTA ULTERIOR, DO VALOR CORRESPONDENTE AO DO PERÍODO DE SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS QUE DISCIPLINAM.”

AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NAS PAUTAS DAS REUNIÕES DOS DIAS 05/03/08, 19/03/08 E 26/03/08.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02

NÃO TERMINATIVO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

“ALTERA O ART. 6º DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, PARA EQUIPARAR OS EFEITOS JURÍDICOS DA SUBORDINAÇÃO EXERCIDA POR MEIOS DE TELEMÁTICOS E INFORMATIZADOS À EXERCIDA POR MEIOS PESSOAIS E DIRETOS.”

AUTORIA: DEPUTADO EDUARDO VALVERDE

RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

OBS: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 05/03/08 E 26/03/08.

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03

NÃO TERMINATIVO

REQUERIMENTO Nº 09 DE 2008 – CCT

“REQUEIRO QUE A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT) DO SENADO FEDERAL REALIZE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO REGIONAIS DO PAÍS. AS MÍDIAS REGIONAIS HISTORICAMENTE PRESTAM UM RELEVANTE SERVIÇO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA, VEICULANDO INFORMAÇÃO, E DIFUNDINDO A CULTURA REGIONAL NAS LOCALIDADES MAIS AFASTADAS DOS GRANDES CENTROS, ALÉM DE DESEMPENHAR IMPORTANTE MISSÃO DE UTILIDADE PÚBLICA. É POR MEIO DE JORNAIS E RÁDIOS INTERIORES, QUE OS CIDADÃOS BRASILEIROS QUE RESIDEM EM REGIÕES MAIS AFASTADAS ACOMPANHAM O DESENVOLVIMENTO DOS FATOS MAIS RELEVANTES ACONTECIDOS NO PAÍS. COMPETE, DESSA MANEIRA, AO PODER PÚBLICO BUSCAR FORTALECER AS MÍDIAS REGIONAIS BRASILEIRAS COM O ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO BEM CONSOLIDADAS O QUE REPRESENTARÁ, EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, UM FORTE BENEFÍCIO PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA. INDICO COMO CONVIDADOS UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECOM-PR), O PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA MÍDIA REGIONAL, DEPUTADO FEDERAL CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI, O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DIÁRIOS DO INTERIOR – BRASIL, SR. ELADIO DIAS VIEIRA DA CUNHA.”

AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 04

TERMINATIVO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 419, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO AO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE CUIABÁ, ESTADO DE MATO GROSSO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR VALTER PEREIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 05**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 445, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE ÁGUAS DE LINDÓIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ÁGUAS DE LINDÓIA, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 06**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 451, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO E TV SCHAPPO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MIGUELÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 07**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 457, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO NOVA AMPARO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE AMPARO, ESTADO DE SÃO PAULO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARAÍSO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMU-

NITÁRIA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 09**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 480, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PAROBÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 10**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 7, DE 2008**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MAIRI PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE MAIRI, ESTADO DA BAHIA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 11**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 278, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE DIONÍSIO CERQUEIRA – ARCOM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR FLÁVIO ARNS

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 12**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 294, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO ALIANÇA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE CONCÓRDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA “AD HOC”: SENADOR FLÁVIO

ARNS

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 13**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 339, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO POMERODE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA “AD HOC”: SENADOR FLÁVIO

ARNS

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 14**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 353, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA AMIGOS DE PORTO BELO – SC PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PORTO BELO, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA “AD HOC”: SENADOR FLÁVIO

ARNS

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 15**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 371, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO RIO NEGRINHO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE RIO NEGRINHO, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA “AD HOC”: SENADOR FLÁVIO

ARNS

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 16**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 388, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO VIDEIRA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE VIDEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA “AD HOC”: SENADOR FLÁVIO

ARNS

PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 17**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 409, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO MOMENTO FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE XANXERÊ, ESTADO DE SANTA CATARINA.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA “AD HOC”: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 18**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 479, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE NOVO PROGRES-

SO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVO PROGRESSO, ESTADO DO PARÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 19

TERMINATIVO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 485, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL FILADÉLFIA – ACCFI PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE TUCURUÍ, ESTADO DO PARÁ.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 20

TERMINATIVO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 338, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO VIZINHANÇA DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 21

TERMINATIVO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 378, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO GOIATUBA LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GOIATUBA, ESTADO DE GOIÁS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 22

TERMINATIVO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 1, DE 2008**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À RÁDIO CANAÃ LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR CRSTOVAM BUARQUE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 23

TERMINATIVO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 469, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO ULTRA FM LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE QUISSAMÃ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR MARCELO CRIVELLA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 24

TERMINATIVO

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 325, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTO ANTÔNIO E VIZINHOS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ANDRADAS, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 25**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 361, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA E ARTE DE AIMORÉS – MG PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE AIMORÉS, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 26**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 364, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO NOVOS TEMPOS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVA SERRANA, ESTADO DE MINAS GERAIS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 27**TERMINATIVO****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 481, DE 2007**

“APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PIRANHAS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PIRANHAS, ESTADO DE ALAGOAS.”

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA “AD HOC”: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA**ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO
Nº 34, 2007 – CCT**

“NOS TERMOS REGIMENTAIS, REQUEIRO ADITAMENTO AO REQUERIMENTO DE MINHA AUTORIA, NO SENTIDO DE QUE SEJA TAMBÉM CONVIDADO O SENHOR MARCUS MANHÃES, COORDENADOR TÉCNICO DO LABORATÓRIO DE CONVERGÊNCIA E CONTEÚDOS DIGITAIS DA DIRETORIA DE TV DIGITAL, NA FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – CPQD, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE OBJETIVA DISCUTIR AS INTERFERÊNCIAS DE RÁDIO CLANDESTINAS NO CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO.”

AUTORIA: SENADOR VALTER PEREIRA

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02**NÃO TERMINATIVO****ADITAMENTO Nº 5 AO REQUERIMENTO
Nº 17, 2007 – CCT**

“EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007, DE AUTORIA DO SENADOR WELLINGTON SALGADO, REQUEIRO, COM BASE NO ART. 58, §2º, INCISO V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ART. 90, INCISO V, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, SEJA CONVIDADO O SECRETÁRIO GERAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS ISENTOS DE PRESCRIÇÃO MÉDICO – ABIMIP-, SENHOR SÁLVIO DI GIRÓLAMO, PARA, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE E A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJC, DISCUTIR A QUESTÃO DOS LIMITES LEGAIS PARA A REGULAMENTAÇÃO DA PROPAGANDA COMERCIAL.”

AUTORIA: SENADORES EDUARDO AZEREDO E FLÁVIO ARNS

RESULTADO: APROVADO

**REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008
– EXTRAORDINÁRIA****ITEM 01****NÃO TERMINATIVO****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 308, DE 2006**

“ALTERA A LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996, QUE REGULA DIREITOS E OBRIGAÇÕES

RELATIVOS À PROPRIEDADE INDUSTRIAL, PARA COIBIR A CONCORRÊNCIA PARASITÁRIA.”

AUTORIA: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA

OBS: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

COM O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SERGIO MACHADO REZENDE

TEMA: “APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 2007/2010”.

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR RENATO CASAGRANDE

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 06, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, com vistas a tratar das questões atinentes ao Povo Negro.

Compareceram: José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central; Moacyr Roberto Tesch Auerwald – Secretário-Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Wagner Gomes – Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; Luiz Alberto de Vargas – Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região; Lílian de Arruda Marques – Assessora Especial da DIEESE, representando Clóvis Roberto Scherer – Supervisor Técnico do Escritório Regional do DIEESE/DF e Antônio José Corrêa do Prado – Chefe do Departamento de Relações com o Governo e a Senhora Ilge Iglesias – Assessora, representando Luciano Coutinho – Presidente do BNDES.

RESULTADO: REALIZADA

EXTRAPAUTA

ITEM Nº 1

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2008 – CDH

Assunto: Realização de Audiência Pública, conjunta com a Subcomissão do Trabalho e Previdência do Senado Federal, para debater a situação dos trabalhadores rurais a luz da Medida Provisória nº 410 de 2007 que acrescenta artigo à Lei no 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural e prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei no 11.524, de 24 de setembro de 2007.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 2

REQUERIMENTO Nº 40, DE 2008 – CDH

Assunto: Realização de Audiência Pública, conjunta com a Subcomissão de Trabalho e Previdência do Senado Federal, caso queira, em data e hora a serem definidos, com vistas a debater o Projeto de Lei 1987 de 2007 que visa consolidar os dispositivos normativos que especifica referente ao Direito Material Trabalhista e revoga as leis extravagantes que especifica e os artigos 1º ao 642 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, de autoria do Deputado Cândido Vaccarezza.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: “DEBATER OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO REGIONAIS DO PAÍS”

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR FLÁVIO ARNS

CONVIDADOS

FRANKLIN DE SOUZA MARTINS, Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM; CLÁUDIO ANTÔNIO VIGNATTI, Deputado Federal – Presidente da Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional; ADRIANO DA FONSECA KALIL ESCADA, Diretor-Executivo da Associação dos Diários do Interior do Brasil – ADI.

RESULTADO: REALIZADA

C - CONGRESSO NACIONAL – 2008
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1 A 30 DE ABRIL

Vetos - (apreciação – cédula única)..... 97
 PRN - 01
 PLNs - 02

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Abril	221/1998-CN (nº 1.504/97, na origem)	PLV nº 13/97 (oriundo da MP nº 1.596-14/97)	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências”. (Organização da Seguridade Social, Planos de Benefícios da Previdência Social).	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 07
Abril	6/2003-CN (nº 7/2003, na origem)	(Veto Parcial) PLC nº 17/2002 (PL nº 259/99, na Casa de origem)	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	740/99-CN (nº 673/99, na origem)	(Veto Parcial nº 4, de 2003) PLC nº 29/96 (PL nº 382/91, na Casa de origem)	Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 16
Abril	777/2000-CN (nº 960/2000, na origem)	(Veto Parcial) PLC nº 54/93 (PL nº 444/91, na Casa de origem)	Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 02
Abril	779/2000-CN (nº 966/2000, na origem)	(Veto Parcial nº 20, de 2000) PLC nº 3/2000 (PL nº 1.617/99, na Casa de origem)	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 07
Abril	1.206/2000-CN (nº 1.899/2000, na origem)	(Veto Parcial nº 22, de 2000) PLC nº 74/2000 (PL nº 2.845/2000, na Casa de origem)	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	257/2001-CN (nº 427/2001, na origem)	(Veto Parcial nº 38, de 2000) PLS nº 57/99 (nº 1.492/99, na Câmara dos Deputados)	Acréscima parágrafos ao art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Abril	749/2001-CN (nº 1.294/2001, na origem)	PLS nº 179/96 (nº 3.162/97, na Câmara dos Deputados) (Veto Total nº 39, de 2001)	Dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01
Abril	4/2002-CN (nº 18/2002, na origem)	PLC nº 88/2001 (PL nº 3.989/2000, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 2, de 2002)	Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, (organização da Seguridade Social, Planos de benefícios da Previdência Social).	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	3/2003-CN (nº 5/2003, na origem)	PLC nº 80/2002 (PL nº 2.173/99, na Casa de origem) (Veto Total nº 2, de 2003)	Dispõe sobre as empresas de asseio e conservação.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01
Abril	11/2003-CN (nº 40/2003, na origem)	PLC nº 4/2001 (PL nº 3.049/2000, na Casa de origem) (Veto Total nº 6, de 2003)	Altera dispositivos da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores profissionais, durante os períodos de defeso.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01
Abril	162/2003-CN (nº 639/2003, na origem)	PLC nº 80/2003 (PL nº 5.756/2001, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 38, de 2003)	Dispõe sobre a criação de 183 (cento e oitenta e três) Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais no País e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 02
Abril	39/2004-CN (nº 173/2004, na origem)	PLV nº 13/2004 (oriundo da MP nº 151/2003) (Veto Parcial nº 3, de 2004)	Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	53/2004-CN (nº 201/2004, na origem)	PLV nº 25/2004 (oriundo da MP nº 164/2004) (Veto Parcial nº 4, de 2004)	Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação de Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Abril	84/2004-CN (nº 282/2004, na origem)	PLC nº 104/2002 (PL nº 5.226/2001, na Casa de origem) (Veto Total nº 8, de 2004)	Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para incluir na Carteira Nacional de Habilitação os dados que especifica.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01
Abril	91/2004-CN (nº 293/2004, na origem)	PLV nº 26/2004 (oriundo da MP nº 166/2003) (Veto Parcial nº 9, de 2004)	Cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 02
Abril	125/2004-CN (nº 386/2004, na origem)	PLC nº 22/2004 (PL nº 3.826/2000, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 12, de 2004)	Institui a Bolsa-Atleta.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 19
Abril	127/2004-CN (nº 412/2004, na origem)	PLC nº 42/2004 (PL nº 3.332/2004, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 14, de 2004)	Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União, e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	128/2004-CN (nº 413/2004, na origem)	PLC nº 43/2004 (PL nº 3.501/2004, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 15, de 2004)	Reestrutura a remuneração dos cargos das carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social, Auditoria-Fiscal do Trabalho, altera o pró-labore, devido aos ocupantes dos cargos efetivos da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de Advogados da União, de Procuradores Federais, de Procuradores do Banco Central do Brasil, Defensores Públicos da União e aos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	131/2004-CN (nº 444/2004, na origem)	PLC nº 37/2004 (PL nº 3.113/2000, na Casa de origem) (Veto Total nº 17, de 2004)	Institui o Programa de Bolsas de Manutenção para Atletas.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01
Abril	147/2004-CN (nº 498/2004, na origem)	PLS nº 139/2000 (nº 6.955/2002, na Câmara dos Deputados) (Veto Total nº 21, de 2004)	Altera a redação dos §§ 7º e 8º do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Abril	164/2004-CN (nº 541/2004, na origem)	PLV nº 41/2004 (oriundo da MP nº 186/2003) (Veto Parcial nº 22, de 2004)	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os jovens – PNPE e à Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o Serviço Voluntário, e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	200/2004-CN (nº 642/2004, na origem)	PLV nº 42/2004 (oriundo da MP nº 190/2004) (Veto Parcial nº 24, de 2004)	Institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2º A da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	243/2004-CN (nº 674/2004, na origem)	PLC nº 93/2003 (PL nº 4.295/2001, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 25, de 2004)	Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 03
Abril	272/2004-CN (nº 798/2004, na origem)	PLC nº 58/2004 (PL nº 2.399/2003, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 28, de 2004)	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRAS e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	273/2004-CN (nº 860/2004, na origem)	PLS nº 110/88 (nº 3.803/89, na Câmara dos Deputados) (Veto Parcial nº 29, de 2004)	Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 08
Abril	133/2007-CN (nº 704/2007, na origem)	PLV nº 23/2007 (oriundo da MP nº 372/2007) (Veto Parcial nº 29, de 2007)	Dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006, 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, 10.696, de 2 de julho de 2003, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.427, de 27 de maio de 1992, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 11.491, de 20 de junho de 2007, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 03

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Abril	137/2007-CN (nº 721/2007, na origem)	PLS nº 3/2002 (nº 7.509/2006, na Câmara dos Deputados) (Veto Total nº 30, de 2007)	Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01
Abril	176/2007-CN (nº 835/2007, na origem)	PLC nº 80/2007 (PL nº 1.631/2007, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 31, de 2007)	Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01
Abril	177/2007-CN (nº 836/2007, na origem)	PLC nº 132/2005 (PL nº 4.412/2001, na Casa de origem) (Veto Total nº 32, de 2007)	Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01
Abril	180/2007-CN (nº 863/2007, na origem)	PLS nº 82/2003 (nº 7.362/2006, na Câmara dos Deputados) (Veto Total nº 34, de 2007)	Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conceder adicional de periculosidade aos carteiros e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto total Total: 01
Abril	182/2007-CN (nº 899/2007, na origem)	PLC nº 33/2007 (PL nº 4.125/2004, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 35, de 2007)	Torna obrigatória a divulgação pelos meios que específica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 03
Abril	184/2007-CN (nº 901/2007, na origem)	PLV nº 33/2007 (oriundo da MP nº 387/2007) (Veto Parcial nº 36, de 2007)	Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008.	15-4-2008, às 19h15min	Mantido o veto parcial Total: 01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Abril	185/2007-CN (nº 924/2007, na origem)	PLC nº 115/2006 (PL nº 5.288/2005, na Casa de origem) (Veto Parcial nº 37, de 2007)	Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.	15-4-2008, às 19h15min	Mantidos os vetos parciais Total: 03
Abril	-	PR nº 1/2008-CN	Modifica o art. 4º da Resolução nº 1, de 1970/CN - Regimento Comum do Congresso Nacional.	15-4-2008, às 19h15min	Resolução nº 2/2008- CN (DOU 22-4-2008)
Abril	22/2008-CN (nº 217/2008, na origem)	PL nº 2/2008-CN Reg. Urgência	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de R\$ 1.685.264.352,00, para os fins que especifica.	30-4-2008, às 13h30min	Aprovado. À sanção.
Abril	23/2008-CN (nº 218/2008, na origem)	PL nº 3/2008-CN Reg. Urgência	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 492.431.338,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	30-4-2008, às 13h30min	Aprovado. À sanção.

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 6 DE FEVEREIRO A 30 DE ABRIL DE 2008

Vetos.....	171
PLNs.....	004
PRNs.....	002
RONs – Leitura.....	001
Total de matérias apreciadas.....	177

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
20/2008 (public. no DOU de 2-4-2008)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 456.625.000,00, para os fins que especifica”, teve seu prazo integral de vigência encerrado n dia 27 de março do corrente ano.
21/2008 (public. no DOU de 10-4-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 15 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 418, de 14 de fevereiro de 2008, que “Altera as Leis nºs 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências”.
22/2008 (public. no DOU de 16-4-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 419, de 20 de fevereiro de 2008, que “Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”.
23/2008 (public. no DOU de 16-4-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 420, de 25 de fevereiro de 2008, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 12.500.000.000,00, para o fim que especifica”.
24/2008 (public. no DOU de 23-4-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 29 de abril de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 421, de 29 de fevereiro de 2008, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de março de 2008”.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 148/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Consultando nos termos do art. 2º do regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 5-6-2008, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente.
Of. nº 148-A/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que terminou dia 31-3-2008, o prazo sem interposição de recursos, para que vetos presidenciais apostos a projetos de lei fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.
Of. nº 150/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que, na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 27-3-2008, os vetos presidenciais constantes da cédula única de votação foram mantidos pelo Congresso Nacional.
Of. nº 153/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 7-4-2008, o Aviso nº 3, de 2008-CN (nº 219-GP/TCU/2008), do Presidente do TCU, encaminhando ao Congresso Nacional, o Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2007, e foi despachado à CMO.
Of. nº 154/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 7-4-2008, o Ofício nº 2, de 2008-CN (nº 2008/152, do Presidente do Banco da Amazônia), encaminhando ao Congresso Nacional, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), alusivo ao exercício de 2007, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados, e foi despachado à CMO.
Of. nº 163/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 9-4-2008, o Aviso nº 4, de 2008-CN (nº 187/2008-Seses-TCU-Plenário, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 172/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal, realizada em 16-4-2008, o Projeto de Lei nº 1, de 2008-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2009 e dá outras providências, e foi despachado à CMO.
Of. nº 174/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram autuados, por solicitação do Presidente da CMO, e lidos na sessão do Senado Federal realizada em 17-4-2008, os Avisos nºs 5, 6 e 7, de 2008-CN (nºs 221, 330 e 345-Seses-TCU/2008, respectivamente, na origem, do Presidente do TCU, e retornam à CMO.
Of. nº 175/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal, realizada em 17-4-2008, a Mensagem nº 19, de 2008-CN (nº 189/2008, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao primeiro bimestre de 2008, e foi despachada à CMO.
Of. nº 199/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidos na sessão do Senado Federal, realizada em 22-4-2008, os Projetos de Lei nºs 2 e 3, de 2008-CN, e foram despachados à CMO.
Of. nº 200/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal realizada em 23-4-2008, o Aviso nº 8, de 2008-CN (nº 83/2008-Seses-TCU/2008, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 213/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal, realizada em 29-4-2008, o Aviso nº 9, de 2008-CN (nº 254-GP/TCU/2008, na origem), do Presidente do TCU, encaminhando, a prestação de contas do exercício financeiro de 2007 daquela Corte, e foi despachado à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 214/2008-CN	Ministro Walton Alencar Rodrigues – Presidente do TCU	Encaminhando as prestações de contas dos seguintes Órgãos, referentes ao exercício financeiro de 2007: Governo Federal, TSE, STJ, TJDF e dos Territórios, CD, TST, Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, MPU, STF e SF.
Of. nº 215/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foram lidas na sessão do Senado Federal, realizada em 29-4-2008, as prestações de contas dos seguintes Órgãos, referentes ao exercício financeiro de 2007, e encaminhadas ao TCU: Governo Federal, TSE, STJ, TJDF e dos Territórios, CD, TST, Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, MPU, STF e SF.
Of. nº 216/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal, realizada em 29-4-2008, o Ofício nº 119/2008/CMO, do Presidente da CMO.
Of. nº 217/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que na sessão conjunta do Congresso Nacional realizada no dia 15 de abril do corrente, os vetos presidenciais constantes da cédula única de votação foram mantidos pelo Congresso Nacional, à exceção dos vetos correspondentes aos itens 3, 7 e 12 da cédula, que foram retirados da pauta, através de requerimentos de senhores líderes deferidos pela Presidência. Informando, ainda, que a Ata da apuração dos votos aos vetos presidenciais foi lida na sessão do Senado Federal, realizada em 29-4-2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.**

Às dez horas e quarenta minutos do dia dezoito de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Expedito Júnior, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Valter Pereira, Hércílio Fortes, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de estar de licença para tratamento de saúde, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Kátia Abreu e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente em exercício comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Aviso nº 1/08 (nº 482, na origem), de 20 de dezembro de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de novembro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 4/08 (nº 24, na origem), de 17 de janeiro de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de dezembro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; informa, ainda, que, em cumprimento ao art.

42, não consta em seus registros, nos meses de outubro a dezembro de 2007, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Mensagem nº 3/08 (nº 1.019, na origem), de 27 de dezembro de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Aviso nº 03/08 (nº 001/BCB-Presi, na origem), de 11 de janeiro de 2008, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao art. 3º da Resolução do Senado Federal nº 23/96, as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não-reembolsável, relacionando a operação referente ao 4º trimestre de 2007. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagens do Senado Federal nºs 160 e 161, de 2007, e nº 05, de 2008, não terminativas, que “encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para o quarto trimestre e para o ano de 2007, bem como os Relatórios de Execução Monetária dos segundo e terceiro trimestres de 2007, nos termos do inciso I do art. 7º da mesma lei”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável à Mensagem nº 160, de 2007, nos termos do PDS que apresenta, e pelo arquivamento das demais Mensagens. O Presidente em exercício designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Gerson Camata e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 02, de 2008, não terminativa, que “solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 7,150,000.00 (sete milhões, cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente comunica que, em

cumprimento à Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encontra-se presente à Reunião o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, da Secretaria do Tesouro Nacional, com a finalidade de acompanhar a apreciação dos Itens 02, 03 e 04 da Pauta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Sibá Machado, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e Romeu Tuma, que solicitam Vista da Matéria. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 31, de 2008, não terminativa, que “solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET (Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET)”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gerson Camata, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 32, de 2008, não terminativa, que “solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo”, de autoria Presidência da República, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Cícero Lucena, e não havendo quem queira discutir a Matéria, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-Mensagem do Senado Federal nº 254, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí, em 13 de novembro de 2007”, de autoria da Presidência

da República, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Emenda de Plenário nº 01 oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, não terminativa, que “dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Heráclito Fortes, usam da palavra para discutir a Matéria os Senadores Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Sibá Machado, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Jayme Campos e Osmar Dias, que solicitam Vista da Matéria. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei da Câmara nº 01, de 2007, não terminativo, que “fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências”, de autoria do Deputado José Roberto Arruda, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Após a leitura do Relatório, o Relator, Senador Eduardo Suplicy, solicita o adiamento da apreciação da Matéria; Item 11-Mensagem do Senado Federal nº 04, de 2008,

não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre e para o ano de 2008”, de Autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada.

Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos no exercício da Presidência

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento. Primeiro, aviso nº. 01 de 20 de dezembro de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de novembro de 2007, bem como a tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios. 02. Aviso nº. 04 de 17 de janeiro de 2008 do Ministério da Fazenda encaminhando Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2007. Informo ainda que em cumprimento ao art. 42 não consta em seus registros meses de outubro e dezembro de 2007 qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nº. 03. Mensagem 3/2008 de 27 de dezembro de 2007, encaminhando demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de novembro de 2007, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. 04. Aviso nº. 3 de 11 de janeiro de 2008 do Banco Central do Brasil encaminhando as operações de crédito externo de natureza financeira de interesse da União, dos Esta-

dos, do Distrito Federal e dos Municípios, de caráter não reembolsável, relacionando a operação referente ao quarto trimestre de 2007. Nesse expediente serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

O primeiro Item da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 106 e 161/2007 e nº. 05/2008. A matéria é não terminativa. Encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o quarto trimestre para o ano de 2007, bem como os relatórios de execução monetária do segundo e terceiro trimestre de 2007, nos termos do inciso I do art. 7º da mesma Lei. Autoria da mensagem, Presidência da República. Relator, Senador Romero Jucá. Parecer favorável à mensagem nº. 160/2007 nos termos do PDS que apresenta e pelo arquivamento das demais mensagens. Na ausência do Relator designo o Senador Antônio Carlos Júnior para fazer a apresentação do seu parecer. Com a palavra o Relator. Item 01 da pauta, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, por intermédio das mensagens nº. 160 e 161/2007 a Presidência da República encaminhou ao Senado Federal a programação monetária para quarto trimestre e para o ano 2007 em conformidade com o disposto no § 1º do art. 6º da Lei 9.069 de 29 de junho de 65 bem como o Relatório de execução para o segundo trimestre de 2007 em conformidade com o disposto no artigo... inciso I, do art. 7º da mesma Lei. Entretanto a mensagem 160 não chegou a ser apreciada pelo Congresso Nacional no prazo de 10 dias fixado pelo § 2º do art. 6º da Lei 9.069/1965. Nesse caso a programação monetária foi considerada aprovada nos termos do § 4º do mesmo artigo.

Bom, e de qualquer maneira, foi cumprida aquela regra que foi estabelecida aqui na CAE da vinda do Presidente Henrique Meirelles e dos diretores do Banco Central para prestar conta. Isso seria a condição básica para que, digamos, a Comissão aprovasse. Porque antigamente a gente recebia esse Relatório e não tinha informação nenhuma do Banco Central. Mas essa formalidade foi cumprida. Portanto, indo para a análise, já foi muito debatida nessa Comissão a inadequação de procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado Federal, tendo em vista a adoção de regime de meta de inflação como parâmetro de política monetária. Em seu primeiro momento, o Plano Real tinha como pilares a âncora cambial e o controle da expansão da base monetária e dos meios de pagamento. Motivo pelo qual se tornaram fundamental controlar e acompanhar a expansão dos agregados monetários. Todavia, com a crise de 99, o Governo Federal viu-se obrigado a adotar a livre [ininteligível]

da moeda nacional. Desde então passou-se ao câmbio flutuante a condição da política monetária baseado em metas de inflação.

Assim, a ferramenta básica da política monetária deixou de ser o controle da expansão de moeda e passou a ser a taxa de juros. Estudos mostram que a correlação entre a quantidade de moeda e a inflação é tênue no curto e no médio prazo. Por essa razão os Bancos Centrais por sua maioria vinham abandonando o controle de agregados monetários como instrumentos de política monetária a favor da taxa de juros, instrumento mais efetivo para o cumprimento das metas de inflação.

Em consequência dessa nova configuração e o debate promovido na CAE foi aprovado no Plenário do Senado Federal em 13 de fevereiro deste ano a Emenda nº. 02 CAE ao PLS 26/2000 de autoria do Senador Paulo Hartung que revoga os artigos 3º, 4º, 6º e 7º da Lei 9.069/95 dispositivos relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária.

Uma vez que não foram definitivamente revogados os comandos legais para a apreciação do Programa [ininteligível] Monetária em sua execução, cabe à CAE votar a matéria, embora se constitua apenas no rito formal.

Na verdade, a vinda do Presidente e dos diretores do Banco Central aqui que é importante para se discutir a questão das metas de inflação e do acompanhamento da política monetária. Essa é a razão pela qual a gente vai fazer uma mera... recomendar meramente a aprovação formal deste projeto.

Destaca-se que a programação monetária dos agregados monetários apresentadas pelo Banco Central para o quarto trimestre tomou por base a previsão para o comportamento das grandes variáveis macroeconômicas sendo, portanto, consistentes com as metas de inflação com o objetivo de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda. Resta assim a essa Comissão dar consequência às formalidades previstas na Lei 9.069/95 votando pela aprovação da programação monetária encaminhada por intermédio da mensagem 160/2007. Uma vez dada a ciência de seus membros pelo arquivamento das mensagens 161/2007 e nº. 05/2008 que trata da execução monetária. Somos em face ao exposto pelo arquivamento das mensagens 161/2007 e nº. 05/2008 na origem e favoráveis a aprovação da programação monetária relativa ao quarto trimestre nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo.

Então, na verdade, nós vamos cumprindo uma formalidade que foi atendida pelo Banco Central na vinda da sua Diretoria aqui para prestar contas sobre

as metas de inflação e a execução monetária. Portanto, somos favoráveis à aprovação do projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria encontra-se em discussão. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiro eu quero destacar, eu estou voltando a Comissão, porque diante da nova resolução que membros da Mesa podem participar de Comissões Técnicas, depois de um longo tempo de ausência, eu estava fora quando... fora da Comissão, quando da vinda do Presidente do Banco Central, mas queria ressaltar a importância do projeto de resolução acentuado também pelo ilustre Relator do projeto de resolução do Governador Paulo Hartung, do Espírito Santo, na época Senador. Essa programação monetária tem que ser sempre acompanhada de uma vinda, que já foi cumprida, do Presidente do Banco Central, exatamente para que os Senadores e o País através da TV Senado, e de toda a imprensa, possa tomar conhecimento dessa programação monetária trimestral que é feita ao País através do Senado Federal.

Eu vou propor no projeto que já foi aprovado uma Emenda, porque eu acho que a discussão e a aprovação têm que ser feita no dia da vinda do Presidente do Banco Central. Quer dizer, uma Sessão só para isso. Feita a prestação de contas da programação trimestral, comparece o Presidente do Banco Central, ele faz a exposição e no debate com os Senadores presentes se diz sim ou se não, ou não, àquela programação.

E uma outra coisa muito interessante seria sempre a antecipação antes que se encerre, porque é fácil fazer isso, com os sistemas hoje de computação, antes que se encerre o quadrimestre, de cinco dias antes na última semana, para que não vá quatro meses depois, três meses depois, como já aconteceu aqui o caso, em que a gente começa a debater um fato que nós não podemos mudar nada. Ele já aconteceu. Agora, se a gente faz sempre em cima do calor, na fumaça do tiro, como se diz na rua, na fumaça do palito de fósforo, não sei, a gente pode fazer com que se corrijam alguns pontos da prestação anterior, porque é feito sempre a posteriori, e que se tenha assim um voto mais claro e nítido.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Senador, permite uma intervenção?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pois não, com muito prazer.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): No Item 11 já pede a aprovação da programação monetária do primeiro trimestre do ano, essa aí não

vamos aprovar enquanto não vier o pessoal do Banco Central. Então esse Item 11 a gente só vai... Só vamos aprovar após a vinda do pessoal do Banco Central.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então está atendido. Muito obrigado a V.Ex^a pelo esclarecimento. Era o que eu tinha a dizer. Eu, Sr. Presidente, embora ter quórum, me resolver à abstenção, porque eu não estava aqui, não era membro da Comissão no dia que veio o Presidente do Banco Central. Muito obrigado a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tanto o Relator ad hoc, Senador Antônio Carlos Magalhães, quanto o Senador Gerson Camata discorreu com muita propriedade sobre a matéria, eu quero alertar que o Item 11 não será discutido na Sessão de hoje exatamente porque ainda não foi discutida a matéria com a presença do Presidente do Banco Central.

Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do Relator. Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, apenas para ressaltar no parecer lido pelo Senador Antônio Carlos a evolução que conforme o Presidente do Banco Central aqui nos expôs, em dezembro último, muito positiva a respeito dos indicadores de crescimento, de baixa inflação, de reservas em nível excepcional e historicamente recorde, então uma evolução muito saudável da economia brasileira. Então quero ressaltar que estamos aprovando a programação monetária com indicadores bastante positivos, sendo que as previsões aqui assinaladas estão relativamente próximas das efetivadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado pela sua manifestação, Senador Suplicy. Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator, favorável à mensagem nº. 160/2007, nos termos do PDS apresentado e pelo arquivamento das demais mensagens.

O Item 02 da pauta nós teremos que aguardar o Relator que está chegando, o Relator Senador Francisco Dornelles, e vamos fazer uma pequena inversão de pauta e vamos passar para o Item 03.

Mensagem do Senado Federal nº. 31. Solicita seja autorizada a contratação da operação de crédito externo entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de 44 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Transportes do Rio de Janeiro. Autoria da mensagem, Presidência

da República. Relator, Gerson Camata. Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Vamos ouvir o Relator. Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, Presidente Eliseu Resende. Se V.Ex^a me permite, eu queria inicialmente dizer que o Presidente da República está hoje no Espírito Santo. Eu fui convidado para acompanhar o Sr. Presidente, não pude ir, porque o Governador, nosso colega Sérgio Cabral, me pediu até uma certa rapidez no Relatório que eu vou fazer agora. O Presidente está hoje no Espírito Santo inaugurando, Sr. Presidente, o segundo gasoduto que vai de Cacimbas, na região produtora de gás em terra, no Espírito Santo até Vitória. E o gasoduto que sai de Vitória vai até o Rio de Janeiro. Já transportando 10 milhões de metros cúbicos de gás por dia, 1/3 do gasoduto Brasil/Bolívia. E o Paulo Hartung é muito melhor de conversar do que o Evo Morales. Então a situação de gás enquanto se ainda se investe no Espírito Santo sempre é mais produtiva. De modo que eu quero ressaltar é um fato muito importante para o Espírito Santo e muito importante para o Brasil. E dizer a V.Ex^a que já vai entrar em execução daqui a uns dois meses a segunda parte do gasoduto chama-se Gasene que sai de Vitória e vai até Salvador abastecendo também a cidade indústria lá da Bahia, Aratu, me parece. Então nós vamos ter uma ligação de gás costeando o Brasil, lambendo todos os portos, fazendo com que se permute futuramente se houver a expectativa se cumprida em torno da produção de gás no porto de Tupi nós podemos transferir gás de São Paulo para o Nordeste, mas enquanto isso transferindo gás do Espírito Santo para o sul do Brasil na região do Rio de Janeiro.

Então, eu queria então já no Relatório dizendo o seguinte, Sr. Presidente. Trata-se de um empréstimo de 44 milhões que na verdade, é uma complementação do empréstimo que nós já aprovamos aqui em 99, de 186 milhões para o Programa Estadual de Transporte do Rio de Janeiro. Ele complementa aqueles 189 milhões, e ele vai ser pago numa etapa de 30 milhões, transferido para o Estado do Rio, depois numa outra etapa de 14 milhões. Ela é uma operação padrão do BIRD, nós já aprovamos algumas aqui, hoje vamos aprovar outras cujo Relator é o Senador Cícero Lucena, ela incorpora juros vinculados a Libor, que também é um procedimento normal do BIRD, é um Libor semanal, e que tem uma margem fixa, despesas fixas de juros e Libor, e que se apresenta sempre com custos mais em conta do que empréstimos internos e até externos de outras entidades. Portanto, o resumo.

O devedor será o Estado do Rio de Janeiro. O credor o Banco Internacional para Reconstrução e De-

envolvimento, o garantidor, o avalista no caso o Brasil, o território nacional, 44 milhões de dólares americanos, a modalidade é o fixed de spread long, margem fixa, dois anos para o desembolso e amortização em 20 parcelas semestrais consecutivas, vencida de 15/04 a 15/10 até 2022. O projeto de resolução acompanha e a Comissão é a [ininteligível] 0,25%, como é consuetudinário e comum nos empréstimos já aprovados aqui do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

É o nosso Relatório, Sr. Presidente, e solicitamos aos senhores e aos companheiros Senadores que votem a favor. Trata-se de um empréstimo para o Estado do Rio de Janeiro, governado pelo nosso colega Sérgio Cabral. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nossos agradecimentos ao Senador Gerson Camata, que deixa de estar presente num importante programa de gasodutos no Estado do Espírito Santo, seu Estado natal para vir relatar esse projeto de interesse do Estado do Rio de Janeiro. A matéria está em discussão. Em votação o parecer do Relator. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Passamos para o Item 04. Mensagem do Senado Federal nº. 32. Solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de 10 milhões de dólares dos Estados Unidos da América para financiamento do programa de fortalecimento da competitividade das empresas localizadas em arranjos produtivos do Estado de São Paulo. Autoria da mensagem, Presidente da República. Relator, Senador Cícero Lucena. Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Com a palavra o Relator.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, o recurso dessa operação de crédito destina-se ao financiamento parcial do programa de fortalecimento da competitividade das empresas localizadas em arranjos produtivos no Estado de São Paulo. O custo total desse programa foi estimado em 20 milhões de dólares, sendo que além dos 10 milhões previstos para serem contratados junto ao BID, 10 milhões serão aportados pelo Estado como contrapartida nacional. O Estado de São Paulo no caso firmará convênio com o SEBRAE para quem transferirá a responsabilidade pelo aporte integral da contrapartida.

Verificado todas as exigências da Resolução nº. 48/2007 que revogou a 96/1989 e tendo como reforço a esse entendimento foi enviado ao Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Ofício nº. 1.198 COREFE-STN de 15 de fevereiro assinado pelo Sr. Arnold Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional. O autor do Ofício confirma a existência de margem para a pleiteada concessão de garantia conforme os limites mencionados na Resolução nº. 48/2007. No parecer da Secretaria do Tesouro Nacional são fornecidas informações sobre a situação financeira do pleiteante, os limites de endividamento do Estado foram calculados e considerados atendidos naquela data, havia margem nos limites de endividamento da União para concessão de garantia, a consulta realizada naquela data não indicou a existência de débitos da administração direta do Estado junto à administração pública federal e suas entidades controladas, o Estado está autorizado a oferecer como contra garantia a garantia da União, as cotas e as receitas tributárias previstas no art. 155, 157 e 159 combinando com o inciso IV do art. 167, todos da Constituição Federal quanto à capacidade de pagamento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Ex^a me permite?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone] que eu estou sendo chamado na Sessão que tem um debate sobre a... Eu só queria se V.Ex^a me permitisse, eu queria pedir vista quando chegasse a vez no Item nº. 06. Tá? Me desculpe.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Nada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço vistas no Item nº. 06. É que eu estou indo ao debate sobre a TV pública. E estão me chamando lá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Atendemos ao pedido do Senador Pedro Simon, avisando que o Relator da matéria, Senador Romero Jucá, quanto ao Item 06, pediu adiamento. De tal maneira que o assunto está preliminarmente resolvido.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como o Relatório, Presidente, retomando então a leitura do Relatório, ressalta-se ainda que de acordo com os cálculos estimados realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar em custos efetivos equivalente a 5.29% ao ano, constituindo-se um indicativo aceitável para a

contratação se comparado com o custo de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado internacional. As demais condições e exigências estipuladas pela Resolução 48/2007, 43/2001 do Senado Federal são atendidas pelo Estado e pela União conforme evidenciados pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Em conclusão, o pleito do Estado de São Paulo encontra-se de acordo com que preceituam as Resoluções 96 de 1989, 40 e 43/2001 do Senado Federal devendo ser concedida autorização para a contratação de operação de crédito externo pretendida. Nos termos que estão aqui minutadas no Relatório por mim apresentado. E o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está em discussão. Eu quero informar ao Plenário que se encontra presente o Sr. Eduardo Luiz Goldart(F) da Secretaria do Tesouro Nacional. Sua presença está de acordo com a Resolução do Senado Federal nº. 43/2001 que estipula que deverá haver no Plenário um representante do Tesouro Nacional para prestar esclarecimentos aos Srs. Senadores com relação às matérias que se discutem no sentido de aprovação de operações de crédito.

Em votação o parecer do Relator Cícero Lucena. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Devido à urgência desse projeto, já a necessidade de que ele possa ser implementado o mais rápido possível, eu pediria que fosse então considerado como um caso de urgência esse empréstimo para que ele possa o mais rápido possível surtir seus efeitos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente. Com a permissão de V.Ex^a, solicitar que também para o Item 03 referente ao empréstimo ao Estado do Rio de Janeiro fosse submetido ao Plenário também a urgência para que vá imediatamente ao Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Manifesto... Peço ao Plenário a sua manifestação com relação a aprovação do pedido de urgência feita pelos Senadores Cícero Lucena e Gerson Camata quanto aos Itens 1, 3 e 4 da pauta. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

Ainda não temos a presença do Relator Francisco Dornelles com relação ao Item 2 da pauta. Na ausência do Senador Inácio Arruda, Relator da mensagem do Senado Federal nº. 254, nós vamos adiar essa matéria para a próxima semana. Temos um Requerimento

de Audiência Pública do Senador Heráclito Fortes, e na ausência do Relator essa matéria fica adiada para a próxima semana.

Item 6 da pauta. Matéria será adiada a pedido do Relator, Senador Romero Jucá.

Item 7 da pauta. Como se trata de projeto terminativo, nós vamos esperar a presença de quórum qualificado, uma vez que o projeto requer aprovação por votação nominal.

Item 8 da pauta. Acrescenta dispositivo do art. 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano, sem prejuízo de remuneração. Autoria, Senador Paulo Paim. Relatora, Senadora Patrícia Saboya. Na ausência da Relatora, nós vamos pedir ao Senador Heráclito Fortes que faça a leitura. Item 8 da pauta. Projeto de Lei do Senador Paulo Paim, Relatoria, Senadora Patrícia Saboya. Item 8. Para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estava aqui me recompondo do impacto da surpresa que V.Ex^a me proporcionou, mas quero dizer que já estou pronto, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): S.Ex^a honrou o Plenário com a sua Relatoria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, primeiro lugar quero declarar aqui minha honra de ter a oportunidade de substituir a Senadora Patrícia Saboya Gomes nessa sua ausência. Sr. Presidente, em face da aprovação do Requerimento 1.107/2004 do Senador Aloizio Mercadante, é submetido à análise dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado 23/2003 que acrescenta dispositivo ao art. 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano, sem prejuízo da remuneração. Esse projeto é de autoria do eminente Senador Paulo Paim. O autor justifica a proposição afirmando que ela atende a uma antiga e justa reivindicação da classe trabalhadora. Segundo os argumentos do trabalhador, como ser humano que é, tem o direito de tratar de seus assuntos pessoais e íntimos sem precisar justificar esse fato perante aos seus chefes ou empregadores. A relevância da matéria deve-se então ao alcance social do benefício e a possibilidade a ser concedida ao empregado de faltar trabalho durante um dia útil para resolver problemas particulares com liberdade e autonomia, sem depender da boa vontade do empregador. Não foram apresentadas Emendas.

Análise. A Comissão de Assuntos Sociais no exercício da sua competência analisará os aspectos constitucionais, jurídicos da proposição. A Comissão de Assuntos Econômicos caberá a responsabilidade

de analisar os impactos e resultados econômicos possivelmente decorrentes da mudança do exame. Ainda assim faremos algumas considerações sobre os outros aspectos do mérito no sentido de colaborar para o esclarecimento de questões inerentes à proposta. A iniciativa não apresenta em nosso entendimento vícios de inconstitucionalidade ou de juridicidade e foi apresentada com observância das normas regimentais e da técnica brasileira. Finalmente, ainda no que se refere aos impactos econômicos da iniciativa podemos afirmar que não serão relevantes. Diversos países europeus adotam direito à falta não justificada como forma de preservar a vida privada do empregado. Para enfrentar os imprevistos na vida promover sua recuperação psicológica depois de algum evento desagradável.

Sr. Presidente, em face ao exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 23/2003 com a seguinte Emenda. Emenda nº. 01 da CAE. Acrescenta-se ao inciso IX, infine(F) o texto mediante comunicação com 24 horas de antecedência. Sala das Comissões, Heráclito Fortes, em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria está em discussão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, considero que é um projeto cheio de mérito. Claro que todos nós temos um dia na vida, documentos para assinar, assuntos para ver, transferência de um automóvel, transferência no interior de um boi, de um arado... Mas não tem, não acompanha o projeto no meu entender, a massa, por exemplo, nós temos quantos milhões de trabalhadores no Brasil? Então são quantos mil anos isso vai representar de ausência no serviço no Brasil inteiro? Coisa de 40 mil anos por ano. Se somar todos.

Então, eu acredito que devia ter um estudo quanto isso vai representar no custo Brasil. Para que a gente pudesse tomar uma decisão que eu acho importante, boa, em favor do trabalhador, mas consciente daquilo que representa no aumento do custo de vida, no aumento do custo Brasil nas exportações, no pequeno... Vai mexer nos índices inflacionários... Acho que seria muito interessante que a gente pudesse ter esses estudos para que a gente pudesse publicamente discutir e saber: olha, nós vamos tomar uma decisão, isso vai representar um pouquinho de inflação, vai representar tantos mil anos de licença por ano, vai representar tanto por cento na cesta-básica de elevação do custo

de vida. Para se ter uma decisão não no entusiasmo, do momento, mas uma decisão pautada tecnicamente pesando-se as consequências que ela representa embora, no mérito, eu seja favorável. Eu gostaria de ouvir os outros companheiros, mas seria interessante a gente pedir vista para aumentar um pouco a análise das consequências desse projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Na verdade, com todo, digamos, o alcance social que esse projeto possa ter, sem que o impacto econômico seja avaliado, e é muito difícil avaliá-lo, imagine que vai ver todos os trabalhadores do Brasil em todas as categorias, em todos os ramos de atividade. É muito difícil a codificação disso e principalmente de você poder escalonar, quer dizer, se 10% de uma fábrica resolver pedir no mesmo dia?

Então, é muito complicado. Sem a avaliação de impacto econômico, e sem uma maneira mais racional de distribuição disso, eu seria contra. Eu só votaria a favor se houvesse condições de avaliar impacto econômico e se houvesse uma forma objetiva de programação. Do contrário, eu sou contrário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Inscrito inicialmente Senador Sibá Machado. Faz favor. Em seguida V.Ex^a, em seguida Eduardo Azeredo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, confesso que não tinha lido o projeto do Senador Paulo Paim, mas pela sua vida de militante sindical que foi, fundador de vários sindicatos, atuou no sindicato de metalúrgicos de Canoas, Rio Grande do Sul, foi vice-Presidente da CUT, várias vezes Deputado Federal, suas bandeiras de luta são muito claras neste propósito. Mas confesso como V.Ex^a que estou como outros Senadores com algumas dúvidas porque tem que ser minimamente negociado. Acho que não pode... O projeto é bom na essência, mas se o trabalhador pode não ir ao trabalho, por exemplo, não ir ao trabalho e no outro dia eu apenas alego ao meu superior lá dizendo que fui tratar de um assunto pessoal seja ele de que natureza for e pronto, isso pode levar também a um descontrole da administração e tal. Cuidar um pouco do planejamento.

Então eu também quero, até para efeito junto com o Senador Camata, não sei se essa é a preocupação

dele, pedir a vista coletiva para que a gente analise mais detidamente sobre isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. Como já foi dito aí por todos os Senadores que me antecederam, e especialmente por Senador Sibá Machado, todo respeito pelo trabalho do Senador Paulo Paim, sempre preocupado em atender essa questão social, que é preocupação de todos nós Senadores, e Parlamentares, o projeto de sua autoria, que permite ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo de remuneração que tem parecer favorável também da nobre Senadora Patrícia Saboya, ele é um projeto que traz principalmente para as pequenas e médias empresas um ônus muito grande. Ônus não somente financeiro, de ter que arcar com o pagamento daquele dia em que o trabalhador se ausentar. Mas, muito mais na questão da produção, na organização da empresa. Uma empresa com dois, três funcionários que um deles deixe de faltar por vontade própria, vai quebrar qualquer planejamento que possa essa empresa ter e dificultar a ação. E mesmo assim, não há justificativa que nos leve a aprovar um projeto como esse a não ser de criar mais um feriado ao longo do ano. Mais um feriado e com uma dificuldade maior, que é um feriado móvel. É um feriado que corresponde à vontade de cada um. Eu acho também que o pedido de vista para que nós possamos conversar com o autor do projeto, e conversar com a Relatora do projeto para que eles nos mostrem as questões que possam alterar o pensamento nosso, é importante. Porque, do jeito que está, nós somos contrários à sua aprovação.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V.Ex^a está inscrito para discutir, Senador Jayme Campos. Primeiro lugar do Senador Eduardo Azeredo que havia solicitado anteriormente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, essa discussão ela é pertinente. Evidente que nós devemos buscar cada vez mais a liberdade nas relações de trabalho, e isso ocorre em grandes empresas e mesmo nas pequenas empresas. O custo evidentemente é um item a ser considerado. Mas olha, eu considero que o projeto tem um mérito muito grande, sim. É normal no País as pessoas necessitarem de um dia, que seja, e terem a negativa desse dia. São situações que estão bem descritas aqui. Às vezes é um evento desagradável, é um problema pessoal em que a pessoa tem um problema psicológico às vezes,

e isso acaba que a presença dele no trabalho pouco produz. Agora, é evidente que não pode ser também um processo de que falte e depois avisa. Não pode ser assim. Não sei se essa Emenda resolve a questão, pedir com 24 horas de antecedência. Mas existem empresas em que a rigidez é extremamente forte, é uma rigidez excessiva até mesmo e que os patrões tratam como se fossem quase que escravos mesmo os funcionários, os empregados, e não tem a sensibilidade de permitir que a pessoa se afaste por algum assunto realmente relevante que possa existir.

Então, do ponto de vista social, humano, eu vejo que o projeto é interessante, sim. Ele já existe em vários países nessa forma... Mas, como a redação não está muito clara, eu acho que o melhor caminho seria nós termos realmente o pedido de vistas para que possamos colocar algumas regras, algumas condições para a existência desse dia a mais. É evidente que isso é um problema para o que se busca sempre que é que nós tenhamos a carteira de trabalho para maior número possível de funcionários. Agora, não esqueçamos que quando se legisla a favor de funcionário público, isso tudo é muito fácil. Então, o funcionário público em geral tem um punhado de regalias que já não são dadas ao funcionário de uma empresa privada. Esse que é o ponto também que deve se buscar muito. Evidente que eu não defendo o excesso de regalias para nenhum deles. Nem o privado nem o público. Mas não podemos tratar também como se trata hoje, duas classes diferentes de funcionários. Ao funcionário público tudo é permitido. Ao funcionário privado tudo é negado. Então eu considero que a questão não pode ser simplesmente negada, não. Como o meu colega Flexa também levanta aqui que deve-se estudar um pouco mais. Existe interesse social grande, sim. São várias as situações em que a gente vê no País em que o funcionário realmente sofre por causa de um dia que ele poderia ter de liberdade. Às vezes tem que esperar 12 meses para poder ter a sua folga regulamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a minha participação na discussão desse projeto eu entendo, Sr. Presidente, de que nós temos que ter muita preocupação, até porque como bem disse aqui os colegas Senadores, tem trabalhadores em algumas indústrias, estabelecimentos, que é imprescindível a sua presença naturalmente no dia-a-dia. [soa a campainha] na medida em que o prazo é muito exíguo. São apenas 24 horas para esse trabalhador comunicar a empresa. Nesse caso, empresa que tem menor número de trabalhadores, e, sobretudo, muitas vezes são pessoas habilitadas para

o exercício naturalmente daquilo que ele atua, diante da sua atividade cada empresa ou estabelecimento comercial é muito complicado. Nós já temos aqui, Sr. Presidente, quando um trabalhador vai tirar sangue, ele tem direito a um dia que ele não trabalha. Se ele foi participar de uma eleição, ou seja, como membro de uma Mesa, ele tem direito também de folga no outro dia. Se ele for membro de júris, em tribunais desse País, ele poderia faltar até três dias após naturalmente ele participar de um júri. Ou seja, três dias de folga, por conseguinte. E quero crer de que é louvável o projeto do Senador Paulo Paim, todavia, nós temos que ter a preocupação no sentido de buscarmos certamente uma lei que também não prejudica as atividades empresariais, na medida em que se nós fazermos conta, se todo trabalhador tirar um mês, ou seja, um dia durante 12 meses do ano, certamente nós teremos alguns milhões de dias de serviços não prestados por nossos trabalhadores. Não sou contra o projeto, agora, eu espero que nós possamos regulamentar de tal forma que permitamos contabilizar a atividade comercial e certamente atendendo o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim.

De forma que eu acho muito importante, colegas Senadores, nós discutirmos, pedirmos aqui, acho que deixou com muita clareza de forma coletiva nós pedirmos vista nesse processo e discutirmos com maior profundidade que naturalmente é um projeto melindroso e é um projeto que temos que discutir para que ninguém seja prejudicado. São essas minhas palavras, muito obrigado Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, ainda para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos dar a palavra inicialmente ao Senador Osmar Dias que solicitou. Em seguida Flexa Ribeiro, pra rediscutir.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou ser breve. Já está praticamente esgotada a discussão, e também foi pedido vista do projeto, e a discussão deve ficar para o momento em que nós vamos fazer a votação. Mas, eu gostaria de fazer uma observação. Em todos os países do mundo o que se procura hoje é aproximar o empregador e o trabalhador cada vez mais. Quando você impõe através de uma lei um benefício que seja ao trabalhador, isso passa a ser motivo de mais um conflito entre empregador e trabalhador. Quando nós aprovamos aqui as comissões de conciliação prévia, e elas no início deram resultado e depois foram se perdendo porque o mau uso da comissão de conciliação prévia acabou prejudicando seu resultado, a intenção qual era? É permitir mais liberdade de negociação entre trabalhador e empregador.

Esse projeto ele coloca uma obrigação, praticamente. Quer dizer, o empregador vai ser obrigado a aceitar a escolha pelo trabalhador do dia que ele quer faltar. E isso evidentemente que vai trazer transtornos ao planejamento da empresa, vai trazer transtornos ao funcionamento da empresa, e como já se disse aqui, o Antônio Carlos Júnior já disse, se houver a coincidência da escolha do mesmo dia, o prejuízo então será enorme.

Então, eu tenho dúvida. A intenção é boa, mas eu tenho dúvida se nós não estamos legislando na direção contrária daquilo que se propõe modernamente. Ou seja, que haja mais entendimento entre quem emprega e quem trabalha, para que esse entendimento leve, por exemplo, ao trabalhador solicitar um dia que não lhe será negado para que ele falte para cuidar de seus assuntos particulares. Agora, colocar isso numa lei eu tenho dúvida se não estamos andando no caminho inverso. Se a modernização não seria exatamente no sentido de assegurar o direito dos trabalhadores, mas permitir maior harmonia na negociação entre empregador e trabalhador. Por isso eu também endosso o pedido de vista pra gente analisar melhor o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Devolvo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Presidente, Senador Eliseu Resende. É muito rápido. É só para dizer que todos nós, como já foi aqui demonstrado, temos o maior interesse em fazer com que essa relação entre capital e trabalho seja cada vez mais harmoniosa. Eu próprio tenho um projeto que vai chegar a essa Comissão em que eu proponho também para os pais de deficientes, que eles tenham também a possibilidade de terem liberdade durante... Por seis dias ao ano para que possam levar esses deficientes ao tratamento médico. Quer dizer, aí você tem uma justificativa que é de que o responsável pelo deficiente precisa de se ausentar do trabalho, desde que programado, evidentemente, para levá-lo ao atendimento médico. No caso aqui não há nenhuma justificativa plausível, a não ser que nós possamos no pedido de vista com o Relator e o autor alterarmos, talvez até o conteúdo do projeto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, depois da proposta do querido Senador Flexa Ribeiro, acho que nós tínhamos que aprovar o projeto do Senador Paulo Paim. É bem melhor, bem mais generoso neste caso aqui me parece que o senhor quer conceder seis dias no...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito bom. Talvez V.Ex^a não levantou quantos milhões de deficientes o Brasil tem, né?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Concordo, é louvável, é meritório o projeto de V.Ex^a. Mas eu acho que nesse caso, a proposta do Senador Paulo Paim é bem mais generoso entre a relação capital e trabalho que seria patrão e empregado. Ninguém está tirando o mérito do projeto de V.Ex^a. De qualquer forma está de parabéns. Mas o projeto do Senador Paulo Paim eu acho que também nesse caso é digno de aplauso de todos nós aqui reconhecermos a sua luta em defesa dos trabalhadores brasileiros. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria foi demonstrada ser de profunda preocupação dos Senadores membros dessa Comissão. Houve reflexões importantes e manifestação dos Senadores Sibá Machado, Gerson Camata, Osmar Dias, Flexa Ribeiro, no sentido de pedido de vistas. Jayme Campos também. Concederemos então vista coletiva ao projeto para discussão mais profunda da matéria. Eduardo Azeredo também.

O Item 9 é Projeto de Lei, terminativo. Passaremos para o Item 10, não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 01/2007. Fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar. Verniz e materiais similares e dá outras providências. Autoria, Deputado José Roberto Arruda, Relator Senador Eduardo Suplicy. Parecer pela aprovação da matéria com as Emendas 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de informar que tendo enviado à Comissão de Assuntos Econômicos um novo parecer, ao final do ano, o meu novo parecer não é o que está aqui publicado na página 204.

Então, acho que seria próprio que talvez possa ser distribuído o parecer que eu entreguei ao final do ano para que todos possam acompanhar e quem sabe possa haver o tempo necessário para isso. V.Ex^a pode passar para outro projeto e eu permaneço aqui e daqui a instantes para que todos possam ter o texto, Sr. Presidente. Está bem assim, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está bem. Vou passar então à discussão do Item 2 enquanto o Secretário da Mesa se entende com V.Ex^a sobre a matéria.

Item 2 da pauta. Autorização para contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de De-

senvolvimento no valor de 7 milhões, 150 mil dólares dos Estados Unidos da América para financiamento de programas, diagnósticos, perspectivas e alternativas para o desenvolvimento do Brasil a ser executado pelo núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Nós queremos designar o Senador Sibá Machado como Relator ad hoc na ausência do Senador Francisco Dornelles.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, vou direto à análise, Sr. Presidente. A operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de 7 milhões, 150 mil dólares dos Estados Unidos da América. As operações de crédito externo desta natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução de nº. 48/2007 do Senado Federal que disciplina o processo de endividamento da União. A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. A esse respeito vale ressaltar que a solicitação em exame foi encaminhada ao Senado Federal em 20 de dezembro de 2007, um dia antes da promulgação da referida resolução. Enquanto tal, todas as informações contidas no processo atendem às determinações expressas pela Resolução de nº. 96/1989, explicitamente revogada pela Resolução nº. 48/2007. Acreditamos, todavia, que esta inadequação normativa do pleito em nada obstaculiza sua apreciação pelo Senado Federal. Isto porque: Um. A resolução de nº. 48/2007 fundamentalmente procede à compatibilização do controle exercido pelo Senado Federal com as disposições contidas na denominada Lei de Responsabilidade Fiscal; Dois. A despeito da inadequação da referida Resolução de nº. 96/1989, os pleitos da União já vinham sendo instruídos e encaminhados a esta Casa nos termos determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, basicamente reproduzidos na nova resolução referida; Três. Toda a conformação do processo de negociação do empréstimo que culminou na mensagem sob exame se processou sob a égide da Resolução nº. 96/1989 e que não pode em definitivo ser desconsiderado pelo Senado Federal; Quatro. Por fim como a mensagem trata de solicitação para a contratação do primeiro empréstimo do exercício que se inicia é evidente que os novos limites de endividamento definidos pela Resolução nº 48/2007 encontra-se plenamente atendidas pela União, independentemente da disponibilidade de seus cálculos no processado encaminhado ao Senado Federal. Ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou ao Presidente desta Comissão o Ofício de nº. 1.196 de 15 de fevereiro do corrente ano, onde afirma este respeito que em estudos

realizados por essa Secretaria referentes aos limites de endividamento da União foi confirmada a existência de margem para a contratação da pleiteada operação conforme os limites estabelecidos pelo Senado Federal na mencionada Resolução nº. 48/2007. Desta forma esta Secretaria mantém o entendimento contido no sítio parecer 258/2007, no sentido de não se opor à contratação da mencionada operação de crédito com o BID. Nesse contexto relativamente à solicitação em exame cabe destacar os seguintes aspectos: A. Há suficiente margem de endividamento da União para a contratação de pretendida operação de crédito externo; B. O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF nº 2.793 de 14 de dezembro de 2007 encaminhado ao Senado Federal conclui que a minuta de contrato de empréstimo não contém cláusula de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e crédito. É assim observado o disposto do art. 8º da Resolução nº. 48/2007 do Senado Federal como também exigia a revogação Resolução nº. 96/1989; C. Relativamente à exigência constitucional reproduzida na Resolução nº. 48/2007 de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informada pela Secretaria de Planejamento de Investimentos Estratégicos, SPI, que o programa referido encontra-se incluído na ação Estudos da Rede Nacional de Instituições e Pesquisas e Planejamento do Programa de Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas do Plano Plurianual da União de 2004 e 2007, programa esse mantido no PPA 2008, 2011. Ademais quanto à previsão orçamentária entende a Secretaria do Tesouro Nacional considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o ingresso de recursos externos para a contrapartida nacional e para o pagamento dos encargos financeiros da LOA 2007 sendo ela suficiente para dar suporte ao programa no exercício. Ademais, como de praxe caberá aos órgãos responsáveis pela execução do programa providenciar nas épocas oportunas a suplementação orçamentária quando necessária e a fim de compatibilizar o ingresso de bens e serviços e adotar as medidas cabíveis para inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito equivalente a 5,75% ao ano constitui-se em um indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional em face do custo médio anual da captação do próprio Tesouro um dólar mercado internacional. Por fim, a observância pela União das demais restrições

e exigências estabelecidas na Lei Complementar de nº. 101 de 4 de maio de 2000.

Quanto ao mérito do programa há que se enfatizar ele propiciará o fortalecimento da missão institucional do IPEA, alavancando sua expertise e promovendo maior visibilidade dos estudos de seu trabalho. A maior e mais ampla disponibilidade de informações, metodologias, diagnóstico, alternativas de solução, medidas e instrumentos e certamente tornarão mais eficazes as políticas públicas concebidas, formuladas e executadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal.

Voto, Sr. Presidente. Somos assim favoráveis à autorização pleiteada da Mensagem nº. 02/2008 nos termos do seguinte. Projeto de Resolução que acho que tem que ser lido, Sr. Presidente.

O Senado Federal resolve. Art. 1º, a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor total de 7 milhões, 150 mil dólares com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID. Parágrafo Único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Diagnóstico, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil a ser executado pelo núcleo de assuntos estratégicos da Presidência da República por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA; Art. 2º. As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes. Item 1. Devedor, República Federativa do Brasil. Item 2, credor. Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID. Item 3, valor total. É de 7 milhões e 150 mil dólares dos Estados Unidos da América. Item 4. Prazo de desembolso, até seis anos contados a partir da data de entrada em vigência do contrato. Item 5, amortização, em 30 parcelas semestrais consecutivas e na medida dos possíveis iguais vencendo-se a primeira seis meses após o prazo do último desembolso e a última 20 anos da data de assinatura do contrato de empréstimo. Item 6. Juros. Exigido semestralmente em 15 de março e 15 de setembro de cada ano iniciando-se aos seis meses da data de assinatura do contrato calculado sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta pela Libor trimestral para dólar americano acrescida de spread e a ser definido pelo BID. Item 7, Comissão de compromisso até 0,75% ao ano calculado sobre o saldo devedor não embolsado do empréstimo exigido semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros entrando em vigor 60 dias após a assinatura do contrato. Item 8, recursos para a inspeção e supervisão geral. Até 1% sobre o valor do empréstimo dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso, recursos esse destinado a atender das despesas de inspeção e supervisão. Parágrafo Único. As datas de

pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos previstas na minuta contratual poderão ser alterados em função da data de sua assinatura. Art. 3º, autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de 540 dias contados da data de sua publicação. Art. 4º, essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, este é o Relatório do Senador Francisco Dornelles, muito bem redigido e agradeço a V.Exª por ter me dado a condição de ter lido.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, evidente que as condições financeiras são positivas, são boas, juros baratos... Mas, o objetivo é que nos deixa realmente preocupados, porque o recurso para ficar pensando o futura(F), SEALOPRA, o IPEA. Nós sabemos que o IPEA lamentavelmente está sendo conduzido de forma política, nós tivemos recentemente a demissão de vários pesquisadores do IPEA... De maneira que eu considero que o desperdício nesse Governo é que me assusta muito. O desperdício e a pouca eficácia. Nós temos aí vários e vários projetos que existem só no papel, na execução são morosos pela indecisão do próprio Governo... Então essa questão de uso de recursos para funções não prioritárias, com o viés político partidário, deve ser visto com muita cautela. De maneira que eu quero pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Concedida vistas ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Também quero...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero também acompanhar o pedido de vista do Senador Eduardo Azeredo. Até porque eu acho que como o projeto ele diz que é financiamento parcial do Programa Diagnóstico, Perspectivas e Alternativa para o Desenvolvimento do Brasil. Eu acho que caberia aqui, já que o Relator, o Senador Francisco Dornelles não se encontra, o Senador Sibá Machado, que foi o Relator ad hoc não está inteirado do projeto, então acho que o pedido de vista é importante para que possamos conversar com o Relator, Senador Francisco Dornelles, e acho até que caberia uma Audiência Pública para que nós pudéssemos aqui, com o Ministro Mangabeira Unger, e os pesquisadores do IPEA, nós discutirmos

a aplicação desses recursos aqui para o programa de desenvolvimento futuro do Brasil. Nós estamos preocupados com o desenvolvimento presente do Brasil. Eu acho que a longo prazo todos nós só temos uma certeza, é que vamos morrer.

Então, vamos pedir vista para podermos conversar com o Senador Francisco Dornelles e, se for o caso, até pedir uma Audiência Pública para discutir o conteúdo do programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço desculpas, acho que não é para criticar nem nada, mas tem um Item, um artigo do Item 14 da exposição que talvez no pedido de vista vai ter que dar uma explicação. Diz assim, os valores previstos na LOA 2007 são suficientes para atender as ações previstas no período que serão financiadas com recursos externos. Então eu estou... Como se a gente tem pela Lei Orçamentária a verba, como é que vai fazer o empréstimo? Tem o atendimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Sibá Machado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para um esclarecimento para não ter...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Porque o programa, todo esse trâmite para a contratação do empréstimo, com certeza vai atrasar um pouco. Não é uma coisa para imediato. E para que não se perca a idéia do que o programa se propõe para fazer os estudos, toda a análise do País, prevendo um planejamento de mais longo prazo, é claro que já se foi adotado. Na LOA o recurso para este primeiro momento. Mas o que o Governo está precisando é do empréstimo para dotar o IPEA, dar as condições que ele possa exercer por todo o período que o programa se dispõe a realizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De qualquer forma, dada as manifestações dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo, eu concedo vista coletiva para o projeto. Para a mensagem do Senado Federal.

Vamos voltar ao Item 10. Senador Eduardo Suplicy com a informação de que o parecer já foi distribuído.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente. Estou pronto para a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Trata-se de parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº.

01/2007 de autoria do Senador José Roberto Arruda que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil, escolar, verniz, materiais similares e dá outras providências. A proposição foi examinada na Câmara, aperfeiçoada pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Seguridade Social, Constituição e Justiça, e o objetivo é reduzir os riscos à saúde humana, principalmente as crianças, em decorrência da exposição ao chumbo como consequência da utilização de tintas em residência e materiais protegidos com esse produto. A proposição veda a fabricação, comercialização, distribuição e importação desses produtos com concentração igual ou superior a seis centésimos por cento de chumbo em peso, cujo limite será determinado por laboratórios em instituição científica reconhecidos pelo Poder Público em conformidade com as normas técnicas nacionais ou internacionais. Essa regra não se aplica aos produtos utilizados em equipamentos agrícolas e industriais e outros produtos especificados em lei. A restrição não alcança os já importados ou já em processo de importação anteriores à vigência dessa lei. A partir da vigência os produtos importados se submeterão aos limites estabelecidos cabendo ao importador sob solicitação apresentar os resultados de testes laboratoriais. O projeto ainda estabelece as penalidades ao fabricante e ao importador que deixar de atender o disposto nesta proposição as quais serão impostas pela autoridade executiva competente mediante processo administrativo considerando a natureza, a gravidade, o prejuízo resultante da infração. Os produtos em estoque terão 365 dias após a publicação da lei para serem comercializados após o que só poderão ser vendidos se preencherem os requisitos dessas normas. A matéria é submetida a esta Comissão a observância ao que dispõe Regimento Interno do Senado não merece reparos quanto à constitucionalidade, juridicidade regimental e técnica legislativa. Tem o louvável objetivo de proteger a saúde dos brasileiros ao tentar reduzir os riscos de contaminação pelo chumbo daqueles que entram em contato com tintas, vernizes ou outros similares. Esses seus compostos são de grande utilidade por vezes até insubstituíveis em certas aplicações industriais. Entretanto, devido ao seu caráter altamente tóxico, são necessárias medidas de prevenção com o objetivo de preservar a saúde das pessoas que se utilizam ou entrem em contato com tais produtos. Por isso o Deputado Arruda justifica na proposição original o limite fixado em 0,06% de concentração de chumbo, tal qual o proposto por outros países, como Austrália e Estados Unidos, protege tanto a saúde dos trabalhadores como as crianças. Concentrações inferiores a esse valor que reduziria ainda

mais os riscos que são difíceis de serem obtidas em processos industriais devido a contaminação de chumbo existente em diversas matérias-primas utilizadas na formulação de tintas. Solicitei para subsidiar esta confecção a Agência Nacional de Vigilância Sanitária um estudo acerca do projeto, e ela elaborou a nota técnica 6/2007 favoravelmente à proposição e sugeriu quatro aprimoramentos, os quais acatei mediante Emenda de Relator. A ANVISA entende que a penalidade administrativa correta, previsto no art. 3º é a advertência, e não a de notificação. A notificação a rigor corresponderia aos atos de autoridade administrativa realizar qualquer comunicação ao autuado referente aos atos do processo administrativo. Ainda associado às penalidades administrativas, a agência é favorável à adoção de normas legais que permitam a aplicação de multas, segundo critérios de proporcionalidade. É uma medida mais justa do que uma penalidade estabelecida em um único valor. Mas é um critério de difícil operacionalidade. A definição do valor da multa deverá ser feito por ato do chefe do Poder Executivo Federal no momento da regulamentação da lei. Neste sentido a instituição sugere que a penalidade oscile entre dez mil reais a cem mil reais. O estudo sugere também a reincidência na mesma conduta ilegal que quando houver a reincidência importará na aplicação de uma nova penalidade agora de valor igual ao dobro do valor máximo da multa, ou seja, 200 mil reais. E por fim, a ANVISA é contrária à entrada em vigor da lei após 180 dias após a sua publicação. Entende-se que o texto proposto já apresenta dispositivos que permitirão uma transição adequada para a nova regra.

Desse modo entendemos não haver qualquer obstáculo à entrada em vigor imediata da norma. Em resposta à nota técnica, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tinta, a ABRAFATI, preparou documento contrarrestando as disposições da ANVISA. O documento empresarial foi apreciado pela agência governamental que o respondeu por meio de nova nota técnica 11/2007, de primeiro de outubro de 2007 subscrevendo as disposições originais anteriores que foram assumidas no meu voto.

Sr. Presidente, eu acabo de conversar com o Presidente... Sr. Presidente, Senador Eliseu Resende, eu acabo de conversar com o Presidente da ANVISA, Dirceu Raposo de Mello, uma vez que de outubro para cá já se passaram quase que cinco meses. E a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tinta, a ABRAFATI, informa que temeria que este prazo adicional que já aconteceu pela tramitação, de alguma forma já leva em conta a preocupação da ANVISA, e que se pudessemos votar sem a necessidade do projeto voltar à Câmara, então não haveria, digamos, o tempo de tramitação

adicional que haverá desde agora, ou a aprovação no Plenário, até a tramitação na Câmara. Mas, eu pedi ao Presidente da ANVISA, Dirceu Raposo de Mello que pudesse dar um parecer sobre esta decisão antes de votar. Ainda não houve o tempo. Então, eu vou fazer a seguinte sugestão. Tendo lido o parecer, estando todos os Senadores já cientes, que possamos votar esta matéria na próxima semana, e já com o parecer completo da ANVISA. Eu por isso faço essa recomendação que possamos adiar, estando já a matéria lida, distribuída aos Srs. Senadores, e todos, portanto, conscientes e a própria ANVISA ela poderá nos dar o parecer que eu acatarei, Sr. Presidente, para agir de acordo com a avaliação técnica daqueles que estão estudando em profundidade este assunto e levando em conta também a ponderação feita pela ABRAFATI.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar o Senador Suplicy até pela compreensão dele em estabelecer uma semana para receber parecer da ANVISA, que é a responsável pelo acompanhamento de procedimentos, principalmente de produtos que possam trazer consequência para a saúde pública.

Então, eu concordo com o Suplicy. Só que eu queria aproveitar, Senador Suplicy, levantar essa questão que fala no chumbo, do programa que a TV Globo tem feito pedindo à população que denuncie a localização de lixo tóxico, que não estão sendo visualizado pelas autoridades competentes e trazendo problemas sérios para uma região quase que inteira com a infiltração que faz pelo lixo tóxico pela própria estrutura do material que a protege.

Então, toda semana tem sido apresentada uma região em que o lixo tóxico está contaminando a população com consequências graves para a saúde pública e quem vai pagar o pato é o SUS e o cidadão. O cidadão que às vezes começa a sentir dificuldade de respiração, problema de fígado, e uma série de outros problemas de saúde sem saber qual é a motivação. Mas é a localização próxima de lixo tóxico. Eu peço desculpas ao Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu agradeço as suas ponderações e informação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque acho muito importante. E estão falando muito do chumbo mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Agradecemos a contribuição do Senador Tuma e a matéria ficará então adiada agora a pauta da próxima semana, de acordo com a solicitação

do Senador Suplicy, Relator, no aguardo da manifestação da ANVISA.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Item 11. Mensagem do Senado Federal para aprovação da programação monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2008. Essa matéria não será apreciada hoje, uma vez que sua votação está vinculada à vinda do Exm^o. Sr. Henrique Meireles Presidente do Banco Central do Brasil. A matéria fica adiada. A pauta encontra-se esgotada. Nada havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h05.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Antonio Carlos Júnior, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, tendo falta justificada em virtude de estar de licença para tratamento de saúde, Romero Jucá, Pedro Simon, Gilvam Borges e Kátia Abreu. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Mensagem nº 46/08 (nº 56, na origem), de 13 de fevereiro de 2008, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao quarto trimestre de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Pre-

sidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 02, de 2008, não terminativa, que “solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 7,150,000.00 (sete milhões, cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 19/02/08, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. A Presidência registra a presença no Plenário da Comissão do Sr. Renato Lóes Moreira, da Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA. Após a leitura do Relatório pelo Senador Francisco Dornelles, usam da palavra os Senadores Eduardo Azeredo e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 254, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí, em 13 de novembro de 2007”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Inácio Arruda e ao iniciar a discussão da Matéria, o Senador Heráclito Fortes, juntamente com os Senadores Mão Santa e João Vicente Claudino, apresentam Sugestão ao Parecer do Relator. Em virtude da presença de Representantes do Governo do Estado do Piauí, da Secretaria de Fazenda e dos Bancos do Estado, o Vice-Presidente em exercício, Senador Eliseu Resende, atendendo solicitação do Senador Heráclito Fortes e com consentimento dos Membros da Comissão, convida para se sentarem à Mesa, o Exmo. Sr. Wilson Nunes, Vice-Governador do Estado do Piauí, Exmo. Sr. Antonio Neto, Secretário da Fazenda do Estado do Piauí, Sra. Lêda Maria dos Remédios Melo Vaz Fontinelle, Presidente da Associação do Banco do Estado do Piauí, e o Sr. Carlos Arias Fonseca Camarão, 1º Secretário do Sindicato dos Bancários do Piauí, para prestar esclarecimentos e informações sobre a Matéria. Após as informações prestadas

pelos referidos convidados, o Relator, Senador Inácio Arruda, acata a Sugestão do Senador Heráclito Fortes que será incorporada ao Parecer. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Emenda de Plenário nº 01 oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, não terminativa, que “dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 01, de 2007, não terminativo, que “fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências”, de autoria do Deputado José Roberto Arruda, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. Ao ser anunciada a Matéria o Relator, Senador Eduardo Suplicy, apresenta novo Relatório concluindo pela aprovação do Projeto, retirando as emendas apresentadas anteriormente. Após a leitura do novo Relatório, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Flexa

Ribeiro, que solicitam Vista da Matéria. A Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2005, não terminativo, que “determina que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação”, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. Em 13/05/05 foi apresentada a Emenda nº 01, de autoria do Senador Mão Santa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 01 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros que essa Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento. Mensagem nº. 46/8 de 56 na origem. De 13 de fevereiro de 2008 encaminhando nos termos do inciso II do art. 7º da Lei 9.069/1995, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao quarto trimestre de 2007. As razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício Circular.

Primeiro item pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 02/2008, não terminativa. Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, no valor total de até sete milhões, 150 mil dólares dos Estados Unidos da América. Para financiamento parcial do Programa: Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil. Programa a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Autoria da Presidência da República, Relatoria do Senador Francisco Dornelles, com o parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 19 de fevereiro de 2008 foi concedida vista coletiva. Antes de dar a palavra ao Relator queremos registrar a presença do representante do IPEA, Dr. Renato Lóes Moreira neste Plenário. Dr. Renato é Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do IPEA. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse V.Ex^a, trata-se de uma operação de crédito entre a República Federativa e o Banco Interamericano com o objetivo de conseguir recursos para o IPEA desenvolver trabalhos no campo da pesquisa. O Senador Sibá Machado, na última reunião, leu o Relatório e deu um parecer favorável à mensagem do Executivo. Senador Eduardo Azeredo havia pedido vista, com ele já conversei hoje, me disse ele que não tem objeção à aprovação desse projeto, de modo que como se trata de uma operação de crédito que já foi examinada por essa Casa na Sessão anterior, o meu parecer é ratificar o parecer lido pelo Senador Sibá Machado, pela aprovação da mensagem do Executivo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Apenas confirmando que as informações recebidas do IPEA, tanto da direção quanto também do ex-Ministro

Reis Velloso realmente superam todos os obstáculos e da minha parte estou favorável ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, por ocasião do exame do primeiro item, relativo ao IPEA, considero um instituto que desde a sua fundação vem realizando projetos e pesquisas de grande relevância para todos nós brasileiros, gostaria de dar uma boa nova. Eu visitei o nosso Presidente Senador Aloizio Mercadante, nesse último sábado, ele se encontra em casa, se recuperando plenamente, avalio por todas as informações que já na próxima semana ele poderá estar aqui conosco e plenamente recuperado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador. Vamos aguardar a presença do nosso Presidente Aloizio Mercadante.

Continua a matéria em discussão. Em votação o parecer do Relator. Senadores que concordam com o parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer favorável nos termos do PRS apresentado.

Item nº. 02 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº. 254/2007. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição celebrada entre a União e o Estado do Piauí em 13 de novembro de 2007. Autoria da Presidência da República. Relatoria do Senador Inácio Arruda. Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Estão presentes neste Plenário, com muita honra para esta Comissão, o Vice-Governador do Estado do Piauí, Wilson Nunes Martins, o Secretário da Fazenda do Estado do Piauí Antônio Rodrigues de Sousa Neto, e o representante do Banco Central do Brasil, Dr. Luiz Eduardo Cassolaro. A matéria será apreciada por esta Comissão neste momento, para isso damos a palavra ao Relator, Senador Inácio Arruda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de acrescentar entre as presenças ilustres dois servidores do Banco do Estado que pra mim são... Banco do Estado do Piauí que pra mim são as peças mais importantes desse Plenário nesse momento. Que é a figura do servidor daquela entidade, que é Rita de Castro e o Camarão. São dois líderes sindicais que estão presentes aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica registrada a presença manifestada pelo Senador Heráclito Fortes. Alguém pediu a

palavra, pela ordem? Alguém pediu a palavra... Alguém fez alguma referência...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente. Sobre esse item eu vou pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Podemos ouvir...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Claro. Mas de qualquer maneira pedirei vistas ao final das audiências.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem. Com a palavra o Relator Senador Inácio Arruda.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Posso fazer uma recomendação ao Senador Antônio Carlos. Porque tendo em vista que temos aqui o Vice-Governador, Secretário da Fazenda e outros dos mencionados pelo Presidente e pelo Senador Heráclito Fortes, quem sabe fosse de bom senso que nós possamos pelo menos ouvir o representante do Governo do Estado do Piauí sobre a aplicação desse recurso antes da decisão de pedir vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De qualquer maneira temos que ouvir inicialmente o parecer do Relator Inácio Arruda. Com a palavra o Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº. 254/2007, nº. 936 de 05/12/07 na origem, da Presidente da República que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a adição do terceiro termos aditivo de retificação e ratificação ao contrato de abertura de crédito de compra e de venda de ações sob condição celebrado entre a União e o Estado do Piauí. Relatório. O Presidente da República encaminha para Estado do Piauí.

Relatório. O Presidente da República encaminha para exame do Senado Federal Mensagem nº. 254 de 06/12/07, nº 936/2007 na origem pela qual o Presidente da República propõe a autorização do Senado Federal para adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ações sob condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí em 13 de novembro de 2007.

Como parte do programa de incentivo à redução da presença do setor público estadual na atividade financeira, PROES, foi firmado em 26 de fevereiro de 1999, entre a União e o Estado do Piauí, o contrato de abertura de crédito de compra e venda de ações sob condição pela qual o Estado do Piauí transferiu para a União o controle acionário do Banco do Esta-

do do Piauí, BEP conforme os objetivos do programa e nos termos da Medida Provisória nº. 2.192-70 de 24 de agosto de 2001, e do contrato firmado a União assumiu o compromisso de privatizar o BEP, Banco do Estado do Piauí.

No entanto, de acordo com a exposição de motivos do Ministério da Fazenda, exposição nº. 172/2007, que acompanha a Mensagem 254/2007, até o presente não foi concluído o processo de privatização daquele Banco. Assim, com o intuito de pôr fim à indefinição e conseqüente deteriorização do patrimônio público, os governos estadual e federal chegaram à solução de incorporação do BEP, a instituição financeira oficial, o que atende também aos anseios da sociedade piauiense pela manutenção do banco como instituição pública. Ainda, conforme a exposição de motivo, essa decisão está amparada na Medida Provisória nº. 2.192/70 de 24 de agosto de 2001. Originalmente MP nº. 1.514 de 1996 que em seu art. 1º, Parágrafo Único, estabelece que a extinção das instituições financeiras pode se dar por intermédio de processo de incorporação, fusão, cisão, ou qualquer outra forma de reorganização societária legalmente admitida. Ao mesmo tempo respeita-se o objetivo do PROES de retirar as instituições financeiras do controle estadual. Alteração do objetivo do contrato de empréstimo original autorizado por intermédio da Resolução nº 17/1999 do Senado Federal tem respaldo igualmente na Lei Estadual 5.036 de 27 de novembro de 1998. Sendo assim, considerou-se o Banco do Brasil a instituição mais adequada à incorporação por ter o capital aberto e apresentar ações negociadas no mercado de capitais em significativo volume e elevada liquidez. No processo encontra-se parecer favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGNF/CAF nº 2.456/2007 e nota conjunta nº. 127/STN/COAF/COREF de 8 de novembro de 2007 da Secretaria do Tesouro Nacional também favorável à proposta.

Análise. O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional consoante à mudança na finalidade do contrato original que previa a privatização do BEP baseia-se essencialmente na nota conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional, que apresenta seguintes argumentos para respaldar a proposta. O art. 3º, inciso I da Medida Provisória nº 1.773/74 de 11 de fevereiro de 99, atual Medida Provisória nº. 2.192-70 de 24 de agosto de 2001 autorizou a União a adquirir o controle de instituições financeiras estaduais exclusivamente para privatizá-las ou extingui-las. Ademais, a Lei Estadual de 5.036 de 27 de novembro de 98 em seu art. 1º, inciso II, autorizou o Estado do Piauí a transferir a União o controle acionário do BEP para cumprir o objetivo previsto na Medida Provisória. Com base nesses dispositivos a União e o Estado do Piauí

celebraram em 26/02/1999, contrato de abertura de crédito e contrato de compra e venda de ações sob condição aditado em 25/06/01 e 16/12/03 com o objetivo de privatizar o BEP. O processo de privatização não foi concluído uma vez que o Governador que vinha autorizando a negociação com o BACEN para as providências necessárias de privatização foi cassado. Abro aqui um parêntese, Sr. Presidente, para dizer que cassado injustamente, o que praticamente paralisou o processo de privatização.

Dessa forma apenas em 4/11/2002 foi publicado edital de venda do BEP, marcando o leilão para 23/12/02. Porém, em 19/02/02, o Juiz da 1ª Vara da Justiça Federal, Seção Piauí, determinou sua suspensão. O atual Governador do Piauí empossado em 2003 posicionou-se contrariamente à privatização. Tanto o Governo Federal como o Governo Estadual decidiram que o BEP não será privatizado. Em reuniões do Ministério da Fazenda com representantes do Estado, ficou definido como melhor alternativa a extinção do BEP, sob incorporação ao oficial(F) federal, ressaltando-se que a União sempre destacou os aspectos financeiros negativos para aquele ente da decisão de não privatizar o BEP.

No contexto, o Banco do Brasil seria a instituição financeira com melhores condições para a operação por apresentar capital aberto, ações negociadas no mercado de capitais, e significativo volume e elevada liquidez. A operação também seria de interesse do Banco do Brasil que busca expandir suas atividades.

Há necessidade de aditamento ao contrário de abertura de crédito de compra e venda de ações sob condição celebrado em 26/02/99 editado em 25/06/01 e 16/12/03 e de resolução do Senado Federal para aprovar o novo ajuste, bem como de Decreto Presidencial para retirar o BEC do Programa Nacional de Desestatização. Em consonância com essas justificativas, o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional afirma que a alteração contratual pretendida encontra amparo legal nos termos do inciso I, do art. 3º do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº. 2.192-70 de 24 de agosto de 2001. O mesmo parecer ressalta que o terceiro termo aditivo em nada altera as normas e obrigações financeiras originalmente firmadas entre a União e o Estado do Piauí que não haverá transferência de recursos e que o preço final da instituição financeira federalizada calculada para fins de incorporação continuará a destinar-se como antes a abater a dívida estadual do Tesouro Nacional.

Além disso, a mudança proposta não configura operação de crédito, tal como definida no inciso III, art. 29 da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal. Nem sob a forma de inovação,

refinanciamento ou postergação de dívida, o que seria vetado pelo art. 35, caput da referida lei.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional destaca também que o termo aditivo possui cláusula de eficácia que submete a geração de efeitos à edição de resolução pelo Senado Federal e a exclusão do BEP do Programa Nacional de Desestatização.

Voto. Pelo exposto somos pela autorização pleiteada na Mensagem nº 254/2007 nos termos do seguinte: Projeto de Resolução do Senado nº. 2007 autoriza do Estado do Piauí a firmar terceiro aditivo de retificação e de ratificação contrato de abertura de crédito de compra e venda de ações sob condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999. O Senado Federal resolve. Art. 1º, é o Estado do Piauí autorizado a firmar o terceiro termo aditivo de retificação e ratificação datado de 13 de novembro de 2007, ao contrário de abertura de crédito de compra e venda de ações sob condição celebrado com a União em 26 de fevereiro de 1999. § 1º. O contrato referido no caput objetiva respaldar a incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil SA em comum acordo entre a União, detentora do controle acionário dessa instituição financeira, e o Estado do Piauí. § 2º. A União adotará os procedimentos necessários à exclusão do Banco do Estado do Piauí do Programa Nacional de Desestatização. § 3º. A presente aprovação confere plena eficácia ao referido termo aditivo ficando ratificadas todas as demais posições do contrato a que alude o caput desse artigo. Art. 2º, essa resolução entra em vigor na data da sua publicação. Sala das Comissões, Presidente em exercício, nosso querido Senador Eliseu Resende, Relator que acaba de dar o parecer, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A matéria está em discussão. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes. Antes de dar a palavra ao Senador Heráclito Fortes, eu gostaria de registrar a presença também no Plenário de D^a Leda Maria do Remédio Melo Vaz Fontenelle, Presidente da Associação do Banco do Estado do Piauí e do Sr. Carlos Arias Fonseca Camarão, Primeiro Secretário do Sindicato dos Bancários do Piauí. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero primeiro pedir desculpas aqui, eu chamei a funcionária de Rita de Castro, quando na realidade é a Leda. Eu quero pedir desculpas. Foi informação aqui errada da minha assessoria.

Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, lembrar que existe uma solicitação de Audiência Pú-

blica na Mesa. Que tem precedência sobre a votação. A minha disposição é de retirá-la. Para isso, nós costuramos um acordo e o Governador em exercício está aqui presente, os diretores do Banco, exatamente para que nós possamos esclarecer algumas dúvidas. Em primeiro lugar, eu queria saber do Relator se ele acata a Emenda que eu apresento e que se encontra sobre a Mesa, que posso até ler se for o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pedimos a leitura do Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acrescente-se ao... No § 4º, art. 1º do projeto de resolução apresentado como conclusão do parecer do Relator a Mensagem 254/2007. § 4º. A autorização concedida no caput referente ao processo de incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil implica que a política de gestão de pessoas conferida aos empregados do Banco do Brasil S/A aos empregados egressos do Banco do Estado do Piauí que optarem pelo regimento funcional do Banco do Brasil. A justificativa, Sr. Presidente, a presente Emenda tem por finalidade garantir que a absorção pelo Banco do Brasil dos empregados do Banco do Estado do Piauí envolva garantias funcionais aos empregados absorvidos já que a legislação trabalhista não dispõe de mecanismos amplamente adequados de proteção em situações como estas. Com a aprovação dessa Emenda o Senado Federal assegurará efetivamente que os bancários oriundos do Banco do Estado do Piauí tenham tratamento isonômico e igualitário em direitos, deveres e obrigações, em comparação a seus pareceres já pertencentes aos quadros do Banco do Brasil. Sala das Comissões, Heráclito Fortes, com o apoioamento do Senador Mão Santa e João Vicente Claudino.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Depois eu apresento o Requerimento. Primeiro a Emenda, depois o Requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proposição do Senador Heráclito Fortes, não sei se subscrita... Subscrita pelos três Senadores do Estado do Piauí. Evidente que reverte-se de grande importância porque busca proteger os funcionários do Banco do Estado do Piauí, no processo de incorporação ao Banco do Brasil. Eu considero muito ajustada, correta e necessária à precaução dos Senadores piauienses em relação aos servidores do Banco do Estado do Piauí. Por isso o meu parecer é favorável pela aprovação da Emenda apresentada pelo Senador Heráclito Fortes, subscrita

aqui pelos Senadores João Claudino e pelo Senador Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Heráclito Fortes tem uma segunda proposta de Emenda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Segundo ponto é o Requerimento também assinado por mim e com o apoio dos três Srs. Senadores. Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal combinado com os artigos 215, 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda... Eu quero abrir mão dessas explicações do Ministro do Estado da Fazenda que poderá ser feita pelo Relator ou então por algum assessor técnico que esteja presente, até para simplificar e demonstrar boa vontade da solução da questão.

As seguintes informações a respeito do contrato firmado entre o Banco do Estado de Piauí e o Banco do Brasil com vistas à transferência de pagamento da folha de servidores para o Banco do Estado... Para o Banco do Brasil. Não é incorporação, é a consequência que é exatamente a venda da folha. Qual foi o valor do contrato pactuado e qual a forma e prazo de pagamento. Um. Dois. Existe parecer jurídico elaborado por identidade independente dos contratantes em favor da dispensa de licitação na escolha do Banco do Brasil para venda da folha de pagamento do Estado? Três. Que tipo de avaliação foi realizada para a definição do valor do contrato? Houve tomada de preço ou algum tipo de consulta aos eventuais interessados na compra da folha além do Banco do Brasil?

Seriam esses questionamentos, Sr. Relator, Sr. Presidente, que eu gostaria que ficasse esclarecido para registro nos anais dessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Devolvo a palavra ao Relator.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, as indagações que o Senador Heráclito faz nesse momento elas não são exatamente objeto do projeto que nós estamos apreciando. Que nós estamos apreciando o processo de incorporação do Banco ao Banco do Brasil. Os procedimentos acerca da folha do Estado do Piauí, da conta do Estado do Piauí da folha de pagamento dos funcionários é um outro procedimento, digamos assim, que são operações correlatas. Mas não são objetos exatamente do projeto que nós estamos apreciando. Embora esteja aqui presente eu acho que funcionários do Banco do Brasil, do Banco Central e também da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí. Embora nós não estejamos no processo de Audiência Pública, mas eu solicitaria a V.Exª que uma ou duas dessas autoridades pudessem fazer esses es-

clarecimentos. Digamos assim, é um requerimento do Relator a V.Exª, que uma dessas autoridades pudesse já responder de imediato, embora essas informações tenham chegado a nossas mãos, elas não são objeto do projeto. Então acho que consideraria que seria adequado se nós pudéssemos ouvir ou o Secretário da Fazenda ou o representante do Banco Central porque a gente resolveria o assunto agora mesmo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, para esclarecimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como bem argüiu aqui o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, para esclarecimento, quero apenas lembrar o Relator que encontra-se no termo aditivo na cláusula sétima, o Estado se compromete nesse ato a ter o BB como seu agente financeiro exclusivo após a incorporação do BEP no termo de contrato de prestação de serviço firmado entre o BB e BEP. Parágrafo Único. A eficácia do contrato de prestação de serviço referida na cláusula no que se refere ao serviço a ser prestado pelo BB após a incorporação, está condicionado à conclusão do processo de incorporação do BEP pelo BB. Logo, não está fora do processo.

O segundo ponto, meu caro Relator, isso foi objeto de um acordo e de uma discussão entre esse Senador e as autoridades do Estado do Piauí responsáveis pela discussão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Mão Santa. De qualquer maneira, eu entendo que o Senador Heráclito Fortes deveria ser mais objetivo no sentido dos esclarecimentos adequados para que nós possamos ouvir o representante do Banco Central e do Banco do Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São apenas três esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): E a Secretaria da Fazenda do Estado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Banco Central eu quero crer que esteja fora desse processo. Não seria o Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O Vice-Governador do Estado, Governador em exercício poderia prestar...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Poderia ser o Secretário de Fazenda do Estado do Piauí que se encontra aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Tá bem, nós faremos isso. Primeiro vamos passar a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu tenho... Eu entendo que para esse assunto de finanças ninguém melhor do que Eliseu Resende estar na Presidência. V.Ex^a foi até Ministro da Fazenda, e numa questão de sensibilidade, muita moralidade, se afastou rapidamente.

Então, V.Ex^a vai entender, mas eu entrei aí como Pilatos entrou no credo. Eu acho que afastando V.Ex^a nenhum entende mais do que isso do que eu. Eu Governei o Piauí seis anos, dez meses e seis dias. Um dos Vice-governadores está aqui. O que era líder do meu Governo está hoje nesse momento como Governador do Estado. Mas quero dizer a minha apreensão e que fique clara. O Azeredo confundiu. Eu nunca fui pela privatização. Eu fui e tive e fizemos um exemplo de Governo pelo seguinte. O primeiro Presidente desse Banco, eu nem o conhecia. Ele era Presidente das Associações dos Bancos Privados do Brasil. Já até morreu. Foi Secretário de Fazenda de Virgílio Távora. Por informações de técnicos, de amigos do Piauí, chegamos à pessoa. Nomeei um Presidente do Banco do Estado sem nem conhecer. Conheci o currículo, a história. Ele era o Presidente da Associação dos Bancos Privados. Foi Secretário de Fazenda de Virgílio Távora. Então ele fez um trabalho extraordinário, assim como Malan foi um extraordinário Ministro da Fazenda desse País. Ele que reestruturou a economia. Eu acompanhei esta conversa. Ninguém sabia quem devia a quem... Era uma zorra. Então esse Ozias Furtado fez. De tal maneira que o Banco foi muito bem. Nunca nos deu problema. Ele tinha sofrido uma intervenção, o ex-Governador também que está aí, Freitas Neto, um Senador extraordinário, reabriu o Governo.

Então, ele tinha num momento só cinco agências, talvez tenha dobrado no nosso Governo, e nós enfretamos. Nunca fomos por privatizar e nem federalizar. E ele colocou e esse Banco deu lucro todo o tempo de sua administração. Não houve nenhuma politicagem, nenhuma indignidade, nenhuma roubalheira. Ele deu lucro! E aí o Governo Federal, que tinha suas metas, exigiu que dobrasse o capital do Banco. Não foi possível. O Piauí devia naquela época sete meses a folha do funcionalismo. Então nós fomos obrigados a fazer uma parceria, quer dizer, parceria é essa solidariedade com problema de levar ou andar. E esse Ozias Furtado foi convidado para Zona Franca, ele já morreu, tal a competência, e ele mesmo indicou seu substituto. Não foi político, não. Foi um técnico, qualificado, que resolveu na mesma e esse Banco foi um orgulho como no passado que esse... Um dos seus fundadores e Presidente chegou a ser Senador, Bernardino Viana, e significava muito para a história do Piauí. Então nós nos sujeitamos a essa parceria porque não podíamos

colocar, dobrar o capital do Banco e ficamos... Então o próprio Ozias indicou o seu substituto. Ele foi. Agora, durante esse clima vamos... Eu... Nesse calvário, eu vi o sofrimento do funcionário do Banco do Estado. Esse foi um herói, esse foi sofrido, durante a intervenção dele passaram dois meses, eu era Prefeito, eles não tinham o que comer, esses sofreram muito o drama. Então nós tivemos a sensibilidade e acolher alguns dos excessos na Secretaria de Fazenda, devido os méritos deles, a competência que pagava melhor. Mas é um drama muito grande do funcionário, do bancário que acreditou, do bancário que fez concurso, do bancário que constituiu. Então essa foi a indagação que fiz ao Heráclito Fortes desde o começo que tenhamos que estar atento àquele, aquele que trabalhou, que acreditou, e saber a situação dele. Porque foi sempre... Eu não resolvi, foi provisoriamente para a Fazenda e são, segundo informação do meu ex-Vice-Governador, que é hoje Deputado Federal, são quase 200. Então acho que nós temos que ouvi-lo. Não tem negócio de ouvir... negócio da elite, que quer, que está no Governo, não. Temos que ouvir a causa, a razão, a sensibilidade do funcionário. O bancário se eles estão satisfeitos com isso. Não custa nada. E nós não podemos. Eles sofreram no meu Governo, continuam, e estão apreensivos. Essa é a minha preocupação, segundo o Deputado Osmar Júnior que acompanhou também, são quase 200 famílias.

Então, nós queremos saber como vai porque depois que é feito o contrato eles são aposentados e aí é que são abandonados. Então milhares de aposentado ali chorando, e esses ainda podem gritar. Então esse é o nosso acordo. Preocupação com o funcionário aposentado. E acho que numa Audiência Pública ele deve ser ouvido. Eles são organizados, eles são capazes, eles são competentes. Quer que eu lhe dê um exemplo? Um deles chegou a Ministro. João Henrique de Sousa. É funcionário de lá, carreira dele. Átila Lira, Deputado Federal. Então nós temos que ouvir os funcionários. Se eles estão realmente, a eles que compete. É esse o meu apelo.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente... Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra... Pois não, Senador.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Eu acho que nós tínhamos que buscar o questionamento do Senador Heráclito Fortes, tem o representante do Tesouro Nacional aqui presente Leandro Giacomazzo, para responder a essas indagações, como os representantes, Senador Mão Santa, dos funcionários e com essa Emenda assinada pela bancada, dá a tranquilidade. E o Banco do Brasil é uma instituição

de credibilidade que tem um excelente relacionamento com o seu corpo funcional. E nesse período, Senador Mão Santa, eu fui conselheiro do Banco também. Por ser Secretário do seu Governo, iniciamos a reestruturação do Banco e sei do valor do trabalho do corpo funcional de todos que fazem o Banco do Estado do Piauí. Então era importante nós darmos um segmento, Senador, para esclarecer essas... Esse questionamento colocado pelo Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, dou a sugestão no sentido de... O Senador Mão Santa está coberto de razões, essas precauções são necessárias, Senador... Só que nós temos dois dirigentes do corpo funcional do Banco do Estado aqui presentes, que é a Leda e o Camarão. Um dos dois poderá dar o depoimento. Acho importante para que fique registrado nos anais. Seria apenas uma palavra de quem conhece o teor do acordo, conhece a Emenda, eu acho positivo para se evitar o alongamento de Audiência Pública, e dar celeridade a esse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se o Relator concordar com o Senador Heráclito Fortes...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Com maior prazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Vamos ouvir inicialmente a palavra do Governador em exercício do Piauí que poderá usar de seu Secretário da Fazenda para dar os esclarecimentos solicitados pelos Relatores e pelo Plenário. Em seguida ouviremos a palavra dos representantes dos servidores do Banco do Estado do Piauí: Nós poderemos ouvir a D^a. Leda ou o Sr. Camarão, dependendo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, se for conveniente e restar dúvidas após a palavra do Secretário da Fazenda, está também presente aqui a representação da Secretaria Nacional do Tesouro Nacional, o Dr. Leandro Giacomazzo, que poderia também ser convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Relator. Vamos ouvir a palavra do Governador em exercício. Wilson Nunes Martins. Convido a sentar a Mesa, Governador. Convidamos também o Secretário da Fazenda para estar ao lado do Governador.

SR. WILSON NUNES MARTINS: Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito grato pela deferência, e pela oportunidade de falarmos aqui sobre a incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil. Primeiro lugar eu gostaria de agradecer aqui aos Senadores do Piauí, ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Mão Santa e ao Senador João Vicente, pelo que muito têm feito pelo nosso Estado, e todos nós nos orgulhamos

muito por esses três Senadores que representam o Estado do Piauí. Em nome do Governador Wellington Dias, nós queremos agradecer, que está ausente do País, a deferência que poder falar nesta manhã aqui nesta Comissão.

O controle acionário do Banco do Estado do Piauí teve início para a União em 1998. Era então Governador do Estado o atual Senador Mão Santa. E foi concluído no ano de 2000. De lá pra cá o Estado do Piauí, em 2002, entrou com uma ação para a suspensão do leilão por achar que os recursos suficientes para o pagamento do Banco do Estado eram infinitamente inferiores ao valor que o Estado acreditava ser o nosso Banco. E agora surge esta oportunidade do entendimento entre o Governo do Piauí e o Governo Federal de se fazer a incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil.

Então, são várias razões que reputamos de grande importância esta incorporação. Primeiro nós temos 49% das agências bancárias do nosso Estado pertencentes ao Banco do Brasil. São ao todo 118 agências no Piauí, 58 agências são do Banco do Brasil. E o Banco do Brasil está presente em 49 municípios do Estado. Além disso, com pontos de atendimento e inclusão o correspondente bancário em todos os municípios do Estado do Piauí.

Então, tem uma cobertura significativa, além disso, já paga 28% das contas dos servidores públicos do Estado do Piauí, e é um Banco que tem sobremaneira contribuído com o Estado. Na parte de fomento, na parte de incentivo a um dos maiores programas desse Governo, que é o Programa Nacional da Agricultura Familiar, o PRONAF, e que tem, sobretudo, levado o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, como a apicultura, a fruticultura irrigada, a cajucultura, a piscicultura, enfim, que são projetos que são tramitados no Banco do Nordeste do Brasil e no Banco do Brasil. Infelizmente o Banco do Nordeste do Brasil tem poucas agências no Estado, e além do mais uma segurança muito grande para o nosso Estado estar fazendo aí uma incorporação a uma entidade federal de muito respeito que é o Banco do Brasil.

No mais, há uma satisfação muito grande por parte dos nossos servidores, por parte do sindicato, da Associação dos Servidores do Banco do Estado do Piauí pela clareza como está sendo tratado e está tramitando este processo. Eu quero a parte técnica passar aqui para o Secretário Antônio Neto, tem também aqui o Secretário do Tesouro Nacional presente que pode dirimir alguma dúvida, mas eu quero em nome do povo do Piauí, em nome do Governador Wellington Dias, agradecer essa oportunidade que estamos tendo aqui e abraçando os Senadores Heráclito Fortes, que

ajudou muito na tramitação dessa matéria, ao Senador João Vicente, que desde o primeiro momento esteve presente na discussão assim como o nosso Senador Mão Santa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Primeiro lugar eu gostaria de louvar a atitude do Governador em exercício Wilson Martins de estar aqui, dando o seu testemunho em todo esse processo. Mas quero lembrar ao Governador que a clareza com relação aos servidores do Banco do Estado só nasceu depois dessa Emenda. Não havia no projeto original clareza nenhuma. Os funcionários estariam relegados a uma segunda etapa para uma discussão que poderia gerar profundas tristezas para os servidores. Daí porque procurei o Secretário de Fazenda, e venho discutindo já há algum tempo essa questão. Agora não, a partir desse momento os servidores evidentemente, concordo com o Governador, estavam todos preocupados, alguns até desesperados pela incerteza com que se encontrava o Banco do Estado. Nem era privatizado, não era público, ele vivia uma situação de encolhimento natural pela situação em que vivia. Daí porque essa incorporação possibilita a solução dos problemas dos funcionários. Mas era necessário exatamente essa Emenda acatada pelo Senador Inácio Arruda para que a garantia do dia seguinte ocorresse. Nós estamos num processo aonde os grandes negociadores foram líderes sindicais. O Secretário da Fazenda, Antônio Neto, o Governador do Estado brilhou como líder sindical, defensor dos servidores e não tiveram a preocupação básica que foi exatamente com o servidor. Daí porque eu resolvi ser eles ontem, e resolvi assumir essa preocupação que é fundamental. Quero louvar o espírito de compreensão de todos eles para que pudéssemos chegar a esse acordo.

E o Governador falou, o Governador Wilson Martins, sobre os pontos de atendimento em 224 Municípios do Piauí. Eu gostaria que o Governador pudesse esclarecer o que é isso. O que são esses 224. Porque uma declaração do Governador do Estado, que eu quero que fique registrado nos anuais, e gostaria que houvesse uma posição clara do Banco do Brasil sobre isso. O Banco do Brasil atenderá 224 Municípios do Piauí. Seria um paraíso para nós. Nós hoje somos atendidos em quarenta e poucos Municípios, menos de cinquenta. Temos sessenta e poucas agências. Ora, a evolução desse número de atendimento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já justificaria essa incorporação. Mas não está claro aqui. É preciso cla-

reza nessa negociação. Bem lembrado aqui, ia passar batido, mas o Governador lembrou e eu gostaria que ficasse registrado nos anuais esse esclarecimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Governador, perguntando a ele se for necessário Secretário da Fazenda para secundá-lo nas informações.

SR. WILSON NUNES MARTINS: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Heráclito Fortes, a presença do Banco do Brasil no Estado do Piauí ele não se faz com a presença física da agência material, só da agência. Nós temos uma agência, por exemplo, de Picos que atende a praticamente 40, 50 Municípios da região toda. Com projetos do PRONAF, por exemplo, do Programa Nacional da Agricultura Familiar. Sem necessariamente ser obrigado lá ter uma agência do Banco do Brasil naquele Município. Além disso, existe uma série de pontos de atendimento que eu vou passar isso para o Secretário de Fazenda, o companheiro do Banco do Brasil para falar sobre isso. Mas quando o Governador falou sobre esse atendimento em 224 Municípios, seguramente ele não estava querendo citar que existia a presença física, material, do prédio da agência do Banco do Brasil. Agora, é preciso que a gente diga isso, o Banco do Brasil tem 58 agências no Estado de 111 agências que existem no Estado do Piauí. É o Banco que tem maior pluralidade no Estado. E é o Banco que, junto com o Banco do Nordeste, tem ajudado sobremaneira o desenvolvimento do Estado do Piauí. Ele tem participado efetivamente da questão do crédito fundiário, dos assentamentos, da questão da liberação de recursos do PRONAF, embora ele não esteja presente em todos os Municípios. Mas tem ação efetiva do Banco em todos os Municípios do Estado do Piauí. E além disso no incentivo à fruticultura irrigada, a cajucultura, a apicultura em Picos que é um centro grandioso hoje através da Casa Afro, Centro Tecnológico do Mel, enfim, da piscicultura, em todos os arranjos produtivos do Estado do Piauí, o Banco do Brasil tem efetivamente participado. Então eu acho que o Governador Wellington Dias, tenho certeza, pelo que eu conheço dele ele quis falar efetivamente das ações do Banco do Brasil em todo o território do Estado do Piauí.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Peço que fique nos anuais da Comissão a matéria que está em minhas mãos e que eu passarei à Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para dar seqüência às informações solicitadas, nós queremos ouvir o representante dos servidores do Banco. Sr^a. Leda Maria dos Remédios Mello Vaz Fontenelle.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, talvez antes fosse adequado ouvirmos o Secretário da Fazenda para deixar claro as três indagações que foram feitas pelo Senador Heráclito Fortes. Se V.Ex^a permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para dar coerência à seqüência do mérito da palavra, nós vamos solicitar então inicialmente ao Secretário da Fazenda que se pronuncie como solicita o Relator. Em seguida daremos a palavra à D^a. Leda.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, senhores e senhoras. O Senador Heráclito Fortes, o ilustre Senador Heráclito Fortes, levantou alguns pontos, e submeteu isso ao parecer do Relator, e o Relator nos indaga a respeito de algumas questões, que como muito bem colocou o Senador Inácio Arruda, o Relator, e o Senador Heráclito Fortes assim também acredito que compreenda, a questão da FOPAG, da folha de pagamento não está inserida nesse processo que está sendo votado aqui hoje. É um assunto correlato, mas hoje nós estamos votando o aditivo do PROES, do Programa de Refinanciamento e Redução do... setor público, o aditivo, que permitirá a incorporação do BEP ao Banco do Brasil. Mas desse processo, o Estado do Piauí fez com o Banco do Brasil uma negociação em relação à folha de pagamento, a folha de salários.

Sr. Presidente, a folha de pagamento do Governo do Estado ela antes estava sendo administrada pelo Banco do Estado do Piauí, por força de um contrato estabelecido de uma lei estadual. E vinculava isso a um processo de privatização. Então, se o Banco fosse submetido ao processo de privatização conforme foi iniciado isso em 2002 e chegou-se até está prestes como o Relator já colocou no seu Relatório, o adquirente do Banco ele levaria o Banco pelo valor que estava previsto na época, foi estabelecido valor era o valor das ações em 49 milhões, e, além disso, ele levaria a folha de pagamento por um período de 10 anos. Ou seja, quem arrematasse o Banco pelo valor mínimo que foi estabelecido 49 milhões ainda por um prazo de 10 anos ele administraria a folha de pagamento e a conta única do Estado. Com o processo de incorporação, houve um desmembramento.

Então, incorporação, nós estamos discutindo aqui, ratificado pelo Senado será feita uma avaliação das

duas ações, dos dois patrimônios tanto do BEP quanto do Banco do Brasil, e ao final haverá a incorporação das duas entidades. Esse resultante como colocou bem o Senador, será para abatimento da dívida do Estado contraído na época do processo de federalização.

E outra questão é a folha de pagamento. O Estado negociou a folha de pagamento a exemplo do que também estão fazendo outros entes, como fez Santa Catarina e outros Estados, o Estado negociou a folha de pagamento. O Senador pergunta: Qual o valor do contrato pactuado e qual o prazo de pagamento ao Estado? O valor da folha de pagamento Estado do Piauí contratado com o BEP foi na ordem o valor de 180 milhões de reais. O Estado do Piauí tem hoje pela sua folha tem cerca de 103 mil servidores/conta, na verdade não são servidores, são contas, 67% dessas contas estão no Banco do Estado do Piauí, 28% no Banco do Brasil, já estavam no Banco do Brasil há mais de seis anos, sete anos, dez anos, 2% na Caixa Econômica e 3% no Bradesco. Essas contas que já estavam no Banco do Brasil, o Banco do Brasil então antecipou um valor pelo contrato da conta. Então o Estado já recebeu 60 milhões de 180. Os 120 milhões restantes serão pagos em até, após o processo de incorporação, pelo prazo que foi estabelecido. Esse contrato é um contrato de 5 anos, 60 meses, conforme estabelece a legislação, e teve parecer da nossa Procuradoria-Geral do Estado.

E a segunda pergunta. Existe parecer jurídico elaborado por entidade a respeito da dispensa da licitação? Nós... Sim, e anexamos a cópia do parecer da Procuradoria-Geral do Estado e o Banco do Brasil também apresentou um parecer de auditorias independentes, escritórios de Advocacia independentes que determinam que possibilitam pelo princípio da inexigibilidade haver a dispensa da licitação. Segunda questão. Deixa eu só concluir a terceira pergunta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só para ganhar tempo, eu queria a cópia dos dois pareceres.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: O parecer da Procuradoria já está com o vosso Assessor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Os dois o do Banco do Brasil e do...

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: Do Banco do Brasil também já apresentou.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, mas tem que apresentar aqui.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO: Mas o senhor pode requerer que nós apresentaremos depois, tranqüilo. Sem problemas. Que tipo de avaliação foi realizada? A terceira pergunta, para fechar. Que tipo

de avaliação foi realizada para definição do valor do contrato? Houve tomada de preço? Algum tipo de consulta a eventuais interessados? A folha de pagamento do Estado, por força contratual do PROES, como eu já falei, está vinculado ao BEP, e aquele Banco... Enquanto aquele Banco permanecer federalizado. Portanto, não há condições de negociação sem que haja uma solução para o BEP. A folha de pagamento estava vinculada por Lei ao Banco do Estado. A solução para o BEP eram duas pelo contrato do PROES. Ou privatizar o Banco ou extingui-lo. A única saída viável no momento então é a extinção pela via da incorporação. A própria medida provisória do PROES estabelece no seu § 1º que uma das formas de extinção é a incorporação.

Então, a incorporação do BEP ao BB permitiu então que a negociação da folha de pagamento do Estado se desse dentro do processo de incorporação. Nesse sentido, quanto ao valor de negócio apoiado por corpo técnico do BEP foi para a negociação, nós fomos para a negociação sabedora de que os últimos negócios envolvendo a [ininteligível] pelo Estado. De posse desses dados foi iniciada a negociação que se alongou por várias semanas, e culminou em um negócio vantajoso para o Estado do Piauí e para a União.

Sr. Presidente, essa questão da incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil ela atende, na avaliação técnica de todos os órgãos, porque ela foi submetida por uma apreciação a um parecer da Procuradoria-Geral da União, parecer da Procuradoria do Banco Central, houve um parecer, uma manifestação formal e aprovando pela CVM, pela Procuradoria-Geral do Estado, e todos os órgãos técnicos relativos a essa questão jurídica. O Estado do Piauí fez uma negociação de alto nível que respondeu todos os interesses. O valor da conta que o Estado recebeu, seguramente ele é um dos valores... Ficou na média de 1,8, 1800 por conta, e seguramente trouxe resultados positivos para o Estado. Porque nós estamos solucionando, meu caro Senador Mão Santa, uma questão, inclusive foi levantada... Inclusive na época do vosso Governo, que foi o processo de federalização, o Senador Mão Santo que foi Governador e sabe da chamada saga do BEP, das dificuldades que o BEP passou pelo processo de ressurgimento do Banco, e hoje o Banco está saneado, e como nós temos o compromisso e todos nós sabemos hoje não há mais a possibilidade de haver uma participação do setor público na atividade bancária, cada vez mais está se reduzindo, nós estamos permitindo que um Banco público, pela própria Constituição diz que as contas públicas devem ser geridas por um Banco público, como é o Banco do Brasil. E nesse sentido o Banco do Brasil já se comprometeu no compromisso de termo de expandir o Banco no Estado e como bem

falou o nosso vice-Governador ampliar a participação em diversos programas.

De certa forma nós esperamos, Senador Heráclito Fortes, com as suas Emendas com relação questão que se levantou e essas explicações que já foram dadas, esclarecer esses pontos estamos permanentemente a sua disposição para esclarecer, tanto o Governo do Estado como o Banco do Brasil, como o Tesouro Nacional. O processo foi absolutamente transparente e bastante tranquilo. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Queria apenas um esclarecimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Quando o Secretário falou em 40 milhões em 2002, esse valor foi tirado de onde? Era o preço mínimo?

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO:

O valor das ações que foi avaliado, foi feito uma auditoria, consultoria, e se avaliou o Banco para o processo de privatização. 100% das ações--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O preço mínimo.

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO:

O preço mínimo é 40 milhões. 100% das ações foi 49 milhões. O preço mínimo do arrematador que havia um único concorrente era 40 milhões e ele ainda levaria a folha de pagamento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Quem era o arrematador na época? Você lembra?

SR. ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO:

O Bradesco.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Bradesco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao Secretário da Fazenda as informações, Sr. Antônio Neto, e passo a palavra à Sr^a. Leda Maria dos Remédios Mello Vaz Fontenelle, Presidente da Associação do Banco do Estado do Piauí.

SRA. LEDA MARIA DOS REMÉDIOS MELLO

VAZ FONTENELLE: Bom dia Senadores, Presidente Eliseu Resende, Presidente da Comissão, aqui a minha missão é mais de agradecimento--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agora mudou o Presidente. Continua a placa Eliseu Resende. Mas trata-se de Flexa Ribeiro.

SRA. LEDA MARIA DOS REMÉDIOS MELLO

VAZ FONTENELLE: [risos] Essa medida que foi tomada agora em relação à incorporação foi uma medida que a gente só tem a agradecer porque a luta incansável que a gente tem desde 1990, quando o Banco

foi fechado, e foi reaberto em 28 de janeiro de 94, a gente vive nessa luta. Quando foi 97 a 98 nós temos a agradecer ao Senador Mão Santa, que era o atual Governador do Estado na época que impediu a privatização, e a gente continuou nessa luta, foi o impasse que aconteceu no sentido de uma incorporação. Porque a gente lutou em 2002... 2000 a 2003 para incorporar no Banco do Nordeste. Não foi possível. Continuou a luta em 2004, tentamos a incorporação na Caixa Econômica Federal. Também não foi viável essa incorporação. Surgiu agora essa grande vitória que a gente está tentando conseguir que para nós é uma vitória, é uma grande conquista. Isso conseguido através do nosso Governador Wellington Dias, hoje representando aqui o Sr. Wilson Martins. A gente tem muito a agradecer, mesmo quando ele era sindicalista, e a luta dele foi incansável em relação a isso. Agradeço também ao Sr. João Vicente Claudino e o a luta que vimos agora tenho que agradecer muito ao Senador Heráclito Fortes porque ele está lutando a favor dos funcionários, e eu quero dizer para ele que todos os funcionários estão gratos por isso, e que foi feito reuniões, e todos os funcionários estão satisfeitos com essa atitude. E o que a gente tem hoje é só agradecer a todos, e se der tudo certo, a gente só tem mesmo a dizer graças a Deus pela conquista e pelos momentos difíceis que a gente já viveu até hoje. Muito obrigada.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Antes de devolver a palavra ao Relator, pede a palavra a líder do Partido dos Trabalhadores, Ideli Salvatti. Com a palavra a Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, apenas para contribuir com a discussão, porque Santa Catarina está um pouco mais adiantada do que o Piauí. Nós já estamos com alguns passos à frente desse processo de incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina, do BESC, que estava também na mesma situação do Banco do Piauí, também federalizado, e a solução encontrada foi a mesma, de incorporar ao Banco do Brasil. Essa foi uma negociação importante lá para o nosso Estado. O BESC, o Banco do Estado de Santa Catarina comparativamente com do Piauí é muito maior. Enquanto o Banco do Piauí tem 194 funcionários, o BESC tem mais de 3 mil funcionários. Nós temos agência... O BESC é o único Banco que tem agência em Santa Catarina em todos os Municípios do Estado. Nós temos 147 Municípios que só tem uma agência bancária e esta agência bancária é exatamente a do BESC.

Portanto, lá no nosso Estado essa solução encontrada de incorporar, é claro que teve a mesma preocupação dos funcionários, até porque o volume é

muito maior de pessoas, e tal, mas a negociação está caminhando com muito... Muito satisfatoriamente, e inclusive na semana passada o Presidente Lula assinou o Decreto retirando o BESC do Programa Nacional de Desestatização que deverá acontecer também se nós aprovarmos aqui também o Banco do Piauí sairá, também terá essa solenidade, e no dia seguinte, já na quinta-feira da semana passada, já começou a aparecer os resultados da incorporação. Porque os clientes do BESC e os clientes do Banco do Brasil em Santa Catarina já estão compartilhando agências, já estão compartilhando caixa eletrônico, serviços, ou seja, o processo de incorporação já resultando em benefícios positivos para as duas instituições. E uma das coisas que eu não poderia deixar aqui de citar, acho que a preocupação com os servidores, com os funcionários ela é pertinente, acho que a Emenda que acaba sendo incorporada ela... Reforça e tal, apesar de que no processo de negociação, no caso de Santa Catarina, nós não incluímos Emenda semelhante, mas o processo negocial mesmo sendo um volume muito maior está garantido, está sendo conduzido de forma bastante satisfatória, claro que a gente está monitorando também o tempo todo, mas uma das coisas que é muito importante nesse processo é que, além de a gente encontrar uma solução econômica, política, adequada para essa situação dos Bancos estaduais que ficaram federalizados que não foram privatizados no Governo da época, do Fernando Henrique, ainda nós temos uma outra consequência disto, que esta solução de incorporação fortalece ainda mais, e o Presidente Lula na solenidade ele fez questão de reforçar, fortalece o Banco do Brasil como a principal e mais importante instituição financeira pública não do Brasil, mas da América Latina. Então esse fortalecimento do Banco do Brasil com estas incorporações, no caso lá de Santa Catarina vai ser mantida a marca BESC, vai ser mantida a presença em todos os 143 Municípios, todas as condições de trabalho dos funcionários do BESC com a incorporação, por isso eu queria aqui dar o testemunho de quem já está mais avançado um pouco, no processo, de que o processo está sendo muito bem conduzido, com resultados muito positivos e o nosso Estado Santa Catarina já está comemorando com um grande avanço, uma bela solução que foi encontrada para resolver o problema.

Então acho que os três Senadores do Piauí, que estão preocupados, acho até que valeria a pena acompanhar um pouquinho como é que já está lá em Santa Catarina, porque nós estamos... Os passos que já foram dados lá no nosso Estado vão servir de exemplo e até se tiver algum problema até para correção de rumo, no que vocês vão estar fazendo na sequência e

eu espero efetivamente para bem do Banco do Piauí, dos interesses dos funcionários e dos clientes, que a gente possa aprovar rapidamente para que vocês tenham os benefícios que nós lá em Santa Catarina com a incorporação já estamos usufruindo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria aproveitar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --louvar a Senadora Ideli Salvatti, mas dizer que o exemplo do Banco do Estado do Piauí não se aplica muito ao modelo de Santa Catarina. A privatização de Santa Catarina ela tinha que ser apressada porque ela vinha sob uma gestão desastrosa, uma gestão federalizada desastrosa. Dando prejuízos e eivada de vícios. Não é o caso. Eu quero fazer justiça aqui ao Dr. Adão que é o responsável pelo Banco do Estado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Permite só um aparte, Senador Heráclito?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, com maior prazer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não sei de onde o senhor está tirando essas informações, mas desde 2003 o BESC deu lucro todos os anos. Todos os anos. Balanço 2003, 2004, 2005, 2006, 2007. Portanto, a solução para a questão do BESC, efetivamente foi uma solução para a gente resolver definitivamente esta situação que é de um Banco federalizado que tem atuação exclusivamente num único Estado, que é o caso do BESC e é o caso do Piauí. Então é encontrar uma solução para um problema que dentro do sistema financeiro nacional era uma situação de anomalia.

Então, assim, eu queria apenas reiterar que... E V.Exª pode ter acesso, os balanços são públicos, todos os balanços desde 2003 do BESC todos foram balanços com lucro, e, portanto, demonstrando não gestão temerária, mas muito pelo contrário, gestão exitosa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente que V.Exª tem mais acesso às informações do Banco do Estado de Santa Catarina do que eu. Porque V.Exª indicou o gestor. Não vamos discutir essa questão. Gestor da federalização foi indicação pessoal de V.Exª. Mas não é isso que eu quero discutir. Agora, não significa lucro e administração desastrosa. São duas coisas completamente diferentes. Completamente diferente. E se a senhora examinar o processo de Santa Catarina, vai exatamente confirmar o que eu estou dizendo. Não quero entrar no mérito de Santa Catarina, até porque o ano passado, ao final do ano, quando eu pedi o adiamento da discussão do Banco do Estado

do Piauí, estava anexado, pelas circunstâncias, Santa Catarina. E eu pedi inclusive a retirada, atendendo ao apelo do Senador Colombo, da bancada, de todos, para não misturar as coisas. Agora não o exemplo do Banco do Estado do Piauí e o exemplo do Banco do Estado de Santa Catarina são completamente diferentes. Eu gostaria apenas que ficasse esse registro para os anais guardasse bem guardadinho. Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Terminadas as coletas das informações, pela palavra do Governador do Estado, do Secretário da Fazenda e da representante dos servidores, nós vamos devolver a palavra então ao Relator da matéria, há uma proposição de Emenda do Senador Heráclito Fortes, então nós gostaríamos que o Relator Senador Inácio Arruda fizesse um resumo das proposições para que nós possamos terminar a discussão da matéria e colocá-la em votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer que fiquei bastante comovido aqui com a forma com que o Senador Heráclito Fortes, na prática, realizou uma Audiência Pública sem precisar requerê-la. E acho que isso foi muito ajustado. Porque nós já adiantamos o processo de solução da questão do Banco do Estado do Piauí. E a sua Emenda também adianta um procedimento. Quer dizer, aquilo que poderia ser fruto ainda de um processo negocial entre servidores e o Banco do Brasil, no processo de incorporação, já fica resolvido no termo aditivo.

Então, isso é muito significativo porque nós já damos um passo a mais. Já resolvemos. Este problema já fica solucionado. O problema da conta também é muito significativo, porque na prática, quem leva no leilão leva a conta. E na incorporação também o procedimento foi aproximado. Um outro fato aqui inusitado é que depois de Crateús, eu acho que deve ser a segunda vez que nós levamos uma pernada no Ceará. Porque nós vendemos o Banco lá num preço muito menor, e a conta num preço muitíssimo menor. Então acho que... Lá foi o Bradesco. Essa turma não é mole, não. Não é brincadeira. E aqui também no Piauí. Mas, de qualquer sorte, acho que foi exitosa a operação. Acho que as explicações estão bem ajustadas, o nosso parecer, Sr. Presidente, é favorável à Emenda do Senador Heráclito Fortes subscrita pelos Senadores Mão Santa e Senador João Claudino, acho que foi um êxito, e como Relator, não sei se posso, Sr. Presidente, eu gostaria também de subscrever essa Emenda. Porque acho que é exemplar nos outros procedimentos que por acaso a gente possa ter aqui na Casa. Então

Sr. Presidente o nosso parecer é pela aprovação no termo aditivo ora em discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Colocaremos em votação então o parecer do Relator que aprova a matéria e acrescenta a aprovação da Emenda assinada pelos três ilustres Senadores do Estado do Piauí, Senador Heráclito Fortes, Senador Mão Santa, Senador João Vicente Claudino, e que assinada também agora pelo Relator Inácio Arruda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Para encaminhar à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Para encaminhar à votação Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente, quero dizer que esta Comissão cresce com essa Sessão de hoje. O Senado da República, Senador Suplicy, cumpria apenas um papel figurativo nesse processo de privatização de Bancos. Como faz em alguns casos com relação a empréstimos e débitos nacionais, aonde muitas vezes endivida o Estado, endivida o Município e nós não temos tido o cuidado de analisá-lo. Nós tivemos outras discussões de privatização que foram altamente... Simplesmente homologatória, e inclusive com o desrespeito do Executivo, que é uma coisa constante, ao Legislativo. No caso de Santa Catarina, e no caso do Banco do Estado do Piauí, houve comemoração e festa de algo que não tinha ainda acontecido, até porque dependia de um passo inicial que era a aprovação do Senado. É a Medida Provisória de maneira prática e drástica feita indiretamente nas ações e nas atribuições do Senado da República. Quero chamar atenção dos colegas Senadores para que esse Senado não se agache, não se acocore com esse tipo de coisa. O rito de incorporação, ele tem que ser exercido. Esses atos já foram assinados. A declaração que pedi que constasse nos anais do Governador, se remete exatamente ao dia 22 de novembro, quando no Palácio do Planalto numa grande solenidade se discutia isso. E aí a minha preocupação é muito clara, Senador Mão Santa. O Piauí hoje é dirigido pelo líder sindical, e não vi uma linha concreta na defesa dos trabalhadores. Se em Santa Catarina não houve isso, infelizmente é porque eu não sou de lá. Porque se fosse eu teria reclamado do mesmo jeito. Se no contrato de Santa Catarina passou batido, Senador Raimundo Colombo, V.Ex^a até está livre porque chegou no Senado apenas esse ano. Mas eu lamento que em Governo de trabalhadores o trabalhador não tenha sido a prioridade nessa questão. O que é uma injustiça, o que é um desrespeito ao trabalhador. De forma que é um fato mais grave. O Piauí é governa-

do por um bancário que deveria ter tido esse tipo de preocupação.

De forma que eu quero me congratular com todos que tornaram possível, Governador Wilson Martins, V.Ex^a finalmente tomou a iniciativa de vir aqui a essa Sessão, acho que procedeu muito bem, o Governador está ausente, acho que as coisas devem ser tratadas dessa maneira com respeito ao Congresso. A sua vinda, concordando ou divergindo, é exatamente uma demonstração de respeito para com esta Casa, que é preciso que se tenha, Sr. Presidente. Não se pode tratar um assunto dessa natureza simplesmente para se dizer amém. Até porque nós temos a responsabilidade de votar, o Relator tem a responsabilidade do Relatório que aqui colocou, então essa é uma responsabilidade coletiva. E eu espero que o Senado, com esse exemplo, alerte para decisões futuras. Quero dizer também que nunca fui favorável, não tem uma manifestação minha com relação a leilão para banco privado nenhum. Acho, inclusive, que esta solução para os interesses do Estado e até para os interesses dos servidores, depois desta Emenda, é a melhor de todas. Porque se tivéssemos simplesmente feito o leilão, aconteceria o que o Senador Inácio Arruda aqui disse. Não existe cautela com relação a preço e nem tampouco com conta. Essas contas um dia ainda vão botar alguém na cadeia. Elas estão sendo disputadas a tapas por preços astronômicos. Graças a essa farra de juros que o Brasil vive hoje. Acho que a incorporação em sim ela foi o melhor caminho, a iniciativa privada, o Banco privado ele é sem alma. Ele é um escorchante do cidadão brasileiro. O Banco estatal pratica a mesma modalidade de juro, mas ele também ele tem o lado social, ele tem outros aspectos de assistência à sociedade. Daí porque acho, e repito, que esta solução com os ajustes aqui feitos é a melhor de todas.

De forma que cumpri o meu papel, Senador Mão Santa cumpriu o papel dele, Senador João Claudino, nós cumprimos o nosso papel. E só torço Governador para que os 180 milhões que o Estado vai receber livre de qualquer despesa, sem nenhum contrapeso, seja utilizado na infra-estrutura do Estado do Piauí. Que é o que nós precisamos urgentemente e tenho certeza que V.Ex^a juntamente com o Governador farão com que isto aconteça. O Piauí precisa de infra-estrutura, o Piauí precisa brigar pela Transnordestina, o Piauí precisa brigar, Sr. Governador, Deputado Osmar Júnior que aqui está, pelo nosso gasoduto. Nós estamos sendo levados no bico pela Casa Civil. Não podemos aceitar isso. É um crime que está se fazendo contra o Estado do Piauí. De forma que eu faço esse registro que não é um protesto, é um incentivo e um estímulo para que se lute independente de cor partidária, independente

de ideologia, independente de qualquer coisa. O que está se discutindo aqui nesse momento são os interesses maiores do Estado do Piauí.

Eu quero por fim congratular com o Governador que já o fiz, com o Secretário Antônio Neto, que gostei de ver, você na outra posição. Conheci o Antônio Neto sindicalista, insistente, radical, e hoje é um homem zeloso... Então eu quero lhe parabenizar. Pena que o Governador não estivesse aqui pra gente vê-lo também... [risos] Mas V.Ex^a o representa muito bem.

Quero me congratular com o Presidente do Banco, o Adão, com o Diretor do Banco do Brasil, Delano, que aqui se encontra, e com a Leda, pedir mais uma vez desculpa porque eu troquei seu nome, depois eu puxo a orelha da minha assessoria e com o Camarão. Quero dizer aos servidores que no começo fui mal compreendido, não por má compreensão, não. Por maldade dos que queriam ver por cima desse corpo de 115 quilos como se passa muitas vezes em outras questões. Mas eu quando tenho minhas convicções eu vou com ela até o fim. Até porque diz Eclesiastes que mais cedo ou mais tarde a virtude triunfa sempre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito bem. Na verdade a nossa reunião se transformou numa Audiência Pública.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Audiência Pública do Estado do Piauí. Nós vamos colocar a matéria em votação. Pergunto ao Relator se gostaria de acrescentar alguma coisa?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu gostaria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com a palavra o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Brevíssimo, só para dar o meu testemunho de como o Piauí hoje se encontra em paz aqui no Senado. E com Senadores João Claudino, Heráclito Fortes, Mão Santa, todos unidos por uma medida em que inclusive o Governo do Estado está sendo bem considerado, junto, neste entendimento, com o Governo Federal, com o Banco do Brasil. E é importante para nós que testemunhamos por vezes a braveza dos Senadores do Piauí, com respeito ao que ocorre lá que hoje estão todos em paz. Só para dar meu testemunho, Sr. Presidente, e cumprimentá-los por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se o Senador Suplicy me permite adiantar ou corrigir, não é braveza, é bravura dos Senadores do Piauí. [risos] Colocamos a matéria em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovado o parecer do Relator favorável aos termos do PRS apresentado com a apresentação da Emenda pelos três Senadores.

Agradecemos a presença do Governador do Estado do Piauí, do seu Secretário da Fazenda e do representante dos servidores, D^a. Leda e Camarão, e vamos passar para o item próximo da pauta.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Se me permite, estaria pronto, Sr. Presidente, para o Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Heráclito Fortes

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas para comunicar que o Dr. Delano ficou de encaminhar, para ficar o registro aí, pelo Banco do Brasil um documento que foi solicitado. Ele não tem condições técnicas de fazer a entrega no momento, mas fará posteriormente ao Secretário da Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, uma Questão de Ordem, Presidente. Questão de Ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Questão de Ordem inicialmente concedida ao Senador Flexa Ribeiro. Em seguida ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Questão de Ordem concedida--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Inácio Arruda. Em relação a Mensagem nº 254/2007 que foi o item que votamos anteriormente, eu gostaria de requerer a urgência para que a matéria pudesse ser encaminhada diretamente ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Submeto a votação em regime de urgência solicitado pelo Senador Inácio Arruda. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o regime de urgência. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Eliseu Resende, eu estava há pouco no Plenário do Senado Federal prestando uma homenagem na Sessão Especial que homenageia os aposentados brasileiros pelo seu dia que foi comemorado em 24 de janeiro, no momento em que nós estávamos em recesso. Então hoje, numa Sessão requerida pelo Senador Paulo Paim, ela está nesse exato momento acontecendo no Plenário do Senado Federal.

No meu pronunciamento em homenagem aos aposentados, eu disse que eu viria em seguida à CAE para levantar uma Questão de Ordem solicitando ao Presidente que incluía na pauta da próxima Sessão de terça-feira o PLS 058/2003. Sr. Presidente, esse projeto chegou a esta Comissão no dia 14 de setembro de

2007. Só no dia 23 de novembro de 2007 foi designado Relator o nobre Senador Romero Jucá. Então nós já tivemos o interstício desde o dia 14 de setembro até 23 de novembro. Mais de 60 dias paralisados. E hoje, já no dia 26 de fevereiro, o processo, me parece que ainda não foi remetido pelo nobre Senador Relator Romero Jucá.

Então eu pediria providência da Presidência de que solicitasse a devolução por parte do nobre Senador Romero Jucá, já com o parecer feito, ou se ele não tiver as condições de fazer o parecer, que fosse redistribuído para um novo Relator, para que nós pudéssemos, se o nobre Senador Romero Jucá, e com certeza o fará, entregar com o parecer, pautá-lo na próxima Sessão. Se não, que nós possamos redistribuir para que em 15 dias ele seja pautado, discutido e votado em homenagem aos aposentados de todo o nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A Mesa entrará em contato com o Relator, Senador Romero Jucá, e tomará as providências solicitadas por V.Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Item 03 da pauta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, uma Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pois não, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Primeiro lugar pedir a... Fui Relator da Mensagem do Executivo nº. 01 que destina recursos, empréstimo para o IPEA, eu pediria também o regime de urgência para essa importante mensagem do poder aquisitivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Solicito pedido de regime de urgência solicitado, feito pelo Senador Francisco Dornelles. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Também pela ordem, continuando, V.Ex^a anunciou que o próximo item a ser votado seria o Item 07 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O item seguinte é o Item 03... Não vamos colocar em votação. Porque o Senador Romero Jucá, que é o Relator, pediu o adiamento da análise do Projeto de Lei. O Senador Eduardo Suplicy solicitou inversão de pauta para nós darmos preferência ao Item 07 na nossa pauta. De forma que vamos passar à apreciação do Item 07. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): O Item 07 da pauta é mais uma vez intervenção do Estado no processo de industrialização do País. Eu não digo, eu não sou contra essa intervenção. Mas acho que ela tem que ser examinada com cautela, motivo

que eu pediria a V.Ex^a que me fosse concedida a vista desse processo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De qualquer maneira ouviremos--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Me permite apenas esclarecer que na Sessão da semana passada eu li o meu parecer que incluía quatro sugestões formuladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Entretanto, com respeito à proposição original do Deputado Federal José Roberto Arruda, hoje Governador do Estado, e que foi apreciada ao longo da sua tramitação na Câmara dos Deputados. E eu tinha algumas Emendas. Levando em conta a sugestão da ANVISA com respeito ao prazo. Mas, entretanto, conversando inclusive hoje com a Assessoria e os dirigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, consideraram que o mais importante é que possa ser aprovado o projeto como veio da Câmara, no seu mérito, e o quanto antes. E aceitando, portanto, a argumentação inclusive o apelo da Associação Brasileira dos Produtores, fabricantes e que se utilizam que inclusive acatam a sugestão de se fixar o limite em 0,06% de concentração de chumbo, como ocorre em outros países como Austrália e Estados Unidos, para proteger a saúde dos trabalhadores, sobretudo, das crianças, então eu aqui, Sr. Presidente, registro que o meu parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 01/2007 tal como aprovado pela Câmara. E, portanto, desistindo das Emendas que havia lido no meu parecer da semana passada. E se o Senador Francisco Dornelles desejar pedir vista, é direito dele. Mas eu quero aqui dar esta informação e o meu parecer está distribuído aos Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pergunto ao Senador Francisco Dornelles se mesmo com os esclarecimentos do Senador Suplicy que altera o seu parecer, mantém o pedido de vista.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu tenho pelo Senador Suplicy maior respeito, considero mesmo o meu mestre nessa Casa. Mas eu gostaria, é um assunto que eu gostaria de examinar com mais cautela e eu mantenho meu pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na mesma linha do Senador Dornelles, eu também respeito a competência do nobre Senador Eduardo Suplicy. Não somos contra o projeto. Acho que defender a saúde... Principalmente das crianças, e de qualquer

indivíduo, é tarefa da maior importância. Mas, o projeto, o próprio Senador Suplicy, de uma Sessão pra outra, ele já alterou o seu parecer, retirando as Emendas que ele mesmo tinha proposto. Então parece que nós temos que aprofundar a discussão e que é isso que o Senador Dornelles propõe ao pedir vista. E eu quero associar-me a ele pedindo vista também de tal forma que seja dado vista coletiva, e que possamos então tomar as informações necessárias e com o maior conhecimento votar o projeto que é da maior importância que nós reconhecemos, Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Fica concedido o pedido de vistas ao Senador Dornelles e Senador Flexa Ribeiro.

O Item 4 da pauta é o Projeto de Lei terminativo. Fica adiado para a próxima Sessão. O Item 5.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, há muito tempo, desde o ano passado, desde 2007 que a Comissão de Assuntos Econômicos vem arquivando... Não diria arquivar, mas vem não pautando os projetos de criação das Zonas de Processamento de Exportação. Eu tive um projeto, talvez tenha sido um dos primeiros a serem aprovados aqui criando Zonas de Processamento de Exportação, no meu Estado do Pará, e depois disso diversos Senadores encaminharam projetos criando Zonas de Processamento de Exportação em seus Estados. Não tenho idéia da quantidade, mas acredito que deva ter mais de 40 projetos aprovados na Comissão de Desenvolvimento Regional ao longo do ano de 2007 e até hoje, lamentavelmente nenhum desses projetos foi distribuído para a Relatoria. Quanto menos pautado.

Agora, recentemente, há coisa de duas semanas atrás, o Governo Federal editou uma Medida Provisória que estava sendo aguardada desde a aprovação do projeto em Plenário, pelo Senado, com um acordo do líder do Governo Senador Romero Jucá, que era para ser editada essa Medida Provisória e o Senador Presidente Aloizio Mercadante participou da reunião, de que seria editada a Medida Provisória em 30 dias. Nós esperamos um ano. E agora foi editada. Então nós precisamos fazer andar esses processos que estão aqui. Peço a V.Ex^a que distribua os processos indicando os Relatores para que nós possamos aprová-los e que eles possam ir a Plenário e possam chegar ao seu destino final, o objetivo final que é dar oportunidade aos Estados de instalarem em seus territórios essas Zonas de Processamento de Exportação, um instrumento da

maior importância para o desenvolvimento econômico-social de cada um dos entes federados.

Eu peço a V.Ex^a, e quero aqui... Tenho estado em contato com o Senador Aloizio Mercadante, e graças a Deus ele está se recuperando, e ele em breve vai estar de volta ao convívio nosso, retornando à Presidência da CAE, mas pediria a V.Ex^a que tomasse já de imediato essas providências para que esses projetos que estão aqui aguardando fossem pelo menos indicados os Relatores para que eles fossem pautados para a sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Sua colocação é adequada. Há vários Projetos de Lei que versam sobre a criação de ZPEs. Nós estaremos em contato com o titular dessa Comissão, Senador Aloizio Mercadante, para que os Relatores sejam designados com a brevidade possível.

Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a nossa reunião de hoje.

Sessão encerrada às 12h26.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Gilvam Borges e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do seguinte documento, para conhecimento, Aviso nº 08, de 2008, nº 56/GMF, na origem, de 25 de fevereiro de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando

do, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de janeiro de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01 apresentada. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Emenda de Plenário nº 01, não terminativa, de autoria do Senador Arthur Virgílio, oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, que “altera o art. 3º do PRS nº 84, de 2007, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União”, de autoria do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03– Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, (dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com parecer pela rejeição. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, terminativo, que “altera a legislação tributária a fim de estabelecer o prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências”, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Se-

nador Francisco Dornelles, que apresenta Parecer Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Em 20/11/07, foi concedida Vista ao Senador Antonio Carlos Valadares. Usam da palavra os Senadores Álvaro Dias, autor da Matéria, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Suplicy, Jayme Campos, Ideli Salvatti, Antonio Carlos Valadares, que apresenta o Requerimento nº 1/08-CAE, que requer Audiência Pública para instruir a Matéria; Valdir Raupp, Renato Casagrande, Arthur Virgílio, Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Romero Jucá, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo. Colocado em votação, a Comissão rejeita o Requerimento nº 1/08-CAE. Encerrada a discussão e colocada a Matéria em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE por dezoito votos favoráveis, dois votos contrários e uma abstenção; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei da Câmara nº 01, de 2007, não terminativo, que “fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências”, de autoria do Deputado José Roberto Arruda, tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Parecer pela aprovação da Matéria. Em 26/02/08, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy, Relator da Matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2005, terminativo, que “acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casa-

grande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007 – Complementar, não terminativo, que “acrescenta o § 13 ao art. 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão rejeita o Requerimento nº 1/08-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, que sejam convidados, para uma Audiência Pública, a ser realizada em 11 de março do corrente, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2006, que “altera a legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição do imposto de renda da pessoa física descontado em excesso, na fonte, e dá outras providências”, os Srs. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, e Joaquim Adir Vinhas, Supervisor Nacional do Programa do Imposto de Renda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ordinária. Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal.

Eu queria, antes de dar início formal à Reunião, agradecer às mensagens e o apoio que eu recebi, que

foi muito gratificante, neste período que estive acamado, em particular, agradecer ao nosso Presidente aqui pela seriedade e competência que conduziu os trabalhos da Comissão. Dizer que, para mim, é um imenso prazer reencontrá-los e poder estar de novo aqui contribuindo para o trabalho da nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Agradeço a todos aí a gentileza e os gestos fraternais. Senador Francisco Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu queria manifestar a minha satisfação e a minha alegria com o retorno de V.Exa., numa exposição extremamente positiva. Durante esse período, o Senador Eliseu Resende fez um grande trabalho na Presidência, mas que a sua ausência aqui deixou sempre saudades. Eu vejo com satisfação o seu retorno para conduzir, com sua inteligência, seu brilhantismo, as Sessões da Comissão de Economia. Eu faço logo também aqui um apelo, Sr. Presidente, está aqui o Senador Osmar Dias, que tem um Projeto que ele gostaria... Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias, que tem um Projeto que ele gostaria de fazer a defesa e que é o item 05 da Pauta, que eu sou o Relator. De modo que, se não houvesse objeção em inverter para que o Senador Alvaro Dias possa retirar-se para outra Reunião a que ele está compromissado, eu estaria pronto a fazer esse relato do Projeto do Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo, Senador. Faremos, se não houver objeção de nenhum dos presentes, faremos a inversão de Pauta. Eu só queria, antes, informar que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº. 08/2008, nº. 56 da GMF na origem, de 25 de fevereiro de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº. 43/01, Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de janeiro de 2008; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e Distrito Federal, e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios. Então, está à disposição dos Senadores. Vamos, então, para o item 5º da Pauta, por solicitação do Senador Francisco Dornelles. Projeto de Lei do Senado nº. 58/06, terminativo: “Altera a Legislação tributária a fim estabelecer prazo para a restituição de Imposto de Renda e de pessoa física, descontado em excesso na fonte, e dá outras providências”. Autoria do Senador Alvaro Dias. Relator: Senador Francisco Dornelles. Favorável ao Projeto com as Emendas 01 e 02, que apresenta. Em 20/11/07, foi concedida vista ao Senador Antonio

Carlos Valadares. Lembro que o Projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado. A matéria, então, está em discussão. Com a palavra, o Relator.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, trata-se de Projeto de Lei de autoria do Senador Alvaro Dias, estabelecendo prazo para a devolução ao contribuinte do Imposto de Renda retido a maior. O art. 1º, por meio de acréscimo do novo parágrafo, fixa prazo máximo de 90 dias para que a Receita Federal restitua ao contribuinte pessoa física o saldo negativo do Imposto de Renda apurado na declaração de ajuste. Em caso de descumprimento desse prazo, o Projeto estabelece majoração na correção do valor devido. O art. 3º é cláusula de vigência. Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 99, opinar sobre os assuntos pertinentes aos tributos. Não se encontra no Projeto óbice quanto à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. No que tange à técnica tributária, concordamos com a manifestação do Senador Alvaro Dias. Fizemos duas modificações formais em relação à ementa e à Legislação especificada para a multa. Mas, quanto ao mérito, estamos de pleno acordo, é uma proposição justa, não tem sentido que, muitas vezes, o contribuinte seja credor e, ao mesmo tempo, dele queira se cobrar um tributo. Eu pediria, Sr. Presidente, que pudesse contar com o Senador Alvaro Dias para fazer também alguns adendos na defesa do seu Projeto. Muito obrigado. Pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Relator, Senador Francisco Dornelles. Com a palavra o autor, Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, manifesto a minha satisfação por vê-lo de volta com toda disposição e a competência de sempre. Dizer que é até dispensável a defesa do Projeto, em razão da credibilidade que tem o Relator Francisco Dornelles, pela sua história, pelo conhecimento de economia e, sobretudo, pela postura que sempre adotou em defesa de uma relação de lealdade e igualdade entre contribuinte e Estado Brasileiro. E é este o objetivo do Projeto, estabelecer esta relação de lealdade e de igualdade entre contribuinte e o Estado. Não é justo que a Legislação fiscal disponha de inúmeros itens, estabelecendo penalidades e prazos para o contribuinte e que seja tão complacente para com o Estado. Na verdade, essa retenção do imposto pago a mais pelo contribuinte trata-se de uma prática escancarada de empréstimo compulsório não autorizada nos termos constitucionais.

Portanto, Sr. Presidente, ao estabelecer esta norma, o que se pretende é proteger o contribuinte. Não é justo que o Estado Brasileiro trabalhe com recur-

sos que não lhe pertencem. O contribuinte brasileiro já paga uma carga de impostos exagerada, essa é a discussão do momento, nós estamos discutindo a necessidade de redução da carga tributária no país, e, na verdade, mesmo quando ele paga além do que deve, ele sofre as consequências da burocracia estatal. Não se admite a alegação de que o Estado não possa ter condições de efetuar essa devolução no prazo que o Projeto estabelece, já que nós temos a modernização da Administração Pública, especialmente na área da Receita. Há mecanismos disponíveis que fazem com que as ações possam ser sempre céleres e eficientes. A informatização, sobretudo, permite ao Estado Brasileiro um controle rápido e perfeito da situação financeira do Estado e do contribuinte.

Por essa razão, Sr. Presidente, nós, que não pertencemos a essa Comissão, aqui viemos, com muita satisfação, para agradecer ao Relator Francisco Dornelles e a V.Exa., que coloca na Pauta o Projeto, e já, de antemão, agradecer o apoio de todos os Srs. Senadores. Entendo que se faz justiça ao contribuinte brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, primeiro eu quero saudar a recuperação de V.Exa. e que retorna à Presidência dessa Comissão com a saúde totalmente restabelecida. Isso para nós é uma satisfação e uma alegria muito grandes. Depois, quero parabenizar, tanto o autor, Senador Alvaro Dias, quanto o Relator, Senador Francisco Dornelles, por esse Projeto que vem ao encontro do interesse do contribuinte. O contribuinte é aquele que já tem uma carga fiscal e tributária pesada sobre os seus ombros; ele tem retido, a cada mês, compulsoriamente, o Imposto de Renda. E, ao final do exercício, no início do ano seguinte, ao ter que fazer a sua declaração com direito à restituição, ele fica sem prazo definido para que possa ter o recurso pago a maior para o Governo, através de Imposto de Renda, devolvido. E, aí, o que acontece? O sistema financeiro, o sistema bancário oferece ao contribuinte para que ele possa antecipar a restituição, cobrando uma carga financeira que ele é obrigado, muitas das vezes, a ter que se submeter a ela porque necessita do retorno daquele valor pago a maior.

Então, o Projeto do Senador Alvaro Dias e o parecer do competente Senador Dornelles corrigem essa lacuna, dando ao Fisco o prazo de 90 dias para que ele possa fazer a restituição. Prazo esse mais do que suficiente, face à tecnologia que dispõe hoje a Receita Federal do Brasil, de verificar a coerência ou não da declaração, e aqueles que forem para a malha fina,

evidentemente que esses terão... Só terão a restituição após as informações que a Receita precisar. Mas aqueles que não estiverem na malha fina, por esse Projeto, terão em 90 dias os seus valores restituídos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro saudar o retorno do Senador Aloizio Mercadante, muita satisfação estar recuperado e estar conosco aqui, então, saudar o retorno de V.Exa., em primeiro lugar. Depois, saudar o Senador Alvaro Dias, autor do Projeto, de alta importância para o contribuinte pelo tratamento desigual que lhe é dado de o Governo se financiar com o Governo do contribuinte. E uma emenda extremamente importante do Senador Francisco Dornelles, Relator, no sentido de remunerar o contribuinte com a mesma taxa de que a Receita Federal cobre, em caso de multa por atraso das parcelas do imposto. Então, isso é o tratamento justo ao contribuinte, portanto, o Senador Francisco Dornelles aperfeiçoou o Projeto, então, quero saudar tanto o Senador Alvaro Dias, autor, quanto o Senador Francisco Dornelles, Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Aloizio Mercadante, quero também saudar a sua volta às atividades do Senado. V.Exa. proporciona a todos nós, especialmente de São Paulo, mas todos os seus colegas, a satisfação por estar com boa saúde e plenamente restabelecido para continuar presidindo os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Com respeito ao Projeto do Senador Alvaro Dias, que tem uma preocupação com o direito dos contribuintes, nós precisamos examinar algumas das observações, que a Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, colocou para a nossa ponderação. E eu gostaria de pedir atenção, tanto do Senador Alvaro Dias, como do Relator Senador Francisco Dornelles, sobre algumas das ponderações, porque precisamos levá-las em conta antes da decisão a respeito.

Diz o Ministério da Fazenda que a recepção de declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da pessoa física, em formulário, papel, ainda é significativa. Aproximadamente 400 mil em 2006, 320 mil em 2007. Essas declarações ainda passam por um processo de transcrição manual, anterior ao processamento, o que inviabiliza o pagamento das restituições no prazo de 90 dias, contados a partir da entrega da declaração. O pagamento de todas as restituições no prazo de 90 dias, contados do termo final da entrega da declaração de Imposto de Renda da pessoa física,

tem grande reflexo no fluxo de caixa do Tesouro Nacional, impactando significativamente os fundos de participação dos Estados e Municípios, uma vez que os valores restituídos são abatidos da receita do Imposto de Renda, base de cálculo desses fundos, conforme previsão constitucional. Portanto, haveria um impacto sobre os Estados e Municípios.

Quanto a liberar dentro do próprio exercício todas as restituições, inclusive aquelas retidas para análise da fiscalização, entende-se que é uma proposta contrária ao próprio interesse da Administração Pública, pois a experiência técnica tem mostrado que milhares de declarações entregues com indícios de irregularidades... De milhares de declarações, cerca de 7% do universo e 9,5 milhões, com imposto [ininteligível] restituir em 2006, são entregues com indícios de irregularidade ou evidente intuito de fraude.

O atendimento individual dispensado a este percentual de declarações, no prazo em que se pretende estipular, está muito acima da capacidade atual de trabalho da Secretaria da Receita Federal, o que fatalmente evitaria o pagamento de restituições sob suspeita de fraudes, sem análise prévia, configurando uso indevido do dinheiro público.

Por último, com relação à aplicação de penalidade sobre a União de 10% sobre a restituição não paga no prazo definido pelo referido Projeto de Lei, essa não considera que o dever de restituir ao contribuinte aquilo que foi retido a maior não é um dever contratual do Estado, situação essa que se iguala ao particular. O Estado é soberano e tem o poder legal de cobrar multas pelo descumprimento de obrigações por parte do sujeito passivo, mas não de arcar com penalidades pelo pagamento de restituição em prazo diferente da expectativa do contribuinte, mesmo porque a própria Legislação, o Código Tributário Nacional, atribui ao Fisco o dever de rever de ofício as informações prestadas na declaração de Imposto de Renda da pessoa física.

Logo, a simples entrega da declaração não constitui direito imediato à restituição dos valores pleiteados, visando a não perda do valor monetário das restituições, já são aplicados os juros SELIC sobre o valor a ser restituído desde o ano de 1995.

Então, Sr. Presidente, inclusive à luz das novas normas que, em 2008, a Receita Federal colocou para os contribuintes, eu agradeceria se, antes de podermos tomar a decisão, possam o autor Alvaro Dias e o Senador Relator Francisco Dornelles responder a essas ponderações que são de preocupação por parte da Receita Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apesar da solicitação feita, Senador Jayme Campos estava inscrito e, depois do Senador Jayme Campos, Senador Alvaro Dias e Senadora Ideli Salvatti. Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu quero também desejar boas-vindas a V.Exa. pelo seu gozo de plena saúde, nesse ambiente que V.Exa. sempre capitaneou e liderou aqui, como Presidente dessa Comissão, e volta a todas as atividades parlamentares. Seja bem-vindo. Mas, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o Senador Alvaro Dias, dizer que seu Projeto é um Projeto meritório, tanto o Projeto do Senador Alvaro Dias, quanto também o Relatório do Senador Francisco Dornelles. E é importante, quando vejo aqui o Senador Eduardo Suplicy dizer que a Receita Federal, ela não tem capacidade de processar as 400 mil declarações que são encaminhadas através não via internet.

O que o Governo tem que fazer, Senador Eduardo Suplicy, é melhorar sua eficiência, tomar providências necessárias para que certamente essas suas justificativas, elas sejam, com certeza, plausíveis, tendo em vista que não pode o contribuinte pagar o pato, de maneira alguma. A restituição chega ao cúmulo de demorar, Senador Alvaro Dias, seis, sete meses, já tive a oportunidade de ver, pessoa achando que não ia receber sua restituição pelo atraso que a Receita Federal, quase uma prática, de fazer sua restituição. De tal maneira que a argumentação feita pelo chefe da Receita Federal, em nível nacional, ela é muito fraca. Ela não tem que ser vista aqui nem ouvida por todos nós Senadores porque o Governo me parece que quer, com certeza, continuar com a mesma prática. E nós estamos aqui para defender os mais fracos, até porque quem recebe a restituição são as pessoas de poder aquisitivo médio para baixo. De modo, Senador Alvaro Dias, é muito oportuno o Projeto de V.Exa., é meritório, e tem nosso voto no sentido de que possamos, dentro em breve, fazer valer, naturalmente, esse Projeto de Lei de V.Exa..

De tal forma, querido Senador Francisco Dornelles, o Relatório de V.Exa. é oportuno e espero que essa Comissão possa votar no dia de hoje ainda o Projeto de Lei do Senador Alvaro Dias. Muito obrigado, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem. Não, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir, está inscrito Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Raupp. Senador Alvaro Dias, com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de responder ao Senador Eduardo Suplicy. O Senador fala em soberania do Estado. O Estado realmente deve ser soberano para defender os interesses nacionais. Na defesa do interesse público, a soberania do Estado deve ser sempre sustentada e preservada, mas não pode ser soberano o Estado no ato de explorar, especialmente o contribuinte, já esmagado por uma carga tributária que, lamentavelmente, inibe o crescimento econômico do país. Soberania não é isso. O Estado é soberano para cobrar; o Estado é soberano para impor; o Estado é soberano para estabelecer prazos, para instituir multas e não é soberano para pagar o que deve. O Estado é eficiente para cobrar. O Estado é eficiente para instituir normas que imponham sobre o contribuinte os ônus possíveis e imagináveis. Mas, o Estado é tido como incompetente, conforme diz o Senador Suplicy, para pagar; pagar o que deve.

Não há como estabelecer competência no ato de cobrar e incompetência no ato de pagar. O que nós não podemos admitir é que exista essa distância entre a eficiência ao cobrar e a incompetência ao pagar. Os direitos do contribuinte devem ser preservados. É dever do Senado Federal, é dever do legislador e é dever também do Poder Executivo respeitar direitos do contribuinte. Alegar que os Estados e Municípios seriam prejudicados não me parece argumento inteligente porque não podem ser prejudicados se não possuem esse crédito. O contribuinte, neste caso, não é devedor; é credor. Esses recursos não pertencem à União, ao Estado e ao Município, e sim ao contribuinte. São recursos que excederam as obrigações do contribuinte ao pagar. Pagou em excesso. E, portanto, a ele se deve devolução. Não há nenhum prejuízo, portanto, para Estado e Município nesse caso. Prejuízo só restará ao contribuinte se o Estado não cumprir seu dever de devolver. Tanto é que ele assume a responsabilidade da devolução. Apenas não cumpre, apenas protela, prorroga interminavelmente os prazos; o horizonte temporal para o pagamento é infundável, enquanto para o recebimento ele é limitado. É esta diferença que nós queremos eliminar. Não há como se admitir dois pesos e duas medidas na Legislação do país. Uma Legislação para cobrar e uma Legislação oposta para receber.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que nós estamos pretendendo com essa proposta, que foi acolhida pelo Senador Francisco Dornelles. Eu creio que não há Senador mais autorizado a opinar sobre essa matéria do que ele, sem demérito dos demais, mas, certamente, pela experiência vivida, tem condições de interpretar as possibilidades do Estado de cumprir

a Legislação que ora se deseja impor, através desse Projeto de Lei.

Portanto, Sr. Presidente, eu insisto na votação favorável. Acho que os argumentos são frágeis, que vêm da Receita Federal. O Secretário da receita há de convir conosco de que tem sido ele muito eficiente e merece os nossos aplausos no ato de arrecadar. Tem batidos todos os recordes de arrecadação. A receita da União extrapola até mesmo as previsões mais otimistas do próprio Governo. E, portanto, não há razão para ele ser tão tímido no ato de devolver ao contribuinte o que lhe pertence. Não é justo que Estado use aquilo que não caiba lhe usar. Esses recursos são do contribuinte e devem ser devolvidos no prazo justo. Entendo até que esse prazo de 90 dias é um prazo elástico. Pela modernidade burocrática existente hoje, pelos mecanismos disponíveis de eficiência e de agilidade, entendo que 90 dias é mais do que razoável. É um prazo até elástico, eu entendo. Por isso, o apelo que faço é para que os senhores Senadores aprovem a nossa proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Alvaro Dias. E pediria se os próximos inscritos pudessem ter mais brevidade, que a lista de inscritos está bastante expressiva. Senadora Ideli, depois ACM Júnior, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Renato Casagrande, Arthur Virgílio, já inscritos, e Senador Delcídio.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Inscreva também o Crivella, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Marcelo Crivella. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, primeiro lugar queria saudar o seu retorno, estávamos todos com uma expectativa extremamente positiva e aguardando a sua volta, e desejar que realmente o restabelecimento seja total para todos os desafios que temos aqui.

Agora, a primeira questão que eu gostaria de colocar é, num diálogo muito franco com o Senador Alvaro Dias, é de que o seguinte: É óbvio que a restituição do Imposto de Renda, porque, se a pessoa tem o direito a receber, é legítimo que ela receba o mais rapidamente possível. Até porque o desconto é automático, é na fonte, uma boa parte, e, portanto, a pessoa poder ter de volta aquilo que a lei lhe garante de restituição o mais rapidamente possível é algo que acho que todos nós devemos trabalhar para que aconteça.

Algum problema operacional deve ter porque, se não houvesse problema operacional, a restituição em 90 dias, como está sendo proposto aqui pelo Projeto, já poderia estar em vigor há muitos anos, inclusive, em

governos que nos antecederam. Então, eu acho que essa questão da operacionalidade da devolução, ela deve ter algum tipo de relevância porque eu não acredito que os tucanos, quando governaram o Brasil por oito anos, não tivessem tido a preocupação, até com o argumento tão forte que o Senador Alvaro Dias está aqui expondo, que eles não tivessem tido a vontade política de devolver rapidamente.

Então, acho que, operacionalmente, deve ter algum problema para devolver. As informações que nós estamos tendo é que tem melhorado significativamente o volume de devolução no próprio exercício. E que nós já estamos chegando a 90% da devolução no próprio ano. Nós aprovamos aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, por unanimidade, um Projeto de autoria do Senador Tourinho, que tornava obrigatória a devolução no ano, até o dia 31 de dezembro.

Portanto, eu acho que nós já tomamos uma iniciativa. Agora, aprovar um outro Projeto em 90 dias, sem ouvir a Receita, sem dar oitiva à Receita para que ela possa explicitar, de forma clara, se existe condição ou não de operacionalidade, e volto a dizer, problema de operacionalidade deve existir porque senão os que estão defendendo tão ardorosamente a devolução o mais rapidamente possível já deveriam ter tido praticado anteriormente.

Então, é por isso que eu tenho a convicção de que talvez o mais correto seria ouvir a Receita, ouvir a Receita, ou, então, nós reiterarmos o apoio que nós já demos, por unanimidade, ao Projeto do Senador Tourinho, que está inclusive para ser votado lá na Câmara dos Deputados. Então, era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senadora Ideli. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB): Sr. Presidente, as considerações da Receita Federal, embora se possa discutir a questão da operacionalidade, mas tem um argumento que é absolutamente indefensável, que é o Governo alegar que vai prejudicar estados e Municípios por causa do fluxo de caixa. O Governo tem que buscar financiamento para atender aos Estados e Municípios fora do dinheiro do contribuinte. É inadmissível que se financie a liberação de recursos para Estados e Municípios com o direito do contribuinte. É inaceitável isso. Então, esse argumento da Receita Federal é absolutamente fora de propósito e, embora a questão operacional possa ser discutida, o financiar outros... O seu fluxo de caixa com o dinheiro do contribuinte é inaceitável.

Portanto, peço aprovação do Projeto do Senador Alvaro Dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu não tenho a menor dúvida de que o Projeto do Senador Alvaro Dias tem um viés de apoio ao contribuinte, o que é muito saudável, de vez que os impostos que incidem sobre a pessoa física, principalmente o Imposto de Renda, tiram o poder remuneratório dos ganhos da população brasileira. Creio que o seu Projeto, como muitos já acentuaram, inclusive o próprio Relator, Senador Dornelles, é altamente meritório. Entretanto, Sr. Presidente, como nós estamos numa Casa democrática, onde todas as partes têm que ser ouvidas, onde o debate consubstancia e fundamenta as nossas decisões, seria de bom alvitre que o nosso Requerimento, que já está sendo entregue a V.Exa., de audiência de autoridades ligadas ao setor, o Secretário da Receita e o Diretor do Imposto de Renda, sejam ouvidos e dêem a sua última palavra, num debate que, tenho certeza, será produtivo. E eu proponho que essa Audiência Pública, Sr. Presidente, se fizerem silêncio, eu acho melhor... Presidente, se fizerem um pouco de silêncio, eu acho melhor.

[soa a campanha]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acredito que, com essa Audiência Pública, todos os esclarecimentos serão feitos, todas as dúvidas serão aclaradas e o Senador Alvaro Dias, que é um Senador bem intencionado, que tem o apreço e o respeito de todos nós, terá o ensejo de mostrar que a sua proposta é realmente construtiva e que vai na direção, na defesa do contribuinte, do contribuinte sério. Porque, pelo menos 7% dos 9,5 milhões de contribuintes que têm direito à restituição, pessoas físicas, pelo menos, 7% aparecem lá na Receita com indícios de irregularidades ou com fraude comprovada.

Então, Sr. Presidente, é... Devolver de forma apressada o Imposto de Renda a quem cometeu uma fraude para depois pedir a devolução é um prejuízo irreparável para o Erário. Devemos nos prevenir contra isso. Ora, nós temos um voto em separado aqui, pela rejeição. Mas não vou fazer isso porque eu sei das intenções do Relator e do nobre Senador autor da matéria, autor da proposição, o Senador Alvaro Dias. A minha proposta é conciliatória, é construtiva e democrática. Vamos ouvir a Receita Federal, vamos ouvir o Diretor da Receita Federal, na próxima terça-feira. Esse é o meu pedido, Sr. Presidente, para não haver procrastinação, para não haver maiores delongas. Terça-feira, vamos ouvir as autoridades, onde nós teremos a fundamentação necessária para votarmos com segurança de que não haverá qualquer prejuízo ao Erário. Nós não queremos que o contribuinte tenha

prejuízo. Mas também nós não queremos que o Erário seja prejudicado no seu trabalho. Não seja prejudicado financeiramente e, inclusive, do ponto de vista da suspeição de determinadas declarações que podem ser restituídas e depois o Governo ser obrigado a pedir de volta o que deu porque foi realizada a devolução num tempo exíguo.

Então, eu acho que, por exemplo, que a proposta do Senador Alvaro Dias, de pronto, eu votaria agora. Mas, cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

Eu quero, então, pedir ao nobre autor e nobre Relator a compreensão porque o meu objetivo é ajudar, o meu objetivo é contribuir, o meu objetivo é me somar, no sentido, Sr. Presidente, finalizando, de que o meu Requerimento... Se já estiver pronto aí, Dr. Gonzaga, já está aqui. Vou assinar nesse momento, Sr. Presidente, e endereçar à Mesa. Agradeço a V.Exa. e aos nobres Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço. Quero lembrar ao Plenário que, havendo requerimento, propondo audiência pública, terá preferência no processo de votação. E insisto que todos os inscritos tenham mais brevidade para q... Ainda estão inscritos Senador Raupp, Senador Renato Casagrande, Senador Arthur Virgílio, Senador Delcídio Amaral, Marcelo Crivella e Senador Dornelles. Senador Raupp, com a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiramente, Sr. Presidente, manifestar a nossa alegria pelo restabelecimento da saúde de V.Exa., que retorna aos trabalhos nesta tão importante Comissão. Nós ficamos muito apreensivos e agora estamos felizes pela sua volta. E dizer que concordo com a tese do Senador Antonio Carlos Valadares, que nós temos que ter um pouco de cautela. Acho que o mais importante é que a gente trabalhe para a correção da tabela do Imposto de Renda, para que menos contribuinte, principalmente aqueles que ganham pouco, da classe média, que pagam muito Imposto de Renda, que possam diminuir o pagamento do Imposto de Renda. E que seria razoável que, dentro do ano, é aquela proposta do Tourinho, para que não excedesse, ao ano, a evolução do Imposto de Renda. Eu me preocupo um pouco, esse prazo de 90 dias, que talvez não dê tempo para a Receita Federal fazer toda essa programação de devolução em apenas 90 dias. Mas concordo também que é meritória a proposição do Senador Alvaro Dias e, assim como o Relatório do Senador Francisco Dornelles, mas que se pudesse adiar para a semana que vem, teria um pouco mais de tempo para ouvir o Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, para passar essas informações sobre a

possibilidade do pagamento em apenas 90 dias. Era o que tinha, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro, Sr. Presidente, desejo boas-vindas a V.Exa. V.Exa. que esteve internado, adoentado, nos deixou preocupados com a situação e, de fato, a condução desta Comissão é uma condução muito bem feita por V.Exa. Por isso, e pela dinâmica de V.Exa. aqui, nós ficamos felizes com o seu retorno e com a sua atividade parlamentar restabelecida, através do restabelecimento da saúde de V.Exa. Seja bem-vindo e estamos alegres com o seu retorno.

Segundo, o Projeto que nós estamos debatendo é um Projeto que, a princípio, eu tenho simpatia por ele. Acho que nós impormos à Receita Federal compromissos de estabelecer um prazo de restituição é uma decisão importante porque eu concordo com o debate, com o discurso de que, muitas vezes, a Receita tem o compromisso da arrecadação e não tem o compromisso da restituição no tempo adequado. A Senadora Ideli deu a informação que eu não a tinha, de que já foi aprovado um Projeto aqui do ex-senador... Do Rodolpho Tourinho, é esse o... E que dá um prazo de restituição dentro do ano fiscal. Então, dentro do exercício da declaração do Imposto de Renda. Então, acho que isso já é um avanço.

Com base nisso, acho mais que natural, Sr. Presidente, até pela relação partidária com o Senador Antonio Carlos Valadares, mais do que natural que nós possamos apoiar o Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares e ouvirmos a Receita Federal. Se pudermos comprimir, para que a gente possa reduzir ainda mais a restituição, ótimo. Mas, nós já temos um Projeto aprovado da devolução dentro do exercício da declaração e nós efetivamente poderemos ter uma Audiência Pública para poder esclarecer esses fatos. Portanto, eu já manifesto meu apoio ao Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Renato Casagrande. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente Aloizio Mercadante, eu fico muito feliz com o seu retorno, plenamente restabelecido de saúde. E, se V.Exa. se recorda e recebeu informação, eu conversei com uma pessoa de sua família e fiz o diagnóstico completo do que precisava ser feito. Não sei se lhe disseram.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. é um hipocondríaco com profundo de conhecimento médico.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nessa condição--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sabe de todas as áreas. Em várias vezes, já me orientou nessa área--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nessa condição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Inclusive, quero dizer a V.Exa. o seguinte, que eu encontrei o Ministro do Supremo, Joaquim Barbosa, lá no hospital, ele esteve internado, ele está afastado inclusive de suas funções, e estava com grave problema de coluna. E eu me lembro que V.Exa., quando tive problema de hérnia de disco, me recomendou um fisioterapeuta, Sílvio, que tinha tratado o Senador Fernando Henrique Cardoso, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. E o Ministro, na hora, já tomou as providências e parece que está tendo bons resultados. V.Exa. é, de fato, um profundo conhecedor médico--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O meu medo é ser denunciado por prática ilegal de medicina--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Charlatanismo.
[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. é apenas um militante hipocondríaco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Duvido que o médico tenha contraditado as instruções que eu passei à sua assessora ou à sua familiar, enfim.

Senador Mercadante, veja bem, eu ouvi atentamente à nossa querida líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, e sempre aquela cantilena do: "Os governos que nos antecederam...", enfim. E dizia muito bem o Senador Alvaro Dias. Por essa lógica, nós ficávamos parados em Pedro Álvares Cabral. Aliás, não precisava nem de Pedro Álvares Cabral, que já havia a civilização indígena pré-cabralina, que também era portadora de uma cultura, sob alguns ângulos do conhecimento humano, até bastante apreciáveis, bastante apreciáveis. E, se quiséssemos exaltar a cultura pré-colombiana, chegaríamos aos maias, aos astecas, enfim. Então, isso não vale. O que vale é o momento presente, é o momento bom que a economia vive. É o fato de que a Receita, a meu ver, a propósito, demora a ressarcir os contribuintes do ponto de vista da retribuição a que eles fazem jus.

E aqui, Sr. Presidente, de maneira bastante sucinta, até para atendê-lo, eu insisto na votação hoje, até porque nós temos um amadurecimento que vem de 2006 e estamos em 2008, e o respaldo ao Projeto do Senador Alvaro Dias vem, nada mais nada menos, que do ex-Secretário da Receita Federal, nosso prezado colega Senador Francisco Dornelles. Eu nem queria ver aqui um embate entre Dornelles e Rachid. Nem queria ver isso. Queria ficar com a opinião de Dornelles, que é uma opinião muito acatada pelo Governo e o foi, por exemplo, no episódio da CPMF. As pessoas votaram, pelo lado do Governo, cegamente naquilo que Dornelles recomendou. Desta vez, Dornelles recomenda a aprovação do Projeto Alvaro Dias com uma... Com um adendo significativo. Ele recomenda uma multa dura para a Receita, para o Tesouro, na hipótese de inadimplência em relação ao compromisso de devolver em 90 dias aquilo a que faz *jus* o contribuinte, a título de restituição.

Portanto, a posição do PSDB é claramente a favor, primeiro, da aprovação desse Projeto. E, segundo, da votação imediata. Estamos todos amadurecidos e prontos, sem procrastinações, prontos para expendermos aqui, diante da opinião pública, a nossa posição. A nossa posição é, independentemente do que fez Fernando Henrique, do que fez Itamar Franco, do que fez Pedro Álvares Cabral, do que fez Marquês de Pombal, do que fez D. Pedro I, D. Pedro II, do que fez Washington Luiz, Pinheiro Machado que foi o grande comandante da República, do Senado, não chegou a ser Presidente, nós entendemos que há maturidade na economia brasileira, há possibilidades reais de isso ser executado. Ou seja, o Governo deixa de lado a usura daqueles cinco, seis, sete meses em que atrasa a devolução, além dos três meses que o Senador Alvaro Dias e o Senador Dornelles e a lógica juram toleráveis.

Portanto, o voto será a favor e o nosso encaminhamento é no sentido da votação, sem mais delongas, da votação já de algo que está maduro na cabeça de todos. Não tem por que prolongarmos a agonia de ninguém, sobretudo a agonia do contribuinte, que anseia ter este ponto favorável a ele registrado pelo Senado Federal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ok, Senador Arthur. Próximo é o Senador Delcídio Amaral. Depois, Marcelo Crivella.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar V.Exa., desejar que Deus sempre o ilumine e abençoe e registrar a satisfação aqui de tê-lo de volta ao Senado Federal e especialmente à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sr. Presidente, eu quero aqui registrar a pertinência do Projeto do Senador Alvaro Dias, e tão bem relatado pelo Senador Francisco Dornelles, que dispensa comentários pela experiência que tem no setor. Eu entendo que a Receita Federal tem uma missão fundamental para o país, que é a de arrecadar cada vez mais, se for possível, e ser rigorosa no tratamento, principalmente com relação ao recebimento dos recursos devidos, provenientes de impostos.

Agora, nós devemos ter um tratamento isonômico e equânime também com aqueles que normalmente pagam impostos, com aqueles que, com o seu trabalho, recolhem impostos tão importantes para o país. Portanto, eu acho pertinente a proposta do Senador Alvaro Dias, tão bem relatada pelo Senador Francisco Dornelles. Entendo as ponderações que foram aqui apresentadas, de se ouvir a Receita Federal, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que, pelo mérito de se estabelecer um prazo para a devolução, eu julgo que é absolutamente pertinente e justo, para que se tenha um tratamento equânime de um lado e do outro com relação a impostos recolhidos e também, não só impostos devidos, como impostos a serem devolvidos à população.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Presidente, depois poderia dar uma palavrinha num minuto?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só informando, agora Senador Marcelo Crivella, depois Senador Dornelles, Gerson Camata e Romero Jucá.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, é com imensa satisfação que eu quero assinalar a volta de V.Exa. à Presidência dessa Casa, com o brilhantismo que o caracteriza. É muita alegria para nós, Sr. Presidente. No momento, ficamos, eu diria, de certa forma, preocupados, várias vezes ligamos, não conseguíamos falar com V.Exa., só ouvíamos notícias por recado, e fico muito feliz que V.Exa. volta para o nosso convívio e para o bem do nosso país com o brilhantismo que o caracteriza. Mas, Sr. Presidente, falando sobre um Projeto tão bem relatado pelo Senador do meu Estado, do qual tenho muito orgulho, Senador Francisco Dornelles, ele vem de encontro ao desejo da sociedade.

Sr. Presidente, eu quero assinalar aqui que, quando nós nos atrasamos para entregar a nossa declaração de Imposto de Renda, por uma razão de viagem, de doença ou por um esquecimento, às vezes, pessoas esquecem, a multa não é sobre o saldo devedor. É sobre todo o imposto a pagar, Presidente, o que penaliza muito o contribuinte. Tem até um Projeto nesse sentido,

de corrigir essa iniquidade. É injusto. Sujeito que tem 200 mil reais de imposto a pagar. Na restituição que ele fez ao longo do ano, tirada do seu contracheque, pagou 198. Faltam dois mil reais para complementar o imposto a pagar. Só dois. Mas ele atrasou, a multa será sobre 200 mil reais e não sobre dois. Meu Deus, é um rigor tão grande para cobrar! Por que não estabelecemos um prazo para devolver? Para restituir o que foi pago a mais? É uma questão de justiça, não há como votar contra.

Sr. Presidente, só ponderaria, dentro da tradição dessa Casa, que é do diálogo, a tradição de ouvir as partes, da controvérsia ao extremo da discussão, que nós pudéssemos também deliberar sobre o pedido do Senador Antonio Carlos Valadares para uma Audiência Pública, desde que seja feita semana que vem, a que todos nos comprometemos a estar aqui presentes.

E digo isso, Sr. Presidente, que o Senador Alvaro Dias, na sua exposição brilhante, esqueceu apenas de citar um detalhe, Senador Alvaro Dias. V.Exa. disse: “Não, os Estados e Municípios não terão sequer qualquer prejuízo no fundo de participação dos Municípios”. Porém, Senador Alvaro Dias, eu gostaria de lembrar a V.Exa. que os servidores públicos, Municipais e Estaduais, 5.562 Municípios, 27 Estados, todo o Imposto de Renda descontado em folha não vem para Brasília; fica nos Municípios e nos Estados. Milhares e milhares de funcionários. Esse fica, não é recolhido para cá.

De tal maneira, Sr. Presidente, que declaro aqui que o meu voto é frontalmente favorável ao Projeto, mas, dentro da tradição do debate, de ouvir a todos, da controvérsia, do direito à opinião, Sr. Presidente, de ambos os lados, eu gostaria de ponderar de que apoiaria esse Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, repito, desde que votado semana que vem. Se não for assim, Sr. Presidente, voto com o Relator. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Marcelo Crivella. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, desde que estou aqui no Senado, já faz um ano, todos os pronunciamentos da Receita são contrários à aprovação de qualquer proposta de qualquer Senador. A Receita parte do ponto de vista que o Senado não pode fazer Legislação na área tributária. Qualquer proposta de qualquer Senador vem sempre um parecer contrário da receita. E, além de vir contra, ocupam aqui essa área numa intromissão indevida. Funcionários da Receita fazendo *lobby* em favor de determinados Projetos. Acho que os funcionários da Receita não podiam estar aqui nessa sala, inclusive, sem que sejam solicitados.

Segundo lugar, o seguinte: A Receita já enviou aqui suas razões, que foram lidas com grande brilhantismo pelo Senador Eduardo Suplicy. Eu considero o Secretário da Receita um dos técnicos mais competentes da Administração Pública brasileira. Ele honra a Secretaria da Receita, mas estou certo de que ele não teria o brilho do Senador Suplicy ao apresentar os argumentos da Receita. Os argumentos da Receita já foram apresentados. E é um só: É que a Receita faz a restituição, como diz o Senador Antônio Carlos Magalhães, o empréstimo compulsório –

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Valadares.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não. Antônio Carlos Magalhães Júnior. Que faz do Imposto de Renda um empréstimo compulsório. E o problema, minha querida Senadora Ideli, no tempo do Travancas, o Imposto de Renda era devolvido no outro ano, porque não havia condições tecnológicas. De modo que nós não podemos nos pautar nem no tempo do Travancas nem no tempo do Fernando Henrique. Nós temos que andar para frente. E hoje, acho que 90 dias é o prazo que a Receita tem todas as condições de fazer essa restituição. Ela, na verdade, utiliza esse recurso como empréstimo compulsório e que hoje um empréstimo compulsório sem autorização legal –

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Permita-me apenas fazer um aparte, Senador?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): – Por essas razões eu entendo que nós já temos o posicionamento da Receita e nós temos... E a minha posição coincide com a do Senador Arthur Virgílio, que deveríamos votar esse Projeto hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gerson Camata, com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, vou ser bem rápido, dizendo a V.Exa. que a sua recuperação... V.Exa. deveria tomar muito cafezinho. Os médicos provaram agora que o café, principalmente o do Espírito Santo, é um santo remédio para os males que afligem V.Exa. Renato Casagrande concorda também.

[risos].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas, Sr. Presidente, acho que a Emenda apresentada pelo Senador Dornelles coloca o Projeto... É, são duas... As Emendas do Relator, do Alvaro Dias, colocam o Projeto em condição perfeita para ser votado porque a posição da Receita, o Senador Dornelles já colocou, já foram colocadas aqui. Não precisa ouvir de novo. E a outra coisa é que: “Ah, mas 5% fraudam”. Ora, por causa de 5% nós vamos punir 95%? Não. Vamos caçar esses 5% que fraudaram... E não punir... 7%, me

corrige aqui o Valadares. Vamos caçar os 7%, mas não punir os 93% que são corretos e direitos. Então, podemos votar hoje.

A outra colocação que deve ser feita é que o Projeto agora, com as Emendas apresentadas, ele vai aplicar na Receita também uma multa e uma correção, quando corre o atraso, como ela aplica no contribuinte: “Pau que dá em Chico, dói em Francisco”. A gente pode votar porque é o tratamento isonômico, que é o que a Constituição prevê para o Governo e para os cidadãos do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria da atenção do Senador... Tanto o Senador Dornelles quanto o Senador Alvaro Dias, autor da proposição, Sr. Presidente, para fazer um pedido de encaminhamento. Quero registrar primeiro que sou favorável, no mérito, que tenha um prazo efetivamente para a restituição. Nós já fizemos isso aqui num Projeto do Senador Tourinho, há algum tempo atrás, que foi o exercício, que grande parte acontece hoje a restituição, e acho que, como disse o Senador Dornelles, com a tecnologia, nós podemos avançar. A discussão é: O quanto podemos avançar e qual o caminho desse avanço? O Senador Antonio Carlos Valadares propôs a vinda, na próxima semana, de membros da Receita Federal para discutir a forma e o prazo dessa restituição. Eu ponderaria que nós pudéssemos fazer essa audiência na próxima semana porque eu, inclusive, vou defender que a gente tenha um prazo. Agora, fixar um prazo sem ter a correspondência operacional com a Receita Federal pode se tornar algo, de repente, até inócuo. Por quê? Porque se dá um prazo de 90 dias, a Receita processa o que pode processar em 90 dias, o que não processar em 90 dias, ela lança na malha fina, ao entrar na malha fina, não tem mais prazo para restituição e, efetivamente se prejudicou ao invés de se beneficiar milhares de pessoas.

Então, eu acho que, dentro de uma construção de entendimento, é possível que nós possamos construir ou três meses, ou quatro meses, ou cinco meses ou seis meses, um prazo razoável, que seja um avanço e, efetivamente, a gente crie os mecanismos para ter essa condição resolvida e aprovada aqui na proposta do Senador Alvaro Dias.

Quero registrar também que me preocupo com a questão de três meses, haverá restituição em três meses impacto no FPM, sim, porque a restituição é feita ao longo do ano e isso diminui a receita do Imposto de Renda. Na hora que você concentra a restituição

toda em três meses, você baixa o nível do Imposto de Renda em três meses e, efetivamente, isso vai repercutir no cálculo do FPM e do FPE. Isso vai ser resolvido com a reforma tributária porque, na proposta da Reforma Tributária, vai haver a participação de todas as receitas na distribuição para Estados e Municípios. Mas isso não ocorre ainda hoje. Hoje FPM e FPE só IPI e Imposto de Renda, por isso que tem uma sazonalidade grande.

Então, eu gostaria de, concordando com o mérito do Projeto do Senador Alvaro Dias, concordando com o Relatório do Ministro Dornelles, mas também concordando com a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, de convidar, na próxima semana, a Receita Federal, nós adiaríamos por uma semana, mas votaríamos e discutiríamos um prazo exequível para que nós fizéssemos esse avanço. Portanto, essa é a proposta que gostaria de fazer à Casa, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma, último inscrito. E nós vamos encaminhar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Rapidamente, primeiro cumprimentar V.Exa. pelo seu retorno, acho que houve uma preocupação geral na Casa com a ausência justificada e pela doença que foi acometida V.Exa.; seu retorno traz um sorriso coletivo aqui pela alegria de sua presença.

Eu, Senador Dornelles, fui Secretário da Receita por um período de um ano e pouco. Quando me propuseram a feitura da declaração na pessoa física, através da informática, eu, imediatamente, aceitei. E o resultado foi altamente positivo. E, à época, havia sempre uma proposta de empréstimo do Banco Interamericano para informatizar a Receita, para que ela pudesse ter a velocidade natural na análise, não só da declaração, mas também do acompanhamento das despesas.

Eu acho que ela avançou muito, como V.Exa. disse. É claro que, frente a V.Exa., eu sou aprendiz de feiticeiro. Não tenho a competência que tem o senhor, como também do professor Rachid, que tem sido cauteloso e sempre tem dado atenção necessária quando a gente tem algum questionamento. Como o Senador Dornelles já analisou a explicação da Receita, eu tenho a impressão de que essa análise foi feita por um técnico que conhece profundamente a Receita. Eu acho que ela precisa sempre do apoio para cada dia melhorar a sua competência, a sua capacidade de informatização porque, quando você faz a entrega através do sistema de computação, ela praticamente pode fazer uma análise quase que imediata. É claro que, quando vai para a malha fina, não pode ter a restituição sem nenhuma

investigação. Está certo, Senador Alvaro? Essa nós temos que resguardar o direito da Receita de fazer a investigação. Senador Dornelles, eu digo que o que for para a malha fina tem que aguardar a investigação porque há dúvida na declaração.

Então, eu sou... Vou votar com o Relator e com o autor da proposta, diante da análise que foi feita. Não conheço as explicações da Receita porque, depois, vou pedir para o Suplicy, se é autoria do Suplicy ou veio da Receita a ponderação?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu, ao ler as ponderações, eu disse que eram as ponderações da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que eu estava ausente, Senador. Estava ausente. Depois vou pegar uma cópia para mim. Porque o encaminhamento não tem decisão aqui, não é, Presidente? Essa ainda vai para Plenário, vai para Câmara...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Projeto é terminativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas vai para o Plenário? Pode haver recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele ficará sobre a Mesa cinco dias, aguardando recurso. Não havendo recurso, vai direto para Câmara dos Deputados.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agora, o último inscrito, gostaria de encaminhar, primeiro informando o seguinte: na próxima terça-feira, está marcada uma Audiência Pública nessa Comissão, marcada pelo nobre Presidente Eliseu Resende, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 2002, que altera a lei 8.629, que trata da fixação e ajuste dos parâmetros para índices indicadores de produtividade. Diz respeito à questão da Reforma Agrária. E foi uma demanda da Senadora Kátia Abreu, desde a outra legislatura, que não foi possível fazer. São sete pessoas que estão convidadas. Nós só temos a confirmação de um. Sendo que a Senadora Kátia, ela reivindica a participação de um pesquisador da EMBRAPA, que já informou que está em viagem e não poderá estar terça-feira, que, para ela, é fundamental a participação. Então, nós temos alguma possibilidade, não estou entrando no mérito da votação, de fazer, na próxima terça-feira, evidentemente teria que conversar com a Senadora Kátia Abreu porque essa audiência estava marcada o semestre passado, foi adiada pelo mesmo motivo e agora nós... Quem é autor?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou autor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande. Inclusive, é Relator da matéria--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou autor da matéria e autor do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, nós só temos a confirmação do Pedro Ramos, pesquisador da UNICAMP.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para meu trabalho, não teríamos problema em adiarmos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Poderíamos adiar uma semana para tentar consolidar. Teríamos oportunidade de --

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --De fazer a audiência se houver entendimento nessa matéria. De qualquer forma, feito o esclarecimento, nós temos o Requerimento, que eu passo a ler: "Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados para uma Audiência Pública, a ser realizada a 11 de março do corrente, a fim de instruir sobre o Projeto de Lei nº. 58, que altera a Legislação tributária a fim de estabelecer prazo para restituição de Imposto de Renda pessoa física, descontado em excesso na fonte, e dá outras providências". Estão sendo convidados o Secretário da Receita Federal do Brasil, Sr. Jorge Rachid, e Joaquim Adir Vintras, Supervisor Nacional do Programa de Imposto de Renda, para um Requerimento terça-feira --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pergunto ao autor e ao Relator se há concordância. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só trazer um dado aqui em relação a esse assunto que, desde o dia 21 de novembro de 2006, já está na Câmara dos Deputados um Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, que foi por mim relatado, colocando prazo final dentro do ano. Não são 90 dias. É dentro do ano, quer dizer, seria 31 de dezembro. Eu acho que é um Projeto que atende--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Concede um aparte, Senador Eduardo Azeredo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse Projeto é o PLS 41.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Esse projeto a que o senhor se refere pode ser até pior do que a situação atual porque hoje o Governo restitui com sete meses. Dentro do exercício, ele pode restituir além de sete meses. E nós estamos propondo

em 90 dias. Então, não dá para comparar. V.Exa. não esteve aqui durante os debates, chega agora, e V.Exa. não está sintonizado com aquilo que se discutiu aqui. Desculpe, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não, sintonizado eu estou permanentemente com os assuntos do Senado. Desculpe-me o colega Alvaro Dias, na verdade, é o seguinte, eu estou buscando uma solução que seja... Estou só lembrando que já foi aprovado. Nós já aprovamos. Não fui eu que aprovei, não. O Senado aprovou –

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esta Comissão aprovou por unanimidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Exatamente. Foi aprovado por unanimidade pelo Senado, com o prazo do fim do ano. E não é verdade, me desculpe, Senador Alvaro Dias, mais uma vez, mas não é verdade que se pague tudo não. Tem muitas restituições que não foram pagas, do ano passado, que não foram pagas até hoje.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas V.Exa. entende que 11, 10 meses é mais adequado do que 90 dias para o contribuinte?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Alvaro Dias --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não estou dizendo que seja mais adequado, Senador. Estou só dizendo que existe um Projeto aprovado pelo Senado, por unanimidade, que prevê --

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Mas isso já foi dito antes, Senador Eduardo. Isso já foi dito antes. V.Exa. não estava presente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Está bom. Então nós vamos fazer... Eu não estava presente por motivo correto. V.Exa. também não participa de todas as reuniões --

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Eduardo Azeredo, me permite um aparte?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não estou entendendo essa colocação.

[falas sobrepostas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite um aparte, Senador?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Tá, Senador Arthur Virgílio. Só estou querendo lembrar que existe, dentro dessa quantidade de Projetos pelo Senado, que vão para a gaveta, existe esse também. Não estou dizendo que não seja o Projeto de 90 dias possa ser adequado. Pode até ser 90 dias. Eu acho 90 dias muito pouco. Mas, tudo bem, se for essa a opinião--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Senador --

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Na

verdade, eu não vejo, Sr. Presidente, não vejo diferença substancial entre o ponto de vista do Senador Alvaro Dias e o Senador Eduardo Azeredo. Não vejo diferença substancial. O Senador Eduardo Azeredo cobra que o Congresso já tivesse resolvido essa questão e o Senador Alvaro Dias entende que está na hora de se reforçar a demanda pela resolução da pendência. Portanto, eu não considero que houve nem mal entendido porque os dois falaram exatamente a mesma coisa. Ambos querem, não é verdade? Ambos querem que a solução saia e saia da maneira mais rápida e que, portanto, a falta de atenção ao Projeto aprovado aqui, relatado pelo Senador Eduardo Azeredo, de autoria do Senador Tourinho e que está parado na Câmara, deve ter como resposta nós pressionarmos por um novo Projeto e, portanto, eu vejo identidade plena entre o que falou o Senador Alvaro Dias e o que pensa o Senador Eduardo Azeredo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, então... Nós temos o Re-

querimento sobre a Mesa, propondo Audiência Pública na próxima terça-feira, para aprofundar a discussão sobre a matéria. Senadores que são favoráveis ao Requerimento, por favor, se manifestem, levantando o braço. Favoráveis ao Requerimento, por favor, levantem o braço. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito votos. Os Senadores que são contrários ao Requerimento --

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Vai

fazer votação nominal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): -- Um minutinho. Os Senado-

res que são contrários ao requerimento, por favor, se manifestem levantando a mão. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. 10 votos contrários. O Requerimento está prejudicado. Pergunto se ainda assim--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Votação nominal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Votação nominal. Senador Anto-

nio Carlos Valadares solicita votação nominal. Vamos à votação nominal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Votação nominal para o mérito?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Requerimento. Não, V. Exa. Pe-

diu votação nominal. O autor pediu votação nominal. Vamos --

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu desisto do pedido. Não vejo necessidade para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei que depois do resultado V.Exa. não quer o pedido. Mas, depois, do resultado o Senador Antonio Carlos Valadares --

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, eu atendi ao pedido do Senador Arthur Virgílio.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Mesa pergunta se está mantido --

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É um direito parlamentar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Senador Valadares, eu não espero outra gentileza. Ele me comunga de gentilezas, mas eu, sinceramente, o desobrigo de me atender dessa vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tá bom. Vamos lá. Senador Eduardo Suplicy, como vota? Sim é pelo Requerimento; não é contra o Requerimento. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISDO DORNELLES (PP-RJ): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Contra o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o requerimento. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não. Pagar logo, devolver logo o dinheiro.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gerson Camata. Neuto de Conto não está presente. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador João Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Osmar Dias não está presente. Senador Jefferson Peres não está presente. 15 votos não, seis votos sim. Está prejudicado o Requerimento. Vamos votar o mérito. Vamos à votação do mérito do Projeto. Senadores que são favoráveis

ao Projeto, por favor, levantem a mão. Senadores que são contra. Bom, a votação nominal--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, tenho o direito de me abster.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só que, como o Projeto é terminativo, a votação será nominal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente mais duas votações o negócio vira unanimidade, viu?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem, só para dizer o seguinte: Aprovado ou não o Requerimento, a minha posição era favorável ao Projeto do Senador. Como o meu Requerimento, que pedi a Audiência Pública, foi derrubado, então, eu vou manter o meu compromisso. Vou votar favorável aos três meses.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu peço que os Senadores, depois, se quiserem, encaminhem por escrito a declaração de voto, mas vamos à votação nominal. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu... Agora nós temos que votar ou o Projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim ou não ao Projeto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vou votar sim ao Projeto--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Mas aguardando que até quando chegarmos ao Plenário, possamos... Aqui é terminativo?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Pode ter recurso ao Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode haver recurso ao Plenário, mas dependendo de eventual consideração. Mas voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos direto ao voto. Senador Dornelles, Relator da matéria, voto conhecido, sim. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Abstenho-me, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Expedito Júnior. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, registrando que farei o Requerimento para audiência em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, às vezes, é melhor um bom acordo... Um ruim acordo, que uma boa demanda. Que adianta aprovar aqui e depois, lá na frente, ser vetado? Vou votar sim, mas sabendo que vai ser uma vitória de Pivo(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Flexa Ribeiro. Senador Arthur Virgílio. Senador Arthur Virgílio. Senador Arthur Virgílio, vota como? Senador Eduardo Azeredo. Senador João Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Gim Argello. Então, o Projeto foi aprovado --

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar meu voto, Sr. Presidente. Presidente, o voto, de suplente da base.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que já está fechada a base, Senador. Mas, seguramente, V.Exa. votaria sim. Por 17 votos favoráveis, dois não e uma abstenção, o Projeto está aprovado e vai a Plenário. Vamos agora dar prosseguimento à Pauta.

O item 01 da Pauta, pela ausência da Senadora Patrícia, está adiado. Item 02, há solicitação de adiamento por parte do Relator. Item 03, há solicitação de adiamento por parte do Relator --

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O item 07 está pronto para ser votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 04 da Pauta está pronto para ser votado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O 07 também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas vamos pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu Resende, com a palavra. Projeto de Lei nº. 182. Item 04. Projeto número... Item 04 da Pauta--

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Item 04 da Pauta, Projeto de Lei nº. 182/06, terminativo. Acrescenta ao inciso VI o artigo primeiro da Lei 8989/95 para estender aos representantes comerciais a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis. Autoria, Senador Marcos Guerra, Relatoria Senador Eliseu Resende. O parecer é pela rejeição do Projeto. Senador Eliseu, com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem. Eu vou ter que me retirar, Sr. Presidente, porque está acontecendo uma Reunião da Comissão de Agricultura agora e eu sou titular da Comissão de Agricultura, inclusive, num dia que não é comum a Comissão se reunir. Portanto, eu peço a licença, a autorização a V.Exa. para me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu, nós não teremos *quorum* para votação terminativa. Então, deixaremos esse Projeto para a próxima Sessão. E vamos ao item 07 da Pauta, por solicitação do Senador Eduardo Su-

ply, que é um Projeto não terminativo. É Projeto de Lei da Câmara nº. 01/07 --

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): -- Não terminativo. "Fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências". Autoria, Senador José Roberto Arruda. Relator, Senador Eduardo Azeredo. Foi concedida vista da matéria pelo Senador Dornelles. Senador Arthur Virgílio, com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. a retirada do item oitavo da Pauta, nessa Sessão, do item oitavo. Eu sou o Relator, preciso ter um entendimento com o Deputado Paim porque vejo que tem algo delicado a ser discutido nessa... No Relatório. Vejo um defeito essencial--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concordo integralmente com V.Exa. e peço que seja entregue a V. Exa. uma tabela que eu fiz, exatamente sobre esse item, por parte da minha assessoria, mostrando a implicação que nós teríamos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Uma inadvertência minha, que eu pretendo corrigir, numa conversa franca com o Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho muito providente, Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Supply, com a palavra. Senador Dornelles tinha solicitado vista da matéria.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só para dizer que as explicações dadas pelo Senador Supply e ele inclusive retirou as emendas apresentadas ao Plenário, minha posição é favoravelmente, e eu retiro o pedido de vista, apoiar o Relatório do Senador Supply.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a retirada do pedido de vistas. O parecer já foi lido em Sessão anterior, nós encaminharemos para discussão da matéria. Alguém deseja discutir? Não havendo Senador inscrito... Senador Supply, para esclarecimento ao Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Apenas quero agradecer ao Senador Francisco Dornelles, ele, inclusive, levou em consideração o próprio apelo da Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas, pois eu procurei ouvir as recomendações da ANVISA, que constituíram as Emendas, mas, levando em conta que de outubro passado até agora, março, já se passaram seis meses e, como seria importante caminhar na direção da aprovação desse Projeto o quanto antes, não precisando o retorno à Câmara e, sobretudo porque o que se pretende é estar protegendo a saúde das

crianças e de adultos, mas, sobretudo das crianças, sobre o excesso de chumbo, como esse Projeto limita a quantidade de chumbo nas tintas, considero que é importante e, portanto, o meu parecer é favorável, já foi lido na sua inteireza na Sessão anterior e, portanto, não há mais objeção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Algum Senador deseja debater o assunto? Não havendo quem queira discutir a matéria, o pedido de vista foi sem nenhuma alteração no parecer original, vamos encaminhar a votação do Projeto de Lei da Câmara nº. 01/07, não terminativo. Ele “fixa o limite de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências”. Autoria: Deputado José Roberto Arruda. O Relator, Senador Eduardo Suplicy. O Parecer é favorável ao Projeto. Senadores que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. O Projeto, portanto, será encaminhado por esta Comissão ao Plenário do Senado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Requerio urgência, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Solicitada urgência por parte do Relator. Senadores que são favoráveis à urgência, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência. Será encaminhado com urgência à Mesa do Senado Federal.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós não temos... Nós estamos com *quorum* já reduzido, o primeiro Projeto tomou um debate bastante intenso, então, vamos encerrar a Reunião hoje.

Agradeço a presença de todos e terça-feira que vem deverá ter Sessão Ordinária. Dificilmente teremos condições de realizar Audiência Pública por dificuldades de assegurar presença de alguns dos convidados desta Comissão. Uma boa tarde a todos e muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h54.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia onze de março do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Pre-

sidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Paulo Paim, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Mão Santa, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Marconi Perillo, Gim Argello e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Gilvam Borges, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar participando de reuniões políticas partidárias em seu Estado, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente designa o Senador Delcídio Amaral para integrar a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, como membro suplente, na vaga do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Ideli Salvatti; nas vagas do PMDB, designa o Senador Romero Jucá, como membro titular, e o Senador Mão Santa, como membro suplente; e, ainda, o Senador Antonio Carlos Júnior, como membro titular, na vaga do Bloco Parlamentar da Minoria anteriormente preenchida pelo Senador Jayme Campos. Em virtude da Sessão Solene Conjunta em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no Plenário do Senado Federal, a Presidência adia as Matérias constantes da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01 apresentada. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva; Item 02-Emenda de Plenário nº 01, não terminativa, de autoria do Senador Arthur Virgílio, oferecida ao Projeto de Resolução do Senado nº 84, de 2007, que “altera o art. 3º do PRS nº 84, de 2007, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União”, de autoria do Senado Federal, tendo como Relator o Senador Romero Jucá; Item 03– Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, que “acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes

gerais da Política Urbana e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, não terminativo, que “faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais “Livro Diário” e “Livro Razão” em meio magnético”, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A Matéria já foi apreciada pela CCT, com Parecer favorável ao Projeto nos termos de um Substitutivo; A Matéria ainda será apreciada pela CE e, posteriormente, pela CCJ com decisão terminativa; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 07– Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto;

Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007 – Complementar, não terminativo, que “acrescenta o § 13 ao art. 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01 e 02 que apresenta; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2003, terminativo, que “altera a legislação tributária federal”, de autoria do Senador Romero Jucá, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos. São 10h30, nós não temos número regimental e a nossa avaliação, junto com o Vice-Presidente Eliseu Resende, é que nós vamos ter dificuldade hoje, porque nós estamos tendo uma Sessão especial no Plenário hoje, do Dia da Mulher, Dia Internacional da Mulher, e os Senadores estão participando dessa Sessão.

Eu já expliquei para os dirigentes da COBAP, em especial ao Benedito Marcílio, que eu o acompanho e conheço há muitas décadas, que os dois Projetos que vocês têm interesse são Projetos muito importantes para serem debatidos, em relação a aposentados e pensionistas, que é o Projeto de Lei 58 e o Projeto de Lei que trata do fator previdenciário, e é evidente que a presença de vocês se deve a esses dois Projetos, foi solicitada urgência ao Plenário. E os Projetos foram remetidos ao Plenário. Os Projetos já estão na Mesa do Presidente do Senado e compete a ele agora dar designação de colocar na Pauta.

Eu o alertei, no entanto, que o Projeto do... O PL, o Projeto de Lei 58, é um projeto terminativo na Comissão. Sendo terminativo, não caberia urgência. Mas, de

qualquer forma, como foi apresentado, o Presidente do Congresso encaminhou, eu pedi ao Relator que encaminhasse imediatamente à Presidência da Casa os dois Projetos. Eu...

[palmas].

Eu quero explicar para vocês também, eu fiquei um mês acamado, e tivemos os trabalhos muito bem conduzidos pelo nosso Senador Eliseu Resende, mas eu voltei a semana passada e tinha dito ao Relator Romero Jucá, que foi Ministro da Previdência e tem uma formação específica nessa área, que nós pautaríamos para hoje a discussão dos Projetos. Mas, como foi apresentada a urgência, está na Mesa do Congresso e vai depender do Senador Garibaldi. Ele vai definir agora o encaminhamento.

Nesse momento, a Pauta do Senado Federal está trancada por Medidas Provisórias, ou seja, só após a aprovação ou não das Medidas Provisórias, é que outras matérias poderão ser tratadas no âmbito do Senado Federal.

Então, quero em respeito a vocês que estão aqui, dar essas informações básicas. De qualquer forma, na Comissão, nós estamos abertos, já falei para o Senador Paim, há um momento, que foi... Também ao Senador Romero, de realizarmos Audiência Pública, abrímos esse debate e aprofundarmos essa discussão porque o país deve fazer um esforço de valorização dos aposentados e pensionistas.

Então, estou comunicando aos presentes, Paim, que os dois PLs estão na Mesa, os processados foram encaminhados ao Presidente, e agora caberá ao Presidente do Senado Federal definir o destino. Nós vamos ter dificuldade de fazer a Sessão hoje; não estava na Pauta e não poderia entrar na Pauta essa matéria. Poderia só ter discussão informal, por causa da Sessão do Dia Internacional da Mulher, nós estamos com apenas três Senadores.

Então, em respeito a vocês todos, está dado o informe e nós... Só vou dar mais um informe aqui à Comissão, que estou indicando o Senador Delcídio Amaral na Subcomissão da Reforma Tributária, como membro suplente do bloco de apoio, em lugar da Senadora Ideli Salvatti. E o Senador Romero Jucá, também como membro titular, e o Senador Antonio Carlos Júnior, como membro titular na vaga do bloco, preenchida pelo Senador Jayme Campos, que pediu para ser afastado. Isso tudo por solicitação do Senador Tasso Jereissati.

Então, está feita a comunicação, agradeço a presença de todos. Esse debate seguramente acontecerá no Plenário e, nesta Comissão, está aberta... No momento em que houver interesse de nós iniciarmos o debate e fazermos a discussão sobre o fator previ-

denciário e o PL 58, que trata do reajuste dos aposentados e pensionistas.

Agradeço a presença de todos e vamos ao Plenário do Dia Internacional da Mulher. Muito obrigado. Sessão encerrada às 10h32.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 5ª DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 12 DE MARÇO DE 2008, ÀS 9:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatorze minutos do dia doze de março do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente Eventual, reúnem-se, em conjunto, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, César Borges, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, Gim Argello e, ainda, da Senadora Maria do Carmo Alves e do Senador Sérgio Zambiasi. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar participando de reuniões políticas partidárias em seu Estado, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de “discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da Propaganda Comercial”, em atendimento aos Requerimentos nº 32/07-CAE, de autoria do Senador Jefferson Péres, e nº 17/07-CCT, de autoria dos Senadores Wellington Salgado e Marcelo Crivella, Foram convidados os Senhores Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa, Dalton Pastore, Presidente-Nacional da Associação Brasileira de Agências de Publicidade-Abap, João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores-Abra, e Rafael Sampaio, Vice-Presidente Execu-

tivo da Associação Brasileira de Anunciantes – ABA. A Audiência Pública é realizada com a presença da Senhora Maria José Delgado Fagundes, Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Anvisa, representando o Sr. Dirceu Raposo de Mello; Senhor Stalimir Vieira, Assessor da Presidência Nacional da Abap, representando o Sr. Dalton Pastore; Senhor Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação, representando o Sr. João Carlos Saad; e do Senhor Rafael Sampaio, Vice-Presidente Executivo da ABA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um, havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 5ª da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária de 53ª Legislatura. A realizar-se em conjunto neste dia às 9 horas. Antes de iniciar os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores das respectivas Comissões. Está aprovado.

A pauta de hoje consiste em Audiência Pública a fim de discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial. Essa audiência vem atendendo a Requerimento nº 3.207 da CAE de autorização do Senador Jefferson Peres e nº 1.707 da Comissão de Ciência e Tecnologia e autoria dos Senadores Wellington Salgado e Marcelo Crivella. Eu peço que os convidados dêem entrada à sala. Eu quero lembrar a todos que estão nos assistindo aqui em todo lugar que ontem foi uma Sessão extremamente longa do Senado, quero parabenizar especialmente o Senador Flexa Ribeiro que ficou praticamente até o final e que está aqui firme fazendo parte dessa audiência. Eu vou passar a palavra na seguinte ordem, primeiro Srª Maria José Delgado Fagundes, Gerente de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da ANVISA, que vem representando o Sr. Dirceu Raposo de Melo; depois o Sr. Stalimir Vieira, que é Assessor da Presidência Nacional da Associação Brasileira de Agência de Publicidade, representando Sr. Dalton Pastori(F); depois passarei a palavra ao Sr. Walter

Vieira Ceneviva vice-Presidente Executivo do Grupo Bandeirantes de Comunicação, ele é conhecido nosso que tem Estado aqui em muitas audiências, ele vem representando o Sr. João Carlos Saad. E finalmente o Sr. Rafael Sampaio vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes.

Cada pessoa terá 10 minutos, se for preciso um pouquinho mais, pela careta que eu vi, a Mesa será tolerante dentro do possível para que tenhamos a possibilidade do debate e o encerramento no também hábil para tantas atividades que hoje os Senadores tem que exercer. Eu passo a palavra a Srª Maria José Delgado Fagundes.

SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES: Bom-dia a todos, bom-dia a Mesa eu os cumprimento na pessoa do Senador Cristovam Buarque, e estou aqui representando o Dr. Dirceu Raposo já justificando a sua ausência, porque hoje é dia de Reunião do Conselho Consultivo da agência que é coordenada pelo Ministério da Saúde, essas Reuniões foram agendadas em dezembro do ano passado para o ano de 2008, então era impossível que ele estivesse nessa, nesse trabalho aqui hoje proposto. Eu vou tentar cumprir o meu tempo. E vamos então começando, os temas que originaram a presente audiência que nós verificamos nos documentos encaminhados trata de dois Itens, que é a liberdade de expressão do pensamento, propaganda de plena liberdade e formação jornalística e a competência da união de legislar sobre propaganda comercial. Aí tem uma visão do órgão sanitário para começar a introduzir o tema saúde dentro desses dois eixos que foram definidos pela coordenação dos trabalhos. Então, a visão do órgão sanitário é que a saúde permeia todo o texto constitucional não é há dúvidas quando a gente começa a fazer a leitura, próximo, por favor.

Então, a Constituição depois a reforma do Estado, é, então, uma Constituição cidadã do Estado social, totalmente diferente do que o país propunha até o momento, dentro destas, desses valores soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais no trabalho da área iniciativa, todos esses preservando e com olhar principal na dignidade da pessoa humana. O próximo, por favor. E aí vem dos direitos individuais no art. 5º que todos são igual perante a Lei etc etc. e primeiro direito, a vida. Os outros também são garantias constitucionais, mas depois da preservação da proteção da vida, da saúde já no art. 5º da Constituição. Próximo. Dentro dos direitos sociais art. 6º, são direitos sociais também entre outros mais uma vez a saúde. Próximo. art. 170 que aí vamos já entrar dentro da ordem econômica financeira onde está toda a garantia constitucional para a propaganda e publicidade, dentro da perspectiva social e dentro da

ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa tem por fim assegurar que todos tenham existência digna. Conforme os ditames da justiça social. Então, o trabalho, a livre iniciativa toda ela é, foi pensada e regulada, estabelecida e por isto é monitorada pelos órgãos de controle ou de fiscalização da saúde dentro da perspectiva da proteção da saúde. Dentro de todos aqueles entre soberania nacional, a livre concorrência então, temos o direito do consumidor que divide em dois, o sentido econômico e o sentido sanitário. E de novo aqui a gente já vê a veiculação com a dignidade prevista no art. 1º de novo da Constituição. O próximo, por favor. E a saúde, então, ela vem parecer expressamente no art. 196 dizendo que é dever de todos e direito do Estado e que nós temos garantido isso através de políticas públicas, e que com certeza atuação preventiva é o que vai possibilitar e trazer e viabilizar a essa população a redução do risco que é um outro eixo constitucional importantíssimo dentro da proteção da saúde, e dentro da redução do risco nós vamos ver, entre outras coisas, o controle e a monitoração da publicidade. Pode passar. O que é a redução do risco, o que é relevante trazer aqui que não é necessário correr o dano, não é necessário pesquisas para dizer se a propaganda traz dano ou não traz, se ela impacta ou não impacta nos hábitos de prescrição, dispensação(F) ou de consumo de medicamentos. Não é necessário ter um único registro que teve um dano, que teve um óbito causado por medicamento, porque essa proteção não é pós-fato, ela é anterior. Ela tem que ser anterior, ela tem que ser preventiva. Então, e esta, essa redução do risco na Constituição, ela traz, com certeza, uma transformação no próprio paradigma jurídico que se aplica à saúde. E aí a gente pode devagar um pouquinho sobre o direito que ele vai passar e ele vai evoluir, e ele está no tempo que a população e que a cultura e que a necessidade do país e que os avanços do país a ela apresentam, a ele apresenta. O próximo, por favor. E aí, na reforma do Estado aparece a vigilância sanitária no art. 200, no Sistema Único de Saúde, então nós vamos verificar que as ações de vigilância sanitária têm que ser executadas. Garantia constitucional, o que é isso? Vigilância sanitária faz o que essa turma? O que esse pessoal interfere, porque o nosso registro fica numa fila, porque as empresas não passam na inspeção? E aí, então, a vigilância sanitária tem como escopo um conjunto capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde de qualquer produto de interesse à saúde, porque a Constituição não falou de produtos sanitários, falou de produto sujeito à saúde, então, de interesse à saúde. Então, aqui nós vamos ver que talvez não interesse só os produtos que estão lá registrados ou sendo coordenados, inspecionados os

seus parques fabris pela ANVISA, mas aqueles também que podem estar sujeitos, que são no caso de bebida alcoólica registrada em outro Ministério, mas controle de propaganda da ANVISA. E aí, aparece a comunicação social também na garantia constitucional no art. 220, que é a livre manifestação do pensamento, de criação, de expressão, informação, mas vamos ler o finalzinho da previsão observado o disposto nessa Constituição, e de novo a gente volta, a dignidade da pessoa humana, a vida, a proteção do consumidor e a manifestação do pensamento. Então, o que é? É falar sobre convicções, mesmo que desagrade a todos e é isso que todos queremos e é para isso que o Estado democrático de direito se mantém e deve se manter. O que a Constituição quer assegurar é isso, nesse art. da Constituição não há nenhum dispositivo, não há nesse dispositivo nenhuma previsão expressa da liberdade do discurso comercial, nesse art. não há. Esse art. garante a liberdade de expressão que é dentro de uma outra perspectiva. Próximo, por favor.

Então, a liberdade de opinião, manifestação do pensamento, informação jornalística, liberdade de expressão intelectual, artística, científica, de outro lado nós temos o discurso comercial que é o discurso publicitário. Então, aí eu trago duas citações de dois grandes autores, o Ministro Hermann que é brilhante nessa avaliação, e atividade, eu vou ficar com o segundo que é menor, atividade publicitária e o momento da atividade empresarial, faz parte da atividade empresarial isso, por isso está dentro do eixo das atividades da livre iniciativa e dentro da previsão das questões econômicas e não da liberdade de expressão, a previsão da monitoramento e fiscalização de propaganda, são esses os diferentes. Porque não há como produzir sem depois fazer propaganda para vender. Isso também é uma, é uma regra, é uma regra do negócio, pode passar, por favor. Aí, então, a competência da ANVISA para regulamentar, os aspectos fundamentais da agência, que a gente vai, vou dizer de dois, a independência técnica decisória(F), onde deve predominar motivações a política para seus atos e devem basear em decisões técnicas. A independência normativa necessária para o exercício da competência reguladora do setor de atividade de interesse público do seu cargo. O próximo, por favor. Como meio de efetivação de sua autonomia decisória e agilização de suas atuações, então, entre outras, entre outras competências as agências contam com o poder de editar normas concernentes à atividade cuja regulação lhes é atribuída com base na Lei, sempre com base na Lei, ninguém está regulando, ninguém está propondo na, no tema, monitoração de propaganda nada que não esteja embasado em Lei. A competência então, normativa da ANVISA está na

9.782 de 1999 que é a Lei da criação dessa agência reguladora. Próxima, por favor. Ainda na competência na regulamentar no art. 2º compete à União normatizar ainda a competência da União pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ela será exercida [soa a campainha] nessa perspectiva. O próximo. Eu acho que pode passar, porque senão a gente não vai conseguir chegar. Essas são as três políticas nacionais de saúde que orientam o poder normativo da ANVISA, então além dos embasamentos legais nós temos política, política nacional da orientação e nutrição, sobre o álcool e de medicamentos. Próximo. Aqui eu trouxe alguns indicadores epidemiológicos para a gente pontuar, porque existe uma política para isso, não é só a regulamentação de propaganda que trata uma política, todos os senhores sabem disso, então, nós já temos doenças crônicas transmissíveis, já são responsáveis por 62.8% do total de mortes já conhecidas no país. E hoje 69% dos gastos com atenção à saúde é o que o Sistema Único de Saúde já está disponibilizando em seu orçamento. O próximo. O próximo. E o perfil da propaganda de alimentos no Brasil. No monitoramento de 2.560 horas, 237 peças publicitárias, de 237 peças publicitárias, 42 eram destinadas a público infantil, das quais 89.7% era destinado ao público infantil e eram de alimentos ricos em gordura e açúcar. Próximo. Essa é uma pirâmide, são as duas pirâmides, pirâmide ideal, da alimentação ideal e pirâmide que hoje os anúncios de televisão propicia à população. Próximo, o próximo. O próximo. Esse é o total de contribuições da Consulta Pública 71, pode passar. A regulamentação de bebidas alcoólicas também trouxe alguns dados epidemiológicos, né, que o Ministério da Saúde entre o biênio de 1995/1997 o alcoolismo ocupava o 4º lugar do grupo de doenças incapacitantes e 1996 a cirrose hepática de etiologia alcoólica foi a sétima maior causa do óbito da população acima de 15 anos. E sem contar nos outros dados que são interessantes, inclusive de acidente de trânsito.

Próximo. Aqui eu não posso deixar de pontuar, que a regulamentação de propaganda para bebidas alcoólicas ela acontece numa proposta de políticas públicas que iniciou em 2003. Então, foi criado um GT com 14 Órgãos Federais que resultou em um relatório de encaminhamento para essa política e dentro de um, um desses encaminhamentos era a criação da Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Alcool e dentro dessa resolução foi criada e foi proposta, então, a consulta pública de regulamentação com base na Lei nº 9.294 que ia também com base no que o Código Brasileiro de Alcool regulamentação do CONAR propõe. Pode passar. A natureza das contribuições então, de 157 vocês podem verificar aqui 51 mais 58, 109, proi-

bição total ou apóiam a regulamentação, aí é o desejo da população dizendo ao órgão sanitário e ao governo o que entendem, o que querem desse assunto sobre esse assunto, próximo, por favor. Os dados epidemiológicos da propaganda de medicamento, a gente vai ver ali 15% da população consome 48% do mercado total de medicamentos, somente 50% dos pacientes em média tomam corretamente os seus medicamentos, aí a gente vai ter um eixo muito grande de discussões para serem feitas que eu acho que aqui nós não podemos fazer isso na hora do debate, o próximo, por favor. Mas o agente causador de intoxicação. Quando a Constituição prevê da proteção da saúde, nós vamos ver ali o medicamento como esse de 2005 como um dos agentes de intoxicação ranqueado em primeiro lugar há muitos anos. Há muitos anos. Quando você faz essa, verifica que em 2005 ficaram registrados 12.650 casos de intoxicação de medicamento, aqui nós já excluimos os suicídios, nós vamos chegar numa quantidade 34 casos por dia de intoxicação, cerca de cada, de um caso a cada 42 minutos, intoxicação com medicamento. Óbito é o ranqueado em segundo lugar também há mais de 15 anos. Pode passar. E, porque, então, a importância da regulamentação da propaganda, porque é um produto tóxico e a vulnerabilidade das pessoas quando estão doentes também já os torna totalmente propício a e propriamente favorável aos agravos que o uso inadequado de medicamento pode trazer à saúde. Pode passar, por favor. A regulamentação, então, essa nós contamos com 157 manifestações de 257 diferentes contribuintes, dos quais nós temos hoje um indicador maior que estão já trabalhando pela proibição número 165 pela proibição total da propaganda de medicamento. Próximo, por favor. Conclusão, então, reflexão. As ações de fiscalização, sob propaganda de produtos sujeitos a vigilância sanitária, são desdobramento das diretrizes emanadas de políticas públicas além de todo o embasamento legal previsto já no país. As políticas públicas representam a vontade, o dever maior de proteção que é a responsabilidade indelegável do Estado, e para a reflexão eu acho que o controle da propaganda deve estar inserido no contexto democrático da consciência da importância do consumidor e do ato de consumir. Porque tratamos de produtos que são produtos de risco, que são produtos que podem ser nocivos à saúde da população. O próximo slide. Os nossos contatos, nós estamos à disposição de todos os senhores, tanto agora para o debate quanto nas nossas atividades de área, muito obrigada, bom-dia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu queria pedir desculpas aos nossos convidados. Hoje, é um dia, é o *Day After*, meio complicado. A campanha que V.S^{as} estão escutando é o chamamento para a Sessão Deliberativa do Senado. Além disso, recebi uma ligação agora da Presidente, da CPMI dos Cartões Corporativos solicitando a minha presença lá na CPMI e ainda temos a CCJ às 10 horas. Então essa é a agenda que os Senadores todos têm com Reuniões que coincidem no mesmo horário não há como dividir. Eu queria pedir desculpas aos nossos convidados, ao Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, tinha maior interesse em assistir a todas as palestras fazer os questionamentos que me preparei para isso, mas eu tenho que ir lá na CPMI e ainda à sessão deliberativa. Se a Ordem do Dia começar, inclusive, todos os trabalhos terão que ser suspensos, mas eu acho que é a, as exposições de V.S^a serão bastante elucidativas e permitirão a todos nós Senadores, que nós possamos estar melhor informados para que nos posicionemos nos Projetos que passarem aqui nas Comissões. Eu vou acessar as informações através das notas taquigráficas e dentro do possível voltarei aqui, Senador Cristovam Buarque, pedindo também desculpa à V.Ex^a que preside a Sessão nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa, eu creio que todos que conhecem o serviço da Casa entendem. Ainda esqueci que estamos na fase final de votação do orçamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É à tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu acho que, quem deveria pedir desculpas talvez seja eu e os funcionários da Constituição pela teimosia de mantermos essa audiência apesar de tudo, entendo perfeitamente acho que o senhor está correto, precisam do senhor nos, demais atividades. Eu vou continuar aqui ainda insistindo e o senhor vai ter as transcrições, mas o importante o debate, claro que é o importante o Senador presente, mas o importante mesmo é que esse debate seja levado a toda a opinião pública que os Senadores depois tenham acesso às informações, mas aqui a gente olha muito, sobretudo a opinião pública nessa audiência, agradeço sua presença e peço desculpas pela teimosia. [risos]. Eu passo a palavra ao Sr. Stalimir Vieira. Que é Assessor da Presidência Nacional da Agência Brasileira de Publicidade.

SR. STALIMIR VIEIRA: Muito bom dia em nome do Presidente Nacional da Associação Brasileira das

Agências de Publicidade, eu quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, os meus colegas de Mesa e a todos os presentes. Quero saudar também a iniciativa dessa Audiência, entendendo que se trata de um foro adequadíssimo para as discussões democráticas do maior interesse público. Nós entendemos que toda e qualquer intervenção nos Regulamentos, nas Leis, nos Decretos, tudo aquilo que tenha efeito, tenha consequência no comportamento da sociedade deve ser objeto permanente, constante de debate, reflexão, discussão para que definitivamente afastemos do horizonte brasileiro o comportamento que não condiz com a praxe democrática e com a civilização. O Brasil conheceu momentos bastante complicados, momentos negros de ditadura. Eu tenho certeza que nenhum de nós que vivenciou esses momentos tem saudade disso. A liberdade tanto quanto a saúde são bens que uma sociedade há que preservar com toda a sua força. Os publicitários tem tido a responsabilidade, tem tido o cuidado de além de substanciar a defesa do seu direito de se comunicar também à responsabilidade com aquilo que comunica. Não, por acaso, surgiu um dos códigos mais modernos de regulamentação, exatamente do seio da atividade que foi, que é o Código Nacional da Auto-Regulamentação Publicitária, talvez uma das expressões mais eficazes da civilidade. E revelador também desse alto grau de responsabilidade e de preocupação com a consequência do nosso trabalho. Eu acho que tem dois aspectos que precisam ser levados em conta com muito cuidado quando se trata desse assunto que demanda muitas vezes intervenções importantes, com consequências nas inter-relações de mercado.

O Brasil é um país que fez sua opção pelo mercado. Portanto, ele deve para que não se converta num monstro, obedecer a essas regras, naturalmente com o devido cuidado, com a devida atenção à preservação do melhor interesse público, mas é preciso tomar cuidado que essas intervenções não acabem piorando aquilo que os interventores entendem como negativo. Eu sempre defendo e eu acho que quando eu falo isso, eu falo também em nome de quem defende a liberdade. Que a pior liberdade, ainda é mais importante do que a melhor proibição. Eu acho que do momento que a gente proíbe, no momento que a gente impede as pessoas de saberem das coisas, seja pelo meio que for, seja com os interesses que hajam por trás dessa informação, ela, essa liberdade ainda permite a reflexão, permite a opção e permite, inclusive, a reação. Quando se trata de publicidade, eu acho que a publicidade é a exposição clara de uma intenção comercial e essa expressão clara de uma intenção comercial, ela se submete à opinião. Quando ela não

existe, quando a gente impede essa manifestação comercial livre, a gente não, necessariamente intervém no mercado, porque isso seria uma violência contra o próprio sistema que a gente optou para viver. Mas a gente gera algumas anomalias, porque o mercado continua existindo, as relações de mercado continuam existindo. Se propaganda fosse o fator determinante para o consumo de determinadas substâncias, cocaína não seria o grande negócio que é, as drogas de um modo geral não seriam o grande negócio que são. Então, é preciso levar em conta que proteger a saúde, proteger o melhor interesse da população não pode se converter num processo de tutela. A liberdade no seu amplo espectro, ela também significa dar o direito de receber informação e reagir a essa informação, positiva ou negativamente, negando ou aceitando, admitindo como verdade ou questionando. A partir daí estabeleceu que se conhece como formação de opinião. Naturalmente que nós, os publicitários em nome dos nossos clientes, temos o interesse primeiro de vender, mas vender não pode se converter num crime, porque vender significa, antes de qualquer coisa fazer o movimento definitivo de propulsão da economia. Numa Audiência Pública do ano passado eu ouvi da Relatora uma pergunta que me deixou muito preocupado. Ela colocava assim: O que é mais importante, o desenvolvimento do país ou a salvaguarda dos interesses maiores com a saúde da população? Eu não sabia que essas coisas eram incompatíveis. Eu quando trabalho, eu trabalho pelo desenvolvimento através da venda. Eu trabalho pela geração de emprego, através da venda. Eu trabalho pela competitividade do Brasil no mundo, através da produção, do comércio. Esse é o nosso objetivo, e nós trabalhamos a venda de produtos lícitos, produtos que estão sendo produzidos com absoluta liberdade. Quando a gente anuncia um produto médico isento de prescrição nós estamos trabalhando dentro da normalidade. Porque seria isento de prescrição se pressupõe qualquer pessoa pode chegar numa farmácia e comprar, e ela pode ter opções por marcas. Na verdade, o que a propaganda tenta fazer é construir uma percepção favorável para determinada marca. Quando a propaganda anuncia remédio, ela não promove doença para gerar consumo. O que promove doença [soa a campainha] é a falta de assistência, é a falta de cuidados básicos, sanitários com a população. Então, não adianta, eu acredito que não adianta a gente fazer uma intervenção, ou propor uma intervenção ou insuflar um movimento de preconceito contra a publicidade na tentativa de corrigir aquilo que a gente não consegue fazer ou por má vontade ou por falta de dinheiro, ou por falta de estrutura ou por falta de vontade política, que é criar as condições ideais

para que a população seja saudável. Que é criar um processo de fiscalização eficiente que evite os excessos que promovem danos.

Ora, eu estou absolutamente de acordo com a ANVISA quando a ANVISA manifesta sua indignação com o fato de haverem produtos no mercado que não tem a licença da ANVISA de serem se quer produzidos quanto mais comercializados. Eles não só não podem ser anunciados como não podem ser produzidos, ou não podem ser importados. Agora, isso se combate, não tirando o comercial, não proibindo a propaganda, isso se combate fiscalizando. Então, me parece que a intervenção a partir da comunicação, um processo mais fácil em termos práticos, porém menos eficaz, porque as coisas vão continuar acontecendo e com a agravante de que assombra uma vez que não se estará sabendo sequer de maneira clara, explícita o que está produzindo. Então, eu entendo que a liberdade ainda é a maneira mais fácil de se controlar e a maneira mais fácil de se, inclusive, desenvolver um discurso esclarecedor. Na dimensão proporcional do que está sendo colocado e que eventualmente traga um potencial de prejuízo à sociedade. Eu acho que já é hora da ANVISA, eu tenho dito à Dr^a Maria José com quem eu tenho uma relação muito positiva, de contribuição permanente, iniciativa voluntária de ajudar, porque eu entendo que a solução para a publicidade seja para corrigir os eventuais excessos, seja para complementar que os esclarecimentos tem que nascer da publicidade mesmo, senão vira uma monstruosidade não se consegue comunicação coloquial e fluída com o público consumidor se não for através do profissionalismo da publicidade. Então eu tenho tentado, tenho procurado colaborar nesse sentido para que nós consigamos transformar as mensagens de interesse da ANVISA em mensagens eficazes e não apenas em mensagens que tentam atrapalhar a publicidade. Acho que a publicidade que a ANVISA quer incorporar no sentido de esclarecer ao público é absolutamente do ponto de vista profissional compatível com o trabalho que nós fazemos. Então, da mesma forma que os publicitários e outros segmentos da sociedade souberam desenvolver um código de auto-regulamentação eficaz que está em prática e que contempla praticamente tudo o que é demandado pela ANVISA, e que é um código dinâmico, permanentemente atualizado. Então, tudo isso, demonstra que nós publicitários não estamos parados diante dessas demandas. Tomamos iniciativas, orientamos nossos clientes, muitas vezes, somos voluntários nessas colaborações e somos voluntários, inclusive, em campanhas do interesse público. Temos feito isso de maneira voluntária muitas vezes.

Então, eu gostaria muito que todo esse trabalho, além de estar num foro adequado da representação do interesse popular que é o Congresso Nacional também conte sempre com a colaboração profissional dos profissionais de publicidade. Eu tenho certeza que a contribuição deles não só como profissionais, mas também como cidadãos pode fazer com que esse caminho, essa evolução no sentido de atender o interesse público e ao mesmo tempo não sacrificar as relações de mercado, fundamentais para o desenvolvimento dessa economia possam ter uma convivência harmônica e produtiva. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Sr. Stalimir Vieira e passo a palavra ao Sr. Walter Vieira Ceneviva.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Muito obrigado, Sr. Presidente, saúdo na pessoa de V.Ex^a e agradeço a honra do convite para poder debater nessa audiência pública sobre esse tema fundamental, sei do esforço de V.Ex^{as} Senadores para estarem presentes aqui no dia de agenda tão cheia, agradeço também aos funcionários. O tema da restrição à propaganda não é novo, está estabelecido na Constituição Federal desde 1.988 e, todavia as polêmicas ainda avultam as polêmicas ainda preocupam e daí então o empenho da radiodifusão, em contribuir com o processo de discussão para que se possa cumprir precisamente aquilo que está na Constituição, ou seja, garantir que exista a propaganda em primeiro lugar e em segundo lugar dotar as pessoas e as famílias de ferramentas contra os produtos e serviços que possam ser nocivos as suas pessoas, à sua saúde. A pergunta que segundo o nosso entendimento deveria ser feita, talvez um pouco diferente do que nos propõe a Dr^a Maria José da ANVISA não é se o mais importante é a publicidade ou a saúde. Essa pergunta posta dessa maneira com certeza conduz a uma abordagem errada do tema, conduz ao desperdício de tempo, conduz ao desperdício de recursos públicos se o interesse e o interessado no assunto simplesmente perguntar: Eu protejo a propaganda ou eu protejo à saúde? Essa é uma falsa questão. Porque eu chamo isso de falsa questão? Porque evidentemente não há sentido pensar num país, não há sentido em pensar nos brasileiros sem saúde. Todavia, têm um grave equívoco, um importante equívoco supor que a existência da publicidade por si só coloca em risco a saúde das pessoas. É evidente que as duas coisas podem e devem conviver. Enquanto eu escutava apresentação dos meus colegas de Mesa eu imaginava o seguinte, se o orçamento da saúde é insuficiente nós vamos, então, encerrar as atividades do Senado Federal para poder com o dinheiro do orçamento do Senado, custear a saúde? Não, isso é um absurdo. Por quê? Um absurdo,

porque o processo político, o processo de comunicação e a tutela da saúde todos podem e devem conviver de maneira harmônica, essa é a missão dos Senhores, de V.Ex^{as} enquanto legisladores, nossa, enquanto radio-difusores de assegurar que as duas coisas convivam e isso é completamente possível. Insisto, é preciso ter em mente com toda a clareza que o que põe em risco à saúde dos brasileiros não é a publicidade. E cogitar que haja um conflito entre saúde e publicidade é um equívoco grave de abordagem do tema. O que é preciso ter em mente é, identificar os meios como já está previsto a 20 anos na Constituição do Brasil, a identificar os meios de estabelecer ferramentas de proteção das pessoas e das famílias.

Já existem Leis tratando do tema, a principal, a genérica é o Código de Defesa do Consumidor que garante aos consumidores informação quanto aos produtos e serviços nocivos. O que além de Leis nós precisamos? Nós precisamos de políticas públicas, de políticas públicas eficazes que assegurem, que de fato concretamente, materialmente a saúde dos brasileiros esteja protegida. Quando aluno do professor, do Senador Franco Montoro na faculdade, lembro dele dizendo: O Brasil precisa de uma Lei de dois artigos, art. 1º cumpram-se às Leis em vigor, art. 2º, revogam-se as disposições em contrário. Conceber que a proteção e a tutela da saúde requeira novas leis é conceber o equívoco, é conceber o desnecessário, é imaginar novas estruturas para continuarem as coisas acontecendo com grande ebulição e sem nenhuma eficiência, sem nenhuma eficácia. O que é preciso é garantir que se cumpra, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor que exige dos fornecedores de bens e serviços que prestem informações a respeito dos aspectos nocivos. Conceber ainda que qualquer entidade da administração direta ou indireta, especificamente usando como exemplo a minha colega de Mesa da ANVISA, conceber que entidades da Administração Pública que não o Congresso Nacional possam fazer regras impondo restrições é um grande absurdo que precisa ser combatido com enorme ênfase. Quem tem competência para estabelecer essas restrições é o Congresso Nacional, nenhuma autarquia pode estabelecer restrição contra a propaganda, nem mesmo a pretexto de defender a saúde das pessoas. Porque se a gente tiver que rasgar a Constituição para defender a saúde das pessoas então nós estaríamos desfazendo o país e não protegendo verdadeiramente a saúde. Então, nós estaremos protegendo o arbítrio e não verdadeiramente protegendo a saúde. E insisto, identificar um dilema entre saúde e publicidade é fazer uma abordagem, uma abordagem equivocada que conduza evidentemente a conclusões equivocadas. Aliás,

de pensar nisso, analisando a estatística que foi apresentada a partir das respostas das consultas públicas, em que se identifica a maioria avassaladora contrária à publicidade, a informação que eu extraio dessa estatística não é a de que a restrição é necessária, muito antes, ao contrário, muito antes ao contrário. O que é necessário é o que V.Ex^{as}, Senadores, fazem hoje que é debater o tema, ilustrar aos brasileiros, ilustrar a população a respeito do que, efetivamente, sujeita as pessoas a risco na sua saúde. Não é a publicidade que faz o motorista pegar o carro bêbado e matar uma pessoa. É a falta de inforcement(F) a falta do cumprimento daquela Lei do Franco Montoro que permite o motorista dirigir embriagado sem nenhum controle. Não é a publicidade, perdão, que permite aos brasileiros se intoxicarem usando ou agrotóxicos ou remédios, não é a falta de legislação sobre a publicidade que gera a epidemia de obesidade descrita na apresentação da nossa colega da ANVISA. A publicidade em relação a isso tudo é passiva, a publicidade é ferramenta de ação dos competidores uns contra os outros e não de expansão verdadeiramente do mercado. O que é preciso é que se cumpram as Leis existentes, que se encontrem meios de atender, fazer com que a população entenda os riscos do consumo dos bens e serviços que ela esteja consumindo.

E, porque essa nossa preocupação em enfatizar tantas vezes que o dilema saúde versus publicidade é um falso dilema e que a abordar o tema por esse lado conduz a conclusões equivocadas? Porque efetivamente o que se percebe é que existe uma série de proposições de elaboração de novas Leis contra a publicidade que sejam das bebidas, ou de outros produtos tidos por nocivos que na verdade ao fim e ao cabo desconsideram qual é a causa desses malefícios no exemplo que eu citei, motorista que dirige bêbado, enfim, todos os acidentes que o alcoolismo possa produzir, não se ataca à causa. É como querer parar o carro segurando o velocímetro numa metáfora que é usada tantas vezes. Além de enfatizar, isso é preciso que V.Ex^{as} tenham em mente o seguinte: O serviço de radiodifusão é o serviço que desde o início, desde o seu início tem por missão integrar o país e efetivamente a radiodifusão integra o país, tanto o rádio quando a televisão dão para o país a identidade nacional, identidade de língua, identidade cultural. Não há outro elo mais significativo do que a radiodifusão para cumprir essa missão de integração nacional. E, todavia esse serviço é gratuito, esse serviço não auferir Receita direta do seu público, a única forma de remuneração desses serviços que é crucial, desse serviço que é importantíssimo para o país é a propaganda comercial. A restrição de propagandas como

no caso, por exemplo, das bebidas, significa para os veículos de radiodifusão que são, que prestam o serviço gratuito remunerado pela publicidade, significam uma perda importantíssima, então, nos preocupa sobremaneira que se possa conceber a possibilidade de proibir uma propaganda, o que seria inconstitucional, mas de qualquer maneira de proibir uma propaganda que é essencial para a viabilidade econômica dos veículos de radiodifusão.

É preciso que se tenha em mente qual seria o efeito da proibição no mercado, como disse antes a propaganda se presta não a ganhar mercado, não a induzir o consumo, mas a competição entre os diversos concorrentes na oferta do mesmo produto, a competição entre as cervejas, entre os fabricantes de medicamentos os genéricos e os com marcas. A propaganda por si só não expande o mercado, ela simplesmente redivide, redistribui as frações de mercado, o *share*(F) como se diz no jargão no inglês que a gente precisa até evitar muitas vezes, elas, a propaganda se destina a redistribuir essa participação no mercado, se proíbe a propaganda o que se faz é consolidar os monopólios que possam existir nos mercados de bebidas, nos mercados de remédios, o que evidentemente é muito nocivo, muito mais grave do que a propaganda é a concentração econômica que existe nesses mercados. Há uma última ponderação que eu gostaria de submeter a V.Ex^{as} que é a seguinte, existem iniciativas não apenas dos veículos de radiodifusão, mas também dos anunciantes e das agências de publicidade, inclusive, em diálogo permanente com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária entre outras, para assegurar ferramentas de auto-regulamentação, ou seja, o próprio mercado se submeter a regras que o mercado identifica como importantes, com a contribuição do Poder Público e o mercado se auto cerceia. E com isso atinge o objetivo desejado, fazendo caminhar na mesma direção, o Poder Público e a iniciativa privada. Qual a grande virtude da auto-regulamentação e é preciso que se privilegie [soa a campainha] a experiência da auto-regulamentação. É a de que o contribuinte custa zero. A auto-regulamentação custa zero para o contribuinte. Se estabelecer uma regra de restrição da publicidade, se estabelecer uma entidade, uma autarquia ou um departamento que seja de uma autarquia existente com funcionário, equipamento para fiscalizar a publicidade esse dinheiro será mal empregado. Melhor que o Estado brasileiro invista no combate do mau uso das bebidas dos remédios, outros bens de serviços perigosos, do que criar um departamento para controlar o que nós radiodifusores, as agências e os anunciantes venhamos a fazer. Porque se nós formos capazes, e nós temos sido, de nos auto-regulamentar

a experiência do [ininteligível] é eloqüente, então o Estado brasileiro estará desonerado e o brasileiro estará assistindo e protegido, insisto, a custo zero. Agradeço mais uma vez a V.Ex^a, Senador, e aos Srs. Senadores presentes, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Sr. Walter Vieira Ceneviva e passo a palavra ao Sr. Rafael Sampaio que é vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Anunciantes.

SR. RAFAEL SAMPAIO: Sr. Presidente, Senadores presentes, minha colega de debate há muito tempo que é funcionária exemplar da ANVISA. A Associação Brasileira de Anunciantes tem a expor e ponderar o que segue. Para começar queremos enfatizar nossa posição de que julgamos serem essenciais a funções da ANVISA como instrumento de cumprimento das Leis relacionadas à saúde, alimentação e correlatas. Assim como braço executor de políticas públicas para esses setores. A ANVISA deve ser integralmente apoiada, inclusive, pelos setores empresariais envolvidos para melhor poder cumprir suas funções e tarefas específicas, legalmente definidas. A visão dessa associação já corroborada publicamente por diversas autoridades dos três poderes, é de que não compete a ANVISA definir Leis, sendo que suas atividades de normatização têm que estar restritas aos ditames de legislação específica. Complementando o que foi estabelecido pelo legislativo e adicionalmente dentro dos mesmos parâmetros pelo Executivo. No caso de setores de amplo impacto na vida diária das pessoas e na economia da nação, sabemos que a legislação é de extraordinária complexidade, pois ela precisa considerar uma ampla variedade de aspectos constitucionais ligados aos direitos dos indivíduos e das organizações, por um lado e as atribuições do Estado e seus agentes por outro. Razão pela qual não há outro foro adequado para sua avaliação, discussão e normatização fundamental além do Congresso Nacional. Além de simultaneamente proteger o cidadão onde lhe conceder um máximo de liberdade, *status* que se transferem para as organizações empresariais, a legislação tem que ser adequada aos interesses superiores do coletivo da sociedade e da nação.

Existe, como sabemos, a necessidade de consolidar parâmetros para publicidade de várias categorias de produtos, devidas as demandas de vários setores da sociedade, porque a Constituição assim o determina e pelo fato de que a legislação correspondente pode ser aprimorada. Um dos próprios setores empresariais envolvidos nas questões de saúde e alimentação, assim como os meios da comunicação e a comunidade publicitária constantemente adiantam-se em direção

ao suprimento dessa necessidade de evolução das normas debatendo e aprovando importantes modificações nas determinações de alta regulação e nos códigos de conduta setoriais, além do próprio código brasileiro de alta regulamentação publicitária em particular. Esses movimentos em direção à maturidade dos setores envolvidos, trazem o benefício adicional de que as suas determinações são voluntariamente aceitas pela comunidade empresarial e são de consequência imediata, à sua definição. Dessa forma preserva-se a liberdade de empreender e das práticas de marketing e comunicação que tem sido esteios essenciais da grande evolução da qualidade técnica, de inúmeros produtos e serviços, assim como contribuem para a redução absoluta e relativa de seus preços, beneficiando dessa forma direta aos consumidores, mas sem deixar de atender as necessidades de provimento do Estado pela expansão do pagamento de impostos, taxas e assemelhados. Limitar de modo exagerado e inadequado à liberdade de marketing e comunicação dos principais agentes econômicos setoriais, via de regra, os mais responsáveis em termos socioambientais de cidadania corporativa, significa empurrar a competição para vala comum da rebaixa de preço feita em consequência da menor qualidade, da falta de segurança e da própria informalidade da atuação econômica.

Ou seja, a legislação e as normas que ultrapassam a razoabilidade geralmente resultam em fatores contraproducentes para causa pública, os setores econômicos toda vez idos e acima de tudo os interesses dos próprios consumidores. Resgatamos para situar a posição da ABA, os princípios que regem a nossa entidade que incluem a defesa permanente intransigente da liberdade de comunicação comercial por um lado e a promoção do conceito de responsabilidade civil do anunciante da propaganda por outro. Isso significa que defendemos a posição de que qualquer legislação regulação não pode, por garantia constitucional, penalizar organizações responsáveis através de em determinações feitas sem o amparo da Lei e que exigem aquilo que não conta com a devida exigência legal definidas pelos órgãos que tem essa competência constitucional. Da mesma forma que somos intransigentes quanto à responsabilização das empresas anunciantes pelos seus erros e abusos. Enfatizamos que a ABA sempre estará absolutamente disposta a ajudar no debate e na formulação das propostas de regulação e normatização da questão do marketing e da comunicação dos produtos e serviços relacionados à saúde e alimentação. Postura essa que não difere pelo que conhecemos das demais entidades das indústrias desses setores de todos os meios de comunicação e das empresas ligadas à publicidade. Na ex-

pectativa de que o respeito à Constituição do país e o melhor censo público estejam sempre presentes no complexo debate dessas questões registramos nossas saudações. Como ainda tenho quatro minutinhos, eu vou acrescentar uma observação sobre a questão da liberdade de expressão comercial referindo-me ao que a Maria José falou anteriormente. Eu uso o caso americano, porque é muito sintomático, é o país onde tem a maior carga de publicidade do mundo é onde se originou o modelo no qual o Brasil adotou em termos de funcionamento dos meios de comunicação, das anunciantes, das agências, ou seja, todo esse universo que de algum modo tem a ver com a questão que nós estamos falando aqui.

Lá, já houve algumas manifestações da Corte Suprema Americana e que valendo a liberdade de expressão da empresa à liberdade de expressão da pessoa na medida em que a empresa tem direito à voz da mesma maneira que a pessoa tem o direito à voz, a voz da empresa não é a voz artística, a voz da empresa não é a voz da opinião, a voz da empresa é a voz do produto ou serviço que ela produz legalmente que tem o direito lá nos Estados Unidos e a nossa Constituição também assim o fazem de liberdade de expressão. O assunto por outro lado é tão delicado que apesar de já haver algumas manifestações explícitas, em sentença da Corte Americana, na Corte máxima no sentido dessa liberdade de expressão comercial o embate específico na causa da liberdade ou publicidade de categorias complexas como é o caso de bebidas, como é o caso de cigarros, como é o caso tabaco, em geral, como é o caso de produtos ligados à saúde, medicamentos, tratamentos etc, e também de alimentação, até hoje não houve, da parte da, tanto do governo, dos poderes governamentais como da, dos poderes, das empresas, as entidades ligadas às empresas, uma demanda específica à Suprema Corte, por uma razão muito simples, há, tem-se muita preocupação de que justamente na análise dessa questão pela Suprema Corte haja o viés de preservar o bem público em troca da restrição à liberdade. O que se resolveu, nos Estados Unidos, e tem sido muito bem resolvido ao longo do tempo? Toda a vez que há uma demanda pública, as entidades do setor se reúnem com as entidades, as autoridades públicas e se faz uma auto-regulação. Até hoje a propaganda de cigarro que na prática é banida dos meios de comunicação dos Estados Unidos, não é determinada por Lei. Ela é um processo de auto-regulação da indústria, combinado com os meios de comunicação e combinado com o FDA e outras autoridades competentes no assunto. Então, esse foi o modo que eles encontraram para evitar o embate, porque esse é um embate duríssimo, um embate de

um lado a gente vai ter as garantias constitucionais da liberdade de expressão, inclusive das empresas e de outro lado à gente tem evidentemente o bem público. Então, foi um bom caminho esse encontrado acho que pelos americanos e que a gente pode usar aqui. Por outro lado, também me referindo aí a experiência europeia e do qual eu estou um pouco mais ligado, [soa a campainha] porque eu faço parte de uma entidade mundial que cuja sede é justamente em Bruxelas e eu a cada três meses faço uma reunião no BORD(F) e nós temos discutido muito cada vez uma colaboração maior entre o corpo Governador da comunidade europeia e as entidades Pan-europeias das várias áreas empresariais, inclusive da propaganda. Então, no caso específico, hoje, da questão da obesidade, que é um problema universal, e não deixa de ser na Europa, a questão está sendo conduzida muito de próximo entre todos os organismos da comunidade europeia, os Ministros de Saúde, e todos os outros ligados aos vários países e os grupos empresariais. Também, lá, nós temos um ótimo exemplo de que é possível essa colaboração entre Estado e iniciativa privada para o bem público, ou seja, o bem de cada um e principalmente o bem de todos. Era isso que eu tinha a declarar, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra nós temos inscrito o Senador Inácio Arruda, a Sr^a Maria José Delgado Fagundes pediu para fazer um comentário sobre o que foi escutado, mas eu vou pedir que ela faça depois de ouvir. Mas antes, Senador Inácio eu queria fazer uma pergunta: Por que é que no Brasil não houve, esse acordo dos organismos de publicidade como houve nos Estados Unidos em relação ao cigarro? Porque aqui foi preciso fazer uma Lei?

SR. RAFAEL SAMPAIO: Eu acredito aqui que nós, acho que aqui o pecado é de todos nós. Ou seja, do lado da iniciativa privada sempre se procurou se amparar nas determinações legais para se garantir o máximo possível de tempo à existência de uma legislação que era bastante... dava muita liberdade e de outro lado nós tivemos, quer dizer, uma série de confluências que transformaram, quer dizer, é realmente um problema de saúde muito grave. Então acho que não houve interesse nenhum dos dois lados em chegar nesse acordo, no caso de cigarro foi isso eu participei dos debates aqui, eu tive envolvido desde aquela época, eu acho que recentemente nós já tivemos uma boa melhoria que foi no caso das bebidas alcoólicas, não há dúvida nenhuma de que as autoridades públicas, as diversas, estão fazendo a sua parte que é o também um assunto muito relevante, mas eu sinto que do lado empresarial uma pré disposição a evoluir mais sólida.

Tanto que nos próximos dias, ou seja, agora no começo de abril o CONAR vai promulgar uma nova regra para bebidas alcoólicas muito mais restrita do que a presente, absolutamente de acordo com que tem na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, nós já estamos evoluindo rapidamente, ou seja, acho que entre aspas, “aprendemos a lição”. Acho que no caso da obesidade também é muito pro ativo, ou seja, quer dizer, se no passado, há aí um certo aproveitamento oportunístico das duas partes, da iniciativa privada de aproveitar o máximo do período de liberdade das autoridades públicas, entre aspas, para mostrar serviço, acho que a partir do momento que hoje que nós estamos num nível de maturidade superior acho que temos boas condições para encontrar um bom caminho. E eu acho que a grande vantagem, isso que está sendo feito na comunidade européia a auto-regulação pode ser uma espécie de teste real de uma futura legislação. Há momentos em que realmente é necessário, por uma série de circunstâncias, uma legislação adicionalmente ou complementarmente ao esforço da regulação que acaba pegando as empresas mais responsáveis, o topo do mercado. Mas o fato de ter uma boa auto-regulação em ação faz com o que legislador tenha na prática um teste do que vai, entre aspas “pegar”, o que será eficaz o que não será eficaz. Até nisso há uma boa, um bom aproveitamento se houver um processo colaborativo. A gente pode, como vamos fazer emitir uma legislação, auto-regulação muito interessante, acho que muito madura sobre a questão de bebidas alcoólicas até, todo o processo que será longo de discussão desse assunto no Senado e no Congresso, na Câmara vai ser possível até a gente aferir até que ponto aquelas normas são adequadas ou ainda eventualmente precisariam ser mais restritas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, nobre representante do Ceará, primeiro Estado a abolir a escravidão no Brasil.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): No Brasil. E continuamos associados a muitas outras lutas libertárias ao lado de V.Ex^a. Eu quero, assim, o debate não é fácil, é um debate muito difícil entre o negócio e os interesses, digamos assim, que nós poderíamos imaginar que são os interesses mais importantes da população. E a questão da saúde, a saúde pública, então, é uma questão central, é como sempre em qualquer debate, em qualquer discussão entra a saúde e a educação, o povo está bem e educado. E uma máxima de que a propaganda é a alma do negócio. Então, nós já começamos por aí, entendeu? Esse é o primeiro problema de saúde pública, todos os espiritualistas que imaginam essa situação, eu vou encontrar

a propaganda como sendo a alma do negócio. Então, o negócio é vender, é vender o produto. Um produto que às vezes nem existia ainda, nunca foi testado no mercado. Embora possa ter sido testado, para efeitos, digamos assim, de um determinado, de uma determinada patologia, mas ele nem alcançou o mercado.

Então, ao invés de você fazer uma discussão sobre o princípio ativo daquele produto você faz da marca, porque é a marca que dá alma ao negócio, é a publicidade dele, é como oferecer aquele produto para a população. Então, eu vejo isso como um problema. Uma outra máxima mais dura, mas muito usada é que uma mentira dita cem vezes se transforma em verdade. Então, são os dilemas da publicidade, no Brasil e no mundo. Você veja a situação da gasolina. Então, você chega qualquer Posto de abastecimento e o vendedor diz logo o seguinte olha, tem a gasolina aditivada, é feita muita propaganda de aditivos por aí, o seu motor vai ficar maravilha, isso aqui vai ficar, o motor é o nosso coração, o nosso fígado, o nosso pulmão. O seu fígado vai estragar se não tiver o aditivo adequado à gasolina aditivada é tal produto, tal isso, tal aquilo pode até se adicionar alguma coisa no aditivo dar um diferencial do aditivo, mas toda a gasolina é aditivada, não existe gasolina sem aditivo, ela é obrigatoriamente aditivada senão não consegue nem colocar o carro para se mover, mas a propaganda diz que não, tem uma gasolina aditivada e a outra é como se ela não fosse aditivada, mas ela é obrigatoriamente aditivada, eu fico imaginando, então a situação quando você trata da população em questões centrais com a nossa cultura. Porque a nossa cultura eu acho que é mais próxima do que o que o Rafael levantou. A cultura nossa do Brasil, é a nossa realidade, a nossa formação. É diferente da formação central dos americanos, mais anglo-saxônica, ou mesmo da Europa, italiana, francesa, alemã, inglesa, que é o centro da formação daquela nação, da comunidade européia. Ou dos orientais, nós temos uma outra forma de agir, usamos todo esse conhecimento do mundo inteiro, mas nós temos uma cultura, a cultura nossa é a seguinte. Porque não teve auto-regulamentação? Porque eu quero tirar o máximo de proveito se eu sentar com os antagônicos eu começo a criar um embaraço. Então, a minha cultura é de, esse negócio de mesmo de auto-regulamentação, isso é bom para americano, os americanos sabem como é que eles são, então, chegaram a essa conclusão, fizeram Lei seca, fizeram isso, fizeram aquilo, talvez não tenham gostado dessas situações todas, porque eles eram altamente regulamentados. E chega uma hora desregulamenta, você vai fazendo tentativas e nós achamos que temos que tirar o máximo de proveito em cada situação. Vejo uma outra situação da nossa

cultura e de uma atividade que contamina os brasileiros apaixonadamente. Uma é a dança, é o samba, é o carnaval, e a outra o futebol. Nas duas, os maiores patrocinadores das duas nós fazemos um apelo, um apelo intenso através dos órgãos de comunicação, exigimos do governo, das prefeituras, dos governadores estaduais que eles contenham de alguma forma as torcidas organizadas, violentas, barulhentas, terríveis, mas quando chamamos pela televisão o cidadão e a cidadã para ir ao estádio de futebol para qualquer competição, nós chamamos através da bebida. O melhor caminho para você chegar do estádio é uma boa cerveja, está certo? A melhor forma, então, o maior patrocinador do esporte afora as propagandas, digamos assim, de empresas estatais é exatamente a bebida. Ela é o maior chamariz para o esporte. Se você vai para as culturas populares, para o frevo, para o samba, para o axé etc também é a bebida o principal patrocinador. E a, os programas esportivos todos, por isso que eu acho que aí entra o negócio da, são os maiores anunciantes dos programas esportivos que estão em horários nobres. Eles estão principalmente no horário de meio dia, quando você vai para o almoço e a criançada chega também em casa da escola, eles estão no horário ali das oito da noite onde praticamente todos os programas esportivos o antecedem, ou se dão durante o principal programa jornalístico daquela emissora e que antecede também as principais partidas de futebol no caso do Brasil. Então, é uma, é uma situação que eu considero, assim, muito delicada da propaganda de produtos dessa ordem, bebida ou cigarro já foi praticamente banido desse, desse campo, mas ainda atua em alguns setores. Acho que a bebida principalmente, ela é muito forte como principal chamariz em atividades que você poderia dizer o seguinte: O melhor era não ter a bebida. O melhor é não ter a bebida aí, mas ela é o principal instrumento para chamar, para convocar, a convocação é feita através da bebida. Eu não sei se numa auto-regulamentação, numa pactuação entre ANVISA e anunciantes e agências e empresas de radiodifusão, o melhor não fosse que esses setores todos chegassem a um acordo dizendo assim: Nós vamos banir esse produto da propaganda como o principal chamariz. Ele não é um produto que ajude a saúde de ninguém, pelo contrário, então vamos ver como é que a gente retira isso aqui do meio sem precisar de uma legislação. Porque eu acho também a coisa mais complicada é sempre tudo a gente tem que fazer uma Lei, mas essa é a regra do Brasil. Essa é a regra do Brasil. Se não tiver na Constituição, por que muita coisa que você olha e diz assim: Puxa vida, mas isso em qualquer nação do mundo seria da legislação ordinária ou seria uma Portaria ou Decreto

de um governante, jamais seria um art. da Constituição, capítulo da Constituição. Por que o Constituinte de 1988 resolveu que isso tudo tinha que estar na Constituição? Porque se considerou que aqui se não tiver na Constituição, ninguém vai cumprir. Ninguém vai aceitar aquela norma infraconstitucional.

Então tem que estar na Constituição. Então, a Constituição transformou-se, tem os Artigos e os Incisos e as Alíneas e os Parágrafos que são enormes. Tem dez parágrafos, tem cinquenta, setenta Incisos para um Artigo e mais os Parágrafos e mais as Alíneas só para um Artigo. Aí você diz, tem tantos Artigos. Mas se você somar os Artigos, as Alíneas, os Parágrafos mais os Incisos todos que tem na Constituição, isso daria qualquer outra Constituição do mundo mais de mil Artigos, porque tudo teve que ir para a Constituição, por causa da realidade nossa, a realidade brasileira, a cultura que se formou no nosso, no nosso país. O exagero do que se chama aqui de, sempre da liberdade de expressão em nome da liberdade de expressão aqui no Brasil também a gente acusa todo mundo, a gente começa logo esculhambando e condenando, agora eu não vejo nenhum órgão de comunicação depois do cara ser absolvido pela justiça ou por qualquer outro meio, chega lá dizendo, o senhor poderia dar uma entrevista já que o senhor foi absolvido, no horário nobre do meu jornal. Jamais, eu já condenei o miserável já foi para o esgoto há muito tempo não tem mais saída, ou você tem negras duras na legislação constitucional e infraconstitucional ou você não tem limites para o exercício da liberdade. E nesse caminho, a solução parte para outro, para o extremo, só temos solução no extremo. Eu acho que é a, o melhor era ter chegado numa situação dessa que os americanos alcançaram, depois de muita regulamentação amigo. Não chegou porque, concluímos que o melhor é isso desde sempre, desde sempre não. Muita regulamentação, muita exigência, muita regra, muita norma infraconstitucional, sempre se diz, a Constituição americana ninguém mexe, ninguém isso, ninguém mexe, conversa é que os atos praticados no legislativo e no Congresso Nacional têm força constitucional, não está na Constituição originária americana, mas tem força constitucional, essa que é a diferença. Lá tem sim, tem muita Lei, tem muita regulamentação, tem muito órgão regulamentador que impõe regras uma duras, outras menos duras, em Estados diferentes a situação tem situação no Estado que não é atendido no outro. É um cipoal de diferenciações de Estado para Estado com a Legislação Federal, é norma para tudo que é lado. Agora, criou-se também um campo e uma possibilidade de você fazer acordos que eu acho que também é permitido no nosso país em determinadas situações. Se há uma situação onde

você examina ao longo do tempo que aquela realidade mesmo com controle, mesmo com auto-regulamentação ela continua sendo muito prejudicial à saúde pública, aí eu acho que a responsabilidade do Estado de chegar e dizer: Olha, isso aqui não dá mais, o cigarro ele teve que partir para isso. O custo é muito alto, é claro que a gente tem que fazer hoje o balanço do resultado, mas no meio da juventude de um modo geral no Brasil, eu examino como eu fui fumante de 13 anos, 13 anos de idade aos 26 anos de idade, eu examino nesse meio da turma entre 13 e 26 anos. Praticamente são poucas as pessoas que começam a fumar hoje com 13 anos de idade. 14, 15, 16 anos de idade, são poucas. Diminuiu muito nesse setor da juventude, quer dizer, atingiu bem a juventude. Entre os ambientalistas que fizeram uma dura luta no Brasil, só hoje as questões ambientais começam a pegar no meio do povo, porque estão pegando aonde? Estão pegando na juventude e na infância, infância e juventude.

Então, o problema da propaganda do produto, porque, vamos usar o máximo da sinceridade, eu acho que o Rafael, Rafael você foi maravilha, o máximo da sinceridade, o que eu quero é vender. Eu estou aqui para isso, eu quero vender o meu produto. Entendeu? Eu vou competir no mercado, eu vou competir com os outros, mas o meu produto é novo, eu tenho que entrar aqui nesse mercado, eu quero vender o meu negócio é esse, o meu padrão exige isso, se eu não fizer isso estou fora, perdi o meu emprego. Eu tenho que vender esse produto, eu tenho que fazer a boa publicidade eu consegui vender o meu produto, é isso que está em jogo. Agora, esse produto ele vai trazer prejuízo à população? Vai trazer prejuízo nós temos que submeter a alguma norma, algum critério, alguma regra para proteger a população. Entendeu? Eu acho que é esse o grande objetivo nosso e na questão das bebidas, propaganda de bebida para chamar o povo para praticar esporte, rapaz eu acho uma coisa dura. Um paradoxo total, total. Acho que essa daí tinha que ter uma auto-regulamentação para o bem dos nossos filhos, nós que estamos aqui e os que estão em casa, essa seria uma boa para fazer uma auto-regulamentação, Rafael, entrar logo com essa, vamos auto-regulamentar, no esporte, gente, nós não podemos começar enchendo a cara ou depois terminar a gente encher a cara de novo, vai ver a gente pega um automóvel logo em seguida para ir para casa e não vai dar certo. Acho que nós poderíamos fazer uma auto-regulamentação nessa área das bebidas para o esporte, porque ela é dura, porque o resultado sempre é muito perigoso para a população, além de outros produtos, têm muitos, tem muitas drogas, não é só a cocaína, não é só a maconha, às vezes essas são as mais leves, tem

outra muito mais perniciosas com efeitos muito mais imediatos que são consumidas hoje pela população e que são, às vezes estão livre, estão fora de qualquer controle. Eu não quero fazer uma pergunta direta, eu estou fazendo uma argumentação nossa de como a gente vai tratar um assunto que é delicado e que atinge muita a população, não atinge pouco, atinge muita a população brasileira, se não é com norma, com regra e com Lei, onde é que nós vamos sentar, criou-se aqui o tribunal arbitral. Onde é que vai ser o nosso tribunal arbitral para a gente chegar a essa auto-regulamentação que o Rafael propõe eu acho que pode ser um caminho, mas a prática e a cultura nossa não se encaminhou nesse sentido. É a nossa realidade, a realidade brasileira. Porque senão a gente entra no faz de conta não é dá certo, não dá bons resultados. Talvez a gente precisasse fazer um balanço desse programa da propaganda do cigarro, quais são os efeitos hoje no meio da juventude, no meio das crianças, que impacto ela está trazendo do ponto de vista positivo, se deu resultados positivos, ou se não trouxe nenhum efeito. Se não traz nenhum efeito essa regra da auto-regulamentação. Vamos examinar fazer o balanço e depois estabelecer regras para auto-regulamentação fazer um tribunal arbitral da propaganda brasileira. Essas colocações assim para a gente poder debater e discutir o tema em tela aqui na nossa Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra a Sr^a Maria José Delgado Fagundes e se depois algum dos outros quiser algum pronunciamento sobre a fala dela e a do Senador, eu passarei.

SR^a MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES: Obrigada. Eu vou começar falando com o Senador que eu vejo uma preocupação muito grande em relação às propagandas de bebidas, e nós temos um problema legal no país, Lei nº 9.294 de 1996 que trata das propagandas não só de bebidas, de medicamentos, de agrotóxicos, de outras terapias, ela define que o teor alcoólico para a bebida é de acima de treze graus Gay-Lussac, a Lei que trata de registro de bebidas no Ministério da Agricultura, trata de 0,5. A política sobre o álcool, o teor alcoólico da bebida é 0,5. Porque as campanhas publicitárias de cerveja ocorrem em qualquer horário da programação? Porque o teor alcoólico não nos permite tratar de uma maneira diferente. Houve um encaminhamento de um PL pelo Presidente Lula em caráter de urgência para a casa, solicitando equiparação do teor alcoólico daquele que já é para registro para a política pública sobre o álcool na Lei nº 9.294. Estamos aguardando a correção legal para que possamos, então, tratar da regulamentação que já passou por consulta pública, que já teve contribuição

da sociedade, que já teve audiência pública e espera então, agora, o ajuste legal para que a gente possa começar a monitorar e a dizer quais são os critérios mínimos que essas campanhas devem ter, né, para que essas peças publicitárias possam ir ao ar. Esses critérios, dentro do que o senhor acabou de falar da regulamentação é tentar avaliar como vai se comportar esse mercado como a gente já faz com medicamento e alimento. O reflexo da melhoria da qualidade das peças publicitárias de medicamentos no Brasil é claro. Ele é palpável, nós temos os dados na ANVISA. Os que nós precisamos melhorar na qualidade das peças publicitárias estão fazendo isso na revisão do regulamento que hoje cuida desse assunto que é a Resolução nº 102 de 2000. Então ela está em processo de revisão que também já passou por consulta pública que antes da consulta pública foi discutida com segmento interessado, aqueles que tiveram interesse de construir o ajuste, a melhoria do texto foram ouvidos e foram convocados e depois foi para a consulta pública para a validação social.

Esta consulta ainda está em fase de finalização da validação social não foi marcada Audiência Pública ainda, mas já teve, então, esses dois momentos de grande discussão, tanto com os interessados no segmento, quanto à sociedade. E estamos também com a consulta pública de alimentos, né, justamente para tentar minimizar os impactos que a gente verifica na oferta das campanhas publicitárias hoje para alimentos ricos em gordura, gordura trans, açúcar e sal. Assim, essas três regulamentações têm base em políticas públicas além do embasamento legal de todas elas, além das recomendações internacionais da Organização Mundial da Saúde que recomenda já com os indicadores epidemiológicos mundiais de consumo inadequado de medicamento irregular, de medicamento, obesidade, e as doenças advindas do consumo exagerado de bebida alcoólica encaminha então as orientações aos países que elaboram suas políticas. Agora, eu queria falar com Sr. Walter Vieira o seguinte, a primeira quando ele começou a falar ele mencionou o meu nome, aonde eu digo que eu faço uma pergunta o que é mais importante a publicidade ou saúde eu não fiz nenhuma pergunta nesse sentido, eu afirmo e a Constituição afirma desde o seu art. 1º que é a proteção da saúde da população. A publicidade é uma garantia constitucional em outro local da Constituição, não nos direitos fundamentais. A liberdade de expressão é dentro da proposta, da Lei de iniciativa dos direitos econômicos. Então, eu afirmo que a proteção da saúde é o que é de mais relevante e é para isso que a ANVISA embasada na legislação nas políticas públicas e nos modelos internacionais

propôs em 2000 uma consulta pública que passou também por uma validação social, passou também por uma Audiência Pública e está sendo implementada de 2000 até agora.

Eu quero dizer aqui que o avanço é significativo na qualidade dessas peças publicitárias. Peças publicitárias que tinham antes de 2000 uma característica e uma mensagem puramente comercial daquilo que o Rafael acabou de falar, eu quero vender, eu vou vender custe o que custar. A Constituição Brasileira e esse país optaram no momento da sua elaboração que esse seria um país que as atividades mercantis seriam preservadas, o capitalismo é base também dessa Constituição, mas o capitalismo selvagem não é base de Constituição Brasileira. Nesse sentido eu afirmo, não houve a pergunta, não houve a comparação, é uma afirmativa. A garantia da publicidade, da propaganda está dentro do texto e está dentro do capítulo da proteção da livre iniciativa, da proteção econômica, porque faz parte da atividade econômica do país. Então, eu acho que o reflexo daqueles dados que nós mostramos aqui das contribuições que vieram das consultas públicas, ele é um reflexo da sociedade, da vontade da sociedade que está cansada de ver as famílias perderem os seus filhos em acidentes de trânsito motivados por ingestão de bebida alcoólica. Um país aonde a cada pesquisa realizada por Instituições Universitárias encomendadas pela SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, a criança passa a beber a cada pesquisa mais cedo. Em 2001 o início era em 12 anos, em 2004 as crianças começam a beber com 10 anos de idade. É o impacto da propaganda só? Não. Mas é também o impacto da propaganda. Quando as políticas públicas, todas elas tratam da regulamentação da propaganda, da monitoração, da fiscalização da propaganda de produtos sujeitos a vigilância sanitária, ela trata de um problema que também de saúde pública, não estamos dizendo que ela é a única responsável, em nenhum momento houve essa afirmativa, em nenhum momento das nossas atividades de trabalho essa afirmativa foi pautada. Ela é também, por isso, na política de medicamento para uso racional de medicamento, um dos eixos é regulamentação, fiscalização das propagandas de medicamento, política por álcool, regulamentação e fiscalização das propagandas de bebidas alcoólicas, política de alimentação e nutrição, regulamentação, monitoramento fiscalização da propaganda. Os impactos da propaganda são claros na, no consumo, na prescrição e na dispensação(F). Agora, eu vou dar um dado aqui só para um critério relacionado à venda de espaço, quando o Sr. Walter disse que eles são suficientes para cuidar daquele universo do qual eles têm a propriedade, né. Eu diria o seguinte,

venda de espaço publicitário, não há, e a gente pode afirmar neste momento, até este momento nenhuma preocupação dos veículos para vender o espaço. Não vendo o espaço daquilo que é proibido no Código Penal. Mas vendo o espaço para o que está previsto na legislação sanitária sem preocupação. Então, é o seguinte: Um dado que nós temos da monitoração da propaganda é o seguinte: Em 2003, no início, logo no início isso foi regulamentado em 2000 teve um período de transição para que as empresas pudessem se adequar em 2003 nós fizemos um balanço das atividades, nós tínhamos 33% dos produtos anunciados eram de produtos sem registro. Se os espaços são vendidos, se eles são suficientes na sua organização empresarial, para vender os espaços para produtos legais, a monitoração de propaganda mostra que não é bem assim. Essa queda vai de 33% em 2003 para 8,5% em 2005 essas propagandas reduziram de produtos sem registro. Eu estou dizendo que produtos sem registro acabou no mercado brasileiro? Não eu estou dizendo que os veículos de comunicação reduziram a oferta, o anúncio de produtos sem registro. Por quê? Porque o veículo de comunicação é solidário na discussão processual.

Quando nós atuamos uma empresa ou um produtor de produtos sem registro, nós atuamos também o veículo de comunicação e podemos também autuar a agência de publicidade se essa, por um acaso, elaborou essa campanha publicitária. Então, assim foi um esforço muito grande para que nós conseguíssemos reduzir um número de produtos anunciados sem registros, isso em todos os tipos de mídia, rádio e televisão. Nós temos um acervo, o tempo é pouco, mas nós temos um acervo muito interessante do que são essas propagandas, principalmente as propagandas de rádio, principalmente na região norte e nordeste. Isto é uma afronta. Isto é um desrespeito à população brasileira. Então, dentro dessa perspectiva, sim, eu acho que a gente pode compor, acho que a discussão é uma forma de que, é à maneira de que o país avança, não tenho dúvida disso, os olhares diferentes, quanto mais pessoas pensando melhor será, com certeza, à nossa proposta de trabalho. Agora, a fala do Rafael, eu fico um pouco preocupada e, assim, que a gente acaba tendo um pouco de... é necessário ter um pouco de cautela quando nós tentamos fazer um pouco da experiência do direito comparado. Porque às vezes a gente pode incidir em alguns erros, por exemplo, a experiência judicial norte-americana do tema de publicidade com a experiência brasileira. Não dá, não dá para comparar. A Constituição de lá totalmente diferente da daqui [soa a campanha] a Constituição Federal Americana não tem esse dispositivo que nós temos

na nossa Constituição, e estamos tratando aqui, né, é muito menos cuidam especificamente de publicidade é muito contrária, lá os dispositivos garantem o discurso comercial. Ainda, na Constituição norte-americana não tem nenhum dever do Estado, a Constituição é organizada no sentido da defesa do devido em relação ao Estado. O que é importante que nós queremos é um Estado que seja parceiro e é parceiro nos termos da nossa Constituição, nas iniciativas que visem à proteção da saúde. A Constituição dos Estados Unidos é totalmente diferente da nossa, todo o outro esforço e todo o esforço legislativo é com base nela e então não dá para comparar. Lá a propaganda é totalmente liberada para produtos isentos e de prescrição qualquer tipo de veículo de comunicação com todas as informações de risco. Porque naquele país as crianças são cuidadas durante o processo de gravidez gestação dessa mulher, as crianças conhecem na escola desde o início o que é também o produto medicamento. E este é um grande esforço também que a Agência Nacional de Vigilância vem fazendo, que nós não trabalhamos só com fiscalização e monitoração trabalhamos também com processos educativos de escolas de ensino fundamental e médio, são mais de 45 mil alunos hoje já envolvidos, com mais de 1.100 professores treinados e com universidades, trabalhamos com 18, 17 universidades atualmente, tentando habilitar esses profissionais para o mercado, para os novos temas que o novo Estado trouxe para o seu, para a sua monitoração para a sua fiscalização e para a necessidade de um mercado um pouco mais hábil e um pouco mais crítico. E essas crianças, a gente também tenta levar informação do que é medicamento, risco do uso de medicamento, interação que o medicamento, tarjas, porque tem o farmacêutico na farmácia, como que deve ser acondicionado o medicamento que você está usando em casa. Então, são informações que são necessárias para que a pessoa e o cidadão possam entender o impacto de uma propaganda no seu hábito de consumo. Então, eram essas as três colocações que queria fazer e estou a disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Seguindo na mesma ordem eu passo a palavra, creio que foi o Stalimir.

SR. STALIMIR VIEIRA: Alô. Primeiro lugar eu acho importante que se esclareça, que a Associação Brasileira das Agências de Publicidade representa um segmento de empresas profissionais, profissionalmente constituídas, profissionalmente equipadas e profissionalmente preparadas para fazer o seu trabalho com eficácia e cumprir a legislação no que diz respeito ao consumidor. Muitas vezes nesses debates se traz exemplos que passam muito longe daquilo que

é desenvolvido por uma agência profissional. Quando a Dr^a Maria José aqui cita que há uma diminuição, felizmente, de anúncios, vamos dizer assim, inadequados, sem registro, significa também que está havendo um nível de profissionalização, não quer dizer que diminuiu a quantidade de anúncios, mas diminuiu a quantidade de anúncios sem registro e sem qualidade que uma agência profissional estaria aportando. Eu gosto de falar desse assunto de maneira menos pontual, porque no fundo, ele tem que ser conduzido dentro de um eixo ideológico das nossas crenças. Claro que como cidadãos, nenhum de nós quer que pessoas se intoxiquem com remédios ou se embebedem e saiam matando, atropelando, não é esse o objetivo até, porque não convém a ninguém não, convém ao fabricante, não convém ao anunciante, não convém à agência de propaganda. Outro dia eu dizia num fórum em São Paulo sobre, propaganda de medicamentos. Qual é a vantagem de matar o freguês? Não, vai continuar consumindo depois.

Então, eu acho que no fundo ninguém tem esse propósito, às vezes as discussões se acirram, as acusações também se acirram pela eficácia do trabalho que gera resultados que é o objetivo de todos nós, nós queremos resultados não é há crime em vender produtos autorizados à venda, produzidos dentro da Lei, disponíveis no mercado sem maiores embaraços para se adquirir. Eu acho que a questão é mais fácil sempre é a proibição, é o jeito mais fácil de resolver as coisas, por isso que os ditadores fazem assim, dá menos incômodo, dá menos trabalho, dá menos discussão, dá menos debate, leva menos tempo para se resolver e se atender as nossas, nossos desejos. Mas não há dúvida, essa casualidade da presença do Senador Cristovam Buarque aqui é muito oportuna que as grandes soluções para esse problema, sem a privação de liberdade, é a educação. Uma população educada para o consumo, ela não precisa de tutela, e é por isso que eu tenho insistido nesses debates que a ANVISA, que o governo devia se manifestar de maneira permanente através da publicidade educativa. Mas não do jeito que faz, eu acho louvável o trabalho que a Dr^a Maria José faz na ANVISA, mas ela precisa ter lá publicitários fazendo. Para que tenha eficácia o que ela faz. A ANVISA pode ter uma grande habilidade para o seu trabalho de monitoramento, de fiscalização, mas não é um organismo de publicidade. E até onde eu saiba até hoje não tem a sua disposição com a eficiência e a celeridade necessária para fazer sua comunicação andar, porque quando a gente anuncia a marca de medicamento essa comunicação ela é profissional, ela é eficaz, ela é comovente, ela é envolvente? É, porque para isso nós somos pagos, para construir

em torno das marcas uma área de interesse. Agora, porque quando se está educando para consumo não se consegue o mesmo efeito? Porque não se usa o mesmo mecanismo. E é isso que eu acho que tem que ser feito. Não é proibindo que se educa, proibindo se aliena, se tira até a capacidade de formar opinião, contestar. Então, vamos tomar, eu sugiro, claro que auto-regulamentação não deixa de ser um processo educativo, é uma expressão da própria educação da sociedade, de maturidade, se nós não conseguimos até hoje a eficácia que os americanos conseguiram até por falta de maturidade. Falta de cultura para isso. É uma sociedade nova, é um país novo, então, que ainda tem resquícios daquela, daquele cada um por si, daquela ganância, daquele oportunismo. Mas felizmente a gente vem amadurecendo.

Eu acho que os profissionais que merecem esse título são os maiores contribuidores para que haja esse amadurecimento. Então, aquilo que se pratica de maneira irresponsável, eu repito aqui, não é representado por essa entidade na área de publicidade. Não é. A ABAP tem o seu código de ética, a ABAP respeita as normas padrão de conduta, a ABAP é gestora do CONAR. Então, sempre os órgãos públicos poderão contar conosco. Agora, como cidadão eu levanto isso e eu tenho certeza que eu tenho aqui, eu estou alinhado com o pensamento dos meus companheiros de ABAP, a educação é a palavra chave para que a gente consiga promover esse amadurecimento cultural da sociedade, até para que a sua decisão de consumo, as suas opções sejam também as mais racionais, as mais inteligentes. Isso vale, eu acho que cabe aqui dizer, não apenas para a publicidade de medicamentos, mas também vale no marketing político, que não é regulamentado, e deveria ser também. Mas, então, a educação é a base disso, é aquilo, é aquele crédito que nós vamos ter para não sermos obrigados a restringir as liberdades. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço e passo a palavra ao Sr. Walter Vieira Ceneviva.

SR. WALTER VIEIRA CENEVIVA: Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de comentar as reflexões que nos propôs o Senador Arruda principiando pelo, pela prioridade, eu diria de uma análise que eu não sou tecnicamente qualificado para fazer, mas que eu gostaria de propor para a reflexão dos Srs. e de V.Ex^a, Sr. Presidente, que é a análise econômica. Ele nos pergunta e na reflexão que propunha comentava a respeito do, da intenção do máximo proveito, da intenção de ganhar mais dinheiro, de privilegiar o interesse próprio e esse tema não é um tema que integre só o jargão popular que virou a chamada Lei de Gerson, a idéia de levar

vantagem em tudo. Isso é objeto do estudo econômico, da ciência econômica e há um estudioso prêmio Nobel da economia que eu lamentável não vou me recordar o nome, que propõe o dilema dos prisioneiros, ele propõe esse dilema dos prisioneiros não para formular uma pesquisa ou para responder perguntas do âmbito da ética ou da moral, mas para responder perguntas da ciência econômica. Dois prisioneiros deparados com a possibilidade de ter uma interlocução com autoridade julgadora, com o Juiz, se eles responderem em entrevistas separadas que ambos são culpados, tem metade da pena. Se eles responderem que são inocentes e o seu comparsa responder que é culpado só o comparsa vai preso e esse que mentiu vai livre. O que farão esses prisioneiros? E é isso que a ciência econômica estuda para estudar a teoria do mercado. Ao invés de abordar esse tipo de pergunta de uma maneira maniqueísta, perdão, de fazer o confronto do bem contra o mal se estabeleceu um ambiente de arbitragem como dizia o Senador Arruda, em que os interessados, os, e quando digo interessados não estou falando apenas do ponto de vista de interesse comercial. Estou falando aqueles que tem obrigação de se debruçar sobre o assunto forem capazes de fazer essa arbitragem, então, nós estaremos fazendo o bem para o nosso país. Se os interessados se prenderem a agendas individuais privilegiando aspectos que são apenas aspectos, são pedaços do problema, então, a gente não evolui e um sintoma da falta de evolução, talvez, discordando de S.Ex^a Senador Arruda quem sabe até de V.Ex^a Senador Cristovam Buarque, nós entenderemos que a Lei do cigarro foi necessária e fez um bem. E na nossa visão ela nem foi necessária, nem fez um bem. Por quê isso? Porque se nós observarmos que em, na safra de 2000 a 2001, a quantidade de famílias produtores envolvidas na fumicultura era de 135 mil famílias e que na safra de 2007 ela evoluiu 34% para 181 mil famílias, nós veremos que a restrição da publicidade não foi suficiente ou não foi eficiente, eu diria, para impedir o crescimento da indústria fumigera(F) nós verificarmos que a quantidade de hectares plantados na safra 2001 foi de 254 mil hectares e que na safra de 2006/2007 foi de 360 mil hectares, um crescimento de 42%, de novo nós verificaremos, a proibição foi ineficiente. Se nós olharmos a produção em toneladas, safra 2000/2001, 509 mil toneladas, safra 2006/2007, 758 mil toneladas, um crescimento de 49%, nós verificaremos que a restrição, que a proibição da publicidade, da maneira como nós preconizamos no nosso argumento inicial é completamente ineficiente para restringir o consumo. O mal que o cigarro produz se combate com políticas públicas que não passam pela proibição. A proibição é ineficaz e é isso que se precisa compreender analisando

do concretamente a experiência do cigarro. Com isso, nós queremos desdizer tudo que se falou em relação à auto-regulação, ao cumprimento da Constituição no sentido de dotar as pessoas e as famílias de formas de proteção contra isso? Não, absolutamente não. E por isso eu insisto há um falso dilema e nós temos que fugir desse falso dilema, não há um confronto da saúde com a publicidade. Há um desafio para o Congresso Nacional, há um desafio para os poderes públicos e há um desafio para as indústrias envolvidas de publicidade e comunicação e dos produtos que exponham os brasileiros a risco para encontrar uma solução que proteja as pessoas sem destruir os negócios.

A Constituição nunca preconizou o fim de nada no benefício da saúde, o que ela exige de nós, brasileiros, tanto os que integram o Poder Público, quanto os que fazem parte da iniciativa privada é a competência no sentido vulgar da palavra, a capacidade profissional de achar soluções que façam os valores conviverem. Um valor constitucional que destrói outro valor constitucional é um valor que está sendo mal protegido, que está sendo mal tutelado e nós não precisamos fazer isso. Insisto, o exemplo do cigarro prova que a proibição foi ineficiente. Vamos então defender a propaganda ampla geral e irrestrita? Não, evidente que não, vamos defender o capitalismo selvagem? Absolutamente não, é óbvio que nós queremos evoluir, mas se nós ficarmos apegados a cartazes, a estandartes, panfletários nós não evoluímos. Desconsiderar a experiência do CONAR, desconsiderar a experiência da auto-regulamentação é um pecado que nós não podemos cometer. O CONAR tem sido eficiente e nos pontos onde ele não seja eficiente, eu insisto no CONAR, porque ele de certa maneira é a expressão concreta da auto-regulamentação, onde a auto-regulação não seja eficiente se evolua, eu lamento não conhecer a história legislativa da proibição da propaganda de fumo. E mesmo sem conhecer essa história, insisto em que ela terá sido desnecessária, e a lição que se tiraria da proibição da publicidade do fumo, não é de que restrição é bem vinda, mas de que é preciso que o diálogo se estenda e que ele não se extinga, porque, ah bom, saiu a Lei acabou o problema. Ele não pode se extinguir, porque a proibição peremptória é a solução legislativa não resolveram o problema, ele continua nas nossas mesas, nossos veículos de comunicação, dos poderes públicos, das agências e dos anunciantes. Eu tenho uma preocupação obsessiva com o não usar estatísticas distorcidas, porque a estatística muitas vezes se presta a argumentos que não se sustentam. Mas não quero deixar de propor uma reflexão que me ocorreu quando ouvia o Senador Arruda. Eu não tenho idéia do tamanho do consumo de água de

coco na praia do Futuro terra do Senador Arruda, eu nunca vi na minha vida uma propaganda de água de coco e, no entanto, a água de coco se vende. Cerveja também. A propaganda não criou o mercado de água de coco, no entanto, perdão, ele é um mercado fluorescente, é preciso que se conceba a força e também a fragilidade ou as limitações da propaganda. Para o bem e para o mal.

O Brasil é um país pobre, lamentavelmente é um país pobre, o que reforça a importância que a gente não compare as nossas experiências com as experiências dos países ricos se existirem veículos que fazem peças publicitárias que irradiam peças publicitárias que são nefastas, isso em parte, não que justifique eu estou fazendo um diagnóstico não uma justificativa, isso em parte se deve justo ao fato de ser um país miserável, um país em que o Estado não é capaz de assegurar o cumprimento da Lei em todo o canto, mas ainda considerando isso ou até por causa disso é que é crucial que na formulação que V.Ex^{as} no Congresso Nacional e que nós, atores desse mercado façamos sobre como combater a propaganda de produtos alimentícios que tenham riscos à saúde, como combater o uso abusivo do álcool e todos esses temas de que hoje se trata nessa audiência é preciso que se pense na eficiência econômica. Criar mais burocracia, criar mais incitamentos burocráticos não é eficiente e essa é a situação que a gente vive como cidadão. Novos incitamentos burocráticos não garantem a eficiência, o que é preciso é que as Leis, eu vejo o retrato do Senador Franco Montoro que foi o meu professor, Leis existem para ser cumpridas, fazer novas Leis não é a solução. E ainda, lamentando que o Senador Arruda não tenha podido permanecer conosco, queria comentar a sugestão dele a respeito da associação entre esporte e cerveja. Ou esporte e bebida alcoólica. Eu concordo com ele no sentido de que qualquer publicidade que associa um bem ou serviço nocivo com a prática do esporte se constituirá talvez numa distorção. E mesmo concordando com ele, eu diria: Na auto-regulamentação não faria sentido proibir a publicidade de bebida alcoólica no futebol. Porque nesse caso especificamente e nós temos que levar em conta as circunstâncias todas, seria quase como proibir o Brasil. Quem associa a publicidade de cerveja com o futebol, perdão quem associa cerveja com o futebol não é a publicidade, somos nós, a escolha do futebol como esporte nacional é nossa não é produto da publicidade e a escolha da cerveja com bebida nacional também não é da publicidade, é nossa. E é preciso levar em conta o país em que a gente vive do ponto de vista econômico, do ponto de vista cultural. Jamais, é evidente, jamais para privilegiar o capitalis-

mo selvagem, jamais para defender que o exercício de um direito exponha a população com risco a sua saúde, muito antes ao contrário, mas é preciso não cair na infantilidade de acreditar que um tacape sobre a mesa na mão de um técnico muito bem intencionado é o que vai tutelar a saúde dos brasileiros. Muito antes ao contrário. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Sr. Rafael queria já que o senhor falou em manipulação de estatística queria fazer uma pergunta: O aumento de venda de cigarros cresceu tanto quanto o aumento da produção de fumo ou essa produção foi para a exportação?

SR. STALIMIR VIEIRA: Eu não sou capaz de distinguir o quanto se exporta ou quanto se fabrica aqui. Sei que a exportação é enorme seu que isso inclusive, constitui num problema para as Autoridades Fazendárias, porque é uma situação que o cigarro vai exportado, ele é produzido como se fosse para gerar crédito tributário depois volta para cá. Então, de fato quando se pensar na indústria de fumo é preciso ter cuidado com as estatísticas. Porque elas são subavaliadas pelo cigarro que vai depois volta para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Outra coisa, desculpe, faço uma brincadeira, mas se colocar a Juliana Paes fazendo propaganda de coco o preço vai subir mais que o petróleo, viu? [risos]

SR. STALIMIR VIEIRA: Eu concordo completamente, mas sem nenhum, não entenda mal nenhum desprezo pelos dotes e pela beleza da Juliana Paes, mas bebo água de coco independente dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Sr. Rafael Sampaio.

SR. RAFAEL SAMPAIO: Alô. Alô. Eu acho que só queria acrescentar, dizer, primeiro, a complexidade do assunto não dá para tratar desse assunto isoladamente ele é multifatorial. Então, e o fato de que existe, se existe um lugar para nós discutirmos essa legislação é nessa Casa. Eu acho que, eu acho que a obrigação da ANVISA ser a mais crítica possível, de trazer toda a sua contribuição como é a nossa de defender, mas eu não acredito que nem nós devemos ter o direito de estabelecer as regras pelas quais nós vamos operar, e nem cabe a um organismo do Poder Executivo, por mais competente que seja também assim o fazer. Eu acho que essa é o sentido da democracia, a diversidade dessa casa, os interesses, até a própria morosidade de alguns processos fazem com que a gente vai sem comparações indevidas, destilando aquilo que eu mais conveniente para a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, creio que foi uma audiência extremamente produtiva, mas eu creio que ela não esgota o assunto, por isso felizmente há duas outras até, porque nessa Mesa nós tivemos um desequilíbrio entre os que representam e defendem com convicção a publicidade, a publicidade só a Dr^a Maria José defendendo que é preciso ter uma regulamentação para isso. Estão convocados em outras audiências representando do Ministério da Justiça, do, creio que da Fiocruz, do Ministério da Saúde, para analisar, aquilo que não se discutiu bem aqui, que é o impacto sobre a saúde no consumo exagerado de medicamentos, se de fato a publicidade aumenta ou se não é apenas uma disputa por *share*(F), como disse o Sr. Walter. Pessoalmente, eu não quero deixar de dar a minha opinião, eu creio que ou a publicidade é ineficiente ou ela aumenta o consumo. Eu não consigo ver de outra maneira. Se a publicidade não é capaz de aumentar o consumo ela não é eficiente. Apenas tirar de um lado para o outro seria pouco do ponto de vista da publicidade.

Então, nesse sentido eu imagino que há sim um aumento de vendas, a pergunta é: Esse aumento de vendas é positivo, é neutro ou é negativo sobre a saúde da população? E dito isso, como é que a gente faz regulamentação sem tolher a liberdade. Claro que eu gostei quando ouvi o Dr. Stalimir falar que a educação é o caminho, mas quem anda pelos subúrbios da nossa cidade sem falar também nas boates aonde vão as classes altas percebem que está difícil educar os jovens pelo alto consumo hoje que eles fazem de álcool. De fato, é uma coisa que mais incomoda quando a gente vai aos bairros periféricos da nossa cidade, todos os dias, mais especialmente sábados e domingos e vê a quantidade de pessoas, não é tomando só cervejinha, é dedicados de fato a um processo de marcha ao alcoolismo. A gente tem que combinar essas duas coisas, a liberdade com a certa eficiência social. E enquanto espera esse processo de educação que de fato traria uma redução, até, porque muita gente bebe pela falta de oportunidade na vida, pelo desencanto com o processo de não ter alternativa na vida e não tem alternativa em grande parte por falta de educação. O fato é que esse tema merece ser muito debatido. Nós estamos vivendo num tempo em que se pode fluir na venda, se pode influir na compra, por isso tem que ter regulamentação. Ao mesmo tempo ao poder influir se tolhe a liberdade, é preciso casar as duas coisas, mesmo debate em outras proporções das pesquisas em torno aos embriões, os valores morais como a liberdade é um deles, ou a vida e o que há de positivo nas pesquisas, naquele caso e nesse caso aqui nas vendas. Até pelo impacto econômico, como foi dito

aqui. Então eu fico feliz que tenhamos feito essa audiência e que a gente continue debatendo nas duas audiências que faltam para que a decisão que o Senado venha a tomar seja de acordo com o interesse maior da sociedade brasileira na defesa da liberdade e da saúde. Muito obrigado a todos e não se preocupem pelo número reduzido de Senadores, eles estavam trabalhando em outros setores, mas essa audiência vai ficar registrada, foi transmitida ao vivo durante um bom tempo e, além disso, é repetida outras vezes, vamos ter as transcrições e vai ajudar muito nas decisões que vamos tomar. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h42.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, João Tenório, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Péres. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente passa à 1ª Parte da Pauta com a Reunião Técnica tendo a presença do Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de discorrer sobre o retrato do Brasil e sobre os indicadores econômicos, sociais e demográficos. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Gerson Camata, Jefferson Péres, Osmar Dias, João Tenório, Renato Casagrande, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, César Borges, Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy. Passando à 2ª Parte da Pauta, a Comissão aprova os Requerimentos nº 02/2008-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Renato

Casagrande, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, os Srs. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, e Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de debater os critérios técnicos de repartição dos Royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera; nº 03/2008-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados a participar de Audiência Pública o Secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid, e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Sr. Luis Inácio Adams, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999, que dispõe sobre o Código de Defesa do Contribuinte; nº 04/2008-CAE, de autoria do Senador Romero Jucá, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública com a presença de representantes do Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional – e do Ministério da Previdência – Secretaria de Políticas de Previdência Social, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas, e do Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2003, que trata do Fator Previdenciário; nº 05/2008-CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, a ser realizada em conjunto com Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, Representantes da Frente Nacional de Prefeitos – FNP e o Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, visando esclarecimentos sobre a metodologia da contagem populacional e procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM; nº 06/2008-CAE, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados, para uma Audiência Pública, os Srs. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e Miguel Antonio Cedraz Nery, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, a fim de debater os critérios técnicos de repartição da contribuição financeira provenientes da atividade de exploração mineral, e nº 07/2008-CAE, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e João Tenório, que requer, nos termos do art. 93, II, do RISF, a realização de Audiência Pública

nesta Comissão, em conjunto com a Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, com a presença do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Sr. Eduardo Nunes, para complementar informações solicitadas no Requerimento de Informações nº 1.016 de 2007. A seguir, a Presidência comunica o adiamento da apreciação dos Itens constantes da 2ª Parte da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01 apresentada. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007, complementar, não terminativo, que “acrescenta o § 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, que “acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena. Em 11/03/08, foram apresentadas as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com decisão terminativa; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, não terminativo, que “faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais “Livro Diário” e “Livro Razão” em meio magnético”, de autoria do Senador Paulo Octávio, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, com Parecer favorável ao Projeto nos termos de um Substitutivo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação e, posteriormente, pela Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania, com decisão terminativa; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição; Item 10-Aviso nº 7, de 2008 (nº 38/08, na origem), não terminativo, “referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional do Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos dar início à apresentação do economista e Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, que é um profissional de carreira, com 30 anos de experiência no IBGE, hoje Presidente da Instituição, tem uma grande formação na área de estudos estatísticos, econométricos, e seguramente fará uma apresentação que ajudará a nossa reflexão.

Nós estamos retomando essas audiências técnicas que precede a Reunião Ordinária da Comissão exatamente para enriquecer a discussão do Senado Federal.

Então a idéia é apresentar o retrato do Brasil, a visão do IBGE a partir de todas as pesquisas na área econômica, sociais e demográficas que o IBGE realiza, fazer essa apresentação para os nossos Senadores aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Então vamos dar início, depois nós deixaremos as informações para os Senadores interessados, e quero solicitar, portanto, ao Eduardo Pereira Nunes o início da sua apresentação e agradecer a pronta resposta que deu à Comissão de Assuntos Econômicos para essa nossa reunião técnica. Agradeço e vamos dar início à nossa Sessão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Exm^{os} Senadores, senhoras e senhores, muito bom dia. Atendendo à solicitação do Senador Aloizio Mercadante, eu preparei essa apresentação e como o título dela indica, eu selecionei alguns indicadores sobre a economia brasileira, aspectos referentes aos indicadores sociais e demográficos do nosso País.

Começarei pelos indicadores econômicos. O primeiro deles, desses indicadores diz respeito à performance da economia no último ano, do ano de 2007, e como já é do conhecimento de todos o IBGE, na semana passada, divulgou o resultado da economia brasileira, e nesta divulgação divulgou a evolução da nossa economia apresentando uma taxa de crescimento no ano de 2007, equivalente a 5,4% de crescimento contra 3,8 registrado no ano de 2006. Então, esse já é um indicador importante, porque revela um movimento ascendente da economia brasileira.

Esse slide seguinte ele dá uma idéia da evolução histórica da nossa economia ao longo dos últimos anos, desde 96, e nós podemos perceber que nos últimos anos, praticamente na década de 2000 o ritmo de crescimento da economia brasileira vem se acelerando, e se nós fizermos uma análise dos últimos dez anos observamos que essa média passa para 3,8. Isso é muito importante porque também contribui para que haja um crescimento real da renda per capita no País. Embora seja um cálculo aritmético é importante que

nós vejamos essa evolução. É a produção da economia em relação ao total da população.

Olhando esses resultados e identificando os principais segmentos que contribuíram para o crescimento da economia, nós temos esse quadro aqui que divide a análise econômica nas duas perspectivas. A da oferta e da demanda. Pelo lado da oferta, se olharmos o último trimestre do ano de 2007 vis-à-vis o trimestre anterior, nós vamos observar que o crescimento de 1,6% que pode parecer pequeno, mas é um crescimento num único trimestre, ele é atribuído predominantemente à atividade de serviços e atividade industrial, e pelo lado da demanda os principais componentes que contribuíram para esse crescimento foi o consumo das famílias, e a formação de capital que dá a idéia do investimento realizado no País. Também temos as importações, mas como a própria cor desse slide indica, está sinalizado em cor vermelha, justamente porque o volume de importação representa saída de recurso e, portanto, conta negativamente para efeito de cálculo do Produto Interno Bruto. Então no último trimestre a economia cresceu 1,6. Se nós olharmos essa evolução comparando um trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior à taxa de crescimento já é de 6,2 e aí quando estamos olhando um período mais longo, o que nós observamos é que o setor agropecuário tem um peso muito importante no crescimento da economia, pelo lado da oferta e pelo lado da demanda o consumo das famílias, o investimento das empresas são dois componentes importantes, crescendo 8 e 16% de um trimestre contra o mesmo do ano anterior, entretanto observamos também a aceleração do ritmo de crescimento das importações efetuadas no País.

Olhando a taxa para o conjunto do ano, uma taxa acumulada, aquele crescimento de 5,4% é então distribuído por todas as atividades. Embora eu tenha aqui a agropecuária como sendo a que mais cresce, nós observamos que também atividade industrial e também a atividade de serviços cresceram de forma expressiva pelo lado da oferta. E pelo lado da demanda, nós vamos observar também um crescimento bastante expressivo de todas as categorias de demanda. O consumo das famílias, o investimento das empresas, as exportações, mas ressaltando o que já foi dito anteriormente, as importações de bens e serviços apresentam ritmo acelerado de crescimento ao longo de todo o ano de 2007.

Se destacarmos dentro dos segmentos as principais atividades que contribuíram para esse crescimento, na atividade da indústria de transformação nós vamos notar um crescimento de 5%, 5,1 em relação a 2006, e os destaques são as indústrias de máquinas e equipamentos, a indústria automobilística, o setor pro-

dutor de material elétrico e material eletrônico. Esses são os quatro segmentos da indústria de transformação brasileira que contribuíram para o crescimento da economia. E como podem observar, nós temos aqui bens de capital, bens de consumo e matérias-primas. Conseqüentemente todos os segmentos da indústria brasileira no ano de 2007 apresentaram crescimento.

Na atividade de construção civil, também tivemos um crescimento positivo na Casa dos 5%, e atribui-se a esse crescimento de 5%, dois fatores extremamente importantes. O primeiro o crescimento do crédito direcionado exatamente à atividade de financiamento à habitação. É claro que são recursos de maior valor, conseqüentemente a sua expansão depende necessariamente do financiamento para a construção e depois o financiamento para aquisição. Necessariamente o setor financeiro trabalha lado a lado com a atividade de construção para garantir esse crescimento. E por outro lado, o resultado dessa atividade é o impacto na geração de emprego no segmento de construção civil, com o aumento de 3,4% de emprego somente no ano de 2007, no setor de construção civil no País.

Olhando pelo lado dos gastos da demanda realizada na economia, o consumo das famílias apresentou um crescimento 6,6% em relação a 2006 e o aspecto importante é que já é o quarto ano consecutivo de crescimento de demanda das famílias. O que contribuiu para a continuidade desse processo de crescimento do consumo das famílias no País? Em primeiro lugar o crescimento da massa de salário real, e aí esse crescimento da massa de salário real é devido, em primeiro lugar, esse crescimento ao crescimento do emprego e também ao próprio crescimento dos salários. A combinação desses dois fatores contribuiu para a expansão do consumo e também pelo fato de que uma parte desse consumo é realizado mediante o financiamento e houve no ano de 2007 a expansão do crédito ao consumo, eu tenho aqui um indicador importante que é o saldo das operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para financiamento a pessoas físicas. E nesse caso o crescimento de quase 30% do crédito ao consumo.

O outro lado da demanda, e que também gera a capacidade produtiva futura do País é o conceito importante informação bruta de capital fixo que dá a medida do investimento da economia. Também no ano de 2007 observamos o quarto ano consecutivo de crescimento na taxa de investimento na economia brasileira, e podemos atribuir a esse crescimento os mesmos fenômenos apontados anteriormente. O aumento de crédito livre agora, não para pessoa física, mas para pessoas jurídicas, se para pessoa física o aumento foi de 28, para pessoa jurídica o aumento de 27% de crédito às

empresas. E contribuiu para captação desses recursos e a sua utilização no investimento o fato de que também a taxa de juros reais da economia vem caindo no ano de 2006 a taxa efetiva média anual era de 15% e no ano de 2007 ela reduz-se para 11,9. Uma queda da taxa de juros contribui para a elevação do nível de investimento da economia. E por isso mesmo, no ano de 2007 a taxa de investimento do País aumentou em 13,4%. Quem contribui para isso? O setor de construção civil, que prepara a capacidade produtiva a instalação não só de imóveis residenciais, mas também a infra-estrutura e imóveis comerciais e industriais, e o setor de máquinas e equipamentos que garantirá com isso um investimento para a ampliação da capacidade produtiva. Então o que é que nós observamos com esse conjunto de dados? Que o PIB do País cresceu, o Produto Interno Bruto cresceu mais de 5%, e estimulado pela expansão da demanda, porém o País também está realizando investimentos no sentido da ampliação da capacidade produtiva, o que significa um indicador de capacidade de produzir mais e mais nos próximos anos. Esse é um ponto importante porque depois eu vou fazer um comentário a esse respeito.

Bom, em relação ao setor externo, o que nós podemos observar nos dados do ano de 2007 é o de que as exportações brasileiras e aqui combinando tanto bens, produtos industriais e produtos agrícolas, mas também serviços, como transporte, seguros, comunicações, turismo, e de vários outros, o setor exportador expandiu as suas vendas ao exterior no montante de 6,6% em relação a 2006, mas a importação cresceu 20,7% no mesmo período. E destaque, não é só exportação de bens, como produtos agrícolas e industriais, mas também de serviços. E são importações de bens de consumo, bens de capital para a produção, máquinas e equipamentos, e também matérias-primas para atender a demanda interna do País. Com essas duas performances a gente pode observar que a taxa de crescimento no País das importações superou as exportações, isso já ocorreu no ano de 2006, e por conta desse fenômeno em 2007, haverá uma mudança nas equações macroeconômicas no País que eu mostrarei mais adiante.

Bom, olhando a evolução da economia, pegando um período que abrange 96 até os dias atuais, nós observamos uma tendência de crescimento da economia, a tendência essa que vem se acelerando praticamente desde a virada do ano de 2001 para 2002. Mesmo com flutuações, o que nós observamos é uma tendência ao crescimento à aceleração do ritmo de crescimento da economia, tendo em vista inclusive as três últimas taxas aqui registradas. 3,2, 3,8 em 2006 e 5,4 em 2007.

Olhando essa performance pelo lado dos valores macroeconômicos nós podemos construir alguns dados que estão importantes também.

O primeiro deles é a magnitude da nossa economia. Então, olhando essa última coluna, no ano de 2007 nós observamos que o Produto Interno Bruto do País, em 2007, atingiu o valor de 2 trilhões, 558 bilhões de reais gerados no País, contra o valor equivalente a dois trilhões, 332 bilhões no ano de 2006. Então há, como podemos observar um crescimento de mais de 200 bilhões em termos nominais, e atribuiu-se a esse crescimento o crescimento da produção física real, mas também o crescimento dos preços de todos os bens e serviços produzidos no País.

Também em relação à taxa de investimento e os recursos disponíveis para financiá-la, que são os recursos provenientes da poupança, nós podemos observar que em 2007 podemos dizer que praticamente o investimento realizado no País foi financiado com recursos próprios no montante de 17,7% do Produto Interno Bruto.

Então, esta é a taxa de poupança da economia. É o volume de riqueza gerada no País dos 2 trilhões, 558 bilhões de reais gerados, desses 2,5 trilhões gerados, 17,7% são poupados pelo País, tanto por empresas, por famílias e pelos governos, e o destino dado a essa poupança é o financiamento ao investimento. Investimento esse que atingiu uma proporção equivalente de 17,6%, conseqüentemente esta se trata de uma economia que gera um nível de recurso necessário a financiar o seu investimento. Entretanto, se pensar em acelerar a taxa de investimento, é necessário também pensar nas condições necessárias à criação e à aceleração da própria taxa de poupança da economia.

A taxa de investimento registrada no ano de 2007, de 17,6%, é a maior taxa registrada nesse cálculo que nós estamos efetuando desde 2000. E por que 2000? Como podem lembrar, o ano passado o IBGE atualizou a metodologia das contas nacionais e o ano de base referência do sistema de contas é exatamente o ano de 2000. 17,6% de investimento com 17,7% de poupança que já é o mesmo nível de 2006, entretanto o nível inferior ao registrado no ano de 2004 que chegou a 18,5.

Bom, conseqüentemente, dado esse recurso que a economia dispõe e o uso que ela faz, nós podemos verificar para o conjunto da economia se essa se trata de uma economia com capacidade de financiamento ou necessidade de financiamento. O que é que isso indica? Se ela é capaz de financiar todos os gastos internos e gerar recursos até para financiar o exterior ou quitar dívidas contraídas com o exterior em anos anteriores. Então nós podemos observar que pratica-

mente de 2003 a 2006 todos os anos a economia brasileira acumulava uma capacidade de financiamento. Capacidade essa que ou será usada para quitar dívida do passado ou ampliar as reservas internacionais do próprio País. E, na verdade, pode-se fazer tanto um quanto o outro.

No ano de 2007, nós observamos a mudança desse sinal. Do lado, no lugar de haver capacidade de financiamento, o ano de 2007 indicou uma necessidade de financiamento. E por que em 2007 o País precisou de financiamento adicional? Em primeiro lugar, porque as exportações de bens e serviços no País cresceram menos do que as importações. Conseqüentemente isso gerou em 2007 um saldo menor de 29 bilhões de reais. Tudo isso já convertido na moeda nacional, mas nós temos esse cálculo equivalente em dólares.

Em relação à renda líquida que se envia para o exterior, aqui eu tenho pagamento de juros, dividendos e vários outros pagamentos de rendimentos. Há uma queda de 5,2 bilhões. Ou seja, eu recebo menos 29 e pago menos 5. Conseqüentemente o saldo tem mais algumas outras contas, mas essas são as mais importantes, vão de [ininteligível] para o conjunto da nossa economia, nós tivemos uma redução dos nossos recursos externos, ou melhor, o crescimento do que pagamos excedeu o que recebemos em relação ao ano de 2006, conseqüentemente comparando 2007 com 2006 há uma redução de 25 bilhões.

Esses 25 bilhões, quando olhamos a conta de renda que se envia ao exterior, aqui é o pagamento principalmente juros e de dividendos pago ao exterior, nós vamos poder observar... Nós vamos observar que a redução de 5,2 bilhões de dólares no ano de 2007, se deve em primeiro lugar por um aspecto positivo, o País diminuiu o pagamento de juros ao exterior no montante de 10,5 bilhões. Por que diminuiu? Em primeiro lugar, porque a própria dívida externa vem reduzindo. Em segundo lugar, porque os juros da dívida externa existente tem sido menor. Conseqüentemente o dispêndio com essa conta de juros pagos ao exterior apresentou uma queda de 10,5 bilhões de reais vis-à-vis a despesa em 2006.

Por outro lado, o pagamento ao exterior de lucros dividendos, aumentou em 5 bilhões. E por que esse aumento? Em primeiro lugar, porque se a economia cresce, os setores internos aumentam a sua rentabilidade e todos aqueles que são pertencentes a empresas estrangeiras, como resultado dessa atividade, remetem às matrizes no exterior pagamento não só de lucros como de dividendos obtidos no interior do País. Então mesmo esse sinal negativo indicando uma saída de recursos, tem como contrapartida o lado positivo que é o fato da economia ter gerado a renda e

que parte dela foi remetida ao exterior sob a forma de lucros e dividendos.

Bom, aqui estão as equações, eu não vou me deter a elas, mas só é importante observar ao longo do período que nós podemos verificar o cálculo do PIB, da renda nacional, do PNB, do consumo realizado pelas famílias e pelo Governo, o nível de poupança da nossa economia e a capacidade de investimento que essa economia dispõe e como saldo capacidade ou necessidade. Todo esse material eu vou deixar à disposição dos senhores, então poderão olhar com mais detalhe cada um desses slides.

Então, os anos 2003, 04, 05 e 06 são anos em que o País registra capacidade de financiamento e o ano de 2007 volta a ter necessidade de financiamento.

Graficamente nós podemos observar o que estava naquela equação. A capacidade de financiamento são essas barras azuis e o saldo das transações com o exterior indicando o crescimento até o ano de 2006, e de 2006 para 2007 um saldo expressivo e isso contribui para que tenhamos de volta necessidade de financiamento no ano de 2007.

Bom, o cenário atual. Tendo em vista essa performance da economia, todos nós sabemos que uma questão que preocupa a todos é exatamente o fato de se avaliar se o crescimento acelerado da economia pode contribuir ou não para a volta ou para a aceleração do processo inflacionário.

Então aqui eu tenho algumas reflexões importantes. A primeira delas é que como nós vimos o que estimulou o crescimento da economia, é o consumo das famílias. E o que a gente observa é que 60% da nossa economia, do PIB, é proveniente do consumo das famílias. E o investimento que é a formação de capital, representa outro conjunto de 17,9%. Ou seja, praticamente 80% do PIB é determinado pelo consumo das famílias e pelo investimento. O consumo absorve recursos e o investimento expande a capacidade de geração dos próprios recursos. Vale dizer se a demanda da economia cresce, mas o investimento também cresce, oferta e demanda estão caminhando passo a passo então não necessariamente o crescimento da economia é sinal de foco inflacionário. Depende da maneira como a oferta se comporta.

Aqui tenho alguns indicadores recentes da Fundação Getúlio Vargas da sua pesquisa conjuntural e o que nós observamos que no ano de 2008 o comportamento dos empresários é não só de acelerar o seu nível de investimento, como justificam essa aceleração do investimento pela expansão do mercado interno, pela rentabilidade dos seus negócios, muito embora alguns ainda apontem o nível da taxa de juros como

um fator restritivo, embora essa própria taxa venha apresentando queda nos últimos anos.

Bom, falando de taxa de juros e de taxa de inflação, aqui nós temos esse gráfico que revela exatamente a enorme correlação existente entre a prática de exercício da política monetária como um instrumento eficaz da própria inflação. Então aqui a aderência entre essas duas curvas mostram a eficácia da própria política monetária. E a distância entre as duas indica exatamente o nível da taxa real de juros praticado no País. Se o nível hoje é elevado, nós podemos observar que em períodos anteriores já foi muito mais alto do que é hoje. Ou seja, pode ser alto, mas essa taxa real de juros vem caindo ano após ano.

Bom, em relação a esse conflito, ou aparente conflito entre crescimento e inflação, se a gente olhar a história econômica brasileira recente nós vamos observar de tudo. Período que a economia cresceu com inflação crescente, e agora período em que a economia brasileira vem crescendo com taxa de inflação decrescente. E o mais importante, é que esse crescimento registrado na nossa economia nos últimos anos apresenta uma característica que é, na verdade, única nos últimos 60 anos, que é quando nós temos as estatísticas econômicas no País. O ano de 2006 e o ano de 2007 são os únicos anos em que a taxa de crescimento real da economia superou a taxa de crescimento dos preços da economia. Poderiam perguntar: Que importância tem uma? Nenhuma. Não tem importância nenhuma esse indicador.

Por outro lado, ele revela uma performance da inflação descendente, vis-à-vis o ritmo crescente da própria economia. Crescer mais ou menos do que a inflação, sozinho não diz nada. Mas, olhando todos os indicadores e também esses dois indicadores, nós observamos a enorme diferença desse movimento mais recente, vis-à-vis os anos anteriores.

Bom, esses são os indicadores econômicos que revelam uma performance positiva da economia. E do lado dos indicadores sociais, o que é que nós poderíamos ter? Um primeiro quadro, esse quadro é importante, é o posicionamento da economia brasileira na economia mundial. Podemos observar, por essa coluna, que a economia brasileira é a 10ª maior economia do mundo. Superada, como todos sabem, pelos Estados Unidos, pela Alemanha, Japão, China, Inglaterra, França, Itália e poucos outros países. Uma renda per capita medida em dólares na casa de 4.791 dólares, e corrigindo o dólar pela paridade do poder de compra desse dólar no País e nos outros países uma renda per capita de 8.956. Se do lado da performance econômica o País é a 10ª maior economia, do ponto de vista da renda per capita ela cai da 10ª posição para a 62ª posição.

Explica-se também pelo tamanho da própria população brasileira, vis-à-vis as demais economias aqui comparadas. São 184 milhões de habitantes, muito embora tenhamos também países populosos como o próprio Estados Unidos que ainda assim tem uma renda per capita elevadíssima. Mas esse é o panorama que nós podemos ter do País pelo lado econômico. Está entre as 10 maiores economias do mundo. Por outro lado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: É a paridade do poder de compra que foi atualizada agora. Então, esse quadro acabou de ser divulgado pelo Banco Mundial. E pelo lado dos indicadores sociais, o que é que nós observamos? Que o Brasil deixa de estar ao lado dos países mais desenvolvidos e passa a ter indicadores semelhantes a de países muito pouco ou nada desenvolvidos. Um indicador importante é o Índice de Gini que mede o índice de concentração da riqueza. Ou seja, esse País que é capaz de ter a 10ª maior economia do mundo é também um País que tem um padrão de concentração de renda que equivale a dos países mais pobres e mais desiguais do mundo.

Então, aqui nessas contradições eu selecionei seis países. Japão, Espanha e Coreia que também como o Brasil estão entre as economias mais desenvolvidas, são países com uma expectativa de vida de mais de 80 anos agora. Malaue, Zimbábue e Zâmbia, que estão entre as economias mais pobres do mundo, têm uma expectativa de vida de 40 anos. E o Brasil--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: O número do coeficiente eu não tenho. Mas, eu posso lhe enviar posteriormente.

Bom, então Japão, Espanha e Coreia, são países com os quais o Brasil compartilha indicadores econômicos. E Malaue, Zimbábue e Zâmbia são países com os quais o Brasil compartilha indicador social principalmente aquele referente à alta concentração de renda no País. Observamos que os nossos indicadores de concentração de renda que é o Índice de Gini em caindo. Mas a velocidade dessa queda não é ainda suficiente para deixar o País distante das economias menos desenvolvidas e mais desiguais como são, Malaue, Zâmbia e vários outros.

Bom, aqui nós podemos olhar porquê. Se olharmos o indicador da PNAD em 2006, dividindo a renda gerada na economia por cada quinto, por cada 20%, a que gente observa que os 20% mais ricos do País detêm 60% da renda nacional. E os 20% mais pobres detêm apenas 3% da renda nacional. É esse indicador que depois vai mostrar o grau de concentração

de renda e o Índice de Gini. Aqui nós podemos ter exatamente essa revelação de que o padrão de concentração de renda vem diminuindo, mas ainda numa velocidade muito pequena. Ou seja, se eu olhar para o ano de 2006, os 10% dos brasileiros mais ricos têm uma renda equivalente a 18 vezes mais do que a renda dos 40% mais pobres no País.

Então, aqui são dois indicadores desse grau de desigualdade da economia. Pelo lado demográfico, o que nós observamos é o crescimento da nossa população, chegamos a 2007 com 183... Volta mais um. Para frente. Mais um só. Aí. Então eu tenho os 10% mais ricos. Ou seja, são 183 milhões de habitantes. Os 18 milhões de habitantes mais ricos do País têm uma renda no ano de 2006 que equivale a 18 vezes a renda dos 40% mais pobres. 40% mais pobres são 70 milhões de habitantes. Os 18 milhões de habitantes mais ricos tem uma renda 18 vezes mais pobre do que os 70 milhões de brasileiros mais pobres. O indicador de Gini perfeito é exatamente que diria que cada um tem a mesma parcela da própria renda. Esse indicador vem caindo, porém ainda é muito elevado. A PNAD de 2007 será divulgada no segundo semestre de 2008.

Aspectos demográficos. A população sai da casa de 40 milhões de habitantes em 1940 e já são 183 em 2007. A taxa de fecundidade da população brasileira que é uma medida do número médio de filhos por mulher cai de 6,2 filhos na década de 40 para 2,1 em 2005, e em 2006 essa taxa já é de 1,99. Ou seja, pela primeira vez o Brasil tem uma taxa de fecundidade onde a mulher tem uma média inferior a dois filhos. Isso a partir do ano de 2006. Ou seja, há uma queda de 66,6% da taxa de fecundidade da população. Vale dizer, a população continua crescendo, mas num ritmo menor.

Bom, também combinado com essa redução da fecundidade, eu tenho também uma redução expressiva da mortalidade infantil no País. Essa taxa em 1950 chegava a 150 mortes para cada mil crianças nascidas vivas em 1950, e esse indicador já cai para 25 em 2005, e 23 em 2006.

Bom, e a expectativa de vida? A expectativa de vida do País sai da casa dos 40 anos, na década de 40, para 71,9 em 2005. 2006 já está na casa de 72. Ou seja, a expectativa de vida que é indicador da própria qualidade de vida no País, já apresentou ao longo de 60 anos um crescimento de 76%. E conseqüentemente a distância entre as regiões que apresentavam os extremos sul e nordeste, que em 1940 era de 14 anos, em 2005 já cai para 5 anos. Bom, por aqui nós temos a evolução dessa expectativa. Com a mudança da mortalidade, da expectativa de vida e também da fecundidade, o padrão de reprodução da sociedade brasileira que pode ser expresso por meio

de pirâmides, vem se modificando. Essa é a estrutura etária de 90, essa a de 2000 e essa em 2007. O que nós observamos é que a base da nossa pirâmide vem se estreitando, produto da fecundidade menor, e o topo da nossa pirâmide vem se ampliando por conta da maior expectativa de vida. Hoje nós temos no Brasil cerca de 30 mil brasileiros com mais de 100 anos de idade. Quer dizer, para um País que a meio século atrás tinha uma expectativa de vida de 40 anos, hoje já é comum termos na nossa sociedade pessoas com mais de 100 anos de idade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: [risos] Bom, conseqüentemente essa estrutura etária muda, mas nós observamos que no País a estrutura etária da nossa população ainda é diferente. Esse é o padrão do nordeste, esse aqui é o padrão da região sul. Entre o nordeste e sul, nós temos estruturas etárias diferentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Isso. Exatamente. Então aqui é a estrutura do sul e esse aqui eu coloquei alguns quadros pra gente observar. A tendência demográfica do Brasil é de caminhar cada vez mais para uma base estreita e um topo ampliado, pela melhor expectativa de vida, e se nós olharmos países para comparar, essa é a estrutura etária da Europa, na Europa essa é a da Espanha, então observe que a Espanha tem uma taxa de fecundidade baixíssima, essa é da África e essa aqui é da Coreia do Sul. Essa estrutura etária do Brasil, e no Brasil na região sul é muito parecida com a que nós observamos em toda a Europa. Então essa é uma tendência. Como tendência, também apresenta demandas.

Bom, podemos até fazer uma comparação entre o Brasil e a França. Por exemplo, essa é a estrutura etária da França hoje 2005. Projetando a estrutura etária do Brasil para 2050, o que é que nós observamos? Uma enorme semelhança da estrutura etária francesa atual com a tendência da nossa estrutura etária futura. Conseqüentemente questões referentes à aposentadoria e outros aspectos que hoje são discutidos na França, são temas que nós devemos, desde já, estar atentos. Porque o futuro vai chegar rapidamente.

Bom, aqui também um outro indicador importante que é exatamente aquele que revela a redução do número de moradores nos domicílios brasileiros. Cada vez mais encontramos menos morador em cada domicílio.

Então, o resumo desses aspectos etários eu poderia dizer, a nossa estrutura etária continua tendo população crescente com idade mais alta, e decrescente

com idade mais reduzida. Embora o crescimento continue positivo. Uma tendência da redução do número de pessoas por domicílio e o aumento do percentual de domicílio com um único morador. Eu creio que talvez valesse a pena ficar aqui para abrir oportunidade para comentário ou então fazer mais rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que talvez fosse bom concluir todas as áreas. Não sei se concordam.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Mais cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos concluir, então.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Então, educação. Educação, o indicador da taxa de analfabetismo no País, e olhando desde 1950 nós observamos uma queda sistemática dessa taxa de analfabetismo. 50% em 1950, e agora 10,4 em 2006. Sendo que em 2006 para essa taxa de 10,4, eu tenho 24% de analfabetos no setor rural, e 7,8% na área urbana.

Então, a erradicação do analfabetismo pela distribuição rural e urbana é mais difícil e por último, por etária também. O que nós observamos é que na população de 15 a 24 anos de idade, a taxa de analfabetismo é de 5,8. Entretanto, na população de 60 anos e mais, a taxa de analfabetismo é de 38. Por quê? Porque esses analfabetos com 60 anos ou mais, são aqueles que compunham a taxa de analfabetismo de 50% da população brasileira na década de 50.

Então, essa redução do analfabetismo por estrutura etária em ordem inversa equivale ao que nós vimos naquele gráfico.

Por outro lado, se eu olhar a questão do analfabetismo levando em consideração a cor daqueles que declararam ser ou não analfabetos com mais de 15 anos de idade, o que nós vamos observar é que 32% dos que se declararam analfabetos são da cor branca. E 67,4% dos que se declararam analfabetos são da cor preta ou da cor parda. O restante são amarelos e indígenas. E por faixa de renda, o que nós constatamos é que quanto menor a renda maior a proporção de analfabetos. O resultado dessa redução do analfabetismo é também o que nós vamos observar, o aumento do número de anos de estudo da população brasileira até praticamente a faixa dos 29 anos de idade, e dos 29 em diante aí começamos a ter a queda influenciada pelos indicadores do passado. O que nós observamos é a convergência entre homens e mulheres no que diz respeito a anos de estudo na estrutura etária mais velha e na população mais jovem. A mulher com número de anos de estudo maior do que o homem. Consequentemente reduzindo esse aspecto do analfabetismo, o importante observar que o núme-

ro de nível de instrução das mulheres é superior, e o número médio de anos de estudo vem aumentando no País hoje na casa de 6,9 anos.

Os idosos. Já falei do crescimento da população idosa, aqui nós podemos observar que da população com mais de 60 anos de idade, 33% delas não têm nenhum tipo de instrução. 64% delas são aposentadas, e 64% são as pessoas de referência na família. Ou seja, dos 54 milhões de domicílios no País, 64 milhões de domicílios, 64% deles são hoje chefiados por pessoas com mais de 60 anos de idade.

A proporção da população que contribui para a Previdência Social vem aumentando. Hoje nós temos 48% das pessoas ocupadas contribuindo para a Previdência. Consequentemente 51,3 não contribui. Mas pela própria legislação brasileira nós sabemos que por idade todos serão beneficiários da Previdência. Sejam eles contribuintes ou não. E numa população que vai envelhecendo cada vez mais por conta da maior expectativa de vida, isso é um fator importante na análise da Previdência Social, e daí a importância da comparação com o modelo francês, demográfico, e a projeção do modelo brasileiro para o futuro. A questão da Previdência vai estar na pauta o tempo todo.

A PNAD de 2006 mostra 43 milhões de trabalhadores contribuindo na Previdência, em 2006, e em 96 eram 42%. Aumenta a contribuição, mas ainda temos metade.

E em relação às mulheres? Metade das mulheres, a redução das mulheres do número de filhos por mulher, maior escolaridade, maior participação no mercado de trabalho, e maior contribuição por rendimento familiar. E aqui o último gráfico nós podemos ver então a população com mais de 12 anos de estudo, a proporção de mulheres vêm aumentando, e a de homens vêm caindo. E a proporção da população com nível superior vem aumentando entre as mulheres nos últimos dez anos e vem diminuindo entre os homens.

Então, a inserção progressiva no mercado de trabalho da mulher vai trazer para a nossa sociedade a própria discussão do seu papel na própria sociedade brasileira.

Bom, esses são alguns pontos, eu poderia explorar outros aspectos, mas eu fico por aqui e agradeço a todos a oportunidade por essa exposição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer a competente exposição do Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, tanto os aspectos econômicos como sociais são de grande interesse dessa Casa e do País, e seguramente esse retrato do Brasil ajuda a reflexão e a formulação de políticas públicas.

Vamos agora aí às arguições, intervenções, esclarecimentos. O primeiro inscrito Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Sr. Presidente, vou ser rápido, cumprimentando o Dr. Eduardo e cumprimentando V.Ex^a pela iniciativa dessa Audiência Pública, que enche a gente de alegria e de esperança, e também de preocupação. Esperança de ver esses números do Brasil em relação ao crescimento da renda per capita, um pouco de desesperança o Índice de Gini que não cresce tanto, uma preocupação nós já temos... há um ditado popular que diz que: “Quem tem olho fundo tem que começar a chorar cedo”, no caso da Previdência nós temos que começar a pensar seriamente. Mas é uma boa indicação, as pessoas estão vivendo mais e estão tendo uma renda melhor. Primeiro, não é nem um questionamento, mas pedir ao Dr. Eduardo para que ele dê uma atenção. O Espírito Santo e o Rio de Janeiro eles têm uma divisa que antigamente não tinha importância, que se prolonga pelo mar adentro. Ali tem uma linha que é uma derivada, uma resultante na divisa dos dois estados que se mexiam um “angulozinho” de um grau o Espírito Santo passa a receber mais royalties de petróleo do que recebe atualmente, porque os postos estão sendo descobertos--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Hoje de manhã eu manifestei a mesma preocupação com relação à divisa com São Paulo. Porque com a descoberta de Tupi/Júpiter, tem mais dois grandes poços de gás e petróleo essa definição é fundamental para a participação na receita futura.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Exatamente. Porque nós pretendemos, o Senador Renato Casagrande também, na hora que saiu o laudo, sendo favorável ou não nós não queremos atrasados também que ficaram lá com o Estado do Rio de Janeiro. E o de São Paulo é rápido porque antes que descubram, antes que comece a exploração verdadeira já se saberia. Se o IBGE pudesse correr com o laudo técnico sobre como é que se estabelece essa divisa marítima entre os dois Estados.

A outra, eu acho que agora é o assunto dominante, e embora o Dr. Eduardo tenha colocado a posição dele, se o senhor tivesse no lugar do Mantega hoje, o senhor dava uma enxugadinha para tentar conter um pouco o consumo ou dava uma estimulada para aumentar a produção, ou ficava esperando para ver o que é que ia acontecer? Essa é uma pergunta.

A outra é quando a gente observa os gráficos de poupança e também de renda, é uma gangorra. Por que é que nós não conseguimos ter uma linha mais

ou menos coerente? Aquela gangorra. Por que é que acontece tanto essa gangorra? É mudança de Política Econômica? Por que é que acontece isso?

Outro problema também, o aumento das mulheres nos cursos superiores e também no mercado de trabalho, talvez não é porque o número de mulheres na população também cresceu, há mais mulheres do que homens. Atualmente nascem mais mulheres do que homens. E talvez por isso é que elas estão participando mais ou efetivamente elas estão cada vez participando mais, embora a gente note isso quase sem fazer estatística?

Outro número também que acho que precisava nos preocupar é o problema das mortes violentas. As mortes violentas no trânsito, as mortes violentas por tiro, por... Principalmente de jovens, é um número que o IBGE devia se preocupar para que as autoridades que operam as verbas de segurança comessem, e controle de tráfico também, comessem a pensar nisso aí. Eram os questionamentos que eu queria colocar cumprimentando mais uma vez pela exposição muito interessante para nós e para o Brasil inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria agradecer Senador Gerson Camata. Nós temos quase todos os Senadores inscritos. Vamos fazer blocos de três para poder agilizar e todos poderem participar. Senador Jefferson Peres com a palavra.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Bom dia Dr. Eduardo, também meus cumprimentos pela clareza da exposição. Eu quero fazer apenas... Pedir alguns esclarecimentos.

O crescimento demográfico hoje no Brasil deve estar em torno de 1,3%. É isso? 1,3%. Porque o senhor colocou aí que em 2007 o crescimento do PIB per capita seria de 4%, tendo em vista a diferença. Per capita. 4% a diferença entre o crescimento da população e o crescimento do PIB. Claro. Isso é interessante porque muitos analistas hoje não fazem essa comparação com os anos 50, “juscelinianos”. Hoje o crescimento do PIB de 5,5%, em termos de PIB per capita é igualzinho em termos de crescimento do PIB nos anos 50. E quase não se considera isso. Mas muito bem. O IBGE tem o crescimento demográfico por faixa de renda? Ou seja, até em torno de um salário mínimo, com mais... De dez salários mínimos que a diferença é muito grande. Eu gostaria de ter esses dados. Se o senhor não tiver à mão.

E finalmente o senhor mostrou um quadro aí com a conta de juros, do balanço de pagamentos. O senhor teria o saldo líquido de juros, ou seja, o que o Brasil recebe pelas suas reservas e que o Brasil gasta com a dívida externa, pelo menos do setor público teria...

E analfabetismo creio que o IBGE não tem dados do analfabetismo funcional. Tem? Então eu gostaria. É só. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós vamos marcar uma outra vinda do Eduardo, porque tem muitos dados que estão sendo solicitados e poderiam ficar para outra exposição para a gente aprofundar alguns temas em relação as informações do IBGE. Temas, por exemplo, como distribuição de renda. Ir a fundo nessa discussão. Ou educação, ir a fundo nessa discussão. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de sugerir, caso o Presidente Eduardo Pereira Nunes puder dispor da sua exposição para ser distribuído entre nós enquanto procede... se puder enviar à nossa secretaria para nós já termos a exposição dos dados. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está sendo tirada a cópia da exposição. Todos os Senadores terão acesso o mais breve possível.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se puder fazer de pronto...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A máquina tem um ritmo que nem sempre é o que nós gostaríamos. Mas se V.Ex^a puder ajudar nós estamos lá fazendo o máximo possível. Mas acho que vai ser feito o mais rápido possível. Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Senador Aloizio Mercadante, Presidente do IBGE, Sr. Eduardo, de fato a exposição foi muito rica em dados e fica até difícil a gente guardar todas essas informações. Por isso seria importante mesmo termos esse material para nos guiar. Quando o Presidente fala da... E dividido por região, região sul, região nordeste, norte, isso esconde um pouco o que ocorre nas regiões e nos Estados. Eu fiz um levantamento do Paraná, quando disputei as eleições agora, e verifiquei o seguinte, que naquele... Naquela avaliação do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, nós temos no Paraná um total de 399 Municípios dos quais, Senador Mercadante, 70% tem o IDH abaixo da média nacional. E o Paraná é tido assim como Estado próspero, rico. E veja, 70%.

Então, 280 Municípios, eu fiz esse estudo agora em 2006, 280 Municípios estão com IDH abaixo da média nacional. E fui levantar quais eram os fatores que mais incidiam para que ocorresse esse baixo IDH. Saneamento. Falta absoluta de assistência à saúde, muitos municípios não têm nem como esse atendimento ser visto.

Então, a pergunta que eu faço ao Sr. Eduardo é se na média nacional nós temos em alguns Estados um grande número de Municípios com IDH baixo. Qual seria de parte do IBGE a indicação de quais os fatores que poderiam ser corrigidos para que rapidamente houvesse uma evolução desses índices? Ou seja, no que os governos estaduais e municipais poderiam investir mais para que houvesse um crescimento do IDH exatamente para melhorar a qualidade de vida. Essa é a primeira pergunta. A segunda, é que o senhor mostrou ali que na zona rural e até o líder do Governo me chamou atenção, na zona rural 24% são analfabetos. E na zona urbana, 7,8% que dá média de 10 ponto alguma coisa. O que precisaria ser feito para que esses índices fossem pelo menos, vamos dizer, encontrassem, que houvesse um equilíbrio entre esses índices? São essas as duas perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Osmar Dias. Vamos agora ao Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, em seguida nós abriremos nova rodada de arguição.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, em primeiro lugar, respondendo à questão apontada pelo Senador Gerson Camata, depois observada pelo Senador Aloizio Mercadante, e eu pensei que também o Senador Osmar Dias fosse, pelo Paraná, fazer o mesmo comentário, porque na verdade são os três Estados no País, Espírito Santo, Paraná e o Estado de São Paulo que têm arguições a respeito dos critérios de repartição dos recursos do royalty. É o Estado do Paraná está até mais avançado, porque houve e há no Congresso um Projeto de Lei de alteração dos critérios de repartição no recurso do royalty do petróleo. Na verdade, há um projeto e várias Emendas, substitutivos, mas eu gostaria de observar que um dos textos do projeto original justifica a necessidade de revisão da distribuição do royalty do petróleo como se o IBGE tivesse errado na maneira como calcula. Isso não é verdade. Não é verdade para o Paraná, nem para o Espírito Santo e nem para o Estado de São Paulo. A Constituição Federal estabelece o critério de repartição. E determina que a ANP, a Agência Nacional de Petróleo informe ao IBGE quais são os poços de petróleo e a sua localização. Dada a localização informada pela ANP, cabe ao IBGE calcular a área que pertence a cada Estado.

Bom, acontece que o território--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem uma discussão só que eu queria ponderar que é o seguinte. Nessa descoberta do preçal(F), já tem dois postos... Na realidade quatro postos grandes, cada perfuração demora 400 dias para ser feito, e há uma possibilidade muito grande que seja

pelo menos parte disso uma única reserva no subsolo. Portanto, a opção que eu faço de onde eu vou retirar, eu estabeleço quem vai ter acesso ao royalty. Prejudicando evidentemente o Estado que faz divisa. E se eu fizesse opção por prospectar outros dos furos eu teria o resultado totalmente diferente na repartição dos royalties. Acho que essa discussão nós temos que fazer com mais profundidade para que não haja um prejuízo. E eu sei da resistência dentro da PETROBRAS porque eu quis levar unidade de gás da PETROBRAS para Santos, que a logística do porto de Santos era fundamental para toda a estrutura que estava sendo construída e foi uma disputa duríssima, pública e reservada. Felizmente a unidade do gás está no porto de Santos. A maior fronteira da bacia de Santos é com São Paulo, sem prejudicar evidentemente outros Estados. Mas eu acho que essa discussão técnica que nós devíamos fazer, eu sugiro inclusive que o Eduardo volte a essa Comissão, com Assessoria especializada nessa área, pra gente fazer um debate técnico, aprofundado sobre os critérios de repartição de royalties e nós encontrarmos um procedimento tecnicamente consistente, justificável, sem nenhuma interferência política, eu diria, um estudo que seja técnico, fundamentado do critério de repartição. Porque se a jazida é uma só, dependendo da escolha que eu faço, eu estou evidentemente beneficiando um Estado e prejudicando outro. Às vezes o Estado é totalmente alijado simplesmente pela escolha que eu fiz da onde está sendo feita a perfuração. Talvez a gente tenha que chamar não só a PETROBRAS como outras empresas que estão lá e que têm uma visão diferente dos critérios de repartição e nós podemos expor isso ao longo de uma Audiência Pública da Comissão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Perfeito. Agora eu queria chegar exatamente ao ponto que o Senador Mercadante já adiantou. Uma vez feita a escolha de por onde começar a operação, não é o IBGE que escolhe. Agora uma vez feita a escolha e comunicada à ANP essa escolha, a ANP informa ao IBGE. A perfuração se dá aqui e ali, o campo está aqui ou lá. Tendo em vista essa informação concreta, o IBGE calcula matematicamente a área com grau de precisão que são 19 casas decimais. Então não há menor chance de erro para este cálculo que é um cálculo bastante sofisticado. O Senador Mercadante sugeriu uma apresentação dessa questão, eu acho importante até porque no Congresso, na Câmara dos Deputados há o projeto original que é originário do Parlamento do Paraná, mas há... Que sugere a mudança dos critérios de repartição, então, mudando o critério alguém passa a ganhar outro passa a perder. As situações se modificam. Só que hoje

a realidade é totalmente diferente de 1989 quando iniciou esse projeto.

Então, repartir royalty do petróleo em 89 ou repartir royalty do petróleo em 2009 vai uma diferença muito grande. Então percebe-se a necessidade de rever o critério de repartição. É o Congresso Nacional que tem que rever. Uma vez feita a revisão, caberá possivelmente ao IBGE efetuar um novo cálculo com critérios absolutamente técnicos. Agora, dentro da Câmara dos Deputados há um projeto substitutivo ou uma Emenda que cria dois critérios no lugar de um. O primeiro critério é o físico. Então, localizar num determinado território como reparti-lo. E o segundo critério é o critério demográfico. Por quê? Porque a Constituição também estabelece que todo subsolo pertence à União. Então se a PETROBRAS vai construir, explorar o petróleo com base em Santos ou Rio de Janeiro ou qualquer outro lugar, a PETROBRAS tem recurso da União. E a União não vai arrecadar imposto só em Santos para financiar a PETROBRAS em Santos. A União vai arrecadar recurso em Roraima, em Amapá, em Amazonas. Todos aqueles que contribuem para recurso da União tem que usufruir do recurso dessa atividade. Então combinar o critério geográfico com o critério demográfico. Todo brasileiro precisa de recursos inclusive para atender a questão que o senhor apontou. Como investir no País para reduzir a desigualdade? Como melhorar os indicadores? Eu preciso de investimento na educação, eu preciso de investimento principalmente em saneamento básico. Nós temos indicadores, por exemplo, acesso da população a televisão, a rádio, a eletrodomésticos, até eletricidade quase caminhando para a universalização. Mas menos da metade da população brasileira tem acesso a saneamento básico. E saneamento básico é um investimento muitas vezes invisível. E longo. E caro. Portanto, de onde virá o recurso para esse tipo de investimento? Tem que vir de recursos de onde eu tenho sobra, talvez na distribuição do royalty do petróleo.

Então, essa idéia de combinar o critério geográfico com o critério demográfico, eu reputo como uma saída extremamente importante para caminharmos em direção à definição de novos critérios de repartição do royalty do petróleo. Sabendo que pelo critério geográfico nós não vamos ter uma saída nunca. Por quê? Porque o território brasileiro é irregular. E com tantas reentrâncias, e se olhar o Estado do Paraná e o Estado de Santa Catarina, eu não vou conseguir nunca ter o equilíbrio da definição do critério de definição. Qualquer critério será arbitrário.

Então, é o Congresso Nacional que tem que arbitrar. E o IBGE vai executar. É exatamente o que se dá no dia de hoje.

Então, eu me disponho a vir aqui e claro, com os engenheiros do IBGE da área de geodésia e cartografia que poderão fazer essa exposição do critério atual e inclusive de uma visão alternativa ao critério atual que é bastante interessante.

Bom, a sua pergunta também se eu no lugar do Ministro Guido Mantega optaria por uma redução do consumo ou pela expansão da oferta, eu de certa forma tentei evitar essa pergunta ao mostrar que o crescimento da economia brasileira hoje se dá tanto pelo lado do consumo, como pelo lado da expansão da oferta.

Então, há hoje o caminho de gerar capacidade produtiva para atender uma demanda crescente. O papel da política econômica é exatamente verificar se há escassez num ou no outro segmento. E tem havido no Brasil, a ponto inclusive de se recorrer às importações para evitar qualquer problema de abastecimento. Conseqüentemente a nossa conta do balanço de pagamentos começa a ter esse movimento que o senhor indagou. É natural que o processo de reprodução de qualquer economia se dê de forma cíclica. Agora, cada ciclo ele representa as opções de política econômica adotadas num País. Um País como o Brasil que no passado bem recente acumulava poupança, havia críticas inclusive no sentido: Para que acumular poupança quando o País precisa investir? É melhor usar esse recurso. Entretanto, parte da poupança era acumulada para pagar dívida passada. Então eu preciso saber não só o que eu faço para frente, mas como eu cumpro os compromissos que vieram lá de trás também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Quer dizer que é um pé no freio e um pé no acelerador. E aí vai segurando.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Ou melhor, um pé no acelerador, mas estando com um pé no freio também perto. Até por quê? Por que a importância do pé no acelerador mais do que no freio? Porque precisamos gerar emprego, precisamos gerar renda, para reduzir inclusive os desequilíbrios sociais que o País tem. Com contração econômica o desequilíbrio aumenta. Isso é um fato concreto.

Em relação à distribuição entre homens e mulheres, na verdade não é pelo quantitativo. Praticamente... Eu não tenho o número de cabeça, mas para cada 100 mulheres eu tenho 99 homens. Então, a relação é muito parecida. Mas, o grau de escolaridade da mulher vem aumentando por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o homem entra no mercado de trabalho mais cedo. Então nós temos 5 milhões de crianças jovens, crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Dessas 5 milhões, mais de 60% são crianças do sexo masculino. E a menina ainda está na escola. Então a

maior escolaridade na menina lá na frente vai lhe dar mais oportunidade do que o rapaz na hora de buscar o mercado de trabalho. E em relação à expectativa de vida, no Brasil não é maior do que a atual principalmente por fatores apontados pelo senhor. A mortalidade infantil vem caindo de forma sistemática, mas a mortalidade entre jovens do sexo masculino entre 18 e 24 anos vem aumentando por causas violentas. A primeira é morte no trânsito, acidente de trânsito, a segunda são armas de fogo. E isso já afeta a expectativa de vida dos jovens no Estado de São Paulo, no Estado do Rio de Janeiro e no Estado de Pernambuco. Nesses três Estados a gente já observa que entre os jovens da faixa de 18 a 24 anos de idade, a sua expectativa de vida é menor do que entre as meninas da mesma idade. Justamente por conta desses dois fatores, conseqüentemente atuar nessa área contribuirá lá na frente para aumentar ainda mais a expectativa de vida da população brasileira.

Bom, o Senador Jefferson Peres fez uma série de observações, eu acho muito interessante essa que o senhor acabou de comentar, sobre a comparação entre o momento atual e o momento do Governo Juscelino, porque o crescimento per capita de hoje pode ser mais facilmente alcançado do que há 50 anos atrás exatamente porque lá a população crescia muito mais do que cresce hoje. Então se para lá era preciso ter como houve, uma média de 7% de crescimento, hoje uma média de 5 apresenta o mesmo resultado. Perfeito. E depois o senhor fez uma série de perguntas sobre faixa de renda, despesa com juros e o analfabetismo funcional, eu depois vou enviar todos esses dados para o senhor, sendo que em relação ao dado de pagamento de juros todos eles eu optei exatamente junto ao Banco Central. Mas, em relação ao analfabetismo funcional, é importante chamar atenção que o conceito de analfabetismo é: toda pessoa com mais de 15 anos de idade que não é capaz de ler um simples bilhete. Ler ou escrever. Se não fizer isso é analfabeto. No Brasil, 10,4% dos brasileiros com mais de 15 anos não sabem ler ou escrever um bilhete simples. O analfabetismo funcional é um conceito da UNESCO, das Nações Unidas, que diz que analfabeto funcional é todo aquele cidadão com mais de 15 anos de idade que tem menos de quatro anos de estudo. Por quê? Porque com menos de quatro anos de estudo sem praticar a leitura e a escrita ele voltará a ser analfabeto. E aí no Brasil nós sairemos de 10,4% para 23%. Ou seja, praticamente de cada quatro brasileiros com mais de 15 anos de idade, um tem menos de quatro anos de estudo. E no Estado do Alagoas, para cada dois, praticamente um tem menos de quatro anos de estudo. O analfabetismo funcional no Estado de Alagoas chega

a 46% da população com menos de... Com mais de 15 anos de idade e menos de quatro anos de estudo. Todos esses dados nós temos por Estado no Brasil e eu vou enviar para o senhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não esqueço. Bom, e em relação aos comentários feitos pelo Senador Osmar Dias eu comentei esse aspecto do royalty, e ele pergunta sobre as atividades, as ações que deveriam ser feitas. As principais ações são essas na área do saneamento, da educação e da saúde. E a questão do analfabetismo rural e o analfabetismo urbano, nós precisamos também combinar a estrutura etária. Porque o analfabetismo rural é muito mais alto, mas é principalmente elevado na população rural de idade elevada. Aí eu tenho um número de mais de 60% da população analfabeta.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora à próxima rodada. Senador João Tenório, com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Eduardo Nunes, primeiro de tudo registrar a satisfação de tê-lo ouvido com tanta clareza e um posicionamento tão didático que V.S.^a coloca, os números são importantíssimos para que nós possamos cada vez mais entender o Brasil e evidentemente contribuir de uma maneira ou de outra para a geração de políticas públicas que venha a contribuir para que possamos tornar esse País melhor. Dois pontos, Sr. Presidente. O primeiro deles é balança comercial. As exportações brasileiras elas são assim algo extremamente importante pelo seu peso no PIB brasileiro, quer pela geração de atividade econômica, pelo crescimento que essa atividade econômica possa ter, e também pela geração de poupança que está naqueles 16, 17% que são gerados, uma parte e acredito expressiva daquele número provém do resultado das exportações brasileiras. E há dois fatos aí que merecem uma atenção e uma preocupação grande. O primeiro deles é um certo cansaço que começa a se manifestar, fica claro quando diz respeito aos saldos da balança comercial desses últimos três, quatro meses que foram apresentados. Há uma... Claramente isso devido a essa apreciação do real que faz com que as exportações tornem cada vez mais complicadas e as importações cada vez mais fáceis. Existe um problema que também preocupa muito a dependência ainda da geração desse saldo de algum tipo de produto da economia nacional.

No ano de 2006, o saldo da balança comercial foi 47,5 bilhões, se não estou enganado. Se não estou equivocado. Dos quais 43 foi gerado pelo agronegócio. No ano 2007, o saldo total da balança comercial foi

40 bi, e a balança comercial do agronegócio gerou um excedente de 50 bilhões. Ou seja, houve um consumo de resultado de saldo pelas atividades industriais do País. As atividades industriais consumiram resultado de saldo na balança comercial gerado pelo agronegócio. Evidentemente que essa questão dos agronegócios de um modo geral em particular e das commodities um pouco mais geral, vai depender muito de como será o desdobramento dessas crises que afeta já o mundo de modo mais geral e particularmente a economia americana. Então o primeiro ponto que eu gostaria de deixar para reflexão é como V.S.^a vê essa questão da apreciação excessiva do nosso câmbio de um lado, estimulando excessivamente as importações e dificultando cada vez mais as exportações, essa dependência que a economia nacional tem de um tipo específico de exportação que gera esses excedentes ainda importantes na vida nacional, então esse é o primeiro ponto, e evidentemente isso tudo está ligado a essa apreciação excessiva e importante do câmbio.

O segundo ponto é o seguinte, V.S.^a disse que 20.7 é o aumento das importações acontecidas no ano 2007 em relação a 2006. A minha pergunta é o seguinte, quanto disso é bem de capital? Ou seja, quantos por cento disso significa investimento e expectativa de retorno e de compensação para esse crescimento importante das exportações brasileiras? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador João Tenório. O próximo é o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Eduardo Pereira Nunes. Só reforçar um tema que foi debatido no início das respostas de V.Ex.^a, pelo interesse que nós temos como representante do Estado do Espírito Santo. A definição da linha divisória entre os Estados de Espírito Santo e do Rio de Janeiro, para nós é importante. Isso está lá em análise no estudo que o IBGE está fazendo. Mas, mais do que isso, acho que os debates dos critérios da redistribuição de royalties que aí compete ao Senado e ao Congresso fazer esse debate, junto com o Governo, com as empresas, é um debate importante, Presidente Aloizio Mercadante. Porque V.Ex.^a abordou um tema aí importante. Se nós lembrarmos e recordarmos que esses critérios de distribuição de royalties foram implantados e estabelecidos numa época em que o petróleo, o barril custava 6, 5, 7 dólares, e hoje o barril de petróleo custa mais de 100 dólares, então acho que cabe um debate mais profundo aqui no Congresso sobre esta distribuição desses royalties. É um tema que a Comissão de Assunto Econômico pode sem dúvida se dedicar sobre

esse tema. Mas essa é apenas uma observação que eu gostaria de fazer. Mas Sr. Presidente do IBGE, a pergunta que eu faço, apesar de--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, queria formular aqui de comum acordo, a partir da intervenção do Senador Jefferson Peres, Osmar Dias a minha e a sua, nós fazemos uma Audiência Pública proximamente convidando a Agência Nacional de Petróleo, a PETROBRAS e IBGE para fazer essa discussão dos critérios de repartição dos royalties e a partir dessa audiência nós pensarmos políticas específicas para essa questão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero assinar o Requerimento junto com V.Ex^a e com os outros Senadores.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Gostaria que V.Ex^a acrescentasse também nessa discussão, nesse Requerimento os critérios de distribuição dos fundos de participação em função da condição demográfica de cada Município. Porque isso aí tem reduzido substancialmente e também aumentado substancialmente receitas municipais. Nós queríamos que V.Ex^a incluísse nesse Requerimento esse assunto: redução e acréscimo de receitas.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os critérios de participação. Porque aí esse também é um tema que eu tinha conversado com o Presidente Eduardo e eles têm um estudo já exatamente refletindo sobre esses critérios de repartição e os problemas que nós temos tido em relação a distribuição de--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): 444 Municípios Sr. Presidente perderam receita. Enquanto 403 ganharam. Queremos saber porquê.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele responde sobre isso. Mas podia fazer duas Audiências Públicas. Uma sobre o critério de repartição da receita municipal e outro sobre royalties. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu lamento não ter assistido a palestra do Sr. Eduardo Pereira Nunes, que estava assistindo uma palestra na Comissão de Educação sobre a educação na Espanha, versus Brasil. Um comparativo. Mas um assunto que V.Ex^a coloca aqui sobre a questão dos royalties, interessa e muito ao meu Estado em função da questão mineral. Então pediria a V.Ex^a que não víssemos apenas a questão do petróleo, mas ampliásse-

mos para que nós pudéssemos ver, discutir e avaliar a questão da participação dos royalties também no setor mineral. Que a compensação hoje não é mais royalty, é a compensação por recursos minerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí nós teríamos que fazer uma outra Mesa, mas chamando o DBRN, mas faremos as duas coisas. Vou pedir para preparar o Requerimento e formulá-lo. Senador César Borges.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, ele não concluiu a arguição, mas pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, só reforçar aqui o que foi colocado pelo Senador Antônio Carlos Valadares, porque sabe muito bem o Presidente Eduardo Nunes, da preocupação dos Municípios brasileiros com essa distribuição do FPM que tem como base a estimativa da população feita pelo IBGE. Se no passado não tinha censo, se fazia uma interpolação, e aí muitos municípios se diziam perdedores. Foi solicitado o censo. Veio o censo. Hoje muitos Municípios se dizem perdedores porque não acreditam, não têm confiabilidade nos métodos... Veja bem, eu estou dizendo apenas o que eu ouço nas bases municipais. Nos métodos do IBGE. Tanto que há uma proposição que foi aprovada no Senado, do Senador Romero Jucá, prorrogando a entrada desses índices para os próximos anos. Está na Câmara. No passado se pedia exatamente para se fazer o censo. Feito o censo, passa-se para adiante os índices porque grande número de Municípios foram prejudicados ou se sentem prejudicados. Então nós temos que termos um norte, uma linha de conduta com relação a essa definição do censo da população para a definição de FPM. Então é um assunto que está na pauta permanentemente, Sr. Presidente, e temos que fazer uma reunião para esclarecer esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Faremos uma audiência específica. Vou só retornar a palavra com o Senador Renato Casagrande. Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, para esgotarmos esse tema das dúvidas quanto a serem corretamente aquinhoados ou não os Municípios, Dr. Eduardo, devo dizer que meu Estado não foge a essa regra. Agora eu queria acrescentar alguns argumentos a essa grita, ou seja, os atendimentos hospitalares aumentam, as matrículas escolares também, o Município dá todos os indicadores que teve um acréscimo e não decréscimo de arrecadação. E mesmo assim o veredito do IBGE é no sentido de que houve

decréscimo de população contrastando com esses indicadores todos que a meu ver não são definitivos, nem tem métodos tão acreditado quanto o que nós queremos manter acreditado do IBGE, é uma grande instituição, uma instituição do Estado importante, relevante, com números que refletem a própria democracia brasileira, afinal de contas eu olho para China e vejo porque é que o Brasil tem vantagens comparativas em relação à China. Eu não confio no IBGE chinês e eu me sinto tentado a esgotar todas as minhas possibilidades de continuar acreditando no IBGE brasileiro por entender que isso nos ajuda enquanto País nas nossas negociações com o exterior. Mas o fato é que mais matrícula, mais atendimento hospitalar, médico hospitalar, mais atendimento clínico, uma série de indicadores e o consumo do comércio maior... Tudo leva a crer que mais pessoas estariam residindo naquele Município. Aí vem o IBGE e diz que tem menos pessoas. O que faz com que Município deixa de executar investimentos significativos, Municípios pobres, meu Estado tem todos os... Tem Municípios... Manaus é um Município bem aquinhoado, os demais não, com exceção de Quari por causa dos royalties petrolíferos e futuramente os royalties do gás. Mas os demais municípios são todos sem exceção pobres. Uns menos, outros mais pobres. E qualquer diferença para menor tumultua planejamento, prejudica políticas sociais, e eu gostaria muito de trazer a V.Ex^a essa preocupação, e o cotejo que faço entre os números do IBGE que eu respeito e dados que eu verifico nos meus próprios olhos de Parlamentar do Estado do Amazonas. Aumenta tudo que é indicador levando a crer que a população também aumentou. E a população diminuiu segundo o IBGE. E com o acréscimo, até hoje sou uma pessoa frustrada porque nunca fui até hoje recenseado. Supostamente... E isso é coisa antiga. Eu não posso nem dizer que é perseguição do Governo Lula, porque já vem desde que eu existo como gente, nunca fui recenseado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande, retomando a intervenção.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante. Só para reafirmar, eu acho que tem sugestões e audiências públicas diversas. Mas para nós não perdermos o foco, acho que devemos fazer a primeira Audiência Pública, separarmos, fazermos mais de uma Audiência Pública para que a gente possa tratar de forma mais detalhada cada assunto desse.

Mas Sr. Presidente Eduardo Pereira Nunes. Nós estamos acompanhando o debate com relação ao crescimento do PIB brasileiro, a alegria da população brasileira, do Governo com a taxa de crescimento do

ano passado. E agora começamos a acompanhar efetivamente a preocupação com o consumo em excesso, das famílias e que isso pode provocar um tensionamento, provocando um desequilíbrio e provocando um descontrole da inflação e o Governo manifestando as suas preocupações com relação ao financiamento num prazo muito longo como nós estamos vendo os debates nesses últimos dias, nessas últimas semanas. O que se coloca e que se faz de crítica, primeiro, assim, a crítica ao processo de crescimento brasileiro porque ele não se sustenta uma vez que não tem investimento em infra-estrutura. E não tendo investimento em infra-estrutura, não tem como continuar um crescimento que se sustente a mais de 5% ao ano. A segunda crítica que se coloca é a crítica do gasto excessivo do Governo. O Governo está gastando demais, não adianta o Governo querer controlar o crédito se não tem controle do Governo sobre os seus gastos. Também, dentro dessa reflexão, sabendo que parte do crescimento brasileiro, e parte da capacidade do consumo das famílias brasileiras, se deve também ao gasto do Governo. E o Governo tem programa social consistente, capilarizado, que atinge a milhões de brasileiros, isso provoca uma capacidade de consumo. E esse consumo interno se aumentou como um dos itens devido ao programa do Governo que acaba entrando como gasto do Governo. Então a crítica se faz, na verdade é um dos pontos que é um incentivador, uma vertente que causa o crescimento. Qual é o ponto de equilíbrio para a infra-estrutura que nós temos hoje instalada, e para a capacidade de produção que nós temos instalada, qual é o ponto que nós temos de equilíbrio? Se falava que era de 3%, 3,5%, mas não podia crescer mais do que isso. Agora chegamos a cinco, e agora já ouvi alguém dizendo no meio de comunicação desse que não pode passar de cinco senão vai causar inflação. O IBGE tem alguma observação a fazer com relação a esse tema tão complexo que é um tema que tem que orientar o nosso trabalho também aqui na Comissão de Assuntos Econômicos?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Renato Casagrande. Próximo inscrito, Senador Valadares. Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu louvo a atitude de V.Ex^a em conceder aos Senadores dessa Comissão mais uma oportunidade na discussão de um tema tão relevante quanto a da estimativa populacional dos Municípios realizada através de levantamentos do IBGE, estimativas essas que redundaram na posição, na mudança de posição das receitas de muitos Municípios brasileiros. Eu enfatizo essa questão de vez que a introdução

do GPS como uma ferramenta moderna para determinar os limites territoriais, é sem dúvida alguma é uma iniciativa louvável do IBGE. Entretanto, eu considero que como se trata de uma coisa nova no Brasil, eu acho que esses levantamentos com base nessa nova tecnologia não poderiam ser considerados inflexíveis, ou passíveis. Poderiam ser considerados passíveis de erro. De vez que a introdução desse método é, como eu disse, uma novidade no sistema de levantamento no Brasil.

Eu posso citar um caso específico, eu já falei num discurso aqui, de dois Municípios limítrofes no Estado de Sergipe. Do Estado de Sergipe e do Estado da Bahia. O Município de Paripiranga, que é do Estado da Bahia, em função desses levantamentos teve reduzido o seu fundo de participação. Apesar de ter tirado, segundo o levantamento do IBGE, quatro Municípios do Estado de Sergipe. Quatro povoados do Município do Estado de Sergipe. Quer dizer, os dois Municípios, tanto o Município de Simão Dias que perdeu os quatro distritos ou povoados, como o de Paripiranga, tiveram por esse levantamento redução de receita. Ora, eu fui Governador do Estado. Do Estado de Sergipe. E realizei muitas obras nesses povoados a que eu me referi no Município de Simão dias. Os Prefeitos realizaram obras de construção de escolas, de postos de saúde, implantação de serviço de energia elétrica... E o Município Paripiranga nunca reconheceu esses povoados como pertencentes ao seu território. Entretanto, o IBGE depois de 30 anos onde o Município de Simão Dias não sofrera qualquer redução no fundo de participação, agora teve uma redução drástica, passando de 1,8 para 1,6. E nós não vamos colocar a culpa no Tribunal de Contas da União. Porque o Tribunal de Contas da União apenas recebe as informações técnicas que são fornecidas pelo IBGE e em razão disso estabelece os novos limites de distribuição dos fundos de participação. Então não vou fazer pergunta porque vou me reservar para a audiência já acertada, acordada com o Presidente Senador Aloizio Mercadante, mas eu quero dizer que eu lamento que os recursos não são levados em consideração. De redução do fundo de participação dos Municípios. O IBGE considera intocável o seu método. E não admite recursos. Acho que só um Município que ganhou até agora. Quer dizer, essa inflexibilidade, a meu ver, não tem cabimento. Eu já fiz um protesto da Tribuna do Senado Federal a esse respeito, afirmando que nada é intocável no Brasil. Quanto mais um satélite que fica lá em cima sem saber o que está passando lá embaixo, a população viva, atuante, de repente é transladada para outro Estado e, ao invés de naquele momento ter a sua certidão de nascimento de um determinado Estado passa a ser de outro Estado

através desse levantamento que é feito... Que foi feito recentemente o ano passado pelo IBGE.

Portanto a minha palavra aqui é de protesto. Porque os Municípios, pelo menos no que eu sei, não têm sido atendidos nos seus recursos. Têm recorrido, Sr. Presidente Mercadante, à justiça do Brasil. Alguns juízes concedem liminares. Mas, isso aí não é certo. Acho que liminar não é certo. Quando há protesto no Município, acho que o IBGE deveria ir lá de novo. Conversar com a comunidade, verificar se realmente aquelas informações técnicas do satélite correspondem com a verdade e não simplesmente feito o levantamento tudo fica resolvido e não há recursos. A não ser na justiça. Portanto, meu protesto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valadares. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Aloizio Mercadante, quero cumprimentar o Presidente Eduardo Pereira Nunes pelo IBGE, pela qualidade do trabalho, de toda a sua equipe e dedicação e que está de acordo com a tradição da contribuição do IBGE de todas as pessoas que fizeram do IBGE ao longo de sua história uma entidade com tamanha credibilidade e isso é muito importante para todos nós que acompanhamos os dados econômicos de população, sociais e assim por diante.

Algumas perguntas: Primeiro, agradeceria se puder nos informar a respeito da modificação no cálculo da população brasileira porque até o ano passado, eu sempre acompanho e quase que... Quer dizer, de quando em quando acesso o IBGE para saber quantos somos, e até o ano passado estávamos com uma população próxima de 189 milhões, e agora, por exemplo, há pouco acessei a página do IBGE e está dando... Porque muda a cada minuto ali. Mas há 10 minutos atrás era 186 milhões, 479 mil, 719. Talvez já esteja em setecentos e vinte e pouco. Mas eu agradeço se puder nos explicar, houve então uma re-estimativa no ano passado que diminuiu um pouco a população? É essa a população correta? Poderia nos informar diante desta nova estimativa de aproximadamente 186 milhões, 480 mil que se o IBGE tem a estimativa, por exemplo, qual será a população brasileira para ano de 2010, que será o ano quando terminará a gestão do atual Presidente Lula, porque sempre um marco importante sabermos ao final da década, 2010, qual será a população e quais foram os fatores que levaram a essa nova estimativa.

Segundo, com respeito a esta evolução de natalidade, nós tivemos uma diminuição muito significativa para o ano 1940, por exemplo, a taxa de crescimento de natalidade era da ordem de 6,2 e agora 2,2. 2,0,

atualmente, de natalidade de crescimento da população está em torno de 1,3, é isso? Presentemente. Muitas vezes, nos debates que tenho tido com os mais diversos segmentos da população, por exemplo, no debate sobre a questão dos programas nacionais, de transferência de renda e a perspectiva de um dia termos conforme prevê a Lei 10.835 a renda básica de cidadania, muitas vezes eu recebo a seguinte pergunta. Isso é muito comum. Mas, Senador, como é que vai ser o efeito de um programa de garantia de renda para toda a população? Não haverá com isso efeito sobre a natalidade? As pessoas, as famílias eventualmente as mães será que passarão a ter mais filhos por causa da garantia de uma renda como um direito à cidadania? Eu vou dizer ao senhor, a resposta que normalmente eu digo, mas eu gostaria de saber a sua. Normalmente eu respondo que a evolução que nós estamos vendo aqui está a indicar que quão maior a renda e com o progresso do Brasil, o progresso da renda per capita, obviamente com maior grau de informação, maior grau de educação, as famílias têm maior acesso à informação, maior conhecimento e maior possibilidade de estarem planejando o tamanho de suas famílias. E, portanto, se houver a garantia para todos de uma renda básica como um direito à cidadania, vai se ampliar a possibilidade de escolha, de informação, de educação destas pessoas. Então, não deveríamos ter esse tipo de preocupação. Eu, por exemplo, avalio que não seria este um obstáculo para nós chegarmos a isso. Mas eu agradeço se puder ter a sua avaliação, se é coincidente com a minha. E do ponto de vista dos programas sociais presentes, como o Bolsa Família, qual a sua avaliação? No que diz respeito à questão dos royalties, eu gostaria de até recordar aqui aos Senadores que houve a aprovação da um Projeto de Lei de minha autoria que aprovado unanimemente no Senado, foi para a Câmara dos Deputados e está lá tramitando, que institui o Fundo Brasil de Cidadania exatamente para um dia haver os recursos suficientes para se pagar a toda e qualquer pessoa no Brasil, hoje seriam 186 mil e 500 milhões, quem sabe em 2010 o número de pessoas que V.Ex^a nos informar, mas... E o projeto que institui um Fundo Brasil de Cidadania já está na última Comissão, em caráter terminativo na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação, onde o Relator é o Deputado Ciro Gomes, que está por concluir o seu parecer possivelmente favorável, mas que diz que 50% dos royalties decorrentes à exploração dos recursos naturais, 50% da receita de concessão de serviços públicos, 50% dos aluguéis de imóveis da União e outras receitas serão destinadas a esse fundo que um dia proverá o pagamento a todos

de uma renda básica de cidadania para todos os residentes, toda a população brasileira. E...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concluindo, Eduardo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de finalmente perguntar como o País tem neste bimestre último o maior déficit desde 1947, nas suas transações com o exterior, da ordem de 6.3 bilhões de dólares, a previsão para 2008 do Banco Central, no déficit nas transações do País com o mundo mais do que triplicou em vez dos 3,5 bilhões de dólares estimados há três meses, o déficit agora se prevê em 12 bilhões. Ou cerca de 1% das riquezas produzidas pelo País após cinco anos de superávit.

Diante deste quadro, desta evolução e dos dados apresentados por V.S^a, que recomendações teria o IBGE para... E que previsões têm acerca do comportamento futuro das contas externas e que recomendações teria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Eduardo Suplicy. Agora para concluir a fase de arguição, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, Presidente Eduardo Pereira Nunes, em novembro de 2007 o Senador Tasso Jereissati encaminhou Requerimento de informações ao Ministério do Planejamento solicitando informações referentes ao valor corrente do PIB por Município decomposto por sub setor da atividade com a máxima desagregação disponível. Foram solicitadas ainda informações relativas ao valor adicionado de cada Município constante do anexo metodológico do IBGE. O objetivo era subsidiar o Relatório da Subcomissão de Reforma Tributária que, aliás, já vai ter esse Relatório exposto pelo Senador Francisco Dornelles nos próximos dias. Mas essas informações foram dadas de forma incompleta. Os únicos dados disponibilizados foram os que já constam do sítio do IBGE, com desagregação por grandes setores impostos para o ano de 2004. No tocante ao valor adicionado de cada Município, o IBGE limitou-se a afirmar que, aí eu abro aspas para sua resposta. “Tais variáveis são efetivamente utilizadas na sua construção. Ou seja, fazem parte apenas do processo de elaboração dos números finais, não se constituindo informações per si”.

Muito bem, Sr. Presidente, toda informação final passa por um processo de coleta e elaboração de dados. Antes disso, não se constitui em informação de per si, obviamente. O que valeria para quase todos os dados divulgados pelo IBGE. Por isso é que nós relutamos em considerar aceitável essa justificativa. E ainda, Sr. Presidente, aproveito a sua presença na

Comissão de Assuntos Econômicos, em tão boa hora pela Audiência Pública marcada pelo Presidente Aloizio Mercadante, para solicitar a V.Ex^a, V.S^a, V.Ex^a, que me responda o seguinte. Que, aliás, faz parte também de uma conversa telefônica que o senhor teve com o Senador Jereissati. Nós precisamos do valor corrente do PIB por município decomposto por subsetor de atividade. O senhor disse que quando viesse aqui traria essas informações prontamente. Segundo me relatou o Senador Jereissati.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Só para informar, nessa conversa telefônica com o Senador Jereissati ficou combinado que ele faria um convite ao IBGE para uma audiência ou uma reunião técnica, não sei exatamente o formato dessa reunião, em que nós explicaríamos... Daríamos as explicações a respeito do ofício encaminhado para somente depois dessa conversa fazer a resposta por escrito. Porque por telefone eu já havia respondido.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se o senhor pudesse de alguma forma adiantar e depois nós veríamos a sua resposta por inscrito, enfim. Mas muito bem, Sr. Presidente, valor adicionado de cada Município com a seguinte desagregação. Esse dado consta do anexo metodológico do IBGE e nós gostamos de recebê-lo meio magnético. Primeiro, indústria de informação, saída de produtos, construção civil, pessoal ocupado é o segundo item, terceiro item serviço de utilidade pública, quantidade de energia elétrica consumida. Quarto, comércio, saída de mercadorias; quinto, comunicações, número de terminais; sexto, serviços financeiros, aplicações e depósitos; sétimo, serviços prestados as empresas montante estimado a partir das demais atividades econômicas; e oitavo demais serviços, o mesmo montante estimado. São essas, portanto, Sr. Presidente as minhas considerações a respeito do tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Arthur Virgílio. Só queria então informar aos Senadores o Requerimento.

Requeiro nos termos regimentais sejam convidados para uma Audiência Pública o Sr. Sérgio Gabrielle, Presidente da PETROBRAS, Aroldo Borges Rodrigues Lima, Presidente da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível, e Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, a fim de debater os critérios técnicos de repartição dos royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera.

Então acho que todos estão de acordo, nós aprovaríamos. Também aprovaríamos um requerimento convidando o IBGE e o DPRN, eu vou ver exatamente

quem é o responsável, mas acho que deve ser o DPRN, ou o DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral para nós fazermos a discussão proposta pelo Senador Flexa Ribeiro. E tem dois outros requerimentos de audiência. Um, audiência do Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid e Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Dr. Luis Inácio, a fim de instruir deliberações do Projeto de Lei do Senado 646/99. E uma Audiência Pública convidando o Ministro da Fazenda, o Secretário do Tesouro Nacional, o Ministro da Previdência e Secretaria de Políticas de Previdência Social para instruir o Projeto de Lei nº. 58 do Senado e o Projeto de Lei nº. 296/03 também do Senado Federal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu peço licença a V.Ex^a e ao Dr. Eduardo, para me retirar, mesmo após ter feito tantas indagações, o Senador João Tenório receberá as explicações por mim até porque nesse momento eu recebo a visita do Presidente do Senado boliviano. E devo estar presente. Mas o Senador João Tenório receberá as informações e depois nós processaríamos a forma de termos isso por meio magnético de modo a ajudar na confecção do que seria proposta do Senado de Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço Senador Arthur Virgílio e vamos então... Só queria então aprovação dos requerimentos que foram apresentados.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sobre os requerimentos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Relativamente ao Requerimento sobre a destinação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí falta uma audiência sobre o Fundo de Participação dos Municípios. Então faço também--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Relativamente ao projeto... Relativamente aos royalties, ao Requerimento. Gostaria de sugerir, na medida em que o Deputado Ciro Gomes é autor do parecer que está examinando o projeto referente à destinação de royalties aprovado pelo Senado, tramitando na terceira e última Comissão em caráter terminativo na Câmara dos Deputados, quem sabe fosse interessante ele participar deste diálogo como autor do parecer. Deixo a idéia--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que não tem sentido. Esse é um Projeto de Lei que altera o critério de repartição. Pode ser discutido na Audiência Pública, seguramente assim o fará. A audiência que está sendo pensada, hoje existe um critério técnico de repartição. Como é que se calcula a fronteira entre os Estados em função da localização dos postos(F)... Na audiência nós podemos discutir os critérios, mudanças de critérios e intervenções.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então aprovado os três requerimentos, e incluo também o Requerimento que vai tratar do Fundo de Participação dos Municípios. Peço também aprovação desse Requerimento. Quatro audiências que nós teríamos que fazer. Agora vamos à apresentação final do Presidente Eduardo Pereira Nunes para nós concluirmos essa nossa--

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Eu vou começar essa parte falando dos critérios de população e aí eu espero responder não só ao comentário do Senador Renato Casagrande, a pergunta do Senador Supply, a solicitação, o comentário feito pelo Senador Flexa Ribeiro, pelo Senador Antônio Carlos Valadares e pelo Senador Arthur Virgílio sobre a questão de população.

Primeiro, o Senador Arthur Virgílio, quando ele diz que ele ainda não foi recenseado, isso não é um problema. Porque o IBGE não entrevista as pessoas. O IBGE visita o domicílio. E no domicílio pergunta ao responsável pelo domicílio sobre as características da população. Eu até apresentei um dado onde cada vez mais a mulher, pelas suas responsabilidades na família e no trabalho, ela tem assumido essa responsabilidade.

Então, em geral quem responde o questionário do IBGE é aquela pessoa que reside e está frequentemente na casa. Ou a mulher, ou filho com idade adulta para poder dar as respostas, e poucas vezes nós vamos encontrar o Senador Arthur Virgílio, porque certamente o seu domicílio de residência é em Manaus, e ele está sempre em Brasília. Então ele vai ser contado uma única vez. E nessa vez é o domicílio da sua família.

Então, cada qual vai estar sendo entrevistado num único lugar. E naquele lugar onde for apontado como seu domicílio permanente, todos os membros da família serão recenseados. Então é muito provável que não só o Senador Arthur Virgílio não tenha sido recenseado pessoalmente, como muitos dos outros que estão presentes aqui. Porém, o IBGE tendo a

certeza de que o trabalho estava gerando uma série de dúvidas, e aí já respondendo ao questionário feito pelo Senador, o IBGE responde sim. Tanto é que a legislação e o Tribunal de Contas da União estabelece que o IBGE tem que entregar ao Tribunal de Contas da União o resultado da população no final do mês de setembro. E o IBGE eu pessoalmente acertei com o Ministro do Tribunal de Contas da União o adiamento da entrega da população por mais um mês para que o IBGE pudesse retornar a todos os domicílios, a todos os Municípios que questionaram a nossa população, nós fomos a campo e fizemos muitas alterações sim, não foram poucas não, foram muitas alterações inclusive no Município de Manaus que nós prosseguimos a coleta por mais duas semanas, até porque eu expliquei ao Senador Arthur Virgílio porque há no bairro de Ponta Negra, no Município de Manaus, um condomínio de população de alta renda onde a grande maioria dos moradores se recusavam a receber o entrevistador do IBGE para dar a resposta. Nós não terminamos o trabalho enquanto não conseguimos concluir aquela atividade. E para concluir, para ter a certeza de que no domicílio havia morador, eu pedi ao Ministro Paulo Bernardo para que intercedesse junto ao Presidente da ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica, para colocar o IBGE em contato com todas as empresas de energia elétrica para que essas empresas dessem ao IBGE o cadastro dos moradores ativos para nós verificarmos se no domicílio encontrado pelo IBGE e que o nosso recenseador declarava estar fechado, se a agência de energia elétrica informava ter havido consumo diferente do consumo básico da assinatura naquele mesmo domicílio. Quando a empresa de energia elétrica fornecia informação, o nosso recenseador retornava ao domicílio e fazia a entrevista. Por que então 444 Municípios tiveram queda de população? Bom, 444 tiveram queda, outros 400 Municípios tiveram aumento, e mais 1.300 Municípios também ganharão mais do que ganharam em 2007 porque perdem a redução do fator redutor que era aplicado pela legislação até o ano de 2007.

Então, a conta exata não é 444 perdem, 403 ganham. É 444 efetivamente perdem, 403 ganharão mais, e outros 1.300 ganharão o que já deveriam estar ganhando em 2006, 2004, 2005, e não ganham porque há uma lei que prorrogou a sua aplicação para o ano de 2008. Então no ano de 2008, o que diz a lei é que todos esses 1.700 Municípios terão que ganhar mais do que ganharam no ano de 2006. Concretamente 444 perderão.

Agora, o que nós precisamos também ter em mente é que a população brasileira não decresceu, e já respondendo ao Senador Supply, e aí eu vou dar

os dados, em 2000, quando foi feito o censo demográfico, o Brasil tinha 169 milhões de habitantes. Em 2007, com a contagem da população, o Brasil atingiu 183 milhões e 900 mil. Hoje já são 186. Exatamente. Em julho do ano passado, eram 184.

Então, de 169 a 184, foram 15 milhões de habitantes novos no nosso País, novos para além daqueles que nesse período também morreram e outros que emigraram, tivemos um ganho populacional de 15 milhões de habitantes que dá mais de dois milhões de habitantes por Município. Entretanto, o Brasil é um País onde a sua população ainda não está estabilizada. 40% da população brasileira mora num Município diferente daquele que nasceu. Isso revela o fluxo migratório interno. A cada ano 15 milhões de pessoas mudam de Município e de cidade. Mudam de Município. Consequentemente eu preciso verificar para onde foram os 15 milhões que nasceram de 2000 para 2007, e como circularam aqueles 169 milhões que já existiam. E esse fluxo migratório mostra cidades crescendo e mostram cidades decrescendo. Concretamente eu tenho cidades com queda de população. O IBGE não é arrogante a ponto de não aceitar nenhuma explicação. O IBGE inclusive prorrogou a sua coleta por mais um mês para atender a todas as solicitações. Atender não significa rever e mudar o número em todas. Muitas foram mudadas e eu vou encaminhar inclusive o relatório para o Senador Mercadante para que possa fazer a distribuição para todos os membros dessa Comissão para poder ver qual foi a publicação inicial feita pelo IBGE em 30 de setembro e a enviada em 14 de novembro para o TCU com as alterações.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, eu posso interromper o convívio?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Dr. Eduardo, eu compreendo que o IBGE é uma instituição no Brasil muito respeitada, sem dúvida alguma, mas no que diz respeito aos assuntos a que eu me referi, pelo menos em relação a aqueles dois Municípios, o IBGE deixou muito a desejar. Porque veja, o Município de Simão Dias, Estado de Sergipe, recebeu do Prefeito de Paripiranga que estava ganhando quatro povoados, um documento afirmando que jamais aqueles povoados pertenceram a território de Paripiranga no Estado da Bahia. E toda a defesa foi feita... Não foi com base na informação do Prefeito vizinho. A defesa foi feita com base num território que existia há mais de 30 anos. E que nunca foi contestado. Investimentos altíssimos foram feitos pelo Governo do Estado, pelo Governo do Município e nada

disso foi levado em consideração. Apenas um satélite chegou ali e determinou. E o recurso que foi feito pelo Prefeito municipal, e não consta, pelo menos não me chegou essa informação de que o IBGE tivesse feito um outro levantamento. Eu não me recordo. Pelo menos essa é a informação que eu recebi do Prefeito de Simão Dias. O recurso foi feito, o Tribunal de Contas deu uma liminar, pela primeira vez, eu acho, deu uma liminar e determinou ao IBGE que confirmasse ou não os levantamentos feitos. E V.Exª confirmou. Agora não sei se antes dessa confirmação o IBGE esteve lá no Município para fazer um novo levantamento.

Então, é isso que eu achei. Que a decisão que V.Sª tomou foi uma decisão irreversível, do ponto de vista administrativo. Foi preciso o prefeito entrar na justiça, esse caso está na justiça. Porque o Prefeito não se conforma que tenham sido retirados quatro povoados que tradicionalmente eram pertencentes ao Estado de Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria sugerir a V.Exª depois encaminhasse formalmente ao Presidente essa informação e evidentemente na Audiência Pública nós trataremos no caso específico.

Vamos agora concluir a nossa intervenção e faremos essa discussão da repartição da população nos Municípios que é de grande interesse, de pelo menos 400 Municípios que perdem e 1.400 que ganham. Porque nós fizemos a aprovação daquela lei, inclusive eu participei diretamente, com a informação de que não havia... Que havia consenso no Governo sobre aquele encaminhamento. E na realidade estou vendo que não havia consenso com o IBGE de adiar o critério de repartição, nós acabamos prejudicando 1.400 cidades. Mas de qualquer forma trataremos com profundidade esse tema na audiência específica.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Então eu gostaria de voltar à pergunta do Senador Suplicy sobre os motivos da alteração das projeções de população.

Bom, para antes da contagem efetuada em 2007, o IBGE trabalhava com parâmetros de evolução demográfica apoiados no censo de 2000, no censo de 91 e censos anteriores, e com algumas características importantes. Primeira delas, o número médio de moradores por domicílio no Brasil no ano de 2000 era de 3,92 moradores. Tanto é que todos os senhores sabem, a gente sempre quando fala sobre domicílio, qual é a conta que se faz? Quatro moradores para cada casa. E essa conta de quatro moradores para cada casa vem desse número 3,92 moradores por domicílio. Entretanto, a contagem da população revelou que no lugar de 3,92 moradores por domicílio, nós encontramos 3,55 moradores por domicílio. Multiplicando essa diferença de

0,4 por 50 milhões de domicílio, nós vamos encontrar a diferença entre os 189 milhões que o IBGE projetava anteriormente para o ano de 2007 e chegamos não a 189, mas a 184. Primeiro fator explicativo. O número médio de moradores por domicílio diminuiu. Logo, a projeção de população tem que ser revista. Revista também, porque a taxa de fecundidade alterou. Por isso que quando o senhor citou 2,2, eu comentei, não é 2,2, já é 2,0. E essa taxa era de 2,3 no censo demográfico de 2000. Então o número médio de filhos que a mulher brasileira tem está diminuindo.

Então, se cada mulher tem um número médio de filhos e inclusive os arranjos domiciliares e matrimoniais e familiares no País estão mudando. E cada vez eu tenho mais domicílio com um único morador, já são 9% de domicílios no País com um único morador, isso já é outra indicação de que a taxa de fecundidade brasileira vai continuar decrescendo. E essa é uma tendência, voltando à questão que o senhor colocou sobre os programas de garantias sociais, numa sociedade com a fecundidade crescendo, com a urbanização atingindo 84% da população, com a mulher entrando cada vez mais no mercado de trabalho e com os conhecimentos de todas as práticas de planejamento familiar e de práticas anticoncepcionais, a garantia de renda não é garantia de reprodução da família. Até porque essa família hoje é mais informada, mais consciente e pode fazer mais escolhas. Portanto, o filho indesejado haverá de diminuir. Indesejado no sentido de não ter sido planejado. Haverá de diminuir. Conseqüentemente esse hábito não muda só porque a família ganha mais ou ganha menos. Principalmente porque não ganhará também nenhuma fortuna. E como o Senador Casagrande perguntou a respeito do impacto desses programas de renda mínima do Governo sobre o padrão de consumo da população, nós precisamos lembrar que uma família recebe no máximo pelo Programa Bolsa Família 95 reais. Então 95 reais ela não vai comprar um iate, não vai comprar televisores, não vai fazer turismo no exterior. Ela vai comprar alimento, produto básico de subsistência para ela e para a própria família.

Então, isso garante melhores condições de vida para a população de renda mais baixa sem causar impacto excessivo sobre o consumo, sobre o ritmo de crescimento da economia e muito menos sobre a inflação. Essa lógica não existe.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Agora o valor máximo, se me permite, é 172, por quê?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Porque tem os outros programas somados...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): 54 mais 58 mais 30 e mais 30.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Exato. Somando são 178 por família.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Com maior renda haverá maior conhecimento, maior planejamento e assim por diante.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Justamente, e por conseguinte menor a desigualdade social. Nós temos que fazer escolhas. Se nós queremos reduzir o padrão de desigualdade, se nós queremos tirar o Brasil do clube dos países mais desiguais, e colocá-lo também do ponto de vista social como já estamos, do ponto de vista econômico com os mais desenvolvidos, teremos que desembolsar recursos. E os recursos gastos hoje com esse tipo de programa têm apresentado resultados eficazes, sim. Eu não posso adiantar agora, porque o IBGE sexta-feira vai publicar o suplemento da PNAD de 2007, da PNAD de 2006 sobre os programas de transferência de renda e o seu impacto sobre o trabalho infantil, sobre a educação e sobre a organização do trabalho da mulher dentro dos domicílios. Nós vamos observar influencia positiva. Sexta-feira.

Então, é uma ação que vem se dando há muitos anos e que vem apresentando resultados. Os resultados são muito mais efetivos do ponto de vista social do que do ponto de vista econômico imaginar que haverá bolha de consumo ou escassez de produtos na economia porque essa parcela da população está sendo pela primeira vez inserida ao mercado consumidor. Eu pessoalmente não acredito nessa hipótese.

Entretanto, como o crescimento da economia cresce e o consumo cresce em todas as faixas de renda, e não só da população de baixa renda, é claro que a preocupação entre oferta e demanda tem que estar presente, e se não houver a correspondência concreta, pode haver escassez e, portanto, pressão inflacionária. Pode. Mas nada indica que esteja acontecendo. Por que não? Primeiro porque embora como o senhor citou o nosso saldo da balança comercial esteja caindo, quando nós vamos olhar para a balança comercial, o que nós percebemos é uma compra crescente não só de bens de capital, mas de bens de produção, vale dizer, máquinas, equipamentos e insumos. As máquinas e equipamentos geram capacidade produtiva futuro, e os insumos a capacidade produtiva no presente. Importações de bens de consumo também estão acontecendo. E é claro que o preço que se paga por isso é uma redução do superávit na balança comercial.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É só sobre aqueles 17%, quanto seria aproximadamente o crescimento dos bens de capital?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Olha, eu não posso lhe dizer aqui porque não estou com esse número na cabeça. Mas eu dou a informação pela taxa

de investimento da economia. A economia brasileira no ano de 2007 realizou... Cresceu a sua taxa de investimento em 13,4%. E são quatro anos consecutivos de crescimento acelerado da taxa de investimento da economia. Uma parte é de produção interna, outra parte de produto importado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): [pronunciamento fora do microfone] e pediu desculpas ao Dr. Eduardo por não estar presente porque ele está preso em São Paulo em função do tráfego aéreo, de clima, não sei exatamente qual a razão.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Tá. Então, para encerrar, Senador, só queria dar o esclarecimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dado o burburinho no Plenário, está preso pelo tráfego aéreo. Pra ficar bem explícito pela história do Senador Tasso Jereissati não podia ser outro motivo. Ele está propondo um seminário de Presidente do IBGE Eduardo Pereira Nunes e a Subcomissão para tratar de assuntos referentes à Reforma Tributária.

Então, é o Requerimento também que nós estamos aqui apresentando a ser encaminhado posteriormente. Pediria para o nosso Presidente concluir a sua intervenção.

Queria só terminar dizendo, eu fiz mestrado em economia na UNICAMP com o Eduardo há 30 anos atrás. Pouco mais de 30. E nesses 30 anos, se a gente observar com uma certa atenção...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. São seus olhos. Precisa trocar a lente porque já não está enxergando tão bem. [risos] E nós fizemos mestrado, ele já era profissional do IBGE, já era especialista em métodos quantitativos, estatística, econometria, matemática, cálculo, sempre gostou dessa área, e desenvolveu toda sua vida profissional dentro do IBGE. Então é um profissional e conhece profundamente a instituição que está dando um grande impulso. Trouxe aqui uma apresentação de quem viveu com muita intensidade esses dados econômicos, sociais e demográficos, e parte desse entusiasmo que ele expressa na apresentação é meu também. Acho que são muito raras as conjunturas nesses 30 anos de história em que a gente combina democracia com o crescimento sustentável, com aumento da taxa de investimento, com melhoria nos indicadores sociais, demográficos, e que mostra que a trajetória do País é uma trajetória de aumentar produção ao longo dessa história, de melhorar os indicadores demográficos, sociais, e principalmente a melhora na distribuição de

renda que eu acho que é fato absolutamente novo na história recente do Brasil e um grande, eu diria resultado que nós começamos a apresentar mudando os critérios de repartição da renda, diminuindo as desigualdades no País. E principalmente nesses dois últimos anos pela primeira vez em 60 anos a taxa de crescimento é maior que a taxa de inflação.

Eu me lembro uma apresentação anterior do Eduardo mostrando que de 1980 a 1994, nós tivemos 23 trilhões de pontos percentuais de inflação. A mais longa hiperinflação da história documentada. E conseguimos conquistar estabilidade da economia, estabilidade monetária e agora temos uma taxa de crescimento acima da inflação que eu acho que é uma grande conquista do povo brasileiro, da sociedade brasileira.

E com isso encerramos a nossa audiência, agradeço ao Presidente Eduardo e exatamente por essa consistente e competente apresentação do seu trabalho. Você já viu que já tem várias audiências e vai voltar para tratar de temas mais polêmicos, mas igualmente relevantes. Agradeço a todos e bom dia.

Só queria comunicar também a indicação do Senador Osmar Dias para integrar a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária como membro suplente na vaga do PMDB.

Sessão encerrada às 12h36.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia quinze de abril do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Mão Santa, Gilvam Borges, Gerson Camata, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Marconi Perillo, Gim Argello, Osmar Dias e, ainda, do Senador João Pedro e do Deputado Manoel Junior e dos Senhores Manoel Marcos de Jesus Ferreira, Prefeito de Ilhabela – SP, Vereador Joadir Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Ilhabela – SP, Antonio Cornélio de Moraes Filho, Secretário de Educação do Município de Ilhabela – SP, Paulo Alexandre Barbosa,

Deputado Estadual do Estado de São Paulo, Vereadora Maria Onira Betioli Contel, Câmara Municipal de Peruíbe – SP, Maria Lúcia Prandi, Deputada Estadual do Estado de São Paulo, Luiz Carlos Rachid, Secretário de Estado de Economia e Planejamento da Agência Metropolitana da Baixada Santista, J. Elias Abul Hiss, Diretor Administrativo da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento da Agência Metropolitana da Baixada Santista, Juan Manoel Pons Garcia, Prefeito de São Sebastião – SP, Julieta Omuro, Prefeita de Peruíbe – SP. Deixam de comparecer a Senadora Serys Slhessarenko e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Neuto de Conto, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Sérgio Guerra e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Mensagem nº 52/08 (nº 90, na origem), encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de janeiro de 2008, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas; Ofício nº 036/Gab/Gov, do Governo do Estado de Rondônia, comunicando que, apesar da promulgação da Resolução do Senado Federal nº 34, de 2007, que suspende os pagamentos das prestações da dívida do Banco do Estado de Rondônia – Beron, o Banco Brasil continua descontando as parcelas referentes ao pagamento da dívida; Aviso nº 18, de 2008 (nº 79/GMF, na origem), 31 de março de 2008, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de fevereiro de 2008, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e a Mensagem nº 63/08 (nº 157, na origem), encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de fevereiro de 2008. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a Presidência passa à 1ª Parte de Reunião com a realização de Audiência Pública tendo a presença como expositores dos Srs. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis – ANP, e Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de Exploração e Produção da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, a fim de debater os critérios técnicos de repartição dos Royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera, em atendimento ao Requerimento nº 02/08-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Renato Casagrande. Antes de iniciar a exposição, usam da palavra para questionar o Senhor Haroldo Borges Lima os Senadores Francisco Dornelles, Gerson Camata, Ideli Salvatti, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Jayme Campos e Renato Casagrande. Após a exposição dos Srs. Guilherme de Oliveira Estrella, Haroldo Borges Lima, Eduardo Pereira Nunes e, ainda, do Sr. Luiz Paulo Souto Fortes, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, que propõe a criação de uma Subcomissão Temporária destinada a debater os critérios técnicos de repartição dos Royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera, Marcelo Crivella, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, Tasso Jereissati e Eduardo Azeredo. Em seguida, a Presidência passa à 2ª Parte da Reunião, com a apreciação dos itens constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, não terminativo, que “institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro)”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 17 apresentadas. A Matéria tramita em Regime de Urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, do R.I.S.F., e simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 122, II, “b”, do R.I.S.F., e na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, nos termos do art. 3º, I, da Resolução nº 1, de 2007-CN, combinado com o art. 375, III, do R.I.S.F. Foram apresentadas 17 emendas, sendo as Emendas nºs 01 a 13 e nº 15, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nº 14, de autoria do Senador João Pedro, e nºs 16 e 17, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. A Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007, complementar, não terminativo, que “acrescenta o § 13º ao art. 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Se-

nador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, que “acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta, aprovando ainda as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Romero Jucá. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Re-

dação nº 02, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Aviso nº 7, de 2008 (nº 38/08, na origem), não terminativo, “referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova os Requerimentos, nº 08, de 2008-CAE, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Aloizio Mercadante, que requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão, Audiência Pública com a presença do Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), do Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), tendo por objetivo debater o Marco Regulatório do Petróleo diante da perspectiva de descoberta e desenvolvimento de novas bacias petrolíferas na camada do pré-sal; e nº 09, de 2008-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Renato Casagrande que requer, nos termos regimentais, seja constituída no âmbito da Comissão uma Subcomissão Temporária, formada por sete senadores titulares e sete suplentes, destinada a debater os critérios técnicos de repartição dos Royalties provenientes da atividade de exploração petrolífera. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotípi Informatizada.

Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram... Apesar de o Jayme Campos estar se movimentando, creio que todos a aprovam, e será publicada no diário do Senado Federal. Quero comunicar também aos membros da Comissão que recebemos documentos para seu conhecimento. A mensagem nº. 58, nº. 90 na origem, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da lei 9069/95, o demonstrativo das emissões do Real, correspondente ao mês de janeiro de 2008. O ofício nº. 36 do Gabinete do Governo... Do Governo do Estado de Rondônia, comunicando que apesar da promulgação da Resolução do Senado Federal 34/07, que suspende o pagamento de prestações da dívida do Banco do Estado de Rondônia, o Banco do Brasil continua descontando as parcelas referentes ao pagamento da dívida. Aviso nº. 18/08, nº. 79, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº. 43/01, Relatório contendo características das operações de crédito, analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda no mês de fevereiro de 2008. E mensagem nº. 63/2008, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da lei nº. 9069/95, o demonstrativo das emissões do Real, correspondente ao mês de fevereiro de 2008. Todos esses expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Nós teremos agora a Audiência Pública, queria convidar para compor a Mesa, Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, já tomou assento e, merecidamente aqui, Haroldo Lima, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ANP, e queria também convidar o Guilherme de Oliveira Estrella, Diretor de exploração e produção do petróleo brasileiro, da PETROBRAS, a fim de debatermos os critérios técnicos de repartição dos *royalties* provenientes da atividade de exploração petrolífera, em atendimento ao Requerimento nº. 02/08, dessa Comissão, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Renato Casagrande.

De acordo com o art. 94, nós estabelecemos a seguinte regra. Faremos primeiro a apresentação da PETROBRAS, depois, da Agência Nacional de Petróleo e depois do IBGE. Queria também registrar a presença

do Sr. Manoel Marcos Jesus de Ferreira, Prefeito de Ilhabela; do Vereador Joadir Capucho, Presidente da Câmara Municipal de Ilhabela; do Deputado Estadual Paulo Alexandre Barbosa, do PSDB do Estado de São Paulo; da Deputada Maria Lúcia Prandi, do Partido dos Trabalhadores, minha companheira Maria Lúcia; da Vereadora Maria Onira Betioli Contel, da Câmara Municipal de Peruíbe; de Luiz Carlos Rachid, Secretário de Estado de Economia e Planejamento da Agência Metropolitana da Baixada Santista; Sr. Elias Abul Hiss, Diretor administrativo da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento da Agência Metropolitana da Baixada Santista, além de outras personalidades, também o Deputado Federal Ricardo Zarattini, que nos acompanha nesse momento, demonstrando que há um grande interesse, diria, nacional, em torno desse debate.

Eu queria, antes de iniciarmos as discussões, apenas explicitar os motivos que nos levaram a convocar essa audiência, sabendo que essa audiência, ela não vai, por si mesma, rediscutir os critérios de repartição dos *royalties*. Ela pretende, basicamente, abrir essa discussão no âmbito do Congresso Nacional porque esse é um tema que seguramente o Brasil terá que discutir com mais profundidade. Isso porque a Legislação que estabeleceu os critérios de repartição dos *royalties*, ela se fez em um tempo em que, primeiro, a nossa capacidade de produção e o preço internacional do barril não tinham nem de longe as dimensões que passam a ter agora. Quer dizer, as perspectivas que estão se abrindo para a economia do petróleo e gás do Brasil, são de tal ordem, os investimentos que estão programados e, sobretudo, as descobertas de novas jazidas, extremamente significativas, e as condições inclusive que essas jazidas estão sendo descobertas, o distanciamento do litoral, as características, colocam necessariamente um debate sobre os critérios de repartição dos *royalties*.

A Legislação dos *royalties*, que será objeto da nossa discussão hoje aqui, ela foi evoluindo ao longo dos anos e basicamente os últimos critérios foram estabelecidos pelo momento da quebra do monopólio do petróleo. Ali, como articulação e compensação financeira, foram estabelecidos novos critérios e as regras anteriores foram ajustadas em função desta nova... Desse novo cenário. Ocorre que as regras que nós temos hoje no Brasil, além do problema da repartição, não há nenhuma exigência que condicione a aplicação desses recursos dentro de uma visão de compromisso intergeracional, como acontece em algumas nações, exemplo a Noruega, que tem regras exatamente para preservar as futuras gerações de um recurso que não é renovável, não há condicionantes do ponto de vista de

proteção ambiental, não há nenhum tipo de exigência para os entes federados que recebem esses recursos. Alguns Estados e, extensivamente alguns Municípios, criaram algumas regras de controle e de diretriz de aplicação, mas outros não o fizeram. E nós temos, portanto, um debate sobre o critério de repartição e, sobretudo, como o IBGE, a partir de uma regra legal, quero descaracterizar, não há nenhuma interferência indevida do IBGE nesse processo, ele projeta perpendiculares e oblíquas para o oceano, que são marcadas pelas características geográficas do Município que está ali no litoral, absolutamente aleatórias. E essas condições têm gerado distorções muito significativas em relação ao critério de repartição. Nós chegamos a uma situação em que nove Municípios do Estado do Rio de Janeiro recebem 61% de todos os *royalties*. O único Município de Campos recebe em torno de um quarto de todos os *royalties* pagos no Brasil. E vocês vão ver porque a projeção da perpendicular das oblíquas, ela se abre sobre o mar e o Município do lado, que tem inclusive uma frente litorânea maior do que Campos, as linhas se fecham e o acesso a esse benefício é absolutamente prejudicado em função de um critério que não me parece mais um critério merecedor de aval por parte do Congresso Nacional porque, como eu disse, são aleatórios e se devem basicamente às características de como se apresenta, diante do mar, a frente litorânea. Mesmo do ponto de vista—

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exa. me permite—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --só para concluir, Senador Gerson Camata. Sei que V.Exa. tem grande interesse nessa matéria e é profundo conhecedor. Nós precisamos abrir essa discussão, aprofundar esse debate, trazer experiências internacionais que ajudem a ilustrar como outros países administram o pagamento de *royalties*, por sinal, *royalties* vem da realeza, era o mecanismo de pagamento de um pedágio ao rei, essa é a origem da terminologia, e os *royalties* de petróleo são 89% das compensações financeiras dos recursos minerais no Brasil. E vai aumentar rapidamente sua participação pelo impulso que a economia do petróleo tem hoje e pelas perspectivas, eu diria, bastante promissoras dessa atividade na economia brasileira.

Então, na audiência, nós queremos ouvir as três instituições que têm o papel de executar uma Legislação, portanto, é uma lei que estabelece... Decretos-Lei que estabelecem as regras e medidas provisórias do passado, que estabelecem as regras de repartição. Então, a nossa expectativa em relação ao Dr. Guilherme Estrella, e quero aqui de público dizer que é um grande geólogo, que conhece profundamente, toda

sua vida dedicada ao petróleo e uma carreira exemplar ao longo de sua trajetória na PETROBRAS, eu disse a ele, às vezes ouço críticas contra ele, mas nunca contrário aos interesses públicos e à defesa dos interesses nacionais, sempre pautou sua vida por essa atitude e, pela sua competência, pela sua vivência, o que nós esperamos da PETROBRAS, porque não é a PETROBRAS que distribui *royalties*. Eu já andei pelo Estado e as pessoas não... “Precisa pressionar a PETROBRAS...” Não é ela que distribui os *royalties*. A PETROBRAS não tem nenhuma responsabilidade e nem as outras petrolíferas têm responsabilidade sobre os *royalties* distribuídos. O único papel dela é gerar a riqueza que dá origem aos *royalties*.

Então, o que nós queremos da PETROBRAS hoje aqui é exatamente uma apresentação onde está a produção de petróleo, quais são suas perspectivas, naquilo que puder, evidentemente, ser apresentado para que a gente tenha a dimensão dos desdobramentos e das projeções para a geração de *royalties*.

A Agência Nacional de Petróleo recebe as informações da PETROBRAS e das outras empresas, e estabelece, portanto, o critério de aplicação das leis, cujo critério de distribuição é calculado pelo IBGE, que os técnicos, está aqui inclusive o Diretor responsável por essa área, o Eduardo já esteve conosco aqui recentemente, também fez toda sua carreira como profissional do IBGE, nós fizemos mestrado juntos, terminamos lá, no ano de 1977, já se vão 30 anos que estudamos juntos, e ele sempre continua lá, já era profissional do IBGE, é um funcionário de carreira que tem profundo conhecimento sobre essa matéria e poderá evidentemente recorrer à sua equipe que aqui nos acompanha. Então, a idéia é ouvir a PETROBRAS, como é que se produzem os critérios da ANP, que aplica a Legislação em vigor, e o IBGE, que faz o cálculo.

Eu queria registrar também, eu vou distribuir para os Senadores um trabalho do jornalista Sérgio Gobetti, que inclusive ganhou o prêmio de monografia, agora, por esse trabalho que ele desenvolveu, em que uma parte ele está discutindo os problemas das estatais em relação à contribuição do ajuste fiscal, mas todo um capítulo dedicado aos *royalties*. E o estudo muito minucioso dos critérios, da Legislação, de como é repartido, das implicações, e ele apresenta uma agenda que acho que vai ajudar a enriquecer muito o debate que nós vamos abrir hoje. Então, vamos dar início, eu queria--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só por último, acho que há uma grande expectativa, também nesta Comissão, de esclarecimentos em relação às afirmações que nós tive-

mos ontem, da Agência Nacional de Petróleo, estão em todos os jornais hoje, em relação às perspectivas do pré-sal e descoberta de novos campos, e toda uma polêmica que surgiu a partir dessa intervenção do nosso Presidente da Agência Nacional de Petróleo. Tenho certeza que essa matéria também seria oportuna que fosse esclarecida.

Só queria pedir que nós não tratássemos, nessa audiência de hoje, os problemas relacionados ao marco regulatório do petróleo, lei do gás—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --Porque há um Requerimento do Senador Renato Casagrande, e eu subscrevo, e queremos colocar em votação, para fazer uma audiência específica, inclusive porque, aí, a participação da PETROBRAS será com o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli, que virá acompanhado do Diretor de exploração e produção, Guilherme Estrella. Mas o Presidente da PETROBRAS quer estar nessa discussão específica e acho que, de mérito, deveria estar.

Então, eu já aproveito, coloco em votação o Requerimento que propõe uma nova audiência pra tratar do tema apresentado pelo Senador—

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): — Já volto, Senador Dornelles, só um minutinho. Seria com a presença do Presidente da PETROBRAS e o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo; o Presidente do IBGE, para nós discutirmos... O Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustível, IBP, para debater o marco regulatório do petróleo. Então, nós faríamos a discussão do marco regulatório em outra audiência. Os Srs. Senadores que são favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora, vamos seguir a ordem de inscrições. Senador Gerson Camata e, em seguida, o Senador Francisco Dornelles e, terceiro, Senadora Ideli.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só uma questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, questão de ordem, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria, Presidente, reiterar inicialmente ao Presidente Haroldo Lima meu maior respeito, admiração, amizade, sou testemunha do trabalho sério e competente, profundo que V.Exa. vem fazendo na Agência Nacional de Petróleo, o que para mim não foi

nenhuma surpresa, pelo fato de eu conhecer V.Exa. da Câmara e ser testemunha de seu espírito público, de seu patriotismo.

Entretanto, senhor Presidente, eu estou aqui com o jornal O Globo de hoje, que eu acho que levanta um ponto que nós temos que examinar e seria importante que V.Exa. pudesse dar a essa Casa alguns esclarecimentos. O Globo se refere ao anúncio feito por V.Exa. sobre a descoberta do mega-campo da PETROBRAS, na Bacia de Campos. Assim fala o jornal: “O Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, sacudiu ontem o mercado ao anunciar, no fim da manhã, em pleno funcionamento da BOVESPA, a descoberta de um mega-campo da PETROBRAS na bacia de campos. Segundo ele, as reservas poderiam atingir 33 milhões de barris de petróleo, cinco vezes mais que o Campo gigante de Tupi, o que seria a maior descoberta mundial, em 30 anos, e o terceiro maior campo já encontrado no planeta. Após as declarações, as ações da PETROBRAS dispararam em até 9,5%, fechando em 5,62, enquanto a Bolsa caiu 0,69. A CVM criticou o Diretor-Geral e analisa adotar providências. Investidores lesados poderão processar o Presidente e o Ministério Público pode abrir ação por ressarcimento. Para o Governo, as declarações foram desastrosas. O coordenador do BMF faz alguns comentários...” Segundo ainda o jornal O Globo, V.Exa. teria cometido os seguintes erros. “Anunciou uma descoberta ainda não confirmada, quando deveria zelar pela guarda dessa informação. Interferiu no mercado de ações, gerando especulação, prejuízo para alguns e ganhos para outros. Falou com o mercado acionário ainda aberto. Desconheceu o papel legal de uma agência reguladora. Deu informações sobre uma empresa fiscalizada pela agência. Agiu como se a PETROBRAS fosse uma estatal fechada, quando é uma companhia aberta, com ações inclusive em Nova York. O país hoje, senhor Presidente, está parado com as declarações de V.Exa., está estarecido porque realmente o Presidente da Agência Nacional de Petróleo faz um anúncio com reflexos muito grandes no mercado. De modo que V.Exa. não veja isso como agressão de minha parte; nunca faria isso, mas acho que se V.Exa. pudesse prestar a essa Comissão e ao país as consequências e as razões e a veracidade, em que se baseou V.Exa. para fazer essa declaração. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Francisco Dornelles. Senador Gerson Camata, para darmos início à audiência, onde, evidentemente, esse tema será necessariamente objeto da nossa intervenção. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Bem rápido, senhor Presidente. Senhor Presidente, o Senador Casagrande e eu queremos distribuir e entregar a V.Exa. e também aos demais Senadores... O Espírito Santo se adiantou na discussão que nós estamos fazendo. O Estado... Dr. Guilherme conhece muito bem, acompanhou até a confecção da lei, 30% dos *royalties* de petróleo que o Estado recebe são distribuídos aos Municípios para... Chama-se Fundo de Equalização... [ininteligível] ... Compensação repassada, conforme apurado pela Agência... *Royalty* de gás e petróleo. E esses vão para o Fundo de Redução das Desigualdades do Estado. De acordo com o IDH de cada Município, ele recebe mais ou menos. E são só projetos estruturantes: Centros integrados de Assistência Social, formação profissional, segurança, inclusão digital, geração de emprego e renda. E cada Município tem um comitê que fiscaliza... Dr. Guilherme... O Haroldo também esteve lá também na época, fiscaliza a aplicação desse dinheiro por parte do Prefeito. De modo que o Estado, nós acompanhamos lá, já é um Estado que se adiantou nisso. E o Governador esteve na Noruega, que V. Exa. citou, e, junto com o Dr. Guilherme, viu lá como é que a Noruega preservou aquele petróleo que ela recolheu para que durassem por mais tempo seus efeitos. A PETROBRAS acompanhou, mandou até, inclusive, pessoal técnico dela lá, juristas que elaboraram essa lei e foi um avanço muito grande. De modo que aquilo que estamos discutindo hoje, eu acho que o que o Governador Paulo Hartung já fez é um caminho para a gente continuar e crescer dentro dele. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Camata. Seguramente será um subsídio importante para esse debate que passaremos a abrir. A última inscrita, Senadora Ideli Salvatti... Eu, antes, queria mencionar também a presença do Diretor de Geociências, Luiz Paulo Souto Fortes, do IBGE, que fará a apresentação do IBGE, e é um especialista exatamente nesse tema do cálculo dos *royalties* e projeção das áreas fronteiriças dos respectivos Municípios, e também do Juan Manuel Pons Garcia, Prefeito de Sebastião, que também nos acompanha, o que mostra o grande interesse que o litoral todo hoje tem em relação à discussão que vamos iniciar. Senadora Ideli Salvatti, com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senhor Presidente, queria cumprimentar a presença dos nossos convidados, o Dr. Eduardo Nunes, do IBGE; Dr. Haroldo Lima, que preside a Agência Nacional de Petróleo, e nosso querido amigo, Dr. Guilherme Estrella, aqui representando a PETROBRAS. E dizer que, lá em Santa Catarina, nós temos todo o interesse neste

debate porque, lá, as perpendiculares, as oblíquas e as curvas, com o Paraná com um litoralzinho desse tamanho, acaba pegando os *royalties* até da produção que fica em frente de Itajaí, que é bastante distante da exploração devida pelo Paraná. Portanto, este é um tema que diz respeito, tem uma briga judicial de quase décadas, lá tramitando, para a gente resolver este impasse.

Agora, se o senhor, Presidente, me permitisse, nós estamos, neste momento, deve estar acontecendo a abertura da Marcha dos Prefeitos, mais uma edição. Tenho certeza absoluta que muitos dos Prefeitos que estão lá participando da marcha têm todo interesse a respeito do que vamos debater aqui, algumas possíveis mudanças a serem feitas. Mas eu queria fazer um apelo ao Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante. Eu apresentei um Projeto para que o ISS sobre o *leasing* pudesse ser cobrado no destino e não no Município da sede dos bancos. Este é uma... Primeiro, uma mudança tributária que vai ao encontro do espírito da Reforma Tributária e irá beneficiar a alguns milhares de Municípios, ao invés da forma como é hoje a cobrança do ISS sobre o *leasing*, que só beneficia meia dúzia de Municípios, aonde os bancos têm a sua sede. Só a sede, o Município da sede dos bancos é que recolhe o ISS sobre o *leasing*.

Portanto, nós apresentamos o Projeto, o Senador Osmar Dias é o Relator; o Senador Arthur Virgílio apresentou um Requerimento no Plenário para outra Comissão... Ser ouvido... Nós fizemos uma negociação. Ele concordou em retirar o Requerimento em troca de uma Audiência Pública, só que, até o momento, ele não retirou do Plenário. Então, eu queria fazer um apelo, até o... Aos demais Senadores tucanos aqui presentes, Senador Flexa, porque acho que isso seria algo muito importante pra gente poder avançar no interesse de todos os Municípios brasileiros que operam... Que têm *leasing* no seu Município, mas não podem recolher o ISS para a sua arrecadação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos duas demandas importantes, uma sobre direitos minerários, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. Faremos a audiência proximamente, e trataremos também do tema do ISS, que é bastante relevante.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, só para apoiar o Projeto da Senadora Ideli Salvatti. Acho da maior importância nós discutirmos essa questão. Porque as empresas de *leasing* estão usando

de determinados incentivos fiscais que determinados Municípios estão dando para que, com uma redução do ISS sobre o aluguel dos carros, e com isso, estão desviando recursos dos Municípios onde esses carros realmente estão em operação. Então, eu acho que isso deva ser objeto de um debate, para que não haja essa distorção para a distribuição do ISS relativo à locação de veículos e máquinas.

Estou de pleno acordo, Senadora Ideli, e conte com o apoio para que nós possamos, junto com o nosso Presidente, agilizar a tramitação do seu Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, então, dar início. E, antes de iniciarmos a discussão dos *royalties* propriamente dita, que é objeto dessa audiência, acho que é imprescindível que o Presidente da ANP esclareça a questão de ontem e... Acho que colocado pelo Senador Francisco Dornelles, quero reiterar, todos conhecem a história de Haroldo Lima, a sua militância política, seu desempenho como Parlamentar, sempre marcado pela defesa dos interesses nacionais e a sua gestão frente à ANP. Mas, de fato, ontem nós tivemos uma forte alta de ações na Bolsa de Valores; uma informação que não foi acompanhada das exigências técnicas que deveriam ter sido estabelecidas para um anúncio dessa dimensão e dessas repercussões, e acho que essa Comissão, evidentemente, todo o país tem o interesse em que isso seja devidamente esclarecido o mais breve possível, com os desdobramentos que já foram antecipados, inclusive, pelo próprio Senador Francisco Dornelles.

Então, acho que, antes de iniciarmos a nossa audiência, acho que o Presidente Haroldo Lima poderia e, tenho certeza, tem todo interesse em esclarecer esse episódio. Com a palavra, o Presidente Haroldo Lima.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Senhor Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Dr. Guilherme Estrella, Dr. Eduardo Nunes, que está aqui presente na Mesa, representando o IBGE, queria saudar os Srs. Senadores que estão aqui presentes, todos os meus companheiros, amigos, em particular, e em nome... Através da saudação especial ao Senador Francisco Dornelles, lá do Rio de Janeiro, que quem levantou corretamente essa indagação, permitindo que nós déssemos essa explicação preliminar ao desenvolvimento dessa audiência. Também queria saudar a todos os Deputados que estou vendo aqui presentes, amigo da imprensa etc.

Senhor Presidente, é importante situar bem a questão. Foi dito à imprensa hoje e é o ponto de partida de todas as indagações, o anúncio, nos termos que V.Exa. acabou de citar. Anúncio dessa dimensão. Todo mundo fala isso. Eu quero dizer o seguinte: Eu

não fiz anúncio algum. Não poderia fazê-lo. A palavra “anúncio” não foi usada por mim em nenhum instante. Não tem essa história de anúncio. O que aconteceu, que eu estava fazendo, eu fui convidado para fazer uma palestra sobre as perspectivas do desenvolvimento do setor de petróleo no Brasil. Pelo IBRE, Instituto Brasileiro de... Subordinado à Fundação Getúlio Vargas. Estava fazendo minha palestra normal, cuja palestra, o teor dela está todo no site da ANP e mostra que lá esse assunto nem foi ventilado e muito menos a palavra anúncio. Não teve anúncio. Houve perguntas e, nas perguntas, eu comecei a dizer: “As perspectivas de desenvolvimento do setor de petróleo no Brasil são extraordinárias”. Expliquei por que é que o Governo retirou os 41 blocos da 9ª rodada porque tinha sido feita uma descoberta extraordinariamente grande, que levou, a partir do prospecto do Tupi, que seria... Daria para se imaginar algo em torno de cinco a oito bilhões de barris de petróleo naquela região, naquele prospecto, naquele bloco, e que avaliações preliminares poderiam nos levar a ter que uma área de... A área do pré-sal poderia se estender desde aquela região, que é norte de Santa Catarina até o norte do Espírito Santo, numa extensão de cerca de 800 quilômetros por quase 200 quilômetros de largura e, se tudo desse certo, se houvesse sorte, se comprovasse, a expectativa era de ter 50 a 70 bilhões de barris de petróleo naquela área, mas que isso... Razões disso é que levaram o Governo a retirar, então, os 41 blocos que eu estava justificando e concordando que deveriam ser retirados mesmo, para nós examinarmos melhor como é que, então, vamos explorar uma área tão prolífera quanto aquela. E, aí, acrescentei, e mais do que isso, a perspectiva hoje no Brasil é de descobertas crescentes cada vez maiores. Fala-se agora mesmo, nas proximidades de Tupi, de uma descoberta, e aí, se terem quatro dados, quais são os quatro dados? Que seria da ordem de 33 bilhões barris de petróleo, que seria o terceiro maior campo do mundo, que seria a maior descoberta nos últimos 30 anos e que seria cinco vezes maior do que Tupi. Esses dados, precisamente, estão... Eu leio aqui para os senhores agora: “Se os relatórios sobre o potencial da estrutura Carioca e Pão-de-Açúcar confirmar a estimativa de 33 bilhões de barris de petróleo, se as estimativas das reservas de Tupi e Júpiter estiverem corretas em seis bilhões, Carioca e Pão-de-açúcar seria o terceiro maior campo de petróleo do mundo. Seria a maior descoberta nos últimos 30 anos. Sendo Tupi a sexta maior descoberta. Ou seja, todos os dados estão publicados nos Estados Unidos, em fevereiro de 2008, na revista especializada *World Oil*, cuja página que está aqui. E essa publicação do conhecimento especializado dos Estados Unidos, eu trouxe ao co-

nhecimento, com a coisa na mão, para mostrar, “olha, também aqui vocês que são o mercado especializado brasileiro, que estava se reunindo comigo e perguntando quais são as perspectivas, saibam que existem hipóteses que estão se levantando, nada confirmado, nada que coubesse anúncio, mas... Eu li o jornal, esses índices da revista americana”. Eu pergunto: Será que o público especializado americano teria direito de conhecimento coisas que acontecem no Brasil e que o público especializado brasileiro não podia saber? Eles publicam numa revista, diga-se de passagem, a Agência Estado, no dia 08 de novembro de 2007, voltou... Falou, em princípio, neste mesmo assunto, às 18h30, no despacho que saiu às 18h30.

Então, o que eu quero... A minha explicação, Presidente Mercadante, é de que, primeiro, não houve anúncio algum. Segundo, não houve nenhum tipo de especulação ou de animação para se jogar em Bolsa. A idéia de Bolsa não estava nem passando naquele ambiente. Ninguém sabia. Os que me conhecem há mais tempo sabem que eu nem sei onde fica essa tal dessa Bolsa. Não conheço essa história. Isso não é um problema meu. Nunca me preocupei com isso. Não é esse o problema. Estava-se interessado em... Convidado por um público especializado, que é da Fundação Getúlio Vargas, dizer o seguinte: “As perspectivas são muito boas. Seja o que já está mais ou menos descoberto, e não está ainda, que é o prospecto de Tupi, de cinco a oito bilhões, seja que estão falando que a coisa pode crescer muito mais. Já tem aqui publicações que dizem que será 33 milhões. Será a maior descoberta dos últimos 30 anos. Estão dizendo. Se isso acontecer, será muito bom para o Brasil. Se não acontecer, paciência. Não há nenhuma afirmação contundente, peremptória e disse claramente. E tudo que eu estou falando aqui não tem nada a ver com ANP. A ANP não se pronunciou sobre esse assunto. A ANP não tem nada a ver com isso. Isso está numa revista americana especializada, chamada *World Oil*, que, de resto, é publicada em Houston, que é um dos principais, senão o principal centro petrolífero do mundo. Muito obrigado, Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Haroldo, eu lhe conheço--

[falas sobrepostas].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): --Dizer apenas que eles queriam que você dissesse que não tinha jeito, que o Brasil não tem petróleo, virasse, como diria aquele americano, como é que é? O Mr. Link, pois é, você não é o Mr. Link. Você é o Haroldo Lima, um patriota e um brasileiro. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senhor Presidente, apenas solicitar ao nosso Presidente da ANP, se essas informações que o senhor deu, a partir das revistas e de jornais, se a ANP dispõe desse material e se tem condições de repassar aqui para os Srs. Senadores, Deputados que estão aqui nos acompanhando.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O senhor Presidente já tomou as providências e todos receberão a publicação. Senador Francisco Dornelles--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): De qualquer sorte, eu acho que seria justo que o povo brasileiro comprasse ações da PETROBRAS. Acho que vale a pena.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senhor Presidente. Queria dizer a V.Exa. o seguinte: O fato de uma revista ou de um jornal ou uma pessoa no botequim ou numa esquina fazer uma afirmação sobre o campo da PETROBRAS, é um problema de cada um. Mas a posição de um Presidente da Agência Nacional de Petróleo, uma declaração dele nesse sentido tem repercussões muito grandes porque hoje a PETROBRAS, ela é uma companhia aberta, ela tem ações no Brasil e no exterior.

De modo que as consequências dessa declaração são feitas por uma pessoa que toma conta da garagem do Senado ou da Presidência da ANP é uma situação muito complexa. Eu apenas queria dizer ainda, voltando ao jornal O Globo, eu repito, “ao anunciar as reservas da área do Carioca na Bacia de Santos, o Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, surpreendeu a todos os presentes no 4º Seminário de Petróleo e Gás. Ao fim da palestra, enquanto repórteres ainda ouviam o Presidente Lima, analistas do mercado assistiam a entrevistas e anotavam tudo como jornalistas.

De modo que, pela responsabilidade, pela sua categoria, pela sua respeitabilidade, as declarações de V.Exa. foram declarações perigosas, tiveram reflexo, sim, num ramo bastante sofisticado, que é o campo financeiro, eu apenas diria a V.Exa., as minhas... Ao trazer esse problema, abrindo caminho para que V.Exa. fizesse uma exposição aqui nessa Comissão, mas dizer que realmente o assunto assustou e trouxe algumas consequências complexas num mercado bastante sofisticado. Muito obrigado.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senhor Presidente, pela ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Crivella, depois, Flexa

Ribeiro e Jayme Campos... Nós vamos encerrar... E Renato Casagrande. Pediria bastante brevidade para darmos início a essa discussão porque a discussão que nós queremos fazer hoje é dos *royalties* do petróleo, evidente que esse episódio deve ser esclarecido, mas eu pediria que, depois, as pessoas se [ininteligível] para o debate. Mas vamos abrir a palavra com brevidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Senhor Presidente, serei muito breve. Quando vi a exposição do Senador Dornelles, já havia lido o jornal pela manhã e, em seguida, o que V.Exa. colocou, eu realmente fiquei muito perplexo e preocupado porque conheço o Haroldo, já privo da sua amizade e carinho há muito tempo, tenho por ele uma admiração profunda. É um grande brasileiro na sua trajetória política. E fiquei imaginando, meu Deus, como é que ele conseguiria explicar, talvez, aquilo que parecesse, num primeiro momento, uma declaração precipitada, desastrada, com sérias conseqüências no mercado financeiro e para a credibilidade da Agência e, sobretudo, para seu próprio nome e biografia.

No entanto, senhor Presidente, acho que o que ele colocou é satisfatório. Na verdade, o que ele disse ou relatou é um fato já público, já notório, já especulado. Infelizmente, o sistema financeiro vive dessas especulações. Eu acredito, senhor Presidente, que, numa convenção, num ambiente próprio, num ambiente de especialistas, apenas dar notícias do que se comenta no exterior, em revistas especializadas, não é, a meu ver, uma atitude precipitada ou desastrosa. Já existe a publicação, já está sendo especulado pelos técnicos estrangeiros. De tal maneira que fiquei aliviado. Porque estava aqui, no íntimo, torcendo para que V.Exa. nos brindasse com uma explicação que continuasse, vamos dizer assim, mantendo, nas nossas lembranças e no nosso coração, essa imagem primorosa que temos de V.Exa. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Dornelles. Senador Flexa Ribeiro, peço brevidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Srs. convidados, Srs. Senadores. Eu, Dr. Haroldo Lima, a biografia de V.Exa. responde pela sua indicação para Diretor-Geral da ANP e pelos trabalhos que V.Exa. já produziu pelo Brasil. Mas é lamentável que V.Exa., como Diretor-Geral da ANP, diga desconhecer a questão das Bolsas de Valores, que não conhece nem onde fica, nem como funciona, e fazer... Como se sabe como funciona, a declaração de V.Exa., ela tem um efeito muito perigoso para o sistema financeiro. Uma coisa é, como foi dito aqui pelo Senador Francisco Dornelles, é uma revista,

um jornal especular sobre a questão de um possível poço com... Com 80 milhões ou bilhões de petróleo, de barris de petróleo. Outra coisa é o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo dizer isso. É a mesma coisa que nós estamos hoje... O PT especula diariamente sobre um terceiro mandato do Presidente Lula. Outra coisa é o Presidente Lula chegar à imprensa e dizer que ele é a favor do terceiro mandato. É completamente diferente o efeito na sociedade brasileira.

Os jornais todos, todos eles, eu tenho aqui o Estado de São Paulo, que a CVM, que regula o mercado de capitais, considerou prejudicial a divulgação feita pelo Diretor da ANP, por serem baseadas em informações não oficiais. Em nota, o órgão adiantou que vai procurar esclarecimentos e que esse tipo de comunicação deve ser feito exclusivamente pela empresa. O Globo diz o seguinte: "Para o Governo, as declarações foram desastrosas. O coordenador do IBMEC, Jairo Sadi, diz que Lima deveria renunciar". Eu não chego a tanto. Mas, acho que V.Sa., talvez, por querer anunciar um fato bastante alvissareiro para a nação brasileira, tenha dado uma informação especial, para que... Que permitiu que as ações da PETROBRAS, ontem, tivessem um incremento na Bolsa, de sete a 8%. Muita gente ganhou dinheiro com a informação que V.Exa. deu. Inclusive, os jornais disseram que investidores que estavam assistindo à sua palestra no seminário, lá na Fundação Getúlio Vargas, imediatamente acionaram os celulares, mandando fazer aquisição das ações na Bolsa.

Então, isso aí, realmente, é uma ação que, eu diria, desastrosa mesmo, e pediria a V.Sa. que reconsiderasse isso ou, então, que ela fosse realmente confirmada por quem de direito, que é a PETROBRAS, para que todos os brasileiros pudessem ter conhecimento real da situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Flexa Ribeiro. Senador Jayme Campos, depois, Renato Casagrande, peço brevidade para nós entrarmos na nossa Pauta.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senhor Presidente, Srs. convidados, vou fazer uma pequena indagação aqui, pequenos comentários, até porque, há poucos dias atrás, vamos fazer justiça, estão levando já para o campo político, para o campo pessoal. Acho que um assunto como esse não pode ir para o campo político, muito menos pessoal. Poucos dias atrás, nós tivemos o privilégio de receber o Dr. Haroldo Lima, lá na Comissão de Infra-estrutura. E, lá, foi apresentado, naturalmente, pelos Diretores da ANPP(F), em relação aos trabalhos que estão sendo realizados por esta Agência Nacional. Eu quero discordar dos ilustres Senadores aqui, na medida em que lá, tivemos opor-

tunidade ímpar de mostrar o trabalho realizado pela ANPP(F) em relação à prospecção, à pesquisa etc. O senhor imagina que lá foi uma Audiência Pública, tinha a imprensa, Senadores, sociedade de uma maneira geral, lá, o Dr. Haroldo Lima e outros diretores da ANPP(F) tiveram, para mim, particularmente, acho que foi um momento ímpar, apresentaram lá os trabalhos que estão sendo realizados e apontou aonde há possibilidade, por exemplo, o caso de Mato Grosso, lá no campo Parecis, que lá pode ter gás, tem petróleo etc. Ora, se todas as vezes que um Presidente de uma agência, que acho que tem a obrigação de levar ao conhecimento de todos nós brasileiros do que está realizando, do que está se propondo a fazer, o que está fazendo, isso gerar uma histeria da imprensa em relação a esse assunto, acho que não podemos, de maneira nenhuma também, nesse momento, deixar de acreditar no nosso Presidente, de dar um voto de confiança, até pela sua trajetória, por sua história nesse país aqui, nós passarmos a acusá-lo. Na verdade, quem está prejudicado aí são os especuladores da Bolsa. Daqueles que vivem do telefone o dia inteiro, especulando. Aqueles brasileiros nocivos, que não prestam bons serviços, que não geram emprego, que não geram riqueza para o nosso país.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Jayme, pelo que sei, nenhum vai se desfazer das ações. Sabe que o petróleo está aumentando de preço no mundo inteiro, vão comprar ações da PETROBRAS, sim, vão comprar de outras empresas petrolíferas. Não vão se desfazer. Agora, querem sempre fazer uma marola. Especulador é isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Vamos fazer justiça aqui, não vamos para esse campo, que eu, particularmente, não concordo, sou Senador que estou aqui para defender os interesses do povo. Agora, pôr um Presidente da Agência Nacional, ir numa palestra, fazer um comentário de que há uma perspectiva de nós acharmos um campo, que vai ter tantos... Já é condenado diante da opinião pública, V.Exa. tem todo meu apoio, senhor Presidente, acho que não podemos ter essa visão caolha de que, às vezes, a imprensa deturpa as coisas e quem perdeu com isso foram os especuladores que não têm gerado nada de coisa benéfica para o nosso país. V.Exa. tem meu apoio e, certamente, o senhor, homem sério, honrado, digno, não fez isso com o intuito de beneficiar A, B ou C. Obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria fazer uma ponderação, Senador Francisco Dornelles. Nós temos uma audiência para discutir a repartição dos *royalties*. Quero também anunciar aqui a presença do Tércio Garcia, Prefeito de

São Vicente, cidade histórica de São Vicente, que está aqui presente pelo mesmo interesse. Nós temos gente de toda parte interessado nesse assunto, que é objeto dessa audiência. O esclarecimento foi feito. Se ele é suficiente ou não para esclarecer o episódio, compete agora à CVM, que é o órgão fiscalizador da Bolsa, tomar as providências que considerar cabíveis para a importação desse episódio, e as repercussões todas das responsabilidades que, eventualmente, possam ser imputadas pela afirmação que foi feita.

As condições e forma como feita o Diretor-Geral da ANP já esclareceu. Eu pediria, portanto, que nós... Que a gente possa entrar imediatamente na nossa Pauta do dia e não prolongássemos mais este tema, que as opiniões já foram feitas.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senhor Presidente, Senador Jayme Campos levantou um ponto que tenho que falar. Quero dizer que, em nenhum momento, eu apresentei voto de desconfiança ao Presidente Haroldo Lima, reiterarei que tenho por ele o maior respeito e admiração. Apenas qualquer que seja, se a PETROBRAS teve esse poço que foi por ele anunciado antes da hora, foi uma informação privilegiada. Tendo ou não tendo esse sentido, foi. E, se por acaso, não o tivesse posto, foi um pronunciamento, uma informação errada. E o Presidente de uma ANP não pode prestar nenhuma informação privilegiada, nem informação errada. Na realidade, não pode prestar esse tipo de informação. Mas estou levantando, em tese, a posição de um Presidente da Agência. Eu jamais levantaria qualquer dúvida em relação à dignidade, ao caráter, à honestidade porque V.Exa. me conhece e eu conheço V.Exa. Tenho por V.Exa. o maior respeito e admiração. Mas é uma questão de princípio, nós estamos defendendo uma tese e não entrando em campo pessoal e V.Exa. sabe que jamais entraria em relação a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Dornelles. Quero citar também a presença da Prefeita Julieta Omuro, de Peruíbe. Senador Casagrande, nós encerramos agora, com essa intervenção esse assunto, para passarmos para a Ordem do Dia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O assunto petróleo e gás é um assunto tão polêmico, Presidente, que, de fato, quem trabalha nessa área tem que tomar todos os cuidados necessários. Quem é Diretor da ANP, quem é Direto da PETROBRAS, são cuidados necessários. Mas eu também considere extremamente esclarecedoras as palavras do Presidente Haroldo Lima. Esclarecedora. Para mim, está resolvido. Acho que o soar do tambor foi muito mais forte do que a batida do tambor. Então, a repercussão,

talvez por interesses diversos, foi muito mais forte do que a reprodução daquilo que foi dito efetivamente na palestra. Então, como Senador da República, eu estou esclarecido com relação à palavra de V.Exa. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora dar início à nossa Pauta do dia e apresentaremos, inicialmente, as informações da PETROBRAS, Diretor de Exploração e Produção, Guilherme de Oliveira Estrella, nas condições que já foram ditas, a participação da PETROBRAS não diz respeito a critérios de distribuição de *royalties*, não é ela que estabelece, nem ela e nem as outras empresas que produzem petróleo no Brasil; o que nós esperamos da PETROBRAS é a exata dimensão da sua responsabilidade nessa matéria. Quanto nós estamos produzindo de petróleo, aonde e quais são as perspectivas, evidentemente, sem entrarmos nessa área de risco que nós acabamos aqui de discutir. Acho que, nessa matéria, toda cautela é... E prudência é recomendável e nós queremos que essa audiência se pautar por esses valores. Então, com a palavra, o Dr. Guilherme Estrella.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Bom dia a todas e todos. Inicialmente, Senador Aloizio Mercadante e os demais Srs. Senadores aqui presentes, Deputados, Prefeitos e aos componentes da Mesa. A minha intenção aqui, senhor Presidente, é primeiro agradecer também a oportunidade de estarmos aqui participando desse debate. A minha intenção é contribuir para que os Srs. Senadores entendam mais profundamente os processos de exploração e produção que a PETROBRAS, como de resto, todas as empresas empregam todo o setor petrolífero brasileiro empregam, para que, no final das contas, no final desse processo, se produza a motivação material sobre a qual incidirão os *royalties* do petróleo e todo o conjunto de impostos e taxas e tarifas que cobrem e que incidem sobre o petróleo e o gás natural produzidos.

Um processo de exploração e produção, então, ele é constituído de três fases principais. O primeiro é a fase exploratória, que tem aqueles subitens, vamos dizer assim, subprocessos inseridos, depois, tem o plano de desenvolvimento da produção, decorrente de uma descoberta, que tem também aqueles subitens, sistema de produção e escoamento de produção, e depois a produção em si. Esse é o que nós chamamos lá de macro-processos, que a área de exploração e produção se responsabiliza e opera no setor petrolífero brasileiro.

A primeira fase começa com a aquisição de concessões exploratórias. A ANP, a partir de 1999, que foi a primeira rodada, a ANP realiza licitações. Então, todas

as empresas avaliam o potencial, ainda bastante preliminar desses blocos, e fazem suas avaliações. E, no dia da licitação, como todos sabem, nós chegamos lá e cada uma das empresas, e damos os lances relativos aos blocos. Ganhamos ou perdemos. O próximo.

Para mostrar que a evolução da participação da PETROBRAS nas licitações da ANP, nós damos o nome de BID, que é um nome, um anglicismo ali, então, nós vemos que, até 2002, a PETROBRAS vinha, de certa forma, perdendo áreas ou não se interessando por aumentar sua área exploratória e, a partir de 2003, então, nós... A empresa decidiu participar mais ativamente das licitações, recompondo o nosso portfólio de Projetos de exploração, que é fundamental para qualquer empresa petrolífera. Quer dizer, toda empresa de petróleo tem, na área de exploração e produção, principalmente na área de exploração, o nascedouro de seus recursos, que depois se transformarão em riquezas dessa mesma companhia. Então, a partir de 2003, nós recuperamos as nossas... Começamos a participar mais ativamente das licitações e recuperamos as nossas áreas de... Exploratórias... Com os blocos adquiridos. É importante dizer que, na primeira oportunidade em que isso aconteceu, que foi a licitação nº. 05, em 2003, as empresas estrangeiras que participavam, até então, ativamente das licitações, não quiseram participar. E, até nas vésperas da licitação, desistiram das parcerias que tinham sido acertadas com a PETROBRAS, e que nos levou a participar praticamente, em 100% das áreas com 100% de participação da PETROBRAS. Então, invertemos e hoje temos um portfólio exploratório bastante concreto. Só também para informar aos Srs. Senadores que, a continuar aquela tendência que vínhamos desde 1999 e 2000, em 2008, a empresa interromperia suas atividades exploratórias no Brasil. Então, hoje... O próximo, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só um minutinho. Dá para voltar um pouquinho. Quer dizer, a afirmação da PETROBRAS é que se nós mantivéssemos a omissão nos leilões de concessão, nós não teríamos área para explorar?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Nós teríamos, em torno de 2008, nós praticamente interromperíamos os nossos ... Esses blocos são adquiridos, são perfurados, depois, em decorrência da descoberta ou não, nós vamos devolvendo as áreas para a PETROBRAS. Quer dizer, se continuássemos naquela tendência, estaríamos aí, no final dessa década, 2008, 2010, praticamente sem áreas para explorar no Brasil. Então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Sem áreas que nós trabalhássemos. As equipes trabalhassem para explorar petróleo no Brasil. Então, isso é uma... Muito bem. Aí, passamos para a segunda etapa, que é a interpretação exploratória. Adquirimos os blocos e passamos para interpretação exploratória. Começamos com uma parte importantíssima, que é a aquisição sísmica. O método sísmico é um método físico, acústico, em que se emitem ondas acústicas; essas ondas vão ao subsolo, são refletidas pelas diversas camadas do subsolo e são recuperadas em superfície e depois esses sinais são tratados e se transformam numa seção sísmica, que hoje é a principal ferramenta exploratória. Existe um conjunto de ferramentas exploratórias, na parte também de geoquímica orgânica, de petróleo, como vamos mostrar adiante, mas o método geofísico é um método largamente utilizado, é universal, na indústria petrolífera. No mar, é um navio que puxa uma série de detonadores de ar comprimido, que são ali a parte central, e depois ele vem com uma série de linhas, em que são colocados receptores desse sinal, que registram e, num conjunto de dados, que é refletido depois, que é materializado depois no que a gente chama de seção sísmica. Próximo, por favor.

Só para dar uma idéia, nessa área das bacias de Espírito Santo, Campos e Santos, esses são os levantamentos que historicamente a PETROBRAS, tanto na época do monopólio estatal, quanto modernamente, mas recentemente tem realizado. O resultado são aquelas seções sísmicas que vamos mostrar adiante. É importante dizer que esse é um método ainda na fase de duas dimensões. Depois, nós vamos tratar da fase de três dimensões rapidamente. Próximo.

Então, isso é uma seção sísmica, que é interpretada geologicamente, isso é uma seção sísmica na bacia de Santos, é interpretado geologicamente, e aí, os intérpretes que, na indústria petrolífera, são geólogos e geofísicos, que se denominam exploracionistas(F), eles interpretam e, utilizando de conceitos geológicos de sistemas petrolíferos, eles vão identificar áreas onde as perfurações devem ser feitas. Ali, essas duas linhas verticais são poços que já foram perfurados em situações que os exploracionistas(F) detectaram como propícias à ocorrência de hidrocarbonetos. Aqui é a camada de sal, nós estamos nessa fase atual, com concentrados nos reservatórios pré-sal, que são esses... Essa camada amarela, então, o petróleo se localiza, no que a gente chama de pré-sal, na base do sal. O sal é uma camada impermeável, que não deixa o petróleo ascender na coluna geológica. É muito importante. Próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dá para voltar um pouquinho só?

Só para entender. O pré-sal é uma camada isolante, é um selo?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Não, o sal é selante. É completamente impermeável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O sal é totalmente impermeável, sela e mantém o petróleo?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E as perfurações se fazem nessas janelas, onde estão mais próximas ali?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Isso. Quer dizer, abaixo do sal, nós temos a ocorrência de uma rocha, que nós chamamos rocha, que hoje se chama pré-sal, de ocorrência muito extensa nas bacias de Santos, Campos e Espírito Santo, que contém o petróleo gerado nas camadas que a gente chama riffs(F). Essas camadas são as camadas geradoras de petróleo. O petróleo é gerado nessas camadas e ascende, num processo que a gente chama de migração, e ele, como a camada de sal é impermeável, ele é aprisionado na base da camada de sal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, nesse ponto aí, nós estamos falando de que profundidade e qual a espessura dessa camada de sal?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Muito bem. Essa camada de sal, profundidade de lâmina d'água, em torno de 2.200 metros, nessa área em que ocorrem alta prospectividade dos reservatórios pré-sal. Dois mil metros de sal—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só sal?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Só sal. Essa camada de sal tem dois mil metros de espessura.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Dr. Guilherme, é sal mesmo? NaCl?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Sal mesmo é NaCl. É sal mesmo. Existem algumas intercalações de sais hipersolúveis, que até tem uma importância econômica muito grande, mas não temos, não são... Enfim, não têm a pujança necessária para tornar-se econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem laser? Isso é um empréstimo do IBGE, vocês paguem *royalties* depois pelo uso.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Muito obrigado. Muito bem. Então, o sal, uma coisa interessante é que o sal se move. Ele é plástico. Quando ele recebe uma camada de rocha sobre ele, esse conjunto de rochas pesa, e o sal, ele é plástico, ele escorrega para ambos os lados. E, às vezes, escorrega de tal forma, eficientemente, que desaparece. Não

tem mais sal ali. Isso ocorre principalmente na bacia de Campos. Quando não tem mais sal ali, o óleo gerado nas camadas embaixo do sal, ele sobe, porque não existe mais sal impermeável para capturar o óleo na sua base. E ele sobe e vem se posicionar em reservatórios que estão nessa camada pós-sal. Em cima do sal. Como é na bacia de Campos. E interessante que, quando ele é aprisionado aqui embaixo, ele está muito próximo das rochas geradoras, e ele é mais leve. E, quando ele sobe para se posicionar lá em cima, ele entra em contato com águas subterrâneas, carregadas em bactérias, que degradam o óleo. As bactérias, elas consomem a parte mais nobre do óleo. Eles chegam lá em cima como petróleo pesado, que é o petróleo de Marlim, na bacia de Campos. É o principal tipo de petróleo brasileiro encontrado e produzido até hoje é o Marlim. Nas camadas do pré-sal, não. Como ele não teve contato com essas águas carregadas de bactérias, ele é aprisionado na sua forma bem original e é leve, é... Enquanto os petróleos de Marlim são pesados, de mais alta densidade, ele não, ele é de baixa densidade, petróleo leve, e de valor maior no mercado do que o petróleo de Marlim. Muito bem, vamos, por favor.

Correlacionamos os dados geofísicos com rochas, essas rochas, sejam rochas aflorantes, porque essas seções geológicas às vezes afloram nas bordas da bacia, ou com amostra de rocha coletada nos próprios postos que perfuramos. E, aí, estabelecemos essa correlação e temos certeza que, por exemplo, esse refletor sísmico aqui corresponde a um determinado tipo de rocha. Então, isso é um trabalho quase de rotina que os exploracionistas fazem, não é só na PETROBRAS, repito, é em qualquer empresa petrolífera. Próximo.

Depois disso, esses dados sísmicos são tratados e são avaliados em salas especiais de projeção tridimensional e que equipes de exploracionistas, das mais diversas especialidades, se reúnem e definem as áreas mais prospectivas. Isso é um trabalho... É uma tecnologia extremamente sofisticada, as grandes empresas, não é privilégio da PETROBRAS, as grandes empresas petrolíferas no mundo se utilizam dessa ferramenta, e nós temos, não só no Rio de Janeiro, mas várias em das nossas unidades nós temos esse tipo de sala, prontamente preparada para avaliação das nossas... Dos nossos prospectos exploratórios. Próximo.

Então, através das seções sísmicas, que são atiradas e recolhidas e processadas, nós vamos traçando um mapa sísmico que, na verdade, é um mapa geológico, e que as partes mais altas são coloridas de uma maneira diferente do que as partes mais baixas. Aqui, as partes mais altas vermelhadas e mais partes mais baixas caminhando para o azul. Então, temos

essa ondulação produzida pelos movimentos geológicos, que colocam partes mais altas e partes mais baixas. Próximo.

Aí, partimos para estudo de sistema petrolífero. Como eu disse, são rochas geradoras que, entre 80 e 130 graus, geram petróleo produzido pela matéria orgânica nelas contida; esse petróleo é gerado, migra e vai para os reservatórios nas partes mais altas. Por isso que esses altos são considerados áreas muito propícias para a exploração de petróleo, para a perfuração de poços, aqui é uma figura... Enfim, pictórica, em terra, e esse petróleo, ele se condiciona com uma camada de... Uma parte de óleo mesmo, óleo líquido e, embaixo, ele tem água, que é mais pesada e, em cima, do óleo, temos a capa de gás. Isso forma uma acumulação petrolífera que é testada pelas perfurações que nós fazemos. Próximo.

Aqui, nas Bacias de Campos e Santos, como eu já tinha adiantado, quer dizer, o óleo é gerado aqui embaixo, nessas camadas bem basais, aqui, embaixo desse traço vermelho já é o embasamento, não são bacias sedimentares, então, não existe mais petróleo, ele migra. Onde não tem sal, o sal migrou e formou essas grandes estruturas, ele migra para cima e vem se colocar aqui em reservatórios muito mais novos, já degradado. E onde ele não... O sal não se movimenta em grande quantidade, mantém a camada impermeável, e ele se localiza aqui nas camadas de pré-sal. Isso é o que a gente chama de sistema petrolífero. É simples assim de mostrar, mas isso depende de... Nós temos um centro de pesquisa, quer dizer, um conjunto de conhecimentos e de desenvolvimento tecnológicos e de novos conhecimentos que nos levam a ter essa... Enfim, a estabelecer esses modelos petrolíferos. Repito, não é privilégio da PETROBRAS--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só uma pergunta. Essa camada pré-sal, considerando que é um selo perfeito, essa reserva pode ser uma única reserva, contínua?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Pode. Nós estamos falando em possibilidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aqui tudo é hipótese. Acabou de dizer que o petróleo de muito mais qualidade, somando com a informação anterior... Viu, Haroldo? Não vai tratar desse assunto não, que vai complicar mais a situação. Mas se é um selo perfeito, quer dizer, a camada pode ser contínua? A reserva pode ser contínua?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: A camada é contínua. A reserva pode ser contínua. Próximo, por favor.

Enfim, definidos os prospectos, nós perfuramos os poços e avaliamos os resultados desses poços. Então, vamos para o próximo.

Esse é uma... São poços exploratórios, previstos para o quinquênio 2008/2011, a partir da definição daqueles prospectos. Então, as equipes exploracionistas trabalham permanentemente e vão criando os prospectos. Esses prospectos são apresentados, duas ou três por ano, em comitês técnicos do mais alto nível técnico e gerencial da companhia, e são aprovados. E são colocados; a gente constrói o nosso portfólio. Então, nesse período, nós temos para perfurar, em poços exploratórios, quer dizer, são aqueles primeiros poços que testam o prospecto e os poços que delimitam a descoberta, caso ocorra, nós temos para perfurar aqui 32 poços, no mar e na terra. E aqui são os blocos e aí--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Qual é o custo desse investimento?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Pois é. Esses investimentos, nesse quinquênio, estão em torno de oito bilhões de dólares. Então, isso é para demonstrar que nós temos um portfólio, uma carteira de prospectos exploratórios, permanentemente sendo alimentada, de um lado, e sendo aperfeiçoada. Agora, a cada Reunião dessas, desse importante comitê técnico-gerencial da companhia, a gente revisa as prioridades. E, revisando as prioridades, a gente distribui as sondas para maiores prioridades. Então, isso é um processo contínuo, que a gente utiliza na companhia. Próximo.

E, para mostrar a descoberta nesse tipo de prospecto, as descobertas nessa área sul, nós temos, no período 74 a 83, mais ou menos restritas à Bacia de Campos, que era uma bacia prolífica, então, era natural que a PETROBRAS se concentrasse nessa área. Próximo

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Passa rápido, senão vai dar problema aqui. Olha a projeção das perpendiculares oblíquas ali do Paraná e compara com o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é um braço aberto. E o Paraná é um triângulo--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Compara com São Paulo, que é o mesmo critério.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): São Paulo está tão bem quanto o Rio. O Rio tem uma área muito mais longa do que São Paulo em relação à projeção e como eles calculam a--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas a projeção de São Paulo é exatamente como do Rio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, senhor.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Bom, senhor Presidente, eu confesso que eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa discussão nós vamos aprofundar com o IBGE já, já. E o Marcelo Crivella, além de um grande teólogo, foi Major de Engenharia. Então, ele domina os cálculos e está fazendo uma projeção indevida. Mas eu não falo nem de São Paulo, mas falo o Paraná, por exemplo, está totalmente comprometido pela forma como se projeta as perpendiculares oblíquas. Santa Catarina, a mesma coisa. É um critério totalmente aleatório. Veja o Rio de Janeiro como é que abre para o mar, principalmente da linha vermelha para a linha preta, totalmente distinto do que acontece com outros Estados da Federação. Então, essa é uma discussão... Os Municípios... Isso vai ficar muito mais evidente essa contradição, a absoluta aleatoriedade, sem nenhum critério de justiça, ou qualquer outro critério que possa ser considerado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Essa é a opinião de V.Exa.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É a opinião do Presidente da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa é a minha opinião. Eu vou reforçar quando pusermos os Municípios do Rio. Nove Municípios com 61%--
[falas sobrepostas].

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): --Dentro do próprio conceito de *royalty*, jurídico e constitucional, dessa recompensação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A segunda parte dessa Audiência Pública vai trazer o minério de Carajás do Pará para São Paulo também. Será a segunda etapa: Trazer o minério de ferro lá do Pará para São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A COSIPA usa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos trocar o petróleo do Rio pelo minério de Carajás na hora. Sem troco aí. Já, já, Presidente.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Muito bem. Então, esse... O período 2003 e 2006, em que descobertas importantes foram feitas na Bacia do Espírito Santo e Bacia de Santos, e com as descobertas do pré-sal, de 2006 para 2007, então, esses blocos, que já estavam adquiridos em licitações anteriores, tornaram-se muito importantes, de modo que já se procederam às descobertas do que a gente chama de pré-sal e, nessa área que chamamos de cluster, é

o conjunto de blocos nessa parte central externa da Bacia de Santos. Próximo.

Bom, então partimos para a perfuração. Perfuração, temos diversos tipos, terrestre e marítima, no mar, são navios-sonda ou plataformas de perfuração, que também podem ser jaquetas, que não estavam aí. E, aí, avaliamos. Perfuramos os poços e, nesses poços, ocorre o que a gente chama de perfis. São perfis também que se utilizam de forças eletromagnéticas, são perfis elétricos, são perfis magnéticos, são perfis nucleares, que a gente, então, os especialistas determinam e definem zonas de hidrocarbonetos e também definem as características estimadas de permeabilidade e porosidade, e também litológicas. A partir desses perfis, construímos, então, um perfil que a gente chama de perfil composto, e que já a litologia, o tipo de rocha já é colocado, as ocorrências de hidrocarbonetos durante a perfuração são colocadas e também, formando, então, um conjunto de informações, que são avaliadas, após o poço ter sido perfurado. Próximo.

Uma outra avaliação que é fundamental, havendo indicação de hidrocarbonetos livres, nos poros das rochas, nós, então, preparamos os poços para serem testados. Esse slide mostra a área do pré-sal, os testes de formação, que nada mais são do que, pela primeira vez, são colocados os reservatórios que contêm petróleo, são colocados em comunicação com a atmosfera. A gente reveste o poço e abre essas válvulas, e o poço, então, produz petróleo e gás de quantidades variáveis. Mas, nesses poços do pré-sal, a produtividade demonstrada pelos testes de formação foi efetivamente muito grande. Então, queimamos... Esse petróleo é queimado. A ANP concorda e dá a licença, então, nós queimamos esse petróleo, durante algumas horas, nas sondas que realizam esses testes de formação. Muito bem. Próximo.

Constatada a presença concreta de hidrocarbonetos, nós, então, preparamos um plano de avaliação, discutimos com a ANP esse plano de avaliação, então, para ver a extensão e as primeiras estimativas de volumes, contidos nessas acumulações. Então, perfuramos poços de alimentação, partimos para a perfuração de outros poços, e começamos, então, a pensar estimativas de reservas que depois direi adiante, vão constituir o plano de desenvolvimento de produção, que também é aprovado pela ANP. Próximo.

Nos estudos de reservatórios, aqui são rochas, pedaços de rochas, coletados nos poços, através de uma técnica que a gente chama de testemunhais, e essas são as rochas do pré-sal. São os reservatórios do pré-sal; são rochas carbonáticas, formadas por acúmulo de colônias algálicas, essas partes escuras são as partes que contêm petróleo. Então, tem uma

porosidade muito elevada e também uma permeabilidade muito elevada.

Partimos, então, para os poços de limitação. É interessante também explicar o seguinte, que, nos poços pioneiros, nos primeiros poços que a gente perfura nesses prospectos, são poços verticais. Então, esses poços avaliam a ocorrência concreta de hidrocarbonetos. Nos próximos poços, já de delimitação da acumulação, nós já perfuramos poços horizontais ou de grande inclinação. Por quê? Porque, constatada ou confirmada a presença nesses poços de avaliação, de delimitação, de hidrocarbonetos descobertos no poço pioneiro, esses poços horizontais já são aproveitados para serem poços de produção na fase posterior. Então, isso é uma tecnologia também extremamente sofisticada, que a empresa domina, está certamente na... Dentre as poucas empresas que dominam completamente essa tecnologia de poço horizontal, e esses poços, então, são preparados já para entrar em produção. Próximo.

Aí, passamos para a produção. Delimitada acumulação nos planos de avaliação, alcançadas as primeiras estimativas de reserva e de potencial de produção, nós apresentamos, a ANP, temos seis meses, declaramos a comercialidade do campo, aí o campo toma o nome de um organismo marinho, Tupi, por exemplo, não é um organismo marinho, a gente... Nós não declaramos ainda a comercialidade de Tupi; estamos em estudos nessa área de delimitação. E, aí, apresentamos à ANP, temos seis meses para apresentar à ANP o plano de desenvolvimento de produção. É discutido com a ANP; a ANP coloca todos seus pontos, discutimos e aprovamos o plano de desenvolvimento da produção. E aí começamos a pensar na instalação dos sistemas de produção e do escoamento dessa produção. Próximo.

Os sistemas, por exemplo, aqui de Marlim Sul tem uma plataforma de produção semi-submersiva de produção, que é a P-40, numa das partes, numa das áreas do campo de Marlim Sul, são postos de completação que a gente chama de completação submarina; a PETROBRAS é uma empresa que tem essa escola de engenharia, outras empresas preferem trazer esses postos para unidades flutuantes e fazer a chamada completação seca, a PETROBRAS não, se especializou em completação submarina, através de árvores de Natal, esses poços produzem para a plataforma, aí, nessa plataforma esse óleo é separado, vem com gás, às vezes vem com água, é separado, vai para um navio... Nesse caso de Marlim Sul, vai para um navio, a outra plataforma é a P-38, que também completa o tratamento desse óleo e depois, desse navio, é transferido para um navio aliviador, que são os navios petroleiros e vão lá e retiram petróleo continuamente.

E o gás, no caso de Marlim Sul, o gás é bombeado e escoado através de um gasoduto na superfície do mar, no fundo do mar, até a plataforma de Namorado. Então, esse é sistema de escoamento da produção de óleo e gás.

Essa é a plataforma P-52, que foi instalada no... É uma plataforma, uma semi-submersiva, é um tipo de plataforma de produção, P-52, que foi instalada no campo de Roncador. Essa é a P-54, um navio que a gente chama de FPCO, é um nome inglês, é um navio de produção, estocagem e transferência de óleo. Quer dizer, ele produz, diferentemente da P-40, ele produz, trata o óleo, estoca e transfere o óleo para o navio aliviador, também roncador. Próximo.

Muito interessante, para nós, muito importante, que é a primeira plataforma, a plataforma FPCO de Piranema, está o Senador Valadares do Estado de Sergipe—

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É Estado de Sergipe. Estância.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: É a primeira produção, em águas profundas, do nordeste brasileiro, é um marco tecnológico da companhia, isso para nós nos dá muito orgulho. É uma plataforma de um desenho novo, de um projeto novo, que é um projeto do SEMPS(F) também grande, mas esse é um Projeto pequeno, de uma firma norueguesa, com a qual nós temos um programa de cooperação tecnológica, essa plataforma está produzindo em Piranema, é um petróleo de excelente qualidade, está produzindo cerca de 10, 20 mil barris por dia. E ela é toda monitorada, senhor Presidente, toda monitorada... Os sensores estão coletando os dados de flutuabilidade, uma plataforma extremamente estável, para serem aplicados no grande projeto que nós temos, chamado mono-BR, que essa plataforma tem uma capacidade de produção e estocagem pequena, ela produz até 30 mil barris por dia, mas, no projeto do nosso centro de pesquisa, é para plataforma de 180 mil barris por dia, com uma grande capacidade de estocagem. E os dados de operação, essa plataforma está toda monitorada, está sendo passado para fazer um projeto, já como se fosse um projeto-piloto do nosso grande projeto de produção de petróleo. Mas é uma plataforma diferente das outras, foi o primeiro projeto, a primeira plataforma redonda instalada no mundo, projeto ousado que a empresa bancou porque acreditava na tecnologia, e hoje estamos produzindo, lá em Sergipe, cerca de 20 mil barris por dia, de um óleo especialmente valioso para nós. Próximo.

Hoje temos instalado no Brasil... Eu esqueci de falar, quando as produções são em águas rasas, nós temos plataformas fixas, que é até uns 150 metros,

podemos instalar. Hoje temos, instaladas no Brasil, 77 plataformas fixas, seja na Bacia de Campos, seja na Bacia do Espírito Santo, seja na bacia de Santos, seja nas bacias nordestinas, da Bahia Sul, de Sergipe, tem um campo em Alagoas, temos campos em águas rasas na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte e no Ceará. Temos 17 navios de produção; temos 14 semi-submersivas de produção, e dois navios como aquela que eu mostrei, 30 e tantos, 38, se não me engano, são navios apenas de tratamento e de transferência para os navios aliviadores. Então, é uma quantidade muito grande de sistemas de produção e todos eles, fora as plataformas de águas rasas, que naturalmente todos eles, em águas profundas, com sistemas submarinos de completação no fundo do mar. Próximo.

Então, vamos agora, dado esse panorama do sistema, dos processos de exploração e produção, vamos dar alguns dados sobre as perspectivas de produção de óleo e gás. Esse é, por exemplo, um desenvolvimento de Marlim Sul, que nós desenvolvemos em módulos, com várias unidades instaladas e sendo instaladas. Próximo.

Esse é o desenvolvimento do campo de Roncador, é um grande campo também, com várias unidades, esses grandes campos são desenvolvidos através de módulos. Cada módulo desse passando por um projeto diferenciado em relação ao outro, sob o ponto de vista técnico, geológico e também em análise econômica. Próximo.

E vamos falar sobre o futuro. Vamos dar uma idéia de produção de óleo, produção de gás para encerrar—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Você sabe que o Haroldo Lima foi um grande agitador de massas; hoje é um grande agitador de Bolsas—

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E, com essa projeção, depois da intervenção, ele até disse que o óleo é de ótima qualidade e de ótima produtividade. Então, a coisa está ficando difícil para nós aqui na Mesa.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Que é de boa qualidade e alta produtividade, já está publicado há muito tempo também, inclusive pela PETROBRAS e pela ANP. Esses são dados absolutamente públicos, são dados dos planos estratégicos da PETROBRAS...

Com relação à produção de óleo pretendemos chegar a 2015 com quase três milhões de barris por dia, numa curva crescente, e aqui está a demanda brasileira, também uma projeção da demanda brasileira, então, nós atingimos auto-suficiência, no ano passado, com

a instalação da P-50, e estamos prevendo, para esse ano, a produção média de um milhão, 950 barris de petróleo, com o consumo de um milhão, 922, de modo que essa... O excedente em relação à nossa previsão de consumo cresce até 2015. 2015 nós deveremos ter aí cerca de 500 mil barris por dia, de excedente de produção doméstica, em relação ao consumo brasileiro também. Próximo.

Gás é importante. Eu coloquei essa figura, colocando os projetos, porque gás nós temos gás associado, aquele que é produzido com o óleo, com a parte líquida, e o gás não associado. Vou chamar a atenção do gás não associado, que temos o Campo de Lagoas, que é na Bacia de Santos, o Campo de Manati, que entrou, no início desse ano... O ano passado, é um campo extremamente importante; temos Peroá, no Espírito Santo; Urucu, no Amazonas, enfim, Uruguai e Tambaú também, que entrarão aqui na Bacia de Santos; Mexilhão, que vai entrar já em 2009. Enfim, esses são campos de gás não-associado, que nós não tínhamos em grande quantidade há anos atrás. Então, a empresa também privilegia, já de alguns anos, a exploração e produção de gás. De modo que teremos também crescimento significativo da curva, e a nossa proposição, estamos antevendo que, em torno de 2012, estaremos entregando o gás. É diferente da produção de gás. Isso é entrega de gás ao mercado. O gás é produzido, utilizado nas nossas plataformas, no próprio sistema de produção, não só de óleo, também de gás, então, essa é a entrega, é a previsão de entrega de gás ao mercado brasileiro, que a empresa está publicando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quer dizer, em dois anos... 2008, 2009, um ano e meio, um ano e sete, oito meses, a PETROBRAS estará entregando mais do que duas vezes o que nós compramos da Bolívia, é isso?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Exatamente. Isso, Senador, fez parte do PLANGÁS, que a PETROBRAS apresentou ao Governo e foi aprovado no CNPE; é um esforço, enfim, especial, extraordinário, que a empresa está fazendo, justamente para dotar o país de fontes domésticas de gás, não depender tanto desse insumo energético importado. Então, é um crescimento significativo nesses anos. E ainda bem que há o esforço exploratório, que tem sido exitoso. Quer dizer, a geologia tem respondido ao nosso esforço exploratório. Próximo.

Reservas é uma coisa importante também, hoje nós sabemos que todas as grandes companhias do mundo estão no desesperado... Na desesperada busca por reservas; a PETROBRAS tem mantido um crescimento constante de reservas. Isso é importante

porque, quanto mais nós produzimos, nós temos que repor, para aumentar nossas reservas, nós temos que repor os volumes produzidos e novo óleo. Então, é um processo constante de maior produção e maior busca por reservas. Próximo.

Investimentos, vamos falar nesse também, no quinquênio de 2008/2012, a PETROBRAS está se propondo a investir 102,4 bilhões de dólares, nós temos lá, nós já estamos tratando com... Sabe, senhor Presidente, nós temos lá, a Diretoria já está decidindo, em vez de apresentar um número em dólares, nós apresentarmos os nossos números em moeda forte, que será em reais, nas próximas...

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com esse dado em dólar, que está derretendo, é quase 10% do PIB brasileiro o volume de investimento da PETROBRAS, em quatro anos. O PIB de um ano. Se for em moeda forte, em Real, vai aumentar a participação no PIB.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Então, nós estamos nos propondo investir quase 60% da área de exploração e produção e, na área de exploração e produção, 87% no Brasil e 15% no exterior. Então, quebrando esses números, no Brasil, nós estamos, nesse quinquênio, cerca de 9,5 bilhões de dólares, certamente entre as mais importantes empresas petrolíferas no mundo, a gente está aí com aí pela Shell, e com a Exxon e Shell, mais ou menos, e no desenvolvimento da produção, 45 bilhões de dólares. E, no exterior, cerca de 10 milhões de dólares, também com exploração e produção, totalizando aqueles 65 bilhões de dólares nesse quinquênio. Próximo.

E aí, o pré-sal. O Presidente Mercadante também me solicitou que a gente desse uma geral sobre o que já foi apresentado sobre o pré-sal também. Por favor. Então, nós aqui... As recentes descobertas, nesse período 2006/2007, em que nós investimos muito na exploração desses blocos que a gente chama de *clusters*, na parte central externa da Bacia de Santos. O próximo.

E aí, a partir das descobertas, no pré-sal, nossos exploracionistas delimitaram, começaram a correlacionar com as linhas sísmicas e delimitaram uma área de decorrência dessas rochas. São as rochas reservatórios. É uma grande área de ocorrência, muito mais ampla na Bacia de Santos e vai diminuindo para o Norte, ela vai se estreitando para o Norte e atingindo até a bacia do Espírito Santo lá. Então, essa área é a área que a gente está... Que a empresa sinaliza que essa é a área de ocorrência desses reservatórios pré-salinos. Estou aqui... A gente está chamando atenção para a área de Tupi, onde temos dois poços

perfurados, e como também já foi declarado, que nós estamos com uma estimativa de reservas, entre cinco e oito bilhões de barris de petróleo. A nossa reserva hoje é cerca de 14 bilhões. Milhões. Essa reserva de Tupi é em cerca de metade das nossas reservas que temos hoje. Só Tupi.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Guilherme—

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Eu não quero criar polêmica, mas a especulação feita pela imprensa hoje é em pré-sal também. É no pré-sal. A especulação feita seria no pré-sal. Mas é numa outra área que--

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

É numa outra párea que está em avaliação. Quer dizer, a PETROBRAS liberou uma nota à imprensa, que essa área continua em avaliação, para que tenhamos dados concretos--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Essa aí tem 33 milhões de barris? Bilhões de barris, não é isso?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Não, essa foi a notícia que apareceu nos jornais.

[risos].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Obrigado, senhor Presidente.

[falas sobrepostas].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Essa resposta está mineira, está boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho que esse cuidado é prudente, para que a gente não alimente movimentos inconvenientes. Então, acho que vamos aguardar a conclusão da investigação, a comprovação e uma divulgação oficial.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Isso é um processo mesmo. É um processo às vezes demorado. Porque os testes de formação são demorados, tem que ser interpretados... É uma coisa puramente técnica--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Já tem dois poços explorados de pré-sal, aqui mesmo, senhor...

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Não, tem mais, vários postos. Aí, com a... O que aconteceu foi o seguinte, com os resultados expressivos que vínhamos obtendo nesses poços novos, nós fizemos uma revisão dos poços perfurados já há alguns anos atrás. E fomos lá e identificamos a mesma rocha. E, inclusive, no Espírito Santo, é onde nós colocaremos, pela primeira vez em produção, que é uma área de

jubarte ali, que o poço vai ser completado ainda esse ano para colocar em produção. É uma pequena extensão que nós temos lá desses reservatórios. Então, o pessoal mapeou. As equipes mapearam essa grande ocorrência. Tem cerca de 800 quilômetros a mil quilômetros de extensão, com uns a 200, 300 quilômetros de largura, na parte da bacia de Santos e na parte da bacia de... No sul da Bacia de Campos aqui. Mas principalmente na Bacia de Santos. O próximo.

Esses são os chamados blocos do cluster, que a gente... Nós, a PETROBRAS, é a operadora em todos esses blocos, fora esse, que é o BMS-22, se não me engano, que é a EXXON. É a operadora nesse bloco, mas nós participamos também desse bloco na EXXON, com 20%, mas a EXXON é a operadora, vai trazer uma sonda, acho que no segundo semestre, e aqui são os blocos em que somos operadores. Nós já furamos vários poços. Aqui é o BMS-11, é o bloco de Tupi, onde nós temos os dois poços, e esses outros são blocos, outros poços, são poços que nós perfuramos, constatamos a presença do pré-sal e com hidrocarbonetos, óleo e gás.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só... O nosso Senador Crivella não está acompanhando, mas, ali--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Estou acompanhando, Presidente, estou acompanhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

V.Exa. veja que não procede a informação que os *royalties* do pré-sal irão todos para o Rio de Janeiro. Pelo critério atual, há uma parte importante da reserva no Estado de São Paulo, e o mais importante de tudo é que isso aí pode ser uma única reserva, contínua. O que mudaria totalmente a discussão que a gente possa fazer no futuro sobre critério de repartição dos *royalties*. Porque, se for uma reserva só, o critério tem que ser rediscutido. É isso que eu tenho alertado. Além do fato de estarmos a 300 quilômetros do litoral. Portanto, sem nenhum impacto físico direto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, os melhores caminhos da pátria são as ferramentas do trabalho, iluminadas pela razão. Nós temos, seguramente, no Rio de Janeiro, questões também a levantar. Tupi é inteiramente no Rio. Mas o escritório que a ANP autorizou para explorar é em São Paulo. De tal maneira que esses critérios precisam ser bem discutidos. O que nós não podemos, eu e o Senador Dornelles e demais representação brava e altiva do Rio de Janeiro é aceitar que saiam de lá *royalties* que condicionalmente pertencem ao Estado--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Crivella, mais da metade

da Bacia de Santos fica no Estado de São Paulo. A sede da PERTOBRAS é do Rio de Janeiro e da ANP também. Sendo que esse gás vai ser todo bombeado por Mexilhão e sair pela plataforma de Monteiro Lobato, que fica em Caraguatatuba. Até esse momento, continua no Estado de São Paulo. Então, a unidade de gestão do gás, nada mais justo que ficasse no Estado de São Paulo. Agora, a discussão que nós temos que fazer é menos essa. É se os critérios atuais de aplicação desses recursos, de repartição, são sustentáveis, são equilibrados e promovem justiça. Eu acho que não. Por isso que a audiência abre uma discussão que precisamos aprofundar--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, só para concluir. V.Exa. toca na exploração e eu gostaria de dar um passo à frente para o ICMS. O ICMS do petróleo beneficia extremamente o Estado de V.Exa. porque ele é feito no refino. E V.Exa. tem o Estado que, além de ser o mais rico, é o maior refinador do petróleo. Só isso--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, vamos dar sequência à audiência. Eu quero discutir também depois--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos dar sequência. Mas exatamente também o Rio de Janeiro abriu, na Comissão de Constituição e Justiça, o debate sobre repartição de ICMS, colocando 2% na origem. Então, o debate sobre o petróleo está reaberto e nós queremos reabrir a discussão do *royalty*--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Porque V.Exa. tem um viés tão anti-Rio de Janeiro? Nós gostamos tanto de V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, eu tenho pró São Paulo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): V.Exa., em todas as suas posições, sempre menciona o Rio, como querendo tirar do Rio uma coisa que--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Eu quero repartir com o Brasil e com São Paulo aquilo que o Rio tem tido, com toda justiça. Porque o Rio de Janeiro tem 56% dos *royalties* hoje. E tem... Nove Municípios têm 61% dos *royalties*, sem nenhum critério que possa justificar essa distribuição Municipal, e eu quero demonstrar isso mais para frente. Mas, vamos continuar a audiência que a gente chega lá.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone] da PETROBRAS, da Agência Nacional. É um dispositivo constitucional. De modo que nós temos que ficar a distribuição a discutir em termos constitucionais--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. É uma Legislação infraconstitucional, Mas nós discutiremos no momento oportuno--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não. Eu mostrarei a V.Exa. todas as decisões de pleno do Supremo, que o assunto é constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): *Royalties*, sim. Mas o critério de repartição é infraconstitucional e nós chegaremos lá no momento oportuno; todas as leis e Medidas Provisórias que regulamentam e que precisarão ser alteradas para fazer justiça no Brasil.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Mercadante, V.Exa. levanta a questão dos *royalties* do Rio de Janeiro serem divididos apenas com nove Municípios. Eu convido V.Exa. a mudar seu título eleitoral, se candidatar a Governador do Rio de Janeiro, aí, sim, V.Exa. terá toda autoridade para legislar sobre quais os Municípios do Rio que devem receber--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não. O critério não é carioca, o critério é nacional.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, mas o que nós fazemos, no Estado do Rio de Janeiro, com os *royalties* do Rio de Janeiro é uma questão interna nossa. Nós podemos discutir em tese o que deve ser feito com--

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, a Legislação é Federal. Gostaria de continuar a audiência. Mas nós estamos precipitando o debate que nós poderemos fazer. Senão, todo mundo vai entrar. Vamos concluir a intervenção, para gente poder entrar nesse debate bastante acalorado--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Essa discussão do eixo das elites.

[risos].

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Bom, então, para terminar, esses são os blocos que a gente chama de clusters, são os blocos onde estão sendo realizadas as descobertas, e onde a empresa, juntamente... A PETROBRAS não é 100% em nenhum desses blocos. São sete blocos; empresa tem parceiros, é operadora em seis deles, mas isso são só consórcios, em que a empresa é predominante em todos eles, com cerca de 60 a 65%, menos esse bloco em que a EXXON é predominante, aonde nós temos 20%. Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muito obrigado, Dr. Guilherme Estrella, pela qualidade da... E consistência da apresentação e

pelo otimismo que traz em relação ao futuro da economia do petróleo no Brasil. Evidentemente, abre uma agenda bastante rica de discussão, como é que nós vamos investir melhor esse recurso, repartir. Acho que esse vai ser um debate bastante intenso.

Agora, é o Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, que estamos aguardando para dar início à próxima etapa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, no momento do debate, gostaria de fazer uma pergunta a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Os primeiros inscritos naturalmente são os autores dos requerimentos. Quem são os autores, só para reavivar a memória?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Os autores somos eu e o Senador Renato Casagrande. Mas eu não usarei dessa prerrogativa. Poderei falar ao final do debate. V.Exa. será beneficiado por essa atitude do Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a sua atitude democrática, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, então, agora à apresentação do Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Mais uma vez, boa tarde aos Srs. Senadores. No que se segue, eu vou tecer alguns comentários e apresentar algumas informações, todas relativas ao procedimento que a ANP tem, com relação a cálculos de forma de abordar a questão dos *royalties* e das participações especiais. Eu... É desnecessário chamar a atenção, mas eu quero realçar, logo no início, em que em tudo que se segue, a ANP se comporta como executora da política e da Legislação atual. Não tem nada que seja criação da ANP, no sentido de que ela é que inova tal critério etc. São os critérios que nós vamos demonstrar, decorrentes ou da legislação ou das definições estabelecidas por quem é de direito estabelecer que, no caso, é o IBGE, que está aqui presente. Então, segue em frente.

Aqui só uma observação sobre os aspectos constitucionais relacionados com essa questão do *royalty*. Primeiro, a Constituição define que são bens da União, no art. 9º, os recursos minerais, inclusive do subsolo, e assegurada, no § 1º, ela diz que é assegurado, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da Administração Direta, participação no resultado da exploração do petróleo

ou gás natural. É daí que surge a questão do *royalties* e participação especial, de recursos hídricos etc., no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou compensação financeira por essa exploração. Esse conceito de compensação é introduzido, já na Constituição, e ele é desenvolvido depois, em toda a legislação, a idéia do *royalty* e da participação especial como compensação.

Eu queria acentuar aqui duas coisas: Uma que, pela Constituição, o petróleo é um bem da União, ou seja, é um bem de todos os brasileiros. Sob esse aspecto, por outro lado, ele é também... Os Estados, os Municípios, eles merecem uma compensação, especificamente relacionada aos prejuízos que lhes advém do fato da exploração e da produção serem naquele local. Então, são dois aspectos ligados a essa temática das participações. É que ela é um bem da União, por conseguinte, é de todos, e, por outro lado, quem imediatamente paga o fato de ter uma exploração e produção no seu território, deve receber uma compensação financeira. Segue.

Constitui monopólio da União... Bom, aí é sabido, a pesquisa lá, todas as atividades, e aqui tem o que foi introduzido na Emenda Constitucional de que, digamos, a União pode contratar essas atividades a entidades, a estatais brasileiras ou estrangeiras, entidades privadas etc., a partir dos contratos de concessão. Segue.

Algumas coisas sobre a ANP, relacionadas com esse assunto. A ANP, com relação a *royalties* e participação especial, ela fiscaliza se essas participações governamentais são corretamente recolhidas pelas concessionárias. Ou seja, a ANP fiscaliza se essas participações governamentais que são essas duas *royalties* de participação especial, se as concessionárias, principalmente a PETROBRAS, que é a maior concessionária do Brasil, e todas as outras; hoje nós temos perto de 70 concessionárias no Brasil, participando do processo de exploração e produção, se elas pagam devidamente as participações governamentais.

Segunda questão que a ANP faz, realiza os cálculos referentes à distribuição dessas participações aos beneficiários. Os beneficiários, quais são? Os beneficiários serão estabelecidos por critérios advindos particularmente do IBGE e a ANP faz um cálculo para saber se a parcela de cada beneficiário está sendo devidamente paga. É nisso se resumem estes dois aspectos que se resumem, digamos, à alçada da ANP. Coloquei aqui embaixo que a ANP não tem atribuição para fiscalizar a aplicação dessas participações para seus beneficiários. Se o beneficiário aplica melhor ou pior, isso não é problema da ANP e ela não pode se envolver nessa questão. Segue.

Royalties. Conforme o Senador Mercadante lembrou, o *royalty* vem da parcela que é entregue ao Rei, e daí surgiu o nome *royalties*. E, aqui no Brasil, isso está capitulado nos artigos... Nesses tais artigos da lei 9478, e que são calculados mensalmente, diferentemente da participação especial, que são calculados trimestralmente, o *royalty* é calculado mensalmente para cada campo produtor. Outro detalhe que eu chamo atenção, o *royalty* é calculado para cada campo, não é por bloco nem por poço, nem coisa alguma. Cada campo mensalmente calcula o *royalty* devido. Com essa forma, uma determinada alíquota versus o valor da produção. Essa alíquota está estabelecida na Constituição. São os 10%. É alíquota do *royalty*. Diz a Constituição, e diz a lei 9478, que a ANP pode, em determinadas situações de dificuldades de acesso, de problemas de distâncias etc., reduzir essa alíquota de 10% para até 5%, desde que faça isso antecipadamente. Ela não pode fazer isso... Ela, no próprio edital, ela informa que, para tal bloco, a alíquota será cobrada de, digamos, 8%. No caso específico, são pouquíssimos os fatos em que existe esse tipo de exceção aqui no Brasil. A alíquota, então, é multiplicada pelo valor da produção. O valor da produção, por sua vez, é o valor do óleo versus o preço de referência. Esse preço de referência é calculado todo mês pela ANP. O preço de referência do óleo e o preço de referência do gás. Multiplica o preço de referência pelo volume de gás e pelo volume de óleo, soma os dois, dá o valor da produção. Esse valor, submetido à alíquota, dá o *royalty* que se paga por cada campo, mensalmente.

Aqui, para os senhores terem uma idéia, assim, mais geral, de certa maneira, o Estrella já fez avaliações a esse respeito. Mas reparem bem que a produção de petróleo no Brasil cresceu tanto nos últimos anos, e o valor do produto cresceu também tanto que o volume do *royalty*, em 1997, era 190, precisamente 189, era... Milhões de reais, em 97, agora chegou, em 2006, 7.700. Sete bilhões e 700; em 2007, caiu um pouco por causa de Marlim e alguns problemas. Mas, basicamente, a mesma coisa. Repare, então, que é uma curva ascendente, quase que exponencial, que existe de 97 a 2006, acompanhando o valor da produção e, de certa maneira, Presidente Mercadante, o desenvolvimento do setor de petróleo no Brasil, que eu só queria dar um dadozinho aqui para os Srs. Senadores, entre 1998, aquele período aqui, e 2004, o Brasil como conjunto, a economia brasileira cresceu, entre altos e baixos, às vezes, ela... 1,2 positivo, às vezes, era 1,2 negativo, entre altos e baixos, cresceu 14,2% nesse período de oito anos. No mesmo período, o setor de petróleo e gás cresceu 318%. É uma coisa assombrosa. Segue.

Aqui, a distribuição dos *royalties*. É um dado que merece ser refletido pela Comissão que está estudando o assunto, como essa Comissão aqui. O *royalty* é dividido, primeiro, sobre a questão de terra. Terra e mar. Segundo, tem o *royalty* advindo da lei 7.790. O que é isso? É que, antes da criação da lei 9478, o *royalty* era 5%. Quando foi criada... Quando se estabeleceu a lei 9.478, manteve-se esse *royalty* de 5% e criou-se outro *royalty* de 5%. Então, na verdade, são duas parcelas de 5%. E, ao se computar a distribuição dos *royalties*, primeiro se examinam... Os primeiros 5% que são destinados a isso. Os segundos 5% são destinados a isso. Isso se a produção for em terra. Repare bem que os primeiros 5% vão para os Estados produtores. 20% dos primeiros 5%, aos Municípios produtores e 10% aos Municípios com instalações de embarque e desembarque de óleo e gás natural. Segue.

Aqui, fecham-se os primeiros 5%. Os segundos 5% é isto aqui acrescido do Ministério de Ciência e Tecnologia, que se colocou 25%. Então, tira-se 25% de cada um aqui, de 70 passa, para 52,5; 20 passa para 15; 10 passa para 7,5; bota os 25% do Ministério de Ciência e Tecnologia, e acabou o segundo 5%. No que diz respeito ao mar, é uma coisa semelhante: 30% para os Estados confrontantes com poços produtores, aqui, repare bem, Estados confrontantes com poços produtores; 30% para os Municípios confrontantes com poços produtores e suas respectivas áreas geoeconômicas, que é diferente de poços produtores, e 10% com Municípios com instalações embarque e desembarque. Marinha produz 20%. E aqui se introduz o fenômeno do Fundo Especial, 10%. Repare que é 10% dos 5% iniciais. Significa aproximadamente 0.5% do volume de *royalties* é que se destina para o Fundo Especial. Isso para o mar. É um Fundo Especial que é criado, que a ANP remete o valor desse Fundo Especial imediatamente para o Tesouro agregar no fundo dos Municípios e dos Estados. E eles são divididos para todos os Estados e todos os Municípios.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Aqui, com relação ao mar, tem o segundo 5%; no caso do mar, fez a mesma coisa. Tirou-se 25%, que se se destinaram ao Ministério de Ciência e Tecnologia, esses 25%, deduzido de cada uma dessas parcelas, dá isso aqui, 22,5; 22,5; 7,5; 15 e 22,5.

Observações, assim, que eu faço, primeiro: Fundo especial só quem paga é a produção *royalty* de produção em mar. Repare, sendo em terra, não paga nada de Fundo Especial. Sendo também mar do segundo 5%, também paga Fundo Especial. Então, esse Fundo Especial, é o 10% de 5%, dá aproximadamente;

aqui é 7,5% dos 5%. Dá mais ou menos uns 3,25%. Somando 0.5 com 0.3, dá, aproximadamente, 0,85% do volume de *royalties* que vai para o Fundo Especial. Eu estou me referindo a isso porque o Fundo Especial é para todos os Estados e todos os Municípios. Não chega a 1%. Segue.

A questão da confrontação na plataforma continental. Aqui, é bom chamar atenção. Cabe à Fundação IBGE, por força do art. 9º da lei tal, definir as projeções nas plataformas continentais brasileiras, nos limites territoriais dos Estados e Municípios. Aqui essa questão que o Senador Mercadante tem falado algumas vezes, durante essa audiência, é a questão das linhas. São linhas verticais, são linhas paralelas, que são definidas pela Fundação IBGE e... Segundo a lei, a lei é que define e dá essa prerrogativa à Fundação IBGE e a ANP recebe isso e faz seus cálculos, devidamente informados, orientados por essas projeções. Essa lei foi regulamentada, tal, essas linhas são utilizadas para fim de distribuição de *royalties* e participação especial gerados pela produção marítima. Segue.

O Fundo Especial. Algumas observações sobre o Fundo Especial. É administrado pelo Ministério da Fazenda, distribuído a todos os Estados e Municípios do Brasil. 20% para os Estados e 80% para os Municípios. A distribuição obedece aos mesmos critérios de rateio utilizados para a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, a lei 7990. Quer dizer, distribui-se pelos mesmos critérios de Fundo de Participação de Estados e Municípios. Então, o valor do Fundo Especial é agregado aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios e são redistribuídos aos Estados e Municípios pelo Ministério da Fazenda. Recebe somente *royalties* da produção marítima. Eu já chamei atenção desse fato. Quer dizer, só *royalties* vão financiar o Fundo Especial. E da produção marítima. Tem razão. Não recebe *royalty* de produção terrestre e nem participação especial. O que dá participação especial tampouco financia ou aumenta o Fundo Especial. Segue.

Aí, um mapazinho básico, um quadro que mostra a evolução do Fundo Especial. Em 2000, no total, do Brasil, era 1,8 bilhões, é 1,8 bilhões, o Fundo Especial foi 131 milhões, aproximadamente 7.0... A relação dessa parcela do Fundo Especial sobre o total Brasil. Vai variando, mais ou menos, a mesma coisa. Hoje cresceu pouco mais, mas, no fundo, é a mesma coisa que varia, de 2000 a 2007, a questão do Fundo Especial para o montante do valor dos *royalties*, em termos de Brasil. Segue.

Distribuição por beneficiário. Em 2007, em milhões de reais, como nós vimos os beneficiários dos *royalties* são os Estados, os Municípios, o Ministério

de Ciência e Tecnologia, a Marinha e o Fundo Especial. No caso específico de 2007, os dados foram os seguintes: 2,2 bilhões; 2,5 bilhões, o Ministério de Ciência e Tecnologia, a Marinha deu isso e o Fundo Especial deu isso. Repare bem que são os 7.4 bilhões de reais, em 2007, de *royalties*--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Permite interromper só um minutinho, Presidente? Esse dinheiro está sendo efetivamente repassado? Eu conversava com o Senador Dornelles, a Marinha recebeu isso efetivamente, um bilhão e cem milhões? Ou está sendo contingenciado ou alguma coisa?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Olha, no que diz respeito a nós, da ANP, a ANP informa e calcula e encaminha o processo para frente. Se há o contingenciamento, isso vai no momento seguinte-- [falas sobrepostas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Esse Fundo Especial nada tem a ver com a participação especial, que é destinada à ANP e ao Ministério do Meio Ambiente e que vem sendo quase que totalmente contingenciado?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

O Fundo Especial não tem nada a ver com participação especial. Aliás, o Fundo Especial não é alimentado pela participação especial. É só alimentado pelos *royalties*.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Talvez seja o caso de o Dr. Haroldo Lima fazer uma apresentação rápida da participação especial para compreensão dos nobres Senadores.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Vou falar, daqui a pouco, alguma coisa sobre ela. Por enquanto, estou falando de *royalties*. Então, os *royalties*, os Estados que recebem *royalties* são esses 10 Estados aqui. Recebem essa quantidade de *royalties*, como percebem assim nessas proporções que estão aqui referidas. Agora, a participação especial, algumas generalidades. Primeiro, que decorre do art. 50 da lei 9478, só lembrando, não existia participação especial antes dessa lei 9478; existia *royalty*, que era cobrado 5%, passou a 10%, e introduziu-se o conceito de participação especial para se cobrar a toda produção de petróleo que fosse acima de determinado nível, considerado e estabelecido pela ANP, como nível médio, nível grande. Todo poço de petróleo que tivesse um volume de produção muito grande, acima do normal, ou uma rentabilidade também muito grande, pagaria, além do *royalty*, uma participação especial, segundo

determinadas alíquotas. Isso, então, começa no período mais recente do setor de petróleo do Brasil.

O pagamento da participação especial é trimestral. É sobre a receita líquida, diferentemente do *royalty*. E de campos que atingem substanciais volumes de produção. Nenhuma participação especial é devida, a menos que o volume de isenção seja atingido. Volume de isenção, por quê? Porque a Legislação estabelece que a produção até tal período é isenta de pagar a participação especial. Só se paga a participação especial quando ultrapassa tal período. Esse tal montante é estabelecido num Decreto, através de 12 tabelas; cada tabela, ela examina se a produção de petróleo é feita em terra ou águas rasas ou em águas profundas e, em cada um desses três locais, examina se é no primeiro ano, no segundo ano, no terceiro ano ou no quarto ano. Então, são quatro formas de abordar cada uma das três tabelas. O que significa que resultam em 12 tabelas. Cada uma das 12 tabelas são minuciosas e precisas, fixando cada produção qual é a alíquota que vai ter aquele campo, se foi em terra, se foi no primeiro ano, se foi no segundo ano etc. Demonstrativo de apuração trimestral em formato padronizado pela ANP, é realizado todo trimestre. A ANP, digamos, demonstra, através do seu sítio, toda a participação especial que é feita em cada trimestre. Segue.

Aqui, só uma idéia básica de como é feito. Tem a receita bruta. Aí, diz a lei, tem gastos dedutíveis. Esses gastos dedutíveis, vamos ver alguma coisa sobre isso daqui a pouco. Da receita bruta, tira os gastos dedutíveis, fica a receita líquida. Essa receita líquida, que é a base do cálculo. Em cima dessa receita líquida, muda-se, joga-se a tal alíquota efetiva e aí tem o valor da participação especial a recolher.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quais são os gastos dedutíveis?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Esses daí. Daqui a pouco, eu chego aí. Participação especial, generalidades. Produção e despesas apropriadas campo a campo. Alíquotas progressivas de acordo com critérios fixados no Decreto 3735. Volume da produção trimestral. A localização do campo, como eu falei, em terra, água rasa ou água profunda, e anos da produção, sendo primeiro, segundo, terceiro ou quarto ano. Segue.

Aqui, uma certa idéia também. A participação especial, como está relacionada a volume de produção muito grande, se olhar direito, poucos campos pagam isso no Brasil. Então, aqui tem uma idéia disso... É um, dois, três, quatro, cinco, seis campos pagam essa participação especial. E esses outros aqui são campos... Fizemos um *zoom*... Aí, fizemos um *zoom* naquela parte, que chama atenção de Campos que também

pagam uma participação especial, que é um número bastante restrito de Campos no Brasil, que pagam a participação especial. Próxima.

A pergunta do Senador sobre qual é a parte dedutível, a parte dedutível é essa. As normas detalhadas constam das portarias 10/99 e 102. E dizem exatamente isso, que são dedutíveis os bônus e assinatura, os gastos com exploração, o gastos no desenvolvimento do campo, que ainda há pouco foi falado muito aqui pelo Diretor Guilherme Estrella, os gastos na operação do campo, certas obrigações incidentes na exploração e produção, tipo os *royalties*, o pagamento pela ocupação e retenção de área, pagamento a proprietários de terra e 1% de receita bruta, que é investido em pesquisa e desenvolvimento. Tira tudo isso, e o que dá é que se faz a... Se aplica... É a base do cálculo, passa a aplicar a alíquota efetiva. Não são dedutíveis o Imposto de Renda de pessoa jurídica e nem o CSLL. Segue.

Aqui uma questão. Isso aqui, como eu falei, foi... A participação especial começa... É uma experiência muito recente. Começamos a calcular isso a partir de 2000 e, de lá para cá, o crescimento da participação especial tem sido também vertiginoso, tanto quanto dos *royalties*. Só que hoje o *royalty*, a participação especial, passa o *royalty*. Enquanto o *royalty* está, em 2006, na base de sete bilhões de fração, a participação especial está na base de oito bilhões de fração. 8.5, um pouco mais do que isso. Então--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Será que a gente poderia chamar de *royalty* da União, a participação especial?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: *Royalty* da União?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Isso. Porque é vinculado ao desenvolvimento, à pesquisa e à sismologia.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Ah, sim. É a partir daí, é a parcela de onde a União retira 1% para a pesquisa e desenvolvimento. De *royalty*, não. V.Exa. tem razão, quando diz "é dessa parcela que a União se aproveita para tirar 1% do montante, trimestralmente, para aplicar em pesquisa e desenvolvimento". E está sendo um programa importante, que hoje é feito pelo Governo Federal, com base nesse tal 1% que surge da participação especial. Não fosse a participação especial, legalmente, nós não teríamos esse 1% para fomentar pesquisa e desenvolvimento no Brasil, como estamos fazendo. Segue.

Aqui, distribuição da participação especial. O Ministério de Minas e Energia fica com 10%--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: 40%. Ministério do Meio Ambiente, 10%; 40% são dos Estados produtores ou confrontantes com campos e 10% de Municípios produtores ou confrontantes com campos. Essa que é a participação básica, o tonel que nós fizemos aqui.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Qual é o critério do uso desses 40% pelo Ministério de Minas e Energia? Qualquer gasto, qualquer despesa?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Não, não pode. Desses 40% do Ministério de Minas e Energia, tem, por exemplo, na lei, a lei estabelece que 7% desses 40% são destinados a se fazer estudos geológicos no Brasil para prospecção e para definir áreas onde seriam mais favoráveis a exploração de petróleo no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Não. Isso é a ANP que faz.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O que é orçamento da ANP?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Seria do orçamento da ANP.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Seria... Mas é orçamento da ANP?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Em parte, a ANP recebe esse dinheiro e está fazendo trabalhos. Eu expliquei, numa reunião em que eu estive aqui vez passada, diversos trabalhos que estamos fazendo no Brasil hoje, em Parecis, lá no Parnaíba, no Acre. Todos esses são com base nesse trabalho. “Mas é todo esse dinheiro?” Não, não é todo esse dinheiro. Uma parcela significativa desse dinheiro fica contingenciado.

Dez por cento do Ministério do Meio Ambiente também nós não sabemos. Aí é o critério do Ministério do Meio Ambiente. E aqui, como já falei, não temos nenhuma alçada para... Nenhuma prerrogativa de examinar de que maneira é que esses Estados ou Municípios estão usando esses 40 e esses 10%. Segue.

Aqui também uma avaliação sobre a pesquisa especial. Nos Estados... E relativo a 2007, nós tivemos 2.8 bilhões. Os Municípios 718, o Ministério de Minas e Energia 2,8, meio ambiente 718. Os Estados vêm aqui. O Rio de Janeiro recebe essa percentagem bastante significativa, de 2.7 bilhões, por quê? Porque participação especial não é *royalty*. *Royalty* paga todo o campo. Todo mundo paga *royalty*. Participação especial só paga um grupo muito delimitado, que é esse grupo está no Rio de Janeiro. São os grandes campos que nós temos. Segue.

Aqui foi uma... Vamos dizer, um exemplo que nós demos de como se usam aquelas linhas verticais ou ortogonais e paralelas. Coloquei aqui o exemplo das verticais. Nas verticais, no caso do Rio de Janeiro, nós recebemos essa orientação, que vem aí do IBGE. Orientação que está sendo discutida aqui etc. Até que se altere, na avaliação que nós temos na ANP, o BMS-11, que é esse bloco aqui, onde estaria Tupi, por essa Legislação atual e pelas leis que hoje nós usamos, elas ficam no setor do Rio de Janeiro. O BMS-24, que é esse aqui próximo do BMS-11, que é onde estaria Júpiter, também ficaria dentro do Rio de Janeiro. Segue.

Algumas considerações. Sobre essa questão de Júpiter e Tupi, são nomes fantasia, dados pelos operadores aos prospectos exploratórios. O próprio Diretor Estrella fez referência a isso. Quer dizer, na verdade, nós não temos um campo de Tupi, um campo de Júpiter. Não tem isso ainda. Os poços pioneiros, que é isso aqui, que resultaram nessas descobertas foram esses, são poços pioneiros, que resultaram nas descobertas. As acumulações de petróleo e gás descobertas através desses poços posicionam-se em torno de seis mil metros de profundidade, incluindo a lamina d'água, em torno de 2100 metros, como disse aqui o Diretor Estrella, em reservatórios carbonáticos da formação guaratiba; é um detalhe mais técnico sobre as camadas de sal da formação Ariri. Isso aí já foi bem explicado, com projeções melhores, pelo Estrella. Segue.

Tupi encontra-se em plano de avaliação. E o poço, esse poço aqui, do prospecto Júpiter, ainda não teve sua perfuração concluída. O plano de avaliação, como ele diz, é feito, elaborado pela operadora, no caso a PETROBRAS, e encaminhado à ANP e juntamente a gente faz uma avaliação do plano de avaliação. Apenas ao declarar a comercialidade, a área levará o nome definitivo de campo. Por enquanto, não está declarada a comercialidade, por isso não é campo ainda. Os campos oriundos do BMS-11 e BMS-24 pagarão *royalties* de participação especial ao Estado e Municípios do Rio de Janeiro, vez que os blocos estão dentro das linhas de projeção dos seus limites, que são definidos pelo IBGE, como eu mostrei ainda há pouco. Terminei. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agora, nós vamos ouvir o Luis Paulo Souto Fortes, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsável pela área de cálculo dessas projeções e o Presidente Eduardo Pereira Nunes ficará depois para a fase de arguição e debate. Com a palavra, o IBGE.

SR. LUIS PAULO SOUTO FORTES: Bom, antes de tudo, senhor Presidente, muito boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Aloizio Mercadante, Diretor de Exploração da PETROBRAS, Guilherme Estrella, Diretor Geral da ANP, Sr. Haroldo Lima e Sras. Senadoras, Srs. Senadores, demais assistentes a essa Audiência Pública. Nós, do IBGE, gostaríamos de agradecer a oportunidade de estarmos aqui presentes e apresentamos os critérios previstos em lei e praticados pelo IBGE, na classificação da projeção dos poços de petróleo, com respeito aos Municípios e Estados da Federação.

Só aguardando um minuto a apresentação. A gente entende, evidentemente, que esse tema de discussão na audiência é extremamente atual, considerando que a lei que nós comentaremos aqui, 7.525, data de 1986, quando nós tínhamos, no país, uma produção de petróleo de cerca de 500 mil barris por dia, a um preço de barril de 10 dólares por barril, enquanto que hoje nós podemos ver, nas apresentações anteriores, nós temos uma produção que está beirando os dois milhões de barris por dia, a um preço superior a 100 dólares por barril.

O objetivo dessa apresentação, então, é prestar esclarecimentos sobre os métodos e critérios técnicos usados na aplicação da lei em vigor, relativo à distribuição dos *royalties* de petróleo, no caso, a lei 7525, de 22 de julho de 1986. Esta apresentação vai fazer uma revisão dos conceitos básicos da Legislação dos *royalties* de petróleo, bem como métodos e práticas de delimitação das áreas confrontantes a Municípios costeiros. Faremos também uma revisão da Legislação dos *royalties* de petróleo, bem como do fluxo de trabalho seguido pelo IBGE, em relação à matéria. E é muito interessante porque a sequência das apresentações desta audiência expressa exatamente a sequência do trabalho que é realizado com a finalidade de se calcularem os *royalties* de petróleo. E, finalmente, ao final da apresentação, teceremos alguns poucos comentários sobre alguns Projetos de Lei propostos em substituição à Legislação vigente, que o IBGE teve a oportunidade de analisar.

Bom, as apresentações anteriores, em especial a do Diretor-Geral da ANP, já abordaram a questão de *royalties* de petróleo, mas apenas recapitulando, esses *royalties* constituem compensações financeiras previstas em lei e em especial o art. 20 da Constituição Federal de 88, devidas aos entes federativos pelos concessionários que exploram ou produzem gás natural.

A lei 7.525, de 22 de julho de 1986, determina que os *royalties* de petróleo devem ser pagos a Municípios divididos em três áreas geoeconômicas. A primeira delas é a zona de produção principal; a segunda, zona de produção secundária, e a terceira, zona limítrofe à de principal. A zona de produção principal

é formada pelos Municípios confrontantes e aqueles Municípios onde estiverem localizadas três ou mais instalações de apoio à exploração, produção e escoamento da produção.

Há que se ressaltar aqui que a atuação do IBGE nesse particular é muito limitada porque a gente recebe simplesmente a lista dos Municípios, recebe da ANP a lista dos Municípios onde estão localizadas essas instalações e a gente inclui esses Municípios no Relatório semestral produzido pelo IBGE.

A zona de produção secundária é formada por aqueles Municípios que são atravessados por oleodutos ou gasodutos. E se paga o *royalty* proporcionalmente à população dos Distritos desses Municípios atravessados por esses dutos. E, finalmente, a zona limítrofe e a de produção principal, que é formada pelos Municípios contíguos, os municípios vizinhos àqueles pertencentes à zona de produção principal, bem como os Municípios que sofram as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural. Próximo.

Então, a grande questão que surge, que propiciou toda essa discussão, desde a década de 80, é como delimitar as áreas confrontantes aos Municípios costeiros. E, nesse slide, apresentamos alguns exemplos de como essa questão é tratada em alguns países do mundo, nós tivemos aqui observações anteriores do senhor Presidente da Comissão, citando exemplos de outros países, mas aqui é importante destacar que os critérios, na verdade, estão vinculados, muitas vezes, a geomorfologia da linha de Costa dos respectivos países. A geomorfologia, tanto em termos de forma em si, como também em termos de dimensão dessa linha de Costa. Por exemplo, Chile, Equador e Peru, Colômbia e Equador, são países que adotam, como critério de subdivisão, os paralelos. E é muito fácil entender isso, especialmente tratando-se... Tomando-se o Chile como exemplo, o Chile, sendo país que se desenvolve predominantemente na direção norte-sul, a linha de Costa é praticamente um meridiano, de tal forma que os paralelos, nesses casos aqui, representam efetivamente linhas... Aproximadamente linhas ortogonais à Costa.

Temos também outros critérios que tratam da ortogonal a uma linha de direção geral da costa, todos esses exemplos citados aqui, lembrando sempre que as dimensões de alguns desses países são muito reduzidas; tem outros critérios que poderemos especular, como o método de equidistância, que subdivide ângulos em valores iguais, que vou falar mais à frente, e outros critérios, por exemplo, de proporcionalidade em termos da extensão da porção da linha de Costa que está sendo considerada.

No caso do Brasil, nós temos um litoral extremamente extenso; um litoral com uma geomorfologia toda peculiar. Nós temos um litoral extremamente recortado, como é o caso aqui do litoral do Maranhão; nós temos casos de exploração dentro de Bahia, como é o caso da Bahia de Todos os Santos, na Bahia, e temos também o caso de Municípios que se encontram totalmente em ilhas, que fazem sombra para Municípios que se encontram no continente. Próximo.

[troca de presidência]

Do ponto de vista da Legislação relativa ao assunto, um retrospecto, a lei 2004 de 1953 dispõe sobre a Política Nacional de Petróleo, cria a PETROBRAS e introduz o conceito de indenização. E as duas leis... A lei específica, à qual nos referiremos ao longo da apresentação, é a lei 7.525, de 22 de julho de 1986, que estende o direito de indenização de *royalties* à plataforma continental, introduz conceitos de áreas geoeconômicas e produção de limites territoriais através das linhas geodésicas ortogonais à Costa e também um outro critério, na verdade, hoje, durante essa audiência, é importante frisar, tem sido muito citado o critério das ortogonais, mas a gente não pode esquecer que existe um outro critério, que também é praticado, previsto nessa lei, que é o critério dos paralelos, que vou mencionar em detalhes a seguir.

E essa lei 7.525, como muito bem colocou o Diretor-Geral da ANP, delegou ao IBGE a solução técnica deste problema. Posteriormente, no mês seguinte, o Decreto 93.189 definiu o conceito de plataforma continental e introduz, com mais detalhes, o conceito de linhas de base retas, onde o litoral apresenta reentrâncias e saliências que, na verdade, é o caso do litoral... De toda a extensão do litoral brasileiro.

Quais são os critérios, então, aplicados pelo IBGE, previstos nessa lei, em relação ao assunto? Primeiramente, daquelas três zonas geoeconômicas que eu mencionei há pouco, a zona de produção principal, Municípios confrontantes, como são definidos esses Municípios confrontantes? Através da linha geodésica ortogonal à Costa para indicação dos Estados onde se localizam os Municípios confrontantes. E o segundo critério, a seqüência de projeção, além da linha geodésica ortogonal à Costa, segundo paralelo para a definição dos Municípios confrontantes no território de cada Estado.

A redação desta lei é algo... Especificamente sobre esses dois artigos, é algo confusa, eu tenho certeza que todos constatam isso, mas, outros artigos, e especialmente do Decreto, definem com mais clareza como se fazem essas projeções, tanto as projeções ortogonais quanto as projeções utilizando os paralelos.

Em função das irregularidades do litoral brasileiro, o IBGE adotou, na implementação dos critérios dessa lei, linhas de base, ao longo do litoral, num total de 24 linhas, correspondendo a 25 vértices, ao longo do litoral, dos quais, desses 25 vértices, dois correspondem a limites internacionais. O limite norte, com a Guiana francesa, e o limite sul, com o Uruguai. 16 vértices, que correspondem exatamente aos limites estaduais dos Estados costeiros. E sete pontos auxiliares, que foram selecionados apropriadamente, com vistas a tornar essas linhas de base reta alinhadas com a linha de costa real.

É sempre importante ressaltar também que o IBGE aplica rigorosamente o previsto nessa lei, 7.525, e no Decreto-Lei 93.189, seguindo os padrões de alta precisão com os quais trabalha. Esse slide, ele mostra um exemplo que não está relacionado à questão de *royalties* de petróleo, mas evidencia, de uma forma muito clara, o nível de precisão com que as atividades geodésicas que, no Brasil, são responsabilidade do IBGE, são conduzidas pelo Instituto. Nós tivemos a oportunidade, ao longo dos últimos anos, de medir, com extrema precisão, quando digo extrema precisão, estou citando precisões de um ou dois milímetros, de quanto que a crosta terrestre da América do Sul se desloca, por conta dos movimentos das tectônicas de placa.

Cada vetorzinho aqui, vamos nos ater aqui ao território brasileiro; cada vetorzinho aqui, cada seta orientada no sentido noroeste, pela escala, representa que o território brasileiro está se deslocando na direção noroeste, com uma velocidade de cerca de um centímetro por ano. E a gente só consegue determinar esses valores na medida em que a gente determina posições geodésicas, com altíssima precisão, e com um rigor científico muito grande.

A aplicação dessa Legislação, da lei 7525 e do Decreto 93189, especificamente em relação à questão de *royalties* de petróleo, nós temos, então, nesta figura aqui, as linhas de base reta, definidas pelo IBGE, para implementar o que está definido na lei. Então, nós temos 25 vértices, ao longo da Costa brasileira; desses 25 vértices, nós temos os dois limites internacionais norte e sul, definidos por tratados internacionais; nós temos os 16 limites interestaduais entre os Estados costeiros, e nós temos mais sete pontos intermediários, que foram escolhidos quando a linha de Costa, num determinado Estado, sofria nitidamente uma mudança de direção.

[troca de presidência]

Então, por exemplo, nós temos um ponto auxiliar aqui, no litoral do Maranhão, temos outro ponto aqui, no litoral do Ceará, temos um ponto aqui, no litoral da

Bahia, temos um ponto aqui, que eu saltei, na costa do Rio Grande do Norte, onde o litoral brasileiro sofre uma mudança brusca de direção. Temos um outro ponto aqui no litoral do Estado do Rio, que é outra mudança brusca de direção do litoral brasileiro; temos um ponto aqui no litoral de São Paulo e um ponto no litoral de Santa Catarina. E aqui, em detalhe aqui nós podemos ver um zoom dessa área representada em retângulo aqui, especificamente a situação do Rio, onde temos as linhas ortogonais aos limites estaduais, segundo o critério das ortogonais. Mas, como eu falei, na verdade, existem dois critérios: o critério das ortogonais, a partir da linha de costa e o critério dos paralelos, que nós podemos ver aqui embaixo, nessa figura, embaixo à esquerda, contemplando, de tal forma que esses campos de produção também beneficiam outros Municípios ao longo do litoral do Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só para entender um pouco, no critério das paralelas, o limite da participação dos Estados é onde está projetada a paralela?

SR. LUIS PAULO SOUTO FORTES: Exatamente. O critério das paralelas--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Quer dizer que se o critério fosse a paralela, toda a região, por exemplo, do pré-sal, o Rio de Janeiro estaria prejudicado?

SR. LUIS PAULO SOUTO FORTES: Não, na verdade é o seguinte: O critério das paralelas, conforme previsto em lei, para atender aos Municípios, essas linhas paralelas, elas são interrompidas nas linhas ortogonais aos limites estaduais.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A combinação dos critérios a gente discute depois. Mas fica evidente o que estou tentando dizer.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só uma pergunta. Ali no mapa está, quer dizer, as linhas que estão em verde são as paralelas e, em marrom, as ortogonais?

SR. LUIS PAULO SOUTO FORTES: Em verde, são as linhas paralelas e, em marrom ou vermelho, são as linhas ortogonais aos limites estaduais porque, como eu falei, a lei diz que o critério das linhas paralelas, ele se interrompe no limite ortogonal entre as unidades da federação. Então, essa linha não é prolongada para o Estado adjacente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é. Então, é só para deixar claro, o que delimita as fronteiras entre os Estados são as linhas ortogonais. O que vai definir a distribuição entre Municípios são as linhas paralelas?

SR. LUIS PAULO SOUTO FORTES: E as ortogonais também. Aqui as duas. Nos Municípios, são as duas. Aqui em cima a gente vê... É porque a figura, infelizmente, sai muito clara na projeção, mas eu tenho linhas ortogonais aqui para baixo, tem outras linhas ortogonais para cá.

Então, basta que um Município seja contemplado por um ou os dois critérios para que ele seja beneficiado. Ele pode ser beneficiado por satisfazer o critério dos paralelos ou beneficiado por satisfazer o critério das ortogonais.

A lei também previu duas situações de exceção, na medida em que ela estabelecia que todas as unidades da federação deveriam ter um ponto correspondente no limite da plataforma continental, de tal forma que, considerando a direção, as particularidades da costa do Estado do Paraná e da costa do Piauí, onde, se nós simplesmente traçássemos linhas ortogonais à costa, essas linhas, como podemos ver aqui, se cruzariam muito antes da linha das 200 milhas. Então, para atender o que está previsto em lei, nós estendemos esse ponto de interseção aqui, até que esse ponto... Distendemos esse triângulo isósceles, até que esse ponto atingisse a plataforma continental. Próximo.

Agora, nos próximos seis slides, a gente vai detalhar exatamente o fluxo de trabalho que é seguido na definição de quem recebe *royalties* no Brasil. A primeira etapa do fluxo foi a definição das linhas de projeção dos limites territoriais, até a linha de limite da plataforma continental, conforme previsto pela lei 7.525. Isso foi feito uma única vez pelo IBGE, em atendimento ao Decreto, em atendimento à lei e ao Decreto, a responsabilidade pelo IBGE, e a situação resultante dessa definição, que podemos ver novamente nesses dois mapas, aqui à esquerda o mapa, correspondendo ao critério das ortogonais, onde tenho os limites em vermelho entre os Estados, e os limites entre os Municípios também ortogonais, e esse critério à direita, ainda respeitando os limites ortogonais entre os Estados, os limites fornecidos pelas linhas paralelas entre os Municípios. Próximo, por favor.

A segunda etapa desse fluxo, a ANP, um minutinho, volta um, por favor. Semestralmente, a ANP fornece as informações necessárias à definição dos Municípios que integram as zonas de produção principal e secundária. Isso é responsabilidade da ANP. E quais são as informações que o IBGE recebe semestralmente? Primeiro, a relação dos Municípios com três ou mais instalações industriais ou de apoio à produção petrolífera marítima. Como eu falei no início da apresentação, na verdade, a atuação do IBGE neste aspecto é extremamente limitada. Porque a gente recebe da ANP uma lista de Municípios com instalações e a gen-

te reproduz, no relatório reproduzido pelo IBGE, essa mesma lista de Municípios. Próximo passo.

Além disso, a ANP fornece a relação de todos os poços produtores marítimos que efetivamente operaram no semestre de interesse, com as respectivas coordenadas geográficas de cada poço, referidas, no caso, ao sistema sul americano SAT-69. Então, por exemplo, aqui, a gente tem um exemplo, uma relação de poços com as suas respectivas coordenadas, latitude e longitude, coordenadas geodésicas, e aqui eu destaco que essas coordenadas são fornecidas com quatro casas decimais, ou seja, ao décimo do milésimo de segundo, o que equivale, em termos de distância no terreno, a uma precisão de três milímetros. É a precisão com que nós recebemos as coordenadas da ANP.

E terceiro, nós recebemos uma tabela de coordenadas dos dutos para que a gente... Dos trechos terrestres, para que a gente possa identificar quais são os distritos de cada Município, que são interceptados por esses dutos, para entender a um dos critérios de pagamento de *royalties*. Próximo.

Terceira etapa do fluxo. Para determinação dos Municípios pertencentes à zona de produção principal, o IBGE confronta a listagem de poços produtores marítimos, enviados pela ANP, aquela listagem que mostrei no slide anterior, com a produção dos limites territoriais sobre a plataforma continental, além dos Municípios já classificados na relação daqueles com três ou mais instalações industriais ou de apoio à produção petrolífera marítima, e isso é responsabilidade do IBGE. Por exemplo, novamente, usando o Rio de Janeiro como exemplo, nós temos aqui os campos da Bacia de Campos e aqui é o resultado, segundo o critério das ortogonais, e aqui, segundo o critério das paralelas. Próximo.

A quarta etapa é para determinação da zona de produção secundária, ou seja, identificação daqueles Municípios que pertencerão a essa zona, a partir da identificação dos respectivos distritos desses Municípios, que são atravessados por dutos, por oleodutos e gasodutos. Então, o IBGE faz a confrontação da tabela de coordenadas dos dutos, com a malha municipal digital desenvolvida pelo IBGE. Então, aqui eu tenho o exemplo do Estado da Bahia; aqui nós temos a Baía de Todos os Santos, e aqui um exemplo de duto, cortando... Os limites Municipais estão em azul e os limites distritais estão aqui em vermelho. Então, a gente identifica perfeitamente quais são os distritos que são cortados por esses dutos. Próximo.

Além desse critério, existe o critério da zona limítrofe, a zona de produção principal e, para esse... Para essa avaliação, o IBGE utiliza o critério de região geoeconômica, ou seja, é classificado na zona limítrofe

fe todo Município que for contíguo, ou seja, vizinho a um Município da zona principal ou um Município que pertencer ao mesmo agregado de unidades regionais dos Municípios classificados na zona principal, de acordo com os critérios de identificação das mesorregiões geográficas. Neste aspecto, o IBGE adotou, até o final de 1989, o critério de mesorregião homogênea, que foi definido em 1976, e esse critério, que definiu essa mesorregião homogênea, que pressupõe que essa região contenha, dentro dos limites de sua área, pelo menos um Município classificado na zona principal de produção. Então, todos os Municípios pertencentes à mesma mesorregião homogênea, até 1989, foram beneficiados por este critério. A partir de 1990, a partir do primeiro semestre de 1990, esse critério foi melhorado, criando-se um critério de mesorregião geográfica, e todos os municípios que passaram a ter direito após esta data foram contemplados, foram enquadrados segundo o critério de mesorregião geográfica, e isso é responsabilidade do IBGE. A próxima.

Tem o exemplo, por exemplo, do Rio Grande do Norte. Nessa figura, nós temos aqui, numa cor amarelo, mostarda, os Municípios confrontantes, pertencentes à zona de produção principal, temos um outro Município aqui em azul, também pertencente à zona de produção principal, só que ele está com cor diferenciada porque este Município foi enquadrado nessa zona principal por ter três ou mais instalações de produção de petróleo. Então, no Rio Grande do Norte, a zona de produção principal é formada por esta área representada aqui em amarelo e azul. Para a zona limítrofe, todos os Municípios pertencentes à mesma mesorregião homogênea, por exemplo, a mesorregião homogênea é esta que está delimitada aqui em vermelho, todos esses Municípios aqui, em cinza, são enquadrados como zona... Como pertencentes à zona limítrofe. Além deles, também pertence à zona limítrofe os municípios vizinhos a esses municípios de produção principal. Próximo.

Finalmente, a última etapa do fluxo de trabalho, todas essas informações formam a relação dos beneficiários dos *royalties* de petróleo, que é atualizada semestralmente e enviada à ANP para cálculo dos valores de *royalties*. O IBGE não se envolve com cálculo de *royalties*, não conhecemos os detalhes sobre isso, a nossa atuação se restringe a fazer a classificação dos diversos Municípios e Estados, do ponto de vista às três zonas geoeconômicas mencionadas: zona principal, zona secundária e zona limítrofe. Aqui é um desses relatórios semestrais, para cada unidade da federação contemplada, a gente lista os Municípios pertencentes à zona de produção principal, com a respectiva população, zona de produção secundária e zona limítrofe, também com a respectiva população. Próximo.

Muito importante ressaltar neste momento, até por conta de toda a discussão referente à área de produção de Tupi e Júpiter, é que, para o IBGE, os campos e respectivos poços só existem a partir do encaminhamento, pela ANP, das respectivas coordenadas oficiais ao IBGE. Antes disso, não há como o IBGE se pronunciar quanto à localização de poços e campos que ainda não entraram em operação. Enquanto a gente não receber oficialmente as coordenadas dos poços e as coordenadas dos limites dos campos respectivos, os poços e os campos, para o IBGE, não existem. Que é o caso especificamente, por exemplo, da área de produção de Tupi e Júpiter. Próximo.

Recentemente... Quer dizer, ao longo dos últimos tempos, o IBGE fez uma análise de Projetos de lei propostos, que abordam esse assunto, até por ocasião de uma Audiência Pública na Comissão de Amazônia da Câmara dos Deputados, e queria apenas, nesse momento, repassar a todos um resumo dessa análise retrospectiva que o IBGE fez, em relação a essas propostas, que podem ser classificadas em propostas que utilizam critérios não geográficos e propostas que utilizam critérios geográficos. Em relação às propostas que utilizam critérios não geográficos, a primeira que nós listamos foi um Projeto de Lei do Senador João Vicente Claudino e do Deputado Júlio César, que propõe... Considerando... A argumentação é: Considerando que as riquezas do subsolo pertencem à União, ele propõe distribuir os *royalties* a todos os Municípios brasileiros, através... Usando o critério de fundo de participação de Estados e Municípios. O segundo critério, do Deputado Nelson Meurer e da Deputada Rose de Freitas, que propõe uma distribuição na razão inversa de suas classificações, segundo o índice de desenvolvimento humano municipal, o IDHM.

Quanto aos critérios geográficos, temos três critérios que merecem ser mencionados, temos uma primeira proposta do Deputado Feu Rosa, que dizia que a demarcação da divisa entre Estados e Municípios costeiros será feita por uma linha definida pelos pontos relativos, interestadual e municipal, na linha de costa, e seu correspondente na linha do mar territorial. E a grande deficiência ou não especificação dessa lei é que não diz como serão definidos se esses pontos correspondentes na linha de limite da plataforma continental.

Posteriormente, no mesmo ano, uma segunda proposta do Deputado prevê que, nos casos em que a linha demarcatória resultante da projeção ortogonal, segundo o critério anterior, cortasse campos de produção, a participação, a distribuição desse recurso deveria ser dividida em partes igual entre os entes federativos correspondentes.

E, finalmente, uma proposta do Deputado Augusto Fruet, no ano 2002, que definiu uma série de parâmetros arbitrados na definição de novas linhas de base, os senhores lembram que o IBGE adotou uma linha de base com 24 lados, ao longo da costa brasileira, e o Deputado Gustavo Fruet propõe que a linha de costa seja representada apenas por três linhas de base e trata especialmente duas porções específicas da costa brasileira, no nordeste e sudeste, como vamos ver na figura a seguir.

Aqui, então, está a proposta do Deputado Gustavo Fruet e aqui uma primeira linha de base contemplando todos os Estados do norte e nordeste; uma segunda linha de base aqui; uma terceira linha de base aqui, e, para a região nordeste, que ele caracteriza como sendo uma saliência significativa e também a região do sudeste, ele cria pontos de fuga, a partir dos quais podem ser traçados os limites, as linhas de projeção a partir desses pontos de fuga. Essa idéia, na verdade, dá origem a mais uma alternativa, que foi estudada por nós, que representa o seguinte método: Utilizando os limites internacionais previstos em tratados internacionais assinados pelo Brasil com países... Com a Guiana Francesa e com o Uruguai, utiliza o azimute oficialmente definido para este limite internacional entre o Brasil e a Guiana e o azimute definido entre Brasil e Uruguai, a partir dessas duas linhas, esses dois azimutes, prolonga-se essa linha e, ao encontro dele, define-se um ponto de intercessão. Calculamos a coordenada desse ponto de interseção e, a partir destas coordenadas, a gente traça... A gente liga este ponto central a cada um dos limites, sejam limites estaduais, sejam limites estaduais ao longo de toda a costa brasileira. Próximo.

Qual é a... Características importantes desse critério: Primeira, que ele independe da limitação da plataforma continental. Independe do projeto LEPLAC, dos estudos que a Marinha do Brasil vem executando ao longo da costa brasileira, de redefinição da extensão da plataforma continental, inclusive com a atuação junto à Organização das Nações Unidas; o Brasil está pleiteando o uso dessas áreas, então, esse critério independe de qual a geometria vigente para a plataforma continental.

Segundo, a eliminação dos cruzamentos das projeções antes das 200 milhas, por exemplo, que foi o caso do Estado do Piauí e do Paraná. Não necessita... Outra característica relevante é que não necessita definir linhas de base. Você independe de qualquer aproximação da linha de costa brasileira para poder aplicar esses critérios. E a gente não precisa definir também o que seria, ao longo da costa brasileira, as famosas zonas de saliências e reentrâncias. É um

critério, portanto, do ponto de vista técnico, de muito fácil implementação, só que, evidentemente, qualquer alteração de critério traz um impacto relevante na situação vigente. Próximo.

Os comentários finais, recapitulando, o IBGE abriga rigorosamente o previsto na lei 7525 e no Decreto 93189, ambos de 86, segundo os padrões de alta precisão com os quais se trabalha. Cabe ressaltar mais uma vez aqui que todas essas questões que as linhas ortogonais, que representam os limites estaduais, elas ora são divergentes e ora elas são convergentes. Exatamente. Elas são assim mesmo, exclusivamente por conta da natureza do litoral brasileiro, por conta da geomorfologia do litoral brasileiro. Na aplicação dessa lei e do Decreto, forçosamente, essas convergências e essas divergências desses limites acontecem. Evidentemente, na hipótese de ser aprovada nova Legislação sobre a matéria, o IBGE aplicará igualmente com o mesmo rigor.

Importante também, no caso de que... Na eventual adoção de uma nova Legislação sobre a matéria, que siga critérios geográficos, é muito importante manter o critério dos paralelos com vistas a não provocar uma alteração significativa à situação que nós temos hoje em relação aos Municípios brasileiros. Por que isso? Porque algumas daquelas propostas de Projeto de Lei que nós revisamos ao longo dessa apresentação, elas contemplam apenas a substituição do critério das ortogonais por um outro critério, e não fala nada do critério das paralelas. E você simplesmente eliminar o critério das paralelas, você vai causar um impacto tremendo na distribuição de *royalties* que é feita atualmente. Cabe examinar também, como nós falamos, alternativas que mexem tanto com critérios geográficos como critérios não geográficos. Próximo.

Importante também avaliar a possibilidade, qualquer que seja um possível desdobramento em nova Legislação, de se adotar uma regra de transição entre a lei vigente e a futura, com vistas a não provocar um impacto muito sério no orçamento de cada entidade da federação envolvida.

Então, era isso que nós tínhamos para apresentar. Eu agradeço a atenção dos senhores e, mais uma vez, a oportunidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradecer a competente apresentação. Senador Suplicy, só queria... Nós temos muitos inscritos para a matéria, faremos por bloco, dado o adiantado da hora e o grande interesse da Comissão, então, nós vamos fazer a arguição por bloco.

Eu só queria dizer que há uma matéria que tem urgência, veio da Presidência da República, e se a Comissão quiser opinar, nós teríamos que tratar com uma certa urgência, que é aquele tema que diz respeito a incentivo fiscal para os sacoleiros e também o interesse específico da região do Amapá e outras regiões da Amazônia. Como eu já fui informado por alguns Senadores que vão pedir vista da matéria, eu queria propor o entendimento que nós consideraríamos a vista coletiva antecipada dessa matéria, para não prejudicar a tramitação futura da matéria. Então, nós... É o primeiro ponto de Pauta. Seria dada vista coletiva e nós Pautamos como primeiro ponto de Pauta para a próxima Sessão. Há acordo nesse entendimento, Senador Flexa? Há acordo, Relator? Então, está concedida a vista coletiva do primeiro item da Pauta, que trata de matéria de origem da Presidência da República, Relatoria Senador Gilvam Borges. Então, vamos agora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. V.Exa. não abrirá a segunda parte? Já está definido?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não teremos nenhuma matéria na Pauta, dado o adiantado da hora. O único ponto que tinha urgência era esse e ficam concedidas vistas coletivas e nós colocaremos como primeiro item da Pauta na próxima Sessão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente, eu gostaria de dar uma informação ao Sr. Luiz Paulo Souto Fortes e ao IBGE, porque, na listagem dos projetos de lei referentes à Legislação... Ou propostas sobre *royalties*, ficou faltando uma. Então, gostaria de dar a informação, refiro-me ao Projeto de Lei nº. 82/99, já aprovado pelo Senado Federal, e que tramita na Câmara dos Deputados PL 7.430/06, o qual já foi aprovado nas comissões de seguridade social e família, de Constituição e Justiça, está na Comissão de Finanças e Tributação em caráter terminativo; o parecer... O Relator designado é o Deputado Ciro Gomes, está para entregar o seu parecer e refiro-me ao Projeto de Lei que institui a renda básica de cidadania, e que justamente será o fundo que, se aprovado, poderá ser a principal fonte... Só a informação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, não, está dada. É que V.Exa. é o segundo inscrito e seguramente aprofundará esse tema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas, senhor Presidente, agradeço se puder dar essa informação porque tenho uma Reunião com o Chanceler da Estônia, com o Chanceler Celso Amorim, infelizmente, terei que sair. Prefiro ser breve e dar a informação e concluirei. E, inclusive, são recursos desse fundo, se aprovados, as dotações do orçamento 50% dos recursos provenientes do Programa Nacional de desestatização, que hoje praticamente não ocorre, 50% dos recursos oriundos da concessão de serviço público e de obra pública, bem como da permissão e autorização de prestação de serviços público, 50% dos recursos oriundos da autorização ou concessão de atividades previstas no § 1º do art. 176 da Constituição, e 50% dos recursos oriundos da contratação com empresas estatais ou privadas de realização de atividades previstas nos incisos I a IV do art. 177, 50% da renda oriunda dos aluguéis de imóveis da União, que pertencem a todo o povo.

Então, claro que isso teria um sentido nacional, terá que ser examinado à luz daquilo que acontece com os Municípios e com os Estados, mas eu avalio... O Presidente do IBGE, algumas vezes, já dialogou comigo; o Presidente da ANP, nosso Presidente Haroldo Borges Rodrigues Lima já também se interessou muito por isso, e o próprio Presidente e Diretores da PETROBRAS, como o Sr. Guilherme Estrella, estão a par disto, que levam em conta experiências muito bem sucedidas e pioneiras como a do Alasca. Então, eu peço só licença de não poder ficar por este compromisso com o Chanceler da Estônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Suplicy, seguramente V.Exa. vai explicar a renda mínima ao Chanceler da Estônia no almoço.

[risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já o fiz hoje de manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora à nossa agenda. Vamos fazer por bloco para poder todos falarem, fazer dois blocos apenas, cinco e cinco, para que a gente possa... Todos os Senadores falarem e nós conseguirmos concluir o mais breve possível, dado o adiantado da hora. Senador Renato Casagrande, eu peço bastante objetividade para que todos possam intervir.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Serei objetivo, Presidente. Vou atender ao pedido do Senador Dornelles, meu tempo, ele fala em 30 segundos porque ele tem que sair também.

SENADOR FFRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senhor Presidente, quero parabenizar V.Exa. pelo debate realizado, debates como esse engrande-

cem a Comissão de Economia e espero que muitos outros venham a ser repetidos. Não tomarei mais que um minuto, Presidente. O art. 20 da... O § 1º do art. 20 estabelece o seguinte: “É assegurado aos Estados e aos Municípios a participação no resultado da exploração do petróleo ou gás natural no respectivo território, plataforma continental, mar territorial”. O Supremo Tribunal Federal, em várias manifestações já decidiu nesse sentido. O parágrafo mencionado estabelece uma espécie de compensação ou participação aos Estados cujos territórios sejam afetados, de uma forma ou de outra, pela exploração dos recursos contidos naqueles meios de titularidade da União. Desse modo, as receitas oriundas dessa compensação são receitas originárias de ente estatal que é compensado e não receitas da União. Em outra decisão do Supremo, dada pela Ministra Ellen Gracie, ficou estabelecido: “Embora os recursos naturais da plataforma continental sejam bens da União, a participação e compensação aos Estados e Municípios no resultado da exploração do petróleo são receitas originárias desses últimos entes federativos em que os bens explorados se encontram”. E, para terminar, assim decidiu o Supremo: “Em face do exposto, se nos impõe à conclusão de que não é possível, mediante Projeto de Lei, estender os todos Estados e Municípios a compensação participação financeira, prevista no art. 20, § 1º, pois tal extensão seria inconstitucional, exatamente por não se adequar constitucionalmente ao referido dispositivo.

Senhor Presidente, eu agradeço. É apenas para dizer que é importante, agora, que qualquer modificação nos critérios de participação dos *royalties*, obrigatoriamente, por decisão do pleno do Supremo, tem que ser feito por medida constitucional. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Presidente. Serei bastante sucinto, senhor Presidente, destacando primeiro a riqueza do debate que nós estamos fazendo aqui hoje e já agradecendo aos nossos convidados pela contribuição que já deram a esse debate. De fato, a realidade do petróleo e do gás no nosso país é uma realidade totalmente diferente daquela realidade que nós tínhamos há 10 anos atrás, há 11 anos atrás. quando nós tivemos a última reformulação da lei que estabeleceu distribuição *royalties* da participação especial no nosso país.

Então, há hoje uma grande produção de petróleo, grande comparada com o que nós tínhamos 10 anos atrás; há um valor extremamente elevado, quando comparado com 10 dólares, 15 dólares o barril, que nós tínhamos há 10, 11 anos atrás. Então, a realida-

de é outra, a realidade é outra, totalmente diferente, e eu não tenho dúvida que mesmo que eu não tenha ainda um critério na distribuição, independente das linhas definidas pelo IBGE, a forma de distribuição hoje já causa distorção. Já causam distorções. Então, nós independente, pelo volume de recurso envolvido, a forma de distribuição já causa distorções. Causa distorções na distribuição de *royalties*; tem Município que você tem uma arrecadação altíssima com *royalty* e o Município do lado já não tem nenhum efeito da atividade da exploração de petróleo e de gás. Então, há uma defasagem e é uma dificuldade, muitas vezes, de um cidadão que mora num Município que não tem arrecadação, quando compara os benefícios que o outro cidadão do Município está recebendo. Então, há, de fato, hoje uma distorção que acho que o Congresso deve debater e discutir. Há uma distorção na distribuição dos *royalties*. Essa é primeira observação, pelo volume de recurso envolvido.

E diz que o diabo só junta no monte grande. E isso provoca, pela exploração do petróleo, provoca uma distorção na distribuição do ICMS. Porque, como 75% do ICMS é distribuído de acordo com valor adicionado, isso provoca, além do Município receber *royalties*, ele recebe muito mais ICMS porque a venda do petróleo provoca um aumento do valor adicionado, que faz com que ele arrecade muito mais ICMS para o seu Município. Então, é uma distorção dupla que nós temos e esse debate é um debate importante.

Fora isso, eu acho que tem coisas que precisam ser debatidas, Presidente Mercadante, por exemplo, o petróleo e o gás são combustíveis fósseis. Acho que o percentual que vai para a atividade ambiental é percentual pequeno perto da destruição que a atividade de consumo de combustível fóssil nos impõe. Acho que esse debate, para financiar o Sistema nacional de Meio Ambiente, é um debate importante, que deve ser relacionado ao combustível fóssil, pelo prejuízo ambiental que ele causa no seu consumo.

Para concluir, senhor Presidente, não tenho uma pergunta direcionada, mas, para concluir, eu acho o seguinte. Estamos fazendo essa Audiência Pública excelente. Excelente Audiência Pública. Não poderemos ficar na Audiência Pública. Queria propor a V.Exa. que V.Exa. pudesse compor uma Comissão de cinco Parlamentares dessa Comissão, que pudesse, dentro de 30 dias ou 60 dias, elaborar uma proposta para ser trazida a essa Comissão para ver se sai, juntando as propostas que já existem, uma proposta da Comissão, de V.Exa., como Presidente da Comissão, dos membros da Comissão, então, proponho que nós não temos como resolver, numa Audiência Pública, o assunto; em 60 dias, poderíamos ir à PETROBRAS,

ao IBGE, apresentar uma proposta que pudesse, não corrigir tudo, que tem muitas divergências, naturalmente mas se a gente não pode corrigir o que se produziu até agora, que se corrija aquilo que for produzido daqui para frente. Nós temos produção daqui para frente. Perspectiva de produção. Se corrijam, daqui para frente, as distorções que forem identificadas. Essa é uma proposta para que cinco Senadores elaborem uma proposta em 60 dias, não sei se tem base regimental, mas, se não tiver base regimental, pode ser por uma decisão dessa Comissão, proposta de uma Comissão que possa cumprir esse papel de apresentar articuladamente uma sugestão para essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a intervenção do Senador Renato Casagrande. Acho que a questão propriamente dita, que ele encaminhou, foi ao Presidente da Comissão. Nós temos o instrumento da Subcomissão temporária, que pode ser criada exatamente com essa finalidade por um tempo determinado, estabelecer e construir uma proposta ou aprofundar estudo ou diagnóstico. Acho que é extremamente apropriada a iniciativa. Nós vimos, inclusive na apresentação do IBGE, já sugestões de mudança de critério que poderiam ser eventualmente construídas.

Então, a Subcomissão deve ter, como recomendação, sete Parlamentares. Então, nós faríamos uma Subcomissão temporária, com sete Parlamentares, para dar prosseguimento a essa tarefa. Os Senadores que quiserem, depois, encaminhem à Comissão e nós constituiremos essa Subcomissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, queria só que, na verdade, pudesse discutir o *royalty* como um todo, não só o do petróleo. *Royalty* mineral como um todo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na realidade, a contrapartida financeira mineral não é propriamente *royalty*. Mas, de qualquer forma, poderíamos abarcar a contrapartida financeira do setor minerário. Vamos--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Talvez, Presidente, incluir também a distribuição do ICMS, do Imposto de Renda, fazer também uma distribuição melhor dos critérios da Reforma Agrária--
[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Reforma Tributária nós já temos uma Subcomissão funcionando, por sinal, já apresentou um relatório de conceitos básicos da Reforma Tributária e não tratou desse tema específico. Então, poderíamos criar uma Subcomissão para tratar especificamente da questão dos *royalties* e da contrapartida financeira minerária, mesmo porque está criando um

grande tumulto essa questão minerária. Tem Estados, por exemplo, que estão fazendo Legislações próprias, sem amparo da Legislação Federal, dificultando investimentos que estão em andamento. Então, é um tema que precisa de uma reflexão nacional, eu acho que nós poderíamos fazer um estudo, e, evidentemente, essa Subcomissão não tem poderes para se sobrepor ao que a Comissão e, depois o Plenário do Senado poderá futuramente se posicionar. Mas acho que é um debate que precisa ser aprofundado e que acho que mereceria uma Subcomissão. Como Presidente, está acatada a sugestão, constituiremos uma Subcomissão e, seguramente o Senador Marcelo Crivella poderá contribuir decisivamente a ela.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Vou disputar a Presidência, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, então, dar prosseguimento à nossa lista. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senhor Presidente, membros da Mesa e dirigentes dessas grandes instituições do nosso país, que muito orgulham o brasileiro. O Brasil vive um grande momento. Mas a postura da PETROBRAS e essas notícias, e o que está acontecendo, não só com o petróleo, mas com o próprio biodiesel, os leilões da última semana, enfim, é uma coisa que anima o brasileiro e nos orgulha muito. E esse debate, eu quero parabenizar os autores do Requerimento, eu penso que é um momento muito particular, de nós termos um encontro e debatermos com o olhar de Brasil, não só com olhar no litoral brasileiro, mas olhar o Brasil, o interior do Brasil, as cidades, o nosso povo, e ter um olhar e uma propositura de nação. Até porque, a PETROBRAS, ela vem... Ela tem uma mistura da racionalidade, mas tem o coração, a paixão do povo brasileiro que a criou.

Então, eu venho lá do Amazonas, desse interior, desse Brasil bonito, verde, onde a PETROBRAS está lá, mas, eu penso que essa discussão e o termo que eu quero colocar é repartir, dentro de novos paradigmas. Nós não podemos continuar com a mesma regra de 11 anos atrás. A lei, a nossa lei de *royalties*, a 9.478, que é de agosto de 97, dentro dessas novas perspectivas, e aí a nossa Constituição, ela foi sábia, 88, penso que isso está correto, é um bem da União, e eu quero trazer minha voz uma pessoa lá da Amazônia para chamar atenção dos nossos Senadores do litoral. Nós precisamos discutir, e eu concordo com a discussão, repartir dentro dos novos paradigmas. Uma coisa é a lei que atende à nossa reserva de hoje, de 14 bilhões de barris de petróleo. Mas, se constatados, nós vamos estar discutindo sobre 70 bilhões ou mais. É para cima. Não é isso a perspectiva?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não traga esse assunto de volta, por favor.

[risos].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, veja só, é isso que eu quero discutir. Uma coisa é a lei que atende à realidade de hoje e uma realidade exitosa, bonita, eu quero parabenizar, eu sempre falo com muita racionalidade, mas com muita paixão sobre o que a PETROBRAS fez, faz e fará.

Então, eu quero me colocar ao lado daqueles que querem discutir a lei dos *royalties*, eu quero colocar, é repartir, dentro dos novos paradigmas, com essa perspectiva do que já aconteceu com o campo de Tupi, e com essa perspectiva dessa riqueza. O patrimônio é nosso, a PETROBRAS é nossa, é do povo brasileiro. Eu penso que nós precisamos ter essa grandeza de fazer uma nova repartição dos *royalties*, e aí, V.Exa. tem razão, Senador Mercadante, de abrir... Nós estamos começando essa discussão, essa eu acho que é a primeira audiência, nós precisamos fazer mais, discutir amplamente essa nova perspectiva do Brasil. Discutir gás, petróleo, a 300 quilômetros, numa profundidade de cinco mil metros, sete mil metros, só a camada de sal é dois mil metros, dois mil e tantos quilômetros. Então, eu quero dizer isso, a alegria de fazer parte dessa discussão e da minha colocação aqui de que é momento, o momento é propício, não é contra o Rio de Janeiro, não é não... É discutir dentro dessa realidade nova. Nós temos um novo paradigma de petróleo no Brasil.

Então, é o Congresso Brasileiro que tem que abrir esse debate. É a sociedade brasileira que tem que participar deste debate. Mas, fazer uma nova lei, depois de 11 anos, eu penso que é justo, é democrático, é ter um olhar no interior do Brasil e dizer que a educação básica precisa desses *royalties*. A questão ambiental, ela já vem sendo contemplada. Mas os *royalties* desse Brasil precisam ir na direção das crianças, da população analfabeta, da população que é vítima dessa tragédia de não ter acesso à escola, ao conhecimento. Nós precisamos tirar um pedaço, eu estou trabalhando isso, e quero dizer para Casa, estou estudando essa matéria, os percentuais que poderão ser construídos nesse debate, mas vou apresentar, porque a educação básica do Brasil precisa ter parte dessa riqueza, que é do povo brasileiro, e aí a nossa Constituição apontou corretamente essa responsabilidade.

Agora, eu encerro, Senador Mercadante, Senador Casagrande, autores desse Requerimento, dizer que nós precisamos encarar e fazê-lo com um olhar democrático e comprometido com o presente, mas com o futuro da nação, do nosso povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço. Eu só pediria que pudessem ser bem objetivos, já são 13h40, para podermos concluir a nossa audiência, todos têm compromisso. Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senhor Presidente, eu assino embaixo e estou inteiramente de acordo com as propostas que inicialmente foram feitas pelo Senador Renato Casagrande, pelo Senador João Pedro, que vêm ao encontro, sem dúvida alguma, de um desejo da sociedade brasileira, notadamente aquela que se preocupa com as disparidades regionais, com as diferenciações de renda e com a pobreza marcante que ainda existe em muitas regiões, como no norte e nordeste do nosso país. Haverá de surgir um novo critério, e eu quero, nesse momento, felicitar também o Presidente dessa Comissão, que propôs a criação de uma Subcomissão temporária no âmbito dessa Comissão, visando oferecer ao nosso país uma nova saída para a redistribuição dos recursos, que são muitos, dos *royalties* que são arrecadados em todo o Brasil, principalmente nos Estados e Municípios produtores. E nós temos dados suficientes, que aqui foram dados pelo... Fornecidos pelos ilustres palestrantes, que mostram que a nossa arrecadação de *royalties* cresceu no montante de 40 vezes, nesses 10 anos. Quer dizer, é muito dinheiro que está sendo distribuído para os Estados e Municípios. Significando dizer o seguinte, que não só critérios de... Quantas vezes?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): 318 vezes.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): 318 vezes, nesses últimos 10 anos. Então, veja que há necessidade de fixação de novos critérios de distribuição e também, principalmente, critérios de aplicação. Porque, por exemplo, há Municípios que, não tendo mais onde aplicar o dinheiro dos *royalties*, porque já fez calçamento, já fez escolas, postos de saúde, há Municípios que estão gastando em despesas, como posso dizer assim, adiáveis, supérfluas, gastando profusamente em festas, na contratação de bandas a preços milionários... Tudo isso é um desvio de finalidade, uma distorção que está sendo cometida em todo o Brasil, enquanto Municípios têm necessidade de recursos para a educação, obra de infra-estrutura, outros que, detêm esse poder dos *royalties*, aplicam mal. Mesmo porque os recursos estão sobrando tanto, que eles são... Ou, então, há Municípios que guardam os recursos. Municípios pequenos, recebem tanto dinheiro que não sabem como aplicar e o dinheiro está lá guardado, depositado no Banco do Brasil, rendendo juros sem nenhuma objetividade.

Por isso eu perguntaria apenas ao nosso Dr. Estrella e também ao Presidente do IBGE, como também ao Dr. Haroldo, se realmente os critérios da distribuição hoje estão de acordo com a realidade ou deveriam mudar, e também os critérios da aplicação desses recursos deveriam continuar como estão ou deveriam mudar?

E, afinal, Presidente, eu gostaria de dizer que as declarações do Dr. Haroldo Lima, que criaram uma certa... Um certo nervosismo no mercado de ações, eu não estava aqui, mas eu soube que S.Exa. explicou muito bem e citou as fontes que determinaram essa sua declaração. Eu tenho o maior respeito pelo Dr. Haroldo Lima porque, como Deputado Federal, como Parlamentar sempre foi um cioso de suas responsabilidades, sempre teve sua vida pautada no critério da honestidade, da ética e da decência, por isso eu valorizo seu pronunciamento. Teve a coragem de vir aqui e não se esconder perante a imprensa e mostrar seu pensamento. É quase sergipano--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares a intervenção. Próximo, Senador Tasso Jereissati e, depois, Eduardo Azeredo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senhor Presidente, a minha pergunta não é bem sobre *royalties*, até porque eu acompanho o pensamento do Senador João Pedro, do Senador Valadares, que, a 300 quilômetros de distância, essa discussão sobre que Município pertence, eu acho que nós devíamos realmente rever isso aí. Porque um pouquinho mais, eu vi ali pelas paralelas mostradas pelo Dr. Luis Paulo Fortes, dentro em pouco, o Ceará pode requerer Portugal como propriedade nossa, dentro dessa discussão que nós estamos chegando.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E a PETROBRAS está perfurando o litoral de Portugal, com a PETROGAL, já está perfurando lá a seis mil metros de profundidade.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas a minha pergunta é para o Dr. Estrella. Eu vi aqui a exposição bastante elucidativa do Dr. Estrella, e minha pergunta é a seguinte: Todas as notícias que temos da PETROBRAS são altamente alvissareiras. São altamente positivas e são altamente eufóricas até. Começou pela grande festa que foi feita pela... Da auto-suficiência de produção de petróleo da PETROBRAS, festas nacionais, cantamos o Hino Nacional e o Presidente da República em vários lugares etc. etc. No entanto, a realidade... Os números da realidade são um pouco diferentes dos números apregoados. O dia-a-dia da PETROBRAS não é tão brilhante quanto os anúncios. Pelo menos, aparentemente, o que fica um paradoxo

que nós ficamos querendo entender. Por exemplo, o lucro da PETROBRAS decresceu drasticamente. No ano em que o petróleo subiu, passou do patamar de 100 dólares o barril, que todas as empresas de petróleo do mundo estouraram seus lucros, deram resultados fantásticos, o lucro da PETROBRAS decresceu 17%, o que é altamente preocupante, porque ,vão dizer: “Mas foi um lucro”. Foi um lucro, mas atribuí-a-se ao magnata Rockefeller a máxima que “o melhor negócio do mundo é o petróleo bem administrado e o pior negócio do mundo... E o segundo melhor negócio do mundo é o petróleo mal administrado”. A minha pergunta é se, enquanto todas as empresas de petróleo sobem a sua lucratividade, a da PETROBRAS cresce, no melhor ano teórico, é o caso que a PETROBRAS se encontra nessa segunda opção do magnata Rockefeller, do negócio de petróleo mal administrado.

A outra pergunta que me faço também é a seguinte: Todos os anos cresce a importação de petróleo no país e a conta-petróleo é uma conta que sobe significativamente e não está ajudando em nada, atrapalhando bastante o balanço de pagamentos do país. Nós tivemos, se não me engano, vou dar números redondos, não são números exatos, mas nós tivemos, em 2006, três bilhões de déficit de importação e exportação, passamos para seis bilhões, ao redor de seis bilhões, em 2007, e estamos falando agora em mais de oito bilhões, em 2008. Ou seja, a auto-suficiência não aconteceu e está piorando, apesar de todas essas avaliações e esses anúncios que estão sendo feitos aí.

Então, eu queria um entendimento, uma explicação sobre essas duas... Dois cenários que nós vemos. Um, o dos anúncios, e outro, o dos números concretos da PETROBRAS, que nos chegam.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Tasso Jereissati. Próximo inscrito, Senador Eduardo Azeredo. Nós não poderemos, por Decreto, estabelecer um litoral para o Estado de Minas Gerais, mas, de qualquer forma, V.Exa. poderá rediscutir os critérios.

[risos].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero começar por aí, temos mais de um milhão de mineiros no Rio de Janeiro, então, não tem por que discutir tirar do Rio ou deixar... Até porque é momentânea a situação, com novos poços, pode se alterar e pode ser outro Estado que venha receber mais. Mas é claro que... Está claro que, da forma que está a distribuição hoje, ela não é justa em relação aos investimentos. A PETROBRAS vai investir não sei quantos milhões, foram falados aí, e esse dinheiro vem de onde? Vem de brasileiros tocos, vem de todo o país, todos brasileiros estão investindo. Então, o produto desse investimento

não pode ficar concentrado só num Estado ou alguns Municípios.

Queria deixar a colocação, Senador Mercadante, não sei como é que nós faríamos, seria até um Requerimento meu, se está havendo contingenciamento desses recursos, que foi a colocação do Dr. Haroldo, quer dizer, mais de um bilhão para o Ministério da Marinha, são alguns milhões para outras finalidades, como a própria pesquisa, que destino está sendo dado efetivamente a esse recurso. Aí, o Ministério da Fazenda que pode responder.

A questão, portanto, dos limites também, me parece que nós poderíamos pensar na alternativa de ter limite máximo para Município. Porque, o que acontece hoje também, é que essa distorção não tem limite. Quando nós temos aí, por exemplo, a representação dos Deputados na Câmara, ela tem um limite. São Paulo é o maior Estado, maior população, mas tem um limite. Vai até 70 Deputados e pára aí. Então, era necessária alguma coisa nesse sentido porque a discrepância vai se acelerando a cada dia, quando aumenta o valor do petróleo e aumenta a produção.

De maneira que eu queria colocar só essa posição de que está havendo ou não congestionamento e a questão de que sou plenamente favorável à rediscussão, acho que o caminho mais razoável está colocado aqui... É em cima desse Fundo Especial. O Fundo Especial, que hoje só recebe 10%, ele pode evoluir para um terço do valor ou para 50% do valor, e aí, nós teríamos uma distribuição mais justa em todos Estados e Municípios do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Eduardo Azeredo, a objetividade. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os nossos ilustres convidados, que hoje deram aqui uma aula muito lúcida sobre a maior riqueza nacional. Mas queria também, senhor Presidente, colocar a preocupação, como Senador do Rio de Janeiro, uma discussão como essa. Nessa, eu diria, imensa forja, onde há 50 anos se constrói o homem brasileiro, nós já vivemos momentos de discutir o federalismo. Acho que essa é uma discussão que passa por isso. Era sonho de emboabas, era sonho de farroupilhas, de mineiros, de pernambucanos, consagrado na nossa Constituição de 91, mas que, na primeira República, devido ao desequilíbrio de dois Estados do Sul, São Paulo e Minas ficaram prejudicados. No Estado novo, chegamos ao ponto de, aconselhado pela intolerância dos Ministros, se queimar a bandeira dos Estados. Na época da terceira República, não houve tempo para se consolidar o princípio do federalismo, que foram apenas 17 anos,

atropelados pela revolução militar. E, hoje, ainda não firmamos esse princípio porque há um centralismo político e um confisco fiscal, que é notório.

Quando se fala em redistribuir os *royalties*, que hoje têm fator preponderante na economia do Rio de Janeiro, é preciso considerar outras coisas. Os argumentos que eu vi aqui é “porque o petróleo aumentou de preço e aumentou a produção”. Mas será que isso valeria também para nós revermos os incentivos fiscais que damos à Zona Franca de Manaus, criada por Juscelino Kubitschek, em 1957? Porque também as realidades mudaram. Hoje, Manaus já não é mais aquela cidadezinha provinciana; é uma grande metrópole. Amanhã, o maior produtor de petróleo poderá ser o Rio Grande do Norte. E é bom lembrar também que o Estado do Rio de Janeiro é o segundo maior arrecadador de tributos federais e o 19º a receber repasses. Exatamente porque a lei já contempla, na sua distribuição dos recursos da União, uma tentativa de diminuir nossas disparidades regionais.

Houve momentos... E seria bom que a nossa história sempre fosse de paz. Mas houve momento em que pagamos com vida e sangue, que é o preço que Estados e nações pagam mesmo para construir pátria. E eu fico muito temeroso, nessa Casa, onde se cultuam, eu diria, os princípios da harmonia e da boa convivência entre os brasileiros, nós tratarmos de temas que serão seguramente temas candentes, difíceis, até porque o Rio de Janeiro não é um Estado, um Emirado Árabe. É o Estado mais violento do Brasil, com 311 mil crimes cometidos por ano, com mais de 800 comunidades carentes. E, numa situação... A economia do Rio já não cresce há 10 anos. E nós não vivemos todo o *boom* econômico que viveu o centro-oeste ou que viveu São Paulo.

De fato, essas coisas preocupam muito, tenho certeza que vão recusar ir de maneira muito preocupante na população do Rio, em todos os Prefeitos, tenho aqui ao meu lado o Prefeito de Macaé, a gente estava comentando, as pessoas, quando olham os números, talvez não tenham imagem própria da realidade. Macaé é o Município onde nasceu minha avó. Riverton Mussi é hoje o Prefeito de lá. Ela atraiu uma multidão de pessoas devido aos *royalties* e aos pequenos melhoramentos urbanos, calçamento, emprego... Hoje, nós temos uma população de imigrantes imensa e que causou uma favelização(F) extraordinária. Quem vai a Macaé, certamente, não faria o discurso de dizer que os *royalties* são desperdiçados, porque ali ele luta muito. Olha, eu já o acompanhei, para os senhores terem uma idéia, ao Ministro Patrus Ananias, sabe para quê? Para pedir aumento do Bolsa Família, no Município nosso, que mais recebe *royalties*. Nós fomos ao

Ministro. Acho que o Prefeito deve se recordar disso, pedindo melhoras, aumentar nosso programa de Bolsa Família, naquela região, para aliviar a quantidade de pessoas que vieram em busca desse *boom*, desses *royalties*, desse petróleo que, de repente, está passando aqui como uma ilusão. E, na verdade, não é. Essas são minhas preocupações.

Eu fico preocupado também quando o IBGE, uma Casa que eu tenho muito apreço, estudei lá, o meu curso de segundo grau, a Escola Técnica foi feita na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ali na André Cavalcanti, e que, infelizmente, faço até um apelo ao senhor, a V.Sa., para que volte o curso técnico do IBGE, que era um curso muito bom, muito distinto. Nós saíamos dali empregados. O curso técnico foi extinto, não sei por quais razões. Mas o Presidente Lula tem visão de reabrir as escolas técnicas. Seria uma grande escola técnica a ser reaberta.

Eu queria perguntar, então, ao Dr. Luis Paulo, minha maior preocupação, essas hipóteses que o senhor apresentou para relocar(F) os campos de petróleo, essas hipóteses sob as quais o IBGE está debruçado, o campo de Tupi e o campo de Júpiter passariam para São Paulo? E, complementando, qual o Estado que V.Exa. nasceu? Obrigado, Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, só comentar. Eu não vi ninguém defendendo aqui, Senador Crivella, que acabe com os *royalties* dos Municípios. Ninguém está defendendo isso, Está se defendendo uma revisão, de forma que fique mais justa a distribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a correção do Senador Crivella. Eu sou o último inscrito, pediria autorização para a Comissão para falar aqui da Mesa mesmo, para nós podermos acelerar o encaminhamento dos trabalhos. Se não houver nenhuma objeção, o farei--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senhor Presidente, mesmo não sendo membro da Comissão... Deputado, eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Você não pode falar. Agradeço a participação. Mas tenho certeza que fará uma grande Audiência Pública lá na Câmara dos Deputados. Infelizmente, o Regimento da nossa Casa não permite intervenção de ninguém que não tenha o mandato de Senador, mesma coisa vale para a Câmara dos Deputados. De qualquer, agradeço a presença. Eu não posso conceder a palavra, agradeço a participação. Nós temos vários Prefeitos aqui, Deputados Estaduais e todos com grande interesse nessa matéria, mas, infelizmente, o Regimento é a lei da Casa e eu sou escravo dele e não tenho como alterar.

Eu quero ser bem objetivo e dizer, em primeiro lugar, nós temos que considerar que mudou o peso da economia do petróleo na economia nacional. Não só mudou porque cresceu 318% nessa década, como as perspectivas são as mais promissoras no sentido de aumentar ainda mais o peso relativo. Não só pelo preço internacional do petróleo, mas pelas perspectivas das novas áreas, inclusive em terra. São Francisco, Parnaíba, Urucum e especialmente as reservas de mar do pré-sal, que são as mais promissoras. Quem diz que são as mais promissoras, não é apenas a PETROBRAS. São as grandes empresas petrolíferas que lá estão, ou em parceria, ou, inclusive, no caso da Exxon, como um bloco próprio, onde eles têm a dominância do consórcio.

Mas, se nós analisarmos, as perspectivas são as mais promissoras. Bom, e eu concordo inteiramente com a ponderação do Senador Tasso Jereissati, o pré-sal, eu já disse isso, o ser humano enxerga 30 quilômetros por causa da curvatura da terra. Nem de binóculo, mas nem com luneta você vai conseguir enxergar o que será a exploração do pré-sal a 300 quilômetros do litoral. Então, há uma discussão que o país precisa fazer de conceitos dessa nova realidade, em duas direções: A primeira é o critério de repartição porque a evolução do critério foi cada vez mais concentradora. Aqui não é apenas o problema do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo entre os Municípios do Rio de Janeiro, eu tenho... Macaé está muito bem posicionada. Quase meio bilhão de reais por ano. Rio das Ostras também, do lado, também está muito bem posicionada. Mas, Bom Jardim e Professor Silva são Municípios muito mais carentes e estão totalmente fora da repartição dos *royalties*. Se nós pegarmos São Francisco do Conde, na Bahia, Canindé, que está ao lado, não tem um real. Eu pergunto se não vamos abrir essa discussão? Ou seja, nove Municípios do Rio de Janeiro tem 62% dos recursos. E Municípios limítrofes, que estão ali ao lado, com a mesma problemática, não têm um real da repartição dos *royalties*.

Eu acho que esse critério concentrador é absolutamente aleatório, num país que tem mais de 5500 Municípios, insustentável, e eu diria, até do ponto de vista técnico. Eu poderia para dizer, novo critério de repartição deve ser aquele critério que favoreça São Paulo. É simples. Eu quero o critério da Colômbia, do Equador, do Peru, de vários países que estão no oceano pacífico, cujos critérios são as paralelas. Todo o campo do pré-sal iria para São Paulo. Estou usando um critério reconhecido internacionalmente. Ali foi explícito. Não acho que a discussão nossa deva ser feita dessa forma. Acho que nós deveríamos buscar critérios mais consistentes, talvez, o IBGE, pela sua

vivência técnica, tenha colocado um método que não sei quais são as implicações, mas, me pareceu um método que não está ligado ao acidente geográfico, de como é que se projeta a oblíqua para o mar, que é uma coisa completamente sem domínio e sem critério. Como os campos abrem as oblíquas dessa forma, e o município limítrofe fecha sem nenhum acesso às áreas e ele está igualmente exposto à plataforma em área rasa. Então, acho que nós precisaríamos discutir um critério técnico mais fundamentado, mais consistente, para justificar os Municípios que têm impacto direto e indireto.

Segundo lugar, tem uma outra discussão que precisa ser feita. E aqui não é colocar em suspeição nenhum dos administradores beneficiados pelo petróleo. E, particularmente, o Governo do Rio de Janeiro, que tem feito um esforço imenso, de modernização, de parceria e combate à violência. Acho que temos que ter critérios de compromisso intergeracional. O petróleo é um bem não renovável. As futuras gerações não terão esta renda. Então, aqueles que hoje são privilegiados com essa possibilidade têm que ter o compromisso de aplicar recursos em políticas públicas que protejam as gerações futuras, onde não haverá mais essa riqueza, como aconteceu em várias áreas do Brasil e fora do Brasil. O Mar do Norte, o que restou de petróleo é muito pouco. Tem países que já não têm. Eu dou exemplo concreto na área minerária. É só ir em Serra do Navio. Eu visitei Serra do Navio há 30 anos atrás, era um pólo produtor de manganês, uma cidade pujante, uma vida, renda, acabou o manganês, ficou só o buraco. Não ficou nada. E o petróleo vai ser a mesma coisa.

Então, nós temos que ter o compromisso, eu citei o exemplo da Noruega porque são bons exemplos. A Noruega tem um fundo de investimento em educação, ciência e tecnologia, que vai assegurar, é um fundo que é gerido numa perspectiva de longo prazo para preservar as condições das futuras gerações terem condições de gerar renda, que não dependam mais do petróleo. Então, acho que devíamos, tanto na distribuição quanto na vinculação de programas, rediscutir a repartição dessa riqueza, que vai ser cada vez mais relevante.

Acho que a idéia de um método alternativo com uma transição, para não penalizar nenhum ente federado, tem que ter uma transição, para que não haja, evidentemente, uma mudança súbita que possa prejudicar a gestão de quem quer que seja e, seguramente, qualquer que seja o critério, o Estado do Rio estará muito bem posicionado, porque as jazidas que estão próximas, assim como a Bahia e Sergipe, são Estados com grande perspectiva, como é São Paulo a partir de agora; São Paulo estava totalmente à margem, mas

hoje está muito bem posicionado em relação... Porque foi mencionado aqui Tupi e Júpiter. Mas não se mencionaram aqui... Não sei por que você pôs Júpiter nessa conversa, porque não estão quantificadas as jazidas, mas não se mencionaram os outros poços já perfurados no pré-sal, que estão totalmente, no critério de hoje, no Estado de São Paulo. Não estou fazendo uma discussão menor, provinciana. É uma discussão que precisamos fazer com grandeza e pensar o critério.

E acho, finalmente, que esse novo critério tem que ter, além do compromisso intergeracional, algum critério proporcional à população e inversamente proporcional à renda per capita. Isso é justiça. Sem isso, não há justiça. Por exemplo, Quissamã tem 16 mil habitantes e tem quase 100 milhões de reais por ano de receita do petróleo. Então, o critério populacional também tem que entrar, inversamente proporcional à renda, como um critério de repartição. Acho que se nós fizermos uma boa criteriosa e transparente acho que o Brasil vai ganhar muito mais, vamos aplicar com muito mais correção, dentro de uma visão estratégica do que esse país quer com esse recurso. Que cada vez vão ser mais importantes para a nossa economia.

Agora vou passar a palavra aos três, para concluirmos nossa apresentação. Guilherme Estrella, para concluir a participação da PETROBRAS, já antecipadamente agradeço a competência e a qualidade da intervenção.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Muito bem. Eu gostaria de tentar responder ao Senador Tasso Jereissati. Senador, a indústria petrolífera, ela é uma indústria que tem uma característica marcante. É uma indústria de longo prazo. Quer dizer, por exemplo, uma descoberta que nós fazemos hoje, ela só vai ser transformada numa... Num sistema produtor de recursos, em cinco anos, conforme até as dificuldades tecnológicas que se enfrentam, às vezes, até seis, sete, oito anos. Até por causa disso, a ANP dá, nos permite, nos concede um... Programas de desenvolvimento da produção também variáveis, de acordo com a complexidade dos problemas que nós enfrentamos.

Então, julgamento de uma empresa por um resultado pontual é um julgamento que me parece distante dessa visão concreta da indústria petrolífera. Isso sob o ponto de vista geral. Por exemplo, as empresas que foram altamente lucrativas no ano passado, como a EXXON e a Shell, estão perdendo reservas. Essas empresas, o futuro dessas empresas, quando se faz uma avaliação das entidades, até internacionais, que analisam o risco dessas empresas, essa avaliação é muito menos positiva que a da PETROBRAS. Porque essas duas empresas estão perdendo reserva. A Shell

perdeu reservas o ano passado. Enquanto a PETROBRAS cresce suas reservas.

Então, eu repito, o foco no julgamento de uma companhia de petróleo sob um resultado parcial, é um foco que perde essa perspectiva de médio e longo prazo, que é característica da indústria petrolífera. E, por isso, é que a PETROBRAS é muito bem avaliada pelas agências internacionais de avaliação de risco de investimentos nas empresas petrolíferas. Muito bem.

Outra coisa é o seguinte, é que essas empresas, elas praticam preços internacionais imediatos. Quer dizer, subidas e decidas do preço do petróleo, elas imediatamente refletem, elas fazem refletir essas variações nos seus preços de comercialização. A PETROBRAS não. A PETROBRAS, ela trabalha com faixas, com bandas. Ela não transmite, ela não impõe ao preço dos nossos produtos vendidos no Brasil a variação diária do preço do petróleo. Então, a gente... Por quê? Porque os preços não estão muito voláteis, as demandas e a produção mundial, elas estão variando muito, então, a empresa entende que a passagem imediata para os preços brasileiros, para os nossos produtos aqui no mercado doméstico, ela não reflete, ela não deve refletir essas variações de muita volatilidade que o mercado internacional apresenta.

Então, os nossos preços, eles variam muito menos, internos, variam muito menos que das outras empresas que atuam internacionalmente, com preços variando e, quando o petróleo sobe a 100 dólares o barril, que eles imediatamente praticam os preços nas suas vendas, isso se reflete, naquele momento, ao lucro delas. Então, também tem isso, isso é uma característica, uma parte que diferencia a PETROBRAS das outras empresas multinacionais. Estrangeiras.

Outro ponto importante é o seguinte também, que o senhor citou. Com o crescimento da produção doméstica em petróleo tipo Marlim, petróleos que são pesados, nós enfrentamos uma situação que as nossas refinarias, por falta de investimentos anteriores, nós não acompanhamos, na área de refino, a necessidade de investimentos para preparar as nossas refinarias para refinar o petróleo nacional, e retomamos esses investimentos pesados, agora desses últimos anos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que é que o senhor chama de anteriores?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Na década anterior, por exemplo. Então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nesses seis anos, não teve tempo de se ver isso?

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA: Não, nós estamos investindo pesadamente, retomamos pesadamente os investimentos em refino agora. Não são obras que duram um ano.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Três anos.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Nós já estamos aumentando concretamente a participação do petróleo nacional no nosso parque de refino. E 2012, até o Diretor Paulo Roberto deu uma entrevista que saiu nos jornais ontem, em 2012, então, completam-se essas obras de adaptação e construção de novas unidades nas refinarias também; de adaptação total das nossas refinarias para refinar o petróleo nacional. Enquanto isso não acontecer, o que é que fazemos? Temos que exportar o petróleo e importar derivados, principalmente diesel, a preços internacionais. De modo que isso também dificulta a nossa--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] a déficit do petróleo.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Volumetricamente, não. Desculpe, Senador. Volumetricamente, nós estamos produzindo, em volume--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Estou falando em dólares aqui, que estou com a estatística oficial, em dólares, a déficit de petróleo--

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Existe o déficit financeiro. Ainda por causa disso. Porque nós não preparamos as refinarias nossas para refinar nosso petróleo totalmente. Então, nós somos obrigados... Como o consumo de combustíveis, principalmente do diesel, aumentou muito, nós somos prosseguidos, inclusive, a não só importar petróleos mais leves para, juntando com nossos petróleos pesados, ocupar 100% da capacidade refino, mas também importar diesel a preços internacionais, que é um combustível que está muito elevado. E isso prejudica certamente nosso balanço.

Mas isso... Então, é isso, a minha resposta consiste nisso. A avaliação da PETROBRAS é muito boa, a gestão da companhia está sendo avaliada muito bem pelas empresas de risco internacional, classificadas internacionais, porque elas estão vendo o futuro, como deve ser efetivamente avaliada uma empresa de petróleo. E não resultados pontuais, que refletem realidades diferentes, inclusive, de uma realidade brasileira, de uma realidade que essas outras empresas enfrentam... Atuam internacionalmente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O senhor desculpa, mas a avaliação de risco é feito de maneira internacional. Se uma empresa tem um critério de administração que não leva em conta o ajuste de preços, diferente, imediato, diferente de que outras parças(F), significa que esse critério está errado, está levando a menos produtividade, menos lucratividade do que outros que estão adotando outro critério. Então, é um problema de gestão sim. V.Exa. mesmo acabou de dizer: "O nosso problema é que nós adotamos o cri-

tério, gerencial, diferente de outras empresas". Então, existe um problema gerencial, que leva a uma perda de lucratividade importante.

A outra coisa é que foi anunciado o superávit, a auto-suficiência de petróleo. Foi anunciado, o Brasil todo festejou, todos nós aqui cantamos o hino nacional com mão no peito, e isso não está acontecendo, até porque também, tenho dados aqui da produção, e os dados da produção mostram que a produção não está crescendo conforme o planejado. A produção, este ano, já está -5% abaixo das metas estabelecidas.

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Vou responder ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos só concluir para gente--

DR. GUILHERME DE OLIVEIRA ESTRELLA:

Sim. A atividade de exploração e produção é uma atividade que contém riscos. É verdade. Nós trabalhamos com a natureza. Nós trabalhamos com a resposta da natureza aos investimentos e aos sistemas que nós implantamos. Nem sempre as coisas são... Saem exatamente como nós planejamos. 5%, Senador, 5%, no contexto dos problemas e das incertezas que as atividades de exploração e produção trabalham, é um percentual absolutamente natural. Até para mais. 5% para mais ou para menos. É uma realidade que nós trabalhamos no nosso dia-a-dia. Trabalhamos com perfurações de poços, trabalhamos com grandes obras, que às vezes atrasam, com sistemas complexos, tudo isso são componentes dessa nossa projeção.

Mas, esse ano, o que é importante, e que as agências internacionais reconhecem, é que nós crescemos reservas, enquanto as grandes companhias estão perdendo reservas; nós aumentamos a produção, enquanto as empresas estão... A Shell perdeu produção. Estão lutando para manter sua produção e nós estamos com descobertas ainda não apropriadas nas nossas reservas, no pré-sal, nenhum barril de petróleo ainda foi, do pré-sal, foi apropriado de nossas reservas, que nos permitem crescer concretamente, uma previsão concreta de crescimento de reservas a curto prazo.

Então, a empresa, eu repito, quer dizer, a análise pontual da companhia é uma análise que é feita e pode ser feita e deve ser feita, mas ela sai do contexto do ambiente e da realidade de quem trabalha e que efetivamente opera e trabalha numa empresa petrolífera.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Guilherme Estrella. Podemos voltar a esse debate inclusive. Estamos chamando o presidente da ANP, do IBP, Instituto Brasileiro de Petróleo e o Presidente da PETROBRAS para discutirem

marco regulatório e essa, seguramente, essa agenda voltará a esta Comissão. O Diretor-Geral Haroldo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Só não me venho mais colocando culpa no anterior. Isso não dá mais. Estamos há seis anos aí, culpa no anterior não foi que porque não foram investimentos anteriores, por favor, não falem mais isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O próximo inscrito, então, Diretor-Geral Haroldo Lima.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Senhor Presidente, Srs. Senadores, à guisa de despedida, eu gostaria de dizer que achei muito positiva essa audiência, muito rica, substancial, e queria parabenizar os autores do Requerimento da audiência, vamos dizer, de rediscutir um pouco essa temática de distribuição das participações governamentais do Brasil.

Então, ênfase que nós estamos, no caso da ANP, cumprindo a Legislação em vigor, a política predominante, a política governamental. Agora, esses fatos todos que aqui são levantados não deixam de criar certa preocupação. Quer dizer, aquilo que eu disse no início, por um lado, o petróleo é da União; por outro lado, a Legislação estabelece que é preciso haver compensações financeiras aos locais onde são feitos determinados aproveitamentos porque esses locais ficam muito prejudicados pelos investimentos feitos pelas concessionárias. Então, esses dois aspectos têm que articular. E, ao articular esses dois aspectos, nós não podemos deixar de ficar, assim, meio agoniados, meio inconformados com alguns dados concretos. O Senador Mercadante fez referência aí a cinco e tantos Municípios brasileiros. São 5.562 Municípios do Brasil. Desses, 4.789 não recebem absolutamente nada. É um dado a ser examinado com mais cuidado, com espírito de brasilidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): e nove recebem 62%

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

--O espírito de brasilidade... Observo também que o restante são 823 Municípios brasileiros; 823 Municípios são os que recebem. 50 deles recebem 83,6% dos *royalties*. 103 Prefeituras dessas que recebem, recebem menos de mil reais. 182 Prefeituras recebem menos de um milhão de reais. E um pequeno grupo, de cerca de 10 a 15 Municípios, recebe algumas dezenas ou centenas de reais. Há dados também que chamam atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Centenas e dezenas de milhões de reais, só para corrigir.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Está certo. Das 27 unidades da federação, só 10 recebem *royalties*. Mas, dessas 10 que recebem *royalties*, você pega o Rio Grande do Norte, a Bahia, o Amazonas, o Espírito Santo ficam com 12%. Alagoas, Ceará, Paraná e São Paulo ficam com 1.1%. E 86% ficam com o Rio de Janeiro. São dados que precisavam ser examinados, sem perder de vista aquilo que eu chamo atenção os dois aspectos, o petróleo é de todos, agora, os locais também em que o petróleo aparece, esses devem ser expressivamente compensados sem o que há efetivos problemas porque são, de resto, os mais prejudicados. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Diretor-Geral da ANP, e agora, para concluir com brevidade, o Presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Bom, Sr. Senador, muito obrigado. E eu vou ser bastante breve também. Em primeiro lugar, eu queria só comentar algumas observações feitas pelos Senadores, a primeira delas, do Senador Renato Casagrande, que, ao afirmar que possivelmente distorções causadas pelos critérios atuais poderiam inclusive contribuir para a própria distorção na arrecadação de ICMS no Estado do Rio de Janeiro.

Eu comentaria aqui de duas maneiras, em primeiro lugar, o IBGE não trabalha com a hipótese de que há distorção. Para o IBGE, o que existe é uma lei e nós trabalhamos exatamente dentro dessa lei. Mas, mesmo assim, a mensagem dada pelo Senador Renato Casagrande, de que o Rio de Janeiro também seria beneficiado por essa maior participação do ICMS, precisa ser ressaltado aqui que o critério de arrecadação do ICMS na origem, se vier a acontecer, é em cima de um preço de referência que a PETROBRAS calcula, que não é o preço de mercado do petróleo, que hoje estaria para a PETROBRAS algo em torno de 70 a 80 dólares em média, como consta no site da ANP, mas apenas um preço em torno de 13 dólares o barril, que é aquele preço que depois é transferido para as refinarias, onde, então, o ICMS seria tributado no destino e não mais na origem.

Então, o cálculo não é simplesmente olhar que 78% dos *royalties* vai estar no Estado do Rio de Janeiro, o que significa dizer que isso também vai representar uma montanha de dinheiro em termos de ICMS. É falsa essa afirmação. Na verdade, a contrapartida, em termos de ICMS, é muitíssimo pequena, quando comparado com o *royalty* do petróleo. O outro aspecto comentado, inclusive a respeito do crescimento da arrecadação de *royalty* do petróleo, não são 318 vezes e sim 38 vezes de aumento da arrecadação nos últimos

10 anos. Ainda assim é muita coisa. E, justamente por ter crescido muito, é que o Senador Antônio Carlos Valadares pergunta se o critério atual está de acordo com a realidade, para o IBGE está. A realidade é o que a lei determina. E, para essa realidade, o critério definido pelo IBGE é este.

Agora, como o Diretor do IBGE, Luiz Paulo, chamou atenção, dadas as características geográficas do nosso território, nós temos áreas onde, no norte do país e nordeste, nós temos um comportamento, eu diria, horizontal do nosso território, e mais de latitude, e, a demais costa, no sentido vertical, se eu escolher o critério das paralelas, provavelmente o Estado de São Paulo teria uma outra distribuição de territórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O poço vai ter que chamar Bandeirantes, paulistão...

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não, se o critério da paralela permanecesse, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e vários outros Estados brasileiros do nordeste, somente se pusessem a sua linha se estendendo até a África porque, no território nacional, não teriam absolutamente nada. E é exatamente por isso que é necessário fazer a combinação dos critérios das ortogonais e das paralelas realizadas pelo IBGE e que o Diretor da área de geociências da instituição fez a exposição. E é exatamente com esse espírito que o IBGE veio para essa audiência, que é de prestar informações e conceder as informações solicitadas à instituição, como, por exemplo, os critérios apresentados pelo Diretor do IBGE, como seriam alternativos, não são critérios de invenção do IBGE; são critérios de consultas feitas ao IBGE, inclusive nos diversos projetos apresentados pelo Deputado Júlio César, Deputado Feu Rosa, pelo Deputado Fruet e que, para cada uma dessas consultas, inclusive públicas, na Câmara dos Deputados, o IBGE também foi chamado a apresentar. Então, nós trouxemos aqui o que já está discutido e o que já foi trabalhado em algum outro lugar e não necessariamente feito pelo IBGE.

A respeito da pergunta do Senador Crivella se os poços de Tupi e Júpiter passariam para São Paulo, o IBGE simplesmente diria o seguinte, hoje, para o IBGE o poço de Tupi e Júpiter, os dois poços não existem. Portanto, não passariam para lugar nenhum porque, do ponto de vista da produção, ainda não fomos comunicados a esse respeito. Vai depender da lei no momento em que esses poços entrarem em produção.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Quando forem comunicados.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Quando forem comunicados, se a lei atual permanecer em vigor, eles pertencem, como pudemos ver lá no desenho,

pelas ortogonais, pertenceriam ao território do Rio de Janeiro. Agora, é preciso verificar também o critério que a PETROBRAS e a ANP definirão, de exploração dos poços. E esse critério--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pode ser um campo contínuo, o que mudaria toda a definição que temos agora.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: E se for contínuo, o critério é outro. Então, haverá definições que deverão ser determinadas pela PETROBRAS, como explorar, pela ANP, como medir, e depois o IBGE, ao final, simplesmente fará o cálculo que a lei determina, dados os critérios definidos pela PETROBRAS e pela ANP.

E, só para concluir, a respeito também da pergunta do Senador Crivella, a respeito de se o Diretor do IBGE, que estado ele nasceu. Ele, como eu também, nós dois nascemos no Rio de Janeiro, mas nós trabalhamos numa instituição pública federal, nós somos servidores públicos. Aqui nós temos CNPJ e não CPF para associar a nossa origem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito bem. E é bom lembrar, eu vi várias vezes aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas os dois têm título de eleitor, Crivella.

[risos].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu ouvi várias vezes aqui “o petróleo é nosso”, “a PETROBRAS é nossa”. Parece até que o Rio não é. O Rio também é nosso. O Rio é de todos os brasileiros.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: E, só para concluir, eu queria até citar os dois Municípios que o Senador Mercadante também mencionou, do Estado do Rio de Janeiro, Município de Rio das Ostras, que recebe *royalties* de petróleo, e também o Município de Quissamã, mas esses são, por exemplo, dois excelentes exemplos de boa aplicação de recursos provenientes do *royalty* do petróleo. O Município de Rio das Ostras foi, talvez, no Brasil, o Município que reduziu o maior número de domicílios em condições desfavoráveis, em termos de saneamento, eletrificação e calçamento de todas as ruas. O progresso é nítido, nesses dois Municípios, nos últimos sete anos, por conta de uma política do Município em relação à aplicação dos recursos. E o segundo citado também, que é o município de Quissamã, o Município de Quissamã, hoje, ele assegura para toda criança que vive naquele Município acesso à educação, desde a primeira idade até o nível universitário, que é inclusive uma das preocupações do Senador João Pedro. Então, a política de aplicação de recurso

em prol da educação, em prol das crianças, esse é um exemplo de um Município que já faz isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a... E, com muita competência, o Presidente do IBGE não tratou de outros Municípios que aplicam muito mal os recursos do *royalties*, alguns, inclusive, com matérias recentemente publicadas em jornais de grande circulação nacional. Mas eu acho que é a elegância da instituição deve ser esta mesmo. E, de qualquer forma, nos compete tratar desse outro tema.

Queria só, antes de concluir, pôr em Requerimento a proposta de criar uma Subcomissão temporária para tratar da repartição dos *royalties* do petróleo. Senadores que são favoráveis, evidentemente, já se manifestaram, aprovado. Encerrada a audiência. Agradeço a todos pela atenção e participação.

Sessão encerrada às 14h27.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 5ª DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 17 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, reúnem-se, em conjunto, a Comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Renato Casagrande, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Patrícia Saboya, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo, Gim Argello e Jefferson Péres e, ainda, dos Senadores José Nery e Virgínio de Carvalho, do Deputado Federal Julio César e dos Exmos. Srs. Zacarias Ribeiro de Oliveira, Prefeito de Itapirapuã – GO, Matias Barbosa de Miranda Neto, Prefeito de Lagoa do Piauí – PI, e Antonio Ribeiro Barradas, Prefeito de Agricolândia – PI. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Neuto de Conto, Gerson Camata, Eliseu Resende, Jayme Campos, Kátia Abreu, Raimun-

do Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a metodologia da contagem populacional, o procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM e a recente e drástica redução dos coeficientes desse fundo, em atendimento aos Requerimentos nº 05/08-CAE, nºs 03 e 04/08-CDR, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e nº 02/08-CDR, de autoria dos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio e Inácio Arruda, sendo convidados como expositores os Senhores Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM, e João Paulo Lima e Silva, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos – FNP. Após a exposição dos Senhores Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Antonio Pimentel Pereira, Prefeito do Município de Governador Mangabeira – BA, representando o Sr. Paulo Ziulkoski, e do Senhor Onildo Elias de Castro Lima, Secretário Municipal de Finanças Públicas de Manaus – AM e Vice-Presidente do Comitê de Finanças Municipais da Frente Nacional de Prefeitos – COFIM/ FNP, representando o Exmo. Sr. João Paulo Lima e Silva, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares e Adelmir Santana e o Deputado Federal Júlio César. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Bom dia a todos. Havendo número regimental declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a 8ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura que se realizam em conjunto.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa e a aprovação das Atas das Reuniões anteriores das Comissões. As Srªs. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. Apro-

vado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Senhores parlamentares, senhores convidados, senhoras e senhores. O objetivo dessa Reunião é aqui tratar com o Exmo. Sr. Presidente do IBGE da questão da redução em 25% dos Municípios que perderam com a estimativa do censo e, com isso, acabaram perdendo o FPM. Então eu gostaria de cumprimentar, em especial, aos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio, Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares, autores dos Requerimentos, para a realização dessa Audiência Pública. Conforme pauta previamente distribuída a presente Reunião destina-se à realização de “Audiência Pública com a finalidade de debater sobre os critérios e a metodologia utilizada na recente contagem da população brasileira feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o procedimento de fixação dos percentuais que determinam o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e a recente e drástica redução dos coeficientes desse Fundo, em atendimento aos Requerimentos nº 2, de autoria dos Senadores João Pedro, Arthur Virgílio e Inácio Arruda, e os nºs 03 e 04 da CDR, e o nº 05 da CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, que nesta ocasião está sendo representado pelo Sr. Antonio Pimentel Pereira; Exmo. Sr. Onildo Elias de Castro Lima, Secretário Municipal de Finanças Públicas de Manaus/AM e Vice-Presidente do Comitê de Finanças Municipais da Frente Nacional de Prefeitos.

A importância do assunto da Reunião de hoje pode ser atestada quando se constata que 72,27% dos recursos que aportam aos cofres municipais são provenientes de transferências. As receitas tributárias respondem por 17,21% e as demais receitas por 10,52%. A grande preocupação com relação à transferência do FPM está em que ela é a mais importante fonte de recursos para 81% dos Municípios. A preocupação aumentou, Sr. Presidente, com a introdução dos chamados redutores do FPM, através da Lei Complementar nº 91, de dezembro de 1997, e posteriormente com a Lei Complementar 106, de março de 2001. Há o entendimento de que os redutores representam perdas para inúmeros Municípios. Esta é uma questão fundamental a ser discutida aqui hoje, levando em consideração os requerimentos de parlamentares para que essa Audiência Pública fosse realizada.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas

exposições e, em seguida, a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras inscritas. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para as respostas do interpellado. Quero dizer ao Dr. Eduardo que é um prazer enorme a essa Comissão recebê-lo e sem dúvida nenhuma a sua presença aqui representa o respeito a esses 25% dos Municípios que nos procuram quotidianamente para trazer as suas reivindicações, as suas reclamações e, portanto, a expectativa, Sr. Presidente, dos Srs. Prefeitos que aqui se encontram, grande parte deles atingidos por essa resolução, a respectiva é que V. S^a. possa dar uma explicação para a questão e que nós possamos aqui no Senado da República encontrar caminhos que possam corrigir essas distorções aqui apontadas. Concedo a palavra a V. Ex^a. para que utilize o tempo que achar necessário para a sua exposição.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Em primeiro lugar, Exma. Senadora Lúcia Vânia, obrigado pelo convite para o IBGE participar dessa Audiência Pública no Senado Federal, oportunidade essa que eu pretendo fazer uso para explicar os critérios adotados pelo IBGE para cumprir a legislação atual que determina à instituição a distribuição dos recursos do FPM.

Mas eu já gostaria, Sr^a. Senadora, de fazer um rápido esclarecimento a respeito do número que está sendo mencionado como sendo 25% dos Municípios brasileiros perdendo recursos do FPM. O número preciso que o IBGE tem não é este. O número, Sr^a. Senadora, de Municípios, a proporção de Municípios que de fato perderão recursos de FPM ao longo do ano de 2008 é de apenas, comparativamente com os 25%, é de apenas 7,9% e não 25% dos Municípios que perdem FPM. Por outro lado, em 2008, 7,2% dos Municípios ganharão recursos do FPM, porque o IBGE aponta o crescimento da população. Então há, nesse caso, um relativo equilíbrio: 7,9% perdem recursos de FPM e 7,2% dos demais Municípios ganham recursos de FPM. E como a senhora mesma citou, por conta das Leis Complementares de 1997 e de 2001, que aplica os redutores, em 2008 os redutores ficam extintos. Conseqüentemente, cerca de 21% de Municípios também ganharão recursos de FPM em 2008 por conta da aplicação completa da legislação do FPM. E, na verdade, pela primeira vez desde 1988 é que a Constituição será aplicada na sua totalidade do ano de 2008, sem redutor e com a aplicação dos contingentes populacionais. Conseqüentemente, cerca de 28% de Municípios ganharão mais recursos de FPM e cerca de 7,9% de Municípios perderão recursos de FPM.

Mas eu aqui vou me ater ao problema dos 7,9%, ou seja, para quem ganhou recursos de FPM o problema será como gerenciar o Município com mais dinheiro. Porém, aqueles Municípios que perderam--

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): É um bom problema.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: É, é um bom problema. Mas aqueles que perderam recursos terão que gerenciar os seus Municípios com um volume de recurso menor.

Então isso implica em o IBGE explicar como realizou no ano de 2007 a contagem da população e também como todos os anos ele estima a população dos Municípios brasileiros. Então as estimativas anuais, a primeira delas, dizem respeito à estimativa de população residente nos Municípios. Como nós devemos fazer isso? Bom, a legislação de Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, é bastante clara. No seu art. 102 ela diz que o IBGE publicará no Diário Oficial da União, até o dia 31 de agosto de cada ano, e para fins previstos no inciso VI desse artigo, a relação das populações municipais e estaduais, e cada Município ou cada Estado têm um prazo, a contar dessa dada, de vinte dias para apresentar as suas reclamações, e o IBGE, depois disso, até 31 de outubro encaminha ao Tribunal de Contas da União a relação desses Municípios. De posse deste relatório do IBGE, em 31 de outubro de cada ano, o TCU recalcula a distribuição do FPM que vai vigorar a partir do ano que vem, e quando o TCU também faz a divulgação das suas tabelas cada Prefeitura também tem condições de apresentar as suas arguições ao Tribunal de Contas da União. Então são duas instâncias: a primeira junto ao IBGE e a segunda junto ao Tribunal de Contas da União.

A senhora mesmo citou: são recursos, como foi já dito aqui, 81% dos Municípios brasileiros dependem, muitos deles, quase que exclusivamente do recurso do FPM. Então é um número bastante delicado, consequentemente a população que o IBGE divulga tem uma implicação imediata na gestão municipal.

Esses recursos, como a gente pode ver nesse quadro, eles vêm sendo alterados quase que anualmente. Em 1967, a Emenda Constitucional de 1967 estabelecia um fundo de 10% para o FPM e ao longo de todas essas quatro décadas esses recursos vêm se ampliando e hoje já são 23% dos recursos relativos ao Imposto de Renda e ao IPI distribuídos aos Municípios sob a forma de FPM.

Também, quando nós olhamos a evolução do número de Municípios no Brasil, nós podemos ver que, por exemplo, em 1940 o Brasil tinha 1.500 Municípios, 1.574, e hoje ele já tem 5.564, ou seja, aumentamos em quatro mil o número de Municípios no mesmo ter-

ritório nacional. Então a distribuição da população e desta população pelos Municípios vai se alterando cada vez mais. E de 1988 até agora, desde a Constituição de 1988 até agora, nós saímos de 4.182 Municípios para 5.564 Municípios, criando um desdobramento muito grande da população e esse é um dos motivos inclusive que levou à aplicação dos redutores mencionados pela Senadora, na medida em que Municípios que perderiam muito pelo desdobramento populacional foram tendo essas perdas realizadas de forma paulatina, de tal maneira que agora, em 2007, elas se extinguem.

Se nós olharmos o último recenseamento geral feito pelo IBGE no ano de 2000, o censo demográfico de 2000, em 2000 nós tínhamos a distribuição da população brasileira, dos 5.507 Municípios existentes naquele ano, nós podemos observar uma grande maioria, um grande número de Municípios na faixa de até 10 mil habitantes e depois um contingente preciso de 10 mil até 50 mil habitantes e depois de 50 mil, cada vez um número menor de Municípios brasileiros. Não só quando eu olho agora essa tabela, não pelo número de Municípios, mas pela população, nós notamos que a situação se inverte. Quanto maior o número de população, maior, é óbvio, a proporção da população brasileira concentrada nos grandes Municípios. Basta ver que nos Municípios com mais de 100 mil habitantes o Brasil tem 50% da população e aqueles em que tem menos de 10 mil habitantes nós estamos falando de um contingente próximo a 8% da população brasileira.

Como nós fizemos, então, em 2007 essa contagem de população? Em primeiro lugar integramos três operações fundamentais para a instituição: um censo agropecuário, visitando todas as cinco milhões e duzentas mil propriedades agrícolas no país; a contagem da população, visitando 5.435 Municípios no país; e um cadastro de endereços que nós utilizaremos para, como mostrarei mais adiante, realizar as contagens de população no futuro.

Os Municípios atingidos por essa contagem são 5.435, dos quais 5.414 com menos de 170 mil habitantes e mais outros vinte e um Municípios que tinham população acima de 170 mil, mas pertenciam a um ou dois Municípios num Estado que só tinha esse contingente de população com mais de 170 mil habitantes. Nesse caso, visitamos todos os Municípios dos Estados. Vale dizer no Norte todos os Estados foram recenseados e no Nordeste brasileiro apenas o Estado do Ceará, Pernambuco e Bahia não teve o conjunto dos seus Municípios recenseados porque nesses Estados nós temos mais de três Municípios com mais de 170 mil habitantes e para efeito do FPM não faz diferença, porque acima de 142 mil habitantes há o recurso do FPM,

é um coeficiente constante, então independentemente do tamanho da população o coeficiente é fixo.

Dividimos esses 5.435 Municípios em 162 mil pedaços, que são o que nós chamamos setores recenseatórios, para em cada um deles um único recenseador fazer o seu trabalho. Contratamos 90 mil recenseadores e esses recenseadores, cada qual trabalhou com um computador de mão para fazer esse trabalho.

Inovações realizadas nesse censo. Primeiro foi exatamente elaborar um cadastro prévio dos endereços de maneira a evitar que quando o recenseador do IBGE fosse a campo deixasse de visitar um determinado domicílio. Ele já recebia a lista dos domicílios que deveria existir naquele setor de trabalho dele e ele acrescentaria, caso existisse, no Município, no setor, algum domicílio não contido no nosso cadastro. Então esse cadastro é permanentemente atualizado e todos os recenseadores usaram não mais um questionário em papel, mas um questionário incluído no computador de mão que nós denominamos PDA.

Esse é o exemplo do equipamento que nós utilizamos, um pequeno computador de mão que todos os senhores já devem conhecer, seja porque muitos foram pessoalmente recenseados ou porque conheceram ou porque já existem modelos semelhantes no Brasil, e a vantagem desse computador de mão é que ele permite avaliar a qualidade do trabalho enquanto o recenseador está fazendo o seu próprio trabalho. Então o recenseador está no campo e o IBGE está no seu setor central avaliando a consciência do trabalho, até para evitar eventual perda de domicílio ou ele está trabalhando não no setor dele, mas no setor de outro recenseador, ou em outro Município ou em outro Estado. Então esse trabalho do PDA com o GPS traz essa facilidade.

Aqui nós temos um exemplo, que eu gostaria de mostrar, de um acompanhamento visual da coleta que o recenseador faz. Enquanto o recenseador está no campo percorrendo, nós delimitamos o setor para o qual ele deverá realizar o trabalho, e isso daqui com coordenadas geográficas definidas, ficando claro o que ele tem que fazer na sua atividade. Cada ponto amarelo listado aqui é um domicílio que ele visita. No censo de 2007 pode ser um domicílio agropecuário ou uma residência, e cada ponto, depois com o uso de imagens, inclusive do Google, a gente pode descer a um nível de detalhes, saber exatamente o que é esse ponto. Então esse pontinho aqui é um estabelecimento que tem três galpões e o recenseador está sabendo se lá é uma estufa, se lá é produção de aves ou o que é que tem dentro dessa atividade. Então esse é o grau de precisão que a gente adotou para garantir a qualidade do trabalho e verificar se a pesquisa do

recenseador é fora na sua área ou algum seguimento do seu setor, que ele deveria cobrir, não cobriu. Por quê? Porque ele tinha o cadastro prévio dos domicílios que deveria visitar.

Além de todo esse trabalho, que é um trabalho técnico do IBGE, o IBGE fez em 2006, e fará em 2010, quando nós realizaremos o censo demográfico completo no país, que foi a instalação de Comissões Censitárias Municipais em todos os 5.564 Municípios brasileiros. Qual a finalidade da Comissão Censitária Municipal? Estabelecer com a representação municipal local um caminho de diálogo para identificar as necessidades ou eventuais problemas que a própria localidade pode identificar no trabalho feito pelo IBGE. Isso tudo foi instalado antes da coleta, na verdade um ano antes, comunicando a cada Município o que é que o IBGE considera como sendo o limite territorial do seu Município, *vis a vis* os demais. Conseqüentemente, esse é um canal de comunicação que tem que ser permanentemente mantido com os representantes municipais. Essa Comissão, cada uma delas, é composto por no mínimo cinco membros, com a presidência de todas elas de responsabilidade do servidor do IBGE e com participação de representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais poderiam, então, acompanhar o nosso trabalho e apresentarem as suas queixas, os seus comentários e apoiarem o IBGE, como a maioria fez, fornecendo ao IBGE meios de transporte, infraestrutura, local para instalarmos os nossos postos de coleta. E nós agradecemos, porque esse foi um apoio fundamental, e esperamos continuar contando nas próximas operações. Instalamos setores, postos de coleta em todos os Municípios brasileiros e vários desses postos de coletas foram cedidos gratuitamente pelas Prefeituras dos Municípios, o que apoiou muito o trabalho do IBGE. Instalado o posto, instalada a Comissão Censitária Municipal, nós tínhamos então condições de avaliar todo o trabalho feito. Em cada reunião tem uma Ata e ao encerramento das reuniões nós tivemos a Ata de encerramento da reunião e por ali nós temos um instrumento de acompanhamento do diálogo do IBGE com a comunidade local.

Comparando o censo de 2000 com 2007, que são duas operações semelhantes, realizadas com o uso de milhares de recenseadores, um primeiro dado que é importante para todos nós: a população brasileira não diminuiu. A população brasileira em 2000 era composta por 169 milhões de habitantes. Em 2007 já somos 183 milhões de habitantes, ou seja, houve um crescimento absoluto de cerca de 14.188.121 habitantes. Então o que se trata é de saber se esses 14.188.000 habitantes para onde foram, e não nasceram apenas no Município onde já estavam em 2000. Muitos deles

migraram de um Município para outro e é isso que dá as referidas diferenças de população, onde têm alguns Municípios que até ganham recursos de FPM e outros até decrescem em termos de população.

O Deputado Júlio Cesar pode ficar tranqüilo que depois eu deixo essas transparências aqui para que o senhor possa fazer as suas consultas.

Vamos analisar alguns aspectos demográficos da realidade brasileira. Primeiro, a evolução da nossa estrutura etária. Um dado importante: esse daqui é 1991, esse daqui é 2000 e esse é 2007. O que a gente olha por essa gravura? Que o topo dessa pirâmide brasileira está aumentando, porque a população brasileira vive mais, a respectiva de vida é maior e a base da pirâmide brasileira está se estreitando. O que é que isso quer dizer? Que a taxa de fecundidade diminui e conseqüentemente o número médio de filhos por mulher em idade fértil está caindo. É claro que esse daqui é um quadro que vai indicar uma mudança do perfil demográfico da população brasileira. O que a gente pode observar? Em primeiro lugar que esse comportamento de 1991 para 2000 e 2007 já estava acontecendo no Brasil urbano há algum tempo, mas o que a gente nota agora é que o Brasil rural está cada vez mais parecido com a estrutura brasileira também na área urbana. Este é um fenômeno novo, este é um fenômeno para as Prefeituras, que trabalham com gestão de população em distritos rurais, precisam entender que a população brasileira, mesmo no campo, já não cresce na velocidade que crescia em anos anteriores.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Qual a média de filhos?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: A média de filhos, em 2007, estava em torno de 1,99 filhos por mulher em idade fértil.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Independente da classe social?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não, eu tenho esse número da média brasileira. Agora se eu olhar não por classe social, mas por níveis de renda, por exemplo, o IBGE publicou há um mês atrás programas de transferência de renda, inclusive o programa Bolsa-Família, e nós analisamos inclusive a composição das famílias brasileiras dentre aqueles domicílios que recebem o programa e dos que não recebem e nós observamos que também nos que recebem o número médio de moradores por domicílio já é menor. Não a taxa de fecundidade, mas a taxa de fecundidade determina o número de moradores.

Então aqui a gente observa que o Brasil rural está cada vez mais parecido com o Brasil urbano e, conseqüentemente, isso aqui é produto de uma mudança na fecundidade e um aumento da própria longevidade. Se

a gente olhar o Brasil como esse todo que tem quase 184 milhões de habitantes com base na contagem de 2007, o que é que a gente observa? Que o Brasil, pelas suas regiões, ainda é muito diferente. A região Sul tem um padrão demográfico com uma taxa de crescimento de população de fecundidade muito baixa se comparada com o Nordeste e inclusive com a região Norte brasileira. Em compensação, a longevidade da população Sul tem uma proporção de habitantes maior do que a da região Norte e da região Nordeste. Os gráficos anteriores davam a média do Brasil. Aqui a gente pode observar quão heterogêneo é o Brasil nas suas regiões. E se também desagregássemos isso por Estado, veríamos que nem todos os Estados do Nordeste ou do Norte são homogêneos entre si; o mesmo para o Sul e para o Sudeste.

Se nós então olharmos as componentes que determinam a nossa evolução, que é o número de nascimento, o número de óbitos, a fecundidade, nós vamos entender o que se passa com o Brasil. Por exemplo, em 1940, o Brasil tinha 41 milhões de habitantes; em 2000, 169 milhões de habitantes; em 2007, 183 milhões de habitantes. Então o que é que a gente observa? Que o processo de crescimento da população brasileira é contínuo e assim vai continuar até por volta de 2060. A partir de 2060 o Brasil pode até diminuir a sua própria população.

Essa população cresce e uma característica desse processo de crescimento é o de que cresce, mas a taxas decrescentes de crescimento da população. Reparem que se hoje, 2005, a taxa de fecundidade é de 2,1%, eu disse que em 2006 já é 1,99%, em 1940 essa taxa era de 6,2% em média. No Norte brasileiro, na década de 60, em média a taxa de fecundidade era de 8,6%, mas essa taxa vem caindo em todos os Estados e regiões brasileiras e a gente pode observar que o declínio, um declínio em média de 66% na taxa de fecundidade. Mas enquanto esse declínio não atingir a 100% a população continua crescendo. O crescimento está acontecendo, mas numa velocidade menor e isso altera a estrutura da nossa pirâmide.

A taxa de mortalidade também cai. Se em 1950, para cada mil crianças que nasciam vivas 150 delas morriam antes de completar um ano de idade, hoje essa taxa já caiu para 25 mortes antes de completar um ano de idade, para cada mil nascidos vivos, ou seja, uma queda de 80% da taxa de mortalidade infantil. No Sudeste e na região Sul e na região Centro-Oeste a queda é maior do que 80% e na região Norte e Nordeste essa queda está na casa dos 70%, encaminhando para 80% da própria população. Então a taxa de fecundidade cai, mas a taxa de sobrevivência da população infantil também está caindo, quer dizer,

a taxa de morte está caindo, conseqüentemente a sobrevivência está aumentando e se sobrevivem vivem mais e, com isso, a esperança de vida da população brasileira vem aumentando progressivamente. Se em média a expectativa de vida era de 40 anos, hoje essa expectativa já é de 72 anos de vida. A probabilidade do número de anos que uma criança, ao nascer hoje, viverá daqui para frente será de 72 anos de idade. Em 1940 eram apenas 40 anos de idade.

Comparando isso com outros países a gente pode ver a evolução demográfica do Brasil, onde em 1960 a nossa pirâmide tinha um topo estreito e uma base larga e com o passar do tempo o topo vai se alargando e a base vai se estreitando. Esse é o Brasil dos últimos quarenta anos. Nos últimos sete anos esse processo continua: a redução da fecundidade e o aumento da longevidade. Está aqui um quadro que eu já mostrei da composição rural e urbana.

Uma característica desse novo Brasil é que o número médio de pessoas residentes em cada domicílio brasileiro está diminuindo e isso o IBGE só faz quando faz uma contagem de população. Em 1991 era esse azul claro o indicador por Estado brasileiro da média de moradores por domicílio brasileiro, e nós podemos ver que o Estado do Pará, do Amapá e do Amazonas, mais o Maranhão, eram Estados que tinham um população em que a média do número de moradores por domicílio em 1991 era de cinco ou mais moradores. Em 2000 essa média já está abaixo de cinco e em 2007 essa média está bem abaixo de cinco e muitos Municípios brasileiros até encaminhando para um número de três. Ora, se o número caminha para o em torno de três, o que o IBGE encontrou em 2007 foi uma média de 3,5 moradores por domicílio, quando muitos de nós ainda fazíamos que conta? Quatro moradores por domicílio. Só isso já induz a uma super estimativa da população brasileira.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não está o Distrito Federal?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

[pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Ah não, mas tem a explicação, não é esquecimento. Como eu disse para o senhor, em 2007 nós não contamos 129 Municípios por terem mais de 170 mil habitantes e o Distrito Federal é um exemplo disso.

Agora olhem esses dois mapas que eu vou apresentar. Essa é a média do número de moradores brasileiros em 2000. Reparem o desenho e a coloração desse mapa brasileiro. No próximo mapa olha o que a gente vê. Um mapa onde o número de Municípios

com uma média de moradores inferior ao de 2000 já caiu bastante. Comparando esse dois mapas a gente ver claramente como o IBGE, ao longo do território nacional, está observando uma redução do número médio de moradores. Vejam só que não é um problema do Município A, B, C ou D, mas é um processo que está caracterizando o Brasil. Conseqüentemente, cada Município haverá de refletir essa realidade e do ponto de vista de quem projeta a sua população acreditando que ainda tem uma média de quatro moradores por domicílio, esbarra com uma realidade que já não é essa como a gente vê.

Comparando o Brasil para frente, aqui eu tenho 2010, 2020, 2030 e 2050, a gente tem uma idéia de que aquela pirâmide demográfica vai desaparecer e a gente vai ter um retângulo demográfico, onde a quantidade de pessoas que nascem é cada vez menor e a longevidade da população é cada vez maior. Esse é o Brasil.

Se nós compararmos com outros países, esse é o quadro da Europa, este é o da Espanha, este é o da África este é o da Coréia do Sul. Comparemos então o Brasil com a França. Hoje a França tem essa estrutura. Se a gente comparar o Brasil, em 2050, com a França hoje, a gente observa que o padrão demográfico do Brasil do futuro é muito parecido com o da França hoje. E se nós olharmos o Brasil em 1960, nós vamos observar que é muito parecido com a África dos dias atuais. Então se eu olhar para trás eu vejo o Brasil comparável com a África; se eu olhar para a frente eu vejo o Brasil comparável com países desenvolvidos.

Esse quadro retrata aquela pirâmide em números. A estrutura demográfica do Brasil hoje se compara ao que a África vai ter daqui há cinqüenta anos e a estrutura demográfica que o Brasil terá daqui há cinqüenta anos já é o que a Europa tem nos dias atuais. Então esse é um exemplo que deixa claro para nós que a evolução brasileira hoje reflete muito mais o padrão de desenvolvimento de países demográficos, de países desenvolvidos, ou seja, uma tendência a crescer menos a população de cada um dos Países, dos Estados e dos próprios Municípios.

Comparando a contagem de 2007, agora não mais com o censo de 2000 feito, mas com a estimativa de 2006, o IBGE é obrigado a adotar metodologias distintas. Por quê? Porque eu não posso contratar 90 mil recenseadores, 150 mil recenseadores para contar a população todo ano, e a Lei diz que o IBGE tem que contar a população todo ano. Então nos anos em que o IBGE não faz a contagem da população, ele tem que estimar essa população para os demais anos. E, ao estimar, ele tem que projetar olhando para trás. Mas,

quando eu olho para frente, eu verifico que não necessariamente eu estou reproduzindo essa tendência.

E aí nós temos a realidade de hoje. Como eu já citei para a Senadora, 444 Municípios brasileiros, no ano de 2007, tiveram uma população que as enquadraram, essa população, esses Municípios, em coeficientes de FPM menores do que o de 2006. Este é o número e estes 444 não representam 25% da população brasileira, representam 7,9% da população brasileira. Por outro lado, 402 Municípios brasileiros se enquadraram em coeficientes maiores do que o de 2006. O número é menor, mas bastante próximo. E cerca de 1.200 Municípios recebem, já em 2008, o seu FPM sem a aplicação do redutor que a Senadora mencionou das Leis Complementares de--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Esse redutor era em função do quê?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: O redutor era em função, em primeiro lugar, do próprio desmembramento de Municípios e que fazia com que o Município desmembrado perdia demasiadamente população ou, se contado, também perdia muita população. No lugar de aplicar o redutor de uma única vez, a Lei, em 1997, estendeu por um período maior, mas essa Lei, em 2001, ela foi alterada e prorrogou o prazo de aplicação do redutor por mais tempo. Agora a lógica do redutor é de um espelho: se diminui a perda de quem perderia de uma vez só, também significa dizer que diminui o ganho de quem poderia ganhar. Em 2008, sem a aplicação do redutor, o Município vai ganhar o que tem que receber. Então nessa conta eu tenho que incluir cerca de 1.200 outros Municípios brasileiros. E os demais dos 5.564? Nem ganharam, nem perderam. Então nós estamos aqui falando de um contingente que é atingido negativamente de 444 Municípios brasileiros, que é a questão do Fundo de Participação. Então, com isso, eu termino aqui a apresentação da população e agora vou falar da distribuição do FPM para os Municípios onde estão esses habitantes.

Então qual que é a minha intenção nesse momento? Não só explicar o que é o trabalho do IBGE, mas também falar da importância de pensarmos melhor a respeito dos critérios atuais de repartição do FPM que tantos problemas trazem, como a própria Senadora citou. Então se nós olharmos o modelo atual de distribuição do FPM do Brasil, o critério está dado nessa tabela e essa tabela vem desde muitos anos. Então Municípios com até 10.188 habitantes ficam na primeira faixa e depois a sequência de faixa. Todos os senhores conhecem muito bem essas faixas e então eu posso passar adiante.

Eu posso desenhar essas faixas, graficamente, e o que a gente observa é que a progressão do recurso

que o Município vai receber não é função da sua população, é função de classes de população. É como se fossem degraus. O degrau é um múltiplo do número que é 3.396. Então se o Município tiver avançado e chegado a 3.394 habitantes, ele continua na mesma faixa. Agora se ele tiver 3.396, ele pula de faixa. Então para o Município em que o IBGE disser que a sua população cresceu em 3.396, para esse Município o IBGE trabalhou bem. Para o Município onde o IBGE diz que a sua população cresceu em 3.394, 3.393, 3.392 ou qualquer outro número, já está colocado o problema. O problema não está em dúvida sobre toda a população, mas sobre o quanto falta para o Município galgar mais um degrau. E esse é o problema, esse é o motivo do litígio que existe entre os Municípios. O Município de Simão Dias, no Estado de Sergipe, precisa de duzentos habitantes. Mas o IBGE então disse para o Município que a sua população aumentou ou em três mil, cento e alguma coisa. Os três mil, cento e alguma coisa não têm a menor importância, porque estão faltando duzentos. Ora, os duzentos que faltam não podem pesar mais do que os três mil que entram, mas o critério que eu tenho hoje na Lei faz com que se não tiver um múltiplo uma vez, duas vezes, três vezes ou quatro vezes o limite municipal, está aí a origem do problema e está aí o problema que nós temos com 444 Municípios brasileiros.

O que é que o IBGE sugere? Bom, nesse caso se as faixas são essas, em primeiro lugar eu digo, por exemplo, numa faixa que permite o Município passar de um coeficientes de 1,0% para 1,2%, como que ele vai passar de 1,0% para 1,2%? Se ele tiver mais 3.395 habitantes. Então cada um desses 3.395 habitantes já deve ser computado para o efeito de ganho do FPM. Não precisa ter todos os 3.396. Cada um dos 3.395 representará ganho para o Município.

E o Município que perdeu duzentos e vinte habitantes? Ele vai perder duzentos e vinte sobre três 3.396 avos daqueles 0,2% de FPM que ele tem direito. Ele não vai perder tudo. Ele perde, se tiver que perder, proporcional à redução da população e não proporcional à faixa de população. Quanto cada Município vai ganhar por habitante? Veja só. Na primeira faixa vai ganhar 0,0003924%. Isso daí não é nada. Um Município perder 20% é uma coisa, perder um coeficiente desse tamanho, multiplicado por 3.395 é que o problema para ele. Ele tem que perder, se perdeu duzentos habitantes, não 3.390 habitantes.

O critério atual são esses degraus. Aqui estão os limites da primeira faixa. Eu parei nesse número para caber nesse *slide*. Então o que os senhores podem notar? Que se lá atrás o critério era o degrau, agora esse degrau passa a ser uma faixa contínua onde cada

indivíduo representa um 3.396 avos daquele gasto ou daquela receita que ele precisa ter. Isso, certamente, diluiria grande parte dos conflitos, das insatisfações que as Prefeituras brasileiras têm em relação ao trabalho que todo ano o IBGE é obrigado a fazer para estimar a população de Município, mesmo quando não faz a contagem.

Esse é o modelo alternativo.

Aqui para a outra faixa, na última faixa é o mesmo critério. Então, independentemente da faixa, o critério seria algo contínuo. É claro que isso decide a adequação. A adequação não precisa ser, a meu ver, não precisa ser de 2008 para 2009, mas nós temos que pensar num horizonte temporal onde essa acomodação possa ocorrer e, conseqüentemente, esse problema desaparecer.

Porém, isso é do lado da Lei. Agora como que no futuro o IBGE também poderá e deveria trabalhar para que não combinassem modelos diferentes de cálculo de população, seja fazendo contagem ou seja estimando? Então o IBGE também está trabalhando para desenvolver um método alternativo que é produzir informações sobre características dos domicílios e da população atualizadas anualmente com o detalhamento geográfico municipal e por uma série de temas. E essas informações que hoje nós levantamos a cada dez anos, quando efetuamos o censo, nós poderíamos fazer todos os anos e, portanto, o retrato sócio demográfico do Brasil seria permanentemente atualizado. Com isso estaríamos, então, produzindo as informações de um censo demográfico, com agora uma periodicidade não de dez anos, mas de um ano, e por Município e por unidade da Federação. Com isso o IBGE garante, ou melhor, garantirá a atualização das estimativas demográficas, em especial dos pequenos Municípios, que são esses 81% que dependem do FPM para a sua gestão, com base em informações que vão ser obtidas no Município e não no gabinete projetando a evolução. Todos os anos o IBGE tem que fazer esse levantamento e garantir a atualização das estimativas demográficas. Quais são as estimativas demográficas? Todas essas que nós precisamos saber de fecundidade, de mortalidade infantil, de número de habitantes, de movimento migratório, de constituição de Municípios, principalmente naqueles em que a gente sabe que na fronteira agrícola a dinâmica é constante, eu não posso ficar olhando para dez anos atrás.

Com isso eu poderia a um ciclo de cada cinco anos, que é o que o IBGE pretende fazer, semelhante ao que a França já faz, a cada cinco anos eu tenho um mapeamento completo da população brasileira e levantando sempre 20% da coleta total a cada ano, em cinco anos concluo 100% da coleta.

Esse penúltimo *slide* vai dar uma amostra de Município onde nos pequenos eu faço um levantamento de 20% deles a cada ano e nos grandes Municípios eu vou estratificando essa coleta.

No próximo *slide* a gente teria, então, esse mapa. População de até 4 mil habitantes, eu visito a totalidade dos setores daquela população. Entre 4 mil e 8 mil eu visito 30% dos domicílios por amostra a cada ano. E de 8.000 a 16.000, 20%, e nos Municípios com mais de 16.000, 16%. Isso daqui, para quem conhece as estatísticas do IBGE, equivaleria ao IBGE fazer, a cada ano, o equivalente a dez PNADs, que é o que ele já faz por ano. A PNAD dá o retrato do Brasil e dá o retrato dos Estados. Se eu fizer, por um contingente de domicílios, equivalente a dez meses a PNAD anual, eu posso dar a informação por Município. Eu tenho que desenhar esse modelo lá para a frente. Então se a Lei avança no sentido da construção de faixas contínuas, o IBGE tem que avançar no sentido de construção de estimativa contínua da população. Caminhando nesses dois sentidos eu tenho certeza absoluta de que muitos dos atritos que podem ter ou administrativos ou legais entre o IBGE e os Municípios brasileiros tenderiam a desaparecer, porque nós encontraríamos uma saída absolutamente viável para aquilo que é fundamental para o Município, que é definir quanto ele precisa de recursos do FPM.

Bom, Sr^a. Senadora, muito obrigado. Para concluir eu quero só informar que o IBGE já está iniciando o trabalho de planejamento do censo demográfico de 2010 e nós pretendemos, agora no mês de junho e no mês de julho, realizar em Brasília uma reunião em que possamos encontrar os representantes dos Estados para que apresentem ao IBGE todas as questões relativas a limite territorial e as suas questões de interpretação sobre o censo do IBGE para o ano de 2010, também lembrando que as Comissões Censitárias serão instaladas para o censo de 2010. MUITÍSSIMO OBRIGADO.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Sr. Presidente e passo a palavra para o Sr. Antonio Pimentel Pereira, representando aqui os Municípios, a Confederação Nacional dos Municípios.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Muito boa tarde Senadora Lúcia Vânia, que preside essa Comissão, Dr. Eduardo Nunes, Presidente do IBGE, Dr. Onildo Elias, da Frente Nacional de Prefeituras, Srs. Senadores, Senadora aqui presente, demais participantes desta Reunião.

A Confederação Nacional de Municípios de muito vem lutando para estabelecer, principalmente nos primeiros cinco anos da década que estamos vivendo, essa contagem populacional para 2005, que era tradi-

cional do IBGE, pelo seguinte: os efeitos da contagem estão sendo reclamados hoje porque, se fosse feito em 2005, não teria uma situação que está acontecendo agora, que é o último ano de mandato para os Prefeitos, 2008, que é um ano diferente, onde os Municípios têm que fazer um cumprimento diferente da legislação, já nesse período de maio não se pode mais empenhar sem dinheiro em caixa para cumprir o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, é um ano eleitoral, nenhum Município, nenhum Prefeito gosta de perder recursos no último ano eleitoral, tem a questão do fim do redutor financeiro do FPM colocado através da Lei 91/97, modificado pela 106, para 31 de dezembro de 2007, o que deu algum efeito também.

Agora o que ocorreu nos Municípios e o que ocorre ainda hoje? A maioria, infelizmente, dos 5.564 Municípios brasileiros não têm os seus limites bem definidos. E na contagem de 2000, que era no questionário ainda, não tinha esse PDA, através de GPS, para definir realmente aonde é que estão aquelas vilas e aquele domicílio, foi toda tirada essa diferença agora e ocorreu em vários Municípios onde uma vila ou um distrito achava que estava no Município tal e na hora que foi pegar e confrontar com o PDA, aquele distrito ou aquela vila estava em outro Município. O nosso Município que eu dirijo, vou completar oito anos agora, Governador Mangabeira, nós tivemos o trabalho de procurar a Comissão de Divisão Territorial da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e fizemos a marcação com piquetes em acordo com os Municípios vizinhos para poder acabar isso, que nós sabíamos que já tinha divergência lá no censo demográfico de 2000.

A demora do IBGE, eu não estou aqui querendo criticar o IBGE porque eu sei que depende de recursos orçamentários, pelo contrário, eu quero parabenizar o IBGE pela contagem populacional de 2007, mas quero aqui chamar a atenção de que se confrontamos com a modernidade pela primeira vez. E o que ocorre? Aqueles Municípios que tinham perda de população, comparada de 1991 com 2000, ele continuava caindo pela estimativa populacional que ano a ano o IBGE faz para o TCU concluir como fazer a partilha do FPM. Então quando o Município tinha queda de 1991 com 2000, ele continuava caindo, e esse efeito, infelizmente, é que trazia uma situação de dificuldade para esses pequenos Municípios com relação ao FPM. Então essa questão da dança dentro daquela tabela de coeficiente, ela não existiu somente nesse ano de 2007 para 2008 não. Todos os anos elas existiram e no meu Município nós caímos de 1,2% para 1,0% por apenas dezesseis habitantes, no ano eleitoral de 2004. Só me restou fazer um ajuste orçamentário para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, demitir pessoal para não

deixar de cumprir o limite de despesa pessoal de 54% também e resolver a questão.

Mas eu queria aproveitar, Senadora Lúcia Vânia, e os Senadores que estão aqui presentes, o Deputado Júlio Cesar que é um municipalista e entendido nessa área também, está aqui o Vice-Prefeito do Município de Governador Mangabeira que me acompanha e o colega aqui da Frente Nacional de Prefeitos, que tudo isso pode ser resolvido da seguinte forma: olha, esse grau de dependência do FPM, infelizmente, ele vem de duas questões básicas: o FPM representa, no conjunto de receita de todos os Municípios, em torno de 31 bilhões de reais, representou com o número de 2006. O ICMS, 37 bilhões, só que o ICMS é mal distribuído. Eu estou com um trabalho aqui que nós fizemos lá na Bahia, onde tem um Município que tem uma refinaria de petróleo, chamado São Francisco do Conde, e esse Município, só porque ele tem uma refinaria de petróleo, eu fiz uma comparação com um Município que tem 30 mil habitantes, Paratinga, que está lá no semi-árido, no São Francisco. Olha as discrepâncias dessa Lei de transferência do ICMS que é baseada no lucro bruto das empresas. Só de ICMS esse Município de São Francisco do Conde recebe 123 milhões por conta dessa refinaria que tem lá. E o de Paratinga recebe apenas um milhão, quatrocentos e cinquenta. Porque a Lei, infelizmente, ela diz que 75% do retorno desse dinheiro é de acordo com o valor adicionado do Município, que é baseado no lucro bruto da empresa e não de população. Com isso, distorções enormes acontecem dentro de cada Estado. Isso acontece em São Paulo com Paulínia, isso acontece em Minas Gerais porque tem lá Betim com a indústria automobilística, isso acontece com o Rio de Janeiro que tem Duque de Caxias, a refinaria, acontece com o Rio Grande do Sul que tem Triunfo com pólo petroquímico e em Canoas, também com refinaria, e nos outros Estados deve ter algum Município lá que tenha minério ou que tenha hidrelétrica, e ele joga essa receita para cima, modificando também os valores constitucionais de gasto de saúde e de educação, educação 25% e saúde 15%. Então, para se ter uma idéia, 15% do que foi aplicado neste Município, cada um com 30 mil habitantes, o de São Francisco do Conde aplicou 23 milhões de reais, em que Paratinga apenas um milhão. Paratinga tem 2.500 Km² de área territorial, enquanto São Francisco do Conde tem 220 Km² e está pertinho de Salvador, enquanto o outro está a mais de 800 km de Salvador.

Outro dado que chama a atenção, Srs. Senadores, Senadora Lúcia Vânia, que nós temos que modificar, nós temos que ter a coragem de mudar isto já agora na reforma tributária que está sendo colocada aqui no Congresso, é que isso também dá distorção no

repassa na Câmara de Vereadores. Veja só: o Município de São Francisco do Conde recebe, por ano, com apenas nove Vereadores, nove milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais para poder demandar os dispêndios nessa Casa Legislativa. Isto é superior à receita orçamentária de 316 Municípios dos 417 Municípios do Estado da Bahia. Isso acontece em muitos Estados também da Federação.

Outro fato que a gente tem que lamentar e que podia ser resolvido e deixar de ter esses problemas que esses 444 Municípios estão reclamando, ao invés de fazer o seu ajuste, porque eu não vejo outra saída a não ser fazer ajuste, porque nós estamos em abril e dificilmente o Projeto de Lei do Senador Romero Jucá, que quer modificar essa questão, o 141/07, vai ser votado aqui na casa. Então eu aconselho o ajuste.

DEPUTADO JÚLIO CESAR (DEM-PI): Já foi votado aqui, falta votar na Câmara.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Mas é muito difícil ser votado e a gente sabe que não tem... está na Comissão de Constituição e Justiça, a Confederação tem a posição dela, nós estamos lá trabalhando isso também, agora eu quero dizer que podiam corrigir também isso com a questão dos *royalties* do petróleo, que começou com dois bilhões e hoje arrecada vinte, e fica difícil trinta Municípios do Rio de Janeiro receber 76,6% de toda a arrecadação de *royalties* do petróleo, e tem aqui um Projeto de Lei, inclusive do Senador Vicente Claudino, que trata de redistribuir isso para todos os Municípios do país. Então nós temos que pensar numa Federação--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só o Rio de Janeiro leva 68% dos *royalties* do Brasil.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Da parte do Estado, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Isso.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Então é nesse ponto que nós temos que trabalhar em fazer uma redistribuição dessas receitas. Nós podemos dizer aqui, com toda a tranqüilidade Presidente Eduardo, Senadora Lúcia Vânia, que a nossa Federação é uma Federação manca, e, com isso, a única saída para os habitantes que moram no interior é ou se deslocar ou migrar, como bem provou o IBGE ao longo desses quarenta anos, para a região metropolitana do seu Estado ou se não para os grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Então nós estamos já chegando numa situação tão difícil que não podemos jogar nas costas do IBGE o problema que aconteceu com a contagem populacional, porque foi um choque com a modernidade, um choque com a contagem via

satélite, onde acabou aquele questionário, que ainda existia, infelizmente, como Prefeito eu tenho que dizer aqui, que ainda existia o chamado questionarismo, muitas coisas do questionário a mais do que realmente acontecia, a influência de tentar, sabendo que aquilo ali ia trazer recursos.

Então nós temos que louvar o trabalho do IBGE, nós temos que louvar o trabalho aqui do Congresso Nacional na identificação dessas demandas, na identificação dessas dificuldades, desses absurdos, e nós conseguimos, inclusive eu faço parte do Comitê de Assuntos Federativos, já incluir na proposta de reforma tributária, Senadora, a desconstitucionalização dos critérios de repasse de ICMS, tirar da Constituição para colocar em Lei Complementar, que fica mais fácil de modificar e a gente entrar com uma proposta... Eu não vou dizer aqui, está presente o representante da Frente Nacional de Prefeitos, que nós vamos tirar de uma vez esses critérios, mas temos que trabalhar uma situação para em cinco ou dez anos ir diminuindo esses valores que são transferidos aos Municípios que teve a sorte de ter um investimento, muitas vezes feito com o dinheiro do próprio contribuinte, como é o caso lá de Camaçari, que em 1975, lá na Bahia, tinha vinte mil habitantes e hoje tem duzentos mil. Camaçari já está com um PIB municipal maior do que Salvador, que tem três milhões de habitantes.

Então são esses aspectos que eu gostaria aqui, representando a Confederação Nacional dos Municípios de deixar colocado, não podemos entrar em discussão com o trabalho do IBGE, mas sim de aproveitar o momento especial que está sendo colocado com a reforma tributária que está aqui já tramitando no Congresso Nacional e outras propostas para corrigir a distorção de ICMS. E outras propostas que existem aqui, além dessa do Senador Vicente Claudino, de tentar modificar a questão da distribuição dos *royalties*, porque se agora, com esse novo Campo de Tupi, mais um Campo que disse que descobriu essa semana, que é o quarto campo petrolífero do mundo, aí cada vez mais o Rio de Janeiro vai ficar como o Estado da Federação concentrador de todas as receitas de *royalties* de petróleo e que já tem uma grande fatia de ICMS também.

Então a nossa opinião é no sentido de louvar o trabalho do IBGE e de que a gente trabalhe também no sentido de fazer uma Comissão, além dessa Comissão de Assuntos Econômicos, mas uma Comissão Permanente para tratar do equilíbrio fiscal no Brasil. Essa Comissão deve influenciar positivamente no sentido tanto do uso dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional como também de reorganizar essas partilhas, porque como já foi colocado aqui, na década de 90 o *royalty* não representava muita

coisa, dois bilhões apenas. Hoje representa vinte bilhões, então começou a criar distorção. E o ICMS, há quarenta anos atrás, 1967, essa Lei foi feita com 100% do valor adicionado, pelo ex-Ministro Delfim Neto, e ela permanece até hoje praticamente inalterada. Desceu para 75% em 1988 e agora nós precisamos pensar nisso porque esses Municípios da região metropolitana estão sofrendo problemas, efeitos como excesso de veículos, problema grave com segurança pública e criminalidade. Então a gente tem que evoluir para criar condições de que esses Municípios que forem emancipados, chegando aí a 5.564 Municípios, tenham receita suficiente para cuidar da saúde, da educação, quem sabe também da segurança pública e cooperar com os Estados e cooperar com a União Federal no sentido de prestar um bom serviço à população.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Antonio Pimentel Pereira e passo a palavra ao Exmo. Sr. Onildo Elias de Castro, Secretário Municipal de Finanças Públicas de Manaus e Vice-Presidente do COFIM/FNP, para fazer a sua exposição.

SR. ONILDO ELIAS DE CASTRO LIMA: Exma. Sr^a. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senadora Lúcia Vânia, Ilmo. Sr. Eduardo Pereira Nunes, DD. Presidente do IBGE, Ilmo. Sr. Antonio Pimentel, representante da CNM, Srs. Senadores, minha senhora e meus senhores.

As minhas colocações serão muito poucas diante do que já foi explicado aqui, tanto pelo Dr. Eduardo quanto pelo Dr. Antonio, Prefeito Antonio. Todas são procedentes, todas nos satisfazem em termos das nossas preocupações.

Queremos ressaltar ou queremos apenas argumentar com o IBGE de que precisamos dar explicações para aqueles 444 Municípios que tiveram as suas populações reduzidas, porque alguns deles dizem assim não entender o motivo da redução, e agora o Dr. Eduardo explica com muita clareza tecnicamente. Nós técnicos podemos entender bem porque é que houve essas reduções, mas muitos Prefeitos e muitas pessoas dos Municípios pequenos não entendem isso, na medida em que eles tenham um aumento do número de pessoas que estão matriculadas em escolas, na medida em que eles têm um aumento do número de vacinações, aumento do número de ligações elétricas, aumento do número de ligações de água. Por que tudo isso aumenta no meu Município e a minha população diminuiu?

Então precisa haver uma explicação mais clara para que satisfaça essa insatisfação dos Municípios que estão aí sobrando sofrendo com esse problema da contagem. Sabe-se, também, no meu caso espe-

cificamente de Manaus, em Manaus, as capitais todas não sofreram com o problema da recontagem, mas sofreria se nós não estivéssemos alerta tempestivamente e nós solicitamos a recontagem de Manaus. Ainda assim Manaus é uma cidade hoje com quase 12 milhões de habitantes, a contagem aponta apenas um milhão, seiscentos e quarenta e seis, enquanto outros números e outros indicadores de luz, eletricidade, água, educação e saúde indicam uma população superior a esse número.

Então me parece que está realmente ainda crescendo uma intimidade maior do órgão técnico que é o IBGE com as populações para que haja maior discussão, maior explicações da metodologia, sabendo que há um forte fator diferencial entre o censo que se faz há dez anos e a contagem populacional que se faz de cinco em cinco anos ou no meio da década, e que aí se usa o fator, a metodologia da estimativa. Essas estimativas me parecem que precisam ser revisadas também ou questionadas ou quem sabe explicadas conosco, com esse Congresso Nacional explicando melhor a tecnologia. A Lei está posta, mas a Lei é muito pequena. Diz que o censo é feito conforme a Lei nº tal, mas não dá maiores detalhes, nós não conhecemos um detalhamento maior de como que é feita a metodologia de contagem.

Nós questionamos e nos perguntamos – está mais claro agora após a explicação do Dr. Eduardo -, mas antes eu fazia o seguinte questionamento: será que a junção dos três censos, das três atividades, censo demográfico, censo agropecuário e o cadastro não implicaram em alguma distorção? Como já explicou o Dr. Antonio, o Prefeito Antonio, a contagem de 2005 que devia ocorrer, ocorreu em 2007, não causou algum tipo de distorção também?

Então o encaminhamento, eu daria assim das soluções, o próprio IBGE está encaminhando, que é revisar efetivamente essa distribuição do FPM, porque a população hoje passou a ser, aliás, agora não, já é de muito tempo um fator estratégico nas gestões municipais. Por quê? Dela depende os recursos que nós vamos receber para nós atendermos às demandas sociais dos nossos Municípios.

Eu acredito que também não vá ser o PL 141 que vá resolver. Por quê? Pela simulação que nós já fizemos com o PL 141 teremos aí onze capitais que terão os seus FPM reduzidos. Manaus terá o seu FPM reduzido em 25%, considerando que em 2008 não terá mais o redutor.

Então me parece que não é essa a discussão pontual de resolver o problema daquele Município que recebe maior quantidade de FPM, como diz um Governador ou um Prefeito atual de Goiânia, ele diz assim:

“estamos jogando... Tem Município que joga dinheiro pelo vitrô, porque não sabe o que fazer com o dinheiro”. Paulínia está criando um plano de previdência para a população de Paulínia; não é para o servidor não, é para a população de Paulínia. Então vejam que a distorção não está na contagem do IBGE.

O Antonio já ressaltou muito bem, a modernidade é que causou isso, mas nós temos que enfrentar essa modernidade. O IBGE está com tecnologia de ponta para fazer isso, mas se queixam ou nós ainda ficamos questionando se os orçamentos para pesquisa, os orçamentos para o IBGE, os recursos destinados para fazer pesquisas neste país ainda são suficientes?

Todos nós sabemos que não ocorreu o censo de 2005 porque os recursos orçamentários eram reduzidos, eram poucos. O IBGE teve que refazer toda a sua estratégia de aplicação da pesquisa, daí a junção das três atividades, por falta de recursos financeiros para se aplicar em pesquisa. O Dr. Eduardo diz assim: “não vou contratar 90 mil pesquisadores anualmente”. Por que não? É claro que esse número vai ser reduzido na medida em que a tecnologia avança, na medida em que ele utiliza mais o GPS, mais satélites, mais computadores. Ora, por que não contratar? Talvez não vá ser mais noventa, mas quarenta, porque a tecnologia está sendo mais introduzida no meio da pesquisa.

Então esta Casa também tem sim o dever de dar o suporte ao IBGE em termos de alocar recursos, de brigar por recursos para que o IBGE cumpra a sua missão constitucional que é estabelecer os indicadores econômicos para este país poder fazer a sua gestão adequada.

Nós não podemos sofrer, os Municípios que são a origem da cidadania, é lá que está o morador, não pode sofrer em função de não atentarmos para aspectos estratégicos da contagem da população, e não só da contagem da população, em todos os indicadores que o IBGE formula nesse país, é o principal órgão formulador de indicadores econômicos e sociais para as nossas gestões, tanto da União, dos Estados e dos Municípios.

Então eu faço minhas as palavras do Prefeito Antonio, com as preocupações de toda a ordem em relação à distribuição do FPM, mas também hipoteco em nome da Frente Nacional dos Prefeitos total solidariedade ao órgão IBGE. Esse órgão realmente tem uma tradição, evoluiu em áreas mais recentes nos anos 80 na contagem da microempresa, que não se tinha uma estatística de microempresa ainda, não temos ainda um PIB de turismo, não se conhece hoje algumas atividades, qual é o Produto Interno Bruto dessas atividades, nós precisamos medir esses produtos, não é, mas o IBGE só vai conseguir fazer isso se realmente

ele ficar dotado de tecnologia, de pessoal capacitado para fazer cumprir a sua missão.

Então eu queria, por fim, propor que o IBGE se aproximasse um pouco mais dessas populações dos 444 Municípios. Quem sabe seminários explicativos, do que explicou hoje aqui e também dando satisfação dos questionamentos que eles fazem. Por que é que aumentou o meu número de matrículas e não aumentou a minha população? O que foi que ocorreu com isso? Veio de onde, migrou de onde? Enfim, eles querem essas explicações.

Então eu queria deixar aqui a sugestão da nossa Frente Nacional de Prefeitos que o IBGE se aproxime para dar satisfação até a esses cidadãos desses 444 Municípios que tiveram a sua população reduzida e, conseqüentemente, reduzido os seus recursos financeiros para as suas gestões municipais.

Presidente, muito obrigado e me coloco à disposição para outros questionamentos.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu pergunto ao Dr. Eduardo se ele gostaria de responder as perguntas ou eu passaria direto aos Senadores?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria se possível, Presidente, que nós fizéssemos as perguntas--

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): E ele respondesse todas?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Temos dois Senadores e o Deputado Federal Júlio César que deseja participar, e seria bom, Presidente, a senhora abrir esse espaço, vez que se trata de uma pessoa interessadíssima e conhecedora da questão dos interesses municipais.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Então eu concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Srª. Presidenta desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, Dr. Eduardo, Presidente do IBGE, Sr. Prefeito Antonio Pimentel Pereira, que também representa aqui a CNM, Dr. Onildo Elias Lima, Vice-Presidente do Comitê de Finanças Municipais da Frente Nacional de Prefeitos.

Srª. Presidenta, pelos debates e explicações que aqui foram feitos através dos nossos convidados, mais uma vez chegamos à conclusão de que os levantamentos efetuados pelo IBGE são especialmente estratégicos e importantes para a programação, para o planejamento e a realização de obras em todos os Municípios do Brasil. Basta que uma determinada faixa de população cresça, evolua ou reduza para que um

determinado grupo de Municípios possa aumentar ou diminuir a sua receita.

Eu quero, então, enaltecer a sugestão feita pelo Presidente do IBGE, eu gostaria até que isso fosse feito de uma forma ou de um padrão legislativo para que nós apresentássemos aqui, traduzindo a sua linguagem num Projeto de Lei visando a dar maior consistência e equilíbrio na distribuição do Fundo de Participação em função de uma nova metodologia que fosse adotada, modificando a legislação atualmente existente, que é a Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, estabelecendo um modelo novo onde todos os anos as estimativas demográficas fossem efetuadas. Naturalmente que para isso o Ministério do Planejamento, com o apoio do Congresso Nacional, teria que disponibilizar para o IBGE um montante maior de recursos, isso em benefício da realidade nacional e o estabelecimento de critérios que viessem a estabelecer a justiça distributiva em nosso país.

O Prefeito Antonio Pimentel Pereira discorreu sobre vários assuntos, inclusive a questão da redistribuição dos recursos dos *royalties*. Isso já tem sido motivo de muita discussão até no âmbito do Senado Federal, de vez que há uma disparidade, há uma distorção a ser corrigida. Há uma concentração de recursos provenientes dos *royalties* em determinados Estados em detrimento de regiões, de Estados ou de Municípios que sofrem com a pobreza, com a falta de recursos para a correção das disparidades regionais e locais. Então é imprescindível que na reforma tributária nós tenhamos coragem de atacar esse problema de frente, corrigindo a questão da redistribuição dos *royalties*, pois não é possível que o Rio de Janeiro detenha quase 70% de todos os recursos nacionais originários dos *royalties*, e agora com a descoberta do lençol de Tupi e um outro que foi anunciado nacionalmente pelo diretor da Agência Nacional de Petróleo, Dr. Aroldo Lima, não em termos de anúncio, mas de informação, conforme ele próprio diz, teremos o quarto maior lençol do mundo, como se referiu o Prefeito Antonio Pimentel Pereira, quer dizer, isso daí vai redundar numa disparidade ainda maior, numa distribuição que ao invés de ser equitativa é injusta, concentrando riqueza numa região já bastante rica como é o Estado de São Paulo, como é o Estado do Rio de Janeiro.

Aliás, em termos, eu até estranhei, mas é um levantamento do IBGE, a capital que mais cresceu populacionalmente foi Salvador, depois do Distrito Federal, mas São Paulo e Rio de Janeiro estão decrescendo em sua população. É um fenômeno que tem que ser analisado, quem sabe até do ponto de vista sociológico, relacionados com os problemas, quem sabe, da

violência, da criminalidade, da redução da qualidade de vida nessas regiões mais ricas.

Então na medida em que os recursos são direcionados para outras regiões que tem um grande potencial de desenvolvimento, por exemplo, os recursos dos *royalties*, temos certeza que essa desconcentração populacional vai beneficiar o Brasil como um todo, porque não só vai melhorar a qualidade de vida daquelas pessoas que se deslocam para regiões menos populosas, como também vai proporcionar riqueza a essas regiões mais distantes dos centros populacionais mais densos do nossos país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Eu tenho aqui, Presidente, até para provocar o debate, algumas notícias que foram produzidas em jornais, na própria defesa do IBGE, que é uma instituição que eu respeito. Numa primeira hora com a redução do Fundo de Participação de algum Município, inclusive de Simão Dias que é a minha tenda, fui Prefeito, eu aqui protestei em outra Comissão contra um levantamento que surgiu, vamos dizer, pelo avanço teológico, pela modernidade introduzida pela atual direção do IBGE. Então se um determinado Município sofreu o decréscimo populacional e se reflete na redução do seu Fundo de Participação, isso vai implicar imediatamente em quê? Também na redução da qualidade da administração pública. Os setores essenciais da população com as obras de infra-estrutura, saúde e educação sofrerão, sem dúvida, um bloqueio imediato. Isso é o que aconteceu. Eu acho que a modernidade tem que ser usada, tem que ser introduzida, nisso eu parabeno o IBGE, mas o que aconteceu é que ela foi feita assim de forma repentina, de um dia para o outro. Ninguém estava prevenido para isso, muito embora sempre devemos estar de acordo com os avanços que melhoraram a performance das nossas instituições. Agora se o IBGE acompanhou a modernidade, os Municípios não acompanharam a modernidade, o Governo Federal e o Congresso Nacional não foram capazes de prevenir os Municípios de que isso poderia acontecer.

Quatrocentos e quarenta e quatro Municípios tiveram perda de arrecadação com a redução do Fundo. Isso aí, Presidente, representa assim uma população de quantas pessoas? Isso representa quanto em termos de recursos financeiros que foram perdidos destes Municípios e foram alocados para outros Municípios?

Aqui eu tenho o jornal Portal de Notícias da Globo. Isso foi no dia 20 de outubro de 2007. “Prefeitos querem rever censo do IBGE para receber mais”. Isso é o efeito psicológico do momento em que sai uma notícia de que o Município vai perder, então há uma grita generalizada e uma preocupação que consideramos até de certo ponto aceitável. “Dados do instituto redu-

zem verbas que o Governo terá de repassar para algumas cidades. O IBGE diz que não aceitará pressão para rever dados. Os números preliminares do censo 2007, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estão provocando uma verdadeira rebelião de Prefeitos em todo o país – isso foi naquele mês de 2007. Eles exigem a recontagem da população de seus Municípios, pois um grande número de cidades apresentou redução de habitantes, etc. e etc. Em São Paulo, pressionado pelos Prefeitos, o IBGE já corrigiu para cima a população de pelo menos sessenta Municípios incluídos na contagem de 2007”.

Bom, Sr. Presidente, nós confiamos na honorabilidade de V. Ex^a., como confiamos na correção de métodos do IBGE. Eu estou apenas citando esses fatos que foram públicos para que V. Ex^a. aproveite esta Audiência Pública e faça os seus devidos esclarecimentos, de como é que foram feitos esses levantamentos e se esses levantamentos receberam divergências, ou seja, se o IBGE recebeu reclamações e se as reclamações feitas tiveram, vamos dizer assim, um atendimento do ponto de vista técnico no sentido de rever as pesquisas anteriormente feitas.

Com relação à criação de novos Municípios, “devemos ter o cuidado para evitar que a criação de novos Municípios, por um Estado qualquer, afete o montante destinado aos entes equivalentes de outros Estados. Assim, Municípios em tudo similares podem receber, a título de participação do Fundo, valores diferentes que não pertenceram ao mesmo Estado, estando em desvantagem o ente cujo Estado tenha a mesma restrição ao surgimento de novos Governos municipais. Observa-se, entretanto, que a Emenda Constitucional nº 15, de 1991(F), limitou a discricionariedade nas Assembleias Legislativas sobre esse tema. Independentemente de qualquer ressalva, porém, a questão central é que qualquer perda de um Município de dado Estado implicará como contrapartida ganhos para outros Municípios do mesmo Estado”.

Então eu pergunto a V. Ex^a. ou V. S^a., como é o mais correto, mas em homenagem a um Presidente que fez uma brilhante palestra, que aumentou a minha admiração. Na outra Audiência eu fui mais, digamos assim, radical com V. Ex^a., mas hoje, em função da sua palestra, das explicações que o senhor deu a mim e ao Prefeito de Simão Dias numa Audiência particular, e dos nobres convidados Antonio Pimentel e Onildo Elias, eu estou mudando o meu pensamento em relação ao IBGE, dando os meus parabéns, os meus aplausos. Pelo contrário, nós devemos dar apoio a V. Ex^a., ao seu órgão para que ele realize essa missão importante de fazer levantamentos não só de dez em dez anos ou de cinco em cinco anos, mas anuais, porque

assim teremos a realidade do nosso país. Então considerando que a contagem de população é de grande importância para os Municípios e porque isso implica no aumento ou na redução de Fundo, considerando que a pesquisa do próprio IBGE de perfil dos Municípios brasileiros, finanças públicas, sobre receitas e despesas em todos os Municípios revelou que o Fundo é responsável por 57,3% das receitas disponíveis das Prefeituras, o senhor poderia encaminhar para os Senadores desta Comissão a relação dos Municípios brasileiros que apresentaram recursos contra o censo realizado pelo IBGE? Não recursos, mas reclamações, quais são os Municípios que reclamaram, no ano de 2007, referente à contagem da população e que serviu de fonte para que o TCU fixasse os coeficientes do Fundo de Participação? Então com base nessas relações nós queremos, então, saber, também, quais as reclamações que foram atendidas.

Finalmente, Presidente – temos umas dez perguntas, mas vou fazer somente uma –, considerando que para atualizar os dados populacionais no intervalo dos censos demográficos o IBGE realiza a contagem da população – a contagem de 2005, planejada em 2003, foi somente executada em 2007. Considerando que por questões orçamentárias a contagem foi realizada apenas em Municípios com o máximo de 170 mil habitantes, ou seja, a contagem não foi realizada de fato em todos os 5.564 Municípios, pergunta-se: após a conclusão do trabalho de contagem da população de 2007 foi realizada alguma avaliação desse trabalho, seus pontos positivos e negativos que podem ser aperfeiçoados, durante a avaliação desse trabalho foi detectada alguma possível falha nessa contagem devido à falta de recursos para a realização completa da contagem populacional?

E, finalmente, eu gostaria de agradecer, enaltecer a V. Ex^a., Presidente, pela realização dessa Audiência Pública que vem esclarecer tema tão fundamental para o desenvolvimento dos nossos Municípios e para o incremento de levantamentos da realidade nacional, e agradecer ao que aqui foi dito pelo nosso Prefeito Antonio Pimentel Pereira, que falou numa linguagem contundente, mas real, sincera, de todas as necessidades que precisamos fazer, de todas as reformas que nós precisamos fazer para melhorar a vida dos Municípios. Também elogiar a participação do Sr. Onildo Elias de Lima e agradecer ao Presidente do IBGE. Obrigado a V. Ex^a.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes de passar a palavra ao Senador Adelmir Santana, eu quero aqui agradecer a presença do Sr. Prefeito Zacarias e seus assessores de Itapirapuã, do meu Estado, Estado de Goiás, dos Exmos.

Srs. Prefeitos Mathias Miranda, Prefeito da cidade de Lagoa, no Estado do Piauí, do Exmo. Sr. Prefeito Antonio Ribeiro Barradas, Prefeito de Agricolândia, cidade também do Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana e, posteriormente, ao Deputado Júlio Cesar, que nos brinda com a sua presença aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr^a. Presidente Lúcia Vânia, Sr. Presidente do IBGE, senhores representantes dos Municípios, Prefeitos.

Eu tenho a sorte de estar num Município indivisível, numa unidade federativa indivisível, que é o Distrito Federal. Mas eu tive a paciência de ficar aqui durante toda a Sessão em deferência à nossa Presidente Lúcia Vânia e ao Senador Valadares, autor desse requerimento. Uma coisa me chamou a atenção. Me chamaram a atenção a existência de ilhas, como bem foi citado pelo Prefeito Antonio Pimentel, de ilhas de prosperidade em razão dos critérios da distribuição desse Fundo Municipal, bem como o destaque de um volume de Municípios que não tenha absolutamente recurso algum. Nós sabemos que as populações estão nos Municípios, então isso nos desperta mais uma vez a curiosidade e o desejo, e dizíamos ontem quando a Senadora Kátia Abreu fazia um pronunciamento no Senado, da necessidade de se examinar toda essa questão desse pacto federativo, ter a coragem de examinar isso em profundidade.

Agora o IBGE, na minha visão, quero louvar a belíssima apresentação, ele faz a coisa baseada numa legislação existente e numa ciência que a gente sabe que hoje é uma ciência extremamente reconhecida, a ciência da estatística, ao fazer as amostragens, e faz isso, como foi demonstrado aqui, com muita sabedoria e com um histórico de muitos anos.

O problema existe, vai se agravando cada vez mais se a legislação não for alterada com essas descobertas e o enriquecimento de alguns Municípios, poucos Municípios. Portanto, acho que o momento é oportuno, quero louvar a nossa Presidente por ter feito essa Audiência Pública, convocado essa Audiência Pública, suscitado essa discussão. A gente vê que os pontos de convergência são muito maiores do que os pontos de divergências. Já foi sugerido aqui pela estrutura que o próprio IBGE tem, deveria fazer um ponto de encontro, uma fórmula de esclarecimento a esse número tão reduzido, de pouco mais de 10% ou menos de 10% dos Municípios brasileiros que perderam a participação no Fundo. São quatrocentos e poucos Municípios, não é?

A apresentação do IBGE serviu até como uma aula a todos nós, mostrando o formato futuro e o formato de hoje da população brasileira e despertando cada vez mais a necessidade, como eu disse, de nós discutirmos isso profundamente na questão da reforma tributária, na questão do pacto federativo. O que a gente percebe é que cada vez mais as receitas estão concentradas no poder central, diminui sensivelmente essa concentração nos Municípios e ficam, naturalmente, dependentes dessa repartição de recursos. É importante que a gente encontre um formato em que não haja ilhas de grandes prosperidade, pequenas ilhas, e um grande número de Municípios com qualidade de vida extremamente baixa em relação ao próprio país.

Eu não sei, aí vai entrar muito estudo, estudo técnico, mas é necessário que se faça processos de alterações nesse processo de rateio desses recursos. O IBGE, certamente, não pode fugir disso, faz isso por força de Lei, tem a obrigação de mandar isso anualmente ao TCU para a fixação desses percentuais. Há alguns fatores que levam em conta, fatores estabelecidos também baseado em Lei, talvez aí a gente tenha que diminuir esse multiplicando ou multiplicador, que é o número de população, para diminuir cada vez mais a possibilidade de um Município deixar de estar numa faixa e passar para outra. Talvez seja um dos caminhos. Nisso daí entra, naturalmente, muito estudo técnico e que certamente vai modificar a alteração da legislação.

Então eu queria, Sr^a. Presidente, apenas dizer que fiquei aqui com o objetivo de colaborar, embora seja uma matéria em que nós, por força da representação do Distrito Federal, não nos afeta, mas de qualquer modo nos preocupa quando se discute todos esse Fundos, levando em conta que o Distrito Federal tem tratamentos especiais com relação a não ser nem Estado, nem Município e ser indivisível. Mas parabeno a todos os expositores e o problema foi perfeitamente compreendido por todos nós. Eu tenho certeza disso.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Deputado Júlio Cesar.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Antes de o Deputado Júlio Cesar falar eu gostaria de pedir desculpas, mas eu tenho um almoço com os administradores, não são Prefeitos, mas com os administradores do Distrito Federal agora às 13h. Com sua permissão.

DEPUTADO JÚLIO CESAR (DEM-PI): Sr^a. Presidente, Sr. Presidente do IBGE, estimado Pimentel, esse homem estudioso que sempre está do nosso lado na defesa permanente dos interesses dos Municípios brasileiros, representando sempre a CNM, Sr.

Onildo, representante da Confederação Nacional dos Prefeitos, Srs. Senadores e Sr^a. Senadora Presidente, senhores Prefeitos aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores.

Presidente Eduardo, eu sou testemunho do seu trabalho, da credibilidade do IBGE e da confiança que eu tenho nos seus números. Essa história de que diminuiu quatrocentos e tanto, diminuiu em relação à estimativa do ano anterior, mas em relação ao censo de 2000 todos aumentaram, todos aumentaram. Eu tenho me debruçado permanentemente em cima desses números para defender os interesses dos Municípios brasileiros. Aqui, Presidente Lúcia Vânia, Senadora Lúcia Vânia, se aprovou a toque de caixa um projeto de iniciativa do líder do Governo em que as especificações lá que ele apresentava era mais contestando os dados do IBGE, quando no final ele pedia também a manutenção do redutor. Eu entendi que muitos dos Senadores votaram este projeto sem entender o que estavam votando, porque se entendessem realmente eu tenho certeza que na consciência deles não votariam como votaram.

O que é que pretende o projeto do Senador Romero Jucá? Congelar todos os coeficientes de 2007, e congelando os coeficientes de 2007 vai impedir daqueles que cresceram que possam crescer; os que decresceram, ficam onde está. Mas o que é mais grave, Senadora, é a manutenção do redutor. O redutor que foi por mim criado, essa Lei Complementar, Pimentel, de 1991, é de minha autoria, quando se criou no país mil Municípios mais ou menos, em que aqueles Municípios-mãe, que cederam população para instalar novos, cairia de uma vez o seu coeficiente, e nós inventamos uma mágica desse redutor para que isso acontecesse gradualmente no espaço de cinco anos. Eu fiz todas as projeções, em todos os projetos que eu faço, eu faço projeção para não cometer injustiça. Quando chegou em 2001, que estava para acabar o redutor, aqui o Senado votou uma Lei, que é a Lei Complementar 106, depois foi para a Câmara, foi confirmada, eu não estava aqui, foi um ano que eu fui candidato a Senador, fiquei fora porque não fui eleito, e estendeu este redutor para dez anos, para terminar em 2007. Como não se fez projeção, no sexto ano começou dar prejuízo àqueles Municípios que pertenciam a um determinado coeficiente, que foi mantido, nesta fase de transição. Um exemplo: o Município que era 0,8% caiu para 0,6%. Vou citar esse exemplo, que é o caso mais comum. Então somente esta diferença de 0,2% é que implicaria o redutor, que era para perder em cinco anos. Jogaram para dez, no sexto ano começaram a ter prejuízo. Por que é que deram prejuízo? Porque o redutor tira de todos que tinham redutor, formava outro

Fundo e na hora de redistribuição, aqueles que contribuíram para este Fundo, não participavam da divisão. Por isso que eu vi aqui o representante de Manaus dizer que perde 25% Manaus com o redutor, mas já estava previsto. Perde porque lá caiu o redutor e Manaus era altamente privilegiado pela redistribuição do redutor, que ela não contribuiu para a formação.

Mas, Sr. Presidente, dos dados estatísticos que o senhor apresentou aqui a gente mostra claramente o problema da pobreza do Brasil. Quando é a expectativa de vida, o Nordeste tem a menor, tem a menor expectativa de vida. Quando é para nascer, pela falta de controle tem a maior, tem a maior. Então todos os indicadores que o senhor falou, número de membros por família, os Estados mais pobres, os mais longínquos, principalmente da região Norte, tem cinco, quando a média é 2,1. Então isso daqui é exatamente o espelho do Brasil, é o espelho do Brasil os números estatísticos do Brasil. Quando fala em renda per capita vai para lá. Quando fala em IDH os piores estão lá. Então é o estado do Brasil.

Mas eu quero chegar a comentar o problema do pacto federativo. O nosso país é o país mais injusto que eu conheço de distribuição de renda. Começa que quem tem a maior responsabilidade, quem está na linha de frente, é que tem menor participação no bolo tributário brasileiro, são os Municípios em que tudo que se arrecada, apenas 14% ou 15% é feito pelos Municípios, quando eles têm mais obrigação do que todos os outros entes federados. E dentro desses Municípios há esses excessos de privilégios.

Eu quero, eu até lamento, o Senador Adelmir saiu, ele falou muito em pacto federativo, em privilégio, ele não está aqui para ouvir, mas os três grandes privilégios do Brasil, o senhor sabe, Presidente, que eu já comentamos várias vezes, nós sempre conversamos pessoalmente, primeiro eu acho que é o *royalty* do petróleo. Aliás, Pimentel, o projeto de *royalty*, de redistribuir, é meu; o do Senador é absolutamente igual ao meu, ele é do Piauí, é meu amigo, pedi para ele apresentar aqui para os dois projetos andarem concomitantemente. O daqui já tem parecer desfavorável, apresentado por um Senador do Amazonas, sem projetar realmente o que era importante com certeza, porque o Estado do Amazonas, apesar de já receber, mas vai receber muito mais pelo novo critério que nós instituímos. O de lá ainda não, e nós estamos trabalhando.

Mas ontem eu fiz uma palestra lá para os Prefeitos e falei de dois assuntos: o projeto aqui do Senador Romero, que eu fui Relator na Comissão de Finanças e Tributação, e apresentei um substitutivo, que você tem conhecimento, que querem derrubar na Comissão de Justiça. O meu substitutivo não é congelar, não é manter

reductor e nem nada. O meu substitutivo é, aquele que caiu nos quatrocentos, mantém-se por um ano. Os que subiram, pelo projeto do Senado é proibido subir, que suba, é direito adquirido. E os que têm reductor, acaba, como determinava a Lei Complementar 106. Então isso é pacífico e fizemos de comum acordo, trocamos até idéia quando eu fui fazer o relatório, temos que trabalhar na Comissão de Justiça para ser mantido.

Em relação aos *royalties* do petróleo, Presidente, eu passei seis meses estudando. Eu fui a todas as bases da Petrobrás, fui à plataforma continental, estive no Rio Grande do Norte, estive lá no Amazonas, estive lá em Urutu, estive lá em Coari para estudar, para entender melhor. Passei seis meses para fazer esse projeto. Como é isso daqui? Cada um, os primeiros 5% tem uma divisão, os segundos 5% tem, a participação especial tem outro, tem a parte do Estado, tem a parte dos Municípios, tem a parte do Ministério de Ciência e Tecnologia, das Minas e Energia e do Ministério da Marinha. O que é que nós fizemos em relação aos *royalties* do petróleo? Fizemos várias projeções e nas projeções que eu fiz, em 2006, o Rio de Janeiro ficava era com 85%. Diminuiu um pouco no ano passado em função do crescimento da produção do Espírito Santo e do Rio Grande do Norte. Mas em 2006, Presidente, só um Município do Estado do Rio, eu vou dizer o nome, eu disse ontem, o Município de Campos, tem 25%. E esses 25% de Campos, Presidente do IBGE e Presidente desta Casa, recebe mais por ano do que todos os Municípios de treze Estados do Brasil. Uma só cidade. Não é o somatório dos treze não, mas de todos os Municípios de cada um dos treze Estados da Federação. Recebe mais do que o Piauí, do que o Maranhão, do que a Paraíba, Sergipe, Alagoas. Vamos lá para a região norte, os Estados pequenos: Roraima, Acre, Rondônia, Amazonas, só fica de fora o Pará. Treze Estados, uma só cidade. E o que é mais grave é que o valor adicionado que disciplina a distribuição, que é a diferença entre as compras e as vendas, não é bem o lucro, Pimentel, é a diferença entre o que entra e o que sai, o valor adicionado de lá é altíssimo pela venda do petróleo. Então são dois grandes privilégios que os Municípios de petróleo têm. São Francisco do Conde tem a maior renda per capita do Brasil: era trezentos e cinquenta em 2004, em 2005 caiu para duzentos e oitenta, por uma mudança que o IBGE fez da metodologia diminuiu um pouco, mas continua com a maior renda per capita do Brasil. Tem 32 mil habitantes São Francisco do Conde e tem o PIB maior do que o do meu Estado, o do Piauí, que tem mais de 3 milhões de habitantes, e lá só tem 32 mil habitantes. É a maior disparidade que existe neste país. Aí joga lá, lá tem dois privilégios: tem o *royalty*, porque tem uma refina-

ria, e tem o ICMS – vocês já viram o Prefeito aqui –, cento e tantos milhões, e um outro Município, com a mesma população, que têm menos de 10%.

Este fenômeno é mais agravado no Rio. Tem um Município de Quissamã, que tem 14 mil habitantes, recebe em torno de 100 milhões de *royalties*, fora o ICMS, que é altíssimo. Eu estou atrás do orçamento dela. Eu estimo que seja 200 milhões para 14 mil habitantes.

Esses casos que falaram, Rio das ostras, Macaé, Campos, Porto Real, Búzios, são os maiores privilégios desse país. Os *royalties* falam: “não, 900 Municípios recebem *royalties*”. É verdade, 900. Mas eles têm 30 que recebem quase 80% e tem 800 dos 900 que não recebem 3%, não recebem 3%.

Eu já falei o privilégio do valor adicionado do ICMS, o privilégio da distribuição injusta dos *royalties* do petróleo. Porque a Constituição, Presidente, diz que a plataforma continental pertence à União. O subsolo pertence à União. Se pertence à União, por que é que uma Lei Ordinária vai dizer que pertence... O Estado confrontante, que fica às vezes cem, cento e cinquenta, já se fala em 200 km da plataforma. Fala-se em danos ambientais, e o dano ambiental que está lá na plataforma. Então nós temos que rever essa Lei, redistribuir este dinheiro, pertence à União, o critério é injusto e eu estou aqui trabalhando todos os dias para mudar este critério.

Devo dizer, já estou me alongando demais, até gostaria de falar outras coisas, mas eu vou resumir. Eu acompanho, Presidente, a cada decênio as transferências constitucionais, confio no Tesouro. Em todos os REFIS, o Pimentel sabe também, houve retenção indevida de recursos por parte do Tesouro e da Receita. Mais da Receita, porque o Tesouro faz o que a Receita classifica. Eu estive agora vendo uma Audiência Pública com o Secretário da Receita e fiz esse questionamento. No REFIS I as empresas pagavam todos os tributos e ela tinha que classificar, dividir o IPI e o Imposto de Renda para compartilhar. Não fez, foi obrigado nós batermos, aí eles fizeram, compelidos pelo nosso trabalho lá. O PAEX, que é o REFIS II, a mesma coisa. Mas pagaram. O PAES, que é o da Medida Provisória 303, vigeu apenas noventa dias, aconteceu. E agora o IPI, com a compensação que as empresas faziam, principalmente os grandes contribuintes, os importadores deixavam de pagar, deixavam de pagar segurado por uma liminar, a Procuradoria da Fazenda Nacional conseguiu derrubar a liminar e o Tesouro foi lá e seqüestrou da conta, com base nessa decisão, só de uma empresa um bilhão de reais de IPI, de uma empresa, Companhia Siderúrgica Nacional, em maio de 2007. E com outras empresas dá um bilhão,

quinhentos e cinquenta e seis milhões, até hoje não compartilhado, porque a Receita botou lá, ao invés de botar como receita de IPI, botou como outras receitas para evitar o compartilhamento.

Então eu faço esse apelo: vamos trabalhar juntos em cima desse projeto. Está chegando aqui o piauiense Senador Heráclito Fortes, que é outro defensor dos Municípios do Brasil. Nós temos que mudar o pacto federativo e tem que jogar de frente, o Sr. Presidente da CNM não enfrenta esse assunto com seriedade, ele foge pressionado por três ou quatro Prefeitos da ONPETRO(F), que é uma organização de petróleo do Rio de Janeiro, para pegar esse recursos que em 2000, Senador, era menos de um bilhão e que está chegando a vinte bilhões, que desse total 60% pertence a Estados e a Municípios.

Então fazendo isso eu quero cumprimentar ao Presidente do IBGE, dizer que confio muito nos dados. O que houve em muitos casos realmente foi uma diminuição, mas em relação à estimativa, não em relação ao censo anterior, e dizer que nós precisamos mudar, mas isso é uma casa de marimbondo, mudar critério de FPM e FPA aqui é uma casa de marimbondo. Na hora que pega... Eu sei que o Presidente já conversou comigo, o Presidente do IBGE, é muito importante essa maneira. Só tem uma dificuldade, Presidente, nessa mudança, porque cada Estado tem um percentual fixo. Teria que misturar tudo, teria que misturar tudo, porque isso aconteceu em 1989 pela Lei Complementar 62, em função da criação exagerada de Municípios em alguns Estados e outros não. Aí se criou, foi votada esta Lei dando um percentual fixo do FPM para cada Estado brasileiro. O Piauí, por exemplo, praticamente dobrou o número de Municípios, quase que dobrou nesse espaço de tempo. E alguns, não. Agora aquele projeto, aquela idéia do senhor, Dr. Eduardo, é muito importante, mas tem que mudar também esse critério de percentual fixo de cada unidade federada.

Parabéns a todos e digo ao Presidente que entre de frente, pacto federativo é redistribuir, mas eu estava falando dos privilégios, eu queria falar nos outros privilégios: um é o privilégio da renúncia fiscal da Zona Franca, são mais de dez milhões de reais, todo tirado do IPI que é imposto compartilhado, Zona Franca de Manaus; e o outro privilégio eu não sei se é justo, se é necessário, é o privilégio do Fundo Constitucional do Distrito Federal, sete bilhões, do tamanho do orçamento do Distrito Federal, a União transfere, e transfere e não fica lá no orçamento do GDF. Eu tenho uma amizade muito grande, eu não tenho nada com o Governador e não é do tempo dele, não foi criado no tempo dele, foi no final de 2002 que criaram este Fundo, que botaram um dispositivo que este Fundo cresce pelo percentual

de crescimento das receitas líquidas da União, quando o FPM e o FPA crescem pelo crescimento do IPI e do Imposto de Renda. Então são esses privilégios que fazem o desequilíbrio do pacto federativo do Brasil.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço ao Deputado Júlio e passo a palavra ao Presidente do IBGE, Dr. Eduardo Pereira Nunes. Eu quero dizer aos senhores parlamentares que nós temos pouco tempo, uma vez que a Ordem do Dia começa às 14h e nós não podemos nos estender. Portanto, eu pediria ao Dr. Eduardo que pudesse ser bem sucinto, bem como aos demais oradores que falarão depois.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Mais uma vez, Senadora, muito obrigado pela nova oportunidade de responder aos comentários. Felizmente todos os comentários foram extremamente favoráveis ao trabalho do IBGE e agradeço especialmente a todos aqui presentes, mas especialmente ao Senador Antonio Carlos Valadares, porque como ele mesmo comentou numa outra Audiência em que eu estive aqui no Senado, duas semanas atrás, um pouco mais, o próprio Senador foi bastante duro com o IBGE em relação à contagem da população, e havendo a oportunidade de dar o devido esclarecimento ele hoje já teve, com relação à instituição, uma outra posição, a quem eu agradeço muito e é exatamente essa disponibilidade que nós temos sempre para prestar as informações que eu também coloco à disposição da Confederação dos Municípios, das Associações de Municípios.

Como também foi observado aqui, sobre a necessidade do IBGE explicar a todos os 444 Municípios que perderam, eu começo explicando com as palavras do Deputado Júlio Cesar: perderam quando fazemos a comparação de 2007 em relação a 2006. Mas, se comparados com 2000, não há no Brasil nenhum Município com queda de população. O Brasil aumentou a população em 14 milhões de habitantes e todos os Municípios também aumentaram. Entretanto, não na velocidade esperada e não comparada com a projeção que nós havíamos feito anteriormente.

Então eu aqui, publicamente, digo que nós estamos sempre à disposição de todos os interessados para dar a explicação que for necessária. Sempre que nós convidarem, não precisa convocar, sempre que nos convidarem nós estaremos à disposição para dar os esclarecimentos, até porque temos confiança na seriedade e na qualidade do nosso trabalho. Nessa ordem, na seriedade e na qualidade. Então não tem porque nós não explicarmos aquilo que efetuamos.

E, principalmente, o Deputado Júlio Cesar, que até fez alguns comentários, o que nós fazemos é dar um retrato da realidade brasileira. Algum Município pode

ser até, por conta dessa estimativa, penalizado por um critério que não é do IBGE, é da Lei, mas ninguém duvida que a população brasileira se comporta hoje de uma maneira diferente do ponto de vista reprodutivo de cinquenta anos atrás, ninguém duvida que a região Norte e Nordeste brasileira, em relação à região Sul e Sudeste está em piores condições, quaisquer que sejam os indicadores; quando é para pior o Norte e o Nordeste tem um índice maior e quando é para melhor o Norte e o Nordeste tem um índice menor. Então isso é que o IBGE faz em todos os indicadores, seja com a pesquisa municipal, seja com a PNAD, seja com o PIB do turismo, que inclusive foi feito o comentário aqui, o IBGE ainda não tem, porque no dia que nós divulgarmos o do Brasil a próxima pergunta será “quanto será o PIB do turismo de cada Estado?”. Quando divulgarmos do Estado, todos quererão saber “quanto é o de cada Município”? Então a gente tem que ter uma metodologia que atenda a todas essas demandas para não criar expectativas que depois a gente não poderá atender num prazo apropriado. Nós estamos fazendo um trabalho nessa direção.

Então eu gostaria, eu já usei bastante o tempo aqui dessa Audiência, de dizer que nós estamos à disposição de todos, mais uma vez agradeço ao Senador Valadares, agradeço ao Deputado Júlio Cesar e a todos que elogiaram o trabalho do IBGE. Eu confesso que vim com o espírito também preparado para ouvir críticas, mas é sempre bom a gente saber que o trabalho da instituição é um trabalho reconhecido.

O Senador Valadares pediu, inclusive, que queria saber qual o número de ações havidas em relação à contagem do IBGE e como o IBGE reagiu às críticas, inclusive dessa matéria, citando que sessenta Municípios do Estado de São Paulo tinham sido beneficiados por pressão. Eu repito o que estava dito lá, repito o que estava dito na matéria, que certamente não reproduziram tudo que eu disse na ocasião, que não é porque há pressão que o IBGE vai responder a esse ou àquele, e é exatamente o que aconteceu nesse caso. A matéria comenta o número de Municípios que o IBGE promoveu a revisão do trabalho, não a pedido dos Municípios de São Paulo, mas foi a pedido de todos os Municípios que queriam que o trabalho não atingisse o resultado que a Lei determinava, que em 31 de agosto, como o senhor viu, o IBGE é obrigado a publicar, por Lei, no Diário Oficial, o quantitativo da população de todos os Municípios. E o IBGE teve a posição corajosa de comunicar que no ano de 2007 não faria a divulgação definitiva em 31 de agosto de 2007. Nós publicamos um número preliminar informando que aquele número ainda estaria sendo alterado, porque em muitos Municípios brasileiros ainda tínhamos

recenseadores realizando o trabalho, ficamos mais um mês abrindo portas de domicílios fechados cuja dificuldade para entrevistar o morador era grande, de tal maneira que um mês depois, quando concluímos o trabalho, muitos Municípios tiveram os seus dados atualizados. Foram sessenta em São Paulo, número que eu não tenho certeza se é correto ou não, mas assim como pode ter sido sessenta em São Paulo houve em todos os Municípios brasileiros uma segunda divulgação de número, inclusive o Município de Manaus, que na primeira divulgação era um milhão e quinhentos e na segunda divulgação já chegou a um milhão e seiscentos. Não há praticamente nenhum Município que da primeira para a segunda divulgação tenha havido queda de pontuação, em todos eles ainda houve um aumento. É uma prova de que o IBGE ouviu todas as reclamações. O prazo concluiu, nós enviamos dia 14 de novembro, e repare, não foi nem 31 de agosto, nem 30 de setembro, nem início de outubro, foi no dia 14 de novembro que nós enviamos ao TCU os números definidos. Então ficamos de 1º de setembro a 14 de novembro trabalhando todas as informações para verificar se ainda poderia haver alguma dificuldade. Por quê? Porque nós estávamos sensíveis ao problema dos 444 Municípios sim, que o senhor perguntou quantos habitantes são, eu sinceramente não tenho aqui, mas para o IBGE não importa quantos são; enquanto houver uma pessoa que nós julgarmos que estaria sendo prejudicada por um trabalho que é a necessidade do IBGE de se adequar à Lei, nós vamos continuar trabalhando, seja no campo, seja fazendo proposta de mudança de Lei, porque eu acho que é uma responsabilidade nossa para melhorar o funcionamento da legislação e da própria sociedade. Então eu não tenho o número exato, poderei dar ao senhor mais tarde, mas para nós não importaria se esse número fosse 10% da população ou apenas um habitante. Enquanto houver prejuízo, porque nós sabemos que esses 444 Municípios terão dificuldades para administrar as suas finanças, enquanto isso acontecer nós vamos trabalhar.

Agora, para concluir, eu só digo ao senhor que não foi apenas em 2007 que o IBGE foi alvo de reclamações judiciais e não judiciais. Em 2001, logo após do censo de 2000, foram 123 ofícios que nós recebemos; em 2002, foram 186; em 2003, 215; em 2004, 185; em 2005, 729, porque esperavam a contagem, não veio a contagem, as queixas aumentaram; em 2006, não fizemos contagem, caiu de 729 para 109. Por quê? Porque os Municípios já estavam informados de que a contagem foi aprovada para ser realizada em 2007. Então cai de 2005 para 2006 de 729 para 109; em 2007 de 109 sobe para 378. Por que 378? Por que são 444 Municípios. E os demais, não reclamaram? Alguns

não reclamaram e eu tenho certeza que Simão Dias não reclamaria se nós tivéssemos a oportunidade de esclarecer antes da apresentação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E os que tiveram a sua receita aumentada não--

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não tem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nem fizeram elogios?

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Não, alguns fizeram elogios, eu tenho que reconhecer que alguns fizeram elogios, e até Municípios que perderam também elogiaram: “reconheço que o meu Município perdeu, mas quero dizer que o trabalho do IBGE foi brilhante, tem os parabéns”. É claro que eu não fiz um quadro na minha sala, mas eu guardei todos esses ofícios também dos elogios que a instituição recebeu.

Então eu, Senadora, digo à senhora que estou muito contente com o resultado dessa Audiência porque, em primeiro lugar, é nossa obrigação dar os esclarecimentos, mas eu também tinha a expectativa de que as queixas pudessem ser até maiores do que os elogios aqui feitos, e se fosse 100% de queixas mesmo assim eu voltarei tantas vezes quanto for convidado, porque é uma obrigação da nossa instituição dar informação à sociedade, produzindo informações estatísticas, demográficas e cartográficas e também estaremos aqui à disposição de todos, sempre que nós convidarem. Muitíssimo obrigado.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Eu agradeço ao Dr. Eduardo e passo a palavra ao Dr. Antonio Pimentel.

SR. ANTONIO PIMENTEL PEREIRA: Srª. Presidente, parabênz pela ocorrência dessa Sessão, inclusive no período que nós estamos aqui na 11ª Marcha aqui em Brasília, com mais de três mil Prefeitos. Estamos encerrando hoje no Hotel Blue Tree, vai ter um evento também aqui no Senado, no auditório do Senado, para a gente concluir a marcha, já com vários pontos reivindicatórios, e deixar a sugestão para que se faça também uma Audiência Pública no sentido de buscar uma divulgação, uma discussão com relação aos critérios de partilhas do ICMS, como também do *royalties* de petróleo.

Parabenizar também ao Senador Valadares, que é do Estado vizinho ao nosso lá de Sergipe, que fez o requerimento para essa Audiência Pública, e dizer de que o importante é que tudo isso está sendo comentado. Na segunda-feira saiu no jornal O Estado de São Paulo toda uma estatística com relação a essa distribuição do *royalty* e esse assunto foi comentado, inclusive, pelo Presidente da República no seu discurso para os Prefeitos, Secretários Municipais e Vereadores que estavam

lá no Hotel Blue Tree, além também da modificação da partilha do ICMS. Então ela começou a entrar na pauta do dia, o Brasil está crescendo, mas na verdade o que nós precisamos reorganizar é o sistema de partilha. Não precisa de dinheiro novo para os Municípios, o que precisa é repartir melhor e eu não tenho dúvida de que isso vá acontecer no futuro, mesmo que seja gradual, porque nenhum Município também pode perder receita de uma forma muito rápida, mas que realmente esse sistema de partilha possa ser reorganizado, porque aí sim o IBGE vai pegar lá no futuro não mais um êxodo rural, mas sim um êxodo urbano, principalmente dos grandes centros como Rio e São Paulo e das regiões metropolitanas de cada Estado.

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Antonio Pimentel e passo a palavra ao Exmo. Sr. Onildo Elias de Castro Lima para as suas observações.

SR. ONILDO ELIAS DE CASTRO LIMA: Minhas palavras somente são para agradecer a esta Comissão, presidida pela Senadora Lúcia Vânia, aos Senadores que convocaram e que convidaram esta Audiência, mas em nome do Prefeito João Paulo, de Recife, ainda deixo e reitero a necessidade de nós darmos um apoio mais sólido ao IBGE quanto a ele se estruturar melhor para cumprir a sua missão constitucional. Repito que é importante e estratégico que se realize pesquisas anualmente, que se faça levantamento anualmente. É fundamental. Nós que estamos distantes, no Norte, Nordeste, sofremos por falta de informação. Vários órgãos de planejamento e de pesquisa foram desativados por falta de orçamento porque confiamos no órgão principal de pesquisa do Brasil, que é o IBGE, e se nós falharmos com o IBGE, com certeza as estatísticas brasileiras de todos os Municípios que não têm estrutura para pesquisar sofrerão com isso. Então é importante que os orçamentos do IBGE para pesquisa sejam reforçados para que possa cumprir a sua missão.

Por último, ainda, quero, em nome do Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, o Prefeito João Paulo, convidar o Presidente do IBGE para fazer uma explanação na Frente, lá nas nossas instalações, com certeza convidaremos os Municípios que se sentem prejudicados a ouvir do Presidente as explicações que tão bem foram colocadas hoje e outros questionamentos que provavelmente eles farão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidenta, um minutinho para--

SRª. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): — complementar o que aqui foi dito pelo

nosso Prefeito Antonio Pimentel Pereira, pelo Sr. Onildo Elias Lima, que além de uma partilha justa dos recursos dos *royalties* também nós poderíamos incluir na pauta das nossas preocupações, já que somos municipalistas, duas questões que eu considero importantíssimas, relevantes e que vêm atormentando os Municípios, que vêm prejudicando a normalidade da administração deles: é a questão das dívidas previdenciárias para com o INSS e a questão dos precatórios. Quanto aos precatórios, tem um projeto já em tramitação aqui no Senado, mas nada que diga respeito às dívidas previdenciárias, muitas delas contraídas de forma errada, equivocada, onde os Municípios foram penalizados e os Prefeitos, por alguma irresponsabilidade, não recorreram, e as administrações subsequentes é que pagaram o pato e são obrigadas a apresentarem para receberem recursos federais ou estaduais ou de qualquer outra instituição, apresentarem a certidão negativa do INSS.

Então, com isso, na tentativa de manterem os Municípios em dia com essa certidão fornecida pelo INSS, então eles deixam de lado as outras dívidas e entram na justiça, as pessoas físicas ou jurídicas que se julgam prejudicadas, e, com isso, os precatórios aumentam, quer dizer, na verdade são duas outras fontes de preocupação dos Municípios que nós devemos resolver em definitivo, não fazer com que Municípios hoje estão pagando 50% de suas receitas com a previdência, quer dizer, o que nós queremos, na realidade, não é como V. Ex^a. falou, não é aumentar, vamos dizer, os coeficientes do Fundo de Participação; o que nós queremos é uma justiça em todos os sentidos, quanto aos precatórios, quanto às dívidas da previdência e a redistribuição equitativa dos *royalties* em nosso país.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Valadares. Passo, ainda, a palavra ao Dr. Eduardo. Antes, Dr. Eduardo, eu gostaria que V. S^a. pudesse falar para os Prefeitos que aqui estão, inclusive do meu Estado, o Estado de Goiás, o que eles teriam que fazer para que no próximo censo eles não fossem prejudicados, continuassem sendo prejudicados? No caso do meu Estado, o Estado de Goiás, por exemplo, o Município de Itapirapuã, que está aqui representado pelo seu Prefeito, tem uma série de assentamentos, assentamentos em situações extremamente precárias, e ele foi um dos quatrocentos envolvidos na queda do Fundo de Participação do Município. Passo a palavra a V. S^a. para que possa responder aos Prefeitos e responder aquilo que V. S^a. ainda deseja esclarecer.

SR. EDUARDO PEREIRA NUNES: Está ótimo. Senadora, muito obrigado. Eu, então, quero informar à senhora que, além desse trabalho que o IBGE anunciou, que é realizado de forma contínua a contagem

de população todos os anos, para efeito de assegurar a qualidade do trabalho e prevenir até quanto a essas questões que a senhora mesmo acabou de comentar agora, o IBGE, quando realiza um censo, ele instala com antecedência a Comissão Censitária Municipal. Nessa Comissão Censitária Municipal, composta de no mínimo cinco membros em cada Município, o representante do IBGE apresenta, abre a primeira reunião apresentando o mapa do Município que o IBGE definiu como sendo o limite que ele deverá percorrer durante a operação censitária, então esse mapa é produto de toda a modernização tecnológica que o próprio IBGE realiza, é produto inclusive da precisão de dúvidas entre limites de um Município e de outro Município. Por que é que isso é importante e eu expliquei isso ao Senador Valadares e explico aos inúmeros Prefeitos? Porque muitas vezes o Prefeito tem razão ao dizer que a sua população alvo, que é para quem ele deve atender, ela é superior à população que a que o IBGE diz pertencer ao Município. Por que a sua população, na leitura de Prefeito, é maior do que a do IBGE? Em primeiro lugar porque ele pode estar tendo um campo de atuação que está atendendo à comunidade de um determinado distrito que, do ponto de vista legal, não pertence ao seu Município, pertence ao Município vizinho, mas foi ele que construiu uma escola, é ele quem dá a atenção médica, é ele quem construiu uma estrada da sede do seu Município até aquele distrito, muito embora o distrito pertença ao outro Município, mas para o outro Município não há nenhuma comunicação daquele distrito com a população. Quem atende? É o seu Prefeito. Entretanto, esse Prefeito não vai receber o recurso constitucional referente àquele povoado porque do ponto de vista legal ele pertence a outro Município e o IBGE vai dizer que aquela população é do Município do B e não do Município A. Quantas discordâncias podem acontecer a esse respeito? A gente tem que fazer entender antes de fazer o censo. Então no ano anterior o IBGE dá os devidos esclarecimentos a toda a comunidade municipal sobre o aspecto territorial. É claro que esse é um processo de aprendizado. Nós fizemos isso em 2000, já fizemos em 2007 e queremos dar prosseguimento a esse trabalho.

Então este é o local antes da justiça, antes do recurso administrativo, antes do primeiro número de população municipal ser anunciado, já é um local onde o Município pode verificar para que direção o IBGE está trabalhando. E se houver dúvidas, se houver problemas no nosso trabalho, é ali que o Município tem que se manifestar, é naquele momento que ele ainda tem a oportunidade de ter o recenseador com o PDA na mão para testar todas as hipóteses que estão sendo

negociadas. Um ano depois não adianta pedir ao IBGE para recontar a população porque os recenseadores já foram embora, os 90 mil recenseadores contratados já foram, já encerraram seu contrato. O IBGE não tem uma estrutura permanente para sequer fazer esse tipo de trabalho. Então o passo fundamental é a Comissão Censitária Municipal de cada Município, em que cada Prefeito tem que indicar uma pessoa efetivamente comprometida com a gestão municipal, porque também nós sabemos que algumas vezes: “ah, o que é que é essa Comissão Censitária Municipal?” Por conhecimento e por falha nossa de comunicação, como a Prefeitura não entende muito bem, envia alguém que também não entende muito bem a importância daquele trabalho. Resultado? A gente perde uma boa oportunidade de fazer um trabalho melhor.

Como é que nós pretendemos fazer para o censo de 2010? Já no mês de junho e julho desse ano, de 2008, o IBGE pretende realizar, em Brasília, um seminário onde ele apresentará o seu trabalho para o censo de 2010, a começar pelo trabalho de atualização da sua base territorial, que é aquela que vai definir o limite de cada Município que o IBGE trabalhará, ele fará esse seminário aqui em Brasília e receberemos, convidaremos as representações estaduais de todos os Estados brasileiros que possam comparecer a esse seminário e apresentarem ao IBGE os seus pontos de vista. Alguns deles estão mais corretos do que o nosso, nós teremos que atualizar. Quando? Antes de começar a operação. Então queremos fazer em 2008, em junho de 2008, um trabalho que vai ser realizado em agosto de 2010. Então nós temos dois anos de trabalho pela frente para reparar o censo e não vinte dias depois de divulgado o censo que a Lei diz que os Prefeitos têm que apresentar os seus recursos. O que o IBGE pode fazer com vinte dias se a questão apresentada pela Prefeitura for recontar a população? Essa hipótese é inviável, mesmo que seja justa. Então eu tenho que fazer com antecedência, e essa antecedência de agora será feita pela diretoria de Geociências do IBGE, que é a diretoria encarregada de atualizar todos os mapas municipais para efeito censitário que nós teremos daqui para frente.

Então todos receberão convite, todas as representações estaduais, as representações municipais e todos os Senadores também serão comunicados dessa reunião para que eles, então, possam fazer o contato com as suas unidades locais e sejam, inclusive, porta-vozes das dúvidas e das angústias que podem ocorrer em relação ao recenseamento. Esse é o primeiro trabalho.

E o último trabalho feito em relação à contagem, que o Senador Valadares perguntou, se o IBGE tem

alguma avaliação sobre a operação realizada, nós temos esses três documentos que eu aproveito para entregar também à Senadora Vânia, que é, primeiro, uma lista, um documento sobre as inovações que o IBGE introduziu no censo de 2007 – e aqui não tem só elogio, auto-elógio, também tem autocritica de aspectos que não funcionaram como nós deveríamos ter feito funcionar; o segundo, que é o relatório de todos os coordenadores de áreas, nós temos 27 Estados, mas os 27 Estados foram subdivididos em 647 áreas e cada um dos 647 coordenadores de áreas fizeram um relatório e esse é o documento de avaliação dos nossos coordenadores sobre a qualidade do trabalho, esse é o relatório síntese; e aqui nós colocamos todos, sem exceção, todos os comentários feitos pelos coordenadores. Então os elogios, as críticas, estão todos aqui, que eu deixo então com a Senadora Lúcia Vânia para olhar como referência no nosso documento. Peço desculpas se houver erros de português nas redações, porque nós não fizemos nenhuma alteração do conteúdo da apresentação. Não há autoria, a autoria é de 647 supervisores, os erros de português são responsabilidade da instituição, mas o importante é que sirva como um elemento de crítica e de autocritica do nosso próprio trabalho, e é um exemplo de que nós também fazemos estatísticas com as nossas informações internas.

Obrigado, mais uma vez, Senadora.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Eduardo pela sua exposição, quero cumprimentá-lo e dizer da nossa satisfação em recebê-lo aqui, Dr. Eduardo, bem como das explicações que nos foram aqui transmitidas. Acredito que o IBGE sai daqui muito maior do que quando V. S^a. entrou. É bem verdade que é um instituto que merece o respeito de toda a sociedade brasileira, mas havia aqui dentro um certo desconforto em relação a dados que nós não conhecíamos e que hoje foram bem esclarecidos e acredito que isso ajudará bastante os Senadores a acompanharem de perto a situação do IBGE.

Quero dizer ao Deputado Júlio que eu também, que passei pela Câmara, tenho uma dificuldade enorme aqui no Senado, porque o Senado trata de questões maiores, questões macro, e esquece às vezes de descer ao Município. Eu acho que é muito importante essa Comissão de Desenvolvimento Regional, porque embora seja uma Comissão muito recente, mas é uma Comissão que está despertando o Senado para a necessidade de buscarmos conhecer o que está se passando nos Municípios. Então se interessa muito, por exemplo, pelo trabalho macro do IBGE, mas se esquece de buscar a sua aplicação naquele ente que

é o mais importante da Federação, que são os nossos Municípios.

Agradeço ao Dr. Antonio pela sua exposição, pela sua visão, é uma visão que traz também uma nova dimensão para todos nós que sempre estamos reclamando da dificuldade do FPM, mas se nos esquecermos do ICMS, nos esquecemos dos *royalties* que têm levado a esse desequilíbrio.

Cumprimentar também o Prefeito Onildo, dizer da nossa satisfação em recebê-lo, dizer que essa Comissão, a Comissão de Desenvolvimento Regional, estará sempre à disposição de todos os Srs. Prefeitos para qualquer esclarecimento que por ventura V. S^{as}. desejarem aqui no Senado da República.

A todos os senhores parlamentares, ao Deputado Júlio que nos honrou com a sua presença, ao Senador Valadares, autor do requerimento, e a todos os outros Srs. Senadores que aqui estiveram ou passaram os nossos cumprimentos, aos assessores, aos Prefeitos presentes, os nossos agradecimentos.

Não havendo nada mais a tratar, declarado encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 13h51.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e dois de abril do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Romero Jucá, Geovani Borges, Valter Pereira, Wellington Salgado, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Júnior, Romeu Tuma, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Deixam de comparecer os Senadores Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Neuto de Conto, Gerson Camata, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Kátia Abreu, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, e o Senador Sérgio Guerra, tendo falta justificada em virtude de encontrar-se em missão oficial fora do País. Antes de iniciar os trabalhos, a Comissão juntamente com a Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária recebem a Delegação da Comissão de Finanças do Senado Francês, formada pelos Senadores Jean Arthuis, Presidente, Philippe Marini, Relator, Philippe Adnot, Jean-Claude Frecon, Bernard Angels, Yann Gaillard, Aymeri de Montesquiou, Jean-Jacques Jegou, Philippe Dallier e Charles Guene. O Presidente convida para compor a Mesa os Senadores Jean Arthuis e Philippe Marini, que dão início aos questionamentos. Dando continuidade, usam da palavra os Senadores Aymeri de Montesquiou, Philippe Adnot, Yann Gaillard, Jean-Jacques Jegou, Charles Guene e Bernard Angels. Em seguida, usam da palavra os Senadores Osmar Dias e Aloizio Mercadante, representando as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos, respectivamente, e o Senador Eduardo Suplicy. Dando prosseguimento aos trabalhos e havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião Ordinária, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. De acordo com o artigo 34 da Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação das Mensagens de Campo Grande – MS e São Paulo – SP, a Senhora Eliane Detoni, Coordenadora de Projetos Especiais da Prefeitura Municipal de Campo Grande – MS, o Senhor Ernesto Augusto Granado, Chefe da Unidade de Gerenciamento de Empreendimentos da Companhia do Metropolitano de São Paulo, a Senhora Maria Cecília Meireles Chagas, Assistente do Diretor de Captação de Recursos da Secretaria de Fazenda de São Paulo, o Senhor Osvaldo Spuri, Coordenador da Unidade de Gerenciamento de Programas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e, representando o Tesouro Nacional, o Senhor Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda. A Presidência passa à apreciação da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 209, de 2007, não terminativa, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor Enéas Costa de Souza, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Luís Fernando Schuartz”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Mão Santa que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior, usa da palavra o Sr. Enéas Costa de Souza para fazer sua exposição. Em seguida, usa da

palavra para interpelar o Sabatinado o Senador Eduardo Suplicy. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Jayme Campos e Ideli Salvatti para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Sr. Enéas Costa de Souza para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por 19 (dezenove) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, o Presidente passa à 2ª Parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, não terminativo, que “institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sacoleiro)”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Gilvam Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01 a 17 apresentadas. A Matéria tramita em Regime de Urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o art. 375, do R.I.S.F., e simultaneamente nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 122, II, “b”, do R.I.S.F., e na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, nos termos do art. 3º, I, da Resolução nº 1, de 2007-CN, combinado com o art. 375, III, do R.I.S.F. Foram apresentadas 17 emendas, sendo as Emendas nºs 01 a 13 e nº 15, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nº 14, de autoria do Senador João Pedro, e nºs 16 e 17, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. Em 15/04/08, a Presidência concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Após usarem da palavra os Senadores Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, Romeu Tuma, Inácio Arruda, Delcídio Amaral, Valter Pereira, Romero Jucá, Serys Slhessarenko e Eduardo Suplicy, a Comissão aprova os Requerimentos nºs 10, 11 e 12, para realização de Audiência Pública, em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Constituição, Justiça e Cidadania, para instruir a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 65, de 2008, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 19,382,000.00 (dezenove milhões, trezentos e oitenta e dois mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Campo Grande-MS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana de Campo Grande. – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa

de Pequeno Porte”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Jayme Campos, usam da palavra os Senadores Delcídio Amaral e Valter Pereira. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 66, de 2008, não terminativa, que “solicita ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor, em ienes japoneses, equivalente a até US\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e um consórcio de bancos privados japoneses, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Valter Pereira, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Valter Pereira, usam da palavra os Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04 – Mensagem do Senado Federal nº 64, de 2008, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor, em ienes japoneses, equivalente a até US\$ 535,000,000.00 (quinhentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e um consórcio de bancos privados japoneses, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e à Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô”, não terminativa, de autoria do Presidente da República, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pela Senadora Serys Slhessarenko, usam da palavra os Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2003, não terminativo, que “acrescenta dispositivo ao artigo 473 da CLT para permitir ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem

prejuízo da remuneração”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01, de autoria do Senador Romero Jucá. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Em 19/02/08 foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2007, terminativo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, unificando a data de recolhimento das contribuições sociais devidas pelo empregador à Seguridade Social com a data de recolhimento da contribuição devida ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, de autoria do Senador Álvaro Dias, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra”, de autoria do Senador Tasso Jereissati, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a Emenda de Redação nº 02, que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2004, terminativo, que “altera o artigo 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relatora a Senadora Serys Slhessarenko, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2003, terminativo, que “altera o § 2º do artigo 16 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (dispõe sobre a regulamentação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN)”, de autoria do Senador Valdir Raupp, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer pela rejeição. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Aviso nº 7, de 2008 (nº 38/08, na origem), não terminativo, “referente ao Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, de autoria do Ministério da Fazenda, tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece Parecer

pelo conhecimento e posterior arquivamento da Matéria. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2007 – complementar, não terminativo, que “acrescenta o § 13 ao ar. 3º da Lei Complementar nº 123 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, de autoria do Senador Pedro Simon, tendo como Relator o Senador Marconi Perillo, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, não terminativo, que “acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta, aprovando ainda as Emendas nºs 03 e 04, de autoria do Senador Pedro Simon. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2006, terminativo, que “acrescenta o inciso VI ao art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova os Requerimentos nº 10, de 2008-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública desta Comissão em conjunto com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008; nº 11, de 2008-CAE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati, que requer, nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública para que sejam prestadas as informações que se fizerem necessárias para instruir a apreciação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a presença dos Senhores Welber de Oliveira Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da

Receita Federal do Brasil; Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe do Departamento do Mercosul – DMSUL, do Ministério das Relações Exteriores; Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee e Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – Eletros; nº 12, de autoria do Senador Romeu Tuma, que requer, nos termos regimentais, seja convidado o representante da Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD), o Sr. Paulo Rosa – Diretor-Geral da ABPD, a fim de debater, em Audiência Pública, o PLC nº 27 de 2008, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai (Projeto do Sacoleiro), em reunião conjunta dessa Comissão com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e nº 13, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Arthur Virgílio, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos para instruir o PLS Nº 266/2007 (Complementar), que altera o art. 3º da Lei Complementar nº 116 de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil, com os dirigentes das seguintes entidades: Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Aloizio Mercadante**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Bom dia a todos e a todas. Eu queria inicialmente convidar o Presidente da Comissão de Finanças, Sr. Jean Arthuis, para compor a Mesa conosco, queria igualmente saudar o Sr. Philippe Marini, Relator da Comissão de Finanças; o Sr. Senador Philippe Adnot; Exmo. Sr. Senador Jean-Claude Frecon; Exmo. Sr. Senador Bernard Angels; Exmo. Sr. Senador Yann Gaillard, Exmo. Sr. Senador Aymeri de Montesquiou; Exmo. Sr. Senador Jean-Jacques Jegou; Exmo. Sr. Senador Philippe Dallier e Exmo. Sr. Senador Charles Guene.

Para nós da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal é uma honra e um prazer muito grande tê-los aqui nesta manhã e temos uma longa tradição de relacionamento bilateral com a França, um país amigo, um país que foi uma referência cultu-

ral muito importante em toda a nossa história. Hoje a França é um parceiro comercial muito importante para o Brasil e por todo o seu bom gosto, pela beleza do turismo que oferece, pelo prazer do vinho, pela força da agricultura, pela pujança da indústria e do serviço, a economia sociedade francesa são parte muito importante da nossa história, da nossa identidade, da nossa construção como nação e como povo. E é com um imenso prazer que nós recebemos hoje a Comissão de finanças do Senado francês, estamos inteiramente à disposição de vocês para aprofundar as relações bilaterais, para buscar novas formas de estimular o comércio Brasil/França, de aprofundar, enfim, essas duas nações amigas. E gostaríamos agora de passar a palavra ao Presidente da Comissão que nos acompanha, Exmo. Senador Jean Arthuis. [palmas].

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Sr. Presidente, senhoras e senhores, caros colegas, se me permitirem, caros amigos, vimos em delegação da Comissão de Finanças do Senado Francês, ao encontro do Brasil, país que adquiriu o lugar de uma grande potência na escala mundial. Hoje de manhã estamos na companhia do nosso Embaixador, o senhor Othon Poiet e um dos membros da Comissão senhor Philippe Adnot, tem uma delegação especial nos grupos de amizade parlamentar França/Brasil. Vários dos membros da delegação já vieram em 2002. E em especial o nosso relator-geral. Os que como eu estão vindo pela primeira vez já ficaram muito impressionados. Impressionados por todos os indicadores que nos foram apresentados pelo Embaixador e por todos os diplomatas que compõe a sua equipe, ficamos impressionados pela vitalidade, o dinamismo, a criatividade do país, sobretudo no plano econômico, percebemos aqui os ajustes conseguiram, permitiram taxas de crescimento sustentado, elevados, o domínio da inflação e o equilíbrio das finanças públicas. Todos esses indicadores permitem homenagear a política econômica implementada no Brasil. Também ouvimos vários responsáveis da administração brasileira que comentaram sobre os resultados da agricultura brasileira, o *agribusiness*. E nesse setor também pudemos perceber o potencial considerável que o Brasil dispõe.

Entendemos que não havia antagonismo entre a satisfação das necessidades alimentares do planeta e a produção de biocombustíveis destinados a substituírem progressivamente aos combustíveis fósseis. Esses resultados positivos e essas perspectivas tão boas nos levam a pensar que o Parlamento brasileiro desempenha um papel considerável e excelente, com certeza. Sr. Presidente, ficamos muito honrados pela sua recepção e, talvez, V.Exa. possa permitir que façamos algumas perguntas. Eu vou, agora, talvez, ceder

a palavra aos meus colegas, o relator-geral, talvez, esteja pronto para algumas perguntas.

SENADOR PHILIPPE MARINI: [tradução simultânea] Eu gostaria, Sr. Presidente, evocar o que hoje é chamado de diplomacia do etanol. Eu sou eleito numa grande região agrícola industrial na França. A minha região chama Picardie, mas vários colegas aqui presentes vêm da região Champagne que tem características idênticas. Vemos hoje sendo desenvolvidas a partir da cadeia da beterraba do açúcar, das fileiras de cereais e das cadeias oleaginosas, novos usos energéticos de produtos agrícolas. Estamos, portanto, muito conscientes dessas problemáticas e muito desejosos de reforçá-la essas atividades com vistas a desenvolver essas agriculturas e os empregos no nosso território. E gostaríamos Sr. Presidente, de saber qual a sua visão da cooperação tecnológica e da pesquisa e do desenvolvimento que poderiam permitir aos empresários do *agribusiness* brasileiro e francês de terem maiores trocas, o que pensa V. Exa. dessa possibilidade de cooperação e de trocas?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós temos aqui na nossa Comissão vários Senadores especializados no tema do agronegócio, da agricultura, Senador Osmar Dias, inclusive, nos acompanha representando a Comissão de Assuntos Agrícolas do Senado Federal. Mas eu queria destacar nosso comércio bilateral com a França hoje é da ordem de 6,8 bilhões de euros. Apesar de ter crescido muito em 2007, 19,7% de crescimento no comércio bilateral, nós ainda representamos menos de 1% do comércio exterior francês. Temos algumas parcerias estratégicas na área de Ciência e Tecnologia, por exemplo, a indústria Aeronáutica, há também em andamento um projeto de nós avançarmos na instalação de uma grande empresa de helicóptero no Brasil, já temos a parceria com a Helibras, seria uma ampliação desta planta de uma forma bastante expressiva, em parceria com a ES francesa(f) e na área da agricultura o Brasil hoje deverá colher este ano uma safra de 140 milhões de toneladas de grãos e 475 milhões de toneladas de cana serão esmagadas para a produção de etanol e produção de açúcar. Nós somos hoje o maior produtor exportador mundial do mundo de suco de laranja, de soja o maior exportador, somos o maior produtor/exportador de café, de carne bovina, na avicultura, maior produtor exportador, terceiro em porcos, terceiro em milho, quer dizer, o Brasil vem tendo o agronegócio bastante competitivo e com um papel muito importante na geração de riquezas, de emprego, na nossa agricultura. Mas o etanol é uma experiência muito antiga, ela data de meados dos anos 70, da crise do petróleo. Já se vão mais de 30 anos que o Brasil vem desenvolvendo

a produção de etanol e agora com um grande salto na medida em que quase toda a nossa frota de automóveis e o ano passado nós batemos recorde de produção e venda de automóveis, 3 milhões e meio de veículos foram vendidos no Brasil é bicombustível, nós usamos etanol ou gasolina. E isso deu a segurança da demanda para o setor agrícola, estabilizou, gerou novos investimentos e as nossas plantas de etanol, com o esmagamento de 475 milhões de toneladas de cana, permitem produzir até 8 mil megawatts de energia. Também serão importantes como a capacidade de exportar para a rede de transmissão de energia complementando a nossa matriz energética que é predominantemente hidroelétrica. Os grandes projetos estruturantes na área de hidroelétrica demoraram 4, 5 anos para estarem prontos. Então, o etanol também é uma outra fonte complementar na geração de energia. Algumas preocupações em relação ao impacto dessa cultura na nossa ocupação territorial não procedem porque nós temos basicamente treze áreas no país destinadas à produção de etanol, com potencial de geração de renda e geração de divisas e as outras áreas não são propriamente habilitadas para o cultivo da cana-de-açúcar e que exige um índice pluviométrico e algumas características de declividade da terra muito específicas. Nós ainda temos fronteira agrícola nessa área, mas não concorre com outras produções no qual o Brasil é igualmente competitivo e vai permanecer a sua atividade. Acho que quando nós analisamos além do etanol o biodiesel, o biodiesel também é um potencial muito importante para impulsionar a pequena agricultura familiar em áreas carentes como o semi-árido nordestino. Nós já temos hoje algumas experiências bastante exitosas nessa linha e pretendemos aprofundar esse caminho na produção de biodiesel.

Eu só quero concluir dizendo que o Brasil caminha para ser um grande produtor e exportador mundial de petróleo. Nós estamos fazendo descobertas de grandes campos de petróleo na plataforma continental marítima, a uma profundidade de 6 mil metros com tecnologia da PETROBRAS, em parceria com outras empresas estrangeiras que estão atuando no Brasil, mas independente desse caminho promissor do petróleo, o etanol e o biodiesel permitem produzir uma energia renovável, uma energia que do ponto de vista urbano é muito mais limpa na emissão de CO₂, uma energia que gera emprego e renda na agricultura e que complementam nosso imenso potencial agrícola. E vemos com grande interesse as negociações de Doha da OMC e as negociações bilaterais com a União Européia que do nosso ponto de vista tem muita coisa a avançar, principalmente se nós tivermos uma atenção especial para reduzir barreiras agrícolas, barreiras antidumping,

subsídios agrícolas para que a gente possa impulsar mais ainda a agricultura dos países mais pobres da economia mundial e contribuímos para aumentar a oferta de alimentos que hoje é um grande desafio da economia mundial. E temos certeza que com toda essa relação comercial bilateral com a França nós poderemos aprofundar ainda muito as nossas relações comerciais e temos grande interesse em todos os projetos de parceria na área de Ciência e Tecnologia, especialmente focada na produção agrícola. O Brasil tem uma instituição pública, a EMBRAPA, que é uma instituição de excelência, tem dado uma imensa contribuição ao nosso agronegócio e que pode ser o elo de referência para essas relações bilaterais.

Quero concluir apenas que nós não compartilhamos essa tese recente que a produção de etanol, em particular a nossa, que deriva da cana-de-açúcar possa ter qualquer participação direta na elevação do preço dos alimentos na economia mundial. Os alimentos estão crescendo pelo forte dinamismo da economia asiática, pela grande urbanização que atravessa a China e em particular Índia, pelo aumento do preço de petróleo que aumenta o preço da uréia e do nafta na cadeia dos fertilizantes e pelo aquecimento da economia mundial e redução de estoques. O Brasil continua aumentando sua produtividade, continua aumentando safra e isso é compatível com a produção de etanol e é compatível com a produção de biodiesel. E acho que nós temos que diferenciar o biodiesel que vem, sobretudo do pinhão manso, vem de pequenas atividades agrícolas da economia familiar e o etanol da cana-de-açúcar com as críticas que nós temos visto especialmente na cadeia do milho que encarece vários produtos agrícolas e que é um problema da economia americana. Nosso etanol é duas vezes mais competitivo que o etanol americano, nosso etanol está há 22 centavos de dólar e o etanol americano é produzido a 40 centavos de dólar. E não tem nenhuma relação com esse problema da pressão de custos e de preços na cadeia alimentar que preocupa o Brasil e que evidentemente exige respostas coordenadas no sentido de aprofundar as relações comerciais, reduzir subsídios e barreiras para estimular a oferta agrícola em todo mundo.

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Obrigado, Sr. Presidente, por esses comentários e essa argumentação tão sólida que V. Exa. desenvolveu e que vem estruturar toda essa diplomacia do etanol e não esqueçamos do biodiesel. Como V. Exa., pensamos que é preciso definir regras na escala mundial para que cada um possa ir até o final do seu potencial e dar a cada país todas as suas chances. Como deseja funcionar, Sr. Presidente, eu posso chamar outras perguntas de colegas da delegação francesa?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Talvez, sugerisse que fossem feitas todas as questões e nós podemos distribuir entre os Senadores presentes, nós temos várias especialidades aqui que poderiam contribuir nesse debate.

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Então, caros colegas da Comissão de Finanças do Senado Francês, quem deseja fazer... Senhor Aymeri Montesquiou.

SENADOR AYMERI MONTESQUIOU: [tradução simultânea] Sr. Presidente, a diplomacia brasileira se orienta por um eixo Norte-Sul e por um eixo Sul-Sul. E uma das originalidades do seu país é que essa diplomacia apoia-se numa economia viçosa. O senhor sugeriu diminuir os direitos aduaneiros sobre os produtos agrícolas. V. Exa. também seria favorável a uma diminuição das barreiras sobre os produtos industriais e sobre serviços? As recentes descobertas de petróleo que V. Exa. mencionou vão levar o Brasil a integrar a OPEP? E se a resposta for positiva será que isso não fortaleceria as suas relações diplomáticas nesse eixo Sul-Sul?

SENADOR PHILIPPE ADNOT: [tradução simultânea] Eu queria primeiro dizer aos meus colegas brasileiros para que possamos fortalecer e aumentar as nossas relações na área do etanol, do álcool, é preciso primeiro que nós tenhamos criado uma cadeia do etanol na Europa, se não tiver infra-estrutura de venda de etanol. Se não houver produção de etanol, se não houver uma infra-estrutura de venda de etanol não poderá haver aprofundamento dessas relações na área. Eu queria, a minha pergunta principal é sobre em que ponto está o Brasil na sua integração no MERCOSUL?

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Obrigado, M. Adnot, M. Yann Gaillard.

SENADOR YANN GAILLARD: [tradução simultânea] Eu queria fazer uma pergunta, não apenas como membro da Comissão, como também como Presidente da Associação dos Municípios Florestais Franceses. Eu gostaria de receber algumas explicações sobre as orientações da política florestal do seu Governo. E saber se estão pensando num desenvolvimento do mercado da madeira, da exportação de madeira, em especial para a China. Merci

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Obrigado, M. Jean-Jacques Jegou.

SENADOR JEAN-JACQUES JEGOU: [tradução simultânea] Sr. Presidente, na sequência das suas palavras de abertura e da pergunta feita pelo nosso colega Marini, senhor frisou as boas relações existentes entre a França e o Brasil, ao mesmo tempo nos números que V. Exa. nos deu V. Exa. mostrou

a fraqueza dessas relações comerciais. V. Exa. pensa que esses números poderiam melhorar e se sim em qual área?

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Obrigado, M. Charles Guene.

SENADOR CHARLES GUENE: [tradução simultânea] Como disseram meus colegas, nós ficamos muito impressionados pelo desenvolvimento do Brasil e pelos números do seu crescimento em especial. Mas nas nossas reuniões até agora, apenas pouco mencionamos os problemas do seguro de doença e das aposentadorias, da previdência e das aposentadorias. E o novo risco que estamos conhecendo nos nossos velhos países que é o risco da dependência dos idosos. E a minha pergunta é saber se a demografia e o crescimento do Brasil fazem com que esta não seja uma preocupação no momento atual ou se é que já estão pensando a políticas nesta área?

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Obrigado. Bernard Angels.

SENADOR BERNARD ANGELS: [tradução simultânea] Sr. Presidente, na França temos atualmente um debate muito difícil sobre os transgênicos. Esse debate existiu no Brasil, continua existindo, ou já foi resolvido e como?

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Muito bem, eu acho que todos os meus colegas puderam fazer as suas perguntas. Eu gostaria, Sr. Presidente, se me permitir também colocar uma pergunta. Recebemos informações muito esclarecedoras sobre os ganhos de produtividade obtidas pela agricultura brasileira. Nos disseram que o Brasil poderia, podia dispor de superfícies de terras não cultivadas hoje de um milhão de Km² para novas agriculturas. Nessas condições quando fazem planos para cinco ou 10 anos, qual é o volume de produção para a agricultura brasileira que vocês estão pensando, almejando? Parece-lhes razoável dizer que vão dobrar a produção e sim até quando? Provavelmente tenha possibilidade, potencial para ir além de dobrar essa produção. Eu gostaria que V. Exa. compartilhasse conosco da sua visão com o atual lugar que será ocupado no futuro pela agricultura brasileira na economia mundial.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Muitas questões e um rico debate. Mais um pouco nós vamos incorporá-los ao nosso mandato aqui e permitir que esse debate se estenda ao longo de um próximo período, ou então nós precisamos de mais oportunidades como essa para poderemos de fato aprofundarmos essas análises e a nossa relação bilateral. Eu vou passar em primeiro lugar a palavra ao Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Osmar Dias,

vem do Paraná e tem uma longa vivência com o tema agrícola e ele poderá tratar do tema etanol, biodiesel e o tema do transgênico porque nós já votamos uma Legislação no Brasil, foi precedida de um intenso debate, mas hoje eu diria que estamos no caminho de uma solução institucional bastante criativa e consistente, foi produto de uma decisão do Senado Federal que foi aprovado praticamente por ampla maioria, quase consenso. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, membros do Senado Federal Francês, quero primeiro agradecer a visita e dizer que é uma honra para nós todos recebê-los aqui. Eu vou ser objetivo, mas não poderia deixar de começar esta fala minha colocando um dado que é relevante e até para tirar um pouco de um discurso que é muito presente e nesse momento ele está mais presente ainda. O Brasil em 1990, portanto, há 18 anos atrás produziu 57 milhões de toneladas, ocupou uma área de plantio de 40 milhões de hectares. Este ano o Brasil vai produzir 140 milhões de toneladas ocupando uma área de 48 a 50 milhões de hectares. O quê que significa? O Brasil aumentou em 150% a sua produção em 18 anos, mas ao contrário do que se fala e se noticia de forma injusta, o Brasil não devastou para aumentar a sua produção, ele incorporou apenas 30% de área, 120% do aumento para chegarmos aos 150% da produção deve-se a incorporação de novas tecnologias, novas tecnologias que proporcionaram o avanço da produtividade sem ocupar novas áreas. Agora, esse debate e hoje o Secretário da ONU, exatamente hoje, acusa a alta do petróleo, subsídios dos países desenvolvidos que estão ocasionando aumento dos produtos agrícolas e dos alimentos.

E nós estamos falando em tecnologia e transgênicos, já respondendo a pergunta dos transgênicos dentro desse contexto. O Brasil resolveu o problema dos transgênicos criando uma Legislação moderna, acredito que é a lei mais moderna que existe no mundo hoje e que eu tive a honra de ser relator na Comissão e essa lei ela só admite a aprovação de qualquer cultura ou qualquer variedade transgênica para ser colocada no campo se antes passar pela Comissão Técnica de Biotecnologia composta por 27 doutores especialistas das mais diversas áreas de conhecimento. Só por ampla maioria de votos essa variedade poderá ser autorizada o seu plantio, aliás, a sua pesquisa, o seu plantio e a sua comercialização. Nem a pesquisa é autorizada se não passar pelo crivo da Comissão Técnica de Biotecnologia, portanto, o princípio de cautela está respeitado e o Brasil só autoriza qualquer variedade nova, transgênica, caso seja aprovado lá Comissão Técnica de Biotecnologia e ainda com recurso para uma Comissão política constituída por 11 Ministérios. Portanto, todo o

cuidado para que essa nova tecnologia seja realmente colocada em prática sem agressão nenhuma ao meio ambiente e nem a vida humana.

De outro lado o Brasil também está tomando cuidado em relação à produção de biodiesel e em relação ao etanol. Quando se fala que o Brasil está produzindo muito etanol nós estamos utilizando 4% da área plantada para a produção de etanol. Nós temos para incorporar como temos 220 milhões de hectares de pastagens, nós poderíamos tirar desses 220 milhões de hectares hoje 50 milhões de hectares e passar para a produção de grãos sem nenhum problema, portanto, dobraria a produção de grãos imediatamente se o Brasil quisesse implementar uma política de fomento para produção de grãos e o Presidente Lula está absolutamente correto quando afirma: O Brasil não tem problemas em ter que decidir se vai plantar para energia ou para o alimento porque nós temos área, clima e gente preparada para fazer as duas coisas. E temos mesmo. Porque só de cerrado temos mais 90 milhões de hectares intactos, além de 50 milhões de hectares de pastagens que estão prontos para ser incorporados. Não há essa discussão no Brasil, essa discussão não vai prosperar no Brasil, o que o Brasil vai fazer é contribuir com o aumento da produção para o controle de preços, eu não vi nenhuma grande autoridade no mundo discutindo dois problemas sérios, o aumento do preço dos fertilizantes que é um cartel dominado por quatro empresas no mundo inteiro e esse preço de fertilizantes também levou o preço dos alimentos a crescerem. Talvez, seja um dos temas que devem ser considerados no debate para ver por que os alimentos estão tendo seus preços aumentados.

De outro lado o petróleo que tem um componente, que é um componente importante no custo de produção de qualquer cultura no mundo inteiro, também inadmissível que esse componente não seja rediscutido. Por isso nós precisamos produzir energia sim, porque se a Europa pensa no meio ambiente quando faz opção pelo biodiesel, os Estados Unidos pensam na economia quando fazem a opção pelo etanol, o Brasil pensou no aspecto social quando lançou o programa de biodiesel. Mas o Brasil pode contribuir para a linha de pensamento da União Européia que é ambientalista, para a linha de pensamento dos Estados Unidos que é mais econômica e a nossa que é social. Nós podemos cumprir os três papéis, produzindo etanol e produzindo biodiesel para suprir a demanda de muitos países, inclusive, da União Européia. Então, Senador Mercadante, aquela pergunta que foi feita a V. Exa., como o Brasil pode ampliar os negócios com a França? Eu vejo o seguinte. Nem a França, nem nenhum país, nem outro país da União Européia terão

condições de produzir em seus territórios o suficiente para chegar em 2017 com 10% de biodiesel no diesel. Não tem. E como não tem vão precisar de países que tem. Eu creio que aqui está e aí eu vejo o nosso lado, o Governo Brasileiro, de V. Exa., precisa investir em pesquisa para melhorarmos a qualidade do biodiesel que nós estamos produzindo para que essa qualidade possa ser aceita pelos países da União Européia, e sendo aceita pelos países da União Européia substituir grande parte do esforço que a União Européia faz agora para atender a demanda crescente de biodiesel até pela questão ambientalista mesmo. Nós podemos contribuir com isso. Senador Mercadante, por enquanto é só e eu fico à disposição para outras perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer ao Senador Osmar Dias e queria complementar só algumas das intervenções que foram feitas, a primeira em relação à política externa brasileira. Nós reconhecemos, eu acho que é só uma percepção de todas as forças políticas partidárias representativas no Brasil, a União Européia como um dos mais importantes êxitos da diplomacia internacional, quer dizer, nesse período do pós-guerra a União Européia conseguiu constituir instituições multilaterais, o Parlamento Europeu, um Banco Central, uma moeda única, hoje o Euro é uma fonte, é um provador de estabilidade monetária na economia internacional com apenas 20% da área de influência monetária na economia mundial e deve crescer a sua participação, exatamente por essa condição de reserva de valor, de provedor de estabilidade. E nós estamos empenhados em buscando o nosso próprio caminho, mas olhando a experiência exitosa européia de construir uma integração na América do Sul. O MERCOSUL é esse instrumento. O MERCOSUL hoje representa primeiro um aprofundamento muito grande das relações comerciais entre os países da América do Sul.

A América do Sul hoje tem um peso para o Brasil de 25% das nossas exportações, praticamente o peso da União Européia. Os Estados Unidos são apenas 15% das nossas exportações. E a integração regional numa área mais pobre, mais instável econômica e politicamente, com grandes demandas sociais é um imenso desafio político e diplomático. O MERCOSUL se fortaleceu ao longo desse período, nós estamos em processo de construção do Parlamento do MERCOSUL, já temos uma representação indireta funcionando em Montevidéu com reuniões mensais, esperamos até 2010 a eleição dos representantes do MERCOSUL, alguns países já estão fazendo, como o Paraguai neste final de semana, e a construção do MERCOSUL é a nossa principal tarefa Diplomática. O Brasil de fato tem um olhar muito mais atento aos países do Sul mesmo porque 65%

do PIB mundial hoje está no Sul. O eixo dinâmico da economia mundial é a Ásia. E nós precisamos buscar forma de relacionamento bilateral tanto nos fóruns multilaterais quanto em acordos bilaterais comerciais. Mas nós jamais deixamos de ter uma relação de parceria e de busca de aprofundar as relações comerciais para os países do Norte. Quero dizer que o MERCOSUL fez uma oferta à União Européia. O Brasil apresentou uma oferta a União Européia para reduzir barreiras industriais, de serviços e de compras governamentais. Esperando como contrapartida redução de subsídios e redução de barreiras *antiduping* especialmente na agricultura. E assim como a negociação MERCOSUL União Européia, igualmente importante é a rodada de Doha que para nós continua sendo ainda um esforço muito grande diplomático para que o comércio mundial reduza barreiras e aprofunde ainda mais as relações bilaterais. Em relação ao petróleo.

O Brasil está se transformando seguramente nos próximos anos será um país produtor, exportador de petróleo tardiamente. E o nosso grande desafio exatamente não repetir os erros desse nacionalismo petrolífero que marcou algumas nações que tem no petróleo sua principal e quase única fonte de receita e que não se industrializaram, que não desenvolveram outras atividades comerciais e que tem uma atitude Diplomática extremamente difícil para os nossos valores como nação democrática. Portanto, o Brasil seguramente não se associará a esses movimentos. Nós continuaremos fortalecendo as instituições multilaterais e buscando, sobretudo utilizar melhor os recursos do petróleo porque é um recurso não renovável, nós precisamos de um compromisso intergeracional, precisamos olhar com muita atenção como vamos desenvolver a economia do petróleo e esse é um dos objetivos recentes e importantes do debate desta Comissão.

Em relação à madeira, o Brasil hoje é um grande produtor, exportador de papel e celulose. Estamos num esforço muito grande de reflorestamento, especialmente do eucalipto que aqui nos trópicos têm uma altíssima produtividade e nos dá a grande competitividade na produção de madeira e celulose e uma política bastante severa de coibir a madeira clandestina, a madeira que não tem origem documentada, que não tem certificação para podermos também termos mais habilitação nesse tema. Em relação à Previdência Social eu me lembro de uma conversa que tive com o Presidente Lula e o então Primeiro-Ministro Jospin e o Primeiro-Ministro Jospin disse para nós naquela ocasião que metade das mulheres que estavam nascendo na França viveria mais de 100 anos. Imagino que de fato isso venha acontecer ao longo da história. A nossa idade média de sobrevivência no Brasil já é de

72 anos. Nós estamos nesse momento, na idade de ouro do sistema previdenciário porque em 1940 nós tínhamos seis filhos por mulher no Brasil em média, hoje temos 1,7 caindo.

Então, nós estamos reduzindo a taxa de crescimento demográfico, aumentando a longevidade, mas ainda estamos numa idade de ouro, mas a previdência, o financiamento de médio e longo prazo seguramente é um grande desafio para a política porque é muito fácil na política a gente conceder benefícios aos aposentados e pensionistas, mas é muito mais difícil garantirmos a consistência das contas atuariais. Não é uma tarefa fácil, é um imenso desafio político e é um tema que o Brasil recorrentemente terá que retomar com mais rigor porque esse de fato é um tema central da sustentabilidade econômica do Brasil. Eu por último só queria lembrar que os subsídios agrícolas já trouxeram na região alguns prejuízos significativos. No caso do milho a produção do México e da América Central caiu 46% e isso se deve, sobretudo aos subsídios dado ao milho americano. E hoje com esse preço internacional do milho que encarece toda uma cadeia de proteína, especialmente das aves, nós estamos tendo um agravamento da condição alimentar de uma parcela importante da população da América Central. Então, a projeção da FAU, organismo da ONU que trata da produção de alimentos é que até 2050 haja um aumento de 70% da população mundial. E de fato é um imenso desafio nós aumentarmos a produção de alimentos. Aonde há espaço para aumentar significativamente a produtividade agrícola e a fronteira agrícola são nos países mais pobres do Sul. E para que isso aconteça é fundamental nós termos um novo marco de tratamento da questão agrícola nos Fóruns Internacionais, aprofundando acordos bilaterais que permitam de fato reduzir subsídios, dar mais competitividade para economias em desenvolvimento e avançar na produção de tecnologia e nisso eu termino a nossa intervenção, temos imenso interesse na experiência francesa que é um centro de Excelência e nos interessa aprofundar seguramente acordos bilaterais também nessa área.

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] Obrigado Sr. Presidente por todas essas precisões. Eu tenho certeza que a excelência das relações entre a União Européia e o Brasil e mais especificamente entre a França e o Brasil nos permita a fazer progressos na área da cooperação em pesquisa frente à imensidão das necessidades tanto em alimento quanto em energia. Devemos nos afastar de qualquer tentação malthusiana. O que nos leva para definir a chamada justa regulação. Talvez—

SENADOR PHILIPPE MARINI: [tradução simultânea] Queria comentar sobre dois pontos, primeiro concordar sobre a necessidade de fortalecermos nossos esforços de cooperação em pesquisa em desenvolvimento na área de agrosecuridade. Muitas coisas já foram feitas mas trata-se de um desafio muito importante para satisfazer as necessidades tanto em termos de alimento quanto em termos de energia. Me parece uma área de consenso, uma área em que nossas Universidades, nossos centros de pesquisa sem excluir outras áreas e outros meios podem realmente trabalhar mão na mão. Eu sei que essa é uma das preocupações principais do nosso Embaixador e de sua equipe que é dinamizar e valorizar essa cooperação. E eu notei qual o interesse, a importância que V. Exa. deu ao aspecto social do desenvolvimento do biodiesel e como elemento de diversificação agrícola e de estruturação do mundo agrícola. Para nós essa dimensão social é muito importante e, talvez, não tenha sido contemplado o suficiente até agora no debate. Com a rodada de Doha e a liberalização da economia mundial, queria frisar a situação totalmente assimétrica em que nos encontramos. Pois como bem sabem, o interlocutor do Brasil é a União Européia, é a Comissão que foi mandatada pelos Governos, pelos Estados que constituem a Europa. Essa missão, esse mandato da Comissão resulta de uma negociação, portanto, de um compromisso. E dependendo do parceiro na Europa com quem falar, vão encontrar posições diferentes.

Como bem sabem a opinião pública francesa continua tendo muitas reservas contra esse movimento de diminuição das barreiras contra o Comércio Internacional. E o que pode parecer desse lado do Sul como um fator de progresso social, pode nos parecer do nosso lado do Norte como uma diminuição dos fatores de proteção social e da diminuição das desigualdades de riquezas. Portanto, é muito importante e indispensável continuarmos nessa via do diálogo e da pedagogia, mas sem esquecer que se trata de um problema extremamente difícil de resolver.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer a presença de todos, foi um prazer, uma oportunidade única, esperamos poder aprofundar esse debate. E a França foi na história, talvez, a mais importante referência da construção de uma cultura democrática cidadã e republicana. E é essa tradição histórica que fez dessa nação um ponto de referência indispensável na construção de uma sociedade mais solidária, mais generosa em todo mundo. E eu diria que nesse momento da história nós precisamos que essa chama transformadora da França se apresente novamente. Não é fácil negociar com a União Européia. É difícil negociar com os irlandeses

se qualquer tema relacionado à carne, difícil negociar com os franceses qualquer discussão sobre subsídios agrícolas. Nós conhecemos o discurso da multifuncionalidade da agricultura, compartilhamos desse discurso, mas nas Relações Internacionais é preciso nesse momento aprofundar o comércio bilateral.

Os países em desenvolvimento abriram seus mercados, a sua indústria, na rodada do Uruguai, abriram significativamente a sua indústria. E nós éramos mais frágeis, menos competitivos. E havia uma expectativa muito grande que a rodada de Doha seria um momento das nações industrializadas flexibilizarem a política agrícola. E isso não aconteceu. O Brasil junto com outras nações articulou o G-22 com Índia, com África do Sul, com vários outros países, inclusive, países consumidores de alimentos, para ver se nós conseguíamos remover esses obstáculos e criar uma relação mais protagonista no desenvolvimento do comércio mundial. Agora, por mais que a gente possa debater é impossível num país como o nosso explicar que uma vaca na Europa recebe 3 dólares e meio de subsídio num planeta que um bilhão e meio de pessoas vive com menos de um dólar por dia. Esse é um tema muito sensível e muito importante que a gente possa continuar esse diálogo tão, eu diria consistente e com essa cultura Diplomática e política que a França continua sendo uma grande referência de civilização e de valores republicanos e cidadãos na política internacional. Agradeço a presença de todos e—

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Presidente, uma breve observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Supley, Estado de São Paulo, gostaria de fazer uma última e breve consideração para nós podermos dar início a nossa Comissão.

SENADOR EDUARDO SUPLEY (PT-SP): Sr. Presidente, quero saudar também aos Senadores franceses, o Embaixador da França, ressaltar que dentro da linha que V. Exa., Presidente, acaba de realizar, a França, muitas vezes, foi pioneira também em assuntos de democratização e com vistas à realização da paz. O Governo francês teve uma posição importante em 2003 quando considerou que não seria próprio que se resolvesse o problema do Governo de Saddam Hussein por meios bélicos, posição que foi semelhante a do Governo Brasileiro. E o Governo francês, assim como nós brasileiros, temos tido muita preocupação de uma solução pacífica, de soluções que possam superar e acabar com a guerra civil que continua no Iraque. Eu gostaria de prover aos membros do Senado Francês que aqui nos visitam, um relatório sobre a viagem que fiz em janeiro último ao Iraque propondo uma solução para a democratização e pacificação do Iraque através

da instituição de uma Renda Básica como um direito à cidadania, tema que tem sido objeto de debate no Parlamento francês também. Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Suplicy. Agradeço a todos. E espero que vocês tenham, nós teremos a nossa sessão imediatamente a audiência com o novo conselheiro do CADE e pediria a permanência dos nossos Senadores brasileiros, agradecer a delegação francesa. Espero que tenham uma boa acolhida e que voltem sempre a esse país para que a gente possa de fato aprofundar essa discussão tão promissora quanto esta que nós iniciamos hoje no âmbito do Parlamento.

Agradeço a todos, vamos interromper por um minuto a sessão para podermos nos despedir da delegação do Senado Francês que nos honrou hoje com sua presença nesta manhã. Muito obrigado. [palmas].

SENADOR JEAN ARTHUIS : [pronunciamento em francês].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós tivemos uma falha Diplomática, não preparamos nosso presente, mas encaminharei diretamente à Embaixada para poder suprir essa gafe inaceitável. Muito obrigado.

SENADOR JEAN ARTHUIS: [tradução simultânea] A sua acolhida aqui foi o melhor dos presentes, Sr. Presidente.

Visita encerrada às 12h13.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Mensagem do Senado Federal nº 219, de 2007, não terminativa. “Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Sr. Enéas Costa de Souza, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Sr. Luis Fernando Schuartz. A autoria é da presidência da República. Eu peço, portanto, a presença do Sr. Enéas para darmos início à nossa sabatina.

Nós temos alguns projetos de crédito urgentes para serem votados hoje e pediria a presença de todos.

O indicado já se encontra no recinto e solicito que a Secretaria o conduza ao Plenário da Comissão. Eu

queria indicar o Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior como Relator *ad-hoc* para fazer a apresentação e o Parecer que se encontra à disposição de todos os Senadores.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): O Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem em epígrafe, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Enéas Costa de Souza para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

O indicado é graduado em filosofia e ciências econômicas, fez especialização em didática geral e especial de filosofia e é mestre em economia pela Unicamp. Ocupou o cargo de Presidente do BRDE, Diretor da FINEP, Secretário Especial e Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo do Rio Grande do Sul na gestão do Governo Pedro Simon/Sinval Guazzelli. Foi representante de órgãos públicos em diversos Conselhos e exerceu a atividade de docente como professor de economia, professor de história, professor de economia brasileira e desenvolvimento econômico, moedas e bancos, tecnologia e estratégia industrial e exerceu diversas outras atividades de pesquisa e formação em consultoria científica e participação em conselhos editoriais e de revistas e em organizações científicas. Têm diversos artigos, ensaios e trabalhos acadêmicos publicados. Foi editor de vários trabalhos econômicos e de pesquisas tecnologias, além de ter participado de inúmeras palestras, seminários e congressos sobre economia e sobre ciência e tecnologia. Foi, ainda, professor de cinema, cultura, filosofia e psicanálise, tendo publicações e participações em palestras, seminários e congressos nessas áreas de conhecimento.

Da análise do seu *curriculum vitae* revela que o candidato reúne os atributos necessários para o pleno desempenho do cargo para o qual foi indicado pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Em vista do exposto, atendendo ao que estabelece o art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o art. 4º, da Lei 8.884, de 11 de junho de 1994, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Enéas Costa de Souza, constante na referida Mensagem presidencial para o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos. Esse é o Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior pela apresentação e pelo seu Parecer favorável à indicação do Sr. Enéas Costa de Souza como conselheiro do CADE e passo a palavra, agora,

para que ele possa fazer a sua intervenção. Por favor, Sr. Enéas.

SR. ENÉAS COSTA DE SOUZA: Bom dia para todos, É um prazer estar aqui e ser interrogado sobre essa questão do CADE .

Como vocês puderam observar a minha carreira tem, na verdade, duas vertentes. Uma vertente absolutamente profissional no sentido da área de especialidade da economia, desenvolvi bastante trabalhos de ensino, de pesquisa, de planejamento e etc., poderia depois detalhar vários aspectos dessa situação, mas me parece que seria interessante vocês observarem, no *curriculum*, a minha intervenção como administrador público. Na verdade eu tenho três aspectos importantes, uma que foi a questão vinculada ao Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, que me deu uma visão muito mais ampla do que simplesmente uma visão do Estado do Rio Grande do Sul, porque naquele caso eu era obrigado a defender o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná. Mas não apenas pela questão da defesa, mas também e principalmente pela diversidade de compreensão dos diversos setores empresariais desse Estado. Isso me levou a um conhecimento muito prático, além de teórico, das questões vinculadas à própria concorrência. Nesse sentido, a minha atividade teve um ensinamento básico, porque fui obrigado a dialogar com todos os setores, não só os setores técnicos do próprio Banco, mas também como diversas forças políticas e forças econômicas dos três Estados. Essa foi a minha primeira experiência como administrador público.

A segunda coisa que me parecia interessante notar é que eu fui Diretor de Planejamento da FINEP. A experiência de ter sido Diretor de Planejamento da FINEP foi magistral, em primeiro lugar pelo seguinte: a compreensão do que é o Brasil. Nesse sentido, pelo fato de atuar tanto no campo da relação entre a universidade e a empresa quanto nas relações empresariais e em diversos Estados, isso me permitiu conhecer desde o chão de fábrica até o que chama-se de a visão dos diversos administradores dos diversos Estados. Então isso foi uma experiência extraordinária. Me parece que nessa experiência, que pode se combinar com a experiência anterior do BRDE, é que a atividade nesses dois órgãos foi uma atividade que extrapolava, vamos dizer assim, a própria situação da circunstância que eu estava vivendo. Explicando melhor, por exemplo, a questão vinculada ao Rio Grande do Sul. Naquela época que eu fui Presidente do BRDE, uma das coisas importantes era buscar uma saída em relação não só os Estados brasileiros, mas também à Argentina. Então eu fiz uma abertura para a Argentina tentando discutir os diversos aspectos da relação

com a Argentina, a possibilidade, inclusive, de fazer empresas conjuntas e etc. Naquela ocasião havia um problema muito sério porque o BNDES não aceitava a não ser a participação de 51% de empresas nacionais contra 49% de empresa estrangeira. Então isso foi um dos elementos que causou a dificuldade de nós fazermos a ampliação da relação de um Estado nacional com outro Estado.

Por outro lado, como eu participei de algumas atividades ligadas ao Banco de Desenvolvimento, visitei vários Bancos e etc., me deu uma idéia bastante interessante do que era a América Latina. No caso da FINEP, havia uma série de questões vinculadas à concorrência e muitas questões vinculadas ao financiamento. Por exemplo, ao financiamento da *Adventure Capital(F)*, financiamento, por exemplo, estrangeiro, as relações do nosso país com os Estados Unidos. Me lembro numa ocasião que uma das questões importantes era a questão da informática e havia muita situação política e houve pressões para que o Brasil abrisse, em relação aos Estados Unidos e aos demais países, a questão da informática. Então foi uma experiência realmente extraordinária e que me permitiu uma visita ao Canadá, uma visita aos Estados Unidos e, sobretudo, discutir elementos fundamentais como, por exemplo, a questão de empresa na área de saúde, empresa na área de engenharia, empresa na área de química, empresas em diversos setores, e sobretudo uma relação que me parecia interessante, a relação entre a pequena e a grande empresa, ou seja, a concorrência que existia e as possibilidades de aliança entre uma grande empresa e uma média empresa.

Bom, esses dois cargos do BRDE e a FINEP me possibilitaram que eu fosse escolhido, após ter saído da FINEP, por terminado o mandato, eu fui escolhido Secretário de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Vocês podem imaginar, Srs. Senadores, V. Ex^{as}. podem imaginar o grau de experiência que eu trouxe depois de ter sido Presidente do BRDE, ter discutido as questões financeiras, e ter trazido para o Rio Grande do Sul também uma visão nacional a respeito da forma como a FINEP atuava e atuar em diversas áreas. Para vocês terem uma idéia, nós fizemos na FINEP uma atuação que ia desde, por exemplo, do Amazonas, no IPA, até a situação, por exemplo, do Rio Grande do Sul, de questões vinculadas à escola técnica de Pelotas e etc. Então foi uma visão bastante ampla. Essa visão me possibilitou, além de um contato muito forte com políticos, inclusive com o Congresso Nacional, porque a FINEP, naquela ocasião, tinha uma relação bastante forte com o Congresso Nacional, que havia um diálogo importante seja para a constituição do orçamento, seja para a constituição também das demandas dos diversos

Estados. Então nesse sentido, com essa experiência me levou a ser Secretário de Ciência e Tecnologia e observar uma série de questões vinculadas à concorrência que são importantes, ou seja, me permitiu fazer todo o arco da questão de ciência e tecnologia, desde a questão, por exemplo, da questão de mensuração de determinados aspectos, até, por exemplo, a questão vinculada à integração da Secretaria Regional, como a Secretaria Nacional.

Então nesse sentido, na minha experiência profissional, também, além de ter contatos, por exemplo, com o Canadá e com os Estados Unidos, também tive contato com o BID, porque uma das questões fundamentais era o financiamento do FINEP e naquela época a FINEP estava com algumas dificuldades em relação ao seu orçamento. Então a ampliação, eu vi, por exemplo, nascer uma série de coisas que hoje vocês obviamente poderão ouvir, como a questão de fundo de pensão. Nós trabalhamos em vários níveis para conseguir a questão do financiamento.

No caso da ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul nós conseguimos criar diversas relações com universidade, diversas relações com as empresas, e uma das questões que eu posso dizer para todos é um conhecimento bastante apurado que eu tive de várias empresas do Brasil, inclusive, porque em diversas áreas, desde cerâmica, desde a questão vinculada, por exemplo, a bens de capital, enfim, uma experiência da qual eu posso me orgulhar no sentido de que me permitiu formar uma visão, não só teórica, mas como prática também da concorrência.

Então essa é uma apresentação simples que eu posso ampliar depois em função das perguntas e dos questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Dr. Enéas pela sua intervenção inicial. Eu queria destacar aí a sua formação acadêmica e experiência de políticas públicas totalmente compatível com a função que ele poderá seguramente desempenhar a contento. Passo a palavra, agora, para o primeiro arguidor, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Aloizio Mercadante, Sr. Enéas Costa de Souza. É uma satisfação revelo e gostaria de cumprimentá-lo pelo seu *curriculum* que, além de mostrar uma especialização na área econômica, o senhor tem um conhecimento bastante grande na área de filosofia, de psicanálise e, pelo que se observa, também é um amante do cinema.

SR. ENÉAS COSTA DE SOUZA: Certamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que certamente constitui algo que nos enriquece muito.

Eu gostaria de primeiro lhe perguntar: como o senhor foi professor, inclusive de economia *Keynesiana*, e tem havido um grande debate, como que um enorme interesse, outra vez, na contribuição de John Maynard Keynes, ainda na semana passada, na Unicamp, onde o senhor completou os seus estudos de pós-graduação, houve ali a inauguração de uma sociedade *Keynesiana* e convidaram para ali estar o professor Paul Davidson, que é o editor do *Journal of Post Keynesian Economics*. Eu tive a oportunidade, por ser um amigo pessoal do professor Paul Davidson, de levá-lo a uma palestra que teve enorme interesse na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, sexta-feira, porque não pude estar na Unicamp na quarta, e ele ali, para cerca de oito, dez professores e mais de cem estudantes fez uma exposição para a relevância do pensamento de John Maynard Keynes, inclusive para enfrentar as crises econômicas presentes e dizendo da validade do pensamento que nem sempre as pessoas ou mesmo economistas fizeram uma interpretação adequada, mas ele ali colocou a relevância deste pensamento.

Como o senhor é um conhecedor, eu vou lhe pedir que possa nos dizer, brevemente, por que é que considera que os ensinamentos de Keynes são bastante relevantes para que, inclusive, as autoridades monetárias e econômicas nos Estados Unidos, mas também no Brasil, possam levar em contas seus ensinamentos para enfrentar a situação de recessão que atualmente passa os Estados Unidos da América com repercussão para todos nós e como é que, de alguma maneira, nós também vamos enfrentar. E, se por ventura, houver sobre isso uma influência sobre a questão da concorrência da defesa econômica, que possa também elaborar.

Segundo adianta ontem o João Grandino Rodas, que foi Presidente do CADE, escreveu um artigo, na Folha de São Paulo, sobre quarenta e seis anos, desde a sua instituição, em catorze anos depois da edição da Lei vigente concorrencial, a sigla CADE, mais do que designar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, se transformou numa marca importante na defesa do sistema de concorrência, e observa que há alguns Projetos de Lei visando aperfeiçoar este sistema ou aprimorar. Um Projeto de Lei 3.937, do Deputado Cadoca, e o Projeto 5.877, do Executivo, contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento. Estes projetos estão sendo objeto da relatoria do Deputado Ciro Gomes na Câmara e depois deverão vir para o Senado.

Então eu agradeceria se puder, o senhor, fazer algumas considerações sobre que medidas poderiam ser efetivadas e que o Senado deve considerar para

aperfeiçoar a legislação referente ao CADE, órgão que V. Ex^a. está aqui para ser indicado e participar do mesmo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dou a palavra ao Sr. Enéas.

SR. ENÉAS COSTA DE SOUZA: Bom, em primeiro lugar eu queria agradecer a sua pergunta, eu me sinto homenageado com a sua pergunta porque ela é uma pergunta múltipla e ampla, seria motivo de muito tempo de explanação.

Mas, sintetizando, em relação ao Paul Davidson, quando eu dirigia a revista da [ininteligível], nós fizemos, por ocasião de cinquenta anos da morte do Keynes, nós fizemos uma homenagem ao Keynes publicando uma separata sobre o próprio com artigos de diversos autores brasileiros, mas abria a edição o Paul Davidson. O Paul Davidson teve a ocasião de ir a Porto Alegre, nós o recebemos na Fundação de Economista e Estatística, na qual eu pertenço, e ele nos deu uma palestra realmente magnífica naquela ocasião. Então era isso só para a introdução.

A questão que V. Ex^a. coloca a respeito da crise internacional, ela é realmente de uma vastidão enorme, gigantesca, e o que nos permite perceber é que vários aspectos da questão do Keynes estão incluídas nessa questão. Por exemplo, a questão monetária, quer dizer, a queda do dólar. Agora, mesmo parte da Inglaterra está a sugerir uma moeda que na verdade é uma inspiração do Banco do Keynes(F), uma moeda que seria internacional. Se isso vai acontecer ou não, eu particularmente duvido, mas existe, ou seja, as idéias do Keynes estão trabalhando fortemente.

O segundo ponto, me parece que é a questão vinculada à especulação é um elemento decisivo. Não é a troca de nada que o Keynes teria propugnado a eutanásia do especulador ou do rentista. Por quê? Porque se nós percebermos na crise atual americana, quer dizer, qual foi um dos elementos fundamentais dessa crise? Um dos elementos fundamentais dessa crise não foi a crise imobiliária, esse é um detalhe da questão, mas foi o desdobramento das hipotecas imobiliárias para a especulação bancária através da securitização. Então isso é um elemento importante no desdobramento dessa situação.

O terceiro ponto que me parece importante nessa questão da crise é que o Banco Central não é um elemento capaz de controlar todo o sistema. Por quê? Porque tem instituições financeiras não bancárias que não são controláveis pelo Banco Central, ou seja, é daí que surgiu a extensa e fantástica multiplicação de ativos que gerou uma infinidade de títulos impossíveis de ser controlados e impossível do Banco Central, inclusive, tentar controlar. A manobra do Presidente do

Banco Central, Bernanke, de fazer uma intervenção no Bird Stanes(F), é uma manobra, vamos dizer assim, até certo ponto fora da legalidade, porque a legalidade atual do Banco Central é de controle dos Bancos somente e não das instituições financeiras não bancárias. Mas o que é que isso significa? Quer dizer, há uma necessidade, também, acho eu *Keynesiana*, de um controle do sistema financeiro no seu todo, ou seja, é muito importante que não só os Bancos sejam controláveis, mas também que essas outras instituições sejam controláveis.

Eu acho que um outro ponto importante é que a questão *Keynesiana* do investimento passa a ser um elemento defiro. Por quê? Porque o desenvolvimento não só nacional como o desenvolvimento mundial, ele não surge por investimentos de ordem financeira, ele surge por investimentos de ordem produtiva. Então nesse sentido, uma inspiração de ordem *Keynesiana*, a meu ver, está totalmente na Ordem do Dia. Se nós sejamos *Keynesianos* ou não, isso é um outro problema, mas eu digo que as questões que ele colocou estão eminentemente presentes nessa situação.

Então claro que nada mais importante na questão da concorrência que essas questões, não é? Porque veja só: qualquer situação ligada à moeda como reserva de valor, como medida de valor e etc., questões vinculadas a questão de investimento, elas estão totalmente ligadas nessa realidade e, sobretudo, a questão das especulações. Existe um problema, a meu ver, grave na questão americana que é o seguinte: é a questão da *corporate governance*, aonde, por exemplo, as corporações são financeirizadas em função da exigência de maximização das ações, ou seja, isso não é necessariamente *Keynesiano*. Então, nesse sentido, eu acho que o Keynes está totalmente dentro da matéria.

A respeito dos novos projetos, eu acho que uma das coisas que obviamente o parlamento nesse sentido é sábio, porque ele têm diversas correntes, diversas forças que vão se colocar, mas uma coisa que eu gostaria de chamar a atenção é a respeito do seguinte: a necessidade que tem de dar uma maior unificação no sistema e que sob certo ponto de vista o CADE, sendo o centro do sistema, poderá dar uma unidade maior, uma economia de recursos, uma economia de tempo e, sobretudo, uma agilidade maior. Então é nesse sentido que eu acredito poder ter sintetizado as suas perguntas, seja a respeito do Keynes, seja a respeito do CADE.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. ENÉAS COSTA DE SOUZA: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mais algum Senador? Não havendo, eu pediria então que, quem não votou, votasse, para que nós pudéssemos encerrar essa parte da arguição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria convidar o Senador Jayme Campos e a Senadora Ideli Salvatti para fazerem a apuração final da votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, desculpa. V. Ex^a. vai colocar o caso do empréstimo de São Paulo hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, temos algumas operações de empréstimo para serem autorizadas pelo Senado e temos também a questão da Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores para tratar daquele projeto que tem urgência constitucional, mas de qualquer forma é indispensável a Audiência Pública. Então vamos colocar como primeiro ponto esse projeto, aprovar a Audiência Pública, e depois discutiremos as operações de empréstimo.

Eu queria, encerrando aqui a nossa arguição e homologação da indicação do Presidente da República, dizer que o Dr. Enéas Costa de Souza teve dezenove votos sim, nenhum não, nenhuma abstenção, foi aprovado por unanimidade na CAE e tenho certeza que isso será uma motivação a mais pelo trabalho importante que V. Ex^a. desenvolverá como Conselheiro do CADE. Parabéns, bom trabalho. Falta ainda o Plenário, mas nós faremos o mais breve possível.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parabéns, boa sorte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos dar, então, prosseguimento à nossa Sessão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós tínhamos como primeiro ponto da pauta um Projeto que tem urgência constitucional. Esse projeto, na realidade, venceu o prazo da Comissão dia 18, mas há um sentimento de vários Senadores que é uma matéria bastante complexa e que precisaria ser aprofundada a discussão. Nós temos que negociar com a Mesa para permitir que as Comissões possam se pronunciar prorrogando o prazo para a oitiva das Comissões. Isso já foi feito em outras situações e nós precisaríamos encaminhar desta forma. Eu queria destacar que a matéria que nós estamos falando é o

Projeto de Lei da Câmara nº 27, que “Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003”. É aquele chamado popularmente Projeto dos Sacoleiros, que tenta regulamentar o comércio Paraguai/Brasil no que se refere a esse pequeno comércio de importação.

Alguns setores da economia têm preocupações com essa regulamentação e há também algumas Emendas que foram colocadas no Projeto de conversão na Câmara dos Deputados que trazem uma preocupação ainda maior, especialmente relacionada à discussão de zona de processamento de exportação, Zona Franca, que é um tema bastante sensível nesta Comissão.

Eu apresentei o requerimento propondo a Audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas o Senador Tasso Jereissati apresentou, com o Senador Flexa Ribeiro, uma proposta mais abrangente. Ele sugere, já nomina os convidados: Welber de Oliveira Barral, Secretário do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio; Jorge Antônio Rachid, Secretário da Receita; Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe do Departamento do Mercosul do Ministério de Relações Exteriores; Sr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (ABINEE); e Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros). Então o Senador Tarso está propondo, junto com o Senador Flexa Ribeiro, a incorporação de mais esses nomes. E há, ainda, a sugestão de um nome feito pelo Senador--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu fiz uma sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): -- do Senador Romeu Tuma. O Senador Romeu Tuma também sugere o nome da Associação Brasileira de Produtores de Discos, Dr. Paulo Rosa, que também é Diretor-geral da ABPD – Associação Brasileira de Produtores de Discos. Então eu acho que há todo interesse também que possa participar. Então nós faremos a Audiência Pública quinta-feira, junto com a Comissão de Relações Exteriores e, assim, nós podemos aprofundar este debate. E na terça-feira próxima nós colocaremos na pauta, após a Audiência com a diretoria do Banco Central, estará aqui o Ministro Henrique Meirelles e toda a diretoria do Banco Central naquela Audiência trimestral que nós temos feito. Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Senador Mercadante, existe nessa discussão, como nós já vimos, uma complexidade de interesses muito grande. Uma das áreas profundamente interessadas na discussão é a área da Zona Franca de Manaus e os representantes dos Amazonas. Como existe uma Comissão de Senadores, neste momento, em viagem aos Estados Unidos observando as primárias nos Estados Unidos, na qual estão presentes alguns Senadores importantes da Amazônia, eles me pedem que solicite a V. Ex^a. para que essa Audiência Pública fique para a semana que vem, logo no início da semana que vem, para que nós possamos ter a presença deles, já que se acham, com razão, profundamente envolvidos na discussão e querem participar da discussão.

Eu queria lembrar que existe, também, junto à questão dos sacoleiros, uma discussão paralela sobre ampliação de Zonas Francas e etc. Então é esse o apelo que eu faço a V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu só queria ponderar, Senador Tarso, que é o seguinte: o prazo para o Parecer das Comissões está vencido, venceu dia 18. A partir de hoje o Projeto entra na pauta do Plenário e o prazo máximo para votação é dia 08 de maio. Nós temos muito pouco tempo, temos uma semana na realidade. Eu acho que nós deveríamos tentar fazer a Audiência Pública na quinta-feira para votar a semana que vem na Comissão, porque tem que votação aqui na Comissão e nas outras Comissões.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): São quatro Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, para poder votar pelo menos em duas, três Comissões que seja, tem que ser na semana que vem, porque dia 08 é o prazo final.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se não me engano o prazo para--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O prazo final para tramitação é dia oito, quarenta e cinco dias, aí ele tranca a pauta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dia 08 no Plenário, nas Comissões até o dia--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Dia 29 ele entra na Ordem do Dia, já está no Plenário.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Hum-hum.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já venceu o prazo das Comissões, ele já vai direto ao Plenário. Nós temos que negociar com a Mesa para não colocar em votação, eu acho que dá para fazer por acordo, e retomarmos o Projeto

para as Comissões. Isso só é possível por acordo, por acordo. O prazo é constitucional, não há como mexer no prazo. Então por acordo nós poderíamos fazer esse entendimento. Faríamos a Audiência na quinta-feira, na semana que vem vota nas Comissões e em seguida vai a Plenário, porque ele passa a trancar a pauta a partir do dia 08 e nós não temos--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Terça-feira da semana que vem seria dia 29.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Terça-feira da semana que vem ele entra na Ordem do Dia, obrigatoriamente. Já está na Mesa para colocar na Ordem do Dia, mas aí é sobre decisão do Presidente. Por isso que eu acho que há um espaço de negociação. A partir da terça-feira que vem ele entra obrigatoriamente na Ordem do Dia, a partir do dia 08 ele tranca a pauta. Então nós teríamos, na realidade, a semana que vem para fazer a votação nas Comissões, já fora do prazo. Então a minha sugestão a V. Ex^a. é que a gente faça essa Audiência na quinta-feira para a Comissão de Relações Exteriores e coloque na Ordem do Dia na semana que vem. Se for muito difícil na quinta-feira, só se for na segunda-feira da semana que vem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estive conversando com o nobre Senador Romero Jucá, líder do Governo, da possibilidade da retirada do regime de urgência desse Projeto para que a gente pudesse, realmente, discuti-lo melhor, aprofundar e levá-lo ao Plenário do Senado com o amadurecimento que ele exige. Eu não tive ainda a resposta do nobre Senador Romero Jucá da possibilidade ou não de se retirar o regime de urgência desse Projeto.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só uma Mensagem presidencial pode tirar a urgência constitucional. Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria de discutir essa hipótese. Eu realmente sou Relator, como V. Ex^a. sabe, dessa proposta na Comissão de Relações Exteriores, ela é profundamente complexa e eu não me sinto em condições de dar, de consciência tranqüila, um Parecer, porque envolve desde problemas no relacionamento do Mercosul, envolvimento diferente, preferencial entre países dentro do próprio Mercosul; envolve questão de pirataria, propriedade industrial, pirataria de discos, fitas e etc., que hoje é um problema seriíssimo; envolve questões de

insatisfação com a indústria eletroeletrônica brasileira; envolve questões como a Zona Franca de Manaus; e as Emendas que estão lá dentro complicam mais ainda a questão. Eu acho que nós corremos um risco sério de aprovar uma proposta aqui que não seja adequada àquilo que é o interesse maior do país. Por isso eu pediria que entrasse em contato—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Me dá uma apartezinho?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que V. Ex^a. tem a preocupação com o prazo, V. Ex^a. tem razão, porque até com respeito às eleições do Paraguai, onde hoje foi eleito o novo Presidente com outra linha política. Então eu não sei qual vai ser o relacionamento político, porque nós temos um ótimo relacionamento com o Paraguai. Acredito que continuará, só que eles estão buscando outras soluções para o país dentro dos acordos brasileiros. E a pirataria tem que ter salvaguarda de que a origem é correta, não é origem de cópia, nem de clonagem. Eu não sei se tem Emenda nesse sentido no seu projeto. Tem que ter o cuidado de estudar bastante e essa mudança de política tem que voltar a confirmar com o Ministro de Relações Exteriores.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, é muita relevante essa colocação feita pelo Senador Tuma, já que, pelo que eu saiba, essa medida foi tomada a pedido, inclusive, do Governo do Paraguai com determinada política. Há uma mudança me parece que radical de política de governo no Paraguai e acho que, por causa disso, também essa Emenda não tem mais essa urgência toda. Eu gostaria que nós pudéssemos, está aqui o líder Romero Jucá, gostaríamos de ouvir dele sobre essa questão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, de toda sorte tem Audiência marcada ou proposta. Talvez na Audiência se esclareça muito dos pontos que nós estamos arguindo hoje aqui. Eu mesmo pedi vista, em uma das Comissões, do Projeto para poder permitir esse debate.

Um segundo problema que eu acho que a gente teria que examinar é a vinda do Ministro Presidente do Banco Central Henrique Meirelles. Será na terça-feira. Então os parlamentares que também tenham representação do Brasil no Mercosul estarão em reunião do Mercosul, que está marcada para segunda e terça. Então uma parte, digamos assim, dos parlamentares do Mercosul são membros dessa Comissão. Eu cito logo de cara três que estão aqui: eu, V. Ex^a. e o Senador Romeu Tuma, fora outros que não estão presentes no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A única alternativa que eu vejo é o seguinte: no dia 29 não dá para fazer Audiência porque vem a diretoria do Banco Central e há um grande interesse dessa Comissão. Então a alternativa que nós teríamos seria fazer ou terça-feira à tarde ou quarta-feira pela manhã, porque na quinta-feira é feriado e o pessoal, quarta-feira, tem problema de vôo. Então--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O melhor é quinta-feira mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): — é um feriado prolongado. Quinta é impossível, é feriado, dia 1º de maio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Essa quinta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, desculpe insistir, mas eu acho que o mais sensato é que o Governo retirasse essa urgência em função da--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas isso foge à nossa Comissão. Se o Governo retirar, é outro cenário. Eu acho que a gente deveria, de qualquer forma, fazer a Audiência Pública ou quinta-feira agora ou terça-feira à tarde na semana que vem. Nós temos duas alternativas de data. A Audiência Pública, se nós aprofundarmos o debate, e eu compartilho com algumas preocupações do Senador Tasso Jereissati, inclusive em relação... Nós estamos discutindo os ZPEs, fizemos um longo debate, duro debate para construir o entendimento, não votamos ainda e vamos criar a Zona Franca antes de regulamentar as ZPEs nesse Projeto de Lei. Então eu acho que tem que ter essa questão de produtos sensíveis à pirataria que não podem ficar expostos. Então eu acho que é uma discussão que nós precisamos fazer. Nós podemos fazer na quinta-feira ou na terça-feira à tarde. Qual é a data de preferência da Comissão?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Porém, quinta-feira é a ponderação de alguns Senadores interessados estão viajando, eu acho que o Senador Heráclito Fortes, não é?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Senador Arthur Virgílio principalmente, que é representante da Zona Franca de Manaus. Apesar disso, eu considero muito precipitado se aprovar, se votar uma

questão que é complexa como essa com apenas uma discussão em quatro Comissões diferentes. Ela é muito complexa, ela passa por vários aspectos diferentes, inclusive afeta a pontos que estarão sendo discutidos na reforma tributária também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso que é importante essa Audiência Pública. Vamos fechar a data da Audiência, fazer quinta ou terça-feira à tarde. Qual é a data de preferência? Quinta mesmo?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem também o Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então vamos fazer quinta-feira, porque o Senador Romeu Tuma não pode estar na terça, nem o Inácio Arruda e outros.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, eu vou ter que ficar porque eu tenho Audiência com o Banco Central, não poderei ir no Mercosul. Vamos fazer quinta-feira então?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Heráclito--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na outra semana é feriado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, o Senador Heráclito pediu que eu o representasse durante a Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Na Comissão de Relações Exteriores. Então vamos tentar construir a Audiência para quinta-feira, 10h da manhã, quinta agora, desta semana, depois da manhã. A gente abre o debate. Se houver necessidade, faz outra Audiência, mas vamos fazer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Presidente, Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então vamos--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos passar a palavra para ver se há outras sugestões. Senador Valter Pereira--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que eu gostaria de ponderar é o seguinte: há uma opinião predominante nesta Comissão de que a matéria

não está madura e precisa evoluir para essa Audiência Pública. Não há um consenso sobre a data. Eu sugeriria a V. Ex^a. que a Comissão lhe outorgasse a prerrogativa para articular a melhor data, aquela que pode atender ao maior número possível dos componentes desta Comissão, a fim de que nós saíssemos desse primeiro item e adentrássemos para o segundo e terceiro itens, que são matérias de grande relevância, como, por exemplo, a autorização para a concessão de empréstimo para a Prefeitura de Campo Grande, para o Governo do Estado de São Paulo e etc. Então V. Ex^a. ficaria encarregado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Se houver entendimento nesse encaminhamento. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Apenas para registrar, Sr. Presidente, que eu considero extremamente importante essa Audiência Pública, mas não há nenhuma orientação do Governo de retirada da urgência. Por enquanto a urgência está mantida e como nós temos prazo até a votação do Plenário, eu acho importante a discussão dessa matéria. Mas a urgência continua mantida.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço. Senadora Serys Slhessarenko e depois a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Apenas, Presidente, dizer que eu concordo inclusive com essa proposta do Senador, que eu sou a Relatora na CCJ do Projeto Sacoleiros, o meu relatório está pronto e entregue na CCJ há três semanas, está com pedido de vistas do Senador Arthur Virgílio e amanhã eu estou entrando com o requerimento também para que a Audiência Pública envolva a Comissão, a CCJ também, porque é para abrir de uma vez a discussão em todas as Comissões. O meu parecer é favorável, está há três semanas feito, pronto e entregue.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Essa é uma alternativa. Nós fazemos quarta-feira da semana que vem de manhã, que aí todos podem estar. Fazemos junto com a CCJ. Então quarta-feira da semana que vem, a consenso então, faremos quarta-feira da semana que vem a Audiência, aprovamos o requerimento também na CCJ, todos os Senadores interessados estarão disponíveis. Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador, é outro assunto, então precisaríamos ver se--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Em outro assunto já voltamos. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, com respeito à necessidade do Senador

Arthur Virgílio estar presente, seria melhor consultar, porque, pelo conhecimento que tenho, na quarta-feira da semana que vem é possível que ele esteja em Londres, no Seminário sobre a *Rain Forest*, com o que Príncipe Charles está... isso terça e quarta-feira, de maneira que talvez seja melhor nesta quinta-feira mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Levando em conta o que o Senador Tarso--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Suplicy.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele me pediu para--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Então ele talvez não vá para a Inglaterra mais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex^a. estará lá nessa Conferência?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu fui convidado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está certo. O Senado estará bem representado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos fazer o seguinte. Senador Flexa, nós faremos a reunião quarta-feira, 10h da manhã, preferencialmente junto com a CCJ. Se a CCJ não tiver interesse, de qualquer forma nós faremos a Audiência. Mas eu acho que haverá interesse da CCJ porque o Projeto já está pautado. Faremos Relações Exteriores, CAE e CCJ quarta-feira da próxima semana, 10h da manhã.

Encerrado o assunto, vamos ao nosso próximo ponto de pauta.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, depois de um longo tempo o Senador Arthur Virgílio, cumprindo o acordo, retirou aquele requerimento para a remessa à Comissão de Constituição e Justiça do Projeto 266, que trata da cobrança do ISS. Portanto, ao retirar o requerimento do Plenário, ele volta a tramitar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. E nós apresentamos, de comum acordo, a solicitação da realização de uma Audiência Pública para que pudesse ser ouvido a Febraban, a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional dos Prefeitos. Este é um Projeto extremamente importante porque ele modifica a forma de cobrança do ISS sobre leasing, sobre arrendamento mercantil, que hoje, pela brecha na Lei, os Bancos, as instituições financeiras, acabam

recolhendo o ISS única e exclusivamente em alguns Municípios que tenham inclusive uma forma de reduzir a cobrança. Ao invés de cobrar os 2% eles têm acordo com alguns Municípios para cobrar, em alguns casos, apenas 0,25%, guerra fiscal e algo de muita relevância. Nós nos comprometemos na Marcha dos Prefeitos de tentar trazer o Projeto a debate aqui na CAE.

Então eu gostaria que a gente pudesse apreciar o requerimento e marcar o mais rapidamente possível esta audiência. Vai ser uma Audiência rápida, porque são apenas três convidados, o assunto é relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Senadora Ideli propõe o requerimento convidando a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Confederação Nacional dos Municípios e a Frente Nacional dos Prefeitos para tratar do problema do ISS relacionado à leasing. Os Senadores e Senadoras que são favoráveis ao requerimento propondo a Audiência Pública permaneçam como se encontram. Aprovado. Marcaremos o mais breve possível, sabendo que nós estamos com a agenda extremamente congestionada na Comissão.

Vamos agora ao Item 2 da pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu estou sendo informado pela assessoria que existe uma Associação dos Sacoleiros, que tem um Presidente. Se isso existir realmente, essa Associação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Ex^a. encaminha para a Mesa, nós convidaremos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu já quero deixar então o requerimento, eu vou verificar da existência--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não precisa de requerimento, é só encaminhar o nome que nós colocaremos na Audiência.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Existe.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Existe? A Senadora Serys está dizendo que existe. Então eu encaminharei à Mesa o nome do Presidente para que também participe da Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos agora à Mensagem do Senado Federal nº 65, de 2008, não terminativa. "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 19.382.000,00

(dezenove milhões, trezentos e oitenta e dois mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Campo Grande-MS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana de Campo Grande”. A autoria é da presidência da República e o Relator é Senador Jayme Campos. Quero também destacar a presença da Sra. Eliane Bettoni, Coordenadora de Projetos Especiais da Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, presente. Com a palavra o nobre Relator, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente Senador Aloizio Mercadante, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Tendo em vista que já se encontra nessa Comissão aqui esse nosso Parecer, eu peço *venia* aos ilustres colegas Senadores que me permitam apenas ir na fase da análise para sermos rápidos nos interesses do Brasil, sobretudo desse Estado.

Estão anexos ao processado, entre outros documentos, Pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que são citados a seguir. No Parecer 368/08 (GRCORF)(F), da Secretaria de Tesouro Nacional (STN), são fornecidas informações sobre a situação financeira do pleiteante. Os limites do endividamento do Município foram calculados e considerados atendidos. Naquela data havia margem, nos limites de endividamento da União, para a concessão da garantia. Consulta realizada naquela data não indicou a existência de débitos da administração direta do Município junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas. O Município está autorizado a oferecer, como contragarantia, a garantia da União, quotas e receitas tributárias previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º, do art. 167, todos da Constituição Federal.

Quanto à capacidade de pagamento do empréstimo, o Município de Campo Grande-MS foi classificado na Categoria A, apto a receber a garantia da União, no termos da Portaria do Ministério da Fazenda nº 89/1997. Às conclusões do Parecer temos a resolução seguinte: Diante do exposto nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que previamente à assinatura dos instrumentos contratuais seja verificado o cumprimento das condicionalidades relacionadas no parágrafo 30 deste Parecer, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia. No parágrafo 30, do Parecer em questão, são listados os requisitos para o primeiro desembolso, os quais devem ser cumpridos preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, digo, contratação dos seis melhores consultores de apoio à gestão do programa de acordo com os termos da referência previamente acordado

com o banco e entrada em vigor do Decreto Municipal que estabeleça a participação dos entes da administração direta envolvidos na execução do programa, nos termos previamente acordados com o Banco. A STN sugere que o Ministério da Fazenda, para evitar o pagamento desnecessário de comissões e compromissos, verifique o cumprimento dessas exigências antes da assinatura do contrato, inclusive mediante a prévia manifestação do BIRD. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manifestou-se, através do Parecer nº 562, de 27 de março de 2008, que concluiu não haver óbice legal ao encaminhamento ao Senado Federal do pleito relativo à concessão de garantia à operação de crédito em tela por parte da União. A operação do Decreto, como já foi enfatizado, foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, evidenciando, portanto, que o empréstimo atende à política de capacitação de recursos externos do país.

Ressalte-se, ainda, que de acordo com os cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação do Decreto pretendida deverá implicar numa taxa de juros em torno de 4,8% ao ano, um patamar considerado aceitável por aquela Secretaria. As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções 48, 40 e 43, todas do Senado Federal, são atendidas pelo Município e pela União, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a Mensagem em questão.

Voto. Em conclusão opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida, nos termos do seguinte...

De forma, Sr. Presidente, esse é o meu Parecer, mas antes de concluir eu quero cumprimentar esses dois valores Senadores Valter Pereira e Delcídio Amaral pelo empenho para que esta matéria fosse votada no dia de hoje. Quero dizer ao povo do Mato Grosso do Sul, sobretudo da cidade de Campo Grande, feliz o Estado que tem Senadores do quilate, do extirpe como Delcídio Amaral e como Valter Pereira, interessados nas coisas que certamente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E Marisa Serrano.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): E Marisa Serrano, me desculpe, valorosa e grande Senadora da República por aquele Estado. De forma que V. Ex^{as}., Senador Valter, Senador Delcídio, estão de parabéns, sobretudo que esses valores aqui contraídos em empréstimo pela Prefeitura de Mato Grosso do Sul que, com certeza, vai melhorar sensivelmente as condições de vida dos brasileiros que votam naquela cidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Jayme Campos, V. Ex^a. sabe que já é uma longa tradição desta Comissão que

o Senador do Estado não dá Parecer sobre empréstimo no seu Estado e, só por isso, que os Senadores não são Relatores dessa matéria. Mas V. Ex^a. com esse Parecer, com essa intervenção final, lembra um tempo em que os dois Estados eram um só. V. Ex^a. já está preparando, caso voltem a ser um dia, V. Ex^a. já pode disputar uma vaga que realmente será muito bem acolhido pelo povo do Mato Grosso do Sul, já com o prestígio que tem o Mato Grosso, depois de uma intervenção tão apropriada como essa.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria, primeiro, de registrar o competente relatório apresentado pelo Senador Jayme Campos.

Quero também destacar, Sr. Presidente, que esses US\$ 19.382.000,00 do BID, isso é fruto de um trabalho intenso. V. Ex^a. conhece bem isso, sabe que as tramitações todas de uma operação como essa dentro do Governo. Eu não posso deixar de destacar, primeiro, a maneira como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional analisou esse pleito, de uma forma ágil, sempre muito atenta às nossas solicitações, às nossas reivindicações. Da mesma maneira o Secretário do Tesouro Nacional, o Arno, que deu celeridade à tramitação desse processo. Todo mundo sabe aqui que nós não podemos fugir desse ritual, e o importante, eu não posso deixar de registrar aqui, primeiro a classificação de Campo Grande como Categoria A para que Campo Grande tivesse acesso a esse empréstimo. Segundo – e é fundamental destacar também – que cabe à Prefeitura agora duas providências que são fundamentais: a contratação dos seis consultores de apoio à gestão do programa de acordo com os termos de referência previamente acordados com o Banco e a entrada em vigor do Decreto Municipal que estabelece a participação dos entes da administração indireta envolvidos na execução do programa nos termos também previamente acordados com o Banco.

É fundamental destacar que esse cuidado foi tomado como premissa básica, principalmente, Senadora Serys, para evitar o pagamento desnecessário de comissões de compromissos, desde que atendidas essas exigências básicas ou essas exigências prévias.

Também é importante destacar que nessa operação a taxa de juros gira no em torno de 4,80% ao ano, como falou o ilustre Senador Jayme Campos. Então esse é um pleito já que vem sendo trabalhado pela bancada de Mato Grosso do Sul, pelo Senador Valter, pela Senadora Marisa, por mim, pelo Prefeito Nelsinho Trad, pelo seu Secretário Paulo Mattos, e hoje nós estamos vendo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, esse relatório competente apresentado pelo Senador Jayme Campos, nosso irmão do nosso

querido Mato Grosso e que entende muito bem as necessidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E também a competente Senadora Serys.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A nossa Senadora Serys Silhessarenko.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Que se integrar um dia os dois Estados também ela poderá estar em campanha.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Seremos seis Senadores e Senadoras.

Portanto, nós ficamos muito contentes com a velocidade com que o Senador Jayme Campos analisou isso, dentro da praxe que V. Ex^a. comentou, que aqui normalmente um Senador de um Estado não pode ser Relator de um assunto de interesse do seu próprio Estado. Isso é uma prática correta.

Eu quero saudar a Eliane que está aqui também, toda a equipe técnica da Prefeitura que não poupou esforços para que realmente nós chegássemos à aprovação, e eu espero, na Comissão de Assuntos Econômicos, desses recursos do BID que vão ser fundamentais para a infra-estrutura urbana de Campo Grande.

Por isso, quero agradecer ao Senador Jayme Campos e dizer que a população de nossa capital, Campo Grande, e de todo o Estado de Mato Grosso do Sul agradece mais uma vez esse esforço de V. Ex^a., da Senadora Serys, do nosso Estado irmão Mato Grosso, principalmente para garantir o bem-estar e, acima de tudo, qualidade de vida e futuro para a nossa gente. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Valter Pereira com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aproveito para pedir o voto de todos os outros Senadores de todos os outros Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu peço brevidade, nós temos outras matérias na pauta, inclusive dois empréstimos para São Paulo, e o Senador Romeu Tuma e o Senador Eduardo Suplicy estão esperando também para ser elogiados da mesma forma. Senador Valter Pereira com a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pelo andar da carruagem é perceptível que a autorização pedida para contrair esse empréstimo será aprovada. E eu já requereria, de imediato, que fosse conferido o regime de urgência para a tramitação dele a fim de que essa mesma celeridade alcançada na CAE seja também obtida no Plenário.

Mas eu não poderia deixar de comentar, e vou ser bem breve, já que o Senador Delcídio Amaral já abordou vários aspectos técnicos que dispensam novas abordagens, mas a qualidade dos Projetos da Prefeitura de Campo Grande e do Estado de Mato Grosso do Sul. Efetivamente quando o Projeto tem uma boa qualidade técnica, têm as condições de uma tramitação melhor junto aos órgãos competentes do Governo Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e aqui a própria consultoria e os órgãos técnicos do Senado. Está presente aqui hoje, veio especialmente para essa votação, a economista Eliane Bettoni, que é responsável pela elaboração desses Projetos e que dá essa confiabilidade técnica que tem permitido que os Projetos tenham recebido a aprovação do Senado Federal.

Portanto, ao agradecer aqui ao Senador Jayme Campos, que indiscutivelmente é um parceiro de Mato Grosso do Sul, já que conhece o Estado, que já viveu por lá, já teve relações muito estreitas com o nosso Estado, agradecer a presteza com que ele atendeu a este pleito, eu quero também agradecer a mesma atenção que V. Ex^a. teve em designar rapidamente o Relator e escolher um colega que está sempre presente e sempre preocupado com a celeridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V. Ex^a.. Os Senadores e Senadoras que são favoráveis ao Parecer permanecem como se encontram. Aprovado. É pedida agora a urgência, encaminhada pelo Senador Valter Pereira. Os Senadores e Senadoras que são favoráveis à urgência permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência também.

Vamos agora ao Item 3 da pauta, Mensagem do Senado Federal nº 66, de 2008, não terminativa. “Solicita ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor, em ienes japoneses, equivalente a até US\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e um consórcio de bancos privados japoneses, cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo”. A autoria é da presidência da República e a Relatoria é do Senador Valter Pereira. Com a palavra o Senador Valter Pereira.

Eu queria, ainda, registrar a presença do Sr. Ernesto Augusto Granato, chefe da Unidade de Gerenciamento de Empreendimentos da Companhia Metropolitana de São Paulo; Sr^a. Maria Cecília Meirelles Chagas, assistente de diretor e captação de recursos da Secretaria da Fazenda de São Paulo; Sr. Oswaldo

Spuri, coordenador da Unidade de Gerenciamento de Programas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); e, ainda, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Eduardo Luiz Gudardi(F), gerente de responsabilidades financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, todos aqui presentes. Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Como V. Ex^a. ponderou trata-se da autorização para a contratação de uma operação de crédito pelo Estado de São Paulo, com a garantia da República Federativa do Brasil, com o consórcio de Bancos privados japoneses, liderados pelo *Sumitomo Mitsui Banking Corporation* e a garantia do *Japan Banking for Internacional Corporation*, no valor em ienes japoneses equivalentes até a US\$ 95.000.000,00 americanos. Já foi distribuído o Parecer para todos os Senadores e eu vou direto ao voto por economia processual.

Em vista do exposto, somos favoráveis à autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, com a garantia da República Federativa do Brasil nos termos do seguinte Projeto de Resolução: Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo com as garantias da União e do *Japan Banking for Internacional Corporation* com o consórcio de Bancos privados japoneses liderados pelo *Sumitomo Mitsui Banking Corporation*, no valor em ienes japoneses equivalentes a até US\$ 95.000.000,00 dos Estados Unidos da América, de principal, destinados ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo. O Senado Federal resolve: art. 1º – É o Estado de São Paulo autorizado a contratar a operação de crédito externo com a garantia da União e do *Japan Banking for internacional Corporation*, com o consórcio de Bancos privados japoneses liderados pelo Sumitomo Mitsui Corporation, no valor em ienes japoneses equivalentes a US\$ 95.000.000,00 dos Estados Unidos da América, de principal; § único – Os recursos advindos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo; art. 2º – A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições: I) Devedor: Estado de São Paulo; II) Credor – Bancos privados japoneses, liderados pelo *Sumitomo Mitsui Corporation*; III) Garantes – *Japan Banking for Internacional Corporation* e República Federativa do Brasil, ambas limitadas a 97,5% do valor do financiamento; IV) Valor: em ienes japoneses equivalentes a até US\$ 95.000.000,00 dos Estados Unidos da América; V) Prazo de desembolso: até 30 de junho de 2010; VI) Amortização: em catorze parcelas semestrais e consecutivas, vencendo a pri-

meira em 15 de setembro de 2013 e a última em 15 de março de 2020; VII) Juros – exigidos semestralmente e pagos no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual para cada semestre composta pela taxa de juros (Libor) semestral para ienes, mais uma margem de 0,65% ao ano; VIII) Comissão do arranjador: *arreggen fee*(F) – 1 e 20% ao ano *Flat*(F), representando o montante de dólares pagáveis em seis meses, após a assinatura do contrato ou no primeiro desembolso, o que ocorrer primeiro; XI) Comissão do agente: US\$ 15.000,00, pagável nas mesmas data de pagamento de juros; X) Comissão do BIRD: US\$ 273.000,00, em parcelas de US\$ 91.000,00, sendo a primeira junto com o primeiro desembolso, a segunda doze meses após e a terceira vinte e quatro meses após, sempre tendo como base o primeiro desembolso; XI) Comissão de compromisso: 0,15% ao ano, calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, após a assinatura do contrato, pagável na mesma data de pagamento de juros; XII) Despesas legais: até US\$ 100.000,00; XIII) Juros de mora: até 2% ao ano. § único – As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como os desembolsos, poderão ser alterados em função da data de assinatura do contrato de empréstimo; art. 3º – Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de São Paulo na contratação de crédito externo referida nesta Resolução. § único – O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação de receitas próprias de que trata o art. 155 e das quotas de repartição de receitas de que trata os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direitos admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado e das transferências federais; art. 4º – O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução; art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concluído o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Valter Pereira pela agilidade.

Eu proporia que nós também fizéssemos a leitura do voto do Parecer do outro empréstimo de US\$ 535.000.000,00 dos Estados Unidos da América, que também tem a mesma finalidade, à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e à Companhia

Metropolitana de São Paulo (METRÔ), e faríamos o debate dos dois projetos juntos para poder agilizar. Pode ser?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só que depois eu queria pedir urgência para os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aí pediremos urgência ao Plenário.

Então o Item 4, Mensagem do Senado Federal nº 64, de 2008, não terminativa. “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a contragarantia da República Federativa do Brasil, no valor, em ienes japoneses, equivalente a até US\$ 535.000.000,00 (quinhentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e um consórcio de bancos privados japoneses, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e à Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô”. A autoria é da Presidência da República e a Relatoria é da Senadora Serys Slhessarenko.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Só uma questão. Eu sugeriria à Senadora Serys que, em razão de toda a exposição do Projeto de Resolução ser idêntico ao do Valter Pereira, economicamente só a--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Como a estrutura de financiamento é a mesma, nós poderemos ir diretamente ao voto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A estrutura é a mesma.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Exatamente, eu não vou ler o Projeto de Resolução, vou ler apenas três parágrafos e vou ao voto, inclusive não vou repetir a Mensagem nº 64, de 2008, porque o nosso Presidente Senador Mercadante já o fez, que envolve em si o valor de US\$ 535.000.000,00 destinados ao Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Urbanos e para a Companhia Metropolitana de São Paulo (METRÔ).

Este Projeto é submetido à apreciação do Senado Federal, pleito do Estado de São Paulo, por intermédio dessa Mensagem, solicitando autorização para contratar essa operação de crédito externo com garantia da União por consórcio de Bancos privados japoneses, liderados pelo *Sumitomo e Mitsui Banking Corporation*. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Projeto Material Rodante e Sistemas para a Companhia Paulista de Trens Urbanos e a Companhia Metropolitana de São Paulo (METRÔ). A operação de crédito em exame acha-se explicitamente inserida no programa de reestruturação

e ajuste fiscal do Estado, estabelecido nos termos da Lei 9.496, de 1997, e não caracteriza violação dos acordos de refinanciamento firmados junto à União, cujo os compromissos pactuados e as metas acordadas têm sido cumpridos regularmente pelo Estado de São Paulo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso voto. Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 48, de 2007, 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte...

Aí vem o projeto de Resolução que já foi lido.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço à Senadora Serys Slhessarenko e gostaria, primeiro, de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, depois ao Senador Eduardo Suplicy. Registrar que nós demos a maior agilidade possível para a aprovação desses Pareceres, hoje mesmo recebemos anexos do Tesouro Nacional que eu incorporo ao processado, exatamente porque eu acho que o país todo sabe da importância estratégica que tem esses investimentos da CPTM e do Metrô de São Paulo. A Grande São Paulo hoje vive uma congestionamento que chega a duzentos quilômetros, por exemplo, nesse feriado, é um transtorno, um tempo de vida perdido no trânsito, cada vez mais complexo, e o Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual, vem fazendo um esforço muito grande para tanto avançar a construção do Rodoanel, o Ferroanel e esses investimentos para modernizar o material rodante da CPTM e avançar na construção do metrô, em particular a Linha 4. Então eu acho que isso é de grande interesse do Brasil, o que vai aumentar a eficiência da economia regional e desobstruir todo o grande transporte de carga que prejudica tremendamente hoje o comércio, inclusive externo do Brasil, pelo congestionamento da Grande São Paulo. Rodoanel, Ferroanel e esse Projeto são Projetos estruturantes, e o trem de alta velocidade, São Paulo/Rio de Janeiro, na realidade Campinas/São Paulo, São Paulo/São José e São José/Rio de Janeiro é que eu acho que mudará decisivamente a estrutura de transporte do Estado. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, eu pouco teria a acrescentar ao que V. Ex^a. já falou. Primeiro agradecer aos dois Relatores que tiveram a sensibilidade da urgência, da necessidade que São Paulo tem desses empréstimos. V. Ex^a. descreveu muito bem, eu acho que a recuperação do sistema ferroviário é uma questão nacional e São Paulo está sofrendo muito, realmente, com esse transtorno

do transporte coletivo. E o Metrô, esses empréstimos, traz uma correção praticamente do que aconteceu com o primeiro empréstimo. O dólar estava três reais à época do primeiro empréstimo e o dinheiro em real hoje, que tem entrado, é muito menor. Então já começa a fazer falta para o investimento final da complementação das obras.

De forma que eu agradeço aos dois Relatores e agradeço, também, aos representantes do Governo de São Paulo que tiveram a sensibilidade de vir conversar conosco e explicar todo o procedimento, nos dando ânimo para defender, V. Ex^a., eu e o Senador Suplicy, que representamos São Paulo, e pedir urgência para que talvez hoje ainda se consiga votar em Plenário os três empréstimos: o de Mato Grosso e os dois de São Paulo. Um para cada destino, mas pela importância que V. Ex^a. mesmo descreveu.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Romeu Tuma. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, embora estejamos adiantados, dada a relevância deste empréstimo, seu extraordinário valor e considerando, conforme V. Ex^a. e o Senador Romeu Tuma salientaram, que o sistema de transporte público de São Paulo está precisando expandir-se, nós temos hoje três milhões de pessoas utilizando o Metrô diariamente. Na Linha Leste de São Paulo, nos horários de pico, nós temos 8,3 pessoas por metro quadrado, conforme tem demonstrado a imprensa nos últimos dias. Ontem a Folha demonstrou como é que tem havido uma superlotação, dada a utilização tão intensa. Nas três linhas principais, 1, 2 e 3, estão sendo utilizados cinquenta e cinco mil passageiros, trinta e dois mil passageiros e setenta e oito mil passageiros por hora nos diversos sentidos para onde vão. E, agora, a Linha 4, será instituída.

Eu sugeriria se for possível, Sr. Presidente, que os representantes do Metrô, da CPTM, possam nos dar um brevíssimo relato sobre as condições, se V. Ex^a. considerar adequado, em que pese o horário, já que estão aqui. Mas eu considero da maior relevância estes empréstimos e, portanto, inteiramente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que todos nós sabemos da imensa dificuldade que é avançarmos nesses projetos estruturantes do transporte, particularmente o Metrô, que como foi bem colocado pelo Senador Suplicy transporta hoje cerca de três milhões de pessoas por dia, numa sobrecarga do sistema que eu acho que eu não conheço em nenhuma outra parte do mundo. Por isso, não só a nossa aprovação do Projeto, mas também o pedido de urgência no Plenário. Os Senadores

e Senadoras que são favoráveis aos dois Pareceres permaneçam como se encontram. Aprovados. Pedido de urgência. Os Senadores que são favoráveis à urgência permaneçam como se encontram. Aprovado a urgência.

Agradeço a todos, está encerrada a Sessão.
Sessão encerrada às 13h39.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO, DE 2008, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e oito, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Neuto de Conto, Mão Santa, João Tenório, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, e ainda, dos Senadores Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, César Borges, Jarbas Vasconcelos, Sibá Machado, Gim Argello, Arthur Virgílio, Marco Maciel e do Deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Raimundo Colombo, e Antonio Carlos Júnior. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a apresentação da Versão Preliminar do Relatório da Subcomissão. O Presidente concede a palavra ao Relator da Subcomissão, Senador Francisco Dornelles, para fazer a apresentação da Versão Preliminar do Relatório. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio, Neuto de Conto, Delcídio Amaral, Sibá Machado, João Tenório, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, e o Deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia informatizada.

Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizando-se em 27 de março de 2008, às 10h00, na Sala de Reuniões 19, Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada. Está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Srs. Senadores, primeiro queria destacar aqui a presença do Senador Aloizio Mercadante, Presidente da CAE, a qual esta Subcomissão está ligada, o que engrandece de uma maneira importante esta reunião que tem como pauta a leitura e a entrega, por parte do nosso Senador, Relator, Senador Dornelles, do Rio de Janeiro, da sua visão, da sua conclusão, depois de um ano de debates intensos; ouvindo e discutindo, não só com setores governamentais da União, dos Municípios, dos Estados, com setores jurídicos, com setores da iniciativa privada, sejam do comércio, da agricultura ou da indústria.

A pauta tratará da Proposta de Reforma Tributária que esta Subcomissão, entendeu, como conclusão de todas as discussões aqui colocadas. Eu queria salientar, aqui também, a presença do Deputado Luiz Paulo Lucas, grande Deputado, especialista nessa área também e que também nos honra muito com a sua presença, gaúcho, do Espírito Santo.

O Senador Dornelles, contou aqui com uma equipe extremamente competente de Assessores do próprio Senado Federal, de Assessores convidados de outras instituições que fizeram um trabalho minucioso, profundo e que tentou de uma maneira persistente, mas com muita competência atingir aqueles objetivos que nós definimos como fundamentais; que é a simplificação da maneira mais radical possível do sistema tributário, da redução a médio e longo prazo da carga tributária e da transparência de um sistema tributário, que seja realmente, inteligível por todos aqueles que participam dele principalmente os contribuintes.

Queria colocar também de uma maneira bastante clara, que este projeto não se opõe ao projeto do Governo. Nós temos e discutimos com o Governo, ele segue a mesma linha, os mesmos objetivos do projeto do Governo e procura dar um passo adiante a mais, dentro das discussões que nós aqui tivemos durante todo o ano passado, em que nós percebemos a viabilidade da possibilidade de dar um passo adiante a

mais, para que esses objetivos que nós acabamos de dizer sejam alcançados com mais celeridade. Ao mesmo tempo ele não tem nenhuma conotação partidária, participaram e participam dessas reuniões e dessas discussões, Senadores de todos os Partidos praticamente aqui representados do Senado.

E o objetivo desse relatório, no momento que o Senador Dornelles o entrega é que essa Subcomissão e a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Mercadante, passe a discutir de maneira que quando aqui chegar o projeto que vem da Câmara, ou mesmo durante o processo de discussão que está acontecendo na Câmara, o Senado Federal já esteja pronto e essa Comissão já esteja bastante maturada, no sentido de saber exatamente aquilo que quer e colaborar para que o processo aqui seja célere e competente.

Portanto, eu queria agradecer ao Senador Dornelles, que eu acompanhei muito de perto o trabalho extraordinário que ele fez, tentando numa difícil, quase impossível missão de contentar, mas de não ferir nenhuma das partes envolvidas no sistema tributário, que é praticamente impossível, União, Estados, Municípios, empresários, contribuintes, advogados, cada um desses setores da sociedade com interesses diferentes e, a maioria das vezes, contraditório.

E se eu já era um profundo admirador da competência e da capacidade do Senador Dornelles, isso durante esse ano de trabalho que eu tive o privilégio de estar ao seu lado, essa admiração só fez aumentar mais ainda, e com certeza, essa Subcomissão fica devendo feito ao Senador por esse trabalho, por isso, eu queria passar a palavra ao Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente da Subcomissão de Reforma Tributária, Senador Tasso Jereissati, ilustre Presidente do CAE, Senador Aloizio Mercadante, é uma honra para nós ter a sua presença aqui, Srs. Senadores, eu quero inicialmente agradecer ao Tasso Jereissati, a confiança que ele me depositou, me designando para relatar essa proposta ou esse trabalho sobre a reforma tributária.

E esse relatório preliminar, que contou com um apoio muito grande de assessorias que posteriormente eu vou mencionar, eu posso considerar quase um relatório a quatro mãos também, porque o Presidente Tasso Jereissati participou ativamente dessa discussão em todos os pontos ele esteve presente, nesse desenho, ele é dono desse desenho junto comigo.

Eu quero dizer inicialmente aos senhores, que eu estou apresentando um desenho de um sistema tributário, porque eu entendo que quando se começa a discussão por um texto formal, por um texto, o que acontece? O Art. 3º vai contra o 4º, o 5º vai contra o

parágrafo, então, a discussão ganha um caráter formal, o formal passa a ter mais importância que a substância. O que eu faço é uma proposta de desenho a todos os senhores, poderá ser modificado, examinado, recusado, aprovado. Uma vez aprovado esse desenho, nós partiríamos para quantificar, embora já tenha algumas linhas gerais e, posteriormente, nós tentaríamos a redação a que lhe fosse possível.

Como disse o Presidente Tasso Jereissati, não é contraponto à proposta do Governo. A proposta do Governo apresentada por um dos mais competentes economistas do País que é o Bernard Appy, foi um grande avanço, agora, nós estamos tentando dar um passo mais audacioso, para ver se é possível reduzir o custo da Administração. A primeira preocupação foi a redução da carga tributária e a carga tributária do Brasil ela tem dois componentes, primeiro, o custo, o que ela representa para o contribuinte o custo de pagar impostos e, posteriormente o montante de recurso que ele desenvolve.

Um trabalho feito pelo Banco Mundial, que pegou uma determinada empresa padrão, com o mesmo faturamento, com o mesmo número de empregados, do mesmo tamanho, mostra que no Brasil são gastas 2600 horas com o pagamento de imposto: 2600 horas. Por exemplo, na Suíça, uma empresa gasta 63 horas; no Canadá 119 horas; na Colômbia 268 horas; no Chile, 316. O Brasil é o campeão: 2600 horas. De acordo com um estudo feito, só para o tempo gasto com impostos sobre o consumo é de 1374 horas, maior que quase toda a totalidade dos 177 impostos examinados. Só 23 países dos 777 é que gastam mais de 500 horas, o Brasil tem 2600 horas.

Um trabalho feito... Uma tese de doutorado apresentada na USP, mostra que o custo de arrecadação, o que as empresas gastam para pagar impostos, corresponde aproximadamente a 1% de PIB. De modo que a primeira preocupação, foi de trazer uma redução da carga principalmente pela simplificação, tentar simplificar e quebrar a burocracia tanto quanto possível.

Em segundo lugar, nesse problema de redução de carga é muito difícil quando você faz um desenho, principalmente em base constitucional dizer: "Vai haver aumento ou não da transferência de recursos". Porque se as seis alíquotas vivas for uma de 2, 3, 4, 5, 6, a arrecadação será menor do que se for maior. Mas nós procuramos fechar o caminho para a criação, para que o Estado pudesse expandir as suas atividades.

Em primeiro lugar, nós colocamos reduzir o número de tributos de impostos. Segundo, colocar as contribuições dentro do conceito de tributo, porque hoje existe uma competência enorme da União para criar contribuições a todo momento cria uma contribui-

ção. Embora a Jurisprudência tenha colocado e tenha estabelecido que os princípios tributários se aplicam às contribuições, muitos não são aplicados. Então, nós botamos dentro do conceito de tributos, estamos eliminando muitas contribuições, mas aquelas que por acaso existirem ficarão amarrados na sua criação.

Ainda dentro desse conceito, nós procuramos dar um conceito de taxas. Para os senhores terem exemplos, taxa é um tributo cujos recursos se destinam: Ao exercício de poder de polícia, ou então, contrapor uma prestação de serviço, pois bem, eu vou dar um exemplo para os senhores. A taxa do FISTEL, nesses últimos cinco anos ela arrecadou 6 bilhões e meio. Pois bem, nesse período a Anatel gastou 1 bilhão e 400. O que é isso? Imposto disfarçado, nós tivemos aí um imposto disfarçado com o nome de taxa. Então, dentro do conceito de taxa nós estabelecemos que o valor pago por uma taxa, tem que ser aquele necessário ao custo do serviço, ou então, aquele necessário para o exercício do poder de polícia.

Houve a preocupação de estabelecer uma neutralidade federativa, ou seja, de manter o equilíbrio do que existe hoje arrecadado pela União, pelos Estados e pelos municípios. Houve a preocupação de fazer alguma proposta na administração tributária, muitas vezes as reformas não entram no campo da Administração e a Administração tendo racionalidade ela contribui para redução do custo da arrecadação.

Está sendo proposto a criação, implantação de um cadastro único de contribuintes, a emissão de notas fiscais eletrônicas, a organização de um sistema integrado de informações fiscais, a obrigação de que o contribuinte seja informado do conjunto de tributos que eles pagam. Nos princípios gerais dessa reforma proposta, nós estamos... Primeiro da definição de tributo, nas quais estão sendo incluídas todas as contribuições de todas as exigências compulsórias.

Em segundo lugar, o princípio da anterioridade, também para defender um pouco o contribuinte da racionalidade. Só pode ser cobrado num exercício aquele imposto que tenha sido criado ou majorado até 30 de junho do ano anterior, isso objetiva dois pontos, primeiro evitar o que ocorreu com a CPMF; o Governo enviou uma proposta orçamentária colocando como receita, a receita de uma contribuição que não tinha sido aprovada, quer dizer, isso não existe no mundo.

Então, hoje, quando o Governo mandar o orçamento em agosto, a Lei Orçamentária, ali já estão incluídas todas as receitas que já tenham sido aprovadas até 30 de junho do mês anterior. Já tenham a certeza no campo orçamentário e o contribuinte já sabe com seis meses antes, quais são os princípios que vão reger a sua empresa no ano futuro. O que foi bom, o que existe,

as medidas que foram tomadas, eu tive a preocupação de preservar, ou seja, nós não podemos dar um passo criando o IVA Nacional e destruindo o que foi bom. Por isso eu mantenho o regime simplificado para micros e pequenas empresas, que elas terão opção de entrar no IVA ou manter o sistema atual, isso pode ampliado, pode ser adaptado, pode ser melhorado.

Nós mantemos a base presumida das empresas de serviços, que hoje é muito extremamente importante o grande número de empresas estar nesse regime simplificado e elas terão oposição, se quiserem ir para o IVA vão, se não quiserem... E com a situação: As alíquotas a que estão sujeitas uma empresa, principalmente de profissionais liberais na área de serviço, não poderá ser maior do que aquela carga que hoje incide sobre ela. Por exemplo, hoje uma empresa desse tipo ela paga o imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, COFINS, o PIS, um somatório; isso será substituído, acabará. Ela pagará uma alíquota de imposto de renda sobre a arrecadação do imposto de renda, mas que será igual a atual alíquota hoje paga através de vários tributos.

Dentro do conceito... Eu sugiro a existência de um regime especial presumido também do IVA para a agricultura, a isenção da cesta básica, um cadastro único e um sistema nacional de informações, uma transparência tributária. Hoje eu acho que um dos problemas da carga tributária elevada é que os contribuintes não sabem o que pagam e como pagam. Quando se fala que vai aumentar o imposto de renda de 15 para 16 deu a revolução, mas quando se aumentam esses impostos escondidos... Eu estou propondo que em cada nota, seja indicado tanto quanto possível, qual é a carga tributária.

Todas as modificações... Hoje está impossível de alguém ser responsável pela administração tributária de uma empresa e até mesmo de um País, tem leis em todos os lados, tem todos os tipos de legislação. Eu proponho um novo Código Tributário, ou seja, as mudanças que vierem a ser adotadas, sejam todas inseridas num novo Código Tributário.

Eu também estou propondo dentro desta linha, a extinção do imposto sobre grandes fortunas por quê? Qual seria, poderia ser a base de cálculo do imposto sobre grandes fortunas? Só podia ser renda ou patrimônio, não existe outra, grande fortuna tem que ser renda ou patrimônio. Ora, se alguém quiser tributar grande fortuna na base da renda já existe o imposto de renda, não precisa ser criado outro. Se alguém quiser criar na base do patrimônio, o patrimônio imobiliário já é tributado pelo Município, a União não poderia entrar. E o próprio patrimônio imobiliário, se for ações já têm dividendos: Imposto de renda, pode cobrar o lu-

cro. Se há transferência, tem imposto sobre o ganho de capital. Se o patrimônio é formado por cotas já tem o juro que é tributado; de modo que eu não vejo razão para manter esse imposto sobre o patrimônio dentro da estrutura tributária brasileira, que ele não tem outro caminho a não ser renda e patrimônio que já existe, ele é apenas uma distorção enorme, sem qualquer razão de existir.

Eu também estou propondo a eliminação da enfiteuse sobre terreno de Marinha. Eu hoje... Que tanto o problema, o laudêmio, como o foro, ele é cobrado sobre a propriedade imobiliária ou sobre a transferência. Já existindo o imposto territorial rural urbano ou imposto de transmissão, eu considero uma distorção essa história de se cobrar o laudêmio e o foro.

Aliás, esta é uma das sugestões que me foi trazida pelo Presidente Tasso Jereissati, que eu acolhi que é da maior importância, porque você hoje, muitas vezes em lugares, principalmente em pequenos lugares de praça, você tem milhares de pescadores, milhares de indivíduos que não sabem que tem que pagar. E a toda hora o sistema do patrimônio da União que não está sujeito às regras tributárias aumenta laudêmio, aumenta foro, de pessoas que muitas vezes não tem nem condições de pagar. Esses são os princípios básicos desse meu relatório e eu vou entrar, agora, na minha proposta de criação de um IVA Nacional.

O Governo fez uma proposta de criação de dois IVAS um estadual, um federal e de um IPI. Eu acho que foi um grande avanço, mas eu acho que tentativa de dar um passo mais largo, pela criação de um IVA Nacional. Como é que seria o IVA Nacional? A competência legislativa seria da União Federal, a União legislava. A arrecadação eu chamo nacional, colocamos nacional, ou seja, no momento em que uma empresa paga o imposto ali com a nota fiscal eletrônica, no próprio banco, separaria uma parte da União, uma parte dos Estados e depois eu faria como seria a divisão de cada um.

Por exemplo, hoje se estabelecer qual é a participação do IPI, do COFINS, do PIS/PASEP e do CIDE na arrecadação total, a arrecadação desses impostos, mais somada a arrecadação do ICM, vamos dizer que isso dava 100, os impostos federais seriam 40 e o ICMS 60. No momento em que uma empresa pagou, seriam separados 40 para o Governo Federal, 60 seriam dos Estados. Qual seria o critério? A arrecadação seria totalmente no Estado de origem. Eu não vejo possibilidade de se cobrar isso no Estado de destino, mas não isso significa que a receita seria do Estado de origem. A arrecadação seria no Estado de origem e como seria distribuída essa receita? Vamos imaginar que 40% seria federal, o banco soltava para o federal;

60% dos Estados, vamos dar um índice de [ininteligível] para esses Estados. Nós estamos propondo que uma pequena parcela menor caiba ao Estado de origem – isso se discutia era um problema a discutir – e uma parcela maior ao Estado de destino, de acordo com o índice de consumo fixado pelo IBGE. O IBGE fixava uma expressão que é o índice que fixava o grau de consumo é um índice de consumo final de bens e serviços fixados pelo IBGE.

Então, vamos admitir que no momento que houvesse o pagamento de 100, coubesse 40 a União Federal, 60 aos Estados, uma pequena parcela ao Estado de origem, o restante ao Estado de destino de acordo com esse índice. Então se o índice do Estado de São Paulo fosse 10, ali 10 para São Paulo, 3 para o Rio, seria distribuído automaticamente. Agora, nos primeiros três anos antes de ser criado esse índice pelo IBGE, seria distribuído a cada Estado a participação do seu ICM no seu ICM Nacional.

Então, no momento que você tivesse o ICM Nacional de 100 e, a participação do Estado do Ceará fosse 5, por exemplo, do ICM, nos primeiros três anos iam 5 para o Ceará, a participação de cada Estado no ICM Nacional seria mantido. Então seria extremamente simples, não entraria no cofre nem da União, nem dos Estados, nem dos municípios o próprio banco separaria. Eu acho que nós temos que tentar fazer e perseguir esse sistema, para ver se ele realmente dá certo.

Haveria desoneração de exportação do investimento. E esse sistema proposto de fazer uma legislação nacional, toda ela, o sistema de débito e crédito, o sistema de distribuição da maior parte pelo índice de consumo, facilita muito a compensação dos créditos do investimento da exportação. Um cadastro único de contribuintes. As alíquotas desse IVA, seriam fixadas por Lei Complementar, então 6, 8, alíquotas, vamos dizer, 10, 15, 20, 5, Lei Complementar fixaria. Posteriormente o Poder Executivo enviaria ao Senado Federal uma proposta, dizendo que produtos seriam indicados em cada alíquota e caberia ao Senado que representa os Estados fazer essa classificação. A parte do IVA Estadual seria mantida a participação de 25% dos municípios, os primeiros anos eu já falei. Haveria um fundo de compensação para compensar as perdas dos Estados que pudesse ocorrer nos primeiros anos até que se tivesse uma decisão final.

Incentivos fiscais. Ora, sendo a arrecadação federal, só se poderá dar incentivo federal e o Estado poderia dar um incentivo... A União Federal não ia dar incentivo para um Estado específico, então se houvesse incentivo a partir da lei seria federal. E os que já foram dados? Os que já foram dados a idéia é o seguinte: Foi dado um benefício do ICMS, agora, o [ininteligível]

ICMS acabou é um novo IVA, mas e os direitos adquiridos das empresas, como é que ficariam? Então seria dado... Ao invés de o benefício fiscal ser dado através da receita, seria através da despesa. De que forma? Se o Estado do Rio deu isenção do ICMS para tal empresa e, muitas vezes a isenção do imposto faz com que o Estado dê o incentivo e o outro pague por ele, porque ele dá o crédito e vai para o outro. Esse não, se o Estado quiser, ele faz uma rubrica no seu orçamento e dá o dinheiro direto, todo mundo sabe quanto saiu do orçamento dele para a empresa, porque que não tem sentido ele fazer, dar incentivo com recursos de outro Estado.

Zona franca de Manaus. Um dos problemas apontados para que não houvesse... O IPI não entrasse no IVA, é que havia o problema da Zona Franca de Manaus, que todos têm interesse em proteger pela importância que ela tem. Ora, o que foi estabelecido? Vamos imaginar que hoje o IPI de um determinado produto seja 10 e, que na Zona Franca de Manaus seja zero, então, a diferença é de 10 pontos percentuais. Então, o IVA daquele produto na Zona Franca de Manaus seriam 10 pontos percentuais a menos do que IVA daquele mesmo produto em outros pontos nacionais. Com isso, eu acho que responde aquela preocupação de a pessoa dizer: “Não, eu vou manter o IPI, por causa da Zona Franca”. Não, você pode manter o benefício da Zona Franca, através do nosso IVA.

Existe um problema também que eu queria mostrar o seguinte, nós temos que tomar cuidado, eu acho, porque existem Estados que tem algumas alíquotas muito elevadas. Por exemplo, tem Estados que tem alíquotas de 30, 35% sobre energia, sobre combustível, sobre várias situações. Então se no momento em que fossem fixadas as alíquotas se tomasse por campo a alíquota elevada, nós iríamos contaminar, nós faríamos tomar as alíquotas unificadas por cima o que seria um verdadeiro desastre. Se ignorássemos essas alíquotas maiores, nós poderíamos deixar os Estados que tem essas alíquotas em situação muito difícil.

Então, eu estou propondo o seguinte que cada Estado poderia escolher quatro produtos sobre os quais ele fizesse quase um *weak side stark*(F), cobrar do consumidor final e que não entraria no crédito e nem reduziria a tributação de outro Estado onde ele bem é consumido, então cada Estado estaria protegido. Por exemplo, se eu botasse... O Rio de Janeiro tem 35% sobre energia, se na hora das alíquotas nacionais pusesse uma alíquota de 35, iria contaminar todo o País. Então vamos tomar as alíquotas, que eu acho, que deviam ser alíquotas médias mais reduzidas e dando aos Estados uma possibilidade de ter quatro alíquotas, quatro produtos que eles teriam fixados quase *weak*

side stark(F), cobrado do consumidor final. Esses são os pontos que eu teria sobre o IVA.

Nós fizemos na área do imposto de renda a unificação da contribuição social com o imposto de renda de pessoa jurídica, há necessidade que o imposto sobre o ganho de capital na área imobiliária seja sobre o ganho real e não fictício. Hoje a gente compra um imóvel... Há vinte anos atrás, no momento que vai tributar, tributa um lucro totalmente fictício. Há necessidade do Congresso aprovar a cada três anos a tabela progressiva do imposto de renda. E o problema que o Senador Aloizio Mercadante muito gosta, também, da agilização da devolução do imposto de renda que hoje está virando quase um empréstimo compulsório.

O imposto sobre o patrimônio houve a preocupação de unificar esses impostos, imposto territorial rural e o IPTU, unificados no imposto sobre a propriedade imobiliária na competência do Município. O imposto de transmissão inter-vivos *causa mortis*, também, unificados na competência do Município, mas com a mesma base de cálculo, ou seja, o inter-vivos somente sobre a transferência de bens imóveis, e o *causa mortis* global, mas com alíquota também fixada pelo Senado.

As contribuições: Extinção da COFINS, da Contribuição Social sobre o Lucro do PIS/PASEP, da CIDE, do FUST e do FUNTELL. Sobre essa eliminação dessas contribuições, eu quero dizer o seguinte, existe muito receio que foram apresentadas várias vezes ao Senador Tasso Jereissati, ele mesmo, até um problema, por exemplo, do BNDES que teve uma preocupação grande a situação do FAT. Por exemplo, eu estou dando um exemplo do FAT e tem outras soluções. Os recursos do PIS/PASEP vão para o FAT, o FAT paga o seguro desemprego, uma parcela é do BNDES, paga o 14º salário. Então acabou o FAT, o BNDES não vai ter recurso? Não. Vai se verificar qual é a participação dos recursos do PIS/PASEP e do FAT, na arrecadação global.

Então uma parcela daquela arrecadação vai ser destinada ao FAT, que por sua vez, joga ao BNDES, joga o seguro-desemprego, joga ao 14º salário. Por exemplo, o salário-educação vai acabar a Educação e não vai ter dinheiro? Não, não vai ter aquela folha, ele vai entrar nos recursos nacionais, vai ver quanto é destinado ao salário-educação e orçamentariamente aquilo vai para a área coberta pela Educação.

Transporte. Se acaba com o CIDE-Transporte, não terá recurso no transporte? Não, quanto o CIDE descoloca atualmente para o transporte? Então aquela parcela do CIDE será locada via orçamentária. Então essas alocações ninguém terá um imposto específico, mas pode ter se desejar uma receita específica para aquela atividade. Isso ocorre com o problema também

de situações do CID, do FUST e do FUNTELL, com a preocupação de que o montante é aquele que eles gastam e, não dos que eles recebem através de impostos indiretos.

A repartição de receitas... A inclusão das contribuições na base aumenta consideravelmente a base. E como houve a preocupação de manter uma neutralidade federativa, no momento em que se inclui na base aumenta a base dos fundos de participação de Estados e Municípios, tem que se reduzir as alíquotas para ficar a mesma, em princípio, a mesma parcela distribuída.

Em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional, eu tomei a opção de propor um assunto... Em vez de ser criado um novo fundo, hoje nós já temos o fundo que vai... O FNO, o FNDE, o que vai para o Nordeste... Aumentar o percentual desses fundos existentes e já há máquina existente, se quiser dar mais flexibilidade na aplicação. Em vez de criar esse fundo e ter dois fundos vamos aumentar a participação dos recursos destinados a esses fundos e ampliar se for caso, até o seu grau de participação. Um Fundo de Compensação dos Estados feito com recursos da União Federal, durante esse princípio de neutralidade.

E o problema da vigência, eu acho o seguinte, primeiro, como eu disse aos senhores eu não comecei, não apresentei nenhum texto formal de redação. Eu tenho muito receio de como eu disse, de no momento em que se apresenta um texto escrito toma uma discussão formal do assunto. Eu estou apresentando um novo desenho que tem por objetivo reduzir custos, dar mais flexibilidade, mais agilidade e mais produtividade. Esse desenho, se for em frente, se for aprovado, nós passaríamos para a inclusão de tudo o que tem dentro de um Código Tributário.

A partir que isso é desenhado num Código Tributário, se estabelecerá que a vigência podia ser dois, três, o prazo de vigência seria um problema a examinar. Eu acho que os problemas dos Estados com a sistemática proposta pode entrar numa vigência mais rápida, porque eles estão mais ou menos dentro do sistema de origem pequeno e de um consumo segundo... E da maior parte, segundo o índice de consumo não há perda.

De modo que essa, Sr. Presidente, são as linhas gerais do relatório que eu apresento a V.Ex^a., e apresento aos Senadores e o desejo é que ele seja profundamente examinado. Eu quero mais uma vez dizer que ele não é um contraponto à proposta do Governo, apenas eu tive um pouco mais de audácia. Eu acho que no momento da nota fiscal eletrônica, nós temos que tentar colocar os tributos que praticamente tem o mesmo fato gerador e a mesma base de cálculo num

tributo único. Pelo menos tentar pegar o ICMS e todos os impostos sobre o [ininteligível], que sabemos o consumo num único imposto, isso seria bom para a empresa.

Houve um ponto que eu até deixei de mencionar no IVA, a legislação é federal da União Federal, a arrecadação seria nacional dentro da sistemática que eu propus. A fiscalização ficaria com os Estados, caberia aos Estados fazer a fiscalização que também caberia a eles, a destinação das multas por eles aplicadas, para exercer e fazer com que essa fiscalização seja feita.

De modo que essas são as ponderações, Sr. Presidente e eu agradeço, mais uma vez a confiança que V.Ex^a., em mim depositou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Dornelles, por esse trabalho. E antes de abrimos a palavra aos Srs. Senadores, eu gostaria de passar a palavra ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, de novo, a que esta Subcomissão está subordinada e agradecendo a ele também pela confiança, pela iniciativa de ter criado essa Subcomissão, para que nós pudéssemos fazer esse trabalho. Então, eu gostaria de passar a palavra...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente pela ordem, eu acho que V.Ex^a., antes de passar a palavra ao nosso Presidente, eu queria formalmente entregar a V.Ex^a., o relatório por mim apresentado e dizer que eu espero que tenha respondido a confiança que V.Ex^a., em mim depositou.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado. Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria inicialmente parabenizar a Subcomissão, foi um ano de trabalho e em especial a dedicação do Senador Tasso Jereissati a essa agenda, foi mantida ao longo desses cinco anos.

No início da Legislatura, recém-eleitos, nós tivemos um engajamento muito grande na discussão da reforma tributária, junto com o então Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Romero Jucá, tivemos uma dedicação muito grande a este tema. E foi muito importante, eu diria a contribuição que o Senado deu porque já naquela ocasião, alguns conceitos que estão recuperados hoje foram fundamentais para a gente desenhar um caminho para a Reforma Tributária no Brasil.

Quer dizer, a idéia de que a reforma tributária é um processo, ela é um processo em construção, nós não vamos implantar em um único momento. A própria concepção de constituição do IVA, como uma meta fundamental de modernização, simplificação, organi-

zação do sistema tributário e, hoje, nós estamos retomando essa discussão, eu diria, de forma bastante apropriada. E a história profissional, a experiência de vida e a competência do Senador Francisco Dornelles, enriquece muito seguramente toda essa construção que está sendo apresentada.

Eu queria destacar primeiro que no relatório está dito: “É preciso apresentar uma avaliação construtiva que aponte alternativas”. Segundo. “Aqui serão apresentadas reflexões no sentido proativo, sem a menor pretensão de constituir um projeto pronto e acabado”. Então é uma forma do Senado demonstrar o seu interesse na agenda da reforma tributária, mostrar que nós estamos um ano discutindo nessa Subcomissão esse tema. Queremos levar agora para o âmbito da Comissão e do Plenário do Senado esse debate, para que assim que a Câmara vote a sua proposta de reforma tributária, o Senado já estará bastante amadurecido nas suas concepções.

Acho de que fato a proposta traz algumas ousadias importantes que nós precisamos agora aprofundar o debate, quer dizer a concepção do cadastro único do contribuinte eu acho que é uma modernização muito importante. Nós estamos falando de uma reforma tributária, que não é para esse Governo e nem para o próximo é para os vários Governos que virão ao longo da história do Brasil.

Então, a idéia da nota fiscal eletrônica que é uma possibilidade muito próxima, eu espero que a banda larga já seja extensiva a todos os municípios a partir agora de abril, o Governo trabalha nessa direção – e é um projeto que nós aprovamos aqui no Senado, propondo banda larga e informatização a todas as escolas públicas. 3600 municípios ainda não têm banda larga, com isso nós começamos a avançar... Esse ano foi vendido 10 milhões e 400 mil computadores no Brasil. Então a nota fiscal eletrônica ela é uma possibilidade histórica que vai modernizar, vai dar exatamente qual é a movimentação de bens e serviços no País e vai dar uma base muito mais sólida para a reforma.

Eu acho que tem uma outra contribuição muito importante nessa reforma, que é a transparência tributária. Quer dizer, você vai saber exatamente quanto paga de imposto e, toda a nota fiscal você vai ter exatamente aquilo que o contribuinte está pagando. Isso é uma dimensão fundamental da cidadania e de fato, ele retira mecanismos ocultos de tributação e dá transparência, portanto, o debate sobre o Estado, o tamanho do Estado, a paridade dos serviços vai ficar muito mais apropriado.

Outra grande contribuição é o fim da guerra fiscal, à medida que propõe que os Estados que quiserem ter políticas específicas de fomento às suas empre-

sas o façam no seu orçamento com as despesas e a repartição da receita ela será preservada num outro patamar. Eu acho que essa é uma outra contribuição que está sendo... Os benefícios que já foram concedidos, porque na realidade nós estamos eliminando esse mecanismo para frente.

Há alguns temas que eu tenho preocupação especial, depois gostaria de ouvir o Relator sobre algumas das minhas preocupações. Uma delas é que o princípio da neutralidade é muito importante para que a gente possa implantar pelo menos por um período, aqui está assegurado pelo menos por três anos, a compensação entre os Estados, mas ao colocar a contribuição como imposto, portanto, tirando uma forma específica de receita da União; ao definir corretamente as taxas como contrapartida numa prestação de serviços, mas tirar o excedente arrecadatário das taxas. E ao colocar que: A União é a responsável por compensar as perdas dos Estados no processo de construção do novo tributo, eu pergunto: Se nós não estamos comprometendo a capacidade arrecadatária da União.

E olhando um País, que tem o passivo fiscal que o Estado Brasil tem que carrega a taxa de juros que ainda carregamos, apesar de uma queda sustentável e importante, como preservar o equilíbrio fiscal da União, que tem uma responsabilidade muito grande para o crescimento econômico, para ampliação da base de crédito, que só foi possível com a estabilidade e com a redução da taxa de juros.

Um outro ponto que eu gostaria de perguntar também ao Relator, que eu acho que é um debate que nós precisaríamos fazer, começamos na CAE a semana passada é sobre o *royalty* do petróleo. O *royalty* do petróleo não era uma fonte de receita fundamental para o País, é hoje, e passará cada vez mais ser decisivo. E como partilhar de forma mais justa o *royalty* do petróleo?

Alguns países, por exemplo, a Noruega criou um fundo intergeracional... Na realidade parte do petróleo financia a Previdência Social. Então, você está transferindo uma renda presente de um recurso não renovável, para gerações futuras que não terão acesso a aquela fonte de receitas. Então alguma concepção como essa, eu acho que nós temos que avançar na discussão de reforma tributária, além do problema técnico de repartição física entre os Estados.

Por último. Eu na última reforma tributária tentei defender, não consegui convencer meus pares, tentarei de novo nessa discussão que nós vamos abrir. Eu acho muito importante que a gente possa pensar um partilhamento do patrimônio e da renda na transmissão da herança. O imposto sobre herança no Brasil, especial-

mente imposto sobre as grandes fortunas, da herança das grandes fortunas é absolutamente marginal.

Em muitos países, o próprio modelo americano e boa parte dos países da União Européia têm uma forma de conceber, que eu acho que facilita essa construção. Por que existe uma *Fundação Bill Gates* nos Estados, uma *Fundação Kellogg's*, uma *Fundação Guggenheim*, uma *Fundação Ford*? Será porque os grandes empresários americanos são mais sensíveis à Ciência, a Ecologia, a Educação e a Cultura, do que os grandes empresários brasileiros? Não. É porque eles têm a opção de doação para uma *Fundação* de parte do seu patrimônio, da sua renda que se não o fizerem serão tributados.

Então esta concepção de fomentar as fundações, fundações públicas que vão fazer política de sustentabilidade ambiental, de pesquisa na área da ciência, de projetos culturais, como é o *Guggenheim*, de projetos sociais, como é a *Fundação Ford*. Eu acho que é um mecanismo que nós precisamos discutir no Brasil, essa responsabilidade social, essa responsabilidade ambiental, essa responsabilidade cultural das empresas, dos grandes empresários, na transmissão das suas heranças.

Então esse também eu acho que... Porque aqui se propõe a retirar o imposto de grandes fortunas, mas eu acho que nós temos que discutir isso com mais profundidade, essa forma de democratizar uma parte da riqueza acumulada através do mecanismo que não precisa ser necessariamente o imposto. Quer dizer, eu particularmente tenho simpatia pela idéia de fomento às Fundações, acho que o modelo americano foi muito exitoso e boa parte dos países da União Européia, também, tem esse mecanismo, no Japão também há um mecanismo semelhante e, acho que nós poderíamos construir este caminho.

Mas acho que nós estamos abrindo o debate de forma muito qualificada. A idéia dos conceitos que estão aqui, a idéia do processo, eu acho que é o melhor caminho para nós avançamos e o Senado poder se preparar, contribuir, dar um salto de qualidade.

Eu quero parabenizar por tanto esforço, acho que a simplificação, a advocatização, a conceituação, serão enriquecidos com esse debate que nós estamos iniciando.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Mercadante. O Senador Arthur Virgílio vai ter que se retirar e me pediu para fazer o próximo questionamento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Gentilmente o Senador Neuto De Conto, aceitou permutar comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Isso em troca com o Senador Neuto De Conto, mas ao mesmo tempo, eu proporia o seguinte: As duas questões formuladas pelo Senador Mercadante e pelo Senador Virgílio, seriam respondidas logo pelo Senador Dornelles, em seguida nós colocaremos todos os questionamentos dos Senadores, para que sejam respondidos em bloco pelo Senador Dornelles. Senador, Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não, Presidente Tasso, Presidente Mercadante, Senador Dornelles, no meu caso não haverá nem questionamento, não haverá pergunta, haverá meramente uma declaração.

Eu considero duas coisas. Primeiro que o projeto nascido do Senado é bem mais avançado, bem mais completo do que o projeto tímido, feito às pressas pelo Governo Federal. Eu ontem mesmo, presenciava uma reunião da Bancada em que o Governo do meu Estado, infantilmente, falava de garantias para a Zona Franca de Manaus que não estão escritas. É mais aquela coisa do Presidente passar a mão na cabeça, enfim, há pessoas que precisam da proteção dos mais velhos. Eu quero no papel, as garantias para a economia do meu Estado.

E eu não agradeceria ao Senador Dornelles, porque eu preferia parabenizá-lo e ao Senador Tasso, pela lucidez em relação ao pólo de Manaus. Porque hoje é cafona alguém não perceber que um pólo daquela importância que mantêm de pé 98% da Floresta do Amazonas, em pé, e só acontece isso lá, com todas as influências positivas sobre o clima que é o clima da humanidade, seria demonstração até de... Enfim, eu considero hoje como uma pessoa, ainda vir com aquela velha conversa de discriminar o pólo de Manaus, eu digo: "Meu Deus, isso aí é linguagem de crônica social, isso aí é out", o in é dizer o que V.Ex^a., disse que tem que haver uma preocupação nacional com um projeto econômico que deu certo que é estratégico do ponto de vista militar, do ponto de vista do desenvolvimento de uma região pobre como outras regiões pobres já foram incentivados, a França do Me-dia, a Itália do meio-dia do *mezzogiorno*, os Estados Unidos do *Tennessee Valley*, a Amazônia, com a visão do Marechal Castelo Branco e a visão do Embaixador Roberto Campos.

Portanto, eu, mais do que agradecer, parabeni-zo V.Ex^a., Senador Tasso pela fórmula que me parece engenhosa, muito palatável e muito provavelmente aceitável por nós que vamos mergulhar no estudo aprofundado do relatório que V.Ex^a., apresenta hoje. Eu diria então que é um belo ponto de partida, já tentamos uma vez e devemos tentar de novo. O Senador

Aloizio Mercadante patrocinou esse debate qualificado, novamente. Nós aqui recomeçamos com a tentativa de fazer a reforma que pereceu na Câmara, a primeira, e já necessitando ela própria de reformas ela pereceu na Câmara, depois de um belo esforço do Senado.

Eu creio que nós poderíamos sim, buscar o consenso que permitisse a aprovação deste projeto que é completo, inclusive, eu fiquei muito feliz de perceber que nós estamos também preocupados com os pré-requisitos. Eu vi referências ao chegar a nota fiscal única ao Conselho Tributário Nacional, a um cadastro único de contribuintes, isso são medidas que nós consideramos preliminares para que se crie um clima favorável para a implantação de uma reforma, que não meramente aprovação ou não aprovação de uma PEC.

Seria pueril nós acreditarmos nisso, seria injusto intelectualmente alguém dizer que a reforma tributária se baseia meramente na aprovação de uma PEC, que não é. Tem o antes que são os pré-requisitos de que V.Ex^a., trata muito bem, tem o durante que é a aprovação da PEC e tem o depois, que é a regulamentação conveniente para que entre em vigor de maneira consagrada, de maneira consagrada ao êxito as coisas todas.

Portanto, eu gostaria Senador Tasso de parabenizar a V.Ex^a., pela aplicação de sempre pela competência de começar os seus trabalhos e levá-los afinal, essa é uma marca sua que é reconhecida pelo Ceará e é reconhecida pelo País e, mais do que nunca é uma marca já registrada aqui na Casa. O Senador Dornelles, que sem dúvida alguma, trata de um tema com a familiaridade de quem há muito tempo lida com ele, tendo sido inclusive Secretário da Receita Federal. E o Senador Mercadante, que teve a lucidez de proporcionar na Comissão que tão bem preside, este momento que haverá de ser marcante para o País de debate efetivamente qualificado de debate que – não sei por que ele ri – eu digo que o que debate é qualificado e é qualificado.

Enfim, eu só mesmo me regozijo com o fato do Senado estar produzindo e mostrando que da visão de tantos pode nascer algo melhor, do que a visão de meia dúzia de tecnocratas porque esse projeto a meu ver sepulta o outro, porque é impossível nós discutirmos o outro mais... Em relação ao meu Estado, garantia nenhuma, nada no papel, só conversa; em relação ao País, timidez, mãos amarradas, limitação, não chega a ser uma reforma tributária de verdade. Este aqui é uma reforma tributária de verdade.

Eu tenho a impressão de que nós devemos começar por ele e exigir do Governo, cobrar do Governo, uma demonstração de humildade. Já que quer fazer a reforma tributária e sabendo que conta com tão boa

vontade da oposição no Senado, por que não começarmos por este que está tão perto de um acordo? Fariamos o acordo e mandaríamos para a Câmara. E lá o Governo acionaria a sua máquina majoritária com a mesma volúpia com que ontem acionou a CPI para não se avançar nas apurações, eu queria aquele mesmo pessoal agora lutando para aprovar a reforma tributária.

Muito obrigado Sr. Presidente, obrigado, Presidente Dornelles e obrigado Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Virgílio. O Senador Dornelles fará agora suas considerações, em seguida nós faremos as dos outros Senadores em bloco.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senhor Presidente, o Senador Aloizio Mercadante abordou três pontos, primeiro o equilíbrio, a neutralidade federativa, ou seja, a União perde... Ela não perde arrecadação com a eliminação das contribuições, tudo que ela arrecada pelas contribuições vai ser receita, vai ser concluída no IVA. Em vez do contribuinte pagar uma série de contribuições, vai entrar no IVA e vai fazer parte do IVA, inclusive, por exemplo, ele não perde, existe... Vai perder a contribuição do PIS/PASEP? O BNDES vai ficar sem o FAT? Não vai, aquele percentual que for ingresso no FAT, vai ser alocado aquele setor específico.

Ele levantou também... Eu quero dizer que eu não tomei... Eu fiz uma proposta mais audaciosa eu não coloquei o INSS no IVA; não coloquei, porque eu acho que a porta do céu é pequena para passar tudo ao mesmo tempo. Nós já avançamos no IVA Federal e Estadual, vamos pensar nos municípios depois, posteriormente nós podemos pensar futuramente, se por acaso transferir – são sugestões -, transferir para os municípios a arrecadação do Supersimples e com isso nós incluiríamos o ISS, na base do IVA, mas esse seria um segundo passo.

Eu tratei das contribuições que hoje são aquelas que apresentam as maiores distorções. Em relação aos *royalties* já existe hoje uma decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, que ele não é uma contribuição, ele é uma participação, ele é uma compensação aos Estados cujos territórios sejam afetados pela exploração de recursos naturais, de modo que é um assunto importante, mas que eu acho que não deveria ser discutido dentro do problema da reforma tributária.

O terceiro aspecto é o seguinte, nos Estados Unidos e no Japão realmente existe aquela sistemática mostrada pelo Senador Mercadante de grandes doações para fundações, mas por quê? Porque nesses países é permitido que essa doação seja um cré-

dito do imposto de renda. Então quando você tem o imposto de renda de 100, você pode doar X para uma determinada fundação. Aqui não é crédito, aqui é uma dedução. E quando se deduz uma parcela da receita a sua... Você na realidade está doando apenas 35% da alíquota daquela receita você não tem uma destinação integral do imposto, você realmente continua pagando o imposto sobre a parte daquela doação feita.

Em relação ao imposto de herança e doação como mencionou o Senador Aloizio Mercadante hoje já existe esse imposto no Brasil, ele apenas é um imposto de natureza estadual que eu estou passando para o Município, eu acho que não da União entrar nessa área. Senador Arthur Virgílio eu queria dizer a V.Ex^a., o seguinte: Todo pai gosta muito do filho que tem, ainda que às vezes, o filho apresente algumas distorções e eu me considero assim um pouco pai, um pouco responsável pela Zona Franca de Manaus. Eu vi sua criação, sempre trabalhei muito para o seu fortalecimento, participei de todo o processo de aperfeiçoamento, como Secretário da Receita Federal, eu fui mais de 20 vezes cuidar dos problemas da Zona Franca.

Eu acho que ainda existe contestação que existisse eu acho que o problema, realmente era... O peso dela e a importância como é que você faria se realmente não desse a ela, os recursos que ela hoje tem para manter essa posição importante que ela tem na economia brasileira. Eu considero que projeto do Governo foi um grande passo, um passo importante. Eu apenas acho que nós devemos fazer a tentativa de um pouco mais de audácia em relação... Vamos tentar. Podemos chegar depois um debate e dizer: "Não foi possível ter um IVA Nacional", mas agora como todos os países têm por que nós não podemos ter?

Eu acho que pelo menos a tentativa de botar os impostos com a mesma base de cálculo e fato gerador parecidos num só IVA, deve ser feito. E hoje com a nota fiscal eletrônica, com os procedimentos de... Com a agilidade que nós temos hoje em controles, com o cadastro único, eu acho que nós poderíamos ter um IVA Nacional reduzindo bastante a carga tributária das empresas; como eu disse é composta pelo número de horas que uma empresa gasta para pagar seus impostos, com a tensão que vivem os seus proprietários com o problema tributário e o montante que ela recolhe. O IVA Nacional reduziria sensivelmente o custo da arrecadação no Brasil.

Como eu disse aos Srs., uma empresa padrão brasileira está gastando 2 mil e 600 horas por ano, quer dizer, eu acho que é extremamente absurdo. E o IVA Nacional é uma proposta que eu acho que um pouco mais de audácia, poderia ser examinado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado Senador Dornelles. A seguir nós faríamos em bloco. Estão inscritos o Senador Neuto De Conto, o Senador Cícero Lucena, Senador Delcídio Amaral, Senador Flexa Ribeiro e Senador Sibá, e nós faríamos todas as perguntas em bloco para que seja mais objetivo. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Saudamos o Presidente da Subcomissão da Reforma Tributária, Senador Tasso Jereissati, o Senador Relator, eminente Senador Francisco Dornelles, cumprimento os Senadores, Sr^{as}. e Srs. Senadores.

Após um ano onde aqui ouvimos autoridades na área econômica, na área tributária dos Estados, dos Municípios, da União, além das cabeças pensantes dos Srs. Senadores temos a alegria e a satisfação de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Tasso, o nosso Relator que num brilhante já oferece para o debate Senador Dornelles, a primeira proposta para tão esperada, tão almejada reforma tributária que o Brasil precisa.

Sem dúvida, alguma o novo sistema tributário que nos traz a redução de custos bem esplanada, a simplificação da proposta para a cobrança, a redução de tributos e do número de tributos, arrecadação nacional e com a distribuição automática pelos bancos, a cobrança integral na origem e os fundos de compensação. Nos parece que somando esses itens já anunciados pelos Senadores que nos antecederam, nos dá o perfil daquilo que nós almejamos na primeira reunião e aqui eu me manifestei que teríamos Sr. Presidente e Sr. Relator, a redução da pirâmide, o alargamento da base, a tributação no consumo e a desoneração na produção, são os princípios básicos que a Nação precisa.

Quando se fala em arrecadação eu gostaria de citar dois fatos que aconteceram no atual Governo. Quando se alterou a forma – e houve uma reforma tributária em alguns itens – alterou-se a forma e as porcentagens da arrecadação do PIS/COFINS. Houve no primeiro momento uma preocupação muito grande dos setores que pagam porque partiu de uma taxa em cascatas, para uma compensação entre entrada e saída de mercadoria. O que aconteceu na realidade? Aumentou quatro vezes a arrecadação para União, quando no princípio pensava-se que as empresas seriam beneficiadas.

Um segundo item nós vivemos o ano passado foi o Supersimples, ora todos os Estados se preocuparam que o Supersimples estava retirando a arrecadação. A União fez pensando que estava diminuindo a arrecadação, ela duplicou. Todos os Estados e a própria União tiveram um crescimento fantástico, porque

agregou, alargou a base de arrecadação. Esses dois fatores nós dá a segurança mais vez de que esta reforma ela diminuiu tributos, diminui impostos, diminui a quantidade de impostos, simplifica a arrecadação e sem dúvida nenhuma, vai aumentar o bolo para dividir para o País.

Sr. Relator, eu não tenho muita pergunta a fazer porque eu participei em todo o processo, conseqüentemente eu um pouco diferente do que o Senador Virgílio falou, Senador Arthur Virgílio, eu acho que essa proposta não é uma proposta para o Governo Lula é uma proposta para o País. E sendo uma proposta para o País é muito difícil implantá-la durante um Governo, o que nós temos é que fazer a reforma e senão por possível implantá-la agora, teremos que implantá-la... Os candidatos que são candidatos ao Governo daqui a dois anos estarão em campanha, estarão certamente, com uma nova proposta tributária para administrar o País. Eu não tenho dúvida nenhuma de que será o caminho para o futuro.

E também um outro ponto que eu acho fantástico é a distribuição da renda. Nós que trabalhamos muito para um novo pacto federativo, este pacto que tem que ter os brasileiros tem que ser iguais não importa onde eles vivam, não importa se for no Amazonas, no Rio Grande do Sul ou no meu querido Estado de Santa Catarina, o que importa é que cada... Não é possível que nós temos em algumas regiões do País, caro Presidente, em que a distribuição do ICM chega a ser 300 vezes maior per capita do que outras regiões: Per capita. E essa distorção faz com que os brasileiros não sejam iguais e essa proposta sim, vai nos trazer que sejamos todos iguais perante a lei, mas também perante os benefícios da lei.

Eu quero cumprimentar imensamente por esse belo trabalho, por essa proposta que se inicia e estarei diuturnamente presente para que possamos oferecer ao nosso País, às nossas gerações e ao nosso futuro uma lei perene, muito segura e muito forte para a nossa pátria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Neuto De Conto. Senador, V.Ex^a., sempre esteve muito presente e acompanhando muito de perto e dando uma enorme contribuição a esse trabalho que está sendo feito, obrigado pela sua contribuição.

O próximo inscrito era o Senador Cícero Lucena, ele não estando presente, o próximo inscrito o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro cumprimentar o Senador Tasso Jereissati, pelo comando desse trabalho tão importante para o Congresso Nacional e para o País. Relator, Senador Fran-

cisco Dornelles, sei do trabalho aprofundado dessa Subcomissão, nós compartilhávamos as segundas-feiras a partir das 17h00 dessas atividades, principalmente em função do funcionamento da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, que tive a oportunidade de presidir também ligada à CAE, tendo como Relator, o Senador Garibaldi Alves que hoje é o Presidente do Congresso.

Mas no meu tempo de vista meu caro Senador Dornelles, nós precisamos... O resultado desse trabalho ele traz uma agenda finalmente positiva para o Congresso Nacional. Nós que temos votado muito poucas matérias por uma série de razões que todos conhecemos, nós precisamos construir uma agenda positiva para o Congresso, especialmente, para o Senado. Eu acho que a reforma tributária é uma excelente oportunidade: Excelente oportunidade. É mais do que nunca necessária e exigida por todos os cidadãos brasileiros e, ainda mais num trabalho aprofundado, que contou com a colaboração de muitos técnicos, não só aqui do Senado, mas também dos Ministérios, mais especialmente do Ministério da Fazenda.

E eu não tive Senador Tasso, a oportunidade de participar desde o princípio dessa Subcomissão, porque a Subcomissão dos Marcos Regulatórios ela acontecia no mesmo dia, enquanto V.Ex^a., presidia essa Subcomissão da Reforma Tributária eu estava... O senhor com o Senador Dornelles, eu estava com o Senador Garibaldi na outra Subcomissão, nós funcionávamos todas às segundas-feiras. Hoje é a primeira reunião até porque me colocaram como suplente a partir de hoje nessa Subcomissão, então eu vou ter uma oportunidade de participar ativamente desse debate. Mas eu não posso deixar – até porque eu vou olhar esse material com mais atenção -, mas eu não posso deixar de fazer alguns registros que eu julgo absolutamente pertinentes.

Eu sou uma pessoa que não entendo como é que o Brasil é um País tão complexo e cria e gasta tantas horas, principalmente, na elaboração, no pagamento dos impostos das empresas. Eu estou vendo aqui uma empresa padrão e, isso tem muito a ver também, com a sonhada desburocratização do Brasil, tantas vezes tentada e ainda sem grandes sucessos; é uma barbaridade se a gente olhar essa tabela aqui com os números da Nigéria e, os números do Brasil que são o dobro da Nigéria. Isso é gente, isso é gasto, isso é o imposto escondido, como é dito aqui no relatório do Senador Dornelles. Portanto, nós temos que fazer um esforço muito grande na simplificação dos impostos.

Eu não vejo que esse trabalho apresentado pela Subcomissão na Reforma Tributária seja um trabalho diferente ou bata de frente, com a proposta encami-

nhada à Câmara dos Deputados e ora em análise na Comissão de Constituição e Justiça. Estava conversando com o Senador Sibá, vale a pena a ousadia, nós temos que legislar. Nessa discussão toda sobre Medidas Provisórias o que fica muito... Está implícita a discussão do papel nosso como legisladores.

Então eu acho, Senador Dornelles de extrema relevância essa ousadia na proposição de um IVA Nacional, eu acho que nós temos que... As grandes transformações em um País elas acontecem quando há ousadia. E como V.Ex^a. disse muito bem, muitos e muitos países já o praticam, por que nós não vamos poder fazer? Por que nós não o praticamos aqui? Eu, olhando aqui o relatório que foi apresentado, eu queria citar algumas coisas que são no meu ponto de vista de extrema relevância.

Primeiro, destacar o comentário do Senador Neuto De Conto, ilustre Senador de Santa Catarina, sobre o Supersimples. Quem acompanha essas pequenas empresas sabe o que é isso trouxe, não só de facilidade – comparada com as exigências anteriores – como também nessa atração para o mercado formal de pessoas que em função de toda a complexidade e a carga tributária, estavam fora da economia formal do nosso País. Mas eu não posso deixar de destacar dois pontos, no meu ponto de vista fundamentais na proposta apresentada. Cadastro único. É inacreditável na era da digitalização quando nós temos nas lojas PEFs, mecanismos que facilitam violentamente o controle de vendas, o controle de shoppings, o controle por parte do Executivo Estadual, das receitas estaduais, como é que nós não podemos usar esse advento para ter um cadastro único, juntando Estado, Federação e a facilidade que isso vai trazer.

E outro ponto, transparência tributária. Quando se simplificam impostos, naturalmente nós temos transparência e um conhecimento pleno dos consumidores daquilo que efetivamente vai para cada ente da Federação. Eu acho isso primordial e acho que nós temos que pautar essa discussão na simplicidade e na transparência. E aproveitar a tecnologia para simplificar a vida não só de quem fiscaliza, mas acima de tudo de quem paga.

Eu estava um pouco preocupado me reservo a fazer comentários desse imposto sobre grandes fortunas é um tema nós vamos ter que trazer aqui para o Senado, porque no meu ponto de vista isso pode trazer... Eu sei que é uma bandeira inclusive do meu Partido, isso foi defendido em muitas situações, mas é um tema delicado. Nós temos que avaliar muito bem as consequências de uma medida ou da aprovação de um projeto como esse e, as ponderações apre-

sentadas aqui são bastante pertinentes pelo Senador Dornelles.

Eu estava um pouco preocupado com relação – e meu Estado é um Estado exportador – eu estava um pouco preocupado no que se refere primeiro, ao Fundo de Compensação que o projeto cobre. O Fundo de Desenvolvimento Regional, a Região Centro-Oeste como a Região Nordeste, como a Região Norte eles efetivamente precisam desse instrumento e a proposta nos atende perfeitamente. E acho que um outro ponto importante, na repartição daquilo que vai para o Estado, aquilo que vai para a Federação a forma como isso está sendo tratado a utilização dos índices de consumo do IBGE, isso é uma tremendo avanços em função das preocupações que tem surgido constantemente, principalmente, no que se refere a cobrança da origem ou a cobrança na ponta.

Eu entendo Senador Dornelles e Senador Tasso, que essa proposta ela é de extrema relevância, nós vamos gastar horas aqui discutindo na Comissão de Assuntos Econômicos e no Senado Federal esse trabalho que está sendo aqui apresentado. Acho que ele é um avanço com relação ao projeto que foi apresentado pelo Governo e que hoje tramita na Câmara dos Deputados e, portanto, eu quero mais do que nunca parabenizar, porque aqui existem algumas ponderações no que se refere às iniciativas anteriores, onde se tentou colocar num mesmo texto todas as nuances, todas as preocupações, todas as diferenciações, todas as perdas, ganhos num texto único.

E eu vejo aqui V.Ex^a., fazer uma apresentação de um tema tão complexo em poucos minutos, inclusive um material que está aqui distribuído extremamente sintético também. Nós estamos começando bem eu acredito nessa objetividade. E acredito também em sugestões de remeter ao Governo Federal, a legislação ou a definição de uma série de questões que são complementares ao que nós vamos votar.

Então o que eu quero dizer que em princípio eu vejo essa proposta como um tremendo avanço, acho que tem que ser Senador Tasso e nós precisamos montar uma agenda mínima para aproveitar esse ano para discutir temas que são importantes e relevantes para o Congresso Nacional e para o País. E eu tenho a impressão que a reforma tributária e o trabalho apresentado pela Subcomissão da Reforma Tributária é de extrema relevância e tem que ser um dos itens prioritários, quando nós viermos a elencar aqueles poucos projetos que merecem a nossa atenção principalmente no ano atípico como é o ano de 2008.

Portanto, eu quero mais do que nunca meu caro Senador Tasso, parabenizá-lo pelo trabalho, paciente, sereno, equilibrado, técnico. Ao Senador Dornelles,

uma pessoa que tem o respeito de todos nós, pela experiência e pelos grandes serviços prestados ao País. E, ao Senador Aloizio Mercadante, que teve a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos de criar no âmbito da CAE essa Subcomissão, que não tenho dúvida nenhuma, vai prestar um grande serviço ao Congresso Nacional e vai pautar um dos principais itens a serem discutidos pelo Congresso Nacional nesse ano de 2008. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Delcídio, seja muito bem-vindo a essa Subcomissão, sua presença vai engrandecer muito os nossos trabalhos pelos conhecimentos que V.Ex^a., traz da área, do setor, pela dedicação que V.Ex^a., tem àquelas missões que lhe são confiadas. E a expectativa nossa é muito positiva com a sua presença aqui nessa Subcomissão, nossas boas-vindas.

Senador Flexa não está presente, com a palavra o Senador Sibá.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, nosso Relator, Senador Francisco Dornelles e demais Srs. Senadores, eu não sou membro da Subcomissão, Presidente, mas sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos e a partir de agora, eu queria participar das reuniões como ouvinte, porque é um tema que me chama a atenção desde o momento que tive a experiência de ter sido Relator do vencido, do PPA 2004/2007, exatamente.

E me chamou muito a atenção, poder debruçar sobre os macro números do País, as prioridades que se tem que ter em pensar um Brasil para todas as pessoas e deixar de lado um pouco daquelas convicções mais pessoais. E quando tomei conhecimento de que hoje teria a apresentação do relatório, conversando com o Senador Francisco Dornelles, eu digo: “Eu vou dar um jeito de ouvir mais de perto”. E o pouco que já vi na manhã de hoje já me chamou muito a atenção.

Primeiro que eu vejo um ponto fulcral entre nossa conversa, pensar o Brasil num crescimento à luz do esperado por todos nós um número que se ouve falar no dia-a-dia, seria de uma média de 5% ao ano para um período prolongado. Para isso acontecer, eu retomo aqui uma frase, uma expressão do Senador Cristovam Buarque, do País avançar em três dimensões: A do desenvolvimento sustentável, a do equilíbrio fiscal e a do avanço sobre a democracia. Eu acho que nós estamos devendo duas coisas. Estamos devendo este aprimoramento da questão da democracia, que seria a reforma política e, agora, eu vejo uma segunda tentativa.

E me vem assim, a minha intuição de que nós recomecemos bem, porque daquela vez anterior – o

nosso Senador Delcídio, acompanhou bem. Aquela reforma do jeito que ela foi apresentada e da forma como nós nos debruçamos, não podia ir muito longe, porque nós fizemos ela departamentalizada demais. Então, você fica salvando um setor outro aqui e outro acolá e vira guerra de um interesse que não fecha a equação. Então, o que eu pude destacar aqui na apresentação do Senador Dornelles?

Primeiro, se trabalhar a redução da carga. Segundo: que está carga, a tributação seja simplificada ao máximo possível. Terceiro: que tenhamos Justiça na hora da cobrança. Quarto: que tenhamos Justiça na hora da distribuição e quinto: que tenhamos Justiça na hora do fomento ao desenvolvimento, resguardadas as dificuldades regionais do País. Então, neste somatório poderemos sonhar com o desenvolvimento sustentável.

Então se essa reforma sair com esse pressuposto, embora, já com alguns percalços que o próprio Relator já aponta, nós não vamos engessar os três entes federativos porque seria uma missão que poderia colocar em risco a idéia central, deixando os Municípios um pouco mais para um momento posterior que nós tenhamos que ainda aprender com nós mesmos se isto vai dar passos futuros.

E, vencido isso se nós tenhamos o 2008 e 2009, votando a matéria por completo eu acho que a pressa do tempo até ficaria secundarizada, porque temos um ano de trabalho desta Subcomissão, poderemos passar ainda 2008, por conta do processo eleitoral, inevitavelmente, nós vamos estar com as agendas com outras necessidades. E ter uma reforma votada no final do ano meio que “a toque de caixa”, eu temo que nós não tenhamos o aperfeiçoamento que o assunto requer. Mas se a gente oferecer ao País, seja este ano ou no ano que vem, ou ao menos se for possível, a reforma tributária, avançamos sobre o equilíbrio fiscal definitivo do Brasil e ficamos devendo então ao País a reforma política.

Sobre *royalties*. Foi mencionado aqui pelo Senador Mercadante e os demais sobre o petróleo. Eu acrescento o minério e a acrescento a energia elétrica, falando como um leigo aqui, o que eu olho para a questão dos *royalties*? Eu olho, como eu vejo a hoje a conta CCC. A conta CCC, ela foi criada para a Amazônia para quê? Para que a Amazônia tenha a energia elétrica mesmo nos pontos mais isolados pagos pelo País inteiro, então foi para isso que ela foi criada, arrecada hoje quase 05 bilhões de reais. A medida que o sistema integrar ao total vai se retirando, essa conta tende a extinguir.

Portanto, se a gente imaginar que o petróleo, a própria energia elétrica de qualquer fonte e o minério

de qualquer natureza possa ser trabalhado com identidades parecidas, nós podemos ter aí a partir do *royalty* uma nova solidariedade nacional, para digamos assim, vir a cobrir essas deficiências de algumas perdas que o próprio Relator já levantou aqui, como foi o caso da Zona Franca que V.Ex^a., selecionou até quatro produtos. Eu estou chutando a partir... Petróleo, minério e energia elétrica de qualquer fonte.

Então, a pergunta que eu faria... A primeira: Qual é de fato na expectativa do Relator a redução que nós tenhamos da carga tributária? E aí uma pergunta que os entes federados sempre vão fazer: Quem vai perder? Se nós vamos reduzir dos 37.5, que é o número que me chegou, vamos dizer que vamos sonhar, tirar 7.5, vamos cair para 30. E estes 7.5 estarão distribuídos como perda que é uma palavra que eu não queria utilizar, mas vou utilizar, porque alguém vai falar dessa maneira. São os Estados é a União, os Municípios, como é que fica?

A segunda. Tem sempre uma expectativa, não é? Numa expectativa de que ao simplificar e ao reduzir a carga certamente novos colaboradores haverão de surgir, então a tal da perda dos 7.5, que é um número hipotético que eu estou falando, poderá se compensado com este aproveitamento de mais contribuintes que o País possa ter? Se for, qual é o delta esperado por V.Ex^a. nesta reposição?

E a terceira é o poder de fiscalização, porque eu ouvi muito rapidamente V.Ex^a., lembrando que os Estados poderiam ser os fiscalizadores, eu não entendi e gostaria que V.Ex^a., poderia talvez mencionar melhor. A fiscalização ficaria a cargo de quem e mais ou menos com qual tipo de poder que teria para isto?

Presidente era isto. Eu só vou perguntar mais uma coisa. Se este texto que o Relator passou a V.Ex^a., se é exatamente igual o que nós temos na mesa, se não se nós pudéssemos ter acesso a este texto também.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Relator me esclarece que esse texto que me foi passado à mão, tece algumas considerações históricas, teóricas, sobre os fundamentos da proposta e que eu mais tarde distribuirei a todos os membros da Subcomissão e, evidentemente da Comissão de Assuntos Econômicos que estiveram interessados em participar aqui, que nós ficamos muito felizes com a sua participação aqui mais ativa nessa sua Subcomissão, V.Ex^a., que é um Senador que tem crescido com seu trabalho a cada dia que passa aqui nessa Casa.

O próximo orador é o Senador João Tenório, em seguida o Senador Eduardo Suplicy pela ordem de inscrição. E o último orador, o Deputado Luiz Paulo

Velloso Lucas, que nos honra aqui com a sua presença. Senador Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senhor Presidente, senhor Relator, gostaria primeiro de registrar a convicção de que essa iniciativa do Congresso Brasileiro de modo geral e particularmente do Senado Brasileiro, por intermédio da Subcomissão que acompanha e opina sobre a reforma tributária, ela é absolutamente adequada e oportuna.

Adequada porque ela abre a discussão num espaço maior que envolve muito mais a sociedade, do que simplesmente os gabinetes ministeriais que construírem a proposta do Governo. Nós estamos aqui numa Casa onde está representado os segmentos mais amplos da sociedade brasileira, quer seja ela do lado do Governo, quer seja ela do lado dos contribuintes, dos produtores, enfim de todos os segmentos que compõe a sociedade brasileira como um todo. Então, evidentemente, que algo construído aqui ela tem uma abrangência muito maior do que aquela que é construída pura e simplesmente no gabinete Ministerial em Brasília.

Portanto, Presidente, Senador Tasso Jereissati, Senador Francisco Dornelles, parabéns pela iniciativa, pela competência com que foi conduzido essa tema. Dois pontos eu gostaria de ressaltar é meio recorrente inclusive essa minha preocupação, mas eu gostaria de deixar claro aqui. Eu acho que a questão tributária brasileira ela tem dois aspectos, dois aspectos que merecem ser avaliados e precisam ser corrigidos. O primeiro é a complexidade, que eu acho que ela está absolutamente contemplada por essa proposta que está sendo feita por essa Subcomissão. Acho que facilita muito é um trabalho absolutamente abrangente no que diz respeito a simplificação, que é um dos vieses que deve ser considerado numa reforma tributária.

A segunda, talvez não em segundo lugar, mas a segunda, é a questão do tamanho da carga tributária. Eu não percebo claramente ainda a opinião Senador Sibá Machado e do Senador Neuto De Conto, de que está implícito aí, está embutido nessa proposta de reforma não apenas nessa como a Governo propriamente dita também, uma iniciativa, uma preocupação, um interesse de que haja uma redução importante da nossa carga tributária. E se não houver é uma pena, porque é um momento importantíssimo para que isso fosse discutido e, para que isso fosse tentado ser implementado.

Claro, que não é uma solução fácil. Por que não é fácil? Porque é difícil você diminuir a alimentação do animal, sem diminuir o tamanho do animal. O Estado Brasileiro é um elefante não é uma vaca, infelizmente, então para sobreviver ele tem que se alimentar como um elefante e não como uma vaca. Infelizmente o ele-

fante come muito mais do que uma vaca e pior, produz muito menos do que uma vaca, porque nem leite e nem a carne disponível para a sociedade é produzida.

Então, efetivamente, a redução de carga tributária de uma maneira importante, ele passa sem sombra de dúvida por uma reforma do Estado Brasileiro, fazer com que ele se transforme numa coisa menor, mais facilmente carregável e como diria – se eu não enganado, era o Ministro Roberto Campos – era preciso fazer com que o Estado Brasileiro, caiba, a nação brasileira, caiba na economia brasileira. Então essa é a primeira preocupação que eu ainda não consegui identificar, exatamente, aonde é que nós estamos construindo algo que de fato leve a uma redução importante do ganho da carga brasileira, que é evidentemente insuportável.

O segundo ponto é a questão do Fundo de Desenvolvimento Regional. Convém lembrar o seguinte: todos os países que tentaram, digamos assim, diminuir ou atenuar essas diferenças regionais tanto países como regiões, como é o caso da União Européia, como é caso da Alemanha, das duas Alemanhas, como é o caso da Itália em referência o Nordeste da Itália que era uma região subdesenvolvida; a quantidade de recursos que foi disponibilizada para isso é muito recurso, muito recurso. E de uma maneira assim evidentemente pontual, a preocupação que eu tenho no que diz respeito a esse tema são dois.

Primeiro que nós não possamos de fato mobilizar a quantidade de recursos que venha fazer com que essas diferenças sejam atenuadas, levando-se em consideração que o preço para isso é o desaparecimento definitivo da chamada guerra fiscal. Quero lembrar que eu sou de uma região muito pobre e de um Estado extremamente pobre e de uma região pobre e sei como é diferente, Coité do Nória, na minha terra de Ribeirão Preto em São Paulo. As coisas são muito diferentes, uma empresa para se instalar no nosso Nordeste e particularmente no meu Estado de Alagoas, ela só o faz se houver realmente condicionantes outras que não a existência de um mercado que está muito longe da gente, a condição de infra-estrutura que nós não temos semelhante a outras regiões mais desenvolvidas.

Então, na verdade, o desaparecimento da chamada guerra fiscal, ela vai fazer que nós percamos, sobretudo esses Estados mais pobres, qualquer oportunidade de recuperação econômica de abertura de novas oportunidades. Então, o Fundo de Desenvolvimento Regional tem que ser de tal tamanho e de tal aplicabilidade, que de fato faça com que essa perda de oportunidade seja compensada de uma maneira concreta e absoluta.

O terceiro ponto, eu apenas me referindo aqui a uma referência que o Senador Neuto De Conto fez no que diz respeito ao PIS/COFINS, importantíssima e me traz a terceira preocupação. Há um ditado popular que diz que: “O diabo mora no detalhe”. O PIS/COFINS, isso que aconteceu com o PIS/COFINS foi uma coisa muito clara. O Governo prometeu, digamos assim, tirar o efeito cascata e aumentou significativamente o valor na ponta que incidia sobre os produtos, oferecendo como alternativa, as compensações dos impostos pagos na cadeia produtiva. Só que – me perdoe a ausência -, mas malandramente a Receita Federal utiliza de mecanismos de glosar tudo.

Então, o imposto que saiu de 2,5, 2,7 para 7 e pouco, sendo oferecido contra isso uma compensação, essa compensação não existe na prática... Pelo menos não existe no tamanho que deveria existir, porque foi feito um mecanismo artificioso que fez com que de fato houvesse esse crescimento magistral da arrecadação do PIS/COFINS. Muito menos pelo modelo que foi montado e muito mais por essa artificialidade que é utilizada pelo Governo, no que diz respeito à não permissão concreta da utilização dos créditos, por digamos assim, glosar a grande maioria que é as empresas... Sobretudo as empresas tentam utilizar.

Então, Sr. Relator e Sr. Presidente, mais uma vez a minha referência importante. Eu acho que é uma iniciativa do Congresso fundamental até porque coloca de novo o Senado na frente das discussões, coloca o Congresso Brasileiro e particularmente o Senado, num ponto de qualificação junto à opinião pública. E gostaria apenas de deixar não é nenhuma pergunta, mas registrar essa minha percepção desses três pontos e das minhas preocupações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Eu gostaria, se o Senador Suplicy concordar, de que, como já acumularam várias perguntas que respondesse essas perguntas e ficaria V.Ex^a., e o Deputado Luiz Paulo, para a última rodada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não há problema, desde que eu tenha o direito de dialogar com o Relator, Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aguardarei

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria inicialmente fazer os comentários, sobre as questões levantadas aqui pelo Senador Neuto De Conto. O senhor sabe que eu tenho duas experiências na Receita Federal que mostram bem esse problema de carga tributária, nós tínhamos naquela época o imposto único sobre os minerais e o imposto

único sobre o ouro. E chegando na receita, olhei e achei que a alíquota era muito baixa, aumentei a alíquota do ouro a arrecadação sumiu. Sumiu. Porque no momento em que se aumentou, foi para o contrabando foi para... Sumiu a arrecadação. Posteriormente, houve uma... O Sindicato dos Taxistas fez um apelo, para que se estabelecesse a isenção de IPI para táxi.

E eu na Secretaria da Receita o meu primeiro momento foi dar um parecer – eu e o Galvez(F) demos o parecer contrário – e a Presidência da República mandou fazer. E nós fizemos a isenção do IPI do táxi e acompanhamentos o setor automobilístico, a arrecadação subiu. Então no momento que nós tiramos IPI de táxi a arrecadação subiu, porque sem a isenção do IPI os taxistas não compravam carro. No momento que eles compravam carro não pagavam o IPI, mas outros tributos e contribuições do setor aumentaram. De modo que muitas vezes você pode ter aumento de carga tributária pela redução da alíquota e da base de cálculo e, pode ter diminuição da carga pelo aumento da alíquota. É um problema complexo.

Nessa proposta o Senador Neuto De Conto fez muito bem uma análise do Supersimples, que ele participou ativamente e acompanhou. O que está se arrecadando com o Supersimples é uma coisa fantástica. Por quê? Simplificou. O informal entrou no Supersimples. O informal, a simplificação aumentou a arrecadação. De modo Senador João Tenório, nós temos uma carga oculta tributária muito grande, que é o custo da arrecadação das empresas que são as dificuldades burocráticas.

Então, no momento que se reduz o custo da arrecadação pela eliminação desse trabalho e no momento que se simplifica o sistema, nós corremos o risco de ter um aumento de arrecadação e que vai permitir uma redução de alíquota e base de cálculo, porque teriam mais pessoas pagando pela transparência. De modo que aqui nessa proposta, primeiro: A simplificação reduz a carga tributária, se eu você considerar que carga é o custo do pagamento mais a arrecadação.

Segundo lugar se limita a criação de contribuições para as quais estão permitindo o aumento da carga tributária, que são nomes de contribuições não sujeitas a rigidez estabelecida para a criação de imposto. E por sua vez, preserva aqueles institutos que foram adotados nos últimos anos e que implicaram em redução de carga tributária, que foi o Supersimples e o lucro presumido. Se estabelece a possibilidade de haver o lucro presumido para agricultura, se estabelece a isenção da cesta básica. De modo que a rigidez da taxa vai impedir que sejam criados impostos com nome de taxa; de modo que exatamente, vamos dizer, com exatidão, o que vai implicar em carga tributária? Por

exemplo, se o Congresso estabelecer que as alíquotas do IVA vão ser 10, 8, 5, 4, 3, a arrecadação será menor do que se estabelecer 10, 15, 20.

Então, a alíquotagem é importante que nós não estamos discutindo alíquota, nós apenas estabelecemos o sistema de simplificação que diminuía carga; fechamos alguns vasos por onde está existindo aumento da carga tributária, estabelecendo alguns freios por onde ela está se passando. O Senador Neuto De Conto, ele acompanhou o Supersimples e verificou que nós estamos aumentando a arrecadação do Supersimples. E essa arrecadação está aumento de tal maneira, que num outro passo nós podemos até depois mais tarde, passar o Supersimples para os Municípios e incluir o ISS no IVA.

O Senador Sibá levantou também o problema de... O que implicaria se houver uma redução de carga tributária? Quem é que perde a União, o Estado ou o Município? Se houver simplificação, se houver nota fiscal eletrônica, nós vamos pensar até em reduzir alíquotas porque a transparência, a abrangência, os controles podem aumentar a arrecadação com redução de alíquota de base de cálculo; de modo que nós temos que frear os vasos por onde está havendo aumento da arrecadação e na hora da alíquotagem dosar bem essas alíquotas.

Eu queria ainda dizer em relação ao Senador João Tenório dizer o seguinte eu acho importante o Fundo de Desenvolvimento Regional, eu apenas na proposta eu não criei um novo fundo hoje já existe, nós temos o fundo do... O FNDE, o FNO, o FCO. Eu acho que nós podemos carrear mais recursos para esses Fundos de Desenvolvimento Regional para que eles tenham que flexibilizar a aplicação, eu não vejo necessidade de ser criado um outro fundo, se nós já temos esse outro.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não, a questão do volume que eu disse.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): E incluir o volume. Eu queria dizer também o seguinte, a proposta não acaba com a possibilidade de haver incentivos fiscais, ela acaba com a guerra fiscal. O que eu chamo de guerra fiscal? É um Estado dar um incentivo e ter reflexo na arrecadação de outro Estado, aí sim, a guerra fiscal vai acabar. Porque é uma legislação federal, é uma legislação única e essa guerra fiscal que é o Estado dar um incentivo a custa da arrecadação de outro acaba. Mas o Estado poderá dar... Dizer: “Eu quero estimular tal indústria no meu território”, ele dá com o dinheiro do orçamento, fica lá no orçamento “dedicado tanto para comprar o terreno para a indústria”, com a sua própria receita ele é so-

berano, o que elimina é esse fato dele dar um crédito que reflete no outro Estado.

Eu queria ainda dizer sobre... Em relação ao Senador Delcídio Amaral, só para explicar, eu acho que não existe possibilidade administrativa de cobrança do ICM ou do IVA no destino. Você teria... Seria inadmissível. Agora, o fato de você cobrar na origem não significa que a receita seja de origem, você cobra na origem e distribui aos Estados, por um índice nacional de consumo, sistema nacional. Eu acho que são esses pontos que eu queria levantar e os pontos levantados pelos três Ilustres Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu queria, antes de passar a palavra—

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Só um minutinho. Eu ainda, em relação ao Senador Delcídio que levantou imposto sobre grandes fortunas, eu não vejo razão para se criar mais um imposto sobre grandes fortunas. Se alguém quiser tributar... Tem o imposto de renda, grandes fortunas só pode sobre a renda ou sobre o patrimônio. Se for a renda já tem o imposto de renda, se for o patrimônio já tem o imposto territorial rural e urbano que é municipal. Ações, você já tem tributação de dividendo, de lucro, de juros. Então, eu não vejo razão você criar imposto que pode ser... Cujo objetivo podem ser alcançados através de impostos já existentes.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria apenas de acrescentar às explicações do Senador Dornelles, duas coisas que me parecem importantes. A primeira é a pergunta do Senador Sibá, de quem vai pagar quem perde? Quem perde num sistema mais simplificado e mais transparente é quem sonega.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): É verdade.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Quem não paga vai passar a pagar e, quem paga, vai passar a pagar menos. Quem perde é quem sonega. E segundo: sobre a preocupação de aumento de carga do Senador João Tenório é que a transparência é o grande instrumento de controle da carga. Com o IVA único, o contribuinte vai começar a ter acesso, claramente, ao tamanho do imposto que ele paga. Então o controle mais eficaz é o que vai ser exercido pelo próprio contribuinte. Esse a meu ver é um dos grandes apelos e talvez o maior deles.

Com a palavra o Senador—

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Só pela ordem, só para fazer uma observação. Quando se fala em grandes fortunas se fala no capital brasileiro. E as grandes fortunas internacionais com grandes

empresas multinacionais? Então eu acho que a grande fortuna é relativa, porque quem ganha pouco paga pouco, quem ganha muito paga muito.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria...

[falha no áudio]

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Seguinte, a transparência será um grande instrumento para redução da carga, porque geral você tem penduricalhos uma porção... 0, 65, 1,65,10, na hora que tiver IVA Nacional vai aparecer a carga tributária alta e vai exigir essa transparência e uma pressão para a redução de carga.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dando continuidade, por solicitação do Senador Eduardo Suplicy, primeiro, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Luiz Paulo Velloso Lucas, que nos honra de uma maneira importante com sua presença e seu talento.

DEPUTADO LUIZ PAULO VELLOSO LUCAS (PSDB-ES): Obrigado Senador e amigo, Tasso Jereissati, Senador Francisco Dornelles, meus parabéns pelo trabalho. Eu venho acompanhando já essa é a terceira reunião da Subcomissão que eu participo. E eu queria trazer a consideração do Presidente, Tasso Jereissati, do Relator, Senador Francisco Dornelles a seguinte questão: A proposta está no formato do desenho de um novo sistema, existe um projeto que acaba de ser apresentado, aliás, hoje no mesmo horário na Comissão de Constituição e Justiça, o relatório do Deputado Picciani, com relação a constitucionalidade do projeto do Governo.

Então, eu levanto a questão para ser examinada pelo Senado, aqui pela Subcomissão e pela Comissão de Assuntos Econômicos senão seria possível, enquanto há o debate de desenho se estabelece... Porque veja bem, como é que ficamos nós na Câmara para votar o projeto do Governo, que por exemplo, em relação ao desenho aqui proposto tem coisas muito diferentes. Não só esse aqui é mais avançado, mas no projeto do Governo tem um IVA Estadual, cobrando no destino. Por exemplo, eu se tiver que votar hoje, eu vou votar contra essa proposta e ela está no formato de um projeto de PEC.

Agora, eu acho que existe no desenho proposto pelo Senador Dornelles, uma coisa muito sábia que eu já vinha falando e meus colegas na Câmara e me manifestando em debate público, que é chamar a atenção para as pré-condições para implantação de qualquer novo desenho, qualquer novo avanço que são quatro pré-condições: A implantação do Conselho Tributário Nacional, da nota fiscal eletrônica, do cadastro único de contribuintes e da unificação do Código Tributário

Nacional. Essas quatro medidas são medidas sem contra indicação, ninguém é contra essas medidas, elas não fazem nenhum tipo... Ela organiza e gera as pré-condições gerenciais e administrativas, para que um novo desenho possa ser aprovado e consensado(F) no País.

Então, enquanto... Eu não sei qual seria o procedimento, vamos dizer assim, de tramitação legislativa, Senador Tasso Jereissati, mas eu imagino que se fosse possível com as lideranças do Governo, com a liderança do Governo no Senado e na Câmara separar a parte que diz respeito a essas quatro pré-condições. E se for feito um acordo suprapartidário nas duas Casas de tramitação rápida e aprovação, para implantação imediata dessas pré-condições enquanto o debate do desenho avança.

O debate de desenho é muito melhor do que um debate formal, conforme disse muito bem o Relator, Senador Dornelles, que o debate seja feita em cima do desenho dos conceitos. Enquanto isso o Congresso não ficaria de braços cruzados ele votaria o texto das medidas, que seriam as medidas, vamos dizer assim, que são as pré-condições para o novo sistema tributário.

Eu não saberia qual seria o processo, vamos dizer Legislativo, para dar concretude(F) a isso, porque o projeto do Governo vai tramitar na Câmara. Fatalmente a polêmica será muito grande em relação ao projeto do Governo, porque ele desorganiza o sistema tributário, as expectativas do sistema tributário atual dos Estados e é fatal que essa polêmica paralise o que poderia ser aprovado, rapidamente, que seriam as pré-condições para o novo desenho.

Então a minha sugestão, eu não sei se a Comissão de Assuntos Econômicos não poderia aqui no Senado, eu não sei se através da Liderança do Governo, se juntar com uma discussão também com as Lideranças da Câmara dos Deputados, para através de um acordo esses quatro pontos serem votados imediatamente e plantados imediatamente. Não há por que esses itens serem remetidos... Esses itens não são... Não é um processo, implantar a nota fiscal eletrônica, o Conselho Tributário Nacional, que ia regulamentar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o cadastro, nada disso é uma coisa complexa, não envolve perdas e ganhos.

E mais. Vai dar mais informação para o debate do desenho com a nota fiscal eletrônica funcionando, com o cadastro único funcionamento e o debate de desenho ficará muito mais rico de informações. Eu acho que assim a reforma poderia fluir, eu acho. E termino parabenizando o trabalho do Senador Tasso Jereissati com o Senador Francisco Dornelles, e eu acho o que Brasil assiste nesse momento hoje, pela primeira vez

esse tema. Eu acho que a espinha dorsal de todas... A mãe de todas as reformas no Brasil, que é a reforma tributária, tem possibilidades efetivas de caminhar porque eu acho que está sendo muito bem orientada, pelo trabalho dessa Subcomissão.

Eu reforço aqui as minhas congratulações aos trabalhos da Subcomissão de Reforma Tributária do Senado. Muito obrigado, Senador Tasso, pela oportunidade de me manifestar aqui nessa reunião.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Muito obrigado, Deputado Luiz Paulo Velloso Lucas, nós vamos responder em bloco. Nós temos mais dois inscritos, Senador Eduardo Suplicy e o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não me incômodo que o Senador Flexa Ribeiro fale primeiro.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Senador, Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Agradeço a gentileza do Senador Suplicy, até porque ele ficará com um tempo até maior para poder fazer o seu pronunciamento e os questionamentos.

Eu vou ser bastante breve e parabenizar, parabenizar a determinação do Senador Tasso Jereissati como Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária. Parabenizar a competência, discernimento do Senador Francisco Dornelles, como Relator. Nós estamos hoje, Senador Francisco Dornelles, prestando um grande serviço ao Brasil, avançando com uma proposta de forma pró-ativa do Senado Federal, através da Subcomissão de Reforma Tributária, apresentando para discussão da sociedade e do Governo algo que nós achamos – e temos pela sua competência a certeza – de que é melhor para o País do que o Governo encaminhou para a Câmara Federal.

Eu tive oportunidade Presidente, Tasso Jereissati de já numa conversa com V. Exa., propor que se fizesse um contato através do Relator e do Presidente dessa Subcomissão, com o Relator da reforma tributária da Câmara, na tentativa de no máximo possível adequar as duas propostas, porque nós temos um prazo muito curto, se é que o Governo quer fazer reforma tributária. Nós temos um prazo Legislativo este ano muito curto em função das eleições. Então o que nós pudermos ganhar na discussão na Câmara, como propôs o Deputado Velloso, Luiz Paulo Velloso é importante.

Eu proporia também como sugestão que nós pudéssemos iniciar um debate aqui na Subcomissão já com os governadores, com o setor produtivo, para que nós pudéssemos apresentar e discutir. Pudéssemos fazer isto por região, já que nós não vamos trazer os governadores todos de uma vez, mas que se faça

encontros regionalizados com os governadores e que essa Subcomissão possa debater esse projeto que eu reputo da maior importância. E finalizo parabenizando, tanto o nosso Presidente, como o Senador Francisco Dornelles, como Relator, pelo avanço que nós aqui no Senado fazemos demonstrando que queremos sim, o Legislativo, implantar a reforma tributária.

No Senado Federal é a vontade do Presidente da Subcomissão, Tasso Jereissati, é a vontade do Senador Francisco Dornelles e diria de todos os Senadores aqui do Senado Federal.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Senador, Flexa. Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permi-

ta Presidente Tasso Jereissati, fazer uma breve pausa para que o Senador Francisco Dornelles possa—

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Retornar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Realizar o necessário. Eu gostaria de aproveitar este momen-

to para cumprimentar o Senador Tasso Jereissati pela condução dos trabalhos da Subcomissão de Reforma Tributária, a seriedade com que vem realizando esse trabalho, inclusive a toda equipe que tem participado os Assessores, o José Roberto, o Afonso, que apresentou aqui trabalho de grande relevância a todos. E queria também saudar... Pode repetir o nome?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

O Patrocínio, que é Assessor do Senado, Legislativo do Senado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O

Professor Alberto de Souza—

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E

o Patrocínio—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pro-

fessor Patrocínio—

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Da

Assessoria do Senado—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Da

Assessoria do Senado. E também quero saudar que Vossa Excelência tem hoje na sua equipe a pesquisadora Ana Lúcia Lobato que eu a conheço de há anos, porque ela tem sido uma das estudiosas dos programas de garantia de renda em nosso País. Em 1998, ela fez uma publicação do IPEA sobre as diversas propostas nessa época eu interagi com ela, mas ao longo destes anos que ela trabalhou no IPEA, então, ela vai poder compreender bastante a natureza da arguição que quero aproveitar e fazer hoje ao amigo.

E quero cumprimentar inclusive a indicação do Senador Francisco Dornelles, para Relator da reforma tributária porque afinal de contas dentre nós Senadores, aquele que por ter sido Secretário da Receita Federal,

Ministro da Fazenda, obviamente tem uma experiência e um acúmulo de conhecimento sobre o sistema tributário brasileiro, certamente melhor do que nosso inclusive daqueles como diversos Senadores que tem formação de Economia, o próprio Senador Aloizio Mercadante eu próprio e outros. Então, este diálogo aqui está sendo feito no melhor nível possível.

E o cumprimento pela sua contribuição. Gostaria de aqui enaltecer a disposição de estar, sobretudo, preocupado em dar maior racionalidade e transparência ao novo sistema tributário brasileiro. No que diz respeito ao objetivo de diminuir a carga tributária eu aqui faço uma observação porque quando nós pensamos... Ainda na semana passada eu conversei um Professor que estava presente aqui da Suécia, que escreveu um livro sobre o modelo nórdico e, sobretudo, de países como a Suécia, a Finlândia, a Noruega e outros. E ali conforme sabemos a carga tributária está em torno de 50% do produto interno bruto e a população tem um grau de satisfação sobre este nível de carga tributária que só pelo número poderíamos dizer “ah, é um absurdo”, mas por que a população aceita?

Porque ela foi decidindo democraticamente que para as diversas finalidades que a sociedade, digamos, nórdica dos países escandinavos quis realizar, avaliou-se que era importante se estabelecer alguns tipos de impostos de contribuições. E eles sabem ao longo da história muito bem como é que isto é aplicado, avaliam que é bem aplicado e então ainda que exista sempre o debate: “Ah, está muito alto”. Mas na verdade há um grau de aceitação que é razoável ou que é democraticamente aceito pela sociedade.

No livro do Professor *Paul Davidson* e *Greg Davidson*, “A Economia Para Uma Sociedade Civilizada” ele dá inúmeros exemplos do que deve ocorrer e, sobretudo, ele recomenda que exatamente tenha a população um grau de conhecimento muito grande sobre o que é feito dos seus recursos. Porque quão maior exatamente essa transparência que Vossa Excelência coloca como fundamental, maior o conhecimento de como é que são arrecadados os recursos, mas daí bem destinados maior é a aceitação e maior até a boa vontade do contribuinte: “Ah, eu vou contribuir porque este meu recurso está sendo bem aplicado lá na educação, no serviço de saúde ou nos programas de transferência que a sociedade resolveu aceitar”.

Eu gostaria de transmitir a Vossa Excelência Senador Francisco Dornelles e aos colegas que primeiro: Que estejamos bem conscientes de que há uma lei aprovada pelo Congresso, pelo Senado em 2002, a Câmara em 2003, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 08 de janeiro de 2004, que cria, institui a renda básica de cidadania, o direito de todo e

qualquer pessoa em nosso País, não importa inclusive a sua condição socioeconômica; inclui os estrangeiros residentes no Brasil há cinco anos ou mais que passaremos todos a ter uma renda básica igual para todos, modesta que seja, mas na medida do possível e mais e mais com o progresso do País suficiente para atender as necessidades vitais de cada um.

Há um Parágrafo Único que foi objeto do diálogo meu com o Relator da matéria, Senador Francelino Pereira que aos 81 anos me disse: “Olha, eu não vou ser mais Senador”. Eu falei: “Estude bem a proposta”. Ele estudou e falou: “Olha, é uma boa idéia, Eduardo, mas veja bem torne-a compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal”. E por isso que tal colocarmos aqui um Parágrafo Único, pelo qual será estabelecido que ela, a renda básica de cidadania, será instituída gradualmente a critério do Poder Executivo, portanto por etapas, iniciando-se pelos mais necessitados como na época tínhamos o Bolsa Família e depois... O Bolsa Escola e daí o Bolsa Família a partir de 2003.

Então eu disse: “Estou de acordo”. E graças a isso é que o Senado aprovou por unanimidade e a Câmara praticamente da mesma forma por consenso. E quando foi ao Presidente Lula, o Ministro da Fazenda, Antônio Pallochi disse: “Presidente, como é para se instituído por etapas é factível pode sancionar”, e ele o fez. E é dito lá, que será com o tempo a cada ano que se instituírem essas etapas previsto no orçamento os recursos necessários para se viabilizar isto. Então Vossa Excelência já percebeu que eu estou sempre atento para os passos nessa direção, um dos passos nessa direção está relacionado ao trabalho de Vossa Excelência.

Então eu quero dar uma segunda informação que avalio relevante inclusive hoje à tarde eu vou dar da maneira completa, pois, desde quando ainda tramitava o Programa de Garantia de Renda Mínima através de um imposto de renda negativo aprovado pelo Senado que tramitava na Câmara. E depois eu apresentei em 2000, o novo projeto para transformar em renda básica incondicional, persuadido que fiquei que era mais racional, mas equivalente ao imposto de renda negativo. Eu propus um Fundo Brasil de Cidadania por projeto de lei, já aprovado pelo Senado unanimemente e que foi para a Câmara, já passou pelas Comissões de Seguridade, de Constituição e Justiça, está na última fase, onde justamente na Comissão de Finanças e Tributação em caráter terminativo, o Deputado Ciro Gomes é o Relator. Em que constitui o Fundo Brasil de Cidadania?

Algo que leva em consideração as idéias de *Thomas Paine* e muito a experiência do Alasca, sobre a qual Vossa Excelência já me ouviu falar, mas eu vou

aqui recordar os dois fundamentos. Em 1795, *Thomas Paine* escreveu um ensaio de 20 páginas onde ele observava que a pobreza é algo que tem a ver com a civilização e a instituição da propriedade privada. Ali na América onde ele tinha estado antes independência, ele não enxergava grande destituição como nas vilas e cidades européias de 200 e poucos anos atrás. Mas ele considerava que uma pessoa que cultivasse a terra, realizasse uma benfeitoria na terra deveria usufruir do seu trabalho na sua propriedade e poderia, portanto, ter a renda. Mas era o seu plano que toda a pessoa que assim o fizesse destinasse uma parcela deste rendimento se para um fundo que a todos pertenceria e uma vez acumulado este fundo, nós pagaríamos a cada pessoa residente neste País – e esta era uma proposta para todos os países – tanto uma renda básica quanto um capital básico. V. Exa. sabe muito bem que um fluxo de renda básica sempre pode se tornar um capital básico e vice-versa no tempo, então, ele propõe os dois.

Algo interessante Senador Francisco Dornelles, quando é que esta proposta de *Thomas Paine* foi finalmente instituída em seu próprio País, a sua terra natal? V. Exa., sabe? Recentemente em 1999, os Professores de Direito da *Universidade Yale*, *Bruce Ackerman* e *Ann Alstott*, escreveram *The Stakeholder Society* ou “A Sociedade dos Participantes”, segundo a qual toda pessoa nos Estados Unidos da América, os 300 milhões aproximadamente passariam a receber aos 21 anos, 80 mil dólares como um capital básico e um direito inalienável para todos e baseado no... A primeira proposta que fundamentava isto era esse ensaio de *Thomas Paine*, o mesmo que segundo Jorge Washington, foi o que mais influenciou a mente dos americanos para lutarem por sua independência quando escreveu “Senso Comum”, “*Common Sense*”

Pois bem, dentre os alunos de *Bruce Ackerman* estava um amigo da Sociedade Fabiana e amigo de *Tony Blair*, que levou a idéia para *Tony Blair* e este quando a sua esposa *Cherie* estava grávida do seu quarto filho, hoje com sete anos, ele anunciou: “A partir de hoje toda a pessoa nascida no Reino Unido, passará ao nascer, a ter depositado na sua conta bancária um capital básico de 250 libras esterlinas mais 50, 50, 50, ao completar respectivamente, 6, 11 e 16 anos. E se estiver na faixa de renda – a família um pouco mais baixa na sociedade do Reino Unido – então essas quantias serão respectivamente 500, 100, 100 e 100. E como isto vai render juros ao chegar aos 18 anos essa criança vai ter algo como quatro mil a cinco mil libras esterlinas, livre para seu próprio uso podendo os pais depositarem mais lá no *Child Trust Fund*, se o desejarem.

Mas a todas as crianças, a todos os seres humanos, portanto, no Reino Unido é garantido hoje esse *Child Trust Fund*, um fundo patrimonial da criança que a ninguém é negado, conforme o *Thomas Paine* tinha dito em 1795, trata-se não propriamente de uma caridade, mas de um direito de todos partilharem da riqueza da nação que lhe foi retirado quando instituída a propriedade privada. Ora, será que podemos um dia podemos chegar a algo assim no Brasil? Felizmente o Congresso Nacional já aprovou e o Presidente Lula sancionou. Se aprovado o Fundo Brasil de Cidadania que diz o quê? E aqui há uma referência a questão dos *royalties*, pois, o Fundo Brasil de Cidadania diz o projeto: “Será constituído de 50% dos recursos provenientes da exploração de recursos naturais, dos *royalties* dos recursos naturais, 50% da receita de concessão de serviços públicos, 50% dos aluguéis dos imóveis da União – que pertence a todo o povo brasileiro – e de outras possíveis receitas”. E uma vez acumulado este fundo gerará os recursos necessários para atender isto.

Posso prosseguir? Aonde é que existe uma experiência bem-sucedida e pioneira nesse sentido? Exatamente no Alasca. Quando eu estive agora em janeiro último no Iraque, eu expus isto para eles porque eles têm a condição a mais propícia no mundo, porque tem a maior reserva de petróleo existente. Mas o que aconteceu no Alasca? No início dos anos 60, o Prefeito de uma pequena vila de pescadores chamada *Bristol Bay*, observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca, mas boa parte da população se encontrava pobre, então disse o Prefeito aos seus concidadãos: “Nós precisamos, vamos instituir aqui 3% de imposto sobre o valor da pesca, para instituir um fundo que a todos pertencerá”. Se V.Exa., estiver incomodado eu vou parar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem, mas eu já estou quase concluindo, mas eu vou continuar. Então... Quando ele propôs 3% de imposto sobre o valor da pesca para instituir um fundo que a todos pertencerá – note que tinha muito a ver com a idéia de *Thomas Paine* embora ele não conhecesse *Thomas Paine* – muitos na população disseram: “Mais um imposto, sou contra”. Demorou cinco anos para persuadir a todos, mas deu tão certo que 10 anos depois este Prefeito *Jay Hammond*, falecido no ano passado, se tornou Governador do Estado do Alasca; que havia ao final dos anos 60 descoberto enorme reserva petrolífera que aliás estamos encontrando hoje mais reserva petrolífera e muito grande agora no Brasil. Então disse ele aos seus então 300 mil concidadãos

no Estado do Alasca, 1976: “Nós precisamos pensar na geração não apenas presente, mas na vindoura porque o petróleo é um recurso não renovável como outros recursos naturais. Então vamos separar 50% dos *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais para instituir um fundo que a todos pertencerá”. E a idéia foi aceita. Aprovada.

Pensaram por quatro anos num debate como seria administrado o fundo e alguns pensaram – por favor. “Vamos fazer um banco de desenvolvimento”. Outros disseram: “Cuidado vai ser uma maneira de distribuir recursos subsidiados para empresários que já tem riqueza acumulada, vamos construir empresas, criar eventualmente empregos, mas vai gerar concentração de riqueza como nós conhecemos”. “Ah, está bom, então vamos dar igual para todos”. E assim o fizeram. E aqueles 50% dos *royalties* decorrentes da exploração de recursos naturais passaram a ser investidos em títulos de renda fixa, *USE Points(F)*, ações de empresas do Alasca contribuindo para diversificar a sua economia – dos Estados Unidos, internacionais.

E se Vossa Excelência hoje examinar o portfólio, a carteira de ações do *Alaska Permanent Fund*, ali verificará ações de 18 empresas brasileiras entre as quais o Bradesco, o Itaú, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, ou seja, as mais rentáveis empresas brasileiras dentre outras. E ainda empreendimentos imobiliário e aquele fundo evoluiu de um bilhão de dólares em 80, para 40 bilhões de dólares hoje. E cada pessoa residente no Alasca – permite Senador Francisco Dornelles, agora, lhe fazer uma pergunta pessoal, na sua família quantos são? Se me permite, só para dar um exemplo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Depende do conceito de família.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O conceito de família, digamos, eu não conheço assim... Perdão—

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Família direta ou família—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Da forma como V. Exa.,—

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Depende, V. Exa., tem hora designar... Filhos, por exemplo—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Filhos, isso.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu tenho duas filhas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Duas filhas. Então, vamos supor que V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Suplicy me perdoe, mas está muito interessante a sua exposição--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas eu vou concluir--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agora eu estou na reta final--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ok.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois bem, vamos supor então que V. Exa. tenha em sua residência quando eram pequenos, pai e mãe e duas crianças, quatro pessoas na família e estivesse residindo no Alasca, única exigência: Estar lá morando há um ano ou mais. O que aconteceu? Desde o início dos anos 80, cada pessoa residente no Alasca, entre 1º de janeiro e 31 de março, preencheu um formulário: "Sou o Senador Francisco Dornelles, trabalho no Senado Federal, resido em tal endereço", não precisa declarar para fins de receber o dividendo ou a renda básica qual o seu rendimento ou patrimônio. Poucas perguntas a mais: Se viajou no ano passado: "Fui até a Alasca verificar o que o Senador Eduardo Suplicy me disse e é verdade, constatei estou aqui de volta residindo". Preenche para suas crianças até 18 anos e daí para a frente cada um por si. Duas pessoas que lhe conhecem, Senador Tasso Jereissati, Flexa Ribeiro, "essa declaração é verdadeira", testemunham. Uma folha só. Entre 1º de janeiro e 31 de março.

Ao chegar a primeira semana de outubro por transferência eletrônica na sua conta bancária ou por cheque enviado a sua residência, conforme a sua preferência, teria recebido se lá estivesse residindo nos primeiros anos, 300, 400, 500, no ano passado 1554 dólares. Portanto, numa família de quatro pessoas cerca de 6 mil dólares anualmente, como um direito de partilhar da riqueza da nação como um direito à cidadania. Qual foi a consequência para o Estado do Alasca? Tornou-se o mais igualitário dos 50 Estados Norte Americanos. Trata-se, portanto... E por que razão? Veja, sim, constitui uma arrecadação muito significativa, nos anos 90, 6% do valor de PIB, do produto interno bruto do Alasca.

Quando foi votada a proposta como emenda à Constituição pela Assembléia Legislativa do Alasca, o Governador fez questão que o povo discutisse e fizesse um referendo, 76 mil a favor, 38 mil contra. Pois bem, hoje – e eu verifiquei pessoalmente – esse resultado seria 8 a 2 ou 9 a 1, pelo que eu pude verificar pessoalmente, 7 dias que estive no Alasca. E o Professor *Scott Goldsmith*, da Universidade do Alasca, observou

que constitui hoje suicídio político para qualquer pessoa no Alasca, qualquer liderança, propor o fim desse sistema. Que, portanto, guarda enorme racionalidade e tem sido estudado por economistas, filósofos como algo que pode perfeitamente dar certo.

Enfim, eu tenho uma pergunta relacionada um pouco ao tema de uma das questões que o seu estudo aqui encerra. Acho positivo caminharmos na direção do imposto sobre o valor adicionado e que muitas das contribuições hoje existentes sobre a folha de pagamentos, passem para o IVA. Não está... Pelo que compreendi, a contribuição relativa a Previdência, os 8%... A contribuição patronal sobre a folha de salários, o que se paga sobre a folha seria inteiramente extinto? Porque isso eu não notei no que está aqui escrito, é a minha pergunta. Mas daí eu lhe formulo a seguinte questão, porque eu estou em processo de elaboração da seguinte proposta, baseada na sugestão do Economista, José D'Avila Angie(F), que escreveu recentemente no Monitor Econômico.

Pensando justamente na preocupação de não se estar desestimulando a contratação de trabalhadores, de empregados... Eu tinha até imaginado que sempre que melhor do que a contribuição sobre a folha é sobre o valor adicionado. Mas a proposta que ele formula é ainda mais forte para esta finalidade: Que a contribuição para fins de financiar a Previdência e o necessário hoje cobrado seja sobre o faturamento, menos o valor adicionado. Aí eu em diálogo com o Economista, José D'Avila Angie(F), que é do Rio de Janeiro, que foi da Eletrobrás, talvez V. Exa., o conheça, é a última pergunta--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Professor, já passa de 25 minutos a sua explanação--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Por favor, eu lhe faço um apelo--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vou concluir. Então, ele me disse: "Olha, mas para você estimular ainda mais a contratação de trabalhadores se fizer faturamento menos a folha de pagamentos, fica mais forte o efeito do que se fizer a cobrança só sobre o valor adicionado". Então eu lhe deixo essa pergunta para a sua reflexão, cumprimentando-o pela contribuição muito importante que deu para o Senado e para o povo brasileiro.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, Senador Flexa Ribeiro, eu queria dizer a Vossa Excelência, que eu concordo plenamente com as ponderações que Vossa Excelência aqui apresentou e o projeto de Governo foi um projeto avançado.

Ele propõe um IVA Federal englobando o IPI, o CO-FINS, o PIS/PASEP e a CIDE, um IVA Estadual que é o ICMS e mantém o IPI.

A vantagem específica do projeto do Governo é justamente que o IVA Estadual é uma legislação federal uniforme em todo o País em que se acaba com a guerra fiscal, em que se simplifica, que reduz custo. Agora eu achei – e aqui conversei muito com o Presidente Senador Tasso Jereissati, dentro desse contexto com Vossa Excelência e com os Membros da Comissão – que nós devíamos apresentar uma proposta mais audaciosa, eu acho que colocar na mesa uma proposta mais audaciosa em relação ao IVA.

E foi dentro dessa área que nós fizemos proposta do IVA Nacional. O IVA Nacional de quê forma? Uma legislação nacional do Governo Federal a mesma legislação em todo o País, o empresário não teria que conviver com 27 legislações seria totalmente unificada. A arrecadação seria nacional, a arrecadação seria totalmente paga no Estado de origem, mas não significa que os recursos seriam do Estado de origem. No momento do pagamento o próprio banco distribuiria um percentual para a União Federal e um percentual para cada Estado, sendo uma parcela do Estado de origem e uma grande parcela nos Estados de acordo com o índice de consumo estabelecido pelo IBGE. A alíquota nacional estabeleceria um número de alíquotas, 6, 7, 8 e posteriormente por proposta do Executivo, o Senado enquadraria os diversos produtos nas alíquotas estabelecidas.

Eu acho que o IVA Nacional teria uma simplificação grande, porque V. Exa., verifica que a grande pretensão nossa é reduzir a carga tributária, principalmente naquele conteúdo que ela tem que uma empresa que é maior do que o montante de impostos pagos. V. Exa., viu que um trabalho do Banco Mundial pegando uma empresa padrão em vários países no Brasil ela está gastando 2600 horas para recolher tributos, enquanto nós temos na Suíça, 63, no Canadá, 119, na Alemanha, 196. Então eu achei que nós deveríamos ser um pouco mais audaciosos de propor um IVA Nacional.

Vamos debater, vamos forçar, vamos tentar adotar o IVA Nacional que seria positivo e como foi dito aqui por V. Exa., e pelo Deputado Velloso Lucas, hoje com algumas medidas de natureza de administração tributária, ou seja, a implantação de um cadastro único, a emissão das notas eletrônicas, a organização de um sistema integrado de fiscalização, a transparência eu acho que nós temos condições de ousar pelo menos tentar, se for possível muito bem, se não for, dizer: Não foi possível.

Eu acho, Presidente Senador Tasso Jereissati, que certamente conduzirá esses trabalhos de que nós

possamos mandar, enviar esse Relator à Comissão, ao Presidente, ao Relator dessa Comissão Especial, a Deputados que lá estão para ver se é possível considerar o trabalho aqui feito com o trabalho que está sendo feito na Câmara. Ele não é um contraponto foi apenas uma posição mais audaciosa dentro de um quadro de relatoria, dando transparência e quebrando alguns tabus que existiam, por exemplo, o princípio da anterioridade que todo e qualquer tributo para ser cobrado de um ano tem que ser aprovado até junho do ano anterior.

O problema da conceituação de contribuições dentro do conceito de tributo, fechando as portas para essa criação maciça de contribuições de maneira disfarçada. Um conceito de taxa real para impedir que se cobrem taxas e realmente a arrecadação da taxa, sendo muito maior do que aquele do serviço prestado. De modo que esta... Reduzir o custo da arrecadação, simplificar, porque a simplificação vai trazer o maior número de contribuintes a pagar o imposto, o que vai permitir uma redução de alíquota e de base de cálculo.

Mas a proposta de V. Exa., é extremamente positiva. Eu faço as suas palavras minhas em relação e apresento ao Presidente da Comissão, o Senador Tasso Jereissati para esse entrosamento com o trabalho na Câmara.

Em relação ao Senador Suplicy, eu quero dizer que eu tenho o privilégio de há muitos anos ter tido a oportunidade de conversar com o Senador Suplicy de quem eu sou um grande admirador, pela sua cultura, pelo seu conhecimento profundo de assuntos de natureza fiscal, de natureza social, de natureza... Uma abrangência muito grande em todas as matérias que ele apresenta. Ele esteve comigo, o Senador, eu tive o privilégio de recebê-lo algumas vezes na Secretaria da Receita e ele sempre levantando esse ponto do imposto de renda negativo. Por isso quando eu penso e falo em Bolsa Família, todos esses programas sociais eu lembro sempre do Senador Suplicy, porque ele foi o pioneiro na defesa desses programas sociais e de grandes programas sociais que nós temos hoje no Brasil.

Eu concordo com V. Exa., Senador Suplicy que o problema relação carga fiscal e gastos sociais. O Professor *Jacobs Monrone*, fazendo uma conferência na Fundação Getúlio Vargas, ele comparou a carga tributária existente na Holanda e na Suíça. Na Suíça era muito menor, na Holanda era maior, mas na Holanda o ensino era gratuito, a medicina era gratuita, a habitação subsidiada, transporte subsidiado, na Suíça tudo era privado de modo que... Eu acho que quando se faz uma análise isolada de relação carga tributária-PIB, sem verificar o lado despesa é uma análise um pouco saci-pererê.

V. Exa. tem toda razão quando se verifica o outro lado o tamanho do Estado, nós temos que analisar a carga tributária dentro um contexto do tamanho do Estado. O Brasil hoje tem uma rede social muito grande, a rede social do Brasil consubstanciada em todos os programas que vão desde o FGTS, desde o Bolsa Família, desde o seguro-desemprego, do ensino gratuito, do SUS que atende bilhões de consultas é grande. E muitas vezes a carga tributária... Nós temos hoje uma rede social maior que nos países do mesmo padrão brasileiro, de modo que V. Exa., tem toda a razão quando mostra a preocupação do outro lado.

Eu estou certo de que durante esse debate V. Exa., terá condições de apresentar sugestões concretas ou no momento da regulamentação do texto, trazendo essa preocupação de V. Exa., manifestada nessa sua brilhante exposição compatível, aliás, com seu grau de Cultura e seu grau de conhecimento.

Com relação específica ao problema da Previdência, da contribuição patronal, eu concordo plenamente com V. Exa., ela é responsável, grande responsável por um grau... Tem uma responsabilidade muito grande no grau da informalidade 20% sobre a folha é uma contribuição grande. Agora, eu não entrei no problema da Previdência, eu não quis fazer uma proposta da Previdência eu fiquei somente nos problemas de vamos dizer no IVA, o ICMS, o IPI, COFINS, PIS/PASEP, taxas. Eu não entrei na Previdência porque me faltava alguma certeza de saber, qual é o montante que teria que ser cobrado através do IVA para cobrir os gastos da previdência. Mas eu estou certo que V. Exa., no momento apresentar... Eu estou de acordo certo de que o Presidente e todos nós vamos ter a maior satisfação de acolher essa proposta no momento em que ela seja quantificada, para sabermos o que deve ser inserido no IVA para propiciar a receita hoje obtida através dessa contribuição.

Agora, eu acho também que no momento que nós fizemos um sistema tributário mais simples, um sistema tributário menos burocrático, o aumento do recolhido pela entrada de maiores pessoas e da eliminação da informalidade vai propiciar e permitir uma redução grande dessa contribuição patronal que eu considero como V. Exa., indicou fundamental para acabar com a informalidade no Brasil.

Sr. Presidente eu queria aqui ao terminar, fazer um agradecimento muito especial, muito importante àquelas pessoas que contribuíram conosco na elaboração desse trabalho. Eu quero iniciar aqui pela posição da Ana Lobato, que esteve sempre presente aqui entre nós com sua tranquilidade, com sua capacidade de coordenação, tenho por ela uma grande admiração. Ao nosso Economista José Roberto Afonso que é o

papa da tributação no Brasil, hoje não existe ninguém que discuta assuntos tributários, sem a ele se referir é o homem do Brasil no mundo. Não há hoje congresso tributário em que ele não esteja presente não vale, porque ele é o grande conhecedor desses assuntos em todos os organismos internacionais e a sua colaboração foi extremamente importante.

Eu quero agradecer especificamente aos Consultores do Senado Federal, José Patrocínio, ao Alberto, que ajudaram muito ao Samuel que é Assessor Técnico de V. Exa., e toda essa equipe que conosco esteve. E dizer a V. Exa., Senador que foi um privilégio trabalhar sobre a sua direção, sobre a sua condução, pela maneira firme e pela maneira como V. Exa., sabe comandar. E tem aquela história de que quem herda não furta. É tradição. São 200 anos que V. Exa., sabe através de seus antepassados estarem presentes nas grandes decisões tomadas no Brasil e sua capacidade de liderança e de condução, se reflete nos trabalhos dessa Comissão e esse relatório só foi possível, graças a presença permanente de V. Exa., em todas as grandes decisões e na linha imprimida a esse relatório. Muito obrigado a V. Exa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Muito obrigado, Senador Dornelles. Eu gostaria também aqui antes de encerrar fazer alguns esclarecimentos, primeiro, de que nós vamos continuar debatendo. Nós passamos o ano debatendo em cima desse debate com todos os setores da sociedade, inclusive com a Receita Federal, o Governo Federal, o Senador Dornelles com essa brilhante equipe que ele acabou de mencionar os nomes aqui, construíram esse trabalho que a meu ver é um dos melhores trabalhos que já foram feitos nesse País, sobre uma reforma concreta de reforma tributária, não crítica e nem diagnóstico, mas uma proposta realmente construtiva.

Mas que isso encerra o primeiro ciclo, o nosso próximo ciclo é em cima da proposta continuar esse debate aqui que nós vamos chamar empresários, o próprio Governo, os governos estaduais, governos municipais e principalmente contar com a colaboração dos Senadores dessa Subcomissão, que espero sejam cada vez mais efetivas para quando chegar a proposta da Câmara, do Governo que passa pela Câmara aqui, nós estejamos amadurecidos para de uma maneira célere e competente, realmente finalizar a discussão. E com certeza, Senador Suplicy, conhecedor que sou do seu trabalho, tenho a certeza de que V. Exa., será uma dos mais importantes colaboradores nessa construção.

Ao Senador Flexa eu queria também colocar que nós estamos aguardando Senador Dornelles, ainda a designação do Relator na Câmara, que nosso propósito é trabalhar em conjunto com a Câmara, paralelo à Câmara, sem nenhum intuito de nos contraporarmos a Câ-

mara, pelo contrário, de somarmos para poder fazermos um trabalho do Congresso Nacional que seja realmente um trabalho que o País espera de todos nós.

E mais uma vez dizer que apesar da generosidade de sempre do meu querido, amigo Senador Dornelles, que já amigo do meu pai, que realmente é um prazer trabalhar com a experiência e o conhecimento do Senador Dornelles. Quando a gente vê Senador Dornelles, às vezes, essas críticas que são feitas aos políticos e ao Senado Federal, realmente era preciso que o público brasileiro conhecesse trabalhos como esses que são feitos por pessoas, políticos, Senadores como V. Exa., para conhecer o outro lado dessa Casa aqui que o lado do trabalho e da competência.

E que isso não é uma despedida é um começo. Isso aqui agora é que nós vamos realmente dar partida. Eu queria já fazer a sugestão aqui à nossa Assessoria, ao nosso Relator, que eu acho que uma coisa que está sendo muito discutida e é premissa da proposta de reforma tanto a nossa quanto a do Governo, a questão da nota fiscal eletrônica. Que nós fizéssemos já o nosso próximo encontro aqui com especialistas para uma explicação clara para todos nós e conhecimento de todos nós como funcionará a nota fiscal eletrônica, é essa é a minha sugestão.

Então nada mais havendo a tratar--.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Presidente, só para associar-me aos agradecimentos a Assessoria da Subcomissão, do seu gabinete, do Senado, pelos brilhantes serviços prestados, como bem disse o Relator, na confecção dessa proposta.

Só para acrescentar que não tinha me referido a eles quando fiz os elogios, que renovo ao Presidente e ao Relator.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Flexa. Nada mais fica encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 13h42.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA REFORMA TRIBUTÁRIA, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL, DE 2008, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia dez de abril do ano de dois mil e oito, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência

do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Romero Jucá, Neuto de Conto, Raimundo Colombo e Antonio Carlos Júnior. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença dos Srs. Marcelo Fisch de Berredo Menezes, Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, George Tormin, Secretário Adjunto de Fazenda do Estado de São Paulo, e Albérico Mascarenha, Economista. Após as exposições dos convidados, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Relator da Subcomissão, e Flexa Ribeiro e, ainda, os Srs. Samuel de Abreu Pessoa, Consultor Legislativo do Senado Federal, José Roberto Rodrigues Afonso, Economista do BNDES e da Unicamp, e José Patrocínio da Silveira, Consultor Legislativo do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Tasso Jereissati**, Presidente da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da Leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A Audiência Pública de hoje tem como finalidade discorrer sobre nota fiscal eletrônica. Essa Audiência Pública também dá continuidade às discussões que nós estamos efetuando dentro dessa Comissão sobre o Projeto de Reforma Tributária a que foi apresentada pelo Governo, e a proposta do Relatório do Senador Dornelles. Lembrando que em todas as propostas apresentadas à nota fiscal eletrônica se dispõe a ser peça fundamental naquilo que está se propondo. Como é uma discussão eminentemente técnica, também, as perguntas estarão abertas aos técnicos aqui presentes, inclusive aos técnicos do próprio Senado Federal.

Quero, aqui, ressaltar a presença do ex-Governador da Bahia, ex-Senador, Paulo Souto, que teve

um trabalho importantíssimo na CAE, aqui no Senado Federal e foi um Governador que fez um trabalho extraordinário na modernização do sistema e da Receita do Estado da Bahia, que nos honra muito com sua presença.

Queríamos convidar para a Mesa o Sr. Marcelo Fisch de Berredo Menezes, eu estou acostumado com Bezerra de Menezes que é do Ceará – família do Ceará. É do Maranhão, deve ser corruptela do Bezerra de Menezes, porque o Ceará costuma, foi quem praticamente a colonizou no Maranhão. Espero que o Sarney não esteja me ouvindo nem a Roseana, se estiver me ouvindo, ele vai aparecer já aqui com o art. 14, é brincadeira Presidente Sarney, brincadeira Roseana e meus amigos maranhenses.

Sr. George Tormin, Secretário Adjunto da Fazenda do Estado de São Paulo, e Sr. Albérico Mascarenha, Economista e ex-Secretário da Fazenda do Estado da Bahia. Os convidados farão suas exposições, em seguida nós abriremos ao debate, como eu digo, como eu já disse, o debate está aberto aos técnicos e a todos aqui que estiverem participando das discussões.

Eu gostaria de dar aos... Passar a palavra aos senhores expositores, eu pergunto se 10 minutos, 15 minutos é um bom tempo para uma exposição de cada um ou é pouco? Então, damos 20 minutos para cada expositor e eu começo a palavra dando ao Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, Sr. Marcelo Fisch de Berredo Menezes.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Obrigado Senador Tasso Jereissati, agradeço o convite da Comissão que foi feito à Receita Federal, estou aqui representando o Secretário da Receita Federal – Jorge Rachid – para discorrer um pouquinho sobre o Projeto Nota Fiscal Eletrônica, como ele se originou, todo o trabalho e desenvolvimento dele e em que estágio a gente se encontra atualmente do Projeto.

Tudo se originou, todo esse trabalho de integração entre a Receita Federal e as Secretarias de Fazenda dos Estados, nas capitais dos municípios – representadas pela ABRASF, a partir da Emenda Constitucional nº 42 que inseriu o inciso XXII no art. 37, da Constituição Federal onde disciplina que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios deverão atuar de maneira integrada, inclusive, com compartilhamento de cadastros e de informações fiscais na forma da Lei ou convênio. Todo o trabalho do sistema público de estruturação digital e do Projeto Nota Fiscal Eletrônica foi iniciado a partir da aprovação dessa Emenda Constitucional que para nós considerada muito importante.

O Secretário Jorge Rachid, em conjunto com os demais Secretários de Fazenda, instituíram o chamado

“Encontro Nacional de Administradores Tributários”. É um encontro anual onde se reúnem todos os Secretários de Fazenda e o Secretário da Receita Federal além dos representantes da Secretaria de Finanças dos Municípios das Capitais para discutirem meios e propostas alternativas da efetividade ou dispositivo constitucional anteriormente mencionado. E no encontro realizado em 2005 que foi o segundo ENAD, realizado em São Paulo, o Secretário juntamente com os demais representantes assinaram um protocolo de cooperação – são os protocolos nº 2 e nº 3, exatamente, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

Uma das decisões importantes que foram tomadas pelas Administrações Tributárias Federais e Estaduais é de que o desenvolvimento desses dois Projetos, ele tinha que ser feito em parceria com todos os Órgãos e Instituições envolvidos com escrituração do contribuinte ou com o processo de emissão de notas fiscais. Então, ao longo desse processo, desde 2005, tem trabalhado conosco o Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, Departamento Nacional de Registro de Comércio, FEBRABAN, Federação Nacional das Empresas de Contabilidade e o próprio Conselho Federal de Contabilidade, além, é claro, de outros Órgãos como SUFRAMA, porque controla as mercadorias que são internadas na zona franca de Manaus e as Juntas Comerciais fizeram parte desse processo. Não menos importante também, era a participação das próprias empresas, a gente precisaria discutir com as empresas quais eram as necessidades, os problemas enfrentados para que a gente pudesse discutir propostas e soluções conjuntas de maneira a que o Projeto do Sistema Público de Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica tivesse sucesso.

Vamos passando. Só para mencionar o Decreto nº 6.022, ele instituiu o sistema público de escrituração digital que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos fiscais que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias. Na verdade, o que nós estamos querendo com o sistema público de escrituração digital? Substituir os livros contábeis e fiscais hoje em papel pelos livros em meio digital, tá? O documento eletrônico é oficial com validade jurídica para todos os fins e com a utilização da certificação digital padrão ECP Brasil que foram aprovadas pela Medida Provisória nº 2.200 de 2001.

As premissas do sistema público de escrituração digital, dentro do qual o Projeto Nota Fiscal Eletrônica está inserido é, exatamente, a integração, promover a atuação integrada dos fiscos federal, estaduais e mu-

nicipais, padronização, ou seja, eliminação de redundâncias de informações, evitar duplicidade de digitação, preenchimento de informações seja pela empresa que está emitindo a escrituração ou a nota fiscal eletrônica, seja pela empresa que está recebendo essa nota, seja pelos próprios fiscos Estaduais e Federal, de maneira a evitar conflito de informações. Uma base de dados única e compartilhada, uma coisa importante do sistema público de escrituração digital e da nota fiscal eletrônica é que se substitui o conceito de troca de informações, intercâmbio de informações por compartilhamento de informações, ou seja, o contribuinte tem um único canal de prestação de informações aos fiscos e essas informações são compartilhadas entre a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria de Fazenda dos Estados e os demais entes legalmente autorizados.

Acesso compartilhado a escrituração dos contribuintes e entidades legalmente autorizadas que eu acabei de falar. Isso é só um exemplo de produtos e de obrigações acessórias que hoje são entregues pelos contribuintes aos diversos órgãos e administrações tributárias. Isso é a quantidade de obrigações acessórias a que os contribuintes estão sujeitos, seja pelo lado do Banco Central, da CVM, da SUSEP, Receita Federal e são informações que estão propostas ou previstas para serem eliminadas com a implantação do sistema público de escrituração digital e da nota fiscal eletrônica. Tá?

Conceito da nota fiscal eletrônica. Ou seja, é um documento emitido e armazenado eletronicamente de existência apenas digital com intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços ocorrida entre as partes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a recepção pelo fisco antes da ocorrência do fato gerador.

A Nota Fiscal Eletrônica, o Projeto, ele o prevê a substituição das notas fiscais modelo 1 e 1A que são aquelas emitidas entre empresas. Tá?

Os benefícios com o Projeto, que são elencados do ponto de vista empresarial, ou seja, para as empresas: redução dos custos de armazenamento de documentos fiscais, simplificação de obrigações acessórias – um exemplo, a dispensa da própria autorização de impressão de documentos fiscais;

A redução do tempo de parada em postos fiscais nos Estados – muitas vezes o caminhão tem que parar, tem que ser digitadas todas aquelas notas nos postos fiscais de fronteira. Com a nota fiscal eletrônica, a idéia é que se elimine todo esse tempo de parada, agilizando o fluxo do comércio.

Eliminação de digitação das notas fiscais na recepção de mercadorias e, conseqüente, erro de es-

crituração por parte do contribuinte. Um planejamento de logística possibilitada pela recepção antecipada das informações contidas na nota fiscal eletrônica, ou seja, o consumidor, a empresa que está adquirindo aquelas mercadorias, ele já tem condição de entrar no sistema antes da mercadoria chegar e saber as notas fiscais que foram emitidas para a sua empresa e, claro, um incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos entre os próprios clientes – o famoso relacionamento *be to be*.

Do ponto de vista das administrações tributárias, os benefícios com Projeto Nota Fiscal Eletrônica são o aumento na confiabilidade da nota fiscal, melhoria no processo de controle fiscal do processo como um todo, uma formação de um banco de dados confiável, compartilhamento das informações entre os fiscos, nós vamos ter uma base única de informações compartilhadas entre os fiscos, ou seja, os fiscos vão enxergar a mesma informação. Diminuição da sonegação e aumento, conseqüente que é o que se espera da arrecadação tributária e o suporte ao sistema público de escrituração digital, ou seja, o sistema público de escrituração digital ele substitui os livros contábeis e fiscais por livros em meio digital e o Projeto Nota Fiscal Eletrônica ele complementa, porque as notas fiscais são as que dão suporte à escrituração fiscal e contábil dos contribuintes. Então, são Projetos que se complementam entre si.

O esquema rápido e simples da nota fiscal eletrônica, ou seja, o estabelecimento vendedor da mercadoria, ele solicita à Secretaria da Fazenda envia a solicitação de emissão da nota fiscal eletrônica à Secretaria de Fazenda da sua origem, tá?

Cada operação o vendedor deverá solicitar autorização de uso da nota fiscal à Secretaria de Fazenda, a recepção é antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, antes da saída do caminhão com os produtos do estabelecimento vendedor. É feita uma validação pelo sistema automática dessa nota fiscal recebida. Uma vez autorizada, se a análise for positiva a Secretaria de Fazenda autoriza o uso da nota fiscal eletrônica e devolve a autorização de uso para o vendedor que então, uma vez autorizada essa nota fiscal ela é retransmitido para SEFAZ de destino, Secretaria de Fazenda de destino dessa mercadoria e para ambiente Nacional da Receita Federal. Existe um ambiente nacional que recebe todas as informações de todas as notas fiscais emitidas pelas Secretarias de Fazenda Estaduais – é o que a gente chama de repositório nacional das notas fiscais, ou seja, além das informações estarem contidas nos bancos de dados da Secretaria de Fazendas de origem e destino também existe um

banco de dados nacional com as informações da nota fiscal eletrônica.

Uma vez o trânsito autorizado, com a emissão da nota fiscal eletrônica, pode ser emitido um documento que a gente chama de documento auxiliar da nota fiscal eletrônica, que é o DANFE que acompanha o trânsito da mercadoria.

O DANFE é um documento auxiliar é uma representação gráfica da nota fiscal e que contém um código de acesso, uma chave que possibilita, durante o trânsito da mercadoria na passagem pelos postos fiscais, a conferência da nota fiscal eletrônica, da veracidade da nota fiscal eletrônica e do conteúdo da mesma. Esse é um modelo do documento auxiliar da nota fiscal eletrônica, que é o documento que acompanha, ele é emitido uma única via em papel comum e que contém o código de acesso e um código de barras que também pode ser facilmente lido com a utilização de leitoras de código de barra que hoje estão nos postos estaduais de fronteira.

O destinatário, o próprio comprador da mercadoria, ele pode verificar – uma vez autorizada a nota fiscal eletrônica – ele pode verificar a existência e a validade dessa nota fiscal por meio de consulta à *internet* utilizando-se da chave de acesso. Ele também pode verificar todas as notas fiscais emitidas em seu nome, aquelas famosas emissões de nota fria que, muitas vezes, o comprador sequer sabe que tem notas fiscais emitidas em seu nome com a nota fiscal eletrônica isso é eliminado.

E o trabalho de fiscalização, ele também fica bastante facilitado uma vez que você pode efetuar uma validação dos dados e cruzamento de informações com os sistemas internos e com as informações que são disponibilizadas nos bancos de dados, não só para conferir a veracidade da nota como também à correta escrituração dessas notas na contabilidade do contribuinte. Às vezes, pode parecer... Ah... Tem que esperar autorizar a nota, quanto tanto isso leva em média? Então, essas são as etapas para que se possa autorizar uma nota fiscal.

A nota fiscal pode ser autorizada uma a uma ou em lotes de até 50 notas fiscais, dependendo do volume de cada uma das empresas. Em média, seja no caso de uma nota ou no caso de um lote de até 50 notas fiscais, o tempo médio é de, hoje, de 1,27 segundos – esse é o tempo com qual a gente está trabalhando na prática hoje. Existe um compromisso de que esse tempo pode chegar até 1 minuto e não passar do lote, hoje é o tempo médio do lote, o lote é o que eu falei pode conter uma nota ou até 50 notas fiscais.

Foi disponibilizado também... Foi desenvolvido um portal nacional da nota fiscal eletrônica – é um site

www.nfe.fazenda.gov.br onde tem todas as informações para os contribuintes acerca da nota fiscal eletrônica, ou seja, todo o histórico, todos os benefícios, consultas completas à nota fiscal eletrônica, consulta à disponibilidade de serviços na Secretaria de Fazenda.

No site da nota fiscal eletrônica, também, nós temos a informação da quantidade de notas fiscais autorizadas até o presente momento. Isso é uma informação tirada ontem, até a data de ontem – 9 de abril, nós tínhamos 6 milhões 251 mil notas fiscais eletrônicas emitidas com total geral, volume de operações da ordem de 62.6 bilhões de Reais. Isso é o que nós temos hoje nos bancos de dados do ambiente nacional da nota fiscal eletrônica.

Nós temos também um serviço que foi disponibilizado, um 0800, ele é 24 horas, 7 dias por semana para atender a todas as empresas, qualquer dúvida, qualquer problema, em qualquer das etapas de emissão e no processo da nota fiscal eletrônica. Apenas para que os senhores tenham uma idéia, nós estamos com percentual de resolução de problemas pelo 0800 da ordem de 97%, ou seja, nós conseguimos resolver até hoje todas as demandas que nós foram apresentadas via serviços 0800, foram solucionados 97% dos problemas por esse meio de comunicação que tem se mostrado bastante eficiente e tem também tem sido objeto, aí, de referência por parte de menção por parte das empresas.

Foi disponibilizado também um sistema emissor de nota fiscal eletrônica pela Secretaria de Fazenda de São Paulo. As grandes empresas, elas mesmo contratam empresas ou se utilizam das empresas de informática para desenvolvimento e ajuste do seu *software*, das suas, dos seus aplicativos ao modelo nota fiscal eletrônica, mas certamente as pequenas e médias empresas, em função de alguma dificuldade que têm ou até mesmo em função de não terem ainda informatização do seu processo de nota fiscal em papel, foi disponibilizado pela Secretaria de Fazenda de São Paulo e esses sistemas, esse emissor de nota fiscal eletrônica, já está integrado com todos os sistemas das 27 Unidades Federadas para que as pequenas e médias empresas que têm um volume menor de emissão de notas fiscais eletrônicas possam utilizar e fazer a emissão das notas fiscais eletrônicas se utilizando desse aplicativo. Inclusive, dentro do portal nacional tem diversas que a gente chama de *web* aulas, bem detalhadas, passo-a-passo contendo detalhes acerca da utilização e funcionamento desse sistema emissor de nota fiscal eletrônica.

Também foi disponibilizado, em função de, da quantidade de Estados que nós temos e de eventuais dificuldades que poderia se ter em fazer com que to-

das as 27 Unidades Federadas pudessem entrar, simultaneamente, no Projeto Nota Fiscal Eletrônica – a gente disponibilizou um conceito que é chamado de Sefaz Virtual, ou seja, boa parte da Secretaria de Fazenda que estão engajadas no processo desde o início – Bahia, São Paulo, Maranhão, Goiás, entendeu? Já fizeram adequação, estão operando normalmente com suas aplicações próprias de nota fiscal eletrônica. Mas alguns Estados tiveram alguma dificuldade e a gente desenvolveu no âmbito da Receita Federal em parceria com os Estados esse conceito de Sefaz Virtual.

O que é Sefaz Virtual? É uma estrutura tecnológica central para receber, tratar e enviar a nota fiscal para a SEFAZ de origem ou de destino, ou seja, qual é o motivo de se disponibilizar Sefaz Virtual? Ou seja, disponibilizar uma infra-estrutura tecnológica para a Secretaria de Fazenda que não tenham condição, ainda, de fazê-lo, autorizarem a emissão de nota fiscal eletrônica. Ou seja, ao invés da Secretaria de Fazenda, por exemplo, do Acre ou de qualquer algum outro Estado não ter condição, ela pode autorizar que a Sefaz Virtual faça a emissão da nota fiscal eletrônica em seu nome, faça a autorização da emissão em seu nome e depois, posteriormente, ela pode, uma vez já dispondo de condições e estrutura adequada, pode retornar à condição de Órgão próprio emissor e autorizador da nota fiscal eletrônica.

Um outro propósito da Sefaz Virtual era contribuir para a massificação do uso da nota fiscal eletrônica. Porque uma vez estabelecido a obrigatoriedade, essa obrigatoriedade tinha que valer para todo o território nacional e a gente precisava que todos os 27 Estados tivessem condições de emissão de nota fiscal eletrônica, e também uma simplificação de esforços, economia e melhor padronização dos procedimentos que estavam sendo feitos pela equipe envolvida do Projeto.

Isso é uma, é um esquema gráfico, aí, de como é que funciona, ou seja, os contribuintes solicitam autorização por intermédio dos aplicativos próprios da Secretaria de Fazenda, e essas informações são transmitidas ao ambiente nacional que, ali, está representado como SPED nacional.

No caso da Sefaz Virtual, ou seja, a Secretaria de Fazenda autoriza a Sefaz Virtual a fazer todo o processo de validação e autorização da emissão da nota fiscal eletrônica em seu nome. E esse processo, uma vez autorizada pela Sefaz Virtual, essa nota fiscal eletrônica fica no repositório nacional e vai para SEFAZ de origem e destino dessa nota fiscal.

Nós temos duas Sefaz-Virtuais em funcionamento hoje, uma que está localizada na Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul – foi desenvolvida e implantada

pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul e uma desenvolvida pela Receita Federal do Brasil em parceria com o SERPRO.

Hoje, nós temos 7... [soa a campainha] hoje nós temos 7 Estados que estão na Sefaz Virtual da Receita Federal do Brasil que são os Estados: Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Piauí, Paraná e Rio Grande do Norte e temos 11 Estados que estão Sefaz Virtual se utilizando da Sefaz Virtual do Rio Grande do Sul, Acre, Alagoas, Amazonas Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Os demais Estados tem suas aplicações próprias e se utilizam e fazem autorização direta e se utilizando de suas aplicações próprias.

Isso é só uma idéia, para que os senhores tenham uma idéia da incidência de documentos nota fiscal eletrônica nos meses de janeiro e fevereiro por dia da semana, tá? Ou seja, durante os 7 dias da semana, nós temos incidência em maior ou menor grau, tem alguns picos na terça, quarta e quinta-feira de emissão de notas fiscais eletrônicas, durante esses dois primeiros meses onde ainda não existia nenhum setor obrigado a utilização da nota fiscal eletrônica. Durante esse período, a adesão até abril, agora, a adesão sempre foi voluntária por parte das empresas.

Isso é evolução da emissão de documentos, de notas fiscais eletrônicas de março de 2007, aliás, de março de 2007 a fevereiro de 2008, ou seja, ao longo do tempo nós temos aí um crescimento significativo do volume de notas fiscais eletrônicas emitidas ao longo dos meses nesse último ano, tá? Isso é uma representação semelhante à anterior só que contém os volumes de operações de cada um dos meses. Ou seja, em março de 2007 nós tivemos 100 mil notas fiscais eletrônicas emitidas com o volume de operações de 900 milhões de Reais, nós fechamos o mês de março de 2008 que foi o último mês antes do início da obrigatoriedade para alguns setores, alguns segmentos onde nós já tivemos um volume, só no mês de março, 1 milhão 249 mil notas fiscais eletrônicas emitidas e um volume de operações de 10 bilhões 317 milhões de Reais em volume de operações entre as empresas.

A obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica. Por decisão do Conselho Nacional de política fazendária, foi assinado o protocolo nº 10 no ano passado, definindo alguns segmentos e alguns prazos para alguns setores da economia para a utilização obrigatória da nota fiscal eletrônica. Os dois primeiros segmentos que entraram, agora, no último dia 1º de abril de 2008 foram os fabricantes distribuidores de cigarros, os produtores formuladores, importadores de combustíveis líquidos e os distribuidores também e os transporta-

dores e distribuidores retalhistas, aqueles que fazem atividade de transporte e venda retalhista.

A obrigatoriedade se aplica a todas as operações, ficando vedada a emissão de notas fiscais modelo 1 e 1A, ou seja, para esses setores e segmentos desde o dia primeiro de abril temos as empresas emitindo nota fiscal eletrônica na saída das suas operações.

As próximas etapas, já foi aprovado também no protocolo nº 10 pelo Secretário de Fazenda e pela Receita Federal, a partir de 1º de setembro de 2008, alguns outros segmentos que estarão obrigados à utilização da nota fiscal eletrônica, são fabricações de bebidas alcoólicas, inclusive cerveja e *chopp*, fabricação de refrigerantes, setor siderúrgico, fornecedores de energia elétrica, fabricação de veículos automotores, fabricação e distribuição de medicamentos, frigoríficos e fabricação de cimento, que são setores importantes da economia e que vão entrar aí a partir de 1º de setembro de 2008.

Isso é uma representação da expectativa nossa a partir de 1º de setembro do volume de notas fiscais eletrônicas que devem ser emitidas a partir desse período, ou seja, nós estávamos com volume até março de 1 milhão e 200 mil notas a expectativa que a partir de abril esse volume suba para 3 milhões e meio de notas fiscais por mês. E a partir de setembro, com a entrada dos nossos segmentos, a gente tenha um volume mensal de nota fiscal emitidas da ordem de 10 milhões de notas fiscais. Só para que vocês tenham uma idéia da capacidade, hoje, instalada em termos de armazenamento no repositório nacional de notas fiscais eletrônicas, nós temos uma capacidade hoje de recepção de 78 milhões de notas fiscais mês, o que para os segmentos que foram inicialmente previstos nós temos aí uma folga suficiente e com possibilidade aí de ampliação para outros segmentos com bastante folga, tá?

Situação atual do Projeto, nós temos todos os Estados autorizadores sendo que alguns Estados, 11 Estados, estão se utilizando da Sefaz Virtual do Rio Grande do Sul e 7 Estados se utilizando da Sefaz Virtual da Receita Federal.

Nós já temos, hoje, mais 672 empresas em emitindo notas fiscais eletrônicas em operações em todas as Unidades da Federação, e para que pudéssemos possibilitar a todas as Unidades da Federação a recepção e o armazenamento das informações da nota fiscal eletrônica, especialmente daquelas que estão se utilizando da Sefaz Virtual, bem como facilitar o trabalho de acompanhamento do trânsito dessas notas fiscais, o Ministério da Fazenda fez uma aquisição de equipamentos de recepção, armazenamento, infra-estrutura, computadores e leitores de código de barra que a gente

chamou de um “kit mínimo” para que se pudesse operacionalizar a nota fiscal eletrônica em todo o Brasil e disponibilizou isso em regime de comodato para todas as 27 Unidades da Federação, a licitação já foi feita e os equipamentos foram distribuídos, já estão em uso pelas unidades federadas.

Isso é só um exemplo, termos de utilidade das informações da nota fiscal eletrônica para fins de possível trabalho em termos de reforma tributária e verificação de origem e destino das mercadorias, tá? Eu peguei só o Estado de São Paulo com as informações que nós temos armazenadas, hoje, nos bancos de dados do ambiente nacional, ou seja, São Paulo, Estado de São Paulo as empresas do Estado de São Paulo já foram emitidas 2 milhões 480 mil notas fiscais eletrônicas, com o volume de operações de 22 bilhões de Reais. Desses 2 milhões 480, nós temos que para o próprio Estado de São Paulo foram emitidas 2 milhões 055 e tem toda a distribuição aí quantitativa em termos de nota fiscal eletrônica e de volume de operações para os demais Estados da Federação e também para o exterior – vocês podem ver abaixo do Espírito Santo nós já temos hoje controle também das operações destinadas para a exportação. A SUFRAMA também trabalha conosco e também recebe as informações para fins de acompanhamento da internação das mercadorias no âmbito da zona franca de Manaus. Então, é um trabalho que a SUFRAMA também está engajada dentro desse processo, mas isso é só um exemplo, qualquer possibilidade de extração de informações e acompanhamento não só de volumes como de impostos ou de outras informações que estão detalhadas nas notas, podem ser feitas a partir das informações contidas nos bancos de dados da nota fiscal eletrônica.

Temos alguns Projetos ainda em desenvolvimento que é o Projeto de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, algumas experiências já existem hoje em nível de Brasil, eu acho que uma das mais famosas é a da Prefeitura do Município de São Paulo – que já tem um Projeto implantado em franca operação, e que nós estamos em parceria com a ABRASF, Associação Brasileira da Secretaria de Finanças das Capitais, desenvolvendo um Projeto também para a Secretaria de Finanças de nota fiscal de serviços eletrônicos. E também estamos trabalhando na parte do conhecimento de transporte eletrônico, que vai abranger o conhecimento de transporte rodoviário de cargas, aquaviário, aéreo, ferroviário e a nota fiscal de serviço de transporte ferroviário de cargas, são Projetos ainda em desenvolvimento em que está sendo feito em trabalho de parceria, mas estou apresentando, aqui, para conhecimento dos senhores.

Em resumo era isso, importante destacar a parceria e a integração entre o trabalho da Secretaria de Fazenda dos Estados e da Receita Federal com os demais entes e Órgãos envolvidos dentro deste processo. Basicamente era isso que eu tinha a comentar, quero agradecer e me colocar à disposição, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Bastante clara e didática, muito boa a sua exposição e queria agradecer. Passo a palavra ao Sr. George Tormin, Secretariado Adjunto da Fazenda do Estado de São Paulo, que tem 20 minutos para fazer sua exposição.

SR. GEORGE TORMIN: Inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Tasso Jereissati pelo convite feito à Secretaria de Fazenda de São Paulo, em nome do Mauro Costa que é o nosso Secretário para que viéssemos aqui apresentar o Projeto por nós implantado na Prefeitura de São Paulo quando estávamos na Prefeitura de São Paulo que é a nota fiscal eletrônica de serviços.

A definição é um documento, ele é emitido e armazenado nos computadores da Prefeitura de São Paulo, aqui merece um destaque duas pequenas diferenças entre o Projeto da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços implantada na Prefeitura de São Paulo e o Projeto da Nota Fiscal Eletrônica Nacional que o Marcelo Fisch acabou de apresentar.

A primeira delas é que o documento fiscal ele fica armazenado na Prefeitura de São Paulo, ou seja, a Prefeitura de São Paulo é que é responsável pela guarda e manutenção dessa informação. E outra é o foco de implantação. Enquanto o Projeto Nota Fiscal Eletrônica Nacional – ele está mais focado nas grandes empresas, no início da cadeia produtiva, aqui na Prefeitura de São Paulo e também no Estado de São Paulo que nós já implantamos um Projeto similar ele está mais focado para o consumidor final, para o varejo para o prestador de serviço, são duas pontas da cadeia produtiva – uma delas está sendo contemplada pelo Projeto Nacional e esse Projeto da Prefeitura é mais voltado ao consumidor final. E a nota fiscal ela fica registrada nos sistemas da Prefeitura e disponível para acesso pelas empresas pelo prazo de 5 anos. E depois por tempo indeterminado por meio de consulta a arquivos magnéticos.

Para o prestador de serviços, para o empresário... Qual é o grande benefício? A redução no custo de talonários e notas fiscais, não há mais necessidade – ele pode gerar a nota fiscal diretamente no *site* da Prefeitura, encaminhar, inclusive, essa nota fiscal por e-mail não há nem necessidade de impressão, há uma redução drástica dos custos de notas fiscais e impressão de notas fiscais, redução de aquisição de papel,

redução dos custos de armazenagens de notas fiscais, documentos fiscais, como disse para os senhores, a responsabilidade passa a ser da Prefeitura, incentivo a relacionamento entre clientes, porque tanto o fornecedor quanto o consumidor podem acessar essa nota fiscal e transmitir essas notas fiscais e alimentar os seus sistemas de automação comercial de uma forma muito mais simples, muito mais rápida.

Também a exemplo da nota fiscal nacional, há uma simplificação no cumprimento de obrigações acessórias tanto na autorização de impressão de documentos fiscais, por óbvio, porque ela passa a ser emitida no próprio *site* da Secretaria e também da declaração eletrônica de serviços que é uma das declarações, uma das obrigações acessórias cumpridas pelos prestadores de serviços. Há maior disponibilidade de recursos de gerenciamento das notas fiscais, o próprio sistema permite uma série de consultas gerenciais e facilita para o empresário o acompanhamento do seu faturamento ao longo do mês. E eliminação dos erros de cálculo, que é o próprio sistema que gera ao final de cada mês o DAMSP ou o DARF para o recebimento do pagamento do imposto. Então, isso simplifica enormemente o trabalho de levantamento dessas notas fiscais, elimina erros de cálculo, então, simplifica bastante para o empresário a utilização do sistema.

Para pessoa física foi agregado um benefício adicional, na Prefeitura para cada compra – 30% do imposto incidente sobre aquela nota fiscal – é devolvido para o consumidor, ou seja, a Prefeitura de São Paulo, ela devolve para o consumidor 30% do imposto do ISS arrecadado. E esse imposto, essa devolução, esse crédito depois posteriormente pode ser utilizado para o pagamento de até 50% de IPTU de qualquer imóvel da cidade de São Paulo.

Para pessoa jurídica também há um benefício, as pessoas jurídicas que contratam serviços elas se beneficiam de 5 ou 10% dependendo do tipo do serviço que ela está tomando do imposto incidente sobre aquela nota, então as pessoas jurídicas também recebem uma parte do imposto que elas pagaram naquela operação, elas recebem de volta; há uma redução também para essas empresas do custo de armazenagem e documentos fiscais e simplificação de obrigações acessórias. E então, agregando esse outro estímulo esse outro benefício de devolução de parte do imposto, na verdade, existe uma redução da carga tributária individual de todas as empresas e pessoas físicas do Município de São Paulo. De fato, elas estarão pagando menos impostos, porque elas estarão recebendo uma parte do imposto embutido naquela operação, naquele seu consumo estará retornando a ela na forma de créditos.

Para administração tributária, há o benefício de ampliação da base de contribuintes, para os senhores terem uma idéia, nós imaginávamos na Prefeitura de São Paulo, o máximo de empresas que iriam aderir a esse sistema seriam em torno de 30 mil empresas e antes de ontem fiz uma consulta para preparar a apresentação já são 65 mil, ou seja, mais do que dobrou o número de prestadores de serviços devidamente registrados na Prefeitura de São Paulo, por quê isso? Porque você passa a ter uma, você vai num determinado, vai numa lavanderia que emite a nota fiscal eletrônica e a outro não emite você passa a dar privilégio e preferência para aquela que está emitindo a nota fiscal eletrônica. Porque uma parte do imposto volta para você. Então, passou a criar uma concorrência um ambiente de concorrência mais leal. Quer dizer, a concorrência desleal tende a ser minimizada no sentido de que todos passam a emitir os documentos fiscais.

A redução de prática de simulação fiscal, isso é muito próprio de municípios que empresas fantasmas ou simulam estabelecimentos e outros municípios para pagar ISS menor. Obviamente, as empresas para terem o benefício do programa, tem que comprar de empresas de São Paulo, então essas empresas fantasmas que estavam em outros municípios migraram todas elas para São Paulo, porque os seus próprios consumidores, os próprios estabelecimentos que tomavam o serviço passou a ser uma exigência de mercado que ela se regularizasse no Município de São Paulo. Fim da prática de notas calçadas, por óbvio não tem primeira e segunda via, só tem via única da Prefeitura, então, não há nota calçada, redução da sonegação, aumento da arrecadação e maior efetividade nas ações de fiscalização que você passa a ter um controle de todo o universo de contribuintes praticamente em tempo real. Próximo.

Como é que funciona? Uma forma muito simples, quando contrata o serviço, você deve pedir a nota fiscal eletrônica e você informa o CPF ou o CNPJ. O CNPJ é obrigatório informar o CPF ele pode informar ou não, se ele não informar, obviamente ele não recebe o crédito, mas ele pode informar ou não.

O prestador por meio de senha. Aqui, também uma diferença em relação ao Sistema Nacional – o Sistema Nacional exige a certificação digital. Aqui, no caso da Prefeitura de São Paulo, é uma senha simples que é pré-cadastrado pelos contribuintes junto à SEFAZ, ele acessa o sistema da nota fiscal eletrônica e emite a nota fiscal eletrônica. Se por algum motivo o sistema tiver fora do ar, não conseguir acessar, tiver um tipo de estabelecimento com uma grande emissão de notas fiscais -ele pode emitir o que nós chamamos de “recibo provisório de serviço”, ele emite um documento

que contenha todas as informações necessárias a sua conversão em uma nota fiscal eletrônica, ele tem um prazo de 10 dias para converter. Então, depois que ele faz isso, ele tem um prazo de 10 dias para fazer essa conversão. Esse RPS ele é simples, pode ser feito em qualquer tipo de papel, ele faz em duas vias uma fica com o estabelecimento para a conversão posterior e a outra ele pode entregar para o contribuinte e tem o prazo de 10 dias fazer a conversão, se depois do prazo ele não fizer a conversão, ele passa a estar sujeito a uma multa de 750 Reais por documento não convertido. Próximo.

Aqui, uma grande vantagem para o estabelecimento é que o sistema faz o cálculo automaticamente devido pelo prestador, e o sistema ele, ele calcula o imposto e já destaca dentro do imposto o crédito para o contribuinte, então, se for uma pessoa física 30% do imposto vai para o contribuinte, e se for para pessoa jurídica de 5 a 10%, no momento da emissão, na própria nota fiscal já tem essas duas informações.

Aqui é uma, digamos, uma aparência de como seria uma nota fiscal, mas a exemplo da nota nacional ela é apenas uma materialização de uma informação virtual que aqui está armazenada no *síte* da Secretaria, não existe mais nota em papel – ela só existe de fato no mundo real, ela só existe nos computadores da Prefeitura, mas como ainda há um certo costume de pedir o papel, então, nós bolamos aqui, definimos um modelo padrão de nota fiscal eletrônica que é emitido pelo próprio sistema.

Aqui, então, tem uma, o número da nota, a data e hora da emissão, um código de verificação interno de segurança. Próximo. O sistema permite que as empresas customizem essa nota fiscal. Então, ela pode colocar a logomarca da sua empresa no próprio sistema da Prefeitura, ele vai lá e coloca lá um arquivinho de imagem no sistema da Prefeitura e toda a nota fiscal emitida em nome daquela empresa já sai com a sua logomarca. E basta ele informar o CPF, ele informando o CPF todos os outros dados são carregados, automaticamente, pelo sistema, isso simplifica, agiliza a emissão da nota fiscal. Próxima. É exatamente o que eu falei o CPF traz os dados automaticamente. Próxima.

Exatamente isso, o e-mail ele é interessante, porque se o consumidor não desejar a emissão em papel, ele pode mandar para o meu e-mail. E automaticamente é emitido a nota fiscal para o e-mail do consumidor, não há necessidade de impressão em papel. Alias isso é um costume, hoje, antigamente comprava passagem aérea e imprimia a página na internet para chegar na companhia aérea e embarcar, há uma confiança no sistema você chega só com a carteira de identidade embarca. Então, é algo similar e acho que acontece-

rá com a nota fiscal com a disseminação dessa idéia logo as pessoas vão deixar de querer guardar papel vão receber na sua casa e-mails com informações relativas as suas notas fiscais.

A discriminação de serviço é um campo obrigatório, o valor do ISS, como disse aos os senhores, já vem destacado na nota, nesse caso 75 reais os 30% dos 75 reais, 22,50 na vem destacado lá crédito para abatimento do IPTU, então já sai impresso na nota fiscal qual é o valor que o consumidor tem de crédito, e aqui em baixo a data que vai ser liberado, que na hora que o estabelecimento pagar o ISS, recolher o ISS, automaticamente, é liberado o crédito para o consumidor.

Aqui, uma outra vantagem para o estabelecimento, que o estabelecimento emitiu lá mil notas fiscais, chegou no final do mês ele vai dar um comando: Gerar guia de pagamento, na hora que ele gera a guia de pagamento o sistema encapsula as mil notas em uma única guia de pagamento – já calculado com todos os abatimentos, toda a legislação do ISS já está, a inteligência embutida no sistema, ele não vai errar cálculo, não vai errar alíquota, não vai errar nada. O sistema já gera esse documento fiscal e ele paga no banco, na hora que ele pagar no banco, o próprio sistema já recebe essa informação da rede arrecadadora e sai creditando as mil notas e dando baixa em todas as mil notas automaticamente no sistema. Próximo.

Após o recolhimento do ISS será creditado, como eu disse para os senhores, automaticamente, e o consumidor ele pode acompanhar pela *internet*, através de uma senha, todos os seus créditos, todas as suas compras e todos os créditos que estão sendo gerados pelo sistema. Próximo.

E, ao final de cada ano, entre os dias primeiro e 30 de novembro de cada ano ele informa o número do IPTU, o número do imóvel que ele deseja transferir aquele crédito para pagar, abater o valor do IPTU do ano seguinte. Qualquer um, não há necessidade, qualquer vínculo entre o detentor do crédito e o beneficiário, ele pode transferir para o pai, para o irmão, para o amigo, inclusive, foi criado lá uma bolsa de IPTU, uma iniciativa privada lá que facilitou a transação de créditos entre pessoas físicas, então ele é absolutamente livre, é um crédito da pessoa.

Aqui importante, tanto o detentor do crédito quanto o imóvel não pode estar inadimplente com a Prefeitura, isso é um fato a favor da Prefeitura, o crédito fica disponível por 5 anos ele pode usar a qualquer momento, desde que ele não esteja devendo, e se ele estiver devendo fica bloqueado o crédito na hora que regulariza a situação libera o crédito dele ele pode usar por 5 anos. Próximo.

Aqui é um folder que eu entreguei para os senhores para a divulgação. Próximo.

Aqui a nota fiscal, aqui é um adesivo que a gente coloca em todo o estabelecimento prestador de serviço da cidade de São Paulo, aqui é a página eletrônica que pode ser acompanhado, e aqui é um vídeo da campanha que foi divulgado no primeiro semestre de 2006. E não está aparecendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. GEORGE TORMIN: Senador, esse Projeto foi implantado, na verdade essa foi uma idéia que nós copiamos do município de Angra dos Reis. Nós soube-mos que havia esse Projeto lá, fomos lá conhecemos o sistema, achamos muito interessante, ligamos para o Secretário, vamos implantar? Vamos. Implantamos em São Paulo. Depois disto, eu sei que está sendo implantado em Manaus esse mesmo Projeto, em Recife – não sei se tem mais, e também algumas cidades do interior do Rio de Janeiro também estão implantando, Florianópolis, esse mesmo sistema. Então, é um sistema muito interessante, só a capital São Paulo. E no Estado de São Paulo para o ICMS nós também implantamos o Projeto a nota fiscal paulista que é muito similar, devolve 30%, é muito similar a esse, implantamos no Estado de São Paulo. Só que no Estado de São Paulo nós fomos um pouco mais audaciosos, agora credita na conta-corrente, no cartão de crédito, permite transferência entre pessoas, diretamente pelo CPF das pessoas, ou permite pagar até 100% do IPVA de qualquer veículo de São Paulo, virou dinheiro mesmo. Então, 30% do que cada estabelecimento arrecadar, nós devolvemos para os compradores daquele estabelecimento proporcional ao valor das suas compras, de fato o que está acontecendo – existe uma máxima nessa área diz que “quanto todos pagam, todos pagam menos”. De fato é isso, todos estão pagando, nós estamos aumentando na base e todos estão pagando menos, porque 30% está sendo devolvido.

Então, a carga tributária individual das empresas e pessoas físicas residentes no Estado de São Paulo e no município de São Paulo estão pagando menos impostos com a mesma carga tributária atual. Nós estamos, tanto o município quanto o Estado estão devolvendo 30% dos seus impostos arrecadados no varejo para as pessoas físicas e jurídicas. Bem é isso.

[apresentação de vídeo]

NARRADOR: *Você sabia ao contratar uma empresa de assistência técnica você está contratando um prestador de serviços?*

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado pela exposição do George Tormin. Realmente impressionante o que nós

estamos vendo aqui, é pena, Senador Dornelles, Senador Flexa que alguns dos Senadores não tenham podido estar presentes que fazem parte dessa Comissão, e eu faço até um apelo a eles para que façam um esforço, porque para comparecer a essa Comissão, porque é importantíssimo que se acompanhe uma exposição como essa, porque não é do conhecimento na maioria das vezes dos Senadores, a revolução que isso pode representar no sistema tributário em termos de eficiência, de diminuição da burocracia, diminuição da sonegação e possibilidade de modernização que se pode ter na própria reforma tributária.

Então, eu fico, realmente, muito pesaroso por não estar contando aqui com a presença de tantos Senadores que poderiam dar uma contribuição importante para essa discussão. Passo a palavra ao Dr. Albérico Mascarenha, ex-Secretário da Fazenda da Bahia e Economista, para fazer sua exposição, ele tem 20 minutos.

SR. ALBÉRICO MASCARENHA: Um bom dia a todos, agradecer ao Senador Tasso, Senador Dornelles, o convite para participar dessa Audiência, eu acho que tudo que tinha que se falar em termo dos Projetos de nota fiscal eletrônica do Governo Federal e da Prefeitura de São Paulo, acho que já foi bem exposto aqui pelos dois debatedores. Eu conheço bem o Projeto, esse Projeto da Nota Fiscal Eletrônica começou em 1994 quando, logo depois que, da promulgação da Emenda nº 42 os Estados e o, e a Receita Federal começaram a se movimentar mais para haver uma integração e a Bahia foi o primeiro Estado, inclusive, a fazer um cadastro único com a Receita Federal, implantar um cadastro único.

O que ocorre hoje no Brasil, o nosso sistema tributário extremamente complexo e com uma Legislação, digo que o ICMS tem 27 Leis e 27 regulamentos e 27 mil artigos, porque cada um Estado tem um regulamento que tem em média 1.000 artigos de ICMS, então, para quem atua em vários Estados brasileiros, as empresas que têm uma presença em todo o país ou em vários Estados têm um volume tamanho de Leis e regulamentos para conhecer, que muitas vezes termina sendo apanhado pelo fisco, sendo autuado, mas não pela vontade própria de sonegar, mas principalmente por esta complexidade da Legislação.

Outra coisa difícil e complexa na nossa Legislação, difícil de atender por parte dos contribuintes é o grande volume de obrigações acessórias que os Estados e o Governo Federal, os municípios exigem dos contribuintes e, muitas vezes, eu acredito que menos de 10% das informações que estão, que são transmitidas aos Estados e aos municípios, principalmente, também à Receita, eles são efetivamente aproveitados,

hoje, para geração de informações e tratadas efetivamente. Então, isso termina, os Estados e município, o fisco não pode deixar de pedir essas informações, porque se não tiver disponível o volume de sonegação pode aumentar significativamente. Mas os Estados e os municípios e a Receita não estão preparados para usar a potencialidade dessas informações hoje, e esse volume de Legislação e de obrigações acessórias leva a um dado interessante de uma carga tributária invisível que um estudo do Banco Mundial estimou que no Brasil você gasta 2.600 horas por ano para acompanhar e pagar os impostos – é a média da empresa brasileira. Dos 170 países que constaram desse estudo do Banco Mundial, apenas 23 países gastam mais que 500 horas por ano, no Brasil gasta-se 2.600. Países como o Chile, por exemplo, gastam em média 306 horas por ano, países como a Suíça gastam 63 horas por ano para acompanhar. Então, esse excessivo volume de Legislação, essa complexidade, essa quantidade imensa de impostos que nós temos, esse volume de obrigações acessórias que todo o contribuinte é obrigado a ter, leva a essa carga tributária invisível, leva a esse custo extraordinário que nós temos hoje para o segmento empresarial e, também, para o fisco, porque termina exigindo um volume muito maior de pessoas, de recursos para controlar tudo isso, para acompanhar e para fazer todo essa... Funcionar essa máquina com essa complexidade toda.

Então, acho que é necessário que se faça a Reforma Tributária mais urgente possível, acho que o Governo Federal encaminhou uma proposta que eu entendo como ainda com grandes avanços, mas tímidos nós precisaríamos tirar todos os penduricalhos, inclusive, uma série de impostos que estão aí isso tidos com taxa, com impostos que existem há muito tempo que tem o poder de arrecadação muito pequeno, e que serve apenas para gerar mais burocracia, mais... mais um volume mais significativo de trabalho para as empresas e, como eu falei, para o os próprios fiscos que ficam amarrados a isso, e isso tudo significa um volume, cada vez maior, de sonegação, a gente sabe disso.

Desde 1998 o Governo Federal e os Governos Estaduais começaram um amplo processo de modernização das máquinas fazendárias – foi o chamado PENAF(F) – o Programa Nacional de Modernização, foi financiado pelo BIRD, e esse... Foi um avanço significativo nas administrações tributárias, a partir de 1998 e culminou com uma série de ações das três esferas de Governo. Hoje, os Estados principalmente têm uma capacidade muito maior de fiscalização e de acompanhamento; e a implantação da nota fiscal eletrônica, eu entendo que é o avanço mais significativo

em todos esses anos de modernização das máquinas estaduais e da máquina federal, não tenho dúvida de que a sua implementação, na potencialidade que ela tem, vai ser um instrumento importantíssimo para ajudar, inclusive, na Reforma Tributária, porque a partir de base de dados, uma coisa que preocupa muito hoje aos Estados, por exemplo, o que fazer e como fazer na hora que você transfere o imposto ICMS da origem para o destino, ele pertencer ao Estado consumidor, como você vai fazer a compensação dos créditos e das empresas, principalmente as comerciais – as empresas do setor de varejo e que vendem para muitos Estados e ela tem a possibilidade, com o novo modelo, de geração de volume extraordinário de crédito e que não tem para onde repassar. Hoje, a gente já vive isso nas exportações e com o novo modelo que está proposto, aí, na reforma, nós teríamos esse acúmulo também internamente se não houver uma grande câmara de compensação e que ela só pode funcionar bem, na minha visão, se você tiver a nota fiscal eletrônica implementada em todas as Unidades da Federação e, principalmente, na Receita Federal.

Então, eu entendo que o instrumento da nota fiscal eletrônica, não vou discorrer sobre ela em si, como está sendo proposta, acho que o modelo está correto. Entendo que ela não pode ser simplesmente um modelo de você tirar, ter essa informação de você facilitar para o contribuinte, mas também de você usar como um instrumento de troca de informações entre os Estados e a Receita Federal que hoje não existe – você não cruza um dado hoje, por exemplo, de Imposto de Renda com dado de ICMS, quer dizer, um grande comprador de produtos, por exemplo, de bem de consumo duráveis como veículo, coisa desse tipo, ele em nenhum momento, essa informação dessa aquisição é confrontada com o Imposto de Renda dele para saber se ele tem essa mesma capacidade de adquirir, então, a gente tem dificuldades, por exemplo, você tenta reduzir a burocracia, né, concedendo a Inscrição Estadual, uma Inscrição Federal via *internet* e aí você abre um outro flanco, por exemplo, você tem determinados setores, um setor atacadista, por exemplo, os Estados sabem disso, já sofreram muito com essas coisas, os próprios atacadistas que são sérios sempre nos procuravam para combater isso. Muitas vezes, eles abrem uma empresa, conseguem se inscrever como contribuinte ou uma empresa atacadista, uma empresa de comércio varejista em nome de um laranja, de alguém que não tem a menor capacidade de fazer isso, e ele atua durante 6 meses há 1 ano, desaparece e quando o fisco vai buscar, ela já sonegou tudo... Quando encontra o proprietário da empresa, muitas vezes é um pobre coitado que ganha salário mínimo ou de-

sempregado que mora na favela e aí aquele imposto já foi embora, não tem mais onde buscar não tem mais legalmente onde pegar.

Nós fizemos o caminho inverso, começamos a exigir capacidade financeiro desse, do sócio para abrir determinados tipos de empresa para evitar justamente que se usasse pessoas, às vezes, inocentes, não sabiam nem o que estava assinando para sonegar impostos. Então, esse trabalho vai de encontro à modernidade, mas ao mesmo tempo se tornava necessário. Na hora que você tem a nota fiscal eletrônica e você tem integração entre os fiscos você pode cruzar informação na hora, pediu a inscrição, olha lá no Imposto de Renda se ele tem realmente capacidade de estar abrindo aquela empresa com os investimentos que são necessários. Então, aí, você cruza a informação, esse eu acho que é o verdadeiro caminho que a gente tem, a Secretaria de Fazenda e o fisco federal, tem que percorrer para resolver definitivamente ou pelo menos dar um passo significativo para reduzir sonegação, simplificar e ao mesmo tempo fazer um... Permitir que as empresas tenham um custo muito menor de armazenamento de dados, de prestar contas ao fisco e haja uma concorrência mais leal no mercado produtivo. Na hora que você entra uma empresa sonegadora ela tende a reduzir, não só ela sonega, mas ela tira de outro contribuinte sério a possibilidade de estar vendendo de estar concorrendo no mercado, a gente vê isso muito no dia-a-dia.

Uma outra coisa que eu queria sugerir, aproveitando aqui a presença do fisco federal e do Estado de São Paulo que são dois grandes, representam talvez aí quase 90% de tudo que se arrecada no Brasil, nós implantamos o modelo na Bahia da nota fiscal eletrônica para setor público. Então, todas as vendas feitas ao Setor Público a nota fiscal tem que ser eletrônica. Isso pode ser implementado imediatamente e, como se implementou para vários segmentos, você pode fazer imediatamente para o Setor Público. Isso vai eliminar de cara qualquer possibilidade de qualquer ente público venham adquirir um recurso, ou adquirir um produto, ou um bem e depois constatam que tem uma nota fiscal fria na mão, ou uma nota fiscal calçada. Isso ocorre muito, hoje – quando nós fizemos esse trabalho, nós verificamos nos Tribunais de Conta, principalmente o Tribunal de Contas do Município e muitas vezes e muitas vezes encontramos notas fiscais calçadas até mesmo vendo o próprio Estado, a gente encontrava, na hora de fiscalizar, a nota fiscal calçada – quer dizer – na nota que foi entregue ao Estado tinha um valor e na nota que estava lá que foi recolhido o imposto, outro valor infinitamente inferior. Como o Setor Público compra sempre grandes volumes, a implementação

imediatamente disso, sem dúvida, vai eliminar essa possibilidade, muitas vezes não é por má-fé do gestor não... Muitas vezes não é questão de má-fé, é questão de falta efetivamente de controle, pois prefeituras pequenas não têm essa capacidade de um lado e do outro lado há aqueles contribuintes que querem efetivamente aproveitar grandes vendas aos Estados e sonegar. Então, eu acho que esse modelo, já que os Estados... Já conseguiram implantar para vários segmentos, pode se fazer imediatamente para todo o Setor Público. A Bahia já faz isso para vendas ao Estado e ao Município e não se fez ainda, pelo menos eu acho que não se fez ainda, para o Setor Federal. Eu acho que pode ser implementado e também quando da utilização de recursos oriundos do Setor Público. Se alguma entidade recebeu o recurso do setor público, toda a vez que ela adquirir um produto, esse produto deve ser o serviço, deve ser emitida uma nota fiscal eletrônica e esses dados a Receita Federal e os Estados podem disponibilizar imediatamente para os Tribunais de Contas da União e dos Estados, que facilita também a fiscalização e o controle.

Essa é uma medida que eu acho que nós implantamos lá deu certo, eu não vejo nenhuma dificuldade de você vir a implantar isso num prazo muito curto, porque os mecanismos e as condições tecnológicas já existem e os Estados e os municípios, certamente, terão essa grande.. Prestarão um grande serviço à sociedade na hora em que você trazer essa informação para o âmbito dos fiscos estaduais, evitando mais um canal ou mais um ralo, aí, de sonegação fiscal.

Então, eu acho que o sistema como ele está, ele vai atingir o objetivo dele no curto prazo, ele vai atingir o objetivo de implementar um sistema e que você tenha um volume de informações.

Agora, vem o segundo, que – acho que por falta de tempo – o Marcelo não, não sei também se não era o objetivo, mas que é o SPED, que eu acho que esse sim é o sistema que usando o banco de dados da nota fiscal eletrônica pode fazer os grandes cruzamentos, pode disponibilizar as informações para que você diminua drasticamente a necessidade de exigir do contribuinte a obrigações acessórias, reduzindo o seu custo interno de controle, de acompanhamento e permitir que a implantação de um sistema – novo sistema de tributação nacional – uma reforma tributária mais ampla, possa ter as informações necessárias para o seu funcionamento do ponto de vista de cruzamento de informações e de distribuição, inclusive, de Receita entre os Entes Federativos que sem dúvida, o modelo que está proposto está tramitando na Câmara traz essa mudança da origem para o destino que é preocupante na hora de você fazer essa compensação

entre Estados e municípios. Então, basicamente, era isso que eu tinha a falar sobre o tema, e me colocar aí à disposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Albérico, por suas colocações sempre muito pertinentes e eu passo a palavra ao Senador Relator Francisco Dornelles para fazer suas observações.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Tasso Jereissati, Senador Flexa Ribeiro, queria cumprimentar aqui o Governador Paulo Souto até agora presente aqui, dizer que... Eu fiquei extremamente satisfeito com a exposição que vocês acabam de fazer, um dos pontos que... Uma das falhas que existe na concepção de uma Reforma Tributária no país é que todo o enfoque é dado à Legislação Tributária, deixando de lado a administração tributária e que eu acho que devia ser até priorizada em qualquer esquema de Reforma Tributária.

A evolução, a simplificação, a desburocratização que se pode atingir com maior eficiência na, através da administração tributária é fundamental para reduzir aquela carga – a que o Albérico se referiu – que uma empresa padrão brasileira está hoje consumindo 2.600 horas por ano para cumprir suas obrigações tributárias, número extremamente superior àquele que existe em outros países.

Então, eu queria fazer aqui, colocar aos 3 debatedores a seguinte situação: Existe ainda algum impasse de natureza legislativa para implementação de uma nota fiscal eletrônica? Para o sistema de nota fiscal eletrônica? Por que motivo, como é que vocês vêm essa implementação completa da nota fiscal eletrônica em todo o país? Qual é o percentual, Marcelo, qual é o percentual de arrecadação nesses setores que já estão integrados no sistema da nota fiscal eletrônica na arrecadação total do país? Eu queria fazer uma específica ao George, existe, no momento da nota fiscal eletrônica que vocês têm em São Paulo entre a nota municipal e a nota paulista, né que vocês, paulistas, existe alguma, conflito entre as duas, como é que elas se interligam? Existe uma troca de informações entre Estado e Município em relação a essas notas emitidas? E também, eu queria perguntar ao Albérico, em relação aos Estados o que é que leva hoje, por exemplo, o Estado da Bahia, um Estado, o que é que levaria o Estado a dizer: Vou implementar nota fiscal eletrônica em todo o Estado? É um problema de vontade administrativa? Quais são as barreiras que você... Atrás de cada ato burocrático existe sempre um dono. Não existe burocracia sem o dono da burocracia, quais são as reações, quais são as resistências que hoje ocor-

rem, em que setores a implementação de uma nota fiscal eletrônica?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Eu vou passar a palavra aos palestrantes para responder às indagações do Senador Dornelles que são, como sempre, extremamente importantes. Mas me impressiona no Senador Dornelles a sua capacidade de simplificar e dar síntese e objetividade às questões.

Nós assistimos, aqui, recentemente ele fazer uma exposição de uma reforma tributária extremamente complexa e difícil e de uma maneira tão sintética, tão objetiva e simplificando a coisa de tal maneira que dá a sensação que aquilo é fácil, fala com a simplificação impressionante. E, aqui, ele realmente sintetizou de uma maneira bastante objetiva e em poucas perguntas com poucas palavras aquilo que acho que todo mundo está querendo saber. Então, com a palavra o Marcelo Berredo de Menezes da fiscalização, Coordenador-Geral da Fiscalização da Receita Federal.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Obrigado Senador Tasso, Senador Dornelles. O que eu captei aqui das indagações do Dr. Dornelles, primeiro se ainda existe algum impasse legislativo em termos que impeça ou esteja dificultando a implementação por completa da nota fiscal eletrônica. Eu diria que não. Eu acho que um dos grandes ganhos que a gente teve nesse processo de implantação da nota fiscal eletrônica foi desenvolver o Projeto antes da modificação legislativa, da implementação dos convênios, dos ajustes, dos protocolos necessários à implantação do Projeto. Tá? Então, toda a Legislação, ela foi desenhada em conjunto com o desenvolvimento do Projeto. Não existe, hoje, em termos de... Norma legislativa nenhuma norma que esteja ainda dependendo de implementação ou de aprovação para a implementação efetiva do Projeto – o Projeto já está em pleno funcionamento – e o que resta a nós, agora, é avaliar o efetivo funcionamento a partir da obrigatoriedade desses dois segmentos importantes que foram obrigados a partir de 1º de abril e acompanhar aí a partir de 1º de setembro a entrada de mais segmentos também importantes para a economia do país.

Em termos de representatividade na arrecadação, eu não tenho aqui comigo, mas os números do setor de combustíveis são bastante expressivos, eu não saberia dizer em volume de arrecadação quanto que se tem hoje no setor de combustível, mas nós temos a maior empresa do país hora é a Petrobrás que tem um volume de arrecadação bastante significativa, uma participação no PIB bem grande e que certamente tem um volume de arrecadação grande. O setor de cigarros, cuja tributação está concentrada hoje na indústria,

ele tem uma arrecadação Federal, hoje da ordem de 3,5 bilhões de Reais. Esse é o volume hoje da arrecadação de cigarros, é claro que a obrigatoriedade da nota no setor de fabricação de cigarros, ele tem uma ligação direta com os problemas de sonegação que a gente tem no setor, pelas práticas de sonegação, pela venda sem nota, pela produção sem selo e por uma série de outras práticas.

Para 1º de setembro, nós temos outros setores importantes da economia que é o setor de... Exatamente. Todo o setor hoje está obrigado a emissão de nota fiscal eletrônica, ou seja, todos esses 3 bilhões e meio e que representa a arrecadação do setor hoje, é claro, que nós temos um potencial de sonegação no setor de cigarros hoje, com nota fiscal eletrônica a gente entende que isso vá crescer, hoje o potencial, já, já entrou desde primeiro de abril, já está em pleno funcionamento a nota fiscal eletrônica no setor de fabricação de cigarro. A gente vai avaliar, né, ou seja, nós temos aí 10 dias de nota fiscal eletrônica, tá? Hoje nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Só 10 dias.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Entrou dia 1º de abril, entendeu? Nós temos que avaliar o comportamento do setor a partir da implantação da nota fiscal eletrônica, potencial de sonegação no setor de cigarros hoje, Nacional, é de ordem – sem contar o contrabando que vem de países vizinhos – é da ordem de 700 milhões de Reais só em âmbito Federal. Você tem bastante espaço para tentar recuperar, aí. A gente tem, além da nota fiscal eletrônica, outros instrumentos para que se possa trabalhar. Assim como você tem também os setores que estão previstos para entrar em setembro, como fabricantes de cerveja – que dentro do setor de bebidas, fabricação de cerveja hoje detém entre 70, 75% da arrecadação do setor é cerveja – são setores importantes também que merecem uma atenção; setor de fabricação de veículos automotores, não sei o volume de arrecadação, mas é algo em torno de 4% do PIB, hoje, a fabricação de veículos automotores. Mas é claro que a gente pode detalhar isso com precisão setor a setor e passar, posteriormente, essa informação, OK? Obrigado. Vou passar uma informação aqui, só complementando, Senador, pessoal que a arrecadação de combustíveis é de ordem de 50 bilhões de reais, a arrecadação federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Toda já feita com eletrônica?

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Com nota fiscal eletrônica, a partir de 1º de abril, tá?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Também não dá para perceber, porque o setor de combustíveis também estava com problema muito grande de... né?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Arrecadação geral. 400 bilhões.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Depois a gente passa os números com mais precisão. Volume de nota, volume de operações.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Eu passo a palavra agora ao Sr. George Tormin.

SR. GEORGE TORMIN: Senador Dornelles, as perguntas que o Sr. dirigiu à Mesa, com relação à dificuldade de implantação. Eu não vejo grandes dificuldades. Hoje, o maior recurso necessário para a implantação de Projetos como esse está... Reside na área de informática que tem caído os preços, tanto de comunicação quanto de equipamentos, tem caído drasticamente nos últimos anos. Eu acho que mais é uma decisão gerencial de se implantar um sistema como esse, quer dizer nos últimos 2 anos, 3 anos nós implantamos tanto no município de São Paulo, quanto no Estado de São Paulo que são os dois nas suas respectivas esferas, são os dois maiores do país e implantamos e está funcionando, para o Sr. ter uma idéia, só no Estado de São Paulo que tem 7 meses que está no ar o sistema temos mais de 200 mil empresas cadastradas e já emitimos mais de 90 milhões de notas fiscais nesse período. No Município de São Paulo, já são mais de 140 milhões de notas fiscais já emitidas ao longo desses últimos 2 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Percentual da arrecadação que está eletrônica.

SR. GEORGE TORMIN: No varejo será 100%, o cronograma não terminou, nós fizemos um cronograma, no Município também, no município em torno de 90%, por quê? Porque no município empresas que faturam acima de 240 mil por ano, aquelas que faturam até 240 mil estão fora do Projeto, porque que representa aí uns 10, 15% de arrecadação. No Município de São Paulo de 85 a 90% da arrecadação do município já está sendo feita por intermédio da nota fiscal eletrônica. No Estado de São Paulo 100% do comércio varejista será, que é em torno de 7 bilhões de Reais por ano deve ser, vai estar incluído no Projeto da nota fiscal paulista. Nós começamos... é que a estratégia é diferente a nota fiscal eletrônica nacional... São os grandes fornecedores e nós começamos pelo varejo, começamos pela outra ponta e em algum momento elas se encontram e, aí, respondendo a pergunta do senhor, ela se encontram aonde? No SPED, o SPED fiscal tem a parte contábil,

a parte fiscal e a nota fiscal eletrônica, esse ambiente SPED é que vai ter que congregar vai ser o repositório de todos... O SPED, eu até pediria para o Marcelo explicar que, que ele conhece muito mais.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: O SPED, na verdade, o Projeto SPED ele está subdividido em 3 subprojetos, o Projeto SPED: é escrituração contábil digital, escrituração fiscal digital e a nota fiscal eletrônica. São os três Projetos que estão abarcados dentro do Projeto SPED.

Escrituração contábil e escrituração fiscal – escrituração contábil já está valendo desde 1º de janeiro para as 10 mil maiores empresas do país, ou seja, desde 1º de janeiro as 10 mil maiores empresas do país estão fazendo a escrituração contábil em meio digital.

A escrituração fiscal que são as obrigações relacionadas a contribuintes do IPI e do ICMS, ela vai entrar em 1º de janeiro de 2009, são os livros fiscais, livro de apuração do IPI, livro de apuração do ICMS, livro de registro de inventário. Entendeu? São os livros voltados à escrituração fiscal do contribuinte.

E o Projeto Nota Fiscal Eletrônica que é o Projeto que a gente está detalhando aqui nesse momento, mas o Projeto SPED ele envolve não só a parte de nota fiscal eletrônica como também a parte de todos os livros contábeis e fiscais do contribuinte também, toda a documentação do contribuinte.

SR. GEORGE TORMIN: Bem, concluindo. E a implantação da nota fiscal eletrônica ela possibilita uma simplificação enorme no cumprimento de obrigações acessórias por parte dos contribuintes.

O que nós entramos tratando da informação mais atomizada, vamos dizer assim, a informação mais elementar do controle fiscal que é a nota fiscal. Se nós passamos a receber essa informação, a princípio todo o restante é apenas ajuste, quer dizer não, há a necessidade posterior de envio de novas declarações, de cumprimento de novas obrigações acessórias. Então, Projeto a Nota Fiscal Eletrônica, ele resolve um grande problema das empresas do Brasil hoje que é, além de ter uma carga tributária alta, também tem uma carga de obrigações acessórias elevadíssimas – como o Marcelo mostrou e tem uma transparência específica sobre isso – esse Projeto eu acho que ele simplifica muito isso.

Outra pergunta que o senhor havia feito é com relação à troca de informações entre Estados e Municípios, Estado e Município. Ainda não há essa troca pelo motivo de que o Estado ele está, ele está cuidando das empresas fornecedoras de mercadorias, né, e o município de serviços. Onde é o ponto de encontro? O ponto de encontro nós estamos utilizando a mesma base da Receita Federal, ou seja, CNPJ não tratamos mais de

inscrição estadual e inscrição municipal, a gente está tratando com CNPJ nos dois sistemas e o CPF que é da pessoa física também nesse mesmo ambiente da Receita Federal. Então, isso já dá uma certa uniformidade e todos os campos, todas as informações elas são compatíveis com aquela determinada no sistema da nota fiscal eletrônica nacional. Então, ela, em tese e é isso que vai acontecer na prática, elas estarão, apesar de estar em bases distintas no município, no Estado e na União, mas elas podem a qualquer momento ser acessadas e ser visualizadas de uma forma integrada, isso é que é importante que elas estão sendo construídas que possibilite a integração no futuro. Então essa é a visão que está sendo feita.

E com relação ao impasse se há algum problema legislativo, tanto no Estado quanto no município foi necessária aprovar Leis, porque nós estávamos devolvendo crédito, como é um incentivo financeiro, nós tínhamos que aprovar essas Leis para regulamentar a devolução do crédito que é muito importante.

Esses programas de incentivo à cidadania fiscal, eles são importantes para a disseminação da emissão da nota fiscal. Para os senhores terem uma idéia, só no Estado de São Paulo, nós já temos 500 mil pessoas físicas cadastradas no nosso sistema, que estão acompanhando os seus créditos e já recebemos mais de 40 mil reclamações – que aquela que foi na empresa, a empresa não quis emitir a nota, ele faz a reclamação para a gente, foi na empresa e a nota não transmitiu as informações, ele preenche alguns dados para a gente na tela e, automaticamente, o sistema dispara um e-mail para o estabelecimento e dá um prazo para ele resolver o problema. Na verdade, o pessoal costuma dizer e realmente é verdade nós temos 40 milhões de fiscais, o próprio consumidor cadastra isso no sistema, aciona a empresa por intermédio do nosso sistema e com isso nós estamos aumentando, significativamente, a base de arrecadação em alguns setores já dá para ver no perfil de arrecadação que aquele setor já está tendo aumento de arrecadação mesmo com a devolução de 30% no imposto. Quer dizer, todos estão pagando um pouco mais aquilo que realmente é devido.

SR. ALBÉRICO MASCARENHA: Senador, eu acho que o que impede o Estado ou o município hoje participe do Projeto – todos os Estados já estão participando do Projeto – o fator mais complicado aí sem dúvida é financeiro. Alguns Estados, por vontade política ou por outros motivos, terminam não disponibilizando para Secretaria da Fazenda os recursos necessários para o processo de modernização e isso, não é um investimento muito pequeno, hoje, quando eu falei aqui do PENAF, foi um programa que o Banco Mundial, aliás, o BIRD, o Banco Inter-Americano de Desenvolvi-

mento financiou os Estados na implantação dos seus Projetos de modernização, eu sou fiscal de carreira, então, conheço muito como é que as coisas se evoluíram. Em 1991, 1992 os Governos Estaduais levavam pelo menos 60 dias para fechar a arrecadação do mês anterior. Era um negócio assim, o senhor foi membro da Receita sabe disso. Isso começou a evoluir, claro, também a evolução tecnológica ajudou, mas a partir de 1995, 1996 com o PENAF a evolução nele foi um salto gigantesco nos anos seguintes e uma outra coisa, um outro registro também nesse processo, muito importante, é a presença da Receita Federal, ela começou a quebrar paradigma e começou a se integrar muito aos Estados. Eu acho que o Secretário Rachid tem um papel fundamental nesse processo, não só pela presença física dele em todas as Reuniões de CONFAZ – ele está lado dando o apoio – como pela disponibilidade da Receita de começar a atuar conjuntamente. A gente tinha uma dificuldade, imagine, que o primeiro cadastro único foi implementado em 2000, nem o cadastro único ainda é o cadastro sincronizado onde o contribuinte pode se inscrever tanto no fisco estadual como federal através de um procedimento único. O primeiro foi implementado em 2005, 2004 a 2005, Marcelo, a Bahia foi o primeiro a implementar logo em seguida praticamente junto com São Paulo, não sei se hoje os 27 Estados já estão integrados. Pois é, então, isso, uma boa parte disso é sem dúvida a questão tecnológica, né, a disponibilidade de recursos e uma outra também a vontade política, muitas vezes essa coisa fica em segundo plano dentro de tantas outras necessidades que os Estados tenham. Mas, hoje, existe o ambiente tecnológico, existe toda a disposição, há uma integração muito maior entre o fisco essa outra coisa, os Estados e os Municípios disponibilizam seus programas, seus sistemas hoje, sem custo, para os outros Estados São Paulo, aqui eu tenho certeza que não só o Estado como a Prefeitura disponibilizaria seu sistema se houver o pedido sem custo para outro, para outro Ente Federativo sem nenhum tipo de dificuldades, existe protocolos entre os Estados hoje, acho que falta aí mesmo é recurso e vontade política de agilizar o processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREIS-SATI (PSDB-CE): Eu gostaria de agradecer e pedir licença ao Senador... Eu gostaria de pedir desculpa, mas como eu tenho um compromisso, agora, externo que realmente eu não posso faltar, passar a presidência ao Senador Dornelles para que continue os trabalhos, mas não posso sair sem colocar que realmente, como colocou o Senador Dornelles, essa é uma das mais esclarecedoras Reuniões que nós tivemos aqui durante esse ano, mais de um ano de trabalho nessa

Comissão, para mim mesmo eu acho que até para o Senador Dornelles que é um grande conhecedor do problema tributário brasileiro, também foi bastante esclarecedor, e que nós vemos aqui e de alguma maneira boa parte da Reforma Tributária andada com a nota fiscal eletrônica, e acho que vale a pena, como foi aqui sugerido, que nós façamos uma apresentação aqui específica sobre o SPED. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, apenas que eu acho que isso pode ser bastante esclarecedor em relação às dúvidas e às questões que nós estamos levantando aqui em relação à Reforma Tributária. Então, para surpresa de alguns, antes de sair eu gostaria de ter a honra de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para que, em seguida, seja presidido, ele me pediu, eu não quero ser precedido por qualquer um, eu quero ser presidido durante a minha fala pelo Senador Dornelles e eu vou atender ao seu pedido, pedindo desculpas aos... Por ter que me retirar.

[troca de presidência]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Presidente Senador Tasso Jereissati, Presidente Senador Francisco Dornelles, senhores convidados, Senador Tasso, V.Ex^a não é qualquer um é uma honra muito grande ser presidido por dois eminentes Senadores como são V.Ex^a e o Senador Francisco Dornelles.

Senador Dornelles, eu quero, aqui, parabenizar o Presidente Tasso Jereissati como Presidente dessa Subcomissão Temporária de Reforma Tributária e a V.Ex^a que preside, a partir desse momento, essa Audiência Pública, mas que é o Relator da subcomissão. V.Ex^a já apresentou o seu Relatório que, como bem disse, ele é uma proposta a ser discutida por todos os segmentos da sociedade para que nós possamos avançar na tão sonhada Reforma Tributária que há décadas se fala sobre ela e, lamentavelmente, ela nunca acontece, a não ser por arremedos feitos por necessidade da ação do fisco ou do Executivo Nacional.

V.Ex^a, pelo conhecimento e competência reconhecida por todos nós, é, sem sombra de dúvidas, o Senador mais abalizado para que nos encaminhe e nos dê a orientação com relação à proposta da Reforma Tributária e o Senado Federal sai pela ação, tanto do Senador Tasso quanto de V.Ex^a à frente de uma forma pró ativa, fazendo com que se possa discutir antecipadamente o Projeto do Governo Federal que tramita na Câmara. Eu até fiz... Por ocasião da apresentação do seu relatório, que nós pudéssemos fazer um trabalho compartilhado com a Câmara Federal através do Relator do Projeto lá na Câmara, de tal forma que propostas que V.Ex^a fez no seu Relatório possam já ser absorvidas pelo Relator lá na Câmara

Federal, agilizando o processo de tramitação numa... Numa questão que é fundamental, porque este ano é um ano legislativo curto, nós vamos já proximamente entrar num Processo Eleitoral e que vamos passar, pelo menos, 3 meses sem que possamos levar a cabo a questão da Reforma Tributária.

V.Exa, no seu Relatório e na sua exposição aqui, colocou como uma condição para implantação da Reforma a instalação da nota fiscal eletrônica. E nós vimos, agora, na exposição dos nobres palestrantes que realmente é algo da maior importância. Eu gostaria de alguns esclarecimentos, Senador Dornelles, o primeiro é se há algum levantamento de previsão de aumento de Receita em função da instalação da nota do sistema de nota fiscal eletrônico. Já foi dito aqui de que já ocorre aumento da base com o aumento de ganho de Receita mesmo com o retorno de parte do imposto pago à sociedade. Essa seria um primeiro questionamento. Eu faço isso, Senador Dornelles, porque é importante porque se houver aumento de Receita é indicativo que nós podemos baixar a carga tributária, que a carga tributária da forma como está é insustentável para o desenvolvimento da nossa economia. Então, nós buscamos um meio de, sem perda de Receita para os Entes Federados possamos reduzir a carga tributária do setor produtivo e da sociedade de uma maneira geral.

O Secretário Adjunto da Fazenda de São Paulo colocou aqui, de forma bastante clara, algo que já foi utilizado por diversos Governos que é atrair o consumidor para que seja um fiscal auxiliar tanto do Estado quanto do município e da União. Vários programas foram feitos de você trocar a nota fiscal por bônus ou por cupons de sorteios, de produtos, quer dizer, na tentativa de que houvesse, por parte do consumidor, a cobrança da nota fiscal. No caso da nota fiscal eletrônica, eu pude verificar, que há 2 oportunidades ao consumidor: a primeira no caso do Município de São Paulo, de abater até 50% do IPTU. Mas fiquei na dúvida e eu gostaria de esclarecer se esse, já foi dito pelo senhor, que esse valor de crédito poderia ser repassado a terceiros. Mas repassado na totalidade do crédito que ele tem desde que a cada um só atenda os 50% do, seria assim, ou seja, se você tiver um crédito maior do que a sua necessidade, ele cria uma moeda de troca para negociar com terceiros para que eles também se beneficiem até 50% do IPTU. E no caso do Estado, cuja 30% do imposto pago volta ao consumidor ele também pode, aí já é, pelo que eu entendi, já é a troca imediata, quer dizer, ele já fica credor daquele valor e negocia ou recebe diretamente o valor, não precisa negociar com ninguém. Gostaria que esclarecesse melhor depois que

eu concluir aqui, Secretário, para poder agilizar aí ao nosso Presidente a questão.

Eu acho, conheço o Projeto do Banco, do BIRD que financiou vários Estados brasileiros para modernizar o seu sistema fazendário. Não sei se chega a ponto da implantação da nota eletrônica, então, eu perguntaria, não seria o caso da União criar uma linha de crédito através do BNDES para que possibilite aos Estados e aos municípios brasileiros para que ele efetivamente tenha os meios de fazer a implantação da nota fiscal eletrônica? Porque o Dr. Albérico falou na questão de vontade política que essa é a determinante, mas, às vezes, o gestor pode ter vontade política e não ter os recursos. Então, seria um caso de abrir uma linha de crédito do BNDES para que Municípios e Estados que queiram fazer a implementação da nota fiscal possam ter os meios financeiros para que isso ocorra. Ainda facilitado pela disponibilidade dos sistemas que já estão implantados tanto no Estado de São Paulo quanto na Prefeitura de São Paulo.

Mas eu tenho duas questões aqui que eu gostaria, também, de fazê-las, Sr. Presidente, Senador Francisco Dornelles. A primeira delas diz que a importância da Reforma Tributária, tributária da cartilha que instrui a proposta do Poder Executivo, o Ministério da Fazenda afirma que a implantação da nota fiscal eletrônica e a integração entre os fiscos contribuirão para uma redução significativa da sonegação, já vimos isso. Qual o mecanismo decisivo da nota fiscal eletrônica inexistente na nota fiscal de papel, que desestimularia a empresa a omitir do fisco saídas de mercadorias. O próprio Secretário já fez referências à reclamações de estabelecimentos que se negam ou evitam de emitir também a nota fiscal eletrônica. Então, qual o mecanismo, se é que existe esse mecanismo, que seria diferentemente da nota fiscal de papel em que o comerciante se nega a dar a nota fiscal, emitir a nota fiscal e que no caso da nota fiscal eletrônica ele não teria essa possibilidade?

E o segundo questionamento é que no esquema da nota fiscal eletrônica, a Secretaria de Fazenda Virtual precisa autorizar o uso da nota antes que a empresa dê saída à mercadoria, isto é, antes da ocorrência do fato gerador. O inciso II da cláusula 7ª do ajuste SINIEF nº 7 de 2005 prevê a denegação da autorização de uso da nota fiscal eletrônica em virtude de “a” – irregularidades fiscais do emitente, foi dito aqui; irregularidade fiscal do destinatário, a critério de cada unidade federada. Qual o teor dessa irregularidade fiscal que poderá inviabilizar o exercício da atividade econômica da empresa? Vale lembrar que as Súmulas 70, 323 e 547 do Supremo Tribunal Federal não admitem que o Poder Público utilize meios

gravosos e indiretos de coerção estatal destinados a compelir o contribuinte inadimplente a pagar o tributo. Eram essas as questões que eu teria, eminente Presidente, Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador Flexa Ribeiro, quero cumprimentar V.Exª por essa sua participação nessa subcomissão, V.Exª é um dos maiores conhecedores de todos esses problemas aqui tratados, porque tem uma vivência prática do dia-a-dia, um conhecimento teórico, V.Exª é daqueles Senadores que honra essa Casa por tudo que o senhor representa e falou um ponto muito positivo, que é o problema da, do volume da carga tributária que preocupa a todos, é um país se todos pagaram cada um vai pagar menos. De modo que é uma questão muito positiva que V.Exª colocou, eu pediria aos debatedores que pudessem dar uma abordagem específica sobre assunto de tão grande profundidade. Eu começo dentro da ordem, dou a palavra ao Marcelo.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Obrigado, Senador Dornelles. Senador Flexa Ribeiro vou tentar responder as suas questões na medida que eu, do meu conhecimento. Em relação ao seu questionamento acerca da previsão de aumento de Receita em função da implantação da nota fiscal eletrônica, nós não temos esse número, ou seja, não existe esse número e nós nunca sentamos para nos debruçar sobre essa questão de quanto será que a arrecadação vai aumentar em função da implantação da nota fiscal eletrônica, o que a gente tem é uma certeza é de que vai aumentar. Agora em que proporção à gente não sabe, eu como coordenador de fiscalização, onde a gente lida diariamente com essas práticas e verificação de irregularidades por parte dos contribuintes, o que eu posso lhe afirmar é o seguinte: A grande maioria das infrações cometidas pelos contribuintes, quando se faz uma fiscalização por parte da Receita Federal, a maior infração detectada em todos os procedimentos de fiscalização chama-se “omissão de rendimentos”. Praticamente em quase todas as fiscalizações se detecta sempre omissão de rendimentos por parte da empresa. A omissão de rendimento se dá basicamente pela falta de emissão da nota fiscal e que você pega isso por diversos cruzamentos com movimentação financeira, entendeu? E por outros instrumentos que a Receita Federal dispõe para verificar essa omissão de rendimento. É claro que tem contribuintes que não emitem nota fiscal, isso é a grande maioria, aqueles que são detectados com práticas irregulares, tem aqueles que emitem a nota fiscal, mas não escrituram, tem aqueles que escrituram, mas não declaram à receita e tem

aqueles que declaram a receita e não pagam. Então, tem de tudo nesse universo.

Então... Aproveitando o gancho quando o senhor pergunta qual a vantagem que o contribuinte veria, aquele que não emite nota fiscal, entre a nota fiscal em papel e a nota fiscal em meio eletrônico, nenhuma, ou seja, aquele que se predispõe a cometer irregularidade e a não emitir a nota fiscal, ele vai continuar não emitindo a nota fiscal. É claro que é um meio adicional que a administração tributária tem para verificar a prática ilícita, porque, por exemplo, supõe um contribuinte, isso já foi detectado, inclusive, com parceria com o trabalho com a Secretaria de Fazenda de São Paulo, empresas que destinavam mercadorias para a zona franca de Manaus, entendeu? E acabamos detectando essas irregularidades que essas mercadorias nunca chegavam na região da zona franca de Manaus, e falava: Pelo amor de Deus, acaba com o incentivo deixa a mercadoria chegar aqui, porque a nota era para a zona franca de Manaus, mas a mercadoria acabava sendo distribuída dentro da própria região. Você entendeu?

Com a nota fiscal eletrônica, você tem como acompanhar o trânsito da mercadoria, a SUFRAMA tem que facilitado o trabalho dela, porque sabe as notas que são emitidas ali. Então, tem algumas diferenças significativas em termos de avanço tecnológico que a nota fiscal em papel não nos permite hoje. Um outro exemplo, uma empresa emite uma empresa A emite uma nota para a empresa B, na nota fiscal em papel, o dono da empresa B se a mercadoria não se destina a ele e sim a um outro Estado cuja alíquota seja maior porventura, ele nunca vai tomar conhecimento de que tem uma nota fiscal emitida em nome dele. Diferentemente na nota fiscal eletrônica onde, a qualquer momento, o contribuinte pode entrar lá e falar: Quero saber quais são as notas fiscais eletrônicas emitidas para mim, porque aquelas notas fiscais eletrônicas serão atribuídas à contabilidade dele e ele tem que atestar e confirmar se aquelas notas fiscais se destinam a ele especificamente.

Em relação à questão de linha de crédito do BNDES para facilitar a implantação da nota fiscal eletrônica, é importante fazer o registro assim que desde o início do processo, desde 2004, o Dr. Albérico sabe bem disso, a Receita Federal e o Ministério da Fazenda não mediram esforços, sejam operacionais, sejam financeiros de desenvolver ou propiciar o desenvolvimento pleno do Projeto Nota Fiscal Eletrônica e do Projeto Sistema Público de Escrituração Digital. Foi feito um investimento grande, não só em termos de aquisição de equipamentos de infra-estrutura de *software*, de *hardware* – o SERPRO foi fator decisivo no desenvolvi-

mento de todo o Projeto Nota Fiscal Eletrônica. A gente desenvolveu a solução, Sefaz Virtual exatamente para aqueles Estados que não tinham condições plenas de fazer o processo de emissão de nota fiscal eletrônica. E ainda sim os Estados nos falaram: Bem, eu emito a nota fiscal via Sefaz Virtual, mas eu não tenho condições de receber essa nota para armazenar nos meus bancos de dados, então, o Ministério da Fazenda adquiriu equipamentos, computadores, equipamentos de infra-estrutura, servidores de banco de dados, equipamentos de satélite para serem instalados nos postos fiscais que não tinham comunicação para que leitores de código de barra para verificar a passagem desse trânsito, ou seja, tudo que era necessário para viabilizar o funcionamento pleno do Projeto Nota Fiscal Eletrônica em todo o país. Ou seja, o objetivo era uniformizar e ter um suporte mínimo em termos de infra-estrutura para que o Estado tivesse condições de participar plenamente do Projeto Nota Fiscal Eletrônica. E aí a cada Estado, de acordo com os seus Projetos, e se lá na frente quiserem sair da Sefaz Virtual, ou quiserem se modernizar por alguma outra forma, entendeu? Está aberto a qualquer momento. Mas o que o Ministério fez e a Receita Federal fizeram em termos de aporte financeiro não só interno, mas para todos os Estados foi uma parcela bastante significativa. Do ponto de vista.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Abrange os Municípios?

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Isso que eu ia complementar agora. Do ponto de vista dos municípios, no Projeto Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, também existe um compromisso da Receita Federal de desenvolver o que a gente chama de “Sefin-Virtual” é um conceito semelhante da Sefaz Virtual, mas voltado aos Municípios, e com todo o aporte de recurso financeiro e de equipamentos para as Secretarias de município das capitais que em princípio são, a gente está trabalhando junto com a ABRASF que é a Associação Brasileira de Secretaria de Finanças dos Municípios das Capitais, mas é claro que a tendência que esse Projeto também se amplie para os demais municípios que tiverem interesse, mas também está sendo suportado o ônus financeiro do desenvolvimento desse Projeto no âmbito da Receita Federal e do Ministério da Fazenda.

E por últimos as irregularidades que podem inviabilizar a emissão da nota fiscal eletrônica, eu acho que é questão mais afeta aos Estados. Cada Estado tem um tratamento específico em relação à autorização de nota fiscal eletrônica, isso não faz parte das atribuições da Receita Federal, acredito que o Dr. Albérico, Dr. George possam ter uma maior percepção, percepção mais clara para elucidar esse fato.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite, Presidente? O que é necessário para que os Municípios que estejam interessados em instalar o sistema possam fazer a solicitação do apoio da Receita Federal?

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: O protocolo de cooperação que foi firmado no ENAD foi firmado com a ABRASF, ou seja, existe, com a Secretaria de Fazenda, ou seja, hoje todo o nosso relacionamento ele é feito do intermédio da ABRASF, e a ABRASF congrega o desejo o interesse, dos municípios que querem participar do Projeto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não só das capitais?

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Não só das capitais, qualquer município que tiver interesse em participar do Projeto, eu acho que o contato deve ser feito via ABRASF para se engajar o Projeto. O Projeto está sendo desenhado para todo e qualquer tipo de Município.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Palavra ao Dr. Albérico Mascarenha que mostrou que está com problema de avião, sua palavra.

SR. ALBÉRICO MASCARENHA: Obrigado Senador Dornelles, eu, realmente, tenho um problema aí de viagem agora, vou ter que me ausentar, mas eu queria fazer uma, sobre a fala do Senador, os questionamentos do Senador Flexa. Com relação à nota fiscal, a omissão da emissão da nota fiscal, essa é uma preocupação. Agora, o Projeto da Nota Fiscal Eletrônica que estava em implantação pelo Governo Federal e pelos Estados, ele abrange as notas fiscais entre empresas, ta... Então quando uma empresa vende para outra empresa ela é obrigada a emitir a nota eletrônica, ele ainda não atinge o consumidor que é diferente da do Estado de São Paulo que já atinge a nota fiscal eletrônica para o consumidor final, para um restaurante ou uma loja de varejo em qualquer lugar também ser obrigado a emitir a nota fiscal eletrônica.

Então, quando você, quando uma empresa vende para outra, dificilmente ela vende sem a nota fiscal. A outra empresa lá da ponta ela não compra sem a nota fiscal, ela normalmente, o volume maior da sonegação vem no momento seguinte, quando é vendido para o contribuinte final. Que, aí, é que você termina não emitindo a nota, o contribuinte muitas vezes não pede daí esses programas todo de apoio, de tentar incentivar que o contribuinte... O consumidor final peça a nota fiscal no momento das suas compras, no momento de, por exemplo, uma loja de roupas, lojas de shopping, normal-

mente você chega e não há o hábito de lhe entregar a nota fiscal ali, se você não pedir eles não lhe dão, não é um hábito brasileiro. O que o sistema vai ajudar? Na hora que você, que uma indústria vende um produto para uma outra empresa que atua no varejo – ela emite a nota fiscal eletrônica, essa nota vai para o fisco e se esse contribuinte varejista deixou de admitir a nota ao consumidor final, isso não vai interessar tanto ao fisco, porque ele vai ter esta informação, ele vai saber na hora que ele for fiscalizar aquela empresa, ele vai saber: Indústria tal lhe vendeu tanto, indústria tal lhe vendeu tanto, porque ele tem essa informação na mão, ele quando for fiscalizar já vai com isso na mão. Acho que a grande vantagem da nota está nisso aí. Acho que se você conseguir depois fechar essa ponta com esse Projeto que São Paulo já está implementando a nota fiscal paulista também no Estado que a nota no varejo seja emitida também eletronicamente aí você fecha o ciclo total, mas eu acho que o processo mais importante é esse que está acontecendo da nota fiscal de empresa para empresa. Eu acho que esse é o grande fator que vai contribuir para a redução significativa da sonegação.

A omissão da nota, ela ocorre principalmente na venda ao consumidor final. E essa estaria quase que totalmente coberta pela fase anterior que a nota fiscal eletrônica está atingindo. Obrigado, Senador, e eu quero agradecer, Senador, me coloco à disposição, infelizmente tenho que sair, mas fico à disposição não só da Comissão, mas também das outras técnicas que queiram, a Comissão tem os meus endereços, meus dados como me localizar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Dr. Albérico. Por favor, com a palavra o Secretário George Tormin.

SR. GEORGE TORMIN: É, bem, Senador Flexa Ribeiro, o senhor havia, explicou corretamente a forma do crédito. No município efetivamente o crédito só pode ser utilizado para o pagamento do IPTU de até 50% do IPTU de qualquer imóvel da cidade. E se o crédito disponível for superior a esse valor ele pode pagar de quantos imóveis ele desejar e não há necessidade, não há nenhuma vinculação, não há necessidade de ter qualquer vinculação entre o detentor do crédito e o imóvel indicado isso é que possibilita eventual cessão onerosa entre pessoas, então, isso é possível, acaba se transformando em dinheiro para a pessoa. No caso de São Paulo nós fomos um pouco além e permitimos que o crédito seja feito em conta-corrente em conta poupança, se a pessoa tiver um cartão de crédito a gente credita no cartão de crédito, a gente permite transferência entre pessoas, por que entre pessoas?

Como o crédito mínimo que a gente paga é 25 reais, porque nós temos custos com a rede arrecadadora para fazer o DOC, o TED para pagar, nós colocamos um valor mínimo de 25 reais, então, às vezes tem uma família que tem 5 reais um, 10 outro, transferem entre si os créditos, deu 25 vai lá saca o dinheiro, então a gente permite a transferência entre pessoas. E você pode pagar até 100% do IPVA de qualquer veículo no Estado de São Paulo. Então, transformou-se, de fato, em dinheiro no caso do Estado de São Paulo e esse, talvez, seja o maior estímulo para que as empresas não soneguem, não deixem de emitir a nota fiscal.

Tem o Projeto Nacional entre empresas, porque há pouca omissão de Receita aqui, porque entre empresa normalmente elas exigem, o que existe mesmo de sonegação é no varejo, a gente estima 60% de sonegação. Então, quando a gente pega a outra ponta que começa a dar estímulo a emitir a nota fiscal, você começa a aumentar essa base aqui e em algum momento a cadeia produtiva como um todo estará na nota fiscal eletrônica e você vai ter um controle da cadeia como um todo.

Para o senhor ter uma noção, lá na Prefeitura de São Paulo, só descobrimos isso depois da emissão da nota fiscal eletrônica que nós começamos a perceber que estávamos sendo emitidas notas para empresas não cadastradas no Município, não estavam cadastradas, não tinham feitas a inscrição municipal a gente só descobriu que a gente começou ver que ela estavam recebendo notas, em papel a gente nunca ia descobrir isso, e com a nota fiscal eletrônica, hoje a gente sabe exatamente as empresas irregulares que estão funcionando de fato no município de São Paulo que não pediram autorização para funcionar em São Paulo. A gente só conseguiu descobrir isso com a nota fiscal eletrônica, então, a nota fiscal eletrônica, ela permite você conhecer o seu universo de contribuintes a sonegação, por muitas vezes, acontecem, emite nota fiscal para ela compra mercadorias com notas fiscais e não emite aqui depois. Então, aqui a sonegação acontece. Quando você começa a pedir notas fiscais ela tem que justificar essa aqui e começa a registrar também. Então, o processo tem que ser acho que os dois pontos, estrategicamente acho interessante começar de cima como é o Projeto Nacional e começar pelo varejo em algum momento as duas pontas se encontram e os fiscos terão acompanhamento total.

E eu costumo dizer, que eu acho que nós teremos uma administração tributária antes da nota fiscal eletrônica e uma outra pós-nota fiscal eletrônica. Porque nós vamos poder acompanhar empresas que nós nunca imaginávamos acompanhar, costumo citar um exemplo a empresa no pontal do Paranapanema,

lá em São Paulo, nunca viu em fiscal e nunca vai ver, nunca iria ver um fiscal, a partir da implantação da nota fiscal, nós vamos acompanhá-la lá de São Paulo. Vou acompanhar todas as notas que ela está emitindo e recebendo pelo sistema. A gente passa a ter um acompanhamento muito mais próximo e chegar, podendo chegar ao refinamento de acompanhar, por exemplo, eu costumo citar um exemplo de padaria. Padaria vende das 6 às 8 da manhã, 6 às 8 da noite, 6 a 8 da manhã, 6 a 8 da noite. Padaria que estiver fora desse padrão pode selecionar, se ela começar emitir nota fiscal só meia noite para descarregar as que eles querem emitir. Chega... Eu acho que é um universo tão grande, o Albérico, a gente estava conversando aqui antes, tão importante quanto a implantação do Projeto da Nota Fiscal Eletrônica será ter um sistema para tratar essas informações, para entender, é um volume de dados nunca visto na administração tributária. Em São Paulo, nós estamos esperando 1 bilhão de notas fiscais por mês quando esse sistema nosso estiver a plena carga, imagine o senhor tratar 1 bilhão de notas fiscais por mês? Então, o sistema de inteligência fiscal que terá que ser implantado ele também é um desafio interessante para a gente buscar.

E com relação às irregularidades, eu confesso que não, eu não estou cuidando desse Projeto lá em São Paulo, esse do Nacional, mas eu posso citar o exemplo, por exemplo, de poços de combustíveis que vendem gasolina adulterada. Esses postos eles são, eles têm inscrição cassada e não podem operar. A Prefeitura, a gente coloca, inclusive, blocos de concreto na porta do posto, ele não pode operar. Esse posto não pode comprar gasolina, então, se uma distribuidora quiser vender para esse posto, nós não vamos autorizar, ele está com a inscrição cassada, está praticando crimes contra o consumidor, crimes contra o órgão tributário, estava vendo gasolina adulterada, ele não pode continuar comprando gasolina. Então, neste caso específico, a Secretaria de Fazenda de São Paulo não vai autorizar emissões de notas fiscais de vendas de combustível para um posto que vende gasolina adulterada. Reconhecido e há decisões judiciais lá em São Paulo dando suporte a essa decisão de fechar o posto de gasolina, não permitir que ele comercialize mais gasolina. Então, há essa possibilidade de administração tributária em determinadas situações, são muito específicas, não é uma forma de qualquer maneira fazer, situações muito específicas de se vetar a emissão da nota fiscal em algumas situações. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria perguntar ao Marcelo e ao George, nós ainda... Se vocês ainda teriam 15 minutos, porque os nossos consultores, o Zé Ro-

berto, o Patrocínio, o quem é o outro? É o Samuel? O Zé Roberto, Patrocínio e o Samuel querem colocar algumas questões... Nós poderíamos fazer seguida, Samuel, por favor.

SR. SAMUEL: Obrigado, Senador, três questões bem rápidas. A primeira eu acho que é a indagação de todos nós aqui, a gente imagina que esse sistema de nota fiscal eletrônica, ele tem que ser um sistema, em algum momento, unificado entre pelo menos Estado e União – se a gente pensar nos diversos Projetos e Reforma Tributária que nós temos avaliado, nós temos estudado – e com a unificação com uma possível unificação em INSS e também os Municípios. Quando a Receita está desenhando o sistema dela ela já está pensando nesse ponto de vista de uma futura unificação dos três níveis, tanto do ponto de vista de formato, de *software*, de máquinas, de linguagem que são utilizadas? Imagino, como que está, como que anda essa preocupação e como que é, como que o sistema é desenhado – uma coisa que me preocupou é que quando eu vi, criação no Município a partir de um Projeto de Angra dos Reis e depois uma apresentação aqui da Receita Federal, é uma série de apoio, alguns Municípios ou Estado não ficou claro para mim o quão unificada as iniciativas são e quanto passíveis de serem unificadas elas são no futuro – como que anda o cronograma com relação a possível reforma tributária que vai requerer no futuro uma forte base de informação a partir da nota fiscal eletrônica e ficou uma dúvida, o Sr. George Tormin, como que é possível 100% do varejo do Estado de São Paulo estar na nota, o que é 100% no varejo está lá a farmácia da esquina? Como que é possível fiscalizar? Essas são as minhas dúvidas, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Economista Zé Roberto.

SR. JOSÉ ROBERTO: Só três questões e complementando tudo que o Samuel já colocou aqui. Primeiro na questão, tendo a ver com a reforma tributária e da integração dos Estados, queria ouvir especialmente do George, não sei se o Marcelo se há alguma intenção ou algum acordo dos Estados e do CONFAZ de caminhar para que todas as transações interestaduais passem a ser, necessariamente, objeto de nota fiscal eletrônica que seria fundamental para a balança interestadual. Se houver tempo, eu também tenho dúvidas se a nota hoje já pode, se a Receita hoje com o banco de informações que ela tem se ela já está alimentando os Estados para cruzar compra e venda entre um e outro Estado?

A segunda questão que também é mais relevante e, por exemplo, o Samuel perguntou aqui sobre o varejo e eu queria perguntar, também, para o Marcelo

sobre todos os setores que ele disse que já entrou se as microempresas, inclusive as empresas do Simples desses segmentos se elas também estão incluídas na obrigação, os segmentos que já estão na obrigação de emitir nota fiscal eletrônica e caso não – como é que fica? A gente sabe que esse é um segmento que tem mais dificuldade, há previsão deles entrarem ou não.

E, por último, terceira questão – cadastro único que é um ponto que a gente está conversando, discutindo muito aqui no Senado Federal. É óbvio que a tendência, para ter o cadastro único nacional é o CNPJ e o CPF, quer dizer, o que falta para o CNPJ ser esse cadastro único, o George comentou que São Paulo usa o CNPJ, por que os outros não usam? Por que São Paulo usa e, por que os outros não usam? É alguma questão tecnológica, falta algum dígito no número lá do cadastro ou é um pouco mais opção política? E no caso do CPF, por que a própria União não usa o CPF como o seu cadastro único? Para o INSS você tem que contribuir usando lá, acho que é NIT, o número lá do PASEP nos programas sociais, você tem um outro cadastro lá, quer dizer, qual é a possibilidade da gente estar caminhando para esse, se o CPF precisaria alguma reforma ou não para ser cadastro único de pessoa física.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Zé Roberto, Profº Patrocínio.

SR. PATROCÍNIO: Gostaria de perguntar ao Dr. George Tormin, uma questão de ordem legal, o senhor falou que o Estado de São Paulo está dando crédito fiscal com base na nota fiscal eletrônica do ICMS para pagar o IPVA, inclusive até 100% do IPVA. Como a gente está muito debruçado aqui no Senado sobre a questão da guerra fiscal, essa pareceu uma guerra fiscal do bem, né? Eu pergunto o seguinte: Se São Paulo fez essa Lei, o Estado de São Paulo prevendo esse benefício, porque indiretamente é uma redução de ICMS, ainda que para pagar IPVA é uma redução de ICMS, se ele teve que ter autorização do CONFAZ ou se fez autonomamente sem autorização do CONFAZ. Caso não tenha havido autorização do CONFAZ se já houve reação de algum outro Estado, contrariamente, a essa medida. Há muitas ações judiciais entre os Estados por conta da chamada guerra fiscal. E perguntaria ao Dr. Marcelo, mas também ao George Tormin como da área estadual se é possível vislumbrar, num futuro próximo, a eliminação total dos postos fiscais entre os Estados, que me parece uma reminiscência da idade média, se com a nota fiscal eletrônica, isso seria possível? Porque o Dr. Marcelo falou que, a nota fiscal eletrônica, um dos grandes benefícios dela já é esse de reduzir o tempo de paradas em postos, mas

seria possível, no futuro, em pleno funcionamento da nota fiscal eletrônica e do SPED, acabarmos definitivamente com essa relíquia da idade média? Que são os postos fiscais nas divisas dos Estados?

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra Dr. Marcelo Menezes.

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Obrigado, Senador. Vou tentar seguir a ordem aqui. Em relação à questão da unificação do sistema, eu queria deixar claro aqui o seguinte: O Projeto Nota Fiscal Eletrônica, ele é um Projeto unificado, não é um Projeto Receita Federal. Ele é um Projeto Receita Federal em parceria com a Secretaria de Estado de Fazenda e a ABRASF que representa a Secretaria de Finanças dos Municípios das Capitais. Tem duas, tem dois segmentos de Projeto, Projeto relacionado a mercadorias, ICMS, âmbito estadual, esse é um Projeto que já está pronto e é unificado, ou seja, não existe diferença em nenhuma das 27 Unidades da Federação, ou seja, as 27 Unidades da Federação trabalham com o mesmo Projeto e com os mesmos conceitos e com a mesma nota fiscal eletrônica. A única coisa que existe em alguns pontos de diferença é a forma de autorização, ou seja, alguns Estados por não terem ainda infra-estrutura própria, estão se utilizando da infra-estrutura Receita Federal para fazer autorização das notas fiscais eletrônicas. Mas a nota fiscal eletrônica é como se fosse emitida pelo Estado, ou seja, os requisitos do Estado estão ali contemplados, entendeu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quer dizer, tudo que estava na sua apresentação contempla a nota paulista?

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: A nota?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A nota paulista que nós recebemos aqui?

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: A nota paulista que foi apresentada pelo George do Município, do Município de São Paulo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, do Estado?

SR. MARCELO FISCH DE BERREDO MENEZES: Do Estado de São Paulo ela é voltada ao varejo, ou seja, a nota fiscal do Estado de São Paulo é nota fiscal de venda a consumidor. Modelos “D”, né, série “D”, alguma coisa assim. Nós estamos tratando aqui o Projeto nota fiscal é o que o George comentou, ou seja, São Paulo está trabalhando aqui embaixo, e as administrações tributárias como um todo e a Receita Federal estão trabalhando no segmento produtivo, no segmento econômico e certamente isso vai se encontrar.

Existe... E eu queria que o George falasse um pouquinho, já respondendo a pergunta em relação às empresas do Simples, existe um comitê gestor do Simples Nacional, tá, que está trabalhando exatamente na forma de emissão de notas fiscais, o George faz parte do Comitê Gestor, né, acho que ele pode detalhar um pouquinho mais como é que vai ser feito esse processo de emissão de nota fiscal por parte das empresas do Simples Nacional, mas a tendência é que sigam modelo que hoje está sendo utilizado pelo Estado de São Paulo.

Em relação à nota fiscal de serviços dos Municípios – ISS. Existem algumas iniciativas isoladas – Florianópolis, Ribeirão Preto, município de São Paulo, entendeu? O que a gente está tentando buscar é uniformizar essa emissão das notas fiscais dos municípios com o Projeto Nota Fiscal de Serviços Eletrônica em parceria com a ABRASF, sendo que o modelo que está sendo desenhado, o modelo que está sendo aprovado pela ABRASF, o modelo conceitual, ele é um modelo aderente ao modelo de São Paulo, plenamente aderente ao modelo de São Paulo, ele não diverge muito, não tem como se reinventar a roda. Os conceitos são praticamente os mesmos, então, você não pode pegar um Projeto que está um funcionamento, está funcionando bem e reinventar... Dizer: “vou fazer um outro Projeto”, o Projeto é plenamente aderente ao Projeto de São Paulo do ponto de vista de Municípios, tá? Mas são projetos distintos, Projeto Nota Fiscal Eletrônica de mercadorias de ICMS que é o que está funcionando hoje plenamente nas 27 Unidades da Federação, em relação aos setores que estão obrigados ao Projeto, que hoje são combustíveis e cigarros e a partir de setembro outros setores, tá? E, a definição – por que está sendo feito de maneira paulatina?

Uma das grandes preocupações que a gente teve no desenvolvimento desse Projeto, e até porque as empresas fazem parte do desenvolvimento desse Projeto, é não interferir e não prejudicar na atividade comercial das empresas. Eu não posso chegar para a empresa e dizer: Amanhã você tem que começar a emitir nota fiscal eletrônica, requer um tempo de ajuste de adequação, seja em termos de adequação de sistemas internos da própria empresa para a emissão da nota fiscal eletrônica. Então, a gente tem um cronograma, entendeu, gradativo para tornar obrigatória a nota fiscal eletrônica. É claro que vai chegar um tempo, não sei se 2009, 2010, certamente não sei se 90%, mas próximo disso já vai estar abarcado pelo conceito da nota fiscal eletrônica. Tá?

Deixa eu ver... Em relação à questão do cadastro único, já existe um trabalho em relação não ao cadastro único, mas o cadastro sincronizado. A grande

questão é que como são diversos cadastros, a Receita tem um cadastro, cada um tem um cadastro distinto, existe um roteiro que foi desenhado para a adequação ao cadastro sincronizado, não envolve só, envolve juntas comerciais, alvará dos bombeiros, todo um procedimento para abertura de empresas dentro do Município e do próprio Estado. Então, tem um roteiro que foi elaborado pela Receita em conjunto com os Estados e com os Municípios para adesão ao Projeto de Cadastro Sincronizado – isso está sendo feito de maneira gradativa, não sei dizer, porque não sou eu quem acompanha esse Projeto, não sei dizer quantos Estados já aderiram a esse Projeto, sei que a Bahia já entrou, São Paulo também já faz parte do Projeto, entendeu? – Mas também ele está sendo feito de maneira paulatina, de forma a não causar grandes transtornos ao Projeto.

A questão do CPF e NIT... E claro que com a fusão, a criação da Receita Federal do Brasil a idéia é você ter somente um cadastro. A questão é que quando tinha a Receita Previdenciária, Receita Federal se tinha dois cadastros distintos, tinha problema de sigilo, você não podia compartilhar, mas a Receita Federal do Brasil já está trabalhando na integração desses cadastros, CPF e NIT.

E com relação à última pergunta do colega com relação à eliminação dos postos fiscais, eu acho que a tendência a médio prazo é a eliminação dos postos fiscais, acho que São Paulo nem existe isso mais hoje, você vai por São Paulo hoje, você não vê Posto de fronteira em São Paulo para parar caminhão. Mas acho que a tendência é essa. Na medida em que você tem nota fiscal eletrônica, um comprador que emite a nota e um vendedor que recebe formalmente aquela nota no sistema, do ponto de vista fiscal e tributário, eu acho que a operação está completa. Acho que os postos fiscais hoje existem. Exato, eu emito uma nota para A, mas mando para a Z, ou nem emito uma nota, a partir do momento em que a cultura da nota e a obrigatoriedade da nota estiverem bem massificadas e a tendência gradual é a eliminação dos postos fiscais, sem dúvida nenhuma. Tá?

SR. GEORGE TORMIN: Bem, as perguntas que foram feitas... Com relação à extensão a todo o varejo. Sim, em São Paulo é obrigatória a emissão da nota fiscal eletrônica, da nota fiscal paulista para 100% do varejo. Hoje nós já temos mais de 200 mil empresas já cadastradas no sistema. Só que é um pouco diferente do Município que no Município a nota fiscal ela é eletrônica mesmo, quer dizer, ela só existe de forma eletrônica. No caso do Estado, até, porque aí no Estado de São Paulo não pode ter nenhuma, tomar nenhuma

atitude de forma isolada sem estar de acordo com os demais Estados da Federação.

O que nós fizemos foi uma solução intermediária – você pode emitir a nota fiscal eletrônica no *site*, gerar no *site*, no mês, só que todos os formatos são aprovados pelo CONFAZ. Que são usados pelas 27 Unidades da Federação. E aqueles que não quiserem emitir diretamente no *site*, por exemplo, um mercado não tem condições de fazer isso, você tem que emitir continuando emitindo o emissor de cupom fiscal, o emissor de cupom fiscal vai continuar existindo o que vai acontecer é que no final do mês ele vai tirar a memória fiscal que é um *chip* e vai descarregar todos os cupons fiscais no nosso sistema. Então, ele vai transmitir essas informações, então, neste primeiro momento, está havendo o registro dos cupons fiscais emitidos no ECF's no nosso sistema, esse é o Projeto da Nota Fiscal Paulista. No segundo momento, nós já estamos em desenvolvimento com alguns fabricantes de ECF que estão desenvolvendo um novo modelo e que nesse novo modelo vai ter um modelo de comunicação com *chip* GPRS da Fazenda do Estado de São Paulo, nós é que vamos pagar essa comunicação, que a cada... Você poderá configurar de qualquer forma, mas a cada 500 cupons fiscais emitidos, ele transmite automaticamente. Então, o comerciante não tem nem que pensar em transmitir, passar para contador, não. A própria máquina, a cada 500 cupons fiscais emitidos, vai transmitir para gente. Então, isto sim, aí passa-se a nota fiscal eletrônica pura. O que aí, o ECF, como nós conhecemos hoje, vai ter que ser revisto, porque o módulo de inteligência vai estar na comunicação e não no *hardware* de segurança, vai ser na comunicação.

Então, esse é o caminho a ser perseguido. Por isso que nós começamos pelo varejo, começamos não, o Projeto prevê pegar o varejo e 100% do varejo, porque em São Paulo, e se não me engano em todos os demais Estados, acima de 120 mil reais já era obrigatório o uso da ECF, já era obrigatório. Então, a idéia foi pegar todo mundo, porque, teoricamente, pelo menos todos já estavam obrigados a usar o ECF e não teriam dificuldades em fazer essa conversão conosco.

E a integração, o Marcelo explicou, mas a integração ela se dá não nos sistemas, porque eu acho que os sistemas por um bom tempo serão isolados, o que tem que garantir é que a estrutura de dados seja a mesma, seja unificada, isso sim, porque a qualquer momento que quiser pegar um CNPJ, posso ter essa informação no Município de São Paulo, no Estado, na Receita vai ser a mesma estrutura de dados. Isso é que, é fundamental e é isso que o Projeto da nota fiscal tem que cuidar para que todos os sistemas isolados

sejam aderentes a esse modelo único nacional, é isso que nós temos que assegurar.

Com relação às notas interestaduais, ainda não há decisão do CONFAZ para exigência. Há uma estimativa, talvez 2010, porque os Estados todos têm que estar preparados para isso e há uma decisão forte, política depois de bancar isso. E, aí, os postos fiscais de fronteira que São Paulo já não os tem, realmente serão peças de museu, não farão mais sentido com a nota fiscal eletrônica.

O cadastro único, bem, esse merece uma discussão de algumas horas, mas simplificando, nós, inclusive, ontem conversando lá com o Rashid lá na Receita, São Paulo está com uma proposta de realmente ter um cadastro único, único. E que a receita concorda, porque lá em São Paulo agora a Junta Comercial veio para a Secretaria da Fazenda, e a idéia é que tudo comece pela Junta e deságüe na Receita Federal. Então, comece pela Junta, passe pelas Secretarias e vá para a Receita Federal, esse tem que ser o fluxo para ter o cadastro único. E São Paulo já concordou que existe alguns “pré-conceitos” com relação às inscrições estaduais e municipais que não faz sentido algum. Então, nós temos que adotar o número único nacional que é o CNPJ e aí sim tudo vai vir aqui para a Receita Federal, mas iniciando pela Junta Comercial para ter também uma porta de entrada única e esse é um Projeto que a gente já está trabalhando com a Receita Federal.

Com relação ao ICMS e IPVA, na verdade, esse não é um incentivo fiscal – é um incentivo financeiro. Quando a gente arrecadou o ICMS, esse dinheiro entrou no caixa do Tesouro e a gente pega 30% daquilo e distribuímos. Quando entra na conta do consumidor é dinheiro, é crédito no sentido financeiro. Tanto é que a Lei que nós aprovamos lá não foi uma Lei Tributária, foi uma Lei do Consumidor, todas as penalidades são de Direito do Consumidor. Então, nós estamos devolvendo, na verdade, é o dinheiro, é um incentivo. A gente devolve em dinheiro, por isso, que ele pode pagar o IPVA, tanto é que na hora que ele paga o IPVA, vai abater a parte do Estado, não abate a parte do Município. O IPVA 50% vai para o Município e os outros 50% vem para o Estado e é desses 50% que o Estado recebe é que será abatido o valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Os 30% do ICMS, os 25% do Município é sobre a arrecadação ou sobre a arrecadação menos os 30?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] É sobre a arrecadação menos os 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria agradecer, aqui, ao Marcelo, ao George pela grande aula que trouxeram a essa Comissão, foi uma das Reuniões de maior eficiência, de maior detalhes de informação. Tenho que agradecer também ao Samuel, ao Zé Roberto, ao Patrocínio a participação e vamos continuar discutindo e, realmente, muito obrigado pela participação de vocês.

Sessão encerrada às 13h50.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte minutos, do dia cinco de março de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS**, com a presença dos (as) Senadores (as) **PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, GIM ARGELLO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, MAGNO MALTA, NEUTO DE CONTO, ADELMIR SANTANA, ROMEUTUMA, CÍCERO LUCENA e MARISA SERRANO**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência as Senadoras Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini e o Senador João Durval. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica a todos que o item 12, referente aos Projetos de Lei do Senado nºs 276 e 641 de 2007, fica retirado de pauta para atender leitura de requerimento de tramitação conjunta, conforme Ofício do SF/229, de 2008, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho. Comunica ainda que, a pedido do relator Senador Augusto Botelho fica retirado de pauta o Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2007, item 07, para reexame. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 12 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2007** “Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que

percebam até três salários mínimos, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Paulo Paim. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2007** “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado”. **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Gim Argello. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2007, e pela aprovação, com as emendas a seguir apresentadas, do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2007. **Resultado: Retirado de pauta para atender OF/SF 229/2008 da Mesa, do Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, de leitura de requerimento de tramitação conjunta. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 657, DE 2007** “Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre a doação voluntária de sangue, para isentar os doadores voluntários de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos”. **Autor:** Senador Inácio Arruda. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003** “Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal”. **Autor:** Senador Rodolpho Tourinho. **Relator “ad hoc”:** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer com as duas emendas apresentadas. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento de sua tramitação. ITEM 09 – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008 – CAS** “Nos termos regimentais, requeiro seja realizada nesta Comissão audiência pública para contribuir com o debate e instrução do Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências. Para tanto, solicitamos sejam convidadas as seguintes personalidades: Dr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Viera Santana, Presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON); Dr. Raimundo César Britto Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Dra. Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Adm. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração (CFA)”. **Autores:** Senadores Expedito Júnior e Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 05,**

DE 2008 “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir “O salário mínimo e sua importância, bem como o seu impacto na sociedade, principalmente na renda dos aposentados.” Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades representativas dos Ministérios do Trabalho e da Previdência, das Centrais Sindicais, das Confederações dos Trabalhadores, da COBAP, dentre outras a serem definidas pela própria Comissão”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. ITEM 13 EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008 – CAS** “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública com a finalidade de homenagear o estudante RICARDO OLIVEIRA, que ganhou a sua segunda medalha de ouro nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas, solicitando também que o comparecimento do convidado seja custeado por esta Casa Parlamentar”. **Autor:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado: Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 06, DE 2008 – CAS** “Requeiro, nos termos do art. 93, incisos I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta, entre as Comissões de Assuntos Sociais – CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar com a participação dos seguintes convidados: Srª. Elizabeth Borgianni – Conselho Federal de Serviço social; Srª. Carmem de Oliveira – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Representante da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; Chefe da Promotoria de Defesa do Cidadão – Ministério Público; o Juiz Francisco Oliveira Neto, Vice-Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB; o Dr. Ciro Darlan e os demais convidados, cujos nomes o Senhor Senador Magno Malta encaminhará a esta Comissão”. **Autores:** Senadores Inácio Arruda e Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O nome do Dr. Ciro Darlan foi acrescentado ao requerimento por sugestão do Senador Marcelo Crivella. **ITEM 05 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2007** “Concede, a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da União, pensão especial à dependente de Roberto Vicente da Silva”. **Autor:** Externo Presidente Da República. **Relator:** Senador Romeu Tuma. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o parecer e o requerimento de urgência, apresentado pelo**

relator, Senador Romeu Tuma (item 14, extra-pauta). ITEM 14 EXTRA – PAUTA – REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008 – CAS “Nos termos do art. 336, II, solicito urgência para o PLC 108 de 2007”. **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Resultado: Aprovado.** O Senador Gim Argello solicita à Comissão que seja feito levantamento sobre os projetos que nela tramitam a respeito de pensão, benefícios e indenizações devidas pela União decorrentes de responsabilidade civil. Ao final da reunião o Senador Flávio Arns comunica que a pedido do relator Senador Augusto Botelho, os itens 01 e 06 são retirados de pauta para reexame. Os itens 02, 04 e 08 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Papaléo Paes, Jayme Campos, Paulo Paim, José Nery, Marcelo Crivella, Eduardo Azeredo, Magno Malta, Romeu Tuma e Gim Argello. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Flávio Arns**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 21 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Senadores e senadoras que aprovam, queiram permanecer como se acham. **Aprovado.**

Lembro a todos que a nossa Presidente, Senadora Patrícia Saboya ainda se encontra em licença médica, tendo em vista a pequena cirurgia a que foi submetida na semana passada. Como a Senadora Rosalba Ciarlini que é a nossa vice-presidente está em, está em viagem oficial autorizada pelo Senado, inclusive, foi-me solicitado que presidisse a presente reunião que eu faço com prazer e com alegria em função da importância de todos os assuntos que habitualmente são tratados nesta reunião, aliás, como foi bom o assunto também, boa a reunião no dia de ontem para o acompanhamento da convenção quadro sobre o uso do tabaco, sobre os esforços que vem sendo feitos,

inclusive no Brasil nesta semana e o Senador Papaléo Paes, que é o Presidente da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde presidiu a reunião, inclusive, fez, V.Exa., um pronunciamento no Plenário do Senado sobre esse mesmo tema no dia de ontem, mas parabéns pela bela reunião que aconteceu no dia de ontem sobre o uso do tabaco. E foi levantado também na ocasião a necessidade de se ter uma legislação adequada a respeito do álcool, do uso do álcool, da propaganda do álcool.

V.Exa. se referiu a esse assunto e tenho a impressão de que é um desejo de toda a sociedade que, a exemplo do que aconteceu com o cigarro, também nos dediquemos a questão do álcool e os prejuízos, as dificuldades que isso pode trazer para a saúde da nossa população. Não sei se V.Exa. quer fazer algum comentário sobre a reunião de ontem?

Seria talvez interessante para deixar registrado para o Plenário desta Comissão.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Nós, Sr. Presidente, senhores Senadores, todos os presentes, realmente, ontem nós tivemos aqui uma reunião que foi uma reunião programada com pouca antecedência.

Graças aos trabalhos da secretaria, da Comissão de Assuntos Sociais, foi possível termos o belíssimo encontro aqui e discutirmos os temas relacionados com V.Exa. e temos a honra de contar com a presença de V.Exa., do Senador Augusto Botelho e outros senadores que fizeram com que nós pudéssemos ser esclarecidos através de respostas a perguntas de V.Exas. sobre algumas questões importantes.

Tivemos a honra de ouvir que Brasil é um dos países mais avançados na legislação antitabagismo relacionadas ao tabaco. Claro que temos que ter as responsabilidades sociais, mas as responsabilidades de saúde são maiores ainda e alguns questionamentos feitos, inclusive me chamaram a atenção, que são questionamentos pertinentes que eu, como médico, pouco, assim, tinha me atentado para isso, para a questão financeira, econômica da situação. Ou seja, o tabagista ele tem que pagar pelo seu tratamento do futuro que com certeza futuramente ele terá alguma lesão crônica, seja lá de pulmão, de coração, seja de que órgão for, mas terá alguma lesão e ele tem que pagar por isso não toda a sociedade que fez uma outra opção pelo não uso do tabaco. Enfim, isso aí me chamou atenção, isso aí é um caso extremamente importante, mas o fundamental de tudo é que nós tenhamos, continuemos avançando cada vez mais para evitarmos o estímulo daquelas crianças, daqueles adolescentes para o uso do tabaco, isso tem que ser muito bem tratado e aproveitamos a ocasião para tratarmos de outro assunto tão importante quanto o

uso do tabaco que é a questão do álcool. O álcool é um assunto importantíssimo que precisa ser debatido, claro que o governo tomou uma medida de impacto, agora, uma medida que realmente está sendo questionada pelo lado social de algumas famílias, alguns comerciantes, mas nós temos que começar de qualquer maneira esse impacto grande trazendo prejuízo para muitos, mas tenho certeza que isso vai sendo adaptado a realidade e nós vamos ultrapassar essas dificuldades, mas isso serve para que nós tenhamos, assim, uma grande responsabilidade e direcionamento para este assunto, o álcool.

Eu sei que o nosso Ministro da Saúde, o Ministro Temporão, ele foi muito atacado porque realmente é um conglomerado muito forte, a indústria do álcool é muito forte, tem muito poder financeiro e foi muito atacado quando começou a iniciar o processo de controle das propagandas sobre, principalmente no caso a cerveja na televisão. Então ele foi muito atacado, mas nós temos que dar todo o apoio a ele para que nós, de uma maneira muito equilibrada, possamos começar a avançar no sentido de que nós não tenhamos nenhum meio através de órgãos que são, concessões públicas, quer dizer, o governo concede, faz a concessão pública para uma rádio e para uma televisão para ela, através de propagandas que incentivam o consumo do álcool, venham a trazer prejuízo para a própria população, para a saúde da população e para o próprio governo. Então nós temos que avaliar muito bem isso e realmente eu sou um dos adeptos desse programa rigoroso que tem que ser feito para que nós não tenhamos os nossos jovens com idade mais, cada vez menores, mais baixas, buscando o álcool, porque eu busco o álcool hoje, amanhã é a maconha, depois é o crack, depois é cocaína e assim por diante. Então o álcool, ele normalmente é o que puxa todos esses outros consumos nocivos à saúde do ser humano.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador, me permite um apartezinho?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pois não, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Senador Jayme Campos, com o aparte.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Papaléo, é louvável, naturalmente, a ação o que governo está fazendo em relação ao uso de bebida alcoólica nas margens da BR neste país uma vez que são conjunto de ações que tem que ser tomadas, há de convir comigo de que vão continuar vendendo de forma clandestina, de forma, naturalmente fora da legalidade. Eu acho que são ações pertinentes que estão primeiro, não permitir a vida de bebida alcoólica nas margens

da BR, mas sobretudo que eu acho fundamental, Presidente Flávio Arns, é que de que o governo também tem que melhorar as nossas rodovias federais.

Lamentavelmente os dados estatísticos da grande maioria é fruto de uma política de infra-estrutura no Brasil que fundamentalmente nós precisamos ter nas melhorias das rodovias, na duplicação das pintas, nas concessões das estradas que certamente é importante que o governo por si só ele é impotente para resolver as demandas de problemas que hoje nós temos, naturalmente as obras estruturantes do país. Só dar um dado estatístico que eu ouvi hoje, hoje ou ontem a noite, Senador Paulo Paim, este ano a previsão de aumento de vendas de álcool, de entrega dos nossos fabricantes de carros no Brasil é de 5 milhões de carros. Ora, as nossas estradas vão ficar insuportáveis e, por conseguinte, vão aumentar, com certeza, o número de acidentes e o governo tem que tomar uma série de medidas, não só combatermos a venda de bebida alcoólica nas margens das BRs, melhorar as nossas rodovias, buscar um transporte intermodal melhor que existe hoje que lamentavelmente não se investe em hidrovias, não se investe em ferrovia e assim por seguinte, de maneira que nós temos que, de forma conjunta, interativa, buscar essa integração para que só assim, nós melhoramos, ou seja, diminuirmos o número de acidentes que hoje, lamentavelmente é um número maior de acidente de mortes do que a própria guerra do Iraque que está travada entre os Estados Unidos e outros países em relação ao governo iraquiano que então existia lá. De forma que eu acho louvável, são providências que tem que ser tomadas, todavia, não é só a proibição de venda de bebidas nas rodovias federais, mas sim um conjunto de ações que tem que ser tomadas por parte do Governo Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a sua intervenção, exatamente porque complementa o que eu, a minha intenção de fala, pelo menos. E lembrando também, Sr. Presidente, que não é o motorista de caminhão, o motorista de ônibus, o motorista profissional que usa o álcool na estrada não. Que esse motorista, ele está usando infelizmente é estimulante, porque ele sabe que se ele usar o álcool vai dar sono, vai dormir. Ele não pode dormir, porque o salário dele é pequeno, ele tem que trabalhar 30 dias por mês. Então o que é que ele está usando? Está usando é droga mesmo, estimulante para poder mantê-lo acordado a noite inteira e ele sabe que o álcool tem o seu período de estimulação do organismo, de excitação do organismo e depois vem o quadro depressivo, por isso ele não usa o álcool. Então, tem que haver realmente um conjunto de ações, essa ação

foi muito de sopetão para dar satisfação eu acho que à opinião pública, concordo, mas teria que ter alguns pré-requisitos aí importantes, mas que pelo menos serve para chamar a atenção e passemos a discutir com responsabilidade quanto a isso. Agradeço a V.Exa. pela sua participação ontem brilhante e quero dizer que a nossa Subcomissão tem uma ação importante na área da Saúde, das questões sociais do nosso país através do Senado Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu quero destacar isso também, porque essa Comissão de Assuntos Sociais tem várias subcomissões e uma delas, justamente nessa área tão fundamental como é a questão da saúde e o debate de ontem foi extremamente proveitoso com as ações, uma análise, uma reflexão sobre como vem sendo implantada a convenção quadro para controle do uso do tabaco e o debate foi muito interessante e nesse debate surgiu, sem dúvida, mais uma vez, a necessidade, justamente de abordarmos a questão do álcool, não só do ponto de vista, como o Senador Jayme Campos colocou muito bem, da proibição, que seria um aspecto, mas da propaganda, das implicações para a saúde da criança e do jovem tendo acesso a álcool, também, inclusive, violação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o Ministério da Saúde, inclusive, já tem os CAPS que são Centro de Atendimento Psicossocial, AD álcool e drogas, e o álcool levando a distúrbio mental, distúrbio psíquico, problema de comportamento, desestruturando famílias e uma propaganda sempre associada a alegria, sucesso, a bem-estar e a gente sabe que é uma propaganda, na verdade, no fundo, enganosa. Enganosa, porque não é isso que o álcool proporciona à população. Quer dizer, toda uma despesa, toda uma discussão, todo um mal-estar que vem causando na sociedade. Então, é um debate que deve ser feito nesta Comissão e na Subcomissão também. Não sei se o Senador Paulo Paim havia solicitado a palavra?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só uma consideração muito rápida, eu acompanhei o debate da convenção quadro, até porque o Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores de do fumo, da plantação de tabaco no Brasil. O Brasil é o segundo maior produtor do mundo e dentro do Brasil, o Rio Grande do Sul é o maior produtor. Fizemos um bom debate na época porque havia um movimento para não aprovar, inclusive, a Convenção Quadro que acabamos aprovando por unanimidade aqui no Senado, mas fazendo um debate, inclusive no, lá no meu Estado. Eu, cada vez me convenço mais que nós temos que fazer o que eu chamaria de a propaganda contrária, existe hoje na questão do álcool, por exemplo, uma propaganda abusiva, um incentivo a essa dependência que o álcool é

uma dependência química e eu concordo na íntegra com o Senador Papaléo, inclusive tem situações, inclusive, na minha família que tudo começou com o álcool e todo mundo sabe, deu no que deu. Por isso que eu entendo que deveria haver uma propaganda agressiva do governo contra a bebida de álcool. E coisa que até o momento eu não vi acontecer ainda, pelo contrário, existe é a propaganda como se álcool fosse uma coisa positiva. É preciso que haja uma propaganda, só você proibir que na beira da estrada não se venda, o camarada compra na esquina, ele só dobra na esquina e compra e acaba tomando, infelizmente, eu acho que foi de fato uma postura ousada do governo para dar um choque na sociedade, mas para mim a questão é muito mais de educação, tanto do álcool como do cigarro que também tem que ter uma propaganda ostensiva para demonstrar o quanto que o cigarro mata, como o álcool mata e só para concluir a questão do trânsito, Senador, que mata tanta gente nesse país também, nós temos que apostar mais no transporte coletivo, porque cada vez mais a gente sonha que o brasileiro tenha uma condição de vida, qualidade de vida, renda e se calcula 180 milhões de brasileiros dirigindo, em São Paulo o rodízio já não resolve mais nada, o congestionamento é o mesmo e os acidentes aumentam cada dia que passa. É preciso também que nesse país a gente qualifique o transporte coletivo, o transporte de massa como uma forma, inclusive, de evitar o número de acidentes. É só uma contribuição a esse debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Dando continuidade então a nossa pauta, comunico a todos que o Item 12 referente aos projetos de lei do Senado número 276 e 345 de 2007, o Item 12 fica retirado de pauta para atender leitura de requerimento de tramitação conjunta, conforme ofício SF/229 de 2008 do Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho. A pedido do Senador Augusto Botelho, Relator do PLS 657 de 2007 fica retirado de pauta o Item 7 para reexame.

Se nós observarmos a nossa pauta, o Item de nº 1 é de natureza não terminativa, o Relator, conversei com ele hoje cedo ainda, ele deve estar chegando, Item 2 é de natureza terminativa, podemos deixar um pouco mais para frente, o Item 3 é de natureza não terminativa e esta matéria já constou da pauta da reunião de 27 de fevereiro de 2008, sendo adiada a sua deliberação. Então eu pediria nesse sentido que o Senador Jayme Campos, que já foi consultado, que pudesse, como Relator *ad hoc*, apresentar o relatório. Este Item 3, que é o Projeto de Lei do Senado número 382 de 2003, dispõe sobre o percentual dos cargos, empregos públicos para as pessoas portadoras de ne-

cessidades especiais e os critérios de sua admissão nos termos do inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal. É de autoria do Senador Rodolpho Tourinho quando era Senador e um grande Senador, diga-se de passagem, e tem como Relator o Senador Expedito Júnior, agora o Senador Jayme Campos como Senador, como Relator *ad hoc*, e o parecer é pela aprovação do projeto com duas Emendas que apresentam. Em 14/09/2005 a matéria recebeu parecer favorável com duas Emendas da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. A matéria irá à Comissão de Direitos Humanos presidida pelo Senador Paulo Paim, e Legislação Participativa para o prosseguimento de sua tramitação. Então, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu Relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, senadores e senadoras presentes, eu imagino que, eu acho que dispensa até a leitura do relatório irei pelo voto e naturalmente as Emendas proposta pelo Senador Expedito Júnior. Se V.Exa. concorda e demais senadores, por ter conhecimento da matéria eu caminharei como Relator *ad hoc* o voto e naturalmente as Emendas. Voto: Diante do exposto voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 382 de 2003 com as seguintes Emendas. Substitua-se no texto PLS número 382 de 2003 as expressões portadores de, por com, não portadores, ou seja, abre parêntese, não portadores de, fecha parênteses, sem, abre e fecha parênteses, abre parênteses necessidades especiais por deficiência efetuando-se os ajustes gramaticais necessários e inserindo a palavra pessoas antes das expressões substituídas no caput do art. 1º no art. 6º, Emenda inclua-se os seguintes parágrafos ao art. 1º do PLS 382 de 2003 na redação aprovada pela Emenda nº 1 CCJ.

Art. 1º, § 1º, os candidatos aprovados do concurso são detentores de mera expectativa do direito à nomeação que obedecerá rigorosamente a ordem de classificação e o prazo de validade do concurso ou de sua prorrogação.

§ 2º, os aprovados dentro do número das vagas de que trata o caput obedecidas as demais exigências legais para investidura no cargo ou emprego público, serão nomeados alternadamente com ou sem deficiência.

§ 3º, aplica-se o disposto no parágrafo anterior os aprovados em número excedente ao de vagas oferecidas no concurso.

§ 4º, a vaga decorrente de nomeações tornada sem efeito será objeto de nomeação de novo candidato aprovado no mesmo grupo, obedecida a ordem de classificação.

§ 5º, havendo sobre entre as vagas do que se trata o caput, sem que haja candidatos para investidura, serão elas aproveitadas para o grupo de candidatos aprovados sem deficiência. Esse é o voto do Senador Expedito Júnior como o Relator da matéria, é meritório e é digno da aprovação de todos os membros desta Comissão. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço o Senador Jayme Campos. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado número 382 de 2003. Os senhores senadores e senhoras senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão, então, de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Passamos ao Item 9 da pauta, que é o requerimento do Senador Expedito Júnior que não está presente, mas eu subscrevo também junto com o Senador para que possa ser apreciado. Nos termos regimentais requeiro, seja realizada nesta Comissão Audiência Pública para contribuir com debate e instrução do Projeto de Lei do Senado número 658 de 2007 que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de economista e dá outras providências. Para tanto, solicitamos, sejam convidados as seguintes personalidades: Dr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana, Presidente do Conselho Federal de Economia, COFECON, Dr. Raimundo César Brito Aragão, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB; Dra. Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; Dr. Roberto Carvalho Cardoso, Presidente do Conselho Federal de Administração. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhores senadores, senhoras senadoras que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Item nº 10 da pauta, requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, com fundamento no disposto no art. 58 § 2º inciso II da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso II do regimento interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir “o salário mínimo e sua importância, bem como seu impacto na sociedade, principalmente na renda dos aposentados.” Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades representativas dos Ministérios Públicos do Trabalho e da Previdência, das centrais sindicais, das Confederações dos Trabalhadores, da COBAP, dentre outras a serem definidas pela própria Comissão. Em discussão o requerimento do Senador Paulo Paim a quem eu passo a palavra, inclusive, como autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, V.Exa., ontem ainda participou

do debate sobre esse tema no Plenário, a minha preocupação nessa Audiência Pública é a situação dos aposentados e pensionistas porque mal ou bem, graças a essa Casa, ao Senado, enfim, também à Câmara, nós temos hoje uma política de recuperação do salário mínimo que está respaldado no 42 e também na MP que é uma reprodução do projeto 42, mas tanto na 42 quanto que é uma MP ficaram fora os aposentados em matéria de recuperação de perdas acumuladas, o que vinha acontecendo com o salário mínimo.

O salário mínimo está recebendo mais ou menos um reajuste de 10%, o aposentado vai receber somente 5%. A situação dos aposentados é desesperadora, por isso que nessa audiência pública eu quero, inclusive, que as centrais sindicais, as Confederações e entidades de aposentados discutam esse tema. Não dá para você discutir salário mínimo e não discutir a situação dos idosos, dos aposentados nesse país. Por isso, nessa audiência, além de discutir a questão dos aposentados, nós vamos discutir o famigerado fator previdenciário que é aquele que vai pegar todo mundo, quem está em casa nesse momento assistindo de uma forma ou de outra e que trabalha, não sabe que no ato da sua aposentadoria ele terá um redutor de 40% devido ao fator previdenciário. Por isso que eu vinculei salário mínimo, aposentadorias para esse debate. Há um movimento já no Plenário no Senado do qual eu estou integrado totalmente que se a Casa não deliberar em cima dos 58 não deliberar que é dos aposentados, em cima da 42, em cima da MP, estendendo a mesma política que a gente pense até, eu digo, há um movimento no Senado de termos uma vigília fora do Congresso e dentro do Congresso até que a matéria vá a voto. Os aposentados só querem que se votem. Como a votação não é secreta, vamos votar cada um diga se é favor ou contra a recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Nós vamos esperar até terça ou quarta-feira, se a matéria não for colocada de uma vez por todas em votação, nós faremos um movimento que pode caminhar para uma vigília no Plenário do Senado para que essa questão dos aposentados se resolva, nós queremos é votar, só isso que os aposentados estão pedindo, por isso que essa Audiência Pública vem nesse sentido. Quem sabe com a vigília a própria audiência se faça lá no Plenário do Senado para darmos uma resposta a nada mais e nada menos que mais de 9 milhões de aposentados e pensionistas que aqueles que ganham um pouquinho mais que o salário mínimo. Quero repetir o número, Sr. Presidente, são mais de 9 milhões de pessoas idosas, 99% com mais de 60 anos que estão esperando a recuperação dos seus benefícios, não estão pedindo que se pague a dívida histórica, mas

pelo menos que eles recebam o mesmo percentual que é dado a salário mínimo que é a inflação mais o PIB, por isso o objetivo desse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço, continua em discussão o requerimento. Eu só quero acrescentar que de fato ontem tivemos um debate bem interessante no Plenário com vários apartes ao discurso proferido pelo Senador Paulo Paim em que foi lembrada a comemoração do dia nacional do aposentado, o compromisso que se assumiu naquele dia em relação a área, em vários aspectos, foram levantados nos apartes os aspectos da necessidade de se pensar nesta equivalência de reajustes no sentido de recuperação, inclusive, da qualidade de vida que deve ser assegurada ao aposentado, a questão de que já se aposenta com determinado valor e no momento da aposentadoria isso já diminui em cerca de 30%, 30% e eu próprio, inclusive, levantava esse documento que eu sempre levo comigo e vou continuar lembrando que foi entregue a todos os senadores e senadoras na comemoração do dia nacional do aposentado em que se diz entre outras coisas: Contamos com vocês. Aprove os projetos 58/03, 296/03, a Emenda ao PLC 42/07 e a derrubada do veto dos aposentados. Então, esse requerimento vem, vamos dizer, corroborar, ratificar assim essa disposição de que se resolva. Mesmo no Plenário ontem, além da vigília se sugeriu que todos aqueles interessados nesta área votem, inclusive cheguem num ponto, se isto vier a ser o caso, de dizer: Não, agora, nº 1 a prioridade é o aposentado. Então, não vamos votar outras coisas antes de votar a situação dos aposentados. Então eu só quero dizer, inclusive, para todos que acompanham a Comissão de Assuntos Sociais, que além da saúde, que foi objeto de abordagem no dia de hoje, a assistência, previdência, o trabalho são todas áreas desta Comissão de Assuntos Sociais sobre a ótica de políticas públicas e de direitos humanos, lógico, também como um direito humano buscando a construção da cidadania. Mais alguém que queira discutir o requerimento? Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, senhores senadores, para manifestar aqui o nosso irrestrito apoio ao requerimento do Senador Paulo Paim pela necessidade de que esse tema seja discutido a ponto de irmos à exaustão, ou de esgotá-lo a ponto de obtermos, no Congresso, no Senado, especialmente, uma definição sobre o reajuste, a luta, os direitos dos aposentados e pensionistas desse país. Creio que está se criando um clima muito favorável para os aposentados e pensionistas da previdência social brasileira na medida em que percebemos um sentimento coletivo, conjunto dos diversos líderes,

dos diversos parlamentares, dos diversos partidos no sentido até, se preciso for, na exigência da votação do veto, na perspectiva de derrubá-la do veto podemos, inclusive, fazer, participar da convocação para uma vigília cívica no prédio do Senado Federal, nas ruas, em Brasília, com a participação e o apoio das organizações dos aposentados e pensionistas para que seja votado.

A nossa exigência que seja, a luta para que seja aprovado, para que seja aprovado não, para que seja derrubado o veto. Agora, cada um pode, evidentemente, manifestar o seu voto, dizer claramente ao país e se explicasse aqueles que eventualmente sejam contrários a esse reajuste. Portanto, manifestando nosso mais integral apoio a essa luta comandada, dirigida pelo Senador Paulo Paim e as diversas organizações dos pensionistas, aposentados brasileiros, e da importância do debate, da Audiência Pública de todos os mecanismos que podemos utilizar para que consigamos esse objetivo e, por último, Sr. Presidente, gostaria de informar a Comissão de Assuntos Sociais a V.Exa. e todos os seus membros, de duas audiências que realizamos há pouco com—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa. permite, só que, só para ficarmos na aprovação do requerimento, mas considerarei a palavra de V.Exa. sem dúvida, daqui a pouco.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa. permite. Senador Jayme Campos para discutir em discussão o requerimento que é o Item 10 da pauta.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu só quero manifestar aqui uma vez mais, inclusive esse assunto já esteve aqui nesta Comissão, manifestar aqui o meu apoio ao projeto do Senador Paulo Paim, nós temos que exigir, eu, particularmente, Senador Paulo Paim, sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos e essa matéria se encontra, me parece, quase engavetado. 5 meses, nós temos que desengavetar, nós temos que fazer, eu vou registrar a minha indignação e o meu protesto lá naquela Comissão que vai reunir na próxima terça-feira, junto ao Presidente Senador Mercadante que ele coloque em pauta para ser votado, votar, ou seja, engavetar um projeto desse aqui é trabalhar contra os nossos aposentados. Eu acho que todos nós temos que estar indignados, de uma forma de outra, em relação a uma matéria tão importante na recuperação salarial dos nossos aposentados que tem sido muito penalizada, Senador Flávio, o meu pai mesmo é aposentado Senador Paulo Paim, lamentavelmente morreu com 91 anos ganhando um salário

de miséria, recebendo quinhentos e dois reais, contribuiu 35 anos com a previdência desse país e morreu, agora, aos 91 anos com salário de quinhentos reais que não dava para ele pagar nem os remédios no fim da vida que mais ele precisou se não tivéssemos nós filhos, naturalmente, para dar uma ajudazinha, ele não conseguia comprar o remédio. Ia ao médico para pagar a consulta que quase todos os meses, 2 vezes por mês obrigatoriamente teria que ir, de tal forma o seu projeto é meritório tem o meu apoio e eu vou exigir vou cobrar do Senador Paulo Paim que esse projeto seja urgentemente colocada essa matéria em votação na Comissão de Assuntos Econômicos e depois ser encaminhado para o Plenário do Senado Federal. E eu imagino, tenho a sensação já de que não terá nenhum Senador, nenhum Senador que não tiver um mínimo de respeito aos idosos, aqueles que trabalharam durante a sua vida em prol do Brasil melhor. E desta feita aqui recebendo esse salário miserável, de forma eu quero cumprimentar V.Exa., conta comigo que terça-feira vou cortar do Presidente Mercadante que coloca em pauta, ou seja, para ser votado, sim ou não, mas que seja votado na Comissão de Assuntos Econômicos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço Senador Jayme Campos. Passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu não poderia, Sr. Presidente, me calar diante de um assunto que toca a todos de maneira tão profunda. Os nossos aposentados, ao final da vida, no momento de maior vulnerabilidade sofrem essa afronta que é terem reajustes diferentes dos servidores da ativa. Isso os penaliza no momento mais frágil da vida, acho que o Senado inteiro, a nação, o próprio Presidente da República, as instituições todas tem de reconhecer isso e precisa de um fim aqui nessa Casa eu também repudio veementemente qualquer medida protelatória para a gente aprovar esse PLS 58 e fazer com que os reajustes, a partir de agora, sejam isonômicos. É isso, Sr. Presidente, que eu queria extravasar aqui nesse momento dessa discussão, nós precisamos todos nos unir, mostrar a força do Senado e levar aos nossos aposentados a justiça que eles merecem e que nós não podemos negar. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço e no dia da comemoração do dia nacional do aposentado, inclusive, foi dito que no ano que vem a gente faça comemoração, todos façamos como pessoas de fé que acreditam e de obras, quer dizer, e de obras que a realidade esteja mudada. Não sei se o Senador Eduardo Azeredo quer se manifestar sobre esse assunto, outro assunto? Está encerrada a

discussão. Em votação o requerimento do, o requerimento nº 10 da pauta do Senador Paulo Paim. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não Senador Eduardo Azeredo pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes do próximo Item eu queria só, eu vou apresentar aqui, por escrito, um requerimento que V.Exa. e eu tínhamos até conversando ontem que nós pudéssemos convidar aqui este rapaz que foi campeão de matemática aí, que ele pudesse participar aqui de uma homenagem que nós faríamos a ele como, realmente, um incentivo ao estudo, às pessoas com deficiência que mostram que são capazes de participar de todas as atividades. Então é um requerimento, apesar de nós termos a Subcomissão da Pessoa por Deficiência, mas eu preferia que a gente já pudesse aprovar o requerimento aqui na própria Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, eu só gostaria em primeiro lugar, o que o Senador Eduardo Azeredo está fazendo é fazer um requerimento verbal que virá por escrito na sequência para que chamemos nesta Comissão de Assuntos Sociais que também tem a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, mas está fazendo para a Comissão de Assuntos Sociais para se chamar o aluno, primeiro colocado na--.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não foi o primeiro, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não foi o primeiro?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O senhor fala do deficiente, é Ricardo? O Ricardo não foi o primeiro, foi um dos 300 eu não sei a colocação dele, mas é o único deficiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que seja chamado para receber a homenagem aqui, inclusive pela--.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E poderia explicar sua vida, o exemplo de vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pela presença dele, pela dificuldade que ele teve, isso foi relatado até pelo Senador Marcelo Crivella na Comissão de Direitos Humanos, quer dizer, indo

para a escola num carrinho de pedreiro, assim, porque o pai levava até a escola ou a professora ia para casa uma vez por semana e ele aprendia com as lições do irmão que ia para a escola também, ficava vendo em casa e que está aí se destacando nesta área tão importante de matemática, eu acho que isso simboliza sim o exemplo de luta, de garra, de determinação e que a presença dele possa servir inclusive como estímulo aí, não só para que as pessoas com deficiência, mas todas as pessoas que, as pessoas reclamam de tanta coisa na vida às vezes não vêem a maravilha que é ter saúde, poder andar e poder enxergar e poder escutar. Então, habitualmente, nesta Comissão, a gente, os senadores apresentam requerimento com uma semana de antecedência, mas eu pergunto para a Comissão se nós poderíamos votar esse requerimento do Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem dúvida Presidente, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então está em discussão o requerimento do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Sr. Presidente. Sem dúvida. As nacionalidades dependem muito, eu diria, do seu território, dos acidentes imprevisíveis, até misteriosos na sua formação, mas todas elas e não há notícias na história que hajam se formado nações poderosas, dignas, influentes sem a presença de líderes, grandes líderes que as formam, por exemplo, e eu acho que o exemplo desse menino é de um líder. Porque, Sr. Presidente, eu conversei com ele, estive próximo, o nível de deformação que ele possui incapacita, quer dizer, os movimentos que ele tem são praticamente do pescoço para cima e se classificar entre os 300 melhores estudantes entre 17 milhões que prestaram, e, aliás, aqui uma homenagem também ao Senador Eduardo Azeredo que o Estado de Minas, ele foi o Governador do Estado, o Estado de Minas foi o que mais teve alunos classificados entre os 300. O Estado de Minas Gerais. Mas esse menino emocionou a todos, era no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a Mesa composta pelo Presidente da República, pelo Ministro da Ciência, pelo Governador do Estado, pelo Ministro, o nosso Edson Santos, Ministro da Integração Racial, todos se levantaram para aplaudir o exemplo desse menino que foi um momento emocionante, quer dizer, começou a estudar aos 7 anos de idade, levado num carrinho de mãe pelo pai para a escola, porque pedia, porque pedia ao pai para ir à escola e hoje as professoras, vendo o seu talento, a sua vocação e a sua índole, elas vêm na sua casa voluntariamente aos fim de semana, o menino mora em Currais Alegre lá numa área rural do

Ceará. Vargem Alegre, perdão, Vargem Alegre, então, o Ricardo, sem sombra de dúvida, é um alento à luta do brasileiro no seu cotidiano, aqui nessa Casa vai comover a todos. Nós teremos um momento sublime com certeza e que irá transformar, sem dúvida, a vida de todos que o assistirem. É também um momento de fé, o senhor falou em fé e obras, porque a grandeza de Deus é extraordinária, porque um menino que a gente imagina ali esteja a figura da vicissitude, na verdade nos mostra que em tudo que Deus faz existe sempre um lado sublime, extraordinário que às vezes a gente não consegue ver que talvez as diferenças sociais, a discriminação e o preconceito da natureza humana acabam, de alguma forma, tolindo, mas que quando tem oportunidade desabrocha de uma maneira extraordinária. São coisas que vale a pena ressaltar, está de parabéns o Senador Eduardo e eu acho que tem todo o aplauso dessa Casa e terá do povo brasileiro, assim que pudermos realizar esse momento sublime aqui nessa casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Paulo Paim com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, quero cumprimentar o Senador Azeredo e até me penitenciar, se me permitir, e o senhor vai me dar essa oportunidade. Porque logo que eu soube das olimpíadas de matemática que é a nível mundial, nós estamos falando dos classificados no Brasil, eu fui à tribuna do Senado, há mais ou menos 2 meses atrás, calculo eu, e fiz a leitura de todo o nome dos gaúchos que ficaram entre os primeiros nessa disputa internacional. Fiz isso e em nenhum momento percebi que nós tínhamos ali o Ricardo, que é, eu que, como V.Exa. sou autor do Estatuto das Pessoas com Deficiência, V.Exa. é o Relator, fez um belo substitutivo, então eu citei o nome dos meninos do meu Estado, teve uma bela repercussão no Rio Grande do Sul e não tive a oportunidade de falar do Ricardo, só assim aqui eu poderei fazer essa pequena homenagem a ele aqui tão merecedora. Porque se tantos estão classificados, mas ele portador dessa deficiência e consegue estar entre os 300 melhores do nosso país, parabéns Senador Eduardo Azeredo, eu terei alegria de estar nessa sessão, de poder homenageá-lo junto com todos os meninos do nosso país que ficaram entre os melhores classificados do mundo nessa olimpíada de matemática.

A gente fala tanto de esporte, falamos de futebol, falamos de atletismo, enfim, de todas as áreas, mas como é bom a gente poder aqui falar da olimpíada do saber e o quanto que a matemática é importante para todos nós. Por isso, mais uma vez parabéns e

o meu voto, aí, com nota 10, se puder, para esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu só quero, por questões de justiça também enaltecer a fala de V.Exa., mas enaltecer também o trabalho de V.Exa. num conjunto de áreas e entre elas, com destaque, à pessoa com deficiência, assim como o Senador Eduardo Azeredo que, além de propor o requerimento, é também Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência. Então, é uma Subcomissão desta Comissão de Assuntos Sociais e o Senador Eduardo Azeredo como Presidente tem se dedicado muito para transformar direitos em realidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Só que por questão de justiça eu tenho que dizer que V.Exa. é o Presidente, Senador Flávio Arns, é que também tem sempre essa--.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Estamos juntos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

A defesa permanente estamos juntos, Senador Paulo Paim e todos nós e a idéia é realmente que ele participe aqui numa reunião normal, seria só uma meia hora, talvez em que ele pudesse expor e nós faríamos a homenagem e continuaríamos com a reunião normal da Comissão. Agora o Senador Crivella falou que tem muito mineiro, deve ser porque o mineiro tem fama de pão duro, todo mineiro sabe fazer conta mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): [Risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Magno Malta, depois o Senador Romeu Tuma.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Se V.Exa.

quiser falar, porque no exército antigüidade é posto, não sei se aqui é também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Então está em discussão o requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo para que o aluno, para que o Ricardo que está entre os 300 primeiros colocados de matemática venha aqui para o Senado para ser homenageado.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Queria pa-

rabenizar, Sr. Presidente, ao Senador Eduardo Azeredo, pela iniciativa. A fala do Senador Paim e do Marcelo Crivella é a fala de todos nós, mas não é impossível não se manifestar em um momento como esse, um momento tão sublime à palavra do Senador Marcelo Crivella, que o Senado terá, que essa Comissão terá com a vinda desse jovem que certamente inspiração dará a todos nós, eu me lembro como eu tinha dificul-

dade em matemática, ainda tenho. Então, a garotinha de 7 anos de idade que a mãe quebra a cabeça com a minha filha e ela completamente dispersa a mãe está falando ela está viajando aquela preguiça de raciocinar. E matemática é matemática, é matemática, ou você se concentra, tem vocação, gosta, se não gosta se autodelibera de vou aprender, gastar o tempo e vejo tanta gente com tanta facilidade e é o que o provou o garoto. Eu quero estar aqui, hoje eu estou parabenizando o autor do requerimento, V.Exa. que é a sua bandeira é a sua luta, o Senador Paim, mas todos nós que militamos na área social e na defesa do direito dos menos favorecidos, temos uma sensibilidade, a mim me parece um pouco mais aguçada do que aqueles que passam ao longe. Por isso eu quero parabenizar o Senador Eduardo Azeredo e sei que esse momento sublime, aqueles que oportunidade tiverem de participar, certamente vão ganhar muito, porque essas coisas que não começam na cabeça para depois ir para o coração, elas são bem melhores, essas que começam no coração para depois chegar na razão, parabéns ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Eduardo Azeredo, eu sou um admirador de V.Exa. e V.Exa. sabe disso, até pela simpatia com que sempre me trata. Com respeito, com carinho e Senador Crivella, Senador Paim, Senador pelo Espírito Santo, cito o Espírito Santo, porque acho que ele está presente nessa hora. Eu acho, Senador Arns, que é importante o senhor verificar as pessoas, senadores que estão presentes nesse momento para decidir uma homenagem ao Ricardo. Todos, não posso dizer que eu esteja incluído, mas gostaria de estar, espiritualmente perfeitos. Todos com o coração sempre voltado para o interesse daqueles que mais sofrem e de que buscam uma esperança na palavra daqueles que podem ajudar e realizar algum tipo de benefício. Todos. Crivella, Paim, Azeredo, o nosso Senador, Magno Malta eu estou falando da Espírito Santo, porque eu gosto da presença do Espírito Santo, se o senhor não se ofender com isso, Espírito Santo é, dentro da nossa religião, é aquele que realmente nos ilumina e eu acho que nós estamos sendo iluminados nesta hora. Eu vi o programa e vi a dedicação do pai carregar o filho num carrinho de pedreiro por mais de um quilômetro para alcançar a escola e o antecedente do menino aprendendo com o irmão por não poder se locomover pela doença que lhe acorrentou praticamente a sua casa, Deus dá uma compensação sempre àqueles que sofrem fisicamente, porque mentalmente eles são elevados.

Eu acredito que eu não ouvi o Senador Crivella, nem o Senador Paim, sei que a bondade do coração de ambos, ele alcança limites quase que inimagináveis. Eu me lembro, Senador, ele falou da matemática, eu quando estava no CPOR, Senador, aí tinha AZEMUT tinha que descobrir o cálculo de como o tiro, eu era estudante de direito e tira um estudante da politécnica que me dava umas aulas, porque a matemática, realmente, exige um raciocínio muito grande. Dizem que os matemáticos vivem muito mais que nós, porque exercitam permanentemente o cérebro. E eu acho que esse menino é um bom exemplo, numa hora em que o noticiário permanente, Senador Azeredo, V.Exa. acertou em cheio, o noticiário dá a desqualificação no ensino de primeiro grau brasileiro, em todos os concursos que é internacional tem lá último lugar e um garoto desse com a deficiência física, com sorriso permanente no rosto, todo o tempo que passou televisão ele estava com o sorriso. Consegue uma vitória estrondosa levando o nome do Brasil como um futuro e grande matemático que hoje é uma das atividades mais importantes na formação da nova tecnologia. Eu queria cumprimentar, eu dou voto a favor e 10 vezes mais com louvor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em votação, então, o requerimento. Senadora e senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. O Item 11 da pauta que é também o requerimento de autoria do Senador Inácio Arruda e Paulo Paim, requeiro nos termos do art. 93 incisos primeiro do regimento interno do Senado Federal a realização de audiência pública conjunta entre as comissões de assuntos sociais, CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar com a participação dos seguintes convidados: A senhora Elisabete Borgianni do Conselho Federal de Serviço Social; senhora Carmem de Oliveira, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, CONANDA; representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, chefe da promotoria de defesa do cidadão, Ministério Público e, a pedido da Senadora Patrícia Saboya e o Juiz Francisco Oliveira Neto, vice-presidente da MB, Associação dos Magistrados do Brasil. Em discussão a matéria.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, esse tema é muito importante e eu também gostaria de incluir algumas pessoas que estão diretamente ligadas a adoção no Brasil, são militantes sem credenciamento, eu diria. São militantes da vida humana de uma forma muito mais direta. São associações de mães e pais adotivos, existe um projeto do Senador Marcelo Crivella que eu sou o Relator, eu sou o Relator desse projeto que já fiz algumas outras Audiências Públicas e tenho caminhado e visto abrigos pelo Brasil, há uma experiência vitoriosa em Divinópolis, em Minas Gerais, a associação comercial de Divinópolis em Minas Gerais tem, dentro da associação chamado mulheres empreendedoras, inclusive elas estiveram aqui duas delas na Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim. A Sandra, a Denise, a Célia... juntamente com o promotor e o Juiz que se associaram e eles estão fazendo o que o resto do Brasil não está fazendo, o Juiz e o promotor lá resolveram libertar as crianças, a Lei de adoção no Brasil hoje, ela não é racional. Ela faz da criança no Brasil muito pior do que se ela tivesse presa em Bangu I, porque em Bangu I o preso tem advogado. Tem quem advoga a causa dele. Na causa das nossas crianças que estão nos abrigos ninguém advoga sua causa, ela vira um objeto na mão do Juiz, na lua do Juiz, se ele achar bom tira de lá, se ele não achar bom fica lá para ser entregue a doação internacional. Por que eu digo que é irracional Senador Marcelo Crivella e V.Exa. sabe por que é autor do projeto, porque a adoção internacional leva com facilidade as nossas crianças e a adoção nacional as pessoas desistem, elas entram numa fila, pegam uma criança leva para casa com 60 dias é tirado dela, depois que a criança já sente febre quando é separada da família, já adocece, mas ninguém importa com isso. Porque decidiram 90 dias depois, 6 meses depois que essa criança vai para adoção internacional. Barbaridades dos abrigos que detém crianças para sustentar os donos dos abrigos, eles vivem dos donativos que chegam pras crianças. Não tem nenhum interesse de que elas sejam apresentadas para a adoção. Então eu acho que essa discussão aqui, mais uma vez, essa Audiência Pública é salutar, Senador Flávio Arns. Eu sou pai adotivo, aliás, acho que a única chance que o homem tem de dar a luz é adoção e as pessoas que fizeram a adoção são aquelas que descobriram que o coração tem útero é um privilégio adotar, eu espero dar uma contribuição relatando esse texto bem feito, sensível do Senador Marcelo Crivella que trata da questão da adoção nesse país. Só precisa ter uma coisa que é o principal para se adotar, é ter amor e querer ser chamado de pai por uma criança ou de mãe, isso é o essencial, agora essa história de assistente social de técnicos que nunca

colocaram nenhuma criança no colo, dizer que você tem uma casa de não sei quantos metros, com uma piscina não sei quanto da mãe, com um guarda-roupa e não sei o quê, com uma geladeira não sei quanto, isso nem existe, isso não existe. Mãe dizia: meu filho, onde comem 10, comem 11, minha mãe falava, e minha mãe conhecia adoção, sou de família extremamente simples, Senador Flávio Arns, mas na minha família eu não conheço ninguém das minhas tias e dos meus tios que não tenham adotado. Família pobre, todas elas criaram com dignidade, porque o essencial é ter amor, ter a disponibilidade de ser chamado de pai ou de mãe por uma criança e colocá-lo, fazer com que ele vire sangue e entre dentro da sua veia. Então eu voto a favor quero com a liberdade incluir mais algumas pessoas que podem contribuir diretamente, até porque eu sou Relator desse projeto--.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso sugerir a V.Exa. o seguinte, há alguns nomes que constam e naturalmente o tema é da maior relevância para o Brasil e nós pediríamos nós aprovaríamos o requerimento já com a observação de que outros nomes serão sugeridos e V.Exa. poderá fazer isto com calma depois junto à secretaria da Comissão até pensando no nome, na entidade sem dificuldade alguma.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Muito bem, Sr. Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente só para ajudar no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por solicitação do Senador Magno Malta, nós já realizamos a audiência sobre esse tema na Comissão de Direitos Humanos. Eu só proporia que nós inseríssemos no requerimento, se possível, que o debate será centrado, centrado, claro que tem todo o desdobramento no projeto do Senador Marcelo Crivella que digamos, já está para o debate e com a relatoria do Senador Magno Malta, porque se existe o projeto, existe um Relator e o tema é abrangente e mexe com todos nós, seria importante que a gente tivesse um eixo para o debate, que seria o projeto do Senador Crivella já que eu sou o autor que assino junto com o Senador Inácio Arruda e o relatório já do Senador Magno Malta até remeter para todos os convidados, para que eles saibam o eixo do debate sem prejudicar a abrangência e a forma, digamos, bem mais ampla que o debate vai permitir. Seria só essa contribuição, fizemos uma bela Audiência Pública com os convidados que o Senador Magno Malta indicou num outro momento, como vai

ser em parceria com a Comissão de Direitos Humanos eu dou essa contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato. Então, a partir da sugestão do Senador Paulo Paim, se houver concordância do Plenário, acrescentaríamos ao requerimento a expressão para instrução do projeto número tal, de autoria do Senador Marcelo Crivella e cuja relatoria está sobre os cuidados do Senador Magno Malta. Então para instrução, para não ficar uma discussão no geral, quer dizer, para instrução.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu quero cumprimentar os autores, o Magno Malta, o Crivella, o Paim pelas colocações que aqui fizeram e a gente tem um pouco de experiência no caso, principalmente quando o diretor da Polícia Federal, no caso de adoções para a venda de órgãos e tudo isso que acontece criminosamente e nós participamos de algumas investigações. Ainda há adoções que às vezes famílias adotam para ter uma empregada em casa. Essa sua colocação é a mais perfeita possível, tem que ter amor no coração e a criança tem que saber chamar de pai e mãe os adotantes, então há um critério, que tem que ser estabelecido, o objetivo da adoção tem que ser manifestado. Eu gostaria de saber, Senador, o ofício foi feito por quem, o requerimento, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Paulo Paim e Senador Inácio Arruda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pergunto se foi convidado algum Juiz de menores que cuida dessa parte de adoção?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, desculpe, Conselho Nacional.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não, é, porque à época teve um Juiz que elaborou uma lei a respeito disso há alguns anos, eu não lembro o nome dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Inclusive por sugestão da Presidente dessa Comissão, o Juiz Francisco Oliveira Neto vice-presidente da AMB Associação dos Magistrados do Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está ótimo, porque eu acho importante, porque ele discutirá o que é aplicável ou não, porque às vezes a gente faz alguns projetos, eu tenho a mania e o vício de consultar o Poder Judiciário para saber se tem algum empecilho na sua aplicação ou não, porque senão ela fica invalidada até pela força das dificuldades do Juiz em condenar ou de favorecer, beneficiar alguém. Então,

tendo o Poder Judiciário aqui representado, Senador Paim, eu acho que é importante, muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, está em votação o requerimento, os que estiverem de acordo permaneçam como está, estão. Aprovado. Eu só quero ler o requerimento do que foi aprovado verbalmente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Meu Presidente, só para.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marcelo, do Senador Eduardo Azeredo, sobre o requerimento que nós acabamos de aprovar?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Só para acrescentar ao Senador Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Além de toda a maldade de uma centena de abrigos que esse Brasil tem, ainda existe prática de pedofilia, de atentado a honra dessas crianças nesses abrigos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. O requerimento já aprovado verbalmente e que agora vem por escrito, mas é importante ser lido para as providências administrativas decorrentes da aprovação, requeiro nos termos do regimento interno do Senado Federal, Audiência Pública com a finalidade de homenagear o estudante Ricardo Oliveira que ganhou a sua segunda medalha de ouro nas olimpíadas brasileiras de matemática das escolas públicas, solicitando também que o comparecimento do convidado seja custeado para esta Casa Parlamentar. Senador Eduardo Azeredo. Os que estiverem de acordo com o texto final, permaneçam como estão. Aprovado. Passamos ao Item 5 da pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não. Senador Marcelo Crivella que é não terminativa, é o último de natureza não terminativa que é o Item 5, mas antes eu passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente eu gostaria apenas de propor ao Plenário de convidarmos para a audiência do debate sobre a adoção o doutor Ciro Darlan. O doutor Ciro Darlan foi durante muito, desculpe, Ciro Darlan foi durante muitos anos o Juiz da Primeira Vara da Infância e Juventude no Rio de Janeiro e tem uma experiência enorme nesse setor. Doutor Ciro Darlan.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A sugestão está acatada e já foi anotada,

então, pela secretaria da Comissão. O Item 5 da pauta, que é o último Item do dia de hoje, a decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 108 de 2007 concede a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da união, pensão especial dependente de Roberto Vicente da Silva. O autor, autoria de natureza externa, Presidente da República, Relator Senador Romeu Tuma, parecer é pela aprovação do projeto. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, Projeto de Lei da Câmara? Da Câmara e não do Senado, nº 108. É o Item 5 da pauta, que concede a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da união penso especial. Com a palavra o parecer é pela aprovação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu posso resumir, excelência?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já está na pauta aí eu acho que... o problema se deve à comunicação do secretário especial de Recursos Humanos da Presidência da República que acompanha a proposição que a referida medida 60 tomada em obediência ao que preconiza o art. 37 parágrafo 6º da Constituição Federal, segundo o qual o Estado responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiro, aí eu chamo a atenção, independentemente do dolo ou culpa uma vez que isso só terá importância para estabelecer o direito de regresso do Estado contra o seu agente. Eu vou apenas, senadores, é uma pensão especial pretendida a título de indenização para a Maria Aparecida da Silva, mãe do soldado Roberto Vicente da Silva, morto nas dependências do décimo batalhão de infantaria blindada localizado em Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro. Decorre do fato de sua morte ter sido resultado de atos praticados em 25 de Janeiro por militares em pleno exercício de funções. Então, como ficou paralisado esse processo, Senador Crivella, porque o advogado da dona Maria faleceu e ele não teve prosseguimento. Provavelmente é resultado de algum exercício militar em que o acidente, porque aqui não fala em dolo nem culpa, que isso ficaria pelo ressarcimento, se necessário, uma questão de Estado. Mas o Estado tem a responsabilidade de indenizar a mãe do jovem em razão da falta que ele fará, sem dúvida nenhuma, na sustentação da família. Então eu fiz a análise aqui e cheguei à conclusão que o projeto PLC 108 deve ser aprovado com a máxima urgência tendo em vista a defasagem de tempo em razão da morte do advogado do representado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, esse crime ocorreu na minha terra foi um dos crimes mais hediondos já praticados em unidades militares perpetrado por um S 2, um capitão que queria descobrir quem eram os soldados que estavam trazendo drogas para dentro do quartel. Ele, então, passou a deter alguns suspeitos no fundo da unidade e ali promovia sessões de tortura. Numa delas, Sr. Presidente, ele começou a pressionar a cabeça do menino, do soldado, do conscrito, na época já soldado, com aquele equipamento que marca, que faz o selo de água no certificado, no nosso certificado militar. E a medida que ele apertava o sujeito gritava era noite no fundo do quartel, o quartel faz divisa com o Rio Paraíba do Sul, portanto não haviam vizinhos, a margens ali do outro lado é de mais de 100 metros. Ele começou a sair sangue pelo ouvido do rapaz e o rapaz faleceu. Pois bem, ele, na noite seguinte, esse capitão foi até o local com uma faca, uma faca de açougue, faca de açougueiro de cortar, de desossar peças grandes de boi, e ele, então, partiu o menino, separou os braços do tronco, a cabeça, as pernas, colocou numa mala, saiu de madrugada no quartel, não foi revistado pela guarda e enterrou um corpo numa daquelas tantas elevações ali do vale do Paraíba, sobretudo de barra mansa. Continuou respondendo o expediente como se nada houvesse acontecido. Acontece, Sr. Presidente, e algumas vezes eu entrei nessa sala, que havia ali uma passagem que muitas vezes eu me perguntava como é que pôde o outro suspeito ter se evadido por aquele local, era muito pequeno, mas o medo, o pavor fez com que ele, de alguma forma, coubesse ali e fugisse, se evadisse.

Sr. Presidente, esse menino que se e você DIU acabou indo prestar depoimento no 15 RCMEC sem e que de Valência que é um esquadrão chamado Tenente Amaro contando com a família essa história, ele como testemunha que havia sucedido. Na ocasião o comandante do esquadrão notificou os escalões superiores e a justiça. E alguns dias depois nesse batalhão de infantaria blindada de Barra Mansa chegava o Juiz para tomar as providências. O Comandante foi afastado e o capitão Niebus, o nome dele era Niebus, respondeu um inquérito, foi condenado, salvo engano a 30 anos de prisão, seus advogados apresentaram atestado de loucura e ele cumpriu vários e vários anos, talvez mais de 10 anos no sanatório militar, no presídio militar de loucos. É impressionante como só agora essa medida é votada aqui e por um desses acidentes imprevisíveis e misteriosos do destino eu, que servi naquela unidade

durante muitos anos, fui oficial do exército ali e muitas vezes fiquei barbarizado com esse crime, acabo ouvindo relatório de um eminente, de um homem da justiça, um homem da lei, de um servidor do povo, amigo de todos do Senador Romeu Tuma a quem coube esse relatório fazer justiça a essa família.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A posteridade, um depoimento para posteridade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para poder colaborar com V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que seria interessante que os senadores pudessem ler com calma o relatório do então Secretário Nacional de Direitos Humanos, doutor Paulo de Tarso Vannuchi, faz uma descrição perfeita de todos os acontecimentos. Eu acrescentando à fala do conhecimento que o Senador Crivella tem sobre o fato, houve 4 mortes pelo mesmo motivo, os outros 3 já recebiam a indenização e o acidente da morte do advogado fez com que este fosse arquivado. E o Paulo Vannuchi reabriu o processo, comunicou ao Presidente que mandou ao Senado em razão da prescrição no anterior para que aqui fosse aprovado e é uma miséria, Senador Crivella, seiscentos reais.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas seiscentos reais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Seiscentos reais e que não paga praticamente a juventude do rapaz, mas aqui tem a descrição perfeita de um crime hediondo, Senador, se assim eu puder chamar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E no Item 4 ele diz aqui constatado está os soldados com curativos no crânio e da cintura para baixo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se alguém quiser tomar conhecimento tem um relatório perfeito de toda a ocorrência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O capitão está aqui o nome dele completo. Dálgio Miranda Niebus.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Capitão Dálgio.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Dálgio Miranda Niebus. Nome de guerra, capitão Niebus, recebeu pena acima de 2 anos. Capitão assassino, exatamente, diz aqui inclusive eu não tinha lido esse relatório, mas diz aqui, diz aqui tentativa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tive o cuidado de ler só não transmiti por que eu acho--.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sob alegação de averiguações sobre o uso de maconha e tráfico de drogas no interior da unidade. Mas a história resumida é essa, Sr. Presidente--.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E era um caso de polícia se ele quisesse apurar realmente era para encaminhar o caso para investigação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é, os meninos foram dados como sumidos a família começou a procurar e eles então disseram que eles haviam fugido, mas, passaram a desertores, mas na verdade o capitão Niebus, foram todos mortos 3 soldados, foram 3 soldados que morreram e aquele que escapou foi o que eu disse que prestou uma depoimento. Então, Sr. Presidente, que coisa interessante é que, depois o batalhão mudou de nome, décimo BI passou a ser vigésimo segundo BI batalhão de infantaria blindada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aqui fala causou a morte de 4 soldados.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas na verdade foram 3 e um se evadiu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Morte de 4 soldados, Juarez [ininteligível] Virotti, Vanderlei de Oliveira, Geomar Ribeiro da Silva e Roberto Vicente da Silva.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Além de lesões corporais em outros soldados, mas esse aqui nós precisamos verificar porque na realidade 3 faleceram, um se evadiu e deve ser, e foi esse que trouxe todo o fato ao conhecimento de todos os que serviram ali. O comandante foi afastado e no final o batalhão mudou de nome e as famílias, inclusive ficaram com muita dificuldade de entregarem os seus filhos ao quartel. Eu fiz apenas esse depoimento a posteridade apenas para marcar um crime e como a justiça é lenta, Sr. Presidente, porque depois de tantos e tantos anos só agora?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É de 72?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 72. Só em 2008. Nós estamos falando aqui em quase--.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): 25 de janeiro de 72.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós estamos falando de 36 anos, Presidente. Não, não, 36 anos depois, 36 anos depois.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mais importante que pagasse os atrasados, né?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Exatamente. A participação foi

importante, os esclarecimentos foram fundamentais, o relatório, compartilho da opinião externada que justamente o relatório em relação ao caso dessa natureza nas mãos de uma pessoa que tenha esse espírito solidário, humanitário também como o Senador Romeu Tuma. Enfim, não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, corrigindo, inclusive a minha fala anterior nº 108 de 2007. Não, não é terminado, não é terminativo, é não terminativo. É PLC... é. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se acham. Está em votação a solicitação do regime de urgência, os que estiverem de acordo. Está aprovado. A matéria então vai à secretaria geral da Mesa. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu primeiro cumprimentar o Senador Romeu Tuma pelo relatório, cumprimentar o Senador Marcelo Crivella que dá um depoimento efetivamente histórico, ele viveu praticamente esse momento. Eu acho que fica registrado nos anais da Casa e também em nome da Comissão de Direitos Humanos eu, importantíssimo, eu deixo aqui a minha indignação também de 36 anos, um crime hediondo, sem sombra de dúvida, e que esperamos agora que o regime de urgência nos ajude a reparar um, de forma muito mínima, ainda, que é pelo aspecto peculiar, o prejuízo, enfim, a perda de vida, a situação que ficaram os seus familiares. E quero também, Sr. Presidente, só informar à Casa, o Senador Zé Nery teve que sair, ele ia fazer essa fala, eu quero rapidamente, é só um aviso, dizer que no dia 12 --.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero que V.Exa. diga para ele.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que eu fiz o informe a seu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Fez o informe a meu pedido, também porque justamente estava na discussão do requerimento, mas eu ia realmente passar a palavra a ele na seqüência.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que no dia 12, no Auditório Nereu Ramos, teremos uma atividade a nível nacional a favor da proposta que transforma toda a terra onde foi constatado trabalho escravo, liberada para efeito de reforma agrária. Esse é uma PEC do ainda do Ex-Senador Ademir Andrade, aprovada no Senado e está na Câmara, esperamos que esse evento do dia 12, com a presença do Presidente da Câmara, do Senado, todos os Senadores e Deputados estão convidados. Virão autoridades que demonstrarão nessa audiência lá no Plenário Nereu Ramos, a gravidade da situação ainda do trabalho escravo no Brasil. Então, alguém que escraviza o ser humano deve, no mínimo, perder a terra e a terra será passível, então,

de reforma agrária. Esse convite que ele queria fazer, eu faço aqui em nome da Subcomissão do Trabalho Escravo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que horas que vai ser?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 11 horas da manhã no dia 12 no Nereu Ramos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, o Item 7 da pauta já havia sido retirado a pedido do Relator e a pedido do Relator, Senador Augusto Botelho, para efeitos de reexame estão também retirados de pauta os itens 1 e também o número 6, eu quero só destacar aos senadores presentes e para a sociedade, para a população de uma maneira geral que o Item 1 é um Item da maior importância, que consolida a legislação sanitária federal. Então, existe num certo sentido a revogação da lei 8080 que é a lei do SUS, para que aquele conjunto de leis que tratam, todas as leis que tratam a saúde estão sendo consolidadas neste documento. E para isto, inclusive, eu havia, também sugerido ao Relator, para que se dê a oportunidade da sociedade toda participar e da Agência Nacional de Saúde Suplementar, da Vigilância Sanitária, da ANVISA, que talvez fosse constituído um grupo de trabalho, assim durante um mês, dois meses no máximo para não se procrastinar uma iniciativa de tamanha importância para que se dê a chance da sociedade toda opinar sobre essa consolidação porque pode acontecer eventualmente que na consolidação às vezes um termo tem que ficar mais adequado à realidade atual, às vezes pode haver algum art. em conflito com o outro, não se pode, na consolidação, mudar a legislação. É só reunir todos os documentos legais e colocá-los num texto consolidado, juntos, reunidos. Mas esse é um trabalho, também são centenas de art.s e por isso que eu havia ponderado também com o Senador Augusto Botelho que ele fizesse isso, mas não, assim, para tentar dizer: Não, vamos deixar isso para o ano que vem, mas pelo menos 1 mês, 2 meses, todos nós que queremos que esta área da Saúde esteja, assim, regulamentada de uma maneira boa, que isto aconteça.

Inclusive, é uma chance para a sociedade, de uma maneira geral, olhar o texto e até pensar, refletir sobre adequações que devam ser feitas em projetos de lei futuros, não neste, mas em projetos, é um debate que pode acontecer com a sociedade. Então, esses estão retirados de pauta para reexame a pedido do Relator, é um trabalho de fôlego e o relatório do Senador Gim Argello, a pedido, em função de um documento do Presidente do Senado Federal que foi lido no início, ele está sendo enviado à Mesa e depois retornará a esta

Comissão para que V.Exa. possa, então, apresentar o relatório final e o mesmo ser votado pela Comissão.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente, só para, eu disse que estava pronto, então, mas vou aguardar vir esse outro projeto para fazer uma juntada, no final seriam 3 projetos que tratam do mesmo assunto. A preocupação legítima de todos os senadores que apresentaram os projetos e já tinha absorvido também as sugestões colocadas por V.Exa., Senador Flávio Arns, pelo Senador Romeu Tuma, pelo Senador José Nery e pela Senadora Rosalba. Então, vai ser a matéria eu só aguardá-la retornar que eu estou pronto para fazer o seu relato. E gostaria de fazer uma sugestão, Sr. Presidente, aproveitando a indignação colocada aqui, muito bem colocada e pela lembrança histórica do Senador Crivella, que existem alguns projetos ainda que do mesmo nível que concede a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da união alguns outros projetos que tramitam na nossa Comissão podia ter feito a força tarefa também aqui para que todos esses projetos a gente pudesse relatar para que não aconteça isso de passar mais vários anos uma família aguardando aqui nesse caso 36 anos, para poder vir a ter uma indenização. Se tiver outros projetos desse que sejam agrupados, eu tenho certeza que nenhum de nós nos furtaremos de relatá-los e dar prosseguimento normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. A sugestão é importante, necessária e nós vamos, então, solicitar à secretaria da Comissão que faça esse levantamento e que nos apresente esse levantamento na reunião da próxima semana para que as providências pertinentes sejam tomadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem Sr. Presidente, eu acho que o Senador Gim Argello tem toda a razão, porque a questão de indenização é coisa que é imediata, porque a perda, ela, ao longo do tempo ela vai quase que transformando beneficiário num escravo da busca do que ele tem direito. Então, eu acho que se atender, Senador, nós poderíamos fazer um mutirão e votar tudo no mesmo dia e eu pergunto a V.Exa., se o Item dois vai ser discutido hoje ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Item 2 é de natureza terminativa que é o relatório é do Senador Inácio Arruda, já constou da pauta, já poderíamos até indicar um Relator *ad hoc*, mas como é de natureza terminativa não vai ser objeto de apreciação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sabe, porque eu disse ao senhor, ultimamente todos os governadores, prefeitos estão vendendo as folhas de pagamento e às vezes tem queixas no PROCON que o maior número de queixas é de filas nos bancos e tal.

Se eu recebo por um banco, que eu sou obrigado a receber por aquele banco, tem uma desavença com o gerente ou não sou bem atendido eu não posso mudar de banco. Então qual é a nossa proposta, minha e do Mercadante que foi juntado? É que cada um de nós indique o banco em que queira receber o seu salário, porque ele terá oportunidade, se necessário, de trocar de banco. Agora, o senhor faz a transferência, o senhor recebe no banco às vezes trabalha com outro tem que transferir, não paga mais CPMF, mas até 31 de dezembro pagava o CPMF. Se não tivesse o mesmo CPMF, por isso que se pusesse na conta da minha esposa eu tinha que pagar. Então, eu acho que é um direito do cidadão, um direito individual de saber por onde ele vai receber o salário ou paga a vista com dinheiro vivo. Então, eu acho que é importante discutir isso, o Mercadante fez um outro projeto em cima do meu, mas isso não é importante, o importante é que se discuta e se busque a solução. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. São dois projetos, um de autoria do Senador Aloízio Mercadante, outro de autoria de V.Exa., os dois tem como Relator o Senador Inácio Arruda e só não foi apreciado no dia de hoje o Senador Romeu Tuma, em função da natureza terminativa. Eu quero só lembrar ao Senador também, Gim Argello, como é que pronuncia? Argello, Argello, que caso V.Exa. tenha algum projeto que se lembre na questão que V.Exa. pediu para que a secretaria tomasse as providências, que também coloque para secretaria em termos de, como é que é? De benefício, de pensão, de indenização, e mesmo a gente pode fazer esse apelo para os demais senadores da Comissão também. Muito bem, agradeço a atenção de todos e declaro encerrada a presente reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h50.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quarenta e seis minutos, do dia vinte e seis de março de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, ROSALBA**

CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MAGNO MALTA, ADELMIR SANTANA e ROMEU TUMA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores João Durval, Cristovam Buarque e Flávio Arns. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica em resposta à sugestão do Ilustre Senador Gim Argello, relacionada às propostas de regulação dos pagamentos, pela União, de pensões, benefícios ou indenizações decorrentes de ação civil, que após levantamento realizado pela consultoria do Senado Federal, não foi identificada nenhuma proposição tramitando na Comissão de Assuntos Sociais e que ampliando a pesquisa para todos os projetos em tramitação no Senado Federal também restou infrutífera. Quando o tema trata de pagamentos de precatórios é que se identificam propostas em tramitação na casa. Foram encontradas com esse tema, sete propostas de Emendas à Constituição, que tramitam em conjunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além de um Projeto de Lei que tramita naquela Comissão. O resultado da pesquisa será enviado ao gabinete do Senador Gim Argello. Comunica ainda o recebimento do Ofício nº 90/08 – Aspar/MJ – do chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, que, em resposta ao Of. nº 150/07 – PRESCAS, desta Presidência, encaminha informações repassadas pelo Departamento de Polícia Federal, acerca do assassinato de três servidores da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme denúncia feita pela nobre Senadora Serys Slhessarenko, com o apoio de outros Senadores, quando da 47ª Reunião desta Comissão, ocorrida em 28/11/2007. Conforme as informações prestadas pelas autoridades competentes, os autores imediato e mediato, ou seja, executor e mandante dos crimes, estão presos por força de prisão preventiva, decretada em 28.01.2008, de acordo com denúncia do Ministério Público Federal. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2003** “Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental”. **Autor:** Deputado Cláudio Cajado. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, DE 2003** “Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exames para identificação de hemoglobinopatias, hipotireoidismo e fenilcetonúria em recém-nascidos”. **Autor:** Deputado Eduardo Jorge. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2003** “Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da

Criança e do Adolescente” **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2003** “Altera o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatória a triagem auditiva neonatal em todo o País”. **Autor:** Senador Paulo Paim. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2004** “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para tornar obrigatório o oferecimento de exame e tratamento audiológicos na rede de serviços do Sistema Único de Saúde”. **Autor:** Senador Edison Lobão. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2007** “Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o País”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Papaléo Paes. **Parecer:** Pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, nº 80, de 2004 e nº 240, de 2007, e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, com acatamento da Emenda do Senador Flávio Arns, apresentada em 20 de fevereiro de 2008, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006** “Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”. **Autora:** Deputada Iara Bernardi. **Relatora:** Senadora Fátima Cleide. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Lido o relatório, foi concedido vista coletiva.** Às doze horas e dezoito minutos o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. **ITEM 09 – REQUERIMENTO Nº 008, DE 2008 – CAS** “Nos termos do art. 93, incisos I, do Regimento Interno do Senado Federal, sugere-se que a Comissão de Assuntos Sociais inclua, na audiência pública que deliberou para discussão do Projeto de Lei do Senado 658/2007, a participação de representante da Ordem dos Economistas do Brasil, maior associação civil vinculada àquela profissão”. **Autores:** Senadores Inácio Arruda e Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 009, DE 2008 – CAS** “Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeira a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para avaliar as políticas públicas para a juven-

tude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, com a participação, entre outros, de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social”. **Autores:** Senadores Patrícia Saboya e Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2004** “Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi adiada a votação. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2007** “Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação”. **Autor:** Senador Arthur Virgílio. **Relator:** Senador Adelmir Santana. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado. ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2007** “Isenta o aposentado maior de 60 anos por invalidez de exame médico-pericial”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi adiada a votação. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2004** “Altera o art. 464, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração”. **Autor:** Senador Aloizio Mercadante. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2004** “Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências”. **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 340 e 176, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi adiada a votação. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2007** “Altera o inciso III do art. 2º da Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007, para permitir que os portadores de diploma de técnico de

nível médio em Enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de Enólogo e dá outras providências”. **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Lido o relatório, foi adiada a votação.** A Senadora Patrícia Saboya registra a presença dos Deputados Federais Henrique Afonso, Filipe Pereira e Rodovalho. Os itens 05 e 06 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Papaléo Paes, Marcelo Crivella, Fátima Cleide, Magno Malta, Serys Slhessarenko, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares e Adelmir Santana. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 46 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todas e a todos, Sras. e Srs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Em primeiro lugar, em resposta à sugestão do ilustre Senador Gim Argello, relacionada às propostas de regulação dos pagamentos pela União de pensões, benefícios ou indenizações decorrentes de ação civil, comunico que, após levantamento realizado pela consultoria do Senado Federal, não foi identificada nenhuma proposição tramitando na Comissão de Assuntos Sociais. Ampliando ainda a pesquisa para todos os projetos em tramitação do Senado Federal, também esta restou infrutífera. Quando o tema é o de pagamento de precatórios é que se identificam propostas em tramitação na Casa. Foram encontradas, com esse tema, sete propostas de Emenda à Constituição que tramitam em conjunto e aguardam deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além de

um Projeto de Lei que tramita naquela Comissão. O resultado da pesquisa será encaminhado ao gabinete do ilustre Senador Gim Argello.

Comunico, ainda, o recebimento do Ofício nº 90/08, do chefe da assessoria parlamentar do Ministério da Justiça, que em resposta ao Ofício nº 150/7, desta presidência, encaminha informações repassadas pelo Departamento de Polícia Federal acerca do assassinato de três servidores da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme denúncia feita pela nobre Senadora Serys, com o apoio de outros Senadores, quando da 47ª reunião desta Comissão, ocorrido no dia 28 de novembro de 2007. Conforme as informações prestadas pelas autoridades competentes, os autores imediato e mediato, ou seja, executor e mandante dos crimes, estão presos por força de prisão preventiva decretada no dia 28 de janeiro de 2008, de acordo com denúncia do Ministério Público Federal.

Não havendo mais nada a tratar em relação a essas questões regimentais, eu anuncio o Item 1 da pauta, que é uma decisão não terminativa. É o Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, que “Dispõe sobre os exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental”. O autor é o Deputado Cláudio Cajado, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, do Deputado Eduardo Jorge, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2003, do Senador Sérgio Zambiasi, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 504, de autoria do Senador Paulo Paim, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei no Senado nº 80, de autoria do Senador Edison Lobão. Ainda mais, outro Projeto de Lei do Senado, nº 240, que “Altera o art. 10º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar obrigatório o teste do olhinho em todo o país”. O autor é o Senador Paulo Paim e o Relator é o Senador Papaléo Paes, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Já tive a oportunidade de ler este relatório, numa sessão anterior, e foi solicitado vistas a esse projeto. Nós temos aqui essa relatoria, que eu quero abreviar, eu quero ler o meu voto, expor o meu voto e ler a Emenda apresentada em 20 de fevereiro de 2008, na forma que lerei a seguir. Então foi feito todo o arrazoado aqui, o relatório, a análise, mas eu vou diretamente ao voto. Pelo exposto – porque já é do conhecimento de todos que já foi lido este relatório e contém, na nossa agenda de hoje, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2003, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 237 e 504, de 2003, nº 80, de 2004, e nº

340, de 2007, e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2003, com acatamento da Emenda apresentada em 20 de fevereiro de 2008, na forma seguinte: Projeto de Lei da Câmara nº 52, substitutivo de 2003, que dispõe sobre ações de atenção à saúde dos portadores de hemoglobinopatias, fenilcetonúria, hipotireoidismo e fibrose cística, e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, para tornar obrigatória a realização das ações que especifica. O Congresso Nacional decreta: art. 1º – Os gestores do Sistema Único de Saúde – SUS Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, promoverão programas de registro, controle e assistência integral às pessoas portadoras de fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística e hemoglobinopatias, em especial a anemia falciforme, que garantam, entre outras medidas: § 1º – Cobertura vacinal contra crime, pneumonia e outras doenças de forma a prevenir agravos intercorrentes; § 2º – Dispensação sem interrupção da medicação necessária aos tratamentos; § 3º – Estruturação de um sistema de vigilância epidemiológica das doenças citadas no *caput*; § 4º – Criação e divulgação de material técnico e educativo dirigido, respectivamente, aos profissionais de saúde e à população; § 5º – Capacitação de profissionais de saúde; art. 2º – É obrigatória a notificação ao órgão competente do SUS dos caso de hemoglobinopatias, fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e fibrose cística; art. 3º – A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações: art. 8º, § 4º – A gestante portadora de anemia falciforme receberá acompanhamento especializado, inclusive na assistência ao parto; art. 10º, § 3º – Proceder a exames visando ao diagnóstico e a terapêutica de hemoglobinopatias e de anormalidades da audição, da visão e do metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.

Veja, senhora Presidenta, não tem nada aqui de absurdo, nem de excepcional – interrompi até para fazer esse comentário, porque eu fui de uma certa forma até questionado pelo Ministério da Saúde por já ter, alguns Estados, estabelecido o início de alguns programas. Mas aqui não tem nada de absurdo, nem de excepcional. O quê nós queremos com isso é estabelecer, através de lei, dando um prazo para que o Ministério passe, distribua em todo o País, dando obrigações aos Estados e Municípios, para o cumprimento dessas ações que não são, primeiramente, não são dispendiosas e são extremamente necessárias, porque eu acho que existiu até um certo relaxamento, devido à grande quantidade de epidemias que hoje agracem esse País e muitos cuidados que se têm que tomar, nessas doenças que já são doenças que causam pro-

blemas de saúde pública há centenas de anos ou há dezenas de anos e que realmente foi se deixando de lado para determinadas especializações e não concentrando como ações de atividade da medicina preventiva. Então por isso que eu fiz esse intervalo aqui na minha leitura, para fazer esse comentário. Então, como diz aqui, proceder a exames visando ao diagnóstico e a terapêutica de hemoglobinopatias e de anormalidades da visão, audição e do metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientações aos pais. Quantos casos nas escolas, de dificuldades de aprendizado, temos registrados? Milhares. A criança tem dificuldade de aprender, mas não é por deficiência mental não, é porque não consegue enxergar e não sabe identificar porque nunca enxergou direito, ou não consegue ouvir porque não sabe o quê é ouvir direito porque nunca ouviu, não é? Então isso aí são exames simples, usasse aparelhos baratos e, principalmente, a mão-de-obra, nós pudemos produzir através de técnicos. Não precisa ser, na maioria dos casos, pessoas formadas em nível de terceiro grau. Técnicos são capazes de fazer essa avaliação preliminar e, posteriormente, encaminhar para os serviços especializados para serem solucionados quando assim a afecção permitir. Os exames visando ao diagnóstico de hemoglobinopatias e de anormalidade do metabolismo de que trata o inciso III, deve incluir, no mínimo, os destinados a diagnosticar anemia falciforme, fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e fibrose cística, porque é muito triste nós vermos esses diagnósticos feitos de forma tardia. Art. 11º – É obrigatória a realização dos exames de acuidade visual e auditiva – obrigatória – dos alunos matriculados nos estabelecimentos públicos de educação básica.

Eu lembro que, quando eu era criança, vejam só, parece que nós evoluímos. Evoluímos muito, mas em alguns pontos nós regredimos. Todos os anos, antes do início das aulas, nós tínhamos exames médicos, nós passávamos por exame médico. Então um simples barulhinho que fazia junto da gente, já podia alertar para ver se aquela criança estava ouvindo ou não. Então nós queremos obrigar que façam esses exames de acuidade visual e auditiva nos estabelecimentos públicos. Art. 229-A – Deixar a autoridade competente de oferecer as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, nos termos do § 4º, do art. 11º – aí sim tem que dar uma penalidade, tem que penalizar -, pena: detenção de seis meses a dois anos. Se vai ser preso ou não o problema já não é nosso. § único – Se o crime é culposo, pena: detenção de dois a seis meses ou multa. Se a multa é grande ou pequena também o problema não é nosso. Art. 4º – O § único, do art. 3º, da Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV. Art. 3º, inciso

IV – O aconselhamento genético, especialmente aos portadores do traço falciforme. Esta lei entra em vigor após decorridos trezentos e sessenta e cinco dias da sua publicação.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vejo que isso daqui é um projeto extremamente coerente, oportuno, e peço a todos que, independente de outro tipo de questão, mas analisando puramente a questão saúde pública, eu peço que todos entendam da necessidade e peço a aprovação do projeto que acabei de relatar. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada ao Senador Papaléo Paes. Eu coloco em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. O projeto foi aprovado e vai à Comissão de Educação para prosseguimento de sua tramitação.

Eu quero parabenizar ao Senador Papaléo Paes pelo trabalho cuidadoso que teve em relação ao seu relatório e dizer que eu, particularmente, pela luta que tenho em defesa das crianças e dos adolescentes, não só do meu Estado, o Ceará, mas do Brasil como um todo, fico muito feliz que um projeto dessa natureza tenha sido aprovado. E sou testemunha, porque tenho uma filha que vai agora completar três aninhos de idade, foi detectado também nela um problema na vista, e quando fizemos o teste, ela tem quase três graus em cada olhinho. Isso significa que agora ela precisa usar óculos, pequenininha, mas que o seu rendimento, o seu aproveitamento, é muito maior hoje depois que eu fiz esse testesinho tão simples nela. Então com um diagnóstico feito de forma antecipada nós podemos ajudar muitas crianças, muitas crianças mesmo. Então eu quero parabenizar o cuidado, a sensibilidade de V. Ex^a., como sempre, nessa Comissão, se destacando por essa sensibilidade, e esperar que na Comissão de Educação ele possa também ser aprovado e a gente consiga mais essa garantia para as nossas crianças e adolescentes de todo o nosso país. Parabéns ao Senador Papaléo Paes.

Eu queria registrar, além da presença dos Srs. Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Papaléo Paes, Senadora Fátima Cleide, a presença dos Deputados Henrique Afonso, Felipe Pereira e Deputado Rodovalho, do Distrito Federal.

Nós temos vários itens da pauta, mas os Relatores infelizmente ainda não estão presentes. Eu vou passar então, porque como os outros Relatores ainda não chegaram, nós teremos agora os itens 2, 3, 4, 5 e 6, e a única Relatora presente, além do Senador Papaléo Paes, é a Senadora Fátima Cleide. Então nós vamos passar agora ao Item 7 da pauta, que é uma decisão

não terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2006, que “Altera a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e dá nova redação ao § 3º, do art. 140, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”. Autora é a Deputada Iara Bernardi e a Relatora é a Senadora Fátima Cleide, que terá a palavra para manifestar o seu relatório.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA

SABOYA (PDT-CE): Pela ordem, o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Eu tenho debatido muito esse projeto com a Fátima na Comissão de Direitos Humanos, e acho, Sra. Presidente, que nós precisávamos de um tempo para discutir, aprofundar um consenso. Por isso é que eu gostaria de pedir a V. Exª. que me concedesse vistas desse PLC nº 122.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-

BOYA (PDT-CE): Senador Marcelo Crivella, com todo respeito, claro, eu passo de qualquer forma a palavra à Senadora Fátima Cleide, porque o pedido de vista pode ser concedido, mas após ser lido o relatório. Então eu peço a V. Exª. que aguarde.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Nós já conhecemos o projeto, já lemos na CDH, é apenas para tentar poupar a nossa companhia--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-

BOYA (PDT-CE): Eu entendo que V. Exª. irá pedir vistas, mas eu acho que seria importante então que ela pudesse dar conhecimento a esta Comissão do seu relatório. Em seguida V. Exª. poderá, como o Senador Magno Malta, pedir vistas, que serão, evidentemente, concedidas. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Meu

muito obrigada à Senadora Patrícia, Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, em primeiro lugar pela consideração com esta Relatora que teve a coragem também que teve de, numa tentativa de protelar este debate, esta discussão e apreciação deste projeto, ele veio para a CAS e V. Exª., corajosamente, me nomeou Relatora. Meu muito obrigada.

Com relação à consideração inicial do Senador Marcelo Crivella, eu tenho toda a disposição, como tive durante todo esse período, tanto na CDH quanto aqui na CAS, de dialogar, mas acho que já passou da hora de fazermos, de darmos conhecimento ao povo do Brasil e principalmente aos grupos interessados, tanto

pró quanto contra, do teor do meu relatório. Eu antecipo ao Senador Marcelo Crivella, ao Senador Magno Malta, que não os cansarei, embora o meu relatório seja bem longo, porque nós procuramos aqui expressar o quê foi toda a construção do debate ocorrido na CDH, nas diversas Audiências Públicas realizadas, não esgotaríamos num relatório, mas vou fazer aqui uma síntese que acredito ser necessária e urgente que se faça para conhecimento público.

Portanto, Sra. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, Projeto de Lei nº 5.003, de 2001, na Câmara dos Deputados, de autoria da Deputado Federal Iara Bernardi, tendo sido aprovado naquela Casa em 23 de novembro de 2006, tem por objeto a alteração da Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, cuja ementa proclama: “define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”. O PLC nº 122, de 2006, amplia novamente a abrangência dessa norma, acrescentando à ementa e ao art. 1º da lei em vigor as motivações de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Da análise. O atual conceito de cidadania está intimamente ligado aos direitos, à liberdade e à igualdade, bem como a idéia de que a organização do Estado e da sociedade deve representar o conjunto das forças associações e se estruturar a partir da mobilização política dos cidadãos e cidadãs. No entanto, quando surgiu, no século XVII, este conceito não incluía pobres, mulheres e escravos. No século XVIII, a partir do desenvolvimento da indústria, difunde-se a participação dos direitos à liberdade, à igualdade e à fraternidade entre homens que nascem e permanecem livres em iguais direitos. Por demanda de novos atores econômicos, protagonistas das lutas operárias e movimentos sociais diversos nos séculos XIX e XX, a cidadania se estender, então, aos trabalhadores, às mulheres, aos negros e aos analfabetos. Com essa inclusão redefinem-se os direitos civis, políticos e sociais. Após a Segunda Guerra Mundial edita-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirmando direitos universais a bens econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais e consagra-se o direito à vida como um direito humano básico para além da integridade física, abrangendo a moral, a privacidade, a intimidade, a honra, a dignidade e a imagem. Num primeiro momento a percepção e regulamentação dos direitos humanos caracterizaram-se pela proteção genérica, baseada na igualdade formal. Mais tarde, a percepção dos Direitos Humanos se estende às condições diferenciadas específicas do sujeito, com suas peculiaridades e particularidades. A partir de então se reconhece o direito à diferença ao lado do direito à igualdade, condição que possibilita a instituição do

Estado laico, fundado nos princípios da democracia e da adversidade. No entanto, historicamente o reconhecimento e a expansão de direitos não são suficientes para assegurar o quê a filósofa Hannah Arendt define como “cidadania ativa”, que implica em sentimento de pertencimento, de identidade de solidariedade entre os membros de uma comunidade, no cumprimento de normas jurídicas, no reconhecimento de novos sujeitos de direito e na construção de novas normas de convivência que respondam às novas demandas. Assim, novas legalidades reclamadas pelos movimentos sociais de mulheres, lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros se justificam na insuficiência da prescrição social da heterossexualidade e da classificação tradicional do sexo e do gênero para assegurar direitos universais. A homofobia é a principal causa da discriminação e da violência que se pratica contra homossexuais e transgêneros. O trato com essa discriminação consagrou o termo para significar a intolerância e o desprezo por quem demonstre preferências e identidades diferentes da heterossexual.

No âmbito da legislação ordinária os movimentos sociais apontam, pelo menos, trinta e sete direitos entre os consagrados a heterossexuais que são negados a cidadãos e cidadãs LBGT. Assim, ocorrem importantes avanços no reconhecimento de direitos sexuais em detrimento dos padrões conservadores, sobretudo a partir dos anos 90.

Objetivamente, sem fazer a opção pelo comportamento homossexual ou sua apologia, o PLC nº 122, de 2006, propõe meios legais para desestimular e coibir, penalmente, situações em que a opinião privada de alguns gera prejuízo aos direitos dos outros. Assim, todas as condutas definidas, criminalmente, no projeto, referenciam comportamentos que arbitrariamente recusam a indivíduos LBGT direitos que são conferidos a outros indivíduos em igualdade de condição.

Dessa forma, essa relatoria entende que o projeto, além do extremamente positivo no combate à homofobia e na garantia de cidadania a grupos drástica e continuamente violados em seus direitos, não criminaliza a liberdade de consciência e de crença pela simples razão de que a forma proibitiva incide sobre a conduta dolosa, precisamente definida em lei, não sobre o pensamento, além do fato de que o combate a toda forma de discriminação no campo do trabalho e a promoção da saúde mental dos cidadãos e cidadãs brasileiros, discussão que está no âmbito desta Comissão, serão fortalecidas.

Esta relatoria entende que o PLC nº 122, de 2006, tem pleno mérito na adequação, definição de sujeitos e condutas criminosas, em face da inegável necessidade de recursos penais para coibir a discriminação homo-

fóbica no território nacional e em função de garantir a universalidade do direito à igualdade e à diversidade entre os cidadãos e cidadãs.

Em face do exposto, não vislumbrando qualquer óbice de ordem legal, constitucional ou de técnica legislativa, e julgando ser esta uma matéria de extrema importância para o pleno exercício da cidadania e dos direitos humanos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006. Este é o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Quero agradecer à Senadora Fátima Cleide pelo seu relatório, que durante tanto tempo se dedicou para que aqui pudesse apresentá-lo. Passo a palavra, agora, ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, eu reafirmo, nós vamos pedir vistas ao projeto, vamos discutir esse projeto com mais profundidade, tentar construir um consenso. Ainda há dificuldades em nós podermos aprovar o relatório. É ponto pacífico de que todos nós nessa Casa, especialmente nós Senadores, inclusive os que estão pedindo vistas, queremos garantir que haja respeito à opção sexual de qualquer brasileiro.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Sra. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu já concedo a parte a V. Ex^a. Mas o projeto ainda traz dúvidas, suscita dúvidas quanto aos aspectos da liberdade religiosa e a liberdade da expressão do livre pensamento, e algumas inconstitucionalidades que nós não vamos debater aqui porque é mais uma questão de mérito, vamos deixar para discutir constitucionalidade na CCJ. Mas eu queria receitar, Sra. Presidente, que gostaria de pedir vistas para analisar mais profundamente esse projeto.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): Eu gostaria de pedir vistas também, vistas coletiva, e que dentro das possibilidades seja pautado para a próxima reunião da Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Nós teremos cinco dias do pedido. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu também queria registrar o meu pedido de vistas ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Pedido de vistas coletiva acatado.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com a palavra o Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O meu pedido de vista, eu faço parte desse pedido coletivo, e para reafirmar a posição, Sra. Presidente, é de que quando a Constituição diz que qualquer tipo de discriminação é nefasta, é verdadeiro, ninguém tem o direito de discriminar ninguém, muito menos agredir ninguém e ser acintoso físico e moral contra ninguém. São crimes inaceitáveis, está na Constituição e nós respeitamos isso. Então a nossa discussão não é com relação à opção sexual de ninguém. Nós estamos discutindo o Projeto de Lei 122, nós estamos discutindo um Projeto de Lei que entendemos estar eivado de inconstitucionalidades, sutilezas que nós queremos discutir. Agora respeitamos a opção das pessoas, respeitamos e achamos que qualquer tipo de discriminação é extremamente nefasta e nojenta, mas nós estamos discutindo não isso, nem discriminação, portanto, estamos discutindo. Estamos discutindo um Projeto de Lei que entendemos estar eivado de inconstitucionalidades e é por isso o pedido de vista coletiva.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Concedida vista coletiva.

Passamos ao próximo Item da pauta. Requerimento 2008, sugere à Comissão de Assuntos Sociais incluir na Audiência Pública que realizará para discutir o PLS nº 658, de 2007, conforme Requerimento nº 04, de 2008, aprovado na reunião do dia 05 de março de 2007, a participação de representantes da Ordem dos Economistas do Brasil, sociedade civil vinculada à profissão. “Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sugere-se que a Comissão de Assuntos Sociais inclua, na Audiência Pública que deliberou para discussão do Projeto de Lei do Senado 658, de 2007, a participação de representante da Ordem dos Economistas do Brasil, maior associação civil vinculada àquela profissão”. Autor é o Senador Inácio Arruda e eu subscrevo o Requerimento. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Requerimento, Item 10 da pauta. “Nos termos do inciso II, do § 2º, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para avaliar as políticas públicas para a juventude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho, com a participação, entre

outros, de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento Social”. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação, afirmando que esse requerimento é de autoria da Senadora Patrícia Saboya, subscrito por mim. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É que eu tenho um projeto, Sr. Presidente, que é o Item 3 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É terminativo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não é terminativo não, Sr. Presidente, é não terminativo, e o Relator é o Senador Inácio Arruda que acaba de chegar nessa Comissão. Se V. Ex^a. pudesse nos ajudar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É terminativo, Sr. Senador. O Item 3 é terminativo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Será que pode ler o relatório então, Sr. Presidente, para a gente ganhar tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não pode votar, não temos quorum para votar, mas V. Ex^a. poderá ser atendido na sua solicitação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador, lendo já ajudava muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Inácio Arruda. Projeto de Lei nº 23, de 2004, é o Item 3 da pauta, é uma decisão terminativa. “Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação”. O autor é o Senador Marcelo Crivella e Relator é o Senador Inácio Arruda. O Parecer é pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. A matéria constou da pauta de reunião do dia 05 de março de 2008, sendo adiada sua deliberação. Concedo a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda para proferir o relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, na verdade eu acho que o meu Parecer já foi lido, faltando apenas nós deliberarmos. Como trata-se de matéria que exige o quorum qualificado, eu ape-

nas gostaria de reafirmar que nós fizemos esse projeto, discutimos o seu Parecer, sempre buscando dialogar com o autor, que teve sempre muita sensibilidade e facilitou aqui o trabalho da relatoria, e por isso que nós não só apresentamos o nosso Parecer favorável, como apresentamos algumas emendas, poucas, que têm o único objetivo de adequação apenas do projeto. O nosso Parecer é favorável, gostaríamos de vê-lo aprovado o mais rápido possível. Infelizmente o dia de hoje me parece daqueles dias difíceis, até mesmo porque as CPIs têm predominância sobre as Comissões permanentes da Casa, elas são mais chamativas, não é, parece que elas dão mais mediáticas, há uma certa pirotecnia nas CPIs, então todo mundo corre para lá, fica superlotada a CPI, todo mundo quer falar na CPI. Tem uma máxima até que diz que quem aparece muito em CPI não volta para o Congresso Nacional. Talvez os que estejam lá não estejam sabendo desta máxima. Então eu acho que era preciso a gente dar atenção às nossas Comissões. Este é um projeto importante do Senador Marcelo Crivella, um projeto social, que é sempre do seu feitio, está ligado a um projeto que eu tive a felicidade de ser Relator na Câmara dos Deputados, que é o Estatuto da Cidade, que nós apresentamos um substitutivo a um projeto original do Senador Pompeu de Souza, que era Senador pelo Distrito Federal, mas era cearense da cidade de Redenção, a primeira a libertar os escravos no Brasil. Então o Senador Crivella faz uma alteração ao Estatuto da Cidade para aprimorá-lo e beneficiar o povo do Brasil. É essa a iniciativa. Então o meu Parecer, Sr. Presidente, é pela aprovação e gostaríamos de conclamar os nossos colegas a comparecer à Comissão, se não hoje, na próxima sessão, para garantirmos a aprovação desse importante projeto do Senador Crivella.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para discutir, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero parabenizar V. Ex^a., Senador Inácio Arruda, pelo seu empenho no sentido de relatar com a responsabilidade que lhe é peculiar e com o objetivo de atender necessidades da população, parabenizar também ao Senador Marcelo Crivella pela iniciativa como autor do projeto.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): E quero ressaltar, realmente, lamentar o que V. Ex^a. lamentou aqui, a ausência nas nossas Comissões, que são Comissões importantíssimas para que nós possamos dar andamento aos projetos que têm que ser analisado em cada Comissão, com a responsabilidade que todos nós temos, em virtude

dessas Comissões que nós temos, em virtude dessas Comissões estarem praticamente sendo esvaziadas por CPIs que não comportam todos os parlamentares que nós conseguimos ver ocupando aqueles assentos ali, não é? Então eu pediria até aos senhores parlamentares--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): São três CPIs simultâneas agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu pediria que comparecessem às nossas Comissões para que nós pudéssemos ser céleres aqui nesta Casa com os projetos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E hoje eu estou podendo relatar os nossos projetos, porque a CPI das ONGs decidiu adiar a sua votação porque ela estava em disputa com outra CPI, porque estávamos no mesmo horário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): A questão de mídia.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O quê permitiu que eu pudesse relatar, felizmente, se não também não poderia relatar porque estaria relatando a CPI das ONGs. Mas eu quero, Sr. Presidente, para uma correção, porque na verdade o projeto, eu comecei aqui a leitura, mas pedi ao próprio autor para que ele me desse um tempo para apresentar uma sugestão, isso ele entrou em acordo, então digamos assim que nós fizemos um trabalho pela metade. Então é necessário ser feito o anúncio aqui do nosso relatório, mas eu não quero fazer uma leitura do conjunto do relatório, eu quero apenas reafirmar o nosso propósito de aprovar, o nosso voto é pela aprovação com as Emendas que foram fruto de um trabalho em conjunto com a equipe do Senador Crivella. Então o nosso Parecer é esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabéns a V. Ex^a.. Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, também quero fazer coro com as reclamações com relação à prioridade que se dá às CPIs. É muito importante a investigação, mas o nosso trabalho aqui, a nossa atuação é no sentido de legislar, essa deve ser a nossa primeira atribuição. Judiciário eu acho que deve ficar para o Judiciário, para a justiça. O nosso papel de investigação não pode ser maior do que o papel de legislador. Mas, fiz questão de me pronunciar com relação a essa matéria apenas para parabenizar o Senador Inácio Arruda e parabenizar o Senador Marcelo Crivella pela autoria de tão importante matéria. Que bom que o Senador Inácio Arruda pode relatar esse projeto no dia de hoje, 26 de março, quando nós estamos aí numa semana em que se discute o uso

racional da água e do quanto nós, seres humanos, desprezamos a importância que ela tem, fundamental para a vida que é este elemento água. Quero parabenizar o Senador Marcelo Crivella pela apresentação dessa matéria legislativa que é muito importante tanto para a preservação da água quanto para o meio-ambiente, contribui enormemente para a diminuição dos efeitos do aquecimento global e, principalmente, com relação à minimização do uso de energia, que hoje é um dos principais problemas da humanidade, pois quanto mais consumimos energia mais necessidade temos de produzir, de gerar novas fontes de energia e muitas vezes tendo que recorrer à utilização da água para gerar energia. Então, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer esse registro porque considero muito importante essa matéria e desde já ela pode contar com o meu voto favorável.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigada à Senadora Fátima Cleide. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de falar sobre esse projeto, sobre a sua importância assim de forma breve, enaltecendo o seu autor pela oportunidade de sua apresentação, de vez que, se for aprovada pelo Congresso, sem dúvida alguma que nós iremos reduzir substancialmente os gastos com energia elétrica proveniente de outras fontes, e o Brasil é riquíssimo, não só no Nordeste do Brasil, pelo sol equatorial que ali cai, de forma quase vertical, permitindo um aproveitamento energético importante através dessa saída tecnológica. Muitos países a utilizam, como na Europa, nos Estados Unidos. Então eu quero parabenizar V. Ex^a., Senador. V. Ex^a. entra na modernidade e procura não só contribuir com uma energia pura para proteger o meio-ambiente como também promover economia neste País, economia de combustíveis fósseis que poluem o meio-ambiente, economia até da própria energia nuclear, que é caríssima, a energia hidráulica que vem também até do Paraguai e agora o Paraguai, através de um candidato, ameaça aumentar as tarifas que são pagas pelo Brasil na Usina de Itaipu. Por tudo isso V. Ex^a. entra num assunto que é da maior oportunidade, da mais alta relevância. Votarei favorável quando estiver na pauta de votação, exaltando a iniciativa louvável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É o seguinte: o Senador Paulo Paim apresentou um projeto, o Projeto de Lei nº 302, que é da maior importância. Ele proíbe que o aposentado, com idade igual ou superior a sessenta anos, seja obrigado a comparecer para fazer o exame por invalidez, que hoje é obrigado de dois em dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permita-me, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só vou fazer a leitura, se me permitir V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu atenderei a V. Ex^a. É muito importante que V. Ex^a. faça essa leitura, mas eu peço até permissão a V. Ex^a., porque o Item 4 é não terminativo, o Relator é o Senador Adelmir Santana, e em seguida nós vamos ao Item 11º, que V. Ex^a. é o Relator, e logicamente V. Ex^a. terá o tempo necessário para fazer o seu relatório. V. Ex^a. concorda?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inteiramente de acordo com V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado. Então vamos ao Item 4. Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2007, “Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.666, de 08 de maio de 2003, para vedar a incidência de penalidades no recolhimento a destempo de complementação devida por contribuinte individual quando, no período próprio, o valor a ser recolhido for inferior ao valor mínimo por procedimento de arrecadação”. O autor é o Senador Arthur Virgílio e o Relator é o Senador Adelmir Santana. O Parecer é pela aprovação do projeto. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, posteriormente, para prosseguimento de sua tramitação. Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana para proferir o relatório.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu vou resumir, dando uma explicação muito simples. Isso daqui é o seguinte: quando você tem um tributo que não atinge um determinado valor, está dispensado do seu recolhimento, porque não compensa ao Estado, por causa dos custos do recolhimento, fazê-lo. Depois, quando você atinge o limite para o recolhimento, considera-se a dívida anterior, só que aí começa a incidir multas e correções, quer dizer, não é justo. Se ele foi dispensado do pagamento porque não convinha ao Estado recolher, então não há sentido penalizá-lo porque ele atinge o patamar necessário de recolhimento. Então o quê nós estamos querendo é que permaneça, claro

que está que ele recolherá os valores devidos, mas sem penalidades, uma vez que ele estava dispensado do seu recolhimento na data devida porque não atingia o patamar mínimo. Portanto, o nosso Parecer, o voto é pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao Item 11, que é uma decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2007: “Isenta o aposentado maior de sessenta anos por invalidez de exame médico-pericial”. O autor é o Senador Paulo Paim e o Relator é o Senador Antônio Carlos Valadares. O Parecer é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Carlos Valadares para proferir o seu relatório.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Senador Paulo Paim apresentou essa proposta que, a meu ver, é consentânea com as preocupações desta Comissão que luta por uma legislação que venha coibir com todo e qualquer ato injusto, desumano, cruel, que seja cometido contra todas as pessoas, notadamente contra as crianças, as mulheres, os adolescentes e os idosos. Por isso é que a sua proposição vem ao encontro desses objetivos, porque ela confere ao aposentado o direito de ficar dispensado do exame pericial, que é exigido hoje, que é exigido para aquelas pessoas que tenham idade inferior a cinquenta e cinco anos. Então só em três casos seria permitido o exame pericial: 1) Verificar a necessidade de assistência permanente de outra pessoa para a concessão do acréscimo de 20% sobre o valor do benefício, conforme dispõe o art. 45; quer dizer, se alguém estiver dando assistência, não é, ao aposentado, aí ele poderá requerer um acréscimo de 20%. Então aí, neste caso, a perícia é permitida; 2) Verificar a recuperação da capacidade de trabalho que dispõe o art. 47; 3) E também subsidiar a autoridade judiciária na concessão da curatela, conforme dispõe o art. 110. De sorte que, salvo essas exceções, não será permitida a convocação do aposentado para exame pericial, como se fez aí em algumas oportunidades e a imprensa tocou neste assunto, isso daí emocionou muito a sociedade brasileira, onde muitos velhinhos foram obrigados assim, de forma inadvertida, equivocada e até desumana, compareceram à Previdência Social para fazer o exame pericial ou para fazerem uma nova ficha. Isso causa não só um transtorno como também pode aumentar a possibilidade de os mais velhos mor-

rerem mais cedo. Por isso esta proposta eu a aprovo em sua totalidade, o meu Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabéns a V. Ex^a. pelo brilhante relatório. Como a matéria é de decisão terminativa, nós vamos aguardar uma próxima reunião para que nós tenhamos o número de presentes necessários para a devida votação. Quero mais uma vez parabenizar a V. Ex^a. pela sua sensibilidade e pela sua visão em cima de uma necessidade absoluta que nós já tivemos assim exemplos às nossas vistas e que este Projeto de Lei viria abrandar ou resolver muitos desses problemas que nós já testemunhamos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu peço a V. Ex^a. para relatar o Item 8 da pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Item 8 da pauta.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ele é terminativo, mas eu gostaria de relatar e, quando alcançarmos o quorum, espero na próxima reunião, já votaríamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Está concedido. Item 8, decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2004, “Altera o art. 464, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração”. O autor é o Senador Aloízio Mercadante, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2004, “Acrescenta o § 3º, ao art. 1º, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências”. O autor é o Senador Romeu Tuma e o Relator é o Senador Inácio Arruda. O Parecer é pela aprovação de Lei do Senado nº 340 e 176, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta. Em 05 de março de 2008, o Relator, V. Ex^a., Senador Inácio Arruda, reexaminou a matéria, elaborando novo Parecer, apresentado no dia 11 de março de 2008, e agora concedo a palavra a V. Ex^a., ao Senador Inácio Arruda, para proferir o seu relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu já tinha apresentado o meu Parecer e solicitei que nós retirássemos a matéria da pauta para que eu revisasse o meu re-

latório, o meu Parecer, em função de nós termos dois Projetos de Lei: um de autoria do Senador Mercadante, mais abrangente, e o outro de autoria do Senador Tuma. Ambos têm o mesmo sentido, o mesmo objetivo, e poderiam ser aproveitados. Como no relatório anterior nós fizemos uma distinção, privilegiando então o Projeto de Lei do Senador Mercadante, eu examinei naquele momento que era mais ajustado, mais correto nós aprovarmos os dois projetos, porque os dois têm o mesmo sentido. E como a base da aprovação estava referida a uma Emenda Substitutiva, não haveria nenhum prejuízo para os autores, quer dizer, ambos têm a mesma preocupação, que é a preocupação de dar mais liberdade a todos os trabalhadores de escolherem a agência bancária onde desejam que seja recebido os seus proventos. Isso já é objeto de determinação, através de Resolução do Conselho Monetário Nacional, que assim já entendeu que pode ter sim a liberdade para todo o trabalhador de escolha de sua agência bancária. Apenas os dois Senadores, Aloizio Mercadante e Senador Romeu Tuma, estão transformando esta matéria em lei. Aliás, os dois se anteciparam. Apenas as instituições do Governo tinham o poder, através de norma de Portaria e de Decreto, de se adiantar a esse trabalho dos Srs. Senadores, que foi fruto inclusive de discussões e debate na Comissão de Assuntos Econômicos inicialmente. Então eu considerei que os dois projetos são cabíveis, são importantes, e o meu Parecer é favorável nos termos da Emenda Substitutiva nº 1, votando, portanto, pela aprovação dos dois Projetos de Lei nos termos da Emenda Substitutiva, que é muito simples, e que eu lerei agora. Então em face dessa análise que eu realizo o voto é pela aprovação do PLS 176 e 340, ambos de 2004, nos termos da seguinte Emenda Substitutiva: Emenda nº 1, Comissão de Assuntos Econômicos, Substitutivo de 2008: Dispõe sobre a contratação de instituições bancárias para depósitos, salários, vencimentos, proventos e pensões, efetuados pelas pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por meio de depósito bancário. O Congresso Nacional decreta: art. 1º – O pagamento de salários, vencimentos, proventos e pensões efetuadas pelas pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, por meio de depósito bancário, obedecerá o disposto nesta lei; art. 2º – Os empregados, servidores públicos, aposentados e pensionistas, escolherão livremente a agência e respectiva instituição bancária onde receberão os seus salários, vencimentos, proventos e pensões. § único – O beneficiário sempre poderá fazer nova escolha de instituição financeira, mediante comunicação escrita às pessoas jurídicas mencionadas no art. 1º, com a antecedência mínima de noventa dias; art. 3º – As pessoas jurídicas referidas

no art. 1º ficam obrigadas a solicitar aos seus respectivos empregados, servidores públicos, aposentados ou pensionistas, que em formulário separado informe os dados pertinentes à sua conta bancária; art. 4º – Caso o pagamento da remuneração ocorra por meio de cheque, esse deverá ser originário de agência de instituição bancária próxima ao local de trabalho; art. 5º – Serão respeitadas, até a data do seu vencimento, os eventuais contratos entre as instituições financeiras e as pessoas jurídicas de direito público e privado referentes ao depósito dos valores de quitação da folha de pagamento e pessoal; art. 6º – Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação. Sala das Comissões, Presidente Senador Papaléo Paes, Relator Inácio Arruda. Sr. Presidente, este é o meu relatório, com a respectiva Emenda Substitutiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a V. Ex^a. pela leitura do relatório. O projeto voltará à pauta na próxima reunião para que seja votado em quorum qualificado por tratar-se de um projeto terminativo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu aproveito, que eu gostaria de relatar também o Item 2 da pauta, projeto de autoria do Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu peço permissão ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque na próxima reunião eu posso não estar mais aqui para relatar, mas já fica feito o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Projeto do Lei do Senado nº 498, “Altera o inciso III, do art. 2º, da Lei nº 11.476, de 29 de maio de 2007, para permitir que os portadores de diploma de técnico de nível médio em Enologia e os alunos que ingressaram em curso deste nível até 29 de maio de 2007 possam exercer a profissão de Enólogo e dá outras providências”. O Senador Sérgio Zambiasi é o autor e o Relator é o Senador Inácio Arruda, pela aprovação. A matéria constou da pauta de reunião do dia 27 de fevereiro de 2008 e 05 de março de 2008, sendo adiada a sua deliberação. Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, aqui o Senador Zambiasi procura corrigir uma injustiça, os técnicos de nível médio nessa área foram preteridos. Eu lembro dos contadores antigamente, que não tinham curso superior, mas foram acolhidos, porque eles exerciam a sua profissão de contador nas empresas e não tinha sentido você não aproveitá-los. Por isso eu considero que da mesma forma o Senador Zambiasi tem razão, devem se aproveitar sim todos os

técnicos, os Enólogos que já se formaram, trabalham nas indústrias vinícolas e que devem ser recepcionados na nova legislação. Por tudo isso o meu Parecer é pela aprovação. Não existe vício de inconstitucionalidade, juridicidade e, presentes as razões de mérito expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2007, de autoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Senador Inácio Arruda. Também o projeto volta para a pauta, aguardando quorum qualificado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço a V. Exa. a aprovação do Requerimento de minha autoria --

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Já foi aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Item 9.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): V. Exª. já teve o seu Requerimento aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Então toda pauta foi liquidada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado pela sua ação devastadora. Eu agradeço às Sras. e Srs. Senadores e encerro a presente reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

Sessão encerrada às 12h49.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dois de abril de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, ROSALBA CIARLINI, GIM ARGELLO, EXPEDITO JÚNIOR, IDELI SALVATTI, ROMEUTUMA e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Comparece também o Senhor Senador Renato Casagrande. Justificam a ausência os Senadores João Durval, Jayme Campos e Eduardo Azeredo. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica aos membros da Comissão, que os Requerimentos

nº71 e nº72 de 2007-CAS ficaram prejudicados por não terem base regimental, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 50 da Constituição Federal. E, que sendo assim, para que não exista nenhum prejuízo quanto ao assunto, os referidos requerimentos serão substituídos por ofícios e encaminhados à Ministra Ellen Gracie, eminente Presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, solicitando atenção ao processo nº 2000.0015.77721-3/4. A Presidente registra a presença do Economista Edivaldo Teixeira de Carvalho – Vice-presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON). A Senadora Patrícia Saboya indica o nobre Senador Antônio Carlos Valadares como membro suplente da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 04, de 2008 – CAS e nº 30 de 2008-CAS de autoria dos Senadores Flávio Arns, Expedito Júnior e Inácio Arruda, com vistas à realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais a fim de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 658, de 2007, que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências. A Presidente dá início a reunião informando que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição e convida os palestrantes para tomarem seus lugares à Mesa. Fazem uso da palavra os seguintes convidados: **Dr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana** – Presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON); **Contador Enory Luiz Spinelli** – Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina – Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e o **Dr. Francisco da Silva Coelho** – Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil (OEB). Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Expedito Júnior, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque e José Nery. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Carmargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS E 15 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Bom dia a todas e a todos. Sejam todos muito bem vindos à Comissão de Assuntos Sociais.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Antes de darmos início à Audiência Pública, eu gostaria de comunicar aos ilustres membros da Comissão sobre os requerimentos nº. 71 e 72/2007, da Comissão de Assuntos Sociais, que ficaram prejudicados por não terem base regimental, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 50 da Constituição Federal.

Sendo assim, para que não exista nenhum prejuízo quanto ao assunto, substituo os referidos requerimentos por ofícios que encaminharei à Ministra Ellen Gracie, eminente Presidente do Conselho Nacional de Justiça e ao Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha, ilustre Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, solicitando atenção ao processo nº. 2000001577721/34.

Gostaria, ainda, de indicar o nobre Senador Antônio Carlos Valadares como membro suplente da Subcomissão Permanente de Promoção e Acompanhamento e Defesa de Saúde. Gostaria de registrar a presença dos ilustres, Senador Expedito Júnior e Senador Inácio Arruda, do meu estado, o estado do Ceará.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº. 04/2008 para debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 658/2007, que atualiza a regulamentação do exercício da profissão de economista e dá outras providências.

Convido os nossos ilustres convidados para tomar... Tomarem lugar à mesa. Primeiro, eu gostaria de chamar o Dr. Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana, Presidente do Conselho Federal de Economia.

[palmas].

O Sr. Enory Luiz Spinelli, vice-Presidente de Fiscalização Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade.

[palmas].

Gostaria de chamar o Sr. Francisco da Silva Coelho, Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil – OEB.

[palmas].

Gostaria também de esclarecer que está presente a Sra. Daniela Demartini de Moraes Fernandes, que é Assessora do Conselho Federal de Administração. E eu gostaria apenas de explicar aos nossos convidados que a Sra. Daniela me disse que estava havendo hoje, em Alagoas, um encontro dos administradores do Conselho, e estão justamente discutindo sobre este Projeto que nós vamos discutir aqui hoje. Então, ela pede permissão, para não participar da Mesa, mas, está aqui no nosso Plenário, acompanhando toda essa discussão, para que, depois desse encontro que está acontecendo em Alagoas, eles possam trazer as sugestões, já objetivas e claras, para contribuir para esse debate.

Eu quero esclarecer que cada convidado deverá ter 15 minutos para a sua exposição. Eu só pergunto se 15 minutos são suficientes? Bom, se houver necessidade de prorrogação... E, logo após as exposições, nós abriremos a palavra às Sras. Senadoras e Srs. Senadores para os seus questionamentos. Com a palavra, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem, Presidente. Sra. Presidente, antes de mais nada eu quero agradecer a presença dos convidados e parabenizar V.Exa., eu conversei contigo sobre essa preocupação que estavam tendo, é... Sobre esse Projeto do Senador Inácio Arruda e você, de imediato, de pronto, já se colocou à disposição para que nós pudéssemos fazer uma audiência pública e convidássemos todo mundo para que nós pudéssemos discutir. De repente, não sei aqui um consenso, mas, quem sabe dessa audiência pública, nós possamos construir um Projeto que seja a contento da maioria. Eu acredito que é isso que nós estamos tentando buscar, junto com essa audiência pública. Quero cumprimentar aqui o autor do Projeto, Senador Inácio. Agora há pouco, a Presidente, ela estava me chamando de Deputado Federal.

[risos].

Ontem, o Presidente da Casa me chamou de vereador.

[risos].

E o pior é que eu fui Vereador e, com muito orgulho, representei a minha cidade de Rolim de Moura em Rondônia, e também fui Deputado Federal, exatamente na época em que o Inácio também foi Deputado Federal pelo Estado do Ceará, e eu Deputado Federal por Rondônia.

Mas, queria fazer uma inversão, propor aqui uma inversão. Já que nós vamos, com certeza, vamos ouvi-los aqui, e para tentar melhorar o Projeto, de repente, que eu pudesse já falar primeiro, se for entendido assim pela Presidente e pelos demais Senadores e também pelos participantes, que, aí, eu já apontava logo aqui

algumas... Não vou dizer... Algumas dúvidas e, de repente, já aproveitava para que os nossos convidados já debatessem em cima das dúvidas que nós estamos apontando aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Pois não, Senador Expedito Júnior. Eu concordo. A Mesa também concorda. O Senador Inácio Arruda. Acho que seria, talvez, mais produtivo que V.Exa. realmente pudesse já colocar essas dúvidas, esses questionamentos, e nós pudéssemos, logo em seguida, passar, então, a palavra aos nossos convidados e buscarmos aqui, como disse tão bem V.Exa., o consenso.

Eu gostaria apenas de anunciar também a presença do economista Edvaldo Teixeira de Carvalho, que é vice-Presidente do Conselho Federal de Economia.

[palmas].

Obrigada pela presença. Com a palavra, V.Exa.--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Gostaria também de pedir a permissão de V.Exa. para que pudessem ser ocupadas aqui essas cadeiras, até que cheguem alguns Senadores; é lógico e evidente que, se chegando alguns Senadores...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Nós já liberamos a segunda fileira, que seriam dos Senadores, para os convidados. E a Secretaria me avisa--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas aí, na hora em que chegarem--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Não ficaria deselegante tirarmos uma pessoa que está sentada para--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, mas, de repente, não chegam nem os Senadores, ficam aqui as cadeiras vazias.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): É só porque a Secretaria comunica que alguns, três Senadores, já estão a caminho da Comissão. Então, só não queria criar nenhum constrangimento de pedir a um convidado que se levante para dar lugar a um Senador. Mas, se, com o decorrer da nossa Reunião, as cadeiras não forem ocupadas, com certeza, o pedido de V.Exa. será atendido.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Bem, apesar do grande interesse dos profissionais economistas que, inclusive, agora há pouco tivemos a oportunidade de conversar um pouquinho ali, inclusive, recebi a visita também do Senador Nery, que estava tratando também do mesmo assunto. Ele havia recebido uma... Uma Comitiva do Rio de Janeiro. E... Foi falar comigo, e eu estava já, na hora, com o Presiden-

te, com o vice-Presidente, e aproveitamos para discutir alguma coisa ali.

Na aprovação desse Projeto 658, de autoria do Senador Inácio e... Na qualidade de Relator da matéria, senti a necessidade de buscar algumas alternativas, de buscar este entendimento e, a partir, acredito que desta audiência pública é... É que nós pudéssemos tentar resolver aqui, não vou dizer problemas, mas, de repente, alguns gargalos que acredito que, com o debate, possam ser esclarecidos. Nosso objetivo aqui é tentar chegar a um entendimento, que eu acredito, apontado, inclusive, pela assessoria nossa do Senado, pela inconstitucionalidade do Projeto. Então, nós temos que tentar buscar isso juntos.

O primeiro ponto a ser observado é que o ideal teria sido que o Poder Executivo assumisse o encargo de enviar ao Congresso o Projeto de Lei para essa atualização da Lei dos Economistas. É uma atualização necessária, mas, há dúvida quanto à constitucionalidade, como já disse, da iniciativa desse tipo de Projeto por Parlamentar. Ah, a nossa assessoria da Casa nós informa que há vício de iniciativa, que o Projeto deveria vir do Executivo e não nosso aqui, do Legislativo. A inconstitucionalidade está na alteração de atribuição dos Conselhos, por iniciativa do Poder Legislativo. Recentemente, inclusive, em Projeto de Lei que eu apresentei, sobre a regulamentação também, comentei agora há pouco no meu gabinete, sobre a profissão dos analistas de sistemas, o Relator foi levado a apresentar Emenda substitutiva para retirar do Projeto os dispositivos relativos a todos os Conselhos. Isso já foi aprovado, inclusive, eu acho que o meu Projeto perdeu-se a eficácia.

O problema está que a natureza de autarquia dos Conselhos traz como consequência a vedação da interferência no funcionamento dessas entidades, por iniciativa do Poder Legislativo, ou seja, como já disse, há o impedimento inconstitucional para a aprovação de uma iniciativa do Poder Legislativo, que interfira num órgão vinculado ao Poder Executivo, dada a independência entre os Poderes.

Por outro lado, em relação à modificação de aspectos da regulamentação da profissão de economista, não há nenhum impedimento constitucional, já que a matéria é de competência desta Casa, do Poder Legislativo. Mas, mesmo no aspecto da regulamentação da profissão de economista, o Projeto traz muitos conflitos e alguns problemas. O principal conflito está no fato de que o Projeto pretende tornar privativos dos economistas diversos tipos de atividades. E aí há reclamação das demais categorias. Pretende, ainda, transformar outras tantas atividades em inerentes à profissão de economista; exemplo claro é a tentativa de definir as-

pectos financeiros como privativos dos economistas, já que o tema finanças também se insere no campo da contabilidade e outras análises de custos podem estar no campo da Engenharia, da Estatística ou da Matemática Financeira.

Avaliação econômica de empresas também pode ser objeto da Contabilidade ou de outras Ciências. Política fiscal pode interessar a ser estudada por tributaristas. Elaboração de planos econômicos para o setor público também não é campo puro da Economia. Há aspectos da Administração Pública, do Direito Administrativo, Financeiro e Tributário certamente envolvidos. No inciso V do art. 1º, A, prevê-se que é inerente à profissão de economista a realização de estudos, elaboração, análise e avaliação de orçamentos públicos e privados. Isso nos parece entrar aí em conflito com a... Especialidades da Contabilidade Pública e também da Contabilidade Privada.

O inciso VIII trata da implementação de estratégias empresariais e concorrências, tema que, em nosso entendimento, interessa diretamente aos administradores. Por sua vez, o inciso IX trata de Comércio Exterior, Relações Econômicas Internacionais e Aduanas, assuntos que certamente também podem ser da alçada de especialistas em Relações Internacionais, em Direito Comercial e também Tributário. As análises estatísticas citada no inciso XII, são do campo óbvio dos profissionais da estatística.

Fica claro que grande parte do Projeto pretende uma maior reserva de espaço no mercado de trabalho para os economistas, mas, no que se refere a cargos e empregos públicos, essa iniciativa é também privada, também do Poder Executivo, não nosso aqui, do Poder Legislativo.

Nesse sentido, são inconstitucionais os dispositivos que pretendem promover esta reserva de mercado exclusivamente para os economistas. O art. 5º também traz um evidente exagero corporativo, ao definir como privativo dos economistas registrados em Conselho Regional de Economia o exercício do magistério em cursos de nível médio, graduação, Mestrado e Doutorado. Isto, acredito que empobrece o magistério, principalmente nos níveis superiores.

Bem, eu acho que as considerações que nós... Que eu pude colher, conversando com praticamente todas as entidades que nos procuraram, foram essas, senhora Presidente. Eu acredito que agora, no decorrer do debate, do esclarecimento dos nossos convidados, é lógico que nós vamos ter outros assuntos para debater aqui também com os nossos convidados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agradeço, Senador Expedito Júnior, pela sua exposição. Registro a presença da Senado-

ra Rosalba Ciarlini, vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, do meu companheiro de partido, do PDT, Senador Cristovam Buarque. Passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Pedro Calmon Pepeu Santana, que é Presidente do Conselho Federal de Economia, que terá 15 minutos para fazer sua exposição.

SR. PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIERA

SANTANA: Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Senadora vice-Presidente dessa Comissão, Rosalba Ciarlini, Senadora Potiguar; nosso colega economista, Senador Cristovam Buarque, que muito nos honra com sua presença também nessa Comissão, num momento grande para a categoria, de uma preocupação, de uma regulamentação da categoria; Senador Inácio Arruda, autor desse Projeto de Lei do Senado, desse PLS em discussão hoje, nessa Comissão; Senador Expedito Júnior, meu companheiro de Amazônia também, e que nos honra como Relator desse Projeto; Meu colega economista Francisco da Silva coelho, Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil, que traz a contribuição da Ordem a essa discussão junto com a categoria; Contador Enory Luiz Spinelli, representando o Conselho Federal de Contabilidade; meus colegas Conselheiros Federais, que estão aqui os representantes, Senadora Patrícia, de todas as unidades da Federação. Nós temos aqui a presença dos Conselheiros do Conselho Federal de Economia de todos os Estados e vários Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, que eu gostaria de saudá-los a todos e a cada um especialmente, demonstrando que a categoria tem uma preocupação, Senador Expedito, na tramitação desse Projeto nessa Comissão, e essa Comissão, pelo caráter desse Projeto, ela tem, provavelmente, uma preocupação muito maior do que a Casa inteira, porque aqui da CAS é que sai um posicionamento, num momento crucial como esse.

Eu quero, num primeiro instante, Senadora, me dirigir à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal para trazer a preocupação da categoria dos economistas e que nós compartilhamos com a sociedade brasileira, primeiro, de que é necessário, passados mais de 50 anos, revermos alguns pontos da regulamentação dessa profissão. Nós temos essa preocupação e temos demonstrado ela nos últimos anos porque a nossa regulamentação, e o Senador Inácio Arruda, quando teve essa iniciativa de apresentar o PLS também compartilhou isso com a gente, ela data do ano de 1951.

É necessário que nós possamos dar passos junto com a sociedade brasileira. E nada melhor do que começar esses passos por essa Casa. É impossível nós demonstrarmos para a sociedade um comprometimento,

e que a categoria vem procurando construir nos últimos anos com a sociedade, inclusive com propostas novas, de formas de atuação, sem que nós mudássemos um pouco da cara da nossa regulamentação. Nós vivemos numa sociedade que caminha para a sua desregulamentação em vários aspectos, talvez saudáveis, em determinados momentos e restritos a alguns aspectos. Mas, necessário se faz que o Estado possa continuar regulando determinadas funções. E é justamente em busca dessa regulação, fundamental para o exercício da profissão, que nós estamos nessa Casa, trazendo um debate para a sociedade brasileira.

O economista, quando ele se propõe a uma discussão sobre esse PLS de autoria do Senador Inácio Arruda, ele se propõe a dizer que os pontos que estão aqui são passíveis de discussão. E que muitas contribuições poderão acontecer no decorrer da discussão, durante o encaminhamento do Senador Relator Expedito, até dentro dessa própria Comissão, com as alterações necessárias que se possa promover a ele. A própria categoria se dispõe, e estaremos fazendo isso no dia de hoje e de amanhã, aqui em Brasília, num debate profundo para trazer contribuições ao Senador Relator e, por consequência, à CAS, para que nós possamos obter daqui o melhor resultado possível da tramitação desse PLS.

Mas, acima de tudo, o que nós queremos trazer, Senador Expedito, é o comprometimento da categoria, numa visão provavelmente muitas vezes deturpada, no decorrer das últimas décadas, quando nós tivemos, seja nos anos 60 ou nos anos 70, ou, principalmente no período inflacionário, no final dos anos 70, nos anos 80, quando o economista parecia apenas um futurólogo, que dizia dos índices que poderiam ocorrer ou não.

Nós somos uma Ciência social Preocupada com a sociedade. E queremos oferecer propostas a essa sociedade que nós convivemos e da qual nós fazemos parte. Nós temos uma proposta clara, dentro do sistema do Conselho Federal de Economia, junto com os nossos parceiros, Conselhos Regionais de Economia, de construirmos uma proposta para o Brasil. Proposta para o Brasil, fundamental sob tantos aspectos. Quando o Senador Cristovam Buarque fazia o percurso por todo o país, na sua proposta de base da Educação, ele tinha a convicção de que era necessário que nós tivéssemos uma proposta diferente para esse país. Todos nós, Senador Cristovam, como economistas que hoje aqui estamos, também temos essa mesma preocupação, que o país carece de um Projeto. E é justamente essa carência de um Projeto para o país que nós, enquanto categoria, estamos querendo oferecer.

Ao mesmo tempo, para que nós possamos ter essa preocupação no exercício da profissão é neces-

sário que ofereçamos aos nossos pares, que atuam em cada uma das unidades da Federação, as condições da regulamentação da nossa profissão. E nós vivemos um dilema, e provavelmente eu compartilhe com os Srs. Senadores, Senadora Rosalba, um dilema imenso porque nós vivemos hoje em um país em que, se perguntar, qualquer um de nós, dentro desse espaço físico, quais são as profissões existentes no país hoje? O crescimento pela diversidade e pela especificidade que começa a surgir, e as especialidades que começam a aparecer, o Senador Expedito citava o caso dos analistas de sistemas, que ele tinha a oportunidade de relatar, desse Projeto. Hoje nós temos várias profissões, muitas delas não regulamentadas.

Mas, eu faço esse intróito para poder começar a dizer de alguns pontos privativos e inerentes a algumas categorias envolvidas, e é necessário e é importante a presença dos nossos companheiros contadores e dos nossos companheiros administradores, que, infelizmente, o Presidente Roberto Cardoso não pôde estar presente, mas, tenho certeza da preocupação da categoria. E nós temos um âmbito, Senadora Patrícia, de discussão, que é o Fórum dos Presidentes dos Conselhos Federais, que é o chamado “Conselhão”, onde nós nos reunimos, todos os Conselhos Federais, e acredito que lá também nós poderemos dirimir algumas dúvidas, até para facilitar a tramitação desse PLS no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, porque lá todos os Conselhos Federais das categorias regulamentadas se reúnem, periodicamente, e tivemos uma Reunião há menos de um mês atrás, do “Conselhão”, para dirimir, inclusive, pontos que possam ser conflitantes entre as diversas categorias.

E é necessário que nós tenhamos, em todas as categorias, os seus pontos que sejam privativos; não no excesso da construção de pontos privativos, que nós queiramos, não em lutas corporativas que nós estejamos entrando, com certeza não é esse o espírito que veio em cada um dos meus colegas economistas, sejam os Conselheiros Federais, Conselheiros Regionais, Presidentes que aqui estão, mas, acima de tudo, no reconhecimento de que, para responder ou para corresponder à responsabilidade que é lançada à categoria, é necessário que ela seja responsabilizada através de uma forma privativa, da forma como ela atua, em alguns pontos.

Eu acredito que, antes de adentrar nos pontos da especificidade, nos pontos privativos e inerentes à categoria, é necessário, Senador Expedito, nós lembrarmos que, provavelmente, a realidade política do nosso país, ela nos induz a novos comportamentos. Eu acredito muito na força dessa Casa, dessas duas Casas do Senado e da Câmara dos Deputados, do

Congresso Nacional, para poder debater os assuntos da sociedade brasileira.

Nós vivemos momentos diferentes da regulamentação anterior das categorias, quando nós tínhamos um tutor, como o Ministério do Trabalho, que cuidava das funções que, na verdade, não eram inerentes a ele. Nós vivemos uma realidade diferente no país. Nós temos que ter, dentro dessa instituição, mesmo com a autoria Parlamentar, e aí eu tomo a liberdade de dizer, Senadora Patrícia, de que esse Projeto de Lei, na contribuição que a categoria trouxe ao Senador Inácio Arruda, nos debates constantes que nós fizemos com a assessoria dessa Casa, esse Projeto de Lei, ele foi construído dentro do Senado da República. Ele foi construído dentro do Senado Federal, na assessoria do gabinete do Senador Inácio Arruda e da Casa do Senado Federal, numa preocupação da tramitação. Não nos preocupa, e aí eu trago isso como forma de tranquilizar o nosso Senador Relator, algum aspecto que possa existir de inconstitucionalidade, porque essa Casa, ela tem essa prerrogativa, num momento como esse, de poder discutir esse assunto, de lançar essa idéia.

O vício de origem desse Projeto, com certeza, eu acho que ele pode deixar de ser questionado, a partir desse instante, porque essa instituição, nesse novo momento, com certeza, ela tem todas as condições para assim o fazer. E o Poder Executivo não tem mais nenhuma estrutura e nenhum vínculo com as regulamentações das profissões. Os vínculos existentes, ranço do período da década de 60, ele não existe mais entre as instituições que cuidam da regulamentação e da fiscalização das profissões, são os respectivos Conselhos e o Ministério do Trabalho. Não existe, entre os respectivos Conselhos Federais de toda e qualquer categoria, mais nenhum vínculo com o Poder Executivo. Então, nós... Funcionamos numa sociedade diferente. Isso, Senador Expedito, traz uma tranquilidade para a nossa reflexão sobre qualquer questionamento de vício de origem na autoria desse Projeto.

E aí eu trago para vocês a reflexão de que nós não desejamos, em nenhum instante, tomar espaços de qualquer uma das categorias. Mas, nós desejamos que seja regulamentado na lei do profissional economista aquilo que é, de fato, privativo e aquilo que seja inerente às nossas atividades profissionais. E não se pode pensar em questionamento quando se fala em avaliação econômico-financeira, que não seja uma função do economista. O próprio nome o diz.

Então, nesse aspecto, nós temos muita tranquilidade de trazer para o debate, tanto no âmbito dessa audiência pública na CAS, como em todo e qualquer outro espaço que seja necessário, entre as categorias

no âmbito do nosso próprio Fórum dos Conselhos Federais, ou junto com outras categorias para poder debater esses aspectos. Como, da mesma maneira, os aspectos daquilo que são funções inerentes, que nós poderemos compartilhar com as outras categorias, principalmente as duas categorias que estão mais próximas às nossas atividades, muitas vezes, se complementando em alguns aspectos, sejam os nossos amigos contadores e os nossos amigos administradores.

Então, eu trago para a reflexão dessa Comissão, num debate aberto, franco, mas, acima de tudo, numa disposição para poder reformular todo e qualquer ponto do Projeto porque nós também, enquanto categoria, estamos abertos, e a nossa assembléia que está instalada hoje, começou pela manhã na nossa Sede do Conselho Federal, vai continuar pela tarde e vai continuar amanhã, nós estamos justamente, Senador Expedito, nessa mesma preocupação. Quando o Senador Nery levou hoje ao gabinete do... Do Senador Expedito essa preocupação de alguns movimentos, nós incorporamos, de imediato, toda e qualquer discussão no âmbito da categoria será bem-vinda. Porque nós estaremos querendo construir com o Senador Expedito Júnior a melhor proposta final, seja ela através de Emendas dos Srs. membros dessa Comissão, seja ela através de um substitutivo do próprio Relator. Mas, o que nós desejamos é uma regulamentação, aonde nós possamos corresponder aos anseios da sociedade numa profissão que esteja atualizada na sua regulamentação para os dias de hoje.

Eu peço e imploro a essa Casa que nós não podemos mais viver numa regulamentação dos idos dos anos de 1951. É impossível, numa sociedade que virou décadas e que virou um milênio, nós não tenhamos a oportunidade de uma categoria, com tantas contribuições que já trouxe a esse país, mas, acima de tudo, com uma predisposição de contribuir muito mais, daqui para frente, nos diversos segmentos onde nós atuamos. Por isso, eu faço essa manifestação aos meus colegas da Mesa, à Senadora Patrícia Saboya, como Presidente dessa Comissão, aos Srs. Senadores e Senadoras membros da CAS, aos meus colegas, aos colegas contadores e administradores para que estejamos juntos nessa jornada e possamos auxiliar o Senado Federal na busca de uma lei que possa traduzir os anseios e o comprometimento da nossa categoria para com a sociedade brasileira. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada ao Dr. Pedro Calmon e pelo respeito ao tempo, que... A sua exatidão.

[risos].

SR. PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIERA SANTANA: Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Passo, portanto, agora a palavra ao Sr. Enory Luiz Spinelli, do Conselho Federal de Contabilidade. Com a palavra, V.Sa., que terá também 15 minutos para se pronunciar.

SR. ENORY LUIZ SPINELLI: Obrigado, Senadora. Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Inácio Arruda, autor do Projeto, Senador Expedito Júnior, na condição de Relator do Projeto e os demais Senadores aqui conosco, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, já citado, profissionais da área da Economia, da Administração, da Contabilidade aqui presentes. Ouvindo aqui atentamente a exposição inicial do Senador Expedito Júnior, as considerações do Presidente do Conselho Federal de Economia, que está conosco, Pedro Calmon e também conosco, na Mesa, o Presidente da Ordem dos Economistas, Francisco da Silva Coelho.

Abstraindo a questão inicial do Senador Expedito Júnior, com relação a eventual vício de origem ou de inconstitucionalidade do Projeto, vou procurar ser bastante sucinto na questão, não me alongar, talvez nem utilizar os 15 minutos. Mas, nós temos alguns pontos a serem discutidos e que merecem uma reflexão.

Presidente Pedro, não somos contra o Projeto dos economistas, do Conselho Federal de Economia. Penso que cada profissão busca a sua regulamentação e a sua lei de regência. Entretanto, quando o Senador Expedito Júnior coloca questões como as atividades que são inerentes, ou que adentramos nas questões financeiras, realmente aqui nós temos que parar para refletir. Por quê? Quando nós falamos em financeiro, nós temos uma pergunta a ser feita: “O que é financeiro? Onde nós queremos chegar? O que nós queremos alcançar com o termo financeiro?”

As demonstrações contábeis, no Brasil, têm uma denominação de demonstrações financeiras. Aqui no Projeto, fala em demonstrações financeiras. Então, mais uma pergunta, uma segunda pergunta: O que são demonstrações financeiras? Eu posso demonstrar um demonstrativo de contas bancárias, e é um demonstrativo financeiro. Um fluxo de caixa é um demonstrativo financeiro. E, aí, nós vamos entrar num universo de situações no campo financeiro, que são abrangentes, e a nós, da contabilidade, nós tratamos com informações financeiras, que são as demonstrações contábeis e que estão muito presentes na Lei 6.404 e nas suas alterações posteriores, e a mais recente alteração, a 11.638, que foi aprovado nesta Casa, no final do ano de 2007, e que muda completamente a apresentação das demonstrações contábeis das sociedades no Brasil

e que entra num campo da convergência dos padrões internacionais de Contabilidade. E, nessa Lei 11.638, dentro das alterações e das mudanças, das demonstrações contábeis, há um novo demonstrativo que se denomina “demonstração do fluxo de caixa dos investimentos, das operações e do endividamento das empresas”. Isso é prerrogativa de contador. Isso está na nossa legislação e na legislação das sociedades.

Então, aqui, caro Presidente, nós temos que refletir, de ponderar qual é o alcance de demonstrações financeiras e de informações financeiras? Então, nós não podemos entrar na questão inerente ou compartilhada, porque as empresas, elas vão ter as suas demonstrações financeiras. Como a Lei 6.638 alterou o demonstrativo de resultado das empresas para o DVA, que é uma outra formatação de apresentação do resultado das empresas, da origem da receita, da aplicação dessas origens, dos seus custos e quanto uma empresa contribui para os salários, de impostos e outras rubricas.

O balanço social, que também consta aqui no Projeto, nós temos que ter muito cuidado com o balanço social. Um balanço social, ele só tem estrutura de transparência e de credibilidade se ele, efetivamente, está calçado na informação contábil; do contrário, nós temos peças de marketing e não de transparência. E sempre que nós falamos ou vamos falar, e se fala muito hoje na questão ética e na questão da transparência das informações, e aqui nós podemos adentrar nas empresas, na área pública, no Terceiro Setor... Nós não vamos ter transparência se nós não tivermos contabilidade. E a cultura da contabilidade no Brasil, que tanto se pensava, quando se falava em Contabilidade, o raciocínio nos levava a quê? À informação fiscal, ao tecnicismo do atendimento à burocracia fiscal no país, e o preparo das guias de recolhimento de tributos.

Esse conceito mudou, esse conceito mudou. Contabilidade hoje é a fonte de informação do mundo dos negócios. A Bolsa de Valores está calcada nas informações contábeis das empresas e nos balanços das empresas. Do contrário, nós ficamos, ou vamos ficar, ou vamos navegar num mundo de informações financeiras, sem sustentação. E a sustentação, o que dá base a toda essa... Esse conjunto de informações realmente está calcado na Contabilidade.

Assim, desculpe... Assim, senhora Presidente, não querendo me alongar, nós temos diversos pontos do Projeto que seriam realmente de supressão e outros tantos também de modificação. Como também nós temos um ponto que nos chamou a atenção, a formatação, no § 3º do Conselho Federal de Economia, que dá a impressão, pela redação, que vai ser um Superconse-

lho que vai regulamentar as atividades das profissões, a conotação de regular todas essas atividades.

Então, dentro dessa linha, nós temos que discordar que se pensa no Brasil, ou que há uma tendência, talvez, na desregulamentação das profissões. Pode ser que algumas sim, mas, outras, acredito que não. E, pelo cenário que já... Pelo histórico e pelo cenário futuro na questão da transparência, na questão da credibilidade das informações contábeis, que isso é muito importante, e pelo que está na Lei 11.638, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que envolve CVM, Banco Central, Seguros e outras entidades, FIPECAFI, nós temos muito presente que esse cenário da contabilidade, da transparência, da credibilidade das informações contábeis e o que está dentro da Lei 11.638, que alterou dispositivo da Lei 6404, que dá toda a diretriz dos procedimentos das sociedades, quer de capital aberto, de capital fechado, nós temos, nessa legislação, toda a estrutura legal para o exercício da atividade do profissional.

Então, Senador Expedito, dentro daquela sua manifestação inicial, temos que concordar que, nesse Projeto de Lei, temos pontos conflitantes. Não somos contra, mais uma vez, gostaria de frisar ao Presidente do Conselho de Economia da Ordem dos Economistas, os economistas aqui presentes; não somos contra que os economistas estudem, projetem a sua profissão. Ela é extremamente importante dentro do cenário econômico nacional; reconhecemos isso e, dentro de uma irmandade democrática, política, penso que há possibilidades, sim, Senador Expedito, de se sentar e de se construir um dispositivo que não conflita com as outras profissões. Senadora Saboya, muito obrigado.

[palmas].

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agradeço também ao Sr. Enory pela sua exposição e também pela economia do tempo para que a gente possa ter mais tempo ainda para o debate.

Passo, imediatamente a palavra ao Dr. Francisco da Silva Coelho, que é Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil, OEB, que também terá 15 minutos para fazer a sua exposição.

SR. FRANCISCO DA SILVA COELHO: Senhoras e senhores, bom dia. É uma satisfação estar aqui nesta Plenária, no momento em que estamos discutindo um Projeto de Lei que entendo extremamente relevante para a sociedade brasileira. Gostaria, inicialmente, de cumprimentar a Senadora Patrícia Saboya, Presidente desta Mesa, da Comissão de Assuntos Sociais; Senador Inácio, autor do Projeto; nosso querido colega economista, Senador Cristovam Buarque; Senador Expedito

Júnior e a Senadora Rosalba. Igualmente, gostaria de cumprimentar o Enory, contabilista, co-irmão de profissão. Gostaria de cumprimentar também os colegas administradores, colegas economistas aqui presentes, demais profissionais.

Eu acredito que existem algumas palavras-chave, fundamentais para o convívio social harmonioso, uma delas é responsabilização. Um Projeto de Lei que regulamente a profissão deve deixar muito claro quem é responsável por que tipo de atividade. A Ordem dos Economistas do Brasil é a entidade, a representação mais antiga dos economistas deste país. Nasceu em 1935, sob a égide da auto-regulação e da livre associação.

Posteriormente, surgiram Sindicatos e os Conselhos. A OAB, por exemplo, ela nasce mais ou menos na época, na mesma época em que a Ordem dos Economistas, só que a OAB se transformou no Conselho Federal da Profissão dos Advogados.

Ora, curioso notar também, importante notar, que um dos fundadores da Ordem dos Economistas do Brasil, Frederico Hermann Júnior, foi um dos mais ilustres contabilistas deste país, também economista. O símbolo da Ordem dos Economistas, que tem o Caduceu de Mercúrio, que tem o Ramo de Louro, vocês também vão encontrar alguns elementos também do símbolo dos contadores. Sou funcionário do Banco Central desde 1977. Trabalhei em escritórios de contabilidade anteriormente e... Quando entrei no Banco Central, o conceito de auditoria, naquele momento, em 77, era como se fosse algo privativo do contador. E, ousar afirmar, não é mais. Não é mais porque a auditoria hoje envolve aspectos de natureza econômica, jurídica, tecnológica e até, por que não dizer, questões de natureza ambiental.

Ora, um Banco, hoje, para ser... Para ter acesso ao Sistema Financeiro Nacional, ele precisa apresentar um Projeto de viabilidade econômica e financeira, com cenário sobre o futuro, as perspectivas futuras da economia, otimista, pessimista, conservador. E vai por aí afora. Concordo com o Senador Expedito Júnior, no sentido de que existem pontos que merecem reparo. O art. 5º, por exemplo, ele fere claramente a autonomia da Universidade, portanto, ele precisa ser revisto. Existe o art. 14, §, que trata da... Do exame de qualificação da profissão. Eu trocaria isso por certificação profissional, no conceito da auto-regulação, na idéia de que o profissional que se certifica é aquele que quer se atualizar, se capacitar e estar frequentemente acompanhando a dinâmica da sociedade. A certificação é o ISO do profissional individual e não deve ser uma imposição.

Esses são os primeiros reparos que eu tenho com relação ao Projeto de Lei. Mas, gostaria de citar aqui a Lei 11.638, citada pelo ilustre colega Enory. A Lei 11.638, por exemplo, no meu entendimento, ela tem uma impropriedade porque ela traz para o profissional contabilista aspectos que são característicos, próprios da profissão do economista e do administrador. Quando nós vemos os problemas de auditoria e os grandes escândalos financeiros que, inclusive, redundaram no desaparecimento de uma empresa internacional de auditoria, isso ocorre porque a auditoria trabalha com conceito de dinâmica e não de estática. As demonstrações financeiras, do ponto de vista da estática, são um erro. Fluxo de caixa, como é que você projeta fluxo de caixa se você não considerar os aspectos de natureza econômica e financeira, taxa de juros futura, cenário futuro da economia, crescimento do emprego, da produção? Ora, fica muito claro que existem pontos que são, sim, privativos do profissional economista. E tem outros que são comuns às três profissões. Não se trata de defender reserva de mercado; se trata de defender uma lei moderna, que contemple aspectos relacionados à defesa do conceito de sustentabilidade, meio ambiente, aspectos de natureza social.

O economista é, por excelência, um cientista social, que deve, sim, estar presente, atuando nos mais distintos segmentos, inclusive no que diz respeito a aspectos de natureza contábil, porque a contabilidade, na estática, ela trabalha com o conceito de estoque, e a economia, ao trabalhar com a dinâmica, trata de conceito de fluxo. As grandes fraudes contábeis, Senadora, elas ocorreram porque havia uma grande confusão entre o conceito de estoque e fluxo.

A Lei 11.638, ela busca, nos critérios internacionais de contabilidade, a convergência de critérios, modernizar o que deve ser adotado neste país. Quando nós falamos da Lei 6.404 e a 10.303, a nova lei das S.A.s, quando nós falamos do conceito de governança corporativa, o conceito de gestão de riscos, são assuntos que têm tudo a ver com a melhor teoria econômica. Vou dar um exemplo. Muitos modelos, tipo *Capital Asset Pricing Model*, modelos que procuram verificar como é que você analisa a viabilidade de Projetos, utilizados por administradores, eles encontram fundamento na Teoria Econômica.

Ora, portanto, o que se coloca é claramente definirmos uma linha divisora no sentido que existem assuntos que são, sim, da responsabilidade e até para imputar responsabilidade ao profissional economista, assim como tem aqueles que são característicos da profissão do contador e aqueles que são característicos da profissão do administrador. O economista, ele não assina um balanço porque o balanço é assinado

por um contabilista. Mas, no momento em que você trabalha com projeções que podem induzir a erros, aí nós temos que chamar o economista.

Então, o que é que é o econômico? Econômico diz respeito aos mercados. Quando nós falamos de estabilidade econômica, nós estamos falando em equilíbrio do balanço de pagamentos e equilíbrio fiscal. Quando nós estamos falando em... Viabilidade financeira, nós estamos falando em gestão de risco. Nós estamos falando se o Projeto, ele tem uma taxa interna de retorno, que é compatível com a taxa de juros econômica do próprio negócio.

Ora, é evidente que existem pontos comuns às três profissões. Mas, não podemos permitir certos erros que continuam acontecendo. A perícia tem natureza contábil, mas também tem natureza econômica e financeira. Existem alguns que acham que a perícia é privativa de uma determinada profissão, o que é falso, é sofisma. A auditoria, igualmente, não pode mais ser vista como profissão associada a uma determinada categoria profissional porque o preço final fica para a sociedade.

Então, o Projeto de Lei moderno, no meu entendimento, no entendimento do Conselho Superior da Ordem dos Economistas do Brasil, que tem em seus quadros ex-Ministros, ex-Presidentes do Banco Central, Diretores da Bolsa de Valores, de instituições financeiras, da FIESP, do comércio, e vai por aí afora. No nosso entendimento, precisamos, sim, traçar a linha divisória no que se refere ao que é inerente, ao que é privativo à nossa profissão. Temos que modernizar o conceito de auditoria e de perícia na legislação e, aí, é necessária a consolidação dos diplomas legais, para tornar claro o que é que é auditoria, o que é perícia e quem é que faz.

E a Lei 11.638, ela também tem pontos que eu gostaria que fossem discutidos nesse Projeto de Lei porque são assuntos que têm a ver com a profissão de economista. Essas são minhas breves considerações. Agradeço a atenção de todos.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada também pela exposição, Dr. Francisco da Silva Coelho. E agora nós passaremos já ao debate, aonde as Sras. e Srs. Senadores irão se pronunciar e fazer aqui os seus questionamentos. Eu passo a palavra, em primeiro lugar--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, coisa de 10 segundos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Pela ordem, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

--Só para agradecê-la, Presidente. Cumprimentar a todos os participantes, debatedores, Senadores, Senadoras. Fazer o registro do nosso vice-Prefeito da cidade de Vitória, que está aqui presente, Sebastião Balarini, que é economista e aqui representando o Conselho Regional de Economia do Estado do Espírito Santo. Faço esse registro, depois eu participo do debate, Presidente. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada também, Senador Renato Casagrande. Seja muito bem vindo, vice-Prefeito. E passo, imediatamente, então, a palavra ao autor do Projeto de Lei do Senado, que é o Senador Inácio Arruda, do Ceará.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, lá do meu estado, Ceará, muito importante na condução dos trabalhos desta Comissão. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, os senhores que compõem a Mesa nesta importante audiência pública, que tem o objetivo de auxiliar o Relator no seu trabalho, no seu esforço, principalmente porque há uma recorrente reclamação dos Senadores e dos Deputados do abuso do Poder Executivo, de legislar, não só através de Medidas Provisórias, mas de Emendas Constitucionais, Projetos de lei é... A quantidade de iniciativas do Executivo é extraordinária. Então, o esforço de legislar dos Parlamentares, de ver os seus Projetos aprovados, também tem que ser intenso. E os senhores nos auxiliam exatamente neste momento.

A proposição que eu apresentei, ela foi fruto de um trabalho, primeiro, do Conselho, que percebia a necessidade de alterar a legislação, que criou exatamente a... Aprovou a profissão de economista, criou os Conselhos, o Conselho Federal e os Conselhos Estaduais, mesmo porque, e mais, com o auxílio da nossa assessoria e também da consultoria do Senado, é certo, porque houve uma tentativa de não criar embaraço do vício de iniciativa. E onde é que está esse primeiro... Primeiro problema do vício de iniciativa? Está na idéia de 30, 40, 50 anos atrás, quando as primeiras profissões foram regulamentadas e os Conselhos foram transformadas em autarquias de direito público.

Hoje há uma alteração importante, por quê? Porque elas passaram a ser autarquias numa dimensão especial. Então, ela não está qualificada mais como exclusiva de direito público, nem é uma autarquia também exclusiva de direito privado. Ela está numa situação especial, e é aqui que exatamente abre o espaço para que o Parlamento também possa tomar a iniciativa. Porque, senão, nós ficaríamos restritos à atuação anterior à Constituição de 88 e à legislação ordinária subsequente, que permitem e que abrem o

espaço para que se debata, com mais profundidade, a iniciativa também do Poder Legislativo.

Claro, há sempre uma pressão sobre o Executivo. Isso é estranho. É uma coisa meio esquizofrênica. Aqui no Congresso Nacional, os Senadores e Deputados, majoritariamente, arguem que o Executivo exorbita na edição de Medidas Provisórias. Mas, volta e meia, se pede ao Executivo: "Pelo amor de Deus, essa questão é muito urgente, é questão lá da minha cidade, do meu Município, só vai com Medida Provisória". Então, o Presidente podia mandar uma Medida Provisória? Então, pede ao Presidente que mande uma Medida Provisória. Recorre ao Executivo para adentrar as atribuições do Poder Legislativo.

E, evidente, que numa situação como essa, o Executivo é da natureza do Poder, quer dizer, não quer abrir mão de nenhum naco de Poder e, sempre que pode, argui logo: "Opa. Isso aqui tem vício de constitucionalidade. Eu que tenho o direito de dizer que profissão é, como é, como é que funciona, porque é uma autarquia". Só que essa é uma autarquia especial, não é mais uma autarquia de direito público. Então, há uma primeira diferenciação que a gente teria que examinar. Se isso causar prejuízo à tramitação do Projeto, aí, sim, se há o entendimento do Relator e dos nossos pares de que nós estamos viciados mesmo, não em pedir que o Presidente mande Medida Provisória, mas, de tomar a iniciativa. Então, vamos corrigir, se há o vício de iniciativa. Eu considero que não há. Nós temos condições e já existem inúmeros casos. Tem inúmeros casos de vetos presidenciais; os vetos que têm se dado são por pressão dos profissionais, às vezes das próprias categorias, que vêm a legislação alterada, depois, vão lá no Presidente da República e dizem: "Presidente, vamos vetar. Vamos vetar isso aqui porque isso é vício de iniciativa, o senhor tem todo o argumento". E os advogados lá na Casa Civil, principalmente, já têm lá o modelo e dão a carimbada com aquele modelo: "Vício de iniciativa", "está vetado". E o Presidente vai lá e veta, o Presidente, às vezes, nem tomou conhecimento sobre o conteúdo daquele veto, evidente.

E, ao contrário, em muitos casos, numa boa articulação entre as categorias profissionais e o Executivo, na tramitação dos Projetos, esses Projetos são sancionados. Tem inúmeros casos de que teve a iniciativa da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e o Presidente da República sancionou.

Então, o vício de iniciativa termina caindo por terra. Eu acho que a gente poderia examinar, com o máximo cuidado, as questões levantadas pelo Relator, que eu acho que são pertinentes, ele está numa responsabilidade; ninguém quer ver o seu relatório, seu parecer ser rejeitado numa Comissão com os nossos

colegas, um ou outro, levantando a tese de vício de iniciativa.

Quer dizer, é um prejuízo para o trabalho do Relator e também é um prejuízo para o autor. Quer dizer, você faz um Projeto, tem um esforço. É um trabalho com as categorias. Depois, o Relator faz um trabalho de exame, de estudo, realiza uma audiência pública, ouve uma categoria, ouve outra e depois alguém argúi lá que há vício de inconstitucionalidade, isso é um prejuízo que nós não gostaríamos de ver o nosso Projeto, com o Relator Expedito Júnior, sendo barrado por essa... Por essa razão, por esse obstáculo. Mas, eu tenho a opinião de que nós podemos superá-lo porque esse vício é controverso. Então, sendo controverso, nós temos que fazer valer a força do Parlamento e não a força do Executivo.

Uma segunda--
[palmas].

--Uma segunda questão que eu considero importante é... É o problema da legislação que cria, que cria o Conselho, lá atrás. A legislação que cria o Conselho, eu considero assim, ela é muito mais rígida em relação ao espaço para as demais categorias, tanto para contadores, como para administradores. A rigor, a legislação anterior, ela é tão rígida que, para ocupar os cargos públicos, se baixou uma determinação, e é o que está em vigor, que diz o seguinte: "Para o provimento e exercício de cargos técnicos de economia e finanças na Administração Pública, só bacharel em Ciências Econômicas ou o título de habilitação, respeitados os direitos dos atuais ocupantes efetivos". Quem já estava lá, ok. Mas, quem não estava, tchau. Não vai entrar. Isso é que era reserva.

E os próprios economistas, frente à realidade, frente à realidade de ação articulada com contadores e administradores, eles disseram: "Poxa, nós temos que flexibilizar. Tem coisas que são da nossa competência, digamos assim, privativa, exclusiva, mas tem coisas que há uma orbitação da lei. Quer dizer, nós estamos adentrando aos interesses dos administradores e dos contadores.

Mais na frente, a lei diz isso aqui, olha: "É facultada aos bacharéis em Ciências Econômicas a inscrição nos concursos"; nem se inscrever você poderia, entendeu? Já era vetado logo na inscrição. "Para provimento de cadeira de estatística, de economia e de finanças". Então, já estava... Quer dizer, balanço, finanças, os balanços das empresas, então, tratam de finanças. Se você for fazer um concurso para a CVM, tem que atender a esse critério. É o que está em vigor. É o que está em vigor.

Então, eu acho que há uma... Há uma tentativa nossa de buscar flexibilizar aqui a legislação, no que

diz respeito à questão da regulamentação da profissão de economistas. Numa tentativa como essa, é evidente porque esse fato nosso de 100% sermos mortais, tem os imortais, aí que... Se auto-intitulam de imortais, mas, 100% somos mortais, entendeu?

Então, sempre a gente pode cometer muitos pecados no caminho, muitos equívocos, muitos erros. Eu me penitencio frente ao Relator e aos senhores. Quer dizer, se nós tivermos aqui, é... Atropelado os interesses de categorias que são tão importantes, são tão importantes, que o... Que o Silva Coelho levantou aqui a idéia de que, na verdade, os contadores são os padrões dos economistas. Quer dizer, é por lá que os economistas começam a sua atividade; o seu primeiro emprego é nos escritórios de contabilidade. Isso é regra, mais ou menos, nacional. Quer dizer, é assim que ocorre por aí fora. Não sei se mudou hoje. Mudou, Luiz? Mudou um pouquinho.

[risos].

Mudou um pouquinho então. Mas, via de regra, é isso. Era isso que ocorria. Então, se nós tivermos cometido algum pecado, eu peço ao Relator que nos penitencie para que a gente cumpra aí uma... Uma pena módica, por favor, nada de exagerada, nobre Relator, para que a gente possa corrigir o Projeto e ele sair daqui bem arredondado com a atuação do Conselho Federal de Economia, o Conselho Federal de Contadores e dos Administradores, que estão em plenária da sua categoria, no Estado de Alagoas, e vão ouvir, evidentemente, aqui a opinião do Relator, dos senhores e vão deliberar sobre as posições que eles consideram que devem ser alteradas no Projeto, mas vamos examinar junto com o Relator. O que nós queremos é aprovar uma iniciativa dos Parlamentares junto com as categorias. Isso é muito... É muito importante, é muito significativo. Isso aqui foi um... Um tear de quatro mãos. Quer dizer, todos nós entramos aqui para poder construir esse Projeto.

E, quando entra o Relator, ele entra como... O mais... Mais uma mão que vai nos auxiliar no sentido de arredondar o Projeto de Lei, fazê-lo tramitar com tranquilidade, não só na nossa Comissão como também nas demais Comissões, se for necessário. Muito obrigado, senhora Presidente.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Agradeço também a exposição do autor do Projeto, Senador Inácio Arruda, onde todos pudemos ser testemunhas do esforço que existe de entendimento, inclusive do próprio autor, desejando que assim seja feito e que... E nós sabemos aí do coração generoso do nosso querido Senador Expedito Júnior. Eu tenho certeza que essa penitência não vai ser tão

grande não, viu, Senador Inácio Arruda? Ainda mais com a gente que é cearense--

[risos].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, com muito respeito aos cearenses, mas só... Só para lembrar um fato que ocorreu aqui agora. O Senador Casagrande estava aqui e ele foi praticamente o Relator que praticamente rejeitou o meu Projeto sobre a questão dos analistas de sistemas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Analistas de sistemas. Vamos convocar, então, o Senador Casagrande.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E ele fez questão de registrar a presença do vice-Prefeito, que é ligado inclusive aos economistas. Ele falou: "Expedito, eu vou ter que me retirar dessa reunião".

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Nós vamos convocar, então, de volta o Senador Renato Casagrande. Quero também aqui agradecer a presença do nosso querido Senador José Nery, que está aqui representando o povo do seu Estado, do PSOL.

Eu passo, com muito prazer, a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, vice-Presidente dessa Comissão, representando o Estado do Rio Grande do Norte. Em seguida, ao querido Senador Cristovam Buarque.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sra. Presidente, eu quero inclusive agradecer ao Senador Cristovam, nosso Presidente da Comissão de Educação, por ter me dado a oportunidade de falar nesse momento, já que eu tenho um compromisso às 14h30. Mas, na realidade, eu gostaria até, colega Expedito, de dizer que não vamos radicalizar, porque Casagrande usou da inconstitucionalidade--

[risos].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Claro.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

--Dos analistas de sistema, não vamos descontar nos economistas.

[risos].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É lógico.

[palmas].

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Mas, queria aqui cumprimentar o Dr. Francisco, Dr. Pedro, ao Dr. Enory Luiz Spinelli e também o nosso conterrâneo, Conselheiro Federal pelo Rio Grande do Norte, Luiz José Bezerra.

Olhe, minha gente, na realidade, eu acho que esse momento foi muito importante porque é exatamente numa Audiência Pública que a gente pode diri-

mir dúvidas, repensar, analisar. E o que nós queremos é o que seja o melhor.

O Senador Inácio Arruda ali colocava exatamente que nós, enquanto Parlamentares, Legislativo, nós estamos na cobrança permanente de que possamos realmente trabalhar porque as Medidas Provisórias estão impedindo que nós possamos trabalhar. O Poder Executivo é... Está, vamos dizer assim, senhor de todas as causas, de todas as razões, de todas as questões. E isso, impedindo que a voz do povo, porque nós aqui estamos ouvindo a todos, ouvindo a categoria dos economistas, os contadores, os administradores e, a partir daí, para que possamos formular o que for melhor, de forma a dar oportunidades, a criar perspectivas de crescimento no trabalho, de crescimento na profissão dos economistas e, ao mesmo tempo, sem tirar dos contadores, dos administradores, dos juristas contábeis e também na área do Direito, também os seus espaços.

Então, eu espero que esta Comissão, com muita responsabilidade, com muita... Agora, com as informações que recebemos na audiência, possamos fazer com que os contrários possam convergir naquilo que seja o melhor para os economistas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini--

[palmas].

--Pelas suas palavras. Imediatamente passo a palavra ao querido Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidente, Srs. Senadores, colegas que estão expondo aqui, eu quero dividir em duas partes a minha fala. Primeiro é sobre a legitimidade do Congresso diante do assunto, Senador Expedito. Eu creio que, independente de haver ou não clareza sobre isso, nós temos que fazer o nosso papel, elaborando o documento que for necessário para regularizar a profissão de economista. Acho que tem que partir de nós, mesmo que outros venham depois levantar a idéia de que isso não nos compete.

O segundo é sobre profissões. Eu aí acho que a gente deveria ter mais algumas audiências para discutir o conteúdo do Projeto, para discutir o conteúdo do Projeto do Senador Arruda e o parecer do Senador Expedito, ouvindo mais pessoas sobre o assunto. Porque não é uma questão só de economistas hoje; as profissões hoje, elas estão em xeque porque há um processo tão rápido de evolução do que é que caracteriza um profissional, que não é fácil fazer uma lei que vai durar anos, talvez décadas, regulamentando o exercício de uma profissão, não só economista.

Eu, quando vou a um cardiologista hoje, eu me sinto como se eu fosse um carro numa oficina mecânica. O médico hoje não é mais o mesmo médico de anos atrás. Ele exerce outra profissão na verdade, chamamos médico, mas não é. No caso do economista também, Senadora Patrícia, estão surgindo novos desafios, por exemplo, como é que é a formação do economista em relação aos problemas do meio ambiente? Eu não li os detalhes do Projeto do Senador, mas eu não sei se a palavra meio ambiente aparece. O próprio contador... O contador trabalha com aspectos financeiros, mas, contador tem que medir o estoque. O senhor falou de estoque, tem que medir o estoque de recursos naturais, não só pelo valor do mercado, mas, também, pela escassez absoluta que alguns desses recursos vão sofrer, escassez que não se reflete no preço porque o preço é de curto prazo. O problema do aquecimento global é uma questão de contabilidade. Mas a gente tende a não levar em conta a contabilidade dos aspectos macro ou ultramacro, como são os aspectos planetários, sem falar dos aspectos sociais. Como é que a gente mede o custo de uma criança não ir à escola. Nós, economistas, tendemos a medir o custo de colocar a criança na escola. Daqui ali, um de nós fala em custo de oportunidade, para medir o custo de não ir à escola. Mas, quase que de uma maneira muito abstrata.

Então, as profissões estão mudando de papel. Estão mudando o campo do trabalho delas. Estão surgindo novas disciplinas, juntando profissões. Está surgindo aí uma profissão, misturando economista, sociólogo, filósofos, para estudar os problemas sociais. Então, a gente precisa dar uma certa liberdade.

Ao mesmo tempo, não pode fazer com que desapareçam, em nome da liberdade, as formas de... De registro, as formas de regulamentação. A gente vai ter que regulamentar com a possibilidade de uma dinâmica na regulamentação, que ela se modifique ao longo do tempo e não mais de um tempo longo, cinco anos hoje já basta para uma profissão ficar modificada ou superada, obsoleta.

Então, Presidente, o que eu gostaria de propor é que, primeiro, que a gente assuma que temos que oferecer, sim, um documento relacionado à regulamentação do trabalho dos economistas. Segundo, que a gente faça mais audiências para aprofundar o Projeto, que não houve isso hoje, analisando os aspectos específicos, artigos.

E terceiro, que essa Comissão traga outras profissões para aqui também, para serem discutidas, não só economista. Há outras profissões que merecem ser analisadas, ajustadas à realidade desses tempos, ajustadas, mais do que à realidade, à dinâmica,

como o mundo avança, forçando o avanço nas bases de qualquer ciência.

Essa é a minha sugestão. Vamos assumir o nosso papel de elaborar o documento. Vamos aprofundar em audiência a análise do Projeto do Senador Inácio Arruda e vamos trazer outras profissões também para ver como fazer com elas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Cristovam Buarque—

[palmas].

--Agradeço a sua participação e as sugestões, querendo reafirmar que essa Comissão está inteiramente aberta e disponível para a provocação de qualquer membro dessa Comissão para discutir as outras profissões. Inclusive, esse debate tem acontecido aqui, é... De forma, eu diria até assídua, já em outras ocasiões, não no início desse ano, mas, o ano passado e o ano atrasado, em que eu pude ter o privilégio também de discutir a regulamentação de outras profissões.

E, certamente, o Senador Cristovam, pela preocupação que tem com a Educação, levanta um questionamento que eu acho que todos nós precisamos refletir um pouco sobre ele, que é justamente a questão dos custos e das contas que geralmente a gente se esquece de fazer, quando discutimos, por exemplo, um Projeto, e eu aproveito sempre a ocasião para lembrar, de nossa autoria, que estende a licença maternidade, de quatro para seis meses, aonde o Governo sempre levanta a questão do custo. Quanto é que isso vai custar ao país? Sem querer fazer a conta inversa da economia, portanto, que nós faríamos ao país, salvando a vida de tantos milhões de crianças, que precisam desses seis meses ao lado das suas mães, de seus pais, de quem cuida dessas crianças.

E a última conta que fizemos é que, se todas as empresas pequenas, médias e grandes empresas aderissem ao Projeto da licença maternidade, isso, enfim, teria um impacto de mais ou menos 500 milhões por ano. E o SUS gasta, só por ano, só para internar crianças com menos de um ano de idade, apenas com doenças respiratórias, 300 milhões por ano.

Portanto, se o Governo pudesse fazer a conta do outro lado, nós perceberíamos que isso seria uma economia e um investimento no maior patrimônio que existe em nosso país, que são os nossos filhos e as nossas filhas. Com prazer, passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quero cumprimentar a nossa caríssima Presidente, Senadora Patrícia Saboya, todos que compõem a Mesa, o Sr. Dr. Pedro Calmon, Presidente do Conselho Federal de Economia, Dr. Francisco da Silva Coelho, Presidente

da Ordem dos Economistas do Brasil, e ao doutor, é... Enory ou Enory... Enory Luiz Spinelli, do Conselho Federal. Enory? É igual Nery e Nery, viu?

[risos].

Nery. Então, então... Cumprimentá-los pela participação nessa audiência, cumprimento estes extensivos aqui aos representantes dos diversos estados brasileiros, dos Conselhos é... Estaduais que são, creio que há as Seções Estaduais, que estão aqui presentes.

Ontem tive a satisfação de receber, mesmo que rapidamente, uma visita em meu gabinete de uma Comissão de Economistas do Rio de Janeiro, que justamente traziam a preocupação com a discussão relativa a essa regulamentação ou essa... Aperfeiçoamento da regulamentação da profissão de economista, né? Essa preocupação, justamente, ela é dirigida no sentido de que, louvando a iniciativa do nosso brilhante companheiro, Senador Inácio Arruda, autor do Projeto de Lei, que ora é motivo de discussão nessa audiência pública, mas, justamente os Conselheiros que estiveram conosco, falavam da necessidade da ampliação desse debate, de forma que pudesse fazer essas modificações, essas adequações, é... Com a maior transparência, com a maior participação possível da categoria e tendo em vista o debate também que deve englobar a participação de outros segmentos que, igualmente, têm alguma similaridade em termos de atividade, exercício prático da atividade, como é o caso dos Administradores e dos Contadores, né? Então, o Conselho de Administração, o conselho que reúne os profissionais em Administração, bem como o Conselho de Contabilidade.

Creio que essa audiência, ela é um momento importante da discussão do Projeto, visando a que o Senado e aqui, em especial na Comissão de Assuntos Sociais, possamos construir a melhor proposta que tem, na Relatoria, o eminente Senador Expedito Júnior, com o qual tivemos a oportunidade de conversar rapidamente hoje pela manhã, numa feliz coincidência, quando ele recebia a visita da Direção Nacional da Presidência e Dirigentes e do vice-Presidente do Conselho Federal de Economia.

Para dizer, senhora Presidente, senhoras e senhores, Srs. Senadores e Senadoras, eu creio que há, da nossa parte, o compromisso e o empenho para um debate amplo onde todos possam se expressar, onde todos possam oferecer a sua contribuição e, ao final, o Projeto que será votado a partir do parecer apresentado pelo Relator, Senador Expedito Júnior, possa efetivamente contemplar uma perfeita atualização para o melhor e o bom exercício da profissão. Fazendo isso, na busca de um entendimento e de definição clara de atribuições, de tarefas, de modo que nenhum dos seg-

mentos que guardam, no exercício do seu trabalho, similaridade, venham a ter... Sofrer qualquer prejuízo. Eu acho que esse é o sentido maior desse debate, e aqui nos colocamos inteiramente à disposição, para dele participar e de alguma forma contribuir nesse debate que vai ser, sem dúvida, ampliado com a realização, inclusive, de outras audiências, até que tenhamos um convencimento construído, que leve a um determinado consenso, pelo menos, se não satisfizer a todos, de forma plena, mas, pelo menos, tenhamos a consciência de que promovemos aqui, como é parte da nossa forma de atuar, dessa Comissão, em especial, de ouvir e construir um Projeto que possa obter o maior consenso possível.

Ao manifestar esta posição, queria aproveitar e aqui fazendo... Aproveitando a deixa que a nossa Presidente, ao citar modificações na legislação, é normal que aqui cada um de nós, quando abraça uma causa, fazemos questão de enfatizá-la nos diversos espaços de debate que o Congresso, que o Senado, em especial, nos oferece. Então, a Senadora Patrícia falava da importante decisão, que garante o direito à licença maternidade para 180 dias. Uma discussão tão importante, que tem a ver com a qualidade de vida, com o bem-estar das pessoas desde a infância, criando as condições para uma vida que seja garantida, inclusive com o Estado Brasileiro, não só por aquilo que o Estado vai deixar, vai economizar, em termos de atenção à saúde, mas, pelo bem que isso faz, na proteção e na garantia de uma vida melhor para todos.

Então, e aproveitando, eu queria, no momento em que recebemos aqui as honrosas presenças dos Economistas, dos Contabilistas, dos Administradores, fazer aqui uma campanha em torno de uma causa que eu tenho certeza que une a todos nós que estamos aqui. É a luta pelo combate e erradicação do trabalho escravo no Brasil. No próximo dia 13 de maio, o Brasil completa 120 anos do fim oficial da escravidão ou o processo de libertação não concluído, como diz e repete, sempre que nos encontramos, o Senador Cristovam Buarque.

Inclusive, essa data será motivo de audiência para tratar do tema, inclusive, criando as possibilidades para que possamos avançar, no Brasil, não só do ponto de vista da legislação, não só do ponto de vista da formalidade da legislação, mas podermos alcançar um nível de civilidade, de participação, de construção da verdadeira cidadania, onde todos segmentos da sociedade tenham a possibilidade de erradicar, efetivamente, uma chaga social que marca a nossa história de forma muito grave e que, sem dúvida, é desejo, sobretudo de quem tem um mínimo de consciência social, de cidadania, jamais pode aceitar e admitir.

Então, queria convidar e propor aos representantes dos Conselhos aqui representados, pedir a adesão ao Movimento Nacional pela Aprovação da PEC 438, na Câmara dos Deputados, que trata da expropriação das propriedades, onde se é constatada a prática de trabalho escravo, bem como de outras medidas legislativas que vão nessa mesma direção. Estamos agora numa campanha para conseguirmos, inicialmente, um milhão de assinaturas em prol da aprovação dessa PEC. Movimento esse que, no dia 12 de maio, realizou um grande ato no Congresso Nacional, 12 de março, exatamente, me corrigiu aqui o nosso vice-Presidente da Comissão de Combate e Erradicação ao Trabalho Escravo do Senado, a Comissão presidida pelo Senador Inácio Arruda, dia 12 de março.

Então, é um convite que eu faço para que em seu... E me comprometo a enviar à Direção, à Presidência dos Conselhos, o material referente a essa campanha, por entender que essa é uma campanha da cidadania, de todos aqueles que querem ver o nosso País num patamar superior de respeito aos Direitos Humanos, aos Direitos da Cidadania.

Então, é com isso que eu queria encerrar, senhora Presidente, manifestando o apoio, o debate, e a participação naquilo que pudermos contribuir, para aperfeiçoar, é... E atualizar a regulamentação do exercício da profissão de economista, ao mesmo tempo em que conclamo a participação à campanha da cidadania, como essa que estamos aqui fazendo a V.Exas., que muito nos honram com a presença e a participação no debate dessa audiência pública nesta Casa. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada também ao Senador José Nery. E eu passo a palavra, antes de passar a palavra para as considerações finais dos nossos convidados, passo a palavra ao nosso Relator do Projeto, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senadora Patrícia Saboya, eu não posso deixar de reconhecer o grande trabalho de articulação do autor do Projeto. Tenho que reconhecer aqui, o Senador Inácio fez um trabalho aqui extraordinário. Acho que o que faltou—

[risos].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Acho que o que faltou... Eu acho que o que faltou na mobilização do meu Projeto, sobra aqui na mobilização feita aqui pelo Senador Inácio Arruda. Quero parabenizá-lo por isso. E, aí, me tem o pedido da Presidente, o pedido também da Senadora Rosalba. O pedido aqui do... Desse que nós temos aqui como o nosso profes-

sor aqui no Senado, que... Respeitadíssimo aqui pelo Brasil afora, principalmente--

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente da Educação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Principalmente quando os assuntos são tratados aqui pela Educação do Brasil, então, e aí, por fim, aqui o meu vizinho, parede e meia, que nós moramos ali praticamente na mesma ala. Veja bem, eu acho que é possível, eu estava aqui ouvindo aqui o Senador Inácio, eu acho que é possível sim, e eu também penso igual, e tentei fazer essa justificativa quando da inconstitucionalidade levantada pelo Casagrande no meu Projeto. Eu acho que--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Casagrande, nós vamos pegar ele aqui quando for de por.

[risos].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu acho que é possível se buscar o entendimento. Não quero, jamais, eu quero dizer que nós temos aqui vários amigos de Rondônia, inclusive, que estão aqui também, que vieram também a convite aí dessa mobilização do Inácio, do Senador Inácio. Mas, eu acho que é possível se buscar o entendimento, se buscar um acordo nesse Projeto.

Eu acho que o Wagner me dizia aqui agora há pouco que já há um entendimento que praticamente todos vão mandar aí, inclusive, a... O Conselho Federal de Administração está reunido hoje e também vai tirar alguma coisa para que possa é... Nos ajudar na confecção aí, não sei se de um Substitutivo, não sei se no entendimento com o Senador Inácio, nós vamos ver o que é possível fazer e acredito que também vocês deverão fazer a mesma coisa, nos oferecendo para que nós possamos melhorar aí este Projeto.

Não quero, jamais, eu acho que essa Casa aqui, pelo menos ultimamente, nós temos quebrado alguns interstícios aqui, ali em Plenário. Comungo do mesmo posicionamento do Senador Inácio: Acho que nós temos que começar a fazer o nosso papel. Nós, a partir da hora em que nós não estamos legislando, quem está legislando por nós é o Executivo, quem está legislando por nós é o Poder Judiciário, que nós passamos a não legislar aqui, e eles vão legislando, fazendo aquilo que era o nosso dever.

Então, eu não... Não vejo é... Impossibilidade de... De buscarmos esse entendimento, de construirmos aqui um Projeto que seja bom para todo mundo. Que seja possível aí o reconhecimento é... Da... Dos economistas, mas, que seja também, possível buscar um entendimento, sem estarmos ferindo nenhuma outra classe, nenhuma outra categoria.

Então, eu estou disposto a buscar esse entendimento. Faço até uma sugestão aqui, essa sugestão do... Do Senador Cristovam, de nós buscarmos, é... Mais audiências públicas aqui. Se for possível, acho que nós temos que realmente aprofundar. Eu até recebi ligação da Ordem dos Advogados do Brasil, até comentei isso com a Presidente na época. Eu convidei eles aqui para que viessem também para o nosso debate. E, de repente, é possível que, num próximo, eles estarão incluídos nesse contexto, nesse debate aqui também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Espero que, na próxima audiência, a Ordem possa mandar também uma representação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E eu deixaria também aqui uma sugestão, praticamente acho que todos os Conselhos estão sediados aqui em Brasília. Então, eu deixaria já uma sugestão também, para que nós pudéssemos tentar construir isso, como disse aqui o Inácio, a quatro mãos, que nós pudéssemos... Que vocês pudessem indicar depois um representante de cada Conselho para que pudéssemos sentar junto no meu gabinete, está aqui o Wagner, que é o nosso chefe de gabinete, para que nós pudéssemos tentar construir isso tudo junto. Eu acho que é possível salvar o Projeto. Eu acho que essa questão da... Da Autarquia Especial, eu acho que nós podemos dar esse tratamento. Eu não fico preocupado não, o... Inácio, se porventura, o meu Projeto, amanhã, que eu der um parecer favorável e chegar lá na frente, de repente, lá na Comissão de Constituição e Justiça, ele for reprovado pela inconstitucionalidade. Isso aí para mim, não tenho problema nenhum. Não tenho preocupação nenhuma com isso. Se esse for o entendimento aqui da maioria, vamos... Vamos aprofundar no debate. Vamos aprofundar na melhoria do Projeto e pode ter certeza, que vão contar com... Com o apoio do Relator, para que nós possamos buscar uma alternativa que não fira e que saiam todos daqui satisfeitos com o trabalho da Comissão e, com certeza, esta Comissão, depois, se o Projeto for para a CCJ, nós podemos ir para lá também e ajudar nas outras Comissões que, provavelmente, o Projeto ainda irá percorrer aqui nas Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada.

[palmas].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Expedito. Senador Inácio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Só para efeito ilustrativo. Eu fui Relator agora de um Projeto

de Lei que permite regulamentar a atuação dos enólogos que não têm... Ou não tinham formação superior. E a profissão de enólogo foi iniciativa do Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República. E os enólogos, que não tinham formação superior, face à não existência de regulamentação, terminaram que, no meu parecer, eu dei um parecer favorável para que eles fossem aproveitados dentro da categoria, mesmo sem ter o... O título universitário, como ocorreu, por um longo período, com os contadores, que mesmo não tendo formação na Universidade, na Faculdade de Contabilidade, também foram acolhidos, como profissionais que tinham o reconhecimento da sua... Atividade na sociedade e pelo Governo, que é majoritariamente quem os contratou.

Então, acho que é muito interessante, quer dizer, é dentro da controvérsia. Quer dizer, um não foi aprovado, o outro eu veto. Quer dizer, então, na controvérsia, acho que nós também temos que agir.

E nós entramos, inclusive, nessa questão que o Senador Cristovam levantou; talvez a formulação nossa não esteja bem adequada, e eu pediria o apoio do Senador Cristovam para que ele pudesse nos auxiliar, junto com o Relator. Mas, no item 06, do § 2º, nós entramos aqui nos estudos de análise de mercado, não sei se está apropriada a expressão, Senador, mas... E de impactos socioeconômicos relativos à economia mineral e ao meio ambiente. Porque, exatamente, analisar o peso dessas... Desses produtos primários ou *commodities*, pela imposição linguística internacional. Mas, o peso dos produtos primários na economia brasileira.

Então, a análise sobre essa... Constituição desses preços, como é que eles se desenvolvem etc., pelo peso que eles têm hoje, eu acho que é muito interessante. E os problemas ambientais, advindos também da atividade econômica, nós incluímos aqui. Não sei se é a melhor formulação que nós estamos propondo. Eu pediria o apoio do Senador Cristovam, que, com o Relator, se considerar que deve ser alterada a formulação para ajustar melhor à realidade que está sendo.. Que nós todos estamos examinando. O Senador Casagrande, por acaso, também é Relator da Comissão Mista de Aquecimento Global. Então, tem que pedir a opinião também do Casagrande; o Casagrande, vamos ter que apertar ele por todos os lados.

Eram essas considerações que eu gostaria de fazer, Sra. Senadora, porque eu acho que ajuda a gente a ir aprofundando o... A discussão sobre o... O Projeto de Lei que nós oferecemos e que tenho certeza que, com mais um ou duas audiências públicas, como propõe, se for necessário, como propõe o Senador Cristovam, a gente... Deixa o Projeto ajustado às nossas

necessidades imediatas e também na perspectiva do futuro. Porque nós também não vamos fazer o Projeto só para o ano de 2008, 2009. Nós queremos algo que... Senão 50 anos, mas pelo menos uns 30 anos, nós gostaríamos que esse Projeto pudesse ser, assim, uma referência para a atividade dos profissionais dessa área. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada também, Senador Inácio Arruda. Quero dizer que eu fico, antes de passar aqui a palavra aos nossos debatedores, nossos expositores, eu quero também agradecer e dizer que fico muito feliz em ter presidido hoje essa audiência pública aqui na Comissão porque é muito clara a disposição, tanto do autor do Projeto, como do Relator do Projeto, de encontrarem um consenso em que nenhuma profissão fique prejudicada.

Então, eu já saio hoje muito animada, muito feliz dessa Comissão, de termos aqui tido um debate tranquilo, um debate completamente pacífico, um debate buscando tirar o melhor de cada um, não só dos expositores, mas também dos membros dessa Comissão. E eu tenho certeza e quero aqui reafirmar que a Comissão está aberta para que novas audiências públicas possam ser propostas, se essa for a decisão do Plenário.

Portanto, eu agradeço, enfim, a presença, a participação e o entusiasmo de todos que hoje nos ajudaram a trazer esse debate para a Comissão de Assuntos Sociais.

Passo a palavra ao Dr. Pedro Calmon, para que possa proferir aqui, em cinco minutos, se for possível, três, cinco minutos, a sua exposição final.

SR. PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIERA SANTANA: Senadora Patrícia Saboya, Srs. e Sras. Senadores, nós queremos manifestar realmente o nosso agradecimento, por essa Casa, através da CAS, promover essa audiência pública. Dizer que dessa articulação cearense, Senador Expedito Júnior, muito bem feita, mesmo porque a bancada cearense, ela é grande em tudo quanto é lugar, né? No Senado, não seria de três, porque no Brasil também ela está presente em tudo quanto é lugar, não é à toa que o Ceará tem Senador no Pará, tem Senador no Acre, né?

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [pronunciamento fora do microfone].

[risos].

SR. PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIERA SANTANA: Então--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIERA

SANTANA: Nascidos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Aí, a gente não ia parar nunca, né? [risos].

SR. PEDRO CALMON PEPEU GARCIA VIERA

SANTANA: E, na verdade, todos nós somos um pouquinho nordestino, e isso é muito bom. Eu dizia esses dias a meus pares economistas, tenho o privilégio de ser filho de baianos, ter nascido em Mato Grosso, ter nascido em Goiás, fui criado em Mato Grosso e sou um cidadão da Amazônia porque tenho uma responsabilidade profissional sobre os nove Estados da Amazônia, na instituição onde eu trabalho.

E acho que é isso que é o retrato do país. E nós estamos praticando aqui um pouco dessa discussão. E, aí, Senador Expedito Júnior, nós ficamos muito satisfeitos aqui com a presença de dois ilustres rondonienses, que se acrescentam à sua figura, o Conselheiro Francisco Aroldo Vasconcelos, que aqui representa também o nosso Presidente Silvio Persivo, grande amigo seu também, e de trabalhos prestados ao Estado de Rondônia. E o Conselheiro Valdemar Camata.

Como nós estamos articulados por todos os Estados e unidades da Federação, aqui representando também o Distrito Federal, do Senador Cristovam Buarque, que é acima do Distrito Federal, um cidadão brasileiro, nós temos aqui a presença do Presidente Mário Sérgio San Lorenzo, da ex-Presidente Mônica Beraldo, da Iliana, que é a nossa vice-Presidente da FENECON, representação da nossa entidade sindical, que também nós gostaríamos que estivesse, mas que vai estar, em outros momentos, presente no nosso debate. Como da mesma maneira do Ceará, tem as mãos do Ceará no nosso Projeto de Lei, não apenas através do Senador Inácio Arruda, mas do nosso Conselheiro Antônio Cláudio Ferreira Lima, nosso amigo em comum e da nossa Conselheira Sueli Chacon, que aqui está representando o Conselheiro Antônio Cláudio, por questões de saúde. Mas, de todos os estados que os Senadores vão ter, inclusive, essas referências nos seus debates, Senadora Patrícia Saboya, para que nós possamos estar demonstrando a vontade de estar contribuindo na construção de um Projeto que não vai ser vitória da categoria dos economistas, mas, que aqui, Enory, o que nós queremos construir é uma vitória das categorias desse país, junto com os contadores, junto com os administradores, junto com os advogados, com as outras categorias, uma demonstração de comprometimento.

Esses meus amigos, esses meus pares, que estão aqui, de todos os Estados, de todas as unidades da Federação desse país, eles estão aqui abrindo mão de seus afazeres pessoais, no meio de semana, mas, num debate de quem quer se comprometer, não apenas com a causa da profissão dos economistas. Nós não estamos aqui em busca, Senadora Patrícia, de assuntos corporativos, mas no comprometimento com a causa do país. É isso que o sistema COFECON, Conselho Federal de Economia e CORECON, vem trazer ao Senado da República, vem trazer aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, uma responsabilidade com esse país.

Alguns aspectos, Senador Inácio Arruda, e o Senador Cristovam Buarque lembrava da questão de avaliação de aspectos ambientais, de impactos ambientais, a Senadora Patrícia Saboya, também nós conversávamos há pouco sobre isso aqui. E uma responsabilidade muito grande nas mudanças constantes, Senador Cristovam, que nós temos na sociedade e que nós temos que caminhar, avançar, tentar alcançar esses passos que a sociedade dá. As mudanças tecnológicas, que alteram algumas profissões, na sua forma de funcionamento, seja do profissional da medicina, que o senhor se referia agora há pouco, que hoje tem que ser um homem altamente inteirado com a tecnologia—

[soa a campanha].

--Operando os computadores para nós. Mas, acima de tudo, nós nos comprometendo com a ciência que nós representamos, que cuida do ser humano.

Equivocadamente algumas pessoas pensam que nós somos profissionais de análises financeiras; nós somos uma ciência social. A nossa causa maior é o homem, enquanto gênero. É o homem e a mulher; é esse bem-estar da sociedade que os economistas do Brasil querem construir, através de um Projeto que nós ofereceremos à sociedade brasileira.

Muito obrigado aos Srs. Senadores e nós contamos com o apoio de todos vocês.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada também, Dr. Pedro Calmon. Eu passo a palavra ao contador Enory Luiz Spinelli. Eu digo assim porque ele próprio fez questão que assim fosse seu título.

[risos].

SR. ENORY LUIZ SPINELLI: Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Prazer.

SR. ENORY LUIZ SPINELLI: Prazer. Senadora Patrícia Saboya, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, não vamos aqui adentrar no campo da filosofia,

se a contabilidade é estática ou dinâmica, no campo dos fluxos de caixa; se a contabilidade é estática em função de estoque, porque nós vamos aí entrar na área acadêmica conceitual e não é esse, eu acho, o objetivo e também não... Não estamos aqui para cansar.

Mas, temos uma diferença bastante significativa nesse aspecto porque a contabilidade, realmente, ela trabalha com as questões da competência, não só dos fluxos. E nós, e se nós ficarmos somente no campo dos fluxos de caixa, dos fluxos financeiros, certamente, os escândalos aumentarão. Então, a consistência da informação contábil, realmente, ela está na confirmação dos ativos e dos riscos dos passivos.

Mas, deixando o nosso grande mestre Hermann em descanso, o nosso professor, Senador Buarque, muito bem lembrou a questão dos aspectos sociais, do meio ambiente. Hoje nós já temos, é... Dispositivos, normas, procedimentos contábeis quanto à contabilidade do meio ambiente. E, principalmente, Senador Buarque, uma questão do Terceiro Setor. Nós vemos muitos... Lemos pela mídia e vemos muitos escândalos acontecendo em ONGs etc., e isso, realmente, nos... Como brasileiros, nós temos que nos remeter a uma questão que se chama a informação da transparência dos números dessas instituições.

Então, é fundamental que o nosso país, em termos de credibilidade, de ética e, novamente, transparência, porque todos os dias, diariamente, nós vemos essa palavra na mídia, ela precisa ser construída e a cultura contábil, no Brasil, ela precisa, efetivamente, mudar. Nós precisamos de uma educação contábil no Brasil, tanto na área privada, quanto na área pública. Somente com essa característica de contábil é que nós vamos conseguir ter maior transparência e ética na informação.

Com relação às observações do nosso Senador, que é do... Da... Não, o nosso Senador Arruda, Inácio Arruda, falou na questão da mudança dos escritórios de contabilidade é... Realmente, há uma mudança significativa hoje no conceito de escritórios de contabilidade. O que nós víamos em outras épocas, hoje, os conceitos são outros porque nós temos que ter, realmente, a conscientização de que o gestor, o dono de uma empresa ou... O acionista etc., ele necessita de informações plausíveis para tomada de decisão. Então, o conceito hoje mudou, né?

Quanto às observações do Senador José Nery, que não está mais presente, e que abordou a questão do trabalho escravo no Brasil, e aí nós entramos em outra seara, que é a questão da própria legislação trabalhista, mas, enfatizar novamente aqui que também é de suma importância a luta pela ética e pela transparência. E, Senador Buarque, a gente tem acompa-

nhado muito as suas manifestações nesse sentido, no campo, inclusive, da Educação.

[soa a campanha].

SR. ENORY LUIZ SPINELLI: E, no aspecto, para encerrar, já que foi muito citado aí o Estado do Ceará, não é? Que também a nossa Presidente Maria Clara é cearense, e como gaúcho, eu acho que a gente consegue construir uma boa parceria aí, no campo da... Da convivência e, certamente, na... E de forma democrática, né? Nós possamos andar na costura desse Projeto aí, dos nossos colegas da Economia.

Presidente da Comissão, Senadora Patrícia Sabya, nossos cumprimentos aqui pela condução dessa audiência e cumprimentar a todos os Senadores aqui presentes, os economistas e demais profissões que aqui estão. E uma cordial saudação a todos. Nosso muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA Sabya (PDT-CE): Muito obrigada. Com a palavra, o Dr. Francisco... Último inscrito.

SR. FRANCISCO DA SILVA COELHO: Ok. Agradeço a oportunidade de estar aqui nesta Plenária hoje. A mensagem fundamental é que a profissão de economista está voltada para o desenvolvimento econômico e social do país. Muitos falam de crescimento econômico, mas, se esquecem que o fundamental é o desenvolvimento.

A questão da transparência, levantada pelo Enory, é fundamental. Transparência bate em dois conceitos internacionais: *Rating* e Risco Brasil. E é por isso que eu insisto que existe aí uma área de atuação comum para os economistas, para os contadores, para os administradores.

Conceito de risco, na forma como é tratado modernamente, ele envolve várias expressões: Risco de crédito, risco decorrente de oscilação de preços, mercado, risco operacional decorrente de fraudes, falhas humanas e vai por aí afora... Risco jurídico ou legal, risco de liquidez, que é o grande problema da economia dos Estados Unidos nesse momento, dado o fato de que foi erodida a base de capital do sistema financeiro daquele país. E aí, de novo, nós caímos na questão da estática e da dinâmica, sim. Porque o que está se discutindo naquele país, no momento, é se deve ser aumentada a regulação e se devem ser editados novos dispositivos de natureza legal e infra-legal.

Ora, o que é que significa tudo isso? Significa, sim, que assim como no Direito existe a questão da responsabilidade objetiva e subjetiva, no âmbito das profissões tem que existir a responsabilização profissional. Quem é responsável por o quê, do ponto de vista das suas especificidades? E o que é geral compete

às demais profissões atuarem em conjunto, a favor do processo de desenvolvimento econômico e social, que é fundamental para este país ser melhor do que é. Muito obrigado.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA Sabya (PDT-CE): Bem, obrigada a todas e a todos. Agradeço a participação de todos aqui representados e, não havendo mais nada a tratar, está encerrada essa presente Sessão. Obrigada a todos.

Sessão encerrada às 13h07.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 09 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quarenta e quatro minutos, do dia nove de abril de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, DEMÓSTENES TORRES, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, PAPALÉO PAES, GIM ARGELLO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATI, VALTER PEREIRA, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA e CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência o Senador Cristovam Buarque e o Senador João Durval. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença do Deputado Estadual Vila Verde pelo Rio Grande do Sul. A Presidente comunica a todos o recebimento do Aviso nº 246/2008 – GM – em resposta ao requerimento de informação nº 1341 de 2007, de autoria desta Comissão, que solicitou informações sobre a fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes da psiquiatria, prestados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. A Secretaria da Comissão providenciará o encaminhamento da cópia do referido documento aos gabinetes dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras. A presidência comunica que fica retirado de pauta o item 09, PLS 165, de 2006, a pedido do relator, para reexame. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 619, DE 2007 “Consolida a legislação sanitária federal”. **Autor:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com dezesseis emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com as 16 (dezesseis) emendas apresentadas e o requerimento de urgência, apresentado pelo Senador Romeu Tuma (item 14, extra-pauta). Extra – Pauta ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008 – CAS** “Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 619 de 2007, que “consolida a legislação sanitária federal”. **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Resultado: Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008 – CAS** “Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja designado dia e hora desimpedido desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE, para realização de audiência pública visando esclarecimentos sobre as ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro, para tanto deve ser providenciada, por meio de convite, a oitiva do Prefeito do município do Rio de Janeiro, Exmo. Sr. César Maia, ou representante legal por ele indicado, o Ministro de Estado da Saúde, Exmo. Sr. José Gomes Temporão, e o Secretário de Estado da Saúde do Estado do Rio de Janeiro, Exmo. Sr. Sérgio Luiz Côrtes da Silveira”. **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, DE 2007** “Altera os incisos XIV e XV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir doenças a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria e reforma e para reduzir para 60 anos o limite de idade para gozo da isenção parcial do imposto de renda sobre os rendimentos de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma”. **Autor:** Senador Paulo Paim. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2007** “Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma”. **Autor:** Senador Álvaro Dias. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2007** “Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir a narcolepsia entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma”. **Autor:** Senador Eduardo

Azeredo. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2007** “Concede isenção e dedução do Imposto de Renda das pessoas portadoras de doenças auto-imunes reumatológicas crônicas”. **Autor:** Senador João Vicente Claudino. Tramitando em conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2004** “Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para incluir na isenção do imposto de renda, Hipertensão Grave entre as doenças que dão direito aos benefícios de que tratam”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator “ad hoc”:** Senador Flávio Arns. **Parecer:** Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 105, 147, 292 e 365, de 2007, e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2004, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer na forma do Substitutivo apresentado. ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008 – CAS.** “Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de avaliar os dez anos de aplicação da Lei nº 9656, de 1998 e o novo Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com a presença de convidados a serem designados oportunamente”. **Autoras:** Senadoras Patrícia Saboya e Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008 – CAS** “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir o Mercado Informal, participação dos salários na formação da renda nacional e nova estrutura sindical. Para tanto, gostaríamos que fosse convidado o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger, dentre outros a serem definidas pela própria Comissão”. **Autores:** Senadores Paulo Paim e Flávio Arns. **Resultado: Aprovado.** Os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 10 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns, Romeu Tuma, Gim Argello, Antônio Carlos Valadares e Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do

Senado Federal, juntamente com o registro de este-notipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Vice-Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS E 41 MINUTOS.

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Legislatura Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciar nossos trabalhos gostaria de registrar a presença que muito nos honra do Deputado Vilaverde do Estado do Rio Grande do Sul, aqui representando a Assembléia Legislativa, e ao lado do nosso Senador Paulo Paim. Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico a todos o recebimento do aviso nº 246/08 GM referente ao Requerimento de informação nº 1341/07 de autoria desta Comissão solicitando informações sobre a fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinado ao tratamento de pacientes da psiquiatria, prestados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA.

A secretaria da Comissão estará encaminhando ainda hoje, cópia do referido documento ao gabinete dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras desta Comissão. Gostaria de comunicar também que fica retirado o Item 9 da pauta, sendo o PLS 165/06 a pedido do relator para reexame. Vamos iniciar a avaliação, votações do Item 1. Decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado nº. 619/07, que consolida a Legislação sanitária federal. O autor é o Senador Tião Viana, e o relator é o Senador Augusto Botelho. O parecer é pela aprovação do projeto com 16 emendas. Gostaria de fazer aqui uma observação. A matéria constou da pauta no dia 27 de maio de... De março de 2008, lido o relatório foi concedido vista ao Senador Flávio Arns pelo prazo regimental de 5 dias e em 4 de abril foi apresentado novo relatório, com minuta de parecer pela aprovação do projeto com 16 emendas que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho para proferir o seu relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): SRª. Presidente, pela ordem.

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Naquela ocasião eu não havia pedido vistas do projeto. Nós aprovamos, eu estava inclusive presidindo a reunião da CAS naquele dia, houve uma solicitação do relator para a retirada de pauta para reexame. E isso foi feito, tanto que o próprio relator está apresentando as emendas. Então, só para correção, sei que não vai influir no resultado e nada, em termos de discussões, não foi pedido vistas, e sim atendermos um Requerimento, uma solicitação do relator de retirada de pauta para reexame, uma discussão maior, reuniões com órgãos próprios, o que foi feito no decorrer desse prazo. Obrigado.

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, Senador, isso são detalhes que a gente só para esclarecer. Vou passar a palavra ao Senador Augusto Botelho. Na realidade, foi concedido vistas antes da retirada de pauta para reexame. Consta... Bem, então... Isso é detalhe e foi bom porque o projeto com certeza foi melhor analisado, mais debatido e ao Senador Augusto Botelho, concedo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós sentamos a uma Mesa, eu e o Senador Flávio Arns a assessoria dele e a nossa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, vários órgãos da saúde sentaram-se à Mesa e rediscutiram as dúvidas que haviam. E se chegou à conclusão; nós apresentamos 16 emendas. Essa consolidação na realidade ela pega toda a Legislação de saúde e transforma numa só. Agrupa num só... Numa só lei. Nós não fizemos nenhuma lei nova, nós não modificamos nada das leis, apenas algumas leis que já estavam vencidas que vão ser excluídas dessa Legislação atual. Leis que tinham prazo. “Isso pode ser aplicado até seis meses, aplicado”... E assim vai. Isso foi o que aconteceu. E aqui, essa consolidação é para facilitar justamente o controle da Legislação de saúde. Nós sabemos agora que nós temos os órgãos de controle social, os conselhos estaduais, municipais de saúde, que se Deus quiser passaremos a ter conselhos de bairro de saúde num passo mais na frente que já sonhado pelo SUS, aí nós teremos mais facilidade para poder fazer o controle social.

Nós sabemos que o controle social é feito pelas pessoas mais simples e elas têm que estar mais fácil de entender o assunto. Bom, no nosso relatório nós mantemos... São nove livros, compilamos em nove livros a Legislação Sanitária do Brasil, e fizemos 16 emendas. Os livros, vou só citar os livros rapidamente para não... Eu já fiz isso em outra Sessão. O livro 1 é do Sistema Único de Saúde; o livro 2 é da Saúde Suplementar; o livro 3 é da Vigilância Sanitária; o livro 4 é do Sangue, Componentes e Derivados; o livro 5 é do Controle de

Agravos e Doenças; o livro 6 trata da Atenção à Saúde; o livro 7 é das Datas, dos Eventos e dos Símbolos relacionados à Saúde; o livro 8 das Infrações à Legislação Sanitária Federal; o livro 9 para Disposições Finais e se encerra dessa forma. Nós temos 16 emendas aqui citadas, e foi boa essa discussão porque gerou outras necessidades da ANVISA e da... E nós temos... E da ANS. Nós vamos ter que elaborar novas leis para poder adaptar a nossa Legislação.

Então, minha querida Presidente, nós temos na emenda nº. 02, por exemplo, do Sistema Único de Saúde, a disposição preliminar, nós temos um subsistema de atenção à saúde indígena também. Que interessa muito ao meu Estado, onde 10% da população são índios. E 50% praticamente da superfície são áreas de utilização exclusiva dos indígenas. Nós também temos... Incluímos algumas expressões inclusive na emenda 7, a expressão “atuais” e no enunciado do art. 2º, do § 2º do art. 111 ficando o dispositivo com a seguinte redação: “As pessoas jurídicas que comercializam produtos de que tratam o inciso I, § 1º do artigo oferecer obrigatoriamente plano referência de que trata esse artigo a todos os seus atuais e futuros consumidores”. São coisas que a necessidade da evolução do amadurecimento das leis precisava. O meu Relatório é esse, nós aprovamos o Relatório com 16 emendas. E gostaria que a Srª. Presidente colocasse o Relatório em discussão para poder gente votá-lo.

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Exª me permita que eu de fato estava equivocado. Tinha pedido vistas e quero corrigir do meu posicionamento anterior. Então, de fato que V.Exª... Eu não estava correto. Só quero parabenizar o Senador Augusto Botelho por ter acolhido a oportunidade de se fazer um debate maior sobre esta consolidação da Legislação como ele colocou muito bem, o Ministério da Saúde, a ANVISA, a Agência Nacional de Saúde Suplementar, os órgãos foram chamados, leram, releram, esclareceram principalmente por que a consolidação, apesar de não inovar, como foi dito, o momento da consolidação faz todos nós refletirmos sobre as lacunas que existem também como foi apontado pelo Senador Augusto Botelho, que além de observar as lacunas, o trabalho de consolidação é um trabalho que também às vezes gera algumas dúvidas, por que às vezes existem duas, três leis sobre o mesmo assunto. E nada pode ficar de fora. Porque senão haveria até uma dificuldade legal na sequência caso a gente deixasse algum aspecto faltando no novo corpo legal.

Então, nesse sentido foi uma discussão interessante, a assessoria do Senado, a consultoria fez um trabalho muito bom, acompanhou esse processo também bem de perto, junto com o relator, e este tempo que foi proporcionado acho que faz com que, com mais segurança, se possa aprovar esse novo texto legal que consolida uma ampla Legislação existente a respeito desse assunto. Obrigado.

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É claro que eu não tive uma participação ativa na elaboração dessa consolidação das leis referentes à saúde, mas como duas pessoas, dois Senadores importantes aqui, o Senador Arns e o Senador Augusto Botelho, que é médico, hoje eu acredito que tem uma importância vital ao Senador Augusto Botelho, que é o Dia Mundial da Saúde. Eu acho que calha Presidente e a senhora tem a honra de presidir essa Sessão como médica, a importância dessa consolidação por que as leis fragmentadas trazem dificuldades àqueles que realmente militam nessa área. Não só médicos, mas também instituições de convênio e tudo isso que ficam confusos na hora das decisões, inclusive da ANVISA, que podem conflitar com outros artigos de outras leis. Então eu não posso deixar de homenagear Senador Arns e o Senador Augusto Botelho e todos aqueles que participaram, e sugeriria a V.Exª se aprovada em Plenário, que a gráficas pudesse imprimi-lo, e distribuir às instituições médicas para que eles tenham conhecimento do que o Senado faz em favor de uma boa Legislação que possa atender principalmente o consumidor do sistema SUS. Eu deixo aqui meu abraço aos dois, e acho que isto servirá de homenagem ao dia internacional da saúde. Então, ficam aqui as minhas referências de homenagens elogiosas aos três, Presidente, Senador Arns e Senador Augusto Botelho, por pertencerem a esta área tão importante. A área social, o Paim, o Arns sempre tiveram papel importantíssimo, e V.Exª, como médica, e o Augusto Botelho. Acho que pra mim é um orgulho estar nesse momento da votação desse projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, me permita só dizer que o Senador Tuma também é um dos nossos baluartes aí nessa caminhada. Meu parecer é favorável também. Minha opinião.

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Na mesma linha do Senador Tuma, Senador Arns, Senador médico Augusto Botelho, também que consolidou de uma forma definitiva agora essa Legislação Sanitária

Federal. Parabéns, é um trabalho extenso, trabalho feito com toda atenção, mas um trabalho que muito orgulha essa Comissão. Parabéns Senador Augusto Botelho, Senador Arns, Senador Paim, Senador Romeu Tuma que tão bem colocou que o senhor também contribui muito... Essa é uma matéria que ela por si só, nesse dia tão importante, no dia de hoje, ela é uma matéria que é motivo de orgulho ser Senador. Ser membro dessa Comissão. Realmente fez uma consolidação agora aonde todos que vão ter muito mais fácil acesso entender as próprias leis. Essa consolidação é muito importante para a população de modo geral. Sendo assim, parabenizo a SR^a. Senadora Rosalba Ciarlini, por ser médica, e por nesse dia, no dia da Saúde, a nossa homenagem, hoje a nossa Comissão está votando uma matéria tão importante.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Gim Argello.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É proposta, se V.Ex^a concordar, aprovado o projeto vai a Plenário.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Acho que ele ainda vai a CCJ.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sendo aprovado a gráfica poderia ficar na obrigação mesmo que a gente tenha que dar uma parte da cota imprimir e distribuir para as instituições médicas, principalmente as de ensino público. Que as faculdades e universidades poderão ter hoje a consolidação desse trabalho.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já vai para Plenário.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Desculpa, vai para Plenário. O Dr. Sérgio me falou. Vai para Plenário. Ótimo, melhor ainda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós podemos pedir prioridade, Senadora? Senador Augusto Botelho, poderíamos pedir urgência.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Gostaria que o Requerimento do Senador Tuma fosse votado para urgência da...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para logo ir a Plenário e a gente conseguir uma votação mais rápida.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então se todos estiverem de acordo concordamos com o Requerimento do Senador Tuma que nós poderíamos inclusive subscrever pedindo a urgência lá no Senado e também, eu acho que caberia à nossa Comissão onde está a Subcomissão de Saúde, de fazermos uma solicitação à Casa, ao Presidente da Casa para que--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A senhora poderia usar da Tribuna hoje. A senhora poderia da Tribuna falar em nome dos membros da Casa, da importância desse projeto.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente. E temos... E solicitar que seja impresso para que possamos distribuir. Vamos colocar em votação. Primeiro vamos votar. Em votação o parecer. Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Requerimento de urgência. E o Requerimento de urgência também. Em... Aprovado. Aprovado o relatório, aprovado o Requerimento.

Eu gostaria aqui, Senador Valadares, um minutinho, antes de lhe passar a palavra dizer realmente que o nosso Senador Augusto Botelho, a quem eu quero parabenizar, por que eu sei que esse trabalho não foi fácil ao Senador, nós que conhecemos toda essa Legislação Sanitária, sei como estava confusa, antiga, precisando atualizar, hoje é outra realidade, então eu entendo como o senhor deve... Mas só poderia ser o senhor. Dedicado, capaz, que nos traz nesse Dia da Saúde para que a nossa Comissão possa aprovar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, eu agradeço a atenção de V.Ex^a e também gostaria de dividir o mérito da... Do trabalho com a nossa consultoria do Senado, nossa secretaria do Senado, os representantes da ANS, da ANVISA, que todos tiveram interesse em participar. Porque a saúde não tem partido. A saúde é o partido de todos os membros dessa Casa. E nós temos que continuar lutando, vamos dar esse passo e vamos torcer para dar o próximo passo que é a regulamentação da emenda que foi defendida pelo nosso ilustre Senador Antônio Carlos Valadares que relatou a emenda 29 que garantiu os recursos para a saúde. Esses recursos estão dando para fazer a saúde com muita dificuldade. Nós precisamos aumentá-los para não ficar mais enfrentando epidemias, dificuldades, para diminuir as filas nos postos de saúde e nos hospitais. Se a gente aportar esse recurso, mesmo de uma forma gradativa como estamos propondo, nós temos certeza que a saúde vai melhorar ainda mais.

O SUS é uma bandeira que todo brasileiro tem que defender. Eu defendo por que sou médico, a senhora também é médica, ele também, que eu achava que era médico, como ele é um lutador pelo SUS também, todos aqui. Paim, Tuma, Senador Paim, Senador Flávio e a SR^a. Senadora, que é médica também. E o Senador Gim Argel que está se revelando um grande batalhador da saúde...

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Valadares, passo já a palavra. Gostaria até de comunicar que há poucos ins-

tantes participando da Sessão solene em homenagem pelo dia mundial da saúde, em homenagem à organização mundial de saúde, não somente eu, mas todos que... E o próprio Presidente se colocou, cobramos a emenda 29. A emenda 29 por que tivesse urgência fosse colocada, a emenda... O projeto do Senador Tião Viana, que foi relatado pelo Senador Valadares, está pronto. Inclusive pedimos ao Presidente e quero aqui pedir a todos que, em nome de suas bancadas, de seus partidos, vamos também fazer esse partido maior da saúde e solicitar ao Presidente. Porque o Presidente nos colocou que não colocaria hoje por que tem um outro projeto lá da Câmara que estava havendo entendimento com o Ministro e nós sabemos que o melhor projeto é o do Senador Tião Viana. Então, vamos solicitar, insistir, persistir, jamais desistir e o dia ideal seria hoje. Como nós já estamos aqui dando esse passo na área da saúde com a consolidação da... Um projeto de consolidação da Legislação Sanitária, ficaria perfeito se a emenda 29 também nós... Senão hoje, mas pelo menos a certeza do dia que ela seria apresentada. Seria votada, apresentada já foi. Com a palavra Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidenta, nós sabemos que o Item 2 já tem preferência, proposta da autoria do Senador Paulo Paim. Mas eu gostaria de ponderar V.Ex^a, uma outra proposta que poderia ser prioritária na votação da Sessão de hoje é o Requerimento que propõe a convocação do Ministro da Saúde, do Secretário da saúde do Prefeito do Rio de Janeiro, do Secretário estadual do Rio de Janeiro para falarem, discorrerem numa Audiência Pública sobre a dengue. A crise provocada pela dengue. Para que essa matéria não fique desatualizada, seria de bom alvitre que nós votássemos logo hoje, evitando assim que, demorando quando essas autoridades aqui chegassem a crise já estivesse completamente debelada. É a ponderação que eu quero fazer e por último dizer que gostei muito do pronunciamento de V.Ex^a no Plenário do Senado, logo depois de sua saída eu falei e disse lá no meu discurso que uma pesquisa recentemente feita demonstrou que proporcionalmente os recursos da saúde permanecem praticamente os mesmos durante os últimos 15 anos. Quer dizer, não houve um aumento. Houve um aumento vegetativo, quer dizer, numérico, mas proporcionalmente os recursos são os mesmos. De 15 anos atrás. Ora, é mais do que razoável que no dia mundial da saúde nós aprovemos a proposta do Senador Tião Viana que regulamenta a famosa emenda 29 que eu tive o privilégio de relatar no Senado Federal. A oito anos atrás.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, não sei se... Mas al-

guém tem noção qual era a população há 15 anos atrás?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pois é, então a população aumentou...

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que praticamente duplicou.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pode tirar... A senhora fala 15 anos atrás. Quer dizer, hoje temos 180, éramos uns 120 milhões mais ou menos.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Promover saúde com o mesmo dinheiro é difícil...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mais ou menos isso. 100 a 120 milhões.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de colocar em votação primeiro se os senhores concordam que o Requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares que é o Item 13, coincidentemente o 13, sobre a dengue, possa ser votado antes do Item 02. De acordo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): SR^a. Presidente, se me permitir, o Item 02 é um projeto também que não é terminativo, é acordo. Eu estou com um probleminha. Nós temos lá na CPI dos Cartões hoje a ex-Ministra Matilde vai ser ouvida. E eu tenho que ir lá. Estão me chamando para lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Paim, não dá para resumir?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que os dois. Acho que votar o do Senador Valadares é simbólico. Só vota e pronto. Em seguida se o Senador Flavio Arns puder resumir, aí eu posso ir lá.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em seguida será o Item 2. Em votação o Requerimento que solicita uma Audiência Pública de autoria do Senador Valadares para tratar das questões relacionadas à dengue e convida representantes do Município do Rio de Janeiro, do Ministério Público, da saúde, Secretário do Rio de Janeiro. Aprovado. Eu gostaria de informar que essa audiência ela será realizada na próxima quarta-feira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Do Rio de Janeiro está aí? Porque é o principal.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Do Rio de Janeiro. Do Município do Estado, são todas as instâncias do Governo Federal. Vamos passar agora ao Item 2, não terminativo. Item 2, decisão não terminativa. Projeto de Lei do Senado 365/07. Altera o inciso XIV e XV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 para incluir

doenças cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria e reforma. E para reduzir para 60 anos o limite de idade para gozo da isenção parcial do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aposentadoria e isenção transferência para reserva remunerada ou reforma. O autor é o Senador Paulo Paim.

Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 105/07, que altera o inciso XIV do art. 6º, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. De autoria do Senador Álvaro Dias.

E tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado 147/07 que altera o inciso XIV do art. 6º para incluir a narcolépsia entre os agravos à saúde cujos portadores é concedida a isenção Imposto de Renda aposentadoria reforma. Autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei nº. 292 concede isenção e idealização de Imposto de Renda pessoas portadores de doenças auto-imunes reumatológicas crônicas, do Senador João Vicente Claudino, em conjunto com o projeto nº. 300 que para atender aos portadores de hipertensão grave entre as doenças que dão direito aos benefícios que tratam. O autor é o Senador Paulo Paim.

Todos em conjunto. Agora com a palavra o Senador Flávio Arns, para relatar a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Obrigado, SRª. Presidente. De fato são vários Projetos de Lei que estão apensados como V.Exª já fez a gentileza de ler, e o Senador Leomar Quintanilha, na verdade, é o relator dessa matéria. E eu estou sendo designado como relator *ad hoc*. E o Senador Leomar Quintanilha faz um conjunto de observações em seu relatório muito interessantes a respeito dos objetivos desses vários projetos. Cuja intenção básica é relacionar as doenças e os agravos à saúde cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma. E ele coloca, sim, o Senador Leomar Quintanilha, faz observações em relação à fibrose cística, por exemplo, cuja inclusão está sendo proposta pelo PLS 365 e a medida visa apenas adequar um dispositivo legal vigente aos preceitos técnicos legislativos atuais, que a fibrose cística de fato precisa ter uma atenção bastante especial, ele faz observações em relação as outras doenças mencionadas na leitura de V.Exª, por que pode ir desde um grau leve até um grau gravíssimo, de acordo com as palavras que ele usa, faz observações em relação a hipertensão arterial, a dificuldade de se incluir isto en-

tre o público beneficiado com a isenção do Imposto de Renda, por que inclusive pessoa já em idade bastante precoce hoje em dia, já tem a hipertensão arterial e é um assunto que na verdade pode ser resolvido, seja através de medicamentos ou através de mudanças de hábitos de vida, ele faz uma comparação interessante entre os trabalhadores do regime geral da Previdência e os trabalhadores dos serviços públicos e os militares, porque dependendo da situação só os servidores públicos seriam beneficiados, e isso poderia causar alguma dificuldade. Faz várias observações em relação à importância de renúncia fiscal, aspecto que tem que ser considerado nessas situações, e em função de todo esse apanhado, de toda essa reflexão que o Senador Leomar Quintanilha apresenta, ele sugere, apresenta um voto da seguinte maneira. Pelo exposto, o voto é pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado número 105, 147, 292 e 365/07, e pela aprovação no mérito do Projeto de Lei do Senado nº. 300/04, na forma de um substitutivo.

Então, ele apresenta no relatório o Projeto de Lei do Senado nº. 300 substitutivo de 2004, em que então ele coloca assim as observações, os proventos de aposentadoria, reforma motivado por acidente ou serviço, e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasias maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, fibrose cística, estado avançado da doença de Paget, osteíte deformante, contaminação por radiação, síndrome da imune deficiência adquirida com base em conclusão da medicina especializada mesmo que a doença tenha sido contraída depois de aposentadoria ou reforma. Inciso XV do art. 6º da Lei 7.713, passa também a vigorar com a seguinte redação.

Os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para reserva remunerada, ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, Distrito Federal dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de Direito Público interno por entidade de Previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 60 anos de idade. Quer dizer, a diminuição da faixa etária por que inclusive partindo do pressuposto colocado no Relatório pelo Senador Leomar Quintanilha, que a partir de uma certa idade os problemas de saúde se acentuam também. E a gente sabe que os gastos com saúde para a pessoa idosa são gastos bem mais significativos dentro do orçamento familiar. E independentemente da idade ressalvado o exposto nos incisos XIV e XXI, os rendimentos percebidos por pensionista inválido, provenientes de aposentadoria

ou reforma por invalidez pagos por aquelas fontes sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, até o valor de 1.313,69 em 2007, 1.372,81 em 2008, 1.434,59 em 2009, 1499,15 em 2010. Fica artigo segundo fica revogado o § 2º, art. 30 da Lei 9250 de 26 de dezembro de 95, art. 3º Poder Executivo. Com vistas ao cumprimento dos art. 5º, inciso II e XIV da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, estimará um montante da renúncia fiscal, que é importante, decorrente do disposto nessa lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º, art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o Projeto de Lei orçamentária cuja apresentação se dará 30 dias depois da publicação desta lei. Bem como fará constar das propostas orçamentários subsequentes os valores relativos a aludida renúncia.

O art. 4º, esta lei entra em vigor na data de publicação com § Único, o benefício de que trata esta lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º. Então, o Senador Leomar Quintanilha tomou várias precauções, é um relatório cuidadoso, metucioso, com uma preocupação em relação à renúncia fiscal, com relação à idade dos contribuintes, e por isso que ele optou em fazer, em aprovar o projeto, rejeitar alguns, aprovar outro, no mérito, mas apresentando substitutivo para dar vazão a toda a argumentação que ele utilizou no seu relatório. Este é o parecer que eu apresento como relator *ad hoc*, SRª. Presidente.

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria--

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em seguida Senador Gim Argello.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, eu já fui autor de projetos que foram aprovados depois de uma análise da Receita Federal que concordou com algumas doenças que realmente são impagáveis o seu tratamento. Eu por exemplo tenho uso contínuo de medicamentos, Senador, não há salário mínimo que dê cobertura. Graças a Deus; Deus me deu oportunidade de poder pagar meus medicamentos. Ainda esta semana recebi de um rapaz aposentado dos Correios, um pedido que eu encaminhei ao Ministério da Saúde, por orientação do assessor parlamentar, um medicamento novo para câncer de pulmão que custa cinco mil reais a caixa. E a família não tem. Pode comprar uma caixa e não poderá mais manter por que vai

ser de uso contínuo. Então, são coisas que a Receita, eu fui Secretário da Receita e eu sei que tem que ter uma análise cautelosa vendo o ponto social também. Porque é claro que a Receita tem a obrigação de cada dia aumentar mais a arrecadação por que o Estado aumenta suas despesas. Então, é uma cautela muito grande na análise dessas doenças. Eu não tenho conhecimento profundo por que tem nomes técnicos aqui, e eu não sei do que se trata algumas doenças. Tanto é que eu falei para o nosso querido Arns que vou levar para o meu filho me explicar alguns dados dessas doenças que são citadas. Porque são nomes clínicos, técnicos que só os médicos, e na receita, eles terão algum assessor que vai explicar e fazer análise da despesa que tem. Os aposentados, realmente, hoje, não têm condição com o salário mínimo de pagar os medicamentos contínuos, Senador. O senhor sabe melhor do que eu, que não adianta, a idade, diz o meu filho que é médico, diz assim: "Pai, ninguém"... porque a gente diz: "Tá doendo aqui, tá doendo ali" falou: "É o sinal de que senhor está vivo. Se não tiver mais dor depois dos 60 anos devia estar no cemitério". Ele diz assim que a gente não envelhece só por fora. Por fora dá um jeitinho, puxa aqui, arruma ali, mas por dentro não tem jeito. Ou toma remédio ou tem que operar. E quando pede a substituição do órgão é por que está no fim da picada.

Então acho que é importantíssimo esse projeto, tem que ser analisado, mas tem que ter o aval da Receita porque senão a dificuldade é muito grande para o Governo aceitar. Talvez fosse importante que... Não sei se o Leomar não está presente, se ele conversou com a Receita na elaboração do relatório. Então, aqui estou sendo informado que vai à CAE e a CAE vai discutir com a receita a busca da aprovação correta para que não aja veto no final e a gente fique angustiado com o veto. A senhora é médica deve... Só estou dizendo isso porque... É como diz assim: "ninguém envelhece só por fora".

SRª. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, isso tudo que o senhor está colocando é uma realidade muito dura no país. Agora não, mas até pouco tempo, não somente como médica, mas depois na Prefeitura, a gente sente, meu Deus do céu, existe situações de sofrimento imenso. Eu conheço um caso de glaucoma, a pessoa já tinha o pai e um filho cegado, o terceiro já estava a caminho por que na realidade não tinham condição para o medicamento que eles precisavam. Isso é doloroso. É muito doloroso. Mas eu quero passar a palavra ao Senador Gim Argello.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um dado, eu freqüento muito o INCOR, desde antes de

eu ter o infarto e ser dependente do... Eu já era do Conselho. Às vezes é constrangedor o senhor ver um enorme movimento de pessoas que vão buscar os medicamentos. Às vezes alguém lá pede dez, doze reais para comprar um comprimido, porque não tem no dia. E eu sei que ele vai usar aquele dia e depois não tem para o dia seguinte. Por exemplo, de pressão e outras coisas. Se ele ficar sujeito a pagar o Imposto de Renda ele está fuzilado. Não tem como sobreviver. Senador, desculpa.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Senador Tuma, não tem que pedir desculpa não, sempre que o senhor fala é um aprendizado. Eu fico aqui examinando, porque essa visão sua e da Senadora Rosalba é muito interessante por que a concessão de benefício tributário deve levar em conta não só o aspecto da renúncia fiscal, mas também os aspectos da área social. É isso que está sendo colocado aqui muito bem colocado. Parabenizar o nosso relator *ad hoc* que tem essa sensibilidade também, do Senador Flávio Arns, da mesma forma como o Senador Leomar Quintanilha. Porque esse é um outro projeto muito importante que a nossa Comissão está aprovando hoje.

Esse é um projeto que realmente dentro do aspecto social e do aspecto de saúde da nossa população porque tem índices e dados impressionantes da quantidade de pessoas que vão ser atingidas a nível de hipertensão, para se ter uma idéia, quando se passa da faixa etária de 30 anos, 20% da população tem hipertensão. Quando passa da faixa etária de 60 anos, esse índice cresce para 50%, Senador Augusto Botelho. O senhor como médico sabe perfeitamente desses índices. Agora, tem outros casos que realmente a população precisa salvaguarda que esse projeto está se colocando. Então, eu vejo com muita tranquilidade que esse benefício levar em conta sim, o aspecto social. E por isso que essa nossa Comissão, a Comissão de Assuntos Sociais, temos que olhar ser voltados para isso. E quando chegar na CAE agora, vamos discutir mais profundamente como é colocado... tão bem colocado pelo Senador Romeu Tuma. Mas é um projeto que com tranquilidade devemos todos ter sua aprovação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Essas doenças já fazem parte da isenção do imposto.

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação o projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por unanimidade com louvor, né Senador?

SR^a. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado por una-

nimidade e com louvor, como assim colocou o Senador Romeu Tuma.

Vai ser encaminhado agora à Comissão de Assuntos Econômicos e nós acompanharemos inclusive, vou ter a oportunidade de na CAE, sou membro também daquela Comissão, o senhor também, Gim Argello, de estarmos vigilantes e acompanhando pela sua aprovação também na CAE.

O Item 12. Requerimento. Autora é a Senadora Patrícia Saboya. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde a fim de avaliar os 10 anos de aplicação da Lei nº. 9656 de 1998 o novo rol de procedimentos e eventos em saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Com a presença de convidados a serem designados oportunamente. Estou... O Requerimento é da Senadora Patrícia, estou subscrevendo também esse Requerimento. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item 11. Requerimento do Senador Paulo Paim. Requeiro... Requerimento do Senador Paulo Paim, subscrito pelo Senador Flávio Arns. Requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a discutir o mercado informal participação no salário da formação da renda nacional e nova estrutura sindical. Para tanto gostaríamos que fosse convidado o Ministro extraordinário de assuntos estratégicos, Roberto Mangabeira Hunger, dentre outros a serem identificados na própria Comissão. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Senhores e senhoras Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, os projetos ficam adiados para a próxima reunião, está encerrada essa reunião.

Sessão Encerrada às 12h29

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e cinquenta e nove minutos, do dia dezesseis de abril de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, LEOMAR QUINTANILHA e ROMEU TUMA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica a ausência o Senador Augusto Botelho. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência comunica que fica retirado de pauta o item 07, PLC 120, de 2007, a pedido da relatora Senadora Lúcia Vânia, para reexame. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 699, DE 2007** “Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais”. **Autor:** Senador Renato Casagrande. **Relator “ad hoc”:** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** **Aprovado o parecer favorável ao Projeto com uma emenda apresentada. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação** **ITEM 09 – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008 – CAS** “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, sobre o tema “doenças negligenciadas” com a presença do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e de representantes da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e da DNDi (Drugs for Neglected Diseases initiative)”. **Autores:** Senador Inácio Arruda e Senadora Patrícia Saboya. **Resultado:** **Aprovado.** Os itens 03, 04, 05, 06, 07 e 08 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Jayme Campos e Flávio Arns. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2008, ÀS 12 HORAS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todas e a todos, Sr^{as} e Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A pedido da Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), Relatora do PLC 120/2007, eu retiro a matéria da Pauta para reexame.

Nós passamos ao Item nº 01, primeiro item da pauta. Na verdade, o Relator é o Senador Marcelo Crivella, mas como o Senador Marcelo Crivella não pôde, por motivo de força maior, comparecer a esta Comissão, eu pediria ao Senador Jayme Campos para fazer o Relatório *ad hoc*. O Item nº 01 é não terminativo; altera o art. 26 da Lei nº 11.457 de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais. O autor é o Senador Renato Casagrande e o Relator, o Senador Marcelo Crivella, que peço a gentileza do Senador Jayme Campos, para que possa proferir o Relatório *ad hoc*.

SR. SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente Senadora Patrícia, nossa grande líder incontestada da mulher brasileira nesta Casa, Srs. Senadores. É com muita honra que eu, em nome do Senador Marcelo Crivella, fui nomeado pela Sra. Presidente o Relator *ad hoc*. Eu gostaria, Sra. Presidente, de ir na fase da análise, até porque o relatório já está aqui há alguns dias nesta Comissão e eu acho que todos os Senadores já tiveram conhecimento da matéria. Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 100, do inciso I e IV do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições pertinentes à Previdência Social e outros correlatos, como é o caso do PLS nº 699/2007, que coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar, do processo legislativo, art. 61, *caput* da Constituição Federal, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria, nos arts. 24, inciso I, 48, *caput*, inciso I, da Constituição Federal. A proposição não cria benefício e nem gera renúncia fiscal, mostrando-se adequada em termos orçamentários e financeiros. O mérito do PLS nº 699/2007 é indiscutível. Antes da unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária era defensável a proibição de compensação de créditos e débitos previdenciários com outros tributos federais. Com a criação da Se-

cretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Lei nº 11.457/2007, contudo, era de se esperar que as restituições, então existentes, fossem eliminadas. Vale destacar que o art. 114 da Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, oriundo da chamada MP do Bem, alterou o art. 7º do Decreto nº 2.287 de 23 de julho de 1986, para determinar ao Fisco Federal que, antes de proceder à restituição ou ressarcimento de tributos, verifique se o contribuinte é devedor à Fazenda Nacional e, existindo débito, compense o valor da restituição ou ressarcimento, total ou parcialmente, com o valor do débito. Especificamente no que se refere a débito das contribuições sociais – previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do § único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991 – ou das contribuições instituídas, a título de substituição em relação à dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social. O dispositivo prevê o mesmo procedimento, ou seja, a autoridade fiscal deve compensar, de ofício, os créditos de tributos federais com débitos previdenciários, antes de qualquer ressarcimento ou restituição. Ato conjunto das antigas SRF, consubstanciadas na Instrução Normativa Conjunta nº 629 de 10 de março de 2006, dispõem, especificamente, sobre o procedimento a ser adotado para compensação. Nota-se, portanto, que as compensações de créditos de tributos federais ou débitos de contribuições administrativas, ou seja, administrados pela extinta CRP, já eram realizadas independente de requerimentos do contribuinte. O que se busca com o presente PLS é, justamente, tornar possível também o caminho inverso, qual seja, a compensação de créditos previdenciários com tributos federais. Além disso, injustificável que o procedimento deva ser feito apenas de ofício, razão pela qual entendemos um avanço a autorização para essas compensações também se dêem com base em declaração do contribuinte, nos moldes do art. 74 da Lei nº 9.430 de 1996. A mudança legislativa, proposta a diminuir a burocracia, torna o sistema mais lógico, justo e isonômico, além de não trazer qualquer prejuízo às contas públicas ou à organização da seguridade social. Apenas para tornar mais claro o objetivo da futura norma, propomos emenda da redação alterada, a Emenda do PLS, de maneira a indicar que seja permitida a compensação, não apenas de débitos previdenciários com créditos de outros tributos federais, mas também dos créditos previdenciários com os débitos de outros tributos federais.

Voto. Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 699/2007, com a seguinte Emenda... Ou dá-se a seguinte redação à Emenda do Projeto de Lei do Senado 699/2007: altera o art. 26 da Lei nº 11.457 de 16 de março de 2007 para permitir, mediante declaração do contribuinte, a compensação

de créditos e débitos de contribuições previdenciárias com os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. Este é o voto e o Relatório da análise, Sra. Presidente Senadora Patrícia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senador Jayme Campos. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 699/2007, com uma Emenda que apresenta. Os Srs. Senadores e Srs. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora nós temos o Item nº 09, que é um Requerimento de autoria do Senador Inácio Arruda, está subscrito por mim. “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, sobre o tema doenças negligenciadas, com a presença do Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e de representantes da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, da FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz e da DNDI, que é... Senador Flávio Arns pode me ajudar? É *Drugs*...

SR. SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É *Drugs for Neglected Diseases Initiative*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Flávio Arns.

SR. SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quer dizer Iniciativa para Doenças Negligenciadas... Drogas para Iniciativas de Doenças Negligenciadas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Flávio Arns. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir...

SR. SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, Sra. Presidente—

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Pois não, Senador Flávio Arns.

SR. SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, acho a iniciativa importante, porque essa questão de medicamentos ou abordagem de doenças é sempre necessária. Eu faria uma observação, porque inclusive existem Projetos de Lei que não se relacionam diretamente com esse Requerimento, mas muitas doenças identificadas, com tratamentos existentes, com drogas aprovadas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e, portanto, não são tratamentos experimentais ou coisa assim, uma droga que esteja sendo experimentada, e que essas pessoas continuem não sendo atendidas pelo Ministério da Saúde. Imagine-se o drama de uma pessoa dessas,

de uma família, dizendo que é portador de uma doença, o remédio existe, o remédio é autorizado no Brasil e o remédio, pelo preço, é inacessível. E o Ministério da Saúde já faz seis anos, seis anos, neste Governo, não atualizou nenhuma vez a lista de medicamentos, nenhuma vez. Então, quer dizer, essa lista, inclusive, existem Projetos de Lei em tramitação, um dos quais de minha autoria, depois de se discutir com todos os setores envolvidos com doenças, para que isso fosse visto. Quer dizer, que houvesse uma atualização anual, que não houvesse doenças descobertas, quer dizer, sem a cobertura de medicamentos. Então é um drama. Pessoas que têm... não me lembro o nome da síndrome... mas, por exemplo, uma pessoa que não sua, que às vezes não sua, e que por não suar, acaba afetando os rins da pessoa. E a pessoa tem que fazer diálise, ter uma vida precária, não trabalha e tem o remédio à disposição! Quer dizer, a gente pensa: é o fim da picada! E o Ministério, simplesmente, não atualiza a lista de medicamentos. E não por questão financeira, porque nós fizemos uma Audiência com a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, e o Ministério da Saúde, que estava presente, disse: “não, não é por questão de medicamento, é aquele medo que a pessoa acha que a indústria farmacêutica esteja se beneficiando ou coisa semelhante”... “Não, porque isso é uma guerra econômica e não sei o que mais”. E os pacientes se vêem obrigados a ir para a justiça para que seu direito à saúde seja assegurado. Então, esse é um debate importante. E este debate aqui sobre doenças negligenciadas também é um debate importante. Doenças que afetam milhares de pessoas, mas que não dispõem de tratamentos eficazes ou adequados. São doenças tropicais, infecciosas, que afetam principalmente pessoas pobres: doença do sono, leishmaniose, malária, Doença de Chagas, que geram um impacto devastador sobre a humanidade. Quer dizer, a gente até tem que pensar que, não são, muitas vezes, doenças negligenciadas, mas são políticas públicas negligenciadas, que ocasionam o surgimento dessas doenças. A exemplo de todas essas moléstias, o Brasil convive – está aqui na justificativa – com o recrudescimento de outra doença avassaladora, a dengue, que já causou o óbito de 68 pessoas, apenas no Estado do Rio de Janeiro. Quer dizer, a dengue... A gente sempre diz, a dengue, o combate ao mosquito da dengue é uma situação. Agora, a pessoa morrer de dengue, é a falta absoluta. Negligência absoluta. Então, doença negligenciada e políticas públicas absolutamente, completamente negligenciadas! Quer dizer, essa epidemia é um exemplo das consequências que podem advir de uma doença negligenciada. É de uma política pública – na minha

opinião, pelo menos – uma política pública negligenciada. Mas, eu acho que o debate é muito importante. E isso aí vai, vai lançar luzes, também, sobre cuidados básicos, preventivos na Saúde, que são importantes, quer dizer, não só curar a doença, mas prevenir os problemas, promover a saúde e, quando necessário, atender o problema propriamente dito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senador Flávio Arns. Eu quero aqui apenas concordar com V.Ex^a e, enfim, da importância de que essa Comissão possa, mais uma vez, não só essa Comissão, mas que essa Comissão possa estar envolvida num tema que é tão importante, tão caro para tantas pessoas que certamente têm, não contam ainda com o braço, com a mão do Estado para acudir um dos piores momentos. Eu mesma vim, agora, do meu Estado, do Ceará, de Fortaleza, em que uma epidemia de dengue, infelizmente, também tem tomado conta da população. É dramático imaginar que, em pleno 2008, nós tenhamos que conviver com doenças dessa natureza. É claro que estamos todos lá no Ceará fazendo um apelo à população, para que esteja aberta a receber os agentes de saúde. É preciso esclarecer a população de que essa vigilância é essencial para evitar o foco da doença; mas, ao mesmo tempo, é inadmissível, realmente, que a gente ainda tenha de conviver com esse tipo de doença; e o que é mais grave e fatal, com a morte, principalmente a que afeta as crianças, porque assim é a doença, infelizmente, no Rio de Janeiro e em todos os Estados. Como é o segmento mais frágil e mais vulnerável, realmente, e talvez o mais desassistido da população, é o segmento que acaba sendo mais prejudicado e perdendo, inclusive, vidas de muitas crianças, em função da irresponsabilidade, da negligência, da falta do cuidado. E o que é mais grave, da forma como se trata a saúde, hoje, no nosso país, que é, apesar da tentativa de tantos de humanizarmos a saúde no nosso país, o que, infelizmente, o que a gente tem percebido – e eu vejo isso caminhando, andando pela minha cidade, em Fortaleza – é a humilhação cada vez maior, de homens e mulheres em busca de um atendimento, de um médico que lhes receba num momento, talvez, mais delicado da vida de um ser humano, Senador Flávio Arns, que é justamente, Senador João Durval, na hora da doença. Não interessa se somos ricos ou pobres. A doença por si só já é algo que nos maltrata tanto, que é algo tão cruel, porque nós somos, muitas vezes impotentes para resolver. E mesmo aqueles que têm hospital particular, que têm médico ou, enfim, o necessário para salvar naquela hora da dor, mesmo assim sofrem. Imagino as pessoas mais pobres, mais simples desse nosso País, que se humilham em filas

em postos de saúde, descaracterizando, por exemplo, o Saúde da Família, que era a beleza do Programa de ir até a casa da família, ir até a casa do cidadão, fazer essa relação, interagir com a família, que hoje começa também a ser modificado na sua atuação. Hoje, muitas vezes, em algumas cidades, o médico da Saúde da Família, que deveria estar na casa, agora tem como centro de referência, e as famílias é que vão visitar e com isso você acaba criando uma superpopulação dentro dos postos de saúde, dos pequenos hospitais e virando um verdadeiro caos a saúde no nosso país. Tem razão a minha cidade de dizer que, hoje, o maior problema, o que mais preocupa, acima inclusive da questão da violência, é o problema da saúde nas grandes capitais brasileiras.

Eu quero, então, parabenizar V.Ex^a, colocar em votação esse Requerimento que acaba de ser lido. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o Requerimento. Os Srs. e Sr^{as} Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado também esse Requerimento.

Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras, não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente Sessão. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 12h18

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e quarenta e dois minutos, do dia vinte e três de abril de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, RAIMUNDO COLOMBO e ROMEU TUMA**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica a ausência o Senador Eduardo Azeredo. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 358-

SESES-TCU referente à cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 009.240/2007-5, sobre auditoria operacional na FUNASA: Avaliação da adequação da estrutura e dos meios da entidade perante seus objetivos institucionais; ineficácia dos controles internos nas áreas de administração de pessoal e de formalização de convênios; gastos excessivos na área administrativa em detrimento da atividade-fim; utilização do instituto denominando sobrestamento quando da não-aprovação das prestações de contas parciais de convênios, visando possibilitar o repasse de recursos; determinações e recomendações juntadas às contas. O referido documento ficará à disposição dos Senhores membros pelos próximos 15 dias na Secretaria da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya registra a presença do Deputado Federal Gonzaga Patriota. Registra também a presença do Sr. Walter Nilton Celestino – Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal de Goiás; Sra. Eliomar Fleury e Ferreira – Docente e Coordenadora do Curso de Musicoterapia da Universidade Federal de Goiás; Sra. Fernanda Ortins da Silva – Presidente da Sociedade Goiana de Musicoterapia e Representante da União Brasileira das Associações de Musicoterapia; vinte e nove graduandos do curso de Graduação em musicoterapia da Universidade Federal de Goiás; Sra. Moema Craveiro de Campos – Musicoterapeuta e Docente do Curso de Especialização em Musicoterapia do Instituto Vida Una da Fundação da Secretaria de Saúde do GDF – Brasília; Sra. Lara Teixeira Karst – Musicoterapeuta da Associação de Combate ao Câncer em Goiás; Sra. Rita de Cássia Dutra Nascimento – Representante da Associação Baiana de Musicoterapia; Sra. Sandra Rocha Nascimento – Musicoterapeuta da Associação Pestalozzi de Goiânia e a Sra. Rita Ludovico – Musicoterapeuta do Centro de Reabilitação e Readaptação. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 10 – REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008 – CAS** “Requeremos, nos termos do art. 93, inc. I e II, do RISF, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com as Comissões de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com convidados a serem oportunamente definidos, visando discutir as propostas de mudanças na legislação processual penal e estatutária da criança e do adolescente no que tange à regulação do “Depoimento Sem Dano” (DSD), ou seja, à incorporação de novos procedimentos de inquirição de testemunhas e de produção antecipada de prova em processos judiciais que versem sobre crimes sexuais e outros tipificados, quando a vítima ou a testemunha for criança ou adolescente”. **Autoras:** Senadoras Patrícia Saboya e Lúcia Vânia. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 11 – REQUERIMENTO Nº 17, DE 2008 – CAS

“Requeiro, nos termos regimentais, que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) seja convidada a participar da realização da audiência pública “visando esclarecimentos sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro”, aprovada nesta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por meio do Requerimento nº 12, de 2008, durante a 6ª reunião extraordinária, da 2ª sessão legislativa ordinária, da 53ª legislatura, realizada em 09 de abril de 2008”. **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2005

“Que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta”. **Autor:** Deputado Gonzaga Patriota. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.**

ITEM 02 – AVISO Nº 50, DE 2002

“Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 649/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa de Saúde da Família – PSF, com o objetivo de verificar se há evidências de alteração nos vínculos de co-responsabilidade entre os profissionais de saúde junto ao SUS e aos usuários do Programa de Saúde da Família (TC – 012.653/2001-8)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador Leomar Quintanilha. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria por parte dos Senhores Senadores e pelo encaminhamento do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado o Parecer.**

ITEM 03 – REQUERIMENTO (SF) Nº 539, DE 2003

“Requer, nos termos do § 1º do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a Decisão nº 649, de 2002, do Plenário do Tribunal de Contas da União, bem como os elementos do relatório e voto que a fundamentam, sejam Solicitadas ao Ministro da Saúde, informações sobre providências tomadas por aquela pasta para dar cumprimento às recomendações da Decisão nº 955, de 1999, do TCU, que determinou a promoção de estudos para acompanhar e avaliar a implementação dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família”. **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Relator:** Senador Leomar Quintanilha. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria por parte dos Senhores Senadores e pelo encaminhamento do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado o Parecer.**

EXTRA PAUTA – ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 18, DE 2008 – CAS

“Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requer no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais incluir, o Se-

nhor Luiz Roberto de Souza Cury, Secretário Nacional de Juventude, em aditamento ao Requerimento nº 09 de 2008, aprovado na reunião do dia 26/03/2008, para avaliar as políticas públicas para a juventude voltadas à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho”. **Autora:** Senadora Patrícia Saboya. **Resultado: Aprovado.** Os itens 04, 05, 06, 07, 08 e 09 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Rosalba Ciarlini, Antônio Carlos Valadares, Lúcia Vânia, Leomar Quintanilha, José Nery, Augusto Botelho e Papaléo Paes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS**8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS E 41 MINUTOS.****SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE):**

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar os Srs. Senadores aqui presentes. Dar as boas-vindas a todos que fazem parte, que vieram aqui dar o seu apoio(F) ao Projeto de Musicoterapia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Comunico o recebimento do aviso nº. 358 do TCU, referente à cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº. 009.240/2007/5, sobre auditoria operacional da FUNASA, avaliação da adequação da estrutura e dos meios da entidade perante seus objetivos institucionais, ineficácia dos controles internos nas áreas de administração de pessoal e de formalização de convênios, gastos excessivos na área administrativa, em detrimento da atividade-fim, utilização do instituto denominado sobrestamento, quando da não aprovação das prestações de contas parciais de convênios, visando possibilitar o repasse de recursos; determinações e recomendações juntadas às contas.

O referido documento ficará à disposição dos senhores membros pelos próximos 15 dias na Secretaria da Comissão. Repetindo, é o recebimento do aviso 358 do TCU, referente à cópia do acórdão proferido nos autos do processo 009.240/2007, sobre auditoria operacional na FUNASA.

Gostaria também de registrar a presença do Deputado Gonzaga Patriota, do PSB de Pernambuco, autor do PLC 25/2005. Gostaria de registrar... Nós estamos esperando a nossa Relatora, Senadora Lúcia Vânia, que já está a caminho aqui da Comissão, e eu gostaria de registrar as pessoas aqui presentes, Sr. Valter Nilton Celestino da Silva, Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal de Goiás, representando o Reitor; Eliamar Fleury e Ferreira, docente e coordenadora do Curso de Musicoterapia da Universidade Federal de Goiás. Registrar a presença da nossa vice-Presidente, Senadora Rosalba e Relatora também hoje; Fernando Silva, Presidente da Sociedade Goiana de Musicoterapia; Fernanda Silva, representante da União Brasileira das Associações de Musicoterapia. Registrar a presença de 29 alunos graduados do Curso de Musicoterapia da Universidade Federal de Goiás... Desejar as boas-vindas mais uma vez; Moema Craveiro de Campos, musicoterapeuta e docente do Curso de Especialização em Musicoterapia do Instituto Vida Uma, da Fundação da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Lara Teixeira Karst, musicoterapeuta da Associação de Combate ao Câncer em Goiás; Rita de Cássia, representante da Associação Baiana de Musicoterapia; Sandra Rocha do Nascimento, musicoterapeuta, Associação Pestalozzi de Goiânia; Ana Rita, musicoterapeuta do Centro de Reabilitação e Readaptação... São as presenças e, ao longo dessa nossa audiência, dessa nossa Reunião da Comissão, nós iremos anunciar aqueles que estão aqui presentes.

Enquanto nós aguardamos a chegada da Senadora Lúcia Vânia, para fazer aqui... Dar o seu parecer, eu passo ao Item 10 da Pauta, que é um requerimento meu, de minha autoria, e da Senadora Lúcia Vânia. “Requeremos, nos termos do art. 93, incisos I e II, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Assuntos Sociais com as Comissões de Direitos Humanos e Participação Legislativa e de Constituição, Justiça e Cidadania, com convidados a serem oportunamente definidos, visando discutir as propostas de mudanças na Legislação processual, penal e estatutária da criança e do adolescente, no que tange à regulação do depoimento sem dano, ou seja, à incorporação de novos procedimentos de inquirição de testemunhas e de produção antecipada de prova em processos judiciais que versem sobre crimes sexuais e outros tipificados, quando a vítima ou a testemunha for a criança

ou o adolescente”. Em discussão a matéria. Eu tomo a iniciativa só de esclarecer aos Srs. e Sras. Senadoras, de que esse é um Projeto que tem a Senadora Lúcia Vânia como Relatora. E, na verdade, ela já tem o seu parecer pronto. Mas há um pedido de que essa discussão possa ser ampliada na Comissão e que nós possamos ter uma audiência conjunta com essas três Comissões, Assuntos Sociais, Direitos Humanos e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Durante, principalmente, a época da CPMI, da exploração sexual de crianças e adolescentes, e nós acabamos de chegar agora, não é, Senadora Rosalba? Da CPI da Pedofilia, presidida pelo Senador Magno Malta, em que ele conseguiu, e os membros da Comissão de Inquérito uma... Algo muito importante, que foi o Google entregar a quebra do seu sigilo telemático, o que vai permitir, a partir de agora, a busca por aqueles autores de crimes como a pedofilia e também de usuários do Orkut. Isso vai facilitar muito também o trabalho da Polícia Federal, vai facilitar o trabalho da CPI, e eu digo isso com muita responsabilidade, com muita tranquilidade, porque também presidi, em 2003, uma CPMI Mista, que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no nosso país e que trouxe à tona crimes certamente revoltantes contra as nossas crianças e as nossas adolescentes. Um crime que, durante muito tempo, foi acobertado pelo silêncio, pelas tabus e pelo preconceito, e conseguimos trazer, e considero esse, talvez, o maior mérito daquela CPI que presidimos, não só uma nova Legislação, que certamente vai ajudar e colaborar para que esses criminosos estejam presos, mas também trouxe a possibilidade de que a sociedade brasileira possa tomar parte dessa discussão e que seja um parceiro essencial na busca e no combate permanente a esse tipo de crime que acontece no nosso Brasil, no nosso país, mas que acontece também no mundo inteiro; um fenômeno que, talvez, seja uma das piores formas de se violar os Direitos Humanos de crianças e adolescentes vulneráveis, inocentes, frágeis e que acabam sendo seduzidos por essas redes de exploradores, que tratam as nossas crianças e os nossos filhos como se fossem mercadorias.

E, tendo em vista esse trabalho, e eu acabava de dizer, na CPI da Pedofilia, nós percorremos 22 Estados brasileiros, Senador Paulo Paim, e recebemos mais de 800 denúncias. Naquela ocasião, no relatório final da CPI, a Deputada Maria do Rosário, que foi a Relatora, sugeriu o indiciamento de mais de 200 pessoas e, durante mais de um ano, ao terminar a CPI, nós fizemos uma Comissão que iria acompanhar os resultados dessa CPI. E, infelizmente, os resultados em relação a esses indiciamentos são absurdos por-

que, em mais de 200 casos, menos de cinco foram resolvidos pela Polícia Federal.

Então, nós esperamos que agora, com a CPI da Pedofilia, a sociedade se envolva cada vez mais, tome parte disso, não só se indignando, mas também denunciando, através do número 100, os maus-tratos e denúncias de crimes de maus-tratos contra crianças e adolescentes no nosso país. Se todos nós, cidadãos brasileiros, fizermos a nossa parte, ao denunciar, não precisa se identificar, um crime que esteja acontecendo, às vezes, quem sabe, num vizinho nosso, na escola, um professor, que acompanhe e que saiba que a criança está sendo vítima de maus-tratos. E, quando nós temos a coragem de denunciar, Senador José Nery, nós conseguimos salvar a vida de muitas crianças.

Então, a nossa conscientização, a nossa participação é fundamental para que esse crime, que acontece no nosso país, que tira a vida, a alma e o coração e a perspectiva de futuro de tantas crianças, possa, de uma vez por todas, ter um fim e que aqueles que cometem esse tipo de crime ou aqueles que se usufruem, por exemplo, de cenas absurdas como a que nós vimos na internet, de crianças recém-nascidas sendo violentadas e estupradas, que isso possa definitivamente acabar, que esses criminosos estejam presos, que essas pessoas definitivamente não voltem mais a circular, como acontece hoje no nosso país, denunciados por crianças que conseguiram se abrir, mas que, até hoje, estão livres, soltos, andando pelas mesmas ruas, pelas mesmas cidades em que cometeram crimes, autoridades que deveriam estar acima de qualquer suspeita e de sustentar a proteção dos direitos da criança, e que cometem esses crimes, são políticos, são líderes religiosos, são pessoas ligadas ao Judiciário, pessoas importantes, poderosas, que têm prestígio e que continuam soltas, cometendo esse tipo de crime, que revolta a qualquer cidadão, principalmente a qualquer mãe ou qualquer pai que tenha um filho e que sabe que isso, talvez, seja uma das torturas mais violentas que se cometem contra as vidas das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

Portanto, a Senadora Lúcia Vânia me pediu para assinar com ela esse Requerimento para que aqui a gente possa estudar a viabilidade de que essas crianças possam prestar os seus depoimentos sem que necessariamente sejam revitimizadas(F), como, infelizmente, acontece hoje na justiça brasileira. Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Patrícia Saboya, me permitam, Senadores e Senadoras, que primeiro eu cumprimente V.Exa., nem vou falar de toda sua trajetória, sua história de vida bonita em defesa das nossas crianças, adolescentes, contra todo

o tipo de violência contra eles. Quero cumprimentá-la pelo pronunciamento de ontem ainda, lá na tribuna do Plenário do Senado. V.Exa. foi muito feliz e V.Exa. pediu uma reflexão. V.Exa. usou termos como esse: “Que sociedade é essa, que comete violências?” E V.Exa. listou, inclusive, o caso do menino do Rio de Janeiro, o caso da menina aqui de Goiás, e o caso mais recente, que está na imprensa todos os dias, da menina Isabela.

E V.Exa., nesse momento, apresenta mais um requerimento, junto com a Senadora Lúcia Vânia, e que, para mim, é uma alegria dupla, primeiro porque vem de ambas as Senadoras, pela qual, Senadora Rosalba também, pode ter certeza, que eu tenho um carinho e muito respeito e, segundo, porque é uma experiência adotada pela capital Porto Alegre, aonde lá foi adotado esse procedimento, idealizado pelo Juiz José Antônio Dalto e Cezar, que deu resultados excelentes e V.Exa. quer que essa experiência seja debatida aqui no Senado da República e, dentro do possível, que se estabeleça em todo o país. V.Exa. mostra, mais uma vez, o seu compromisso. E eu fico muito feliz, que V.Exa. também sabe que eu acompanhei, pelo menos, em parte. Ambas me convidaram, tanto V.Exa. quanto a Deputada Maria do Rosário, pela qual eu tenho um carinho enorme também, para que eu acompanhasse a CPI. Consegui, pelo menos, algumas audiências aqui, inclusive, em Sessões fechadas, onde eu vi ambas chorando, eu repito isso, e chorar não é feio, viu? Eu quero dizer isso para a senhora, com muito carinho, porque eu acho que chorar é a explosão do coração, é o sentimento, é aquilo que vem de outro. E alguém já me disse, quando a gente conseguir discursar com o coração na boca é o melhor discurso de todos. E V.Exa. faz isso, discursa com o coração.

E só quero me somar totalmente aqui ao requerimento de V.Exa., da Senadora Lúcia Vânia e com essa experiência positiva, adotada lá na capital do Rio Grande. Parabéns a V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Paulo Paim, V.Exa. que tem dado uma contribuição extraordinária. Na época da CPI, V.Exa. participou, sim, de momentos muito importantes, talvez, dos momentos mais delicados que nós vivemos, dos momentos de maior emoção, nos momentos que nós, eu, Deputada Maria do Rosário e tantos os outros membros da CPI, nos sentimos fragilizados, impotentes para continuar nessa luta, nessa trajetória, nessa missão, que é de todos os homens e mulheres de bem desse país. E V.Exa. esteve presente nesses momentos mais delicados.

Então, nós só temos a lhe agradecer pela presença, pelo entusiasmo como defende essas causas,

e eu tenho certeza que uma audiência conjunta com V.Exa., que preside a Comissão de Direitos Humanos, com a Comissão de Constituição e Justiça, com esta Comissão, vai, certamente, produzir um grande resultado; a experiência do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, é uma experiência que tem dado certo e que precisa ser levada para todo o Brasil. Porque, infelizmente, essas crianças que são, na verdade, vítimas, com um tipo de depoimento que elas precisam prestar, elas acabam sendo cada vez mais revitimizadas(F). Muitas crianças precisam, Senador Botelho, às vezes prestar o depoimento, cinco, seis vezes e ainda recebem uma pressão muito forte, às vezes, daquele que abusou da criança, que cometeu o crime ou, então, da própria sociedade, que ficam crianças marcadas, marcadas na escola, marcadas na sua comunidade, no seu bairro e na sua cidade.

Então, é preciso ter todo o cuidado de proteger essas crianças, para que elas não estejam expostas, como eu vi depoimentos, durante a CPI, por exemplo, de pessoas, de autoridades, de políticos, que pressionaram de tal forma as vítimas, crianças de 11, 12 anos de idade, que acabaram mudando o seu depoimento em função dessa perseguição que era feita. E esse... Essa idéia, essa proposta, definitivamente acaba com essa tortura que, além do crime que foi cometido contra a criança, a tortura de essa criança ter que expor e contar a sua história, às vezes, quatro, cinco, seis, sete vezes a pessoas completamente desconhecidas.

Então, passo a palavra à Senadora Rosalba, já chegou a nossa querida Relatora, Senadora Lúcia Vânia, estamos todos aguardando o relatório de V.Exa.--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com muito entusiasmo. Não estou antecipando o resultado não, mas estamos todos muito entusiasmados. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Patrícia, eu não vou aqui, mais uma vez, repetir porque eu acho que a senhora já colocou com muita propriedade a nossa indignação. As suas palavras... É a indignação dos homens e mulheres de boa vontade deste país que, na realidade, sabem que esse crime é um crime hediondo contra a criança. E a discussão, através dessa audiência, para que possamos conhecer melhor a experiência de Porto Alegre, Senador Paulo Paim, porque eu sempre digo que o que é bom, a gente tem que copiar. Não é feio copiar o que é bom.

Eu lembro que, muitas vezes, quando Prefeita, eu sempre digo, porque foi uma vivência muito importan-

te, três vezes Prefeita da minha cidade, e muita coisa eu copieei; eu andava, eu ficava auscultando aonde é que é que tinha um Projeto bom, um programa bom, ia lá, copiava, e dizia na cidade: "Não fui eu que inventei não, foi de tal cidade". Porque é bom, tem que ser copiado. Quando é para criança, aí a gente não tem dúvida, porque, realmente, Senadora, eu... Quando estava lá na Comissão agora há pouco tempo, Comissão da Pedofilia, tive a oportunidade de falar, eu falei até para o Senador Magno Malta, o Presidente, dizendo: "Olha, não é aqui a Senadora que também é mãe, que é avó e que é médica de criança". Porque a médica de criança, ela passa também a ser um confessor, de certa forma, da criança que chega com problemas e que a gente, quando vai descobrir a origem, muitas vezes, a origem está aí, na agressão, na violência, na questão do abuso, e é doloroso. Eu vi muita coisa. Senadora Patrícia lá colocava que viu coisas que nunca imaginou que iria ver na vida. Mas eu já vi coisas que realmente não queria ter visto. Aquelas criancinhas que eu, muitas vezes, eu vi dar o primeiro grito de vida, nascendo, porque era médica de berçário, depois, retornar com um trauma, muitas vezes, cometido dentro da própria família. É doloroso.

E agora que nós estamos voltando à questão de proteção da criança, o mundo evoluiu, a Internet está na nossa casa a cada instante. Então, nós não podemos deixar que seja esse o veículo que vai induzindo, porque aquele que usa... O usuário, que também passa a ser também conivente com o crime, é um... Vamos dizer assim, é um criminoso, ele também pode, de certa forma ir se contaminando e partir para crimes ainda piores contra a infância e a adolescência, através daquelas imagens. Porque a imagem também faz, muitas vezes, isso, deixar que a pessoa que já tenha, de certa forma, uma tendência, que tenha um desequilíbrio, levar a cometer crimes que são hediondos. O que nós estamos assistindo nesse Brasil, com a menina Isabela, com tantos e tantos outros, com tantos que aqui nós não podemos dizer o nome porque nem sabemos, que não tem a divulgação, mas que todo dia, nesse Brasil, acontecem crimes e mais crimes contra a infância; por bala, são dois por dia. Isso é estatística altíssima. Mas e outros que estão morrendo, sendo violentados, sendo agredidos e que nós não tomamos nem conhecimento, são os anônimos.

Então, eu acho que é muito pertinente essa discussão; conhecemos as experiências estão dando certo e eu sei que esse caminho é longo, mas alguns passos já foram dados, com muita competência, através da CPI que a senhora presidiu, Senadora Patrícia, através da CPI da Pedofilia, que está aí, e acho que esse sentimento não pode, de forma nenhuma, deixar

de estar presente nessa Casa. Se nós queremos um Brasil melhor, temos que proteger nossas crianças.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senadora Rosalba. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Requerimento de minha autoria e da Senadora Lúcia Vânia.

Eu passo só ao Item 11, que também é de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, aqui presente, ex-Presidente desta Comissão: “Requeiro, nos termos regimentais, que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social seja convidada a participar da realização da audiência pública, visando esclarecimento sobre ações e métodos de combate à epidemia de dengue no Município do Rio de Janeiro, aprovada nessa Comissão de Assuntos Sociais por meio do Requerimento nº. 02/2008, durante a 6ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 09 de abril de 2008. Em discussão a matéria. Para discutir, o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que não há necessidade nem de discutir porque é mais do que evidente o objetivo desse Requerimento. O que eu gostaria de saber de V.Exa. é quando vai ser realizada esta audiência pública, de vez que a situação da dengue está se agravando cada vez mais, inclusive, no meu Estado, Estado do Sergipe. Então, seria uma boa oportunidade para que nós encontrássemos uma solução definitiva, permanente, para a resolução desse grave problema, que é a crise da dengue.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Senador, eu quero parabenizar a V.Exa. por essa iniciativa, acabo de consultar a Gisele. Ela está tentando já essa audiência, para que a gente possa fazer, até o final desse mês ou ainda princípio do mês de maio, tendo em vista que nós temos também mais três outros Requerimentos, que tratam não só da questão da dengue, mas também da questão do PAC da Saúde, esses Requerimentos foram votados aqui e nós esperamos que o Ministro possa vir, em uma audiência, porque seria muito difícil que ele viesse em três ou quatro audiências, que nós pudéssemos juntar esses Requerimentos e trazer o Ministro de uma só vez para que, evidentemente com o Requerimento de V.Exa., também convidando a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social, para que a gente possa, o mais rápido possível, providenciar essa audiência, vai depender, evidentemente, da agenda também do Ministro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só gostaria de lembrar a V.Exa. que em outro Requerimento nós pedimos a presença aqui do representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, também da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e do Ministro e, agora, esse novo Requerimento, seriam, então, em princípio, quatro convidados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Quatro convidados.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V.Exa. Daria, realmente, para o Ministro, quer dizer, vir atender aos outros Requerimentos que aqui foram feitos, inclusive esse da dengue.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Valadares. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora ao Item 01 da Pauta, que é uma decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº. 25/2005, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de musicoterapeuta. O Autor é o Deputado Gonzaga Patriota, que eu gostaria de convidar para a Mesa, nos prestigiar aqui nesse encontro, e a Relatora é a Senadora Lúcia Vânia, que a partir de agora, dará o seu parecer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, senhora vice-Presidente, Sr. Autor do Projeto Deputado Gonzaga Patriota, que nos honra com sua presença aqui nessa Comissão. Em primeiro lugar, Sra. Presidente, eu gostaria de justificar o meu atraso, mas eu estava com o Dr. Dirceu, da Vigilância Sanitária e o Deputado Severiano, para que a gente... Severino, para que a gente pudesse acertar aquele acordo em relação ao Projeto da ANVISA e quero passar a V.Exa. que o acordo está se dando, acredito que, na próxima Sessão, nós já poderemos colocar em votação.

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o autor do Projeto, nosso querido colega, Gonzaga Patriota, que se encontra presente, prestigiando essa Sessão, e dizer ao Deputado Gonzaga Patriota que é com orgulho que nós, goianos, e grande parte da plateia que está aqui são goianos, que vieram prestigiar esse momento e vieram cumprimentá-lo pela autoria do projeto. O Estado de Goiás é o Estado que detém o curso, em nível superior, acho que é o único Estado que ainda, neste momento, patrocina esse curso na Universidade Federal.

Portanto, trata-se, sem dúvida, de matéria relevante para os integrantes da referida profissão, merecendo cuidar dos exames dos seus contornos jurídicos, legislativos e dos desmembramentos para a comuni-

dade em geral. O Legislador, tendo em vista as peculiaridades de algumas profissões e as exigências da coletividade, atendendo, portanto, ao interesse social, sentiu a necessidade de regulamentá-las, levando em conta o tipo de atividade, o desgaste que ela produz, e os riscos existentes no seu exercício para, desse modo lhes, conferir um tratamento especial.

A proposição é justificada por seu autor, tomando por base a opinião de alguns especialistas, que ressaltam os predicados da musicoterapia, desde a primeira infância até a terceira idade, para melhoria da qualidade de vida. Diz ele: “Que as vivências musicais proporcionadas pela musicoterapia estimulam a criatividade e a autoconfiança, auxiliando-a a mobilizar o potencial de saúde do cliente. Tocando, cantando, improvisando, acompanhando e ouvindo a música, a pessoa partilha a sua experiência em Sessões individuais e de grupos”.

A análise do Projeto. A musicoterapia é a utilização da música e de seus elementos constituintes, ritmo, melodia e harmonia, por um musicoterapeuta qualificado, com um cliente ou grupo, ou em um processo destinado a facilitar e promover comunicação, relacionamento, aprendizado, mobilização, expressão, organização e outros objetivos terapêuticos relevantes, a fim de atender as necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais e cognitivas.

A musicoterapia busca desenvolver potenciais, restaurar as funções do indivíduo, para que ele ou ela alcance uma melhor qualidade de vida, através de prevenção, reabilitação ou tratamento. “Quem canta seus males espanta” é um dito popular que se fundamenta na experiência de vida das pessoas. O inconsciente coletivo provoca essas expressões que nada mais significam que a verdade universal descrita ao longo dos tempos e que hoje já se encontra base científica.

Já no final da Segunda Guerra Mundial, músicos foram chamados para tocar em hospitais como forma de auxiliar o tratamento dos feridos. Como a experiência trouxe resultados positivos, as autoridades médicas dos Estados Unidos decidiram habilitar profissionais para utilizar criteriosamente a música como terapia. O primeiro Curso de Musicoterapia foi criado em 1944, na Universidade Estadual de Michigan. A formação desse profissional é feita em cursos de graduação em musicoterapia ou com especialização para profissionais da área de saúde, medicina ou psicologia.

Em alguns países, a musicoterapia também pode ser parte de uma formação em arteterapia, que envolve, além da música, técnicas de artes plásticas e dança. Também faz parte da formação do musicoterapeuta o conhecimento da anatomia e fisiologia humana, psicologia, filosofia e noções de expressão

artística, expressão corporal, dança, técnicas grupais e métodos de educação musical, como método *off(F)* ou método Kodály.

Não há razão, portanto, de não avançarem no campo Legislativo, reconhecendo a valorização desses profissionais. O PLC nº. 25/2005, iniciado na Câmara dos Deputados, como PL nº. 04827/2001, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, já foi aprovado na Comissão de Educação do Senado Federal, nos termos do parecer elaborado pela eminente Senadora Patrícia Saboya Gomes. O Congresso Nacional vem aprovando inúmeras leis de regulamentação de profissões, que objetivam, via de regra, criar direitos para quem as exercem, impedindo ou dificultando o seu livre exercício, com o objetivo de assegurar o respeito aos direitos do cidadão.

Convém lembrar que é desde a constituição política do Império de 1824, que aboliu as Corporações de Ofício, todas as Constituições brasileiras consagram a liberdade de profissão como regra, no tocante ao exercício da atividade profissional. A Carta de 05 de outubro de 1988 não constitui exceção. De fato, a liberdade de profissão está expressa no seu art. 5º, inciso XIII, que diz o seguinte: “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Essa liberdade pode ser entendida em três níveis, o da escolha, o da admissão e o do exercício da profissão propriamente dito. “A liberdade de escolha é um direito inviolável, enquanto que o exercício e a admissão podem ser limitados pelo Estado”, ensina-nos Pinto Ferreira.

Determinadas profissões exigem habilitações especiais para o seu exercício: advocacia, medicina, engenharia etc. Outras atividades prevêm condições materiais adequadas para o seu funcionamento. Não somente as atividades liberais estão sujeitas à vigilância do poder de polícia, mas também outras, por razões de segurança pública: hospedagem, hotéis, indústrias pirotécnicas, como por motivo de saúde, produção de produtos farmacêuticos, como, afinal, por motivos de polícia penal, vedando a prática de crimes e contravenções.

As restrições que excepcionalmente o Estado estabelece incidem sobre o direito de acesso e de exercício da profissão. Objetivam proteger a vida, a saúde, a segurança e a liberdade das pessoas, assim como possibilitarmos adequada condição de educação e de defesa de valores morais. Com efeito, deve-se ter sempre presente que a regra básica do mundo de hoje, consagrada, inclusive, na nossa Constituição, é a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão. Esse é o espírito do texto Constitucional,

ou seja, o de garantir a plena liberdade de exercício de qualquer atividade laborativa.

A restrição da qualificação profissional, estabelecida em lei, tem como contra partida o princípio de que o Estado regulamente tão somente as profissões cujo exercício esteja intimamente ligado à vida, à saúde, à educação, liberdade ou segurança das pessoas. É esse, portanto, o motivo de a lei exigir determinadas condições de capacitação para o exercício de tais atividades. Parece, *prima facie*, que se esse... Exatamente a situação do musicoterapeuta, caracterizada pela atenção à saúde, à vida e às atividades terapêuticas multidisciplinares. Talvez essa seja a razão maior de ser da musicoterapia, pois há um limite terapêutico, não alcançável pela medicina isoladamente, uma vez que como seres humanos somos sensíveis aos mais distintos estímulos e crenças.

O art. 4º da proposição não parece restringir o mercado de trabalho, até porque ele ainda parece ser incipiente ou pouco desenvolvido, e é razoável que a prática clínica da musicoterapia seja exercida por pessoas habilitadas, especializadas, uma vez que relacionadas à saúde. Um aspecto importante está contido no inciso II do art. 4º, onde se estimula o trabalho em equipes multidisciplinares, trazendo-se nova abordagem clínica aos pacientes e às pessoas em geral.

O voto. Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 25/2005, cumprimentando seu autor, Gonzaga Patriota, e dizendo a V.Exa., Deputado, que, neste momento, nós sentimos uma inveja cristã da autoria desse Projeto porque eu acho que V.Exa. foi iluminado, ao construir um Projeto que vem trazer alegria, que vai aguçar a sensibilidade do paciente, da criança, principalmente da criança portadora de necessidades especiais. Esse é um Projeto muito especial, é um Projeto que revela a sensibilidade do Legislador e especialmente a sensibilidade de V.Exa. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senadora Lúcia Vânia, pelo relatório de V.Exa., tão minucioso e, de forma tão clara, coloca a musicoterapia como algo hoje muito importante, exatamente no tratamento, em reabilitação, principalmente das crianças, que é um tema que muitos de nós aqui nos dedicamos.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Para discutir—

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Inscrever-me também se possível, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Em discussão a matéria, primeiro, a

Senadora Rosalba Ciarlini e, logo em seguida, Senador Leomar Quintanilha, Senador Paulo Paim, Senador José Nery.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone] querendo discutir essa matéria porque ela é de alta relevância, é de uma importância muito grande. Eu queria só lembrar, Senadora Patrícia, Presidente, Srs. Senadores, que recentemente nós tivemos a oportunidade de irmos ao Ministério da Educação, na companhia de vários artistas, mas também de representantes da área de musicoterapia, quando, no Projeto de Lei, que. Obrigando que as escolas... Fosse introduzido o ensino da música em todas as escolas. Isso já mostra o quanto é importante porque a música faz bem à criança desde que ela está... Mesmo quando está no ventre materno, ela já começa a fazer bem. E nós sabemos o quanto é importante para a saúde, para a recuperação, para as crianças de necessidades especiais.

Então, não vejo por que não regularizar uma atividade, uma profissão que, com certeza, vai ajudar a todos nós, vai ajudar aos brasileiros e, de uma maneira especial, na área da saúde. Então, fica aqui, desde já, o nosso apoio, o nosso incentivo e a certeza de que, com música, iremos ter muitos avanços, mais tranquilidade, mais resultados, recuperação maior das mais diversas atividades e, com a música, construir mais paz.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senadora Rosalba. Senador Leomar Quintanilha, com a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Presidente, Senadora Patrícia Saboya, eu gostaria de cumprimentar efusivamente meu querido colega de Câmara dos Deputados, eminente Deputado Gonzaga Patriota, obstinado, combativo, que vai atrás do que ele considera importante; não é por outra razão que ele está aqui acompanhando, na Comissão de Assuntos Sociais, esse belo Projeto de sua autoria. E vejo também, com muita alegria, aqui participando dessa reunião, vários profissionais e acadêmicos de musicoterapia, da Universidade Federal de Goiás. Sou goiano e fui funcionário da Universidade Federal de Goiás. Trabalhei na Reitoria da Universidade Federal de Goiás, querida colega, Lúcia Vânia, à época que o professor Colemar Natal e Silva era o Reitor daquela Universidade. E eu era datilógrafo do gabinete do Reitor. Então, vejo com muita alegria que o colega Gonzaga Patriota, mais uma vez, com os privilégios de sua inteligência, que Deus lhe concedeu, traz um Projeto de elevado interesse social para discussão nessa Comissão.

Eu cumprimento as considerações pertinentes, oportunas e inteligentes da Senadora Lúcia Vânia,

Relatora do Projeto. E gostaria só de complementar, que vou votar favoravelmente à aprovação do Projeto, com muita convicção; com muita convicção porque eu próprio experimento as provocações que a música exerce nas pessoas. As músicas provocam, nas pessoas, as mais diversas reações. Provocam emoção, a saudade, a alegria, a tristeza, estabelece momentos na vida das pessoas, estabelece ligações das pessoas com determinados lugares, exerce uma influência muito forte nas pessoas. E é importante perceber que a medicina procura utilizar desse instrumento forte para buscar restabelecimento da condição de saúde das pessoas. Eu acho que é um negócio muito inteligente, muito importante e que vai ao encontro das expectativas da sociedade, que busca conhecer um período mais longo de vida, com qualidade de vida e, seguramente, a musicoterapia contribui para isso.

Sei que em estudos, em outros animais também, têm provocado reações extremamente positivas. Por exemplo, vacas em lactação aumentam a sua produção quando, no ambiente do desaleitamento, existe música. Então, é importante o seu Projeto, meu caro Deputado Gonzaga Patriota. Eu cumprimento V.Exa. por isso e reitero aqui a minha manifestação de louvor e aprovação de votar favoravelmente à aprovação do seu Projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Quintanilha. Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De forma muito rápida, eu diria que eu tenho três motivos-chave para ser favorável ao Projeto. E vou explicar os três. Primeiro, pelo autor; Deputado Gonzaga Patriota foi meu companheiro de Parlamento, durante inúmeros anos, e sempre marcou a sua atividade em defesa do social, em defesa dos homens e mulheres desse país e do próprio meio ambiente. Segundo, o seu Projeto ser relatado numa Comissão pela Senadora Patrícia e aqui pela Senadora Lúcia Vânia, quem é que tem coragem de votar contra?

[risos].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela história de ambas, que é tão bonita quanto a sua. Então, o Projeto está fadado, eu diria já, a ser aprovado.

Em terceiro... Em quarto lugar, eu diria o seguinte, eu recebi aqui o material das pessoas que estão trabalhando, os especialistas, os alunos, os professores, e me permita que eu leia rapidamente: “Países que têm a formação em nível de graduação e pós-graduação em musicoterapia: Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Colômbia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, 67 cursos de musicoterapia, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Inglaterra, Israel,

Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega e Polônia”, só como exemplo, o material que eu recebi aqui.

E, por último, eu tenho nenhuma dúvida, como diz aqui o próprio relatório, a música encanta, ela embala, ela nos faz sonhar, ela nos faz amar, ela nos faz caminhar na linha do bem; a música, a canção só faz bem e que bom, meu nobre Deputado, que o seu Projeto pede que as canções, que as músicas olhem para as pessoas com deficiência. Está pedindo isso. E eu, agora vou fazer um apelo a V.Exa.: Nós temos um projeto aprovado por unanimidade, aqui no Senado, aprovado em todas as Comissões, lá na Câmara, que o Projeto é “Cantando as diferenças”. Não tem nada haver com o Projeto que está aqui. Mas tem haver também. Por quê? O “Cantando as diferenças” é uma filosofia de vida, que nós estamos, felizmente, vendendo a idéia, quando eu digo vendendo a idéia, é só a teoria, é um Projeto que não trabalha com verba alguma, está se expandido por todo o Brasil. E, lá na CCJ, depois de passar por todas as Comissões, o Senador Moreira Mendes, no meu entendimento, numa informação equivocada que recebeu, porque confio muito nele, ele diz que não pode aprovar o Projeto porque esse é um Projeto do Governo do Estado. Não tem a mínima procedência. O Governo do Estado apóia, o Governo do Olívio Dutra apoiou, o Governo do Rigotto apoiou e o Governo da Ieda está apoiando esse Projeto. Como já estamos caminhando o Projeto para outros Estados, já foi para a França, já foi para a Espanha...

E vou dizer agora para os meus amigos musicoterapeutas, uma vez adotado o Projeto, eu entendo que cada Prefeitura desse país vai ter que ter, no mínimo, um musicoterapeuta porque o nome do Projeto é “Cantando as diferenças”, “Cantando as diferenças”, ou seja, nós queremos que negros, índios, pessoas com deficiência, brancos, idosos, crianças, todos sejam embalados pela música, e aí entra a profissão, muito bem lembrada por V.Exa., de musicoterapeuta. Por isso que eu votarei e, se pudesse, daria nota 10 com estrelinha para esse seu Projeto, aqui embalado pelas nossas Reladoras, e pedindo a V.Exa. que explique ao meu amigo lá, Moreira Mendes, que não tem nada a ver o Projeto “Cantando as diferenças” com o Projeto de Governo de Estado; eu diria mais, é um Projeto nacional, por isso nós aprovamos por unanimidade.

E se eu pudesse aqui, quebrando o protocolo, vamos dar uma grande salva de palmas ao Projeto e a todos os profissionais que estão nessa área, ao Presidente, à nossa Presidente, ao Autor e aos Relatores.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Paulo Paim. Com a palavra, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Senhora Presidenta, eu gostaria, com breves palavras, mas de forma sincera, me congratular com o Autor dessa proposição, que é o nosso companheiro Gonzaga Patriota, do Partido Socialista Brasileiro do Estado de Pernambuco.

Todos nós acompanhamos a sua trajetória, a sua carreira política e admiramos, de fato, a gana positiva com que vem exercendo, com muita dignidade e brilhantismo, o seu mandato de Deputado Federal, e agora, pontificando nesta área de regulamentação das profissões, inclusive, a do musicoterapeuta, que não deixa de ser uma novidade, mas uma novidade construtiva em nosso país, de vez que os futuros profissionais dessa área vão lidar com um instrumento que exerce um verdadeiro fascínio no nosso país; os diversos ritmos que contribuem para a nossa alegria podem ser utilizados como iniciativa para a cura, para o exercício dessa profissão tão nobilitante.

Os ritmos, no nosso país, eles são múltiplos. No nosso Nordeste, são o forró, o baião, onde Pernambuco, Caruaru, Sergipe, Paraíba, demonstram o Brasil, quer dizer, a validade da nossa música... O Ceará também, Fortaleza. Em Goiás, a música sertaneja, enfim, ritmos que são utilizados por outros países, como a guarânia, o bolero, o samba-canção, a música axé da Bahia, enfim, são ritmos consagrados pela população e eu tenho certeza que são utilizados justamente para desenvolver a prática clínica da musicoterapia.

Então, a minha palavra, nesse instante, é de somação(F) a quantos se entusiasmam pela regulamentação de mais uma profissão, que eu considero do mais alto realce. Também parabenizar as Reladoras, a nossa Presidente Patrícia e a nossa outra Relatora aqui na Comissão, a Senadora Lúcia Vânia, porque, certamente, que emprestaram um brilho especial à concretização deste sonho de profissionais da musicoterapia.

Eu gostaria também de dizer o seguinte, de perguntar à Presidente, eu acho que é isso mesmo, saindo daqui, esse Projeto vai diretamente para o Plenário, vez que não é terminativo. Então, no Plenário, como aqui e agora, para minha alegria, votarei favorável a esse Projeto. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada também ao depoimento do Senador Antônio Carlos Valadares. Passo a palavra ao Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhora Presidenta, Senadora Patrícia Saboya, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero dizer que, no início do ano, recebi em meu gabinete uma Comissão de musicoterapeutas de Goiás, coordenada pela Sra. Lara

Teixeira, bem como estava presente a coordenadora do Curso de Musicoterapia da Universidade Federal de Goiás e pela Presidente da Sociedade Goiana de Musicoterapia, justamente para solicitar apoio ao presente Projeto de regulamentação da profissão de musicoterapeuta.

Queria me congratular com a iniciativa do Deputado Gonzaga Patriota e cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia pelo brilhante relatório aqui apresentado, à consideração dos membros da Comissão de Assuntos Sociais. Todos nós já experimentamos, com certeza, as nossas próprias reações ao ir a um consultório médico ou ir a um odontólogo, principalmente, para quem tem problemas de dificuldade de encarar um tratamento com um odontólogo, quando a gente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O Senador está falando de si próprio.

[risos].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É verdade. É verdade. Com toda a certeza. Tenho enorme dificuldade, mas, às vezes, a situação obriga a que nos submetamos a um tratamento. É absolutamente diferente a nossa reação quando, no ambiente, temos uma música para, de alguma forma, nos distrair e tornar algo mais natural no tratamento.

Então, essa iniciativa do Deputado Gonzaga Patriota, que tem o apoio e conta com a mobilização dos diversos cursos e profissionais da área de musicoterapia, sem dúvida, é uma enorme contribuição para que o tratamento de saúde, o tratamento das doenças possa ocorrer num ambiente muito mais saudável, onde a musicoterapia pode exercer um papel importante para criar as condições adequadas do próprio restabelecimento e, às vezes, não só aí, às vezes, até no momento do próprio diagnóstico da doença ou do fato em si, ter um ambiente acolhedor, onde a música, o ritmo, o som podem ajudar em reações muito favoráveis ao bem-estar de quem se submete a um tratamento médico.

Portanto, louvar aqui a iniciativa e declarar o meu voto favorável, com louvor, pela iniciativa do Deputado Gonzaga Patriota, e o apoio ao relatório da eminente Senadora Lúcia Vânia. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada também ao Senador José Nery. Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Patrícia, eu gostaria de parabenizar o Deputado Patriota e a Relatora Lúcia Vânia e a senhora também. E dizer que a musicoterapia, deixar bem claro, que ela é uma terapia de apoio às outras terapias. Ela é muito importante porque ela complementa um tratamento. Não é só a música em si. Quando a mu-

sicoterapeuta chegar perto do paciente, com certeza, elas estão sendo preparadas, terão uma conversa, um tratamento, um diálogo, um entendimento. Porque o paciente que está no leito de um hospital, que está precisando de um tratamento, qualquer pessoa que chegue e converse com ele, se essa pessoa é treinada, ainda mais quem estuda música é porque tem a sensibilidade maior do que a maioria das pessoas, uma sensibilidade diferente, uma sensibilidade espiritual em relação à música. Então, com certeza, elas serão mais um anjo da guarda ao lado dos pacientes, principalmente os pacientes que têm tratamento, e os terminais também, que precisam de mais conforto, de mais gente, de mais coisas.

Eu tenho certeza que a humanidade, o paciente brasileiro vai ser beneficiado com a regulamentação dessa profissão porque as Prefeituras terão mais possibilidade de abrir acesso ao profissional para exercer sua atividade nas unidades de saúde e onde for necessário estar presente a musicoterapia como ou complemento da terapia como as psicólogas e outros profissionais que ajudam na recuperação dos pacientes.

Tenho certeza... Só gostaria de lembrá-las que elas estão se preparando, estás daqui estão preparadas para exercer, quem está do outro lado do balcão, nosso paciente sempre é a coisa mais importante na nossa profissão. Nós regulamentamos a profissão, a exercemos, é do nosso trabalho que nós vamos tirar o nosso sustento de profissionais, mas que, principalmente usem vocês, conversando com paciente, introduzindo, ouvindo, colocando a música e conversando, ajudem as pessoas, que eu tenho certeza que a humanidade vai ganhar com a regulamentação e nós, os brasileiros, os pacientes brasileiros. Parabéns pelo Projeto e parabéns a todas as musicoterapeutas, que têm a profissão regulamentada nesse momento. Meu voto é favorável, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Augusto Botelho. Com a palavra, o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, quero parabenizar o Deputado Gonzaga Patriota, Autor do Projeto; parabenizar V.Exa. pela sua participação nesta... Neste Projeto, que está aqui, através do seu parecer também, e fundamentalmente aqui nós temos, relatando essa matéria, a Senadora Lúcia Vânia; a sensibilidade da Senadora Lúcia Vânia fez com que ela, em nenhum momento, hesitasse para que nós estivéssemos aprovando este Projeto aqui nesta Sessão da Comissão de Assuntos Sociais. Então, eu quero parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pela sua sensibilidade, pela sua

determinação e, principalmente, pela responsabilidade que teve, relatando da maneira que relatou.

E dizer, sem tecer nenhum... Sem querer acrescentar mais do que os senhores Senadores que já fizeram uso da palavra, dizer que a música realmente é fundamental; estava até comentando com a Senadora Lúcia Vânia que a minha terapia dessas viagens infernais toda a semana, indo e voltando para o Amapá, eu consegui diminuir bastante a minha neurose, que eu não tenho medo de avião, não é nada disso... “Faltam 10 minutos, faltam cinco minutos”, foi exatamente ouvindo música.

Então, eu não sei quem não precisa de música para ser ajudado. Eu não sei. Eu acho que todos nós precisamos de música, a boa música; tem realmente umas que, em vez de fazer bem, fazem mal, mas, logicamente, que os profissionais, os musicoterapeutas, a quem eu quero parabenizar pela aprovação deste Projeto, eles saberão exatamente classificar o que realmente faz bem aos nossos ouvidos, à nossa mente, à nossa alma. Então, parabéns a vocês que tiveram essa lei aprovada aqui. E, mais uma vez, ressaltar a participação da Senadora Lúcia Vânia. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Papaléo Paes. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado o Projeto. “Quem canta seus males espanta”. Parabéns a todos.

[palmas].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sra. Presidente. Pela ordem. Pedi pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pela ordem, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu sei que o momento é de muita alegria, e nós estamos compartilhando, e parabéns pela forma do encaminhamento de V.Exa., mas há um Projeto aqui, do Senador Zambiasi, Senador pelo Rio Grande do Sul, Senador Sérgio Zambiasi, já que temos *quorum*, é apenas uma correção, Sra. Presidente, de um Projeto de autoria dele, e que um setor ficou fora... Como existe hoje, antes que os Senadores saiam, se pudessem votar pelo menos essa correção para o Senador Zambiasi, que tem sido nosso parceiro em todos os momentos que a gente pede, se pudesse... Não tem *quorum*? Eu achei que tinha pela presença maciça aqui, graças aos nossos profissionais. Seria uma votação rápida. Senador Zambiasi, saiba que eu tentei, inclusive, uma inversão.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu agradeço a V.Exa., quero agra-

decer a presença de todos que vieram aqui, dizer que é uma honra muito grande, um privilégio aprovarmos esse Projeto de suma importância para o nosso país, desejando muito sucesso aos estudantes, aos profissionais, que tenham muito sucesso, que usem esse instrumento e essa ferramenta tão bela, criada no planeta, que é a música, que alegre, que traz tantos benefícios; eu mesma tive o privilégio de ter o meu terceiro parto com música, e foi diferente. Eu tenho esse testemunho também.

[risos].

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): E eu quero parabenizar, mais uma vez, a esse querido Deputado de todos nós, Gonzaga Patriota, por essa iniciativa, desejando muito sucesso a todos vocês. Parabéns.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: [cantando]: ...Fogueira de São João... Eu perguntei a Deus do céu, ai... Por que tamanha judiação? Eu perguntei a Deus do céu, ai... Por que tamanha judiação?

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Temos o próximo Item? O Item 02 da Pauta... Pediria só aos Srs. Senadores que permanecessem por mais um tempinho, nós temos mais o Item 02 da Pauta, já com o Senador Leomar Quintanilha presente, para relatá-lo. Decisão não terminativa. “Encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº. 649/2002 do TCU, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam sobre a auditoria de natureza operacional, realizada no Programa Saúde da Família, com o objetivo de verificar se há evidências de alteração nos vínculos de co-responsabilidade entre os profissionais de Saúde, junto ao SUS, e aos usuários do Programa de Saúde da Família. Autor: Presidente do Tribunal de Contas da União; Relator: Senador Leomar Quintanilha, que tem a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sra. Presidente Patrícia Saboya, eminentes colegas... Este aviso nº. 50, de autoria do Tribunal de Contas da União, faz referência a uma auditoria realizada por aquele Tribunal a um dos programas mais importantes na área social brasileira, que é o Programa Saúde da Família. Por que um dos mais importantes? Porque é o exercício da atividade inteligente da prevenção da saúde.

Então, esse programa é um programa muito importante, que tem trazido resultados extraordinários para a preservação da saúde da família. Esse programa envolve vários profissionais, sobretudo os médicos, com o Programa Médico da Família, com os agentes da saúde, que, ao visitar a família em suas residências,

procuram identificar situações de risco à saúde do cidadão brasileiro. E esse programa é muito importante, primeiro porque procura evitar que o cidadão adoeca. Só a doença já é um problema sério. O cidadão pára de produzir, pára de trabalhar e continua gastando. E se incomoda com os efeitos da doença.

Então, o Programa Saúde da Família é realmente um programa muito inteligente, que o Governo Federal, em parceria com os demais Governos Estaduais e Municipais, vem realizando no Brasil. Como é um programa relativamente novo, ele teve... Foi eivado de alguns problemas, detectados pelo Tribunal de Contas da União; problemas relacionados com, primeiro, o desconhecimento da tarefa propriamente a ser cumprida, tanto pelos médicos, como pelos agentes de saúde, a dificuldade de locomoção dos profissionais, a rotatividade dos profissionais, e isso resultou em ações, inclusive, desta Comissão ao Ministério; o Ministério desenvolveu ações e o próprio Tribunal, depois, constatou que o Ministério havia adotado as providências necessárias ao saneamento das impropriedades que havia na execução deste Projeto, deste grande programa.

Eu vou passar a registrar simplesmente a análise final da apreciação que fizemos do voto, que nos foi encaminhado pelo Tribunal de Contas da União: “A primeira auditoria do TCU data de 1999, no entanto, apenas em junho de 2001, alguma providência foi tomada. Em junho de 2002, outra auditoria do TCU renovava a determinação de que o programa precisava ser monitorado e avaliado, exatamente para que o próprio Ministério tomasse conhecimento, Sra. Presidente”, senhores Senadores, “dos efeitos, dos resultados da implementação desse programa. Com vistas a identificar meios a corrigir os problemas que comprometiam seu rendimento e objetivo. No entanto, estudos foram viabilizados muito lentamente, somente agora foram apresentados alguns indicadores e resultados pelo Ministério da Saúde.

As novas informações fornecidas pelo Ministério, no entanto, parecem corroborar os resultados encontrados na auditoria de monitoramento do TCU, realizada em agosto de 2005, segundo a qual fica evidenciada a melhoria operacional do programa e um maior empenho na Administração, para dar cumprimento as recomendações feitas pelo TCU. Ao que tudo indica, a ampliação do apoio financeiro e técnico do Ministério da Saúde e a implementação de mecanismos e acompanhamento e avaliação da ação estão contribuindo para isso. Porém, como reconhece o TCU, as dificuldades a serem vencidas constituem barreiras de difícil transposição, a curto e médio prazo, pois envol-

vem mudanças de cultura e de atos da comunidade e de trabalhadores.

Creemos, por fim, que, em relação a essa matéria, esta Comissão e esta Casa cumpriram seu dever de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, nos termos do que dispõe o inciso X do art. 49 da Constituição Federal, exaurindo os mecanismos Constitucionais e regimentais à nossa disposição.

O voto, Sra. Presidente: Em vista do exposto, somos pelo parecer de que a apreciação dessa questão no âmbito da Comissão seja encerrada, pelo conhecimento da matéria por parte dos Srs. Senadores e pelo encaminhamento do processo para o arquivamento. É esse o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senador Leomar Quintanilha. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Em votação, o parecer que conclui pelo conhecimento da matéria por parte dos Srs. Senadores e pelo encaminhamento do processado ao arquivo, o aviso nº. 50/2002. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 03, decisão não terminativa, Requerimento nº. 539/2003, requer nos termos do § 1º do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a decisão nº. 649/2002 do Plenário do Tribunal de Contas da União bem como os elementos do relatório e voto a quem fundamentam, sejam solicitadas ao Ministro da Saúde informações sobre providências tomadas por aquela pasta, para dar cumprimento às recomendações da decisão 955/1999, do TCU, que determinou a promoção de estudos para acompanhar e avaliar a implementação dos programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família. Autor: Comissão de Assuntos Sociais; Relator: Senador Leomar Quintanilha. Com a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sra. Presidente, Srs. Senadores, o Item 03 guarda uma correlação com o Item 02. Diz respeito ao mesmo programa, o Programa de Saúde da Família, e as impropriedades verificadas pelo TCU na sua implementação motivaram os Requerimentos objeto dessa discussão nesta Comissão, agora nesta manhã, exatamente Requerimentos endereçados ao Ministério da Saúde sobre os procedimentos necessários ao monitoramento, à avaliação, ao acompanhamento dos... Desse programa relevante, que é o Programa de Saúde da Família.

Então, a nossa consideração a respeito deste Item... É conveniente ressaltar que, na nota, são relatadas ações do Ministério da Saúde, no sentido de dar cumprimento às recomendações feitas pelo Tribu-

nal de Contas da União, ressalvadas as competências limitadas da pasta, na medida em que dependem das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, exatamente porque se trata de um programa compartilhado com os Estados e Municípios na sua implementação.

Ao que tudo indica, as melhorias operacionais observadas, a ampliação do apoio financeiro e técnico do Ministério da Saúde e a implantação de mecanismos de acompanhamento e avaliação da ação, estão contribuindo para isso. Como reconhece o TCU, as dificuldades a serem vencidas constituem barreiras de difícil transposição, a curto e médio prazo, pois, envolvem mudanças de cultura e de atos da comunidade de trabalhadores.

É natural que, nesse trabalho de prevenção, a orientação ministrada pelos profissionais, tanto do Ministério da Saúde, como os técnicos dos Governos Estaduais e Municipais, têm que guardar uma receptividade por parte das pessoas, das famílias visitadas. E isso há uma certa refração, uma certa resistência, que está sendo vencida à medida que o Programa vai sendo implementado.

Portanto, Sra. Presidente, somos de parecer que a apreciação dessa questão no âmbito desta Comissão seja encerrada, pelo conhecimento da matéria por parte dos Srs. Senadores, e pelo encaminhamento do processo para o arquivo. Esse é o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Quintanilha. [interrupção do áudio]. Em votação o parecer que conclui pelo conhecimento da matéria por parte dos Srs. e Sras. Senadores e pelo encaminhamento do processado ao arquivo, o requerimento nº. 539/2003. Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria apenas pedir a permissão a V.Exas. para votar o aditamento de um nome de uma pessoa a uma audiência pública, que vai tratar de avaliar as políticas públicas para a juventude. E nós colocamos entre outros, mas eu convidei também o Sr. Secretário Nacional de Juventude, Luiz Roberto de Souza Cury. E eu gostaria de colocar em votação esse aditamento, que os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Está encerrada essa Sessão. Muito obrigada a todos.

Sessão encerrada às 12h55.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e seis minutos, do dia quatro de março de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS, ADELMIR SANTANA e KÁTIA ABREU**. Justificam a ausência a Senadora Rosalba Ciarlini e o Senador João Durval. Comparece também à reunião o Senador Eduardo Suplicy. **ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008 – CASSAUDE** “Nos termos regimentais, requeiro seja convidado para fazer uma exposição nesta Subcomissão, o **Dr. HAIK NIKOGOSIAN**, Secretário Executivo da Conferência das partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde”. **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** A presente reunião destina-se a uma exposição nesta Subcomissão do **Dr. HAIK NIKOGOSIAN**, Secretário Executivo da Conferência das partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde. O Senador Papaléo Paes convida o palestrante para tomar seu lugares à Mesa. Presentes também à Mesa: **Dr. Fernando Ribeiro** – Itamaraty; **Sr. Jaime G. Rojas**, Intérprete Tradutor; e a Secretária **Marcela Pompeu de Sousa Campos Sogocio**. O Presidente registra a presença também do **Sr. Humberto Martins** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da **Sra. Tânia Cavalcanti** – Instituto Nacional do Câncer – INCA. O Dr. Haik Nikogosian faz a sua exposição e logo após responde às perguntas dos Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho. Ao final da reunião o Senador Papaléo Paes presenteia o Dr. Haik Nikogosian com livros do Senado Federal. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores (as) Flávio Arns e Augusto Botelho. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Carmargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 04 DE MARÇO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 06 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Então está aprovado.

Coloco em votação, Srs. Senadores, o Requerimento nº. 1/2008 de convite ao Sr. Haik Nikogosian, que vou ler neste momento. “Nos termos regimentais requeiro seja convidado para fazer uma exposição nessa Subcomissão o Dr. Haik Nikogosian, Secretário-Executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco da Organização Mundial de Saúde. Sala das Comissões, 4 de março de 2008, Papaléo Paes”. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. Nós vamos dar início então à nossa reunião.

A presente reunião tem por objetivo receber na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde do Senado Federal o Dr. Haik Nikogosian, Secretário-Executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco que manifestou interesse em manter contatos políticos com autoridades brasileiras do Executivo e do Legislativo para discutir temas de cooperação bilateral e ações de caráter intersetorial que favoreçam a implementação da Convenção-Quadro para controle do uso do tabaco.

Eu quero antecipadamente agradecer ao Itamaraty pela forma com que levou em consideração o Senado Federal, principalmente a Subcomissão Permanente de Saúde que agradece ao Itamaraty e agradece a presença do Dr. Haik.

Eu chamo à Mesa o nosso ilustre convidado, Dr. Haik Nikogosian. Eu também peço a presença do Dr. Fernando Ribeiro, da Srª. Secretária Marcela Sogocio e Dr. Jaime Rojas(F), que é o nosso intérprete tradutor.

Eu quero registrar também a presença do Dr. Humberto Martins, da ANVISA... Do INCA... Eu peço que os nossos Secretários e Secretárias melhorem a caligrafia, se mirem na minha caligrafia, por favor. Dr^a. Tânia Cavalcante. E a consultoria do Senado e os demais presentes aqui, Assessores dos Srs. Senadores e da Casa. Inclusive da área da imprensa. Então, eu concedo a palavra ao Dr. Nikogosian.

SR. HAIK NIKOGOSIAN: [pronunciamento em inglês]

INTÉRPRETE: Obrigado, Sr. Presidente. Prezados Deputados, Senadores, colegas. Eu estou muito grato em ter essa oportunidade de participar da reunião dessa Comissão. A reunião da minha vinda ao Brasil é uma série de três reuniões de grupos de trabalho, da Conferência das Partes da Convenção-Quadro de Controle do Uso do Tabaco que o Brasil concordou em sediar durante essa semana.

A Convenção-Quadro para Controle do Uso do Tabaco, na sua Conferência das Partes, decidiu pela criação de cinco grupos de trabalho responsáveis por cuidar de cinco temas referentes à convenção.

A primeira reunião foi sediada por outros países. E nós estamos entrando na fase final da reunião dos grupos de trabalho que vamos apresentar as conclusões dos grupos de trabalho. E o Brasil concordou em sediar três reuniões das cinco referentes a esses grupos de trabalho durante essa semana aqui em Brasília. Isso se deveu não só ao compromisso do Brasil com a Convenção-Quadro de Controle do Uso do Tabaco, mas também com a logística apropriada de reunião dos três temas que teriam algo em comum. Esses três grupos dizem respeito a três importantes questões sobre a Convenção de Controle do Uso do Tabaco. A primeira com relação ao empacotamento e rotulagem das embalagens dos produtos de tabaco. O outro grupo é sobre a regulação do conteúdo dos produtos de tabaco. E o terceiro é de grande relevância, que é na verdade a proteção dos interesses de saúde pública, dos interesses da indústria de tabaco.

O trabalho dos três grupos está em progresso, começamos ontem, e nós esperamos que ao final da semana os três grupos tenham concluído seus trabalhos. E eu gostaria de agradecer ao Governo Brasileiro e as instituições aqui representadas, a ANVISA, o INCRA, o Ministério da Saúde, a OPAS pela realização desse encontro.

Sr. Presidente, senhores colegas, eu sou o primeiro Secretário-Executivo da Conferência das Partes dessa I Convenção sobre Saúde que é a convenção-Quadro sobre a Prevenção do Uso do Tabaco. E eu gostaria de dizer que é a primeira vez que nós elevamos uma questão de saúde pública ao nível de uma

convenção internacional nesta convenção para o controle do uso do tabaco. E dependendo do êxito dessa iniciativa com relação ao tabaco, isso vai predizer se outras iniciativas não só de tabaco, mas também de saúde pública terão êxito também.

Por isso os senhores podem imaginar o nível de responsabilidade que o Secretariado Executivo da Conferência das Partes tem. Como eu disse, é a primeira vez em que é negociado um acordo internacional na área de saúde pública, a Organização Mundial de Saúde sempre teve poder de fazê-lo, mas essa é a primeira vez que de fato o faz.

Eu gostaria de ter o prazer de aqui no Senado Federal agradecer ao Brasil pela liderança que teve durante todo o processo negociador da convenção.

Foi o Embaixador Celso Amorim, atual Ministro das Relações Exteriores que presidiu pela primeira vez o órgão de negociação intergovernamental da convenção, a qual foi seguido pelo Embaixador Seixas Corrêa, e por isso o Brasil teve um papel de liderança durante todo o processo negociador da convenção.

A convenção foi adotada em 2003, e entrou em vigor em 2005. E foi reconhecido na história das Nações Unidas como a convenção das que mais cresceu, que mais rapidamente cresceu. Nós tivemos em dois ou três anos sem assinaturas, e agora nós temos um total de 152 Estados membros. E nós estamos muito gratos porque o Brasil não só presidiu o processo negociador como também foi um dos primeiros a ratificar, assinar e ratificar a convenção.

Eu gostaria de dizer oficialmente aqui no Senado Federal que o Brasil tem uma das políticas mais avançadas no mundo em termos de controle do tabaco. Vocês são um exemplo para a comunidade internacional como em condições difíceis, um País tão grande é possível ter uma legislação assim. E até agora é a legislação mais abrangente em relação ao controle de questões de saúde, em especial o controle do tabaco. Nós consideramos notável o trabalho do Parlamento Brasileiro em aprovar essa legislação. É uma contribuição de extrema relevância, não só para o Brasil, mas também para a comunidade internacional. Eu gostaria de agradecer aos Senadores presentes, ao Presidente dessa Mesa por isso.

Nessa nova fase eu gostaria de dizer que nós estamos implementando a secretaria permanente da Conferência das Partes de Controle do Tabaco e gostaria de me colocar a disposição para um trabalho ainda mais intenso de legislação sobre o controle do uso do tabaco.

Eu sei que existe uma iniciativa legislativa agora no Parlamento, e se o provimento de informações sobre a comunidade internacional a respeito dos temas

do tabaco for de relevância para o Parlamento, nós estamos dispostos a fazê-lo. Estou satisfeito que a lei que está em tramitação nessa Casa agora diz respeito a uma das questões mais importantes para o controle do uso do tabaco. Esse foi o primeiro protocolo a respeito da convenção que é sobre ambientes livres de tabaco, especialmente públicos livres de tabaco, e sou muito grato de verificar que a legislação de vocês está em conjunção com a convenção. Eu apenas posso desejá-los êxito durante esse processo.

Sr. Presidente, eu também estou muito grato pela colaboração intersetorial do Governo de vocês. Eu tenho uma reunião amanhã com a Comissão Nacional de Controle do Tabaco, e acho que essa é uma aproximação importante que é feita com todos os setores governamentais que cuidam da questão. E é um modo muito profícuo de se agregar todos os setores envolvidos na questão do uso do tabaco.

Sr. Presidente, senhores colegas, eu gostaria de dizer que não só é o primeiro tratado de saúde pública, mas também o primeiro protocolo adicional. E esse protocolo será sobre o comércio ilícito de produtos do tabaco que é uma área muito complexa, muito difícil. A primeira Sessão da reunião do órgão de negociação intergovernamental foi o mês passado, em Genebra. A segunda Sessão vai acontecer ao longo deste ano, e os Estados membros estão muito envolvidos no processo e pretendem fazê-lo até no máximo em 2010. A delegação brasileira teve uma participação muito importante na primeira Sessão, e nós desejamos que isso se mantenha nos próximos estágios da negociação.

E finalmente nós gostaríamos de dizer, Sr. Presidente, que o órgão Supremo da Convenção-Quadro é a Secretaria da Conferência das Partes e que haverá na próxima reunião da Conferência das Partes em novembro deste ano na África do Sul. Nós adotaremos cerca de 15 documentos muito importantes nessa próxima reunião. E estou muito grato em dizer que três desses documentos vão sair durante essa semana, na seqüência das reuniões que estão sendo realizadas em Brasília. Agradeço muito a atenção e o convite para participar dessa Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, doutor. Antes eu quero registrar que recebi... Ou seja, a Subcomissão de Saúde Permanente recebeu o seguinte documento do Ministério das Relações Exteriores, para deixar bem claro até para os telespectadores. Recebeu o seguinte documento do Ministério das Relações Exteriores.

“Sr. Presidente, realizar-se-á de 3 a 7 de março próximo, em Brasília, reunião simultânea dos grupos de trabalho encarregados da elaboração de diretrizes para a implementação dos artigos 5.3, que é prote-

ção das políticas governamentais contra as ações da indústria do tabaco. Regulamentação da composição e do conteúdo dos produtos do tabaco. Regulamentação da divulgação de informações sobre os produtos do tabaco. Embalagem e etiquetas dos produtos do tabaco, da Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco da Organização Mundial de Saúde. Promovida pelo secretariado da Conferência das Partes da Convenção-Quadro – é um documento que eu posso até entregar depois – Convenção-Quadro, a iniciativa em tela com o apoio do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde conta com o respaldo da Organização Pan-Americana da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, bem como da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro. Em conversas mantidas com o Embaixador da delegação do Brasil em Genebra o Dr. Haik Nikogosian, Secretário-Executivo da Conferência das Partes da Convenção-Quadro, manifestou interesse em manter contatos políticos com as principais autoridades brasileiras do Executivo e do Legislativo para discutir temas de cooperação bilateral, e ações de caráter intersetorial que favoreçam a implementação da Convenção-Quadro à margem das realizações das reuniões, uma vez que essa será sua primeira visita ao Brasil. Ao apresentar sua solicitação o Dr. Nikogosian enfatizou a importância da liderança desempenhada pelo Brasil no processo de negociações da Convenção-Quadro que demonstra o compromisso político e empenho do Governo Brasileiro para viabilizar a consolidação daquele instrumento internacional. O Dr. Nikogosian destacou que após entrada em vigor do FCTC o Brasil tem mantido um perfil destacado no processo de sua implementação assumindo o papel de facilitador e colaborador em diversos dos grupos de trabalho, encarregados de elaborar diretrizes e produzir as matrizes de instrumentos que viabilizem os dispositivos da Convenção-Quadro. Declarou ainda entender-se de suma importância o modelo de liderança exercida pelo Brasil, fundamentado na consciência acerca da importância e do compromisso e obrigações internacionais e não apenas em preocupações particulares com o tema do controle do tabaco.

Diante da solicitação apresentada muito agradecer a V.Ex^a a gentileza de verificar a possibilidade do Dr. Nikogosian ser recebido em audiência pelos membros da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde do Senado Federal, e envio embaixo o currículo”.

Então faço questão de ler o currículo do Dr. Haik Nikogosian. Nacionalidade: Armênia. Educação: 1990, Doutor em ciências, saúde pública e organização de cuidados com a saúde. 1982: PhD em ciências médi-

cas, oncologia e radiologia médicas. 1978, Medicina. Grau em medicina. Últimas atividades: 2004 a 2007, Diretor Delegado da divisão de programas de saúde, chefe de serviço para doenças e estilos de vida não comunicados, escritório regional para a Europa da Organização Mundial da Saúde, OMS. 2003 e 2004, chefe de unidade de doenças não comunicáveis e saúde mental. E consultor regional para a Europa sem tabaco. Europa sem tabaco. Escritório regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde, OMS. 2002/2003. Chefe de unidade de promoção de saúde em estilos de vida, meio ambiente e desenvolvimento, e consultor regional para a Europa sem tabaco. Escritório Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde. 2000/2002. Gerente de projeto conferência e consultor regional para a Europa sem tabaco. Escritório regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde.

Então, nós queremos agradecer, a Subcomissão agradece a iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, que fez a gestão junto a nós e o interesse do Dr. Nikogosian em estar presente aqui para nos trazer este assunto extremamente importante que está sendo discutido aqui no Brasil. O Brasil que realmente como falou, como destacou o Dr. Nikogosian, evoluiu bastante com relação ao uso do tabaco pela população, evoluímos bastante porque não é fácil para um País de terceiro mundo em que tinha, pelo menos, alguns anos atrás na indústria de tabaco uma fonte de impostos insubstituível. Então o Brasil lidava com essa questão do tabaco vendo só o que lhe rendia de imediato, que era os impostos. Ele não tinha a mentalidade de avaliar que esses impostos todos de nada valiam quando nós tínhamos as conseqüências do tabagismo lá adiante, com doenças crônicas, letais e que realmente traziam muito mais prejuízo se falando única e exclusivamente em matéria de economia. Eu tinha pelo menos uns dez ou doze anos de idade, não sei se é verdade ou não, ou se essa proposta passou ou não a ser verdadeira, mas para fazer referência, existe uma... Durante a construção de Brasília se aventou logo a possibilidade de fazer uma ligação de Brasília com o extremo norte, ou seja, com o Pará, com Belém. Essa rodovia 2.100 quilômetros de extensão, e o que nós ouvíamos na época, volto a dizer, não sei se foi uma realidade, mas que uma das maiores empresas produtoras de cigarro que utiliza o tabaco para a sua produção fez com que ela fizesse uma proposta ao Governo Brasileiro de fazer toda a pavimentação desses 2.100 quilômetros, fazer base, pavimentação, todo o trabalho técnico para ficar por dez anos sem recolher impostos ao Brasil. Então isso já mostra a dimensão do que significava.

Mas hoje o País evoluiu bastante, nós tivemos uma evolução significativa nessa questão de saúde, a responsabilidade dos dirigentes se voltaram para a realidade do nosso País, e isso faz com que hoje nós tenhamos, e agradeço ao senhor por ter reconhecido uma das legislações mais avançadas do mundo quanto à questão do consumo de tabaco, e também estamos lutando contra um grande mal para a sociedade também, que é a questão do álcool. O Governo Brasileiro começou a tomar algumas iniciativas para que nós pudéssemos começar um processo de restrição ao uso do álcool no País, que é a causa de muitos óbitos, muitas seqüelas em seres humanos, seqüelas muitas delas irreversíveis, e que realmente traz ao Brasil essa condição de um País que tem uma grande responsabilidade falando-se principalmente na questão da saúde pública.

Então, eu quero agradecer ao senhor e deixar aos nossos colegas, Senador Augusto Botelho, ao Vice-Presidente da nossa Subcomissão, Senador Flávio Arns é médico, Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns, Senador extremamente participativo nas questões sociais do nosso País, e um participante muito ativo na questão da saúde pública brasileira. Então, eu deixo à vontade os Srs. Senadores para fazerem uso da palavra.

Eu quero registrar também um dado extremamente importante aqui quanto ao currículo do Dr. Nikogosian, que antes de trabalhar na Organização Mundial de Saúde, o Dr. Nikogosian foi Ministro da Saúde da Armênia, na década de 90. Então esse é um registro extremamente importante de experiência de qualidade profissional do nosso palestrante.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom. Sr. Presidente, Dr. Haik, eu gostaria de saber já que o senhor é que estuda esse problema muito, as indústrias de tabaco estão trabalhando mais para adquirir consumidores em que setores da sociedade em termos de idade, de situação econômica no mundo todo. Aqui no Brasil nós sabemos que elas estão fazendo um trabalho muito intenso junto aos jovens. E eu queria saber também se existem... Se essas medidas que nós adotamos aqui no Brasil existe alguma que adota em algum outro lugar do mundo que nós não adotamos ainda aqui em relação ao uso do tabaco.

E também o senhor falou do comércio ilegal de tabaco. Se existe alguma estimativa pela OMS da quantidade, que volume tem esse comércio ilegal de tabaco, volume em termos de dinheiro e de quantidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, da minha parte também eu gostaria em primeiro lugar também de reforçar as boas-vindas ao Dr. Haik Nikogosian, e dizer da alegria de tê-lo no Brasil,

desejar que os eventos desta semana de fato possibilitem avanços nesta área, estar feliz assim da apreciação que o Dr. Nikogosian fez da nossa legislação e dos esforços no Brasil através do Brasil para que a Convenção-Quadro sobre controle do uso do tabaco se tornasse e continue a se tornar realidade. Eu quero dizer que na época da aprovação da Convenção-Quadro pelo Congresso Nacional, particularmente pelo Senado Federal o Senador Heráclito Fortes, que era o Senador Relator desta matéria no Senado, promoveu inúmeros debates em Estados produtores do tabaco no Brasil. Destacando-se o Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a Bahia, e foram encontros muito interessantes dos quais participavam centenas de pessoas, em áreas, assim, que parte da economia pelo menos dependia desta plantação, e o Senado foi para estas áreas com o envolvimento inclusive da TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado com uma divulgação dos debates para o Brasil inteiro. A metodologia utilizada me pareceu, assim, bastante adequada para que o Brasil, inclusive, percebesse os argumentos que eram utilizados tanto a favor como contra. Para ter o juízo, se ter o juízo crítico ao final. E no final foi então depois deste trabalho todo, o relatório do Senador Heráclito Fortes foi aprovado no Senado Federal.

Eu gostaria de fazer só duas perguntas com base na experiência do Dr. Nikogosian. A primeira pergunta se refere à substituição do tabaco, da plantação do tabaco. Porque isto foi muito levantado nas Audiências Públicas que os produtores do tabaco eles têm uma rede de apoio das indústrias do tabaco. Com preço, com... Adequado, com assistência técnica... Com um conjunto de fatores que fazem com que essas pessoas, assim, possam ter assim uma economia melhor.

Então, a pergunta, como é que isso está sendo feito no mundo em termos de experiências bem sucedidas de apoio para que estas pessoas se dediquem a outra atividade econômica e não a esta. Não sei se ficou claro. Ficou claro?

E a segunda pergunta, e que sempre me interessa bastante também, é em termos do preço do cigarro. Quanto que se cobra pelo mundo para que aquela pessoa que é queira fumar tenha que pagar pelo cigarro. Eu sempre digo quanto que nós estamos gastando em saúde no Brasil para atender os problemas decorrentes do fumo? Problema de coração, de câncer, de doença pulmonar, de alergia. Quer dizer, quanto que nós gastamos, e se o imposto arrecadado é suficiente para cobrir essas despesas. Porque senão for suficiente, o preço teria que aumentar, porque não é justo que a população de uma maneira geral pague pelos hábitos de algumas pessoas que desejam fumar. Quer dizer, se

elas vão ter problemas, que pelo menos elas paguem pelos problemas de saúde que vão ter.

Então, a relação preço... Como é que isto acontece no Brasil? Eu até sei que o pessoal do INCA está aqui, e essas informações eles poderiam depois dar uma maneira adequada. A mesma coisa o álcool. O álcool é um pouco diferente. Mas eu compartilho da preocupação do nosso Presidente, nós devemos também nos debruçar sobre a questão do álcool, que é um problema dos mais sérios para a saúde pública no Brasil, envolvendo jovens, adultos e com uma propaganda desenfreada nos nossos meios de comunicação. Associando alegria, prazer, sucesso, relacionamento bom ao uso do álcool.

Então, nós devemos realmente nos debruçar sobre isto, porque é um problema muito sério em nosso País.

Então, são as duas perguntas que eu gostaria de fazer. Não sei se ficaram claras as duas perguntas, mas ao mesmo tempo dizer da satisfação novamente de ter o Dr. Haik Nikogosian em nosso País, pelo que pude depreender é a primeira visita ao Brasil, mas que seja a primeira de uma série de visitas ao nosso País. E mandar também o nosso abraço ao povo da Armênia, que também... E que a gente possa estreitar as relações ainda mais entre os países e regiões. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Senador Flávio Arns, e antes de passar a palavra ao Dr. Nikogosian, eu quero fazer justiça ao atual Ministro da Saúde, Dr. Temporão, pela sua iniciativa muito brava e corajosa na luta contra essa propaganda desenfreada e desrespeitosa para com as famílias até, com as crianças, os jovens, a questão do álcool. E nós estamos... Nós todas as pessoas conscientes nesse País, até os próprios alcoólatras, com certeza absoluta eles são favoráveis a que haja um controle rigoroso do Governo quanto às propagandas. Porque eu lido pela minha condição de médico, V.Ex^a também lida, e nós vemos que o alcoólatra ele é a favor, sim. Porque se ele chegou até aquilo, até aquele quadro de doença, realmente teve um início, e esse início sempre influenciado na sua juventude pela propaganda. Propaganda é fatal na proliferação do consumo do álcool.

Então eu quero registrar que a empresa de produtos alcoólicos é muito forte e que houve uma reação muito grande contra o Ministro. Mas tenho certeza que ele tem todo o nosso apoio para continuar nessa luta. Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente, eu teria mais uma questão para fazer. Essa TV é transmitida para o público em geral, em relação

às pessoas que convivem ao lado dos fumantes. Ao fumante passivo. Se existe algum trabalho novo, alguma informação nova... Para ele nos transmitir, já que ele vive estudando esse assunto, as últimas informações a respeito dos malefícios que faz o cigarro às pessoas que convivem do lado do fumante e aos filhos do fumante. Eu gostaria que ele transmitisse isso porque essa TV é pública, ela vai para as pessoas ouvirem isso também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Concedo a palavra ao Dr. Nikogosian.

SR. HAIK NIKOGOSIAN: [pronunciamento em inglês]

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Senador. E gostaria de responder as questões. A primeira com relação à expansão da indústria de tabaco. Sim, nós podemos confirmar que a indústria tem feito o máximo possível para expandir a base dos usuários de tabaco. Existe uma estratégia clara da indústria de tabaco de tentar usar de iniciativas de responsabilidade social, mas nós estamos seguros de que eles não podem participar de forma alguma da implementação de ações de combate... De saúde pública para combate do uso de tabaco.

Em segundo lugar, a idade de início do tabagismo, de início do uso do tabaco tem diminuído. Isso tem acontecido em todo o mundo. A idade média era de 13 e 14 a 17 anos, agora é por volta de 10, 11 anos. A idade de início. Isso é resultado da combinação do marketing agressivo, intenso, e do preço baixo do tabaco. Uma fonte do preço baixo do tabaco, o preço baixo é o comércio ilícito de produtos do tabaco. É por isso que o protocolo sobre o comércio ilícito de tabaco que está sendo negociado é de importância crucial. Nós estamos vendo pela primeira vez em alguns países o decréscimo da prevalência do uso do cigarro entre jovens. Nós às vezes observávamos o decréscimo da prevalência entre os adultos, mas é a primeira vez que observamos esse fenômeno entre os jovens. Ainda é um longo caminho a percorrer, mas nós começamos a ver os resultados da convenção. Nós teremos prazer em compartilhar essas experiências com o País dos senhores.

Com relação a experiências bem sucedidas de outros países, o Brasil já tem fornecido a outros países experiências exitosas, mas também pode contribuir com experiências de outros países. Uma estratégia muito bem sucedida e que eu gostaria de recomendar é que haja o incremento gradual e constante da taxa do imposto sobre o tabaco. Isso tem demonstrado ser bem sucedido em outros países.

A informação de que os nossos amigos, entre aspas, têm trazido, que o aumento do preço, aumento do imposto sobre o tabaco iria aumentar a quantidade de ilícitos não procede. Nós temos esse tipo de ocorrência vai continuar a ocorrer e ela tem que ser

enfrentada de uma forma ou de outra. Outros países têm demonstrado que com o aumento das taxas nós temos uma situação em que os dois lados ganham. Nós temos um decréscimo da prevalência e um aumento da arrecadação.

Outra lição que eu gostaria de recomendar ao Governo Brasileiro é com relação à questão da proibição do fumo em lugares públicos. Nós não imaginávamos que essa iniciativa fosse ter um apoio tão grande da população e outros países demonstraram que sim, que existe um apoio muito grande, inclusive dos fumantes com relação à proibição do cigarro em lugares públicos, em todos os lugares públicos. E isso tem sido eficiente. Muitas vezes o apoio público, o apoio da população tem sido ainda maior que o apoio político, e nós devemos ter isso em consideração. Esses são dois exemplos da prática internacional que eu gostaria de trazer a todos.

Com relação ao tráfico, ao comércio ilícito de produtos do tabaco, tem um número que eu gostaria de trazer que existe uma perda mundial de 50 bilhões de dólares ao ano com o comércio ilícito do tabaco. Qual seria o ganho para a sociedade se esse dinheiro fosse usado para incrementar a saúde e educação das pessoas?

Houve ainda uma pergunta sobre a questão de evidências científicas com relação ao fumo passivo. Há dez anos ainda havia dúvidas sobre se o fumo passivo seria capaz de matar. Havia dúvidas e havia então a necessidade de que houvesse evidências científicas. Agora está provado, é claro. O fumo passivo mata. Não há o que se questionar sobre isso. Lamento. É por isso que quando nós pensamos com relação ao direito de fumar nós temos que pensar na saúde dos que fumam e também na saúde dos que não fumam. Principalmente na saúde dos que não fumam. Agora não é mais direito à saúde. Depois que essas evidências vieram nós dizemos direito à vida.

Com relação à cultura substitutiva do cultivo do tabaco. Um dos artigos da convenção diz exatamente sobre isso, com relação à substituição de cultivo do tabaco. Mas se você me perguntar como... Se me perguntarem como Secretário-Executivo da Conferência, se existem três áreas em que não houve progresso significativo, eu diria que essa é uma delas. O Brasil sediou a primeira reunião sobre isso, sobre a substituição de cultivo em 2007. É uma área muito difícil, politicamente, tecnicamente... E eu estou feliz em informar que a iniciativa está caminhando. Que haverá uma segunda reunião no México sobre isso, provavelmente em junho. Nós temos agora também a participação muito importante de organizações internacionais que vêm se juntar aos outros interlocutores. Nesse encontro de junho no México estarão presentes a Órgão Internacional do

Trabalho, Banco Mundial e outras organizações que têm experiência na área. Nós achamos que será uma oportunidade única para dar segmento a essa questão do cultivo alternativo.

Entre as organizações ele também citou a agência divina, que cuida de crime. Além disso, ele mencionou que o nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário tem trazido experiências importantes. Ele está desenvolvendo uma metodologia para estimar os benefícios das culturas alternativas ao tabaco e nós temos isso a apresentar ao mundo.

Há uma questão sobre o preço dos cigarros e a média dos preços dos cigarros no mundo. Há dois preços relacionados ao tabaco. O preço relativo e o preço absoluto. Quando eu digo o preço relativo é o preço comparado com o Produto Interno Bruto. E esse é o parâmetro mais importante do que o valor absoluto. O preço médio não significaria muito, pois existe uma disparidade muito grande entre os valores. Eu diria que em alguns países o preço de um dólar seria um grande acontecimento, uma grande realização. Mas em outros países como no caso do Reino Unido, por exemplo, cinco dólares seria pouco. Lá eles já têm 10 dólares.

A política oficial é a seguinte, deveria haver uma política dos governos para colocar os preços acima da inflação, pelo menos acima da inflação. E a meta final é diminuir o acesso da população ao cigarro. Ou seja, fazer que o preço cresça mais do que a renda da população.

A última questão era com relação aos gastos públicos com relação a questões de saúde. Tem crescido, tem crescido bastante. O problema é que as pessoas que começaram a fumar há 20 anos é que estão criando esse problema, esse fardo para o nosso sistema de saúde. Ainda que a prevalência caia, hoje o tabagismo nas conseqüências virão somente em 15, 20 anos. É por isso que é difícil esperar algum resultado prático, visível, nos próximos 10 a 20 anos com relação aos gastos públicos. E como agora nós podemos observar, principalmente entre os homens, entre as mulheres ainda não, a queda da prevalência do tabagismo nós podemos sim observar uma gradual queda nos valores gastos públicos em saúde. Obrigado. É uma pena que eu não pude responder as perguntas diretamente, tive que esperar a tradução, mas espero ter atendido as necessidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Antes de nós encerrarmos a nossa brilhante reunião, eu quero mais uma vez agradecer a todos aqueles que participaram direto ou indiretamente da possibilidade de termos aqui o Dr. Nikogosian. Eu quero deixar, entregar ao Dr. Nikogosian uma lembrança simbólica ao doutor em nome do Senador Flávio Arns, do Senador Augusto Botelho, Senador Eduardo

Suplicy, em nome da Subcomissão de Saúde do Senado Federal.

SR. HAIK NIKOGOSIAN: [pronunciamento em inglês]

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu estou muito grato por esta oportunidade e também sou muito grato por ter ouvido referências ao meu País, a Armênia. Certamente eu sou um servidor público internacional. Eu não represento a Armênia propriamente dita. Mas é claro que toda pessoa se sente muito orgulhoso quando o seu País é mencionado. Eu estou muito orgulhoso de que o meu País, a minha nação contribuiu para a sociedade de vocês. Existe uma grande comunidade Armênia no País. Muito obrigado por pronunciar adequadamente o meu último nome. Eu sei que não é fácil. Obrigado.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero agradecer ao Dr. Nikogosian, aos Assessores, ao Dr. Fernando Ribeiro, do Itamaraty, Sr^a. Secretária Marcela Sogocio, ao Jaime Rojas(F), ao Dr. Humberto Martins da ANVISA, Dr^a. Tânia Cavalcante, INCA, e fazer uma referência... Até nós ficamos emocionados quando vemos um cidadão falar com tanto orgulho e com tanta ênfase em seu País. E aqui nós queremos reconhecer a sua condição de um homem competente, que a Armênia nos manda para ajudar o Brasil e a saúde pública mundial no combate ao fumo.

Eu quero agradecer ao seu País, a Armênia, por ter dado este cidadão que vem colaborar com o Brasil e com o mundo. Agradecer aos senhores que estão presentes aqui da imprensa, à consultoria, a Dr^a. Gisele com sua equipe que fez com que nós pudéssemos obter resultados desta reunião de maneira imediata na sua preparação, e agradecer, enfim, a discussão desse tema tão importante que o mundo precisa evoluir muito, e que o Brasil, pelo reconhecimento próprio do Dr. Nikogosian está bastante avançado, graças a Deus. Muito obrigado a todos e um bom dia. Declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h18.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS.

Às doze horas e quarenta e nove minutos, do dia vinte e seis de março de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO, ADELMIR SANTANA e CÍCERO LUCENA**. Justifica a ausência o Senador João Durval. A presente Reunião destina-se à deliberação de requerimentos para a realização de Audiência Pública no âmbito desta Subcomissão. Passa-se à apreciação dos requerimentos. **ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008 – CASSAÚDE** “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), a fim de debater a situação relativa ao controle de dengue, febre amarela e malária no Brasil”. Convidados: Dr. Gerson Penna, Secretário de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde; Dr. Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS); Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS); Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); e Representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT). **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008 – CASSAÚDE** “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que assegura recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde”. Convidados: Dr. José Gomes Temporão, Ministro da Saúde; Dr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Dr. Francisco Batista Júnior, Presidente do Conselho Nacional de Saúde; Dr. Vitor José Faccioni, Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil; e o Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS). **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008 – CASSAÚDE** “Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado

Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para, com a participação dos convidados relacionados em lista anexa, debater sobre a situação atual do Programa Mais Saúde (“PAC da Saúde”) diante da restrição orçamentária com que o programa se defronta”. Convidados: Dr. José Gomes Temporão, Ministro de Estado da Saúde; Senadora Kátia Abreu, relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 89, de 2007, que prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências – prorrogando a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); Dr. Nelson Rodrigues dos Santos, Professor Colaborador da Universidade Estadual de Campinas e Presidente do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (IDISA); e o Dr. Osmar Terra, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS). **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Carmargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2008, ÀS 12 HORAS E 50 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): E dizendo que havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, reunião extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa da 53ª legislatura do Senado Federal. Senhores, antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião destina-se praticamente à avaliação de aprovação ou não de Requerimentos. Primeiro Requerimento, é Requerimento de autoria do Senador Papaléo Paes, nos termos do inciso 2º o §, Inciso 2 § 2º art. 58 da Constituição. Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da nossa Subcomissão de Saúde, a fim de debater situação relativa ao controle da dengue, febre amarela e malária no Brasil. Abaixo estão os convidados que os senhores já têm em mãos.

Passo a leitura do segundo Requerimento, que também é de autoria do Senador Papaléo Paes, de minha autoria, também baseado nos mesmos artigos, é regulamentação... Acompanhamento de Defesa e Saúde a fim de obter subsídio para a atuação do Senado Federal em relação à regulamentação da Emenda Constitucional 29, que é muito importante para nós, de 2000, que assegura recursos mínimos para financiamento de ações, serviços e saúde pública do Brasil. E o Item 3 da Pauta, também outro Requerimento da minha autoria, que diz respeito, convidar, relacionar lista anexa, debater sobre a situação atual do programa Mais Saúde, PAC da Saúde, diante da restrição orçamentária com que o programa se defronta.

Então, esses três Requerimentos que eu apresento à Subcomissão, eles têm logicamente que ser avaliados e aprovados ou não nesta Comissão para nós iniciarmos mais breve possível nossas Audiências Públicas. Então, Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Agradeço a presença de todos e encerramos a nossa reunião da Subcomissão Permanente de Saúde.

Agradeço ao Senador Adelmir Santana pela sua paciência, ao Senador Inácio Arruda, pela sua ação, como falei ainda pouco, devastadora em cima dos seus projetos relatados e até a próxima reunião.

Terça-feira, às dez e meia, nós vamos ter a nossa...

Sessão encerrada às 12h52.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:30 HORAS.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos, do dia primeiro de abril de dois mil e oito, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência

do Senhor Senador Papaléo Paes, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senhores (as) Senadores (as) AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS, e ROSALBA CIARLINI. Deixam de comparecer os demais membros. Justifica a ausência o Senador João Durval. Comparecem também os Senadores: Paulo Duque e Valter Pereira. O Presidente Senador Papaléo Paes registra a presença dos Senhores (as): Beth Almeida – Assessora de Imprensa do Ministério da Saúde; Nereu Henrique Mansano – Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde – CONASS; Iliana Canoff – Assessora da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Nara ferreira – Jornalista da Rádio Senado; Rodrigo Ledo – Repórter – Portal IG; João Cláudio Netto Estrela – Jornalista da TV Globo; Nara Lacerda – Repórter da CBN; Paulo Homem – Analista Político da Arko Advice; Divino Valero Martins – Pesquisador da Poliedro; e Luiz Romero – Consultor Legislativo do Senado Federal. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 02, de 2008 – CASSAÚDE, de autoria do Senador Papaléo Paes com vistas à “realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de debater sobre a situação relativa ao controle de dengue, febre amarela e malária no Brasil”. O Presidente dá início a reunião informando que cada convidado terá 15 minutos para a sua exposição e convida os palestrantes para tomarem seus lugares à Mesa. Fazem uso da palavra os seguintes convidados: Dr. Marcos da Silveira Franco – representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS; Dr. Pedro Luiz Tauil – representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical – SBMT; Dr. Jurandi Frutuoso – Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde – CONASS; e o Dr. Fabiano Pimenta Júnior – Secretário-Adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores (as): Paulo Duque, Flávio Arns, Augusto Botelho, Valter Pereira e Rosalba Ciarlini. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Gisele Ribeiro de Toledo Camargo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Papaléo Paes**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE**

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 53 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 02, de 2008, da CASSAUDE, a fim de debater a situação relativa ao controle da dengue, febre amarela e malária no Brasil. Participarão os seguintes convidados, a quem solicito que tomem seus lugares à mesa. Solicito comparecer à mesa o Dr. Fabiano Pimenta Júnior, que é Secretário Adjunto da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. Eu agradeço a sua presença; Dr. Jurandi Frutuoso, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde – CONASS. Agradeço mais uma vez a sua presença aqui nesta Casa, sempre demonstrando interesse e boa vontade conosco e com o país; Dr. Marcos da Silveira Franco, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS, também a sua presença aqui é muito importante; Dr. Pedro Luiz Tauil, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, cuja presença nesse debate nos trará informações muito importantes. O Conselho Nacional de Saúde ainda não mandou o seu representante.

Eu comunico a cada convidado que nós temos uma certa rigidez com o tempo, eu vou estabelecer para termos normas, mas eu queria que todos ficassem à vontade para que nós pudéssemos aproveitar ao máximo as informações que os senhores têm a nos dar, a nos prestar, para que nós não saíssemos daqui com dúvidas, temos muitas por sinal, com relação às afecções que nós relacionamos. Então, para estabelecer normas, nós concederemos, ao invés de dez, quinze minutos para cada palestrante para a exposição do seu tema, da sua palavra, e logicamente depois que todos tiverem feito o uso da palavra nós passaremos a pa-

lavra aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Registro aqui com muita honra a presença de dois Senadores que são participativos nessas questões relacionadas à saúde, o Senador Paulo Duque e o Senador Flávio Arns. O Senador Paulo Duque é Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, é membro da Comissão de Educação, inclusive com compromissos insubstituíveis lá na Comissão de Educação, mas que está presente aqui, visto a necessidade e a sua responsabilidade com o tema, devido aos acontecimentos no Estado do Rio de Janeiro. Então eu quero agradecer a presença de todos, saudar em nome da Subcomissão de Saúde os senhores convidados e desde já agradeço pela participação.

Então nós vamos dar início à nossa reunião registrando a presença do Sr. Paulo Homem, que é analista político, que está presente aqui na nossa reunião, o Sr. Divino Valero Martins, pesquisador, e o Dr. Luiz Romero, da Consultoria do Senado Federal, com quem nós sempre contamos com a sua presença e com resultados brilhantes do seu trabalho na nossa Subcomissão. Então iremos iniciar a nossa audiência pública passando a palavra ao Dr. Marcos da Silveira, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. O Dr. Marcos pode ficar com a palavra.

SR. MARCOS DA SILVEIRA FRANCO: Bom dia a todos, Senador Papaléo, em nome de quem eu quero cumprimentar os dignos componentes da mesa, professor Tauil, Fabiano, Jurandi e a todos do Plenário. Em nome do nosso presidente, Dr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, eu trago aqui os nossos cumprimentos e a saudação em nome dos Municípios desse país. Pretendemos fazer aqui nessa fala um pequeno resumo das possibilidades e das ações que os Municípios estão desenvolvendo, enquanto o controle da dengue no país, mas mais numa perspectiva genérica. Em algumas outras oportunidades tivemos a possibilidade de trazer aqui algumas experiências municipais explícitas e agora a gente optou por fazer uma abordagem um pouco mais genérica, até para contextualizar um pouco mais na perspectiva de avaliação do processo de construção do nosso enfrentamento em relação à questão especificamente da dengue, que eu acho que é o assunto mais importante no momento na perspectiva da epidemiologia no país.

Nós vamos fazer uma abordagem sobre a perspectiva da responsabilidade sanitária na perspectiva do financiamento, a questão da integralidade e da intersetorialidade, que são ações que a gente espera abordar aqui com vocês a partir das quais a gente gostaria de estar levantando dúvidas e questionamentos

a respeito desse enfrentamento que fazemos a nível nacional no âmbito municipal.

Eu vou fazer uma leitura bem rápida aqui. Eu acho que isso é de conhecimento de todos, na perspectiva da Constituição o Sistema Único é pensado na perspectiva da descentralização e do atendimento integral. A descentralização mudou o combate a vetores no país, começa a abordar isso numa lógica ascendente, numa lógica a partir da comunidade, que é uma lógica de enfrentamento universal que se faz hoje no planeta e que tem um pouco mais de efetividade. Nós vamos abordar até por conta a eficiência ou não dessa perspectiva aqui. Uma outra situação importante demonstra que é competência do Sistema Único a execução das ações de vigilância epidemiológica. Próximo.

Na Lei Orgânica, Lei 8.080, é competência do SUS essas ações de vigilância epidemiológica e são competências e atribuições comuns para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de iminente perigo, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto para pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes asseguradas justa indenização. Eu apenas quis citar uma das atribuições que estão na Lei 8.080, situação essa que está sendo organizada hoje em alguns pontos do território nacional. À direção nacional do Sistema Único de Saúde compete: definir e coordenar os sistemas, e aí explicitamente as ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária que são as ações específicas de enfrentamento em relação à dengue. Próximo.

Ainda aqui na Lei Orgânica fala das competências, aqui da direção estadual, promover a descentralização para os Municípios das ações de serviço e saúde, prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios, executar supletivamente as ações de serviço e saúde, coordenar em caráter complementar e executar as ações de serviços de vigilância epidemiológica e sanitária. À direção municipal cabe executar os serviços. Veja que a Lei 8.080, ela já preconiza que a execução dos serviços está no âmbito municipal. Próximo.

Compete, agora não na perspectiva da lei, mas na perspectiva da regulamentação da lei, através da portaria do Ministério da Saúde, que organiza a questão da vigilância epidemiológica e do controle de vetores do país, esta é a Portaria 1.172, de 2004, ela organiza como que são as responsabilidades, quais seriam as ações e as competências de cada uma das esferas de gestão que compõem o Sistema Único de Saúde. Compete ao Ministério da Saúde a execução das ações de vigilância à saúde na forma complementar à atuação dos Estados e execução das ações de vigilância

à saúde de forma complementar quando constatada a insuficiência da ação estadual. Veja que existe uma diferença entre complementar e complementar aqui. A lei, ela cita em caráter complementar e aqui nós falamos em caráter de insuficiência da ação a perspectiva suplementar. Assessoria técnica aos Estados e Municípios é competência do Ministério da Saúde. Proveniente dos seguintes insumos estratégicos – isso é uma portaria que o próprio Ministério estabelece: imunobiológicos, inseticidas, meios diagnósticos, equipamentos de proteção individual e participação no financiamento das ações de vigilância e saúde conforme as exposições contidas nesta portaria. Portanto, além da questão técnica, de insumos, ainda há perspectiva de financiamento tanto para o Estado quanto para o Município. Próximo.

No artigo 2º, aqui já é competência estadual, compete ao Estado a execução das ações de vigilância em saúde na forma complementar à atuação dos Municípios, pela insuficiência municipal, de uma maneira suplementar, assistência técnica aos Municípios, proveniente dos seguintes insumos – aqui já existem outros tipos de insumos que são citados, eu apenas citei os de maior importância em relação à questão da dengue -: óleo vegetal, equipamentos de aspersão de inseticidas, equipamentos de proteção individual, máscaras e máscaras semifaciais. Próximo.

Ainda compete aos Estados: participação no financiamento das ações de vigilância em saúde e capacitação dos recursos humanos, tanto o pessoal estadual quanto, principalmente, o pessoal municipal. E compete aos Municípios a notificação das doenças de notificação compulsória, surtos e agravos – a dengue se incluiu nisso –, provimento e realização de exames laboratoriais voltados ao diagnóstico da situação da notificação compulsória. Portanto, a questão do apoio laboratorial, isso é competência do Município em articulação com a Secretaria Estadual. Captura de vetores em reservatórios, identificação, levantamento de índice de infestação. Na portaria estabelece que essa é uma competência municipal. Ações de controle químico e biológico de vetores e eliminação de criadouros e participação de financiamento das ações de vigilância em saúde, conforme o disposto nessa portaria. Próximo.

Por fim, ainda em relação a essa portaria, compete ao Município a aquisição de equipamentos de proteção individual. Essa portaria estabelece, portanto, quais são as competências das esferas de gestão e a regulamentação sanitária, quais são as competências e as responsabilidades sanitárias de cada esfera de gestão nessa perspectiva. Isso não é novidade, eu só

fiz isso para relembrar a partir do momento em que nós vamos estar organizando a nossa discussão aqui.

E aí eu quero começar a nossa discussão falando a respeito da perspectiva do financiamento. Próximo por favor.

A política de incentivo não representa o custeio de gastos reais em ações desenvolvidas nos Municípios. Essa é uma realidade não só em relação à questão do controle da epidemiologia, das ações de vigilância epidemiológica, como da própria assistência. Nós obtivemos, hoje, muito financiamento de recursos federais na perspectiva de incentivos, e isso, nesse momento, existe um esgotamento dessa proposta, na perspectiva do Município, de que é preciso rever essa perspectiva e começarmos de fato a pensar na perspectiva do custeio desses gastos de uma maneira concreta. E não no estímulo e de incentivos para começarem o processo e depois o abandono do processo de financiamento. Frequentemente nós temos ações que não são a partir daí mantidas o funcionamento adequado. Próximo.

Hoje, nesse momento, com relação a Municípios, nós temos mais de cento e cinquenta mil agentes de endemias municipais atualmente em atividades no país. Esse é o montante das ações municipais que estão em atividade no país como um todo. Talvez seja um pouco maior do que isso se a gente considerar a eventualidade da contratação de alguns desses agentes em situações mais específicas, mas de qualquer maneira é um montante bastante significativo, de representação a nível nacional. Não podemos desconsiderar, portanto, a participação do Município no financiamento dessas ações contra a dengue. Próximo.

Não é apenas a questão dos agentes de controle de epidemia que fazem ação contra a dengue, mas também na perspectiva de educação e de promoção da saúde, na perspectiva do controle da dengue, os agentes comunitários de saúde – e somam duzentos e vinte mil atualmente – que fazem esse processo também simultaneamente em relação a essa questão no país. Portanto, a gente pode totalizar aí trezentos e setenta mil pessoas que visitam domicílios nesse país hoje, que fazem trabalho em relação à questão da dengue. Não é um trabalho pequeno, não é um trabalho insignificante, é um trabalho que tem uma representação. Sem esse trabalho, provavelmente, não só a questão da dengue, mas de diversas outras endemias e doenças tropicais que existem nesse país, nós estaríamos em situação bastante complicada nesse país nesse momento. Próximo.

Menos de cinquenta Municípios não cumprem a Emenda Constitucional 29, que determina que cada Município deve aplicar 15%. De um total de mais de cinco mil e quatrocentos Municípios no país, veja que cin-

quenta Municípios apenas não cumprem os 15%. Isso aí, de acordo com o relatório do SIOPS de 2006/2007. Próximo.

Mais de 70% dos Municípios aplicam mais de 18% de recursos próprios em saúde. Portanto, a gente já começa a observar aí, na verdade, o esgotamento da possibilidade de financiamento municipal em relação à questão da atuação na área da saúde. Próximo.

Mais de 30% dos Municípios do país aplicam mais de 20% dos recursos próprios em saúde. Isso é bastante significativo, isso aqui é uma ação bastante importante, principalmente nos Municípios da região Sudeste nós observamos isso, no Paraná, Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, nós observamos uma grande incidência de Municípios que ultrapassam 20% do orçamento próprio, do Município, sendo aplicado em saúde. Alguns Municípios nós observamos, através do SIOPS, que esta aplicação ultrapassa 30%. Eu acho que nesse sentido já começa até a beirar uma certa irresponsabilidade na perspectiva da intersectorialidade da ação, da necessidade de ação municipal, mas esse financiamento é devido ao precário financiamento que nós temos do Sistema Único de Saúde em relação à saúde como um todo. Eu acho que depois a gente pode até abrir essa discussão com um pouco mais de profundidade, mas a gente observa de fato que existe uma necessidade de repensar o processo de financiamento da saúde. Essa é uma ação, uma necessidade importante, nós estamos esgotando as condições municipais de fazer financiamento da saúde no país. Próximo.

Na proposta de orçamento de 2008, que foi encaminhada para o Congresso Nacional, nós observamos uma diminuição na alocação de recursos destinados à ação de vigilância epidemiológica no país. Retirada de quase trezentos milhões de reais desta dotação específica e realocado esse recurso na ação de prestadoras da assistência hospitalar e para emendas parlamentares. Essa é uma situação bastante perigosa e eu espero que essa haja uma possibilidade interna do Ministério, do Governo Federal, de rever essa posição, porque quem vai pagar o preço de uma situação como essa é, evidentemente, o aumento da possibilidade de futuras epidemias e não só da dengue nesse país.

Em relação à questão da integralidade as ações de proteção, de prevenção e promoção da saúde, com a assistência, só podem de fato se integrar no nível local. É de fato através da operacionalização dentro da unidade, daquele território, na comunidade específica, é que se pode dar ao processo de integralidade. Aquele paciente que foi atendido na unidade de saúde, que manifestou uma suspeita de dengue, precisa imediatamente de uma ação de educação de saúde,

precisa imediatamente de uma ação de controle de vetores. Se essa ação não ocorrer na integralidade, no nível local, ao nível das unidades de saúde, ela não é possível que aconteça a nível centralizado. O país teve uma experiência na histórica construção da saúde desse país em que essa integralidade acontecia numa perspectiva centralizada e isso às vezes demorava um ano, um ano e meio para que esse processo de integralidade ocorresse. Veja, um ano, um ano e meio, a epidemia estava totalmente fora de controle. Os Municípios que executaram essa ação de integralidade – e aí são bastantes deles do país que conseguem fazer isso – com bastante eficiência, conseguiram debelar a possibilidade de evolução de uma epidemia, conseguem debelar a possibilidade de, ao penetrar determinado vírus, controlar o surgimento de um processo epidêmico, somente através desse processo de integração, e se ele não se der em nível local não é possível que aconteça isso em outras esferas de Governo. Não que não seja necessário um processo de integração com outras esferas de Governo, com outras instâncias hierárquicas do Sistema Único de Saúde, que é uma outra possibilidade de integração necessária e que se não acontecer é complicado. Próximo.

A dicotomia entre a assistência e o controle de vetores propicia a perda de controle epidêmico, como eu já disse aqui. Próximo.

O papel complementar do Estado é importante nessa transcendência de fatores epidêmicos. Se não houve uma integralidade da ação municipal, do nível local, do nível da Secretaria Municipal de Saúde, da região do Município, da região do Estado, na perspectiva da transcendência dos fatores epidêmicos, se não tivermos um processo de integralidade dessa situação, não é possível de maneira nenhuma controlarmos nenhum processo epidêmico. Próximo.

O aporte técnico, monitoramento e supervisão, propiciam uma hegemonia regional e estadual. O Município precisa desse aporte técnico, dessa supervisão, desse monitoramento. É muito importante que isso aconteça. O papel do Estado, portanto, no desenvolvimento da integralidade das ações em relação à questão da dengue é vital, é importantíssimo. Nenhum Município é suficiente para desenvolver as suas ações sozinho, independentemente, e não é possível fazer isso em lugar nenhum do planeta. Próximo.

Os Municípios hoje não são os mesmos Municípios de há vinte anos atrás. A realidade urbana brasileira hoje é totalmente diferente de Municípios há vinte anos atrás. Precisamos compreender a dinâmica da evolução urbana. Próximo.

A utilização de fatores de risco, como os descartáveis, se multiplicaram nesses vinte anos. A quantidade

de produtos que são descartados no meio-ambiente irresponsavelmente pela população, sem a participação do setor regulado, que possa ter um compromisso melhor na reutilização desses produtos descartáveis, fazem e propiciam enormes criadores de riscos e criadores de vetores. O desenvolvimento urbano desonerado é mundial e favorece a infestação. Veja: se nós não temos um planejamento urbano, as populações que se agregam às cidades, principalmente às grandes cidades, são populações desassistidas em relação à questão de saneamento básico, desassistidas em relação à questão de urbanismo propriamente dito. Próximo.

Criadouros hoje são muito diferentes e continuam a se multiplicar qualitativamente e quantitativamente. Não são os mesmos criadouros, embora ainda permaneçam a importância dos criadouros em pneus, eram produtos descartáveis, até mesmo em tampinhas e em casca de ovo. Hoje, em determinados Municípios, existe grande importância de mudança da qualidade desses criadouros e é preciso incorporar essas questões nas nossas novas estratégias e isso é de observação local, de avaliação epidemiológica regional. Precisa haver um enfrentamento regional, local, sob essas perspectivas. Próximo.

Falta de saneamento básico. Esse país viveu e vive até hoje um processo de desfinanciamento do processo de saneamento desse país. A realidade é que o desenvolvimento urbano não acompanha o desenvolvimento do saneamento nesse país. Não que não haja, que seja zero, mas ele é insuficiente, ele é absolutamente insuficiente e um saneamento insuficiente gera, não tenha a menor dúvida, não só a questão da dengue, mas diversos outros, e às vezes há saneamentos que são construídos de uma maneira tecnicamente incoerente. Drenagens pluviais hoje possibilitam o armazenamento de águas e retenção de águas pluviais, em determinadas circunstâncias, que propiciam a criação e o desenvolvimento de *Aedes*. Isso precisa ser considerado. Isso não é uma ação de saúde, isso não é uma ação intersetorial. Próximo.

A construção urbana. A questão de calhas, a questão das caixa d'água. Por que existem caixas d'água no país hoje? Por que existem Municípios em que ainda permanece a construção e a necessidade de caixa d'água? Não deveria existir. Nós deveríamos ter um sistema de abastecimento de água que fosse suficiente, que não faltasse água, que não fosse intermitente, que aí gerasse a não necessidade de caixas d'água. Mas nós vamos hoje, nas regiões periféricas do Rio de Janeiro, o que nós observamos é uma enormidade de caixa d'água a céu aberto, que favorece o processo de criação de *Aedes*. Por que é que existe

isso? Por que é que não revertermos isso em termos de urbanismo? Por que é que não revertermos isso em termos de regulação ou em termos de investimento, favorecendo essas famílias que modifiquem ou que o sistema de abastecimento de água seja eficiente para propiciar o desaparecimento desse mal, não apenas a dengue, mas inclusive a questão da manutenção higiênica dessas caixas d'água é uma questão sanitária que deveria ser abolida absolutamente. Calhas que existem nas regiões periféricas, nas regiões que existem na periferia, no oceano do país, essas regiões marítimas, nessas cidades, que são absolutamente grande a incidência de chuvas, as calhas se deformam com o calor e propiciam criadouros e é preciso a gente começar a modificar a regulamentação jurídica e urbana a respeito da utilização dessas calhas. É preciso rever essas questões. Isso não é uma questão de saúde, é uma questão muito mais ampla do que isso. Próximo.

E o papel do sujeito coletivo, quer dizer, é importantíssima a ação coletiva. A nossa sociedade organizada precisa se mobilizar no sentido de garantir que haja uma modificação desse processo de criação. Eu fui gestor municipal, eu tive a observação de muitas vezes observar, por exemplo, receber telefonema, como gestor municipal, e a população, o cara ligava e falava assim: "escuta, eu estou aqui com um criador de dengue na minha casa, tem lixo aqui no meu quintal e vocês não vão vir aqui mais recolher o lixo no meu quintal?" Quer dizer, será mesmo que isso é papel do Poder Público? Isso não é um papel de responsabilidade individual, familiar? E o papel do sujeito coletivo na perspectiva de organização das nossas comunidades nesse sentido, de empoderamento das comunidades no sentido de elas começarem a perceber o seu verdadeiro papel nessa situação?

Portanto, o enfrentamento da dengue é muito maior do que simplesmente uma ação técnica, regular na área de saúde. É de entendimento do Estado brasileiro, é de integralidade, é de proposta de integralidade, de articulação de toda a sociedade, de todo o Poder Público no sentido de ver quais são as necessidades que nós podemos reverter aí, quais os problemas que estão acontecendo, porque aí nós podemos organizar o nosso setor saúde de uma maneira mais competente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado ao Dr. Marcos. Concedo a palavra ao Dr. Pedro Luiz Tauil, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical.

SR. PEDRO LUIZ TAUIL: Sr. Senador Presidente Papaléo Paes, a Sociedade Brasileira de Medicina Tropical agradece esse convite de poder participar des-

se debate. Muito obrigado em nome do Presidente, o professor Reynaldo Dietze.

Na verdade o Dr. Marcos tocou nos pontos fundamentais. Tendo em vista que estava prevista uma pequena apresentação sobre algumas outras doenças, eu gostaria de dizer que, na verdade, a malária hoje no Brasil está numa queda de incidência. Provavelmente o representante do Ministério da Saúde deverá apresentar esses dados.

O quê eu gostaria só de chamar a atenção é a redução da gravidade da malária, pela redução do número de internações e pela redução do número de óbitos. Isso está acontecendo no Brasil, particularmente na região amazônica, onde se concentram mais de 99% dos casos que ocorrem de malária no Brasil. O quê nos preocupa em relação à malária? A malária é importante que entre na agenda política dos Governadores e da Presidência da República, uma vez que ela é uma doença que atinge população de pouca força política. Ela atinge a população rural da região amazônica e agora da periferia de algumas grandes cidades, mas ela não tem a força política suficiente como tem outras doenças no país.

Bem, em relação à febre amarela, graças a Deus nós dispomos de uma arma técnica eficaz para o controle dessa doença no Brasil. É claro que periodicamente de cada cinco a sete anos nós corremos o risco de ter casos humanos, mas isso depende de uma cobertura vacinal nas pessoas que vivem na região endêmica ou que para ela se dirigem. Basicamente o quê nós hoje tememos com a febre amarela, realmente nós tememos, é que com a presença do mosquito *Aedes aegypti* nas cidades nós poderemos voltar a ter o ciclo urbano da doença, que está extinto no país desde 1942, quando foram registrados os últimos casos em Sena Madureira, no Acre. Esse risco pode ser e deve ser atenuado pela redução dos casos de febre amarela do ciclo silvestre, que vão diminuir a probabilidade dos mosquitos *Aedes aegypti* das cidades se infectarem com pessoas portadoras do vírus adquiridos na forma silvestre. O *Aedes aegypti* não pica macacos, não pica macacos. Ele é antropofílico, gosta de sangue humano.

Então o quê nós tomemos, além desse problema de pessoas virem para as cidades no momento em que estão na sua fase de transmissibilidade, é um outro mosquito, que é pouco falado, que é o *Aedes albopictus*, que entrou nos Estados Unidos por meio do transporte de pneus usados procedentes do Japão. Dos Estados Unidos se espalhou, do Texas, de Houston, por todas as partes dos Estados Unidos e hoje também um grande número de países das Américas está reinfestado por esse mosquito que tem hábitos silvestres e hábitos urbanos. Esse mosquito sim pica animais e

pica seres humanos. Então ele, eventualmente, pode fazer essa ponte entre febre amarela silvestre e febre amarela urbana. Como evitar febre amarela urbana? Reduzindo os números de casos por meio da nossa grande arma, que é a vacina. Essa vacina é muito segura – não 100% segura, mas muito segura – e muito eficaz. Ela foi uma das primeiras vacinas produzidas, desde 1937 nós usamos aqui no Brasil, ela é uma vacina que deve ser aplicada com critérios, mas deve se manter uma boa cobertura da população em risco.

Bom, eu acho que como o Dr. Marcos concentrou, de fato o nosso problema hoje, que vale a pena comentar mais, é o problema de dengue. A primeira pergunta que surge é: por que é que o dengue reemergiu? Porque o dengue, desde 1923, quando Antônio Pedro, no Rio de Janeiro, publicou o último trabalho sobre Dengue em Nicteroi, era chamado assim “Dengue em Nicteroi”, desde 1923 nós passamos quase sessenta anos, quando em 1982 nós tivemos o primeiro retorno do dengue em Boa Vista, em Roraima. Na verdade o Brasil, e mais dezoito países das Américas, participaram de um processo de eliminação do mosquito *Aedes aegypti*. Esses dezoito países conseguiram eliminar o *Aedes aegypti* dos seus territórios. Infelizmente alguns outros países não conseguiram esse efeito e, com isso, a partir desses países, todos os outros países foram reinfestados. Hoje somente o Chile e o Canadá não referem a presença dos *Aedes aegypti* nos seus territórios nas Américas.

Então o *Aedes aegypti*, o dengue reemergiu por várias razões, por vários motivos. Eu queria só chamar a atenção que após a Segunda Grande Guerra, após a destruição de grandes sistemas de abastecimento de água do sudeste asiático, a necessidade de armazenar água e o fluxo rural das populações, o fluxo rural urbano de populações, fez com que houvesse a proliferação do mosquito. E onde estava o agente, onde estava o vírus? Claro, o vírus circulava em quantidades pequenas, nós temos registros de casos de dengue de 1800 aqui no Brasil, mas eram formas benignas em números, em dimensões pequenas, em frequência de casos pequenos. Então há duas hipóteses: ou a partir desses casos que circulavam ou a partir do ciclo silvestre do dengue, que já foi descrito no sudeste asiático, isto é, o dengue pode ser transmitido em ambientes silvestre – e lá foi demonstrado – e a partir daí a infecção do *Aedes aegypti* e, com isso, promovendo grandes epidemias. Hoje o padrão brasileiro, infelizmente o padrão brasileiro se aproxima do padrão asiático em termos de gravidade dos casos e em termos de prioridade de infecção de menores de quinze anos. Isso é um assunto que podemos discutir.

Mas nas Américas, posteriormente, mais de vinte anos depois, em torno de vinte anos depois da reemergência do dengue no sudeste asiático, ele atingiu uma violência que ninguém sabia o que era, que foi a epidemia de Cuba de 1981, de formas hemorrágicas, que naquele momento se confundia com meningite meningocócica, porque não se conhecia dengue hemorrágica nas Américas. Essa epidemia de dengue em Cuba foi resultado de quatro anos de circulação do dengue tipo 1, quando veio uma nova incidência do dengue 2 houve essa epidemia muito grave, com mais de cento e cinquenta mortos. Posteriormente nós tivemos uma grande epidemia na Venezuela, em 1999 e 2000 nós tivemos essa grande epidemia, onde se jogou inseticidas por helicóptero em algumas cidades da Venezuela naquele desespero de controlar o mosquito. Posteriormente, agora, nós estamos vivendo uma situação muito difícil no Rio de Janeiro.

Bom, no caso das Américas, que não passou por uma guerra como foi o sudeste asiático, nós tivemos um fluxo rural urbano intenso e rápido, que fez, como o Dr. Marcos mostrou, que as cidades foram incapazes de absorver essa população em condições de habitação e saneamento adequadas. Hoje, segundo o IBGE, 20% a 25% da população de grandes e médias cidades vivem em condições precárias de saneamento e habitação, vivendo em favelas, em mocamos, invasões e cortiços em condições que favorecem a proliferação do mosquito. Essa concentração nas cidades o Brasil nunca teve, mais de 80% em média da sua população vive em áreas urbanas. Essa concentração em áreas urbanas sempre foi chamada a atenção como um grande fator de risco para a transmissão de dengue, porque o mosquito que transmite dengue não é de grandes vôos, é de vôos pequenos, e os mexicanos já chamaram a atenção de que o grande fator de risco para a transmissão da dengue é a densidade populacional. E não foi a toa que a primeira grande epidemia no Brasil, agora neste período, aconteceu na baixada fluminense, em Nova Iguaçu, onde havia a maior densidade populacional no país.

Bem, associa-se a isso áreas de insegurança. Agentes de saúde, em grandes e médias cidades, não conseguem frequentar e inspecionar determinados locais. Houve recentemente um decreto do Governador do Rio de Janeiro propondo que a todo custo se possa entrar nas casas e tal. Mas isso não é fácil, não é fácil em áreas pobres, por causa do tráfico, e não é possível em áreas ricas, porque as pessoas se defendem, porque já aconteceram episódios de seqüestro por ocasião dessas visitas.

Bem, o mosquito *Aedes aegypti*, é importante, ele é domiciliar, ele vive junto das habitações e dentro das

habitações. Então a busca do mosquito tem que ser feita nas residências, com vários mecanismos. É claro que ele vive em borracharias não protegidas, ele vive em depósitos de ferro velho, em cemitérios que usam água, ele vive em terrenos baldios, é verdade, mas sempre ligado à atividade humana. O quê associa-se a isso também é o tráfego área intenso, que cresceu nos últimos anos assustadoramente, que faz com que uma pessoa que esteja na Tailândia hoje, em menos de vinte e quatro ela está no Brasil, e, com isso, ela pode introduzir o vírus, que foi uma das maneiras como nós tínhamos o mosquito, mas a introdução do vírus foi principalmente através de pessoas infectadas. Então isso é possível e é impossível detectar essas pessoas numa vigilância sanitária de aeroportos, portos, porque é um caos, qualquer pessoa com febre teria que ser bloqueada na sua entrada. Isso é um problema difícil de controlar.

Por outro lado, nós não temos armas suficientes para combater o dengue como nós temos para a febre amarela. Nós aguardamos, nós estamos aguardando uma vacina que o Instituto Butantã está se preparando para inclusive produzir caso ela se mostre eficaz. A dificuldade é uma vacina que seja protetora para os quatro sorotipos de dengue, que nós conhecemos, e que ela proteja igualmente contra os quatro sorotipos. Isso é o quê está difícil se conseguir, mas é uma esperança e eu acho que é a grande arma que nós precisamos obter.

Bem, como o Dr. Marcos falou realmente é um complexo de fatores que determinam essa situação. Eu gostaria de acrescentar o processo produtividade moderno, que privilegia embalagens descartáveis e que essas embalagens, dispostas inadequadamente no meio-ambiente, elas se transformam em criadouros de mosquito. Eu moro aqui no lago norte, caminho pela manhã e eu encontro plástico, isopor, vidrinho de yogurt, latinha de cerveja em quantidades e jogadas assim numa cidade, num lugar, num bairro relativamente bem estruturado urbanisticamente falando. Isso é uma coisa que importante.

Bem, em relação à luta contra o *Aedes*, sem minimizar o problema no Brasil, eu quero dizer que é um problema mundial: dois bilhões e meio de pessoas hoje vivem em condições de risco de transmissão de dengue. O nosso exemplo, o nosso exemplo no mundo da Organização Mundial da Saúde e da Organização Panamericana da Saúde é um país chamado Singapura. Singapura utiliza medidas drásticas para quem não atende às determinações de reduzir criadouros: multa, prisão, embargo de obras, de construções que acumulem água. Aliás, isso é hoje, quando o Dr. Marcos coloca os novos criadouros, um deles é que nas

favelas ou em áreas urbana, nós estamos tendo lajes, as lajes e não telhados, e, com isso, nós estamos criando assim... não tem uma drenagem da água, fica uma lâmina de água que passa a se constituir em criadouros, e é de difícil eliminação isso, é muito difícil isso. Bem, dessa maneira a luta contra o *Aedes*, Singapura que foi o nosso exemplo de controle rígido numa área pequena, relativamente muito pequena, é um Estado-Cidade, teve dengue o ano passado. Cuba, que foi quem liderou o movimento de erradicação do mosquito no seu território, com a presença de Fidel Castro, em 1982, uma ilha com doze milhões de habitantes, com toda força política para se eliminar o mosquito, não se conseguiu eliminar. O mundo moderno criou condições para que esse mosquito se desenvolvesse e ele se adaptou muito bem a essas novas condições, muito bem. Nós falávamos que Brasília, o Distrito Federal, estaria protegido contra o dengue por causa da atitude de mais de novecentos metros, que em mais de novecentos metros não encontrava-se o mosquito. E é um fato histórico, interessante, que a família imperial brasileira, antes de saber que a febre amarela era transmitida por mosquito, que foi em 1903, por Finlay, quando tinha febre amarela no Rio de Janeiro ela se dirigia para Petrópolis, porque sabiam que em Petrópolis não havia transmissão, isso por causa da atitude.

Só para terminar eu quero dizer que a gente hoje não tem um modelo no mundo para ser seguido, para dizer assim: “olha, se fizer isso, isso e isso nós eliminamos o dengue”. A minha esperança, como pesquisador, é a disponibilidade dessa vacina. Há alguns pesquisadores brasileiros que trabalham, da Fundação Oswaldo Cruz, que trabalham em conjunto com esse grupo. Eu penso que uma área de investimento importante de pesquisa deveria ser voltado aos órgãos de financiamento de pesquisa, promover pesquisa nessa área, porque controlar uma doença urbana da magnitude do dengue, transmitida por vetores, que não têm tratamento etiológico, nós não temos um tratamento eficaz, nós tentamos manter as pessoas vivas, e o objetivo do programa de controle do dengue são dois: o primeiro é reduzir a incidência. Para reduzir a incidência o único elo vulnerável, o único elo vulnerável da cadeia de transmissão é o mosquito. Não tem outra. Nós não podemos abandonar o controle do mosquito e não é para fazer isso apenas a partir de novembro, no Dia Nacional de Dengue. Isso é uma atividade permanente e se nós não mantivermos essa atividade permanente, como o Dr. Marcos também colocou, envolvendo autoridades e a própria população, nós não vamos ter condições de reduzir a densidade de infestação por esse mosquito. O segundo objetivo: ninguém deve morrer de dengue. A Organização Mundial da Saúde

aceita como irremediável que 1% das pessoas que têm dengue hemorrágica, que elas sejam passíveis de morrer. Então isso é aceitável. O Brasil está com uma letalidade mais alta. Nós temos lugares que estamos com 5% a 10% de letalidade em relação aos casos hemorrágicos. Isso está mais na mão do setor saúde. Depende de organização de serviço de saúde para que as pessoas tenham um atendimento oportuno e adequado para que nós possamos tentar impedir que elas evoluam para a morte.

Eu acho que esses dois objetivos são alcançados de formas diferentes: um é o combate ao mosquito que tem que ser permanente e o outro é organização de serviço. E nós temos alguns exemplos em que isso funcionou. Um deles, por exemplo, é o caso de Niterói. Niterói é vizinho do Rio de Janeiro, vizinho do Rio, sofrendo as mesmas condições climáticas, pluviométricas, ecológicas do Rio de Janeiro. E, no entanto, a organização de serviços em Niterói sempre foi adequada para reduzir casos de óbito de dengue. Outro exemplo é o Ceará. Nós estamos com uma epidemia de dengue no Ceará e temos um caso de óbito no Ceará. Nós temos Campo Grande, que no ano passado foi uma epidemia violenta em Campo Grande e nós tivemos raros casos de óbito em Campo Grande.

Então é possível reduzir a letalidade dentro das ações do setor saúde. Reduzir o mosquito, reduzir a densidade do mosquito, eu concordo com o Dr. Marcos, é uma atividade intersetorial, não é uma atividade do setor saúde somente, é uma atividade que depende de participação intensa da população, de participação de outros setores da sociedade, quer dizer, oferecer saneamento, basicamente abastecimento regular de água e controle de dejetos, quer dizer, controle regular dos dejetos, são as duas atividades de saneamento muito importantes em dengue.

Bem, para terminar eu gostaria de dizer de que isso não suaviza o problema. Eu, pessoalmente, hoje sofro muito com esse problema do dengue, como nós todos estamos sofrendo com o problema do dengue no Rio de Janeiro. Além dos relatos de pais que perdem seus filhos repentinamente, eu penso que a nossa luta, quer dizer, há uma necessidade de se trabalhar no sentido de que esses óbitos possam ser evitados. Isso ainda está nas nossas mãos na medida em que a gente possa oferecer à população um atendimento precoce, adequado, continuado e tentando reduzir a densidade de infestação pela redução do mosquito *Aedes aegypti* por meio do combate a esse mosquito. E do ponto de vista da perspectiva de controle eu considero que o investimento que deve ser feito numa vacina, e não é só o Brasil que participa disso, tem sido desenvolvido em outros lugares, no caso eu acho que a perspectiva

que eu vejo para o futuro é a disponibilidade de uma vacina para controlar uma doença urbana, de muito difícil controle, com um mosquito que está extremamente adaptado às condições das cidades, onde hoje se concentra a maior parte da população brasileira, em média mais de 80% vivendo nessas cidades. É só isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Dr. Tauil. Eu concedo a palavra ao Dr. Jurandi Frutuoso, Conselho Nacional de Secretários de Saúde.

SR. JURANDI FRUTUOSO: Bom dia. Eu queria agradecer ao convite do Senador Papaléo, parabenizar ao Senado por essa atitude tomada em trazer para essa Casa a discussão da situação atual da dengue hoje no Brasil, dizer que nós estivemos aqui no ano passado, eu não sei bem o mês, Senador, mas naquela discussão do ano passado a gente já discutia a possibilidade de termos um problema grave no Brasil em 2008. Nós temos vinte anos de dengue no Brasil. São vinte anos, completou esse ano, em que se discute dengue, e vez ou outra surge um Estado mais grave do que o outro, um Município pior do que o outro, e a discussão retorna. A discussão retorna até que a gente esqueça dela no mês seguinte, quando pára aquela crise, para retornar no ano seguinte em outro Estado ou em outro Município, e não se tem tido uma solução definitiva para esse problema.

Eu já fui médico de PSF, fui Secretário de Município durante oito anos, onde tive a oportunidade de, num sistema menor, acampar essa situação. Depois fui Secretário de Estado lá do Ceará por quatro anos, terminei o ano passado o meu mandato, a minha participação na Secretaria de Saúde do Ceará, e sou curioso dessa área.

O Brasil tem tido uma evolução nessas questões de dengue, de malária, de febre amarela que têm mais ou menos se comportado de maneira cíclica como manda os livros que a gente lê. A gente sabe que na febre amarela há cada cinco ou sete anos nós vamos ter uma crise, não é? Aconteceu agora a febre amarela silvestre. Na malária nós temos 90% dos casos na região Norte e o Dr. Pedro Tauil foi muito completo quando descreveu todo o quadro dos três problemas, colocando começo, meio e fim na sua palestra. Até poderia terminar aqui o debate pela maneira como ele fez, de tão bem exposta que foi. E da dengue, que é o nosso problema crucial hoje, o quê fazer? Qual é o papel do Estado? Qual é o papel do gestor? Qual a culpa? Se fala muito nisso, eu trouxe aqui os artigos de jornais dos últimos dias, eu tenho uma pilha deles, onde se procura aonde que está a culpa do problema. Tem um artigo aqui, eu trouxe esse especialmente, é um

artigo do Correio Brasiliense, do Ricardo Miranda, “No Coração do Caos”, que para mim esse artigo é tudo de resumo do que está acontecendo nesse momento no Rio de Janeiro. Ele mete o dedo na ferida e mexe bem por dentro e mostra que enquanto nós, os gestores, enquanto nós, os trabalhadores da saúde, enquanto nós, as pessoas que fazemos gestão pública no Brasil, não tivermos a coragem de apontar o dedo não, mas fazer uma discussão aberta, clara, transparente, responsável dos problemas que acontecem hoje quanto à saúde pública, nós estaremos aqui no próximo ano, no mês de março, no mês de abril, no mês de junho, discutindo a próxima epidemia.

A questão do Estado-Nação na discussão desses problemas também tem que ser colocada. E eu penso, Senador Papaléo, que essa oportunidade de discutir o dengue no país, de discutir a situação do dengue no Rio de Janeiro é também a oportunidade de discutir a situação real do SUS nos seus vinte anos que agora completa após 1988. Penso que a discussão no Sistema Único de Saúde, como ele nasceu, como ele evolui e quais são suas pretensões não pode estar dissociada da discussão da dengue, porque se não cometeremos outro erro, cometeremos outro erro.

Tem uma situação que eu quero evitar, eu não quero discutir de quem é a culpa, porque para mim quando você gasta energia discutindo de quem é a culpa da epidemia de dengue no Rio de Janeiro quanto à questão política, nós estamos perdendo tempo, gastando energia, não encontrando a solução, porque ela é sempre embotada para favorecer a quem mais argumenta ou quem melhor fale.

Na situação de hoje do Rio de Janeiro nós temos que ter um espelho na frente de cada um para que se possa buscar, dentro daquele quadro que ali se encontra, exemplos de como não se fazer. Não é só o Rio de Janeiro. Se você pega o boletim da Secretaria de Vigilância da Saúde do Ministério de ontem, nota técnica “Situação da Dengue no Brasil”, você vai ver que nós temos outros Estados também com a situação hoje já se agravando, e que se a gente não tiver esse cuidado de fazer essa discussão mais profunda talvez amanhã sejam dois, três, quatro, quem sabe cinco, um pouco mais disso.

O Dr. Pedro colocou muito claramente a situação do por que a dengue acontece. Nós temos um epidemiologista inglês, Thomas Mckeown, que em 1972 fez um estudo de quais os fatores que mais pesaram para a morte na Europa nos últimos três séculos. Quando ele pega de 1750 e vai até 1830, ele coloca claramente que o quê mais pesou para a morte da Europa foi a questão da desnutrição ou os problemas de nutrição na Europa. Quando ele faz um corte de 1870 e vai

até 1930, ele claramente diz que o quê mais pesou para reduzir morte na Europa foi o saneamento dos espaços urbanos, Senador Flávio Arns. E eu pergunto: em que estágio nós estamos nesse momento no Brasil quanto à questão do saneamento dos espaços urbanos? Que tratamento nós demos à urbanização acelerada, à migração para as cidades, o crescimento rápido das áreas urbanas? Qual foi a resposta que nós demos à necessidade de ampliação da rede de água, do calçamento dessas regiões, enfim, o saneamento desses espaços que estão aí postos hoje? Quando eu cito esse artigo, essa matéria “No Coração do Caos”, ela tem um quadro que eu acho engraçado. Ela reflete muito bem, poderia ser um livro. Ela faz aqui a narração do Rio de Janeiro de uma menina chamada Natália, de nove anos. Ele narra um caso, aqui embaixo ele coloca claramente que a mãe pisa em cima do córrego sujo de água suja. “A operadora de caixa Verônica Galdino Pereira, vinte e seis anos, mãe de Natália, Aline e Cauã, sabe que há uma epidemia na cidade. Sabe que seu bairro é recordista de casos e que deveria, de alguma maneira, proteger melhor seus filhos, aterrando aquela água imunda que corre aos seus pés – frase última -, mas não faz. Em parte porque sozinha não conseguiria. É verdade. Mas em parte porque espera que o Estado faça”. Isso é apenas umas das seqüências que é colocada na reportagem. Então eu penso que nós temos que discutir dengue também e epidemia a partir da necessidade do investimento do aporte de recursos públicos para dentro do setor, e não vamos conseguir eliminar e sequer controlar enquanto a gente colocar a responsabilidade do controle da dengue unicamente no setor saúde. Para mim enquanto for assim, “quem é o próximo culpado”, “quem é a próxima vítima”, “qual é o próximo Estado”, “qual é o próximo Município”, enquanto se deixar o combate do problema da dengue unicamente no setor saúde, nós iremos estar aqui anos repetido a fio e não teremos resposta para esse problema. Essa é a minha preocupação. O setor saúde tem várias deficiências, várias deficiências. A gente sabe que as causas são múltiplas, as causas são múltiplas, estas estão fora do setor saúde, e dentro do setor teria que ter resposta. Por exemplo, as que têm epidemia é porque não tem controle focal, e o Fabiano sabe muito bem disso.

Quando eu vejo carro fumacê em qualquer cidade, eu me tremo todo, porque ali é o primeiro sinal de que tudo faliu. Eu já estou combatendo o mosquito já que está voando com o veneno. Eu só usei o carro fumacê porque para trás tudo que eu fiz não foi eficiente para dar conta do problema. As cidades que conseguiram reduzir a dengue, em qualquer parte do mundo, elas deram conta sim do trabalho, do combate

focal do mosquito. Por gincana, por consciência coletiva, por atividade de Governo, por qualquer outro meio eles conseguiram dar conta da eliminação dos focos. E muitas vezes é comum, nos Estados mais pobres, nós termos tanques, tinas, potes, bacias nas favelas, nas pequenas cidades, para fazer a coleta da água. Você não vive sem água. Se eu não tenho água pública eu tenho que ter água em vasilha. Então sem essa eliminação desses criadouros não teremos jamais a possibilidade de combatermos a dengue.

Agora aconteceu que o mosquito voou, está picando as pessoas, aí entra a questão única da saúde pública, que é o diagnóstico precoce, em tempo hábil, correto, o favorecimento do paciente com um tratamento adequado também em tempo hábil para que se possa evitar as mortes. Nessa fase de hoje nós temos que fazer apenas a estruturação dos serviços de saúde para que as pessoas não morram.

Mas eu queria também, Senador, com a sua permissão, me perdoe se eu estiver falando muito, colocar a questão também dentro do Congresso. O senhor me permite? Eu trago aqui uma planilha que trata da questão do financiamento da saúde. O Brasil, que tem um sistema que pretende ser universal, pretende ser universal, como é o italiano, o alemão, o cubano, o de Costa Rica e outros, que não têm financiamento adequado, e não nós vamos dar aqui a questão do financiamento como resposta para o problema da dengue, por favor, não é essa a minha intenção. Agora o Brasil hoje, de cada cem reais que gasta com saúde, apenas quarenta e oito é público. Isso é muito grave, isso é muito grave.

Orçamento de 2008. Fundo Nacional de Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde é a Secretaria que o Dr. Fabiano trabalha com o Dr. Gérson Penna. Vigilância, Prevenção e Controle de Malária – Proposta encaminhada ao Congresso: dezoito milhões e setecentos mil reais para o ano todo de 2008; orçamento aprovado: doze milhões, oitocentos e quarenta – um corte de 31,30% no combate à malária. Dengue – Proposta orçamentária: dezoito milhões e setecentos mil reais; aprovado: catorze milhões – o corte foi de 24,9%. Compra de imunobiológico, que são vacinas, vacinas para o povo brasileiro. Proposta: oitocentos e oitenta e dois milhões; aprovado: seiscentos e dezoito – o corte foi de 29%. Portanto, nós temos aqui, nas ações da Secretaria de Vigilância à Saúde, que é a responsável pelas endemias, um corte aproximado de 25%. Ora, se nós partirmos de um cálculo que foi feito pelo CONASS onde colocando saúde da família, colocando atenção básica com medicamento de alto custo, Senador Flávio Arns, média e alta complexidade, nós precisávamos de cinco bilhões e novecentos a mais. Somando-se isso

aos quatro do PAC, nós temos um orçamento aprovado para nove meses. Então eu quero só mostrar o seguinte: que a nossa atitude hoje, no enfrentamento do problema de saúde no Brasil, tem que ser uma discussão que vá para por dentro do Sistema Único de Saúde. Esse sistema pode estar agonizando se não houver uma ação mais forte no sentido de revigorá-lo, e o povo brasileiro não tem nada mais importante e nem mais eficiente para colocar no lugar. Eu falei mais eficiente. Um sistema que dá cobertura hoje à atenção primária com mais de vinte e sete mil equipes, que implanta dezessete mil equipes de saúde bucal, que oferece transplante, mais de 90% é público, que em quantidade de transplantes só perde para os Estados Unidos, que oferece uma cobertura vacinal hoje que é exemplo para mundo, que tem o maior sistema de combate à Aids no mundo, é um sistema importante, agora é preciso ser cuidado, porque quando ele chega a 48% apenas de financiamento da saúde sendo público, esse sistema passou a serem eminentemente privado e aí começa a minha agonia. Então a discussão do dengue, da malária, da febre amarela, ele não pode estar dissociado do resto do sistema.

Para terminar eu vou chegar nas mortes do Rio de Janeiro. Claro que falhou tudo e aí chegou na necessidade do diagnóstico e do tratamento dos pacientes. E aí falhou também, no caso de lá, a atenção primária. O senhor colocou aqui de Campo Grande. Campo Grande conta com oitocentos mil habitantes, cem mil casos de dengue, dois óbitos, isso no ano passado no Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro conta com quarenta e cinco mil casos de dengue até aqui e cinquenta óbitos. Então temos, com certeza aí, uma eficiência na atenção primária que não teve a porta de entrada para o paciente chegar mais rápido ao Sistema de Saúde, e se chegou ele não teve o tratamento adequado para poder ter o seu caso resolvido. Portanto, eu queria discutir a questão do Sistema Único de Saúde colocando na perspectiva do todo da saúde brasileira e não apenas no caso da dengue como um fato isolado, porque se isso acontecer estaremos aqui, no próximo ano, discutindo a próxima crise e as próximas vítimas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Dr. Jurandi Frutuoso, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, e quero fazer aqui uma referência importante a respeito da questão orçamentária. Jamais a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional iria se atrever a cortar recursos, diminuir recursos destinados à saúde, a não ser por motivos não relacionados à nossa vontade. Isso é relacionado ao conjunto de destinações do Governo Federal, do Executivo, que manda para cá e,

logicamente, o Executivo tem uma grande representatividade na Comissão de Orçamento e ali fazem os ajustes necessários dos cortes e que realmente não depende única e exclusivamente da nossa vontade. Só para ficar esclarecido. Também o senhor falou com muita sabedoria da questão política. Essa audiência pública, de forma alguma, tem algum tipo de intenção de estarmos culpando a, b ou c, mas eu quero deixar bem claro que com a municipalização da saúde, e eu fui Prefeito, tinha um pavor disso, porque na municipalização nos dava a impressão, principalmente no início do processo de municipalização, que o Governo Federal – e o Estadual por conseguinte – começava a querer se livrar de todas aquelas ações que lhe trariam desgaste político. Então o Federal – não estou dizendo que é o caso – passava para o Estadual, o Estadual por sua vez passava para o Município e o Município para quem vai passar? Para si próprio. Então quando o Dr. Silveira Franco nos fala sobre a questão municipal, que o investimento municipal realmente supera e muito suas condições de financiamento na área da saúde, isso é uma verdade. Se nós formos fazer uma avaliação pelo número de Municípios que temos, eu acredito que no máximo 2%, 3% dos Municípios têm condições de manter esse percentual. Os Municípios brasileiros são pobres em arrecadação, então ficam na dependência de repasse federais e de repente esses repasses não são suficientes para atender essas necessidades. É questão de verba, mas nós não vamos culpar também a falta de recursos como grande causa. Mas eu vejo assim com muita tristeza quando a mídia mostra, para todos nós brasileiros, até deboche diante dessa situação da dengue no Estado do Rio de Janeiro, deboche de um querendo passar a culpa para o outro. Todos têm sua responsabilidade, todos os homens públicos têm a sua responsabilidade, a população tem a sua, mas a população é amenizada. Nós podemos amenizar a participação da população porque ela tem que ser estimulada para cumprir as suas funções, a sua parte, e não estão sendo estimuladas devidamente porque não estão recebendo informações, educação em saúde necessária para isso. Então desculpem, eu como Presidente pouco devo falar, mas como médico me senti no direito de fazer essa referência.

Além das personalidades já citadas por nós, da presença aqui nesta reunião, eu quero registrar a presença da Sra. Bete Almeida, assessora de imprensa do Ministério da Saúde, do Sr. Nereu Manzano, assessor técnico do CONASS, da Sra. Eliana Kanoff, assessora da Agência Nacional de Saúde, da Sra. Nara Ferreira, jornalista da Rádio Senado, do Sr. Rodrigo Ledo, repórter do Portal IG, do Sr. João Cláudio Estrela, jornalista da TV Globo, e da Sra. Nara Lacerda, repórter

da CBN, a quem agradecemos, porque a presença dos senhores e das senhoras são importantes para fazer repercutir assunto de grande importância para a saúde pública nacional.

Eu passo a palavra ao Dr. Fabiano Pimenta, Secretário Adjunto da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

SR. FABIANO PIMENTA JÚNIOR: Bom dia a todos. Eu queria cumprimentar o Senador Papaléo Paes, Presidente da Subcomissão de Saúde, nossos colegas de mesa, Srs. Senadores, demais senhoras e senhores aqui presentes. Eu vou tentar ser o mais sintético possível na questão da malária e da febre amarela pelas questões aqui já colocadas, dando enfoque na questão da dengue, mas vou me permitir a passar, qual é aqui a minha missão, de passar a situação atual desses três problemas de saúde pública do nosso país com os dados dos mais atualizados possíveis e disponíveis. Pode colocar o primeiro.

Bom, em relação à malária, o Dr. Pedro Tauil já colocou várias vezes, mas é importante a gente colocar que 99,7% dos casos estão concentrados na região amazônica e nós tivemos, de 2007 para 2006, que é o mês já fechado, uma redução de 17% no número de casos. Praticamente todos os Estados tiveram redução no número de casos, exceto o Amazonas, com um pequeno aumento de 5,7% e o Mato Grosso com 1,5%. Pode passar para o próximo.

O mais importante nessa questão da malária é que o número de casos por *Plasmodium falciparum*, que é a espécie que causa as formas mais graves, responsáveis pelas internações na maioria e pelos óbitos, nós tivemos uma redução ainda maior, de 36%, o que repercutiu na redução de 33% das internações hospitalares por malária no ano de 2007, quando comparado com 2006. Isso tem uma série de motivos, mas principalmente a introdução de uma nova estratégia terapêutica para a malária *falciparum*, que junto com um Comitê que o Ministério da Saúde mantém de especialistas, no qual o nosso professor Pedro Tauil faz parte também, direciona e auxilia o Ministério na condução de medidas e políticas da malária, e houve essa introdução da nova terapêutica para a *Plasmodium falciparum* em que houve uma excelente resposta, o que os dados aí comprovam. Pode passar.

É importante mostrar que a Amazônia Legal tem oitocentos sete Municípios. Entretanto, a malária vem se concentrando em alguns Municípios, de forma que três Municípios concentram 24% da malária: Manaus, Porto Velho e a região do Vale do Juruá, cujo Município pólo é Cruzeiro do Sul, e que sessenta Municípios concentram 80% da malária na Amazônia Legal, que tem 99,7% dos casos da malária no Brasil. Pode passar.

Mas uma questão muito importante que já foi colocada, é só para sinalizar, é que felizmente ao longo dos anos, embora nós não tenhamos uma sustentabilidade na redução do número de casos de malária no país, às vezes aumenta, às vezes diminui, e aí vem uma questão que o professor Pedro Tauil já ressaltou, que é a questão da prioridade política nas três esferas de Governo e se conseguir ações intersetoriais, principalmente nas áreas de extrativismo, na área de garimpo e na área de assentamento, a questão do número de internações e a questão da letalidade, ou seja, dos óbitos por malária no Brasil vem caindo sistematicamente. Pode passar.

Aí são os dados que mostram a concentração dos casos de malária na Amazônia Legal, e os Municípios que estão num marrom mais escuro são os Municípios que têm o quê nós chamamos da malária com maior risco. São os Municípios que têm mais de cinquenta casos por mil habitantes ao longo do ano na região da Amazônia Legal. Esse marrom às vezes está mais forte porque nós temos Municípios de grande área geográfica, aqui ele está marcado como um todo, como é o caso, por exemplo, do Município de Porto Velho, entre outros. Pode passar o próximo.

Bom, a principal estratégia de controle da malária, uma das principais, é você ter diagnóstico rápido e tratamento adequado das pessoas. E como é que o Ministério, junto com os Estados e Municípios, têm enfrentado essa questão? Aumentando o número de laboratórios para que a população amazonense ou da região amazônica tenha o diagnóstico rápido e o tratamento adequado. Aí os senhores podem ver como que houve uma evolução importante no número de laboratórios de diagnóstico da malária na Amazônia Legal, repercutindo, positivamente, principalmente na gravidade da doença. Pode passar.

Em relação às medidas de controle. O número de agentes de controle da malária que atuam hoje na Amazônia Legal, agentes específicos para a malária, em 2002 eram sete mil e hoje são quarenta e dois mil agentes, agregando força local, força dos Municípios e outros agentes, como, por exemplo, os agentes comunitários de saúde, que se envolvem nessa questão de prevenção e controle da malária. Pode passar.

Bom, e aí o quê é o mais importante no sentido de reduzir a gravidade da doença, inclusive intervir na cadeia de transmissão, porque o tratamento da malária, diferentemente da dengue, você tem um tratamento específico que evita que pessoas desenvolvam os gametócitos, que são as formas que infectam os mosquitos, e quando eles são tratados mais rapidamente não há essa produção, e você interfere na cadeia de transmissão da doença, nós verificamos a evolução

de 2003 para 2007 favorável, não é, de proporção de pessoas que buscaram diagnóstico em malária e que tiveram esse diagnóstico em menos de quarenta e oito horas, consolidando aqueles dados que anteriormente eu mostrei. Pode passar.

Então em relação à malária, a mensagem que nós gostaríamos de deixar é que existem responsabilidades das três esferas de Governo, como em todos. O Ministério da Saúde aporta os medicamentos, os recursos através do teto, numa conformação de responsabilidade com os Estados e Municípios, mas a continuidade das ações, a sustentabilidade política nas três esferas de Governo e a intersectorialidade das ações também é muito importante na questão da malária. E aí, de uma maneira geral, tanto para a malária como para a dengue, nos preocupa um esforço concentrado de todas as esferas de Governo e de toda a sociedade no sentido de que, no momento em que se avizinham as eleições municipais, que essas ações extramuro, casa a casa, de coleta de lâmina, de fazer aplicação de inseticida, não tenham descontinuidade em função do momento eleitoral que está nos avizinando, principalmente no nível municipal, porque nós podemos pagar caro por essa questão. Avanços como esses que nós estamos tendo nesse momento da malária podem retroceder rapidamente. A malária, eu costumo dizer, que é um termômetro muito importante da organização ou da desorganização de um sistema municipal, estadual ou do conjunto do Sistema Único de Saúde. Uma descontinuidade de ações de uma determinada localidade que tem condições favoráveis à transmissão da malária, ela repercute num período de tempo que não é maior do que seiscentos dias. Então é muito importante que nós mantenhamos a nossa ação focada: Ministério da Saúde, CONASS, CONASEMS e as representações dos Municípios nesse sentido. Pode passar o próximo.

Febre amarela. Bom, aí está ilustrada a área considerada endêmica para o Brasil, para a febre amarela, que é a área verde, que têm doze Estados, mais de vinte milhões de habitantes, vinte e nove milhões de habitantes; uma área de transição que abrange parcialmente sete Estados, com vinte e dois milhões de habitantes, está em vermelho; e uma área indene, mas que tem risco potencial, que também abarca parcialmente sete Estados, com quase cinco milhões de habitantes; e uma área considerada indene, ou seja, onde você não tem nesse momento o risco de transmissão da febre amarela por uma série de fatores ecológicos, entomológicos, entre outros, e que estão colocados cento e nove milhões de brasileiros. Pode passar.

Como já foi dito aqui pelo professor Pedro, pelo próprio Dr. Jurandi, a febre amarela é uma doença que tem ciclos de ocorrência e que, só no ano de 2008, foram aplicados, efetivamente aplicados, mais de oito milhões de doses contra febre amarela. Houve uma grande movimentação e um pico onde mais de vinte milhões de brasileiros foram vacinados aí no final dos anos 90, no início da década de 90, a partir do momento que aquela área de transição foi redimensionada e que houve a necessidade de vacinar brasileiros. Pode passar.

Mostrando também que a febre amarela tem uma ocorrência também sazonal no nosso país e que nos períodos de chuvas mais frequentes nós temos um aumento da infestação do mosquito, nós temos condições mais favoráveis de transmissão da doença. O quadro de 2007 e 2008 não foi diferente disso, quando as chuvas começam a voltar, outubro, novembro e dezembro, começa a também aumentar os casos de febre amarela. Pode passar.

Aí ilustrando rapidamente os locais que nós tivemos epizootias, ou seja, são mortes de macacos com confirmação por febre amarela no Brasil. Numa série histórica de 1999 a 2006 nós verificamos aí que até no Rio Grande do Sul nós tivemos Municípios com epizootias de macacos, mostrando aí uma expansão da área que anteriormente estava restrita, de acordo com a ocorrência de epizootias, a área da região amazônica, da região centro-oeste e uma parte do sudeste, mostrando aí a dinâmica de transmissão das doenças. Pode passar.

Aqui é a situação de forma bastante sintética do último episódio que nós tivemos, de dezembro de 2007 e agora de 2008. Nós tivemos trinta e oito casos confirmados, a sua grande maioria no Estado de Goiás, tivemos vinte óbitos confirmados por febre amarela, com a letalidade acima de 50% em relação aos casos confirmados. Nós ainda temos quatro casos de investigações, com dois óbitos. Aqueles vinte óbitos estão incluídos nos trinta e oito casos. E no total de notificações de suspeitos nós tivemos sessenta e cinco notificações, com vinte e cinco óbitos notificados. Pode passar.

Aí está mostrando que os casos se concentraram basicamente até o começo do mês de fevereiro, tivemos ainda episódios em março, mas uma maior concentração aí em janeiro e fevereiro. Pode passar.

E mostrando que nesse episódio, dezembro de 2007 a janeiro de 2008, as epizootias, os Municípios com epizootias e Municípios com relatos de mortes de macacos que não se confirmaram com epizootias estiveram muito concentrados em Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul, com alguma dispersão por Mato

Grosso, para Minas Gerais, São Paulo e Paraná, mas mostrando nitidamente uma concentração para essas áreas, o quê concentrou os esforços do Ministério da Saúde, dos Estados e dos Municípios na vacinação de pessoas, principalmente nessas áreas. Bom, esse é o relato de febre amarela. Pode passar.

Eu vou entrar na questão da dengue, que é uma questão de maior complexidade nesse momento, de maior abrangência. O professor Pedro Tauil já colocou isso daí, das primeiras epidemias no continente americano, nos Estados Unidos, mais de cem países no pós-guerra registram dengue, com cinquenta a cem milhões de casos por ano, e diante da impossibilidade de erradicação do mosquito *Aedes aegypti* o Governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Controle da Dengue, que foi em julho de 2002, e essa política e esse Programa Nacional foi suportado por uma Resolução do Conselho Nacional de Saúde, que reconheceu a impossibilidade de erradicação em curto prazo e recomendou ao Ministério da Saúde a elaboração de um programa para reduzir a incidência, índice de infestação e letalidade, como várias pessoas que já me antecederam aqui já falaram. Pode passar.

O professor Pedro Tauil também já falou, 2,5 bilhões de pessoas em áreas de risco para dengue no mundo, oitenta a cem milhões de casos por ano e estimativa de quatrocentos mil casos de febre hemorrágica de dengue, com cem países endêmicos. Pode passar.

Eu não vou me ater nessas coisas, que foi muito bem explicada pelo professor Pedro Tauil. O destaque que eu faria aí, que não foi detalhado, é que para que nós possamos ver a vulnerabilidade e a importância que hoje tem o trânsito de pessoas na possibilidade de introdução de um novo sorotipo num determinado país, é que apenas entre Manaus e Venezuela, que tem dengue 4 circulando, nós temos uma estimativa de trinta e cinco mil pessoas que transitam, vão e voltam por mês. Pode passar.

A situação epidemiológica de dengue em 2008, quando comparado o período janeiro e fevereiro de 2008 com 2007. Nós temos números bastante próximos já da finalização dos dados desses dois meses, uma redução de 27% do número de casos, destacando-se o crescimento na região norte e na região nordeste e um pequeno crescimento na região sudeste. Pode passar.

Aí eu detalho por região, na região norte nós temos um aumento de 52%, especificamente, dos quais destaco o aumento nos Estados de Rondônia, Amazonas e do Pará. Pode passar o próximo.

Na região sudeste nós temos 4% de aumento, destacando aí o grande aumento no Estado do Rio de

Janeiro e um aumento de 23% no Estado do Espírito Santo. Pode passar o próximo.

Na região nordeste um aumento, o Ceará praticamente estável, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. Pode passar.

Na região centro-oeste nós temos o estado de Goiás, com 27% de aumento no mesmo período. Pode passar.

Na região sul nós temos um aumento em Santa Catarina, mas esse aumento é um aumento apenas de casos importados, mas eu fiz questão de fazer essa seta mostrando como que o trânsito de pessoas e a ocorrência de casos em outros Estados também torna vulneráveis Estados que ainda não têm transmissão autóptica(F) no Brasil, como o caso de Santa Catarina, uma vez que nós temos lá Municípios que têm infestação por *Aedes aegypti*. E o Estado do Rio Grande do Sul, que teve os primeiros casos autópticos(F) no ano de 2007 e tem uma tendência também de um maior aumento de casos no ano de 2008. Pode passar.

Bom, apenas para que os senhores tenham a idéia da complexidade da situação do Brasil e que é um fator desencadeante ou um fator que também contribui para a ocorrência de casos de febre hemorrágica de dengue, de casos graves de dengue, que é a circulação simultânea de vários sorotipos e esse está comprovado, sob o ponto de vista científico, que é um dos fatores que induzem a uma maior ocorrência do número de febre hemorrágica de dengue e óbitos quando o sistema tem algum problema de organização, principalmente na atenção primária. Pode passar.

Bom, aí mostra claramente que quando nós tivemos a introdução do dengue 3 no Brasil, configurando um processo de três sorotipos circulando simultaneamente, nós tivemos um aumento do número de casos de febre hemorrágica de dengue e de óbitos no Brasil e também, em linhas gerais, na média do país, com a letalidade que está acima da letalidade preconizada pela Organização Mundial de Saúde e que constitui um desafio para o Sistema Único de Saúde, nas suas três esferas de gestão, conseguir com que os bons exemplos que aqui já foram citados seja uma regra geral num país que tem cinco mil e quinhentos Municípios e tem tantas diversos dados como nós temos. Pode passar.

Aí, mais uma vez, demonstrando que com a entrada do dengue 3 nós tivemos também o aumento das hospitalizações, mostrando que nós tivemos uma maior gravidade no número de casos, e os primeiros casos de febre hemorrágica de dengue vieram a acontecer e aumentaram as internações a partir da introdução do dengue 2 no início da década de 90. Pode passar.

Bom, eu queria destacar, como o papel do Ministério da Saúde, como o órgão que normatiza e que

organiza o Sistema Nacional de Vigilância à Saúde, diante dessa questão, dessa complexidade da situação epidemiológica e entomológica, quais foram as principais ações, isso sempre permeando numa parceria com o Estado, com os Municípios e com a sociedade acadêmica e científica que têm assento no Comitê Nacional de Acompanhamento e de Monitoramento do Programa Nacional de Controle de Dengue, foram produzidos trezentos e oitenta mil protocolos clínicos que já focou bem adulto e criança, uma vez de que nós tínhamos a clareza do padrão asiático, que eu não preciso repetir em razão da premência do tempo, que o professor Pedro Taui também explicou e mostrou aqui. Em parceria com o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira, agora no final do ano, prevendo, não é, e já analisando os dados disponíveis em que havia aumento da circulação do dengue 2 e com o aumento da incidência do dengue em crianças em alguns casos em cidades do Nordeste e que já havia acontecido a detecção no Estado do Rio de Janeiro, já no meio do ano de 2007, foram produzidos, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, com o núcleo de saúde coletiva, e distribuídos em parceria com o Conselho Federal de Medicina, trezentos mil CDs interativos que foram enviados a todos os médicos do Brasil que estão com o seu registro atualizado no Conselho Federal de Medicina, abordando a dengue desde a atenção básica, passando pela média e pela alta complexidade, num esforço de buscar a organização do Sistema de Saúde para reduzir a letalidade por dengue, que é o nosso principal objetivo, como aqui já foi dito pelo professor Pedro Taui. Já está em fase de edição um manual de capacitação também para todos os enfermeiros em parceria com o Conselho Federal de Enfermagem, no sentido de que toda a equipe que tenha um papel importante no sentido do manejo do paciente com dengue esteja atualizado e informado. Da mesma forma um novo manual de capitalização de multiplicadores e alunos, também com enfoque de adulto e crianças. Pode passar.

Aí estão os *layouts* desses materiais que estão produzidos e amplamente distribuídos. Pode passar.

Além disso, uma carta do Ministro a todos os médicos da equipe de saúde da família. Foi elaborada uma nova ficha, em conjunto com os Estados e Municípios, para investigar os casos de óbito de dengue. Aí eu resalto que essa investigação é muito importante, uma vez que você pode avaliar o tempo que esse paciente demandou para ser atendido, avaliar se esse paciente teve uma assistência com exames complementares que são importantes como, por exemplo, plaqueta e hematócrito, e avaliar também se esse paciente teve o quê nós chamamos de sinal de alarme para febre he-

morrágica de dengue, que são alguns sinais clássicos como dor abdominal muito forte, vômitos persistentes, entre outros, e que permite reorientar a capacitação dos profissionais de saúde dessa rede de atenção. Uma estratégia muito importante é o caderno de vigilância em saúde e atenção básica. Aqui já foi dito várias vezes, não existe nenhuma possibilidade de você ter uma atenção adequada ao paciente com dengue e ações preventivas e ação de comunicação e de mobilização da população sem que a atenção básica, com um contingente de mais de duzentos mil agentes comunitários de saúde e mais de vinte e sete mil equipes de saúde da família, não esteja absolutamente e efetivamente envolvidas nessa ação de prevenção, não só de dengue, mas de vários outros problemas que afligem a população brasileira.

E aí algumas questões específicas de capacitação de profissionais multiplicadores, tanto sob o ponto de vista clínico como pediatra pela evolução da doença para um padrão asiático, que já estava absolutamente trabalhado e discutido com o CONASS e CONASEMS. Pode passar.

Bom, eu destacaria aí parcerias na questão da comunicação e da mobilização, que são muito importantes, a partir de uma pesquisa que o Ministério da Saúde fez, que mostrou que 90% da população se diz bem informada sobre como se transmite dengue e quais são os hábitos do mosquito *Aedes aegypti*. 97% da população já viu alguma comunicação, seja do Estado, seja do Município ou seja do Governo Federal sobre dengue. Entretanto, 55% diz que não adota medidas preventivas na sua casa porque acha que o seu vizinho não vai fazer e de pouco adianta fazer. Então nós, Governo Federal, Estado e Município e a sociedade brasileira estamos diante deste grande desafio que é transformar esse conhecimento em atitudes sem transferir a responsabilidade, evidentemente, para a população, porque todos nós, das três esferas de Governo, temos as nossas responsabilidades. Pode passar.

Bom, e outra coisa mais importante, eu não vou entrar em detalhes, é que a partir de 2007 o Governo Federal convocou, a partir da Organização Mundial de Saúde e da Organização Panamericana de Saúde, uma avaliação independente do Programa Nacional de Controle de Dengue. Essa avaliação teve o seu processo inicial no dia 18 e 19 de julho do ano passado, essa avaliação, como eu já disse, é um processo, o programa de dengue é um programa extremamente complexo pelas complexidades que já foram aqui colocadas, que tem dez componentes e que muitos deles extrapolam e muito a questão do setor saúde, que aqui já foi dito: abastecimento regular de água, a questão do lixo, a questão dos descartáveis, a questão do direito indivi-

dual e do direito coletivo, entre outras questões, mas o quê essa avaliação mostrou num momento inicial é que nós temos que priorizar a atenção ao paciente. Evitar óbitos é o quê nós focamos naquela ação de treinar pessoal, de produzir CD Rom, produzir material de capacitação e que infelizmente não existe nenhuma tecnologia disponível no mundo relativa à prevenção e controle da dengue que o Brasil não esteja lançando mão. São as lacunas de conhecimento e as lacunas de instrumentos disponíveis e que o professor Pedro Taubil tão bem discorreu aqui junto com os demais, é que nós precisamos então investir em pesquisa, em redes de pesquisas para que essas lacunas e principalmente a vacina estejam disponíveis em curto prazo para que nós possamos resolver de uma vez por todas essa questão. Pode passar.

Bom, e aí, rapidamente, são números que obviamente eu não vou aqui, pela disponibilidade de tempo detalhar, mas que mostram que existe todo um investimento no setor saúde de buscar, junto com os Estados e Municípios, minorar essa questão da dengue e que essa questão do saneamento, com três bilhões do PAC Saneamento muito voltados para a questão do abastecimento regular e contínuo de água e a questão de coleta e destino adequado de resíduos sólidos podem ajudar a baixar a incidência da dengue a partir do momento em que podem baixar a infestação. Eu destaco aqui que as capitais do Nordeste têm, como criadouros preferenciais nas grandes regiões metropolitanas do Nordeste, os tambores, os tonéis e as tinas, que são grandes volumes de água e que contribuem para uma infestação grande, a partir do momento que têm grande número de lavras, grande número de pulpas e, por conseqüência, grande número de adultos.

O teto de vigilância em saúde são oitocentos e vinte e um milhões de reais por ano, dos quais se estima que 70% são destinados às ações de prevenção e controle da dengue, transferidas fundo a fundo para Estados e Municípios, e, além disso, um aporte adicional de cinquenta e cinco milhões/ano para contratação de agentes de campo para aqueles Municípios que têm um estrangulamento maior da questão do financiamento da contratação de agentes de campo. Pode passar.

São cento e vinte e dois laboratórios disponibilizados no país como um todo para fazer o diagnóstico do paciente com dengue, o diagnóstico sorológico, e aqui é preciso deixar bem claro que o diagnóstico sorológico não é o decisivo na conduta da atenção ao paciente com dengue, a plaqueta e o hematócrito é muito mais importante, mas o diagnóstico sorológico é muito importante para que nós possamos detectar aonde é que a doença está migrando, aonde é que a

doença está evoluindo e a partir disso as medidas de prevenção, as medidas de intensificação de combate ao vetor e de organização da rede para a atenção ao paciente sejam desencadeadas. Assim como nós temos laboratório de fronteira para buscar monitorar, permanentemente, a entrada de novos sorotipos virais para que essa entrada seja detectada o mais precocemente possível e as medidas de intensificação de controle sejam adotadas para que você evite uma dispersão rápida desse novo sorotipo.

E aqui eu gostaria de transmitir um esclarecimento público que já está na nota do Ministério da Saúde, é que um trabalho recentemente publicado de uma eventual detecção e isolamento de dengue 4, no Estado do Amazonas, até o presente momento, felizmente, não se confirmou. Pode passar.

Eu destacaria, Senador Papaléo, para finalizar, que na busca de ações intersetoriais e na busca da mobilização da população, algumas medidas importantes têm sido adotadas, como, por exemplo, a parceria com a indústria, que instalou duzentos e vinte dois ecopontos em duzentos Municípios brasileiros, que é uma articulação com a iniciativa privada que permite o recolhimento e o destino adequado dos pneus, que são importantes criadouros do *Aedes aegypti*, e que em muitos Municípios brasileiros – e aqui o tempo não permite detalhar – esse tipo de criadouro, que era o segundo ou o primeiro, deixa de ser o principal criadouro do *Aedes aegypti*, mostrando que as parcerias são importantes, assim como a inversão de investimentos em campanhas publicitárias e de mídia para transformar aquele conhecimento da população em atitudes em cada um dos Municípios brasileiros, em cada uma das casas brasileiras, sem com isso ser uma transferência de responsabilidade para a população. Eu me encontro à disposição para a discussão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Dr. Fabiano. Eu quero parabenizar a todos os expositores e passamos à próxima fase da nossa audiência pública, lembrando aos senhores expositores que a nossa Subcomissão é composta por cinco membros e os senhores são testemunhas do interesse da Casa sobre o assunto, pois temos seis Senadores aqui presentes.

Eu concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Duque. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras irão fazer indagações ou comentários pertinentes aos senhores expositores. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Senador Papaléo Paes, eu estou um pouco rouco hoje e pedi a V. Ex^a., logo que cheguei, para que me concedesse a palavra logo por causa do compromisso que eu tinha na Comissão de Educação. Contudo, eu fui ficando, fui

ficando, fui ficando, vou ficando e vou permanecer. Eu não vou à Comissão de Educação, porque eu estou na presença, V. Ex^a. foi muito feliz em convocar, em instituir essa Subcomissão, de homens sábios que me esclareceram tanta coisa que eu não sabia. Eu estou fixado aqui, vou ficar até ao final, depois pedirei desculpas lá na Comissão de Educação.

Dá vontade até de propor, Presidente, a criação do Ministério das Endemias, alguma coisa parecida, uma coisa grandiosa, uma coisa com verba, independência, pelos problemas que foram aqui esclarecidos.

Quando o cearense Dr. Jurandi Frutuoso falou sobre o problema no Ceará da dengue, eu fiquei imaginando aqueles grandes reservatórios de água que são criadouros, como aqueles açudes enormes, o quê fazer nisso? No Rio, que foi capital da República durante tantos anos, a minha cidade, em que tudo de bom ou de mal que acontece tem uma repercussão enorme, eu fico imaginando: eu vou perguntar a um deles, alguém que possa me dizer, por que motivo até hoje eu não ouvi noticiado um caso de dengue entre os quarenta e quatro mil presidiários do Rio de Janeiro? Você não houve um caso desses nas prisões, em Bangu I, Bangu II, Bangu III e vai por aí. Eu até agora não ouvi noticiado, Presidente, não ouvi noticiado. Por quê? Talvez alguém possa me responder. Eu não sei se ocorre a mesma coisa nos outros Estados, mas pelo que está exposto aqui nessa reunião, de sábios que eu considero, sábios, o problema não é só no Rio de Janeiro. É no Rio, o problema nos outros Estados e é no mundo inteiro. Mas quando acontece no Rio, já viu, aí é o Rio, é o país do carnaval, então é diferente, por isso que eu estou aqui como Senador do Rio de Janeiro.

Eu quero, Presidente, depois de tudo que eu ouvi, eu quero ouvir também os meus colegas médicos – eu sou advogado – e eu gostaria que os senhores refletissem nessa pergunta que eu fiz, que são sobre os presídios do Rio de Janeiro, por que as coisas não acontecem, em termos de dengue, lá?

Eu quero cumprimentar todos os expositores, todos, dizer com toda a franqueza que eu não tenho nenhum conhecido, nenhum amigo que tenha contraído essa doença, não tenho. Sei que é verdade que ela existe, talvez com certo exagero. Agora mesmo de manhã o Diretor-Geral da Santa Casa de Misericórdia, Dr. Dázaro, pediu-me que eu transmitisse ao Senado que ele colocou à disposição da população da cidade do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro, colocou mil leitos à disposição, é um esforço, mil leitos à disposição para o problema da dengue, para facilitar, ajudar, tentar curar. Mas ele tem cinco hospitais, pode fazer isso, distribuídos pela cidade do Rio de Janeiro.

Têm duas casas de idosos grandes, então ele pode disponibilizar. Ele ofereceu isso ao Município do Rio de Janeiro, ao Governo do Município, ao Governo do Estado e está oferecendo também ao Governo Federal. Santa Casa da Misericórdia, que todos nós referenciamos, das mais antigas, fundadas por Anchieta e etc., etc. e etc. Lá o problema sensibiliza as autoridades, como sensibiliza a banda black não sei o quê ali, que foi definida aqui pelo nosso Secretário e vigilante. Cumprimento V. Ex^a. pela iniciativa louvável, trouxe-nos homens sábios aqui que nos esclareceram tanto. Eu sou advogado, não sou médico, eu estou na presença de médicos aqui, mas deixei de ir lá à Comissão de Educação, vou ficar. Muito obrigado por ter me permitido essa intervenção, e aguardo, oportunamente, que um dos ilustres conferencistas possa explicar por que o dengue não entrou nas prisões do Rio de Janeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a participação de V. Ex^a., principalmente por termos o privilégio de termos V. Ex^a. presente na nossa audiência pública, e que a educação, que a Comissão de Educação nos perdoe, mas hoje V. Ex^a. tomou uma decisão sábia, mais uma vez. Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero também cumprimentar os expositores pelo conhecimento, pela clareza. Eu acho que muitos aspectos foram assim, sem dúvida, tornados bem mais claros através desta audiência pública.

Eu gostaria assim de ir na esteira do que alguns dos senhores já colocaram. Em primeiro lugar separar a questão do trabalho do combate à dengue da questão do atendimento dos infectados pelo mosquito neste momento. Então, como foi dito, não se admite que tantas pessoas estejam morrendo no Rio de Janeiro, quando nós tivemos um caso, quer dizer, uma situação parecida em Mato Grosso do Sul, em outros Estados o número de mortes foi dentro dos parâmetros, pelo menos, que a Organização Mundial de Saúde considera, infelizmente, até aceitáveis, porque o quê está abismando o Brasil, por um lado, é o mosquito, mas por outro lado são as mortes decorrentes da falta de atendimento, como foi colocado por todos, particularmente pelo Dr. Jurandi, no sentido do Sistema de Saúde, que está assim incapacitado, no Rio de Janeiro, para atender. Então eu gostaria de saber o quê é que está sendo feito? Quer dizer, isso aí é uma urgência, tem que ser feito para o mês passado, para dois meses atrás, para três meses atrás, quer dizer, tantas pessoas que já morreram e que não precisariam ter morrido. Onde é que está a incompetência, onde que está a falta de administração pública, onde que está a colocação inadequada de recursos, quem é que vai ser punido do

ponto de vista estadual, do ponto de vista municipal, do ponto de vista federal? Porque não se admite que essas pessoas estejam morrendo. Esse que é o grito, não é, de socorro assim que as famílias e a sociedade estão colocando aí para o Congresso, para os meios de comunicação, quer dizer, o quê está sendo feito, o quê vai ser feito concretamente? A gente aceitaria Medida Provisória, todo mundo aceitaria numa situação dessas. “Ah, não tem dinheiro, não pode contratar”. Então o recurso da Medida Provisória é para isto e não para tantas outras bobagens pelas quais a Medida Provisória vem sendo utilizada. Nós temos que ter respostas imediatas. Eu gostaria assim que isto fosse explicado para a população, o quê está sendo feito no Estado do Rio de Janeiro e por que o Estado do Rio de Janeiro chegou nesse caos absoluto em termos de saúde? Então essa é a dúvida, a primeira dúvida.

A segunda dúvida é que naturalmente, para qualquer problema que se apresente para a sociedade, os recursos são fundamentais. Quando nós dizemos algo é prioritário, vamos olhar no orçamento para ver se o orçamento reflete aquela prioridade. Se o orçamento não refletir, é demagogia. “Ah, a criança e o adolescente são prioritários”. Vamos olhar no orçamento e não existe recurso para a criança e para o adolescente. Então deixa de ser prioridade.

Então me preocupa muito esta situação, como V. Ex^a. colocou, Senador Papaléo Paes, porque o orçamento que veio para o Congresso Nacional já era insignificante para esta área. Como é que nós vamos colocar para a dengue dezoito milhões, que foi colocado, dezoito milhões de reais, foi diminuído para catorze. O quê são dezoito milhões para a dengue no Brasil? Quer dizer, dezoito milhões é a mesma coisa que nada. Então dizer-se que a prioridade é o combate da dengue, vamos promover a saúde da população, prevenir, e destinar dezoito milhões, que foram diminuídos em função dos cortes para catorze milhões, quer dizer, o quê já veio do Executivo é um absurdo. E o Dr. Marcos colocou de uma maneira clara que na área da vigilância epidemiológica foram diminuídos trezentos milhões de reais. Foi isso que o senhor colocou, não é, trezentos milhões de reais a menos na área da vigilância epidemiológica. Então eu gostaria assim que isto ficasse mais claro, talvez o Dr. Fabiano, o Dr. Jurandi pode, pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais ou Conselho Nacional de Secretários Municipais esclarecer isto, como é que está este orçamento, pelo qual o Congresso também é responsável, mas todos nós sabemos das dificuldades que o Congresso tem de mexer na peça orçamentária que chega a esta Casa lá do Executivo, do Executivo. E dizer-se que o Município tem que aplicar, que o Município não está

aplicando, é exatamente aquilo que o Dr. Marcos colocou: a grande maioria dos Municípios do Brasil já vem aplicando os 15% em saúde – ou mais – determinados pela Emenda Constitucional. Agora eu não sei quanto que o Município do Rio de Janeiro está gastando em saúde. O senhor sabe?

SR. MARCO DA SILVEIRA FRANCO: Está próximo dos 15%.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Chega nos 15%?

SR. MARCO DA SILVEIRA FRANCO: Não, ainda não chega, mas está próximo dos 15%.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quer dizer, o Município também não está aplicando aquilo que deveria estar aplicando. E o Estado do Rio de Janeiro, aplica quanto em saúde, já que deveria estar aplicando 12%?

SR. JURANDI FRUTUOSO: Eu também não tenho esse dado aqui oficialmente, mas nós temos aí uns sete Estados que estão abaixo dos 10%, uns outros sete que estão chegando aos 12% e alguns ultrapassando, mas eu não tenho esse dado. Eu só sei que esse dado que o Marcos daqui aqui do Município eu não sei, mas o meu do Estado eu não sei dizer corretamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agora o Governo Federal realmente abocanha a maior parte da arrecadação que é feita no Brasil, tanto que nós temos contribuições e temos impostos. As contribuições são 100% destinadas para o Governo Federal, não existe repartição com Estados e Municípios, e os Municípios têm que sempre mendigar, na verdade, ou com o Governador ou com o Governo Federal para melhorar o seu orçamento em saúde.

Então eu só gostaria assim que fosse esclarecida essa situação: o quê é que está sendo feito concretamente com os doentes que não podem morrer em função da questão da dengue? Em segundo lugar: como que está esta destinação de recursos? Porque se realmente aconteceu, quer dizer, trezentos milhões a menos para vigilância epidemiológica. Como o Dr. Pedro colocou, como um das soluções para esta situação, o desenvolvimento de uma vacina. Existe a possibilidade, a esperança de que esta vacina seja desenvolvida. O recurso que está sendo destinado para a pesquisa desta vacina é um recurso suficiente? Quanto que está sendo destinado para o desenvolvimento desta vacina? E, por último, como é que o Brasil está se preparando para o ano que vem? Que para este ano, como já foi colocado pelo Dr. Jurandi, não adianta mais, vamos atender os doentes, não podem morrer, têm que ser bem atendidos, e é incrível que a gente, como os meios de comunicação colocam, que

alguém no século XXI esteja morrendo por causa de um mosquito, aliás cujo problema tem solução médica, que se não tivesse seria uma outra questão, mas não pode morrer. Como é que nós estamos nos preparando para o ano que vem?

Porque é impressionante a gente pensar no Mato Grosso do Sul, que teve quarenta e quatro mil casos no ano passado e nesse ano teve mil casos. O quê o Estado do Mato Grosso do Sul fez para diminuir de quarenta e quatro mil para--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Me permita um aparte, Senador Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só uma outra situação ainda, Senador Valter. São Paulo teve dezoito mil casos e diminuiu para menos de mil casos, São Paulo. Lá nos Estados do Sul, o Paraná, que é o meu Estado, tem dois mil e tantos casos, quase três mil casos, e Santa Catarina e o Rio Grande do Sul têm duzentos, trezentos casos. O quê é que está acontecendo? Qual que é a análise que se faz para se dizer que alguma coisa está sendo bem sucedida? Estão obtendo resultados adequados no combate à dengue, pelo menos aparentemente, eu não sei o Dr. Pedro o quê poderia assim colocar de uma maneira mais adequada e até fazer uma análise daquilo que o Dr. Fabiano colocou, se do ponto de vista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical não deveriam ser colocadas outras situações ou estas são suficientes? Como que é a análise do estado da arte que o senhor faz em termos do encaminhamento? Mas como é que em alguns lugares assim o combate, não é o atendimento, Mato Grosso do Sul atendeu bem a população, como foi ressaltado lá no passado, e diminuiu para mil casos. Quer dizer, o quê está acontecendo aí? Eu permito, se V. Ex^a. permitir também que o Senador Valter faça o aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É só para retificar um dado. Mato Grosso do Sul não ficou restrito a quarenta e cinco mil casos: foram setenta e cinco mil, setecentos e oitenta na temporada passada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E nesta temporada?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E agora mil e quinhentos casos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é. O quê Mato Grosso fez para que isto, não é, caísse de oitenta mil casos para mil e quinhentos casos? Quer dizer, existem soluções que me parece, salvo melhor juízo, que a gente também não entende bem, não é Dr. Pedro, assim dessas questões, mas que tiveram

sucesso. Então são indagações, mas eu acho que no momento o quê mais aflige é que as pessoas têm que ser bem atendidas, de maneira oportuna, de maneira como foi dito adequada, correta, rápida. Eu acho que este é o problema desse momento e praticamente nós não falamos sobre isso, quer dizer, e esta pergunta aí que a população quer ver, mas é claro, combater a dengue, ter recursos e tudo, mas no momento é atender bem as pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço a participação do Senador Flávio Arns e quero perguntar à V. Ex^a.: a qual expositor V. Ex^a. dirige a sua pergunta? Nós deveríamos estabelecer qual dos expositores para nós termos uma resposta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu também vou fazer outra pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu vou estabelecer para nós ouvirmos a pergunta de todos os Srs. Senadores e depois a resposta de cada um. Então o Dr. Fabiano Pimenta Júnior fica respondendo às perguntas do Senador Flávio Arns. Senador Paulo Duque, qual sua preferência?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu só tenho uma indagação curiosa em termos de pergunta, que é aquela sobre casos dentro dos presídios.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Fica para o Dr. Fabiano também, houve um consenso aqui da mesa. Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Primeiro eu gostaria de agradecer a presença de todos aqui, é o momento de a gente fazer essa discussão, realmente, mas primeiro eu vou começar assim: eu sou de Roraima, do Norte, lá em Roraima a malária é uma doença mais grave do que a dengue. Realmente foi por Boa Vista que a dengue entrou no Brasil, porque nós somos vizinhos da Venezuela, lá transitam por volta de trinta e uma mil pessoas. Carros, até o final do mês de março, nesse ano passaram trinta mil veículos, de Manaus só, entraram na Venezuela e voltaram. Quer dizer, em pessoas a gente pode multiplicar que vai dar muito mais do que essas trinta mil.

Malária, por exemplo, em Roraima, em 2005, nós tivemos trinta mil casos, em números redondos, eu estou arredondando, em 2006 vinte mil casos, em 2007 vinte mil casos, e provavelmente esse ano vamos ter menos, porque a malária, o pico da malária lá é nos primeiros três meses do ano. Nós estamos com menos de três mil casos este ano lá, é possível que a gente fique em torno de seis mil casos, sete mil casos de malária em Roraima.

De dengue, nós temos menos dengue, graças a Deus, porque tiveram vários sorotipos lá, a população está imunizada, e a Prefeitura tem feito o seu trabalho também e o PSF em relação à prevenção de dengue, porque lá nós prevenimos duas coisas: é dengue e malária. Quando a gente combate o mosquito, estamos combatendo dois inimigos.

Eu queria fazer uma pergunta mais ou menos geral assim, porque nós estamos conversando aqui a respeito disso e nós estamos procurando soluções em relação a essa epidemia que está vindo agora. Toda epidemia de dengue, doravante de uns anos para cá, vai ocorrer com dengue hemorrágica. Não existe mais condição de haver dengue, somente dengue, aquele dengue simples que era do começo da doença, vai ter dengue hemorrágica. As crianças vão ter mais casos de dengues, não é? Vão ser mais atingidas porque elas não tem imunidade para a dengue, são quatro sorotipos, quatro vírus, não é, então eu acho assim que todas vão ser hemorrágicas. Nós temos que fazer um jeito de conscientizar, como falou aqui o CONASS e o CONASEMS, que as pessoas, os governantes, têm que tomar uma atitude séria com relação à dengue. Vamos falar de dengue, que dengue atinge mais a população toda, atinge os Estados ricos, a malária já é uma cruz que nós carregamos há muito tempo, já estamos acostumados e sabemos lutar. Inclusive quando ele falou dos laboratórios, esse laboratório que ele falou, eu vou falar porque todo mundo no Brasil está vendo isso, na verdade o laboratório é um microscópio que utilizam para fazer lâmina, uma lâmina de malária, e quem cuida do laboratório, os que funcionam mais eficientemente, que têm mais soluções, são os que pegam uma pessoa daquela vicinal, daquela vila, daquela comunidade para fazer a lâmina, um morador de lá, são os que são mais eficientes, porque todo mundo sabe onde mora a dona Maria, a dona Maria é que a tem o microscópio na casa, que faz a lâmina da malária. Também tem um negócio, eles procuram de sábado, domingo e segunda, eles têm consciência disso e fazem a lâmina quando chega. A maioria dos lugares não tem nem luz. No nosso laboratório lá em Roraima, que estão nas vicinais, não tem nem luz elétrica, tem um motorzinho que vira de noite, para fazer a lâmina de noite, mas funciona com um sol, mas faz e funciona. Funciona, mas algumas Prefeituras começaram a relaxar, por isso que subimos para trinta mil em 2007, porque os prefeitos relaxaram. Mudança de Prefeito, mudar o microscópio, botar um afilhado político e tal, não fez direito a coisa, deu confusão. Então tem que ter responsabilidade.

E o saneamento básico, como o Frutuoso falou, que a nossa doença maior é a falta de saneamento que

provoca essas doenças epidêmicas desse jeito. Existem disponíveis no PAC, para os próximos três anos, quase três bilhões de reais para fazer isso. Mas para a gente realmente resolver o saneamento do Brasil a conta pula para mais de cem bilhões de reais para fazer o saneamento completo no Brasil, nos nossos cinco mil e quinhentos Municípios.

Mas a pergunta que eu quero fazer, eu sou médico também, é a seguinte: o quê nós realmente podemos fazer para evitar, para amenizar essas epidemias? Eu sei que o Rio de Janeiro custou muito a instalar o Comitê de Dengue lá, demoraram muito para tomar uma atitude conjunta. Lá em Roraima, em 2000, íamos ter uma epidemia, quando começou a subir, já era uma epidemia hemorrágica, sabíamos disso, fizemos o Comitê e conseguimos segurar. É lógico que Roraima é pequeno, mas o Exército participou, Maçonaria, a Prefeitura, os Municípios, todo mundo participou, as escolas. As gincanas, a gente fala em gincanas, gincana parece uma brincadeira, mas é uma coisa que dá uma mudança realmente, gincana de recolhimento de produtos. E as pessoas, também, têm que tomar consciência de que não podem estar jogando copinho, lata. A pessoa que joga um copo pela janela de um carro está matando uma pessoa de dengue daqui para frente, pode ser responsável pela morte de uma pessoa. Então nós temos que fazer também campanhas institucionais para as pessoas tomarem consciência disso. Eu vejo jogarem coisa pelo carro aqui em Brasília, não é só era Roraima não. Em Roraima jogam também, mas aqui em Brasília também. Então eu queria saber, a minha pergunta é para todos, se existe, além dessas medidas que estão fazendo, alguma coisa diferente que possa ser feita? As medidas que estão tomando no Rio realmente vai diminuir isso? A culpa é do Estado quando morrem as pessoas, o Estado que eu digo assim da Nação brasileira, dos governantes do Brasil. Não adianta querer culpar o pobre que jogou a lata, ele também é culpado, mas a culpa principal é que só morre quando não é feita, como o professor falou, a assistência à saúde adequada. Então a falha é nossa do nosso Sistema de Saúde mesmo, tanto do Prefeito, como do Município, como do privado, como do próprio médico também que pode ter bobeado na hora de tomar a atitude adequada. Mas nós não queremos mais culpados, nós queremos soluções. Então eu pergunto aos senhores, que são estudiosos do assunto, se existem algumas soluções, se as medidas que estão sendo tomadas são adequados ou se existe alguma forma de a gente apressar para não deixar acontecer mais. Já morreram cinquenta, mais de cinquenta, o jornal diz. Quer dizer, quando morreu a primeira pessoa de dengue, já deveria se estabelecer o Comitê,

alguma coisa neste país não acontecer mais isso. E parabéns ao Ceará, porque o Ceará tem conseguido realmente, lá no Frutuoso, segurar as epidemias de dengue dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Senador Augusto Botelho. Concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira. Solicito a V. Ex^a. para indicar o palestrante que irá responder à sua pergunta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Fabiano, que representa o Ministério. Mas eu gostaria de fazer uma consideração que parte de um sobrevivente do ataque do *Aedes aegypti*. No final de 2006 eu fui vítima desse mal, a minha cidade estava toda infestada e a partir dali eu comecei a desencadear uma campanha incessante contra o *Aedes aegypti* e contra também aquilo que eu acho que não funciona bem na abordagem dessa questão da dengue.

A primeira questão, a primeira crítica que eu fiz – e essa crítica eu fiz ao antecessor do atual Ministro da Saúde – é quanto à forma conservadora com que o Ministério da Saúde orienta o combate ao *Aedes aegypti* e à epidemia da dengue. O que se vê, e aqui eu vi um dos expositores dizer aqui claramente, se não me engano foi o Dr. Marcos, que fica assustado quando vê pela frente o fumacê, quando vê uma viatura fazendo a pulverização. Eu acho que tem que ficar assustado mesmo porque o fumacê só poderia dar certo se houvesse um contato, se fosse possível um contato entre o mosquito da dengue e o agente de saúde. Se houvesse uma combinação entre os dois, em falar: “olha, nós vamos passar aí tal hora, você dê sopa na rua neste horário que nós vamos combater com o fumacê e você vai ser atacado”, mas se houvesse também esse trato dificilmente o mosquito ia passar naquele momento e naquele local. Por outro lado, mesmo que se ingresse nos quintais, nos terrenos baldios, o fumacê não dá o resultado desejado. Não dá por vários razões. Primeiro porque é preciso saber, efetivamente, onde ele está. Isso é difícil. Se não houver um engajamento, como já foi repetida vezes dito aqui, é muito difícil localizar aqueles pontos. Segundo, o *Aedes aegypti* não fica só no terreno baldio, ele fica dentro das casas, e dentro das casas o combate conservador não é possível fazer, não é possível. Por quê? Porque os produtos são altamente tóxicos e sendo tóxicos não pode ficar exposto ao risco de contato com crianças, com idosos e etc.

Então o quê aconteceu? Houve alguns avanços, algumas pesquisas que efetivamente lograram bons resultados. Uma dessas pesquisas levou a EMBRAPA a anunciar um produto, que é um larvicida biológico. Apesar de ter cinco toxinas, esse larvicida só ataca

efetivamente o mosquito da dengue, o *Aedes aegypti*, e mais especificamente a fêmea, que é onde mora o perigo. Pois bem. Esse larvicida, até hoje, eu não vi nenhuma autoridade sanitária dar um aval explícito à sua utilização. Qual a grande vantagem desse larvicida? Ele pode ser usado internamente nas residências. Se houver um acidente e uma criança ingeri-lo, nada vai acontecer dada a sua natureza, dada a sua origem biológica, não tem nenhum tipo de risco de intoxicação. Esse larvicida pode ser utilizado em bueiros, onde o produto tradicional, quer dizer, o fumacê, o IBTI ou outro larvicida, que é recomendado pelo Ministério da Saúde, não pode. Por quê? Porque existe o problema ambiental, existe a dificuldade de acesso, existe uma infinidade de razões pelas quais os bueiros ficam inacessíveis para o tratamento conservador. As lagoas, onde também pode haver um dano a microorganismos, também não pode ser utilizado o tratamento conservador, mas o larvicida biológico pode, esse é plenamente aceitável.

Existe um outro avanço que foi registrado por uma equipe, equipe comandada pelo Dr. Álvaro Eduardo Eiras, da Universidade Federal de Minas Gerais. No que é que consiste essa pesquisa? Consiste numa isca que foi desenvolvida e que é utilizada numa placa, uma placa odorizada, uma placa que tem um cheiro agradável para o mosquito e que faz a captura do *Aedes aegypti* através de uma cola que existe nessa placa. Pois bem. Eu não ouvi até agora, também, nenhuma recomendação oficial para o uso dessas placas. Essas placas que se chamam, se denominaram, se não me engano, MosquiTrap. Mas lá no Município de Três Lagoas, no início do ano passado, depois que eu passei por isso, que comecei a pesquisar e tomar conhecimento desses avanços todos, eu tive uma conversa com a Prefeita, minha amiga, minha companheira de partido, Prefeita Simone Tebet, falei para ela da impressão que eu tinha dessa forma conservadora e ela falou: “não, Valter, eu vou fazer o seguinte: eu vou adotar um procedimento ousado. Eu vou usar o MosquiTrap e vou usar também o larvicida biológico da EMBRAPA”. E o quê ela fez? Ela adotou então as três linhas de ataque: o larvicida biológico, a isca para a captura do *Aedes aegypti* e também o tratamento conservador. Qual foi o resultado? Só para que os senhores tenham uma idéia da resposta, no mês de março ela não tem registro de um só caso, de uma só ocorrência, de uma só notificação de dengue. Ela simplesmente liquidou. E liquidou por quê? Porque essas placas, que foram desenvolvidas lá na Universidade de Minas Gerais, além de fazer a captura do mosquito, na verdade funciona como um meio de monitoramento. Essas placas são espalhadas por todos os pontos da cidade, por vários pontos da

cidade, e ali há um controle. Quando há a ocorrência, quando há a aparição do primeiro exemplar, já acende o sinal vermelho e a saúde pública já vai lá. Já vai lá com o quê? Já vai lá com o fumacê, já vai lá com o inseticida biológico, com a limpeza, e com esse ataque todo simplesmente desaparece o agente causador. Então graças a isso Três Lagoas saiu do noticiário. É o Município que reduziu mais drasticamente a ocorrência do *Aedes aegypti* e da dengue em Mato Grosso do Sul. Foi um sucesso absoluto. Pois bem. Sobre isso eu fui fazer uma visita ao ilustre Ministro da Saúde, Dr. Temporão, ele ouviu atentamente toda a exposição que eu fiz naquela ocasião e recomendou a ida de uma pessoa essa sua confiança lá ou o Coordenador Nacional da Dengue, Dr. Giovanni Evelim, que esteve em Três Lagoas, que tomou conhecimento de todo o método que foi adotado lá, que está sendo adotado, e o Ministério da Saúde, tenho certeza, está fazendo o acompanhamento.

Mas o quê eu sinto, Sr. Presidente, é que existe uma falta de entrosamento, porque hoje aqui o Senador Arns e os expositores lembraram aqui o exemplo de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul foi o campeão no ranking nacional da dengue no ano passado. Todos nós sabemos isso. Qual foi a primeira iniciativa, qual foi a primeira grande mudança que ocorreu no enfrentamento dessa questão? A primeira grande mudança é que lá o Governo do Estado, anteriormente, simplesmente ignorava a sua responsabilidade com relação à dengue e transferia toda essa responsabilidade para o Município e a União. A União que orientava, que monitorava todo o tratamento e cuja única indicação, cuja única prescrição era o fumacê, e o Município que assumia toda a responsabilidade operacional. Pois bem. O segredo de Mato Grosso do Sul é um só: o Município não está mais só. O Governo do Estado estabeleceu uma relação com os Municípios, assumiu a responsabilidade junto com os Municípios. O Governador hoje é um médico, um médico que tem muita responsabilidade com a questão da prevenção, a questão do controle epidemiológico, e a partir daí mudou a forma de cada Município que tem uma metodologia de ataque. Por exemplo, em Campo Grande não foi essa mesma linha adotada por Três Lagoas, mas teve também uma grande mobilização, uma mobilização extraordinária, e a mobilização ocorreu em Campo Grande, que teve o apoio do Governo do Estado, e ocorreu em Três Lagoas, que também teve o apoio do Governo do Estado. E Três Lagoas, além dessas medidas, dessa abordagem mais ousada que teve a dengue, houve também uma mobilização que realmente o Ministério e a sociedade têm que tomar conhecimento: lá houve o mutirão do pneu. Mais de setenta e cinco toneladas de pneus, de

pneus velhos, foram levadas para um grande mutirão e esses pneus velhos todos estão sendo remetidos para uma empresa em Goiânia que está fazendo o processamento.

Há também um mutirão, por exemplo, tem a Semana do Saco Cheio, que as escolas realizam habitualmente, todo fim de ano. Lá desenvolveu-se um mutirão, na Semana do Saco Cheio, que é um grande saco que é distribuído para cada escola e para cada sala de aula, e ali é premiada a sala de aula, é premiada a escola que consegue reunir o maior volume de todos os recipientes que possam provocar ali uma maternidade para o *Aedes aegypti*. Então com essa mobilização toda a dengue, em Mato Grosso do Sul, efetivamente, foi afastada.

Agora tem uma outra questão também, que eu não poderia deixar de suscitar, que é o seguinte: o Ministério da Saúde reconhece que existe um foco, que pode existir um foco da dengue a partir do momento em que ela faz a primeira vítima. Esse é o sinalizador, este é o sinal amarelo. Tem uma vítima, ou seja, houve uma picada, houve uma confirmação, a partir daquele momento dá-se um tratamento mais agressivo ao combate ao *Aedes aegypti*. Com essa placa, que é da Universidade Federal de Minas Gerais, com o Mosqui-Trap, qual é o primeiro sinal amarelo? Não é a vítima, o primeiro sinal amarelo é o mosquito que foi capturado. Então vejam os senhores que há métodos mais modernos, mais ousados, que podem ser utilizados. Há exemplos bem sucedidos. Mas o quê não existe e que é preciso cobrar de todas as autoridades sanitárias do país é que essas experiências sejam repassadas, que essas experiências sejam transmitidas. Esses dias eu fiz um discurso, até o Senador Papaléo Paes estava no Plenário e ouviu, recomendando: “se o Rio de Janeiro quer aprender a combater a dengue, mande uma equipe no Município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, que lá ele vai aprender, lá vai aprender”. E outra coisa: ao invés de procurar o culpado, as autoridades que hoje estão se digladiando para descobrir quem é o culpado, tem que procurar o mosquito. Tem que mudar a visão. Ao invés de procurar o culpado, procura o mosquito, mas procura no devido tempo. Veja que esse trabalho que foi feito em Três Lagoas não parou o ano todo, inclusive no inverno. Não é só na safra do mosquito, é na entressafra também que tem que ser procurado o mosquito. Então com isso tudo venceu-se a dengue lá em Três Lagoas e controlou-se a dengue em Mato Grosso do Sul. Agora o quê é preciso é que esses bons exemplos sejam seguidos.

A pergunta que eu faço, especificamente ao Dr. Fabiano: não é hora do Ministério da Saúde oferecer

o sucesso de Três Lagoas e de Mato Grosso do Sul como exemplo para o Rio de Janeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Senador Valter Pereira. Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini. Após a pergunta ou perguntas da Senadora nós iremos conceder a palavra aos senhores expositores, que terão um tempo para responder as perguntas e fazerem as suas considerações finais. Com a palavra a Senadora Rosalba.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, senhores expositores. Eu gostaria inicialmente de dizer, pedindo até desculpas, que eu não pude estar desde o início em função de outra Comissão onde eu era a Relatora e não poderia me ausentar, lá na Comissão de Educação, mas nesse assunto eu sou também, posso dizer, colega de vocês como médica, e tenho uma experiência de quem foi Prefeita de uma cidade de porte médio durante três mandatos. E posso afirmar, com toda segurança, que a minha cidade teve epidemia, mas não quando eu era Prefeita. E o quê eu vejo é que, infelizmente, depois de mais de dez anos que nós tivemos a primeira epidemia no Brasil, nós estamos aqui mais uma vez para discutir o quê na realidade nós já conhecemos, porque esse quadro nós conhecemos, a cada ano o retorno das epidemias de dengue. Vejo que na realidade sei que os senhores todos têm, seja a nível dos Conselhos Municipais, Estadual, Federal, a nível de Vigilância Sanitária, do Ministério, dos Estados, sei que todos que aqui estão têm tido todo o interesse, toda a boa vontade e idéias para que a gente possa conseguir no Brasil, se não debelar, pelo menos controlar nas formas aceitáveis, nos números aceitáveis a epidemia de dengue.

Mas o quê eu tenho para colocar é que infelizmente nessa hora que a gente vê que saúde não é prioridade. Saúde não é prioridade. É nessa hora que a gente vê que se trata a saúde, recursos para a saúde, como se fosse gasto e não investimento. Porque se tratássemos realmente com a seriedade que deveria ter, porque trata-se de vida e vida não tem preço, não se pode perder vida muitas vezes porque paramos o controle de uma determinada epidemia. Eu sei que isso acontece porque eu fui Prefeita e aí veio a minha experiência. Quando acontece a epidemia, então corre todo mundo. É a história do Brasil, o brasileiro só fecha a porta depois de roubado. Corre todo mundo. Formam-se os Comitês. É o Estado, o Município, o Exército, tudo. Quando a coisa acalmar é esquecido.

Então o quê nós precisamos ter é a seriedade de ter, primeiro, recursos suficientes para tratar essa questão partindo de um planejamento que aí a área sabe, um planejamento mínimo determinado, indepen-

dente de quem seja o gestor, se hoje é o Prefeito tal ou a Prefeita, o Governador, o Presidente, para que se faça um plano realmente de atuação e que esses recursos não sejam reduzidos quando se acha “que não é mais necessário”. Eu digo que isso acontece, é verdade. Quando eu era Prefeita, muitas vezes eu e os agentes das endemias passávamos meses e meses, o Dr. Jurandi sabe disso, sem os recursos chegarem, e se o Município tivesse condições, graças a Deus o meu tinha, se não tinha eu arranjava de onde ter para não parar o trabalho, para fazer o pagamento dos agentes, para ter os insumos necessários, porque também aí tem uma outra questão: se é saúde nós temos que priorizar o Município. É muito difícil, Dr. Marcos, o senhor que trata das questões voltadas diretamente com os Estados, ficar esperando que o Estado remeta o larvicida, quando o Município poderia fazer isso diretamente, que mande tal e tal equipamento. Que se concentre no Município, que cobre, fiscalize. Então eu acho que o quê acontece é isso, o quê está acontecendo é isso. É o caso da questão da febre amarela. Meu Deus do céu, nessa época o Brasil voltou, como foi esse ano, a termos essa questão, que sabemos que tem uma vacina. É isso que eu quero saber dos senhores: o custo de tratar um paciente não é bem maior do que termos um programa de vacina que é decenal, são dez anos? Pelo menos naquelas áreas onde nós sabemos que existem riscos, como agora foi mapeado quais são as áreas de risco, o Brasil sabe. Por que não ser obrigatório no calendário de vacina das crianças, como temos o nosso calendário de vacina, qual seria o custo disso? Eu sei que a primeira informação, quando eu procurei saber, me disseram que o Ministro andou por aqui, ou um representante dele, me desculpe, disse que o custo era muito alto. Mas e o custo do tratamento quando isso vem a acontecer? E esse planejamento, não tem que ser um planejamento contínuo? O custo pode ser alto agora, mas daqui há dez anos não é bem menor? É um reforço, e obrigar aqueles que saem da área para as áreas de risco a só entrarem com o certificado de vacina. Eu acho que isso é uma medida tão simples e fácil de ser resolvida. Agora os recursos da saúde têm que se priorizar. É como a questão do saneamento básico. Hoje têm tantos bilhões para saneamento básico. Ótimo, está de parabéns o Governo Lula. Eu encontrei a minha cidade com 8% de saneamento básico, deixei com 60%, e graças a Deus a Prefeita que está depois de mim está continuando, e comecei sem nenhum recurso do Governo Federal, até essa foi a minha grande decepção quando da primeira eleição do Presidente Lula, porque eu tinha começado a fazer saneamento e via que ele era o Presidente que eu entendia que naquele momento iria ter o apoio para poder fazer mais

saneamento de forma mais rápida. Eu conseguia fazer com os recursos da minha cidade, tirando daqui e dali, e também com uma Emenda do Parlamentar da Terra que realmente fez tudo para defender essa questão, porque se dizia que obra enterrada não tinha valor, que o povo não via, que os políticos não queriam fazer. Eu mostrei que era o inverso, que a obra enterrada reflete no bem-estar. Mas graças a Deus o Governo reviu essa questão e agora está investindo em saneamento e merece o meu reconhecimento e o meu aplauso. Mas eu acho que tem uma questão: muitas vezes demora a se fazer o saneamento, por mais boa vontade que tenha o Prefeito, e está aí, o Senador Valter colocou, que exatamente isso que os Municípios têm que fazer, que os Estados têm que verdades, cada qual usar da criatividade, usar dos meios que encontrar, se juntar e tentar controlar no seu Município. No saneamento por que essa verba não vai direto? Ampliasse um percentual na saúde, no quê é destinado e vai para que seja obrigatório se fazer saneamento de acordo com as necessidades de cada cidade, que se tem esse mapeamento seria bem mais rápido, bem mais fácil do que ficar na dependência, muitas vezes, da simpatia de um parlamentar ou de um determinado órgão do Governo que simpatiza mais com esse Município e não com aquele. E aí quem perde? É a Nação. Nós passamos, quem vai ficar sempre é o Brasil. Eu queria inclusive também saber se é verdade, Dr. Fabiano, o senhor poderia dizer, porque houve uma redução em 2007 de mais de 40% dos recursos destinados ao controle das endemias. Foi essa a informação que me chegou, foi extra-oficial, eu queria ter essa informação, queria que o senhor pudesse nos dizer.

Infelizmente eu queria dizer que eu acho que muito disso que nós estamos passando, também, é porque o nosso Congresso, e aí, meus colegas, nós precisamos nos somar, é a Emenda 29. A gente fala, discute e não se conseguiu ainda realmente ter a regulamentação, porque eu sei que os Municípios estão investindo, muitas vezes acima do percentual, mas precisa na Emenda 29 que nós tenhamos realmente em quê é que é para ser investido, porque saúde é bem-estar. Não se pode entender, e aqui eu não vou dizer o nome da cidade, que asfalto possa ser feito com recurso da saúde. Tudo bem, uma rua asfaltada é mais bem-estar, mas não pode sair do dinheiro da saúde. Tem que sair de outros recursos. Não se pode entender que a merenda escolar, onde já tem recursos, se o Prefeito complementa vá sair da saúde. A nutrição é importante sim, mas tem que sair de outra rubrica, não da rubrica da saúde. Então essa regulamentação tem uma importância muito grande, vital, e se esse meu mandato valer pelo menos isso eu já estou sa-

tisfeita e acho que já cumpri a minha missão de dar resposta ao povo que me fez sua Senadora. Então são essas as colocações que eu queria e aqui dizer que é necessária essa tomada de posição, é necessário que nós, o Presidente do Senado já se comprometeu inclusive em ser uma das prioridades, mas eu gostaria de pedir a todos os nossos colegas, através da nossa Comissão, independente de cores partidárias vamos nos somar e fazer com que esse Brasil tenha um Sistema de Saúde onde nós possamos realmente definir um planejamento, porque existe já a definição de como esses recursos são somados, que cheguem aos Municípios, cheguem à ponta onde está o cidadão mais pobre, mais carente, e que precisa realmente das nossas soluções. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado à Senadora Rosalba. Eu quero lembrar que nós já solicitamos, através de Requerimento aprovado nesta Comissão, um debate sobre a questão da regulamentação da Emenda 29. Nós não tivemos êxito para realizar a nossa audiência pública porque as instituições que representam o Governo estavam até em desentendimento entre si, da área social, da área econômica, e comunicaram, através de um assessor parlamentar, da impossibilidade, porque eles ainda não tinham feito as definições internas, então nós não poderíamos fazer uma audiência pública só para gerar expectativas sem gerarmos informações concretas. Então eu quero, agora, nossa sessão de Plenário começa às catorze horas, são treze horas e vinte e cinco minutos, eu vou passar a palavra--

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, só um minutinho, sobre esse assunto, me desculpe, eu não sei se é possível, se o Regimento permite, mas dizer se não seria o caso de nós fazermos novamente essa convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Nós estamos aguardando, inclusive o Requerimento está aprovado e nós ficamos aguardando as instituições, representantes do Governo, decidirem o momento certo, quer dizer, vamos reestimulá-las e mostrando a necessidade do imediatismo disso.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria só de acrescentar uma indagação ao Dr. Fabiano: quantos óbitos o Ministério têm registrado este ano? Se já tem algum dado e se tem também assim uma evolução histórica. Está todo naquela planilha?

SR. FABIANO PIMENTA JÚNIOR: Está.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então eu vejo lá, nem precisa responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então eu vou passar a palavra para as

considerações finais ao Dr. Marcos da Silveira Franco, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

SR. MARCOS DA SILVEIRA FRANCO: Eu quero ressaltar o elevado nível das questões, dos questionamentos dos Senadores, eu acho que essa oportunidade é uma oportunidade bastante interessante, desprovida de paixões, eu acho que tem sido bastante rica e produtiva essa discussão. Eu acho que, à semelhança dessa questão, talvez ampliar a discussão da saúde como um todo, como foi citado aqui.

Eu vou fazer algumas abordagens bem rápidas. Do Senador Paulo Duque, eu acho que a questão do presídio, eu vou me atrever a fazer uma resposta mais simplificada, talvez é preciso uma pesquisa técnica um pouco mais apurada, mas duas questões podem prover essa questão da ausência da dengue nos presídios: eu imagino uma questão burocrática e uma outra a questão biológica. A questão burocrática é que a gente precisa certificar se de fato as notificações de casos nos presídios estão ocorrendo com certeza, se isso está correndo com clareza, quer dizer, todos os casos suspeitos e diagnosticados de dengue estão sendo notificados, então a gente pode imaginar que na verdade seja uma questão biológica apenas, e aí nós vamos fazer algumas inferências, por exemplo: o *Aedes*, ele tem o hábito de voar no máximo a um metro e vinte de altura. Se o presídio é isolado, se não existem criadouros internamente, a possibilidade de isolar a população interna é mais fácil nesse sentido. Isso é uma especulação técnica, mas, enfim, que carece de uma confirmação técnica.

Mas eu gostaria de abordar aqui, a partir até da fala da Senadora Rosalba, em concordar com a plenitude dessa afirmação, eu acho que o custo operacional de qualquer ação preventiva é muito menor do que qualquer custo de vida. Nós estamos colocando o outro lado, não é uma questão de saber o quê é mais caro, se é a assistência ou a prevenção, mas é a vida, e aí eu acho que não tem custo que vale o preço da vida. Então nesse sentido eu acho que é extremamente importante. E vale refletir aqui essa questão de organização que o Mato Grosso do Sul teve, e como a parceira, a Secretária atual de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, que é a Dra. Beatriz Dobashi, ela tem essa visão e eu tenho o prazer de estar sentado nessa mesa do CONASEMS na perspectiva de substituir a Dra. Beatriz, acho que ela fez um bom trabalho nesse sentido, de estar mobilizando essa questão. E aí eu vou denotar uma fragilidade nossa do sistema, que no Mato Grosso do Sul se traduziu dessa parceria, desse pacto federativo do Estado de Mato Grosso do Sul, na construção de propostas coletivas, mas dentro do Sistema

Único eu acho que a gente tem algumas fragilidades na organização do sistema, entre elas essa questão de operar o sistema através de pactos e de portarias. Isso é uma coisa que precisa ser melhorada na institucionalização do Sistema Único, talvez precisássemos recompor a legislação do Sistema Único no sentido de que pudéssemos institucionalizar essas construções e essas responsabilidades federativas. Isso é uma coisa extremamente importante, talvez se minimize um pouco com a regulamentação da Emenda 29, mas não vai terminar. Eu acho que é preciso regulamentar essas instâncias de construção de pactos e de responsabilidades interfederativas que são extremamente importantes, a partir delas é que de fato a gente vai poder estar operacionalizando isso com responsabilidade. Portanto, é uma tarefa para médio prazo, isso não é uma coisa muito simples de ser feita.

Uma outra questão importante de demandas que foram citadas, do quê é que nós poderíamos estar fazendo em relação nesse processo de discussão, nesse momento no Sistema Único de Saúde, de uma maneira tripartite, nós estamos discutindo a formatação das redes de atenção, que é uma coisa prevista na Constituição e na Lei e que a gente ainda não tem isso formalizado e a rede de atenção verifica a operacionalização daquilo que a gente entende como rede de cuidado, que é onde entra o paciente, como é que eu distribuo esse paciente de acordo com a sua necessidade e como é que eu trato com responsabilidade esse paciente, evitando aí qualquer dano maior ou agravo maior a esse paciente. Isso é uma situação que precisa ser construída. Nos Estados em que essa situação foi mais equacionada, como, por exemplo, no Estado de Mato Grosso do Sul, isso foi uma situação mais tranquila de ser organizado. Em alguns Estados, até mesmo no Estado de São Paulo, a construção dessas redes se tornou um pouco mais difícil porque a organização da atenção básica é um pouco mais difícil, inclusive o Estado de São Paulo é um dos Estados onde essa mortalidade pela dengue do ano passado não foi uma avaliação muito boa, e no Rio de Janeiro onde a atenção básica também não é muito boa nessa questão. Então eu acho que a lógica é organizar a atenção básica, criar parcerias, organizar as redes, organizar a integralidade da prevenção e da promoção no sentido de garantir à população uma saúde com qualidade, tudo isso fundamentado num financiamento de fato do custo real da assistência pública no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado. Só para informar à Senadora e aos demais Senadores, foi aprovado Requerimento de minha autoria, no dia 26 de março de 2008, para uma audiência pública com a presença do

Ministro da Saúde, do Ministro da Fazenda, do Presidente do Conselho Nacional de Saúde, do Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e do Presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Saúde, provavelmente semana que vem, se for possível todos comparecerem. Só para deixar claro. Eu passo a palavra, pedindo compreensão com o tempo, para o Dr. Pedro Tauil.

DR. PEDRO LUIZ TAUIL: Obrigado, Sr. Presidente. Eu acho que são questões múltiplas e para algumas de fato eu não tenho as respostas.

Mas, começando, Senador Paulo Duque, eu não tenho a informação epidemiológica da incidência de dengue entre presidiários. Talvez a perspectiva de que não há criadouros, não há circulação de mosquitos, possa ser uma informação. Essa informação, infelizmente, eu não tenho, talvez algum colega da mesa tenha.

A pergunta sobre a questão dos açudes, eu gostaria de comentar o seguinte: o criadouro preferido do *Aedes aegypti* são reservatórios artificiais de água de pequeno porte. Eles preferem esse tipo de criadouro.

Continuando, como o Senador Valter coloca, de métodos mais eficazes de combate ao mosquito, de fato o grande, o primeiro, o mais eficaz, é a eliminação mecânica dos criadouros, é a eliminação, nós não podemos ter criadouros disponíveis. O segundo é o uso de substâncias não nocivas ao meio-ambiente e às pessoas, sendo que o Bacilo Esférico ou o Bacilos Turigienses são alternativas, são os inseticidas biológicos, são alternativas naqueles criadouros que não possam ser eliminados, porque eu não vou colocar numa garrafinha, numa tampinha de cerveja, o Bacilos Turigiense, é preferível retirá-la do meio-ambiente, mas em reservatórios em que de fato não possa ser eliminado, como tinas de água, nesses casos de fato estão indicados – e hoje em muitos lugares se usam – inseticidas biológicos, e principalmente porque os inseticidas químicos já apresentaram no passado e estão apresentando resistência. As larvas, elas perdem a sua eficácia, então se buscam novos larvicidas e entre eles o larvicida biológico é uma das opções que se usa.

Em relação ao problema humano, por que alguns lugares conseguiram essa redução drástica? Na verdade quando nós temos uma epidemia, essa epidemia, a imunidade que as pessoas adquirem para aquele sorotipo, ela é permanente. Então depois de um ano de epidemia, no outro ano provavelmente nós vamos ter uma queda natural do número de casos por falta de susceptíveis, porque as pessoas já adquiriram imunidade. Então isso é uma coisa que acontece no ciclo da febre amarela, muito claro, em relação aos macacos. Quando há uma epidemia, uma epizootia de macacos,

os que não morrem ficam imunes. Então é preciso que nasça macacos e acumulem um número de macacos susceptíveis ao vírus da febre amarela para que haja novamente a epizootia. Então muitas vezes a queda de um ano para outro é em função do aumento da imunidade que as pessoas adquirem.

Bem, o Senador Flávio Arns fez essa pergunta, para a qual a resposta é muito difícil. O quê deve ser feito no Rio de Janeiro hoje, principalmente para evitar a morte? Na minha opinião é a organização da atenção aos suspeitos. Niterói fez uma situação, eu não estou falando abstratamente, eu estou falando, por exemplo, no caso de Niterói eu vivi essa experiência, as pessoas suspeitas de dengue tinham acesso vinte e quatro horas ao serviço de saúde e para cada tipo havia uma conduta. Alguns retornavam para casa com hidratação oral, outros ficavam para hidratação parenteral, outros iam para hospitalização e outros iam para a UTI, dependendo da classificação dos casos. Essa é a conduta que eu acho que poderia se atenuar, reduzir os óbitos no Rio de Janeiro neste momento.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Pedro, com a sua permissão. Ainda teve uma questão em Niterói importantíssima, porque o controle que é feito através dos exames, ao primeiro sinal de queda, por exemplo, de plaquetas, o agente de saúde vai à casa, comunica a pessoa e traz antes que ela realmente tenha o sintoma. Eu conheço bem também o sistema de Niterói porque quando fui implantar o Programa Saúde da Família, foi em Niterói o meu estágio, fiz exatamente naquela época, em 1989, quando começamos Niterói já tinha essa experiência.

DR. PEDRO LUIZ TAUIL: Perfeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu queria alertar que a cidade do Rio de Janeiro tem seis milhões e quinhentos mil habitantes.

DR. PEDRO LUIZ TAUIL: Continuando com essa sua afirmação, Senador, as características sócio-econômicas do Rio de Janeiro também favorecem a proliferação do mosquito. As favelas são muito próximas das áreas não faveladas. Então há condições, quer dizer, a gente resumiria, Senador Flávio Arns, a situação do Rio de Janeiro favorece a proliferação do mosquito, favorece a transmissão de dengue, as condições sócio-econômicas, ecológicas. e dificultam o controle, dificultam o controle por causa da dificuldade de acesso e por causa dessa intercalação das favelas junto com populações que não são de favelas. Então esses são fatores importantes no Rio de Janeiro, sem considerar alguns problemas que é a necessidade de uma articulação melhor entre o Estado e o Município para melhorar a rede de atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES

(PSDB-AP): Muito obrigado pela sua participação. Concedo a palavra ao Dr. Jurandi Frutuoso, CONASS.

SR. JURANDI FRUTUOSO: Como eu estou sabendo que os senhores têm daqui a pouco outra reunião, às catorze horas, eu vou considerar minha todas as respostas até aqui dadas, apenas colocando o seguinte: que o CONASS está se reunindo com o Ministério da Saúde quinta-feira, depois da manhã, dia 03, às catorze horas, no Hotel Benidorm, no Rio de Janeiro, para uma reunião de avaliação da situação da dengue no Brasil. Lá deverão estar o Dr. Fabiano, o Dr. Gérson Penna, o Dr. Temporão, o Dr. Osmar Terra, em nome de quem eu quero agradecer a oportunidade de o CONASS estar falando nessa mesa, ele não pode estar aqui, e dizer que ele, o Dr. Sérgio Côrtes está muito preocupado, está sofrendo bastante também. Às vezes as pessoas pensam que gestor não tem alma, mas gestor tem alma sim. Eu fui e eu sei o quê é. Eu passei por várias crises desse tipo, passei por crise de UTI no Ceará, quando fui Secretário de Estado de Saúde, e às vezes as pessoas pensam que gestor não tem alma, não está sofrendo, não está ali, mas de noite às vezes está até chorando em casa quando ninguém está vendo por aquilo que ele não pode resolver. Então ontem o Dr. Sérgio Côrtes ligou para o Dr. Osmar e o CONASS desde ontem está num movimento de ligar para cada Secretário de Estado, pedindo a cooperação de cada Secretário de Estado, no sentido de botar no Rio de Janeiro brevemente cento e cinquenta pediatras, que não está fácil encontrar no Brasil. Esse é outro problema. Eu liguei para os vinte e sete Secretários, conversei com todos eles, não está fácil conseguir esses profissionais, mas aí nós estamos nessa luta aí tentando botar lá no Rio, já-já, esses profissionais. Portanto, eu queria aqui ressaltar também o exemplo da Dra. Beatriz Dobashi lá no Mato Grosso do Sul, pelo belo exemplo que foi dado lá no ano passado. Portanto, essa é a resposta. Nós, como estamos hoje, nós só temos que capacitar as equipes para evitar a morte. Melhorar o diagnóstico, tratar corretamente e em tempo hábil para evitar a morte. Nesse momento o quê tem que se fazer é isso. Agora se os Prefeitos e os Governos pudessem limpar as cidades nesse momento, também seria uma bela resposta. Eu acho que cuidar agora da cidade, limpar radicalmente, recolhendo tudo que for lixo, monturo, eu vou usar a palavra monturo que é bem entendida, tirar tudo que é lixo da cidade nesse momento, a grande resposta seria quando aconteceria na eliminação do mosquito. Eu acho que essa seria uma grande atividade para esse momento agora, no período de chuva, para eliminar os criadouros. E pedir, pedir aqui aos Senadores, por

favor: vamos colocar em discussão definitivamente a Emenda 29. Não dá mais. Quantos anos? Não dá mais para esperar por isso. Está aí a Emenda 29 que ia regulamentar o repasse de recursos, definir o quê é gasto em saúde e aí já corrigiria bastante as nossas desvantagens que temos sem a Emenda 29. Portanto, Senadora, a senhora foi muito feliz, eu espera que isso aconteça em breve tempo para a gente poder mudar, para poder organizar o sistema sem estar pensando no financiamento, porque hoje o gestor só faz pensar na história do financiamento e não tem tempo de cuidar de obras assistenciais porque não há como fazer com o seu recurso próprio.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado ao Dr. Jurandi. Concedo a palavra ao Dr. Fabiano Júnior, Ministério da Saúde.

SR. FABIANO PIMENTA JÚNIOR: Eu vou tentar dividir em três blocos. Bloco dos recursos. Senador Flávio Arns, a questão do recurso com certeza será resolvida definitivamente com a questão da Emenda 29, que a gente faz coro e reitera. Entretanto, os recursos destinados à dengue não são só aqueles da rubrica dengue, muito pelo contrário, aquilo é a menor parcela. A maior parcela dos recursos para a dengue foi aquela que eu apresentei, que é a transferência que é feita mensalmente para Estados e Municípios, que é o teto financeiro de vigilância em saúde, que é enfeitada em parcelas automáticas, que é oitocentos e vinte e um milhões por ano. Entretanto, é importante colocar e ressaltar, e o Senador Papaléo já fez aqui os seus comentários, que realmente sim, desse propósito da área de vigilância em saúde, que junto com o teto, dinheiro de aquisição de imunobiológico, entre outros, da proposta que veio e da proposta que foi aprovada existe sim um gap(F) de trezentos milhões de reais, dos quais duzentos estão concentrados na questão de imunobiológicos. O próprio Ministério da Saúde, com o Ministério do Planejamento, estão tentando fazer as adequações orçamentárias necessárias, mas eu acho que é importante dar esclarecimento, porque aí, Senador, respondendo, efetivamente não houve redução de 40% dos recursos destinados ao programa de dengue. Entretanto, a redução que houve foi a que o Dr. Jurandi leu aqui, que é uma redução que a gente precisa reverter com os instrumentos que o Governo têm, mas a grande parcela do recurso é no teto de vigilância, que são repassados aos Estados e Municípios, e que nós esperamos que com a aprovação da Emenda 29 possam ser aumentados para que uma grande ação, que é a contratação de agentes. Para os senhores terem uma idéia, um Município tem que ter um agente para cada oitocentas casas para trabalhar todo seu território para a questão da prevenção do *Aedes aegypti*, e que

eles possam efetivamente ter condições de contratar na sua plenitude.

Bom, em relação às inovações, passando para esse bloco, é só deixar claro o seguinte: quem financiou todo o desenvolvimento da ação do Dr. Álvaro Eduardo Eiras, que é meu amigo pessoal, foi o Ministério da Saúde, que desenvolveu e apoiou todo o desenvolvimento dessa armadilha MosquiTrap. O Ministério da Saúde fez já um estudo multicêntrico em dez localidades do Brasil sobre a aplicação do MosquiTrap, mas como qualquer medida de saúde pública, e aí eu acho que quem está representando aqui a Sociedade de Medicina Tropical pode avaliar ou não o quê eu estou dizendo, nós não podemos já incluir, num país que tem cinco mil Municípios, uma medida que não está absolutamente, sob o ponto de vista científico, legitimada, para colocar enquanto programa de saúde pública. É nessa fase que nós nos encontramos. Além de Três Lagoas, Vitória e vários outros Municípios já utilizam, estimulados pelo Ministério, inclusive a partir da visita do Dr. Jurandi lá em Três Lagoas, e aqui nós ressaltamos a mobilização que o Estado do Mato Grosso do Sul teve na questão da epidemia, reiteramos e ratificamos isso, mas para você incluir qualquer nova medida, que não é barata, você precisa ter uma legitimação incontestável. É nessa fase que ela se encontra. O Programa Nacional de Controle de Dengue tem um Comitê externo de especialistas dessa área e que estão nessa fase avaliando qual é o próximo passo que precisa ser dado, e aqui eu posso me permitir a detalhar, não está claro assim, se você encontrou dois adultos naquela armadilha que detectou, se isso significa um risco de epidemia ou não, se são dois, são quatro ou são cinco ou são seis, ou seja, qual é o linear de acender o sinal amarelo, porque no Município do Rio de Janeiro, por exemplo, que tem uma complexidade, ou na região metropolitana na região do Rio de Janeiro, evidentemente que a armadilha, por melhor que seja o controle, vai detectar adulto, e essa detecção vai ser em vários pontos da cidade. Como priorizar e como direcionar? Esse é o ponto final que falta, o Ministério está apoiando isso com recursos para incorporar definitivamente. É a mesma coisa em relação aos biolarvicidas. É ótimo que um órgão genuinamente brasileiro, como a EMBRAPA, tenha desenvolvido, tenha colocado. Eu acho que não tem nenhum brasileiro que não admira a EMBRAPA, mas é a mesma coisa. Nós temos que fazer um estudo multicêntrico, existem outras formulações disponíveis, e aí é importante colocar: o Ministério já usa desde 2002, não é nem nessa gestão, para não ficar defendendo uma gestão, o Bacilos Turigienses. O quê a EMBRAPA desenvolveu é uma nova formulação que também está sendo testada e vai ser submetida a

esse Comitê e nós torcemos para que seja realmente a melhor formulação da EMBRAPA, porque é um produto genuinamente brasileiro.

Com relação ao Rio de Janeiro, Senador Flávio Arns. No Rio de Janeiro as medidas emergenciais com participação de Exército, marinha, o Estado e várias outras organizações, têm sido no sentido de colocar as tendas de hidratação e abrir os hospitais, reabrir a atenção ao paciente. Para quê? Para você ter plaqueta hematócrito que você vai ter um balizamento importante para hidratar ou referenciar os pacientes pela ocorrência de mais alta e média complexidade.

Mais aí, Senador Paulo Duque, eu faço um apelo: eu acho que é muito importante, não só para o Município do Rio de Janeiro, mas para toda a média região metropolitana do Rio de Janeiro, que os postos de saúde da atenção básica abram também aos finais de semana. O quê está acontecendo e que está contribuindo muito para que haja a ocorrência de óbitos é que os postos das unidades básicas não são abertos a partir de sexta-feira à tarde, sábado e domingo, inclusive agora. Então é muito importante que haja um movimento da sociedade fluminense, da sociedade carioca, para mobilizar os gestores para que esses postos abram, para que as unidades hospitalares e os prontos atendimentos não fiquem sobrecarregados, porque naquela unidade do pronto-atendimento tem gente que pode ser atendido num laboratório e que está ficando muito tempo na fila e que está contribuindo para esse grande número de óbitos.

E aí respondendo objetivamente, o número de óbitos que nós temos, Senador, no Brasil como um todo, nós temos oficialmente confirmados quarenta e oito óbitos em 2008, com seiscentos e quarenta e sete casos de febre hemorrágica de dengue. Temos mais oitenta casos de dengue com complicações e mais vinte e seis óbitos. É óbvio que esta estatística é maior, mas precisa que os Estados e Municípios confirmem, efetivamente, após uma investigação, para fechar completamente isso daí, que o Ministério recebe oficialmente esse maior número de óbitos. Esses dados estão atualizados, entretanto, ele tem um fluxo que vem do Município, passa para o Estado e vem para o Ministério. Esse fluxo é um fluxo que pode demorar até sessenta dias. Então esses números que eu estou dando são óbitos confirmados, que não tem mais dúvida.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Existia o Estado da Guanabara, fundiu-se com o antigo Estado do Rio, tinha a cidade do Rio de Janeiro, Capital da República, Então o Rio é diferente de qualquer outro Estado da Federação, não se pode de jeito nenhum

comparar a cidade do Rio de Janeiro com outra qualquer cidade do Brasil.

DR. PEDRO LUIZ TAUIL: Com certeza, eu acho que todos aqui que apresentaram na mesa reconheceram a complexidade que é o controle da dengue no Rio. Entretanto, Senador, é um apelo inclusive, e nós estamos juntos nisso.

Eu queria responder ao Senador Valter. O Secretário Municipal de Saúde de Mato Grosso do Sul, Dr. Mandetta, e o Dr. Rivaldo, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, estavam junto conosco, junto com o Secretário Estadual de Saúde e junto com o Secretário Municipal de Saúde do Rio de Janeiro na última sexta-feira lá no Rio, exatamente passando a experiência, principalmente da atenção ao paciente com dengue, que é o quê nós precisamos fazer agora, para quê nós possamos aproveitá-la e colocá-la. Mas essa questão da atenção básica da abertura dos postos ao final de semana, independente da complexidade do Rio e da região metropolitana, é a maior contribuição que nós podemos ter neste momento para evitar óbitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Por favor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Talvez essa tranquilidade de fechar aos postos é pelo excesso da fé no Senhor do Bonfim, talvez se explique por aí.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de cumprimentar a V. Ex^a. pela iniciativa, efetivamente esse debate precisava ser travado. O Senado não poderia assistir passivamente o drama que é vivido hoje pelo Rio de Janeiro e por outros pontos do país em menor escala, em muito menor escala. Eu acho que essa discussão aqui hoje trouxe muita clareza para problemas que estavam obscuros e veio em bom momento. É preciso que o Senado, inclusive, tome as medidas que foram de consenso aqui, como, por exemplo, a priorização da aprovação da Emenda 29, que foi sugerida aqui, que foi aprovada por todos, e V. Ex^a., como médico, como sanitarista, como parlamentar diligente que é, tenho certeza que vai conduzir também, como membro da mesa, essa priorização. No mais, eu quero cumprimentar a todos os expositores e dizer aqui da alegria que nós tivemos de aprender muito de saúde pública nesta memorável reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero agradecer ao Senador Valter Pereira, louvar o discurso que V. Ex^a. deu em Plenário

recentemente e a sua participação aqui nos mostrando também muito conhecimento a respeito da dengue e a experiência em Três Lagoas.

Eu agradeço ao Dr. Marcos da Silveira Franco, pelo CONASEMS, ao Dr. Pedro Luiz Tauil, da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, ao Dr. Jurandi Frutuoso, do CONASS, e ao Dr. Fabiano Pimenta Júnior, que veio representando aqui a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, por ser Secretário Adjunto. Agradecer a presença do Senador Valter Pereira, Senador Paulo Duque, Senadora Rosalba Ciarlini, Flávio Arns, Augusto Botelho, à nossa Secretária Executiva, Secretária da CAS, Dra. Gisele Camargo e à sua equipe, que nos dá condições de fazer esse trabalho que os senhores e as senhoras estão aqui presenciando, à toda a assessoria do Senado Federal que eu luto, protejo e defendo essa assessoria, esses técnicos que são a alma desta Casa. Nós somos o corpo, porque nós passamos por aqui e vamos embora, a alma fica na Casa, que são os servidores da Casa. Agradecer a experiência aqui presente, mostrando a sua responsabilidade com as causas sérias do país, enfim, e àqueles que nos assistem para testemunhar que esta Casa, o Senado Federal, é uma Casa respeitável e que não só atua lá no Plenário não. As pessoas estão acostumadas a ver só o Plenário. Não é só o Plenário, o Plenário é o pouco do muito que a Casa produz, que são exatamente nas Comissões, Subcomissões e assim por diante. Uma boa tarde, muito obrigado a todos. Declaro encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h54.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008.

PAINEL

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Papa-léo Paes, Flexa Ribeiro, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Valter Pereira, Neuto De Conto e Adelmir Santana reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer

os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, no formato de Painel, atendendo ao Requerimento nº 07/08 – CE de autoria dos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim que tem como objetivo debater as Políticas Educacionais na Espanha e no Brasil. A palestra será feita com tradução simultânea. Compõe a Mesa de Abertura o Excelentíssimo Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senhor Vincent Defourny, Representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO no Brasil e Senhor Andrés Cardó, Representante no Brasil da Fundação Santillana. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, abre os trabalhos e passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal para proferir o pronunciamento de abertura do evento. Prosseguindo, os Senhores Andrés Cardó, Representante no Brasil da Fundação Santillana e o Senhor Vincent Defourny, Representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO no Brasil fazem uso da palavra. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Mariano Engüita, Professor da Universidade de Salamanca – Espanha e especialista na reforma educacional espanhola, com o tema “A Reforma Espanhola – Luzes e Sombras” e Senhor Antônio Ibañez, Professor da Universidade de Brasília – UnB e Membro do Conselho Nacional de Educação – CNE, com o tema “Os Caminhos da Educação no Brasil”. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Deputado Paulo Renato Souza (PSDB/SP); Deputada Nilmar Ruiz (DEM/TO); Senhor Álvaro Martínez –Cachero, Secretário Geral da “Consejería de Educacion” da Embaixada da Espanha; Senhor Paulo Barone, Vice-Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Senhor Célio da Cunha, Assessor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores, membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Deputado Paulo

Renato Souza (PSDB/SP), Senadores Valter Pereira, Paulo Duque, Mão Santa, Eduardo Suplicy, não membro da Comissão e Cristovam Buarque. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e um minuto, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2008

PAINEL

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Como sabem os Srs. e Sr^{as}, a presente Reunião atende ao Requerimento nº 007 dessa Comissão de 2008 de autoria dos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim para a realização do painel “Políticas Educacionais na Espanha e no Brasil”. Dando início ao painel, eu solicito ao Senador Flexa Ribeiro, se puder fazer a gentileza de acompanhar o Exm^o. Sr. Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, para tomar assento à Mesa. O Senador Garibaldi nos deu a honra de vir à abertura desta Sessão. Quero, já de início, agradecer a presença do nosso Presidente Garibaldi Alves que honra essa Comissão com a sua presença. Quero agradecer também a presença do Deputado Paulo Renato, prezado amigo, ex-Ministro da Educação, Deputada Nilmar Ruiz também nos honra muito sempre presente nas atividades da educação, Sr. Álvaro Martinez-Cachero que representa a Embaixada da

Espanha, Paulo Barone, que é o vice-Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e o amigo Célio da Cunha da UNESCO. Eu quero convidar já de início os... Peço ao Secretário Júlio que traga os nossos convidados. Eu quero agradecer ao amigo pela ajuda, pelo incentivo e pelo apoio que está dando para a realização desta Sessão. Agradecer muito ao Prof. Mariano Engüita que se dispôs a vir falar de algo que nos interessa tanto, ao professor, meu colega, Antônio Ibañez e quero convidar, já está na Mesa, ia convidar a uma figura muito especial que queremos que faça parte dessa Mesa que é o Vicent Defourny. É o representante da UNESCO e nos honra muito, que tenha conseguido tempo para vir participar dessa Mesa como convidado muito especial e eu agradeço a presença. Nós vamos fazer, Presidente Garibaldi, se o senhor está de acordo, o seguinte... O senhor tem a palavra para abrir a Sessão e dar o recado que desejar. Depois, eu abrirei a palavra para os dois palestrantes, o Prof. Engüita e o Prof. Ibañez e no final passarei a palavra ao Vicent Defourny para fazer os comentários dele. Prof. Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostei do professor. Eu quero agradecer o convite do nosso Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senador Cristovam Buarque, que me dá a oportunidade de voltar aqui a essa Comissão e da qual eu fiz parte e espero voltar brevemente, porque meu mandato é tão curto que, brevemente, eu estarei de volta aqui. Mas quero dizer, hoje, como Presidente da Casa do meu apreço, da minha admiração pelo Senador Cristovam Buarque que tem feito um trabalho que só engrandece o Senado Federal não apenas nessa Comissão, mas fora dela. Porque Cristovam Buarque não precisa presidir uma Comissão para ser uma autoridade das mais respeitadas do país quando fala de educação. E quero dizer também da satisfação de ele ter me convidado num dia em que nós recebemos o Prof. Mariano Engüita da Universidade de Salamanca, especialista na reforma educacional espanhola, tendo também a presença do Prof. Antônio Ibañez, ex-Reitor da Universidade de Brasília, e também um professor que dispõe de um amplo cabedal de conhecimento, de uma experiência muito grande e que poderá perfeitamente nos falar a respeito dos desafios que nós temos pela frente com relação à nossa educação, como agradecer ao convidado Vicent Defourny e fazer uma referência ao Andrés Cardó pelo incentivo que ele dispensou a uma Reunião como essa. Eu não vou fazer um discurso apesar da tentação que sempre existe. Não há Senador que, ocupando uma Tribuna desta Casa, seja ela de Comissão ou de Plenário, que não se sinta tentado a fazer um discurso. Mas eu... E gostaria de dizer que

vim para ouvir mais do que para falar. Nem mesmo para ouvir eu vim, porque a agenda não vai me permitir que eu possa ouvir tão ilustres palestrantes. Mas eu quero, sobretudo, agradecer e registrar a presença aqui do ex-Ministro da Educação, do Deputado Paulo Octávio... Paulo Renato. Paulo Octávio é nosso ex-Senador, hoje vice-Governador. Desculpe, Deputado Paulo Renato. E que também, certamente, vai trazer uma contribuição muito importante. Agradecer a Deputada Ilmar, agradecer a ela, ao Senador Pedro Simon, que está atento ali ao que eu estou dizendo e dizer que o Senador Cristovam Buarque... Eu só quero dizer isso. Eu estou sendo, entre outros desafios que eu tenho na Presidência do Senado, eu estou sendo desafiado permanentemente pelo Senador Cristovam Buarque. É que ele me disse que chegou a hora de instalar nesta Casa uma CPI positiva. Uma CPI que não fale só dos nossos males, das nossas mazelas, dos nossos erros, dos nossos equívocos, mas que fale, sobretudo, dos nossos acertos e do que nós podemos fazer ainda de melhor, que é a CPI que ele chama a CPI da... Sobre o apagão intelectual que tomou conta do nosso país. Então, nós já estamos com três CPIs instaladas. Mas eu digo uma coisa, essa CPI ela precisa ser instalada. Mesmo que nós tivéssemos aqui... Porque nós não temos limite. Infelizmente... A Câmara ainda tem. Mas nós não temos limites para instalar CPI. É até perigoso se falar isso. Mas mesmo que nós tivéssemos 10 CPIs, eu não deixaria de cumprir esse compromisso com o Senador Cristovam Buarque. V.Ex^a vai ter a oportunidade de fazer com que a educação possa, e eu sei que esse é o seu grande objetivo, possa ser passada em revista, possa se aprofundar no debate da educação, o que às vezes só uma CPI permite. Uma verdadeira investigação do que a nossa educação vem sofrendo ao longo do tempo. Então, eu queria deixar isso bem claro, esse meu apoio a esse Presidente, e dizer a ele, como eu disse no início, que logo eu estarei de volta, porque meu mandato é bastante curto, e eu quero que V.Ex^a deixe o meu lugar reservado para que eu possa de novo estar aqui não para ensinar, mas sobretudo, para aprender com Cristovam Buarque. Muito obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Presidente, pela sua presença. Depois das palavras do Presidente Garibaldi, eu mais uma vez agradeço ter vindo até aqui com tantas atividades que tem, nós vamos abrir de fato a palavra aos três palestrantes. Mas, o Andrés que vai fazer uma abertura. Vai falar no início. Eu quero deixar claro da satisfação que tenho de estar aqui com um dos representantes mais expressivos do conhecimento sobre o que aconteceu e continua acontecendo na Espanha

na área de educação. Mariano Engüita é uma pessoa que dedicou muitos anos à formulação, a execução e à avaliação das reformas que a Espanha fez. Pra mim, Prof. Engüita, isso é muito importante, porque eu tenho citado muito a Espanha como um país de exemplo para nós. Porque se a gente toma os países escandinavos eles começaram as suas mudanças tanto tempo atrás que não dá para comparar. Mesmo a Coréia do Sul começou pouco antes. A Espanha, 30, 40 anos atrás, naquela época não estava tão distante assim do Brasil. Hoje, pelo fato de não termos feito o que devíamos e a Espanha ter feito o que devia, a Espanha hoje é um case, como se costuma dizer hoje, de como pode o país dar um salto na área da educação. Fico muito feliz, obviamente, de ter o Prof. Ibañez meu amigo, meu colaborador quando Reitor, depois meu colaborador muito intenso quando Governador e também durante o tempo que estive de Ministro. O Vicent Defourny é pessoa com quem eu aprendi ter uma relação muito boa, representando a UNESCO aqui, entidade com a qual todos nós temos o maior carinho e todos aqueles que trabalham com educação. E finalmente, antes de passar a palavra ao Andrés, eu quero dizer que a convivência que eu tenho tido com ele, que gostaria que fosse até mais intensa, tem sido muito boa. Não apenas com você, mas com a Santillana aqui, com a Santillana em Caracas que já publicou um livro meu, traduziu do português, eu tenho muita satisfação de tê-lo aqui e ao mesmo tempo de ter tido todo seu apoio, todo seu incentivo para que essa Reunião fosse feita. Agradeço também à Mônica, que foi uma das que levou o dia-a-dia na execução desse Projeto. E finalmente, ao nosso convidado especial Engüita, quero dizer que essas audiências que fazemos no Congresso, elas visam, sobretudo, a transmissão pela televisão, que muitas vezes em horário... É ao vivo e depois é repassado integralmente, e também o documento que sairá da sua palestra. É isso que vai fazer chegar a cada Senador e aos parlamentares Deputados que quiserem também. O nosso debate é mais para chegar ao grande público através de todos os Senadores do que, aqui mesmo, ser feito, porque cada Senador tem tantas atividades e são tantas Comissões que a gente não tem número grande em nenhuma Comissão. Essa Comissão aqui é que tem maior quórum hoje. Está me informando o nosso Secretário Júlio. Então eu passo a palavra para uma mensagem de abertura ao Andrés, depois ao Prof. Engüita, depois ao Prof. Ibañez e por último Vicent Defourny fará um fecho. Aqueles que quiserem tradução sejam alguns que tenham vindo da Espanha e esteja assistindo como os brasileiros na hora de falar o Prof. Engüita, existe tradução simultânea. Meu caro Andrés.

SR. ANDRÉS CARDÓ: Obrigado Senador. Muito obrigado Senador, e demais membros da Mesa, por meio dos quais cumprimento as demais autoridades parlamentares, Sr^{as} e Srs. aqui presentes. Em nome da Fundação Santillana, gostaria de agradecer a presença de todos, e em especial o Senador Cristovam Buarque e da UNESCO, representada aqui pelo Sr. Vincent Defourny. É uma honra participar da organização deste evento realizado em conjunto com a Comissão de Educação do Senado Federal. A fundação Santillana, braço social do grupo Santillana promove eventos na área de educação e cultura no Brasil desde o ano 2003. Com o apoio de instituições nacionais e internacionais, como o Ministério da Educação, Ministério da Cultura, UNESCO, OEI, Conselho Nacional de Secretários de Educação, e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a Fundação Santillana atua em todo o país. São Projetos como o “Escolas de Valor”, que nasceu de uma amostra fotográfica e percorre diversas cidades mostrando iniciativas de sucesso na gestão de escolas públicas brasileiras. Outra ação da Fundação é o Congresso Internacional de Educação. Evento gratuito que em cinco anos já reuniu mais de 40 mil educadores para debates sobre educação e literatura. A Fundação é responsável por patrocinar e executar prêmio Viva Leitura, iniciativa do MEC, e OEI que chega este ano na 3ª edição e já conta com a participação de mais de cinco mil Projetos de incentivo à leitura. Finalmente, também gostaria de citar as mesas redondas, e seminário reunindo na área de educação apresentando experiências bem sucedidas de Política Nacional no Brasil e em outros países. Essa é a vocação da Fundação Santillana, e é por isso que nós nos orgulhamos de participar desse evento que traz à discussão os principais aspectos da reforma educacional espanhola. É uma honra contar com a presença dos autores, o Dr. Mariano Fernandes Engüita, especialista no tema, É catedrático e Diretor do Programa de Sociologia na Universidade de Salamanca. O Dr. Antônio Ibañez, da Universidade de Brasília, possui grande experiência na coordenação e formulação de políticas públicas na área de educação, tendo sido Secretário de Educação do Distrito Federal, Secretário de Ensino Médio do MEC e reitor da UnB. Portanto, são pessoas, nomes que muito tem a contribuir para os debates de hoje. Desejo a todos um ótimo trabalho com a certeza que essa discussão será de grande proveito para a construção dos caminhos da educação na Espanha e no Brasil. Muito obrigado. [palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra para o Prof. Mariano Fernandes Engüita, eu quero ler rapidamente para situar cada um dos Srs. e Sr^{as} o seu

currículo. Ele é Catedrático e Diretor do Departamento de Sociologia e Comunicação da famosíssima Universidade de Salamanca. Dirige o Observatorio Social de Castilla y León. Encabeça o grupo de análises sociológicas. Foi professor convidado das Universidades de Stanford, Wisconsin, Berkeley, Lumiere Leon II(F), London Institute Education e London School Economics e conferencista em dezenas de outros. Suas publicações principais são a La Profesión Docente y La Comunidad Escolar, Alumnos Gitanos en la Escuela Paya, Economía y Sociología, Es pública la escuela pública, Educar en Tienpos Inciertos, participou do Projeto Los Límites de la Protección Social. Dirige os Projetos Educar em Red(F). No âmbito do ensino e da inovação implementou o portal de docência universitária. Dirige também o Centro Cultural Hispano Japonês. Três publicações no Brasil: “A Face Oculta da Escola”, “Educação e Trabalho no Capitalismo”, “Trabalho, Escola e Ideologia”, e “Educar em Tempos Incertos”. Eu, com muito prazer, passo a palavra ao Prof. Mariano Engüita.

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol].

Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui, grande honra estar aqui no Senado Brasileiro, numa comissão dessa Casa dessa grande nação que é o Brasil e falar aos Senadores e representantes administradores especialistas em educação, enfim. Também gostaria de agradecer não somente ao Senado, mas também à Fundação Santillana, que é um exemplo de responsabilidade social corporativista, perdão corporativa. Quero dizer também que eu não me sinto representante de um país exemplar no âmbito da educação, mas um país bastante parecido ao Brasil que fez algumas coisas certas e alguns erros também, alguns anos antes. Então vou dar uma oportunidade a vocês de aprender. Agora vou mudar meu portunhol(F) para o espanhol. Então se vocês entendem o espanhol bem, senão utilizem o aparelho de tradução simultânea. A reforma educacional na Espanha que nós costumamos situar nos anos 80 e 90 começou na verdade há mais tempo, nos anos 70, quando em toda a Europa se transitavam sistemas segregados onde, por um lado estava o ensino primário e a educação profissional e a outra secundária que levava ao ensino superior. E tinha sua origem num sistema totalmente diferente. A secundária era uma coisa e a secundária era outra. Os alunos da secundária não passavam pela primária. Tinham suas próprias aulas preparatórias e os alunos da primária não continuavam para a secundária, e sim a um ensino profissionalizante. Essa é mais ou menos a tônica, e isso já havia sido mudado em países como Estados Unidos e União Soviética por outros motivos. E também os países escandinavos que haviam feito

isso recentemente. E Inglaterra, e sistemas escolares que são vários do Reino Unido e logo, os países mediterrâneos. E não iria ser feito nos países do centro europeu, de fala alemã. Então o que queríamos era fazer coincidir um tronco comum com um período obrigatório, ou seja, estabelecer um ensino obrigatório até os 14 e logo até os 16 e também chegamos a discutir se iríamos estabelecê-los para os 18 anos. A Espanha começou essa reforma nos anos 70, foi a última Lei importante da ditadura e talvez a única Lei realmente modernizante e modernizadora dessa ditadura, mas uma Lei em grande medida, não de inspiração interna, mas sim de motivação externa desde(F) organismos internacionais como a UNESCO e outros. Essa reforma pretendia terminar esse sistema que vocês podem ver aqui, se vocês podem ver, existe dupla formação, mas devia ser dupla titulação, ou seja, os alunos aos 14 anos se dividiam entre os que obtinham a graduação escolar, terminavam com sucesso o período obrigatório e os que não faziam. Os que tinham sucesso poderiam cursar o bachillerato, ou seja, a formação profissional técnica. Os que não tinham êxito, que não tinham sucesso, somente poderiam cursar a formação profissional ou nada. Isso levou a um sistema escolar duplo, onde estavam os qualificados e os desqualificados. Por outro lado, e isso trouxe uma desacreditação(F) incrível para o nosso sistema educacional, com resultado paradoxo de que toda a população deveria fazer o bachillerato. E isso somente teria sentido se fosse pensado como uma ante-sala para a universidade. O que se propunha na reforma era... Poderíamos formular, mais ou menos, esses pontos, esses cinco grandes objetivos. Aqui vocês têm, os que estão em preto são, mais ou menos, os que conseguiram e em vermelho, os que não se conseguiram...

[interrupção no áudio]

... Acabar com o fracasso escolar que aos 14 anos chegava a 23% ou 29% na nossa população. Se pretendia também acabar com essa dupla titulação, que fechava o caminho para um 1/3 da população para o ensino superior, e devolver o prestígio à formação profissional que não fosse feita somente por aqueles que não poderiam ter outra opção e sim por aqueles que queriam realmente estudar e ingressar no mercado de trabalho e ter uma formação mais técnica. Garantir o sucesso geral a todos, além do período obrigatório no ciclo imediatamente posterior. Então, isso significaria... Ou seja, uma igualdade para todos no seu percurso educacional. E também uma dupla igualdade básica, uma igualdade básica onde a imensa maioria iria conseguir ter sucesso na educação básica comum e que a grande maioria também conseguisse... Tivesse oportunidades semelhantes de chegar a uma forma-

ção técnica, ao nível secundário e também à universidade, mesmo que não todos poderiam fazê-lo de fato. Os instrumentos dessa reforma era em primeiro lugar a reorganização do sistema educacional. Particularmente o que podemos chamar a sua compreensão coincidir o período obrigatório com o tronco comum, com o fluxo, currículo comum do período obrigatório. Segundo lugar, uma mudança do conteúdo em si. Éramos conscientes de que se aos 14 anos estávamos tendo entre 25% e 30% do fracasso escolar, se simplesmente prolongássemos dois anos mais teríamos mais fracassos escolares. Então, se com uma xícara já tínhamos isso com uma xícara e meia teríamos mais fracasso. Teríamos também mudar os métodos, a metodologia. Achávamos que havia muito academicismo, muita centralização no professor e isso era responsável pelo fracasso escolar. Então nós devíamos mudar para uma aprendizagem mais ativa por parte dos alunos, favorecer também a inovação no âmbito educacional, reforçar o financiamento e a formação dos professores. Aí vocês podem ver o que está em preto foi o que mais ou menos nós conseguimos realizar de maneira satisfatória, e em vermelho o que ainda precisa ser trabalhado. Aqui a Legislação do sistema educacional um pouco complicado, mas só para ter uma referência, através da Logsi(F) e da Loen(F) no ano de 2006 deveríamos chegar a um sistema diferente e que é o que se resume nos pontos aqui à esquerda do slide. O tronco comum de dez anos para todos, que inclui seis de ensino fundamental e quatro de ensino médio.

[interrupção no áudio]

... Um diploma necessário para ter acesso a qualquer tipo de ensino posterior, ou seja, já não era uma questão daqueles que estavam fracassados no nível secundário e logo iam para o nível superior. Deveríamos obter sucesso, essa era a mensagem, passar com sucesso todo esse período de ensino obrigatório. Deveria ser excepcional a possibilidade de abandonar o tronco comum antes mesmo que para eles havia uma saída para aqueles que por motivo ou outro não poderiam chegar ao final, que eram os cursos de garantia social, e logo um regime especial que não é regime de alunos fracassados, e sim de alunos... Não com necessidades especiais, mas ensino especial como arte, música, idioma, que deveriam ser levados a cabo de maneira diferente.

O que fizemos então? Bom, aqui vocês têm algumas cifras sobre a evolução dos gastos escolares. Podem ver aqui as porcentagens, verão que sempre estão pouco abaixo do que nós pretendíamos, ou seja, aquele objetivo proclamado por todos os governos, 5% que jamais obtemos, isso tem haver com a caída demográfica do país também. Houve um aumento es-

petacular do gasto. Aqui podem ver que é que se duplica no período de 10 anos e ao mesmo tempo uma tremenda queda demográfica. Como o sistema típico de financiamento da educação, é por aluno, ou seja, por quantidade de aluno, apesar do maior esforço de financiamento isso se traduziu num conjunto menor de pessoas. Então vocês podem ver que a proporção em respeito ao PIB, não cresceu já que os gastos cresciam e também o PIB crescia nesses anos. Aqui também podemos ver um papel marginal dos gastos privados, ou seja, as famílias gastando na educação de seus filhos. Um dos indicadores desse reforço poderia ser claramente a taxa diferencial de crescimento do professorado e do aluno. Do conjunto de alunos e professores aqui podem ver as figuras para 2007 e 2008, os professores número de professores quase 25% e de alunos diminuiu um pouco. Tivemos um período maior, um pouco mais atrás veríamos o mesmo, seria um crescimento permanente no número de professores e logo uma diminuição no número de alunos e um estancamento que podemos observar nesse período. Aqui, as taxas de escolarização, podem ver aqui acima, acusamos taxas que são próximas ao 100%. Essa diferença entre os 100% e o que há aqui é uma diferença residual, sempre existe uma margem de erro e isso nós podemos considerá-las como taxa de escolarização de 100% até os 15 anos, ou seja, até os 15 anos todos devem estar no sistema educativo.

[interrupção no áudio]

... Antes acontecia aos 14 anos, inclusive se essa taxa é alarmante, mas está situada no momento mais posterior, portanto é sucesso bastante amargo. É um sucesso que não realmente consegue o que queríamos. Como sempre há uma taxa de sucesso muito superior entre as mulheres, por parte das mulheres em comparação aos homens. As taxas de idoneidade, ou seja, aquela taxa em que a porcentagem de alunos está numa faixa etária estão realmente onde deveriam estar de acordo com o processo educacional. Os não idôneos são aqueles que são atrasados, reprovados. Uma das grandes causas dessa alta taxa de fracasso no sistema espanhol, mesmo uma questão muito discutida, é a baixa taxa de idoneidade, que vocês podem ver aqui aos 12 anos, mas podem ver aos 14 e também aos 15 anos. Aos 15 não chega a 2/3 da população. Aqui realmente está na idade correta para o período onde deveria estar cursando. Então, como sempre vemos uma clara vantagem das mulheres uma vez mais, mas em todo caso uma taxa de idoneidade muito baixa. Significa que muitos desses alunos vão cumprir, vão chegar a idade de 16 anos na qual podem legalmente abandonar o sistema educacional sem de fato ter terminado o seu processo educacional. E a

tentação é bastante grande para eles, porque eles não querem ficar com alunos de menor idade na sua sala. Então, existe aquela questão da repetição do curso. Se aquele aluno que não supera algumas matérias deve ou não repetir o curso, não deve repetir nada, ou somente aquelas matérias que reprovou, algum programa especial que ele possa continuar avançando parcialmente, é um assunto muito discutido, muito polêmico no nosso sistema educacional.

Aqui vocês têm as taxas de escolarização não universitária, 18, vocês podem ver que são taxas bastante baixas. O objetivo da Europa proclamado em 2001 na Reunião de Lisboa é que 80% da população alcance com sucesso pelo menos o nível médio, ou pós-ensino médio, seria a expressão correta. Na Espanha a cifra não passaria de aproximadamente 60%. Aqui as taxas de conclusão, as pessoas que de fato concluem o ensino médio, uma promoção de 2000, 2006, aqueles que concluem também a formação profissional, concluem algo logo após o período obrigatório, podem ver que é 16%, é muito longe dos 80% pretendidos. Podem ver também a superioridade em termos acadêmicos das mulheres uma vez mais sobre os homens.

[interrupção no áudio]

... Aqui vocês têm outros objetivos da reforma, reduzir a desigualdade. Isso aqui se refere à desigualdade em termos de classe de procedência. Classe medida pelo status da família, status ocupacional, status econômico, uma curva de Lawrence que se referem aos anos 80, 90 e 96, vocês podem observar. Então a igualdade ideal seria que não houvesse uma curva, que ela fosse diagonal. Então, temos uma desigualdade de fato pequena no ensino médio. Aqui no ensino superior houve uma redução também, nós vemos que não é tão pequena, é um pouco mais curvada, mas existe ainda uma desigualdade importante na educação universitária, mesmo que ela esteja sendo reduzida nesses 15 anos que foram considerados. Aqui vocês podem ver as porcentagens de alunos na escola pública. Não vou entrar em detalhes, as cifras são estáveis, podemos dizer que ao longo desse período se fôssemos um pouco mais atrás seria o mesmo. Sempre 2/3 dos alunos estão na escola pública e 1/3 na escola privada. Mas é uma estabilidade um pouco enganosa, porque essa estabilidade vem do fato de que a reforma cria novos setores da educação que entram no setor público. Ao mesmo tempo setores da classe média, eles escapam para a privada. Ou seja, desses 66%, esses 2/3 estáveis, são estáveis porque uma parte vai e outra vem. Então, quase 100% da população foi escolarizada até os 16 anos, isso tomou tempo porque houve setores resistentes como os ciganos, uma parte dos imigrantes, um setor de alunos que não são qua-

lificáveis socialmente, mas que são resistentes frente à escola, o que chamamos de objetores(F) da escola. E também houve uma ampliação da obrigatoriedade e também da oferta real de vagas para aqueles que queiram entrar na educação infantil. Essa porcentagem se mantém, mas eu insisto que o resultado de dois fluxos comparados àqueles que entram, setores mais desfavorecidos que demoraram a entrar na escola ou que saíram mais cedo ou que entravam mais tarde, e por outro lado, existe também uma saída, sobretudo dos setores de classe média que iam para o ensino privado. Aqui as desigualdades se manifestam mais no âmbito da imigração, falar de imigração aqui, esse aqui é um país de imigração. Não é certo? Mas na Espanha é um fenômeno novo. A Espanha era um país de emigração até pouco tempo atrás, e vocês podem ver essa mudança espetacular nas cifras. Essas cifras são de 2006 e 2007, esse ano já serão, creio eu, 700 mil ou 800 mil provavelmente, um crescimento espetacular ao longo de 12 anos. Se multiplica por 12 também a presença dos imigrantes.

[interrupção no áudio]

... As origens da imigração, podemos ver aqui os grandes grupos. São grupos, sobretudo... a Romênia... Europa, mas é do leste europeu, e há uma forte população cigana, Marrocos também apresenta outros tipos de problemas. Nós não vemos a imigração como um problema, mas não podemos ver de maneira angelical, de maneira muito bonita. Existe uma segmentação na escola que, sobretudo onde existe a imigração. O Brasil está aqui nada mais por uma curiosidade, não é grupo que precisa de necessidade especial. Aqui nós vemos a presença da imigração na escola pública, dos imigrantes na escola pública. Duas linhas, podem ver aqui sempre é mais do que a escola pública representa. Mas é uma presença que está crescendo, e tende a estar concentrada na escola pública. Essas cifras também nos enganam porque não são de alunos imigrantes e sim de alunos estrangeiros, pode ser também um aluno de um certo... Uma certa população, por exemplo, a japonesa. Nós não chamamos de imigração, e sim de uma diáspora, porque são equipes de empresas, ou artistas ou profissionais que chegam e colocam seus filhos em colégios de luxo. São realmente os que têm uma presença importante no ensino privado. Tradicionalmente na privada. Existe uma rede de colégios alemães, norte-americanos, franceses e italianos que de fato são procurados pela população espanhola como colégios bilíngües. Então a presença de imigração na pública é ainda maior. Que objetivos, que problemas temos frente... Na nossa frente agora? Bom, o problema eu acho que é, sobretudo, generalizar o sucesso escolar, a conquista do ensino e diver-

sificar os caminhos em direção a uma mesma meta, ou seja, a Espanha abordou sua reforma quando os países europeus começavam a discuti-la.

Eu, pessoalmente, sou, não só analiticamente, mas, ideologicamente, muito partidário da escola compreensiva. Acho que temos que ser capazes de diversificar os caminhos pelos quais as pessoas possam chegar aos mesmos resultados. Isso requer em primeiro lugar assumir nosso fracasso na reforma do currículo. Antes, quando mencionava os grandes instrumentos da reforma no final dos anos 80 e 90, uma reorganização do sistema e ao mesmo tempo uma diversificação multilateralização(F), ou seja, a primeira experimentação da reforma se fez colocando o que chamávamos de ciclo polivalente, ou seja, era entre a idade de 14 e 16, ou seja, não deveria ser tão acadêmico como nós pensamos. Devemos incluir uma iniciação tecnológica, devemos dar um peso importante ao ensino artístico, os aspectos afetivos para os alunos, ou seja, dar oportunidades àquela pessoa de triunfar e de ter sucesso por diferentes motivos, e não somente o aluno que aprende latim, matemática, história, geografia, e os conhecimentos tradicionais que são realmente o forte, mas que tenham também outras capacidades mais diversas e devo dizer que aí nós fracassamos. Tudo que nós quisermos fazer com reforma nos anos 80 e nos primeiros anos dos anos 90 foi reabsorvido. E não era a primeira experiência. A Lei Geral de Educação nos anos 70 já havia introduzido o que se chamou de ensinos de atividades técnico profissionais, que logo foram reabsorvidas. Foram reabsorvidas pelos apêndices de matemática, física, química, biologia, etc. O grande fracasso foi que não fomos capazes de oferecer um currículo mais diversificado, ou seja, nós oferecemos aos alunos mais coisas do mesmo. Ou seja, mais do mesmo. Não que deveríamos retirar isso, essa... Nós devemos ter o núcleo do currículo escolar, mas não pode ser todo o currículo resumido a isso, deve estar mais equilibrado no que é o ensino obrigatório. Nós temos ainda pela frente a tarefa de desacademizar(F) e multilateralizar(F) o currículo escolar. Talvez, o único sucesso muito limitado tivemos, mas existe uma degradação desse sucesso com a introdução do ensino tecnológico dentro do currículo obrigatório. Não falo da formação profissional, mas uma iniciação à tecnologia dentro daquele currículo obrigatório para os alunos. Precisamos também uma maior diversificação curricular de centro a centro.

[interrupção no áudio]

...Precisamos que os próprios centros sejam aqueles que determinem que ofertas terão seus alunos dentro daquelas coordenadas gerais que irão conduzir aos objetivos comuns. Precisamos também de maneira

extrema quebrar o marco temporal e espacial da educação. Neste momento eu trabalhei particularmente sobre o setor muito desfavorecido dos ciganos, que é uma minoria bastante importante na Espanha. São 50 mil pessoas num país de 40 milhões, e particularmente a imigração(F) mais pobre daquele setor. Então, muitas vezes encontrávamos alunos que estão desejando, contudo querer sair da escola. Estão querendo sair da escola. Porque o seu meio cultural, porque eles dizem que naquela idade eles deviam trabalhar. Os ciganos têm essa tradição. Nos seus países eles já trabalhavam. Então a escola só poderia oferecer uma escolarização tempo integral. Nós estávamos satisfeitos porque tratávamos todos iguais, não discriminávamos ninguém, mas sabíamos que eles estavam destinados a uma experiência amarga, uma experiência de fracasso. Temos que procurar maneiras diferentes, por exemplo, maneiras de combinar um tempo de trabalho parcial deles com o tempo onde eles deveriam estar na escola. São contratos de escolarização, trabalhos que assegurem pelo menos alcançar parcialmente os nossos objetivos, e não mantermos um ritual e uma burocratização e fórmulas já estabelecidas, porque sabemos que elas podem conduzir ao desastre. O que mudou com a reforma foi o papel da inovação, ou seja, com a Lei Geral de 1970, nós tínhamos uma tecnocracia oficial, um sistema de fichas e avaliações, etc, que mudou radicalmente o modo de trabalhar dos professores, mas que também deram um pouco de autonomia. E tínhamos alternativamente os movimentos de renovação pedagógicas que eram extras oficiais, agrupávamos professores, onde se criavam e desenvolviam uma série de iniciativas que logo seriam assumidas pela reforma. O que a logo se mudou nos anos 90 foi que assimilou essa inovação. Assimilou os quadros daquela inovação. Os professores que estavam naqueles movimentos de renovação pedagógica assimilaram muito das idéias, muitas idéias desses professores, os grupos de trabalho que tinham, os Ministérios, e criamos pela primeira vez o que chamamos de maneira irônica, não sabíamos se era possível, uma direção geral de renovação pedagógica, ou seja, passariam logo... Logo chamaríamos ela de inovação, em vez de renovação. O que a LOE(F) fez hoje? A LOE(F) que é a Lei mais recente de 2006, enfrenta um panorama bastante diferenciado. Um panorama no qual é preciso assegurar a autonomia responsável dos centros educacionais. Já não é possível dirigir a inovação desde uma posição superior. Porque isso nos destinará ao fracasso. Os professores, primeiro, não aceitam isso, as fórmulas não funcionam, podem ser inspiradas desde outros níveis da universidade, de sindicatos, ou de associações pedagógicas, o professor deve beber de muitas

fontes. Mas, no final das contas o centro é quem deve fazer e desenvolver o Projeto. Então a inovação hoje passa mais por favorecer essa autonomia responsável dos centros, por favorecer as redes de inovação e a cooperação horizontal. Também com administração diagonal e... Mas, sobretudo uma cooperação horizontal entre os professores, os centros e políticas educativas que criem condições para que os centros possam e tenham que procurar as soluções necessárias. Esse é o grande problema hoje na escola espanhola. É um problema inevitável. Acho que a responsabilidade tem que cair sobre os centros, recair sobre os centros. Vivemos num mundo de mudanças, sabemos que as coisas estão mudando, mas é muito difícil prever em que sentido elas vão mudar, então devemos capacitar as pessoas para que elas possam realmente responder a esse contexto de diversidade, de incertidão, de incerteza. Mas, de maneira paradóxica, existe uma enorme diversidade local de bairro para bairro, de cidade para cidade, e como vivemos numa sociedade da informação e do conhecimento, isso implica que não temos uma... Não devemos ter uma escola onde haja conhecimento, e uma comunidade de ignorante. Mas senão muitos dos recursos, a maior parte dos recursos que a escola precisa para fazer sua função estão na comunidade. Estão no público onde elas atendem, nas empresas, nas instituições, nas associações que estão a 100, 500 metros, dois quilômetros, estão longe, mas estão acessíveis através das redes de informática e tecnológica. Isso leva a uma nova centralidade do centro, ou seja, o centro vira realmente de fato o centro do processo educacional. Não pode existir política para todos, uma fórmula para todos, desde os conselhos, os Ministérios e da universidade que sejam aplicadas a todo mundo. Isso era uma idéia de 50 anos atrás. Todo mundo tinha uma solução e queriam convencer os outros que a sua solução era melhor. Todos pensavam que tinha uma solução válida. E sabemos que hoje isso não é verdade. Temos que dar a responsabilidade para os centros. Mas os centros estão cada vez mais complexos. Existem hoje muito mais pessoas trabalham. Um aluno típico no ensino fundamental tem professor, tutor, monitor, um bedel... Eles... Existiam muitas pessoas envolvidas no processo educacional daquela pessoa. E a tarde eles vão para o centro esportivo. Existem muitas pessoas envolvidas no processo educacional. Não existe mais só o aluno e o professor. Quando eu ia à escola existia o professor, o aluno e a escola. Hoje o aluno se relaciona com uma organização, e essa organização deve garantir uma boa educação, inclusive com professores ruins. Existe um movimento do professor em direção ao centro. O centro é realmente a relação dos professores com o resto das pessoas

envolvidas. As políticas educacionais que na época da modernidade eram planomaniacas(F), sempre existiam planos e reformas e fazer dessa ou de outra maneira. Hoje devem ser políticas pró-ativas. Esse termo tem a vantagem de não significar nada e tudo. Mas, que exista uma autonomia dos centros, que os centros realmente tenham a capacidade de tomar decisões com autonomia e que estejam obrigados também a tomar decisões. Mas é um desafio bastante grande. É muito difícil. Aqui, é onde vocês de fato podem aprender mais sobre o nosso processo, sobretudo sobre o que não devem fazer. Aqui nós tivemos sob a ditadura um corpo de diretores que eram submissos àquela ditadura, eram instrumentos de controle burocrático. Tais escolas representavam o fascismo e os movimentos nacionalistas e isso criou uma ação e uma reação frente àquela centralização e aquele controle político. Vamos fazer o contrário, vamos democratizar o máximo. E quando chegou a democracia a LOCE(F), foi o símbolo dessa redemocratização. Em 1985, a primeira Lei importante em relação à educação do Governo socialista que criou o que retoricamente chamamos de direção participativa, ou seja, o Diretor é eleito pelo Conselho escolar do centro, mas na prática ele é eleito pelos professores. Porque eles são os que têm a maioria nos conselhos escolares e eles também amedrontam os pais e os alunos que não têm nenhuma intervenção nesse processo. Então os professores dominam a eleição do Diretor. Há então o paradoxo que o grupo de trabalhadores responsável por eleger aqueles que vão dirigir. Então, é um processo puramente corporativo, é como se os militares fossem escolher os chefes e os empregados escolhendo os juízes, e os empregados da Embaixada escolhendo o Embaixador. Isso não ocorre em nenhum lugar, mas sim ocorre nos centros de ensino espanhóis e portugueses. O resultado? Os Diretores não dirigem.

Aqui vocês podem ver uma comparação, é um estudo da OECD, dados parciais de Pisa, sobre quantas coisas realmente decidem os diretores. 5,8, no caso espanhol. Aqui vocês podem ver as responsabilidades desses diretores, aqui as cifras da OECD e as cifras da Espanha, ou seja, os diretores espanhóis decidem nada mais a metade das coisas quando decidem em comparação aos diretores da OECD. Aqui a segunda parte. A situação de fato do professorado. Uma escola não é somente uma organização, é um tipo muito especial de organização. Ou seja, no mundo do professorado, é muito... Foi muito popular um livro chamado: "A Escola não é uma Empresa" do Cristiano Laval(F), autor francês. E estou de acordo plenamente com o título, mas somente com o título. A escola não é uma empresa. A escola não é uma empresa quer dizer, quando eu

compro um automóvel, esse automóvel pode ser bom ou ruim, quando eu compro um computador ou... Mas a culpa não é do trabalhador que produziu, e sim está na cúpula no sistema produtivo, ou seja, os diretores, os engenheiros, aqueles que realmente desenharam de cima para baixo e dizem ao trabalhador o que aplicar. Quando vou a uma instituição, quando vou a um hospital, quando vou a uma delegacia de polícia, quando vou a um jurado, é exatamente o contrário que ocorre. Isso é o que diferencia uma instituição como a escola de uma empresa. O núcleo da capacidade de decisão está nos profissionais. Os profissionais devem ser aqueles que tomam as decisões. Pode ser uma capacidade condicionada por limites institucionais, culturais, mas essencialmente a capacidade de decidir deve ser deles, dos profissionais. O que nós temos na Espanha é a sensação é de que desapareceu praticamente, ou seja, a fiscalização não fiscaliza. Isso ocorre também na França, não somente na Espanha, um inspetor que vai à escola tem que avisar com 24 horas, ou seja, imagina um fiscal de riscos laborais que avisa que vai a uma empresa de construção 24 horas antes, os trabalhadores vão chegar de pára-quedas naquele dia. E nos outros dias vão continuar morrendo em acidentes. Falamos constantemente da responsabilidade social dos centros, frente às comunidades em que trabalham. Essa responsabilidade não chega, não chega a eles porque os pais não têm capacidade de escolher centros e não chega também porque a participação das famílias é uma participação bastante limitada. Muito limitada legalmente e muito mais limitada culturalmente. Tem pouco poder e o pouco poder que têm não exercem porque praticamente agem como a infantaria do professorado. Falta também uma cultura profissional que eu diria de compromisso e de sucesso.

[Interrupção no áudio]

...Chegamos a ter exatamente o contrário uma cultura das reclamações, do lamento, que tudo é impossível, não podemos fazer nada, tudo está fracassado, nenhuma reforma serve, nada é reconhecido... Etc. Uma cultura fechada de nivelar por baixo, de corporativismo, de evitar essas responsabilidades, evitar tomar responsabilidade para si. Isso é o Brasil ou a Espanha? Pergunta ele. A Espanha. Por isso pensei que vocês poderiam se identificar e aprender um pouco com a experiência alheia. Simplificando um pouco de maneira um pouco bruta, temos esses problemas por dois motivos. Vocês viram antes o rápido crescimento do professorado que do número de alunos. Imaginem que essas duas curvas seriam duas curvas muito familiares para os economistas. Essa é uma curva de custos crescentes e rendimentos decrescentes. A escolarização universal representa custos crescentes.

Cada aluno... Não um aluno que nasceu naquele ano ou três anos antes, mas o aluno que não queria vir à escola e que conseguimos realmente colocar na escola, tem um custo superior ao anterior. É mais difícil escolarizá-lo do que o anterior. Portanto a universalização, a reforma representa sempre custos crescentes. Porém, quando cada professor que chamamos tem cada professor que incluímos tem um custo decrescente, ou seja, os primeiros são aqueles que vêm mesmo que não sejam pagos, professores heróicos que participam do movimento de crescimento da escola, que realmente dedicam a vida àquilo.

Hoje, na Espanha, temos muitos professores desse tipo, mas também temos condições de trabalho, de remuneração exemplares para os professores. Existem motivos instrumentais também, não somente heróicos. Aqueles que estariam ali de qualquer modo, os que não queriam vir, mas percebem que há um trabalho melhor do que outros, os que pensam que... Bom se eles se organizam adequadamente vou poder trabalhar metade do tempo e então eles vêm. Então isso reflete um pouco o problema que temos. Uma época dourada que tivemos foi essa aqui que estou mostrando, os professores eram estupendos e depois veio uma época que os professores estavam contribuindo menos e os alunos cada vez mais difíceis. Era a época das impossibilidades, ou seja, o grande ensinamento aqui é que não basta colocar mais recursos. Nós temos que pensar essencialmente como estamos aproveitando os recursos aplicados. Não somente onde colocamos, mas o que fazemos de fato com aqueles recursos que já temos. Também temos a situação que eu acho ser uma estratégia típica de qualquer profissão, mas particularmente visível no caso espanhol e no caso do professorado espanhol. Toda profissão, um sociólogo inglês Parking(F) chama isso de estratégias de usurpação. Ou seja, eles tratam de usurpar aquelas competências que eles não têm, ou seja, eles tentam fazer isso através dos políticos, dos empresários, então por isso que no mundo da educação existe esse discurso antiautoritário, sempre em direção ao que o professor tem por cima deles, diretores e não as famílias. Então existem os discursos antiliberais, eles são muito mais valorizados nesse meio. Tudo que é empresário, o mercado é horrível porque eu sou do Estado, tenho meu salário público. Então, o que nós fizemos é já passar essa etapa, já ultrapassamos essa etapa. Hoje, as escolas não têm toda autonomia que devem ter, mas têm mais autonomia que o professorado quer. Temos escolas exemplares que entram, que dão de frente com a burocracia, mas temos centros que não assumem sua responsabilidade, porque eles já tiraram essa responsabilidade de suas mãos. 150 mil professores

públicos na Espanha, e nunca demitíamos nenhum. Isso estatisticamente é um absurdo. É impossível. Só é possível de maneira política, ou seja, mesmo que você seja muito ruim, vocês não são despedidos, é aposentado, jubilado, mas nunca te pedem de fato responsabilidade. E temos um conflito mais abaixo, uma profissão também tenta excluir aqueles que querem participar de sua... De suas competências. Uma profissão na verdade é um grupo de profissionais que dizem: Você tem um problema, mas você não sabe qual é o problema. Eu vou te dizer qual é o seu problema e qual é a sua solução. Isso é o que diz o advogado, o médico, o professor... Só que a diferença é que os advogados e médicos eles estão lidando com adultos, não está obrigado a ir ao médico ou ao advogado. Não têm aquela obrigação. Já na escola, existe um público cativo e muitas vezes a imensa maioria tem muito poucas opções e uma relação assimétrica entre o aluno e o professor ou entre o professorado e a família. Bom, nada mais. Obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Prof. Enguita, não só a parte nova que nos traz, mas também a identidade que nos traz com problemas brasileiros, sobretudo, no que se refere aos professores. E isso é universal hoje. Essa dificuldade de dar o salto por parte dos professores. O próximo a falar seria o Prof. Antonio Ibañez, mas o Vicent Defourny me pediu por um compromisso urgente que ele tem em breve para dar a sua mensagem. Então, eu passo para o Vicent Defourny e depois para o Ibañez.

SR. VICENT DEFOURNY: Muito obrigado, Senador. Um panorama muito interessante, muito real e muito realista da educação na Espanha, mas também coincide muito com muitos países europeus que eu tenho estabelecido e tenho visto todas as notícias. Então, muito obrigado pela sua contribuição. E acredito que para a Comissão da Educação e Cultura é muito interessante ouvir a sua experiência, e como sempre é interessante também ouvir as suas comparativas diferentes sistemas educativos. Porque acho que é através da experiência dos demais que se pode também aprender os erros, mas ao mesmo tempo as boas oportunidades e os caminhos que mais certos dão. E só gostaria levantar e talvez colocar algumas dos grandes dilemas, digamos, que todos os países estão enfrentando agora mesmo ao respeito da qualidade. E em particular acho que o desafio para todos os sistemas educativos, e aqui no Brasil em particular também, e realmente fornecer uma educação de qualidade para todos e para cada um. Isso significa que, realmente, a universalização e a qualidade de educação têm que chegar a todos os cantinhos do país,

mas, ao mesmo tempo, a cada um no respeito de sua diversidade. E acho que isso é um grande desafio para o Brasil hoje. E se considerar todas as diversidades culturais, sociais, inclusive as lingüísticas, falando, por exemplo, das populações indígenas ou das populações que vêm da imigração, acho que há um grande desafio para providenciar mais do que ação de qualidade para cada um dos jovens do país. Mas, ao mesmo tempo o professor achou que nos demonstra que precisamos de uma mudança paradigmática ao respeito das funções educativas. A escola não é mais a escola. Acho que não é possível reformar a escola na sua concepção antiga. Acho que precisa, realmente, ser repensado o sistema educativo de uma forma muito mais abrangente, onde se coloca a sociedade como uma sociedade educadora. Como uma sociedade baseada no conhecimento e que precisa por todos os caminhos encontrar as melhores formas de educar. E isso não é só responsabilidade do professor ou do sistema de ensino, mas é responsabilidade da sociedade. E nesse sentido, acho muito interessante que a Comissão de Educação realmente traz essa questão da qualidade da educação, realmente na Pauta, na sua Pauta, e veja isso de uma forma muito abrangente e estou seguro que o Senador Cristovam tem essa vontade de fazer um levantamento muito grande, muito amplo sobre o respeito. Porque entre outras coisas difíceis de resolver é essa entre os temas que foram apresentados, por exemplo, da participação e ao mesmo tempo da liderança. Se precisar, ao mesmo tempo, as duas coisas. Sabe-se, em todos os sistemas que... E aqui no Brasil em particular, se sabe que as escolas, onde dá os resultados um pouco melhores nos lugares é onde exemplo tem uma liderança forte. Lideranças de um Diretor, liderança de um Prefeito ou Secretário de Educação que realmente faça essa liderança, mas, ao mesmo tempo, não se pode ter avançar se não existe uma participação, se o enfoque coletivo importante.

Outro foco muito bem levantado pelo Prof. Engüita foi à noção de responsabilização e ao mesmo tempo de fiscalização. Não se pode uma coisa sem a outra. Se precisar ao mesmo tempo responsabilizar e fazer que cada professor, cada Diretor, cada escola, cada responsável seja mais responsável, mas ao mesmo tempo se precisa um sistema de fiscalização, sistema onde tem que dar conta do que ele está fazendo. Então, só para resumir, gostaria lembrar, digamos, o que para a UNESCO é importante como qualidade de educação para todos. E de forma muito resumida gostaria lembrar as cinco dimensões que para a gente de alguma forma descrever a qualidade de educação para todos. A educação de qualidade, um sistema equitativo. É onde a equidade é respeitada. Onde também a relevância e

a pertinência da educação é muito bem resolvida. Isso significa uma educação que responde as necessidades do país, que responde também as necessidades de cada aluno, na sua necessidade de aprender. E as duas outras dimensões que são muitas vezes, mas por essa mesma lógica, de unir, ou temas que muitas vezes são apresentados de formas opostas, acho que os temas de eficácia e eficiência precisam ser colocadas também no centro da qualidade da educação. Uma educação de qualidade e também uma educação que faz bem seu trabalho, e uma dedicação que faz bem no melhor custo/benefício. E acho que reunindo, se conseguimos montar um sistema educativo, não estou falando só da escola, mas de uma sociedade educadora mais no sentido amplo, reunindo essas cinco dimensões, acho que temos oportunidade de realmente ter um sistema onde a efetividade de uma educação de qualidade se pode demonstrar. Uma educação efetiva, onde realmente os alunos e os jovens e todos os adultos também porque, o desafio não é só para a educação das cidades, dos jovens, mas a educação ao longo da vida. Então, é só isso que queria compartilhar com os senhores aqui na Comissão de Educação, mas também gostaria agradecer pelo convite e realmente agradecer, uma vez mais, o Presidente da Comissão por associar a UNESCO a esse trabalho e a UNESCO está sempre à disposição para acompanhar o trabalho dos senhores. Muito obrigado. [aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra ao Prof. Antônio Ibañez.

SR. ANTÔNIO IBAÑEZ: Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar especialmente ao Prof. Cristovam, Senador da República, pelo convite a vir aqui na Comissão de Educação, quero cumprimentar também Andrés Cardó, representante da Fundação Santillana, e cumprimentar especialmente ao Prof. Mariano Engüita, da Universidade de Salamanca pela sua brilhante exposição e conhecedor profundo como ele conhece a realidade espanhola. Cumprimentar também ao representante da UNESCO, e dizer que eu tive a sorte de poucos anos atrás decidir fazer uma pesquisa para conhecer o porquê de certa forma a Espanha tinha dado um salto grande, não só na educação, quer dizer, chamava atenção o desenvolvimento sócio-econômico da Espanha em pouco tempo. Foi um salto bastante grande. E isso estava associado também à educação. Então, eu tinha curiosidade de saber por que, ou o que é que dentro da educação tinha contribuído para esta melhoria? E aqui, o Prof. Cristovam estava me perguntando, mas como era antes? Eu... Esse trabalho de pesquisa foi um Relatório que foi publicado, foi publicado pelo Ministério da Educação com o apoio da Embaixada da

Espanha, Ministério da Educação Espanhol, e só para citar, eu queria mostrar aqui, era o professor Poñes(F), de cada 100 alunos que iniciaram o ensino primário em 1951, chegaram a ingressar 27 na etapa de estudos propedêuticos que era o bachiller de quatro anos que antecedia ao ensino médio. Aprovaram nessa etapa 18. E somente 10 concluíram o ensino médio. Aprovaram no pré-universitário 5, e se formaram 3 alunos na universidade em 1967, ou seja, era uma tragédia a escola pública na Espanha. Eu nasci em 1943, e eu quando me alfabetizei não tinha escola pública perto da minha casa. Eu tive que ir numa professora aposentada, num apartamento para me alfabetizar. Isso era uma tragédia na Espanha.

A escola pública realmente não existia, era em plena ditadura, e isso continuou por muito tempo. Já no final da ditadura, quando o regime estava se modernizando em função do desenvolvimento, das pressões políticas que exerciam externas sobre a própria Espanha, essa abertura, essa tentativa de abertura, esse regime também democratizou a educação, evoluiu bastante, se criaram muitas escolas. Mas o mais importante, o investimento na educação era muito baixo. Mas o mais importante mesmo depois dessa modernização do regime já no final da ditadura, o mais importante na transição com aqueles pactos da Moncloa(F) em determinado momento o orçamento da educação na Espanha chegou a quase dobrar por conta do impacto. Isso deu um impulso enorme na construção de escolas, escolas de tempo integral, o aproveitamento de muitos professores, enfim, tudo isso levou nessas transições. As condições que existiam eram realmente terríveis do ponto de vista tanto dos professores, quanto do ponto de vista de educação com a falta de escolas e a educação o aprendizado das crianças também era péssimo. Então, o salto que se deu foi muito grande. Realmente esse salto é comprovado e depois veio uma estagnação, que aqui, o Prof. Engüita realmente colocou muito bem esse período da estagnação. Mas, o que faltou realmente é o salto que foi dado anteriormente e que chamou atenção. E aí foi quando eu, nessa pesquisa, eu entrevistei diversas pessoas, e o que eu pude tirar disso foram dois pontos que me chamaram muita atenção. Um ponto foi além de todas as reformas que fizeram, foi uma conquista muito grande, como a questão da educação obrigatória até os 16 anos foi fundamental, enfim, a questão da escola compreensiva, que aqui também nós chamamos de escola unitária, onde o princípio dessa escola compreensiva é ensinar exatamente a mesma coisa para todo mundo. Ou seja, esse é o princípio da escola compreensiva, e de certa forma também aqui, “teoricamente” entre aspas, também se utiliza, embora nós vamos ver, e a gente sabe

que o que se ensina no ensino médio noturno não tem nada a ver com que se ensina no ensino médio diurno. São duas realidades completamente diferentes, embora do ponto de vista das diretrizes curriculares, do ponto de vista da LDB, não estamos ensinando a mesma coisa no ensino noturno do que no ensino diurno. Pois bem, o que me chamou na Espanha foram duas coisas. Uma foi à questão dos centros de professores. Que foi o Prof. Engüita, ele pegou sobre a... Ele falou da renovação pedagógica, quer dizer, os movimentos da renovação pedagógica. Esses movimentos da renovação pedagógica, no início da primeira legislatura dos socialistas, foi quando se criaram centenas de centros de professores onde o professor realmente tinha uma escola para ele. Ele tinha uma biblioteca, tinha pesquisa, tinha orientadores, tutores, eram muito bem equipados esses centros que eram para formação continuada dos professores.

Um detalhe importante, em nenhum momento a Espanha primou pela formação inicial dos professores. Quer dizer, era realmente um descuido total e até hoje as críticas são muito grandes. A formação inicial, agora com essa última reforma, o professor para ser professor na escola ele tem que ter um mestrado. Mestrado de um ano, ou seja, uma formação depois da licenciatura. Mas sempre a formação inicial sempre foi muito criticada na Espanha. Então a formação continuada, os centros de professores, do meu ponto de vista, isso que eu falo aqui na minha pesquisa, foi a grande contribuição para o salto que se deu na Espanha. Esse é um dos pontos. Eu volto a dizer, outras coisas contribuíram também, mas o que mais me chamou atenção foram esses centros de professores que tinham uma articulação em toda a Espanha. Era aonde realmente os professores se encontravam, discutiam, aprendiam, iam fazer cursos, davam cursos, era o elo de ligação entre, digamos, os sistemas, o sistema central, e a escola. Isso aqui em determinado momento se perdeu, digamos, em princípios... Em princípio se conservou, mas na prática acabou se perdendo. Com a descentralização, com o período das autonomias regionais, esses centros de professores passaram para essas autonomias. E aí cada autonomia utilizou o centro como achou que podia ser melhor e alguns centros hoje estão fechados, outros têm... Continuam como centros de professores, mas não exercem o mesmo papel que exerciam naquela época. Isso pra mim pode ser naturalmente uma dificuldade ou então, o fato dessa formação continuada não ter acompanhado no tempo, pode ser um dos problemas que hoje a Espanha está enfrentando na educação. Mas outro ponto que me chamou atenção, e que de certa forma o Prof. Engüita fez críticas, eu considere como

crítica, foi justamente a questão democrática. A gestão democrática, isso em geral todos os regimes fechados depois que abrem um dos princípios é a questão da gestão democrática. Isso aconteceu na Espanha, aconteceu em Portugal, aconteceu no Brasil também. Mas, lá existe essa limitação, quer dizer, o Diretor é eleito pelos conselhos escolares. Os conselhos escolares sim existem por Lei. Aqui, existem os Estados, às vezes têm conselhos escolares, outros não têm, outros têm, mas não são... Não se reforçam esses conselhos... Enfim, não existem diretrizes gerais, ou uma Legislação sobre gestão democrática, se deixa muito por conta dos Estados. E por conta dos Estados têm avanços, têm retrocessos, continua nomeações por interferências políticas, cada vez menos, mas ainda continuam. Então, eu acho que a participação da comunidade na Espanha eu acho que foi muito importante em determinado momento. Porque além da renovação pedagógica que existia, esses movimentos da renovação pedagógica que tinham uma influência muito grande nas mudanças e na reforma que se fez na Espanha, na reforma educacional, a participação da comunidade também foi muito grande, da mesma forma que aqui. Agora, ele tem razão, quer dizer, o Diretor e os professores dominam o Conselho escolar, eles têm um discurso que acaba atemorizando os pais. Isso acontece lá, acontece aqui com a experiência que eu cito no livro aqui em Brasília, tivemos uma experiência extremamente positiva do meu ponto de vista, eu avalio, o Senador Cristovam era Governador, mas foi extremamente positiva. A participação dos pais, da comunidade como um todo, é extremamente... Ela fica muito motivada na época da eleição, mas depois ela realmente cai.

Agora, na Espanha, curiosamente foi no início quando o Diretor tinha mais autonomia, digamos, um pouco mais de poder, porque o que é a gestão democrática? A gestão democrática é você compartilhar. O Estado tem o poder, o Diretor tem o poder, e o Conselho escolar teria poder. Então, como trabalhar esse conjunto tripartite para que realmente você tenha um melhor aprendizado das crianças na escola. Porque acho que todo o objetivo, toda a mudança na educação tem que acontecer com o objetivo principal, que é realmente a melhoria do aprendizado das crianças na escola. Então, eu acho que aqui nós temos essa participação, mas volto a dizer, acho que precisa uma Legislação mais geral, mais abrangente que determine normas sobre a gestão democrática, porque senão vamos continuar patinando. Hoje a gente não pode dizer que é melhor a eleição de um Diretor ou não, porque tem experiências num Estado, depois volta, depois não tem. E tem a experiência em outros Estados em

que o Diretor se prepara durante quatro anos para ser Diretor de escola. Você imaginaria que esse Diretor, já que foi preparado para ser Diretor de uma escola, então nesse Estado se imaginaria que as escolas teriam um aproveitamento o melhor possível, mas, não é bem assim. Então, eu agora simplificando um pouco mais aqui para o Brasil, eu acho que para fazer a reforma educacional, não tem que inventar muito a roda porque acho que como o Prof. Engüita fala, a escola realmente ensina. Mas veja, o Distrito Federal é um Estado em que mais ou menos sempre, desde que se iniciaram as avaliações, ele sempre está entre os primeiros. Nas avaliações sempre está entre os primeiros. O Estado já passou por diversos partidos políticos, já passou pela ditadura, mas sempre se mantém entre os primeiros. Aí, então, o que tem de diferentes Estados? Ele tem a grande maioria dos professores são licenciados. A grande maioria dos professores tem dedicação exclusiva numa escola. Eles têm basicamente, em princípio, eles têm um dos melhores salários do país. Eles têm uma jornada que, eu não digo que é a ideal, mas está bem mais perto do que outros Estados. Então porque não olhar esse Estado e dizer: Olha vamos ver o que podemos melhorar para todos os Estados. Então, esse é um ponto. E aí que eu quero entrar mais especificamente. A questão da formação continuada aos professores. Nós tivemos, aqui, em Brasília, uma experiência que não foi uma experiência do nosso Governo. Do Governo do então Prof. Cristovam. Já tinha sido iniciada na época do Governo quando o Pompeu de Sousa, o Senador Pompeu de Sousa era Secretário de Educação. A criação da escola de aperfeiçoamento dos professores da educação aqui no Distrito Federal. Que é depois que eu vim a perceber que era muito nos moldes dos centros de professores que existiam na Espanha, e que não eram só na Espanha, esses centros de professores se iniciaram na Inglaterra, passaram pela Espanha, passaram por diversos países, se espalharam por diversos países. Pois bem, não recuperamos a [ininteligível] e nós tivemos um grande sucesso por quê? Porque nós discutíamos com os professores as mudanças que precisavam ser feitas com na educação. E aqui volto a fazer um parêntese com a reforma, e eu gostaria Deputado se o senhor pudesse permanecer cinco minutinhos porque acho que seria importante que o senhor ouvisse.

Aqui, a reforma, quando foi introduzida a reforma da educação, depois da LDB, acho que as diretrizes curriculares, os parâmetros curriculares do ensino fundamental foram bem absorvidos. Mas quando se fala nas diretrizes curriculares para o ensino médio, aí nós verificamos que do ponto de vista teórico, acho que as diretrizes foram extremamente importantes. Permi-

tiu, deu uma abertura muito maior para que o ensino fosse... Não fosse simplesmente segmentado através de suas respectivas disciplinas, física, química, matemática, mas permitiu que houvesse alternativas para esse ensino, através de Projetos, diversas metodologias. Pois bem, mas isso não se falou. Não foi falado para os professores. Eu sei que foram distribuídas as diretrizes curriculares, os parâmetros curriculares, mas os professores, até hoje não sabe o que são as diretrizes curriculares. Então tem um professor numa escola de ensino médio aqui em Brasília que ele começa por ensinar física pela parte de ótica, se for o caso. Outro professor, outra escola começa por calor. E depois, por acaso um aluno que sai dessa escola e vai para outra, estudou calor numa escola e depois não vai ver a ótica que foi ensinada nessa escola. Enfim, os professores não foram informados e até hoje não foram dados cursos para esses professores para saber o que significa as diretrizes curriculares. O avanço que poderia ter acontecido não aconteceu por isso. Então esse é um ponto. Por isso que a formação continuada dos professores é fundamental. É fundamental e isso... Eu acredito que talvez agora através da CAPES do B, como a gente já chamava na campanha do então candidato Presidente Lula, em 2002. Porque a CAPES do B tem que dar diretrizes sobre o que é formação continuada. Hoje na educação superior você sabe que para você continuar numa universidade tem que fazer mestrado, doutorado, você sabe muito bem o que cada curso é, o que tem que fazer. Agora, no caso de um professor de educação básica, ele não sabe o que tem que fazer para se aperfeiçoar, para se qualificar. Qual é a exigência que tem? Fazer um cursinho de duas semanas, 15 dias, dois dias? Não existe. Então, essas diretrizes gerais para formação continuada são extremamente necessárias e têm que ser urgentes para que o professor saiba que ele pode fazer. Não é simplesmente curso, ele pode até fazer curso de mestrado e doutorado, mas o objetivo para ele fazer o curso de especialização ou de pós-graduação, o objetivo para ele é de melhorar o ensino aprendido dentro da escola. Já para um professor universitário, o objetivo de fazer mestrado e doutorado é introduzir esse professor na investigação. Então, são objetivos diferentes, mas que têm que haver. Tem que ser muito claro para a formação continuada de professores, essas diretrizes gerais, e tem que emanar de... Tem que ter essas linhas gerais para que todo mundo saiba nesse país, dos cinco mil e poucos Municípios, saiba quais são as linhas gerais da formação continuada. Pois bem. Quero passar, agora, para o ensino médio noturno.

O ensino médio noturno é algo que para mim é uma fraude que estamos cometendo e fechando os

olhos todo dia sobre o que acontece no ensino médio noturno. Quer dizer, os alunos não têm... Você tem praticamente 50% de evasão. Os primeiros meses as salas estão cheias porque os alunos têm vontade de aprender. Eles vão, mas chega um momento que não tem condições. Não tem material, não tem... Enfim, faltam condições. Faltam professores, se faltam professores no ensino médio diurno, imagina no noturno, tudo que tem de pior está no noturno. Isso tinha que ser consertado. Isso tinha que ser, do meu ponto de vista, um aluno com dois... Que ingressa no ensino médio com dois ou três anos, isso seria uma questão de discussão, defasado em idade, acho que teria que ir para a educação de jovens e adultos e aí sim, junto com uma educação profissional, dar uma iniciação profissional, ou seja, você poderia em dois anos talvez, transformar esse aluno, dar um certificado de ensino médio, mas com alguma formação inicial qualificando esse aluno para o trabalho. Porque senão é impossível. Não tem dinheiro, não tem recurso do FUNDEB que cubra esse buraco que são 50% alunos matriculados no ensino médio estão no ensino noturno. É um buraco por onde o dinheiro vai para o ralo tranquilamente. Isso precisaria ser corrigido urgentemente. Acho que tem outras questões, a questão da obrigatoriedade do ensino médio, acho que é extremamente importante. A questão da avaliação, a avaliação continuada. Veja, hoje temos uma experiência aqui no Brasil praticamente 20% dos alunos matriculados da educação básica estão matriculados em fases, em ciclos. Hoje na grande maioria dos países isso já existe. Isso é assim na Espanha, na França, na Inglaterra... Aqui no Brasil nós temos resistências. Então tem que ser discutido. E eu acho que tem que haver uma discussão e o Ministério tem que assumir uma posição. É bom ou... É melhor ou é pior? Mas tem que assumir uma posição. Porque senão ficamos patinando muito em relação a essas mudanças necessárias. Eu acho que a questão da autonomia é extremamente importante, mas, autonomia não se confunde com soberania. Por isso acho que hoje o que está em discussão aqui no Brasil e principalmente um tema da Conferência Nacional de Educação Básica, o Sistema Nacional Articulado de Educação, ou seja, o Sistema Nacional Articulado de Educação percebeu, por exemplo, perceberia que durante mais de 20 anos, nós temos um drama contínuo, que é a falta de professores de física, química, matemática e biologia. E por que faltam professores? Claro, são todas as condições de faltar carreira, salário, tudo mais. Mas tem outras profissões que estão na mesma situação. Agora, por que faltam professores? Porque ninguém se sente responsável pela falta de professores. O Governo Federal não forma professores.

Tem universidades federais, tem CEFETs, mas todos eles têm autonomia. E autonomia quem diz quantas vagas vai ter para professores é a reitoria. São os órgãos. Quer dizer, não é o Governo Federal. Então os governos estaduais demandam professores, mas eles não formam professores também. Então, ninguém se sente responsável pela falta de professores. Quando alguém diz educação básica é responsabilidade do Estado. Mas o Estado ele demanda professor. E se ele não tem professor, de quem que é a culpa? Ninguém tem a culpa, ninguém é responsável. E por isso durante 20 anos estamos vivendo esse drama da falta de professores todo ano, todas as manchetes, em todos os Estados o drama é: faltam professores de física, química. Alunos vão para as suas casas porque não tem professores. Então acho que a universidade aberta pode ser uma saída. Mas ninguém sabe também porque se não sabe exatamente qual vai ser a resposta. Você não sabe qual vai ser a evasão, não sabe qual vai ser a matrícula, enfim, você ainda está iniciando, está Tateando—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não sabe qual vai ser o aproveitamento.

SR. ANTÔNIO IBÁÑEZ: Então, está Tateando. Pode ser uma solução, mas ainda está Tateando. A questão da criação na CAPES de ter uma educação básica, eu concordo plenamente. Acho que é extremamente importante para dar essa formação continuada. Agora, tem um problema que a gente não fala aqui no Brasil, e aqui se os nossos alunos estão ruins, não são só os alunos da escola pública. Os alunos da escola privada também estão muito ruins. E o que acontece então? Eu acho, e o Prof. Enguita tocou num ponto no final, quando fala da diversificação do currículo. Eu acho que a gente, partindo para as Diretrizes, que abrimos completamente, tiramos o currículo mínimo, acho que teria que trabalhar um pouco, acho que está na hora de fazer uma avaliação da LDB, talvez trabalhar a questão das Diretrizes, não digo fechar num currículo mínimo, mas fechar alguma coisa em relação... Ter algum currículo como referência, mas a diversificação é importante, mas não para eliminar a escola compreensiva ou escola unitária, é para também fazer com que as escolas particulares também tenham a obrigatoriedade de aplicar a Lei de diretrizes e bases, ou seja, as escolas públicas elas aplicam as leis de diretrizes básicas, as diretrizes curriculares, elas distribuem a carga horária por toda a riqueza curricular, mas a escola particular só prepara para o ingresso na universidade. Aí você insiste em física, química, matemática, mas não tem outras disciplinas. E essa diversificação é interessante porque, sem acabar com essa escola unitária, mas você permite que alguns alunos talvez aqueles que

têm mais chance de aprender mais ou tem melhores condições, ou tem uma base familiar muito mais preparada, porque isso é o grande, no último de 2006, se verificou, a grande influência que o entorno social da família exerce sobre o aluno. Isso a gente não pode esquecer também.

Então, na Espanha, qual é a grande vantagem do sistema que se montou na Espanha? É a equidade. A equidade hoje da educação na Espanha hoje é comparável a muitos países nórdicos, embora esteja ainda abaixo. Mas falta também da mesma forma que aqui, que os bons alunos possam também ser comparado também com bons alunos de outros países. O que estamos numa dificuldade grande. Então, essa... A introdução de disciplinas optativas talvez seria importante para que os alunos, alguns alunos que pudesse avançar mais, ou que gostassem, ou que quisessem, ou que tivessem outra base familiar que permitisse isso aqui, pudessem, por exemplo, ter optativas de matemática, matemática obrigatória e matemática optativa que poderia te avançar. Enfim, isso aqui é algo para ser discutido, mas precisa ser. Agora, o que nós não podemos é simplesmente ter um ensino propedêutico que prepara para a universidade. Isso as escolas particulares me desculpe, mas é um grande erro que cometem. As Diretrizes curriculares, acho que tem que ser aproveitadas e elas introduzem também uma iniciação para o trabalho que é ignorado, é ignorado em todas as escolas, tanto as públicas, quanto as privadas. As públicas faltam recursos, mas as particulares podiam.

Hoje, estou no Ministério de Ciência e Tecnologia, estou trabalhando com a questão da inovação tecnológica, o drama que é para o Brasil você passar do grande desenvolvimento científico que nós temos com o índice de publicação comparável, o crescimento muito maior do que muitos países desenvolvidos, mas para dar esse salto entre conhecimento e inovação, falta muito. Eu acredito que um dos problemas é que nosso ensino é totalmente acadêmico. Não aproveitamos nada os laboratórios, não aproveitamos nada o que fazer, como fazer. Isso não é aproveitado nas nossas escolas. Nas públicas nem nas privadas, e mesmo na universidade. Então, eu acho que essas questões são extremamente importantes para serem tocadas e finalmente eu queria tocar na questão da avaliação. A avaliação é extremamente importante. Todos nós temos que acompanhar a avaliação. Eu era crítico do SAEB, porque o SAEB te dava crítico nesse sentido, dava uma visão média do que estava acontecendo no seu Estado, mas não te dava o que a escola estava fazendo. Com a Prova Brasil, eu acho que você avança. Mas isso é único e exclusivamente uma ferramen-

ta para você mudar as políticas públicas. E o ensino, a educação, o aprendizado não pode estar baseado nos índices de avaliação. Quer dizer, não tem referência para... Se não pode ter como referência os índices de avaliação, porque realmente que acaba fazendo é massacrando a escola, massacrando os professores. Porque veja bem, no Brasil o entorno social das famílias é muito pior do que estavam falando na Espanha. Então, a escola faz um milagre, do meu ponto de vista, a escola faz milagre não todas, claro, mas faz o milagre de trazer esse aluno de família extremamente pobre e colocá-lo na escola na altura, não digo que na mesma altura, mas recuperando essa criança e dando a ele certo conhecimento, muito mais do que aquele que está na base familiar dele. Portanto, eu acho que nós temos que investir mais nas famílias dos alunos, temos que investir mais nas bibliotecas, na leitura, enfim, é extremamente... E aqui me lembrei, na época tínhamos o programa Educação Tamanho Família. Por quê? Porque na época, algumas escolas elas optavam por ter esse Projeto e nesse Projeto o que nós fazíamos? Queríamos saber dos pais das famílias, dos pais dos alunos que estariam interessados em discutir na escola. E aí desde educação sexual, passando por repetência, enfim, por diversos temas. E aí os pais sábado à tarde iam à escola, nós trazíamos especialistas para provocar algo motivador, depois tinha um debate, enquanto as crianças ficavam brincando com cuidadores dentro da escola. Então trazer os pais para dentro da escola para a participação com eleição dos diretores, enfim, são caminhos que ajudam muito a melhorar a educação. Eu fico por aqui, acho que já falei demais, peço mil desculpas ao Presidente da Mesa, mas eu me coloco à disposição para eventuais debates também e fico muito triste de não poder permanecer no debate, Senador, porque está tendo um...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vou pedir que você pelo menos escute minha resposta.

SR. ANTÔNIO IBAÑEZ: Claro. Está tendo um evento da minha área aqui em Brasília que eu estou precisando. Muito obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu agradeço as palavras do Prof. Ibañez. Nós temos dois Senadores inscritos, mas o Deputado Paulo Renato tem que sair. Acho que seria uma boa cortesia da Casa que os Senadores aceitem a Mesa passar a palavra ao Deputado Paulo Renato que inclusive estava saindo e ficou para escutar o... Então eu passo a palavra ao amigo Deputado e depois o Senador Valter Pereira e o Senador Paulo Duque estão inscritos.

DEPUTADO PAULO RENATO SOUZA (PSDB-SP): Muito obrigado, Senador Cristovam. Quero agra-

decir o convite da Comissão de Educação do Senado, e a Fundação Santillana por este importante e interessante debate hoje pela manhã, analisando a experiência espanhola em comparação com o Brasil. É importante porque inclusive, nós quando estávamos no Ministério da Educação, nos inspiramos muito na reforma espanhola para a definição, por exemplo, dos parâmetros curriculares nacionais. Foi uma inspiração a partir inclusive com especialistas espanhóis que aqui estiveram, e tudo isso. O Prof. Ibañez tem razão quando diz: Olha, os parâmetros foram feitos, uma coisa interessante, foi um avanço, foram distribuídos aos professores e a primeira reação realmente foi uma reação de não... Uma reação nós observamos uma reação que os parâmetros não penetravam na vida do professor. E nós desenvolvemos a partir daí um programa, que eu reputo da maior importância, que foi o programa Parâmetros em Ação. Que justamente foi desenhado para que nós discutíssemos com o professorado os parâmetros e procurássemos levar a adiante a idéia dos parâmetros para os professores. Nós estabelecemos um sistema em rede. Que tinha núcleos municipais, a partir de Municípios, com a supervisão do Ministério, e nós conseguimos em dois anos, até o final de 2002, envolver nestas redes 600 mil professores, nas redes dos parâmetros nacionais. Muito interessante que quando... No final daquele ano deixei o Ministério e fui passar minhas férias de fim de ano na Bahia. Lá numa praia na Bahia e havia na praia uma pessoa que se acercou e disse: O senhor é Ministro da Educação? Queria lhe cumprimentar pelos parâmetros curriculares nacionais, eu sou professor da rede, sou petista, e não... Mas eu acho que o que o senhor fez com os parâmetros, especialmente com o Parâmetros em Ação, foi um avanço muito grande na educação do nosso país. Era um professor de matemática, ou coisa assim que estava na praia. Eu achei essa imagem me ficou muito rígida justamente por isso, porque foi um testemunho de um professor da rede que me encontrou e espontaneamente veio dizer isso a mim. A propósito do programa Parâmetros em Ação, que eu, para minha surpresa e, lamentavelmente, foi abandonado no governo do PT. Aquela experiência de ter 600 mil professores, nós vínhamos avançando. Isso foi em dois anos e nós conseguimos chegar a 600 mil. Se essa experiência tivesse sido continuada, nós chegaríamos a quase totalidade dos professores. Isso foi abandonado. Então não se pode julgar que os parâmetros foram... Não tiveram ou não penetração, porque o programa de difusão dos parâmetros não teve... Agora, eu acho que os parâmetros foram um avanço importante, mas eu acho que nós deveríamos ter na sequência dos parâmetros indo mais além. Até mes-

mo na definição de um conteúdo curricular nacional, uma referência curricular, não apenas de parâmetros curriculares. Algo que a Secretária de Educação de São Paulo, por exemplo, a Prof^a Maria Helena Castro está fazendo agora no âmbito da Secretaria de São Paulo. Toda a equipe que participou dos parâmetros, mas indo um pouco mais além para evitar justamente esse tipo de problemas que o professor menciona. Em relação ao SAEB, o SAEB tinha justamente, foi à primeira experiência de avaliação no Brasil. E tinha... Eu quando instituí o SAEB, experiência anterior no Governo ainda do Presidente Itamar, mas uma experiência muito parcial com a metodologia que não permitia nenhuma comparação. Não se comparava nem entre Estados e nem no tempo. Então era realmente inútil. Eu coloquei como diretriz... Eu quero uma comparação... Um sistema que permita comparar estados e permita comparar no tempo. Os não Estados. Sistemas de ensino e o tempo. Então, o SAEB é representativo do sistema estadual e do sistema municipal e do sistema particular no âmbito de cada Estado. E comparava no tempo. Isso justamente, isso por quê? Porque acho que esse é o papel do Governo Federal. Formular as políticas gerais. Eu acho que nós temos que... Agora, é claro que para a gestão do sistema, isso não... Isso é... Gestão de cada sistema, sistema estatal e municipal, isso é insuficiente. Nós temos que ter, aí sim, a avaliação universal. Mas acho que a avaliação universal não tem porque ser feita pelo Governo Federal. Ela deve ser feita pelos Estados e Municípios que são gestores do sistema. Eles precisam saber como é que está cada escola. Inclusive para poder incentivar ou não. Para poder estabelecer políticas corretivas ou não em relação ao sistema de ensino. Portanto, eu acho que o SAEB... Nós temos que olhar a avaliação em qual o objetivo e qual os instrumentos de política que cada entidade, cada esfera de Governo tem.

O Governo Federal em relação à educação básica tem a formulação geral, a supervisão geral do sistema, mas não tem a administração do sistema. E, portanto, essa tem que ser... Mesmo porque para fazer uma prova tão ampla, você necessariamente acaba sacrificando questões de confidencialidades, sigilo, etc. Portanto, essas minhas observações sobre as observações do Prof. Ibañez. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deputado, antes do Deputado sair, por isso vou passar na frente, eu só quero dizer que essa descentralização da avaliação, eu e diria até mesmo da responsabilidade pra mim seria um desastre. Que cada Estado ia fazer um critério que quisesse. Sabe o que ia acontecer? Os Governadores iam procurar critérios que dessem a impressão que as coisas

estavam melhorando mesmo sem estar. E, além disso, a gente ia aceitar a desigualdade. E aqui queria colocar como uma pergunta para responder depois. Esse sistema espanhol seria possível essa mudança? Se em vez de ser um Projeto Nacional fosse deixado para cada Prefeitura fazer o que quer? Porque eu imagino que é um sistema nacional na Espanha. Como houve na França, na hora da reforma, como na Finlândia, na Suécia, na Dinamarca. E um país tão desigual como o Brasil, deixar a educação como algo local, a gerência, não, a gerência eu defendo que seja tão descentralizada que pode ser até privada, e ser considerada como pública a escola. Se os resultados, se a gratuidade existe, deixa o setor privado até administrar. As escolas do Bradesco eu considero que são públicas e federais. Porque tem a mesma qualidade nas 56 no Brasil inteiro. As escolas do Objetivo, do Positivo, do Pitágoras, são federais, eles conseguem manter um padrão só. Então, deixando o Município à escola a gente não deixa aeroporto no Município, a gente não deixa a moeda no Município, a gente não deixa a energia para o Município... Por que é que vai deixar a educação para o Município? Essa é uma discordância que eu gostaria de um dia ter um bom debate. Eu chamo de federalização para radicalizar. Mas insisto, é federalizar com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. Mas a responsabilidade, os padrões, e aí tenho que reconhecer o seu papel, com o sistema de avaliação que foi implantado, grande mérito é que foi federal, que não foi estadual.

DEPUTADO PAULO RENATO DE SOUZA (PS-DB-SP): Mas é exatamente por isso. Porque um sistema federal tem que fixar os objetivos nacionais, e tem que avaliar no conjunto e com o mesmo padrão todos os Estados e todos sistemas de ensino. Agora, V.Ex^a disse bem. A gerência pode ser local. A administração pode ser local. Então aí que eu acho que deve haver a avaliação universal que não é uma avaliação diferente das outras. O método, a teoria de resposta ao item, os métodos, digamos assim, a escala do SAEB tem que ser adotada nos Estados. E essa é a crítica, inclusive, que a Secretária Maria Helena fez nas gestões anteriores do meu próprio partido, porque não adotaram a escala do SAEB nas avaliações anteriores, do SA-RESP, e agora se passa a adotar a escala do SAEB. O importante... Porque o que é a escala do SAEB? É uma escala que é compatível com a escala do PISA. Que é uma avaliação internacional. Por que é que eu quis entrar no PISA, sabendo que nós íamos ser os últimos lugares? Porque tinha que sinalizar para o país todo que nós queremos educação de primeiro mundo, e não os conformados com a educação que temos. As nossas divergências, Senador, em relação à questão

do sistema nacional, administração local, acho que são mais semânticas. No fundo temos a mesma visão sobre essa questão da gestão local e a orientação nacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Deputado. Eu vou... só um minutinho... O Prof. Ibañez tem um compromisso, mas eu quero saber se nas perguntas dos Srs. Senadores têm alguma pergunta que seja dirigida para ele. Senão a gente o libera. Está liberado. Ibañez, muito obrigado. Ele liberou. Bem, o primeiro que está inscrito a falar é o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Inicialmente para cumprimentar os expositores que foram muito felizes analisando com bastante realismo a política educacional do Brasil e da Espanha. Confesso, Sr. Presidente, Senador Cristovam, que foi uma surpresa pra mim quando analisei toda a exposição da política educacional, da reforma educacional ocorrida na Espanha, das condições com que é operada a área da educação e do ensino naquele país, com a situação brasileira que realmente guarda muita semelhança, são muitos parecidos os dois modelos. Eu gostaria de fazer algumas indagações, especialmente ao Prof. Engüita, e a primeira delas diz respeito à questão da reprovação que ele definiu aqui como fracasso. Acho que o fracasso que ele definiu do aluno equivale para nós aqui à reprovação. E aqui no Brasil nós estamos vendo difundir algumas teorias para enfrentar essa questão que são realmente curiosas. Uma delas é aprovar o aluno por Decreto. No caso de fracasso, o aluno teria garantido o acesso à série seguinte. Então aí surge uma grande dúvida. Qual é o objetivo que nós perseguimos? O objetivo é dar uma formação ou é garantir a ele um título? Então eu gostaria que o Prof. Engüita discorresse como é enfrentada essa questão na Espanha. A outra questão que eu gostaria de ouvir dele era sobre uma questão até que foi ferida pelo Prof. Ibañez. Eu fui Secretário de Educação, como V.Exª sabe, Sr. Presidente. E o grande gargalo que eu enfrentei, veja que ele inferiu essa questão hoje e eu enfrentei esse problema em 1989, quando fui Secretário de Educação. Grande gargalo. O segundo grau enfrentava naquela época, como enfrenta até hoje, a deficiência de professores para a área de ciências, matemática, física, química, biologia, são verdadeiros desafios para quem quer manter uma certa regularidade do ensino de segundo grau e, sobretudo a qualidade do ensino. E eu tentei várias formas na ocasião para enfrentar esse problema e sempre esbarrei num óbice muito grande do espírito corporativo dos professores que inadmitiam soluções mais pragmáticas para enfrentar essa deficiência. E curiosamente o aluno quando fre-

qüenta a universidade pública, e às vezes se licencia nessas áreas, a última opção que eles têm é exatamente a escola pública. Geralmente a primeira opção é buscar a pós-graduação, mestrado, doutorado, para continuar na universidade e não com vistas a retornar ao ensino público de grau médio. Então, como é que isso é enfrentado também na Espanha? Existe essa deficiência? É parecida com a deficiência brasileira ou existem soluções mais criativas lá? Outra curiosidade que me acode é o seguinte: De 1990 para cá, o mundo passou a vivenciar um ritmo mais acelerado no avanço da ciência e da tecnologia. Hoje os celulares estão sendo utilizados por engraxates que estão nas ruas, o computador é operado por todos... Todas as pessoas que têm a mínima condição já estão operando computador, e existe o interesse de se popularizar ainda mais, sobretudo a utilização desses meios modernos de comunicação, especialmente computador, nas escolas. Há inclusive um Projeto do Governo Brasileiro, V.Exª tem conhecimento, de espalhar computadores por todas as escolas públicas do país. No entanto, o que se observa é que há uma grande distância entre, aliás, entre o aprendizado do jovem que vem, que nasceu na geração dos computadores com os professores tradicionais. Então, como é que se dá essa transição? Como é que na Espanha, por exemplo, se enxerga essa transição do professor que de repente, vindo de uma formação tradicional, passa a conviver com meios modernos onde a demanda dos alunos é uma demanda exigente, muito forte, etc. Como é que essa... Que ocorre isso na Espanha? São essas as indagações que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço Senador Valter Pereira, e passo a palavra ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, em matéria de educação, sobretudo eu acho muito difícil, uma comparação bem objetiva entre o Brasil, nosso querido país com qualquer outro país do mundo. Nós estamos falando aqui com os espanhóis hoje, professor catedrático, da Universidade de Salamanca... Meu Deus do céu, o Brasil nem era descoberto e Salamanca já existia com a sua Universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um detalhe. Pior dizem, que se tivessem levado a sério as recomendações de Salamanca, dos professores, Cristovam Colombo não teria feito a viagem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não teria feito a viagem. Olha o ensino aí. Universidade de Coimbra, pena que [ininteligível]. Em suma, eu tenho uma visão diferente sobre o Brasil, nosso país, os seus Estados, a população que vive em cada Estado. E os

métodos conseqüentes. Porque, desde muito cedo, eu comecei a estudar numa escola pública que até hoje existe. Fica lá em Copacabana. Escola Dr. Cócio Barcelos, rendo até uma homenagem a esse homem. Morreu afogado lá na praia de Copacabana, pertinho à escola. E a família doou o prédio para ser instalada a Escola Cócio Barcelos. E me lembro, ia com a minha pastinha, um sanduíche de pão com goiabada. Isso tem muito tempo. Eu acho que ou o mais antigo de toda essa platéia. Tem muito tempo. De lá pra cá, no Brasil houve uma evolução tão grande, mas tão grande em termos de educação que eu vou lhe contar. Não dá para comparar. Pode pegar até alguns exemplos. Cada vez me convenço mais que é uma questão junto com a cultura, tem que ser junto. Não há como separar. Absolutamente. Tem que seguir junto. Vou lhe dar um exemplo, assim, de hoje. Nós temos na cidade do Rio de Janeiro uma obra marcante que é o Palácio Gustavo Capanema. Foi Ministro, nos idos de 1945. Está lá, com obras de arte dos maiores artistas brasileiros e alguns estrangeiros. De todos os tempos. Portinari... Tá tudo lá. Só vieram de lá os funcionários. Mas ficaram sempre alguns, que hoje já se aposentaram. Nós temos um prédio do Ministério da Educação construído em Brasília. Mas ficou aquele prédio lá. O palácio Niemeyer, onde funcionou durante muitos anos o Ministério da Educação e Saúde. Não é que encontra-se uma resistência muito grande, estou falando de meio século, em dar, doar, emprestar, ceder aquele prédio lá, do Rio, para a Secretaria de Educação ali ser instalada no Rio de Janeiro? Negócio óbvio. Coisa que está como se diz na gíria aqui em Brasília, na cara. O que está fazendo lá o Ministério da Educação? Mal aproveitado, subdesenvolvido mesmo hoje, com toda aquela arte do Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, os grandes artistas brasileiros. E até hoje nenhum Governo atentou para isso. Foi preciso chegar o Paulo Duque para fazer um Projeto, doando aquilo para ser ali instalado... Aquilo é um monumento educacional. Grande. Você pode ter aula ali sem sair dali. Só ali naquele prédio. Aula de tudo. Arquitetura, tudo, mesmo para os que não gostam de matemática, física e química, não é o meu caso, por exemplo. Então, eu acho muito difícil nós fazermos uma comparação, sobretudo, com os estrangeiros. Podemos pegar as lições. As boas lições que vem dali. As boas lições.

Eu cumprimento os senhores por estarem aqui, e o meu Presidente que é o ditador intelectual desse Plenário, desse Senado, e quero dizer da minha profunda admiração pelos espanhóis, pelos portugueses. Às vezes o Brasil, 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, aqui é o Brasil nesse Senado. Basta entrar, ingressar aqui no Plenário para ver a diferencia-

ção de tipos das pessoas que aqui estão. Que veio do Amazonas, que veio do sul, sotaque, o modo de agir, o temperamento. Então essa maravilha toda que é o Senado. O Brasil é muito difícil de ter um ensino muito padronizado. E os professores têm um ponto comum. E eles batem por isso. Eles não são reconhecidos. Não estou fazendo comício, não tem eleitor aqui. Mas, não são reconhecidos no país. Aí diz, mas ele se aposenta com 25 anos. Mas tem que se aposentar mesmo, com menos até. Porque eles vivem usando as suas cordas vocais desde cedo. Então Leonel Brizola foi homem que deu atenção especial à educação, tentou inovar por meio dos CIEPs. Porque um orgulho que a criança tem aos oito anos, aos nove ou dez, é ingressar numa boa escola. Todo mundo queria ser aluno, do Andrius, do Santo Inácio, do Anglo-Americano no Rio de Janeiro, são colégios mais do que conhecidos no Brasil inteiro. Considerados os melhores. Hoje não são mais. E fugia da escola pública. Isso foi que Leonel Brizola tentou inverter. Com os CIEPs. Quem entra no CIEPs no Rio de Janeiro fica maravilhado com a piscina, com a cozinha, com o tipo de ensino, com a modernidade implantada no CIEP. Tem orgulho de estudar no CIEP. Só pode construir trazendo 50. Foi uma pena não ter sido dado continuidade à construção dos CIEPs. Foi a experiência renovadora grande, um Estado que tem cidade do Estado que tem quase 500 favelas. O que acho que na Espanha, por exemplo, não tem isso. Eu cumprimento V.Ex^a, V.S^a, professor, e agradeço ter sido convidado para participar destas conferências, dessas indagações em que a gente sente aqui o ar de Salamanca, da Universidade espanhola, foi muito bom ter vindo, Senador Cristovam Buarque, foi muito bom. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Paulo Duque e passo a palavra ao Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente, ilustres convidados. Prof. Cristovam, só queria uma resposta do Prof. Mariano Engüita. Quantos anos têm a Universidade de Salamanca?

SR. MARIANO ENGÜITA: [Pronunciamento fora do microfone] 800 anos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é. 800. É a idade de Francisco, meu patrono. 800 anos tem Francisco. Pasmem bem. Então, vamos dizer o seguinte, bem aqui na América do Sul os espanhóis também entraram. Entraram ali no Peru, foi o primeiro vice-reinado, em 1540 criaram logo a universidade. São Marcos. A primeira. Hoje esse Senado da República vai comemorar... Estaremos lá às 14h00, 200 anos do início da primeira Faculdade de Medicina. A baiana. D. João VI, quando aqui chegou, do Decreto, não é que

deu profissionais, atentai bem, Prof. Cristovam, do Decreto. Então, isso, a diferença... Por trás disso tudo tem o Cervantes, tem o Don Quixote de La Mancha, o Ortega Garcez, esses pensadores. E realmente nós somos isso. E o que eu quero crer é o seguinte. Agora o que tem a nosso favor. O país conseguiu uma unidade de idioma. Que é muito complicado no país de V.Ex^a. O catalão está lá, o basco está lá, o galego que era o correto, é uma mistura do português com o espanhol. Isso que devia... Como nós chamamos o portunhol, é o galego mais ou menos. Então, isso nos favorece. Mas Prof. Cristovam, eu tenho uma experiência muito boa, quando eu era Alcaide, Prefeito de minha cidade, tenho um curtume Codina de Vic, disseram que a Barcelona, cidade de Vic. E fui convidado. E fui receber uma homenagem do Prefeito de lá. Prof. Cristovam olha o impacto cultural. Aqui está um homem que conhece mais a história do Brasil porque ele viveu. Getúlio Vargas, que foi grande estadista desse país, o maior, que fez tudo, foi Getúlio Vargas, e esse aqui conhece toda a história dele. Outro dia tinha foto do Getúlio com uma mulher bem bonita. Rapaz, quem é essa mulher bonita? Ele disse: É a minha. Ele era Deputado, casou. Então ele conhece essa história mesmo. O duque. Então, ali que começou. Foi o grande estadista que nós tivemos. Foi de 1930 a 1945, um absolutismo dele, depois da guerra ele entregou e voltou. Quer dizer, nós nascemos ali para educação. Essa é a verdade. Foi Getúlio Vargas, V.Ex^a trouxe, também tivemos o Pedro II que foi uma fábula, passou 49 anos, esses foram os grandes estadistas da nossa. Mas o que eu quero dizer, Senador Cristovam, V.Ex^a que é político, professor, magnífico Reitor, eu o chamo até de Sr. Educação, Simon Bolívar(F), libertador, ele é el educador. Mas olha aí. Aí fui convidado para ir lá visitar o Alcaide. Era mais ou menos meio-dia. Prof. Cristovam, de repente eu estava na sala de um homem que eu conversando ali com que os que me convidaram, olha, a Prefeitura que nós estamos acostumados à nossa civilização. Eu já fui Prefeito, não sei quem foi aqui. Olha, a cultura, como é complicado se entrar numa Prefeitura. Os necessitados, os pobres, tudo pedindo no serviço social. E eu ali. Quando eu vi eu, estava no Hotel. Tomei um susto já! Ninguém, não tinha ninguém, Cristovam. Estava no gabinete o homem já... Eu fiquei até perplexo. Aí ele disse: Vamos conhecer os Senadores, o Conselho Municipal. Atentai bem a diferença cultural. Aí eu fui. Aí perguntei logo quanto é que ele ganhava, o Prefeito. Presta atenção, estou aqui para ensinar o Brasil. Ele era simplesmente o empresário mais rico de lá, não ganhava nada não, era simbólico. O Prefeito. Tinha ganho a eleição, a comunidade viu que ele era capaz, era competente, se ele sabia dirigir as coisas

dele, ele ia saber do Município. É simbólico. Aí fui lá no Conselho, não tem remuneração, não. São pessoas que vão por ideal, por amor, por cultura, por tradição. Nós, você sabe como que está aí esse negócio. Voluntariosos.

Então, essa cultura é bem diferente da nossa. Essa que é a realidade, agora, nós temos que reconhecer isso. A luz que alumia está bem aí. A universidade mais antiga é São Marcos, de 1.540. Eu conheço ali no Peru. Lima. A nossa, a primeira começou o Decreto com 200 anos, a primeira turma. Então, é um país muito jovem, e a Espanha que foi no mundo todo. É onde você anda tem civilização espanhola, é na América, é não sei o que. Então é muito oportuno aí e eu entendo, eu conheci Hideberg. Também tinha uma multinacional e aproveitei e fui em Hideberg. Eu gostaria muito... Dava um valor no senhor. Ia votar até no senhor para Presidente. Não é dessa Comissão conhecer essa universidade de Salamanca. Era um desejo que eu tinha. Mas eu conheci Hideberg. Eu não fui para Hideberg, não. Eu fui para [ininteligível] na mesma cidade, [ininteligível] tem um laboratório da Merck Darms poderosa, de medicamento, alemão. Era Prof. Basedeau(F). Ou rapaz ali era aquela mordomia. Tudo tinha hotel... E esse Prof. Basedeau(F) aonde andava aí de repente ele dizia: Prof. Basedeau(F), o trânsito desobstruía, a reserva do Prof. Basedeau(F). Era o melhor lugar do restaurante. Prof. Basedeau(F), a melhor fila do teatro. Aí eu, naquele meu jeito espontâneo, disse: Mas vem cá, mas o senhor Basedeau(F) não é o diretor da Merck [ininteligível].... porque estive na América do Sul, tinha uma fábrica na minha cidade para fazer um colírio com pilocarpina, extraído do Jaborandi. Aí ele disse: Realmente eu sou diretor, não tem problema. Mas eu fui professor, professor de Hideberg, de química. Passei dez anos. Aqui o é o título mais honroso é de professor. Hoje eu sou Diretor da Merck, tem muito dinheiro, sou... Mas para eu usar esse título, eu tenho que ir toda semana dar uma aula de química para poder usar. Não preciso de remuneração. Então, são essas coisas que a gente tem que aprender e que eu tenho contado em Hideberg, o Governo Estado do Nordeste e tenho levado essas coisas, que precisamos valorizar e respeitar o professor. Essa é a minha experiência de ver o respeito. Eles são mais bem-educados do que nós. O grande problema do nosso país é a Educação. Daí V.Ex^a ter essa missão, Cristovam Buarque. V.Ex^a, hoje, eu acho que é uma das pessoas mais importantes. A cada passo seu, um acerto. Só trazer aqui o Prof. Mariano Enguita foi um grande passo, mas nós estudarmos e reconhecermos a civilização espanhola mais avançada do que nós. E outro grande passo irmos lá e eu ir com V.Ex^a para eu contar. Depois ele me levou

em Hideberg. Isso foi muito importante. E olhe para cá. O senhor está diante do homem que fez o maior desenvolvimento universitário, não foi do Piauí, não foi do Brasil. Foi do mundo. O Governador do Estado, quando vi Hideberg, quando aprendi que houve duas guerras mundiais...

[interrupção no áudio]

Respeitou a Universidade. Ela está lá. Lá estudou Einstein. E inspirado nisso eu governei meu Estado e fiz o maior desenvolvimento universitário da história do mundo. Eu criei 400 faculdades, 36 campus avançados. Cristovam Buarque, olha para cá. Em 1990 esse país saiu o MEC, para estudar, saiu o MEC com uma definição das dez melhores universidades, em 1990 sete era pública, do Governo, três privadas. Em 2000, inverteu-se. Sete privadas e três públicas. E uma das três era a minha, do pequeno Estado do Piauí. Eu a transformei em uma das mais poderosas. Por essa visita em Hideberg. Por isso acho que está na hora, esse que é o intercâmbio, um bem nunca vem só, V.Ex^a promovendo aqui, escolha a dedo quem entende as coisas, quem tem visão de futuro e vamos aprender em Salamanca como eu aprendi em Hideberg.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, Senador Mão Santa, que foi Governador do Estado do Piauí. De fato implantou lá um programa de salto nas universidades muito interessante. Senador Suplicy quer fazer uso da palavra, como último inscrito.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, sinto... Prof. Mariano Engüita, de não ter podido estar ouvindo a palestra desde o início, porque estava com atribuições na outra Comissão de Assuntos Econômicos. E observo na sua exposição uma evolução muito interessante do ponto de vista das relações entre o Brasil e a Espanha, que tiveram nos últimos 20 dias algum percalço, alguma polêmica. Mas o dado que aqui mostra que, por exemplo, do ano 2000, onde 4.113 brasileiros haviam imigrado para a Espanha, evoluindo para 28.249 em 2006, significa uma abertura da Espanha para mais brasileiros, e inclusive para, certamente, estarem estudando nos estabelecimentos de ensino da Espanha que hoje têm um grau de excepcional qualidade. E eu quero saudar isso como um aspecto positivo. Eu tenho visitado a Espanha em algumas ocasiões, em 2004, por exemplo, eu estive no 11º Congresso da *Basic Income Earth Network*, aliás foi o ano em que a *BIEN* se transformou de *Basic Income European Network* para *Basic Income Earth Network*, porque havia justamente ali em Barcelona pessoas dos cinco continentes, inclusive eu vindo do Brasil ali em Barcelona, um professor, Daniel Raventose(F), um grande entusiasta dessa proposta,

e acho que é muito bom sabermos aqui no Brasil de como a Espanha tem se preocupado em universalizar a boa qualidade de ensino desde para as crianças até o ensino universitário, e cumprimento o Senador Cristovam Buarque que é um grande entusiasta da educação de podermos estar aprendendo com a sua experiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Prof. Engüita, eu creio que... Engüita, eu creio que todos já falaram, vou passar para o senhor. Mas queria colocar só dois pontos. Primeiro, uma pergunta sobre a situação anterior. Se de fato a gente pode dizer que a Espanha era um país atrasado educacionalmente até os anos 70 e especialmente 80. Especialmente no que se refere a analfabetismo de adultos e a evasão das crianças na escola, se era muito forte. E segundo, como é que conseguiram dar continuidade às políticas? Porque já são 30 anos. Como é que substituem os governos e a continuidade se manteve? Terceiro, se de fato o sistema na Espanha podemos dizer que é nacional. E não municipal, como no caso do Brasil. E finalmente, o que levou a essa reforma? O que provocou isso? Por que se fez? O que despertou na Espanha naquele momento para ter um Projeto educacional? Nós sabemos que na Irlanda houve uma Reunião dos partidos todos, em Korch(F) e eles decidiram fazer um pacto pela educação. Então, o que é que houve na Espanha? A idéia de nacionalizar ou não, porque eu defendo que a educação básica deve ser nacionalizada no Brasil, mantendo a descentralização gerencial. E a outra coisa última, essa idéia que o senhor falou de [ininteligível] se é um fato generalizado para as classes médias e altas ter seus filhos nessas escolas ou se isso é uma exceção?

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol] [interrupção no áudio]

Há um fio condutor naquilo que não foram exatamente perguntas. Pela qual eu gostaria de começar. Eu não acho que os 800—

[pronunciamento em espanhol] [interrupção no áudio]

Diferentes, mas em curto prazo acho que vivemos processos muito parecidos. Acho que o nosso é um pouco anterior, mas não muito. Então podemos aprender o que está sendo feito nos países sul-americanos, Brasil, por exemplo. As perguntas. Bom, vamos começar por ordem cronológica. Sobre o Sistema Nacional de Educação, vou deixar para o final. A questão da promoção. Temos um grande debate sobre isso na Espanha. Devemos passar os alunos automaticamente, eles devem repetir? Acho que é um debate muito falso, no meu ponto de vista, ponto de vista do sistema espanhol é um debate cínico. Porque nós temos um

sistema educativo que como quase todos os outros, mas o nosso em particular é como um pró-custo. Ele... Como o de pró-custo. O leito de pró-custo. Ele chamava as pessoas para dormir em seu leito, se eles eram muito cultos eles o cortavam. Então, o sistema educativo é isso. 25 horas por semana, 35 semanas por ano, 10 anos na tua vida, e não importa de onde você venha, ou de que familiares que tenha ou passado, ou qual presente. Mas é... Você é o mesmo que todos, de acordo com os procedimentos. Isso de acordo com qualquer ponto de vista é uma barbaridade. A escola não pode ser uma instituição a medida de cada um, mas também não pode ser um padrão absolutamente burocrático. Quando vejo o fracasso escolar ou a repetição, ou as pessoas são suspensas, esses alunos eu pergunto, por que não recebem mais tempo? Por que não têm mais tempo na escola? Por que não têm para eles uma oferta de uma hora, duas horas pela tarde, durante os sábados, um mês no verão, se eles quiserem, claro, não digo de maneira forçada. Tem que ter a disposição de aproveitar a sua família... Porque não damos mais tempo a esse aluno que é o principal recurso espanhol. Todos falamos de boca cheia quando falamos de reforma, de educação compensatória, a educação de compensação vai ser mais computadores, mais dinheiro, mas nunca consiste em ter mais horas. O sistema educativo nunca considera a possibilidade de ter mais tempo, de dedicar mais tempo a esses alunos. Podemos procurar contextos e propostas em que sim foi feita a escola de Barbiana na Itália, o CIEPs em Porto Alegre, no Rio... Mas como o sistema não é uma resposta. Por quê? Porque vai de frente com a estrutura burocrática do sistema e com os interesses corporativos da profissão. Então, antes de falar se os alunos devem ou não repetir, ou devem repetir a série, as matérias, ou o ano, deveríamos ver como empregamos melhor os recursos naqueles que realmente necessitam. A segunda parte é: Um aluno que é suspenso, ou aluno que repete, ele deve repetir? A pergunta é mal feita? Repetir o quê? O que deve repetir um aluno que realmente falhou? Um aluno que repetir em matemática deve repetir toda a série? Ou repetir toda a matéria de matemática? Ou somente o erro foi em derivação ou... Ou seja, na universidade você pode chegar até o quinto ano com as matérias do primeiro semestre. Então, não é o nosso Conselho. Mas ele pode chegar. Se ele considerar que não pode fazer matemática 2 e sim matemática 1, e que não pode fazer análise sem o cálculo, então as matérias são vinculadas nessa maneira. Essa matéria é pré-requisito para outra. Mas ninguém vai repetir o terceiro porque não passou uma ou quatro... Várias matérias. Na universidade não importa isso, na verdade. Não importaria. Porque na uni-

versidade há uma enorme mistura de idades. Mas aos 12, 13, aos 11 anos, aos 9 anos, ficar com alunos que têm um ano a menos, dois anos a menos, três anos a menos, isso tem efeitos perversos. Não podemos julgar isso somente do ponto de vista da aprendizagem, do aprendizado. Acho que a resposta do problema desse repetente não é o debate da repetição, não repetição. A repetição tem custos altíssimos e nós organizamos isso de maneira pouco bruta. Fazemos com que ele faça repetir toda a série, porque ele só repetiu uma matéria. Isso não tem muito sentido, mas a resposta deveria ser, sobretudo o emprego diferenciado e compensatório do principal recurso que a escola tem que é o tempo do aluno e o tempo do professor. Isso, novamente não abordamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permite pergunta do Senador Valter Pereira. É que nós temos três posições. A posição de repetência integral do ano, por causa de indisciplina, a posição de promoção automática de qualquer forma, e terceiro, seria promoção, mas mantendo a dívida com a disciplina em que não foi aprovado. O que quando éramos crianças chamávamos de dependência. Essa é a terceira posição que o senhor fala ou é...

SR. MARIANO ENGÜITA: Eu diria que a terceira posição com um reforço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso. Com reforço.

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol] Tempo do professor, etc. Não sei se aqui na Espanha... Na Espanha nós chamávamos promoção automática e realmente não era uma promoção automática. Na Espanha isso foi chamado quando nós queremos criticar o sistema educativo, não é verdade, não há uma promoção automática. O que a reforma espanhola fez, durante um tempo, foi considerar como unidade não o ano senão que o ciclo dos anos. Então desde do ponto de vista do ciclo dos anos, que seja terceiro ou quarto ano, isso não é uma promoção automática. Do mesmo modo que passado o primeiro trimestre ao segundo não é uma promoção automática. Então isso realmente é problema efetivamente se certos conhecimentos não... Sem certos conhecimentos não podemos passar a nível mais adiantado do aprendizado. O sistema deveria ser um sistema de repetição flexível e com reforço nas áreas necessárias. Não temos escassez de professores. Nós não tivemos esse problema de escassez de professores, de ciências, matemáticas, etc. Falamos um pouco sobre isso, mas realmente não tivemos essa situação. Temos outro tipo de escassez, que é não termos, por exemplo, professor de língua, de linguagem. Não porque temos professores... Não é que não temos professores, mas

os professores são ruins. É impossível aprender com eles ou com a maioria deles. É impossível apenas com uma formação inicial do professor achar que um aluno pode aprender uma língua no final ocorre que o aluno acaba odiando aquela língua. Isso também ocorre com a música. O aluno aprende a odiar a música na escola, porque o professor não é bom, porque o sistema não garante que o professor seja bom. Então, alguns são e outros simplesmente não são. Esse problema da escassez de professores ocorre em países como a Holanda, por exemplo, ou países como a Inglaterra. Mas porque eles têm uma carreira diferente. Lá o centro tem a capacidade de contratar e expedir professores, então eles podem chegar a uma escassez porque o professor de matemática, por exemplo, para ser professor de matemática em vez de programador ou técnico em informática, isso é investimento de tempo, de anos. Então, se chamam ele para emprego que ele pode ser despedido no ano que vem, ele não vai. Mas esse não é o caso do professor espanhol, o professor espanhol tem um posto, digamos, uma vaga para vida toda. Então estamos calculando não somente a diferença salarial entre ser programador e ser professor de matemática. Mas também a enorme diferença que existe na estabilidade do seu emprego. A segunda possibilidade de ser professor de matemática durante a manhã ou três dias por semana e ser programador de informática durante à tarde ou durante outros dias. Ter uma segurança pelo lado do Estado de um lado e a possibilidade de ganhar um melhor salário no mercado. Como garantimos ou como organizamos a atualização, a transição dos professores? Bom, no mundo da Ciência e Tecnologia, lamentavelmente não é garantido. Professor espanhol tem obrigação de se formar... 12 horas anuais. Para qualquer um que esteja numa profissão que podemos aprender em 12 horas anuais? Praticamente nada. Mas ele é tão protegido que eu fui muitas vezes... Escutei o caso de que num dos centros dos professores, esses centros de professores que Ibañez mencionava, ainda existem esses centros e eles têm mais meios, mais recursos que antes. O que eles não tem é a aceitação que tinham antes. Um responsável pela formação pode encontrar com um professor que liga e pergunta: Bom, que aulas temos na quarta-feira? Mas de que área você é? Ciências, matemática, língua? Não importa. Tem que ser quarta-feira. O professor somente tem que ter a presença física lá. De outra maneira, o Estado gasta uma enorme quantidade de dinheiro em atualização, em formação contínua, mas o professor só tem que fazer, só tem que realmente estar presente, assinar um papel e ninguém vai cobrar nada dele, vai exigir mais do que às 12 horas e nem vai perguntar quais os cur-

sos que ele frequentou. Então isso não é um sistema de formação de professores. É impossível que num mundo de mudanças, de diversidade e como Guidas(F) diria, desbocado, o sistema educacional pode oferecer qualidade se ele não oferece uma boa atualização e uma boa capacitação para seus professores. Nesse momento não podemos garantir isso aos meios. O setor mais comprometido, mais consciente, mais trabalhador, mas ativo do professorado, sim encontra meios, se não encontra busca no setor privado, suas redes de cooperação privada, os procuram onde quer que seja. Mas, eles também têm possibilidade de não simplesmente não precisar, não ir aos cursos de formação, de capacitação. Porque a ocupação dele, a profissão dele permite que ele tenha esse direito. E ele pode dizer: eu vou fazer isso na minha aula, não quero saber nada de informática, computadores, nada. Gostaria também dizer que na Espanha instalamos um discurso entre os professores de não... Do não reconhecimento por parte da sociedade. Mas isso não é verdade. A sociedade sim reconhece o papel dos professores. Mas os professores são os que dizem que a sociedade não os reconhece. É muito curioso, porque dois anos e meio atrás fizemos pesquisas e uma delas foi dirigida às famílias dos alunos e outras à população de maneira geral. E as duas coincidiram no mesmo resultado. Se perguntava as famílias: Que opinião você tem sobre os seus professores ou de seus centros? Mais de 2/3 da família, 70% dizia temos bons professores e bons centros. Perguntávamos: Que opinião você acha que a sociedade tem dos professores e dos centros? E todos aqueles que diziam que eram bons chegavam a 1/3. E isso é inconsistente. O que acontece é ao contrário. Se os 70% das pessoas pensa que os professores são bons, eles devem achar que 80% ou 90% da sociedade acha que os professores são bons. Projetar sua visão a visão coletiva. Mas diziam o contrário. Acho que meu centro é bom, mas sei que as pessoas não acham isso. Tem alta concentração de professores, mas a sociedade tem uma baixa estima em relação a esses professores. Porque é o próprio professor que diz isso. Eles estão transmitindo uma imagem de que não são reconhecidos, de falta de respeito por parte da sociedade, de que a sociedade o acompanha, não ajuda, não apóia, e que a escola--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Uma pergunta prática. Homem prático. Honorários, remuneração. Uma pergunta objetiva. Professor universitário, quanto ganha um professor universitário e um Juiz, um magistrado? Salarial, quanto ganha o professor e quanto ganha o magistrado no seu país?

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol] O professor universitário ganha mais ou me-

nos dois terços de um Juiz, de um... Ele pode ganhar até 4 mil euros aproximadamente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O professor universitário quatro mil euros? E o Juiz?

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol] *O Juiz ganhará... Depende do momento da sua carreira. Mas até seis mil, cinco mil euros.*

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O desgrça de nosso país é essa. O professor ganha mil reais, dois mil reais, o magistrado 27 mil.

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol] *Quando eu vim pela primeira vez no Brasil, em 1988, um professor universitário ganhava praticamente o dobro do professor espanhol. O professor universitário espanhol poderia ter somente uma pessoa trabalhando para ele na sua casa, um professor brasileiro podia ter dez, doze, quinze. Se medirmos em termos da relação entre a remuneração do professor, que é o setor que se analisa, e o salário mínimo nacional, o salário médio nacional. Nesses termos, nos termos de paridade, de poder aquisitivo, os professores não universitários, os de ensino médio e ensino fundamental no espanhol, estão entre os mais bem pagos da Europa junto com os alemães e os portugueses. Estão muito... São muito mais mal pagos os professores finlandeses que podem ser despedidos. Porém, os finlandeses estão muito felizes em serem professores, e acham que tem reconhecimento social. E os professores espanhóis transmitem uma imagem catastrófica, apocalíptica sobre a situação do ensino e sobre sua profissão. Existe toda uma mediação(F) cultural. Acho que pra mim essa é a principal lição que eu poderia oferecer a qualquer país que olhe para a Espanha. Aprendam da Espanha que... Aprendam a não fazer como a Espanha que, para permitir que todo um processo de construção, de consolidação, expansão do sistema educativo ao mesmo tempo seja degradado de acordo com a moral do professor. Ou seja, que acabemos com o professorado desmotivado. Vocês ainda têm tempo para fazer isso. E aqui eu chego à pergunta do Senador Buarque. Nós partimos de um péssimo sistema educativo. Era uma tradição nacional em 1957, a Lei Moyano(F) dizia que todos as cidades tinham que ter uma escola fundamental, mas não falava como financiá-la. Então, essa tradição chega até os anos 70. A Lei de 1970 dizia como está o sistema educativo mas não como financiá-lo. Ou seja, a Lei está aprovada, mas não está aprovado o anexo com o dinheiro para financiá-lo. Então, efetivamente até meados dos anos 70, tínhamos grande salto com os pactos da Moncloa(F) que foram os pactos pré-democratização entre o Governo, o último Governo do franquismo(F) e a oposição que ainda governava. E*

a escola pública foi expandida de maneira enorme, e houve acordos com o setor privado, e outro grande salto foi nos anos 80, Governo socialista, pela primeira vez nos anos 80, pela primeira vez até a metade dos anos 80, pela primeira vez na história da Espanha o ensino universal era obrigatório. Mas só sobre o papel. Porém, pela primeira vez nós chegamos a uma universalização do ensino. Esse foi o grande salto dos anos 80. E a situação do professorado era muito ruim. Antes tínhamos o ditado, você vai passar mais fome do que um professor. E a situação não melhorou. A situação dos professores não melhorou. A educação melhorou, mas nem tanto. Não em correspondência com a enorme quantidade de recursos e com o esforço político e cultural que tivemos. Eu diria que o erro, parte do erro foi que o corpo docente estava tão ruim antes da transição democrática, que assumiu de repente a linguagem da esquerda, assumiu a linguagem dos sindicatos, e acharam muito bom... Eles se converteram num discurso em que sempre tinham que pedir mais dando menos. Porque eles achavam justo. Se eu consigo que eles me paguem e mais trabalhar menos, é justo. Acho que esse erro de mais por menos é o principal erro de qualquer país que esteja construindo o sistema educativo. Mas a coluna vertebral desse sistema deve ser o professor. Mas nenhum país deve cometer o erro de dar mais por menos. O pacto deve ser mais por mais. Esse foi o grande problema espanhol e acho que esse é o nosso grande gargalo. Nós podemos investir mais dinheiro, reformar o sistema educacional ali e lá, mas o grande problema que temos é como fazer funcionar à altura das suas possibilidades os centros educacionais. E como garantir o compromisso e o bom trabalho do professorado. Não sei se isso responde a sua pergunta, o que é era a situação anterior, a situação anterior era ruim nesse sentido, mas melhorou estruturalmente, mas não melhorou o núcleo. O núcleo que pra mim é a profissão e a organização do centro. A continuidade das políticas, bom, ao ser uma instituição como qualquer outra instituição, como as universidades, vocês vêm das universidades e vocês sabem que lá pode haver uma grande batalha, quando chegam às eleições sobre quem vai ser o Reitor, você sabe que as coisas vão mudar muito pouco porque uma grande parte dos funcionários já está consolidada. Uma grande parte do funcionamento das escolas também já está consolidada. E de fato quando no ano de 2004 o Governo popular aprovou a Lei de Qualidade da Educação era uma Lei ofensiva, uma Lei feita contra aqueles aspectos que achávamos importantes. Então assumiu muitas coisas das leis anteriores. Agora, em 2006 quando aprovamos a LOE(F) muitas coisas da LOCE(F) foram assumidas, foram retomadas. Então

muitas dessas reformas são feitas como reformas partidárias, elas vão de fato consolidando aspectos que vão se tornando características já institucionais. Quase ninguém no mundo da educação está inteiramente errado, como ninguém está inteiramente certo. Essas reformas são partidárias, elas não... Elas vão criando um sentimento comum que é o que realmente dá continuidade a um sistema educacional. Ninguém vai voltar atrás, por exemplo, no aspecto de que o currículo deve ser comum até os 16 anos. Mas as entrelinhas podem ser muito importantes. Como pode ser diversificada esse currículo? Ninguém vai voltar atrás no aspecto da participação da comunidade, na administração dos centros. Porque existem muitas formas de fazer parte da comunidade, e há formas que a reduz a zero, a formas, fortalecem, e aí temos as variações e está o debate. Outra pergunta, existe um sistema nacional? Sim. É duvidoso para mim, na verdade. Existe o sistema nacional no sentido de que a organização é marcada pelo Ministério da Educação e pelo Congresso, pelo Parlamento, perdão, mas uma escola é um instrumento de construção nacional. Sempre. Quem quiser construir uma nação e muitos na Espanha querem construir outras nações, tomam sistema educativo e fazem uso do sistema educacional para demandas separatistas. Existe sempre uma rixa entre o Governo central e os governos autonômicos, os governos que querem autonomia, como a Catalunha, o Basco, Andaluz... Mas existem dois componentes. No caso da Espanha, uma parte se deve a essa diversidade interna da Espanha. Existem as questões culturais que realmente a Espanha nunca chegou a ser país unificado como Portugal ou França. Apesar de que é um Estado mais velho, mas foi um fracasso em relação no que se refere à construção de um estado nacional. Mas acho que essa questão não vai ser enfrentada pelo Brasil. Mas existe uma dinâmica puramente administrativa. Se amanhã vocês partissem o Mato Grosso em dois, ou Mato Grosso do oeste, do sul já existe, ou... Partilo em quatro, após 20 anos vocês teriam duas administrações enfrentando-se. Procurando cultivar suas diferenças, ou seja, onde existe autonomia, administração autônoma existe uma tendência à fragmentação do sistema educacional. Creio que é necessário um sistema educacional comum, acho que em longo prazo, a igualdade entre as pessoas em todos os territórios deve ser assegurada e depende grande parte do sistema educacional. Uma pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quem paga o professor? É a nação ou é...

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol] Nesse momento são os governos autôno-

mos. Mas, isso eles não fazem próximo ao colégio, digamos. Em comparação ao sistema finlandês, por exemplo, como posso explicar? Precisamos de um sistema com uma organização unificada, mas ao mesmo tempo acho que o sistema educacional deve ser feito de maneira local, de centro a centro. Localmente somente porque há coisas que não são possíveis no nível somente do centro. Então isso pode significar a Prefeitura, pode significar o Governo local. Se as Prefeituras são muito grandes, são unidades menores. E onde são muito pequenas, como nas zonas rurais, podemos talvez precisar de estruturas maiores do que isso. A carreira do professor está totalmente distanciada disso que estou falando. Um dos problemas que eu falo na nossa estrutura da carreira dos docentes é que quem paga está muito [interrupção do áudio]... O contratante é a União ou o Governo autônomo. Mas mesmo o Governo autônomo, está muito longe daqueles que recebem seu dinheiro. Então o administrador está numa zona... Eles estão mais próximos. Porém, quem paga e quem promove estivesse mais perto e de quem recebe, de quem dirige--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a desigualdade que há no Brasil se descentraliza o salário das regiões pobres na hora.

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol] Vocês podem ter sistemas de salários unificados e também sistema absolutamente descentralizado. Sistema de salários básicos e logo as autoridades locais poderiam introduzir alguns...

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa é a idéia. Criar o piso.

SR. MARIANO ENGÜITA: [pronunciamento em espanhol] A pergunta sobre os colégios de luxo. Temos colégios de elite na Espanha. Temos 8% aproximadamente dos alunos que estão em colégios privados, privados que pagam totalmente a sua educação, por sua educação. Outros 20% estão em colégios privados que são mantidos com fundos públicos e o resto, dos 2/3 está em colégios públicos. Pra mim, temos um debate permanente sobre se o Estado deve ou não financiar as instituições privada, privadas públicas, pra mim o problema é... Eu diria teremos que privatizar muitos aspectos do setor público e regulamentar o setor privado. O sistema está aí e não vai mudar. O sistema provavelmente... O sistema privado provavelmente irá crescer, mas existirá uma maioria no setor público. O problema é como fazer... Como igualar o setor privado que evita certos tipos de alunos, e acho que isso parte da avaliação de um centro privado deveria ser sua capacidade de reter os alunos com dificuldades. Alunos

que são de famílias mais pobres, que são imigrantes, que não têm bons recursos, etc. Devemos fazer muito mais eficaz setor público ao mesmo tempo. O setor público, nenhum setor, nenhuma organização, nenhum serviço pode ser eficaz se é a mesma coisa fazer bem ou fazer mal o seu trabalho. Se as consequências de fazer bem ou fazer mal, não vão ser cobradas daquele centro, daquele professor, não vai funcionar nada. Não existe essa proteção que deve ser olhada com cuidado. Pra mim a questão não é tanto os centros de elite que numericamente representam muito pouco, como uma segmentação entre o setor privado financiado e o setor público. Uma segmentação parecida, por exemplo, no campo da... No campo sanitário, da saúde, ou seja, os ricos compram tudo no mercado, medicamentos, os seus... Suas pensões, enfim, a classe média elas tem o melhor dos dois mundos, ou seja, tem o melhor dos dois mundos. Pega do Estado o que é grátis e o que ele não gosta ou que fique... Que o satisfaça ele compre no mercado. Na educação acontece o mesmo. Existe isso na escola pública, na Espanha se você vive num bairro adequado você pode ter seus filhos na escola pública pela manhã e pela tarde levá-lo a um centro de idiomas, esportes, pagando essa diferença. Por último, por que fizemos a reforma? Bom, primeiro porque era a moda, era o que estava... Era a tendência européia, nós estávamos impressionados pelas tendências internacionais. Acho que tivemos o papel progressista e foi bastante importante e o sistema educativo não tinha nenhuma legitimidade na época da ditadura. O que a educação tinha de bom ninguém queria saber daquilo. Como as pessoas diziam, como é Lei da ditadura, é um fracasso. Então, precisamos reformar isso para restaurar a credibilidade. A Lei era dos anos 70. E no ano 1975, podemos ver muitos escritos falando sobre o fracasso da Lei da educação. Mas nós... Mas na verdade nós não podemos avaliar em cinco anos o fracasso ou êxito de uma Lei. Então, não havia uma legitimidade. Havia um consenso bastante amplo naquele momento, no final dos anos 70 e começo dos anos 80 quando começamos com a reforma todos estavam de acordo com essa reforma. Pelo menos pareciam estar de acordo. Mas eram tempos bastante diferentes. Tempo que a igreja falava sobre à auto-gestão do ensino, os professores falavam sobre a participação dos pais, mas todos falavam de maneira modesta. A igreja na verdade não queria a auto-gestão. Eles queriam ter suas escolas, os professores queriam que os pais participassem, mas que não administrassem os centros. Então, esse consenso funcionou até o ponto em que todo mundo estava convencido de que uma reforma era necessária. Como aquela a definição clássica da situação revolucionária de Lenin, ninguém

acreditava que o velho sistema poderia persistir e que teriam que ter um novo sistema. Mas ninguém estava de acordo de como é que esse novo sistema deveria ser. E isso foi mais ou menos a mesma polêmica que enfrentamos na nossa reforma. Um ponto que eu esqueci, tem a ver com o Sistema Nacional, nos anos 80 permitimos que as autonomias experimentassem, cada um experimentou sua maneira fazer as coisas. Foram criados três subsistemas diferentes. O Catalão, o Vasco(F) e o resto da Espanha. O Catalão era sistema de matérias opcionais, ensino médio, o aluno podia fazer sempre o que queria, sempre quando ele fosse atrás das matérias opcionais. O sistema Vasco(F) era sistema de agrupamento por níveis. Alunos A, B, C e compensatórios. E o sistema do resto do território espanhol, que era desenhado pelo ministério era sistema uniforme, no qual reforço a idéia com o qual reforço a idéia de que a uniformidade e os partidos que o Governo tendem a diferenciar-se e tem que se diferenciar para vender a seu eleitorado suas diferenças. Isso realmente articula o sistema educacional. Mesmo que ninguém o queira fazer de propósito. É um efeito perverso para um sociólogo, era um campo de experimentação bastante interessante, nós sempre vivemos desses efeitos imprevistos, das coisas que não saem como planejado, mas para o sistema educacional em si, isso não é algo bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer o Prof. Ibañez, que já não está aqui, ao Vincent Defourny que não está aqui, muito especialmente ao Prof. Mariano Enguita que é um amigo do Brasil, conhece o Brasil e que nos deu essa exposição sobre o que aconteceu na Espanha. Pra mim o que há de mais importante é a idéia de que é possível. Se a Espanha, a Irlanda, Coréia do Sul fizeram, é possível à gente fazer. O caminho vamos ter que encontrar. Vamos ter que debater muito, mas é possível. Pra mim essa é a grande lição que ele nos deixa, além das experiências que ele nos passou. Agradeço muito e a cada Senador e uma boa tarde.

Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h32.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2008.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos do dia primeiro de abril de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e

com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Renato Casagrande, João Ribeiro, Valdir Raupp, Paulo Duque, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Sibá Machado, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Gerson Camata e Heráclito Fortes. Justificam a ausência os Senhores Senadores Romeu Tuma e Marisa Serrano. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos.

Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 063, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 para permitir dedução dos gastos realizados com educação profissional de nível técnico”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer favorável com a emenda oferecida é aprovado. Neste momento, o Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque passa a Presidência ao Senador Marco Maciel para relatar o seguinte item. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 015, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Mariângela Duarte que, “Institui o Prêmio Nacional Destaque em Economia e Desenvolvimento Celso Furtado e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. Reassume a Presidência o Senador Cristovam Buarque. **Item 08: Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Picciani que, “Denomina Rodovia Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves o trecho da BR-393 referente ao contorno de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado é o Senador Francisco Dornelles e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo o Senhor Senador Francisco Dornelles, solicita a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o PLC 119/07, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento de Urgência nº 015/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles que, requer “...nos termos do artigo 336, II, do Regimento Interno, Regime de Urgência para Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2007, que ‘Denomina Rodovia Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves o trecho da BR-393 referente ao contorno de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro’, tendo em vista a aprovação

da matéria na Comissão de Educação”. **Item 17: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do ofício nº 305/2008, do Excelentíssimo Sr. Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em resposta ao Requerimento de Informação nº 14/07 – CE (Requerimento nº 400/07-PLN) de autoria de Sua Excelência o Senador Sérgio Zambiasi, que solicita informações deste Ministério acerca dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho Interministerial criado pelo Decreto de 27 de agosto de 2003 – instituir o Dia do Planejamento Familiar. **Comunicado 02:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento da correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC 001.903/2006-5, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, do Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE, com foco na Campanha “Olho no Olho”, dirigida aos alunos da 1ª série do ensino fundamental da rede pública com a finalidade de identificar e corrigir problemas oculares. **Comunicado 03:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do aviso n.º 202-Seses-TCU-Plenário do Ministro do Tribunal de Contas da União, Marcos Vinícios Vilaça, encaminhando cópia do Pronunciamento relativo às obras dos jogos Pan-Americanos. Neste momento os Senhores Senadores Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Francisco Dornelles e Valdir Raupp requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão Extra Pauta de Requerimentos e Aditamentos a Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 13/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que requer “.... nos termos do art. 90, incisos X e XI, combinado com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, o Senhor Gilberto Gil, as informações solicitadas sobre os recursos e programas de fomento para a área teatral no ano de 2007: a) Quais os recursos destinados para os programas do Fundo Nacional de Cultura – FNC e suas respectivas entidades, nos anos de 2005 a 2007? b) Qual o total de recurso, destinado ao Teatro na Lei Rouanet, por Unidade da Federação, de 2005 a 2007? c) Qual o montante captado para o segmento de Artes Cênicas, nos anos de 2005 a 2007? d) Por que, segundo o sítio “Transparência Pública”, a FUNARTE optou em direcionar sua verba para convênios com instituições, ao invés de elaborar editais com esse recurso? Enumerar os convênios e seus respectivos valores, nos anos de 2005 a 2007. e) Qual o número de editais abertos pela FUNARTE em 2005 a 2007? f) Qual o número de atendentes respon-

sáveis pelas informações relativas à projetos da Lei Rouanet? Segundo reclamações de proponentes, por que há falhas no atendimento e nas informações dadas a eles por telefone? g) Ocorreram denúncias, em Audiência Pública realizada no Senado Federal, sobre extravios de documento no âmbito do Ministério da Cultura e/ou FUNARTE. Se isso acontece, quais as providências deste Ministério para sanar o problema? h) Qual o número de pareceristas para avaliação de projetos ligados à área teatral? São eles especialistas na área? i) Como são estabelecidos os prazos de avaliação dos projetos e suas respectivas alterações? j) Nos projetos, o produtor tem o direito a utilizar até 15% do valor do projeto para itens administrativos. Por que a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC reduz, nos editais, o percentual no projeto dos referidos itens? k) Anteriormente, assim que o projeto era aprovado na Lei Rouanet, o próprio produtor abria uma única conta bancária para o recebimento do patrocínio adquirido. Quais as razões que o Ministério da Cultura teve para determinar a abertura, pelo próprio Ministério, de duas contas bancárias, sendo uma para depósito do patrocínio e outra para movimentação do valor? Por que houve necessidade de autorização do Ministério da Cultura (antes não havia) para a devida movimentação a cada nova parcela? l) Segundo a Portaria MC nº 4 de 26 de fevereiro de 2008, que regulamenta a admissão de propostas culturais para a Lei Rouanet, os produtores têm que apresentar a carta de anuência de cada nome na Ficha Técnica. Qual o objetivo desta exigência, isso não agrava a burocracia do processo? l.1) Não seria mais adequada a realização de Tomadas de Preços após o final da fase de captação de recursos? l.2) Segundo a mesma portaria, qual a necessidade de tradução juramentada com cópia autenticada para a utilização de textos estrangeiros redigidos em outra língua, já que além do custo ser alto para o proponente, a mesma é solicitada ainda na fase de análise de concessão de autorização para a captação de recursos? m) Com que frequência o sítio virtual do Ministério da Cultura é atualizado?”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 14/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Marco Maciel e Cristovam Buarque, que requer “...nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, e o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, convidando 5 professores premiados, um por cada região do país, pelo projeto “Educador Nota 10”, criado pela Fundação Victor Civita, para expor os trabalhos desenvolvidos por eles nas suas respectivas escolas e debater sobre as

idéias para a melhoria das condições do ensino e da educação no Brasil. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 49/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Valdir Raupp que requer, “...nos termos regimentais, a inclusão do atleta Teco Padaratz, Bi-Campeão Mundial de Surf, para participar de Audiência Pública, aprovada na reunião do dia 06 de novembro de 2007, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005, que “Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no país”. O Aditamento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 06/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que requer, “...em aditamento ao Requerimento nº 06/2008 – CE, aprovado no dia 11 de março do corrente, solicito modificação no formato de Audiência Pública, para Simpósio”. O Aditamento é aprovado. Fica adiada em virtude da falta de quórum a seguinte matéria: **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2007**. Ficam adiadas em virtude da falta de quórum e da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 304 de 2006; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000; Item 05: Projeto de lei do Senado nº 561, de 2007; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 007, de 2006; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 459, de 2007; Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2007; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2007; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2007; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 452, de 2007; Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2007 e Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2007**. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nós temos hoje uma Pauta extensa, mas como tem acontecido nessas últimas semanas em todo o Senado, com muita dificuldade para aprovar Projetos não terminativos por falta de quórum e terminativos por falta de Relator. Ou do autor presente. Eu vou diretamente aos Projetos não terminativos.

O primeiro a relatoria é minha, vou deixar para mais adiante. Vem um Projeto não terminativo... Vamos aproveitar o Projeto, cuja Relatora é a Senadora Rosalba Ciarlini, que está presente. É o Projeto de Lei do Senado nº 063/2007 que altera a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para permitir dedução dos gastos realizados com educação profissional de nível técnico. Autoria do Senador Expedito Júnior. A matéria constou da Pauta da Reunião do dia 11/03 e matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Não terminativo na nossa Comissão. É o Item nº 02. Eu passo a palavra à Senadora Rosalba. Então, na página 24 do nosso roteiro, 24 a 30.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, o relatório do Projeto de Lei nº 63/2007, que altera a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 para permitir dedução dos gastos realizados com educação profissional de nível técnico.

Em seu art. 1º, a proposição insere o art. 13-A na Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 para: A – permitir as empresas tributadas com base no lucro real à dedução de despesas com educação profissional de nível técnico do Imposto de Renda por elas devido. B – Condicionar tal dedução aos casos em que os gastos sejam realizados com escolas públicas ou alunos destas, inclusive, com livros, material didático, adaptação das instalações e aquisição de bens e maquinário para uso direto do ensino profissionalizante. C – Limitar dedução a 5% do valor do imposto devido.

O art. 2º ajusta o PLS às normas da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 à Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à necessidade de identificação de fontes alternativas de receitas para os casos de renúncia fiscal.

Pelo art. 3º, a Lei em que se transformar o Projeto entrará em vigor na data da sua publicação e produzirá efeitos a partir do ano subsequente.

Ao justificar a iniciativa, o autor destaca que a medida poderá impulsionar a oferta da educação profissional pública no âmbito dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, e com isso contribuir com a qualificação dos jovens para o mercado em adição à educação formal. É a seguinte análise do Projeto: O Projeto de Lei nº 63 de autoria do Senador Expedito Júnior assegura às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real o direito de deduzir do Imposto de Renda, por elas devido, gasto com educação profissional de nível técnico. A condição essencial para tanto é que os gastos sejam realizados tanto com jovens matriculados no ensino profissional de nível técnico, oferecido por escolas públicas, quanto com as instituições educacionais. A propósito, a medida arrola de maneira não exaustiva despesas que poderiam ser computadas para esse efeito. Livros, material didático, adaptação de instalações, aquisição de maquinário para uso direto no ensino profissionalizante.

Considerando que os demais dispositivos do Projeto inseridos no art. 2º e 3º encontram-se, a nosso juízo, adequadamente formulados para assegurar a juridicidade do PLS, importa-nos, sobretudo, o exame dos méritos das disposições do art. 1º. Nesse sentido, cumpre-nos apontar impropriedades de ordem técnica e terminológica que comprometem a clareza da proposição. Em primeiro lugar, a exemplificação utilizada no Projeto não constitui praxe na técnica Legislativa, porque dá margem a toda sorte de inclusões não aventadas pelo legislador. Acrescenta-se a isso a confusão que se estabelece ante a tentativa de classificar livros e material didático como recursos distintos. Ademais, no âmbito de escolas públicas, tais materiais podem ser objeto de gratuidade fornecida pelo próprio Estado. Em segundo lugar, falta esclarecer, no que tange aos gastos com adaptações de instalações e aquisição de maquinários para uso no ensino profissionalizante, se tais melhorias se refere ao ambiente escolar na dependência das escolas ou ambiente de trabalho e aprendizado nas empresas. Sem menção explícita, a destinação de tais instalações e equipamentos pode-se, facilmente, argüir como despesas dedutivas àquelas realizadas com as próprias empresas, o que pode fugir ao intento do autor. Desse modo, para salvaguardar o propósito inicial do Senador Expedito Júnior e afastar interpretações distorcidas que mitigam o mérito da proposta, impõe-se modificar o texto original do Projeto por meio de Emenda de redação.

Feitas as modificações suscitadas, a proposição passa a gozar de relevância social, pois tem grande potencial para contribuir com a expansão e a melhoria da educação profissional de nível técnico no país. Essa modalidade de ensino é considerada estratégica em

todas as nações que pretendam inseridas na economia globalizada e pautada pelas mudanças constantes das tecnologias de produção e de bens de serviços.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63 com a seguinte emenda: Dê-se ao art. 13-A da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado a seguinte redação: Art. 13, alínea “a”, as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão deduzir do Imposto de Renda devido em cada período trimestral ou anual o dispêndio efetivamente ocorrido em educação profissional de nível técnico de escolas públicas na forma do regulamentado. § 1º – A dedução que trata no *caput* desse artigo é limitado a 5% do valor do imposto devido. Art. 2º, as pessoas jurídicas não poderão deduzir os dispêndios que trata o *caput* desse artigo para fins de determinação de lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido. É esse o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu submeto aos demais Senadores o Projeto em discussão. Alguém quer se pronunciar? Não havendo quem queira se pronunciar, eu ponho em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Está Aprovado. Agradeço bastante à Relatora.

O próximo Projeto que tem votação, eu sou o Relator. Eu gostaria de convidar o Senador Marco Maciel para presidir que eu tenho certeza que ele vai sentir prazer em ter o nome dele assinando esse Projeto se for aprovado pelos demais Senadores.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É com prazer que assumo a Presidência desta Comissão, por gentileza do Presidente Cristovam Buarque e também no exercício da senhoria(F), posto que, entre os presentes eu sou o mais idoso ou, talvez, o idoso. E quero, então, conceder a palavra ao nobre Presidente da Comissão para relatar o Projeto de Lei da Câmara nº 15/2007, que institui o Prêmio Nacional Destaque Economia e Desenvolvimento Celso Furtado e dá outras providências. A autora na Câmara foi a Deputada Mariângela Duarte. O parecer do Relator é favorável. Concedo, pois a palavra ao Presidente Cristovam Buarque para proferir o seu parecer.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de um Projeto de autoria da Deputada Mariângela Duarte, desde dezembro de 2004 que tem por objetivo estimular a produção e divulgação de trabalhos que analisa e orienta na tomada de decisões públicas no tocante a aspecto relacionado ao desenvolvimento econômico e social. Ao mesmo tempo, é um Projeto que visa presen-

tar uma homenagem a um dos grandes brasileiros do século XX, que foi o professor Celso Furtado. Que é colega, foi colega na Academia Brasileira de Letras, contemporâneo nosso de Pernambuco, no início da SUDENE--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sem querer interrompê-lo, mas fazendo de forma muito breve, quero lembrar que eu era líder estudantil, presidente do DCE, depois presidente da União dos Estudantes de Pernambuco e Celso Furtado foi uma pessoa que abriu as portas para a interlocução do movimento estudantil e, sobretudo, naqueles momentos da criação da SUDENE exigiu uma grande mobilização em todo o Nordeste e também na aprovação dos planos diretores da SUDENE. E acho que também ele teve uma proposta extremamente inovadora com relação às políticas de desenvolvimento regional, bem como deu grande contribuição ao país na formulação dos planos de desenvolvimento econômico e, por que não dizer, também, no exterior, posto que, ele teve inclusive presença em organismos internacionais, inclusive, na Unesco.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Embora o Senador Marco Maciel tenha pretendido ser o mais idoso e não o menos jovem daqui, eu quero dizer que eu fui contemporâneo dele em toda essa luta em Pernambuco quando ele era o líder dos estudantes universitários, eu já estava na universidade também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. E foi um momento muito positivo da história do Brasil, na minha opinião.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade. Por isso que eu fico feliz de estarmos juntos aqui votando por esse Projeto da Deputada Mariângela Duarte que tem um Projeto, cujo prêmio será concedido anualmente a economistas brasileiros pelo órgão do Poder Executivo encarregado pelo planejamento para desenvolvimento do país. Para tanto, será constituída uma Comissão Especial integrada por representantes de departamentos de economia das Universidades públicas brasileiras, Ministérios de áreas afins e por economistas de notório saber. Obviamente, a proposição veda a candidatura de membros da própria Comissão Especial ao prêmio. E os trabalhos premiados serão publicados em meio impresso e divulgados nas páginas da rede mundial de computadores, *internet*, do órgão público encarregado do planejamento econômico que foi referido. O Projeto foi distribuído a esta Comissão em decisão não terminativa e no prazo regimental não tendo sido apresentadas Emendas.

A análise, Sr. Presidente, que eu faço é de que os constituintes de 1987 e 1988, ao tratar da educação, reconheceram-na como direito de todos e dever

do Estado e da família. Com o claro objetivo de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Os mesmos constituintes de então estabeleceram que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a captação tecnológica. Esses dois mandamentos constitucionais ilustram a preocupação e a determinação dos constituintes ao papel do Estado em área tão vital para desenvolvimento das pessoas sem o qual não há que se falar em desenvolvimento nacional e muito menos em promoção do bem de todos, ainda que constitua objetivos fundamentais de nossa República. Claro está que o Projeto reverso sob o ponto de vista material de inteira constitucionalidade. Mais ainda, obedece ao devido processo Legislativo por quanto não fere a iniciativa privativa do Poder Executivo nem de qualquer outra instância de poder. Quanto ao mérito, empenha de reconhecer, preliminarmente, que não integram as nossas tradições a instituição de prêmios com tamanha envergadura. Infelizmente, são poucos os prêmios concedidos a pesquisadores em reconhecimento à produção inovadora e que contribuem, efetivamente, para o aprimoramento do Estado das artes, muito menos ainda a combinação do reconhecimento pela produção científica com a designação do prêmio em memória de alguém que, de igual modo, também contribuiu para o desenvolvimento das ciências.

Entendemos que o presente Projeto busca sim compatibilizar duas justas homenagens. Ao economista brasileiro, autor de estudos que analisam e orientam tomadas de decisões públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do país e ao patrono de todos que estudam essa área do conhecimento, o grande e saudoso Prof. Celso Furtado. A vasta contribuição do Prof. Celso Furtado ao desenvolvimento do pensamento econômico e social latino-americano e, eu diria, mesmo mundial, sem exagero, dispensa maiores comentários. Não bastassem suas contribuições aos assuntos acadêmicos no Brasil e no exterior seria suficiente lembrarmos as suas competentes reflexões sobre a realidade social brasileira e das suas inúmeras atividades de homem público, cujo legado todos brasileiros devem se sentir honrados.

O Prof. Celso Furtado reuniu uma coisa rara na política brasileira que é uma grande reflexão intelectual e ao mesmo tempo uma grande militância, ação direta, embora nunca tenha sido candidato a posto eletivo, mas ocupou cargos de criador Superintendente da SUDENE, Ministro da Cultura, Ministro do Planejamento, foi um homem que lutou e pensou ao mesmo tempo.

A iniciativa para a instituição do Prêmio Celso Furtado em nível nacional e nos moldes propostos é

meritória em todos os sentidos e, seguramente, contribuirá para o incentivo a pesquisa e o desenvolvimento científico em área fundamental para a concretização dos objetivos republicanos dos brasileiros. A indispensável tomada de decisões públicas voltadas para o desenvolvimento econômico social do país, cabendo lembrar, que Celso Furtado pensou, mas pensou muito como agir e não apenas como refletir e como analisar os assuntos. Foi um homem do pensamento ativo. Diante do exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O parecer do Relator, nobre Senador e Presidente dessa Comissão, Cristovam Buarque, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15/2007. Em discussão a matéria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria de dizer só do quanto é meritório esse Projeto e, com certeza, nós o aprovamos com maior... Com muita... Com muita certeza, com muita... De que estamos contribuindo para perpetuar a memória de quem muito contribuiu para o desenvolvimento social e econômico. Com as suas idéias, com as suas reflexões e com suas ações. E que é meritório que possamos instituir prêmios dessa natureza para exatamente resgatar não somente a memória, mas a história, a nossa história brasileira. E é valorizando, exatamente, feitos dessa natureza do passado que nós possamos realmente acreditar num grande futuro para o Brasil. Então, não podemos esquecer Celso Furtado, a sua história, a sua contribuição ao Brasil e esse prêmio vem para, exatamente, garantir a lembrança de toda essa história tão bem vinda ao nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a manifestação da nobre Senadora Rosalba Ciarlini. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, vou submeter à votação. Aprovado.

Eu só gostaria de, antes de deixar a Presidência da Comissão, eu gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa e dizer que ele tocou num ponto que acho fundamental quando ele disse que o Prof. Celso Furtado, embora nunca tivesse disputado função eletiva era homem público. A minha visão de homem público é justamente essa. Geralmente, nós temos o hábito de circunscrever o conceito de homem público àqueles que militaram ativamente na política. Mas eu acho que todos aqueles que, de alguma forma,

concorrem para o desenvolvimento do país, para fortalecimento de suas instituições são, podem e devem ser considerados como verdadeiros homens públicos. Aliás, houve um escritor, Adonias Filho, que foi também jornalista, ele de certa feita: “nada mais público do que o ato de escrever”. Quer dizer, quem, em diferentes atividades no magistério, na atividade econômica, social, etc, de alguma forma está concorrendo para melhorar o país e assim deve ser qualificado como um *ciuis probus*, cidadão prestante à causa nacional. Passo a Presidência ao nobre Senador Cristovam Buarque.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gostaria de pedir Extrapauta. Eu tenho um Requerimento de informação solicitado ao Ministério da Cultura. Gostaria que o senhor pudesse incluir para apreciação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dos Senadores que estiverem de acordo em incluir, permaneçam como estão. Está aceita a proposta. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu gostaria apenas de pedir, já que eu sou autor do Item nº 11, Relator do Item nº 12, são não terminativos, logo não vão poder ser apreciados nessa Sessão. Eu estou aqui assinando por representação um Requerimento do Senador Raimundo Colombo e, se possível, uma inversão de Pauta, visto que tenho dois compromissos já um tanto atrasado e como não vai ter mesmo quórum para deliberar sobre matérias terminativas, eu gostaria, se possível, essa inversão para votar o Requerimento também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Creio que os Senadores estão de acordo com a inversão, Senador Raupp tem compromissos ainda mais urgentes que nós, está aceito também. Está aqui o Requerimento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Raupp pediu. Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do atleta Teco Padaratz, bicampeão mundial de *surf* para participar de Audiência Pública aprovada na Reunião do dia 6 de novembro de 2007, destinada a instituir o Projeto de Lei do Senado nº 403 de 2005 que estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no país. Esse Requerimento, Sr. Presidente, como já falei é do Senador Raimundo Colombo,

eu estou apenas assinando por representação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se estão. Está aprovado, Senador Raupp. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Sr. Presidente, esse Requerimento de informação visa a nos trazer mais informações para a elaboração do Projeto de Lei que é de interesse da nossa Comissão, e que tem não somente a nossa Comissão, mas já contamos com o número bem significativo de Senadores que irão assinar o Projeto que é referente à Lei específica para o teatro. O Requerimento nos termos do art. 90, incisos X e XI, combinado com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestados pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Cultura, Sr. Gilberto Gil, as informações solicitadas sobre recursos e programas de fomento para a área teatral no ano de 2007: A – Quais os recursos destinados para os programas do Fundo Nacional de Cultura e suas respectivas entidades nos anos de 2005 a 2007? Qual o total de recursos destinados ao teatro na Lei Rouanet por unidade da federação 2005 a 2007? Qual o montante captado para o segmento de artes cênicas nos anos de 2005 a 2007? Por que, segundo o sítio de transparência pública, a FUNARTE optou em direcionar sua verba para convênios com instituições ao invés de elaborar editais com esses recursos? Enumerar os convênios e respectivos valores nos anos 2005 a 2007. Qual o número de editais abertas pela FUNARTE? Qual o número de atendentes responsáveis pelas informações relativas ao Projeto da Lei Rouanet segundo reclamações de proponentes? Porque há falhas no atendimento das informações dadas a ele por telefone, ocorreram denúncias em Audiências Públicas realizadas no Senado Federal sobre extravio de documentos no âmbito do Ministério da Cultura e os da FUNARTE, se isso acontece quais as providências desse Ministério para sanar o problema? Item H – Qual o número de pareceristas para a avaliação de Projetos ligados à área teatral? São eles especialistas na área? E como são estabelecidos os prazos de avaliação dos Projetos e suas respectivas alterações nos Projetos o produtor tem o direito de utilizar até 15% do valor do Projeto para índices administrativos. Por que a Comissão Nacional de incentivo à cultura reduz nos editais o percentual no Projeto referidos itens? Segundo portaria, o Ministério da Cultura nº 4 de 26 de fevereiro de 2008 que regulamenta a admissão de propostas culturais para a Lei Rouanet, os produtores têm que apresentar carta de anuência de cada nome da ficha técnica. Qual o objetivo dessa exigência? Isso

não agrava a burocracia do processo? Não seria mais adequado a realização de tomada de preço após o final da fase de captação de recursos? Segundo a mesma portaria, qual a necessidade de tradução juramentada com cópia autenticada para a utilização de textos estrangeiros redigido em outra língua, já que além do custo ser alto para o proponente, a mesma é solicitada ainda em fase de análise e concessão de autorização para a captação de recurso. Com que frequência o sítio virtual do Ministério da Cultura é atualizado?

Todos esses questionamentos, Sr. Presidente, foram levantados em função das audiências que já promovemos, aqui, para discussão para podermos ter sugestões, idéias e juntos formularmos a melhor Lei que possa vir para apoiar o Teatro Nacional. Então, é esse o Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em discussão. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se estão. Está aprovado o Requerimento.

Eu passo ao Item nº 8, cujo Relator é o Senador Francisco Dornelles. Trata-se de um Projeto do Deputado Leonardo Picciani, que denomina a Rodovia Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves, o trecho da BR 393 referente ao contorno de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Passo a palavra ao Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, a proposição visa homenagear a figura de Nelson Gonçalves, duas vezes Prefeito de Volta Redonda, atribuindo seu nome ao contorno rodoviário da cidade. Na Câmara o Projeto foi apreciado e aprovado na Comissão de Aviação e Transporte, Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e Cidadania. No Senado Federal, foi distribuído com exclusividade para a Comissão de Educação. O Projeto de Lei que visa dar o nome aoanel rodoviário de Volta Redonda é altamente meritório, em vista que o homenageado foi figura importante na vida daquele país. O PL nº 119 mostra-se adequado aos termos da Constituição Federal que estabelece no art. 2211 que compete à União legislar sobre transportes, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de competência da União. Finalmente, a proposição encontra amparo na Lei nº 6.682 que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação. Pelo exposto, Sr. Presidente, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 119.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado. Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, queria requerer a V.Ex^a, nos termos do art. 336 regime de urgência para esse Projeto, visto que a estrada deve ser inaugurada nos próximos dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. A Mesa acata sua sugestão e vamos tentar enviar imediatamente. A não ser que algum Senador queira se pronunciar contrário à sugestão do Senador Francisco Dornelles. Está de acordo. Todos de acordo, vamos providenciar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado. Nós temos um adiamento nº 01 ao Requerimento 06, que é aprovado no dia 11 de março do corrente, no qual solicito modificação de formato de “Audiência Pública” para “Simpósio”. É o evento que vamos fazer com Ministros de diversos países, inclusive, do Brasil, para discutir a educação como instrumento de redução da pobreza. Ponho em votação, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Tenho também um Requerimento que eu assino junto com o Senador Marco Maciel que visa trazer aqui, como convidados, cinco professores premiados, um por cada região do país pelo Projeto Educador Nota 10, criado pela Fundação Victor Civita para expor os trabalhos desenvolvidos por ele nas suas respectivas escolas e debater suas idéias de melhoria das condições de ensino e educação no Brasil. Esse é um prêmio anual que a Fundação Civita dá ao que ele chama Educador Nota 10. A nossa idéia é trazer cinco desses professores para que digam por que conseguiram, nesse caos, como vocês vêm pelo nosso observatório distribuído toda semana, como é que eles conseguiram isso. Senador Marco Maciel, quer justificar o Requerimento?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr. Senador, ex-Ministro Francisco Dornelles, minhas Sr^{as} e Srs. Senadores. Eu serei muito breve. Eu acho que o Requerimento que V.Ex^a apresenta se auto-explica e acho que é uma forma também de valorizarmos o papel do professor. Eu sempre tenho presente, se nós não temos um bom professor, não vamos ter depois um bom cidadão. E acho que também é uma maneira de reconhecer o trabalho que a fundação Victor Civita vem fazendo em prol da educação. Eu tive a oportunidade de conviver durante algum tempo com o Sr. Victor Civita, e como ele gostava de ser chamado de Victor. E sempre notava nas conversas, que com ele entretinha, uma grande preocupação com a questão de educação. E não foi por outra razão que ele instituiu a revista Nova Escola.

E, posteriormente, fez da revista Nova Escola uma das maiores revistas da sua empresa. E, inclusive, recentemente tomei conhecimento, achei muito positivo, eu tive informações que hoje a revista Nova Escola é a segunda revista mais vendida de toda a empresa. Ou seja, só perde para a própria revista Veja. O que significa dizer que de alguma forma nós estamos por esse caminho ajudando a melhorar a qualidade da educação, assegurar o acesso aos professores de uma revista que é de fato muito bem elaborada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não tive o privilégio de conhecer o Sr. Victor Civita, mas quero dizer que o que conheço de seu filho, Roberto Civita, ele é também um grande entusiasta da educação, defensor da educação e toda sua empresa a meu ver é colocada a serviço da melhoria da qualidade educacional do Brasil. Por isso, eu tenho o prazer de estar assinando junto com o Senador Marco Maciel.

Tenho três comunicados apenas, os votos e Projetos ficam prejudicados por serem terminativos e por não terem a presença aqui dos Relatores.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do ofício do nº 305/2008 do Exmº Sr. Ministro da Saúde José Gomes Temporão em resposta ao Requerimento de informação nº 1407 de autoria de S.Exª Senador Sérgio Zambiasi que solicita informações desse Ministério acerca dos trabalhos realizados pelo grupo interministerial para instituir o Dia do Planejamento Familiar. Os Senadores que desejarem cópia da resposta recebida do Ministro Temporão podem fazer a solicitação à Secretaria da Comissão.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência do Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº 001.903/2006-5 bem como do Relatório e do voto que fundamentaram aquele Programa Nacional de Saúde do Escolar com foco na campanha Olho no Olho, que foi dirigida aos alunos da primeira série do ensino fundamental da rede pública com a finalidade de identificar e corrigir problemas oculares. Os Senadores e Senadoras que desejarem esse Relatório, enviado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, podem solicitar à Secretaria.

Comunico, finalmente, aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras recebimento do aviso nº 202 do Tribunal de Contas Plenário do Ministério do Tribunal de Contas da União, do Ministro Marcos Vinícius Vilaça, encaminhando cópia do pronunciamento relativo às obras do Pan-Americano. Os Senadores que desejarem cópia deverão se dirigir à Secretaria dessa Comissão.

Está encerrada essa Sessão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia oito de abril de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Paulo Duque, Gersom Camata, Heráclito Fortes, Virgínio de Carvalho, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Neuto De Conto, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Jefferson Péres reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Inácio Arruda, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Marco Maciel, Raimundo Colombo e Marisa Serrano que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimentos nº 51/07 – CE, de autoria dos Senadores Mão Santa e Paulo Duque, que tem como objetivo **Discutir as medidas adotadas pelas escolas que obtiveram a melhor classificação no ENEM – 2006 e as sugestões para a melhoria da qualidade do ensino.** Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Stella Rangel, Diretora do Instituto Dom Barreto – Teresina – PI (1º Lugar no ENEM – 2006) Neste momento o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica que em virtude de compromissos assumidos anteriormente necessita ausentar-se da sessão, passando a presidência a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Dando prosseguimento as exposições na ordem definida em pauta, fala a seguir a Senhora Walkíria Aparecida Gattermayr Ribeiro, Diretora do Colégio Vértice – São Paulo – SP (2º Lugar no ENEM – 2006). O terceiro convidado, Frei Jesus F. I. Roitegui, Diretor Geral do Colégio Santo Agostinho, justificou, por e-mail, a ausência. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para

acompanhar a Audiência Pública, do Deputado Rafael Guerra (PSDB/MG), do Ex-Senador Wilson Matos, da Senhora Bernadete de Lourdes Rangel, Professora e Coordenadora de Educação Infantil do Instituto Dom Barreto; Senhora Daniela Mercury, cantora; da Senhora Liane Hentschke, Presidente da International Society for Music Education – ISME e Cristina Saraiva, Coordenadora do Grupo de Articulação Política Parlamentar Pró-Música – GAP. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Duque e Mão Santa, autores do Requerimento, Gerson Camata, Virgínio de Carvalho, João Vicente Claudino, Romeu Tuma, Augusto Botelho e Antônio Carlos Valadares. Tuma, Paulo Duque, Mão Santa e Antônio Carlos Valadares. A Senhora Presidente Eventual, Senadora Rosalba Ciarlini, comunica a sessão especial, no dia de hoje, da Frente Parlamentar da Saúde em homenagem ao Dia Mundial da Saúde, cujo presidente é o Deputado Rafael Guerra, presente a reunião. A Presidência Eventual, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE ABRIL DE 2008

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma, bom dia a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior

e aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião, como os Senadores sabem, atende ao Requerimento nº 051/07 de autoria dos Senadores Mão Santa e Paulo Duque, que estão chegando em breve, para discutir as medidas adotadas pelas escolas que obtiveram a melhor classificação no ENEM 2006. E as sugestões dessas escolas para a melhoria da qualidade do ensino.

Para dar início à audiência eu solicito ao nosso Secretário Linhares, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para que tomem assento à Mesa. Eu quero dizer aos senhores e demais pessoas que estão presentes, que quando saiu o resultado do ENEM de 2006, eu fiz questão de visitar pelo menos uma escola e fui exatamente ao Instituto D. Barreto, que teve a primeira colocação. E fiquei bastante impressionado. Eu fiz questão de visitar a escola, o Instituto D. Barreto em Teresina para saber o que tinha de especial. Não tive tempo de ir ao Colégio Vértice, mas quero ir visitar também, e fiquei bastante impressionado como de fato, Senador Camata, é possível se ter boas escolas no Brasil. Diante disso, eu fiquei entusiasmado com a possibilidade dessa Audiência para levar ao Brasil inteiro – estamos sendo transmitidos, inclusive ao vivo, nesse momento, e depois essa Audiência é repetida em outras horas – levar ao Brasil inteiro a experiência de duas escolas, escolhidas pelos resultados do ENEM.

O que nós queremos que o Brasil veja exemplos, que podem ser imitados, copiados, repetidos trazendo boas escolas para aqueles que podem pagar a mensalidade. Vale a pena até analisar qual é o custo das mensalidades que para mim me surpreenderam que eu imaginava que era muito maior, pelo menos no caso da que eu visitei. Mas também para que se perceba que dentro... Quando a gente compara os custos delas, dá para perceber que é possível levar isso para o Brasil inteiro com recursos públicos, obviamente, não de um dia para outro, obviamente ao longo de um processo que vai levar anos para conseguir. Mas o importante é que escutemos e eu passo a palavra inicialmente à Profª Stella Rangel, que é diretora do Instituto D. Barreto, que foi o primeiro lugar para que faça a exposição dela. Dizendo um pouco da história do colégio e dizendo o que é que caracteriza, e a que a senhora acha que deve ter chegado nessa posição tão favorável.

Está com a palavra... Nós temos um prazo que vai tocar uma campanha de uns 20 minutos, mas se for preciso um pouco mais continue falando. Quando a campanha tocar não se preocupe, porque nós temos tempo. Por favor, pode fazer sua...

SRA. STELLA RANGEL: Srs. Senadores componentes da Comissão de Educação, Esportes e Cultura do Senado Federal, Ilma Diretora do Colégio Vértice, destaque no ENEM de 2006 e também no ENEM de 2007. Parabéns, professora.

Primeiro lugar, eu gostaria de dizer da alegria de ter sido convidada para prestar esse depoimento na Comissão de Educação do Senado. O Instituto D. Barreto hoje tem um orgulho muito grande desse convite, embora acreditamos que nossa instituição... Agradecemos as palavras do Senador Cristovam Buarque, mas acreditamos que ainda temos muito a crescer. E ainda temos muito a aprender. Fazer educação no Brasil é um desafio.

A gente herdou essa escola das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado. Uma escola que tinha fundação, uma escola religiosa, advinda de uma Congregação de São Paulo, em Campinas, que foi convocada para fazer um trabalho de educação e também comunitário no Piauí. E essa escola está fazendo sessenta e poucos anos, e tem, realmente, prestado trabalhos, passou por uma administração maravilhosa das irmãs que plantaram uma educação para a vida, mesmo antes de ter sido implantado essas novas formas de ver educação. Elas já faziam educação solitária, ensinando o aluno a ser solidário, dividir com o outro, por causa da natureza da instituição dela.

Por volta dos anos 80, 83, até 83 a irmã nos sondou – eu e a meu irmão – que éramos professores da escola, simples professores da escola. E ela observou nosso trabalho, viu que a gente tinha identidade com os objetivos da Instituição e nos convidou para tomar conta da Instituição delas, e deixar que elas fossem somente atuar no campo missionário, porque, no momento, Teresina estava passando por um crescimento populacional e os bairros carentes estavam precisando muito de pessoas que fizessem trabalho social. E elas, bastante preocupadas com essa realidade, buscaram ir para as comunidades. E nós que já éramos de uma família de professores, filhos de professores e uma família de sete, seis são professores. Então, nós abraçamos essa causa. Inicialmente eu e o Profº Marcílio que assumiu a direção da escola, porque eu estava impossibilitada de assumir... Porque no momento eu tinha acabado de passar no concurso da Universidade Federal e estava apenas dividindo um pouco do meu tempo com a escola que era uma das primeiras experiências que eu tinha tido como educadora. Então eu fui para a Federal, mas não abandonei a escola a pedido das irmãs. E elas ficaram muito sensíveis a esse apoio que a gente deu a elas no momento em que elas estavam expandindo a escola, passando de Educação Infantil e Ensino Fundamental menor para

criar o antigo ginásio, de quinta a oitava, então eu fui fundadora desse ginásio e depois da criação do Ensino Médio.

Então como estão observando ali, o nosso objetivo é educar crianças e jovens e observar os jovens, observar, ouvir, falar amorosa e respeitosamente com eles de modo a constituir uma segura e tranqüila relação interpessoal que possa, efetivamente, promover amplas condições para o desenvolvimento biológico, intelectual e emocional. Essas... Esses primeiros objetivos, criar crianças e jovens voltadas para saberes, conhecer a si mesmo para depois poderem criar também modos de produção. Educar crianças e jovens acreditando nos seus sonhos, ajudá-los a compartilhar, a entender o mundo que os rodeia, a ser solidário, a colocar em prática as suas experiências na escola, né... Como vocês estão vendo, a nossa escola começa com a educação infantil, aí nós temos vários ambientes, clubinhos de leitura, jogos... Educação para informática, educação para a arte. Eles todos aí de aventais para evitarem estar em contato com produtos para preparar escolas de arte, e aí um pouco também da nossa escola.

Num primeiro momento, nessa primeira fotografia a gente tem um pouco da... De um evento que ia começar na escola, numa sala de eventos, e que eles... A gente realiza muitos eventos com eles, tanto eventos voltados para a educação, formal, quanto a eventos sociais também, porque a nossa finalidade é preparar um cidadão para o futuro, um cidadão que tenha atuação no futuro. E nós temos a grande alegria de termos alunos, hoje, já muito bem sucedidos que estão voltando com seus filhos para estudar na escola. Grande parte dos nossos alunos são alunos oriundos das famílias que já estudaram. Então, a gente não faz nenhum tipo de propaganda, a escola tem crescido, até um pouco contra a nossa vontade, porque a gente prefere ter menos alunos para poder fazer um trabalho de qualidade.

Então, aí a promoção do processo de aprendizagem que faça coincidir sem hierarquizá-los, o saber teórico e o saber empírico, a epistemologia e os procedimentos particulares de cada disciplina e as conexões entre as diferentes áreas do saber, discutindo sempre suas histórias e também suas prováveis repercussões na vida cotidiana. A vida está muito presente na escola. Fazer da escola um espaço e um lugar onde as habilidades do sentir, do ver, do ouvir, do expor, do argumentar, do sugerir, do criticar sejam estimuladas e acompanhadas pedagogicamente de modo a tornar possível a integração entre a arte, a ciência e a cultura.

Fomentar e assegurar aos professores instrumentos e condições para uma formação continuada

e progressiva de modo que lhes seja possível experimentar o cotidiano, as várias formas de conhecer, de partilhar e de produzir conhecimentos. Criar espaços e ocasiões de sociabilidade e convivibilidade para com pais, professores e alunos, que possam partilhar desafios e fazer uma escola de qualidade.

Então os fundamentos pedagógicos da educação infantil, né... Entendida pela nossa Instituição como direito pleno e inalienável, a educação das crianças pequenas tem sido encarada e realizada como lugar fundamental na constituição da nossa proposta pedagógica. Os nossos alunos, grande parte, a maioria, 90%, 98% dos nossos alunos iniciam na escola na Educação Infantil e vão até o Ensino Médio, até entrarem na Universidade. E depois da Universidade nós ainda temos um projeto para mantê-los na escola, fazendo parcerias conosco. Então, esse tempo que eles passam na escola nos dá uma qualidade de conhecimento da vida daqueles... Daquela pessoa muito grande. Isso é um elemento facilitador do processo, porque você conhece o sujeito, sabe as suas limitações, sabe as suas qualidades, e você pode ir trabalhando com ele com muita segurança. Então, o desenvolvimento pessoal e social é muito, é uma das metas principais, um dos eixos principais. O reconhecimento, a valorização e a ampliação do universo cultural, o Senador que visitou nossa escola e outras pessoas presentes que já conhecem a escola, pode observar que a escola é repleta de obras de arte, eles são acostumados a apreciar a arte, a fazer arte na escola, não só eles, mas a família também. Então o desenvolvimento...

Eu estou comentando rapidamente, porque ainda tenho um vídeo para passar, e sei que o tempo é pequeno. Mas é difícil a gente falar de uma instituição em poucos minutos. Então, para nós é importante garantir a partir da série inicial até o último ano do Ensino Médio as linhas de continuidade com o projeto de desenvolvimento do Ensino Infantil, particularmente, no que se refere à constituição de um saber que valoriza a inventividade do aluno, a multiplicidade de formas e recursos do fazer pedagógico. Mas também é nossa intenção e compromisso atender ao mesmo tempo problematizar especialização do conhecimento sem, contudo desconsiderar as necessidades que são indispensáveis à transversalidade que tornam possível alargar e potencializar as particularidades de cada disciplina.

A interdisciplinaridade além de ser um elemento enriquecedor que dá uma visão mais holística do conhecimento, ela possibilita economizar tempo. Vários professores trabalhando com o mesmo conteúdo facilita uma compreensão múltipla daqueles conteúdos, e facilita também o aluno ver o mundo de forma mais plural e

isso tem sido muito importante nas nossas atividades. A definição e organização dos conteúdos específicos na construção de uma prática interdisciplinar. Também conhecer e experimentar, sentir e medir, nomear e quantificar, significar e simbolizar. Então a escola... Foram criados laboratórios não só das ciências exatas, mas também das ciências humanas. Nós temos laboratório de redação, laboratório de artes, laboratório de filosofia e os alunos são muito estimulados a pensar, a ler, a analisar o mundo. Então, estabelecer relações entre o micro e o macro, e particular... O particular e o geral, a tradição e a novidade. Nós nem somos tradicionais, totalmente, e nem somos também novos totalmente. A gente consegue fazer uma mesclagem daquilo que é bom em cada uma das teorias que estão postas. A gente não consegue ficar só num eixo, a gente tenta fazer uma inter-relação entre os dois eixos e os resultados têm sido satisfatórios.

A definição e constituição do aluno cidadão. O núcleo de formação de professores. A escola está dividida em três núcleos que são as pedras, o sustentáculo da escola. O núcleo de formação dos professores, que promove curso de aperfeiçoamento, especialização *stricto* e *lato sensu*, em convênio com as universidades nacionais e locais como a PUC de São Paulo, nós levamos a PUC de São Paulo na década de 70, final da década de 60 para fazer uma especialização com nossos professores. E, depois, continuamos com a de Minas, com a Universidade Federal do Piauí, a Estadual do Piauí, a Universidade Federal do Ceará, de Pernambuco, de modo que os nossos professores continuam numa constante qualificação. Nós temos doutores ensinando na Educação Fundamental, nós temos uma grande parte de mestres, especialistas, quase não temos mais professores só com graduação por conta desse trabalho. E a educar a escola de pais, porque a escola não pode trabalhar sozinha, de forma solitária. Nem o pai pode passar para nós a responsabilidade de educar o filho sozinho, e nem a família pode educar sozinha. Então, a gente faz uma mediação. Então, os pais têm lugares na escola. Nós temos um cafezinho filosófico em que a gente espera os pais e lá eles tomando um cafezinho – foi chamado de filosófico pelo nosso Diretor que assumiu a escola e que é o mentor de toda essa filosofia que estou expondo aqui.

Eu apenas assumi essa escola há dois anos, toda essa filosofia, toda essa idealização surgiu do Profº Marcílio Flávio Rangel de Farias, meu irmão mais novo que eu... Que faleceu há dois anos. E eu assumi a escola, porque já estava aposentada da Federal e nunca também tinha me afastado da escola. Mas o grande mentor de todo esse processo pedagógico é, realmente, o Profº Marcílio Flávio. Ele viveu, um educa-

dor muito adiante do tempo. E assim, incansável com a educação não só com a educação particular, mas também com a educação pública. Ele foi professor da escola pública e ele foi tão bom professor de escola pública que foi lá a primeira experiência, que foi lá onde ele plantou as primeiras sementes. E depois ele pôde colher isso levando os alunos para serem professores lá da escola. Então, foi um educador que, realmente, fez um marco na educação do Piauí.

Então, nós temos várias atividades, eu sei que o tempo está esgotando, como a gincana cultural “Teresina Meu Amor”. O nome da gincana é um verso inspirado no poeta piauiense Átito Filho e esse evento ocorre todos os anos no dia da Teresina, no dia do aniversário de Teresina. É um evento que estimula muito a questão da solidariedade, da prática... Das práticas sociais, é um evento que move a cidade como um todo, pais, ex-alunos que, por sinal, meu irmão sempre dizia que não existem ex-alunos no D. Barreto, existiam sempre antigos alunos – eles eram sempre alunos. Então tem uma sala para eles na escola, eles se reúnem, participam do jornal, participam do programa de profissionalização e de educação profissional, escolha que a gente realiza com o segundo e terceiro ano do Ensino Médio, eles participam e são os pais de nossos alunos hoje. 90% de nossos alunos são filhos de ex-alunos, familiares de ex-alunos. Então, trabalhamos aqui especificamente com a educação para a vida, trabalhamos com experiências de conflito, namoro, sexualidade, convivência social e familiar, mas também com outras experiências que exploram na sala de aula e abrange a vida inteira como a organização do tempo, o desenvolvimento de habilidades baseados no princípio da interação e da negociação. A promoção de iniciativas e estratégias de cooperação.

A gincana visa, principalmente... A gincana e outras atividades da escola visa, principalmente, desenvolver no aluno essa... A iniciativa. São eles que organizam. Nós ficamos só na orientação. Mas são eles que organizam com os ex-alunos, [soa a campainha] com os pais, com toda a comunidade. Então, temos jornais, aula passeio, ciência para a vida que são realizados nos laboratórios, projetos ambientais, semana de filosofia, projetos experienciais, a gente ensina o aluno a pesquisar. A pesquisa é uma coisa constante na escola.

Projeto de monitoria, a gente faz um trabalho com o nosso aluno que já vivenciou a escola, já passou pelas dificuldades, pelos impasses que os alunos atuais estão passando. Então, eles vêm para fazer um trabalho de assessoramento dos estudos dos alunos, recebem um salário mínimo como incentivo, mas fazem um trabalho maravilhoso. Eles oferecem seis horas se-

manais e, mas, por quê? Além do conhecimento que eles transmitem, eles encorajam os alunos, porque são pessoas que já viveram o processo. Então, eles simplesmente dizem para os meninos: “Olha, já passei por isso, não se assuste, física é assim mesmo, esse professor é assim mesmo, mas você vai conseguir, a forma de estudar é assim...”, e isso tem dado um suporte muito bom. As atividades esportivas nós temos quase todas as modalidades, trabalhamos bastante com essas... Respeitamos as preferências individuais dos alunos... E eu acho que a grande contribuição que o D. Barreto tem feito à educação do Piauí é a valorização do professor. O nosso professor é, realmente, um professor respeitado, bastante valorizado dentro da escola. Palavra de professor, atitude de professor, é exemplo... Então, para isso tivemos que fazer todo um trabalho de formação continuada desses professores.

Então, a nossa escola é boa, tem conseguido bons resultados. Precisa crescer mais, mas ela é... Os nossos resultados são dos nossos alunos e dos nossos professores. Nós não temos nenhuma... Pelo menos eu acho, acredito que não só à vontade de ajudar, o desejo de estar sempre presente, de continuar, porque professor é assim. Ele não quer se aposentar, ele quer continuar na batalha, porque ele se realiza na sala de aula e é isso que faz a nossa Instituição ser uma instituição diferenciada. Claro que não somos os melhores. Isso não existe. Assim, é muito tópico, por conta de uma prova, dizermos que somos os melhores. Nós não somos os melhores, a gente ficou até um pouco incomodado, porque a gente sabe que o Brasil tem tantas boas escolas, tantos bons mestres, a gente só acha muito bom ser reconhecido no trabalho que a gente está fazendo, mas a gente também fica muito feliz com as outras instituições irmãs que nos visitaram, que trocaram experiências, e se tornaram amigas, e até hoje a gente mantém contato, troca de experiências. Então, valeu a pena ter recebido esse prêmio por isso.

Eu vou passar agora um pequeno vídeo, é muito pequeno, tem alguns depoimentos de professores, porque a fala deles eu acho que vai dizer muito mais do que a minha. Porque é o testemunho do aluno, é o testemunho do professor, é o testemunho do pai, é o testemunho do ex-aluno. Porque eles que são os elementos centrais do nosso projeto pedagógico. Então, a gente vai passar, não vai demorar muito tempo... Eu posso continuar, Senador? Ou já passei muito?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. STELLA RANGEL: Dez minutos no máximo. Pode ser? Mas também estou deixando... Eu trouxe

umas lembrancinhas, para distribuir, uma cestinha feita no Piauí dos artesões de Piauí e trouxe também alguns textos feitos na nossa escola, promovidos também em convênio com a nossa escola que vocês vão receber como brinde e como uma lembrança nossa. Então, vamos ver o vídeo. É pequenininho, eu fiz um recorte de um vídeo que vocês vão ter na íntegra dentro da cesta de vocês, da cestinha que vocês vão receber. Foi fundado em 1944 – o patronato D. Barreto com ensino gratuito de 25 alunos nos cursos--

[apresentação de vídeo]

(depoimento): O Profº Marcílio, ele era um homem bom, um homem legal. Ele era engraçado também. Se encaixava com as crianças daqui.

(entrevistador): Por que você acha que ele se dava tão bem com as crianças?

(depoimento): Porque a aparência física, ele era um adulto, já era um senhor, mas por dentro ele tinha um coraçãozinho de criança, que deixa saudade no coração.

(depoimento): A gente sempre disse isso para ele. Que ele era uma pessoa muito especial, muito diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse era o gabinete dele. Conservado como ele deixou.

[apresentação de vídeo]

(depoimento): Mas aquilo que nos constitui como professores passa por Marcílio, e pela forma como ele se colocou na vida, na vida nossa de Casa, do dia-a-dia. No dia-a-dia mesmo. Desde pequenos. Ele sempre teve uma ascendência apesar de não ser o filho mais velho e nem o filho mais novo, ele sempre foi uma pessoa muito especial.

(depoimento): Você não pode dissociar o Marcílio da religião e da fé que ele tinha. E ele tinha fé não era só para rezar, fazia parte da sua fé a ação, ou seja, a preocupação, principalmente, com a promoção humana, por exemplo. Sujeito extremamente preocupado com isso. Então, esse projeto dele, da escola, no fundo era num sentido, digamos, de se obter um mundo melhor, de colaborar para que se tivesse, num futuro breve, pessoas mais éticas, mais bem informadas que pudessem dar boas contribuições para a sociedade. Isso é o que estava na cabeça do Marcílio.

(depoimento): Quando eu estudava aqui no segundo ano, minha mãe estava passando muita dificuldade financeira na época, a gente estava passando uma fase financeira ruim, e minha mãe veio à escola para me retirar da escola, porque não estava com condições de efetuar os pagamentos mensais. E o Marcílio, que confiava no meu potencial, falou não, aluno que eu confio, aluno que é estudioso, aluno que a gente acha

que vai chegar em algum lugar não sai do D. Barreto por causa disso, não.

(depoimento): A gente está sempre analisando a criança que a gente recebe. E é em cima dessa análise que nós fazemos o projeto pedagógico da escola. Tanto é que o projeto da escola é não fechado. Nós temos as metas para cada etapa, mas nós estamos sempre repensando como é que a criança chega. O que ela... Quais são as carências que elas apresentam dentro desse projeto para que a gente desenvolva o projeto pedagógico em si. Então, em cima disso nós vamos acrescentando, incrementando essas atividades para que a criança não tenha nenhum déficit.

(depoimento): Cada dia, cada momento, cada minuto que a gente passa aqui a gente aprende e ensina também, mas eu acho que aprendo mais do que eu ensino em todas as circunstâncias. Nos recreios, nos planejamentos com os professores, nos contatos com os pais... Quantas vezes nós ficamos assim atormentados com alguns questionamentos? Mas, depois de alguns dias, aí a gente aprende e a gente repensa, a gente refaz, e a vida continua.

(depoimento): O que a gente trabalha com eles, por exemplo, matemática, eu trabalho matemática com eles. Então, matemática tem que estar direcionada para a vida prática deles. Aonde ele vai usar essa matemática? É na compra no supermercado, comprar uma revistinha? A gente precisa trabalhar para que ele saiba se resolver nessas situações matematicamente falando.

(depoimento): Esse é um tipo de ensino que nós... Os estudiosos da linguagem chamamos uma concepção baseada na interação, ou seja, os conteúdos com os quais a gente trabalha que a gente possa aplicar de maneira prática nas situações reais, nas situações concretas da nossa vida. Que não seja um conhecimento amorfo, que seja um conhecimento que ele possa observar a realidade e possa aplicar o que ele aprendeu e apreendeu em sala de aula para resolver as situações do dia-a-dia.

(depoimento): O D. Barreto é praticamente como a segunda casa, porque é aqui que eu estudo, aqui que eu tenho meus amigos, aqui eu tenho minha vida social, aqui aprendo mais coisas. E aqui também onde vou ter minha formação para ter um bom futuro.

(depoimento): O DB é uma segunda casa pra mim. A maior parte do tempo eu passo aqui, tempo acordado. Vivo em função do D. Barreto. O que eu tenho para fazer é estudar. E é no D. Barreto que eu estudo.

(depoimento): No D. Barreto os alunos aprendem a gostar da escola. Ele tem esse carinho especial e ele tem também o prazer de estudar. Ele tem essa cobrança que é feito dele, lógico, nós cobramos deles e eu

costumo dizer que os alunos do D. Barreto motivados eles fazem milagre.

(depoimento): *Eu tenho muito orgulho, uma imensa gratidão por... Pela influência na minha formação educacional, ética e cidadã propiciada por essa escola.*

(depoimento): *O D. Barreto ele é ensinado a aprender e para que aprender, enquanto que o educador ele aprende a ensinar e porque ensinar. Isso em decorrência de que o D. Barreto é uma das poucas instituições no Brasil em que os profissionais que ingressam, eles são pessoas que não vêm prontos. Eles são lapidados diante a filosofia e pedagogia “D. Barretana” e porque não dizer pedagogia “Marciliana”.*

(depoimento): *E faz com que este trabalho de incentivo seja cada vez mais permanente não só para o professor fazer mestrado, doutorado, mas, talvez, outras situações dele. Até no investimento não só de conhecimento, mas no lado pessoal mesmo. Acho que o lado afetivo também é muito importante.*

(depoimento): *Envolve esse dinamismo que a escola vive envolvida, envolve os funcionários, envolve os professores, envolve os pais. Eu acredito que uma vez DB a gente jamais deixa de ser, porque você está sempre ligada a alguma atividade ligada ao DB.*

(depoimento): *O ensino de redação do Instituto D. Barreto se processa em vários momentos. Além do nosso trabalho, nós contamos com a colaboração de dois ou mais professores que no laboratório nos ajudam a mostrar ao aluno os erros que ele cometeu na redação que lhe é entregue já corrigida.*

(depoimento): *Além desse ensino que ultrapassa a educação formal seja no campo da literatura com a reescritura, seja no latim, seja no xadrez, seja em outras matérias adicionais à educação formal o DB cria também parcerias na área cultural.*

(depoimento): *Eu acredito que esse tripé, essa junção de forças, essas três casas que são só uma, porque elas... Todos três nasceram de um só ideal, que surgiu do... Assim, da... Da forma de ver educação do nosso querido Profº Marcílio.*

(depoimento): *Eu acho que a casa D. Barreto pra mim é como se fosse tudo que eu não tive durante a minha infância. Tudo...*

SRA. STELLA RANGEL: Isso aí é uma ressalva que explica que nós não somos só o Instituto D. Barreto, nós somos a casa D. Barreto que acolhe 150 crianças carentes e somos também a escola popular Madre Vilac que é uma escola, totalmente, gratuita que funciona numa favela. E que por sinal esse ano nós tivemos resultado, primeiro ano de terceiro ano, nós conseguimos aprovar 98% dos alunos. Todos oriundos da favela. Vestibular, na Federal, na Estadual e no [ininteligível]. Então a gente mantém essa escola...

Essas aí são duas alunas, uma do D. Barreto e outra do Madre Vilac .

[apresentação de vídeo]

(depoimento): *Como estava falando antes, todo mundo é uma família. A família “D. Barretana” acaba abraçando esses três projetos. E eu acho que vestir a camisa dessa família é tentar ajudar todo mundo que está fazendo parte daquilo ali. Uma pessoa é da Casa D. Barreto. Eu sou do Instituto D. Barreto. Qual é a diferença? Entendeu. Não tem. Então, acho que é isso, é se esforçar para ajudar para não ter diferença, para quando um chegar noutro lugar ser considerado a mesma coisa dos outros que estão ali. Acho que é isso. E eu acho que o Marcílio que ensinou a gente a ver assim, esse tipo de coisa.*

(depoimento): *Eu não considero isso aqui um abrigo, considero mesmo uma casa. Porque teve um tempo que eu fui morar lá no abrigo feminino, lá no SACI(F) e é totalmente diferente... Assim, a relação entre as pessoas com os internos de lá e a relação das pessoas aqui com os internos da casa. É como se fosse mesmo mãe, como se fosse mesmo pai que cuida realmente. Para mim é assim, não é um abrigo, é o meu lar, é a casa que eu encontrei e que eu sou feliz. É aqui.*

SRA. STELLA RANGEL: Isso porque nós somos uma instituição sem fins lucrativos e por esse motivo mantemos essas duas instituições. Porque era o ideal da congregação que a gente teve o orgulho, a alegria de dar continuidade. Então, agradeço muito a oportunidade de estar aqui, eu sei que é singular o nosso trabalho, mas fico feliz de partilhá-lo com outras pessoas.

Queria registrar também a presença da Profª Bernadete Rangel que também é uma das fundadoras da Casa, é nossa diretora do educação infantil, é uma pessoa que se dedica 24 horas àquela Instituição, também irmã, irmã mais velha e vocês viram aí no vídeo ela explicando sobre o projeto pedagógico, a gente tem muito orgulho do que a gente faz, mas não somos vaidosos. Esse ano, por exemplo, não ficamos em primeiro lugar. Nós estamos no 9º lugar entre as escolas particulares e no 11º nas escolas gerais, mas eu acho que a avaliação ela varia. Quem é professor sabe disso. A educação, ela tem o momento, [soa a campainha] os nossos alunos se sentiram muito cobrados com a responsabilidade muito grande sobre os ombros de manter, e nós não cobramos isso deles. Eles foram espontaneamente fazer o ENEM, nós não sabíamos nem que tinha se inscrito, porque seria contrária a nossa visão de mundo, a nossa forma de educar, querer ficar a vida toda como primeiro lugar. A gente quer ficar pelo menos entre os bons... As boas escolas.

E, graças a Deus, ainda continuamos. Estamos muito felizes pela oportunidade e muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Eu agradeço a professora Stella e fico muito feliz quando ela diz que não há primeiro lugar, segundo lugar, existe um conjunto de boas escolas. A idéia de primeiro e segundo, aí é tão tênue que não é o fundamental. Mas antes de passar à professora Walkíria, eu queria dizer que o que a gente percebe da escola, do Instituto D. Barreto são dez coisas que fazem uma boa escola, e mais uma, eu diria: Primeiro é o salário do professor. Salário junto com a formação. São mestres, doutores que dão aula no ensino fundamental com bons salários. Segundo é o tempo integral que tem em quase todos os cursos, tirando obviamente o ensino infantil. O outro é o envolvimento da família que a Profª Stella mostrou muito bem. Aí as famílias dançam, fazem esporte. O outro é a disciplina. Percebe-se a disciplina no dia-a-dia até pela farda, todos os alunos, até o último ano do segundo grau. Outro é o uso de equipamentos, equipamentos modernos que a gente vê não só computador, mas esses novos modernos de informática no lugar do quadro negro. Outro ponto é a complementação e o estímulo que a gente viu. Tem curso de latim. O Senador Camata gostara disso. Tem curso de latim, tem xadrez como obrigação, tem curso de japonês se quiser, e o estímulo como a gente viu com as gincanas. Outra é a continuidade. A criança 90% entra ensino infantil e vai até o final. Outro é a biblioteca e os trabalhos. Os alunos têm muito trabalho e uma excelente biblioteca. E outro, as instalações muito agradáveis. Nenhum luxo, mas muito agradáveis. E, finalmente, eu diria que tem um ponto a mais que é a mística da escola. E eu tenho certeza que no Vértice não deve ser tão diferente, mas nós vamos ouvir.

Eu só quero dizer que no caso do Barreto tem exemplo a mais. A Mariana, filha do Senador Heráclito, que é uma grande cineasta hoje, se eu não me engano foi uma aluna lá. Deu certo na vida. É uma cineasta importante hoje, apesar da idade jovem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra à Profª Walkíria, só dizendo, Profª Walkíria, primeiro que não existe primeiro e segundo. E, além disso, em segundo dizer, o que chamou atenção mais do D. Barreto do que outros colégios é o fato de ser em Teresina. Essa é a verdade. Todo mundo espera que em São Paulo estejam as boas escolas, mas eu como nordestino digo que ninguém espera que seja lá no seu Rio Grande do Norte Senadora, no meu Pernambuco, e, de fato,

por isso que eu fui lá e não fui ainda visitar o Vértice, porque eu queria ver o que é que tinha de diferente no D. Barreto, e agradeço ao Mão Santa que é quem fez esse convite que o Instituto fez e o Mão Santa trouxe para gente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com licença, um comercial aqui do Piauí, estou entre dois piauienses. E agora não tem outra escola, a Maria Goretti, que é Santa Maria Goretti das professoras Teci... Teresinha, filho daquele nosso amigo, o Epitácio Moraes Rego. Sem dúvida nenhuma o ícone foi a escola D. Barreto – O profº Marcílio. Mas como Padre Antônio Vieira disse: “um bem nunca vem só, vem acompanhado de outros bens”.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero antes de passar a palavra à profª Walkíria, pedir licença que há um compromisso que eu não posso faltar às 11h30 com a bancada do meu partido com o Presidente da República e temos que estar lá. Alguns muito contentes, outros nem tanto, mas de qualquer maneira é preciso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Espero que o receba com o sorriso que V.Exª merece.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vou, então, passar a presidência... Quero assistir uma parte aqui da sua fala. E gostaria que a Senadora Rosalba, a única mulher presente, nesse momento, entre os Senadores para que a gente fique com a Mesa toda de mulheres.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Srs. Senadores, depois da brilhante explanação, aqui, da professora Stella, a quem eu quero parabenizar o trabalho do Instituto D. Barreto, e vou aqui lembrar, quando eu fiz meu curso secundário, de segundo grau em Fortaleza e havia aquela brincadeira com o Piauí. O Piauí existe? Lembra disso, Mão Santa? Havia essa brincadeira. Os piauienses não gostavam. Tinha vários colegas piauienses. Pois o Piauí existe e veio aqui mostrar um exemplo a todo Brasil. Numa área que é crucial para o nosso desenvolvimento. Área que é mais importante para desenvolvimento pela educação. Parabéns Instituto D. Barreto, parabéns Piauí, faço isso em nome do Senador Heráclito Fortes, do Senador Mão Santa e do Senador João Claudino.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --eu sei o sofrimento que exige de uma professora na administração de uma escola que tem muita dificuldade de

conseguir meios para botar um programa que alcance o principal objetivo é uma formação, do futuro dos mandatários da Nação. Eu acho que é uma coisa maravilhosa, e hoje me sinto orgulhoso e emocionado por estar frente a uma paulista, dirigente de uma escola e uma piauiense que também tem uma representação maravilhosa dos três Senadores que aqui...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, agora vou passar a palavra para a diretora do Colégio Vértice, Dr^a Walkíria Aparecida.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Muito obrigada. É difícil a gente falar em 15 minutos 30 anos de trabalho, mas eu vou tentar ser bem didática e rápida.

Para entender o Vértice que eu concordo que você estar em primeiro, segundo ou terceiro é acidental, o importante eu acho que quando você tem uma classificação, primeiro é você saber que você está no caminho certo. E em segundo lugar, você rever as coisas que você fez bem e as coisas que você ainda precisa melhorar. Então, a gente encara isso mais como uma prova do colégio do que como uma classificação. Nossos alunos fazem o ENEM também com esse espírito, porque eu vou mostrar para vocês que dentro da nossa proposta pedagógica essa avaliação é continuada e uma avaliação continuada e mediadora.

Para poder entender a proposta pedagógica do Vértice é muito importante entender como a gente encara a educação. Eu sempre digo que um pedagogo tem que ser um futurólogo, porque ele está trabalhando com pessoas para você colocar no mercado de trabalho, e você vai ter esse ser na mão pelo menos 12 anos. Com isso, você precisa saber como é que vai estar o mercado de trabalho, quais as exigências do mercado de trabalho para que essa pessoa seja muito segura quando ela estiver tendo que entrar no mercado. Com isso, fiz um grande estudo para saber como é que ia ser quando eu comecei o colégio com o curumim que é a nossa educação infantil. Uma coisa era certa. O conhecimento você podia adquirir a hora que você quisesse. Muitos de nós começamos numa profissão e terminamos em outra e fomos buscar o conhecimento. Então, a parte importante seria buscar o conhecimento. Como é que você ensina uma pessoa a buscar o conhecimento? Em primeiro lugar, você tem que ensiná-la a pensar. Então, o objetivo principal, um dos tripés é ensinar a pessoa a pensar. Com isso, se ela sabe pensar, ela não teme desafio. Se ela não teme desafio ela encara qualquer dificuldade que ela vai ter no mercado de trabalho a qualquer momento. Veja, estou sempre falando do fim do curso, não estou falando do começo. Então, o começo é que vai dar

a base disso, e a base disso é a educação infantil. A educação infantil, no meu entender, é um dos aspectos mais importantes de toda a escolaridade de uma pessoa, porque é onde você forma os hábitos de estudo, é onde você forma a pessoa no sentido de saber respeitar os outros, respeitar o ambiente onde ela está. Em síntese, aprende realmente os primórdios de como ser um cidadão. Com isso, começamos a pensar sobre toda a escola. Primeiro lugar, eu nunca pude esquecer e não vou esquecer, jamais, que eu estou no Brasil. Estando no Brasil, eu preciso de uma escola brasileira. Estando no Brasil, eu preciso de uma escola que faça aquele cidadão entender o país onde ele mora, não só criticar, mas ele precisa entender o país onde ele mora com todas as suas nuances e todas as suas idiossincrasias e todas as habilidades que o brasileiro tem – que não se encontra muito facilmente por aí – como a criatividade, a maneira como a gente consegue trabalhar em situações de grandes dificuldades. Também, para você fazer isso você precisa entender que esse Brasil está dentro de um contexto global. Então, não só eu precisava colocar esse cidadão no mercado de trabalho, como eu também precisava colocá-lo no mercado de trabalho brasileiro e global. Com isso, tudo que nós fizemos foi em função disso.

Então, nosso método de alfabetização é um método de alfabetização feito por nós mesmos, visando a língua brasileira. É português, mas é português do Brasil. E precisava ensinar também o aluno a trabalhar sozinho. Então, como ele poderia ser alfabetizado de uma maneira fácil dentro do esquema que é possível para ele entender o processo de alfabetização que exige uma enorme abstração e ao mesmo tempo não desentusiasma-lo do escrever e do ler – não tornar isso uma coisa muito difícil. Com isso, o que é que nós fizemos? Esse trabalho de alfabetização é importantíssimo, porque quem não aprende escrever na época que está aprendendo a escrever vai ter dificuldade o resto da vida e é, no meu entender, o ano mais difícil e mais perigoso de toda a escolaridade. Senão vamos ter alguns problemas muito sérios que a gente está encontrando agora de pessoas que já estão numa situação de ensino bastante avançado e têm dificuldade de ler e escrever. Isso a gente vê sempre nos noticiários.

Então, passado esse período da alfabetização, o que é que nós precisamos dar para as pessoas? Nós precisamos dar para eles subsídios de entender cada vez mais o processo. Nós introduzimos no ensino fundamental, que acho que agora sim nós temos um nome adequado para essa série que dão os fundamentos da educação, do hábito de estudo, então o ensino fundamental é uma palavra extremamente feliz. Então, como é que nós vamos fazer com que esse aluno

comece a entender o que significa ler se ele tem todo dia inúmeros estímulos que antigamente não tinha? Quando eu fui para a escola eu pegava um livro de contos de fada, por exemplo, que eu aprendi a ler, era maravilhoso saber da fada, imaginar como era a fada, imaginar como era a bruxa. Hoje, a criança pega um livro de contos de fada ela já tem na idéia o filme do Walt Disney. Então, passou a ser relegado a segundo plano e a leitura ela é muito importante para a parte inicial da criança. Depois ela vai aos poucos perdendo essa vontade de ler, porque o mundo que a cerca é muito mais interessante, muito mais chamativo do que a leitura que está tendo ali, que tem que sentar e ler. Porque eles também não estão mais preparados para sentar e ler, porque o mundo ele é muito distraente. Ele distrai demais. Nós introduzimos, então, um programa chamado “Aluno na biblioteca”. Porque nós consideramos que é muito importante o aluno manusear livros, estar lá, pegar o livro que quiser, seja ele de automobilismo, de dinossauros... Para que ele possa entender o que é um livro. E aproveitando as fases iniciais do ensino fundamental para você fazer isso, você já, automaticamente, vai dando para ele o hábito da leitura. Então, a cada semana a criança vai à biblioteca para buscar um livro que ela escolhe. Não que o professor dá, mas que ela escolhe, que ela vai ter o prazer de ler, porque nós não podemos tirar o prazer de ler do aluno. Em segundo lugar, nós temos um programa com uma professora de teatro chamada “Leitura interpretativa” em que a professora de teatro vai fazer a leitura como se fosse uma peça de teatro interpretando. Com isso o aluno consegue entender mais o texto. E quando nós vamos trabalhar o texto em nível de gramática, ou redação, ou tudo que for relacionado ele já está com aquilo extremamente preparado para poder entender e participar e trabalhar.

Quando o aluno entra no ensino fundamental, nós estamos extremamente preocupados com os hábitos de estudo. O hábito de estudo do aluno é acompanhado, diariamente, através do setor de orientação educacional. Setor de orientação educacional é o cerne do colégio. Nós temos vários orientadores que acompanham os professores e que acompanham os alunos. Se um aluno não está conseguindo superar as dificuldades dele, eu tenho um orientador educacional que vai ver as causas disso, porque não tem aluno que não aprende, tem aluno que tem uma dificuldade que você precisa procurar e ver o que é. Se for uma dificuldade pessoal, falta de habilidade naquele conteúdo você pode mostrar para ele como ele pode atingir o dez dele, mesmo que esse dez seja um cinco. O importante é ele estar sempre, sempre tentando se melhorar.

Quando eu falo em educação educacional, eu falo uma educação ampla, que acompanhou o aluno o tempo todo que ele está na escola. Que acompanha o professor para ajudá-lo nas estratégias para atingir o aluno. Que acompanha o aluno para dar para ele subsídios de como estudar, como se orientar, inclusive, em relação ao tempo, porque a criança hoje tem 300 milhões de atividades. Você pega um adolescente, ele tem fazendo academia está indo à casa de não sei quem. Então, o tempo dele para o estudo é meia hora. E você precisa organizar o tempo dele de tal maneira que ele possa perceber que é possível você ter todas as suas atividades e estudar. Sabendo de tudo isso, nós montamos nossa proposta pedagógica que é o que eu quero apresentar para vocês agora.

A nossa proposta pedagógica ela é baseada primeiro numa grande discussão que nós tivemos na equipe com relação ao computador e à lousa. E aí? Vamos aposentar a lousa? Vamos deixar ela de lado? A lousa eletrônica... O que nós vamos fazer? E nós chegamos à conclusão que lousa, ela ainda é uma coisa arcaica que vai ficar por muito tempo, porque você pode trazer para dentro da sala de aula recursos que ajudem o aluno a compreender uma série de coisas. Por exemplo, uma molécula que a gente não tem condição de estar vendo a molécula no microscópio eletrônico. Porém, você pode através de um vídeo complementar sua aula. Antigamente o professor de biologia tinha que também ser um desenhista. Tinha que fazer uma lousa maravilhosa, com mil desenhos, e hoje em dia não precisa ser mais desenhista. Basta ter um programa de computação. Hoje em dia se prioriza o conhecimento pesquisado. Então, não mais aquele conhecimento enciclopédico. Antigamente a gente admirava... Eu, pelo menos, admirava um professor que eu tinha de alemão na faculdade que ele citava alemães, gregos, latim... Tudo que tinha ele sabia ano que nasceu, livro que publicou, então, era uma enciclopédia ambulante, hoje você não tem mais condição disso. O conhecimento tem que ser pesquisado. E as brincadeiras de rua, que faziam uma grande... Um grande trabalho de aperfeiçoamento das habilidades motoras da criança, também estão deixadas de lado. Então, tem aquela coisa, ai meu braço está doendo. Você tem pouco treinamento para isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Professora, dá licença só um pouquinho. A senhora permite, Presidente? A senhora falou das citações do professor de alemão. Eu tinha um colega do curso de contabilidade, ele era tão esperto que ele citava, não se busca citações eu invento, porque o professor não conhece e acredita no que eu escrevo. Desculpa.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR

RIBEIRO: É verdade. Tem isso também. Então, o que a gente se propôs. A gente se propôs a ensinar o aluno a estudar. Nós somos orientadores. O professor educador é o professor orientador, não é aquele que faz pelo aluno, mas aquele que orienta o aluno a fazer. Então, como é que eu vou orientar o aluno? Em primeiro lugar, o mês de fevereiro todo – todos os professores no Ensino Fundamental e Médio vão ensinar isso que está aí. O que é? Como assistir aula. Tem toda uma técnica para você assistir aula. Desde como você senta, para você ter mais posição, como você põe o braço para você poder escrever, como você mantém sua coluna ereta, que é importantíssimo, porque você vai passar praticamente quatro horas sentado, você tem que deixar sua coluna ereta. Toda vez que eu falo isso todo mundo se mexe na cadeira. [risos] Então, a gente trabalha esta parte. Daí como executar as tarefas de casa? Lembra quando a gente entrou no primeiro ano do Ensino Fundamental? A frase era: Agora você tem que estudar. E você ficava imaginando o que será que é estudar? Porque ninguém te falou o que era. E aí existe uma tradição que passa de tataravó para avó, mãe, e filho os pais transmitem o como estudar. Você tem que ler isso, você tem que decorar aquilo. E com isso, o professor, hoje, no mundo de hoje, lamentavelmente, decorar é da época do paleolítico, então você não pode mais ter esse mesmo tipo de ensinar a estudar que a gente tinha uns anos atrás. O professor, então, vai ter que explicar o que é uma tarefa de casa e o que é uma tarefa de classe, e o que você faz com essas tarefas. Eu me lembro quando eu ia à escola, eu ficava pensando: “Aí meu Deus tenho que fazer tanta lição, para que a gente tem que fazer tanta lição de casa?” Então, com isso a gente também começou a explicar para o aluno a importância da lição de casa.

Outra coisa que a gente precisa fazer é não só avaliar quantitativamente o aluno, quer dizer, dar uma nota para ele que ele tirou na prova. Você precisa avaliar qualitativamente o aluno, ou seja, qual é o empenho deste aluno, qual é o dele, o que ele fez para melhorar. Isso tudo também é parte do processo de aprendizado. Você tem algumas pessoas que nascem naturalmente organizadas e que estudam e se organizam maravilhosamente bem. Mas um bom professor e uma boa escola é aquela que pega o aluno que está lá no chão põe ele de pé e faz ele uma pessoa apta a aprender a estudar. Então, como é que nós vamos pôr isso em prática? Em primeiro lugar, nossos alunos em todos os conteúdos fazem uma leitura prévia do que ele vai aprender. Por que isso? Porque, por exemplo, se eu der para vocês uma migalha de um bolo, vocês são incapazes de me dizer qual é o sabor daquele bolo?

No entanto, se eu dou para vocês uma condição de ter uma fatia de bolo, todo mundo é capaz de saber qual que é o sabor do bolo. Então, a leitura prévia funciona nesse sentido, de você tomar conhecimento daquilo que você vai aprender, porque junto disso vem a maior dificuldade que a gente pode encontrar, que é o vocabulário. Adolescente hoje em dia, criancinha também, não tem vocabulário. Haja visto quem tem filho adolescente, sabe que de dez palavras, oito são “tipo”, porque falta o vocábulo para colocar ali. Quando vai fazer uma prova dissertativa, por exemplo, falta o vocábulo que permita que o pensamento flua. Então, o vocabulário é básico, básico em qualquer assunto que você tiver. Por quê? Porque se você sabe o vocábulo, seja matemática, física, química, o que quer que seja, você é capaz de conversar com a matéria, caso contrário, não. Quando você lê, faz essa leitura prévia, a gente está trabalhando também a síntese do conteúdo lido, porque ele tem que saber quais são as idéias principais que foram apresentadas lá. Independente do professor estar falando para ele ou não. Então, não é uma coisa passiva, é uma coisa mais participativa. [soa a campainha] Posso continuar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode, professora.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Obrigada. Já está acabando. A verificação da leitura que você faz em sala de aula, que a gente... Eu vou chamar de chamada oral para ficar mais claro, mas, na realidade, são bate papos... O que você entendeu nisso, o que você entendeu naquilo. A análise do vocabulário do texto, porque quando procura no dicionário você muitas vezes não encontra aquela que se adequa aquele contexto, porque você desconhece a palavra. Então, também se faz um trabalho nesse aspecto. E eu preciso enfatizar que é em todas as matérias, inclusive, matemática, física e química. As palavras chaves, ou as palavras, as idéias principais são todas marcadas. O aluno já tem no final disso uma síntese do que está escrito no livro, com a explicação do professor. Então, ela é final.

A fixação do conteúdo. Como é que ela é feita? Existem várias estratégias, uma delas é a lição de casa. Você fixa o conteúdo através de uma lição de casa. Você precisa, primeiro, introduzir o conteúdo, exercitar em sala, em termos de fixação, e depois partir para a lição casa. Por quê? Porque na lição de casa o professor tem que pensar sobre o que e por que dar. Então, isso ajuda o professor, por exemplo, a saber, quais os pré-requisitos mínimos que o aluno saiba naquela matéria. Por quê? Porque essa é... Esse é o mínimo para dar continuidade no estudo. A lição pode estar completa ou ela pode estar incompleta. Ela é incompleta quando o

aluno não soube resolver a questão. Não. Ela é incompleta quando o aluno simplesmente fala ah, esse eu não soube fazer. Quando ele te mostra a tentativa de fazer a lição, essa não é uma lição incompleta, essa é uma lição em que o professor fica sabendo que o aluno tem dificuldade ali. A correção da lição de casa é feita e o aluno tem que procurar, que eu chamo de correção crítica, ele tem que procurar dentro dos erros dele o porquê ele errou e assinalar o que errou. Na medida em que você faz isso, você não pega simplesmente o seu exercício, vira a página e não olha mais. Porque você é obrigado a refletir sobre o seu erro – o que minimiza muito, o que ajuda muito a você aprender. Aí nós temos as verificações de aprendizado. Verificação de aprendizado, a primeira que você tem é a lição de casa. Porque se você soube fazer, você aprendeu. Se você não soube, você não aprendeu.

O caderno é outra coisa que o professor também precisa olhar. Por quê? Você precisa ensinar para o aluno como se organizar. Ninguém estuda em caderno bagunçado. A VA, que é chamada a nossa Verificação de Aprendizado, ela dá um resultado parcial do aprendizado. O que é isso? Ela é o termômetro para o aluno saber o que ele não aprendeu e para o professor saber em que pé está a classe e para saber se pode continuar ou se ele tem que permanecer no conteúdo ensinado. Ela é uma rua de duas vias. A prova bimestral é o resultado final. Se o aluno faz a lição de casa da maneira que a gente ensinou, ele faz a lição de casa estudando, porque ele tem que procurar as dificuldades e o professor ensinou como fazer isso. Ele vai a cada vez que ele faz a correção crítica tornar a estudar, porque ele vai ter que procurar onde está o erro. Então, o que acontece quando ele tem a verificação de aprendizado? Ele já sabe o que ele tem que reforçar no aprendizado. Na medida que a gente percebe que um aluno está tendo muita dificuldade, ele vai para um reforço a tarde com o um professor ou uma recuperação, se for um caso mais grave.

A prova bimestral ela é o resultado final do bimestre. Então, dentro de uma prova bimestral você tem o conteúdo todo do bimestre que vai dar para o aluno também um parâmetro de onde ele está falhando, o que precisa recuperar e onde ele vai ter... Onde ele teve sucesso. Não dá para estudar prova bimestral. Até o quinto ano nós não dizemos para o aluno que prova ele vai ter, porque você não pode estar preparado para determinado dia fazer uma prova ou você sabe ou você não sabe. Então, qualquer dia pode ser dia de prova. Então, até o quinto ano eu não faço isso. Segunda coisa que eu não faço, que as mães reclamam, mas paciência, eu não dou nota. Eu não dou a nota que o aluno tira, porque eu não estou preocupa-

da com a parte quantitativa, mas a parte qualitativa do trabalho dele. Se eu dou uma nota, vai para casa e o pai começa você não fez isso, você não fez aquilo. Então, não é assim. Nós precisamos... Se tiver falhando, como é que você vai melhorar e o aluno então passa a olhar mais os acertos e erros do que a nota em si. A partir do sexto ano, não. A gente já introduz a nota. Interessante também dizer que quando a gente fala de prova no ensino fundamental é a gente fala assim, é um jogo que você faz com você mesmo. Se você tem 60 pontos, porque a média lá é seis, se você tem 60 pontos, você está no jogo. De 60 para 70, você está muito bem no jogo. De 70 para cima você está muito bem, otimamente no jogo. Se você está com 59, você perdeu o jogo. Então, com isso também o aluno começa a perceber que a nota não é o professor quem dá... É ele quem tira. É uma coisa que a gente precisa quebrar, porque a primeira coisa que o aluno vai mal na prova, ele vai dizer: "Olha a nota que o professor me deu!" E não é bem assim a história.

A avaliação quantitativa então passa a ser essas verificações de aprendizado, a prova chamada oral, e outros instrumentos que o professor usar. A avaliação qualitativa passa por todo o instrumental que o aluno usa, porque é o que ele vai usar no mercado de trabalho dele – é a agenda, é o caderno, é a maneira como ele tem o material dele, como ele se organiza na carteira, como ele tem a mala dele... Quer dizer, todo o aspecto, o esforço pessoal de cada um, às vezes que o aluno superou as dificuldades que ele teve, tudo isso foi levado... É levado em consideração na avaliação qualitativa. Feito esse diagnóstico, sempre vai ter falha de aprendizado. Quando tem falha de aprendizado, o que a gente faz? A gente entra imediatamente com o setor de orientação educacional. Através do professor, em primeira instância, e em segunda instância a gente trabalha com o orientador educacional propriamente dito que também é um psicopedagogo que vai ver as dificuldades que o aluno tem, as estratégias que vão ser montadas para que esse aluno melhore e como é que vamos trabalhar o professor frente esse aluno. Então, com isso acho que a gente tem conseguido excelentes resultados não só no aprendizado, não só o conteudístico, mas muito mais importante do que tudo é o hábito de estudo que essa pessoa adquire. No Ensino Médio eles já estão prontos para trabalharem sozinhos e a gente tem o resultado que tem em função de todo esse trabalho. Eu estou muito orgulhosa da equipe, porque não adianta você ter uma cabeça se você não tem braços, então, os professores no colégio são extremamente valorizados no sentido de você estar dando para ele sempre condições de trabalho cada vez melhor e, principalmente, a capacitação

que nós fazemos um trabalho semanal com cada um dos professores em nível de reflexão com relação à didática, a prática de ensino, a parte de conhecimentos modernos em termos de educação. Então, eu tenho uma pessoa que faz esse trabalho com todos os professores. Discutimos os alunos, as dificuldades que o professor está tendo com relação à classe... Fora isso, como eu acho também que a escola tem que ser um centro de saber, o Vértice traz para dentro da escola um espaço cultural em que você traz todos os aspectos de arte. A gente traz concertos, teatro, música... Falando em músicas eu fiquei muito feliz que está sendo feito um projeto para ter música nas escolas, eu tenho há 30 anos e posso dizer para vocês que é fundamental, essencial para o desenvolvimento da criança, principalmente na fase da educação infantil, eu tenho música até a 7ª série e coral, tudo que se relaciona à música. Como também em teatro.

Outra coisa que nós temos é a ação comunitária. Os alunos também estão envolvidos em trabalhos comunitários. Nós temos uma série de entidades que a gente ajuda, tanto em termos assistencialistas, como em termos de monitoramento. Os alunos ajudam, tivemos um trabalho muito interessante de monitoramento de alunos do Ensino Fundamental do colégio Ênio Voz, que é uma escola pública perto do Vértice, em que nossos alunos monitoraram os alunos da escola pública. E eu acho que esses são os aspectos mais importantes da nossa visão de educação, e que nos levou a esse desempenho que acho que torno a frisar... É lógico que a equipe e todos os pais e os alunos estão muito orgulhosos de estarem pelo terceiro ano consecutivo no primeiro lugar de São Paulo e entre os cinco primeiros do Brasil. Mas eu computo tudo isso a esse trabalho que a gente faz na escola e principalmente porque a gente está constantemente se reavaliando. Porque a educação é muito ágil e se a gente dorme no ponto, perde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, professora... Profª Walkíria, diretora do Colégio Vértice, a quem nós parabenizamos pelo brilhante relato. E eu gostaria, antes de passar a palavra para os autores do Requerimento, dizer aqui da presença, que muito nos honra, do nosso colega Senador Wilson Matos do PSDB do Paraná, que também é professor e magnífico Reitor do Centro Universitário de Maringá. Ele, com todo amor à educação, não poderia estar aqui ausente neste momento em que nós estamos tendo uma Audiência positiva, muito positiva. E eu fico muito honrada em estar na Presidência dessa Audiência, porque, realmente, Senador Mão Santa, nós fazemos Audiência sobre vários assuntos, várias questões. Mas a gente tem que

mostrar o que é bom que está acontecendo, que está dando certo. Então, essa Audiência é de importância muito grande, porque no exemplo do Instituto D. Barreto e do Colégio Vértice, nós esperamos que muitos se sintam estimulados. Se sintam determinados a que possamos melhorar a nossa educação. E o que mais aqui de tantos aspectos positivos, vocês aqui colocaram, V.Exªs, professores e diretores colocaram, uma coisa eu senti que é que sem ela não podemos ter melhoria da educação – é valorização do professor. O professor autoridade não no sentido daquela autoridade que reprime, mas o professor entendido como educador, como aquele que chega para somar, contribuir e que a família e o aluno entende isso, respeitam e valorizam, e essa valorização parte desse trabalho continuado, parte das condições que eles... Do seu trabalho... Mas acho que já estou falando demais. Tenho que presidir, dar espaço para os nobres colegas e olha que essa difícil reunir tantos, porque são muitas Comissões ao mesmo tempo. Tem assuntos importantes sendo tratados em várias Comissões no mesmo horário e todos aqui pertencem a cinco, seis Comissões, mas esse assunto, realmente, é da mais alta importância e trouxe aqui os autores do Requerimento, não poderia ser diferente, o Senador Paulo Duque e o Senador Mão Santa e eu passo a palavra ao Senador Paulo Duque e depois ao Senador Mão Santa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Já tem alguém reclamando aí, professora. Em primeiro lugar, eu quero me desculpar por não ter chegado no início para ouvir a Profª Stella, mas é de grande valia a presença da Profª Walkíria e da Profª Stella que compreenderam a ação política do Senado. Não hesitaram em vir de tão longe para cá. Lamentavelmente, o meu Estado, o Rio de Janeiro, o Colégio Santo Agostinho, um dos mais caros do Brasil, instado a comparecer. O Reitor que por sinal é espanhol, frei espanhol, além de negar-se a comparecer, não quis enviar um simples representante. O que para mim foi uma grande decepção tanto que instado a substituir por outro colégio, falei não. Deixa o Rio em paz. O Rio está em paz. Eu ouvi com muita atenção e não vou fazer uma indagação técnica, mas uma indagação bem material. Isso é importante. Um colégio que consegue o primeiro lugar nesse tipo de exame, lá no Piauí, a terra do nosso querido Senador Francisco de Assis e eu em São Paulo, grande estado brasileiro, só quero fazer duas pergun-

tas de curiosidade, por causa do Santo Agostinho que é uma das mensalidades maiores que tem no Brasil. Qual é aproximadamente a mensalidade que paga um colégio desse? Esse aluno, por exemplo, quanto paga? Ou ele é bolsista, ou tem reduções, costumam facilitar o pagamento... Essa é uma pergunta. O outro, quantos alunos têm no seu colégio? Quantos alunos, aproximadamente tem o seu colégio? E quais as... Os níveis que existem na área ensino médio, primário, infância, vestibular, preparatório? Esse colégio, colégio, realmente, tem uma projeção excepcional. Consequentemente, V.S^a e todos os seus professores estão de parabéns e faço questão de ressaltar isso. Então, duas perguntas só.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Além de tudo é muito importante considerar que São Paulo é o estado da Federação mais caro. Por isso que às vezes fica difícil você dizer é caro é barato. O Vértice depende da série que você está que vai ter um preço. Em média gira em torno de R\$ 1.500,00, R\$ 1.700,00 por mês. Em média. O colegial é mais caro, porque o colegial tem dois dias em que eles passam o dia inteiro na escola, até o segundo, primeiro e segundo ano e tempo integral no terceiro. Inclui nisso orientação vocacional, inclui uma série de atividades que a gente faz, então o terceiro colegial, a apostila, a gente dá o material e tudo mais. Então, a média fica nisso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mais ou menos nisso.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: É. Para minha proposta pedagógica ter efeito e ser efetivamente bem feita, eu preciso ter poucos alunos. Eu tenho 850 alunos e o colégio já está encerrado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 800. Tem gente na fila?

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Tem. Fila grande.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É isso que eu queria saber. Em média, em cada sala de aula?

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Na educação infantil são 17, 20 alunos com dois professores, Educação Fundamental 20, 25, mais ou menos, também com dois professores, e o Ensino Médio 30, 35. Em média.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: E também são só duas séries de cada.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso em São Paulo, né?

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Isso em São Paulo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E lá no Piauí?

SRA. STELLA RANGEL: No Piauí, como a Prof^a Walkíria frisou, realmente a nossa renda per capita é muito inferior. E a nossa mensalidade gira em torno de 450 a 490 reais.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Certo. Mensalidade.

SRA. STELLA RANGEL: E a gente oferece oito horas diárias de aula, com professores qualificados... Mas isso implica também muito sacrifício.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Estou imaginando. E quantos alunos no colégio?

SRA. STELLA RANGEL: Temos dois mil alunos e também estamos encerrados. Esse ano a gente voltou mais de mil famílias que nos procuraram, mas a nossa escola não tem, nós não temos espaço para expandir a escola, até porque o trabalho também que a gente realiza não é possível mais realizar com mais alunos que isso. Nós temos uma família de professores e uma família, um número muito grande de professores fundadores da escola que estão até hoje, tem vinte e tantos anos na casa, 30 anos. E que estão dedicados, exclusivamente, à Instituição. Por isso que a gente consegue ter dois mil alunos na escola matriz. E temos ex-alunos, 20% de alunos com bolsa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quantos?

SRA. STELLA RANGEL: 20%. E temos alunos... E a Escola Popular Madre Vilac é totalmente sem ônus. Os alunos não pagam nada. A gente subsidia tudo, mas isso porque nós somos parte, nós fazemos parte do terceiro setor. Então, nossa escola é uma escola do terceiro setor. Então, nós somos... Não pagamos todos os impostos, que a Prof^a Walkíria com certeza paga... Então, a gente está lutando para continuar com a escola sem fins lucrativos, mas é muito difícil. Eu tenho vindo a Brasília quase todos os meses para o nosso projeto ser aprovado, e estamos com um impasse desde o período do Prof^o Marcílio, porque as pessoas têm muita dificuldade de avaliar o que não conhecem. Então, essa é mais uma razão que me fez ficar feliz de vir aqui. Porque é preciso conhecer a realidade das escolas que estão nesses estados mais pobres da Federação. As nossas dificuldades são muitas. E a gente tem uma... Temos trabalhos voluntários, a gente conta com o trabalho da família... Realmente é uma família "D. Barretana" que se une para manter aquela instituição.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem, professora. Era isso que nós queríamos saber, e

lá é difícil. No Rio também é muito difícil com as suas 150 favelas. Com a inovação dos CIEPs, que eu nem sei a opinião das senhoras educadoras, mas é uma inovação importante. Presidente, eu vou encerrar, porque sei que os colegas estão ansiosos para...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A lista de inscrição é muito grande aqui.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O assunto é importantíssimo, mas as senhoras estão de parabéns por terem vindo aqui. Nossos agradecimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora eu passo a palavra ao Senador Mão Santa, mas eu gostaria de que pudéssemos fazer em bloco de três. Senador Mão Santa faz as suas indagações, depois será o Senador Gerson Camata e em seguida o Senador... Virgínio de Carvalho. Então, exatamente. Vamos fazer esse bloco agora. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Cumprimentar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Também um dos autores do Requerimento que trouxe essas escolas aqui, e a quem eu assisti quando da premiação da escola do Piauí, como ele ficou orgulhoso, como ele transmitiu isso aqui no Senado para todos nós. O seu querido Piauí.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, eu queria fazer um protesto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Os dois não tiveram a cortesia de pedir que nós assinássemos também o Requerimento. [risos] Pela importância que ele representa. Mesmo atrasado eu gostaria de ter essa autorização, Senador Paulo e Senador Mão Santa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E o Senador Romeu está aqui para prestigiar e valorizar o seu Estado, São Paulo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora Ciarlini, entendo da grandeza do Senado em momentos como este. A idéia... Por isso que eu não podia passar à frente, foi deste extraordinário homem público que é o Senador Duque. A experiência é a mãe das ciências e ele teve esse privilégio. Muito novinho e bonitinho, ele era Deputado no período Vargas. Outro dia eu vi um retrato do Getúlio com uma mulher muito bonita do lado. Eu digo: "Quem é essa mulher?" e ele disse: "É a minha mulher". Ele casou logo com a secretária do Getúlio Vargas e está aí. Sim... Mas isso nos une, viu Camata. Mas aí a observação – Mais educação. O Romeu Tuma, ele está longe de imaginar o que ele

representa para o país. Essa Instituição Polícia Federal V.Exª foi o ícone. Ela não é de agora, não. Tem muita gente pensando agora, pelo contrário. Eu combati a ditadura e quem me protegia 1972 era Polícia Federal e eu era contra o Governo, era do MDB. Quer dizer, ela tem essa formação muito antes, em 1972 eu fui protegido pela Federal, porque era oposição. Para você vê como que são as coisas. Então, eu guardo essa recordação. Mas educação. Todos estamos aqui.

Eu estava conversando com o nosso companheiro João Vicente. Não tem muito mérito não porque nós tivemos privilégio, escolas boas, professoras boas, vamos ser francos. Muito boas, as que nós recordamos. Por elas nós ainda seríamos melhores. Ao longo que nós... Mas, da minha experiência eu quero e quero crer que isso aqui tem que ser fundamental. Falou-se em Piauí e tal, [soa a campainha] e eu quero dizer que tudo só tem um caminho. É a crença. Eu creio em Deus, creio no amor, na educação, no trabalho. Eu não... Quando o Governo está consciente de minhas crenças, eu estou contra. A educação. Falou-se do Piauí e eu fiquei pensando aqui. Camata, o que é educação? Olha, menino pobre, eu vi. Não vi, porque ele é mais velho do que eu, mas minha mãe me contou a história. Ele com nove anos começou a abrir a fábrica do meu avô. Ele era tão pobre que pediu emprego para o segundo irmão, mais velho. O segundo morreu, pediu para o terceiro. O terceiro para o quarto. Esse menino, filho de carteiro com costureira, entrou para trabalhar aí quando eu vejo falar [ininteligível] escola. Ele de repente ele é Ministro, melhor Ministro do Planejamento da história desse país, João Paulo Reis Veloso. No momento mais difícil nós piauienses somos orgulhosos. Ele foi a luz, o farol, o primeiro PNT(F), o segundo PNT(F). Ainda hoje ninguém sabe para onde vamos. Ele já sabia. E o grande exemplo que ele deu. O Camata, talvez... Eu estou contando a infância de onde nasci. Filho de carteiro com costureira. Mãe dele fez muito vestido para minha mãe. E o seguinte, mania de primeiro lugar e deu grande exemplo. 20 anos sendo luz, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Essa é a grandeza do Piauí. Só nele. Mas educação. E o que significa? Também aprendi com ele. Anos depois, eu era Deputado Estadual, era Governador do Estado, Lucídio Portela, irmão mais velho de Petrônio, austero, aquela figura austeridade e ele por motivo político de relacionamento com o João, sei que fomo buscar para fazer aquela ponte no Jandira – aquela que nos liga ao Maranhão. E eu, Deputado Estadual naquele tempo, mais simpático, no meio dos dois, sabe como é a política. E eu, querendo ser agradável, no meio dos dois e a cidade toda foi buscar aquele filho ilustre o Ministro, da ordem para concluir a ponte do Jandira, que nos liga

ao Maranhão. Só quando Nossa Senhora de Fátima chegou em Parnaíba. Filho de Ministro, pobre. Eu ali Deputado Estadual no meio dos dois, do Governador, aí de repente dez e meia, aquele sol quente do Piauí, diz: “Pára, pára!” Aí eu parei. É a casa do Profº José Rodrigues. Aí o Ministro saiu, também o acompanhei, e fui vê-lo conversar com o professor dele. O que tinha ajudado, ele era estudante pobre. Você sabe o que é estudante pobre. A ensinar português. Profº José Rodrigues e Silva. Depois ele foi meu professor. Parou, desceu, todo mundo no sol quente vocês sabem, e ele conversando, mostrando a gratidão do professor que o ensinou, que abriu caminho, que facilitou, que lhe deu livro, que lhe encaminhou e tal. Então, não tem outra saída, é a educação. Eu vi isso e estou dizendo se o Piauí a bandeira mais bonita--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Me permita um aparte que elucida bem essa sua colocação sobre João Paulo dos Reis Velloso?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois não.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O pai dele carteiro recebia muitas cartas do Plínio Salgado que na época Deputado Presidente do Partido Integralista. E ele, então, escreveu uma carta, ele e o garoto para o Plínio Salgado dizendo assim: “Me ofereço para ser seu redator. E porque ambos melhoráramos”. Eu de vida e V.Exª de estilo”. [risos]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): E o Plínio Salgado era tido como intelectual. Então era esse. Eu acho João Vicente, a bandeira do Piauí é mais bonita que do Brasil. As mesmas cores, só tem uma estrela. Essa história de João Paulo Reis Velloso. Mas o que eu queria trazer de mim. Depois, sou o que sou, não vamos recordar. Sou fruto desses professores e dessas professoras. Tive extraordinárias professoras. A primeira delas, a mais bela, a melhor do mundo, foi minha mãe. Eu fui alfabetizado no colo da minha mãe. Eu não sou Mão Santa, mas sou filho de mãe santa. Então, depois tive todas elas, e tal, e casei com uma professora, mas eu queria dizer dessa minha vida. Uma vez para falar sobre educação que eu acho que é o único caminho, é a salvação, é a realização, daí a importância disso, a possibilidade. Eu li um livro, acho que ninguém, nem o Camata, nem um Conde, Arquiconde, não é Duque não Arquiduque, é assim para nomear. Eu estava comentando com nosso Senador João Vicente, Einstein. Ele tem um livro “Maturidade” e tem uma página, uma página e um pouquinho sobre educação. Eu li e fiquei tão entusiasmado que chamei o Secretário, não sei se ele cumpriu, mas que eu chamei e disse olha rapaz, está aqui. Tira a cópia e dê para todas as professoras do Piauí e chamei também o Reitor da UESP. Então, Maturidade eu vou querer. E é isso que nós podemos

e eu vi essa realidade que é muito boa da educação. Então, ele diz mais ou menos o seguinte: Eu vou querer maturidade. Guardem aí. Olha, “educação é aquilo que a gente fica depois de esquecer tudinho que aprendeu na escola”. Aí vai mais adiante para entender, que está faltando hoje muito. Disciplina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, gostaria só de falar em disciplina, dizer que o senhor já usou o dobro do seu tempo. [risos]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Só para terminar o raciocínio do Einstein. Eu peço a prorrogação pelo Einstein, o meu acabou, mas o pensamento é dele. Então, disciplina. Pensar, pesquisar, diferir o bem do mal. Isso é o que fica, isso é o que tem que ser ensinado. E não muitas vezes o ensino teórico, vou dar o exemplo, eu estudava no científico, sabia por que os alunos diziam, o professor perguntava uma coisa. Ele perguntou, João Vicente, quantos carneiros tinha na Argentina? Quantas bicicletas na China? E eu respondi. Mas tem que saber botava na tampa da carteira e copiava e eu estou aqui, doutor e Senador. Então, que tem que ensinar aquilo que o Einstein disse. A disciplina, o pesquisar, o saber estudar, o saber pensar, o saber diferir o bem e o mal. Então era isso que eu queria fazer chegar à nossa educação do Brasil o pensamento de Albert Einstein.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. Passo a palavra agora ao Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Bem, primeiro eu quero agradecer a aula que nós tivemos aqui hoje e cumprimentar o Senador Paulo Duque e Mão Santa pela iniciativa de trazê-las aqui. Depois dizer que como sou economista minhas perguntas foram já feitas pelo Senador Paulo Duque que eu estava observando e as minhas perguntas eram quantas horas por dia, quantos alunos por classe, quantos alunos e as mensalidades.

Na verdade, o que nós vimos aqui é que uma boa escola não depende tanto da mensalidade. Lá no Piauí, um terço quase do que é São Paulo, um terço do que é o Brasil e é tão boa quanto. Então, acho que a administração, o zelo, o carinho é que nessas horas se põe. E eu estou muito orgulhoso também que nesse ENEM agora o Espírito Santo ficou na média, em primeiro lugar no Sudeste. Na média. Passou São Paulo, passou o Rio de Janeiro. E foi o quê? Também o Governo do Estado pagando melhor os professores. Os professores nos governos passados estavam uns seis meses de salário atrasado. Não tem condição nem de ir à aula. E o Governador Paulo Hartung botou os salários em dia, melhorou os salários, e os alunos em

escola pública em áreas urbanas não pagam mais passagem de ônibus, porque às vezes o aluno não vai porque não tem dinheiro para ir à escola. Então, ele já tem... O aluno, toda a área rural o ônibus é transporte de graça. E na área urbana, nas linhas regulares de transporte, os meninos apresentam a carteirinha e andam de graça nos ônibus das cidades do Estado do Espírito Santo e a passagem é paga depois as empresas pelo Governo do Estado. Isso melhorou muito a qualidade do ensino público que fez essa média do Estado crescer muito. Mas eu quero cumprimentá-las, acho que foi uma lição, eu acho que se a gente levasse as senhoras, claro que não pode, para todos os Estados para dar uma aula dessa, ia melhorar muito a educação no Brasil inteiro. Parabéns pelo trabalho que vocês fizeram.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Gerson pela sua disciplina. [risos] E vamos agora passar a palavra ao Senador Virgínio de Carvalho. Eu gostaria de pedir permissão, Senador, um minutinho, porque nós estamos aqui recebendo a visita da cantora Daniela Mercury, [aplausos] a quem gostaríamos de dar as boas-vindas. Hoje ela vai estar presente na Audiência com o Ministro da Educação, juntamente com os Senadores desta Comissão, Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde vamos discutir exatamente o projeto da música na escola que foi aprovado no dia 4 de dezembro por unanimidade nessa Comissão. Isso é muito bom. Educação tem que caminhar lado a lado com a cultura.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Verdadeiro. E a importância da música na escola eu vejo há 30 anos. Dizer que realmente o melhor que poderia acontecer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora, eu gostaria de dizer que quando a vi passar, achei que era uma estagiária.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso é a música que faz com que haja toda essa jovialidade. A música também faz isso. O estado de espírito externa tudo isso. Mas eu gostaria também aqui de dizer que muitos nos honra a presença da Profª Liane, o nome aqui é difícil. Estou ao lado dos professores. Hentschke. É russo? Não? Alemão, russo... Liane Hentschke, Presidente da Internacional Sociedade para Música e Educação. E da música, Cristina Saraiva do grupo de Articulação Parlamentar Pró-música. Muito nos honra a presença dessas mulheres fortes. Então, vamos continuar agora passando a palavra... Convidar a passar a palavra ao Senador Virgínio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Obrigado. Alguns questionamentos que eu tinha, realmente, foram baseados o Senador Paulo Duque já fez, e tendo ouvido a resposta das nossas convidadas, eu fiquei bastante entusiasmado. E achei que a escola pública não deveria ser vista como a concorrente, ou, aliás, a escola particular concorrente da escola pública. Mas que deveria ser pouco mais facilitado a atuação da escola particular. Como a Profª Stella ela falou que os seus processos viviam enrolando que ela não consegue aprovar, naturalmente a Profª Walkíria também tem as suas razões de falar o porquê das mensalidades assim, como a Stella logo rebateu e disse que os impostos são diferentes e etc. Então eu acho que esta é uma forma que nós devemos olhar também por esse prisma para melhorar, facilitar a educação no nosso país. Não limitar as escolas particulares, porque as escolas particulares não causam prejuízo à escola pública. Então, já que se tem tanta dificuldade com a escola pública inclusive até em alguns lugares, até pagamento de professores, etc, por que, então, se limita tanto as possibilidades da escola particular? Se coloca tantos limites? Então, deixo aqui essa palavra de solidariedade com as senhoras, e espero que as coisas vão melhorar, certamente vai melhorar mais, porque o nosso povo do nosso país eles precisam disso e eu quero, aqui, parabenizar a Profª Walkíria, chamou muita atenção também como educador, no sistema de avaliação. Muito bom. E é muito interessante e eu acho que isso realmente é o ideal. Há alguns anos atrás uma das nossas Reuniões, de uma Conferência em Recife eu debati sobre esse assunto justamente à avaliação, foi muito bem colocado aqui, e espero que sirva de exemplos para outras escolas. Fica aqui meu muito obrigado à Presidente que me cedeu a palavra, e palavra de entusiasmo para que continuem e que outras escolas possam seguir o vosso exemplo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Virgínio de Carvalho, o senhor foi bom aluno. Disciplinado. Vou passar agora ao Senador piauiense, que nós... Esse Piauí forte da educação. João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Senadora Rosalba, quero cumprimentá-la como Presidente dessa importante Reunião da Comissão de Educação, cumprimentar também o Senador Paulo Duque, Senador Mão Santa pela autoria do Requerimento, a Profª Walkíria Ribeiro, diretora do Colégio Vértice, Profª Stella Rangel, diretora do D. Barreto, Profª Bernadete que quando eu vi a Profª Stella, a senhora apresentando a história do D. Barreto, os olhos ali da Profª Bernadete brilhando pela paixão pela educação. Queria, Senadora Rosalba, falar menos como Senador

e mais como pai, porque hoje mesmo antes de pegar o avião a minha rotina quando estou em Teresina é deixar meus filhos no D. Barreto. João Pedro e João Vicente Filho. E do admirador entusiasta da proposta pedagógica, do trabalho do D. Barreto e da importância do D. Barreto como referência na educação do Piauí não só a educação das escolas particulares, mas inclusive na educação do Estado. Tanto que Teresina agora, na educação pública, está entre as 37 cidades do Brasil com melhor educação. São cinco do nordeste e a Prefeitura de Teresina ficou entre essas cinco do Nordeste. Então, isso irradiou um ambiente de desenvolvimento de educação no Piauí, e em especial na nossa capital Teresina. Eu acho estranho às vezes nós falarmos aqui do Profº Marcílio, nós conhecemos muito bem, não só como uma pessoa vocacionada para a educação, mas um entusiasta com a cultura, um mecenas da arte, um exemplo, como educador no nosso Estado. Falar que o Marcílio estava à frente com o nosso tempo visão de futuro. O tempo da educação que está atrás. Ele está no presente. Se a educação se guiasse por exemplos como o Profº Marcílio, nós estaríamos num nível totalmente diferente. Acho que o Senador Mão Santa concorda com isso. Como eu disse, a educação é a matriz de todas as oportunidades e possibilidades de desenvolvimento de um povo. E eu queria nesse momento parabenizar o D. Barreto, parabenizar o Colégio Vértice pelo trabalho, que a gente tem se somado quando a Profª Stella falava do caráter de filantropia da entidade, o Senador Augusto olhava, nós temos ido já ao Ministério da Previdência algumas vezes acompanhando para que esse caráter de filantropia não seja cortado do Instituto D. Barreto, porque nós vimos aqui, Senador Mão Santa, com o instituto, a escola popular Madre Vilac, [soa a campainha] vocês estando na mesma periferia de Teresina, com realidade social totalmente diferente, mas tendo o mesmo nível de educação que tem no Instituto D. Barreto. Com professores dando a mesma... A mesma programação didática. A mesma paixão e o mesmo entusiasmo. Não só por estar na periferia que vai se dar aula diferente. Mas com a mesma... Os mesmos professores, a mesma carga horária, o mesmo entusiasmo dos professores, isso propiciado pela valorização humana que o D. Barreto faz com que toda a equipe de professores se dediquem e se devotem a essa causa de educação e tem a aprovação que teve. De 98%. Em vestibulares. Então, isso mostra que o investimento na educação de qualidade é que verdadeiramente transforma. Então, eu quero parabenizar a Profª Walkíria, Profª Stella, ao Vértice e ao D. Barreto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador João Clau-

dino. Agora, eu só queria aqui fazer uma reflexão. Eu falei que a cultura tem que andar ao lado da educação. Não. Eu acho que cultura já é processo de educação. Já é um processo de educação. Ela tem que estar no processo. Não é verdade? Agora, a arte, música, esses sim é que tem que estar lado a lado. Presente. Lado a lado, não. Presente. Inserido. Passo a palavra ao Senador paulista Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uma coisa que eu fiz aqui, Senadora, foi tentar me sentar direito, porque eu sei que a Profª Walkíria observa a postura do aluno. [risos] A forma com que presta atenção à aula e a correção... Estava tentando achar um jeito que ela me achasse simpático. Mas eu acho interessante, até porque outro dia eu fiz um pronunciamento, Profª Walkíria, Profª Stella, que eu sinto uma coisa até emotiva quando fala em educação, que há 47 anos vivo com uma professora, diretora de escola aposentada e que passou todos os sofrimentos de um período difícil em que a escola pública, que era melhor, passou a ser secundária pela falta de empenho dos governantes em manter a estrutura correta do bom ensino que tinha a escola pública. Hoje se tenta recuperar e eu acredito... Mas, infelizmente, ainda há uma distância muito grande.

A escola privada é obrigada a cobrar caro, porque tem que pagar bem os professores e a diferença entre o custo do Piauí e o custo de São Paulo é que a materialidade empregada os custos são bem diferentes também. E se a senhora pegar um orçamento de uma família em São Paulo, vai ver que é diferente do Piauí – até a cesta básica tem diferença no Brasil. Então, pouca gente, eu não diria que só a elite pode estudar na escola privada, que é muito alto o valor a ser cobrado. Mas verifica a Profª Walkíria, lá em São Paulo tem fila. Eu realmente sei que tem fila, porque quando um neto meu precisa de uma escola eu preciso dar uma cantada na diretora para aceitar a matrícula do meu neto. Por quê? Porque assusta um pouco a escola privada pela dificuldade que a professora tem que dar aula em mais de uma escola.

Eu me lembro quando a Zilda, minha esposa, dava aula numa periferia de São Paulo, no início, ela foi para o interior, porque era por pontos contados então tinha que ingressar, a escolha normalmente caía no interior. E era numa fazenda. Então, vivia na fazenda e dava aula naquela região e depois vai com pontos ia progredindo até chegar à Capital. Ela lecionava numa periferia de São Paulo, Sapopemba, e ela ficava brava comigo quando eu digo que ela voltava num carro de lixo porque eu levava de manhã e à tarde não tinha condução para ela voltar. Tinha que andar a pé muitos quilômetros e o lixeiro passava e botava as professoras

na boléia. [soa a campainha] E trazia. E ela foi uma das primeiras professoras que criou o ensino municipal na região, porque tinha que arrumar a sala de aula, ela conseguiu do padre a área da igreja e tinha que procurar os alunos na região para poder montar a sala de 30, para poder ter a criação da classe pela Prefeitura de São Paulo quando começou o ensino.

Hoje, as Prefeituras praticamente estão assumindo o ensino básico. Então,... Agora mesmo teve... Desculpa estar contando a história, mas é... Porque acho importante essa vivência para se chegar ao ensino correto. Agora mesmo teve o encerramento do Congresso dos Municípios de São Paulo, e a grande discussão que houve é como os Municípios poderão melhorar e suportar os custos para o ensino público municipal. Principalmente o básico. E eu acredito que essa seria a grande virtude do Governo investir maciçamente no ensino para poder se chegar a um estado correto de cidadania. Eu me lembro, Presidente, que no período ela vinha... Quando se tornou diretora, ela falou: "Tenho uma tristeza muito grande. Vou ter que ir embora, me aposentar, e vai ser numa hora difícil onde as professoras não têm mais tempo de preparar a aula para o dia seguinte. Tem que improvisar para tentar correr para a outra escola, duas ou três e completar um salário que dê um pouco de resultado para sobreviver". Não é nem para a dignidade, que hoje o professor luta contra a falta de respeito e dignidade das autoridades. Eu me lembro o meu tempo como Delegado de Polícia, que as grandes autoridades cidade do interior era o Juiz, o Professor e o Delegado. Hoje, professora passa despercebida, quando não são agredidas dentro da sala de aula. Então, é uma coisa profundamente amarga que a gente tem que vencer, e essa Casa tem uma importância. Por isso que o Senador Paulo e o Senador Mão Santa trouxeram as senhoras que foram bem no ENEM. Agora eu vi que do resultado, só 37 escolas conseguiram vencer naquele exame internacional, mais de 5.000 Municípios que nós temos.

Eu pediria, Senadora Rosalba, que se fizesse aqui, talvez, a meu Requerimento ou da Comissão, que toda essa aula que as professoras, as duas nos deram, as diretoras, foi uma aula para gente saber como é que funciona o currículo escolar dentro de uma gama enorme que não é só a aula que se dá dentro da sala. Que fosse feito um caderno com as outras 37 diretoras das outras escolas que conseguiram a vitória, como as boas escolas pelas notas internacionais que obtiveram, que se fizesse um tipo de caderno para distribuir a todas as escolas do Brasil – do ensino básico, para que as professoras possam... É claro que, hoje, praticamente, para ganhar um salário um pouquinho maior tem que

fazer uma pedagogia, um ensino superior que às vezes faz até por correspondência. Infelizmente. Não estou fazendo uma denúncia. É a amargura da dificuldade de ganhar um salário um pouquinho melhor. Que essas professoras possam receber aquilo tudo que foi dito aqui e mais as outras 37. Qual é o sistema curricular para os alunos ter o resultado que elas obtiveram no ensino. Não importa se é do Piauí, de São Paulo, do Rio de Janeiro. Senador está amargurado porque o convidado se recusou a comparecer, acho que é uma agressão desnecessária, já passei de meu tempo, não me alerte não que eu já sei que estou ferindo, mas ele diz que foi alfabetizado pela mãe. A minha esposa quis ser professora de primeiro ano para alfabetizar meus quatro filhos e os quatros são formados. Um médico, um dentista e dois advogados. E tenho orgulho de dizer que ela os alfabetizou e acompanhou o dia-a-dia do ensino... Desculpa... Mas é uma coisa tão maravilhosa saber que tem gente que se dedica ao ensino com amor, que ultrapassa o limite da obrigatoriedade de prestar esse serviço. E as senhoras merecem, realmente, a nossa emoção, os nossos cumprimentos e que Deus lhe deu essa virtude, e que os outros aprendam principalmente os governantes, que fora do ensino não haverá salvação para o país. [aplausos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Tuma, obrigada, inclusive a sua emoção realmente contagia a todos nós.

Gostaria de antes de passar a palavra para o Senador Botelho, temos o Senador Botelho e depois para encerrar o Senador Valadares. Mas falamos aqui em tempo integral de professor. Vamos estar muito atentos, porque tem que ter o piso nacional dos professores. Um piso digno para o seu trabalho, porque quando conseguirmos que um dia o professor possa ter dedicação exclusiva na sua escola, eu vivi essa realidade como Prefeita, meu Deus, como investi na educação. Como procuramos chegar com condições nas escolas. Construí 29 escolas muitas vezes sem conseguir recursos nem Federal, nem apoio Estadual, mas fizemos e além das 29 escolas, mais 10 unidades de apoio à criança que era a creche com a educação infantil. Assumimos a educação infantil antes do Governo Federal determinar. E o professor via que era ali o ponto, fizemos o plano de cargo de salário, melhoramos o salário, demos... Todos os nossos professores hoje têm terceiro grau, fazendo convênio com as Universidades, pagando, inclusive, a mensalidade para que eles pudessem ter esse terceiro grau. Porque quando eu assumi tinha ainda a figura do professor leigo. Isso era um absurdo. Mas eles tinham que mesmo assim tínhamos melhorado, mas não dava para melhorar

mais, porque as condições do Município, vocês sabem que os Municípios do interior do Nordeste, principalmente, não têm muitas condições. Fizemos o que era possível. Agora o que a gente tem que entender é que quanto mais se investe na educação mais nós temos ganhos nesse país. E que nós precisamos ter esses professores com tempo num só lugar, porque ficar para lá e para cá é como nós médicos que, hoje, muitas vezes precisamos estar correndo de um para outro e quem perde sempre é o cidadão. Passo a palavra ao Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Presidente. Inicialmente gostaria de agradecer a presença das duas educadoras aqui nesta Casa. A do D. Barreto e do Colégio Vértice e também parabenizar os nossos autores do Requerimento, Senador Duque e Senador Mão Santa.

A educação realmente é uma das coisas que nos preocupa muito aqui e nós sabemos que nós só vamos melhorar a vida do povo brasileiro se a gente melhorar a qualidade da educação. Eu vou fazer algumas perguntas para as senhoras, porque me preocupo muito em relação à quantidade de professores, salários, alguns parâmetros que a gente tem procurado estudar, que sou médico do interior e estou aqui como Senador. Não sou um educador. Para a gente poder lutar. Eu tenho trabalhado e pedido muito, inclusive, estou provocando uma Audiência aqui para a gente rever a LDB. Fazer uma avaliação dos 10 anos da LDB. Para ver algumas coisas para nos orientar para frente.

A escola da Profª Walkíria tem 800 alunos, da Profª Stella tem dois mil alunos. Queria fazer perguntas pontuais para as duas: Primeiro – quantos professores cada escola tem. Segundo – o nível de formação acadêmica dos professores. Professores de nível universitário, com mestrado, com doutorado. Terceiro – se as escolas mantêm um programa de educação continuada dirigido aos professores. E quarto – o nível médio de salário de cada professor, o preço da hora aula também. E a quinta – em relação ao tempo dos professores, como é que ele é dividido em cada escola. Em relação ao tempo que ele tem de ficar na sala de aula e o tempo que ele tem para ficar preparando a aula. Essas são as minhas perguntas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, permite só acrescentar uma pergunta, acho que a emoção cortou. Se dois professores na sala de aula têm um resultado melhor ou não? Porque em São Paulo estão tentando na área do Estado instalar dois professores em cada sala de aula. Uma de colaboração e a outra professora da escola.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A última pergunta é assim... Quantas horas aula ano por aluno?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes das professoras responderem as perguntas do Senador Augusto Botelho e Senador Tuma, passo a palavra ao Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Srª Presidente, Senadora Rosalba, eu entendo que nós estamos vivendo um momento de grande competição não só na sociedade brasileira, como em todo mundo, porque estamos na época da informação, da informática, do mundo globalizado e aquele que tiver maior capacidade, aquele que tiver maior preparo, não só a erudição, mas o preparo técnico para exercer sua atividade que tem condições de vencer, mas isso está diretamente relacionado ao que o jovem ou a jovem aprende na escola. A qualidade do ensino também tem como ator principal o professor que tem que ser valorizado, com bom salário, receber incentivo, atualização, cursos intensivos, visando sempre colocá-lo de forma atualizada na sala de aula. É verdade que hoje em dia a coisa está mais fácil, não como antigamente, quando o professor não tinha o Estatuto, o seu Estatuto para a defesa dos seus direitos, reconhecimento dos seus deveres. O professor não tinha o menor estímulo na sala de aula, não existia, por exemplo, a gratificação por regência de classe. Eu, por exemplo, quando fui Secretário de Educação do Estado de Sergipe eu descobri que a maioria dos professores queria ficar fora da sala de aula. Então, eu criei esse incentivo, não só criamos o Estatuto, instituímos o Estatuto do Professor, como também um incentivo para que ele permanecesse na sala de aula. Como a educação, o ensino superior estava concentrado mais na Capital, nós levamos cursos de licenciatura curta e de licenciatura plena ao interior, a fim de que o professor melhor qualificado pudesse ascender na carreira e receber um salário melhor. Quer dizer, além da qualificação profissional na melhoria da sua qualificação profissional ele podia perceber um salário melhor e sonhar com a sua profissão como atividade digna.

Por isso que eu quero parabenizar as Profªs Stella e Walkíria pelo desempenho de suas escolas e tenho certeza absoluta que [soa a campainha] só chegaram a esse patamar de reconhecimento nacional através do ENEM, porque se preocuparam, também, sem dúvida, com os professores. Como ator principal para a melhoria da qualidade de ensino, porque sem o professor, que é o instrumento importante para levar à frente os avanços da educação, nós não conseguiremos com que os estudantes possam, numa manhã, alcançarem lugar de destaque não apenas na sua profissão, também

como na própria atividade pública, na atividade política. Quer dizer, eu acho que a erudição é importante, quer dizer, conhecer a história, conhecer a geografia, mas também eu... Matemática, física, as ciências de modo geral, eu considero como importante preparar o estudante para vivenciar o dia-a-dia. Que a escola não seja apenas, vamos dizer assim, o preparo intelectual do estudante, também o preparo técnico para exercer, numa manhã, uma atividade produtiva, uma atividade construtiva diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico do nosso país. Portanto, meus parabéns às professoras e à nossa Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini que está presidindo com tanta competência e brilho esta Reunião.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr^a Presidente, poderia fazer mais uma pergunta? Em relação aos alunos com necessidades especiais. O percentual de alunos portadores de necessidades especiais dentro das escolas também, que eu esqueci. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Valadares. Agora passamos a palavra à Prof^a Stella Rangel, e em seguida à Prof^a Walkíria para responder aos questionamentos aqui levantados.

SRA. STELLA RANGEL: Senador. A maioria das séries do D. Barreto, a partir da quinta série até o ensino médio, eles têm oito horas aula semanais. Fora, os plantões, o projeto que acontece é porque eu passei rápido, foi passado muito rápido, eu tinha muitas palavras no meu texto e eu deixei de dizer alguns pormenores que acho que são coisas importantes no nosso projeto pedagógico. Então, eles têm oito horas semanais diárias, eles entram à uma hora da tarde e saem até o segundo grau, até as oito e quarenta. Mas dois dias na semana eles vêm à escola pela manhã, uma para realizar... Eles têm aula nos sábados também. A nossa carga horária é bem ampla, porque a gente acredita que o aluno, quanto mais assistido, quanto mais tempo a gente tiver com ele, melhor para este aluno. Então, a gente tem vários projetos de apoio. Da monitoria que eu falei que a gente aproveita o aluno, o de plantão que é dado pelos professores quando a gente detecta que o aluno está apresentando dificuldades, a gente chama a família, conversa, orienta e convida o aluno para vir no outro horário para ser melhor assistido, também, pelas orientadoras educacionais e pelos professores que fazem esse trabalho de apoio.

Então, nossos professores, na maioria... A maioria deles passa o dia na escola, a maioria. Eles fazem opção por ficar na escola e eles recebem um salário digno. Eu acho que digno para o Piauí, porque varia

de 1.800 reais a 4.000 reais. Então, a professora que dá só um expediente ela recebe só... Por volta de 1.700 reais, até 1.800 se ela der plantões no horário posterior. Se os alunos dela estiverem precisando, ela é convocada e recebe extra. A divisão, a organização da sala de aula, da carga horária dos alunos, dos professores, é estimulada, é exigido. Quando ele recebe os professores horistas, a hora aula varia de 35 a 40 reais. E os professores horistas eles já recebem a carga horária dele já reservando um tempo para estudar, para preparar as aulas para se qualificar. E a escola pagou muitos cursos de pós-graduação, de mestrado, de doutorado, de estímulo, até a professores que ainda estavam... Ainda não tinham entrado na escola, mas que já prometiam, tinham referências da Universidade que tinham dificuldade financeira. Quando eu disse que a gente não paga imposto, a gente paga imposto. A gente não paga imposto como a Prof^a Walkíria, mas a gente paga imposto quando a gente oferece serviço nessas duas casas carentes. Porque a gente... Mais de 20%, a gente nunca usou só os 20%. Além das bolsas, a gente tem uma escola com quinhentos e poucos alunos que teve esse resultado agora no ENEM, e teve bom resultado no ENEM, teve bom resultado no PSIU, no vestibular da cidade que é chamado PSIU, nós temos um projeto no sábado à tarde que sábado passado quando eu estava preparando essa apresentação, eu fiquei emocionada. Eu saí às sete horas da noite e o colégio estava cheio de jovens uns tocando piano, outros cantando, porque a música também é um projeto muito forte na escola. Eles começam a fazer flauta na educação infantil. Eles começam muito antes só com a percussão. E a gente trabalha com todas as áreas de conhecimento. No meu vídeo, você vai ver, está na sua cestinha, você vai ter uma idéia do trabalho integral da escola, porque eu não pude me deter através do vídeo. E--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Professora.

SRA. STELLA RANGEL: Encerrou, né? Eu não estou sendo disciplinada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos o tempo. Temos a Ordem do Dia.

SRA. STELLA RANGEL: Acho que respondi tudo. Os nossos professores, quase todos, grande parte, 80, 90% tem especialização paga pela escola. A escola paga a especialização para fazerem nos meses de férias que são janeiro e julho. Eles fazem a especialização num horário e no outro horário eles fazem a recuperação paralela, que é aquela recuperação onde a gente recebe os alunos que estão com dificuldade, para refletir os pontos negativos e o aluno

aproveita, o professor aproveita o que ele aprendeu na pós-graduação para melhorar seu trabalho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes da senhora continuar, eu queria só fazer aqui um registro, porque o Deputado já está... O Presidente da Comissão de Saúde que veio aqui lembrar a todos os Senadores da importância, o Dr. Rafael da importância de amanhã estarmos presentes na Sessão Especial em homenagem ao Dia Mundial da Saúde e uma homenagem à Organização Mundial de Saúde. Dia Mundial da Saúde que aconteceu ontem, mas que será... A homenagem será prestada amanhã. Obrigada e fica aqui o registro. Professora, por favor, termine. Desculpa ter interrompido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mestrado e doutorado.

SRA. STELLA RANGEL: Mestrado e doutorado nós temos 10% dos professores ou 20%. Eu não tenho exato, mas temos vários mestrados, vários doutorandos a caminho e temos alguns já concluídos e que estão trabalhando na escola, tanto na D. Barreto como na escola popular que a gente mantém.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Todas as suas professoras têm nível universitário?

SRA. STELLA RANGEL: Todas. E especialização. Porque quando elas chegam só com a qualificação superior, quando eles têm só o curso superior, a escola se programa para oferecer uma especialização área de atuação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora passamos para... Concluiu, professora?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uma coisa, Profª Stella. Acho que tem algumas coisas que são semelhantes, pelo menos plantão... Funciona mais ou menos idêntico. Esta atividade muito grande traz um amor maior do aluno para a escola? Que a senhora disse que a presença é maciça, então a evasão escolar diminui na medida em que, realmente, a escola oferece outras oportunidades e não só o ensino regulamentar da sala de aula? Outras opções elas atraem a permanência dos alunos?

SRA. STELLA RANGEL: Com certeza. O senhor viu nos depoimentos que os alunos gostam da escola. Que os alunos se sentem felizes. Que eles acham que ali é a casa deles, que é segunda casa deles e os ex-alunos também. No começo, quando a gente começou a implantar essa carga horária maior, nós fomos bastante criticados. Mas, hoje, são quase todas as escolas do Piauí acompanham. E os resultados estão sendo melhorados. Então, as pessoas começaram a ver que vale a pena ficar mais tempo com o aluno oferecendo

música, teatro, dança, esportes... E também o olhar. O cuidado, o olhar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora vamos ouvir a Profª Walkíria.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Bom, no Vértice, desde o início do colégio, trinta e poucos anos atrás, professor tempo integral era uma necessidade que a gente via, lógico que no início da escola as dificuldades financeiras não permitiram que a gente concretizasse esse sonho. Mas um professor não pode ficar pulando de galho em galho. São várias propostas pedagógicas até você entender o que está acontecendo numa escola e numa outra, fora o tempo de locomoção e tudo mais. O cansaço que isso gera diminui a qualidade do trabalho do professor.

Então, hoje em dia no Vértice, todos são tempo integral. Esse tempo integral significa um período de aula e um período dedicado ou à parte de recuperação reforço ou preparação de aula. O professor no Vértice todos também têm nível superior com especialização, e...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Não, a gente pôs Curumim na educação infantil, mas aí os rapazes acharam que era muito infantil, aí a gente mudou para Vértice. Mas os professores do colégio, eles passam por um período como professores de apoio. Então, quando vai entrar no Vértice, ele não entra direto para assumir uma sala ou para dar uma aula. Ele passa um período de um ano, normalmente, para eles entenderem o que é dar aula no Vértice. Principalmente para a gente poder ensinar o professor uma série de coisas que, lamentavelmente, eu estou vendo aqui a discussão de é bom, não é, professor é isso, professor é aquilo. Tem duas coisas que eu acho fundamental e precisa ser analisado com muito carinho e afeto. Desculpe meter meu dedo na seara que são dos Srs. Senadores, mas uma coisa que a gente precisa olhar com muito carinho, é fazer com que se quebre essa imagem de que ser professor é profissão de segunda classe. Primeira coisa que nós temos que quebrar de qualquer jeito, porque professor é um profissional extremamente dedicado, ninguém vai ser professor para ficar rico e, lamentavelmente, professor é profissão de segunda classe. Com isso, as exigências para ser professor caem a cada dia e isso é muito grave. Eu tenho muita tristeza de dizer que quando eu contrato um professor eu peço para ele fazer uma redação. É muita tristeza, mas é a realidade. E nós estamos falando normalmente de um Estado em que, teoricamente, a educação é boa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Professora, a senhora falou... Professor fazer uma redação. A grande dificuldade que tem é a interpretação do texto lido. Pelo menos o que a gente tem encontrado nas críticas que existem que o aluno não sabe o que leu. Não sabe interpretar o que leu.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Ele não sabe o que leu porque não sabe escrever.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Provavelmente o professor com dificuldade de orientação--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muitas vezes ele aprendeu errado com o professor que nem sabe.

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Exato. Então uma coisa que eu acho fundamental que se trabalhe é essa idéia falsa de que professor é profissão de segunda classe. Mais do que qualquer coisa precisa fazer isso. É verdade. E isso acontece porque dizem que o professor é mal remunerado. Eu concordo em termos. Falando em Brasil, com certeza.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Sem dúvida. Mas por exemplo, quando nós tínhamos somente as normalistas, a gente não podia esquecer de que elas terminaram um antigo segundo grau. Então, dirigido para professor. Então, isso também--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: Verdadeiro. Então, acho que essa é uma coisa que precisa olhar com muito carinho.

A remuneração evidentemente tem que ser melhorada, mas a condição que você dá para o professor, por exemplo, de fazer cursos extracurriculares, também precisava ser melhorado. Lá no colégio como a gente tem professor tempo integral, a gente tem condição de trazer esses cursos para dentro da escola, porque dessa maneira você dirige para aquilo que, efetivamente, eles estão precisando para entender a proposta pedagógica, para poder entender a didática. E a terceira coisa que é importantíssimo, é o curso de licenciatura. Que lamento dizer também que me entristece muito a pobreza que tem no curso de licenciatura. O professor não aprende a didática, ele não aprende como trabalhar a matéria dele, e então ele vai para sala de aula repetindo padrões que foram dos professores dele. Se ele teve um bom professor, que bom. Ele imita o bom. Mas se ele não teve, ele não sabe nem por onde começar. E quando o aluno tem uma dificuldade, o pro-

fessor não tem idéia do que fazer com aquela dificuldade. Ele fala: "Estuda!" Ou, então, ele fala: "Ah esse não está estudando, ele é vagabundo". Não é assim. É o despreparo dele em saber que existem dificuldades de aprendizagem, quais são elas, o que você faz com ela. Que você deveria estar aprendendo o curso de licenciatura. Então, essa para mim, são os três pontos fundamentais para a melhoria da educação, do nível de educação no país, porque tem muita gente na escola pública, eu conheço inúmeras pessoas, muito dedicadas, trabalhando em situações precárias mereciam até uma menção honrosa pelo trabalho que eles estão fazendo, na condição que estão fazendo. Mesmo em cidades como São Paulo, posso falar da realidade de São Paulo, você tem que dar para esses professores condições de melhorar o estudo. E isso é fundamental, porque um professor que trabalha, por exemplo, dois períodos e recebe um salário pobre e ainda tem que pagar faculdade, não tem condição. Porque ele tem que se sustentar, pagar faculdade, pagar o transporte, então, teria que trabalhar alguma coisa para melhorar esse tipo de condição que é grave, muito grave. Então, a gente ajuda o professor que está estudando a fazer cursos, mas não é só isso... Tinha que ser uma coisa mais geral. Por exemplo, um professor que esteja estudando, fazendo uma pós-graduação, ele também tinha que ter um desconto no transporte, pelo menos. Ou ter um subsídio para que ele possa estudar sem que haja um comprometimento da receita dele, porque quando ele tem condição de ir para uma universidade pública, maravilha, mas não é o que acontece na maioria das vezes.

Então, agora, quanto ao salário do professor, isso eu vou ficar te devendo, porque eu estou longe disso, porque eu estou mais dedicada na área pedagógica e, graças a Deus, agora, eu tenho o setor financeiro que trabalha em cima disso. Mas eles devem também, porque os meus professores estão comigo há anos. Eu tenho professores de 25 anos comigo, o mais novo são esses que quando você abre uma classe ou a classe atinge um número de alunos que você está precisando de mais gente, você contrata. Mas é tudo... Vamos dizer, o mais novo está aí três, quatro anos comigo e, normalmente, gostam muito de trabalhar, porque eles têm todo o apoio da gente, eles crescem. Se sentir cuidado e sentir crescer faz qualquer pessoa feliz no que faz, tanto o aluno quanto o professor. Isso é muito importante. E é isso que a gente olha assim com mil olhos. Como é que está a carinha dos alunos, se eles estão alegres e do professor, principalmente, porque é ele que vai trazer essa alegria para o aluno se ele estiver bem. [soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu tenho mais uma questão. Em relação ao trato do aluno com o professor. No nosso tempo a gente tratava o professor com todo respeito, e era a pessoa mais importante na escola. Os professores tratam os alunos... É com elas que eu tenho que saber isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está certo. Mas depois temos que encerrar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O tratamento do professor com aluno. Geralmente é tia, quando é pequenininho. Depois quando chega nível mais alto, chama de professor, ou chama de José, João, Chico...

SRA. WALKÍRIA APARECIDA GATTERMAYR RIBEIRO: No Vértice o professor é chamado de professor. Lógico que os pequenos, pela família, a família já vem com "o tia". Agora, o respeito ele é mais... Não é a maneira como você trata de professor, de tio, disso ou daquilo, mas é a maneira como você vê a pessoa. Você pode chamá-la pelo primeiro nome e ter todo o respeito pela pessoa. E é isso que a gente trabalha no Vértice também com muito empenho que é o respeito. Respeito pelo trabalho que o professor está fazendo, respeito pelo funcionário da manutenção que, lamentavelmente, em São Paulo ele tem que acordar três horas antes. Então, se ele entra às sete, quatro horas da manhã, para chegar em casa às nove da noite. Então, isso são realidades que nós estamos conscientizando os alunos muito. Então, o respeito é para toda a equipe. E é mais em função da pessoa do que o tratamento propriamente dito. Porque pode chamar de professor e ser desrespeitoso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora nós queremos agradecer a presença da Profª Walkíria e da Profª Stella que aqui vieram, escolas que foram reconhecidas pelo seu valor, pela sua... Pelo seu trabalho, em duas realidades totalmente diferentes. O Piauí, Nordeste, onde a renda *per capita* deve ser, claro, é bem maior do que São Paulo, que é o Estado nós sabemos mais rico da nação. São duas realidades, mas todos os dois preocupados com essa questão que é a Educação.

E nós gostaríamos, aqui, de dizer, para finalizar, esta Sessão tão importante, que tomara Deus que muito em breve a gente pudesse estar aqui com escolas públicas – tem muitas, tem muitas professoras dedicadas, tem muitos Prefeitos empenhados, tem Governos empenhados. Isso nós sabemos, mas nós sabemos que muito precisa ser feito e a nossa Comissão, em nome de todos os Senadores, eu gostaria de dizer que está

preocupada com isso. Estamos empenhados. O professor como parte importante, integrante, fundamental na sua valorização, na dedicação, na sua capacitação, nas condições para o trabalho e o aluno na formação da sua cidadania, desde os pequeninhos.

E, aqui, eu quero fazer uma referência por que é que... Eu insisto tanto nos pequeninhos. Na creche, na educação infantil de qualidade é o começo. E o primeiro passo tem que ser seguro. Muito obrigada a todos. [aplausos].

Sessão encerrada às 13h12.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia quinze de abril de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Gilvam Borges, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Gerson Camata, Virgínio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Romeu Tuma e Eduardo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque e Heráclito Fortes. Justificam a ausência os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Marisa Serrano e Augusto Botelho. O Senhor Vice-Presidente, Senador Gilvam Borges, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 17: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 1999, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.669-B de 2000 do Senado Federal (PLS Nº 340/00, na Casa de Origem), que dispõe sobre a instituição do 'Dia Nacional do Imigrante Italiano' e dá outras providências".** O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Sérgio Zambiasi, requer, oralmente, a inclusão,

Extra Pauta de Requerimento de Urgência para o Projeto, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 04: Requerimento de Urgência nº 017/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi que, requer “...nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, Inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência, para a ‘Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.669-B de 2000 do Senado Federal (PLS nº 340/00, na Casa de origem), que dispõe sobre a instituição do ‘Dia nacional do imigrante italiano’ e dá outras providências”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo o Senhor Vice-Presidente, no exercício da presidência, Senador Gilvam Borges, comunica que em virtude de compromissos assumidos com a bancada estadual necessita ausentar-se da reunião, passando a presidência ao Senhor Senador Flávio Arns. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº 004, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Ribamar Alves que, “Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio)”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer é favorável, com a emenda de redação oferecida. O Projeto é retirado de pauta, pelo relator, atendendo a um apelo do Senador Siba Machado. **Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 015, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República que, “Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências”. O relator designado é o Senador João Ribeiro e o parecer favorável é aprovado. Logo após o Senhor Senador, João Ribeiro requer, oralmente, pela ordem, a inclusão Extra-Pauta de Requerimento de Urgência para o Projeto, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 05: Requerimento de Urgência nº 018/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Ribeiro que, requer “...nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 015, de 2008, que “Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências”. O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador João Ribeiro, solicita que seja registrada a presença para acompanhar a reunião, da Deputada Estadual Luana Ribeiro (PR/TO) e do empresário Frederico Gayer, do Estado do Tocantins. **Item 15: Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Leandro Vilela que, “Inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Marconi Perillo e o parecer favorável é aprovado. **Item**

18: Requerimento nº 16/08 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “...declara nos termos regimentais, e requer a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Audiência Pública para **Debater sobre as Fundações Universitárias dentro de um novo modelo de gestão, com o painel: ‘A Universidade que queremos’**, convidando o senhor Leonardo Azeredo Bandara – Procurador do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Senhor Arquimedes Diógenes Ciloni – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – ANDIFES, Senhor Frei Gilberto Gonçalves Garcia – Vice-Reitor do Conselho de reitores das Universidades Brasileiras – CRUB.” O Requerimento é aprovado. **Item 19: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 12/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns, que requer “...em aditamento ao Requerimento nº 12, de 2008-CE, Voto de Congratulações à área de comunicação do Senado, aprovado em 11 de março do corrente, a inclusão da Rádio Senado, em reconhecimento à excepcional cobertura ao longo do Ciclo de Audiências Públicas denominado ‘Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE’”. O Aditamento ao Requerimento é aprovado. **Item 20: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** Comunico aos senhores Senadores, que será realizado no dia 22 de abril, às 9h30min, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, em parceria com o Ministério da Educação, o II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social, com a presença dos Ministros da Educação do Brasil, Índia, África do Sul e Representante do Reino Unido, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal. Neste momento, os Senhores Senadores Paulo Paim, Flávio Arns e Sérgio Zambiasi, requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 19/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Flávio Arns, que requer “...nos termos do disposto no art. 90, inciso II e V, e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater a proposta do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, de mudança no Sistema S, com a criação de um Fundo Contábil, de caráter Nacional – FUNTEC, com os seguintes convidados: Fernando Haddad (Ministro da Educação); Armando de Queiroz Monteiro Neto (Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI); Paulo Skaf (Presidente da Federação de Indús-

trias do Estado de São Paulo – FIESP); Antonio José Domingues de Oliveira Santos (Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC); Clésio Andrade (Presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT); Márcio Lopes de Freitas (Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB); Luciano Coutinho (Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES). O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 20/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que requer, “....nos termos regimentais, o apoio à realização do Seminário ‘200 anos de Ensino Superior Público no Brasil – a Escola Pública pede passagem’, a ser realizado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, com os seguintes convidados: 1-Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 2-Representante da União Nacional dos Estudantes; 3– Representante da União dos Estudantes Secundaristas; 4– Representante do Movimento dos Sem-Universidade; 5– Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; 6– Representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; 7– Representante da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior; 8– Representante da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial da Presidência da República”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 21/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Rosalba Ciarlini que requer, “....nos termos do art. 90, incisos X e XI, combinado com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, o Senhor Gilberto Gil, as informações solicitadas sobre os recursos e programas de fomento para a área teatral no ano de 2007: a) Quais os recursos destinados para os programas do Fundo Nacional de Cultura – FNC e suas respectivas entidades, nos anos de 2005 a 2007? b) Qual o total de recurso, destinado ao Teatro na Lei Rouanet, por Unidade da Federação, de 2005 a 2007? c) Qual o montante captado para o segmento de Artes Cênicas, nos anos de 2005 a 2007? d) Por que, segundo o sítio “Transparência Pública”, a FUNARTE optou em direcionar sua verba para convênios com instituições, ao invés de elaborar editais com esse recurso? Enumerar os convênios e seus respectivos valores, nos anos de 2005 a 2007. e) Qual o número de editais abertos pela FUNARTE em 2005 a 2007? f) Qual o número de atendentes responsáveis pelas informações relativas à projetos da Lei Rouanet? Segundo reclamações de proponentes, por que há falhas no atendimento e nas informações da-

das a eles por telefone? g) Ocorreram denúncias, em Audiência Pública realizada no Senado Federal, sobre extravios de documento no âmbito do Ministério da Cultura e/ou FUNARTE. Se isso acontece, quais as providências deste Ministério para sanar o problema? h) Qual o número de pareceristas para avaliação de projetos ligados à área teatral? São eles especialistas na área? i) Como são estabelecidos os prazos de avaliação dos projetos e suas respectivas alterações? j) Nos projetos, o produtor tem o direito a utilizar até 15% do valor do projeto para itens administrativos. Por que a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC reduz, nos editais, o percentual no projeto dos referidos itens? k) Anteriormente, assim que o projeto era aprovado na Lei Rouanet, o próprio produtor abria uma única conta bancária para o recebimento do patrocínio adquirido. Quais as razões que o Ministério da Cultura teve para determinar a abertura, pelo próprio Ministério, de duas contas bancárias, sendo uma para depósito do patrocínio e outra para movimentação do valor? Por que houve necessidade de autorização do Ministério da Cultura (antes não havia) para a devida movimentação a cada nova parcela? l) Segundo a Portaria MC nº 4 de 26 de fevereiro de 2008, que regulamenta a admissão de propostas culturais para a Lei Rouanet, os produtores têm que apresentar a carta de anuência de cada nome na Ficha Técnica. Qual o objetivo desta exigência, isso não agrava a burocracia do processo? l.1) Não seria mais adequada a realização de Tomadas de Preços após o final da fase de captação de recursos? l.2) Segundo a mesma portaria, qual a necessidade de tradução juramentada com cópia autenticada para a utilização de textos estrangeiros redigidos em outra língua, já que além do custo ser alto para o proponente, a mesma é solicitada ainda na fase de análise de concessão de autorização para a captação de recursos? m) Com que frequência o sítio virtual do Ministério da Cultura é atualizado?”. O Requerimento com o mesmo objetivo foi aprovado na reunião do dia 01/04/2008, sem a citação do dispositivo que exige prazo constitucional para resposta do mesmo (art. 50, § 2º, da Constituição Federal). A modificação efetuada garante a agilidade da resposta, que é o objetivo da presente proposição. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas em virtude de falta de quórum as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2007; Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2007 e Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2007.** Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 155 de 2000; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 561, de 2007; Item 05: Projeto de lei do Senado – Complementar nº 481,**

de 2007; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2007; Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2007; Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2006; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 528, de 2007; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2007; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2007 e Item 16 Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da Mesa. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, aprovado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sr. Presidente, solicito uma inversão de Pauta, está prevista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Qual é o Item?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Item nº 17 que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano, cujo autor está aqui ao meu lado, Senador Gerson Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Concedida a inversão de Pauta.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, solicito de V.Exª também, já tinha até falado com V.Exª aí na Mesa, estava esperando apenas abrir a Sessão para solicitar inversão de Pauta do Item nº 9 que institui... Que trata do Estatuto do Garimpeiro, Sr.

Presidente. É um Projeto extremamente importante que essa classe tão sofrida aguardou por tantos e tantos anos, e eu gostaria, Sr. Presidente, ainda, dentro da minha questão de Ordem ou dessa solicitação de registrar aqui presente nessa Comissão, hoje, a minha filha – Deputada Luana Ribeiro, Deputada Estadual do Tocantins, do PR do Tocantins e o empresário Fernando Iberê que vieram acompanhar essa Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): A Mesa saúda a presença da Deputada, filha do Senador João. E iremos conceder após a votação o pedido de inversão de Pauta do Senador Zambiasi do Item nº 17 e do Item nº 9 do Senador João. Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 17 da Pauta com o Relator Senador Zambiasi. Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 2.669B de 2000 do Senado Federal – PLS nº 304/00 na Casa de origem – que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências. Autoria da Emenda: Câmara dos Deputados, autoria do Projeto: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi, parecer favorável. Senador Zambiasi, V.Exª como Relator.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Senador Gilvam Borges, com muito prazer recebo a incumbência de relatar um Projeto que tem um significado muito especial para o Brasil, que é a homenagem à imigração italiana. E que, seguramente, para o sul, especialmente, não deixa de ser até um pouco surpreendente saber que a terra do nosso querido Senador Camata – foi pioneira na acolhida aos imigrantes italianos. Eu que descendo da imigração italiana, meus bisavós chegaram ao Brasil em 2 de setembro de 1876 a bordo do navio Henry IV, e a colonização italiana no sul são Trentino e Vênetas, especialmente, muito mais Vênetas do que Trentino. Os Vênetas são os maiores contingentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul e o segundo maior contingente é a imigração Trentino.

E fico feliz em saber que estamos a tempo de reconhecermos a importância da presença italiana no mosaico cultural brasileiro, mosaico humano brasileiro com sua enorme contribuição para o seu desenvolvimento, e o relatório não poderia ser diferente, ele acolhe uma pequena alteração proposta pela Câmara dos Deputados, nós procuramos dar a maior celeridade possível na análise do Projeto de maneira que o Presidente possa sancioná-lo rapidamente e a própria comunidade italiana no Brasil possa organizar-se para a celebração do seu 1º Dia Nacional, Senador Camata, já, então, em fevereiro do ano que vem.

O Presidente Lula está aguardando também que a Casa proceda esta votação para que logo ele possa sancionar e em consequência a Itália e o Brasil possam organizar estes festejos e proveito, Presidente, para, logo após a votação, já solicitar urgência ao Projeto para sua votação. O parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): O parecer é favorável. Para discutir, Senador Camata, autor do Projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu quero agradecer aos companheiros Senadores e a V.Exª a inversão da Pauta e dizer que esse Projeto já tem 9 anos que ele foi apresentado passou por aqui, foi para a Câmara dos Deputados e lá pediram para retirar o Poder Executivo regulamentará que dizem que é inconstitucional e ele voltou para cá só para a retirada, o Senador Sérgio Zambiasi aprovou, ele indo para o Plenário hoje poderá ser aprovado, eu indo para a Vitória com o Presidente da República, ele se comprometeu em sancionar o Projeto se ele for aprovado aqui, até porque a primeira dama do Brasil, com muito orgulho para todos nós descendentes de italianos, e, principalmente, para líder Ideli Salvatti, que é um nome assim, parece grego, mas é italiano. A Ideli Salvatti também é descendente de italiano, a primeira dama do Brasil é cidadã italiana também.

E a Itália fez uma coisa que os países europeus não fazem, por exemplo, todos os netos, bisnetos de italianos a Itália consagra com *jus sanguinis* – são cidadãos italianos e têm direito à cidadania e passaporte italiano. Se Portugal desse a todos os descendentes de portugueses, a Espanha todos os descendentes de espanhóis, a Alemanha todos os descendentes de alemães, nós não teríamos as cenas de brasileiros sendo humilhados em aeroportos europeus. Porque o filho, neto, bisneto de italiano que sai daqui ele é cidadão da Espanha, de Portugal, da Inglaterra de todos esses países, inclusive, vota.

Eu, na última quinta-feira, votei no Berlusconi e ganhei a eleição na Itália que foi proclamado hoje o novo Primeiro Ministro. Então, veja V.Exª que essa convivência da Itália que nunca colonizou um país, nunca escravizou um país, nunca mandou exército invadir um país, mas reconhece a cidadania daqueles que vieram colonizar o Brasil e outros países da América. E dizer que, nós italianos, viemos substituir a mão-de-obra escrava, proclamada a escravidão o Imperador disse: Como é que nós vamos salvar as lavouras de café? Vamos trazer mão-de-obra italiana e alemã. Então, nós somos os irmãos mais próximos dos nossos irmãos afro-descendentes, por quê? Porque nós viemos substituí-los (os nossos avós) nas lavouras de café do Brasil. Aí nós fomos, na verdade,

os que continuaram o trabalho dos nossos irmãos afro que naquela época aqueles grandes fazendeiros não eram muito de trabalhar não, eles administravam com muita competência aliás, mas não botavam a mão na massa. Então, em 1874, por delegação do Imperador Dom Pedro II, Pedro Tabaque(F) desembarcou com 380 colonos italianos no porto de Santa Cruz – município de Aracruz no Espírito Santo, no dia 21 de fevereiro e sendo o dia que nós estamos consagrando com apoio, agora, dos Vênets do Rio Grande do Sul, e Trentinos também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): A Mesa se congratula com nobre a iniciativa com autoria do Projeto do Senador Camata e relatoria do Senador Zambiasi que recomenda a aprovação. Sr.s e Srs. Senadores que foram contra que fiquem de pé. Aprovado.

Srs. Senadores e Sr.s Senadoras, a Presidência da Mesa lamentavelmente precisa se retirar e, portanto, convoca o Senador Flávio Arns para que compareça e assuma a Presidência para dar continuidade aos trabalhos. Me ausento pela necessidade de Reunião com a bancada federal do Estado do Amapá onde teremos uma matéria importante lá na Câmara... Aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e peço desculpas por não poder dar continuidade. Senador Flávio Arns assume a Presidência da Casa, muito obrigado a todos. Agilidade e precisão é a recomendação.

[troca da presidência]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Já solicito ao Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Pela Ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho, Senador Sibá. Agora, então, já aprovado o conteúdo da matéria, coloco em votação o Requerimento de urgência para a apreciação dessa matéria, Srs. Senadores, Sr.s Senadoras que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Parabéns, Senador. E argumentos bem levantados e --

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Estamos aguardando para votar o Dia do Imigrante Alemão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é, também. [risos] Senador Sibá pela Ordem.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, o Item nº 2 é o PLC nº 4.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho, por favor, Senador Sibá. Pois não, Senador Sibá, pode continuar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): O Item nº 2 que é o PLC nº 4 de 2008 que trata sobre a obriga-

toriedade do ensino de filosofia e sociologia no ensino médio, eu queria pedir ao V.Ex^a e ao Relator da matéria, o Senador Valter Pereira, que devido a várias conversas que a mim foram dirigidas, pedir encarecidamente que não fosse lido o relatório agora neste momento, e que pudéssemos, então, suspendê-lo da Pauta. Não digo retirar da Pauta, mas suspendê-lo da Pauta até a próxima semana que é o tempo necessário que eu pediria para estudar melhor o assunto e, também, para poder até ter uma resposta um pouco mais clara e objetiva sobre a matéria para as pessoas do qual eu me comprometi de vir até a Comissão para fazer essa sugestão. Então, a V.Ex^a e ao Senador Valter Pereira é o pedido que eu faço nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, então... Só nesse sentido. Então, eu passo a palavra para a apreciação da ponderação ao Relator dessa matéria, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, na verdade, o Senador Sibá Machado pede vistas e o Projeto não está em fase terminativa, não cumpre ao Relator criar qualquer dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de esclarecer que ele não está pedindo vistas, né? Ele está pedindo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Pedindo a suspensão por um período enquanto a gente --

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Uma ponderação como questão de Ordem e não como solicitação de pedido de vistas.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se o Senador Sibá pede o adiamento da leitura do Relatório para cientificar-se melhor da matéria que dele consta e que consta do Projeto, obviamente, é um pedido de vista. Isso aí, eu não tenho nenhum motivo para obstar. Eu acho que é direito do Senador, se realmente quer debuchar sobre o assunto e precisa desse prazo, eu acho que não cumpre ao Relator colocar em dúvida essa postulação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de fazer duas observações. A primeira delas, um pedido de vistas só pode ser realizado depois da leitura do Relatório, então, não é pedido de vistas. Segundo fato, nós temos 8 Senadores titulares do bloco de apoio ao Governo e temos 9 suplentes. Sendo que o nono suplente nesta relação, e a gente já havia conversado isso com o Senador Sibá Machado, é o Senador Sibá Machado. E por isso ele não pode fazer o pedido de vistas, hoje. Agora, de qualquer forma, ele está fazendo uma ponderação ao Sr. Relator sobre a possibilidade de, pelo menos eu entendi dessa maneira – porque se não nem poderia ser dada... Feita, inclusive, por uma questão de Ordem

– é um pedido de retirada de Pauta para que esta matéria possa ser analisada na próxima Reunião ou numa outra Reunião. Então, isto depende do Relator.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se fosse um burocrata comum diria sobrestamento. Certo? Eu concordo com o sobrestamento, eu acho que todo o parlamentar que vai votar precisa ter uma consciência muito clara daquilo que está sendo votado. E se o Senador Sibá Machado não tem ainda segurança sobre os termos do Projeto e do Relatório eu... Concordo com S.Ex^a para que seja feita a leitura e o voto na próxima Sessão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para falarmos a mesma linguagem, está na verdade concedido ou deferido o pedido de V.Ex^a de retirada de Pauta do Item nº 2 mencionado pelo Senador Sibá Machado, e, conforme V.Ex^a propôs, este assunto voltará, retornará à Pauta na próxima semana, na próxima Sessão desta Comissão de Educação. Está deferido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Ideli Salvatti com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria, claro já está definido, já está deferido e vai ficar para a próxima semana, mas eu queria aqui deixar o seguinte registro: Nós recebemos ao longo dos últimos dias uma manifestação muito contundente da área de psicologia para que, também, psicologia pudesse ser incluída, juntamente com a filosofia e sociologia no Ensino Médio.

Eu queria aqui deixar, em primeiro lugar, registrado a seguinte questão: Acho que é legítimo o pessoal de psicologia fazer o pleito, buscar, encontrar, inclusive, porque já existe um Projeto tramitando de autoria da Deputada Federal Erundina que está tramitando para tratar especificamente da questão de psicologia. Esta questão de filosofia e sociologia, ela é emblemática. Porque isto, estes conteúdos, estas disciplinas que faziam parte do ensino de segundo grau foram retiradas durante a ditadura militar e foram substituídas por educação moral e cívica. E nós, hoje, não temos na formação da nossa juventude, no Ensino Médio importantes matérias que faz, exatamente com que as pessoas, que os nossos jovens, que os nossos adolescentes trabalhem a questão dos conceitos, a questão do entendimento humanitário, humanista, ou seja, uma educação que tenha este aspecto, né, sociológico, filosófico tão importante, não que o psicológico não seja importante, mas eu acho que é um divisor de águas para nós o

retorno dessas duas disciplinas para o ensino médio. Por isso, eu acho que nós poderemos fazer a acolhida do pleito do pessoal de psicologia.

Já tem Projeto específico tramitando. A LDB, inclusive, garante, já aprovou isso, o art. 36 da LDB já garante a questão dos conteúdos na área de Filosofia e de Sociologia no Ensino Médio. Portanto, nós estaríamos apenas, né, conformando, confirmando essa deliberação que já está, inclusive, na Lei de Diretrizes e Bases da educação.

Por isso, eu queria fazer um apelo de que na semana que vem, efetivamente, nós pudéssemos deliberar, porque há uma grande expectativa, é uma luta de muito tempo, entende, de décadas. Ela tem essa característica de trazer aos cursos do ensino médio esse aspecto humanístico tão importante na formação da nossa juventude.

Então, eu queria fazer esse apelo que nós não postergássemos, acolhêssemos, déssemos o encaminhamento que o pessoal da psicologia está legitimamente pleiteando, mas que não houvesse qualquer demora e, inclusive, que nós não trabalhássemos numa perspectiva de Emendar, porque aí significa voltar para a Câmara. Aí nós vamos perder mais um mundaréu(F) de tempo em algo que é tão emblemático. Então, é um pouco assim... Da mesma forma que o Senador Sibá fez um apelo para que a gente pudesse ganhar mais uma semana para o debate, eu quero fazer o apelo que na semana que vem, até em homenagem à Conferência Nacional de Educação que está em pleno andamento, e a gente sabe que tem muitos, muitos educadores que estavam nessa expectativa da gente poder fazer a deliberação sem falta na semana que vem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Valter Pereira pela Ordem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quero dizer a V.Ex^a, Sr. Presidente, que as ponderações da Senadora Ideli Salvatti são inteiramente procedentes. E não tenho dúvida alguma que na próxima Sessão, a depender do Relator, essa matéria será votada. Não quero aqui dizer que ao concordar com o pedido de adiamento formulado pelo Senador Sibá, eu tenha, aqui também, mudado de posição com relação à matéria. O que se não, o que não é admissível é um colega Senador pedir para tomar conhecimento e maior profundidade, inclusive, segundo o próprio, o próprio Senador Sibá, gostaria de conhecer o posicionamento mais estreito do Ministério da Educação negar a ele o direito de se preparar para o debate ou para o voto. Portanto, na próxima Sessão, estarei aqui com o parecer, que já está pronto, a fim de que seja lido e votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a V.Ex^a, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Permita para concluir, Sr. Presidente, sobre esse assunto que é muito importante. Primeiro agradecer aqui a presença do Deputado que é o autor da matéria que está aqui presente. Ribamar está aqui presente. Então, está respondendo, realmente, um problema que ocorreu na chamada reforma do ensino lá do início da década de 70, final da década de 60, início da década de 70.

Mas o pedido é, exatamente, para que a parte mais diretamente interessada que tanto insistiu para que pudesse ser melhor lembrada, não se trata aqui de querer parar com aquilo que já andou. Foi, digamos assim, certamente uma falta de um entendimento melhor, talvez lá no início acredite que talvez o Projeto já tivesse acrescentado também terceira disciplina e não apenas duas, mas vou aproveitar dessa semana para conversar com os representantes do setor da psicologia e demais interessados, e até o Ministro da Educação, quem sabe, e depois voltamos à Câmara. O que me interessa mesmo, Sr. Presidente, é que a gente possa dar o mínimo de atendimento à luz do que está sendo feito no Projeto do Deputado Ribamar para as outras iniciativas, sem nenhum prejuízo para o que está sendo feito neste momento.

Então, V.Ex^a pode tem certeza de que de mim não tem esse interesse de aproveitar da ocasião para fazer qualquer atrapalho ao andamento de uma coisa que já se arrasta por algum tempo. Pode, V.Ex^a, ficar tranquilo que na próxima quarta-feira eu quero estar nessa Comissão e até mesmo vendo se a minha líder já resolveu a minha situação na Comissão, porque eu não sabia que estava nessa Comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Na condição de integrante.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Até com o poder de voz e de voto que V.Ex^a vai me dar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero esclarecer ao Senador Sibá Machado, que da minha parte, seja como Senador ou como Presidente eventual desta Comissão, não havia e não há, em qualquer momento, assim, a idéia de que isso seja para atrapalhar ou alguma coisa dessa natureza. Mesma coisa o Senador Valter Pereira disse que ele também não se oporia a conversar e a discutir para que esse momento de diálogo e de entendimento, de conversa, de escuta acontecesse.

Quero cumprimentar o Deputado Ribamar Alves que é o autor desse Projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados e em apreciação agora, aqui, no Senado

Federal e cumprimentá-lo principalmente pela importância, bem destacada, pela Senadora Ideli Salvatti.

Eu quero dizer também aos... Particularmente ao Relator, Senador Valter Pereira, de que a próxima Reunião deliberativa desta Comissão de Educação vai acontecer daqui a duas semanas, porque na próxima semana nós teremos o II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social com a presença dos Ministros da Educação do Brasil, da Índia, da África do Sul e representante do Reino Unido que, inclusive, vai acontecer no auditório Petrônio Portela. Então, essa matéria, daqui a duas semanas, vai constar da Pauta desta Comissão. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela Ordem, Sr. Presidente, só eu queria daí fazer um apelo, porque nós estávamos tentando ver da possibilidade de quórum, hoje, aqui na Comissão e até para fazer uma solicitação Extrapauta de um outro Projeto importantíssimo que poderíamos vir a aprovar no dia de hoje, que é referente ao processo de democratização das nossas escolas. Inclusive, é um Projeto de minha autoria e a Senadora Fátima Cleide é a relatora, ela havia, inclusive, pedido, solicitado que V.Ex^a fosse o Relator *ad hoc*.

Agora, como eu acho que nós vamos ter grande dificuldade de quórum aqui hoje, porque há várias atividades, tem abertura da Marcha dos Prefeitos; está tendo a solenidade de homenagem à Ministra Ellen Gracie no Plenário; temos uma Audiência importantíssima na CAE que está tratando da questão dos *royalties* do petróleo. Eu queria fazer o seguinte pedido: que pudéssemos ter, além deste Projeto – da inclusão da sociologia e da filosofia no Ensino Médio, que nós pudéssemos incluir na Pauta dessa próxima Reunião, daqui a 15 dias o Projeto da eleição de diretores de escolas que é o PLS nº 344 e, se for possível, o PL que trata da questão dos, do Fundo Nacional para os Museus que é o Projeto nº 95 que o Senador Zambiasi também já apresentou o parecer para votar. Então, se nós pudéssemos ter na Pauta esses três Projetos, o da sociologia e filosofia, o nº 344 e o nº 95 na próxima Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quero dizer à Senadora Ideli Salvatti que os três Projetos são muito importantes. A eleição de diretores, a questão do Fundo Nacional para Museus e a solicitação de V.Ex^a será atendida.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pela Comissão para que os três primeiros já aprovados, os outros dois constem da Pauta.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente só para concluir de vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Conversando com o Senador Valter Pereira, os representantes da psicologia estão, de fato, sugerindo, aí que eu queria consultar V.Ex^a —

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, questão de Ordem. Eu queria pedir a V.Ex^a o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só um minutinho.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu estou vendo que nós estamos discutindo um Projeto que será —

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Concluir, Senador.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Temos matérias importantes é preciso respeito com os demais Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu pediria Senador Sibá Machado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Meia hora discutindo esse assunto que já foi adiado, nós entramos na discussão do mérito da matéria, eu acho que é preciso haver agilidade e compreensão dos colegas Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu peço a compreensão de V.Ex^a, que V.Ex^a tem razão que nós estamos demorando. E pediria a compreensão do Senador Sibá Machado no sentido de que a discussão sobre esse Projeto, inclusive, já está encerrada. E, porque, logo em seguida, Senadora Ideli Salvatti entrou no outro tema de inclusão de outros dois Projetos na Pauta da Comissão de Educação. Então, quais as iniciativas que vão ser tomadas a respeito do Projeto de Lei nº 4 do Deputado Ribamar Alves, depende do Relator. Então, o Relator, ele falou que trará na próxima Reunião e o que depender dele, pelo menos foram às palavras dele, o que depender dele o relatório será lido na próxima Reunião. Qualquer coisa que fuja disto, é uma coisa que o Relator, na verdade, tem—

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas foi, porque conversando com ele por isso que eu pedi para falar, só por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Depois, na seqüência pode ser discutido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tenho que consultar V.Ex^a e é para isso que nós conversamos — se pode haver a Audiência Pública com o pessoal

da psicologia na próxima Reunião. Essa é a consulta que foi feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Consta que na próxima semana nós teremos o II Simpósio e Fórum e na outra semana nós teremos Reunião deliberativa. Então, nessa Reunião deliberativa o relatório do Senador vai ser apresentado de acordo com aquilo que ficou deliberado. Está bem? Agora.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sem Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quaisquer. Essa Presidência não vai decidir sobre se haverá ou não um procedimento, ou outro procedimento isso depende da iniciativa do que for proposto e aprovado ou não por esta Comissão. Sempre dessa maneira, né? O Presidente não pode, na verdade, sugerir que se faça uma coisa ou se faça outra, depende do que for apresentado e aprovado por essa Comissão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Posso remeter o Requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Ex^a, quer dizer, hoje não pode, porque seria uma Extrapauta. Isso vai resolver, sem dúvida, será uma alegria enorme que seja resolvido mais urgentemente possível.

Passamos ao Item nº 9 da Pauta que já houve inversão de Pauta aprovada pela Comissão, é o Item de natureza não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 015 de 2008 que institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências. Autoria da Presidência da República, o Relator é o Senador João Ribeiro, que vai apresentar o seu parecer nesse momento. Com a palavra V.Ex^a.

Eu só pediria, antes que V.Ex^a lesse o relatório, só pediria a compreensão das pessoas que estão aqui ao fundo que engrandecem os trabalhos desta Comissão de Educação, particularmente em função do debate da inclusão da filosofia, sociologia e de uma possível participação da psicologia que houvesse assim o máximo de silêncio possível, para que pudéssemos ouvir o relatório do Senador. Senador João Ribeiro com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até que enfim vou conseguir ler o parecer.

Sr. Presidente, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte... Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 15 de 2008 PL nº 7.505-E de 2006 na Casa de origem que institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.

É o relatório, Sr. Presidente: O Projeto de Lei da Câmara PLC nº 15 de 2008, PL nº 7.505-E de 2006 da

Câmara dos Deputados de autoria do Poder Executivo institui o Estatuto do Garimpeiro destinado, fundamentalmente, a disciplinar os direitos e deveres relativos a essa classe profissional.

A proposição se divide em 5 capítulos, as exposições preliminares, conceituam os termos “garimpeiros” e “garimpo” e regula o exercício da atividade, nas modalidades de trabalho, relacionam-se as diversas possibilidades de exercícios da garimpagem, nos direitos e deveres. São reguladas as relações de trabalho de garimpagem, as entidades do garimpo tratam das relações sindicais e do sistema cooperativo. E as disposições finais, que entre outras deliberações, institui o dia 21 de julho como o Dia Nacional do Garimpeiro e homenageia o Bandeirante Fernão Dias Paes Leme como patrono dos garimpeiros.

Em sua justificação, o autor do Projeto alega a necessidade de uma regulamentação que propicie condições para a adoção de Políticas Públicas visando o desenvolvimento sustentável da atividade de garimpagem. Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, pela Comissão de Trabalho e Administração e Serviço Público, pela Comissão de Minas e Energia e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No Senado Federal, o Projeto além da Comissão de Educação também será apreciado pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, e de Assuntos Sociais. Não foram apresentadas Emendas ao PLC nº 15 de 2008.

Análise. O referido Projeto de Lei, regula os múltiplos aspectos relativos à atividade garimpeira. E, além disso, define um patrono e estabelece uma data de comemoração do dia da classe. Cabe à Comissão de Educação apreciar, portanto, o mérito de 2 dispositivos da proposição. Primeiro: o art. 18 que institui o dia 21 de julho como o Dia Nacional do Garimpeiro. E segundo: o art. 19 que reconhece o Bandeirante Fernão Dias Paes Leme como o patrono dos garimpeiros.

Na justificação da proposta, o autor ancora a intenção de definir dia 21 de julho como Dia Nacional do Garimpeiro, pois naquela data, no ano de 1674, longe, portanto, Sr. Presidente, o Bandeirante Fernão Dias Paes Leme saiu de São Paulo em direção à Minas Gerais, tal fato transformou-se num marco histórico, pois deu início ao grandioso ciclo de conquistas Bandeirantes do, então, conhecido Território Brasileiro. Do, então, desconhecido Território Brasileiro.

Negar a importância da homenagem, do homenageado para a história do Brasil, em especial, para a história da atividade garimpeira de nosso país, e de valorizar uma das significativas marcas dos primeiros consultores do nosso país, como o Bandeirante Fer-

não Dias, que é o destemor diante dos desafios cotidianos. Conhecido como caçador de esmeraldas, ao embrenhar-se pelo sertão em busca de pedras preciosas, o Bandeirante ajudou, decisivamente, a formar e delimitar o Território Brasileiro, principalmente pela criação e fixação de inúmeras vilas ao longo do Rio São Francisco, que mais tarde vieram a transformar em cidade que hoje compõe o grandioso Estado de Minas Gerais.

Desta forma, é, sem dúvida alguma, meritória a iniciativa de reconhecer Fernão Dias Paes Leme como o patrono do garimpeiro. E de dedicar o dia 21 de julho como a data comemorativa do Dia Nacional dos Garimpeiros.

Voto, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de 2000, voto, favorável, Sr. Presidente. Eu quero ainda acrescentar, Sr. Presidente, além do relatório aqui escrito, apenas alguns comentários rápidos, porque se tem uma classe de trabalhadores sofrido ou sofrida neste país é exatamente os garimpeiros, que foram os verdadeiros desbravadores do Brasil. Os verdadeiros bandeirantes deste nosso país. Porque...

Eu que acompanho essa classe e já fui representante dessa classe, porque fui Delegado do Sindicato Nacional dos Garimpeiros e acompanhei, sobretudo, nos tempos atuais ou nos últimos 20 anos, sobretudo a questão do Garimpo de Serra Pelada, estou vendo, inclusive, um movimento até de ameaça de interdição lá da ferrovia Norte-Sul no Pará, na questão na ferrovia que transporta o ferro lá de Carajás, o movimento dos garimpeiros. Porque a gente tratando de garimpo, Sr. Presidente, eu presenciei de perto, porque fui o 2º Tesoureiro da Cooperativa no auge da Serra Pelada quando ela tinha 120 mil homens trabalhando lá, eu era o Delegado do Sindicato Nacional dos Garimpeiros e, portanto, estive presente nos encontros, nos movimentos. Participei da discussão durante muito tempo sobre a questão do paládio e de um dinheiro que existe na Caixa Econômica Federal em discussão, com a classe garimpeira, que até hoje não foi resolvido, devido uma série de problemas e de impasses que surgiram, mas para nossa alegria o Presidente Lula, o Palácio, o Governo Federal mandou para o Congresso Nacional esse Estatuto dos Garimpeiros. Que, como foi lido aqui no meu parecer, lhe dará direitos e deveres dos garimpeiros. A questão ambiental, enfim, tudo isso está sendo analisado nesse Estatuto dos Garimpeiros. A questão da aposentadoria do garimpeiro, que é uma coisa muito séria que foi votada na Constituição de 1988 e depois retirado. Então, veja que situação que vive estes verdadeiros bandeirantes que já deveriam ter sido reconhecida há muitos anos,

Sr. Presidente, há mais de 100 anos e até hoje não foi resolvida essa questão.

Ministro Edison Lobão, a quem eu quero, aqui, neste momento homenagear, que para mim, daqueles que estão vivos é o maior Patrono dos garimpeiros, hoje. Porque ele é um grande defensor dessa classe e eu me junto a ele e a tantos outros que têm acompanhado a luta de perto, dos verdadeiros garimpeiros deste país. Aqueles que garimpam para sobreviver, para sustentar suas famílias.

Existem muitas histórias, Sr. Presidente, que se a gente fosse aqui relatar nós gostaríamos essa manhã toda e, talvez, entraríamos na tarde desse dia tão importante de hoje, tão movimentado do Congresso Nacional. Mas que a gente precisa ter um carinho especial na tramitação desse Projeto para que ele ande rápido, eu vou, inclusive, solicitar urgência para que a gente possa, quem sabe, com apoio dos demais líderes dessa Casa, porque esse Projeto é consenso. Foi consenso na Câmara dos Deputados e sei que é consenso aqui no Senado para que a gente possa levar esse Projeto direto para o Plenário, porque é algo que eles esperaram por mais de 20 anos, essa luta vem por mais de 20 anos, nos atuais tempos, dos atuais dirigentes garimpeiros, das várias Associações e Sindicatos que existem, e o foco principal garimpeiro do Brasil hoje é o Pará, é o garimpo de Serra Pelada que precisa desse Estatuto para definir as regras da garimpagem no Brasil, e a proteção, sobretudo, ao garimpeiro. Que, como disse agora a pouco, eu presenciei, Sr. Presidente, pessoalmente muitos fatos, muitos fatos lamentáveis que me deixou, ficou registrado na minha memória, de muitas coisas que eu presenciei de forma lamentável, de que quantas e quantas pessoas venderam suas propriedades e foram aplicar na Serra Pelada pensando em ganhar... O sonho de ficar rico. E muitos, mas muitos na sua grande maioria, mais de 98% dos que para lá foram, 99%, talvez, são aqueles que foram trabalhar, que foram tentar a sorte, que foram sustentar sua família. Ganhar para sustentar suas famílias, passaram, Senador Paim, muitos, eu presenciei garimpeiros que tinha 3 anos que não via sua família. Muitos que não voltaram mais para suas casas, Sr. Presidente, que hoje não foi desvendado o mistério de como morreu e ninguém sabe informar. Porque ele foi para lá e acabou morrendo numa catra(F) daquela, na mata, o bicho mordeu, a cobra mordeu ele morreu pela mata e por lá ficou.

Então, eu registro isso, Sr. Presidente, para dizer apenas, que eu tenho o dever e a obrigação de, apesar do meu relatório aqui não ser terminativo, de não estar inserindo isso que eu estou colocando em meu, na minha fala, por isso que eu fiz questão de

acrescentar essas informações, para se tiver alguém contra, ou com uma informação distorcida no Senado Federal, que a gente faça justiça, Senador Mão Santa, a uma das classes mais sofridas da história do Brasil, do Brasil, do passado, do Brasil que foi descoberto por eles, pelos bandeirantes, pelos garimpeiros.

E aqui essa homenagem que se faz, esse registro ao Dia do Garimpeiro, é exatamente de Fernão Dias, que na verdade era um bandeirante, um descobridor e que também era garimpeiro, porque ele saiu em busca de pedras preciosas para poder, enfim, gerar as suas rendas, a sua fonte de renda.

Então, fica aqui, Sr. Presidente, o meu registro, a minha homenagem ao garimpeiro do Brasil, a minha homenagem, como disse ao Senador Edison Lobão, alguns parlamentares do Estado do Pará e do Maranhão e de outros Estados brasileiros que defendem essa classe tão sofrida do garimpeiro.

Eu queria pedir o apoio dessa Comissão, desses parlamentares que aqui estão, para que nós possamos fazer um Requerimento de urgência, aí, não será nessa Comissão, porque eu tenho que solicitar assinatura, pode ser nessa Comissão, Sr. Presidente? Então, o Requerimento de urgência que faço verbal – não sei se posso – neste momento, para que nós possamos levar esse Projeto direto ao Plenário e que seja feito um relatório final no Plenário, que seja escolhido um Relator no Plenário para que nós cheguemos à conclusão. Então, a Comissão, como a Comissão é eficiente, eu já estou aqui com o Requerimento, pois enquanto eu falava a Comissão preparou, a assessoria da Comissão. Então, já está assinado por mim e eu apresento, portanto, o Requerimento de pedido de urgência e pediria o apoio dos nobres Senadores e Senadoras dessa Comissão para que nós possamos fazer justiça para essa classe de trabalhadores tão sofrido do nosso país. Então, era esse o registro que queria fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, o relatório do Senador João Ribeiro em relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 015 de 2008 que institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências e cuja autoria é Presidência da República, o relatório é favorável, está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, está em votação a matéria. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

Existe um Requerimento entregue pelo Senador João Ribeiro, Requerimento de urgência, nos termos do art. 336 inciso II, combinado com o art. 338 inciso IV do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para Projeto de Lei da Câmara nº 015 de 2008 que institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras

providências. Sendo aprovado esse Requerimento de urgência, este Projeto não irá, pelas razões expostas pelo Senador, às Comissões de Infra-Estrutura e para a Comissão de Assuntos Sociais. Irá direto para o Plenário. Está em discussão o Requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, de forma muito rápida, primeiro cumprimentar o Senador João Ribeiro pela iniciativa, não só da relatoria como também do Requerimento de urgência e pedindo que o Projeto vá diretamente para o Plenário. Ninguém tem dúvida sobre a saga, a vida, o sofrimento do povo garimpeiro nesse país e que, nesse momento, via esse Estatuto, nós podemos dar para eles mais dignidade de trabalho e de vida. Meus cumprimentos ao nosso Senador Relator João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, eu quero destacar também da minha parte, o relatório apresentado, as opiniões externadas que foram muito além do relatório e a importância e a urgência do assunto. Onde a necessidade, eu diria de se ter esse Requerimento de urgência. Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o Requerimento. Aprovado. Então, aprovado o Requerimento de urgência.

Passamos ao Item nº 15 da Pauta, cuja relatoria pertence ao Senador Marconi Perillo, é um Projeto de natureza não terminativa, é o Projeto de Lei da Câmara nº 124 de 2007 que inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no livro dos Heróis da Pátria. Autoria é do Deputado Leandro Vilela, relatoria do Senador Marconi Perillo. O parecer é favorável para quem eu neste momento passo a palavra. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Eu já vou passar diretamente à análise, Sr. Presidente.

O General Joaquim Xavier Curado, goiano, dedicou a vida a sua brilhante carreira militar. Oficial respeitado organizou o Exército Brasileiro, implementou a Academia Militar, precursora da atual Academia Militar das Agulhas Negras. Patriota, o General liderou as campanhas no Sul pela conquista e preservação do nosso Território. Lutou ao lado de Dom Pedro I no Dia do Fico contra a resistência da Coroa Portuguesa. É personagem importante da história do Brasil. Tendo seus feitos reconhecidos e reverenciados tanto em Goiás, seu Estado natal, quanto no Rio de Janeiro e em Santa Catarina de onde foi Governador. Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa do Projeto de Lei em tela ao inscrever no livro dos Heróis da Pátria o nome desse brasileiro ilustre, verdadeiro herói de nossa história. No que se refere aos aspectos de constitucionalidade,

de juridicidade de boa técnica legislativa, também não há reparos a fazer à proposição em análise.

O voto, diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 124 de 2007, de autoria do ilustre Deputado Leandro Vilela que inscreve o nome do General Joaquim Xavier Curado no livro dos Heróis da Pátria, esse é o voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, está em discussão, então, o voto do Senador Marconi Perillo. Não havendo quem queira discutir. Em votação o Item nº 15 da Pauta. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Senador Marconi Perillo, nós temos o Item, agora, o nº 18 da Pauta de natureza não terminativa, um Requerimento de V.Ex^a, declaro nos termos, declaro nos termos, requeiro, né, requeiro nos termos regimentais, assim, declaro nos termos regimentais e requeiro à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Audiência Pública para debater sobre as fundações universitárias dentro de um novo modelo de gestão com painel “A Universidade que Queremos”. Convidando Sr. Leonardo Azeredo Bandarra, Procurador do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Sr. Arquimedes Diógenes Ciloni, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior – ANDIFES; e Sr. frei Gilberto Gonçalves Garcia, Vice-Reitor do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB. Autoria é do Senador Marconi Perillo, está em discussão à matéria. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, em rápidas palavras, eu gostaria de sustentar e solicitar a aprovação dos ilustres colegas, os ilustres pares já que eu considero, de fundamental importância, esse debate sobre as fundações universitárias a partir de um novo modelo de gestão e intitulado o tema da Audiência Pública como “A Universidade que Queremos”.

Esse é um assunto que requer da nossa parte, da parte do Senado Federal uma acuidade muito grande, porque a busca pelo ensino superior de qualidade é cada vez maior no Brasil, primeiro porque, é cada vez maior, hoje, o número de alunos que ingressam no Ensino Fundamental, quase 100% hoje dos alunos em idade de se inserir no ensino fundamental já está na escola, a partir, sobretudo, da criação do FUNDEF. Nós já estamos praticamente universalizando o ingresso de alunos no Ensino Fundamental. Conseqüentemente, a procura pelo Ensino Médio, sobretudo, agora, também com a aprovação do FUNDEB, tem crescido extraordinariamente. Nós vamos chegar logo à indicadores muito

positivos em relação ao ingresso dos alunos oriundos do Ensino Fundamental no ensino médio, e conseqüentemente, a procura pelas Instituições Superiores, sobretudo as públicas também é cada vez maior.

Há uma necessidade premente no Brasil, hoje, no sentido da qualificação dos nossos jovens. E quanto melhores as nossas universidades, melhor também será a formação, a qualificação, a preparação desse jovem para a vida, para o trabalho. Por essa razão é que eu estou propondo o convite ao Procurador do Ministério Público do Distrito Federal, que é uma pessoa muito interessada no assunto, Dr. Leandro Azeredo, e os representantes da ANDIFES e do CRUB. Com certeza, nós vamos protagonizar, nessa Comissão de Educação, mais um importantíssimo debate para a educação brasileira, sobretudo para a educação superior. Com essas palavras eu sustento, rapidamente o Requerimento e peço aos pares a aprovação do mesmo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, eu até quero destacar a V.Ex^a, que, acho que foi duas semanas atrás, nós tivemos uma Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia com a FINATEC e onde houve um conjunto de explicações em relação aos problemas havidos, e uma das conclusões havidas naquela Comissão foi a iniciativa que se deve tomar de um esforço até conjunto da Ciência e Tecnologia com a Educação, para um debate sobre a Legislação que orienta as fundações de apoio às Universidades. E que está, assim, numa linha, assim, de conformidade com que V.Ex^a pretende. Então, é um assunto urgente, necessário, adequar-se à Legislação, ver seus empenhamentos nas Fundações para que elas atendam de uma maneira adequada, legal, transparente as finalidades para as quais foram criadas. Está em discussão a matéria. Em votação. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. O Item nº--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria ver da possibilidade de encaminharmos extrapauta dois Requerimentos, um deles solicitando, um deles é que seja realizada uma Audiência Pública para discutir os 200 anos de ensino superior público no Brasil, “A Escola Pública Pede Passagem”; e o outro, para discutir o FUNDEC – já que eu tenho um fundo apresentado aqui e aprovado já nessa Comissão, com o objetivo de fortalecer o ensino técnico chamado “FUNDEP” e agora temos aqui o FUNTEC, encaminhado pelo que percebo, pelo Executivo.

Acho que seria muito bom que discutíssemos os dois temas para que não ficasse nenhuma dúvida sobre a importância dessa discussão e que não trará nenhum prejuízo para o FUNDEP que já aprovamos aqui e está tramitando em outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em votação, então, o Requerimento do Senador Paulo Paim para a inclusão de Extrapauta de dois Requerimentos, e também já aproveito a oportunidade, aqui para pedir a inclusão de um Requerimento de minha autoria também para a apreciação. Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Eu vou primeiro, se V.Exª me permite, ver o Item nº 19 e logo em seguida já votaremos os outros Requerimentos. O Item nº 19, aditamento nº 1 ao Requerimento nº 06/08 da Comissão de Educação em aditamento ao Requerimento nº 12 de 2008, Comissão de Educação que requer voto de congratulações à área de comunicação do Senado, aprovado em 11 de março do corrente, requeiro a inclusão da rádio Senado em reconhecimento à excepcional cobertura ao longo do ciclo de Audiências Públicas denominado “Idéias e Propostas para Educação Brasileira, e o Plano de Desenvolvimento de Educação – PDE”. Autoria do Senador Cristovam Buarque, eu também subscrevi o presente Requerimento, que está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Passamos aos Requerimentos... Aos Requerimentos Extrapauta. A Secretaria me lembra que o conteúdo está com V.Exª, V.Exª pudesse ler o Requerimento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Posso sintetizar, Sr. Presidente. Um deles, na verdade, é para discutir o FUNTEC.

O FUNTEC é um tipo de um fundo que reorganiza o sistema “S” que é de iniciativa do Ministério da Educação e para o debate nessa Audiência Pública contaremos, com certeza, com a presença do Ministro Fernando Haddad, do representante da CNI, o Presidente Armando de Queiroz Monteiro; o Sr. Paulo Skaf, Presidente da FIESP; Antônio João Domingues de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Clécio Andrade, Presidente da Confederação Nacional de Transporte; Mário Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras e Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Eu faço, eu dou uma insistida nesse Requerimento, claro que eu acho legítima a iniciativa, mas quero dizer também é legítimo o FUNDEP, que já aprovamos aqui, agora está na CCJ, que tem na questão do fundo o mesmo objetivo, o investimento no Ensino Técnico.

Claro que eu não toquei no sistema “S”, no fundo que ora apresentei e já aprovei nessa Comissão. E esse trata só do sistema “S”. Talvez nós possamos, efetivamente, aprovar os dois, porque um não colide com o objetivo do outro. Mas para ficar bem claro nada melhor como a Audiência Pública, esse é o Requerimento nº 1 que eu queria submeter à votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão o Requerimento da mais alta importância, necessidade. Não havendo quem queira discutir, inclusive, eu estou subscrevendo esse Requerimento junto com V.Exª, está em votação. Está aprovado. V.Exª com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O segundo Requerimento, Sr. Presidente, pede a realização de um seminário com o título “200 anos de Ensino Superior Público no Brasil – A Escola Pública Pede Passagem”. Só pelo título eu diria que diz tudo, da importância da escola pública e com esse objetivo faríamos um seminário onde aqui nós estamos convidando representantes da Campanha Nacional Pelo Direito da Educação, representantes da União Nacional dos Estudantes, representante da União dos Estudantes de Segunda Lista, representante do Movimento dos Sem Universidades, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, representante da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, representante da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais do Ensino Superior e representante da Secretaria Especial de Política de Igualdade Racial da Presidência da República – a SEPIR. Esse é o Requerimento que nós encaminhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente, bem colocado também. Passo a palavra ao Senador Mão Santa para discutir a matéria.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sem dúvida nenhuma, nós só estamos três aqui, né, mas eu quero dizer que, qualitativamente, o Senado está muito bem representado por nós três, vou dizer o porquê. Flávio Arns simboliza a dedicação ao mais fraco, ao mais sofrido, ao deficiente e Paim que era dedicado ao trabalho, agora ele cresceu para mim, porque ele visa à educação. E eu queria mostrar aqui a minha preocupação, por isso que eu estou aqui, viu? Eu acho que nós temos que ser preparado.

Eu vou advertir, Paim, como isso aqui é importante. Eu li um trabalho em 1990, Presidente Flávio Arns, sobre educação superior em 1990. Então, das 10 melhores Universidades, em 1990, 07 eram públicas, 03 eram privadas. Aí, em 2000, inverteu-se, 03 melhores do país eram públicas, só três, 07 era privada,

10 anos, houve essa inversão. Hoje, das 10 melhores universidades brasileiras, atentai bem. As 10 melhores só tem 02 públicas. Uma é essa de Brasília outra é de São Paulo, as 08 melhores são privadas.

Então, o nosso salário, apesar do esforço do Paulo Paim e nosso, é muito reduzido, é diferente dos Estados Unidos em que qualquer pessoa que trabalha pode pagar uma universidade privada, qualquer garçom, qualquer motorista, qualquer moça pode pagar, porque lá eles ganham 2 mil dólares, né, garçom ganha 17% no mínimo, eles costumam dar 20 por Lei numa conta, quer dizer, você vê jovens universitários em tudo que é restaurante. Você vai nesse *Outback* que é australiano, é universitário, lá eles ganham com qualquer trabalho ele paga. Porque ganham bem. O nosso salário, apesar do esforço da gente não dá para pagar. Tem uma faculdade do Nordeste de medicina que eu não quero citar o nome, porque, né? Mas uma de medicina é 4.000 mil reais um mês, um mês. Isso é que eu quero advertir o nosso querido Luiz Inácio, onde nós estamos indo?

Está certo que é generosa essa bolsa, mas nós estamos entrando num abismo que só os ricos vão se formar. Uma faculdade de medicina no nordeste que é 4.000 mil Reais o mês, então, quem ganha salário é inviável, e não é só a mensalidade, né, Flávio Arns. Você tem que morar, tem que comer, tem que ter lazer, tem que ter os livros que são caros. Então, isso aqui que está advertindo nós temos. Na década de 60 eu me formei em Faculdade de Medicina pública, fiz minha pós-graduação em hospital público, no Rio, no IPASI pós-gradual. Então, está havendo isso que nós temos que, vamos dizer, fazer uma profilaxia de tal maneira que no Brasil, dentro de pouco tempo, se continuar só vão se formar os poderosos e os ricos, essa que a gente, essa visão de futuro que nós queremos estancar. No meu tempo tinha, relativamente, muito mais faculdades públicas e boas, responsáveis, daqui eu estou fui formado em universidade pública. Hoje, está nessa situação.

Então, o Paim adverte aqui, é que é de extremo apoio à realização de seminário 200 anos de Ensino Público Superior do Brasil, “Pede Passagem” a ser realizado por Comissões... eu já advirto, das 10 melhores só 02 são públicas, 08 privadas. Então essa é a advertência, essa é um assunto muito sério, e eu acho que também é uma das belas inspirações que o Paim está advertindo para a gente voltar. Eu não sei se, você formou-se em quê, Paim, área pública ou privada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Uma pública e outra privada. Fiz Direito na Federal do Paraná e Letras na PUC do Paraná. Mas fiz também na --

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu formei medicina pública e pós-graduado em hospital público, e hoje está complicando as coisas. Até para um pós-graduado hoje uma residência tem cursinho hoje, pagos, pagos. Quer dizer que é o privado que está... E a seriedade que você tem que ver, nos Estados Unidos tem isso, mas eles ganham, eu convivo, eu pergunto, o ganho dele dá para pagar. Aqui para uma mocinha arrumar 4.000 mil Reais, é um negócio complicado, não é? Então essa é a advertência que nós temos que fazer ao Ministro, né, meus aplausos, Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Eu quero até destacar, Senador Mão Santa, que esse debate sobre os custos numa instituição, numa instituição particular de ensino superior e aquilo que a família recebe é um debate que a gente tem que fazer também. Porque muitas famílias estão com os filhos não, necessariamente, medicina que são cursos mais caros, mas mesmo em odontologia, em engenharia outros cursos, 1.500, 1.300, se a pessoa percebe, tem um salário de 4 mil, 5 mil por mês que é um bom salário, no Brasil, essa pessoa não tem a condição de gastar 20, 25, 30% do seu salário para o pagamento de uma mensalidade no curso superior.

Então, esse é um debate que já foi feito nesta Comissão. Havia um Projeto de Lei em tramitação, reunimos depois o Ministério da Educação para vermos maneiras de financiamento estudantil para aqueles estudantes que não se encaixam no PROUNI, que não se encaixam no FIES, nas categorias menos aquinhoadas do ponto de vista econômico, mas que precisam de financiamento, porque senão vai ficar cada vez mais inviável também o acesso a ensino superior, se não for o público, for o particular para aquelas famílias cujos filhos, cujas famílias recebem 4, 5, 6 mil por mês e nem por causa disso conseguem pagar a instituição de ensino superior.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Chile é mais ou menos assim como V.Ex^a está falando. Eu conheço bem e hoje o chileno, o último Presidente, Ricardo Lago, botou uma Lei que era obrigado a ter 8 anos de escolaridade. Hoje são 12, ele antes de sair, antes de entregar para a Michelle Bachelet 12, por isso é uma civilização hoje muito adiantada, mas a universidade quase toda é privada, mas o banco financia. Então, você, é médico você vai lá pagou, depois você paga aquilo, né. Então, no Brasil tem esse modelo muito aproximado dos Estados Unidos, é bonito, mas lá, eles trabalham, é salário/hora, né, Paim, eles ganham é por hora o salário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Não, é sobre esse problema de custo. Está me ouvindo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, está bom.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Desculpa. É que, é um debate que nos traz um pouco de amargura e de esperança. Amargura por quê? Nós vimos as duas professoras que aqui vieram e que tiveram bons resultados no ENEM, quanto custa a mensalidade nessas escolas. Do Piauí, do Senador Mão Santa, era 400 e pouco segundo a diretora da escola, que é um ensino de primeira. A escola do Piauí que ganhou no ENEM e de São Paulo é de 1.700 a 1.900, no primeiro grau, primeiro e segundo grau. Quer dizer, às vezes, é mais que uma universidade. Só que, às vezes, é obrigado a ter uma mensalidade dessa como salário do professor é 6 mil segundo a Revista Veja e a Isto É deu esta semana com respeito a essas escolas que tiraram graus vantajosos do ENEM e todas privadas. E nós vimos, Senador, que cerca de 300 municípios estão fechando contratos para receber apostila das escolas particulares com bom resultado. Quer dizer, o que demonstra, claramente, que o Estado não está correspondendo aos investimentos e a forma de pagar os professores, estimular para que eles tenham uma dedicação exclusiva e possam oferecer um ensino à altura daqueles que não tem a possibilidade, infelizmente, de pagar uma escola particular.

Então, vai degradando, ontem mesmo no Fantástico, uma menina no 3º ano foi quando aprendeu a ler as palavras, ela não sabia até o 3º ano do primeiro grau. Quer dizer, uma coisa que choca a qualquer um de nós, então, a falta, Senador Mão Santa, Paim, é do Governo que não investe claramente no ensino primário, no 1º e 2º grau, fazendo com que realmente as escolas públicas não tenham, não possam ser equiparadas às escolas privadas. Eu acho que não sei se, acho que talvez tenha uma lógica essa contratação dos municípios, do fornecimento de apostilas e orientações para o ensino, principalmente aquela que esteve aqui, ela tem feito convênios com alguns municípios, dizem que traz bons resultados. E eu pergunto: Por que é que é o Estado não oferece condições?

Eu me lembro uma vez na Polícia Federal, Senador, em que nós fizemos uma diligência numa transportadora de vários produtos e lá tinha uma imensa massa de livros para o 1º e 2º grau. O que aconteceu, Senador Mão Santa e Senador Paim, Sr. Presidente, nós chegamos e estavam pegando os livros novos, recém entregues para distribuição nas escolas públicas sendo cortados para serem vendidos a quilo como papel usado. Claro que nós fizemos o flagrante, isso tem mais de 10 anos, eu não sei o que aconteceu,

provavelmente não aconteceu nada. Livros de primeira, bem encadernados, bonitos, com fotografias, com mapas e tudo sendo destruídos para serem vendidos como papel. Então, isso aqui, eu não sei, é prisão em flagrante não vale nada, tem que deixar o sujeito mofar permanentemente e saber quem controlava a entrega. Se uma escola não recebe, olha, eu não recebi e quem autorizou a remessa tem que ir em cima e cobrar uma indenização pela falta do cumprimento do dever legal da entrega desses materiais. Eu não sei se isso ainda acontece. Porque a fiscalização do material que o Estado, o Ministério da Educação, Secretarias de Educação distribui para as escolas, se são corretamente entregues. E se são fiscalizadas, que tem professor que não aceita. Acha que não preenche aquilo que, no entender dele é melhor para o aluno. Então, são coisas que têm discrepância, e essa parte financeira é difícil.

Nos Estados Unidos a Universidade funciona, porque quem sai da universidade faz enormes doações. Aqui ninguém doa nada, ninguém doa nada. Aqui quem sai da faculdade de medicina de São Paulo, do 11 de Agosto, da Faculdade de Direito, ninguém deixa um dinheiro para ajudar o outro aluno que não tem a capacidade. Então, fazer o vestibular já é um, é terrível. Então, é uma, um número muito pequeno que consegue acesso às universidades federais. Então, tem que ir para particular. E o pai deixa, às vezes, de comer para poder tentar pagar uma mensalidade e procurar ou desconto, uma bolsa, ou qualquer coisa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O debate é importante, eu li um livro sobre a universidade de Harvard.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Harvard, vem o nosso Tuma, tem uma cultura muito vasta, que eu li um livro sobre Harvard impressionante, Paim, o Reitor no primeiro dia de aula chama todos os professores e diz o seguinte, Harvard: Atentai ele não diz, prestem bem atenção. Dê atenção aos primeiros lugares, muita atenção que eles vão ser os professores, colega de vocês. Mas dê muito mais atenção aos outros que eles vão sair por aí e vão ganhar dinheiro e eu vou pedir doações a eles para manter esse patrimônio. Então é da cultura, o formando, ele já na aula inaugural, chama os professores. Dê atenção aos primeiros lugares, eles vão ser os colegas de vocês, vão ficar aqui. E dê muito mais aos outros que eles vão sair daqui com conhecimento, vão ganhar dinheiro, muito, e eu vou pedir para eles continuarem ajudando. Eles têm essas culturas de ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu só quero dizer que o Senador Mão Santa tem toda a razão em trazer aí o depoimento do Diretor de Harvard.

Então, está em votação o Requerimento lido pelo Senador Paulo Paim, “200 anos de Ensino Superior Público no Brasil, Escola Pública Pede Passagem” é apoio à realização do seminário lá na Câmara, está em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como está, aprovado.

O último Requerimento nos termos do art. 90 incisos X e XI, combinado com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal requeiro que sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Cultura, Sr. Gilberto Gil as informações solicitadas sobre os recursos de programas de fomento para a área teatral no ano de 2007. E vem, aqui, listadas, listados um conjunto de perguntas cujas respostas estão sendo, assim, requisitadas. Está em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Está aprovado.

Só duas informações. Quero lembrar que amanhã cedo, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte terá Reunião Extraordinária, 10 horas para instruir o PLS nº 403 de 2007 que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica. Autora do Requerimento é a Senadora Rosalba Ciarlini, com aditamento do Senador Cícero Lucena e o autor do Projeto é o ex-Senador Wilson Matos que esteve aqui presente no dia de hoje e cuja relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini.

Quero lembrar, também, já foi dito antes, que semana que vem nós teremos aqui no Senado Federal o II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social com a presença dos Ministros da Educação do Brasil, Índia, África do Sul, representante do Reino Unido dia 22 de abril, início às 9:30 horas, auditório Petrônio Portela aqui no Senado Federal. E de 23 a 26 de abril em Campo Grande, no Centro de Convenções Ruben Gil de Camilo, auditório Barros de Souza em Campo Grande. Então já havíamos apresentado essa informação antes, estamos reforçando neste momento.

Agradeço a todos pela participação, Senador Mão Santa, sempre presente, atuante, né? Gostei muito da expressão também quando o Diretor de Harvard, talvez fosse dizer atentai bem, não é bem atentai bem, mas preste atenção. Eu digo, mais alguém que está falando atentai bem, pelo mundo. Senador Romeu Tuma, o Senador Paulo Paim, todos os Senadores que participaram dessa Reunião. Agradeço e declaro encerrada a presente Reunião. Obrigado.

Sessão encerrada às 12h47.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezois de abril de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senador Paulo Paim, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Inácio Arruda, Gerson Camata, Virgínio de Carvalho, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo e Sérgio Zambiasi. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho, Marisa Serrano e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimentos nº 01/08 – CE, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 01/08 – CE, de autoria do Senador Cícero Lucena, que tem como objetivo **Instruir o PLS nº 403, que “Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAMEB)**. Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Mariza Abreu, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED e Secretária de Estado de Educação do Rio Grande do Sul; Senhora Stella Magaly Salomão, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Rio de Janeiro – UNDIME/RJ; Senhora Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e Senhor Wilson Matos, Ex Senador e Reitor do Centro Universitário de Maringá – CESUMAR – PR (autor do Projeto de Lei). Os outros convidados, Deputado Paulo Renato Souza (PSDB/SP); Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Educacionais Anísio

Teixeira (INEP/MEC) e Maria do Pilar Lacerda, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação Básica (SEB/MEC), justificam a ausência por e-mail e ofício respectivamente. Após a palestra de todos os expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, comunica que em virtude de compromissos assumidos anteriormente necessita ausentar-se da sessão, passando a presidência a Senhora Senadora Rosalba Ciarlini. Prosseguindo, a Senhora Presidente Eventual Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Wanessa Zavarese Sechim, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Senhora Sônia Maria Nogueira, Diretora Pedagógica da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e do Senhor Rene Couto, Presidente da Comunidade Bahá'í do Brasil. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes e Virgínio de Carvalho. A Senhora Presidente Eventual, Senadora Rosalba Ciarlini, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência Eventual encerra a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2008.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da

mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento nº 001 desta Comissão, de 2008, aprovado de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e há Aditamento nº 001 também da sede de 2008, aprovado de autoria do Senador Cícero Lucena para a realização dessa Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 403/2007, que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Senador Flávio Arns que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Vamos começar a nossa Audiência Pública. A autora do requerimento, que é a Senadora Rosalba Ciarlini está se deslocando para essa Comissão. Quero também dizer que a autoria do Aditamento foi o Senador Cícero Lucena. Autoria do PLS nº 403 é do Senador Wilson Matos. A relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini.

Convidados: Mariza Abreu, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Secretarias Estaduais de Educação; Stella Magaly Salomão, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Rio de Janeiro; Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e o nosso ex-Senador Wilson Matos, que é o autor do Projeto.

Foi endereçado a mim uma justificativa de Audiência do... Refiro-me aos Ofícios nº 73/2008 e nº 74/2008, datados de 3 de abril de 2008, que encaminham convite ao Sr. Presidente Nacional do Instituto de Pesquisas Educacionais, Anyzio Teixeira e a Srª Secretária de Educação Básica desse Ministério para participarem como expositores de Audiência Pública a ser realizada com a finalidade de instruir o PLS nº 403/2007 no dia 16 de abril próximo.

Agradecendo o convite, em nome desse Ministério, informo a V.Sª que, lamentavelmente, a Profª Maria do Pilar Lacerda e o Profº Reinaldo Fernandes não poderão participar da referida Audiência nem indicar representante uma vez que as equipes técnicas do MEC, foi o caso de ontem, não é meu Senador, estão envolvida com realização de dois importantes eventos: a Conferência Nacional de Educação Básica e a Feira Nacional de Ciência e Educação Básica.

Essa é uma justificativa que eu recebo e, naturalmente, acato. Até porque... Inclusive, eu hoje à tarde coordeno uma mesa nessa Conferência e pela informação que tenho estarei... Tenho que estar lá das três horas até às seis horas. É uma Emenda que vai tratar da diversidade no campo da educação que é um tema que eu tenho tratado com muito carinho.

Eu, a partir desse momento, então, nós vamos passar para o nosso debate. Eu, mantendo a ordem de inscrição, em primeiro lugar, pelo tempo de 15 minutos, a Marisa, a Sr^a Mariza Abreu, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de educação – CONSED e Secretária do Estado de Educação do Rio Grande do Sul. Quinze minutos com mais cinco, se necessário.

SRA. MARIZA ABREU: Bom dia. Obrigada, Senador Paim pelo convite. Para mim é sempre bom retornar ao Congresso. Eu sou funcionária da Câmara dos Deputados nesse momento exercendo... Tudo bom, Senador? O senhor se lembra, né? Dos nossos embates da LDB, né? Bom, eu vou direto ao tema. Cumprimento todos que estão na Mesa, porque o assunto é importante e a gente precisa gastar o tempo todo no conteúdo.

Olha, em primeiro lugar, eu queria parabenizar o Senador Wilson Matos pela iniciativa que nós dá a oportunidade de irmos aqui fazer esse debate tão importante para as questões da Educação Brasileira. Alguns consensos que nós temos hoje, eu acho que é bom retomá-los para que a gente possa localizar o debate sobre a questão da... Da proposta do Projeto em análise de certificação, de um exame de certificação dos professores.

Primeiro – hoje é perfeitamente consensual no Brasil que a nossa questão principal no que se refere à educação básica é a questão da qualidade. A gente tem ainda estrangulamentos. A gente tem ainda falta de vagas em algumas regiões onde há, por alguma atividade econômica nova, um crescimento da população residente. A gente tem ainda muitas escolas do ponto de vista da rede física que não estão em condições adequadas. Mas, o Brasil tem, inclusive, uma matrícula total decrescente na educação básica nos últimos anos. Então, a nossa questão central é a qualidade, muito mais difícil, né? Quando a questão é a expansão quantitativa constroem-se prédios, inauguram-se os prédios, se mede com facilidade o número de matrículas que se tem num ano para o ano seguinte, para três, quatro anos depois. Agora, a qualidade começa na dificuldade do... Da sua, do seu conceito, né?

Começamos por discutir o que entendemos por qualidade. Depois, passamos a discutir como aferir, como medir, como avaliar a qualidade de um sistema de ensino. É... Em terceiro lugar – chegamos à idéia de que a qualidade não é resultado de uma única ação isolada. Ela é uma articulação de iniciativas que os Governos e as sociedades, as escolas, os professores têm que tomar. E... Não tem fórmula pronta. Quer dizer, o conjunto de iniciativas, que combinadas de uma determinada maneira, podem gerar mais qualidade

numa circunstância, não geram igualmente o mesmo resultado em outra circunstância.

Mas, eu acho que a gente vem criando no Brasil algumas opiniões, se não consensuais, que é muito difícil, amplamente majoritárias pelo menos duas eu diria. E... A ação do Governo Federal no seu papel de coordenação da Educação Básica vem nos apontando nesse sentido. Há muitos anos a ação continuada do Governo Federal que... Que se concretiza no atual Governo na proposta do índice de aumento à educação básica. Ao propor esse indicador, o Governo Federal aponta para a sociedade brasileira, para todos nós, o entendimento de qualidade enquanto a combinação, a articulação de taxas de aprovação e conclusão dos alunos na Educação Básica com os níveis de aprendizagem auferidos nos processos de avaliação externa do rendimento escolar que os Governos têm feito no Brasil.

Então, não basta. A gente tem que fugir de duas armadilhas, aprovar todo mundo sem os alunos aprenderem e também não nos serve ter altos resultados ao final com uma taxa de exclusão muito grande dos alunos via evasão, reprovação, repetência durante o percurso da escola básica.

E uma segunda grande... Uma grande idéia consensual é que, se precisamos de várias coisas, se precisamos de escolas equipadas, se precisamos de material didático, se precisamos de laboratório de informática, o principal fator gerador de qualidade de educação é o professor. É a formação do professor, é o comprometimento do professor, é a satisfação do professor com o seu trabalho. Portanto, a importância de debatermos sempre a questão da valorização dos professores em todas as suas dimensões de forma não restrita à questão salarial.

Eu entendo que as diferentes propostas em debate no Brasil, Senador Wilson, que se referem à certificação surgem nesse contexto – no contexto da preocupação com a qualidade e no entendimento de que a formação do professor e seu comprometimento é o fator decisivo para a construção de uma educação de qualidade.

Agora, analisando as diferentes idéias e os diferentes Projetos não só o seu, Senador, mas, os outros que tramitam na Câmara dos Deputados também sobre isso e mais a iniciativa do Senador Cristovam, quando Ministro do Governo Lula no primeiro ano, nós identificamos que há várias compreensões diferentes do que se chama de certificação, e que servem a diferentes ações no sistema de ensino. Eu acho que isso é que a gente precisava se entender, se pôr de acordo para, inclusive, gerar posições, se não consensuais – porque difíceis, amplamente majoritárias na construção Legislativa no

Congresso e que, efetivamente, venham saindo daqui, contribuir para quem está lá fora, como nós estamos nesse momento, na gestão da educação.

A gente identifica, lendo esses diferentes textos legais, três idéias:

Uma idéia de certificação como exame de ordem, né? Certificação como um exame de estado feito para que aqueles indivíduos, uma vez diplomados nos cursos de formação dos professores possam ter acesso ao exercício profissional. Ok? É, por exemplo, o conceito de certificação que está no Projeto do Deputado Gastão Vieira, em apreciação na Câmara dos Deputados. Então, uma primeira idéia de certificação é certificação como exame de ordem, para exercer a atividade profissional não basta ter o diploma do curso de graduação, de licenciatura é preciso ser aprovado num exame de estado. Que é o que tem a OAB, que é o que tem o CREA, que é o que têm algumas profissões regulamentadas no Brasil.

Uma segunda idéia é a idéia de um exame periódico feito para aqueles que estão em exercício na atividade profissional, que é o exame que o senhor traz no seu Projeto. Não é o exame para ter acesso ao exercício da profissão, mas, é um exame para aqueles que estão no exercício da profissão... Se submeterem periodicamente. A sua proposta é de um exame feito a cada cinco anos, feito anualmente, mas, para grupos de diferentes professores. De tal forma que cada grupo fizesse, submetesse ao exame de cinco em cinco anos. Educação Infantil, anos iniciais, anos finais, Ensino Médio etc.

A pergunta que a gente tem que se fazer é: Qual é a consequência desse exame? Que consequência ele terá para a gestão da educação, para o magistério, em resumo, para o que todos nós queremos que é qualidade da educação? E... Existe, associada a essa concepção, a proposta também do Projeto do Deputado Gastão Vieira de incorporar no inciso do artigo da LDB que trata da carreira do magistério, além dos dois fatores lá já apostos para progressão na carreira que são com base na titulação ou habilitação e... Progressão funcional com base na avaliação desempenho, o que o Deputado Gastão está propondo no Projeto que ele apresentou à Câmara é incorporar, nesse dispositivo da LDB o que já está presente na Resolução do Conselho Nacional de outubro de 1997, cujo Relator foi o, então, representante da CNTE, o Profº João Monlevade, de avaliação de conhecimentos também como um fator de progressão na carreira.

Então, esse exame que o senhor propõe “periódico” no seu Projeto, que no seu Projeto não está associado à idéia de progressão na carreira pode também, em outro contexto, ser um exame “periódico”

co” para quem está em exercício com repercussão na carreira do magistério.

E tem uma terceira concepção que os senhores, que eu não vi posta com clareza nos documentos legais que eu analisei, e não vi todos, eu acho. Eu sempre digo assim: “é idéia de certificação enquanto algo semelhante à carteira de motorista”, que é o que o Governo da Bahia tinha com a certificação para o exercício da gestão escolar, né? Então, o reconhecimento da competência para o exercício da atividade profissional não é vitalício, quer dizer, não é... Não é conseguir o diploma da graduação e estar apto para todo o sempre autorizado ou reconhecido como competente para o exercício daquela atividade profissional que é o que acontece com carteira de motorista, certo? A gente para dirigir um automóvel tem que, periodicamente, submeter àquele exame que confirma se a gente mantém ou não a competência para aquela atividade profissional.

Em algumas ações como, por exemplo, o exercício da gestão escolar isso tem sido introduzido em alguns sistemas de ensino no Brasil. Então, todos são professores, mas para poderem concorrer, seja lá qual for a maneira de escolha, eleição, indicação etc, ao exercício, ao desempenho da função de direção escolar tem que passar por uma... Por uma... Uma formação periódica com certificação ao final. E essa certificação tem validade. Quer dizer, o professor faz a... O curso para a gestão escolar é certificado e ele durante cinco anos está habilitado para ser Diretor. Se ele, findado aquele prazo, se ele quiser novamente se candidatar ao posto de Diretor de escola, ele tem que passar de novo por aquela certificação.

Bom, postas as coisas dessa maneira, eu quero começar a... Mais do que ter uma posição fechada sobre isso, até porque o CONSED é um Órgão plural com partidos, com Governos de todos os Partidos e, portanto, com todas as posições e não nos cabe fechar algumas questões dentro... A gente fecha muito facilmente quando é dinheiro, certo? Quando é para a gente pedir dinheiro para o Governo Federal ou disputar dinheiro com os Municípios, a gente fecha rápido. Agora, quando é para tomar posições sobre conteúdos desse... Desse quilate, nós somos partidos diferentes, Governos diferentes.

Então, mais do que emitir aqui uma opinião em nome do CEPESA, eu quero fazer um questionamento geral, posso dizer a minha depois, certo? Eu tenho o seguinte entendimento, vamos lá.

Quanto ao exame da certificação para o acesso ao exercício da profissão. Eu acho que nós somos diferentes dos advogados ou dos engenheiros, dos arquitetos. A questão fundamental diferente do Ma-

gistério da educação básica é que nós somos 80% servidores públicos. 80% dos professores da Educação Básica no Brasil trabalham nas redes públicas de ensino. Então, nós somos submetidos a um concurso para o exercício da atividade profissional pela Legislação, pela Constituição vigente no Brasil, ok? A maioria dos advogados não são servidores públicos. A maioria dos engenheiros não são servidores públicos. Então, há um... O mercado é diferente, né? Os postos de trabalho na sociedade são diferentes. Então, o caráter da ordem do Exame de Ordem para os advogados, ou para os engenheiros, ou para os arquitetos que todos têm que ter o nº da OAB, o nº do CREA para poderem exercer a sua atividade profissional tem um sentido de certificação para o exercício da profissão no conjunto das atividades na sociedade que a maioria delas não se dão na área do serviço público. Ok? Um exame de certificação para professores da educação básica não poderia substituir o concurso, ok? Não poderia substituir o concurso. Bom, nada impede que as duas coisas aconteçam, que exista o exame de certificação – do ponto de vista lógico, o exame de certificação para o acesso ao mercado de trabalho depois que cada ente federado faça o seu concurso. Nada impede. Eu, entretanto, minha opinião, acho que é muito mais importante a qualificação dos concursos, que os concursos sejam para valer, do que esse exame de ingresso.

Quanto à questão da certificação estilo “carteira de motorista”. Bom, deixa eu dizer uma coisa antes, eu acho que esse debate, ele enfrenta, em primeiro lugar, uma resistência corporativa. Todos nós sabemos que a tendência das entidades dos professores é se posicionarem contrárias a esse tipo de avaliação. De um jeito, eu me sinto muito à vontade de dizer na frente dos meus colegas da CNTE, já fui da CNTE, porque digo isso em qualquer lugar. Nós não somos contra, mas, é primeiro preciso isso, isso, aquilo, aquilo outro, quer dizer, se colocam tantas condições prévias para que coisas como essas possam ser feitas que na realidade elas se inviabilizam. Ao que num seminário feito em 2006 eu retruquei: “Bom, então não podemos avaliar a aprendizagem dos alunos antes de aumentar o salário-mínimo”. Se nós não podemos ser avaliados antes de aumentar os nossos salários, melhorar as condições de trabalho, então, como é que nós avaliamos cotidianamente os nossos alunos? E temos as taxas de reprovação e repetência que temos. Então, estamos sendo incoerentes. Quer dizer, [soa a campainha] nós professores que faz parte do nosso metiê(F), a análise constante dos nossos alunos, resistimos quando se fala da nossa avaliação. Eu já encaminho para o final, Senador.

Mas, acho que nessa questão da certificação estilo “carteira de motorista” seria a primeira categoria profissional para a qual isso seria posto. Isso não existe para os médicos. Isso não existe para os engenheiros. Então, vamos fazer uma discussão mais complexa sobre isso. Em quais profissões isso seria necessário? Acho isso mais difícil. Acho difícil de discutir isoladamente para a educação essa questão, certo? Então, vamos discutir as outras duas – em relação do acesso eu já coloquei.

Agora, o que eu acho especialmente importante que a gente avance na discussão é na avaliação de conhecimentos para a progressão na carreira do Magistério. E como é que isso pode ser feito? Em que medida isso é um Exame Nacional? Aí, entramos na questão federativa que eu acho muito importante ser discutida nesse caso, porque a Educação Básica é ofertada pelos Estados e Municípios, e a União tem um papel de coordenação – ela não é a mantenedora das redes. E a autonomia federativa precisa ser respeitada para dar conta da diversidade brasileira. Então, nós precisamos de padrões nacionais mínimos e a possibilidade de além desses padrões, estados e municípios ousarem; fazerem diferente, adaptarem a sua educação às suas questões locais. Então, para mim, o mais importante é como é que a gente articula a avaliação de conhecimentos como progressão na carreira? Por que que tipo de progressão na carreira a gente tem hoje? A gente tem uma progressão na carreira que não está articulada com os resultados da educação. No meu estado os professores avançam na carreira por formação inicial, isso é importante. O SAEB indica que quem tem formação de nível superior, seja ela qual for, seus alunos aprendem mais do que quem tem formação de nível médio. Mas, o resto é tempo de serviço; é uma avaliação de fatores que não guarda qualquer relação com os resultados de aprendizagem. Então, esse professor foi à aula, se ele foi assíduo. Gerou-se uma autodefesa corporativa. Nós temos 99% dos professores com pontuação máxima em todos os quesitos e a aprendizagem dos alunos caindo. Então, isso não tem sentido. E a apresentação de documentos comprobatórios de frequência às atividades de formação continuada, que também não guardam qualquer relação com a melhoria dos resultados da aprendizagem.

Agora, o que é que guarda melhoria? Que pode guardar? É melhora na formação do professor. E aí não é dizer que foi no cursinho de 20 horas, que foi no cursinho de 40 horas. Que porque ele tinha um palestrante do Uruguai ele vale mais do que se não tiver, isso não tem sentido.

Agora, os professores buscarem a formação individualmente em Instituições Privadas fornecidas pelo Estado, mas têm que comprovar ao longo da carreira que melhorou a sua formação para o exercício do Magistério e isso ter consequência na progressão na carreira e, portanto, no bolso do professor. Isso nos interessa.

E aí, Senador, eu acho que eu faria uma sugestão de aperfeiçoamento do seu Projeto, certo? Porque a sua proposta é uma avaliação periódica, eu inclusive acho que ela não tem que ser obrigatória. Mas, quem não se submeter à avaliação periódica de conhecimentos não corre o risco de progredir na carreira. Só vai correr o risco, só vai ter a chance de melhorar de posição na carreira aquele professor que aceitar fazer o exame de Estado periódico, né? Então, eu acho que o uso desses resultados só para o planejamento de formações continuadas é pouco. Isso os resultados no SAEB das avaliações estaduais nos dão dica já. Já é... Já é um caminho senão total, bastante significativo para a implementação das ações de formação continuada.

Agora, o estímulo real para os professores melhorarem a sua formação, poderá advir do cruzamento da sua idéia com a inclusão lá na LDB que é o que o Deputado Gastão Vieira propõe, incorporando do parecer do João Monlevade a progressão na carreira por avaliação periódica de conhecimentos. Para começar, acho que eu já passei do tempo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós que agradecemos a... Sr^a Mariza Abreu, que é Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação e Secretária de Estado lá do nosso Rio Grande do Sul.

Eu queria justificar também a ausência nesse debate hoje, do nosso ex-Ministro e colega de Parlamento, o Deputado Paulo Renato Souza que ele comunica a impossibilidade da presença hoje [soa a campainha] por motivos de compromisso assumidos anteriormente em São Paulo e somente por isso que ele não está aqui, mas que gostaria muito de participar desse debate.

Eu só informo aos nossos convidados que a alteração do Projeto agora e, depois ela vai falar, mediante às sugestões colocadas aqui com muita competência, tenho certeza, não somente pela Dr^a Mariza, mas por todos os convidados, compete a nossa querida Relatora. Então, as sugestões já estão surgindo aí que vai analisar com muito carinho, tenho certeza.

Eu passo a palavra, de imediato, a Sr^a Stella Magaly Salomão, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio de Janeiro

– UNDIME, Rio de Janeiro. 15 minutos com mais 5, se necessário.

SRA. STELLA MAGALY SALOMÃO: Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, os colegas, o Senador. Parabenizá-lo pelo Projeto e também pelos demais Projetos que tivemos oportunidade de conhecer na nossa conversa. E, também, neste momento, a UNDIME traz alguns questionamentos e não uma posição fechada.

Em nossa Reunião ontem com os demais Presidentes de UNDIME, nossa Diretoria Executiva, ao tomarmos conhecimento do Projeto nós fizemos alguns questionamentos, né? É... Ao lê-lo, a questão... Primeiro – da avaliação. É uma avaliação pura. Ela leva a uma certificação? É uma indagação. E, depois, levando a uma certificação, há uma implicação com o regime de colaboração que já é um grande nó na questão do federalismo porque é... Cabe aos Entes, ao Município, ao Estado após essa aferição do desempenho buscar as iniciativas, seja através do plano de carreira, e isso pode ferir desde o ponto de vista da questão orçamentária ou, também, a questão do ingresso que, como disse a Prof^a Mariza, 80% dos professores são da rede pública, portanto, concursados. Então, talvez é... Um exame de certificação para o estágio probatório seja algo é... Até positivo, porque contribui para essa qualidade.

Mas, nós vemos uma questão anterior que precisa ser focada que é a questão da formação dos professores porque... Nós precisamos mexer nas universidades. Nós precisamos mexer no currículo desses educadores. Trazer a Academia para perto do que acontece na realidade dos Municípios. E quando a gente fala Município, fala de Estado, nós estamos falando de 5.560 municípios nesse país. De uma diversidade imensa, de qualidades infra-estruturais das salas de aula até o nível de formação que fica muito complexo pensar um Exame de Certificação de uma forma homogênea, né? Seria uma certificação ou uma avaliação regionalizada? Porque é lógico que a formação é... Em condições, na educação do campo, em grotões e grandes centros têm diferença, esses alunos também. Então, é uma questão que... Que eu penso que falta nesta Mesa as Universidades, as Agências formadoras para discutir a qualidade dessa formação, porque senão fica uma penalização.

No Projeto é apresentado que o professor recebe de forma confidencial o seu resultado. E aí, qual a consequência disso? Ao receber ele pode procurar o Município e se ele teve uma boa avaliação e solicitar um aporte de recursos, um... Um abono de desempenho e... Muitas vezes, o Município não ter a capacidade financeira e orçamentária para isso, ou pode,

de alguma forma é... Ele omite esse resultado que ele recebe e ao omitir, de novo, qual a consequência? Ele vai buscar a sua formação sozinho? Como está posto é uma constatação. Nós entendemos que além da constatação há que se ter programas, ações para a melhoria, para reverter o quadro. Porque, na verdade, o que nós buscamos é a qualidade da educação pública, é a qualidade do processo ensino/aprendizagem. É fazer com que esse direito subjetivo seja garantido a todos. Não só a garantia do acesso, mas da permanência e também que essa formação tenha consequência para a sua vida, que tenha um desdobramento.

E uma outra questão que nós queríamos é trazer a questão de que hoje através do PDE e das demais ações complementares que hoje o MEC apresenta e os Municípios buscando esse engajamento e já há quase 5.000 municípios já aderiram ao Plano de Desenvolvimento da Educação, ao PDE. Não estou dizendo que o PDE será a panacéia para resolver os problemas da educação, penso que a educação é algo muito complexo e que depende de compromisso, de vontade política dos gestores, de olhar a educação como política de Estado e não como política de Governo.

Mas os programas hoje, as certificações, o ENEM, a Prova Brasil, a Provinha Brasil, embora tenha o foco na aprendizagem, acaba nos dando um diagnóstico também dos nossos professores. O PAR, o PDE Escola, ao fazermos os diagnósticos da rede esses programas, eles nos permitem perceber as fragilidades e as possíveis correções.

Então, nesse momento nós trazemos estes questionamentos e estamos abertos ao debate e contribuir em outro momento aí do debate para... Que a gente possa aprimorar a proposta do Senador. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós é que agradecemos... Eu agradeço à Profª Stella Magaly Salomão que é Presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação do Rio de Janeiro. Muito obrigado, Profª Stella.

E passamos, de imediato, a nossa professora e militante de muitas causas junto lá no Rio Grande, por favor, passamos a palavra nesse momento a Srª Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Professora, eu fiz essa referência devido a nossa participação lá no CEPESA durante um longo período junto. Onde eu ia lá convidado como metalúrgico para falar com os professores.

[pronunciamento fora do microfone]

[falas sobrepostas]

[risos]

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Bom dia, Senador Paim, Presidente desta Mesa e Senador proponente desse Projeto, Senadora e Senadores aqui presentes, participantes aqui dessa Mesa de discussão.

A nossa Confederação agradece essa oportunidade de ser ouvida mais uma vez aqui pelos parlamentares, considero importante essa Audiência. Creio que o Ministério da Educação, com toda a sua agenda dessa semana deveria estar participando aqui com algum nível de representação. É importante que nós tenhamos todas as esferas de poder aqui de Gestão da Educação representadas, porque nós estamos tratando de um tema específico, mas que envolve alguns componentes que, aqui, já foram adiantados e que são, extremamente, importantes para nós avaliarmos a situação da educação brasileira e pensarmos em alternativas para a sua melhoria.

Primeiro, eu acho que o próprio argumento que o Ministério da Educação apresentou é relevante no sentido de que agora se realiza nessa semana a I Conferência Nacional da Educação Básica. A primeira conferência em relação, também, aos eventos já promovidos pelo Governo em outras áreas e nós achamos fundamental essa discussão.

Por que é que achamos fundamental a discussão? Porque a Conferência, ela está centrada no debate da visão sistêmica da educação. E, aqui, nós estamos tratando de um tema que diz respeito a todas as esferas de Governo numa organização educacional brasileira descentralizada. Onde nós temos os 27 Estados, os mais de 5.000 municípios, alguns dos quais sobrevivem de repasses da União e têm a mesma responsabilidade para com a Educação Infantil e a Educação Fundamental e os Estados também, se nós examinarmos as suas condições, vamos ver que o seu grau de responsabilidade sobre a oferta da Educação Fundamental e da Educação Média em muitos casos é compatível com a sua riqueza e em alguns outros casos não. Portanto, dentro dessa visão da educação descentralizada é que nós precisamos urgentemente pensar num Sistema Nacional de Educação que o Ministério da Educação está chamando de “Sistema Articulado” onde um dos pontos de partida, talvez, seja a revisão ou o aperfeiçoamento do regime de colaboração que talvez seja até impreciso esse termo, “regime de colaboração”, que nós deveríamos pensar num regime de cooperação que realmente inclui a parte financeira dessa cooperação da União em relação aos Estados e Municípios.

Então, dentro dessa lógica é que nós devemos pensar as soluções para o problema da qualidade na educação no Brasil. Nós também concordamos que no momento em que tivemos o maior acesso das crianças

as nossas escolas, ainda que não corresponda necessariamente o acesso à etapa de escolaridade que a criança deveria estar freqüentando, nós achamos que emerge a questão da qualidade. Mas, emerge também a questão da qualidade num contexto em que nós temos uma inversão da lógica do funcionamento da educação e da responsabilização dos seus educadores.

Em outras palavras, quando nós tínhamos uma menor quantidade de alunos nas escolas, ou quando as nossas escolas eram mais elitistas, o tema da qualidade da avaliação não era um tema recorrente para nós pensarmos a educação nesses termos, não é? Que é a preocupação com a qualidade é intrínseca à preocupação que se tem com a educação. Mas, é a partir de resultados que são apresentados pelos alunos que o tema da avaliação dos profissionais vem com bastante força.

E é sobre isso que eu acho também que importa nós discutirmos. Também concordo que aqui nessa Mesa seria importante termos a Universidade, as Agências formadoras, porque elas também estão diretamente relacionadas com esta problemática. Então, nós estamos tratando da avaliação dos profissionais da educação, mas, provavelmente, a grande motivação desse tema – eu não estou falando ainda no Projeto específico do Senador – mas os debates que se realizam hoje, o grande motivador é o resultado que aparece o desempenho dos alunos. Esse é o motivador do debate que fazemos sobre a avaliação dos profissionais da educação. Em geral, não avaliamos também o seu papel social, a sua importância no serviço público, inclusive, na imagem do serviço público perante à sociedade, que é algo que também merece os nossos cuidados.

Então, ao tratarmos dessa questão devemos ter em conta que nós tivemos nos últimos anos, em função desse aumento tão grande de alunos e tão positivo de alunos nas nossas escolas, nós tivemos muitos diagnósticos, muitas medidas em relação ao desempenho desses alunos e uma grande aflição em resolver a situação da qualidade independente do conceito que aqui o tempo não permite desenvolver em relação à qualidade.

Todas essas medidas, elas, de fato, mostraram e mostram a realidade educacional brasileira. Concordamos com metodologias ou não, ou... Mas esses diagnósticos eles não incidiram sobre o quadro educacional brasileiro. Nós temos vários diagnósticos e esses diagnósticos não melhoraram a situação da educação brasileira.

Por isso, nós achamos que é fundamental pensarmos em políticas mais articuladas, porque também se o tema fosse simples, nós não estaríamos tratando

com tanta periodicidade, não é? Desse tema. E não é simples, todos nós sabemos que não é uma relação direta de causa e consequência, são vários fatores que interferem nessa realidade. Por isso, nós partimos dessa questão da educação descentralizada, que nós temos que ter políticas para isso. Partimos da idéia dessa visão sistêmica. Partimos da idéia de que essas questões se articulam com a responsabilidade também do Ensino Superior, do outro nível de educação, em outras palavras, também daqueles que são responsáveis pela formação.

Achamos que o país deu alguns passos nesse sentido. Não apenas no Plano Nacional de Educação, no PDE, no estabelecimento do FUNDEB, que é uma política, também, que articula melhor, ainda que seja da Educação Básica em nível dos Estados e dos municípios, mas, já com a participação da União. Os Projetos que nós temos aqui neste Parlamento de piso salarial e de diretriz de carreira que também tentam, em nível nacional, dar algum tipo de resposta à questão da valorização profissional. Temos, recentemente, a instituição da “nova capes” que achamos que é um grande avanço pensarmos também a formação do educador como pesquisador e temos que implementar ainda e avaliar essa política.

Então, para a CNTE a questão da avaliação é um tema que deve ser contextualizado. Nós temos acordo de que uma coleção de certificados não leva a uma, muitas vezes, à melhoria da qualidade da educação considerada a partir da sala de aula ou a partir do ambiente de trabalho, porque também temos outros educadores que não apenas os professores nas nossas escolas. Mas, percebemos que essa questão da certificação representa também uma angústia dos profissionais em educação que cada vez isso que se apresenta algum curso, cada vez se apresenta um Seminário, um Simpósio vão em busca de novos elementos na tentativa de que isso reverta na melhoria do seu trabalho e, concretamente, na melhoria da qualidade da educação.

Por isso, para a CNTE, dentro dessa lógica de que temos que tratar a educação na sua visão sistêmica, nós temos que articular todos os compromissos e as responsabilidades das esferas de Governo. Nós achamos que a carreira do professor, a carreira do funcionário, a carreira do profissional da educação nós dá a perspectiva do aproveitamento do talento individual, das habilidades individuais porque nós não tratamos e temos concordância de que nós não estamos aqui falando na mesma lógica da ordem. Porque nós estamos falando educação como uma responsabilidade pública, um direito subjetivo, de nenhuma concorrência entre os seus profissionais. Porque a responsabilidade

da escola, a responsabilidade da educação não pode ser diferenciada em nenhuma escola desse país. E é por isso que todos têm igual responsabilidade. Mas, nós temos os fatores individuais e esses fatores individuais da auto-estima, eles são respondidos dentro da carreira.

Agora, nós temos que articular a carreira com o projeto político-pedagógico da escola porque, em última instância, onde é que nós vamos observar se realmente atingimos aquele padrão de qualidade que nós achamos ideal naquele tempo histórico? É na escola, é naquele ambiente. Então, essa articulação, ela é fundamental. Estou aqui olhando o relógio, só tenho três minutos. Então, quero dizer o seguinte: que nós achamos que--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só dizer que tem mais 2:54 com mais 5.

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Ah, ótimo! Que nós temos mecanismos já previstos para a avaliação que são a questão da carreira, do projeto político-pedagógico e temos, num âmbito mais geral, não apenas a Constituição, LDB como também todos esses outros instrumentos e mecanismos a nossa disposição.

Eu, evidentemente, quero fazer um comentário. Esse é o central da nossa... Da nossa intervenção aqui sobre o Projeto do Senador. Nós achamos que esse Projeto ele se diferencia de alguns anteriores, porque ele melhora a base e a concepção da avaliação em função de que ele não responsabiliza e não faz apenas uma proposição relacionada à premiação e à punição. E se preocupa, inclusive, com o sigilo das informações, ainda que isso possa conflitar com o Princípio da Publicidade, talvez, possa haver esse conflito.

Mas, ao mesmo tempo, nós achamos que o Projeto também não associa com a gestão democrática. Acho que é fundamental também para nós pensarmos a qualidade da educação e não nos diz quais são as responsabilidades das várias esferas do poder público naqueles casos em que a avaliação [soa a campainha] mostrar-se insuficiente para os objetivos da obtenção da educação. Também não se manifesta em relação ao ensino privado, que no Brasil, infelizmente, não é uma concessão pública, mas que também deve estar subordinada a mesma lógica de oferta de qualidade que nós buscamos para a Educação Pública.

Nós podemos ainda referir, acho que muito brevemente, a uma iniciativa da Internacional da Educação, que nós somos filiados, que tem uma proposição relacionada com o código de ética para os profissionais da educação. Nós achamos que os profissionais da educação têm uma responsabilidade pública muito grande e a ética profissional tem que corresponder a uma confiança da comunidade na qualidade do servi-

ço público. Não é de nenhuma maneira uma idéia de autocensura ou de punição, mas é uma idéia de construção de um sujeito político, de um sujeito político no sentido de sujeito social que tem um compromisso histórico com o seu tempo e com a sua comunidade. E também de algumas experiências que são desenvolvidas em algumas partes do mundo.

Trazer uma experiência próxima aqui, que é a experiência chilena, que, talvez, nos ajude nessa reflexão. No Chile, Governo e movimento sindical conseguiram fazer uma reflexão sobre isso nessa lógica de que a carreira, ela deve ser indutora não apenas de uma formação permanente e da valorização como, também, a carreira deve ser um dos instrumentos de avaliação no sentido da avaliação formativa e direcionada para a qualidade da educação.

Dentro dessa lógica e da lógica de que quanto mais se ampliam os espaços democráticos na escola, quanto mais a escola diz quais são os seus padrões de qualidade, melhor essa compreensão. Eles chegaram a várias perguntas iniciais. Quem tem a condição de ser o avaliador desse processo? É o sistema? É o gestor? É o Diretor da escola? Que muitas vezes também tem tantas outras urgências e tem tantas outras tarefas administrativas, que ele não é uma das pessoas com a condição ideal de estar envolvida no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Eles chegaram à conclusão de que a exemplo de outras categorias quem melhor avalia é quem tem a experiência real. E a experiência real é um outro profissional, nas mesmas condições, da mesma... Do mesmo conteúdo, da mesma área e em exercício na sala de aula, com o apoio da orientação, a supervisão do sistema etc. A experiência deles se dá através da criação de vários instrumentos, de uma... Da avaliação como um processo formativo que se dá em termos de medida durante um espaço de três meses. E isso depois é reelaborado dentro do Projeto Político-Pedagógico pensado pela escola. Evidente que todos os outros atores são envolvidos. Os alunos, a comunidade escolar, enfim, a gestão da escola, mas, especialmente, o crescimento se dá através dessa rica troca de experiências e da preocupação que cada profissional tem com o seu colega no sentido de que ele seja o profissional reivindicado pela escola e por aquela comunidade que a escola representa.

Portanto, o que nós queríamos deixar aqui nesse minuto final, a título de sugestão, primeiro dizendo que nós achamos que os parlamentares – sim – têm [soa a campainha] a prerrogativa, a responsabilidade de estarem formulando propostas em qualquer tempo. Mas, queremos aqui é refletir com os Senadores sobre a pertinência de fazermos esse debate contex-

tualizado com os resultados da Conferência Nacional de Educação, com os Projetos que estão aqui tramitando nesta Casa, com as novas propostas relacionadas com a formação que estão em curso e com uma idéia também de estarmos buscando mecanismos que visem aperfeiçoar a educação pública brasileira e a educação em geral através de uma outra repartição de responsabilidade entre os Entes Federados a partir de uma nova reflexão de como deve ser a descentralização efetiva da Educação Básica no Brasil e das responsabilidades que cabem também à União e não apenas aos Estados e os Municípios.

Por isso, agradecemos e queremos nos colocar à disposição para esse debate, porque é um debate que nós temos enfrentado com a maior seriedade e, além de tudo, tentando também que esse debate, que ele seja o mais científico possível, não apenas um debate relacionado com a nossa corporação, que, aliás, também, entendemos que todas são legítimas na organização da sociedade brasileira. Muito obrigada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria só agradecer também à Profª Juçara Dutra Vieira, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Queria também agradecer a todos os Senadores que, de uma forma ou de outra, porque já estiveram aqui, participam desse debate. O Senador Flávio Arns, Senador Virginio de Carvalho, Senadora Relatora Rosalba Ciarlini, Senador Papaléo Paes, Senador Leomar Quintanilha e também a presença conosco aqui da Srª Wanessa Zavarese Sechim, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, e também da Srª Sônia Maria Nogueira, Diretora Pedagógica da Secretaria de Educação lá do Rio Grande do Sul.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só pela Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, pela Ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Bem rapidamente, eu gostaria até de me desculpar com a Mesa expositora pela representatividade da Mesa e pela competência da Mesa nas explanações já feitas que mostram, assim a necessidade de se discutir, de se debater, de se ter a experiência, sugestão, os pontos de vista, né? Para convergirmos, como foi muito bem enfatizado, para a busca da qualidade. Eu acho

que isso é o que nos une. E a gente tem que ter, na verdade, nesse debate todo, a convergência possível. Nem sempre o consenso, mas pelo menos a convergência.

Eu estou me desculhando porque eu considero assim... Uma... Até uma falta de educação a gente, no meio de uma qualidade destas, a gente ter... Eu ter que me retirar, particularmente, porque nós temos aqui a Comissão de Assuntos Sociais que começa, na verdade, às 11 horas. São 11:25 agora, e eu sou o Relator de um Projeto de Lei, mais de um Projeto. Então, eu quero me desculpar, mas enaltecer, inclusive, o trabalho da Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini que chamou essa Mesa para esse debate. Muito interessante, muito adequado. E, particularmente, rever a Mariza Abreu que nós trabalhamos tanto juntos lá na Câmara dos Deputados, e quero dizer que o Rio Grande do Sul escolheu muito bem, né? A Secretária de Educação que... Você me permita até chamar de “você”, porque você pode contribuir decisivamente. A Profª Stella Magali, a Juçara, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. E eu quero dizer que eu sou professor também. Quando alguém me pergunta qual é a sua profissão, eu sou professor. Sou professor e me orgulho de ser professor.

E eu só quero sempre dizer o seguinte, também, só dois aspectos. A gente, apesar de ter sido bem enfatizado que não é unicamente o salário, mas a gente precisa caprichar no salário dos trabalhadores da educação, se não cuidarmos disto, eu acho que é o grande objetivo, a gente não pode ter um trabalhador em educação que esteja pensando em como pagar as contas de luz, de água, de telefone, de saúde, disso, daquilo, sendo desvalorizado. “Não, não o professor não precisa ganhar muito”. Não, ninguém está pensando também em ganhar muito. Mas, precisa ter um salário digno, adequado, bom, que atenda às suas necessidades.

E só um outro aspecto que eu gostaria de enfatizar que, para isto é necessário o que une, une aqui já foi enfatizado que une a todos que é o dinheiro, é o recurso, é o orçamento. Infelizmente, o orçamento é muito pequeno, inclusive, para tantos Municípios. Basta dizer que no Governo Federal, nós temos impostos e contribuições. As contribuições já representam um valor superior ao dos impostos e nenhum centavo da contribuição vai para a educação. Só dos impostos, só dos impostos. Nós teríamos que ter o dobro do orçamento da educação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não vai, Senador, nem para o FPM dos Municípios.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, pois é. Deveríamos ter o dobro pelo menos só com o valor das

contribuições. E, além disto, também, pensando que além disto, 20% do orçamento da Educação ainda é contingenciados, são contingenciados através da DRU, que é a Desvinculação dos Recursos da União.

Então, eu sempre digo, prioridade sem orçamento é demagogia. Lugar de criança é na escola. Todo mundo sabe que lugar de criança é na escola. Mas, lugar de criança, em primeiro lugar é no orçamento, porque se tiver no orçamento tem escola, tem saúde, tem casa, tem comida, tem livro e tem tudo o mais. A educação é importante. É importante, então mostre no orçamento.

Então, só quero me desculpar com todos. Já falei demais, atrapalhei até o amigo do Paraná. Mas, peço, particularmente, ao Dr. Wilson Matos, Senador aqui que esteve com a gente aqui nessa Comissão que me desculpe também por ter usado tanto o tempo e por não poder escutá-lo, né? Neste momento em função da Reunião na Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra à nossa Relatora que pediu a palavra, eu queria registrar que nós teremos um grande evento na próxima terça-feira, dia 22 de abril, no Petrônio Portela, será o II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social.

E nesse aspecto, eu queria registrar a presença conosco aqui do Secretário da Embaixada da África do Sul, o Sr. Simon P. Marobe, estou certo? Seja bem-vindo e é com alegria que teremos, então, aqui como palestrante, na terça-feira nesse Simpósio, o Ministro da Educação do Brasil, teremos o Ministro da Educação da África do Sul, que V.Ex^a, nesse momento, aqui, informalmente representa e teremos, também, o Ministro para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Índia. Sejam bem-vindos. E uma salva de palma a nossa querida África do Sul pela sua presença aqui. [aplausos]

Passo a palavra, de imediato, a nossa querida Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini, antes que o nosso sempre Senador possa fazer uso da palavra, explicando o seu Projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim, Presidente, eu gostaria, inclusive, de agradecer ao Prof^o Wilson Matos, nosso Senador, que nos deu o seu espaço nesse momento para que a gente pudesse, até porque, Senador, eu já conheço o seu Projeto e acho que é muito importante que realmente para fechar esse encontro, o senhor coloque com mais detalhes a sua intenção, que eu considero louvável no seu Projeto.

E aqui eu gostaria de cumprimentando e agradecer a presença da Prof^a Stella, da Prof^a Mariza e da Prof^a Juçara. Estranhar também, Sr. Presidente, porque

convidamos dois representantes do Ministério da Educação que não mandaram nem quem o substituisse. Não é possível que a Conferência Nacional não tivesse uma horinha de algum membro do Ministério da Educação para aqui estar num assunto que eu considero importantíssimo e muito oportuno, muito oportuno.

Quando fui indicada Relatora desse Projeto... Sabe que até chegaram a me dizer: "Olha, a senhora vai pegar um Projeto que é uma batata quente". Os professores têm pavor desse Projeto. Eu disse: "Olhe, eu não sei o porquê". Esse Projeto não vem para punir, não é essa a intenção. Não vem para, de forma nenhuma, criar dificuldade, muito pelo contrário. O que eu senti, a idéia do Projeto é uma forma da gente valorizar, tentar voltar àquela figura do professor respeitado, do professor que era autoridade maior numa cidade.

Quando eu digo isso eu lembro... Já estamos, né? Relembrando como foi na nossa infância que era aquela professora a figura respeitada. E que no decorrer dos planos, dos achatos(F) salariais e de tantas e tantas coisas, infelizmente, a educação hoje, quando se faz a avaliação, todos clamam por qualidade. E a qualidade tem que começar, porque é o professor a figura mais importante na educação e sei que poucos reconhecem isso.

Mas, eu gostaria aqui de... Cumprimentando Mariza, eu já tive a oportunidade até parabenizá-la pelo seu Estado, quando era prefeita numa unidade temática de educação lá na... Dentro do programa de mercocidades(F) tive a oportunidade de ver uma explanação do seu Estado sobre a educação que, digo com toda a honestidade, alguma coisa eu copieei. Eu era prefeita eu dizia: "Copiar o que é bom não faz mal". É positivo. Porque eu acho que é isso são trocas de experiências que me levou a despertar para algumas questões.

A Prof^a Stella, o respeito que eu tenho pela UNDI-ME. Tem sempre as minhas secretárias de educação, praticamente tive só apenas uma secretária de educação, duas. Fui prefeita três vezes, todo o apoio através... Para que elas participassem da UNDIME porque vocês estavam também nesse sentido do fortalecimento pela troca de experiências, pela união.

Então, Prof^a Juçara, a senhora está aqui, claro, tem que defender as questões da categoria, mas, reconhecendo, isso é muito bom, reconhecendo que, realmente, nós podemos construir uma proposta com base no Projeto do Senador Wilson Matos, uma proposta positiva com esta visão da formação do professor, não somente aquele que ensina dois mais dois, mas ensinar como dois mais dois é importante dentro de uma sociedade. Então, eu acho que isso vem muito... Eu quero agradecer porque vocês estão aqui, eu es-

tou com essa responsabilidade de relatar a matéria, o Projeto e não poderia fazê-lo só ouvindo os técnicos. Eu tinha que ouvir os que estão no dia-a-dia, têm a experiência porque o que nós queremos é construir algo bom que venha exatamente cada vez mais resgatar o respeito do professor.

Aqui nós falamos em... Realmente, tem essa questão, os trabalhadores da educação, aí o professor, de maneira geral, questão de certificação não ficou bem claro. Preciso, realmente, professor, que a gente defina essa "Certificação". Será uma certificação uma avaliação? Uma forma de... De que, de certa maneira. Por que... o que é que eu vejo? O professor, para ser professor, 80% faz um concurso, pelo menos... É para fazer. Se o concurso não está bom é outra questão, a gente precisa realmente melhorar. Isso é importantíssimo. Nós... eu sei o quanto é importante o professor ter mais conhecimento, mais formação porque passei por essa experiência.

Quando eu fui prefeita a primeira vez até professor leigo tinha na cidade e deixei com todos os professores com terceiro grau. Porque, a partir do momento que eu entrei disse: "Concurso agora só para quem tiver terceiro grau". E fomos dando a oportunidade aos de segundo grau e aos leigos de irem se capacitando, chegando até o terceiro grau, inclusive, os custos com a Prefeitura assumindo. Estimular aqueles que já tinham o terceiro grau a chegar a um mestrado, especialização ou doutorado. Isso eu não fiz sozinha, fiz com equipe e tive um acompanhamento que aqui eu quero até louvar que muito me auxiliou e foi o Instituto Ayrton Senna que ainda hoje está na cidade. Na avaliação, os critérios, até porque, como médica eu entendia muito bem das crianças na parte de atendimento à saúde, mas também como mãe eu queria uma qualidade boa de ensino.

Sei que avançamos, que melhoramos, que felizmente o nosso Estado do Rio Grande do Norte teve uma avaliação muito... Teve um momento que estava no último lugar. Mas eu fiquei preocupada, eu digo, o Estado. E fui atrás de saber os resultados da cidade de Mossoró e foi exatamente o contrário. Era uma das cidades onde a educação de primeiro grau, claro, Ensino Fundamental tinha se sobressaído com resultados bem positivos.

Então, é isso que eu gostaria de agradecer. Dizer que anotamos aqui essas questões todas que as senhoras levantaram. E que eu gostaria de pedir ainda mais contribuição, que vocês pudessem nos trazer o máximo que fosse possível para formularmos um Projeto que, realmente, venha a ajudar a termos melhoria na Educação.

Entendemos que salário é importantíssimo, isso aí não resta dúvida. Se você não tiver um bom... Um reconhecimento salarial da sua, na sua profissão, isso é qualquer profissão, claro que você não estará estimulado não é porque seja irresponsável, seja... É porque suas preocupações são tantas com a sua sobrevivência que isso termina sendo externado dentro da sala de aula. Então, precisa de respeito, eu sou muito a favor da dedicação exclusiva. Eu sonho, um dia, em que o professor pudesse ser, ter dedicação exclusiva. Não ficar pulando de galho em galho para poder complementar o seu salário. Porque isso é algo... E ele vai para uma escola pública, municipal, está mais vinte horas numa estadual, ele dá, se tiver nível superior e mestrado já está numa Universidade muitas vezes privada dando tantas horas de aula. Isso é uma loucura. Então, a dedicação exclusiva faria crescer ainda mais o amor àquela escola. A vontade de, realmente, fazer com que a escola crescesse, porque ele estaria ali toda a sua vida dedicada àquela Entidade.

E essa questão de quem analisar, quem avaliar? Eu acho que vocês têm toda a razão. Ela não pode ser uma avaliação única num Brasil tão diverso, tem que passar pela gestão, pelas peculiaridades características de cada região, de cada localidade. Isso aí também é algo que a gente, até porque o aprendizado é diferente. Nós sabemos que você não pode ensinar o índio com a mesma cartilha que você ensina lá no Rio Grande do Sul.

Então, tem todas essas questões que a gente... Que estão... Estão martelando aqui, mas que com essa audiência, onde as senhoras trazem tantas informações e conhecimento, com certeza, nos ajudará, não é, Profº Matos? Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É com satisfação que nesse momento eu passo a palavra ao nosso sempre Senador, Wilson Matos, que é Reitor do Centro Universitário de Maringá, que é o autor do Projeto.

Em seguida ao Senador Papaléo Paes, já pediu a palavra para fazer rápidas considerações também. Senador.

SR. WILSON MATOS: Quero cumprimentar ao Senador Paulo Paim, Presidente dessa Sessão, bem como os colegas aqui debatedores da mesa, nossos Senadores presentes, as demais pessoas que compõem esse auditório.

A educação, sem dúvida nenhuma, é a mola mestra para o desenvolvimento de um país. Porque um país só se desenvolve quando se desenvolve o seu povo. Rui Barbosa disse que a educação com qualidade é o resgate da dignidade de um povo. E o Brasil ainda deve muito nesse aspecto. Temos tido avanços, sem

dúvida nenhuma, mas, estamos muito distantes conforme veremos nos indicadores daqui a pouco.

São muitas variáveis que compõem a qualidade da educação em um país. Mas, eu considero as duas principais variáveis: a atuação do professor dentro da sala de aula, porque é ele que fica com o aluno durante horas e horas, ou o conjunto de permanência dos professores já a partir da quarta série ou um pouco antes, mais de um professor é... Por turno. Mas, as ações são definidas dentro da sala de aula.

A outra variável que eu acho muito importante é a gestão. Aqueles que dirigem, o diretor, enfim, todo o complexo, secretarias etc. Claro que temos outras variáveis. Problema de ordem financeira, problema de Projeto Nacional, problema dos pais que participam pouco hoje da educação dos filhos. Nós temos um problema cultural de uma sociedade ainda que precisa ser convertida ao conhecimento.

Então, quando estive aqui durante quatro meses, tive a honra de participar do Senado brasileiro, não deixei, não protocolei só esse Projeto, protocolei 11 Projetos na área da educação, todos eles tentando melhorar um pouco a educação brasileira, e quase sempre evitando custos novos porque sabemos aí das limitações públicas para o investimento.

Entretanto, a partir de 1996, da nova LDB, Lei nº 9.394, no art. 9º, ela trouxe uma abertura para a expansão da Educação Superior, Fundamental e Médio, mas trouxe também no seu bojo a linha da avaliação. Onde se permite a nova LDB, permite a avaliação em todos os níveis de cursos, alunos etc. A partir daí, então, se criou, no Ensino Superior, o Provão, criou-se o ENEM, que é parte do... Da avaliação do ensino básico. Temos o SAEB, Prova Brasil, Provinha Brasil. Atualmente o Provão foi substituído pelo SINAES, que é um instrumento muito importante para a avaliação do Ensino Superior. Então, temos tido vários avanços.

Mas, a nível, quando comparamos a educação brasileira a nível internacional, nós percebemos que estamos lá atrás.

Nós temos aí indicadores através da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, quando fazemos essa comparação em exames feitos entre quarenta e poucos países nós sempre estamos entre os últimos. Temos um sistema também, um programa que é o PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos, que avalia alunos de 15 anos na sua capacidade de leitura, matemática e ciência. E no ranking 2006, o último ranking, esse exame acontece a cada três anos, de 56 países participando, nós ocupamos a 52ª colocação. Perdemos só para outros quatro países de 56. E muitos países,

também, no nível econômico do Brasil, também em desenvolvimento.

Então, nós temos grandes desafios pela frente. Eu vou falar um pouquinho mais sobre a avaliação do Ensino Superior, que é o SINAES, que é um Projeto que tem caminhado e despertado a educação superior para a melhoria da qualidade continuamente. Os SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior instituída através da Lei nº 10.861 tem como objetivo, conforme enunciado o art. 1º, “assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior nos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” e aí tem algumas outras informações.

O SINAES trouxe grande avanço na área da avaliação, porque ele prevê a melhoria da qualidade da educação. Pode passar o próximo.

A melhoria da qualidade da educação superior. A orientação e a expansão de sua oferta e o aumento permanente de sua eficácia institucional, e atividade acadêmica e social especialmente a promoção e o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das Instituições da Educação Superior por meio da valorização de sua missão pública da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e a diversidade da afirmação da autonomia da identidade nacional.

Até... Até 1996 era quase proibitivo abrir uma faculdade no Brasil porque... Pregava-se que a escola privada era ruim. Bem, se tivermos um sistema de avaliação e supervisão nós podemos premiar ou permitir que as boas escolas fiquem, permaneçam e cresçam. Felizmente, com essa Lei foi possível, então, ter indicadores de qualidade da educação superior brasileira. Está ótimo? Não. Temos muito o que avançar ainda. Mas, no SINAES, nesse Projeto muito interessante, o professor é avaliado e ele é avaliado. No próximo *slide*...

O professor participa desta avaliação aí, que é a Comissão Própria de Avaliação – CPA. Nesta CPA nós temos a auto-avaliação da própria escola, a auto-avaliação do professor e a avaliação onde os alunos têm a oportunidade de avaliar a atuação de todos os professores. Isso tem promovido grandes avanços na educação superior. Quando nós pensamos em avaliação do professor, na verdade, no Ensino Superior hoje ele não tem a idéia punitiva, mas ele nos traz forte indicações e nos traz muita informação para organizarmos melhor a nossa gestão da educação. Cada gestor, cada dirigente, cada diretor, cada Reitor pode trabalhar melhor com o seu grupo e planejar capacitação e aprendizagem contínua para quando nós temos a informação.

Então, esse exame que nós propusemos aí de cinco em cinco anos, ele tem a principal... O principal objetivo dele é fazer com que os dirigentes possam ter a informação do trabalho de cada professor, da capacitação dele, da atualização dele, da capacidade de estar aprendendo continuamente. Foi dito aqui é... Que os profissionais engenheiros etc liberais, não têm a oportunidade de participar de uma avaliação dessa. Só que se eles são avaliados diariamente pelo cliente. Se ele não presta um bom serviço, o cliente não o procura e ele é excluído do sistema. E o professor não é bem assim. Com exceção de alguns países que nós veremos logo a seguir.

Então, foi um grande avanço para o Ensino Superior todo o complexo de avaliação do SINAES e, sobretudo, a permissão e a exigência do MEC de que o professor é... Seja avaliado. Na verdade, a avaliação do SINAES, ele avalia a escola em três dimensões: O Projeto pedagógico da instituição, onde se avalia o curso, coordenadores e a atenção dispensada ao aluno; o corpo docente é avaliado na qualificação, na dedicação, na produção e na avaliação que os alunos fazem dos professores e a terceira dimensão é a infra-estrutura à disposição dos alunos. Bem, nós temos, aí também, os conceitos ainda... Próximo.

Os conceitos do SINAES, no SINAES a integração dos instrumentos da auto-avaliação, avaliação externa, avaliação das condições de oferta de ensino, o ENAD, o censo e o cadastro.

O ENAD é o exame de desempenho dos alunos, todos os alunos a cada três anos, todos os cursos passam por uma avaliação de conhecimento específico. E isso tem permitido conhecermos cada um dos cursos da... Oferecido nesse Brasil de ponta a ponta.

O que falta ainda para melhorar um pouco mais essa questão da avaliação/desempenho do estudante é o estudante ser co-responsabilizado na sua avaliação, ou seja, o aluno tem que ter essa nota, e essa nota deveria estar gravada no seu histórico. Porque hoje ele participa sem um compromisso efetivo. Ele vai fazer a prova, se ele quiser responder ele responde, se ele não quiser, ele assina, entrega em branco e o curso é que fica com a responsabilidade de ficar com o conceito baixo.

Então, precisamos encarar essas questões de frente e pôr a sociedade para participar, efetivamente, da avaliação. E o ENAD, ele avalia conhecimentos específicos e também conhecimentos gerais que nem sempre é dado em sala de aula, que são conhecimentos contemporâneos – a informação. Inclusive, na minha Instituição hoje 20% das questões de prova não são ministradas em sala de aula e são tiradas dos principais periódicos desse Brasil. Indicamos todos eles para que

o aluno assine e leia. Porque o Brasil lê pouco. Para se ter uma idéia no Japão para cada 1.000 mil pessoas adultas se consome 633 jornais por dia. No Brasil para cada 1.000 mil pessoas adultas se consome 45 jornais por dia. Essa é a diferença que nos separa dos países que têm dado certo.

Eu tenho trabalhado sob a premissa da conversão da sociedade ao conhecimento. Estados Unidos, Europa, se consomem em torno de 10 livros por ano. No Brasil, dois livros e meio por ano e aí está incluído os cem milhões de livros que o Governo distribui compulsoriamente para as escolas do Ensino Básico. Então, nós temos que ter um Projeto. Nós temos que mexer com a sociedade, mexer com todos nós, professores, líderes, Congresso Nacional para valer, para que tenhamos um Projeto em que converta, de fato, a nossa sociedade ao conhecimento. Assim fez a Coreia, Japão e os países que hoje são desenvolvidos. Só conseguiram esse desenvolvimento com um Projeto muito forte e efetivo.

Nos Estados Unidos o professor no Ensino Superior é avaliado diariamente. Porque lá não se matricula o professor nem na sala de aula, o aluno não é matriculado nem na sala de aula nem no professor, ele é matriculado na disciplina e aquela disciplina é ministrada em várias salas de aula, em várias salas de aula num corredor e o aluno entra numa sala, entra na outra, outro dia na outra e ele vai ficar na sala em que ele acha que, de fato, ele vai aprender com aquele professor. E eu tenho visitado universidades por lá e pelo mundo e passando por corredores lá vi um professor dando aula para 300 alunos e o outro dando para 20 alunos a mesma disciplina. Se no outro dia, esses 20 alunos desejarem agregar ao professor de 300, esse professor vai ficar sem nenhum aluno. Ele vai ter que dois, três dias após, vir para sua sala de trabalho e não ter aluno, ele tem que ir para o RH e pedir a conta. Porque o cliente não o quis dentro da Universidade. Então, nós temos que avançar. Não podemos temer a avaliação.

Nós, educadores, eu sou formado em matemática, já trabalhei em ensino fundamental, médio, superior e hoje sou dirigente de uma instituição de quinze mil alunos, quarenta e seis cursos. Nós avaliamos constantemente. Logo, não podemos ter medo de sermos avaliados. Como forma de nos estimularmos à aprendizagem contínua, ao crescimento permanente.

Nos Estados Unidos uma boa parte das Ordens profissionais, foi dito aqui, ele tem que fazer de cinco em cinco anos um novo exame para que a sociedade possa ter sempre bons profissionais. Algumas Ordens de cinco em cinco anos, outras Ordens profissionais, outras de dez em dez anos.

O Peru aprovou uma Lei, daqui a pouco eu vou passar aqui, algumas, alguns itens dessa Lei que é muito rigorosa de três em três anos todos os professores têm que passar por uma avaliação. É... O professor que não comparecer à avaliação por duas vezes ele é... O seu contrato de trabalho é suspenso. E... E por três vezes ele é demitido. E sendo o Peru aqui não podemos pensar nessa situação. Nós temos garantias aí constitucionais de emprego. Mas, a capacitação é muito importante para que tenhamos um desenvolvimento bom na educação.

Ainda nós tivemos a questão de chamar as Universidades para o debate, não é, professora? É verdade. Eu acho que o Governo tem que verificar as melhores escolas e selecioná-la para fornecer professores para a sociedade. Na Coreia do Sul tem 288 universidades. O Governo selecionou as doze melhores e para participar de concurso para professor do Ensino Fundamental das oito séries iniciais, ele selecionou doze universidades, só destas doze podem participar de concurso. Isso é ter coragem de intervir no processo, efetivamente, para que realmente a educação cresça. [soa a campanha]

Então, nós temos grandes desafios pela frente. Isso cria, certamente, muitos movimentos. Movimentos contrários e tal. Mas, o Brasil está maduro é hora de avançarmos efetivamente na educação.

Todos os processos e procedimentos de uma organização têm que ser avaliados. Todas as organizações. As organizações que não se submetem a isto ou fogem disto estão falindo, estão saindo do mercado porque não prestam um bom serviço. Então, no Ensino Superior o professor já é avaliado. Mas, as avaliações que ocorrem hoje no ensino fundamental e médio, elas são unilaterais. O professor não participa. Toda a avaliação avalia a aprendizagem do aluno e fica somente na aprendizagem. Então, é hora de avaliar também o professor.

Eu coloquei aqui no próximo slide, na próxima transparência, um questionário que é um instrumento de avaliação que é muito usado pelas universidades hoje, na minha também. O que é que nós perguntamos para o aluno sobre cada um dos professores? Está ali. Quanto aos aspectos éticos e responsáveis, o comportamento do professor no seu desempenho profissional é: Claro, depois vem uma escala de valores aqui que o aluno vai dar a nota para o professor nesse quesito. O professor indica bibliografia, outras fontes de informação para a sua disciplina? Aí vem a escala. O professor estimula a busca de outros meios para ampliar a sua aprendizagem? Ou seja, a aprendizagem do aluno? O professor estimula a resolução

de problemas no ensino, no processo ensino/aprendizagem? A próxima.

O professor consegue motivar seus alunos para conteúdos de sua disciplina? O professor é pontual tanto para iniciar quanto para terminar as aulas? O professor realiza controle de frequência dos alunos sistematicamente? O professor aproveita o tempo de sua aula de forma eficiente? O professor tem bom relacionamento com seus alunos? Próxima.

Que técnica de ensino o professor tem utilizado predominantemente? Indique como você caracteriza o uso dos recursos em meios de tecnologia da informação pelo professor nas atividades ensino aprendizagem. O professor tem demonstrado domínio atualizado das disciplinas ministradas?

Então, isso aqui no Ensino Superior os alunos estão tendo a oportunidade de responder isto. Bom, isso é público? Não, é privado também, assim como o nosso Projeto de Lei. Privado para o meio onde os professores estão, mas, disponível para as autoridades da educação, para os gestores, para que possa se discutir e buscar melhorias, não é?

Então, quando a gente diz que é privado é porque o objetivo não é constranger ninguém e expor ninguém, mas, ele tem que saber, os dirigentes têm que saber que esse professor tem que melhorar, tem que estudar mais para poder fazer frente às exigências da sociedade do conhecimento, do mundo da informação. Também teve uma colega que disse que o ideal seria na entrada exigir um alto nível. Mas, quantos estão há tempo? Quantos estão no município que não têm faculdade, são leigos etc? Então, pode até entrar um professor com um nível um pouco inferior de conhecimento, mas, se estiver instrumento para motivá-lo a uma aprendizagem permanente e contínua, certamente, ao longo dos anos ele tem condições de crescer e fazer uma grande diferença para aqueles que estão ali sob sua responsabilidade na área da educação.

Mais de 30% dos alunos que chegam na Universidade hoje, eles chegam com uma pequena capacidade de escrever e de interpretar textos. Eu tenho verificado as redações, principalmente essas redações é... Dos nossos alunos ao passar, ao entrar lá ou se inscrever para um vestibular. E a gente percebe que nós temos muito o que avançar. A escola, ensino básico brasileiro hoje está com apenas 200 dias de quatro horas, menos 30 minutos de intervalo, são três horas e meia. O Projeto pedagógico existente hoje, ou seja, a atividade do professor não tem levado o aluno a estudar quase em casa. Então, são três horas e meia dentro de sala de aula, pouco, quase nada de estudo em casa. E o pior, o aluno pode faltar 25% das aulas sem dar satisfação para ninguém. Nós temos que mudar isto.

Os países que têm dado certo estão todos com escola de tempo integral, falta zero para o aluno. No Japão o aluno só pode faltar para ir ao hospital se estiver doente. E lá dentro dos hospitais têm professores para ensiná-lo nos dias que ele estiver internado. Eu fui lá e conferi isto. Nos Estados Unidos, a maior parte dos estados americanos, o aluno pode faltar 14 dias com justificativa. Aqui ele pode faltar 50 dias sem nenhuma justificativa. Nós temos que mudar isso e mudar urgente. Para isso eu também deixei Projeto de Lei aqui no sentido de redução do índice de falta dos alunos nas escolas brasileiras.

Propus também a mudança de 800 para 960 horas no Ensino Fundamental, no ensino básico brasileiro como forma de darmos meia hora a mais e alguns dias a mais de aula. No ensino superior, que são cinco milhões de aluno, a média de falta do aluno brasileiro é mais de 15%. Um milhão de alunos quase faltam diariamente no Ensino Superior brasileiro. Eu tenho visto isso nitidamente nos pátios do estacionamento lá da minha Instituição. Dia de prova lota os pátios. Acabou a prova, nos dias seguintes eu vejo o pátio com muitas vagas, significa que 15 a 20% dos alunos não vão diariamente à aula. E isso é uma questão nacional que nós temos que resolver. Isso é falta de compromisso da sociedade com o conhecimento. Da sociedade como um todo e do Projeto educacional brasileiro e esse Projeto também nasce dentro de cada sala de aula, dentro de cada escola. Ok. É... Eu tenho... Vou estar encerrando. Eu deixei para os colegas aqui as minhas transparências todas.

Não vou continuar expondo as minhas transparências, porque o tempo urge e a nossa Senadora aqui já me deu um toque. Mas, quero deixar uma frase que eu acho fundamental é de Dr. Ikeda, um pensador japonês que diz que: “a educação com qualidade engrandece a alma e lapida o caráter humano”. Essa é a missão do educador brasileiro é engrandecer a alma das pessoas é lapidar caráter humano. É muita responsabilidade e esse professor não pode furtar a sua responsabilidade de passar por uma avaliação periódica para, inclusive, provar que ele é uma pessoa contextualizada e preparada com essa missão digna tão nobre que é preparar pessoas para o futuro. Obrigado.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada professor pela sua compreensão, já foi entregue a todos o material que não pôde, por questão de tempo, ser apresentado. Mas, o texto está com todos os convidados, com os Srs. Senadores.

Bem, agora, eu gostaria de primeiro registrar, Senador Papaléo, a presença de Rene Couto da Co-

munidade Barraí(F) do Brasil. Eu passo a palavra ao Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero, Sra. Presidenta, quero inicialmente cumprimentar a V.Ex^a pela iniciativa que teve como autora do Requerimento, subscrito também pelo Senador Cícero Lucena, aonde nos proporcionou esta Audiência Pública com a presença da Prof^a Mariza Abreu, da Prof^a Stella Salomão, da Prof^a Juçara, que eu tive a oportunidade de ainda ouvir o restante do seu... Da sua exposição. E do... do Prof^o Dr. Sr. Senador Wilson Matos. Eu parablenzo a todos, principalmente aquelas pessoas que tiveram a oportunidade de ouvir a opinião dessas Instituições aqui representadas por pessoas do mais alto gabarito profissional, porque isso dá para avaliar pelas exposições.

Então, eu fico muito satisfeito quando vejo que o nosso querido Senador Wilson Matos que conviveu conosco aqui por algum tempo passou por esta Casa e deixou Projetos importantíssimos, pelo menos 11 importantíssimos para a área de educação e que realmente muitos deles alteram a Lei de Diretrizes e Bases da educação. Então, eu fico satisfeito por isso meu companheiro de partido, um grande cidadão que realmente demonstrou as suas qualidades de conhecimento e de ótima convivência e responsabilidade nesta Casa está hoje aqui conosco para debater um Projeto de sua autoria que está sendo relatada pela Senadora Rosalba Ciarlini. E vejo, Senador, que V.Ex^a foi presenteado pela Relatoria da Senadora Rosalba, porque ela realmente está estudando com profundidade o Projeto de V.Ex^a e tenho certeza absoluta, ouvindo técnicos como nós ouvimos agora, pessoas de gabarito realmente vai discutir mais, aprimorar mais algum ponto que possa receber esse tipo de alteração.

Eu quero só, rapidamente, para concluir, dizer que eu acho importante essa avaliação. É importante, não sei se essas avaliações tipo ENEM e outro tipo de avaliação tenham realmente é... Uma conclusão exata, prática que venha a julgar a qualificação, no caso do ENEM, do aluno. Eu não sei. Isso até hoje eu acho que ninguém sabe. Ali, nós... O que é avaliado, no final, são notas, é a parte matemática. Não se sabe profundamente avaliação de conhecimento, de interesse do aluno que é avaliado, eu tenho minhas dúvidas quanto a isso. Isso seria como se fosse uma prova de vestibular, depende do estado emocional do momento do aluno e outros... E outras influências que podem fazer com que essa pessoa não seja avaliada, eu digo até, com justiça.

Mas, nessa questão do professor, eu vejo que serve até como um estímulo. Eu peguei a primeira reforma, não sei se primeira, mas, a Reforma Univer-

sitária Brasileira em 1970 (e alguma coisa). Foi algo, assim, que foi imposto de cima para baixo, nos testaram, servimos de laboratório. Foi algo, assim, que nos traumatizou muito. Porque, nós saíamos de um sistema, Universidade, né, saíamos de um sistema, sistema de décadas e entrávamos em um outro completamente diferente, sem nenhuma previsão do que poderia acontecer. Esse tipo de experiência eu sou totalmente contra. Sou conservador ao extremo em tudo aquilo que diz respeito à educação.

Então, hoje, o que é que acontece, a meu ver, pelo que eu vejo? Hoje, a evolução, a modernização dos sistemas educacionais, a modernização da sociedade, dos meios de ensino, da tecnologia fez com que realmente nós tivéssemos hoje, por não estarmos preparados para tudo isso, conseqüências drásticas, né? Eu fui aluno, eu fui aluno aonde... aonde nós éramos, recebíamos as punições devidas pelo professor. Eu fui aluno no tempo que se respeitava o professor. Hoje, uma série, um conjunto de pontos contrários ao professor desestimula um cidadão que sonhou um dia ser professor, não quer mais por causa dessas... Desse pontos negativos.

Hoje, se o professor olhar feio para o aluno, chega em casa contando para o pai, o pai vai processar o professor. E isso se o aluno não der um bofetão no professor, se não acontecer isso.

Então, hoje, eu acredito que o que é que eu quero ligar uma coisa com a outra? Além dos salários, salários desrespeitosos, o professor não tem ambiente saudável no seu trabalho. Falo [soa a campainha] principalmente, das escolas públicas. O Poder Público, ele divulga muita... Muita fantasia. Ele deveria estar presente hoje aqui para me dizer se é fantasia ou se não é. E divulga muita fantasia. Você vai em cima sempre da propaganda. E nós só sabemos da realidade se nós precisarmos.

Eu sou médico. O... Se o Governador do meu Estado, por exemplo, faz uma propaganda que a saúde é a melhor do mundo, todo mundo vai acreditar. Mas o dia que alguém precisar, estou dizendo o Estado, mas, vamos dizer, lá do Rio Grande do Norte. Se, no dia que a pessoa precisar, aí sim ela vai dizer se é melhor ou é a pior saúde do mundo. Então, nós vivemos às custas das belas propagandas aonde colocam o professor sempre como o grande vilão da história quando ele não é. As conseqüências dele... Realmente não, não estar muito engajado, muito estimulado, determinado a ser um bom profissional não depende da vontade dele não. Depende exatamente deste ambiente de trabalho, enfim, escolas maltratadas, onde não tem material didático para ele trabalhar adequadamente. Onde ele

não tem um salário adequado, tem que terminar aquela aula ali para ir para uma escola particular.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, o tempo urge.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vou já encerrar. Já vou já encerrar, Excelência. Então, eu quero dizer o seguinte, esse exame talvez, talvez, além da intenção de selecionar professores com qualidade, eu acredito que para a auto-estima do professor é extremamente importante. Ele vai se sentir valorizado pelo fato de que ele vai passar a ser cobrado e, principalmente, pelo fato de que ele se submetendo a este exame, ele vai – acredito eu – ter muito mais condições, eu digo assim, tecnicamente falando do lado técnico, morais até de cobrar também daqueles que o estão avaliando. Então, era isso que eu queria dizer. Parabenizar a todos e agradecer a presença das senhoras expositoras e do Senador Wilson Matos, grande autor desse Projeto. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Papaléo, o senhor que tem participado ativamente aqui da Comissão de Educação preocupado, inclusive, com todas essas questões, não somente aqui, mas, no Plenário. Eu tenho certeza que contamos com o Profº Papaléo em todas as questões que venham a somar na melhoria do ensino tanto voltado aos professores como, também, dos recursos necessários. E, aqui, eu quero fazer agora um parêntese antes de passar ao Profº Virginio. Vamos estar, minha gente, acompanhando e alerta porque em junho nós vamos ter a reavaliação do FUNDEB. Eu já estou aqui colocando que já desde o início defendi: Ensino fundamental e, principalmente, educação infantil tem que ter mais recursos. É o primeiro passo. Se esse não for o melhor, tudo vai abaixo. Está aí o resultado.

Vou passar agora para o Profº Virginio, do Estado de Sergipe, que muito nos honra aqui na Comissão.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Nós queremos parabenizar e agradecer toda essa informação que nos foi trazida, também como sempre convivi na área da educação. Eu sou plenamente de acordo com o que o Profº Papaléo acabou de falar. E eu creio realmente que essa atenção especial é necessária para com os professores.

Eu trabalhei na educação fora do país também, fui professor na Suécia e fui vice-diretor na França, e eu vejo uma grande dificuldade aqui justamente até na questão quando falamos sobre como responsabilizar os pais e também a falta de limite que se tem nas escolas com as crianças. Então, que as crianças podem ir além dos limites. Quando, nesses outros países, as crianças, elas têm muito mais limite e também a ava-

liação não é a nota aritmética que conta, mas, sim, a participação do aluno, a frequência do aluno e tudo o que envolve o aluno. Então, a escola, o aluno passa o dia inteiro na... Tem o dia completo na escola, sou pai de crianças que foram também criadas nas escolas lá fora. Hoje, sou avô de criança que está na escola lá na Europa e eu vejo, sinto muito essa deficiência aqui no nosso país e eu creio que nós temos mais que lutar em favor disso. Então, as minhas palavras de encorajamento. E acho que os senhores nos trouxeram uma boa, boas informações e cabe-nos, aqui na Casa, levar adiante este processo para que a educação seja melhor valorizada em nosso país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Prof^o Virginio. É salutar saber que temos aqui um Senador que... Pelo Estado de Sergipe, que está temporariamente aqui substituindo a nossa querida Senadora Maria do Carmo, mas que traz uma bagagem tão importante, que eu já convoco para me ajudar na relatoria desse Projeto.

Vou passar agora, para finalizar, nós gostaríamos de abrir aqui o microfone para os senhores, senhoras convidadas e... Que gostariam de acrescentar mais alguma coisa. Vamos convidar aqui a Dr^a, a Prof^a Stella Magali.

SRA. STELLA MAGALY SALOMÃO: Bom, em nome da UNDIME, da Prof^a Justina Iva que é a nossa Presidente, agradecer a oportunidade e dizer que as provocações, os questionamentos que fizemos, sem dúvida, nós consideramos ser o cerne de uma grande Reforma dessa transformação em busca da qualidade. Que não penalize o professor e que também, ao reconhecer, não se faça uma premiação que, na verdade, é a função do professor educar bem. Para isso precisamos é... Como já dissemos, das Agências formadoras cumprindo o seu papel e que possamos unir as políticas já existentes para convergir num único Projeto que vise a melhoria da qualidade da educação e não a fragmentação. Então, nos colocamos à disposição e agradecemos a oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Prof^a Juçara, a quem concedo a palavra.

SRA. JUÇARA DUTRA VIEIRA: Nós queremos, então, fazer uma síntese aqui da proposta que nós apresentamos para a Relatora, sabendo das suas dificuldades, inclusive, porque não sei se porque é recente, enfim, a divulgação desta Audiência Pública, mas, provavelmente, os Senadores, as Senadoras ainda vão requerer outras Audiências porque, infelizmente, hoje nós tivemos uma Plenária bastante esvaziada. Então, nós sabemos que a Relatora terá um trabalho duplo. A nossa sugestão é de que esse debate, ele seja con-

textualizado, inclusive, porque esta Casa, nós esperamos que volte a debater a questão do piso, porque o Projeto do piso que está em discussão na Câmara, que está na última Comissão é um Projeto ao qual foi apensado o Projeto do Senador Cristovam Buarque até porque era um Projeto que precedia.

Então, nós gostaríamos de que esse debate, ele fosse feito concomitantemente com a discussão do Projeto do Piso, das diretrizes de carreira, de um outro Projeto que está aqui que é oriundo desta Casa, Senadora Fátima Cleide, que reconhecem os funcionários de escola como profissionais da educação. E dentro, agora, da discussão do CONEB, de sistema, gestão democrática, de financiamento e da Nova Capes.

Nós queremos concordar aqui com a exposição dos Senadores de que salário é uma questão central. A Prof^a Mariza já me ouviu dizer que meio salário não justifica meio profissional, mas sem salário é impossível ser profissional. Se nós não trabalharmos nas condições objetivas, materiais, nós não conseguimos devolver a auto-estima a essa categoria tão importante, estratégica para a qualidade da educação no país. Mas, também, não podemos tratar isoladamente a figura dos educadores. Nós temos que tratar das políticas nacionais e essas políticas que têm que ter a repercussão nos Estados e nos Municípios.

Por último, dizer que nós distribuímos aqui um material da semana que nós promovemos todos os anos na última semana do mês de abril em consonância com a semana de ação global. Nós somos filiados a uma entidade chamada "Internacional da Educação". Estamos na nona semana e essa semana vai tratar de diversos temas, diversas mobilizações sobre educação pública de qualidade que se escreve assim: "Valorização, financiamento e gestão democrática".

Queremos oferecer também esse subsídio que os nossos trabalhadores em educação estarão analisando e discutindo agora no mês de abril porque achamos também que é fundamental a contribuição do movimento social, do movimento sindical na reflexão sobre a educação, porque compreendemos que educação realmente é este processo dialética que a teoria serve à prática, mas a prática que orienta também a teoria.

Muito obrigado, Relatora. Muito obrigado, Senador. E esperamos que o aprofundamento dessa discussão e a sua contextualização possam nos trazer novos elementos aí para a discussão da avaliação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Prof^a Mariza. Obrigada, Prof^a Juçara. Agora, passamos a palavra à Prof^a Mariza Abreu.

SRA. MARIZA ABREU: Olha, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Eu fui a primeira a falar, então, depois ouvi os outros, a gente sempre aprende muito. É bom sair do embate dos Estados, Juçara, e vim aqui, porque aqui a gente consegue se entender mais.

Mas, eu queria fazer algumas reflexões do conteúdo mesmo. O Senador fez referência, e eu acho que ele tem toda a razão, a diferença da questão de uma profissão que se exerce na iniciativa privada e que tem a seleção do mercado para a questão do serviço público. Eu acho que isso é o fundamental. O que eu quis dizer, Senador, é que... Como 80% dos professores da educação básica atuam nas redes públicas de ensino, eles se submetem a um concurso público, né? Então, há uma seleção para o exercício da atividade profissional que é o concurso, além do diploma que ele traz da sua agência de formação. O que não acontece nas atividades profissionais que são, predominantemente, exercidas pela iniciativa privada e menos exercidas pelo serviço público.

Eu entendo que nós estamos discutindo uma coisa que é muito importante, a partir das suas palavras. Todos nós queremos qualidade. Qualidade pressupõe avaliação. Agora, a gente tem que discutir que avaliação para que resultado? Senão, a gente perde tempo. A gente faz diagnóstico demais e não usa os resultados desse diagnóstico em ações concretas que gerem melhoria.

E eu quero dizer, de saída para vocês o seguinte: Eu entendo que a... A melhor seleção dos professores da Educação Básica que 80% são públicos é melhor do que o Exame de Ordem, é a minha opinião pessoal. Eu acho que a primeira grande ação que nós temos que fazer. E isso está sintonizado com diretrizes do PDE do Governo Federal, é fazer um concurso competente e um estágio probatório para valer. Se a gente fizer um concurso competente, que é muito pró-forma, muito burocrático, muito para inglês ver. E a gente fizer o estágio probatório de fato, inclusive, o Governo Federal sugere no seu PDE de preferência com avaliação por instituições externas, porque a avaliação de pares vira defesa corporativa. Eu acho que isso é mais consequente nesse momento do que um exame de certificação para acesso ao exercício profissional, certo?

E em relação à questão das Instituições das Agências de formação. Olha, eu vou dizer para vocês com toda a franqueza, estão aí... Mil conflitos, eu cansei um pouquinho dessa conversa. Eu acho que a gente que é gestora, gestor da Educação Básica tem que fazer o concurso selecionando o professor que a gente precisa que elas vão vim atrás. Assim como a Universidade monitora o ensino médio via vestibular.

Se nós dissermos, no concurso o profissional o que nós precisamos para a educação básica tem tais e tais habilidades, competências e conhecimentos, nós empregamos 80%, as Agências de formação vão ter que atender as nossas demandas, e a escola privada vai ser beneficiada pela exigência que nós fizemos no concurso público, porque todos os professores do público e do privado serão formados nas mesmas agências.

Em segundo lugar, eu quero dizer para os senhores que eu tenho perfeita consciência de que um profissional valorizado começa, mas não termina por salários adequados. E acho que para a gente recrutar bons professores precisa ter um salário inicial adequado. Eu acho, viu, Juçara, eu tenho dito isso muito lá, o Rui também está aqui, não é possível, tem limites objetivos no Brasil que têm nos impedido de fazer isso.

Eu não posso acreditar que existem 26 Governadores, mais o do Distrito Federal, de diferentes partidos que fizeram um complô com o Magistério brasileiro nos últimos 20 anos para pagar mal todo mundo. Isso não é verdade. Passa Partido, sai Partido, entra Governador, sai Governador e a gente tem dificuldade. Existem razões objetivas, concretas. No meu estado tem um peso [soa a campainha] oi, desculpem. Um peso desse tamanho das aposentadorias. É impossível, o Rio Grande do Sul gasta 52% do valor da folha de pagamento do Magistério com aposentadorias. O Rio Grande do Sul tem 16 alunos para cada professor. Tem professor sobrando. Professor que não dá aula. Um concurso para o Município que sobra não tem mais aluno para ele dar aula ele está lá na folha de pagamento. Então, tem alguma coisa errada na gestão da educação que nos impede, objetivamente, de melhorar o salário dos professores.

Agora, tem mais, não adianta botar dinheiro em tonel furado. Se a educação brasileira precisa de mais dinheiro vai precisar de mais gestão. Se os professores precisam de mais salários é preciso que a estrutura salarial do Magistério pague quem tem bons resultados e não pague todo mundo igual, que é isso que nós estamos fazendo. Quando a gente paga por tempo de serviço, quando a gente paga por gratificações que vira uma correria pelas gratificações, quando a gente paga por formação continuada que não tem resultado nenhum com a aprendizagem, nós estamos pagando igual para quem dá boa aula e para quem dá má aula. Isso não dá mais que é o talento individual que a Juçara fez referência.

Agora, o problema gente é que no Magistério é muito difícil identificar qual é a contribuição de cada professor individualmente para a aprendizagem do aluno. Quando o aluno está na quarta série, o que ele

sabe na quarta é decorrente do professor que ele teve na primeira, que ele teve na segunda, que ele teve na terceira. Quando ele está na quinta, o que ele sabe de português é também decorrente do que o professor de matemática ou de história faz. Então, é isso que nós temos que discutir. Como é que a gente avalia o Magistério, para, efetivamente, remunerar melhor quem trabalha mais e tem melhores resultados?

A discussão que a gente está fazendo aponta no seguinte sentido: Avaliação de desempenho individual e conhecimentos, porque conhecimento é individual e é permanente e avaliação de resultados coletivos das escolas. Porque o resultado de aprendizagem é dos alunos de uma escola e é resultado coletivo da equipe de trabalho daquela escola. Então, como é que a gente cruza isso com a carreira do Magistério com a estrutura de remuneração do magistério para, efetivamente, ter incentivos salariais que gerem melhoria da qualidade. E não incentivos salariais que levem esse professor para fora da sala de aula, para escolas pequenas, porque eles ganham difícil acesso ou para um monte de cursinho que é só para ganhar dinheiro quem oferece o cursinho. E os alunos continuam não aprendendo nada. É esse o processo que a gente tem que discutir no Brasil.

Muito obrigada, eu estou muito envolvida, por isso sou muito enfática, porque eu quero professores competentes, professores valorizados e alunos que aprendam. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Agora, passamos a palavra ao autor da proposta, do Profº Wilson Matos .

SR. WILSON MATOS: Primeiro dizer por que é que nós não detalhamos muito o Projeto, o que fazer depois. Porque o que fazer depois não compete à União, compete aos Municípios e aos Estados que estão com a Educação Básica na mão, não é? Agora, serão balizadores sérios para que os Estados e Municípios dêem prosseguimento no depois. Com qualificação e com algumas... Algumas questões de colocar o trilho, o trem no trilho, se for necessário. Eu acho que é hora de premiarmos o mérito, não é, Profª Mariza?

Na iniciativa privada o mérito é premiado. Ou produz, ou produz, ou cumpre-se com as metas ou está fora do sistema. E na educação não é tão fácil medirmos isto. Mas, se nós não tivermos Projeto nesse sentido nós... Porque é na escola que nós estamos formando o cidadão de amanhã. E essa é uma grande responsabilidade da sociedade do presente.

Também quero dizer, sobre o Senador Virgínio colocou aqui, as questões de limite. No Brasil nós vivemos uma crise de autoridade em todos os níveis. E isto não é questão de ser país moderno, não. Nós

fazemos uma confusão. No Japão a escola é, extremamente, rigorosa. Lá se um aluno for pego colando o nome dele vai para um painel na entrada da escola escrito lá: “Este mentiu para ele e para a sociedade”. Porque a cola é uma mentira. A cola é um roubo ideológico, não é? E os pais.... É muito sério isto.

SRA. PRESIDENTE SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No registrem americano também isso é muito... Rígido.

SR. WILSON MATOS: No Brasil é o vale-tudo. O diretor não tem autoridade, o professor perdeu a autoridade, a proteção é excessiva. Mas, é uma questão que nós temos que encarar com seriedade também. Nos Estados Unidos o respeito do aluno na escola é uma coisa impressionante. Eu estive esse ano mais uma vez visitando escolas nos Estados Unidos. E visitava uma escola de ensino médio lá e um aluno da escola foi colocado a minha disposição para que ele mostrasse a escola.

E nós estávamos caminhando por um longo corredor, chegou num dado espaço daquele corredor ele falou para mim: “Não posso continuar aqui”. Eu falei: “Mas, você foi autorizado”. Ele falou: “Não, mas aqui é proibido nós passarmos dessa divisa aqui e continuar nesse corredor porque agora é uma escola técnica que está aqui e é outra administração”, tal. E eu queria muito visitar a escola técnica. É um prédio único. E aquele aluno não foi porque ele disse que podia criar-lhes sérios problemas.

Aqui, que autoridade a escola tem para impor limites? Quer dizer, é uma perda de limites hoje, nós perdemos essa oportunidade em algum momento da história, e é hora de retomarmos isso para termos uma... Uma escola que possa fazer com que também o aluno produza mais.

Então, são essas as questões que gostaria de colocar encerrando aqui o nosso pronunciamento, agradecendo a oportunidade que a Comissão de Educação me permitiu de estar aqui debatendo esse Projeto. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes de fazermos as considerações finais, eu gostaria de registrar a presença da Profª Manoelina, Presidente da [soa a campainha] UNDIME de Mato Grosso.

Mas... Gostaria mais uma vez de agradecer e de solicitar a UNDIME, inclusive, já nos entregou aqui por escrito a sua avaliação e sugestões sobre o Projeto. Gostaria de solicitar tanto à professora, ao conselho, ao CONSED e ao CNTE que nos colocasse as suas considerações, sugestões e quero, mais uma vez, aqui, ressaltar esse Projeto, Profº Wilson, nós precisamos construir exatamente essa oportunidade de resgatar

o respeito, a credibilidade de cidadãos e cidadãs que, com amor, se dedicam a construir os caminhos do futuro dos nossos filhos.

Esse país só será forte, esse país só será realmente grande quando entendermos todos, a todos os níveis Federal, Estadual e Municipal que recurso na educação não é gasto é investimento. Quando entendermos que se faz transformações sociais é fazendo com que o cidadão forme o seu caráter de cidadão e que entenda que o seu conhecimento, ele vai ter condição de contribuir para aquela sociedade, para que ela seja melhor, mais justa e de mais paz. São questões que nós sabemos que têm muito para a gente avançar. É longo, porque se nós fizermos uma modificação total na educação melhorando todos os pontos que nós questionamos da valorização salarial, da questão do professor não tem dedicação exclusiva, não ter ensino integral, das estruturas que são falhas, dos recursos que se perdem por aí, da falta de conhecimento, até de aprimoramento, enfim, uma série de questões, seria necessário uma geração para começarmos a melhorar os resultados do Ensino Fundamental.

Então, vejam como a nossa missão é uma missão que não... Que com certeza nós que estamos aqui nesse mandato não iremos concluir, mas podemos dar passos decisivos para que tenha continuidade. E essa preocupação da continuidade, Prof^a Mariza, a senhora que hoje está como Secretária Estadual de Educação e a Prof^a Stella, Secretária Municipal, temos que deixar os gestores municipais e estaduais entenderem, e federal, principalmente, que plano de educação não pode ser plano do Presidente tal, nem do Governador tal, nem do Prefeito tal – é plano da população, de Estado. É um plano que tem que ter continuidade.

E eu volto aqui a reafirmar: “Não podemos ter educação de qualidade e melhoria se nós não tivermos, realmente, a figura do professor motivado e com amor”. Nós sabemos das distorções. Eu passei por isso. Vou lhe dar aqui um exemplo – Gratificação de sala de aula no meu município onde eu fui prefeita três vezes e continua agora com a minha sucessora só tem que está na sala de aula. É Lei, porque se você está numa atividade, muitas vezes servindo na outra secretaria, na outra instituição a serviço... receber? Agora, vamos dar e conseguir aumentar, ter mais recursos para que essa gratificação seja cada vez maior para que ele permaneça mais dentro da sala de aula com as nossas crianças. E quem ganha? É o nosso... São questões, às vezes, pequenas, mas que precisa ter coragem. Precisa ter coragem.

E eu sei que isso vocês todos têm, quando eu digo coragem porque nós temos que, muitas vezes, romper é... Resistências que, entendo porque é neces-

sário, que a categoria de todos os trabalhadores da educação também, como sou médica e tenho o meu sindicato, tenho as minhas associações para defender os nossos interesses. O professor também tem direito e tem que estar forte nas suas associações, nos seus interesses. Mas, aí, não é uma rua de uma mão só, ela tem mão dupla, compromisso, seriedade para que nós possamos cada vez mais valorizar a profissão e essa valorização passa pelos salários, passa pela questão do espaço, passa pela oportunidade de aprimorar nos seus conhecimentos. Enfim, acho que tudo isso o Brasil quer essas mudanças, e nós temos que dar a nossa contribuição. Obrigada a todos que aqui vieram.

Sessão encerrada às 12h35.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008.

II SIMPÓSIO E FÓRUM PÚBLICO EM EDUCAÇÃO, IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e oito, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Wellington Salgado, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro e Romeu Tuma reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Renato Casagrande, João Ribeiro, Geovani Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virgínio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. Inicia-se a presente reunião, convocada no formato de Simpósio, atendendo ao Requerimento nº 06/08 – CE de autoria das Senadoras Marisa Serrano e Maria do Carmo Alves e Aditamento nº 01/08 – CE ao Requerimento nº 06/08 – CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque que tem como objetivo a realização do II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social. O Simpósio tem tradução simultânea e na abertura conta com a participação da soprano Denise Tavares, Professora de Canto Lírico da Universidade de São João Del Rey – MG e da Pianista Beatriz Salles, Chefe do Departamento de Música da Universidade de Brasília – UnB. Compõe a Mesa de Abertura os Excelentíssimos Senhores, Senadores Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal e Cristovam Buarque, Presidente

da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Senhor Fernando Haddad, Ministro da Educação do Brasil; Senhora Grace Naledi Mandisa Pandor, Ministra da Educação da África do Sul; Senhora Lesley Longston, Diretora Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Famílias do Ministério da Educação do Reino Unido; Senhor Embaixador Ruy Nogueira, Ministro Interino das Relações Exteriores e Senhor José Luiz Valente, Secretário de Educação do Distrito Federal (Representando o Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda). Antes de dar início aos trabalhos, passa-se a execução do Hino Nacional, na voz da soprano Denise Tavares. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete aos membros presentes da Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Dando continuidade, a presidência passa a palavra aos Excelentíssimos Senhores Fernando Haddad, Ministro da Educação do Brasil e Senador Garibaldi Alves, Presidente do Senado Federal para que os mesmos possam proferir seus pronunciamentos. Ao fim dos pronunciamentos, retoma a palavra o Senhor Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, para dar início as palestras que serão proferidas pela ordem, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação do Brasil Fernando Haddad, Excelentíssima Senhora Ministra da Educação da África do Sul, Grace Naledi Mandisa Pandor e a Ilustre Senhora Diretora Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Família do Ministério da Educação do Reino Unido, Lesley Longston. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar o Simpósio, do Professor Gilberto Gonçalves Garcia, Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB; Senhor Jorge Wheertein, Diretor Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA; Senhor Alcenir Guerra, Secretário Extraordinário de Escolas em Tempo Integral do Governo do Distrito Federal; Senhor Marcos Formiga, Assessor Especial da Presidência da Confederação Nacional da Indústria e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED; Senhora Beatriz Salles, Pianista e Professora da Universidade de Brasília – UnB; Senhora Denise Tavares, Soprano e Professora de canto lírico da Universidade de São João Del Rey; Professor Heitor Gurgulino de Souza, Secretário Geral da International Association of University Presidents – I.A.U.P; Professor Jorge Guimarães, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Professor Ronaldo Mota, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC; Senhor Hélio Chaves, Secretário de Políticas em Educação a Distância; Doutora Mary

Stiasny, Vice-Diretora do Instituto de Educação da Universidade de Londres e do Senhor Kennedy Montenegro, Assessor Especial da Vice-Governadoria do Distrito Federal – Representante do Vice-Governador (Senhor Paulo Octávio). O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque esclarece aos participantes que desejarem fazer perguntas, que as encaminhem para a Secretaria da Comissão e do Simpósio para que sejam respondidas posteriormente via e-mail. A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e vinte e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

NOTA TAQUIGRÁFICA

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008

II SIMPÓSIO E FÓRUM PÚBLICO EM EDUCAÇÃO, IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom dia. Damos início ao II Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social. O I Simpósio Internacional aconteceu em novembro de 2006, no Instituto de Educação da Universidade de Londres, a partir de uma idéia do Senador Cristovam Buarque. A proposta foi de criar um simpósio a respeito de Educação e equidade, que fosse itinerante, de maneira que pudesse ser realizado seqüencialmente, inicialmente no Reino Unido, depois no Brasil, na África do Sul e, por fim, na Índia.

O objetivo é reunir pesquisadores, acadêmicos, gestores políticos e práticos na área para refletir a respeito das semelhanças e diferenças em suas histórias e opiniões em relação a futuros Projetos para promover sistemas educacionais mais justos.

Neste ano, debateremos o uso das tecnologias na Educação e a promoção da inclusão social. Após este momento, aqui em Brasília, o simpósio continua em Campo Grande, de 23 a 26 de abril. Compõem a Mesa

o Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho; o Ministro da Educação do Brasil, Exmo. Sr. Fernando Haddad; o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque; a Ministra da Educação da África do Sul, Exma. Sra. Grace Naledi Mandisa Pandor; a Diretora-Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Famílias do Ministério da Educação do Reino Unido, Exma. Sra. Lesley Longston; Exmo. Sr. Embaixador Ruy Nogueira, Ministro Interino das Relações Exteriores; Exmo. Sr. Osvaldo Reis, 1º Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Ilmo. Sr. José Luiz Valente, Secretário de Educação do Distrito Federal.

Convidamos todos a ficarem de pé para a execução do Hino Nacional, pela cantora lírica Denise Tavares e a pianista Beatriz Salles.

[execução do Hino Nacional Brasileiro].

[palmas].

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra, o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Senador Garibaldi, nós estamos aqui, numa Reunião formal da nossa Comissão de Educação, a 16ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, para dar continuidade a um evento internacional que, pela segunda vez, fazemos. Esperamos já estar, no final vai se dizer, já termos a 3ª, fixada para a África do Sul. Eu dou, portanto, como aberta essa Sessão e passo... Devolvo a palavra para o mestre de cerimônia.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra, o Ministro da Educação do Brasil, Exmo. Sr. Fernando Haddad.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Eu gostaria de cumprimentar todos Parlamentares presentes, na pessoa do Presidente do Congresso, Senador Garibaldi Alves. Gostaria de cumprimentar a Ministra da Educação da África do Sul, Naledi Pandor, que é uma das maiores lideranças mundiais na área da Educação, tem tido um papel proeminente nos Fóruns Internacionais, defendendo propostas ousadas, inclusive, no que diz respeito à cooperação internacional. Dizer a ela que é uma grande satisfação contar com a sua presença no Brasil. Saudar a sua primeira visita ao Brasil e desejar que essa seja a primeira de muitas visitas da Ministra ao nosso país.

Em nome da Ministra, eu gostaria de cumprimentar os educadores presentes, os membros da Comissão de Educação, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa, cumprimentar os dirigentes do

Ministério da Educação aqui presentes, os representantes de organismos internacionais e desejar a todos um bom dia de trabalho.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra, o Presidente do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e responsável pela realização deste Simpósio, II Simpósio; Exmo. Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, representante do Exmo. Sr. Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Exmo. Sr. Peter Collecott, Embaixador do Reino Unido no Brasil; Exma. Sra. Grace Naledi Mandisa Pandor, Ministra da Educação da África do Sul, Sr. Vincent Defourny, Diretor da UNESCO no Brasil; Sra. Lesley Longston, Diretora-Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Famílias do Ministério da Educação do Reino Unido; Sr. José Luiz da Silva Valente, Secretário de Educação do Distrito Federal, representante do Governador José Arruda, Governador do Estado, demais autoridades, convidados, especialistas, técnicos, professores, senhoras e senhores. É com muita satisfação que recebemos, no Congresso Nacional, a 2ª edição do Simpósio Internacional e Fórum Público sobre Educação, Igualdade e Justiça Social. Este evento, de formato inovador, reúne o que há de melhor no pensamento sobre a Educação de quatro grandes países: África do Sul, Índia, Reino Unido e Brasil. Muito me interessa, e interessa a todos nós, essa mescla de culturas, competências, experiências com o objetivo comum de pensar a formação humana, a Educação.

A experiência, inclusive, nos mostra que os modelos de sucesso, reconhecidos nos países representados neste evento, invariavelmente, têm como alicerce, e isso já é uma coisa óbvia, o investimento em Educação para capacitar seus cidadãos.

Quero dizer ainda, nesta saudação rápida a todos os que irão participar deste evento, que este é, no caso do Brasil, um dos nossos desafios principais. Claro, e acredito que também no caso dos outros países participantes. E, tenho certeza, dever de casa de todos os países do mundo. Com a velocidade da evolução tecnológica, a aprendizagem deve ser modo contínuo, ficando na humildade que conduz à sabedoria.

Acho também, e aí vou me valer até de um debate que participei, juntamente com o Sr. Ministro da Educação, recentemente, em Comandatuba, na Bahia, encontro esse que reuniu empresários, políticos, educadores, durante o qual se falou sobre a Educação e o ensino público no Brasil. Acho até, no caso brasileiro,

que o que nós precisamos, evidentemente, é de sintetizar, claro, esses investimentos em tecnologia com o nosso aprendizado. Mas nós precisamos, sobretudo, de envolver a sociedade brasileira neste debate, no debate da Educação. Fica provado, a cada Encontro Nacional, e não tem o caráter internacional que esse tem, mas o Senador Cristovam Buarque sabe muito bem disso, fica provado, a cada encontro, e o Ministro também sabe muito bem disso, que nós precisamos envolver a nossa sociedade, a nossa comunidade, no debate do dia-a-dia da Educação. Educação que passa, que tem que passar, claro, pela tecnologia, mas tem que passar pela conscientização dos nossos cidadãos com relação à importância da Educação.

Os indicadores que serão mais adiante discutidos mostram, e o Ministro terá essa tarefa, que o Brasil ainda tem muito que aprender. No último programa de avaliação internacional de alunos, aparecemos na 52ª posição entre os países avaliados. E eu até diria que essa posição, Ministro, de 52ª, é uma posição muito desconfortável para nós, já que temos, nessa avaliação, apenas 57 países avaliados.

Se não intensificarmos o esforço de aprendizagem, não teremos como acompanhar o dinamismo das transformações tecnológicas. Os principais responsáveis pelo fraco desempenho do Brasil, não quero ser repetitivo, mas quero afirmar, não são os alunos, embora sejam eles que fazem as provas. O reprovado é o Estado Brasileiro. Mas não é só o Estado Brasileiro. E, me permita a sociedade brasileira, o reprovado ou a reprovada é a sociedade brasileira. Recentemente, e permitam os senhores, eu disse isso até ao Ministro da Educação, e não sei se eu estou, Ministro, e ex-Ministro Cristovam Buarque, se eu estou falando muito dos assuntos da nossa Casa, quando o encontro diz respeito a um conagraamento de experiências de muitos países. Parece-me até que o Senador Cristovam Buarque está apreensivo com a minha fala aqui nesse instante.

Na verdade, eu vi, há poucos dias, a Secretária de Educação do Estado de São Paulo, que é o maior Estado do Brasil, dizendo, num programa de televisão da chamada Rede Globo, mas no que toca à Globo News, dizendo que o que falta é essa integração ou essa interação entre a família, a família do aluno, os pais do aluno, que têm muito a ver com a Educação dos seus filhos e que, aqui no Brasil, simplesmente entregam essa tarefa ao professor e deixam de lado, infelizmente, a responsabilidade deles, de co-educadores de seus filhos.

Então, me permitam, ela dizia, me parece até, me pareceu até ser um gracejo, mas, depois, eu refleti e vi que tinha alguma coisa a ver com o esforço

que nós devemos fazer para melhorar a nossa Educação. Ela dizia: “Olha, no dia em que se discutir, no Brasil, no dia-a-dia do Brasil, a Educação como se discutem as novelas da TV Globo, a nossa Educação vai melhorar”.

[palmas].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, me permitam, o que está faltando não é só a tecnologia. A tecnologia virá. Mas quem vai aplicar a tecnologia é que precisa se conscientizar da importância e da responsabilidade da sua tarefa. Então, veja Ministro, veja Senador, que eu realmente excedi aqui as normas protocolares porque deveria ter feito uma saudação, apenas uma saudação a todos os Delegados dos países participantes, e terminei querendo dar uma aula a quem certamente deve estar me reprovando nessa hora, porque não tem... Eu não tenho como justificar a minha autoridade de falar num encontro internacional como esse com a ousadia como estou falando. Mas falo porque sinto. Falo porque esse é um dos maiores problemas brasileiros e mundiais. Nós só vamos vencer o desafio da nossa pobreza, do nosso desenvolvimento, se educarmos os nossos jovens. Mas não é colocarmos eles dentro das escolas, não. 60 milhões de pequenos brasileiros estão matriculados no ensino fundamental... 60 milhões. Mas, quantos deles chegam ao fim e ao cabo do ensino da primeira etapa? Quantos deles chegam ao ensino médio? Quantos deles chegam à Universidade? Quantos deles deveriam chegar ao ensino médio, antes da Universidade, com determinantes conhecimentos para fazer valer a sua experiência profissional? Porque o ensino médio deveria ter um caráter profissionalizante. E, aqui no Brasil, ainda não encontrou o seu viés.

Então, meus senhores, me desculpem esse desabafo de um brasileiro que, eventualmente, ocupa o cargo de Presidente do Senado, para dizer aos senhores que temos que resgatar essa dívida social, e ela é muito maior no campo da Educação. Diria, depois de ter falado das nossas mazelas, de ter exposto aqui o que vai, pelo nosso coração de brasileiro com relação a—

[interrupção no áudio].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --Poderia traçar um roteiro inovador, apontando o dedo na ferida, como as CPIs fazem, o que há de errado e o que há de certo. Meus senhores, minhas desculpas, porque os senhores vão ouvir ainda a palestra do Ministro da Educação e não esperavam ouvir essa palestra minha. Eu peço desculpas reiteradas a todos, mas só não peço desculpas mesmo porque, diante de mim, está o futuro do Brasil, que reclama,

que clama que se diga uma palavra como essa, que eu acabei de pronunciar. Muito obrigado.

[palmas].

SR. MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, neste momento, desfaremos a Mesa de Abertura e, em instantes, iniciaremos as palestras programadas com a Mesa presidida pelo Exmo. Sr. Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero dizer, quebrando o protocolo, já que o Presidente disse que estava quebrando também, para dizer que, Presidente, é bom ter um Presidente do Senado capaz de desabafar. Felizmente, a gente ainda tem a indignação na alma de alguns políticos. Segundo, é bom ver esse desabafo em relação à Educação. Terceiro, acho que é muito positivo, que nesse desabafo, tenha sido reconhecido o trabalho do Ministro Fernando Haddad, que tem feito o possível para a gente começar a sair dessa crise e investir nos próximos 20, 25, até 30 anos, como todos nós sabemos, para que o Brasil possa ter uma Educação igual para todos e de qualidade compatível com as exigências do século 21.

E, finalmente, dizer que esse trabalho do Ministro Fernando Haddad e dos que vierem depois dele só vai dar fruto se houver, nessa Casa, um pacto nacional de todos os políticos pela Educação. Se houver, nessa Casa, uma proposta que transcenda partidos, transcenda Governos, e transcenda, pelo menos, uma geração inteira. Nesse sentido, fico feliz de ter um Presidente do Senado que é capaz de desabafar pela Educação, com o reconhecimento do que vem sendo feito e, sem dúvida alguma, com competência e capacidade, tentar, junto com o Ministro e outras pessoas envolvidas, construir um pacto nacional pela Educação. Muito obrigado, Presidente, pela sua presença e, sobretudo, pelo seu desabafo.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço licença a todos, mas vou ter que me retirar. E me retiro, não com a consciência muito pesada, porque, no sábado, eu vi uma conferência de um Ministro. E debati com ele e com todos os... Creio que 600 pessoas, durante nove horas, Educação. Por isso que eu me pus a fazer esse discurso que o Ministro, o ex-Ministro Cristovam chamou de desabafo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Retomamos o trabalho da Comissão de Educação, agradecendo a presença do Presidente Garibaldi, que fez essa sua passagem aqui como um gesto de grande respeito e cortesia à Comissão de Educação, o que raramente é feito, porque a Comissão reúne apenas os seus Senadores e Senadoras.

Antes de passar a palavra ao Ministro Fernando Haddad, que é o primeiro a falar, eu quero explicar a cada um de vocês o que é esse evento. Há alguns anos, um grupo de pessoas considerou que era necessário refletirmos sobre como combinar o assunto da Educação com o assunto da pobreza. Parece uma coisa óbvia, mas, lamentavelmente, há uma resistência imensa, na cabeça de todos, de ver a luta pela superação da pobreza como uma responsabilidade da Educação.

Nós todos tendemos a ver que pobreza é o contrário de riqueza e que riqueza só vem da economia. Não criamos, inclusive, a palavra não-pobreza e não-riqueza, o ser rico ou ser pobre; e, aí, a economia domina o raciocínio da humanidade há, pelo menos, 200 anos. E domina o futuro de maneira avassaladora, não deixando que se veja que Educação é o verdadeiro caminho da libertação, da emancipação, da igualdade, do desenvolvimento e, portanto, da inclusão social.

Nós tivemos a sorte de ter uma pessoa que agarrou essa idéia de fazer esse debate, que é a professora Maria Cohen(F), que está aqui conosco, que é da Universidade de Londres, e que assumiu promover, graças à Universidade de Londres, ao Instituto de Educação, essa reunião. E, desde o início, imaginamos que alguns países deveriam estar presentes: Brasil, obviamente, a Índia, a África do Sul... Pelo menos juntos com a Inglaterra, que era a promotora. A idéia era ter mais países, como México, Egito, países de um porte na população e, ao mesmo tempo, que têm feito experiências nesse sentido e que tenham a capacidade crítica para refletir sobre o assunto. Fizemos a primeira Reunião em Londres e estamos fazendo essa segunda. Hoje é apenas a abertura, e eu agradeço muito tenham aceito que seja junto com a Comissão de Educação do Senado, por uma proposta, dentro da Comissão, da Senadora Marisa Serrano, que está aqui, a abertura que vou fazer com três palestras dos Ministros.

Esse evento continuará, por mais dois dias, no Mato Grosso do Sul, com uma série de debates, e eu poderei apresentar, mais adiante, para todos vocês, começando pela abertura que será feita pelo Chanceler da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, que é o professor Pedro Chaves dos Santos Filho, o promotor que nós temos, lá no Mato Grosso do Sul. Nós teremos dois dias de debates, inclusive com visitas, e, daí, vai surgir um novo documento, tentando dar uma linha na idéia de como usar a Educação como o vetor para a superação da pobreza. Aqui vai ser apenas hoje de manhã e apenas essas palestras, do Ministro da Educação do Brasil; da Ministra da Educação da África do Sul; do Ministério da Educação da Inglaterra, e nós vamos ficar com essas

três palestras aqui. Mas a idéia é que a Comissão de Educação, mais adiante, traga os resultados de todo o Simpósio e faça um evento para avaliarmos o que houve e definirmos a próxima etapa, provavelmente... Provavelmente, não, segundo o *British Council*, que nos apóia tanto, a Cristina Dale, não provavelmente, mas certamente, em Johannesburg.

Eu passo, então, Sr. Ministro, a palavra para o senhor, com muita honra, com muita satisfação de tê-lo aqui, não apenas como nosso Ministro, mas como um pensador para este assunto: Como podemos e o que estamos fazendo também para que a Educação seja o vetor; não um, mas o vetor da superação do quadro de pobreza que existe no mundo.

SR. MINISTRO FERNANDO HADDAD: Agradeço, Senador Cristovam Buarque, reconhecendo a sua liderança nesse processo de sensibilização e mobilização da sociedade brasileira em prol da Educação. Cumprimento novamente todos os nossos convidados, sobretudo os que vêm de outros países, o atendimento do nosso convite, cumprimento o Embaixador da Inglaterra no Brasil, pelo apoio que o Governo britânico vem dando a essa causa.

Eu começo, sugerindo a tese, que me parece aceita, de que hoje a nossa sociedade tem como elementos de desigualdade, de um lado, a concentração da propriedade, que é uma questão clássica, que vários países procuram enfrentar das mais variadas maneiras, mas, de outro, a concentração do conhecimento. É evidente que há uma primazia no debate econômico sobre o debate educacional, mas é preciso reconhecer que, no atual estágio de desenvolvimento da nossa civilização, a concentração de conhecimento se tornou um assunto tão dramático quanto concentração de propriedade em alguns países.

Portanto, enfrentar o debate sobre a disseminação, a produção de conhecimento é fundamental para nós atingirmos um patamar de civilidade, de mais igualdade, de fraternidade nos nossos países. A nossa Constituição, ela foi bastante sábia nesse sentido. Ela, depois de repartir as atribuições entre os entes federados, Municípios e Estados e a própria União, ela determina que a União equalize as oportunidades educacionais. Esse é o comando que é dado ao Governo central: Equalizar as oportunidades educacionais. Porque já o constituinte de 88 percebia que, numa sociedade onde o conhecimento é tão desigualmente repartido ou acessado pela sociedade, pela população, essa era uma das fontes mais gritantes de desigualdade econômica e social em nosso país.

A pergunta que cabe é como equalizar as oportunidades educacionais? Eu diria que quem quer que esteja à frente de uma Secretaria de Educação, Municipal

ou Estadual, ou um dirigente do Ministério da Educação tem que ter presente essa pergunta todo tempo: Como equalizar as oportunidades educacionais?

Em primeiro lugar, o próprio comando sugere equalizar, sugere uma providência preliminar, que é avaliar. Nós temos que avaliar. Nós temos que acompanhar os sistemas de ensino. E o Brasil, hoje, do nosso ponto de vista, é um exemplo de Sistema Nacional de Avaliação; um país, com dimensões continentais como o nosso, ter um sistema de avaliação educacional que avalia todas as escolas públicas do país. Estamos falando de mais de 40 mil escolas públicas urbanas do nosso país. E há demanda agora de que o sistema avance para o campo e possa avaliar as escolas rurais também.

Quando se avalia, escola por escola, nós temos uma avaliação de rede, nós temos uma avaliação de território e nós temos uma avaliação nacional, agregando os indicadores da maneira como entendemos. E o que se mostrou, nessa grande avaliação que foi feita em 2005, e os resultados de 2007 serão divulgados nas próximas semanas, é que a União não cumpria esse mandamento constitucional porque, regra geral, o recurso federal era destinado a quem menos precisava dele. E aquelas escolas e Municípios que mais necessitam de apoio técnico e financeiro da União eram os que, até 2005, menos recebiam recursos. Isso tem uma razão de ser: Uma rede pouco estruturada é aquela que menos condições tem de apresentar os melhores Projetos. E, se é assim, é evidente que o gestor federal, ao escolher os melhores Projetos, acabava beneficiando aqueles das redes mais bem estruturadas. Mas, com essa radiografia que foi feita, nós invertemos a lógica: Nós passamos a direcionar o recurso e o apoio técnico para os Municípios, 9.681 escolas públicas que mais necessitam desse apoio.

A segunda providência, no sentido da equalização das oportunidades, é a articulação dos níveis de ensino, Educação básica e Educação superior. Nós, por muito tempo, acalentamos a ideologia de separar esses níveis de ensino, como se a qualidade da Educação superior não dependesse da qualidade dos egressos da Educação básica, ou como se a boa qualidade da Educação básica não dependesse da qualidade dos professores formados nas instituições de ensino superior.

Portanto, a articulação dos níveis de ensino, Educação básica e Educação superior, é absolutamente essencial se quisermos um magistério preparado para o desafio de equalizar as oportunidades educacionais. Nós estamos, nesse sentido, promovendo um grande esforço para aumentar o percentual de professores da escola pública, formados nas universidades públicas,

porque é atribuição e responsabilidade da União formar mais professores para o atendimento das nossas redes de Educação básica.

Em relação ao PISA, eu gostaria de fazer um comentário, aliás, dois comentários. Por que um país, que é o 15º colocado em produção científica no mundo é o 52º colocado em qualidade da Educação básica? Eu diria que uma das razões é justamente a desarticulação entre a Educação básica e a Educação superior. Se nós fizermos transbordar a qualidade da Educação superior brasileira, sobretudo das instituições públicas para a Educação básica, e, aí, por vários mecanismos, ampliando as licenciaturas, ampliando a Educação à distância, sobretudo na formação continuada, assumindo, no âmbito da nossa agência de fomento, a CAPES, os desafios que estão colocados para a valorização do magistério, nós temos superado uma grande barreira de valorização do nosso magistério.

Mas eu faço uma segunda colocação em relação ao PISA. É verdade que a média nacional é baixa. Mas se nós segmentarmos o PISA, em dois grupos, cortarmos ao meio, nós vamos verificar que 50% dos jovens brasileiros têm qualidade de ensino comparável à de um país como Israel, que tem o livro como símbolo da nação. E os outros 50% estão desamparados, nesse momento, e os seus resultados é que fazem a média nacional cair dramaticamente. Por isso que o tópico da equalização das oportunidades é tão importante para um país como o Brasil.

Eu vou além, 70% dos brasileiros têm um nível educacional comparado dos jovens chilenos, que deram um salto, no último período, em qualidade da Educação. Então, o Brasil, ele sabe educar, mas o Brasil não sabe educar todos. O Brasil detém a tecnologia da qualidade. Nós temos mais do que ilhas de Excelência. Mas nós não sabemos, ainda, garantir o direito de todos, de aprender. E, de novo, eu me remeto à determinação da Constituição que comanda a equalização das oportunidades educacionais.

A terceira providência é a mobilização das modalidades de ensino. Nós temos que contar mais com as modalidades de ensino. A Educação profissional é um elemento decisivo da melhoria da qualidade da Educação, sobretudo naquela etapa, que eu considero a etapa crítica do nosso sistema, que é o ensino médio. Se nós não alargarmos as possibilidades do nosso jovem de ensino médio ter acesso à Educação profissional, nós não vamos honrar o compromisso da melhoria da qualidade do ensino médio. E não basta a ampliação da rede federal e o apoio federal às redes estaduais. Nós estamos mais do que duplicando a rede federal de Educação profissional; teremos 500 mil alunos, até 2010, na rede federal. Mas, o que são

500 mil, perto dos oito milhões que nós deveríamos atender? Mesmo por meio do Brasil profissionalizado, que apoiará a reestruturação do ensino médio estadual, com quase um bilhão de reais, esse desafio exige mais do que isso. Exige mais ousadia do que isso. E nós estamos discutindo, neste momento, como acoplar o ensino médio ao sistema S, porque nós entendemos que o sistema S poderá dar uma grande contribuição para o país se, ao invés de formar o trabalhador depois de um tratado, combinar a Educação profissional com o aumento de escolaridade, já durante o ensino médio, o que vai resolver dois problemas brasileiros: O primeiro, a qualidade do ensino médio, e segundo, a quantidade de técnicos, que é muito baixa, que é formada no país.

Nós não estamos formando em quantidade suficiente, sequer para enfrentar o desafio do crescimento econômico. Estão aí todas as empresas, pedindo providências do Estado para contratar os nossos jovens, que têm talento, mas não têm tido acesso à Educação profissional, pelo menos na quantidade que precisamos.

Em quarto lugar, nós precisamos atuar fortemente na gestão e financiamento. Nós vamos combinar gestão e financiamento. É, sim, necessário mais recurso para a Educação. O Brasil não vai conseguir superar suas dificuldades, investindo 4% do Produto Interno Bruto. Nós temos que atingir um patamar, no mínimo, de 6%, e por muito tempo, por muitos anos, para que nós possamos resgatar a dívida nacional e garantir que a atual geração tenha a Educação que nossos pais e avós não tiveram. Mas nós precisamos combinar mais financiamento com mais gestão e, para isso, nós estruturamos um modelo de gestão, que são os planos de ações articuladas, que pautam, que para parametrizam e balizam o relacionamento da União com os entes federados, através de convênios multidimensionais, que atacam vários problemas simultaneamente, e plurianuais, para que não haja descontinuidade na troca da Secretaria de Educação, ou da Prefeitura ou Governo do Estado.

O plano de ações articuladas enxerga mais longe, para além do ciclo político. Agora, nós precisamos mais financiamento. Nós tivemos, a semana passada, a satisfação de receber notícia que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou Emenda Constitucional, da Senadora Ideli Salvatti, revogando a DRU, a regra que desvincula recursos da Educação, que já vai para o seu 14º ano de existência, e, se nós levarmos em conta a atualização dos valores de lá pra cá, nós, seguramente, perdemos alguma coisa entre 70 e 80 bilhões de reais. Imaginem um país poder cometer um verdadeiro desatino contra

a Educação, no momento em que podia dar o salto, retira 30% do orçamento do Ministério da Educação, de uma perna só.

Nós temos a oportunidade agora, quem sabe, com essa iniciativa, de pedir não uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas uma Comissão Permanente de Inquérito. Como o Senador Cristovam Buarque propõe, que ela não se desmobilize, que ela permanentemente investigue as razões do insucesso, do fracasso escolar, da evasão, da repetência, do rendimento escolar. Por que não tomar essa primeira providência? Um Projeto que está pronto para ir a Plenário e acabar definitivamente com a DRU da Educação. O país vai agradecer penhoradamente o Congresso Nacional se o Congresso Nacional tomar essa atitude, que independe, inclusive, do Poder Executivo. Porque, sendo Emenda Constitucional, não vai sequer à sanção presidencial. E há acordo, inclusive na base aliada do Governo, e também da oposição, para tomar essa iniciativa. Eu tenho certeza que os educadores aplaudiríamos muito uma medida como essa.

Por fim, mas não menos importante, a questão do apoio às famílias. Nós precisamos apoiar as famílias em dois sentidos: Em primeiro lugar, com os apoios tradicionais, os recursos tradicionais: transporte escolar, o livro didático, a merenda escolar, o Bolsa-Escola, Bolsa-Família, que nasceu aqui no Distrito Federal e se espalhou hoje por todo o país, que nós, do Ministério da Educação, que eu sei que é exatamente a visão que o Senador Cristovam Buarque tem, entendemos esse programa como um programa de Bolsa-permanência. É um programa que garante a permanência da criança na escola. Por isso que ele é dado, o benefício é concedido a famílias que tenham filhos em idade escolar, para garantir a permanência desses meninos e meninas na escola até a conclusão de seus estudos.

Então, esses programas são essenciais para apoiar as famílias, sensibilizar as famílias sobre a importância da escola, a necessidade e a oportunidade que a escola lhes oferece, no sentido colocado, muito bem, pelo Senador Cristovam, quando diz que a Educação é uma alavanca da emancipação. Inclusive, fugindo do falso debate sobre se isso é uma política compensatória ou emancipatória; ela só seria compensatória se ela não estivesse associada à possibilidade de emancipação pela Educação. Portanto, a falsa clivagem que se procurou estabelecer.

Mas nós precisamos também olhar para as famílias como protagonistas da mudança. As famílias não são apenas um sujeito passivo, que recebe apoio. Elas precisam se tornar protagonistas da mudança, ou seja, elas precisam ser mobilizadas. E isso também tem sido uma preocupação constante do Ministério da Educação,

sobretudo, na sua política de comunicação. Toda nossa comunicação hoje é pautada pela mobilização das famílias, pelo esclarecimento das famílias; nós refizemos, inclusive, um convênio importante com o MEC, que é o convênio MEC-ABERT, para inserir cinco minutos diários de mensagens na radiodifusão, tanto TV quanto rádio, voltadas para a valorização da Educação e das boas práticas nas nossas escolas públicas.

Portanto, eu não acredito em solução milagrosa para a Educação. Eu não conheço nenhum país que conseguiu resolver, do dia para noite, um problema tão agudo. Mas eu entendo que, se nós endereçarmos esta agenda, em toda sua complexidade e riqueza, e tratarmos a Educação como problema suprapartidário, como um problema nacional, que exige União de todos, e eu gostaria, nesse sentido, de saudar, tanto Governadores e Prefeitos quanto Parlamentares, por duas razões: Primeiro lugar, o Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado há um ano, aliás, depois de amanhã, completa um ano de seu lançamento, tem hoje a adesão de 27 Governadores e mais de 5400 Prefeitos, com diretrizes e com metas de qualidade bem definidas, a cada dois anos, aferidas a cada dois anos, para nós fazermos o acompanhamento por escola e por rede.

Mas, em segundo lugar, agradecer aos Parlamentares que só aperfeiçoaram os Projetos encaminhados pelo Ministério da Educação até aqui. Só fizeram aperfeiçoar. Todos os Projetos encaminhados pelo Executivo foram muito bem recebidos, tanto pela Câmara quanto pelo Senado, e saíram melhores do que entraram nessa Casa e na Câmara Federal. Ou seja, registrar o nosso agradecimento porque eu penso que a classe política, ao longo desses últimos tempos, deu um passo muito expressivo no sentido de forjar um pacto nacional pela Educação. Eu penso agora que a tarefa é fazer transbordar, é fazer chegar essa boa notícia às famílias do país, aos empresários, aos sindicatos, aos trabalhadores do campo e mobilizá-los permanentemente para que nós possamos atingir essas metas que, garantindo a equalização das oportunidades educacionais, vai, sem sombra de dúvida, ajudar a construir um país muito mais justo, muito mais desigual do que o nosso é até o dia de hoje. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É com grande prazer que eu passo a palavra à Sra. Ministra da Educação da África do Sul, Sra. Grace Naledi Mandisa Pandor. Eu passo a palavra, agradecendo todo o esforço que a senhora fez para estar aqui conosco. Com a palavra, a Sra. Ministra da Educação da África do Sul.

SRA. MINISTRA GRACE NALEDI MANDISA

PANDOR: [tradução simultânea] Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa, e também saudações aos meus colegas, o Ministro da Educação do Brasil, Sr. Haddad, é um grande prazer poder estar aqui em Brasília, no Brasil. Saudações também a todos os convidados e participantes, que estão presentes aqui nesta conferência. É uma pena que o Presidente do Senado tenha saído, porque eu pensei que seria muito útil para ele, talvez, ter uma idéia do que está ocorrendo na África do Sul, com relação às complexidades que estão associadas em contemplar a igualdade numa sociedade muito desigual.

Eu acho que, às vezes, nós vemos as mudanças de Educação como sendo uma prática que seja feita facilmente, que fica auto-evidente, em termos de estratégias que deveriam ser adotadas. Mas, como sabe o Ministro Haddad, uma vez que estamos nesse meio, nós vemos que é um tema de várias facetas. Então, seria muito bom que os Parlamentares também entendessem dessa complexidade.

Mas é um grande prazer poder estar aqui, poder estabelecer esse diálogo com vocês hoje durante a manhã. E a Índia, o Brasil, a África do Sul, com o nosso amigo antigo, Reino Unido, continua a construir essa parceira poderosa que estamos tentando estabelecer entre os nossos três países em desenvolvimento. Nós estamos unidos pela história e também pelos nossos desafios econômicos e oportunidades e, é claro também, pela necessidade urgente de encontrar formas para mudar as vidas daqueles que vivem nos nossos países, ou seja, mudar a vida para melhor.

Nossos três países, Índia, Brasil e África do Sul, eles têm muitas semelhanças, em termos de novas oportunidades, e também com relação às desigualdades. O meu país, ele é uma democracia por apenas 14 anos. Um período que verificou muitas tentativas robustas para confrontar os nossos legados. Nós tivemos sucesso, mas também há uma clara evidência de que a desigualdade ainda é um grande inimigo para um Governo democrático, que tem o desafio de construir uma nova sociedade, enquanto também está se estabelecendo, porque, no momento em que lidamos com a desigualdade, há instituições que tiveram privilégios institucionais, e muitas delas continuam sendo um recurso para a nação, porque não queremos destruir o que funciona, enquanto que fazemos aquilo que não funciona se transforme em algo que funcione. E essas diferenças, esses diferentes tipos de instituições que estamos tentando levar a cabo realmente apresentam diferentes problemas. Sem dúvida alguma, a transição política que nós estamos enfrentando no nosso país não é único para a África do Sul. Mas eu experimentei

o alto nível de *apartheid* e faz com que, então, essa transição seja muito complexa para o nosso país. Nós estamos começando a construir uma nova sociedade em 1994. Nós começamos de baixo para cima. Nós temos uma nova bandeira, um novo hino, novos símbolos de uma identidade nacional inclusiva. Nós estamos tentando transformar as instituições políticas e sociais que foram desenhadas para dividir o nosso país racialmente, culturalmente e socialmente.

Nós temos agora uma nova Constituição que deu uma expressão prática para tudo aquilo que nós vínhamos lutando, uma África do Sul unida, uma África do Sul com seus direitos, direitos que falam sobre discriminação injusta e que protejam e promovam o Estado de direito. Esta Constituição é o nosso guia em tudo que fazemos, como cidadãos e como Governo. E, sem dúvida alguma, fez uma contribuição muito importante ao futuro da Educação na África do Sul.

Também fala a respeito das diferentes dimensões da exclusão proveniente do *apartheid*, também fala sobre gênero, sobre igualdade, liberdade de religião, liberdade acadêmica para a Educação; garante o direito de todos à Educação básica, incluindo o direito aos adultos terem direito à Educação básica, porque, quando falamos de igualdade, não estamos falando apenas dos jovens do meu país, mas estamos falando também daqueles que nunca tiveram uma oportunidade, aqueles que agora já são adultos e que precisam também entrar na fábrica ou no tecido dessa nova sociedade.

Então, com relação aos direitos à Educação, em 1995, nós vimos milhares de crianças que, de repente, estavam agora com os direitos legais a terem acesso à Educação. Nós tivemos também que verificar a questão do analfabetismo dos adultos de igual forma, e um recente artigo de Luis Crouch, que antes trabalhava no Banco Mundial, fala que a reforma mais profunda na Educação que aconteceu no mundo, aconteceu pós-*apartheid*, na África do Sul. Ele disse e eu cito, o sistema da África do Sul está tentando desenvolver reformas que são muito mais amplas em escopo do que já foi tentado na desagregação do sistema escolar dos Estados Unidos. E, de alguma forma, isso reconhece o desafio complexo para tornar efetiva a igualdade no nosso sistema escolar.

As nossas reformas, nos últimos 10 anos, foram dirigidas na criação de um marco igualitário para a Educação, em todos os seus aspectos. E também fornecer acesso à escola para todos. Se falássemos a respeito de qualquer política educacional, bom, essa política educacional está presente na África do Sul. A pergunta é: Qual impacto está tendo com relação a alcançar esse desafio de igualdade? A igualdade, ela

não foi tão ampla por conta de algumas comunidades que estão enfrentando muitas desvantagens e sabemos que vão demorar muitas décadas até que consigamos preencher essas lacunas. Nós conseguimos financiamento para conseguir aumentar os gastos em 27%, no período de 1994 até 2007, ou seja, a questão de financiamento e igualdade no financiamento já foi contemplada. Mas isso não tem sido suficiente para erradicar o estoque das desigualdades passadas, em recursos humanos e materiais.

E quando nós chegamos ao ponto da liberdade, ou seja, o ponto da transição, que foi em 1994, o Governo da época estava gastando cinco vezes mais com os estudantes brancos, comparado com os estudantes negros nas escolas. E, para preencher essas lacunas, isso demorou mais do que oito anos, ou seja, nós já equalizamos a distribuição de gastos por aluno na África do Sul. Mas, décadas de vantagens para a população branca, ou seja, sabemos que não vamos fechar essa lacuna tão facilmente. Mas estamos tentando, em nosso país, nivelar o aspecto dos professores, recursos, depois de gerações de desigualdades. E nós temos uma política com relação a essa razão professor/aluno.

Então, de repente, para os alunos negros, nós vimos vários professores que foram empregados, porque antes não havia professores. Mas, o desafio de poder empregar todos esses professores, infelizmente, eles não possuem a qualificação educacional para fornecer as oportunidades para um ensino com qualidade para os alunos. Então, nós conseguimos equalizar o número de professores, mas os recursos humanos que colocamos não têm as habilidades para aumentar o nível da qualidade.

Nós também aumentamos as salas de aula, construímos novas escolas, mas as diferenças entre os alunos, o que chamamos de capital cultural é tão diferente que, enquanto uma criança, o fato de não ler em casa, o fato de não terem assistência durante as tarefas de casa, o fato de serem pobres e, inclusive, têm que trabalhar para ajudar no sustento da família, tudo isso vai contra aos alcances para aumentar a qualidade que estamos buscando. Então, tentar fechar essa lacuna, isso ainda, para nós, é um desafio. Está claro, em nosso país, que a pobreza acaba minando a Educação.

E, portanto, é importante para que nós possamos verificar como podemos assegurar que as escolas, de fato, façam uma diferença, e que nos ajudem para que possamos superar esse padrão de desvantagens herdadas. Nós, de fato, acreditamos que as escolas podem e devem fazer uma diferença. E essa crença nos levou ao desenvolvimento de uma gama de estra-

tégias que são direcionadas para promover a inclusão social e a igualdade.

Em primeiro lugar, nós erradicamos as taxas escolares... As matrículas nas escolas mais pobres. 40% das 26 mil escolas não têm o direito de cobrar a matrícula. E a nossa intenção é aumentar isso para 60% das escolas nos nossos países. Onde nós temos escolas que cobram taxas, não há a permissão de excluir nenhuma criança por conta de questões financeiras. Entretanto, nós permitimos a retenção de algumas escolas do sistema público, que têm uma habilidade de levantar recursos porque nós descobrimos que os pais que fazem contribuições privadas para o ensino nos ajudam para que consigamos direcionar mais recursos para as escolas mais pobres. Então, nós reconhecemos, precisamos também da contribuição privada no sistema público para que possamos redirecionar esses recursos para as comunidades e escolas mais pobres no país.

Em segundo lugar, nós temos um programa de investimento para fornecer recursos, estruturas escolares, para todos os alunos no nosso país. Estamos construindo bibliotecas porque 70% das nossas escolas, que herdamos, não tinham bibliotecas; 82% não têm laboratórios nas escolas; 80% não têm tecnologia para o aprendizado; 63% não têm água numa distância de um quilômetro da escola. E milhares das nossas escolas não têm eletricidade.

Então, nós temos uma grande tarefa de infraestrutura, um grande investimento de infraestrutura para as escolas. Em terceiro lugar, estamos dando atenção específica ao acesso e ao sucesso dos mais vulneráveis da nossa sociedade: meninas, crianças com alguma deficiência e crianças também nas comunidades rurais. Todas as nossas escolas agora estão sendo construídas de uma forma que assegure o acesso para aqueles com alguma incapacidade. Também uma política de inclusão... De Educação inclusiva para verificar também as crianças que têm alguma incapacidade física e outras formas... Também as meninas são priorizadas para acesso à escola e principalmente para o sucesso nas disciplinas como matemática, ciências...

Em quarto lugar, o desenvolvimento dos professores tem sido priorizado para assegurar uma Educação com qualidade para todas as crianças. Nós temos um novo mapa para desenvolvimento dos professores, que vai apoiar nossos esforços para melhorar a qualidade do ensino nas nossas escolas porque sabemos que a baixa qualidade do ensino está diretamente associada com baixos rendimentos escolares, que estamos preocupados. Por isso é tão importante podermos lidar com a qualidade dos professores.

Portanto, fizemos uma política que, durante o ciclo de três anos, os professores vão precisar passar por esse curso de reciclagem, um programa de desenvolvimento para professores, que será feito pelo Departamento de Educação e também certificado e, durante esse período de três anos, os professores vão acumular credenciais porque vão ser já professores credenciados pelo programa. E, dessa forma, vamos apoiar a qualidade e nós vamos melhorar as práticas de ensino na África do Sul.

Nós também estamos enfrentando outros enormes desafios com relação ao gênero e com relação à raça. Nos últimos 10 anos, mais meninas do que meninos se matricularam nas nossas escolas. Meninas, entretanto, repetem os anos com mais frequência do que os meninos e parece que permanecem na escola até por volta de 18 anos de idade. Entretanto, há uma preocupação com relação ao fato de que muitos meninos, entre 16 e 18, estão nesse processo de evasão escolar. Isso está associado às oportunidades disponíveis para o mercado de trabalho sem habilidades ou com semi-habilidades, e com menos possibilidades para as meninas. Então, as meninas ficam mais tempo e há uma evasão maior de homens, introduzindo uma nova desigualdade de gênero na Educação.

Também com relação aos recursos escolares, nós vemos algumas desigualdades também de gênero, porque mais meninas jovens terminam o ensino médio e têm acesso, depois, a instituições de ensino superior. Mas, mais meninos, de fato, passam nas disciplinas de matemática e ciência. Então, estamos muito preocupados que as meninas não estejam se saindo tão bem quanto deveriam nessas disciplinas.

Nós também estamos vendo que as jovens que passam nos exames se qualificam para entrar ao ensino superior, elas passam para as áreas tradicionais das mulheres. Elas não se tornam engenheiras, contadoras ou pesquisadoras. Também há um outro lado negro na experiência escolar para as mulheres no nosso país: As nossas escolas mostram várias formas de violência. Jovens mulheres são muito vulneráveis a essas violências, principalmente as jovens que têm que caminhar longas distâncias para a escola e onde o transporte escolar ainda é muito caro ou é inseguro para elas. Drogas também entraram nas premissas escolares e constituem também um problema significativo para as autoridades educacionais e também contribui para assédio sexual que nós vemos em muitas escolas.

Nós também estamos fazendo as intervenções para poder contemplar assédio sexual nas nossas escolas e também a nossa preocupação que professores

homens contribuem para este fenômeno, abusando das suas posições com relação às estudantes femininas.

Outro desafio que enfrentamos é a integração racial. Nós mudamos a composição racial de muitas das instituições na África do Sul. Mas mudar o número e a cor das pessoas realmente não significa que há uma mudança de fato. Nós temos ainda um longo caminho até obter sucesso nesse projeto de transformação. Os alunos negros, que vão para as escolas brancas ou universidades, que antes eram de alunos brancos, se encontram numa cultura diferente, enfrentando hostilidade de outros alunos e hostilidade também por conta também de idiomas que são diferentes, então, é muito difícil obter o sucesso nas universidades e no nível das faculdades, inclusive.

Nós tivemos um movimento contínuo para alcançar uma integração racial, principalmente no sistema escolar. Também nas províncias mais urbanizadas isso tem obtido sucesso. Entretanto, nós vemos que as escolas que tradicionalmente eram negras não conseguiram essa integração e, portanto, continuam tradicionalmente negras, ou seja, instituições negras. E, como nós podemos lidar com essa questão de integração racial nas nossas escolas? Porque, se não o fizermos claramente, nós não vamos conseguir construir uma nova sociedade na África do Sul. Muitas das nossas escolas tendem à assimilação em vez de desagregação. E isso é algo que nós tivemos que levar em consideração.

Então, nossa política tem sido enfatizar essa integração e evitar essa cegueira racial. Também insistimos no respeito à dignidade de cada um e também com relação aos professores. Mas, incidentes recentes, em algumas das nossas universidades, nos mostraram que nós estamos ainda muito distantes de alcançar os níveis de harmonia racial que a nossa Constituição nos comanda. Um dos princípios-guia, que estamos tentando promover na Educação, é o reconhecimento da diversidade. Nós tentamos promover a diversidade como sendo um bem nacional. É algo que todos nós deveríamos celebrar. Nós tentamos também defender que enquanto fazemos parte da África, nós também devemos celebrar o fato de que temos uma grande mistura de pessoas no nosso país, do continente, da mesma forma como da Europa.

Nós somos orgulhosos de termos 11 idiomas nacionais e estamos promovendo o desenvolvimento dos idiomas nas diferentes partes do país. Nós estamos tentando assegurar que cada aluno na África do Sul fale vários idiomas. Que todas as escolas reconheçam a diversidade das religiões, que nenhuma religião domine em nenhuma escola. E, é claro, isso é algo muito novo, sem dúvida alguma, e nós temos a tradição de

ser um país cristão, nós não tivemos muitos estrangeiros, especialmente de diferentes partes da África, e as nossas escolas estão achando difícil lidar com novos imigrantes da África do Sul, principalmente do continente africano. E isso é importante porque algumas das nossas escolas concordam em oferecer o português porque nós temos grandes populações da Angola e de Moçambique, que são nossos vizinhos e que estão agora migrando para nosso país. Isso tem funcionado muito bem como apoio da nossa parceria com Portugal. Mas nós ainda estamos enfrentando o desafio da xenofobia...

Também estamos direcionando nossos esforços para fortalecer as universidades no sentido do uso da tecnologia e também para treinar os nossos jovens em novas habilidades profissionalizantes. O acesso à universidade também melhorou bastante nesses 14 anos de democracia. Mas seguinte... Apareceu no nosso estudo de jovens e também de estudos e experiências no ensino superior. Mas ainda não temos acesso suficiente aos negros para o ensino superior. Enquanto que muitos jovens agora usufruem a oportunidade de irem para as universidades ou para as faculdades, sabemos que poucos deles completam os estudos universitários. Então, a questão de terminar o ensino superior é algo que também tem que ser abordado.

Então, no final de 2003, por exemplo, apenas 22% daqueles que entraram no setor se graduou. E 50% daqueles que entraram saíram do setor, nós não temos nenhuma idéia do que aconteceu e 28% ainda permanecem no sistema, depois do tempo mínimo necessário para terminar um curso superior. Então, a questão de término do curso superior também é outro tema muito importante para nós com relação à inclusão e igualdade.

Também nós vimos baixos níveis de eficiência. Apenas um em cada cinco alunos termina no tempo mínimo. Até mesmo depois de quatro anos de estudo, um terço dos matriculados se graduou. Apenas aqueles que ainda ficam um ano a mais, ainda assim, não terminam seus estudos, mesmo ficando um ano a mais. Ou seja, é um resultado muito desigual que foi identificado. E há grandes discrepâncias com relação a negros e brancos com relação às taxas de sucesso. Os alunos negros, depois de quatro anos, eles têm desempenhos menores.

E, voltando atrás com relação à qualidade das escolas, mas também sugere necessidade de lidar com o desenvolvimento acadêmico e o apoio também nas universidades, no sistema universitário de igual forma. Nós já fornecemos financiamentos significativos do Governo para vários programas para o ensino superior, para poder assegurar que nós possamos melhorar os

níveis de sucesso dos alunos, especialmente estamos lidando com fundações em matemática, em ciências, em campos de engenharia e também assegurando que tenhamos programas em assuntos de comércio...

E temos tido algum sucesso no ensino superior, porque sabemos que isso é crucial para que a África do Sul entre no cenário global. E nós acreditamos que teremos que fazer muitos esforços para assegurar esse sucesso contínuo dos jovens no nosso país.

Então, Sr. Presidente, estas são algumas complexidades que estamos confrontando, já que estamos buscando a inclusão e tentando alcançar a igualdade na Educação da África do Sul. Nós acreditamos que as nossas três nações, a Índia, o Brasil e a África do Sul, de fato, têm a oportunidade hoje de lidar com os interesses e as necessidades dos pobres, dos vulneráveis e dos excluídos.

Nós acreditamos que os nossos países podem assegurar que estes cidadãos recebam o que merecem porque temos que construir um novo país, baseado em compaixão, baseado em cuidados, Sr. Presidente, essa é a nossa ideologia: Compaixão e cuidado para com os mais vulneráveis na sociedade.

Nós temos um pequeno exemplo de que a diferença pode ser alcançada e que podemos mudar. É o que nós pretendemos no nosso país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero agradecer bastante a fala da Ministra Grace Pandor, com os dados que ela trouxe, que mostram certas semelhanças com o Brasil, do ponto de vista da desigualdade, embora algumas coisas a gente já esteja bem mais avançados, mas algumas experiências da África do Sul também nos servem bastante.

E eu passo a palavra à Sra. Lesley Longston, Diretora-Geral do Departamento de Escolas, Crianças e Família do Ministério da Educação do Reino Unido.

SRA. LESLEY LONGSTON: [tradução simultânea] Ministros da Educação e Senador Buarque, senhoras e senhores, eu gostaria de pedir desculpas em nome do meu Secretário, que eles estão muito interessados, na verdade, nos resultados dos procedimentos, e vou passar um *feedback* para eles depois. Para mim, é uma honra inesperada falar para os senhores e senhoras nesse ambiente histórico. Eu não tinha, na verdade, esperado uma recepção tão calorosa e muito obrigado pelo convite. Este ano, claro, é o centenário da morte de um dos grandes escritores brasileiros, Machado de Assis. Eu não sou especialista no trabalho dele, mas eu sei que ele conseguiu superar diversas adversidades e ele incorpora a filosofia, que

é tão central no nosso Simpósio, que é a inclusão, a igualdade e a justiça social.

Bom, Machado, como outro brasileiro muito conhecido na Inglaterra, Pelé, é um exemplo de um menino que teve sucesso. Na verdade, ele, com origens humildes, ele perdeu a mãe muito cedo e parece que ele, na verdade, conseguiu aprender... Com relação aos contemporâneos de Machado, quem imaginaria que ele seria descrito como um dos grandes gênios da literatura ou que ele seria mencionado junto com Dante, Shakespeare e Cervantes. O talento dele não foi desperdiçado, mas, na verdade, permitiu-se que desenvolvesse, até que ele se tornasse um gênio, mas nem sempre isso acontece, como todos nós sabemos. Ministro Haddad, mais cedo, falou sobre necessidade de igualdade na Educação, a necessidade de atender às necessidades de todos os jovens e, na Inglaterra, nós também acreditamos que cada criança tem o potencial de ser bem sucedida na vida, qualquer que seja a sua origem.

Tony Blair disse, em 1997, quando o partido trabalhista assumiu o poder, que suas três prioridades seriam Educação, Educação e Educação. E ele, na verdade, ele realmente trabalhou nesse sentido. O nosso novo Primeiro-Ministro Gordon Brown também tem essa paixão pela Educação. E estabeleceu uma tarefa de talento e empreendimento que visa mobilizar toda a sociedade por trás desses objetivos e, sim, a escola é realmente um elemento muito importante na Educação das crianças. Mas, como disse o Presidente, hoje de manhã, a escola é uma parte da equação porque é preciso que toda a sociedade se envolva na Educação das crianças.

O Governo britânico recentemente publicou o seu plano de crianças, que é uma estratégia de 10 anos, que estabelece diretrizes para o apoio aos jovens, para que eles consigam realizar todo o seu potencial e alcancem seus sonhos. E uma primeira etapa desse plano seria... Foi, aliás, reunir todas as evidências com relação ao que realmente funciona na Educação infantil. E foi descoberto que a maioria das crianças na Inglaterra disseram que são felizes, que são muito bem cuidadas por suas famílias. Então, a maioria delas disse que sim, então, mas não todas. Então, ainda temos trabalho a fazer.

Então, quais são os obstáculos para que os jovens atinjam seu potencial hoje? A pesquisa na Inglaterra mostra que as desigualdades começam a emergir muito cedo. Uma criança de origem pobre, que demonstre sinais de ser muito inteligente na fase inicial de desenvolvimento, quando começa a engatinhar e começa a falar, assim por diante, será superada por uma criança menos habilidosa, de uma família mais abastada, an-

tes de atingir a idade dois anos. Então, é muito cedo que as desigualdades começam a emergir. E, uma vez que as crianças chegam à escola, uma criança que pode pagar suas próprias refeições terá duas vezes mais probabilidade de obter melhores resultados do que as crianças que recebem merenda escolar fornecida pelo Estado.

Agora, se você já viajou no sistema de metrô de Londres, você saberá que é preciso ter cuidado com o espaço entre o trem e a plataforma. E, quando nós vimos as evidências da pesquisa, nós verificamos que há lacunas em muitas outras áreas. 29% das crianças que vivem na pobreza, suas realizações educacionais seriam, na verdade, as crianças com deficiência física... Também foi apontado que essas pessoas têm menos satisfação com suas vidas e também havia lacunas de gênero. Talvez diferentemente do que ocorre na África do Sul, nós temos um problema com relação a meninos, que não têm bom desempenho escolar. Meninos que não conseguem ler tão bem, principalmente nos primeiros anos do ensino médio, e, na verdade, os meninos ficam atrás das meninas na matéria "inglês" na escola. E outras lacunas entre crianças de diferentes grupos étnicos, os chineses... As crianças chinesas e indianas, que têm melhor desempenho do que as outras.

Mas, na verdade, não foram só notícias ruins. Havia também algumas coisas boas, apontando sucesso em algumas áreas muito importantes. Por exemplo, resultados de exames nas escolas mais pobres, ou melhor, nas escolas em áreas mais pobres, melhoraram muito mais. Isso por causa de uma série de políticas que providenciaram mais fundos para essas áreas. E a lacuna, em termos de classe social, tende a melhorar também. Se olharmos os dados de 2000, da OECT, a Inglaterra ficou muito bem colocada, mas nós temos muitas variações. Em 2006, os dados, agora baseados em ciência, na verdade, nos colocam no *ranking* de alta equidade, o que é muito importante para nós. E também todas as etapas na Educação, apesar das lacunas persistirem entre as crianças de famílias pobres e seus pares, o que nós medimos através de número de refeições, essa lacuna está melhorando.

Então, algumas coisas estão funcionando. E a abordagem que nós temos utilizado é que basicamente levou a esses resultados positivos, estabelece expectativas muito altas com relação às escolas, fazendo com que os professores e diretores das escolas acreditem na capacidade de cada criança de ter sucesso porque se você não acredita no potencial da criança, nada acontecerá. E também tem a ver com estabelecer uma estrutura de responsabilização muito forte, que incluía metas, a publicação de tabelas das

melhores escolas e, enfim, tudo isso com o apoio de dados muito concretos, que comparam o progresso das crianças, o rendimento das crianças, de escola para escola, de área para área, e até mesmo de uma classe para outra, comparando uma classe com a outra. Então, nós sabemos quais são as boas práticas que têm que ser disseminadas e as ruins, que precisam ser melhoradas.

E também tivemos uma série de inspeções de escolas junto com programas que aplicam as melhores práticas em todas as escolas, inclusive programas de alfabetização e outros. Essas iniciativas têm sido muito importantes na nossa abordagem aos padrões, mas não têm sido suficientes para realmente melhorar a situação das pessoas em maior desvantagem. E, ainda, para reduzir mais as desigualdades, primeiro, nós temos que continuar fazendo algumas das coisas que têm sido bem sucedidas, estabelecendo expectativas altas, intervindo quando a escola falha e também desenvolvendo parcerias com universidades, com empresas também, para obter seu apoio às escolas que não estão indo tão bem.

Nós estamos introduzindo mudanças radicais ao currículo para certificar de que todos os jovens tenham oportunidade de aprendizagem. Assim como na África do Sul, nós temos problema com relação a muitos jovens que estão deixando a escola na faixa etária de 16 a 18 anos. Novas qualificações irão combinar o aprendizado prático e teórico com outras habilidades que os empregadores nos dizem que são muito importantes, como também conhecimentos na área de tecnologia da informação. Nós temos um plano de expansão de treinandos(F) e também de profissionalização. E tudo isso em preparação para aumentar a idade escolar mínima para 18 anos.

Mas, mesmo que essas reformas sejam realmente muito importantes, elas não vão, sozinhas, resolver as lacunas criadas pela igualdade social, que são criadas antes da idade de dois anos, nem vão resolver o problema do rendimento e de outros problemas como, por exemplo, problemas de saúde ou criminalidade. Então, para isso, fica claro que precisamos pensar de forma radicalmente diferente sobre os nossos planos para desenvolver... Para erradicar a pobreza infantil e também o atendimento às necessidades das crianças muito pequenas.

E, com relação a serviços infantis e não serviços educacionais, também têm que ser organizados no nível nacional. O meu Departamento, que trabalha com o Departamento de Escolas, Crianças e Famílias, está sinalizando uma mudança muito importante, uma ênfase muito importante, e também dizendo que uma

boa educação está no coração do sucesso dos jovens, mas não é suficiente.

A nossa pesquisa mostra que as crianças passam apenas 15% do seu tempo na escola; o resto do tempo, como todos vocês pais sabem, é gasto com seus amigos, com a família, com seus pares. Então, esta relação também determina quão bem o aluno, ou seja, aprende dentro da escola e quão resilientes eles são para superar os desafios da vida.

E, para os jovens que têm o risco de fracasso, o que devemos fazer é apoiar esta experiência de crescer dentro da sociedade, de diferentes formas, quantas forem possíveis. Então, os desafios com relação às crianças refletem essa ênfase mais ampla; está focalizando vários aspectos como melhorar o bem-estar social, também o rendimento na escola e as habilidades que as crianças precisam na vida adulta, também fornecendo apoio para os pais, e isso só melhorando também a saúde dos alunos e reduzindo riscos de gravidez, de drogas e também para que todos façam parte de atividades positivas para o desenvolvimento de habilidades pessoais.

E eu ainda não tenho tempo para falar a respeito de todos os programas que fazem parte desse plano, mas há várias coisas, e eu apenas gostaria de mencionar algumas: Em primeiro lugar, estamos investindo em apoios pessoais para as crianças para que elas recebam um serviço personalizado. E alguns dos nossos programas com relação a escolas em áreas em desvantagens têm sido muito bem sucedidos. Mas apenas 15% de crianças que, de alguma forma, têm alguma privação por conta da pobreza e vão para escolas também com desvantagens. Então, essa é a nossa prioridade, para que todas as crianças recebam as suas necessidades básicas. Então, é necessário também abordar os aspectos pessoais, necessidades pessoais. E também com relação ao financiamento, ao currículo mais personalizado, abordando, então, esses jovens em desvantagem, e estamos colocando a família em primeiro lugar. Ou seja, apoiando os pais, que são os nossos parceiros na Educação das crianças; muitas escolas agora também estão fazendo essa consulta *on-line*. Então, pela internet, os pais podem verificar se os alunos estão fazendo suas tarefas, o desempenho escolar, também o melhor acesso à escola, estamos tentando desenvolver também o aprendizado familiar. Então, se os pais, por exemplo, não sabem como utilizar o computador, realmente não ajudam muito as crianças. Mas, então, se conseguirmos fazer com que pais e alunos possam aprender juntos, isso é benéfico para todos. Verificando o nosso apoio para crianças, adolescentes e principalmente naqueles com algum comportamento inadequado, então, trabalhamos não

apenas com as crianças, trabalhamos com as famílias também.

Em terceiro lugar, estamos tentando intervir o mais rápido possível quando aparece um problema, fornecendo apoio para crianças na primária, assim que vemos que essa criança está ficando atrasada no ensino, investindo para assegurar altos padrões de qualidade, em diferentes áreas, ensinando às crianças o bem-estar, indo mais além, para que os nossos investimentos funcionem para que tenhamos esse trabalho em equipe, para evitar que o problema se torne uma crise.

E, finalmente, nós temos também um investimento capital em edifícios escolares; estão sendo melhorados com novas instalações para que as crianças tenham mais locais para mais atividades. Então, estamos tentando reduzir as lacunas e melhorar o rendimento. Mas o segredo é na parceria, ou seja, reunir os diferentes serviços com os pais, que cada um tenha a sua parcela, cuidando das crianças: autoridades, escolas, centros, escolas, enfim, vários setores. E, é claro, para tornar as nossas crianças felizes, também temos que fazer o melhor para que tirem vantagens do grande número de oportunidades disponíveis num estágio global, como também nos âmbitos nacional e local.

Então, isso me leva a meu último ponto, cooperação internacional. Como isso pode ajudar as crianças? Bom, para aqueles que podem dizer que há diferenças entre os países como Brasil e Reino Unido, mas sabemos que podemos aprender muito uns com os outros. E superficialmente, sabemos que esse é um dos maiores países do mundo e o Reino Unido dos menores. Vocês têm a floresta tropical e nós a chuva. Vocês têm também um dos melhores times do mundo de futebol e eu não posso dizer o mesmo do meu país--

[risos].

SRA. LESLEY LONGSTON: [tradução simultânea] Mas, olhando com cuidado, nos nossos dois países e também a África do Sul, a Índia, vemos muitas semelhanças, que aparecem mais do que as diferenças. Diferentemente do sucesso da nossa economia, também sabemos que há uma grande tradição musical, enfim, no meu escritório em Londres, eu vejo o triunfo da arquitetura e eu estou aqui também usufruindo a arquitetura maravilhosa de Brasília. Então, há muitas semelhanças em nossas nações, temos preocupações semelhantes, vemos as lacunas entre gêneros, entre grupos étnicos. Então, faz sentido trabalharmos juntos para que lidemos e trabalhemos com esses problemas, porque sabemos que não são problemas de um único país e sabemos que temos que trabalhar isso juntos.

Assinamos o memorando de entendimento entre o Reino Unido e o Brasil, há dois anos atrás, para

aprofundar a nossa cooperação educacional e fortalecer o nosso intercâmbio acadêmico. Foi um grande passo e, de fato, foi muito frutífero. Agora, temos 18 mil brasileiros estudando no Reino Unido. Nós temos o programa de trabalho que as nossas autoridades também estão disponíveis, então, estamos trabalhando juntos para abordar esses problemas de gênero e raça nas escolas e também um grande intercâmbio cultural, com 500 mil pessoas, que viram a exibição da mudança climática e 300 mil que viram o Henry Moore mostrando o seu trabalho fantástico e sabemos que isso tem que continuar para que possamos alcançar os nossos desafios e objetivos.

Então, muito obrigado por me escutar hoje e eu espero que possamos aprender ainda mais nos seguintes dias, para aprender mais do sistema brasileiro, da África do Sul e da Índia. E vamos continuar fortalecendo a nossa parceria entre esses quatro países. Muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero lembrar que aqueles que quiserem fazer perguntas devem ter recebido um papel, na entrada, aonde podem fazê-lo. Todos os participantes têm compromisso à uma hora, mas nós temos tempo para perguntas.

Mas, antes disso, eu quero fazer alguns comentários especificamente sobre o que está escrito lá atrás, que a pobreza, a Educação, a Justiça, e eu quero acrescentar a palavra liberdade; o papel da Educação na construção da liberdade. Primeiro, lembrando que pobreza é um conceito muito antigo. Todos os testes sagrados, seja Bíblia, sejam os textos indianos, eles falam de pobreza. Mas a idéia de superação da pobreza é muito recente. Começa com a evolução francesa. Até aí, a pobreza era como se fosse algo natural, divino, permanente nesta Terra para justificar, inclusive, que as pessoas entrassem no céu pelo sofrimento da pobreza. E, no caso indiano, para que as pessoas chegassem ao nirvana, no caso das religiões orientais, para que livrasse dos carmas do passado.

Então, pobreza era uma coisa aceita. A idéia de que ela é uma coisa que deve ser desfeita, superada, tem 200 anos. Com a Revolução Francesa e com o socialismo; aí que se começou a falar em fim da pobreza.

E, finalmente, os países do terceiro mundo, a partir do Século XX, com a idéia do desenvolvimento, mesmo sem socialismo. Mas todas as propostas de fim da pobreza têm passado pela Economia e não pela Educação, inclusive no socialismo. Marx tem alguns textos sobre Educação, mas como educador, não como educacionista(F). Para ele, a emancipação vinha da

transferência do capital das mãos do capitalista para as mãos dos trabalhadores. Lênin ajustou isso, colocando o Estado no meio. Mas não há, na literatura marxista, a idéia de que o caminho da emancipação, da igualdade, seria colocar o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão, do capitalista. Não existe isso. A idéia era ao contrário: Primeiro, o capital nas mãos do Estado e, aí, a gente faz a escola igual, como consequência, não como caminho, não como a meta.

A idéia da Educação como caminho para superar a pobreza só surge, a meu ver, quando a gente percebe que o desenvolvimentismo no terceiro mundo não foi capaz de superar a pobreza, quando a gente percebe que o socialismo não sobreviveu por mais tempo, além dos 70 anos no leste europeu, e em um ou outro país que ainda insiste. Mesmo assim, mudando a maneira de ver o socialismo. E quando a gente vê que a evolução pura e simples do capitalismo também não traz o fim da pobreza. Hoje há pobreza em todos os países. E há riqueza em todos os países. Mas a desigualdade continua e até se amplia.

Então, como é que a gente vai sair de uma realidade onde a pobreza existe e continua, se o socialismo não representa hoje uma bandeira, se o capitalismo não dá solução nem nos países avançados, porque começaram com globalização, a atrair os pobres do mundo, e por isso falei em liberdade. Os países desenvolvidos, para acabarem com a pobreza nos seus territórios terão impedir a entrada dos estrangeiros. Logo vão ter que abolir a liberdade de migração. Vão ser livres dentro de seus países, mas não vão permitir a liberdade que os outros venham para seus países. Então, não é uma liberdade planetária, não é uma liberdade global. A OMC não aceitaria que se colocasse o trabalhador como mercadoria.

E qual é o caminho? Eu insisto que o caminho único é a idéia dos filhos dos mais pobres estudarem em escolas tão boas quanto os filhos dos mais ricos. Claro, uma meta utópica e longa. Nem os países europeus, com raras exceções, conseguiram isso. Talvez a Finlândia, os países escandinavos... Talvez a Coreia tenha conseguido. Mas, fora isso, ainda há uma desigualdade por classe, não tanto quanto no Brasil. Nem tanto quanto os Estados Unidos, quando a gente compara a Europa. Mas, mesmo a França, mesmo a Inglaterra, mesmo a Alemanha, que já está um pouco melhor, apresentam desigualdade.

O problema é como fazer isso. Como fazer com que a escola seja igual? O primeiro ponto é uma vontade nacional, como a Irlanda teve, de sair de um quadro que não era muito diferente do Brasil nos anos 70 para um quadro que é um exemplo mundial. Como a

Coreia fez, que era um quadro pior do que o brasileiro nos anos 60, e conseguiu superar a desigualdade relacionamento entre eles e a desigualdade educacional deles com o resto do mundo, rico.

Então, a primeira coisa é a vontade nacional que esses países demonstraram. Segundo, é um pacto de longo prazo para que esse projeto continue através dos Governos. E fico feliz que aqui estão representados Governos democráticos, e com uma certa permanência. Na África do Sul, desde 95, ou 94, sucederam-se Presidentes, mas, de um mesmo espectro político e até do mesmo partido. Na Inglaterra, já faz mais de 10 anos, é o mesmo Governo, embora tenha mudado o Presidente. No Brasil, temos cinco anos de um Governo, temos oito anos de outro e há que se dizer que o Governo Lula teve o bom senso de manter a continuidade de muitos projetos, não desfez, e trazer novos Projetos, ou seja, dar uma continuidade, mas é uma continuidade frágil. Se mudarem os Governos, poderá parar tudo isso. Primeira coisa é um pacto.

O segundo é ver onde está o ponto de fazer a escola igual. E eu insisto que a escola não vai ser igual enquanto ela for municipal, que é o caso do Brasil. Enquanto o salário for decidido pelo Prefeito, não vamos ter uma escola igual. Porque os Prefeitos têm dinheiro em quantidades muito diferentes. Daí a importância do piso salarial nacional como caminho da federalização.

O segundo é definir metas claras, concretas, para atingir nos próximos anos. Terceiro, é trazer para Educação, o que já se tem na economia. Não sei se os produtores vão conseguir explicar, mas é trazer para a Educação o que já se fez nas finanças. No Brasil, há uma Lei de Responsabilidade Fiscal. O governante que não cumprir metas fiscais, em outros países, a independência do Banco Central já cuida, ele fica, no Brasil, inelegível. Ele não pode se candidatar outra vez. A gente precisa fazer isso para os governantes que não cumprirem as metas educacionais; os governantes executores, que eu continuo achando que devem ser os Prefeitos. Não vejo como um Ministro administrar 200 mil escolas. E há, no Brasil, entre 180 e 200 mil. É o Prefeito que deve administrar. Mas as regras, as metas, os objetivos, têm que ser os mesmos, definidos nacionalmente, ainda que umas cidades demorem um pouco mais.

Um outro é o professor. O professor tem que se transformar na principal categoria profissional de um país. No Brasil, as categorias fundamentais foram aquelas relacionadas com o desenvolvimento. O Economista, o engenheiro. Hoje em dia, são os advogados, que até um passo, a um tempo até mais antigo,

não são os professores. Não sei como é que está na África, na Inglaterra, e essa é uma provocação, mas, no Brasil, pelo salário que recebe, pelas exigências que fazemos sobre eles, pequenas, eles não são o elemento central, o profissional fundamental do progresso. Tem que ser. Para isso, eles têm que ter, em primeiro lugar, salários. Ou pagamos aos professores salários capazes de atrair os melhores quadros da sociedade para o magistério ou não vamos ter uma boa escola. Claro que não pode ser aumentado de um dia para outro, porque não adianta aumentar os salários se os professores não são preparados, não se dedicam e não deixam resultados.

É preciso o salário, a formação, a dedicação e o resultado. Essas quatro coisas vinculadas. Muita formação, inclusive para usar os modernos equipamentos, que é outra coisa que se precisa. Não há mais como educar uma criança apenas com o velho e tradicional quadro negro; sem televisão, sem computador, não existe professor. O professor sem computador, sem televisão, é como cavaleiro sem cavalo. Ele não vai a lugar nenhum.

Mas, além disso, é a disposição da universalização, que nós, de certa maneira, tentamos, mas, pouco. Até porque nos contatamos com a idéia de que já universalizamos porque, no Brasil, temos quase todos matriculados. Mas, matrícula não basta. É preciso a matrícula e a frequência. E, no Brasil, muitos vão sendo deixados para trás, ao longo do processo, porque não frequentam. É preciso a frequência e a assistência. No Brasil, muitos frequentam, mas não assistem. Vão lá até a hora da merenda e depois não ficam na escola porque, em grande parte, o Brasil tem excelente programa de merenda escolar e muitas crianças, no Brasil, vêm a escola como um lugar onde podem comer. Tem que ser para comer, mas tem que ser para estudar. Então, é preciso também estudar, além de matricular, de frequentar, de assistir, é preciso estudar.

E é preciso, além de estudar, aprender. E isso, até o final do segundo grau, do ensino médio. E, aí, a gente tem uma grande falha. Nós temos menos de 40% terminando o ensino secundário. Temos que ter uma meta de em 15 anos, 20 anos, no máximo, chegar a 100%. Mas não podemos esperar de um Ministro para fazer isso. Vamos precisar de quatro ou quantos Ministros a gente tenha, de acordo com a mudança de Governo ou dentro do próprio Governo. Tudo isso exige uma grande consciência nacional.

E eu concluo, dizendo que um dos objetivos desses encontros é essa consciência nacional, comparando experiências nacionais. Mas também uma outra coisa, é tentar trazer o encontro de outros países, na busca

de formularmos uma alternativa global para a Educação. Por que é que a OMC trata o comércio de uma forma global? Porque a UNCTAD trata de uma forma global? Por que é que os Bancos Internacionais e o FMI cuidam dos aspectos globais? Mas, da Educação, não há uma preocupação global.

Quando o Diretor-Geral Matsuura, da UNESCO, lançou o projeto da erradicação do analfabetismo em 10 anos, morreu. Não houve uma vontade mundial para conseguir erradicar o analfabetismo no mundo, para melhorar a Educação, não apenas nesses países, como os nossos, que são países, tirando a Inglaterra, países não desenvolvidos, mas países emergentes, grandes e ricos, como é a África do Sul, como é o Brasil e como é a Índia. Eu falo dos países pobres da África, que não vão sair da pobreza, não vão educar seus filhos sem esforço internacional.

Para desenvolver-se economicamente, houve planos mundiais. Criou-se o Banco de Desenvolvimento da África, o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, criou-se o Banco Mundial; não tem Bancos da Educação Mundiais. Não tem. Não há cooperação real de apoio aos países pobres na área da Educação. E aí, talvez, a pobreza não seja suficiente para convencer um grande pacto mundial. Dois caminhos podem talvez ser: A defesa do meio ambiente e a defesa da liberdade. Não há como superar a tragédia ambiental sem colocar todos na escola. É através da Educação que a gente vai mudar a mentalidade para criar o apego ao desenvolvimento sustentável ecologicamente, sustentável socialmente, sustentável politicamente pela democracia. Só com a escola.

Então, é preciso um grande esforço mundial pela Educação. Os Presidentes do mundo inteiro se reúnem sistematicamente. Tem grupo dos oito, grupo dos 20, tem Assembléia das Nações Unidas. Uma vez, creio que em Bologna, colocaram o assunto da Educação. Mesmo assim, como diz em francês, en passant. Não foi como uma pauta importante da agenda mundial. Não foi. A agenda mundial não é acessível ao problema do analfabetismo, das crianças que não aprendem nas escolas. Isso tem sido um assunto, no máximo, nacional. Mas, em geral, municipal. E, às vezes, apenas familiar. Nunca mundial. O meio ambiente exige isso. E a liberdade também. Como liberdade de escolher, se você não é educado? Como liberdade de ler, se você não sabe ler? Como se fala em liberdade de imprensa em países com analfabetos? Eu me pergunto se são, os que dizem isso, ingênuos ou consideram que nós somos ingênuos. Não pode haver liberdade de imprensa e um país onde não sabem ler. É uma liberdade de imprensa

para alguns, os que sabem ler. E os que sabem ler apenas não são capazes de entender o que estão lendo. Então, também não é liberdade de imprensa, quando você não é capaz de entender o que lê. Entender hoje exige o segundo grau completo. Entender o que passa no mundo exige conhecer geografia, exige conhecer história, exige saber fazer contas. Quem não sabe fazer contas, o que quer dizer que a dívida externa de um país é alta ou baixa. Ele não sabe se é grande ou pequena, ele não sabe fazer contas, não sabe comparar. É outra liberdade que a gente precisa, liberdade de comparar. E liberdade de divertir-se. Como você vai ter, sem educar-se e sem ser capaz de usufruir daquilo que você assiste num show? Como é que você vai ser capaz de enriquecer-se, inclusive, sem ser educado? Porque não teve a oportunidade do emprego e porque o enriquecimento pode limitar-se apenas ao dinheiro, que é um enriquecimento pobre.

A Educação tem que ser o vetor para percebermos que só assim a gente retira a população pobre da pobreza e a gente consegue construir uma sociedade livre e equilibrada do ponto de vista ecológico. Por isso essa idéia de reunir países. Não apenas para ouvir as experiências, mas para tentar tirar, desse encontro, um pacto mundial pela Educação. Eu sei que isso pode ser muito ambicioso, falou o Sr. Embaixador que representa aqui o Reino Unido, mas era muito ambicioso imaginar que o Brasil, nos anos 50, daria o salto que deu em 25 anos, a partir dos anos 55. 25 anos esse país saiu de rural para urbano, de agrícola para industrial. É o tempo que se precisaria sair de um país com Educação atrasada e desigual para uma Educação avançada e igual. E, se vale para o Brasil, vale para a África do Sul, vale para a Índia, vale para cada país, se houver o apoio internacional que os países pobres precisam. Houve apoio para os *take off* econômicos, palavra usada pelos economistas.

Acho que pode haver apoio para o salto educacional. Não *take off*, mas o *jump up*, que a gente precisa dar na Educação no mundo inteiro. Isso que quero dizer, como Senador, como Presidente da Comissão de Educação, e como quem esteve envolvido no começo desse esforço, que eu espero que dure alguns anos, mas que chegue o momento em que não seja mais necessário. É isso que eu tinha para dizer, agradeço muito a presença de todos, mas quero saber se há perguntas para serem feitas aos que fizeram apresentações.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, estão me informando que houve um acordo de que... Foi o que eu falei, as perguntas teriam que ser escritas. Ah, serão respondidas

por e-mail. Eu falei tanto em liberdade e não darei a liberdade a vocês de perguntar. Mas eu vou ser rebelde. Temos um prazo, temos um compromisso, mas, enquanto houver um tempo, acho que vale a pena quebrar o acordo feito no compromisso e sei lá como chamar e, se alguém tem alguma pergunta, falem agora ou calem-se para sempre, como se diz na hora do casamento.

Se não há pergunta, é porque o único rebelde sou eu, e eu vou dar por encerrada a Sessão, agradecendo a todos vocês que estiveram presentes, e desejando que, nos próximos dois dias, esse encontro, simpósio, aprofunde o tema e a gente possa, de fato, sair com documento sobre Educação como instrumento de luta contra a pobreza e de justiça e de elevação do nível de liberdade.

Só para concluir, eu quero lembrar a alguns que estiveram presentes ou que ainda estão: Senadora Marisa Serrano; Senador Marconi Perillo; Senadora Fátima Cleide; Senador Wellington Salgado; Senador Romeu Tuma; Senador Inácio Rangel; Senadora Ideli; Sr. Kennedy Montenegro, que é assessor especial da vice-governadoria do Distrito Federal; professor Gilberto Gonçalves Garcia, Presidente do Conselho de Reitores; o Sr. Jorge Werthein, Diretor Executivo da Rede de Informações Tecnológicas; o Sr. Alcenir Guerra, Secretário Extraordinário de Escola em tempo integral; Sr. Marcos Formiga, assessor especial da Presidência; Beatriz Salles e Denise Tavares, que nos deram, naquele momento, a música que estavam tocando, quando nós chegamos. Há muitos outros, mas, só para não trair a minha memória, de dizer a alguns que eu vejo aqui e que gostariam até de cumprimentar, cito apenas para dar exemplo, que não devo cumprimentar, o Gurgulino, ex-Reitor da Universidade [ininteligível], para não ficar citando alguns que eu conheço e esquecer outros, eu me prendo nisso, eu não vou ser tão rebelde, à lista que me foi fornecida, mas, desculpe, o Heitor Gurgulino estava aqui; o Jorge Guimarães, Presidente da CAPES; o professor Ronaldo Mota, Secretário de Educação; o Hélio Chaves, Secretário em Políticas de Educação à Distância; Dra. Mary Stiasne(F), vice-Diretora do Instituto de Educação da Universidade de Londres, e eu falei no começo, a Maria Cohen(F) e a... E a Cristina, que foram as duas arquitetas e eu agradeço ao Embaixador, todos os Embaixadores que aqui estiveram, e muito obrigado e bons dois dias no Pantanal, agradecendo a presença do professor Pedro e dizendo que, sem a sua ajuda, esse seminário não seria possível. Grande abraço para cada um e para cada uma.

[palmas].

Sessão encerrada às 12h34.

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES
PERMANENTES****COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
– CMA**

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e dezessete minutos do dia primeiro de abril de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **SIBÁ MACHADO**, **VALDIR RAUPP**, **VALTER PEREIRA**, **GILBERTO GOELLNER**, **MARISA SERRANO**, **MARCONI PERILLO**, **JEFFERSON PÉRES**, **AUGUSTO BOTELHO**, **EXPEDITO JÚNIOR** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente comunica que os itens 01, 02 e 03 da pauta ficam adiados para a próxima reunião. **Item 01) AVISO Nº 102, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatora: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 02) AVISO Nº 05, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal, CD da 6ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos”. Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência. Relator “ad hoc”: Senador **CÉSAR BORGES**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria; comunicação aos Senadores integrantes das Bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento deste Aviso, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha, pelo prazo de trinta dias; e vencido este

prazo e não havendo nenhum requerimento de providências ou informações adicionais, seja o processado enviado ao arquivo. Resultado: **Adiado. Item 03) AVISO Nº 104, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 026.778/2007-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre a Decisão Normativa nº 87, de 2007-TCU, que fixa as quotas de distribuição dos recursos dos Fundos de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o ano de 2008”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Adiado**. Na sequência, é incluído EXTRA-PAUTA, com aquiescência da Comissão, o **REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008-CMA – NÃO TERMINATIVO** que requer, “nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para instruir o PLS 213/2007 e o PLS 677/2007 que regulamentam o mercado de cartões de crédito”. Autoria: Senadores **ADELMIR SANTANA** e **FLEXA RIBEIRO**. Resultado: **Aprovado**. Em razão da falta de quorum, a Presidência informa que é adiada a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”. Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relator: Senador **HERÁCLITO FORTES**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relator: Senador **INÁCIO ARRUDA**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumido-

res e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. Autoria: Senador **GERALDO MESQUITA**. Relator: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. Autoria: Senadora **LÚCIA VÂNIA**. Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**. Parecer: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que “revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relator: Senador **CÍCERO LUCENA**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESARENKO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado**. Usa da palavra o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 1-4-2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária

da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos aos itens da Pauta. O Item 1, com a Senadora Fátima Cleide, Relatora do projeto não se encontra, fica adiada para a próxima Reunião. Passamos ao Item 2, aviso nº 5, encaminha ao Senado Federal... O que mais, qual é o outro que está aqui? Os Itens 2 e 3, os seus Relatores não se encontram, ficam adiados para a próxima Reunião.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa, tem V.Exª a palavra pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Encontra-se sobre a mesa um Requerimento de autoria do Senador Adelmir Santana e também subscrito por mim, para que nós fizéssemos uma Audiência Pública sobre dois projetos que tramitam com relação aos cartões de crédito, inclusive, tem um Requerimento meu já aprovado para essa audiência e eu retiraria aquele Requerimento inicial, já aprovado e submeteria a apreciação da Comissão esse novo Requerimento que também o nobre Senador Adelmir Santana encaminha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Submetemos à apreciação do Plenário a admissão do Requerimento extrapauta de autoria do eminente Senador Adelmir Santana, subscrito também pelo Senador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, em votação, os Senadores que aprovam permaneçam como estão, aprovado.

Agora a admissibilidade do Requerimento, em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Antes de submeter à votação, é importante ressaltar que a proposta do Senador Flexa Ribeiro em substituição ao Requerimento anteriormente aprovado, propõe a oitiva de representantes das seguintes instituições e entidades: Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Confederação Nacional do Comércio, Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Créditos e Serviço, Associação Nacional dos Usuários de Cartão de Crédito ANUC, e a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, PROTEST. Essa Reunião será em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que é onde está aprovado lá o Requerimento, faremos em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Perfeitamente. Em discussão, não havendo quem queira discutir. Em votação. Os

Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Como as demais matérias são terminativas, não temos quórum suficiente, nós vamos passar agora à instalação das duas Subcomissões, encerramos, portanto, as atividades dessa Sessão.

Sessão encerrada às 12h20.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 7ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e cinco minutos do dia oito de abril de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **SIBÁ MACHADO**, **FÁTIMA CLEIDE**, **VALDIR RAUPP**, **VALTER PEREIRA**, **HERÁCLITO FORTES**, **GILBERTO GOELLNER**, **MARCONI PERILLO**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESARENKO**, **INÁCIO ARRUDA**, **EXPEDITO JÚNIOR**, **ROMERO JUCÁ** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 39/2007-CMA, de autoria de sua autoria, com o objetivo de ampliar a discussão sobre a gestão de recursos hídricos e subsidiar a participação do Brasil no V Fórum Mundial da Água, no período de 16 a 22 de março de 2009, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da Turquia. Comparecem os seguintes convidados: José Machado, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; Benedito Braga, Vice-Presidente do Conselho Mundial da Água; João Bosco Senra, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Deputada Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvi-

to Regional da Câmara dos Deputados, no exercício de 2007 e Deputado André de Paula, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Após a exposição dos convidados, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO** e **INÁCIO ARRUDA**. Na sequência, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, passa a Presidência dos trabalhos ao Senhor Senador **SIBÁ MACHADO**. Ao final da Audiência Pública, o Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, tece comentários e agradece a presença dos convidados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 8-4-2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Reunião de hoje destina-se à realização de Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 39/2007 desta Comissão e de nossa autoria, aprovada em 16 de outubro de 2007, com objetivo de ampliar a discussão sobre a Gestão de Recursos Hídricos e subsidiar a participação do Brasil no V Fórum Mundial da Água, no período de 16 a 22 de março de 2009, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da Turquia, com a presença dos convidados que passaremos a nominar e chamá-los para compor conosco a Mesa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela Ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Romero Jucá, tem V.Exª a palavra pela Ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, como eu vou precisar me retirar e eu estou acompanhando outras Comissões, eu gostaria apenas de fazer uma indagação a V.Exª, já que a Reunião marcada hoje é para uma Audiência Pública, se haverá votação de alguma matéria durante essa Sessão? Essa... Sessão de hoje da Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A Pauta de hoje está prevista, exclusivamente, para a realização desta Audiência Pública. Não há matéria deliberativa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu agradeço V.Ex^a, então, quero que fique registrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Convido o Deputado André de Paula, Presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, para compor conosco a Mesa. Convido a Deputada Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. Convido o Dr. José Machado, Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas – ANA. Convido o Dr. Benedito Braga, vice-Presidente do Conselho Mundial da Água. Convido o Dr. João Bosco Senra, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Nós temos, então, três convidados; cinco convidados dos quais três dirigentes de Instituições que tem um envolvimento muito grande com o zelo, com a administração e com a preocupação com os recursos hídricos.

Nós iniciáramos, então, esta Audiência Pública ouvindo essas manifestações na seguinte sequência: primeiro o Dr. José Machado, Diretor-Presidente da ANA; depois Benedito Braga, vice-Presidente do Conselho Nacional da Água; depois João Bosco Senra, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente; Fernando Lima Coimbra do Conselho Divisão do Meio Ambiente e a Deputada Vanessa Grazziotin.

Nós vamos estabelecer um tempo não tão rígido, mas para procurar tirar um aproveitamento melhor do encontro. Um tempo de 15 minutos para cada um dos palestrantes. Nós começáramos, então, com o Dr. José Machado, Presidente da ANA a quem concedo a palavra.

SR. JOSÉ MACHADO: Muito obrigado, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, quero cumprimentar o Deputado André de Paula, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, a Deputada Vanessa Grazziotin, Presidente da Comissão da Amazônia e Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, cumprimentar o meu colega Benedito Braga, Diretor da Agência Nacional de Águas e vice-Presidente do Conselho Mundial da Água, cumprimentar o Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, João Bosco Senra, cumprimentar os Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer esta oportunidade. Uma oportunidade muito importante

para nós podermos apresentar qual é a agenda que se apresenta com vistas ao V Fórum Mundial da Água que se realizará em Istambul – Turquia, em março do próximo ano. O tema que estará sendo discutido na Turquia, naquela oportunidade, será o tema da “Gestão dos Recursos Hídricos e as Mudanças Climáticas”. Este é um tema palpitante, um tema que se colocou muito recentemente no debate mundial a partir do momento em que cientistas, articulados no IPCC, anunciaram a gravidade, ou a problemática do aquecimento global e os seus impactos sobre o clima trazendo novos desafios para os países e, em particular, para aqueles que têm a responsabilidade de tratar da gestão ambiental de um modo geral e, em particular, a questão dos recursos hídricos que é o objeto da Instituição que eu tenho a honra de dirigir e também objeto temático das Comissões aqui representadas do Ministério do Meio Ambiente através da Secretaria de Recursos Hídricos, enfim, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que o Brasil está erigindo desde o advento da Lei Nacional das Águas, a Lei nº 9.433 de 1997.

O Brasil, desde então, desde... Desta Lei, da Lei Nacional das Águas, o Brasil vem se preparando a cada ano, a cada momento para conhecer melhor as suas águas, a problemática da gestão de águas no Brasil, a implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos que se inicia pela implantação do seu Conselho Nacional, pela implantação do órgão gestor do Ministério do Meio Ambiente, que é a Secretaria de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas que decorre da Lei do ano 2000 que criou a ANA, e depois com a implementação das políticas estaduais de recursos hídricos, com a organização dos Conselhos Estaduais, dos órgãos gestores estaduais, da implementação dos Comitês de Bacia, não só nos Estados como também nas bacias de domínio da União. As agências de água onde isso já se tornou possível, a implementação de todos os instrumentos de gestão em algumas bacias críticas e em outras bacias importantes, estratégicas, está em curso a implementação destes instrumentos de gestão de modo que o Brasil, nessa etapa, nesses 10 anos, decorridos os 10 anos o Brasil foi a cada ano, ampliando a sua presença no território nacional, construindo políticas, construindo instrumentos de gestão, formando e capacitando quadros técnicos, quadros dirigentes. Cada Estado, portanto, se confrontando com o desafio de implementar o seu sistema gestor estadual. A ANA cumprindo a sua missão de coordenar esse processo sobre a égide do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e agora mais recentemente do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O Brasil teve a ousadia e a competência de elaborar um Plano Nacional de Recursos Hídricos que organiza essa agenda, hierarquiza as prioridades, apresenta diretrizes para o país elaborar e implementar a sua política. De modo o que Brasil, hoje, está numa senda, numa caminhada muito densa, muito importante com resultados extraordinários sendo apresentados do ponto de vista de produção técnico, de produção de estudos importantes; estamos em pleno processo de elaboração, articulação de um Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, elaborando *softwares*, comprando equipamentos de grande porte lá na ANA para armazenar essas informações, articulando uma rede nacional, os Estados, as Universidades. Então, nós estamos, face ao desafio das mudanças climáticas, o Brasil está hoje com aparato, né, pronto para enfrentar esse processo. Evidentemente que essa política, ela está numa fase, numa etapa da sua implementação, porque os Estados da Federação estão em graus diversos de implementação das políticas estaduais. Nem todos os Estados já lograram ter esses processos consolidados, alguns sim, outros estão numa fase intermediária e outros ainda estão engatinhando. Já deram passos importantes, mas ainda estão engatinhando. De modo que, hoje, o grande desafio brasileiro é consolidar tudo isso, robustecer cada vez mais esse processo, fortalecendo o Conselho Nacional, fortalecendo a ANA, fortalecendo os Estados da Federação através, cada vez mais, dessa articulação que estamos fazendo, né.

Hoje o Pró-água é um programa aprovado nesta Casa que dá o suporte institucional e também financeiro-orçamentário para que os Estados tenham o mínimo de condições para desenhar os seus sistemas, capacitar os seus quadros, contratar estudos, comprar equipamentos, comprar *softwares*. Enfim, os Estados da Federação, todos, hoje, tem o seu plano de aquisição do pró-água sendo tocado.

Agora, eu já afirmei recentemente, aqui, no Plenário do Senado, tive essa honra, faço aqui novamente, o Brasil caminhou muito nesses 10 anos, construiu um sistema, desenvolveu uma política, o tema da água está crescendo no país, está cada vez mais entrando na agenda Nacional de uma forma muito significativa e robusta. Hoje, várias Instituições estão envolvidas nesse processo, tanto na iniciativa privada como setor público. Instituições privadas, hoje, estão participando ativamente do processo, pautaram o tema da água, né. Agora, como nós entramos tardiamente, como o Brasil entrou tardiamente nesse processo, a Lei é muito jovem, tem 10 anos, a ANA tem 6 anos, alguns Estados têm meses, o Sistema tem apenas alguns meses de existência, né, e nós ainda temos tarefas em andamento

muito importantes para executar, quer dizer, eu advogo a necessidade de nós acelerarmos o passo. É preciso que esse sistema que nós temos hoje ande um pouco mais rápido, o que significa fortalecer e incrementar as Instituições. Os Estados têm que tomar decisões mais fortes, mais incisivas.

Alguns Estados estão ainda, Estados com situações críticas já do ponto de vista de Gestão de Recursos Hídricos, mas ainda o seu Órgão Gestor está debilitado, com equipes técnicas muito pequenas, ainda não fazem outorga, não regularizam os seus corpos d'água, portanto, estão fase ainda muito, em situações críticas já, onde há conflitos pelo uso da água que já estão instalados e isso requer um pouco mais de agilidade, um pouco mais de priorização do ponto de vista de abrir concursos públicos para a contratação de quadros permanentes, porque nós não podemos, Senador Sibá, ter nessas estruturas quadros apenas comissionados ou quadros temporários ou consultorias, porque quando esses contratos vencem essas pessoas levam consigo todo o seu conhecimento, todo o estoque de conhecimento, a Instituição praticamente não fica com nada, né. A ANA, por exemplo, ela é uma Instituição diferenciada por quê? Porque ela é uma Instituição de Estado, com concurso público e os seus quadros técnicos são permanentes, tem carreira, e eles são a garantia de que essa política terá continuidade. Então, a ANA, nós estamos pleiteando novos concursos para trazer mais técnicos para a ANA, estamos pleiteando mais estabilidade orçamentária para que esse orçamento não oscile de maneira dramáticas, nós precisamos ter estabilidade orçamentária, então, são pleitos para fortalecer a ANA. Esse é um tema que eu trago aqui.

Bom, eu creio que eu fiz aqui, como o meu tempo já deve estar esgotado ou prestes a se esgotar, 2 minutos, eu queria fazer esse quadro inicial.

O Fórum Mundial é um espaço importante para o Brasil exercer o seu protagonismo, o Brasil não pode pela sua importância estratégica e pelo fato de ser o maior detentor de água superficial, água doce superficial do mundo, do planeta, quer dizer o Brasil tem uma liderança a exercer. Daí que a presença do Brasil nesses Fóruns ela é importante. Nós temos o que dizer e temos o que orientar, na questão da política da água de modo geral, né. E nós estamos, portanto, liderando a organização no Brasil do Fórum das Américas, preparatório para o Fórum Mundial que ocorrerá em novembro em Foz do Iguaçu. E o que nós estamos, já como orientação do Conselho Mundial da Água, o que nós estamos preconizando é que cada vez mais, [soa a campainha] né, as lideranças políticas nos parlamentos, nos poderes executivos, as lideranças

dos setores usuários de água, as organizações não-governamentais se apresentem, também, cada vez de maneira mais importante e por isso nós estamos aqui para fazer essa exposição sobre essa temática e convidar a Comissão do Senado, a Comissão da Câmara, a Comissão da Amazônia da Deputada Vanessa, enfim, para que associem a esse esforço para que a posição brasileira no Fórum das Américas, no Fórum Mundial da Água seja uma posição robusta, forte, importante, com visibilidade, com política, com uma declaração política, para, enfim, para o contexto em que esses eventos se realizarão.

As mudanças climáticas se apresentam como um desafio, o Brasil está se preparando para enfrentar esse desafio, porque para a adaptação – porque nós estamos tratando aqui de adaptação – o tema da água não é um tema que nós vamos mitigar, não temos como fazê-lo, mas do ponto de vista da adaptação os eventos extremos que nós vamos ver mais acentuadamente acontecendo nas próximas décadas, secas mais severas, inundações mais severas em função das mudanças climáticas requer, sobretudo, o fortalecimento da política e do sistema nacional. Se nós fizermos a lição de Casa, Senador Leomar Quintanilha, e executarmos o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o Brasil estará no melhor dos mundos para enfrentar os desafios das mudanças climáticas o que requererá cada vez mais reconhecimento, informação e sistema implantado, planejamento contínuo, que não sofra debacles(F), que não sofra interrupções, então, é disso que se trata.

Eu gostaria que o meu colega, Benedito Braga, me secundasse depois nesse tema para, então, falar já que ele é membro do Conselho Mundial da Água, e ele tem muito mais condição de falar sobre a organização do evento e de quais são as formas mais apropriadas dessa Casa e a sua presença e sua participação não só em Foz do Iguaçu, mas também em Istambul. Muito obrigado, Senador Casagrande, prazer, Deputado Rosinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Dr. José Machado pelas considerações preliminares que traz a essa Audiência Pública a respeito desse tema tão relevante, e a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle tem, realmente, encarado com muito interesse e com muita responsabilidade essa discussão sobre o uso das águas no Brasil, e se prepara. E quer contribuir de forma interativa com as ações que a ANA vem desenvolvendo para participar não só do Fórum das Américas como no Fórum Mundial das Águas. Tanto é que eminentes membros desta Comissão tomaram a iniciativa de criar uma Subco-

missão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial das Águas. Essa Subcomissão é presidida pelo eminente Senador Sibá Machado, tem o Senador Renato Casagrande como o seu vice-Presidente e a Senadora Marisa Serrano como Relatora. E além de contar com 4, 2, 4, 5 membros titulares mais 5 membros suplentes de forma que há um interesse muito grande desta Comissão em trabalhar de forma interativa com a ANA nesse momento de análise, estudo e momento preparativo para esses Fóruns regionais e internacional.

Registrando com muita alegria a presença entre nós do Deputado pelo Paraná, Dr. Rosinha. Passo em seguida a palavra ao Dr. Benedito Braga, vice-Presidente do Conselho Mundial da Água. V.S^a tem também 15 minutos para sua exposição preliminar.

SR. BENEDITO BRAGA: Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Deputados, Srs. Senadores. Eu estou aqui, agora, vestindo o meu chapéu de vice-Presidente do Conselho Mundial da Água, mas o Dr. Machado já mencionou, somos colegas na Diretoria da Agência Nacional de Águas. Nós fazemos parte do Conselho Mundial da Água que é uma organização criada aproximadamente 10 anos, no sentido de aproximar profissionais ligados à Gestão de Recursos Hídricos e a classe política, e à classe tomadora de decisão. Isso aconteceu em Marrakesh quando a Associação Internacional de Recursos Hídricos entendeu que nós organizávamos Simpósios, Congressos e falávamos para nós mesmos, técnicos, né. E essas políticas que nós trabalhávamos, pesquisávamos, estudávamos, precisava de alguma maneira ter uma consequência real-prática no mundo do dia-a-dia. Foi aí que surgiu essa idéia de criar esse Conselho para trazer através desses Fóruns mundiais, vamos dizer, a atenção da classe política, da classe tomadora de decisão para elevar a água, né, a Gestão de Recursos Hídricos na agenda política.

Então, o I Fórum aconteceu em Marrakesh, nós tínhamos 400 participantes; o II Fórum em Aya, nós tivemos 5 mil; o III em Kyoto, nós tivemos 17 mil; o IV no México, nós tivemos 20 mil participantes e é mais ou menos esse o número de participantes que nós imaginamos em Istambul nesse V Fórum Mundial da Água que tem como tema principal: “Superando os divisores de água”. A idéia é nesse Fórum que nós intensifiquemos essa ligação entre o Norte e o Sul, os mais ricos e os mais pobres, a área do meio ambiente com a área da Gestão de Recursos Hídricos, ou seja, fazer a integração das políticas. O próximo, por favor.

Bem, aonde, então, será realizado em Istambul, justamente na divisa entre Ocidente e Oriente, Norte

e Sul, Europa e Ásia, pobre, rico, desenvolvido e em desenvolvimento e assim por diante. Daí esse mote de superando os divisores. A Turquia é uma, tem uma história em recursos hídricos, cultura, tecnologia é um país que tem problemas de Gestão de Recursos Hídricos muito parecidos com os nossos, principalmente, na região de Anatólia no Oeste da Turquia, onde é muito parecido com o nosso semi-árido, necessitando grandes investimentos em infra-estrutura hídrica e assim por diante. Também, usam muito a energia hidroelétrica como nós. Uma região onde a disponibilidade de recursos hídricos é fundamental para a manutenção da paz, por quê eu digo isso? Porque essa região da Anatólia é onde, então, divide a água com o Iraque e a Síria. E essa é uma região, como todos os senhores podem imaginar, muito complexa do ponto de vista político. Próximo.

Aí está, então, nós estamos caminhando para o V Fórum em 2009 que acontece de 16 a 22 de março em Istambul. Próximo, por favor.

Bom, então, o que é esse Fórum, eu já mencionei, é uma plataforma para um diálogo dos múltiplos fatores relacionados com a gestão da água. Daí nós queremos profissionais acadêmicos, nós queremos os parlamentares, nós queremos os governos locais, nós queremos os governos nacionais, nós queremos os usuários de água, todos para discutir essa questão da gestão. Focado em temas críticos para gestão na atualidade, focado nas dimensões políticas desses temas e engajadores e resulta em políticas públicas e mudanças políticas para efetiva solução dos problemas de gestão. Quer dizer, nós vamos estar, então, focados em Política e Gestão de Recursos Hídricos. Aí já comentamos essa questão da superação dos divisores... Próximo, por favor.

Nós temos essas atividades interligadas, nós temos um programa temático, nós temos um processo político, um processo regional e um processo de comunicação desse Fórum. Próximo.

Do ponto de vista temático, nós, no Japão, por exemplo, nós tivemos em Kyoto 360 sessões, imaginem... Um número muito grande, difícil de coordenar, difícil de tirar conclusões mais objetivas. Então, a partir de Kyoto, nós tentamos, e por que isso aconteceu em Kyoto? Porque foi um Fórum completamente aberto, os japoneses aceitaram quaisquer propostas que viessem de qualquer comunidade. Então, nesse Fórum, nós estamos tentando focar um pouco mais, né, no sentido de ter uma meta mais geral, como o Dr. Machado mencionou, essa meta mais geral é a adaptação do setor de recursos hídricos face às mudanças globais, aí, incluídas as mudanças climáticas, porque não nos esqueçamos que outras mudanças estão acontecendo

extremamente importantes como o processo de migração, o processo de urbanização acelerada, onde na América Latina nós temos 80% da população vivendo em áreas urbanas e isso tem impacto muito grande na gestão dos recursos hídricos urbanos, né.

A questão do comércio globalizado, onde nós temos o processo de exportação de água através dos alimentos, o processo de água virtual. Então, países que têm pouca disponibilidade hídrica poderiam, dentro de um sistema de comércio global, de agricultura importar água de países que têm condição através dos alimentos, ou seja, em vez de investir e produzir alimentos localmente, trabalhar num processo mais global, ou seja, essas questões elas têm implicações locais. A questão do biocombustível que hoje é um processo de mitigação para a mudança climática é uma questão local, mas que tem implicação local no uso de água, nós temos já no Parnaíba o avanço da fronteira da produção de açúcar e álcool e nós já temos que analisar como isso vai impactar os nossos recursos hídricos. Então, essa questão da grande meta que está lá, nós vamos subdividir em seis grandes temas que depois vou mostrar, esses temas em aproximadamente 30 tópicos que vão gerar, aproximadamente, 100 Sessões nesse Fórum da Turquia. O próximo, por favor.

Aí estão, o componente temático, ele vai focar na estratégia de adaptação da gestão da água face às mudanças globais, que eu já mencionei, incluindo a variabilidade e as mudanças climáticas. É muito importante colocar variabilidade junto com mudança climática, porque essas vagarias do clima nós já estamos acostumados a ela há muito tempo. São 6 grandes temas, três na área Finalística e três em área Meio, então, provisão de água para o desenvolvimento sustentável. Nós temos aí mudanças globais e gestão de riscos, o desenvolvimento social e os objetivos do desenvolvimento do milênio, as metas do milênio, gerenciando e protegendo os recursos hídricos do sistema de abastecimento para suprir necessidades humanas e ambientais, ou seja, nós estamos com uma preocupação social e uma preocupação ambiental, e principalmente, estamos com uma preocupação de desenvolvimento – desenvolvimento sustentável, mas desenvolvimento.

Implementação, mecanismo e desenvolvimento aí nós temos a questão nos temos meio a governança e o gerenciamento, os mecanismos de financiamento, educação, conhecimento e capacitação. Mecanismos de financiamento extremamente importantes, porque quando os países em Johannesburgo se comprometeram com as metas do milênio de reduzir a metade o número de pessoas não servidas por água e saneamento, não pensaram nas consequências, digamos

assim, claro que pensaram, foi uma meta colocada para que a partir daí nós corrêssomos atrás para conseguir os recursos. Mas essa é uma questão muito relevante. Hoje, os países estão sendo cobrados que, provavelmente, as metas do saneamento não serão atingidas, mas em função do quê? Em função das dificuldades de financiamento. Essa é uma questão extremamente cara e que como isso será montado é muito importante, daí a importância de nós termos os representantes de Governo, os parlamentares para discutir essas alternativas técnicas de implementar a solução desse problema. Próximo, por favor.

O processo político, então, é uma componente muito importante nesse processo. Nós vamos aproveitar a experiência de Fóruns anteriores para facilitar esse diálogo entre Governo, parlamento e autoridades locais. Próximo.

Nós pretendemos, então, montar um documento, que seja um documento de consenso entre todos esses atores, o componente político é um componente importante, mas o Fórum não é uma Reunião das Nações Unidas. Então, vamos dizer, as conclusões que nós vamos chegar nesse Fórum serão conclusões racionais, boas para os países, mas não quer dizer que os países terão como numa resolução de Nações Unidas cumprir com esses compromissos. Próximo, por favor.

O processo regional, evidentemente, que os problemas eles têm... De recursos hídricos, eles têm características diferenciadas em diferentes partes do mundo, assim, nesse processo nós temos cinco Regiões e entre elas a Região das Américas, onde nós estamos procurando o propósito de diferentes setores da sociedade para organizar esse processo regional das Américas. Próximo, por favor.

Nós vamos ter reuniões preparatórias em diferentes sub-regiões, porque a própria América, ela é diversa, nós vamos ter a América do Norte, aí incluído o México, porque o México apesar de ter uma outra língua tem muito mais afinidade em termos de problema e de recursos hídricos com os seus vizinhos, ou o seu vizinho do Norte. A América central, o Caribe e a América do Sul. E aí nós vamos ter reuniões em diferentes locais dessas sub-regiões. Aqui, nós estamos mostrando as reuniões preparatórias que teremos na América do Sul, Montevidéu, Santiago do Chile e o Fórum das Américas que nós vamos realizar, como o Dr. Machado mencionou, 24 e 25 de novembro. O próximo, por favor.

Nós gostaríamos enormemente de ter uma participação importante dessa Casa, não nos esqueçamos que o Brasil dispõe da Legislação mais avançada do mundo em termos de Gestão de Recursos Hídricos,

e essa Casa tem responsabilidade por nós estarmos nessa situação perante o mundo. Eu me lembro que a África do Sul nos consultou quando da preparação da Lei de Águas deles, quer dizer, a Lei de Águas brasileira serviu de modelo para outros países com situação semelhante a nossa. Então, nós gostaríamos, enormemente, que pudéssemos ter uma participação densa da classe parlamentar nesse nosso Fórum. Próximo, por favor.

Aí está, então, as atividades preparatórias, né, nós temos aí os eventos regionais, o processo político também terá eventos notáveis, nós vamos ter um evento em Paris em setembro, nós vamos ter um evento em Roma em maio do próximo, perdão, em fevereiro do próximo ano, onde, vamos dizer, as propostas de natureza política serão discutidas. E também convidamos os Srs. Deputados, Srs. Senadores a se unirem conosco nesse grande trabalho de movimentação [soa a campanha] em prol da melhor Gestão de Recursos Hídricos no mundo. Próximo, por favor.

E para cumprir com o prazo, Sr. Presidente, aí está o site, né, do Fórum: www.worldwaterforum5.org onde maiores informações poderão ser obtidas. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Dr. Benedito Braga, pela bela exposição, preliminar, e pelo cumprimento *strictu* tempo contribuindo para a racionalidade do nosso encontro. Passo a palavra imediatamente ao Dr. João Bosco Senra, Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, tem V.S^a a palavra por 15 minutos.

SR. JOÃO BOSCO SENRA: Boa tarde. Uma boa tarde à Mesa, Senador Leomar Quintanilha, parabenizando pela iniciativa de trazer esse tema, mais uma vez trazer o tema da água em discussão e, sobretudo, esse importante Fórum. Queria cumprimentar aí o Senador Sibá Machado, o Deputado André de Paula, a Deputada Vanessa Grazziotin, o Deputado Dr. Rosinha, meus companheiros de Governo, Dr. José Machado, Dr. Benedito Braga, Fernando Coimbra da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Queria, antes de mais nada, trazer também aqui a toda a Comissão de Meio Ambiente do Senado e da Câmara, aqui, representada do ex-Deputado Luciano Zica que não pode estar aqui, me pediu que representasse a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e por fim agradecer o convite para podermos estar tratando desse tema tão importante.

Eu penso que o Fórum Mundial das Águas tem que ser visto não só por essa Casa, mas por todo o Brasil como a grande oportunidade. É uma oportunidade que temos... De estarmos levando e aprendendo

nesse processo como tem sido muito rico os outros Fóruns Mundiais, dessa experiência que vemos gestando aqui no nosso país. Como muito bem já ilustrou o Dr. José Machado, nós temos uma Lei votada nesse parlamento muito avançada que completou 10 anos o ano passado, este ano nós temos, estamos comemorando os 10 anos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos agora em novembro. E que mostra o quanto é avançado esse Sistema de Gestão do país, fundado na descentralização, na participação social e que faz com que essa construção e – é dessa maneira que a nível internacional todos os Fóruns vêm apontando – que as alternativas e a solução para o problema da gestão das águas é essa visão dessa solidariedade, desse comprometimento de todos os atores, de todos os setores com esse bem único que é a água, que é fundamental para o desenvolvimento, que é fundamental para a vida. Então, nessa perspectiva, o sistema brasileiro ele expressa muito bem através dos seus Conselhos, seja o Conselho Nacional, os Conselhos Estaduais, os Comitês de Bacia e o Brasil vem avançando cada vez mais, a passos largos, nesse processo. Temos muito que avançar ainda, temos muito por fazer, mas sem dúvida o Brasil hoje já é uma referência internacional. Eu me recordo que no Fórum Mundial do Japão, a grande novidade no Brasil já era, trazia já no Fórum, já alguns anos já no processo de funcionamento a institucionalização da Agência Nacional de Águas, né, era uma grande novidade no âmbito do Fórum Mundial, esse formato e essa institucionalização do Brasil, dando essa importância ao tema da água.

Já no Fórum Mundial do México, o Brasil também tornou-se uma grande referência através... Tinha acabado de aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos – o Presidente Lula tinha lançado o Plano no início de março aqui e, aí, no Fórum Mundial das Águas do México, o Brasil tornou essa referência. Em razão pelo último relatório da UNESCO ter colocado o Brasil entre os países que mais avançou na gestão das águas do mundo. Então, são esses acúmulos coletivos construído pela sociedade brasileira nos vários Fóruns é que faz com que, hoje, o mundo tenha uma expectativa muito grande em relação a nós e pela responsabilidade que temos, também, por determos aí o maior volume de água doce do planeta.

Então, nessa perspectiva, o tema... E o Brasil tem feito alguns compromissos e tem assumido essa responsabilidade na condução das suas políticas com apoio sempre muito presente do Congresso Nacional, dessa Casa. Eu recordo que um dos temas centrais que, hoje, a nível internacional, a questão da mudança climática hoje é o tema da Conferência Nacional de Meio Ambiente, toda a sociedade brasileira hoje discutindo

nas conferências municipais, estaduais se preparando para a Conferência Nacional que acontece agora em maio, está se preparando nessa discussão, quer dizer, é um processo que passa por toda a sociedade brasileira, se impoderando do tema e se preparando para essa questão. Então, assim como o processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos teve um envolvimento direto de 7 mil pessoas por todo o país, de todas as regiões, de todos os Estados de todos os organismos gestores, da sociedade de uma maneira geral, da universidade, fez que pudesse dar ao Brasil e ser uma referência a nível internacional, de ter esse planejamento, cumprindo uma das metas do milênio que estabelecia até 2005 os países deveriam elaborar os seus Planos e o Brasil fez o dever de Casa. Elaborou o seu Plano que é uma referência e que nós tivemos oportunidade, agora recente, no mês passado, de estarmos oferecendo um curso custeado pela cooperação espanhola para todos os países da América Latina sobre planejamento de recursos hídricos, cooperando com os nossos países irmãos, porque para nós é fundamental que os países, nossos vizinhos, também tenham as suas políticas planejadas, tenham suas ações, porque nós sabemos o que significa para nossa Bacia Amazônica se não tivemos uma política adequada na Colômbia, no Peru, no Equador.

Então, para nós, até do nosso interesse, é fundamental ter, contribuir nesse avanço da gestão nesses países e estamos contribuindo tanto que nesse encontro lá do Peru foi anunciado a partir da própria discussão, que eles estão criando uma Agência Nacional de Águas. Eles estão criando o Ministério do Meio Ambiente, colocando o tema da água como é a estrutura do Brasil, estão avançando numa Lei das Águas nesse sentido, informando para nós pelo próprio Presidente na Comissão desse seminário. Então, acho que nós temos essa responsabilidade, e temos como colaborar nessa perspectiva e esse Fórum Mundial das Águas é uma grande oportunidade nessa perspectiva. Nós estamos, eu queria, também, dizer nesse... E por que eu digo isso? Eu estou na função de comissário brasileiro para Expo Zaragoza que é uma exposição que começa agora de 14 de junho até 14 de setembro e o tema é “Água e Desenvolvimento Sustentável”. Coordenando esse grupo de trabalho interministerial e abrindo as discussões à toda a sociedade brasileira, o Setor Privado, a sociedade civil, os Estados nós encaminhamos para a Expo Zaragoza que tem uma tribuna da água onde a discussão temática se apresenta, o Brasil foi o país que mais apresentou propostas concretas de ações, de experiências concretas, porque eles não querem tese, não querem discussões, debates, eles querem experiências concretas e o retorno para nós foi muito

importante na medida em que o Brasil foi considerado o país que mais apresentou proposta nesses sentidos, certamente depois da Espanha que é o país anfitrião, o Brasil vai ter a maior presença de especialistas e técnicos apresentando estudos de caso e experiências que mostram o porquê que hoje há essa presença fundamental do Brasil no mundo e essa expectativa internacional em relação ao país nessa perspectiva. Inclusive, quero me colocar à disposição para um outro momento poder falar aqui na Comissão de Meio Ambiente do Senado, ou da Câmara dos Deputados a respeito dessa Exposição que se inicia aí durante 3 meses e com o tema fundamental, né, e que está atraindo muitos debates e muitas discussões, e sem dúvida nenhuma, desse, muito dessas discussões, estarão conduzindo e qualificando ainda mais esse Fórum Mundial das Águas, na Turquia.

Nesse aspecto, essa, essa apropriação por todo o setor, os setores brasileiros, nós temos, temos garantido, eu acho que o Brasil, quando vai para um Fórum como esse, ele vai com uma presença da sociedade brasileira, uma presença do país como um todo, como é o caso como estamos tendo aí na expo onde temos aí uma parceria com a Rede Brasil de Organismos de Bacia – REBOB, temos uma presença forte de vários Estados da sociedade civil, de vários setores. Então, nessa perspectiva, eu penso que o Fórum das Américas, como esse evento preparatório, sem dúvida nenhuma, acontecendo no Brasil, ele vai poder colaborar, sobretudo, para que possamos levar essas visões, essa ação integrada onde construímos aí nesse parlamento das águas através desses Conselhos, através desses Comitês, através desses eventos, construímos aí essa cultura de solidariedade, essa cultura de participação, essa cultura de responsabilidade que temos pela disponibilidade de água que temos, mas também construímos essa visão em nível de todo o país, dessa possibilidade, dessa oportunidade que é esse diferencial que temos de água e que é fundamental nesse processo de desenvolvimento do país e, porque a água é fundamental a todo o processo produtivo. Mas temos que desenvolver, de uma maneira diferenciada, nós temos que desenvolver novas bases em bases sustentáveis e é nesse sentido e nessa perspectiva que toda a ação hoje do Governo, toda a ação dos vários setores do sistema nacional, dos Estados e toda a sociedade envolvida com o tema vem trabalhando nessa perspectiva dessa Comissão de Desenvolvimento Sustentável.

Eu penso que nós temos, só finalizando, reforçar muito essa oportunidade, essa oportunidade que temos de estarmos mostrando essas várias iniciativas que ocorrem por todo o país dos vários setores, dos

vários atores, e, sobretudo, Parlamento e essa Casa tem sido, assim, um exemplo a nível mundial, tem sido espelhado, nós temos divulgado por solicitação, inclusive, de vários países o avanço legislativo que o Brasil tem acumulado na relativa questão dos recursos hídricos, e por isso que eu quero, aqui, reforçar essa, essa, esse convite já feito aqui pelo Dr. José Machado, pelo Dr. Braga, né, para que a presença nessa Casa, seja uma presença bem efetiva, porque sabemos o que ela pode contribuir, sabemos o que ela pode significar no arranjo da América Latina, no arranjo a nível internacional, fazendo com que outros Estados outras, outros países possam também avançar nessa perspectiva que sabemos que passa muito por esse processo legal, institucional, para assegurar efetivamente uma gestão mais adequada no âmbito não só do nosso continente, mas em todo o mundo.

Então, eu queria agradecer, mais uma vez, o convite e me colocar à disposição para estarmos prestando informação e qualquer questão em relação à Expo Zaragoza e dizer da nossa alegria dessa Casa trazer esse tema do Fórum das Águas como esse tema importante e contribuindo mais uma vez para que a Gestão de Recursos Hídricos continue avançando no Brasil, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nossos agradecimentos ao Dr. Senra pelas contribuições que traz nas suas considerações preliminares a este debate.

Passamos a palavra ao Dr. Fernando Lima Coimbra, Conselheiro da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Não veio. Passamos então a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin, tem V.Ex^a 15 minutos.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu acredito que nem vou, Sr. Presidente, utilizar os 15 minutos que eu acho que os convidados que estão aqui já fizeram uma excelente apresentação.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar a todos, cumprimentar o Dr. José Machado, Presidente da ANA, cumprimentar o Deputado André de Paula, cumprimentar o Dr. Benedito, Dr. João Bosco que representam aqui o Conselho Mundial da Água e o Ministério de Meio Ambiente. Cumprimentar o Senador Inácio Arruda, Sibá Machado, Deputado Dr. Rosinha e todos companheiros e companheiras que aqui estão.

Primeiro eu quero fazer uma observação extremamente política, eu lamento que um tema tão importante como esse que discutimos aqui no Senado, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente não conte com a presença massiva da imprensa que, aliás, está aqui ao lado discutindo gastos supérfluos, gastos supérfluos. Infelizmente essa é uma inversão de valores

que existe em nosso país e que, aliás, temos que começar a enfrentar exatamente por aí. Então, eu vejo que o debate está aqui nessa Casa e um dos objetivos é exatamente esse, um dos objetivos do Senado Federal, dos parlamentares, da Câmara dos Deputados é mostrar à população a importância desse debate e trazer a população não só para o debate, mas para a formulação das políticas de Gestão dos Recursos Hídricos, que esse aliás é um ponto precípuo que é a descentralidade na elaboração e na própria aplicação da Gestão de Recursos Hídricos. Então, cumprimento, cumprimento o Senador Leomar Quintanilha por essa importante iniciativa, e penso que a partir daqui a gente tem que procurar estabelecer algo mais, de mais concreto, de tal forma que propicie uma participação efetiva que é tudo que foi colocado aqui, permanente e viva do parlamento brasileiro nesses esforços, nos esforços de fazer com que o Brasil que já tem um grande papel, porque é a grande potência mundial em termos de água tenha também uma participação política de liderança clara e evidente.

Primeiro, o que ficou claro aqui de tudo que foi falado é que isso não significa dizer que nós estamos atrasados dos demais países não, talvez, o mundo inteiro tenha acordado muito tarde para o debate desse problema específico, mas nós somos uma criança do ponto de vista da busca da organização de uma política de gestão dos recursos hídricos, o que eu acho que o mais antigo que tem aqui, a própria, a própria Legislação que está comemorando 10 anos, a ANA 8 anos, 8 anos, o Plano Nacional dos Recursos Hídricos, 3, 4 anos, 3 anos, 2 anos, vejam, as senhoras e os senhores, ou seja, somos criança e estamos aqui ainda buscando qual é a melhor política não só para aplicar, mas para ser elaborado efetivamente e óbvio que tudo tão novo a Legislação brasileira não é ainda uma Legislação que atenda os objetivos e os princípios gerais de Gestão dos Recursos Hídricos que diz o seguinte, que diz em primeiro lugar: “A água é um bem de domínio público”. E nós vivemos num país que tem o maior potencial hídrico do planeta e não é pouco não. Com contribuição externa chegamos a 20%, sem contribuição externa perto dos 14%, único país, Senador Leomar Quintanilha, e dentro desse país onde está localizada a água? Em torno de 70% na Amazônia brasileira, numa região que tem um mapa inverso, porque geralmente o mapa comparativo ele mostra o número de população elevado com território pequeno, mas com potencial hídrico menor ainda. A Amazônia é exatamente o inverso, o mapa do Brasil como um todo, mas, sobretudo, da Amazônia é exatamente inverso, um grande potencial de recursos hídricos, um pouco menos territorial que é muito grande,

mas menor do que o potencial de recursos hídricos e, por fim, a população lá embaixo numa proporção que vai de 68, potencial de recursos hídricos, 45 territorial e 7, somente, de população. Então, o que fazer diante disso? Mas essa constatação importante nos remete a outra constatação que as nossas populações, sobretudo, aquelas que vivem nos grandes centros, grande parte delas não tem acesso à água. Grande parte delas, ou por razões econômicas ou por razões de falta de infra-estrutura pura e simplesmente e nós não precisamos buscar esse exemplo lá no Nordeste onde a capacidade hídrica é a menor do país.

Senador Leomar, lá na nossa região, na Amazônia, Sibá Machado, a gente tem um exemplo na nossa porta. A cidade de Manaus, hoje, é uma grande cidade, 2 milhões, aproximadamente, de habitantes, 2 milhões aproximadamente de habitantes. Mas mais de 40% da sua população não tem água na sua casa, não tem água. E um outro contraditório, o serviço é privado. O serviço é privado, olha só, os problemas que nós temos pela frente para resolver, do grande ao pequeno problema. Do grande ao pequeno problema. Mas, enfim, além disso, há, hoje, o mundo, hoje o mundo dividido entre pobres e ricos vive um grande conflito que todos nós sabemos o porquê desse grande conflito, o conflito para, gira um torno da produção de petróleo. Um combustível fóssil de, da mais larga utilização no mundo hoje. E o conflito de amanhã, segundo dizem, qual será? A razão do conflito de amanhã, do próximo conflito? Possivelmente a água e mais uma vez o Brasil, ele, ele tem um grande papel nesse processo.

Enfim, então, penso que o desafio de todos nós, não só do Presidente da ANA que hoje está aqui, ontem estava no Congresso, antes de ontem no Amazonas, aí, rodando o Brasil inteiro assim como o Dr. Benedito, o Ministério de Meio Ambiente também. Esse é um desafio de todos nós. Primeiro, estabelecer, ajudar que o mundo estabeleça regras, parâmetros que permitam o uso correto da água. De tal forma que nós possamos ter esse bem com uma vida mais longa possível. Segundo, garantir a universalização do acesso, esse é um desafio que temos internacionalmente, mas, sobretudo, aqui no país, e de minha parte, Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria somente de dizer que nós precisamos e eu sei que essa foi, essa é a idéia do Senado tanto que convida a Câmara dos Deputados para aqui estar, Deputado André de Paula eu que tomei um susto, eu não sou mais Presidente da Comissão da Amazônia, mas o reparo está aqui embaixo: “Presidente no exercício de 2007”.

Hoje, eu, no âmbito da Comissão da Amazônia, presido a Subcomissão também que nós já aprovamos para acompanhar todos esses debates, elaboração de

políticas relativas aos recursos hídricos. Então, nós já demos um primeiro grande passo com uma contribuição muito grande da ANA, de toda a sua assessoria. Primeiro grande passo é estabelecer grupos de trabalho no Senado e na Câmara para debater especificamente isso. Ver como que nós nos introduzimos nesse grande esforço nacional de mobilização, porque nada acontece sem um grande processo de mobilização popular, nada neste país, tão pouco os projetos se transformam em Leis se essa mobilização não acontece, porque precisamos alertar a população para a necessidade da resolução desse problema. A partir daí, nós ganharemos sim, força política no Senado Nacional capaz de fazer com que todas as iniciativas que não são poucas, são muitas. Iniciativas não só do Poder Executivo, mas dos próprios parlamentares que tramitam na Casa possam ter sequência. Então, nós já temos uma Subcomissão, aprovada aqui no seio da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, presidida pelo nobre Senador Sibá Machado, temos uma Subcomissão no âmbito da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados e, também, no âmbito da Comissão da Amazônia, ou seja, só aí isso já nós remete para o fato de que podemos formar um grupo que tenham atividades, ao invés de ficamos debatendo aqui ou lá ao mesmo tema, vamos debater um tema aqui e outro tema lá, vamos fazer uma atividade aqui e outra lá.

Eu acho que um dos grandes desafios que nós temos é andar no Brasil. Nós temos Assembléias Legislativas em todos os Estados, nós temos Câmara de Vereadores, estou repetindo o óbvio, em todos os municípios, mas que debatem em que nível e em que proporção um tema tão importante como esse, não é? Quando dizíamos que somos crianças, somos efetivamente crianças, temos as bacias hidrográficas, mas nem todas têm os seus respectivos Comitês de Bacias.

O Brasil possui um Plano, o Brasil possui um plano nacional de recursos hídricos, mas nem todos os Estados possuem os seus Planos. Então, a grande contribuição que o parlamento brasileiro pode dar, Dr. José Machado, a grande contribuição é trazer o debate não só para cá, para Brasília – fazer com que ele se desenvolva não somente aqui, mas com que ele se desenvolva no Brasil inteiro, Deputada, Senadora Fátima Cleide, obrigada pela sua presença, então, em todos os Estados do Brasil e, quiçá, nos grandes municípios esse é o nosso grande desafio para que a gente possa chegar. Foz do Iguaçu, no final desse ano de 2008 com uma representação importante do nosso país, uma representação importante, não é, será aqui o nosso debate em Foz do Iguaçu, aliás, uma ci-

dade que representa muito bem, obviamente, depois da Amazônia, depois da Amazônia representa muito bem a água. Esse que não é um símbolo, mas que é, talvez, de todos... É, e também. Talvez, o patrimônio mais importante para a sobrevivência de todos, para a manutenção da vida nesse planeta.

Então, Senador Leomar, eu cumprimento V.Ex^a, dizendo que estamos todos, sobretudo, na Comissão da Amazônia à disposição para que, em breve, a gente possa sentar e quem sabe? Traçar um plano único de ação e de estratégia para atuarmos positivamente dentro desse tema. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin, imagina V.Ex^a a responsabilidade que temos nós do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado da República em dar uma contribuição efetiva àqueles que irão nos representar, ou representar o Brasil nesse Fórum Mundial quando vai se discutir essas questões relacionadas ao uso da água. Nós que somos detentores do maior percentual desse insumo, desse recurso, efetivamente deveremos apresentar propostas concretas, sugestões importantes, razão por esse Fórum, é o Fórum ideal, é o Fórum adequado para o estabelecimento dessas discussões que nós estamos, aqui, desenvolvendo. Não foi por outra razão que esta Comissão entendeu que essa discussão deveria contar com a participação da Câmara dos Deputados, sobretudo, com a Comissão do Meio Ambiente daquela Casa, que aqui se faz representar pelo seu Presidente, Deputado André de Paula e V.Ex^a. E nós entendemos que as outras instituições brasileiras que também têm essa responsabilidade, entendem que esse debate, essa discussão só virá contribuir para a formulação da proposta que nós deveremos apresentar não só no Fórum das Américas, como também no Fórum Internacional da Água.

Eu consulto Deputado André de Paula se não gostaria de fazer qualquer consideração ou participar do debate?

DEPUTADO ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE): Presidente Leomar Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a a palavra.

DEPUTADO ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE): Eu não pretendo me estender muito, eu quero primeiro cumprimentar aos companheiros aqui presentes, ao Dr. José Machado, ex-Deputado e Presidente da ANA, ao Dr. Benedito Fraga ao Dr. Senra e à Deputada Vanessa Grazziotin, quero agradecer e destacar a importância do convite que V.Ex^a formulou não apenas a mim, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, mas tam-

bém ao ex-Presidente, o Deputado Nilson Pinto que foi no âmbito da nossa Comissão como Presidente e o autor do Requerimento que busca com o mesmo intento que V.Ex^a, aqui, também criar uma Subcomissão que prepare a participação dos nossos parlamentares, quer para o Fórum das Américas, quer para o Fórum Mundial, eu escutei aqui com muita atenção todos os palestrantes, eu já tinha tido essa oportunidade antes, e eu queria destacar duas ou três questões. Em primeiro lugar foi dito aqui pelo Dr. Benedito Braga, e é importante que isso seja destacado. Eu posso, talvez, não ser preciso nas palavras e aí ele vai me perdoar, mas num determinado momento, imagino que tenha sido no início, ele disse que houve um momento em que os técnicos perceberam que falavam para técnicos e que era importante fazer com que essa discussão chegasse na ponta, e que um ator fundamental para fazer com que essa discussão chegue, como acentuou também a Deputada Vanessa Grazziotin, na ponta era exatamente a participação mais intensa, mais expressiva da classe política. E aí se insere o Congresso Nacional. Aqui também foi dito, destacado com justiça, inclusive, os enormes avanços que esse Congresso Nacional contribuiu para que o ocorressem do ponto de vista de uma Legislação que o mundo reconhece que é uma Legislação avançada a que um país tem, mas há, nós todos sabemos, uma diferença bastante razoável entre as boas intenções que estão inseridas numa Legislação e aquilo que, efetivamente, ocorre. O Doutor... O ex-Deputado José Machado acentuava no início da sua intervenção os diversos estádios, os diversos níveis, as dificuldades distintas que encontram os Estados e, aí, se a gente for aos municípios essas diferenças são ainda mais abissais, na implementação daquilo que é consensual, daquilo que hoje é texto legal. Então eu, Presidente Leomar Quintanilha, queria lhe dizer que recebi com muita alegria o seu convite, a Comissão do Meio Ambiente que agora tenho a honra de presidir lá na Câmara, talvez alguns estranhem, não os parlamentares, mas no Senado nós temos as Comissões presididas por 2 anos e na Câmara dos Deputados isso é feito por um ano. Daí, porque a Deputada Vanessa era Presidente no ano de 2007, hoje, nós temos uma nova Presidente na Comissão, mas ela continua a desempenhar um papel fundamental, inclusive, e sobretudo, nessa questão que é o nosso objetivo comum e que deve ser perseguida com muita intensidade tanto pelo Senado, como pela Câmara, de ter essa resposta positiva, essa participação de fazer desse Fórum americano e, sobretudo, desse Fórum Mundial uma grande e importante, como foi destacada aqui, oportunidade para a troca de experiências, para

a renovação de convicções e eventualmente até para a correção de rumos, o que é muito importante.

Eu queria, Presidente, de forma muito sucinta, apenas destacar isso e renovar a V.Ex^a o meu agradecimento. Continuo considero que é mais do que um gesto de apreço, que essa Comissão e o Senado, em particular, fazem com a Comissão temática do Meio Ambiente Câmara e é, sobretudo, o reconhecimento de que Senado e Câmara têm que estar atuando em conjunto e representando os brasileiros de todas as regiões em conjunto também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço V.Ex^a e tenho convicção de que a Comissão do Meio Ambiente presidida, tão bem presidida por V.Ex^a, bem como a Câmara dos Deputados estarão muito interessadas e envolvidos na discussão desse tema e na formulação das propostas que pretendemos apresentar. Mas passaremos ao debate com a participação dos eminentes Senadores. Nós temos como primeiro inscrito, Senador Sibá Machado, a quem concedo a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, saudar aqui os nossos convidados de hoje, Dr. João Bosco, Deputada Vanessa, Dr. Benedito, nosso grande guerreiro da Agência de Águas, José Machado, Deputado André.

Primeiro lugar parabenizar a V.Ex^a pela iniciativa, acho que nós estamos querendo acumular mais rápido possível para ver realmente como é que nós vamos, quanto ao Senado e Congresso Nacional prestar nossa contribuição. Então, eu ouvi bastante atentamente as exposições e queria acrescentar, Sr. Presidente, que nosso Brasil vive a mania de grandeza, de que tudo aqui foi abençoado por Deus e que, portanto, os cuidados não precisa, porque tudo é infinito. Então, país que tem 400 milhões de hectares de terra para a agricultura, sol quase o ano inteiro, 7 mil quilômetros de mar, praia, 4 milhões 500 mil quilômetros quadrados de águas marinhas, território nacional sobre as águas do mar, e aí por aí vai. Então, falar de água é outro gigantismo de novo. E eu tenho dúvida dessa história de dizer que a Amazônia reserva a maior quantidade de água – uma água de superfície, porque quando 2005 parou de chover, a gente viu uma catástrofe ali. Vê parte do Rio Amazonas com os barcos encalhados sem poder navegar. Aquilo foi assustador para quem nunca viu aquilo. O ciclo normal das águas, o ciclo normal da natureza, porém, o que o país precisa tomar um cuidado, já ouvindo aqui nas palavras o Dr. José Machado, é cuidar dessas águas.

Agora, eu vejo que não é só o problema da água, mas toda a Legislação brasileira carecendo de implementação, digo para V.Ex^a, aqui, com um certo cons-

trangimento, porque o que ocorre agora a desinclusão da terra indígena Raposa Serra do Sol, desobediência civil. Então, 20 pessoas se contrapõem ao país, ao Presidente da República, e aquilo me deixou extremamente preocupado. É preciso tomar cuidado com essas coisas, porque se vale isso – vale muitas outras coisas. Então, a gente já tem uma guerra aberta contra o narcotráfico crime organizado e conviver com esse tipo de coisa, eu pensei que eu não veria mais nunca, mas, infelizmente, está se reproduzindo. E voltando ao tema, eu... Não acompanho, assim de perto, de fato o que é este dever de casa, porque quando a gente vê alguns cenários do tratamento das nossas águas, exclusivamente o caso dos rios, para ser sincero ver 1 bilhão de dólares investidos no Rio Tietê e para mim é o que seria o óbvio ululante não foi feito, porque toda a parte de limpeza foi feita, aprofundamento de seu leito e etc... Tirar todo o material sólido, mas eu passando na frente agora, porque sabia que nós íamos tratar deste assunto nesse sábado passado, toda a parte química das indústrias continua sendo despejada no rio. Então, aquela espuma branca, o cheiro horrível e, por exemplo, se não tirar o que está sendo jogado, não sei se adiantou alguma coisa, porque para mim começaria por isso. Então, zero de jogar coisa dentro do rio para depois, quando limpar, ele ficar limpo. E assim me parece os demais, as micro bacias urbanas no Brasil com esse tipo de tratamento. Então, nós temos um marco regulatório é um ponto de partida, mas o que é consciência e o que é obrigação da Legislação, não é simples isso, estou fazendo esse paralelo com o caso de Roraima, porque sem guerra, mas tem uma guerra absurda que ninguém vê, mas um péssimo mau uso, inclusive de se vê a pessoa no sábado a tarde o maior prazer de ligar uma mangueira de 3/4 de polegada para dar um banho de 2 horas no seu carro e aquilo é maravilhoso, porque a água é minha, por que o vizinho tem que reclamar. É muito sério o que nós estamos vivendo, então, se construiu os prédios no mundo inteiro aqueles megalomaníacos, prédios de não sei quantos metros de altura que se sabe que são péssimos exemplos para a questão de energia e da água, a engenharia disse que aquilo é um acinte ao que se está se tentando tratar sobre... Eu não sei, é difícil responder as questões, não é fácil não.

Então, é preciso que a Legislação também imponha alguma obrigação de que os prédios, daqui para frente, têm que fazer reciclagem de suas águas, todo o sistema industrial tem que fazer algo nessa direção. E quando é que a gente vai dizer que qualquer indústria doravante só se instala quando tiver também o, não digo a proibição, mas que essa palavra fica sempre no punitivo, mas quando é que ela já constrói a sua

planta considerando a reabsorção deste resíduo que para agora passa a ser um resíduo.

Falando das pessoas, seres humanos, aí, a situação da transposição do Rio São Francisco, então, nós queremos uma boa parte da água para a produção econômica e uma boa parte para que as pessoas possam beber aquela água. E, aí, eu queria fazer aqui alguns desafios, Sr. Presidente, que eu estou aqui já maturando na minha começa. Queria que a nossa Subcomissão, junto com a Comissão e, agora quem sabe, com a própria Câmara que a gente pudesse visitar, não sei quantos, mas a gente pudesse eleger 3 rios no Brasil, eu citaria, chutaria aqui 3, chuto 3. Reestudar o que é que está de fato sendo discutido e implementado na recuperação do São Francisco independentemente da sua transposição. Esse seria a nossa contrapartida e, aí, enquanto Senadores da República e Deputados Federais, que a gente pudesse fazer, então, uma conversa de gente grande com as empresas mais ricas do Brasil, poderíamos listar aí as 50 ou 100 maiores, para que elas fizessem o seguinte dever de casa: nessas 3, 4, esses 3, 4 Comitês a gente elencaria o que seria o gargalo nº 1 para ser resolvido e como que a gente poderia, dialogando com estas empresas, para que ela avance sobre o nosso dever de casa.

Vamos citar aqui um exemplo que eu vi do Senador Tião Viana que está puxando esse assunto no Rio Acre, no Estado do Acre. Proposta é que ao longo do rio, desde a sua nascente até a sua Foz: 1) acabe com a história das redes na boca do rio que não deixa passar o peixe; 2) que a gente converse com cada um morador da beira do rio e construir financiamento seja de que origem for para que num período de 2 a 3 anos o morador mais pobre possa plantar e cuidar da mata ciliar na frente da sua casa – se o seu lote tem 1 quilômetro, meio quilômetro, 2 quilômetros de acesso ao rio – ele, não de maneira policial, chegar lá você vai fazer, não, chegar lá, está aqui o financiamento, está aqui a muda, plante e cuide até ela crescer depois não encha mais a paciência dessa mata ciliar.

A situação do lixo, aí, foi a parte da conversa que eu entrei, eu entrei dizendo que o meu desafio era tentar achar uma forma, não sei qual, de que zero de lixo jogado dentro do rio sólido, num primeiro momento e lá na frente, quem sabe o químico das cidades, são 12 cidades que tem a margem do rio com duas cidades bolivianas e uma peruana, então, como resolver a esse assunto que é área de fronteira. Mas me deixei ganhar pela simpatia da idéia, e agora, bom, aí entrar dentro das escolas com o currículo obrigatório desde o ensino infantil até o nível de segundo grau para debater o assunto; fazer rodadas e excursões, sei lá que mais o quê, a proposta nesse nível, mas que a mais

me chamou atenção é essa: Não jogar mais um saco plástico no rio, aí, estou eu pessoalmente entrando nesse assunto, e a tarefa lá que coube ao Senador Tião Viana é que ache um financiamento para dizer que o morador, se vai começar com 5 quilômetros, 1 quilômetro, 20 quilômetros, toda a extensão do rio eu não sei, mas é preciso começar.

Então, diante disso eu queria fazer esse desafio, nós vamos discutir o macro assunto com toda a lógica, o marco legal, está sendo feito, está sendo pensado o que o Brasil pode levar para esses Fóruns, mas mais que isso, eu queria saber se a Agência Nacional de Água, a Comissão que foi instaurada na Câmara para tratar do assunto, aqui a que nós estamos tratando aqui no Senado, mais as duas Comissões Permanentes e mais agora o nosso coordenador para o assunto em nível mundial, Dr. Benedito, se a gente pegasse o São Francisco, não sei se o Tietê, porque já vi que o assunto não é simples, mas um outro rio... Me falaram do Parnaíba, divisão do Piauí com o Maranhão, porque está morrendo também, as nascentes estão se acabando – coisa desse tipo – que a gente pudesse listar 50 a 100 empresa no Brasil para dizer: ponha sua parte aqui na Mesa e a gente vai tentar dar um jeito de fazer mais que um debate de esclarecimento sobre os assuntos, um dever de casa prático entre o Governo local, Municipal, Estadual, Federal e a participação do Congresso Nacional numa mediação com as empresas para o financiamento de gestos concretos. Era a minha sugestão, e me coloco à inteira disposição, já dizendo que gostaria de poder visitar algumas experiências notáveis, eu acho que de experiências negativas nós já temos para jogar pela janela, mas o que tiver de experiências notáveis – se porventura digo vá nessa e naquela – eu gostaria de ir passar dois finais de semana daqui para maio à disposição de ver estas coisas para que a gente se vá se acostumando com que é bom também, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Sibá, antes de passar a palavra ao Senador Inácio Arruda, eu acho que assim depois a Mesa poderia responder aos questionamentos levantados por ambos Senadores, eu achei interessante a sugestão de V.Ex^a, quando coloca a idéia da visita na escolha de alguns mananciais importantes desse país. Eu sugeria a V.Ex^a, talvez fosse interessante apresentar um Requerimento nesta Comissão, na próxima Reunião e nós constituiríamos a Comissão da Comissão, a Comissão do Senado que iria fazer essas visitas e quem sabe de forma interativa, ou com a ANA, ou com algum Órgão, ou do próprio Ministério do Meio Ambiente. Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Deputadas e Senadores presentes a essa Audiência Pública. Deputada Vanessa Grazziotin, Deputado André de Paula, nossos colegas, José Machado, Prefeito, Deputado Federal, hoje dirigindo a Agência Nacional de Águas – acho que mais do que em boas mãos, o nosso companheiro Benedito Braga e o Dr. João Bosco Senra, é isso? Meu caro Presidente Leomar, eu considero assim o tema é muito largo, basta olhar o Mapa *Mundi*, ali, que a gente vê como é que a gente fica a discutir a questão da água. Quantos aquíferos nós temos só no território brasileiro? Talvez, alguns até que a gente não tenha ainda a dimensão, possam ser até maiores do que os que nós conhecemos. O problema da, dos rios nossos, são todos, as populações se desenvolveram nos rios é a saga da humanidade, basta ver as regiões mais densamente povoadas do planeta estão às margens dos rios. E o conhecimento e o domínio sobre como tratar o lixo, os resíduos, e conservar esse bem especialista que é a água, é também fruto do desenvolvimento da humanidade, às vezes a gente fica querendo resolver tudo de uma única tacada, uma tacada só. E, às vezes, a gente encontra dificuldade, e, às vezes, alguns se desesperam. Eu vi aqui o problema que o Sibá levantou das nossas terras demarcadas, indígenas, nós temos ali na fronteira com a Venezuela uma nação Yanomami que transpassa o Brasil com a Venezuela. Então, a gente sempre tem que tratar tudo isso com muita delicadeza, porque, às vezes, a gente aponta o dedo para os outros e não reconhece os nossos próprios problemas, que tem a mesma natureza.

Então, o tema é dessa vastidão eu fico até encabulado, porque eu sou um daqueles que mais reivindica a água, principalmente as águas do Rio São Francisco, especialmente. Mas, de repente, cai um pé d'água no Ceará, outro no Piauí, o Piauí está inundado, Teresina e o interior, o Ceará arreventou umas 20 cidades, Paraíba está debaixo d'água, o Rio Grande do Norte está debaixo d'água, e até o alto sertão pernambucano está debaixo d'água.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Fez lembrar a súplica cearense de Luiz Gonzaga, né, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O que ocorre? É que essas águas normalmente na nossa região, ou você tem um esquema de açudagem muito bom, grande, grandes barragens que possam acumular as águas, ou as águas despençam e vão embora, sumiu cai para o mar e... Não tem água reservada em quantidade suficiente para atender, para dar sequer garantia à população. Quer dizer, água para o desen-

volvimento econômico, é uma necessidade absoluta, mas primeiro para beber. Então, você tem que ter a garantia de água para beber, que é um grande programa. Hoje, o nosso programa de águas de recursos hídricos, nós temos um programa de açudagem, nós temos o problema da externa de placa para interior do Nordeste brasileiro. Importante programa, conduzido, inclusive, por uma ONG, eu como Relator da CPI das ONG's não posso deixar de citar essa que é uma das maiores ONG's do Brasil, que é a ASA – Articulação do Semi-Árido, que age no programa especialíssimo. Mas nós temos poços, nós temos reuso de águas para que podem ser feitos nos prédios, podem ser feitos nas grandes empresas, os tratamentos dos esgotos que podem ajudar a aproveitar uma quantidade de água razoável que nós desperdiçamos e nós temos essas ligações para fazer. Mas eu não estou querendo perguntar sobre esse problema não. E até teria uma sugestão de rios não sei se o senhor está querendo visitar das nascentes à Foz. Alguns pontos, porque a gente pode ver depois grandes rios nacionais, você tem o Rio Paraná, tem o Tocantins, o Solimões, São Francisco, que acho que são rios, realmente, que merecem um exame especialíssimo nosso.

Mas eu queria saber era do problema da... Tem uma água no Brasil que é chamada "Água Mineral", eu não sei se tem outra água que não seja mineral, desconfio que todas são minerais. Mas tem uma água mineral engarrafada, Dr. José Machado, nós já somos exportadores de água, o Brasil? Ou ele é ainda o importador de água com essa qualificação? O Brasil vai ser exportador de água nesse campo? Está se preparando para isso, porque nós temos grandes empresas já atuando nesse setor. Então, nós vamos ser exportador, já somos, seremos ou importamos água, porque a gente ouve muito falar das águas francesas que vem por aí, eu não se é igual à grande marca de grife que tinha aqui em São Paulo, ou tem ainda que tudo entrava com selo de importava, mas as empresas que fabricavam mesmo as peças eram, ali, do interior do Ceará, na região metropolitana de Fortaleza, mas depois tinha um selo, importado, marca internacional.

Então, essa, o que a gente compra mesmo de água, o que nós exportamos, nós estamos nos preparando para isso? Por que a água, ela transformou-se num negócio excepcional, um negócio de grande monta no Brasil e no mundo, não é só aqui no Brasil, é no mundo inteiro. Então, como é que a Agência, porque também é aqui que nós regulamos. Como é que a Agência tem trabalhado com esse recurso que é a água que hoje nós temos muitas empresas, empresas internacionais que atuam no setor, e tem cada vez entrado mais no mercado brasileiro, que engarrafam

água e vendem água no nosso país. Como são grandes empresas internacionais, eu estou prevendo, não sei ainda se estão exportando, mas, daqui a pouco, serão também exportadores de água, água nossa, água brasileira e nós temos que ver a nossa capacidade, se nós temos a capacidade de exportar água – sempre é dito em todos os Fóruns, o Brasil detém as maiores reservas mundiais de água doce. Então, aonde nós vamos chegar nessa questão? E uma segunda interligada a esta é o problema de os estudos científicos produzidos no nosso país acerca do aproveitamento das águas marinhas.

Eu tenho visto muitas pesquisas do mundo por aí de como você, aproveitar o processo de evaporação Marinha e transformar isso em água boa para se beber e para uso nas cidades, canalizando essa água, se tira o petróleo, agora, há 6 mil metros de lâmina d'água não é possível que o vapor d'água, a gente não consiga também transportar com facilidade. Se há estudos nesse sentido? Porque eu prevejo que nós vamos crescer muito, e a nossa população ainda está crescendo muito. O Milton Santos, por exemplo, ele advogava que isso não era problema não, que a humanidade ia alcançar é bilhões e bilhões. Chegasse a 20 bilhões a terra tinha como conviver com essa população. Agora, o problema de conviver com essa população era o uso adequado dos recursos naturais, se nós temos condições de aproveitar também essa água e como estamos nos estudos, se a ANA patrocina estudos nesse sentido, se tem informações, como é que estão os debates aí nessa questão. E por último, eu participei, acho que de um Fórum, com certeza, participei de um Fórum, um desses Fóruns que foi em Montevidéu, acho que em 2006, 96, 95, 96 nós tivemos um Fórum Mundial de Águas em Montevidéu e não teve jeito, porque entrou sempre o problema do aquífero Guarani, porque ele está ligando ali todos os países, liga todos os países do Mercosul. O Brasil advoga que tem 70% dessa reserva do aquífero, mas você tem ali o Uruguai, o Paraguai e a Argentina que tem advogam uma presença muito forte, como eu estou ali participando do debate no Mercosul, na representação brasileira, era importante que tivéssemos uma idéia de como está da nossa parte o exame sobre, inclusive, há uma instituição, criou-se um grupo, é um grupo internacional, tem recursos do Banco Mundial, de Agências internacionais que tratam não sei se adequadamente, mas tratam da questão do aquífero Guarani. E quais as outras descobertas brasileiras nessa questão das águas subterrâneas, que seria muito importante para o futuro nosso se ter oportunidade de explorar, se é viável explorar ou não essas bacias.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO

(PT-AC): Agradecendo, aqui, o Senador Arruda, eu não me lembro como é que foi a organização do início, então, começamos quem falou primeiro se lembra, acho que foi o Dr. José Machado. Então com a palavra o Dr. José Machado.

SR. JOSÉ MACHADO: Bom, primeiro lugar, reagindo aqui às manifestações do Senador Sibá Machado, eu acho que a sua proposta de criar-se uma Comissão e um grupo, enfim, parlamentar para visitar algumas regiões, algumas bacias hidrográficas, conhecer experiências exitosas, eu acho que isso pode dar muita visibilidade, mas se bem preparado, bem planejado, isso pode ter um impacto interessante para a política das águas. O parlamento brasileiro identificando regiões problema, visitar essas regiões, essas bacias e dar a devida ressonância política para elas aqui, termos aí condição de fazer uma preparação técnica de uma missão dessa, me parece algo interessante e nós nos colocamos à disposição para ajudar a identificar e trocar idéias, e dar algum suporte técnico para a Comissão aqui do Senado, ou talvez envolvendo a Câmara, né.

Queria também dizer, bom, antes de fazer um comentário mais geral, queria comentar também as questões que o Senador, amigo de longa data, Inácio Arruda, trouxe, algumas questões eu vou deixar para o Dr. Braga responder, a do Guarani eu tenho a impressão que é melhor o João Bosco responder sobre o aquífero Guarani que ele tem um envolvimento muito grande nessa temática.

Essa questão de água mineral recentemente o Conselho Nacional aprovou uma Resolução, porque água mineral, Senador, quem regula é o DMPN e o Conselho Nacional nunca se conformou de não estar envolvido nisso, e houve uma negociação muito difícil, mas exitosa, depois o próprio Dr. João Bosco pode dar mais detalhes disso, mas, finalmente, chegamos a um acordo inter-institucional onde essa questão da água mineral vai também ser hoje objeto de uma apreciação do sistema de recursos hídricos, porque a água mineral tem um tratamento aparte é como se fosse prospecção mineral. Então, isso tem uma regulação específica e a água é como se fosse minério, pedra preciosa, ouro etc... Tem uma similitude na maneira como é tratado esse tema. Como o conselho se insurgiu contra isso, entende que a água mineral também deve ter uma gestão mais global, então, houve um acordo e, agora, esse tema também será tratado pelo sistema de recursos hídricos, de alguma forma. Mas eu gostaria que o próprio João Bosco e o Dr. Braga se aprofundassem nessa temática.

Quanto às águas marinhas, nós, na verdade, não temos a ANA, ainda não se debruçou sobre, de maneira sistemática, sobre o papel da água do mar nos desafios para a sociedade brasileira. Evidentemente, que nós temos interesse, porque alguns países estão explorando a água do mar, no caso da Espanha, por exemplo, que está explorando a água do mar para atendimento da população, porque a escassez de água lá eles não tem alternativa. Então, eles estão buscando explorar, isso é uma alternativa muito cara, o Brasil poderá, algum dia, talvez, até se beneficiar disso, mas nesse momento eu diria que não tem sido colocado como um tema central.

Quanto à questão da evaporação da água do mar e os seus efeitos no continente isso, sim, a ANA tem acompanhado. Recentemente foi, aí, está sendo desenvolvido um projeto que a ANA está apoiando, institucionalmente para compreender qual é o papel dessa, dessa evaporação da água do mar sobre a Amazônia, e o impacto que isso tem sobre as chuvas, e sobre as chuvas que caem no sudeste. Então, tem todo um, toda uma engenharia da natureza aí que nós estamos apoiando a exploração científica para saber qual o impacto disso no abastecimento, enfim, na disponibilidade de água, no Brasil, sobre a Amazônia e sobre outras regiões do país que dependem desses fenômenos, né, que vêm do oceano para o continente, e assim por diante. Então, nós não estamos patrocinando aí, porque a ANA não tem fôlego para isso, porque essa é uma atividade científica *stricto sensu*, mas nós estamos abrigando alguns seminários na ANA, sobre essa temática.

Quanto ao arquivo Guarani eu peço que o João Bosco fale e no que diz respeito às águas subterrâneas, importante apenas assinalar que tramita, aqui, nessa Casa, no Senado uma PEC que procura, procura corrigir uma distorção que vem da nossa Constituição, porque paradoxalmente as águas subterrâneas foram atribuídas, exclusivamente, aos Estados a gestão de água subterrânea aos Estados da Federação, mesmo que perpassasse, mesmo que perpassasse o caso dos aquíferos Guarani, outros aquíferos que transcende o Estado de um único Estado, digamos que continua sendo um domínio dos Estados. Entretanto, a ANA fazendo uma leitura da Lei das Águas, entendendo que apesar disso, a ANA não pode se subtrair, o sistema não pode se subtrair, a União não pode se subtrair de ter uma, uma participação, uma incidência sobre o tema de águas subterrâneas. Nesse sentido a ANA está desenvolvendo um programa, agora, que já consta, inclusive, do PPA, onde a ANA está se capacitando para construir internamente, né, uma expertise no tema das águas subterrâneas e deflagrar como já deflagramos uma

intensa cooperação com os Estados. Nós não vamos intervir nos Estados. Entretanto, nós estamos articulando, como é o nosso papel, os Estados da Federação no sentido de buscar uma cooperação para conhecer melhor as nossas águas subterrâneas, que não há um conhecimento perfeito, inclusive, sobre o Guarani, o João Bosco vai falar sobre isso, e ao mesmo tempo não só conhecer melhor, como ajudar a engendrar melhor a Gestão das Águas Subterrâneas. Então, a ANA hoje já tem no seu próprio orçamento recursos para isso, temos uma gerência criada, recentemente, um Programa e uma gerência, no sentido exatamente de nós podermos cooperar melhor e atuar mais incisivamente na temática das águas subterrâneas. Então, eu gostaria, se me permite o Senador Sibá, que os meus colegas pudessem aprofundar a partir das perguntas do Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Bosco, já quer?

SR. JOÃO BOSCO SENRA: Bom, primeiro eu queria, se Senador Sibá me permitir, uma sugestão nessa visita aí dos três rios. Eu penso que seria muito interessante, inclusive para a Casa, dentro dos 10 anos da Lei que uma dessas 3 experiências, uma pudesse ser onde você tem um sistema previsto na Lei nº 9.433 já implementado. Nós temos a experiência tanto do Piracicaba quanto do SEIVAP que mostra o sistema funcionando. Então, acompanhar o que isso significou em termos de avanço e tal, uma outra em que está no meio do caminho, temos todos implementados pode ser o São Francisco que você ainda não tem a cobrança, seria um outro caso. E um terceiro aonde você ainda não tem o sistema, não tem Comitê não tem nada, acho que seria uma comparação interessante para ver até o reflexo do que essa Casa aprovou da sua complementação e que resultado isso traz. Então, eu sugeriria, talvez, que pudesse sobre essa perspectiva que poderia ser o Paranaíba, pode ser que não tem Comitê ainda, aliás, o Parnaíba, o Paranaíba, o Comitê está sendo instalado agora, sugerido aí. Então eu acho que seria, com experiência pode ser tanto tanta o Paraíba do Sul quanto o Piracicaba-Capivari-Jundiá que tem um sistema funcionando a cobrança, todos os instrumentos previstos na Lei já estão acontecendo, eu acho que essa comparação é muito interessante que pode ver, sinalizar no futuro, qual seria o futuro do Brasil quando tudo... Todos estivermos, todos os seus Comitês, todas as bacias com seus Comitês funcionando com os instrumentos sendo aplicados, etc... E o que isso, os instrumentos que isso que está na Lei, efetivamente, contribui e colabora para a melhoria desses rios.

Bom, em relação à questão, as questões aqui trazidas pelo Senador Inácio Arruda, em relação à questão da água mineral, como muito bem colocou o Presidente José Machado, é um tema que eu Conselho Nacional vem se debruçando a partir de um caso concreto, inclusive, lá de São Lourenço, o Congresso esteve lá com representação grande, alguns Deputados estiveram participando, o Conselho Nacional fez algumas reuniões lá, na discussão do tema, e a partir daí que emergiu a necessidade dessa integração. Né, a água mineral ela não está solta no mundo, né, ela faz parte, ela é água também, é como a água subterrânea, como a outra água, água superficial, a ela faz parte, ela tem que ser gerida, ela tem que ser compreendida dentro desse ciclo e dessa, e a gestão ela tem que considerar isso. Então, nessa perspectiva, o Conselho Nacional depois de 3 anos, uma ampla discussão, uma consertação institucional e um debate muito rico na Câmara técnica de água subterrânea do Conselho Nacional, propôs uma resolução que foi aprovada já pelo conselho onde esses ciclos, como ciclo da água está interligado, o ciclo de informações também estejam interligados. Onde o setor Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, produção mineral passe as informações sobre as águas minerais, sobre essa exportação, algumas medidas, alguns cuidados necessários que tem que ter assim como o uso de alguma água subterrânea próxima aquela região a outorga deve ser conhecida de forma que essa integração da Gestão, desse conhecimento ele possa assegurar que um não afete o outro, que você não tenha uma exportação de água mineral que possa afetar o uso da outra água e vice-versa, que você tenha uma gestão mais adequada. Então, essa Resolução foi muito importante, é um marco, efetivamente, né, que mostrando um dos eixos principais que é a Política Nacional de Recursos Naturais que é a questão da gestão integrada, então essa foi uma questão muito importante.

Eu queria fazer um breve comentário sobre essa questão da exportação da água. Na verdade, a gente já faz muita exportação de água que a gente chama de “água virtual”, quando a gente produz alimento, quando exporta alimento nós estamos exportando muito dessa água para o mundo. Quando a gente exporta gado que tem um valor agregado muito grande, quer dizer, o custo das nossas águas e desse nosso modelo produtivo, então, eu queria só reforçar que isso traz um tema muito importante, eu acho, inclusive, essa discussão da água virtual é um tema fundamental para repensarmos, inclusive, o nosso modelo de desenvolvimento, né. Todo o projeto de desenvolvimento do país, se nós vamos estar fundados aí no processo de, que demanda o uso dessa água e muito intensivo,

inclusive, com seus próprios impactos ou não, essa eu acho que é uma grande discussão aqui, que não dá aqui há poucos minutos, mas acho que vale a pena um debate em relação à água virtual, há muitos estudos no Brasil, muitas pesquisas começam a avançar nessa perspectiva eu acho que valia a pena.

Em relação à questão, hoje, lá na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, nós temos, coordenamos um programa chamado “Água Boa Dessalinização”(F) não da água do mar, mas das águas salobras nos semi-áridos e nos postos, acho que é uma experiência importante que tem avançado bastante, sobretudo, no semi-árido e que sinaliza que temos que considerar essa alternativa também como uma alternativa fundamental.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos também vem avançando muito na Gestão Integrada dos Recursos Hídricos com o gerenciamento costeiro, foi criada uma Câmara técnica, estamos discutindo algumas ações nesse sentido, eu acho que a preocupação que o senhor traz é muito importante. Essa integração, até porque, há e não há como separar essa, essas águas. Então, o Conselho vem trabalhando nessa perspectiva de estar avançando nessa gestão integrada.

Em relação ao Aquífero Guarani, eu represento o Brasil no Conselho Superior do projeto, Aquífero Guarani, teremos uma Reunião agora esse mês, a última, a penúltima Reunião do Conselho, o Projeto termina em janeiro do próximo ano, ele está sendo finalizado, e há muitos avanços. Eu acho que o Projeto que é um recurso de doação do fundo, do GEF, Fundo Global para o Meio Ambiente, e ele tem sido uma experiência muito exitosa do ponto de vista da gestão compartilhada, da integração dos vários países e da integração do próprio conhecimento. Então, muitos mitos, muitas questões que havia em relação ao Aquífero Guarani estão sendo colocados de lado a partir que você passa a ter conhecimento científico, passa a ter informação, o Projeto ele vem sendo desenvolvido com a participação social muito forte, tivemos o fundo de universidade que incentivou várias universidades de toda a região, dos 4 países a participarem desse projeto de pesquisa, um fundo de cidadania que as ONG's participaram também com vários programas de educação ambiental, de conhecimento. Isso tudo, e todo esse material está sendo disponibilizado e vai ser disponibilizado ao final do projeto, agora, quando a gente fecha ainda tem vários estudos ainda, em andamento e a previsão é que nós teremos em novembro a Reunião do Conselho, porque a Reunião do Conselho ela roda, cada 6 meses é num país, a próxima vai ser na Argentina agora em abril, e a última vai ser no Brasil em novembro, devemos fazer em Ribeirão Preto

no Congresso do Aquífero Guarani um segundo Congresso, quando esperamos ter já nesse período, todos os produtos finalizados do Projeto Aquífero Guarani. Essa experiência, né, é importante dizer, que é uma experiência única no mundo. É o primeiro caso que se estuda um aquífero no nível transfronteiriço e afirmar também que a posição dos países sobre a soberania das suas águas tem sido reafirmada a todo o tempo e o Banco Mundial, a OEA, todos esses outros organismos multilaterais tem servido de apoio, de cumprimento aquelas decisões dos 4 países. E eu acho que há um, hoje, podemos dizer, temos muito, muita informação que assegura e que sinaliza e vai orientar muito as ações dos 4 países quando finalizar o projeto em janeiro do ano que vem. Depois de amanhã eu estou, estarei indo para Montevidéu para uma Reunião do Projeto Aquífero Guarani, onde vamos estar discutindo o modelo institucional ilegal para dar segmento a essa ação do aquífero Guarani. Então, são várias ações específicas para que ao final do projeto a gente tenha um plano de ação estratégica definida em cada área qual que deve ser a atuação dos Governos, dos 4 países e também dos Governos estaduais que tem essa responsabilidade com as águas subterrâneas e tudo mais.

Em relação à questão de outros aquíferos, o Brasil... Nós estamos contribuindo com um projeto que se chama Izar(F) é uma pesquisa de outros aquíferos até para que a gente possa buscar recursos para viabilizar e avançarmos no conhecimento desses aquíferos, né, como dizia a Deputada Vanessa, quer dizer, o conhecimento das águas superficiais nossa, ainda temos muito que avançar. Ainda mais, imagine as águas subterrâneas, temos um déficit muito maior ainda. Então, esse Projeto temos trabalhado nesse sentido para buscar recursos para que possamos discutir outros aquíferos importantes nessa perspectiva. E só finalizando mesmo, do ponto de vista de água subterrânea, o Plano Nacional de Recursos Hídricos tem um programa específico de água subterrânea que estamos trabalhando junto à Secretaria, junto com a Agência Nacional de Águas e o Conselho Nacional está na fase desse detalhamento para colaborar, sobretudo, com os Estados que têm essa responsabilidade constitucional na sua gestão das águas subterrâneas, porque é um recurso estratégico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO

(PT-AC): Quer fazer algum comentário? Dr. Benedito.

SR. BENEDITO BRAGA: Muito obrigado, Senador, eu gostaria só de mencionar, rapidamente, em função de ser 13h53m, então, serei extremamente breve, mas para dizer que a ANA já trabalha em algumas das questões que o Senador levantou, por exemplo, na questão das telas de placa, esse Programa da ASA

quem iniciou foi a ANA em convênio com a ASA em 2001. E já percebemos a seriedade com que essa organização não-governamental tratava esse tema.

Com relação à viagem, Senador, eu sugeriria visitar o Nordeste, o Nordeste melhorou muito, né, com esse Programa Pró-Água que a ANA junto com o Ministério de Integração Nacional implementou e o Estado do Rio Grande do Norte, o Estado do Ceará é um exemplo para o país, lá é onde a Agência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu lembro que nós, às vezes, batíamos no peito falando assim: “Temos o maior rio seco do mundo” que era o Rio Jaguaribe. Hoje, já não é o maior rio seco do mundo, porque foi perenizado e metade do seu curso está perenizado.

SR. BENEDITO BRAGA: Então, nesse mesmo Jaguaribe, naquela grande crise da água em 2001, a ANA fez um projeto com a Secretaria de Agricultura de os agricultores que tinham a produção de maior valor agregado recebiam, quer dizer, os arrozeiros pararam de irrigar, aqueles que tinham as frutas pagaram a perda de produção, quer dizer, fizemos um processo de negociação de água que foi muito interessante já na crise de 2001. Então, eu acho, assim, que é o Nordeste, Senador, é o Nordeste, é onde as coisas estão acontecendo na área de Gestão de Recursos Hídricos.

E, com relação à questão que o senhor levantou com muita propriedade, do uso eficiente da água, a ANA tem trabalhado esse tema com muita intensidade junto ao SindusCon, à FIESP, fizemos vários trabalhos no sentido de utilização racional da água no domicílio. E, agora, estamos trabalhando também na indústria e, só para dizer, que também fizemos um trabalho na área de hidrometração individualizada e o DF já passou uma Lei distrital que todo o prédio aqui do DF, agora, é obrigado a ter, como tem de luz vai ter de água também, para cada apartamento. Então, no sentido da sua preocupação.

E com relação à questão da dessalinização, é uma questão econômica. Hoje está 50 centavos de dólar por metro cúbico, para alguns países isso é viável, a Arábia Saudita eu visitei há 2, 3 anos atrás, ele irrigam trigo com água dessalinizada, quer dizer, haja petróleo, né, Senador, haja petróleo.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): [risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Talvez, tivéssemos que estabelecer uma meta. Porque nós estabelecemos uma meta de energia que é o Programa “Luz Para Todos”. Nós já temos a meta da água para todos tratada? Talvez, a gente pudesse, talvez, o Lula disse o seguinte: “Quando encerrar 2010 tem luz para todos”. Então, acho que, talvez, a gente pudesse lutar

uma meta, não sei se temos condições de cumprir essa nesse prazo, essa meta aqui nós vamos... Nem que chova canivete, nós vamos garantir água para todos, tratada. E saneamento juntos, né.

SR. JOSÉ MACHADO: Eu queria, se me permite o Senador Inácio Arruda, primeiro, dizer que essa sua observação cala fundo na minha preocupação e eu tenho compartilhado com os colegas da ANA. Exatamente, a necessidade da área de recursos hídricos, isso já vem sendo feitos com o Plano, o Plano Nacional, o Plano Nacional trouxe essa perspectiva de nós irmos sinalizando as metas nas áreas de recursos hídricos.

A área de saneamento tem uma meta, a área de saneamento tem uma meta que é a universalização do saneamento em 20 anos, a um custo de 180 bilhões de reais. Essa é a universalização da área de saneamento. Entretanto, nós temos que ajustar essa meta do saneamento com a meta de recursos hídricos, e eu, esse é um esforço que nós temos que fazer, não é fácil, não é trivial fazer isso, mas nós estamos trabalhando no sentido de dar ao país uma sinalização, por exemplo, na área de governança de água. Nós temos que ter uma meta para governança de água. Quando eu olho, assim, o país, a sua complexidade, eu entendo que... Que uma meta seria o dia que todos os Estados da Federação, todos, os 27 Estados tiverem suas Políticas de Recursos Hídricos instituídas e consolidadas, isso é uma meta para mim na área de governança, porque ainda que os problemas de infra-estrutura ainda não estejam resolvidos plenamente, mas o dia que você tiver a gestão de águas plenamente implementada no Brasil, como por exemplo, você pega, tirar um Estado qualquer aqui do bolso, Estado X, como é que está a situação do seu Órgão Gestor? Não tem, ou se tem o Órgão Gestor tem duas pessoas trabalhando, não fazem outorga, não fazem fiscalização, não tem cadastro de usuário para falar o mínimo, tem Estados da Federação, hoje, que ainda não chegaram a essa situação. O teu Estado é um Estado modelo hoje, você tem uma COGER que é uma Instituição, convenhamos, de excelente nível, estive lá na COGER recentemente, técnicos de bom nível, concursados, cobram pelo serviço de adulação de água bruta, portanto, eles são auto-sustentáveis, a COGER é auto-sustentável, o que a gente quer? Que todos os Estados da Federação tenham sua COGER com seus quadros técnicos concursados, com carreira estabelecida, com salário razoável para que aí a Política de Recursos Hídricos seja uma política robusta e estável. Isso não temos nos Estados da Federação, com exceção de alguns, alguns Estados estão indo marcha-ré. Agora, a somatória de tudo é de avanço. Quando a gente soma tudo e funde todo, a política está avançando. O que eu

acho, primeira constatação: a política está avançando; segunda constatação: há um ritmo aquém das necessidades do país.

Então, eu gostaria que esta Casa, quer dizer, junto conosco, a gente pudesse detalhar o que significa o fato da velocidade ainda não ser a velocidade adequada, ou seja, nós precisamos andar mais rápido no fortalecimento dos Órgãos Gestores, de recursos nos Estados no fortalecimento do Conselho Nacional e da ANA, né? E de um melhor aporte de recursos para elaboração de estudos técnicos, que ainda nós temos uma... Um déficit de estudos técnicos, a ANA esse ano, por exemplo, nós estamos com nossa capacidade 100% ocupada, nós não temos condição de fazer nenhum estudo técnico adicional, porque nós chegamos no limite. Nós estamos fazendo tudo que é possível nesse ano, contratamos vários trabalhos técnicos, mas toda a nossa equipe está envolvida com esses estudos técnicos, nós não temos condição de fazer mais. Temos um quadro, para você ter uma idéia, nós abrimos concurso para preencher 190 vagas do nosso corpo permanente, mas desses 190, nós temos 145. 45 nós perdemos seja por que o concursado preferiu prestar o concurso do TCU, que é muito mais atraente ou de outro Órgão, está certo? Ou, por que o mercado levou embora ou por que foi requisitado por outro Órgão governamental ou, por que está licenciado. Enfim, nós temos 145. Então, nós estamos, agora, pleiteando junto ao Ministério do Planejamento que nos dê a autorização para abrir um novo concurso para a gente trazer mais gente, claro que não adianta só trazer mais gente, nós precisamos também ter mais orçamento, né, para produzir mais estudos técnicos, acelerar a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre recursos hídricos, porque nós estamos indo passo-a-passo. Um Programa que nós vamos desenvolver em 5 anos, nós poderíamos desenvolver em 2 se nós tivéssemos condições. Eu, hoje, tenho a seguinte clareza para mim: O Brasil tem um aparato técnico institucional legal, adequado. Estamos fazendo muita coisa e estamos avançando, só que, se nós não considerarmos o déficit que nós tínhamos e a nossa Legislação tardia, por conta da nossa Legislação tardia, então, nós temos que recuperar o prejuízo. E sou muito favorável à sua colocação de que a área de recursos hídricos tem que ter metas de longo prazo que nós estamos nos esforçando para construir. Então, eu estou, literalmente, de acordo. Eu, na verdade eu não tenho nada a acrescentar aqui, Senador Sibá, eu tinha até lhe pedido a palavra para fazer comentários finais mais acredito que a pergunta do Senador Inácio Arruda me ensinou, de certa forma, fechar a minha participação nessa Mesa, a não ser que evidente haja interesse em continuar, eu estou

à disposição. Mas eu considero essa iniciativa da Comissão do Senado extraordinária, porque a política de recursos hídricos precisa ser melhor conhecida. Ela é pouco conhecida ainda a política de recursos hídricos, esse é um problema que nós temos. Na elite brasileira, a elite brasileira ainda não conhece bem a política de recursos hídricos, quiçá, que dirá o conjunto da sociedade? Então, nós temos que aprimorar a comunicação social para a gente explicitar melhor os desafios da Política de Água no Brasil, para entender onde estão os nossos críticos estratégicos da Política de Recursos Hídricos, esse é o grande esforço, Deputado, que eu peço também a sua ajuda, está certo? Porque nós temos que identificar, eu acho que um problema é a questão do financiamento da política, esse é um nó crítico sério, Deputada Vanessa, e nós temos que incidir sobre ele, evidentemente, que a ANA não quer, de maneira alguma, pensar de maneira autista e achar que só nós não estamos ter contingenciamento no orçamento, isso é uma bobagem, porque, existe uma política, né, fiscal que etc e nós temos que estar inseridos dentro dela. O que nós achamos que seria bastante razoável, é que o orçamento da área de recursos hídricos fosse primeiro compatível com os desafios; e segundo, ele tivesse um viés ascensional, ele a cada ano fosse tendo um patamarzinho. Né? Nesse sentido ela coopera com a política fiscal do Governo, mas ao mesmo tempo, a cada ano você tem condição de fazer um *upgrade* na política. Quer dizer, você ir mais além do que foi a sua capacidade, você ia acrescentando, então, esse debate seria um debate fino, muito fino que a gente poderia fazer com a Comissão de Meio Ambiente do Senado e da Câmara. Onde é que estão os nossos críticos?

Para a Deputada Vanessa e para o Deputado Sibá, nós decidimos na ANA que vamos, nos próximos meses, dar uma mergulhada na Amazônia e nós vamos querer uma estreita cooperação com a Comissão da Amazônia, com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara e do Senado nesse tema. Ao Deputado Leomar Quintanilha, Deputado... Senador Leomar Quintanilha, é uma coisa muito cara ao senhor que é o Araguaia-Tocantins, nós já estamos entrando na fase final do plano estratégico do Araguaia-Tocantins e para o seu governo, ontem, a Diretoria aprovou uma medida consolidando uma negociação que foi feita no Araguaia, na Ilha do Bananal, Javaés onde os produtores de soja e arroz estavam com dificuldade de ter água, por incrível que pareça para sua produção. Pois bem, fomos lá, fizemos uma locação negociada de água, estão, marco regulatório para o Rio Javaés está à sua disposição o dia que o senhor quiser tomar conhecimento, de qual é o marco regulatório, assinado por todos

os produtores onde todos eles aceitaram o quanto de vazão eles vão tirar, quando vão tirar essa vazão para o seu... E haverá alguns meses onde eles aceitaram que não haverá captação de água, então, está tudo negociado, né, em Ata e a ANA, então, sacramentou isso na sua Diretoria. Isso é uma coisa extraordinária, porque, diante de uma situação de conflito, o órgão regulador foi lá, chamou todo mundo, colocou na Mesa, negociamos e agora o Javaés está equacionado, como está equacionado o Piranhaçu no Nordeste, como está equacionado a Bacia do Rio Preto, como outros arranjos, como o sistema Cantareira que também tem uma outorga negociada, enfim... São coisas que a gente gostaria de estar todo dia aqui falando, infelizmente, os senhores não têm, tem outras demandas, né, e a gente não pode, a gente gostaria de estar aqui falando sobre o plano de estratégia recursos hídricos da margem direita do Amazonas, Deputada Vanessa, que nós estamos desenvolvendo.

Então, tem coisas assim muito alvissareiras, mas se me perguntarem: Está de acordo, o ritmo é esse mesmo? Eu diria não, nós precisamos fazer mais, mais rápido. Mas para isso nós precisamos discutir os nossos críticos. Então, eu gostaria de pedir essa Audiência da Comissão do Senado e da Comissão da Câmara para que a gente a par de discutir temas correlatos, que nós fizéssemos um esforço para nos concentrar sobre alguns nossos críticos do sistema e ajudar a desatar esses nós. O que vai exigir, evidentemente, muita negociação, muito debate. Não é trivial resolvê-los. Não é? Então, é isso que eu gostaria de deixar como contribuição a essa Audiência de extraordinária importância para a ANA.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO

(PT-AC): Obrigado, Dr. José Machado eu vou consultar se a Deputada Vanessa quer fazer, o Deputado André, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-

TO): Só um breve registro, Presidente, sinto que a Presidência está muito bem dirigida, conduzida por V.Ex^a, mas um breve registro sobre a questão abordada pelo Presidente da ANA, com relação ao Javaés.

Nós temos realmente que ter essa preocupação com o desenvolvimento sustentável já que se aproveita muitos recursos hídricos nossos para a irrigação, para a produção de alimento. E o Javaés experimentou, pelo menos do meu conhecimento, uma situação inusitada o ano passado, teve uma extensão de cerca de 70 ou 80 quilômetros que ele secou. E isso... Exatamente, isso causou uma surpresa muito grande na região, porque foi um fato inusitado. Eu procurei compreender, porque

o regime pluviométrico do ano passado foi diferente. O período seco foi bem mais amplo e o Javaés efetivamente veio a mostrar que era o braço direito do Araguaia na ilha, na formação da Ilha do Bananal. Como o leito principal do rio baixou, diminuiu a sua vazão, os recursos hídricos saíam pelo braço direito não, o braço ficou mais alto não ficou atendido por isso, essa foi a razão que secou e nesse trecho ele não tinha nenhum outro manancial que pudesse suprir foi realmente um caso que causou espécie, chamou a atenção de todos nós daquela região que temos assim uma admiração e um respeito muito grande pelo Rio Javaés.

No mais, eu gostaria, sei que V.Ex^a está encaminhando para o encerramento da Reunião, de transmitir pessoalmente os meus agradecimentos aos ilustres convidados, Deputado André de Paula, Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara, o nosso já companheiro de muitos questionamentos, debates, sugestões, idéias e críticas, aqui, com relação a essas questões ambientais e recursos hídricos, Presidente da ANA – o ilustre Presidente da ANA, Dr. José Machado, o nosso querido Presidente, vice-Presidente do Conselho de Água, Benedito Braga também o nosso companheiro recorrente aqui nas discussões permanentes, da ilustre Deputada Vanessa Grazziotin que tem uma responsabilidade muito grande por representar o Estado do Amazonas que detém um volume expressivo da água doce desse planeta e o Dr. João Bosco Senra agradecer a todos pela paciência e, sobretudo, pela responsabilidade e auto espírito público com que encaram a discussão desse tema tão relevante trazendo a nós aqui, na Câmara e no Senado a contribuição da sua inteligência, do seu conhecimento sobre o tema. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO

(PT-AC): Muito obrigado, Senador Quintanilha, Presidente dessa Comissão e eu encerro só dizendo aos demais que vamos submeter o Requerimento à Comissão daqui do Senado, já faço o pedido que a Deputada Vanessa e o Deputado André possa fazer a mesma coisa na Comissão da Câmara. E, tão logo, os dois Requerimentos estejam somados, nós pediríamos então a ajuda do Dr. João Bosco, Dr. Benedito, Dr. José Machado que nos ajudem a encontrar, então, as duas, três, experiências importantes para que o Congresso avalie e possa daí para frente também contribuir com esse importante debate sobre a nossa gestão de água.

Bom, se é isso agradecido à presença de todos e não havendo mais nada, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 14h15.

SECRETARIA DE COMISSÕES**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA****ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.**

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **FÁTIMA CLEIDE**, **WELLINGTON SALGADO**, **VALTER PEREIRA**, **GILBERTO GOELNNER**, **MARISA SERRANO**, **MARCONI PERILLO FLÁVIO ARNS**, **SERYS SLHESARENKO**, **INÁCIO ARRUDA**, **ROMERO JUCÁ**, **GEOVANI BORGES**, **ALMEIDA LIMA**, **GERALDO MESQUITA** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente também o Senhor Senador **GIM ARGELLO**, não pertencente à Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Senador **ROMERO JUCÁ** requer e a Comissão aprova a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelos itens 6 e 5. **Item 06) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008-CMA** que “requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocada a senhora Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que preste esclarecimentos aos Senadores sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidade, tendo em vista a formulação de dossiê sobre as contas sigilosas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa a senhora Ruth Cardoso”. Autoria: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Resultado: **Rejeitado**. **Item 05) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008-CMA** que “requer, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o senhor Secretário da Receita Federal do Brasil para prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre os trabalhos de auditoria fiscal realizados nos Partidos Políticos e o vazamento de dados fiscais sigilosos do Partido da Social Democra-

cia Brasileira – PSDB”. Autoria: Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**. Resultado: **Rejeitado**. Na sequência, a Presidência encaminha a votação do item 1 da pauta. **Item 01) AVISO Nº 102, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8)”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatora: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado** com os seguintes aditamentos do Senador **FLEXA RIBEIRO**: a) solicitação de informações ao Ministro da Saúde sobre providências que adotou para adequar as ações do Programa Nacional de Controle da Dengue às recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União; b) remessa de ofício ao Governo do Estado de Minas Gerais e as Prefeituras de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Santa Luzia, Teófilo Otoni e Rio Casca, que integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, com cumprimentos pelas referências que a parceria celebrada recebeu no combate à dengue, incentivando-as a prosseguir com as boas práticas; c) remessa de ofício ao agente de endemias Wally Antunes da Rocha, que atua na unidade de saúde de Vista Alegre, Belo Horizonte, cumprimentado-o pelo exemplo de zelo e competência no dever funcional. Pela ordem, o Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE** requer e a Comissão aprova a inversão de pauta para apreciar o item 08. **Item 08) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO** que “altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Aprovado**. Na sequência, o Senhor Presidente dá prosseguimento à pauta. **Item 02) AVISO Nº 05, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal o CD da 6ª Etapa de Sorteios de Unidades da Federação do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos”. Autoria: Ministério de Estado do Controle e da Transparência. Relator “ad hoc”: Senador **WELLINGTON SALGADO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria; comunicação aos Senadores integrantes das Bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento deste Aviso, disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha, pelo prazo

de trinta dias; e vencido este prazo e não havendo nenhum requerimento de providências ou informações adicionais, seja o processado enviado ao arquivo. Resultado: **Aprovado. Item 03) AVISO Nº 104, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo TC 026.778/2007-3, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, sobre a Decisão Normativa nº 87, de 2007-TCU, que fixa as quotas de distribuição dos recursos dos Fundos de que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, para o ano de 2008”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relator “ad hoc”: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: **Aprovado. Item 04) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008-CMA** que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeira sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Jobim, Ministro da Defesa, as seguintes informações: 1) sobre os hangares de Campo de Marte – São Paulo – SP; de Brasília – Aeroporto Internacional de Brasília e da Pampulha – Belo Horizonte – MG: a) Para quais entidades estiveram alugados desde o ano de 2002; b) Qual o faturamento ano a ano dos mesmos, desde 2002; c) Qual o faturamento mês a mês dos mesmos nos últimos três anos; 2) sobre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e ao Aeroporto de Campo de Marte, referente à contratação de empresa para coleta de resíduos sólidos classes A, B e D do primeiro e classe D do segundo: a) Com o encerramento do contrato emergencial com a empresa FINANCIAL, em novembro de 2006, foi feita a cotação do serviço com três outras empresas para um novo contrato emergencial. Por que, após avaliação das três propostas feitas pela área técnica, foram invalidados os três orçamentos apresentados e se eles constam ou não da pasta processual pertinente?; b) Nesse mesmo período, com a recusa dos três orçamentos apresentados, por que foi feito um novo contrato emergencial com a mesma FINANCIAL? Autoria: Senador **ALMEIDA LIMA**. Resultado: **Aprovado. Item 07) REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008-CMA** que “requer, nos termos regimentais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em audiência pública, no âmbito desta Comissão, sejam discutidas as razões que vêm impedindo o funcionamento pleno do Hospital Regional de Santarém: Governadora do Estado do Pará, Senhora Ana Júlia Carepa; Secretária de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará, Senhora Laura Rossetti; Presidente da Assembleia Legislativa do Pará, Deputado Domingos Juvenil; Presidente da Câmara de Vereadores de San-

tarém, Vereador José Maria Tapajós; Prefeita de Santarém, Senhora Maria do Carmo Martins; Ministério Público Estadual, Promotor Túlio Novaes; Procuradoria da República do Município de Santarém, Procuradora Daniela Masset Vaz; Presidente da Associação dos Municípios da Rodovia Transamazônica, Santarém/Cuiabá região oeste do Pará, Prefeito Ademar Baú e Conselho Municipal de Saúde de Santarém, Senhora Inês Douzones”. Autoria: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Resultado: **Aprovado. Item 09) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO** que “dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no Estado do Ceará, e dá outras providências”. Autoria: Deputado **INÁCIO ARRUDA e outros**. Relatora: Senadora **MARISA SERANO**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Aprovado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 639, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para estabelecer providências relativas a defeito de fabricação em itens de segurança veicular”. Autoria: Senador **MARCELO CRIVELLA**. Relator: Senador **VALTER PEREIRA**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Aprovado**. Em razão da falta de quorum, a Presidência informa que é adiada a deliberação dos demais itens da pauta. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”. Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relator: Senador **HERÁCLITO FORTES**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relator: Senador **INÁCIO ARRUDA**. Parecer: Pela aprovação do projeto. Resultado: **Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do

Consumidor do Ministério da Justiça”. Autoria: Senador **GERALDO MESQUITA**. Relator: Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. Autoria: Senadora **LÚCIA VÂNIA**. Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**. Parecer: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatora: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Parecer: Pela rejeição do projeto. Resultado: **Adiado. Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que ‘dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências’, para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato”. Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO**. Relator: Senador **GILVAM BORGES**. Parecer: Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta. **Resultado: Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **FLEXA RIBEIRO, ALMEIDA LIMA, FÁTIMA CLEIDE, RENATO CASAGRANDE, FLÁVIO ARNS, INÁCIO ARRUDA, MARISA SERRANO e VALTER PEREIRA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 22-4-2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscaliza-

ção e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos ao Item nº 1 da Pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Romero Jucá tem V.Sª a palavra pela ordem.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão de Pauta para nós votarmos primeiro o Item nº 6 e depois o Item nº 5 da Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo Senador Romero Jucá. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Começamos, então, pelo Item nº?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): 6. Requerimento: “Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocada a Srª Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff para que preste esclarecimento sobre a denúncia do cometimento de crime de responsabilidade tendo em vista a formulação do dossiê sobre as contas sigilosas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa Srª Ruth Cardoso”. Requerimento de autoria do Senador Arthur Virgílio e subscrito também pelo Senador Almeida Lima. Em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós encaminhamos o voto contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Rejeitada.

Passamos ao Item nº 5. “Requeiro, nos termos regimentais e Constitucionais, que seja convidado o Sr. Secretário da Receita Federal do Brasil para prestar esclarecimentos aos Senadores desta Comissão sobre os trabalhos de auditoria fiscal realizados nos partidos políticos e o vazamento dos dados fiscais e sigilosos do Partido da Social Democracia Brasileira. Também de autoria do eminente Senador Arthur Virgílio subscrito pelo Senador Almeida Lima. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Encaminho voto contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Srs. Senadores, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Rejeitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Rejeitado. Voltamos ao Item nº 1.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, com voto contrário, hein.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Registramos o voto contrário do Senador Flexa Ribeiro.

Item nº 1 da Pauta – Aviso nº 102/2007. Encaminho ao Senado Federal cópia do acórdão nº 2.458, bem como dos respectivos relatórios e voto que fundamenta sobre relatório de auditoria da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde em diversas Unidades da Federação no Programa Nacional de Controle da Dengue de autoria do Tribunal de Contas da União, e tem como Relatora a eminente Senadora Fátima Cleide a quem concedo a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, em Reunião passada nós já fizemos a leitura do relatório e teve um pedido de vistas. O nosso voto é pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.S^a a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu pedi vista do Parecer da nobre Senadora Fátima Cleide em que ela toma conhecimento da matéria e remete para o arquivo.

Acontece que o TCU, na análise das contas com relação à questão do Programa Nacional de Controle da Dengue, ele faz afirmações muito importantes, muito importantes. Então, a Senadora Fátima Cleide com toda a sua competência ao encaminhar para arquivamento, nós solicitamos vista para que nós pudéssemos, em voto em separado, fazer chegar ao conhecimento dos membros desta Comissão para que, ao invés de arquivamento, nós encaminhássemos as sugestões vindas do TCU a cada parte que foi citada no relatório e não pura e simplesmente arquivar.

Até porque, Presidente Leomar Quintanilha, V.Ex^a que tão bem preside esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle sabe

que o país passa por uma epidemia de dengue das mais graves e o relatório do TCU faz exatamente uma análise, uma auditoria sobre a execução do Programa Nacional de Controle da Dengue.

Então, eu gostaria de ler o meu voto em separado para que pudesse, então, os Senadores e Senadoras tomarem conhecimento da proposta que faço de encaminhamento das informações colhidas pelo TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O voto preferencial é o voto da eminente Relatora, mas V.S^a pode ler, embora tenha sido distribuído, pode ler o voto em separado para o conhecimento dos eminentes membros dessa Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Diz o voto em separado, Presidente Leomar Quintanilha.

“A matéria veio ao exame desta Comissão e distribuída à Senadora Fátima Cleide a qual no último dia 25 de Março apresentou relatório com voto pelo conhecimento e remessa do processo ao arquivo. Nessa oportunidade foi concedida vista a este parlamentar. Justificamos o voto em separado amparado no art. 132, § 6º inciso I do Regimento Interno em razão de discordar em parte da conclusão do relatório apresentado. Face deixar de considerar alguns pontos importantes do relatório e do voto que integram a decisão da Corte de Contas. O Tribunal de Contas no acórdão em questão aponta falhas, expende determinações e recomendações para a correção e aperfeiçoamento das ações governamentais de combate à dengue”.

Então, é importante – Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores – que fiquemos atentos às propostas que a Corte de Contas nos encaminha quando ela aponta e expende determinações e recomendações – repito – para a correção e aperfeiçoamento das ações governamentais de combate à dengue. Apenas para aperfeiçoar esse combate ao *aedes aegypti*.

Esta Comissão não pode se omitir na questão da dengue, em respeito às vítimas da epidemia no Estado do Rio de Janeiro com dezenas de óbitos declarados. A dengue aumentou em diversos Estados cujos Municípios foram auditados pelo TCU como, por exemplo, o Estado do Pará e do Rio de Janeiro comprovando a procedência das falhas apontadas pelo TCU. O eminente Relator do acórdão, Ministro Waldir Campello, em seu relatório registra no Item nº 126 que: “O Programa Nacional de Controle da Dengue tem sido objeto da atenção do Tribunal de Contas da União desde o início de 2007. O propósito maior dessa Corte de Contas, sem deixar de buscar a apuração de responsabilidade em situações nas quais se verificaram indícios de irregularidade, tem sido de criar procedimentos de contro-

le que ao cabo possam propiciar a menor incidência possível da doença no Território Brasileiro”.

Nesse sentido, entendo pertinente registrar o fato de que o Ministério da Saúde já tinha sido alertado sobre o Programa Nacional de Controle da Dengue – PNCD por ocasião da primeira fase dos trabalhos empreendidos pelo TCU, objeto do acórdão nº 810 aprovado em plenário na Sessão de 9 de maio de 2007. A Corte de Contas dentre outras providências recomendou ao Ministério da Saúde que “promova avaliação das ações de mídia relativas ao Programa Nacional de Controle da Dengue – PNCD para identificar o adequado nível de investimento de recursos públicos nessa vertente de combate à doença, levando em consideração que o aumento no investimento não tem produzido diminuição na incidência da dengue no país”.

Em decorrência, entendo importante que o Exmº Sr. Ministro da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, preste informações sobre as providências que adotou a partir do alerta do TCU no início de 2007. Também entendo importante que esta Comissão seja alertada sobre o teor do Item nº 60 do voto do Ministro Relator onde afirma “ser absolutamente premente que a Legislação sobre o tema seja enriquecida tendo em vista a gravidade do quadro atual nos Municípios notadamente os de menor porte”.

Em seguida, proponho que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Ministério da Saúde e a Casa Civil da Presidência da República avaliem a possibilidade de aperfeiçoar normas e instrumentos legais que disponham sobre a previsão de sanções aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento de obrigações assumidas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

No relatório e no voto em comentário foi registrada a parceria exitosa entre os Municípios da região Metropolitana de Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais no combate à dengue, indicada pelo Ministério da Saúde como um modelo de boas práticas no combate. Foi feita uma menção honrosa ao agente de endemias, Wally Antunes da Rocha que atua na Unidade de Saúde de Vista Alegre, Belo Horizonte, “cujo zelo e competência devem ser exemplo não só para os agentes de endemias como para os demais servidores públicos deste país”. Item nº 132 do relatório.

Voto, Sr. Presidente. Em face do exposto optamos pelo voto em separado com aprovação das seguintes providências:

A. Esta Comissão tome conhecimento do acórdão hora em tela;

B. Seja solicitada informações ao Ministro da Saúde sobre as providências que adotou para adequar as ações do Programa Nacional de Controle da

Dengue, as recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União;

C. Seja oficiada ao Governo do Estado de Minas Gerais e as prefeituras de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité, Santa Luzia, Teófilo Otônio e Rio Casca que integram a região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, com cumprimentos pelas referências que a parceria elaborada, que a parceria celebrada, melhor dizendo, recebeu no combate a dengue incentivando-as a prosseguir com as boas práticas;

D. Seja oficiado ao agente de endemias Wally Antunes da Rocha que atua na unidade de saúde de Vista Alegre de Belo Horizonte cumprimentando pelo exemplo de zelo e competência no dever funcional;

E. Remessa do processo ao arquivo. Este é o voto em separado, Sr. Presidente.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª a palavra para discutir.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Almeida Lima com a palavra.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Eu considero esta matéria extremamente pertinente. Vejo a conclusão do Parecer da nobre Relatora, Senadora Fátima Cleide, que conclui pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo, ou seja, ela no seu parecer sugere e vota por essas duas medidas. Essas duas medidas também estão sendo contempladas no voto em separado. Tanto que a alínea “a” expressamente ele diz: “Esta Comissão tome conhecimento do acórdão hora em tela”. É o que ela diz, pelo conhecimento da matéria e remessa ao arquivo. O último Item, letra “E”, diz: “Remessa do processo ao arquivo”.

Sr. Presidente, se o Tribunal de Contas da União encaminha este aviso de nº 102/2007 onde há observações acerca dos procedimentos que deveriam ter sido adotados pelo Ministério, e mais, orientações para que tais procedimentos devam ser observados doravante.

Eu quero entender, nobre Senadora Fátima Cleide, que o simples conhecimento e o arquivo não são suficientes. Eu acho, inclusive, que as providências sugeridas no voto em separado são extremamente importantes. Primeiro – no sentido de solicitar informações ao Ministro da Saúde sobre as providências que adotou para adequar as ações do programa às recomendações oriundas do Tribunal de Contas da

União. O Tribunal de Contas da União estabeleceu algumas recomendações. O Senador propõe que gostaria que ele – Ministro da Saúde – nos informe quais as providências tomadas para adequar o Programa de Combate à dengue às recomendações do Tribunal de Contas da União. Acho louvável.

O segundo item – que seja oficiado ao Governo de Minas e às prefeituras aqui relacionadas com cumprimentos pelas parcerias, pelas referências que a parceria celebrada recebeu no combate à dengue, incentivando a prosseguir com as boas práticas. Nada mais é do que buscar informações para que esta Casa e os Órgãos pertinentes, sobretudo, aqueles que se encarregam na execução desses programas, que tome conhecimento dessas práticas consideradas boas acontecidas lá no Estado de Minas Gerais e que elas sejam ampliadas por todo o país.

Terceiro – um ofício de cumprimento a este agente de endemias que atua na unidade de Vista Alegre, Belo Horizonte, cumprimentando-o pelo exemplo de zelo e competência no dever funcional. Acho até que a nobre Senadora Relatora, na minha avaliação, poderá até encampar em complemento ao seu parecer e voto essas três sugestões: cumprimentar um agente de endemias, buscar informações ao Estado de Minas e as prefeituras respectivas das boas ações praticadas e saber do Ministro da Saúde quais as providências que ele tomou para adequar ao Programa de Combate à dengue às recomendações do TCU.

E eu digo tudo isso porque Sergipe, sobretudo Aracaju, sofre com esta epidemia. E há uma expressão aqui do Ministro do Tribunal de Contas da União onde ele diz que é preciso que o Ministério faça uma verificação nos programas de divulgação, ou seja, no trabalho que as Entidades Públicas fazem no custeio da mídia para o esclarecimento à população como parceira para o combate à dengue. E que, muitas das vezes, o objeto da divulgação da mídia não atinge exatamente aquele objetivo de orientar e de esclarecer como a população deve proceder. E em muitos casos a mídia sai no sentido de mostrar que o Município ou que o Estado está tomando esta e aquela providência, a mídia não deve ser nesse sentido. A mídia deve ter o objetivo de educar, de instruir, de mobilizar, de convocar a sociedade a junto ao Poder Público colaborar para, se não a erradicação, mas a diminuição considerável desse mal. Portanto, era o que eu tinha a dizer e gostaria de ouvir a nobre Relatora para que ela incorpore esses três itens ao seu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Mais alguém para discutir.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não havendo quem queira discutir, eu consulto a Senadora Fátima Cleide, Relatora do aviso que tem prioridade na votação se ela acolhe as sugestões apresentada no voto em separado do eminente Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, acho que não tem nenhum problema acolher as sugestões aqui do Senador Flexa Ribeiro, até porque voto de louvor a boas práticas eu acredito que não ofende, muito pelo contrário, incentiva e é uma ação afirmativa. Eu só gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que as determinações do TCU ao Ministério da Saúde e aos Estados e Municípios, elas se anteciparam aos problemas que nós estamos vivenciando hoje com relação ao aumento dos casos de dengue no país e de certa forma já foram, já foram, por isso mesmo, encaminhadas aos Estados e aos Municípios. E eu queria aqui destacar que essa diretoria deixou assentado que o êxito da ação governamental exige, inclusive, convergência de esforços de todos os Órgãos e Instituições de fiscalização nos três níveis de Governo, portanto, União, Estado e Municípios.

E acredito ser essa a principal razão do Tribunal de Contas da União ter sugerido, inclusive, no Item nº 9.5 da auditoria que as instâncias de Governo competentes avaliem a possibilidade de aperfeiçoar normas e instrumentos legais que disponham sobre a previsão expressa de sanções a serem aplicadas aos agentes públicos responsáveis pelo descumprimento injustificado de obrigações assumidas não âmbito do Sistema Único de Saúde e em especial relativas ao controle de doenças transmissíveis.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que acredito ser redundante por isso, nós encaminharmos aos Estados e aos Municípios porque o Tribunal de Contas já o fez. A — [interrupção de áudio] ...Que é possível encaminharmos ao Ministro da Saúde, mais uma vez, né, a solicitação do que foi feito pelo Ministério da Saúde, mas só lembrar que o Ministro da Saúde esteve na Comissão de Assuntos Sociais no dia 1º de abril quando foi realizada uma audiência na Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde para debater o controle da dengue. Então, esta solicitação de certa forma ela já foi atendida pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Portanto, Sr. Presidente, acredito que da minha parte não é problema acolher de maneira alguma as sugestões do Senador Flexa Ribeiro mesmo considerando que o Item “B” que é uma das inovações do voto separado dele já é redundante porque o Tribunal de Contas já enviou para os Estados e Municípios e o Ministro da Saúde já esteve nesta Casa prestando escla-

recimentos... Prestando esclarecimento sobre as ações do Ministério da Saúde no combate da dengue.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Muito bem, como V.Ex^a concorda com as sugestões apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro e nós entendemos que, embora, as sugestões propostas já tenham sido providenciadas pelo Ministério, mas em face exatamente do que tem acontecido com a dengue neste país, a redundância, o reforço, a renovação, eu acho que vem em muito boa hora.

Então, vamos submeter à votação o relatório da eminente Senadora Fátima Cleide com as sugestões apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro.

Srs. Senadores em votação, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Casagrande, tem V.Ex^a a palavra pela ordem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, tem um Projeto de muito interesse do Estado do Espírito Santo, colocado como Item nº 8 da Pauta, eu estou preocupado até chegarmos ao Item nº 8 perdermos aqui... Eu gostaria de fazer um Requerimento de inversão de Pauta se os meus colegas concordarem, eu atenderia muito ao meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão a proposta apresentada pelo eminente Senador Casagrande, inversão da Pauta com apreciação de imediato do Item nº 8. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos, então, ao Item nº 8 – Projeto de Lei da Câmara nº 21/2008 que altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas nos Municípios de Pancas e Águia Branca no Estado do Espírito Santo. É de autoria da Presidência da República e tem como Relator Senador Renato Casagrande a quem concedo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, este Projeto, explicarei com rápidas palavras o que é.

No final do Governo Fernando Henrique Cardoso ele criou um Parque Nacional no Município de Águia Branca, Espírito Santo, e Pancas e Espírito Santo. Esse parque é um parque criado numa região de pequenos produtores rurais pomeranos e que criou uma grande confusão e um grande conflito, porque é uma área já ocupada por mais de 500 produtores rurais, pequenos produtores rurais da agricultura familiar e todos da re-

gião do Estado, todas as lideranças se posicionaram contra a criação de um parque porque o parque impede que de fato a área seja utilizada para atividade agrícola como tem sido utilizada.

Então, nós fizemos um movimento que demorou, concluindo agora na votação da Câmara e agora no Senado, depois da sanção do Presidente e com aval de todos os órgãos da área ambiental, com aval do Governo do Estado, com aval das lideranças, naturalmente do Governo Federal que encaminhou o Projeto, de transformarmos essa unidade de conservação de Parque Nacional para Monumento Natural. Monumento Natural exige um plano de ação e de manejo nas áreas de florestas, mas permite que o agricultor possa continuar com seu trabalho.

Então, Sr. Presidente, meu relatório é pela aprovação da matéria e que nós possamos dar tranquilidade aos agricultores daquela região para que eles possam continuar produzindo... Para agricultores de origem pomerana e pequenos agricultores. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório do Senador Renato Casagrande. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item nº 2 da Pauta – Aviso nº 5/2008 encaminha ao Senado Federal CD da 6ª etapa dos sorteios das Unidades da Federação do programa de fiscalização a partir dos sorteios públicos. É de autoria do Ministério do Estado, Controle das Transparências, tem como Relator *ad hoc* o Senador César Borges.

Eu solicitaria ao eminente Senador Wellington Salgado que relatasse como Relator o Item nº 2. Nesse processo, esse Projeto foi concedido vista ao Senador Cícero Lucena que optou por não manifestar-se a respeito do assunto. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, V.Ex^a acaba de me nomear Relator *ad hoc* o Item nº 2 que é o aviso nº 5/2008 – encaminha ao Senado Federal o CD da 6ª etapa dos sorteios de unidades da Federação do programa de fiscalização a partir de sorteio público. Autoria do Ministério do Estado de Controle de Transparência, Relator *ad hoc*, Senador César Borges, hoje Senador Wellington Salgado. O parecer é pelo conhecimento da matéria, comunicação aos Senadores integrantes das bancadas e Estados fiscalizados sobre o recebimento deste aviso e disponibilizando a consulta dos dados contidos no CD que o acompanha pelo prazo de 30 dias. Vencido este prazo, não havendo nenhum Requerimento de providências ou informações adicionais, seja o processo enviado ao arquivo. Foi concedi-

do vista ao Senador Cícero Lucena na Reunião do dia 25/03. É esse o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item nº 3 – Aviso nº 104/2007, encaminhado ao Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC nº 26.778/2007 bem como do relatório do voto que fundamentaram sobre a decisão normativa nº 87/2007 do TCU que fixa as cotas de distribuição dos recursos dos fundos que trata o inciso I do art. 159 da Constituição Federal para o ano de 2008. É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator Senador Arthur Virgílio.

Convido para funcionar como Relator *ad hoc* o eminente Senador Flexa Ribeiro a quem concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, muita honra de relatar o parecer do nobre Senador Arthur Virgílio que trata do aviso nº 104/2007, nº 1.697/2007 na origem do Tribunal de Contas da União encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC 026.778/2007-3. Por meio do aviso nº 104/2007 de 21 de novembro de 2007, o Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhou ao Senado Federal cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC 026.778/2007-3 bem como do relatório e do voto que fundamentaram a deliberação.

Análise. As informações constantes do aviso nº 104/2007 foram enviadas ao Senado Federal apenas para conhecimento. De fato os dados contidos que acompanham o aviso não demandam em princípio nenhuma providência desta Casa. Observe-se ainda que as informações enviadas pelo TCU já foram disponibilizadas para a Câmara dos Deputados, ao Ministro de Estado da Fazenda, ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Presidente do Banco do Brasil S/A.

Voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, votamos que a Comissão de Meio Ambiente tome conhecimento da matéria e o processado seja enviado ao arquivo. Este é o parecer do nobre Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão e votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos ao Item nº 4 – Trata-se de Requerimento de autoria do eminente Senador Almeida Lima

que requer nos termos do § 2º, art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmº. Sr. Nelson Jobim, Ministro da Defesa, as seguintes informações:

1. Sobre os hangares abaixo para quais entidades estiveram alugadas desde o ano de 2002, qual faturamento ano ao ano dos mesmos desde 2002? Qual o faturamento mês a mês dos mesmos nos últimos 3 anos? Campo de Marte, São Paulo, Brasília, Aeroporto Internacional de Brasília e Pampulha, Belo Horizonte;

Item nº 2. Sobre a contratação de empresa para coleta de resíduos sólidos classe A, B e D do Aeroporto Internacional de Guarulhos e classe D do Aeroporto de Campo de Marte. Com o encerramento do contrato emergencial com a empresa financeira em novembro de 2006 foi feita a cotação do serviço com três outras empresas para um novo contrato emergencial, porque após a avaliação das três propostas feitas pela área técnica foram invalidados os três orçamentos apresentados e se eles constam ou não da pasta processual pertinente. Nesse mesmo período com a recusa dos três orçamentos apresentados porque foi feito um novo contrato emergencial com a mesma financeira. Tem o autor Senador Almeida Lima a palavra.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, como se vê o Requerimento busca apenas informações acerca de procedimentos realizados junto à área do Ministério da Defesa, mais especialmente a administração dos Aeroportos do país referente aos três Aeroportos a que se refere. São informações diante da necessidade de conhecer todo este trabalho de logística, sobretudo da INFRAERO quanto à utilização desses equipamentos que são colocados à disposição das empresas. Era a justificativa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. O Requerimento será encaminhado à Mesa do Senado para as providências cabíveis.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem, ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, V.Ex^a tem a palavra pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só em relação, ainda, ao Item nº 2 da Pauta que já foi lido, já foi votado, inclusive, com a relatoria acho que *ad hoc* do... Mas o Relator era o Senador Geraldo Mesquita que uma das sugestões que ele faz no voto, no seu

voto é que seja expedida a comunicação aos Senadores integrantes das bancadas dos Estados fiscalizados sobre o recebimento do aviso disponibilizando a consulta dos dados contidos.

Como é um trabalho muito interessante do Tribunal de Contas da União e como muitas vezes esses recursos repassados para esse tipo de obra fazem parte das Emendas Parlamentares, eu só queria sugerir como procedimento que a Comissão enviasse para os Senadores, ao invés de tornar, assim, a consulta disponível, já que os dados estão todos organizados, estão bons, e tudo mais, que a Comissão de Meio Ambiente... Que a nossa Comissão enviasse para os Senadores os dados de cada Estado é só para facilitar a vida como metodologia, porque aqui no voto do Relator está escrito: “Seja expedida a comunicação aos Senadores integrantes das bancadas sobre o recebimento do aviso disponibilizando a consulta”. Então, quer dizer, não muda em nada o relatório, o voto já foi proferido e tudo mais, mas eu acho que é um procedimento que a Comissão por ser de fiscalização e controle poderia colaborar com os Estados, inclusive, para que esses dados pudessem subsidiar o Senador. Então, um pedido que eu faço é que por Estado já seja mandado para os Senadores membros da bancada dos determinados Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A solicitação de V.Ex^a será atendida.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Passamos ao Item nº 7. Aprovado. Requerimento. “Requer nos termos regimentais seja dirigido convite as autoridades abaixo relacionadas para em audiência pública no âmbito desta Comissão, seja discutida as razões que vem impedindo o funcionamento pleno do Hospital Regional de Santarém. As autoridades sugeridas no convite, Governadora do Estado do Pará, Sr^a Ana Júlia Carepa; Secretária de Estado de Saúde Pública do Estado do Pará Sr^a Laura Rossetti; Presidente da Assembléia Legislativa do Pará, Deputado Domingos Juvenil; Presidente da Câmara de Vereadores de Santarém, Vereador José Maria Tapajós; Prefeita de Santarém, Sr^a Maria do Carmo Martins; Ministério Público Estadual, Promotor Túlio Novaes; Procuradoria da República do Município de Santarém, Procuradora Daniela Masset Vaz; Presidente da Associação dos Municípios da Rodovia Transamazônica Santarém-Cuiabá, região oeste do Pará, Prefeito Ademar Baú e Conselho Municipal de Saúde de Santarém, Sr^a Inês Douzozes”. É de autoria do Senador Flexa Ribeiro a quem concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, esse Requerimento ele tem como objetivo dar prosseguimento a uma Comissão Externa desta Comissão de Meio Ambiente de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle que foi feita por cinco Senadores membros desta Comissão, Senador Sibá Machado, Senador Arthur Virgílio, Senador Augusto Botelho, eu próprio e o Senador... Não lembro o nome do quinto Senador.

Fomos cinco Senadores à Santarém, no meu Estado do Pará, para verificarmos o não funcionamento de um Hospital Regional de média e alta complexidade onde foram investidos recursos da ordem de 90 milhões de Reais, e o hospital está completamente pronto desde dezembro de 2006, totalmente equipado e a população daquela região do Pará que abrange em torno de 20 Municípios não tem o atendimento à saúde adequado. Isso, inclusive, naquela visita que fizemos à Santarém, a própria Prefeita de Santarém, a nossa amiga Maria do Carmo Martins, que é do Partido dos Trabalhadores, ela mesma disse estar numa situação de grande dificuldade, porque o hospital está pronto, não está funcionando e há sobre o Hospital Municipal um aumento de demanda dos Municípios que seriam atendidos por esse Hospital Regional, além do que estão se perdendo vidas de forma desnecessária pela falta de entrada em utilização desse hospital.

Então, cabe a esta Comissão por ser de fiscalização e Controle ouvir das autoridades tanto do Governo, quanto do Ministério Público Estadual e Federal, quanto da Prefeitura do Município de Santarém, quais as providências e quais os entraves para que esse hospital possa entrar em atividade. E aqui nós estamos, como foi dito por todos nós que lá estivemos naquela missão da Comissão de Meio Ambiente, que a nossa ida lá era tão somente no sentido de ajudar, de ver de que forma o Senado Federal, através desta Comissão pudesse dar os instrumentos ou os meios, as propostas junto ao Ministério da Saúde, junto aos Órgãos competentes no sentido de que aquela... Aqueles habitantes daquela região do meu querido Estado do Pará pudessem ter uma atenção médica para a qual o hospital foi construído de média e alta complexidade. É esse o objetivo do Requerimento que peço aos meus pares a sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Na verdade, eu entendo o mérito do Requerimento, votarei favorável ao Requerimento, mas não poderia deixar de fazer um registro de que... O mais adequado, talvez, esse assunto pudesse ser debatido primeiro na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, tá certo, porque eu acho que lá é o fórum mais apropriado para um debate, envolvendo tantas autoridades Estaduais. Nós estamos puxando para nós um debate que é um debate que a gente tem que forçar um pouco a barra para que a gente possa enquadrá-lo aqui na nossa Comissão. Mas estou só registrando, votar favorável ao Requerimento, não tenho, eu não estou... Mas eu queria fazer um registro para ser sincero na hora do voto também e nas argumentações.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua a discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para esclarecer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, essa... Senador Renato Casagrande, essa solicitação de V.Ex^a já foi, lamentavelmente, feita em Belém. Já ocorreram Audiências Públicas na Assembléia Legislativa, na Câmara de Vereadores, através do Ministério Público Estadual e Federal, nós estamos levando um apoio do Senado Federal numa última instância, porque lá já estiveram os Senadores há três meses atrás, dois meses atrás, em fevereiro para na tentativa de ajudar...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Esse hospital é Municipal, Estadual, Federal...?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, esse hospital é o que?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É um hospital Estadual.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Estadual.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com recursos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sistema Único de Saúde?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos ao processo de votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Os Itens nº 9 e nº 10, os autores pediram, solicitaram que eles fossem transferidos... Para a próxima Sessão. V.Ex^a é autor...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCDOB-CE): Sr. Presidente, eu sou autor do Item nº 9, nós estamos participando aqui da Conferência de Educação, juntamente com a Senadora Marisa Serrano que é a Relatora. E ela gostaria efetivamente de relatar e eu concordo com a Senadora. Só que eu gostaria de aprovar o Projeto na Sessão de hoje e a Senadora acho que vai ter alguma dificuldade para se deslocar, porque quer acompanhar... Acho até que está inscrita para falar na Conferência, na Conferência Internacional promovida pela Comissão de Educação e eu considero muito justa e adequada. Eu pediria, se não houver nenhum embaraço, para V.Ex^a que preside os trabalhos de nomear um Relator *ad hoc*, sem prejuízo do relatório promovido, evidentemente, pela nossa Relatora...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Se houve esse entendimento entre V.Ex^a e a Relatora, nós nomearemos um Relator *ad hoc* para apreciar no Projeto proposto por V.Ex^a. Projeto de Lei, então, passamos a apreciar o Item nº 9, Projeto de Lei da Câmara nº 112/2005 que dispõe sobre a criação da área de proteção ambiental Serra do Meruóca no Estado do Ceará e dá outras providências. Eu solicitaria ao eminente Senador Renato Casagrande que funcionasse como Relator *ad hoc* do Item nº 9.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu e a Senadora Marisa Serrano, Senador Almeida Lima fizemos um grande trabalho, acho que eu posso representá-la. Eu li também uma nota na imprensa, Sr. Presidente, que é a Senadora passou o final de semana no spa Casa Grande lá em São Paulo, então, não é meu não, mas também em homenagem eu também posso fazer o relato, tá certo, em nome dela.

Sr. Presidente, a Comissão de Meio Ambiente recebeu este Projeto de autoria do Senador Inácio Arruda que dispõe sobre a criação da área de proteção ambiental da Serra do Meruóca no Estado do Ceará e dá outras providências. Esta área de proteção ambiental, Sr. Presidente, tem o objetivo de garantir a conservação remanescente das florestas caducifólias e subcaducifólias, proteger os recursos hídricos, proteger a fauna e a flora silvestre, promover a recomposição da vegetação natural, melhorar a qualidade de vida da população residente mediante orientação, disciplina das atividades econômicas locais, ordenar

o turismo ecológico, fomentar a educação ambiental, preservar a cultura e tradições locais. A Serra da Meruóca, Sr. Presidente, apresenta uma característica de biodiversidade e cultural importante de ser preservada; a área de proteção ambiental, permite que as pessoas possam, moradores de lá possam continuar utilizando a sua atividade econômica, mas estabelece uma cautela e uma exigência maior no licenciamento das atividades no uso do solo daquela região.

Então, a Senadora Marisa Serrano fez essa observação e fica claro com relação à criação da área de preservação ambiental da Serra do Meruóca que o objetivo de compatibilizar a preservação da riqueza biológica e dos atributos cênicos da região com desenvolvimento econômico em base sustentável dos Municípios pela área protegida.

Sr. Presidente, com base no relatório feito pela Senadora Marisa Serrano e que eu concordo plenamente com ele, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei, Sr. Presidente. E, naturalmente, Senadora Marisa Serrano acabou de chegar vai complementar o seu relato.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCDOB-CE): Depois que V.Ex^a veio do spa Casa Grande, nós tivemos essa parceria com o Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós havíamos... Nós... [Intervenções fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Senador Casagrande gentilmente atendeu ao convite da Mesa para que a representasse, funcionasse como Relator *ad hoc* dessa matéria da qual V.Ex^a é Relatora. Eu consulto se V.Ex^a gostaria de fazer alguma manifestação a respeito?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu preparei.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Ex^a com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse relatório eu preparei com o máximo de cuidado também, porque nós temos debatido tanto sobre a APA, sobre reservas ambientais, eu estava ontem vendo um jornal de grande circulação nacional, não sei se todos viram, o Estado de Mato Grosso, a divisão toda colorida do Estado de Mato Grosso, a proposta que está sendo discutida no Estado, das reservas que devem surgir naquele Estado, tendo em vista os desmatamentos que estão correndo. Então, eu acredito que é muito importante. Quando a gente pode votar favoravelmente a um Território Nacional que possa ser preservado sem com que isso prejudique o encaminhamento do Estado e seja discutido amplamente eu acho que isso é o que

a gente precisa. Eu fico muito preocupada quando algumas propostas... Seja de reserva ambiental, seja de reserva indígena, seja de quilombola, qualquer área do território brasileiro que é demarcado e que ele tem um fecho próprio e separado do resto, dizer: essa é uma Nação separada, é uma Nação indígena, é uma Nação quilombola, é uma área de preservação, nós temos que ter, primeiro, uma discussão séria a respeito e uma Legislação de consenso e rígida, que as pessoas possam ter em mente aquilo que é melhor para o país.

Então, eu não vi essa Casa, por exemplo, discutir se reservas indígenas é melhor ser contínuas ou ser fracionadas. Quer dizer, nós não discutimos isso aqui. Eu perguntei alguns Deputados se discutiram lá. Também não discutiram. Então, essa é algo que era bom que a gente discutisse, porque se você está pegando um Estado que tem reservas ambientais já demarcadas, que têm reservas indígenas já demarcadas, eu peguei ontem o Estado do Mato Grosso nesse jornal que está interessantíssimo, reservas indígenas, reservas ambientais e ver o que tem de área agricultável, área produtiva. Isso tudo eu acho que tem que ser visto num consenso nacional. Não é só o Estado de Mato Grosso que tem que votar e discutir. Essa é uma idéia de Nação, de Brasil.

Então, eu fico muito contente com essa possibilidade, acho que é importante a gente discutir aqui que se possa todos ter conhecimento e fico contente de poder apoiar o Projeto do Senador Inácio Arruda. E obrigado ao Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em votação o relatório da eminente Senadora Marisa Serrano que foi dado a conhecer a essa Casa pelo eminente Senador Renato Casagrande.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, está encerrado o processo de discussão. Passamos à votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Não temos mais. Talvez chegue mais um... Vamos passar...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria de falar para a Senadora Marisa Serrano...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Ex^a a palavra Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Que hoje ainda, Senadora Marisa Serrano, nós aprovamos um Projeto da Presidência da República com relatoria do Senador Renato Casagrande que altera categoria da unidade Parque Nacional para Monumento Natural para justamente, com essa alteração dentro de regras bem superficiais, o Projeto poder dar conta de problemas sociais que estavam acontecendo lá no Estado, quer

dizer, fruto de um debate, de uma discussão, de um entendimento. Houve alteração da própria constituição da categoria para mudança e assim as pessoas podem ainda ter a propriedade particular desde que sigam regras e orientações bem especificadas. Mas é bem dentro dessa linha. Eu acho que através do debate, da discussão a gente pode chegar a conclusões, a convergências para evitar esses problemas todos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Renato Casagrande, V.Ex^a com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O Sr. já disse que o Item nº 10, tem um Projeto de minha autoria no Item nº 12. No Item nº 12, um Projeto de minha autoria que está aqui já há muito tempo, acho que o Item nº 10, o Item nº 11...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Item nº 12 é terminativo. Falta nós... Nos falta um voto para complementar o **quorum**. Nós vamos apreciar o Item nº 10 e estamos tentando conseguir mais um voto para que nós possamos apreciar as matérias terminativas.

Passaremos, então, ao Item nº 10, Projeto de Lei do Senado nº 639/2007 que altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 para estabelecer providências relativas a defeito de fabricação em itens de segurança veicular. Esse Projeto é de autoria do Senador Marcelo Crivella, tem como Relator o Senador Valter Pereira. Eu solicitaria ao eminente Senador Inácio Arruda que funcionasse como Relator *ad hoc* do Item nº 10.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCDOB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, o nosso colega Valter Pereira está no momento participando de uma Sessão com uma comitiva de Senadores franceses na Comissão de Assuntos Econômicos que será seguida também de votação para a escolha de representação indicada pelo Presidente da República.

Então, vem às nossas mãos o seu relato sobre o Projeto de Lei de autoria do Senador Marcelo Crivella. O nobre Relator examinando a matéria fez a seguinte análise com o seu voto. "Trata-se, sem dúvida, de iniciativa relevante, lastreada nos princípios preventivos que preside o Código de Trânsito Brasileiro, os elevados riscos já presentes no trânsito de nossas ruas e estradas não podem ser agravados pela circulação de veículos com defeitos de fabricação. Se, como de fato confirma os dados estatísticos que justificam o Projeto, apenas metade dos proprietários atendem ao chamado dos fabricantes torna-se necessária a adoção de medidas complementares às vigentes com propósito de elevar o grau de efetividade do chamado *recall*".

Nesse sentido a iniciativa que hora examinamos conquanto simples parece de grande utilidade. De fato, ao serem notificados pelas montadoras em relação à ocorrência de defeitos de fabricação, os órgãos de trânsito poderão adotar medidas mais eficazes com relação ao controle dos reparos necessários sem prejuízo das formas usualmente adotadas como os chamamentos em anúncios publicitários. Relevante no mérito o PLS nº 639/2007 encontra abrigo no artigo 22, inciso XI da Constituição Federal que reserva a competência privativa da União a Legislação sobre trânsito e transporte, não havendo de uma outra parte o teor do art. 61, impedimento para que a alteração proposta decorra de iniciativa parlamentar.

Nesse sentido o voto do ilustríssimo Sr. Relator, ante o exposto é pela aprovação do PLS nº 639/2007. Era essa a análise e o voto do eminente Relator Valter Pereira que eu acompanho como Relator *ad hoc* indicado por V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado Senador Inácio Arruda. Passamos ao processo de discussão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora Marisa Serrano tem V.Ex^a a palavra para discutir.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria só que o Senador Wellington, talvez, pudesse nos responder um questionamento. Nós estamos falando em *recall* aqui de montadoras de veículo. Nós todos vimos que o Fox é um carro que decepou o dedo de algumas pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Os três modelos do Fox, todos foram.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Me falaram que foram oito pessoas durante esse tempo que sentiram isso. Não sei como nós estamos aqui na tecnologia, na informação, de *recall* de tudo nesse país. Quer dizer, há uma Lei específica que eu não tenha conhecimento? Porque nós estamos fazendo aqui a do carro, reservando aqui, garantindo... Das montadoras de veículos. Mas esses dias eu estava vendo de motocicletas, outro dia de telefone, de brinquedos, todos os dias nós estamos com alguma coisa.

Eu não sei se na Ciência e Tecnologia, na Comissão estão discutindo algum tipo de acoplar toda a Legislação numa só. Porque nós estamos separando os assuntos. Primeiro de carga, fizemos dos brinquedos, quer dizer, eu acho que tínhamos que discutir o conjunto todo de qualquer tipo de equipamento que tenha no país que sofra qualquer tipo de *recall* como poderia,

eu não sei, ou vamos continuar trabalhando. Eu não sei se na Ciência e Tecnologia se o Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Só um esclarecimento, à Senadora Marisa Serrano, esse Projeto terá discussão e deliberação terminativa na CCJ.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ainda tem mais um.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente. Ainda tem mais espaço para a discussão do tema. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente Leomar, Senadora Relatora Marisa Serrano, eu não tenho conhecimento de que exista Projeto nesse sentido, mas diante do que V.Exª colocou, acho razoável e inteligente da parte de V.Exª colocar esse assunto, vou levar esse assunto para a Comissão para ver se possamos de alguma maneira fazer um projeto, um PL, que possa regulamentar toda essa questão via Comissão de Ciência e Tecnologia. Muito bem colocado por V.Exª e vamos levar ao debate na próxima Reunião amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só quero dizer que não é só da Comissão de Ciência e Tecnologia, porque aqui é Defesa do Consumidor, Defesa do Consumidor e é Fiscalização e Controle também. Então, eu acho que...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Poderíamos juntar as duas coisas, tanto a Ciência e Tecnologia com a nossa Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Um trabalho coordenado, porque até me parece, em princípio, que é mais adequada até para esta Comissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A minha pergunta...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para fazer esse debate.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A minha pergunta para o Senador Wellington é porque alguém me disse que a Ciência e Tecnologia estava discutindo o problema do *recall*. Então, é por isso que eu perguntei se tinha já algum Projeto em andamento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não deixa de ser também tecnologia. Mas eu acho que é mais realmente se V.Exª concorde, defesa do consumidor mesmo, de uma maneira ampla para todos os aspectos como bem sugeriu V.Exª, quer dizer, verificarmos uma Lei para o brinquedo, uma Lei para... Vamos re-

examinar, ver o que a Legislação já coloca e termos um estudo abrangente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vou fazer isso, Sr. Senador, talvez na próxima Reunião nossa eu tenha pelo menos um esboço desse Projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer que eu concordo, inteira... Seja aqui ou lá, concordo inteiramente com a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não havendo mais quem queira discutir, eu consulto o nobre Relator que acaba de chegar, Senador Valter Pereira, se quer tecer ainda considerações sobre o seu relatório que foi dado a conhecer aos membros dessa Comissão por gentileza do Senador Inácio Arruda.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho, Sr. Presidente, que cheguei aqui no final da discussão, o relatório diz da importância que tem essa... Esse *recall*, acho que é preciso realmente que o consumidor seja protegido e aqui nós estamos dando uma grande ferramenta para que ele seja devidamente protegido. O que espero é que o relatório seja aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Encerrada a discussão, passamos ao processo de votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Os demais itens da Pauta são terminativos, visivelmente não temos *quorum* suficiente. Agradecendo o esforço do Senador Flexa Ribeiro. Mas infelizmente passaremos esse Item para a próxima Sessão. Está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h46.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2008, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

Às doze horas e vinte e um minutos do dia primeiro de abril de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, RENATO CASAGRANDE, MARISA SERRANO, GILBERTO GOELLNER e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à designação dos membros da Subcomissão e à eleição de seus Presidente e Vice-Presidente. A Presidência designa, como membros titulares, os(as) Senadores(as) **SIBÁ MACHADO, RENATO CASAGRANDE, LEOMAR QUINTANILHA, MARISA SERRANO e GILBERTO GOELLNER** e, como membros suplentes, os(as) Senadores(as) **FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, ALMEIDA LIMA, FLEXA RIBEIRO e ADELMIR SANTANA**. Na sequência, são eleitos por aclamação os Senadores **SIBÁ MACHADO e RENATO CASAGRANDE**, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Dando prosseguimento à reunião, a Presidência passa a palavra ao Presidente eleito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente Eventual.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 10-4-2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar das Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. A presente reunião destina-se a composição dessas duas subcomissões e a eleição dos seus respectivos presidentes.

Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água. Membros titulares, pelo bloco de apoio ao governo, Senador Sibá Machado,

Senador Renato Casagrande; pela maioria Senador Leomar Quintanilha do PMDB; bloco da minoria, DEM e PSDB, Senadora Marisa Serrano, Senador Gilberto Goellner; membros suplentes, bloco de apoio ao governo, Senadora Fátima Cleide, Senador César Borges; pelo PMDB, Senador Almeida Lima; pelo bloco da minoria, Senador Flexa Ribeiro e Senador Adelmir Santana.

Nós temos a chapa para dirigir os trabalhos dessa Subcomissão como Presidente Senador Sibá Machado e como vice o Senador Renato Casagrande. Como não há nenhuma outra chapa concorrente nós sugeriríamos que essa eleição fosse feita por aclamação.

Então, em votação a chapa para dirigir os trabalhos da Subcomissão. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão, aprovado. Por unanimidade.

Passo então a palavra ao Senador Sibá Machado, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, em primeiro lugar para agradecer V.Exa. que de pronto concordou que nós instalássemos essa Subcomissão que eu considero muito importante, acredito que ela tem um papel de acompanhar não só os três eventos que estão prometidos, que é um interno ao Brasil que deve ocorrer ainda este ano, depois temos das Américas que deve ocorrer no início do próximo ano e na sequência o evento mundial.

Para tratar desse assunto eu acho que é polêmico hoje quanto as pessoas têm reclamado que esse assunto das águas deve ser um tema dos mais fortes para o mundo numa agenda imediatamente culminada com o efeito do aquecimento global, e eu fico muito agradecido da indicação feita por V.Exa. para presidir essa Subcomissão e para atendermos ainda além dessa agenda, quem sabe a gente também levantar algumas bandeiras muito positivas do chamado dever de casa que o nosso país tem que ter, quem sabe a gente tratar de um acompanhamento melhor a questão das grandes bacias hidrográficas do Brasil, especialmente a do São Francisco, trabalhar um pouco sobre a questão dos aquíferos, como é o caso do aquífero Guarani e quem sabe se nós possamos ainda fazer algumas sugestões de recuperação de micro bacias urbanas, como é o caso da bacia do rio Tietê em São Paulo.

Então, se é assim sendo e agradeço por essa oportunidade e faço voto que os demais membros da Comissão estejam todos, que acredito que estão, imbuídos dessa missão tão valiosa de dar essa contribuição a este importante tema nacional e mundial.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): A presidência quer render a

homenagem a V.Exa. e aos demais membros dessa Subcomissão pelo relevo, pelo significado, e pela oportunidade da sua Constituição, já que o mundo inteiro se movimenta na discussão de um tema tão relevante, tão recorrente, e o Brasil seguramente não poderia ficar de fora em razão, sobretudo, pelo fato de deter uma das várias, das mais importantes bacias hidrográficas do planeta, além dos seus aquíferos e essa discussão tomando uma dimensão enorme, envolvendo sobretudo a sociedade brasileira para que tomem consciência da sua responsabilidade que tem para a condução e para o uso adequado desse insumo tão importante à vida do ser humano, que é a água.

Mais algum Sr. Senador gostaria de usar da palavra? Não havendo quem queira discutir a questão, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h26.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PARTICIPAR E ACOMPANHAR AS ATIVIDADES DO FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E DO FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2008, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

Às doze horas e quarenta e nove minutos do dia quinze de abril de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **SIBÁ MACHADO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **MARISA SERRANO**, **GILBERTO GOELLNER** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à apresentação do Plano de Trabalho

pela Senhora Senadora **MARISA SERRANO**, Relatora da Subcomissão, que dispõe o seguinte: reunião administrativa da Subcomissão para apresentar levantamento do histórico dos principais eventos internacionais, especialmente dos fóruns que estão na agenda da Subcomissão; reunião com diretores da ANA junto com a Secretaria de Recursos Hídricos do MMA com a seguinte pauta: subsídios à Subcomissão sobre a participação brasileira nos fóruns; implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos; Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e as políticas públicas para o uso sustentável do aquífero guarani, além de subsidiar a participação brasileira nos fóruns; diligência da Subcomissão no sistema Cantareira e nos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, na cidade de Piracicaba; diligência com o objetivo de verificar os trabalhos de revitalização do rio São Francisco, em Minas Gerais; reunião administrativa com autoridades do Ministério da Integração Nacional e do Meio Ambiente para debater os trabalhos de revitalização do rio São Francisco em vista a transposição; diligência da Subcomissão em estados do Nordeste com experiências inovadoras, incluindo visita aos projetos desenvolvidos pela ASA – Articulação para o Semi-árido, que executa o projeto “1 milhão de cisternas”, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí; audiência pública para debater as alternativas de combate à seca no Nordeste, em Brasília; diligência com o objetivo de verificar os trabalhos de conservação e preservação do Pantanal, em Campo Grande; reunião interna da Subcomissão para definir as atividades da Subcomissão para 2º semestre, no Senado Federal; reunião com os membros da delegação brasileira que participarão dos fóruns internacionais, no Senado Federal; participação nos seguintes eventos: Forum on Water and Climate South America Sub-regional Preparatory Meeting, de 8 a 11 de setembro de 2008, em Montevidéu, Uruguai; 1º Inter American Forum on Water Supply and Sanitation Services, de 12 a 13 de outubro, em Santiago, Chile; Americas Preparatory Process Closing Meeting – WFA, de 24 a 25 de novembro, em Foz do Iguaçu, Brasil e no Fórum Mundial da Água, de 16 a 22 de março de 2009, em Istambul, Turquia. Na sequência, o Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, no uso da palavra, sugere a inclusão de discussão sobre o potencial e o uso das águas da região amazônica no Roteiro de Trabalho, o que é acolhido pela Relatora. Faz ainda uso da palavra, o Senhor Senador **GILBERTO GOELLNER**. Encerrada a discussão, o Plano de Trabalho é colocado em votação. Resultado: **Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a

presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Sibá Machado**, Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 15-4-2008

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO

(PT-AC): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para participar e acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo e a Sra. Senadora também, com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneça como se encontra. Aprovado.

Bom, nossa reunião de hoje destina-se a aprovar nosso plano de trabalho que iniciando a partir da instalação desta Comissão até a realização do Congresso Mundial das Águas a realizar-se em março do ano que vem, em Istambul, na Turquia. Então, como nós combinamos, a nossa relatora, Senadora Marisa Serrano, eu queria submeter a ela esta sugestão de agenda de trabalho, do qual, se ela quer fazer, se a Senadora quer fazer a leitura e depois as contribuições que se fizerem necessárias pra gente partir para aprovação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu acredito, Sr. Presidente, que não seria necessário fazermos uma leitura de todo o plano, mas principalmente dizer que nós sugerimos e todos os técnicos trabalharam muito em cima dessa proposta, sugerindo roteiro de trabalho com o objetivo de qualificar a participação dos membros dessa Subcomissão nos eventos preparatórios para o Fórum Mundial da Água, especialmente no que diz respeito à situação dos recursos hídricos no País, à Legislação de Águas e Políticas de Gestão em curso, assim como os principais problemas e proposições em debate na sociedade sobre essas questões.

Então, foi feita a divisão entre as atividades que seriam através de reuniões administrativas, de diligências, de Audiências Públicas para que essa Comissão se intere, os membros dessa Comissão se interem de toda a questão hídrica de todo o País. E quero dar um testemunho. Domingo, eu sobrevoei uma região do baixo pantanal e fiquei impactada, Senador Flexa, de ver o rio Taquari e o rio Coxim que deságuam no pantanal e prejudicam enormemente, porque são rios extremamente importantes, estão assoreando toda uma parte do pantanal. Ver o rio morrendo é a coisa

mais triste. Poucas pessoas nesse País têm essa triste oportunidade de ver a morte de um rio. Quando você vê de cima o tamanho que foi a calha do rio e o filete de água e aquilo, só areia, aquilo aperta o coração da gente. Então, eu vim hoje aqui para essa Subcomissão com o firme propósito de trabalhar efetivamente para mostrar ao país da importância que é primeiro, nós conhecermos como essa Subcomissão quer fazer, conhecer muito bem a estrutura e a capilaridade hídrica do nosso país. Aquilo que é positivo, aquilo que é negativo e, principalmente, tudo aquilo que pode ser preventivo para que não ocorra o que está ocorrendo no baixo pantanal e que está impactando e vai impactar cada vez mais no patrimônio da humanidade que é o pantanal.

Então, essas questões, são questões vitais, não só para o país, mas para a humanidade. O mundo todo se volta para o Brasil como sendo a reserva natural de água doce do planeta. E cabe a nós também, muito, e ao povo brasileiro, sabermos cuidar dessa reserva. E se nós não o fizermos, provavelmente vai acontecer o que eu vi no domingo, com os rios Taquari e Coxim. Portanto, Sr. Presidente, gostaria de pedir aos membros o apoio a esse roteiro de trabalho dessa nossa Subcomissão, dizendo o quão importante é, essa Casa ainda vai sentir a importância que é essa Subcomissão para garantir minimamente que o país continue a ter os seus rios perenes e seus rios trabalhando, sendo usados pela sociedade, por toda a comunidade, para o seu sustento, mas principalmente para garantir que o planeta tenha, no Brasil, continue a ter, no Brasil, essa força que nós temos da água doce do planeta. E dizer a V.Exª, já lhe disse pessoalmente, que eu fico muito feliz de estar sob as suas ordens nessa Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO

(PT-AC): Eu queria ainda, pedir à Senadora Marisa Serrano, primeiro, para agradecer suas palavras e também pra mim, é uma honra muito grande trabalhar com V.Exª. e fui orientado que nós deveríamos ler a programação para poder fazer o registro dela. Tanto para a ata, quanto para os anais da TV Senado e aí, me pediram que fizesse a leitura de toda a programação.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Portanto, eu gostaria então, de pedir aos Senadores... têm a proposta ou não? Então, vou fazer a leitura. “No primeiro semestre de 2008, as atividades propostas são as seguintes: Reunião administrativa da Subcomissão para apresentar levantamento do histórico dos principais eventos internacionais, especialmente dos Fóruns que estão na agenda da Subcomissão”. Seria em abril. O local, a secretaria da nossa Comissão. “Segundo: Reunião com diretores da ANA e a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente para,

com a seguinte pauta subsidiar a Subcomissão sobre a participação brasileira nos Fóruns a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, as políticas públicas para o uso sustentável do aquífero Guarani. Qual o objetivo dessa reunião? Além de subsidiar a participação brasileira no Fórum, no colóquio os parlamentares conhecerão como funcionam os comitês de bacia, quantos são, quantas pessoas envolvem, onde estão localizadas e quais as principais dificuldades e principais êxitos. Isso seria feito em abril, aqui no Senado Federal. “Terceiro: Diligência da Subcomissão no sistema Cantareira e audiência com os comitês das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, em maio na cidade de Piracicaba. Quarto: Diligência em Audiência Pública com o objetivo de verificar *in loco* os trabalhos de revitalização do Rio São Francisco, em maio em Minas Gerais. Quinto: Reunião administrativa com autoridades do Ministério da Integração Nacional e do Meio Ambiente para debater os trabalhos de revitalização do Rio São Francisco, em vista da transposição, em maio, no Senado Federal. Sexto: Diligência da Subcomissão em Estados do Nordeste com experiências inovadoras, incluindo visitas aos projetos desenvolvidos pela ASA – Articulação para o Semi-árido, que executa o projeto “Um milhão de cisternas”. O objetivo: Conhecer as experiências voltadas para mitigar as dificuldades naturais para o homem do semi-árido, região de baixa disponibilidade hídrica e com irregularidades de chuvas que impôs uma forma diferenciada de se relacionar com os recursos hídricos, em junho, nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí e Sétimo: Audiência Pública para debater as alternativas de combate à seca no Nordeste, em junho, em Brasília. E diligência em Audiência Pública com o objetivo de verificar *in loco* os trabalhos de conservação e preservação do pantanal. Junho, em Campo Grande”. Essas seriam as atividades para o primeiro semestre. Para o segundo semestre. Atividades: “Reunião interna da Subcomissão para definir as atividades da Subcomissão para o segundo semestre”, seria em agosto aqui no Senado Federal. “Reunião com os membros da delegação brasileira que participará dos Fóruns internacionais”. Agosto, também aqui no Senado Federal. “O Fórum the water and climit, é de 8 a 11 de setembro de 2008, em Montevideu no Uruguai. E o primeiro Fórum de Água é de 12 a 13 de outubro em Santiago no Chile. E a reunião do WFA seria de 21 a 25 de novembro em Foz do Iguaçu no Brasil. E, ainda no primeiro semestre de 2009, as atividades do Fórum Mundial da Água, em Istambul, na Turquia, de 16 a 22 de março”.

Eram essas... Esse é o roteiro de trabalho feito para o primeiro e segundo semestre para 2009, começo de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Para discussão. Com a palavra Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Sibá Machado, Relatora, Senadora Marisa Serrano. Quero primeiro parabenizá-los.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E parabenizar também, se me permite, Senador, os nossos técnicos que trabalharam arduamente para preparar esse roteiro para nós.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A eles também, com certeza absoluta, que nos dão um apoio muito importante através da consultoria e da assessoria do Senado Federal. Eu fico bastante tranquilo, pela Presidência do Senador Sibá Machado e pela relatoria da Senadora Marisa Serrano, que nós vamos fazer um trabalho da maior importância para que possamos ter uma participação efetiva nos Fóruns mundiais que ocorrerão sobre a questão da água no planeta. E, há pouco, antes de começarmos a reunião, fazia um comentário ao Senador Sibá Machado que está ocorrendo uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para discutir os *royalties* sobre petróleo. E a Comissão está repleta de Senadores, enquanto aqui, para discutirmos a questão da água doce do planeta, que em breve será tão ou mais valiosa do que o petróleo, a gente tenha dificuldade de poder reunir os Senadores para discutir esse problema que é da maior importância para a vida humana. Para a vida humana. E o Brasil, todos nós sabemos que é hoje, detêm hoje, a maior reserva de água doce do planeta.

Então, todos esses bens que são importantes para a vida humana, como é a questão ambiental, a questão das florestas, a questão da água doce, toda a atenção internacional, toda a cobiça internacional está voltada para o Brasil. E nós brasileiros, que temos a responsabilidade e somos os primeiros a querer preservar, tanto as florestas quanto a questão da água doce para dar qualidade de vida para as gerações futuras, temos que estar atentos a isso. Não são eles, que já perderam grande parte das suas reservas, tanto de áreas de floresta, quanto de água doce e vão agora querer impor uma posição diferenciada para o Brasil. Acho que essa Subcomissão vai ter um trabalho importante. Vamos definir, vamos criar propostas que possamos trazer ao Congresso Nacional para que, aí sim, a gente tenha um futuro promissor em relação ao uso da água pelo nosso país. Eu quero dar meu voto pela aprovação do plano de trabalho. Só gostaria, se a nossa nobre Senadora pudesse incluir, uma discussão

sobre a questão das águas, na Amazônia. Porque lá, nós temos a maior reserva do Brasil. O Brasil tem a maior reserva do mundo e a maior reserva do Brasil, ou seja, do mundo, está realmente na Amazônia. Eu vi que a Senadora propôs reuniões em Minas Gerais, Piracicaba e no Nordeste, eu pediria da possibilidade de a gente incluir uma reunião para discutir esse potencial e o uso adequado das águas, na Amazônia brasileira.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Essa relatoria acrescenta e agradece e vai incluir então essa proposta se for do apoio de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Só para tirar uma dúvida--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes que o Senador Sibá ofereça o Acre para a reunião eu quero oferecer o Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): V.Ex.^a pretende uma Audiência Pública, uma visita, uma diligência... que natureza seria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acho que a Senadora poderia fazer os contatos e fazer uma diligência ou no INPA, ou... dos Órgãos de Ciência e Tecnologia para que a gente possa ter o melhor proveito da viagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Perfeito. Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, eu fico muito esperançoso de o Brasil realmente participar com todo o seu conhecimento, com a sua política nacional de conservação das águas, desse grande órgão que é a ANA e eu faria o registro hoje, que hoje é o Dia Nacional da Conservação do Solo. E o solo, a perfeita conservação do solo pelos produtores rurais de todo o país que são os responsáveis maiores da conservação do solo, que essas práticas culturais de uso, principalmente de sistemas de produção que conservem o solo, como exemplo, o grande sistema brasileiro que se desenvolveu nesses últimos quinze anos, que é o plantio direto, sem revolver o solo, é a grande contribuição para a conservação dos nossos mananciais de água que são intimamente ligados. Então esse registro dessa data de hoje que é o Dia Nacional de Conservação do Solo vem de encontro então, de toda uma proteção que nós precisamos dar aos nossos mananciais de água. Era isso que gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Agradecemos o Senador Gilberto Goellner. Queria já deixar como sugestão para essa Subcomissão, que todas as diligências, os eventos que estão aqui propostos, de qualquer natureza, eu queria, se V.Exas. concordam, definir que todos os membros já

são membros natos como participantes dessas diligências. Porque assim, já para efeito de economia de processo, já daria encaminhamento junto à Presidência da Casa. Tanto é que, na impossibilidade de alguns Senadores estarem presentes, então, não teria o prejuízo de depois querer ir e não estarem citados. Se V.Exas. concordam, como somos cinco membros, aliás, dez, porque eu queria incluir os suplentes na mesma natureza. Aí, vamos ajustando. Quem não puder ir avisa: “não estou podendo ir mais”, de antemão já deixa como podendo ir, por causa daquela questão de localização de passagens, hotéis, essas coisas todas, já ficaria facilitado. E faria um apelo de que nesses eventos maiores, que nós todos pudéssemos estar presentes como, não só as delegações do Governo Brasileiro, mas que nós, como representantes do Senado Federal, estaríamos lá. Foi sugerido ainda, pela Deputada Vanessa Grazziotin, que na Câmara dos Deputados tem uma Subcomissão nos mesmos moldes dessa e que ela queria que nós apresentássemos este plano de trabalho à Subcomissão de lá e fazer uma espécie de cruzamento e uma coincidência, pelo menos de uma boa parte das agendas que ficarem propostas.

Assim sendo, eu ainda queria sugerir, que estou acompanhando, junto com o Senador Tião Viana, um trabalho que seria para nós, nosso dever de casa, num dos cursos d'água importantes do Estado do Acre, que é o rio Acre. Nós estamos adotando, junto com o Governo, as Prefeituras cujas sedes dos Municípios estão às margens desse rio, e nós estamos num trabalho muito intenso para fazer do rio Acre, para o Acre, o nosso dever de casa. E se for o caso, num momento mais à frente, eu queria convidar o Senador Tião Viana para vir até essa Subcomissão, junto com a Subcomissão da Câmara, fizéssemos aqui uma reunião conjunta para que ele pudesse expor para nós o que é que já andou lá e o que é que ele pretende fazer e se serve isto como algum indicador para que levemos como experiência para as demais experiências que nós haveremos de visitar. É a sugestão que faço. Sei que as agendas dos Senadores e Senadoras não está muito fácil de administrar. Um ano de eleição pela frente, ainda o julho como sendo um mês de recesso, certamente essa Casa não vai estar em serviço no período de 15 dias. Então teremos que fazer um esforço sobre-humano, portanto, a idéia de termos 10 Senadores membros natos da diligência, seria uma forma de garantir a presença muito forte de todos nós nessas diligências. Então, são os complementos que eu queria fazer e consulto a nossa Relatora se ainda tem alguma contribuição.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria propor a V.Ex.^a e aos Senadores, principal-

mente ao Senador Flexa, se a ida à Amazônia poderia ser em maio. Porque, nós já fechamos aqui, o mês, que aqui pelo roteiro, daria mais condições. Esse mês de maio daria para ir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode ser maio, pode ser junho.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Junho já está sobrecarregado. Se for para maio...

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Maio a programação está menor.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas podemos fazer a substituição também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A nossa relatora fica de fazer o contato com a própria Agência Nacional de Águas, que ela pode orientar aonde nós deveremos ir, quais os órgãos que deverão ser visitados, e aí, a Relatora com o Presidente define a data.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Ótimo. Eu agradeço então e a partir daí, não tenho mais nada a acrescentar. Só pedindo a aprovação do relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Bom, então diante disso eu submeto o relatório à aprovação. Srs. Senadores e senhora Senadora que concorda com o presente relatório permaneça como se encontra. Aprovado.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a presente reunião agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 13h10.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2008, APÓS A REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE.

Às doze horas e vinte e sete minutos do dia primeiro de abril de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se

a Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, FLEXA RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER** e **EXPEDITO JÚNIOR**. Presente também a Senhora Senadora **MARISA SERRANO**, não pertencente à Subcomissão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à designação dos membros da Subcomissão e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. A Presidência designa, como membros titulares, os Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, LEOMAR QUINTANILHA, FLEXA RIBEIRO** e **GILBERTO GOELLNER** e, como membros suplentes, os Senadores **EXPEDITO JÚNIOR, AUGUSTO BOTELHO, GILVAM BORGES, CÍCERO LUCENA** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. Na sequência, são eleitos por aclamação os Senadores **FLEXA RIBEIRO** e **SIBÁ MACHADO**, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Dando prosseguimento à reunião, a Presidência passa a palavra ao Presidente eleito que designa o Senador **EXPEDITO JÚNIOR** Relator da Subcomissão. Usam da palavra os Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER, EXPEDITO JÚNIOR, MARISA SERRANO** e **SIBÁ MACHADO**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente Eventual.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 1-4-2008

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declarado aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Destina-se esta reunião para designação dos Membros da Comissão e eleição do seu Presidente e Vice. Passamos a ler aqui a composição da Subcomissão, como membros titulares pelo Bloco de apoio ao Governo, PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP, Senador Renato Casagrande, Senador Sibá Machado. Pelo PMDB, Senador Leomar Quintanilha. Pelo Bloco da minoria DEM e PSDB. Senador Flexa Ribeiro, Gil-

berto Goellner. Membros suplentes, Bloco de Apoio ao Governo, PT, PR, PSB, PC do B e PRB e PP. Senador Expedito Júnior e Senador Augusto Botelho. Pelo PMDB, Senador Gilvam Borges. Pelo Bloco da minoria DEM e PSDB, Senador Cícero Lucena e Senador Arthur Virgílio.

A chapa apresentada tem como candidato a Presidente Senador Flexa Ribeiro e Senador Sibá Machado como vice-Presidente. Há apenas essa chapa e nós faremos também uma votação por aclamação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para suas considerações.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Leomar Quintanilha, Srs. Senadores, eu quero agradecer a confiança dos meus pares nessa Comissão que por aclamação nos elegeram para presidir essa importante Subcomissão de acompanhamento da questão ambiental na Amazônia.

A Comissão que terá na Vice-Presidência o nobre Senador Sibá Machado, ela vai ter, como eu disse, um papel da maior importância face a convulsão que vivemos nesse instante nos Estados da Amazônia legal em relação às medidas repressivas aplicadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Não somos contra a ação do Governo, mas temos a absoluta certeza que a exploração das riquezas da floresta é uma das condições de desenvolvimento para a nossa região.

Exploração essa de forma sustentável de forma legal e para isso existem meios e leis que possam produzir essa legalidade. O que se verifica é a incapacidade do Governo, dos governos, tanto do... A nível federal, como estadual, de fazerem cumprir a legislação existente. No caso dos governos dos Estados a quem... para quem foi transferida a responsabilidade de aprovação dos planos de manejo, pelo menos no meu Estado do Pará, a Secretaria de Meio Ambiente não está, eu diria, aparelhada para isso, por que tem mais de 900 pedidos de aprovação de licença ambiental paralisados.

Então, a composição desta Comissão foi feita pelo Presidente Leomar Quintanilha com sabedoria, Presidente, eu quero parabenizá-lo, parabenizá-lo porque V.Ex^a escolheu um Senador de cada Estado da Federação, da Amazônia legal. Então, isso vai dar uma representatividade para que nós possamos, através dos representantes, do Acre, de Roraima, de Rondônia do Mato Grosso de Tocantins do Amapá e do Pará, nós possamos verificar e acompanhar o que ocorre e o que acontece em cada uma das unidades da Amazônia legal, e ao termos o Senador Sibá Machado, como vice-Presidente dessa Comissão, ele que

tão bem representa, como suplente, a Ministra Marina Silva, vai ser sem sombra de dúvida um elo da maior importância.

Acredito que na primeira reunião nossa, nós precisamos iniciar um diálogo com a Ministra para que daí para diante, junto com o Relator que será designado, nós possamos fazer um plano de trabalho de acompanhamento dessas ações e mais do que isso, possamos ao final concluir com um relatório, que seja propositivo, que encaminhe propostas que de uma vez por todas possam trazer para a legalidade. Fazer com que de forma legal, o setor florestal da Região Amazônia, seja apoiado com a exploração sustentável das riquezas, e os mais de 23 milhões de brasileiros que lá vivem tenham o direito a uma vida de conforto e de dignidade como querem, ou como têm os outros brasileiros das regiões desenvolvidas.

Acho que o foco da Amazônia é um foco que precisa ser discutido e essa Comissão de Meio Ambiente, tão bem presidida por V.Ex^a vai propiciar isso através dessa Subcomissão de acompanhamento da questão ambiental na Amazônia Legal.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Gilberto Goellner, tem V.Ex^a, a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Leomar Quintanilha demais pares, membros dessa nova Comissão que se instala a partir da Comissão de Meio Ambiente, gostaria de comunicá-lo que no dia de ontem se instalou no Estado do Mato Grosso uma participação do Ministério do Meio Ambiente, esteve representado pelo Secretário Crakek(F), e também com a presença do Governador de todos os Secretários de Estado e de 47 entidades que vão analisar o zoneamento sócio-econômico ecológico que finalmente ficou pronto, acabado, e agora unicamente vai faltar com que a Assembléia Legislativa após doze audiências públicas em regiões pólo do Estado do Mato Grosso a debater com a sociedade com todos os municípios do Estado.

Então finalizado isso o Estado do Mato Grosso vai ser o primeiro Estado da Amazônia a ter concluído o zoneamento sócio-econômico ambiental.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, o segundo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O segundo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque Rondônia já tem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mas ele não é ambiental...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É , Rondônia é.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Completo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Completo.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ontem foi falado nessa audiência que era o primeiro que tinha acabado naqueles moldes. Porque foi um trabalho conjunto da EMBRAPA, do IBGE, da universidade da Brasília e outras entidades junto com a entidade estadual e a Secretaria de planejamento do Estado. E após concluído isso e aprovado pela assembléia, nós vamos ter realmente, então, uma definição de toda essa situação dos biomas, caracterizada, então, as áreas do seu fundamento de exploração, objetivando, contudo, sempre uma agricultura, uma exploração sustentável e que viabilize, então, o homem e o econômico e o ambiental.

Então, é esse sentido que eu quero parabenizar essa Comissão que ela vai de encontro, mas dizer que a situação da forma como foi procedida a operação arco de fogo, ela dificilmente vai ter o êxito, objetivo concluído. Nós vamos poder constatar isso por que os órgãos ambientais e o próprio INCRA, a quem compete a regularização dos imóveis, de sete mil propriedade acima de quatro módulos, são obrigatórios a regularização, apenas 24 ingressara até agora com o seu pedido de credenciamento, de regularização, e o prazo está acabando agora dia 4 de abril, próxima sexta-feira.

Então, eu já tomei uma iniciativa gostaria de comunicar a Comissão de Meio Ambiente pedir o apoio de todos os companheiros, Senadores que realmente se procedesse, então, um apoio a essa nossa solicitação, junto ao Presidente do INCRA, Dr. Rolf, para que seja ampliado esse prazo, convenientemente, mas principalmente que sejam dotadas as Superintendências dessa Região Amazônica, dos quatro Estados que foram envolvidos agora nessa operação, de condições ótimas ou boas para proceder esse trabalho.

Porque a Superintendência do INCRA não espaço físico, não tem pessoal suficiente para atendimento e mesmo tendo em regiões pólo nesses municípios que foram atingidos, que são os municípios que mais se desmataram no País, na Amazônia, não tem suficiente aparelhamento também, tanto de pessoal como físico, para executar o serviço.

Então, precisa haver a partir de agora uma convergência de ação tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto do INCRA, os órgãos federais estão trabalhando separadamente e os órgãos estaduais da mesma forma. Quer dizer, numa ação conjunta como essa, deveria ter sido atendido primeiro o princípio de

cooperação entre esses órgãos para se obter um resultado final.

Então, agora, está lá o Mato Grosso, contestando os dados do INPE porque a forma como o INPE tem analisado a partir de janeiro agora, mudou a interpretação, o desmate raso, o desmate não é mais só desmate raso, inclusive, avaliações por aerofotogrametria e pelas formas de satélite que utilizados pelo INPE, consideram hoje como desmate até o manejo florestal, autorizado pelos órgãos competentes que é a SEMA lá no Estado do Mato Grosso.

Então, o Governador do Estado está trazendo essa avaliação feita pela SEMA para mostrar a diferença que existe entre os dados da Secretaria do Meio Ambiente e os dados considerados pelo INPE até agora.

Então, eu acho que nós vamos ter um papel fundamental para o entendimento disso tudo e poder cooperar aqui Brasília para que os órgãos ambientais realmente consigam fazer essa regularização, que o INCRA consiga fazer a regularização porque ela já estava prevista a fazer de cinco em cinco anos e não foi. Já desde 92 me parece ou de 2002 nunca mais foi executada.

Então, já por falta de pessoal e condições de aparelhamento do próprio INCRA para executar esse serviço. Além disso, o georeferenciamento que também está andando que tem o seu prazo... Foi ampliado em 2005, quando eu estive aqui no Senado, nós conseguimos a ampliação do prazo de áreas até mil hectares porque estava já caindo para serem obrigatória a efetivação do georeferenciamento, mas infelizmente a superintendência do Mato Grosso consegue aprimorar ou efetivar ao redor de 200 processos de georeferenciamento por ano, quando a demanda é de quatro, seis, mil. Então levaria 20 anos para terminar o que está hoje em carteira, em processo dentro da superintendência.

Então eu vejo que tem uma disparidade muito grande entre o que se decide em Brasília tanto pelo Ministério Meio Ambiente, pelo INCRA, pela legislação vigente e a capacidade dos órgãos governamentais de estar auxiliando, fiscalizando, controlando e procedendo o auxílio ao que foi determinado como esse Decreto 6321. Então nós precisamos avaliar, rever e auxiliar para que realmente tenha êxito todos esses procedimentos. Obrigado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito Júnior com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria só de parabenizar também essa Comissão, cumprimentar V.Ex^a e parabenizar aqui o Senador Flexa Ribeiro, autor do requerimento que cria essa Comissão, e antes de entrar nesse assunto, registrar, eu falei aqui, quando falava aqui o Senador Gilberto Goellner que Rondônia também fez o seu zoneamento, foi acho que um dos primeiros Estados que praticamente teve seu zoneamento aprovado pela Assembléia Legislativa discutido com a toda a sociedade do Estado da Rondônia, o zoneamento Sócio-Econômico Ecológico.

Nós temos as nossas áreas indígenas, as nossas áreas de reservas todas demarcadas, Rondônia tem feito o dever de casa como nunca, e às vezes nós estamos fazendo os nossos pronunciamentos aqui na Casa, principalmente nessa questão da operação de arco de fogo e às vezes somos até confundidos, ou de repente, até por uma política voltada contra os Senadores que às vezes... Não estou criticando aqui a operação arco de fogo, eu só estou pedindo mais cautela e eu não quero defender quem trabalha na clandestinidade, quem trabalha na criminalidade, não. Eu quero defender os madeireiros, que eu conheço os madeireiros do meu Estado, os madeireiros do Estado de Rondônia que aonde passou a operação arco de fogo que eu sei de várias madeiras que já passaram e que os dados que estão lá, oferecidos pela madeireira, pela própria SEDAM, que é órgão estadual, estão batendo com a fiscalização que está sendo feita pela operação.

Há amanhã, na quarta-feira, uma audiência que a Ministra Marina Silva marcou com o Senador Valdir Raupp, eu quero até cumprimentar o Senador Valdir Raupp que ele consegue... é mais ligeiro do que nós, nós estamos fazendo isso desde o ano passado, nós estamos tentando fazer essa reunião com a Ministra Marina Silva, nós estamos pleiteando que ela atenda aos Senadores da Região Amazônica que estão envolvidos nesta operação, para que nós pudéssemos de repente, até propormos alguma, acharmos um meio termo nessa discussão com a Ministra. V.Ex^a sabe disso, que é um requerimento, se eu não estou enganado, acho que do Senador Flexa Ribeiro, que pedimos aqui a interferência também, não por entender que é responsabilidade dele do Senador Sibá Machado, mas por entender da ligação do Senador Sibá Machado com a Ministra Marina Silva, que representa como primeiro suplente aqui a Ministra Mariana Silva, e que representa o Estado do Acre tão bem como o Senador Sibá Machado e que é um líder.

Então, o pedido que nós estávamos fazendo, de repente o Senador Valdir Raupp conseguiu com uma certa... Até porque, existe uma liderança muito gran-

de do PMDB aqui nesta Casa, mas é uma audiência que praticamente esta audiência está indo quase que sozinha. Seria importante que nós tivéssemos uma conversa com a Ministra Marina Silva e agora por intermédio, eu acredito, que dessa Subcomissão, eu acho que não vai ter como fugir disso, nós vamos ter que, acredito até, que fica aqui já como sugestão, acredito que o Senador Flexa Ribeiro já deixou mais ou menos um indicar que a nossa primeira reunião acontecesse com a Ministra Marina Silva, para que dali nós pudéssemos estabelecer um calendário e uma agenda para os Estados brasileiros.

Enfim, eu quero cumprimentar aqui o Senador Flexa Ribeiro, e mais uma vez fazer esse apelo ao Senador Sibá Machado, para que faça Senador Sibá Machado essa reunião, não com um ou com outro Senador, mas que faça com todos os Senadores que estão preocupados, envolvidos e, inclusive, não só com os Senadores. A assembléia do meu Estado aprovou pelos 24 Deputados Estaduais. É uma alternativa, dando sugestões para a Ministra. E de repente nós pudéssemos trazer, eu poderia trazer alguns representantes do meu Estado, o Senador Flexa Ribeiro também do Estado dele, o Senador Gilberto Goellner também do Mato Grosso.

E para finalizar, eu gostaria de fazer um lembrete aqui, uma lembrança aqui, que o Senador Jayme fez um requerimento pedindo a criação de uma Comissão e esse requerimento foi aprovado no Plenário do Senado para que fosse destinado cinco Senadores, uma Comissão criada pelo Senado para que pudessem acompanhar o que está sendo feito por esta operação no País.

Eu não sei se fosse como título de sugestão, o Senador Jayme parece que é não membro dessa Comissão, como se --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Trabalhar em conjunto

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É, como título de sugestão, mas para que não crie uma Comissão lá, para que crie uma Comissão aqui, de repente chamarmos o Senador Jayme, e discutirmos a possibilidade da fazermos uma Comissão em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a sugestão de V.Ex^a e queria fazer um breve comentário, com relação a oportunidade da criação desta Comissão que se propõe a acompanhar essa Comissão que se propõe a acompanhar essa crise ambiental na Amazônia.

É muito provável que essa crise ela decorra também de uma omissão nossa. Essa Subcomissão, seguramente, vai produzir elementos e subsídios que

contribuirão muito para que esta Casa e, sobretudo a Câmara dos Deputados possam definitivamente se manifestar sobre a Medida Provisória 2166, que foi reeditada 64 vezes, congelada, parou de ser reeditada e foi discutida no País inteiro, ouvindo opinião de todos os segmentos envolvidos e interessados e não mereceu a aprovação final desta Casa. Foi votada no Senado, mas não foi votada ainda na Câmara dos Deputados.

E seguramente remeteria para essa colocação de V.Exª fez aqui que seria a observância do zoneamento Agro-Econômico Ecológico que cada Estado ficaria obrigado a fazer para resolver, definitivamente, o uso adequado do solo no seu território.

Então, é muito importante o funcionamento dessa Comissão e seguramente vai contribuir para que nós eliminemos esse *vacatio legis*, para que nós possamos, definitivamente, levar elementos para que a Câmara dos Deputados possa decidir a respeito dessa Medida Provisória que está vigendo sem a manifestação da Câmara dos Deputados. Senador Flexa Ribeiro V.Exª ainda quer se manifestar a respeito, tem V.Exª a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, Presidente, Leomar Quintanilha, Srª. Senadora e Srs. Senadores eu quero parabenizar o Governo do Estado do Mato Grosso através do nobre Senador Gilberto Goellner, por estarem ou terem aprovado o zoneamento Econômico Ecológico. Ele quando se pronunciou disse que era o primeiro Estado. É o terceiro Senador, o primeiro foi Rondônia, o segundo Pará que teve aprovado o seu zoneamento Econômico Ecológico por unanimidade depois de uma discussão que ultrapassou 12 meses e aprovado com todos os segmentos da sociedade. E foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa.

Lamentavelmente nós ainda no Governo do Governador Simon Jatene, em 2006, estivemos com a Ministra Marina Silva, propondo, pedindo a ela que ela pudesse permitir a implementação do zoneamento, porque o que foi aprovado foi o macrozoneamento, precisa fazer o detalhamento e implantar esse detalhamento. Só que a legislação dizia que a implantação teria que ser feita de um todo, o Estado como um todo. Naquela altura, numa audiência com a Ministra, nós solicitávamos a ela o então, Governador Simon Jatene e eu, de que ela permitisse que fosse implementado à medida que se fizesse o detalhamento por região ou por Município.

Ela concordou e passou um ano e seis meses para que o Presidente da República assinasse o Decreto agora, autorizando que a implantação pudesse ser feita, não de uma vez, por inteiro, mas à medida

que ele fosse detalhado por Município ou por micro-região do Estado.

Isso vai possibilitar resolver eu não tenho dúvida que o caminho Senador Leomar Quintanilha, e esta Comissão tão bem presidida por V.Exª tem essa responsabilidade e importância, o caminho para nós dirimirmos toda essa questão ambiental, não só na Amazônia, mas no Brasil como um todo é o Governo Federal dar as condições para que os governos dos Estados, todos os Estados da Federação Brasileira façam seu zoneamento Econômico Ecológico. Definam qual a área de preservação, qual a área de uso intenso, qual a área de manejo, ou seja, para que os atores do processo de desenvolvimento do Estado possam ter garantia e a certeza aonde é que eles podem trabalhar, onde eles podem desenvolver os seus projetos.

E eu queria, pedindo autorização a V.Exª como Presidente eleito da Subcomissão que vai tratar de acompanhar a questão ambiental na Amazônia, convidar o nobre Senador Expedito Júnior para que ele pudesse aceitar a função de Relator. Eu faço isso para dar uma demonstração ao Governo de que escolhi como sugeri ao Presidente, a escolha é sua, como vice-Presidente da Comissão, Senador Sibá Machado da base do Governo e como Relator da Comissão o Senador Expedito Júnior da Base do Governo, que é a demonstração de que nós pretendemos com a sua liderança na Presidência da Comissão de Meio Ambiente fazer um trabalho que leve aos objetivos que todos nós amazônidas pretendemos alcançar, que se defina de uma vez por todas qual o projeto que o Brasil tem para a nossa região. O quê é que o Brasil, quando eu falo Brasil eu falo de seu Governo, pretende que a Amazônia represente para nós.

Ela é cobijada, internacionalmente, mas me parece que não há nenhuma atenção do Governo Brasileiro com relação a região Amazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu cumprimento V.Exª pela escolha, pela composição da direção da Comissão, uma demonstração inequívoca da seriedade e da responsabilidade com que a Comissão encara a tarefa que se propõe a executar.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar a equipe toda de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nossa ilustre vice-Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Os Senadores presentes e dizer da minha satisfação em poder participar desse Fórum que foi instalado hoje de acompanhamento do Fórum nacio-

nal, do Fórum das Américas, do Fórum internacional da água. Ser presidida pelo Senador Sibá Machado, como vice-Presidente da nossa Subcomissão, o Senador Renato Casagrande e, portanto, para mim e para o meu Estado isso é importantíssimo.

Eu quero aqui ainda informar e lembrar, embora, seja do conhecimento de todos, que o meu Estado Mato Grosso do Sul, tem o aquífero Guarani que passa por quase toda a extensão do meu Estado. Integra ali a Bolívia, o Paraguai, e outros Estados brasileiros, portanto, a América está ali representada também por algo que é importantíssimo e vital para a povo brasileiro e para a humanidade.

Além disso, Mato Grosso do Sul, ele tem como limites no seu lado Leste e Oeste dois grandes rios, o Rio Paraná é o nosso limite de um lado e o Rio Paraguai é o limite do outro lado. Então são dois grandes rios, rios de integração, não só nacionais, mas internacionais já que o Rio Paraguai é um grande escoadouro de riquezas até o Porto de Palmira no Uruguai com a Argentina, mas também nós temos o Pantanal que é uma dádiva da humanidade e que também é um orgulho para o sul-mato-grossense.

Portanto, Sr. Presidente, eu não tinha como ficar longe dessa Subcomissão. Eu achei que era importantíssimo que a gente pudesse estar presente, ajudar o Presidente Senador Sibá Machado, o vice Renato Casagrande, num trabalho de fôlego que esse Congresso possa dar uma referência ao Brasil, num trabalho efetivo de quem está vivendo, de quem sabe dos problemas, mas principalmente, de todos aqueles que acreditam que a manutenção e a preservação dos nossos recursos hídricos são fundamentais para que a humanidade possa continuar existindo.

Portanto, eram essas as minhas considerações e agradecendo ao Presidente Senador Sibá Machado pela oportunidade da estarmos trabalhando juntos por algo que nós acreditamos com toda fé. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço a manifestação de V.Exª ilustre Senadora Marisa Serrano que é a vice-Presidente e que conduz conosco nos trabalhos dessa importante Comissão. Senador Sibá Machado tem V.Exª a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em primeiro lugar, Presidente, fazer um convite antecipado à Senadora Marisa Serrano para ser a Relatora da Submissão das Águas, se ela aceitar vamos convencer os demais de que já temos então uma relatoria nominada. Segundo, tratando um pouco da Subcomissão que vai tratar da questão da crise ambiental é... eu queria fazer uma reflexão com os Senadores que eu já perambulo

pela Amazônia desde o início dos anos 70, quando para lá minha família chegou em 1971, no Estado do Pará, e acho que conheço todos os Estados, não tão profundamente, como o caso do Acre, Pará e Rondônia, são os três que eu conheço mais profundamente, não tanto o Mato Grosso, Tocantins, Amapá, Roraima e Amazonas, mas dá para ter uma idéia.

Nós estamos na chamada última fronteira de expansão da economia do País, isso é inevitável, entendemos muito bem que uma economia que vai bem, ela além de procurar a verticalização, ela também inevitavelmente tem que se expandir para os lados, horizontal. E pior ainda quando ela não tem a verticalização, porque ela vai de maneira muito danosa no sentido horizontal.

Isto está posto desde a revolução verde quando esta insistência de um novo marco para a agronomia do mundo pudesse aproveitar terrenos que, até então, se parecia impossível de uma prática econômica. E vide o caso de Israel, que dá um show numa produção agrícola em terrenos, que qualquer outro povo que morava, residia ali na região abdicava da possibilidade de produzir tão bem como é o caso dos israelitas.

Então aqui no caso do Brasil, de maneira bastante desapassionada, nós já temos um indicativo de uma área desocupada no País, das chamadas 350 milhões de hectares que o País tem em disposição para uma prática agrônômica e pecuária, de agricultura e pecuária, e outros ativos da economia, é preciso a gente considerar qual dessas áreas, esse zoneamento tão solicitado hoje para a País, ou pelo menos para as chamadas três maiores regiões do País, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, quando a gente vê os Estados fazendo esse trabalho de fazer o seu zoneamento, eu ainda assim tenho uma preocupação porque eu acho o que primeiro Estado da Amazônia a nos oferecer um zoneamento foi Rondônia, na sequência veio o Estado do Acre e agora temos o Estado do Mato Grosso e o Estado do Pará, o mais antigo é de...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Permite um aparte Senador?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É o de Rondônia na sequência ao de Rondônia veio o Estado do Acre, e do Acre então o Estado do Pará e depois o Estado do Mato Grosso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Permite um aparte?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sim.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O Estado do Mato Grosso já tem esse macrozoneamento que é na relação de um para um milhão há muito tempo, e de acordo com o Decreto 4237 de 2002,

há necessidade de todos os Estados realizarem esse novo padrão de escala que é um para 205 mil.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Para 250 mil. Exatamente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então, o que o Mato Grosso atingiu e concluiu, é dentro...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Foi isso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É esse, então é.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Mas é o nosso caso também.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois é, mas esse foi então o primeiro por que ele inclui a interação social. É o sócio-econômico ecológico com a interação social, então, esse, realmente, os outros Estados vão precisar realizá-lo, sendo que Mato Grosso já o concluiu e que está sendo agora procedido a aprovação. E ele realmente estabelece todas essas nuances da interação entre o bioma, floresta, o bioma cerrado, então essa interação que existe entre os dois biomas ele passa a ser melhor elucidado nessa relação de escala de um para 250 mil.

Então, eu só gostaria de fazer essa ratificação e dizer que dessa forma o Estado de Mato Grosso conseguiu então concluir esse trabalho e ele está sendo discutido e agora vai à aprovação da assembléia, sendo que o anterior, que era na relação de um para um milhão, já está concluído há muito tempo e precisou então que se estabelecesse outro de acordo com a necessidade de atender ao Decreto Lei 4237 de 2002.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu concordo com V.Ex^a, mas o que eu estou querendo levantar é o seguinte, claro o Acre também é de um para 250 está na última fase que é a sanção presidencial, já está à mesa do Presidente da República para fazer a sua sanção no caso do Pará eu não sabia qual era a escala, mas eu sei que também já está numa fase bem avançada.

Mas o que eu quero levantar é o seguinte quando o Estado faz o seu mapa, nós estamos desconsiderando uma outra coisa que aí é onde eu quero levantar para a gente ter um certo cuidado, nós temos uma gestão sobre o bioma amazônico que é muito grande e a interligação embora que ela tenha chamado descontinuidade em alguns pontos, mas ela forma o seu mosaico completo.

Então nós temos ali, a transição entre o cerrado para o bioma amazônico, a floresta tropical, nós temos outra transição que é da caatinga também para isso que são as matas de cocais, nós temos dentro do epicentro da Amazônia algumas realidades como é o caso da chamada várzea que é muito comum em Es-

tados como é o de V.Ex^a. Nós temos ainda o caso de Roraima que são campos, e temos ainda em pontos do Estado de Rondônia, pontos da Pará, e me parece que do Amazonas cerrado, cerrado sem nenhuma continuidade.

Mas esta complexidade e ainda mais os oito, nove países, vizinho que têm interligação com o bioma se a gente não tiver um cuidado e uma gestão mais coletiva, mesmo que um Estado fazendo o seu dever de casa, mas ele pode à luz de seu próprio entendimento dizer: “eu posso cortar uma interseção de um corredor biológico aqui, porque para o meu Estado eu estou compensando de determinada forma”, acontece que talvez daquele corte para dentro do Estado possa ter uma certa viabilidade Sr. Presidente, mas no mosaico geral da Amazônia isto é um problema.

Então, eu digo isto para V.Ex^a porque circular o caminho natural dos rios seria o critério, digamos assim, mais plausível. Quando a gente coloca uma hidrelétrica dentro de um Estado e olhando aquele Estado, nós não estamos olhando para toda a influência que essa água vai ter a montante. É uma situação como os bolivianos reclamaram quando se fala da hidrelétrica do Rio Madeira, porque inevitavelmente por menor que seja a barreira do rio na hidrelétrica, inevitavelmente nós vamos ter a chamada cota mais alta. E nessa cota mais alta tem um... Os acreanos não têm muito lugar para tomar banho assim na região vale do rio Acre ou vai para o extremo Oeste do que é Cruzeiro do Sul ou vai para vizinho Estado de Rondônia para tomar um banho perto de uma areia mais bonita.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Naturalmente que não é por falta de água, naturalmente não é por falta de água é a facilidade de aproximação.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Falta um ambiente natural para se tomar um banho mais aconchegante e esse ponto vai ser coberto pela água. Então, o que os bolivianos estão dizendo que é toda esta possibilidade dessa riqueza também do entorno do rio poderá ser interferida.

Tem um projeto aqui que tramita no congresso, se não me engano é do Senador Tião Viana, falando que ao se trabalhar a licença ambiental de uma determinada hidroelétrica que se possa considerar tudo que está acima dela também, mas se a gente for levar em consideração é o rio inteiro porque corta todo um corredor biológico também porque determinadas espécies não poderão mais usufruir do rio inteiramente.

Então é neste caso que eu pediria que a gente tenha um certo cuidado quanto a isso e ainda tem por último Sr. Presidente a expectativa da propriedade. Na expectativa da propriedade eu até tive um momento com a Vale do Rio Doce, quando nós estávamos discutindo

o biodiesel nos primeiros momentos aqui nessa Casa. Eu digo para V.Ex^a que acho que fui um dos primeiros Senadores a levantar este assunto aqui na Casa, foi no início de 2003. E já dizia para o pessoal da Vale do Rio Doce naquele momento: “olha, se vocês vão discutir biodiesel por que é que vocês têm que comprar a terra, plantar, produzir e usar? Por que tem que ser assim? Por que a gente não faz o mínimo à socialização em etapa da cadeia produtiva?” Porque o que a Vale do Rio Doce precisa é de um óleo um pouco mais barato e um palco mais limpo. Isso, pronto, perfeito.

São 700 milhões de litros naquela época que utilizavam nas máquinas e por que não pega, sejam os assentamentos ou médios proprietários do chamado Arco do Fogo daqueles que já fizeram a incidência sobre desmatamento e faz um reaproveitamento até com cobertura florestal de oleaginosas que venham a fazer o produto final da empresa, coçaram a cabeça e vieram a este Senado Federal senão nesta sala, mas aqui vizinha, e fizeram um retrato do custo da produção do biodiesel deles, o item mais caro era exatamente a aquisição da terra.

Então se a gente tiver um certo cuidado sobre todos esses pontos, eu acredito que nós encontraremos uma saída muito interessante para o País inteiro. O que eu quero para ir resumindo Sr. Presidente, encerrando. Eu acho que a nossa região foi acertada quando transferiram para lá o chamado Parque Industrial de Manaus, porque descentraliza uma região nossa que diziam que só tinham os bichos, só tinham os indígenas e mais ninguém lá, então nós temos lá um Parque Industrial que trabalha sobre a mais alta competência tecnológica de qualquer outro Parque Industrial do País, foi corretamente acertado.

Quando a gente transforma determinados passivos em condições de desenvolvimento econômico, vamos falar dos resíduos em geral, que são tirados da Amazônia, mas vamos falar de outras coisas também e aí digo para V.Ex^a que já encerro de vez. Quando a gente discute a distribuição também das riquezas do País, aí a gente não entra na equação porque a Amazônia é vista como quem pode de empresários do Centro-Sul investir lá, e digo, um caso de um grande banqueiro do passado que soube depois que de um bilhão de investimento na região através de SUDAM, 700 milhões voltaram para empreendimento do Centro-Sul, então este caminho Sr. Presidente, é um caminho que nós não queremos.

Então seria muito importante que a gente colocasse no mapa dessa discussão toda, o custo geral. A Amazônia é quem manda a energia do Brasil, boa parte da energia do Brasil. Quanto ficará para nós daqui para a frente? A Amazônia é que manda o gros-

so da chamada matéria prima, quanto dessa matéria prima, obrigatoriamente, vai ter que ser beneficiada na nossa região para também gerar o que é bom de outras regiões?

E por último, quanto custa, e quanto fica a distribuição financeira para toda a comunidade? E aí digo para V.Ex^a por quê? Um dia o minério de Carajás vai acabar, se vai 200, 300 ou 400 anos, mas um dia vai acabar, vai virar um buraco como virou Serra Pelada que era um morro de ouro, Sr. Presidente, e virou um buraco de lama é... para juntar mosquito da dengue da malária é sei lá do que mais.

Então esse tipo de investimento que eu considero que está errado então, e é preciso a gente aproveitar para fazer um debate sobre o conjunto das coisas, porque aí eu acredito que a gente envolve de A a Z, todos os atores da região vão se sentir contemplados, e aquilo que é um Estado de desânimo, ou de animosidade mais de guerra, vai virar um ambiente de paz de alegria e todo mundo vai participar então é o que sugiro à V.Ex^a e à Subcomissão agora presidida pelo valioso Senador Flexa Ribeiro, que eu com muita honra quero estar junto e prestar as minhas opiniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, V.Ex^a tem plena razão sobretudo quando mencionou muitas questões relevantes...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): ... Mas quando fala na distribuição das riquezas, por exemplo, a geração de energia elétrica é muito requerida hoje, madeira... no Norte, na região Norte sobretudo, na região Amazônica sobretudo... A legislação acaba sendo injusta com essas regiões, porque o principal imposto incidente sobre a geração de energia ele é cobrado do consumo.

Então nós geramos a energia elétrica, e quem recebe os dividendos desses recursos, ou seja, os impostos sobre esse recursos, são as regiões consumidoras, naturalmente aquelas de maior densidade demográfica normalmente as regiões Sul e Sudeste. O Tocantins, por exemplo, o Rio Tocantins é uma dádiva da natureza, ao ser aproveitado todo o seu potencial energético ele vai se transformar numa verdadeira cascata.

Nós ficamos com os impactos ambientais, mas o resultado está ficando com as regiões que consomem mais a energia, nós no Tocantins consumimos hoje cerca de 10% da energia ali gerada, os 90%, os recursos estão indo exatamente para as regiões mais ricas, quer dizer, essa divisão precisa ser revista para que as regiões mais ricas do Brasil não continuem mais

ricas e as pobres continuem cada vez mais pobres. É preciso que haja uma revisão disso.

Eu queria comentar também que o Tocantins, o Estado do Tocantins também já tem o seu zoneamento Agro-Econômico Ecológico. Senador Goellner, tem V.Exª a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

O Sr. me permite? Como foi citado aqui o requerimento do Senador Jayme Campos que foi aprovado em plenário para ser constituída também uma Comissão com a mesma finalidade que é verificar o desmatamento na Amazônia, eu sugiro à V.Exª que se coloque, então, a disposição os nossos nomes, mas que quem sabe seja incluído pessoas como o Senador Mozarildo Cavalcanti, que tão bem defende todo esse sistema amazônico e que se coloque então a disposição os nomes aqui colocados nessa Comissão, para quem sabe seja trocado algum dos componentes dessa nossa Comissão porque vai precisar ser constituído, pelo que eu entendo, uma Comissão única. É nesse sentido? O senhor acha que dá para compor as duas numa só?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu creio que nós podemos funcionar as duas Comissões. Agora a idéia que eu ouvi é que a Comissão proposta pelo Senador Jayme Câmara(F) viesse para o âmbito da Comissão do Meio Ambiente, eu tenho a impressão que a isso possa acontecer, porque o assunto é pertinente.

Vamos ver qual é a decisão da mesa, eu creio que a mesa deverá fazer isso, ou constituir uma Comissão independente da Comissão do Meio Ambiente. De qualquer forma, nós vamos conversar com o Presidente para que se ele, assim decidir, inclua Membros da Comissão do Meio Ambiente na Comissão que ele virá a constituir.

Antes de encerrar a presente reunião nós gostaríamos de relembrar que na próxima semana, dia 08 de abril, nós teremos a realização daquela Audiência Pública que havia sido adiada na semana retrasada com foco sobre as ações da ANA e nós temos aqui representando a ANA, o Dr. Cláudio Antônio de Mauro, nós queremos realizar finalmente esse Audiência Pública para ouvir do Diretor da Agência Nacional das Águas o Dr. Benedito Braga, e mais vários representantes de outras entidades da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, talvez, através do Sr. Presidente, Deputado André de Paula, da Comissão da Amazônia, deverá ser representada pela Deputada Vanessa Grazziotin, a ANA, seguramente também estará com Sr. Presidente José Machado. Do Conselho Mundial da Água o Dr. Benedito Braga, um representante do Ministério do Meio Ambiente, possivelmente o Sr. Luciano Zica, o SEMAD, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente

do Mato Grosso através do Dr. José Carlos Carvalho, e o Conselheiro Fernando Lima Coimbra, do Ministério de relações exteriores.

Isso tudo para subsidiar a participação do Brasil no 5º Fórum Mundial da Água que será realizado no período de 16 a 22 de março, organizado pelo Conselho Mundial da Água e pelo Governo da Turquia.

Nada havendo mais a tratar agradeço a presença dos Srs. Senadores e está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h13.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2008, ÀS 14:30 HORAS.

Às quatorze horas e sete minutos do dia oito de abril de dois mil e oito, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, com a presença dos Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER** e **EXPEDITO JÚNIOR**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Presente também o Senhor Senador **JAYME CAMPOS**, Presidente da Comissão Especial do Risco Ambiental. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à apresentação do Plano de Trabalho pelo Relator da Subcomissão Senador **EXPEDITO JÚNIOR**, que dispõe o seguinte: visitar alguns dos Municípios atingidos pela Portaria 33/2008 do MMA: Belém, Tailândia, Breves e Paragominas, no Estado do Pará Belém; Machadinho do Oeste; Burity; Porto Velho (Ponta do Abunã) e Vilhena, no Estado de Rondônia; municípios do Estado do Mato Grosso; Audiências públicas com: Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; Presidente do Conselho Diretor do Imazon – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia; Chefe Geral da Embrapa Satélite; Repre-

sentantes do setor produtivo – Madeiros, Agricultores e Pecuaristas; Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária (do INCRA); Secretários de Meios Ambiente (na Amazônia); Representantes de Assentados pelo INCRA (alternativas econômicas); Personalidade para debater sobre a questão indígena; Personalidade para debater sobre os estrangeiros na Amazônia; Personalidade para debater sobre um modelo sustentável para a Amazônia (potenciais e estratégias); Governadores de Estados da Amazônia Legal; Ministros da Agricultura, Meio Ambiente e da Justiça; Solicitar da consultoria do Senado estudo do arcabouço legal relevante e da Medida Provisória nº 422/2008 e outros estudos disponíveis (questão agrária, desmatamento etc.) que sejam considerados úteis para distribuição aos membros da Subcomissão; Encerrada a discussão, o Plano de Trabalho é colocado em votação e aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores **JAYME CAMPOS** e **GILBERTO GOELLNER**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 8-4-2008

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia. No âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. A presente reunião destina-se a apresentação por parte do nobre relator, Senador Expedito Júnior, do plano inicial de trabalho para que possamos aprová-lo, discuti-lo, melhor dizendo, aprová-lo e iniciarmos os trabalhos da Comissão no âmbito do acompanhamento da crise ambiental da Amazônia Brasileira. Nós temos aqui, quero registrar a presença do eminente Senador Jayme Campos, que autor de um requerimento no plenário do Senado Federal em que propunha a criação, como foi criada, aprovada por unanimidade dos Senadores, de uma Comissão Externa do Senado Federal que tem, também, o objetivo de acompanhar a questão desta crise por que passa a Amazônia Brasileira. Então, seja bem-vindo Senador Jayme Campos de participar da nossa Subcomissão e vamos, ao longo desta reunião, trocar algumas opiniões no sentido de trabalharmos em conjunto, tanto a Subcomissão da Comissão de

Meio Ambiente, quanto a Comissão Externa do Senado Federal. Eu passo a palavra ao relator, o Senador Expedito Júnior, para que ele possa apresentar o seu plano de trabalho da Subcomissão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Senador Gilberto, Senador Jayme, na nossa reunião passada, eu fiz aqui uma colocação, inclusive não estava presente o Senador Jayme, e eu fiz aqui uma solicitação para que nós pudéssemos fazer esse trabalho em conjunto. Eu não sei a maneira que nós poderíamos fazer isso, Senador Jayme, mas eu fiz questão de na criação da Subcomissão aqui de lembrar da criação da Comissão dos Senadores que V. Exa. estava propondo já na Casa, no Senado, para que nós pudéssemos investigar aí ou verificar essa crise ambiental. E naquele dia eu já estava preocupado com essa questão de, de repente, termos uma Comissão no Plenário do Senado e outra Subcomissão aqui da Comissão do Meio Ambiente. Então, a nossa proposta foi no sentido de que acreditaríamos que era possível nós fazermos, de repente, até um relatório em conjunto, de repente, até discutirmos as nossas ações em conjunto, porque, de repente, sai a Comissão do Senado para Rondônia e sai a Subcomissão do Meio Ambiente para o Pará, quer dizer, fica assim até uma situação acho que um tanto quanto deselegante para a Casa. Então, eu fiz essa sugestão, inclusive no dia, a sugestão que eu propus aqui na Subcomissão era que V. Exa. fosse indicado, também, para participar dessa nossa Subcomissão. Mas aí veio aquela questão do debate que V. Exa. não era membro da Comissão, mas essa Casa aqui nós estamos quebrando o interstício toda hora, de repente, termos aí um membro mais para poder acompanhar, com certeza, vai nos ajudar e muito.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, prezado amigo particular, Senador Expedito Júnior, eu quero apenas dizer que é muito oportuno, sobretudo quando V. Exa. propõe aqui a junção de esforços, que será feito pela Subcomissão de Meio Ambiente e pela Comissão Externa criada pelo Senado para apurar, naturalmente, os acontecimentos, sobretudo, “auditar” os números divulgados pelo Governo Federal, principalmente através do INPE, eu acho que é saudável. Seria muito mais fértil fazermos essa fusão, sobretudo o esforço de todos nós Senadores, que participamos dessa Subcomissão, como também da Comissão, nomea-

do, certamente, pelo Senado Federal e fazermos um trabalho em conjunto, visitamos o Estado do Mato Grosso, o Estado do Pará, o Estado da Rondônia, enfim, discutirmos com a maior amplitude possível esse assunto que é muito preocupante, Senador Flexa, na medida em que o Governo Federal, além de baixar o Decreto nº 6321 que, lamentavelmente, prejudica sobremaneira o meu Estado do Mato Grosso, agora, na semana passada, ele ampliou através não de um decreto, mas de uma portaria, não são apenas 19 municípios especificamente do Mato Grosso, agora são 86 municípios que o Governo Federal, através de uma política nefasta, quer inserir dentro do bioma na Amazônia, sem nenhum fundamento, sem nenhuma procedência, tendo em vista que alguns municípios que eles querem inserir são municípios que já estão há mais de 200 anos, que foram criados do Ciclo do Ouro, do Ciclo do Diamante, não tem nada haver com o bioma da Amazônia. De tal forma que eu quero pedir a V. Exa., Sr. Presidente, da mesma forma nosso companheiro relator, Senador Expedito, que vamos agilizar, que é uma preocupação, há uma angústia que nós estamos vivendo em Mato Grosso, é uma preocupação tão grande que a sociedade hoje está, realmente, numa situação de calamidade pública, tendo em vista que não sabe em quem confiar e com todo o respeito que eu tenho ao próprio Governador do meu estado, lamentavelmente, está lavando as mãos, com todo o respeito que eu tenho a ele, eu acho que é um assunto preocupante, até porque você imagina, rasgou-se o Pacto Federativo, havia um convênio entre o Governo Federal, através do IBAMA com a Secretaria do Meio Ambiente e foi rasgado. Hoje o que nós estamos vivendo lá é ser afrontado pela Força Nacional, pela Polícia Federal, pelas forças de repressão deste Governo, que é um Governo que está agindo pior do que no tempo da Ditadura Militar. Eu sou jovem, mas não tão jovem, mas recordo muito bem na década de 70, foi um Governo perverso, um Governo da Ditadura, que foi um Governo que, lamentavelmente, cometeu uma série de injustiça, essa série de injustiça está sendo repetida agora, no Governo Lula, que se diz um Governo democrático, um Governo que defende os interesses da nossa população, não é verdade. Em Mato Grosso é muito pelo contrário, o que está havendo é uma perseguição, é um clamor popular e nós não sabemos a quem recorrer, de tal forma que eu peço a V. Exa que vamos, se possível esta semana, já instalar essas duas Comissões, fazer a fusão e começarmos, a partir da semana que vem já começamos a trabalhar na defesa dos interesses, sobretudo, que é bom que se esclareça, não estamos aqui para defender ninguém que esteja à margem da lei, nós queremos fazer com

que esse estado volte a ser, verdadeiramente, o estado democrático de direito, em que nós podemos, com certeza, realmente, saber a quem confiar e saber, de fato, as verdades do que está acontecendo hoje na atual conjuntura em relação à política ambiental que o Governo Federal quer implantar na marra e na força na região do nosso estado, que compõe o bioma da Amazônia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Jayme Campos e perguntaria a V. Exa. se a Comissão Externa do Senado Federal ela já foi... Já teve seus membros indicados pelos partidos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pelo que eu tenho conhecimento o PMDB já indicou, o Democratas já indicou, o PTB já indicou, me parece que está faltando apenas partidos, ou seja, os pequenos partidos que compõe a base aliada do Governo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O PSDB também já fez a indicação.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Já indicou o PSDB, então, falta apenas um, eu imagino que hoje já foi indicado também. No dia de hoje eu acho que está faltando apenas um membro para ser indicado. Neste caso, eu imagino que já teremos as condições suficientes para nós levantarmos os nomes das pessoas e constituirmos o grupo de trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Podemos agilizar esse processo para que a gente faça... O nosso relator vai apresentar o seu plano de trabalho, que como bem disse V. Exa., face a emergência que necessita as ações das duas Comissões para que nós possamos começar a visitar os estados a partir da próxima semana, e se possível já em conjunto. A nossa Comissão, nós temos uma vaga do Senador Cícero Lucena, que requereu licença de 120 dias, e V. Exa. poderia, pelo bloco da minoria, fazer a liderança do DEM, fazer a sua indicação para também compor a Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Flexa, se for regimentalmente permitido, com certeza, eu vou pedir ao meu líder, Senador José Agripino, que me indique para nós fazermos parte, eu ou o ilustre companheiro Senador Gilberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Gilberto já faz parte.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Já faz parte?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Já faz parte.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Estamos à disposição para participarmos dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SEN. FLEXA RIBEIRO (PS-DB-PA): Obrigado. Eu passo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu tenho um levantamento aqui que tanto na Comissão do Meio Ambiente há duas vagas aí do bloco da minoria que, de repente, V. Exa. poderia ser indicado, inclusive, ainda pelo bloco e participar da nossa Subcomissão, como membro da nossa Subcomissão. E eu fiz aqui, Sr. Presidente, é lógico que eu não vou fazer aqui já uma agenda, um plano de trabalho já pronto, completo. Eu estou fazendo a sugestão aqui, inclusive isso discutida com a sua assessoria, também, já, de repente, de nós iniciarmos os trabalhos já no próximo dia 16/04, próxima semana. Nós faríamos aqui, é próxima quarta-feira, a sugestão que eu ia fazer é, de repente, nós aproveitarmos as... Nós vamos ficar aqui só no caso terça-feira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone] Terça e quarta?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Terça e quarta e viaja na quarta à noite e faríamos quinta e sexta, porque aí ficaria o sábado e o domingo para ainda retornarmos às bases, retornarmos aos estados e nós faríamos na quinta-feira e sexta-feira. Então, nós começaríamos no dia 16/04, nós iríamos iniciar aí pelo Pará e nós iríamos visitar na quinta-feira. —

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): S.Ex^a, Sr. Relator Expedito Júnior, esse cronograma ainda vai ser estabelecido?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Discutido.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Vai ser discutido ainda, né?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Discutido.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ótimo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Próxima quinta-feira, dia 16, na quarta a noite nós já viajaríamos para o Pará e na quinta de manhã nós faríamos Tailândia... hã? Breves, de manhã Tailândia e de tarde Breves. Na parte da tarde, aliás, na sexta-feira, nós faríamos Paragominas e Belém. E há uma sugestão aqui de reunião na FIEPA, com participação do Governo do Estado. No dia 23/04, que seria já na outra semana seguinte, de repente vocês vão falar assim: “Vocês estão puxando a sardinha para o Pará e para Rondônia”. Eu estou fazendo a sugestão para que nós pudéssemos nos deslocar a Rondônia, viajaríamos,

também, na quarta-feira e na quinta-feira nós faríamos visita ao Município de Machadinho do Oeste, que é um dos maiores problemas do nosso estado, e ao Município de Buritis. E nós iríamos pernoitar no Município de Vilhena, nós pernoitaríamos no Município de Vilhena e depois deslocaríamos para Porto Velho, na Ponta do Abunã, ali já divisa, fazendo divisa com o Acre. Aí nós teríamos ainda Mato Grosso, já poderíamos fazer na semana seguinte, aí o Senador Jayme poderia, junto com o Senador Gilberto, nos dar algumas sugestões das visitas para serem feitas no Estado do Mato Grosso. Teríamos o Amazonas, o Senador João Ribeiro pediu que incluíssemos o Tocantins e eu disse que discutiríamos isso aqui na Comissão. E ainda o Acre... E ainda o Acre. Nós faríamos, então, a visita... É, e Roraima, perdão. Todos os estados, todos os estados que contemplam a Amazônia. Então, aí nós teríamos que fazer uma agenda, nós faríamos aqui essas duas semanas e na terceira semana já o Estado do Mato Grosso e aí eu esperaria aí uma proposta do Senador Jayme e do Senador Gilberto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Só um a parte, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu, inclusive, vou ter uma reunião agora com o pessoal do Mato Grosso que está aí, representantes da CICRAS(F), e já vou, inclusive, já acertar as datas para que nós visitemos não só a capital do estado, que é Cuiabá, vamos também, se possível, visitar a cidade de Sinop, do Norte do Mato Grosso e a cidade de Alta Floresta. Eu acho que seria de bom alvitre fazer uma visita, também, na Assembléia Legislativa, na Federação das Indústrias, que o setor madeireiro, como V. Exa. tem conhecimento, Flexa, é vinculado. Então, seria de bom alvitre fazermos, com certeza, uma na capital, Cuiabá, e duas no interior do estado, uma na Sinop, que é um pólo madeireiro, sobretudo já se insere também no bioma da Amazônia e na cidade de Alta Floresta, em que estão concentradas as forças de repressão do Governo Federal nessas duas cidades.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Ah, mas na passagem nossa por Porto Velho nós também vamos fazer uma... Eu coloquei aqui Porto Velho e a Ponta do Abunã. O problema nosso é localizado na capital, é na ponta do Abunã, que são distritos ligados ao Município de Porto Velho, mas nós vamos ter lá uma agenda de trabalho também, a FIERO quer fazer uma discussão e vamos fazer tudo junto, tudo na Assembléia Legislativa, já promovido praticamente pelos 24 Deputados Estaduais do nosso estado.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ótimo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Agora, eu estaria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nobre relator--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu estaria fazendo a sugestão de algumas audiências públicas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): E também discutido aí já com as nossas assessorias aí. Que seria o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, acho que é um dos primeiros que nós temos que trazer aqui para esta Comissão, o Presidente do Conselho Diretor do IMAZON, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, o chefe geral da EMBRAPA satélite, representantes do setor produtivo, madeireiros, agricultores e pecuaristas dos estados, Diretor de ordenamento da estrutura fundiária do INCRA, Secretários de Meio Ambiente dos Estados da Amazônia. E aí tem alguma coisa aqui que, inclusive, parece-me que o Presidente que estaria fazendo essa sugestão, que seria de incluirmos aqui assentamentos do INCRA, aí nós teríamos que discutir de que maneira e quais seriam os representantes, os membros desses assentamentos, eu até tenho alguns para sugerir lá do nosso estado, as questões indígenas, também, de que maneira que nós poderíamos estar propondo, encaminhando isso. Estrangeiro na Amazônia, eu acho que é uma discussão que nós não podemos perder o foco, nós temos que aproveitar essa discussão. E também o modelo sustentável, quais são as estratégias, quais são os potenciais, enfim. Os Governadores e os Ministros, principalmente o Ministro da Agricultura e a Ministra de Meio Ambiente que, inclusive, nós temos uma dificuldade danada para trazer essa Ministra aqui, principalmente no Senado, nós estamos a um ano na Comissão tentando trazer a Ministra e não conseguimos, até hoje, uma data na sua agenda para que a Ministra possa vir à Comissão. Inclusive, nós estamos adotando sempre aqui de não convocação, de não convocação, de não convocação, mas eu acho que daqui a pouco é chegado o momento de nós convocarmos, fica aqui uma sugestão, Presidente. Assim como foi feita na CI, que já convocaram Ministro, de repente, nós fazemos a mesma coisa na nossa Comissão, ou na nossa Subcomissão, primeiro nós vamos discutir, é lógico, uma agenda que seja possível a presença da Ministra, mas e isso não acontecendo, de repente, nós temos que partir para uma decisão mais dura, de realmente trazermos para cá, porque ela não quer discutir

com a Casa, ela não quer discutir com o Congresso, ela não quer discutir com o Senado. Há poucos dias, nós estamos tentando aí a Audiência há mais de um ano, que nós estamos tentando essa Audiência, há poucos dias ela marcou, ela marca com um setor lá da economia do nosso estado, com um Senador lá do nosso estado, mas para resolver o quê? Eu acho que nós não vamos resolver nada isoladamente, nós não vamos resolver nada sozinhos. Ou nós vamos resolver praticamente os problemas dos estados. Não adianta eu achar que eu vou resolver o problema de Rondônia sozinho, não adianta o Senador Jayme achar que vai resolver o problema do Mato Grosso. Por que é uma decisão acredito que em conjunto. Então, a sugestão minha, não sei se nós poderíamos, não sei se é de toda a maioria dos Senadores, mas a sugestão era que nós deveríamos iniciar, inclusive antes dessa nossa visita, uma Audiência com os Governadores da região Amazônica. Se isso for possível, se não, nós já vamos iniciar mesmo no dia 16/04 e em seguida a gente faz uma data aqui que seja possível agendar com a maioria desses Governadores para que nós pudéssemos, então, fazer a nossa Audiência Pública aqui da Subcomissão. Eu tenho mais alguma coisa, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Nós vamos discutir isso aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria só agradecer ao nobre relator, Senador Expedito Júnior, e dizer aos membros da Comissão o porquê de nós estarmos propondo, através do relator, iniciarmos as visitas pelo Estado do Pará. Porque tem uma razão muito simples, o Estado do Pará foi o primeiro estado onde a operação arco de fogo iniciou as suas atividades.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tailândia foi o primeiro município onde a Força Nacional, a Polícia Federal, Polícia Militar, IBAMA, Ministério de Meio Ambiente, INCRA, estiveram. Então, nós vamos verificar o que ocorreu em Tailândia e hoje, hoje elas iniciaram a operação arco de fogo iniciou a sua fiscalização em Paragominas. Então, também a proposta de que nós vamos encontrar, se nós conseguirmos, como pretendemos aqui, aprovar essa proposta do relator, nós iremos encontrar a fiscalização desses órgãos todos no Município de Paragominas, na sexta-feira, dia 18. Então, nós vamos visitar por onde eles já estiveram em Tailândia e, no dia seguinte, vamos a Paragominas. O Município de Breves, apenas para

que nós possamos ir até lá, porque é um ecossistema completamente diferente da Amazônia é a parte, na Ilha de Marajó, de floresta. A Ilha de Marajó tem uma parte de campo, uma parte de floresta. Essa floresta ela é explorada há mais de 200 anos e ela tem uma auto-regeneração. Então, nós vamos só fazer uma visita e na sexta-feira, como disse o nobre relator, ao retornarmos de Paragominas, nós faremos uma reunião em Belém com o setor produtivo, com o Governo do Estado, com a Assembléia Legislativa, quer dizer, os segmentos da sociedade com as organizações não ambientais para que nós possamos abrir um debate e que a Comissão possa retornar desta viagem já com uma visão do que está acontecendo no Pará, como é que os órgãos de meio ambiente a nível Federal, a nível Estadual e também o INCRA estão se comportando nessas suas fiscalizações e aí podemos iniciar as nossas Audiências Públicas intercalando nos dias, nas segundas, nas terças e quartas à tarde nós podemos fazer uma Audiência Pública que nos orientasse para a visita ao estado seguinte. Então, essa é a proposta que coloco em discussão aos membros da Subcomissão de Meio Ambiente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o nobre Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria apenas dizer a V. Exa o seguinte: de que já está, mais ou menos, o calendário já aí feito pelo nosso relator que nesse caso o Mato Grosso, especificamente, entraria por volta, mais ou menos dia 28, dia 29, seriam, mais ou menos, essas datas.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso, final do mês.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu vou sentar com o Senador Gilberto e com as entidades de classe e elaboraremos lá para nós, naturalmente, passarmos a V. Exa. as cidades que nós gostaríamos que fossem visitadas e, certamente, os contatos que vamos ter que manter na capital, sobretudo com a Assembléia Legislativa, com a Federação das Indústrias, com a FAMATO, que é a Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agricultura.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exatamente. Então, se me permite V. Exa, o voto, até no máximo às 19 horas do dia de hoje já darei as datas precisas que nós faremos essas visitas ao nosso estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente Flexa Ribeiro, demais membros dessa Comissão, eu estou aqui de posse do relatório dos embargos daquelas 1200 propriedades feito pelo IBA-MA. E eu vejo o seguinte, se abriram aqui todos os embargos, independente de ser desmatamento, são embargos de outra natureza, tipo aqui: Pescar em momento inadequado; transporte de material oriundo de desmatamento, nem se verificou se foi desmatado ou não; aprisionar ou possuir em cativeiro quatro Curiós. Entendeu? Tudo são embargos realmente ambientais. Eu quero dizer que aqui se fez uma divulgação pública de nomes de proprietários sem levar em consideração a natureza real desses embargos. Então, tudo entrou como desmatamento. Acontece que a sociedade brasileira está vendo que está acontecendo, realmente, uma catástrofe na Floresta Amazônica. Eu digo que não é isso. Eu trouxe um caso e o levei ao Vice-presidente dessa Comissão, Senador Sibá Machado, de um caso específico da região de Alô Brasil, Município de Alto da Boa Vista, no Mato Grosso, onde uma área do INCRA, uma área de posse do INCRA foi desapropriada, uma fazenda grande com uma área de reserva e uma área vizinha, também de um proprietário rural, que veio aqui nos reclamar que essa fazenda dele, a área de reserva dele, proprietário, foi invadida por grileiros que estão destruindo, realmente, há muito tempo já, área de reserva. E também a área do que foi objeto de Reforma Agrária, área de reserva do INCRA. Então, coisas dessa natureza realmente vão acontecer muito e nós vamos precisar olhar. Agora, os órgãos ambientais que eu quero dizer estão incompetentes, eles estão sem aparelhamento adequado, eles não estão preservando o grande patrimônio público brasileiro que é a floresta e nós precisamos cooperar para que isso aí realmente se reverta, porque todos nós queremos ver tudo funcionando. Acontece que somente colocar fiscais, fazer operações relâmpagos para avaliar possíveis culpados, se deixa muita gente, culpados, realmente, gangues de grileiros que existem que estão entrando em áreas de reserva, de áreas de particulares e áreas do Governo sem o menor atendimento de reintegração de posse, de ações de polícia em cima para retirar essas pessoas, os verdadeiros vamos dizer, a gente poderia dizer de bandidos dessa natureza. Então, nós vamos ter uma surpresa muito grande. Eu vejo que esse trabalho vai ser muito importante a gente levantar, porque nós vamos estar aqui constatando a inoperância dos órgãos públicos no tocante à conservação do Patrimônio Nacional, que é a floresta brasileira. Isso vai ser impor-

tante, eu acho que essa contribuição nós vamos poder dar, porque até agora ninguém falou nisso. Não vejo que a Polícia Federal que chegou lá ela só procurou quem são os bandidos. Levou todo mundo junto, madeireiro legal com madeireiro grileiro, que compra áreas de grilagem, virou tudo junto, acabou com a atividade madeireira, áreas de reflorestamento hoje estão com dificuldade até de fazer registro de utilização e uso de uma área que foi plantada de madeira. Então, no Brasil está tudo proibido, todo mundo é criminoso, vamos fechar o estado, vamos fechar, vamos preservar. Não é isso. Então, nós vamos ter essa oportunidade única e ímpar de estar realmente avaliando essa situação e a inoperância dos órgãos públicos, tanto os Federais como os Estaduais, que ninguém está aparelhado para o tamanho da vastidão que é a floresta e as áreas de preservação que tanto o povo brasileiro clama, realmente, que deve ser preservado dentro da Legislação atual. Então, eu vejo que é importante também essa convocação que o Sr. Relator, Senador Expedito, colocou que é a convocação dos órgãos públicos que realmente auxiliaram no zoneamento e na evidência de áreas de acréscimo de desmatamento, como é o caso do INPE, a grande contribuição do IMAZON e também a convocação dos Secretários de Estado de Meio Ambiente, porque sem a presença deles, simplesmente convidar aqui só os Ministros aqui e o Presidente do INCRA e o Ministro da Agricultura, de nada vai valer porque eles não têm o levantamento em si. Nós precisamos ver o contraditório que é o pessoal que já esteve lá na frente olhando, avaliando, as entidades que estão sendo objeto de... Que estão auxiliando na elucidação dos fatos e cooperando com todo esse esquema para bom atendimento da 6321. Então, eu me coloco a disposição dessa Comissão para a gente fazer, então, essa agenda de visitação e da parte do Mato Grosso, juntamente com o Senador Jayme, nós vamos estar fazendo uma programação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Gilberto Goellner e quero informar que essa proposta que nós estamos discutindo de trabalho da Subcomissão, encaminhada pelo nosso relator, Senador Expedito Júnior, ela pode ser aditada à medida que os trabalhos forem se desenvolvendo. Então, não é uma programação fechada, nós vamos aqui ouvir as organizações não ambientais, nós vamos ouvir o contraditório. O que nós queremos na realidade é como V. Exa. falou, Senador Gilberto, é fazer com que a exploração das riquezas da Floresta Amazônica seja feita de forma sustentável e legalizada. Nós não vamos defender aqueles que usam da floresta de forma incorreta e eu diria até ilegal. Esses não serão atendidos pela Subcomissão e por

nenhum dos Senadores e nenhum parlamentar. Agora, o que nós precisamos na realidade ao caminharmos pelos Estados da Amazônia, ao trocarmos idéias com os Ministérios da área, é como bem V. Exa. colocou, através da Subcomissão e da Comissão Externa do Senado propor ações no sentido de aparelhar, instrumentalizar tanto os órgãos ambientais Federais, quanto os órgãos Estaduais que hoje têm a competência do licenciamento ambiental, para que eles possam, dentro de um prazo que seja propício e seja correto para a atividade industrial, possam ser aprovados ou não os planos de manejo que sejam protocolados. Não quer dizer que todos os planos protocolados na Secretaria do Meio Ambiente, necessariamente, serão aprovados. Agora, é preciso que o órgão competente diga que não aprova e por que não aprova, quais são as deficiências apresentadas pelos projetos. O que não pode ocorrer é o que vem ocorrendo há muitos anos quando ainda essa responsabilidade era do órgão Federal IBAMA, que ele pura e simplesmente não dava caminamento aos processos e não dizia o porquê não caminhava. E o que está se repetindo nos órgãos ambientais, então, a Comissão vai ter um trabalho, com certeza absoluta, não só na área do segmento madeireiro, como V. Exa. colocou aí, também no segmento da pesca, na exploração da biodiversidade da Amazônia legal. Então, eu acho que nós vamos ter uma agenda que vai ser uma agenda extensa, mas que ao final nós vamos poder fazer propostas concretas no sentido de que a Amazônia possa ser eu diria, ela possa trazer aos seus habitantes uma qualidade de vida digna, sem que isso venha a trazer a degradação da Amazônia, ou seja, a exploração sustentável, ecologicamente sustentável da nossa floresta. Eu quero voltar a palavra ao nosso relator, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, só para concluir. Eu faria uma sugestão, então, sobre essa questão das nossas Audiências Públicas, para o dia 22, de repente, na terça-feira, nós, se for em comum acordo, realizarmos a nossa primeira Audiência Pública aqui, que seria com os Governadores. Eu, de repente, até faço uma sugestão para incluir aqui o Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, porque houve muita discussão sobre os dados que o INPE publicou e, inclusive, os Governadores, principalmente o Governador de Rondônia, o Governador do Mato Grosso, o Blairo, houve muita divergência sobre essa questão dos números publicados. Então, de repente, nós poderíamos, também, na vinda dos Governadores, trazer, também, o Diretor do Instituto. Não adianta, também, nós colocarmos muita gente aqui, que vão passar aqui o dia inteiro e não... Então, nós faríamos com os Governadores nessa relação apro-

vada aqui e com o Diretor do Instituto. Uma sugestão para o dia 22, na terça-feira, aí a Comissão teria que verificar aí sobre a possibilidade da vinda dos Governadores. E para, concluir, Sr. Presidente, em seguida V. Exa. já arremata, a tendência nossa seria primeiro convidar aqui para as Audiências Públicas esse número de representantes que eu já falei e, no final, a Ministra Marina Silva e o Ministro da Agricultura. Eu acho que depois que nós discutíssemos e debatêssemos bastante aí nós traríamos, então, a Ministra Marina Silva e o Ministro da Agricultura. E nós teríamos que requisitar um consultor, Sr. Presidente, para que o mesmo sempre esteja acompanhando aí os nossos trabalhos e solicitar da consultoria do Senado, também, um estudo arcabouço legal, relevante e da MP 422 de 2008 e os estudos, também, relevantes disponíveis, questão agrária, desmatamento, para que nós tenhamos todos esses dados na mão. E levantar, Sr. Presidente, uma proposta que faço aqui, inclusive já vou fazer a proposta já encaminhando aqui um requerimento, se V. Exa. concordar, para que V. Exa. possa puxar esse projeto aqui para essa Subcomissão, trazer para cá todos os projetos que possam ser apreciados e que tenha alguma coisa correlata com a nossa Subcomissão. Então, eu gostaria até de encaminhar aqui um requerimento já a V. Exa que é, inclusive, o meu projeto que caiu na Comissão de Agricultura, nós recorremos no plenário, V. Exa, inclusive, fez parte neste dia que eu não estava presente que foi, que é o projeto sobre a lavoura pecuária. E eu consegui reverter em plenário e voltou novamente para as Comissões e eu gostaria de discutir, se for o caso e V. Exa concordar, seria um dos primeiros requerimentos que eu estaria, que V. Exa. estaria apresentando, era trazer este projeto para ser discutido aqui na Subcomissão. Enfim, Sr. Presidente, era isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, eu coloco em discussão as propostas do nobre relator, Senador Expedito Júnior. Em discussão. Não havendo quem queira discuti-las, em votação. Aprovadas.

Então, eu peço à nossa Secretaria da Subcomissão que tome as providências regimentais para a indicação do consultor para acompanhar a Subcomissão, que também possa ser feito o estudo com relação à Medida Provisória que o nosso relator solicita. E com relação ao processo em tramitação, nós vamos verificar isso no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Meio Ambiente a gente faz a discussão desses projetos, que com destaque do plenário possam ser encaminhados à Comissão de Meio Ambiente e o nosso Presidente encaminha à Subcomissão.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, mas hoje nós temos autonomia, a Subcomissão, Sr. Presidente, V. Exa. pode apresentar já em plenário, haja visto que ele já está tramitando novamente nas Comissões, nós podemos puxar para a Subcomissão um requerimento já aprovado em plenário apresentado por V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, assim será feito. Não havendo mais nenhum item na pauta de hoje, eu agradeço a presença de todos os membros da Subcomissão e vamos tomar as providências, através da Secretaria, para que possamos fazer a nossa primeira viagem, já na próxima semana, ao Estado do Pará. Eu espero que esta viagem de trabalho seja, também, em conjunto com a Comissão Externa proposta pelo Senador Jayme Campos e que nós vamos, Senador Gilberto, fazer os contatos com o Senador no sentido de poder instalá-la, ainda esta semana, para que possamos agrupá-la e irmos juntos já na visita ao Estado do Pará na próxima semana. Encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 15h45.

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11:30 HORAS.

Às onze horas e sete minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e oito, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a crise ambiental na Amazônia, com a presença dos Senhores Senadores **SIBÁ MACHADO, GILBERTO GOELLNER e EXPEDITO JÚNIOR**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Subcomissão. Presente também o Senhor Senador **JAYME CAMPOS**, Presidente da Comissão Especial do Risco Ambiental. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta destinada à apreciação

do **REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008-CMACAA** que “requer, nos termos regimentais, e tendo em vista os temas aprovados para a pauta de trabalho desta Subcomissão, audiência pública para tratar sobre a Política Indigenista no Brasil e a Defesa da Amazônia, com os seguintes convidados: Dr. Márcio Pereira, Presidente da FUNAI e General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Resultado: **Aprovado** com aditamento sugerido pelos Senadores **GILBERTO GOELLNER E FLEXA RIBEIRO**, convidando, respectivamente, o Sr. Bazileu Alves – Presidente do IBAMA, e o Sr. Reginaldo Trindade – Procurador Regional Eleitoral do Estado de Rondônia. Usam da palavra os Senhores Senadores **EXPEDITO JÚNIOR, SIBÁ MACHADO, JAYME CAMPOS** e **GILBERTO GOELLNER**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 23-4-2008

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à aprovação dos requerimentos que foram encaminhados à Mesa e que passo à leitura. Requerimento nº. 1/08. Requer nos termos regimentais e tendo em vista os temas aprovados para pauta de trabalho dessa Subcomissão... Audiência Pública... Para tratar sobre a política indigenista no Brasil e a defesa da Amazônia, com os seguintes convidados: Dr. Márcio Meira, Presidente da FUNAI, General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia. Autoria. Requerimento de autoria do nobre Senador Expedito Júnior. Em discussão. Em votação. Aprovado o Requerimento.

Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer um apelo a V.Exª., que fizesse, por intermédio... O convite, por intermédio do Ministro Jobim, para que nós pudéssemos ter

aí a facilidade da vinda do General, porque eu acho que refuta de muita importância para nós aqui... E era importante que não tivesse nada contra e que fique uma coisa bem clara: Nós não estamos querendo colocar ninguém aqui para brigar, nós não queremos colocar ninguém aqui frente a frente. Nós queremos é resolver o problema e identificar as causas principais da Operação Arco de Fogo. Nós estivemos no Pará. Eu tive a felicidade de conhecer junto com o Senador Jayme Campos e, lógico, junto com este que lidera aquele Estado e faz um trabalho de muita competência, que é o Senador Flexa Ribeiro. Na verdade, o que nós presenciamos no Pará foi que o próprio Governo está patrocinando o caos social. Se as indústrias madeireiras, elas querem trabalhar na legalidade e não conseguem, por conta ou da regularização fundiária que não acontece e que anda a passo de tartaruga, quer seja pelo INCRA, enfim, pelo próprio Governo, ou as próprias LO, que são as licenças, também não acontecem por conta da própria Secretaria do Meio Ambiente, que é no Estado do Pará. Eu acho que nós não podemos responsabilizar e deixar que aconteça... Responsabilizar a indústria madeireira, responsabilizar o povo, responsabilizar os nossos pecuaristas, os nossos produtores, e o governo... E a única política do Governo é a política opressora. Nós não somos contra a fiscalização. Nós defendemos que haja essa fiscalização. Nós não somos favoráveis ao desmatamento. Ninguém está aqui querendo defender quem está trabalhando na ilegalidade. Pelo contrário, nós queremos que as coisas aconteçam. Mas que seja responsabilizado quem, por sua vez, deva ser responsabilizado. Se as coisas não estão acontecendo por conta dos próprios órgãos governamentais, nós temos que identificar isso e fazer com que isso aconteça para que nós possamos facilitar a... Essa fiscalização. Agora, não podemos permitir de mineira alguma... Aceitar calado o que está acontecendo, que eu não tenho dúvida, que o que está acontecendo em Rondônia, que deve estar acontecendo no Mato Grosso... Mas numa proporção muito diferente do que eu vi principalmente na cidade de Tailândia. O que eu vi na cidade de Tailândia... Pra mim, quando eu adentrei naquela cidade, me deu a impressão que eu estava entrando numa cidade fantasma. Você vê aquelas várias madeireiras sendo queimadas, barracões sendo derrubados, as indústrias sendo transportadas para fora do Município e sendo levadas para Belém, as madeiras sendo levadas para Belém... Enfim, eu acho que nós temos essa nossa Comissão... Nós vamos ter que ter uma discussão ampla e tentar buscar o entendimento. Esse entendimento que nós propusemos lá e que, de repente, às vezes, alguém tem medo de dizer, por conta... Vão achar, vão enten-

der que nós estamos defendendo a ilegalidade. Nós não estamos defendendo que se desmate. Muito pelo contrário. Nós estamos tendo a coragem de apontar os problemas e tentar também apontar as soluções. Por que é que o Governo que faz uma Operação grande como esta não faz também uma Operação então, uma Força Tarefa, para regularizar, para fazer a regularização fundiária das terras? Acho que com a regularização fundiária resolve 80% dos problemas do desmatamento. Nós temos que discutir, debater e apontar aqui as soluções. É por isso que nós estamos nos reunindo, nessa linha, para que possamos apontar também... Não é só criticar. É fácil dizer onde está o problema. Temos que apontar também as soluções.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Convido o nobre Senador Sibá Machado, Vice-Presidente dessa Subcomissão para tomar assento aqui à Mesa dos trabalhos. Agradeço a V.Ex^a.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Então, eu gostaria que fizesse esse convite, Sr. Presidente, por intermédio do nosso Ministro da Defesa, Ministro Jobim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em votação a solicitação do Senador Expedito Júnior para que o convite ao... Que foi aprovado no Requerimento anterior, convite ao General Augusto Heleno seja feito por meio do Ministro da Defesa, Ministro Nelson Jobim. Senadores que concordam permaneçam como se--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --encontram. Pois não...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu quero... Eu quero apenas apresentar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sibá Machado com a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --as minhas considerações ao Requerimento. Primeiro do objeto da Subcomissão em relação ao pronunciamento feito pelo General. Acho que o General deixa claro uma posição sobre terras indígenas que aí foge um pouco da nossa obrigação direta e imediata aqui. Temo que a vinda do General aqui seja para tratar de outro assunto. E nós temos uma novidade no ar, fiz questão de falar ontem, que é essa revisão que está sendo feita na área de cobertura do Satélite LandSat, que embasou o trabalho que o INPE publicou e que essa revisão está em curso. E talvez pudéssemos, então, solicitar informações sobre isso. Porque acho que estaríamos até adiantando muito mais as preocupações que acho que chamaram a atenção dessa Subcomissão, da sua própria natureza. Até mais porque acho que a vinda do

General, para vir tratar de uma questão de estratégia de fronteiras... Poderia deixar ele falar lá na Comissão de Relações Exteriores e talvez num ambiente de uma outra Comissão, também nós pudéssemos... Porque vai ter tanta gente lá para debater esse assunto... E queria dizer a V.Ex^a. com toda tranquilidade: acho que esse tema não tem a menor chance de acordo e eu gostaria de que a gente fizesse todos os contrapontos possíveis, porque eu sou frontalmente contra essa tese do Exército Brasileiro sobre terras indígenas em faixa de fronteira. Acho que o assunto deve usar qualquer outro argumento, mas esse aí eu não posso concordar. E acho que aí poderíamos trazer também, se for para gente entrar nesse assunto... Eu só queria então separar uma coisa da outra. Porque o objeto da nossa Comissão é tratar sobre o que foi o resultado do INPE e que orientou a Operação Arco de Fogo. Foi a partir daquele Relatório. E agora o próprio Governo coloca um outro avião que trabalha com outra imagem, trabalha com outra tecnologia. Essa tecnologia tem, inclusive, possibilidade de trabalhar mesmo quando o tempo está nublado, com baixa visibilidade e com uma precisão de no máximo seis metros de erro. Então, acho, agora, que todos esses limites dos que foram os 36 Municípios e essa cobertura são 400 mil quilômetros quadrados. Isso leva mais de 30 dias pela informação que recebi, mas que o avião já está em operação e já tem cerca de um terço deste trabalho realizado. Precisaria umas três semanas mais. Mas que pelo menos já tem algo que pode orientar o trabalho dessa Subcomissão. Não sei se é o INPE que deveria fazer isso, se é a FAB ou se é o próprio Ministério do Meio Ambiente. Quem é o órgão que está liderando esta revisão? Acredito que é o próprio Ministério do Meio Ambiente. Então, talvez sugerir que o Presidente do IBAMA, Basileu, ou o Secretário-Executivo do Ministério, o Dr. Capobianco, que pudesse nos dar informações mais precisas sobre esse novo trabalho que está sendo feito. Quanto a esse Requerimento, se... Não quero aqui discordar de convidar o General, mas acho que nós estaríamos tratando de um outro termo, de um outro assunto e, nesse caso, gostaria de solicitar a V.Ex^a. um aditamento. Se a gente mantiver o Requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V.Ex^a. me concede...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sibá Machado, V.Ex^a. faz um aditamento ao Requerimento? Mas lamento informar a V.Ex^a. que o Requerimento foi já anteriormente aprovado. Então, se V.Ex^a. quiser acrescentar algum nome para que também seja convidado a esta audiência, V.Ex^a. poderá encaminhar à Mesa o aditamento ao Requerimento do nobre Senador Expedito Júnior, que

será acatado. Colocarei em apreciação aos membros da Subcomissão e será com certeza--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria fazer só...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --acatado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria fazer só uma esclarecimento ...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior para que ele possa, inclusive, dar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A convencê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --subsídios a V.Ex^a... O porquê do Requerimento de sua autoria, convidando tanto o Presidente da FUNAI quanto o General Augusto Heleno, Comandante Militar da Amazônia.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A revista Veja traz uma denúncia das madeiras sendo retiradas das áreas indígenas. A revista Veja traz uma denúncia de ontem, dessa semana, onde ela traz as madeiras sendo retiradas das áreas indígenas e, o que é pior, com a convivência de todo mundo. Com a convivência do IBAMA, com a convivência do Ministério Público Federal... Com a convivência de todo mundo. Como o assunto que nós estávamos tratando... Jamais passava pela minha cabeça de convidar aqui o General. Como o General me parece um profundo conhecedor, principalmente nessas questões indígenas, eu acho que não tem porque essa preocupação, de repente, Senador Sibá, de discutirmos sobre essa questão da política indigenista do país. Até por conta dessa retirada de madeira exatamente da área indígena. Eu acho que não se tem legalidade para isso. Se nós estamos tentando... Nós estamos tentando coibir o desmatamento na Amazônia. Como é que vamos permitir o desmatamento nas nossas áreas de reserva, nas áreas indígenas? Enfim, não podemos permitir isso. Acho que não está fugindo do foco do que essa Comissão está analisando, do que essa Comissão está investigando. Muito pelo contrário, acho que vai nos dar mais subsídio ainda para que nós possamos apontar o nosso Relatório numa direção de que seja possível buscar um consenso com o Governo, buscar um consenso com o IBAMA, com o Ministério do Meio Ambiente, com a nossa sociedade. Então, acho que se fosse o entendimento da Comissão... Não, não vamos chamar por conta disso... De repente, o General está na mídia agora, a questão dos holofotes... Meu pensamento não foi esse. Meu pensamento foi por duas coisas, essa denúncia que saiu da revista Veja que fala das madeiras sendo retiradas das áreas indígenas, sem

nada, sem contrato, sem nada, e saem 30 caminhões de tora por dia. Com a convivência de todo mundo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu não tenho nenhum problema--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o nobre Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): --Eu só acho que o assunto que envolve o General é outro. E acho que nós vamos inevitavelmente misturar os assuntos. Eu continuo achando que mistura os assuntos, porque roubo de riqueza em terras indígenas, nós temos o caso grave de Rondônia que é o diamante. Nós temos situações complicadíssimas. Se o General vem num momento como esse, se ele é um entendido do assunto, eu não vou discutir isso. Acho que pode até ajudar. Mas eu tenho a impressão, Sr. Presidente, que o que colocou esta Subcomissão, o seu norte, o seu objeto de trabalho vai ficar prejudicado. Porque o nosso objeto de trabalho é a decisão que o... O relatório do INPE e a Operação Arco de Fogo. É sobre isso que nós temos aqui que nos debruçar e tentar um entendimento de negociação ponto um. Foi isso que nós discutimos, se o Deter tem razão naquilo que apresentou. Isso que nos motivou. Segundo, se a Operação Arco de Fogo, em alguns momentos, foi injusta com alguém, cometendo atos de barbaridade, excesso, abuso da autoridade ou coisa parecida. Então, acredito que é nisso que a gente tem que se colocar. Qualquer outro assunto, mesmo roubo de madeira em terra indígena, mesmo isso, penso que pode criar um cenário novo de um debate que não é de nossa obrigação imediata. Poderíamos aí, no meu entendimento, que a gente pudesse... Deixa o General se pronunciar na CRE e poderíamos até talvez fazer visitas a órgãos públicos para pegar melhores informações sobre o assunto, antes de a gente tomar uma atitude dessa natureza, que eu temo que aí a nossa Subcomissão vai começar a viver outro tipo de realidade e cria problema, sim, da sua continuidade e boa conclusão. Eu queria, ainda, sem nenhum prejuízo do Requerimento, nenhum adiamento imediato... Eu queria até que a gente pudesse... Já está aprovado, não se discute, mas pediria a V.Ex^a. que a gente não tratasse disso imediatamente. Mas que a gente pudesse trazer um pouco mais de informações.

Sugiro, ainda, esse negócio dessa revisão que o próprio Governo está tomando essa atitude, para saber se essa revisão já tem alguma coisa que possa vir a adiantar os trabalhos da Subcomissão. Eu acho que isso seria muito mais importante pra gente, nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Nobre Senador Sibá Machado, V.Ex^a. coloca alguns subsídios àquilo que já foi aqui discutido. Mas só para esclarecer, essa Subcomissão Temporária de Meio Ambiente, ela é mais ampla do que a questão da Operação Arco de Fogo. É para acompanhar a crise ambiental na Amazônia. Então o nosso Relator, nobre Senador Expedito Júnior, apresentou na primeira reunião de instalação dessa Subcomissão, em que V.Ex^a. é o Vice-Presidente... Ele apresentou um plano de trabalho para que nós pudéssemos acompanhar. Então, essa preocupação de V.Ex^a., que é totalmente correta, de se ouvir o Órgão que foi que fez o levantamento das áreas devastadas... Isso já, inclusive, foi relacionado em questão dos nomes que o próprio Relator colocou para fazermos Audiências Públicas. Nós fizemos a primeira viagem ao Estado do Pará na semana passada. Vamos hoje, à noite, para estarmos amanhã no Estado de Rondônia, depois iremos ao Estado de Mato Grosso que são os três Estados que estiveram sobre a ação da Operação Arco de Fogo e vamos iniciar imediatamente as oitivas, as Audiências Públicas, para que possamos embasar o parecer do Relator. E V.Ex^a. será atendido, quer dizer, vamos ouvir então aquelas outras... Os outros convidados que vamos aprovar no... Já aprovados no plano de trabalho do nobre Senador Expedito Júnior, e faremos a oitiva dos convidados que foram aprovados na reunião de hoje *a posteriori*. E eu gostaria, até para colocar como apreciação dos membros da Subcomissão, já que o nobre Senador Expedito Júnior trouxe à baila a discussão sobre a matéria da revista Veja desta semana, que se convide também, nesta Audiência Pública, o Procurador da República no Estado de Rondônia, que foi citado pela revista Veja. Então, que ele também faça parte das autoridades convidadas para que, quando desta audiência, ele também venha aqui expor o assunto que foi trazido e que tem sim a ver com a questão do desmatamento, porque são áreas que deveriam estar protegidas pela FUNAI e que estão sendo devastadas com a retirada ilegal de madeira. Como bem disse o Senador Expedito Júnior, e é bom que isso fique de uma vez por todas claro para a sociedade brasileira, esta Subcomissão em nenhum momento está defendendo a ilegalidade. Em nenhum momento nós vamos aqui defender aqueles atores que fazem a devastação da floresta. Nós queremos, sim, que o Estado... Primeiro, avaliar a ação que foi implementada pelo Ministério do Meio Ambiente que V.Ex^a. teve a honra, nos deu a honra de ir ao Estado do Pará junto com o Senador Expedito Júnior e o Senador Jayme Campos. Então nós estamos querendo é que o Estado possa fazer a sua parte, ou seja, an-

tes de fiscalizar, que faça a liberação das licenças de manejo que estão paralisadas há muitos anos. V.Ex^a. sabe disso, nós juntos já estivemos várias vezes em reuniões no IBAMA, tratando desse assunto... Reuniões com o Ministério do Meio Ambiente, isso quando o IBAMA era o responsável pela liberação dessas licenças. A partir de 2006, do final de 2006, essa atividade passou a ação da Secretaria de Meio Ambiente dos estados. Como essas Secretarias não estavam aparelhadas para exercerem essa atividade, elas até hoje, passado 15 meses da transferência do licenciamento para as Secretarias, elas até hoje não tiveram condições de fazer o licenciamento. Então, o que nós estamos buscando nesta Comissão, todos nós aqui, é junto com o Ministério do Meio Ambiente, junto com o Governo Federal, dar meios para que os estados possam ter instrumentos técnicos e financeiros para que eles cumpram o seu papel de licenciadores; e aí, sim, que se faça a fiscalização, que se faça a multa... Que se multe aqueles que estejam à margem da lei... Que não terão em nenhum momento o apoio de nenhum dos Senadores dessa Comissão e do pleno do Senado Federal. Então, sobre isso é importante que fique claro qual é o objetivo desta Subcomissão. O objetivo, repito, é buscar meios para que sejam dadas condições... Que as Secretarias de Meio Ambiente cumpram o seu dever de fazer o licenciamento daqueles projetos que lá se encontram paralisados. Feito isso, que se faça a fiscalização e que se puna aqueles que estão na ilegalidade. Esses devem ser realmente banidos da área de exploração da floresta, porque eles agem na ilegalidade. E nós não vamos defender isso. Nós queremos defender a exploração sustentável das riquezas da floresta para que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, que são 23 milhões que lá habitam na nossa Amazônia... Que V.Ex^a. conhece por ter morado em vários Estados dela.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, ilustre Senador Relator dessa Subcomissão, Expedito Júnior, prezados colegas Senadores, eu quero, apenas, também contribuir com esse debate, que acho que é um debate democrático, sobretudo, em relação à situação que vivemos nesses três Estados: Pará, Mato Grosso e Rondônia. Eu ouvi atentamente as palavras do Senador Expedito, mostrando a situação crítica, caótica em que vivem as pessoas ali desses determinados Municípios já falados... Sobretudo, em que eu tive a oportunidade de visitar o Município de Tailândia. Confesso, Senador Sibá Ma-

chado, homem amazônico que conhece bem aquela região, eu saí deprimido diante do quadro que eu vi ali. Alguns milhares de brasileiros realmente vivendo em estado de petição, ou seja, petição de miséria. E eu entendo, Sr. Presidente, que esta Subcomissão e a minha Comissão, que é a Comissão Externa de Risco Ambiental, nós temos um papel preponderante, sobretudo, em que eu entendo, particularmente, que nós vivemos em um Estado democrático de direito. Nós vivemos em um país de Pacto Federativo e que, certamente, o mínimo que tem que proporcionar ao cidadão é a cidadania. E ali, lamentavelmente, a cidadania foi jogada na lama, foi jogada realmente na terra. E nós temos a responsabilidade de buscarmos soluções. Não estamos aqui para contestar, ou seja, para dizer que somos contra o Governo. Não. Nós estamos aqui para defender uma política ambiental justa, nunca perdendo de vista o cidadão. Não perdendo de vista aquele homem que está ali, imagino, vivendo em condições subumanas, tendo em vista que o mínimo que o Governo tem que proporcionar a ele é a condição de trabalhar. Todavia, V.Ex^{as}. estão propondo aqui, também, através desse Requerimento, convidar o General Heleno, que é o comandante da Amazônia, para vir a essa Comissão. O Senador Sibá Machado discorda dizendo que vai perder o foco dessa Comissão. Eu entendo, ilustre Senador Sibá, que é muito oportuna, até porque nós temos que passar a limpo algumas coisas que vêm acontecendo na nossa região. Não só em relação ao Decreto 6321, não só em relação à Operação Arco de Fogo, mas, sobretudo, acho que é uma questão de soberania nacional. Mesmo esta Subcomissão... Talvez... V.Ex^a. diz que perde o foco... Mas nós, como Senadores da República... Acho que o palco ideal é qualquer das Comissões. Ela é muito importante no contexto quando você vê aqui claras, nítidas declarações do Comandante da Força desse país, da Força do Exército, declarar que vamos perder nossa soberania tendo em vista que, lamentavelmente, aquilo que está previsto inicialmente da criação da reserva através de ilhas... Ela passou a ser uma área contínua... Nós vamos ficar... Desguarnecida a nossa fronteira com a Venezuela e com a Guiana. De tal forma que eu acho que essa Comissão, como a minha mesmo, em que pesa, está bem claro, transparente [ininteligível] a Comissão Externa para apurar os riscos ambientais, mas acho que, neste caso, em que nós vivemos num país democrático, não seria a Comissão A, B ou C. Acho que todos nós, Senadores, temos que naturalmente nos preocupar, de tal forma que acho que o nosso trabalho está indo muito bem. Eu confesso que me parece que voltou ter um fundo de esperança, ainda, acreditar nesse Congresso Nacional. Acabei de rece-

ber a visita do Vice-Governador do Mato Grosso, que veio em meu gabinete dizer que há uma esperança por aquelas pessoas que estão vivendo sob opressão da Força Nacional, da Polícia Federal, do IBAMA, nos Municípios que estão ali presentes, aqueles Órgãos de repressão. Confesso, Senador Siba... V.Ex^a. que tenho maior admiração... Estamos vivendo um momento de inquisição. Está pior do que a ditadura, na década de 1970, que foi a época pior desse Brasil aqui... Foi na década de 70. Eu era jovem, militante, participava dos grandes movimentos estudantis no Estado e tenho ficado estarelecido, perplexo da forma como tem atuado. Confesso que não esperava que o Governo ia agir dessa maneira. Essa maneira até de forma truculenta. Então, nós temos que apurar e essa Comissão tem que apontar, Senador Flexa, soluções. Para tanto, temos que convocar o Presidente do INPE, Presidente do IBAMA, Ministra Marina Silva, etc. E nós damos aqui uma saída inteligente. Não só, sobretudo, buscando a questão da regulação fundiária, a questão ambiental, dando mecanismo, como bem disse o Presidente Flexa Ribeiro, para que os Órgãos não “emperreiam” naturalmente o andamento... Quando você emite as licenças ambientais, as LAOs... E para minha tristeza, conversando com o Governador Blairo Maggi no sábado... No domingo, melhor dizendo, na cidade de Rondonópolis, ele me disse que a partir de primeiro de junho estará impossibilitado qualquer cidadão que esteja nesse Decreto, ou seja, qualquer cidadão que tiver propriedade rural nessa cidade... Impossibilidade de contrair empréstimo ou financiamento. E eu pergunto a V.Ex^a.: Como nós queremos fazer do Brasil um grande Estado produtor? Mato Grosso... Se acontecer isso aí, pode ter certeza, nós não seremos o primeiro e nem o segundo... Nós seremos o último Estado da federação na produção. Porque o Órgão lá, a SEMA, não tem capacidade de expedir nem 2% do que está sendo pleiteado da licença da LAO. Não. Não tem capacidade porque não tem gente, não tem instrumento, não tem ferramenta. Então é preocupante. Você tem que ver o conjunto do setor produtivo, do trabalhador, por isso é fundamental que nós trazemos também aqui o próprio... Quando vocês discordam... O próprio General a esta Comissão para dar informação para nós, também, como que vai... O que é que está acontecendo. Não posso concordar que lá diz o seguinte... Jornais de nível de circulação nacional dizem que o General comandante da Amazônia, da área militar, não pode entrar na área porque não estava ali autorizado a entrar, na área Raposo do Sol. Ora, é uma autoridade que está preservando e o Exército... Que é que fala que o Exército é... É para defender a soberania nacional. Então, acho que mais do que justo.

Realmente fiquei indignado. Não posso permitir que naturalmente o homem do gabarito, conhecedor profundo dos assuntos amazônicos, esteja impossibilitado de descer ali para fazer uma averiguação in loco do que está ocorrendo. De tal forma que nós temos que fazer essa junção, interagir. Tanto esse assunto de trazermos aqui o General como também naturalmente aquele que nos compete que temos a autoridade e prerrogativa de apurar as questões ambientais da Região Amazônica. De tal forma, Sr. Presidente, que o cumprimento... E tenha certeza que a coisa está caminhando bem. Lá no meu Estado, pegou tão bem que ressurgiu da fênix aquela esperança que teremos soluções dentro em breve para esse problema grave e sério que vivem esses três Estados da Federação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Jayme Campos, concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de colaborar com essa Comissão e manifestar que existe coerência e oportunidade de que as reservas indígenas, sim, estão sendo objetos de desmatamento. E isso é identificado pelos satélites comandados pelo INPE, e nós precisamos, sim, fazer com que essas reservas sejam preservadas. Com isso, é oportuno, essencial e eu faria um adendo, uma colaboração, no sentido dessa Comissão também aprovar, incluindo o IBAMA. E por que não, se fosse possível, mas eu vejo que essa... Que também numa Audiência Pública muitos atores, palestrantes têm dificuldade, mas os Órgãos Estaduais, as Secretarias Estaduais--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Gilberto, me permita uma parte.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Dentro do roteiro, que está dentro da Comissão Externa sobre o Risco da Amazônia e do Senado... Já está dentro do roteiro e, imagino, também aqui, nesta Subcomissão, a convocação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): --a convocação do Presidente do IBAMA para que venha. Na nossa Comissão, ou seja, na Comissão Externa, está prevista não só a vinda do Presidente do INPE, do IBAMA, a Ministra Marina Silva, os Governadores, os Presidentes de entidades de classe, enfim, os Secretários de Meio Ambiente. Acho que mesmo se a Subcomissão do Meio Ambiente não tiver prevista a convocação do Presidente do IBAMA, na nossa Comissão está. Até porque estamos fazendo um trabalho mais ou menos

em conjunto, a Subcomissão e a Comissão Externa. Até porque é um trabalho mais ou menos idêntico. Então, eu acho que nós temos que somar os esforços para que possamos, com certeza, no fechamento do Relatório... Possamos, coincidentemente, ter um Relatório que seja mais ou menos idêntico, tendo em vista que o trabalho é praticamente um só.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Ex^a., Senador Jayme Campos, tem toda razão. Eu devolvo a palavra ao Senador Gilberto Goellner para ele poder concluir o...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Inicialmente, essa Audiência Pública me ocorre a presença do IBAMA, no sentido que é o órgão que hoje garante as florestas. Como se trata de desmatamento em áreas indígenas e também pela conotação que se deu na imprensa, na mídia, do caso Raposa Serra do Sol, onde produtores tiveram licença, sim, há 20 anos atrás para ocupar aquelas áreas... Foram incentivados e, hoje, com uma área contínua de reserva indígena, estariam alijados, perdendo ali investimentos... E uma área que é própria para o uso agrícola iria deixar... Possivelmente poderá se deixar de ser cultivada. Então, quando o mundo necessita de alimentos, quando o debate hoje... Eu participei há pouco de uma outra Subcomissão de Biocombustíveis, onde há necessidade urgente de se prover o mundo de alimentos, e há uma escassez de alimentos no mundo, e, por isso, essa grande subida dos preços dos alimentos, das commodities a nível mundial. Eu vejo que uma coisa é defender a floresta, a ilegalidade que acontece sobre a floresta. São grileiros e são manejo irreal, ilegal das florestas. Mas o que estamos fazendo é levantar as causas que ocasionaram essa Operação Arco de Fogo e o que é que está se sucedendo? São os produtores agrícolas, os pecuaristas? Ou são grileiros? Ou são índios que vendem suas reservas ou são assentamentos que não conseguem, às vezes, controlar um fogo espontâneo? Tudo isso é englobado. Sabe-se que isso é procedente. Que muitas vezes, Municípios inteiros pegam fogo, não pelo interesse de desmatar, é o início de uma combustão que é incontrolável. Assim, como acontece no Estado da Flórida... O Estado da Flórida também houve uma queima muito extensiva que foi incontrolável. Então, eu diria que é procedente, sim, nós olharmos as áreas indígenas.

Eu parabeno ao Senador Expedito Júnior pela oportunidade desse Requerimento e de estarmos aqui discutindo o que é que está acontecendo de desmatamento em áreas indígenas. Isso é muito importante para essa Comissão que a gente participa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Gilberto Go-

ellner, e coloco em apreciação e depois em votação o aditamento do convite também ao Procurador da República em Rondônia, Dr. Reginaldo Trindade. E em aditamento também o convite ao Presidente do IBAMA que não estava relacionado na pauta de trabalho do nosso Relator. Então, os dois nomes que sejam é--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu gostaria, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Colocados em discussão para aprovação, para virem até aqui em audiências que serão marcadas oportunamente, para darem o seu depoimento a respeito da questão da crise ambiental na Amazônia brasileira.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, pela ordem. Eu queria apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Jayme Campos com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Se possível, V.Ex^a. deverá convocar o Presidente do IBAMA e o Procurador-Geral da República. Entretanto--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Convidar.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Convidar, melhor dizendo. Entretanto, eu gostaria de me agregar, a nossa Comissão Externa... Também fazer um convite que seja coincidentemente na mesma data. Eu peço a V.Ex^a. que oriente o Secretário-Executivo dessa Subcomissão que também mantenha contato com o nosso Secretário, Dr. Wanderley Will, e nós buscarmos, com certeza, a mesma data.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Jayme Campos, faremos, em atendimento a solicitação de V.Ex^a., as audiências em conjunto, da Subcomissão e da Comissão Temporária do Senado Federal, que V.Ex^a. tão bem preside.

Então, em discussão o aditamento dos convidados a futuras audiências do Procurador da República em Rondônia, Dr. Reginaldo Trindade e do Presidente do IBAMA. Não havendo quem queira discutir... Em votação. Aprovado.

Não havendo mais nenhum Item na pauta, declaro encerrada esta Sessão.

Sessão encerrada às 12h31

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e dois minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador

Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, Marcelo Crivella e Heráclito Fortes**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Passa-se a pauta. **Item nº. 01:** Requerimento nº 01, de 2008 – CDH, requer a realização de Audiência Pública, no dia 12 de fevereiro de 2008, às 09:00 horas, “com vistas a construção de relatório sobre ações e políticas de Direitos Humanos no Brasil”. Com os seguintes convidados: Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante do Ministério das Relações Exteriores. Autor: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: **Aprovado.** **Item nº. 02:** Requerimento nº 02, de 2008 – CDH, requer a realização de Audiência Pública para “para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”. Com os seguintes convidados: Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional; Ciro Gomes, Deputado Federal; Deputado Marcondes Gadelha; Dom Luiz Flavio Cappio, Bispo de Barra (BA); Letícia Sabatella, atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos; João Reis Santana Filho, Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional; Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat; Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe, Professor da UFRJ; Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco; Henrique Cortez, Jornalista; João Abner, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Dr. Apolo Heringer Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Autor: Senador: Eduardo Suplicy e outros. Resultado: **Aprovado.** **Item nº. 03:** Requerimento nº 03, de 2008 – CDH, requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a finalidade de “apurar os fatos divulgados recentemente pela imprensa sobre a Operação Condor”. Com os seguintes convidados: Neusah Maria Romanzini Pires Cerveira, autora da tese “Memória da Dor: A Operação Condor no Brasil”; Representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Jair Krischke, representante do Movimeknto de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, autor do livro: “Brasil e a Operação Condor”; João Leivas Job, ex-Secretário de Segurança

Pública do Rio Grande do Sul; Marco Aurélio da Silva Reis, ex-delegado do DOPS; Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe do SNI no Rio Grande do Sul; Átila Rohrsetzer, ex-diretor da Divisão Central de Informações (DCI); Pedro Carlos Seelig, ex-chefe da Divisão de Segurança Política do DOPS no Rio Grande do Sul; Universindo Rodrigues Diaz, seqüestrado em Porto Alegre em 1978; Lilian Celiberti, seqüestrada em Porto Alegre em 1978; Luiz Claudio Cunha, jornalista; Calos Heitor Cony, jornalista; Neiva Moreira, ex-exilado político e ex-deputado federal, Mario Neira Barreiro, ex-agente do serviço de inteligência do governo uruguaio, preso desde 2003 na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (RS); João Vicente Goulart, filho do Ex-Presidente João Goulart, Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Cristovam Buarque e outros. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Jonas Pinheiro, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Sérgio Zambiasi, e Marcelo Crivella. Encerradas as falas dos Senhores convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e cinquenta minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Peço desculpas àqueles que chegaram no momento acordado, porque eu iniciei a Sessão com dois minutos de atraso, já que foi padrão dessa Comissão toda as quintas-feiras às 9 horas em ponto iniciar os trabalhos da Comissão. Senador Mesquita Júnior estava aqui exatamente no horário e lembrava-se, nós já tínhamos começado e eu disse, não vamos começar agora com a sua presença. Mas Senador Mesquita Júnior, uma vez aprovada a Ata, que eu coloco nesse momento em discussão, para que não fique nenhuma dúvida, aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A Sessão de hoje, na verdade, eu recebi três solicitações para que ela acontecesse nessa quinta,

embora não teremos na Casa pauta de votação em Plenário, só Sessão de debate, de três Senadores. Primeiro Senador o Senador Suplicy, que apresentou o Requerimento que ele fará defesa logo em seguida, ele quer uma Audiência Pública para debater a transposição das águas do Rio São Francisco. O segundo Requerimento que também recebi foi do Senador Cristovam Buarque, que também já apresentou Requerimento e vai fazer aqui a defesa. Ele quer que a Comissão de Direitos Humanos faça aqui uma audiência para debater a Operação Condor. E naturalmente aqui, mais diretamente, onde está em debate a morte, ou o assassinato do ex-Presidente João Goulart, e que recentemente inclusive um cidadão preso no Rio Grande do Sul, que se encontra lá na prisão lá de Charqueada, onde está preso, de nome Charqueada, ele fez declarações dizendo que o Presidente foi assassinado. E isso levou a uma série de manifestações, de diversas personalidades no País, e o Senador Cristovam entendeu que deveríamos fazer um debate sobre esta situação. E está aqui apresentando o Requerimento que eu já estou entregando às mãos dos Senadores.

E o terceiro Requerimento, na verdade é de minha autoria, foi uma conversa que eu tive com o Ministro Paulo Vannuchi para que na primeira Sessão de Audiência Pública desse ano nós tivéssemos um debate exatamente sobre o papel dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo. As formas que se está atuando nessa área, novas iniciativas que são tomadas, inclusive me lembrava aqui agora mesmo um Senador, da alta Comissão da ONU quando esteve no Brasil. Então esse debate faremos com a presença do Ministro Paulo Vannuchi, e conforme as informações que recebi até o momento, ele gostaria inclusive que essa Audiência Pública fosse já na próxima terça-feira, às 9 horas da manhã. Já o Senador Suplicy está pedindo que a Audiência Pública para debatermos a transposição das águas do Rio São Francisco seja no dia 14. E ele listou uma série de convidados já. Entre eles, só estou lembrando aqui, o próprio padre, que fez a greve de fome, como também o Ministro Ciro Gomes, o Ministro Geddel também está aqui entre as relações que ele, naturalmente Senador Suplicy vai apresentar a relação de todos os nomes, como também o Senador Cristovam, que vai fazer a defesa, vai aqui lembrar os nomes, vai defender a presença, por exemplo, do Jair Krischke, que representa na justiça os direitos humanos do Rio Grande do Sul, autor do livro: Brasil e a Operação Condor, o Jair Krischke é velho conhecido meu, ainda quando sindicalista, o Jair Krischke que sempre mostrou uma... sempre teve uma postura de defesa da liberdade, da igualdade, da justiça, e naturalmente sempre na frente das operações em relação aos direitos

humanos. Também o Senador Cristovam apresentou o nome de João Leivas Job, ex-Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, que também eu conheço, Marco Aurélio da Silva Reis, ex-delegado e chefe da DOPS, Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe do serviço nacional de informação do SNI, também do Rio Grande do Sul, depois ele lista aqui mais uma série de nomes que naturalmente ele fará a defesa de cada um deles. Esses são os três requerimentos que nós botaremos em votação. Esse com o Ministro Paulo Vannuchi eu assino junto com o Senador Mesquita Júnior, os outros tenho certeza que todos Senadores também deverão aqui defender a aprovação, porque todos os temas pra mim são relevantes. Senador Mesquita Júnior, por exemplo, a questão das águas do São Francisco, Operação Condor, e questão direitos humanos são temas que V.Ex^a domina, conhece, e se quiser fazer algum comentário a palavra está à sua disposição.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Antes de mais nada queria cumprimentá-lo no retorno dessa Comissão ao seu funcionamento normal. Aos servidores, aos auxiliares que nos ajudam sobremaneira a conduzir os trabalhos nessa Comissão.

No tocante ao Requerimento do Senador Cristovam Buarque, Senador Paim, me ocorre aqui uma preocupação. Ele pede a realização de uma Audiência Pública para debater a questão da Operação Condor, com foco, logicamente, no depoimento de um cidadão que segundo V.Ex^a se encontra detido, preso no seu Estado, o Rio Grande do Sul. É fato muito longínquo, mas fato que se reveste de liberdade, é um fato extremamente relevante e muito grave. Em razão disso, creio que deveríamos sugerir, não sei em que condições esse cidadão se encontra detido, mas creio que deveríamos sugerir ao Ministro Tasso Genro que esse cidadão seja custodiado da Polícia Federal, e que a Polícia Federal se responsabilize pela sua segurança pessoal. Até que os fatos sejam devidamente apurados. Porque Senador Paim, se... a serem verídicas as afirmações desse cidadão, logicamente que haverá pessoas nesse País, talvez ainda interessadas em calá-lo. Então creio que por medida de precaução deveríamos sugerir ao Ministro Tasso Genro que esse cidadão seja custodiado na Polícia Federal até que as apurações sejam incluídas, espero até que nada disso seja verídico, porque seria triste a gente se debruçar mais uma vez sobre um fato, se bem que longínquo, mas de extrema gravidade, que diz respeito a um momento passado do nosso País. Portanto, eu queria deixar aqui essa sugestão. Para que a própria Comissão sugerisse ao Ministro Tasso Genro que diligenciasse

nesse sentido, Senador Paim. Era o que tinha a dizer nesse momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Suplicy, chega nesse momento e está trazendo seu Requerimento com a lista dos convidados. Mas, enquanto o Senador Suplicy está vindo aqui os documentos para Requerimento, Senador Mesquita Júnior, eu vou fazer a leitura na íntegra do Requerimento do Senador Cristovam. E acho que a sua preocupação procede. Eu mesmo assisti, embora em férias quando estava no Rio Grande do Sul, diversas entrevistas desse cidadão que está preso. E ele fala com muita convicção. De que o Presidente foi assassinado, dá detalhes da operação a partir de São Paulo, envolvendo na época o Delegado Fleury. Essas são algumas coisas que eu me lembro que assisti nesse período de janeiro. Diz o Requerimento do Senador Cristovam Buarque: Requeiro nos termos do inciso II e V do art. 90 do Regimento Interno a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa destinada a apurar os fatos divulgados recentemente pela imprensa sobre a Operação Condor. Para tanto sugiro que essa Comissão defina os nomes a serem convidados para prestar esclarecimentos. Como indicação recomendo os nomes abaixo, além de recomendar que também sejam ouvidas pessoas apontadas como participantes da operação de guerrilhas... como participantes de operações de guerrilhas, e de atos terroristas como militantes de grupos de esquerda. Depois diz o Senador. A filha do ex-major do exército, Joaquim Pires Cerveira, Neuza Maria Romancine Pires Cerveira, que transformou o episódio do seqüestro do pai na tese de doutorado em história da USP, memória da dor, a Operação Condor no Brasil. Concluída em 2007. Ela consultou e reproduziu dezenas de documentos, oficiais que tratam de seu pai desaparecido desde 1974. Aí o Senador Cristovam lista, e vou repetir agora lendo na íntegra o documento os seguintes convidados para esse debate: Representante da comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos a serem designados por essa Comissão. Então representante da comissão de familiares e mortos e desaparecidos políticos a ser designados por essa Comissão. Então nós que iríamos indicar os nomes. Depois ele indica o Dr. Jair Krischke, que eu falava antes, meu amigo de longas datas, representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, autor do livro: Brasil e a Operação Condor. João Leivas Job, ex-Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul que também o conheci. Marco Aurélio da Silva Reis, ex-delegado e chefe da DOPS. Carlos Alberto Pons, ex-chefe do Serviço Nacional de Formação SNI do Rio

Grande do Sul. Atila Romentesses(F), ex-diretor da Divisão Central de Formação DCI. Pedro Carlos Celin, ex-chefe da divisão de segurança política, TODOPS(F), também do Rio Grande do Sul. E Universindo Rodrigues Dias, seqüestrado em Porto Alegre em 1978. Esse é aquele caso Universindo e Lílian Celiberti, eu acompanhei na época, eu era sindicalista, e fui quando ele foi seqüestrado no Rio Grande do Sul, se formou uma comissão de alto nível, assim dita na época, não porque eu estava nela, eu era o soldado raso naquela Comissão, e nós fomos ao Uruguai ver a situação de ambos. Foi o Presidente da CNBB, foi o Jair Krischke, foi o representante da Assembléia, e eu fui como representante dos movimentos sociais. Então eu acompanhei e senti, digamos, com muita emoção o sofrimento do Universindo e da Lílian Celiberti. Foram seqüestrados e levados para o País vizinho em 1978.

Então, acho que o Universindo e até a Lílian se pudesse botaria o nome dela também que eles estivessem aqui nesse debate. Está aqui já. O Senador Cristovam não falha. Eu lembrei o nome da Lílian e não estava na segunda página. Na segunda página Lílian Celiberti seqüestrada junto com o Universindo em Porto Alegre em 1978. E por último convida Luiz Cláudio Cunha, jornalista autor das reportagens que denunciaram o seqüestro da Sr^a. Lílian Celiberti e o Sr. Universindo Rodrigues Dias. Luiz Cláudio também tem um belo trabalho nessa área, conheço ele e vai ser uma alegria revê-los aqui. Não sei se o Senador Suplicy quer fazer algum comentário sobre esse Requerimento do Senador Cristovam. E depois o Senador Cristovam que está vindo a essa Sessão não chegar em tempo, Senador Suplicy, entrariamos no seu Requerimento. Mas vamos fazer já os comentários se assim V.Ex^a concordar sobre os requerimentos do Senador Cristovam.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu acho muito importante essa iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que em especial vai possibilitar ao Senado Federal essa Comissão de Direitos Humanos conhecer melhor a história do que efetivamente se passou. E é muito importante que tendo havido iniciativas em países europeus, diversos países europeus, mas sobretudo a Itália e também na Espanha, uma investigação sobre esta chamada Operação Condor, que inclusive chegou à conclusão de atos que foram perpetrados naquela época, nos anos 70, anos 60. Que precisam ser objeto de melhor esclarecimento, eu quero cumprimentar e aprovar este Requerimento.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, justamente em função das revelações feitas pela justiça italiana, pela justiça da Espanha, eu recebi a carta de um bra-

sileiro que há mais de 10 anos atrás, acho que nos anos 80, eu tive a oportunidade de acompanhá-lo para buscar informações sobre o seu irmão, que ficou desaparecido na Argentina. Nós estávamos ainda no Governo João Figueiredo. Eu era Deputado Federal e fui até a Argentina buscar informações e não consegui obter informações conclusivas. Mas à luz do que foi agora desvendado pela Operação Condor, este rapaz me escreveu pedindo que pudesse, quem sabe, tomar alguma providência. Eu vou solicitar de pronto ao meu gabinete para trazer a carta e gostaria de poder acrescentar o nome desta pessoa que procura seu irmão desaparecido em circunstâncias como outros que desapareceram na época. Então para que ele possa ser convidado nesta mesma oportunidade.

Então, eu sou inteiramente favorável que possamos realizar esta Audiência Pública em data a ser adequada para todos os convidados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Zambiasi, que chegou nesse momento quer fazer algum comentário sobre esse Requerimento? Senador Cristovam, operação condor, João Goulart, assassinato ou não?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu quero, Senador Paim, cumprimentá-lo pela iniciativa, e também que inclusive a Assembléia Legislativa através do Deputado Loureiro também está propondo uma Comissão para investigar e acompanhar as investigações que estão sendo feitas. Acho que é hora de se esclarecer este tema porque há uma dúvida pairando no ar, e é justo em respeito à própria democracia, a memória e a história do nosso querido Jango que a população, que a comunidade, que todos saibamos exatamente em que circunstâncias ocorreu a sua morte. Portanto, acho que uma iniciativa como esta merece todo respeito, merece todo respaldo, é uma ação que pode ser conjunta inclusive, Senador Paim. Imagino que possa ser uma ação conjunta da Assembléia gaúcha com o Congresso Nacional, especialmente a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal, que nosso querido Senador Paim preside. Então me parece que a iniciativa chega realmente em boa hora e acredito sinceramente que esta ação Parlamentar vai trazer luzes a este fato que ainda está muito obscuro e sobre o qual pairam tantas dúvidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Zambiasi, dando a sua contribuição a esse tema tão importante que no Rio Grande do Sul tem mais impacto a morte do João Goulart e no Brasil também. Mas que envolve uma série de situações como coloca muito bem o Senador Cristovam, que chega nesse momento, Senador Cristovam. Eu fiz a leitura do seu Requerimento, todos aqui

já se manifestaram totalmente a favor, e para nós seria muito bom que o senhor nesse momento, que embora tivéssemos em férias me ligou e pediu que na primeira Sessão nós aprovássemos se possível naturalmente o Requerimento que tenho certeza será aprovado e em seguida votaremos o Requerimento do Senador Suplicy sobre a transposição das águas do Rio São Francisco, e por último um requerimento de minha autoria a pedido do Ministro Paulo Vannuchi que quer submeter a essa Comissão a situação dos Direitos Humanos no Brasil que ele vai apresentar em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos da ONU em abril. Claro que não é uma votação, mas ele quer informar e disposto a debater e até alterar o Relatório, se necessário. Com a palavra o Senador Cristovam, o Senador Zambiasi queria uma complementação antes?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, na realidade a minha manifestação ela vem ao encontro desta proposta de acrescentar também esta questão que no Rio Grande do Sul tem uma grande repercussão, que é a questão da morte do Presidente Jango. Que até hoje não está definitivamente esclarecido. Nós gostaríamos de acrescentar o fato já que a Assembléia do Rio Grande do Sul está neste momento compondo uma Comissão, presidida pelo Deputado Adroaldo Loureiro do PDT, anunciada a criação nessa semana, no sentido de também buscar mais e novas informações a esse respeito já que é um cidadão preso no Rio Grande do Sul que fez revelações a esse respeito. Acho que poderemos incluir a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul nesta parceria de busca de informações dentro deste Requerimento, Senador Cristovam, em que se busca esclarecimentos a respeito da Operação Condor, onde o próprio Rio Grande do Sul tem na pessoa do Jair Krischke, uma pessoa de muita respeitabilidade, muita visibilidade no sentido da busca e reconhecimento das atividades dos Direitos Humanos não apenas no Rio Grande do Sul, mas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, por favor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro lugar eu queria explicar a situação que vive este País em função de uma experiência pessoal agora de manhã que me fez chegar atrasado. Eu cheguei atrasado, Senadores, porque algum tempo atrás me ligou uma voz para minha esposa que tinha seqüestrado uma das minhas filhas. Até eu localizar as duas, felizmente, nesse momento eu senti felizmente só ter duas, embora eu sempre acho que devia ter tido muito mais filhos, até localizar as duas é um drama terrível. Por mais que eu sentia que isso daí era coisa falsa. Isso um bom tempo. Um bandido, do outro lado, falan-

do que tinha... Dizendo o nome da minha filha, que a gente localizou rápido.

Então, está chegando em todas as partes. Todas as partes está chegando.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quando que foi isso?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora. Cheguei atrasado por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora?!

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora. Eu cheguei atrasado por isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas não era verdade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nada! Eu localizei rápido as duas por telefone. Estão bem, tranquilas. Só ficaram com raiva porque eu acordei as duas. Pois bem--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Cristovam, só para dizer... Para mostrar como esses fatos realmente estão... Absolutamente comuns. Há uns dias atrás aconteceu com minha filha em relação a mim. Ela recebe um telefonema, dizendo que eles estavam de posse do pai dela. Só que ligaram sem identificar nomes, sem... Apenas ameaçando de que estariam com o pai e que ela providenciaria uma forma de pagamento para a liberdade. Para a minha sorte, minha sorte digo porque podia ter desesperado, eu havia saído de casa há dois minutos. Estava não estava nem na esquina. Então ela pôde questionar o fato. Quanto tempo está com o meu pai? Tanto tempo. Não, não pode ser. O meu pai acabou de sair de casa. Esse é um golpe que está se espalhando e atingindo famílias e angustiando, já houve casos em que pessoas não resistiram ao golpe, tendo síndromes cardíacas. Para ver o impacto de um processo desses. Então nós queremos aqui fazer o registro de que infelizmente este é um tipo de golpe que está realmente sendo bastante comum, do qual todos infelizmente estamos sendo vítimas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas dito isso, Sr. Presidente, eu quero voltar ao meu Requerimento. Quando no mês de dezembro eu li as notícias relacionadas à Operação Condor, eu vi que imediatamente essa Comissão não podia ficar alheia. Essa Comissão tinha que fazer alguma coisa. Primeiro lugar, eu não sou favorável à extradição de nenhum brasileiro ao exterior. É uma questão legal, de defesa da soberania. Segundo lugar nós não temos porque julgar pessoas que já foram anistiadas. E a anistia no Brasil é preciso reconhecer foi uma questão de impacto em que o regime militar na época fez concessão, se não podia ter segurado isso por muitos anos ainda, e,

portanto, nessa anistia diferente de outros países foi geral para os dois lados. Terceiro, eu quero dizer que devemos também apurar os equívocos cometidos por pessoas das forças militantes de esquerda. Eu não sou daqueles que ache que devemos ficar apenas com um dos lados daquela guerra suja. Então é preciso também apurar o que houve do outro lado. Quarto. Não, não podemos esconder. Pra mim isso não é um pedido que tem a ver nem com justiça, nem com punição, nem com perseguição. Tem a ver com história. Nós não temos o direito de esconder os fatos. Nem os fatos de quem esteve do lado da repressão e cometeu os crimes, mesmo que tenham sido perdoados, e nem daqueles que cometeram o crime do outro lado, em nome da bandeira deles. É preciso dizer que os militares, como eu mesmo li, diziam ter uma bandeira, diziam defender uma democracia. Verdade que uma democracia meio esquisita a que havia naquele tempo. Eles diziam que lutavam contra a ideologia comunista que para eles era o que há de pior no mundo. Tinha as suas bandeiras. A esquerda lutava em nome de uma justiça, da igualdade, tinha uma bandeira. Mas que vinham aqui dizer os métodos que usaram. Métodos que eu pessoalmente acho que não eram compatíveis com quem luta pela democracia. Não se tratava de um País invadido militarmente, como foi o caso do Vietnã. Ali a gente pode até analisar justificativas para os fatos da luta armada e da luta armada naquelas circunstâncias que aconteceram ali. Então é um Requerimento que tenta resgatar a história. Não há pátria sem história. E o Brasil não tem história enquanto ela não for completa. Eu coloquei o fato Condor, mas tem outros casos escondidos no Brasil. A guerra do Paraguai, Senador, até hoje não está totalmente explicada com base nos documentos. Há documentos secretos até hoje da guerra do Paraguai. Dizendo-se que em nome de não se saber que houve genocídio cometido pelas tropas brasileiras. Eu não tenho nada como brasileiro hoje com que aconteceu há cem anos atrás. Eu quero que saiba. Agora, eu tenho tudo a ver com aquilo se eu for conivente com o fato daqueles documentos estarem escondidos. As Forças Armadas brasileiras de hoje são Forças Armadas democráticas, respeitadas da lei, que estão agüentando salários baixos, estão agüentando falta de recursos até para a manutenção, tem soldado hoje que não tem o que comer no quartel, estão agüentando armamentos velhos. Nós temos Forças Armadas hoje heróicas. Elas não tem nada a ver com o passado. Mas estarão sendo coniventes se quiserem esconder o que houve. É até para salvaguardar a honra das Forças Armadas a gente apurar tudo que houve em um passado, cometido por soldados. Talvez a mando de algum civil acima deles. Mas houve

fatos que não pode esconder. Eu fiz o Requerimento pensando na história. Não estou pensando na justiça. A justiça é outro departamento. E acho que se houve anistia, não tem que perseguir ninguém. A África do Sul deu um exemplo com a sua operação verdade. Quem confessasse o que fez já estava perdoado automaticamente. E olha que os crimes do apartheid, se é que a gente pode comparar, foram piores do que aqui. E foram perdoados. Mas disseram. Ninguém deixou de contar o que fez. De um lado e de outro. Está na hora do Brasil tomar conhecimento. Uma audiência não vai bastar. É um processo muito mais longo. Mas pelo menos façamos uma audiência a esse respeito. Eu coloquei Operação Condor, não coloquei o nome específico do Presidente João Goulart, mas acho perfeitamente correto incluir aqui o assunto do Presidente João Goulart que pra mim já estaria incluído. Vale a pena citar especificamente. Eu não coloquei o nome desse senhor que está preso e falou que era... Que fiscalizava. Era espião contra João Goulart, e disse que sim, participou do processo de envenenamento, que eu não quis colocar o nome dele aqui porque ninguém sabe quem é. Acharam até que se colocasse aqui podia macular essa lista. Mas talvez seja o caso também de ouvi-lo. O meu Requerimento ele diz: Requeiro nos termos do inciso II e V do art. 90 do regimento interno realização de Audiência Pública e Legislação Participativa destinada a apurar fatos divulgados recentemente pela imprensa sobre a Operação Condor. Para tanto sugiro que essa Comissão sugira os nomes a serem convidados a prestar esclarecimentos. Como indicação eu não disse quais devem ser. Porque a lista é grande demais. Talvez fique um excesso de nomes. Como indicação recomendo os nomes abaixo. Além de recomendar que também sejam ouvidas pessoas apontadas como participantes de operações de guerrilhas e atos terroristas com militantes de grupos de esquerda. Não coloquei os nomes porque os nomes deles não estão na imprensa. Mas acho que se for o caso devemos colocar também. Não podemos ficar só em um lado. E os nomes que eu citei foi a filha do ex-major do exército Joaquim Pires Cerveira, Neuza Maria Romancine Pires Cerveira que transformou o episódio do seqüestro do pai em uma tese de doutorado na USP. Cujo título é: Memória da dor. A Operação Condor no Brasil. Representante da comissão de familiares de mortos e desaparecidos que tem muitas informações e muita dor para trazer aqui. Jair Krischke, representando o movimento de justiça e direitos humanos no Rio Grande do Sul, autor do livro: Brasil e a Operação Condor. Eu coloquei três generais e delegados que foram citados na lista de um Juiz italiano. O João Neiva Job que foi Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio da Silva

Reis, ex-delegado de chefe do DOPS, Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe do Serviço Nacional de informações do Rio Grande do Sul. E também o Atila Rohrsetzer, foi Diretor da Divisão Central de Informações, Pedro Carlos Celig(F), ex-chefe da divisão política do DOPS, Universindo Rodrigues Dias, que foi seqüestrado junto com eu também coloquei Lílian Celiberti, foram seqüestrados e são testemunhas vivas e segundo alguns disseram únicas sobreviventes de todos os alvos da Operação Condor. E também o jornalista Luiz Cláudio Cunha a quem Universindo e Lílian Celiberti devem a própria vida porque foi graças às matérias que ele fez que eles foram salvos.

Então aqui está a minha sugestão de que se decidimos fazer, como eu espero, e eu aqui em algum momento escolhemos alguns desses nomes porque todos eu acho que seria muito... Seria difícil de compatibilizar ou fazamos mais de uma audiência se achamos que é conveniente. O que não podemos é deixar que a nossa Comissão fique omissa diante desses fatos. Não seria bom para a história do Brasil não procurarmos dar a nossa contribuição para apurar o que houve, e ainda pior seria para a história dos Senadores dessa Comissão, se fechássemos os olhos a essas denúncias. Eu insisto que elas devem ser feitas sem preconceito, optando por um dos lados da guerra suja dos anos de chumbo. Eu creio que a gente deve procurar apurar tudo que houve de tratamentos que a gente não quer que a juventude brasileira volte a cometer no futuro. E para que essa juventude não volte a cometer, ela tem que saber todas as maldades que foram feitas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em seguida Senador Crivella, aparte Senador Suplicy. Senador Crivella.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Cristovam Buarque, acho que é muito importante essa iniciativa. Já havia comentado a parte que está aqui, mas V.Ex^a acrescenta agora a relevância de também aqui no Senado, como parte de tudo que ocorreu, e objeto de investigação da Operação Condor, com respeito ao que de fato ocorreu quando faleceu o Presidente João Goulart. Nós temos acompanhado nessas últimas semanas na entrevista que foi concedida por pessoa que está detida, e que teria conhecimento porque teria participado até se verdade foi de forma de envenenamento do ex-Presidente João Goulart, é preciso averiguar. O próprio filho do Presidente João Goulart, João Vicente, esteve visitando esta pessoa ali onde ele está detido, e ouviu informações que ele considerou relevantes que merecem ser objeto de apuração. Acredito que V.Ex^a e outros colegas aqui possam ter também lido. O jornalista Carlos Heitor Cony escreveu numa coluna na

Folha há poucas semanas informando que ele já havia ouvido este mesmo detento. E relatado o que agora se divulgou num livro publicado há poucos anos atrás. Quem sabe assim como V.Ex^a que sugeriu a presença do jornalista Luiz Cláudio Cunha, por ter estudado o que aconteceu com Lílian Celiberti e Universindo Rodrigues Dias, quem sabe pudéssemos... Estou aqui pensando alto, mas se considerar adequado, acrescentar então os nomes do filho do Presidente João Goulart e do jornalista Carlos Heitor Cony, que estudou este assunto inclusive como consta de seu livro, ele que é um pesquisador, um historiador e um escritor membro da Academia Brasileira de Letras.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, estou totalmente de acordo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de enaltecer a relevância do Requerimento, fazendo aqui uma lembrança dos tempos que na África assisti estarecido como brasileiro, como cidadão, como estrangeiro naquele País os depoimentos prestados à Comissão que foi citada aqui era presidida pelo bispo Desmond Tutu. Depois Prêmio Nobel da Paz. Sr. Presidente, o ato de se trazer a verdade à tona de se lavar a alma nacional, de se confessar os pecados, tem além do princípio bíblico e cristão, uma eficaz ferramenta educativa. É sem sombra de dúvida uma maneira de iluminar os caminhos das futuras gerações. Um ato tão relevante como este não pode deixar de ser objeto de uma investigação séria dessa Comissão, e de trazer o assunto à discussão pública. Eu acho que os piores pecados são os encobertos. Esses são aqueles que não... Que jamais trazem arrependimento. Pelo contrário. Eles ficam sobre o manto da impunidade e incentivando coisas piores. É dever nosso, Presidente. Até diante dessas pequenas faltas, pequenas transgressões, pequenas injúrias, pequenos vilipêndios, pequenos atos de terrorismo como esse que o Senador viveu hoje de manhã, que faz uma sociedade se tornar perenta, hipócrita, avelhentada(F), que não luta mais por seus valores, por suas crenças, eu diria pela solidariedade. Então já que temos uma pressão enorme da competição, do empreendedorismo, você vê hoje os meninos... Outro dia eu assistia uma professora reclamando porque numa escola primária, particular, estavam querendo impor o empreendedorismo para aqueles menininhos já aprenderem a criar negócios, a ter lucro. E ela dizia na precocidade disso. Já tem todo o consumismo da televisão, o assédio ao sexo, ainda tem que ser empreendedor na infância. Montando feirinhas, montando barracas, havia todo um programa e a professora reclamava disso. Porque essa coisa de empreendedorismo em exagero acaba com a solidariedade entre nós, nos vemos loucos

em busca do lucro. Antigamente, Senador Cristovam Buarque, os idosos tinham valor. V.Ex^a se lembra que os grandes atores eram na faixa dos 50 anos. 40, 50. Faziam grande sucesso, as atrizes também. Os jovens quando acusavam 18 anos colocavam paletó, usavam um chapéu. A vida era natural. Se esperava um sucesso na idade madura. Hoje não. Acho que desde a eleição do Presidente Bob Kennedy nos Estados Unidos, desde o sucesso dos Beatles, os jovens passaram a ter esse peso de fazer sucesso aos 18, 19 anos. Toda a indústria se voltou a propaganda dos jovens, os filmes hoje só tem cartazes com os jovens, propaganda de BMW que é um carro que não é acessível aos jovens, mas sempre vem com artistas muitos jovens. Como se o jovem tivesse o dever de ter um desses carros caríssimos. E a gente vê os nossos jovens serem empurrados para o tráfico de drogas, para o consumo das drogas, enfim, por uma série de delitos porque na juventude é a idade de se aprender, é a idade de se ver exemplos, é a idade de viver a poesia, o romantismo, e não a idade de se obter o empreendedorismo, ou grande sucesso e se enriquecer. O enriquecimento dos jovens é uma anomalia que causa ansiedades profundas e uma degeneração da nossa sociedade. Talvez esse terrorista esteja sendo... Desculpa chamar de terrorista, mas esse rapaz delinqüente pressionado por ter que comprar isso, comprar aquilo, carros, celular, viajar, ter internet, ter acesso a tudo, e encontra o caminho do crime. Nós invertemos valores.

Então, diante dessas pequenas considerações, Sr. Presidente, queria apenas dizer que voto com muita ênfase no Requerimento apresentado pelo Senador e quero estar aqui para acompanhar de perto os depoimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria rapidamente Senador Paim me dirigir especialmente ao Senador Cristovam Buarque que francamente me deixou em dúvida acerca da conveniência ou não de se incluir no rol de pessoas a serem ouvidas por essa Comissão o cidadão que está detido lá e que fez a denúncia em relação ao possível assassinato do Presidente João Goulart. Eu digo isso, Senador Buarque, porque antes da sua chegada eu havia proposto aqui a essa Comissão que sugerisse ao Ministro Tasso Genro, em caráter como medida cautelar, que esse cidadão fosse custodiado à Polícia Federal até que fosse ouvido por essa Comissão ou até que os fatos se esclarecessem, ou até se fosse o caso afastássemos por completo a veracidade dessa denúncia. Então agora eu já fiquei em dúvida acerca

do procedimento a ser adotado. Porque V.Ex^a eu senti que não... Não... Não tem interesse em incluí-lo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu fico contente, Senador. Eu no primeiro momento não quis misturar as pessoas com o que já está preso. Mas eu aceito perfeitamente e fico contente que tenham trazido o nome dele, e eu acrescento e ainda sugiro que os demais Senadores aqui presentes subscrevam. E a gente acrescenta esses nomes sem nenhum problema. Eu cheguei a pensar em colocar depois disse não vou colocar porque pode poluir. Mas creio que está correto. Vamos trazer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Eu não sei em que circunstâncias ele está detido no Rio Grande do Sul. Eu desconheço completamente. Por isso que eu sugeri talvez ele esteja até já na polícia. Não sei, desconheço. Mas se não estiver, eu acho que uma medida cautelar que se garanta a sua integridade até que ele seja por completo ouvido e essa história seja passada a limpo. Definitivamente. Eu gostaria inclusive de saber se essa proposição tem o apoio dos colegas. Porque se não tiver também não adianta a gente levar adiante.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Tem total apoio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu

estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Posso submeter a votação nesses moldes?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

O nome dele é Marion Neiva Barreiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E ouviríamos também o filho do... O João Vicente.

O João Vicente e ouviríamos ele também. E o Heitor Cony. Eu havia na abertura, Senador Cristovam, falado muito na situação do ex-Presidente João Goulart. E o Senador Zambiasi lembrou a possibilidade de convidarmos pelo menos um representante da Assembléia Legislativa que estão estudando ou estão discutindo, estão participando de uma Comissão Especial para averiguar se houve efetivamente assassinato ou não do Presidente. Se todos concordarem eu entraria também nessa linha de convocarmos pelo menos um representante dessa Comissão que ele vai dar depoimento do trabalho da Comissão em relação ao assassinato do Presidente João Goulart. O Senador Geraldo Mesquita Júnior também havia solicitado que a gente encaminhasse por parte da Comissão, naturalmente, não teria a ver com o Requerimento, mas digamos, como diz o gaúcho, corre na mesma cancha o Requerimento ao Ministro Tasso Genro para que houvesse uma proteção, um acompanhamento da Polícia Federal quanto a

segurança desse último convidado aqui listado agora com o nome fornecido por V.Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Só chamar atenção que com esses nomes todos precisaremos de mais de uma audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Faremos mais de uma audiência. Então fica já aprovado se assim entenderem que podemos dobrar até em três Audiências Públicas de acordo com a indicação dos nomes que faremos aqui em comum acordo. Submeto a votação o Requerimento do Senador Cristovam e com os adendos. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade. Então nesse momento vamos ao Requerimento do Senador Suplicy. Senador Suplicy V.Ex^a. quer ler o Requerimento ou quer fazer uma defesa sucinta? Fique a vontade. Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr.

Presidente, quando aconteceu o episódio em que Dom Luiz Flávio Cappio, bispo da barra em Sobradinho pela segunda vez resolveu fazer uma abstinência, um jejum e oração com o sentido de protesto e de pedir que houvesse um melhor debate aprofundado sobre as obras relativas à integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional, eu tive a oportunidade de fazer uma visita a ele, e houve muitos Senadores aqui que se preocuparam com este assunto. O Senador José Nery apresentou então um Requerimento em Plenário segundo o qual deveria ser formado uma Comissão de Senadores que acabou sendo designada pelo Presidente Garibaldi Alves, aprovada por aquela Comissão para tentar mediar um entendimento entre o Governo que aprovou e iniciou as obras na direção da realização deste projeto como também aqueles que eram... Que tinham uma visão diferente. E eu então conversei com o Dom Luis Flávio Cappio, ele suspendeu aquela manifestação, também conversei com o Ministro Geddel Vieira Lima que concordou há pouco mais de um mês em realizar um debate aqui com o próprio bispo da barra, Dom Luis Flávio Cappio, assim como outras pessoas que foram indicadas de um lado pelo Ministro Geddel Vieira Lima, também pelo Deputado Ciro Gomes, ex-Ministro da Integração Nacional que aceitou participar deste debate, e por outro lado os nomes indicados pelo bispo Dom Luis Flávio Cappio. Assim, Sr. Presidente, eu venho requerer com o apoio dos que formaram aquela Comissão, José Nery, Lúcia Vânia, Senador Magno Malta ainda não consegui contatar, mas os Senadores que estão aqui presentes, Cristovam Buarque, Geraldo Mesquita, Marcelo Crivella, Sérgio Zambiasi e o Senador Paulo Paim, nosso Presidente, todos assinaram este Requerimento para que no próximo dia 14, quinta-

feira, a partir das nove horas, possamos estar tendo a Audiência Pública em que serão convidados o Ministro Geddel Vieira, o Deputado Federal Ciro Gomes, que já confirmou participar, o Deputado Marcondes Gadelha que há 20 anos vem estudando este assunto, e foi inclusive indicado pelo Deputado Ciro Gomes, o próprio Dom Luis Flávio Cappio, a atriz Letícia Sabatella, integrante do movimento Humanos Direitos que muito se envolveu neste debate, o Sr. João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministro de Integração Nacional, o Sr. Rômulo Macedo, gerente do programa São Francisco de responsabilidade do Consórcio Logos CONCREMAT, o professor Paulo Canedo de Magalhães, da COPI da Universidade Federal do Rio de Janeiro, esses três nomes, João Reis Santana Filho, Rômulo Macedo e Paulo Canedo de Magalhães são indicados pelo Ministro Geddel Vieira Lima, a promotora de justiça da Bahia e coordenadora da promotoria de justiça do Rio São Francisco, Luciana Cury, o jornalista Henrique Cortês, o professor João Abner da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e o Dr. Apolo Lisboa, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica [ininteligível]. Sr. Presidente, Dom Luis Flávio Cappio considera que há uma distinção entre dois projetos alternativos. Um que pretende transformar a água em mercadoria insumo fundamental para a implementação de uma agricultura monocultura destinado a produzir frutas tropicais para exportação e outro projeto popular que prioriza a convivência dos camponeses e do povo com o semi-árido, defende soluções locais e alternativas para captação e uso da água e prioriza seu destino para as necessidades humanas e da criação dos pequenos animais que fazem parte do modo de sobrevivência da região. O projeto em questão abrange sete Estados e mais de 16 milhões de trabalhadores rurais, transformando-se numa preocupação nacional. Consideramos de grande relevância a realização da audiência para melhor esclarecer os Senadores em torno da dimensão social e financeira da matéria, o que será fundamental na análise das dotações orçamentárias para o projeto em questão. Essa Audiência Pública para qual estão convidados alguns dos mais renomados estudiosos do assunto, tanto dentro dos que são favoráveis quanto os que são críticos do projeto governamental contribuirá para que a população brasileira e nós Senadores venhamos a conhecer os seus prós e contras, e assim nos posicionarmos de maneira mais consciente sobre este projeto, Sr. Presidente.

Então, gostaria de informar que praticamente todos os mencionados já concordaram em estar aqui na próxima quinta-feira, dia 14. O Ministro Geddel Vieira

havia a um mês e tanto atrás sido o primeiro constado e tinha concordado. Ele havia mencionado que ele preferiria estar presente numa primeira parte da audiência onde ele inclusive dialogaria com Dom Luis Flávio Cappio, assim tendo o início do debate com as duas visões diferentes, e que depois ele consideraria mais adequado que os técnicos desenvolvessem o debate sem necessariamente a presença dele, o que o próprio Dom Luis Flávio Cappio não considerou... Quer dizer, concordou também com isso. Já o ex-Ministro da Integração Nacional, que iniciou, ou que desenvolveu bastante o projeto e hoje Deputado Federal Ciro Gomes, diz que estará presente para participar do debate inteiro. E ontem o Ministro Geddel informou que teria um compromisso com o Governador Cid Gomes. Mas quando eu conversei com o Luiz Santana, seu Secretário-Executivo de que ele havia sido o primeiro constado e concordado, ele falou que vai verificar da possibilidade de antecipar para o dia 13 o compromisso com o Governador Cid Gomes para que ele próprio então esteja presente também. Eu quero informar que como esta é uma proposição para Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que a questão toda da integração do Rio São Francisco é de interesse de Defesa Nacional. Do serviço de infra-estrutura, obviamente também é de grande responsabilidade da Comissão, e ainda da Comissão de Desenvolvimento e Turismo, a CRE, presidida pelo Senador Heráclito Fortes, a de infra-estrutura pelo Senador Marcondes Perillo, e de desenvolvimento regional e turismo pela Senadora Lúcia Vânia. Todos estão de acordo também, mas em nós aprovando hoje, então todas as comissões poderão estar convidadas por V.Ex^a e por nós para fazermos uma Sessão conjunta das quatro Comissões e eu gostaria que V.Ex^a inclusive estudasse se faremos aqui nesta Comissão, nesta sala, mas isso vai ficar a critério de V.Ex^a. Eu acho que em princípio poderá ser feito aqui na sala. V.Ex^a tem tido uma experiência de organizar debates, às vezes até com número significativo de pessoas como aqui, mas desde que haja o bom senso na distribuição do tempo para cada um, os debates sempre tem sido muito produtivos. Eu quero aqui informar que esta iniciativa tem, sobretudo, o propósito de todos estarmos aprendendo melhor. Nós sabemos que aqui há Senadores que são muito favoráveis a este projeto e outros que têm uma visão crítica. Nada melhor do que, inclusive nós que não somos, alguns de nós que não somos do nordeste, mas somos do Brasil, venhamos a aprender melhor com este debate que é do interesse de todos os brasileiros e brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Suplicy e outros Senadores, sobre a questão da transposição das águas do Rio São Francisco. Agora com a presença também aqui do Senador Jonas Pinheiro. Eu quero apenas cumprimentar o Senador Suplicy que é um tema que de fato pra mim grande parte da população não tem claro. Todos são a favor que a água seja para todos. Mas as teses são bem diferentes. Por isso que eu quero cumprimentar a iniciativa que vai ser esclarecedora para os Senadores e para a população, da Audiência Pública que faremos na próxima quinta. Quero aqui enfatizar com a parceria de todas as Comissões que o Senador Suplicy daqui relatou e de nossa parte não há problema nenhum de ser aqui ou ser no espaço de uma outra Comissão. Nós queremos que o debate aconteça com a participação de todos. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Quero em primeiro lugar dizer que eu fico surpreso que tenhamos demorado tanto para alguém como o Senador Suplicy ter pensado nessa idéia. Isso nós já devíamos ter feito há mais de um ano, Senador Suplicy. E eu lhe parabeno e fico feliz. E justifico porque acho importante e porque trazer aqui a Comissão de Direitos Humanos. Essa semana conversando por telefone com o Presidente Paim disse a ele que se fosse escolher uma única Comissão no Senado era a de Direitos Humanos. Essa deveria ser a encruzilhada por onde passa tudo. Não se pode fazer um projeto de infra-estrutura que fere os direitos humanos. Só que esse assunto precisa de uma audiência porque ele realmente é difícil de se tomar uma posição. Eu sou Pernambucano, de nascimento, conheço aquela área, e sei o que significaria atender o direito humano daquela população ter água. Que hoje não tem água. É algo fundamental. Ao mesmo tempo, vem todas as discordâncias que eu tenho acompanhado e talvez seja um dos temas que eu me nego a tomar posição com clareza, Senador. Porque há muitos estudos que dizem que pode se ter água ali mesmo a custo muito baixo, só furando o solo. Outros dizem que o São Francisco não resiste a tirar água dele. Outros dizem que é custo altíssimo. E finalmente, nenhum bispo faz greve por capricho. A greve do bispo é algo que tem que sensibilizar a todos nós. Ele teve reflexões, ele conhece a região, ele não faria isso por simples capricho. É um tema que hoje divide profundamente os interessados no assunto. Mas quando digo divide, não é só um do lado, outro do outro. Divide internamente alguns de nós que um dia está a favor e outro dia está contra. Quando pensa como morador de um Estado fica a favor, quando pensa como brasileiro fica contra. A água do São Francisco pertence ao Brasil inteiro.

Então, tem que ser compartilhada. Mas para isso o São Francisco tem que ser revitalizado. A água tem que ser compartilhada, mas o rio tem que ser revitalizado. A discordância é qual é que vem antes, qual é que vem depois ou se é que devem vir juntos. A discussão é se essa é obra faraônica, desnecessária porque há outros caminhos ou não. E ninguém chega a construir um pacto nacional a favor ou um pacto contra. Às vezes o bispo Cappio fica isolado na sua luta com poucas pessoas ao redor. A gente tem que descobrir se esse isolamento é fruto de um equívoco, e aí convencê-lo para o lado dos que querem a transposição, ou se os outros é que estão equivocados. A essa audiência vai ajudar muito. Fico muito feliz do Senador Suplicy ter trazido essa proposta para que lamentando que tenhamos demorado muito.

Finalmente quero dizer que estou para apresentar uma proposta na quinta-feira, na primeira reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que de repente poderia ser também conjunta com direitos humanos que é relacionado à Amazônia. Precisamos debater com mais profundidade aqui dentro o problema dessas queimadas que estão acontecendo lá. Da falência das políticas públicas, é essa a verdade que está acontecendo. Faz 20 anos que houve aqui uma CPI da Amazônia, com o Relatório do Senador Jarbas Passarinho. 20 anos. Esses 20 anos, Senador Geraldo, não se fez mais nada claramente de avaliação e de análise do que está acontecendo na Amazônia. Então eu estou propondo que analise duas coisas. Três, na verdade. O grau do desmatamento, a eficácia das políticas e essas notícias de que há ameaças à soberania da Amazônia. É raro o dia que eu não recebo por e-mail alguma coisa que mostro que está havendo uma invasão. Ou um livro de um colégio nos Estados Unidos que tira a Amazônia do território brasileiro. Ninguém comprova isso. Mas isso persiste. De onde está saindo isso? Então eu vou apresentar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mas talvez seja o caso de colocar junto a Direitos Humanos. Porque afinal de contas a Amazônia pertence às próximas gerações também. É um direito humano de cada cidadão no futuro ter a Amazônia para ele. Talvez vale a pena incluir Direitos Humanos no assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior, e primeiro dizendo ao Senador Cristovam que se depender dessa Presidência essa Comissão estará presente para o debate da Amazônia sim, representando a população brasileira na linha dos Direitos Humanos e no leque é que V.Ex^a muito bem aqui defendeu. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Eu queria solicitar ao Senador Cristovam Buarque, me permitisse subscrever comigo o Requerimento que ele vai apresentar. Porque também eu digo o que ele disse em relação ao tema trazido pelo Senador Suplicy. Até que fim vamos debater e discutir esse tema da Amazônia, da sua soberania, do que está ali acontecendo ou do que não está acontecendo. Em boa hora, Senador. Lhe parabênz pela iniciativa e tem tudo a ver, realmente, com essa Comissão também. V.Ex^a mais uma vez tem razão. Porque esse assunto não pode ser discutido nessa Casa sem a interveniência dessa Comissão, Senador, porque a Amazônia abriga milhões de pessoas que estão ali de uma forma ou de outra buscando o seu caminho, a sua oportunidade na vida. E há um contingente enorme, Senador Paim, que me causa uma extrema preocupação, de pequenos agricultores, de pessoas que vivem ainda na mata em busca da sobrevivência através de atividades extrativistas. Tem uma série de situações ali na Amazônia que preocupam muito. Me preocupa muito, por exemplo, que brasileiros que exercem... revestidos de extrema responsabilidade propõem a criação de um Tribunal Internacional da Amazônia. Isso é um negócio que me causa um espanto terrível. Porque esse assunto tem que ser objeto das nossas preocupações, das nossas deliberações, das nossas discussões. Para que Tribunal Internacional para discutir a Amazônia? Eu me reporto em face disso a um artigo que o Senador Cristovam elaborou e publicou, fruto de um debate travado lá nos Estados Unidos. Então vamos propor o Tribunal internacional para outras coisas também. Para outras coisas também. Eu acho que a Amazônia nós temos capacidade. Seria uma falta de respeito, inclusive, com os milhões de pessoas que vivem na Amazônia. Eles sim é que devem ser ouvidos, eles sim que devem deliberar sobre o seu destino. Nós podemos inclusive participar de forma coadjuvante nessa discussão, Senador Paim, mas os cidadãos e as cidadãs da Amazônia que devem discutir o que fazer com aquele mundão de água e de terra e de gente. A minha grande preocupação é que vira e mexe, quando se trata de Amazônia, o foco nunca é o ser humano. Nunca é o pequeno trabalhador que está ali, Senador Paim, quando se fala em preservação o foco não é o homem. Quando se fala em queimada o foco não é o homem. Quando se fala em produzir o foco não é o homem. É sempre outra coisa qualquer. Então eu acho muito apropriado, em boa hora o Senador Buarque proporá esse debate, essa discussão, a partir dessa Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, quiçá outras Comissões para que a gente

possa adentrar esse assunto com muita propriedade e oferecer a nossa colaboração. Eu trago aqui para ilustrar as preocupações aqui que declinei, Senador Paim, a uma situação muito peculiar na Amazônia. Vira e mexe, setores da sociedade brasileira por vezes da própria imprensa tentam atribuir, por exemplo, aos pequenos produtores a responsabilidade parcial ou em grande parte pelas queimadas na Amazônia. Há uma situação ali, Senador Buarque, que pra mim, na minha cabeça, é de uma lógica incrível. Milhares e milhões de pequenos produtores que vivem na Amazônia, Senador Paim, em condições muitas vezes lastimáveis, têm, detêm, dispõem de uma única tecnologia de produção. As pessoas fazem vista grossa para isso, Senador Buarque. Qual é essa tecnologia? Para produzirem, a única tecnologia que eles dispõem, Senador Buarque, é rudimentar, é multi secular, mas é uma tecnologia. É a tecnologia da derrubada da floresta, da broca, da queimada e do plantio. Nós temos na Amazônia uma área imensa já derrubada que poderia ser o próprio Presidente Lula se referiu a ela, dias atrás, ela pode sim ser reaproveitada, podemos deter drasticamente o desmatamento naquela região se voltarmos a nossa atenção, os nossos olhos para essa situação. Agora, os grandes produtores detêm o poder de capital, de tecnologia, etc, para poder operar e reutilizar essas áreas. Os pequenos não têm, Senador Buarque. Então o Estado, União, o Estado e Municípios, o Poder Público precisa se constituir no grande parceiro que eles devem ter para... Para se livrarem de uma tecnologia rudimentar, multi secular, a única que eles dispõem para poder reaproveitar áreas que eles mesmos derrubaram. Para isso você precisa de investimentos, capital, maquinário, Senador Paim, que eles não têm. Como pessoas físicas. E até como associações, pequenas cooperativas, eles não têm essa capacidade.

Então, são questões fundamentais que não são alvo, não são objeto de reflexão de quem deveria estar refletindo isso. E quem deveria estar divulgando esse assunto. E isso passa batido. Eu fico impressionado como esse assunto passa batido. E trata-se de milhões de pessoas. Não são cem mil, duas mil pessoas não, Senador Paim, são muitos trabalhadores, pequenos trabalhadores que também precisam. Eu acho o seguinte, a Amazônia a gente pode conciliar muitas atividades. O extrativismo, a produção de grãos, de alimento, a utilização da madeira, a extração de minério. A gente pode ter várias atividades consorciadas. E, ao mesmo tempo, sendo alvo do trabalho humano. O que não podemos é fechar a nossa mente, discutirmos, trabalharmos a questão, por exemplo, da preservação ou do desmatamento que é a sua antítese sem levar em conta as pessoas que estão ali dentro. Esse

foco nunca é o foco, Senador Cristovam Buarque. E isso me preocupa, isso me causa estranheza inclusive. Então é apropriado, muito pertinente e por isso eu disse que faço questão de pedir ao Senador Buarque que me permita subscrever esse Requerimento que é de fundamental importância para essa Casa e para esse País.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam queria usar a palavra novamente? Se não vamos botar em votação o Requerimento do Senador Suplicy. Então... Pois não, Senador Jonas Pinheiro com a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Jonas Pinheiro, só para situar. Na realidade são dois momentos. Falar sobre os dois assuntos. O Senador Suplicy apresenta Requerimento com uma série de convidados para discutirmos a questão da transposição da água do Rio São Francisco. E o Senador Cristovam informa a essa Comissão que apresentará Requerimento em parceria com outra Comissão para discutirmos a questão da nossa Amazônia.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, eu prestei bem atenção nos dois casos e eu quero me inserir nos dois casos. Primeiro porque eu estou muito curioso, como estão os outros Senadores, que não conhecem a região nordeste, de saber o que de fato está acontecendo no nordeste. Porque V.Ex^a sabe, e outros Senadores, que eu sou de uma região de muita água. Sou pantaneiro. Nasci à margem do pantanal mato-grossense. E o segundo assunto eu fico a imaginar também, Senador Geraldo, que o foco nosso está vesgo nesse caso da Amazônia. Eu me recordo muito bem que no dia 25 de junho de 1996 o Presidente Fernando Henrique Cardoso baixou uma Medida Provisória em que mudou o código florestal do Brasil. O código florestal é de 1964. E era respeitado, o código florestal. Com a Medida Provisória, nós ficamos numa indecisão jurídica que hoje ninguém respeita. Por quê? Porque ainda é uma Medida Provisória. Quer dizer, o culpado é o Congresso Nacional, por não transformar aquela Medida Provisória em lei. Nós precisamos ter uma configuração jurídica para ser acreditado no ramo do código florestal. O Código Florestal, a Medida Provisória muda profundamente o Código Florestal. Essa Medida Provisória eu sou o Presidente dela, porque ela não foi votada ainda, discutimos essa Medida Provisória pelo Brasil inteiro, foi votado na Comissão, na Comissão específica da Medida Provisória, ela está até hoje para ser votada e transformada em lei. Pois bem, com essa Medida Provisória, hoje o proprietário de uma área, qualquer parte do País, ele não sabe se

o que está vigindo ainda é o Código Florestal de 1964, se é a Medida Provisória ou se são os decretos e as normas emanadas do CONAMA.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho muito importante essa proposta do Senador Cristovam, e eu vou me inserir dela exatamente para defender a votação dessa Medida Provisória. Não estou aqui defendendo se deve votar a Medida Provisória como está, ou se deve votar o Relatório do Relator aprovado na Comissão Mista que tratou da Medida Provisória. Não interessa. O que interessa é que são membros aqui, as partes que estão em discussão dessa Medida Provisória, mas que transforme em lei o que ainda resta do nosso Código Florestal.

Portanto eu quero me inserir, Senador Cristovam, diante dos dois casos. O da transposição do São Francisco, e também dessa discussão do Código Florestal, que este tem uma influência profunda dentro da Amazônia brasileira. Esse dia eu fui acionado pelo Senador Suplicy falando de um Projeto de Lei que apresentei nessa Casa e apresentei a proposta que é para provocar a discussão mesmo. Apresentei uma proposta tirando o Mato Grosso da Amazônia legal. O Estado do Mato Grosso, uma parte do norte do Mato Grosso que é floresta. Mas 80% do Mato Grosso não é floresta. E eu concordo com o Senador Geraldo que para se produzir no Brasil não precisa mais desmatar nada. O que se precisa, o que nós devemos incentivar é a utilização das áreas já reflorestadas porque com isso nós vamos adicionar produção ao País, particularmente nos nossos Estados da Amazônia que deve continuar vivendo. Por último, agora no dia 21 de janeiro o Presidente da República apresenta um Decreto, esse Decreto fere profundamente o direito de propriedade em que impede em 36 Municípios do Brasil que não podem mais desmatar nada. Isso fere até a Medida Provisória que nós não concordamos. Porque na Medida Provisória permitia que o proprietário desmatasse 20% da sua propriedade. Com esse Decreto, hoje, nós estamos com 19 Municípios no Estado do Mato Grosso que os pequenos produtores que moram lá, quem reside lá está preparando mala para ir embora. Fazer o que lá se ele não pode aproveitar o que ele tem, o que é patrimônio dele naquela propriedade.

Portanto esse assunto todo nós precisamos discutir para tornar mais claro e mais tranqüilo a vida daqueles que habitam a Amazônia brasileira. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a fala do Senador Jonas Pinheiro, que fala do Código Florestal, fala da Medida Provisória que trata do tema, fala do Decreto, se referiu principalmente à proposta que o Senador Cristovam apresenta do debate que faremos sobre a Amazônia em parceria com

outras Comissões. A partir desse momento poderíamos botar o Requerimento em votação. Eu só vou ler a introdução do Requerimento para que todos tenham claro. Requeiro nos termos regimentais, Senador Suplicy, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos, Legislação Participativa, CDH, como também da Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviço de Infra-estrutura e Desenvolvimento Regional e Turismo para esclarecer Srs. Senadores acerca do projeto de integração do Rio São Francisco, com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional. Em razão de sua importância para toda aquela região e todo o Brasil. Aqueles que concordam, a justificativa o Senador Suplicy já além de ler comentou, permaneçam como se encontram. Então aprovado o Requerimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, apenas... Então se todos estivermos de acordo, que possa ser realizada esta audiência na próxima quinta-feira, uma vez que os convidados já em princípio aceitaram. Falta apenas alguns dos técnicos, mas o próprio gabinete do Ministro Geddel Vieira informou que os três indicados certamente poderão vir e eu vou contatá-los de pronto. Agradeço se depois a Comissão puder--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Providenciar próxima quinta-feira, 9 horas da manhã.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Meu gabinete encaminhará todos os telefones para que os convidados sejam então formalmente convidados. Gostaria, Sr. Presidente, de... Relacionado ao primeiro tema da Operação Condor, informar e passo às mãos de V.Ex^a uma breve carta do Dr. José Carlos Lago, que em 8 de janeiro último encaminhou-me a seguinte carta. "Há 28 anos – portanto, eu era Deputado Estadual, 1980, Governo João Figueiredo – o senhor e eu estivemos na Argentina a procura de meu irmão. Luiz Renato do Lago Faria. Infelizmente com o resultado infrutífero. Agora na edição do Estado de São Paulo no dia 31 de dezembro de 2007, seção A-4, noto em matéria do jornalista Vanildo Mendes, de Brasília, uma retomada do assunto relacionado ao tema Operação Condor, onde meu irmão é citado. Sinto que ainda posso fazer alguma coisa, porém o cipoal é denso e não tem outra referência a não ser sua lembrança provável do fato". Eu me lembro muito bem, estivemos lá falando com autoridades argentinas, com o auxílio do Embaixador brasileiro, mas não conseguimos um... Eles disseram que iriam averiguar, a autoridade... Falei com a autoridade, acho que era o Ministro da Justiça da época do governo argentino, mas não conseguimos saber sobre o paradeiro deste

brasileiro Luiz Renato do Lago Faria. Até hoje. Então ele aqui diz: “farei o que sua experiência, mas posso sugerir, claro se tiver a gentileza de retomar. Estarei aguardando, aceite um abraço. José Carlos Lago”. O Requerimento de V.Ex^a, Senador Cristovam, nos propicia a oportunidade de quem sabe com esta audiência eu sugiro, Sr. Presidente, que possa José Carlos Lago ser convidado para neste dia acompanhar a audiência e possamos, inclusive eu encaminho a V.Ex^a, inclusive, o... Este artigo de... publicado no Estado de São Paulo que menciona os episódios. Então é a sugestão que eu faço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): José Carlos Lago, né?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): José Carlos Lago. Eu encaminho a V.Ex^a a cópia da carta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A assessoria então providencia para que sejam convidados também para participar da Audiência Pública.

Vamos ao último Requerimento. É rápido esse aqui. É o Requerimento que na verdade foi uma solicitação que eu recebi do Ministro Paulo Vannuchi que acatei e encaminho agora à Comissão. É assinado por mim e por todos os Senadores presentes aqui na sala. Com fundamento no disposto art. 58, § 2º, inciso II, combinado com o art. 90, inciso II da Casa, requeremos a realização de Audiência Pública dia 12 de fevereiro de 2008, às 9 horas, próxima terça-feira, com vistas a tratar do debate sobre o Relatório sobre ações dos Direitos Humanos no Brasil. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas entidades ligadas aos Direitos Humanos e outras a serem definidas por essa Comissão. Na justificativa bem breve consta o seguinte. Esse Requerimento visa a construção de um Relatório com a ampla participação desse colegiado onde todos poderão dar a sua contribuição com vistas ao que o Brasil fará chegar à ONU no dia 25 de fevereiro de 2008, em seguida na quinzena de abril de 2008 vai apresentar em Genebra também no encontro da ONU. Na verdade, o que quer o Ministro Paulo Vannuchi é apresentar o Relatório que ele vai levar a esse encontro da ONU. Disse que há um sorteio todos os anos e o Brasil foi contemplado a apresentar o que tem feito em matéria de Direitos Humanos. Então ele vai apresentar a nós primeiro e qualquer contribuição ou crítica ele receberá aqui dessa Comissão sobre aquilo que ele vai apresentar tanto no primeiro encontro da ONU, dia 25 de fevereiro, e o segundo encontro que será em abril esse a ser realizado em Genebra. Não sei se algum Senador quer discutir se não colocamos em votação. Aquele que concorda... Seria na próxima terça-feira, dia 12, 9 horas da manhã nesta Comissão. Em votação

o Requerimento. Concordam... permaneçam como se encontram. Aprovado. Alguma consideração a mais? Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidente, só para lembrar que daqui a cem dias nós vamos estar comemorando o mais importante gesto de direitos humanos da história do Brasil que foi a abolição da escravatura. Embora essa abolição tenha ido muito incompleta, não se deu terra aos ex-escravos, não se deu escolas a seus filhos, não tratamos os negros com a dignidade que deveria, até hoje existe sim resquícios de racismo nesse País, eu creio que mereceria uma comemoração. Eu quero sugerir que essa Comissão providencie algum evento, não sei qual, por isso não trouxe nada pronto, que faça lembrar essa data. Todos mundo fala 200 anos da vinda de Dom João VI que realmente foi uma data importante, é um número mais redondo, mas 120 anos da abolição merece uma reflexão. E houve uma proposta sua, Presidente Paim de a gente discutir ao longo desse período e ainda há cem dias o que faltou na abolição. Ou seja, comemoramos e debatemos o que faltou. Porque não é uma lei que a gente possa dizer que foi ruim. Não é uma lei que a gente possa dizer que deu a mudança que se esperava. Eu quero sugerir que a nossa Comissão, e se quiser eu posso trazer alguma sugestão, que a gente faça algum ato que lembre que houve a lei, que essa lei foi um gesto revolucionário, mas que faltou completar tudo que se esperava que viria com ela, que era de fato não só a proibição de venda de seres humanos, do trabalho sem salário, mas também a igualdade que esse País precisava construir e não construiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, conversa que eu tive com V.Ex^a nós apresentamos uma proposta ao Congresso para que o ano de 2008 seja o ano dos 120 anos da abolição não conclusa. E V.Ex^a faz quase que uma cobrança positiva. Sim, e daí? Apresentamos sugestão inclusive V.Ex^a como Senador, o que poderíamos fazer é conversar com o Senador Garibaldi, inclusive, para que o Senado fizesse uma atividade, digamos, de peso sobre essa questão. Acho que mais do que nunca eu entendo que o artista, o ator Lázaro Ramos, ele tem dado uma série de entrevistas sobre o preconceito no Brasil a partir da personagem dele com a... Me deu branco aqui o nome da atriz... Enfim, Débora, né? Não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Falabela. Exatamente. E tanto ele como ela tem dado diversas entrevistas e recentemente casais, sejam homem branco ou o contrário, a mulher branca

casado com negro tem dados depoimentos que chocam o Brasil. Eu assisti um recentemente que faz qualquer um chorar. Onde a recusa do homem, do pai no caso aceitar que sua filha estivesse apaixonada por homem negro e estão vivendo junto. E no momento que ele mais precisou quanto teve um enfarte, a única pessoa que estava ao lado dele era o rapaz negro. No caso o seu genro. E quando ele foi levando ele para o hospital diz que ele se apertava na mão dele assim, com muita força pedindo socorro, e ali que ele reconheceu que efetivamente era outro ser humano que estava dando apoio a ele. Eu vi esse depoimento, não se identificaram, mas é questão de dar depoimento os dois, tanto a menina... Tanto o rapaz como a moça. Então mostra quanto o preconceito é forte no país, no Brasil e no mundo. Não é só aqui. Quem acompanha... E não tem como eu não dizer a vocês que estou muito contente com esse debate que está havendo nos Estados Unidos entre o Obama e a Clinton. Uma mulher e um negro fazendo um grande debate. Eu acho importante as declarações que ele tem dado que ele é o candidato do povo norte-americano. E não somente da comunidade negra. Essa uma posição pra mim madura, equilibrada e grande que mostra que ele está preparado para Governador os Estados Unidos. Seria um equívoco se ele dissesse que é um candidato somente da comunidade negra ou estaria lá para defender somente os negros. É um equívoco de setores ainda organizados da sociedade brasileira que não entenderam a grandeza dessa declaração. Então faço esse pequeno depoimento, Senador Cristovam, dizendo que será um grande debate. E todos nós estaremos acompanhando esse debate nos Estados Unidos que envolve pela primeira vez eu acho naquele País um candidato com reais condições de chegar à Presidência da República e com essa visão de governar para todos. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quero apoiar a iniciativa de ambos para que tenhamos no 3 de maio, 120 anos da abolição da escravidão no Brasil uma Sessão muito especial. Avalio que isso deve ser objeto, pode ser sugerido pela Comissão de Direitos Humanos, mas se trata de um assunto tão relevante que seria bom que a Comissão de Direitos Humanos propusesse ao Plenário do Senado para quem sabe termos pessoas como o ator Lázaro, que poderia nessa oportunidade dar um depoimento formidável, e tantos outros. Eu aqui pensando alto acho que nós poderíamos nos próximos dias estar fazendo uma... Escrevendo um Requerimento de comum acordo para apresentar no Plenário, quem sabe pudéssemos até nas próximas duas semanas pensar num Requerimento que aprovado aqui seria para uma atividade do Plenário do

Senado, na direção do que V.Ex^a e do que o Senador Cristovam Buarque mencionou.

Gostaria de lembrar com respeito a datas relevantes que esta Comissão de Direitos Humanos certamente também vai se preparar para os 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que ocorrerá em dezembro próximo. Pois foi 1948 que houve... Serão 60 anos. E, portanto, também deveremos estar prestando atenção nesta data. Gostaria, Sr. Presidente, de também enaltecer a relevância deste debate com uma repercussão mundial em que os Estados Unidos da América, através de um sistema democrático de prévias está... O povo norte-americano está escolhendo seus respectivos candidatos entre os republicanos e entre os democratas, mas é formidável que estes debates entre a Senadora Hillary Clinton e o Senador Barack Obama tem trazido reflexões de enorme relevância. E V.Ex^a observou bem, Barack Obama tem dito e assertivamente colocado que ele quer ser um Presidente de todos os americanos, de todos os segmentos e procurando se colocar como uma pessoa que vai trazer mudanças efetivas. E a Senadora Hilary Clinton vem elevando o nível de debate com ele. Acho que está sendo muito interessante e constitui exercício saudável e sobretudo também o debate sobre a questão da guerra no Iraque, e das guerras, pois Barack Obama, mas a própria Hillary Clinton, quando relembram a figura extraordinária de Martin Luther King Júnior em seus debates estão também rememorando que Martin Luther King Júnior sempre disse que vamos procurar confrontar a força física com a força da alma e evitar estar tomando do cálice do veneno, do ódio, da vingança e da guerra. Algo que os Estados Unidos precisam sempre pensar muito antes de iniciar qualquer atividade bélica.

Permita ainda, Sr. Presidente, ainda ontem V.Ex^a em diálogo comigo expressou uma preocupação. Então quero aqui levantar também uma breve reflexão com respeito ao trabalho tão produtivo, positivo que a Ministra Matilde Ribeiro fez como Ministra responsável pela maior integração de todos os segmentos no Brasil. Acho que ela fez um trabalho notável, muito positivo, e no dia... Neste dia em que um número tão significativo a partir da própria iniciativa do líder do Governo tendo dialogado com o Presidente Lula, com o Ministro José Múcio, apresenta um Requerimento que todos nós aqui assinamos para que se faça apuração completa de tudo que aconteceu, tem ocorrido com os cartões corporativos e também as diversas despesas de suprimentos de materiais nos últimos dez anos para fazer com que haja transparência completa deste assunto, e ainda ontem o Senador Romero Jucá nos disse que em diálogo com o Presidente Lula ele observou que não há o que esconder aí. Se por acaso houve quais-

quer desvios de procedimento, eles foram de pequena monta e precisam ser corrigidos. Então o Governo deseja realizar esta apuração e isto considerei positivo, surpreendeu aos Senadores da oposição, mas acho que a oposição e a situação poderá... Nós poderemos inclusive sugerir normas, quem sabe através não apenas de decreto administrativo, até de um Projeto de Lei que estabeleçam critérios a respeito do que fazer com esses recursos. Então acho que é muito saudável que o Senado Federal, é possível até que haja uma Comissão Mista, mas que o Senado... Que tenhamos os Senadores, tomado esta iniciativa, acho que será adequado e se houve, conforme a própria Ministra Matilde, algum erro de natureza administrativa, que ela foi induzida, então que isso seja reconhecido, ela se portou com dignidade na entrevista logo depois que houve o diálogo dela com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva e certamente ela tendo se afastado é muito importante que possa ela própria continuar colaborando com os propósitos do Ministério ao qual ela... Que teve nela a primeira Ministra e que V.Ex^a, sobretudo, tem considerado como um Ministério de grande importância para a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, Senador Mesquita Júnior.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, sem querer tomar muito o tempo da Comissão, eu queria voltar um pouco a esse assunto do candidato Obama. É preciso dizer que é muito positivo quando ele diz que será o Presidente de todos. Mas todos não é sinônimo de mesmo. O que se espera é que seja Presidente de todos os americanos para um Estados Unidos diferente. No que se refere a saúde, que é a tragédia, a saúde pública, no que se refere a essa visão avassaladora de estar presente no mundo inteiro, controlando tudo. Então quero chamar atenção que a esperança que tem-se é não apenas ter um presidente negro, porque nesse sentido mostra já uma mudança, mas ao nível cultural. O que se espera é que se for ele o Presidente, acho que a candidata Hilary Clinton também representa uma tentativa de algumas mudanças, haverá uma mudança no País. Eu creio, por exemplo, que a eleição do Presidente Lula representou em si algo diferente. Um homem do povo, sem diploma universitário, sem fortuna que chega à Presidência da República. Culturalmente ter um Presidente como o Lula já foi uma mudança. Eu lamento é que não mudou mais. Não houve uma revolução que se esperava. Eu sempre dizia que não era na economia. Quase fui expulso um vez quando disse que se Lula ganhasse deveria manter Malan por cem dias durante um período de transição porque eu não via outra política econômica diferente dessa daí embora eu não

goste dela. Como eu não gosto da lei da gravidade que me obriga a descer por elevador, que incomoda, ou por uma escada que é cansativa. Eu preferia sair por uma janela voando. Mas eu respeito a lei da gravidade. Existem leis no processo econômico hoje e leis internacionais, globais. Não dá pra gente sair. Eu acho que a revolução poderia ter sido na educação, como lutei tanto. E eu falo isso para lembrar o seguinte, o programa que a gente conseguiu elaborar no Ministério da Educação, tinha o nome que por coincidência muito parecido com que usa o Obama. O slogan do Obama é “nós podemos”. O nosso era “é possível”. É possível a revolução pela educação. Então o Obama está propondo não apenas governar para todos, mas governar para um País diferente. Ele traz uma visão progressista do processo político e nessa visão progressista é o respeito às duas grandes comunidades norte-americanas que são a negra e a branca. Além, obviamente, da comunidade latino-americana. Então foi bom trazer o nome dele aqui porque mostra a diferença. E aí o Senador Suplicy trouxe o que eu acho que é mais importante ainda no imaginário, é que os dois candidatos dos democratas representam minorias. Se não for um negro, vai ser uma mulher. Isso em si já é uma ruptura com uma tradição de uma cultura branca e machista, como temos praticamente no mundo inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mesquita Júnior algum comentário? Se me permitir rapidamente quero só registrar que ao mesmo tempo que eu acompanhei, digamos a situação, digo triste da Ministra Matilde, eu não tenho como não lembrar nesse momento a situação da nossa ex-Senadora, ex-Governadora, ex-Ministra Benedita da Silva. Vejam como é a vida, Benedita da Silva foi uma passagem à Argentina, mas teve, digamos, a ousadia, teve a firmeza, teve o entendimento e a solidariedade de se demitir quando foi acusada por esse fato. A Ministra Matilde o mesmo caso. Casualmente as duas mulheres e negras. Houve o fato, ela reconheceu que houve um erro na operação, e de imediato para não criar constrangimento para ninguém e nem para a comunidade negra também se demitiu. Acho que demonstra já o caráter, a força e a vontade política de efetivamente fortalecer o próprio Governo do Presidente Lula, independente de ser mulher e negra, com essas posições. A Ministra Matilde sem sombra de dúvida fez um belo Governo. Durante o tempo que ficou naquele Ministério. Tanto que foi reconduzida por unanimidade. Sem nenhum questionamento pela sua forma de buscar aquilo que nós chamamos de uma política de integração. Onde a gente repete muito essas frases do Mandela, do Martin Luther King, que o sonho é ver brancos e negros

caminhando de mãos dadas, e construindo um País melhor para todos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Me permita, talvez como é o primeiro dia a gente está tão solto falando aqui. Eu queria dizer mais uma coisa sobre a Ministra Benedita. Ela fez uma viagem não de passeio, para participar de uma conferência. E alguns dizem: Evangélica. Quantos Ministros não fazem conferências para... viagens para ir a conferências de banqueiros? De empresários? Quantas eu como Ministro da Educação fiz provavelmente para ir a encontros de professores? De líderes da educação em diversos países? Então eu quero me manifestar também minha solidariedade. A Ministra fez uma viagem, melhor que não tivesse sido paga pelo Governo, mas não foi de passeio, foi para uma atividade que ela considerava política que era demonstrar a política local, acho que não foi só para falar de igreja, para demonstrar a política do Governo do Presidente Lula em aspectos sociais. E mesmo assim terminou sendo obrigada a ser demitida. Isso eu considero completamente diferente do que está acontecendo com os cartões corporativos. Sinceramente acho que no caso dos cartões é um instrumento, é uma ferramenta que carrega com ela riscos muito grandes de malversação. Está dentro dela. Por isso quando fui Ministro me neguei a ter. Porque por mais cuidado que eu costume ter na minha vida até privada mesmo em matéria de gastos, eu creio que é muito perigoso esse negócio de qualquer cartão de crédito. Imagina cartão de crédito pago pelo próprio Governo. É muito diferente esse caso do caso da nossa querida Benedita.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Eu quero concluir... Eu assisti ontem uma explicação da Ministra Dilma, e pra mim algo ali me marcou e me deixou no mínimo numa posição de entendimento que é um bom debate essa questão do cartão. O que ela diz? O cartão é a melhor forma de fiscalizar. O que não pode é sacar o dinheiro. Agora, se fizer a compra no cartão tem que dizer aonde comprou e o que comprou. Aí fica tudo escrito. Acho que é um bom debate essa questão do cartão. Ela demonstrou que ela vai fazer de tudo para que ninguém possa sacar o dinheiro. Mas pagar com o cartão qualquer gasto do Executivo. Claro que diversos Ministros já optaram por não ter o cartão, como inclusive V.Ex^a recomenda nesse momento. Mas acho que algum gasto do Executivo tem que ter uma forma legal, formal e que fique documentado, escrito, automaticamente a operação feita. Porque alguma operação vai ter que ser feita. De alguma forma tem que ser pago aquilo que o Executivo gasta, digamos, a qualquer momento que for necessário. Por isso que o Senador Cristovam, eu quero apenas enfatizar que

é um bom debate essa questão dos cartões. Mas eu vi que a Ministra defendeu com muita convicção essa questão de não usar o dinheiro e usar o cartão e que a fatura então seja documentada com o aquilo que efetivamente foi gasto e qual o objetivo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu quero fazer justiça que o Ministro Lupi se negou a ter cartão quando entrou no governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Parece que o ministro Stephanes também.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

E o problema é que com o cartão diminui a exigência de licitação. Muitas das coisas são compradas de emergência. Não dá para ter licitação. É verdade. Nesse caso específico, o cartão ajuda. Mas termina facilitando para comprar coisas em vez de ter uma licitação num lugar onde você tem um preço melhor para o Governo pagar. É o próprio funcionário público que escolhe onde comprar. Mas essa é outra discussão que está... Eu fui provocado só pelo caso de citar a Senadora--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até porque é impossível fazer licitação para tudo. Até V.Ex^a destaca nesse momento que algumas questões básicas que não tem como fazer licitação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Aliás, quero lembrar o Senado decidiu divulgar os gastos com verbas indenizatórias e pelo que eu li nos jornal alguns Senadores não estão fazendo isso. Acho que a gente tem a obrigação de divulgar os gastos com a verba indenizatória que eu considero importante que exista. Senão daqui a pouco vamos ter pessoas querendo cartão corporativo para as verbas indenizatórias do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Só para esclarecer, eu conversei muito com o Senador Tião Viana sobre essa questão, e não tem não querer. É automático. Porque você tem que prestar conta na Secretaria Geral tudo que você usou da verba. Você usou a verba vai para o transparência total como a Câmara tem. Se o Senador quer ou não quer, ele não vai ter querer. Ou ele vai ter que abrir mão de não retirar a verba.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas não estão devolvidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está decidido. A partir de janeiro--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Decidido, sim. Ah, a partir de janeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A partir desse mês de janeiro já é automaticamente todo o gasto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

A decisão houve e a partir da decisão eu comecei a

colocar as minhas na internet. As minhas estão na internet desde o primeiro dia. E eu vi que não estavam fazendo, mas eu não estava sabendo que era a partir de primeiro de janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A partir de primeiro de janeiro a Casa vai botar à disposição pela internet. É só entrar no portal Transparência da Casa tudo que cada Senador gastou e no que é que gastou. Está a partir desse mês. Com esses pequenos esclarecimentos e o bom debate de uma reunião tão produtiva, nós encerramos os trabalhos no dia de hoje. Está encerrado.

Sessão encerrada às 10h51.

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e quinze minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores **Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, César Borges, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes, Jayme Campos e Lúcia Vânia** e da Senadora não membro **Rosalba Ciarlini**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa-se a pauta. **Item único:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 01, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, aprovado em 07/02/2008, a realização de Audiência Pública, “com vistas à construção de relatório sobre ações e políticas de Direitos Humanos no Brasil”. Com os seguintes convidados: **Paulo Vannuchi** – Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e Senhora **Ministra Ana Lucy Gentil Cabral Petersen**, Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, em substituição ao Senhor Celso Amorim – Ministro de Estado das Relações Exteriores. O Senhor Presidente, após a exposição dos Senhores Ministros, franqueia a palavra aos Senhores Senadores e, em seguida, aos representantes da sociedade civil organizada presentes. Fazem uso da palavra os Senadores José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Romeu Tuma, Jayme Campos, Cícero Lucena,

Rosalba Ciarlini e Eduardo Suplicy. **Extrapauta: Item único:** Requerimento nº 4, de 2008, em aditamento ao Requerimento nº 2, de 2008 – CDH, no qual é atualizado a lista de convidados com o acréscimo sugerido pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão Senador Cícero Lucena do Arcebispo da Paraíba, Dom Aldo di Cillo Pagotto, presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição de Águas do rio São Francisco, para a Audiência pública, que realizar-se-á no dia 14/02/2008. Autor: Senador Cícero Lucena. **Resultado: Aprovado.** Encerradas as falas dos Senhores Senadores e convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Secretaria recebeu, Senadores e Senadoras, em resposta a um Ofício do Senador José Nery, recebeu do Estado da Bahia, Senador, o seguinte Ofício: “Sr. Presidente, em resposta ao Ofício 422 da CDH, referente ao Requerimento nº. 49/2007, CDH, de autoria do Senador José Nery, encaminhando ao Gabinete do Sr. Governador desse Estado, informo a V.Exª que tendo em vista a complexidade das investigações, o triplo homicídio que vitimou a líder comunitária Aurina Rodrigues Santana e familiares, está sendo apurado em Inquérito Policial pela delegada Andréia Barbosa Ribeiro, delegada de polícia do Grupo Especial de Repressão aos Crimes de Extermínio da Polícia Civil da Bahia, conforme Ofício 987 de 21/02/2007. Cópia em anexo”. Em resumo, Senador José Nery, o Governo do Estado da Bahia responde que está sendo analisado, investigado e que nos manterá informado, conforme está aqui passo a passo do que está acontecendo. Não sei se V.Exª quer fazer comentário sobre o Ofício. Está à sua disposição.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores Geraldo

Mesquita e Flávio Arns. Senhoras e senhores aqui presentes. Essa manifestação do Governo da Bahia respondendo a um Requerimento aprovado aqui, encaminhado pelo Presidente Paulo Paim, sem dúvida é importante para que esta Comissão se mantenha vigilante, acompanhando a apuração desse fato grave ao lado de outros, inclusive estive na Bahia o ano passado, em Salvador, onde tive a oportunidade de encontrar com as autoridades do Sistema de Segurança Pública, e bem como com várias entidades da sociedade civil e fiz uma visita à região, à área em que tem sistematicamente acontecido crimes que seriam praticados por grupos de extermínio. Creio que essa manifestação, essa resposta à Comissão de Direitos Humanos é importante para que nós possamos acompanhar e esperamos ao final das investigações que sejam identificados todos aqueles que estão envolvidos com esse bárbaro crime que vitimou, assassinou a líder comunitária Aurina Rodrigues Santana, e seu filho, um menor, e esperamos então que... Aguardamos a conclusão das investigações e esperamos que seja feita justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mediante as ponderações do Senador José Nery, nós entramos então na pauta de hoje que é Item Único. Informo aos Srs. Senadores e Senadoras que na quinta-feira passada, em reunião desta Comissão nós aprovamos três requerimentos. Um de minha autoria, que é esse fruto da audiência de hoje, que foi numa conversa que eu tive com o Ministro Paulo Vannuchi, onde ele vai apresentar o Relatório sobre as Políticas de Direitos Humanos no Brasil, com um olhar no encontro que ele terá no mês de abril, em Genebra. Enfim, ele fará aqui a sua exposição, e além do Ministro Paulo Vannuchi vai estar também presente e fazendo uso da palavra a Ministra e diretora do Departamento de Direitos Humanos e Sistemas sociais do Ministério das Relações Exteriores, Dr^a. Ana Lucy Gentil, que está aqui em nome do Ministério das Relações Exteriores. Foi também nessa mesma reunião da Comissão de Direitos Humanos aprovado um debate sobre a transposição das águas do Rio São Francisco, apresentado pelo Senador Suplicy. Quero dizer que essa Audiência Pública será na próxima quinta-feira, às 9 horas da manhã. A única dúvida que nós temos ainda, todos convidados confirmaram, desde o Ministro, alguns artistas que estão envolvidos, ao padre que ficou naquele período em greve de fome, também o Deputado Ciro Gomes que é quem está cuidando desse tema na Câmara dos Deputados, e outros agentes que tratam dessa questão, está confirmada que será na próxima quinta-feira, 9 horas da manhã. A única dúvida que existe ainda, repito, se vai ser neste Plenário ou vai ser

transformado o debate sobre a questão das águas do Rio São Francisco numa Comissão geral no Plenário do Senado Federal. Eu e o Senador Suplicy fizemos esse contato com o Presidente Garibaldi, e ele pelo menos concordou com a tese de fazermos um grande debate no Plenário para discutirmos um tema tão importante que envolve a água, que envolve a vida, e naturalmente tem tudo a ver também com a Comissão de Direitos Humanos e outras Comissões aqui do Senado da República, como a Comissão de Infra-estrutura, a Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Assuntos Econômicos, enfim, cinco Comissões estão se somando a esse debate. Então está confirmado para a próxima quinta, só estamos ainda para acertar o local. Ou aqui ou no Plenário do Senado.

E o terceiro Requerimento aprovado foi de parte do Senador Cristovam Buarque sobre a Operação Condor. Foi aprovado também por unanimidade, todos sabem o debate que existe sobre os assassinatos, seqüestros acontecidos a partir, por exemplo, da Operação Condor, já que houve outros infelizmente, poderemos discutir no momento adequado, então nós aprovamos o Requerimento e estamos apenas acertando a data de que vamos fazer. E pelo entendimento dos Senadores aqui presentes talvez tenhamos que fazer nesse caso uma série de Audiências Públicas. Me lembro que o próprio Senador Mesquita Júnior levantava que esse cidadão que fez a denúncia, que está preso em charqueada deveria ter um acompanhamento da Polícia Federal porque ele é um arquivo vivo, já que ele era do serviço de informação do Uruguai, e o depoimento que ele deu para todo o Brasil, inclusive para imprensa, escrita e falada, ele confirma que o Presidente João Goulart foi efetivamente assassinado. Então foi uma decisão tomada também pela Comissão que nós vamos investigar não somente essa questão, mas o desdobramento que envolve uma série de crimes cometidos durante esse período. Confesso também aos Srs. Senadores e Senadoras que eu estive ontem conversando com os familiares do Presidente assassinado João Goulart e eles levantaram uma série de preocupações que eu vou depois conversar com os Senadores sobre essa situação. O que aconteceu, o desdobramento e o que vem acontecendo hoje inclusive, e ele dizia inclusive, Senador Suplicy... Senador Mesquita Júnior, V.Ex^a que é Presidente do Mercosul, que talvez esse tema a gente tenha que levar, depois de uma discussão aqui na Comissão, especificamente a questão João Goulart para um debate na Comissão de Direitos Humanos do Mercosul. Então nós estávamos dispostos a conversar com V.Ex^a sobre essa questão e levarmos esse tema para debater na Comissão de Direitos Humanos do Mercosul, já que envolve todos... Aquela operação

envolveu praticamente todos países que compõem hoje o Mercosul. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, coincidentemente também eu estive ontem com o Dr. João Vicente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É, acho que foi o mesmo assunto que nós falamos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --filho do ex-Presidente João, ele me revelou alguns detalhes, alguns fatos, por exemplo, o Parlamentar Miquelini, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos lá no Parlamento do Mercosul teve o pai também assassinado e o envolvimento foi com a Operação Condor.

Então, muito apropriada à sugestão do Dr. João Vicente, e nós vamos de fato provocar. Eu pretendia abordar esse assunto com V.Ex^a e com outros Parlamentares aqui, Senador Buarque, o autor do Requerimento, mas já que V.Ex^a tocou no assunto, pretendo inclusive atravessar um Requerimento aqui na nossa Comissão sugerindo que o Dr. João Vicente seja ouvido em caráter reservado aqui pela Comissão, porque segundo ele, ele tem informações e documentos que num primeiro momento talvez não fosse de bom alvitre serem revelados publicamente. E eu acho que seria muito interessante e apropriado que a Comissão pudesse realizar essa audiência com o Dr. João Vicente em caráter reservado. Eu estou aqui antecipando um Requerimento que eu vou trazer para essa Comissão com essa sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador Mesquita Júnior. Já me sinto então contemplado, já que o filho do ex-Presidente João Goulart, que é gaúcho, apenas reafirma a posição em relação ao meu Estado, ele me disse falaria com V.Ex^a e falaria também com os três Senadores gaúchos. Deve ter feito isso, e nós então nessa reunião fechada faremos essa conversa para dar o melhor encaminhamento possível. Como falávamos ontem, não somente do... Que essa questão da Operação Condor não fique somente na repercussão do espetáculo em si. Para que se vá a fundo na questão para ver efetivamente o que aconteceu. Já que todos os indícios levantados até o momento demonstram que houve de fato um assassinato. Um indício. Não estou fazendo pré-julgamento aqui. E agora na minha ida ao Rio Grande do Sul marquei uma conversa com o Jair Krischke que também acompanhou um pouco toda esse processo. Mas voltamos ao tema original desta reunião, eu queria... O Ministro, a informação que eu recebi agora que ele já está chegando, eu queria de pronto registrar a presença aqui, eu vou registrar a

presença das entidades que foram convidadas e confirmaram a presença.

Então, pra mim está aqui na relação que eu recebi, relação de representantes confirmados. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, CONAD. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. CNCD. Conselho de Defesa dos Direitos Da Pessoa Humana, CDDPH. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, CONANDA. Conselho Nacional do Direito dos Idosos, CNDI. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, CONATRAI. Comissão Nacional de Educação e Direitos Humanos. CNDH. Fórum Nacional do Direito da Criança, FNDCA. Movimento Tortura Nunca Mais, de Pernambuco. Conectas e Ibase(F). GAJOP, MST, setor de Direitos Humanos, Justiça Global, Movimento Nacional de Direitos Humanos, MNDH. Ainda foram encaminhados convidados para a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura, ACAT. Global Compact, Caritas Brasileiras, CNBB, Comissão Brasileira [ininteligível], Comissão de Direitos Humanos da OAB Conselho Nacional. Comissão de Direitos Humanos da OAB São Paulo, SIME, NEVE(F), USP, GELEDS(F), CONIC, INESC, POLI, Articulação do Semi-Árido Brasileiro, ASA. Instituto Social Ambiental, ISA. CONTAG, Associação Brasileira Interdisciplinar. Comunidade Barrai do Brasil. Cesec, Centros de Estudos de Segurança da Cidadania. Instituto Probono, Terras de Direitos, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Fórum de Entidades Nacional de Direitos Humanos. Instituto Sou da Paz. WWF Brasil. Instituto de Defesa do Direito da Defesa. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Essas entidades entre as confirmadas e convidadas em grande parte, pela informação que recebi estão aqui. Se alguma entidade no Plenário que não está na minha lista podem apertar o botão e registrar a presença. A senhora de vermelho.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sociedade Brasileira de Pediatria. Diz presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já está registrado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Centro Universitário UNIEURO. Aqui de Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Registrado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Registrado.

SR. RENATO SANTOS: Bom dia. Fundação Abrinq.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Abring. Alguém mais não foi registrado? Não sei se algum Senador quer fazer uso da palavra nesse momento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está registrado também. Teve um...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Comunidade Barrai do Brasil. Só para dizer que estamos presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Comunidade Barrai. Por favor, essa...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos da Presidência da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem registrado, ambos. Por favor, só por causa do microfone para efeito de registro de Ata. Apertando o botão acende uma luz verde.

SRA. MILENA CALAZAN DE MATOS: Bom dia. Milena Calazan de Matos. Do Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Alguém mais? O seu nome tinham me dado aqui na mesa, mas eu preferi que a senhora possa fazer agora nesse momento.

SRA. LÚCIA: Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. Algumas entidades presentes fazem parte.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu nome é?

SRA. LÚCIA: Lúcia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convidaria para fazer parte da Mesa, enquanto aguardamos o Ministro e iniciamos aqui nossa conversa, a Sr^a. Ana Lucy Gentil, Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, do Ministério das Relações Exteriores.

Acertamos aqui com a Dr^a. Ana Lucy, Ana Lucy Gentil Cabral, de que ela iniciaria já a sua palestra, enfim, colocando seu ponto de vista em relação a direitos humanos no Brasil, naturalmente com sua visão internacional, eu quando o Ministro chegar ele fará sua exposição e depois vamos para o debate com os Srs. Senadores e Senadoras, e nós claro dentro do possível, da forma democrática que essa Comissão sempre age, nós vamos ver se conseguimos no fim permitir... Não é no final, mas depois dos convidados falarem, que algumas entidades também possam participar e interagir no debate. Então, por favor, Ministra.

SRA. MINISTRA ANA LUCY GENTIL CABRAL: Bom dia. Eu queria agradecer ao Senador Paim e a

Comissão de Direitos Humanos do Senado a oportunidade dessa Audiência Pública.

O Brasil é um dos primeiros países que vão apresentar o seu Relatório nessa revisão periódica universal, um mecanismo que foi criado no contexto do Conselho de Direitos Humanos que teve sua institucionalidade aprovada no ano passado. O Conselho foi votado em maio de 2006, ele substituiu nas Nações Unidas à antiga Comissão de Direitos Humanos que foi modificada porque sofria de muitas pressões políticas, e se tornou ineficiente. Esse mecanismo de revisão periódico universal é muito importante porque os países, todos os países membros do Conselho ou não, serão avaliados nas suas... No seu respeito aos direitos humanos. Esse Relatório será apresentado em abril. Vai ser o primeiro grupo de países esse ano teve um sorteio, o Brasil faz parte desse primeiro grupo, será o nono País a apresentar. Em razão disso nós contamos com o fato de não existir ainda uma tradição e uma maneira específica de apresentar esse Relatório. Os países podem apresentar o texto escrito em 20 páginas, o que no nosso caso foi muito pouco para mostrar tudo que tem sido feito, embora nós não tenhamos ainda um desempenho 100% agradável, ou perfeito na defesa dos Direitos Humanos. Pode-se dizer que é um trunfo, nós podemos estar aqui escutando quase que 50 organizações civis, e que tiveram suas contribuições recolhidas pela Secretaria de Direitos Humanos e pelo Ministério das Relações Exteriores. Portanto, é um exercício feito por todas, não só pelos Ministérios e Governo Federal. Mas especificamente com contribuições da sociedade civil que eu entendo que estão aqui para melhorar o texto que já foi montado. Nós pretendemos, sem dúvida, depois desses debates juntar as sugestões, nós já recebemos por e-mail algumas contribuições de grupos liderados aí pelo Comitê de Direitos Humanos e de Acompanhamento, e creio que vamos ter uma oportunidade única de demonstrar esse exercício conjunto com todos cidadãos brasileiros. Eu entendo que o Ministro Vannuchi vai querer pessoalmente apresentar o documento. Mas, se vocês me permitem, para ganharmos um pouco de tempo... Generalizar um pouco a maneira como ele foi montado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Ministra, já que o Ministro chegou nesse momento. V.Ex^a naturalmente continuará com a sua exposição e em seguida o Ministro fará então suas colocações.

SRA. MINISTRA ANA LUCY GENTIL CABRAL: Bom, nesse momento eu queria apenas dizer o seguinte. Esse documento não é um documento final. Após esse debate, essa apresentação pública, nós vamos

ter um texto definitivo que será traduzido. No dia 14 de abril o Brasil apresentará a sua defesa ou... Digamos assim, as suas conquistas nos direitos humanos no contexto do Conselho, muitas das Organizações Não-Governamentais poderão interagir com o País e com os outros membros do grupo. Portanto, o texto poderá ser complementado pela apresentação verbal.

Eu passo a palavra ao Ministro que, sem dúvida, participou ativamente da montagem desse texto e tem muito da sua percepção de como apresentar o documento. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado aí à Ministra Ana Cabral pela sua breve exposição, abrindo caminho aí para que o nosso convidado especial, não que a Ministra também não seja, mas o convidado especial possa então fazer a sua exposição.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Obrigado, Senador Presidente Paim, Ministra Ana Cabral, Srs. Senadores, representantes dos Ministérios, da sociedade civil, Assessores da Casa, colegas jornalistas. Em primeiro lugar, um milhão de desculpas. Eu tinha de estar nessa audiência desde o seu primeiro minuto. Cheguei em Brasília às 8h20. Me comuniquei com a minha equipe sobre isso, mas por aqueles desencontros que acontecem de interpretações e a nossa incapacidade de nos comunicarmos bem entre nós acabaram me ligando, “venha porque já começou a Sessão”. Eu fazia a mais absoluta questão de estar aqui no primeiro minuto da Sessão. Agradecendo ao Senador Paim, aos Senadores, a essa expressiva presença e espero que sem prejudicar a abertura já feita pela Ministra Ana Cabral, eu gostaria só de chamar atenção para a delicadeza e relativa facilidade da meta que temos para esta audiência de hoje. Quando eu falo em facilidade, facilidade por quê? Porque complicado seria se nós tivéssemos extraído aqui um Relatório conjunto, Governo e sociedade civil. [risos] Mas, na medida em que isso tem de ser muito bem claramente pontuado, o processo é um processo muito rico, muito inovador, eu creio que... Não sei se repetindo a Ministra Ana Cabral, é quase que uma idéia chave para superar, ou abrir o caminho para a superação dos impasses que levaram à paralisia e depois extinção da Comissão de Direitos Humanos da ONU, e o recente nascimento, muito pouco tempo para considerarmos que o impasse esteja se repetindo. O organismo é promissor, vamos lembrar que o Brasil mais uma vez contou com expressivo reconhecimento, foi o segundo País mais votado no mundo para a composição dessa equipe de 47 membros, e o Brasil tem desde o primeiro momento cuidado, e já assumindo a posição brasileira relativamente recente

de se portar nos fóruns mundiais efetivamente como um País de 190 milhões de habitantes, de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, de maior reserva de biodiversidade, de água doce fluvial e subterrânea do planeta, de oito mil quilômetros de costa marítima, com potenciais de fertilidade do solo, de capacidade produtiva instalada, a melhor mais estruturada universidade do hemisfério sul, um País que tem essa riqueza da sua diversidade, do seu dinamismo humano, cultural, se portar como um País que vem para o Conselho dos Direitos Humanos fazendo questão de ajudar a desenhar como deve ser esse Conselho e esse Conselho não pode repetir instâncias já existentes nas Nações Unidas, como a Assembléia Geral e o próprio Conselho de Segurança, onde já os problemas duros, inevitáveis da paz e da guerra no mundo já são debatidos a contento. A esfera dos direitos humanos tem de ser a esfera da transcendência entre países para deixar um pouco de lado os conflitos que já são capazes de produzir guerras que desde 45, final da Segunda Guerra, nunca cessaram de existir no planeta, e construir de fato pressupostos, fundamentos na relação entre países e na relação interna entre segmentos sociais de cada País, ricos e pobres, mecanismos que permitam preparar nosso planeta finalmente para a conquista universal da paz que só pode existir sobre fundamentos sólidos de justiça, de equidade, de participação democrática e da liberdade.

Então, nesse contexto, o Brasil teve um papel muito importante na idéia do mecanismo, do relatório periódico a construção de um relatório global. Nós fomos um pouco surpreendidos pela agilidade do processo e tivemos falhas como Secretaria Especial de Direitos Humanos no calendário, assim que recebemos a comunicação no final de outubro, de fazer de fato ainda em novembro e não fizemos isso por qualquer interesse de limitar a participação, pelo contrário, fizemos isso porque estávamos absolutamente mergulhados num plano de trabalho maior do que as nossas próprias pernas, conferências, articulações, eventos que são muito concentrados na nossa Secretaria em novembro e dezembro por conta do 10 de dezembro, preparando o deste ano o 60º aniversário, mas assim mesmo foi desencadeado um processo básico que leva a essa importante audiência no Legislativo nacional, no Senado Federal uma audiência em que depois de conhecer o documento no momento de redação em que ele se encontra, fruto de uma articulação em primeiro nível entre o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com participação de mais de 10 Ministérios, não me lembro precisamente o número, numa situação em que dentro dos direitos humanos todos devemos nos considerar

sempre em aprendizado, há um aprendizado sim do Governo nisso, o Itamaraty tem um departamento, uma divisão que trabalha direitos humanos há muitos anos, o Itamaraty é muito mais antigo que a Secretaria Especial de Direitos Humanos, tem um conhecimento acumulado de diplomacia, de relação entre países, do realismo político que a Secretaria Especial de Direitos Humanos jovem não tem. E muito propensa à parceria com a sociedade civil a sua tendência sempre será de cometer o erro de uma excessiva entidade com movimentos sociais, e chamo de erro porque na democracia é fundamental conhecer bem e exercer bem os diferentes papéis. O papel da sociedade civil, o papel do Legislativo, o papel do Judiciário e papel do Executivo Federal que é: em sintonia sempre com a sociedade civil, mas levando em conta elementos, por exemplo, o fato de ser o primeiro Relatório e que, portanto, não temos aquela facilidade de puxar no computador a versão anterior, ou o que os outros países já fizeram, e na formulação do tom que algumas das observações da sociedade civil que serão aqui apresentadas de viva-voz já nos chegaram e estamos cientes, dos desacordos, das lacunas, alegadas inconsistências, estamos com muita serenidade aqui para acolhermos o que for possível. Acolher dentro da facilidade já antecipada de que não se trata de elaborar um relatório conjunto. Mas um momento rico para dos Senadores recolher observações, propostas, sugestões a serem incorporadas e da sociedade civil para que o relatório melhore. Mas, o mecanismo, como já deve ter sido explicado pela Ministra, é o mecanismo também que conta com os relatórios que a sociedade civil remete diretamente à alta comissão, e a apresentação, a discussão em abril será então à parte da construção de um instrumento único.

Então, nesse sentido, nessa compreensão que eu então saúdo, saúdo o trabalho interministerial, saúdo o trabalho Secretaria de Direitos Humanos e Itamaraty, saúdo a contribuição de todos os demais. Se tivéssemos feito um Relatório construído até hoje, até aqui, até este momento num tom de que nada no Brasil funciona em termos de Direitos Humanos, nós poderíamos ter, primeiro, a injustiça de deixar de reconhecer os avanços das últimas décadas, nós contribuiríamos para noticiários anuais do tal latino barômetro que vem lá de Santiago, para dizer que a democracia está sendo muito mal avaliada no continente, e as tentações autoritárias que voltam a rondar sempre. Então se a democracia é muito complicada, melhor tentar um atalho, e o atalho leva ao nazismo, recentemente lembrado pelo episódio do holocausto ao Auchwitz, o atalho leva ao autoritarismo, a supressão da liberdade que é direito humano de absoluta, primeiríssima gran-

deza. Também se fizéssemos um relatório acidamente crítico nós estaríamos ao lado dos demais países sem nenhum desprezo por eles, mas que certamente não tem o avanço de consolidação institucional democrática que o Brasil tem, que apresentarão relatórios dizendo que sim, Marrocos, sim, não sei em que outros países os direitos humanos são plenamente respeitados.

Por outro lado, o reconhecimento dos avanços suscita a idéia de que pode haver um teor propagandístico. Então este governo está vindo produzir um relatório que vai dizer em Genebra que as coisas vão muito bem no Brasil, de que não há problema. E a busca do tom, equilíbrio, composição, que afaste ambos os riscos, ambos os erros, ela desemboca nessa audiência o momento de crivo, um momento de ampliar as sugestões para que ainda na semana que vem incorporem e dia 25, data fatal e o Brasil gosta de cumprir os seus prazos estritamente sem pedir sequer 24 horas de atraso. Também, por outro lado, se o relatório tem algum tom que a sociedade civil possa considerar no limite baloatista, propagandista, de alta avaliação positiva, isso é um desafio mais grave para o Estado Brasileiro no Relatório de daqui quatro anos. Porque esse é a base inicial para iniciar uma série. E, ao final de quatro anos, há uma brilhante sugestão que pessoalmente estou muito apto e disposto a acolher, espero que em concordância geral dentro do Governo, que é de trabalharmos a produção de um relatório anual.

Então, ao trabalhar o relatório anual, esse “quatrianal” é quase que uma consolidação mais distanciada daquilo que fazemos: Então, muitíssimo obrigado, estamos aqui, Governo, Governo Federal, na preparação desse relatório. Numa das observações que me parecem pertinentes de que o relatório não reflete amplamente a estrutura federativa do Brasil, e nem sequer a integridade dos poderes. Não falo do Legislativo porque o Legislativo é um parceiro de todas as horas. Eu sou convidado semanalmente pelo Presidente Paim [risos] ou pelo Presidente Luis Couto e lá na Assessoria até tem uma discussão. Não pode ir toda semana senão vira carne de vaca, etc e tal. Tem que valorizar um pouco o passe, mas há um pujante processo de afirmação de direitos humanos daqui nas duas casas no último período reconhecível, semanalmente há. Hoje mesmo no boletim do Senado contando das várias Comissões que só de direitos humanos fará duas audiências sobre temas relevantes na mesma semana. E também o Poder Judiciário, que temos buscado avançar, estamos em contato com a Ministra Ellen Gracie que já designou o Dr. Manoel Carlos como nosso canal para uma parceria crescente. Lembro que este é o ano não apenas o 60º aniversário, mas é o ano da atualização da PNDH. Em 25 de janeiro no Rio o Presidente Lula

chamou o evento, com as entidades judaicas, lembrando o dia de Auchewitz, o holocausto, para que nunca mais se repita, ele chamou a um mutirão nacional de debates de alguma maneira essa audiência de hoje se inscreve como parte de um processo que nós queremos diário até o final do ano para propiciar de fato em dezembro na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos um acervo de propostas nacionais, volto a falar do Judiciário para dizer: Se esperássemos do Judiciário suscitando em novembro um relatório global da situação dos direitos humanos nos tribunais de justiça é muito pouco provável que nós pudéssemos cumprir o prazo. Então eu quero explicar que parte das eventuais lacunas também decorre do atual estágio de aprendizado dos poderes públicos brasileiros diante do tema. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Antes de passar a palavra primeiro aos Senadores e depois às entidades, eu queria aqui que novamente a nossa Ministra Ana Cabral, convidada, pudesse fazer as suas considerações, já que no momento que o Ministro chegou ela diz... “Olha, prefiro que ele encaminhe e eu faço depois as minhas considerações”. Ministra, por favor, pelo tempo que entender necessário.

SRA. MINISTRA ANA LUCY GENTIL CABRAL: Obrigada Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em seguida o primeiro Senador inscrito, entre os que estão presentes, Senador Jayme Campos, Flávio Arns, José Nery, Mesquita Júnior, Eduardo Suplicy, Cícero Lucena. Senador Mesquita Júnior.

SRA. MINISTRA ANA LUCY GENTIL CABRAL: Vou deixar as minhas considerações para o final depois de ouvir as entidades e as suas críticas. Mas eu queria dizer que nós estamos numa posição muito confortável, porque embora as Organizações Não-Governamentais sempre critiquem que não são ouvidas ou que não conseguem contribuir para as posições do Brasil, eu sei, por outro lado, que é ao contrário. Que na verdade muitas vezes a gente não reage de público, mas que as suas sugestões que são recebidas são consideradas. E nós, ao montar posições no exterior, dizendo especificamente de Itamaraty, e com o apoio obviamente da Secretaria de Direitos Humanos que implementa o dia-a-dia aqui, nós levamos muito em consideração a atuação da sociedade brasileira.

Então, eu vejo esse documento, embora com sugestões a serem modificadas, ele na verdade é um grande trunfo do Brasil. Porque o fato que nós temos só 20 páginas para escrever não dá para escrever tudo o que tem sido feito nas nossas políticas sociais e de respeito aos direitos humanos. Eu acho que é uma

grande vantagem embora nós reconheçamos que o importante, sobretudo, é saber das nossas deficiências e propor maneiras de melhorar esse nosso recorde(F). Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero só, antes de passar a palavra ao Plenário, registrar aqui a solidariedade, tenho certeza que a todo o Senado da República e do povo brasileiro ao Senador Jonas Pinheiro, que permanece internado desde o dia 10, domingo, com um quadro delicado de uma parada respiratória, no hospital INCOR, em Cuiabá. Hoje ele está em coma induzido para que os médicos possam então verificar o quadro que se apresenta de uma outra medida. Infelizmente a informação que recebi aqui do seu gabinete que a situação do Senador Jonas Pinheiro é delicada, é grave. Muito grave, não é Senador Jayme Campos?

Quero também na mesma linha e infelizmente também registrar a solidariedade de todos nós e do povo brasileiro ao Senador Aloizio Mercadante. Ele está internado no Hospital Albert Einstein em São Paulo desde antes do carnaval. Deu uma entrada com uma forte gripe e que no fim resultou numa infecção urinária. No momento os médicos estão refazendo os exames e segundo ele o Senador não tem previsão de alta. Enfim, um quadro que também não é da mesma gravidade, mas também teve algumas complicações que nós aqui não vamos poder aqui, até por não sermos médicos detalhar. Mas em resumo fica aqui a solidariedade total, tenho certeza que do povo brasileiro ao Senador Jonas Pinheiro e ao Senador Aloizio Mercadante. Passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, caro amigo e Presidente Senador Paulo Paim. Sr^{as}. e Srs. Senadores, Ministro Paulo Vannuchi, queria registrar com muita satisfação aqui a presença da Ministra Ana Lucy Cabral, uma dedicada e competente pessoa pública nesse País que presta relevantes serviços no Ministério das Relações Exteriores. É uma amiga de muitos anos. Muitos anos pra mim, porque parece que o decurso do tempo não produz nenhum efeito na Dr^a. Ana Lucy. E é com muita satisfação que eu participo de uma audiência com a presença de uma pessoa tão ilustre. E os meus parabéns ao Ministro Paulo Vannuchi.

Pelo que eu soube, do próprio Senador Paim, V.Ex^a provocou essa audiência. Pode-se dizer que isso não é muito usual. Portanto, o meu reconhecimento pela sua atitude, Ministro, tendo em vista que V.Ex^a sabia que dado o prestígio e a respeitabilidade do Senador Paim, essa audiência teria a participação de muitos

representantes da sociedade organizada, como é evidente que o que nós assistimos aqui nessa audiência é a participação ativa de representantes de setores importantes na área de direitos humanos.

Então, o reconhecimento é dobrado até por isso. Demonstra que V.Ex^a não teme o contraditório, não teme a divergência, pelo contrário. Talvez isso enriqueça o trabalho que V.Ex^a leva a efeito à frente da sua importante Secretaria. Eu não li ainda o relatório preliminar, vou ler com muita atenção. Mas, dei uma pincelada aqui logo que cheguei, e como V.Ex^a diz, é o primeiro relatório. Não há precedente, e fica sempre... a nossa tendência é sempre de registrar aquilo que do ponto de vista da nossa situação, no caso de V.Ex^a, a visão que temos, a experiência que vivenciamos, seja posta, seja colocada nesse relato. Acho muito justo. Independentemente do encaminhamento de sugestões, até de manifestações de contrariedade de alguns setores, o que é natural e é... Eu creio até que esse confronto, como eu disse há pouco, enriqueça e nos leve à tentativa de aprimorar cada vez mais a nossa atuação, do ponto de vista do Estado, mas enfim, eu fiz questão absoluta de manifestar apenas para expressar o meu reconhecimento mesmo, sincero à sua atitude, de provocar esse diálogo, esse... E elegendo, escolhendo exatamente uma Comissão do Senado Federal para fazê-lo, o que muito nos honra, e faço votos de que V.Ex^a consiga reunir todos os elementos, além dos que já dispõe no seu Ministério, os elementos que serão ofertados e certamente já foram ofertados pela sociedade organizada a V.Ex^a, e espero que V.Ex^a tenha a felicidade de reunir todas essas informações e que possa elaborar um relatório consistente, que retrate exatamente a realidade em que vivemos na área de direitos humanos no nosso País. Porque isso interessa a não só à sua Secretaria, mas interessa a todos nós brasileiros. Que o mundo inteiro tome conhecimento do que aqui se passa, dos avanços, e uma hora dessa eu creio que é importante mesmo destacarmos os avanços. Porque as nossas deficiências que ainda temos e os nossos problemas eles são... Eles nos impelem a melhorar cada vez mais, e eu acho que numa hora dessa é justo mesmo que coloquemos os nossos avanços, aquilo que conseguimos realizar de positivo, e sinalizar para que aquilo que ainda pende de soluções estamos empenhados, estamos mobilizados a remover obstáculos e sanear uma área tão importante como essa. Meus parabéns e faço votos que V.Ex^a seja muito feliz por ocasião da reunião em abril na apresentação desse importante relatório. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência quer também, nesse mo-

mento, agradecer ao Senador Mesquita Júnior, que fez aqui uma introdução a essa Comissão pela importância desse evento. Concorro na íntegra com sua fala, dizer que por uma questão de justiça V.Ex^a generoso como sempre falava do prestígio da Presidência dessa Comissão. Quero dizer que os convites que foram feitos tanto pela Secretaria de Direitos Humanos, como também pela nossa... O nosso Departamento do Ministério das Relações Exteriores, e por essa Comissão. Então foi um trabalho, diria, do trio aqui. E por isso que o Plenário está lotado com as principais entidades eu diria do País. Claro que nem todos puderam vir, mas com certeza é um Plenário privilegiado para esse debate. Quero cumprimentar o seu pronunciamento. Só quero... não enriquecer, mas justificar que foi uma convocação conjunta, tanto do Ministro como da Ministra, e dessa Presidência. Por isso que a resposta foi imediata e a presença aqui no Plenário maciça. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, temos a honra e a satisfação de cumprimentar o Ministro Paulo Vannuchi e a Ministra Ana Lucy Cabral, na oportunidade em que esta Comissão de Direitos Humanos é convidada para contribuir no debate, na formulação que inclui a avaliação sobretudo das políticas de Direitos Humanos no Brasil. Creio que esse é um relatório da maior importância, porque falar de direitos humanos no Brasil significa efetivamente abordar, tratar da situação de vida concreta de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras nos diversos recantos do País, que enfrentam, convivem cotidianamente com um sistema econômico, sócio-político que de alguma forma reproduz a violência de uns poucos dos setores mais abastados contra os interesses da maioria do nosso povo.

No que diz respeito às ações e o trabalho da política de direitos humanos no País, creio ser importante assinalar que há muito o que fazer. No entanto, não seríamos justos se não registrássemos os avanços que conseguimos nos últimos anos. Avanços que tem, e é bom que assim seja compreendido, tem a participação efetiva da sociedade civil, das entidades de direitos humanos, das diversas organizações dos movimentos sociais e populares, mas tem igualmente uma política governamental na medida em que o Estado Brasileiro passa a contar com mecanismos institucionais, legais, para direcionar, para orientar a política de direitos humanos no Brasil tendo a compreensão de que é a temática de direitos humanos é uma ação, uma política transversal que deve compreender a sua incorporação em todas as ações relacionadas a todas as políticas públicas. E tendo a consciência de que nosso País continua a conviver com enormes desigualda-

des, uma sociedade marcada ainda por muita violência e autoritarismo, violência que acontece nos campos e nas cidades. E a propósito eu queria lembrar nesse momento, que no dia de hoje, 12 de fevereiro, marca o terceiro aniversário do martírio de irmã Dorothy Stang, que teve a sua vida ceifada no Município de Anapú no Estado do Pará, onde desenvolveu um brilhante trabalho de organização, de apoio à luta dos pequenos agricultores em defesa dos povos da floresta, em defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, e que despertou o trabalho dela e de muitos que continuam a acreditar na defesa de um processo de desenvolvimento que seja realmente inclusivo. Que demarque efetivamente um combate, enfrentamento a grilagem, com o grande latifúndio improdutivo, com o agronegócio concentrador, com a violência no campo, a morte de centenas de ativistas, de lutadores sociais.

Então, ao assinalar aqui o terceiro ano do martírio de irmã Dorothy, lembrar que nesse momento, Ministro Vannuchi, Senador Paulo Paim, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nesse momento acontecem dois atos muito importantes no Pará. Em Belém, mais de 300 pessoas se encontram em frente ao Tribunal de Justiça do Estado. Primeiro, para registrar a celeridade com que o grupo que assassinou a irmã Dorothy, e alguns dos mandantes intermediários foram julgados. Mas nesse momento também os que estão em Belém pedem à justiça do Pará e de nosso País a prisão e o julgamento do principal mandante, o Sr. Regivaldo Pereira Galvão, o “taradão”, o grande empresário latifundiário de Altamira, no oeste paraense, e que por uma decisão da justiça, depois de ser preso teve uma... Por uma ação judicial foi liberado, pela justiça, e o seu processo encontra-se parado para apreciação no Tribunal... No Superior Tribunal de Justiça. No STJ. Razão pela qual nos somamos à voz dos milhares e dezenas de militantes dirigentes dos movimentos sociais, das entidades de direitos humanos que nesse momento pedem e exigem a prisão e ação da justiça do nosso País para que esse crime de irmã Dorothy ao lado de tantos outros não continue impune. Ao mesmo tempo em Anapú, na Transamazônica, mais de 500 pessoas participam nesse momento de um ato público um dia inteiro de atividades com a realização, celebração de uma missa por Dom Erwin Kräutler, Bispo de Altamira, também igualmente ameaçado, contando inclusive com proteção do Estado em razão do seu compromisso na defesa dos direitos humanos e dos pobres da Transamazônica, daquela região. Enfim, esse evento em Anapú durante todo o dia de hoje haverá momentos em que o povo vai falar sobre o trabalho de irmã Dorothy, a memória dessa luta, discutir criticamente a intervenção feita pelo Estado Brasileiro até esse momento lá na área, receber

denúncias do povo que reúne entidades de direitos humanos, representantes da OAB do Pará, do Ministério Público Federal, das paróquias de toda a região das dioceses de Altamira, e pessoas, representações de alguns Estados brasileiros. Fiz questão, Sr. Presidente, de aproveitar, e Sr. Ministro e Sr^a. Ministra, Sr^{as}. e Srs. Senadores, e representantes de entidades de direitos humanos, registrar esse momento aqui nesse fato do terceiro ano do martírio de irmã Dorothy, porque é muito significativo para a luta dos defensores dos direitos humanos aprofundarmos o combate, a luta pela punição de todos aqueles que ceifaram vidas, vidas essas que eram dedicadas à luta pela justiça, pela Reforma Agrária em nosso País, lembrando que de... Desde 76 a 2007 foram cometidos 814 crimes, segundo levantamento da CPT. E destes, apenas efetivamente geraram processos judiciais onde houve a condenação de sete mandantes e apenas um se encontra preso. Talvez isso seja o fato muito grave. Primeiro, da não conclusão dos inquéritos para apuração dos crimes no campo. Segundo, dos poucos que são julgados, os poucos que viram processos, a maioria não é concluído efetivamente para identificar os culpados e fazer a devida punição. E dos sete condenados por crime como mandante, apenas um está preso.

Então essa é uma realidade da questão de direitos humanos que precisa de uma atuação mais efetiva do Estado Brasileiro, da sociedade civil, no sentido de avançarmos para termos a possibilidade da justiça no campo, especialmente não só com a punição dos criminosos envolvidos nesses assassinatos, mas também na adoção de todas aquelas políticas públicas, especialmente Reforma Agrária abrangente, ampla, que possa incluir milhares de camponeses sem terra para que o nosso País possa ser realmente melhor.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, Sr. Ministro, que vamos ler com atenção o relatório preliminar preparado pelo Ministério, com certeza com a participação da sociedade civil, queremos que ao mesmo tempo que seja assinalado as conquistas, os avanços, não podemos de forma alguma deixar de mostrar o diagnóstico muito claro da ausência, da histórica situação de dominação e violência que as majorias são vítimas, e dizer da importância da radiografia mais completa da situação de violência no campo, da violência urbana, da questão da situação prisional no nosso País. De uma avaliação relativa ao cometimento dos crimes ambientais, da situação do trabalho escravo, inclusive nesse aspecto assinalando um papel que o País especialmente as instituições governamentais e não-governamentais tem realizado para avançar no combate ao trabalho escravo, esforços estes que envolvem o Parlamento, o Governo, a sociedade civil, que é preciso avançar

cada vez mais. Por sinal, em relação ao trabalho escravo, fruto dessa preocupação Senador Paulo Paim sugeriu ano passado a criação aqui da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo para se somar aos esforços da sociedade civil, esforços governamentais, para avançar nessa luta inclusive as entidades de direitos humanos, as entidades de... sociedade civil, encontram-se nesse momento num processo de mobilização para a realização de um grande ato nacional contra o trabalho escravo e pela aprovação da PEC 438 que expropria, confisca toda e qualquer propriedade onde seja constatado trabalho escravo. Esse ato se realizará em Brasília no dia 12 de março para qual convidamos todas as instituições e entidades aqui presentes, Srs. Senadores, e já estive em diálogo com o Ministro Paulo Vannuchi para otimizarmos todos os procedimentos e iniciativas para que façamos com que esse ato nacional signifique no ano em que o Brasil completa 120 anos da Lei Áurea, da libertação dos escravos, possamos então, Senador Paulo Paim--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Da abolição não conclusa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): É. Da abolição não conclusa, como o senhor fala e o Senador Cristovam Buarque faz questão de enfatizar sempre aqui. Nós possamos oferecer ao País, ao Parlamento brasileiro mecanismos legislativos, legais, leis que aprofundem o combate ao trabalho escravo. No mais, agradecer a sugestão de que esse debate para formulação do relatório brasileiro sobre direitos humanos tenha a participação desta Casa Legislativa, das entidades da sociedade civil, de modo que esse relatório possa refletir os avanços e as lacunas, as dificuldades, obstáculos, e principalmente a reafirmação do compromisso de todos nós para fazer avançar a política e as ações que fortaleçam os direitos humanos em nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço ao Senador José Nery. E nós combinamos aqui com o Ministro e com a Ministra, depois que todos os Senadores quiserem usar a palavra, assim fizerem, eles farão algumas considerações, em seguida vou passar para seis entidades que já se inscreveram que é querem também colocar o seu ponto de vista. Inscrito ainda está nesse momento o Senador Flávio Arns, que eu vou passar a palavra e em seguida o Senador Romeu Tuma. Não há nenhum outro Senador inscrito. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, Senadores e entidades aqui presentes, eu quero também, como já foi feito antes, em primeiro lugar destacar a iniciativa dessa Audiência Pública, solicitada, como já foi mencionado, pela própria Secretaria de

Direitos Humanos. E este é um fato que tem que ser ressaltado, a importância de se discutir o relatório, não só com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados, mas também com a própria sociedade, para que todos possam opinar, julgar, ponderar e fazer com que o relatório reflita da melhor forma possível a realidade que o Brasil vem enfrentando nessa área.

Então, nesse sentido eu quero saudar a presença do Dr. Paulo Vannuchi, da Dr^a. Ana Lucy Gentil Cabral, que sempre tem estado presente, bastante presentes, os dois Ministérios, particularmente pela proximidade dos temas com a Secretaria de Direitos Humanos, então é uma alegria muito grande que isso esteja acontecendo.

Eu sempre penso num relatório como, assim, um documento que vai passar para a história. Quer dizer, um documento que daqui a 30 anos, 20 anos, 40 anos as pessoas vão estudar esses documentos e ver como que o Brasil, naquela época, naquele momento, lidava com a situação de direitos humanos. Ontem mesmo participei de uma tese de doutorado lá na Universidade Federal do Paraná, em que a doutoranda apanhou dos anais do Congresso os discursos de 51 a 77 para observar todo o debate que aconteceu em torno da Lei do Divórcio, da lei do Senador Nelson Carneiro. E a idéia, o que as pessoas pensavam, o que as pessoas diziam, quais eram os argumentos. Então o relatório passa para a história. Até perguntar para a Dr^a. Isabel, coordenadora da CORDE de quanto em quanto tempo que esse relatório é feito. Então é de quatro em quatro anos, pelo que ela me informou. Então, daqui a 40 anos vamos ter 10 relatórios, e vamos poder comparar o primeiro com o último.

Então, isso é importante. É um documento que tem que refletir, de fato, a realidade do País. Agora, nós temos, como a Dr^a. Ana Lucy já comentou, um limitador que são as 20 páginas que são exigidas. Mas eu acho que isso não nos deve impedir de ter um relatório, mesmo que seja aquele que seja enviado para o órgão, mas o relatório com os anexos todos que esteja à disposição da população. E um relatório, pra mim, é sempre aquele momento de parada. De reflexão. Vamos parar e vamos ver como é que nós estamos. E como é que nós estamos significa... Quer dizer, qual era a realidade, pelo menos a gente dizer, não há relatório anterior. Mas o relatório anterior deveria ter sido produzido há quatro anos.

Então, qual era a realidade há quatro anos? O diagnóstico da realidade. Pra gente dizer: Avançamos. Avançamos em relação a quê? à realidade descrita e que acontecia, que era a nossa realidade quatro anos. O relatório a gente não deve, na verdade, temer relatórios. O relatório é a nossa auto análise, para ver se

estamos sendo bons, se não estamos, se está funcionando, se não está. E se não estiver funcionando vamos melhorar. Não é o Governo só que vai melhorar, o Congresso tem que melhorar e a sociedade tem que melhorar também.

Então eu diria que esse relatório de quatro anos para cá, nós temos que dizer: avançamos. Avançamos em relação a alguma coisa que acontecia quatro anos atrás. O segundo aspecto pra mim. Esse avanço foi suficiente? Não poderíamos ter avançado mais? Ou avançamos mais do que a gente supunha que poderíamos avançar? A gente tem que fazer essa análise. Não é verdade? Quer dizer, foi suficiente isso? A gente fala... Mesma coisa, a gente falando com uma criança surda. Não, a criança surda está dizendo, está cumprimentando verbalmente, está utilizando a linguagem oral. Mas isso é suficiente? Será que o professor não poderia ter trabalhado mais? Ou foi além da expectativa? Então é o segundo aspecto. Quer dizer, avançamos. Este avanço foi significativo ou não foi significativo. E o terceiro aspecto é a gente não dizer pontos negativos. Porque não é uma questão de pontos negativos. Pra gente ter que se debruçar sobre essa realidade e dizer: Olha, existem desafios. E deixar muito claro quais os desafios a serem enfrentados. Seja na área da justiça, seja na área do cumprimento da legislação, que mesmo que a gente não envie pelo fator... Porque eu não teria vergonha nenhuma em ser franco com a humanidade. E dizer: Olha, nós lá no Brasil avançamos nisto, bastante aqui, pouco lá, e temos esses desafios a serem enfrentados. Eu acho que ser franco é a melhor coisa pra gente enfrentar bem algum problema que exista. Não é verdade? Então, que pelo menos os anexos do relatório estabeleçam esta parada que se faz, esta análise da realidade, e numa coisa tão bonita que nós estamos analisando essa realidade em conjunto. Porque se eu lesse... Eu só li preliminarmente porque eu recebi hoje o documento, mas se a gente lesse, por exemplo, a área de saúde, que está aqui no relatório, a gente teria a impressão de que está tudo ótimo na área da saúde. E não é esta a realidade. Todo o povo sabe que não é esta a realidade. Mas a gente dizer que nada está sendo feito, também é uma tremenda de uma injustiça. Por isso que nós temos que dizer: Avançamos. O orçamento é um problema, não permite avançar-se mais, comparando-se orçamento com outros países, e temos desafios grandes. Temos o desafio, por exemplo, recente, febre amarela, malária, dengue e tal. Para daqui a quatro anos dizer: será que nós ultrapassamos o problema da febre amarela, da malária, da dengue? Como é que isso estava há quatro anos atrás? Será que nós retrocedemos? Avançamos? Eu não sei. Mas a população tem o direito de

saber. Ou o Presidente, Senador Paulo Paim como autor do Estatuto do Idoso está escrito aqui. Que foi um avanço, foi um avanço importante. Mas todos nós sabemos que muitas coisas do Estatuto do Idoso estão no estatuto, mas não estão na realidade. Agora, ter a lei é importante. Ter o estatuto é importante. Mas e o medicamento do idoso, e o Centro de Convivência do Idoso? E o salário mínimo do idoso? Este sim é um avanço importante no Brasil. Inclusive com diminuição da faixa etária.

Então, o relatório na verdade tem que dizer assim: Olha, é o estado da arte hoje. E a gente tendo... Dr. Paulo Vannuchi, tendo a Dr^a. Ana Lucy Gentil e a sociedade toda, nós podemos ter um relatório que reflita isso. Ou por exemplo, na área da criança e do adolescente, está aqui o CONANDA, e a gente vê que há avanços. Mas esses dias ainda estava vendo uma reportagem na Rede Bandeirantes em que se mostrava o centro de distribuição lá de produtos, de alimentos em Salvador, e eles mostravam crianças carregando 50 quilos de mercadorias. 50 quilos de mercadorias. Ou seja, chegou-se para a pessoa coordenadora lá, perguntaram: Mas por que é que a criança está lá carregando 50 quilos? Um peso maior do que da própria criança? Ele disse: Isso vai demorar vários meses para ser resolvido. Foi a resposta taxativa do agente público em Salvador dizendo que demoraria vários meses para ser resolvido. Aí eu disse: Isso é falta de consciência, então. Qual é o problema? É a consciência. Cultura que tem que mudar. Porque um agente político tem que mudar isso de um dia para o outro. Não pode ficar esperando vários meses para mudar uma realidade. Ou se a gente pega a questão do sistema prisional, eu acho que a sociedade, a história precisa saber que esse foi um debate que a gente fez no ano passado e nesse ano. Para dizer que menores estavam presos, mulheres estavam presas, que o preso homem mesmo tem um conjunto de dificuldades, que a prisão é uma escola para o crime... Quer dizer, por quê? Porque os números estão aqui. Mas, isso a gente precisa dizer para história. Porque daqui a quatro anos a gente tem que fazer um relatório, outro Governo vai fazer o relatório e vai pegar esses dados e vai dizer: Olha, avançamos ou não avançamos. Ou coisa semelhante.

Então eu sugeriria para esta discussão que, realmente, mesmo com a participação de todos os conselhos que estão aqui, dos congressistas, do Executivo, que a gente realmente pudesse fazer uma análise. Não para descer o pau, para cacetear, para não achar nada de bom. Tem muita coisa boa. Mas ao mesmo tempo a gente precisa pensar: tem desafios. E daqui a 20 anos vai haver os desafios ainda adiante. E nós vamos avançar também e vamos ter que avançar mais ainda. Então

é nesse sentido, de produzirmos uma peça realista, fidedigna, boa, que as pessoas lá no futuro possam dizer: pôxa, aquele pessoal realmente se debruçou sobre a realidade para dizer o que nessa área, nessas variáveis selecionadas, como é que estava a situação no Brasil. Eu até sugiro sempre ter o espírito positivo para que na área da pessoa portadora de deficiência, por exemplo, está escrito aqui que a gente poderia mudar, dar ênfase assistencialista que antes impregnava as políticas públicas, que antes impregnava, antes desse Governo, ou anos atrás, dá para tirar essa palavra ênfase assistencialista que é uma coisa negativa porque já em 89, a Lei 7.853 da CORDE, chamada Lei da CORDE já foi 20 anos atrás já havia uma lei nesta área de promoção pode ser simplesmente dizer: o enfoque é de protagonismo e emancipação. Então a gente vai sempre para o lado positivo. Não precisamos lembrar o lado negativo, mesmo que alguém pense que... Eu não concordo com essa observação, mas mesmo que alguém pense nesse sentido pode ser diferente. Então não é assistencialista, é da promoção, da emancipação, do pleno envolvimento.

Então, eu só queria, Sr. Ministro, com toda amizade, com todo respeito, porque eu admiro o trabalho, a pessoa de V.Ex^a e eu acho que a gente tem uma oportunidade impar com a presença de V.Ex^a, com a presença do Ministério das Relações Exteriores de a gente se debruçar e fazer assim um documento que vá, assim, servir como uma referência para os próximos relatórios. Porque os próximos relatórios vão dizer assim: Realmente, se aquele foi assim, vamos fazer um negócio também de análise boa da realidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Eu vou passar a palavra nesse momento ao Senador Romeu Tuma, e só registrar também a presença conosco do Senador Cícero Lucena, que é Vice-Presidente dessa Comissão. Eu o convidei para a Mesa, mas ele fez questão de ficar na planície. Satisfação de tê-lo conosco aqui o nosso vice-Presidente. Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que o coração do Cícero Lucena está batendo conosco aqui [risos] para depois podemos fazer uma análise conjunta do relatório. Porque eu queria saudar os dois Ministros, o Senador Paim, por esta iniciativa, a importância de trazer ao conhecimento do Congresso e chegar às mãos da sociedade o que realmente o Governo tem feito a respeito dos direitos humanos.

Cada um de nós tem uma história voltada dentro deste quadro nacional de ferir os direitos humanos. Eu me lembro quando o Presidente Sarney me convidou para ser Diretor da Polícia Federal, o primeiro caso

que me deram foi a morte de um padre em Imperatriz, no Maranhão, por questões de terra, por questões de desmatamento, de plantio, de domínio de terra... O Padre Josino. Foi o meu primeiro caso como Delegado da Polícia Federal, Diretor-Geral. Fui pessoalmente. Aí começaram a aparecer outros casos. No Pará, uma coisa... Vi o nosso... José Nery fez uma exposição, primeiro quero cumprimentá-lo, acho importante todo esse quadro que V.Ex^a levantou, bem como o Senador Arns, infelizmente não ouvi os antecedentes, mas eu sei que todos aqui têm essa preocupação. E no Pará, o Poder Judiciário de lá era presidido por uma Juíza, uma Desembargadora. E nós conversamos muito pelo número de assassinatos de líderes sindicais, quase que mensalmente. Sem nenhum critério de responsabilidade nas apurações. Então a Polícia Federal ia e ela tinha um limite muito pequeno de efetivo para dar combate a esse tipo de ação criminosa e de respeitar o cidadão seja qual origem ele tivesse. Então ela criou uma Vara especializada sobre o problema fundiário. Acho que no meu conhecimento, isso deve ter perto de 18 a 20 anos. Foi a primeira Vara especializada que se criou no País. E o Pará não parou de ter esses incidentes graves e vergonhosos para o País. São confrontos, mortes, e por quê? Porque uma ambição pelo poder da terra.

Eu uma vez fui à China, Ministra, e achei interessante. Um membro do partido protestando numa cidade que era uma cidade agrícola, e transformaram num aeroporto, e construíram prédios enormes, e ele criou um pouco de confiança, falava o português e estava protestando. Baixinho para ninguém ouvir. Mas ele dizia assim, a ambição é tão grande, que cada dia tem que se construir com um andar a mais para dizer que é o maior poder econômico mostrando pelo poder físico que era apresentado. Como os romanos faziam isso com as grandes construções e no Pará e em outras cidades os proprietários de terra mostram o poder do coronelismo tendo mais propriedade. Então eles se precisarem matar matam e não vão discutir o assunto.

Outra coisa que o Senador José Nery levantou, eu quando estava na polícia de São Paulo, teve muito confronto no período sazonal de colheita de fazendas. Então, as contratações eram quase que aleatórias, sem registro, sem nada e havia confrontos, inclusive o transporte mal feito em carroceria de caminhão, até que foi tendo algumas alterações com ônibus, uma série de fatores que veio trazendo, Senador José Nery, e V.Ex^a tem acompanhado de perto, melhorado um pouquinho. Mas eu ligaria que a gente pudesse discutir um pouco esse contrato sazonal que é permitido por lei, está ligado ao trabalho nas fazendas.

Então, sei que o Ministério Público Federal do Trabalho tem desenvolvido uma atividade. Mas o País é muito grande. O senhor vai numa fazenda dessa de plantio de cana ou de qualquer coisa, tem quilômetros e quilômetros para serem... No meio da terra. Então não dá quase para acompanhar a fiscalização de como os trabalhadores são recebidos e tratados nesses locais. Então teria que ter um sistema da seleção ser feita através de um órgão público para ele também quando sofrer qualquer consequência saber a quem se dirigir imediatamente. Então, acabar com que a gente chama de trabalho escravo. Todos os Ministros do Trabalho que aqui vêm para serem sabatinados eu tenho uma pergunta permanentemente. Outras que surgem no decorrer: o que o senhor reconhece como trabalho escravo? Qual é a definição de trabalho escravo? É uma interrogação que eu tenho. O que é trabalho escravo? É não dar alimentação, não dar o leito para dormir? Tem que ter uma regra definida, e criminalizar. Criminalizar. Não adianta a gente achar que acerta ali, acerta ali, uma bondade aqui outra bondade ali, uma discussão, é criminalizar. Eu sou polícia, e felizmente talvez esse aspecto de criminalizar as coisas que trazem consequência grave ao cidadão que cumpre as suas obrigações não pode ficar alheio a uma advertência ou nada.

Ainda hoje, Ministro, eu me choquei pela manhã vendo a TV Record. Não sei se poderia falar sobre isso, Sr. Presidente, São Paulo é cidade... é a maior cidade do País. Portanto, as regras jurídicas deviam ser imperativas permanentemente, e o respeito ao cidadão, completo. Eu me lembro quando entrei na polícia, existia lá o que hoje... Uma expressão que hoje seria até agressiva, que tinha o serviço de cata mendigo. O que é que era o cata mendigo? Tinha um Delegado dedicado a recolher as pessoas, os moradores de rua. Que não tinham comida, ou normalmente tinham qualquer problema psíquico. Ele recolhia, às 7, 8 horas da noite. Levava para um abrigo, dava banho em todo mundo, servia o jantar e dava uma cama. No dia seguinte de manhã ele soltava todo mundo. No dia seguinte ele repetia. Eu não sei se isso era bom ou não. Eu sei que era a única coisa que trazia alguma satisfação àqueles que não sabiam como sobreviver a não ser na rua. Porque tem morador de rua que a senhora pode dar um palacete. Ele não vai. Quem conversa com um morador de rua que tem problema psíquico por razões de desgosto que sofreram na vida, uma interferência qualquer, conversa com ele e vê qual é o padrão que eles gostariam de ter. Agora tem que respeitar. Não pode um policial chegar chutando, outro jogando água para que ele desocupe o lugar que tem sido limpo. Porque não é sujeira. Vou protestar com a

Prefeitura de São Paulo, acho que ela não tem o direito. Se foi por ordem de algum administrador, ele tem que ser punido por isso. É um protesto que eu deixo aqui e peço licença a V.Ex^a por isso. Porque são coisas que chocam demais o cidadão.

Nós tivemos aí com o nosso Nery um problema de uma fazenda, trabalho escravo, fomos ver, há um relatório, há umas coisas, tivemos algumas divergências não conceituais, mas de colocação de que foi feita, provavelmente nós chegamos posterior a qualquer outra coisa, mas são fatos que não podem ficar pendurado como está até hoje pendurado sem uma solução, sem um encaminhamento correto dos depoimentos. É o Ministério Público que está investigando. Eu acho que a gente está certo ou está errado, mas tem um órgão competente que pode fazer isso e encaminhar para o Ministério de Direitos Humanos também essas apurações que são feitas no Congresso para que dê prosseguimento jurídico a esses fatos. Eu até peço desculpas, porque estou mesmo chocado com que vi hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois do depoimento do Senador Romeu Tuma, passamos de imediato a palavra ao Senador Jayme Campos. Em seguida, ao Senador Cícero Lucena. E após, então, voltamos aos dois painelistas.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos, querido Senador Paulo Paim, ilustres convidados, Ministro Paulo, Ministra Ana Lucy, colegas, Senadores e Senadoras, eu serei pragmático nas minhas observações e nas minhas perguntas que vou me dirigir a V.Ex^a. Todavia, ouvindo aqui atentamente algumas colocações de nossos valorosos Senadores, e naturalmente alguns pontos me chama muito atenção na medida que têm assuntos muito complexos. Quando se fala de trabalho escravo, é bom que se esclareça de que nós temos que saber o que é trabalho escravo e o que não é trabalho escravo. O José Nery é um conhecedor profundo que é do Estado do Pará, um Estado de dimensão continental, e certamente também tem problemas graves e sérios nesta área. Eu sou do Mato Grosso, também um Estado de dimensão continental, também temos problemas. Mas eu defendo naturalmente, Senador José Nery, de que nós temos que rapidamente buscar a instrumentação no sentido de nós sabermos de forma bem definida o que é realmente trabalho escravo. V.Ex^a sabe perfeitamente, e como o Senador Romeu Tuma sabe, que nas fazendas, não é só do Mato Grosso, do Pará, do Acre, vi o Senador Geraldo Mesquita ali, na Paraíba, muitas vezes, quase todas às vezes, Senadora Rosalva, você chega numa propriedade rural, Ministro Paulo, e por falta até mesmo de consciência

muitas vezes, mas muitas mais vezes até por falta de conhecimento do próprio trabalhador, eles são feitos pequenos alojamentos em beira de córregos. Se você convidar muitas vezes um peão daquele para ficar na sede de sua fazenda, ou seja, numa casa melhor de instalações, ele prefere ficar na margem de um córrego porque quando ele vai deslocar para ir ao seu trabalho é óbvio, evidente que ele quer ficar muito mais perto da onde ele vai naturalmente fazer o seu serviço. Neste caso, eu acho que o próprio Ministério do Trabalho tem que ter orientações ao alcance não só do próprio proprietário, mas, sobretudo, dos nossos trabalhadores, que há uma falta de interação. Muita gente não sabe a bem da verdade, eu vejo lá no Mato Grosso, Estado da capital, 1500, 1600 quilômetros e há uma falta de informação, falta de conscientização e acima de tudo o Ministério do Trabalho, os órgãos competentes não têm capacidade de fiscalização. É mentira. Nós estamos tapando o sol com a peneira. Precisamos fazer um trabalho de interagir, Poder Público com a sociedade, produtores, trabalhadores, sindicais rurais, etc. Caso contrário, nós vamos continuar chovendo no molhado. O mesmo discurso, mas na prática muito pouco. Poucas vezes alguns querem aparecer na mídia, ter o foco de televisão, ir lá, aparecer, mostrar que está sendo tomadas algumas providências. Regra geral, isso não atinge nem 2% de tudo aquilo que está acontecendo no Brasil. É uma farsa que muitas vezes está dizendo que está tomando providências e o Governo não tem competência. Ou seja, é impotente para resolver as demandas que naturalmente requer do Poder Público frente às necessidades em relação ao trabalho escravo e coisas parecidas. E o Governo também que todo respeito pelo Governo, seja de agora ou do passado, é indutor também. Há poucos dias atrás estão tentando reabrir o garimpo de Serra Pelada na região. Quem vai dar o Alvará de funcionamento? É o DNPM. É o Governo Federal. Uma grande parcela que todo respeito tenho pela política fundiária que hoje está sendo praticada pelo Governo Federal, hoje como no passado também. A bem da verdade isso tem deixado alguns milhares de trabalhadores que dizem assentado à mercê. Ou seja, vivendo abaixo da linha da miséria porque eu conheço alguns assentamentos. Me sinto muitas vezes indignado e impotente até porque já fui Prefeito três vezes, já foi Governador do Estado por quatro anos, sou Senador da República, e me sinto impotente diante de tudo aquilo que eu vejo. Fazer uma política de assentamento sem ter o mínimo de infra-estrutura, desde a estrada para escoar produção, de um mínimo de estrutura de saúde e educação, não estão fazendo Reforma Agrária coisa alguma. Estão mentindo, tapeando, e incentivando muitas vezes po-

líticas públicas que não é o ideal. Você está... Apenas um pequeno... Visto que eu tive do Mato Grosso. Para o senhor ter uma noção, alguns assentamentos, o cidadão planta o arroz, planta o milho, e ali ele não tem como tirar essa produção. Ou seja, não tem a ponte não, não tem a estrada, ou se ele tem um saco de milho da área plantada dele, ele troca por dois quilos de sal, ou por um quilo de café, porque não tem nenhum valor, não tem preço mínimo.

Em síntese, é um conjunto de atitudes e de ação que impede o relatório de V.Ex^a aqui realmente um bom encaminhamento, acho que nós temos que aos poucos acreditar que nós seremos um País com cidadania plena em que todos nós teremos a oportunidade de ver um Brasil com mais justiça social. Mas objetivamente eu quero fazer aqui, e perguntar, não sei se a nossa Ministra tem capacidade de me responder, ia me dirigir ao Ministro Celso Amorim. Eu imagino que V.Ex^a tem capacidade de responder em nome dele, ou não tem? Ok. Pergunto a V.Ex^a, como avalia o papel que o Brasil vem desempenhando desde 2006 como membro efetivo do Conselho de Direitos Humanos da ONU? A semana passada, Ministra, em sua... A reunião com o Ministro Celso Amorim realizou com o Chanceler espanhol Celso e Moratinos, ele referiu-se a um diálogo amplo e franco como a melhor forma de se avançar na questão dos direitos humanos, em Cuba. Qual seria a estratégia brasileira na abordagem do tema e quais os principais pontos desse diálogo? Isso eu dirigi a V.Ex^a, e quero também da mesma forma me dirigir, se me permite, Sr. Presidente, ao Ministro Paulo Vannuchi.

Nesse ano, Ministro, o Brasil contará uma década desde sua inserção no Sistema Interamericano dos Direitos Humanos. Quais foram, na opinião de V.Ex^a, os principais avanços institucionais de 88 para cá? Segundo, como V.Ex^a avalia o desempenho da Sessão brasileira da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto a execução de suas sentenças e a formação de jurisprudência. Essas perguntas que eu me dirijo com muita humildade às duas autoridades aqui presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento também ao Senador Jayme Campos que de forma também bem objetiva encaminhou uma série de perguntas à Mesa e registrando a presença da querida Senadora Rosalba Ciarlini, aqui conosco nesse momento, e passo a palavra ao Vice-Presidente dessa Comissão, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Presidente Paulo Paim. Senhor e senhora convidada, caros colegas Senadores e Senadora Rosalba, dizer da importância dessa Audiência Pública com a

consciência de que ela, na verdade, não tem o objetivo de se encerrar uma discussão. Mas, de chamar atenção a algo que está na rotina, no dia-a-dia do cidadão, não só do Brasil, mas do mundo inteiro. E o relatório, como bem disse o Senador Flávio Arns, ele tem o momento, ele relata o que nós estamos vivendo, o que foi feito recentemente e eventualmente pode até estabelecer, que eu não tive oportunidade de ler, também alguns prosseguimentos que possam vir a ser adotados a curto, médio ou longo prazo. Mas essa reflexão eu digo que é muito importante porque faz com que nós possamos verificar que é um tema que muitas vezes dá palanque, muitas vezes é instrumento utilizado pela mídia para manipulações de outros interesses, mas, sem dúvida nenhuma, como cidadão e como ser humano, nós devemos estar preocupados no dia-a-dia do respeito aos direitos humanos. Quer seja quando é feita uma fiscalização que acusa determinado empresário de estar praticando irregularidades e que deva ser punido se assim o fez, mas também deve-se dar direito ao empresário para que a defesa ampla, plena e irrestrita seja dada a ele para que não haja injustiça com seus direitos. Essa preocupação deve estar presente em todos os atos da nossa consciência.

Eu me recordo, e a Senadora Rosalba também deve ter vivido algo semelhante, que como Prefeito da cidade de João Pessoa, nós tivemos um determinado período que nós chamávamos da fila da morte para atendimento de pessoas com problema cardiovascular. Por que a fila da morte? Porque a conta que a Prefeitura tinha na época, em função do volume de recursos que era disponibilizado para aquela cidade, tinha que escolher quem é que ia ser operado em determinado instante nos hospitais da cidade de João Pessoa que atendia não só os seus habitantes, como era referência do Estado da Paraíba como um todo. Chegava ao cúmulo de ter um ser humano que definia quem ia ser atendido, quem ia botar um marca-passo, quem ia fazer uma cirurgia cardíaca com o Secretário de Saúde, [ininteligível], inclusive a ação divina para dizer quem é que ia fazer a cirurgia ou não. Obviamente fizemos campanha, reduzimos os números, mas isso demonstra de uma forma clara de que nós temos além da essência do respeito aos direitos humanos, nós temos que ter a prática em defesa dos direitos humanos. E como Senador da República, representando o meu querido Estado da Paraíba, me preocupo muito. Porque lá nós temos problemas na saúde, nós temos problema na educação que o direito de garantir vaga para todas as nossas crianças com qualidade também é uma questão de direitos humanos, o item educação. A oportunidade de emprego, de renda, é também obrigação,

é um direito humano do cidadão, em particular vamos falar do Brasil.

E, Presidente Paulo Paim, aproveito essa reunião para tratar de um tema que será pauta inclusive de uma discussão conjunta com outras Comissões, da transposição das águas do Rio São Francisco. Porque eu sou de um Estado que irá receber a água do Rio São Francisco, não pra fazer balneários, não para fazer grandes irrigações, mas para matar a sede do povo do meu Estado. Que hoje tem 123 Municípios sendo abastecido por carros-pipas, na maioria deles sem o tratamento devido. Mas para matar a sede. Para cozinhar o feijão que existe, mas que falta água para cozinhar o feijão. E isso é direitos humanos. E aí eu gostaria de sugerir que eu vi pela imprensa a solicitação do Senador Eduardo Suplicy convidando o Bispo que fez greve de fome. Que eu pensei que ele ia fazer greve de sede. Mas eu sugiro que seja convidado o Arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto que é o Presidente do Comitê Pró-transposição das Águas do Rio São Francisco, e é o Coordenador Nacional da Pastoral da Criança, para que ele também nessa audiência possa expressar, para não parecer que um Bispo está representando a igreja católica. Então tem um outro Bispo que conhece a realidade da Paraíba, que sabe dos seus irmãos que estão com sede, da necessidade de ter a água de beber que ele possa também estar presente para representar a sociedade naqueles que são a favor da transposição. Não irei aprofundar essa discussão porque nós teremos a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Quero dizer ao Senador Cícero Lucena que já está acatada a sua solicitação. Já havia recebido aqui também de parte de outras entidades do próprio Ministério da Integração que ele fosse convidado. Está acatado e ele seria indicado para fazer uso também da palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB):

Muito obrigado, Sr. Presidente. Voltando, então dizer da felicidade dessa audiência, e renovar para que aqui, ela com certeza não foi o objetivo de se encerrar a discussão, mas pelo contrário, de ter o avanço de defendermos os direitos humanos não só na questão do trabalho escravo, que por si só é muito importante, e que devemos combater na nossa Comissão ou nossos atos e nossa prática diária. Mas principalmente convocar a sociedade brasileira para que a gente possa refletir sobre o verdadeiro direito do cidadão brasileiro. Da educação, da saúde, de ter o que comer, de ter respeito, de ter oportunidade de se recuperar quer seja no lado prisional, aonde for possível. Eu acho que está de parabéns essa Comissão e esperamos que possa

ter um desdobramento em favor de um País justo, mais humano e mais solidário. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço Senador Cícero Lucena. Vou passar a palavra à Senadora Rosalba, e em seguida como o último Senador inscrito para fazer uso da palavra o Senador Suplicy. E daí vou abrir a oportunidade para as entidades que eram seis, mas se tornaram 11. Agora espero que termine nas 11 por causa do nosso tempo. Tem 11 entidades.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria apenas fazer uma observação, se for possível, é óbvio, eu tenho algumas reuniões inclusive com a bancada federal do Mato Grosso agora por volta das 11h20. Será que era possível V.Ex^a nos dar esse privilégio de permitir que naturalmente os convidados me respondessem em rápidas palavras esses pequenos questionamentos que fiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Duas perguntas dirigidas. Eu pergunto a Senadora e ao Senador que estava inscrito na ordem combinada.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ela sabe da importância que eu tenho reunião com a bancada do seu Estado, sobretudo o Estado distante daqui de Brasília que é o Mato Grosso, e que é difícil para reunir a bancada. Quando reúne... Olha, lá... não é fácil.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não há dificuldades, não, Sr. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Se me permitir, Senador, ficaria grato eternamente por sua gentileza, como sempre...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois desse apelo não tem como... [risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com um apelo dessa forma do Senador Jayme Campos que tanto respeito e admiro não pode ser diferente. Está concedida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): São duas perguntas, eu passo a palavra aos nossos dois convidados. Ministro Paulo Vannuchi e Ministra Ana Cabral. Ministros, fiquem à vontade.

SRA. MINISTRA ANA LUCY GENTIL CABRAL: Bom, muito obrigada pela pergunta, Senador. Eu queria dizer o seguinte: Em 2006 o Conselho de Direitos Humanos foi criado para substituir a Comissão de Direitos Humanos nas Nações Unidas com vista a dar mais visibilidade à questão e colocar um Conselho no mesmo

patamar das tratar as questões de paz e segurança que são tratados nas Nações Unidas. O que o senhor me pergunta o que significa um diálogo amplo e franco, e como é que está o Brasil nesse novo Conselho? O primeiro ano do Conselho visou a reconstruir o órgão, a criar novos mecanismos de ação e procedimentos. Infelizmente, o que eu vi, acompanhando no dia-a-dia desse órgão foi que houve quase que uma reinstituição dos órgãos que existiam antes na Comissão. Qual é a diferença? A diferença agora é que se pretende que haja um maior diálogo dentro do Conselho e junto aos países que têm dificuldades de cumprir com seus direitos humanos e que precisam eventualmente de assistência das Nações Unidas. O papel do Brasil tem sido fundamental para isso. Desde 2006 o Brasil é o coordenador do Grupo Regional da América Latina e Caribe. É reconhecido plenamente que este grupo tem atuado plenamente para ser o facilitador e o mediador das dificuldades que têm sido encontradas entre o grupo africano, asiático, europeus e outros países de origem... Enfim, que não tem vínculo específico. Nova Zelândia, Áustria e etc que no contexto das Nações Unidas se chama Grupo Ocidental. Então, sem dúvida que o Brasil apóia o diálogo franco e reconhece suas dificuldades. É assim que temos atuado. Nós temos aberto as portas para... Nós temos um convite aberto para qualquer Relator das Nações Unidas vinculado ao Conselho de Direitos Humanos que são 45 virem aqui e apurar as dificuldades que nós enfrentamos. Nós nunca recusamos isso. Nos últimos anos nós recebemos mais de dez Relatores. Esses Relatores apresentam documentos com recomendações, e muitas delas estão sendo assimiladas. Essa é uma das sugestões das Organizações Não-Governamentais que esse relatório traga o que foi feito com essas recomendações. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministro Paulo Vannuchi.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Senador Jayme Campos, muito obrigado então pela brilhante intervenção. Me permita antes de abordar a outra questão que é a pergunta do sistema interamericano porque a resposta da Ministra Ana Cabral é perfeita a respeito dos dispositivos de âmbito Nações Unidas, um pequeno comentário a respeito do tema trabalho escravo, que é um ponto comum de alguns dos Senadores.

Então, registro a preocupação que já conheço no episódio da Fazenda Pagrisa, acompanhamos diariamente. Eu presido a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, CONATRAE embora o Grupo Especial de Fiscalização Móvel esteja sediado no Ministério do Trabalho. Então é uma dobradinha equivalente a que temos com o Itamaraty em toda a temática

direitos humanos. E lá, a presença na composição da CONATRAE, da CNA já é uma garantia do contraditório, dos pontos de vista opostos serem apresentados na consagração fundamental da democracia como regime político que legitima o dissenso. E a idéia de sediar em direitos humanos e não no Ministério do Trabalho, ela busca exatamente distinguir claramente que tudo que for irregularidade trabalhista é tema do Ministério do Trabalho. Só é alçada dos direitos humanos quando se caracteriza. E nesse sentido há uma conceituação muito satisfatória. A OIT lançou em dezembro aqui no Brasil um livro de especialistas entre Juízes, Procuradores, deixando claro o registro nos documentos oficiais do Estado Brasileiro essa conceituação.

Então, qualquer que seja a dificuldade que o senhor assinalou da realidade concreta do trabalho rural no Brasil, o trabalho análogo à escravidão, inclusive o trabalho escravo, não é o termo preciso em inglês o tema é *forçat(F)*, não é escravo, e eu tenho batalhado para tentar no Brasil também fazer essa introdução porque o trabalho escravo ele sempre remete a uma idéia de grilhão de ferro amarrado no tornozelo. Mas o trabalho análogo à escravidão, ele sim eu peço a compreensão porque há exuberantes comprovações em filmes, na segunda mostra Cinema e Direitos Humanos que a Secretaria Especial de Direitos Humanos promove, reunindo a produção dos dez países da América do Sul, sobre a temática variada das pessoas com deficiência, criança e adolescente, o filme: Nas terras de bem virá mostra depoimentos que caracterizam claramente não a idéia do simples trabalho sazonal a ser regulamentado melhor, mas a idéia mesmo do agenciador de mão-de-obra, o gato, aquele que estabelece mecanismos mesmo de atração. Então são dois depoimentos importantíssimos, especialmente de famílias nordestinas em que o filho ou a esposa foi para o Pará, foi para o Mato Grosso, para um trabalho desses... Então à distância, e quando se caracteriza a perda da liberdade de ir e vir. A liberdade sagrada de ir e vir ela se perde. Algumas vezes, e o Senador Romeu Tuma lembrou, algumas vezes pelo trabuço na cintura. Nós temos casos, nós temos caso de Sebastião Salgado no sistema interamericano que caracteriza o registro já concreto levado ao sistema de direitos humanos da OEA episódios brasileiros em que esse trabalho forçado na tentativa de fuga o agente privado de segurança mata, ou quase mata muitas vezes não consegue concretizar o homicídio. Ou o isolamento absoluto geográfico ou o velho sistema do barracão que Euclides na Cunha já denunciava em seus escritos à margem da história sobre a realidade da Amazônia, na época o sistema de barracão. A pessoa chega devendo dois mil reais. É a despesa do período de pensão,

de viagem, deslocamento, ela aufere quando dá 500, 700 por mês e essa dívida escraviza.

Então nesse sentido, registrando a compreensão para a importância de não misturar irregularidades trabalhistas com isso, quer dizer, o Estado Brasileiro vem avançando, já antes do Governo Lula houve o primeiro GETRAF, no Governo Lula a gestão do Ministro Mário Miranda foi criado o Plano Nacional que está registrado nesse relatório, e o grupo móvel fez no ano de 2007 um número recorde de intervenções. Também, Senador Nery, queria registrar... Quase pedi aparte na hora, que o informativo da Câmara dos Deputados registra hoje no boxe uma notícia muito alentadora porque o tema da PEC 45 originária do Senado teve uma primeira votação na Câmara, pendente de uma segunda votação, e num boxe o Presidente Arlindo Chinaglia apresentando uma relação de 10 ou 12 projetos que ele considera prioritário para tramitação lá incluindo esse tema. E também saudar o seu trabalho no preparativo aí nos eventos de 12 de março.

Quanto ao Sistema Interamericano, na mesma linha que a Ministra Ana Cabral já informou, o Brasil tem de antes do Governo Lula também uma atitude, primeiro: de amplo reconhecimento e valorização, vamos lembrar que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos não conta ainda com o reconhecimento que esperamos surja em breve do Estados Unidos e do Canadá. Quer dizer, países que deveriam liderar, como lideram articulações no âmbito da OEA, quer dizer, liderar um processo de submissão, há um mecanismo continental de debate, revisão que permite a vítimas, organizações da sociedade civil quando do País os recursos internos de apuração, a questão da impunidade que foi muito bem lembrada pelo Senador Nery também pelo Senador Romeu Tuma, o problema do Judiciário do Pará, permite então acessar em primeiro lugar a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos em Washington, e em casos limites ela, geralmente então, passa, desloca para a alçada da Corte Interamericana sediada em São José da Costa Rica.

Então o Brasil tem uma atitude reconhecida e elogiada de sempre buscar o mecanismo do entendimento, a chamada solução amistosa. Então celebramos recentemente casos que são emblemáticos, o caso Damião Ximenes, um paciente de saúde mental do interior do Ceará, um caso de um jovem de 16 anos, Ovelário Tames de Roraima, um menino de 16 anos, e Normandia, uma pequena cidadezinha, um lugarejo na área Raposa Serra do Sol numa noite, às dez da noite foi preso subindo na carga de um caminhão de carga para fazer uma algazarra de adolescente. Preso às duas da madrugada, morreu sob tortura na delegacia local, a Polícia Civil local de uma cidadezinha de

três mil habitantes que todo mundo se conhece. Então depois de dez anos em que o sistema de segurança pública e o Judiciário do Brasil... de Roraima não apura, é absolutamente legítimo que as vítimas da sociedade recorram a esse sistema. Então também fizemos o termo de solução amistosa com reparação, com a inauguração de um monumento lá em Boa Vista em homenagem ao jovem e também criando um balcão de direitos que é o procedimento para evitar que se repitam. Então nesse sentido eu visito na próxima semana a Corte. Eu vou numa viagem de um dia e meio ao Haiti, uma viagem que ela tem como objetivo reconfirmar a nossa avaliação de que a presença das Forças Armadas Brasileiras, a MINUSTAH é uma missão de defesa dos direitos humanos, é uma missão que está ali para a retomada da institucionalidade regular haitiana com programas sociais, em que a presença militar é o combate a gangues criminosas num País que doou ao continente, apesar de muitas belezas e da primeira revolução afro-americana, o primeiro País que aboliu a escravidão logo depois da Revolução Francesa, dois anos depois, o Haiti também legou os famosos Tonton Macoute, a polícia secreta que criou mecanismos que permanentemente reincidem através de pequenos grupos que agem como se polícia fossem.

Então nesse sentido eu aproveito a viagem para fazer uma visita de poucas horas, mas ir à Corte visitar e mais uma vez expressar o reconhecimento do Estado Brasileiro pelo papel da Corte, o interesse em ter mecanismos ágeis de discussão, telefone em contato direto para juntos buscarmos sempre a solução para as questões de alegação de violação de direitos humanos no Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um minutinho, por favor, se o Ministro permitir, eu cometi um engano aqui na hora de expor, talvez na ânsia de querer retrazer problemas vividos na profissão. É crime o trabalho análogo escravo. A Lei 10.803 ela é clara. Levar o cidadão à semelhança do trabalho escravo.

Então, eu já falei que tinha que criminalizar... O que tem é acabar com a impunidade. Então isso que a justiça e o Ministério Público, a polícia tem que cada vez ativar mais. Eu sei que a Ministra conhece, eu tenho ido à ONU, um dos pontos que eu sempre me interesso é o que está sendo feito de maneira geral sobre trabalho escravo no mundo inteiro. Quem viu aquele filme o Diamante Vermelho sabe o que significa essa ação de violência para poder explorar o ser humano. Desculpa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ministra Ana Cabral e em seguida a Senadora Rosalba. E em seguida o Senador.

SRA. MINISTRA ANA LUCY GENTIL CABRAL:

Eu só queria complementar o que o Ministro disse, e o fato dele ir à Corte é muito forte e aproveitar também o interesse dos Senadores aqui presentes.

Nós temos hoje na Comissão Interamericana de Direitos Humanos mais de 120 casos de petições de Organizações Não-Governamentais em prol de brasileiros. Uma das maiores dificuldades que nós temos é justamente o apoio dos Estados brasileiros que obviamente acham que o Governo Federal é o responsável na representação externa. E o é. Mas, precisa da contribuição dos Estados, e vai aqui o meu apelo aos Senadores. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba. Em seguida o Senador Suplicy.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu gostaria até de agradecer essa oportunidade de estarmos aqui. Eu como membro da Comissão de Assuntos Sociais não poderia de forma nenhuma deixar de aproveitar essa oportunidade de ouvir a inteligência, a experiência do Ministro Paulo Vannuchi, da Ministra Ana Cabral, porque a nossa Comissão tem muito de sintonia, de similar nas questões que aqui são levantadas. Ouvi atentamente o Senador Jayme Campos quando falava da questão da colocação de trabalho escravo ou trabalho análogo escravo, e eu gostaria de dizer que o meu Estado, o Rio Grande do Norte, no nordeste, tem sido também um dos fornecedores dessa mão-de-obra. O que nos deixa bastante, assim... tristes, indignados. Porque realmente é um Estado pequeno, com potencial imenso para desenvolver mais diversas atividades. Eu fui Prefeita da segunda cidade do Estado, uma cidade que tem... Que produz, a cidade, a região, 96% do sal desse Brasil, que produz petróleo, que é uma área centro de uma vasta... De vários projetos agropecuários de irrigação da fruticultura, onde se produz a maior... E é exportado melão para o mundo todo. Então é uma região que tem um potencial muito grande e que precisa, e pode-se desenvolver mais. Claro, criadas as condições de aproveitamento da água, de chegada de mais água para que possamos ter mais projetos de irrigação. Mas em função de tudo isso ainda existe muito o desemprego. E o trabalhador, aquele menos informado, o mais simples, ele vai na conversa dos que aliciam e vai para o Pará, para São Paulo, eu fui Prefeita e tive problemas dessa ordem de famílias que nos solicitava o socorro para trazer um parente que tinha ido e estava numa situação de escravidão, de trabalho análogo escravo.

Então por isso a nossa preocupação, acho que precisamos ter uma forma de fazer chegar a informação

mais... àqueles mais simples, aos menos... Muitas vezes nem alfabetizados, que caem nessa... Vamos dizer assim, na conversa bonita daqueles que aliciam.

Então, nós precisamos fazer um trabalho educativo ainda maior. E como os problemas de direitos humanos, e louvo aqui o Governo, não somente do Presidente Lula, mas o Governo anterior do Presidente Fernando Henrique Cardoso que teve essa preocupação de, vamos dizer assim, de não tapar o sol com a peneira. Porque acho que os problemas que nós temos que mostrar que existem, serem debatidos, encontrarmos caminhos, não me envergonha saber que de repente na ONU, seja em qualquer local mundial seja discutido alguma questão que fere os direitos humanos no Brasil. O que me envergonha é se jamais discutíssemos porque não encontraríamos caminhos para solucionar. E como médica pediatra muito ligada à área da criança, eu gostaria aqui de dizer que acho que todos esses problemas que hoje nós vivenciamos, nós temos que pensar no futuro como minimizá-los ou solucioná-los. E passa exatamente pelas novas gerações que vão surgindo que não podem ter os seus direitos mais negados à educação, à boa saúde. Eu sou autora de uma PEC, com certeza será bastante polêmica, porque fala do direito à criança já defendido por muitos Senadores, inclusive já com avanços com relação ao aleitamento materno, onde hoje já temos o Projeto Criança Empresa Cidadã, da Senadora Patrícia Gomes onde as empresas farão de forma opcional, darão esse direito à mulher. Eu entrei com uma PEC. Porque acho que o direito não pode ser apenas para aquela que trabalha, que o seu empregador vai ser bonzinho e dar esse direito. Acho que tem que ser um direito para todas. Todas as mulheres para ficarem mais com seus filhos, dando mais... No início da vida, esse momento que é importantíssimo para o desenvolvimento psicológico e o aleitamento ele também contribui, claro, para uma boa saúde, isso será um investimento. Jamais um prejuízo à Nação e a qualquer empregador, porque é um investimento que vai ter lá na frente, onde o Governo vai deixar de, com certeza, reduzir custos em doença porque essa criança teve esse direito. Direito seja para todas. Seja a mulher do campo, seja a mulher urbana, seja a trabalhadora formal, a trabalhadora informal. Então acho que é um direito que não podemos negar. Então é em relação à criança. Essa é a nossa preocupação. E criarmos cada vez mais mecanismos. Eu fico indignada quando vejo no próprio programa do Ministério da Educação a educação infantil com uma luta imensa que nós tivemos para conseguir colocar a per capita um pouco parecida com o ensino fundamental e o ensino médio ainda ser maior quando deveria ser o inverso. A per capita para a educação infantil bem

maior porque é o direito a creche e o direito a criança fazer a pré-escola. E também os recursos que são direcionados para a creche está no orçamento não vai chegar nem a 500 cidades. Como você dá esse direito à criança? O direito da sua mãe trabalhar e ela ficar bem resguardada, não é guardada, resguardada, com uma boa orientação, com um bom acompanhamento, se faltam recursos. Se são negados. Não é que faltam, os recursos muitas vezes são direcionados para outras ações quando essa considero prioritária.

Eu gostaria só de colocar essas observações que possam, inclusive, ser mais debatidas. E fazer não uma pergunta aos senhores, mas muito mais um apelo, de que possamos cada vez mais somar esforços para podermos influir na questão da educação da criança, para podermos influir nesse direito da mulher poder amamentar seu filho seis meses, e por falar em direito de mulheres também para conseguir uma ação mais eficaz nas questões que tratam da impunidade às agressões feitas à mulher. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senadora Rosalba. De imediato passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero cumprimentar o Ministro Paulo Vannuchi e a Ministra Ana Cabral, e cumprimentá-los pela iniciativa e acho que será muito importante que nós possamos aqui harmonizar os esforços e nossa Comissão com o Ministério dos Direitos Humanos, em especial com vista inclusive as efemérides dos 120 anos da abolição da escravidão, conforme já há uma programação, e também com respeito ao aniversário, 60 anos da declaração da ONU sobre os direitos humanos que seria muito importante que nós pudéssemos harmonizar a lembrança desta data com atividades de grande relevância, dentre as quais se incluem as que estamos ouvindo hoje.

Gostaria, Sr. Presidente, que em relação ao... às palavras do Senador Cícero Lucena, ambos conversávamos agora há pouco com Dom Aldo Pagotto da Diocese da Paraíba, e graças ao empenho do Senador Cícero Lucena, porque Dom Aldo Pagotto está justamente nessa semana organizando uma reunião dos Bispos da região nordeste na sua diocese, e teria dificuldades. Mas como o Senador Cícero Lucena muito insistiu, ele aceitou de estar conosco de tal maneira que teremos tanto Dom Luiz Flávio Cappio, inclusive será o primeiro orador, por sugestão do próprio Ministro Geddel Vieira, que também se comprometeu a vir, ambos estarão na abertura, e eu gostaria Sr. Presidente, de encaminhar novamente a V.Ex^a a atualização dos nomes e quero aqui confirmar, o Presidente Garibaldi Alves já concordou, será no Plenário do Senado às 9

horas da manhã, co-presidido do Presidente do Senado, dos Presidentes V.Ex^a, Heráclito Fortes, Marconi Perillo, Lúcia Vânia, das quatro Comissões que estão organizando, mas agradeceria, Sr. Presidente, que possa agora esta... O Requerimento com os nomes atualizados, se V.Ex^a quiser eu leio rapidamente porque já foi aprovado, mas então serão os debatedores Ministro Geddel Vieira Lima, Luciano Silveira da Asa Brasil, Deputado Federal Ciro Gomes, Deputado Marcondes Gadelha, Bispo Dom Luiz Flávio Cappio, Letícia Sabatela, que virá com o ator Osmar Prado, que vai dividir o tempo com ele, João Reis Santana Filho, Rômulo Macedo, Prof. Paulo Canedo de Magalhães, Luciana Cury, Henrique Cortês, Prof. João Guimarães, Apolo Heringer Lisboa e Dom Aldo Pagotto, de tal maneira que haverá um equilíbrio entre os pontos de vista sobre o que fazer com as águas do Rio São Francisco. Pediria a V.Ex^a para que assinasse também porque V.Ex^a é um dos co-autores e que possa então ser formalizada a aprovação dos nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Simbolicamente eu acatei, eu também nesse momento já considero aprovado, Senador Cícero Lucena, o seu Requerimento que também propõe que o Dom Aldo Pagotto seja incluído entre os painelistas.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Atendido e providenciado. Sr. Presidente, infelizmente eu tenho que estar na reunião dos líderes. Estou sendo chamado, que era às 11h. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu agradeço, Senador Eduardo Suplicy. Entendo que o seu movimento em relação a essa audiência sobre as águas do Rio São Francisco para que o debate se transforme numa Comissão Geral no Plenário do Senado e é mais que positivo, eu junto com V.Ex^a também intercedi no Plenário junto ao Senador Garibaldi e V.Ex^a agora me trouxe aqui ao vivo para o Brasil que a sua sugestão endossado por essa Presidência foi acatada e será então no Plenário do Senado na próxima quinta, 9 horas da manhã.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Também tem a ver com a iniciativa do Senador José Nery que muito se empenhou para que pudéssemos realizar essa audiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ok. Senador Suplicy. Vamos agora às entidades organizadas. Eu proponho, são 11 entidades que vão fazer uso da palavra, que cada uma use no máximo tempo de cinco minutos. Devido ao nosso período aqui. Porque às 13 horas eu tenho que encerrar os trabalhos. Senador.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador, peço permissão porque V.Ex^a que trabalha tan-

to nessa Casa e conhece, estou sendo chamado para ser Relator na Comissão de Educação, então eu vou me retirar, mas sem dúvida tomarei conhecimento do pronunciamento dessas entidades, e já agradecendo a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço a presença de V.Ex^a. De imediato passo a palavra ao Dr. Joelson Dias, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, CONAD, pelo tempo máximo de cinco minutos.

SR. JOELSON DIAS: Obrigado, Senador Paim, queria inicialmente cumprimentar a todos os presentes e louvar Ministro Vannuchi, em nome do CONAD, a atuação do Governo Brasileiro na ONU na defesa da implementação desse importante mecanismo de proteção e promoção dos direitos humanos. E também pelo fato de o Governo Brasileiro ter prontamente diligenciado para que esse relatório seja apresentado no prazo. Lamentavelmente não faz muito o histórico brasileiro na apresentação desses relatórios de proteção e promoção dos direitos humanos junto aos órgãos de supervisão da ONU, é muito lamentável. Não sei se essa situação já foi de todo resolvida. Mas não faz muito. Havia em muitos desses comitês relatórios que não foram sequer apresentados. E outros apresentados com atraso enorme, e, portanto, muito lastimável.

Queria também cumprimentar o Senador Paim, e claro, todos integrantes dessa Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal pela iniciativa já costumeira até diria do Senador Paim, em convocar essas Audiências Públicas, permitindo assim a efetiva participação e envolvimento da sociedade civil nesse processo de discussão de tema tão importante como esse da manhã de hoje.

É muito importante que o Governo tenha realmente notado, se apercebido da relevância de dedicar um trecho específico desse relatório às pessoas com deficiência. O segmento das pessoas com deficiência é realmente bastante significativo, alcança quase 15 milhões de pessoas, segundo o último censo do IBGE, e sofrem essas pessoas, ainda mais com essa lamentável desigualdade social e econômica que temos na nossa sociedade, tendo por isso mesmo agravado ainda mais a violação a seus direitos.

Queria, não obstante Sr. Ministro, salientando comentários que Conselheiros do CONAD tiveram a oportunidade de fazer a minuta de relatório apresentado, ou apresentada pelo Governo, lamentar não tenha sido enfatizado como necessário, no entanto se fazia fato do próprio Governo até o presente não ter cumprido com os prazos previstos na legislação sobre acessibilidade para eliminação das barreiras urbanísticas nos transportes, nas informações, na comunicação

e no mobiliário urbano. A legislação da sensibilidade estabelece prazos, tanto para a iniciativa privada quanto para o Governo, alguns desses prazos da iniciativa privada começam a vencer agora em dezembro de 2008 e é óbvio que se espera que o Governo fiscalize efetivamente o cumprimento desses prazos, mas de qualquer sorte é muito lamentável que tendo vencido o prazo do governo naquilo que dizia respeito em junho de 2007 não tenha o relatório dedicado mais atenção a esse fato, e inclusive informado sobre medidas específicas que o Governo eventualmente vislumbra para o cumprimento dessa obrigação. Uma solução para isso, Ministro, talvez fosse a inclusão no Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias já para o ano de 2009 como metas prioritárias, os programas e ações na área da deficiência. O texto também não noticia até o momento que não foi definido pela administração pública federal o percentual de vagas para as pessoas com deficiência no seu quadro. A própria Lei 8.112 de 90, que trata também dá reserva de vagas para concursos para pessoas com deficiência, em muitos casos não tem sido efetivada.

E finalmente, não obstante todos os avanços noticiados no texto, e era importante mesmo que esses avanços fossem noticiados, especialmente a assinatura pelo Brasil da Convenção Internacional da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, que atualmente tramita nesse Congresso Nacional, e espera-se seja efetivamente incorporada ao ordenamento jurídico nacional, inclusive com status de norma constitucional, a impressão com a qual ficou os Conselheiros do CONAD, no entanto, é de que o texto apresentado não reflete em toda a sua extensão, até pelo que venho de dizer a realidade que ocorre no cotidiano das pessoas com deficiência, na implementação dos programas governamentais que lhes dizem respeito, e no cumprimento e fiscalização da legislação de proteção e direito das pessoas com deficiência.

Então louvando mais uma vez a iniciativa desse Senado da Federal, da Secretaria Especial de Direitos Humanos na convocação dessa importante Audiência Pública justamente para que a sociedade civil também possa se manifestar, espera o CONAD, Sr. Ministro, sejam essas observações também contempladas no seu texto, o texto do relatório espelhando assim o cotidiano vivenciado pelas pessoas com deficiência e claro a busca, a obrigação que temos todos nós de garantir a efetiva implementação dos seus direitos, uma vida plena, independente e autônoma. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Agradeço por ter ficado no limite máximo de tempo. E cumprimento também a Isabel Maria de Loureiro Maior, que abriu mão da sua fala para que

o Joelson então falasse em nome da CONAD. Passo a palavra de imediato a CONANDA, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr^a. Júlia.

SRA. JÚLIA: Bom dia. Cumprimentar o Senador Paulo Paim parabenizando por essa audiência, a Ministra Ana Lucy, e o Ministro Paulo Vannuchi, Ministro Especial de Direitos Humanos, e em posse dessa elaboração, desse documento, a gente percebe que realmente essas 20 páginas nos deixa assim um pouco apavoradas. Porque a gente nem consegue dizer em que avançamos e nem fazer uma reflexão de qual é o papel do Governo Brasileiro nas coisas que têm que avançar.

Então, falando da área da infância, da criança e da adolescência, acho que a gente não pode deixar de ter claro nessa parte porque nós já passamos por sete conferências nacional da criança e do adolescente. E eu acho que é de grande importância pontuar essa nossa sétima conferência que inclusive o próprio tema da conferência é concretizar direitos humanos de criança e adolescente, e que... Conferência que teve papel de muita importância. Não por ser a primeira conferência deliberativa da criança e do adolescente, mas a gente colocar a importância da participação dos protagonistas que nós tivemos mais de 20% dos delegados que foram adolescentes que vieram para essa conferência e que fizeram essa discussão nos Municípios e no País todo.

Então, acho importante, a gente não pode colocar isso como ponto importante na aplicação e na execução das políticas públicas nesse País desse protagonismo, e principalmente da importância dessa discussão estar perpassando não só por níveis de Governo só através dos conselhos, mas, aonde a gente consegue colocar através das conferências que esse ano foi... De 2007 que nós tivemos várias conferências deliberativas, é importante que a gente não deixe nesse relatório essa importância da contribuição nessa discussão do País dos Conselhos Deliberativos, e principalmente quando a gente tem as conferências a participação principalmente do protagonismo também da criança e adolescente que contribui muito e nós vimos que isso veio, assim, de uma forma muito verdadeira e muito discutido lá nos seus Municípios pelos meninos e as meninas que participaram desse processo. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo de imediato à BIA, IBASE, Justiça Global.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Obrigado, Senador. Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim e à Comissão de Direitos Humanos do Senado pela realização dessa audiência e abertura da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do RME em discutir

essa proposta de apresentação do relatório brasileiro ao que a gente chama de RPU, Revisão Periódica Universal. Sem dúvida, esse momento aqui é o auge do processo de consulta nacional sobre o RPU por ele acontecer dentro do Parlamento ele tem sua legitimidade reforçada e acho que a presença de diversas organizações e conselhos aqui mostra que a sociedade civil brasileira está vigilante, ou que a vigilância cidadã também acontece com relação a como o Brasil se apresenta na ONU e outros organismos internacionais. Eu gostaria de tecer aqui alguns comentários de ordem geral sobre os documentos apresentados e faço isso em nome de sete entidades, que são a BIA, Comunidade Barrai, IBASE, Justiça Global, ABGLT, IDDH, GAJOP e Conecta Direitos Humanos. Essas entidades também apresentaram documentos específicos, grande parte delas, sobre os seus temas de atuação e os comentários aqui são mais de caráter geral sobre a estrutura do documento e a sua linguagem. Ressalto ainda que essas entidades fazem todas parte do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa que é composto hoje por 18 entidades, não só ONGs, mas também as Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, a Procuradoria Federal dos direitos do cidadão e o Ministério da Saúde. Esse comitê tem como objetivo trabalhar pela prevalência dos direitos humanos na política externa brasileira, como bem diz o art. 4º, inciso II da nossa Constituição.

Antes de fazer os comentários, eu queria concordar com o Ministro Paulo Vannuchi quando disse que isso aqui não é um conjunto. Acho que em diversos momentos a sociedade civil colocou que os nossos comentários são comentários e sugestões ao relatório. E eles não são em nenhum momento uma assinatura de cheque nem em branco, nem junto. O relatório deve ser apresentado em nome do Estado Brasileiro. Sobre os comentários, eles são de quatro ordens: primeiro sobre o processo de consulta da elaboração do documento, o segundo sobre a autoria do documento, em nome de quem que esse documento vai ser apresentado, em terceiro sobre o conteúdo próprio do relatório e finalmente sobre a negligência de outros mecanismos internacionais nesse texto que foi apresentado por vocês.

Sobre o processo de consulta, reconhecemos a intenção do Governo Brasileiro em incluir a sociedade civil no mecanismo de revisão periódica, isso foi diversas vezes reiterado em Genebra tanto pelo Ministro Paulo Vannuchi, tanto pela Ministra Ana Cabral, Embaixador Sérgio Florêncio que nos representa na ONU em Genebra, mas não podemos deixar de dizer que esse processo começou muito tarde, o Brasil soube em setembro que ia passar pelo primeiro ano e já

tinha algumas dicas antes de que isso aconteceria e começou sua consulta nacional em 21 de dezembro, três dias antes do recesso. O que foi bem complicado. E também o caráter centralizado desse processo de consulta. As reuniões aconteceram aqui em Brasília, teve uma ajuda para segunda reunião com passagens aéreas, e enfim, para que outras entidades de fora de Brasília pudessem participar, mas tanto o início tardio quanto a centralização comprometem e muito a representatividade das organizações que participaram desse processo de consulta. E eu peço, assim, que o relatório diga exatamente quantas e como as entidades participaram desse processo de consulta. Acho que a primeira parte do relatório diz uma ampla consulta a representantes da sociedade civil. Quão ampla foi, que representantes de que organizações. Ninguém representa a sociedade civil, mas sim algumas organizações.

Sobre a autoria do documento, eu lembro que esse relatório deve ser apresentado em nome do Estado Brasileiro, e não do Governo Federal. Então, se o Pacto Federativo é tantas vezes abordados por esse Governo como um problema na implementação dos direitos humanos, isso também deve ser levado lá assim como as [soa a campanha], os desafios que se põe a Estados e Municípios.

Terceiro, quanto ao conteúdo do relatório. A razão da existência desse mecanismo de revisão periódica, que os Estados apresentem a situação dos direitos humanos. Não é um relatório de política pública em direitos humanos, é um relatório sobre a situação para que o Conselho possa decidir como ele vai agir, em que país ele vai agir. O documento apresentado não é sobre a situação de direitos humanos, por exemplo, ele diz que tem um programa contra tortura, mas ele não fala quantos são torturados e nem que só 4% das denúncias de torturas são avaliados. Ele não toca no tema sistema prisional, execuções sumárias está só no título e a federalização dos graves crimes é só mencionada como se alguma coisa ainda tivesse acontecido que não é o caso. Nenhum caso foi federalizado desde 2004.

Finalmente, negligência de outros relatores especiais. O próprio Conselho de Direitos Humanos tem outro mecanismo chamado Relatores Especiais de Direitos Humanos. Desde 2000, nove Relatores vieram ao Brasil. Eu tenho aqui 117 recomendações que foram feitas ao Brasil desde então. Esse relatório não menciona, ou quando menciona, menciona um relatório para dizer que o Brasil cumpriu uma das 117 recomendações. Se esse mecanismo é também do Conselho, o Brasil tem que dialogar com ele para que

o próprio conselho não fique batendo cabeça, mas seja um órgão efetivo.

Enfim, para concluir, eu gostaria de reforçar que o mecanismo de revisão periódica é pra gente importante se ele tiver resultados nacionais e se for debatido nacionalmente. Se ele for momento de apresentação de documento de 20 páginas em Genebra isso fica mais em caráter de prestação de contas e propaganda de política pública. O que pouco influi na situação de direitos humanos no Brasil. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra ao MST, setor de direitos humanos, Sr. João Luiz Vieira.

SR. MAURO DE FREITAS: Senador Paulo Paim, o companheiro João Luiz ele... [corte no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só diga o seu nome e pode fazer uso da palavra.

SR. MAURO DE FREITAS: Mauro de Freitas, Advogado do MST. Eu queria como todas entidades agradecer, agradecer ao Senado pela Comissão de Direitos Humanos na pessoa do Senador Paulo Paim, ao Ministro Paulo Vannuchi, a Ministra. Acho que é importante o nosso diálogo e acho importante o diálogo, como falou antes o Senador Flávio Arns seja muito franco.

Primeiro, porque nós estamos diante de uma situação de um primeiro relatório vai ser apresentado nessa nova configuração, nós sabemos o papel que o Brasil tem nesse espaço, a referência que o Brasil tem, a legitimidade que o Brasil tem, e que o documento que o Brasil vai apresentar poderá ser uma referência para os demais países. Portanto, estamos discutindo um documento que vai de alguma maneira dar um norte do que será o Conselho de Direitos Humanos. E o Brasil, portanto, sabemos o que é que o Brasil teve de esforço para chegar na situação que nós estamos.

Do ponto de vista de documento, quando iniciou-se o debate, dataram um documento, foram feitas consultas a todos os Ministérios, e nós alertávamos que nós tínhamos um risco na proposta que estava apresentada que ao solicitar aos diversos Ministérios o que tinha de problemas e o que tinha de desafios e qual era o diagnóstico, que provavelmente os Ministérios iriam enviar a quem estava responsável pela elaboração do documento as políticas públicas que estava desenvolvendo, e apresentar fundamentalmente aquilo que eles faziam de leitura que era exitoso. A nosso ver, o relatório deveria ter como centro o que é que é o problema de direitos humanos no Brasil nas suas diversas áreas. Se eu pegar o que está no documento do direito à terra, eu tenho vários parágrafos, vários deles estão dizendo: O número de famílias que o Governo

assentou, não fala as condições disso, o investimento que o Governo fez na agricultura familiar, no crédito e na assistência técnica, mas o documento não fala que nós temos mais de 200 mil famílias acampadas. O documento não fala que por decisão do Estado Brasileiro nós temos mais de 15 mil famílias acampadas que não são assentadas por decisão judicial. O documento não fala do problema ambiental que nós temos do avanço do agronegócio.

Então, a nosso ver o relatório ainda que nós não queiramos de maneira nenhuma retirar que o Governo apresente ou Estado Brasileiro apresente as políticas desenvolvidas nos últimos anos, ele não pode abrir mão, a nosso ver não deveria, de dizer quais são os desafios que a sociedade brasileira, e, portanto, o Estado Brasileiro tem, e o que é que ele se propõe a fazer. Porque senão nós não temos condição de ir no Conselho definir que recomendação o Estado Brasileiro deve ter. Qual é o sentido de nós fazermos o debate, de levantarmos o que diagnóstico nós temos e aonde nós queremos chegar. Porque senão eu posso ter no máximo o Conselho um espaço de troca de experiência de políticas públicas. E não é isso que nós queremos do Conselho. O que nós queremos do Conselho é que ele até possa ser um espaço, isso é importante, de troca de experiência, de relação entre Estados, mas que seja também um espaço que o Conselho tenha condição de avaliar os problemas que aquele Estado tem, e que a sociedade civil, portanto, tenha parâmetro para cobrar do seu Estado que ele desenvolva de fato as políticas. A forma que o documento está estruturado, por exemplo, no direito a terra não possibilita isso. Tem ao final um pequeno aumento que aponta a problema da violência no campo. Mas os desafios reais que temos hoje para que as famílias sem terra conquistem terra esses problemas não estão colocados. Há pouco tempo e foi público, o Ministério de Desenvolvimento Agrário admitiu o fracasso absoluto ano passado no assentamento de famílias e apontou como um grande problema o índice de produtividade, que nós temos já conversado com o Governo que é necessário que se atualize índice de produtividade, e o índice de produtividade não é atualizado. E, portanto, evidentemente é um instrumento legal de proteção do latifúndio no País. Daqueles que falam muito em avanço do agronegócio, com a tecnologia, mas querem se manter utilizando padrões tecnológicos do censo de 75.

Então, a nosso ver o documento ele provavelmente contempla aquilo que o Estado Brasileiro desenvolveu de mais positivo no último período de avanço nos direitos humanos, acho que isso é importante porque serve também de referência para os demais países, mas ele é limitado e é insuficiente para apontar quais são

de fato os nossos problemas e quais são as políticas que o Estado Brasileiro está se propondo para essas questões. Portanto, acho que o documento é necessário que os diversos ministérios que estão vinculados a essas áreas fossem novamente perguntados, agora só sobre as questões: quais são os problemas. Não é o que foi feito. É: quais são os problemas fundamentais. E o que é que está se propondo para enfrentar esses problemas. Era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a tinha tempo de mais um minuto, mas encerrou dentro dos cinco. A Presidência agradece e de imediato passo a palavra para Iradir, representando o UNIEURO.

SR. IRADIR: Sr. Presidente Paulo Paim, muito obrigado. Ministro Vannuchi e Ministra Ana Cabral. A fala a partir da visão da academia, o Centro Universitário Unieuro teve a oportunidade de colaborar, o Ministro Vannuchi deve lembrar disso, no ano passado, na construção do relatório ao Comitê Desenvolvimento Econômico e Social, Direitos Econômicos Sociais e Culturais da ONU, aonde apresentávamos uma pergunta que era de simples resposta. O próprio mecanismo de produção de relatórios da ONU preconiza que todos os relatórios anteriores que os comitês temáticos apresentam ao Estado como devolutivo ao seu relatório a periódico tenham resposta e tenham a indicação de qual andamento está sendo dado a cada questão levantada. Com isso eu quero me somar à posição que Lúcia apresenta pela Conecte e pelos grupos de ONGs que ela mencionou de que a falta também no relatório da indicação de quais são os elementos que o comitê da mulher, o comitê da criança, o comitê da tortura e tantos outros comitês relacionados às diferentes convenções das quais o Brasil é signatário, essas devolutivas sempre permanecem sem resposta. Interessantemente, quando nós avaliamos isso, Ministro Vannuchi, e o senhor muito corretamente disse que seria incluído no relatório brasileiro ao Comitê dos Direitos Econômicos-Sociais e Culturais a menção a devolutiva anterior da comitiva do comitê, isso foi feito, mas sem o comentário. Simplesmente destacar o que a ONU nos cobra, não é o suficiente. Ou seja, o nosso relatório e essa era a posição, a Ministra Ana Cabral, nós tínhamos defendido na reunião de 21 de dezembro, era que o cerne do relatório brasileiro agora, ou periódico universal, o cerne fosse a recomendações dos Relatores internacionais que vieram ao Brasil, os Relatores temáticos, e as devolutivas dos comitês. Só a partir disso nós teríamos uma estrutura perfeita de relatório que não seria, como o colega do MST está levantando, um relatório somente de políticas públicas e um relatório de Governo, se nós olharmos aqui, tudo

que está aqui é verdade. Isso é insofismável. Mas não é o objetivo do relatório. E digo porque não é o objetivo do relatório, para que haja consistência para com a própria defesa que a diplomacia brasileira fez do relatório periódico universal. A defesa brasileira sempre foi de que análises por País fossem abandonadas, que não houvesse mais um destaque de País por País, um escrutínio por País que seria um escrutínio politizado, a escolha do País seria politizada e que na verdade o relatório fosse de todos os países membros. Muito bem. Se eu assim o faço, o que eu espero do relatório de um Estado membro, é que esse relatório ele tenha o mesmo peso de uma avaliação de violações. Não de uma avaliação de boas práticas. As boas práticas eu diria, Ministro Vannuchi, Ministra Ana Cabral, poderia ser um anexo ao relatório. Nada contra. Perfeito. Seria um ilustrativo do que pode ser feito para se melhorar as condições de direitos humanos no País. Mas, o cerne do relatório, tem que ser exatamente os grandes questionamentos que são deixados em aberto. Todas as questões que o nosso colega do MST levanta se encontram no Relator especial do direito à terra que já veio ao Brasil e já apresentou as suas posições, e que estão ainda sem resposta. Onde estão as respostas, por exemplo, que a nossa colega do CONANDA levanta sobre a questão da criança e do adolescente que se encontra no relatório, na devolutiva do comitê da criança e do adolescente ao Brasil que foi feito em 2004 e que até agora permanecem sem resposta.

Em suma, Sr. Presidente Paulo Paim, essa oportunidade que é dada pelo Senado Federal para que a sociedade civil se manifeste, é muito importante. É muito importante que mantenhamos exatamente as nossas identidades, a sociedade civil tem o seu papel e o Governo que representa o Estado Brasileiro tem o seu papel, mas o que é fundamental é que nós não percamos a perspectiva do porque desse relatório. O porquê desse relatório é fundamental. E o porquê desse relatório o Brasil, como todos vários colegas aqui já apresentaram, ele vai estar pontuando uma direção. Se a direção for somente de apresentar boas práticas e o relatório de Governo, os outros países vão nos copiar. Vão dizer: Bom, se o Brasil que é um País que lidera a defesa do relatório periódico universal se posta dessa forma, então que todos nós façamos assim também. E daí então a preocupação que nós sempre trouxemos aqui a essa Comissão, Senador Paulo Paim é conhecedor, colocando outro boné meu de Comunidade Barrai agora, o que o Irã vai relatar? Que está tudo ótimo. Ministro Vannuchi, Ministra Ana Cabral vivem recebendo nossas visita sobre esse tema. Eles vão dizer que está tudo bem. Vão seguir o exemplo.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: [pronunciamento fora do microfone]

SR. IRADIR: Não. Não é questão de ofensiva, Ministro.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: [pronunciamento fora do microfone]... Muito diferentes. Acho importante guardar aí um pouco de critério de justiça.

SR. IRADIR: Critério de justiça marcada. Sou brasileiro antes de mais nada, Ministro Vannuchi. Mas o que é importante nós termos em mente é que o Brasil vai apontar uma direção na forma de escrever o relatório. Isso considero importantíssimo, nós temos a chance, Ministro Vannuchi, de marcarmos posição no mundo. É esse o meu ponto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra Marie Caetana, comunidade Barrai. Depois temos mais quatro. Em seguida os Ministros farão uso da palavra.

SRA. MARIE CAETANA: Presidente Paulo Paim, a Ministra Ana Cabral e Ministro Paulo Vannuchi, eu gostaria de primeiramente ressaltar a importância da realização dessa Audiência Pública com a presença das entidades e presença de tantos Senadores aqui nessa Casa hoje para discutir esse relatório.

Como membros do Comitê de Direitos Humanos e Política Externa nós batalhamos muito para que esse processo pudesse marcar uma... Um momento em que o Estado Brasileiro realmente pudesse trazer à sociedade para discutir política externa em direitos humanos. Nós achamos que esse é um momento realmente marcante nesse nosso processo de diálogo entre Estado e sociedade. E eu queria falar um pouquinho sobre um tema que não aparece no relatório que acho que tem uma possibilidade de aparecer sem onerar as 20 páginas que nós temos direito nesse relatório que é o tema da liberdade religiosa. É um tema que não vem mencionado no relatório, mas que tem tido um peso bastante grande na sociedade brasileira, nós temos tido informações de casos gravíssimos de intolerância religiosa no Brasil, e que infelizmente ainda não vem recebendo a atenção devida. São casos que às vezes atingem a mídia, às vezes são temas de artigos no jornal, ou de algum debate, mas que sempre acabam sendo relegados como se fossem de segunda importância. Ainda que o art. 18 do pacto de direitos civis e políticos ressalte esse direito, à liberdade de crença e religião como sendo um dos direitos humanos fundamentais.

Eu queria dizer também que a Secretaria de Direitos Humanos ela tem trabalhado esse tema, e que por isso justificaria, inclusive, dentro da linha de que foi adotada para a redação desse primeiro relatório, apesar de ela não ser a ideal, mas nós acreditamos

que não há tanto tempo assim para fazer uma reforma geral no relatório, mas a Secretaria de Direitos Humanos vem trabalhando esse tema, o Dr. Perli Cipriano está aqui atrás de mim protagoniza essa atividade dentro da Secretaria, e pode concordar comigo, acredito que ele concorde comigo de que se nós deixarmos o tema da liberdade religiosa sempre em segundo plano, e aí sim vou fazer mais uma comparação com o Irã, nós corremos o risco de ter uma situação mais para frente insustentável como é a situação da Comunidade Barrai iraniana que sofre a perseguição religiosa e isso tem uma consequência direta em todos os outros direitos humanos dessa população. Direitos econômicos, direitos sociais, civis e políticos também. Então acreditamos que a menção do tema da liberdade religiosa que vem sendo trabalhada pelo Brasil e tem uma importância crescente na nossa sociedade é imprescindível nesse relatório. E aí a título de sugestão, eu gostaria de propor que como a intolerância religiosa no Brasil tem uma vinculação muito grande com a questão racial, esse tema pudesse ter ser um box dentro do item 3.13 que nessa versão preliminar do relatório está na página 14. Eu acredito que se fizéssemos uma menção a esse tema nós pelo menos estaríamos dando um indicativo de que não estamos esquecendo dessa temática, e que é uma temática muito cara à sociedade brasileira levando em consideração a grande porcentagem afro-descendente que temos no Brasil. Era isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço à Marie pelo tempo. Deixou para Mesa dois minutos. E passo de imediato a palavra ao Sr. José Roberto Camargo de Sousa, Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

SR. JOSÉ ROBERTO CAMARGO DE SOUSA: Antes de mais nada, eu quero cumprimentar Senador Paim, nosso Ministro Vannuchi, Presidente do Conselho, a nossa Ministra Ana Cabral por essa audiência. Para nós, descendentes de africanos, nós temos um termo de origem urubá, que significa: A força que permite a realização da vida. Que assegura a existência dinâmica, e que possibilita os acontecimentos e as transformações. E isso que o movimento negro quer. Nós avalizamos e concordamos com todas as manifestações anteriores à minha, referente a esse relatório. É bem verdade e a gente tem acompanhado junto ao Conselho, que o Governo Brasileiro tem avançado nas políticas de direitos humanos. Mas, em relação à população afro-brasileira, esse avanço tem sido mínimo. Esse avanço tem encontrado resistência da sociedade brasileira, das autoridades brasileiras na sua efetividade. O nosso relatório diz: O Brasil conviveu durante 400 anos, quatro séculos com a vigência de um regime escravocrata, sustentado por políticas

estatais que avalizavam a discriminação racial, em especial, e aí é preciso corrigir esse relatório. Em especial contra os africanos, contra os afro-brasileiros ou afros-descendentes e contra os indígenas. Aí está a discriminação que é latente nesse País. Que é visível ou invisível como a discriminação é nesse País. E nós precisamos aperfeiçoar isso nesse relatório. A nossa companheira falou da liberdade religiosa. A gente vê na Bahia, em qualquer Estado, principalmente na Bahia, a violência contra as religiões de matriz africana. É preciso relatar isso. A gente vê, por exemplo, aqui nesse próprio Congresso a resistência contra a votação do Estatuto da Igualdade Racial. A gente vê a violência que é praticada contra os jovens negros. A população jovem brasileira está sendo exterminada, e 70% dessa violência é praticada contra jovens negros.

Eu trabalho na Comissão, no CNCD contra os crimes homofóbicos, e trabalho também em relação às comunidades remanescentes de quilombo. Eu presto serviço no INCRA nessa área. E a gente vê a resistência até dentro de órgãos do Governo contra titulação das comunidades quilombolas. É preciso que o Brasil tome políticas efetivas de desburocratização do sistema. O trabalho quanto é dificultoso titular uma comunidade quilombola. Quanto é dificultoso você falar em educação para populações negras nas políticas de ação afirmativa. Eu sou do Mato Grosso do Sul, lá nós temos uma faculdade, Universidade Católica, que tem um curso e muito justo na área superior com os indígenas. Temos no Amazonas, temos no Mato Grosso cursos especificamente para indígena. São cotas para indígena. Mas quando se fala em cotas para negro... Ah, não. Isso não pode. Nós vamos criar um outro tipo de racismo.

Então, está introjetada na sociedade brasileira e isso o Governo precisa trabalhar nisso que a população negra está sempre em segundo plano. Provo isso dizendo aqui nesse relatório, no final, na página 22 quando fala das políticas de proteção para as populações, fala-se nas populações indígenas. Muito justo. Fala contra os crimes homofóbicos. Mas não se fala, não se diz que é preciso implementar por causa da violência racial as políticas para a população afro-brasileira. É só, Excelência. Cumprimentos mais uma vez por essa Audiência Pública, e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. José Roberto, V.Ex^a também dispunha de mais um minutos, se assim entender necessário.

SR. JOSÉ ROBERTO CAMARGO DE SOUSA: Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço pelo limite do tempo. Passo de imediato ao Ida Monteiro, Comitê Nacional de Educa-

ção e Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

SRA. IDA MONTEIRO: Bom dia a todos. Inicialmente eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim, como também dos Ministros, a Ministra Ana Cabral, e do nosso Ministro Paulo Vannuchi por essa iniciativa, e vou fazer aqui alguns comentários em relação ao documento como um todo, e me sinto contemplada também na fala de alguns colegas que me antecederam, alguns companheiros, e dizer, primeiro, que acho que nenhum documento poderá retratar a realidade e os fenômenos que nós estamos querendo colocar. É impossível. E ainda mais em um documento com 20 páginas, que já tem aí uma limitação para que nós pudéssemos colocar.

No entanto, também sabemos que um documento de 20 páginas ele pode ser denso, e ele pode realmente contemplar os objetivos a que ele se propõe.

Portanto, acho que nessa direção que eu me coloco. E aí eu levanto uma questão de forma em relação ao documento. Penso que um documento em se tratando de um primeiro relatório que vai trazer essa realidade de Brasil, em termos de direitos humanos, compreendo que ele precisa fazer uma apresentação do documento, como todo relatório, e até mostrando esse processo metodológico de como ele se deu, mas ao mesmo tempo ele precisa sim fazer uma introdução contextualizada do que representou o movimento da defesa dos direitos humanos no Brasil. E, ao mesmo tempo, cotejando com a situação, pontuando logicamente das situações mais críticas que nós temos no conjunto das áreas, principalmente das áreas sociais que é a grande lacuna que nós temos do avanço da questão dos direitos humanos.

Portanto, compreendo que nós não podemos nos omitir, deixar de realmente de trazer nessa perspectiva que o colega anterior colocou, de que se é um documento que também ele deve subsidiar políticas públicas até mais ampla, e o conjunto da sociedade, portanto eu não senti no documento a inserção e a importância que nós tivemos dos movimentos sociais na defesa e na ampliação dos direitos humanos nesse País. Nós sabemos muito bem que foi através dos movimentos sociais que realmente essa discussão dos direitos humanos aparece, principalmente na época que nós tínhamos as maiores dificuldades de trazer essa temática pelas políticas públicas. E aqui eu falo como pessoa que lida dos dois lados. Sempre militei na área da sociedade civil, e também dentro da área pública, enquanto profissional, enquanto trabalhadora de órgão público.

Portanto, eu percebo isso, que falta um pouco... E isso poderá ser colocado em dois ou três parágra-

fos, no máximo, mas nós não podemos deixar de fazer essa colocação. Penso que o documento precisa trazer sim dentro desse contexto os avanços. O que foi que nós avançamos enquanto sociedade civil e enquanto sociedade política? Quais foram as políticas públicas que nós apresentamos no conjunto dessas áreas? E aí desafios e proposições. Quer dizer, diante desse conjunto da situação que o Brasil apresenta hoje, quais são os grandes desafios que nós apontamos para o mundo. Essa questão mesmo religiosa, essa questão que o José Roberto coloca aqui, tem uma pertinência muito grande e tem uma relação com que vou finalizando que é na área de direitos humanos.

Portanto, eu penso que nós poderíamos avançar no documento fazendo esse balanço, ao mesmo tempo apontando o que nós conseguimos trazer enquanto contribuição na área, e quais são as nossas proposições diante dos desafios. E eu vou fazer um destaque na área específica de educação, porque é a minha área, é a área que nós estamos mais ligados. Atualmente eu coordeno um comitê, aqui nós temos o Iradi, nós temos o Perli, nós temos o Ministro Paulo Vannuchi sabe muito bem desse trabalho, e aí justamente eu percebi que faltou, Dr. Paulo, uma importante informação que é do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Por que é que eu estou dizendo isso? Eu estive em novembro num Congresso, em Monte Rei, no México, que foi o Congresso Internacional de Las Culturas, onde o Brasil num conjunto de 22 países que estavam lá representados, era o único País que naquele momento tinha um documento, tinha um processo desencadeado de política pública nessa área. Portanto, senti falta dessa menção aqui nessa área específica. E penso que nós devemos colocar a educação como um direito, aí sim, quer dizer, toda aquela questão do que avançamos em termos de universalização, o que não avançamos, por exemplo, na questão do analfabetismo, nós temos hoje um índice alarmante, principalmente no norte e nordeste, no meu Estado temos um milhão, duzentos e vinte e três mil analfabetos, portanto isso é uma questão de política pública e do direito a educação. E outro aspecto é a educação como um direito humano. E aí vem toda essa perspectiva de se trabalhar na direção de uma cultura da não violação, da não discriminação que aí justamente é uma perspectiva educacional que inclusive vai contribuir com todo esse processo que a gente sabe do preconceito, da discriminação e tudo isso. Então me parece que era nessa direção que nós pudéssemos avançar principalmente nessa área específica da educação. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passamos a palavra à Sr^a. Rosa

Maria Campos Jorge, Presidente do SINAIT, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Paulo Paim pela Audiência Pública, cumprimento o nosso Ministro Paulo Vannuchi e a Ministra Ana Cabral. Primeiro, eu quero aqui fazer um esclarecimento que eu acredito que essa Audiência Pública certamente fica gravada e as pessoas terão acesso a ela depois, foi mencionado por alguns Senadores aqui, a dificuldade em caracterização de trabalho escravo, e eu como represento os auditores fiscais do trabalho, que são aqueles que compõem o grupo móvel, o grupo especial de combate ao trabalho escravo, é preciso ficar claro à população brasileira que o crime de prática de trabalho escravo ele está descrito devidamente no Código Penal Brasileiro em seu art. 149. As dúvidas que por acaso surgirem quanto ao que seja trabalho escravo pode ser facilmente dirimidas com a leitura de todo o ordenamento jurídico e todas as informações que já existem dos pareceres e julgados sobre o caso.

O trabalho análogo de escravo, o combate tem sido realmente feito, e os resultados estão trazendo incômodo para muita gente. Tanto que isso tem se refletido aqui nessa Casa. O ano passado foi feita uma fiscalização numa fazenda no Pará, a Fazenda Pagrisa, foram libertados mais de mil trabalhadores em condição análoga de escravo, e os... Ali não se trata de simples irregularidade trabalhista, como outros querem fazer crer. A irregularidade trabalhista, ela pode inclusive ser sanada, sem haver a punição. Se for sanado a tempo. E quando o empregador é punido, ele tem direito de defesa em todos os âmbitos. Se ele pode se defender administrativamente e judicialmente. Aliás, se isso não acontecer, ele pode invocar a Constituição Federal que garante a ampla defesa. Então o crime de trabalho escravo, é crime. Não é mera irregularidade trabalhista. E os agentes do Estado que coíbem essa prática o fazem dentro dos estritos limites da lei. Isso precisa ficar claro, porque alguns... A fala de alguns Senadores pode dar a impressão de que os agentes públicos estão agindo ao seu bel-prazer sem se restringir ao seu papel de cumpridor da lei. Ele tem que cumprir a lei até para poder exigir que os outros também a cumpram. Eu queria fazer esse esclarecimento e também dizer que nós esperamos também que o Poder Judiciário também cumpra o seu papel nessa parte que é dar a punição àqueles que praticam o crime. Porque o grupo móvel liberta os trabalhadores, faz com que sejam suas carteiras assinadas, sejam devolvidos a seus locais de origem, porque são aliciados, e aí cabe ao Poder Judiciário julgar e condenar aqueles que praticaram esse tipo de crime. E as condenações

são mínimas. Acho que casos relatados de punição de pessoas que praticaram efetivamente esse crime, se tiver registro de um ou dois casos é o máximo que a gente tem dentro de um universo enorme de praticantes desse crime.

Eu também quero aqui deixar assinalado como o Senador José Nery falou da morte da irmã Dorothy, dizer também que no dia 28 de janeiro agora completaram-se quatro anos em que quatro agentes públicos foram assassinados brutalmente, atocaiados e assassinados no exercício de seu dever que foram três Auditores Fiscais do Trabalho, um motorista do Ministério do Trabalho, aqui próximo ao Distrito Federal, no Município de Unai, e os nove acusados desse crime bárbaro que ofende e atenta contra o Estado em que pessoas querem fazer com que a sociedade brasileira pense que o poder econômico nesse País pode mais do que a falei. Então é preciso que essas pessoas sejam punidas exemplarmente. E o que a gente reclama e fizemos manifestação nesse sentido é de que a justiça seja feita. Ou seja, as pessoas sejam julgadas por seus atos.

Desculpe aí essa nossa manifestação, um desabafo, mas eu também queria falar do relatório. Sei que é um desafio, Ministro, para fazer um relatório de 20 páginas que contemple uma gama tão grande de situações, eu até gostaria de perguntar se é possível ainda a gente contribuir para que esse relatório seja aperfeiçoado, se há tempo hábil para isso, a gente gostaria de dar a nossa modesta contribuição, e já vou dizer dois pontos que acho que na parte que diz respeito ao direito ao trabalho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A senhora tem mais um minuto.

SRA. ROSA MARIA CAMPOS JORGE: Sim. Que não foi abordado aqui que eu acho importantíssimo que é a questão do assédio moral e assédio sexual no trabalho porque isso tem sido causador não só de problemas de ordem física, mental, mas social mesmo. Diversos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros têm adoecido no trabalho, doença mental no trabalho causado por assédio moral, assédio sexual, as péssimas condições de trabalho que tem gerado um número acidentes de trabalho, tem levado a invalidez temporária, invalidez permanente de muitos brasileiros e brasileiras em razão dessas péssimas condições. Que não foi abordado aqui, que eu acho interessante. E também, atualizar o cadastro sobre a erradicação do trabalho infantil, porque aqui no começo fala, tem dados aqui de 2007 do CAGED, de registro de trabalhadores, e no que diz respeito aqui ao trabalho infantil, nós paramos em 2005, que foi justamente um ano em que houve um crescimento do número de

mão-de-obra infantil, e que 2006 isso pode ter sofrido alguma modificação que a gente acha importante que conste aqui, até para ficar bem atual. Porque aí fica como último dado 2005 a gente perde essa possibilidade. No momento é isso que me ocorre. Eu gostaria de saber esse questionamento se é possível aperfeiçoar nesses pontos aqui e se a gente pode contribuir para isso. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eles responderão em seguida. Eu vou passar a palavra como a última entidade inscrita à Sr^a. Paula Regina de Oliveira Ribeiro. Associação Nacional dos Defensores Públicos, ANADEP. Dispõe também de cinco minutos. Em seguida vamos dar a palavra primeiro à Ministra Ana Cabral para que ela faça seus comentários e as considerações finais. E o Ministro Paulo Vannuchi então encerra a nossa Audiência Pública de hoje, também com seus comentários e considerações finais. Com a palavra Sr^a. Paula Regina.

SRA. PAULA REGINA DE OLIVEIRA RIBEIRO: Senador Paim, se me permite gostaria de passar a palavra ao Presidente da nossa associação.

[corte no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sem problema algum. Só peço que ele se identifique para registro de ata.

SR. FERNANDO CALMON: Fernando Calmon da Associação Nacional dos Defensores Públicos, ANADEP. Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr. Ministro Paulo Vannuchi, Ministra Ana Cabral. Existe o item 3.10 que começa na página 11, inclusive está repetido 3.10 na sequência. Porque fala sobre acesso à justiça. E eu gostaria de fazer algumas ponderações que acredito que não vá alterar substancialmente o volume do relatório. Primeiro que é muito importante, Senador, que conste que o Governo Brasileiro, já no Governo Lula deu à Defensoria Pública autonomia administrativa e iniciativa de lei orçamentária. Isso é fundamental porque permite que esse órgão público destinado a defender o direito das pessoas hipossuficientes permita que se trabalhe mais junto à sociedade civil. Independentemente evidente de diretrizes do Estado, do Executivo. Isso é fundamental porque acho que isso revela um avanço que traz repercussões inclusive em outros países. Nós temos associações internacionais de defensoria pública, Associação Interamericana, e Associação dos Defensores Públicos do Mercosul em que esse é um ponto que sempre gera muita admiração e acho fundamental que o Governo coloque isso.

Por outro lado, a questão da legitimidade que também nesse Governo, aprovado nessa Casa aqui, a legitimidade da Defensoria Pública para propor ações coletivas facilita demais o trabalho que nós somos

sempre poucos para atender muitos. E esse ponto saiu realmente assinalado no item 3.10, mas não foi específico, foi trabalho desse Governo também que foi encaminhado junto ao Ministério da Justiça fez um trabalho muito grande para levar a legitimidade para a Defensoria Pública, para a população civil pública.

Agora, Sr. Presidente, o relatório fala que atualmente a Defensoria Pública promove em todo o País a defesa ao direito à população desfavorecida. Eu gostaria muito de que isso fosse verdade. Nós temos caso, hediondo caso de omissão do Estado de Santa Catarina, que não tem Defensoria Pública. E temos um caso também hediondo da mesma forma, porém mais fácil de resolver, já está bem adiantado de Goiás. Tirando esses dois Estados nós estamos bastante adiantados em outros Estados do Brasil em razão do que foi decidido na Emenda 45. Acho que falar em todo Brasil que é conhecida a omissão, internacional inclusive, omissão do Estado de Santa Catarina, não sei se isso pode comprometer a legitimidade das informações que constam aqui no relatório. É o que eu tinha a dizer, e agradeço e parabeno a iniciativa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço pela brevidade de sua explanação e de imediato passo a palavra à Ministra Ana Cabelal para que faça as suas considerações finais, enfim, comentários e respostas, se entender necessário.

SRA. MINISTRA ANA LUCY GENTIL CABRAL: Eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade. Acho que os aportes trazidos aqui pelos cidadãos brasileiros sem dúvida vão enriquecer a revisão do nosso relatório. E ele só pode fazer com que o exercício seja aperfeiçoado.

Por outro lado, eu acho que só a possibilidade de realizar essa audiência já marca um grande trunfo dos cidadãos brasileiros na medida que essa possibilidade de diálogo é muito difícil acontecer em qualquer outro cenário, em qualquer outro Estado. Quer dizer, o Brasil vai se beneficiar dessa audiência e vai usar esse trunfo quando apresentar o relatório um pouco mais adiante.

Por outro lado, eu também achei que os aportes foram muito ricos e sem dúvida poderão muitos deles serem assimilados no nosso texto. Para surpresa também achei que até as críticas foram menores do que eu esperava. De modo que estou muito satisfeita e quero mais uma vez agradecer Senador Paulo Paim pela iniciativa. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos ao Ministro Paulo Vannuchi, para que ele faça seus comentários e considerações finais.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Eu queria começar reiterando agradecimento pela expressiva

presença. Acho que a audiência cumpriu bem o papel atribuído a ela, que era propiciar um momento do contraditório, momento em que poder da República tivesse pelos seus Senadores a possibilidade muito bem atendida de expressar, debater, propor. Eu quero nesse primeiro momento, então, mesmo na ausência dos Srs. Senadores, agradecer e me associar ao Senador José Nery na justa lembrança dessa coincidência de ser o terceiro aniversário do assassinato de Dorothy Stang. É muito bem lembrado. Acho importante que o evento ele se realize nesse dia, e inclusive para o aperfeiçoamento que ainda pode ser feito nos próximos dias, e lembrar que algum momento a referência da violência no campo no relatório precisa de incorporar o fato de que acontecimentos marcantes como esse assassinato e a impunidade ainda vinculado a ele, embora alguns já tenham sido condenados, o principal mandante ainda não, de fato também ajuda a lembrar ponto onde o relatório pode e deve ser aperfeiçoado.

Também agradecer sugestões que eu vou tornar aqui gerais, de fazer aquilo que o Senador Flávio Arns fez quando ele pega um trecho e fala: Isso aqui não está bom. Proponho essa mudança. Porque as intervenções todas muito ricas, e todas têm no que opinam, o grau de legitimidade da representação da sociedade civil que não é nem um pouco menor do que o grau de legitimidade do Poder Legislativo ou do Poder Executivo. Nós somos absolutamente iguais nisso. E repito o que falei aqui, respondendo aos Senadores, a idéia da democracia como legitimação do dissenso. Volto à minha primeira frase aqui hoje quando cheguei atrasado. Que bom que é um relatório... [risos] Não é do Brasil. Sociedade civil mais Estado. É do Estado, e está registrado. E reconheço que o primeiro aprendizado do processo está em preparar desde já mecanismos para que na próxima edição não será possível corrigir agora, haja um processo anterior de consulta ao judiciário, audiência nas duas Casas... Sobre tudo o tema federativo. Eu ando muito preocupado com essa questão do Judiciário. Muito do que se disse aqui hoje está conectado diretamente a uma presença maior ou menor do Judiciário como o poder que possibilita, ou impede a existência do tema impunidade numa sociedade. Algumas intervenções tenderam legitimamente a uma visão mais sistêmica do relatório dizendo que o relatório devia ser outro. Ela é importante, ela é uma opinião respeitável. Não creio que ao ponto de dizer que esse relatório não fale dos direitos humanos no Brasil. Acho que isso também seria injusto com o conjunto expressivo de agentes do Estado envolvidos, muitos deles também recém egressos da militância na sociedade civil. O que pode acontecer é que do ponto de vista das entidades aqui representa-

das, fale dos direitos humanos de uma maneira insuficiente, desfocada, etc. Eu tenho a impressão que o conteúdo consensual nas intervenções da sociedade civil, e nisso é nitidamente diferente da intervenção do Poder Legislativo que foi na linha de concordar com a expressão das práticas corretas, e de não fazer um relatório que pudesse ser o relatório igual ao relatório da sociedade civil. A sociedade civil ela tem que fazer um relatório sobre os direitos humanos diferenciado no sentido de que cabe a ela o seu papel de fiscal, de cobrança crítica, de contraponto. E os relatórios não serão feitos. Eles existem. Eles existem e naturalmente o Poder Público não tem direito, portanto, de participar da sua elaboração. Eles são muito duros. Eles são relatórios brasileiros de alta legitimidade, alguns dos Estados Unidos de legitimidade muito discutível, varia se é um relatório da Human Rights Watch ou se é do Departamento de Estado.

Então, isso tudo nós acolhemos sistematicamente. É o dia em que a imprensa lembra da existência dos direitos humanos, liga para saber como é que o Governo reage ao relatório que acusa o Brasil. Todos esses relatórios são úteis. Eles raramente conseguem descrever o quadro real brasileiro, mas o Governo lê com muita serenidade, com franqueza e humildade, discorda, tem outras estatísticas para vários aspectos, mas eles são positivos, eles ajudam. E os relatórios da sociedade civil aqui representada já se conectarão ou já foram diretamente para o alto comissário e servirão também de base para o trabalho da alta comissária. Eu quero sugerir que quem puder transformar suas proposta aqui manifestadas e mudanças tópicas desse tipo, aqui está faltando... Então prof^a. Ida, eu até me lembrava de que está presente a referência ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, na página 22, não é uma omissão, mas talvez insuficiente.

Então meu pedido é que olha, aqui falta... E uma das suas intervenções talvez reforce uma das possíveis falhas do relatório que é o excesso de valorizar coisas boas. Eu quero dizer que nós temos muitas coisas boas que não entraram nesse relatório. Eu pessoalmente não me conformo ao falar da cultura, a não falar que estamos preparando a terceira amostra cinema em direitos humanos que daqui a pouco vai ser 10^a, 20^a. Então se criou no Brasil uma manifestação cultural que vai se espalhar. Estamos consolidando a idéia de um dia em torno de 10 de dezembro que os mais importantes artistas brasileiros se reúnam para gritar: viva os direitos humanos e enfrentar esse bloqueio ainda prevalecente e hegemônico de que direitos humanos têm uma percepção negativa, é coisa ruim. Então quem puder fazer isso vou solicitar e pedir que faça. Mas assim, faça se possível até quinta-feira à noite.

Porque sexta de manhã a nossa Secretaria tem condição, se for para fazer junto com o Itamaraty, fazemos. Se não fazemos num primeiro momento internamente. Aqui os Subsecretários estão todos presentes, os Coordenadores, ouviram tudo, especialmente quem trabalhou diretamente na redação sentiu um pouco o clima e nós vamos, com muita abertura, mas de antemão, todos sabem que não serão incorporadas todas as propostas e sugestões, dado a esse caráter interministerial, eu nem posso sozinho responder porque é um tipo de procedimento que nós temos que coordenar, co-coordenar, Secretaria de Direitos Humanos e Itamaraty. Ainda temos que ouvir... No caso da saúde, eu comentei com o Senador Arns. Falei: De fato eu acho que precisamos de alterar alguma coisa para incluir nesse trecho de saúde o que está faltando, que é alguma referência aos noticiários de televisão que mostram macas no corredor, doentes sendo atendidos no chão, a falência no sistema de saúde que a gente nota aqui no entorno. A gente... Dentro do quadrilátero do Distrito Federal se vai a hospitais de periferia vai ver um quadro que está muito longe da idéia.

Agora, eu repito o que eu falei no sentido de ser um instrumento inicial, e que por mais que o Brasil tenha uma posição de franqueza, de ousadia, de tratar sem nenhum envergonhamento a idéia... O nosso Brasil ainda respondendo a uma tradição secular de violência que veio com a formação nacional colonial escravista, ditaduras no Século 20... Quer dizer, ainda isso tem que ser dito porque não dizer no lugar de fortalecer, enfraquece. Ao dizer isso que nós adquirimos mais força para expressar que nos últimos 20 anos o Brasil vem avançando sistematicamente na área dos direitos humanos, embora ainda haja violações reiteradas em vários aspectos que aqui estão registrados, a questão da tortura está registrado, há uma insatisfação que eu peço transformar em proposta concreta, mas há abordagem da questão do racismo, do afro-descendente. O Governo atual é um Governo que está levando um bombardeio da mídia pelo editor principal, do principal veículo escrito do sistema de comunicação que entrou na briga com o sistema de cotas, pessoalmente. Ele faz os editoriais do sistema e ele faz artigos assinados. Então há um enfrentamento desse tipo, e nesse sentido fazer um relatório que nesse tópico dissesse apenas que há uma discriminação e que não há um avanço, que não há um governo enfrentado, que não há um Senador como Paulo Paim batalhando, também criaria injustiça.

E por último, a questão da necessária busca de uma harmonia. Eu gosto muito da intervenção. Mas quando falo o Brasil pelo seu papel ele pode pautar um pouco os relatórios. Agora, vamos fazer isso numa

segunda rodada. Vamos... Porque senão, nós vamos ter um relatório da Indonésia, todo mundo sabe a situação da Indonésia. Quando eu me insurgi da referência ao Irã, peço desculpas pelo intempestivo, mas no Parlamento iraniano não se faz uma discussão como essa aqui. Nem nada muito próximo. No parlamento do Irã se discute que o holocausto é uma invenção dos judeus. De que o Hitler não foi tão violento assim. Então nesse sentido a gente deva ter essa abertura, vamos guardar algumas proporções de limite, porque quando a Nadine Jade fez a declaração revisionista, o Itamaraty, o Governo Brasileiro fez uma nota imediatamente se dissociando disso e condenando energicamente que o Presidente Lula lembrou aí. Com relação à questão da liberdade religiosa, tem razão, vamos ver como incluir a proposta do... Eu só quero no meu crivo da leitura das 22 páginas que tem que virar 20 e ainda incorporar tudo que vocês trouxeram, aí o limite de diminuir o corpo do texto, nós já batemos. Não vai dar para fazer bula de medicamento. E não pode passar de 20. Não pode passar de 20. Nós não vamos passar de 20.

Então, nós vamos precisar de tirar coisas, ver com o que dá para tirar. Mantendo esse equilíbrio ou aproximando mais do equilíbrio. E não há necessidade de que quando o relatório ficar pronto, existir uma concordância de quem fez objeções aqui. Mas simplesmente a percepção de que a audiência não foi inútil. De que observações aqui trazidas foram incorporadas, muitos vão achar satisfatoriamente e muitos vão achar insatisfatoriamente.

Mas eu quero agradecer mais uma vez a todos por tudo que foi feito, na questão religiosa eu só lembro que tive em Genebra com a nova Relatora, e só para dizer um pouco dessa nossa briga de 22 páginas. Então eu nem tinha audiência com ela. Mas numa conversa ela falou: O Brasil não vou visitar. Porque na minha lista mundial, o Brasil se coloca lá atrás no problema. Então eu reconheço e nós tivemos episódio da prainha aqui, eu fui pessoalmente, falei que evairam(F) o ano inteiro até receber notícia recente pela imprensa de que a questão da prainha está encaminhada. Acho que rapidamente vamos ter. Perli esteve em Salvador dia 21 de janeiro quando fizemos lá o evento nacional da data que se tornou pela primeira vez oficializada no Brasil agora o dia 21 de janeiro como o dia de combate a intolerância religiosa, o dia de afirmação do direito à liberdade religiosa. Mas assim, no cenário dos nossos problemas, o País que tem violência no campo, que tem sendo enfrentado como nunca a violência da fome, de fato na hora da seleção acabou que não tenha entrado, e a Relatora da ONU me disse: Não vou visitar o Brasil porque na minha escala de prioridades eu tenho que visitar 70 países onde as pessoas so-

frem discriminação religiosa mais violenta do que no Brasil. Se nós defendemos a indivisibilidade de direitos humanos, é verdade, todos nós sabemos que na vida real a gente tem que às 8h da manhã lidar com um problema, às 8h15 com outro, às 8h40 com outro, quando as nossas crianças se machucam a gente corre primeiro para aquela que é mais nova, porque dentro da indivisibilidade tem a vida com essas coisas e nesse sentido não entrou. Pode entrar agora a partir de uma preposta concreta. A partir disso...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento não é possível. Eu consigo que você depois seja ouvida, mas nesse momento não é possível.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Então eu quero pedir isso, e digo que até quinta à noite, de preferência, porque sexta de manhã nós teremos uma reunião ou interna na Secretaria ou já conjunta com o Itamaraty, a depender das definições que a Ministra e o Itamaraty farão, para ver o que se incorpora, como, de que jeito. E realmente, aproveitar muito esse processo para um compromisso de tentar construir o relatório anual, que é uma das sugestões que foi apresentada pela sociedade civil, não lembro quem apresentou, e, sobretudo, nos precavermos e já comunicar isso. Nós temos uma reunião daqui a pouco dos Secretários de Direitos Humanos de todos os Estados, então nós vamos levar já... Olha, nós vamos... Tem uma proposta de criar um relatório anual interno ao Brasil, e em segundo lugar nós queremos criar um sistema de que na próxima edição cada Secretaria de Direitos Humanos, são pouquíssimas no Brasil, pouquíssimas, mas as da justiça que fazem esse papel geralmente com um departamento muito pequenininho, muito enxuto, realmente contribuírem com informações municipais e estaduais que realmente é uma falha. E com o Judiciário a mesma coisa. Realmente esses números sobre a tortura, nós precisamos de primeiro, e aí lembrar que em dezembro nós demos mais um importante primeiro passo, que é começar a construção de indicadores em direitos humanos, num seminário IBGE, IPEA, com a alta comissária... Até porque essa idéia dos números citados de tortura são números também muito frágeis. Porque ninguém sabe dizer quantas pessoas são torturadas no Brasil por dia, ou por semana ou por mês. São estimativas. A questão da homofobia também. São números desconhecidos. Eu uso o número um assassinato a cada três dias. Mas é preciso passar por patamar em que haja mesmo pesquisa regular de vitimização, como série histórica, que haja um procedimento no sistema de segurança Judiciário para fazer

uma comparação adequada, para chegar com segurança aqueles dados, de tantos casos de violência no campo, só tantas condenações, só uma pessoa está presa. Muito obrigado então a todos, obrigado, Presidente, obrigada à Ministra.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria inicialmente primeiro dizer à senhora que se a senhora quiser me entregar por escrito a contribuição ao relatório eu faço com que chegue à Assessoria do Ministro. E rapidamente dizer a todos da minha satisfação, da nossa satisfação dessa Comissão por essa exposição feita aqui do relatório, tanto pela Ministra Ana Cabral como pelo Ministro Paulo Vannuchi, e da presença de todos vocês.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ministro, para onde encaminha a sugestão? Tem um e-mail, endereço eletrônico?

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Pega um e-mail para dizer para ela agora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se quiser apertar aí no verde, acho importante porque é o encaminhamento final dessa Audiência Pública praticamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Encaminhe, por gentileza, a THIAGO.MENEZEZ@SEDH.GOV.BR.

SR. MINISTRO PAULO VANNUCHI: Thiago com ponto ou sem ponto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com ponto. Thiago com H, ponto Menezes, com Z.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ok? Todos tomaram nota? Então antes de encerrar, somente dizer a todos vocês que eu queria Ministro, sem sombra de dúvida, cumprimentar tanto V.Ex^a como a Ministra pela exposição colocada aqui. Alguém chegou a comentar comigo aqui enquanto V.Ex^a falava, “não entendi porque é que o Ministro não fez uma reunião fechada, não chamou as entidades para que eles ponderassem e fizessem as críticas ao documento”. Depois traria o documento aqui e quem sabe já num grande acordo. Isso, Ministro, é o bonito pra mim que V.Ex^a fez e à Ministra também. Vir aqui... Essa Audiência Pública ela foi transmitida ao vivo para todo o Brasil por duas horas e meia. E ela vai ser reproduzida para todo o Brasil ainda essa semana. O bonito é isso. Tem um relatório, foi feito um resumo, expõe publicamente à sociedade brasileira, estão aqui as entidades, fazem as críticas e os elogios, e no fim informa ainda que é possível aprimorar o documento desde que se cumpra esse prazo de no máximo, pelo que entendi, até quinta-feira. E que se chegue essas

informações para que possa então o relatório final seja encaminhado.

Enfim, eu agradeço a todos pela presença das entidades que vieram praticamente de todo o Brasil, e com carinho especialmente naturalmente à Ministra Ana Cabral e ao Ministro Paulo Vannuchi.

Está encerrada essa audiência da Comissão de Direitos Humanos. Obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h40.

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, EDIFÍCIO PRINCIPAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e oito, no Plenário do Senado Federal, Edifício Principal, sob a Presidência do Senador (Garibaldi Alves Filho), reúnem-se as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Serviços de Infra-Estrutura e de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senhores Senadores Titulares **Flávio Arns, Paulo Paim, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, César Borges, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Magno Malta e Cristovam Buarque** e dos Senhores Senadores suplentes, **Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves e Papaléo Paes** e dos Senhores Senadores não membros **Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes, Pedro Simon, Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini, Antônio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, José Agripino, Eduardo Azeredo e Raimundo Colombo** e dos Deputados Federais **Ciro Gomes e Marcondes Gadelha**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente saúda os convidados presentes e demais autoridades, faz suas considerações iniciais e passa-se a pauta. **ITEM ÚNICO:** O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Primeiro Secretário Senador Efraim Moraes, que lê o Requerimento nº 02, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, aprovado em 07/02/2008, para a realização de Audiência Pública conjunta com as comissões permanentes de Relações Exteriores e

Defesa Nacional; de Serviços de Infra-Estrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo **“para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”**. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra aos palestrantes. Comparecem os seguintes Senhores convidados: Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional; Ciro Gomes, Deputado Federal; Marcondes Gadelha, Deputado Federal; Dom Luiz Flávio Cappio, Bispo de Barra (BA); Luciano Marçal da Silveira, Representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil (Articulação para o Semi-árido Brasileiro); Letícia Sabatella, atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos; João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional; Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat; Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe, Professor da UFRJ; Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco; José Henrique Cortez, ambientalista e coordenador do Portal EcoDebate; João Abner, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Apolo Heringer Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas; e Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco, comparem, ainda, os atores Carlos Vereza e Osmar Prado aos quais o plenário franqueia a palavra. Ocorrem três trocas de presidência durante a Reunião: às dez horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Marconi Perillo; às onze horas e vinte e nove minutos, o Senhor Presidente, Marconi Perillo, passa a presidência para o Senador Paulo Paim; às treze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente, Paulo Paim, passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Heráclito Fortes, Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes, Pedro Simon, Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini, Antônio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, José Agripino, Eduardo Azeredo e Raimundo Colombo e os Deputados Federais Ciro Gomes e Marcondes Gadelha. Nada mais havendo a tratar, O Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy, encerra a reunião, às quinze horas e quinze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e

publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotíпия informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há número regimental, declaro aberta a presente reunião. Encontram-se presentes membros das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Essas Comissões tiveram a iniciativa de promover este debate acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão da sua importância para aquela região e para o Brasil.

Quero registrar que já estão presentes à Mesa alguns convidados nossos e entre eles eu quero dirigir uma saudação especial e agradecer a presença do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. Quero agradecer também, a presença não está ao nosso lado, mas sinto-se como se estivesse e logo estará aqui como debatedor do ex-Ministro Ciro Gomes. Dom Luiz Flávio Cappio, está presente aqui, eu quero igualmente agradecer a presença do senhor reverendíssimo Bispo de Barra, na Bahia. Agradecer também a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Bispo de João Pessoa da Arquidiocese da Paraíba, até pouco tempo, está aqui presente como um daqueles que irão se manifestar durante esse debate. Igualmente eu quero agradecer e até pela realização desse debate ao Presidente da Comissão de Infra-Estrutura Senador Marconi Perillo. Está aqui ao meu lado o Senador Efraim Moraes que veio também participar na qualidade de 1º Secretário, Senador Paulo Paim que é membro da Comissão de Direitos Humanos e na impossibilidade... E o Senador Antônio Carlos Valadares, quero também dizer da sua presença aqui na qualidade de representante, vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo na impossibilidade da presença aqui da Presidente desta Comissão Senadora Lúcia Vânia. E quero pedir desculpas a outras autoridades que estão aqui igualmente convidadas, mas que eu não irei citá-las e darei até a oportunidade de na medida em que forem chamadas elas serão naturalmente apresentadas.

O que interessa agora é que possamos iniciar este grande debate, que possamos ter durante a sua duração, todo mundo aprendizado a respeito dessa transposição e não apenas a respeito dessa transposição de bacias, mas, sobretudo, sobre o gerenciamento das águas do Brasil.

O Brasil como todos sabem aqui, eu não quero ensinar Pai Nosso a vigário e aqui não se trata de ensinar Pai Nosso a vigário. Se trata de ensinar Pai Nosso a Bispo. Então, eu não quero de maneira nenhuma ensinar, mas lembrar que o Brasil é um país no mundo que tem uma escassez de água muito grande, 3,3% segundo os técnicos como Rômulo Macedo que é meu conterrâneo que estará aqui debatendo, nós temos apenas 3,3%. E desse número, 70% estão na Região Amazônica. Por outro lado devemos atentar durante esse debate, eu não estou fazendo isso em tom de advertência, quem sou eu, mas estou apenas lembrando que devemos estar diante do fato de que o Nordeste é uma região que dispõe também de uma disponibilidade de água muito ínfima, muito pequena e que ela está concentrada praticamente no rio São Francisco que dispõe de 70% das águas disponíveis no Nordeste.

Gerenciar essas águas, estabelecer uma distribuição mais justa sempre foi um grande desafio para o Governo Brasileiro que só agora dispõe de instrumentos adequados para fazer com que prevaleça um caráter técnico, mas não apenas técnico, justo para distribuição dessas águas. A outorga da ANA, da Agência Nacional das Águas, que é um desses instrumentos que o Brasil moderno dispõe, garante um nível mínimo de fornecimento de apenas 26 m³ de água. E, na verdade, na média garante 56 m³ de água de um potencial de 1.815 m³ de água por segundo. Rômulo quer fazer alguma retificação, vamos iniciar logo o debate. 1.850, vazão mínima na foz 1.850. Agradeço ao Ministro Ciro Gomes.

Mas eu gostaria de pedir, me perdoe os convidados, eu nessa matéria eu tenho a minha posição, uma posição que eu defendo, não é de hoje, que eu defendi várias vezes da tribuna desta Casa para dizer que nós não estamos pedindo muito e quando eu digo nós, eu digo aqueles Estados do Nordeste Setentrional assolados pelo flagelo da seca que nós não estamos pedindo muito em nome de 12 milhões de habitantes, de nordestinos que sofrem com a falta d'água, com a falta não apenas da escassez, mas desse melhor gerenciamento das águas. E eu posso dar esse depoimento, os senhores me perdoem e as senhoras, eu posso dar esse depoimento porque eu vi de perto essa situação, vi de perto como menino, como adolescente, filho de um agricultor, de um proprietário rural, vi de perto como Governador já do Estado, ao ver que era preciso dar um basta àquele sofrimento e graças a Deus pude fazer alguma coisa no meu Estado na qualidade de Governador que pode ter sido uma gota d'água num oceano das nossas necessidades, mas foi

uma gota d'água que eu tenho certeza veio amenizar esse grande drama do Nordeste do país.

Por isso ao abrir esse debate eu quero agradecendo novamente a presença de todos, a presença aqui do representante do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que teve a disposição de iniciar essas obras e a essa altura estão sendo iniciadas que é o Ministro Geddel Vieira Lima. Agradecer a presença dos preladados que aqui estão, dos estudiosos, enaltecer a iniciativa dessas Comissões, mas, sobretudo, aplaudir a presença de um paulista, Senador Eduardo Suplicy. [aplausos] preocupado com um problema que ele sabe que não é do Nordeste, mas é do Brasil. Enquanto não for resolvido esse problema o país não será um país justo.

Abro o debate e ao mesmo tempo peço ao 1º Secretário, Senador Efraim que leia o requerimento que está em suas mãos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente. Requerimento nos termos regimentais à realização da audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Serviços de Infra-Estrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo, para esclarecer aos Srs. Senadores acerca do projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil.

Requeiro ainda sejam convidados a comparecer a referida audiência o Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, o Bispo de Barra, Bahia, Dom Luiz Flávio Cappio, Dom Aldo Pagotto da arquidiocese da Paraíba e diversas outras autoridades. Requerimento que foi assinado pelos Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Senador José Nery, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta e Senador Geraldo Mesquita. É o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Efraim Moraes e concedo a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio. V.Ex^a terá 15 minutos para a exposição, mas se não se sentir confortável pelos 15 minutos V.Ex^a poderá pedir uma prorrogação de 5 minutos.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Cumprimento o Sr. Presidente desta Casa e todas as senhoras e senhores que participam desse importante momento cidadão. Estou aqui representando um coletivo, o povo do rio São Francisco, nações indígenas, comunidades quilombolas, brasileiras e brasileiros que se preocupam com a vida. Este é o meu fórum. Em nome deles é que eu vos falo. A água se tornou o tema principal de todas as agendas que se preocupam com o meio

ambiente e com o futuro da vida no planeta Terra. A escassez de água no mundo preocupa a todos. Cresce a consciência do valor da água de boa qualidade, a necessidade de preservar suas fontes, racionalizar o seu uso e promover a recuperação dos mananciais danificados.

Hoje com todo o processo de degradação da água disponível e considerando a realidade de 1,2 bilhões de seres humanos sem acesso a água potável no planeta, dado da ONU, e 45 milhões no Brasil, dado do Ministério das Cidades, exige-se uma nova concepção na gestão da água, de cuidado e aproveitamento de cada gota de água disponível.

O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco representa um modo retrógrado de gestão das águas. É uma obra na contramão da história e que não representa o desenvolvimento que desejamos para o Nordeste brasileiro.

É consenso mundial que a prioridade no uso das águas deve ser o abastecimento humano e animal e a garantia da biodiversidade. No semi-árido brasileiro temos 2,2 milhões de famílias espalhadas no meio rural, aproximadamente 10 milhões de pessoas, a chamada população difusa. Essa população não tem acesso à água com segurança biológica. O que significa segurança biológica? Dois litros de água por pessoa por dia. E nem segurança doméstica: 40 litros de água por pessoa por dia. Do ponto de vista ético, essa é a população prioritária no investimento público na questão da água. O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco não prioriza o abastecimento humano e animal como o Governo Federal divulga como sendo o objetivo do projeto, porque se esse fosse o objetivo do projeto de transposição de águas nós seríamos a seu favor.

O povo já se acostumou em ouvir. “Um caneco d’água para quem tem sede”. “Quem tem sede apóia o projeto”. Isto não é verdadeiro. É uma propaganda enganosa, antiética, aproveita a boa-fé do povo e sua necessidade para impor um projeto cuja prioridade não é o povo. Na verdade, as águas transpostas destinam-se à irrigação, criação de camarão em cativeiro, usos industriais, enfim, o uso econômico, invertendo a prioridade do acesso à água e da utilização dos recursos públicos.

A abrangência espacial da obra é insignificante no contexto do semi-árido. O Projeto de Transposição, segundo consta no RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, deverá abranger no máximo a área de 7% do semi-árido. Assim, mais de 90% do território do semi-árido com suas populações continuarão na mesma situação de abandono e de indigência que se encontram hoje. A população difusa continuará marginalizada do acesso

à água. Eu moro na cidade da Barra, na beira do rio São Francisco e se eu caminhar 500 ou 1.000 metros na direção da caatinga eu vou encontrar comunidades que não têm acesso à água.

As populações difusas por onde o rio passa: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, não são servidas de água. E as populações difusas dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, ricos em açudes, só o açude do Castanhão no Ceará é três vezes maior que a Bahia de Guanabara, não são servidos de água. Água temos em abundância. O que nos falta é uma justa, equitativa distribuição dessa água, a democratização da água.

Hoje no Nordeste não se cobra pela água bruta, os custos da água para uso agrícola dizem respeito ao bombeamento da fonte de suprimento até a área agrícola. Com a transposição vai se pagar muito caro pelo uso da água transposta. Esse fato deverá restringir bastante a inserção dos produtos hidro-agrícolas das bacias receptoras no mercado globalizado extremamente competitivo.

Nesse sentido é um projeto economicamente inviável. Para garantir o uso econômico da água o projeto supõe o mecanismo do subsídio cruzado pelo qual as populações urbanas vão garantir o pagamento do seu elevado custo. As comunidades já tão carentes e necessitadas deverão assumir os custos do uso econômico das águas. De novo é o pobre colocando a mesa para o rico. É a história que se repete. O Projeto de Transposição privilegia os grandes em detrimento dos pequenos. O Governo alega que 12 milhões de pessoas, população das bacias receptoras serão beneficiadas pela transposição. Entretanto, na prática, as pessoas dessas bacias já poderiam estar sendo atendidas pelas águas que lá existem. Atualmente 3/4 dessa população moram em cidades que são assistidas por sistemas públicos de água com cobertura superior a 90%.

Gostaria de dar um dado, por sinal muito interessante e intrigante. A região metropolitana de São Paulo possui 18,5 milhões de habitantes. E lá a disponibilidade hídrica para cada habitante da região metropolitana de São Paulo é de 201 m³ por habitante ao ano. A região metropolitana de Fortaleza, possui 3 milhões de habitantes aproximadamente, a disponibilidade hídrica por habitante na grande Fortaleza é de 242 m³ por habitante ano, cada habitante de Fortaleza possui 41 m³ de água por ano a mais que cada habitante da Grande São Paulo.

A infra-estrutura atual na região terá capacidade para distribuir a água transposta para apenas 1/4 dessa população. A rota da água no projeto de transposição passará dezenas e até centenas de quilômetros das

regiões mais necessitadas. O Projeto de Transposição viola direitos das populações tradicionais. Os estudos de impacto ambiental do projeto desconsideraram a existência dos 34 povos indígenas, 156 comunidades quilombolas e uns 100 números de populações ribeirinhas ignorando a sua interação com a Bacia do São Francisco, sua cultura e sua história de respeito pela natureza.

Diante disso a Constituição Federal de 1988 assegura aos mesmos no art. 231 o direito de serem ouvidos formalmente em caso de utilização de recursos naturais em suas terras. Ainda a constituição prevê no art. 49, inciso XVI, a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a utilização de recursos hídricos em terras indígenas. O Congresso Nacional não foi chamado a falar sobre o assunto.

O Projeto de Transposição vem sendo conduzido arbitrariamente. Um projeto dessa magnitude exige, exige... peço mais 5 minutos, Sr. Presidente .

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Serão concedidos.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPIO: Obrigado. Um projeto dessa magnitude exige a participação da sociedade civil. O diálogo do Governo Federal com a sociedade civil nunca existiu. O Governo se dirige à população da bacia ou a qualquer brasileiro que tenha críticas à transposição como: egoístas, mentirosos, desinformados, opositores políticos, não sendo respeitados qualquer posicionamento contrário. O projeto contraria a legislação de recursos hídricos pois a Lei 9.433/97 determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e os usos da água estabelecidos no plano de bacia e aprovados pelo Comitê de Bacias. O Comitê de Bacia do São Francisco decidiu no plano decenal que possíveis alocações externas de água somente poderão ocorrer em casos de abastecimento humano e dessedentação animal comprovada a escassez. Por que não os projetos alternativos de abastecimento hídrico? A Agência Nacional de Água, ANA, lançou Atlas do Nordeste, apresentando alternativas de abastecimento hídrico para populações urbanas do Nordeste e Norte de Minas Gerais. A Articulação do Semi-Árido, ASA, prevê alternativa de abastecimento hídrico para as comunidades rurais. Enquanto o projeto de transposição do Governo prevê o abastecimento de apenas 12 milhões de pessoas, pela metade dos valores de Projeto de Transposição o projeto alternativo de abastecimento hídrico atenderá 44 milhões de seres humanos. Enquanto o Projeto de Transposição atende apenas 397 Municípios, pela metade dos valores os projetos alternativos atenderão 1.356 Municípios. Enquanto o Projeto de Transposição atende apenas quatro Estados da Federação, os projetos alternativos

atenderão 10 Estados da Federação. O Governo insiste em dizer que as alternativas são ações complementares ao grande Projeto de Transposição. E eu perguntaria: Por que não inverter a afirmação? Primeiro vamos realizar os projetos alternativos que são economicamente mais abrangentes, ecologicamente sustentáveis, socialmente justos e eticamente corretos? Por respeitarem a sagrada vocação da água de ser um bem essencial à vida e atender um direito humano fundamental, isto é, a dessedentação humana e animal.

Agradeço aos Srs. e Sras. Senadores na pessoa do Senador Eduardo Suplicy a possibilidade de realizarmos aquilo que como sociedade civil brasileira tanto desejamos: Dialogar sobre os destinos de nossa nação e os grandes projetos que dizem respeito à vida de nosso povo. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro da Integração Nacional, Ministro Deputado Geddel Vieira Lima.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Sr. Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, Garibaldi Alves, senhores integrantes da Mesa, Senadores, Senador Eduardo Suplicy, autor desse requerimento. Demais Senadores da República, técnicos do Ministério da Integração Nacional, religiosos presentes, Senadores, Deputados, Dom Luiz Cappio.

Eu inicio essa intervenção afirmando o óbvio. Por mais óbvio que as coisas às vezes pareçam, é importante reafirmar para se evitar interpretações equivocadas, ilações maldosas. E o óbvio é dizer nesse instante que a minha diferença com o Bispo da Barra, Dom Luiz Cappio, está absolutamente restrita ao campo das idéias e, sobretudo, ao campo de debate do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, interligação de bacias hidrográficas no Nordeste Setentrional. Tenho sob a ótica pessoal apressado e respeito pela figura de Dom Cappio.

Isso posto, eu queria pedir licença àqueles que já conhecem profundamente o projeto como o Ministro Ciro Gomes, para discorrer brevemente aqui sobre o que estamos discutindo, inicialmente sob o ponto de vista técnico, para em seguida abordarmos ainda que ligeiramente em função da exiguidade do tempo, algumas colocações que vêm sendo feitas ao longo desse debate e que aqui ainda que muito ligeiramente foram repetidas pelo Bispo da Barra. Do que nós estamos tratando? Do projeto de mudança do leito de um rio? Evidentemente que não. Aqui está se discutindo um projeto que visa levar água através de dois canais ao Nordeste Setentrional. E com que conceito? O conceito de oferecer aquela região segurança hídrica, garantia

hídrica. Ouvimos muito falar sobre os reservatórios existentes no Nordeste. Esquecem-se alguns de dizer que está comprovado cientificamente que naquela região, como dizem os sertanejos, chove mais para cima do que para baixo, em função de índice de evaporação de 75% sobre as águas acumuladas. Perde-se água por infiltração, perde-se água por vertimento. E por quê? Exatamente em função da falta de previsibilidade do tempo daquela região vive-se o permanente dilema: Deixa-se os reservatórios cheios aumentando a lâmina d'água, festa para o sol, festa para a evaporação. Imprevisível tempo vem uma enchente, o reservatório está cheio, perde-se a água por vertimento, gasta-se a água para se evitar a evaporação, vem à seca inclemente, o resultado todos conhecem. Esse é, portanto, o conceito do projeto, oferecer segurança hídrica, permitir uma torneira no Nordeste Setentrional que permita exatamente a melhor gestão das águas para que não aconteça como hoje em que das águas acumuladas naquela região do país aproveita-se apenas 22%. O açude a título de exemplo, e certamente o Ministro Ciro Gomes, conhecedor daquela realidade do Ceará melhor do que ninguém, o açude de Orós acumula ele algo em torno de 17 milhões de m³ de água. No entanto, apenas 17,5 bilhões de m³ de água, a disponibilidade apenas 3,3 bilhões de m³ de água.

Esse é o conceito do projeto, segurança hídrica. Dizem que tirar 26 m³ de água do rio vai provocar a sua morte. Meu Deus, é importante que a sociedade brasileira saiba que antes da barragem de Sobradinho, portanto, antes da barragem que regulariza a vazão do rio e que o divide praticamente em dois após a barragem de Sobradinho nós temos um rio artificial, o Projeto Jaíba, por exemplo, no Estado de Minas Gerais tem outorga para retirar do rio São Francisco para irrigação 80 m³ de água por segundo. Na Bahia, meu Estado, nós demos agora a ordem de serviço e fui muito louvado por isso, para reiniciar dois projetos de irrigação, o Baixio de Irecê nos Municípios de Itaguaçu e de Chique-Chique e ali em Juazeiro o projeto Salitre, juntos, tem outorga para retirar do rio São Francisco 90 m³ de água por segundo, três vezes mais do que o projeto de interligação de bacias.

Isso colocado, isso proposto, eu me permitiria abordar algumas das críticas que vêm sendo postas em relação a esse projeto ao longo do tempo. E eu acho até que eu vou me permitir começar para que a sociedade entenda por aquela que tenta me desqualificar como debatedor, quando dizem que em determinado momento me posicionei contra esse projeto. O Senador César Borges aqui vejo, usa muito esse argumento. Aí eu me pergunto. Se nós não pudermos eventualmente mudar de posição ao conhecer argumentos, ao conhe-

cer pessoas que entendam mais do assunto do que nós, ao nos depararmos com idéias que nos convençam, o que nós estamos fazendo aqui? De que vale esse debate? De que vale o diálogo tão propugnado pelo Bispo Dom Cappio se todos temos posições imutáveis, se todos somos portadores de dogmas absolutamente imodificáveis estamos aqui perdendo tempo. Se vim aqui é porque tenho a convicção que de alma aberta defendendo idéias, debatendo francamente, ouvindo argumentos, contra argumentando, fazendo o meu proselitismo, posso conquistar prosélitos ou posso quem sabe ser conquistado por outros argumentos.

Dizem também, e é importante lancetar alguns tumores, porque tenho ouvido argumentos respeitáveis e outros que eu caracterizaria de panfletários, por exemplo: A obra de transposição de águas do São Francisco ela vai beneficiar as empreiteiras. Mas que constatação óbvia, evidentemente que ela vai beneficiar as empreiteiras, quem constrói obras é empreiteira. Quando o Governo lança um projeto para compra de remédio, beneficia laboratório. Quando lança uma proposta para divulgar suas ações beneficia as agências de publicidade, os meios de comunicação, quando lança uma iniciativa de compra de alimentos para o Bolsa-Família, por exemplo, ou para projetos sociais, evidente que beneficia os que produzem alimentos. O que interessa é saber se estão sendo beneficiados de forma correta, séria, cumprindo seu papel ou não. Se não que se faça denúncia específica para que se apure e se puna.

Dizem às vezes e aqui é importante também lancetar este tumor que esse projeto ao contrário do que verdadeiramente é não é um projeto para beneficiar prioritariamente o abastecimento humano e o abastecimento animal. E que no seu excedente ele vai utilizar a água para projetos de irrigação, para beneficiar a indústria, para beneficiar o agronegócio. É importante e eu vejo o Bispo Dom Cappio respeitosamente cobrar sempre essa declaração. Dizer que evidentemente que esse é um projeto integrado de desenvolvimento porque na concepção do Governo ninguém vive sem beber água. Mas ninguém vive só bebendo água. Nós precisamos evidentemente criar as condições e aí já faço link com outro argumento que se coloca em relação à questão ambiental de enfrentar o grande desafio da nossa geração que é compatibilizar o desenvolvimento que nossos filhos cobram em forma de emprego com a necessária preservação ambiental que nos será cobrada pelos nossos netos. E é para isso que existe com absoluta independência atuando nesse país órgãos ambientais como o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que sabedor dessa necessidade e dessa exigência que terá que ser enfrentada pela nossa ge-

ração, ao licenciar esse projeto elaborou a exigência de 36 PBAs chamados Projetos Básicos Ambientais, exatamente para mitigar, para diminuir, para reduzir, para tornar quase nulo, eventuais efeitos que o projeto pudesse trazer à natureza. São projetos que vão desde estudos arqueológicos, tratam de forma muito cuidadosa das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e tantas outras, inclusive já em andamento, em andamento ações do Ministério e do Governo como um todo nessas comunidades, com construção de casas de alvenaria, instalação de postos de saúde e tantos outros dentro do projeto global de interligação da bacia do São Francisco.

Ouçõ também aqui e acolá a insistente afirmação de que o Atlas da ANA é a alternativa proposta ao projeto de interligação da bacia do São Francisco, como se não fosse o Atlas da ANA apontador de soluções complementares e elas se complementam efetivamente uma a outra. E que quem diz isso e faço questão de ler para que não persistam em dizer, com argumentos, não com inverdades até porque não quero imaginar que alguém possa insistir nessa deseducação, mas com meias verdades que é tão grave como faltar com a verdade inteira. O que diz o Atlas da ANA que foi elaborado por essa entidade do Governo, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, é importante que a sociedade saiba disso. Logo na sua introdução diz o seguinte: “O equacionamento dos déficits hídricos do Nordeste de forma geral e da região semi-árida em particular, envolve necessariamente um amplo leque de ações e propostas. Este leque inclui desde abordagens de caráter regional direcionadas para o atendimento de todas as demandas setoriais como o PIRSF, Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, até soluções locais para a população rural dispersa, tais como (construção de cisternas, sistema simplificado de abastecimento, barragens subterrâneas), passando por alternativas para o abastecimento das sedes urbanas, exatamente o foco deste ato”. Portanto, não sou eu que diz que essas são medidas complementares, é o Atlas da ANA tão citado logo na sua introdução.

E aí dizem, que é outro ponto que deve ser tratado, que não houve diálogo, não houve debate a respeito dessa proposta. O Ministro Ciro Gomes quando Ministro, depois o Ministro Pedro Brito participaram de várias audiências públicas quando permitiram que ela existisse, porque coincidentemente, quem diz isso não sou eu, é o Ministro Sepúlveda Pertence na sua decisão sobre essa questão no Supremo Tribunal Federal, sempre que se entrava com uma ação questionando algum aspecto de validade nesse projeto, se tentou fazer uma audiência pública naquele Estado e aqueles

que discordavam criavam as condições para que essa audiência pública não existisse.

Portanto, houve, sim, debates. Agora é importante aqui também lancetarmos um outro tumor. Qualquer debate, qualquer diálogo na democracia para ele ser produtivo é preciso que ele chegue a um fim. Porque senão nós usaremos sempre o argumento necessário do diálogo, do debate para postergar decisões. Quem não concorda com determinada medida governamental apela para o diálogo, apela para o debate e não se chega ao fim. É importante que o diálogo e o debate chegue ao fim.

Ao tomar posse no Ministério da Integração Nacional, numa demonstração clara de que por ter nascido politicamente no Parlamento e aqui ter aprendido a importância do contraditório, do confronto das idéias como única forma de se construir maiorias, tomei iniciativa de um gesto de absoluta humildade e sabedoria porque convicto que muito teria a aprender, fazer uma ligação ao Bispo da Barra Dom Luiz Cappio, convidando-o para uma conversa, colocando-me a disposição para conversar. O Bispo da Barra, evidentemente, que aqui se colocou como representante dos brasileiros e brasileiras que defende o acesso à água ficou de me dar um retorno. Certamente uma agenda muito facetada lá na Barra não permitiu que o Bispo da Barra aceitasse esse convite humilde para o entendimento, para o diálogo. E essa é a verdade inteira dos fatos.

Quando se fala que o rio precisa ser revitalizado. Aí está uma das razões que justifica a mudança de quem tinha resistências a essa idéia a passar apoiá-la intransigentemente. Não vou nem dizer que o projeto inicial falou em retirar cerca de 15% da água do rio, depois caiu para 7,5, até chegar a 1,4 que hoje representa 26 m³ de água por segundo, dos 1.300 metros que é a vazão estuarina do rio dos 1.850 m³ que é a vazão firme na foz do rio. O projeto de revitalização do rio por si só ele é razão para que as pessoas compreendam que esse é um projeto integrado. Nós já estamos, tínhamos previsto para esse ano de 2007 alguma coisa em torno de 289 milhões de investimento em obra de saneamento básico. Já empenhamos 389. Estamos fazendo, e aí quando digo estamos fazendo eu convido os senhores para me acompanharem em visita para ver que as obras já estão em andamento. Obras em 179 Municípios, o Governo como um todo de esgotamento sanitário evitando que se jogue in natura esgoto no rio, aliás iniciativas que deveria ter sido tomado no passado por muitos que governaram Estados importantes, muitos que governaram o país que não tiveram iniciativa de estabelecer esse importantíssimo programa. Estamos cuidando de replantar matas ciliares, e lá na diocese do Bispo Dom Cappio

que tive o privilégio de visitar, e até gostaria de tê-lo visitado pessoalmente, mas o Dom Cappio... e hoje graças a Deus, Dom Cappio eu percebi ali naquele diálogo nosso, que o senhor não tem nada de pessoal contra mim porque quando o senhor se ausentou na minha chegada, eu imaginei que fosse até porque não gostasse pessoalmente de mim. Mas eu queria apenas deixar claro que lá mesmo na diocese da Barra, nós estamos implantando, implantamos um projeto piloto que já está indo agora para outras áreas do rio que identifica pontos críticos, que usando biotecnologia está recuperando as margens, e que já será testado inclusive na enchente do rio São Francisco, se aproxima agora. Já me aproxima a minha conclusão.

Outros aspectos estão sendo tratados na questão da revitalização, e os convido também a visitar. O projeto de recuperação de micro bacias, por exemplo, no Rio das Ondas, foi indicado para o Programa de Metas do Milênio da ONU e tantos outros que estão sendo efetivamente realizados, as dragas para iniciarmos a Hidrovia do São Francisco, dragar o seu leito, permitir a navegabilidade já estão lá, em Botirama, recomencemos a obra agora assim que tivermos uma boa janela hidrológica. Estamos com viveiros, replantando matas ciliares, recompondo margens. Obras e iniciativa concretas e reais em relação à revitalização do rio São Francisco que terá que ser feita antes, durante e depois da revitalização para combater, inclusive, esse extinto predador do homem, Senador Pedro Simon, que na viagem que fiz da nascente a foz me permitiu ver garrafas pet boiando pelo rio São Francisco, me permitiu ver fazendeiros trazendo suas pastagens até as margens do rio, permitindo o solapamento das margens em assoreamento, me permitiu ver bombas clandestinas sugando água do rio talvez num volume maior do que aquele que queremos levar ao Nordeste Setentrional.

[soa a campanha]

Portanto, em linhas aligeiradas, volto a dizer, em função até da campanha tocando do Senador Garibaldi Alves, essa é uma das colocações que eu gostaria de fazer nessa primeira intervenção, para reafirmar a convicção que tem o Governo de que esse projeto é sim importante para o Nordeste Setentrional, esse projeto é sim importante para o Brasil, esse projeto é sim componente de uma política global de combate às desigualdades regionais que se avolumam na medida que elas já vão se transformando, inclusive, em desigualdades intrarregionais. Esse projeto é sim importante do ponto de vista de fornecimento de condições para que se possa continuar construindo, como fez o Senador Garibaldi Alves quando Governador do Rio Grande do Norte uma larga rede de adutoras para distribuição

dessa água. O que não significa que não estejamos implementando também isso que nós chamamos de ações complementares... [interrupção de áudio][soa a campanha] Estamos sim fazendo cisternas, evidentemente que não na quantidade que seria necessário, por exemplo, para armazenar as águas referentes aos 26 m3 por segundo. Só para os senhores terem uma idéia nós precisaríamos de 57 milhões de cisternas de 15 mil litros para armazenar os 26 m3 por segundo. Nós estamos fazendo, perfurando ainda poços artesianos onde é possível, aquela região do cristalino já tem cerca de 25 mil postos artesianos perfurados, não é fácil se encontrar onde perfurar mais poço artesiano.

E temos a convicção, portanto, de que esse é um projeto redentor para o Nordeste. Vamos enfrentar as críticas como outros no passado enfrentaram quando tiveram a responsabilidade de tocar, de tocar... obras com esse grau de polêmica. E me portarei sempre, Dom Cappio, Senadores, Senadoras, também tenho essa convicção, como um representante legítimo de nordestinos, de brasileiros e brasileiras, buscam solução para essa questão do flagelo da seca que nos infelicitava há muito tempo. E como homem público que procura fazer jus ao nome de homem público eu procurarei estar sempre, naquele lugar não mais confortável, mas onde a responsabilidade me coloca e eu tenho convicção que a responsabilidade me coloca como alguém a tocar esse projeto que é muito importante para o Brasil. Muito obrigado aos senhores.

[aplausos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, eu queria me manifestar no momento oportuno, entretanto, como fui citado pelo Ministro Geddel Vieira Lima dizendo que eu contesto a sua mudança de posição e realmente eu o faço. Eu o faço porque o Ministro Geddel Vieira Lima se colocou sempre contra o projeto. Eu o tenho como uma pessoa séria, não como uma pessoa leviana. E se ele era contra é porque ele tinha razões, ele tinha estudado o projeto. Ele conhecia a questão. E ele mudou de posição. Apenas eu destaco que ele mudou pelo Diário Oficial, no momento que ele foi nomeado Ministro ele mudou a sua posição.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa questão não existe, Sr. Presidente. Nós não estamos aqui para fazer questão pessoal.

[soa a campanha]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É o único parlamentar que se dirigiu foi a mim, tinha uma posição muito coerente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é por aí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Nós admitimos, Sr. Presidente, entretanto é necessário que fique colocado dessa forma. [soa a campanha] Eu queria dizer pessoalmente que entendo a sua posição atual. Agora como baiano [pronunciamento fora do microfone] [soa a campanha] [aplausos]

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Senador Garibaldi, evidentemente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não responda, Ministro. Não é para ser feito aqui...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Se for permitido eu responder, eu gostaria.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem a palavra o Sr. Ministro...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: V.Ex^a pode ter a palavra quantas vezes quiser, não há nenhuma dificuldade. Eu quero dizer que fiz referência a V.Ex^a, da forma mais respeitosa possível. Expliquei, inclusive, as razões da minha mudança. Eu conhecia o projeto, citei aqui que era um projeto que tentava se tirar 300 m³ de água por segundo, e que foi evoluindo até ficar um projeto merecedor de apoio. Quanto à mudança, Senador César Borges, V.Ex^a sabe que essa é uma questão que é passível desde que seja convenciado. Eu não posso acreditar que seja por Diário Oficial que V.Ex^a mudou de partido ou que vai, por exemplo, apoiar a base do Governo Lula quando fez oposição. [palmas] Portanto, vamos discutir o rio São Francisco e deixar as querelas da Bahia para Bahia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem...

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é permitido...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente. [pronunciamento fora do microfone]

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges, a palavra não está facultada a V.Ex^a. A palavra não está facultada. Com a palavra...

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Prof. João Abner Guimarães, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E passo a Presidência dos trabalhos neste momento para o Senador Marconi Perillo. Não pelo que aconteceu, mas porque efetivamente preciso deixar essa Presidência sem antes fazer um apelo aos Senadores para que mantenham o debate num nível desejado. Um debate tão esperado, um debate tão necessário não pode ficar a mercê de intervenções dessa natureza que são, não são argumentos, são agressões pessoais que nós não podemos permitir num debate como esse.

Então, passo a palavra... a Presidência, desculpem... ao Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assumindo a Presidência, antes de passar a palavra ao orador que se encontra na tribuna, gostaria de ler aqui o que estabelece o art. 184. "É permitido a qualquer pessoa assistir as Sessões Públicas do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar". É o que estabelece o regimento do Senado Federal. Eu pediria a todos a compreensão nesse sentido. Como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura desta Casa tenho o prazer de participar como coadjuvante desta Sessão histórica atendendo uma solicitação do Senador Eduardo Suplicy em companhia de outros Presidentes de Comissões importantes dessa Casa, preocupados que estamos com esse debate tão importante para a sociedade brasileira.

Com essas palavras quero agradecer também a presença de todos e assegurar a palavra ao orador que se encontra na tribuna pelo período de 10 minutos.

SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES: Eu gostaria de agradecer o convite que foi feito a minha pessoa para estar nesse momento histórico, nessa Casa, para mim é uma grande honra estar aqui no Senado Federal no momento que um dos talvez, mais ilustres norte-riograndense assume a Presidência dessa Casa. E não só por isso, porque o Governador Garibaldi Alves Filho é conhecido no meu Estado como Governador das águas. Nós temos a presença aqui também de Rômulo Macedo que foi um grande idealizador do Programa de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte e Garibaldi é um político bastante aberto, é tanto ele já me recebeu na casa dele para eu falar para ele sobre as minhas posições em relação à transposição do São Francisco, então para mim não é nenhum constrangimento vir aqui falar em relação a esse tema sobre a Presidência do Senador Garibaldi Alves.

Então, eu acho que esse debate que eu falei que era um debate histórico porque realmente vai ser um debate histórico. Talvez seja o primeiro debate que esteja acontecendo no Brasil sobre a transposição do São Francisco onde a gente possa revelar qual o verdadeiro projeto da transposição do São Francisco. Porque eu tenho certeza que o povo brasileiro não conhece o verdadeiro projeto da transposição do São Francisco.

Há pouco tempo atrás nós tivemos um julgamento de uma ação sobre esse tema, sobre essa questão no Supremo Tribunal e nós escutamos o Ministro do Supremo dizer que o conhecimento que ele tem desse projeto é através da imprensa. Então, isso depois de mais de um ano dos autos postos no Supremo Tribunal e de um grande debate que está sendo feito nos bastidores em relação a essa questão da transposição do São Francisco.

Eu pergunto. Por que essa dificuldade em a gente travar esse debate? Por que na verdade existem dois projetos. São dois projetos. Existe um projeto que é o projeto que o Governo divulga através da mídia que eu digo que é um projeto imaginário, é um projeto que afirma que vai tirar a gota d'água do São Francisco, não é isso? Menos de 2%, 1,5% da água do São Francisco para abastecer 12 milhões de pessoas a um custo de oportunidade zero porque o equivalente seria duas secas. Custo de dispêndio duas secas e além do mais vai otimizar bastante o uso da água dos açudes da região. Só que o projeto que nós enxergamos é outro. Primeiro: Vai ser um dos maiores sistemas de bombeamento do mundo que vai ser instalado na beira do São Francisco. A capacidade de bombeamento desse sistema é de o eixo Norte de 99 m³ por segundo, isso representa o dobro do sistema Cantareira que abastece São Paulo que é de 50 m³ por segundo.

Outro aspecto importante é o seguinte: É um projeto que ele não... ele só simplesmente ele vai servir para transferir estoques de água do São Francisco para os maiores reservatórios de ponta, exatamente, da região onde o problema de escassez, de gerenciamento é muito menor.

E outra coisa. Não existe infra-estrutura. Nesse projeto não está previsto recurso para infra-estrutura para alocação dessa água. Menos de 1/4 a capacidade do sistema de adução que tem nas bacias receptoras atende uma população de 3 milhões e 200 mil habitantes. Então, como é um projeto de 12 milhões de pessoas se não tem infra-estrutura para levar água para esses 12 milhões de pessoas?

E outro aspecto que eu acho o aspecto mais relevante, é que esse projeto onde jamais poderia ser considerado prioritário porque a questão da seca que

está sempre atrelado pela propaganda oficial como sendo o principal mote que justifica esse projeto não tem nada haver com a transposição do São Francisco. O projeto vai chover no molhado, a água vai escoar em leitos de rios perenizados, exatamente os maiores rios para as maiores barragens, quer dizer, o povo, a população realmente que precisa dessa água vai estar a quilômetros, talvez, centenas de quilômetros da rota da água da transposição. Agora, além disso é um projeto que vai aumentar o risco de colapso bastante do rio São Francisco. É claro que o rio está mostrando isso. O São Francisco esse ano, sobradinho que é o grande pulmão do São Francisco, encheu, em abriu, praticamente verteu em abril. Nove meses depois, Sobradinho chegou a 10%, quase 10% de armazenamento. Isso sem a transposição do São Francisco, sem o projeto Jaíba, sem o projeto Salitre. Então, pergunta-se, o São Francisco não tem água. Principalmente quando você leva em consideração que a água que vai ser bombeada por esse sistema ela vai ter que ser bombeada com energia gerada pelo próprio sistema que vai representar tirar mais duas vezes a vazão que vai ser bombeada para gerar energia pelo próprio sistema. Quer dizer, não tem água para a transposição do São Francisco, essa é a primeira constatação.

Agora, a outra questão importante é que esse projeto eu acho o interesse desse debate aqui nessa Casa, esse projeto está inaugurando a guerra pela água no Brasil e esse conflito é um conflito muito claro. O povo da bacia tem todo o direito de reclamar sobre essa obra. Vamos lá. O São Francisco ao longo dos últimos 50 anos ele foi, se tornou um rio super explorado. 95% da energia que é consumida pelo Nordeste vem do São Francisco. Isso compromete 80% da água do São Francisco. Então, resta para a população do São Francisco 20% apenas. Isso representa se você fizer uma dotação per capita equivalente, por exemplo, a dotação que o Estado do Ceará apresenta em relação também aos seus moradores. Então, em termos de estar se tirando água de uma população que tem uma disponibilidade per capita equivalente à população em termos efetivos para uso fora do setor elétrico que é o Sistema Nacional.

A outra questão importante que eu acho bastante importante colocar que, por exemplo, a questão dos dois pesos, duas medidas. Nós temos hoje um quadro, o seguinte quadro. O São Francisco está seco, Sobradinho está com 12% de armazenamento, se a gente entrar na página da ANA e observar o nível, o volume armazenado nos reservatórios que vão receber as águas, por exemplo, o Castanhão se levar em consideração o volume útil do Castanhão, se tirar a parte que e de contensão de enchentes, Castanhão está com

70% de armazenamento que vai receber as águas do São Francisco. O açude Coremas/Mãe d'água que é que vai ter uma influência indireta do projeto está com 76,41% de armazenamento. O engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves está com 70% de armazenamento. O mais incrível é o seguinte. No final do ano de 2002, 2003, que foi o período mais crítico da região, talvez o mais crítico dos 100 anos que todos os reservatórios do Nordeste estavam secos, os dois grandes reservatórios, por exemplo, da Paraíba e do Rio Grande do Norte estavam com quase 50% de armazenamento. Então, esse mito da escassez é um mito... É um mito. Quer dizer, existe escassez no Nordeste, a seca é terrível. Por quê? Porque o Nordeste é uma região muito grande, tem uma situação muito diversificada, então, mas existem regiões que têm água. Então, a pouca região que tem água no Nordeste é a que vai receber as águas da transposição do São Francisco. Agora, por que é que nós estamos hoje aqui? Ou para que a gente estivesse aqui muita coisa aconteceu. Um dos principais fatores que trouxe a gente a esse debate aqui foi a omissão do Estado Brasileiro principalmente em relação à questão ambiental. Os estudos ambientais que foram desenvolvidos desse projeto foram totalmente tendenciosos. Para vocês terem uma idéia, a área de influência, por exemplo, a bacia do São Francisco foi considerada como área de influência indireta desse projeto. Essa questão dos impactos sobre o setor... [soa a campainha]. 10 minutos já? Então, eu queria só reforçar uma questão que eu acho importante, vou concluir, Senador, é que esse projeto, na verdade, ele precisa ser muito debatido ainda. Nós temos muitas informações para colocar para o povo brasileiro que em 10 minutos não dá para a gente colocar. Mas eu vou colocar aqui, vou concluir minha fala o seguinte: É um projeto extremamente ultrapassado. Na prática o que ele vai fazer é o seguinte, é transferir água do São Francisco, portar água do São Francisco via litoral porque não tem sentido se a região que vai receber as águas os consumos prioritários urbanos, industriais, todos os consumos, inclusive os consumos rurais com exceção do uso econômico da água comprometem menos de 20% da disponibilidade efetiva em períodos críticos da região. Então, não tem sentido você... [interrupção de áudio]. Um minuto só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Gostaria de informar ao expositor que se encontra na tribuna que nós ainda teremos a exposição de mais 13 oradores afora os Senadores que estão inscritos para o debate. De modo que eu concederei apenas mais um minuto para V.Sª para encerrar a sua exposição.

SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES: Quem serão os mais prejudicados pelo projeto? Esse projeto para ele se sustentar economicamente, porque o custo dessa água vai chegar cinco vezes mais cara na ponta do que o São Francisco, ele só se sustenta com um forte subsídio cruzado, e esse subsídio cruzado vai vir do setor urbano, que essa prática está sendo feita no Ceará. O Estado do Ceará hoje entrega água na Chapada do Apodi às empresas que exportam fruticultura, frutos, melão ao exterior, entrega água de graça ao povo da capital do Ceará, está pagando pela água da irrigação e a transposição vai ser exatamente um mote que vai induzir para que toda a população, principalmente das grandes cidades que vão ser expropriadas, para essas populações seja exposta essas populações, o subsídio para o camarão e o melão, esse é na verdade o verdadeiro interesse que está por trás da transposição do São Francisco.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece ao Prof. João Abner da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela exposição e pelos argumentos que traz ao debate aqui nessa Casa. Tenho o prazer de conceder a palavra ao Exmº senhor Deputado Federal, ex-Ministro da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes pelo prazo de 10 minutos.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, senhoras e senhores membros da Mesa a quem saúdo nas pessoas do Sr. Ministro da Integração Nacional e do reverendíssimo Arcebispo de João Pessoa, João Aldo Di Cillo Pagotto e Dom Luiz Cappio Bispo da Barra. Senhoras e senhores eu tentarei obediente aos termos regimentais falar de uma coisa muito gravemente complexa em aspectos técnicos, aspectos hidrológicos, aspectos antropológicos, aspectos culturais, aspectos morais, aspectos políticos, aspectos ideológicos e lamentavelmente até mais recentemente até traços de aspectos religiosos, evidentemente nos quais eu não me aventurarei se acostaram a esse projeto.

Em primeiro lugar é preciso que tenhamos tranquilidade de alma para saber que todas as iniciativas de integração de bacia ou de transposição de bacias como se queira chamar no Brasil e no mundo sempre despertaram polêmicas acesas havendo em momentos que a mais desastrosa das experiências de transposição que eu procurei conhecer do rio Colorado nos Estados Unidos, em que tanques foram deslocados para as ruas e acabaram provocando uma mediação gravíssima, quase provocando outra secessão na América do Norte sem falar da usurpação das águas que transpõem as fronteiras americanas deveriam

chegar a foz no Estado do México, mas essa é uma história que não tem haver com erro técnico, mas com usurpação de territórios também como a Europa fez com o Texas e outros tais.

No Brasil nós conhecemos experimentos que não despertaram tanta polêmica, embora houvesse também despertado alguma. A cidade de São Paulo é abastecida por uma transposição de bacias, a do rio Piracicaba, que extrai do rio Piracicaba mais de 70% da sua vazão natural destinado a foz e a cidade do Rio de Janeiro é abastecida por uma transposição de bacias, está do rio Paraíba do Sul, que transpõe também uma vazão superior a 70% da vazão natural do rio destinada a sua foz, pelo sistema Guandu e outro pelo sistema Cantareira. No Nordeste brasileiro esse projeto vem sendo mencionado por um empirismo, que inclusive atrapalha muito, até hoje nesse debate, atrapalha demais a percepção correta, equilibrada de um conflito. É natural numa sociedade democrática, numa sociedade tão profunda e agudamente desigual, disnada(F) de tanta safadeza, de tanta inconfiabilidade das instituições de seus operadores, autoridades políticas, que esses argumentos possam ser feitos, mas há um tempo em que precisamos nos reconhecer pelo menos de boa-fé que não é possível opor superioridade moral, Dom Cappio. Me dirijo especialmente a V.Ex^a. Não é possível que V.Ex^a se considere intérprete superior do valor moral e ponha, por exemplo, um modesto militante de 30 anos na vida pública brasileira a partir de uma base no Nordeste, como alguém que esteja movimentada numa posição antagônica de Vossa Reverendíssima por interesses subalternos, eu não estou movido por interesses subalternos, eu estou, equivocadamente ou não, e é o debate que esclarecerá, movido pelo mais superior interesse público. Eu não falo por Deus, falo pelo mundanismo dos pecadores, como eu sou um deles.

V.Ex^a me leva a esta indignação, V.Ex^a Reverendíssima, e é por aqui que eu entrarei na parte mais técnica, V.Ex^a Reverendíssima é induzido a um gravíssimo erro que para nós nordestinos, do Nordeste Setentrional... olhe para mim, Dom Cappio, obrigado, chega as raias da indignação, afirmou nesta tribuna e eu sei que não há má-fé, que Fortaleza, o habitante de Fortaleza tem mais água do que o habitante de São Paulo. V.Ex^a reverendíssima, [ininteligível] obrigado, mas eu governei o Estado do Ceará e por seqüência de 3 anos de seca a cidade de Fortaleza, a quarta maior cidade em população no Brasil remanesceu nas minhas mãos sem água. E não é força de argumentos, sem água. 3 anos de racionamento e o terceiro ano acabou a água para 3 milhões de habitantes da região Metropolitana de Fortaleza. Qual é o equívoco

da observação empírica? É que São Paulo tem fonte perene de água, o rio Piracicaba é um rio permanente e as capitais do Nordeste Setentrional todas elas e as cidades inteiras tem fontes perenes ou não perenes, dependentes do ciclo caprichoso da chuva. Isto é uma obviedade. Pode ser manejada com a inteligência humana, é o que tenta o projeto do São Francisco.

Eu vou afirmar para provocar intelectualmente, naturalmente, que este projeto menos por mérito do Governo do Presidente Lula, menos para evidentemente por qualquer mérito que eu possa ter tido na concepção derradeira deste projeto atingir um escopo, graças a qualidade da crítica de boa-fé, graças às contribuições de boa-fé, críticas que o projeto recebeu, uma concepção, um escopo onde é possível afirmar para provocar intelectualmente que o projeto ao beneficiar 12 milhões de pessoas, não a população difusa, deixe-se aqui muito claro, o projeto São Francisco não tem nenhuma resposta para as populações que vivem dispersas pelo semi-árido do Nordeste. Não adianta manipular este argumento, o projeto destina-se ao abastecimento humano e dessedentação animal, prioritariamente, mas não inclusivamente, conforme os termos da outorga da Agência Nacional de Águas que vale como documento a ser acionado pelo Ministério Público. Fora verdadeiro de que o projeto é uma falsa anúncio de dessedentação animal e abastecimento humano, atender um interesse subalterno, clandestino, não confessado e safado de atender um grande negócio as empreiteiras e coisas e tal e esta intolerância suspeição moral não podemos aceitar, este monopólio da boa-fé não pertence aos críticos do projeto e eu os respeito a todos, os debatedores aqui, a todos já estive. O lamentável desse debate, Sr. Presidente é que nós entramos todos com opinião e sairemos todos rigorosamente com a mesma, na média dos interlocutores que aqui estão, com quem eu já debati muitas vezes, vale para terceiros de boa-fé, para procurar conhecer equilibradamente onde está a razão, se alguma há possível de ser apurada nessa contradição.

O projeto ao beneficiar 12 milhões não prejudica um único brasileiro, qualquer que seja o ângulo em que este brasileiro respeitável ponha-se a observá-lo, seja um observador preocupado com as questões ambientais, seja um preocupado com a concentração de renda no país, razão de ser da minha vocação na vida pública, seja aquele outro preocupado com a moralidade, seja ele preocupado com as concepções estratégicas de como se deve relacionar o Estado com os interesses da sociedade. Inclusive, nos seus rituais. Inclusive e especialmente nos seus rituais. Ponto número um: O Nordeste Setentrional brasileiro dispõe em média de 500 m3 por habitante/ano seguros. Há um grosseiro

equivoco empírico que confunde, nós acabamos de ouvi-lo aqui, caixa-d'água com água. [soa a campanha]. Sr. Presidente, se eu tiver que concluir eu concluo agora mesmo eu não quero de fato extrapolar. Eu posso parar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem dois minutos com mais um de tolerância.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): O projeto, alguns críticos acham que o fato de existir um açude como o Castanhão com capacidade de reservar 5 bilhões de m³, eu inicie e conclui esta obra, ele garante que Fortaleza não terá mais aquilo pelo qual eu passei, mas a fonte de água deste açude é a chuva, portanto, a capacidade segura que é a única que interessa para o abastecimento humano reduz-se a 20% por números que são tecnicamente incontestáveis. A mistura já mencionada aqui de vertimento por insegurança hídrica se mantém os açudes muito cheios, evaporação, acaba deixando com os açudes que a capacidade útil deles só é segura 25%. Portanto, quando você tira essa média [soa a campanha] pelos números da ONU a vida só é viável com 1.500 m³ por habitante/ano, o Nordeste Setentrional tem 1/3 do mínimo necessário. O rio São Francisco tem 3.850 m³ por segundo de vazão média. Pelo princípio da precaução, fundamento Constitucional do Direito Ambiental brasileiro mais moderno do mundo, não se deve trabalhar pela média embora esse projeto possa trabalhar pela média porque ele é modulável. São 12, 15, 20 bombas, que podem ser ligadas todas 12, todas 15, ou só 10 ou só 5, ou só 4, ou só 3 ou nenhuma. O rio tem, entretanto, uma vazão mínima na foz de 1.850 m³ por segundo. Para garantia do abastecimento humano e dessedentação animal, como está escrito na outorga, qualquer do povo e o Ministério Público podem fazer isso forte a qualquer momento... [interrupção de áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais um minuto para V.Ex^a.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei, vai se pedir ao rio seguros apenas 1,7% desta vazão mínima. De onde vem esses números? Vem de uma dinâmica. E aqui que eu encerro. E que ninguém pode replicar em nenhuma iniciativa pública no Brasil a qualidade, a profundidade e a repetição de debates quanto a esta obra. Foi feito empoderado um comitê de bacia que não existia, é o Governo Lula que empodera e tira da letra morta da lei, institui, constitui, dá posse e empodera o comitê de bacia. Foi feito um plano de bacia interativo com a Sociedade Civil e com os mais qualificados experts da área, hidrológica, ambiental, antropológica, e que quer que seja. Este projeto plano de bacia foi validado em mais de 40 audiências públicas

e aprovado por unanimidade numa reunião derradeira acontecida em Salvador. Ele não é uma avaliação sobre o projeto São Francisco, esse da integração. [soa a campanha]. Ele é apenas um projeto que garante que o rio tem hoje apenas 90 m³ de água utilizados, tem 360 m³ disponíveis para novos consumos. Todas as demandas até 2.050 dos Estados ribeirinhos para irrigação ou que tais não pedem mais do que 200 m³ por segundo. Supondo que tudo o que se fez no rio até hoje para consumo são 90 quilômetros cúbicos. São números. E tudo o que se planeja fazer, se todo fosse feito até 2015, pediria mais 200 m³, ainda sobriariam 160 m³ que hoje apenas adoçando a boca do mar. Eu concluo, agradecendo a tolerância de V.Ex^a e pedindo, eu vou ficar no debate, para que nós, algum critério tenhamos, porque juízos de conveniência, juízos de oportunidade numa democracia representativa não é o modo mais sadio...[interrupção de áudio]. Institucionalizada como a nossa são dados pela eleição do Presidente da República. Não por acaso a coincidência desagradável, todos os críticos da política na Bahia, em Sergipe, em Alagoas perderam as eleições e o Presidente Lula no auge acesso desse debate ganhou em todos esses lugares. Muito obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao ilustre Deputado Federal e ex-Ministro Ciro Gomes por sua exposição e imediatamente passo a palavra ao Prof. Apolo Heringer Lisboa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas pelo período de 10 minutos.

SR. APOLO HERINGER LISBOA: Prezados Senador Marconi Perillo, demais Senadores presentes, Deputados, Senadores e público aqui. Eu vou procurar falar tudo em 10 minutos, então, eu vou... não sei se vou ser bem compreendido. Eu agradeço aqui a presença do ex-Ministro Ciro Gomes porque a gente sente muito a ausência do Governo Federal nos debates que a gente promove sobre o São Francisco. O Governo não tem comparecido. Eu admito mesmo que o Governo perdeu o debate técnico, todos os geólogos, hidrólogos do Brasil, Universidades, ninguém apóia a transposição do São Francisco, a maioria são alguns técnicos do Ministério da Integração por dever de ofício.

A questão da transposição ela mexe um pouco com o nosso imaginário. Eu considero o Deputado Ciro Gomes um habilidoso ilusionista no seu debate político. O grande sucesso dele é que ele consegue me enganar às vezes ou o público como a gente acontece na festa de criança quando o mágico tira um coelho da cartola. [aplausos] Mas isso não permanece por muito tempo. Eu falo isso com todo o respeito, que eu

admiro, até gostaria que ele mudasse de opinião para poder apoiá-lo na sua candidatura. Você chega num bairro pobre e promete acabar com a fome do povo construindo um supermercado. Esse tipo de argumento é da transposição. Se constrói um supermercado e depois como é que você vai comprar? Você prometeu que o açude seria a redenção no Nordeste. Eu era menino, eu sou do semi-árido mineiro, sou de Salinas, Oró seria a redenção do Nordeste. E aí? Cadê a redenção do Nordeste? Foi o maior açude do mundo na época. Os Bancos estão cheio de dinheiro e o povo está sem dinheiro. Nós estamos cheio de terras no Brasil e muitas pessoas querendo trabalhar e não tem terra. Tem muita água no Nordeste armazenada em açudes, porque o problema da seca não é por falta d'água. Pensem bem. A seca não é por falta d'água. Eu achava isso. A seca é por concentração de água. Também outro aparente paradoxo. A água no semi-árido ela é concentrada e na proporção razoável muito boa até em dois, três meses por ano de chuvas torrenciais, está precisando fazer como o José do Egito, vamos guardar essa água, vamos guardar essa água. Aí tem os açudes, que é um sucesso do Brasil, nós temos que fazer essa água ficar na fazenda, aonde tem a família, com a agricultura familiar, nós temos que aumentar a produção de poços. Nós temos mil formas, esse dinheiro todo o Nordeste merece, mas concentrar mais água no açude, vocês sabiam que toda a água da transposição vai para os açudes que detém 80% da água no Nordeste, mais de quinze Baías da Guanabara? É porque a água não chega ao povo, como não chega o dinheiro dos Bancos, como não chega a comida do supermercado. E vão fazer mais um supermercado, mais um Banco? Isso é ilusão. A indústria da seca quer ganhar dinheiro com obra. Pergunta a Antônio Ermírio de Moraes se ele não está feliz da vida com o cimento que ele vai vender, pergunta ao grupo Gerdau, pergunta as empreiteiras se eles não estão soltando foguete para o Lula. Agora, o pobrezinho, nós tivemos lá no Castanhão, tivemos o Armando Ribeiro, tivemos na Paraíba, a caravana do São Francisco e conversando com o povo pobre, com os trabalhadores rurais, o sindicato, eles falaram: Isso é água da morte. É água sem peixe. Nós não podemos nem chegar perto dos canais. Não podemos chegar perto dos açudes. Nós não temos condição na beira do Armando Ribeiro você vê a cisterna colhendo água do telhado. Isso é água para o grande agronegócio. Pode ter agronegócio, eu admito, mas por que só para o agronegócio? E por que água financiada de graça para Delmont lá no Ceará, uma multinacional? E por que subsídio cruzado para o povo pagar água para exportar melão e camarão, aliás, camarão está dando uma doença no mundo inteiro, esse negócio

vai ser um fracasso. Por que não distribui a água dos açudes? O bolo não cresceu, vamos crescer o bolo, lembra do Delfim Neto, vamos crescer o bolo, o bolo tem que crescer e o povo não vê a cor desse bolo. O Lula também reconhecia isso e falava isso, mas eu não sei se ele fez um acordo aí com o Ciro, não posso, não estava lá presente.

Bom, a questão maior da água do Nordeste é problema de gestão. Olha, e também não estou defendendo Minas Gerais, eu sou mineiro. Eu sou coordenador do projeto Manuelzão. A questão da água no Brasil ela precisa mudar a nossa mentalidade para ser bem gerida. O Brasil inteiro joga esgoto no rio. O São Francisco, gente, já tem pouca água. E eles estão desmatando o rio São Francisco, a bacia do São Francisco toda, Bahia, Minas Gerais, todo o lugar porque tem o tal do etanol que vai salvar o planeta. Eles estão arrebentando com os nossos recursos naturais, meio ambiente é como se fosse um luxo, não é. A água está no centro da questão ambiental, na agenda mundial. E a questão ambiental está no centro da agenda econômica e política. Já foi o tempo em que ambientalista que levantava essa questão é um marginalizado. O país que não tiver uma agenda ambiental bem construída, e nesse sentido a transposição é negação de tudo isso. O rio Jequitinhonha, eu falei que sou de Salinas, meu pai construiu escola agrícola lá, sou filho de agrônomo, é uma das regiões mais férteis, a feira, o mercado é cheio de coisa, o povoado lá adora aquela região. O rio Jequitinhonha é perene, não precisa levar um canal para lá, e o povo passa necessidade próximo do rio por falta de obras hídricas. A agricultura familiar não tem assistência, as grandes obras no Brasil sistematicamente levam benefício aos grandes. Então, o rio Jequitinhonha não resolveu, no sertão da Bahia o São Francisco passa lá e não resolve, o canal da transposição, é como de Belo Horizonte a Brasília, 720 quilômetros, são 25 metros de largura e 5 de fundura, tudo de concreto. Imagine o custo disso. Ele é um projeto para levar 127 m3. Não é um por cento só que o Dr. Ciro fala. 1% aqui não é nada. E lá não é nada também, lá tem 37 bilhões. 1% aqui do São Francisco. 1,5% é muito pouco... É muito pouco lá também. Ah, mas vai ser quando chover no São Francisco... Muitas vezes chove na bacia do São Francisco, chove lá também, não vai poder mandar água, vai fazer um negócio, você vai fazer um prédio de 127 andares para utilizar esse prédio uma vez, duas vezes em 10 anos? Você ocupa 26, 27 andares e quem vai pagar o condomínio e o custo do prédio? Quem faz um prédio de 127 andares com intenção de usar só 27. Que loucura é essa? Eles estão querendo tirar 127 m3 de fato. Agora esse negócio que Jaíba pediu 80 m3, Baixio do Irecê, tem

que rever essas questões, porque realmente a gestão da água é muito mal feita, agora os carros estão diante dos bois, Sr. Presidente da reunião. Nós gostaríamos de pedir que através da iniciativa do Eduardo Suplicy que representa para mim aquilo que eu esperava que o PT viria a ser, é um exemplo ético e político, Senador Suplicy que a sua atitude, a atitude do Senado possa ir também para a Câmara Federal, que a gente inicie agora o verdadeiro debate sobre a questão do São Francisco. [aplausos] Não é possível que o Exército brasileiro intervenha na região de Canudos para ganhar 150 milhões do Ministério da Integração, passe esse dinheiro para o Exército, eles estão precisando, mas que eles não entrem numa questão política, fazendo desmatamento em área indígena, que deve ser decidida pelo Congresso Nacional. Isso não pode ser feito goela abaixo, é falta de respeito, a nossa situação de cidadãos. [soa a campainha] Agora eu sou a favor de que todo o sertanejo tenha água e água em abundância. Mas a transposição não é para isso. E as obras inacabadas. Eu tenho aqui uma lista de quase 40 obras inacabadas, o geólogo Manoel Bonfim tem aqui, Estado do Piauí, Estado do Ceará, o Ciro me falou que lá não tem obra inacabada, Estado de Pernambuco, Estado da Paraíba, obras inacabadas, obras que foram feitas para irrigar, vamos terminar essas obras, vamos adquirir experiência em irrigação, vamos parar de mutilar o rio, vamos parar de jogar o dinheiro fora, isso é obra pela obra. Nós não podemos acreditar... As águas subterrâneas, o grande hidrólogo, Aldo Rebouças, ele coloca que a grande quantidade de água subterrânea na região sedimentar do Nordeste, é claro que é só 30% da região, mas quantidades fabulosas de água...[interrupção de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Prof. Apolo, mais um minuto para o encerramento.

SR. APOLO HERINGER LISBOA: Eu pediria que a gente parasse de projetos faraônicos, mutilar o rio São Francisco. Os pescadores do baixo São Francisco não conseguem mais sobreviver mais da pesca, Sr. Toinho afirma isso, estão mutilando, querendo mutilar o rio de Minas, rio das Velhas, Paracatu, Urucunha, fazendo barragens contra a opinião do povo, de lá dos fazendeiros, da melhor área para fazer filhote de sobradinho para aumentar a disponibilidade hídrica, acabando com a piracema, nós estamos destruindo um ecossistema que a natureza demorou milhões de anos para fazer. Historicamente o Nordeste só construiu açude quando não se falava de transposição. [soa a campainha] Fala de transposição, pára de construir coisas concretas. A indústria da seca está de olho em trazer o rio Tocantins... e não vai parar nunca, [soa a campainha]. O

Brasil precisa de botar fim a indústria da seca e que o Congresso Nacional inicie o debate da transposição e que o Supremo Tribunal Federal discuta o recurso de Minas ...[interrupção de áudio] [aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece ao Prof. Apolo Hering, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais pela exposição. Recebe com muito prazer... recebe com muito prazer os documentos que são entregues à Presidência. Tenho a satisfação e a honra de conceder a palavra a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias de Transposição das Águas do Rio São Francisco que falará pelo prazo de 10 minutos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, ao Senador--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu só pediria a V.Ex^a uma questão de isonomia, já antes de iniciarmos a questão, houve um entendimento com o Presidente Garibaldi Alves, onde o Dom Luiz Cappio teria 15 minutos, com mais 5 minutos, e o mesmo tempo seria concedido a Dom Aldo Pagotto. Só uma questão de isonomia, se tratam de dois Bispos, estão aqui prestando um belo trabalho a essa Casa, pediria a V.Ex^a essa isonomia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Efraim, a solicitação de V.Ex^a é justa, mas eu gostaria de também ser justo em relação ao Presidente Garibaldi Alves. Ficou estabelecido que a Dom Luiz Flávio Cappio seriam destinados 15 minutos para falar contra o projeto e ao Ministro da Integração Nacional, Ministro Geddel Vieira Lima, seriam concedidos 15 minutos para falar a favor do projeto. De modo que esse foi o acordo estabelecido que me foi repassado pelo Senador Eduardo Suplicy. De qualquer forma--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pediria a V.Ex^a. que consultasse a Dr^a. Cláudia que é Diretora da Mesa e que presenciou o entendimento. O Senador Suplicy não estava presente na hora do entendimento. Eu pediria a V.Ex^a que fosse cumprido o mesmo tempo que foi dado a Dom Cappio.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não tenho objeção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Efraim, eu não havia concluído ainda o despacho e gostaria de dizer a V.Ex^a. que acatarei a solicitação de V.Ex^a. com muito prazer,

até porque o Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, não faz objeção. Com a palavra o Bispo Dom Aldo Pagotto pelo período de 15 minutos.

DOM ALDO DI CILLO PAGOTTO: Quero saudar Sr. Presidente do Senado, Garibaldi Alves que preside essa Sessão, Senador Marconi Perillo. Honrado pelo convite para a audiência pública conjunta entre as várias Comissões do Senado Federal por deliberação do colegiado que aprovou o requerimento de autoria dos Srs. Senadores, encabeçado pelo Senador Eduardo Suplicy, fui encarecido pelo Senador do meu Estado, Estado da Paraíba, Senador Cícero Lucena. Contemplado pela função outorgada pelo Presidente do Comitê Paraibano pela Integração das Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, e agradeço ainda a gentileza do gesto, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esclareço que sou religioso e cidadão sobralense, pois trabalhei em Sobral por 6 anos e tantos outros anos em Fortaleza. Recordo o gesto profético, empreendedor do então Governador Ciro Gomes, ao encetar, em tempo recorde, em 1995, o Canal do Trabalhador, sem o que a capital cearense entraria em colapso de água para uso humano.

Compus, com outros irmãos bispos do Ceará, por bom tempo, a Comissão Pastoral de Convivência com o Semi-Árido, sugerindo e acompanhando de perto políticas públicas na esfera agrária, agrícola e hídrica. Hoje, como cidadão pessoense e paraibano, sou portador do pleito das águas do rio São Francisco contando com o apoio dos irmãos Bispos do meu Estado, Paraíba, bem como a maioria dos Bispos dos demais Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A propósito, realizamos em Campina Grande, em novembro de 2006, um grande encontro entre os Bispos do Nordeste, gestores públicos, secretariados de órgãos públicos, representantes de várias entidades e categorias sociais contando com técnicos e especialistas em assuntos do Nordeste. Elaboramos uma carta de intenções celebrando 50 anos de criação da SUDENE, agora refundada e revivificada.

Elaboramos uma carta de intenções, fruto do evento, apontamos aos gestores públicos de nossos Estados uma série de potencialidades produtivas que possam favorecer o desenvolvimento do povo do Nordeste incluindo o nosso veemente pleito pela revitalização e integração das bacias hidrográficas do rio São Francisco.

Pelos anos de militância de evangelização e promoção humana, preposto ao Comitê Paraibano pela Integração das Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, faço-me porta-voz de milhares de irmãos e irmãos nordestinos que clamam por um copo d'água para a sua

digna sobrevivência e para o justo desenvolvimento com inclusão social das gerações vindouras. Nosso pleito foi exposto ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sua presença em nossa capital paraibana ao 7 de julho de 2007 em vista da ampliação das obras do PAC. O Presidente Lula, retirante nordestino trouxe à memória os dramas vivenciados por si e pelos seus conterrâneos. Comovido, ilustrou cenas que alijam milhares de filhos e filhas de vários Estados, excluídos das oportunidades, colocados para fora da comunhão do banquete da vida, constrangidos a caçar outros rumos numa existência incerta.

O Presidente Lula empenhou a sua palavra e comprometeu a honra da gestão do seu governo compartilhado com a equipe governamental assegurando a viabilidade técnica e econômica administrativa do projeto.

A concepção da obra projetada é uma política estrutural, a sua concepção é estruturante. Tecnicamente segura, economicamente viável, administrativamente sustentável.

A obra supera políticas de compensação improvisadas ou insuficientes para resolver problemas de caráter estrutural.

A obra supera o atavismo histórico que reproduz o atraso e a corrupção desmandada sempre auferindo lucros com a indústria da seca.

Quem tem sede apóia. Apóia o projeto, apóia a obra estrutural. O rio São Francisco deve servir à integração nacional, garantindo o justo e equânime desenvolvimento humano e o crescimento sustentável. A água superabundante é um bem inestimável que deve abastecer nosso sistema de reservas e de distribuição chegando a atender doze milhões de nordestinos, sobretudo, em situações sujeitas a colapsos hídricos.

A obra toma a feliz expressão de revitalização e integração das bacias hidrográficas. Traduz o que deve integrar efetivamente os Estados pleiteantes em iniciativas articuladoras que mobilizam as regiões desenvolvendo-as em modo integral e integrado.

A igreja já dizia isso desde a Campanha da Fraternidade de 2004, nos envolvendo na temática “Água, fonte da vida”. Água, bem essencial à vida é patrimônio humano cujo valor incomensurável é, porém, limitado e escasso.

O recente Plano Estadual de Recursos Hídricos estima que toda a água disponível no Estado da Paraíba é de 37 m3 por segundo, enquanto as demandas totais são de 42 m3 por segundo. O quadro presente revela escassez hídrica de 5 m3 por segundo comprovando a situação operacional crítica dos sistemas de abastecimento de água dos nossos 223 municípios, dentre os quais, 119 operam em regime de racionamento na

maior parte do ano. Mesmo em anos chuvosos suas fontes de captação padecem de insegurança hídrica. O maior mal da região. Quanto às outras 104 sedes municipais analisadas num horizonte de doze anos, mais da metade terão problemas com os seus mananciais, porque dependemos das chuvas. Em breve necessitarão de ampliação de recursos e melhorias porquanto a demanda também aumenta.

Na área rural, onde mora quase um milhão de pessoas, o problema da insegurança hídrica é ainda maior. As prefeituras, o Estado, a União investem anualmente verdadeiras fortunas para apenas amenizar o sofrimento causado pela falta de água. O fato é comprovado pelos mais de 150 decretos de emergência publicados nos últimos seis meses, não obstante uma sequência de anos entremeados de chuvas, atípicas, em algumas regiões, as mais apenadas.

A Paraíba conta com uma vasta rede de ajuda-gem. Cerca de dez mil, contando os de pequeno porte. Temos mais de 25 mil poços tubulares e amazonas, entretanto, apenas aqueles com capacidade de acumulação superior a 20 milhões de m³ oferecem garantia de atendimento. Em tais condições são raros os locais no Estado que comportam a construção de novas barragens. Estaríamos quase impossibilitados de aumentar a disponibilidade hídrica contando apenas com os potenciais das nossas bacias hidrográficas. Dependemos das chuvas.

Quanto a água subterrânea, dispomos de um aquífero somente no litoral paraibano, com alguma possibilidade de exploração para atender ao abastecimento de aglomerados urbanos ou rurais de maior parte. Em 83% do território paraibano predomina o substrato cristalino com reduzida capacidade de produção de água. Na maioria das vezes, com altos teores de salinidade, portanto, impróprias para o consumo humano.

A Agência Nacional das Águas elaborou um conjunto, em conjunto com os Estados nordestinos, o Atlas da Nordeste sobre o abastecimento de água para as cidades com população superior a cinco mil habitantes. Diagnostica a situação atual apontando soluções em nível de pré-concepção para o abastecimento de água, cobrindo um total de 74 dos nossos 223 municípios, uma parcela numericamente superior fica fora deste importante documento. Além do mais, 2/3 das soluções apontadas, caso analisadas no horizonte de 12 anos, sofrerão problemas de manancial. O outro 1/3 das soluções apresenta, atualmente, alguma deficiência hídrica nos mananciais selecionados.

As ações atuais de construção de cisternas de placas, que são uma política pública, perfuração de poços, dessalinizadores, barragens subterrâneas, reuso de água e outras são muito importantes para atender

à população dispersa ou em pequenos aglomerados, mas, nunca para os núcleos maiores. São soluções complementares no caminho da universalização do saneamento básico. Nós precisamos de soluções estruturantes.

Questionamos junto aos que se mostram refratários à obra de revitalização e integração das águas do rio São Francisco, sabedores sobre determinados projetos existentes na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, ora já citados cá e acolá pelos debatedores que nos precederem. Os projetos Salitre e Baixo Irecê, somados, têm capacidade para 90 mil hectares, com atuais investimentos na ordem de 700 milhões de reais, retirando até 56 m³ por segundo a montante de sobradinho. Projetos para a irrigação de cana-de-açúcar em Pernambuco retiram 75 m³ por segundo. O Canal do Sertão retira, em Alagoas, 32 m³ por segundo, em Sergipe 28.6 m³ por segundo somando-se, pois, 60.6 m³ por segundo.

Defendemos o desenvolvimento integral dos Estados, pois, todos têm direito de crescer e se desenvolver segundo o princípio da solidariedade e subsidiariedade. Por que, a priori, nos acusar de privatização de água e utilização de água para o agronegócio enquanto, na realidade, pleiteamos apenas 26,4 m³ por segundo após sobradinho? Água para abastecer o nosso sistema hídrico. Por que impedir o desenvolvimento dos Estados do Nordeste Setentrional enquanto se permite o desenvolvimento dos outros?

O apelo do Comitê Paraibano se dirige aos parlamentares e gestores públicos incumbidos de permanente formação da índole concidadã da nossa população. Responsabilizados pelo acompanhamento da obra envolvam a população fazendo com que participem do controle social devido. A concepção da obra estrutural requer o envolvimento de todos. A obra corresponde a uma política hídrica estruturante, se beneficia a todos, deve ser muito bem cuidada por todos.

Governos se sucedem, as políticas públicas exigem continuidade dinâmica de expansão. Cabe aos respectivos Estados assegurar não somente a infra-estrutura que atenda aos objetivos da obra, mas, de permanente esclarecimento junto à população sobre o correto uso e usufruto da água redentora.

Em outras palavras, cabe ao governo uma boa gestão em caráter suprapartidário, isenta de oportunismos e corrupção financeira. Cabe à população o controle social superando tensões de caráter ideológico, equidistante de outro interesse se não o desenvolvimento com inclusão social.

Aproveito o ensejo para noticiar e convidar as bancadas parlamentares dos Estados pleiteantes à mobilização popular em apoio a obra a ser realizada

na cidade de Monteiro, na Paraíba, primeira cidade pólo a ser beneficiada com as águas do eixo leste. A data deve ser confirmada tendo em vista a honrosa presença do Ministro de Integração Nacional, Dr. Geddel Vieira Lima. A data, em princípio, é 12 de março. Agradeço muito a todos e todas.

[aplausos]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao assumir os trabalhos quero primeiro agradecer a todos os 14 convidados que aceitaram o convite formulado por essa presidência, em nome das quatro Comissões, mas, com certeza absoluta, agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, que mesmo durante o recesso parlamentar foi quem mais trabalhou, sem sombra de dúvida, para que esse evento acontecesse. Com a mesma firmeza que defende a renda mínima. Parabéns, Suplicy.

E de seguida passo a palavra ao pesquisador da Asa Brasil, Articulação para o Semi-Árido Brasileiro, Sr. Luciano Silveira. Dispõe também de dez minutos com a tolerância de mais dois, como foi dado para os outros convidados.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Pela ordem, Senador Cícero Lucena que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado. Participei do interesse de debater aqui no Senado e, logo mais, iria falar. Mas, infelizmente, acabo de receber o comunicado do falecimento da minha mãe e... em outra oportunidade estarei debatendo esse assunto que é tão relevante e peço que com licença vou me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Senador Cícero Lucena aceite a solidariedade, tenho certeza não só do Senado da República, do Congresso nacional, de todo o povo brasileiro.

Eu... um minuto, suspendo os trabalhos com a tolerância do orador na tribuna para que a solidariedade dos nossos convidados e parlamentares seja dada ao nosso Senador Cícero Lucena, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Senador Paulo Paim, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-

RS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr.

Presidente é meu dever de Líder do PSDB, de Senador, de companheiro, colega e amigo do Senador Cícero

Lucena, oferecer a ele, legitimamente, em nome do meu partido mas, tenho certeza que falando em nome de todos os Senadores com assento nesta Casa e aí o sentimento de solidariedade pluripartidário, levar ao Senador Cícero o nosso pesar. Isso será transformado num voto de pesar a ser deliberado pela Casa na Sessão de mais tarde.

Sei do amor de Cícero por sua mãe. E sei da união de sua família em torno dessa grande mulher que se foi e deixa um belo exemplo através dos seus sucessores, dos seus filhos, dos seus netos, daqueles que aprenderam com ela os deveres da honradez, os deveres da solidariedade humana e os deveres da grandeza em relação as coisas da Paraíba e as coisas do país.

Portanto, ao querido Cícero Lucena a solidariedade muito fraterna do seu partido e eu tenho certeza, a solidariedade igualmente fraterna e querida de todo o Senado Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Pela ordem, Senador Efraim Moraes, Primeiro Secretário do Senado Federal.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Da

mesma forma, Senador Paulo Paim, a solidariedade ao Senador Cícero Lucena e à sua família. E aí eu falo como paraibano, um dos representantes dessa bancada, dizer realmente da grande perda que tem não só a família Lucena, na pessoa de Cícero e de seus irmãos e irmãs, mas, deixar a nossa solidariedade com a permissão do meu Líder, José Agripino, em nome também dos Democratas. E, evidente, em nome de toda a bancada da Paraíba.

Agradeço a V.Ex^a e também pedindo permissão a V.Ex^a para me ausentar do debate que acompanharei o Senador Cícero Lucena até o nosso Estado, a Paraíba. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Com certeza, Senador Efraim, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr.

Presidente, também de levar a nossa solidariedade ao nosso colega, grande amigo, o grande Senador Cícero Lucena e a todos os seus familiares. E somando ao Efraim, em nome do nosso partido, com a permissão do nosso Líder, mas, também, pedindo permissão às Senadoras para ser em nome das Senadoras, a nossa solidariedade, principalmente o sentimento que nós sabemos que é uma saudade é... difícil de medir, a dor desta saudade que é a perda daquela que para todos nós, com certeza, é o bem maior, que é a mãe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senadora Rosalba que é Vice-Presidente da

Comissão de Assuntos Sociais, com certeza junto com os outros Senadores levarão toda a solidariedade do Congresso Nacional.

Passamos a palavra, nesse momento, ao Sr. Luciano Silveira, pesquisador da ASA Brasil, Articulação para o Semi-Árido Brasileiro. Dez minutos, com a tolerância de mais dois.

SR. LUCIANO SILVEIRA: Bom dia, Senador Paulo Paim! Bom dia Senadoras e Senadoras. Bom dia demais participantes dessa audiência. Primeiramente, eu queria... fico feliz com o esclarecimento dado pelo Deputado Ciro de que esse projeto, ele foi concebido, não foi concebido para atender a demanda difusa. Acho que isso é importante para a gente trazer o debate para a sua realidade. E a gente sabe que a todos os anos, a cada período prolongado de seca milhares de famílias que vivem no semi-árido passam por suas privações mais básicas do acesso a água e alimento.

Essa população privada dos seus direitos mais básicos de cidadão, elas vivem exatamente, é a população difusa, né? É essa população que representa, dos 21 milhões de habitantes do semi-árido, aproximadamente, 10 milhões vivem nas zonas rurais, representam mais de dois milhões de unidades familiares de produção e que estão vivendo nessa realidade. E é exatamente esse povo que mobiliza toda a sociedade brasileira quando uma seca abala essa população e a mídia projeta e todos nós ficamos mobilizados com essa realidade.

E eu acho que o desafio que está posto aí, que é recorrente em nossa história, é que o problema, a natureza, o problema que assola essa realidade, ele não é de natureza nem ambiental e nem da população que aí vive.

Ele é, sobretudo, de natureza política. Ele é a expressão do atual e do histórico modelo de desenvolvimento que foi implementado em toda a região semi-árida. O modelo de desenvolvimento que gerou, e todos vocês sabem, uma concentração brutal do acesso à terra e associado a ela uma concentração brutal do acesso à água, ok? Esse mesmo movimento, esse mesmo modelo também promoveu um processo de degradação dos recursos naturais também da mesma magnitude. Hoje, 180 mil quilômetros quadrados do semi-árido já se encontram em estágio grave de desertificação. Isso, produto desse padrão de desenvolvimento degradador do ambiente que vem gerando processos de exclusão social sem precedentes. A desigualdade marca o processo de desenvolvimento do semi-árido brasileiro de forma mais intensa talvez do que do resto do país que também é bastante expressivo.

E o semi-árido, eu queria dizer que nós vivemos, a sociedade vive uma crise de percepção da realidade,

de, a forma com que a sociedade, perdão, olha a realidade que aprendeu a enxergar a realidade do desenvolvimento pelas suas limitações e não pelas suas potencialidades. Pela capacidade que cada ambiente, a natureza, o seu povo, a sua economia podem fazer como formas endógenas de promover crescimento e desenvolvimento criativo. E foi esse padrão de desenvolvimento que foi convencionalmente chamado de modelo de combate à seca. E não se combate a seca como também não se combate, na Sibéria, o gelo. Se convive com essas regiões.

É preciso pensar estratégias capazes de valorizar as potencialidades que esse meio tem. E tem muito. Foi dito aqui pelo próprio Geddel que chove e chove razoavelmente bem se comparado com outros semi-áridos.

O nosso desafio é que o ambiente, o clima é de grande irregularidade climática, de alta insolação e solos com baixa infiltração de água. Então, apesar de chover até de forma razoável, grande parte da água é perdida. Correto?

Nosso desafio é pensar estratégias que valorizem as capacidades que esse ambiente tem. E a gente sabe que há soluções, e são soluções que não são novas, na verdade, mas que não são priorizadas nas políticas de desenvolvimento.

O semi-árido brasileiro, ele tem um bioma que é a caatinga, que desenvolveu uma enorme capacidade de se ajustar a essa realidade. Muitos daqui que são sertanejos vêm discutindo muito como as potencialidades desse semi-árido, a caatinga como uma vegetação que tem um potencial forrageiro imenso, um potencial produtivo imenso e uma enorme capacidade de produzir riquezas.

Pensar num processo de desenvolvimento para a população difusa significa, necessariamente, pensar em soluções descentralizadas, do local, que seja capaz de atingir a cada cidadão, a cada família que está disperso por esse enorme território. E para isso é preciso pensar uma outra perspectiva de desenvolvimento para o semi-árido, as ofertas concentradas de água nunca vão atender as demandas difusas. Ofertas concentradas como um canal linear, que é o canal da transposição do São Francisco só vai atender demandas concentradas, que são as cidades que a gente entende que precisam ser pensadas. As demandas difusas, dispersas só serão solucionadas por soluções dispersas. E é aí onde mora um dos maiores problemas que tem, recorrentemente, mobilizado a nossa sociedade.

A seca é um problema hoje porque mexe com a vida de muitas populações. É preciso, antes de mais nada, atuar sobre essa população integrando ela como

cidadãos aos processos de desenvolvimento social e econômico. Não é só dar água para beber é integrar para que a força de trabalho desse povo possa ser valorizada e a capacidade criativa dele de desenvolver relações e harmonia com esse ambiente natural seja valorizado.

Portanto, o que nós temos discutido pela articulação do semi-árido brasileiro é a perspectiva sim de uma grande obra e o governo acerta quando quer fazer uma grande obra, mas, é uma grande obra composta de milhares de pequenas obras, desconcentradas, descentralizadas que permitam que toda a família do semi-árido tenha condições de se integrar aos processos de desenvolvimento desse país. [aplausos] E aí é que está o desafio que nós estamos colocando aqui.

Essa perspectiva de desenvolvimento que a gente vem discutindo, ela já tem uma série de experiências desenvolvidas, seja por alguns municípios, alguns Estados, pelo próprio governo que tem apoiado em parte, quer dizer, já um programa de cisternas e pela própria sociedade que vem se mobilizando, como a articulação do semi-árido brasileiro. Há uma perspectiva aí de se pensar uma outra trajetória para o desenvolvimento do semi-árido, assentado num outro modelo capaz de pensar formas de desenvolvimento mais harmônico, mais equitativo.

O projeto da transposição, ele reitera os padrões de concentração da água dirigidos ou a cidades de grande porte ou a projetos concentrados de irrigação intensiva.

As experiências hoje dos pólos irrigados, as que estão dando certo, porque uma parte importante, o próprio Banco Mundial fez um estudo e disse: Não vale à pena fazer novos projetos de irrigação porque têm muitos para arrumar ainda, né? Há um conjunto grande de projetos de irrigação parados por ineficiência de gestão.

Então, o desafio é um processo de desenvolvimento econômico que permita integrar o conjunto da população brasileira e hoje eu não estou nem advogando muita coisa porque basta ir na beira do São Francisco, perto dos perímetros irrigados que a gente vai ver convivendo lado a lado um desenvolvimento econômico até expressivo, mas, onde a riqueza não está sendo efetivamente distribuída, gerando concentração de renda e mantendo a grande parte da população do semi-árido excluída, reproduzindo todas as relações políticas que reproduzem o jogo, [soa a campanha] o jogo da busca de água do São Francisco. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência já agradece a precisão no tempo aí dos nossos convidados.

De imediato passo a palavra ao Deputado Federal Marcondes Gadelha. Explico que o Marcondes Gadelha é Deputado Federal, fala nesse momento como convidado especial entre os 14 que terão direito à palavra por dez minutos e mais dois nesses casos.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras. Eu quero louvar a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, que guarda uma correlação muito estreita com outras da sua lavra de cunho profundamente humano e social como o Programa de Renda Mínima, de onde se originou o Bolsa-Família e outras propostas concretas de distribuição de renda.

Deve chocar a sensibilidade de V.Ex^a, nobre Deputado Eduardo Suplicy, a hipocrisia de alguns cavalheiros de fina estampa que se apresentam como politicamente corretos e ficam clamando por distribuição de renda, pregando distribuição de renda como instrumento para melhoria da qualidade de vida e, no entanto, se insurgem de forma tão radical contra este gesto elementar e fraterno de distribuir água, que é o princípio, o próprio princípio da vida e a condição básica para o bem-estar social. “Não, se virem lá com as suas cisternas! Com os seus barreirinhos! Ou com a lama sórdida que restar dos açudes secos porque, na minha água ninguém tasca, eu vi primeiro!”

Surpreende, Sr. Presidente, toda esta ginástica mental toda esta filigrana verbal, esta contabilidade viciosa, esse esforço, enfim, de forçar um entendimento tão-somente para sustentar uma posição que é anti-social, antifederativa e, sobretudo, anticristã.

Chega-se ao ponto de agredir o senso comum e negar evidências solares sobre disponibilidades de água. Pasme nobre Senador Pedro Simon, depois de quinhentos anos de registros pelos nossos geógrafos está se querendo propor aqui, nesse Plenário, que o Nordeste Setentrional é que tem muita água e o São Francisco não tem água. Só está faltando agora propor uma inversão da transposição. Fazer a transposição do açude Castanhão ao para o São Francisco, nobre Deputado Ciro Gomes.

Vamos deixar claro uma coisa, essa transposição não tem a empáfia de querer resolver o problema da seca no Nordeste. Nós pretendemos, sim, reforçar o abastecimento hídrico, humano e animal. Nós pretendemos reforçar o setor de serviços, a fixação do homem ao campo, a pequena agricultura. Mas, o propósito maior que engloba todas essas ações podem chamar de segurança hídrica. Nós vamos continuar

utilizando sim as nossas águas que estão estocadas lá nos nossos açudes. Mas, nós sabemos, todos sabem que elas não são suficientes. O equilíbrio hídrico do Nordeste Setentrional é extremamente precário, e se faz às custas de migrações e de muita fome.

O meu Estado, a Paraíba, tem uma taxa de crescimento demográfico de apenas 0,6% ao ano. Quem olha para isso pensa que está na Suíça, ou na Alemanha, ou em alguns desses santuários da civilização pós-industrial. Mas, não é, não cresce a população porque ela vai embora. 1/3 da população da Paraíba vive fora do seu território. Um milhão de paraibanos infestando a periferia das grandes cidades, passando frio, fome e solidão num banco da Praça da Sé em São Paulo. Pobre de Jó, pobre de esperança e pobre de amor. E dos que estão lá, 1/3 também não faz três refeições por dia. Dados do CONSEA e é por isso que existe esse equilíbrio precário de que tanto se fala, e que só tende a piorar na medida em que o meio vai ganhando mais complexidade social, vai exigindo mais água. Na medida em que a população vai crescendo, vai exigindo mais água. E a situação é de tal ordem, Sr. Presidente, que já hoje e daqui por diante nunca mais aquele Nordeste Setentrional fechará o seu balanço hídrico, ou seja, deixado por conta da natureza nunca mais a oferta de água será igual à demanda por essa água. E aquele Nordeste precisa importar água de algum lugar e o manancial mais próximo, mais abundante e mais barato é o rio São Francisco.

A pergunta que não quer calar é essa: O rio São Francisco tem água para oferecer para a transposição? Aqui foi, está sendo veiculado pelo país afora uma balela de que o rio São Francisco não tem água. Meu Deus do céu! Senhora Letícia Sabatella, o rio São Francisco gera 11 mil megawatts de energia elétrica todas as horas, todos os minutos, todos os segundos. É a maior geração de energia elétrica por um rio individualmente no Brasil. Como é que podia fazer isso se não tivesse água?

O rio São Francisco paga 200 milhões de reais a título de royalties aos Estados e municípios ribeirinhos a fundo perdido. 200 milhões de royalties todos os anos desde a constituinte, desde 1988. Nunca ninguém sabe onde foi parar esse dinheiro. Mas, é pago religiosamente, 6,85% do faturamento bruto da CHESF vai para os Estados e municípios ribeirinhos. Como é que o São Francisco poderia pagar 200 milhões de reais de royalties por ano se não tivesse água?

O rio São Francisco joga no Oceano Atlântico 96 bilhões de m³ de água todos os anos. Isso é mais de 40 vezes a Baía de Guanabara, já que estão usando a Baía de Guanabara aqui a todo o instante. Mais de 40 vezes a baía da Guanabara são jogados, desper-

diçados, entregues ao mar para irrigar o mar ou para dar água de beber aos peixes enquanto lá na Paraíba, no Ceará, no Rio Grande do Norte nós penamos, nós vivamos uma situação de penúria, de escassez crônica e permanente de água.

Eu quero dizer para todo o Brasil e confirmem, por favor! O rio São Francisco hoje tem mais água do que quando foi descoberto por Américo Vespúcio, em 1501. Porque, além da vazão média inalterada de 2.600 m³ por segundo, que já é uma vazão portentosa, os senhores comparem com o rio Colorado, nos Estados Unidos, que tem apenas 700 m³ de vazão e onde já foram feitas 9 transposições.

O São Francisco tem 2.600 m³ de vazão contínua. É um rio respeitabilíssimo. Mas, ainda sobre o leito do rio ele tem inúmeras barragens que estocam uma quantidade incomensurável de água. Só a barragem de Sobradinho tem 36 bilhões de m³. Uma lâmina d'água com 300 quilômetros de extensão. Uma quantidade de água estocada igual a 17 vezes a baía da Guanabara. [soa a campainha] Itaparica tem 19 bilhões. Paulo Afonso, um, dois, três, quatro Xingó. Tudo isso estocado sobre o leito do rio. Se nós quisermos dobrar ou triplicar a vazão do rio a hora que quiser é só abrir a torneira e... o rio São Francisco não terá condição de conter, na sua calha, a quantidade incomensurável de água que tem estocada. De modo que isto é uma balela, uma conversa fiada para enganar e embair a opinião pública.

A segunda coisa que é preciso deixar claro para o país todo ouvir é a questão ambiental. Se diz que... a transposição vai matar o rio São Francisco ou vai acabar com a... com o equilíbrio ecológico na sua bacia. Eu quero afirmar para toda a nação brasileira que esse Projeto de Transposição de águas do rio São Francisco, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva [interrupção do som] É o mais seguro [soa a campainha] do ponto de vista ambiental do mundo. Conheço dezenas de projetos de transposição. Nada se compara com a... em segurança ambiental com a transposição de águas do rio São Francisco. Por quê? Esse projeto foi submetido em dois governos diferentes, no Governo de Fernando Henrique e no Governo de Lula a duas equipes multidisciplinares que fizeram dois estudos de EIA/RIMA, uma equipe internacional do governo Fernando Henrique, formado pela já Jaakko-Pöyry, finlandesa e pela Tahal, as duas empresas maiores empresas de segurança ambiental, e no Governo Lula, um consórcio nacional. Essas são as duas equipes em momentos diferentes, trabalhando para governos diferentes chegaram à mesma conclusão, a transposição não causa passivos ambientais importantes nem para o rio, nem para a bacia, nem para as populações

ribeirinhas. Mais, ainda. Esses estudos de impacto ambiental foram revisados pelo Ibama.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Gadelha mais um minuto para concluir.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Um minuto só? Já encerro. Foi revisto pelo Ibama. O Ibama aprovou esses estudos de impacto ambiental, depois foi revisto pela ANA. Depois foi revisto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e todos chegaram à mesma conclusão de que esse projeto não causa nenhum impacto ambiental importante. E é muito fácil entender porque, não precisa ser técnico nem especialista. Esse projeto vem com quatro travas de segurança: O ponto de captação muito distante da cabeceira do rio, a mais de dois mil quilômetros, depois que o rio já cumpriu o essencial do seu discurso e um ponto segregado entre barragens enormes que impede qualquer efeito para frente ou para trás da transposição.

Segundo, a relação entre a vazão e o caldal a ser transposto que é menos de 2%. Por aí afora se tira 10, 20, 30, 40%. Em São Paulo mesmo se tira do rio Piracicaba cerca de 80% das águas. Aqui no Rio de Janeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, mais um minuto.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Encerro agora. Encerro definitivamente. E, finalmente, eu quero dizer que esse projeto é o único que vem casado, acoplado com um projeto de revitalização do rio São Francisco.

Desde 47, o primeiro discurso do então Deputado Luiz Viana Filho já falava em poluição do rio. Nunca se fez nada pelo rio. Só veio a acontecer revitalização agora, trazida pela transposição de águas do rio São Francisco. E quero dizer que há dinheiro no PAC, um bilhão e seiscentos milhões já alocados. Que essas obras de revitalização já começaram. E que esse Senador que aí está...

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Atenção ao orador, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes, eu estou presidindo o trabalho eu peço a V.Exª...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes, eu não vou permitir que V.Exª assumo o lugar do Presidente.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Desculpa, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra o Deputado Gadelha.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Quero dizer que além do dinheiro que está no PAC para a revitalização, há uma PEC do Senador Valadares [interrupção do som] que dá [soa a campainha] traz 300 milhões de reais por ano para a revitalização do rio São Francisco e tem mais, o dinheiro da CHESF são 200 milhões que não é coisa despendida, não é coisa de lã caprina. Então, no total, nós vamos chegar a cerca de mais de... são seis bilhões do projeto, aproximadamente vinte bilhões de reais serão aplicados na transposição de águas do rio São Francisco.

Se fala muito que esse é um projeto faraônico, que é um projeto caro, coloque isso em dimensão. Vamos tomar, só para encerrar, Sr. Presidente, o nosso emulo entre os BRICs que é a China, os... nós aqui estamos brigando por causa de uma transposição de míseros, míseros 26 m³ por segundo a um custo de 4,5 bilhões de reais. Os chineses estão fazendo a transposição, estão terminando a transposição de água da bacia do rio Yang Tsé para a bacia do rio Amarelo e lá, lá, aqui o nosso perto deles é brinquedo de criança. [interrupção do som]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Gadelha faço um apelo que conclua.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Encerro. O custo aqui, a transposição é 26 m³ por segundo ao custo de 4,5 bilhões de reais, lá na China são 1.600 m³ por segundo a serem transpostos, a um custo de 62 bilhões de dólares. E eles começaram, nós começamos há 150 anos essa discussão, e ainda tem gente pedindo discussão. Os chineses começaram há menos de 20 anos e já estão concluindo a obra. Muito obrigado a V.Exª.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria, em nome das quatro Comissões, Senador Suplicy, agradecer ao Senador Garibaldi por ter aceitado em fazer esse debate aqui no Plenário do Senado que seria feito lá na Comissão.

De imediato, passo a palavra à Srª. Luciana Khoury que é Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco.

Eu faço mais uma vez o apelo, dez minutos com a tolerância máxima de mais dois.

SRA. LUCIANA KHOURY: Cumprimento inicialmente o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos dessa Casa, em nome do qual cumprimento todos os Senadores aqui presentes, Deputados e demais autoridades. Cumprimento nosso querido Dom Luiz Cappio, em nome do qual cumprimentamos todos os representantes da sociedade civil que

se encontram nessa casa. Os técnicos da Procuradoria Geral da República, que se encontram aqui presentes, movimentos sociais, enfim, toda uma comunidade que se mobiliza e que agradece, sim, aos Senadores essa oportunidade e, em especial, ao Senador Eduardo Suplicy que com toda a sua sensibilidade promoveu essa possibilidade. E dizendo ao Senador Paulo Paim, que se trata sim de uma questão de direitos humanos, essa questão do São Francisco.

O Ministério Público, na verdade, do qual eu faço parte, sou Promotora e trabalho desde 2002 com as ações voltadas em defesa do São Francisco. É importante dizer que nós atuamos de modo integrado, através de uma Coordenaria Interestadual do qual hoje o coordenador é sergipano, Dr. Eduardo Matos, e se estivesse aqui estaria falando *ipsis literis* aquilo que eu estou falando. Porque, na verdade, todos os Ministérios Públicos do Brasil hoje que atuam no São Francisco sejam federal ou estadual têm hoje o mesmo posicionamento.

Na verdade, nós atuamos e começamos a trabalhar não voltados para a questão da transposição. Nós passamos a trabalhar a partir de uma constatação dos problemas ambientais identificados no São Francisco, sim. E aí passamos a trabalhar com agrotóxicos, com esgotamento sanitário, com resíduos sólidos, com toda uma problemática que envolve hoje a degradação da bacia do São Francisco.

Então, nós atuamos e hoje podemos dizer que conhecemos os problemas e buscamos a solução e a responsabilidade dos atores causadores de danos ambientais na bacia. Basta dizer que na Bahia nós trabalhamos e visitamos já, pessoalmente, junto com Promotores de justiça e órgãos ambientais, 112 dos 115 municípios da Bahia... Da bacia do São Francisco. E tanto assim que o Ministério da Integração inclusive tem prestigiado e temos aqui hoje a coordenadora da revitalização do Ministério da Integração, do São Francisco, que é Carla Arns e também Rosalvo, que participam sempre das audiências públicas que nós fazemos na comunidade local. Então, nós trabalhamos em defesa da bacia do São Francisco. Por isso, não nos furtamos a conhecer a problemática e a questão trazida pela transposição do São Francisco.

Bom, após buscar conhecer o Projeto de Transposição e fizemos isso com muito cuidado, ouvindo o Ministro Ciro Gomes na época, ouvimos técnicos do Ministério da Integração, o Ministério Público Federal reuniu todos os Promotores e Procuradores da República e os técnicos do Ministério Público tiveram uma análise crítica sobre os estudos de impacto ambiental apresentados no projeto.

A conclusão do Ministério Público, hoje, é a de que o Projeto de Transposição da forma como hoje se encontra e da forma como vem sendo conduzido, ele fere a legalidade do país em diversos aspectos. Tentarei ser breve para tentar mostrar porquê.

Em primeiro lugar, poderemos dizer que ele fere sim o próprio Estado Democrático de Direito e separaria Estado de Direito e Estado Democrático para tentar demonstrar nesse momento.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar, que o Estado de Direito é aquele que busca cumprir as normas por ele hoje em exercício, ou seja, nós temos uma Constituição Federal, o administrador público, por mais legitimidade que tenha, ele precisa respeitar as leis do país. E o primeiro passo que nós colocamos aqui é a violação à Constituição Federal.

Nós temos inclusive algo que hoje está em pauta, que é o Congresso Nacional ter a competência exclusiva, como foi mencionado aqui, no art. 49, inciso XVI, para decidir sobre o aproveitamento dos recursos naturais em terras indígenas.

Ora, o governo afirma: Não passa por terra indígena. Nós temos inclusive técnicos do próprio Ministério Público Federal que demonstram que o ponto de captação do eixo Norte é 80 metros da Ilha Trucar, ilha já demarcada do povo indígena Trucar. E outros pontos onde passam o traçado do projeto cortam terras indígenas Trucar também, fazendas Mãe Rosa, fazenda Toco Torto, outras ali no eixo Norte, dentre outras no eixo leste. Entretanto essas áreas não estão ainda demarcadas, mas já existe estudo antropológico na FUNAI que caracteriza aquela população como indígena, logo, a presunção é de que não se poderia haver, nesse caso, o descumprimento a esse art. 49 da Constituição. O Congresso Nacional, Senadores e Deputados deveriam ser chamados a se manifestar sobre essa possibilidade de aproveitamento hídrico. Esse é um primeiro ponto.

Depois, nós elencaríamos um bloco, resumidamente, de violação às normas ambientais do país. Todas as resoluções CONAMA que tratam do licenciamento ambiental foram descumpridas no que se refere ao licenciamento ambiental desse projeto. Primeiro porque, muito claro, os estudos de impacto ambiental que foram feitos por essas empresas contratadas que foram citadas aqui, eles se destinaram a aprofundar esses estudos por onde passam os canais, mas, não levaram em consideração o diagnóstico concreto e os impactos reais positivos e negativos nas bacias doadora e receptora. Isso causa problemas gravíssimos, inclusive não poderia ter sido dada a licença primeira que é a licença prévia, porque é ela que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento conforme a

legislação. E, na verdade, as falhas dos estudos são: No meio físico, no meio sócio econômico, no meio biótico. E a gente poderia elencar uma série deles. Isso está colocado em notas técnicas do Ministério Público Federal que estão à disposição dos Senadores. E eu fiz questão de escrever um artigo mostrando esses aspectos jurídicos do Projeto de Transposição citando aqui algumas partes do próprio parecer do Ibama que está sendo distribuído aos Senadores e aos demais presentes. Para, depois, com calma, cada um também poder ler isso. Mas, no Parecer 31/2005 do Ibama que trata do assunto são elencadas as fragilidades do estudo de impacto ambiental pelo próprio órgão. Contraditoriamente a licença prévia foi emitida buscando colocar outras condições de novos estudos. Postergando para nova fase e possibilitando a licença de instalação.

Bom, isso significa dizer que há fragilidades na compreensão de que reais impactos existirão com a implementação do Projeto de Transposição. E existem alguns que nós já conhecemos, impactos negativos sim. Na área ambiental. Mas existem outros impactos que precisariam de novos estudos que não foram efetivamente feitos. Tudo isso tem sido colocado nas ações judiciais que tramitam no Supremo Tribunal Federal.

Bom, uma violação grave também, nós podemos notar, ao sistema das normas de recursos hídricos do Brasil. Por quê? Porque bem dito aqui nesse Plenário, né, houve, na verdade, uma aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco. E o Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco, aprovado pelo comitê no dia 24 de outubro de 2004... 26 de outubro de 2004, decidiu a deliberação 18 que diz o seguinte: “As prioridades e critérios de uso das águas em caso de alocação externa de recursos hídricos. Água para fora da bacia é possível? É. Em que casos, a deliberação 18 do Comitê de Bacia do São Francisco com base na disponibilidade hídrica do São Francisco decidiu: Apenas para consumo humano e animal comprovada a escassez. Então, foi dito aqui, esses outros usos econômicos, é legítimo que se pleiteie água do São Francisco para usos econômicos? É. Mas, pela decisão do comitê, no Plano de Bacia do São Francisco, que foi aprovado pelo Comitê de Bacia do São Francisco, não pode. Por quê? Pela condição hoje de disponibilidade hídrica da bacia de São Francisco. É isso que está no plano decenal. Pode ser que isso mude na revisão do plano. Mas, hoje o plano de bacia está sendo cumprido. Isso também é objeto de apreciação de diversas ações judiciais que estão no Supremo Tribunal Federal.

Bom, por que então dizer que o Supremo Tribunal Federal é que está compilando essas matérias que

tratam, na verdade, de violações a estudos, a licenciamento ambiental, violação aos estudos de impacto ambiental. Por que o Supremo está fazendo essa decisão? Na verdade deveriam ser feitas na base, na Justiça Federal de cada Estado. Entretanto, o que levou essas ações todas, as 14... os 14 processos ao Supremo Tribunal Federal foi o fato de que foi suscitado o conflito federativo, mais ainda uma responsabilidade dos Srs. Senadores e Deputados. Por quê? Porque, na verdade, existia oposição de posição entre posição de Estados e da União, ou de Estados e Estados, podendo levar efetivamente a um conflito federativo. O que, na verdade, o art. 102, alínea “F”, da Constituição, estabelece que deve o Supremo decidir.

Bom, é importante mencionar aqui que durante dois anos, de 2005 a 2007, as obras da transposição estavam paralisadas, desde 21 de dezembro de 2004, na verdade, até 18 de dezembro de 2007, de 2006, estavam paralisadas as obras da transposição. Por quê? Porque exatamente se considerou reais e concretos os argumentos da precaução. Enquanto não se complementarem os estudos de impacto ambiental não é possível autorizar realização de uma obra. Complementados os estudos de impacto ambiental e aí sim percebendo os impactos reais negativos da obra, se decide sobre fazer ou não a obra e que programas de mitigação deverão ser feitos. [soa a campainha] Bom, então, vou concluir nos dois minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais dois minutos. A senhora tem mais dois minutos

SRA. LUCIANA KHOURY: Pois não. Então, na verdade o que nós identificamos é que esses dois anos foram paralisados. Quando houve a argumentação de que deveria ir para o Supremo Tribunal Federal, na verdade, o que é que o Supremo fez? O Ministro, na época, Relator, Sepúlveda Pertence decidiu: Não há problemas no momento continuar o licenciamento ambiental porque ainda estamos em fase de estudos. Podemos continuar o licenciamento ambiental. Mas, não autorizou a obra. Entretanto, como ele liberou o licenciamento ambiental aí em 23 de março de 2007 foi concedida a licença de instalação que autoriza a obra. Mas isso tudo foi levado ao conhecimento do Supremo. Qual é a situação hoje? Todo o povo brasileiro precisa saber. O mérito dos processos que estão no Supremo não foram decididos. A Sessão de Julgamento do dia 19 de dezembro de 2007 apenas decidiu que não deveria, no momento, paralisar as obras. Mas, o mérito desses 14 processos não foi decidido, portanto, não temos dúvida, enquanto Ministério Público brasileiro, que justiça existe nesse país [soa a campainha] e que certamente será garantido, sim, a restauração da le-

galidade. Porque, no momento, nós precisamos sim acreditar que o Judiciário brasileiro vai fazer valer a legislação do país que, na verdade, no momento, não está sendo cumprida por esse projeto. E nós esperamos que o Senado, o povo brasileiro e o próprio governo procure fazer com que isso aconteça independente da decisão vir aí no futuro do Poder Judiciário.

E para finalizar só dizer que a democracia na verdade ela também foi violada. O Estado democrático foi violado na medida em que a participação popular foi furtada porque, na verdade, a audiência pública convocada foi toda para as capitais e não para o povo da bacia onde era o povo que realmente teria influência direta do projeto.

Por isso que o povo se rebelou, na audiência pública das capitais em hotéis 5 estrelas, à noite, impedindo a participação concreta. Por isso, eu digo a democracia também. Portanto, a violação do Estado Democrático de Direito está, na opinião do Ministério Público, garantida. Agradeço a oportunidade.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional. Dez minutos com mais dois.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Sr. Presidente da Casa, do Senado Federal, Senador Paim, senhores membros da Mesa, Srs. Senadores, participantes desse evento. Eu quase que... sem querer nem de longe me comparar, mas, quase que assumi aqui a postura de Ruy Barbosa, em determinada época, quando ele disse, numa reunião importante que ante isso, diante disso e depois disso ele quase nada tinha a dizer.

Parafraseando o Ruy eu gostaria de dizer aos senhores que eu ouvi tanta coisa aqui. Ouvi tanta filosofia. Ouvi ideologia. Ouvi posições até apaixonantes, mas, dados efetivamente concretos sobre o projeto eu não ouvi. Não ouvi. E algumas pessoas citaram alguns dados efetivamente, isoladamente, mas não no conjunto da obra.

Eu gostaria que os Srs. Senadores soubessem que nós, no Ministério da Integração, estamos dispostos a fornecer individualmente a qualquer Senador ou à Casa qualquer informação do ponto de vista técnico, científico que eles precisem conhecer sobre a obra. E a responder sobre quaisquer questões que venham a ser solicitadas ao Ministério porque uma das coisas que caracteriza a gestão desse Ministério é a responsabilidade, é a vontade de acertar e, no caso específico, é a vontade de servir ao povo do Nordeste, essencialmente, ao povo do Nordeste Setentrional.

Eu ouvi aqui muitas estatísticas assim soltas, mas, eu creio que a primeira coisa que eu ouvi aqui de errado é quando estabeleciam aqui os milhões e milhões de habitantes, os percentuais sobre o Nordeste Setentrional. Naturalmente enquadraram nesses percentuais o meu Estado que tem 60% do seu território no semi-árido nordestino e ele está absolutamente fora do projeto que leva água para integrar as bacias do Nordeste Setentrional. Então, a partir daí, eu ouvi uma série de informações que não batem, segundo o nosso modesto ponto de vista, com a realidade.

Vou apenas tentar aqui, em sete minutos, talvez, porque já andei uns três, sintetizar a obra.

A obra é pensada há anos. Há anos. Desde o Império que se... um pouquinho antes do império que se preocupam com ela. Mais proximamente, de 1999, 98 até 2005 [soa a campainha] 2006. Já terminou?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pelo contrário. Essa presidência gostaria de pedir mais silêncio ao plenário pela importância do debate que estamos fazendo.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Se aprofundaram os estudos sobre a obra e, finalmente, ela tomou feição. O projeto passou a existir.

Alguém disse aqui que o rio não estava morrendo porque não estava faltando. Realmente. O rio São Francisco, minha gente, não é como o Sudão, o rio Nilo, por exemplo, que tem lá no Sudão anglo-egípcio, lá em Catoganca, sei lá, nas regiões da África, grandes lagos, o Vitória, o Niagara etc que são recursos hídricos que realimentam ele nos períodos de estiagem.

O São Francisco passou, olhem bem, quando alguém fala em degradação está certo, o rio está degradado, doutora. Está, eu concordo! Eu conheço como a minha mão o São Francisco. A sua história e a sua geografia e a sua economia. Não sou de lá, não nasci lá, mas sou baiano e adoro o São Francisco, sempre adorei. Adoro a tua terra também, Juazeiro. Então, repare! O rio São Francisco vem sendo vilipendiado há anos, e anos e anos. É verdade que o Brasil só teve ciclo de ouro das Minas Gerais por causa do São Francisco. Era de lá que saía a comida para alimentar os mineradores. Só teve o ciclo da cana-de-açúcar porque proibiram os Governadores do passado a utilização as terras do litoral que não fosse para a cana-de-açúcar. De Ilhéus a Cabedelo na Paraíba. Então, a comida vinha as boiadas, o peixe seco, os grãos, a farinha, tudo vinha de lá da região do São Francisco. Se por um lado degradaram com as pastagens às margens do rio, por outro lado também ajudaram o Brasil a continuar existindo e a andar para frente. Não havia essa consciência ecológica naquela época. Hoje existe. E, graças ao projeto São Francisco, porque Srs. Sena-

dores, eu me retiro daqui. Peço perdão a todos e saio até da minha Secretaria Nacional de Infra-Estrutura Hídrica se alguém me provar que antes deste projeto alguém já teve uma iniciativa concreta, já realizou alguma coisa pela revitalização do São Francisco? Jamais. Graças a esse projeto, a essa polêmica, concordo, que ela tem ajudado, está certo? Se está pensando em revitalizar o São Francisco, obviamente, já na prática. Não existe estudo somente. Estamos tratando já de resíduos sólidos, os números eu não posso, senão o meu tempo não vai dar para nada. Resíduos sólidos. 164 cidades da calha do rio estão recebendo esgotamento sanitário. Obras em andamento, algumas poucas ainda em licitação. Isso feito de agosto até o fim do ano. Nunca, na história desse país se viu isso. 164 cidades condensadas numa mesma região recebendo esgotamento sanitário para revitalizar o rio, porque a água vai cair no rio. Estamos tratando de matas ciliares, começamos agora a tratar dos canais de navegação. Microbacias em Minas Gerais. Eu me perdô, doutora, em lhe dizer, em lhe contrariar, não estou lhe contrariando, apenas lhe informando que com o Ministério Público de Minas Gerais, com interveniente, nós estamos agora assumindo um convênio com a fundação mineira para promover a recuperação de mata ciliar em torno de uns 400 quilômetros das margens do rio no Estado de Minas.

Nós queremos o Ministério Público, lá no Ministério, a ordem é abrir o que precisar de informações. Nós não temos porque esconder, primeiro porque nós somos agentes públicos. Segundo, porque o dinheiro é do povo brasileiro. Terceiro, porque não interessa esconder nada. O que interessa, como disse aqui o Ministro Geddel, não me lembro se foi o Deputado Ciro, o que interessa é que a gente comece a fazer porque o debate pelo debate é democratismo, não é democracia. É parnasianismo. Então, a gente precisa chegar a conclusões em etapas.

O Ibama se bateu conosco durante quatro anos e meio. E me manda de lá 36 PBAs, Programas Básicos Ambientais. Nós estamos fazendo educação ambiental, de proteção da vegetação, da supressão vegetal e toda a supressão vegetal a defesa dos sítios arqueológicos. Nós estamos fazendo a recuperação de microbacias, nós estamos fazendo, já iniciado tudo isso. PDDU, Plano de Desenvolvimento Urbano das Cidades ao longo da calha. Eu acho que até extrapolaram quando pediram isso. Os programas básicos ambientais do Ibama custarão ao país 662 milhões de reais a custo de hoje. Será que esses técnicos do Ibama são loucos? Não são competentes? E nós não sabemos também perceber se é loucura, se é insanidade? Pois os projetos estão iniciados, quem quiser pega uma carona com a

gente, se não quiser gastar a passagem e vamos lá no São Francisco.

Agora, o rio São Francisco, essa história de dizer que ele está morrendo. Liar, um belga e Rafael, um alemão, descendente de alemão, contratados por Pedro II, em 1855 determinaram, quem quiser vá aqui na biblioteca nacional que vai encontrar esses estudos, ou, diga-se de passagem, os melhores estudos feitos sobre o rio até hoje. Eles estão dizendo lá o seguinte: Que o rio São Francisco, pela sua degradação já naquela época precisava de proteção. E uma das primeiras coisas para torná-lo perene era construir, no “talveg” de Sobradinho, a expressão deles, os engenheiros sabem o que é “talveg”, a barragem de Sobradinho. O Governo Federal ao longo dos anos fez. Então, o rio São Francisco, é até Sobradinho, antes de Cristo e depois de Cristo. É até Sobradinho e depois de Sobradinho. Se não tivesse Sobradinho o São Francisco não teria condição de sustentar nenhum programa permanente. [soa a campainha] porque não teria uma demanda permanente de água. Mas como Sobradinho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a Tem mais dois minutos ainda.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: 34 bilhões, Três Marias, 19 bilhões e daí em diante as cascatas todas da CHESF têm capacidade de gerar 10 mil megawatts, como disse Marcondes Gadelha se não houvesse água não tinha geração de energia. Então, a capacidade de engolimento das turbinas da CHESF de Sobradinho até Xingó são nove, é de 15.650 m3 por segundo. Evidentemente que não são utilizadas de modo, digamos assim, paralelamente, existe uma programação. A água da antecedente serve para a água da conseqüente, certo? E se consegue fazer isso. Se mexer com o... 15.600 m3 de engolimento para produzir 10 mil megawatts de energia e não se consegue produzir uma operação de uma outorga de 26 m3 [soa a campainha] para o Nordeste Setentrional?! É até brincadeira isso.

Das tomadas d'água instaladas ao longo do rio talvez seja a menor. Tem 80 no Jaíba, 60 no Baixo, 30 no... no Salitre, 28 no Tourão, 30 no Nilo Coelho etc, etc. Então, será que todas são abençoadas, demonizada é aquela que vai para o Nordeste Setentrional?

Essa história de dizer... olha, Senador, eu vou terminar por causa do tempo. Mas, nós temos condições de conversar com os senhores o que quiser. Água, água é subterrânea no Nordeste Setentrional que conversa para boi dormir é essa?

Alguém citou aqui Aldo Rebouças, e Aldo Rebouças estava aqui, por acaso, não sei se foi divino ou... eu estava com esse papel na mão. Olhem aqui. O que Aldo Rebouças diz aqui: “Necessário se faz, no entanto,

dar continuidade ao programa [soa a campainha] de construção de grandes represas na região. Devendo haver sempre a preocupação simultânea de interligar suas bacias hidrográficas para utilizá-las racionalmente”. E o projeto do São Francisco não é de transposição, é de interligação de bacias para fazer com que todos os reservatórios do Nordeste que existem e que serão interligados tenham uma demanda permanente para dar garantia hídrica a quem quiser sobreviver bebendo água e o seu excesso serão destinados pelos comitês gestores multidisciplinares de cada Estado.

Que história é essa de ficar aqui dizendo que essa água vai ser para produzir camarão ou vai ser para produzir melão? Eu, se fosse optar hoje queria a uva. Que é muito melhor e manga no mercado internacional. Eu... eu não acredito em projetos que sejam antevistos por visionários ou por madames beatrizes. Eu só acredito em coisas, o que está escrito. É que a dessedentação animal é prioritária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto para concluir.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: O que está escrito é que as gestões das águas serão feitas por comitês gestores multidisciplinares. Se alguém amanhã ou depois vier me perguntar se essa água vai para um latifundiário ou vai para um “O Poderoso Chefão” da indústria, eu vou ter que dizer: então eu descredito no Brasil. Porque um comitê multidisciplinar com Ministério de Integração, Ministério de Meio Ambiente, secretarias estaduais, prefeituras, sindicatos, sociedade civil organizada, 30, 40 pessoas, vão destinara água para esse fim? É acreditar que no Brasil só tem corrupto e eu me recuso. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. José Henrique Cortez, ambientalista e coordenador do portal Eco Debate. Dez minutos com mais dois. E sempre já agradecendo para que todos fiquem dentro dos dez minutos, no máximo, com mais dois.

SR. JOSÉ HENRIQUE CORTEZ: Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, Senhoras e senhores. Eu vou sair um pouco da maneira com que isso está sendo discutido. Eu acho que numa situação em que nós temos muito assunto e um assunto importante para discutir em tempo muito curto, muito número não ajuda. Na verdade, ele atrapalha e bastante. Então, eu acho mais importante nós discutirmos conceitos, idéias essenciais.

Eu acho também importante agradecer ao Ministro Geddel e agradecer ao Deputado Ciro Gomes, que eles colocaram duas questões hoje extremamente importantes para ajudar o debate.

Ministro Geddel confirmou o que sempre se disse, que é um fato, de que é um projeto integrado de desenvolvimento regional. E o Deputado Ciro Gomes, corretamente, reafirmou que o projeto de integração não é, de transposição ou de integração não é um projeto que visa a população difusa. Isso é verdade. E é importante... e esse raciocínio devia ter sido usado desde o início. Ou seja, em algum momento quando surgiu essa história, que ninguém sabe quando é que surgiu, que era um projeto que ia levar uma cuia d'água para quem tem sede. Criou-se um imaginário em volta do projeto que é diferente do que de verdade é. Nós temos que discutir o que o projeto é para quem ele vai levar água e porquê. Mas, as duas colocações tanto do Ministro quanto do Deputado Ciro Gomes colocam a questão do eixo correto, que é o que nós estamos discutindo, levar água para quem e levar água porquê.

Nós também temos que evitar discutir três coisas que estão sendo misturadas e elas não se confundem. A primeira delas é a revitalização do São Francisco. A revitalização do São Francisco não está em discussão. Ela é consenso. Não há ninguém neste país que possa ser contra a revitalização, a recuperação hidro-ambiental do rio São Francisco ou que se oponha a isto. Então isso, não está em discussão, isso é consenso.

A outra é no que se refere à própria transposição quando se fala dos dois eixos. Nós temos o eixo Norte, nós temos o eixo leste, são projetos diferentes para problemas diferentes com regiões diferentes que têm que ser discutidas em separado. Vamos começar a falar rapidamente do eixo Norte.

No nosso imaginário e aí que a história começou a se confundir, quando a gente fala de projeto imaginário, no nosso imaginário sempre tem aquela cena que se repete ao infinito, de que no período de estiagem os caminhões pipas, as comunidades, dependendo de caminhão pipa, de carro pipa, tendo que carregar lata de água até a cacimba mais próxima. Esse desespero se e repete ano a ano. Todos nós visualizamos isso infinitamente. Então, quando se fala, que não é isso o que se fala no projeto, mas quando surgiu a imagem de levar uma cuia d'água a quem tem sede a gente associou uma coisa à outra. Mas, não estão associados, não estão associados. Então, vamos falar da situação atual antes de falar daqui a 25 anos.

Hoje os reservatórios estão lá. Hoje os reservatórios já têm todos um sistema. Hoje os Estados já investiram, até alguns grandes sistemas de distribuição em capilarização, em adutoras e tudo o mais.

No entanto, estas populações que estão em torno inclusive, essa população dispersa não está só muito longe não, você tem população que é dispersa e está a 10 quilômetros do reservatório. É que ela está fora dos

eixos de distribuição. Está ali, ela não é tão dispersa assim, ela está perto. Se esse projeto vai levar água, que é a essência dele do eixo Norte, com destino aos reservatórios que já lá estão quando está se falando que vai levar água para quem já tem. É que ele não está mudando o modelo de distribuição de água que é profundamente injusto nesta região. O Brasil tem um modelo de acesso à água profundamente injusto. Se ele vai levar água para reservatório que já existe, esse modelo que vai manter essas populações sem água vai continuar. Então, portanto, é um projeto que nada muda.

Ele, para mudar vai precisar também de uma imensa infra-estrutura de distribuição, que não é do Governo Federal, terá que ser feita pelos governos estaduais.

Os governos estaduais, naquela região, já investiram muito em infra-estrutura de distribuição, em adutoras e tudo o mais, mas, não vão conseguir acompanhar esse padrão de distribuição. Não têm recursos para isso. Essa é uma discussão que vai acabar voltando aqui para o Senado porque todos esses Estados já estão no limite dos seus endividamentos. Essa discussão vai voltar para cá se eles precisarem aumentar a distribuição e a capilarização. Se não vai mudar, então, é uma questão de mudar o conceito, o modelo, a gestão.

Toda essa modelagem de 26 m3, ele significa agregar ao sistema 10% a mais. De verdade, não é? Nós estamos falando de duzentos e oitenta e poucos m3, vão se levando 26, você está levando um pouquinho menos de 10%. Ora, a perda no gerenciamento do sistema deve ser maior do que isso, só em defeito de barragem, extração ilegal a gente está cansado de ver extração sem outorga em volumes imensos. Nós temos barragens, como já disse, com defeito, adutoras que estão, num certo momento inoperante. Então, a perda do sistema é maior que 10%.

No eixo leste a questão já não é tão simples. Na questão do eixo Norte esta obra vai levar água para os reservatórios que já existem que não tem mudança de distribuição. Então, portanto, as pessoas que hoje estão dependendo de carro pipa, que são essencialmente a população difusa, difusa não significa distante, hein? Elas estão até perto dos reservatórios, e que é a população que migra, a população que migra não é urbana, quem migra é a população rural.

No eixo leste a situação já é outra. No eixo leste tem um problema sério, a região do eixo leste precisa de água mesmo. Precisa. Campina Grande é uma situação que ela já está no limite, isso tem que ser trabalhado, isso tem que ser estudado. Através da transposição no eixo leste? Não. Tem mecanismos mais simples, até no próprio Atlas da ANA dá essa

sugestão e muitos técnicos dizem isso, através de adutoras e tubulações você atende a região do eixo leste que é uma região que precisa sim. Ela tem que receber água. Por outro lado, também precisamos ter a seriedade de compreender que um outro problema que tem que ser discutido, e aí eu peço essa atenção ao Senado, é de que um programa de desenvolvimento sustentável para o semi-árido baseado na convivência dos com semi-árido, supõe um pacto nacional. Não supõe um projeto. Isso Dom Luiz tem insistido muito é um projeto de desenvolvimento do semi-árido. Não é um projetinho, não é esse conceito de um projeto que tem começo, meio e fim, mas, é uma ampla discussão para um verdadeiro pacto nacional. O país precisa reconhecer que precisa “pagar”, entre aspas, a dívida social para com o Nordeste.

Se obra hídrica resolvesse o problema, nos últimos cem anos estava resolvido pela quantidade de obra hídrica que foi feita e o problema continua igual. Se não pior. Então é gestão, é projeto, é modelo, é alternativa? Tudo isso é verdade. E isso tem que ser discutido de uma maneira sistêmica. Não é um único projeto que vai resolver uma centena de problemas. Isso é sonho. Achar que um projeto chega, vira a chave e está funcionando, não é assim que funciona. Tem que ter compreensão sistêmica da questão. Então, a transposição, eu falo isso no eixo Norte, ela é desnecessária. O problema do eixo leste existe, mas, ele pode e deve ser resolvido por outro sistema, por outro modelo. Mas, aquela região precisa de água mesmo. E peço, e insisto até que o Senado tenha esta percepção. Nós precisamos avançar, precisamos chegar num momento em que este grande tema nacional que é o desenvolvimento sustentável do Nordeste como Dom Luiz Cappio insiste com frequência, isto é um pacto nacional que tem que ser nacionalmente discutido.

Um projeto que surge por vontade imperial que vai ser porque vai ser... não é bem assim que essa coisa funciona. Não pretendo estourar o meu tempo, porque, como eu disse, eu não vim discutir número eu vim discutir conceito, discutir idéia, discutir a alma do que a gente está fazendo. Essa é a melhor maneira de nós termos um debate honesto. Quando eu quero dizer debate honesto não estou falando no sentido de desonestidade, estou falando num debate em que você está falando o que verdadeiramente sente.

Então, fechando o que eu já tinha dito. O eixo Norte, ele vai funcionar do jeito que funciona [soa a campanha] hoje. Portanto, não altera o desespero dessas populações. Vai levar água para o reservatório que já existe. Então, a tragédia não muda. O problema nosso é que nós temos que mudar essa questão, a tragédia tem que acabar, não por mais água onde a tragédia já

existe. No eixo leste é preciso um projeto de adutora, de canais de adução e de gerenciamento de sistema que leve água para a Paraíba e para Pernambuco. E, acima de tudo, precisa ter um pacto nacional para democratizar o acesso à água. As pessoas continuam sem ter acesso à água de uma maneira profundamente injusta. E a água, acima de tudo, ela pode ser um bem econômico, mas, acima de tudo, ela é um direito humano fundamental. A todos vocês eu agradeço a atenção. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência agradece por ter ficado dentro dos dez minutos e passamos de imediato a palavra ao Sr. Rômulo Macedo, gerente do Programa São Francisco de responsabilidade do Consórcio Lagos-Concremat, dez minutos com mais dois, se necessário. Informo ao plenário que em seguida teremos mais dois convidados. A atriz Letícia e, por último, o Sr. Paulo Canedo de Magalhães da COPPE, professor da UFRJ.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, nós estamos tendo a presença hoje, a visita de Dom Tomás Balduino que acho que seria muito importante que ao final também pudesse ter a palavra e... como a atriz Letícia Sabatella veio acompanhada dos atores Osmar Prado e Carlos Vereza ambos do mesmo Humanos Direitos, ela gostaria de compartilhar o seu tempo. E se não houver objeção de todos, eu sugeriria que cada um desses três, quando ela falar, pudessem compartilhar com minutos iguais de cinco minutos cada, se todos estiverem de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, por parte dessa presidência não é nenhum obstáculo. Eu quero só manter o equilíbrio que a gente conseguiu manter até o momento entre aqueles que falavam a favor e contra, exatamente com o mesmo tempo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): E o mesmo tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só espero que a gente caminhe no encerramento com essa posição. Que não fique, me permita, Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas com o mesmo espírito e, portanto, qualquer tempo adicional--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Senador Suplicy, me permita que a presidência responda para ajudar V.Ex^a. Acho

que não ficará bom o encaminhamento final, e todos vão entender, se nós botarmos três pessoas seja a favor ou contra. Então, eu só peço que a gente faça uma mediação nesse sentido que haja o equilíbrio no encerramento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com toda a certeza então proponho que quem sabe o Deputado Ciro Gomes possa organizar como que por igual tempo eles... os que tenham ponto de vista favorável possam se expressar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza a Mesa vai submeter à decisão que os senhores tomarem no Plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho que há um orador na tribuna, depois que ele falar eu vou esperar a orientação do Deputado e do Senador. Por favor, com a palavra por dez minutos com mais dois.

SR. RÔMULO MACEDO: Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Eu vou tentar aqui, em dez minutos, mostrar, tentar mostrar porque é que este projeto é tão importante para o semi-árido nordestino e porque ele não vai fazer mal nenhum ao rio São Francisco.

Vamos começar pelo rio São Francisco. Existe um estudo que se denomina: Estudo Decenal da Bacia do Rio São Francisco, feito pela Agência Nacional de Águas com a contribuição do Ministério da Integração Nacional, aprovado pelo Comitê Nacional de Recursos Hídricos, pela Comissão Nacional de Recursos hídrico e aprovado pelo Comitê de Bacia do rio São Francisco. O que é que diz esse estudo? Diz o seguinte, que durante 100% do tempo, no rio São Francisco, ou seja, se... Sobradinho abrir as comportas dele e jogar 1.850 m³ por segundo no rio São Francisco para o resto da vida, o rio São Francisco agüenta. O que a gente está autorizado a tirar do rio São Francisco é 26 m³ por segundo e isso corresponde a 1,4% da vazão, 100% garantida, do rio São Francisco. É tão pouca água que nenhum instrumento hoje, o mais preciso instrumento de medição de vazão de... o que existe hoje só tem uma precisão de 4%. Quer dizer, se você botar uma régua a montante, quer dizer, antes da transposição e outra régua depois da transposição jamais você vai poder acusar a retirada dessa água do rio São Francisco. E quando você não pode dar a dimensão ao impacto, o que é que se pode dizer? Que não há impacto. Essa é que é a verdade.

Agora, por que é que tão importante levar essa água para os reservatórios, ao contrário do que disse aqui, os reservatórios da região do Nordeste Setentrio-

nal, ao contrário do que disse aqui o companheiro aí anterior. O DENOCS foi fundado em 1909 com a missão de construir, de resolver o problema da demanda hídrica no Nordeste através de construção de grandes reservatórios, médios e pequenos reservatórios. Construiu cerca de 900 reservatórios na região. Só que esses reservatórios são muito ineficientes. Mas, são ineficientes não por causa do operador do reservatório. Não por causa dos engenheiros do DENOCS que operam os reservatórios, que até operam muito bem. Acho que são os técnicos que melhor operam reservatório no mundo inteiro são os técnicos do DENOCS. Só que esses reservatórios, eles têm uma eficiência de 20%. É seguinte, tudo o que chove no Nordeste brasileiro só 8% de tudo o que chove no Nordeste brasileiro chega nos reservatórios. Desses 8% que chegam nos reservatórios, você só pode utilizar, em média, 20% do reservatório. 80% você é obrigado a jogar fora, a água fora por quê? Porque devido às condições climáticas da região. Como é que isso acontece? No final de um período de inverno, como nós chamamos lá, período de chuvas, o operador do reservatório vai lá e faz as contas. Como nós vivemos numa região como se vive numa região semi-árida que você não tem condições de prever a ocorrência de secas que lá são anuais e interanuais, isso é uma das características do semi-árido brasileiro. Certo? Você é obrigado a manter o seu reservatório sempre cheio esperando a seca acontecer. E se vem a seca, o que é que acontece? Você deixou o seu reservatório cheio, espelhado. Você continua perdendo água pela evaporação, que dá dois metros, em média, dois metros de coluna d'água de evaporação por ano. Mas, se não vem uma seca, vem uma cheia? O que é que acontece? A cheia chega no reservatório, você deixou o reservatório cheio esperando a seca, a cheia chega no reservatório, não tem espaço para se armazenar, verte pelo sangradouro e se perde para o mar. Não há outra forma de operar reservatório no semi-árido brasileiro a não ser dessa forma. A não ser no rio perene como o rio São Francisco. Em rios intermitentes só essa forma perder 80%.

O que é a transposição do rio São Francisco? A transposição do rio São Francisco é minha garantia de que eu não vou agora usar só 20% do reservatório, eu vou usar é 40, é 30. Às vezes 50% da água do reservatório. Por quê? Porque se vier a seca eu ligo a minha torneirinha no São Francisco e resolvo o problema da garantia de abastecimento de água na região. E se vier a cheia? O que é que acontece? Como eu usei mais o reservatório, eu usei, ao invés de 20% eu usei 40% do reservatório, eu deplecionei mais o reservatório. Quando a cheia chega, ela se acumula mais, a água gerada na própria região se acumula mais nesse re-

servatório e perde menos para o vertimento. E então o que é o Projeto de Transposição do São Francisco? É um projeto de gestão de melhoria da gestão da água que já existe na região. É você melhorar, aumentar a água que você já tem disponível na região. Esse é que é o grande objetivo do Projeto de Transposição, não tem outro objetivo. O Projeto de Transposição não é para abastecimento humano ou para abastecimento, não é para priorizar uso de água, quem prioriza o uso de água é a Lei de Recursos Hídricos.

Bom, mas se falou aqui, mas por que é que leva a água para esse reservatório? Porque, vou usar uma expressão, porque seria uma estupidez técnica não levar para o reservatório. Porque se você não leva para o reservatório você não faz a sinergia com as águas da região. E como é que é feita essa sinergia? Você estava perdendo um metro cúbico de água no Nordeste Setentrional e no rio São Francisco está passando outro metro cúbico que você vai perder para o mar. Se você pega esse metro cúbico do rio São Francisco e joga para um reservatório do Nordeste Setentrional você transforma o metro cúbico do rio São Francisco em dois m³. No reservatório do Nordeste Setentrional. É por isso que a água tem que ser... Isso dá uma sinergia quantitativa, isso aumenta é... isso quer dizer que se você levar 20 m³ por segundo do rio São Francisco, você vai transformar em 30, 40, às vezes m³ por segundo lá na região do Nordeste Setentrional aumentando a oferta e garantindo a oferta de recursos hídricos. Esse que é o grande objetivo do Projeto de Transposição do São Francisco.

Com relação a questão da ANA, do Atlas da ANA. O Atlas da ANA, ele existe dentro do próprio projeto São Francisco. Ele é um dos 36 programas ambientais que foram mencionados aqui pelo Secretário João Santana. Então, o Atlas da ANA é um projeto de distribuição de água. É um projeto que planeja a distribuição de água. E o rio São Francisco, o Projeto de Transposição do São Francisco é um projeto de oferta hídrica, de melhoria e garantia de oferta hídrica para a única região no país que não tem essa garantia. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A presidência, se o Plenário entender, não sei se houve um diálogo entre o Senador Suplicy e o Senador... e o Deputado, eu faria da seguinte forma. Agora é a atriz Letícia Sabatella e nós dividiríamos o tempo dela em 3 de cinco e vamos dar, que é o último inscrito, tem uma posição contrária, ao Prof. Paulo Canedo de Magalhães os mesmos 15 minutos. Acho que é um equilíbrio a partir desse...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho que seria importante nós também cedermos a palavra a Dom Tomás Balduino, e eu combinei com o Deputado Ciro Gomes, ele terá o tempo adicional que porventura houver a mais para os críticos para também expor--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tranquilo entendimento do Plenário, entendimento da presidência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ele assim acordou e assim fica equilibrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato a atriz integrante do Movimento Humanos Direitos, atriz Letícia Sabatella por cinco minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E ela sobe à tribuna com os seus companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cada um deles. Cada um terá o direito a cinco minutos.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Boa tarde, boa tarde a todos. Aos Senadores aqui presentes, Senadoras, Deputados, às pessoas que vieram aqui, meu sincero boa tarde, Dom Luiz.

SR. OSMAR PRADO: Só um minuto, perdão, excelência, eu gostaria de ceder os meus cinco minutos à minha colega, porque assim ela fala dez, é melhor.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Eu não sei se eu preciso falar dez.

SR. OSMAR PRADO: Mas fale, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fique à vontade. Poderão falar cada um cinco minutos.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Obrigada. Bom, eu, sinceramente não trouxe nenhum texto decorado, porque eu não vim como atriz, mas, como cidadã integrante de um Movimento Direitos Humanos e acho que de uma forma educativa nós podemos todos, como cidadãos, estar presentes em reuniões e discussões. Infelizmente, essa discussão é tardia, pois nós sabemos que o projeto acabou até de receber uma... um acréscimo de orçamento, né? Aprovado ontem mesmo na Câmara dos Deputados. Eu lamento isso. Espero que isso não se trate de só um teatro, mas, que mobilize realmente a quem assistir esse debate para que nós possamos nos posicionar cada vez mais em relação aos rumos que a nossa sociedade anda tomando e não entregar isso à revelia, às decisões às vezes arbitrárias de nossos governantes.

Bom, eu quero dizer, também, desculpa... primeiro que nós consideramos a água, nós estamos aqui porque consideramos a água um direito humano, um

alimento que nutre e forma 70% do nosso organismo. Nós somos feitos de muita água. E assim como o nosso planeta que se chama Terra a muita água que existe na Terra é necessária e precisa ser tratada com o sangue vital do nosso mais precioso patrimônio comum, de todos que vivem aqui. Não pode ser reduzida à condição de mera mercadoria assim como tudo o que integra a vida neste planeta, pois, toda vez que reduzimos a vida a este status mínimo, denominamos, destruímos nosso patrimônio ambiental e extinguímos espécies diversas de existência.

O planeta precisa pensar seus modelos de desenvolvimento econômico de forma que vise a sustentabilidade da vida. Faz-se necessário ampliar a forma de olhar uma floresta, os animais, um rio, como olhamos para os nossos filhos e filhas e pensar qual o futuro pretendemos deixar-lhes como herança.

Na história do nosso país vimos que mudam-se os governos, mas, não mudamos ainda o Estado que pensa esse país apenas como um armazém de recursos a serem explorados à exaustão a fim de gerar lucro do ponto de vista da história. O lucro imediato. Lucro imediato a poucos favorecidos por essa exploração. Como que brasileiros podemos insensivelmente continuar esse Estado miserabilizante que nos torna colônia perpétua desse sistema? Ainda não conhecemos o nosso país, não conhecemos a riqueza diversa que há nas plantas do cerrado da Amazônia e continuamos trocando tudo o que podemos aprender e ganhar com essa diversidade, com os povos indígenas, detentores de tecnologias incríveis de sobrevivência por um pseudocrescimento que será riqueza de poucos e bem menos brasileiros do que se dizem, uma vez que entregam a vida sustentável da nossa casa mãe para gerar álcool, minérios, produtos agrícolas industriais repletos de agrotóxicos para a exportação. Pois sabemos neste fim para as águas da transposição.

A arrogância fez com que milhões de indígenas fossem mortos pelos primeiros colonizadores que aqui chegaram. Não devemos continuar com essa postura perante a sabedoria de tradições milenares assim como de brasileiros que vivem e convivem há séculos com o semi-árido. Além de pesquisadores que conciliam essas tradições com inovações da ciência. Mas, que respeitam essa sabedoria por terem conhecido a fundo a realidade do povo e do meio ambiente brasileiro. Não devemos impor a cultura de mercado que sempre se julga superior aos valores humanos, aos direitos humanos, à essência real do Brasil.

Projetos como do Atlas Nordeste são sim o exemplo de uma inteligente conciliação que contrapõe com qualidade a opção da transposição. Que serve, que no caso, vem a servir sem muitos bons prognósticos

futuros para o rio, semi-árido e a sua população. Eu acompanhei também a luta de povos indígenas como os krahos, apinajés, krikatis do Tocantins e Maranhão que vão sofrer muito com a “democracia”, entre aspas, do governo que simplesmente ignorou as argumentações importantes para o mundo. Eles disseram, eu observei reunião de sete horas com lideranças indígenas dizendo: “Vocês vão explodir esse planeta. Nós não concordamos com isso”.

Ninguém concordava com a Barragem de Estreito ou com mais de 30 barragens que vão ser feitas ao longo do Tocantins. Dois dias depois o nosso Presidente dizia que vai acontecer as barragens à revelia de liminares que foram sendo derrubadas dessa maneira.

Infelizmente, isso tem acontecido e nós não estamos realmente vivendo um Estado Democrático que esperávamos.

Bom, eu acho que eu vou passar a palavra para os meus colegas. O texto foi escrito agora, porque eu esperava realmente poder escutar as pessoas e poder não vim com um texto pronto. Então, com licença.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao ator Osmar Prado por 5 minutos.

SR. OSMAR PRADO: Então eu vou falar só uma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você tem 5 e o ator Carlos Vereza também teria 5 minutos

SR. OSMAR PRADO: Eu quando eu vim para cá, aliás, Senador Suplicy, Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, demais Senadores, eu fiquei prestando atenção na... [aplausos] Isso não é uma representação. Eu... fiquei ouvindo as falas e percebi discursos técnicos de grande retumbância e, muitas vezes, até de expressão corporal e gestos teatrais e fiquei prestando atenção aos discursos cujo coração estava na frente realmente preocupado com o sofrimento do povo brasileiro. Nesse sentido, nos demais discursos eu quero homenagear o senhor, Frei Cappio. Eu ouvi um comentário jocoso quando eu estava ali, quando o senhor chegou, que o senhor estava mais gordinho depois do seu jejum. Eu queria dizer que eu admiro a sua coragem, porque o que está faltando no país, nos homens públicos é a coragem de doar a sua própria vida em benefício do povo brasileiro. [aplausos] Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao ator Carlos Vereza. Dispõe de oito minutos se necessário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Sr. Presidente, queria aqui recordar há poucos anos atrás em “O rei do gado”, de Benedito Ruy Barbosa,

Carlos Vereza fez o personagem do Senador Caxias, que mexeu muito com nós, Senadores. Quase na conclusão da novela, os diretores e a equipe, por sugestão de Benedito Ruy Barbosa também, convidaram a mim, a Senadora Benedita da Silva e o Senador Darcy Ribeiro que por causa de estar convalescendo não pode comparecer ao velório inteiro do então Senador Caxias. Que, portanto, havia falecido, mas, aqui ele volta agora... [risos]. À tribuna do Senado e quero dar as boas vindas ao Senador Caxias. Carlos Vereza.

[aplausos]

SR. CARLOS VEREZA: Obrigado. Obrigado. Foi por isso que eu pedi uma questão de ordem, entendeu?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Justa razão. Agora eu reconheço.

SR. CARLOS VEREZA: Me sinto bem localizado, afinal fui Senador, mesmo virtual. E querido Paulo Paim, uma crítica que não precisa invocar o art. 14 não. Construtiva e... amável, amorável, quando você pressupôs que ao final dos debates poderia haver uma calamidade pública ou alguma coisa assim de... de gestos violentos ou agressividade, não. Não vai haver, os artistas também lêem, também estudam e recebem educação também. [aplausos] Então, o que eu queria começar por uma parábola, como é comum ao vosso Presidente. Na Copa, acho que de 58, o Feola chegou para o Garrincha e disse assim: “Meu filho, você vai pela lateral, aí finge que vai para o meio, aí o beque sueco, vem em direção a você, você finge outra vez, você vai para a ponta, você recua e avança novamente”. Aí o Garrincha esperou, esperou: “Mas, o senhor já combinou com ele isso?”

Eu faço, eu transfiro essa parábola: Os senhores já perguntaram isso à população ribeirinha? A população ribeirinha sabe disso? Eu, de repente, me senti no Séc. XVIII, em pleno auge do determinismo, quando inteligências, algumas, algumas geniais como o nosso querido Marx e Engels, elaboraram verdadeiros projetos em suas cabeças, em suas mentes geniais e esqueciam de perguntar se a realidade concordava com aqueles projetos. E nós vimos, no decorrer do tempo, que esses projetos fracassaram, esses projetos naufragaram. O determinismo que eu presenciei aqui do Séc. XVIII, só faltou ver roupas rendadas, eu pensei: Quem vai efetivar, colocar na prática isso sem consultar o Vereza, o Osmar, os demais presentes, a Letícia? Sem consultar aqueles verdadeiramente interessados, a população ribeirinha.

Ouvi um outro parlamentar muito digno falando que na China resolveu-se, em 20 anos o que nós não conseguimos resolver em muitos, em muitos mais anos.

Eu pergunto: É uma comparação um pouco injusta. Lá existe o trabalho escravo, não existe a lei trabalhista. Existe aquela chamada mais valia, realmente colocada de uma maneira cruel em cima dos trabalhadores chineses.

E, finalmente, meu querido Ciro Gomes, não invoque o 14, hein? Não invoque o 14. O meu querido Dom Cappio, às vezes ele está olhando para o teto, mas, ele está meditando. Ele não precisa olhar para o cara, entendeu, Ciro? Não julgue o homem, entendeu? Eu gosto de você, entendeu? Mas, ele está meditando, entendeu? Eu, por exemplo, sou do signo de peixe eu estava olhando essa cúpula bonita aqui o tempo todo, entendeu? E pensando lá no Séc. XVIII.

E, finalmente, uma palavra fantástica que você falou: Inconfiabilidade, foi o que mais me tocou aqui, sem agressão, nada pessoal. A atual estrutura governamental não me passa confiabilidade. [aplausos] Não me passa confiabilidade no trato com as coisas públicas. Não me passa confiabilidade nos cartões corporativos. Não me passa confiabilidade em confundir gastos pessoais de uma residência com problema de segurança nacional. [aplausos] Sem ofensa, eu agradeço a oportunidade de estar aqui com os meus colegas. Ao meu querido Suplicy, ao Paim e... espero que esse debate possa ter uma suíte, uma continuação, e espero ver o plenário com várias representações das populações que realmente têm peso na decisão final, ou seja, a população ribeirinha. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa presidência quer passar a palavra para o último inscrito, que é o professor... Pois não, Letícia. Aliás, tem dois minutos ainda.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Só queria agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela oportunidade, apesar do que eu falei no início de temer ser só um teatro. Ao Deputado Paulo Paim, enfim, a todos vocês, obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao último convidado, Paulo Canedo de Magalhães, da COPPE, professor da UFRJ. Queria dizer aos nossos queridos artistas [soa a campanha] que nós apenas buscamos construir o máximo de equilíbrio para evitar que um outro peça a palavra no final exigindo o mesmo tempo. E, pelo entendimento do Plenário foi feito isso. Eu fiquei feliz aqui o exercício da presidência, inclusive com a fala tanto da Letícia como do Osmar Prado e de você, Carlos Vereza.

Eu apenas vou informar, como foi combinado, que vai falar por dez minutos o Paulo Canedo de Ma-

galhães e o Deputado Ciro Gomes teria cinco minutos se assim entender necessário pelo acordo feito. E o Senador Suplicy lembra, por cinco minutos também o... Dom Tomás Balduino.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}. Senadoras e os demais da audiência. Eu começo agradecendo o convite do Senado feito através da... e pessoalmente pelo Senador Suplicy. E gostaria de me apresentar como professor da UFRJ, pesquisador da área de recursos hídricos, particularmente, da área de gestão dos recursos e hídricos.

Tive a oportunidade de trabalhar como técnico convidado pela OEA e pela ANA na feitura do Plano Diretor da bacia do São Francisco exatamente no capítulo de disponibilidade hídrica, que é o mote das discussões do projeto de integração do São Francisco. Então, com isso, eu me apresento aos senhores.

Sempre que o assunto do São Francisco vem à baila ocorre um cipoal de manifestações dos problemas ambientais brasileiros. Junto com a questão do São Francisco é trazido todas as mazelas que o Brasil coleciona e é farta a coleção de mazelas ambientais que... como se... como se fosse esse o ponto que... que pudéssemos encontrar ali uma solução para todas as mazelas ambientais brasileiras. E talvez, por isso, esse assunto traz sentimentos à flor da pele, promove emoções e acaloradas discussões.

Eu estava aqui atentamente ouvindo a todos e tinha planejado uma linha de raciocínio para me expor aos senhores na tentativa de contribuir para o entendimento da questão. Porém, eu fiquei pensando: Meu Deus, por que é que isso ocorre? Por que é que transposições que no Brasil tem inúmeras, grandes, onde tiram água de um grupo e dão água para outro. Cidade de São Paulo, cidade do Rio de Janeiro, como quase todas as capitais brasileiras sobrevivem com transposições e ninguém fala nada. O próprio semi-árido é transposição em todas as suas áreas de lá para cá e isso não causa nenhuma emoção. Países fartos de água tipo o Canadá que é um dos países mais ricos em água tem transposições desde 1829 até o dia de hoje sendo feitas. São mais de 60 transposições de grande porte. Porte não de 26, mas a menor é de 129 e a maior é de 780 m³ por segundo. Transposições ocorreram dentro os primórdios da civilização entre os rios Tigres e Eufrates na Mesopotâmia, com os quíntes(F) da Mesopotâmia. Transposições ocorreram pelo império romano com os aquedutos. Isso nunca causou polêmica. Por que é que essa causa polêmica? Fiquei pensando que talvez fosse porque as transposições, suponho, as brasileiras, elas são quase sempre de... dentro de um Estado para esse mesmo Estado. Então, São Paulo tira de Piracicaba para a cidade de

São Paulo. O Rio tira ali de próximo a Resende para a cidade do Rio de Janeiro. Mas é dentro do próprio Estado. É como se cada um de nós assim: Bom, isso é um problema interno, intestino do Estado. Então, eles sacrificam um grupo do próprio Estado em benefício a outro grupo do mesmo Estado. O que não ocorreria com a transposição do São Francisco. Será que essa é a... a razão? Fiquei pensando que talvez fosse, respondesse por parte da razão. Mas, ainda assim faltava uma... e ainda falta uma certa justificativa porque isso é tão acalorado.

Me passou pela cabeça uma frase dita aqui que passou rápida mas, talvez, ela tenha aí dentro de si um grande conteúdo é: Por que 26 é tão pouco para quem tira, para quem dá e é tanto para quem recebe? Ora, se é tão pouco para quem tira, não vai fazer diferença nenhuma, então, não vou dar nada. E se eu vou dar muito que é muito então não posso tirar do pobre coitado de lá.

Talvez essa seja uma das forças que promovam esse emocional, que não é bom para análise de um projeto de ordem técnica. O bom seria que nós despissemos de todos os sentimentos, quando é possível fazê-lo, e nos debruçássemos em números. Debruçássemos em raciocínios e, depois de entendido o problema, voltassem todas as emoções para tomar a decisão. As emoções... sem emoção não há solução. Porém, em determinado momento é preciso capturar a lógica numérica, capturar as discussões de engenharia para, depois, tomar uma atitude sim aí ouvindo o coração, ouvindo a experiência, ouvindo, enfim, usando da capacidade dada pelo voto de poder decidir em nome do povo brasileiro. Enfim, debater com o povo brasileiro etc, etc. Tudo isso são questões emotivas. Mas, passa por um período em que as emoções devem descer para que os entendimentos do problema real possam ser feito.

Então, eu pensei que talvez fosse uma contribuição abandonar toda a linha de raciocínio que havia planejado e me debruçar no por que 26 é pouco para São Francisco e é muito ou o suficiente para o semi-árido? Porque, na verdade, a resposta é que é. E vamos tentar explorar essa parte na tentativa de isso elucidar os senhores. Ora, para fazer isso eu pensei em comparar o nosso Nordeste semi-árido, a região da seca com a França. E por que a França? Primeiro porque é o território mais ou menos, enfim, estamos aqui em áreas similares. Segundo, porque chove igualmente. Chove na França a mesma coisa que chove no semi-árido nordestino, 800 milímetros por ano.

A França conseguiu transformar a água em desenvolvimento econômico e social. É um país próspero, rico, o povo é feliz, o que pode ser. E o semi-árido não

conseguiu. Por quê? É só gestão? Provavelmente é. É verdade que a França é o principal país em gestão de recursos hídricos. A maioria dos países copiam, absorvem a experiência francesa, transformam ela para o seu... para as suas idiossincrasias internas, mas sempre têm a França como sua referência e o Brasil também.

Então, vamos comparar França e semi-árido. Em ambos locais chovem 800 milímetros por ano. A França pega esses 800 milímetros por ano e transforma isso em desenvolvimento econômico e social. Por que é que o semi-árido não faz? Ora, que faça! Podia ser uma resposta. Que vá trabalhar! Que pense, que se estude e faça e não venha pegar água de outro local!

Então, vejamos isso. Duas diferenças separam o território francês do território do semi-árido, polígono da seca. O primeiro é o terreno. O terreno francês recebe a chuva e tem capacidade, por infiltração, armazenar no grande reservatório do solo e ir liberando para o rio, dia a dia, hora a hora, o que dá uma estabilidade de água correndo superficialmente. O semi-árido nordestino, 2/3 de sua área, é muito raso, logo tem uma rocha e, portanto, a água que vem da chuva logo satura o solo e sobra para o escoamento superficial. Eu quero lembrar aos senhores que água que corre não serve muito para nós porque ela logo chega ao mar. E o que nós temos que aproveitar é a água entre a chuva e ela chegar ao mar. Esse é o tempo em que a natureza dá ao homem a oportunidade de aproveitar a água.

Então, se a chuva caísse instantaneamente fosse para o mar todos nós morreríamos de sede porque não teríamos oportunidade de usufruir dessa água.

Para enfatizar, a França tem uma enorme quantidade de água [soa a campainha] sendo liberada gradativamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais dois minutos.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: --libera da gradativamente ao longo dos meses para o usufruto francês. O semi-árido não tem água, corre rápido para o mar. Segundo é: Na França há uma previsibilidade de chuva o que permite a pessoa, com planejamento, com processos de gestão, organizar a sua tabela, a sua vida, como nós organizamos cada uma de nossas famílias com os nossos recursos financeiros para que possamos, com os rendimentos mensais ir comprando as coisas ao longo da vida. É um planejamento financeiro que nós fazemos. Esse mesmo planejamento a França pode fazer com a água. O semi-árido nordestino não tem essa capacidade porque há uma enorme insegurança de chuva. É como se uma família de brasileiros, cinco pessoas, tivesse uma renda familiar de mil reais. Mas, todas essas pessoas da família ga-

nham [soa a campanha] do tipo, de *vide back(F)*, que não têm nenhuma previsibilidade no ganho. Então, eles não têm capacidade de abrir conta em banco, não pode comprar a crediário porque ele não pode comprovar a renda, ele não pode planejar a compra, nada a crédito. Ele está fadado, apesar de ganhar mil reais familiar por ano ele está fadado a uma vida difícil. Se essa família, um dos membros transformar o seu ganho num rendimento contratado com carteira assinada de 380 reais por mês. Ele muda de vida, apesar de não mudar de rendimento. Então, por quê? Porque permite a previsibilidade, permite o planejamento. Isso é que difere essencialmente o território francês do território semi-árido.

Então, a capacidade de transformar a água em desenvolvimento econômico social francês não é equiparável ao nordestino porque aqui não há como fazer essa previsão. Não há um bom sistema de planejamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir.

[soa a campanha]

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: E não por culpa nossa e sim por culpa do regime de chuvas. A vantagem das águas do São Francisco é que o São Francisco é 70% de água mineira, do Sudeste, onde há estabilidade de chuva e é por isso que o São Francisco permeia o semi-árido incólume das secas, porque as fontes de água são perenes, são planejadas e posso fazer investimentos nessa água que eu sei que eu posso pagar depois. E se tirarmos essa segurança, essa previsibilidade dentro dos 26 m3 por segundo do São Francisco, nós estamos dando um ingrediente de segurança, de previsibilidade ao semi-árido.

Portanto, vir 26 m3 por segundo do São Francisco não é um grande aumento de disponibilidade hídrica para o semi-árido nordestino, mas, assim como não era grande incremento financeiro alguém ter a carteira assinada por 380 reais. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu tempo está esgotado. Para concluir...

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: Mas, e principalmente, porque é uma garantia de recursos mensais de 380 reais que ele pode planejar a sua vida, assim como o sertão poderá, o semi-árido nordestino poderá planejar os seus recursos hídricos com a segurança dos 26. Essa é a grande diferença.

Agora, repara dar água com segurança não é o fim do projeto. O projeto da transposição, pelo menos eu não entendo que seja transpor água, o projeto é criar desenvolvimento econômico e social. Falta a pergunta: Será que o Brasil saberá transformar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, para concluir.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: --as suas quantidades de água que chegarão com mais segurança, com previsibilidade, com poder, com capacidade de planejamento no semi-árido? Será que essa região conseguirá transformar essa água em desenvolvimento econômico e social como fez a França? Essa é uma pergunta que ainda temos que responder. Mas, eu não tenho dúvida, como técnico [interrupção do som] que é absolutamente necessário [soa a campanha] que seja acrescida a segurança de água para a região do semi-árido como a transposição de um regime qualquer que seja permanente, que seja seguro tal qual o São Francisco.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, conforme entendimento feito ao Plenário, para Dom Tomás Balduino, Bispo emérito de Goiás, por cinco minutos. E repito, Deputado Ciro Gomes terá também 5 minutos, se entender necessário, e em seguida vamos para os Senadores. Existem 13 Senadores inscritos.

Senador Suplicy será o primeiro, como autor do requerimento e, em seguida, é o Senador Carlos Valadares.

DOM TOMÁS BALDUÍNO: Sr. Presidente, senhoras, senhores, primeiramente minha admiração por esse momento, de repente, essa Casa se arejou, não sei se é sempre assim, abordando uma temática tão quente, tão... apaixonante, tão do povo. E... conforme disseram aqui, seria bom que os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos também estivessem participando, tivessem possibilidade de dizer a sua palavra. Palavra de sabedoria, a gente sabe disso porque convive com eles. Eu participei de inúmeras assembleias de Tuxauas indígenas como uma nova forma do CIME(F) me promover a condição de sujeito, autor e destinatário de sua própria história aos próprios índios. É pura sabedoria ancestral e isso que completaria, quem sabe, essa Sessão.

Eu... aqui vim desde o início a rachadura, a divisão. E não sei se com tanto discurso, se com tanto argumento e tanto número alguém que é de um lado passou para o outro hoje. Eu aposto que... que não. É que o projeto em si é de divisão mesmo. E a gente está, já falei com Dom Cappio no início, comuniquei alguém da CNBB, na próxima assembleia do episcopado, porque o episcopado também está rachado, né? Até Dom Aldo citou aqui, um pouco puxando para o lado dele, né? Mas, está. Uma proposta que unifique, que congregue e essa proposta vai na linha de atender esse povo que clama não só por água, como dizia Jesus, o

homem não vive só de pão, ele vive de pão, não vive só de água, já foi dito aqui, mas vive de água. Mas, como não é só a água, então, esse desenvolvimento amplo, sustentável, essa convivência com o semi-árido que muitas vezes é negado, o pessoal acha que é atraso. Precisa arrasar aquilo e plantar qualquer coisa que pareça um pouco com o primeiro mundo. Não estão fazendo isso com a monocultura. Agora, o nosso cerrado está desaparecendo no Estado de Goiás. Com a convivência das autoridades federais, estaduais. O filé mignon de terra do nosso país, que é o Vale de São Patrício, vai virar um canavial só. Recebi ontem notícia de lá o pessoal... alarmado. Então, o que surgiu de bom aqui que vai nos unir [soa a campainha] nos unificar a todos é um esforço no sentido de ajudar essa população do Nordeste, o nordestino de uma maneira integrada, de uma maneira leal, participativa. É isso que eu acho que vai ser a nova proposta. E eu acho que a contribuição dos técnicos aqui, Cortez, sobretudo, nessa participação do pessoal numa linha de um desenvolvimento sustentável. Ela é esperança e isso é... deve nos estimular mais ainda. Ninguém é contra isso. Isso não nos desune. Isso vai nos engrandecer, de uma vez por todas nós vamos enfrentar o problema do Nordeste que não é só esse de levar água a um determinado ponto é muito mais do que isso. [soa a campainha] Está na linha da água mas, está muito mais. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conforme entendimento feito eu passo a palavra ao Deputado Federal Ciro Gomes, ex-Ministro da Integração por 5 minutos e mantendo aquela tolerância de mais um minuto, se necessário.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Sr. Presidente, eu quero iniciar a minha fala me desculpando, especialmente com Dom Luiz Cappio porque interrompi aí quebrando o protocolo e bancando o mal-educado que ainda não consegui ser completamente bem-educado. Não é culpa da minha mãe, é culpa da minha rebeldia. Mas, o meu incômodo é acumulado numa série de coisas. Não justifica a minha deseducação e eu quero me desculpar. Mas é que Dom Cappio reclama um debate e já pela décima vez eu especialmente, pessoalmente, tenho o constrangimento de não conseguir que Dom Cappio ouça. Então, foi por isso que eu cometi essa deseducação pela qual me desculpo. Não é... não é minha intenção fazer isso. [aplausos]

A questão, a questão básica aqui, como evidentemente todos viram, tem várias camadas. Há um projeto que não justifica, há um projeto de tirar 26 m³ por segundo de um rio que tem uma vazão mínima, segura, na foz de 1.850 metros por segundo, portanto, não fa-

zem falta esses 26 metros cúbicos por segundo para nenhuma das funcionalidades do rio. Com a idéia de atenuar, não é resolver, não é redimir. Todas essas conversas mole de “um copo d’água para quem tem sede”, isso tudo é papo furado e muitas vezes esse papo furado serviu as piores oligarquias do Nordeste. Eu conheço bem do que estou falando. Não é a redenção do Nordeste nem nada. Mas, resolve a questão da segurança do abastecimento humano e da dessedentação animal de 12 milhões de pessoas da área de influência do projeto. Porque o projeto, por exemplo, não dirá do grave problema do Piauí, o Senador Mão Santa, que tem problemas seriíssimos. O Sudoeste, o Sudeste do Piauí demanda uma outra estratégia. Por exemplo. Ou a região do Vale do Acaraú, que é a região onde eu me criei no interior do Ceará não receberá uma gota sequer dessa água ela vai para um outro caminho. Porém, o agreste pernambucano, por onde passam os dois eixos e aqui eu abro um parêntese. Solução de fazer uma adutora para Campina Grande presumem que este projeto é um projeto de tirar água de um canto e levar para um outro. Não é.

Esse projeto tem a intenção de dar segurança hídrica no caminho inteiro. Por isso que ele não pode ser entubado, ele tem que ser um canal a céu aberto e aqui também cabe um outro parêntese. O máximo que se pode fazer *ex ante* para garantir aquilo que a Letícia, o Vereza, ou o Osmar tão comovidamente de forma absolutamente bem intencionada ponderaram de que isso não será apropriado na correlação de forças elitista que domina o Brasil, não será resolvido agora. O máximo que se poderia fazer *ex ante* foi feito. Por exemplo, não sei se os amigos queridos sabem, foi decretada a desapropriação para fins de... utilidade pública para fins de reforma agrária, 100% das margens dos canais todos, três quilômetros para um lado, três quilômetros para o outro estão indisponíveis para o uso privado na idéia de fazer ali a maior fronteira de reforma agrária contínua da história do Brasil. Com água. Porque fazer reforma agrária no semi-árido, eu conheço bastante bem isso, tem sido comprar as piores terras, a preço superfaturado, locar famílias, abandoná-las lá que depois vendem o arame farpado da cerca e vão vegetar na periferia de Fortaleza, de Recife ou de São Paulo e do Rio de Janeiro. Converse com os garçons do Rio de Janeiro, de São Paulo. Os garçons, os serventes de pedreiro, os porteiros do Rio de Janeiro e São Paulo. Pergunta qual é a opinião deles sobre essa interação água, vida sustentável no ambiente onde se vive? Como é que se tais ainda *ex ante* a garantia de que isso não é um propósito? Onerando a água. Aqui se quis traduzir, veja que o combate é desigual. As simplificações grosseiras, elas são hostis à racionalidade

sempre. Sempre. Hoje a oligarquia, o grande poderoso, o grande poder econômico recebe água de graça nos perímetros irrigados financiados 100% com dinheiro público. [soa a campainha] É isso? Para parar?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais um minuto ainda.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Então, veja bem, os grandes projetos de irrigação para a monocultura de cana-de-açúcar, como Projeto Tourão ao recebem água de graça depois dos canais, das bombas, da manutenção, cavalheiros!

Quando eu fui ao Ministério da Integração Nacional, eu encontrei este absurdo. A manutenção, tirar buraco, tirar formiga dos canais é paga pelo dinheiro público para um proprietário produzir monocultura de cana-de-açúcar. No São Francisco! E eu não vi uma palavra! Contra isso. Eu que me bati contra. Onerei a água e determinei, eu falo na primeira pessoa, me perdoe é porque eu quero assumir uma responsabilidade e, de novo, o meu embate aqui agora é pela questão moral e intelectual. Eu não aceito que crítico nenhum, qualquer que seja a sua nobre motivação, atribua-se uma virtude moral que determine [soa a campainha] que quem é a favor do projeto esteja comprometido com qualquer razão subalterna. Não admito! Tenho vida para isso! Não tenho rabo de palha e atrás de mim e a meu lado muitos brasileiros. Embora a polêmica seja legítima, muito bem. A água está onerada. A outorga da água é escrita, Senador Paim. Qualquer do povo pode acionar o Ministério Público, parênteses. Ministério Público manteve conosco um diálogo a nosso pedido. Não foi depois, como é tradição no Brasil, o Ministério Público correr atrás de malfeitos. Assim que o escopo do projeto ficou pronto, procurei o Ministério Público, todos estaduais e federais envolvidos no temário ambiental e entreguei o projeto a eles antes pedindo a eles pura e simplesmente: Corrijam os defeitos. Eu não sou gênio, tenho boa intenção, procurei contratar os melhores técnicos isso é sempre [soa a campainha] determinação do Presidente Lula. Se tiver algum defeito corrijam agora. Não deixem que eu pratique um erro por desconhecimento. Não recebi uma contribuição sequer para o aperfeiçoamento do projeto. Uma sequer. E disso documentadamente temos expedientes no governo.

Evidente que os riscos permanecem. Mas, desapropriar as margens, onerar, não permitir a privatização da água, foi criada uma companhia subsidiária pública, capital público exclusivo da CHESF contra um milhão de opiniões que recomendavam privatizar. Nós não aceitamos, para que esta subsidiária pública capital 100% público cobrasse dos Estados, que são entidades estritamente públicas o valor da água que

receberem. Esta é a única forma de se evitar desperdício de água. 100% dos brasileiros que vivem nas cidades já fazem isso, pagam água e procuram por isso economizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, por favor.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei agora. Portanto, tecnicamente é necessário que os críticos tomem juízo, não o juízo no sentido negativo da palavra. Se aluam, como a gente diz no Nordeste, para ver se é possível, se não o Dom Albino tem razão. Eu disse isso no começo aqui. Com essas pessoas aqui, o Apolo já virou meu amigo. A doutora representante do Ministério Público, se não se envergonhar, eu tenho especial estima e afeição e respeito. E muitos outros aqui. Alguns eu não tenho não. Faço honestamente essa confissão porque eu não percebo boa-fé em alguns. Mas, com todos eu já tive debate, por nossa iniciativa, ainda na concepção do projeto, foram procurados tudo o que se chama sociedade civil organizada nesse país. A CUT foi pedida a ela um Congresso Nacional com delegados do país inteiro para ajuizar o projeto. O debate durou 12 horas. Na CNBB, por nosso pedido, à primeira vez, 8 horas de debate. No segundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concluindo.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): --para tentar garantir [soa a campainha] uma participação em bom ambiente a Dom Luiz Cappio, pessoa por quem eu tenho o maior respeito, ele não foi. Na CNBB foram duas vezes. Na OAB com representações de todo o país, no IAB. Em todos os... no MST, que a propósito foi contratado para produzir mudas para a reposição de matas ciliares nos assentamentos de reforma agrária. Esse é o esforço que se pode fazer agora. Esse é o único esforço.

A posteriori, minha cara Letícia é um combate, eu não sei se estou no mesmo lugar seu, mas ele é parecido. Eu ao meu jeito, escolhi a opção de meter a mão na massa, às vezes suja de cocô, às vezes, é só a mão. É só a mão. Minha alma não. Minha cabeça não. Meu compromisso não.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Não, eu sei, vamos discutir. Não há, creia, minha querida, uma proposta qualquer que eu não ouça com o coração e a cabeça--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes o seu tempo terminou. Eu faço a...

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei, Sr. Presidente, me desculpando mais uma vez pelo abuso.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu ajudei a fazer o Atlas. Essas propostas se complementam.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa era a minha preocupação. Eu faço o apelo para concluir porque essa era preocupação dessa presidência.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Dirigi só para dizer o seguinte, naquele outro plano que é com o qual vou concluir. No Brasil não pode faltar energia no Brasil. Vou mudar de assunto. Não pode faltar energia no Brasil, supõe-se.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Não. Não pode faltar energia. Precisamos mudar o modelo, eu tenho essa identidade. Mas, o modelo dominante praticável, factível dentro de uma ordem institucional que nós devemos aperfeiçoar mandam fazer hidrelétricas no Madeira. Você pensa que isso é bom, é agradável, é doce? Não é não, é necessário.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Suplicy, como autor do requerimento é o primeiro Senador a usar da palavra, em seguida Senador Antônio Carlos Valares, Senador Tarso Jereissati e Senadora Rosalba, na sequência.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu falo nessa questão de ordem, Sr. Presidente. E de um lado eu quero salientar a excepcionalidade da reunião. O trabalho, a idéia do Suplicy, a realização de V.Ex^a e de todos os Presidentes. Nós estamos aqui assistindo uma Sessão realmente significativa. É um debate intenso, da maior importância, as pessoas estão apaixonadas de um lado e de outro lado e pela primeira vez a gente vê abertamente, democraticamente as exposições.

Eu digo com toda a sinceridade, quando fala o Bispo, quando fala o Ciro, parece que é 100%. Um tem razão depois é 100% o outro tem razão. A exposição foi perfeita. Agora, o que eu acho que poderia ser feito logo adiante é uma outra reunião onde fosse exposto não quinze debatedores que está correto hoje, mas na outra, dois de um lado, dois do outro, um falando e outro respondendo. Eu quero ver alguém respondendo o Ciro. O Ciro fala, não sei o que, não sei o que, não

sei o que... não sei se é verdade, se é errado, se está certo. E quero ver alguém responder o Bispo. É assim, assim, é assado... Que fala um, fala outro, cada um diz uma coisa, e nós ficamos aqui tontos. Acho que se V.Ex^a fizesse uma reunião onde o debate fosse, fala o Ciro, dá seus argumentos... [aplausos] e os que são contra responde no que ele tá errado. Depois fala o Bispo, dá os seus argumentos e os outros respondem no que tiver errado. Eu acho que daria para fazer a segunda reunião, essa nota 10, mas a segunda complementaria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTES SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Simon, a Presidência em nome das quatro Comissões entende que procede o seu encaminhamento e vamos proceder para que aconteça a outra reunião nos moldes propostos pelo Senador Simon.

Senador Suplicy, V.Ex^a teria o direito de 10 minutos como todos e aos outros Senadores 5 minutos com mais dois e com a tolerância que a Mesa naturalmente há de ter.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, ainda na sua mensagem ao Congresso Nacional o Presidente Lula mencionou o seguinte. “Um instrumento fundamental do fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do país. Esse é um dos traços mais marcantes e inovadores em nosso Governo que sempre faço questão de destacar”.

Eu cito isso, Sr. Presidente, porque alguns ficaram um pouco preocupados. Será que eu estaria propondo algo que iria ser contrário aos propósitos do Palácio do Planalto? Quero muito agradecer, inclusive, ao Ministro Geddel Vieira Lima que compareceu e ao Ministro Ciro Gomes que desde o primeiro momento quando eu fui visitá-lo ele estava naquele dia escrevendo uma carta aberta para a Letícia Sabatella e já dizendo que gostaria de estar fazendo um debate como o que nós tivemos hoje. E quando eu... se passava o 18º dia, salvo engano, do jejum e oração de Dom Luiz Flávio Cappio fazia em Sobradinho eu fui lá visitá-lo e achei que era mais do que legítimo que ele estivesse pedindo ao Governo, a todos os participantes que houvesse um debate esclarecedor. Então, Senador Pedro Simon, eu também estou muito feliz com o conteúdo do debate hoje, mas eu acho, estou de pleno acordo com V.Ex^a, nós agora precisaríamos fazer um novo debate e se possível, pensando até um pouco nas palavras de Dom Tomás Balduino que precisou sair agora. Mas será que será possível unificar os propósitos sérios de

ambos os lados e eventualmente chegarmos a uma conclusão que possa a todos unificar? Será que isto é possível, viável?

Então, eu quero apenas sugerir, primeiro saudando, agradecendo a todos os convidados que de uma maneira tão bela se dedicaram aqui no limite do tempo e deram uma contribuição. Eu como brasileiro de São Paulo que quero muito aprender sobre as águas do rio São Francisco, como o Senador Pedro Simon lá do Rio Grande do Sul também o deseja, eu elevei o meu patamar de conhecimento sobre os debates, inclusive, com os estudiosos a respeito de como funcionam as águas e tudo dos mais diversos lugares e países do mundo e do Brasil. Então, eu gostaria de estar refletindo, Presidente Paulo Paim, até porque recebemos solicitações como do ex-Governador João Alves, de Sergipe, do Plínio de Arruda Sampaio, Presidente da ABRA, muitas pessoas queriam hoje também vir. Então, como será um novo debate? Como poderemos ter apenas duas, três pessoas de cada lado, mas que congreguem o ponto de vista de todos? Precisamos, então, nos reunir e pensar, inclusive, com ambos dos sobre qual será a melhor forma desse segundo debate para aprendermos e se possível analisarmos a possibilidade de unificar os propósitos sinceros de cada um.

E eu quero dizer aos meus amigos críticos que quando percebi no Deputado Ciro Gomes, no Ministro Geddel Vieira. Ah, mas será que isso está sendo feito só porque vai agradar um empresário, seja o Sr. Gerdau, Sr. Antônio Ermírio, o Governo proceder de tal forma, se for para ver uma obra que vai interessar a um produtor de cimento ou de qualquer obra, desde que seja feita com a devida licitação e regras onde ninguém vai ser beneficiado mais do que outro, então, isso é que é importante se assegurar. Mas eu acho que, portanto, nós podemos avançar muito e em havendo debate aproximar as pessoas para que todos poderemos em breve estar aprendendo mais com a inteligência e o propósito sincero de um Brasil melhor para todos nós. Obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Senador Suplicy por ter utilizado somente a metade do seu tempo. E de imediato, Senador Antônio Carlos Valadares por 5 minutos com a tolerância de mais um dessa presidência.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ilustres e eminentes convidados, Deputados Federais, meus amigos. De fato o projeto da transposição do rio São Francisco que o Governo muito sabidamente para dourar a pílula o denominou de Projeto de Integração de Bacias, um nome mais palatável, principalmente

para aqueles que reagem à execução desse projeto, efetivamente é um divisor de águas na nossa região. Há aqueles que se consideram abandonados porque lhes faltam as mínimas condições para atender as suas necessidades hídricas e há aqueles que como eu nos preocupamos com as incertezas de determinados projetos que começaram e se tornaram obras inacabadas. Portanto, existem nesta questão, neste debate ainda águas turvas na transposição do rio São Francisco. Aqui se falou muito em debate, na construção democrática de um projeto de viabilização do atendimento ao Nordeste Setentrional. Muito bem. O debate é necessário. Mas eu acho que esse debate estaria mais consentâneo com as tradições de um país que avança a cada dia no sentido da consolidação, das instituições livres que se adotasse para a execução, a implementação desse projeto, aquilo que está previsto na Constituição, e não é proibitiva apesar do rio São Francisco, pelo fato de percorrer mais de um Estado ser patrimônio da União não seria proibitivo que fizéssemos entre os Estados banhados pelo rio São Francisco, entre na população que pertence à bacia do São Francisco um plebiscito onde todos os lados teriam direito a falar, a fazer a sua pregação e através do plebiscito nós iríamos construir a verdadeira vontade e assim de forma legítima, quem sabe, estaríamos construindo uma via democrática para dar legitimidade a esse projeto.

Sr. Presidente, eu não sei se no campo do convencimento, ou da incerteza ou da esperteza houve uma variação ao longo dos anos do montante do volume de água a ser retirado para a transposição. Começou com 260 m3. Passou por 64, por 56, 26 m3. Isso gera sem dúvida alguma do nosso... [soa a campanha] é a minha opinião, isso gera sem dúvida alguma uma incerteza quanto à proposta de se fazer a transposição. E aqui também se falou, Sr. Presidente, na segurança hídrica para as populações do Nordeste Setentrional. E agora eu pergunto: Qual a segurança daqueles que vivem na bacia hidrográfica do São Francisco? Qual a segurança? Qual a garantia para a execução dos projetos de irrigação? De saneamento básico? De distribuição de água a um quilômetro do rio São Francisco. Qual a segurança que teremos, Sr. Presidente, da execução de projetos de desenvolvimento sustentável? Nenhuma segurança. Eu acho que se queremos falar em segurança tem que haver segurança também e principalmente para aqueles [soa a campanha] que estão doando a água. E esta segurança, Sr. Presidente, quem sabe através de uma Emenda Constitucional que aqui foi aprovada. O Deputado Gadelha falou sobre essa proposta de Emenda Constitucional, da revitalização do rio São Francisco, porque o Governo é mutável, é temporário, hoje Lula propugna, vai, faz

a revitalização em vários pontos, e aqui foi dito. Mas não é um Governo eterno, temos que ter a garantia da realização de projetos de desenvolvimento sustentável no Nordeste, na bacia do rio São Francisco através de uma Emenda Constitucional que obrigue a aplicação desses recursos. E ao final, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a apenas me permitisse falar aqui e fazer uma pergunta ao estudioso e nobre Deputado Gadelha do Estado da Paraíba que honra o seu Estado... [soa a campainha] um comentário feito numa entrevista pelo estudioso, pesquisador João Suassuna que deveria estar até presente a este debate e não foi convidado. Diz ele: “Existe um potencial gerador na bacia do São Francisco estimado em cerca de 10 mil megawatts com poucas chances de ser ampliado. Esse potencial gera anualmente cerca de 150 milhões de megawatts/hora. Se considerarmos o atual crescimento do PIB do país entre 4 e 5% isso significa que a demanda de energia elétrica está na faixa de 6 a 7%, esse crescimento se dá 2% acima do crescimento do PIB. Nesse aspecto em 12 anos teremos que dobrar a produção de energia elétrica de 50 milhões de megawatts/hora para 100 milhões de megawatts – ele pergunta, afinal, aí ele diz assim – a pergunta que não quer calar é a seguinte: Onde será gerada essa energia?” É isso que eu quero perguntar. Nós temos um sistema interligado. Quem sabe energia de Itaipu, energia nuclear, energia termonuclear, do Madeira, e quem vai pagar esta conta? Quem vai pagar a conta? Porque vai ser uma energia caríssima.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Se não for feita a transposição... isso não vai resolver...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Deputado Gadelha, Senador Valadares, infelizmente...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V.Ex^a. V.Ex^a diz, eu já respondi. Muito bem. Agora, eu estou em dúvida quanto é que o povão lá do seu Estado vai pagar de energia elétrica importada de outros Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado. Senador Tarso Jereissati. Infelizmente nós temos, não é possível Senador porque... Bom, Senador Tasso Jereissati, peço a compreensão a diversos Senadores e nós temos apenas 13 minutos de tal forma que fica, V.Ex^a se puder...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Suplicy, eu vou tentar ser o mais rápido possível porque acho que aqui já foram usados todos os argumentos. E infelizmente os argumentos técnicos, racionais não foram respondidos até agora de uma

maneira clara, de uma maneira que nós possamos entender realmente quais as razões que levam algumas pessoas a se revoltarem de uma maneira sentida e legítima contra esse projeto.

Mas eu queria começar a dizer algumas coisas e o que me incomodou, inclusive, nessa discussão. Eu estava acompanhando parte desse debate pela televisão, mas quando vi alguns argumentos eu não resisti, tive que vir aqui porque realmente são argumentos que além de serem altamente prejudiciais a esse debate, para que esse debate seja salutar, transmitem uma inverdade que pode confundir a população brasileira tão necessária, mentalidade essa, para que os problemas do Nordeste possam ser resolvidos.

Eu queria dizer aos senhores, por exemplo, que essa questão do debate em relação à transposição do São Francisco, ela não começou agora. Não existe, Senador Suplicy, uma falta de debate sobre essa questão. Já neste Governo e todos sabem que eu sou opositor a esse Governo, acho que não existe nenhuma dúvida sobre a minha posição de oposição a esse Governo, mas há seis anos atrás quando começou a se projetar essa questão aqui neste plenário, nesta Casa, tendo a frente o Vice-Presidente da República foi feita uma primeira e grande discussão sobre este debate aqui nesta mesma Casa. Por esta razão, Senador Suplicy, não é verdade que esta Casa não tenha debatido esse assunto tendo sido o primeiro grande debate feito neste Governo para este específico projeto. Porque este mesmo projeto já foi muito discutido no Governo Fernando Henrique e já foi muito discutido até no Governo Sarney, anterior ao Governo Fernando Henrique.

Portanto, não é verdadeiro que não existe o debate. Esse debate tem se prolongado de uma maneira intensa tendo tido todos os setores, as oportunidades para mostrar suas divergências e suas diferenças.

Eu fui Governador do Estado do Ceará durante... três vezes durante 12 anos. E queria dizer aqui uma coisa especificamente a Dom Cappio que se está deixando levar por um argumento absolutamente não verdadeiro. De que Fortaleza tem mais água de que São Paulo. Isso é muito grave, meu querido Bispo. Porque pode levar a sensação de que a questão da seca é uma questão imaginária, ainda colocada e levada por falsas pessoas e que a questão da água no Nordeste não é um problema. Não se calcule, e aqui já foi dito de uma maneira muito clara. Mas não custa repetir, Senador Inácio Arruda. A água não se calcula pelo volume. A água se calcula pelo volume e pela disponibilidade. Ou seja, a água em São Paulo, a disponibilidade de água em São Paulo, a disponibilidade de água em Manaus, em Belém é completamente

diferente do que o cálculo da disponibilidade, do volume de água necessária em Quixadá ou em Tauá, por exemplo, nos Inhamuns no meio do sertão cearense. Você pode ter dados técnicos em volume em Tauá, por exemplo, Senador, muito maior do que Belém, mas a disponibilidade é completamente diferente as razões e as geografias completamente diferentes.

Aos artistas aqui presentes eu queria lembrar que no meu primeiro ano de Governo em 1987 eu me defrontei com uma seca terrível, uma seca terrível. Eu gostaria muito que os senhores tivessem a oportunidade de conviver com centenas de milhares de pessoas num momento de seca no sertão do Ceará. Esse sertão do Ceará não é apenas nas áreas rurais. É nas áreas urbanas também. Falta água... falta água para beber de uma maneira quase que contumaz.

Agora, no ano seguinte nós tivemos uma cheia, uma cheia que inundou várias cidades do interior do Ceará, várias cidades ficaram inundadas e nós tivemos um problema seriíssimo. Já dois anos depois nós tivemos que conviver com a seca. E a seca é um conceito que eu queria aqui difundir, é diferente da seca do Senador do Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, por exemplo. Quando eu chego ao Rio Grande do Sul e ouço: Tal região está em seca. Eu pergunto: Há quantos anos não chove aqui? Eles dizem: “Há quatro meses. A situação é grave na região tal porque há quatro meses não chove na região tal”. A nossa seca é diferente. Seis meses de seca é anual, todos os anos. Todos os anos nós temos seis meses de seca. Agora, a nossa seca é quando seis meses que chove ou os quatro meses que chovem não chovem. Então... [soa a campainha] o nosso problema não é o volume de água, mas a regularidade de água. Isso aqui já foi muito bem explicado por vários técnicos, mas eu estou tentando explicar isso de uma maneira menos numérica para que se possa entender o problema. E nosso volume de chuva, como o nosso terreno diferente do terreno de Sergipe, por exemplo, é semi-árido, é cristalino, a água não acumula, ela corre. Não dando possibilidade nenhuma de que haja rios perenes, que os rios sejam perenes naturalmente. Em função disso nós temos sempre que estar com o volume de água muito grande armazenado na expectativa do que nós chamamos no inverno seguinte. Inverno para nós é chuva. Na expectativa do inverno seguinte porque se no inverno seguinte não chover, nós vamos morrer de sede se essa água, aí nós todos, ricos, pobres, ribeirinhos, não ribeirinhos, pequenos agricultores, grandes agricultores, etc e etc.

Então, essa concepção precisa ser modificada nessa discussão. Não é mais possível se usar o argumento nessa discussão, se é que se quer ter uma

discussão realmente honesta e aqui foi usado o termo honesto por alguém nesse sentido, se é que se quer ter realmente uma discussão honesta não se pode usar esse tipo de argumento, tem que se primeiramente reconhecer: Falta água na região Nordeste Setentrional e nós precisamos encontrar uma solução para isso. A discussão se a chamada transposição do São Francisco é a verdadeira, ou a melhor, já é uma outra discussão. [soa a campainha] Mas o argumento de que sobra água no Nordeste e de que Fortaleza tem mais água do que em São Paulo é um argumento verdadeiramente absurdo e eu diria para todos nós cearenses até ofensivo. Eu queria dizer que eu também tenho coração aqui, como todos, é até ofensivo em determinadas condições como foi colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): Permite apenas Senador Tasso Jereissati, nós temos três minutos de Sessão. Senador José Nery e mais uns dez estão aqui inscritos. O Bispo Dom Flávio Cappio gostaria de dizer uma palavrinha e como vamos resolver esse problema, peço que compartilhe comigo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu dou a palavra, aparte, se V.Ex^a me estender depois para que eu possa complementar meu raciocínio...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): Um aparte, então.

DOM LUIZ FLAVIO CAPPIO: Apenas uma palavra muito breve de esclarecimento. Eu não disse que São Paulo tem menos água do que Fortaleza e Fortaleza tem mais água do que São Paulo. Não foi isso que eu disse. O que eu disse que a disponibilidade hídrica de cada habitante da Grande São Paulo de 18,5 milhões de habitantes é menor do que a disponibilidade hídrica por habitante/ano de cada habitante de Fortaleza que tem 3 milhões de habitantes. Foi isso que eu disse.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não. Eu gostaria que se o nosso Bispo tivesse realmente a intenção de levar essa discussão no maior nível de honestidade intelectual, desmentisse isso que o senhor disse, porque a palavra disponibilidade é diferente da palavra volume. Nós estamos falando de volume de água e volume de água aonde não existe disponibilidade, aonde não existe sistema permanente, constante de chuvas e aonde o solo é cristalino, a disponibilidade é muito menor do que a de São Paulo. O volume técnico pode ser até maior do ponto de vista técnico, mas a disponibilidade é muito menor. É isso que eu queria deixar bem claro. Isso é preciso ficar porque quem ouve pode passar a impressão que todos nós cearenses somos uns mentirosos e mal-intencionados como foi aqui colocado por alguns na discussão desse projeto.

A outra coisa que foi colocada aqui, Senador Suplicy, V.Ex^a vai me permitir mais dois minutos, a água que vai servir os mesmos. Isso também não é verdade. As águas vão para o mesmo reservatório, vão para, por exemplo, no Estado do Ceará o receptáculo desta água vai ser o açude Castanhão. Não significa que essa água vai ficar no açude Castanhão. Nós mesmos no Estado do Ceará já temos obras em andamento em que a água do Castanhão vai caminhar em direção do sertão central atravessando, portanto, as zonas mais secas e mais carentes de recursos hídricos. Ela não fica estacionada num grande estacionamento de água como é o caso do Castanhão. Isso é um engano. E hoje por que ela não vai ainda no volume? Justamente por causa dessa insegurança. Nós temos que manter um pulmão de água constante para evitar a eventualidade previsível de uma falta de água.

Eu ainda não entendi também e eu confesso que vim aqui com uma certa, [soa a campainha] com uma certa angústia que eu queria entender determinados argumentos. Eu vi pelos jornais, pela mídia, a oposição que existe ao projeto e vi muitas colocações feitas, por exemplo, em relação às populações indígenas, aos quilombolas, etc. Aí a minha pergunta é que também não foi dita aqui. Qual é o malefício que há desvio deste volume de água do São Francisco vai trazer para essa população? Qual é concretamente o malefício? Eu gostaria de entender, de ouvir porque eu não ouvi nenhum argumento concreto sobre isso. “Não, vai prejudicar tais pessoas porque vão morrer de sede, porque vão morrer de fome em função disso, em função daquilo”. Eu queria saber qual é... porque isso é para mim importante. Porque é importante porque eu sou de uma terra em que pessoas [interrupção de áudio] e o Centro-sul do país é enormemente responsável por essas pessoas morrendo de sede. É enormemente indiferente a enorme distância de renda e de vida que existe nas populações nordestinas com as populações do centro-sul. Não tenho visto manifestações com tal grau de intensidade em relação à pobreza nossa que diariamente assola milhares e milhares de vida que vivem na miséria constantemente. E isso até hoje, e tem razão os que criticam, a distância, projeto São Francisco não é a salvação do Nordeste. Não é. De maneira nenhuma é a salvação do Nordeste. É um projeto que deveria estar inserido num projeto nacional muito maior do que esse que está aí de diminuir de uma maneira concreta, consistente, através da educação, através da saúde, através da infra-estrutura essa enorme diferença que existe entre o Brasil pobre e o Brasil rico. [soa a campainha] O Brasil pobre e o Brasil rico não está só dividido entre os ricos do Nordeste e os pobres do Nordeste. A verdadeira grande diferen-

ça que existe hoje entre o Brasil pobre e o Brasil rico são o Brasil do sul, o Brasil do centro-sul, o Brasil da avenida Paulista e da avenida Copacabana e o Brasil do Tauá, o Brasil dos Inhamuns, o Brasil do Quixadá, eu que não tenho visto, não tenho percebido nenhuma sensibilidade do centro-sul para que esse problema seja resolvido de vez. E quando uma questão como essa vem à tona não é possível se discutir isso sem a mínima racionalidade e sem ver o outro lado, a outra ponta do problema aonde tem pessoas muito mais pessoas morrendo também para ver quais são as reais consequências de uma falta de um projeto como esse. É isso que eu tenho a dizer.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Queria informar aos Senadores que acabo de consultar o Presidente Garibaldi Alves e ele acordou que a nossa audiência possa se prorrogar até às 14h30, porque parece ser a vontade de todos. Então, Senador José Nery é o próximo inscrito. Agora, como há... eu acho que seria adequado. Senador José Nery, rapidamente se pudermos abreviar para 5 minutos já que obtivemos uma prorrogação, 5 minutos cada um.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só um instantinho, leia a lista de quantos inscritos têm, e vamos fazer uma proposta bem clara se dá para todos ou não, porque só temos menos de 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador José Nery, César Borges, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Pedro Simon, Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu abro mão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu estou inscrita no lugar de Cícero Lucena e o Senador José Agripino na ordem do Senador Efraim. Eu acho que já está, inclusive, na nossa vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu tinha visto aqui seu nome riscado, perdão, e não tinha notado que de fato estava. A senhora será, V.Ex^a será a próxima, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Em seguida ao Senador José Nery, garanto a palavra a V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, estou fazendo aqui um encaminhamento a questão de ordem da Presidência, antes de usar a tri-

buna no meu tempo previsto, porque o Presidente pode nessa circunstâncias da Sessão mesmo tendo horário regimental para iniciar a Sessão às 14 horas prorrogar. Eu acho que os Senadores que estão aqui e o Brasil que está nos assistindo, até porque as primeiras duas horas da Sessão Ordinária. Eu queria, Sr. Presidente, às duas horas da Sessão Ordinária estão destinadas para os oradores inscritos. Eu creio que nós podemos abrir mão e começar a Sessão Ordinária às 16 horas como prevê o regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): V.Exª tem a palavra por 5 minutos por acordo para que todos possam se pronunciar, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, representantes de organizações da sociedade civil aqui presente, Dom Luiz Flávio Cappio, enfim, me dirijo a todo o povo brasileiro em especial aos nordestinos que acompanham essa Sessão com muito interesse.

Também quero agradecer a presença de diversas organizações da sociedade civil, do MST, do CIME(F), da ONG Humanos Direitos e aqui a presença da atriz Letícia Sabatella, Osmar Prado, enfim, a todos que contribuíram, os estudiosos para que esse debate fosse realizado no nível em que vem sendo tratada essa importante questão que tem haver com uma visão sobre qual é efetivamente a concepção de desenvolvimento, de modelo de desenvolvimento que preside as grandes decisões nacionais, especialmente uma cultura estatal que tem forte influência das elites políticas e econômicas que historicamente comandam, dirigem este país para favorecer principalmente os interesses de poderosos grupos econômicos, financeiros, industriais, de toda a ordem, mas pouca sensibilidade tem para pensar os projetos, não os mega projetos, mas projetos viáveis, projetos alternativos que efetivamente sirva de instrumento permanente de combate às desigualdades à violência sobre o qual a maioria do nosso povo tem sido historicamente submetido.

Portanto, o Projeto de Transposição do rio São Francisco da forma como convencionamos chamar é mais um desses, seguramente. Que foi concebido e como dito aqui pelos estudiosos, pelos mais... pelos técnicos mais abalizados, na verdade, não tem o sentido como muitos querem fazer crer de levar realmente água para a maioria do povo nordestino. Sou cearense de nascimento, Amazônia, paraense de coração adotado pelo povo do Pará, e aqui exerço esse mandato em nome do povo do Pará. Quando vi aqui a Senadora Rosalba, disse: “Nery, vai falar, mas diz que lá na tua terra tem muita água”. É verdade. A Amazô-

nia tem muita água. Mas igualmente... e o nosso Nordeste é desprovido desse bem natural necessário à reprodução da vida humana, das plantas, da natureza, fundamental. Porém a grande questão que se coloca é que se no Nordeste falta água como a maioria das pessoas, o Norte, o Pará, a Amazônia tem água em abundância com rios perenes, o volume disponível de água é realmente fabuloso. No entanto, é bom dizer aqui também que a maioria do povo da Amazônia no Pará não tem água potável em condições adequadas para o consumo. O que diz... o que desmente a tese de que a salvação nacional para o Nordeste é a transposição. O que disse também e denuncia que é a política de gerencialmente dos recursos hídricos do Brasil que está voltada não para atender as maiorias, porque mesmo aonde tem abundância, volume de água para servir as populações e elas não chegam a quem realmente precisa.

Por isso, Sr. Presidente, queria fazer uma homenagem a Dom Luiz Flávio Cappio, a todos os movimentos sociais e populares que resistem na luta para que essa discussão tenha realmente... [soa a campanha] a abrangência necessária. Sei dos debates que já ocorreram, porém, o Congresso Nacional, o Senado da República não pode continuar omissos, mesmo quando o projeto já estando em fase de execução, mas há graves questionamentos.

Eu queria, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, sugerir como uma das medidas desse nosso debate, entendendo a necessidade da continuidade dele em que todas as posições sejam e continue sendo francamente expostas. Mas o Congresso Nacional mesmo com a obra da transposição já em andamento, não pode se omitir de acompanhar com o devido interesse em nome do povo brasileiro... [interrupção de áudio] [soa a campanha] sugiro, então, Sr. Presidente, possamos constituir uma Comissão Mista do Congresso composta por Deputados e Senadores, uma Comissão de representação externa para acompanhar, monitorar, dar seqüência a esse debate, até porque possamos nesse debate encontrar formas alternativas de responder a ansiedade, os questionamentos de ambas as partes envolvidas com esse projeto, os que defendem a transposição e os que são contra a transposição.

Portanto, acho fundamental que o Congresso Nacional acompanhe esse projeto da forma que ele está previsto, mas também buscando alternativa, inclusive, quando conversava há pouco com o Senador Heráclito Fortes e concluo com isso, concluo com isso, Sr. Presidente, pensando, concluo com isso, Sr. Presidente [soa a campanha] pensando principalmente o projeto de revitalização do rio São Francisco, mas não só

isso, um grande projeto de revitalização de proteção às nascentes dos diversos rios brasileiros ameaçados pela devastação, pela pouca fiscalização do Estado que permite que agressões continuem sendo cometidas contra os nossos recursos naturais, especialmente os recursos hídricos. Essa, então, é a proposta que faço a consideração e ao exame nas Comissões do Senado, nesse próprio Plenário para a continuidade desse importante debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): A proposta deverá ser examinada depois... na hora oportuna. Senadora Rosalba Ciarlini tem a palavra. Em seguida Senador Agripino que eu notei que estava aqui no lugar do Senador Efraim Morais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, senhores convidados, muitas senhoras, meus senhores. Eu cheguei a esta Casa pela generosidade e confiança do povo do Rio Grande do Norte como sua primeira Senadora, trazendo a defesa intransigente da transposição do rio São Francisco. Não porque tenha sido convencida por A ou B. Convencida desde que nasci há 55 anos porque eu nasci no semi-árido. Eu sei o que é tomar água salobra porque a minha cidade que hoje é a segunda cidade, a cidade do sal, a cidade do petróleo, lá no Rio Grande do Norte, da fruticultura, naquela época, a água vinha de poço subterrâneo, salobra, pesada. Eu sei o que é ferver água duas vezes, botar numa quartinha porque se não vai lhe prejudicar a saúde. Eu fui convencida não pelos livros que contavam a história da seca, não por assistir o teatro: Vida e morte Severina. Eu fui convencida porque eu estava lá vendo sofrimentos que vinham do campo, vendo aqueles que morriam implorando um copo d'água. Eu fui convencida, Senadores e Senadoras quando me formei em medicina e voltei para minha região, quando via a procissão dos anjinhos que morriam porque não tinham água de qualidade. Eu fui convencida quando fui Prefeita três vezes da minha cidade lancei um programa de fazer o enterro do carro-pipa. Perfurei 400 poços e não foi suficiente porque o poço lá do calcário Jandiara a água é salobra. E aí eu trouxe o dessalinizador, mas muitas vezes não podia colocar porque o dessalinizador precisa de vazão. Tem lugares que você perfura com 80 metros é uma água pesada, outras vezes com 80 não chega, 120, 240. O Sr. Rômulo Macedo aqui é testemunha que briguei com a PETROBRAS, muitas vezes, quando não encontrava petróleo, Agripino, não só testemunha, mas meu auxiliar, quantas vezes fomos a PETROBRAS brigar por aquele poço onde não encontrava o petróleo, mas encontrava água do Arenito Açú que fica a mil metros que sai térmica mineral para dali fazer uma adutora para uma comuni-

dade que morria de sede, que batia a minha porta com as latas d'água pedindo: Prefeita, pelo amor de Deus uma lata d'água para matar a sede dos meus filhos, para que meu animal não morra, para que eu possa ter condição de poder irrigar o mínimo de capim, para que eu possa ter o feijão. Eu cheguei convencida pelo que eu assisti, pelo que eu sei que sofre a nossa região. Lutei e como lutei. E foi uma alegria muito grande, eu era Prefeita quando foi assinada a ordem de serviço lá na minha cidade para a construção da barragem de Santa Cruz que foi concluída já no Governo Fernando Henrique o sonho secular. Dos estudos que vinham do INFOX desde o início do século passado porque a barragem de Santa Cruz era importante para dar condições ao rio Mossoró de trazer água para uma região onde nós temos, talvez, as terras mais férteis do país que é a Chapada do Apodi e que o homem não pode dali tirar a sua sobrevivência porque faltava água. É verdade que a barragem foi feita, que os canais de irrigação ainda não foram feitos, pequenos, é para o pequeno, não é para nenhum grande proprietário. Mas isso é uma outra questão que nós estamos lutando. E vamos conseguir. Mas é preciso, sim, a transposição, é necessária. É apenas 1,4% daquilo que a barragem Sobradinho não é lá no início do rio não, minha gente, é o que a barragem sobradinho está soltando diariamente. Quando se fala em 129 milímetros cúbicos, não é isso, são 26,4. 129 é quando ela estiver cheia, sobrando, que vai ser um benefício, porque senão vai inundar as cidades. Por ser uma defensora intransigente e convencida, convencida pelo que eu já assisti, pelo que eu vivi, pelo que lutei que eu quero dizer [soa a campanha] também aos meus colegas da Bahia, de Sergipe que também estou na luta pela revitalização. Não quero que chegue a água da transposição morta jamais. Eu quero água viva que vai dar vida ao meu povo sofrido que passa sede, eu quero água viva que vai fazer a reforma agrária decente que tem água porque eu tinha na minha cidade e tenho ainda quando Prefeita eu vi também a reforma agrária sem a água, lutando para levar água para aqueles assentamentos numa luta inglória, difícil, desesperançosa.

Então, eu estou aqui para dizer, o que nós queremos. Nós queremos é que o São Francisco, que eu não sei quem teve a iluminação de colocar esse nome São Francisco [interrupção de áudio] o santo da generosidade, o santo dos pobres, se faça esse projeto que é projeto de solidariedade. Brasil, o Brasil solidário é água para quem precisa, para desenvolver também pequenos projetos que gere renda, emprego, vida, água viva [interrupção de áudio].

Finalizando, só para finalizar dizer, que trago aqui uma carta do nosso, do Arcebispo, Bispo Dom Hei-

tor Sales, irmão do cardeal Dom Eugênio Sales que gostaria, não sei se é possível, acho que já extrapolei o tempo, de lê-la. Ele preside o comitê em defesa da transposição do rio São Francisco no meu Estado. Mas já que o tempo está curto, eu passarei a Mesa e gostaria de dizer. Dom Heitor ao lado de Dom Eugênio, são Defensores sabe por quê? Porque eles são do Acari, da região lá do seridó que também falta água, eles também sentiram quando criança o que era ter um copo de água salobra por dia e ele faz esse depoimento aqui na sua carta. Fica para que seja registrado nos anais dessa Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. [interrupção de áudio]

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULPICY (PT-SP): A solicitação de V.Ex^a será atendida. Tem a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados. Dom Cappio, eu não o conhecia pessoalmente, já tinha visto a sua imagem muitas vezes em fotografia e em vídeo, e guardo do senhor a imagem de um homem santo, de um homem que pode provocar emoções, que pode como os atores que aqui se fazem presentes, fazer opinião.

Deputado Ciro Gomes, V.Ex^a foi Governador quando eu fui Governador, V.Ex^a como o Senador Tasso Jereissati, uma vez e a Prefeita Rosalba transmitiram aqui emoções. Dom Cappio, aqui ninguém tem o direito de fingir, principalmente se se trata de emoção. Eu fui Governador com 36 anos de idade pela primeira vez e no meu primeiro Governo eu enfrentei na largada do Governo, eu era quase um menino, tinha 36 anos, pouca experiência, tinha sido Prefeito e Governador. Na largada do Governo eu enfrentei uma seca pesadíssima, seca de 82/83. O senhor me parece um homem santo e deve como eu, deve ter já convivido com as dificuldades do homem do campo, principalmente dos mais pobres.

Dom Cappio, eu como o Tasso, como Rosalba, como o Ciro, como tantos que aqui falaram, como o Marconi, tem a experiência da convivência com a seca do Nordeste. Dom Cappio, pior do que não ter a água é não ter a certeza da água. Eu me lembro muito bem da seca de 82/83 e da amargura que eu passei na cidade de Santa Cruz, que era a capital da região do Trairi, eu desloquei metade do Governo para lá para tentar sobreviver as pessoas. Não era um pé de coentro, não é uma plantação de nada, era a sobrevivência de pessoas, era homem, mulher e menino, moços e velhos. Eu digo isso porque esse debate democrático que o Congresso proporciona tem que produzir efeitos sobre a consciência de todos, dos que pensam a

favor e dos que pensam contra. E as emoções que cada um de nós viveu, sejam os atores, sejam os políticos, têm que ser percebidas por cada um de nós para que nós busquemos o melhor para o país. Não se está aqui buscando o convencimento pelo simples convencimento. Está aqui se buscando o melhor para o país. O que é que se está querendo com a transposição do São Francisco? Garantir a certeza da água. A barragem de Santa Cruz existe, está cheia, mas existe e está cheia hoje, amanhã ela pode não estar cheia, ela não pode ter água de beber nem água de irrigar. A barragem de Santa Cruz que fica no Município de Apodi no meu Estado é beneficiária direta do Projeto de Transposição do São Francisco. Se eu tivesse uma alternativa para garantir a certeza da água da barragem de Santa Cruz eu seria sensível aos argumentos que aqui colocados contra a transposição, mas eu não tenho alternativa nenhuma, eu só tenho essa e mais nenhuma. Eu não tenho como transpor água do rio Tocantins para o Nordeste, dá para transpor do Tocantins para o São Francisco e do São Francisco redistribuir. Então, eu tenho que me costurar com as minhas próprias linhas, eu tenho que encontrar a saída. “Ah, vou aproveitar melhor as águas da barragem do Castanhão, da barragem do Açú”. E se ocorrerem como já ocorreram tantas vezes três anos de seca? Esses açudes vão chegar ao seu nível crítico e não vai ter água de beber. A cidade de Santa Cruz, não é da barragem que eu acudi como Governador passada a seca teve uma solução, uma barragem perto da cidade. [interrupção de áudio] Esta barragem que acumula água se você não tiver alimentação permanente para ela, ela seca. A solução que foi dada não é a solução que garante, com certeza, a água. Para garantir com certeza a água, é preciso Projeto de Transposição do São Francisco que não garante água de irrigação e água de beber o tempo todo. De beber sim, de irrigação só se tiver. É um processo de fusível que se coloca ao projeto, água de beber e aí vai a carga de emoção dos que falaram, água de beber, é garantida inverno, verão, ano sim, ano não, todos os anos. Água de transposição para irrigação não, só se tiver.

O que eu gostaria de que nós raciocinássemos sobre isso e veja bem, aqueles que são contra a transposição precisam sair daqui convencidos que são contra à única solução que o Nordeste que passa sede tem para resolver o seu problema.

Dom Cappio, eu quero fazer uma proposta, o senhor faz opinião, o senhor é um homem santo, eu lhe respeito, eu sou amigo de grandes figuras da igreja que pensam diferentemente do senhor, mas não vou usar isso como argumento. Eu queria ver se sensibilizava o senhor com o seguinte. Primeiro. Se tivesse-

mos uma alternativa para matar a sede das pessoas do Nordeste mais seco eu estaria cavalheirescamente me sentando na Mesa de negociação com o espírito de encontrar saída. Não tem.

Segundo ponto. O projeto é feito para garantir a certeza da água levando água do São Francisco para encher os reservatórios que já existem [soa a campainha], já encerro. Ou com a construção de outros reservatórios que vão garantir a perenização de rios. Rio perene em Nordeste seco é água certa. Rio perene é feito com barragens sucessivas que estão partes feitas e partes vão ser feitas alimentadas pela água do São Francisco que só vai vir para garantir o fluxo da água de beber, de irrigação quando puder. Mas que concordem comigo. Vamos... ensarilhe as armas, vamos permitir que o projeto continue fazendo... em rodovia, Marconi, em rodovia, Ciro, muitas vezes você começa a estrada do começo para o meio e do fim para o meio. Por que nessa obra não podemos fazer pelo menos um pacto de entendimento agora, de fazermos, Dom Cappio [interrupção de áudio] [soa a campainha] ao nordestino mais pobre que está enxergando nesse momento a oportunidade de encontrar uma solução na disputa de nordestinos com nordestinos. Por que a gente não completa as obras previstas no projeto? A barragem de Oiticica, por exemplo, no meu Estado que vai perenizar o rio Apodi que vai dar a certeza da água para uma imensa região como a do seridó que hoje está ameaçada de sede. A cidade de Caicó, a cidade de Currais novos, a cidade de 30, 40, 50 mil habitantes, 80 mil habitantes estão passando sede. A barragem de Oiticica que faz parte do projeto feita seria o projeto do fim para o meio, garantiria, pelo menos, uma solução para a sede daquela região e daqueles Municípios. As obras...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLIVAN (PT-SP): Peço a V.Ex^a que conclua.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Estou encerrando. As obras que signifiquem a certeza da água de beber, a certeza da água de beber não serão objeto de discussão. Porque se o forem vai se estabelecer uma disputa de brasileiros contra brasileiros em torno de uma causa que ninguém pode ser contra, que é matar a sede do povo. Vamos encontrar o caminho da discussão, de se fazer aquilo que é importante na ponta do projeto e ver com racionalidade, somando as inteligências para encontrar o caminho da solução para que os mais pobres não paguem o pato de uma discussão que não pode ir tão longe. Não pode passar, Dom Cappio, por greve de fome, nem por discurso inflamado inconsequente, nem por uma coisa nem outra.

Eu gostaria que esse encontro, que reunião tantas pessoas importantes, resultasse pelo menos nesse

momento de reflexão para que pudesse [interrupção de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLIVAN (PT-SP): Senador Agripino...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Já encerro. Para que pudéssemos encontrar caminhos de solução através de atitudes que ninguém seria capaz de contestar, mas que estariam viabilizando a solução para a sede do Nordeste pobre.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLIVAN (PT-SP): Senador Inácio Arruda tem a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Cadê o Sibá?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLIVAN (PT-SP): Está em seguida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, convidados que acompanham essa audiência pública nesse momento, eu considero um esforço, quer dizer, mais um esforço grandioso de debate público sobre o tema da transposição. Eu sou lá do Ceará, Estado do Ceará. Eu sou de Fortaleza. Nós temos examinado os anais da história. Desde o ano de 1847 que se discute no nosso Estado como minimizar. Minimizar, não é resolver, de forma absoluta esse drama que vive a população nordestina. Minimizar. Ciro disse aqui, nós não queremos a redenção porque não é, seria enganoso alguém chegar e dizer: Com esta obra ok, está tudo resolvido. Não é verdade. Tem muita coisa para fazer após essa obra. No Ceará, eu digo aqui, Tasso falou aqui para todos nós. Eu sou oposição a esse Governo e eu fui oposição ao Governo dele, embora, tenha participado no primeiro instante para elegê-lo, mas depois ficamos na oposição. Fui oposição também ao Governo de Ciro. Quantos embates nós realizamos. Mas havia uma coisa que nos unia, quer dizer, garantir água para o povo do Nordeste, para o povo do Ceará, nascido em cima de uma pedra no semi-árido, ah, isso não podíamos nos dividir, nunca, jamais. Nós podíamos brigar nas nossas posições políticas, ideológicas, nesse campo nós podíamos arengar à vontade, mas na defesa intransigente do interesse do povo do Estado Ceará aí não, e assim eu acho que é a Paraíba, o Rio Grande do Norte, pegar essa região toda dos Inhamuns no Ceará, pegar essa região toda do sertão central Cearense, uma região de pedra onde a água não consegue se armazenar minimamente em lugar nenhum, praticamente. Caiu a chuva ali desce tudo para o mar, mesmo na região Ibiapaba, onde você pode armazenar um pouquinho, as águas nossa bate no Ibiapaba e cai para o Piauí, para perenizar, ajudar a perenizar o rio Parnaíba. Não ficam na nossa região.

Então, nós corremos por todos os meios, para todos os lugares, para buscar minimizar este efeito. Água para beber, para o povo beber. Porque água para o povo do Nordeste beber e para o povo do Ceará beber tem impacto econômico gigantesco. O povo do Ceará bebendo água, tendo água garantida, tendo essa garantia não vai sair correndo para o Norte, para o centro-oeste, para o sul. Ele tem meios, um dos meios mais vitais para sobreviver na sua região que é água para beber. Isso tem um impacto econômico sem igual. É uma garantia absoluta de que ali eu posso efetivamente sobreviver.

Então, esse é o efeito que nós temos que raciocinar sobre ele. Depois vamos examinar a obra, vamos examinar a questão da revitalização do rio São Francisco. Sinceramente, é despropositada essa discussão. Sinceramente. Vamos examinar no tempo, na história. Quando é que recebendo os royalties da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, desde o seu nascimento, desde o seu nascimento que se recebe royalties dessa companhia [soa a campainha] pela geração de energia elétrica, porque nesse tempo todo não se revitalizou o São Francisco? Pelo amor de Deus. Por que não se recuperou a mata ciliar? Por que não se fez as obras de saneamento necessárias nessa região? Agora e é para efeito simbólico mesmo, é para efeito... não é de redenção, é para efeito simbólico. Agora que se quer tirar uma cuia d'água do São Francisco, para despejar numa região enorme do Nordeste Setentrional se cria uma polêmica que nem o Inferno de Dante seria capaz de retratar. Sinceramente. Sinceramente. Eu digo Inferno de Dante porque foi encomendado pela igreja. P fica o assunto resolvido. Sinceramente, não há no tempo uma injeção de recursos maior no trabalho de revitalização do rio São Francisco [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Não há no tempo uma injeção de recursos maior para a região do que está acontecendo agora com o projeto de interligação de bacias. Esse filete d'água destinado para essas regiões. E o que é que isso significa lá para o meu Estado do Ceará? Significa que a barragem de Arneirós, lá em cima nos Inhamuns não precisa jogar água no Orós, nem do Castanhão para o Castanhão jogar em Fortaleza. A água de Arneirós pode ficar para sua região. Então mesmo que a água do São Francisco chegue no Castanhão, que diríamos, é para o mesmo lugar, é para os mesmos, mas o Arneirós não precisa soltar mais água de lá para cá para abastecer o Castanhão para abastecer Fortaleza para abastecer a região Metropolitana. Então, a água do São Francisco está indo para cima também, indo lá para locais onde [interrupção de áudio] porque o próprio Orós pode jogar água para adutoras até subindo. Você bombeia para cima para

atender Municípios enormes, são populações urbanas enormes. Não é população difusa. População difusa tem outros projetos com apoio do Governo, com apoio das instituições nacionais que estão em curso. Estão aí a cisterna de Baça(F) com a ONG ASA do Nordeste aplicando recurso do Governo Federal, dinheiro do Governo Federal. Então, a água lá da população enorme de Iguatu e outras regiões pode ser atingida por Orós. O Castanhão mesmo pode jogar parte dessa água subindo para poder garantir a sobrevivência dessas populações acima. Eu imagino que só quem não teve que pegar uma picareta para arrombar um cano da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará para ter água em Fortaleza é que não compreende o impacto que tem a interligação de bacias. Tem outras alternativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Existem outras alternativas, concluo, Sr. Presidente. Existem outras alternativas, elas se somam, elas não se separam, elas não se inviabilizam. Uma não pode inviabilizar a outra, a ligação de bacias do São Francisco, essa cuia d'água, uma tomada de água ali depois de Sobradinho que regulariza esse rio, que não fosse essa regularização, talvez, sim, talvez o rio estivesse em situação muito pior. Essa tomada d'água não inviabiliza o programa de cisterna de Placa, não inviabiliza nenhuma outra alternativa no Nordeste brasileiro. Mas jamais pode-se argumentar que tendo outra alternativa essa seria impossível de se praticar argüindo que a água vai para os ricos, vai para os latifundiários, vai para os milionários. Lá no meu bairro, companheiros, para atender o povo da população pobre do bairro que eu nasci na cidade de Fortaleza essa água chega e é importante para o nosso desenvolvimento. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Heráclito será o último.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tenho a palavra, Presidente? Muito obrigado. Senador Supply que preside essa Sessão, em primeiro lugar eu quero parabenizar V.Ex^a pela iniciativa, acho que foi muito acertado. Acredito que número significativo de pessoas devem estar assistindo a TV Senado, nesse momento, dado a riqueza da conversa que nós estamos a realizar aqui.

Conversei vários momentos aqui na Casa, especialmente com o Deputado Ciro Gomes, tirando dúvidas pontuais do projeto porque não sou versado no projeto, procurei algumas informações, é claro. E

somente agora que desejo conhecer profundamente. Mas mesmo assim, desde um ano atrás, quando nós tivemos os primeiros grandes debates na Casa sobre transposição do São Francisco, eu perguntei a alguém da ANA, da Agência de Águas, que pudesse me dizer onde é que eu poderia visitar uma experiência de transposição, e fui aconselhado a ir no Rio de Janeiro. Foi lá que eu conheci a experiência do rio Paraíba do Sul do Rio de Janeiro. Achei aquilo muito interessante porque é um rio menor, esqueci o nome dele, que passa numa cota de 50 metros mais alto do que a própria cota do rio Paraíba. E naquele ponto de 50 metros é feito uma transposição da água que consome naquele momento cerca de 120 megawatts. Constrói-se um lago, é um lago natural de altitude, do qual tem cerca de 180 metros de profundidade, que a água que abastece 98% da população da Grande Rio de Janeiro, é uma água tão pura, tão pura que a Companhia de Águas me disse que adiciona simplesmente o cloro. É uma água praticamente própria para o consumo humano. E nisso tudo me fez lembrar que se imaginemos um Estado de guerra e alguém joga um veneno, uma coisa naquele manancial, o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro estará com seriíssimos problemas de abastecimento.

Outra coisa que me chamou a atenção é que nesse debate da solidariedade, esse é o nome que eu estou usando, de água do rio São Francisco para outros nordestinos, um rio quase que eminentemente nordestino para outros nordestinos, eu quero comparar Deputado Ciro Gomes com o Sistema Nacional de Energia Elétrica de hoje. O que o Sistema Nacional de Energia Elétrica de hoje faz? Que o Brasil produza energia elétrica de diversas fontes para que todos os brasileiros recebam também energia elétrica. E eu vou lembrar aqui a chamada Conta CCC. A Conta CCC é uma conta que todos os brasileiros pagam no consumo de energia elétrica um delta a mais na sua conta de energia para que a Amazônia, pasmem, que é uma das grandes produtoras de energia hidráulica possa receber energia elétrica nas áreas do qual os moradores não têm acesso ao fio convencional. Portanto, se paga um delta a mais na conta de energia para que aqueles que não têm energia de outras fontes receba energia da fonte térmica que hoje infelizmente é diesel. E que nós estamos num esforço muito grande para substituir a fonte de diesel por outras fontes. Inclusive, agora o Jornal Nacional divulgou uma dessas riquíssimas experiências que eu me sinto orgulho de ter participado, que encontrei uma pessoa, um técnico aqui de Brasília que produziu um fogão a lenha, fogãozinho simples a lenha que gera energia elétrica. Levei para o Estado do Acre, e o Governador abraçou a idéia, e hoje nós

temos as primeiras famílias do seringal do Xapuri tendo energia elétrica a partir desse fogão.

Então eu queria fazer essa comparação para dizer que o projeto, claro, não entendo na raiz dele, mas posso dizer, qualquer defeito que ele venha a ter vamos discutir no mesmo tamanho que nós estamos discutindo a situação da energia elétrica. Ele pode estar cheio de problemas, eu acredito nisso, mas tem um ponto que é o ponto fulcral do nosso debate que é de fazer com que um grande número de pessoas nordestinas que não têm água hoje receba a chamada água solidária.

Então, eu vou aqui acreditar nos números que me foram passados. Fiz a primeira pergunta, porque eu fiz essa pergunta lá no Rio de Janeiro. Qual a altitude, o ponto mais alto de onde a água vai chegar em relação a captação? 160 metros de altitude. Qual o volume de energia elétrica que se precisa para empurrar esta água até este ponto? Cerca de 300 megawatts. Quais os pontos de queda de água que é possível gerar também energia elétrica? Cerca de 170 megawatts. E qual o déficit da geração da própria energia. 130 megawatts. E de onde vem os 130 megawatts? Do Sistema Nacional. Quem vai pagar os 130 megawatts? Todo mundo! Todos os brasileiros vão pagar os 130 como pagam até hoje todos os megawatts consumidos de energia elétrica pelos amazônidas.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, porque sou hoje do Acre há 22 anos, mas sou nascido do Estado do Piauí, e falar um pouco da tristeza do sertão eu também vi, e fui visitar trechos lá, a usina de Xingó e vi alguns números que digo aqui, nobre Deputado [interrupção de áudio] quando uma pessoa que não é da área, fala de um número errado a gente até desculpa, mas um engenheiro eu não posso aceitar. Vi um número ali que diz: Que se tirar os 26 m3 de água do rio São Francisco, todas as usinas do sistema CHESF, [interrupção de áudio] cento e... me desculpe, mas vou resumir, em 100 megawatts. Aí eu faço a pergunta: Se 26 m3 de água naquela vazão vai poder perder 100 megawatts de energia, por que as outras captações que são feitas, que foi dito aqui de 80 m3 para irrigação num ponto, 60 noutro, somados, não já faliu todas as usinas, então, do rio São Francisco?

Portanto, eu fico pensando nessas coisas, está na hora da gente botar o pingão nos is. [palmas] É preciso colocar o pingão nos is. Uma coisa é certa, tem problema? Pode ter problema. Mas o Governo enfiou sim no projeto a idéia da revitalização do rio, e eu sou testemunha disso, acompanhei no debate. Está colocado sim que não responde pelo Atlas que a Agência de Águas construiu que ele vem complementar a idéia da transposição avançando um pouco mais nos

pontos que a própria transposição não vai chegar e mesmo assim ainda vai ficar pessoas...[interrupção de áudio][soa a campainha] nem de uma fonte, nem de outra e que, portanto, vale todas as iniciativas, como eu pessoalmente estou trabalhando, todas as iniciativas no sentido da energia elétrica, eu gostaria muito que nós pudéssemos abrir o debate, de que todos os engenheiros, os intelectuais brasileiros, emprestem a sua inteligência para que resolva definitivamente o problema da seca do Nordeste brasileiro.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, senhoras e senhores, eu represento Minas Gerais, e mineiro por natureza ele é desconfiado e 70% da água do São Francisco sai de Minas Gerais. Então, nossa cautela é evidente que nós sabemos bem a necessidade que tem o Nordeste, o mineiro sempre teve a característica também da solidariedade, de entender a importância de um Brasil igual, não termos uma região desenvolvida, outra sem desenvolvimento, isso tudo nos passa à mente uma maneira de ver esse assunto com mais calma. O assunto é de discussão política, é de discussão romântica até em alguns momentos. É uma polêmica que divide sim, dentro dos partidos não tem unanimidade, nenhum partido tem uma posição, todos os partidos têm uns de um lado, outros de outro. De maneira que eu queria aqui botar algumas questões pontuais. Não contribui nada algumas falas que foram feitas aqui que... eu prefiro debitar no excesso, no entusiasmo, “está faltando democracia”, disse bem o Tasso Jereissati. Tá faltando democracia, não. Eu também assisti vários desses debates, foi muito difícil retornar a democracia no Brasil, o Brasil vive felizmente um Estado Democrático pleno. “Está faltando coragem aos homens públicos”. Não está faltando também não. O homem público apanha muito. Apanha demais da conta. É muito fácil xingar homem público. O homem público tem muita coragem, coragem até demais. Tem coragem muito para enfrentar os problemas que existem no país e que são presentes. Assim também é que eu acho que a gente tem que deixar de lado essa coisa de nunca nessa história do país. E aí eu vou entrar no que meu interessa mais que é a questão da revitalização. Não é verdade que nunca na história do país se fez uma revitalização, está fazendo agora. Eu na vejo isso lá em Minas Gerais. 70% da água vem de Minas Gerais, as cidades mineiras tem carência de tratamento de esgoto, tem carência de abastecimento de água, mesmo aquelas que são ribeirinhas ao rio

São Francisco. Nós temos problema de assoreamento, temos problemas nas matas ciliares que precisam ser plantadas e replantadas. Nós temos, portanto, a busca da revitalização. É fundamental que para que a água chegue, ela tenha a garantia da renovação. E para essa renovação precisamos de ter revitalização de fato. Eu até ouvi aqui o representante do Governo Federal falando que tem uma série de ações nessa área. Vamos esperar para ver. Eu não tenho visto tanto.

Outro ponto é a questão da outorga, mas o Ministro Ciro Gomes, meu amigo particular já me deu informações contestando, porque outra questão é que nós mineiros queremos, porque se tiver toda essa outorga para a transposição, a informação é de que nós não poderíamos mais fazer nenhum projeto de irrigação em Minas Gerais porque a outorga estaria coberta, mas o Ciro disse que não, que não é bem assim, então vamos verificar esses outros números. A questão de quem é beneficiário ou não, acho que é muito bom colocar aqui o que é correto. Esse projeto não é para acabar com a seca, com a sede, é um projeto que tem um interesse econômico, mas também não vai atender 12 milhões de pessoas não. Às vezes fala 12 milhões. Os números que nós temos fala de 3 milhões e pouco, a população que realmente que vai ser beneficiada pela água. Esses são os números que nós temos levantados por Minas Gerais.

A questão também da vazão, a vazão 26 m3 por segundo, é vazão mínima, pode chegar a 127 m3, então não é bem assim, 26. Ah, mas vamos transportar 50 m3. Tá bem. Como vai fazer para garantir esses 50 metros? Vai soltar mais água de Três Marias, vai esvaziar o lago de Minas Gerais, vai fazer um processo desse para poder garantir a água? É outro problema. A gente tem...

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na cheia, diz o Ministro Ciro. Então o que é importante [soa a campainha] que nós queremos ver é realmente a questão toda da revitalização. Esse é o ponto fundamental para que possamos ter a água disponível para um projeto como esse. A questão do peixamento, o rio já foi muito mais piscoso do que é hoje, ele já deu vazão aos moradores da região com muito mais intensidade a fome através da alimentação de peixes e hoje nós temos um rio que é poluído, que tem riscos de morrer sim, que tem a questão toda do assoreamento, a revitalização é fundamental. E vamos realmente caminhar num processo que eu espero que seja um pouco menos acalorado, que seja mais dentro da realidade de números, de dados, continuarmos a discussão é importante um pouco mais técnica que nós possamos

ter de maneira que tenhamos argumento de um lado, argumento de outro [interrupção de áudio] é um ponto importante. A nossa posição, a posição dos mineiros é uma posição contrária sim, mas é uma posição contrária, como eu disse bem da nossa natureza de desconfiar. Nós queremos ver primeiro. Talvez seja um bom caminho essa questão de um primeiro trecho ser feito, depois se discutir o segundo. Aí você teria só uma primeira, uma vazão sendo liberada, não a totalidade prevista já que a obra está se iniciando. Mas é tempo ainda sim de fazer os ajustes necessários. Muito obrigado. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Finalmente o Senador... muito obrigado. Finalmente o Senador Heráclito Fortes, em seguida proponho que demos, possamos ouvir a conclusão depois dos oradores uma brevíssima palavra de Dom Luiz Flávio Cappio para encerrarmos a Sessão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, autoridades aqui presentes, senhores debatedores. Após de uma manhã toda de proveitosa audiência pública, nós chegamos à primeira conclusão de que este é um projeto polêmico, [ininteligível] e nem poderia ser.

Vimos desfilar aqui opiniões das mais diversas, defesas convincentes, uns contra e muitos deles também com argumentos fortes, mas eu quero em primeiro lugar eu quero Eduardo Supply que preside esta Casa parabenizar o Dom Cappio. Não entro no mérito do protesto que ele fez, mas entro no resultado do protesto. Foi exatamente esse protesto que proporcionou a discussão aqui e agora no Congresso Nacional... e trouxe para cá esse debate para que amanhã e para que no futuro ninguém diga: Eu não sabia. Os que defendiam e os que eram contra. Porque é preciso que aconteça exatamente o que está acontecendo agora essa discussão.

Eu sou de um Estado que não se surpreende quando vê projetos impactantes dessa natureza? Eu sou o Nordeste do Nordeste, o refugio. E era natural que o Piauí não fosse sequer olhado nessa questão. Mas eu quero lembrar que o primeiro projeto envolvendo a transposição do rio São Francisco vem da década de 30 e era de autoria de um geógrafo chamado... engenheiro geógrafo chamado Jurandir Pires Ferreira e alegava que seria feito por gravidade tornando bem mais barato. Nós todos esperamos muito. Aí o Mão Santa que o diga. Nada. Agora vem-se com esse novo projeto, produto da verdade, de discussão de vários Governos. Mas é bem verdade também que nem todos os Governos estudaram o mesmo projeto. Nós tivemos Governo que defendia um caminho, outro que

defendia outro caminho e espero que os técnicos em algum momento tenham razão. A única coisa que eu acho, Senador Jarbas Vasconcelos é que como sempre o Governo Brasileiro adianta o carro, leva o carro a frente dos bois. Nós temos, por exemplo, e me permita entrar na sua seara, em Petrolina, Projeto Integrado de Irrigação que está paralisado pelo menos há 5 anos, salvo engano Pontal, e vários outros. Mas eu me preocupo com uma coisa muito séria, Senador Suplicy. E acho que V.Ex^a tem aventureiro, corajoso como é, levado esse encontro com uma decisão parlamentares percorrer o rio São Francisco, das suas nascentes à sua foz. Eu digo isso porque me preocupa muito, quem sobrevoar os... Deputado Ciro como Ministro deve ter sobrevoado as nascentes do São Francisco, vai ver... andando um pouquinho, vendo aqueles filetes se integrando, vai ver a situação de degradação que elas se encontram. Mas eu falo isso... [soa a campainha] e acho que o Governo Federal tem a obrigação e o dever... [soa a campainha] de tratar as águas brasileiras com mais carinho. Eu sou de um Estado e o Sibá também que tem o rio Parnaíba morrendo. Morrendo por desatenção de Governo, por agressão do homem. Nós temos o rio Guruguéia que dá nome a um vale que é dos mais férteis do Brasil. Nós temos o rio Longá, o rio Puti que é uma dádiva do Ceará, do Ciro Gomes, do Tasso, nós temos o rio Guaribas e todos sem nenhuma exceção, estão morrendo a começar das suas nascentes, exatamente por descaso e por falta de quem melhor cuide dele.

Exatamente por isso [interrupção de áudio] [soa a campainha] chamar atenção para as prioridades nesse país. Nós não podemos permitir a começar do próprio São Francisco. Perguntem aos ribeirinhos, aos que habitam nas nascentes a situação desse rio ao longo dos anos. E eu quero crer que esse projeto uma vez realizado seja para séculos, não seja apenas um projeto temporário. E se não for cuidado a sua nascente o Velho Chico sucumbe e esse projeto vai ficar aí a dever, como fica a dever, por exemplo, o rio Parnaíba que era navegável e que transportou na minha infância a riqueza do meu Estado e que hoje durante grande período do ano você atravessa tristemente em Teresina a pé e vai a Timon já no Maranhão. Guariba, Canindé, que no passado deu tanta riqueza e hoje dá frustração aos homens.

Portanto, é preciso que antes da ambição, da pressa haja cautela. Não sou técnico. Estou falando com o sentimento de quem vê os rios da minha terra, do meu Estado ano a ano morrer. Concordo quando se diz aqui que não se pode deixar em dúvida a boa intenção de muitos, quero crer, meu caro Deputado Ciro Gomes. Sei da sua intenção. Sei da intenção do

Marconi Perillo, [interrupção de áudio] sei da intenção de muitos, mas não vamos faltar com a verdade para o país. Esta transposição é mais sonho das empreiteiras brasileiras do que da fome e da sede do nordestino. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): Senador Heráclito Fortes, agradeço de ter passado a Presidência, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Acho que será importante que possamos os Senadores fazer uma viagem de conhecimento do rio São Francisco. Eu em 1974 fiz uma viagem quando havia ainda aquele barco que transportava e eram tantas as pessoas, tanto da população, mas também estudantes que vinham para conhecerem o rio São Francisco, e quem sabe possamos de fato alguns Senadores. Mas para fazer uma viagem bem feita avalio que será necessário mais do que uma semana, quem sabe um mês, quem sabe o mês de junho... perdão. No mês de julho... no mês de julho, agora temos um recesso apenas de 15 dias, mas pelo menos por duas semanas fazer esse trabalho.

Eu... se todos tivermos de acordo, passaria agora a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio para que possa fazer a sua saudação final e a avaliação do debate que tivemos para encerrarmos os trabalhos. Está bem assim?

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Eu vou usar não mais que um minuto, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): V.Ex^a depois de tantas observações tem o direito de se expressar, com certeza.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Todos hão de convir comigo que neste dia 14 de fevereiro de 2008, nós tivemos aqui no Senado Federal e através da TV Senado em todo o território nacional um imenso momento de cidadania que realmente colocamos as grandes questões nacionais e de um modo especial o semi-árido brasileiro no centro das nossas atenções.

Agora, eu só sinto, Senador, que foi exatamente isto que nós pedimos ao Sr. Presidente da República por ocasião do encerramento do nosso primeiro jejum, aquele acordo que foi feito entre nós, sociedade civil e a Presidência da República representada na época pelo Ministro Jacques Wagner, de se abrir um amplo e profundo diálogo antes do início das obras. Isso foi o acordo feito. E nós acreditamos nesse acordo e por isso encerramos o primeiro jejum. Mas infelizmente esse diálogo que hoje tivemos uma experiência concreta aqui e agora tão bonito, tão profundo, tão amplo, que gostaríamos de ter feito antes do início das obras, não aconteceu. E isso que deu origem ao segundo

momento de jejum e que teve a sua força para gerar este momento cidadão.

Infelizmente as obras já se iniciaram. Infelizmente também usando, utilizando o Exército brasileiro para concretizá-la. Eu diria: Será que é esta a função do Exército brasileiro? Apoiar um projeto tão polêmico quanto este? Será que nós não precisaríamos mais de consenso? E eu faria uma proposta: Será que nós e não seria mais interessante e aí eu coloco este problema para as Forças Armadas Brasileiras, será que não seria mais interessante colocar as Forças Armadas no caso, concreto, o Exército brasileiro a serviço da revitalização da bacia do rio São Francisco e de outras bacias que como a bacia do rio São Francisco estão num processo de morte? Que são exatamente estes os projetos nos quais todos nós concordamos e que existe um consenso nacional. Aí está a proposta para o Exército brasileiro, de colocarmos as forças que eles têm em mãos a serviço de algo que é consenso de todos.

Então, eu quero mais uma vez agradecer Sr. Senador pela a sua iniciativa, agradecer o acolhimento do Senado Federal de ter proporcionado este momento, e parabenizar a todos nós brasileiros que somos capazes, embora com opiniões diferentes, mas colocarmos com liberdade aquilo que pensamos. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): Muito obrigado Dom Luiz Flávio Cappio por sua colaboração na realização deste debate. Quero muito agradecer ao Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, ao Deputado Federal e ex-Ministro da Integração Deputado Ciro Gomes, ao Deputado Federal Marcondes Gadelha, ao Sr. Luciano Silveira da Articulação do Semi-Árido Brasileiro, a João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Sr. Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, ao professor Paulo Canedo de Magalhães da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Sr^a Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia, ao ambientalista José Henrique Cortez, ao Prof. João Abner Guimarães da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Prof. Paulo Heringer Lisboa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, ao Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano de Defesa e Integração das Bacias e Transposição das Águas do São Francisco, a Dom Tomas Balduino, Bispo emérito de Goiás e aos membros do Movimento Humanos Direitos ou direitos Humanos, aos queridos Osmar Prado, Carlos Vereza, Letícia Sabatella que aqui também contribuíram tanto, inclusive, com a emoção que foi que não foi uma representação, foi resultado da

interação verdadeira que nós tivemos hoje. E eu espero, caro Ciro Gomes, Dom Luiz Flávio, que possa surgir uma luz. Que esse debate possa significar um passo. Quero aqui dar o meu testemunho. Hoje nós tivemos aqui um debate civilizado, as pessoas se respeitaram, houve momentos até de emoção, de muito envolvimento, mas isto significa a história de vida de cada um e, sobretudo, o respeito para todos. Então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senador Suplicy, a curiosidade é geral e eu lhe confesso. Essa Sessão não terminaria na dúvida. Todos querem saber claramente qual é a sua posição, contra ou a favor?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu sou a favor do rio São Francisco, rio da unidade nacional... e eu como Presidente do debate eu vou seguir a sugestão de V.Ex^a. No mês de julho eu irei percorrer as águas do rio São Francisco, vou parar na Barra para conversar com o povo de Dom Luiz Flávio Cappio e acompanhar de perto para ver se, então, consigo chegar... Mas numa coisa eu estou certo, que é importante a revitalização do rio São Francisco 100% de acordo todos estão que é importante se assegurar à população ribeirinha, aos quilombolas, aos índios, a todos aqueles com quem o Dom Luiz Flávio Cappio dialoga, que efetivamente se beneficiem deste projeto também. Acho importante a informação que nos deu o Deputado Ciro Gomes, de que há três quilômetros para um lado, três quilômetros para outro, isso está reservado para assentamentos e de Reforma Agrária e que a população, portanto, deverá ser beneficiada e tantos outros detalhes com os quais, que pudemos aprender hoje. E água para a agricultura.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pois não. Nós temos que encerrar. V.Ex^a tem a palavra na hora...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Dois minutinhos só, eu não pude participar antes da Sessão, estava em outro compromisso, mas quero cumprimentar V.Ex^a bem como a todos que participaram, especialmente ao Frei Dom Luiz Flávio Cappio, que é uma pessoa que eu conheço há muitos anos, militei na juventude cristã junto com ele, aprendi muito. É para mim uma referência de homem de fé, de homem de bem, de exemplo de vida e de liderança a ser seguida.

Esse depoimento é importante que eu o faça, já o fiz outras vezes aqui quando ele estava em greve de fome. Sou um grande admirador e sei que estou tratando com uma pessoa que é uma pessoa santa,

uma pessoa de bem, e por isso ele tem da minha parte todo o respeito, credibilidade e apoio na sua luta e a ela quero me associar. Parabéns.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Raimundo Colombo, muito obrigado. Está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h15.

Pronunciamento, dado como lido nos termos do art. 203 do RISF, encaminhado à mesa pelo Senador César Borges:

A fantasia da Transposição do São Francisco (Saudação aos convidados, à mesa e à presidência)

Ainda é tempo de parar com a impensada idéia de transporem-se as águas do rio São Francisco, projeto desnecessário que nada mais fará senão acrescentar-se às obras da Engenharia de Inaugurações que tem povoado boa parte da história dos projetos públicos no Brasil.

Previamente, o projeto deveria ter sido discutido no Senado que é a Casa Legislativa onde os interesses dos Estados são tratados de igual para igual, sendo portanto o espaço apropriado para se debater e decidir sobre os projetos e as iniciativas polêmicas que levam a disputa entre as unidades federadas ou entre elas e o Executivo.

Se as águas do São Francisco são de domínio da União, eu quero recordar que tais águas são formadas por vazões de contribuição de águas de domínio dos Estados. São águas que vêm de Minas Gerais e Bahia, principalmente, o primeiro entrando com mais de 70% da vazão do São Francisco, e a Bahia com aproximadamente 20%.

Essa condição implica, não vejo outro caminho, a negociação entre a União e os estados que o Executivo vem chamando de doadores. Mas a União não está fazendo isso! A União Federal somente negociou com os estados que convencionou chamar, no Projeto, de receptores ou donatários.

Outro problema legal gravíssimo: o artigo 49, inciso XVI da Carta Magna atribui ao Congresso Nacional como competência exclusiva autorizar a exploração e o aproveitamento dos recursos hídricos que estão situados em terras indígenas:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

Preciso acabar com a ingênua idealização de que está se levando um copo de água para quem

precisa. O que está em jogo é o interesse de estados brasileiros que disputam entre si um bem valioso: os recursos hídricos para o desenvolvimento econômico.

Ao contrário do diálogo, o governo optou pelo autoritarismo. A decisão era de ter começado a obra de qualquer jeito, como foi asseverado pelo próprio Ministro da Integração, Geddel Vieira Lima logo que assumiu a Pasta. Disse o Ministro há um ano: a obra vai ser feita de qualquer jeito !!!

Daí, a decisão de colocar o Exército para servir de aríete para a obra, intimidando os movimentos populares, fazendo o papel de abrir caminho para as empreiteiras, que virão depois buscar o filet mignon.

O projeto desafia também entidades científicas sem qualquer parti pris com a questão, mas que consideram a transposição um erro técnico e econômico como é o caso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e do Banco Mundial.

Ainda está em tempo para parar a transposição, digo para todo o país!, pois a obra mal começou; os prejuízos que advirão serão muito maiores do que pará-lo agora.

As ressalvas necessárias e a capacidade que o Projeto tem de desunir

Vou agora desfazer mais um pouco o mito do copo de água para o semi-árido brasileiro. À exceção do Raso da Catarina, no meu Estado da Bahia, onde chove menos de 200 mm por ano, não há, em nenhum lugar do Brasil, falta de água de mananciais para atender à população.

Outro mito é o atendimento de 12 milhões de habitantes por este projeto. As populações somadas dos quatro estados beneficiados, em números do IBGE, alcança 23 milhões. Se excluirmos grandes cidades que não receberão água da transposição, como Recife e Caruaru, se excluirmos as cidades que já são atendidas por abastecimento satisfatório, se excluirmos as populações isoladas, não há como entender este número. (No site do Ministério da Integração, quadro “População Atendida e Vazão Disponibilizada pelo PISF em 2025” soma apenas 11,6 milhões, mas em duas décadas e provavelmente dependendo de novos investimentos ainda mais caros que a simples transposição).

O que existe, isto sim, é falta de gerenciamento e de obras e equipamentos que distribuam a água existente. O que existe, isto sim, é a falta de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgotos, que não compõem o projeto da transposição.

Portanto, dizer que vão “dar água para doze milhões de nordestinos sedentos” não é verdade! Vão dar é água para milhões de hectares de terras para irri-

gação, isto sim! A água para essa finalidade somente está entrando em seu escopo como pretexto para dar a impressão de que o projeto é necessário.

Se fosse o caso de inexistir realmente água no Nordeste Setentrional, eu seria dos primeiros a apoiar qualquer iniciativa de transposição.

Esse tem sido o motivo da verdadeira revolta que vem sendo esboçada pela sociedade dos Estados que se sentem prejudicados, os que vêm sendo incorretamente chamados de doadores pelos interessados no projeto. O que está havendo não é doação, mas uma imposição do Executivo Federal sob o pretexto de que as águas são de domínio da União.

Mudaram o termo transposição, que está desgastado, pelo termo integração, o que é uma ironia, além de ser uma falsificação, porque é uma transposição que não integra, mas desintegra, desune os nordestinos, uma verdadeira façanha considerando que o Nordeste, principalmente o semi-árido, sempre esteve unido em razão de seu quadro de pobreza.

Mas o que está desgastado não é só o nome do Projeto, não. O que está desgastado também é a própria idéia, que neste ano fará 161 anos¹ desde que foi pensada e ninguém até então colocou um centavo para a sua execução. Se fosse boa, barata e eficiente, porque não foi feita antes? Dinheiro, sempre houve. Solução técnica também. Então, porque não foi feita antes?

Sobre a suposta falta de água nos estados receptores

O Projeto da Transposição começa errando quando diz que o Nordeste Setentrional não tem água. Vamos desmistificar de pronto essa falácia:

O Estado do Ceará construiu, com recursos da União quase sempre, a maior concentração de açudes do Brasil, o que lhe permite acumular cerca de 17 bilhões de metros cúbicos, de água, um invejável estoque para fazer face a qualquer variabilidade climática inter-anual.

Sua vazão regularizada é de 215 m³/seg² com 90% de garantia, o que significa que há água de sobra para todas as necessidades do Estado, desde que esta água seja bem distribuída, trabalho exemplar que vem sendo feito pelos cearenses nos últimos quinze anos. O açude do Castanhão, com 6,7 bilhões de metros cúbicos, é um dos maiores do mundo para uso múltiplo da água no combate aos efeitos das secas.

1 Em 1847, o deputado provincial pelo Ceará, Antônio de Macedo, apresentou a idéia pela primeira vez.

2 Dado que constava do Atlas Eletrônico da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará e que foi retirado do ar no primeiro semestre de 2007.

De fato, os números mágicos da transposição re-conhecem apenas 60 m³/seg (dos 215 m³/seg), mas isto depois de aplicar os seguintes critérios de super-segurança: consideraram apenas os maiores açudes só da região do Eixo Norte e calcularam a vazão regularizada com 99% de garantia (noventa e nove por cento) e reduziram esta vazão em 15% (para fazer face a perdas por condução) chegando ao que denominaram Q100, isto é, chegaram à vazão regularizada somente dos grandes açudes com 100% de garantia.

Esse número é que foi considerado para justificar a transposição! Com a aplicação de tantos coeficientes de redução, ainda assim o número ficou em 60 m³/seg. Em uma comparação desprezível, este número corresponde ao consumo de água potável da Região Metropolitana de São Paulo com seus quase vinte milhões de habitantes. Vejam que todo o Ceará tem população de 8 milhões de habitantes.

Vale a pena enfatizar que, ao não se incluir os açudes de porte médio na conta, simplesmente está-se descartando mais ou menos 30% da vazão regularizada, o que é significativo. Em outras palavras, os defensores da transposição tiveram que exagerar no critério da segurança hídrica para justificar o injustificável.

O Estado do Rio Grande do Norte também tem água em abundância. Farei referência apenas a três açudes: o Armando Ribeiro Gonçalves, o Umari e o Santa Cruz, estrategicamente distribuídos no aconchegante território potiguar. Juntos, esses açudes perfazem 3,5 bilhões de metros cúbicos dos nove bilhões que o Estado acumula.

Há quem não acredite que o Estado do Rio Grande do Norte acumule tanta água. Pois bem, quem abrir o website da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e somar os volumes úteis dos reservatórios ali apresentados, chegará facilmente a sete bilhões de metros cúbicos, fora os reservatórios pequenos, que existem em quantidades e que deixam de constar do referido website.

Mais ainda, estudos conduzidos pelo Professor João Abner, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – um pesquisador respeitado, professor, do próprio Estado – indicam que o Estado conta com uma vazão regularizada de 140 m³/seg, ou seja, 140 m³/seg é a vazão garantida permanentemente no Estado que somente utiliza menos de um terço deste número, isto é, 42 m³/seg³.

Ainda sobre o Rio Grande do Norte, há a relevante questão das águas subterrâneas, riqueza mineral do Estado que precisa ser levada em conta. O Rio Grande do Norte tem um dos maiores aquíferos do Brasil, na metade Norte de seu território: é o aquífero Açu que, sozinho, poderia responder por todo o abastecimento do Estado.

O aquífero Açu é uma formação hidrogeológica sedimentar, ou seja, que tem água de boa qualidade e em vazões elevadas. Àqueles que desejarem melhor conhecer o rendimento desse aquífero, eu indico os textos do Professor Aldo Rebouças, da Universidade de São Paulo, que demonstram como a natureza foi generosa com o Rio Grande do Norte não somente em relação às suas praias, mas também no que se refere às águas subterrâneas.

Quanto à Paraíba, alardeia-se a falta d'água em Campina Grande. É mais uma das crises artificiais que se costumam criar no Serviço Público quando se quer justificar um interesse. Vamos analisar o Estado por inteiro, começando exatamente por Campina Grande.

A cidade de Campina Grande é abastecida por dois grandes açudes, açude do Boqueirão e o Acauã, comportando solução local pois são dois açudes que totalizam 265 milhões de metros cúbicos⁴.

Estudos mostram que a vazão regularizada do Estado com 90% de garantia é de 32 m³/seg, atualmente, o que corresponde a apenas 20% do que é passível de regularização. Em outras palavras, há ainda uma grande margem para atendimento às necessidades atuais e futuras do Estado, desde que se procure movimentar a água de seu território para onde ela se faz necessária.

O rio Paraíba pode ainda dar uma significativa contribuição para a região litorânea (região da capital), sem contar com as águas subterrâneas ali abundantes. Da serra da Borborema para o extremo oeste, onde a população é bem menor, há o complexo dos açudes Estevão Marinho (antigo Coremas & Mãe d'Água) acumulando cerca de 1,5 bilhão de metros cúbicos, além da mancha sedimentar de Souza, com águas subterrâneas em quantidade e de boa qualidade.

Sobre a suposta disponibilidade de água do São Francisco

Tendo-me referido à existência de água nos estados setentrionais do Nordeste, passo a comentar a enganosa afirmação da inesgotável fonte de água que, dizem eles, é o São Francisco.

Para começar, existe um regramento no setor de recursos hídricos. De acordo com a técnica adotada, não se pode contar sequer com 1 m³/seg a mais do que vazão outorgável em cada rio. No caso do São Francisco, a vazão ainda outorgável é de 25 m³/seg e resulta do cálculo seguinte:

3 Estes 42 m³/seg procedem da soma de: 14 m³/seg do Açude Armando Ribeiro Gonçalves (vazão que é liberada) + 5 m³/seg do Açude Santa Cruz (vazão que é liberada) + 1 m³/seg (vazão que é liberada) + 5 m³/seg de irrigação com águas subterrâneas + 9 m³/seg para Consumo humano + 8 m³/seg para carcinocultura.

4 Pouco menor do que Anagé, na Bahia.

1. Vazão Média Regularizada com 95% de Garantia	1.850 m³/seg
2. Garantia na Operaç. Reservat. e Contingênc. do Set. Eletr. (10%)	185 m³/seg
3. Vazão Mínima na Foz estabelecida Pelo IBAMA	1.300 m³/seg
4. Vazão Alocável para Usos Consuntivos (1)-(2)-(3)	365 m³/seg
5. Vazão Alocável Aprovada Pelo Plano de Bacia	360 m³/seg
6. Vazão outorgada	335 m³/seg
7. Vazão outorgável (5)-(6)	25 m³/seg

Ora, como pode um projeto que não é de água de beber, estranho à bacia, requerer 26 m³/seg em média contínua de retirada d'água se somente existem 25 m³/seg disponíveis e ainda há usuários da bacia por ser atendidos?

Alguns dirigentes do Ministério da Integração, entre os que já passaram e os atuais, costumam dizer, figurativamente, é claro, que a transposição só vai levar “uma cuia d'água, um copo d'água”, do São Francisco. Eu quero saber que cuia é essa que é capaz de levar toda a vazão outorgável do rio.

Veja-se que, quando é para dizer que o rio tem água de sobra, eles afirmam que a vazão de 26 m³/seg representa apenas pouco mais de 1% da vazão total de 1.850 m³/seg. Nada pode ser mais falacioso! Porque não são esses os números que têm que ser comparados.

A comparação que tem que ser feita é entre a vazão média que se quer retirar (os 26 m³/seg) e a vazão outorgável, de 25 m³/seg. E, nesse caso, o que a transposição quer levar é a totalidade do que resta no São Francisco e ainda terá que buscar mais 1 m³/seg não se sabe onde!

Mais ainda: projetaram um canal cuja seção transversal permite a passagem de 165 m³/seg somente no Eixo Norte, fora a vazão, que é menor, que vai passar pelo Eixo Leste. Pergunto: qual a verdadeira intenção? Somente levar os 26 ou este número é só para começar, depois vai sendo aumentado? Por que o desperdício de se fazer obra com capacidade mais de seis vezes maior do que a que será usada?

Aliás, o Eixo Norte pode ser chamado Eixo da irrigação, pois 70% das águas que escoarão nele abastecerão a grande propriedade rural.

Sobre as alternativas ao projeto de transposição

A primeira alternativa vem da própria Agência Nacional de Águas – ANA, entidade encarregada da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e da coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Trata-se do Atlas do Nordeste.

No ATLAS do Nordeste, a ANA mostra como a providência de fazer chegar a água ao cidadão pode ser concretizada sem a necessidade de importação de recursos hídricos de longa distância. É oportuno lembrar que importar água por longos canais é sinônimo de perder água por evaporação, e perder muita água.

E quero chamar a atenção para o fato de que o ATLAS produzido pela ANA trabalha com um horizonte de tempo bastante longo é o ano de 2025. Em outras palavras, o ATLAS da ANA prorroga a necessidade de discutir uma eventual transposição do São Francisco para daqui a 17 longos anos.

Então, pergunto eu, por que importar água de longe, sujeitando-a à inevitável evaporação pelo caminho – lembremo-nos de que estamos falando de um ambiente Semi-árido –, criando impactos em outras bacias e gerando a desunião da sociedade nordestina se pode simplesmente resolver o problema localmente?

Vamos continuar no ATLAS. No caso do Ceará, das 112 (cento e doze) sedes cearenses que estarão enfrentando criticidade em 2025, em 110 o problema é de criticidade de sistema de abasteci-

mento, em nada referindo-se a insuficiência ou falta de mananciais.

No Rio Grande do Norte, segue dizendo o ATLAS, existe uma grande concentração de sedes municipais com sistemas de abastecimento críticos nas bacias dos rios Jacu/Curimataú, Trairi/Pirangi e na bacia do rio Piranhas, apesar de que, palavras textuais contidas no trabalho, "...esta última apresenta grande disponibilidade hídrica".

Em relação à Paraíba, apesar de este Estado não ser tão generosamente servido de água como sucede com o Rio Grande do Norte, a situação também não é catastrófica.

Os açudes monitorados pelo Governo têm uma capacidade de acumulação de 3.906.773.462 m3, de

acordo com os dados constantes do website da Secretaria de Meio Ambiente. Para se ter uma idéia, essa quantidade de água corresponde ao consumo de toda a população do Estado durante pouco mais de vinte anos, cálculo feito com base no folgado consumo de 200 litros por pessoa por dia, quando o Projeto Áridas sugere um consumo de 80 litros por dia para o semi-árido.

Sigamos com o que propõe o ATLAS elaborado pela ANA. Os investimentos nos três estados que mais pugnam pela transposição não chegam a R\$1 bilhão, ficando em R\$963,7 milhões (vide quadro abaixo) a números de 2005, hoje aproximadamente R\$1,12 bilhão, no cálculo aproximado da inflação do período.

Os valores previstos no ATLAS Nordeste são os seguintes:

Natureza do Custo/ Estado	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Totais
Projetos	17.747.400	5.690.344	9.954.964	33.392.708
Obras Cíveis	172.689.537	45.203.064	84.069.854	301.962.455
Equipamentos	251.345.242	161.382.659	215.643.223	628.371.124
Totais	441.782.179	212.276.067	309.668.041	963.726.287

Conforme se percebe, a cifra total, a valores de 2005, corresponde a 22% do custo de uma transposição que vai tirar a água do São Francisco, uma parte para ser evaporada, não é demais lembrar, e não vai entregar esta água ao cidadão que vive no semi-árido, pois não há notícia no Projeto do Executivo sobre qualquer obra de derivação. A transposição projetada só abrange as obras-tronco, ou seja as que retiram a água bruta do São Francisco e levam-na para outros açudes.

As obras previstas no Atlas Nordeste compreendem as alternativas técnicas que utilizam blocos construtivos (captação, estações elevatórias, adutoras e estações de tratamento de água) a partir de fontes regionais de acumulação.

Por isso, Senhoras e Senhores Senadores, melhor é considerar o ATLAS Nordeste elaborado pela ANA, porque é a solução que ataca o problema exa-

tamente onde ele está, isto é, na deficiência ou falta de sistemas de abastecimento que dêem provisões de água às sedes municipais que se tornarão críticas em 2025 se nada for feito.

Alguns defensores da transposição já entraram em campo para dizer que o ATLAS Nordeste não substitui a Transposição. Está claro por quê: é que o ATLAS não substitui a Transposição que eles querem, ou seja, a Transposição para irrigar a grande propriedade, o que chamei de filet mignon dos empreiteiros, e não a Transposição de água de beber, a que seria justificável se não houvesse outra solução.

Para completar a proposição que ora faço, acrescento mais duas medidas além das que constam do referido ATLAS. Uma delas é o programa de cisternas para a captação de águas de chuvas em telhados nas pequenas aglomerações dispersas no interior do semi-árido.

Em novembro passado, foi comemorado o marco de mais de 221 mil cisternas em municípios com sinais de semi-aridez. Os dados são do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas (P1MC), da Articulação do Semi-Árido (ASA).

Outra medida é a intensificação do uso dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, como é o caso da criação e do funcionamento dos comitês de bacia, ainda em estágio algo incipiente; na maioria das bacias, sequer foi implementada a cobrança a usuários de grande porte econômico pelo uso da água, com consequências óbvias.

Não há compensação para estados doadores

Não se pode colocar a revitalização do rio que vem sendo agredido há mais de um século como moeda de troca, muito menos de um projeto que, em vez de somar, só divide a sociedade nordestina. A revitalização é uma das pré-condições para transporem-se águas em qualquer parte do mundo, mas não constitui nenhuma forma de compensação às regiões exportadoras das águas transpostas.

Na verdade, se fosse para ser executada corretamente, ainda teria que se pagar compensações, à Bahia, Minas, Sergipe e Alagoas, aumentando ainda mais o custo da aventura! Quanto custa para esses estados que estariam abrindo mão de vazões de água que hoje passam por seus territórios? Quanto custa para a Bahia? É uma conta importante para um ministro saber.

Nunca é demais lembrar que cada metro cúbico transposto representa para cada estado exportador de água um prejuízo perpétuo que precisa ser calculado. Sim, precisa ser calculado e transformado em alguma forma de compensação.

Isso não foi feito e, com os olhos no interesse do País, o melhor é que se revogue o Projeto, porque, se formos somar todos os seus custos, certamente os R\$4,5 bilhões que o Ministério da Integração alardeia como custo da obra, não passam da ponta emersa do iceberg.

Sobre os custos ocultos da transposição

Diz o Ministério da Integração que a obra custará a módica importância de R\$4,5 bilhões. Para começar, essa cifra somente se refere à espinha dorsal da transposição. Mesmo assim, há dúvidas se essas obras-tronco, que são a primeira parte da aventura, só custariam esses bilhões que já são uma exorbitância.

A verdade é que se formos somar custo da mitigação dos impactos ambientais, custo das obras de derivação (que de fato levariam a água ao usuário final), além dos custos com as compensações que os estados de origem da água fazem, mais custos de operação e manutenção, este total vai para a estratosfera. Alguns estudiosos já se referiram a mais de R\$20 bilhões.

Custo ambiental e financeiro de transposições

O caso do mar de Aral é emblemático e o desastre ecológico mais conhecido de todos. Vamos pensar outros casos problemáticos de transposição.

A transposição do Atibaia (afluente do Piracicaba) para atender à capital paulista (chamado Sistema Cantareira), de 31 m³/seg poderia se limitar à metade se o rio Tietê não estivesse comprometido pela poluição, pois poder-se-ia captar mais ou menos 15 m³/seg diretamente do rio que passa dentro da capital, com grande redução do custo de obtenção da água. Um sucesso como obra de engenharia, mas, possivelmente, uma cirurgia de grande porte desnecessária, se fosse investido em serviços de esgotamento em seu percurso.

Bom destacar que há cerca de três anos teve início o pagamento à bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ, pelo uso da água que lhe vinha sendo “subtraída” e impondo, em consequência, limites ao desenvolvimento da região do PCJ, a qual muito depende da água.

Outra transposição, a do rio Ebro, na Espanha, que já constava do Plano Hidrológico daquele país, foi revogada, excluída dos planos de investimentos e muito se está investindo em refinarias de dessalinização de água como alternativa à solução do problema.

Ainda na Espanha, é voz corrente que a transposição do rio Tejo para a bacia do rio Segura, também de 32 m³/seg, somente foi implementada porque sua concepção, projeto, execução da obra e colocação em marcha ocorreu integralmente durante a ditadura de Francisco Franco.

A transposição do Colorado somente conseguiu ser resolvida no Senado americano. Assim mesmo, o Estado do Arizona levou doze anos para assinar o compacto, nome que é dado ao pacto dos estados sob a coordenação do Senado naquele país.

Para encerrar, apelo para que o governo possa rever a decisão de fazer esta obra, até que o Senado se manifeste sobre esta malfadada transposição, preservando o pacto federativo. Muito obrigado.

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e oito, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores Senadores **Fátima Cleide, Patrícia Sabóya, Paulo Paim, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado, César Borges, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Sibá Machado**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, coloca em votação e a aprova. Em seguida, homenageia o Senador Jonas Pinheiro, falecido no dia 20 de Fevereiro do corrente ano. Passa a palavra ao Senador Eduardo Suplicy que também manifesta o apoio à família do Senador Jonas e ressalta passagens de sua trajetória política. Em ato contínuo, o Senhor Presidente, o Senador Romeu Tuma e Eduardo Suplicy fazem suas colocações iniciais acerca de vários temas de direitos humanos. A seguir, passa-se à apreciação da pauta: **Item nº. 01:** Requerimento Nº 05, de 2008, que requer a realização de Diligência e reunião na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de instruir a Anistia de João Cândido, baseada no Projeto Lei nº 7.198/2002, de autoria da Senadora Marina Silva. A diligência deverá ser acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Representantes de Entidades Representativas e por Representantes do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A diligência realizar-se-á no dia 29 de fevereiro de 2008”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 02:** Requerimento nº 06, de 2008, que requer a realização de um ciclo de Audiências Públicas, com vistas a tratar das Questões Atinentes ao Povo Negro, semanalmente, na última semana de abril e no mês de maio de 2008, com os seguintes temas: 120 anos da Abolição não concluída; Projetos de interesse do negro, em tramitação no congresso; Aplicabilidade da Lei, quanto ao currículo escolar, da história do negro; Comunidades negras e suas matrizes religiosas; e Políticas do Go-

verno Lula para as Comunidades negras no Brasil. Os convidados serão aprovados por esta Comissão”. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 03:** Requerimento nº 07, de 2008, requer a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir a pertinência ou não do exame de ordem para o registro na Ordem dos Advogados do Brasil, à luz do PLS nº 186 de 2006, (que Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB). Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: Presidente da OAB, representante do MEC e outros a serem indicadas por esta Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 04:** Projeto de Lei da Câmara nº. 54, de 2007 – não terminativo – que “Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispoñdo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica”. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Adiado. Item nº. 05:** Projeto de Lei Do Senado nº. 646, de 2007 – não terminativo – que “Dá nova redação ao inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item nº. 06:** Projeto de Lei do Senado Nº. 339, de 2007 – TERMINATIVO – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual”. Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item nº. 07:** Projeto de Lei do Senado nº. 417, de 2007 – TERMINATIVO – que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria e com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Extrapauta – Item nº. 01:** Requerimento nº 08, de 2008 – CDH, que “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter reservado, para ouvir o Senhor João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, sobre o

suposto assassinato de seu pai, em 1976”. Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Resultado: **Aprovado. Item nº. 02:** Requerimento nº 09, de 2008 – CDH, que requer que no dia 24 de abril de 2008, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em comemoração ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, com a presença dos seguintes convidados:”– Representante da Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;– Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;– Representante do Ministério da Educação;– Representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;– Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Autoria: Senadora Fátima Cleide. Resultado: **Aprovado. Item nº. 03** Requerimento nº 10, de 2008 – CDH, que requer que no dia 10 de abril de 2008, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de conhecer e discutir a implementação da declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, com a presença dos seguintes convidados:”– Azelene Kaingang, advogada indígena; Representante do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério da Defesa; Presidente da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas – FUNAI; Ella Wieko, Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos; Marcos Terena, Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal. Autoria: Senadora Fátima Cleide. Resultado: **Aprovado. Item nº. 04:** Requerimento nº 11, de 2008 – CDH que requer a realização de uma reunião administrativa deste colegiado, nesta sexta-feira, dia 22 de fevereiro às 15:00 horas, a fim de que sejam recepcionados trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios que trarão e discutirão pauta de suas relações de trabalho com vista à dignidade dos trabalhadores.”Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 05:** Requerimento nº 12, de 2008 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos Motociclistas, enfocando questões como DPVAT e práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas representantes da categoria e outros a serem indicados por esta comissão.”Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 06:** Requerimento nº 13, de 2008 – CDH, requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da extração ilegal de madeiras na Região Amazônica, Estado do Pará, como desdobramento de seus efeitos na geração de violentos conflitos

entre autoridades e madeireiros, bem como, gerando efeitos devastadores no ecossistema amazônico. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas entidades ligadas à questão e outros a serem definidos pela própria Comissão.”. Autoria: Senadores Geraldo Mesquita e outros. resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy, Patrícia Sabóya, Fátima Cleide, Cristovam Buarque, Geraldo Mesquita Júnior e Leomar Quintanilha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, – Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e a colocó em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Senadores e Senadoras, Senador Suplicy, na abertura dessa Sessão eu gostaria de deixar aqui, no Fórum da Comissão de Direitos Humanos do Senado, registrado toda a nossa solidariedade à família do nosso querido Senador Jonas Pinheiro, membro desta Comissão que faleceu nessa terça-feira, foi enterado ontem à tarde. O Senador Jonas Pinheiro deixa a viúva, Celcita Rosa Pinheiro da Silva, com que teve dois filhos, Jorge Pinheiro da Silva e Jeane Antônia de Moraes.

Jonas Pinheiro, nascido em Santo Antônio de Leverger, Mato Grosso, em 22 de janeiro de 1941, filho de pescadores, estudou em escola agrícola e formou-se em medicina veterinária. Jonas Pinheiro foi por três vezes Deputado Federal, inclusive, eu tive a alegria de participar com ele também quando eu era Deputado, na Câmara dos Deputados. Jonas Pinheiro é um homem que eu posso dizer que não sabia dizer não. Mesmo quando ele discordava, fazia um debate qualificado, harmonioso, fraternal, e do mais alto nível, sem abrir mão das suas convicções, mas sempre respeitando aqueles que pensavam diferente. Por isso que simbolicamente eu abro dizendo que ele nunca dizia não, porque mesmo quando discordava, era tão elegante na discordância que nos ouvidos dos adversários sempre soava como uma voz de cumprimento pela iniciativa, embora naturalmente o voto ele sempre

mantinha de acordo com as suas convicções. Ele dedicou sua vida pública à defesa da agricultura. De fala simples e gestos humildes, dizia-se um representante no Senado do lavrador. Jonas Pinheiro, entre tantos projetos que ele atuou, e teve um que ele foi Relator que eu queria destacar que é de minha autoria, que já foi aprovado aqui no Senado. É aquele que cria os conselhos tripartites na administração dos órgãos públicos e inclusive com poder deliberativo. Entendeu que essa é a melhor forma de inclusive acompanhar, fiscalizar, e não permitir que haja nenhum desvio de conduta. Eu tinha um carinho enorme por Jonas Pinheiro. Todas às vezes que eu o procurei, todas às vezes que a ele me referi, nos temas que trato nessa Casa, que são temas da ordem social, como eu dizia antes, ele nunca disse não. Sempre assinou os requerimentos, sempre me acompanhou, debateu, e nesses casos sempre votou inclusive acompanhando a minha posição. Eu me lembro de uma fala de Jonas Pinheiro, onde ele diz “o povo é simples. E quer coisas simples. Quer alimento, quer vestuário, quer moradia. Quer também escola e hospitais. Mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Afinal de contas, dizia ele, o povo anseia desesperadamente por dignidade. Simples também são as coisas que o povo não quer.” Dizia Jonas Pinheiro. “O povo não quer viver na miséria. O povo não quer ser explorado. O povo não quer ser ludibriado com promessas que não hão de cumprir”. Ao longo dos seus dois mandatos, Senador Jonas Pinheiro, ilustre membro dessa Comissão, apresentou 59 proposições, sendo 33 projetos e 26 requerimentos. Predominando na área da agricultura e ao meio ambiente. Ele trabalhava em todos os setores, mas sem sombra de dúvida era apaixonado por essa área de atuação. Ele integrava aqui no Senado, como membro titular, quatro Comissões do Senado. Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Direitos Humanos, que é essa Comissão, e Legislação Participativa, Desenvolvimento Regional e Turismo, como também a agricultura e Reforma Agrária. Era titular da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. Participava ainda como suplente da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, Comissão de Educação, Comissão de Cultura e Esportes, e Comissão de Assuntos Econômicos. Em 2007 Jonas Pinheiro apresentou sete proposições, incluindo Projeto de Resolução em exame na Comissão de Assuntos Econômicos.

Enfim, Jonas Pinheiro era um homem que todos nós sabíamos, voltado ao crescimento do País. Fazia um belo debate sobre a dívida pública, sobre a dívida interna e a dívida externa, em que eu tive o prazer de

acompanhar. Discuti muito a questão da agricultura, e o fortalecimento principalmente do agronegócio.

Concluo essa pequena saudação a esse homem e às suas idéias, que recentemente o Senador Jonas Pinheiro apoiou na Comissão de Assuntos Sociais, é a última imagem que eu tenho dele, um projeto de minha autoria, o PL 42 que é do Poder Executivo, onde eu apresentei uma Emenda estendendo a mesma política de salário mínimo aos aposentados e pensionistas. Eu lembro que Jonas Pinheiro estava naquela quarta-feira na Comissão de Assuntos Sociais e fez questão de registrar o seu apoio aos idosos. Aos idosos desse País. Da mesma forma que ele apoiou a aprovação do Estatuto do Idoso. Então fica aqui as nossas saudações carinhosas, respeitosas, e total solidariedade à família do nosso Senador Jonas Pinheiro, e com certeza as suas idéias continuarão a dar frutos no nosso País. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permita... Quero saudar Senador Paulo Paim, a manifestação de solidariedade que V.Exª expressa a toda a família do nosso querido Senador Jonas Pinheiro, e a todo o povo do Mato Grosso, que tanto carinho e respeito tinha por ele, que soube tão bem dignificar o mandato que o povo lhe conferiu. Ele, como lavrador, como homem da terra, e estudioso dos temas da agricultura, da pecuária, ele trouxe para cá um costume que, acredito, a sua esposa Celcita Rosa Pinheiro da Silva acompanhou tão de perto, que ele aqui em Brasília acordava de madrugada, como costumam fazer os homens da terra, que trabalham na terra. Mas ele não deixou esse costume. Então ele começava aqui os trabalhos muito cedo, e por isso também ele nos acompanhava, especialmente V.Exª que é tão pontual--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aqui às 9h na Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): --aqui na Comissão de Direitos Humanos e ele tantas vezes aqui esteve conosco. E para ele, madrugar não era tarefa difícil. Ao contrário, ele vinha com grande entusiasmo para realizar o seu trabalho com enorme responsabilidade. E quando ele expressava a sua opinião com tanto conhecimento sobre os assuntos da agricultura, da pecuária, todos nós Senadores o ouvíamos com muita atenção porque sabíamos que era uma pessoa que tinha a vivência destes problemas, o conhecimento do homem do campo, e ele tinha muito diálogo, tanto com os proprietários de terra, os fazendeiros, mas também com os trabalhadores na roça, no campo, e seja os que trabalhavam em... nas plantações, semeando, cultivando, fazendo a colheita, seja com respeito aos que trabalhavam com o gado, com o leite, com... E justamente no Mato Grosso, que é um

dos Estados onde há o maior número de cabeças de gado. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são os dois Estados que se desenvolveram tanto, e sabemos que o Brasil hoje tem 220 milhões, aproximadamente, de cabeças de gado. Até mais do que a nossa população da ordem de 189 milhões de pessoas.

Então, a sua senhora, Celcita Rosa Pinheiro da Silva, que foi Deputada Federal, aos seus filhos, seus dois filhos, e ao povo do Mato Grosso, também, gostaria aqui de prestar a homenagem, seja do Partido dos Trabalhadores, ao qual pertencemos, mas... Dos Senadores de São Paulo, Senador Aloizio Mercadante, Romeu Tuma, e de todos nós Senadores o nosso abraço fraterno e solidário à família e ao povo que tanto teve no trabalho do Senador Jonas Pinheiro uma pessoa que soube dignificar o seu mandato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, essa Presidência cumprimenta também a sua saudação à família, a solidariedade pela perda do Senador, e como eu dizia na abertura dessa Sessão, todo o Senado sabe, o Brasil sabe o meu compromisso com os sem-teto, com os sem terra, com os idosos, com os deficientes, com os negros, com os índios, enfim, todo o setor discriminado. E o Senador Jonas Pinheiro, que sempre teve uma posição voltada para o agronegócio nunca deixou de assinar um Requerimento que atendesse também a esses setores. Faço esse registro complementando a abertura que eu fiz aqui homenageando o Senador. E quando eu falava, veja a audiência da TV Senado, já me ligaram aqui e quando eu disse do Senador pela sua elegância, não sabia dizer não, e parecia que quando discordava ele dizia “sim”, a expressão que eu recebi de um assíduo assistente dessa Comissão, disse o seguinte: “Diga, Senador Paim, que ele sabia dizer não. Que saber dizer não com elegância, com competência, com qualidade, acaba sempre deixando, aquele mesmo que fez a solicitação na verdade ficando companheiro para outras jornadas de lutas e encaminhamento”.

Mas Senadores e Senadoras, eu não poderia também deixar de na abertura da Sessão de hoje não comentar que estive lá ontem, a importância que foi lá no Palácio do Planalto o momento em que o Presidente Lula deu posse ao novo Ministro da Igualdade Racial. Digo aqui novo Ministro, porque até aquele momento na verdade era o Secretário Especial da Área da Igualdade Racial da SEPPIR. Quero cumprimentar o Presidente Lula, que no momento em que setores da sociedade tentam bater tanto nessa questão da construção de uma política de igualdade no nosso País, em que criticaram tanto a SEPPIR, criticaram tanto o trabalho daquela Secretaria, o Presidente Lula mais uma vez, numa postura que surpreendeu a todos, mas mos-

trando a sua coragem, o seu compromisso no combate a todo tipo de discriminação respondeu da seguinte forma: “De hoje em diante não será mais o Secretário Especial com status de Ministro, e será sim Ministro”. E baixou naquela oportunidade, na tarde de ontem uma Medida Provisória encaminhada ao Congresso Nacional dizendo que agora a SEPPIR passa a ser comandada por um Ministro, que é o nosso Deputado Federal do Rio de Janeiro, Edson Santos. Que na sua fala deixou muito claro, dará continuação e ampliará o trabalho realizado pela Secretaria Especial, com status de Ministro na época, Matilde Ribeiro.

Quero ir além, quero dizer que fiquei muito feliz de fato com a fala do Presidente Lula ontem. O Presidente Lula, com muita firmeza, com muita convicção, e com aquele seu carisma que é incomparável, eu diria, é incomparável na história de País, fez uma defesa muito firme do Estatuto da Igualdade Racial. Onde setores também tentam fazer crítica e alguns se encolhem e não defendem com a coragem que o Presidente Lula defendeu no dia de ontem. Eu fiquei muito feliz de estar naquele evento naquele momento, ver que brancos e negros se abraçavam e aplaudiam de pé o Presidente Lula e o novo Ministro da Igualdade Racial que é o ex-Deputado Federal Edson Santos. Eu diria que agora a Câmara dos Deputados, mediante essa declaração forte, firme, clara, de um líder mesmo, feita ontem pelo Presidente Lula em relação ao Estatuto da Igualdade Racial, que essa Casa, o Senado, aprovou há muito tempo por unanimidade essa iniciativa de minha autoria. Eu espero agora que a Câmara dos Deputados, mediante essa posição do Executivo não crie mais obstáculos para votar essa matéria que interessa a todos. Interessa a brancos, interessa a negros, interessa, enfim, a toda a humanidade, eu diria. É uma referência, é uma peça revolucionária que avançará no campo das ações afirmativas.

Quero dizer que a Revista Raça nesse fim de semana faz uma entrevista conosco nas chamadas páginas pretas, onde ali eu falo a importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. E digo por que é que não é aprovado. Porque setores da mídia não entendem, não a querem em hipótese nenhuma que haja ascensão também daqueles especificamente que não têm a pele predominante, digamos, no campo da elite econômica desse País. Todo ano criam um obstáculo. Um dia por causa que o estatuto fala dos quilombola. E tem que falar dos quilombolas mesmo. E lá regulamenta a titulação da terra dos quilombolas. Outro dia porque o estatuto então fala sobre cota. Aí nós acertamos, vi o PL 73. Então não era mais as cotas em relação ao estatuto. O outro dia porque era um fundo da igualdade. Outro dia então já mudava pela questão específica

da anemia falciforme. Na verdade é criar obstáculos porque não aceitam que a gente pode construir nesse País efetivamente uma sociedade onde todos terão oportunidades iguais. Negros, brancos, índios, enfim, todas as etnias, de todas as procedências.

Por isso eu quero, nessa manhã de quinta-feira, além de destacar o brilhante pronunciamento feito pelo Presidente Lula, também cumprimentar o Ministro que ora assume, que tem uma história de vida muito bonita. De compromisso na construção de uma política de igualdade. No momento desse, Senador Suplicy, em que o mundo assiste até perplexo, eu diria, que todos nós sabemos o quanto que é o forte o preconceito racial contra o negro não só no Brasil, no mundo. E ver que a maior Nação do mundo poderá ter como Presidente um negro eleito pelo povo norte-americano. Eu acho que é um grande momento a nível mundial para todos aqueles e essa Comissão teria que falar sobre essa questão, que falam e defendem os direitos humanos.

Olha que esse belíssimo debate feito nos Estados Unidos, a Clinton e o Obama efetivamente há de trazer a nível de mundo um novo momento, um novo debate sobre a... Barack Obama, sobre a importância da construção de uma sociedade onde efetivamente, eu quero apenas repetir essa frase, todos tenham oportunidades iguais. Não é só direitos iguais. Direito você tem na Constituição. Está lá escrito. Você tem em outras peças da legislação. Agora, oportunidades iguais com certeza não existem no Brasil e em muitos países do mundo. Dizia ontem o Presidente Lula, e quero também destacar, “vamos ficar claro que o preconceito é no mundo todo, e não só no Brasil”. Ele lembrava a situação de negros jogadores brasileiros em estádios de futebol de outros países, que são hostilizados, não por serem brasileiros, mas por serem negros.

Então é um debate muito pra mim feliz, que nós haveremos de fazer nesse ano que é os 120 anos da abolição da escravidão, e eu espero que nesse ano dos 120 anos, eu sempre digo da abolição não concluída a Câmara dos Deputados faça a sua parte. Porque o Senado já fez. Eu sei que muitas vezes dizem que o Senado é uma Casa conservadora, mas engraçado, nesse tema do combate ao racismo e o preconceito, o Senado votou todas as matérias que aqui chegaram. Todas. Acho que não tem uma matéria na pauta do Senado de combate ao racismo. E na Câmara estão todas engavetadas. E eu faço esse apelo nesse momento à Câmara dos Deputados. Sei que lá existem inúmeros Deputados brancos e negros comprometidos com essa causa, que a partir da sinalização do Presidente da República a gente vote esse ano o Estatuto da Igualdade Racial.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): V.Ex^a me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Também quero saudar o novo Ministro, o nosso Deputado Federal, Edson, que no Rio de Janeiro, como Vereador, teve um desempenho tão formidável, e agora designado Ministro para a igualdade social e racial no Brasil, e saudar também a manifestação do Presidente Lula e certamente o Ministro Edson Santos vai estar realizando um trabalho à altura de tudo aquilo que a Ministra Matilde Ribeiro levou adiante, e com essa força tão significativa que o Presidente Lula conferiu. Eu também quero saudar, Presidente Paulo Paim, o fato de estarmos assistindo nos Estados Unidos este debate de extraordinária relevância, transcendência e com repercussão entre todos os povos do mundo, ali, sobretudo, dentre os candidatos do Partido Democrata, a Sr^a. Hillary Clinton, e o... Ambos Senadores, a Senadora Hillary Clinton e o Senador Barack Obama, eu gostaria de registrar aqui, caro Presidente Paulo Paim, nós estamos na Comissão recebendo nesse instante a visita da Sr^a. Carolina Larriera, nascida na Argentina, e que foi esposa de Sérgio Vieira de Mello, convivendo com ele muito proximamente ali no Timor Leste, a Sr^a. Carolina Larriera estava presente e foi ferida em 19 de agosto de 2003, quando um caminhão bomba explodiu junto à janela do escritório de Sérgio Vieira de Mello, das instalações da ONU. Ela estava presente, trabalhando noutra sala daquele edifício, e ocorreu ao local onde Sérgio Vieira de Mello estava por três horas nos escombros, até vindo a falecer porque não agüentou os ferimentos e não houve como resgatar o seu corpo dos escombros. E ela justamente veio ao Senado hoje para assistir quando começar a reunião da Comissão de Relações Exteriores a exposição que farei sobre a minha viagem ao Iraque, gostaria de convidar inclusive os membros da Comissão de Direitos Humanos para estar ali presente quando se iniciar a reunião, pois farei uma exposição sobre como visitei o Iraque para expor à Assembléia Nacional a proposta da renda básica de cidadania.

Portanto, quero congratular-me com esta Comissão, com V.Ex^a, e dizer aqui que de fato o Senado, que por vezes, erroneamente no meu entender tem uma imagem não progressista em muitos aspectos, como V.Ex^a acaba de dizer, e graças a atuação de Senadores, seja como Darcy Ribeiro, Benedita da Silva, nesses últimos anos, sobretudo, graças ao empenho de V.Ex^a, tem avançado muito nessas áreas inclusive no que diz respeito ao resgate dos direitos à cidadania

para todas as pessoas, não importa sua origem, raça, sexo, idade, e qualquer condição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu agradeço, V.Ex^a. Acho oportuno o pronunciamento que V.Ex^a fez, vinha ouvindo no carro o princípio dele. Aliás, é permanente vossa dedicação, a dedicação de V.Ex^a, não só contra qualquer discriminação racista, mas contra qualquer discriminação que faça com que as minorias possam vir a sofrer consequência dessa discriminação.

Eu pediria licença, primeiro, cumprimentar o Senador Suplicy pela coragem na viagem ao Iraque, quando a grande maioria o tentava convencer que desistisse da viagem pelo clima que a imprensa veicula permanentemente sobre ações terroristas, criminosas, guerra... Coisa indescritível que vem acontecendo naquele lado do mundo. Então, Senador Suplicy, meus cumprimentos. Espero que seja histórico o seu depoimento hoje em Plenário.

Mas, aproveitando, como V.Ex^a me parece que está fazendo homenagem ao Deputado Edson Campos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim. Isso, eu estive ontem no enterro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Santos. O senhor falou Campos, desculpe.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Edson Santos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é menor a minha homenagem a ele. É um homem de campo, um homem que vai saber lutar, não tenho dúvida. Sobre o Jonas Pinheiro, nós estivemos presente representando o Senado, com muita amargura, muita tristeza em razão da luta que ele teve, em razão principalmente da agricultura, da pecuária e do pequeno agricultor. Ainda a ex-Senadora, a nossa amiga Heloisa Helena também esteve presente lá e disse por que é que foi ao enterro de Jonas Pinheiro. Disse que o Jonas, quando nas disputas das Relatorias sobre agronegócio, pecuária, dos grandes pecuaristas, grandes agricultores, nunca deixou de atendê-la quanto às Emendas aos pequenos agricultores, a agricultura familiar, sempre sentou, conversou, sensibilizou-se com os pedidos e ela foi lá prestar uma homenagem a ele em razão da sua sensibilidade humana com respeito àqueles que lutam para sobreviver.

E aqui V.Ex^a levantou um tema que também se falava ontem durante o vôo, nós estávamos conversando, sobre a importância da discussão que está havendo nos Estados Unidos. Historicamente a discriminação racial era de violência, era morte, Ku Klux Klan que vivia, ainda hoje às vezes aparece algum fato, e os filmes mostram a violência e essa discriminação, e o sofrimento de alguns líderes negros que conseguiram impor e devagarzinho e chegar a esse ponto que chegou.

Obama é um homem, um americano jovem de origem estrangeira, e estudou, formou-se em direito, entrou na política, já é um Senador da República, descendente de mãe africana, aonde há uma guerra regional de tribos. Me parece que segundo a própria Senadora Heloisa Helena me disse também, descendente de muçulmanos, na origem da família tem muçulmanos, que na África tem muito, haja vista o seu nome. E isto é uma lição para o mundo de que o americano começa a pensar diferentemente sobre a discriminação racial. Não é, Senador Suplicy? Em mostrar que virou praticamente uma doença esse crescimento rápido do Senador Barack Obama. Inclusive, o seu slogan é mudança. Quer dizer, é uma coisa que realmente vai mudar na consciência do americano. Não é problema de economia, não é... Tem que ser exemplo para o mundo. Eu aqui me entristeço muito, Senador, que eu vejo a sua luta, o seu desgaste, a sua tentativa de colocar em discussão projetos que erradiquem a discriminação racial. Eu achava que isso não devia existir mais. Nem a necessidade da sua luta e nem de leis para impor que a discriminação racial é altamente negativa. Ela devia ser natural e de consciência. Eu acho que as reuniões da Comissão de Direitos Humanos presidida por V.Ex^a ela gradualmente vai criando essa consciência nacional de que a discriminação não deve mais existir no nosso meio.

Quero cumprimentá-lo homenageando o Jonas, e também todo o seu trabalho aqui nessa Comissão, e no Plenário, e na luta pelos aposentados, enfim, todas as minorias que infelizmente ainda sofrem com o desleixo, com o desprezo de vários segmentos. Não vou falar de Governo porque isso é bobagem, falar que é o Governo. Não. É de vários segmentos. Então é um reflexo negativo que a gente vai aos poucos corrigindo e alcançando a harmonia. Porque raça e cor, somos todos seres humanos meu Deus do céu. Nós temos almas, temos coração, as doenças são iguais. É tudo igual. Tudo igual. Só não é igual a consciência daqueles que não sabem raciocinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu queria só dizer que... Na verdade o Brasil em relação aos Es-

tados Unidos, embora alguns não concordem, nessa questão do combate ao preconceito, está no mínimo um século atrasado. Nós estamos discutindo aqui ações afirmativas. Lá isso é coisa quase do passado já. Mas eles tiveram as ações afirmativas. Nós estamos aqui discutindo cotas. Lá eles tiveram cotas que é quase coisa do passado. E aqui no Brasil eles não aceitam nem sequer discutir o tema. Veja a diferença. E hoje, claro que nós temos a ascensão da comunidade negra nos Estados Unidos que não se compara com a realidade brasileira. É só ver desde os filmes, dos atores, das atrizes, e vemos nesse momento que culmina. E não é a primeira vez que um negro chega à disputa interna no seu partido com condições de chegar à Presidência da República naquele País. O Barack Obama é um fato real e avança e conquista os jovens, inclusive, de todas as etnias. Brancos, negros, latinos, enfim, de todas as origens, de todas as religiões. Mostra o compromisso dele como... Eu tenho lido muito sobre ele quando ele fala efetivamente eu vou governar para todos. Essa é a política, esse é o caminho correto, adequado, não permitindo, claro, nenhum tipo de discriminação. Me lembro eu que alguém perguntava a ele: "Pelo seu discurso parece que não tem mais nenhum tipo de preconceito aqui nos Estados Unidos". Ele respondeu: "Nenhum momento eu disse isso. Nós temos que construir uma sociedade para todos. Isso não quer dizer que nós também não continuaremos combatendo nenhum tipo de preconceito". Mas o pronunciamento, a fala dele é uma fala como a gente ouve aqui no Brasil que eu gosto de ouvir, Senador Mesquita Júnior, nós temos que olhar para o horizonte, temos que olhar para toda a floresta e saber resolver cada questão dentro da sua especificidade. Senador Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, querido amigo que preside a Sessão, caros colegas. Essa é a primeira oportunidade que tenho de me manifestar acerca de um fato doído para todos nós. Veja, Senador Paim, 15 dias atrás V.Ex^a presidindo essa mesma reunião, nós contávamos prazerosamente com a companhia, a presença do ilustre do Senador Jonas Pinheiro. Na penúltima, na primeira reunião que realizamos nesse ano, da Comissão, Senador Jonas estava presente. E lastimavelmente perdemos um companheiro muito respeitado nessa Casa. Tinha posições não reconhecidas por alguns, mas todos reconheciam nele a integridade na defesa do que pensava, do que considerava oportuno e necessário para o País.

Então, eu quero antes de mais nada expressar aqui a minha solidariedade. O meu voto de pesar aos familiares, inclusive aos servidores do Senador Jonas aqui no Senado, que devem estar... Perderam um gran-

de amigo. A todos, enfim, queria... Particularmente à família do Senador Jonas, expressar tristeza, as nossas condolências pelo seu passamento.

Com relação à nossa reunião, Senador Paim, eu tenho aí um Requerimento que, segundo fui informado, entrará Extrapauta. É o Requerimento de realização de uma audiência fechada para ouvirmos o filho do ex-Presidente João Goulart, e eu li hoje no jornal Estado de São Paulo, uma notícia que vem lá na sua terra, de que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul criou uma Subcomissão para investigar a morte do ex-Presidente Jango. Matéria que será alvo também da nossa apreciação aqui. O grupo já está formado por quatro Deputados, que terão 120 dias para apresentar Relatório, e a Comissão vai ouvir o cidadão que está preso, Mário Neira Barreiro. Eu não sei se seria o caso pra gente otimizar as coisas, não sei se seria o caso de realizarmos essa oitiva, as duas Comissões, representantes dessa Comissão iriam ao Rio Grande do Sul, por ocasião da oitiva do cidadão. Eu creio que a gente otimizaria. Aproveitaria o ensejo para que ele não seja ouvido lá, seja ouvido aqui... Acho que representantes dessa Comissão poderiam, através de V.Ex^a, entrando em contato com a Comissão da Assembleia do Rio Grande do Sul poderíamos combinar essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até a nossa ida, quem sabe, à Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É isso que eu estou sugerindo. Então por ocasião do Requerimento a gente volta ao assunto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bem. Vamos entrar na nossa pauta do dia de hoje, mas concedendo ao Senador Suplicy, para uma breve manifestação já que ele vai ter que em seguida se retirar para a Comissão de Relações Exteriores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar minha opinião favorável aos Requerimento de autoria de V.Ex^a com a finalidade de instruir a anistia João Cândido, de autoria da Senadora Marina Silva, a realização do ciclo de audiência com vista a tratar das questões atinentes ao povo negro em abril e maio de 2008, bem como a audiência para discutir a pertinência ou não do Exame da Ordem com a presença do Presidente da OAB aqui, bem como o Requerimento de autoria, que agora apresentado pelo Senador Geraldo Mesquita. Peço licença para me ausentar. Mas já manifestando favorável a esses itens da pauta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Suplicy.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente. Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que eu também vou presidir a Sessão Solene com relação ao centenário da abertura de portos brasileiros e convidaria os Srs. Senadores que puderem comparecer. Mas eu queria trazer a V.Ex^a agora o Delegado da Polícia Federal--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vou pedir só uma atenção ao Senador Romeu Tuma, se puder atrasar um pouquinho para que possa haver pelo menos o tempo para fazer uma apresentação da... Na Comissão de Relações Exteriores. Então, se puder alongar um pouco o início da Sessão Solene.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acho que até as autoridades, e tudo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeço a sua atenção, já que vai presidir aquela Sessão Solene.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não sei se vou presidir. Talvez como eu sou requerente, normalmente o Presidente depois passa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tá bem. Muito obrigado, mas se puder aguardar um pouco eu agradeço.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado. Mas o que estava preocupado e estou acompanhando de perto é a questão do Pará. Não sei se isso entra nos Direitos Humanos, mas acho que entra. Porque Senador Quintanilha, Geraldo Mesquita, a situação lá é grave. Os fiscais do IBAMA tiveram que sair fugidos ontem, eu vi, e o Delegado me comunicou agora que o presidente dos madeireiros não fez ameaça, mas fez um alerta de que a situação lá é grave. Não há estudos da liberação de projetos de madeiras, me parece que existe qualquer conflito nesse sentido. Nós somos contra queimada e corte de madeira. Mas há uma situação grave de envolvimento praticamente de confronto. A autoridade tem que impor a lei. Tem que impor. Não dá mais para tolerar que se ceda em tudo porque tem medo de intervir. Mas tem que se saber o âmago do que está dando origem a esses acontecimentos. Porque vai ter mortes, vai acontecer casos graves, até... na região. Porque isso foi se desconsertando ao longo do tempo sem nenhum tipo de intervenção para equacionar o problema. E aí eu não sei se isso caberia trazer alguma discussão aqui nessa Comissão de Direitos Humanos. Talvez seria importante se ouvir alguém lá, direitinho, não sei, ficaria a critério de V.Ex^a, porque eu fiquei preocupado ontem com o noticiário, e hoje com a comunicação na Polícia Federal e o Mi-

nistro da Justiça dizendo que provavelmente, se tiver que intervir, terá que mandar a Polícia Federal para a região. O que é sempre uma coisa desagradável. Mas a lei tem que se imperar. Mas tem que se saber o que realmente está acontecendo para ter essa reação tão violenta da população do Estado do Pará. Não sei se o senhor poderia falar com o Governador, ou não, pra gente acompanhar de perto e trazer alguém aqui para explicar a profundidade do fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De fato é uma questão de direitos humanos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho fantástico que um assunto desse seja ventilado e trazido por uma pessoa de tanta experiência como o Senador Romeu Tuma e de tanta responsabilidade com o País. Senador Tuma, a Amazônia tem que ser alvo, objeto de Audiências Públicas não só nessa Comissão, como em todas dessa Casa. Todas. Se pudesse reunir todas as Comissões, fazer um ciclo de Audiências Públicas para tratar do assunto. Já passou da hora, inclusive. Já passou da hora.

Então, V.Ex^a, dou os parabéns a V.Ex^a. Um assunto desse... O que está acontecendo ali, Senador Tuma, é que o Brasil até hoje, mais de 500 anos, não tem um projeto nacional para a Amazônia. Ali a gente corre atrás de apagar incêndio. A Polícia Federal vai lá agora apagar incêndio. Daqui a dois, três anos nós vamos apagar outro incêndio. Incêndio que estou falando é uma situação inusitada que surge pela falta de um compromisso do País. Não estou falando de Governo, não. De País. O País não tem um projeto nacional para a Amazônia. Quando a gente não sabe onde quer chegar, a gente é levado a chegar onde a gente não queria, às vezes. E onde a gente não conhece. É o que está acontecendo com a Amazônia. Por falta de um projeto nacional, a gente fica correndo atrás de prejuízo ali. Não existe nada adredemente(F) planejado, articulado, diagnosticado na Amazônia. E esses fatos vão se repetir ao longo do tempo.

Então, parabéns a V.Ex^a por trazer esse assunto a essa Comissão. E quiçá todas as Comissões dessa Casa, Senador Paim. Eu digo sempre. Antigamente a gente falava, Senador Tuma, daqui a muito tempo... Hoje o tempo está desse tamanho. Não tem mais tempo, não. Hoje a eminência de desastres naquela região, desastres envolvendo... E Senador Paulo Paim lembrou uma coisa que falei há dias aqui. As pessoas se habitua a ver a Amazônia pela copa das árvores. Ali moram 28 milhões de pessoas que têm interesses díspares, múltiplos. Precisamos...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Precisam sobreviver.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Precisam sobreviver. A gente precisa tratar da Amazônia sob a ótica e sob a perspectiva da sobrevivência das pessoas. Entende, Senador Paim? Fico danado quando isso não é ventilado, não é tratado. Precisamos observar isso. Com muita equidade, com muito cuidado. Respeito total às questões ambientais. Agora, tem 28 milhões de pessoas ali tentando sobreviver.

Então, parabeno com o coração feliz da vida a iniciativa do Senador Tuma para que a gente traga esse assunto aqui com muita responsabilidade nessa Comissão, Senador, porque é uma questão mesmo de direitos humanos. E é uma questão de soberania nacional, é uma questão que envolve, se possível, todas as Comissões aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mesquita Júnior, eu atendendo a solicitação do Senador Romeu Tuma pediria à Assessoria que estabelecesse uma conversa rápida com os senhores aqui e a gente já faça um requerimento para a Sessão de hoje. Para aprovarmos o Requerimento para discutirmos os termos colocados pelo Senador Mesquita Júnior, mas faríamos a aprovação já hoje aqui e vamos fazer em parceria com outras Comissões. E eu me comprometo, Senador Romeu Tuma, de fazer contato hoje com a Governadora do Pará, porque eu tenho assistido também a situação e o conflito é...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. O conflito lá pode ter consequências, inclusive de perda de vida, pelo estágio que está chegando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Quintanilha, por favor.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu gostaria de participar dessa discussão que acho momentosa, inadiável e muito importante para todos nós. Vi rapidamente a reportagem pela televisão ontem, onde uma reação forte por parte da população cuja atitude está no mínimo a provocar de nós essa discussão, a provocarmos a fazer uma reflexão sobre essa situação. E as manifestações até de remeter força, a Força Nacional, para fazer uma repressão, ou fazer a repressão ou a manutenção da ordem. Mas é importante que nós saibamos as razões que estão levando uma comunidade ali. Ali não é quadrilha de bandidos, não. Ali, pelo que vimos pela reportagem eram pessoas de ambos os sexos, das mais diversas

idades, no nosso entendimento procurando defender interesses seus. Interesse aqui manifestado pelo Senador Mesquita de sobrevivência.

Então, é importante que nós possamos participar dessa discussão para analisar e chamar à reflexão a Casa e buscarmos encontrar o caminho correto. O meu Estado, Senador Paim, divide com o sul do Pará. E lamentavelmente a repercussão, o que se ouve muito ali no norte do Tocantins é de que aquela região no sul do Pará é uma terra sem lei, onde impera a violência, onde os Direitos Humanos estão... São permanentemente atropelados. Eu espero que nós possamos agir prontamente e possamos dar uma contribuição para encontrar nesse caso específico de Tailândia uma solução adequada, que atenda os interesses da população e não permitam a exploração ilegal da madeira da Amazônia. O foco lá é esse.

Eu particularmente tenho um sentimento com relação ao madeireiro. Eu acho que o madeireiro causa até menos dano do que aquele que provoca o corte raso da floresta. O madeireiro, ele faz um corte seletivo. Acho que é isso que está inserido no plano de manejo sustentável da Amazônia.

Então, é preciso que nós conheçamos com profundidade qual é a realidade e antes que haja, como o Senador Romeu Tuma falou, um confronto maior. Porque Senador Paim, o ser humano, acuado, vendo os seus direitos surrupiados, ele pode estar sujeito a praticar atos que a normalidade não assegura.

Então, acho que é importante que nós participemos com o Governo do Pará, com o Ministério da Justiça, com a direção da Polícia Federal e com os empresários envolvidos lá para que nós busquemos uma solução pacífica e legal do impasse.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mediante o acordo feito já com os Senadores, nós vamos aprovar hoje ainda um Requerimento que está sendo formulado, com o objetivo de debater essa questão, sem prejuízo, Senador Romeu Tuma, de eu de imediato falar ao término dessa Sessão falar com a Governadora.

Vamos então à nossa pauta de hoje. É uma série de requerimentos que vou passar à leitura. Requerimento... Item nº. 01, Requerimento nº 5/2008. Acho que vou ler... A gente faz uma rápida consideração e são votações simbólicas. Nós não vamos votar nenhum Projeto de Lei e vamos votar só os requerimentos na manhã de hoje.

Requerimento nº. 01. Requer a realização de diligência e reunião na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, com a finalidade de tratar da anistia pós-mártir a João Cândido Felisberto, líder da revolta da chibata com base no Projeto de Lei de nº. 7.198/2002

de autoria da Senadora Marina Silva. Assinam esse Senador e outros Senadores. Essa é uma luta histórica de uma encaminhada, digamos, que mexe com todos nós. Todos sabem que o João Cândido foi um líder da revolta da chibata quando os marinheiros estavam sendo ainda açoitados como forma de castigo por qualquer desentendimento com a alta cúpula da Marinha na época, houve a revolta, e enfim, acabou-se construindo um acordo e foi prometido naquela época já a ele, desde que liderasse o fim da revolta, a anistia. E até hoje não foi assegurada a anistia. Eu estive conversando com autoridades da Marinha aqui no Brasil, no momento que eu apresentei o projeto para que João Cândido fosse inserido no livro dos Heróis da Pátria, e que o Senado aprovou, já foi para Câmara, eles me diziam que tinham discordância quanto a João Cândido estar no livro dos heróis da pátria. Mas não tinham discordância quanto à anistia. Então se não há discordância quanto a anistia, a anistia foi votada no Senado também já. Se encontra na Câmara eu quero fazer o movimento unindo principalmente as raízes do João Cândido, por isso ele nasceu no Rio Grande do Sul, faremos essa primeira diligência, esse debate lá na assembléia, depois faremos no mês de maio um outro debate aqui no Congresso unindo Câmara e Senado. Para que nesses 120 anos da abolição não conclusa João Cândido receba efetivamente a sua anistia. Aqueles senadores que se encontram a favor desse Requerimento permaneçam como se encontram. Ninguém para discutir a matéria. Posso consideram em votação. Aprovado.

Requerimento nº. 02... Requer realização de um ciclo de Audiências Públicas com vistas a tratar dos 120 anos da abolição não conclusa que seria na última semana de abril, e entraria durante todo o mês de maio. Esse foi um debate que fizemos aqui na Comissão, me lembro na época, Senador Mesquita Júnior, Senador Cristovam que nós devíamos demarcar os 120 anos da abolição não conclusa. Então faríamos um ciclo de debates que pegaria todo o mês de maio, praticamente, um dia discutiríamos, por exemplo, o que há de Legislação na Casa e por que é que não foi votado. Outro dia poderíamos discutir a própria questão do João Cândido trazendo aqui a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Um outro dia poderíamos discutir, por exemplo, o debate do estatuto da igualdade racial. Só como exemplo. Então seria o objetivo demarcar esse mês de maio, lembrando 13 de maio, poderíamos começar até 21 de março que 21 de março é o dia internacional da luta contra o preconceito e o racismo no mundo todo, mas nós pegamos o mês de maio. Durante o mês de maio toda quinta-feira teríamos um debate sobre o combate a todo tipo de

discriminação. Esse é o Requerimento, não sei se algum Senador gostaria de discutir, se não há ninguém para discutir eu coloco em votação a matéria. Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Requerimento nº. 07, na ordem. Requer a realização de Audiência Pública com vistas a discutir o PLS 186/2006 que altera o art. 8º, 58 e 84 da Lei 8.906 de 4 de julho de 1994. Esses dois projetos eles querem modificar ou terminar, até, isso vai depender da vontade, naturalmente, dos Senadores e dos Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, a questão do Exame da Ordem. Há um grande debate que está sendo feito na sociedade, há uma série de projetos aqui na Casa e nós convidaríamos nesse dia a ordem que vai defender naturalmente que tem que manter o chamado Exame da Ordem e aqueles que pensam diferente. Então nós queremos fazer essa Audiência Pública ainda no mês de março, se não me engano a data escolhida embora não consta aqui seria para o dia 6 de março. Que é numa quinta-feira. Porque já uma combinação de entendimento com aqueles que pensam e a advogam o fim do exame e aqueles que entendem que o exame deve ser mantido. Aqueles Senadores que quiserem discutir a matéria, está em discussão. Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. Os que concordam com o Requerimento para discutir o exame da ordem permaneçam como se encontram. E a data provavelmente seria 6 de março. Aprovado. Pois não.

Vamos ao outro Requerimento. Estamos... Senador Romeu Tuma está se retirando por motivo de ter que ir a outra Comissão, mas há um Projeto de Lei aqui não terminativo que envolve o Senador Leomar Quintanilha. Se o Senador assim entender nós poderíamos... Deixar para outra oportunidade, e ficar só nos requerimentos da manhã de hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, é importantíssima a discussão. Sei que é pela rejeição, estava lendo agora o projeto, e acho que o senhor tem razão na sua exposição. Desculpa estar adiantando.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É um projeto simples e praticamente já está contemplado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Legislação já prevê isso. O que precisa é realmente a consciência de atendimento à Legislação em vigor e o respeito ao idoso no atendimento médico. Porque o idoso, realmente qualquer retardamento no seu atendimento ele vai se agravar. Porque a doença é uma coisa que avança a cada minuto. Quer dizer, se você marca um atendimento hoje, o idoso tem sofrimento

para chegar, daqui a 10, 15 dias, ele provavelmente não conseguirá voltar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Se V.Ex^a quiser discutir o Projeto agora...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só peço licença e...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Se bem que pelo que vejo o Senador Romeu Tuma gostaria de discutir o projeto. Da minha parte não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos adiar e ficamos só nos requerimentos. Vamos agora aos requerimentos Extrapauta. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam que eu encaminhe mais cinco requerimentos Extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado os requerimentos Extrapauta dos senhores Geraldo Mesquita Júnior, Fátima Cleide, Fátima Cleide, Paulo Paim e Paulo Paim. Começamos com o Requerimento do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Requeiro nos termos regimentais a realização de reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em caráter reservado para ouvir o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart sobre o suposto assassinato de seu pai em 1966. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, esse assunto surgiu no final do ano, início desse ano, foi... claro que chegou aqui à nossa Comissão. Vamos ser francos. Pode não haver nenhuma procedência nas suspeitas surgidas e tal. Mas pode haver. E com a responsabilidade que nós estamos investidos, nós não podemos fazer de conta que esse assunto não existe. Então, por essa razão.

Eu fui procurado, como V.Ex^a, o Senador Pedro Simon, pelo Sr. João Vicente Goulart. Filho do ex-Presidente Goulart. E em conversa com ele, ele me revelou a existência de fatos, documentos, que num primeiro momento ele gostaria de externar, expor, exibir apenas para os membros dessa Comissão, que poderiam deliberar no sentido de dar-lhe outra destinação. Mas num primeiro momento o propósito dele seria esse.

Eu acho que é apropriado, por isso protocolei esse Requerimento e volto à proposta que fiz em razão da notícia hoje trazida pelo jornal o Estado de São Paulo, da movimentação da Comissão de Direitos Humanos lá na assembléia do Rio Grande do Sul, porque ficou encaminhado aqui também a possibilidade da oitiva desse cidadão que fez a denúncia, que trouxe o fato à baila. E acho que seria muito interessante por intermédio de V.Ex^a que nós... Por intermédio de V.Ex^a que nós viabilizássemos a realização conjunta das duas

Comissões para otimizar o fato e evitarmos que essa oitiva se faça lá, se faça aqui.

Portanto, fica já a proposta da participação da nossa Comissão juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da assembléia do Rio Grande do Sul, e peço a compreensão dos nossos pares pela aprovação do Requerimento para a oitiva do Sr. João Vicente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Geraldo Mesquita Júnior, primeiro dizer do meu apoio total ao seu Requerimento para que a gente possa ouvir em caráter reservado o Sr. João Vicente Goulart, filho do ex-Presidente João Goulart, que esteve também conversando conosco e demonstrou a vontade de que esse fato realmente aconteça aqui na Comissão. Entendo que a aprovação do Requerimento é tranquilo, mas quero já de ofício mediante um outro Requerimento aprovado semana passada dizer que farei a tratativa com o Presidente dessa Comissão Especial montada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul para que esta Comissão esteja num ato conjunto, numa atividade conjunta ouvindo esse suposto, até o momento, pelo menos, agente da segurança do Uruguai que teria já dado alguns depoimentos para a própria imprensa e também para outras pessoas como Jair Krischke na área dos Direitos Humanos do Rio Grande do Sul onde ele confirma efetivamente informações dele, até o momento só informações de que o ex-Presidente João Goulart foi assassinado. Então eu faria as tratativas para que alguns membros dessa Comissão e V.Ex^a com certeza será um dos indicados para que a gente possa ir ao Rio Grande do Sul.

É um tema claro que a mim me interessa de forma... Eu não diria especial, porque é especial a todos nós. Porque acompanhei muito a caminhada e a vida de Getúlio Vargas, João Goulart, e de Leonel Brizola, os três líderes maior do trabalhismo, e que deixou uma marca muito forte lá no Rio Grande, e acompanhei muito a vida, o sofrimento, e a forma como eles foram condenados pela repressão na época, cada um no seu tempo e de formas diferentes. Por isso tomarei as providências acatando a sua proposta.

Em votação o Requerimento em relação ao que foi proposto pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, muito bem aqui explicado. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora vamos a um Requerimento da Senadora Fátima Cleide que farei a leitura rapidamente. Nos termos do inciso I, art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que no dia 24 de abril de 2008 seja realizado Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em comemoração ao Dia Nacional das Trabalhadoras

Domésticas, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego. Representante do Ministério da Educação, representante da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Senadora Fátima Cleide, com a palavra para comentar, enfim, argumentar sobre o seu Requerimento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, Paulo Paim, é com muito prazer que nós apresentamos esse Requerimento fruto de uma articulação com a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial no sentido de comemorarmos na Comissão de Direitos Humanos o Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica. E comemorarmos levantando não apenas as conquistas, mas principalmente aqueles direitos que ainda não são, infelizmente, respeitados pela legislação trabalhista e principalmente por empregadores.

Nós convidamos aqui a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, e a representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Eu peço que seria um feito muito interessante esta Comissão realizar esta audiência justamente no dia em que as trabalhadoras domésticas estarão mobilizadas em todo o País na luta pelos seus direitos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senadora Fátima Cleide. Entendo que é tranqüilo e consenso a aprovação desse Requerimento. Se alguém tiver alguma consideração a mais, senão vamos à votação. Senadores e Senadoras que concordam com a aprovação do Requerimento da Senadora Fátima Cleide, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento ainda da Senadora Fátima Cleide. Nos termos do inciso I, art. 95 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro para o dia 10 de abril de 2008 seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a finalidade de conhecer e discutir a implementação da declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, com a presença dos seguintes convidados: Azelene Kaingang, Advogada indígena, representante do fórum em defesa dos direitos indígenas, representante do Ministério das Relações Exteriores, representante do Ministério da Defesa, Presidente da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, FUNAI, Elah(F) Vieco, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, e Marcos Serena, Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Da mesma forma, Senador Paulo Paim, no dia 19 de abril se comemora o Dia Nacional do Índio, e recentemente nós tivemos aprovado na ONU a declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas. O Senado Federal colaborou com os povos indígenas do Brasil fazendo a primeira tradução desta declaração. Semana passada nós tivemos a oportunidade de participar de um seminário onde o Governo e a sociedade civil puderam discutir a implementação desta declaração. E acho que é extremamente importante que o Senado da República também tenha conhecimento desta declaração para que a gente possa verificar de que forma podemos atuar tanto no processo Legislativo quanto no acompanhamento das políticas do Executivo, no sentido de garantir os direitos dos povos indígenas, que infelizmente, é uma dívida que este País tem, e que a meu ver, andando no passo que está, está muito longe de ser recuperada. Então por isso que a gente sugeriu a data do dia 10 de abril, porque antecede a semana do índio, quando nós teremos várias comemorações e várias movimentações, inclusive possivelmente mais uma edição do abril indígena, e desta feita os indígenas querem vir a Brasília não mais para cobrar, mas para discutir principalmente de que forma implementar a declaração das Nações Unidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senadora Fátima Cleide. Eu mesmo tenho acompanhado o seu trabalho em todas áreas, e nessa área dos povos indígenas. Tivemos o ano passado um grande evento aqui na Comissão de Direitos Humanos que foi no Auditório Petrônio Portela, com a presença de cerca de mil dirigentes dos povos indígenas. Mas V.Ex^a apresenta aqui algo muito interessante. Que é aprofundar os direitos já consagrados e que não são debatidos como deveriam. Por isso eu quero cumprimentar V.Ex^a, que mais que simplesmente um ato público, num palco onde a visibilidade dos povos indígenas causa impacto, nós queremos aprofundar o debate dos seus direitos e dessa visão inclusive internacional. Por isso cumprimento a V.Ex^a.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, até porque, Sr. Presidente, há pouco havia nessa Comissão uma discussão sobre a questão da Amazônia. A Amazônia brasileira reúne o maior número de indígenas brasileiros. E isso também é fator de conflitos a todo momento. Não é só a questão ambiental, a questão da madeira, do desmatamento... Mas, principalmente, a questão dos direitos dos povos indígenas é motivação de muitos conflitos na Amazônia também. E eu queria, inclusive, aproveitar a oportunidade para dizer que concordo com a fala do Senador Geraldo Mesquita que diz que esse País não tem um projeto

de desenvolvimento para a Amazônia, e infelizmente ainda não compreende o papel da Amazônia para o desenvolvimento nacional. E nós somos sempre... aqueles que têm a obrigação de oferecer o recurso natural, e buscar um jeito de sobreviver.

Eu queria dizer nessa oportunidade, Sr. Presidente, que nós, pela primeira vez, temos um Governo, temos uma política de Governo, infelizmente não é de Estado, que prevê um plano de desenvolvimento para... desenvolvimento sustentável para a Amazônia, prevê crédito, financiamento para estas ações, e prevê também o combate às ações ilegais que dizem respeito à invasão de áreas protegidas, de unidades de conservação, mas que infelizmente neste tripé a única coisa que funciona é o combate. E o combate chega como forma de repressão.

Então, eu acredito que é necessário, sim, que o combate seja efetivado. Discordo efetivamente do que aconteceu ontem no Pará e do que está para acontecer também a qualquer momento no meu Estado, que não é diferente, muito pelo contrário, a diferença entre o Pará e o Estado de Rondônia hoje é que no Pará nós temos uma Governadora que tem compromisso com a população, tem compromisso com o desenvolvimento sustentável, e no Estado de Rondônia, nós ao contrário nós temos um Chefe de Estado que incentiva a ilegalidade. Que se recusa, inclusive, a fazer... A cumprir aquilo que é sua atribuição constitucional que é a de fiscalizar, que é a de combater.

Então eu acredito que é preciso que a gente discuta muito ainda para que haja uma compreensão nacional do papel da Amazônia e dos seus viventes e sobreviventes que são 28 milhões, entre eles índios, ribeirinhos, seringueiros... Outros extrativistas vegetais, extrativistas minerais, enfim, e tem o branco também que chegou recentemente, oriundo de todas as partes do País e do mundo, e com uma concepção diferenciada do que significa aquele bioma chamado Amazônia.

Então, enquanto as Comissões forem necessárias discutir os problemas da Amazônia, é importante que a gente discuta. Discutir os problemas que se referem à parcela da sociedade amazônica é importante que se discuta. E neste caso, na questão indígena, nós temos a maioria dos povos que lutam todos os dias para sobreviver.

Então, nós não podemos de maneira nenhuma deixar passar em branco esta data como mais um marco de luta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora, eu fico feliz com esse debate suscitado aqui por V.Ex^a e o Senador Geraldo Mesquita Júnior que esse Requerimento vem quase que... Vem acom-

panhando um outro primeiro que nós já aprovamos aqui, que a Comissão de Direitos Humanos discuta também a questão da Amazônia. E fico feliz porque quem está assistindo a TV Senado deve estar ouvindo e assistindo e percebendo que normalmente quando se fala da Amazônia, eu pelo menos, eu sempre ouvi falar somente na questão da floresta em si. E ambos, tanto a Senadora como o Senador, Levanta: Queremos discutir sim o meio ambiente, a floresta, mas queremos discutir a situação dos povos da Amazônia. O ser humano que está lá na Amazônia. E qual é a situação desses. O dado que o Senador Geraldo Mesquita deu, se não me engano, 28 milhões de pessoas que estão lá na Amazônia.

Então, temos que aprofundar com esta ótica universal e global. Por isso meus cumprimentos a ambos e minha alegria de poder aprovar os dois requerimentos, já aprovamos um, aprovaremos esse agora, mas sem deixar de ouvir primeiro o Senador Cristovam Buarque, que se me permitam todos, ontem estava de aniversário.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E nós [risos] cumprimentamos ontem e cumprimentamos hoje em nome da Comissão de Direitos Humanos. Parabéns a V.Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Presidente Paim. Eu já estava disposto a falar quando a Senadora Fátima Cleide começou a falar da Amazônia. Ainda mais agora com o detalhe de que é de um Requerimento que eu quero subscrever ambos pela importância que tem. Nós não estamos dedicando o tempo que deveríamos ao assunto Amazônia, em geral. O seu povo, que ali vive, que tem que ser uma preocupação de nós todos brasileiros, porque como também o povo nordestino é um povo que não tem recebido grande parte do resultado do crescimento da sociedade brasileira, não só da economia. Mas nós temos que pensar também, obviamente, como todos sabem, os seis bilhões de seres humanos que vivem no planeta e que têm, na Amazônia, uma das reservas de importância para toda a humanidade. Um dos patrimônios. Como tem na França o Louvre que é patrimônio da humanidade também. Como tem nos países árabes o petróleo, que é patrimônio da comunidade inteira. Cada um faz o que quer com o seu patrimônio no mundo de hoje. Cada Nação faz o que quer.

Eu tenho defendido sempre que hoje, com a globalização, não do ponto de vista da economia, mas das relações e do sentimento que se tem hoje da instantaneidade de tudo, nós vivemos em um condomínio em que cada País é um apartamento. Você não pode

fazer tudo que você quer no seu apartamento. Você não pode tocar fogo nos móveis e deixar os vizinhos ameaçados. Você não pode deixar a torneira aberta à noite toda no seu apartamento mesmo você pagando a conta no fim do mês. Você tem responsabilidade com os vizinhos. Nós temos uma responsabilidade com o planeta e a humanidade. E nós temos a obrigação de zelar pelos moradores brasileiros que ali estão. Eu apresentei um projeto, o Senador Mesquita até tomou conhecimento, de que deveríamos aumentar, pelo meu projeto, o royalty que pagamos sobre o petróleo, e todo esse dinheiro ir para pagar um royalty para manter a Floresta Amazônica, mas beneficiando a população local. Não tratando a população local como se fosse inexistente. Isso deve dar quatro bilhões a mais por ano. Esses quatro bilhões podem ser usados aos Estados e Municípios, conforme a proporção de conservação da floresta naquele ano para transferir renda à população, para pagar a população, para desenvolver projetos de aproveitamento da floresta com sua riqueza sem precisar derrubar árvore. Que o Senador... O Senador Capiberibe foi um exemplo como Governador nessa experiência de mostrar que é possível explorar a floresta, sem empobrecer quem ali mora. Mas ao mesmo tempo sem empobrecer a floresta onde se mora.

Eu creio que esse debate tem que ser feito. Eu temo, Senadora Fátima, Senador Mesquita, que daqui a 50 anos nossa geração seja conhecida como aquela que destruiu a Floresta Amazônica. Como as gerações anteriores são conhecidas como aquelas que abandonaram o povo da Amazônia. Que fizeram a grande migração de nordestino para explorar a borracha e os deixou lá. Ou depois, 30 anos depois a grande migração na Belém-Brasília feita pelo regime militar querendo ocupar a terra e os abandonou por lá. Então uma geração ficou como a que abandonou o povo, a outra pode ficar como a que destruiu a natureza. E aí a repercussão é civilizatória. É do mundo inteiro. É história mundial. Não pode deixar que isso aconteça.

E a outra coisa são os povos indígenas que é um detalhe específico que nós temos dado a importância no Brasil. Eu sei que é o Requerimento. E aí também eu pego carona para falar de um projeto que eu coloquei há pouco que já vi gente dizendo que tem um pouco de folclore nisso, mas eu não temo, Senadora Fátima, é colocar o ensino de idiomas indígenas nas escolas públicas brasileiras quando houver número de jovens querendo aprender. Tem gente estudando aramaico, tem gente estudando outros idiomas que já são mortos. Vamos estudar os que não morreram ainda, mas que vão morrer daqui 10, 20, 30 anos. Vamos fazer um grande empenho neste País pelo patrimônio lingüístico. Que a gente fala muito no patrimônio da floresta.

A gente não fala no patrimônio dos idiomas que estão desaparecendo. E outra coisa, pegando carona, num projeto até que não sei se é de sua autoria, do ensino da cultura e da história africana. É seu? Pois eu peguei carona, Senador, e vou colocar para que haja ensino também da cultura indígena, da história indígena para os nossos jovens tomarem conhecimento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito bem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

E é uma carona. Até mandei dizer, tem que fazer igual a um projeto que eu tive a honra como Ministro do Presidente Lula, de sancionar, o Presidente Lula que sancionou essa lei, do ensino de história dos povos africanos como parte integrante da formação da cultura brasileira. Dos povos indígenas também. Além de que é um patrimônio universal. Não podemos deixar que morram línguas faladas. Tem línguas faladas por 20 pessoas.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Que neste caso são muitas que nós desconhecemos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Muitas. Aí uma pessoa com quem eu discuti disse: Pra quê? Para que ensinar uma língua que é falada por 20 pessoas? Eu disse: É para ensinar antes que morra o 20º. Se tivesse 20 milhões, não precisava ensinar. Ela sobreviveria naturalmente. Mas uma língua falada por 20 pessoas, ou a gente cuida muito bem de ensinar alguns... Não que vão usar essa língua no dia-a-dia da vida deles, mas que vão guardar como se fosse um museu, sim. A cabeça passa a ser um museu onde se guarda aquele idioma e se registra. Hoje a gente tem a possibilidade de registrar.

Então, eu fico muito contente aos dois Senadores que apresentaram esse projeto. Acho que devia transformar aquela semana num grande debate. Aí a gente pega a experiência para um mês depois fazermos o grande debate que o Senador Paim e eu estamos querendo sobre os 120 anos da incompleta abolição da escravidão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Será todo o mês de maio, por sugestão inclusive de ambos os Senadores já aprovado que é o Requerimento. Só para ajudar, se permitir, vou passar ao Mesquita Júnior, que está aqui o projeto e eu já estou nesse momento designando a Senadora Fátima Cleide para relatar o projeto do Senador Cristovam. Até porque o Senador Mesquita é o que mais recebe projeto para relatar de minha autoria. Senador Mesquita, com a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Antes de mais nada eu não tive a oportunidade, e queria aqui de público dar os parabéns a

esse grande brasileiro, Senador Cristovam Buarque. É uma alegria para nós festejarmos mais um ano de convívio com ele. Não é de existência, é de convívio com o Senador Buarque. Aprendendo com ele, respeitando esse grande homem público brasileiro.

Eu estava na Sessão que realizamos, numa sexta-feira, no momento em que... Não, foi num dia normal de semana em que o Senador anunciou que pretendia propor... Protocolar um projeto aqui no Senado propondo um plus dos royalties decorrentes da exploração do petróleo, valor esse que seria destinado à Região Amazônica. Eu entendo perfeitamente a motivação e os propósitos, Senador Cristovam, que lhe move. Eu espero apenas que a sua motivação, o seu propósito não seja desencaminhado, desvirtuado. Porque olha, Senador, pode acontecer que uma proposição rica, expressiva como essa sua seja desvirtuada a ponto de surgir à idéia de se criar mais uma bolsa de não sei o que. Quero dizer a V.Ex^a e para todos, que o pessoal na Amazônia gosta é de trabalhar. A gente se reúne com agricultores humildes ali, Senador Buarque, confinados em situações extremamente difíceis de sobrevivência, eles não pedem emprego, Senador Paim, eles pedem condições para trabalhar. Eles pedem, por exemplo, que o ramal por onde eles precisam trafegar para tirar a produção que eles com muito sacrifício colhem, que permitam o tráfego, eles pedem, por exemplo, condições para... Eu vou repetir uma coisa aqui, acho que pela 20ª vez eu falo aqui nessa Casa. Muita gente... Olha, ali na Amazônia tem... A Amazônia é uma diversidade fantástica. Acho que não tem no País região onde a gente encontra uma diversidade tão grande. O meu Estado, por exemplo, é um Estado de floresta densa. É o Acre. O Estado de Roraima é um Estado de campos naturais. E tudo é Amazônia. A Senadora Fátima está lembrando aqui a existência de um sem número de nações indígenas. Nós temos ainda pessoas envolvidas na atividade extrativista, de látex, de colheita de castanha, nós temos pessoas envolvidas com a pecuária, nós temos pessoas envolvidas com a extração de madeira... Ou seja, é uma diversidade incrível, Senador Paim. Mas ali, olhe, e dentro dessa diversidade há criminosos atuando dentro da Amazônia, muitos. Agora, a grande maioria da população que está ali na Amazônia é constituída de pessoas que querem trabalhar, produzir. Nós podemos conciliar um monte de interesses ali na Amazônia. Conciliar um monte de atividades. Tendo como preocupação, talvez muito grande, a preservação de grande parte daquela floresta pujante e bonita. Mas temos que nos preocupar, por exemplo, Senador Paim, eu estava me referindo a pequenas comunidades rurais. No meu Estado, por exemplo, tem lá uma comunidade que produz Municí-

pio próximo de Rio Branco. Produz amendoim. O que é que eles precisam para deixar de derrubar mais um pedaço da floresta? Porque é um negócio que as pessoas precisam compreender. Tem muita gente ainda ali tentando produzir na Amazônia que domina uma tecnologia multissecular. Para poder produzir. É derrubar um pedaço de floresta, brocar, queimar e plantar. Isso é uma tecnologia. É rudimentar? É rudimentar. Mas é uma tecnologia. É a única que eles dominam. Entende, Paim? Para que eles possam mudar a maneira de produzir, a gente precisa colocar ao alcance deles uma outra tecnologia. Eles ficam lá cobrando, Senador se tivesse um pequeno trator agrícola para arar a terra que a gente já... a gente não precisava derrubar mais nada, Senador Buarque. Entendeu?

Essa semana eu propus até como uma provocação. Eu propus que o Governo do Presidente Lula, por exemplo, instituísse, criasse o Ministério da Amazônia. Mais um? Mais um. Mas eu acho que esse seria talvez o mais importante na história do Brasil. Sabe por quê? Para concentrar instituições, ações, um sem número de Recursos Humanos e materiais, fazermos um grande inventário, um grande diagnóstico da Amazônia, de toda sua diversidade, e formularmos aquilo que a Senadora Fátima está cobrando. Uma política nacional para a Amazônia. Uma política de Estado. O que é que a gente quer com aquilo ali definitivamente. Pra gente não ficar correndo atrás de prejuízo, ano após ano. Ali o que a gente faz é correr atrás de prejuízo. Está aí mais uma ação agora. Vão mandar 900 policiais federais para correr atrás de prejuízo. Isso é projeto? Não. É necessário ser feito? É necessário. Em razão da nossa negligência, omissão, etc é necessário que eles estejam lá. Mas isso não é projeto para Amazônia. Projeto é você centrar esforços no sentido... Olha, vamos definitivamente elaborar um projeto nacional para a Amazônia. Acho que isso seria... A instituição de um Ministério da Amazônia cumpriria esse papel, Senador Buarque. Colocaria na sua chefia um grande amazônida. Nós temos vários ali, com larga experiência. Para concentrar todos os recursos humanos e materiais que nós temos ali e precisariam ser reforçado. Eu dou o exemplo sempre aqui. O INPA. O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Um grande organismo. Está atrofiado. Porque não tem recurso material para capacitar recursos humanos nas proporções que a Amazônia requer. Ao invés de estar ali concentrado em Belém e Manaus, deveria estar espalhado em toda a Amazônia um organismo desse. Como o INPA talvez cumprisse na Amazônia, com o apoio e a participação de outros organismos, o que a EMBRAPA cumpriu, o papel que a EMBRAPA cumpriu para o desenvolvimento da agricultura no nosso País.

Entendeu, Paim? Então, precisamos tomar... Eu lembro de uma iniciativa do Senador Buarque, aliás, esses dois aqui se parecem muito. Senador Paim e Senador Buarque que eu digo sempre, são Parlamentares que defendem causas e não coisas. Senador Buarque promoveu o ano passado um ciclo de seminários e audiências públicas e debates. Mas tinha uma lógica a coisa, Senador Paim. Assim como V.Ex^a faz aqui na Comissão em torno de alguns assuntos. O propósito dele era o seguinte. O que queremos para a educação no Brasil? Aí realizamos umas 30 Audiências Públicas durante o ano. Foi um negócio mais impressionante que eu vi acontecer no Senado. Por que é que a gente não faz a mesma coisa com relação à Amazônia? Por que é que a gente não faz, rapaz, a mesma coisa? O que queremos para Amazônia. E vamos realizar 30 Audiências Públicas na Amazônia, junte Comissão que for para juntar. Precisamos fazer isso, Senador Buarque. Urgentemente. Acho que já passamos da ora de fazê-lo, sob pena de a gente chorar o leite que vai ser derramado aos borbotões nesse País. O senhor disse: Nós somos responsáveis por aquilo ali. Perante nós mesmos e perante o mundo. Agora, a gestão, o que fazer e tal, cabe a nós. Entende? Acho que... Por exemplo, eu estou provocando. Vamos criar o Ministério da Amazônia. É uma resposta... Resposta, não. Seria uma afirmação do Presidente da República para o País. Agora definitivamente nós vamos dizer o que é que a gente quer com aquilo ali. Ele diria isso para o País inteiro e diria isso para o mundo inteiro. Acho que o momento é esse, a hora é apropriada, talvez tenha passado da hora para fazê-lo, e eu fico feliz da vida como um Parlamentar da envergadura do Senador Buarque, do Senador Paim, Senador Tuma que há pouco propôs também a mesma coisa se envolve nessa questão. Essa questão não é só de quem está na Amazônia, essa questão é brasileira. É de todos nós. E como disse o Senador Buarque, essa questão já transbordou as fronteiras do País. Então para que a gente não perca o controle disso, é necessário que a gente tome uma providência urgente nesse sentido.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Paim, só para... O Senador Geraldo Mesquita traz uma questão que é polêmica e é muito interessante. No Partido dos Trabalhadores nós temos um fórum, que a gente chama de Fórum Amazônico Petista que discute com nossos Governadores, nós já tivemos a oportunidade de ter Governador do Acre neste fórum, temos ainda, sobre essa questão do Ministério da Amazônia. E a conclusão que nós chegamos, Senador Geraldo Mesquita, é uma discussão interessante, mas que não resolve, porque fica só a responsabilidade para aquele Ministério. E vai na contramão daquilo

que a gente quer, que é toda a Nação discutindo a Amazônia. O que quer desse pedaço de chão brasileiro. E bom, isso é uma conclusão que nós temos lá fruto de um acúmulo de discussão. Agora, eu penso que quando eu disse: Há um projeto de Governo. Hoje tem um projeto de Governo. Agora a execução desse projeto não está bem. Nós temos apenas e eu quero parabenizar, a atribuição e a missão que a Ministra Marina Silva tem, ela é muito importante para o Brasil. Que é combater. Que é combater. Agora, temos também projetos de desenvolvimento, temos os PDSs da Amazônia que infelizmente não são implementados. E não são implementados por quê? Porque esse Governo é composto por forças diferenciadas. E infelizmente você tem no papel tudo muito bonitinho, você tem o Presidente da República que concorda com aquilo ali, agora no dia seguinte dentro dos Ministérios você puxa um para um lado e outro para outro. Enquanto a gente fala em projeto de desenvolvimento sustentável com o apoio pouco do MDA, que cá para nós, ainda falta uma concepção que seja inteiramente concebida, digamos assim, por todos os trabalhadores rurais, diferente dessa tecnologia que o Senador Geraldo Mesquita coloca, milenar, que foi aprendida que é do desmata, queima e planta, nós temos outras tecnologias também reproduzidas milenarmente como a dos índios que fazem produção... Como é que eu diria? Nômade. Uma hora num canto, outra hora no outro. Então também é uma tecnologia que pode ser difundida, que é reconhecida, mas que infelizmente não tem o respeito necessário para a sua difusão.

Enfim, o que acontece efetivamente hoje, que eu sinto, é que nós temos um projeto, e eu digo que é um projeto de Governo, não é um projeto de Estado porque não está entendido pelo Estado como um todo, que um puxa para um lado e outro puxa para outro. Enquanto o Ministério do Meio Ambiente cuida, e para o Ministério do Meio Ambiente sobra a parte pior que é a do combate à repressão, por outro lado nós temos o Ministério da Agricultura dizendo planta boa é planta soja. Infelizmente é essa a realidade que nós estamos vendo nos nossos Estados. O Estado de Rondônia, por exemplo, o sul do Estado que tinha uma população densa, hoje está concentrada e muito diminuta em algumas cidades, porque o campo não existe mais trabalhador, pequena agricultura, virou tudo grande latifúndio e de soja. Infelizmente.

Então, a monocultura, por exemplo, é uma questão que para a Amazônia eu vejo inviável. Ou nós entendemos que a Amazônia é diversa e tem que ter um projeto que aponte para a diversidade, para o respeito da diversidade cultural, e aí entra a questão da língua, para o respeito da diversidade de produção e como

produzir diferentemente porque a gente precisa comer, precisa se sustentar. Agora, essa produção ela tem que ser sustentável, ela não pode ser eliminando aquilo que a gente tem de maior riqueza, que é a diversidade. Então essa questão do Ministério ela realmente é muito boa porque ela suscita essa discussão. A responsabilidade tem que ficar só conosco que somos da Amazônia ou tem que ficar com o Brasil? Tem que ser uma política que articule, que integre políticas, ou temos que ficar só numa caixinha discutindo as responsabilidades que devem ser de Governo e de Estado, no meu entender, como um todo? Acho que não dá para ficarmos com o tripé tendo falhas. O combate é importante porque é importante que a gente tenha, não a preservação pura e simplesmente, mas que a gente tenha o recurso para vivermos, hoje e para que as próximas gerações também possam usufruir desse recurso. Nesse sentido os índios têm muito a nos ensinar. Agora, é preciso que a gente tenha uma política efetivamente de Estado e que seja respeitado aquilo que se é planejado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, Presidente, esse debate está ficando bom, que nem sempre a gente tem por aí nessa Casa. Eu vejo que há um sentimento da necessidade de uma política de Estado. Mas acho que está faltando isso nesta Casa e nas diversas lideranças nacionais. Ontem tive, por acaso, uma conversa com altíssima autoridade do nosso País. Do Brasil. Altíssima mesmo. Acima dele só o Presidente. E altíssimo pelo tamanho também. E fiquei preocupado porque estávamos discutindo problemas militares e ele falou uma coisa interessante, que as guerras realmente que tem que se preocupar daqui para frente não é contra Chávez. Acho uma grande besteira essa gente que se preocupa com isso. Não é contra países. É contra a ilicitude, sobretudo citou traficantes de drogas e citou o terrorismo. E eu perguntei: E os madeireiros? Ele disse: Não. Madeireiro é questão só de polícia. Eu me preocupei. Porque madeireiro era questão de polícia na época da enxada e do machado. Naquela época era. Mas, na época da motosserra e do trator, não é mais a questão de polícia apenas. É mais grave. É questão, sim, de Forças Armadas. Forças Armadas. Que tem que estar dentro desse projeto de Estado que a gente precisa ver. Então esse é um ponto que eu quero dizer que fiquei preocupado. E por isso é importante a proposta do Senador Mesquita. De a gente ter um ciclo de audiências de diversas Comissões, provavelmente, sobre o que fazer. Como usufruir da Amazônia? Porque não é só como proteger, é como usufruir da Amazônia corretamente. Estou preocupado com a idéia da bolsa, mas eu quero dizer que o trabalho pode ser às vezes

cuidar da floresta. Certos trabalhadores da Amazônia podem receber um salário, sim, para cuidar da Amazônia. Além disso, para explorar o que a Amazônia tem a oferecer do ponto de vista produtivo, além do que é uma produção conservar. Essa civilização industrial perdeu a idéia de que conservar é produzir. Conservar é produzir. Por que é que a gente gasta tanto dinheiro com segurança? Porque a gente não criou uma sociedade que proteja as coisas. Aí a gente gasta um dinheirão para ir atrás do prejuízo. Engraçado, se destruir a floresta inteira e depois vier um projeto para plantar, vai ser considerado um projeto produtivo. Mas se a gente fizer um projeto para conservar, não é considerado um projeto produtivo. Porque a gente pensa com a lógica dos economistas do Século 19. Desde a direita até a esquerda. De Adam Smith a Marx. Nós precisamos de um pensamento novo. Conservar é produzir.

Então a idéia de pura e simplesmente bolsa, não. Mas a idéia de um trabalho que seja vinculado à produção e não à transformação, pela toda teoria econômica, uma árvore só tem valor depois de derrubada. A teoria marxista do valor diz: Uma árvore em pé não serve. Não vale, aliás. Não é que não sirva, dá sombra. Mas não vale. A não ser a de frutas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, é porque no tempo dele... Não, coleta de frutas também. Aí é outra coisa. Porque colheu. Não derrubou, mas colheu. Mas as que não tem frutas, não vale. Mas na época de Marx ele estava corretíssimo. Que não havia o problema ecológico. Não havia a motosserra. Motosserra tem 40 anos. Não havia trator. Deve ter 50. Então na época dele estava certo, certo, certo. Ele não errou nada, aliás, aquele tal de Marx. O mundo é que mudou de uma maneira diferente das idéias que ele elaborou. E aí ele teria ajustado se tivesse vivo, certamente.

Então eu quero apoiar essa idéia de a gente fazer um ciclo de debate como fizemos na educação que vão publicar agora, em março a gente está lançando o texto completo com todos os depoimentos. Acho que é hora de a gente fazer isso. E é um encontro de repercussão internacional se fizer isso aqui nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra para a Senadora Patrícia Saboya Gomes, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que com certeza estará entre essas Comissões que vão elaborar esse ciclo de debate sobre a nossa Amazônia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Presidente. Eu queria mais continuar a discutir aquilo que levantou a Senadora Fátima Cleide quando

ela diz que a Amazônia é um programa que deve ser discutido pelo País como um todo. Não pode ser só quem mora na Amazônia, quem reside ali que tem a obrigação, a responsabilidade e o direito de discutir. Eu lembro que puxando aqui um pouco para a questão do nordeste, é essa mesma tese que defendo, como outros Parlamentares que são do nordeste. Às vezes a gente vê como se fosse algo isolado do País. Por isso tantas vezes é difícil uma política de desenvolvimento para o nosso País. E eu há pouco tempo atrás eu estava relendo e revendo um discurso que foi feito pelo meu avô quando foi Senador da República, Plínio Pompeu, em 1946 e que naquela oportunidade ele já denunciava e dizia uma coisa que me tocou muito quando eu li esse pronunciamento. Ele dizia: “Não há um corpo sadio com um membro doente. E que essa visão deve ser a visão de um País”. O nordeste, por exemplo, não pode ser atrasado tanto quanto ainda está porque isso prejudica todos os brasileiros. Muitas vezes nós nordestinos acabamos brigando entre nós mesmo por causa de uma siderúrgica, por causa de uma refinaria porque não existe nesse País uma política de desenvolvimento para o nordeste. Da mesma forma como aqui hoje se trata da questão da Amazônia. Eu concordo com a Senadora Fátima Cleide. Que não pode ser apenas um Ministério responsável por cuidar da nossa Amazônia e do nosso patrimônio tão precioso e tão maravilhoso. E ao mesmo tempo pensar num País como o nosso que precisa se desenvolver, mas preservando as futuras gerações.

Então, eu trago apenas aqui mais esse lembrete, mais, talvez, esse debate que pra mim é muito precioso e muito caro, porque muitas vezes, há pouco tempo atrás nós cearenses, por exemplo, estávamos brigando de forma... colocando toda a nossa paixão, enfim, para que uma siderúrgica viesse para o Ceará, um compromisso que foi do Presidente Lula, por diversas vezes reafirmado, foi ao Ceará diversas vezes durante a campanha, está dentro do PAC uma siderúrgica para o Ceará. E de repente, por exemplo, a PETROBRÁS diz que não tem mais nada a ver. Assinou um contrato com o Estado do Ceará, com o Governo do Estado, com os parceiros que estavam prontos, há mais de dez anos o Ceará se prepara para receber essa siderúrgica e de repente a siderúrgica foi para o Estado de Pernambuco. Mas nós vamos brigar, nós pobres cearenses vamos brigar com os pobres pernambucanos? Claro que não. Por quê? Porque não existe uma política de desenvolvimento. É como se fala, se trata semana passada uma discussão tão polêmica sobre a transposição do Rio São Francisco. É preciso que todos nós que somos irmãos, que sabemos das dificuldades de quem vive lá, de quem morre muitas vezes porque não tem um

copo d'água para beber, de mulheres, de crianças, de trabalhadores que saem carregando latas na cabeça pesadíssimas, de crianças que eu já presenciei todos os anos de seca correndo atrás de um pouco d'água na cabeça para poder sobreviver. E às vezes a gente vê esse debate muito mais uma questão de política de alguns Estados que acham que não devem haver a transposição do Rio São Francisco, e muitas vezes se utilizam de embargar as obras para que fossem seus Estados beneficiados. Como se nós não tivéssemos beneficiando a 12 milhões de pessoas, de nordestinos que precisam dessa água para sobreviver.

Portanto, eu aproveito esse debate que é um debate que se trata das questões da Amazônia, mas também para lembrar uma questão que deve ser uma questão de todos nós brasileiros que é também o problema do nordeste.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Mediante todos esclarecimentos, eu queria colocar em votação o Requerimento da Senadora Fátima Cleide sobre a questão dos povos indígenas e que eu mesmo e Senador Cristovam fiz a vinculação povos indígenas, a Amazônia e o Requerimento que aprovamos anteriormente e que vai de encontro o que faremos nesse segundo momento que é esse ciclo de debates sobre a Amazônia pela importância do tema para o nosso País. E eu usei um termo numa oportunidade que vou ter o cuidado de falar aqui. Uma oportunidade, estava aqui na Tribuna do Senado, e eu falei que a Amazônia é um patrimônio da humanidade. Recebi uma série de críticas, dizendo que tem que dizer que a Amazônia é patrimônio do Brasil. E vamos discutir agora com o resto do mundo, mas é um patrimônio do Brasil. Então faço de público aqui essa autocritica pela forma... Vejam que a população está acompanhando. Tem que dizer, Senador, que é um patrimônio do Brasil. Aí, Senador Cristovam, permita até cumprimentando V.Ex^a, eu estava com o artigo que V.Ex^a escreveu, e a resposta que dei foi que eu contava na íntegra com o artigo de V.Ex^a que enfatiza essa questão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [risos] Muito obrigado. Eu quero tocar nesse artigo que circulou muito por aí que tem sete anos. Que na verdade a Amazônia é nossa. E só nossa. Mas a gente tem que cuidar dela para humanidade inteira. Se não tiver essa consciência, ela vai deixar de ser nossa porque a gente destrói. Ou ela vai deixar de ser nossa porque a ganância vai terminar legitimando tomarem ela da gente. Então ela é nossa como no condomínio. Os móveis que a gente tem em casa são nossos, mas a gente não pode tocar fogo neles porque o vizinho vai sofrer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Os Srs. Senadores e Senadoras que

concordam com o Requerimento da Senadora Fátima Cleide, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero aprovar aqui rapidamente apenas autorização para que eu possa realizar uma reunião administrativa e vou fazê-la nessa sexta-feira, às 15h, com os trabalhadores dos Correios que querem discutir conosco nessa reunião interna, todos Senadores convidados, para discutir o trabalho desses profissionais na área dos Correios e questão de direitos humanos. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero ainda encaminhar Requerimento no seguinte teor. Sr. Presidente, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, requeiro no art. 90, inciso II do Regimento Interno da Casa, realização de Audiência Pública com vistas a tratar das condições de trabalho, salário, segurança dos motociclistas, enfocando a questão do DPVAT.

Aqui quero resumir, Senador Geraldo Mesquita, eu mesmo quando recebi esse pedido das entidades dos trabalhadores que são motociclistas, porque o DPVAT deles se tornou mais caro do que todos e eles querem discutir esse tema. Entendem que é uma questão de direitos humanos porque terão que abandonar sua profissão devido ao DPVAT. Eu como tenho posição definida, eu sou contra o DPVAT, apresentei quando eu era Deputado ainda, há 20 anos um projeto para acabar com o DPVAT e explicarei no momento adequado porque existe toda uma articulação sobre essa contribuição obrigatória, e da forma como é usada, e que nem sempre não atinge os objetivos. Que é atender aqueles que sofrem acidente que quem acaba pagando é a Previdência toda vez que há um acidente. Então estou disposto a junto com outros Senadores a fazer esse bom debate. Muitos me disseram que a saída não é acabar, mas aprimorar o DPVAT. Vamos fazer isso. Mas claro que estou solidário com os profissionais que são motoqueiros, o termo mais popular, e que estão com dificuldade enorme entre aquilo que ganham e o que terão que pagar a esse seguro obrigatório, e pedi-ram Audiência Pública. Então aqueles que concordam com a aprovação desse requerimento, se ninguém mais queria discutir, eu coloco em votação. Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há um outro Requerimento aqui encaminhado pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Fundamento no art. 58, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública com vista a tratar da extração ilegal de madeiras na Região Amazônica. Estado do Pará, com desdobramento de seus efeitos na geração de violentos conflitos entre autoridade e madeireiros, bem como gerando efeitos

devastadores na economia da Amazônia. Para tanto gostaríamos que fossem convidados entidades ligadas à questão e outros a serem definidos pela própria Comissão. Em resumo o requerimento quer discutir essa questão do conflito que está acontecendo hoje lá no Estado do Pará, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Na verdade, Senador Paim, eu subscrevi o Requerimento, mas a idéia há que se atribuir o mérito ao autor, foi o Senador Tuma, que na sua primeira fala aqui externou preocupação com que está havendo lá, o confronto lá entre pessoas de uma determinada região com policiais e agentes públicos foram lá cumprir alguma determinação. A autoria é do Senador Tuma, eu achei pertinente e proprietário subscrevê-lo. Era só para conceder o mérito a quem de direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu, ao mesmo tempo que acato o seu encaminhamento, questão de justiça ao Senador Tuma, e já proponho em votação se não houver nenhum Senador ou Senadora em querer discutir a matéria. Ninguém para discutir a matéria, coloco em votação. Os que concordam com o teor do Requerimento lido e advogado pelo Senador Romeu Tuma e Geraldo Mesquita Júnior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero ainda por uma questão de justiça, na fala do Senador Cristovam, ele afirmou com a maior boa vontade que a lei que trata da história do povo negro nos currículos escolares já sancionado pelo Presidente Lula, seria de minha autoria. Eu quero esclarecer que eu aprovei efetivamente na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei nesse sentido, na época, há mais de 15 anos atrás, infelizmente o projeto foi arquivado aqui no Senado porque não foi votado em tempo hábil. Depois a Deputada Esther Gross também do Rio Grande do Sul reapresentou o projeto, foi aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado e hoje ele é lei. Nós no Estatuto da Igualdade Racial contemplamos também o mesmo teor desse projeto original e que está na lei ampliando um pouco. Então só por justiça a autoria da lei é a Deputada Esther Gross.

E concluindo os trabalhos dessa Comissão eu acho que por uma questão de justiça e pela força que tem a nossa TV Senado, houve uma série de considerações aqui no início, levantado inclusive por mim questão do Barack Obama e a disputa que ele está tendo em relação aos Estados Unidos. E uma série de Senadores fizeram considerações. Eu entendo que de uma forma bem educativa seria bom que eu encerrasse essa reunião fazendo um pequeno relato de quem é de fato o Barack Obama, porque já que as informações colocadas pelos Senadores havia um

certo desencontro da história dele, enfim, se era filho de pai ou mãe negro ou não.

Então, em resumo aqui, o Barack Obama Júnior nasceu em Honolulu, em 4 de agosto de 1961. É o único político... é o político dos Estados Unidos da América atualmente Senador pelo Estado de Illinois. Obama é o único Senador com ascendência africana na atual legislatura dos Estados Unidos da América. Ou seja, único Senador negro. Obama é na atualidade um potencial concorrente às prévias do Partido Democrata que será escolhido a candidato do partido para eleição a eleição presidencial 2008, tendo formalizado sua pré-candidatura em 9 de fevereiro de 2007. Obama nasceu no Havaí, quando seu pai o Economista queniano Barack Obama e sua mãe Ann Dunham do Kansas estudavam na Universidade do Havaí em Manoa. O Barack Obama graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade de Columbia, em Nova York, para depois cursar três anos de Direito na Universidade de Harvard. Graduou-se em 1991 e foi o primeiro afro-americano a ser Presidente dessa importante Universidade na área de Direitos Humanos.

Em 1996 foi eleito ao Senado de Illinois, órgão integrante da Assembléia Geral de Illinois que constitui o poder eletivo local. Mandato pelo qual foi eleito em 2000. Em 2004 foi eleito Senador dos Estados Unidos pelo Estado de Illinois também e em 4 de janeiro de 2005 assumiu o atual mandato, o qual tem duração até 2011. É casado desde 1992 com Michele Obama. É pai de duas meninas Malia e Sasha. Fez sua carreira política em Chicago, Illinois, cidade onde trabalhou e conheceu sua esposa. Diz aqui também que Obama, por ter sido um estudante destacado na universidade que cursou, ele foi convidado de imediato para advogar para os grandes grupos econômicos dos Estados Unidos, e renunciou. Não aceitou e entrou na área do direito como Advogado de Direitos Humanos para os pobres, discriminados, enfim, brancos e negros dos Estados Unidos. Foi também líder comunitário e professor de direito constitucional na universidade local. Devido a sua história pessoal, pai negro, mãe branca, e o pai dele que não é americano, e o padrasto é asiático, é visto por muitos como unificador. Alguém que consegue transpor a barreira racial. O enfoque da sua campanha tem sido muito a palavra de: mudanças, unificar os Estados Unidos e governar para todos. O próprio Obama já brincou com isso no programa da popular apresentadora dos Estados Unidos Oprah Winfrey – espero que tenha acertado aqui a pronúncia – quando disse que jantar em sua família são sempre uma mini ONU, com parênteses de todas etnias. Recebeu o importante apoio recentemente da família Kennedy, sendo comparado muitas vezes ao

ex-Presidente John Kennedy na sua capacidade de animar os eleitores, onde se destaca pelo seu carisma e sua liderança. Obama, sem sombra de dúvida, hoje desponta como aquele que poderá ser o futuro Presidente dos Estados Unidos da América. Senador Geraldo Mesquita Júnior.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): Interessante, Senador Paim, porque V.Ex^a está lendo o currículo e--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito sintetizado tirado do livro dele.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

(PMDB-AC): --daquele que talvez venha a ser o futuro Presidente dos Estados Unidos. V.Ex^a lendo e eu lembrando aqui do pensamento de um grande filósofo que foi citado há pouco aqui hoje pela manhã, ele dizia o seguinte: Que há momentos na vida de todos os povos em que uns já não querem e outros já não podem mais manter o *status quo*. Ele logicamente se referia aos momentos revolucionários. Eu sou... Eu sou muito resistente ao personalismo na política. Eu acho que a política é um conjunto de ações, de pessoas, de forças. Mas, eu creio que, por exemplo, o Barack Obama exerce hoje e é reconhecido como uma liderança política. Eu acho que liderança é quando você... O líder é quando você surge num determinado contexto histórico conseguindo verbalizar, conseguindo externar a expressão de uma comunidade. Ou de parte de uma comunidade. Uma grande parte de uma comunidade. Eu acho que isso é liderança. Há líderes que num primeiro momento assim se comportam, ou seja, eles são líderes porque se reconhece que ele na sua ação, na sua fala ele expressa isso. Mas, há líderes que lá na frente talvez se empolguem demais e descolam dessa concepção e aí dão ensejo ao culto a personalidade ao personalíssimo exacerbado. Espero que isso não venha ocorrer com o cidadão que V.Ex^a declinou agora pouco o seu sucinto currículo. Mas eu sinto, e aqui é um momento muito interessante. V.Ex^a aqui no Senado Federal brasileiro lê sucintamente o currículo daquele que talvez venha ser o Presidente de uma grande Nação, e que tem a responsabilidade de promover mudanças. O líder é aquele que vem imbuído do propósito de promover mudanças. Acho que ele está imbuído desse propósito. Espero que essa seja a sua verdadeira intenção, o seu verdadeiro propósito.

Portanto, é aguardar para ver, Senador Paim. Mas acho que nós vamos ter uma grande surpresa aí pela frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Mesquita Júnior, me permita ainda que o que vou falar agora vai acompanhar o seu raciocínio. E não são palavras minhas. Recentemente a

esposa do Barack Obama, a Michele Obama, ela deu uma entrevista e talvez não foi entendido por muitos. Muitos entenderam que ela está fazendo uma crítica a ele. Pelo contrário, ela disse exatamente isso: “Ninguém imagina que o Barack Obama é um Deus. Ele não é um Deus. Ele é um homem igual aos outros. Competente, preparado, que quer ajudar a unir o povo americano”. Eu achei uma bela frase dela que vai na linha da colocação que V.Exª faz nesse momento. E em outro momento também de uma outra entrevista dela, ela disse que passou um tempo que a mulher de um Presidente, por exemplo, como uma potência dos Estados Unidos ficava somente naquela relação da Primeira-Dama, do bom sorriso, e de fazer movimentos de arrecadar alimentos ou roupas em momentos difíceis do País. Na entrevista que eu ouvi dela, ela acaba sendo uma conselheira também do Obama. E isso é muito bom. Mostra a força e a potência da mulher no Brasil e no mundo. Eu fiquei muito bem impressionado com o Obama, do qual sou admirador, e aqui acabo retratando na minha fala, como também pela Michele Obama esposa do Barack Obama.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É atribuído a ela inclusive uma recomendação a seu marido, o candidato, quando num debate com a Hillary Clinton ela percebeu que ele estava muito tenso e ela fez chegar a ele o seguinte recado. Sinta, não pense. Entende? [risos] Eu achei muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Simples, direto e objetivo. Com certeza o resultado é positivo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Acho que com isso ela mostra exatamente o papel que ela poderá exercer, de uma grande companheira.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sinta, fale mais com o coração.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sinta. Não pense tanto. [risos] Num debate. Pensar antes. Agora, num debate desse, sinta. Sintonize. Sinta. Achei muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com essas rápidas considerações eu encerro essa Sessão da Comissão de Direitos Humanos, e dizendo que pra mim é muito bom ver que nos Estados Unidos uma mulher e um negro disputam a Presidência da maior potência mundial. Eu acho que isso é um grande avanço. Tomara um dia o Brasil também viva um momento semelhante a esse. Um abraço a todos.

Sessão encerrada às 11h00.

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLA-

ÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2008, SEXTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e oito, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, em seguida faz suas considerações iniciais e passa à apreciação da pauta. **Item Único:** A presente reunião foi convocada na forma de Reunião Administrativa nos termos do Requerimento nº 11, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, para realização de Reunião Administrativa, “afim de que sejam recepcionados trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios que trarão e discutirão pauta de suas relações de trabalho com vistas à dignidade dos trabalhadores”. Comparecem os seguintes convidados: **Érika Kokay** – Deputada Distrital – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Distrital do Distrito Federal; **Vilmar Lacerda** – Membro titular do diretório nacional do PT; **Manoel Cantoara** – Secretário Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares; e **Maria de Fátima Gonçalves** – Conselheira Fiscal da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares. O Senhor Presidente convida os expositores para tomarem lugar à mesa e fazerem suas explanações. O Senhor Presidente, após a exposição dos Senhores Convidados, franqueia a palavra ao Senhor Senador Cristovam Buarque que faz suas considerações sobre o tema e manifesta seu apoio às reivindicações da categoria profissional dos carteiros da Empresa Correios e Telégrafos. Encerradas as falas do Senhor Senador Cristovam Buarque e dos convidados, o Senhor Presidente faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezesseis horas e quinze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos dar início à nossa reunião administrativa, conforme foi solicitado pela categoria para dialogarmos

sobre a situação dos trabalhadores do Correio. Nos termos do Requerimento nº. 11/2008 da CDH, aprovado em 21/02/08, a fim de que sejam recepcionados os trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios para discutir a sua situação de trabalho e o próprio adicional de periculosidade de 30% que conforme um projeto de minha autoria, aprovado no Senado, aprovado na Câmara, encaminhado ao Presidente Lula que ao vetar o projeto firmou um acordo com a categoria com o Ministro Hélio Costa e com o ex-Senador, resultado positivo, eu diria, desse encaminhamento, porque a categoria já passou receber os 30% correspondente ao adicional de periculosidade já a partir do mês de dezembro. Além disso, pelo menos foi-me informado que os dirigentes da categoria gostariam em nome da federação e dos trabalhadores que houvesse uma Audiência Pública das comunicações.

Está aqui conosco o Vilmar Lacerda, membro titular do Diretório Nacional do PT que formulou esse pedido, e também a Maria de Fátima Gonçalves, Conselheira Fiscal da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e similares. Essa será uma reunião interna, administrativa, rápida, onde nós nesse momento passamos a palavra para o Sr. Vilmar Lacerda.

SR. VILMAR LACERDA: Boa tarde a todos, boa tarde Senador ao Paim, companheiros dos Correios, companheira Fátima. Senador, eu em nome do Diretório Nacional do PT, queria primeiro salientar a importância que teve esse projeto, esse processo, para a categoria dos Correios. Como se sabe, os Correios têm aproximadamente cem mil funcionários e os carteiros se apresentam cerca de 50% da categoria. Ou seja, mais de 50 mil trabalhadores no Brasil que cumprem uma função fundamental para a comunicação brasileira, que trabalham praticamente em todos os Municípios do Brasil, que tinha e tem ainda um grande problema. Primeiro os baixos salários. A Empresa de Correios e Telégrafos, se verificar no plano de cargo de salários o senhor vai verificar que praticamente os trabalhadores dos Correios, os carteiros recebem um pouco mais de um salário mínimo para trabalhar nessa função. E esta função, no Brasil, alguns deles andam de bicicleta, outros a cavalo, outros a barco, outros a canoa... De tudo quanto é espécie de processo de transporte para desempenhar suas atividades. E é uma categoria que há muito tempo buscava a melhoria nas condições de trabalho e salário, e o próprio adicional de periculosidade que por regulamentação da lei não se adequava a esse processo. Porque a lei é muito clara, de que adicional de periculosidade é quem lida e trabalha diretamente com inflamáveis ou explosivos, ou as duas coisas. E, portanto, o trabalho,

atividade do carteiro não requeria essa condição fundamental para ter esse adicional de periculosidade. Porque o carteiro não corre esse risco. Também corre esse risco, porque passam perto de posto de gasolina, perto de tudo, mas fundamentalmente o risco que correm na atividade diária é entrar numa casa e ser mordido por um cachorro, é você entrar numa casa e ser abordado por uma pessoa que está embriagada, que está na rua... Então o carteiro ele corre evidentemente todo tipo de risco de vida, além de explosivos e além de inflamáveis. Portanto... E esse processo foi também avaliado no Governo Fernando Henrique que vetou e não colocou nada no lugar. E o que desta vez, com a habilidade que V.S.^a tem e desempenhou com esse processo, apresentou um projeto que foi vetado pelo Presidente porque a lei não permitia o adicional de periculosidade, mas o Governo Lula e o Presidente Lula, sensível à questão dos carteiros e dessa categoria, criou com o Ministro um adicional que substituiu a periculosidade. E isso de fato repõe uma dívida social, histórica com a categoria dos Correios e Telégrafos, mas a gente sabe, se não fosse o seu empenho, se não fosse a sua postura, se não fosse o diálogo que você constituiu com o conjunto da categoria, o conhecimento que você adquiriu nesse convívio com essas pessoas e esses profissionais, talvez pela luta histórica dessa categoria, mesmo assim não tivesse sensibilizado o Ministro e o Presidente Lula por esta importância, por esse importante fator para a vida dos carteiros.

Aqui a alegria nossa. Primeiro, por ser um Parlamentar do PT. Segundo, porque é um Parlamentar e um Senador da República que tem uma luta histórica em defesa dos mais excluídos, particularmente na luta de vida do povo brasileiro e pelo salário mínimo. Quem não conhece a luta do Senador Paim, nos auge de que o salário mínimo dava para comprar duas cestas-básicas, a luta sua em defesa de um salário mínimo digno para a população brasileira. O Governo Lula, quando chegou à Presidência, o Presidente Lula, o salário mínimo valia 50 dólares. Em torno de 60 dólares. E hoje, com toda a política econômica, a política social de controle da inflação, de retomada do valor do salário mínimo, hoje aquilo que seria um sonho do Governo Fernando Henrique de alcançar cem dólares o salário mínimo, hoje está mais do que isso, mas do que o dobro disso.

Então nós queremos ressaltar isso para a categoria dos Correios, essa felicidade que esses 52 mil trabalhadores tem hoje, alguns deles nem acreditavam nessa possibilidade, questionavam se de fato iam receber esse adicional de risco e hoje concretamente no salário de cada um deles, mensalmente, articulado pelo Senado e liderado por V.S.^a, companheiro Paim,

os carteiros brasileiros agradecem o seu empenho, a sua... O seu trabalho, e evidentemente que eles não querem parar por aí. Você pode ser, como Senador, como companheiro do PT, também um articulador para que a gente possa melhorar e não só ter o adicional de risco, mas também que a gente possa ter um plano de cargo e salários, que retome a dignidade, as condições do trabalho desse conjunto dos trabalhadores brasileiros muito representativo do operariado nacional, que são os carteiros, e outros profissionais dos Correios que certamente hoje recebem salários, vamos dizer assim, não condizentes com a sua função, não condizentes com o trabalho que realizam diariamente no Brasil.

Então, fica aqui o registro do reconhecimento de uma categoria e estou dizendo isso ao Senador Paim porque participei de várias assembléias dos trabalhadores do Correio, e sei exatamente o que significa esse adicional de risco para a categoria.

Então, eu que por muitas vezes fui porta-voz, participei de assembléias, sabia e sei das angústias que vivem os trabalhadores dos Correios, como outros trabalhadores brasileiros, mas especificamente os trabalhadores de Correios e Telégrafos, até lá nenhuma das assembléias eu dei um exemplo da categoria na qual eu vi que eram os trabalhadores da EMBRAPA. Eu fui fundador do Sindicato dos Empregados da EMBRAPA, e na EMBRAPA, nos idos dos anos 80 existiam duas categorias. Uma que era os operários rurais, os trabalhadores rurais, os técnicos agrícolas, e outros os pesquisadores da EMBRAPA e o corpo mais técnico da EMBRAPA. E naquela época se tinha uma visão de que o trabalhador rural da EMBRAPA servia apenas para capinar, e contar e distribuir adubos nos experimentos da EMBRAPA. Nós experimentos de Ciência e Tecnologia. Nós mudamos o conceito hoje. Todos os trabalhadores da EMBRAPA e dos institutos de pesquisa do Brasil participam do processo de pesquisa, do desenvolvimento do conhecimento, e disso que está transformando a realidade da agricultura brasileira. A mesma coisa... E naquela época o salário de um pesquisador equivalia a 40 vezes o salário de um operário rural na EMBRAPA. O sindicato mudou essa cultura na EMBRAPA. Hoje o maior salário na EMBRAPA equivale a 11 vezes o menor salário. Que é o salário do trabalhador rural. O trabalhador rural se qualificou e hoje contribui para o desenvolvimento da pesquisa científica na EMBRAPA. É a mesma coisa dos trabalhadores dos Correios. A pouca valorização dos carteiros no Brasil implica no baixo entusiasmo, implica na falta, implica no revezamento, porque muitos saem desta atividade, dessa função tão importante que é os trabalhadores do Correio.

Então, portanto, eu quero crer que você, que o senhor, que o Senador Paim, contribuiu e muito para que a categoria dos Correios e particularmente os trabalhadores carteiros tivesse isso como profissão e tivesse um pouco mais de dignidade no exercício da sua função. Então Senador, eu queria aqui em nome do PT parabenizar pelo seu brilhante trabalho nesse projeto e o reconhecimento desses trabalhadores pelo seu empenho, a função que o senhor desempenhou para que eles pudessem hoje ter no seu salário 30% de adicional, o que vale muito para cada um trabalhador carteiro no Brasil.

Então um grande abraço, reconhecimento da categoria, estou aqui vindo trazer esse entusiasmo e a crença no Governo nosso, no Governo do Presidente Lula, no Governo que todos nós ajudamos a contribuir, para reparar um grande erro que tinha historicamente nessa empresa de Correios e Telégrafos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Eu agradeço ao Vilmar Lacerda e vou passar a palavra nesse momento nessa reunião administrativa interna que visa discutir o acordo firmado em que eu participei diretamente, inclusive assinei o documento com o Ministro Hélio Costa, que assegurou o reajuste de 30% para os carteiros, fruto de um projeto original de minha autoria aprovado na Câmara e no Senado, repito, e que foi depois mediante um acordo garantido esse percentual pelo Presidente Lula.

Eu vou passar a palavra ao Manoel Cantoara, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e similares que estava lá naquela tarde em que foi firmado esse acordo, e que ali no acordo, e por isso dessa audiência interna administrativa, foi assegurado também que além dos 30% haveria uma discussão que teria que se fazer sobre o plano de cargos e salários. E é isso que nós queremos aprofundar e faremos tantas reuniões quanto for necessário. Porque está lá nossa assinatura, eu estou convicto que todos que ali assinaram aquele documento vão cumprir a sua parte. Que vai na linha da valorização dos carteiros e na melhoria inclusive das suas condições de trabalho. Por favor, Manoel, você tem o tempo de dez minutos, se necessário com mais cinco.

SR. MANOEL CANTOARA: Boa tarde Exm^o. Sr. Senador Paulo Paim, companheiro ilustre do Partido dos Trabalhadores, no qual nós temos a honra de ter um companheiro que sempre militante histórico do Partido dos Trabalhadores, militante também oriundo do movimento sindical, um companheiro significativo na história do partido porque sempre defendeu, além do aspecto dos direitos fundamentais da pessoa humana, mas defendeu uma sociedade justa, uma sociedade

fraterna, e acima de tudo, que houvesse a distribuição de renda nesse País. Então quero parabenizar por essa oportunidade. Ao meu companheiro Vilmar Lacerda, companheiro histórico também no Partido dos Trabalhadores, fundadores do PT, um companheiro que tem contribuído e sempre deu sua contribuição no processo da formação do nosso partido para disputar a estrutura do poder do Estado para fazer a distribuição de renda, para fazer a distribuição de poder na democratização do Estado de uma concepção liberal. Exm^o. Senador e companheiros nobres carteiros eu sou carteiro, sou de Maceió, Alagoas, então a oportunidade de estar na Secretaria Geral da Federação, pela corrente política da articulação sindical, partido consolidado na luta, e essa Sessão é importantíssima para nós trabalhadores dos Correios por dois aspectos: Primeiro é a nossa necessidade imperiosa, de vir agradecer por essa oportunidade que é um sonho histórico da categoria. Eu estive conversando ontem e hoje com o companheiro Ademir, no Rio Grande do Sul, que está agora no Estado de Goiás. Eu vim de lá, acabei de chegar do Estado de Goiás que a gente concorreu num processo eleitoral para o sindicato. E ele conversando que lá atrás, lá em 1989, 1990, fazia essa discussão na sua Casa sobre o projeto de periculosidade para os carteiros. E ele colocando que aquela discussão do ponto de vista teórico, do ponto de vista jurídico quando o senhor fazia várias avaliações sobre o projeto de periculosidade da importância dele pela atividade do carteiro. Hoje são 53 mil em todo o Brasil. Tem aproximadamente aí 47 mil em atividade, e tem nos Correios aproximadamente quase três ou quatro mil carteiros afastados por problemas de saúde. E essa questão de debater não só as relações trabalhistas nos Correios, hoje eu vejo como ponto crucial para o movimento sindical que é debater uma questão muito importante. E fazer esse jogo do xadrez combinado com nossos Parlamentares que representam de fato o interesse dos trabalhadores e interesse da sociedade. Debater isso dentro do Congresso.

Eu queria dividir os Correios em dois processos históricos importantíssimos. Um foi da década de 90 até 2002, e depois com a eleição do Presidente Lula. O movimento sindical passou praticamente quase 15 anos discutindo na sua pauta a não privatização dos Correios. E nas campanhas salariais, o Poder Executivo sempre utilizou o TST como instrumento nas nossas campanhas salariais de que toda vez quando a gente estimulava fazer uma greve, não como um fim, mas como meio, quando a gente não alcançava os nossos reajustes significativos, o TST sempre vinha e batia o martelo porque ele tinha o poder de julgar o dissídio coletivo de natureza econômica. E passamos pratica-

mente 15 anos, boa parte discutindo a questão da privatização. No Governo Collor houve uma reestruturação nos correios que trouxe a discussão, a realização de franquias, à concessão do modelo de exploração de serviços postais para a iniciativa privada. Então você começou a ter ali um processo de abertura. Teve toda uma reestruturação no campo administrativo, da ECT, onde houve demissões significativas que até hoje você tem trabalhadores do plano Collor com muitas dificuldades que não conseguir retornar aos Correios. E aí passou o processo, sai o Governo do Fernando Collor, assume o Itamar, e depois vem o Governo Fernando Henrique Cardoso. E passamos praticamente esse tempo todo. Em 1999 foi constituído um PL que ainda se encontra no Congresso Nacional 1.491/99 que constituía uma nova estruturação de Estado que é a discussão das agências reguladoras, e aí você tem as agências que foram constituídas nos Correios através desse PL. Estava apenas no papel. Ali estava o grande desafio do movimento sindical de como debater o processo de privatização do PL 1.491 que estava no Congresso Nacional. Houve uma ocupação aqui tremenda em 2001, 2002, companheiros carteiros, todo mundo fardado onde nós conseguimos prorrogar uma discussão, na época o Michel Temer era o Presidente da Câmara para discutir e debater esse projeto de forma mais clara, mais objetiva. E aí veio a eleição a realização do Presidente Lula. Nisso, o Miro Teixeira, no Ministério das Comunicações, recebe uma Comissão de Direito Sindical, reconhece que aquele projeto não configurava um projeto de interesse dos trabalhadores que aquilo era uma ameaça à privatização e ele solicita a retirada do projeto para o Presidente Lula. Lula então, de comum acordo compreendendo aquele processo pelo seu histórico, solicita do Congresso Nacional a retirada do projeto porque o projeto não coadunava com os interesses da administração pública que o Presidente tinha para o País.

Então, ao analisar isso, o movimento sindical teve uma característica fundamental de vitória porque conseguiu caracterizar dentro do Governo, identificar um projeto que era ruim na sua essência para os trabalhadores dos Correios e para a empresa, como empresa pública. E sempre o nosso debate não era no aspecto corporativo de classe. Era o debate na concepção de que os Correios, empresa pública, serve à sociedade com princípios fundamentais, a dignidade da questão postal do trabalhador ter esse exercício, esse direito de receber suas correspondências que é a inclusão no rumo postal. Logo após isso, é no Governo Lula também, mesmo com a Lei 10.101/2000 que configura dentro da CLT a discussão da participação de lucro no resultado, e que nos Correios nós nunca tivemos essa

participação, a partir de 2003 nós recebemos a nossa primeira PLE que tinha a sua definição na Constituição Federal, tinha a sua regulamentação através da Lei 10.101/2000 e no primeiro ano do Governo Lula nós recebemos a PLE. Saímos do Governo FHC com uma perca histórica de quase 80%. Quase 80% do salário. Em sete acordos coletivos praticamente quase que recuperamos todas as perdas. A configuração do histórico em que o Senador Paulo Paim, lá atrás, quando se encontrava no Estado do Rio Grande do Sul, discutia com o companheiro dos Correios, acho que há mais de 10 anos, 12 anos atrás, a importância e o direito a um instituto de uma previsão dentro da CLT que seria a periculosidade do carteiro. E hoje é uma realização, é um sonho de 53 mil carteiros.

Tivemos problemas nessa discussão da sua implantação, da sua definição por parte, tanto do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, e também pelo Ministério da Justiça. Mas o Ministério do Trabalho e o Ministério das Comunicações ao dar parecer favorável deu uma correlação de força positiva para o trabalhador dos Correios conquistar esse sonho. E o companheiro Senador Paulo Paim foi fundamental nesse processo que configurou o sonho de 53 mil trabalhadores.

Agora, temos muitos problemas, Senador. Muitos problemas que eu acho que é o principal desafio do movimento sindical. Primeiro, trata-se da democratização institucional da relação dos Correios dentro daquela estrutura. Para o senhor ter uma idéia, o Presidente me parece que começou a discutir os Conselhos de Administração. Hoje o Conselho de Administração dentro da ECT são quatro indicados para o Ministério das Comunicações e um indicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E a nossa perspectiva é que haja democratização dessa estrutura para que haja eleições diretas, para que nós trabalhadores possamos ocupar esse espaço. Por quê? Disputar meramente campanha salarial ela é muito cômoda. Acho que nós temos que ter uma ousadia e precisava do apoio do senhor [soa a campainha] e toda a bancada do PT para que haja a democratização da ECT nesses espaços para os trabalhadores.

Portanto, Senador, queria agradecer e dizer que a PLR, por exemplo, deste ano que vai ser paga para os trabalhadores dos Correios ela é de cunho discriminatória também. Hoje, por exemplo, se o Presidente da ECT ele tem um salário de 24 mil, os critérios que foram estabelecidos em cima da remuneração singular da ECT que não foi acordada com a federação conforme a Lei 10.101 garante para o nível diretores estratégicos uma PLR de no mínimo de 24 mil a 48 mil reais. Ou seja, com lucro de 830 milhões que a

ECT teve, ficará 98 milhões para ser distribuído para os trabalhadores, mas 20 milhões--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Me permita registrar a presença conosco do Senador Cristovam, sempre presente nos trabalhos da Comissão, discutindo hoje a situação de nossos trabalhadores nos Correios.

[palmas]

SR. MANOEL CANTOARA: Para concluir, Senador, então os critérios que foram estabelecidos dentro da PLE que não foi acordado com a federação é de que instituiu o critério da remuneração singular. Um Diretor de área que ganha 22 mil reais ele vai ter uma PLR de no mínimo 22 mil a 44 mil reais. O Presidente da ECT que ganha 24 mil reais, ele vai ter uma PLR de no mínimo 24 mil a 48 mil reais. E o carteiro, sobrando aí 78 milhões sendo 20 milhões destinados para os diretores de nível estratégicos, ele deve ter uma PLE este ano de aproximadamente de 730, 740 reais.

Queria deixar esse nosso protesto e esse nosso repúdio porque... E pedir o apoio do Senador, conforme sempre esteve presente na luta em defesa não só dos Correios, mas em defesa também de toda a sociedade e dos trabalhadores dos Correios para que a gente possa mudar esse histórico.

E eu queria agradecer que para nós foi fundamental, uma vitória, um sonho que há mais de 15 anos os trabalhadores vieram realizar agora com um adicional de risco, um projeto análogo à periculosidade. Muito obrigado Senador, e todos companheiros que nessa luta somaram junto e pressionaram pra gente conquistar esse sonho histórico da categoria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra nesse momento à Deputada Érika Kokay, Deputada Distrital, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Distrital do Distrito Federal. Nós estamos dando em média 10 minutos com mais cinco, mas a Deputada naturalmente nós vamos ser bem mais tolerante. E com certeza o Senador Cristovam falará no momento que entender. O Senador Cristovam já entendeu, é uma reunião com os trabalhadores dos Correios que estão falando sobre aquele projeto que nós aprovamos que garantiu mediante um acordo com o Presidente Lula um adicional de 30% nos seus salários e agora têm todo um desdobramento, inclusive, das condições de trabalho, política de cargos e salário, e a visão de todos nós da importância dessa companhia. Por favor, Deputada.

DEPUTADA DISTRITAL ÉRIKA KOKAY (PT-

DF): Eu queria desejar uma boa tarde para cada uma e cada de um de vocês e saudar os que compõem a Mesa, em nome do Senador Paim, e também da Fátima, nossa companheira tão guerreira que acompa-

nhou tão de perto toda essa luta. Eu queria dizer que tinha que sair das mãos de um trabalhador, um trabalhador Senador, um trabalhador que não perdeu a sua condição de trabalhador e o seu vínculo com a luta da classe trabalhadora, assumindo a função de Senador, com uma conquista tão histórica dos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios. Eu digo isso porque o trabalho tinha que ser sempre um lugar onde a gente se encontra. E muitas vezes o trabalho é um lugar onde a gente se perde. Ou perde a nossa própria saúde.

O trabalho dos carteiros, na nossa cidade, no nosso País, é um trabalho que tem uma penosidade. Há muito tempo que o risco de um ambiente de trabalho ele não é apenas o risco intempestivo. Ele é o risco construído. E o acidente de trabalho ele é construído muitas vezes por condições de trabalho que são adversas. Quem é carteiro sabe o que representa cumprir uma função tão fundamental para a população do Brasil. Uma função tão fundamental. Quem é carteiro sabe que o peso que carrega pode representar uma série de problemas ortopédicos. Quem é carteiro sabe da incidência de glaucoma, em função da exposição tão excessiva ao sol. Da incidência tão alta de labirintite e de tantos outros riscos que correm os carteiros e as carteiros no exercício diário de uma atividade. Esses carteiros que levam o Brasil no ombro, que levam estampado um Brasil, e que representam todo gigantismo dessa empresa dos Correios e Telégrafos que já sofreu tantos riscos também, tantos riscos num governo que queria o Estado mínimo sem considerar que viemos de uma história onde se legalizou por quase 400 anos a escravidão. Portanto, uma história de desigualdade sociais. Uma história de casas grandes e senzalas que teria que ter um Estado forte e priorizando fundamentalmente a eliminação das desigualdades sociais. Pois aqueles que queriam um Estado mínimo e queriam dar alma a um mercado, e formaram um mercado e um ser humano, tantas vezes nós escutamos, o mercado está nervoso. O mercado está apreensivo, como se o mercado tivesse inclusive sentimentos. Colocou em risco esta empresa. Colocou em risco esta empresa e tantas vezes nós estivemos ombro a ombro lutando para que o Correio continuasse sendo do povo brasileiro. E não se vergasse aos interesses empresariais e que todos os ataques que ele sofreu durante este período de Estado mínimo pudessem ser minimizados e pudessem ser superados. Pois essa empresa é uma das empresas que mais tem credibilidade no País. Todas as pesquisas indicam que o povo brasileiro acredita no Correio e Telégrafo. Acredita no Correio e Telégrafo. E hoje diferentemente de 40, 50 anos atrás, a população tem confiança de que todos os serviços que ela exerce através do Correio serão cumpridos com eficácia.

Porque existem carteiros e carteiros que carregam o Brasil no ombro. Que carregam o Brasil no ombro e que representam esta empresa patrimônio não só dos trabalhadores e trabalhadoras do Correio, mas patrimônio do povo brasileiro, patrimônio desta Nação com imaginário tão cindido, desta nação tão açoitada por tantas casas grandes e senzalas. Mas são os carteiros que representam em cada comunidade, que representam em cada localidade, em cada rincão deste País onde muitos lugares onde não existem, não chegou ainda energia elétrica, mas lá estão as carteiros e os carteiros. E desenvolvem uma relação de pertencimento com essa comunidade. A comunidade sente que aquele carteiro e aquela carteira pertence a ela, a ela. E ela se sente integrada com a função desenvolvida pelo Correio a partir da existência e a partir do trabalho de cada um e cada uma de vocês.

Portanto, essa profissão que é exercida com todo esse significado, leva a que esses trabalhadores e trabalhadoras se sintam em situação de risco tantas vezes. Vários riscos. Risco de atropelamento, risco de problemas, de acidentes construídos, de um risco que talvez não se veja aparentemente, mas que se sente. Porque algumas pesquisas indicam que a vida média de um carteiro saudável, de uma carteira saudável, é por volta de oito anos. Que a partir do oitavo ano de exercício diário da profissão os problemas de saúde vão expressar e vão estar como símbolos e sintomas de uma organização de trabalho penosa. Eu falo isso porque quando eu penso nos índios, eu penso que os índios quando vão ao trabalho vão se carregando por inteiro. Quando os índios vão ao trabalho, vão carregando suas crenças, vão carregando o seu diálogo com o infinito, vão carregando a sua cultura, a sua história, vão se carregando por inteiro e eu penso que tantas vezes o carteiro tem que ir ao trabalho em situações extremamente penosas e não podem se carregar por inteiro. Os carteiros e carteiros não têm uma relação absolutamente diária e cotidiana com outros companheiros permanentemente.

Então, portanto, nós temos uma profissão, um exercício de uma atividade extremamente fundamental para o País e para a nossa sociedade com tantos riscos. Mas tivemos um Senador trabalhador, que fez transformar em um adicional de risco um desejo e uma reivindicação absolutamente legítima e justa desta categoria, e transformou em realidade. Que temos desafios, sem dúvida nenhuma temos inúmeros desafios. Essa empresa que tem um apoio, segundo pesquisas, mensurada em pesquisas, da esmagadora maioria do povo brasileiro, essa empresa é a estatal que tem o menor piso salarial. Que tem o menor piso salarial. De todas as estatais deste País. Os Correios

tem o menor piso salarial. Portanto, há que se valorizar. Dizia o companheiro com muita propriedade, da diferenciação absurda da participação nos lucros. E é absurda porque uma empresa tem que funcionar como um time. Pense no bicho que se paga quando o jogador ganha um jogo. Por melhor que seja o jogador ou por mais estratégico que seja a sua posição, ele vai receber o mesmo bicho ou a mesma participação nos resultados, digamos assim, que o conjunto do time. Até porque se não é em função...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADA DISTRITAL ÉRIKA KOKAY (PT-DF):

Até os que ficam na reserva, me dizia o meu companheiro Vilmar Lacerda que tem sabedoria infinitamente maior do que a minha quando se diz respeito ao futebol, à cultura futebolística. Mas eu diria que todos recebem de igual. Então a participação nos lucros, se você tem uma função que é mais estratégica para a empresa, ou considerada de confiança da empresa, você recebe a função comissionada. Você é remunerado pela função estratégica [soa a campainha] que você desenvolve a partir da sua remuneração mensal. Participação nos lucros. Quero ver o que se faz. E quero ver os resultados que essa empresa daria se não tivessem carteiros e carteiras. 53 mil em todo o Brasil. Que estivessem de porta em porta, de casa em casa, para dizer: Está aqui os Correios e Telégrafos deste País. Está aqui o Brasil no meu ombro sendo carregado pela pujança e a importância dos Correios aqui nesta imensa nação de imaginário cindido, eu repito, chamada Brasil.

Portanto, eu encerro as minhas palavras parabenizando, sem dúvida nenhuma, o Senador Paulo Paim, que conseguiu o que muitas pessoas falavam e diziam que era quase impossível. Quase impossível. Eu lembro muito bem de quando começou essa discussão, a tramitação do projeto aqui, que muitos não acreditavam que ele era... Que era possível que ele se transformasse em realidade. Disse alguém alguma vez que alguém não sabendo que uma coisa era impossível, foi lá e fez. E diz Mário Quintana, também gaúcho, de que nós perseguimos sempre as estrelas. E o que seria de nós se não fosse o brilho das estrelas, embora tão distante ela esteja de cada uma e cada um de nós.

Portanto, Paim, nós temos um orgulho imenso, esse Brasil inteiro, eu que fui Presidenta da Central Única dos Trabalhadores, e que aqui acompanhei no Distrito Federal a luta dos companheiros e companheiras dos Correios, particularmente carteiros e carteiras, temos um orgulho imenso de dizer que nós temos um Senador trabalhador, que não sabendo que era impossível, foi lá e fez e transformou em realidade o adicional

de risco dos carteiros e carteiras neste País. E diz ele que agora precisamos mais uma vez deste Senador trabalhador para corrigirmos as distorções que estão presentes no plano de carreira, no plano de cargos e salário dos funcionários e funcionárias dos Correios. A cada um e cada uma de vocês, porque nenhuma conquista é individual, eu não acredito em heróis e salvadores de pátria, eu acredito que são heróis e salvadores de pátria os que constroem como construiu o Senador Paim um movimento absolutamente coletivo contando com a experiência, contando com a esperança, contando com a capacidade de luta de todos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios. Por isso eu parabeno a esta categoria que eu repito, carrega o Brasil no ombro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradeço as palavras da Deputada Érika Kokay. Me permita, também na mesma linha do que você falou, eu quero aqui agradecer além da categoria, os dirigentes, todos os que trabalharam nesse processo, os Deputados, os Senadores, mas com carinho especial a duas pessoas. Em primeiro lugar, ao Presidente Lula. Que isso nós temos que resgatar aqui. Se não fosse o Presidente Lula, esse acordo não seria possível. Ele na conversa que teve com o Ministro Hélio Costa, tivemos depois também conversando, ele disse que pela forma que estava ele vetaria. Mas ia garantir os 30% que era questão de fundo. Então fica aqui registrado e ao Ministro Hélio Costa. Que foi muito parceiro também nessa negociação. Você estava lá naquela tarde, quase noite também de inúmeras negociações, então a participação foi direta. Foi um momento de suma importância. Eu quero também concordar com você, Érika, quando eu apresentei e reapresentei porque eu venho com esse projeto desde a Câmara, apresentando e reapresentando, muitos diziam aquela velha história. Isso é demagogia não vai dar em nada. Quem disse isso quebrou a cara. A categoria venceu, o Congresso se saiu digamos muito bem dessa jornada, o Presidente Lula consolidou quando garantiu os 30% e com isso todos ganharam. Então parabéns a todos, e eu fiz questão de fazer justiça, a firmeza, a convicção do Presidente Lula quando no acordo garantiu os 30%.

Nesse momento eu quero passar a palavra à Maria de Fátima Gonçalves, Conselheira Fiscal da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos. E depois ao nosso Senador Cristovam, como primeiro orador inscrito.

SRA. MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES: Boa tarde a todos da Mesa, companheiros carteiros que hoje vieram correndo debaixo de chuva para estar aqui conosco nesse momento muito importante. Que eu dividiria em dois, caro Senador. Primeiro, no agra-

decimento que nós todos sentimos, a gratidão, diante da concretização desse sonho, dessa luta. E como foi colocado aqui pelos companheiros, é uma luta que vem há mais de 20 anos, uma luta que nós temos forjado, batido em várias portas. E só quando nós chegamos no Governo, um Governo com um trabalhador Presidente, e um trabalhador Senador como foi colocado também pela companheira Érika, nós conseguimos vê-lo concretizado. Porque só sendo carteiro, conhecendo todas as mazelas, todos os bicos de papagaio que nós temos, os problemas nas pernas e outras coisas, que a gente pode sentir a importância da aprovação desse projeto, ainda que não tenha sido aprovado o projeto, que tenha sido feito uma adequação e tenha se transformado num adicional de risco, mas 30%, 30% no meu contracheque, no contracheque de cada um aqui, é muita coisa.

E num segundo momento, eu queria realmente agradecê-lo, e sei que aqui esse Plenário não está lotado, Senador, porque hoje nós estamos passando por um processo eleitoral hoje, e também está chovendo na cidade e não deu para os companheiros chegarem a tempo. Mas eu queria estar agradecendo ao senhor, e reiterando principalmente a audiência que nós precisamos que seja feita com o Ministro Hélio Costa, porque dentro da empresa está tendo uma contra informação dizendo que a partir desses três meses não vai mais ser pago o adicional. Então tem gerado uma insegurança nos companheiros, e eu queria estar trabalhando já isso junto ao senhor, junto ao Ministro que realmente ele é muito acessível, muito sensível às nossas causas, e essa audiência com o Ministro é fundamental. E a questão do nosso PCCS também. Foi uma questão atrelada naquela fase com o Cantor, com o Ministro e já houve um... Esticaram o prazo, já... Quer dizer, de repente está sendo desvirtuado todo aquele acordo.

Eu queria estar colocando para o senhor que para nós é fundamental essa audiência, e agradecer de coração ao seu empenho por esse projeto. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero de pronto lhe assegurar que o acordo firmado, e o Manoel pode me ajudar aqui, se tiver alguma dúvida, ele, pelo contrário, ele garantia provisória agora. E aí ele fica definitivo. E isso que está lá assinado, por mim, pelo Ministro e por dezenas de dirigentes e vocês estavam lá conosco. Eu ainda no fim do ano quando liguei para o Presidente da companhia, o Ministro Hélio Costa estava no exterior quando havia uma dúvida se iam ou não pagar, eu dizia para ele: A nossa assinatura está aí. E lá no Rio Grande a gente fala muito a história do fio do bigode. É palavra

empenhada, e essa palavra eu sei que será cumprida. E felizmente, e estou aqui elogiando, até o momento foi cumprida. Então não dá pra gente ter temor de que alguém tenha dito se vão ou não vão cumprir. Mas para que não fique nenhuma dúvida, eu quero te cumprimentar, Maria de Fátima, você tem razão. Eu quero assegurar que eu já encaminhei ao Ministro, mas vou a partir dessa Audiência Pública reafirmar o pedido ainda na tarde de hoje para que quem sabe na semana que vem ele receba, todos aqueles que assinaram o documento, enfim, a categoria para que não fique nenhuma dúvida. Não somente do cumprimento do adicional permanente, porque é permanente, e como também o plano de cargos e salários e as outras reivindicações feitas aqui no momento por vocês. Mas nesse momento eu quero passar a palavra para o Senador Cristovam, e quero aqui, se me permitam dizer que é Senador que preside a Comissão de Educação, eu não consigo estar tão presente lá na Comissão de Educação, mas ele consegue lá presidir toda semana e fazer o ciclo de debates e ainda estar sempre presente na Comissão de Direitos Humanos, eu gostaria de cumprimentá-lo aqui nesse momento e com muita alegria passar a palavra ao Senador Cristovam, nosso companheiro de jornada aqui no Congresso.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Boa tarde a cada um e a cada uma. Meus cumprimentos ao amigo Senador Paulo Paim, a esse grande amigo e companheiro que é Vilmar Lacerda e a companheira amiga e combatente Érika Kokay. E a cada um de vocês dos Correios.

Eu quero dizer em primeiro lugar, que é preciso dar parabéns ao Paim por conseguir fazer o Senado funcionar numa sexta-feira à tarde, com a sala de Comissões cheia. [risos] E agradeço a vocês também que estão aqui. Eu quero dizer da minha posição clara, absoluta de apoio a esse acordo que foi conseguido graças ao Presidente Lula. Nada mais natural do que vocês terem uma gratificação por periculosidade. O que é estranho é que tenha esperado tantas décadas para ter isso. Desde o começo do Correio já devia ter uma gratificação de periculosidade. No Brasil há setores que têm gratificação de periculosidade trabalhando dentro do ar-condicionado, com cafezinho a toda hora. E vocês não tinham. Quem vê o trabalho de um carteiro, de uma carteira, sabe da periculosidade que a Érika falou com tanta clareza. Não só das doenças, mas dos ataques. Ataques até de animais. Ataques de ladrões. Ataques da natureza. Quando a gente vê chuvas como essa de São Paulo, pode saber que tinha algum carteiro no meio daquela água e tentando sobreviver.

Então, acho mais que natural, e fico muito feliz que isso tenha sido possível graças ao Paim, e gra-

ças eu repito também como outros, ao Presidente Lula. Dificilmente se não fosse um Presidente com a sensibilidade que ele tem, dificilmente isso teria sido aprovado. Porque imagino as pressões que ocorreram com aquela velha idéia, 30% para os carteiros vai aumentar 1,2 ou 5, ou 3 no custo da empresa e isso vai elevar o custo da tarifa, e, portanto, vai elevar o custo das empresas. Alguém deve ter dito isso na época. Sem perceber que o Brasil inteiro, incluindo cada empresa e cada lar se beneficia do trabalho melhor do Correio. E vocês obviamente com a gratificação dessa, farão o Correio trabalhar ainda melhor. Fico feliz de estar aqui nessa sexta-feira, contem com o meu apoio, todos os carteiros, todos os funcionários do Correio do Brasil inteiro, especialmente aqueles aqui no Distrito Federal. Porque afinal de contas eu sou Senador de vocês. Obviamente com grande carinho, apreço e compromisso como militante das esquerdas, com os trabalhadores, mas sem dúvida alguma de maneira muito especial com os trabalhadores aqui da minha base, que é o Distrito Federal. Contem comigo e junto com o Paim nós vamos fazer o possível para que vocês tenham imediatamente o cumprimento daquilo que foi um acordo. Muito obrigado pela presença no Senado. A gente sabendo que vocês vêm aqui não para entregar carta hoje, mas para participar conosco das decisões que esse País precisa tomar. Grande abraço para cada uma e cada um.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria agradecer ao Senador Cristovam, e como essa audiência teve dois objetivos, primeiro eu entendi que era uma audiência também interna aqui na Comissão, nessa sexta-feira à tarde, onde os carteiros devem cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos e como também a Comissão de Assuntos Sociais, todas as Comissões onde esse projeto tramitou como também na Câmara dos Deputados. E pela forma que conseguimos aprová-lo por unanimidade nas duas Casas. E ao mesmo tempo uma extensão agradecer não a mim somente como autor, mas ao Presidente Lula pela forma como ele junto com o Senador e hoje Ministro Hélio Costa construímos o acordo com a categoria no momento tão importante dessa caminhada. Quero dizer também que nós estamos caminhando acho que de passos acelerados nesse momento da história. Pra mim eu quero dizer que foi muito importante também eu ter relatado o projeto encaminhado pelo Presidente Lula que foi da regulamentação das centrais sindicais. No momento também me diziam que eu não ia conseguir o acordo. Devido à discordância com as confederações, me reuni com todas as confederações, com todas as centrais, fizemos algumas alterações no projeto original e o projeto foi aprovado

por unanimidade aqui no Senado e tenho certeza que a Câmara também vai aprovar e agora vai para a sanção do Presidente.

Quero também nesse momento por uma questão de justiça deixar aqui meus cumprimentos ao conjunto do movimento sindical e naturalmente ao Presidente Lula pelo encaminhamento das duas convenções ao Congresso Nacional. Podem ter certeza vocês que são dirigentes sindicais e que são da base que nós vamos aprovar com a rapidez que o momento exige. Tanto a convenção que garante a proibição da demissão imotivada, como aquela que vai de forma definitiva garantir o direito à livre negociação, a convenção coletiva, e a data base aos servidores públicos. Se não me engano é 158 e a 151. As duas convenções estão na Câmara, virão para o Senado e com certeza haveremos de aprová-la com a rapidez que o momento exige. Acho que é um bom momento. Eu não faria toda aqui uma retrospectiva histórica, eu diria nesse momento que vive o País. Mas quero encerrar com algo que eu disse hoje lá na minha fala, no Plenário do Senado da República. Com certeza, novos ventos, Érika, estão... A Érika e a todos os companheiros, estão aqui a soprar pelo continente americano. A vitória do Presidente Lula, a reeleição do Presidente Lula, e o que as pesquisas mostram em matéria de aceitação do Presidente Lula, e eu diria a caminhada vitoriosa do Barack Obama, nos Estados Unidos da América, e todas as mudanças que houve já na Venezuela, na Bolívia, demonstram que uma nova consciência surge por parte do povo desse continente. Eu estou muito animado e por isso é muito bom, muito bom mesmo estar aqui com dirigentes e trabalhadores de base dessa categoria tão importante para o nosso País que são os carteiros. A luta de vocês é uma luta secular. Mas pode ter certeza que é muito bom, é muito bom mesmo a gente receber em casa as notícias boas, mas mesmo notícias ruins, com o carinho, com a solidariedade que vocês quando entregam a carta demonstram para cada brasileiro, para cada brasileira desse País. Com isso encerro dizendo, viva o povo brasileiro, viva os carteiros. Parabéns a todos vocês. Está encerrada a reunião.

[palmas]

Sessão encerrada às 16h15.

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 02, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e oito, na sala dois,

da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores **Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, coloca em votação e a aprova. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas colocações iniciais acerca de vários temas de direitos humanos e da pauta. O Senhor Presidente, às nove horas e dezessete minutos, passa a presidência ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. A seguir, o Senador Flávio Arns, solicitou que a Comissão requeira, em plenário, que o Projeto de Lei do Senado 619/2007, de autoria do Senador Tião Viana, que “Consolida a legislação sanitária federal”, o Senhor Presidente, Geraldo Mesquita Júnior, informou que o Senhor Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, irá avaliar o pleito oportunamente. A seguir, o Senhor Presidente, Geraldo Mesquita Júnior, passa a apreciação da pauta: **Item nº. 01:** Projeto de Lei da Câmara nº. 54, de 2007 – não terminativo – que “altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica”. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: pela rejeição da matéria. Resultado: **adiado. Item nº. 02:** Projeto de Lei do Senado nº. 646, de 2007 – não terminativo – que “dá nova redação ao inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros”. autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **adiado. Item nº. 03:** Projeto de Lei do Senado nº. 339, de 2007 – terminativo – que “acrescenta dispositivo à lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual”. Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Flávio Arns. parecer: pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. resultado: **adiado. Item nº. 04:** Projeto de Lei do Senado nº. 417, de 2007 – terminativo – que “altera a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”. autoria: Senador Marcelo Crivella. Re-

latoria: Senadora Lúcia Vânia. parecer: pela aprovação da matéria e com duas emendas que apresenta. Resultado: **adiado. Extrapauta – Item nº. 01:** Requerimento Nº 14, de 2008 – CDH, requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar “da nova legislação referente ao trabalhador rural, com intuito de inibir a possibilidade de trabalho análogo a de escravo. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representantes da CONTAG, FAF, FERASP, Ministério Público do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 02:** Requerimento nº 15, de 2008 – CDH, que requer a realização de audiência pública com vistas a tratar da instalação da Subcomissão de Defesa da Mulher, cujo tema a ser debatido é “A Mulher nos Espaços do Poder”, evento que inicia a semana de atividades do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. Para a composição da mesa, indicamos as seguintes convidadas: Ministra Dilma Rousseff (Ministra da Casa Civil), Ministra Nilcéa Freira (Ministra Especial de Políticas para Mulheres), Ministra Ellen Gracie (Presidente do Supremo Tribunal Federal), Governadora Ana Júlia Carepa – PA, Governadora Yeda Crusius – RS, Governadora Wilma Farias – RN, Fernanda Montenegro (atriz), Hortência (esportista) e Leci Brandão (cantora). Autora: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado. Item nº.:** Requerimento nº 16, de 2008 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública Conjunta, entre as Comissões de Assuntos Sociais – CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar com a participação dos seguintes convidados: – Srª. Elizabete Borgianni – Conselho Federal de Serviço social; – Srª. Carmem de Oliveira – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; – Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; – Representante da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; – Chefe da Promotoria de Defesa do Cidadão – Ministério Público. Autor: Senador Inácio Arruda. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Flávio Arns, Paulo Paim, Geraldo Mesquita, Marcelo Crivella, Cristovam Buarque, José Nery, Eduardo Suplicy e Romeu Tuma. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senhores e senhoras, antes mesmo de entrar na pauta do dia de hoje, do qual temos uma série de requerimentos e projetos terminativos e não terminativos, que vamos deliberar se o quórum permitir, enquanto os Srs. Senadores e Senadoras se encaminham para esta Comissão, eu gostaria de fazer um rápido comentário sobre o novo salário mínimo, que será... Que entrará em vigência no País a partir do dia primeiro de março. Ou seja, sábado. Acho que é um momento importante para os nossos trabalhadores, trabalhadoras, e também aqueles que dependem de uma política de valorização do salário mínimo. Eu... me permita, Senador e Senadoras aqui presentes, eu gostaria de destacar que eu venho há muito tempo aqui no Congresso Nacional lutando, Senador Flávio Arns, para que o salário mínimo ultrapassasse a barreira dos 100 dólares. E aí, Senador, muitas e muitas vezes, da Tribuna da Câmara dos Deputados fui até chamado de sonhador ou mesmo de demagogo. Porque eu dizia que a economia brasileira resistia a um salário mínimo bem acima dos cem dólares, e que isso seria fundamental para o crescimento da economia para o combate à miséria, à pobreza, para a valorização dos nossos trabalhadores. Me diziam que o Risco Brasil aumentaria. Me diziam que iam aumentar o número de desempregados, me diziam que a taxa de juros ia disparar, diziam que a inflação iria disparar. Como eu digo sempre, eu estou feliz no dia de hoje porque percebo que prevalece aquela frase “o tempo é o senhor da verdade”. O salário mínimo hoje não vale 100 dólares, vale 245 dólares. Quem sabe até sábado já 246 dólares. E, nesse crescimento que tivemos nos últimos tempos, o número de trabalhadores com carteira assinada, ao contrário do que eles diziam, aumentou em oito milhões. O Risco Brasil, a inflação e a taxa de juros, eu diria que fica entre os menores índices de toda a história desse País. O combate à miséria, à pobreza, sem sombra de dúvida nunca avançou tanto como nessa era em que nós conseguimos fazer com que o salário mínimo melhorasse. Claro que eu não estou nesse momento dizendo que chegamos no salário mínimo ideal. Claro que não. O salário mínimo que nós perseguimos é o salário mínimo condicional. Esse é que vai permitir efetivamente

que o trabalhador possa viver com dignidade com a sua família. Nós todos perseguimos um salário mínimo, queremos que um dia ele chegue a mil dólares. Mas, estamos chegando próximos de 300 dólares. Estou falando, Senador Mesquita Júnior, que hoje é uma data importante. A gente que sofreu tanto porque insistíamos que era possível ultrapassar o 100 dólares. E ele está chegando ao natural sem nenhuma derrocada na economia a quase 300 dólares, eu diria hoje em torno de 246 dólares. Falo isso porque diziam também que as Prefeituras iam quebrar. Nenhuma Prefeitura quebrou e nenhuma está anunciando que vai quebrar a partir da semana que vem. Então eu digo que é um pouco de satisfação de nossa parte. E eu quero repetir de novo. Sei que não é o salário mínimo ideal. Está muito longe do ideal. Porque conforme o próprio DIEESE, e conforme a Constituição, nós teríamos que estar próximos a mil dólares, mas estamos avançando. Todos têm que reconhecer que avançamos.

Mas quero dizer também que quando apresentei a Emenda ao PL 42 do Executivo, que afirma uma política de salário mínimo até o ano 2023, eu apresentei uma Emenda com muita consciência para que essa mesma política se estenda também a todos os milhões de aposentados e pensionistas. Nós estamos falando de nove milhões de pessoas que ganham pouco mais que um salário mínimo e recebem praticamente 1/3 daquilo que é concedido ao salário mínimo porque recebe somente correspondente à inflação.

Então eu faço esse pequeno comentário até porque há um dado interessante que foi publicado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostrando que nos últimos dez anos o mínimo obteve um ganho real acima da inflação equivalente a 45%. Isto significa uma diminuição de mais da metade da igualdade social registrada nesse período. Alguns insistem em dizer que o salário mínimo só atinge a 13 milhões de pessoas. Eu vivo dizer dizendo e hoje os estudos confirmam que no Brasil cerca de 50 milhões de pessoas ganham um salário mínimo. E se cada um deles tiver um dependente, nós estamos falando de cem milhões de pessoas. Não estou nem falando da repercussão do salário mínimo no piso salarial das categorias, nos pisos salariais regionais, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul e o Paraná também e o Rio de Janeiro, são os Estados que também possuem pisos. Eu quero destacar considero um avanço, mas acho que é uma luta que todos nós vamos ter que travar, como diz o gaúcho, no bom debate, que é a questão dos aposentados. Se não tivermos uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, não tenham dúvida, eu não dou mais seis, sete anos, todos os aposentados estarão recebendo

somente um salário mínimo. Não importa se pagaram sobre 10, sobre 8, sobre 7 ou sobre 6. Por isso aquela Sessão que eu considere uma Sessão histórica, o Senador Mesquita participou, Flávio Arns participou, onde os aposentados demonstraram na conversa, no diálogo, no olho no olho a sua tristeza com a situação dos seus vencimentos. Eu espero que a semana que vem, porque nós conseguimos assinatura de todos os líderes que o PL 42 seja aprovado com a Emenda que estende a mesma política também para os aposentados e pensionistas. Faço essas rápidas considerações porque entendo que o salário mínimo é também uma questão de direitos humanos. É a questão do leite, do pão, do aluguel, do ônibus, da roupa, da saúde, da educação... Tudo passa. De onde você mora com mais segurança, ou menos segurança, passa também pelo salário mínimo. Por isso fiz esse rápido comentário e o Senador Mesquita Júnior se quiser fazer uma consideração, Senador Flávio Arns, da importância desse momento em relação ao salário mínimo e os benefícios dos aposentados e pensionistas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quero em primeiro lugar cumprimentar V.Ex^a pela Sessão Comemorativa no outro dia no Plenário do Senado em relação ao Dia Nacional do Idoso, que houve uma participação muito intensa, muito bonita dos aposentados, particularmente, e em relação à terceira idade, ao idoso, ao aposentado, a discussão maior que aconteceu e que acontece é em relação aos seus vencimentos, ao trabalho...

Então, isso tem que realmente receber de todos nós a prioridade máxima. Ontem inclusive discutimos, Sr. Presidente, na Comissão de Assuntos Sociais a questão dos empréstimos que os aposentados fazem, aliás, numa lei também de autoria sua, de V.Ex^a. E nós discutimos para que além de não poder ultrapassar um certo percentual em relação ao salário, para a realização de empréstimos, que também haja dentro desta lei a inclusão de que os juros que são cobrados de empréstimos consignados em folha, que esses juros não ultrapassem um determinado valor. Particularmente em relação ao aposentado não existe risco nenhum em relação ao retorno do empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Lucro 100%. Porque a pessoa desconta o empréstimo do pagamento, do salário, quer dizer, está atrelado ao salário, o aposentado nunca vai perder esse salário, nós estamos discutindo de aumentar, de ter reajuste, mas nunca vai perder porque já é o benefício da aposentadoria, então nós vamos retornar essa discussão na semana que vem para colocarmos na lei que estes juros incluindo

serviços e tudo mais que possa ser pensado não ultrapasse um determinado percentual em relação ao rendimento da poupança. Porque é tudo lucro. É tudo lucro para os Bancos. Então a gente diz, o Banco está recebendo 8 bilhões, 10 bilhões, 12 bilhões de lucro às custas também desta parcela de aposentados.

Então, isso vai ser discutido, estamos vendo também a situação, mas eu penso sempre, Sr. Presidente, além desse debate com o qual eu compartilho com V.Ex^a e até estava olhando ainda que eu tinha a mensagem no outro dia que foi lido inclusive por V.Ex^a no Plenário, “devia vir para ver os meus olhos tristonhos, e quem sabe sonhavas meus sonhos por fim”, do Cartola. Que foi distribuído com as rosas que todos os Parlamentares receberam. E aqui está: Contamos com você. Aprove os Projetos 58/2003, 296/2003, a Emenda ao PLC 42/2007, a derrubada do veto dos aposentados. Então são os compromissos que nós assumimos naquele dia inclusive de acompanharmos semanalmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, me permite. Eu queria registrar nesse momento o gesto de V.Ex^a. Que muita gente recebeu aquelas flores e talvez não tenha entendido a importância do cartãozinho. Eu achei bonito. O senhor abriu a sua carteira e o cartãozinho está ali dentro. Mostrou aqui. Queria cumprimentar a todos os senhores. Porque sei que comungo com essa visão do Senador Flávio Arns nesse momento sobre esses projetos dos aposentados.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É aquela rosa?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu fiz ontem uma... Não sei se fiz corretamente, mas foi problema de coração, de alma, tinha uma das rosas sobre a bancada do Jonas Pinheiro. O Mão Santa: falou aqui tem a rosa e tal. Leu o cartãozinho. Eu pedi encarecidamente a ele que deixasse sobre a bancada e que dormisse sobre a Mesa para que ele fosse no dia seguinte ainda lembrado. Então ficou registrado lá. Porque ontem à tarde eu fui e estava lá a rosa ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Registro, Senador Romeu Tuma, se me permitir, na Comissão de Assuntos Sociais ele estava lá. Estava lá e defendeu a Emenda que garantiu o reajuste aos aposentados, que falta agora ao Plenário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi uma coisa... Assim, eu estava na Presidência, e então tive um pouquinho de força. [risos] Mas achei que não podia tirar aquela rosa da bancada dele. Pedi aos funcionários

que fazem a limpeza das Mesas que deixasse o botão de rosa em homenagem a ele lá. Desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria convidar o Senador Geraldo Mesquita vir presidir a Sessão, eu já havia falado com ele porque infelizmente vou ter que viajar. Vou ter que pegar um compromisso urgente, eu vou ter que viajar e o vôo sai às 10 horas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Ex^a tem que ir senão perde o vôo. A não ser que tenha congestionamento e o vôo esteja atrasado muito, mas quero só falar sobre o salário mínimo...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou ficar até V.Ex^a terminar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para dizer o seguinte: O grande desafio é a gente aumentar o valor do salário mínimo. Todos nós temos consciência de que o salário mínimo realmente não atende de forma alguma as necessidades básicas de uma família. E o que acontece é que no Brasil sempre tenho insistido a diferença entre quem recebe mais e quem recebe menos a diferença é muito grande. Então quem ganha o salário mínimo infelizmente não tem nenhum Deputado ou Senador que ganha salário mínimo também para mudar a realidade, não tem ninguém dos tribunais, do setor Judiciário e nem do Executivo... Se a gente pensa no valor de 24 mil reais comparado com os 400 reais, isso dá 60 vezes, mais ou menos, 60 vezes o valor do salário mínimo.

Então, o que a gente consideraria para mudar essa realidade? Eu penso que o salário mínimo só vá aumentar significativamente quando dissermos: atrelarmos o maior valor ao salário mínimo. Por exemplo, ninguém pode receber mais no Brasil do que o quê? 20 salários mínimos. Já seria um absurdo em países desenvolvidos, porque em países desenvolvidos as pessoas ganham 10, mil dólares, talvez 10 mil dólares, 15 mil dólares, 15 vezes entre o máximo e o mínimo. Não 60 vezes. Se a gente conseguisse aprovar alguma coisa, Sr. Presidente, eu penso que dissesse: olhe, ninguém pode receber mais do que... Hoje é 60, vamos cortar pela metade. 30 salários mínimos. 20 salários mínimos. E quem ganha mais do que isso vai ter o salário congelado, no setor público, até atingir essa relação. Quando se atingir essa relação, naturalmente aí vai haver um esforço de todos para que o salário mínimo chegue a mil reais. Mil reais para dizer se é vinte, então mil reais para 20 mil reais. Enquanto não for isto, eu acho que é uma ilusão a gente achar que com o esforço nosso nós vamos conseguir aí melhorar. Tem que melhorar, mas acho que nós poderíamos ter uma decisão bem radical no sentido de que este

valor que deveria reajustar os salários maiores fosse destinado para os salários menores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, me permita, vou passar a Presidência ao Senador Geraldo Mesquita. E dizer que nos já temos uma PEC, um projeto de lei neste sentido. O problema é nós votarmos aqui na Casa. Eu recebo muita correspondência desses homens e mulheres desse País do regime geral da Previdência, principalmente, que ganham hoje no máximo até cinco, seis salários. Ninguém ganha mais. Aquela história de 10 já é papo furado. Sabe o que eles dizem? Nós não estamos questionando o salário daqueles que se aposentam de 15 mil a 30 mil reais. Nós só queremos receber aquilo que pagamos. Pagamos sob dois, sob três, sob quatro, sob cinco. Queremos voltar a ganhar somente isso. Seja três, quatro, cinco salários. É só isso que eles pedem. Por isso procede aqui a argumentação de V.Ex^a que a Casa deveria deliberar. Se deliberar em cima desse projeto de PEC que já existe vinculando a 20 vezes o menor, com certeza o salário mínimo menor subiria e ninguém em hipótese alguma poderia ganhar mais do que 20 vezes o menor pago no País principalmente dos cofres públicos.

Eu quero passar aqui a presidência para o Senador Mesquita Júnior, mas tenho que ir ainda à Presidência do Senado, vou ainda num vôo a São Paulo e quero voltar ainda hoje à tarde.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Concluiu, Flávio Arns? Fique à vontade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu só estava comentando isso porque de fato a diferença além do fato que o Senador Paulo Paim levantou e que foi muito discutido no Dia Nacional do Aposentado, eu falei do idoso, mas do aposentado, e muitos dos aposentados são idosos, são da terceira idade, naturalmente, mas é o Dia Nacional do Aposentado, e não Dia Nacional do Idoso, foi discutida essa situação. Contribui por... Para ter uma aposentadoria tranquila, sobre dois salários, três salários, cinco salários, e quando chega o momento da aposentadoria isto cai significativamente. Mas, além disso, nós temos que pensar no aumento do valor do salário mínimo. Para que o preceito constitucional que o salário mínimo atenda às necessidades fundamentais de uma família possa ser de fato colocado em prática. E para isso eu acho que uma das maiores injustiças que existe no Brasil é essa discrepância entre os salários, na área pública. Na área privada é outra discussão, mas na área pública. É impossível se pensar que alguém receba 60 salários mínimos. Isso não acontece em Países

nenhum, desenvolvido que se considere desenvolvido no mundo. Seria talvez como eu disse antes 10, 15, vamos supor que seja 20, sejam 20 salários mínimos. Mas 60 salários mínimos... Então o Brasil seria muito melhor, muito mais justo se nós tivéssemos uma relação de 20, de 30. Pelo menos cortar pela metade isso. De 10. Quer dizer, já seria um avanço muito grande. 20 salários mínimos. Se o salário mínimo fosse de mil, o maior salário teria que ser 20 mil. Ou... Quer dizer, os cálculos que as centrais sindicais fazem, inclusive não sei atualmente, mas está em torno de 1.500 reais se não me engano o salário mínimo justo para atender as necessidades mais fundamentais de uma família. 1.500 reais, 20 significaria 30 mil reais.

Então nós teríamos que chegar nesse ponto de dizer 20 salários mínimos, 30 mil reais. Quer dizer, as pessoas que ganham mais. Agora, não pode acontecer, como acontece hoje em dia, no setor público, de que haja esta discrepância. Então eu acho que esse debate deveria ser feito. E no sentido de dizer: não existe reajuste enquanto esta proporção não for observada. E naturalmente quem ganha mais fará todo esforço possível para que é quem ganhe menos tenha o salário aumentado, que isso significará o aumento do seu próprio salário. Ou contenção. Não precisa diminuir. Mas quem ganha 20 mil saberá que não ganhará mais, não haverá qualquer reajuste enquanto esta... Não se chegar a esta proporção.

Então, a preocupação com o salário mínimo passaria a ser de quem detém o poder de mudar o salário mínimo. Não é verdade? É que nem o Dr. Jate-ne coloca na área da saúde. Quer dizer, a saúde vai mal, do SUS. Por que é que vai mal? Porque ele usa a expressão, mas é a realidade. Muitas vezes ele diz assim: “É porque a pessoa é pobre, economicamente pobre, precisa do SUS, e todos os amigos dessa pessoa que precisam do SUS são pobres também”. Não é verdade? Então, isso tem que mudar. Porque nós teríamos que ter um sistema que permitisse com que as pessoas tivessem então acesso com dignidade, com respeito, com valorização para que a sua cidadania seja assegurada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Arns, na semana passada, creio, quando falava da Tribuna do Senado a respeito do clamor dos aposentados pela recomposição das suas aposentadorias, eu tomei a liberdade sem sua autorização e no contexto da fala eu introduzi aquela idéia que V.Ex^a trouxe nessa Comissão aqui, na Sessão anterior, até a título de provocação, uma boa provocação, de que dizia V.Ex^a que o valor do salário mínimo, ou seja, as atenções só se voltariam com intensidade para o reajuste e a fixação de um valor do

salário mínimo justo nesse País quando essa relação fosse estabelecida entre o maior vencimento, e o valor do salário mínimo. Dizia V.Ex^a que só assim, ou talvez principalmente através desse mecanismo o salário mínimo conseguisse no nosso País um reajuste em patamares mais justos. Dizia V.Ex^a. Essa relação que V.Ex^a estabelece no seu raciocínio se a relação entre o maior e o menor salário fosse de dez ou de quinze vezes, então aqueles que ganham mais logicamente iriam se preocupar em promover o reajuste do salário mínimo porque ele impactaria no seu próprio vencimento. Então é o mecanismo de forçar a que tal fato acontecesse com mais presteza e sintonizado mais com o princípio de justiça.

Agora, queria aproveitar a oportunidade, Senador Arns, além de mencionar esse fato, para dizer que a questão do reajuste do salário mínimo foi um dos primeiros pontos que me colocou em conflito com o Governo nessa Casa. Eu lembro, Senador Paim saiu há pouco, mas na primeira oportunidade que o Presidente Lula teve, logo que assumiu o Governo, de promover o reajuste do salário mínimo, ele o fez de forma muito tímida. E eu lembro que quando chegou à mensagem o Senador Paim estava presidindo a Mesa e eu ia falar em seguida. E falei com uma certa... Talvez de forma muito enfática, porque exercitava naquela época já o raciocínio de que o reajuste do salário mínimo era... Deveria ser um ponto através do qual o Governo deveria priorizar a sua política de distribuição de renda. Sempre me bati por isso. Creio que o reajuste do salário mínimo é talvez o fator preponderante mais importante para uma política de distribuição de renda no País. Me bati também contra a afirmação a meu ver destorcida e por vezes até leviana de que: “não, isso quebra as Prefeituras...” Senador Paim acabou de lembrar aqui. Nenhuma Prefeitura quebrou, as instituições públicas continuaram a funcionar... Eu quero aqui, inclusive, não fazer um mea culpa, mas eu tenho minhas divergências com o Governo, isso é público, é notório, mas eu tenho a humildade quando reflito e verifico que devo considerar questões e fatores outros que não levava em consideração no momento, eu naquele momento eu ao longo do primeiro período do Governo do Presidente Lula, eu considerava que o ritmo deveria ser mais intenso. E os percentuais, os índices deveriam ser maiores em relação ao reajuste do salário mínimo. E me bati com relação a isso aqui no Senado Federal. Esse foi um ponto de, digamos assim, de choque. Mas hoje reconheço que talvez o Presidente Lula estivesse... Eu não conseguia antever ou prever que isso iria acontecer. Dada a primeira iniciativa que ele tomou. Eu me senti, fiquei temeroso de que o nosso anseio, o nosso desejo de tantos anos ao assumir o poder central

que nesse momento nós implementássemos mudanças e alterações no nosso País, na nossa economia, na vida do nosso povo fosse muito mais intensas, eu não cheguei a antever esse momento que nós vivemos hoje. E quero reconhecer com toda humildade que talvez o Presidente Lula... Talvez não, com absoluta certeza ele estava correto na medida em que ele implementou essa política de reajuste do salário mínimo.

Então, me dói a consciência, Senador Arns, quando eu não... Como eu faço publicamente as minhas críticas, me doeria a consciência se eu não fizesse o reconhecimento de uma situação que eu vi ser alterada ao longo do tempo, e que em princípio não condizia com aquilo que eu imaginava que deveria ser. Estou hoje aqui aproveitando a oportunidade para fazê-lo de público, como eu fiz as críticas. Estou fazendo aqui de público também o meu reconhecimento de que talvez a minha ansiedade tenha me levado a cobrar, a exigir um ritmo mais acelerado, mais intenso no processo de reajuste do salário mínimo e que talvez o Presidente da República estivesse correto, estivesse certo em fazê-lo da forma como vem fazendo. Enfim, estamos num momento em que podemos, de fato, comemorar. Comemorar modestamente, mas comemorar a escalada de reajuste do salário mínimo, uma recomposição real do poder de compra daqueles que ganham a menor remuneração no nosso País.

Então, estou aqui de público como faço minhas críticas, reconhecendo que certamente o Presidente da República acertou na calibragem, acertou no tom, as Prefeituras não quebraram, as instituições permanecem funcionando, eu creio que continuo entendendo e afirmando que a política de reajuste de salário mínimo é um fator decisivo e é um fator de fundamental importância para que um Governo como esse promova a distribuição de renda no nosso País. Creio que além de festejar devemos estar vigilantes para que essa política não corra qualquer risco de retrocesso. É daqui para frente. E talvez para encampar uma idéia como a sua, de estabelecermos definitivamente em nosso País uma relação exata entre o menor e o maior, a maior remuneração do setor público do nosso País, porque talvez assim fazendo nós estejamos introduzindo um mecanismo ainda mais consistente, mais favorável a aqueles que ganham a menor remuneração no nosso País tenham a perspectiva de um reajuste mais real, mais digno, mais justo e creio que estaremos então rumando, entrando e ingressando numa fase de maior justiça social, de uma igualdade que deve ser o nosso norte, e de uma fase de prosperidade e desenvolvimento no nosso País maior do que a que nós vivemos.

Eu não queria deixar passar essa oportunidade e consulto o nobre Senador Crivella se deseja fazer

alguma manifestação antes de retomarmos a nossa pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Gostaria sim, Senador... Querido Senador Geraldo Mesquita, nobre Senador Flávio Arns. Sem sombra de dúvida o Brasil vive um momento de esplendor. O Presidente Lula tem conseguido fazer com que o crescimento de 5% traga ao País momentos de felicidade. Nós criamos mais de um milhão e meio de empregos com carteira assinada, estamos fazendo PAC com investimento de bilhões de reais, sobretudo, nas comunidades carentes, o Brasil fez agora uma série histórica, acho sem precedente na nossa história, uma série histórica de anos consecutivos de um superávit comercial expressivo. As exportações brasileiras batem recordes a cada ano. E com isso o Brasil conseguiu ter hoje 200 bilhões de dólares em números redondos que é duas vezes a sua dívida pública externa. A dívida pública é de 100 bilhões, o Brasil hoje tem 200. A dívida pública, com a dívida privada chega também próximo a 200. Mas, portanto, o Brasil tem a questão da dívida externa equacionada. Não precisamos gritar mais. "Fora FMI". O FMI não tem mais nenhuma ingerência sobre política econômica brasileira. Mas isso também se reflete na educação. Anteontem, Senador Geraldo Mesquita, lá no meu Estado, no Teatro Municipal, ali na Cinelândia, nós tivemos a entrega das medalhas da Terceira Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas. Foram mais de 17 milhões de meninos e meninas que se escreveram para resolver as questões. 98% dos 5.562 Municípios. Mas o mais comovente, o ponto alto que eletrizou a todos, uniu a todos na mesma alegria foi o momento em que um cearense do interior que sofre de uma eu diria tetraplegia, levado ao palco numa cadeira de rodas teve a sua história contada pelo Presidente da República. Esse menino, Ricardo Oliveira da Silva, começou a estudar já com oito anos de idade levado num carrinho de mão para escola pelo pai. E exatamente pela doença. Pois bem. Comoveu de tal maneira a escola pública do pequeno Município onde mora, embora esteja no sítio rural, os pais apenas têm plantação de subsistência esse jovem se afeiçoou de tal maneira pela matemática, se encantou com a ciência dos números que desenvolveu uma capacidade de raciocínio extraordinária para um menino da sua idade e com as condições adversas, que ele vive, que ele enfrenta. De tal maneira que a sua medalha foi celebrada por todos. Os professores vendo a dificuldade do pai de ter de levá-lo com o carrinho de mão até a escola, em estradas empoeiradas, cheias de... Essas estradas de terra são cheias de obstáculos, os professores passaram a ir dar aula na casa dele nos finais de semana. E o menino aprende no chão onde se sente

mais confortável. Mas nem toda essa dificuldade, nem no paroxismo da luta da sobrevivência, sendo portador de uma deficiência tão grave impediu que aquele jovem cearense se transformasse em um dos campeões selecionado entre 17 milhões de meninos e meninas. Quando o Presidente Lula entregou a ele a medalha, o teatro inteiro se levantou, os demais alunos, porque foram 300 alunos que receberam as medalhas, a maioria deles de Minas Gerais. Minas Gerais foi o Estado que teve mais campeões de matemática. Seguido por São Paulo, depois Paraná, o Rio de Janeiro vem em quarto. Em 700 meninos e meninas de Minas Gerais conseguiram medalhas entre os 17 milhões no grupo de 300. Mas o teatro todo se levantou para aplaudir aquele extraordinário brasileiro que mostra um exemplo da nossa raça, a criatividade, a força dessa mistura de índio, de negro, de branco que fez de nós uma Nação, um povo extraordinário. Ele é realmente um modelo para nós todos. Viveu ali eu diria um instante de muita alegria e felicidade, frutos do seu esforço, denodo e capacidade de suplantar, de confrontar e suplantar as vicissitudes da vida. É um brasileiro extraordinário que emocionou a todos. Infelizmente ontem eu não consegui ver uma fotografia, embora ele tenha ficado bastante tempo ao lado do Presidente, uma matéria no jornal, acho que estão até preparando isso para o final de semana. Mas vale a pena contar essa história, celebrar essa vida, aplaudir esse menino de pé como foi aplaudido no teatro porque para todos nós é um grande exemplo. Isso tudo é fruto de um Governo Democrático, o Presidente Lula tem esse mérito também. Ele criou essa olimpíada. Muita gente dizia que não ia dar certo. Nos Estados Unidos é uma olimpíada que reúne seis, sete milhões de meninos e meninas. Lá são 300 milhões de habitantes, nós temos só 180. No Brasil são 17 milhões. O que mostra que o nosso povo quer uma oportunidade. Quer um desafio. Nosso povo quer realmente aprender, quer participar.

Então, estão de parabéns 17 milhões de meninos e meninas que participaram dessa terceira olimpíada, em especial os 300 que foram os vencedores, os ganhadores, os 30 primeiros inclusive os tri-campeões inclusive receberam um laptop do Banco Itaú, um computador, mas, sobretudo, e principalmente está de parabéns aquele menino lá do Ceará, daquela área rural, do interior que emocionou a todos com a sua vitória e a sua trajetória de vida. Eu não poderia deixar de citar isso aqui já que nós somos a Comissão de Direitos Humanos, de Legislação Participativa, nós estamos sempre envolvidos com a questão e a causa dos mais pobres, deficientes, e tenho certeza que o Senador Flávio Arns também ouviu essas palavras com muita alegria, porque ele vibra muito com isso. É algo

assim que a natureza produz, a mão de Deus produz, vez por outra, e que nos toca tão profundamente. Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu que agradeço, Senador Crivella. Suas palavras e... Senador Flávio Arns, com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero me associar à manifestação do Senador Crivella. Ele descreveu muito bem todo o acontecimento, o esforço da família, o esforço da comunidade, dedicação dos professores, a capacidade, a competência de uma criança, de um jovem, com tetraplegia, com dificuldades físicas acentuadas e que mostra o potencial, a garra, a determinação, o idealismo da comunidade. Então eu realmente acho que a descrição do Senador Crivella foi bastante adequada.

Mas Sr. Presidente, eu só gostaria de solicitar à Mesa a possibilidade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa requerer que um Projeto de Lei em tramitação venha também para esta Comissão para que possa ser também apreciado. É o Projeto de Lei do Senado nº. 619/2007. Esse Projeto de Lei trata... De autoria do Senador Tião Viana, e muito importante, trata da Consolidação da Legislação Sanitária Federal. Isso significa a revogação da Lei 8.080, que é a Lei do SUS, e a revogação de um conjunto de leis para serem incorporadas neste Projeto de Lei que consolida a legislação sanitária federal. Por que vir para esta Comissão? Porque a saúde é um direito dos mais básicos, direito humano dos mais fundamentais e que está sendo objeto de uma discussão intensa na sociedade. Esse é um aspecto. Então é um direito humano que precisa... Acho que é uma das coisas mais importantes para a sociedade no dia de hoje ter acesso com dignidade à saúde. Então, é importante a nossa Comissão discutir.

Mas o segundo aspecto, esta Comissão e V.Ex^a inclusive têm se debruçado muito sobre questões de saúde, que vieram inicialmente como denúncias, e depois decorreram, quer dizer, convergiram para Projetos de Lei. Como a questão dos medicamentos. Medicamentos de alto custo para pessoas, medicamentos excepcionais de alto custo. Mas, além disso, no outro dia também, no Dia Nacional do Aposentado se discutiu muito a saúde na terceira idade.

Então, vermos como é que está a saúde na terceira idade. Porque nesse momento de consolidação da legislação a gente precisa observar como é que isto está acontecendo. Como é que esta legislação, já que está sendo consolidada, se não pode ser de alguma forma adequada também. E, ao mesmo tempo, esta Comissão, Sr. Presidente, a Comissão de Direitos Hu-

manos e Legislação Participativa. Quer dizer, a gente quer receber. A gente vem insistindo muito nas nossas últimas reuniões nesta participação da sociedade.

Então, para que a própria sociedade veja, quer dizer, examine a consolidação, é uma iniciativa das mais importantes que nós temos dezenas de leis que fica um negócio esparso, espalhado, e a tentativa é colocar isso num documento, uma consolidação.

Então, essa Legislação Participativa nós poderíamos perfeitamente ter um trabalho bem integrado com a Comissão de Assuntos Sociais, onde é o aspecto terminativo, porque saúde é na Comissão de Assuntos Sociais, aqui é Direitos Humanos, Legislação Participativa...

Então, eu gostaria de solicitar, de requerer à Mesa que pudesse haver um requerimento para que este Projeto de Lei de nº 619/2007 pudesse passar por esta Comissão antes de receber o parecer final na Comissão de Assuntos Sociais. Já está em votação naquela Comissão, na última reunião eu pedi vistas disso, o Relator é o Senador Augusto Botelho, que é médico, uma pessoa da área, interessado, e eu acho que uma lei tão importante como esta que é a lei que rege toda a saúde no País, no momento que está sendo consolidada, acho que nós deveríamos nesta visão de Legislação Participativa fazermos com que a sociedade opine, diga... Vigilância sanitária, diábetes, hepatite, idoso, criança, prevenção, reabilitação, promoção de saúde, tanta coisa que pode... E até para observarmos se essa consolidação está levando realmente em conta, porque eu acho assim que um texto que consolida é uma atividade que tem que ser muito pensada porque nós pegamos 20 leis, incorporamos as 20 leis num texto consolidado. Será que existe esta relação adequada entre esses projetos todos?

Então eu gostaria se V.Exª concordar, e os colegas concordarem que esta lei tão fundamental que a gente possa discutir com a sociedade e termos aí um texto no final adequado. É o Projeto de Lei 619/2007. Do final do ano passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Flávio Arns, a Secretaria está aqui nos instruindo de que esse Requerimento devemos fazê-lo no Plenário da Casa, se V.Exª tomar a iniciativa tenho certeza absoluta que todos nós os subscreveremos para que o Plenário examine a conveniência desse projeto vir a essa Comissão que seria uma iniciativa louvável.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas eu penso, Sr. Presidente, se V.Exª me permite, ao invés de eu pedir, acho que seria mais adequado que a própria Presidência da Comissão solicitasse porque acho que isso refletiria um pensamento da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A sua sugestão vai ser levada em consideração, Senador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, V.Exª me permite, no momento da minha eu confundi o nome do menino, do extraordinário menino que foi vencedor, Senador Cristovam Buarque, um dos 300 vencedores da olimpíada de matemática, Terceira Olimpíada de Matemática emocionou a todos no Teatro Municipal porque um dos meninos, entre 17 milhões de concorrentes, era um jovem, seus doze, treze anos, com problema de deficiência gravíssimo, move apenas o pescoço, a cabeça, mas foi um dos vencedores da matemática, ele se chama Ricardo de Oliveira da Silva, ele mora lá em Vargem Alegre, no Ceará. Me lembrei aqui agora. Havia confundido aqui o nome quando narrei aos meus companheiros aqui a cena simples e comovente que foi ele estar ali ao lado do Presidente da República recebendo a sua medalha com imensas dificuldades. A primeira vez que foi à sala de aula foi com oito anos levado num carrinho de mão. Pelo pai. E os professores comovidos com aquilo passaram a ir aos finais de semana dar aula. O menino se encantou com os números, com a matemática, extremamente inteligente, brilhante, entre 17 milhões de estudantes foi o medalhista no grupo de 300 apenas. Terceira Olimpíada da Matemática e eu estava lá presente, todos nossas nos comovemos, o teatro inteiro se levantou para aplaudir os meninos e inclusive seus colegas que foram ontem seus concorrentes, mas todos muito motivados por esse exemplo de vida, esse gesto que mostra realmente a grandeza de Deus que em situação tão adversa é capaz de dar ao ser humano a capacidade de superar tudo, e ser um campeão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Crivella, aqui nessa Casa a gente por vezes realiza atos que talvez nem justificasse tanto. Todos nós sabemos o quanto é fundamental a educação, o processo de educação, o seu aprofundamento no nosso País. Eu acho que nada mais justo seria, sugiro até a V.Exª que requeira isso, que nós... Que possamos trazer os finalistas dessa olimpíada aqui nessa Casa e prestarmos uma homenagem lá na Comissão de Educação, nessa Comissão, nessa Casa, a essa garotada. Acho que nada mais simbólico, mais significativo do que trazer essa garotada que demonstra a inteligência e o talento que nós queremos para todos os nossos jovens do País. Que a gente traga essa garotada aqui e num gesto, assim, até de humildade dessa Casa, pelo reconhecimento que a gente traga essa garotada, sugiro a V.Exª, tenho certeza que V.Exª terá a concordância de todos

nós aqui. Marcamos uma data e tal e vamos prestar uma homenagem a essa garotada. Senador Cristovam, sobre o assunto?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É. Sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Porque o Senador Nery estava aqui inscrito já.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sobre o assunto e rápido, só para apoiar a sua idéia. Eu vou providenciar para que na Comissão de Educação, discutamos isso no Plenário. E quero lembrar que não esqueço que quando tínhamos audiências sobre educação o senhor recomendou que a gente trouxesse alunos. A gente não trouxe. Acho que ficou difícil saber como escolher, mas acho muito importante. Nós precisamos ouvir mais quem está na ponta. O aluno tem mais a dizer sobre a situação educação do que muitos de nós professores. E trazer também obviamente para homenagear, quando for o caso. Nós trouxemos para homenagear aqui os encarregados do PAN, e foi uma bela homenagem. Esse garoto e os outros merecem uma homenagem. Eu vou propor isso na Comissão de Educação.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Srs. Senadores, vou tratar de dar conhecimento à Comissão do ato nacional pela aprovação da PEC 438. Porém, antes para tratar de questões educacionais, tem a ver com as nossas crianças, com a nossa juventude, abordar aqui uma questão que cada vez mais nos preocupa, especialmente no interior do País, a questão do transporte escolar. Eu vou falar nesse assunto porque essa semana participei e vou continuar no próximo final de semana indo a um conjunto de reuniões com professores, conselhos escolares e estudantes das regiões ribeirinhas do Pará--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Isso que eu ia pedir a V.Exª que não esqueça. Quando estiver nessas reuniões que de lembrar que nós precisamos dar um tratamento digno ao transporte escolar fluvial na nossa região, viu Senador?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Qual é a situação, Senador Cristovam Buarque, Senador Flávio Arns, Senador Crivella? Milhares de estudantes do ensino fundamental e do ensino médio que nas regiões ribeirinhas na Amazônia, especialmente eu falo aqui com conhecimento de causa, no Estado do Pará, as escolas sempre ficam distantes da casa das crianças. No máximo tem uma escola pólo que agrega criança de oito, dez, doze comunidades. Tem situações que as crianças, os adolescentes,

os jovens saem de casa às 5h30, 6 horas da manhã para chegar 7 horas lá. Muitos vão a remo. Outros vão de barco, de rabeta, de uma embarcação menor, custeado pelo próprio esforço dos pais das famílias das comunidades sem nenhum auxílio do Poder Público. Então essa situação do transporte escolar das regiões ribeirinhas está tomando corpo de tal forma e um movimento em prol do reconhecimento do direito dessas crianças, desses adolescentes ao transporte escolar, vem tomando corpo ao ponto que o transporte escolar no Pará, que normalmente é o transporte rodoviário, em alguns lugares também já o transporte fluvial, mas para as sedes municipais, para as cidades, mas aquelas comunidades que ficam distantes e que têm às vezes uma escola pólo com cinco, seis quilômetros de distância, não sei quantas milhas, são obrigadas a ir a remo ou pela cotização dos membros da comunidade. Então essa situação precisa mudar. E é importante dizer que no Pará--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Nery, interrompendo, só para lembrar que V.Exª sabe disso, na minha terra no Acre, por exemplo, crianças que moram à beira dos rios e freqüentam as escolas por vezes elas passam mais tempo, Senador Arns, dentro de uma embarcação precária para ir e voltar para escola do que propriamente na escola ou em casa. Impressionante um negócio desse.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Exatamente. Nesse final de semana vou estar em Abaetetuba onde esse movimento vem tomando corpo para efetivamente lutar e garantir o transporte escolar nas regiões ribeirinhas. Porque onde tem... Abaetetuba mesmo tem transporte de outros municípios, Igarapé-Mirim, tem transporte de alguma localidade para a cidade. Mas não tem nos pólos, nas escolas que ficam no interior. Na região ribeirinha. Então é uma questão fundamental relacionada à educação e creio que a gente tem que lutar e garantir que o Fundo Nacional de Educação garanta recurso para todos que precisam se deslocar. E tem um outro movimento também área de transporte escolar que é para os estudantes de nível superior, principalmente. Vocês sabem que o Pará é um Estado País. E muitos estudantes de nível superior ficam impedidos de estudar porque o deslocamento fica muito caro e às vezes a pessoa não tem como manter seus filhos nas cidades onde têm universidade. E há um movimento pela meia passagem intermunicipal que hoje também está com congregando vários Municípios com manifestações previstas e negociações com o Estado e com Assembléia Legislativa que tem um Projeto de Lei garantindo o transporte intermunicipal, mas há uma polêmica. Só se quer garantir o transporte inter-

municipal na região metropolitana de Belém. Enquanto vários pólos do Estado onde há universidades também há necessidade de que a lei estabeleça esse direito a todos que precisam se deslocar para os centros, as regiões pólos onde há universidade.

Eu entrei nesse assunto para fazer coro a essa fala do Senador Crivella e do Senador Cristovam a respeito da prioridade, da importância da educação e valorizar inclusive esses exemplos, como o Senador Crivella citou o exemplo do aluno campeão da olimpíada de matemática, assim como outros tantos exemplos de conhecimento do nosso povo, do esforço, que precisa ser valorizado e quando o senhor sugeriu ao Senador Crivella, uma audiência, o Senador Cristovam concordou, acho fundamental porque isso acaba sendo um incentivo, um estímulo para que muitos que inclusive estão desanimados, para se envolver, participar, se educar, enfim, possa nesses exemplos estimular a participação na escola, na educação.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dar conhecimento à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e desde já convidar a todos, já falei especialmente V.Ex^a, Presidente, sobre o movimento nacional pela aprovação da PEC 438 que prevê a expropriação de prioridade e áreas onde for constatado a prática do trabalho escravo ou a prática do trabalho análogo à escravidão. Está marcado para o dia 12 de março um ato pela aprovação da PEC na Câmara dos Deputados porque lembremos que essa PEC já foi aprovada no Senado, aprovada em primeiro turno na Câmara, falta a votação em segundo turno. E um conjunto de entidades da sociedade civil, a CPT, a Via Campesina, MST a ANAMATRA, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, a NPR dos Procuradores da República, a OIT, um conjunto de personalidades estão se dispondo a participar de um ato para pedir ao Congresso, pedir especialmente aos Deputados Federais e Deputadas Federais, a aprovação dessa PEC. E é fundamental que nós Senadores e da Comissão de Direitos Humanos em especial onde instituímos aqui a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo possamos somar esforços para participar desse ato no dia 12 de março, oportunidade também em que vamos ao Judiciário pedir celeridade na tramitação dos processos relacionado ao trabalho escravo que estão absolutamente parados nas Comarcas do País onde esses processos foram iniciados, e esperamos também que uma Comissão de Deputados, Senadores e de entidades seja recebida pelo Presidente da República para pedir o empenho muito direto nesse trabalho de convencimento para a aprovação desse instrumento legal fundamental para coibir a prática do trabalho escravo. Porque ano passado, 2007, ti-

vemos um aumento significativo em relação a 2006. Número de trabalhadores que foram libertados nessa condição. Em 2007 foram quatro mil trabalhadores... Em 2006 4 mil, em 2007, 5.700 trabalhadores foram libertados pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho em condições análogas a escravidão. E neste ano de 2008 no Pará, mais uma vez o meu querido Estado do Pará, que tristemente lidera essa estatística do trabalho escravo, o grupo móvel libertou 15 dias atrás 35 trabalhadores no Município de Paragominas, além de não ter contrato de trabalho assinado, além de não ter as garantias legais trabalhistas asseguradas, estavam alojadas num curral. Tomando água do igarapé. E ainda tem gente que tem a coragem de afirmar e dizer, Senador Cristovam, que nós inventamos isso, que isso é... Que o Ministério do Trabalho criou isso e pasmem, um desses trabalhadores que fugiu daquela fazenda lá em Paragominas foi depois capturado pelo fazendeiro e seus capangas e foi marcado com ferro quente em várias partes do corpo. No rosto, no tórax, marcado com ferro quente. Para dizer... Felizmente o deixaram com vida, para dizer que ele não podia ter tido a ousadia de denunciar o que lá acontecia e trazer o grupo móvel que libertou 35 trabalhadores.

Este fato, inclusive, esse trabalhador está sob proteção do Estado, da Secretaria dos Direitos Humanos do Estado do Pará, e não sei qual as possibilidades inclusive, acho que esse trabalhador que teve a coragem, porque antes de sair ele foi ameaçado, mas mesmo assim ele fugiu e denunciou às autoridades. Creio que seria importante que ele estivesse no ato do dia 12. Ou até viesse aqui na Comissão de Direitos Humanos para falar dessa situação, para ir à Subcomissão de Combate de Trabalho Escravo, recém criada, aprovada na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados e seguindo essa dinâmica que o Senado estabeleceu, criar uma Subcomissão, assim foi feito na Comissão de Trabalho da Câmara, inclusive Subcomissão essa que será presidida pelo Deputado Paulo Rocha do PT do Pará.

Então eu falo desse fato, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que esta Comissão, os Senadores que já aprovaram aqui a PEC 438, mas se façam presentes no dia 12. Mostrando que nós que já tomamos essa decisão aqui de aprovar a lei, queremos que o Congresso Nacional através da votação em segundo turno na Câmara tomem essa mesma decisão. Convido a todos para participar, apoiar essa manifestação, a manifestação da cidadania que não aceita que seres humanos sejam tratados como escravos em pleno Século 21. É convocação, é um apelo a esse envolvimento cada vez maior da nossa parte para que essa luta, Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, como dizia brilhantemen-

te o nosso Senador da educação, Senador Cristovam Buarque. Há poucos dias no Plenário nos falava das coincidências das datas comemorativas importantes de 2008, ele citava. 200 anos da chegada da família real ao Brasil. 20 anos da Constituição Cidadã de 88, 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vamos nós, o Parlamento brasileiro e o Governo brasileiro oferecer ao Brasil um instrumento fundamental que é a expropriação das terras para servir da Reforma Agrária daqueles escravagistas contemporâneos, que continuam tratando seres humanos com brutalidade, com a crueldade que a consciência de qualquer cidadão de bem jamais pode aceitar. Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com maior prazer, Senador Cristovam. Só um rápido comentário aqui ao Senador Nery para lhe parabenizar pela luta, o povo brasileiro especialmente o povo do Pará precisa saber que aqui nós temos um comandante nessa luta. É contra o trabalho escravo, no Senado Federal. É legítimo o que estou dizendo. Ainda hoje eu abro jornais e vejo lá uma notícia de que 60 trabalhadores rurais foram libertados em Alagoas, agora essa semana, nessas condições. Análogas ao trabalho escravo. Quer dizer, é algo que precisa ser contido no nosso País. Não há possibilidade mais de se admitir que um fato desse fique recorrentemente nos importunando, nos atormentando a todos.

Então parabéns, eu tenho certeza absoluta que a imobilização e por solidariedade a V.Ex^a e a luta que V.Ex^a enceta aqui nesse Senado Federal, os seus companheiros de Senado participarão com maior prazer dessa mobilização. Senador Cristovam Buarque, por favor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Senador Nery, quando o senhor começou a falar eu tomei um susto. Não só pela maldade nesses escravagistas contemporâneos, como o senhor falou. Um susto. É porque eu tenho lido as atas das reuniões do Senado durante as discussões da abolição em 1888. Porque vamos fazer 120 anos. O seu discurso parecia saído das atas de 1888. É inacreditável como o problema continua até hoje. Essa denúncia de escravos sendo marcados a ferro, isso está lá, essa denuncia de que tem escravo, a denúncia de que foram libertados também alforriados, havia muitos que foram alforriados. Está tudo lá. É igualzinho. Obviamente mudou o número. Obviamente é ilegal, naquela época era legal. Mas é inacreditável como a gente não consegue completar as coisas que a gente começa nesse País. É uma vergonha. 120 anos depois tendo saído de uma

princesa real para um Presidente metalúrgico, que é uma evolução no nível político, a gente não tenha tido a evolução que deveria para completar todos os problemas que a gente tem do ponto de vista da maldade social brasileira. Inclusive não ter completado a escravidão pelo lado que vai além da escravidão. Crianças que não conseguem ir a escola por falta de transporte é uma forma de escravidão moderna. A gente não consegue às vezes ver isso. Esses que foram libertados agora, eles não foram libertados plenamente porque eles não vão ter condições mais pela idade talvez de se educar. E sem o razoável grau de educação a pessoa é escrava. Pode não ser ferrada com ferro quente. Pode não ficar acorrentado com correntes, pode não levar chicotadas, mas continua escravo. Porque não é de fato plenamente libertado. A alforria de hoje está na educação de qualidade para todos. Enquanto a escola do trabalhador não for tão boa quanto a escola do patrão, esse País ainda não completou a abolição da escravatura. Agora, o pior é que isso pode ensinar sonhos de um Século 21. Mas o que o senhor falou é um discurso muito apropriado para hoje. Com as mesmas palavras que nossos antecedentes aqui no Senado faziam contra a escravidão. Felizmente ainda temos pessoas como o senhor que fazem essa luta. E enquanto houver trabalho massacrado, como temos hoje, trabalho indigno como temos hoje, trabalho sob violência como temos hoje, mesmo que a gente não chame de escravidão, a gente precisa lutar. Então conte comigo nesse ato e, por favor, continue falando aquilo que está no coração de todos nós abolicionistas. Mesmo que com o constrangimento de 120 anos depois nós sermos obrigados a dizer o que se falava séculos atrás. É uma pena, mas o Brasil não consegue completar as suas boas decisões a favor do povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC):

Caros colegas, eu tenho uma sugestão a fazer. Eu acho que é um dever nosso, todos nós prestarmos a nossa homenagem o Senador Jonas Pinheiro, a Sessão em breve começará. Nós temos aqui requerimentos que eu vou submeter aos senhores para a inclusão Extrapauta. Em seguida concluiremos nossas falas aqui rapidamente e vamos encerrar a nossa Sessão para participarmos da outra que é de fundamental importância. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só pela ordem, e é rápido em relação ao assunto levantado pelo Senador José Nery, que ele sugeriu inclusive que talvez este trabalhador, cujo relato sobre a situação V.Ex^a fez aqui, que ele viesse aqui para a nossa Comissão também fazer o depoimento. Eu acho que isto o Senador poderia fazer esse levantamento

para ver se é possível dando-se as garantias que fossem necessárias, já que ele está sob a proteção da Secretaria de Segurança, mas o importante eu acho que ele pudesse fazer esse depoimento para o Brasil todo, através da TV Senado, para o Brasil todo, todo mundo acompanhar e ver o que realmente acontece em situações bem concretas, mesmo que de alguma maneira a identidade dele não seja revelada também. Mas que ele possa de alguma maneira fazer isso. Mas de qualquer forma se esse assunto pudesse ser estudado pelo Senador José Nery e na sequência nós apreciaríamos aqui a metodologia de como fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito apropriada a sugestão, Senador Arns. Eu submeto a apreciação dos senhores a inclusão em pauta de... Extrapauta de três requerimentos: O primeiro deles do Senador Paulo Paim subscrito pelo Senador Nery que pede a realização de Audiência Pública para tratar da nova legislação referente exatamente ao trabalhador rural com intuito de inibir a possibilidade de trabalho análogo a trabalho escravo.

O segundo requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti também requer a Audiência Pública com vistas a tratar da instalação da Subcomissão em Defesa da Mulher cujo tema a ser debatido é: A mulher no espaço de poder. Tem aqui um rol de convidados.

E o terceiro requerimento é com vistas também à realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e esta Comissão objetivando instruir o Senado Federal sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar também com as autoridades que relaciona. O requerimento é de autoria do Senador Inácio Arruda. Eu submeto ao Plenário a possibilidade de incluirmos esses requerimentos Extrapauta e apreciarmos em seguida. Em votação. Quem concorda permaneça como está. Aprovado.

Passamos agora então a apreciar os requerimentos propriamente ditos. O primeiro, como eu disse, de autoria do Senador Paim, subscrito pelo Senador Nery, requer Audiência Pública com vistas a tratar da nova legislação referente ao trabalho rural com o intuito de inibir a possibilidade do trabalho análogo a escravo. Relaciona como convidados representantes da CONTAG, FAF, FERASP, Ministério Público do Trabalho, representantes do Ministério do Trabalho, e por sugestão do Senador Nery... Senador Nery, a sua sugestão...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Inclua também a participação do SINAIT, Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A sugestão será incluída no requerimento. Submeto à apreciação do Plenário. Quem concorda com a sua aprovação permaneça como se encontra. Aprovado. Inclua a sugestão do Senador Nery.

O segundo Requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti para a realização de Audiência Pública com vistas a tratar da instalação da Subcomissão em Defesa da Mulher, cujo tema a ser debatido é: A mulher nos espaços de poder. Evento que inicia semana de atividade do 8 de março dedicado... dia dedicado internacionalmente à mulher. Para a composição da Mesa a Senadora Ideli indica as seguintes convidadas: Ministra Dilma Rousseff, Ministra Nilcéa Freire, Ministra Ellen Gracie, Governadora Ana Júlia Carepa, Governadora Yeda Crusius, Governadora Wilma Farias, a atriz Fernanda Montenegro, a esportista Hortência, e a artista e cantora Leci Brandão. Os Srs. Senadores que concordam com a realização da audiência permaneçam como se encontram. Aprovado. Nessa Comissão.

O terceiro e último requerimento, como já havia mencionado, trata-se também de postulação de Audiência Pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Sociais objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar com a participação dos seguintes convidados, segundo o autor do requerimento, Senador Inácio Arruda. Sr^a. Elizabeth Borgianni, Conselho Federal do Serviço Social. Sr^a. Carmem de Oliveira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Representante da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal. E por último o Chefe da Promotoria da Defesa do Cidadão do Ministério Público. Senadores que concordam com a realização da audiência permaneçam como estão. Aprovado. Senador Suplicy, se deseja manifestar sua oportunidade é essa, porque em seguida vamos encerrar a audiência para participarmos da Sessão Especial em homenagem ao Senador Jonas.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, gostaria apenas de ressaltar a importância da reunião anunciada pelo Senador José Nery no próximo dia 12 onde nós Senadores somos convidados para estar no auditório Nereu Ramos, apoiando a tramitação do projeto referente ao trabalho escravo. Acho que é muito importante. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 10h17.

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e um minuto do dia treze de março de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores **Senadores Paulo Paim, Patrícia Saboya Gomes, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado, Gilvan Borges, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Arthur Virgílio, Sibá Machado, Marcelo Crivella, Mão Santa, Valter Pereira.** e o Senador não membro **Antônio Carlos Valadares.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, coloca em votação e a aprova. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas colocações iniciais acerca de vários temas de direitos humanos e explica como serão conduzidos os trabalhos. A presente reunião é conduzida pelo Senhor Presidente em duas partes. A seguir, o Senhor Presidente passa a apreciação da pauta: Pauta. Primeira Parte (DELIBERATIVA). **Item 01:** Requerimento Nº 01, de 2008 – CDH/SPDM, que “requer a alteração do nome da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher, para SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER”. Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Resultado: **Aprovado.** **Item 02:** Requerimento nº 17, de 2008, que requer a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize em 28 de março vindouro, no município de Belém, capital do Pará, diligência com o objetivo de debater e propor medidas concretas para salvarguardar os direitos na nação Tembé sobre suas terras ancestrais, bem como, medidas efetivas para bloquear o comércio ilegal de madeira e outros ilícitos que ocorrem atualmente naquelas terras; Requeiro, ainda, que para a referida Audiência Pública sejam convidados a participar, além de representação da nação Tembé, representantes das seguintes entidades: a) Fundação Nacional do Índio, b) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, c) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, d) Polícia Federal, e) Polícia Civil do Estado do Pará, f) Polícia Militar do Estado do Pará, g) Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, h) Justiça Federal – TRF-1,

i) Ministério Público Federal, j) Conselho Missionário Indigenista/CNBB, l) Assembléia Legislativa do Estado do Pará, m) Instituto de Terras do Estado do Pará. Autoria: Senador José Nery Resultado: **Aprovado na seguinte forma: A Comissão designa o Senador José Nery para realizar a diligência e participar da reunião com os representantes das entidades citadas.** **Item 03:** Requerimento nº 18, de 2008, que requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com vistas a ouvir as autoridades brasileiras e espanholas, em face do tratamento dispensado aos brasileiros quando de ingresso na Espanha. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados o Ministro de Estado das Relações exteriores ou representante e o Embaixador da Espanha no Brasil ou representante sem prejuízo de outro a serem indicados por esta comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 04:** Requerimento nº 19, de 2008, que requer a realização de Diligência e reunião na cidade de Santa Cruz do Sul – RS, com a finalidade de apurar os reflexos da “CONVENÇÃO QUADROS”, na vida dos agricultores, com a definição de mudança de cultivo nesta região. A diligência deverá ser acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Representantes de Entidades de Agricultores e por Representantes do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 05:** Requerimento nº 20, de 2008, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos motoristas de caminhão (Caminhoneiro), enfocando questões como elevada carga de horário de trabalho com reflexos na saúde o motorista e segurança de transito. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas representantes da categoria e outros a serem indicados por esta comissão. Autor: Senador Paulo Paim Resultado: **Aprovado.** Encerrada a primeira parte o Senhor Presidente informa como será conduzida a segunda parte e dá prosseguimento aos trabalhos. **Segunda Parte. Item único** Audiência Pública. Convocada, nos termos do Requerimento nº 07, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 21/02/2008, para discutir a pertinência ou não do exame de ordem para registro na Ordem dos Advogados do Brasil (objeto do PLS nº 186, de 2006). Convidados: Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação e Trabalho; Raimundo Cezar Britto Aragão, Presidente da OAB – Conselho Federal; Edson Gonçalves Duarte, Deputado Federal; Jair Bolsonaro, Deputado Federal; Max Rosenmann,

Deputado Federal; Emerson Rodrigues, Coordenador Nacional do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito – MNDB; Itacir Flores, Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito – MNDB; Gabriel Mário Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES; Vladimir Rossi Lourenço, Vice-Presidente da OAB – Conselho Federal; José Geraldo de Sousa Júnior, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Ensino Jurídico da OAB – Conselho Federal; e Dílson Jose de Oliveira Lima, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem da OAB – Conselho Federal. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Romeu Tuma, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Paulo Paim, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado, Valter Pereira e Antônio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

1ª PARTE

(DELIBERATIVA)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Ordinária da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata das reuniões anteriores e coloco em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

A nossa reunião de hoje, Senador Romeu Tuma, Senador Crivella, vai ser dividida em duas partes. Primeira parte será a aprovação rápida de Requerimento somente e em seguida entraremos no debate da questão do Exame da Ordem. Pauta o eixo desta Audiência Pública o projeto do Senador Gilvam Borges, que tem como Relator o Senador Magno Malta. Mas vamos... na primeira parte que é mais rápida e em seguida eu vou detalhar como vamos realizar a audiência sobre o Exame da Ordem.

Então, primeira parte, Item 01. Requerimento nº. 01/2008. Assunto: Requerimento alteração do nome da Subcomissão Permanente dos Direitos da Mulher para Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Autoria, a própria Subcomissão que me trouxe à Mesa essa solicitação, Senadora Ideli Salvatti. Aqueles que concordam, apenas uma mudança de nome, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 02. Requerimento nº. 17/2008, requeiro nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal que esta Comissão de Direitos Humanos realize em 28 de março vindouro, no Município de Belém, capital, Pará, diligência com o objetivo de debater e propor medidas concretas para salvaguardar os direitos da Nação Tembé sobre suas terras e seus ancestrais, bem como medidas objetivas para bloquear o comércio ilegal de madeira e outros ilícitos que ocorrem atualmente naquelas terras. Requeiro ainda para que a referida Audiência Pública sejam convidados a participar além da representação da Nação Tembé, representantes das seguintes entidades: Fundação Nacional do Índio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Polícia Federal, Polícia Civil do Estado do Pará, Polícia Militar do Estado do Pará, Secretário do Estado do Meio Ambiente do Pará, Justiça Federal, TRF 1ª Zona, Ministério Público Federal, Conselho Missionário Indigenista, CNBB, Assembléia Legislativa do Estado do Pará e Estudo de Terra do Estado do Pará. Autor, Senador José Nery.

Isso aqui o Senador José Nery que no meu entendimento não será uma Audiência Pública, é uma diligência. Nós estaríamos na verdade autorizando ele para que ele se desloque ao Pará e acompanhe lá junto à Comissão de Direitos Humanos daquela assembléia um debate sobre aquela questão da Madeira lá e da terra da Nação Tembé. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sou favorável ao Requerimento. Acho que o Senador tem o desejo e nós ficamos satisfeitos com a disposição dele, porque o Pará é uma área de bastantes conflitos. Mas Senador Paim, eu tenho há muito tempo, há muitos anos, desde que fui Diretor da Polícia Federal, dizer que nós vivemos na Nação brasileira. E nunca me desceu correto Nação Yanomami, Nação Tembé, Nação... Isso traz um pouco de distorção de que todos somos brasileiros. Mesmo as comunidades indígenas, se nós lutarmos pela preservação dos seus direitos, das suas origens. Mas fixar como uma Nação dentro do território brasileiro, eu sempre... não me causa assim uma reação muito satisfatória, Senador. Não me soa bem chamar de Nação nenhum segmento dentro do território brasileiro. Nós somos da Nação brasileira. E é claro que a preservação da comunidade Tembé por causa das comunidades indígenas a gente que tem preservar, lutar em favor. Mas eu não gostaria de chamar de Nação. Eu fico sem protesto, sem nada, mas é o que eu digo a V.Exª, que Nação é a Nação brasileira. E isto eu não abro mão. Já briguei muito por causa da Nação Yanomami, Nação não sei o que. Mas com respeito. Acho que nós estamos na Nação brasileira

sem prejuízo da preservação dos direitos que as comunidades têm dentro daquela área que foi designada, ou das suas origens que o Governo Brasileiro tenha a obrigação de preservar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, a Assessoria inclusive me auxilia aqui, o Requerimento foi encaminhado pelo Senador José Nery que tem enorme respeito por essa Comissão, e nós naturalmente por ele, mas a Assessoria me fala que tem uma série de termos inadequados para esse Requerimento. Informam aqui agora. Primeiro, se é uma diligência, nós estaríamos apenas autorizando o Senador a nos representar em nome da Comissão de Direitos Humanos numa atividade lá no Estado, eu até diria em parceria quem sabe com a Comissão de Direitos Humanos, e quem tem que fazer a convocação a todas as entidades é a entidade do Estado, e não o Senador que vai numa diligência, representando a Comissão. Então, se assim o Plenário concordar, nós aprovaremos simplesmente que autorizamos o Senador José Nery a participar dessa diligência lá no Estado em nome da Comissão de Direitos Humanos. Naturalmente vamos ver a política de parceria lá Estado para fazer as convocações.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sem poder de intervir nas Comissões, em decisões... nada disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não. Ela apenas estará acompanhando. Aprovamos nesses termos depois eu mesmo aqui faço a retificação do Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Ex^a decide.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. Nós acertamos a redação nos moldes combinados. É como eu tenho ido. Eu tenho ido a diversos Estados, mas vou como... Numa diligência. Vou acompanhar conflitos e trago um relato para a Comissão. Aprovamos nesses moldes?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sabe o que acontece? Eu não sei qual é o pensamento de V.Ex^a, mas eu não gosto de chamar de Nação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convido o autor do Projeto de Lei a ficar na Mesa aqui conosco. Em seguida vai debater o seu projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós somos filhos da Nação brasileira. Então qualquer segmento que de comunidades de vivem e tem direito a determinadas áreas de terra, não pode ser chamado uma

Nação. Dentro do território brasileiro. É meu ponto de vista. Eu não...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas nós resolvemos aqui já a adequação. Vai sair os termos e vai apenas autorizar ele a participar dessa diligência. Então os que concordam com esse Requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado. Requerimento nº. 18. Requeiro realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com vista a ouvir as autoridades brasileiras e espanholas em face do tratamento dispensado aos brasileiros quando do ingresso na Espanha. Para tanto gostaríamos que fosse convidado... Aqui uma série de autoridades. Mas na verdade aqui nós estamos nos somando à Comissão de Relações Exteriores que está fazendo, liderado pelo Senador Heráclito Fortes, um belo trabalho nessa questão de preservar o interesse dos brasileiros. Senador Crivella, mais do que ninguém foi um Senador que viajou inclusive a outros países para ver a situação dos brasileiros.

Então, se todos concordam, nós apenas a partir desse Requerimento vamos nos somar ao trabalho excelente que está fazendo a Comissão de Relações Exteriores em relação aos espanhóis no caso específico.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor me desculpa a intervenção...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, sempre uma satisfação com a sua experiência participar do debate de cada Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que ontem nós tivemos a reunião na Comissão de Relações Exteriores com a presença de representantes da Comissão de Direitos Humanos, inclusive o Flávio Arns fez questão de dizer que estava lá representando. Então foi um bom debate com o Embaixador, ele foi muito correto. Se V.Ex^a quiser eu trago a nota que ele distribuiu à imprensa e todos, a descrição de cada fato ocorrido com cada um dos brasileiros reembarcados ou deportados. E ficou decidido e ontem também estive lá o Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Celso Amorim...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --das Relações Exteriores, então trazer... Para buscar um acordo. Já foi marcado entre os chefes dos Ministérios de Relações Exteriores, dos dois países, já ligou para o novo Governo para uma conversa para definir claramente quais são os requisitos e amabilidade e o respeito aos Direitos Humanos. Porque o nosso protesto é difícil você protestar contra repatriação de alguém. Porque é um

direito do Estado. Mas os direitos humanos têm que ser respeitados e as informações é que desrespeitaram os direitos humanos negando alimentação e negando o direito até de comunicar e uma série de outros fatores. Eu fico aqui... É só a informação para V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós só vamos nos somar ao trabalho já feito pela Comissão. Essa é uma autorização...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ótimo. Porque vai ter continuidade. Porque deve ter a novidade do Ministro das Relações Exteriores, brasileiro que vai se reunir depois da páscoa, imediatamente após a páscoa com o Ministro espanhol, para manter o relacionamento de irmandade que eu diria com o povo espanhol, e não atrapalhar inclusive investimentos econômicos e tudo. Eu acho que isso é importante porque ele poderá trazer novidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Requerimento em votação para que a Comissão de Direitos Humanos participe dessas audiências com a Comissão de Relações Exteriores em relação ao tratamento dado pelos espanhóis aos brasileiros. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esse quarto Requerimento é de minha autoria. Eu simplesmente estou solicitando a essa Comissão que não seria também uma Audiência Pública, mas sim uma diligência onde eu estaria representando a Comissão para um debate em Santa Cruz do Sul sobre a Convenção Quadro. É um debate que está havendo lá sobre a questão do fumo, com a participação da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Seguindo o mesmo molde do que vai poder o Senador José Nery fazer naquele evento que nós aprovamos anteriormente no caso do Pará. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos rapidamente para entrarmos na questão principal de hoje é que é o debate sobre o Exame da Ordem.

Item 05. Na verdade eu estou requerendo aqui uma Audiência Pública para discutir nessa Comissão na ótica dos direitos humanos a situação dos caminhoneiros. Nós estamos vendo a questão toda dos acidentes de trânsito no Brasil todo, a polêmica criada e está a polêmica criada em relação à proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias, hoje eu já vi uma declaração do Ministro Tarso Genro que é uma tendência de mudar de posição, enfim, e a situação dos caminhoneiros também é da maior gravidade. Eles são obrigados em muitas e muitas vezes a ficar direto dia e noite no volante. E foi de uma reclamação aqui recebida de uma comissão de caminhoneiros que eu

propus, aí sim... seria uma Audiência Pública aqui na Casa para discutirmos essa questão do trânsito. E aqui no caso é os caminhoneiros, mas não é diferente para os motoristas, principalmente os profissionais. Esse é o Requerimento que eu coloco em votação para uma Audiência Pública depois nós podemos de forma conjunta cada Senador ou Senadora indicar os convidados para o debate sobre a situação dos caminhoneiros. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu só queria cumprimentar V.Ex^a por esse Requerimento. Há uma questão grave que é a desobediência de cumprimento de uma lei, uma lei que dificilmente pode pegar, e outra coisa que não se discute e não está se discutindo, só está se discutindo a bebida alcoólica, e motoristas que às vezes em operações em estrada que eu fiz muita operação em estrada, principalmente no roubo de cargas--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Tuma, se me permitir só queria pedir aos Senadores e Deputados, se puderem usar a primeira fila, Senadores e Deputados aqui na primeira fila só para ajudar depois no debate. Pois não, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Inclusive para a Deputada com muito carinho cedo meu lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a tem lugar permanente aqui na Casa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vou chamar aqui o Deputado Estadual Bolsonaro a sentar aqui ao lado do pai dele, e abrilhantar a frente aqui. É raro a gente ter um pai e um filho sentados juntos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Satisfação é minha. Fui colega do seu pai muitos anos lá na Câmara. Cada um com suas posições muito firmes, mas muito respeitosa...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O filho é mais gostoso que o pai.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A gente poderia, se V.Ex^a pudesse acrescentar no seu Requerimento discutir as drogas que usam para não dormir. Eu vi um motorista depondo que dorme de olhos abertos. E o maior número de acidentes é pelo uso de drogas para cumprir o horário que ultrapassa qualquer limite de resistência humana. Isso aqui é uma questão que a rodoviária... Quantas horas estão trabalhando. Como o avião. Eles não deixam o avião decolar se estourar o tempo do comandante. O comandante não entra mais no avião. Porque a segurança dos usuários e também da pessoa.

Então, o motorista que for pego usando droga por determinação do dono do caminhão, ou da empresa, a empresa tem que ser punida.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode fazer um aparte se quiser ao Senador Romeu Tuma ou fala em seguida. Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Exª já terminou?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu gostaria de incorporar o aparte, que é mais gostoso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, Presidente. Não, não, Presidente. Eu peço a V.Exª que prossiga. V.Exª antes de pecar já tem o perdão antecipado. Senador Romeu Tuma, eu estou ouvindo V.Exª atentamente, mas o que eu gostaria de dizer aqui, Sr. Presidente, é o seguinte. É que eu acabei de ler no noticiário que ontem um ônibus Cascadura-Recreio fez uma curva ali perto do rio centro, tombou dentro de um valão--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que forma que ele caiu, né?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é, e duas pessoas morreram. E 63 ficaram feridas. Foram socorridas nos quatro hospitais que tem ali próximo. Mas é apenas para lamentar profundamente que acidentes como esse ocorram e lembrar aqui que nós temos tido um certo cuidado no Senado com respeito aos acidentes de trânsito. Aqui fala-se sobre álcool. E nós conseguimos aprovar aqui uma lei para retirar a venda de bebidas alcoólicas de postos de gasolina. Diminuir o consumo de álcool. O Rio de Janeiro já sofreu muito com isso. Vende álcool em todo lugar. Nos engarrafamentos tem lá um sujeito vendendo latinha de cerveja, nas praias. Temos 20 mil afogamentos no Rio, nas praias. E a maioria desses afogamentos é por problema de bebida alcoólica. Vende-se bebida em todo canto. E a bebida é muito barata. Mais barata uma latinha de cerveja do que um litro de leite.

Apenas lamentando aqui, Sr. Presidente, sobre esse acidente que vitimou dois operários e feriu 63 pessoas, na noite, na madrugada de ontem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E o número de acidentes tem ocorrido no trânsito é uma coisa assustadora. Eu acho que V.Exª traz uma discussão que, a meu ver, durante a realização vai aumentar a discussão sobre os outros aspectos envolvendo a questão pelo que informa o nosso Senador Crivella. E eu acho que é importantíssimo. Se pudesse dar urgência nisso, Presidente, eu acho que nós poderemos tirar bom proveito disso em benefício da sociedade. Porque não está adiantando a lei. Porque não adian-

ta. Eu antes de entrar na estrada, quem quer beber compra uma caixa e põe na mala do carro e toma a hora que quiser. Não precisa comprar na estrada. Ele compra no bairro próximo à entrada da estrada. Ou se não comprar num depósito porque é mais barato do que na estrada.

Então, mesmo o Mão Santa está dizendo que o passageiro do ônibus não pode ser impedido de beber uma cerveja quando o ônibus pára para almoçar. Aí são teses que vão ser levantadas e seria importante se V.Exª pudesse trazer, inclusive qualquer hora trazer o Ministro da Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convidaria para estar na reunião. Já fica uma indicação sua que convoque o Ministro. Já aproveita para discutir a questão dos motoristas e o Ministro para complicar melhor--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele trazer o resultado dessa lei.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é fato concreto é esse. Baixou o nível de acidentes no nosso carnaval. E em países que adotaram lei semelhante, o índice de acidente baixou sensivelmente. É mais uma discussão baseada em atos empíricos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com os requerimentos, com os adendos colocados aqui pelo Senador Crivella e Romeu Tuma, permaneçam como se encontram.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Importantíssimo. Aprovado.

Sessão encerrada às 9h20.

2ª PARTE

(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos ao... Terminamos a primeira parte da nossa Reunião da Comissão de Direitos Humanos nesta manhã. Vamos entrar diretamente agora, na segunda parte.

Item único. Audiência Pública. Assunto: Nos termos do Requerimento nº 7/2008, CDH, autoria Senador Paulo Paim, que requer a realização de Audiência Pública para discutir a pertinência ou não do Exame da Ordem para registro... vai a registro da Ordem dos Advogados do Brasil, objeto o PL 186/2006 que é de autoria do Senador Gilvam Borges.

O Relator também era para estar aqui conosco, que é o Senador Magno Malta, ele acertou conosco inclusive que estaria participando, mas infelizmente ele teve que ir ao exterior. Por motivo de força maior. Mas

estaria para voltar hoje. Se ele voltar ainda, ele ainda vai participar desta reunião.

Nós resolvemos que essa Audiência Pública vai ser encaminhada da seguinte forma. Nós ouviremos primeiro o autor do Projeto de Lei, para que ele faça uma síntese do seu projeto, em seguida, entre os convidados, eu chamarei para a Mesa, porque a Mesa são 11 convidados, eu chamarei sempre um a favor e um contra. Daí os dois voltam ao Plenário até que todos façam a exposição, a partir desse momento, Senador Romeu Tuma, meu querido Senador Romeu Tuma, a partir desse momento a gente abre o debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): São parecidos mesmo. Então vamos iniciar. Eu passo a palavra de imediato ao nosso convidado especial, Senador Gilvam Borges, que é o autor do Projeto de Lei. O Gilvam vai continuar na Mesa todo tempo conosco, a não que ele tenha um motivo que às vezes na Casa chamam para outra Comissão. Vamos chamando um para depor a favor ou contra a partir da exposição do nosso Senador, autor do Projeto de Lei. Senador. Por favor.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Meu querido Presidente, Senador Paulo Paim, meus queridos colegas, Senadoras e Senadores, convidados que aqui participam dessa Audiência Pública. Meus queridos Deputados presentes, Deputados Federais que estou vendo Max Rosenmann também que está envolvido diretamente nessa causa, Bolsonaro, Deputado Edson Buarque também.

Então, realmente é um tema muito importante. Nós tivemos essa iniciativa justamente por entendermos da necessidade urgente de corrigir um problema que atinge milhares de brasileiros, de Advogados, e que é uma injustiça. Nós tivemos essa iniciativa após inúmeros contatos com pessoas que vinham me reclamar e realmente nós tomamos essa iniciativa de apresentar um Projeto de Lei para que pudéssemos buscar a extinção do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. O projeto é um projeto simples, mas eficiente. Ele altera os artigos 58 e 84 da Lei nº 8.906 de 4 de julho de 94. Para abolir o Exame de Ordem. Necessário a inscrição como Advogado na Ordem dos Advogados do Brasil, OAB. Esse projeto já está sob a tutela e responsabilidade de Relatoria com o Senador Magno Malta. Nós sabemos que estamos enfrentando uma entidade de muito respeito, de muita credibilidade, e que realmente tem contribuído não só na democracia brasileira, mas também como instituição importante. E que nós temos o maior respeito. Mas há de se convir também que nós não podemos permitir que essas coisas prosperem

como estão sempre prosperando. No Brasil, os 20 anos de formação, as 175 mil e 200 horas de estudo, as provas, a aprovação e o diploma nada valem para o bacharel em direito. A não ser que, e somente, se ele lograr êxito na prova de Exame de Ordem da OAB. Qualquer neófito, qualquer pessoa, qualquer cidadão se avaliar já por esse prisma já entende perfeitamente que há uma irregularidade, uma injustiça, e a gente realmente está nessa luta porque nós acreditamos nisso, que nós podemos reverter esse quadro.

A primeira questão a ser colocada, por que somente o bacharel em Direito precisa se submeter a uma prova depois de formado? A formação não vale? Os 20 anos de estudo não valem? Os cinco anos de graduação não servem? Por que médicos não precisam fazer provas de Conselho ou Ordem? Salvar vidas por acaso é menos importante de que promover a justiça? Responderão alguns mais afoitos, isso é porque o ensino brasileiro tem qualidade duvidosa. Aceito a premissa, mas não posso concordar com a solução. Submeter-se a uma prova depois de se estar formado não promove melhoria no sistema de ensino. Nem prova se o bacharel está apto ao exercício da profissão. Ou seja, a prova não prova nada. Aliás, o próprio mercado de trabalho encarrega-se dessa chamada seleção natural, dos bons e dos maus profissionais. Não tenho nada contra a OAB. Tenho afirmado. Muito ao contrário, reconheço como uma entidade séria, como falei anteriormente. Respeitável que tem prestado inúmeros e relevantes serviços ao País. Principalmente na época da ditadura, em que combateu bravamente em prol dos direitos humanos e das liberdades democráticas. O que não posso tolerar e não tolerarei é uma argumentação falaciosa, baseada em premissas equivocadas a fim de manter uma prática que sob todos os aspectos prejudica os estudantes e os graduados em direito em todo o País. Note-se e repito, que apenas os bacharéis em direito padecem desse anacronismo. Os graduados em medicina, em jornalismo, em psicologia, em odontologia, todos, das ciências exatas e humanas, das ciências biológicas e médicas, não necessitam se submeter a qualquer avaliação para serem inscritos em seu órgão de classe. Não necessitam. Basta pura e simplesmente o diploma universitário expedido por instituição reconhecida pelo MEC. A OAB precisa se restringir à fiscalização do exercício da profissão. Aliás, o Advogado já é fiscalizado pelo Juiz, pelo Promotor de Justiça, pelo Advogado da outra parte e pelo próprio cliente. O resto é com o mercado. Que naturalmente seleciona os melhores e vão os incompetentes. Ou os que não tem aptidão para o exercício nas áreas específicas da complexa atividade de Advogado. O que esse Exame de Ordem promove é uma cruel reserva

de mercado. Uma injusta exigência para com o bacharel. Uma inadmissível... e inadmissível cerceamento de direito. As centenas de e-mails, cartas, telefonemas que recebo diariamente de todo o Brasil apoiando o projeto demonstram que estamos no caminho certo. A OAB nesse caso é que está na contramão da história. Até 1995 havia 235 cursos de graduação em direito no Brasil. De 95 a 2005 em 10 anos de vigência do Exame da Ordem da OAB esse número pulou para 861. Em 2007 eram 1.017 cursos. Ou seja, em 10 anos um aumento de 366% no número do curso de direito no País. A indústria de cursinhos auferir milhões de reais com o Exame de Ordem. Aí que está o segredo. Aí é está o gargalo. Aí é o que explica tudo. Eu já mostrei em outras oportunidades no Plenário, propagandas de cursinho preparatório para o exame da OAB que custam a bagatela de três mil reais em Brasília. Mostrei algumas vezes no Plenário do Senado. A prova da OAB não prova nada. Nem impede, como dizem seus defensores, que a proliferação desordenada de faculdades de Direito. Apenas os formando em direito é exigido Exame de Ordem para inscrição como Advogado. Lançando os bacharéis numa espécie de limbo. Já que o diploma a eles conferido não os habilita a nenhuma profissão. Não são Advogados, nem podem mais ser estagiários. Na verdade, não são coisa nenhuma. A OAB simplesmente usurpa do Ministério da Educação que credencia as faculdades e universidades a diplomar. E quando esse diploma é entregue, todos os profissionais estão aptos, por lei, a exercer a profissão. É um absurdo que uma entidade de classe é quem vai dizer se o profissional vai exercer a profissão ou não. Há uma contradição e uma usurpação. É um raciocínio simples. Nós então vamos ter que dizer que todas as entidades de classe, em todas as áreas do conhecimento é que devem garantir ao profissional o exercício da sua profissão no mercado de trabalho. Se assim for a regra, nós teremos que tirar o papel importante do Ministério da Educação e das universidades e faculdades. E aí esse papel deve ser exercido pelos cursinhos e pelas entidades de classe. Não há necessidade mais de ir à universidade. Nós terminamos o segundo grau, seja o médico, que seja o engenheiro, que seja o psicológico, que seja o geólogo, que seja qualquer atividade de profissionais do conhecimento humano, então nós vamos sair do segundo grau e seguir diretamente para os cursinhos. Não há mais necessidade de se ter o diploma. É um raciocínio que tenho correto. Eu entendo dessa forma.

Por esse motivo eu tive essa iniciativa, algumas pessoas me abordaram no início, mas Gilvam, como é que você vai enfrentar a OAB? Eu digo não, eu não vou enfrentar a OAB. É uma questão de justiça. E nós

vamos lutar da melhor maneira possível. Eu já estou tomando outras iniciativas para tirar justamente algumas falácias que existem para poder justificar a questão da necessidade desta prova da OAB. Eu apresentei um outro Projeto de Lei que pune algumas universidades e faculdades particulares que não atendam os interesses e que não estejam adequadas às regras do Ministério da Educação. Eu tenho já um projeto que já apresentei um outro projeto.

Por esse motivo, Sr. Presidente, senhoras e senhores que aqui se fazem presente nessa Audiência Pública, o País precisa avaliar e muito bem essa questão. Eu acredito que nós teremos grandes possibilidades realmente de reparar isso. Nós precisamos reparar isso. É um absurdo o que ocorre. A LDB já regulamenta as atividades, a especialidade de ter doutores, de ter professores qualificados dentro dos cursinhos. O ordenamento do conhecimento por mestres já está garantido. E sem dúvida a OAB pode ter um papel importante na fiscalização, sim, que é o seu papel. O importante. Eu acho que a OAB tem que fazer uma reflexão, porque nós vamos pela lei. A prerrogativa de congressista, nós iremos utilizar para podermos propor projetos que já estamos com duas iniciativas nessa questão. Eu acho que já chega. É um absurdo o que ocorre no País com milhares de estudantes que estão no mercado, e como eu falei anteriormente, quem fiscaliza o profissional é o Juiz que está lá, é o promotor, é o cliente. O Advogado é uma das profissões mais fiscalizadas para ele sobreviver no mercado. Agora, uma prova da OAB com as pegadinhas maldosas que são feitas, e que não têm especialidades específica da prova, um profissional se prepara para ser um criminalista. Portanto, ele não vai se especializar para ser um tributarista, o Direito Internacional, o Direito Comercial, as inúmeras áreas em que os profissionais atuam. É muito fácil fazer uma prova em que já se elimine aí 80% a 90% dos profissionais que estão pretendendo adentrar ao mercado. Se é preciso mais uma especialização, então que seja estabelecido como tem os trabalhos de conclusão de curso, como tem os estágios, é isso que precisam ser corrigidos, e o MEC tem que disciplinar junto com a OAB, e estabelecer prioridades por área. Por área. O acadêmico que se prepara já tem a sua opção na área que vai atuar, ele pode se preparar para fazer uma prova, mas exercido pela universidade. Ou pela faculdade. É criminalista? É.

Então, você vai fazer uma prova específica dentro da área que você vai atuar. Se tiver conhecimentos gerais, também. Mas que seja numa proporção menor da elaboração da prova. E assim por todas as áreas. A OAB oportunamente se aproveitou do seu prestígio, e um seletor grupo um certo dia, há 12 anos atrás, há 13

anos atrás, resolveram então fazer uma lei, propor uma lei que esta lei foi aprovada e resolveram então dizer o seguinte: Agora é com a gente. Nós é que dizemos quem vai ser Advogado e quem não vai ser Advogado. Não é a universidade. Não é a faculdade. Não é a instituição educativa. E aí a pergunta é: É justo? É correto? Você gastar muito mais no investimento de um estudante que passaram horas a fios, custo altíssimo de cinco anos no banco da faculdade estudando, e aí quando chega no mínimo a média é você ficar mais de três a quatro anos pelejando para tentar passar numa prova da OAB. E que hoje se desafia você chamar um magistrado, pessoas que hoje já tem posições para se submeterem a uma prova para ver se passa. Não passa. A maioria fica para trás. Aí isso é um absurdo. E que se houver uma lei, que seja a lei para todos. É essa a intenção Presidente, a intenção do projeto é corrigir a atitude dos mestres que se reuniram há 12 anos atrás e que eram da entidade de classe, e que disseram: Bem, meus amigos, esse poder tem que ficar com a nossa entidade, e nós temos prestígio para isso e chegaram com a lei e hoje está aí a maioria dos mestres é que são os donos desses cursinhos. E assim é uma máquina de moer acadêmicos. É uma máquina de destruir sonhos, é uma máquina de controlar e fazer as restrições de mercado. Essa é a grande realidade. Que a OAB cumpra o seu papel de órgão fiscalizador, e de entidade de classe. Mas, usurpar o direito do Ministério da Educação e das faculdades que diploma os estudantes, isso nós não vamos admitir. Nós vamos lutar e lutar quanto tempo for necessário para que possamos que nós possamos ter do nosso Relator, querido Senador Magno Malta que deveria estar aqui, mas lamentavelmente teve outros compromissos, deveria estar aqui sim para poder, porque está na mão dele o primeiro relatório. Muito obrigado e quero parabenizar as pessoas que estão se organizando no Brasil todo realmente uma... Estão de parabéns. Hoje nós temos representantes praticamente de todos os Estados, quer dizer, uma organização fantástica que está se processando por iniciativa de vários acadêmicos que estão se organizando, de advogados.

Muito obrigado, Sr. Presidente, são essas as minhas considerações sobre a iniciativa do Projeto de Lei para acabar com a ordem... com os exames de ordem dos Advogados. Não com a Ordem. Nem pensar. [risos]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Me permitam que eu possa rapidamente--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Paulo Paim, o senhor está tratando da questão

de não manter a ordem, no caso do Plenário. Quando há um abuso--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora você não manteve a ordem, porque você deu um corte aqui no Presidente... [risos] Para descontrair. O Inácio é companheiro nosso de longos anos. Alegria te ver aqui, Inácio, nesse debate.

Mas deixa eu falar rapidamente para vocês, para que não fique nenhuma dúvida. Nós estamos ao vivo naturalmente pela TV Senado, a todo Brasil, dizendo que essa Comissão de Direitos Humanos está muito orgulhosa de ter aqui tanto os bacharéis como os Advogados, e o carinho que essa Comissão tem pela nossa OAB. E ninguém tem dúvida da história da OAB. O compromisso da OAB com a justiça, com a liberdade, com a igualdade, e o papel secular que a OAB vem mantendo em todo o País e por isso é um tema de Direitos Humanos.

Eu recebi rapidamente aqui, só lembro que em 1843 Dom Pedro I criou o Instituto de Advogados Brasileiros para criar a OAB. Em 1930 a OAB foi fundada espero aqui os dados corretos oficialmente são 165 anos, e há 14 anos que nós temos o Exame da Ordem. Mas quero dizer que quando me perguntaram hoje pela manhã por que na Comissão de Direitos Humanos? Porque pra mim Advogado e bacharel tem tudo a ver com direitos humanos. Acho que quando faz o juramento já faz o juramento em defesa dos seres humanos, enfim, dos seus clientes. E por isso esse debate veio para essa Comissão. E nós estamos aqui muito felizes de poder participar presidindo a Sessão no dia de hoje. Eu quero só orientar ao Plenário que nós vamos agir na seguinte forma. Primeiro falarão os Senadores e Deputados presentes. Está inscrito aqui o Senador Marcelo Crivella, o Senador Geraldo Mesquita, Senador Leomar Quintanilha, Senador Inácio Arruda, Deputado Max Rosenmann, Deputado Edson Gonçalves Duarte, Deputado Jair Bolsonaro, Deputado Estadual Flávio Bolsonaro, Deputado Federal Nelson Trad. Eles falarão logo após falarem quatro convidados a favor e quatro contra. Como está aqui a Ordem, o Sr. Vladimir Rossi Lourenço. Está conosco. Está conosco. Eu convidaria a ser... a vir para Mesa de imediato aqui, convido com satisfação o Dr. Vladimir Rossi Lourenço, vice-Presidente da OAB, do Conselho Federal que estivesse aqui na Mesa. Falará também na mesma posição dele posteriormente também Dr. José Geraldo de Souza Júnior, vice-Presidente da Comissão Nacional do ensino jurídico da OAB, Conselho Federal. Falará também o Dr. Dílson José de Oliveira, vice-Presidente da Comissão Nacional do Exame da Ordem OAB Conselho Federal. E falará também a Dr^a. Estefânia Viveiros, Presidente da OAB do DF. E falará numa outra

posição, ou seja, entendendo que não precisa haver o Exame da Ordem, o Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Bacharéis em Direito, Sr. Emerson Rodrigues, falará também o Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito, Dr. Itacir Flores, e falará também o Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior, Sr. Gabriel Mário Rodrigues, e ainda um quarto que está aqui três, quatro nomes que nós vamos manter aqui.

Quero dizer que os Deputados inscritos, todos pelo que eu entendi, até o momento, falarão a não ser que haja alguma exceção, posso até confirmar, na linha do entendimento que não é necessário o Exame da Ordem. Pelo menos foi isso que eu entendi. O Deputado Nelson Trad, por favor.

DEPUTADO NELSON TRAD (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu estou aqui representando a Frente Parlamentar dos Advogados da Câmara Federal, por delegação do Sr. Presidente, o Deputado Maurício Rands.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Então V.Exª terá também com certeza o direito a palavra.

Então, só vou repetir. Após os convidados, Senador Marcelo Crivella, Senador Geraldo Mesquita, Senador Leomar Quintanilha, Senador Inácio Arruda. Em seguida, Deputado Marcos Rosenmann, Deputado Edson Gonçalves Duarte, Deputado Jair Bolsonaro, Deputado Nelson Trad, e em seguida o Deputado Estadual Flávio Bolsonaro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu queria pedir a V.Exª para marcar um tempo, porque senão nós vamos ganhar a manhã toda aqui, mas temos outras atividades em outras Comissões e no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu proporia que fosse 10 minutos com mais cinco se o convidado assim entender.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não poderia ser cinco mais cinco, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cinco mais cinco? Para os convidados?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cinco mais cinco?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Cinco mais cinco, Presidente.

DEPUTADO MAX ROSENMANN (PMDB-PR):

Veja bem, eu acho que o assunto é muito que interessa a todos, e todos estamos aqui atentos. E o início dos trabalhos era nove horas da manhã. Muito bem. Eu, por exemplo, no meu caso eu tenho viagem a uma da tarde. Acho que é um tempo bastante longo. Se cada orador falar e mais o repique... Então acho que realmente nós devemos reduzir ao máximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cinco mais cinco?

DEPUTADO MAX ROSENMANN (PMDB-PR): Eu acho que até três mais três.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Cinco minutos, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cinco minutos com a tolerância que o Presidente saberá fazer para cada...

DEPUTADO MAX ROSENMANN (PMDB-PR): Mas que seja cumprido sem nenhum tipo de extensão, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tá bom. Vamos lá então para iniciar. Eu já convidei o vice-Presidente da OAB, Dr. Vladimir, e convido também para vir para Mesa o Dr. Emerson Rodrigues, Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Bacharéis de Direito. Está aí? Convido que ele também venha para a Mesa o meu Senador aqui... Então de imediato está com a palavra... cinco minutos.

SR. VLADIMIR ROSSI LOURENÇO: Senador Paulo Paim, Senador Gilvam Borges, em nome de quem cumprimento demais Senadores e autoridades que integram essa Mesa. Faço um cumprimento especial à Presidente da OAB DF, Estefânia Viveiros, aos Conselheiros Federais que se fazem presente, Esdras Dantas, representante do DF, Marcos Vinicius que representa a OAB do Piauí, cumprimento meus colegas que me sucederão nessa fala, vice-Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos José Geraldo de Sousa Júnior, e o coordenador da Comissão de Exame de Ordem, Dílson José de Oliveira. Cumprimento também especialmente o Deputado Federal Nelson Trad, Deputado Federal pelo Estado de Mato Grosso do Sul, meu Estado.

Dizer inicialmente aos senhores que a Ordem dos Advogados do Brasil, uma autarquia federal para muitos uma autarquia federal *sui generis*, é estruturada pela Lei 8.906/1994, e dentre as suas atribuições, se não por mais por disposição legal, não está aquela de exclusivamente fiscalizar o exercício da Advocacia. OAB, por disposição do art. 44 desta lei federal aprovada por

esta Casa também promove a defesa da cidadania, a defesa da Constituição dos Direitos Humanos.

A OAB também por disposição legal deve, está no art. 54, inciso XV do estatuto, deve contribuir para o aperfeiçoamento do ensino jurídico. Um dos instrumentos de que se vale a Ordem dos Advogados do Brasil, por suas seccionais em todos os Estados brasileiros para contribuir com o ensino jurídico brasileiro é efetivamente o exame de Ordem. Os colegas que me sucederão trarão aos senhores elementos estatísticos que auxiliarão na demarcação desse conceito importante do que estou dizendo agora, do resultado específico do Exame de Ordem no auxílio da melhoria da qualidade do ensino, especialmente do ensino do direito neste País.

Pela exigüidade do tempo, eu quero ver se eu consigo colocar a importância do Exame de Ordem em drops. O primeiro deles é que para alertar que o Exame de Ordem não é efetivamente um exame de seleção. Ninguém que se submete ao Exame de Ordem concorre com outra pessoa. Examino de ordem é efetivamente um exame de aptidão. Exame de aptidão mínimo, de conhecimentos básicos mínimos. Porque eu pediria ao Presidente que me assegure o direito de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoal, com certeza absoluta. Acho que nem precisaria eu fazer isso. Nós temos aqui entre Advogados e bacharéis. Todos sabem o ritual de uma Audiência Pública. Me sinto até constrangido de fazer um apelo ao Plenário. Eu tenho certeza que todos aqui vão expor seu ponto de vista e o debate vai ficar simplesmente no campo das idéias. Não precisaria nem eu dizer que nem... Eu não gostaria de ver nenhuma manifestação que fosse de desrespeito a qualquer um dos convidados, independente da posição que aqui ele defende.

SR. VLADIMIR ROSSI LOURENÇO: Muito obrigado, Sr. Presidente. Esse tempo creio que será me devolvido. O Exame de Ordem, portando, se compõe em duas fases. A primeira fase é uma prova objetiva composta de cem questões onde o acadêmico para atingir a segunda fase deverá acertar 50% da prova. Por isso que nós dissemos aqui que é um exame de aptidão, um exame básico de verificação mínima dos conhecimentos necessários para o exercício da Advocacia daquele profissional que vai na sociedade lidar com vida, patrimônio e liberdade.

A segunda fase é composta de uma prova prática processual [soa a campanha] e de cinco questões também de natureza prática onde atingindo a média mínima o então bacharel em direito consegue se inscrever, assim pretendemos, nos quadros da OAB.

Os últimos resultados do Exame de Ordem, especialmente neste último ano de 2007, onde nós passamos a empreender uma identificação de conteúdos das provas, o que não havia antes, nesse exame já realizado a primeira fase em 2008, apenas duas seccionais, a de São Paulo e Minas Gerais ainda não se submeteram a esse exame unificado, mas o farão já para o próximo, permitiu verificar... aí, sim com o indicador preciso o real nível da qualidade de ensino jurídico nesse País. Verificamos que das 58... [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. VLADIMIR ROSSI LOURENÇO: Pode ser prorrogado mais cinco?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. VLADIMIR ROSSI LOURENÇO: Das 58 faculdades que lograram aprovar os seus acadêmicos num índice acima de 50%, 41 são faculdades públicas, e apenas 16 faculdades particulares. Na verdade, em função desse crescente número de faculdades, foi falado um número aqui, mas é pouco maior que isso, 257 seis anos atrás e mais de mil hoje, o que se vê é a mecanização de ensino jurídico. O ensino não é mercadoria. E efetivamente, a proliferação dos cursos de preparação para Exame de Ordem só tem existência, e a ordem não concorda com isso, em função da baixa qualidade do ensino jurídico. Esse é o verdadeiro ponto a ser enfrentado e o Exame de Ordem tem servido para auxiliar as universidades para a melhoria da qualidade do ensino e com isso faz um trabalho em benefício da sociedade, do próprio acadêmico, das universidades e de todo o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passamos de imediato ao Sr. Emerson Rodrigues, Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Bacharéis em Direito.

SR. EMERSON RODRIGUES: Inicialmente minha saudação a todos os Parlamentares e também minha saudação em nome do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito, ao Senador Paulo Paim, pela iniciativa de trazer a discussão sobre esse tema que é tão polêmico em todo o Brasil. Está se tornando. E logo após o movimento ter se estruturado em todos os Estados. A minha saudação a todos os Parlamentares, como também a todos os colegas companheiros que estão aqui de todos os Estados.

Nós somos os bacharéis em direito. Estamos aqui para discutir um tema Exame de Ordem da OAB. O entrave ao bacharel em Direito exercer a profissão, a sua profissão hoje no Brasil. Como Coordenador Nacional do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito, eu

quero trazer rapidamente trazer, tentar levar até vocês o sentimento que cada bacharel está sofrendo e sofrendo na pele pelo então Exame de Ordem promovido pela OAB no Brasil. Quando se inicia o curso de direito, nós temos sonhos. E quando nós terminamos o curso, após a colação de grau, começa-se então um processo de frustração tanto pessoal como familiar. Começa-se então uma pressão psicológica. Pois nós bacharéis em direito estamos sendo impedidos de trabalhar pela entidade OAB, a qual deveria nos amparar e nos dar uma sustentabilidade profissional no início da carreira. Estamos num verdadeiro limbo. Pois somos privados de exercer a nossa profissão. Profissão que é advogar. Para a OAB, não somos Advogados e nem estagiários. Nem estagiários podemos ser após colar grau. É importante destacar, e gostaria que o Presidente da OAB, César Brito, estivesse aqui. Mas com certeza seu representante, com certeza levará a ele. Mas gostaria de estar falando para ele, Presidente da OAB. O Presidente da OAB sabe disso. O Exame de Ordem não prova nada. Não prova nada, senhores Parlamentares O Exame de Ordem que está aí massacrando com os bacharéis de direito está servindo apenas para engordar o bolso dos donos de cursinhos Brasil afora. Se cinco ou seis anos de faculdade não prova a qualificação do bacharel, como pretendem que acreditamos então que um único exame, uma única prova seja capaz de auferir a qualificação profissional dos bacharéis? Exame de ordem não prova nada. E quem são os donos de cursinhos? Quem são esses donos de cursinhos? São os mesmos professores que nos dão aula na graduação. São professores que fazem parte dos quadros da OAB. Fazem parte da Diretoria da OAB. Fazem parte da Diretoria das universidades. E para comprovar e provar para o Brasil todo, o Brasil todo que está nos assistindo nesse momento através da TV Senado, os bacharéis estão sendo massacrados há mais de 10 anos. 12 anos. Que até então nós podemos dizer que pena que os nossos companheiros lá 10 anos atrás não fizeram essa reivindicação que hoje o Movimento Nacional dos Bacharéis está fazendo. Que no Brasil todos nós sabemos que é na pressão. E para comprovar aos senhores que a OAB só quer massacrar, e está massacrando, está massacrando, nós bacharéis de direito, que não temos profissão. As fraudes constatadas nos Estados de Goiás, São Paulo e aqui no Distrito Federal, estavam vendendo carteiras da OAB. Como também no Estado do Amazonas, onde 94 Advogados teriam ingressado nos quadros da OAB no Amazonas de forma fraudulenta [soa a campainha] sendo que 33 fraudulentas em 2006 e 61 em 2007. E a última agora no Pará, o Deputado do Paraná. Olha só, sumiu, desapareceram 270 provas dos candidatos

que fizeram a prova nas cidades de Pato Branco, lá no seu querido Paraná. O que acontece? Onde que está as provas? Sumiram. E o que a OAB fez? E eu peço aos representantes da OAB, onde que está as provas dos nossos colegas lá de Pato Branco no Paraná? Onde está? Sumiu. Desapareceu. E o que a OAB fez? Apenas marcou uma nova data para os bacharéis fazerem em nova data. E o princípio da isonomia, gente? E o princípio da isonomia? Esses bacharéis tiveram que fazer três provas. Direitos iguais? Fazer três provas? Onde que está? Eu deixo essa pergunta para a OAB Federal, já que a seccional do Paraná não fez nada, [soa a campainha] onde é que estão as provas do Paraná?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse um minuto V.Ex^a tem que concluir.

SR. EMERSON RODRIGUES: Eu quero concluir então deixando para os senhores... O tempo é curto, porque aqui ia longe, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Serão outros que vão continuar o debate. Com certeza.

SR. EMERSON RODRIGUES: Quero finalizar então, quem cursa jornalismo, o jornalista é, engenharia, engenheiro é, medicina, médico é, odontologia, dentista é, psicologia, psicólogo é. Direito. Somos Advogados. Mas estamos impedidos pela OAB de exercer nossa profissão. Eu quero agradecer aqui a oportunidade e deixar nas mãos de vocês Parlamentares... de vocês Parlamentares que têm a prerrogativa legal aqui de nos auxiliar, nos ajudar.

Portanto, contamos com o apoio de vocês. A PL 186/2006 de autoria do Senador Gilvam Borges. Precisamos do apoio de vocês, estamos no limbo, e precisamos pagar a universidade. Enfim, nós estamos verdadeiramente no limbo. Sem profissão não somos nada. Por favor, ajudem mais de dois milhões de bacharéis que estão no limbo, sem profissão e nós cursamos uma graduação que está na prerrogativa legal que está na Constituição Federal. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu já convidei para a Mesa o Dr. Geraldo de Sousa Júnior, vice-Presidente da Comissão Nacional de Ensino Jurídico da OAB. E convido também nesse momento o Dr. Itacir Flores, Presidente do Movimento Nacional dos Bacharéis em Direito.

De imediato a palavra com o Dr. José Geraldo. Cinco minutos com mais um.

SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR: Começo por cumprimentar o Presidente Paulo Paim, Presidente desta Comissão, e nesse cumprimento quero estender a todos os demais para não perder o

tempo. [risos] Mas não sem deixar de fazer o registro que a OAB fica muito feliz que esse debate se faça exatamente na Comissão de Direitos Humanos. Nós esperávamos no início que fosse na Comissão de Constituição e Justiça, mas é o lugar certo por conta de toda a tradição que implica configurar a atuação dessa entidade histórica, e enraizada na compreensão da formação da República brasileira.

Como já foi dito aqui, a OAB se configurou desde a sua formação ainda no bojo do Instituto dos Advogados Brasileiros em 1843 com o compromisso tríplice de defender a Constituição, de defender a cidadania e os direitos humanos, e pugnar pelo aperfeiçoamento dos cursos jurídicos. Por isso que ela tem a prerrogativa da autoria da ação de inconstitucionalidade, por isso que ela tem a posição de politizar o debate em torno das instituições, e por isso que ganhou duas prerrogativas essenciais. A primeira definida na própria Constituição. Que consigna o Advogado como a única profissão com assento constitucional, e considerado essencial à administração da justiça. É a única profissão. Não há outra. Nem a medicina, nem engenharia, nem o jornalismo. Não há nenhuma outra profissão que não tenha o registro constitucional com a definição de essencialidade. E isso implica desde já uma distinção. Distinção entre o Advogado e a distinção com o bacharel em Direito.

O Bacharel em Direito é um atributo da qualificação acadêmica. O Advogado é uma atuação com o registro na atividade de exercício de uma função social. E de uma função pública. E como toda função essencial, que nas profissões ligadas à atividade em que o bacharel pode ser o pressuposto. Mas o início do seu exercício é exatamente a habilitação.

Então, as carreiras jurídicas que procedem do bacharelado em direito só se configuram como carreiras jurídicas pela habilitação. O juiz passa por um concurso, o membro do Ministério Público passa por um concurso, o Delegado de polícia passa por um concurso, o Advogado passa por uma prova de habilitação. O bacharelado é outra condição. E que permite inúmeras funções não necessariamente ligadas ao exercício do direito. Há requisito, por exemplo, para atividades profissionais e que o pressuposto é ser bacharel em direito. Mas não Advogado. Tanto que quando se altera a atribuição de uma dessas funções o Advogado deixa de ter o exercício, por exemplo, se ele muda para uma profissão jurídica. Essa condição gerou dois concursos vamos dizer político, essenciais no nosso País e em certa medida na experiência ocidental que a habilitação da profissão ela passa pela cooperação entre o Poder Público e o Estado, e a corporação. [soa a campainha] Então, o Exame de Ordem surgiu como um desses re-

quisitos de habilitação. A OAB exercita essa função de acompanhar a produção com qualidade de perfis de profissionais em vários níveis. A minha Comissão, por exemplo, trabalha com a condição de ensino jurídico. Pugna por definição legal pelo seu aperfeiçoamento. Tem atribuição de opinar em todo o processo de criação, autorização, portanto, reconhecimento, renovação de reconhecimento e criação de vagas nas escolas. E construiu com isso uma base de compreensão de como esse processo qualifica o Advogado. Mas sabe a distinção entre o Advogado e o bacharel. Porém, atua no sentido de trabalhar essa base. E nos nossos congressos, na nossa produção bibliográfica, no selo a OAB recomenda que atribuímos nós temos visto que esse Exame de Ordem é um fator essencial tanto para preservar a qualificação na formação quanto para preservar o exercício da profissão quando definida nos termos em que definiram na configuração que a Constituição lhe atribuiu e as leis. E nós temos observado, por exemplo, que o Exame de Ordem preserva algo [soa a campainha] concludo... que seria uma catástrofe nacional, basta ver o significado da perda de referência da atuação desse profissional na defesa desses valores que foram aqui mencionados. Notadamente os direitos humanos que ressalvo por conta da ocasião desse debate. E na verificação dos pressupostos dos fatores que levam ao reconhecimento dessa atividade que em outros países são até mais rigorosos, nos Estados Unidos, por exemplo, o exame não é apenas para habilitação, é para atuação nos vários níveis em que o Advogado vai exercer. Primeira Instância, Segunda Instância, jurisdição Federal... Na Alemanha o exame de Estado. É um exame de Estado.

Então, nós verificamos que o Exame de Ordem realmente mostra o sentido da qualificação do bacharel que vai pleitear ser profissional. E verificamos que apesar dessa consideração que é feita aqui, e concludo, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a tem cinco segundos.

SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR: --mesmo naquelas situações em que há um alto índice de reprovação, as boas escolas aferidas nos nossos levantamentos mantêm o padrão de aprovação de mais de 80% de seus candidatos. Então eu concludo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra de imediato ao Dr. Itacir Flores, Presidente do Movimento Nacional de Bacharéis em direito. Cinco minutos.

SR. ITACIR FLORES: Saúdo o nosso Presidente da Mesa, Paulo Paim, Presidente da CDH do Senado Federal, gaúcho como eu, saúdo o Senador Gilvam

Borges, que propôs Projeto de Lei 186 para a extinção do Exame de Ordem.

Queremos deixar bem registrado que nada temos contra a instituição OAB. Instituição a qual temos um grande respeito pela sua posição na ditadura e pela sua posição na democracia. Mas também queremos deixar bem registrado aqui neste momento no Senado Federal, que não temos medo do poder da OAB. Não temos medo e vamos enfrentar este dito poder da OAB. Que hoje é visto no Brasil como o quarto poder. A história do nosso País sempre tem no lúdico da sociedade o quarto poder. Passamos pós-ditadura a imprensa. Passamos pós-Constituição de 88 o Ministério Público. E agora o quarto poder está encarnado na OAB. Em todos esses momentos da nossa história do País, o poder político teve força, teve ética, teve dignidade e soube colocar nos trilhos a realidade que tem que entrar cada instituição. É assim que nós pensamos, e é assim que nós vamos agir, dentro do que nós temos como propósito. Não adianta a OAB pensar e atuar como primeiro mundo vivendo num País como o Brasil. Não adianta a OAB utilizar palavras de ordem, de catástrofe nacional ao colocar milhões de bacharéis segundo a OAB, dois milhões. Nós não acreditamos. Se são dois milhões de bacharéis, indiretamente são dez milhões de brasileiros que estão aí ao limbo da sociedade porque precisam do trabalho do bacharel em Direito para sustentar suas famílias. O quarto poder da OAB tem que ser freado pelo poder político. Antes que o poder político perca o poder para a própria OAB. Luis Carlos Lopes Madeira, Conselheiro da OAB, em artigos publicados em toda a imprensa nacional, diz no seu final: “A OAB se mostra democrática da porta para fora”. Conselheiro da OAB. Dentro é uma ditadura. Ela incorporou a ditadura, lutou contra a ditadura e continua a ditadura internamente. Carlos Nina, também. Grande jurista. Escreveu dois livros. Claro que o pessoal da OAB não vai gostar porque fazem o contraponto. Não gostam do contraponto. A OAB não gosta. Dois livros do Carlos Nina mostra a realidade brasileira da OAB. Agora, a OAB não gosta que se critique. Agora, a OAB critica a todos. A OAB critica a invasão de privacidade a divulgação dos Ministros do STF. A OAB critica a investigação federal. A OAB critica acordo entre Lula e os Governadores dos precatórios. OAB critica o projeto de informatização do Judiciário paulista. OAB critica a súmula vinculante, OAB critica a obrigatoriedade do interrogatório dos Presidentes. OAB critica a anomalia do Senador clandestino. OAB critica--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, Questão de Ordem.

SR. ITACIR FLORES: -- e defende Exame de Ordem. E aí vai...

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nesse momento não cabe Questão de Ordem.

SR. ITACIR FLORES: E aí vai. Então é assim que nós queremos mostrar para a sociedade esses 14 anos de poder da OAB. É um esquema muito grande que a sociedade tem que discutir, sim. Os cursinhos, os exames de ordem, arrecadam milhões de reais. São Paulo são quatro milhões de reais por prova. Rio Grande do Sul, a média toda é de um milhão por prova. São três provas por ano no Rio Grande do Sul, são três milhões, ou dois milhões e pouco. São Paulo são dez, doze milhões. Ora, minha gente. Está na hora de nós discutirmos. Por que é que a OAB não senta na Mesa para discutir? Ela mistura os dados, mistura o problema das faculdades que é um problema da educação brasileira, com o problema do bacharel de direito que é problema de trabalho, que é o problema social. O art. 1º de nossa Constituição nos dá esse direito de trabalho. E nós vamos trabalhar. Não adianta deixarmos a OAB mandar no sistema das profissões de nível superior no Brasil. A OAB com sua atitude está privatizando, está privatizando a profissão de nível superior no Brasil. Já está se unindo à medicina, já quer a engenharia e quer todos porque a OAB é uma entidade privada. É uma autarquia especial segundo a ADIN 3026. Querem privatizar a profissão de nível superior no Brasil. E com essa prova a OAB está elitizando a profissão de Advogado no Brasil. E querem para muito poucos. Daqui uns dias o pobre não terá nenhum direito nesse nosso País.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos lá. Já está na Mesa o Dr. Dílson José de Oliveira Lima, vice-Presidente da Comissão Nacional do Exame da Ordem da OAB, Conselho Federal, e convidamos também nesse momento o Dr. João Antônio Volante, representante também do Movimento Nacional de Bacharéis. Vamos inverter nesse momento um pouco para ficar sempre um contra e um a favor, eu passo a palavra ao Dr. João Antônio Volante.

SR. JOÃO ANTÔNIO VOLANTE: Srs. Senadores, Srs. Deputados, bacharéis de direito, representantes da OAB. Nesse momento é muito importante para a Nação brasileira. Eis que nós estamos diante de um problema muito mais sério no Brasil do que essa excrescência do Exame de Ordem. O art. 1º da Constituição brasileira que está aqui, e que os senhores representantes da OAB não lêem, apontam com o dedo. Na minha casa, Senador Crivella, eu tenho uma Constituição e a bíblia, e aprendi desde pequeno como cristão que o ser humano, quando inicia a sua atividade laboral, como Jesus fez, ele não escolhe os capacitados. Ele

capacita os escolhidos, e dá em dobro aqueles que se esforçam com humildade.

Portanto, senhores, eu quero mostrar esse estatuto. Um estatuto imperial. Nós não podemos, depois de tanta luta pela democracia, entregar o poder nas mãos de uma entidade como os colegas disseram que nós respeitamos. Mas devo salientar que os atuais dirigentes da OAB nacional e nos Estados, estão na contramão da história. Nós não podemos cercear o direito, o sagrado direito do cidadão e da cidadã brasileira, do exercício profissional. Eu não vejo na OAB, ou melhor, nos atuais dirigentes da OAB este tamanho poder. Que cabe aos Srs. Senadores e ao Presidente da República. A OAB, como disse o colega Itacir prestou importantes serviços à Nação brasileira. Porém hoje se apresenta como Estado paralelo, porque ela acha que tudo pode. Ela opina contra o Ministério Público Federal, ela contra os Srs. Senadores, ela é contra o Presidente da República, ela é contra o Judiciário, é contra as Forças Armadas, e recentemente pasmem os senhores, eu quero aqui fazer um elogio público à Polícia Federal, que tem prestado relevantes serviços à sociedade brasileira. Querem implantar, como se diz lá no Rio Grande, uma canga em cima dos Srs. Delegados e dos agentes federais. Ou seja, querem uma fiscalização externa da Polícia Federal. Isso é um verdadeiro absurdo o que está sendo implantado no País. Eu quero lembrar aqui Montesquieu, quando ele diz e quero citar isso aos Srs. Senadores, e que é queira Deus que o Presidente Lula esteja assistindo a TV Senado e dizer a ele que o poder precisa frear o poder. Senão, o Brasil que todos nós queremos, um País grande, e que hoje a OAB está pensando como um País pequeno, impedindo mais de dois mil bacharéis de exercerem a profissão, porque o bacharel, o Advogado, é o defensor da justiça e os humildes no País nesta teoria dos atuais dirigentes da OAB, nessa teoria neoliberal prega a teoria da justiça mínima. Perguntem ao trabalhador, a um operário, ao Zé numa delegacia. [soa a campainha] Se ele não tiver um Advogado para defendê-lo como determina a Constituição, se alguém vai junto com ele, se não tiver um familiar defender a sua dignidade, a sua cidadania. A OAB fala muito em democracia. Está aqui no art. 1º da Constituição, Estado Democrático de Direito. Mas, da porta pra fora, senhores, nós precisamos urgente colocar nessa Constituição que tanto amamos, Estado Social e Democrático de Direito. O direito que nós temos ele é cristalino como a verdade. Os senhores dirigentes da OAB é importante que os Srs. Senadores, Srs. Deputados, bacharéis, a imprensa que está aqui. Não tem esse direito de cercear o nosso direito

ao trabalho. Estão cerceando sim o nosso direito. [soa a campainha]

Eu quero concluir e dizer aos atuais dirigentes da OAB: O Estatuto da OAB, que iniciou lá no Governo do Presidente Collor, e que sabiamente o Presidente Collor que é Senador desta Casa, com o apoio de 15 juristas renomados do Brasil, disse: “Eu veto esse estatuto por contrariar o interesse público”. ... (trecho retirado das notas taquigráficas por determinação do Presidente). Não podemos deixar a Constituição de lado e Governar o Brasil com estatuto. Tenho dito.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra de imediato para o Dr. Dílson José de Oliveira--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria deixar bem claro que o declarante que estava falando aí deveria se dirigir com mais respeito ao ex-Presidente da República, Itamar Franco. O ex-presidente Itamar Franco é um homem de bem. O que aconteceu nessa história que o senhor colocou é algo que não se tem o controle. Essa cena que aconteceu. E tentar pegar uma cena e justificar toda a história de um homem, isso não deve ser feito ainda mais nessa Casa, Sr. Presidente. Eu queria que ficasse bem claro isso. O Presidente Itamar é um homem de bem, a história mostra isso. Então... Se empolgou demais...

SR. JOÃO ANTÔNIO VOLANTE: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sem ler eu não sei. Agora, essa colocação no debate é válido. Mas não a outra que V.Sª citou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Salgado, eu, de pronto, mando retirar dos anais dessa Audiência Pública a expressão que eu também considere não apropriada para o debate no momento em relação ao ex-Presidente Itamar Franco, quando se referiu a um episódio do carnaval do Rio de Janeiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, Questão de Ordem. A minha posição é favorável ao projeto. Eu gostaria de ter a oportunidade de o mais breve possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Já combinei com V.Ex^a. Nesse momento passo a palavra ao Dr. Dílson de Oliveira Lima, vice-Presidente da Comissão Nacional da Ordem da OAB.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Saúdo o Senador Paulo Paim, em nome de todos os presentes, devido ao exíguo tempo para discutir um assunto de tanta importância a nível nacional.

Bom, entrando no mérito da questão, o Exame de Ordem, a OAB entende que o Exame de Ordem não contraria o princípio da liberdade profissional estatuído no inciso XIII do art. 5º da Constituição. Nesse sentido Paulo Lobo enfatiza que o exercício de qualquer trabalho é livre. [soa a campainha] desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Assim, a liberdade não é absoluta, a carta não poderia como não faz, proteger o profissional sem qualificação. Pondo em risco a vida, o patrimônio e a liberdade das pessoas. Paulo lobo defende essa posição, o Exame de Ordem, considerando que as faculdades realmente não graduam Advogados. Promotores de Justiça, Juízes, Delegados de Polícia, Procurados Públicos, se não bacharéis em direito que não é profissão. No caso específico do Advogado esse exerce *munus publico* e não privado. De acordo com o levantamento feito pelo Conselho Federal da OAB, junto às embaixadas em Brasília, a maior parte dos países exige o Exame de Ordem ou exame equivalente e faz necessário um estágio de aproximadamente dois anos de graduação no curso de direito. Por exemplo, na Inglaterra para que o candidato a bacharel em direito possa advogar como *barristers* perante as cortes de justiça superiores, inscrevesse uma das quatro *Inns of Court*, deve submeter a dois exames. [soa a campainha] O Movimento Nacional de Bacharéis em Direito fundamenta a sua resignação em relação ao Exame de Ordem na inconstitucionalidade do Exame de Ordem bem como na reserva de mercado. Isso não assiste razão porque já foi discutido amplamente inclusive no Supremo Tribunal Federal que o Exame de Ordem é constitucional. Inclusive o Exame de Ordem é a única forma de garantir que os Advogados que atuam no mercado são profissionais de qualidade. Apenas nesse descompasso recentemente os senhores souberam através da imprensa que em Goiás teve um aluno que se matriculou no vestibular de direito de apenas oito anos. Então, venham como está o descalabro do nosso sistema jurídico.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, desculpe, Sr. Presidente, mas porém não foi matriculado, ele pagou a taxa. Não houve a matrícula. Só isso. Ficar bem claro isso.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Exm^a, não foi permitido que o nosso vice-Presidente-- [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Salgado, só um minutinho. Eu queria informar a todos que aqui no caso, nessa Sessão, que Senador tem direito a fazer um “pela ordem” a qualquer em momento. Isso é um ritual aqui--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor está pensando que está na OAB.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero apenas assegurar [palmas]. Isso é do regimento interno. O Senador tem direito a palavra a qualquer momento. Eu apenas fiz um apelo a todos, só faltam apenas dois convidados, em seguida vou abrir a palavra aos Senadores e Deputados, e há um pedido especial do Deputado Marcos Rosenmann que vai ter que pegar um vó para que ele possa ser o primeiro a usar seus cinco minutos. Vou descontar o tempo.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Bom, em relação à aplicação do Exame de Ordem, nós verificamos que os bons cursos aprovam quase a totalidade de seus alunos. Tanto é que mais na frente vou mostrar a estatística do Exame de Ordem de forma unificada. Já com os cursos... Já com os maus cursos dar-se o oposto. Por quê? Indaga o Presidente da OAB César Brito. Ele responde: “Em sua imensa maioria são patrocinados por empresários sem compromisso com a causa da educação, movidos apenas pela avidez mercantilista. Em vez de bani-los do mercado ou submetê-los a padrões mínimos de eficiência, e com postura acadêmica, há quem sugira o inverso. Que se elimine o instrumento de denúncia à anomalia. O Exame de Ordem no caso o Exame de Ordem, é como quebrar o termômetro para baixar a febre do paciente. Lamentavelmente essa visão distorcida fez com que chegasse ao Senado o Projeto de Lei nesse sentido”. Enfatiza o Dr. César Brito que é o Presidente do Conselho Federal.

De acordo com que foi dito aqui pelo Movimento Nacional de Bacharéis em Direito, se a OAB fosse instituição de índole exclusivamente corporativa, não teria que se insurgir contra esse quadro de realmente dois milhões de bacharéis em direito. Seria beneficiária dele. Sem o Exame de Ordem ter-se-ia hoje no Brasil algo em torno de quatro milhões de Advogados. O que é bem mais do que a soma dos Advogados no planeta. Transformar-se-ia a OAB a mais poderosa e multimilionária entidade de classe. Mas estaríamos condenando a prestação jurisdicional a morte. O Brasil, mesmo com o filtro do Exame de Ordem, é o segundo

colégio de Advogados do ocidente. Perde apenas para os Estados Unidos. Seria ótimo se houvesse mercado para todos, se isso refletisse na qualidade do serviço prestado. Não é, porém, assim. O serviço jurídico sem qualidade atinge todo o espectro da justiça, pois compromete a formação de todos que participam a sua administração. A OAB, preocupada com a aplicação do Exame de Ordem, vem com o movimento hoje a nível nacional pretendendo a sua unificação em todo o Brasil. Hoje o movimento, conforme o nosso vice-Presidente falou aqui há pouco, nós estamos hoje com 25 seccionais aplicando o Exame de Ordem de forma unificada. Mesmo conteúdo, mesma data e mesmo procedimento.

Então, a partir do momento que nós colocamos, vamos dizer assim, nós unificamos o Exame de Ordem, realmente se apresentou um espelho muito interessante do que é o Exame de Ordem no nosso País. O que é que vem acontecendo? Uma faculdade--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exª tem que concluir nesse um minuto.

SR. DÍLSON JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA: Ok. Uma faculdade, uma Universidade Federal hoje tem 91,8% de aprovação do Exame de Ordem. E olha que é uma Universidade Estadual que não tem... que os seus egressos não têm condições de pagar cursinhos como aqui foi falado. Não têm interesse de engordar os cursos porque ele não tem condições financeiras. Até porque procurou uma instituição pública.

Então, realmente nesse patamar 91,8% aprova os seus egressos. Enquanto entidades privadas, na maioria das entidades privadas, têm um patamar de aprovação 10%. Isso realmente é um desserviço que a OAB tem que ter esse filtro. Tem que passar pelo crivo da OAB porque sem esse filtro realmente o ensino jurídico está realmente em uma situação calamitosa. E quando se trata de patrimônio, saúde e a vida do próprio cidadão, então essa defesa tem que fazer por profissionais competentes. Esse é o nosso entendimento, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Convido para a Mesa o Promotor de Justiça, Pedro Otto de Quadros, e também a Drª. Estefânia Vi-veiros, Presidente da OAB-DF.

Passo de imediato a palavra, devido ao nosso tempo, ao Dr. Pedro Otto de Quadros, Promotor de Justiça. V.Exª dispõe do tempo de cinco minutos com mais um, se necessário.

SR. PEDRO OTO DE QUADROS: Sr. Presidente, bom dia a todos. Pra mim é uma grande alegria e também uma honra estar aqui. Manifestei há alguns dias a minha preocupação com essa questão a uma integrante do movimento em Brasília. E para minha sur-

presa recebi o convite para participar desta Audiência Pública. Não imaginava encontrar pessoas tão queridas aqui. Como o Prof. José Geraldo, que infelizmente está defendendo o Exame de Ordem. Eu vejo essa como uma questão grave. O que é que um promotor de defesa, da infância e da juventude está fazendo numa Sessão como essa? [soa a campainha] Venho apenas trazer a minha contribuição pessoal a este movimento. A minha preocupação pelo grave descumprimento da Constituição Brasileira, que vai fazer 20 anos em outubro. E isso tem ligação também com a questão da criança no Brasil. Respeito a Ordem dos Advogados, respeito as posições que defendem este exame. Mas, quando nós pensamos no art. 227 da Constituição que diz que é dever da família, da sociedade, e do Estado garantir direitos mínimos, fundamentais de crianças e adolescentes, e o Brasil ainda não cumpre esse dispositivo, garantir com absoluta prioridade, a mim não surpreende que a Constituição reste violada em vários dispositivos. Com a exigência do Exame de Ordem. [soa a campainha] O art. 5º, na parte em que diz que é livre o exercício de qualquer ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer e nós sabemos que Exame de Ordem não qualifica ninguém. Art. 205, que dá o conceito até de desenvolvimento da pessoa o ensino para o desenvolvimento da pessoa. Art. 209. Não quero me estender porque parabenizo o Senador Gilvam Borges pela autoria do projeto. O projeto está bem estruturado, parabenizo o Senado Federal pela iniciativa da Audiência Pública, e pela discussão. É no debate que vão se violar menos direitos no Brasil. É no debate que os profissionais que hoje são inconstitucionalmente impedidos de trabalhar, que chegaremos a uma boa solução. Muito obrigado, Presidente.

[palmas]

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer duas indagações ao Dr. Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor tem quantos anos de Ministério Público, Dr. Pedro?

SR. PEDRO OTO DE QUADROS: Senador, eu tenho 11 anos de Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ministério Público da União.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O senhor ingressou com quantos anos no Ministério Público? Vejo que o senhor é muito jovem, por isso estou perguntando.

SR. PEDRO OTO DE QUADROS: Não, eu nasci no Rio Grande do Sul, em 11 de julho de 1963.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valter Pereira, só falta um depoente. Depois vou abrir para os Senadores que estão ansiosos para usar da palavra.

SR. PEDRO OTO DE QUADROS: Fui militar do Exército, graduei-me na Fundação Universidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. E àquela época, a minha faculdade ela tinha um convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil. Durante o curso nós fazíamos um estágio, que nos dava o direito de inscrição na ordem. Cheguei em Brasília em 1992, eu e a minha família. Com um ano de Brasília, eu estava saindo da minha antiga profissão, que era um cargo no Exército Brasileiro para ingressar no Banco Central do Brasil como Procurador do Banco Central, onde fiquei dois meses. Fui para a Procuradoria da Fazenda Nacional, fiquei quase quatro anos, e após isso ingressei no Ministério Público onde estou até hoje. Muito obrigado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Ex^a nunca exerceu a atividade de Advogado?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo ao Senador... que em seguida nós vamos ter o debate.

SR. PEDRO OTO DE QUADROS: Exerci a atividade de Advogado Procurador do Banco Central. Procurador da Fazenda Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Meus amigos, eu quero mais uma vez em nome da Presidente me permitir para evitar uma polêmica agora desnecessária nesse momento, entendendo a boa intenção do Senador Valter Pereira, que a gente só deixe concluir os painelistas e depois vai iniciar o debate. E todos poderão fazer perguntas para todos se assim entender. Será uma Sessão sem horário para terminar se depender de mim. Então não se preocupem com um minuto a mais ou a menos um com outro. Por favor, Estefânia Viveiros.

SRA. ESTEFÂNIA VIVEIROS: Cumprimento inicialmente o Senador Paulo Paim na pessoa de quem cumprimento todos os demais Parlamentares presentes, Advogados, senhores e senhoras.

Sr. Presidente, inicialmente penso que é o momento de se voltar ao tema que estamos discutindo agora. Que é exame de ordem. A Ordem dos Advogados do Brasil não faz parte desse tema. Até porque a sua proteção na Constituição Federal e é indiscutível que o Poder Judiciário só funciona se existirem Advogados, magistrados e membros do Ministério Público. Então acho que o primeiro momento é voltar à discussão e afastar os ataques. Sejam as pessoas ou as instituições porque estariam fora dessa nossa audiência tão importante, Senador, para todo o Brasil. E por que tão importante? Importante, Sr. Presidente, sobretudo,

com relação à Comissão de Direitos Humanos. Que a relação ela é íntima entre os Advogados, o Estado, o Poder Judiciário e a relação dos direitos humanos. E por que essa relação ela é tão íntima? Porque, na verdade, um Advogado cuida do bem maior do cidadão, que é a liberdade, que é o patrimônio e que são seus direitos. Por isso que essa discussão de se tornar profissional Advogado tem que ser discutido nessa Comissão de Direitos Humanos. Esse, sem dúvida, esses sem dúvida são os bens necessários. São bens importantes para todo e qualquer cidadão. E para falar nesses bens, Presidente, nós temos que falar também do Advogado. E nesses poucos minutos vou me dedicar a um fato que aconteceu aqui mesmo em Brasília. Nós tínhamos um cidadão que trabalhou muitos anos na vida, muitos anos, e conquistou um bem. E esse bem era a sua casa, só que na compra desse bem, alguns problemas existiram. E que haveria a possibilidade até da perda do bem em razão da discussão. E procurou um Advogado. E esse Advogado perdeu o seu prazo. Consequentemente esse cidadão que trabalhou, que conseguiu um bem, perdeu seu bem. Isso tudo demonstra, Presidente, a importância do papel do Advogado e os seus direitos humanos. Essa, com certeza, é a preocupação da Ordem dos Advogados do Brasil. Com a sociedade. E, sobretudo, a preocupação da sociedade voltada para a qualidade do ensino jurídico. E a qualidade do ensino jurídico nacional. E infelizmente, Presidente, nós temos notícias que... Notícias e pedidos de faculdades solicitando ao MEC o terceiro turno, para abrir vagas de direito das 23h às 2h da manhã. Nós temos notícias também infelizmente que algumas faculdades também atuam e trabalham em shoppings. Em salas de cinemas.

Então, a nossa preocupação maior é a qualidade do ensino jurídico. Essa sem dúvida é o foco de todo o problema. Tanto é verdade que por ser Presidente da OAB do Distrito Federal, vou dar um exemplo e vou colocar aqui uma entidade pública, para que não se haja discussões de faculdades particulares, e falo da Universidade Federal de Brasília. A UnB. Que me orgulho ter me formado lá. A UnB não se preocupa com o Exame de Ordem. Sabe por quê? Porque 95 a 100% dos seus alunos passam no Exame de Ordem. Em razão da excelência da qualidade do ensino jurídico.

[soa a campainha]

Então, o que nós queremos é exatamente a qualidade do ensino jurídico em todo o Brasil. E que possamos afastar, como o próprio MEC reconhece que existem faculdades mercantilistas, que existem faculdades com outros interesses. E nós estamos preocupados no bem maior, Presidente. Como eu já falei. Que é exatamente os Direitos Humanos. Que é exatamente o direito

de cada cidadão. E sem o Advogado não tem justiça. Sem Juiz também não tem justiça. E sem o membro do Ministério Público, também não se há justiça. Então nossa preocupação aqui, e já que passaremos em seguida para os debates, é que haja restrição sem dúvida do tema debatido que é o Exame de Ordem.

E concluo, Sr. Presidente, para cumprir o nosso tempo, que a máquina, e pedindo licença aqui ao nosso Senador também, a máquina que destrói os sonhos ela advém da má qualidade do ensino jurídico. [soa a campainha] Então, a máquina que destrói os sonhos advém da má qualidade do ensino jurídico do nosso País. Que estamos em momento de crise e que realmente é de lamentar. Esses sem dúvida são os pontos importantes para as nossas discussões. Eu agradeço. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Todos os convidados usaram a palavra, aos Deputados que estão aqui como nossos convidados também, eu tenho aqui a inscrição que foi por ordem de chegada, e naturalmente pelo regimento estão em primeiro lugar os Srs. Senadores. Mas, o Deputado Max Rosenmann que tem um vô agora faz um apelo para que possa usar os seus cinco minutos. Então eu convidaria o Deputado Max Rosenmann, que é também nosso convidado, para que possa usar os seus cinco minutos e em seguida vou seguir a ordem de inscrição. A ordem de inscrição está, Senador Marcelo Crivella, Senador Geraldo Mesquita, Senador Leomar Quintanilha, Senador Inácio Arruda, Senador Valter Pereira, Senador Wellington Salgado e depois vem o Deputado Edson Gonçalves Duarte, Deputado Federal Bolsonaro, Deputado Estadual Flávio Bolsonaro e o Deputado Federal Nelson Trad.

Quero informar o Senador Valter Pereira que alguns Senadores tiveram que sair. Então V.Ex^a provavelmente será o terceiro Senador na ordem de inscrição aqui. Senador Max Rosenmann, por favor.

DEPUTADO MAX ROSENMAN (PMDB-PR):

Deputado Max Rosenmann. Eu agradeço essa oportunidade, Senador Paim, e saúdo na sua pessoa todos aqui presentes já citados. Eu acho que esse tema é muito importante e eu quero saudar e me parabenizar com o Senador Gilvam Borges pela iniciativa. Lá na Câmara dos Deputados eu também sou autor de um projeto similar. Acontece que as pessoas parecem que estão brincando com a verdade. Porque, na verdade, nós estamos procurando tratar os iguais desigualmente. Quer dizer, os desiguais na medida de que eles se desiguam. Quer dizer, na verdade, esse desejo e essa... Esse sentimento de fazer uma prova para conferir se a pessoa estudou ou não estudou direito, ele está se

contaminando em todas as profissões num País como o nosso que tem dificuldade de serviços à população. Nós temos 190 milhões de habitantes e não é verdade que nós temos um milhão de Advogados sobrando no mercado. Até porque foi afirmado aqui que as universidades públicas mais de 90% passam no Exame da Ordem. Então vamos falar a verdade e parar de fazer elucubrações aí não verdadeiras. A Ordem dos Advogados do Paraná ela tem toda semana um informe no jornal Gazeta do Povo, chamado informe da ordem. E eles tiveram a coragem de colocar que tem 11 mil estudantes querendo o Exame da Ordem, querendo ser aprovados e estarem aptos à profissão, e que eles reconhecem que aquilo é uma concorrência. E que eles não querem esses concorrentes no mercado de trabalho. Quer dizer, eles confessaram no informe da ordem que o negócio é reserva de mercado. É reserva de mercado que poderia acontecer em contabilidade, poderia acontecer em medicina, poderia acontecer em todas as profissões se todo mundo quiser fazer um exame de sua ordem, de sua profissão. Nós, no Brasil, pelo número de Advogados e pelo tamanho da população brasileira, eu acho que nós temos muito mercado de trabalho para todos. Hoje tem empresas que têm Advogados dentro das empresas prestando Assessoria Jurídica.

Então, eu não vejo essa preocupação de reserva de mercado tão grande, tão neurótica como está acontecendo. Eu digo neurótica porque é verdadeiro. Principalmente para os Advogados bem ricos que fazem parte da Ordem dos Advogados. Isso me lembra muito em certas outras profissões, como no caso da farmácia, que tem assinatura obrigatória na farmácia. Na verdade, o remédio é fabricado, ele tem o farmacêutico responsável. E para vender no balcão não precisaria, mas lá tem. E na engenharia, que cobram taxas. E a ordem dos músicos, só para os senhores saberem, que é uma roubafeira, [soa a campainha] eu demorei 20 anos para aprovar um projeto da ordem dos músicos por causa das taxas que eles cobram e não queria aprovar o projeto de democratização da ordem dos músicos. Pelo interesse corporativo. Então as corporações são muito fortes, eles chegam a influir até nos relatórios das matérias oferecendo apoio político e outras coisas.

Então, nós temos pessoas que investiram, que gastaram para fazer o curso, famílias que se dedicaram a seus filhos, firmas... [soa a campainha] Nós temos empresas hoje vendendo pré-apresentações de ações.

Então, uma pessoa que não sabe fazer uma ação, ele pega uma firma e por computador ele consegue apresentar uma ação. E nisso a ordem não fiscaliza,

empresas que tão vendendo por computação ações prontas. Até com justificativa. Isso sim precisaria que a ordem tomasse medidas.

Então, eu quero dizer com o pouco tempo que eu tenho, que esta atitude, tudo isso que está acontecendo é uma administração da derrota com sabor de vitória. Eu acho que o Brasil precisa se desenvolver, precisa de cursos universitários, e precisa que todos os cursos tenham oportunidade, para que as pessoas possam se preparar e não fiquem no segundo grau.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto, Deputado. Por favor.

DEPUTADO MAX ROSENMAN (PMDB-PR): Então eu gostaria de poder estender mais, não é possível, e dizer que é muito importante esse debate. Eu acho que as coisas... trata-se de uma reserva de mercado, sem dúvida nenhuma, e nós precisamos combater esse tipo, eu sou Advogado há 40 anos, e não preciso vir aqui defender o Exame da Ordem. Eu estou defendendo, na verdade, a democratização do trabalho num País de 200 milhões de pessoas que precisam de trabalho, precisam de oportunidade, e precisam de justiça. E não de quatro milhões e meio de ações trabalhistas num País só para proteger os Advogados trabalhistas e seu trabalho, e não a justiça trabalhista. Quer dizer, na verdade estão criando emprego em cima... A velha OAB que defendia a democracia, essa já foi enterrada há muito tempo. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador. De imediato, nós precisamos ganhar tempo para que todos possam fazer uso da palavra. Senador Marcelo Crivella.

[falas sobrepostas]

Eu quero enfatizar de novo que as questões de ordem são destinadas aos Senadores. Porque é uma Audiência Pública. Depois que os Senadores usarem a palavra, vou passar a palavra àqueles que fizeram uso e ainda vou abrir, mas o Plenário vai ter que se entender, a três do Plenário que possam usar a palavra num segundo momento. No momento o Senador Marcelo Crivella está com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu verifiquei que hoje aqui nessa Casa, nessa Comissão temos um debate extremamente ligado à nossa Comissão de Direitos Humanos. Exatamente porque se fere profundamente o direito de estudantes que terminaram seu curso, e que não conseguem hoje exercer o seu papel, a sua profissão, que lhes é garantido na Constituição. Quero parabenizar o Senador Gilvam Borges, que é um homem que não teme

a vida, nem insensatos nem à morte. Por essa... Por esse Projeto de Lei tão arrojado.

Agora, eu lamento profundamente que não esteja aqui talvez a figura mais importante e que mais esclarecimentos teria que nos dar e foi convidado, que é o Ministro da Educação. Porque é, meu Deus do céu, que pessoas prestam concursos e não são aprovadas num grau percentual tão alto. Por que é que há um percentual tão alto daqueles universitários que frequentaram a Universidade Federal e ali há pobres também que passaram no concurso e fizeram o seu curso na Universidade Federal. Será que está havendo um mau ensino nas universidades privadas? E eu temo, temo muito que isso ocorra e depois nós tenhamos não por reserva de mercado, mas por consequência de mau ensino e que nossos estudantes e que têm direito a partir daí de estarem formados exercer sua profissão num momento de perplexidade, de tristeza e que comove a nós todos. Sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, se olharmos os depoimentos dos representantes dos bacharéis, ficamos emocionados. Mas se olharmos, ou se ouvirmos atentamente o depoimento daqueles que defendem o concurso, ficamos convencidos. Emoção e razão. Num País em que o Presidente da República faz uma administração extraordinária, com emoção, com coração, com a alma, não sei se a justiça apenas com a razão seria a melhor.

Mas, gostaria muito, Sr. Presidente, muito, profundamente de que o Ministério da Educação não permitisse que hoje estivéssemos tendo que fazer uma audiência como essa. E como humanista, como um homem da bíblia, profundamente cristão, me sinto incomodado de ver que há milhares, talvez dezenas de milhares, talvez centenas de milhares de brasileiros como eu, que criaram uma esperança nos bancos de uma universidade, que não tem culpa se ali não foi lhes ensinado tudo que devia, pagaram, cumpriram obrigação, se sacrificaram, a maioria deles se formou como eu me formei, trabalhando de dia, estudando a noite, lutando muito no final de semana, tirando cópia, xerox de um livro, talvez caro que não pudesse adquirir e no final sejam eles os grandes penalizados, os grandes culpados, aqueles que até têm de enfrentar um certo constrangimento de vir até aqui e depor, e pedir que nós homens da lei e políticos encontremos uma solução para que eles possam advogar. Será que amanhã no mercado não serão eles classificados como profissionais de segunda categoria? [soa a campanha]

Portanto, Sr. Presidente, eu saio desse debate preocupado. Quero encontrar uma solução. Acho que Deus pode nos iluminar e deve nos iluminar. Sou, nesse momento, favorável a que esses estudantes não sejam penalizados. Não acho que cumpremos a justiça se o

afastarmos da profissão. Espero que o Exame de Ordem não seja realmente uma reserva de mercado, como aqui foi insinuado por alguns. E que se houve alguma insuficiência ou deformação na formação acadêmica, com a prática, com o convívio em escritórios, possam eles se aperfeiçoar e chegarem a um padrão ideal para o bem da justiça e dos brasileiros que nela buscam o seu direito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): No momento eu vou passar a palavra ou ao Senador Valter Pereira ou ao Senador Wellington Salgado. Preferem primeiro... Senador Valter Pereira.

Então, em seguida o Senador Wellington Salgado se assim... Com a concordância dele já. Cinco minutos com a tolerância de mais um, se necessário.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria aqui de fazer algumas considerações sobre o que eu ouvi acerca da OAB. Eu não poderia calar-me quando ouvi duras críticas a uma instituição cuja trajetória se confunde com a própria trajetória da democracia brasileira. Todos nós que estamos aqui no Congresso sabemos muito bem o papel que a OAB cumpriu nos momentos mais difíceis que as instituições brasileiras atravessaram. Quando digo as instituições, me refiro especificamente às instituições democráticas. Quando estudantes estavam amordaçados, perseguidos pelas forças da ditadura, encontravam abrigo na OAB. Quando religiosos eram perseguidos, encontravam sempre a voz corajosa desta instituição para defendê-los. Quando os operários estavam proibidos de fazer greves, e que estavam enfrentando os canhões da ditadura para impedir passeatas e todas as manifestações, estava a OAB junto. Por que, Sr. Presidente? Porque o papel do Advogado é esse. O papel dessa instituição é esse. O papel da OAB transcende e muito ao simples elaborar uma petição, fazer o recurso, participar de uma audiência. O papel do Advogado é muito maior. É o papel do guardião da liberdade. Do guardião do patrimônio.

Sr. Presidente acho que foi muito infeliz quem buscou esse viés de criticar a OAB, porque poucas instituições neste País têm serviços prestados do tamanho que a OAB tem prestado à democracia, à liberdade e ao nosso País. Senti... O meu companheiro Geraldo Mesquita fala do grande Sobral Pinto. Mas eu lembraria aqui, antes de sair desse tema específico, eu lembraria aqui, além do Sobral Pinto, de um episódio recente, quando nós estávamos saindo de uma ditadura de 64, e ingressando na democracia, onde é que se deu o grande episódio que assinalou o começo dessa grande luta da redemocratização do País. As arcadas da Faculdade de São Francisco, e lá com

o manifesto aos brasileiros iniciado pelo grande Goffredo da Silva Telles Júnior. Essa é a história da OAB. [soa a campainha]

Mas aqui, Sr. Presidente, eu ouvi atentamente e gostei muito da definição da inquietação do Senador Crivella. O Senador Crivella disse aqui com toda clareza que se emocionou com a situação dos bacharéis. Realmente os bacharéis freqüentaram suas faculdades, receberam o certificado e não puderam ingressar no mercado de trabalho. Mas disse também que não poderia ficar indiferente com a questão da razão. Não poderia deixar de desprezar a razão. E aqui, Sr. Presidente, eu vou me reportar ao inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal. O que diz é que diz esse dispositivo? O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Faço essa leitura aqui para ingressar naquilo que como pontificou o Senador Crivella, é a razão. A razão está aqui. Nós temos os bacharéis que nos emociona. Mas nós temos um número muito maior que exige de nós a razão. E esse número muito maior — [interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo a V.Exª que pudesse concluir nesse um minuto...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou concluir. Gostaria que V.Exª me desse um pouquinho mais de tolerância até porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Primeiro lugar, aqui é a Casa do povo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo ao Plenário, e inclusive ao Senador Valter Pereira, que eu vou dirigir com tranqüilidade o trabalho. Não tenho nenhuma dúvida que vai ser na maior tranqüilidade. E quero dizer também que vai competir ao Presidente ser tolerante ou não com os Senadores e Deputados. E só quero dizer que se eu for tolerante com alguém de um minuto a mais ou dois, contra a posição que é a favor do fim, por exemplo, só, do Exame da Ordem, darei o mesmo tempo aquele que falar no momento subsequente. Não tenho dúvida. Nós vamos construir aqui o equilíbrio. Senador Valter Pereira, quero lhe assegurar a palavra e vou ser tolerante com V.Exª, tinha lhe dado um, vou lhe dar um minuto, V.Exª terá mais dois minutos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então eu gostaria de ponderar com esse fundamento uma outra questão, um outro interesse, é o interesse daqueles que nós no direito chamamos de jurisdicionado. O que é que é o jurisdicionado? O jurisdicionado é aquele que depende desse mandamento

constitucional. Aquele cidadão comum que quando vê uma placa fulano de tal Advogado, acredita que aquele Advogado é capaz, porque ele botou uma placa ali de Advogado, ele tem habilitação para defender os seus interesses, ele é capaz de lhe dar a devida proteção no momento que ele precisa resgatar a sua liberdade. O jurisdicionado é aquele que acredita que tendo uma placa ali de alguém que seja intitulado de Advogado, ele pode lhe garantir o patrimônio e de repente ele contrata aquele que não tem a devida competência, a devida capacidade para formular a demanda, [soa a campainha] para conduzir bem o processo e acaba perdendo o seu patrimônio, perdendo a sua liberdade em função do quê? Em função do despreparo. O Exame da Ordem é uma das grandes conquistas, Sr. Presidente. Uma das grandes conquistas para preservar o interesse não do Advogado, do bacharel, mas para preservar o interesse de quem acredita que quem é Advogado pode defender o seu interesse. E vou mais além. Vou mais além aqui, Sr. Presidente. Hoje, outros campos profissionais já pensam em adotar exame parecido com o nosso. Por quê? Porque veja, por exemplo, na área médica. Quantos profissionais que estão com a placa também na frente de seus estabelecimentos e de repente faz uma cirurgia plástica, deforma a fisionomia de uma pessoa e de repente essa pessoa não consegue mais resgatar a sua imagem original--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Faço um apelo ao Senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --por quê? Porque não teve controle de qualidade do exercício profissional.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma crítica construtiva. Quando vai se falar, por exemplo, em Exame da Ordem, quando vai se propor o fim dessa avaliação tão importante para todos os brasileiros que dependem da assistência jurisdicional, quando vai se falar sobre isso, não se pode deixar de considerar que a OAB é a principal... O principal alvo. E se é a OAB o principal alvo, ela tem que ter garantida a sua legitimidade para fazer uma defesa singular. E aqui veja o que aconteceu hoje aqui. Pelo que fui informado, eu não estava aqui no início da Sessão, aquele que é o porta-voz da ordem dos Advogados teve cinco minutos para defender a instituição diante de um movimento dessa envergadura. No meu entendimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valter Pereira, me permita agora, vou falar como Presidente. Eu sou obrigado a lhe dizer que quem falou isso foi um mentiroso. Vou dizer aqui de público para todo o Brasil ouvir. Eu presidi o trabalho e dei espaços iguais para todos aqui. Todos tiveram o mesmo espaço. Senadores, Deputados, convidados

[palmas] para expor o seu ponto de vista. Foi combinado, inclusive, com o representante da ordem. Eu quando fiz minha fala de abertura falei exatamente na linha que V.Ex^a falou, do que é que a OAB representa para a democracia, o País, para a liberdade, no meu entendimento, inclusive para a justiça. Combinei com todos, todos concordaram que era cinco minutos mais um. Eu queria dar dez com mais cinco. [palmas] Mas foi entendimento com todos. Então eu não vou admitir que alguém venha aqui faltar com a verdade.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas V.Ex^a está confirmando que deu cinco minutos, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cinco para todos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para todos. Mas para aquele que está sendo alvo... Não poderia ser apenas de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valter... Eu faço um apelo novamente ao Plenário. Senador Valter Pereira, eu quero só lhe dizer que democracia é a vontade inclusive pra mim do entendimento entre as partes. E a OAB foi convidada e conversamos. E a OAB entendeu, e aqui o fez muito bem pelos seus representantes que poderia ser cinco minutos mais um. Não dá para V.Ex^a, a essa altura, depois de quase duas horas de debate, nós mudarmos a forma de encaminhar o que foi acertado entre as partes.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há problema. Só faço essa crítica, por quê? Porque eu entendo que se querem demolir um exame dessa envergadura e que afeta diretamente a OAB, o seu direito de defesa teria que ser o mais amplo possível. Mas como houve entendimento, eu respeito. Na Comissão de Constituição e Justiça certamente esse debate vai ser travado, e lá nós vamos resguardar à OAB o mais amplo direito de defesa. Porque não se justifica tentar demolir uma conquista dura como essa para proteger. Aí sim, para proteger um segmento da população em detrimento de todo jurisdicionado, em detrimento do povo brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu que agradeço a V.Ex^a. E se assim o Plenário entender, para mantermos a seqüência de um contra e um a favor, eu passaria a outro Senador, com o mesmo tempo que dei ao Senador Valter Pereira, a um outro que tenha uma posição diferente aquele defendido. Então em seguida fala aqui o Senador Wellington Salgado, pelo mesmo tempo, que foram dez minutos. O dobro do tempo dado a cada um dos convidados até o momento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu não vou falar

tanto quanto o meu querido e ilustre amigo Valter Pereira, que é um apaixonado pela OAB, a gente conhece muito bem. E realmente é verdade. Nós temos aqui nessa Casa que respeitar. A vontade de cada um, o que cada um acredita. Eu vou fazer apenas umas colocações. Eu sou do ramo de educação. O ramo de educação desde que nasci. Minha mãe começou com coleginho, jardim de infância e a medida que ia crescendo ela ia aumentando grau da instituição, até que chegou a faculdade, universidade, já passei pela OAB para reconhecer curso, autorizar curso... Por diferentes membros da OAB. Não são os que estão aqui. Já estivemos juntos.

Então, a OAB eu não estou aqui para atacar a OAB de maneira alguma. Eu tenho ponto, eu não acredito no Exame da Ordem. Esse é um ponto. Porque acho que ele seleciona, discrimina, e como eu sou do ramo de educação, eu sei que um professor pode preparar uma prova para aprovar 10%, 20%, 30%, 40%. Ele prepara a prova da maneira que ele quer a aprovação. Isso quem foi professor, quem é sabe que isso é possível tranquilamente.

Agora, Senador Valter Pereira meu querido amigo, V.Ex^a colocou que durante a ditadura, e é verdade, todos aqueles que eram discriminados, procurados, corriam para o a OAB. E é verdade. A OAB tem uma história e proteção. Só que esses advogados que estavam na OAB que protegiam não tinham feito Exame de Ordem, porque não existia. [palmas]

Então, eu digo o seguinte. O Advogado, e a coisa que me deixa mais preocupada é o seguinte: Qual é o poder, Presidente Paim, que alguém tem de com uma prova dizer, e poder ver o futuro que aquele Advogado terá? Será que ele terá uma nova oportunidade de fazer uma pós-graduação? Será que ele será um especialista em determinada área trabalhista, criminal, cível, qual é o poder que após ele se formar corte e diga: Não, você pode passar e continuar e você não. O homem é fruto do meio a que ele pertence. As universidades públicas aprovam mais porque tem alunos de escola particulares. A gente sabe disso. Não discriminando também. Tem gente que lá lutou. São sobreviventes que não tiveram boas condições de estudo, estudaram sozinho, à noite, virando, trabalhando e conseguem passar para uma universidade pública. Mas a maior parte vem de grandes escolas particulares. Ou seja, já há uma seleção natural que Darwin explicava nesse momento.

Agora, Presidente Paim, eu só procuro sempre na minha vida ter critério. Eu acho que o homem tem que ter critério na vida. Você acredita, você apanha, alguns em determinado momento se elogiam, mas você tem que ter um critério. Há pouco tempo atrás, Senador

Paim, nos vimos uma lista da OAB ser reprovada no STJ e a OAB chiou, gritou, esperneou. Ora... [palmas] Foi feita a mesma coisa--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permite um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sempre, Senador Valter.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os Senadores podem fazer um aparte, desde que o Senador que estiver com a palavra permita.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ali o que se questionou não foi habilitação profissional. Ali teve o ingrediente ali que foi até a faixa etária.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não estou discutindo, Senador, eu não estou discutindo se é... a faixa etária estava dentro da lei, senão não poderia estar na lista. Eu quero dizer o seguinte, eu quero dizer que eles foram reprovados. Eles foram reprovados. A verdade é essa. Foram reprovados por um órgão que simplesmente falou: Eu não quero essas pessoas pertençam a meu grupo. Fez exatamente o que a OAB fez. Eu não quero que essas pessoas pertençam a meu grupo. [palmas] Eu quero dizer o seguinte: A OAB sentiu o que ela pratica. Sentiu o que ela pratica. Eu não estou aqui dizendo qual é o caminho certo que a OAB tem que falar. Eu digo o seguinte, Presidente Paim, quem é o errado nessa história? Pra mim? O errado é o MEC. Quem autoriza curso, quem diz que está habilitado são as faculdades com fiscalização do MEC. As faculdades que funcionam em shopping, as faculdades que funcionam final de semana elas têm que ser fechadas pelo MEC ou criar um critério de avaliação para ver se mesmo funcionando dentro de shopping ou funcionando final de semana se elas atendem as regras do MEC. Isso que tem que acontecer. Então não é a OAB que vai dizer. Eu, por exemplo, tenho uma experiência em Goiás. O homem que é o representante do Departamento de Concursos da OAB de Goiás, é ex-Reitor de uma universidade privada. Ora, na competição de mercado de provas será que não vai haver uma tendência para ele de alguma maneira provar de onde ele foi reitor? Acho isso errado. A OAB não poderia deixar eticamente isso acontecer. [palmas]

Também não vou ficar aqui citando ações erradas que aconteceram na OAB em vários locais do País. Acho que isso é a chamada margem de erro. Isso acontece. E a OAB tem que corrigir isso. E ela vai corrigir. Como também tem maus juízes, maus donos de universidade. Isso são erros de um grupo que tem que ser corrigido por esse grupo a que pertence.

Agora, que o exame é discriminatório, ele é. Isso é verdade. E aí começa o seguinte, Senador Paim, a

escola já não prepara mais um homem, um Advogado para a vida, para defender como bem colocou o Senador Valter. A escola prepara para passar no Exame da Ordem. [palmas]

Chegamos ao ponto de dar carga horária normal, mas no sábado vai lá para poder fazer Exame da Ordem, como já aconteceu, cursinho preparatório. Eu vejo que a função da universidade não é essa. A função da universidade é preparar um homem, pleno para exercer uma profissão escolhida por ele, mas com valores embutidos por essa universidade. Inclusive tem universidades que têm valores diferentes uma da outra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Ex^a me permite um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sempre, Senador Valter.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Wellington Salgado, V.Ex^a acaba dando todos os ingredientes para quem defende o exame. No momento em que V.Ex^a reconhece que maus... Não diria maus profissionais, não vamos colocar porque ele não é profissional, mas que bacharéis despreparados são lançados no mercado pelas faculdades. E bacharéis despreparados para o exercício da profissão estão sendo lançados no mercado, quem é que vai ser o prejudicado? Quem vai ser o prejudicado caso seja abolido o exame, é exatamente o jurisdicionado. Ou seja, aquele cidadão que quando vê uma placa fulano de tal é Advogado, acredita que ele tem condições de defender o seu interesse.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Veja bem, Senador Valter, a defesa que V.Ex^a faz e que eu respeito e reconheço a história de V.Ex^a, conheço seu trabalho junto à Advocacia e com certeza saberá inteligentemente usar qualquer palavra que eu diga aqui contra a minha pessoa e contra as minhas idéias. [risos] Eu respeito. Mas também não abro mão. O Exame da Ordem, Senador Paim, é discriminatório. Agora, veja bem, essa Casa, o Congresso Nacional, ela recebe o que vem do povo. Quando vem aqui reclamar, essa Casa tem sensibilidade para receber a reclamação. E vai trabalhar. Antes era o Senador Gilvam sozinho, agora não é mais sozinho. [palmas]

Eu poderia ter a oportunidade, Senador Paim, de ser o Relator dessa matéria. Não fui. Porque eu acho que eticamente eu estou... Eu não posso ser o Relator. Porque eu tenho uma impressão e tenho um relacionamento com o mercado que não posso ser o Relator dessa matéria. Até falei para o Senador Gilvam na época.

Então, eu vejo o seguinte... Agora, vou votar. Votar eu vou. Sou membro da CCJ, onde for eu vou votar.

Porque se não votar não estarei exercendo aquilo que eu acredito. E isso eu não abro mão.

Então, Senador Paim, não vou fazer aqui um movimento sindical de apoio a vocês. Mas digo o seguinte, o exame é sim discriminatório. E vou estar contra a ele, a favor de V.Ex^a, Senador Gilvam.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo para que a gente fique agora em cinco minutos. Há filas e filas de pessoas aqui querendo falar. A lista aumenta a cada minuto aqui. Fazendo um apelo para que eles possam falar sobre esse tema. Eu quero dizer que vou permitir a fala sempre mantendo o equilíbrio. Senador Valter sabe o carinho que tenho por V.Ex^a, V.Ex^a é um grande Senador da República, tenha certeza disso, eu só quero dizer que tudo o que eu fiz aqui na ótica dos direitos humanos, que orienta todo o meu trabalho foi construir o equilíbrio. E todos foram consultados antes. Fico muito tranquilo quanto à forma de encaminhar.

Então eu passo já nessa visão de um contra e um a favor, ao Deputado Edson Gonçalves Duarte, que peço que fique em cinco minutos. Pode falar da sua Mesa, mesmo.

DEPUTADO EDSON GONÇALVES DUARTE (PV-BA): Bom...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a tem cinco minutos, com mais um se necessário.

DEPUTADO EDSON GONÇALVES DUARTE (PV-BA): Muito bem. Vou tentar aqui nesse tempo tão curto expor a minha posição em relação a essa discussão, já que sou autor de um projeto sobre esse tema na Câmara Federal. Eu sou Deputado pelo Partido Verde da Bahia, e tenho participado dessa discussão. Mas não sou Advogado. Como o Senador Wellington, eu venho da área da educação. Eu sou um pedagogo. E durante o tempo, bom tempo do meu curso, eu me dediquei a uma discussão que está dentro dos cursos de pedagogia e de educação sobre a eficiência, validade das avaliações. Ela realmente consegue avaliar o sujeito, o indivíduo, esse foi um grande debate. De tal forma que eu agradeço ao Senador Paim pelo convite. Cumprimentando o Senador Gilvam Borges pela autoria do projeto e motivo dessa Audiência Pública, mas quero ir direto ao debate sobre a eficiência do Exame da Ordem. Não está aqui em discussão o papel da Ordem dos Advogados, o valor dessa instituição que eu sou um profundo admirador. O que nós estamos discutindo aqui é a eficiência do exame para atender aquilo que está sendo colocado em debate por todos que passaram por esses microfones dessa Audiência Pública.

Eu sou contra a avaliação como instrumento como divisor de águas entre o céu e o inferno. Quem vai ser profissional e quem não vai. No instrumento de um exame, de um teste, de uma avaliação, eu sou contra. Mas se acham que esse é um instrumento e esse é o entendimento, esse instrumento tem que ser para todos, e não apenas para uma categoria profissional. Porque todas são tão importantes quanto o Advogado. O médico, como foi dito aqui que trata de vidas humanas, o engenheiro que trata de uma edificação que pode desabar. É tão importante quanto a função do Advogado. Agora, se é para ter um teste, se é para ter um exame, se é para ter uma avaliação, essa avaliação tem que ser feita por um ente do Governo, tem que ser uma instituição pública, tem que ser governamental e não uma categoria profissional, uma entidade de classe que tem um interesse direto e imediato na discussão e no assunto. [soa a campainha]

Esse exame, em particular, ele, além, no meu entendimento de inócuo, de não atender àquilo a que ele se pressupõe, para aquilo que ele pretende, considero ele inconstitucional pelo menos em cinco artigos. O inciso XIII do art. 5º, que trata da regulamentação da qualificação profissional feita em lei. Não foi feita em lei. Porque a Lei 8.906/1994, a lei da ordem, ela cita o exame, mas quem regulamenta é o provimento do Conselho Federal que não tem legitimidade constitucional para regulamentar aquilo que está na Constituição. [palmas] Até porque no art. 22 reforça essa questão dizendo que compete privativamente à União legislar exatamente sobre o sistema nacional de emprego e condições de exercício das profissões. Diz o art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República sancionar. E não sancionou porque não foi aprovado em lei, não foi aprovado pelo Congresso Nacional e sim por um conselho profissional que é o Conselho da Ordem. E ainda diz o art. 207. A questão da autonomia universitária. E fere de morte a autonomia universitária e fere de morte porque uma universidade que forma na verdade não forma. [soa a campainha] Já estou concluindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO EDSON GONÇALVES DUARTE (PV-BA): Ah, então, infelizmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo ao Plenário para que ele possa concluir aqui.

DEPUTADO EDSON GONÇALVES DUARTE (PV-BA): Eu queria concluir. Infelizmente tem ainda o art. 209 que fala que a avaliação e a qualidade do ensino tem que ser feita pelo Poder Público e vai de encontro à LDB, art. 48 que trata dos diplomas de curso supe-

rior [palmas] reconhecidos e terão validade nacional como prova de formação recebida por seu titular. Isso foi aprovado pelo Congresso Nacional.

Agora, os argumentos são verdadeiros. De que o ensino é ruim, tem maus profissionais. A solução é que é falsa. Ela não atende. Ela quando dizem que a universidade, há universidades ruins e para isso precisa ter o exame, não é verdade. Porque o exame faz na ponta, depois que o indivíduo saiu. E não tem competência legal e constitucional [soa a campainha] à ordem para avaliar os cursos. E muito menos o instrumento que é o instrumento da avaliação para resolver o problema educacional nosso que é grave.

E termino dizendo duas coisas. Primeiro, que a ordem não pode reivindicar para si essa autoridade para avaliar um desafio grande que nós temos no ensino público. E por último dizer para os senhores que historicamente o ensino sempre foi utilizado como um instrumento para manter privilégios. E por trás do exame não está apenas uma questão de reserva de mercado que é uma verdade, mas também um princípio ideológico para manter privilégios. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra nesse momento ao Senador Geraldo Mesquita Júnior que pode usar do microfone aí mesmo onde você se encontra ou aqui na Mesa, se assim entender.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Paim, querido amigo e Presidente dessa Comissão, Srs. Parlamentares presentes. Colegas Advogados, colegas bacharéis. Eu estou envolvido nessa discussão também. Claro, não poderia me furtar. Eu hoje, para minha grata surpresa ouvi e ouvi... Tive uma surpresa grande hoje muito feliz de ouvir as ponderações do Senador Wellington Salgado. Interessantes as ponderações feitas pelo meu querido amigo Senador Wellington Salgado. Eu queria como o tempo é muito curto, eu queria ir no cerne da questão. Me permitam a falta até talvez de modéstia. Mas eu creio que nós estamos tratando aqui de um problema tangencial a um problema muito maior. A educação no nosso País há muito tempo deixou de ser um bem imaterial para se tornar uma mercadoria. Há muito tempo, Paim. A ponto... Eu não gosto de generalizar. O próprio Senador Wellington aqui, que é do ramo, ressaltou essa possibilidade. Há pessoas na educação hoje no País que se ouvem com muita propriedade. Mas, em regra, a educação no nosso País hoje é uma mercadoria. A tal ponto, Paim, que às vezes eu fico imaginando que o certo seria que o registro das escolas se fizesse não no MEC, mas nas juntas comerciais. A tal ponto que chegamos no nosso País de transformar uma coisa tão

importante, fundamental para todos nós, numa mercadoria. O Exame da Ordem, em princípio eu entendo que o papel da Ordem dos Advogados do Brasil é o de fiscalizar o exercício da profissão como qualquer entidade de classe. A instituição do Exame da Ordem foi uma situação-problema criada para se resolver uma outra situação-problema. Bem maior. Como bem lembrou o Senador Wellington, Sobral Pinto não fez Exame da Ordem e é uma pessoa consagrada no mundo jurídico. Como milhares de outros. Não é o caso.

Mas vejam, Senador Paim, V.Ex^a que está à frente hoje no Congresso Nacional de causas importantíssimas como a recuperação da remuneração dos aposentados. Eu vou fazer aqui um paralelo mal comparando, e guardadas as legítimas proporções. Mas eu comparo, por exemplo, o Exame da Ordem como fator previdenciário. É uma situação problema criada para se resolver uma outra situação problema. Repito, eu entendo que o papel da ordem, como de qualquer conselho profissional é o de fiscalizar o exercício da profissão. Entendo também com a Prof^a Estefânia aqui presente, quando da minha primeira passagem aqui nessa Comissão, colhi rapidamente e ela me facultou essa possibilidade de colher com colegas que estão aqui, da ordem, a informação de que em outros países esse exame ocorre. E inclusive uma informação que eu não tinha de que ele ocorre, por exemplo, o Advogado de primeira instância faz um exame para advogar na segunda instância faz outro... Em países. Estados Unidos, Alemanha, etc. Eu quero deixar aqui uma sugestão. É uma pena que o tempo é tão curto, queria deixar aqui uma sugestão. Eu creio que nem o céu nem a terra. Não podemos permitir... A Ordem botou o dedo no dique. A imagem que eu tenho é essa. A Ordem botou o dedo no dique. Senão a coisa... não sei o que aconteceria se não fosse isso. Agora creio que precisamos aperfeiçoar esse mecanismo. Acho que a avaliação há que ser feita de forma seriada, ao longo do curso nas escolas, com a participação do MEC, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, com a participação das escolas. Creio que o mais justo, o mais sereno, o mais adequado seria isso. Uma avaliação seriada ao longo do curso para que ao término de um curso um bacharel não venha a ser submetido a uma condição como essa. De chofre, de supetão.

Eu queria deixar aqui, Senador Paim, e caros amigos e amigas aqui presentes, como sugestão ao nosso querido Senador Gilvam, que é autor, inclusive da proposição, eu creio que a gente precisávamos aperfeiçoar, Senador Gilvam. Não imagino arrancar de chofre, uma situação como essa criada. Como eu digo, [soa a campainha] uma situação-problema criada para

resolver outra. Eu acho que nós temos um grande espaço para conversarmos e negociarmos uma situação intermediária a essa. Uma avaliação... E o Senador Wellington ele tem razão. A grande responsabilidade disso tudo cabe ao MEC. Cabe ao MEC, que credencia escolas que não tem condição de funcionar. E o problema vai virando uma bola de neve. O problema vai virando uma bola de neve.

Então, para conter isso eu creio que precisamos de um interstício para se introduzir um novo mecanismo. Ou seja, uma avaliação seriada com a participação da OAB, do MEC e das escolas que ministram curso de direito no nosso País. Senador Paim, lastimavelmente não dá para a gente tecer maiores considerações e em respeito a V.Ex^a, eu concluo minha fala e me reservo até ao direito de voltar a falar sobre o assunto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Vou passar a palavra nesse momento ao Deputado Jair Bolsonaro, e fazendo sempre o apelo para que todos fiquem no tempo de cinco minutos com mais um.

DEPUTADO JAIR BOLSONARO (PP-RJ): Obrigado pela oportunidade, companheiro Paim. Posso chamar assim que o conheço de longa data na Câmara dos Deputados. E em especial longa luta pelo salário mínimo, espero que encampe aqui para que o recruta das Forças Armadas que ganha menos da metade do salário mínimo entre nesta luta tua porque realmente é uma questão de direitos humanos até. Amigo Gilvam Borges, colega da Câmara também.

O meu projeto na Câmara não é o primeiro, e eu me inspirei em Max Rosenmann e Edson Duarte. E entrei nessa briga, e pretendo, vim aqui para aprender também, me convenci mais ainda que estou certo e mais certo do que eu está meu filho, que é Deputado Estadual no Rio de Janeiro, está nessa frente em defesa dos bacharéis, e que me passou os dados para que pudesse então entrar nessa frente também. Até porque ele terminou sua faculdade, Paim, e passou de prima. Sem problema nenhum. E me disse ali agora pouco, foi até bom isso, a gente tem pouco tempo de conversar com os filhos hoje em dia, que ele tinha colegas muito melhores do que ele na escola, tiravam notas melhores e não lograram êxito na prova. [palmas] E o momento é mais do que oportuno para discutir isso aqui. Porque o câncer do concurso está com metástase, está querendo entrar na medicina, está querendo fazer concurso aqui para as outras áreas de maneira geral, e acho que o momento é esse. Extirpar essa questão desses concursos que vão contaminar os demais trabalhadores de nosso País, aqueles que concluem um curso depois de muito sacrifício.

Nós devemos realmente derrubar as paredes da ordem. São paredes blindadas. E se está blindado é porque tem um cofre lá dentro. E o concurso no meu entender é um meio para isso. [palmas] Estava conversando agora há pouco, rapidamente com o Senador Wellington Salgado ele ficou meio assim. Deviam fazer o exame para aqui também. Porque é o voto, que o exame diz que é o voto. Não tem que fazer outro exame também aqui. Porque Wellington Salgado não teve voto e está aqui dentro. E eu considero, outros podem não concordar comigo, um dos grandes Senadores da República. Porque ele mostra a cara. [palmas] porque ele mostra a cara. [palmas] E aqui, Paim, não vamos entrar nessa discussão, Paim, muito respeito tenho a V.Ex^a, a questão do voto fácil. Aqui discute-se a questão de cotas de universidades. Eu tenho um projeto que está apensado ao estatuto da igualdade racial, instituindo cotas para a Câmara e para o Senado. Nós devemos também ter 50% de afros-descendentes aqui e 50% lá. E quem for contra, que vote contra o Estatuto da Igualdade Racial, caso contrário estamos enganando apenas aqueles que de boa-fé, até vamos assim dizer, lutam por isso. Um voto errado, Salgado, falou agora pouco que um cirurgião pode deformar uma paciente numa cirurgia plástica. Mas um voto errado deforma a vida, deforma a alma. É muito mais grave. Não podemos admitir que para ser Advogado temos que fazer um novo concurso. Não podemos admitir isso aí. A ordem tão zelosa por democracia não, não deixa que os militares da ativa advoguem. Proíbem. E é mais uma reserva, porque não dizer um revanchismo. Porque tudo para eles é ditadura. Tudo é ditadura. [palmas] Até no dia de ontem, Jornal do Brasil de ontem uma menina aqui, Samanta... Rosângela, criticou porque na sala dela um livro não poderia ser usado para consulta. E outras poderiam. Ela saiu da sala esbravejando. Isso é coisa de ditadura militar. [palmas] A ordem é de 94. Ditadura é o que a ordem faz hoje em dia. Se no passado existiram alguns atos de força, hoje é a força da grana. [soa a campainha] A ordem deveria se filiar à CUT. A Ordem deveria realmente tirar a máscara e se filiar da CUT e ter participado anteontem daquele movimento lá liderado pelo Paulino da força sindical, exigindo que a contribuição dos trabalhadores não fosse obrigatório, como acabou sendo aprovado.

Outra história, discutir filigranas com os [ininteligível]. Não é porque uma coisa é constitucional tem que ser mantida. As constituições mudam. Época por época. Ou são alteradas. Um conselho para a ordem. Por que não dilui essa provinha, essa prova, ao longo dos cinco anos da faculdade? Sem curso? Dilui. É lógico que nem com viagem eles teriam o tesão de realizá-la. [palmas]

Outra coisa, se meu filho não tivesse sido aprovado para o exame, ele estaria convivendo comigo sob a pecha da incompetência. Até que o Presidente lá do Rio de Janeiro disse há pouco tempo, está escrito a entrevista dele, que o Exame da Ordem é para que o bacharel deixe de ser incompetente. Realmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir.

DEPUTADO JAIR BOLSONARO (PP-RJ): Vou concluir. Bem, vou deixar aqui o tempo. O próximo orador deve ser um jovem aqui que entende mais do que eu. Graças a Deus. Melhorou. Está melhorando aqui a linhagem do pai. Eu espero que ele realmente dê seu devido recado com muito mais razão do que a emoção que estou aqui. Paim, muito obrigado. Gilvam, parabéns. Companheiros, muito grato.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato ao Senador Leomar Quintanilha. Senador Wellington, pela ordem?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria saber, Deputado Jair Bolsonaro, se melhorou a linhagem por genética da mãe ou do pai?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valadares. Senador Valadares. Senador Leomar Quintanilha não se encontra. Senador Valadares com a palavra. Cinco minutos com mais um. É o apelo que a Mesa faz. V.Ex^a pode falar daí ou se quiser vir à Mesa...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, Nelson Trad, primeiro lugar eu gostaria de felicitar o Presidente dessa Comissão, Senador Paulo Paim, e o autor dessa matéria, da extinção do Exame de Ordem, que é o Senador Gilvam Borges, que proporcionaram uma oportunidade ímpar a este Senado, e aos diversos segmentos interessados no assunto; de um debate o mais amplo possível, visando aclarar todas as opiniões contra ou a favor. Acho que um debate também deverá se situar em torno da situação real do Brasil. Quantos Advogados existem a serviço da população em cada Estado? Eu colhi, por exemplo, num levantamento feito recentemente pela OAB que destaca a posição de Estados economicamente fortes, como São Paulo, Distrito Federal. Nós sabemos que o Distrito Federal tem a maior renda per capita. E tem um Advogado para cada 140 habitantes. Enquanto São Paulo um Advogado para 154 habitantes. Mas há uma situação gritante. Se compararmos essa situação dos Estados mais ricos com alguns Estados mais pobres, como Piauí e Maranhão, que estão na escala daqueles que

se situam num patamar de inferioridade econômica e de renda per capita. Por exemplo, no Piauí há um Advogado para 913 habitantes. Enquanto no Maranhão essa situação se agrava mais ainda. Um Advogado para 1.337 habitantes. E assim por diante. Isso é uma prova da desigualdade no Brasil de que alguma coisa precisa ser feita para que a justiça chegue com equidade e celeridade nesses Estados mais pobres que eu citei, apenas dois, do nordeste do Brasil.

E há outro aspecto que também deve ser levado em conta, Sr. Presidente, o tempo é breve, terei que ser mais rápido, existem no Brasil esses dados me foram fornecidos pelo Dr. Vladimir Rossi, vice-Presidente Nacional aqui representando o Dr. César Brito, está aqui conosco para a nossa honra, há nada menos que 1.046 cursos jurídicos em funcionamento no Brasil, com oferta de 194 mil vagas, formando mais de cem mil bacharéis ao ano. Cem mil bacharéis ao ano. Quer dizer, o Brasil forma cem mil bacharéis. Mas onde? [soa a campainha] Eu falei agora mesmo que existe uma desigualdade gritante entre Estados do sul do País e Estados do nordeste.

Então, a média de criação de cursos jurídicos no País hoje é de nada menos de 71 cursos por ano. Entre 94 e 97 era de 29 cursos anuais. Agora subiu para 71. Quer dizer, nós estamos aumentando o número de cursos, o número de Advogados, mas persiste essa odiosa discriminação, injustiça na distribuição de profissões de Advocacia nas regiões mais pobres. Eu falo isso como integrante do Partido Socialista Brasileiro que defende [soa a campainha] como V.Ex^a defende, Senador Paulo Paim, acabar no Brasil com a exclusão social. Se há exclusão social no Brasil, [palmas] temos que considerar que as regiões mais pobres estão excluídas da experiência do Advogado, e conseqüentemente da presença da justiça.

Eu não entrarei no mérito, na questão. Entretanto, eu sou Advogado e entrei na Ordem dos Advogados, consegui minha carteira de Advogado, aquela carteira vermelhinha, da qual eu me orgulho muito, ao invés de eu viajar com a minha carteira de Senador eu apresento a vermelhinha, a do Advogado. Porque é a profissão que eu abracei. Sou também formado em química. Mas é a profissão que eu tenho como a verdadeira profissão do Senador Valadares é de Advogado. [soa a campainha]

Mas para terminar, Sr. Presidente, eu acho que primeiro, é preciso haver um paradeiro, um limite na formação de cursos de Advogado. Enquanto isso não acontecer, há essa exigibilidade da realização dos cursos. Pra quê? Para que haja uma diferenciação entre Advogados que se formam em faculdades que realmente merecem nosso respeito e Advogados que

se formam em faculdades que nós não sabemos nem onde elas funcionam. Algumas funcionando em situações precárias do ponto de vista de material, de professor. E o MEC tem que dar em cima dessas faculdades. Enquanto nós não chegamos à situação de estruturação da educação em nosso País, de limitação da realização de cursos, com objetivos meramente econômicos financeiros, a situação é esta. Porque nós não podemos de forma nenhuma tornar a profissão do Advogado uma profissão comum. Porque ele defende os direitos substanciais, fundamentais do povo brasileiro, e escritos na nossa Constituição. E, por via de conseqüência, defendem a liberdade. Que é o maior bem, o maior patrimônio da pessoa humana numa democracia. Por isso minha palavra nesse instante, Senador Gilvam Borges, o projeto de V.Ex^a é um projeto que efetivamente atende muito segmento que se consideram injustiçados. É bem verdade. Porque vem ao encontro naquilo que eu falei no início. De que muitos Estados não têm Advogados. Muito bem. Mas em contrapartida, e a qualidade do ensino onde nós vamos buscar para que tenhamos bons Advogados no fórum, fazendo boas defesas, fazendo com que a justiça seja coibida em nosso País. Agradeço a V.Ex^a e a paciência com que todos me ouviram.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sempre é uma alegria ouvi-lo, Senador. Quero informar o Plenário de como é que está nosso trabalho. Vai falar agora o Deputado Flávio Bolsonaro. Pode falar daí ou da Mesa se quiser, e por último, Senador Valter Pereira, vai falar como nosso convidado aqui na Mesa o Deputado Federal Nelson Trad que é o coordenador da Frente Parlamentar de Advogados da Câmara dos Deputados que é a favor de manter o Exame da Ordem. Ele está aqui como nosso convidado e como está o Senador que é a favor do fim do Exame da Ordem.

Posterior a essa fala, a Mesa ainda vai abrir, conforme entendimento, eu faço apelo ao Plenário para que depois ninguém reclame. Eu faço um apelo ao Plenário. Conforme o entendimento e quero cumprimentar a OAB. Sinceramente cumprimentar a OAB. Porque a OAB poderia chegar aqui e dizer o seguinte: Olha, eu quero 10 minutos para nós. E para os bacharéis só cinco. A OAB em nenhum momento fez isso. A OAB veio aqui para um debate democrático, mesmo tempo para nós mesmo tempo para quem tem posição diferente. E por isso conversando novamente com a OAB, vai falar ainda representando a OAB, Dr. Marco Vinicius Furtado Coelho, Presidente da Comissão [ininteligível] da OAB, vai falar ainda Edras Dantas de Sousa, Conselheiro Federal da OAB, e Vladimir Rossi Lourenço, Presidente em exercício da OAB Federal representando

a OAB. E pelos bacharéis vai falar Dr^a. Maria Thamar, Presidente do Movimento Brasília, Dr. Reinaldo Arantes, Presidente do Movimento São Paulo, e Dr. Antônio Júlio Souza Velho do Movimento. E vamos intercalar como fizemos até o momento. Acho que o debate está num alto nível, está muito bom, quero mais uma vez cumprimentar os Advogados todos aqui presentes, os bacharéis, enfim, e principalmente a OAB. Porque a OAB é isso. Ela se submete ao debate democrático e vamos lá construir o melhor que seja para o País. E pode saber, Senador Valter Pereira, que eu concordo muito com V.Ex^a. Eu serei sempre um defensor eterno da OAB. Como é V.Ex^a. Está em debate somente o Exame da Ordem. E a minha posição aqui como é de V.Ex^a é defender a OAB eu diria até o final.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Na verdade o que eu fiz no início--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu entendi.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --foi um desagravo porque houve uma crítica à OAB enquanto instituição. E isso daí não podemos concordar. Quem conhece a história da OAB não pode aceitar isso pacificamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ... Com a competência de sempre e fica aqui nossos cumprimentos. Por favor, Deputado Bolsonaro.

DEPUTADO JAIR BOLSONARO (PP-RJ): Exm^o. Senador Paulo Paim, na pessoa cumprimento todos os Senadores e Deputados aqui presentes. Exm^o. Senador Gilvam Borges, na pessoa de quem cumprimento todos os demais presentes aqui nessa Audiência Pública, e todos os bacharéis em direito no Brasil.

Preliminarmente, Senador Paulo Paim, quero comentar aqui o elogio suspeito do Deputado Jair Bolsonaro. E dizer que a única coisa que evoluiu em relação a ele foi ele querer que eu fosse botafoguense e eu sou vascaíno hoje em dia. Então essa foi a única evolução.

Mas estou exercendo meu segundo mandato estadual no Rio de Janeiro, com apenas 26 anos, passei cinco anos na cadeira da Faculdade de Direito da Universidade de Candido Mendes, concomitantemente por dois anos exercendo a prática forense, e concomitantemente submetido há mais de 200 horas de atividades extracurriculares. Assisti palestras, audiências, tudo isso por exigência do MEC, para que eu pudesse me tornar um bacharel em Direito. Acabada a faculdade, como 99,9% dos bacharéis em direito aterrorizado pela prova da ordem procurei um curso particular para me sentir em condições de prestar esse exame. Passei por uma primeira fase, muito difícil, cheia de questões que certamente um Advogado nunca vai usar no seu

dia-a-dia, na sua prática, no exercício da advocacia, e por questão de sorte, não por mérito, numa segunda fase discursiva, com uma correção muito longe da transparência por parte da OAB do Rio de Janeiro, exemplo disso foi que antes da relação do último exame agora de ordem do Rio de Janeiro, cerca de 70% dos recursos impetrados pelos candidatos do concurso passado, apenas 70% tinham sido julgados. Então, 30% das pessoas que recorreram porque se sentiram injustiçadas com a correção do último exame, chegaram na data do exame subsequente sem saber se já estavam aptos ou não. E a pergunta que fica é a seguinte: Quem tem a legitimidade para estar avaliando quem é um bom ou mau bacharel em direito? É o MEC, que tem um Conselho formado por profissionais em educação, com mestrados, doutorados, PhDs, e que tem essa função constitucional ou um Conselho, ou uma Comissão de Exame de Ordem que não... Sem querer desmerecer, mas quais são as qualificações para estar avaliando quem é um bom ou mal Advogado? [palmas] Qual é a experiência prática? Qual é a experiência pedagógica que tem um professor que é pessoa especializada nesse tema para estar avaliando de forma imparcial?

E fica claro pra mim que essa postura que a OAB tem tomado é similar àquela de um mestre de obras que quer sim construir um edifício começando pelo seu telhado. Está querendo atacar esse problema que vejo que é notório, é público, é a coisa pacífica. O problema da qualidade das instituições de ensino superior nesse País. E não dá para admitir que a OAB avalia [soa a campanha] esse Exame de Ordem como um controle de qualidade dos bacharéis em direito. Por uma razão muito simples. No Rio de Janeiro a nossa Universidade Federal, algo similar à UnB aqui em Brasília, no último exame apenas 70% dos candidatos foram aprovados. Para quem acha que é um número muito elevado, a cada 200 candidatos, 60 são reprovados na melhor universidade do Rio de Janeiro. Será que o problema é da universidade? Sim. Com certeza. Será que o problema também é dos critérios utilizados no Exame de Ordem? Sim. Com a mesma certeza, Senador Paulo Paim. Não pode mais, não cabe mais nesse Estado Social e Democrata que nós todos buscamos concretizar a partir da teoria da nossa Constituição Federal, admitir que haja [soa a campanha], vou concluir, Senador, que haja essa restrição ao exercício da Advocacia. Que na prática eles mostravam da seguinte forma. Estagiários em direito nos milhares de escritórios que nós temos, são praticamente torturados psicologicamente, porque só podem ser efetivados nos seus escritórios se passarem no Exame de Ordem. Portanto, estão lá trabalhando, ganhando seu dinheiro suado

como estagiários, chega a data do exame, vai que esse estagiário não passa ele é automaticamente demitido, perde a chance de estar ascendendo num grande escritório e tem que aguardar mais seis meses, pagar mais uma taxa de inscrição para poder tentar exercer o seu direito à advocacia.

E por fim, para concluir, Senadores, sei que o tempo está esgotado, fica o convite a todos aqui presentes, estamos lançando no dia 11 de abril oficialmente a Frente Parlamentar contra o Exame de Ordem no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Dia 11 de abril, 10h, estão todos convidados. Será mais um fórum de debates com certeza com a presença também da OAB para que possamos também estar debatendo, esmiuçando esse tema no Rio de Janeiro, e sem dúvida alguma vamos fazer... Não vamos medir esforços para estar pleiteando, Senador Paulo Paim, uma urgência na tramitação desse projeto aqui no Congresso. Obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Informo ao Deputado Federal Bolsonaro, só informo que o Deputado Estadual Bolsonaro usou um minuto a mais porque V.Ex^a deixou para ele. De pai para filho. [risos]

Passo a palavra de imediato ao meu amigo e fomos Deputado Federal muito tempo juntos. Deputado Federal Nelson Trad que aqui representa a Frente Parlamentar dos Advogados da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO NELSON TRAD (PMDB-MS): Prezado Presidente, Senador Paulo Paim, prezado amigo e Senador Gilvam Borges, prezado Senador Valadares, meus colegas Deputados, meu conterrâneo Senador Valter Pereira, e ilustre Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, também meu conterrâneo, Vladimir Rossi Lourenço.

Senador, “quando se sente bater no peito a heróica pancada, deixa-se a folha dobrada enquanto se vai morrer”. É da sua terra, de Sergipe, Tobias Barreto. Um dos maiores Advogados do Brasil. Humanista. Naquelas circunstâncias, no Século 19, ele já falava. Filho de uma humilde família, o nosso vernáculo evidentemente que dominava com aquela autoridade que a história está lhe consagrando hoje de grande tribuna, de grande poeta e de grande Juiz. Mas também alemão, também italiano, também francês e talvez inglês. Se Tobias Barreto estivesse sentado no seu lugar, ele estaria adotando a mesma posição que o senhor hoje manifestou aqui. Na seletividade profissional, sem identificação ideológica político-partidária na afirmação de que há necessidade de um segmento profissional do País ter competência, autoridade para sustentar princípios e direitos. Eu não vi e achei absurdo, e até re-

comendo Senador Gilvam, até recomendo alguns que aqui estão e que habitam da mesma Casa nossa, não levar como argumento principal para a defenestração do sistema jurídico brasileiro o ataque insistente e intermitente que eu vi contra a Ordem dos Advogados do Brasil. Se passar aqui o projeto e chegar lá que vá com a intenção necessária de discuti-lo com racionalidade, e não com passionalidade.

E por isso mesmo que eu estou aqui representando a Frente Parlamentar de Advogados. Não temos uma Frente Parlamentar contra o Exame da Ordem lá. Porque já seria uma idiossincrasia contra um sistema. E aí uma idiossincrasia nessa circunstância seria pó miúdo e fétido para justificar uma posição nacional. Lá temos que justificar a existência ou não através de conceitos e de exemplos que justificam a necessidade de se promulgar ou de sancionar uma lei.

Esta multiplicação de Faculdade de Direito, e aqui nós temos o Senador Wellington, [soa a campainha] que é de certa forma um instrumento necessário para a elaboração de uma lei nesta circunstância, limpa, uma lei que na realidade venha a atender o interesse da coletividade. Agora, veja só e eu ouvi sobre o Ministério. E ouvi o colega baiano dizer de forma emocionada a existência de um princípio para a eliminação da seleção da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele é baiano. Quando o Ministro da Educação Fernando Haddad reconheceu que ou autorizou o funcionamento de 24 novos cursos de direito no País, que em cada formatura dessa dará ao Brasil mais de 3.750 bacharéis com direito a prisão especial e prontos para levar à reprovação na ordem, um desses cursos, veja professor, veja Senador Wellington, um desses cursos, veja só Senador Antônio Carlos Valadares, veja só, num desses cursos com cem vagas fica na cidade de Luiz Eduardo Magalhães na Bahia. Sabe quantos habitantes tem o Município de Luiz Eduardo Magalhães? 20 mil habitantes. Sabem quanto é a taxa de analfabetos nesse Município? 64%. Desgraçadamente contra a história da Bahia.

Por isso mesmo eu estou aqui representando a Frente Parlamentar dos Advogados, que dentro dela tem colegas que não apóiam e nem defendem essa tese que eu estou defendendo. Porque é um núcleo democrático. E que, na realidade, não aceitará que se agrida uma instituição como a Ordem dos Advogados do Brasil.

Mas há um exemplo, Senador Paim, que o Conselho Federal de Corretores de Imóveis, veja só, mandou e já tem três resoluções publicadas no Diário Oficial em 2002, 2003, com o alicerce na Lei 7.653 de 12 de maio de 78.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto.

DEPUTADO NELSON TRAD (PMDB-MS): Vou terminar. Que institui o exame de proficiência para os pretendentes ao ingresso no exercício da profissão. O Conselho Federal de Contabilidade, por sua vez, baixou a Resolução 853/99. No mesmo sentido. Essa resolução foi alterada por outras resoluções mais severas. A de nº 928 e 933. A Senadora Serys ela apresentou aqui o Projeto de Lei 102/6, dispondo que para obter o registro profissional junto aos conselhos regionais de medicina e odontologia os médicos e cirurgiões dentistas devem ser aprovados em exame prévio de proficiência. Portanto, é a manifestação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A despeito, Deputado Nelson Trad? A despeito de quê? O médico tem ainda dois anos de residência, em alguns casos três anos de residência.

DEPUTADO NELSON TRAD (PMDB-MS): Correto. Obrigado. Vou terminar. Na Câmara Federal tem um Deputado de nome Joaquim Beltrão de Alagoas. Ele apresentou o Projeto de Lei 1.559 com o objetivo de autorizar todos os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a exigirem exame de suficiência com requisito para obtenção de registro profissional. Muito bem. A OAB tem feito apenas uma vigilância, não está fazendo reserva de mercado. Muito ao contrário.

Em todo caso, Sr. Presidente, nós da Frente Parlamentar está à disposição para discutir também na Câmara este projeto. Mas dentro de princípios racionais. Na preservação da OAB. Porque esta instituição, queira uns ou não, é intocável. E tem uma marca na história do Brasil que neste momento, se os meus ex-professores, formado que fui no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Brasil Affonso Arinos de Mello Franco, o nosso saudoso Aliomar Baleeiro, os grandes tribunos professores do Rio Grande do Sul que lá eu estive [soa a campainha] e que já passaram por esse Senado, eles não de dizer que a minha voz aqui, na Frente Parlamentar da Câmara Federal dos Advogados é apenas um eco da saudade e da voz daqueles que engrandeceram a advocacia. Assim como engrandeceu a advocacia, o grande Rábula e depois Advogado, ilustre--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço um apelo ao Plenário para nós mantermos...

DEPUTADO NELSON TRAD (PMDB-MS): Eles não sabem ouvir... Por isso é que não passam na ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os mesmo 10 minutos que eu estou dando eu darei depois.

DEPUTADO NELSON TRAD (PMDB-MS): Por isso que eu digo obrigado. É o convite que eu faço para debater na Câmara Federal.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra nesse momento à Dr^a. Maria Thamar, Presidente do Movimento em Brasília. Se entender, poderá usar 10 minutos. E eu faço o apelo para que todos depois usem cinco minutos.

SRA. MARIA THAMAR: Bom dia, Srs. Parlamentares, Senador Paim, Senador, nunca pensei que um dia ia estar nesta Casa com todo respeito que tenho pelos Srs. Parlamentares. Criada que fui numa Casa que respeita o Congresso como entidade máxima de defesa do cidadão e do Estado enquanto organização.

Quero só fazer uma pequena retificação quanto à pronúncia do meu nome, apenas por uma questão de identificação pessoal. O meu nome é pronunciado TAMAR embora seja grafado THAMAR. É um nome de origem hebraica e todas as pessoas têm dificuldade de pronunciar sem nenhum problema. Sou de uma família--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A senhora pode ter certeza que no meu caso não é a primeira pessoa que já me corrigiu em relação a seu nome.

SRA. MARIA THAMAR: [risos] Sem problema, Senador. Quero também dizer que sou de uma família de longa tradição jurídica, tendo Desembargadores, Procuradores da República, meu pai mesmo Advogado, meu irmão Advogado também, um primo muito próximo, então a minha família toda tem uma tradição de Advogados e médicos.

Quero também dizer que eu e creio que todos os meus colegas, isso é uma postura do movimento, não são... Não somos contra a Ordem. Não temos nada contra a Ordem. Reconhecemos o seu trabalho, quando não tínhamos o Ministério Público como hoje temos com a estrutura que hoje temos sabemos sim que foi a Ordem quem fez esse trabalho de defesa. Mas sabemos também, desculpe o ilustre Deputado, tenho idade de ser sua filha, quiçá sua neta, não se sinta agravado por mim, lhe digo isso com todo respeito, que esses ilustres Advogados não fizeram Exame de Ordem. Como meu pai não fez, como meus irmãos não fizeram, como meu avô que era Desembargador no Estado de Alagoas também não fez. Queria lembrar a todos isso. Quero também dizer mais uma coisa, não vou discutir constitucionalidade, exame, tecnicismo, tenho outros colegas mais preparados para isso. Quero

contar a vocês uma coisa que acho pelo menos pitoresca. Eu sou proveniente dos quadros da Caixa Econômica Federal, onde trabalhei durante 16 anos, onde fui aprovada em concurso público Federal em primeiro lugar na minha região que era antigamente o pólo Goiás, chamado assim quando a Caixa... Deputado, eu fui aprovada em primeiro lugar num concurso público federal. Na Caixa Econômica eu trabalhei durante 16 anos. Saí porque eu quis. Eu pedi demissão para me dedicar à Advocacia. Ainda graduanda no penúltimo semestre com toda loucura de monografia como todos os colegas aqui que já passaram por isso sabem a tortura que é. Fiz concurso público para Advogado da Caixa Econômica Federal no Tocantins. Pasmem os senhores, passei. Acho que devo saber alguma coisa. Um concurso público para Advogado da Caixa Econômica Federal não tira o mínimo que vocês sabem como a Ordem diz que o Exame de Ordem tira. Examinem vocês. Um concurso público para Advogado da Caixa Econômica Federal, um Banco múltiplo, tira os melhores. Examina coisas pesadas. Passei. Pasmem os senhores, há quatro exames da ordem eu sou reprovada. Não pude assumir meu concurso público porque não passo no Exame da Ordem. Os senhores sabem por que eu fui reprovada na última prova de segunda fase? Porque a minha letra, [soa a campainha] e eu disponho à Mesa se quiser verificar, foi considerada ilegível. Porque eu que tenho modestamente livros publicados no Brasil, porque me atrevo a dizer que escrevo poesia, que tenho prêmios internacionais em poesia, não sigo as normas do português culto. Gostaria de saber o que é o português culto. Gostaria de me sentar com esse examinador para que ele me diga o que é a norma do português culto. Apresentei em recurso laudo de profissionais de pedagogos em caligrafia que atestaram que a minha letra, abre aspas, tem “correto talhe inglês”. Não foi provido o meu recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A senhora me permita, lhe darei mais cinco minutos. Que foi o tempo que dei ao meu amigo Nelson Trad.

[palmas]

SRA. MARIA THAMAR: Bom, essa é a minha--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Uma pequena indagação. Aí a senhora entrou com algum recurso na justiça? Entrou com alguma ação na justiça?

SRA. MARIA THAMAR: Não, senhor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então veja o seguinte. Como Advogado a primeira coisa que a senhora deveria fazer era já imaginar que o seu caso específico poderia ser resolvido na justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Faço um apelo ao Plenário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, só uma citação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os Senadores usam a palavra a todo momento. Vou descontar o tempo adequado que a nossa colega--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro. Só queria fazer uma colocação. Meu querido amigo Valter Pereira. Ela não é uma Advogada ainda. V.Ex^a colocou como Advogada. Ela não é Advogada. V.Ex^a a colocou como Advogada. Foi reprovada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas se ela fez uma Faculdade de Direito ela sabe que a última... Quando não se encontra pela via administrativa nenhuma solução, vai ao Judiciário. Bate às portas do Judiciário. Portanto, se não tinha esse conhecimento é porque não estava preparada para o exercício da Advocacia.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vou retomar seus cinco minutos.

SRA. MARIA THAMAR: Senador Paim, eu posso responder a indagação dele?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza.

SRA. MARIA THAMAR: Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valter Pereira, você fez uma pergunta...

SRA. MARIA THAMAR: por gentileza, eu posso lhe responder corretamente porque fui apartada antes de eu terminar a minha resposta? Eu não entrei com recurso judiciário quanto a isso. Eu entrei diretamente com ação na Justiça Federal pedindo a nulidade do ato administrativo e a minha inscrição nos quadros da Ordem sem passar no concurso por entender inconstitucional.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Faço um apelo mais uma vez ao Plenário. Eu não estou em nenhum momento inibindo as palmas. Mas que fique nas palmas ou não. Somente. É um apelo que eu faço.

SRA. MARIA THAMAR: Bom, outras colocações que eu quero fazer são as seguintes. O Dr. César Brito o Presidente Federal da Ordem, e lastimo profundamente que a Prof^a. Estefânia, Presidente da Seccional-DF não esteja aqui, mas certamente ela vai ouvir a gravação, disse há poucos dias que a OAB é a Casa da liberdade. Fiquei extremamente emocionada. Agora, eu fico pensando que se a OAB é a Casa da

liberdade, todos os ilustres, e me permitam os Advogados inscritos que não me consideram colegas, *data venia* são meus colegas, eu não considero que esse exame me faça menos Advogada do que eles, até porque eu peticiono constantemente para advogados que tem inscrição na Ordem [palmas] e não sabem peticionar. Eu ganho a minha vida assim, Deputado. Eu peticiono para Advogados inscritos na ordem que não sabem fazer um recurso de multa de trânsito. [palmas] Eu fiz quando estava no quinto semestre, monografia de pós-graduação para a maioria dos meus professores da faculdade. Mas, voltando ao que eu ia dizer, eu penso que todos os Advogados inscritos na Casa da liberdade pleiteiam a liberdade. Ontem, dentro do UNICEUB, e vou falar com todas as palavras qual foi a faculdades porque sou proveniente de lá, Dr. Adilson mandou rasgar todos os cartazes que nós colocamos lá mesmo tendo recebido convite oficial do Senador Paulo Paim. Dr. Adilson me impediu e impediu o DCE de entrar lá dentro e comunicar aos alunos que existia isso. Ele tinha um convite oficial do Senado Federal. Ele nos impediu de entrar, Senador. Ele rasgou os cartazes que o DCE havia pregado nas paredes do curso de direito.

Isso aqui é uma Comissão de Direitos Humanos, e por isso estou relatando esse fato. Isso é uma ex-crescência num Estado Democrático de Direito. Dentro de uma faculdade, dentro de uma academia. Dentro de uma instituição que diz que forma profissionais de verdade. [soa a campainha] Isso é em breves palavras o que eu tinha a dizer. Acho que outros argumentos, tenho outros colegas mais preparados para falar. Queria dar o meu depoimento pessoal e queria relatar esse fato que agride diretamente os direitos humanos, por entender que estou no local certo, sob os auspícios da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Passamos a palavra nesse momento ao Dr. Marcos Vinícius Furtado Coelho. Disporá do tempo de cinco minutos. Pode usar daqui... Faço um apelo para que fique em cinco minutos. Porque se não ficar em cinco, o que vier na ordem seguinte usará também o mesmo tempo que eu tiver que conceder ao que está com a palavra nesse momento. Dr. Marcos Vinícius por cinco minutos.

SR. MARCOS VINÍCIUS FURTADO COELHO:

Exmº Sr. Presidente desta colenda Comissão, importante Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, que é orgulho que tantos brasileiros que vê em sua pessoa um lutador incansável por questões importantes da cidadania

como salário mínimo e agora a recuperação do valor da aposentadoria.

Na realidade, argumentos como o que vaticina pela desnecessidade de uma lei, Senador Paim, no atual momento histórico porque esta lei não existia em outro momento histórico, na Casa Legislativa, é um argumento que não há de ser aplicado. Porque os legisladores existem justamente para que as leis sejam aplicadas e as leis sejam construídas de acordo com a realidade histórica de cada momento.

Então, argumentar porque grandes, notáveis da Advocacia no passado não fizeram Exame de Ordem. Porque a realidade social, atual, é outra. A separação judicial é uma realidade do momento presente, e não era uma realidade do momento anterior.

Então, qual é a realidade do atual momento, Senador Paim, demais Senadores e Deputados? Colegas Advogados, senhores bacharéis? É que se for abolido o Exame de Ordem, teremos em poucos anos atualmente já há quatro milhões de Advogados. E a base de cem mil novos bacharéis por ano, cinco milhões de Advogados em aproximadamente uma década. Isso significará um Advogado para cada 40 brasileiros. Isso significará que em todo o universo, Senador Paim, atualmente existem dois milhões de Advogados no atual momento. Nós iremos construir então um País que terá o dobro de Advogados no número de todo o restante do planeta. Atualmente o Brasil já é o segundo maior País em número de Advogados perdendo apenas para os Estados Unidos da América, sendo que lá os Advogados possuem outras funções, não apenas aquelas estabelecidas no Brasil.

Então, esta é a realidade social do momento. É uma realidade que necessita a devida intervenção. E nós estamos na Casa dos Direitos Humanos, Senador Paim. Eu ouvi discursos contra os direitos humanos há pouco, negando a necessidade de ações afirmativas. Negando a necessidade de cotas em um País que discrimina. Por que, Senador Paim? Porque é o argumento conservador de que lê apenas o primeiro aspecto da igualdade, que diz que é tratar igualmente os iguais, mas faz parte também da igualdade tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desiguam, e por isso que tem que ter a cota racial, por isso que tem que ter esse saldo, essa nossa... Nosso débito histórico deve ser saldado. Por isso que deve ter um tratamento privilegiado àqueles que situam na parte camada inferior da sociedade. E por que é que o Exame de Ordem melhor defende os direitos humanos? Porque um réu, um cidadão, aquele que necessita do Advogado, que tiver um recurso tecnicamente mal preparado, ele não terá justiça. E o Exame de Ordem procura selecionar a aptidão mínima, Senador Paim.

A Universidade Federal do Piauí aprovou 83%. Foi dito que a Universidade Federal do Rio de Janeiro provou 70%. Mas é esse o patamar de excelência. Porque não é excelente uma faculdade que aprova 100%. Até porque os 30 que não passaram certamente irão fazer o Exame de Ordem seguinte, certamente irão passar. Por quê? Porque às vezes o aluno... Exame de Ordem são feitos a cada três meses, quatro meses, cinco meses, e é possível o estudante fazer tantos quantos exames de ordem. A UERJ do Rio de Janeiro aprovou 86%, a Universidade Federal de Sergipe 82, a de Pernambuco 81%. Então isso significa dizer que as universidades, principalmente as públicas que não mercantilizam o ensino, principalmente as públicas que têm um ensino em primeiro lugar aprovam no Exame de Ordem. Aqueles que mercantilizam, essas sim, que quer aumentar o bolso de seus empresários, porque o fim do Exame de Ordem vai fazer com que, Senador Paim, aconteça o engordamento das contas bancárias de quem faz o ensino particular um negócio. A mercantilização. O Exame de Ordem tem a aprovação das universidades públicas porque lá sim pratica-se o ensino de altíssima qualidade, essa que é a realidade social do momento. O restante é sofisma.

Na Casa dos Direitos Humanos. Nesta Casa em que se prega a igualdade de todos perante a lei. Uma defesa de qualidade. É a única solução para proteger tais direitos. A Ordem dos Advogados jamais poderia ser, para concluir, Senador, acusada de corporativismo nesse debate. Acusada de estar pensando apenas no seu umbigo. Por quê? Porque em aprovando o fim do Exame de Ordem nós teríamos uma arrecadação anual de quatro bilhões de reais. [soa a campainha] Seríamos, Senador Paim, mais fortes do que muitos Estados da federação. Que arrecadam de ICMS bem menos de quatro bilhões de reais por ano. Se pensarmos somente no umbigo, Senador Paim, iríamos querer que todos, independente do mínimo de qualificação fossem Advogados. Porque iríamos arrecadar. Seríamos muito mais fortes como instituição corporativista. Mas a ordem não pensa apenas no seu umbigo, na sua arrecadação. A ordem pensa nos Direitos Humanos, pensa no cidadão que vai bater à porta da justiça e necessita de uma defesa técnica de qualidade. A Ordem quer é que os direitos humanos prevaleçam. E não vai prevalecer dando acesso a pessoas que não têm mínimo de qualificação para atingir 50% de um exame que se repete muitas vezes no mesmo ano.

Senador Paim, por sua sensibilidade social, a ordem reclama, a Ordem apela, melhor dizendo para essa sua sensibilidade, que sempre se fez. Sou seu admirador, para que este projeto seja visto como algo

contrário aos direitos humanos e não favorável. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Dr. Reinaldo Arantes, Presidente do Movimento de São Paulo. Teremos depois somente mais dois inscritos. E convido também já Dr. Esdras Dantes de Souza... Se encontra aqui. Quem vem? Dr. José Geraldo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paim, só um aparte pequeno?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não. V.Ex^a tem a palavra a qualquer momento.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Ex^a cria e traz para essa Comissão assuntos tão importantes e ao mesmo tempo apaixonantes que acaba a gente deixando de ir em outros compromissos. [risos] Eu tenho outros compromissos e estou difícil de sair dessa cadeira. Então queria parabenizar V.Ex^a que consegue conduzir, já vi aqui na Comissão de V.Ex^a índio, negro, aspectos... As questões rurais... Todo tipo. O índio inclusive foram 500 índios aqui. Achei que estávamos sendo atacados naquele momento. Então V.Ex^a está de parabéns por esses assuntos polêmicos e ao mesmo tempo apaixonantes que traz a essa Comissão.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Reinaldo, por favor. Cinco minutos.

SR. REINALDO ARANTES: Boa tarde, público que nos acompanha pela TV Senado, eu queria me ater em alguns pontos estanques. Inicialmente a questão da inconstitucionalidade do Exame de Ordem, porque uma Casa que faz as leis têm que brigar depois para que elas sejam respeitadas.

O Exame de Ordem ele é materialmente inconstitucional com base no art. 5º, caput. Igualdade. A igualdade foi citado agora por quem me precedeu dizendo que no caso das cotas raciais os iguais tem que ser tratados iguais e os desiguais desigualmente(F). Agora, todos os bacharéis no Brasil se formam, pegam um diploma válido em sua faculdade, se escrevem na sua ordem e vão trabalhar. E as autarquias fiscalizam o exercício profissional. No caso direito esse exercício nos é vedado. Nos dizem antes de começar a trabalhar se somos bons ou ruins, de forma inconstitucional. A questão ainda é da materialidade da inconstitucionalidade. Art. 5º, inciso XIII. A qualificação é única coisa que pode vedar o livre exercício profissional. Qualificação, aí os profissionais da OAB esquecem, senhores, de que qualificação não é o Exame de Ordem. Está

definido caput do art. 205 da Constituição, a educação é que qualifica o indivíduo para o trabalho. [palmas] E tem mais um ponto, senhores, tem a questão formal. Nenhuma lei nesse País pode ser regulamentada por ninguém mais que não seja o Presidente da República. Art. 84, inciso IV da Constituição. Pois bem, o Exame de Ordem é regulamentado pelo Conselho Federal da OAB que usurpa a função que é privativa e indelegável do Presidente da República. É inconstitucionalidade formal. E tem ainda a questão, senhoras e senhores, está revogado, um princípio básico que nos primeiros seis meses de faculdade nós aprendemos que lei posterior revoga a lei anterior. Nós temos a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que diz em seu art. 43 que a faculdade prepara indivíduos aptos... Aptos, senhores, a ser inserido no seu mercado de trabalho. E não há exceção para direito. Portanto, além de tudo, a norma do Exame de Ordem, senhores, 8.906, art. 8º, inciso IV está revogado e ninguém citou isso.

Então do lado jurídico vocês vejam, senhores e senhoras, que a OAB não nos questiona. Ela não leva o debate para o caso jurídico porque não tem argumentação jurídica. [palmas] Mas está bom. Vamos ficar na Casa da OAB. Eles falam então que nós não temos competências, que os bacharéis são ignorantes e que o exame de ordem separa o joio do trigo. Muito bem. Questiono a questão da má qualidade das escolas. Vamos pegar esse ponto inicialmente. O Senador Fernando Collor quando foi Presidente da República ele liberou vários pontos. Nossos carros, liberou a informática, e liberou o ensino superior. Desburocratizou para que todos nós tivéssemos acesso. E quem sabe um dia nós consigamos chegar ao fim do vestibular para que todos aqueles que queiram façam para nível superior e este País seja um País mais competente. Muito bem. Em 90, nós tínhamos 250 cursos de direito. Hoje temos 146 e a OAB fala que é uma explosão de cursos. Não citam que havia 400 cursos de administração e que hoje temos 3.300 no Brasil, senhores. E a administração não está o caos. Todos os formandos pegam seu diploma, seguem até sua autarquia, se registram e a partir daí a autarquia cumpre o seu dever de fiscalizar o seu exercício profissional. [palmas] Não antes disso. Nós, senhoras e senhores, temos apenas 10% de nossa população em idade acadêmica nas faculdades. O nosso vizinho Paraguai tem cerca de 20%. Portugal tem 30. A Alemanha chega a 50%. Desses 10% apenas, senhores que nós temos, e são poucos, dois milhões são bacharéis em direito, segundo números da OAB, fizeram cinco anos e estão qualificados segundo as leis e impedidos de trabalhar. Impedidos de contribuir para um Brasil melhor.

Senhores, ainda a questão da qualificação, os mais antigos conhecem o ditado e o Senador Wellington Salgado com certeza conhece. Quando 10% de uma sala é reprovada, o professor é bom. Quando 90% de uma sala é reprovada, o professor é mau. O erro está com ele. E nós temos um exame que está reprovando 93%, senhores. Aonde está o erro? Aonde está o erro? [soa a campainha] [palmas] E vejam bem, senhores, a OAB fala de faculdades esquina, falam de bacharéis sem competência, mas essas mesmas faculdades são excelentes. Porque não se questionam quando ela forma jornalistas, economistas, administradores, veterinários, contabilista. Eu gostaria de fazer uma correção. Houve um exame de proficiência até 2004. Hoje não existe mais e o mercado não virou um caos. O mercado regula, senhores, a qualidade. O que a OAB está fazendo sim eu não vou entrar na questão da sacanagem que a OAB faz no Exame de Ordem, as questões que estão ali, as pegadinhas, os tópicos especiais de direito, a jurisprudência inclusive no tribunal de ética da OAB. Não vou citar esse ponto por um motivo simples. A questão da inconstitucionalidade é ponto que tem que ser batido nessa Casa. O exame é inconstitucional, formal e materialmente. [palmas] Já está revogado. E nós temos dois milhões de vítimas. Esses dois milhões de vítimas, senhoras e senhores, precisam de proteção de seus direitos, porque pagaram cinco anos, porque cumpriram as regras que o Governo Federal, através do MEC estipularam. Tem o diploma válido. A única coisa que nos separa da profissão é uma lei que vem de 63 que diz no estatuto anterior da ordem que Advogado é só aquele inscrito na ordem. Nós concordamos com isso. Só que no nos impede de nos inscrevermos. Nós completamos que o Governo nos exige, mas a OAB criou mais uma ponta. O Exame de Ordem. Todos nós formamos iguais. Advogados ou bacharéis, todos nós fizemos cinco anos numa universidade. Todos nós nos qualificamos nos bancos da faculdade. Todos nós estamos preparados. Não é o exame--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conclua, por favor.

SR. REINALDO ARANTES: Não é um exame que em cinco horas vai fazer essa diferença. Muito obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Dr. José Geraldo de Sousa Júnior, vice-Presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB. Conselho Federal. Com apelo também de cinco minutos com mais um para a gente poder...

SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR:

Obrigado, Sr. Presidente. Eu queria retomar a minha exposição já sob a impressão do debate que se alongou pela manhã e que foi muito rico, muito interessante, e destacando a oportunidade ao menos no aspecto que eu queria pôr em relevo do projeto do Deputado Gilvam Borges porque ele proporciona esta discussão. Ele permite essa discussão. Claro que nesse espaço há um engajamento muitas vezes interessado e motivado pelas expectativas subjetivas, e isso condiciona o próprio debate. Mas ele levantou uma questão importante, que eu penso devesse se prosseguir em outros cenários, mas esse aqui é o cenário absolutamente legítimo, porque vimos a riqueza de possibilidades que a discussão comporta.

Eu queria pontuar em função disso alguns aspectos. O projeto ele toca o ponto específico do Exame de Ordem. Ele toca um dispositivo único da lei. O estatuto onde o Exame de Ordem é previsto não é criação da OAB, é criação do Congresso. Claro que a OAB construiu as referências para poder fazer recepcionar a relevância dessa maneira, desse modo de qualificar ingresso corporativo. Uma corporação que tem um caráter mais republicano do que profissional pela sua história como aqui foi destacado. Então um primeiro aspecto, colega Marcos Vinicius lembrou isso, de que não é possível sair com Minerva armada da cabeça de Júpiter que criou esse tema a partir de 96. A OAB tem história quase bicentenária. E toda a referência para qualificar o processo de atuação do Advogado, e insisto na distinção entre Advogado e bacharel, e insisto que a demanda de Bacharéis não é do universo dos diplomados, exceto daquele segmento que deseja ingresso nos quadros da OAB. Porque milhares de bacharéis, ou milhões se quisermos colocar a demanda do tempo, obtêm diploma para exercício de outras atividades profissionais que não a Advocacia. E estão satisfeitos nessas suas escolhas. É que como lembrava o meu colega Marcos Vinicius, o exame tem que ser feito no contexto das múltiplas transações, que demarcaram, por exemplo, o que era exigível das carreiras de nível superior na Constituição da República. E até lá antes da Constituição do Império o que fez com que os cursos de direito fossem os primeiros cursos jurídicos do País. Que fosse a resposta da demanda de universidade desde o projeto dos inconfindentes que se consumou na assembléia de 1823 e depois em 1827 já no Congresso instalado, na assembléia instalada com a formulação dos cursos de direito, é que naquela altura e até bem pouco tempo nós não tínhamos a complexidade que não só referisse a uma situação de mercado que não é a que está em causa. Mas uma questão de sociedade. Que é o que nos demanda. Porque o que está sendo

posto no centro desse debate é de que modo uma carreira, uma função que tem estatuto constitucional, porque está designado na Constituição, ela responde às expectativas da essencialidade da sustentação no campo da justiça. [soa a campainha] Daí essa exigência. Eu acho que o debate deve prosseguir para que nós resgatemos esse contexto. Para que nós possamos verificar as condições em que a essencialidade dessa atividade se postulou, se formulou. E atualizar essa questão com o que a OAB vem fazendo ao longo desses anos. Senador Wellington Salgado sabe que a OAB contribuiu com o MEC para construir todas as exigências que hoje nas diretrizes curriculares define o perfil profissional. Não foi sem uma contribuição cooperada. O senhor sabe disso, o senhor participou desses debates. Sabe como foi um trabalho em conjunto e até hoje é em conjunto. As 89 instituições que hoje estão celebrando compromissos de ajustes de conduta, o fazem numa aliança que envolveu um grupo de trabalho que tem a OAB e o MEC e o Ministério da Justiça trabalhando nessa configuração. O Ministério da Justiça que [soa a campainha] pediu para participar porque não entendia que se pudesse fazer uma reforma do Judiciário e institucionalizá-la sem repensar as condições e formação daqueles que são a base do exercício do aperfeiçoamento da justiça.

Então, no passado nós sempre tivemos mecanismos seletivos. Não tínhamos o Exame de Ordem que foi criado pela lei. Lei que prevê a institucionalização do regulamento geral pelo Conselho Federal. É a lei que prevê. Que está escrito lá no dispositivo da lei, no final, nas suas disposições transitórias.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Aliás, eu gostaria fazer uma intervenção só para fazer uma leitura, Sr. Presidente, de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça. Olha o que diz a decisão. A decisão vou até dar o número aqui. Mandado de Segurança nº. 8.592 do Distrito Federal.

SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR: Impetrado pela OAB.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela OAB. Compete à OAB a aferição da capacidade para o exercício da Advocacia a atribuição que lhe é conferida pelo art. 8º, inciso I, da Lei 8.906/94 aspecto que reforça sobremaneira seu interesse na preservação da qualidade mínima para o desempenho do mister, sem o perigo de péssimos profissionais por deficiente formação acadêmica colocar em risco a defesa de direitos, seja na Advocacia contenciosa, seja na consultoria preventiva. Não se deve perder de vista também que a função do Advogado consoante a Constituição Federal, art. 133 é indispensável à administração da justiça.

SR. JOSÉ GERALDO DE SOUSA JÚNIOR: Isso é Mandado de Segurança impetrado pela OAB. A questão da constitucionalidade, para nós, não é mais uma questão em discussão. Ela já está assentada. Isso é uma decisão do principal Tribunal de Justiça do País. Só não foi examinada pela Corte Constitucional. Mas é uma decisão do principal Tribunal de Justiça do País.

Então, tivemos sempre mecanismos de seletividade. No passado de vários formatos. O exame de verificação do estágio, antes da lei... No regime da Lei 4.215 de 63. É o sistema disciplinar que se mantém. Só que numa complexidade que se em 1993 nós tínhamos 184 cursos, e em 2008 data de hoje [soa a campainha] temos 1.088 cursos, o processo é mais complexo e qualificado.

Então, se não for feito na entrada, ele é feito na saída. Porque uma das condições de desligamento do Advogado é o procedimento disciplinar e hoje aqui nós ouvimos da Tribuna gravado na televisão a auto-declaração de crimes. De Advocacia administrativa, de usurpação de função constitucionalizada. Nós ouvimos aqui da Tribuna. O processo seletivo se fará nos moldes da mesma lei [interrupção no áudio] inércia. Ou seja, que estão desqualificados para essa atuação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu convido nesse momento para virem à Mesa o Dr. Antônio Júlio Souza Velho, e também o Dr. Vladimir Rossi Lourenço. Vou nesse momento atender uma Questão de Ordem do Senador Salgado, e antes mesmo que os dois convidados falem, o nosso Relator Gilvam Borges usará a palavra também pelo tempo que o Relator assim entender. Depois falarão os convidados. Agora o Dr. Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paim, eu queria nessa difícil jornada de V.Ex^a de administrar o tempo para prós e contra, que desse também uma colaboração que o Senador Valter é campeão do mundo de conseguir um aparte e colocar o espaço. [risos] Já o conheço bem e sempre estou ao lado dele. Então sempre fico aguardando esse espaçado que ele conquista.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a está aqui para fazer o contraponto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hoje estou em posição contrária e estou vendo o quanto ele é forte em ocupar espaço.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas Senador Wellington, não está presente aqui hoje nem o Senador Mão Santa e nem o Flexa Ribeiro. Alguém tem que representá-lo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [risos] Então eu só queria que

ponderasse. Sempre que o Senador Valter fizer um apartezinho que eu pudesse ter o direito também de contrapor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Júlio de Souza Velho, por cinco minutos mais um se necessário. Dr. Antônio. Me desculpe. Mas eu havia concedido ao Relator que ele falasse para que vocês dois pudessem encerrar. Que ele vai ter que sair.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, como eu tenho outros compromisso, estou aqui desde às 9h como todos os convidados, eu gostaria de fazer algumas considerações. Apenas em três minutos. Para agradecer a presença da Associação Nacional das Vítimas do Exame da Ordem. E também aos diretores e aos membros da OAB que estão dando uma contribuição importante para esse debate. E dizer que no dia 11 de abril eu estarei na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro [palmas] e nós estaremos abrindo uma grande frente nacional no sentido das ações jurídicas que vamos trabalhar os tribunais, a grande frente de projetos de leis, tanto aqui no Senado como na Câmara, nós estaremos daqui a três semanas lançando o movimento nacional dentro da Câmara Federal. Temos quatro Deputados Federais com iniciativa legislativa. E nós iremos trabalhar bastante e quero só deixar aqui uma posição bem clara, que a questão da instituição da Ordem, da OAB, é sem dúvida. A gente sabe que o ataque a essa instituição é ferir a democracia. É uma instituição importante. [palmas] A nossa luta é justamente reparar um grande erro, um grande equívoco. E como alguns tribunais no País já se manifestaram pela inconstitucionalidade, nós iremos trabalhar isso firmemente também com as várias frentes. E eu acho que é muito claro que a instituição OAB não é uma faculdade, não é uma universidade, não é um Ministério da Educação. Portanto, não é o fórum próprio para fazer qualquer tipo de avaliação. [palmas] Quem faz a avaliação são as instituições que são indicadas pela Constituição Federal. Que é a lei maior do nosso País.

Portanto, a OAB meus parabéns pela contribuição, e também a estes bravos guerreiros que vieram de todos os Estados do País. De norte a sul eles estão aqui de forma organizada, se imobilizando. Vi ali um Advogado dizendo: Olha, Senador, preciso bater uma foto. Talvez para dizer estive em Brasília. Ele disse: Eu peguei um ônibus no Rio de Janeiro e vim embora. Como todos os outros que estiveram aqui. E só engrandeceram essa Comissão que é competentemente presidida pelo nosso estimado e querido Senador Paulo Paim. Portanto, é uma alegria muito grande vê-los

aqui e saber que nós estamos no campo das idéias e do debate. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato Dr. Antônio Júlio Souza Velho, por cinco minutos mais um, se necessário.

SR. ANTÔNIO JÚLIO SOUZA VELHO: Quero parabenizar o Senador Paim por essa maravilhosa oportunidade que está dando a todos os participantes aqui. Equilibradamente. Isso é muito importante. E depois que todos falaram, depois que tudo que foi dito, inclusive pelo Senador aqui que é o pai desse projeto, Senador Gilvam Borges, o que mais a gente tem a falar? O que mais precisa falar para que os senhores, representantes da nossa querida OAB, que nos anos de chumbo morreram muitos colegas, inclusive, e nenhum deles tinha o Exame de Ordem. E nem por isso deixaram de ser os brilhantes Advogados que foram. [palmas] Senhores representantes da nossa querida OAB, senhores que participaram inclusive dessa construção maravilhosa. Não destruam. Pelo amor de Deus. Nós precisamos dela, o País precisa dela, o meu filho precisa dela. Os negros precisam dela. Os brancos, os índios, todos nós.

É claro que a emoção toma o coração da gente. Porque eu estou três dias fora de casa... Uma saudade incrível da minha família.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte enquanto você toma um gole de água. Eu estava ao lado do Sr. Antônio e a esposa mandou um torpedo falando o quanto estava sendo bonito esse debate e o quanto ela está acompanhando com certeza por isso que ele deve estar emocionado, porque a gente entende que está no Senado Federal, primeira vez que eu entrei nessa Casa, arrepiei até agora de falar. Realmente é muito importante. Então tome seu gole de água e faça seu espaço que a sua família está te acompanhando neste momento.

[palmas]

SR. ANTÔNIO JÚLIO SOUZA VELHO: Eu fiz um trabalho de conclusão, a relação... à significação ética profissional entre o Advogado e o cliente. Gente, eu aprendi muito nesse trabalho de conclusão. Eu aprendi o que é filosofia, inclusive. Coisa que se ouve falar muito e muito pouco se entende. O que é ética e o que é moral. Me lembro que eu fui perguntado na minha banca se eu sabia o que era ética e o que é moral. Sei. Aprendi com quem sabe. Aprendi nessa faculdade maravilhosa. Porque eu tenho uma faculdade hoje. E isso tem que ser respeitado. Eu tenho um DR que eu posso usar na hora que eu quiser ser Advogado, inclusive. É o único curso da graduação que recebe

um DR e é uma lei que continua em uso. Porque entre Juízes, Desembargadores, Promotores não existem hierarquias e nem Advogados também.

Então, senhores, eu vejo assim que nós aqui, todos nós, inclusive os senhores representantes da OAB, querendo primar pela qualidade do nosso País. Isso é muito importante. E isso aqui faz esse País ser maravilhoso. Mas eu gostaria de dar um dado importante que não sou eu que inventei. A cada cinco mil alunos que ingressa na faculdade, 1% sai formado. Que País que nós vamos ter no futuro? No momento que barram duzentos mil, dois milhões de bacharéis, dois milhões de profissionais [soa a campainha] no nosso País, isso reflete na população e não acesso à justiça. Eu defendi uma criança quando estagiário, e depois continuei que eu me graduei, que foi abusada sexualmente por um profissional da psicologia. A família não tinha condições de pagar um Advogado. Eu abracei a causa e graças a Deus tive êxito e conseguimos fazer justiça. No Judiciário. Isso pra mim foi muito emocionante, porque a família confiou no meu trabalho, e eu desempenhei a minha função com a maior dedicação. E eles não me discriminaram. O meu órgão de classe está fazendo comigo? Está me discriminando. Que moral a OAB tem para me discriminar? [palmas] Ela nem me conhece. Como é que ela vai me discriminar? Nem me conhece. Se eu vou ser capaz ou não vou ser. Que história é essa? Eu já provei nos bancos da faculdade que eu sou competente. E estou aqui por causa da minha competência. Senão não estaria aqui e nem esses colegas todos que estão aqui. Ninguém é melhor que ninguém. Sócrates dizia isso. Sei que nada sei. Quanto mais eu sei mais descubro que não sei. Ninguém sabe nada. Nós aprendemos um com outro. É na experiência. Hegel falava o seguinte, e diz, afirma isso, o ser humano só é completo quando ele une duas coisas mais importantes. Conhecimento e desempenho na função. A prática. Ninguém aqui nasceu sabendo. Ou quem sabe alguém aqui nasceu sabendo. Vocês têm que abrir mão desse problema que a OAB está tendo hoje. Vocês têm que se resolver lá. Gente, está prejudicando não só os bacharéis, as famílias que estão dependendo de--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto.

SR. ANTÔNIO JÚLIO SOUZA VELHO: Obrigado, Senador. As famílias que estão dependendo de eu pegar a minha carteira para defender, se for o caso, gratuitamente. Eu quero ter esse direito de defender uma pessoa gratuitamente. Que é o que eu fiz inclusive, o bacharel quando recém-formado que ele vai trabalhar, ele trabalha na esteira da gratuidade, muitas vezes gente. O Estado não têm condições de proporcionar

Advogados para todo mundo. Nós temos que auxiliar a sociedade. Como é que nós vamos exigir que a pessoa queira o seu direito se a informação não chega nele se ele não sabe disso. Nós temos que informar a população. E outra coisa, quanto mais bacharéis, eu acho que na minha opinião, acho não, na minha opinião todo mundo devia ser bacharel em Direito. Esse País seria outro País. As pessoas têm que saber o que está na Constituição. Muito obrigado. [palmas] Eu quero assim abraçar a todos os colegas que estão aqui. E olha aqui, temos que seguir essa luta até o fim. Já disse, vou perseguir essa luta até o fim. Não me formei por acaso. Eu sou uma pessoa que tenho todo o conhecimento necessário para ir até o fim debater com quem for necessário. Eu quero ver qual é o argumento e onde é que está a lei. Porque na nossa Constituição diz o seguinte: Ninguém é obrigado a fazer o que não está na lei. Eu quero saber onde é que está a lei que eu baixo a cabeça e faço como Sócrates. Sócrates se matou por causa da lei para provar que ele respeita a lei. Eu quero viver dentro da lei. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dr. Vladimir Rossi Lourenço, também pelos mesmos oito minutos.

SR. VLADIMIR ROSSI LOURENÇO: Senador Paulo Paim, quero inicialmente agradecer o convite que foi dirigido à OAB para estar presente a esse debate. Transmita ao Senador Gilvam Borges também os parabéns por ter de uma forma ou outra levantado a discussão sobre um tema importante, que é o Exame de Ordem. Nós não viemos aqui, mas a defesa da instituição já foi feita pelos nossos dois colegas Nelson Trad e nosso Senador Valter Pereira debater a instituição OAB, viemos a convite para tratar de Exame de Ordem. E estaremos aqui tantas vezes quantas formos convidados para esse tema. Parabenizo então por essa oportunidade de permitir a todos nós que num trabalho voluntário hoje estamos a frente dessa instituição. Amanhã não seremos mais nós. Outras pessoas estiveram à frente dessa entidade importante no passado que nós reverenciamos a todos. E estamos nesse momento cumprindo um papel, um papel constitucional, papel legal, e de forma legítima.

O fato da OAB se colocar sempre à disposição para debater o tema, num primeiro momento não significa que nós possamos aquiescer tudo que foi dito contra o Exame de Ordem. Nós temos uma posição que é uma posição consensual, da importância desse instrumento que tem berço constitucional e berço legal, realço que através do Exame de Ordem não se faz seleção, e, portanto, não há discriminação. Não há número de vagas nos quadros da OAB que estabeleça

limites para acesso de quem quer que seja, o exame que se aplica é exame de aptidão, como já foi dito pelos nossos colegas que me antecederam. Onde se exige uma aprovação mínima e esta prova ela é uma prova aplicada com base numa grade curricular comum às Universidades, as Faculdades, aos Estados da federação. A OAB através da sua Coordenação Nacional de Exame de Ordem tem procurado retirar as questões pontuais aqui criticadas por quem é contra o Exame de Ordem, procurando trazer para elaboração de uma prova mais simples, mais objetiva, e que efetivamente estabeleça a qualificação do Advogado que vai lidar com o patrimônio e com a liberdade. Quero salientar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. VLADIMIR ROSSI LOURENÇO: Quero salientar ainda, até para efeito de uma contraposição a alguns argumentos aqui levantados de que efetivamente o cidadão que ingressa numa Faculdade de Direito sabe efetivamente o que lhe espera. A faculdade não é uma faculdade de advocacia, é uma faculdade que vai formar um bacharel em Direito com as inúmeras possibilidades profissionais depois do bacharelado, a advocacia é uma delas, e dentro do sistema normativo brasileiro por disposição legal e constitucional como disse, a OAB é a instituição, é a entidade aparelhada a aplicar esse exame de aptidão. Portanto, não há surpresa àquele que conclui o curso de direito, especialmente quem ingressou após 94 que ao final desse curso ele terá, sim, que submeter a um Exame de Ordem. Ele não é do desconhecimento daqueles que ingressam nos cursos de bacharelado em direito. Portanto, não é possível se invocar a surpresa ao final desse curso. Pensamos nós que com esse Exame de Ordem unificado que estamos empreendendo, tentando melhorar, tentando corrigir erros que se cometem sempre, erros que estão presentes em qualquer tipo de organização, qualquer tipo de instituição, qualquer tipo de associação, e o dia-a-dia permite que se conste os erros e se corrijam os erros. Pensamos nós que a unificação de conteúdo do Exame de Ordem será um instrumento aferidor da verificação, Senador Valter, de que a ascensão social pelo saber não pode ser um engodo. De que a prova aplicada no sul do País, norte do País, nordeste, centro-oeste, a região sudeste, é a mesma prova de conteúdo comum das grades curriculares. Portanto vai revelar efetivamente onde esse engodo existe. Onde efetivamente se pratica mais a mercantilização do ensino. O ensino não é mercadoria, e o Exame de Ordem é um dos instrumentos. Não é o único. Nosso representante da Comissão disse aqui qual a função que desempenha a função de ensino jurídico na autorização, no reconhecimento, e na revalidação

dos cursos de direito. Mas o Exame de Ordem é sim um instrumento calçado no inciso XV do art. 54 com o estatuto da cooperação para o aperfeiçoamento da qualificação do ensino jurídico nesse País. [soa a campanha] E nós não podemos desprezá-lo.

Um dos critérios para criação de novas faculdades que é levado em conta por esta Comissão de ensino jurídico é o da necessidade social. Foi dito pelo Senador Valadares, salvo melhor juízo, que existe uma distorção entre o número de faculdades em grandes centros de poder econômico mais efetivo, e aqueles centros onde não há uma pujante economia menos faculdades, portanto menos bacharéis, e menos Advogados. Mas é exatamente isso que a gente tem mostrado. Efetivamente, se tem lançado mão da mercantilização do exame jurídico sem se preocupar com a efetiva qualificação do ensino jurídico, e não é só no ensino jurídico, o CONTEE que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas Educacionais, [soa a campanha] lançou uma campanha recentemente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto.

SR. VLADIMIR ROSSI LOURENÇO: --no sentido de que esta desqualificação motivada até pela desnacionalização do ensino superior no País ocorre em todos os cursos e não só nos cursos de direito. A campanha está no ar pela internet, pela televisão, de que ensino não é mercadoria e não pode ser tratado como mercadoria.

Portanto, quero para concluir minhas palavras, dizer que a OAB se coloca à disposição para receber inclusive a Associação dos senhores, está aqui para tratar do tema porque assim foi convidada, e não fecha as portas, formada por Advogados e por homens, portanto, não é insensível às dificuldades individuais daquelas pessoas, como o senhor relatou. E eu notei isso pela sua emoção, e tenho procurado através dessa Comissão Nacional obviamente um tratamento mais genérico aplicar um Exame de Ordem que venha efetivamente a minimizar essa situação que foi apresentada aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Houve um entendimento aqui na Mesa, nós estamos encaminhando para o encerramento, o Dr. Antônio Júlio Souza Velho pediu no máximo dois minutos e o nosso convidado também, o Deputado Nelson Trad pediu também dois minutos. Então vou fazer da seguinte forma, aí vamos para o encerramento mantendo a sequência. Vai falar dois minutos agora o Antônio Júlio Souza Velho, e em seguida dois minutos para o nosso Nelson Trad. Se os Senadores entenderem, vou passar também a palavra para o encerramento dois ou três

minutos, Senador Valter Pereira, e dois ou três minutos ao Senador Salgado. Se assim entenderem. Daí vamos para o encerramento. Passo a palavra de imediato ao Dr. Antônio Júlio Souza Velho por dois minutos.

SR. ANTÔNIO JÚLIO SOUZA VELHO: Mais uma vez muito obrigado Presidente pela concessão. Eu gostaria de fazer uma colocação, uma sugestão para a OAB para resolver pacificamente esse confronto que está acontecendo que não precisava acontecer. Mas a gente pode resolver fácil isso. Basta que as pessoas queiram. Tem que querer. A OAB faz contato com o MEC, um semestre, o último semestre, por exemplo, da graduação, antes da graduação um semestre, só a OAB e prova aquele semestre que aí o aluno vai ter a matéria adequada. E o professor e a instituição ali. Isso seria... Inclusive os cursinhos também não iam perder com isso. Iriam ganhar porque o aluno que está ali pode procurar um cursinho, sim, para se melhorar, para ficar melhor, para enfrentar o Exame da Ordem no sexto mês. Mas daqui para frente. Claro que o direito resguardado para os que já estão formados. Só para os novos. Essa é a minha contribuição que eu gostaria de passar para os senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero dizer que todas as contribuições eu vou passar também para o Senador Magno Malta. Por estar no exterior e não estar presente aqui hoje. Deputado Nelson Trad, nosso convidado também dois minutos.

DEPUTADO NELSON TRAD (PMDB-MS): Presidente Paim, ilustre Senador Wellington, dois minutos não cabe a ordem. Quem sabe uma fragilíssima peroração. Mas eu quero reiterar aqui o meu apelo que se por acaso chegar este Projeto de Lei na Câmara, que moderem a linguagem em relação à OAB. E que guardem os aplausos para o final da votação do projeto. A instituição é quase que historicamente sagrada. Porque afinal de contas foi muito focado pela história que nas ordenações Filipinas já existia o Exame da Ordem. [soa a campanha] Porque quem quisesse atuar na Casa de Suplicação teria que evidentemente participar de um processo seletivo. Ilustre Senador Wellington, a sua fundação, o senhor... V.Ex^a que nasceu no berço de uma professora, pode se orgulhar das suas faculdades, especificamente a sua Faculdade de Direito. Eu conheço muitos Desembargadores, conheço muitos Juizes que saíram da sua faculdade. Porque lá é ministrado na realidade um curso de direito. Agora, V.Ex^a tem que se proteger. E se protegerá também inclusive para o futuro de adjudicatura e da advocacia brasileira. [soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto.

DEPUTADO NELSON TRAD (PMDB-MS): V.Ex^a nasceu em Minas Gerais, berço. V.Ex^a já naturalizou mineiro pela própria configuração anatômica. V.Ex^a evidentemente já adquiriu status da mineirice. Porque na realidade é uma figura contagiante. E Minas contagia.

Quero dizer, e vou repetir, se os ilustres bacharéis quiserem ter vida ainda nas suas aspirações, cheguem na Câmara com outra linguagem. E guardem os aplausos. Porque evidentemente não prosperará a intenção justificável daqueles que aspiram um diploma de Advogado. E não de bacharel.

E eu quero agradecer ao Presidente Senador Paim, meu farol na Câmara, nós que vivemos já três mandatos na Câmara e eu tenho sete de mandato popular, quero dizer que transmito aos companheiros e aos futuros colegas um pouco da minha experiência. E da minha crença que na realidade Advocacia do Brasil ainda pela Ordem dos Advogados do Brasil é séria.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conforme preestabelecido aqui, Senador Valter Pereira. Faço questão de ouvi-lo. Por cinco minutos. Em seguida o Senador Wellington Salgado com mais cinco.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, não poderia deixar de cumprimentá-lo pela iniciativa. Efetivamente mais cedo ou mais tarde esse debate teria que ser travado. E hoje nós fizemos o enfrentamento dele. Ouvi atentamente todos os fundamentos que foram expendidos aqui nessa Sessão. E um dos que me chamou mais atenção foi aquele segundo o qual grandes figuras do direito, como Nelson Gria(F), Sobral Pinto, e tantos outros, não se submeteram ao exame da OAB. Nelson Trad, que é um dos grandes juristas que conheço e aprendi respeitar, não só pela sua cultura jurídica, mas, sobretudo, pelo seu conhecimento holístico, em todas as áreas do conhecimento ele sabe um pouco e além de conhecer é um bom conselheiro sempre, também não fez o exame da OAB. E de fato não existia. Mas é preciso para se chegar a uma conclusão sobre isso conhecer a história dos estudos jurídicos em nosso País. V.Ex^a sabe muito bem que as primeiras escolas jurídicas que se instalaram no País foram estatais. Foram estabelecimentos públicos. E poucos cursos começaram com tanta solidez como os estudos jurídicos. As primeiras faculdades de Olinda e Recife, a USP, a Universidade de São Paulo, todas elas começaram com uma solidez extraordinária. E por que é que alguns anos atrás foi necessário o Exame da Ordem? Foi necessário exatamente no momento em que houve uma proliferação desses cursos. E com essa proliferação dos cursos é que efetivamente de-

gradou a qualidade do ensino jurídico. E aqui nós temos que levar em conta que esta avaliação que estou fazendo não é generalizada. Se qualquer um de nós observar uma estatística que está aqui à disposição dessa Comissão, sobre o desempenho das escolas jurídicas que hoje oferecem os cursos para os seus... Para os interessados nessa área, nós vamos verificar que em algumas delas o nível de aprovação não é de 50%. É de 90. E em outras, também não é de 50. É de 10. É de 15. Às vezes há casos em que o nível de aprovação é de 0%, Sr. Presidente. É de 0%.

Bom, aí vem aquela história. A responsabilidade não é do bacharel. A responsabilidade é do Ministério da Educação. [soa a campainha] Foi o que nós ouvimos aqui também. Agora, que culpa tem o jurisdicionado? Ou seja, aquele cidadão comum, aquele homem do povo que enxerga lá numa placa fulano de tal, Advogado. E naquele instante ele está precisando de uma proteção jurisdicional. Que culpa tem ele de não saber que o Ministério da Educação falhou? Aí ele contrata um profissional para lhe defender. E de repente ou ele pode perder a liberdade, ou ele pode perder um patrimônio que constituiu ao longo da vida porque teve um profissional que conseguiu bacharelado. E a grande verdade, Sr. Presidente, que precisa ser dita aqui, é que aquele que frequenta um [soa a campainha] curso de direito deve saber muito bem, porque há um edital do concurso, que o curso não é para a formação de Advogado, é para a formação de bacharel. É um curso de bacharelado. Agora, para se transformar em Advogado, existe uma lei. Uma lei que exige que o bacharel se submeta ao exame de proficiência da Ordem dos Advogados.

Então, Sr. Presidente, encerrando as minhas palavras, eu gostaria de dizer que esse debate traz, além dessa peleja para ingressar na condição de Advogado aquele que é apenas bacharel, traz aqui uma outra discussão. É preciso melhorar também na área administrativa, na área governamental, as exigências para se permitir a abertura de um curso. Mas enquanto não houver um controle do Estado sobre a qualidade daquele que frequenta um determinado curso, enquanto isso o Exame da Ordem se faz necessário não para proteger aquela corporação. Para proteger o determinado grupo que está atuando na Advocacia. Mas para proteger o cidadão. Aquele que precisa de serviços jurídicos no momento de agrura, no momento em que ele está ameaçado em sua liberdade ou ameaçado no seu patrimônio.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, senhores convidados, uma honra muito grande receber os que lutam para exercer a profissão e também a OAB. E hoje aqui pelo menos já tivemos o convite para que a Associação procure a OAB para tentar encontrar uma solução. Acho que foi uma grande vitória.

Agora, Senador Paim, eu tenho como suspeita da minha parte, porque eu realmente sou filho de uma professora, sempre acreditei nos caminhos que a minha mãe colocou, primeiro fiz engenharia, passei para a Federal do Rio de Janeiro, quer dizer um nível alto, tive que estudar bem, e acabei virando pedagogo e acabei descobrindo o prazer de criar cursos, faculdades, problema com aluno, com professores, às vezes problema com a própria OAB, com o MEC, isso no fundo acaba sendo prazeroso, participar de toda essa educação no País.

Mas Senador Paim, tem algo que eu tiver a experiência de sentir e que talvez poucos tenham tido a experiência. Minha mãe é uma grande educadora, e eu colado a ela participei mais na parte financeira das instituições. E eu tive oportunidade, Senador Paim, de estar sentado e ver um aluno que trabalhava durante o dia inteiro com as suas mensalidades atrasadas, querer renovar para outra sentado na minha frente, você olhar e vendo que ele quer estudar. Ele quer subir na vida. O pai dele não tinha curso superior, a mãe não tinha. Eu quando comecei com a minha mãe, meu pai fazia picolé e nós vendíamos para poder fazer uma escola. E eu me orgulho disso e era muito feliz.

Então, esses senhores que estão aqui presentes, se olhar para um deles eu vejo esses que querem estudar e querem subir na vida. E é difícil uma prova da OAB eu tenho universidades, faculdades em vários locais do País. Em Goiânia já tive o primeiro lugar no Exame da Ordem, e tive o último lugar no Exame da Ordem. Depende da safra, depende do momento, depende das questões da prova. Quando eu fui o último a OAB vai com o MEC me fiscalizar. Quando fui o primeiro ela nem me cumprimentou. Essa é a verdade que acontece.

Então, Senador Paim, eu vejo esses cidadãos, eles vão ser se eles conseguirem resolver essa situação com a OAB, entrarem na profissão, eles vão ser os Advogados mais aguerridos que vão exercer a profissão. Tenho certeza disso. [palmas]

E o pior é que eu olho para V.Ex^a e vejo um dos homens aguerridos porque chegou onde chegou. Eu sempre digo isso para V.Ex^a. Pelé fez mil gols. V.Ex^a tem mais de mil projetos nessa Casa. Eu sempre digo isso.

Então, Senador Paim, é difícil eles lutarem com alguém que tem internet, tem livro, tem tudo. Eles querem é simplesmente lutar em igualdade. E a igualdade não está sendo dada para eles. Porque eles têm que fazer uma prova que de repente naquele momento eles não têm a igualdade e perdem. E outro que tem internet, o pai comprava livro não precisavam trabalhar, ficavam em casa e passam nessa prova. Está havendo uma discriminação. Agora, se eles tiverem igualdade, Senador Paim, vai ser ruim de derrotá-los. Vai ser ruim de ganhar no Tribunal. Será que seria esse o problema da OAB, não deixar que as pessoas chegam lá porque pode derrotar os que já estão lá? [palmas]

Eu não sei se é isso. Não sei se é isso. Mas eu sinto isso. Eu sinto, Senador Paim. Agora, sinto também o Advogado que é do Piauí, que veio aqui, conteúdo acadêmico, posicionamento, de um Estado que muitas vezes é discriminado. Senador Mão Santa briga, luta e eu tenho certeza se você tivesse chegado à OAB e ser respeitado, como o nosso ilustre professor que eu conheço há muito tempo respeitou e citou, você lutou muito para chegar aqui. E veio de um Estado que sofre muito. [soa a campainha]

Então, Senador Paim, nós temos que encontrar uma solução. As leis foram feitas e as leis são modificadas nessa Casa. E as leis são feitas e são modificadas a medida que ela prejudica aqueles que estão sob essa lei.

Então, teremos que ter nessa Casa, tanto na Câmara como bem colocou o Deputado Nelson, temos que ter sensibilidade para a comunidade, para essas pessoas. E vamos votar. Nessa Casa tudo se decide no voto. Se achar que deve continuar o exame, que continue. Se achar que deve haver uma mudança, que tenha. Se achar que vai sair uma solução do encontro da OAB com os senhores, ótimo que chegue essa Casa já um consenso. Essa Casa adora quando chega a um consenso. Porque eu ter de um lado acreditando, Senador Valter, eu acreditando em outra situação, nós estamos sempre junto, eu o Senador Valter. Senador Valter hoje tem uma posição, mas ninguém sabe que ele tinha uma barba grande e foi um grande lutador contra a ditadura. Tinha uma barba enorme e um cabelo grande maior que o meu.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Maior que o seu. [risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hoje está aí e defende a OAB até o final. Vai defender sempre. Eu conheço bem ele. Vai defender sempre, porque ele acredita.

Então, Senador Paim, espero que saia uma posição de consenso antes de que nós venhamos a decidir--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Wellington--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, um aparte.

[risos]

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Art. 14.

[risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora é o art. 14. [risos]

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas veja o seguinte. As minhas convicções democráticas me dão uma visão bastante ampla sobre tudo que nós estamos discutindo aqui, e sou obrigado a reconhecer que num debate como esse surgem idéias diferentes. Hoje mesmo eu vi uma proposta aqui. Uma proposta que está batendo na minha cabeça. [soa a campanha] Está batendo na minha cabeça. Que é a de fazer o Exame da Ordem, porque eu acho que isso é fundamental, mas fazer anualmente na faculdade. E ali contabilizar. [palmas]

Então, aos meus amigos Advogados que compõem a OAB, eu recomendaria que estudassem alguma coisa também nessa direção. Porque talvez com esta alternativa nós pudéssemos encontrar o ponto de equilíbrio sobre o qual foi amplamente debatido aqui nessa Sessão.

[palmas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paim, agora fiquei com ciúmes, porque as palmas foram para o Senador Valter. [risos] Então veja bem que V.Ex^a conseguiu nesse debate, Senador Paim, ao final, Senador Valter que defende uma posição ser aplaudido. Então isso é que é bonito. Agora eu continuo, Senador Paim, acreditando neles. Eu acredito em cada um deles. Eu aprendi. Não adianta. Esse que vem aqui lutar uma semana longe da família ele acredita que tem que ter esse direito de exercer a profissão. Esse vai ser um Advogado... [palmas] Esse vai ser o Advogado que eu contrataria. [risos] Muito obrigado, Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós estamos indo para o encerramento da nossa Audiência Pública que iniciou às 9h da manhã. Agora são 13h24. Quero cumprimentar o Senador Mão Santa, que a ele eu peço uma salva de palmas. É um lutador, pode ter certeza disso, [palmas] nem sempre é entendido, mas a maioria ele sabe que entende ele. Inclusive tem sido um parceiro muito grande nosso aqui na luta junto com o Senador Wellington Salgado, Valter Pereira e tantos outros na questão dos aposentados e pensionistas. Que vamos continuar o debate no Plenário hoje à tarde.

Eu quero só no encerramento agradecer muito aqui a todos os representantes dos bacharéis, eu sei que vocês vieram de todos os Estados do País, nem todos puderam ficar até o encerramento, na busca de uma alternativa. E pelo que percebo, pelo menos aqui no Senado há uma grande vontade de construir um entendimento sobre esse tema. Agradecer muito também à OAB. A OAB aqui representada pelos seus Advogados, vice-Presidente, Presidente em exercício, que em nenhum momento se furtou ao debate, ao bom debate sobre um tema que interessa a milhões e milhões de brasileiros.

Eu só gostaria de dizer a todos vocês que eu também sou daqueles e eu tenho certeza que é também a posição dos bacharéis e dos Advogados. Sou daqueles que não aceita e não vou aceitar nunca ataque à OAB. Todos vocês eu sei que pensam igual. [palmas] Essas palmas podem vir de todos. Que nenhum de vocês pelo menos da nossa geração, digo nas nossas, dos que já morreram e aqueles do presente, consegue jogar pedra na brilhante história da OAB em defesa da liberdade da democracia e da justiça. E nosso Deputado Nelson Trad, pode ter certeza V.Ex^a que ele conhece a Casa, quando eu digo a Casa é o Congresso Nacional, quando aqui alertou a forma que o projeto saíra aqui do Senado, se chegar na Câmara, ele quis orientar pela sua experiência, a melhor forma é discutir a questão do Exame da Ordem. Mas não atacar a Ordem. Seria um equívoco atacar a Ordem porque perde voto no Senado e perde voto na Câmara. Falo isso também com quem tem 22 anos de Casa. Eu estou há 22 anos entre Câmara e Senado. Por isso que tenho mais de 1.300 projetos apresentados, uma [ininteligível] diferente. Quase três décadas aqui dentro.

Então o que na verdade foi feito aqui foi... Não é nem um apelo, mas até uma tática, digamos, positiva se quisermos avançar na construção do entendimento. Eu digo isso porque digo sempre para os meus amigos, eu que sou um apaixonado pelo ensino técnico profissionalizante, e apresentei aqui o FUNDEP e vou dizer porque agora, se quiserem aprovar o FUNDEP que é um projeto de minha autoria, que vai gerar seis, sete bilhões de reais para o ensino técnico não ataquem o Sistema S. Não adianta atacar o Sistema S. Quem atacar o Sistema S não aprova o FUNDEP. Ainda arruma uma bronca com todo o Sistema S. É uma questão tática para se poder operar para avançar naquilo que todos vocês querem. Estou sendo muito franco aqui. É verdadeiro. Olha que o Sistema S é dos empresários, e todo mundo sabe que sou sindicalista. Eu tenho a PEC aqui, geramos os sete bilhões de reais, mas não mexemos no Sistema S. Porque daí é não operar, é não querer aprovar o FUNDEP. Mas eu quero mais

nesse momento aqui, se pudesse dar um abraço em cada um de vocês. Bacharéis e Advogados.

Mas um abraço carinhoso, respeitoso, sei da luta de todos vocês. E pode ter certeza, pra mim foi muito importante essa Audiência Pública aqui na Comissão de Direitos Humanos. Porque todos vocês defendem os direitos humanos. Vamos torcer para que se construa um grande entendimento. Um abraço a todos vocês e muito obrigado a todos que vieram aqui.

[palmas]

Sessão encerrada às 13h29.

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 19 ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e cinco minutos do dia dezoito de março de dois mil e oito, na sala dezoito, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores **Senadores Paulo Paim, Gilvam Borges, José Nery, Romeu Tuma, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, coloca em votação e a aprova. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas colocações iniciais acerca de vários temas de direitos humanos e da pauta. A seguir, o Senhor Presidente passa a apreciação da pauta: **Item nº. 01:** Requerimento nº 21, de 2008 – CDH, que requer “a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir a violência contra o idoso, bem como os temas: saúde, segurança, igualdade de tratamento e de não discriminação. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas o Ministro da Educação, Ministro das Cidades, Ministro da Ciência e Tecnologia e Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e outros a serem definidas pela própria comissão.”. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado. Item nº. 02:** Requerimento nº 22, de 2008 – CDH, que requer o aditamento do Requerimento 13, de 2008 – CDH, para que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, convide a Senhora **Ana Maria Carvalho**, Promotora de Justiça do Estado do Pará, no Município de Tailândia – PA, para participar de Audiência Pública “com vistas a tratar da extração ilegal de madeiras na Região Amazônica, Estado do Pará”. Autor: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado. Item nº. 03:** Requerimento nº 23, de 2008, que requer “a criação de

Comissão Temporária Externa composta por 03 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.” Autor: Senador Inácio Arruda. Resultado: **Adiado. Item nº. 04:** Projeto de Lei da Câmara nº. 54, de 2007 – não terminativo – que “Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispendo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica”. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Adiado. Item nº. 05:** Projeto de Lei do Senado nº. 646, de 2007 – não terminativo – que “Dá nova redação ao inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Flávio Arns. Resultado: **Adiado. Item nº. 06:** Projeto de Lei do Senado nº. 202, de 2006 – não terminativo – que “Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Flávio Arns. Resultado: **Adiado. Item nº. 07:** Projeto de Lei do Senado nº. 339, de 2007 – terminativo – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual”. Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item nº. 08:** Projeto de Lei do Senado nº. 417, de 2007 – terminativo – que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria e com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado. Item nº. 09:** Projeto de Lei do Senado nº. 596, de 2007 – terminativo – que “Altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) de forma a garantir aos idosos a liberdade de escolha do assento objeto dos benefícios criados por esta Lei.” Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. EXTRAPAUTA: Item nº 1:** Requerimento nº 23, de 2008 – CDH, que requer a realização de Audiência Pública para “requer, nos termos regimentais,

a realização de Audiência Pública, no dia 10 de abril de 2008, para debater o conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins”. Com os seguintes convidados: Um representante do Ministério das Minas e Energia; Um representante do Ministério do Meio Ambiente; Um representante do IBAMA; Um representante do Fundação Nacional do Índio – Funai; Um representante do Movimento Nacional dos Atingidos pelas Barragens – MAB; Um representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST; Um representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Araguaia Tocantins – COIAT; Um representante do Consórcio Estreito Energia – CESTE”. Autoria Senador José Nery. Resultado: **Aprovado.**

Item nº 2: Requerimento nº 24, de 2008 – CDH, que requer, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2005, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente”. Autoria Senador Cristovam Buarque. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Romeu Tuma, José Nery, Marcelo Crivella e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e treze minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro a aberta a 8ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

A Sessão de hoje nós não teremos nenhuma votação nominal, e não votaremos também nenhum projeto, embora não terminativo, porque o quórum não permite.

Já estamos com a presença do Senador Cristovam sempre parceiro, nessa luta da Comissão de Direitos Humanos. Senador José Nery já se encontra também aqui no corredor. Senador Inácio Arruda acabou de ligar. E o Senador José Nery que também tem

o Requerimento e o também o Senador Magno Malta, está deslocando para cá.

Nós vamos apreciar somente Requerimentos, e o Senador Cristovam, aproveitando já a sua presença, nós... Eu vou fazer uma leitura rápida, uma sugestão, inclusive, de V.Exª junto com esse Senador, da programação do mês de maio. Que incluiu aquela importante solenidade, ato no Plenário do Senado, que é o dia 13 de maio, de autoria de V.Exª, desse Senador e de outros Senadores. Então eu vou fazer aqui a leitura da programação.

De acordo com o Requerimento nº 6/2008, aprovado em 21/02 para a realização de um ciclo de Audiências Públicas para tratar das questões atinentes ao povo negro, de autoria do Senador Cristovam e desse Senador e outros Senadores naturalmente, nós vamos distribuir a seguinte agenda em matéria de Audiência Pública aqui na Comissão. Dia 8/05, Audiência Pública para discutir projetos que versem sobre a questão no combate ao preconceito do racismo. Vamos discutir aqui o PL 73 que trata de cotas, é da Deputada Eunice Lobão, mas é um tema que está, é um projeto, eu diria, que está norteando o debate das cotas. Vamos discutir também o PL 6224 que é o Estatuto de Igualdade Racial, que nós já aprovamos, mas vamos convidar também Deputados para debater o tema.

Dia 8... dia 8/05... tem um probleminha aqui meus amigos da Assessoria. 8/05 e 8/05, de novo. Dia 8/05, Audiência Pública para discutir Lei da Educação em sala de aula. É aquele velho debate, Senador Cristovam, da lei que está em vigência e não é aplicada até hoje. Então, no mesmo dia 8, nós vamos discutir porque o PL 73 e o PL do Estatuto não é aprovado, vamos discutir também porque a lei que já existe, já existe que manda discutir a questão da política de combate aos preconceitos na sala de aula, não está sendo implementada em 80% dos município brasileiros.

No dia 13/05, aí a Sessão Especial de homenagem, dos 120 anos da abolição não concluída, conforme está sendo já encaminhada, inclusive, com o apoio grande da sua assessoria, eu assinei junto com o V.Exª, eu quero destacar também o trabalho da sua assessoria, para realizarmos uma grande Sessão, que ninguém mais do que V.Exª e a Assessoria pode explicar em seguida o desdobramento que não vai ser só a Sessão do Plenário. Eu vou fazer a leitura aqui e depois vou passar a palavra a V.Exª.

Dia 15/05, Audiência Pública para tratar especificadamente da anistia de João Cândido e a questão de Zumbi. Dia 21/5, Audiência Pública para discutir o conflito e o preconceito quanto às religiões de matriz africana. Dia 29/05, Audiência Pública, para discutir-

mos as políticas do Governo Lula para as comunidades quilombolas.

Então, esse é o roteiro. Eu queria que V.Ex^a se pudesse, falasse principalmente do dia 13. Daquela programação que eu sei que a Assessoria tem feito um trabalho brilhante, sei que já está convidado o Abdias, pela informação que eu recebi, mas já é uns dos previstos ao convite. Alguma consideração Senador Cristovam, sobre o dia 13?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, Presidente, porque o dia 13, a meu ver, nós já fechamos bem. O que eu queria comentar, e acho ótimo que esteja aqui um Senador do porte do José Nery, é a gente aproveitar essas comemorações para fazer um debate um seminário sobre como completar a Lei Áurea que ficou incompleta. Como completar a abolição. E não apenas do ponto de vista de acabar a escravidão do trabalho forçado, que até hoje tem. Eu nosso Senador José Nery é um dos baluartes nisso, ao seu lado, Presidente. Mas também as formas discretas da escravidão. As formas discretas da escravidão sobre a forma do analfabetismo, que não deixa de ser uma escravidão, a pessoas é escrava ali a não saber ler. A escravidão do desemprego. Porque a escravidão se caracterizou pelo trabalho obrigatório. No Século XXI, a gente tem a escravidão pelo inverso disso, que é não dar trabalho. Isso é uma forma de escravidão. A escravidão da inferioridade com que sentem aqueles que têm uma renda muito inferior aos outros. Então a desigualdade da renda é uma forma de escravidão.

Então eu gostaria que nós continuássemos trabalhando para um seminário de um dia convidando personalidades especialistas, ou até um ciclo de audiências, sobre como completar a abolição 120 anos depois do 13 de maio de 88.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, eu quero cumprimentar a iniciativa de V.Ex^a, que eu assinei, o Senador José Nery assinou. E que está contemplando aqui que inicia no fim de abril e vai até o fim de maio. Nessa linha do ciclo de debate e um dos temas específicos, nós teremos no dia aqui, só discutir a educação. Inclusive, a lei que não é aplicada é da 10.639 de 2003, que até hoje não é aplicada em 90% dos municípios brasileiros. Então nesse dia, vamos poder aprofundar, inclusive, o tema educação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas eu acho que deveria ter mais um dia para discutir que novas leis até.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que novas leis.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Ou que novos gestos, que novas políticas, a gente poderia ter para completar a abolição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Poderíamos, talvez, no mesmo dia de manhã para discutirmos a não aplicação da lei e à tarde...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como completar a abolição.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como completar. Então eu faço esse adendo aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na questão da educação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tá ok.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E pensarmos quem é que a gente chama para falar isso, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para falar pela importância.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque aí não é uma questão só de negritude. Aí hoje a escravidão não toca só os negros e tem muitos que já saíram dessa escravidão, graças aos estudos, graças a certas circunstâncias da vida. Hoje o número de escravos no Brasil é muito maior do que era no dia 13 de maio de 88 de 1888. Se gente considera esse critério novo de escravidão que é a exclusão social. A exclusão é uma forma de escravidão.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero concordar com V.Ex^a, e quero lembrar Senador José Nery, aquela Audiência por meio de V.Ex^a, eu tive a alegria de está lá seu convite. E é exatamente isso que eu percebi no Plenário, estavam lá, quase mil líderes de todo Brasil. Lotado o Plenário, Nereu Ramos pelo menos. E nós vimos lá, que era luta contra o trabalho escravo, negros e brancos. Praticamente 50% a 50%. Todos na mesma luta, confirma, digamos, que V.Ex^a está com a razão, Senador Cristovam, que essa luta contra o trabalho escravo, o Senador José Nery, como ninguém aqui pode dar o depoimento, ela pega hoje negros e brancos que estão sob o regime de escravidão ainda pela exclusão. Aquele ato demonstrou, inclusive, pelas lideranças do Plenário, que vieram de diversas partes do país.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, Presidente, desculpe se vou constrangê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, a mim não, V.Exª não me constrange nunca.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Escuta o que vou dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exª sempre me ajuda.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que eu vou dizer talvez, [risos] deve constrangê-lo. Mas eu acho que um belo gesto político, político simbólico para a idéia de completar a abolição, seria nesses dias, o senhor lançar a sua pré-candidatura para a Presidência da República.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, se o senhor continuar assim, eu vou lhe intimar para o senhor estar no Rio Grande do Sul, no próximo dia 30, nós vamos ter um evento lá, com cerca de três mil pessoas que querem fazer o meu aniversário no dia 30. E nesse dia, só para ter uma idéia, vai ter, vão estar desde dos lanceiros negros, a cavalo, que vamos receber quando nós chegarmos, as autoridades. Vão estar outros cavaleiros, brancos também que vai estar recebendo. E nesse dia há uma tentativa lá de querer que eu aceite o lançamento a Governo do Estado. Agora, o V.Exª me lançou Presidente.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Governo do Estado fica local.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora, se V.Exª pudesse estar lá no dia 30, fica o convite público aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou tentar, vou tentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vai ser um belo evento e a sua presença Senador José Nery, já fiz o convite a ele também.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por isso que eu disse que poderia constrangê-lo, mas eu acho que esse debate é bom que ouçam. É preciso que alguém encarne grupos excluídos. E a melhor maneira é debater dentro do seu partido, independente de ter chance ou não. Digo o seu, não o seu, seus nossos. Cada um de nós, Senadores, além de que isso levantaria o prestígio do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sabe que o dia 30 lá uma reunião suprapartidária. O Alceu Collares já confirmou, já quero lhe avisar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ótimo. Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele vai estar lá com o gente. Se V.Exª estivesse lá

o Ministro da Igualdade Racial que estará também lá, vai fazer uma atividade na segunda e passará por lá. Então fica o convite aqui ao Líder do PSOL e o sempre Líder do PDT.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dia 30 eu tenho um convite para estar no Chile, em um debate sobre exclusão, a luta contra a pobreza, os problemas ambientais. Mas eu não indo, se não for possível ajustar. Eu mandarei uma mensagem.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou ler a sua mensagem lá com certeza, eu faço questão de ler.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho melhor que outro leia, fica mais a vontade, já que eu vou fazer referências a sua pessoa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas Senador Cristovam, aproveitando esse momento, me permita, que eu não quero criar nenhum tipo de constrangimento para meu partido no Estado. Embora, eu sei, eu estou sabendo que vão tentar me lançar lá, como candidato a Governador. Eu queria dizer que eu sou candidato, mas a reeleição para o Senado. E claro que no momento em que V.Exª lembra o meu nome para uma candidatura que V.Exª, que representa muito bem hoje no debate nacional, claro que para mim sempre é uma alegria muito grande. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque. Primeiro manifestar a minha concordância e meu apoio e a mobilização que me levam fazer para essa Audiência que está prevista para o dia 15 de maio, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Para tratar da luta pela...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): 15 de maio é João Candido, 8 de maio é a Lei 10.639.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Certo. Então, Estatuto da Igualdade Racial.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Importatíssimo para afirmar direitos da população negra, dos afros-descendentes do nosso País. Mas, além, de me somar todo o esforço para participar e mobilizar para esses dois momentos importantes aqui na Comissão de Direitos Humanos. Queria fazer referência, Senador

Cristovam, enaltecer aqui a participação e de fato o trabalho da Comissão de Direitos Humanos como um todo. Porque quando realizamos no dia 12 de março, um ato nacional pela aprovação da PEC 438, aquela que vai expropriar as aéreas onde for constatada à prática de trabalho escravo, é um ato que reuniu um conjunto de entidade da sociedade brasileira. Estiveram presentes, pelo menos, 11 a 12 Senadores, mais de 30 Deputados, 26 entidades com presença nacional nos movimentos, nas lutas democráticas e sociais. Delegação de seis Estados, a presença do Presidente da Câmara e do Senado, três Ministros. Esse ato representou, e assim que está sendo tratado, especialmente nos Estados, onde houve maior mobilização para estarem aqui presentes. Houve uma avaliação o quanto isso foi positivo para retomada da luta em prol, não só da aprovação, da PEC 438, mas das outras medidas, que igualmente contribuirão para a erradicação ao trabalho escravo na sua forma mais cruel e degradante que ainda ocorre nos dias de hoje. Para se ter uma idéia, a semana passada, o grupo móvel do Ministério do Trabalho, libertou mais 17 trabalhadores no Pará, no município de Tomé-Açu, e em Alagoas, numa empresa, num canavial, o Ministério libertou em torno de 60 trabalhadores. O que demonstra que essa nossa luta, que esse nosso compromisso da Comissão de Direitos Humanos, ela é muito importante no momento em que nós queremos aprovar leis. E a nossa definição, a nossa luta é para que a Câmara dos Deputados e obtivermos isso do Presidente Arlindo Chinaglia, vote ainda, em até junho no primeiro semestre, esse projeto de Emenda Constitucional. Mas eu queria dizer que no desdobramento dessa mobilização, dizer, Senador Paim, que nesse momento as Comissões e as entidades que estiveram aqui naquele ato, estão organizando um grande abaixo-assinado, falando dos conjuntos das leis, sobre os quais o Congresso precisa se pronunciar, precisa decidir, exatamente, solicitando a cada parlamentar, Deputado e Senador de cada Estado, sobretudo, do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Piauí, Bahia. No sentido, de que tenhamos avanço no sentido de aprovação de leis que ajudem a erradicar o trabalho escravo. E, portanto, a próxima etapa é esse abaixo-assinado que vai mobilizar e organizar vários setores da sociedade brasileira na radicalização, no enfrentamento nesse bom sentido. Para que nós possamos avançar. Quanto às audiências, como eu disse está a nossa inteira concordância e participação nelas, queria também dizer da nossa satisfação e agradecer aí o convite do Senador Paim, para o dia 30, o seu aniversário em Porto Alegre. Dizer que essa tal qual a campanha que o Senador Cristovam vem fazendo para que o Senador Paim aceite uma tarefa

da magnitude que seja, uma candidatura presidencial. Eu acho que tal qual o senhor vem tratando as últimas Sessões aqui na Comissão de Direitos Humanos. Daqui a pouco nós teremos, na verdade um movimento suprapartidário, quem sabe em prol de uma... Porque Senador Paim, nós sabemos todos nós é uma bandeira de luta do povo brasileiro, é uma bandeira dos excluídos e todos os seguimentos que precisam efetivamente encontrar de forma plena a sua liberação e o Senador Paim simboliza realmente essa luta de tanto seguimento, de tanto setor.

Então essa sua pregação, Senador Cristovam, eu creio que daqui a pouco ela vai tomar outros contornos, e invés de provavelmente candidato a Governador do Rio Grande do Sul, Paim não seja, inclusive no momento é que sabemos que o PT me parece não ter ainda ter candidato às eleições de 2010. O pessoal, por exemplo, teria muita a satisfação que já definiu provavelmente em torna da candidatura, da Senadora Heloísa Helena, porém--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É uma grande candidata e está...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois é. Mas seria um debate da mais alta qualidade, ter disputando a presidência do País, pessoa como Heloísa Helena, como Paim. Cristovam, que já foi aqui um candidato muito vigoroso na campanha de 2006, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E eu, particularmente, me permite um aparte.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tenho certeza que o Senador Cristovam reúne todas as condições para ser candidato novamente à presidência, por uma segunda vez, e condições reais e ser vitorioso o Senador Cristovam. Pode ter certeza que eu tenho acompanhado a sua caminhada por todo o Brasil e pelo exterior. E não tenho nenhuma dúvida da sua capacidade, da sua competência. E que tenho quase que certeza se o PDT assim entender, V.Ex^a lembra inúmeros nome do PT, né, V.Ex^a é um grande candidato a Presidente da República.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): E veja Senador Paim, eu queria então concluir, na verdade tratando de um assunto que será ponto de pauta um Requerimento que vou apresentar. E depois de conversar ontem com o senhor, sobre uma questão muito complexa que envolve a luta do povo, do Tocantins e do Maranhão, especialmente os indígenas, os moradores ribeirinhos, os agricultores familiares, que nesse momento estão ocupando a entrada na Hidroelétrica de Estreito na divisa do Maranhão com o Tocantins. Estão há uma semana. E fazendo uma mobilização enorme para ver reconhecido os direitos daquelas populações

que não foram ouvidas durante o processo de elaboração do projeto da hidroelétrica. E essas populações... Tem um grande número foram afrontadas, tiveram um dos manifestantes, baleados na sexta-feira. E ontem ocorreu uma reunião na Câmara Municipal de Estreito, com a presença do IBAMA e de várias instituições. Porém, sem a presença do consórcio responsável pela construção da hidroelétrica--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar no encaminhamento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faço a leitura do seu Requerimento, e votamos ele, e V.Ex^a faz, inclusive, a defesa e o Senador Cristovam também quer falar sobre o ele. Então, é o Item 2 da pauta, Requerimento nº 22 do Senador José Nery que diz o seguinte. Requeiro nos termos regimentais o aditamento do Requerimento nº 13/2008, CDH para que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, convide a Sr^a. Ana Maria Carvalho, Promotora de Justiça no Estado de Pará, no município Tailândia para participar de Audiência Pública com vistas a tratar da extração ilegal de madeiras na região Amazônica e Estado do Pará. Senador José Nery, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, Paulo Paim, que na verdade são duas iniciativas: Uma, é o aditamento desse Requerimento que o senhor acabou de ler. Há um Requerimento ao apresentar que tem como protagonista o Senador Geraldo Mesquita, que trata do problema, sempre grave da extração ilegal de madeira na Amazônia que o senhor sugeriu e eu acho que está perfeitamente adequado. Perfeitamente adequado de que façamos o depoimento da Promotora Ana Maria Carvalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No mesmo dia.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): No município de Tailândia no Pará. Que foi ameaçada de morte por investigar a concessão de projeto de manejo da Floresta Amazônica, projetos que foram fraudados na Secretaria, antiga Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado no Pará. E que por isso está ameaçado de morte. Então mais do que justo que seja... Se adendo aditamento para que façamos uma única Audiência tratando do tema.

Agora o tema que eu estou referindo em relação a Estreito, a Barragem de Estreito no Maranhão, na divisa da Maranhão com o Tocantins, por problema de comunicação ontem não pudemos ter um exato conhecimento de quais as entidades que participariam. Por isso, daqui a pouco estarei colocando sobre a Mesa, sobre a V.Ex^a os Requerimentos que pedem uma Audiência reunindo o IBAMA, o Ministério de Minas e Energias,

o consórcio responsável pela construção da obra da Hidroelétrica de Estreito, agricultores, indígenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora está claro. Chegando o Requerimento, votaríamos também esse Requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu só me adiantei na verdade, Presidente, lhe adiantei para comentar esse assunto, porque ele é da mais alta relevância, problema da água, o seu uso para gerar energia, mas seu uso, sobretudo, tem que respeitar o direito da vida e a sobrevivência das populações tradicionais. Queria então agradecer o senhor pela oportunidade de manifestar nessa abertura da nossa reunião da Comissão de Direitos Humanos, e parabenizar sempre pela condução com que o senhor faz com que essa Comissão seja uma das Comissões mais ativas e que trata com muita propriedade os mais diversos temas que interessa a luta, o resgate e o respeito aos direitos humanos do País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É outro assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu botaria de imediato o primeiro Requerimento do Senador José Nery que é convidando a Sr^a. Ana Maria Carvalho para que faça um depoimento no mesmo dia em que nós vamos debater aqui a questão... Uma Audiência com vista a tratar da extração ilegal de madeira na Região Amazônica, Estado do Pará. Votaremos esse Requerimento, sem prejuízo do segundo Requerimento, que V.Ex^a Senador José Nery vai encaminhar a Mesa. Então, em votação o Requerimento, os que concordam...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria fazer um pronunciamento, obviamente de apoio ao Requerimento, mas só dizendo da minha satisfação, Senador José Nery, de ver que chega a essa Comissão a idéia de uma geração nova de direitos humanos. Chegou o tempo de direitos humanos não ser apenas o direito de não ser torturado, de não ser escravo, o meio ambiente, a proteção ao meio ambiente faz parte dos direitos humanos. Porque todos os direitos humanos, todos serão afetados se nós não cuidarmos com o rigor da proteção dos nossos recursos naturais. Então eu fico muito satisfeito de votar a favor da vinda da Dr^a. Ana Maria para fazer esse depoimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em votação o Requerimento. Os Senadores e Senadoras que concordam permanecem como se encontram. Aprovado.

Há um segundo Requerimento que é assinado por mim e outros Senadores, que diz o seguinte:

Com o fundamento, Item nº 1... Com o fundamento no disposto ao art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública com vista a discutir a violência contra o idoso, bem como os temas saúde, segurança, igualdade, tratamento da discriminação. Para tanto gostaríamos que fossem convidados o Ministro da Educação, o Ministro da Cidade, Ministro da Ciência e Tecnologia, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e outros assim definidos por essa Comissão. Na verdade, todos os anos, nessa época a gente faz uma Audiência Pública para discutir a violência contra o idoso. E esse ano não é diferente dos outros, recentemente as TVs mostraram a violência de algumas cuidadoras, assim dito, de idosos. O desrespeito, a violência, a agressão, espancamento. E aí foi a própria Secretaria de Direitos Humanos que entendeu que seria fundamental que fizéssemos no próximo dia 12 uma Audiência com esse objetivo. Por isso, eu estou nesse momento colocando em votação dia 12 de junho, né? Essa Audiência? Tem data específica já? Seria dia 12 de junho, uma Audiência para discutirmos a violência contra o idoso. Não sei se os Senadores quiserem se pronunciar, se não nós botemos de imediato a votação. Botaríamos em votação do Requerimento. Em votação. Senadores e Senadoras e concordam. Aprovado para 12 de junho, temos uma Audiência Pública para discutir a violência contra o idoso.

Os outros projetos, não são terminativos. Eu proporia, Senador José Nery que V.Exª fizesse a defesa do seu Requerimento, e ele chegando a Mesa eu coloco em votação. Se quiser fazer a defesa nesse momento, explicar o porquê do Requerimento...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, eu estava comentando há pouco... Ontem ocorreu em Estreito uma reunião com vários órgãos do Governo do Estado do Maranhão e do Pará e do Tocantins, bem como a presença dos movimentos que estão nesse momento promovendo à ocupação da entrada na Hidroelétrica de Estreito, na divisa do Tocantins com o Maranhão. E ficou absolutamente clara a necessidade de ouvir e debater com os órgãos federais responsáveis pela construção daquela hidroelétrica, com o Ministério de Minas e Energia, com o IBAMA responsável pelo licenciamento ambiental, para discutir as alternativas, os desdobramentos de uma iniciativa que vai levar a desagregação de populações tradicionais que moram ao longo do rio onde será construído a hidroelétrica e que infelizmente não tiveram a oportunidade de se expressar, de dizer o que de fato deveria, como deve-

ria ser tratado no momento de uma construção de um grande projeto hidrelétrico.

Então, estamos apresentando a Comissão de Direitos Humanos, um Requerimento solicitando uma Audiência Pública, onde sejam convidados as autoridades do Governo Federal diretamente vinculadas à questão, bem como o consórcio de empresas responsáveis pela construção da hidroelétrica, e a participação de um conjunto de entidades daquela região. Especialmente de indígenas, quilombolas, pequenos agricultores e ribeirinhos, que serão diretamente atingidos pelo impacto, com enormes impactos sociais, econômicos, para aquela população.

Então eles propõem que a Audiência, inclusive, sugeriu uma data que seja realizada da data de dez de abril. Estou aqui me adiantando ao Requerimento que estou, que daqui a pouco encaminho para a V.Exª submeter à apreciação da Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Coloco em votação o Requerimento defendido nesse momento pelo Senador José Nery, nos moldes por ele especificado. Senador Cristovam, tem alguma consideração?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero fazer, primeiro, uma solicitação de apresentar um Requerimento Extrapauta. Segundo, de fazer oralmente, até porque talvez não precise escrever. Senador Paim, eu apresentei, faz já algum tempo, acredito que dois anos, um projeto para criar uma agência de proteção da criança e do adolescente junto à presidência da República. O Brasil tem agência de água, agência de petróleo, a ANAC que ficou famosa da aviação civil, mas não tem nenhuma agência que cuide dos assuntos da criança e do adolescente. O Presidente da República não tem ninguém junto a ele dedicada essa pessoa a cuidar da criança e do adolescente. Eu apresentei esse projeto. Esse projeto está hoje parado. E eu tenho conservado com a Senadora Patrícia e disse a ela que ia fazer a sugestão. Porque o CONANDA que é o Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, tem levantado dúvidas sobre a conveniência. Eu não tenho a menor dúvida de que é preciso um braço executivo para fazer com o que CONANDA funcione. Uma das provas são as últimas notícias sobre maltrato de infância, inclusive, esse caso absurdo que fez milhares de pessoas chorarem ao assistirem pelo Jornal Nacional, uma pessoa em Goiás maltratando de uma maneira brutal uma criança, e ontem outra criança foi identificada também. Casos sistemáticos de pedofilia nesse País.

Eu não tenho dúvida que o Brasil precisa mais do que outras agências de uma agência que cuide da criança e do adolescente. Mas temos que respeitar o

CONANDA, temos que fazer de tal maneira que eles entendam. Então, a minha sugestão, embora isso vá atrasar o projeto. É fazer uma Audiência Pública, que eu gostaria de fosse conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais, onde está o projeto, e essa Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Patrícia que está com o projeto, está de acordo, e eu fiquei de lhe trazer a sugestão. Eu gostaria que entrasse em contato com ela, para gente fazer o mais rápido possível a Audiência convidando o CONANDA, convidando outras pessoas para a partir daí liberarmos o projeto para seguir como eu desejo, ou dizer e me convencerem de que esse projeto não faz sentido, porque o CONANDA já cumpre com o papel de proteger as crianças e adolescentes. Eu estou convencido que as pessoas do CONANDA cumprem o seu papel. Mas não tem força, não tem braços, não tem os instrumentos necessários, que são necessários. Não é um Conselho, mas é a uma agência. Ou a gente transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação e da Criança, ou a gente cria uma agência como essa. Transformar o Ministério da Educação é ruim, porque a criança é um trabalho que toca a todos os ministérios. Então, não tem sentido um Ministério cuidar da criança. A não ser que seja fora e seja um Ministério transversal, que eu não sou favorável a esse Ministério, como quando criou-se o Ministério para cuidar da fome. É era um assessor especial, ou um agente, ou um presidente de agência que deveria fazer isso junto ao Presidente. Mas o Presidente é que tem que ser o Ministério da criança nesse País.

Então, fica aqui o meu Requerimento, que o senhor converse com a Senadora Patrícia, para fazermos o mais rápido possível, essa Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, a Senadora Patrícia já havia conversado comigo sobre esse tema, e já combinamos o entendimento. Se o Plenário assim entender, como há concordo, nós botaríamos Extrapauta os dois Requerimentos. Tanto do Senador José Nery que eu fui perceber que não está aqui ainda, e o seu na forma que foi formulado. Eu de minha parte não há nenhum questionamento. Apenas depois a Assessoria encaminha para a Mesa, exatamente, como o Senador José Nery propôs, e como a V.Exª está propondo também. Então a primeira pergunta que eu faço ao Plenário, se concordam que se coloço esses dois Requerimentos Extrapauta. Há entendimento? Aprovado.

Então primeiro em votação do Requerimento apresentado pelo Senador José Nery. E já feito à respectiva defesa. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Segundo Requerimento, apresentado também Extrapauta, Senador Cristovam, pela forma formulada Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado os dois Requerimentos Extrapauta.

Senador Crivella que chegou nesse momento, nós não votaremos os terminativos, mas aprovamos todos os Requerimentos que estão na pauta. E eu enfatizava e quero reafirmar que na verdade essa semana tivemos três momentos para mim importantes: Dia 21 de março é o dia Internacional da Luta contra o Racismo e o Preconceito. E nós já ajustamos aqui que teremos desde dia 30 de abril, até 29 de maio, uma série de Audiências Públicas para discutir a luta contra o racismo, o preconceito. Eu até vou propor que o dia 30, Senador José Nery, como no outro dia é o dia primeiro de maio, né, a gente vincule também a questão do trabalho escravo, vamos tentar fazer uma Audiência forte e como V.Exª diz, trabalho escravo que pega brancos e negros hoje no Brasil. E iniciaríamos dia 30 com essa simbologia dos 120 anos da abolição não conclusa, um debate sobre a questão relação trabalho, que pega negros e brancos. Daí nós faríamos a outra Audiência, conforme previsto aqui, para o dia 8 que é para discutir as leis não cumpridas. As leis... Os projetos de leis encaminhados, mas não aprovados, como 73 e o Estatuto da Igualdade Racial. E depois teríamos um debate específico sobre a Educação, conforme propôs o Senador Cristovam. Dia 13 é uma Audiência em Plenário, que nós também encaminhamos de forma conjunta, Comissão de Educação e Comissão de Direitos Humanos. Senador Cristovam, foi, inclusive, quem provocou esse debate, e está previsto já toda uma programação, que além da Sessão, teremos também um filme depois da Sessão sobre esse tema. Dia 15 vamos debater especificamente porque não concedida ainda a anistia a João Candido. Quero dar a informação que conversei com a Marinha, nesta sexta-feira que passou. E a Marinha disse que não há nenhum obstáculo da parte da Marinha. Eles se dispõem, inclusive, a ir até a Câmara, eles estavam marcado lá agora com o Presidente Arlindo, um encontro para que votem rapidamente um projeto já aprovado no Senado da Senadora e hoje Ministra Marina, que garante a anistia para João Candido. E nesse mesmo dia vamos discutir também a questão de 20 de novembro que é a data de Zumbi dos Palmares e o que é que significa. E dia 21, vamos discutir, Senador Crivella, o combate a todo tipo de discriminação contra a questão das religiões. Essa é a intenção. Não é discutir somente a questão das religiões de matriz africana. Queremos formatar uma Mesa, V.Exª vai nos ajudar, para que não haja nenhum tipo de discriminação, quanto à questão

da opção religiosas de cada um cidadão, e aí o passo já de imediato a palavra a V.Ex^a.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente eu acho que por fatores históricos aqui, as religiões afros e as religiões evangélicas, são as mais discriminadas no País. É comum, lá no Nordeste queimarem bíblias e se prenderam missionários estrangeiros, num País predominante católico como o nosso. É bom lembrar, que até a proclamação da República, só havia igreja católica... só havia escola católica. E a escola pública começa no Brasil com cartas veementes do Bispo de São Paulo do Rio e de Minas, e até do Papa a chamada escola sem Deus. A escola dos ateus, onde católicos, e professores católicos, não deviam nem estudar, nem ensinar. Alguns diziam até escola do diabo. A escola do diabo. Veja que nós temos uma escola pública ainda acanha. E temos espaço geográfico. São assim muito pequenininhas, sobretudo nas capitais. Não é assim na África. Se o senhor for a Damba, se o senhor for a Moçambique, as escolas são enormes, são campos imensos, algumas precárias, mas o terreno é enorme. O Brasil não, são todas muito acanhadas. A escola pública começa, exatamente por um reflexo, começa muito mal, exatamente por um reflexo, dessa discriminação religiosa que não pode existir. O espírito libertário da bíblia, do evangelho, é completamente, diferente, por exemplo, do Alcorão, porque o conceito de paraíso era uma árvore da vida e uma árvore do bem e do mal. Quer dizer, a árvore do bem e do mal. Portanto, tinha escolha, tinha liberdade, tinha poder de decisão, isso é primeira página, isso é princípio basilar, isso é fundamento. São dos primórdios da nossa espiritualidade a liberdade. A árvore do bem e do mal. Portanto, a decisão é de cada um. O princípio religioso também. Eu acho que esse debate é importante isso. Eu, por exemplo, gostaria muito de debater, no Rio de Janeiro, porque eu vejo que sou discriminado por um certo fator da mídia, toda vez que se refere ao Senador Crivella, “Bispo Crivella”. Hoje mesmo tem uma notinha no Anselmo, “Bispo Crivella”, por interesses eleitorais. Não é interesse de informação. A idéia deles assim, o interesse deles é colocando “bispo” possa atrair, alguma rejeição, católicos, de espíritas, etc e tal. É uma coisa pequena que ainda no Século XXI persiste na alma, no espírito de alguma... de um setor da imprensa. É claro que existem ali também interesses econômicos. Já que a minha igreja é ligada a Record, tem programas na Record e há uma disputa de mercado entre Record e Globo o que é saudável, o monopólio. Hegemonia não é bom para ninguém. Aliás, eu queria até citar aqui uma coisa interessante que vem na bíblia. Três mil anos atrás o povo hebreu queria ter rei, e o profeta consultou a

Deus. E a resposta foi clara, “não”. “Mas por que não?” “Porque não é bom”. “Não é bom, por quê?” “Porque o rei vai pegar os filhos mais fortes e vai mandar para a guerra. Seus filhos mais formosos, mais fortes, mais altivos serão o exército, e ele vai mandar a guerra para conquistar coisas para eles”. A suas filhas mais formosas, ele as recolherá no harém para o seu prazer. E de tudo que vocês plantarem e minerarem o rei tomará para os seus tesouros ou para a sua mesa da maneira que não é bom”. E povo insistiu, e a história dos reis hebreus é um oceânico fracasso. Um Himalaia de frustrações. Não tem um ali que escapa, o próprio rei Davi, o mais notório, na vida pessoal, horror! Filhos matando filhos, foi expulso de Jerusalém, amargou um exílio. Horror. Moisés mais sábio que todos eles, já preconizava. “Só haverá paz, como fruto da justiça e a segurança se estabelece com o direito”. De tal maneira que quando o sujeito saía para cegar o campo às espigas que caíam no chão não se podia pegar. Era pecado, pertence aos pássaros e aos pobres. De sete em sete anos se perdoavam todas as dívidas. Todas as dívidas. Não havia escravidão imposta. Mas existia servidão voluntária. O sujeito podia se agregar como servo. Mas obrigatoriamente ele teria que ter destino em sete anos. O patrão, o senhor deveria prover autonomia. Ele teria que ter alguma coisa, um rebanho. Ele teria que sair da servidão de sete em sete anos. E de 49 em 49, quer dizer, sete vezes sete, todas as terras tomadas em dívidas, eram devolvidas ao endividados. Por quê? Não podia ter concentração de poder e renda. Esse é um princípio extraordinário. Aqui no Brasil nós queremos concentrar tudo. Poder financeiro, poder industrial, e pior, os meios de comunicação. É hegemonia. Então, por traz disso tem que haver um debate entre nós no Parlamento, eles tendo o maior realce. É importantíssimo.

Agora, Sr. Presidente, eu não quero cansar os senhores aqui não, mas gostaria de perguntar ao Plenário e a V.Ex^a se era possível nós debatermos hoje, um projeto que é não terminativo que trata de retirar IPI para deficientes. É um projeto que ainda vai terminar na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas se V.Ex^a achar que pode, eu não sei se V.Ex^a faria um Relator ad hoc, mas fica aqui apenas a sugestão, Presidente, sem constrangê-lo. É o Item 5 da nossa pauta. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Senador Cristovam com a palavra. Eu quero só... aproveitem, me permita, Senador José Nery, essa PEC que eu estou encaminhado, na verdade, nós estamos já com um projeto no Plenário para acabar com o fim do fator previdenciário. Como dizem que tem que mexer também na Constituição, por segurança, esse é o

objetivo dessa PEC eu estou pedindo o apoio para discutir a matéria que vai, Senador Crivella está acompanhando, acabar com o fim do fator previdenciário, aí eu peço a assinatura de V.Ex^a. Não é se comprometendo, nem sequer com o mérito, só o apoio para que ela tramite. Mas eu sei que vocês serão... Senador Cristovam, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Senador Crivella, aproveitando a baixa quantidade de pessoas aqui, a gente pode elevar o nível do debate. E aí eu creio que essa idéia da luta contra a discriminação de todas as formas, é fundamental. Não é possível haver discriminação contra nenhuma igreja. Agora, é bom a gente debater também, que nenhuma igreja pode fazer discriminação contra certos hábitos e opções. Por exemplo, não podemos deixar que as igrejas façam discriminação contra homossexuais, podemos dizer que é um pecado. A igreja tem todo o direito de dizer: "Você está pecando e vai para o inferno". Mas a árvore do bem e do mal, que o senhor falou, deve permitir que a pessoa faça a sua opção. Não podemos criar um preconceito, uma discriminação contra o uso de células tronco, porque elas, porque tem gente que é ateu nesse país. Então a gente tem que tolerar o direito de alguém ser ateu nesse país. E esse ateu pode sim, ver o início da vida em um momento diferente. Eu pessoalmente, pelo que eu leio dos cientistas, eu não consigo imaginar que depois de três anos de um embrião congelado, ainda haja vida nele, pelos que os cientistas dizem, né? Então, é importante a gente acabar também com a discriminação das religiões contra alguns. Eu vou dizer, hábito, costumes, opções, preferências, entre elas a dos homossexuais, que eles têm o direito de optar pela árvore que as igrejas consideraram que é do mal. E está aí, aí à gente tem que respeitar as igrejas. A igreja tem direito de dizer que é pecado... que as religiões acham que é pecado. Quem quiser cometer o pecado, cometa.

Então é isso que eu acho, Senador Paim, é extremamente positivo a gente discutir a discriminação contra as igrejas, porque sim, há, e o Senador Crivella lembrou, até muito recentemente, só tem 118 anos, 119 anos da República, havia tanto preconceito que não poderia haver escola laica nesse País, nem só escolas de outras religiões. Nem laicas eram permitidas. Esse é um preconceito que ficou muito tempo. Contra a comunidade evangélica, sobre houve esse preconceito. Lá em Recife, eu não sou tão velho, mas chamava-se de bode. Eu vi muita gente dizer isso, os bodes, eram os protestantes, eram os evangélicos. Um dos melhores colégios de Recife, o Colégio Americano Batista, era sujeito a preconceito. Quando as minhas irmãs foram colocadas no colégio evangélico, e meu pai e minha

mãe não eram religiosos praticantes, colocou os homens no colégio católico e outros evangélicos que era perto, os dois eram bem perto de onde a gente morava. Houve na família, gente que comentou criticando. Então, eu fico satisfeito que se lembre também dessa discriminação contra religiões, mas não esquecemos os preconceitos e as discriminações das religiões contra as pessoas que não... Não tem o comportamento dentro da regras propostas pelas religiões. O que a gente não pode tolerar é crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Mas pecado, como disse o Senador Crivella, é um direito de cada um cometer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Muito bem, Senador Cristovam, Senador Romeu Tuma.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS):

Vamos falar aqui no ciclo de debate... vou passar para a V.Ex^a, só quero situar ao Senador que chega, e um dos dias, o dia 21, uma Audiência Pública específica aqui em maio, para discutir o preconceito contra as religiões. Senador Crivella com a palavra novamente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Presidente, apenas para... eu iria parodiar, o Senador Cristovam Buarque e dizer que ele tem toda a razão. Quer dizer, o que nós debatemos hoje particularmente na lei da homofobia, não é o direito das pessoas em terem sua opção sexual. Isso é sagrado. As pessoas a partir do momento que são dotadas de inteligência, intelecto, elas são, e Deus as dotou assim para que tomem as suas decisões. A fidelidade, a religião imposta, ela foge do bom senso. Não é? Quando o sujeito diz: Ou você faz isso ou vai morrer, então... por exemplo, eu vou citar um exemplo clássico aqui, do Senador Romeu Tuma. No mundo árabe, o adultério ou a ida a uma prostituta, é punido com morte. Punido com morte. Então, o que se fazem? O sujeito vai homolar(F) e ali ele contrata um casamento por quatro horas. Então a gente evita o pecado, mas comete o pecado pior que é o da hipocrisia. Me perdoe. Porque o sujeito casar por quatro horas e depois estar o casamento desfeito, automaticamente, apazigua a consciência ou talvez a emoção do coração, mas não a razão. Não a inteligência, aí fé precisa ser uma coisa inteligente porque Deus é inteligente. Isso é óbvio. Portanto, não pode haver coisas que não sejam inteligentes, num relacionamento homem com Deus, e a religião é isso. É *religare*.

Então, o Senador Cristovam Buarque leva bem. Quer dizer, se um lado as regiões devem respeitar a

decisão de cada um, é preciso que cada um também respeite a decisão, o que não ocorre no PLS 122, por quê? Porque se instaura no País a ditadura gay. Nós não poderemos dizer, porque eles consideram como incitação ao ódio sequer que homossexualismo é uma coisa antinatural, ou pecaminosa. Um País mais pródigo passa a ser um crime, e isso é extrapolação, e eu diria, inconveniente da força da lei. Nós temos, nós somos uma civilização ocidental de fundo cristão. E a maioria brasileira pensa assim. Temos nossos costumes, nossos valores, nossas tradições, nossas igrejas. E o nosso povo merece respeito também nessa Casa. De tal maneira que se respeite as paradas, que se respeite a maneira de ser. Que se respeite e dê todas as garantias individuais e os direitos, mas que não nos tomem a nossa. Que é também de professar aquilo que acreditamos, e expressar livremente o pensamento. Um conquista democrática que eu acho que V.Exª concorda comigo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, por favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Puxando aí o Crivella, V.Exª, eu estava ouvindo pelo rádio, eu tive que assinar uns documentos e pedi desculpas pelo atraso. Mas há alguns exemplos importantes, interessantes. Semana passada eu fui a um casamento de família de alto coturno em São Paulo, de dois grandes amigos. Davi que é o Presidente da Suzano papéis, uma empresa importante, judeu, pai dele, o avô dele foi o primeiro Embaixador, honorário de Israel em São Paulo. Falecido, o pai também falecido, o [ininteligível] e os meninos tocaram a empresa. Com o Presidente da FIESP, Paulo, o Paulo é árabe, descendente de árabe, e o casamento foi efetuado num salão da própria residência do Davi. E foi um presidente da entidade Brasil-Alemanha, israelense. E ele foi tão inteligente para realizar. Ele disse que não havia cerimônia religiosa, porque os dois tinham religiões diferenciadas, e às vezes com alguns contrastes. Então, ele fez uma exposição sobre Deus. Falou: Deus existe é para todo mundo. Não há nenhum tipo de contestação a figura do único Deus. E fez uma, eu vou trazer, viu, Crivella, porque não está diferente do que os pastores falam. Ele introduziu algumas coisas de Israel, mas procurou de toda forma evitar que houvesse qualquer tipo de mal-estar em alguém que não professasse, ou tivesse radicalismo com outro tipo de religião, cristã ou judaica. E foi uma coisa maravilhosa. Duas religiões, duas famílias de religiões diferentes, de origens diferentes que se casavam e falou em Deus e amor.

Então eu acho que o amor supera qualquer coisa que possa se falar em discriminação. E o Brasil é um País que hoje ele está abrindo bastante esse aspecto de interligação e de todos os seguimentos que possam ter contraste.

Em São Paulo foi fundado um conscri(F), um centro, que meu irmão foi o primeiro presidente, para unir todas as origens estrangeiras de todas as religiões, com uma reunião uma vez por mês, para evitar todo e qualquer constrangimento que possa surgir com festividades conjuntas, com reuniões conjuntas, decisões conjuntas, prática esportivas e tem tido um bom sucesso há mais de quatro anos.

Então eu acho que esse trabalho, esse Comissão tem um papel importantíssimo para vagarosamente ir vencendo os obstáculos que se opõe. Eu tenho aqui até, eu estou fazendo um Requerimento para nosso querido Presidente da Comissão de Educação, sobre inclusão digital, Presidente. Eu estou aproveitando com a Ciência e Tecnologia, porque eu fui segunda-feira numa reunião em São Paulo, das lideranças empresariais, se discutiu muito sobre a inclusão digital para a educação. E que o Governo falou em 100 dólares, mas infelizmente não tem alcançado. Talvez fuja um pouquinho aqui, mas eu acho que tem um pouco de discriminação quando não se alcança.

Então, eu estou trazendo o que foi discutido lá, trazendo um Requerimento para, se V.Exª concordar, convocar três ou quatro pessoas que estão em... até aqui no Senado tem gente especializada. Hoje o Eduardo Azeredo trabalhando em cima do processo de digitalização, inquéritos. E mais outra coisa que tem violentado um pouco a nossa capacidade de trabalhar em favor da sociedade.

Primeiro, uma mulher que pendura uma menina de 12 anos na escada acorrentada, dizer... "aquilo é tomado pelo demônio", não posso explicar outra coisa, sem entrar no mérito da religião. E mães que alugam a filha de 1 a 6 anos para exploração pedófila. Quer dizer é um negócio tão terrível, eu estou arrepiado. Agora só de falar, Presidente. Para gente trazer alguma coisa para cá, porque são fatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, me permite.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só lembrar que o Senador Magno Malta, já está com os nomes indicados a CPI dessa questão específica.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ali são fatos que a televisão traz ao conhecimento que chocam profundamente. Eu acho que talvez, essa

Comissão, poderia mexer com as autoridades, porque não há prevenção nenhuma nesse campo, Senador, e a escola talvez seja o melhor caminho. Porque as crianças têm medo de contar o sofrimento que estão passando. Talvez na escola, a diretora, a professora, tendo uma cultura voltada para os direitos humanos, possa colaborar com as autoridades de segurança, para evitar que isso aconteça.

Eu estou talvez, fugindo do assunto, mas é que isso está me agoniando demais. Eu fiquei ontem tão angustiado o dia inteiro, porque criança de um a seis anos ser alugadas pelas mães para exploração pedófila, é um negócio que não dá para caber na cabeça de ninguém. É inaceitável. Eu acho que tem alguma coisa esquisita, não pode falar que é falta de dinheiro, não se pode falar nada que possa justificar um ato desses.

Então, eu estou fazendo alguns Requerimentos a V.Ex^a, eu sei que V.Ex^a é uma visão marcante da importância da educação, até para evitar tudo isso. Para tudo isso porque a cultura o desenvolvimento intelectual, traz uma responsabilidade direta, não é indireta, não. É direta da pessoa que vai ter consciência do que pode ou não fazer. Desculpa, Presidente, obrigado. Desculpa, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam, Senador José Nery, se não há... se não tiver mais nenhum comentário, nós vamos encerrar a nossa reunião do dia de hoje, mas a palavra está à disposição.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, eu creio que esses ciclo de debates, contribuirão enormemente, não só para criar uma consciência crítica, sobre o conjunto de discriminações presentes na nossa sociedade, bem como poderá contribuir mais efetivamente para criar um mecanismo de instrumentos, para punir severamente, bem como criar aqueles que de alguma forma transgridem norma, conduta, legislação aplica a várias situações que envolvem todo o tipo de discriminação. Mas, sobretudo, e o Senador Tuma, aponta no sentido de que, como é nossa compreensão também, de que a escola, a educação pode ser o grande instrumento, o mecanismo que ajude a gente a formar a pessoa de forma integral, garantindo que entre nós possamos de fato estabelecer uma cultura de paz, de tolerância, críticas, sim, sempre, nunca da acomodação frente aos desmandos, aos crimes, ao desrespeito, aos direitos humanos. Mas fundamentalmente, transformar a escola, a educação como um grande instrumento para criar essa consciência do respeito aos direitos, para criar mecanismos e formas que possamos nos relacionar uns com os outros de forma fraterna, justa, correta, ética, sem dúvida é um desafio permanente, diante dos verdadeiros absurdos,

como tantos aqui hoje citados, mas [ininteligível] um fato denunciado no dia de hoje, na manhã de hoje pelos jornais, que uma empresária, ao ter em sua casa uma adolescente, de doze anos, não é, e submetê-la a maus-tratos, como nós vimos, de forma violenta, degradante, humilhante.

Então esses fatos todos devem fazer com que possamos avançar na educação, na legislação, nos mecanismos de controle e participação social, para construir, uma sociedade, um País, onde possamos, de fato implementar e garantir uma cultura de paz e de justiça. E isso é possível também, diminuindo, erradicando as desigualdades sociais que está na raiz da maior discriminação, que é a discriminação sócio-econômica que tira as oportunidades das pessoas sobreviverem com o mínimo de dignidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim, eu quero propor com um Requerimento, de um voto de louvor desta Comissão a formatura da primeira turma da Unipalmes. Eu estive lá na quinta-feira, e vi que festa bonita a formatura, creio que 156 jovens na área da administração, creio que 90% jovens negros. Eu não fiz as contas ainda em detalhe, Senador Tuma, mas eu acho que aquela única turma, deve corresponder, a 5 a 10% do total de negros que se formarão nas universidades federais, todas as elas ao longo de 2008. E eu creio que o Reitor, o José Vicente, que demonstra uma capacidade incrível de mobilização de recursos humanos e financeiros para fazer a Unipalmes, ele merece um voto de louvor dessa Comissão porque o que ele fez tem tudo a ver com direitos humanos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, só um aparte a V.Ex^a, eu reconheço um pouco da história do luta do Reitor para conseguir efetivamente instalar e chegar a essa conclusão que V.Ex^a descreve. Foi praticamente de um heroísmo invejável, e de respeito. Não fez discriminação nenhuma. Trabalhou no sentido de buscar uma forma de uma inclusão com uma capacidade imensa de força de luta. Eu acho que ele, realmente, concordo com V.Ex^a merece uma homenagem pública. E nada melhor que essa Comissão para poder realmente, com a Comissão de Educação também, se for possível, porque eu acho que é importante que são dois seguimentos, direitos humanos e educação que fizeram com que ele buscasse os objetivos. Desculpa e obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Senador Cristovam, primeiro cumprimentar mais uma vez a V.Ex^a pela iniciativa que tem o aval, eu tenho certeza de todos os Senadores. E dizendo que no dia 13 de maio, ele está sendo convidado para estar conosco na Sessão em Plenário, o José Vicente o Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares. E que também no dia 8, quando vamos debater a questão de educação, ele é um dos convidados. E por fim, só com essas duas lembranças, eu quero dizer que eu tenho muita satisfação de colocar em votação o seu Requerimento nesse momento, que vai ser aprovado, eu tenho certeza por unanimidade, sobretudo, por todos os Senadores aqui presentes. E podemos até, se V.Ex^a permitir, dá mais um passo a frente e encaminhamos também o mesmo voto de louvor, com as mesmas assinaturas lá no Plenário do Senado, ainda hoje, e ser remetido para o nosso Reitor. Parabéns, Senador Cristovam.

Eu só quero aqui no encerramento, eu sei que eu tenho que liberar os Senadores para uma série de encaminhamentos, lembrar da importância dessa semana, quando nós tivemos no dia 21, teremos no dia 21, né, o Dia Internacional da Síndrome de Down, que é uma data importantíssima no mundo todo em defesa nessa parcela importante da população brasileira e naturalmente a nível internacional que possuiu a Síndrome de Down, já fiz o pronunciamento no Plenário do Senado fazendo uma homenagem a eles e aos familiares e a todos aqueles que caminham com as pessoas da Síndrome de Down. Também, não dá para deixar de lembrar que no próximo dia 21 é o Dia Internacional da Luta contra o Racismo, contra o preconceito em todo o mundo, expirado no verdadeiro massacre de Soweto que aconteceu na África do Sul, na mesma data em que naturalmente nós faremos o devido registro, também no Plenário.

Quero também registrar a importância da Sessão que tivemos ontem que se refere ao dia 22, que é o Dia Mundial da Água. A gente sempre lembra que água é vida. E conseqüentemente a água é um dever de todos nós. Eu falava com uma pessoa ainda ontem no Plenário, eu via que todos falavam da importância da água e da própria agência e pelo papel que vem fazendo nesse momento, e alguém me disse, “mas vocês deveriam falar aí para que a TV filmasse”. Por exemplo, que a pessoa devia refletir, que ela poderá um dia desses chegar em casa ligar a torneira e não ter água. Ela poderá ir tomar banho e não ter água. Ela poderá pensar em fazer o almoço, a janta, o café e não ter água. Para ela entender o impacto da falta da água nas nossas vidas. Porque se você não choca, muitos acabam, eu diria, desculpa a expressão, relaxando,

com a questão da água, usando de forma abusiva e sabendo se continuar dessa forma num tempo muito pequeno, eu diria, pela importância da vida, nós poderemos estar sem água no mundo.

Eu faço essa consideração, mediante o pronunciamento que farei, inclusive, hoje à tarde, sobre a importância da água.

Eu termino essa Sessão, só informando a todos que na próxima quinta-feira, nós teremos uma Audiência Pública que terá como título, “Luta pela paz e a defesa da soberania das nações”. É uma iniciativa provocada aqui na Comissão de Direitos Humanos, pelo Senador Inácio Arruda, que está encaminhado junto a nossa Assessoria, aqui da Comissão, as pessoas que serão convidadas pela importância do tema.

E quero terminar dizendo que essa Comissão publicou um livro do primeiro ano de atividades que vai está à disposição dos Senadores da Comissão aqui na Secretaria da Comissão de Direito Humanos, que faz um relato de como é que foi esse primeiro ano. Eu entendo que foi um ano importante. Eu sou daqueles que diz que fizemos muito, mas com certeza, ainda há muito para fazer. Está encerrada a Presidente reunião.

Sessão encerrada às 10h13.

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE MARÇO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Inácio Arruda), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, César Borges, Eli-seu Resende, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Cícero Lucena, Serys Slhessarenko, Eduardo Suplicy, Siba Machado, Jarbas Vasconcelos, Heráclito Fortes, Jayme Campos e Sérgio Zambiasi** e do não membro Deputado Federal **Francisco Lopes da Silva**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais explica como serão conduzidos os trabalhos, cita nominalmente os convidados e passa à apreciação da pauta. **ITEM ÚNICO:** A presente reunião foi convocada na forma de Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 64, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Inácio Arruda, aprovado em 04/10/2008,

para realização de Audiência Pública, “com o objetivo de debater sobre a luta pela paz e defesa da soberania das Nações”. Comparece o convidado **Rubens Diniz**, Diretor do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz, Filiado ao conselho Mundial pela Paz – CEBRAPAZ, em representação da Senhora Socorro Gomes, Presidente do CEBRAPAZ. O Senhor Presidente convida o expositor para tomarem lugar à mesa e fazer suas explanação. O Senhor Presidente, após a exposição do Senhor Convidado, franqueia a palavra aos Senhores Senadores e Convidado. Às dez horas e dezesseis minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senhor Senador Eduardo Suplicy. Às Dez horas e vinte e três minutos, o Senhor Presidente, Eduardo Suplicy, passa a Presidência para o Senador Inácio Arruda. Às dez horas e cinquenta e seis minutos o Senhor Presidente, passa a Presidente ao Senador José Nery. **Extrapauta. Item Único:** Requerimento nº 24, de 2008 – CDH, que trata da “criação de uma Comissão Temporária Externa composta por 03 (três) membros, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), que ocorrerá em Caracas – Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008”. Autoria: Senador Inácio Arruda. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Inácio Arruda, José Nery, Serys Silhessarenko, Arthur Virgílio e Eduardo Suplicy e o Senhor Deputado Federal Francisco Lopes da Silva. Encerradas as falas dos Senhores Senadores, Deputado Federal e do convidado, o Senhor Presidente, José Nery, faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e cinco minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr^{as}. e Srs. Senadores, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação, aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. **Aprovado**.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, a presente Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos tem o objetivo de iniciar uma rodada de debates sobre a paz, a paz no mundo de hoje, e nós iniciaremos hoje com o CEBRAPAZ. Está aqui, representando a Sr^a. Socorro Go-

mes, que é a sua Presidente, o Sr. Rubens Diniz, que nós já convidamos de imediato para compor a nossa Mesa. Nós queremos, também, comunicar que a presente Audiência foi requerida... Foi Requerimento de minha autoria, também subscrito pelo Senador Paim, e tem o objetivo de debater a luta pela paz e iniciativas em defesa da soberania das nações, numa época em que se fala tanto no fenômeno globalização, apontar diretrizes para uma convivência pacífica é dever de todos os governantes.

Neste diapasão, o Brasil também se insere nesta discussão, razão por que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa traz este tema para hoje ser discutido com vistas a subsidiar ações de nossos representantes brasileiros que estarão, em abril próximo, na cidade venezuelana de Caracas, participando da Conferência Mundial da Paz. Sabemos que este é o tema de momento visto que, não distante de nossas fronteiras, países amigos e parceiros se envolveram em conflito armado, falamos no caso de Colômbia e Equador, conflito este que exigiu clamor popular e mundial para a sua reversão e que contou com significativa e pronta ação da Organização dos Estados Americanos para restabelecer a paz na região. Com vista neste acontecimento, queremos situar, também, os conflitos que correm pelo mundo e que atinge países irmãos nosso, como a China, a Índia, Rússia, Oriente Médio. Há bem pouco tempo nós assistimos movimentos de luta entre povos que conviveram durante décadas e décadas na Europa, o esfacelamento de territórios, lutas separatistas, a guerra do Iraque, a ocupação no Afeganistão e tantos outros conflitos que assolam os territórios soberanos. É premente que o mundo busque saídas diplomáticas para construir um equilíbrio entre as nações, equilíbrio este que deve permear pela dignidade da pessoa humana para que ela, para que a ele seja concedida a oportunidade de vida, mas vida com qualidade e segurança, onde não haja fome, onde haja educação e saúde, tudo quanto nos permita a utopia da igualdade entre os seres.

A paz no mundo depende de ações firmes e sóbrias dos governantes e para estas ações é que vislumbramos dar nossa cota de participação enquanto Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, pois nosso grande anseio é que os técnicos Diplomatas, que se reunirão em abril próximo, na cidade de Caracas, levem nossa contribuição e, sobretudo, nossas esperanças de que o mundo realmente viva em paz. Tal evento, ao tempo em que se defende a soberania das nações dentro de um processo democrático de autodeterminação dos povos pelos Direitos Humanos e pelo desenvolvimento social, também busca a união dos povos que, embora soberanos, são unânimes em

“flamular” a bandeira da paz, bandeira que também é defendida pela República Federativa do Brasil. Quero dizer que este pronunciamento é um pronunciamento elaborado em conjunto por todos nós que fazemos parte aqui da Comissão de Direitos Humanos e, também, em nome do seu Presidente, Paulo Paim, que não pôde estar presente nesta reunião em face de compromisso fora do Senado da República. E quero dizer, também, que a nossa reunião se dá de forma concomitante com a Sessão do Congresso Nacional, que se desenrola neste momento, para apreciar vetos da Presidência da República. São vetos que vêm desde o Governo Itamar e que estão sendo apreciados na presente Sessão de hoje do Congresso Nacional. Então, eu quero convidar para fazer uso da palavra o nosso colega, que vem representando a nossa, também querida, companheira Socorro Gomes, que é uma parlamentar de destacada atuação no Congresso Nacional e que hoje ocupa exatamente a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos no Estado do Pará, que ficou impossibilitada em face de visita ao nosso país e participando de reuniões em vários Estados, entre eles o Estado do Pará, do Presidente da República da Venezuela, que está, neste momento, em São Luís e, em seguida, se dirige a Belém do Pará.

Então, eu convido para fazer uso da palavra, não no lugar da Socorro, mas falando em seu nome, em nome do CEBRAPAZ, o Sr. Rubens Diniz.

SR. RUBENS DINIZ: Muito bom dia, Sr. Senador Inácio Arruda, muito bom dia, Sr. Senador Eduardo Suplicy. Primeiro lugar nós gostaríamos de justificar aqui a ausência da Presidente do CEBRAPAZ, a companheira Socorro Gomes, que como bem dizia o Senador Inácio Arruda, se encontra hoje recebendo, no Estado do Pará, a visita do Presidente da República da Venezuela, o Presidente Hugo Chávez. E logo, em segundo lugar, nós gostaríamos de agradecer enormemente a possibilidade de que o Senado Federal possa realizar uma Audiência Pública como essa. Demonstra, uma vez mais, o espírito de uma Casa do povo, o espírito de um espaço aberto à sociedade civil organizada, que possibilita a discussão de temas de grande transcendência internacional, de grande transcendência para o Brasil. Sem sombra de dúvidas, o espírito do Epitácio Pessoa, desse Senador que dirigiu a delegação brasileira na Conferência de Versalhes, em 1920, na conferência que dava por fim a Primeira Guerra Mundial é o espírito dessa Casa, é o espírito de debater temas como o tema da paz. Sem sombra de dúvida, o que nós trazemos aqui nessa Audiência Pública, que se realiza no dia de hoje, é a realização da Conferência Mundial da Paz, que será realizada agora, entre os dias 8 a 13 de abril, em Caracas, na

capital da Venezuela. A Conferência Mundial da Paz ela é organizada pelo Conselho Mundial da Paz. O Conselho Mundial da Paz é uma Organização Internacional de Massas, de caráter democrático, antiimperialista, independente, que luta contra as guerras. A origem do Conselho Mundial da paz se remete ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando artistas, intelectuais, lutadores, como o brasileiro Graciliano Ramos, como o pintor Pablo Picasso, o intelectual cubano, Romani Nelo, Cândido Portinari, entre outros, organizaram o Conselho Mundial da Paz. No espírito de dar organicidade a esse sentimento de indignação, que era um sentimento que surgia logo após a Segunda Guerra Mundial, a indignação de que, com a guerra, quem de verdade sofre as grandes consequências são os povos, são as pessoas mais desprotegidas.

O Conselho Mundial da Paz é uma organização que faz parte do sistema das Nações Unidas, ele participa da Unesco, participa da UNCTAD, do Conselho Econômico-social das Nações Unidas e, desde 1982, é considerado mensageiro da paz. Para nós, o debate, o contexto da luta pela paz, hoje, ele tem uma grande valia, dado que é um tema que está presente, ou seja, nós vivemos os últimos anos, como bem dizia o Sr. Senador aqui Inácio Arruda, agressões a povos, utilização da guerra como forma de buscar a solução de conflitos internacionais. Na nossa visão, na visão do CEBRAPAZ, a luta pela paz ela é, sim, a luta contra a guerra, mas, também, ela deve estar inserida na luta em defesa da soberania nacional, na luta em defesa do desenvolvimento econômico e social das nações, na luta em defesa da autodeterminação dos povos, que são preceitos fundamentais para que a paz ela possa se dar de uma forma completa. Não nos interessa a paz dos cemitérios, não nos interessa a paz dos que foram trucidados, não nos interessa a paz dos que vivem com fome, que não tem como se alimentar e que utilizam de outras formas para buscar a vida. Então, nesse sentido, esses são os preceitos fundamentais para nós do CEBRAPAZ, compreende a luta pela paz. Nós defendemos a carta das Nações Unidas como uma referência internacional para a solução dos conflitos e a defesa do sistema internacional. A bandeira da paz, como dizíamos, e um mundo que vive profundas transformações hoje poderíamos dizer que durante todo os últimos 20, 30 anos existia uma grande potência internacional, uma única potência internacional, vivíamos um momento de uma uni polaridade no mundo, essa uni polaridade, esse hegemonismo, ele vem sendo, a cada dia, mais contestado. Com o surgimento de novos pólos regionais, novos pólos dinâmicos no mundo tende-se a existir um conflito e um cenário internacional mais complexo e mais contraditório e acreditamos,

em nosso modo de ver, que as grandes potências têm utilizado da guerra como a forma de manter o domínio de determinados povos, manter-se no centro do poder e de utilizar, também, desses instrumentos para fazer saqueio de recursos estratégicos e naturais em outros países.

Nos últimos anos, agora mesmo no mês de março, completam cinco anos do que foi a invasão e a ocupação ao Iraque. O Senador Eduardo Suplicy esteve presente no Iraque há pouco tempo, pode, inclusive, trazer um relato vivo da situação que vive esse país, mas os pretextos que foram apresentados, as justificativas que foram apresentadas para a realização da invasão e da ocupação do Iraque, que era destruição de armas de destruição massiva, eles não existiram. Nós hoje observamos que existe, o número já ultrapassa os quatro mil soldados americanos que foram mortos no Iraque e o número de civis iraquianos, hoje alguns institutos, alguns centros de pesquisa, afirmam que ultrapassam de um milhão de civis mortos, em um país que tem 23 milhões de habitantes. Então, isso, sem sombra de dúvida, é um genocídio que acontece com o povo e, na verdade, o que existia por trás desta agressão era o controle de recursos estratégicos e posicionamentos geopolíticos que fez o Governo dos Estados Unidos, utilizando da doutrina Bush, que é a doutrina da guerra preventiva, que a partir de um argumento de que é possível essa doutrina dar o direito aos Estados Unidos de buscar os seus inimigos sejam eles quais são, onde eles estejam, e coloca, também, como alvo nessa sua doutrina regiões e blocos que começam a se desenvolver, começam a se constituir.

Então, nesse cenário, inclusive, a própria região da América Latina, por ser uma região que começa a tomar áreas de independência, fruto das transformações que aconteceram nos últimos anos, pode ser alvo, sem sombra de dúvida, de uma retaliação nesse sentido de uma guerra preventiva e permanente. O poderio militar norte-americano ele, hoje, é a principal potência militar no mundo, mantém em funcionamento 735 bases militares espalhadas em 130 países, é um poderio imenso, ou seja, você manter estruturas em 130 outros países. Essas estruturas, nos últimos anos, elas vêm, inclusive, modernizando, Senador Inácio, elas vêm deixando de ser grandes estruturas, como existia a base militar no Panamá, para serem estruturas mais flexíveis, hoje eles utilizam as localidades de operações avançadas, que tem as siglas em inglês como *FOL*. Na América Latina, no nosso continente, existem, em substituição da base militar existente no Canal do Panamá, existem três *fol*s: uma em Manta, no Equador, na base aérea Eloel Faro(F), Eloel Faro(F) que é um líder independentista equatoriano e hoje tem como inquilino uma

base militar estadunidense; a *fol* de Comalapa, em El Salvador, e a *fol* da Rainha Beatriz, em ato, nas ilhas holandesas de Aruba e Curaçao, a poucos quilômetros da República Venezuelana. Fora essa utilização, fora a presença militar ostensiva com bases militares, fora esse novo formato de bases militares e de estruturas militares que existem, porque em muitos casos são na nossa região, são radares, são pistas de pouso, são convênios de cooperação com os países, os Estados Unidos vêm promovendo uma nova modalidade de militarização das relações internacionais, que é muito preocupante e que deve ser denunciado de forma veemente. A partir das companhias de segurança privada, nos últimos meses, vários escândalos surgiram à luz pública, fruto de, particularmente no Iraque, de que essas forças de segurança privada elas têm o direito a matar e não são julgadas no Iraque e não são julgadas em nenhum outro país. É uma espécie de novos mercenários. São mercenários modernos que são utilizados hoje de forma indiscriminada. Eles não conseguem, por ter um estatuto privado, serem considerados, nas resoluções das Nações Unidas, uma força mercenária, mas o fato é que são.

No Iraque, alguns especialistas afirmam que fora os 160 mil homens, 160 mil soldados norte-americanos, existem o mesmo número equivalente a soldados, a esses soldados, a essas forças dessas companhias de segurança privada. Ou seja, eles aumentam o intensivo, não aumenta o número de soldados porque isso poderia simplesmente tirar votos nas eleições que passam nesse ano, jogaria contra a opinião pública e colocam, de fato, mercenários que fazem o trabalho sujo para eles. Mas como bem dizia o Senador Inácio Arruda, não é simplesmente o Iraque que vive essa situação, o Afeganistão vive conflitos como esse e, em nossa região, como dizíamos e tratamos sempre de trabalhar com ela, porque é a nossa principal referência, ela também, nos últimos meses, teve certas tensões importantes. Nós gostaríamos primeiro, assim, de destacar que existe, digamos assim, duas áreas que são bastante vulneráveis no continente sul-americano. Um é toda a região do arco andino amazônico, uma região rica em recursos naturais, em diversidade, em recursos estratégicos, em fontes de água potável, uma região que tem suas fronteiras altamente porosas. E aonde existe, e aonde nós observamos que existe um verdadeiro cinturão às fronteiras brasileiras, pois, desde o Suriname até o Equador, existem estruturas militares, ou bases militares, que estão a serviço em cooperação dos Estados Unidos, fazendo um serviço de monitoramento das nossas fronteiras. É um dado importante que nós devemos sempre estar atentos a isso pelo que representa a região amazônica. Uma

outra região que é, que está sempre em discussão, é a região do Cone Sul, particularmente, a região da tríplice fronteira, uma região de um grande fluxo humano, aonde existe um processo natural de integração, de convergência de povos da região, aonde existe uma grande presença de comunidades árabes, e fruto e coincidentemente, como na região amazônica, é uma região que existe, que possui um vasto patrimônio, que é o sistema do Aquífero Guarani, um sistema que tem mais de um milhão de quilômetros quadrados e um canal subterrâneo de água doce que se considera um dos maiores do planeta. E dessas reservas de água doce subterrâneas, 70% praticamente se encontra em território brasileiro. Nos últimos anos, o Governo dos Estados Unidos vem utilizando do argumento de que nessa região existem células de financiamento de grupos terroristas que atuam no Oriente Médio, que atuam, particularmente, no Líbano e na Palestina.

Várias fontes do Governo Brasileiro estão informando que essas informações não procedem que a fonte de recursos que circula dessa região para o Líbano é a mesma fonte que circula das comunidades libanesas que moram na França ou dos brasileiros que moram nos Estados Unidos e que enviam recursos a Governador Valadares ou qualquer outra região, ou seja, são imigrantes que enviam remessas de recurso de um lado a outro. Então, não se justifica essa acusação, não se justifica essa taxação de que essa é uma região que possui células terroristas, nos chama atenção, como dizíamos, é uma região que possui vastos recursos naturais e, fora isso, é parte do processo central de integração da América do Sul, é o coração do Mercosul, poderíamos dizer. Chamo atenção para uma estrutura militar que foi construída no Paraguai, a base de pouso Mariscal Estigarribia(F), no charco paraguaio, que é uma pista de pouso que é maior do que o aeroporto de Assunção e maior do que o aeroporto do Galeão, no Brasil. Segundo especialistas, nessa base, nesse aeroporto, poderiam ser, em 72 horas, poderiam estar presentes 15 mil homens com estrutura militar para ficar por cinco meses a um ano. Teria condições de aterrissar esse famoso *Galaxy(F)*, esse avião militar norte-americano que pode trazer blindados e outras estruturas de guerra, ou seja, poderia se montar, em menos de 72 horas, uma base militar significativa.

Os últimos acontecimentos políticos da nossa região, eles nos chamam atenção para o tema de que a luta pela paz ela não está, simplesmente, tão distante da nossa região. O fato de o Governo colombiano ter realizado uma incursão de forma ilegal no território equatoriano, abriu uma tensão importante na região. Nós valorizamos muito que a saída política para essa

tensão tenha sido dada em âmbitos como a organização dos Estados Americanos e, principalmente, no grupo do Rio, que foram, principalmente, os países sul-americanos, os países latino-americanos que conseguiram encontrar uma solução para o problema. Reafirmamos que é necessário que exista uma solução política para o conflito interno na Colômbia.

Hoje, as principais vítimas desse conflito interno são a população civil colombiana, que não encontra no plano Colômbia como tal, na saída militar como tal a solução para os seus problemas. Aachamos que esse tema do... Esse conflito que se gerou nos últimos... No último mês, também coloca a urgência e a necessidade de que se constitua esse Conselho de Defesa sul-americano, como bem vem defendendo o Governo Brasileiro, através do Sr. Ministro de Defesa Nelson Jobim e através do próprio Presidente, Luís Inácio Lula da Silva. Nós achamos que, como dizíamos no início, o mundo vive um processo de transformação. O processo de integração na América Latina ele colabora para a luta, colabora com a luta pela paz. O processo de Constituição como a União de nações sul-americanas, o Mercosul, a alternativa Bolivariana para as Américas, a comunidade andina de nações, são um passo importante no processo de uma política não neoliberal na nossa região. E isso, sem sombra de dúvida, busca a consertação, é a forma de encontrar a consertação política para os problemas da nossa região. Como dizíamos no início, a paz ela somente é possível quando nós conseguimos romper as assimetrias econômicas e sociais que existem na nossa região. E nós ratificamos que o processo de integração na América Latina ele tende a contribuir de maneira efetiva com isto. Então, nesse sentido, para nós do CEBRAPAZ, nós achamos que essa Conferência, que irá ser realizada agora, no próximo mês, na Venezuela, entre os dias 8 a 14 de abril, ela tem uma importância transcendental porque o nosso continente vive esse processo de mudança, afirma, de maneira ativa, que recusa a utilização dos recursos militares para solucionar os seus conflitos, busca a consertação política como forma de solução e que, mais do que as soluções militares, é necessário, como dizíamos, quebrar as assimetrias existentes em nosso continente e, neste sentido, é muito importante que avance o processo de ampliação do Mercosul, que o Mercosul ele consiga superar simplesmente a agenda econômica, que ele consiga incluir em suas prioridades uma agenda política, que o Parlamento Mercosul possa avançar.

No ano de 2010 teremos eleições para o Parlamento Mercosul, nós achamos que esses fatores eles contribuem ao redor da luta pela paz. Como dizíamos no início, para finalizar, a Assembléia do Conselho Mundial

da Paz acontece em um momento importante, um momento em que nós achamos que a luta pela paz, sim, é a luta contra as agressões, contra as guerras, mas sim é a luta em defesa do desenvolvimento econômico-social da autodeterminação dos povos. Os quatro eixos principais da conferência são: a militarização das relações internacionais, as estratégias dos povos na luta pela paz, a defesa da paz e o direito dos povos, o direito à educação, o direito ao trabalho, o direito à alimentação, o direito a terra, direito à moradia, e a luta pelo desenvolvimento e a luta antiimperialista. Porque nós achamos que é necessário romper as assimetrias entre o norte e o sul, entre o norte cada vez concentra mais riquezas e o sul cada vez mais excluído. Nesse sentido é muito importante as iniciativas que o Governo Brasileiro vem tomando de criar outros espaços de consertação internacional, como o grupo G20, como as BRICs, enfim, buscar alianças com os países em desenvolvimento e buscar a manutenção, a reforma e o fortalecimento do sistema internacional. É necessário, reafirmamos nesse momento aqui, a necessidade de uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como é necessário a reforma do conjunto das Nações Unidas, para que possa responder a atual realidade. Achamos que a tradição de luta pela paz que o povo brasileiro tem, que as suas instituições possuem, elas devem estar presentes nesse encontro. E nesse sentido que nós reforçamos o convite à Comissão de Direitos Humanos do Senado da República para que possa estar presente nessa Conferência Mundial da Paz, que se realizará agora no próximo mês, para que as instituições brasileiras, o Senado Brasileiro, possam acompanhar esse debate, possam trazer a essa Casa essas discussões. Era isso, Senador.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado, prezado Sr. Rubens Diniz, Diretor da CEBRAPAZ, e quero, também, desejar o melhor sucesso à Conferência Mundial da Paz, que se realizará proximoamente em abril, de 8 a 14 de abril. O Senado estará se fazendo a representar, o Presidente Inácio Arruda logo informará dos Senadores que lá irão. É fato, prezado Rubens Diniz, eu estive dia 16 e 17 último ali em Bagdá, a convite do Conselho de Representantes do Iraque, do Presidente Mohammed, e também do ex-Primeiro Ministro Ibrahim Al-Jafari, Mohammed Al-mashadani e fui ali recebido por inúmeros parlamentares, pelo Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, do Conselho de Representantes, bem como os cinco Ministros, o Ministro do Planejamento, muitos desses Ministros estarão visitando o Brasil proximoamente e, em diálogo ali, justamente, propus que pudesse o Iraque instituir uma renda básica de cidade-

nia como uma forma de se assegurar um sentimento de solidariedade, de justiça entre a população, entre os xiitas, os sunitas, os curdos, e assim por diante. E gostaria de lhe dizer que a proposta foi muito bem recebida, eles já estão estudando, fui num momento que eles estão, justamente, estudando a destinação dos recursos dos royalties do petróleo. Então, eu acho que isto irá contribuir. Espero que na Conferência Mundial da Paz esteja, também, se discutindo a temática da renda básica de cidadania para os povos dos cinco continentes e gostaria aqui, também, de assinalar a presença do Deputado Federal Chico Lopes, que nos visita hoje na Comissão de Direitos à Cidadania, e vou passar, novamente, a palavra para a Presidência, para o nosso colega, Senador Inácio Arruda, que hoje está no comando da Comissão de Direitos Humanos e eu terei que me ausentar agora para participar da Comissão de Relações Exteriores, meus cumprimentos e muito obrigado.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agradecer aqui ao Senador Suplicy, que hoje é um dia de escassez também no Senado da República, e nós temos, além da audiência que estamos realizando aqui na Comissão de Direitos Humanos, temos uma audiência na Comissão de Infra-estrutura, onde eu sou membro titular com o Presidente da Associação Nacional do Petróleo, Haroldo Lima, além da votação de representação de vários Embaixadores que vão ser sabatinados e, em seguida, votados na Comissão de Relações Exteriores. E reafirmo, uma vez mais, em sintonia com a reunião do Congresso Nacional, que ocorre nesse instante, para analisar vetos que vêm desde o Governo Itamar, senão o pessoal fica dizendo que os vetos são só do Governo Lula, é do Governo Lula, do Governo Fernando Henrique, do Governo Itamar que, infelizmente, o Congresso ainda não tinha chegado a um acordo para votar esses vetos. Mas nós queremos aproveitar, Rubens, essa feliz oportunidade de poder discutir com você, que é membro do CEBRAPAZ, essa luta pela paz no mundo, uma luta histórica dos povos, porque a idéia da paz é que ela permite às nações, também, se desenvolver, quer dizer, progredir. E nessa luta que se desenvolve no mundo, muitas regiões, quer dizer, a nossa região, uma região que formou-se, também, com muitos conflitos, eu lembro um livro de um também ex-Senador, antropólogo, um historiador, na verdade, professor e fundador aqui da Universidade de Brasília, ele escreveu um livro “As Américas e as Civilizações”, livro muito interessante, que trata da questão da formação, ele vai discutir a formação do Brasil, mas discute a formação das Américas. Ele calcula, com os dados mais atuais, de que a região das

Américas, vindo dos Estados Unidos, Canadá, até a Patagônia nos anos de 1500, era ocupada por uma população estimada de mais ou menos 87 milhões de habitantes e que em um século e meio, as nações que ocuparam essa região, que invadiram essas regiões todas, eles dizimaram essa população, ficando com algo em torno de três milhões e 700 mil habitantes, quer dizer, o maior massacre, um dos maiores genocídios da história em todos os tempos.

Essa região, também, era uma região de povos que se desenvolviam, ele levanta que os astecas já desenvolviam uma economia mercantilista e que você tinha, inclusive, já a presença de empresários asteca, de empresas que faziam negócios naquela região do México, além da civilização Maia, dos incas aqui dentro da nossa fronteira nos Andes. Então, essas populações todas, segundo Darcy Ribeiro, foram massacradas, trucidadas, essas regiões todas foram divididas, primeiro pelo Tratado de Tordesilhas e, em seguida, pela presença dos corsários, dos piratas, nascidos de nações que também se desenvolviam industrialmente como, principalmente, a Inglaterra, depois a França, a Holanda, que desenvolveram grandes frotas mercantis que navegavam por todos os mares em busca de riquezas e essas riquezas, normalmente, elas não eram fruto do trabalho desses povos, elas eram fruto do assalto, eles roubavam as mercadorias, pilhavam essas nações e sempre anunciando que estavam levando para esses lugares do mundo, a civilização. Hoje, também, o discurso que foi utilizado para invadir o Iraque, também, foi o discurso da civilização. Quer dizer, nós estamos levando para o Iraque, para o Afeganistão a civilização. Quer dizer, a civilização com uma quantidade de atrocidades sem igual. E essas tensões que nós assistimos aqui na nossa região elas podem significar, por exemplo, você tem aqui na Bolívia uma tentativa de separação da Bolívia. E tem interesses em jogo, fortes interesses, não só interesses do povo boliviano, são interesses externos, interesses daqueles que precisam manter sob seu controle as reservas de gás, as reservas de petróleo do mundo inteiro. A tensão, que você bem citou, nos Andes é a tensão das riquezas naturais, da biodiversidade, mas é uma tensão muito forte em relação ao gás e ao petróleo, que são fartos na Venezuela, na Colômbia e também na Bolívia, Equador e parte da Amazônia brasileira, onde você tem já um projeto de prospecção de gás razoável. Então, você tem a atenção voltada me parece para o controle das fontes de riqueza natural e também das fontes de energia. Quer dizer, a base da formação da União Européia, uma das principais bases, foi exatamente um acordo energético e aqui você vai e volta nesses 50, 60 anos, entra, novamente, aqui a questão da energia, do

petróleo, do gás, das riquezas naturais, dessas fontes de energia que, também, são naturais e que estão em nações que precisam se desenvolver, precisam utilizar essas riquezas como fonte do seu crescimento, do seu desenvolvimento, isso aqui, na nossa região.

Nós assistimos, também, aos conflitos na Ásia, que se anunciam naquela região, que são conflitos, também, separatistas, a tentativa de divisão daquela região, aquela região que já foi tantas vezes ocupada e invadida na idade média, com a presença dos portugueses, que buscaram o caminho das índias e todos correram atrás do caminho, a companhia das índias ocidentais, sob o controle dos holandeses, também, buscavam alcançar o extremo oriente e em busca das suas riquezas e hoje é uma nova tensão na região, em uma das nações mais importantes do mundo atual que é a China. Uma tentativa de também buscar dividir a China e criar grandes dificuldades, isso tudo são interesses, digamos assim, não são interesses da China, são os interesses externos sobre a China. Então, eu gostaria que se você pudesse, também, discorrer sobre essa realidade contemporânea, porque a paz é para que a gente possa progredir, para que a gente possa... A paz interessa para o Brasil, interessa para a América do Sul. Quer dizer, os países que estão formando o Mercosul têm interesse na paz, eles não querem um conflito bélico, porque isso inviabiliza o nosso desenvolvimento, inviabiliza o nosso crescimento, inviabiliza alcançar os objetivos de qualidade de vida que a população precisa na nossa região. Então, esses conflitos separatistas, eles também têm à mão do imperialismo, tem a mão dessas nações belicistas, que têm os Estados Unidos à frente, mas, também, têm associações, eu vejo sempre a Inglaterra muito associada aos Estados Unidos e, às vezes, outras nações da Europa, também, sempre anunciando o seu interesse bélico para resolver problemas que são, às vezes, um conflito local de uma nação, mas que eles assumem para si, tentando dividir aquelas nações. Concedo a palavra aqui ao nosso visitante ilustre, Deputado Chico Lopes.

DEPUTADO CHICO LOPES (PCdoB-CE): Mas eu gostaria, também, de dar minha opinião a respeito dessa Audiência Pública, parabenizando a iniciativa do Senador Inácio Arruda. A paz sempre foi perseguida pela humanidade, mas agora, mais do que nunca, levando em consideração a exposição de V.S^a, dos argumentos do Senador Suplicy e agora do Inácio, a gente vê que está em jogo, na minha avaliação, a paz começar a preocupar com a soberania nacional dos países. Porque a invasão sobre a guerra preventiva e sobre outros dados que não convincente, vai criando esse tipo de conflito de grande profundidade. Um novo elemento na guerra são os mercenários não ofi-

cializados através dessas seguranças. E a segurança privada hoje, em qualquer parte, pelo menos no Brasil, é bem maior do que a segurança oferecida pelas políticas públicas. E, nesse sentido, acho que o papel do CEBRAPAZ tem uma importância muito grande e que esse Congresso agora, esse encontro que vai de 18 a 23, não decorei bem a data, eu acho que tem que mobilizar muita gente, mesmo que não vá, mas tomar conhecimento e aí mobilizar as entidades religiosas, as entidades políticas, porque na minha avaliação a paz interessa a toda a humanidade e não só ao segmento religioso ou qualquer outro segmento, mas a todos nós. E isso é uma militância que tem que ser valorizada nesse momento de dificuldade que atravessa o mundo. E, ao mesmo tempo, agradecer ao Senador Inácio Arruda, e pedir licença que nós vamos receber a delegação da Coreia e já estão me chamando.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Licença concedida, Sr. Deputado. Rubens, você tem a palavra.

SR. RUBENS DINIZ: Senador Inácio, muito obrigado, Deputado Chico Lopes. Sem sombra de dúvida, Senador Inácio Arruda, citou-se aqui temas que são centrais eu acho que nesse debate sobre a luta pela paz. Hoje, sem sombra de dúvida, o que os povos do sul, principalmente, necessitam é de paz para conseguir se desenvolverem. A guerra somente interessa às grandes potências que querem manter o *statu quo* no mundo hoje. Poderíamos perguntar: A quem interessa um conflito bélico militar na América do Sul? A quem interessa o argumento, como foi apresentado a poucas semanas no Brasil pela Srt^a Condoleezza Rice, de flexibilização das fronteiras no nosso continente? A quem interessa? Uma proposta como essa auxiliaria quem? Auxiliaria quem no nosso processo de integração? Sem sombra de dúvidas, como toda ação existe uma reação, o que eu percebo é que como a América do Sul, nos últimos anos, veio avançando de forma significativa no processo de buscar uma autonomia maior, uma independência maior, de não ter como, simplesmente, aliado prioritário os Estados Unidos, mas diversificar suas relações e tornar-se de maneira uma atitude mais autônoma e independente é um pouco uma reação também norte-americana a esses acontecimentos que se geraram aqui. Esse argumento da flexibilização das fronteiras e mesmo a utilização da estratégia militar para a solução do conflito armado na Colômbia. Vale dizer que os únicos países que, o único país que esteve com a Colômbia foram os Estados Unidos. A máxima de Maquiavel prevalece na geopolítica, dividir para reinar, para governar. O senhor fazia referências aos acontecimentos que se produzem em uma República da China é uma situação completa-

mente orquestrada. Porque me parece muito estranho que um senhor, que é um Prêmio Nobel da paz, um defensor da paz, da saída pacífica para os conflitos, sente e receba financiamento de um Governo que faz um genocídio, como o Governo dos Estados Unidos fez o genocídio no Iraque, que suas atividades do Sr. Dalai Lama sejam financiadas por agências de cooperação estadunidense. E que esse levante que acontece agora no Tibet seja justamente no momento de brilho do povo chinês, que vai receber de festa popular na China pela realização das Olimpíadas. Olimpíadas essas que são uma forma de solução, uma forma de encontrar as diferenças de uma outra maneira, o esporte sempre está vinculado a essa idéia da paz. Todos os relatos históricos indicam que o Tibet é parte construtiva da China. Desde os relatos de Marco Pólo já poderia dizer que já estavam presentes nos seus diálogos com Cubaiclam(F) que o Tibet era parte da China. Então, esse levante separatista que acontece tem o objetivo de enfraquecer um país que vem crescendo de forma monstruosa nos últimos anos e é uma potência que pode superar economicamente os Estados Unidos em poucos anos. E o Tibet, pelas condições geográficas que ele possui, altura que ele tem, ele não tem condições de desenvolver uma agricultura própria, tem muitas limitações físicas. Então, o Tibet estaria dependente como? É a mesma independência que Kosovo teve. É uma independência que é tão vinculante que acaba sendo uma carta de dependência. Falávamos de Kosovo e para trazer o tema do separatismo e da secessão ao nosso continente, nos chama atenção que o Embaixador estadunidense na antiga Servia é hoje o Embaixador na Bolívia. Ele foi transferido por ser considerado um especialista em questão étnicas. Ou seja, depois que ele fez o desmonte da Iugoslávia, vem agora ao nosso continente e chama atenção, novamente, esse argumento da flexibilização das fronteiras que a Condoleezza Rice nos dizia.

Acredito, Senador Inácio Arruda, para finalizar, inclusive, aqui, tem umas questões de suma importância. Uma, reafirmar esse processo de integração que acontece na América do Sul, a Constituição de um banco do sul, a consolidação de um Parlamento do Mercosul, a possibilidade de formação de um Conselho de Defesa sul-americano, são temas de grande importância para a nossa região e são temas que contribuem para que o nosso continente, o continente sul-americano seja um continente de paz. Essa bandeira nós deveríamos sempre tê-la presente. É de suma importância que nesse período de avanços, de debate do Mercosul, nós possamos avançar na agenda econômica, a agenda política seja uma agenda presente. E nesse sentido, sem sombra de dúvida, a paz está vinculada à

soberania nacional, a paz está vinculada ao desenvolvimento e autodeterminação dos povos. A delegação brasileira à Caracas vai com esse espírito, vai com o espírito de transmitir esse sentimento internacionalista brasileiro, esse sentimento de paz, de busca pela paz, de busca de uma saída negociada aos conflitos internacionais e esperamos que possamos contribuir de forma ativa para o fortalecimento de um movimento internacional ativo, de luta contra a guerra e defesa da paz e da autodeterminação dos povos. Nesse sentido, gostaríamos uma vez mais de agradecer a possibilidade de que o Senado Federal abra suas portas para a sociedade civil organizada, para o CEBRAPAZ, Centro brasileiro de solidariedade com os povos e luta pela paz, pronunciar-se e trazer à luz pública suas opiniões e poder conversar e dialogar com o Senado Federal sobre um tema de tão grande importância na luta por um novo mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Obrigado. Gostaria também de fazer uma indagação a respeito da própria Conferência. Como é que ela vai se realizar? Nós temos a pretensão de ter a presença de parlamentares do Congresso Nacional, tanto Senadores como Deputados Federais, durante esse evento. Então, era importante que nós tivéssemos a idéia de como vai se dar a Conferência, como... Se nós vamos ter alguma atividade do próprio Conselho, se vai ter alguma atividade interna, quais são as atividades externas mais significativas do Conselho? E isso seria muito importante para que a gente pudesse, não só o Senado, tomar conhecimento, mas como a nossa audiência é uma audiência para o povo brasileiro, então o povo brasileiro, também, toma conhecimento de que nós vamos ter um evento dessa magnitude aqui num país vizinho nosso, que tem já tramitando no Congresso Nacional um projeto... Uma mensagem do Presidente da República do Brasil buscando reafirmar um acordo com o país vizinho, no caso a Venezuela, para a sua participação como membro permanente do Mercosul, que é muito significativa. Essa matéria já foi aprovada nas Comissões de Mérito, Senadora Patrícia, nas Comissões de Mérito da Câmara dos Deputados e, em seguida, vai à votação no Plenário da Câmara e vem ao Senado. Como é sempre um tema controverso, é importante que os parlamentares, que os Deputados, que os Senadores, busquem se relacionar. Nós recebemos aqui já o Embaixador da Venezuela, já recebemos a visita de parlamentares venezuelanos, o Senador Suplicy foi à Venezuela a convite do Embaixador e do Governo venezuelano e, também, da Assembléia venezuelana, agora nós vamos com essa comitiva, então, isso tudo faz parte... Quer dizer, a luta pela paz entrelaça esses vários aspectos. Como é

uma matéria muito importante para nós, no Congresso Brasileiro e também no Parlamento do Mercosul, que se reunirá na próxima segunda-feira, e eu vou propor, também, que o Parlamento do Mercosul mande uma representação à Conferência Mundial da Paz. No caso do Parlamento do Mercosul, os Requerimentos têm que ser apresentados com antecedência, antes mesmo da realização da Sessão.

Nós já encaminhamos um Requerimento para a Mesa Diretora do Parlamento do Mercosul, e esse Requerimento deverá ser apreciado na próxima Sessão deliberativa, que acontecerá na próxima segunda-feira, em Montevideu. Acho que isso tem muito significado. É importante para o povo brasileiro, é importante para os povos da América do Sul esse encontro em Caracas e seria interessante que você pudesse descrever como é que vai se dar a Conferência do Conselho Mundial da Paz. E eu quero justificar, também, a ausência do... E, oportunamente, nós vamos ver se ele se restabelece e vai estar conosco, é o Orlando Fundora, que é o atual Presidente do Conselho Mundial da Paz, é uma personalidade mundial, que tem percorrido quase todas as nações do mundo, levantando sempre a bandeira da paz, mas que foi impedido de comparecer a nossa audiência nesta data em função de uma posição dos seus médicos, que determinaram que ele não poderia viajar. Eu espero que ele seja liberado para ir à Caracas, mas os médicos estão controlando ali também já as ações do Fundora, mas eu espero que ele se restabeleça e ele possa estar conosco brevemente.

SR. RUBENS DINIZ: Obrigado, Senador Inácio. De fato ele foi poupado de... Ou seja, o poupavam dessa viagem ao Brasil para que ele pudesse participar de forma ativa das atividades na Venezuela. As atividades do Conselho Mundial da Paz, em Caracas, elas têm início no dia 8 de abril. Dia 8 de abril irá acontecer uma concentração pública na cidade, aonde a Alcaldía de Caracas e Alcaldía maior de Caracas irão entregar as chaves da cidade ao Conselho Mundial da Paz, e Caracas será considerada, simbolicamente, nesses dias, a capital mundial da paz e da luta antiimperialista. Um gesto simbólico dos movimentos sociais, movimentos de luta pela paz no mundo que vêm solidarizar-se, também, com a República Bolivariana da Venezuela pelas agressões que vem sofrendo de forma constante. Então, no dia 8, Caracas seria aberta a Conferência e Caracas seria decretada a capital mundial da paz na luta antiimperialista. As atividades serão divididas em dois momentos, nos dias oito e nove irão acontecer as reuniões como tal... A reunião do... A assembléia do Conselho Mundial da Paz, que é um órgão interno da organização, onde participam as organizações filiadas ao Conselho. Paralelamente a isso, pois o nú-

mero de participantes é muito maior do que o número de membros somente das organizações, existirão um conjunto de atividades paralelas que vão estar sendo desenvolvidas na Venezuela. Vão estar sendo desenvolvidas visitas aos programas sociais venezuelanos, as conhecidas missões, missão bairro adentro, missão Robson, que é a missão de alfabetização, missão cultura, a áreas de interesse geral para que as pessoas possam ir à Venezuela ter uma idéia do que está acontecendo nesse país, nesse irmão país, e atividades paralelas, como mostra de cine, aqui no Brasil já tem uma série de documentários brasileiros que vão estar sendo exibidos, exposições fotográficas e atividades culturais, feiras de livros e atividades culturais. O dia 12 de abril é o dia da América Latina, em cada dia será um dia de um continente, o dia 12 é o dia da América Latina e o Brasil espera realizar várias atividades culturais nesse momento. No conjunto das atividades paralelas irá acontecer, também, um debate: “A paz e o esporte”. O Ministro do Esporte da República Federativa do Brasil, Ministro Orlando Silva, confirmou presença, o Ministro dos Esportes de Cuba, o Ministro dos Esportes da Venezuela, e vamos fazer um debate sobre que contribuição o esporte--

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É no dia... Qual o dia?

SR. RUBENS DINIZ: Será no dia 11.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Dia 11, sexta-feira.

SR. RUBENS DINIZ: Sexta-feira. Que contribuição o esporte pode dar numa cultura pela paz, na construção de uma cultura pela paz, numa educação pela paz? Como disseminando o esporte, disseminando e valorizando essas iniciativas nós podemos ter uma sociedade mais consciente dos valores da paz e do respeito mútuo? Então, essa é uma atividade que também nós destacamos. Nos dias... No dia 10 de abril irão ser realizadas reuniões regionais. Todas as regiões, que estarão presentes durante a Conferência, vão debater suas realidades, debater seu contexto. O movimento social africano irá debater sua situação, os europeus, os asiáticos e nós, latino-americanos, também. Nos dias 11 e 12 é que, sim, são os momentos mais amplos de todas as atividades que são as Conferências, como tal, do Conselho Mundial da Paz. São quatro grandes eixos, quatro temas, a luta pela paz, a militarização das relações internacionais, que trata justamente disso que a pouco comentávamos aqui, a negação da saída, a negação do sistema internacional, a negação da saída negociada para os conflitos internacionais e a utilização da força, da guerra preventiva e da guerra permanente como formas de opressão, de saqueio e de domínio dos recursos naturais estratégicos, as estratégias

dos povos na luta em defesa da paz, ou seja, como os movimentos sociais, como os movimentos políticos lutam em defesa da paz? Que ações podem ser tomadas nesse sentido? Quais são suas campanhas, quais são suas iniciativas? Em 2004 o CEBRAPAZ realizou aqui no Brasil uma... Recolheu mais de um milhão de assinaturas exigindo, era um gesto simbólico, exigindo que o Presidente dos Estados Unidos, Sr. George Bush, fosse julgado por crimes contra a humanidade que realizava no Iraque. Foi realizado um julgamento simbólico no Estado de Pernambuco, em 2005, mas foi uma iniciativa que, digamos, ajudava no debate e na conscientização da questão da paz. A luta pela paz em defesa dos direitos, já que argumentamos que os direitos dos povos ao trabalho, à saúde, à educação fazem parte da defesa dos... É parte da defesa dos Direitos Humanos e da... E por tal fazem parte da luta pela paz e a luta, como dizíamos, a luta pelo desenvolvimento e a luta de antiimperialista. Nós insistimos que a luta pelo desenvolvimento ela é uma questão central na luta pela paz nos dias de hoje. Nós não podemos pensar a luta pela paz separada da luta pelo desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento econômico e com distribuição de riqueza aos povos. É a luta pela mudança da ordem internacional.

Então, esses são os quatro grandes temas, e no dia 13, será realizada uma concentração popular, onde se dará a solidariedade ao povo venezuelano, será o momento de se comemorar seis anos da derrota do golpe que planejou ser dado ao Presidente Chávez, e se espera uma grande concentração popular intitulada “Concentração Pela Paz e Pela Luta Antiimperialista”, se esperam mais dois milhões de pessoas nesse dia. Nós reafirmamos, assim, a importância que tem, de que a delegação brasileira seja composta pelos mais diversos atores da sociedade brasileira. A delegação que o CEBRAPAZ vem organizando ela hoje já supera os 100 participantes, são 80 organizações que vão estar presentes na Venezuela, representando os diversos setores da sociedade brasileira, desde movimentos sociais, sindicatos, a organizações religiosas, a parlamentares, a Senadores, a Deputados e Senadores, a Ministros... Aachamos que essa delegação brasileira ela deve ser representativa do conjunto do povo brasileiro. Então, nesse sentido, é muito importante que uma instituição como o Senado Federal possa estar presente, pois aachamos, também, que essa iniciativa ela tem reflexos importantes e, entre esses reflexos, sem sombra de dúvida, está um apoio a que o Mercosul possa ampliar-se, a que o Mercosul possa ganhar um novo formato e esse processo se passa, também, pela incorporação da Venezuela ao Mercosul. Nós aachamos que isso é um passo importante e significativo na luta

pela paz em nossa região e no fortalecimento de marcos comuns para a construção dos caminhos do nosso continente. Para finalizar, Senador Inácio Arruda, sabemos que no final do ano irá acontecer aqui no Brasil a Cumbre do Mercosul, já que é rotativa e existirá, também, uma audiência, sem sombra de dúvida, nesse momento o Parlamento Mercosul deve estar presente. Sugeriríamos, se fosse possível, que no momento, no marco dessa realização dessa Cumbre de Presidente do Mercosul, o debate sobre a paz e a integração da América Latina pudesse estar presente, de uma maneira ou de outra, pois achamos que a paz no nosso continente ela se passa pelo processo de integração. Defendemos que criemos no nosso continente um continente de paz, que levante a bandeira da paz, um continente integrado, autônomo e soberano e isso, sem sombra de dúvidas, passa pelo fortalecimento e a consolidação do Mercosul. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Muito obrigado ao Sr. Rubens Diniz, que aqui representou o Centro Brasileiro de Solidariedade e Paz, agradecemos suas considerações, por tratar de um tema absolutamente atual e necessário para que todos nós estejamos comprometidos com a construção de um processo de paz, que nasce, sobretudo, da construção da justiça social em nossos países, especialmente, na América Latina, mas em todas as partes do mundo. Agradecemos a sua contribuição a esse importante tema que deve fazer parte, de forma permanente, das nossas discussões e da nossa atuação. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, José Nery, gostaria de solicitar que V.Ex^a. pudesse colocar em extrapauta votação de um Requerimento de minha autoria, que a gente já vem tratando com ele desde a semana passada, mas não foi possível a sua votação, eu gostaria que V.Ex^a. pudesse colocá-lo em votação. Requerimento, exatamente, que propõe a formação da nossa representação, a representação de Senadores para participar da Conferência Mundial da Paz, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008, em Caracas. Então, eu solicitaria que, se pudesse constar da pauta, nós pudéssemos votá-lo em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Acolhendo a solicitação de V.Ex^a., Senador Inácio Arruda, coloco então para votação o acolhimento do extrapauta do Requerimento de autoria do Senador Inácio Arruda. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos então à leitura do... Para se o senhor quiser antes fazer

alguma consideração para que em seguida possamos colocar em votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, acolhida a nossa proposição, eu agradeço a V.Ex^a., nós queríamos enfatizar essa formação dessa Comissão de Senadores. Considero muito importante, quero dizer que não só discutimos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, eu dialoguei com os nossos representantes na Comissão de Relações Exteriores, porque vai se dar exatamente na Comissão de Relações Exteriores um grande debate, posteriormente à votação na Câmara da proposta de inclusão da Venezuela como membro permanente da Comissão do Mercosul, vai ser um grande debate, e é muito importante para todos nós que os Senadores possam ter um grau de relações com os países vizinhos e, nada melhor do que uma Conferência da Paz para que a gente possa, digamos assim, se aproximar, também, no âmbito do Mercosul. Acho que vai ser uma grande oportunidade, por isso estamos propondo esse Requerimento, para que uma delegação de brasileiros, representando o Senado da República, esteja presente na Conferência Mundial da Paz.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Consulto a Senadora Serys e o Senador Lucena se desejam se pronunciar a respeito do Requerimento proposto pelo Senador Inácio Arruda, que prevê a constituição de uma comissão de representação externa do Senado Federal e, especialmente, da Comissão de Direitos Humanos do Senado, para representar o Senado e a Comissão de Direitos Humanos na Conferência Mundial da Paz, que se realizará de 8 a 13 de abril, em Caracas, na Venezuela.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dizer que, realmente, é um Requerimento de mais alta relevância e em tempos conturbados, que às vezes a gente anda vivendo, essa Conferência eu atribuo a maior relevância. Acho que nós precisamos estar juntos discutindo, permanentemente, como... Porque a construção dela é permanente. E, assim sendo, uma Comissão de parlamentares brasileiros eu diria que é da mais extrema relevância, infelizmente, eu acredito que eu não possa estar junto nesse momento, por conta de agendas e compromissos, mas sou totalmente favorável e o caminho da construção da paz é um caminho permanente e é por aí, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vamos, então, à votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o Requerimento, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovado. Consulto ao Senador Inácio Arruda que antes presidia a Sessão, se deseja retornar ou caso queira

fazer alguma consideração sobre o encerramento dos nossos trabalhos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Sessão está muito bem presidida por V.Ex^a. V.Ex^a. pode fazer as considerações finais já e queria agradecer, uma vez mais, ao nosso convidado, Rubens Diniz. Quero dizer, Sr. Presidente, que a idéia que eu dialoguei com o Presidente Paim é de que a gente possa dar continuidade com os demais representantes das várias instituições que no Brasil estão dedicadas à luta pela paz. Umas têm um aspecto, lutam pela paz, às vezes, mais voltadas para as questões de Segurança Pública, doméstica, mas que tem relação, sim, com a paz mundial, outras pegam a paz no aspecto mais religioso, da sua fé, da sua doutrina. Cada uma tem um aspecto diferenciado, mas eu tenho considerado que se nós conseguirmos juntar esses vários aspectos em torno de uma busca de paz mais duradoura para nós, não só na América do Sul, porque nós somos aqui da América do Sul, mas no mundo. Quer dizer, nós achamos que tem que ter paz no Afeganistão, para aqueles povos puderem avançar. Aquelas são regiões que foram regiões de grandes civilizações, grandes civilizações. Então, é muitas vezes inaceitável que nós consideremos que alguém vai levar a civilização para um outro povo. O que nós podemos dizer é que o mundo vive um momento de desenvolvimento, de surgimento de novas tecnologias e que essas novas tecnologias não podem servir para aprisionar os povos ou para derrotá-los e subjugar-los, mas que as novas tecnologias e a ciência ajudem a emancipar os povos, efetivamente, não impondo uma civilização, mas dizendo que o conhecimento e a tecnologia servem para que as várias civilizações e as várias culturas se abracem em torno da paz, do conhecimento e do desenvolvimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Saudamos a presença do Senador Arthur Virgílio, agora aqui na Comissão de Direitos Humanos. Queria, antes de encerrar nossos trabalhos, manifestar a nossa total concordância com os esforços no sentido de constituir uma representativa delegação brasileira para participar da Conferência Mundial da Paz, na Venezuela, e tenho certeza que o Senado se fará representar, com a aprovação de Requerimento no Plenário do Senado. Dizer, Senador Inácio Arruda, que de pronto, dependendo dos entendimentos para a constituição dessa comissão externa, que nos colocaremos à disposição para participar. Ouço com atenção o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Quero cumprimentar o nobre depoente, Dr. Rubens, e dizer que assinei, em atenção ao meu querido e antigo

amigo Inácio Arruda, o Requerimento que vem com o mérito de propor esforços pela paz. E considero mesmo que é extremamente propício o local escolhido, porque quem sabe isso serve para diminuir o ânimo belicoso, permanentemente belicoso, do Presidente Hugo Chávez que vai, portanto, ver que ao redor dele estão pessoas que estão preocupadas com a paz e não com os atritos na região, na nossa região. Mas assino, sobretudo pelo mérito e assino em atenção a esse colega tão querido que é o Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado a V.Ex^a. Então, declaramos encerrados os nossos trabalhos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu convido o Senador Arthur Virgílio para compor a delegação de Senadores brasileiros. Seria muito importante, porque aí vai ser a oportunidade para a gente conferir se o Chaves está no ataque ou na defesa. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado a todos. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h06.

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 03 DE ABRIL DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº. 03, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e dezoito minutos do dia três de abril de dois mil e oito, na sala três, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (Geraldo Mesquita), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senhores **Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, César Borges, Eliseu Resende, Romeu Tuma, Gilberto Goellner, Arthur Virgílio, Magno Malta, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Heráclito Fortes e Virgínio de Carvalho.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Senhor Presidente, Geraldo Mesquita Júnior, abre os trabalhos e solicita a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, coloca em votação e a aprova. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas colocações iniciais acerca de vários temas de direitos humanos e da pauta. A seguir, o Senhor Presidente passa a apreciação da pauta: **Item nº. 01:** Requerimento nº 25, de 2008, que requer a prorrogação do prazo dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por mais 1 (um) ano."Autor: Senador José Nery. Resultado: **Aprovado.**

Item nº. 02: Requerimento nº 26, de 2008, requer a realização de Audiência Pública com vistas a discutir o Mercado Informal, participação dos salários na formação da renda nacional e nova estrutura sindical, tendo como convidados o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos – Roberto Mangabeira Unger e outros a serem definidos pela Comissão.” Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item nº 03:** Requerimento nº 27, de 2008, que requer a realização de Audiência Pública no dia 6 de maio, quarta-feira às 14h00, com vistas a tratar do fundo de pensão Portus, devendo ser convidadas às entidades representativas a serem definidos pela própria Comissão.” Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item nº. 04:** Projeto de Lei da Câmara nº. 54, de 2007 – não terminativo – que “Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispondo sobre atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde, nas condições que especifica”. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Adiado.** **Item nº. 05:** Projeto de Lei do Senado nº. 646, de 2007 – terminativo na CAE – que “Dá nova redação ao inciso IV, do art. 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que trata da isenção de IPI aos portadores de deficiência física, dentre outros”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item nº. 06:** Projeto de Lei do Senado nº. 202, de 2006 – Terminativo na CCJ – que “Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item nº. 07:** Projeto de Lei do Senado nº. 14, de 2008 – Terminativo na CAE – que “Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, para incluir os portadores de deficiência auditiva”. Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item nº. 08:** Projeto de Lei do Senado nº. 315, de 2007 – Terminativo na CAS – que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências”. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado:

Adiado. **Item nº. 09:** Projeto de Lei do Senado nº. 339, de 2007 – Terminativo – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre pessoas portadoras de deficiência, para incluir as anormalidades decorrentes da visão monocular entre as que caracterizam a deficiência visual”. Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item nº. 10:** Projeto de Lei do Senado nº. 417, de 2007 – Terminativo – que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes”. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item nº. 11:** Projeto de Lei do Senado nº. 596, de 2007 – Terminativo – que “Altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) de forma a garantir aos idosos a liberdade de escolha de assento objeto dos benefícios criados por esta Lei.” Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item nº. 12:** Projeto de Lei do Senado nº. 38, de 2008 – Terminativo – que “Altera § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.” Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador Magno Malta. Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item nº. 13:** Projeto de Lei do Senado nº. 382, de 2003 – Terminativo – que “dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.” Autoria: Senador Rodolpho Tourinho. Relatoria: Senador Flávio Arns. Parecer: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado.** Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Wellington Salgado, Magno Malta, Geraldo Mesquita, Virgínio de Carvalho, Romeu Tuma, José Nery e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente

com a íntegra do registro de estenotipia informatizada, sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Declaro aberta a 10ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Colocando em votação. Senador Nery nada tem a opor. Aprovado.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Senador José Nery, na ausência do nosso Presidente, Senador Paulo Paim, que cumpre agenda fora desta Comissão, submeto à apreciação do Plenário dois Requerimentos que não necessitam de quorum especial, os dois de autoria do Senador Paulo Paim. O Requerimento é o nº 26, com fundamento disposto no art. 58, § 2, inciso II da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado. Senador Paim requer uma realização de Audiência Pública com vistas a discutir o mercado informal. Participação do salário na formação da renda nacional, e nova estrutura sindical. Para tanto, gostaria o Sr. Senador Paulo Paim, que fosse convidado o Ministro Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, dentre outros a serem definidos pela própria Comissão. Em discussão, o Requerimento, com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita. O Requerimento que propõe o Senador Paulo Paim, no sentido de discutir a situação do mercado informal no país, e sendo esta uma realidade que atinge principalmente as grandes cidades, as cidades médias, e hoje o mercado já presente e disseminado nas pequenas cidades. Tem uma importância fundamental, inclusive, porque temos presenciado e acompanhado medidas que são tomadas a nível dos governos municipais onde tem havido a expansão bastante grande do mercado informal, ocupando espaços vitais de circulação nas cidades, as vias públicas, praças, etc. Tem provocado muitos conflitos, inclusive, na capital do Pará, em Belém, no último mês, ocorreram verdadeiras batalhas campais quando um conjunto de pequenos, eu vou chamar assim, de pequenos empreendedores que tiram da venda de produtos, naquelas filas informais que se formam ao longo das avenidas, das praças. Sabemos que isso cria um problema grave de circulação no meio urbano. Mas está em jogo à questão da sobrevivência da dignidade das pessoas. Discutir isso, esse assunto, tratando de outra questão importantíssima, com a participação do

salário na formação da renda nacional, e a nova estrutura sindical, realmente exige a presença aqui de um conjunto de convidados para que o tema possa ser discutido em toda a sua extensão e possamos aqui formular proposições, iniciativas que contribuam para um tratamento adequado da questão do mercado informal, e principalmente, o debate importantíssimo que vamos fazer sobre a questão da nova estrutura sindical, e aproveito para comentar esse aspecto, o veto que o Presidente da República opôs ao projeto que tratava da regularização das centrais sindicais, que impede a fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União, das instituições sindicais, federações, sindicatos, quanto à aplicação do Imposto Sindical. Eu creio que temos aí assuntos importantíssimos, portanto o nosso apoio e o nosso voto favorável ao Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em votação o Requerimento. Não havendo oposição, a sua aprovação, ele se encontra aprovado.

Senador José Nery. Quero prestar-lhe os seguintes esclarecimentos. Há um Requerimento de sua autoria, Requerimento nº 25, com vistas à prorrogação do prazo dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos. A questão é que esse Requerimento necessita de quorum mais elevado e deixaremos o Requerimento para apreciá-lo em outra oportunidade em que a nossa Comissão esteja integrada por todos os seus membros. Quero aqui aproveitar a ocasião, em relação ao próprio Requerimento, para parabenizá-lo pela luta que V.Exª vem travando e a mobilização que V.Exª coordenou e comandou poucos dias atrás em torno do debate da aprovação de um projeto de suma importância, em tramitação na Câmara dos Deputados, mobilização que reuniu lideranças, políticas, populares, sindicais, em grande número, no auditório da Câmara dos Deputados e que alimentou mais uma vez a esperança e a possibilidade de que aquela legislação que pune com a desapropriação aqueles que insistem em se valer da exploração da mão-de-obra alheia, repito, essa mobilização coordenada por V.Exª, teve a capacidade de nos animar com a perspectiva de aprovação eminente desse importantíssimo projeto. Quero de público parabenizá-lo pela iniciativa e disposição, capacidade, de mobilização e de animação, não é? Dessa Casa, da Câmara dos Deputados, das lideranças envolvidas nessa importante questão. Fica aqui o registro do nosso reconhecimento ao esforço de V.Exª. Temos ainda a apreciação do requerimento nº 27, também de autoria do nosso querido companheiro Senador Paulo Paim, requerendo a realização também de uma Audiência

Pública, em data a ser marcada, com vistas a tratar do Fundo de Pensão Portus, devendo ser convidadas as entidades representativas a serem definidas pela própria Comissão. Se V.Exª tem algum comentário a fazer a respeito de qualquer Requerimento, fique à vontade, Senador.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Geraldo Mesquita, primeiro para apoiar de fato o Requerimento e, segundo aqui sugestão da Secretaria, já uma proposta de data que ele seja realizado em 06 de maio, e no horário das nove horas da manhã. Esse requerimento com vistas à realização da Audiência Pública para tratar do Fundo de Pensão Portus. O Requerimento tem o nosso apoio e também gostaria de fazer um rápido comentário. A respeito da manifestação feito por V.Exª em relação à mobilização reiniciada, a mobilização social reiniciada no último dia 12 de março, não é? Quando a realização de um ato na Câmara dos Deputados tentando recolocar na pauta de discussões do Congresso, especialmente da Câmara dos Deputados. O tema do confisco, da garantia de que aquele que for constatado praticando o trabalho práticas análogas da escravidão será punido com a perda da propriedade e a sua destinação para a reforma agrária, para uma destinação social. Creio que aquele ato, e eu queria, na verdade eu apenas contribuí, na verdade eu quero dividir aquele momento tão importante de mobilização da sociedade de entidades, com todos que apoiaram e V.Exª. foi um dos apoiadores, Senador Cristovam Buarque que aqui chega também, esteve incentivando a realização daquele importante ato para qual, a próxima tarefa naquele conjunto de entidades é a tentativa de colher um milhão de assinaturas, dizendo aos Deputados e Deputadas Federais, da necessidade de votar ainda nesse semestre, a PEC 438 que trata da desapropriação, ou melhor, do confisco de terras onde for constatado a prática de trabalho escravo. E queria sugerir, sobretudo nós, que trabalhamos e representamos o estado da Amazônia, sugerir, que pudéssemos, é claro, fazer todo o estado, mas referente aqui mais o Acre, se sugerir se V. Exª poderia coordenar esse trabalho da coleta de assinaturas, junto as entidades e movimentos sociais do Acre, para que vendo o Acre uma importante, como pode ver o Distrito Federal, da Paraíba, de Sergipe, aqui estamos recebendo o nosso novo colega, Senador Virginio de Carvalho, suplente da Senadora Maria do Carmo Alves, o qual aproveitamos a oportunidade aqui também para saudá-lo e acolhê-lo no Senado e nesta Comissão. Quer dizer, cada estado, se cada um de nós que está na Comissão de Direitos Humanos através do trabalho que realizamos junto aos nossos partidos, entidades e movimentos sociais, vamos facilmente coletar esse um milhão de assinaturas

em 60 dias, em 90 dias para dizer que há cada vez na sociedade brasileira, uma consciência social se formando, crítica para aprovar medidas dessa natureza. Então, agradeço a V.Exª a participação e o empenho com que contribuiu para que aquele ato fosse possível, e como a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos não é? E acho que aquilo revigorou um pouco, esse nosso ânimo para enfrentar esse grave problema 120 anos após o fim oficial da escravidão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria registrar a presença do Senador Virginio de Carvalho, do Senador Cristovam Buarque. Senador Virginio, seja bem-vindo por seu intermédio, desejo transmitir votos de plena recuperação e melhora da Senadora Maria do Carmo Alves que se encontra adoentada, nossos votos de que ela se recupere o mais rapidamente possível, é uma pessoa muito querida na Casa. É nós estamos Senador Virginio e Senador Buarque estamos aqui discutindo o Requerimento à tramitação do Requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, com vistas à realização de uma Audiência Pública na data em que o Senador Nery sugere, seja de maio, né, Senador Nery, 06 de maio, né?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): 06 de maio às nove horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Às nove horas. E o objetivo é tratar da questão relativa ao Fundo de Pensão Portus, devendo ser convidadas as entidades representativas a serem definidas por esta própria Comissão. Consulto os dois Srs. Senadores se querem tecer algum comentário a respeito do Requerimento. Nada havendo mais a tratar, submeto o Requerimento à apreciação, não havendo objeção, o Requerimento está aprovado.

Os demais itens, são projetos de lei, são projetos de lei, cujos Relatores estão ausentes nesta Comissão e, portanto, não vamos são... Além disso, são terminativos e requerem um quorum maior do que nós temos no momento, na Comissão. E em razão desse fato eles serão permanecerão em pauta, para serem apreciados na próxima reunião da Comissão que espero seja, tenha um quorum especial para sua apreciação. E antes de encerrar a nossa reunião, em razão desse fato, faculto mais uma vez a palavra aos nobres Senadores presentes a essa Comissão. Não havendo...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Senador Virginio de

Carvalho, Senador Cristovam. Faço questão de registrar aqui na Comissão de Direitos Humanos o repúdio à decisão tomada ontem pelo Tribunal de Justiça do estado do Pará, que decidiu não abrir um processo disciplinar e administrativo contra a juíza Clarice Maria de Andrade, omissa e responsável por manter na cadeia pública do município de Abaetetuba, uma adolescente de 15 anos de idade, fato de repercussão nacional e internacional e que todos nós esperávamos que o Tribunal de Justiça, de forma exemplar, evitasse o espírito de corpo e adotasse as medidas, ou pelo menos que fizesse um procedimento disciplinar, um procedimento disciplinar e administrativo, uma avaliação da conduta da juíza que manteve uma adolescente presa, apesar de ter sido comunicada pelo delegado superintendente naquela região. Esse fato vai em direção contrária a um sentimento que devemos ter em relação à justiça, que é um sentimento de que aqueles que são responsáveis para promovê-la, para executá-la, para realizá-la. Em se omitindo, é preciso que os órgãos do próprio judiciário tomem as providências necessárias para que não passe a sociedade um sentimento, de que aqueles com quem convivemos, que fazem parte do mesmo órgão, no caso judiciário do mesmo poder, fique impune, sem o tratamento adequado para uma questão tão grave como essa. Faço questão de registrar aqui Sr. Presidente, porque esta Comissão recebeu em Audiência Pública as principais autoridades do estado do Pará para tratar dessa questão e, daqui surgiram encaminhamentos, para que as providências fossem tomadas. Por isso, registro na Comissão de Direitos Humanos o meu protesto contra a atitude do Tribunal de Justiça do Pará. Que resolveu não apurar as responsabilidades da juíza Clarice Maria de Andrade. E faço votos para que as entidades que tratam e acompanham essa questão, dirijam ao Conselho Nacional de Justiça, porque para tomar a primeira atitude lá, no sentido até de instalar um primeiro procedimento, o primeiro procedimento foi necessário a intervenção da Ministra Ellen Gracie, Presidente do Conselho Nacional de Justiça, para que iniciasse o processo, que afinal de contas, ontem à tarde, o TJE resolveu sepultar. Isso também de certa forma acaba sepultando em certa medida o desejo, o sentimento de justiça para esse fato e que a omissão de um agente público, no caso o poder judiciário, a juíza não poderia ficar impune, como parece ser essa a decisão do Tribunal de Justiça do Pará. Lavro esse protesto aqui, Sr. Presidente, porque esta Comissão de Direitos Humanos, tem a obrigação, de assim como discutiu de forma exaustiva esse assunto, deu, inclusive, origem a criação, deu origem, inclusive, a criação de uma Subcomissão específica do direito das mulheres. Foi fruto daquele fato grave e dos deba-

tes ocorridos nessa Comissão de Direitos Humanos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu que agradeço V. manifestação, Senadores Nery. Registro e saudando a presença do Senador Magno Malta, nosso companheiro que cumpre hoje um papel fundamental, Senador Magno Malta, com sua iniciativa e esforço, conseguiu constituir e preside hoje a Comissão Parlamentar de Inquérito que se debruça sobre a pedofilia. Já eu tenho a honra e a satisfação de fazer parte dessa mesma CPI em pouquíssimos dias já estivemos com membros, autoridades que representam instituições de fundamental importância, Ministério da Justiça, Polícia Federal, Ministério Público. Ontem ouvimos o Presidente de uma ONG que se debruça sobre a pesquisa, de dados, de informações, e se abre também para como *site* para denúncia a serem recebidas e repassadas para as autoridades competentes, sem fernet, Doutor Thiago, pessoa que ontem esteve conosco na reunião da CPI e nos deu informações nos transmitiu informação preciosas, né? E ontem o Senador Magno Malta ao receber tais informações, principalmente relativas a algumas instituições que, *Google*, etc. Que permitem que esse crime seja perpetrado, né? Na rede de troca de informações, internet e etc. Como a gente diz, jogou pesado porque há uma resistência, Senador Tuma bom dia, satisfação revê-lo. Há uma resistência muito grande dessas entidades que operam no território brasileiro de contribuir com as autoridades para o combate a esse crime. Eu passo a palavra ao Senador Magno Malta que tem novíssimas e recentes informações a prestar. Esse assunto cabe como uma luva nesta Comissão de Direitos Humanos, afinal estamos, como eu digo sempre, nós que fazemos parte desta CPI, não estamos movido por raiva ou ódio a essas criminosos, nós estamos particularmente e especialmente movidos pelo amor e pelo cuidado com as nossas crianças e nossos adolescentes, né? Portanto, toda a firmeza é necessária e imprescindível, para que a gente prossiga nesse trabalho de identificação, constrangimento, isolamento, dessas pessoas que voluntária, ou movida por necessidades incontroláveis, ofendem, molestam e causam terror a nossa juventude e as nossas crianças. Eu concedo a palavra com muito prazer para o Senador Magno Malta, para que faça considerações a respeito do assunto.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente Senador Geraldo Mesquita, Presidente em exercício dessa Comissão, senhores Senadores, Senador Nery, nosso novo colega aqui, eu ainda não... Virginio de Carvalho terra de Sergipe, terra do pastor Jabes Nogueira, meu amigo particular, também meu Gover-

nador Marcelo Déda, amigo da gente. Nosso querido Senador eterno Ministro, eterno Governador, reitor, homem da educação, Cristovam Buarque, meu amigo, a quem admiro e tenho muito gratidão, foi na gestão dele que nós conseguimos de fato legalizar os cursos de teologia no Brasil, atendendo uma iniciativa minha. Ele criou uma Comissão me deu liberdade até de poder ajudar na formação dessa Comissão que resultou na legalização dos cursos de teologia. Tão sonhado seu amigo pastor Jabes Nogueira, agora pode ter o curso dele legalizado. Senador Romeu Tuma, Senador Wellington Salgado. Ontem, na CPI da Pedofilia, nós havíamos convidado os diretores da Google para que viesse, até numa reunião informal no meu gabinete, e em seguida fazermos uma audiência pública formal, porque nós queremos a Google é como companheira do Brasil, nós não queremos... Quem somos nós? Quebrar a Google, criar problema para a Google de jeito nenhum, como instrumento é muito importante. Agora, é uma ferramenta que o crime usa. E nós queremos a Google ajudando o Brasil a combater o crime, e à medida que ela faz isso ela fica maior ainda, fica mais digna, mais amada mais respeitada, na hora que ela toma a atitude de querer combater o crime, nós criamos uma ferramenta bacana para o bem, né? É assim que nós queremos ajudar a Google, e queremos que ela ajude o Brasil a combater o crime, e ajudando o Brasil, vai estar ajudando o país dela, vai estar ajudando o mundo inteiro. Porque o crime de pedofilia é uma rede. E nos últimos 90 dias, Senador Nery, nasceram mais 13.000 sites de pornografia, de pedofilia, não é pornografia infantil, é pedofilia, 13.000 sites em 90 dias. Então, uma diretora ligou para nós, se prontificou, o Diretor viria, no dia seguinte já começou a conversa de bêbado para delegado. E acabou que a conversa de bêbado para delegado resultou no que se esperava, não vem mais, porque fulano viajou e tal. Então, eu resolvi convocar e convocados são obrigados a vir, e se não vier, virá debaixo de Vara, é assim que a lei diz. Mas aí eu tive uma surpresa boa, quando eu disse que viria debaixo de Vara, duas ou três horas depois no meu gabinete, eu recebo o telefonema, do Dr. Márcio Tomas Bastos, Ex-Ministro da Justiça. Me comunicando que havia sido contratado como advogado da Google. Eu falei, graças a Deus, contratou a pessoa certa. Ex-Ministro da Justiça do Brasil que é tudo de bom para nós, que é tudo de bom, para a família e as crianças brasileiras. E eu disse exatamente ao doutor Márcio Tomas Bastos, é uma pessoa que eu tenho respeito que eu prezo, que em seguida me mandou, senhor Presidente, esse fax. Sr. Alexandre Guillermo Hermano Nogueira Hohagen.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, se pudesse fazer um apartezinho. Porque ele me procurou eu fui, eu tenho muito respeito, porque foi Ministro, e é um bom advogado. Ele me ligou, dizendo que estavam com dificuldade em indicar uma pessoa que poderia oferecer os conhecimentos que não tem definição de Diretor Gerente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele disse.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aí eu pedi para ele se dirigir a V.Ex^a. com ofício explicando isso e seria decidido pela Mesa. É claro que a gente tem que ter tolerância talvez para esperar para ter um bom apoio, porque tudo, pelo que ele disse ontem, aquele técnico que o senhor convidou 80% é da Google.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, claro, claro, não tenha dúvida. Orkut é o grande instrumento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, se ele colaborar, se não foi por bem, nós temos que procurar o caminho mais correto para ver com Márcio qual é a condição de trazê-lo aqui, não tem jeito.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Agora, ele me pediu tempo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós temos que fazer a legislação que ele tem que cumprir, é esse que é o problema.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele me pediu tempo, e eu tenho uma grande amizade e apreço por ele, eu só não vou dar o tempo que a Google quer, né? Eu quero convocar os membros da CPI para que nós votemos hoje às 14 horas, assim de maneira extraordinária, porque nós os ouviríamos, mas eu quero votar essa convocação para quarta-feira. Por quê? Se precisar prorrogar na quarta, nós prorrogaremos agora eu vou sempre determinar a data, não é? Porque a conversa de bêbado para delegado eu não vou poder aceitar mais. Então, eu não quero que seja escolhida uma pessoa qualquer também. Eu quero diretores da Google, porque ninguém se torna Diretor de uma empresa como essa, sem ter o mínimo de conhecimento técnico, ninguém ia vir de lá para cá, com um operador de computador para dizer é assim que faz, não é ele que eu quero não. Eu quero essa figura que assinou isso aqui. Entendeu? Ninguém convida ninguém para ser Diretor de uma empresa desse calibre, de alta tecnologia, se ele não tiver o mínimo de conhecimento. Não é? O mínimo de conhecimento. Então, o que nós não queremos é fazer circo em cima de ninguém, muito pelo contrário, o que nós queremos que eles sejam parceiros do Brasil, no combate a pedofilia, mais nada. Foi o que eu disse. Então eles foram para a mão do advogado certo. Um homem que foi Ministro da Justiça,

o homem que tem neto, um homem que tem filho, igual a todos nós. Quando dizia o meu Presidente Geraldo Mesquita, aqui dizia, o nosso sentimento com essa CPI nós estamos focado nas crianças.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, o senhor me permite só uma sugestão se V.Ex^a... É claro que o Márcio... Mas a gente poderia requisitar a formação associativa, se eles são representantes, se tem estrutura frente à receita aqui qual é o tipo de atividade descrita num contrato. Ou se eles não têm nada eles só fazem a transmissão.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, eu disse isso ao advogado doutor Márcio Tomas Bastos, ex-Ministro, meu amigo, porque tenho muito apreço, volto a dizer. Eu disse isso a ele que são os diretores. Ele entendendo isso nós não precisamos nem oficiar, isso é uma coisa que fica, né? A gente vai oficiar se tiver uma falta de entendimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu digo, isso aqui a gente pede extra.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, a sugestão do senhor é maravilhosa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não sei, se é, ele disse que só tem representante. Tanto é que o doutor Márcio que a gente respeita muito.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Mas ninguém constituiu representante de uma empresa...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não sabe direito quem é o que representa a linha.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): é porque ele acabou de...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Numa empresa americana.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): é porque ele tinha acabado de assinar. Ele tinha acabado de ser contratado ontem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele foi contratado ontem.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ontem. Então, veja, ele me pediu esse tempo para tomar conhecimento e eu disse a ele, nós queremos os diretores. Ele falou, um Diretor está te mandando aí agora. Beleza. Recebi não é, quero marcar para quarta-feira, que entendo que um homem da capacidade do Dr. Márcio do escritório que tem dos auxiliares que tem, certamente já saberá, e nos teremos condição. Se precisar de mais um prazo, na quarta-feira nós renovamos só que nós vamos renovar sempre determinando um prazo, para que a gente tenha o controle dessa situação. Então é o seguinte, renovo, essa Comissão está ao vivo, renovo para a Nação, de que o nosso único interesse, é ter a Google como parceira do Brasil, como parceira das crianças do Brasil, no combate a pedofi-

lia. Nós não queremos de maneira acintosa que ela vá embora. Até porque ela tem um precedente, nós não queremos nem o que a China quis, nós não queremos nem o que a Índia quis e eles foram obrigados a fazer para entrar lá, abriu tudo, porque nós não queremos entrar na privacidade de ninguém, nós não queremos entrar na sala de ninguém.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que a idéia é bloquear a transmissão, fechar a porta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Não, detectou o crime, mas veja, porque quando você detecta o crime.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ninguém tem mais acesso a pedofilia.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Doutor Suíama entrou com uma ação, a justiça brasileira deu e ele falou, nós não vamos cumprir, como que não cumpre? Que nós não temos lei específica na direção da pornografia, ou da pedofilia na internet, mas há uma lei geral no país que está no nosso Código Civil, que qualquer empresa que põe o pé aqui dentro, ela está debaixo das leis que dirige o país e acabou. Embora, não tenhamos leis específicas, e teremos daqui para frente, com fé em Deus, nós só queremos isso, não queremos que faça como fez na Índia, na China, em outros países. Aqui só entra se abrir tudo. E eles abriram para entrar. Nós não queremos que faça isso, nós não queremos entrar na intimidade de ninguém. Nós só queremos quando tiver crime, que a Polícia Federal detectar o crime, ou o Ministério Público que a justiça mandar fazer que se faça se faça é a única coisa que nós queremos. Então, nós vamos hoje a tarde na CPI determinar e eu também, Senador, Tuma, hoje à tarde, V.Ex^a estava acabando de entrar aqui. A SaferNet me dá uma informação que nos últimos 90 dias, abriram-se mais 13.000 sites de pornografia de pedofilia, 90 dias. Aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor vê que tem gente doente nesse país para comprar isso.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Então veja, ao meio dia, às 14 horas eu gostaria de votar um Requerimento, pedindo a quebra do sigilo dos 13.000 sites.

Então eu gostaria de convocá-los para que nós tivéssemos as 14: hs, nossa CPI é muito pequena, sete membros, e foi feita com essa intenção mesmo, para que nós tenhamos condição de ter celeridade e velocidade nas questões. Então eu estou muito feliz, quero registrar aqui, do doutor Márcio Tomas Bastos, ser o advogado da Google hoje. Porque eu, em tese e fora da tese, acredito que é a melhor figura para nos ajudar e para orientar a Google de que é preciso atender

a justiça brasileira e de que é preciso imediatamente ser colaboradora do Brasil no combate ao crime. O Senador Cristovam pediu um aperte e eu concedo V.Ex^a, depois o Senador Nery.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É uma consulta, Senador, como é que está a situação em outros países? Porque o Google é uma entidade planetária, digamos assim. Em outros países, como é que tem sido feita a proteção à criança contra a pedofilia?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): A Google, para os Estados Unidos, quando a justiça detecta o pedófilo, porque o pedófilo tem muita dificuldade de se movimentar nos Estados Unidos. É o que nós queremos criar aqui. O pedófilo nos Estados Unidos quando identificado como pedófilo e essa é uma sugestão minha para o nosso Projeto de Lei, ele recebe a pulseira eletrônica, e ele é rastreado até morrer. O satélite olha ele até ele morrer. Então ele tem muita dificuldade, e além disso, ainda tem outras restrições, ele não pode chegar próximo de escola, ele não pode chegar próximo a um parque. Então, o pedófilo é muito bem monitorado nos Estados Unidos, muito bem. Então, mas mesmo assim, quando eles conseguem nos Estados Unidos, como outros países, existe um banco de dados de pedófilos. O que nós queremos propor para o Brasil também. Todo o pedófilo vai para um banco. Banco de dados a ser consultado. Então, por exemplo, quando a menina desapareceu aqui em Portugal, a garotinha, a lourinha, como é o nome. Madeleine. Os Estados Unidos pediu a todos os turistas do mundo que estiveram em Portugal e que se fotografaram naqueles dois dias naquelas praças, que mandasse as fotos para eles, foto que a pessoa tirou de viagem. Todo mundo mandou. Como eles têm um sistema de identificação, de monitoramento, eles começam a fazer uma varredura nas fotos no local, e se ele estiver no banco de dados, um pedófilo, e se naqueles dias ele passou por ali, ele será identificado. Rapidamente eles vão achá-lo, na varredura das fotos, por causa do banco, esse banco de dados que nós queremos aqui, esse banco de informação. Assim como você pode ter, um banco para adoção, você vai ter um banco de pedófilos.

Então, quer dizer, os países estão trabalhando dessa forma, outros países da Europa, por exemplo, o Orkut na China, a China falou pode entrar, mas abre tudo. A Índia entra, mas abre tudo. Então, não tem esse negócio do cara achar que ele está escondido ali. E agora eles criaram uma ferramenta que o pedófilo cria o seu site, e ninguém tem acesso, a não ser um outro pedófilo acesso... Quem ele quer então... A polícia então, o Ministério Público jamais terá. Então quer dizer as coisas eles estão criando instrumentos e criando

ferramentas na internet que dificultam tudo. Então, o que nós queremos é que com toda a dificuldade da Polícia Federal e graças a Deus, nós temos um corpo hoje de delegados e peritos no Brasil, que são quase os melhores, está entre os melhores do mundo que avançaram na tecnologia, mas não tem legislação para que eles possam fazer, e nós vamos fazer aqui. Na hora que eles detectarem o pedófilo que a Google seja companheira. E nós não estamos pedindo favor, nós estamos pedindo só que cumpra a lei de um país, onde eles ganham dinheiro, porque eles ganham muito dinheiro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Magno Malta.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E se a pedofilia, se o crime, é gerado no Brasil, o que nós temos a ver com os Estados Unidos? Para dizer, não, eu só cumprio lei nos Estados Unidos. Porque o nosso como é o nome que dá o provedor, está lá. Mas o criminoso está aqui. Eu me lembro que Dadá Maravilha...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, senhor Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O usuário está aqui, né?

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Quando Dada Maravilha estava jogando no Náutico eu estava em Recife, e ele fez uma cirurgia no joelho e não conseguia treinar nem jogar. Então, demorou demais, um Diretor foi para a televisão e falou, isso é psicológico, a dor dele é psicológica. 120 dias é psicológico. Aí o cara foi entrevistar ele e falou o Diretor do Náutico falou que sua dor é psicológica, ele falou, é, psicológica é aqui, minha dor é aqui. Botou o dedo no joelho. Então, é o seguinte, olha, o criminoso está aqui. O crime é gerado aqui, o provedor está lá, mas o criminoso é daqui. Então, nós temos que combater aqui. Então, nós queremos, ela, queremos a Google, como companheira. Senador Nery.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem Sr. Presidente, pela Ordem.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Ele tinha me pedido primeiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu queria solicitar ao Presidente, logo cedo, que retornasse a pauta para votar um Requerimento que precisa de quorum pelo menos na presença de dez Senadores. Em razão de que está começando a CPMI dos Cartões, e eu preciso me dirigir para lá. [ininteligível], Eu queria fazer uma breve consideração em relação à exposição e ao trabalho, coordenado pelo Senador Magno Malta, que trabalhou para a instalação dessa CPI. E que

na, inclusive, havia me feito um convite para participar, mas eu estava verificando, eu sou membro como titular suplente de oito Comissões atualmente. Além das e ainda da CPMI dos Cartões. Então em razão disso, eu não sou um membro suplente da Comissão que o senhor está dirigindo e presidindo de forma tão empenhada, com quem, da tal forma que tem tratado, discutido e proposto medidas para enfrentar esse grave problema dos crimes de pedofilia em nosso país. Então, eu queria, dizer que essa missão, vocês têm, os senhores têm de ao final da Comissão propor um conjunto de medidas que pune de forma exemplar, esse crimes, contra as nossas crianças e adolescentes, e na verdade, esse desafio vão... Além disso, tem os outros crimes que ainda precisam de certa forma, mais rigor, como que acabei de falar, emarceramento de adolescente de forma ilegal como aconteceu no Pará. Da violência contra a menina de cinco anos de São Paulo, que ao que tudo parece, foi jogada pela janela por um próprio familiar, segundo o que se noticia. Então eu queria dizer da nossa especial atenção e respeito ao trabalho que vem sendo feito. E torcendo para que a CPI, chegue, investigue e dê uma enorme contribuição ao país na repressão a esses crimes contra criança e adolescente. Mas eu queria pedir ao Presidente, sem prejuízo de que o debate continue posteriormente, que votasse com o Requerimento que trata nessa Subcomissão de trabalho...

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade, em vinte minutos nós faremos isso. O Requerimento é do Senador José Nery. Nº 25. Ele simplesmente requer a prorrogação do prazo do trabalho da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo no âmbito dessa Comissão. Não havendo objeção com relação ao Requerimento. Ele está aprovado.

Voltamos ao debate, quero registrar aqui com muita satisfação a presença do Senador Romeu Tuma, o membro de fundamental importância nessa CPI, a qual estamos nos referindo a CPI da Pedofilia, Senador Tuma é Vice-Presidente dessa Comissão, e com a responsabilidade que ele tem, com o peso da vida pública que ele tem, envolvido sempre na apuração, no deslize de casos complexos e de difícil solução. Tenho certeza absoluta que a sua participação, Senador Tuma, nessa CPI será de fundamental importância. Quero saudar sua presença aqui com muita alegria. Quero registrar também a presença do nosso companheiro Wellington, Senador Wellington, muito estimado e querido, que pediu antes de interrompermos pediu a palavra para falar sobre o assunto. Concedo com maior prazer a V. Ex^a., Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Geraldo, por sinal senti saudades de V. Ex^a no jantar que tivemos na casa do presidente, com a bancada do PMDB, do qual o Ministro Mangabeira foi e deu uma palestra maravilhosa. E eu senti a ausência de V. Ex^a, porque seria um assunto do qual V. Ex^a participaria e demonstraria assim muita vontade de discutir esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu lamentei também, eu estava no Uruguai acompanhando o Senador Romeu Tuma, lá na Reunião do Parlamento MERCOSUL.

[risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu queria deixar marcado que eu senti a ausência de V. Ex^a. Olhei em volta e falei, isso seria um assunto que Senador Geraldo gostaria de debater bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): V. Ex^a. é um amigo muito querido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Magno Malta. Eu queria só colocar o seguinte. Uma empresa quando você procura, dentro da lei, e nós aqui no Senado trabalhamos dentro da lei, porque até mesmo nós que a fazemos. Quando ela não respeita, nós temos que encontrar um caminho com a nossa Assessoria Jurídica, para que possa trazê-los aqui, é impossível isso acontecer, que V. Ex^a trouxe hoje aqui a essa Comissão. Então não tem jeito, nós temos que encontrar a solução, e se vamos consultar a assessoria, a Assessoria das Comissões Parlamentares de Inquérito, que eu já vi, tem pessoas competentes aqui. E vamos criar uma situação para vir aqui sim falar, ou então vamos pegar pelo o que ela mais sente, multa de alguma maneira, entendeu Senador Magno Malta? Não podemos de maneira alguma ficar sujeito a esse tipo de situação. A CPMI criando, a V. Ex^a... Que essa CPMI eu já disse, é uma CPM nem, é uma CPI, aliás, é CPI, não é mista. Que está com a nata do Senado. V. Ex^a como Presidente, Senador Romeu Tuma, nata nessa área. Senador Romeu Tuma como Vice-Presidente o Relator Demóstenes Torres o Senador Azeredo que é um especialista na área de informática. E mais os outros membros. Quer dizer, não podemos de maneira alguma deixar passar. Senador Geraldo não podemos deixar passar de maneira alguma essa situação.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Paulo Paim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Paulo Paim que é o homem também...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Aliás, todos nós somos membros da Comissão de Direitos Humanos que estão na CPI da pedofilia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa não pode deixar passar. Não podemos deixar passar de maneira alguma, vamos buscar onde tiver. E se não tiver solução, vamos procurar o Ministério Público, vamos multar, vamos fazer. Porque empresa só sente quando pega dinheiro, infelizmente é isso, ela não tem alma, ela só tem bolso. Então vamos no bolso, de alguma maneira, eu não sei como, a gente tem que procurar dentro da lei, ou então, vai ter que vir aqui. O advogado da empresa é um advogado que tem uma consciência da situação do Brasil, o ex-ministro Márcio Tomas Bastos, vai ter que cooperar com essa Comissão. Então, eu queria deixar para V.Ex^a, que se precisar do meu apoio estarei até mesmo se tiver que consultar advogados fora, fora que para dar uma assessoria para gente, a gente consegue.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço ao Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dá licença, posso só um minutinho, eu só queria, é sobre o problema que ele levantou.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu quero conceder a palavra ao Senador Tuma, Senador Tuma me permita só fazer aqui uma lembrança a esse auditório. Nós tivemos um caso muito parecido com esse. Quando da realização da CPI chamada do fim do mundo, não sei se V.Ex^a se recorda. Aquela empresa americana que prestava serviço a Caixa Econômica, não cabe aqui mencionar nome de nada, nem de ninguém. Mas houve um momento também, como o Senador Magno chama da conversa de bêbado com delegado a empresa querendo engrupir a CPI. E foram convocados e estiveram na CPI, e prestaram as informações que eram necessárias prestar. Foram acareados, inclusive, ou seja, então, que ninguém se arvora no direito de querer passar ao largo dessa CPI, porque isso não vai ser permitido. Senador Tuma, gostaríamos de ouvi-lo com o maior prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Ex^a. tem razão, ninguém pode escapar aos braços da lei. Tem que cumprir, e aqui nós temos a CPI tem o poder judicante, minorado, mas tem, tem, e hoje com as conversas que o Senador Magno Malta, tem procurado com os Ministros, com as autoridades judiciárias, da polícia, começa a fechar um cerco de proteção a CPI para conseguir alcançar os objetivos. Quando o Senador Cristovam perguntou como são os outros países? Veio a exposição do delegado de polícia falar que a melhor

legislação em tese hoje é da Espanha. E além do técnico que V.Ex^a descobriu, não sei como descobriu esse rapaz ontem. Ele fez um resumo de todas as...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Foi a Cristina da TV Record que arrumou ele para nós.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Identificou quantas empresas de pedofilia tem no mundo. Com a capacidade de transmitir pode chegar transnacional, ela chega a qualquer parte do mundo através do satélite. E tinha uma que oferece gratuitamente uma amostra grátis e convida o senhor a participar como sócio. Está trabalhando no mundo inteiro com isso, eu fiquei encantado com a exposição e com a material que ele trouxe, não sei se ele deu para o senhor, porque é importante pela Relatoria aquilo. Então, hoje é o avanço internacional e o quê que eles estão achando? A facilidade da transmissão via satélite, via, como é que chama aí o computador que nós temos a obrigação de identificar é o sistema, é o sistema de Informática, vamos dizer uma linguagem popular. A facilidade, então eles montam com muita facilidade. Agora, o cyber café, nós também temos que investigar Senador, porque o sujeito que é pedófilo, que ele não quer receber na sua casa ou em qualquer lugar, ele vai ao cyber café.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): O registro, Senador Tuma, deixa eu dar uma informação para o senhor de dados, mais de 70, quase 70%, de todo o material de pedofilia que é passado, vendido, trocado as redes nacionais e transnacionais e colhidos, quase 70% acontece nas cyber café e nas como fala? *Lan house*. *Cyber café* e *lan house*, quase 70%. Porque o pedófilo ele se movimenta até porque mesmo sabendo que alguns países não têm legislação, e eles sabem que isso aqui é paraíso o Brasil, eles se movimentam porque eles sabem que países já avançados como Espanha e alguns países da Europa e Estados Unidos eles já trabalham o monitoramento mais forte, então eles se movimentam.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A polícia...

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Esse pedófilo pego no Ministério do Planejamento, ele estava simplesmente, ele estava se movimentando. Ele estava monitorado pela Polícia Federal, V.Ex^a sabe, que ele foi pego no monitoramento dos policiais fazendo o acompanhamento. Ele foi pego.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Mas a polícia sabia qual era o computador que estava sendo usado, não sabia quem era o usuário.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Exatamente, ele tinha o pen drive no bolso, quer dizer, a empresa dele estava no bolso. Mas se ele tivesse sido pego lá...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esqueceu a senha.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Com o pen drive na mão, com o computador desligado, a lei brasileira diz que ele pode portar, que ele pode acumular, que ele pode guardar, é identificado como pedófilo e não vai preso. O cara que fez essa lei tinha que ser investigado eu acho, eu penso que porque é um negócio desgraçado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É isso aí Presidente, eu acho que nós estamos num bom caminho, caminhando na linha certa com o auxílio das autoridades que vem trabalhando há muito tempo. A Polícia Federal já desenvolveu, hoje o Eduardo Azere do ontem e hoje e amanhã, mais um perito da Polícia Federal estão participando de um Congresso internacional na França, não sei se foi o senhor que autorizou ou não, mas ele está lá. Para trazer para todas as novidades a respeito do trabalho na área de informática, de qualquer tipo de crime. A Polícia Federal mesmo prendeu agora o bingo que faziam no *cyber* café, e nesse *lan house*.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): E eu sou autor da CPI dos Bingos. Eu sou autor da CPI dos Bingos porque eu sabia, e sei que o bingo está nas mãos dos velhos bicheiros, e bingo no Brasil é para lavar dinheiro do narcotráfico.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bem, a máfia praticamente é da Espanha, pra vender as máquinas, é a tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Nos últimos 90 dias, 13.000.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Que criaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Criaram nos últimos 90 dias.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Foram criados, não é o total que tem, foram criados.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Senador Tuma, eu queria só com a agenda(F) do Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Desculpa, obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Que é eu queria colocar aqui, hoje nós não vamos ter como, Senador, mas eu vim para relatar um projeto de interesse dentro da nossa CPI, não é? Dessa Comissão e do assunto que estamos discutindo, viu Senador Cristovam que é terminativo aqui, então nós não vamos ter como votar. Mas olha, eu vou tecer a consideração dele, porque em decisão terminativa esse projeto que eu vim relatar hoje. Infelizmente não

poderei fazer hoje, e nós vamos perder esse final de semana.

Sobre o Projeto de Lei do Senado 38 de 2008 que altera o inciso do art. 2º 244 da lei 8.069 de 03 de julho de 90. Para declarar como efeito de condenação e perda de valores, e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança e adolescente. Que tem tudo a ver. Então quer dizer a lei diz que o cara o que ele usou ele perde. Mas esse Projeto de Lei que é do Senador Demóstenes, não havíamos feito nem a CPI da Pedofilia ainda. E eu sou o Relator, o projeto diz que o cara perde tudo. Declara perdimento dos bens do pedófilo ou do criminoso que existem criminosos que não são pedófilos, mas que vive uma vida nababesca, com a desgraça de crianças, com lágrimas de famílias, com o desencaminhamento de emoções de crianças, com a violenta ação, física de crianças. É como traficantes que não usam droga que orientam os filhos a não usar e que vive do sangue alheio do sofrimento e da loucura de jovens, e de famílias. Então esse projeto Sr. Presidente, declaro perdimento de todos os bens, desses tipos de criminosos. E se a gente tiver quebrado esses sigilos desses sites, e a Polícia Federal poder chegar neles, nós já temos instrumento votado aqui e acertado com o Presidente da Casa, Senador Cristovam, todos os projetos votados no âmbito na CPI, antes que ela se encerre. Eles irão para Plenário, na próxima, não na próxima semana, na outra, Senador, quero comunicar, e vou comunicar CPI à tarde, o Presidente Lula vai nos receber para falar para a Nação que todos os projetos desse pacote antipedofilia votados aqui, ontem o Ministro Múcio me dava essa confirmação, de que serão rapidamente sancionados pelo Presidente da República para que a Polícia Federal o Ministério Público disponha dos instrumentos para proteger as crianças do Brasil. Eu precisava fazer esse comentário, porque eu acho que ele tão importante, esse projeto, não só porque falamos de pedofilia, mas em encarceramento de crianças, e tal que o Senador Nery falou aqui. E o objetivo dessa Comissão de Direitos Humanos que é de fato defender o interesse das minorias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone], é uma violência inexplicável, marcaram a criança com a mesma marca da boiada, não é isso. Eu vi hoje pela manhã.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu quero, ao mesmo tempo em que manifestar meu apoio total ao trabalho do Senador Magno Malta e dos demais membros da CPI, eu quero dizer que essa Comissão precisava fazer algo mais amplo além de todos esses detalhes sobre a criança no Brasil. Se a gente lê os jornais nos últimos dias, é

uma criança jogada da janela, é uma criança, mais de uma acorrentada, são adolescentes presos em cadeia, meninas com homens. São hoje a manchete de 14 milhões sem escola. É criança morrendo de Dengue, é essa criança que foi ferrada por um fazendeiro como se fazia com os escravos antigamente. A gente tem que despertar para a maneira como o Brasil está tratando as nossas crianças. Aí eu lembro que é um projeto que eu apresentei de criar a Agência de Proteção da Criança e do Adolescente, Senador Tuma. Nós temos agência para energia, para petróleo, para gás, mas não tem ninguém responsável pela criança no Brasil. Não existe um órgão federal responsável. Existe o Conselho Tutelar sem nenhum poder. O projeto está na CAS, já falei com a Senadora Patrícia, para ver se a gente leva adiante. O Conselho de Proteção da Criança e do Adolescente tem se manifestado contrário a essa agência, e que eu acho que é um equívoco, eu já disse a eles, como se fosse uma questão de disputa de poder. Eles vão continuar com o papel deles, de conselheiros, de zeladores, de fiscais. Mas tem que ter alguém junto à Presidência da República, dizendo: sua responsabilidade é com as crianças. No dia em que uma criança for ferrada com ferro de marcar gado, você vai ser demitido. Tem que ter como o Ministro é responsável pela sua pasta, alguém responsável. Obviamente justifica a meu ver, um Ministério, porque os ministérios são por função, esse é por preocupação. É uma agência trans ministerial para cuidar do estado da criança. Não tem jeito, o futuro sem as crianças bem tratadas e no Brasil nós não estamos tratando bem nossas crianças. Então, fica aqui primeiro meu apoio como eu disse. Segundo a minha preocupação porque são muitas notícias, Senador Virginio, a quem eu dou boas vindas por estar aqui. São muitas notícias nessas últimas duas semanas. E é um projeto que eu tenho que está meio paralisado de criação da Agência de Proteção da Criança e do Adolescente nos moldes das agências regularizadoras. Só que ao invés de ser de regularização é de proteção.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Eu quero sugerir a V.Ex^a que nesse grupo de pessoas formado por procuradores federais, pessoas do Ministério Público, afeitos a essa questão, que estão disponibilizados na terças-feiras, eles começam aqui em Brasília, pessoas da Polícia Federal, do Ministério da Justiça que formarão grupos de trabalho para esse pacote, chamado pacote anti pedofilia. Eu acho que nós podíamos incluir se V. Ex^a, assim desejar, trazer pro debate, porque veja bem, eu também entendo que os prisioneiros do Brasil não são os presos de Bangu I, porque o preso de Bangu I ele tem advogado. E nem o juiz faz com ele o que quer, porque os advogados

pressionam, vai para cima e são advogados bem pagos. E ele se defende para o bem ou para o mal, dentro do que ele raciocina, ele faz uma rebelião e toma as decisões dele dizendo que está se defendendo de alguma coisa. As crianças que estão nos abrigos, por exemplo, para adoção, que nunca são adotadas. E quando aparece alguém, a burocracia se arrasta até a pessoa ficar com raiva e largar para lá, morrer de paixão, porque se apaixonou pela criança, a criança morrer de paixão, porque já chamava de mãe e pai, e ver aquele cidadão desaparecer. Porque quem manda nele é um juiz. O menino não tem advogado. É um prisioneiro sem advogado, a menininha não tem advogada. É uma prisioneira sem advogada. Que não tem que o defenda. E em alguns casos espancadas em abrigos, eles não têm condição de fazer rebelião, eles não têm condição de fazer refém ninguém. Eles não têm auto defesa, não tem nada. Esses são os piores prisioneiros. São as crianças que estão nos abrigos. E aí Senador Cristovam. Eu sou Relator de um projeto de adoção, eu sou pai adotivo, aliás, as pessoas que adotaram é porque descobriram que o coração tem útero. E eu costumo dizer que adoção é a única chance que o homem tem de dar a luz. E a lei de adoção no Brasil é uma piada. É tudo facilitado para a adoção internacional. O viés nós temos discutido dentro da CPI, porque tem crianças que são vendidas, são adotadas muito fáceis, para o exterior. E sai adotada achando que vai ter pai e mãe. Nada, elas estão sendo vendidas para uma rede de pedofilia. E outras vão para desmanche, igual carro roubado. São adotadas por estrangeiros facilmente, mas estão indo embora com o rim vendido, com a córnea vendida, com o pulmão vendido. E simplesmente eu não sabia disso, tomei conhecimento agora, Senador Geraldo. Porque tenho uma filhinha que tem outros irmãos. E eu quis levar a minha filha na Itália para ver os irmãos, que uma família italiana adotou. E eu fui informado que ela não pode saber do endereço, que nós não podemos saber que agora é uma outra família, que eles pertencem a outra família, e se quer outra família que não tem nada essa história de irmão. E aí é o seguinte, eu vou mexer com o Itamarati, porque ela precisa saber. E vai ter que saber que história é essa. Então doação internacional é fácil, e você não pode ter qualquer tipo de relacionamento mais, não pode nem saber do paradeiro, não pode nem saber do paradeiro.

Então tem casos assombrosos, por exemplo, em Minas Gerais, tem uma fazenda em Divinópolis, eu não quero aqui fazer julgamento. Que eu tenho denúncias às crianças lá, essa fazenda e esse abrigo nessa fazenda é mantido com o dinheiro internacional. E brasileiro não pode adotar essas crianças que estão lá.

Elas estão lá, é como se fosse uma granja, a ninhada que está lá, vai para o exterior. A chocadeira que está lá, choca e manda para o exterior. Essas coisas tudo tem que ser vista. Então o senhor está falando, se tem uma agência reguladora, que tenha o poder de regular porque o problema é que as pessoas não tomam regulamentação nenhuma, não toma regulamentação nenhuma. Eu acho muito bem-vindo, eu acho que se a CPI não pode perder o foco que é pedofilia. Mas de tudo isso que eu coloquei aqui, algumas informações V.Ex^a nem tem conhecimento, nem tinha conhecimento, que essa agência reguladora, certamente terá nas mãos e esses abusos. Então eu acho que nós podemos como viés discutir isso e dentro da própria CPI criar uma sub Relatoria para isso, nós temos a sub Relatoria de Informática que é o Senador Eduardo Azeredo. Porque eu não acredito em CPI que o Relator é o superpoderoso está tudo na mão dele. Tem que ter sub Relatoria de tudo. E no final se condensa o que os Sub Relatores estudaram e trabalharam juntos, porque ninguém é super homem, ninguém é super homem. Eu sugiro a V.Ex^a que e será muito bem-vindo se nós trouxermos para esse pacote aqui dentro da CPI a proposta de V.Ex^a.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu com o maior prazer encaminharei. Agora, é incrível o clima desse país em torno aos escândalos da superficialidade da vida política. Ao invés de analisar a ferrugem nas engrenagens. Uma CPI como essa recebe menos tratamento da mídia, recebe menos destaque do que as dos cartões de crédito e das ONGs. Eu não vou dizer...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Essa CPI é da pedofilia, e a outra é a da prostituição, né?

[risos].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É verdade. Mas pelo menos, o mesmo impacto. Mas na opinião pública, na mídia, não é fundamental a pedofilia, é fundamental é o cartão de crédito que é uma prostituição, que é um crime muito grave, é preciso dizer, não estou querendo desculpar ninguém. Mas por que uma CPI como essa não está nas primeiras páginas? Quando na verdade isso é mais grave ainda, porque os cartões vão suspender, ou já suspenderam os cartões. Mas a pedofilia vai continuar. Então, as engrenagens estão enferrujadas nesse país, e a gente não percebe. Fica só na podridão da superfície. Isso eu digo para ratificar ainda meu apoio ao seu trabalho, Senador Magno.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR-ES): Eu agradeço. E se o senhor soubesse o tanto de gente boa que tá enrolado nesse trem, e tem processo na mão do Ministério Público que nós vamos

botar todo mundo debaixo da luz, eles estão torcendo para a CPI acabar, mas nós vamos renovar o prazo da CPI, vamos renovar, e renovar até onde tiver necessidade. Porque aonde tiver um pedófilo e tiver um indicativo do Ministério Público, e tiver comprovação, nós vamos atrás desse desgraçado.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 10h23.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia 14 de fevereiro de 2008, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, reúnem-se as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Serviços de Infra-Estrutura, com a Presença dos Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES, EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, ANTONIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEUTUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, GERALDO MESQUITA JUNIOR, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GILVAM BORGES, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI e FLEXA RIBEIRO** e dos Senadores não membros **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, PATRÍCIA SABOYA, JOSÉ NERY, CÍCERO LUCENA, MAGNO MALTA, SIBÁ MACHADO, PAPALÉO PAES, EFRAIM MORAIS MARCONI PERILLO, TASSO JEREISSATI e JOSÉ AGRIPINO**. Justificou a ausência o Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente anuncia a presença dos convidados e faz uso da palavra. A Reunião destina-se a esclarecer às Senhoras e Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e

para o Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros. O Primeiro-Secretário Senador Efraim Moraes faz a leitura do Requerimento. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados: Bispo Dom Luis Flávio Cappio, Bispo de Barra (BA); Geddel Vieira Lima, Ministro de Estado de Integração Regional; Professor João Abner Guimarães, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Deputado Ciro Gomes; Doutor Apolo Heringer Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais; Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco; Luciano Marçal da Silveira, Representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil (Articulação para o Semi-árido Brasileiro); Deputado Marcondes Gadelha; Doutora Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco; João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional; José Henrique Cortez, Ambientalista e Coordenador do Portal EcoDebate; Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat; Letícia Sabatella, Atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos, Osmar Prado, Ator; Carlos Vereza, Ator; Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe, Professor da UFRJ e Bispo Dom Thomas Balduino. Ocorrem três trocas de presidência durante a Reunião: às dez horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Marconi Perillo; às onze horas e vinte e nove minutos, o Senhor Presidente, Marconi Perillo, passa a presidência para o Senador Paulo Paim; às treze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente, Paulo Paim, passa a presidência para o Senador Eduardo Suplicy. O Presidente comunica a prorrogação da reunião até às 14 horas e 30 minutos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores César Borges, Cícero Lucena (comunicando sobre o falecimento de sua mãe), Arthur Virgílio, Efraim Moraes, Rosalba Ciarlini, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Antônio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, José Nery, José Agripino, Inácio Arruda, Sibá Machado, Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes e Raimundo Colombo. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quinze horas e quinze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotípi Informatizada da presente reunião.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO com a COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA e COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 9 HORAS E 35 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há número regimental, declarado aberta a presente reunião. Encontram-se presentes membros das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Essas Comissões tiveram a iniciativa de promover este debate acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão da sua importância para aquela região e para o Brasil.

Quero registrar que já estão presentes à Mesa alguns convidados nossos e entre eles eu quero dirigir uma saudação especial e agradecer a presença do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. Quero agradecer também, a presença que não está ao nosso lado, mas sintam-se como se estivesse e logo estará aqui como debatedor do ex-Ministro Ciro Gomes. Dom Luiz Flávio Cappio, está presente aqui, eu quero igualmente agradecer a presença do senhor reverendíssimo Bispo de Barra, na Bahia. Agradecer também a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Bispo de João Pessoa da Arquidiocese da Paraíba, até pouco tempo, está aqui presente como um daqueles que irão se manifestar durante esse debate. Igualmente eu quero agradecer e até pela realização desse debate ao Presidente da Comissão de Infra-Estrutura Senador Marconi Perillo. Está aqui ao meu lado o Senador Efraim Moraes que veio também participar na qualidade de 1º Secretário, Senador Paulo Paim que é membro da Comissão de Direitos Humanos e na impossibilidade... E o Senador Antônio Carlos Valadares. Quero também dizer da sua presença aqui na qualidade de representante, vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo na impossibilidade da presença aqui da Presidente desta Comissão Senadora Lúcia Vânia. E quero pedir desculpas a outras autoridades que estão aqui igualmente convidadas, mas que eu não irei citá-las e darei até a oportunidade de na medida em que forem chamadas elas serão naturalmente apresentadas.

O que interessa agora é que possamos iniciar este grande debate, que possamos ter durante a sua duração, todo mundo aprendizado a respeito dessa transposição e não apenas a respeito dessa transposição de bacias, mas, sobretudo, sobre o gerenciamento das águas do Brasil.

O Brasil como todos sabem aqui, eu não quero ensinar Pai Nosso a vigário e aqui não se trata de ensinar Pai Nosso a vigário, se trata de ensinar Pai Nosso a Bispo. Então, eu não quero de maneira nenhuma ensinar, mas lembrar que o Brasil é um país no mundo que tem uma escassez de água muito grande, 3,3% segundo os técnicos como Rômulo Macedo que é meu conterrâneo que estará aqui debatendo, nós temos apenas 3,3%. E desse número, 70% estão na Região Amazônica. Por outro lado devemos atentar durante esse debate, eu não estou fazendo isso em tom de advertência, quem sou eu, mas estou apenas lembrando que devemos estar diante do fato de que o Nordeste é uma região que dispõe também de uma disponibilidade de água muito ínfima, muito pequena e que ela está concentrada praticamente no rio São Francisco que dispõe de 70% das águas disponíveis no Nordeste.

Gerenciar essas águas, estabelecer uma distribuição mais justa sempre foi um grande desafio para o Governo Brasileiro que só agora dispõe de instrumentos adequados para fazer com que prevaleça um caráter técnico, mas não apenas técnico, justo para distribuição dessas águas. A outorga da ANA, Agência Nacional das Águas, que é um desses instrumentos que o Brasil moderno dispõe, garante um nível mínimo de fornecimento de apenas 26 m³ de água. E, na verdade, na média garante 56 m³ de água de um potencial de 1.815 m³ de água por segundo. Rômulo quer fazer alguma retificação, vamos iniciar logo o debate. 1.850, vazão mínima na foz 1.850. Agradeço ao Ministro Ciro Gomes.

Mas eu gostaria de pedir, me perdoe os convidados, eu nessa matéria eu tenho a minha posição, uma posição que eu defendo, não é de hoje, que eu defendi várias vezes da tribuna desta Casa para dizer que nós não estamos pedindo muito e quando eu digo nós, eu digo aqueles Estados do Nordeste Setentrional assolados pelo flagelo da seca que nós não estamos pedindo muito em nome de 12 milhões de habitantes, de nordestinos que sofrem com a falta d'água, com a falta não apenas da escassez, mas desse melhor gerenciamento das águas. E eu posso dar esse depoimento, os senhores me perdoem e as senhoras, eu posso dar esse depoimento porque eu vi de perto essa situação, vi de perto como menino, como adolescente, filho de um agricultor, de um proprietário rural, vi

de perto como Governador já do Estado, ao ver que era preciso dar um basta àquele sofrimento e graças a Deus pude fazer alguma coisa no meu Estado na qualidade de Governador que pode ter sido uma gota d'água num oceano das nossas necessidades, mas foi uma gota d'água que eu tenho certeza veio amenizar esse grande drama do Nordeste do país.

Por isso ao abrir esse debate eu quero agradecer novamente a presença de todos, a presença aqui do representante do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que teve a disposição de iniciar essas obras e a essa altura estão sendo iniciadas que é o Ministro Geddel Vieira Lima. Agradecer a presença dos preladados que aqui estão, dos estudiosos, enaltecer a iniciativa dessas Comissões, mas, sobretudo, aplaudir a presença de um paulista, Senador Eduardo Suplicy. [aplausos] preocupado com um problema que ele sabe que não é do Nordeste, mas é do Brasil. Enquanto não for resolvido esse problema o país não será um país justo.

Abro o debate e ao mesmo tempo peço ao 1º Secretário, Senador Efraim que leia o requerimento que está em suas mãos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente. Requerimento nos termos regimentais à realização da audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Serviços de Infra-Estrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo, para esclarecer aos Srs. Senadores acerca do projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil.

Requeiro ainda sejam convidados a comparecer a referida audiência o Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, o Bispo de Barra, Bahia, Dom Luiz Flávio Cappio, Dom Aldo Pagotto da arquidiocese da Paraíba e diversas outras autoridades. Requerimento que foi assinado pelos Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Senador José Nery, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta e Senador Geraldo Mesquita. É o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Efraim Moraes e concedo a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio. V.Ex^a terá 15 minutos para a exposição, mas se não se sentir confortável pelos 15 minutos V.Ex^a poderá pedir uma prorrogação de 5 minutos.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Cumprimento o Sr. Presidente desta Casa e todas as senhoras e senhores que participam desse importante momento cidadão. Estou aqui representando um coletivo, o povo

do rio São Francisco, nações indígenas, comunidades quilombolas, brasileiras e brasileiros que se preocupam com a vida. Este é o meu fórum. Em nome deles é que eu vos falo. A água se tornou o tema principal de todas as agendas que se preocupam com o meio ambiente e com o futuro da vida no planeta Terra. A escassez de água no mundo preocupa a todos. Cresce a consciência do valor da água de boa qualidade, a necessidade de preservar suas fontes, racionalizar o seu uso e promover a recuperação dos mananciais danificados.

Hoje com todo o processo de degradação da água disponível e considerando a realidade de 1,2 bilhões de seres humanos sem acesso a água potável no planeta, dado da ONU, e 45 milhões no Brasil, dado do Ministério das Cidades, exige-se uma nova concepção na gestão da água, de cuidado e aproveitamento de cada gota de água disponível.

O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco representa um modo retrógrado de gestão das águas. É uma obra na contramão da história e que não representa o desenvolvimento que desejamos para o Nordeste brasileiro.

É consenso mundial que a prioridade no uso das águas deve ser o abastecimento humano e animal e a garantia da biodiversidade. No semi-árido brasileiro temos 2,2 milhões de famílias espalhadas no meio rural, aproximadamente 10 milhões de pessoas, a chamada população difusa. Essa população não tem acesso à água com segurança biológica. O que significa segurança biológica? Dois litros de água por pessoa por dia. E nem segurança doméstica: 40 litros de água por pessoa por dia. Do ponto de vista ético, essa é a população prioritária no investimento público na questão da água. O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco não prioriza o abastecimento humano e animal como o Governo Federal divulga como sendo o objetivo do projeto, porque se esse fosse o objetivo do projeto de transposição de águas nós seríamos a seu favor.

O povo já se acostumou em ouvir. “Um caneco d’água para quem tem sede”. “Quem tem sede apóia o projeto”. Isto não é verdadeiro. É uma propaganda enganosa, antiética, aproveita a boa-fé do povo e sua necessidade para impor um projeto cuja prioridade não é o povo. Na verdade, as águas transpostas destinam-se à irrigação, criação de camarão em cativeiro, usos industriais, enfim, o uso econômico, invertendo a prioridade do acesso à água e da utilização dos recursos públicos.

A abrangência espacial da obra é insignificante no contexto do semi-árido. O Projeto de Transposição, segundo consta no RIMA, Relatório de Impacto Ambiental,

deverá abranger no máximo a área de 7% do semi-árido. Assim, mais de 90% do território do semi-árido com suas populações continuarão na mesma situação de abandono e de indigência que se encontram hoje. A população difusa continuará marginalizada do acesso à água. Eu moro na cidade da Barra, na beira do rio São Francisco e se eu caminhar 500 ou 1.000 metros na direção da caatinga eu vou encontrar comunidades que não têm acesso à água.

As populações difusas por onde o rio passa: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, não são servidas de água. E as populações difusas dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, ricos em açudes, só o açude do Castanhão no Ceará é três vezes maior que a Bahia de Guanabara, não são servidos de água. Água temos em abundância. O que nos falta é uma justa, equitativa distribuição dessa água, a democratização da água.

Hoje no Nordeste não se cobra pela água bruta, os custos da água para uso agrícola dizem respeito ao bombeamento da fonte de suprimento até a área agrícola. Com a transposição vai se pagar muito caro pelo uso da água transposta. Esse fato deverá restringir bastante a inserção dos produtos hidro-agrícolas das bacias receptoras no mercado globalizado extremamente competitivo.

Nesse sentido é um projeto economicamente inviável. Para garantir o uso econômico da água o projeto supõe o mecanismo do subsídio cruzado pelo qual as populações urbanas vão garantir o pagamento do seu elevado custo. As comunidades já tão carentes e necessitadas deverão assumir os custos do uso econômico das águas. De novo é o pobre colocando a mesa para o rico. É a história que se repete. O Projeto de Transposição privilegia os grandes em detrimento dos pequenos. O Governo alega que 12 milhões de pessoas, população das bacias receptoras serão beneficiadas pela transposição. Entretanto, na prática, as pessoas dessas bacias já poderiam estar sendo atendidas pelas águas que lá existem. Atualmente 3/4 dessa população moram em cidades que são assistidas por sistemas públicos de água com cobertura superior a 90%.

Gostaria de dar um dado, por sinal muito interessante e intrigante. A região metropolitana de São Paulo possui 18,5 milhões de habitantes. E lá a disponibilidade hídrica para cada habitante da região metropolitana de São Paulo é de 201 m³ por habitante ao ano. A região metropolitana de Fortaleza, possui 3 milhões de habitantes aproximadamente, a disponibilidade hídrica por habitante na grande Fortaleza é de 242 m³ por habitante ano, cada habitante de Fortaleza possui

41 m3 de água por ano a mais que cada habitante da Grande São Paulo.

A infra-estrutura atual na região terá capacidade para distribuir a água transposta para apenas 1/4 dessa população. A rota da água no projeto de transposição passará dezenas e até centenas de quilômetros das regiões mais necessitadas. O Projeto de Transposição viola direitos das populações tradicionais. Os estudos de impacto ambiental do projeto desconsideraram a existência dos 34 povos indígenas, 156 comunidades quilombolas e uns 100 números de populações ribeirinhas ignorando a sua interação com a Bacia do São Francisco, sua cultura e sua história de respeito pela natureza.

Diante disso a Constituição Federal de 1988 assegura aos mesmos no art. 231 o direito de serem ouvidos formalmente em caso de utilização de recursos naturais em suas terras. Ainda a constituição prevê no art. 49, inciso XVI, a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a utilização de recursos hídricos em terras indígenas. O Congresso Nacional não foi chamado a falar sobre o assunto.

O Projeto de Transposição vem sendo conduzido arbitrariamente. Um projeto dessa magnitude exige... peço mais 5 minutos, Sr. Presidente .

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Serão concedidos.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPIO: Obrigado. Um projeto dessa magnitude exige a participação da sociedade civil. O diálogo do Governo Federal com a sociedade civil nunca existiu. O Governo se dirige à população da bacia ou a qualquer brasileiro que tenha críticas à transposição como: egoístas, mentirosos, desinformados, opositores políticos, não sendo respeitados qualquer posicionamento contrário. O projeto contraria a legislação de recursos hídricos pois a Lei 9.433/97 determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e os usos da água estabelecidos no plano de bacia e aprovados pelo Comitê de Bacias. O Comitê de Bacia do São Francisco decidiu no plano decenal que possíveis alocações externas de água somente poderão ocorrer em casos de abastecimento humano e dessedentação animal comprovada a escassez. Por que não os projetos alternativos de abastecimento hídrico? A Agência Nacional de Água, ANA, lançou Atlas do Nordeste, apresentando alternativas de abastecimento hídrico para populações urbanas do Nordeste e Norte de Minas Gerais. A Articulação do Semi-Árido, ASA, prevê alternativa de abastecimento hídrico para as comunidades rurais. Enquanto o projeto de transposição do Governo prevê o abastecimento de apenas 12 milhões de pessoas, pela metade dos valores de Projeto de Transposição o projeto alternativo de

abastecimento hídrico atenderá 44 milhões de seres humanos. Enquanto o Projeto de Transposição atende apenas 397 Municípios, pela metade dos valores os projetos alternativos atenderão 1.356 Municípios. Enquanto o Projeto de Transposição atende apenas quatro Estados da Federação, os projetos alternativos atenderão 10 Estados da Federação. O Governo insiste em dizer que as alternativas são ações complementares ao grande Projeto de Transposição. E eu perguntaria: Por que não inverter a afirmação? Primeiro vamos realizar os projetos alternativos que são economicamente mais abrangentes, ecologicamente sustentáveis, socialmente justos e eticamente corretos? Por respeitarem a sagrada vocação da água de ser um bem essencial à vida e atender um direito humano fundamental, isto é, a dessedentação humana e animal.

Agradeço aos Srs. e Sr^{as}. Senadores na pessoa do Senador Eduardo Suplicy a possibilidade de realizarmos aquilo que como sociedade civil brasileira tanto desejamos: Dialogar sobre os destinos de nossa nação e os grandes projetos que dizem respeito à vida de nosso povo. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro da Integração Nacional, Ministro Deputado Geddel Vieira Lima.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Sr. Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, Garibaldi Alves, senhores integrantes da Mesa, Senadores, Senador Eduardo Suplicy, autor desse requerimento. Demais Senadores da República, técnicos do Ministério da Integração Nacional, religiosos presentes, Senadores, Deputados, Dom Luiz Cappio.

Eu inicio essa intervenção afirmando o óbvio. Por mais óbvio que as coisas às vezes pareçam, é importante reafirmar para se evitar interpretações equivocadas, ilações maldosas. E o óbvio é dizer nesse instante que a minha diferença com o Bispo da Barra, Dom Luiz Cappio, está absolutamente restrita ao campo das idéias e, sobretudo, ao campo de debate do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, interligação de bacias hidrográficas no Nordeste Setentrional. Tenho sob a ótica pessoal apressado e respeito pela figura de Dom Cappio.

Isso posto, eu queria pedir licença àqueles que já conhecem profundamente o projeto como o Ministro Ciro Gomes, para discorrer brevemente aqui sobre o que estamos discutindo, inicialmente sob o ponto de vista técnico, para em seguida abordarmos ainda que ligeiramente em função da exiguidade do tempo, algumas colocações que vêm sendo feitas ao longo desse debate e que aqui ainda que muito ligeiramente foram

repetidas pelo Bispo da Barra. Do que nós estamos tratando? Do projeto de mudança do leito de um rio? Evidentemente que não. Aqui está se discutindo um projeto que visa levar água através de dois canais ao Nordeste Setentrional. E com que conceito? O conceito de oferecer aquela região segurança hídrica, garantia hídrica. Ouvimos muito falar sobre os reservatórios existentes no Nordeste. Esquecem-se alguns de dizer que está comprovado cientificamente que naquela região, como dizem os sertanejos, chove mais para cima do que para baixo, em função de índice de evaporação de 75% sobre as águas acumuladas. Perde-se água por infiltração, perde-se água por vertimento. E por quê? Exatamente em função da falta de previsibilidade do tempo daquela região vive-se o permanente dilema: Deixa-se os reservatórios cheios aumentando a lâmina d'água, festa para o sol, festa para a evaporação. Imprevisível tempo vem uma enchente, o reservatório está cheio, perde-se a água por vertimento, gasta-se a água para se evitar a evaporação, vem à seca inclemente, o resultado todos conhecem. Esse é, portanto, o conceito do projeto, oferecer segurança hídrica, permitir uma torneira no Nordeste Setentrional que permita exatamente a melhor gestão das águas para que não aconteça como hoje em que das águas acumuladas naquela região do país aproveita-se apenas 22%. O açude a título de exemplo, e certamente o Ministro Ciro Gomes, conhecedor daquela realidade do Ceará melhor do que ninguém, o açude de Orós acumula ele algo em torno de 17 milhões de m³ de água. No entanto, apenas 17,5 bilhões de m³ de água, a disponibilidade apenas 3,3 bilhões de m³ de água.

Esse é o conceito do projeto, segurança hídrica. Dizem que tirar 26 m³ de água do rio vai provocar a sua morte. Meu Deus, é importante que a sociedade brasileira saiba que antes da barragem de Sobradinho, portanto, antes da barragem que regulariza a vazão do rio e que o divide praticamente em dois após a barragem de Sobradinho nós temos um rio artificial, o Projeto Jaíba, por exemplo, no Estado de Minas Gerais tem outorga para retirar do rio São Francisco para irrigação 80 m³ de água por segundo. Na Bahia, meu Estado, nós demos agora a ordem de serviço e fui muito louvado por isso, para reiniciar dois projetos de irrigação, o Baixo de Irecê nos Municípios de Itaguaçu e de Chique-Chique e ali em Juazeiro o projeto Salitre, juntos, tem outorga para retirar do rio São Francisco 90 m³ de água por segundo, três vezes mais do que o projeto de interligação de bacias.

Isso colocado, isso proposto, eu me permitiria abordar algumas das críticas que vêm sendo postas em relação a esse projeto ao longo do tempo. E eu acho até que eu vou me permitir começar para que a socie-

dade entenda por aquela que tenta me desqualificar como debatedor, quando dizem que em determinado momento me posicionei contra esse projeto. O Senador César Borges aqui vejo, usa muito esse argumento. Aí eu me pergunto. Se nós não pudermos eventualmente mudar de posição ao conhecer argumentos, ao conhecer pessoas que entendam mais do assunto do que nós, ao nos depararmos com idéias que nos convençam, o que nós estamos fazendo aqui? De que vale esse debate? De que vale o diálogo tão propugnado pelo Bispo Dom Cappio se todos temos posições imutáveis, se todos somos portadores de dogmas absolutamente imodificáveis estamos aqui perdendo tempo. Se vim aqui é porque tenho a convicção que de alma aberta defendendo idéias, debatendo francamente, ouvindo argumentos, contra argumentando, fazendo o meu proselitismo, posso conquistar prosélitos ou posso quem sabe ser conquistado por outros argumentos.

Dizem também, e é importante lancetar alguns tumores, porque tenho ouvido argumentos respeitáveis e outros que eu caracterizaria de panfletários, por exemplo: A obra de transposição de águas do São Francisco ela vai beneficiar as empreiteiras. Mas que constatação óbvia, evidentemente que ela vai beneficiar as empreiteiras, quem constrói obras é empreiteira. Quando o Governo lança um projeto para compra de remédio, beneficia laboratório. Quando lança uma proposta para divulgar suas ações beneficia as agências de publicidade, os meios de comunicação, quando lança uma iniciativa de compra de alimentos para o Bolsa-Família, por exemplo, ou para projetos sociais, evidente que beneficia os que produzem alimentos. O que interessa é saber se estão sendo beneficiados de forma correta, séria, cumprindo seu papel ou não. Se não que se faça denúncia específica para que se apure e se puna.

Dizem às vezes e aqui é importante também lancetar este tumor que esse projeto ao contrário do que verdadeiramente é não é um projeto para beneficiar prioritariamente o abastecimento humano e o abastecimento animal. E que no seu excedente ele vai utilizar a água para projetos de irrigação, para beneficiar a indústria, para beneficiar o agronegócio. É importante e eu vejo o Bispo Dom Cappio respeitosamente cobrar sempre essa declaração. Dizer que evidentemente que esse é um projeto integrado de desenvolvimento porque na concepção do Governo ninguém vive sem beber água. Mas ninguém vive só bebendo água. Nós precisamos evidentemente criar as condições e aí já faço link com outro argumento que se coloca em relação à questão ambiental de enfrentar o grande desafio da nossa geração que é compatibilizar o desenvolvimento que nossos filhos cobram em forma de emprego

com a necessária preservação ambiental que nos será cobrada pelos nossos netos. E é para isso que existe com absoluta independência atuando nesse país órgãos ambientais como o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que sabedor dessa necessidade e dessa exigência que terá que ser enfrentada pela nossa geração, ao licenciar esse projeto elaborou a exigência de 36 PBAs chamados Projetos Básicos Ambientais, exatamente para mitigar, para diminuir, para reduzir, para tornar quase nulo, eventuais efeitos que o projeto pudesse trazer à natureza. São projetos que vão desde estudos arqueológicos, tratam de forma muito cuidadosa das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e tantas outras, inclusive já em andamento, em andamento ações do Ministério e do Governo como um todo nessas comunidades, com construção de casas de alvenaria, instalação de postos de saúde e tantos outros dentro do projeto global de interligação da bacia do São Francisco.

Ouç também aqui e acolá a insistente afirmação de que o Atlas da ANA é a alternativa proposta ao projeto de interligação da bacia do São Francisco, como se não fosse o Atlas da ANA apontador de soluções complementares e elas se complementam efetivamente uma a outra. E que quem diz isso e faço questão de ler para que não persistam em dizer, com argumentos, não com inverdades até porque não quero imaginar que alguém possa insistir nessa deseducação, mas com meias verdades que é tão grave como faltar com a verdade inteira. O que diz o Atlas da ANA que foi elaborado por essa entidade do Governo, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, é importante que a sociedade saiba disso. Logo na sua introdução diz o seguinte: “O equacionamento dos déficits hídricos do Nordeste de forma geral e da região semi-árida em particular, envolve necessariamente um amplo leque de ações e propostas. Este leque inclui desde abordagens de caráter regional direcionadas para o atendimento de todas as demandas setoriais como o PIRSF, Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, até soluções locais para a população rural dispersa, tais como (construção de cisternas, sistema simplificado de abastecimento, barragens subterrâneas), passando por alternativas para o abastecimento das sedes urbanas, exatamente o foco deste ato”. Portanto, não sou eu que diz que essas são medidas complementares, é o Atlas da ANA tão citado logo na sua introdução.

E aí dizem, que é outro ponto que deve ser tratado, que não houve diálogo, não houve debate a respeito dessa proposta. O Ministro Ciro Gomes quando Ministro, depois o Ministro Pedro Brito participaram de várias audiências públicas quando permitiram que ela

existisse, porque coincidentemente, quem diz isso não sou eu, é o Ministro Sepúlveda Pertence na sua decisão sobre essa questão no Supremo Tribunal Federal, sempre que se entrava com uma ação questionando algum aspecto de validade nesse projeto, se tentou fazer uma audiência pública naquele Estado e aqueles que discordavam criavam as condições para que essa audiência pública não existisse.

Portanto, houve, sim, debates. Agora é importante aqui também lancetarmos um outro tumor. Qualquer debate, qualquer diálogo na democracia para ele ser produtivo é preciso que ele chegue a um fim. Porque senão nós usaremos sempre o argumento necessário do diálogo, do debate para postergar decisões. Quem não concorda com determinada medida governamental apela para o diálogo, apela para o debate e não se chega ao fim. É importante que o diálogo e o debate chegue ao fim.

Ao tomar posse no Ministério da Integração Nacional, numa demonstração clara de que por ter nascido politicamente no Parlamento e aqui ter aprendido a importância do contraditório, do confronto das idéias como única forma de se construir maiorias, tomei iniciativa de um gesto de absoluta humildade e sabedoria porque convicto que muito teria a aprender, fazer uma ligação ao Bispo da Barra Dom Luiz Cappio, convidando-o para uma conversa, colocando-me a disposição para conversar. O Bispo da Barra, evidentemente, que aqui se colocou como representante dos brasileiros e brasileiras que defende o acesso à água ficou de me dar um retorno. Certamente uma agenda muito facetada lá na Barra não permitiu que o Bispo da Barra aceitasse esse convite humilde para o entendimento, para o diálogo. E essa é a verdade inteira dos fatos.

Quando se fala que o rio precisa ser revitalizado. Aí está uma das razões que justifica a mudança de quem tinha resistências a essa idéia a passar apoiá-la intransigentemente. Não vou nem dizer que o projeto inicial falou em retirar cerca de 15% da água do rio, depois caiu para 7,5, até chegar a 1,4 que hoje representa 26 m³ de água por segundo, dos 1.300 metros que é a vazão estuarina do rio dos 1.850 m³ que é a vazão firme na foz do rio. O projeto de revitalização do rio por si só ele é razão para que as pessoas compreendam que esse é um projeto integrado. Nós já estamos, tínhamos previsto para esse ano de 2007 alguma coisa em torno de 289 milhões de investimento em obra de saneamento básico. Já empenhamos 389. Estamos fazendo, e aí quando digo estamos fazendo eu convido os senhores para me acompanharem em visita para ver que as obras já estão em andamento. Obras em 179 Municípios, o Governo como um todo de esgotamento sanitário evitando que se jogue in

natura esgoto no rio, aliás iniciativas que deveria ter sido tomado no passado por muitos que governaram Estados importantes, muitos que governaram o país que não tiveram iniciativa de estabelecer esse importantíssimo programa. Estamos cuidando de replantar matas ciliares, e lá na diocese do Bispo Dom Cappio que tive o privilégio de visitar, e até gostaria de tê-lo visitado pessoalmente, mas o Dom Cappio... e hoje graças a Deus, Dom Cappio eu percebi ali naquele diálogo nosso, que o senhor não tem nada de pessoal contra mim porque quando o senhor se ausentou na minha chegada, eu imaginei que fosse até porque não gostasse pessoalmente de mim. Mas eu queria apenas deixar claro que lá mesmo na diocese da Barra, nós estamos implantando, implantamos um projeto piloto que já está indo agora para outras áreas do rio que identifica pontos críticos, que usando biotecnologia está recuperando as margens, e que já será testado inclusive na enchente do rio São Francisco, se aproxima agora. Já me aproxima a minha conclusão.

Outros aspectos estão sendo tratados na questão da revitalização, e os convido também a visitar. O projeto de recuperação de micro bacias, por exemplo, no Rio das Ondas, foi indicado para o Programa de Metas do Milênio da ONU e tantos outros que estão sendo efetivamente realizados, as dragas para iniciarmos a Hidrovia do São Francisco, dragar o seu leito, permitir a navegabilidade já estão lá, em Botirama, recomeçaremos a obra agora assim que tivermos uma boa janela hidrológica. Estamos com viveiros, replantando matas ciliares, recompondo margens. Obras e iniciativas concretas e reais em relação à revitalização do rio São Francisco que terá que ser feita antes, durante e depois da revitalização para combater, inclusive, esse extinto predador do homem, Senador Pedro Simon, que na viagem que fiz da nascente a foz me permitiu ver garrafas pet boiando pelo rio São Francisco, me permitiu ver fazendeiros trazendo suas pastagens até as margens do rio, permitindo o solapamento das margens em assoreamento, me permitiu ver bombas clandestinas sugando água do rio talvez num volume maior do que aquele que queremos levar ao Nordeste Setentrional.

[soa a campanha]

Portanto, em linhas aligeiradas, volto a dizer, em função até da campanha tocando do Senador Garibaldi Alves, essa é uma das colocações que eu gostaria de fazer nessa primeira intervenção, para reafirmar a convicção que tem o Governo de que esse projeto é sim importante para o Nordeste Setentrional, esse projeto é sim importante para o Brasil, esse projeto é sim componente de uma política global de combate às desigualdades regionais que se avolumam na medida

que elas já vão se transformando, inclusive, em desigualdades intrarregionais. Esse projeto é sim importante do ponto de vista de fornecimento de condições para que se possa continuar construindo, como fez o Senador Garibaldi Alves quando Governador do Rio Grande do Norte uma larga rede de adutoras para distribuição dessa água. O que não significa que não estejamos implementando também isso que nós chamamos de ações complementares... [interrupção de áudio][soa a campanha] Estamos sim fazendo cisternas, evidentemente que não na quantidade que seria necessário, por exemplo, para armazenar as águas referentes aos 26 m3 por segundo. Só para os senhores terem uma idéia nós precisaríamos de 57 milhões de cisternas de 15 mil litros para armazenar os 26 m3 por segundo. Nós estamos fazendo, perfurando ainda poços artesianos onde é possível, aquela região do cristalino já tem cerca de 25 mil postos artesianos perfurados, não é fácil se encontrar onde perfurar mais poço artesiano.

E temos a convicção, portanto, de que esse é um projeto redentor para o Nordeste. Vamos enfrentar as críticas como outros no passado enfrentaram quando tiveram a responsabilidade de tocar, de tocar... obras com esse grau de polêmica. E me portarei sempre, Dom Cappio, Senadores, Senadoras, também tenho essa convicção, como um representante legítimo de nordestinos, de brasileiros e brasileiras, buscam solução para essa questão do flagelo da seca que nos infelicitava há muito tempo. E como homem público que procura fazer jus ao nome de homem público eu procurarei estar sempre, naquele lugar não mais confortável, mas onde a responsabilidade me coloca e eu tenho convicção que a responsabilidade me coloca como alguém a tocar esse projeto que é muito importante para o Brasil. Muito obrigado aos senhores.

[aplausos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, eu queria me manifestar no momento oportuno, entretanto, como fui citado pelo Ministro Geddel Vieira Lima dizendo que eu contesto a sua mudança de posição e realmente eu o faço. Eu o faço porque o Ministro Geddel Vieira Lima se colocou sempre contra o projeto. Eu o tenho como uma pessoa séria, não como uma pessoa leviana. E se ele era contra é porque ele tinha razões, ele tinha estudado o projeto. Ele conhecia a questão. E ele mudou de posição. Apenas eu destaco que ele mudou

pelo Diário Oficial, no momento que ele foi nomeado Ministro ele mudou a sua posição.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa questão não existe, Sr. Presidente. Nós não estamos aqui para fazer questão pessoal.

[soa a campainha]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É o único parlamentar que se dirigiu a mim, tinha uma posição muito coerente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é por aí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Nós admitimos, Sr. Presidente, entretanto é necessário que fique colocado dessa forma. [soa a campainha] Eu queria dizer pessoalmente que entendo a sua posição atual. Agora como baiano [pronunciamento fora do microfone] [soa a campainha] [aplausos]

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Senador Garibaldi, evidentemente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não responda, Ministro. Não é para ser feito aqui...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Se for permitido eu responder, eu gostaria.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem a palavra o Sr. Ministro...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: V.Ex^a pode ter a palavra quantas vezes quiser, não há nenhuma dificuldade. Eu quero dizer que fiz referência a V.Ex^a, da forma mais respeitosa possível. Expliquei, inclusive, as razões da minha mudança. Eu conhecia o projeto, citei aqui que era um projeto que tentava se tirar 300 m3 de água por segundo, e que foi evoluindo até ficar um projeto merecedor de apoio. Quanto à mudança, Senador César Borges, V.Ex^a sabe que essa é uma questão que é passível desde que seja convenciado. Eu não posso acreditar que seja por Diário Oficial que V.Ex^a mudou de partido ou que vai, por exemplo, apoiar a base do Governo Lula quando fez oposição. [palmas] Portanto, vamos discutir o rio São Francisco e deixar as querelas da Bahia para Bahia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem...

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é permitido...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente. [pronunciamento fora do microfone]

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges, a palavra não está facultada a V.Ex^a. A palavra não está facultada. Com a palavra...

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Prof. João Abner Guimarães, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E passo a Presidência dos trabalhos neste momento para o Senador Marconi Perillo. Não pelo que aconteceu, mas porque efetivamente preciso deixar essa Presidência sem antes fazer um apelo aos Senadores para que mantenham o debate num nível desejado. Um debate tão esperado, um debate tão necessário não pode ficar a mercê de intervenções dessa natureza que não são argumentos, são agressões pessoais que nós não podemos permitir num debate como esse.

Então, passo a palavra... a Presidência, desculpem... ao Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assumindo a Presidência, antes de passar a palavra ao orador que se encontra na tribuna, gostaria de ler aqui o que estabelece o art. 184. "É permitido a qualquer pessoa assistir as Sessões Públicas do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar". É o que estabelece o regimento do Senado Federal. Eu pediria a todos a compreensão nesse sentido. Como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura desta Casa tenho o prazer de participar como coadjuvante desta Sessão histórica atendendo uma solicitação do Senador Eduardo Suplicy em companhia de outros Presidentes de Comissões importantes dessa Casa, preocupados que estamos com esse debate tão importante para a sociedade brasileira.

Com essas palavras quero agradecer também a presença de todos e assegurar a palavra ao orador que se encontra na tribuna pelo período de 10 minutos.

SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES: Eu gostaria de agradecer o convite que foi feito a minha pessoa para estar nesse momento histórico, nessa Casa, para mim é uma grande honra estar aqui no Senado Federal no momento que um dos talvez, mais ilustres norte-riograndense assume a Presidência dessa Casa. E não só por isso, porque o Governador Garibaldi Alves Filho é conhecido no meu Estado como Governador das águas. Nós temos a presença aqui também de Rômulo Macedo que foi um grande idealizador do Programa de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte e Garibaldi é um político bastante aberto, é tanto ele já

me recebeu na casa dele para eu falar para ele sobre as minhas posições em relação à transposição do São Francisco, então para mim não é nenhum constrangimento vir aqui falar em relação a esse tema sobre a Presidência do Senador Garibaldi Alves.

Então, eu acho que esse debate que eu falei que era um debate histórico porque realmente vai ser um debate histórico. Talvez seja o primeiro debate que esteja acontecendo no Brasil sobre a transposição do São Francisco onde a gente possa revelar qual o verdadeiro projeto da transposição do São Francisco. Porque eu tenho certeza que o povo brasileiro não conhece o verdadeiro projeto da transposição do São Francisco.

Há pouco tempo atrás nós tivemos um julgamento de uma ação sobre esse tema, sobre essa questão no Supremo Tribunal e nós escutamos o Ministro do Supremo dizer que o conhecimento que ele tem desse projeto é através da imprensa. Então, isso depois de mais de um ano dos autos postos no Supremo Tribunal e de um grande debate que está sendo feito nos bastidores em relação a essa questão da transposição do São Francisco.

Eu pergunto. Por que essa dificuldade em a gente travar esse debate? Por que na verdade existem dois projetos. São dois projetos. Existe um projeto que é o projeto que o Governo divulga através da mídia que eu digo que é um projeto imaginário, é um projeto que afirma que vai tirar a gota d'água do São Francisco, não é isso? Menos de 2%, 1,5% da água do São Francisco para abastecer 12 milhões de pessoas a um custo de oportunidade zero porque o equivalente seria duas secas. Custo de dispêndio duas secas e além do mais vai otimizar bastante o uso da água dos açudes da região. Só que o projeto que nós enxergamos é outro. Primeiro: Vai ser um dos maiores sistemas de bombeamento do mundo que vai ser instalado na beira do São Francisco. A capacidade de bombeamento desse sistema é de o eixo Norte de 99 m³ por segundo, isso representa o dobro do sistema Cantareira que abastece São Paulo que é de 50 m³ por segundo.

Outro aspecto importante é o seguinte: É um projeto que ele não... ele só simplesmente ele vai servir para transferir estoques de água do São Francisco para os maiores reservatórios de ponta, exatamente, da região onde o problema de escassez, de gerenciamento é muito menor.

E outra coisa. Não existe infra-estrutura. Nesse projeto não está previsto recurso para infra-estrutura para alocação dessa água. Menos de 1/4 a capacidade do sistema de adução que tem nas bacias receptoras atende uma população de 3 milhões e 200 mil habitantes. Então, como é um projeto de 12 milhões

de pessoas se não tem infra-estrutura para levar água para esses 12 milhões de pessoas?

E outro aspecto que eu acho o aspecto mais relevante, é que esse projeto onde jamais poderia ser considerado prioritário porque a questão da seca que está sempre atrelado pela propaganda oficial como sendo o principal mote que justifica esse projeto não tem nada haver com a transposição do São Francisco. O projeto vai chover no molhado, a água vai escoar em leitos de rios perenizados, exatamente os maiores rios para as maiores barragens, quer dizer, o povo, a população realmente que precisa dessa água vai estar a quilômetros, talvez, centenas de quilômetros da rota da água da transposição. Agora, além disso é um projeto que vai aumentar o risco de colapso bastante do rio São Francisco. É claro que o rio está mostrando isso. O São Francisco esse ano, sobradinho que é o grande pulmão do São Francisco, encheu, em abriu, praticamente verteu em abril. Nove meses depois, Sobradinho chegou a 10%, quase 10% de armazenamento. Isso sem a transposição do São Francisco, sem o projeto Jaíba, sem o projeto Salitre. Então, pergunta-se, o São Francisco não tem água. Principalmente quando você leva em consideração que a água que vai ser bombeada por esse sistema ela vai ter que ser bombeada com energia gerada pelo próprio sistema que vai representar tirar mais duas vezes a vazão que vai ser bombeada para gerar energia pelo próprio sistema. Quer dizer, não tem água para a transposição do São Francisco, essa é a primeira constatação.

Agora, a outra questão importante é que esse projeto eu acho o interesse desse debate aqui nessa Casa, esse projeto está inaugurando a guerra pela água no Brasil e esse conflito é um conflito muito claro. O povo da bacia tem todo o direito de reclamar sobre essa obra. Vamos lá. O São Francisco ao longo dos últimos 50 anos ele foi, se tornou um rio super explorado. 95% da energia que é consumida pelo Nordeste vem do São Francisco. Isso compromete 80% da água do São Francisco. Então, resta para a população do São Francisco, 20% apenas. Isso representa se você fizer uma dotação per capita equivalente, por exemplo, a dotação que o Estado do Ceará apresenta em relação também aos seus moradores. Então, em termos de estar se tirando água de uma população que tem uma disponibilidade per capita equivalente à população em termos efetivos para uso fora do setor elétrico que é o Sistema Nacional.

A outra questão importante que eu acho bastante importante colocar que, por exemplo, a questão dos dois pesos, duas medidas. Nós temos hoje um quadro, o seguinte quadro. O São Francisco está seco, Sobradinho está com 12% de armazenamento, se a gente

entrar na página da ANA e observar o nível, o volume armazenado nos reservatórios que vão receber as águas, por exemplo, o Castanhão se levar em consideração o volume útil do Castanhão, se tirar a parte que e de contensão de enchentes, Castanhão está com 70% de armazenamento que vai receber as águas do São Francisco. O açude Coremas/Mãe d'água que é que vai ter uma influência indireta do projeto está com 76,41% de armazenamento. O engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves está com 70% de armazenamento. O mais incrível é o seguinte. No final do ano de 2002, 2003, que foi o período mais crítico da região, talvez o mais crítico dos 100 anos que todos os reservatórios do Nordeste estavam secos, os dois grandes reservatórios, por exemplo, da Paraíba e do Rio Grande do Norte estavam com quase 50% de armazenamento. Então, esse mito da escassez é um mito... É um mito. Quer dizer, existe escassez no Nordeste, a seca é terrível. Por quê? Porque o Nordeste é uma região muito grande, tem uma situação muito diversificada, mas existem regiões que têm água. Então, a pouca região que tem água no Nordeste é a que vai receber as águas da transposição do São Francisco. Agora, por que é que nós estamos hoje aqui? Ou para que a gente estivesse aqui muita coisa aconteceu. Um dos principais fatores que trouxe a gente a esse debate aqui foi a omissão do Estado Brasileiro principalmente em relação à questão ambiental. Os estudos ambientais que foram desenvolvidos desse projeto foram totalmente tendenciosos. Para vocês terem uma idéia, a área de influência, por exemplo, a bacia do São Francisco foi considerada como área de influência indireta desse projeto. Essa questão dos impactos sobre o setor... [soa a campainha]. 10 minutos já? Então, eu queria só reforçar uma questão que eu acho importante, vou concluir, Senador, é que esse projeto, na verdade, ele precisa ser muito debatido ainda. Nós temos muitas informações para colocar para o povo brasileiro que em 10 minutos não dá para a gente colocar. Mas eu vou colocar aqui, vou concluir minha fala o seguinte: É um projeto extremamente ultrapassado. Na prática o que ele vai fazer é o seguinte, é transferir água do São Francisco, portar água do São Francisco via litoral porque não tem sentido se a região que vai receber as águas os consumos prioritários urbanos, industriais, todos os consumos, inclusive os consumos rurais com exceção do uso econômico da água comprometem menos de 20% da disponibilidade efetiva em períodos críticos da região. Então, não tem sentido você... [interrupção de áudio]. Um minuto só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Gostaria de informar ao expositor que se encontra na tribuna que nós ainda teremos a

exposição de mais 13 oradores afora os Senadores que estão inscritos para o debate. De modo que eu concederei apenas mais um minuto para V.S^a para encerrar a sua exposição.

SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES: Quem serão os mais prejudicados pelo projeto? Esse projeto para ele se sustentar economicamente, porque o custo dessa água vai chegar cinco vezes mais cara na ponta do que o São Francisco, ele só se sustenta com um forte subsídio cruzado, e esse subsídio cruzado vai vir do setor urbano, que essa prática está sendo feita no Ceará. O Estado do Ceará hoje entrega água na Chapada do Apodi às empresas que exportam fruticultura, frutos, melão ao exterior, entrega água de graça ao povo da capital do Ceará, está pagando pela água da irrigação e a transposição vai ser exatamente um mote que vai induzir para que toda a população, principalmente das grandes cidades que vão ser expropriadas, para essas populações seja exposta essas populações, o subsídio para o camarão e o melão, esse é na verdade o verdadeiro interesse que está por trás da transposição do São Francisco.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece ao Prof. João Abner da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela exposição e pelos argumentos que traz ao debate aqui nessa Casa. Tenho o prazer de conceder a palavra ao Exm^o senhor Deputado Federal, ex-Ministro da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes pelo prazo de 10 minutos.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, senhoras e senhores membros da Mesa a quem saúdo nas pessoas do Sr. Ministro da Integração Nacional e do reverendíssimo Arcebispo de João Pessoa, João Aldo Di Cillo Pagotto e Dom Luiz Cappio Bispo da Barra. Senhoras e senhores eu tentarei obediente aos termos regimentais falar de uma coisa muito gravemente complexa em aspectos técnicos, aspectos hidrológicos, aspectos antropológicos, aspectos culturais, aspectos morais, aspectos políticos, aspectos ideológicos e lamentavelmente até mais recentemente até traços de aspectos religiosos, evidentemente nos quais eu não me aventurarei se acostaram a esse projeto.

Em primeiro lugar é preciso que tenhamos tranquilidade de alma para saber que todas as iniciativas de integração de bacia ou de transposição de bacias como se queira chamar no Brasil e no mundo sempre despertaram polêmicas acesas havendo em momentos que a mais desastrosa das experiências de transposição que eu procurei conhecer do rio Colorado nos Estados Unidos, em que tanques foram deslocados

para as ruas e acabaram provocando uma mediação gravíssima, quase provocando outra secessão na América do Norte sem falar da usurpação das águas que transpõem as fronteiras americanas deveriam chegar a foz no Estado do México, mas essa é uma história que não tem haver com erro técnico, mas com usurpação de territórios também como a Europa fez com o Texas e outros tais.

No Brasil nós conhecemos experimentos que não despertaram tanta polêmica, embora houvesse também despertado alguma. A cidade de São Paulo é abastecida por uma transposição de bacias, a do rio Piracicaba, que extrai do rio Piracicaba mais de 70% da sua vazão natural destinado a foz e a cidade do Rio de Janeiro é abastecida por uma transposição de bacias, está do rio Paraíba do Sul, que transpõe também uma vazão superior a 70% da vazão natural do rio destinada a sua foz, pelo sistema Guandu e outro pelo sistema Cantareira. No Nordeste brasileiro esse projeto vem sendo mencionado por um empirismo, que inclusive atrapalha muito, até hoje nesse debate, atrapalha demais a percepção correta, equilibrada de um conflito. É natural numa sociedade democrática, numa sociedade tão profunda e agudamente desigual, disnada(F) de tanta safadeza, de tanta inconfiabilidade das instituições de seus operadores, autoridades políticas, que esses argumentos possam ser feitos, mas há um tempo em que precisamos nos reconhecer pelo menos de boa-fé que não é possível opor superioridade moral, Dom Cappio. Me dirijo especialmente a V.Ex^a. Não é possível que V.Ex^a se considere intérprete superior do valor moral e ponha, por exemplo, um modesto militante de 30 anos na vida pública brasileira a partir de uma base no Nordeste, como alguém que esteja movimentada numa posição antagônica de Vossa Reverendíssima por interesses subalternos, eu não estou movido por interesses subalternos, eu estou, equivocadamente ou não, e é o debate que esclarecerá, movido pelo mais superior interesse público. Eu não falo por Deus, falo pelo mundanismo dos pecadores, como eu sou um deles.

V.Ex^a me leva a esta indignação, V.Ex^a Reverendíssima, e é por aqui que eu entrarei na parte mais técnica, V.Ex^a Reverendíssima é induzido a um gravíssimo erro que para nós nordestinos, do Nordeste Setentrional... olhe para mim, Dom Cappio, obrigado, chega as raias da indignação, afirmou nesta tribuna e eu sei que não há má-fé, que Fortaleza, o habitante de Fortaleza tem mais água do que o habitante de São Paulo. V.Ex^a reverendíssima, [ininteligível] obrigado, mas eu governei o Estado do Ceará e por seqüência de 3 anos de seca a cidade de Fortaleza, a quarta maior cidade em população no Brasil remanesceu nas

minhas mãos sem água. E não é força de argumentos, sem água. 3 anos de racionamento e o terceiro ano acabou a água para 3 milhões de habitantes da região Metropolitana de Fortaleza. Qual é o equívoco da observação empírica? É que São Paulo tem fonte perene de água, o rio Piracicaba é um rio permanente e as capitais do Nordeste Setentrional todas elas e as cidades inteiras tem fontes perenes ou não perenes, dependentes do ciclo caprichoso da chuva. Isso é uma obviedade. Pode ser manejada com a inteligência humana, é o que tenta o projeto do São Francisco.

Eu vou afirmar para provocar intelectualmente, naturalmente, que este projeto menos por mérito do Governo do Presidente Lula, menos para evidentemente por qualquer mérito que eu possa ter tido na concepção derradeira deste projeto atingir um escopo, graças a qualidade da crítica de boa-fé, graças às contribuições de boa-fé, críticas que o projeto recebeu, uma concepção, um escopo onde é possível afirmar para provocar intelectualmente que o projeto ao beneficiar 12 milhões de pessoas, não a população difusa, deixe-se aqui muito claro, o projeto São Francisco não tem nenhuma resposta para as populações que vivem dispersas pelo semi-árido do Nordeste. Não adianta manipular este argumento, o projeto destina-se ao abastecimento humano e dessedentação animal, prioritariamente, mas não inclusivamente, conforme os termos da outorga da Agência Nacional de Águas que vale como documento a ser acionado pelo Ministério Público. Fora verdadeiro de que o projeto é uma falsa anunciação de dessedentação animal e abastecimento humano, atender um interesse subalterno, clandestino, não confessado e safado de atender um grande negócio as empreiteiras e coisas e tal e esta intolerância suspeição moral não podemos aceitar, este monopólio da boa-fé não pertence aos críticos do projeto e eu os respeito a todos, os debatedores aqui, a todos já estive. O lamentável desse debate, Sr. Presidente é que nós entramos todos com opinião e sairemos todos rigorosamente com a mesma, na média dos interlocutores que aqui estão, com quem eu já debati muitas vezes, vale para terceiros de boa-fé, para procurar conhecer equilibradamente onde está a razão, se alguma há possível de ser apurada nessa contradição.

O projeto ao beneficiar 12 milhões não prejudica um único brasileiro, qualquer que seja o ângulo em que este brasileiro respeitável ponha-se a observá-lo, seja um observador preocupado com as questões ambientais, seja um preocupado com a concentração de renda no país, razão de ser da minha vocação na vida pública, seja aquele outro preocupado com a moralidade, seja ele preocupado com as concepções estratégicas de como se deve relacionar o Estado com os interesses

da sociedade. Inclusive, nos seus rituais. Inclusive e especialmente nos seus rituais. Ponto número um: O Nordeste Setentrional brasileiro dispõe em média de 500 m3 por habitante/ano seguros. Há um grosseiro equívoco empírico que confunde, nós acabamos de ouvi-lo aqui, caixa-d'água com água. [soa a campanha]. Sr. Presidente, se eu tiver que concluir eu concluo agora mesmo eu não quero de fato extrapolar. Eu posso parar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem dois minutos com mais um de tolerância.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): O projeto, alguns críticos acham que o fato de existir um açude como o Castanhão com capacidade de reservar 5 bilhões de m3, eu iniciei e conclui esta obra, ele garante que Fortaleza não terá mais aquilo pelo qual eu passei, mas a fonte de água deste açude é a chuva, portanto, a capacidade segura que é a única que interessa para o abastecimento humano reduz-se a 20% por números que são tecnicamente incontestáveis. A mistura já mencionada aqui de vertimento por insegurança hídrica se mantém os açudes muito cheios, evaporação, acaba deixando com os açudes que a capacidade útil deles só é segura 25%. Portanto, quando você tira essa média [soa a campanha] pelos números da ONU a vida só é viável com 1.500 m3 por habitante/ano, o Nordeste Setentrional tem 1/3 do mínimo necessário. O rio São Francisco tem 3.850 m3 por segundo de vazão média. Pelo princípio da precaução, fundamento Constitucional do Direito Ambiental brasileiro mais moderno do mundo, não se deve trabalhar pela média embora esse projeto possa trabalhar pela média porque ele é modulável. São 12, 15, 20 bombas, que podem ser ligadas todas 12, todas 15, ou só 10 ou só 5, ou só 4, ou só 3 ou nenhuma. O rio tem, entretanto, uma vazão mínima na foz de 1.850 m3 por segundo. Para garantia do abastecimento humano e dessedentação animal, como está escrito na outorga, qualquer do povo e o Ministério Público podem fazer isso forte a qualquer momento... [interrupção de áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais um minuto para V.Ex^a.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei, vai se pedir ao rio seguros apenas 1,7% desta vazão mínima. De onde vem esses números? Vem de uma dinâmica. E aqui que eu encerro. E que ninguém pode replicar em nenhuma iniciativa pública no Brasil a qualidade, a profundidade e a repetição de debates quanto a esta obra. Foi feito empoderado um comitê de bacia que não existia, é o Governo Lula que empodera e tira da letra morta da lei, institui, constitui, dá posse e empodera o comitê de bacia. Foi feito um plano de

bacia interativo com a Sociedade Civil e com os mais qualificados experts da área, hidrológica, ambiental, antropológica, e que quer que seja. Este projeto plano de bacia foi validado em mais de 40 audiências públicas e aprovado por unanimidade numa reunião derradeira acontecida em Salvador. Ele não é uma avaliação sobre o projeto São Francisco, esse da integração. [soa a campanha]. Ele é apenas um projeto que garante que o rio tem hoje apenas 90 m3 de água utilizados, tem 360 m3 disponíveis para novos consumos. Todas as demandas até 2.050 dos Estados ribeirinhos para irrigação ou que tais não pedem mais do que 200 m3 por segundo. Supondo que tudo o que se fez no rio até hoje para consumo são 90 quilômetros cúbicos. São números. E tudo o que se planeja fazer, se todo fosse feito até 2015, pediria mais 200 m3, ainda sobriariam 160 m3 que hoje apenas adoçando a boca do mar. Eu concluo, agradecendo a tolerância de V.Ex^a e pedindo, eu vou ficar no debate, para que nós, algum critério tenhamos, porque juízos de conveniência, juízos de oportunidade numa democracia representativa não é o modo mais sadio...[interrupção de áudio]. Institucionalizada como a nossa são dados pela eleição do Presidente da República. Não por acaso a coincidência desagradável, todos os críticos da política na Bahia, em Sergipe, em Alagoas perderam as eleições e o Presidente Lula no auge acesso desse debate ganhou em todos esses lugares. Muito obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao ilustre Deputado Federal e ex-Ministro Ciro Gomes por sua exposição e imediatamente passo a palavra ao Prof. Apolo Heringer Lisboa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas pelo período de 10 minutos.

SR. APOLO HERINGER LISBOA: Prezados Senador Marconi Perillo, demais Senadores presentes, Deputados, Senadores e público aqui. Eu vou procurar falar tudo em 10 minutos, então, eu vou... não sei se vou ser bem compreendido. Eu agradeço aqui a presença do ex-Ministro Ciro Gomes porque a gente sente muito a ausência do Governo Federal nos debates que a gente promove sobre o São Francisco. O Governo não tem comparecido. Eu admito mesmo que o Governo perdeu o debate técnico, todos os geólogos, hidrólogos do Brasil, Universidades, ninguém apóia a transposição do São Francisco, a maioria são alguns técnicos do Ministério da Integração por dever de ofício.

A questão da transposição ela mexe um pouco com o nosso imaginário. Eu considero o Deputado Ciro Gomes um habilidoso ilusionista no seu debate político. O grande sucesso dele é que ele consegue me

enganar às vezes ou o público como a gente acontece na festa de criança quando o mágico tira um coelho da cartola. [aplausos] Mas isso não permanece por muito tempo. Eu falo isso com todo o respeito, que eu admiro, até gostaria que ele mudasse de opinião para poder apoiá-lo na sua candidatura. Você chega num bairro pobre e promete acabar com a fome do povo construindo um supermercado. Esse tipo de argumento é da transposição. Se constrói um supermercado e depois como é que você vai comprar? Você prometeu que o açude seria a redenção no Nordeste. Eu era menino, eu sou do semi-árido mineiro, sou de Salinas, Oró seria a redenção do Nordeste. E aí? Cadê a redenção do Nordeste? Foi o maior açude do mundo na época. Os Bancos estão cheio de dinheiro e o povo está sem dinheiro. Nós estamos cheio de terras no Brasil e muitas pessoas querendo trabalhar e não tem terra. Tem muita água no Nordeste armazenada em açudes, porque o problema da seca não é por falta d'água. Pensem bem. A seca não é por falta d'água. Eu achava isso. A seca é por concentração de água. Também outro aparente paradoxo. A água no semi-árido ela é concentrada e na proporção razoável muito boa até em dois, três meses por ano de chuvas torrenciais, está precisando fazer como o José do Egito, vamos guardar essa água, vamos guardar essa água. Aí tem os açudes, que é um sucesso do Brasil, nós temos que fazer essa água ficar na fazenda, aonde tem a família, com a agricultura familiar, nós temos que aumentar a produção de poços. Nós temos mil formas, esse dinheiro todo o Nordeste merece, mas concentrar mais água no açude, vocês sabiam que toda a água da transposição vai para os açudes que detém 80% da água no Nordeste, mais de quinze Baías da Guanabara? É porque a água não chega ao povo, como não chega o dinheiro dos Bancos, como não chega a comida do supermercado. E vão fazer mais um supermercado, mais um Banco? Isso é ilusão. A indústria da seca quer ganhar dinheiro com obra. Pergunta a Antônio Ermírio de Moraes se ele não está feliz da vida com o cimento que ele vai vender, pergunta ao grupo Gerdau, pergunta as empreiteiras se eles não estão soltando foguete para o Lula. Agora, o pobrezinho, nós tivemos lá no Castanhão, tivemos o Armando Ribeiro, tivemos na Paraíba, a caravana do São Francisco e conversando com o povo pobre, com os trabalhadores rurais, o sindicato, eles falaram: Isso é água da morte. É água sem peixe. Nós não podemos nem chegar perto dos canais. Não podemos chegar perto dos açudes. Nós não temos condição na beira do Armando Ribeiro você vê a cisterna colhendo água do telhado. Isso é água para o grande agronegócio. Pode ter agronegócio, eu admito, mas por que só para o agronegócio? E por que água financiada de

graça para Delmont lá no Ceará, uma multinacional? E por que subsídio cruzado para o povo pagar água para exportar melão e camarão, aliás, camarão está dando uma doença no mundo inteiro, esse negócio vai ser um fracasso. Por que não distribui a água dos açudes? O bolo não cresceu, vamos crescer o bolo, lembra do Delfim Neto, vamos crescer o bolo, o bolo tem que crescer e o povo não vê a cor desse bolo. O Lula também reconhecia isso e falava isso, mas eu não sei se ele fez um acordo aí com o Ciro, não posso, não estava lá presente.

Bom, a questão maior da água do Nordeste é problema de gestão. Olha, e também não estou defendendo Minas Gerais, eu sou mineiro. Eu sou coordenador do projeto Manuelzão. A questão da água no Brasil ela precisa mudar a nossa mentalidade para ser bem gerida. O Brasil inteiro joga esgoto no rio. O São Francisco, gente, já tem pouca água. E eles estão desmatando o rio São Francisco, a bacia do São Francisco toda, Bahia, Minas Gerais, todo o lugar porque tem o tal do etanol que vai salvar o planeta. Eles estão arrebatando com os nossos recursos naturais, meio ambiente é como se fosse um luxo, não é. A água está no centro da questão ambiental, na agenda mundial. E a questão ambiental está no centro da agenda econômica e política. Já foi o tempo em que ambientalista que levantava essa questão é um marginalizado. O país que não tiver uma agenda ambiental bem construída, e nesse sentido a transposição é negação de tudo isso. O rio Jequitinhonha, eu falei que sou de Salinas, meu pai construiu escola agrícola lá, sou filho de agrônomo, é uma das regiões mais férteis, a feira, o mercado é cheio de coisa, o povoado lá adora aquela região. O rio Jequitinhonha é perene, não precisa levar um canal para lá, e o povo passa necessidade próximo do rio por falta de obras hídricas. A agricultura familiar não tem assistência, as grandes obras no Brasil sistematicamente levam benefício aos grandes. Então, o rio Jequitinhonha não resolveu, no sertão da Bahia o São Francisco passa lá e não resolve, o canal da transposição, é como de Belo Horizonte a Brasília, 720 quilômetros, são 25 metros de largura e 5 de fundura, tudo de concreto. Imagine o custo disso. Ele é um projeto para levar 127 m³. Não é um por cento só que o Dr. Ciro fala. 1% aqui não é nada. E lá não é nada também, lá tem 37 bilhões. 1% aqui do São Francisco. 1,5% é muito pouco... É muito pouco lá também. Ah, mas vai ser quando chover no São Francisco... Muitas vezes chove na bacia do São Francisco, chove lá também, não vai poder mandar água, vai fazer um negócio, você vai fazer um prédio de 127 andares para utilizar esse prédio uma vez, duas vezes em 10 anos? Você ocupa 26, 27 andares e quem vai pagar o condomínio e

o custo do prédio? Quem faz um prédio de 127 andares com intenção de usar só 27. Que loucura é essa? Eles estão querendo tirar 127 m3 de fato. Agora esse negócio que Jaíba pediu 80 m3, Baixio do Irecê, tem que rever essas questões, porque realmente a gestão da água é muito mal feita, agora os carros estão diante dos bois, Sr. Presidente da reunião. Nós gostaríamos de pedir que através da iniciativa do Eduardo Suplicy que representa para mim aquilo que eu esperava que o PT viria a ser, é um exemplo ético e político, Senador Suplicy que a sua atitude, a atitude do Senado possa ir também para a Câmara Federal, que a gente inicie agora o verdadeiro debate sobre a questão do São Francisco. [aplausos] Não é possível que o Exército brasileiro intervenha na região de Canudos para ganhar 150 milhões do Ministério da Integração, passe esse dinheiro para o Exército, eles estão precisando, mas que eles não entrem numa questão política, fazendo desmatamento em área indígena, que deve ser decidida pelo Congresso Nacional. Isso não pode ser feito goela abaixo, é falta de respeito, a nossa situação de cidadãos. [soa a campainha] Agora eu sou a favor de que todo o sertanejo tenha água e água em abundância. Mas a transposição não é para isso. E as obras inacabadas. Eu tenho aqui uma lista de quase 40 obras inacabadas, o geólogo Manoel Bonfim tem aqui, Estado do Piauí, Estado do Ceará, o Ciro me falou que lá não tem obra inacabada, Estado de Pernambuco, Estado da Paraíba, obras inacabadas, obras que foram feitas para irrigar, vamos terminar essas obras, vamos adquirir experiência em irrigação, vamos parar de mutilar o rio, vamos parar de jogar o dinheiro fora, isso é obra pela obra. Nós não podemos acreditar... As águas subterrâneas, o grande hidrólogo, Aldo Rebouças, ele coloca que a grande quantidade de água subterrânea na região sedimentar do Nordeste, é claro que é só 30% da região, mas quantidades fabulosas de água...[interrupção de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Prof. Apolo, mais um minuto para o encerramento.

SR. APOLO HERINGER LISBOA: Eu pediria que a gente parasse de projetos faraônicos, mutilar o rio São Francisco. Os pescadores do baixo São Francisco não conseguem mais sobreviver mais da pesca, Sr. Toinho afirma isso, estão mutilando, querendo mutilar o rio de Minas, rio das Velhas, Paracatu, Urucunha, fazendo barragens contra a opinião do povo, de lá dos fazendeiros, da melhor área para fazer filhote de sobradinho para aumentar a disponibilidade hídrica, acabando com a piracema, nós estamos destruindo um ecossistema que a natureza demorou milhões de anos para fazer. Historicamente o Nordeste só construiu açude quando

não se falava de transposição. [soa a campainha] Fala de transposição, pára de construir coisas concretas. A indústria da seca está de olho em trazer o rio Tocantins... e não vai parar nunca, [soa a campainha]. O Brasil precisa de botar fim a indústria da seca e que o Congresso Nacional inicie o debate da transposição e que o Supremo Tribunal Federal discuta o recurso de Minas ...[interrupção de áudio] [aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece ao Prof. Apolo Hering, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais pela exposição. Recebe com muito prazer os documentos que são entregues à Presidência. Tenho a satisfação e a honra de conceder a palavra a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias de Transposição das Águas do Rio São Francisco que falará pelo prazo de 10 minutos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, ao Senador--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu só pediria a V.Ex^a uma questão de isonomia, já antes de iniciarmos a questão, houve um entendimento com o Presidente Garibaldi Alves, onde o Dom Luiz Cappio teria 15 minutos, com mais 5 minutos, e o mesmo tempo seria concedido a Dom Aldo Pagotto. Só uma questão de isonomia, se tratam de dois Bispos, estão aqui prestando um belo trabalho a essa Casa, pediria a V.Ex^a essa isonomia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Efraim, a solicitação de V.Ex^a é justa, mas eu gostaria de também ser justo em relação ao Presidente Garibaldi Alves. Ficou estabelecido que a Dom Luiz Flávio Cappio seriam destinados 15 minutos para falar contra o projeto e ao Ministro da Integração Nacional, Ministro Geddel Vieira Lima, seriam concedidos 15 minutos para falar a favor do projeto. De modo que esse foi o acordo estabelecido que me foi repassado pelo Senador Eduardo Suplicy. De qualquer forma--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pediria a V.Ex^a. que consultasse a Dr^a. Cláudia que é Diretora da Mesa e que presenciou o entendimento. O Senador Suplicy não estava presente na hora do entendimento. Eu pediria a V.Ex^a que fosse cumprido o mesmo tempo que foi dado a Dom Cappio.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não tenho objeção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Efraim, eu não havia concluído ainda o despacho e gostaria de dizer a V.Ex^a. que acatarei a solicitação de V.Ex^a. com muito prazer, até porque o Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, não faz objeção. Com a palavra o Bispo Dom Aldo Pagotto pelo período de 15 minutos.

DOM ALDO DI CILLO PAGOTTO: Quero saudar Sr. Presidente do Senado, Garibaldi Alves que preside essa Sessão, Senador Marconi Perillo. Honrado pelo convite para a audiência pública conjunta entre as várias Comissões do Senado Federal por deliberação do colegiado que aprovou o requerimento de autoria dos Srs. Senadores, encabeçado pelo Senador Eduardo Suplicy, fui encarecido pelo Senador do meu Estado, Estado da Paraíba, Senador Cícero Lucena. Contemplado pela função outorgada pelo Presidente do Comitê Paraibano pela Integração das Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, e agradeço ainda a gentileza do gesto, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esclareço que sou religioso e cidadão sobralense, pois trabalhei em Sobral por 6 anos e tantos outros anos em Fortaleza. Recordo o gesto profético, empreendedor do então Governador Ciro Gomes, ao encetar, em tempo recorde, em 1995, o Canal do Trabalhador, sem o que a capital cearense entraria em colapso de água para uso humano.

Compus, com outros irmãos bispos do Ceará, por bom tempo, a Comissão Pastoral de Convivência com o Semi-Árido, sugerindo e acompanhando de perto políticas públicas na esfera agrária, agrícola e hídrica. Hoje, como cidadão pessoense e paraibano, sou portador do pleito das águas do rio São Francisco contando com o apoio dos irmãos Bispos do meu Estado, Paraíba, bem como a maioria dos Bispos dos demais Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A propósito, realizamos em Campina Grande, em novembro de 2006, um grande encontro entre os Bispos do Nordeste, gestores públicos, secretariados de órgãos públicos, representantes de várias entidades e categorias sociais contando com técnicos e especialistas em assuntos do Nordeste. Elaboramos uma carta de intenções celebrando 50 anos de criação da SUDENE, agora refundada e revivificada.

Elaboramos uma carta de intenções, fruto do evento, apontamos aos gestores públicos de nossos Estados uma série de potencialidades produtivas que possam favorecer o desenvolvimento do povo do Nordeste incluindo o nosso veemente pleito pela revitalização e integração das bacias hidrográficas do rio São Francisco.

Pelos anos de militância de evangelização e promoção humana, preposto ao Comitê Paraibano pela Integração das Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, faço-me porta-voz de milhares de irmãos e irmãs nordestinos que clamam por um copo d'água para a sua digna sobrevivência e para o justo desenvolvimento com inclusão social das gerações vindouras. Nosso pleito foi exposto ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sua presença em nossa capital paraibana ao 7 de julho de 2007 em vista da ampliação das obras do PAC. O Presidente Lula, retirante nordestino trouxe à memória os dramas vivenciados por si e pelos seus conterrâneos. Comovido, ilustrou cenas que alijam milhares de filhos e filhas de vários Estados, excluídos das oportunidades, colocados para fora da comunhão do banquete da vida, constrangidos a caçar outros rumos numa existência incerta.

O Presidente Lula empenhou a sua palavra e comprometeu a honra da gestão do seu governo compartilhado com a equipe governamental assegurando a viabilidade técnica e econômica administrativa do projeto.

A concepção da obra projetada é uma política estrutural, a sua concepção é estruturante. Tecnicamente segura, economicamente viável, administrativamente sustentável.

A obra supera políticas de compensação improvisadas ou insuficientes para resolver problemas de caráter estrutural.

A obra supera o atavismo histórico que reproduz o atraso e a corrupção desmandada sempre auferindo lucros com a indústria da seca.

Quem tem sede apóia. Apóia o projeto, apóia a obra estrutural. O rio São Francisco deve servir à integração nacional, garantindo o justo e equânime desenvolvimento humano e o crescimento sustentável. A água superabundante é um bem inestimável que deve abastecer nosso sistema de reservas e de distribuição chegando a atender doze milhões de nordestinos, sobretudo, em situações sujeitas a colapsos hídricos.

A obra toma a feliz expressão de revitalização e integração das bacias hidrográficas. Traduz o que deve integrar efetivamente os Estados pleiteantes em iniciativas articuladoras que mobilizam as regiões desenvolvendo-as em modo integral e integrado.

A igreja já dizia isso desde a Campanha da Fraternidade de 2004, nos envolvendo na temática "Água, fonte da vida". Água, bem essencial à vida é patrimônio humano cujo valor incomensurável é, porém, limitado e escasso.

O recente Plano Estadual de Recursos Hídricos estima que toda a água disponível no Estado da Paraíba é de 37 m3 por segundo, enquanto as demandas totais

são de 42 m3 por segundo. O quadro presente revela escassez hídrica de 5 m3 por segundo comprovando a situação operacional crítica dos sistemas de abastecimento de água dos nossos 223 municípios, dentre os quais, 119 operam em regime de racionamento na maior parte do ano. Mesmo em anos chuvosos suas fontes de captação padecem de insegurança hídrica. O maior mal da região. Quanto às outras 104 sedes municipais analisadas num horizonte de doze anos, mais da metade terão problemas com os seus mananciais, porque dependemos das chuvas. Em breve necessitarão de ampliação de recursos e melhorias porquanto a demanda também aumenta.

Na área rural, onde mora quase um milhão de pessoas, o problema da insegurança hídrica é ainda maior. As prefeituras, o Estado, a União investem anualmente verdadeiras fortunas para apenas amenizar o sofrimento causado pela falta de água. O fato é comprovado pelos mais de 150 decretos de emergência publicados nos últimos seis meses, não obstante uma sequência de anos entremeados de chuvas, atípicas, em algumas regiões, as mais apenadas.

A Paraíba conta com uma vasta rede de ajuda-gem. Cerca de dez mil, contando os de pequeno porte. Temos mais de 25 mil poços tubulares e amazonas, entretanto, apenas aqueles com capacidade de acumulação superior a 20 milhões de m3 oferecem garantia de atendimento. Em tais condições são raros os locais no Estado que comportam a construção de novas barragens. Estaríamos quase impossibilitados de aumentar a disponibilidade hídrica contando apenas com os potenciais das nossas bacias hidrográficas. Dependemos das chuvas.

Quanto a água subterrânea, dispomos de um aquífero somente no litoral paraibano, com alguma possibilidade de exploração para atender ao abastecimento de aglomerados urbanos ou rurais de maior parte. Em 83% do território paraibano predomina o substrato cristalino com reduzida capacidade de produção de água. Na maioria das vezes, com altos teores de salinidade, portanto, impróprias para o consumo humano.

A Agência Nacional das Águas elaborou um conjunto, em conjunto com os Estados nordestinos, o Atlas da Nordeste sobre o abastecimento de água para as cidades com população superior a cinco mil habitantes. Diagnostica a situação atual apontando soluções em nível de pré-concepção para o abastecimento de água, cobrindo um total de 74 dos nossos 223 municípios, uma parcela numericamente superior fica fora deste importante documento. Além do mais, 2/3 das soluções apontadas, caso analisadas no horizonte de 12 anos, sofrerão problemas de manancial. O outro 1/3

das soluções apresenta, atualmente, alguma deficiência hídrica nos mananciais selecionados.

As ações atuais de construção de cisternas de placas, que são uma política pública, perfuração de poços, dessalinizadores, barragens subterrâneas, reuso de água e outras são muito importantes para atender à população dispersa ou em pequenos aglomerados, mas, nunca para os núcleos maiores. São soluções complementares no caminho da universalização do saneamento básico. Nós precisamos de soluções estruturantes.

Questionamos junto aos que se mostram refratários à obra de revitalização e integração das águas do rio São Francisco, sabedores sobre determinados projetos existentes na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, ora já citados cá e acolá pelos debatedores que nos precederem. Os projetos Salitre e Baixo Irecê, somados, têm capacidade para 90 mil hectares, com atuais investimentos na ordem de 700 milhões de reais, retirando até 56 m3 por segundo a montante de sobradinho. Projetos para a irrigação de cana-de-açúcar em Pernambuco retiram 75 m3 por segundo. O Canal do Sertão retira, em Alagoas, 32 m3 por segundo, em Sergipe 28.6 m3 por segundo somando-se, pois, 60.6 m3 por segundo.

Defendemos o desenvolvimento integral dos Estados, pois, todos têm direito de crescer e se desenvolver segundo o princípio da solidariedade e subsidiariedade. Por que, a priori, nos acusar de privatização de água e utilização de água para o agronegócio enquanto, na realidade, pleiteamos apenas 26,4 m3 por segundo após sobradinho? Água para abastecer o nosso sistema hídrico. Por que impedir o desenvolvimento dos Estados do Nordeste Setentrional enquanto se permite o desenvolvimento dos outros?

O apelo do Comitê Paraibano se dirige aos parlamentares e gestores públicos incumbidos de permanente formação da índole concidadã da nossa população. Responsabilizados pelo acompanhamento da obra envolvam a população fazendo com que participem do controle social devido. A concepção da obra estrutural requer o envolvimento de todos. A obra corresponde a uma política hídrica estruturante, se beneficia a todos, deve ser muito bem cuidada por todos.

Governos se sucedem, as políticas públicas exigem continuidade dinâmica de expansão. Cabe aos respectivos Estados assegurar não somente a infra-estrutura que atenda aos objetivos da obra, mas, de permanente esclarecimento junto à população sobre o correto uso e usufruto da água redentora.

Em outras palavras, cabe ao governo uma boa gestão em caráter suprapartidário, isenta de oportunismos e corrupção financeira. Cabe à população o

controle social superando tensões de caráter ideológico, equidistante de outro interesse se não o desenvolvimento com inclusão social.

Aproveito o ensejo para noticiar e convidar as bancadas parlamentares dos Estados pleiteantes à mobilização popular em apoio a obra a ser realizada na cidade de Monteiro, na Paraíba, primeira cidade pólo a ser beneficiada com as águas do eixo leste. A data deve ser confirmada tendo em vista a honrosa presença do Ministro de Integração Nacional, Dr. Geddel Vieira Lima. A data, em princípio, é 12 de março. Agradeço muito a todos e todas.

[aplausos]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao assumir os trabalhos quero primeiro agradecer a todos os 14 convidados que aceitaram o convite formulado por essa presidência, em nome das quatro Comissões, mas, com certeza absoluta, agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, que mesmo durante o recesso parlamentar foi quem mais trabalhou, sem sombra de dúvida, para que esse evento acontecesse. Com a mesma firmeza que defende a renda mínima. Parabéns, Suplicy.

E de seguida passo a palavra ao pesquisador da Asa Brasil, Articulação para o Semi-Árido Brasileiro, Sr. Luciano Silveira. Dispõe também de dez minutos com a tolerância de mais dois, como foi dado para os outros convidados.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Senador Cícero Lucena que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado. Participei do interesse de debater aqui no Senado e, logo mais, iria falar. Mas, infelizmente, acabo de receber o comunicado do falecimento da minha mãe e... em outra oportunidade estarei debatendo esse assunto que é tão relevante e peço que com licença vou me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cícero Lucena aceite a solidariedade, tenho certeza não só do Senado da República, do Congresso nacional, de todo o povo brasileiro.

Eu... um minuto, suspendo os trabalhos com a tolerância do orador na tribuna para que a solidariedade dos nossos convidados e parlamentares seja dada ao nosso Senador Cícero Lucena, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Senador Paulo Paim, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente é meu dever de Líder do PSDB, de Senador, de companheiro, colega e amigo do Senador Cícero Lucena, oferecer a ele, legitimamente, em nome do meu partido mas, tenho certeza que falando em nome de todos os Senadores com assento nesta Casa e aí o sentimento de solidariedade pluripartidário, levar ao Senador Cícero o nosso pesar. Isso será transformado num voto de pesar a ser deliberado pela Casa na Sessão de mais tarde.

Sei do amor de Cícero por sua mãe. E sei da união de sua família em torno dessa grande mulher que se foi e deixa um belo exemplo através dos seus sucessores, dos seus filhos, dos seus netos, daqueles que aprenderam com ela os deveres da honradez, os deveres da solidariedade humana e os deveres da grandeza em relação as coisas da Paraíba e as coisas do país.

Portanto, ao querido Cícero Lucena a solidariedade muito fraterna do seu partido e eu tenho certeza, a solidariedade igualmente fraterna e querida de todo o Senado Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Senador Efraim Morais, Primeiro Secretário do Senado Federal.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Da mesma forma, Senador Paulo Paim, a solidariedade ao Senador Cícero Lucena e à sua família. E aí eu falo como paraibano, um dos representantes dessa bancada, dizer realmente da grande perda que tem não só a família Lucena, na pessoa de Cícero e de seus irmãos e irmãs, mas, deixar a nossa solidariedade com a permissão do meu Líder, José Agripino, em nome também dos Democratas. E, evidente, em nome de toda a bancada da Paraíba.

Agradeço a V.Ex^a e também pedindo permissão a V.Ex^a para me ausentar do debate que acompanharei o Senador Cícero Lucena até o nosso Estado, a Paraíba. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, Senador Efraim, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, também de levar a nossa solidariedade ao nosso colega, grande amigo, o grande Senador Cícero Lucena e a todos os seus familiares. E somando ao Efraim, em nome do nosso partido, com a permissão do nosso Líder, mas, também, pedindo permissão às

Senadoras para ser em nome das Senadoras, a nossa solidariedade, principalmente o sentimento que nós sabemos que é uma saudade é... difícil de medir, a dor desta saudade que é a perda daquela que para todos nós, com certeza, é o bem maior, que é a mãe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba que é Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, com certeza junto com os outros Senadores levarão toda a solidariedade do Congresso Nacional.

Passamos a palavra, nesse momento, ao Sr. Luciano Silveira, pesquisador da ASA Brasil, Articulação para o Semi-Árido Brasileiro. Dez minutos, com a tolerância de mais dois.

SR. LUCIANO SILVEIRA: Bom dia, Senador Paulo Paim! Bom dia Senadoras e Senadoras. Bom dia demais participantes dessa audiência. Primeiramente, eu queria... fico feliz com o esclarecimento dado pelo Deputado Ciro de que esse projeto, ele foi concebido, não foi concebido para atender a demanda difusa. Acho que isso é importante para a gente trazer o debate para a sua realidade. E a gente sabe que a todos os anos, a cada período prolongado de seca milhares de famílias que vivem no semi-árido passam por suas privações mais básicas do acesso a água e alimento.

Essa população privada dos seus direitos mais básicos de cidadão, elas vivem exatamente, é a população difusa, né? É essa população que representa, dos 21 milhões de habitantes do semi-árido, aproximadamente, 10 milhões vivem nas zonas rurais, representam mais de dois milhões de unidades familiares de produção e que estão vivendo nessa realidade. E é exatamente esse povo que mobiliza toda a sociedade brasileira quando uma seca abala essa população e a mídia projeta e todos nós ficamos mobilizados com essa realidade.

E eu acho que o desafio que está posto aí, que é recorrente em nossa história, é que o problema, a natureza, o problema que assola essa realidade, ele não é de natureza nem ambiental e nem da população que aí vive.

Ele é, sobretudo, de natureza política. Ele é a expressão do atual e do histórico modelo de desenvolvimento que foi implementado em toda a região semi-árida. O modelo de desenvolvimento que gerou, e todos vocês sabem, uma concentração brutal do acesso à terra e associado a ela uma concentração brutal do acesso à água, ok? Esse mesmo movimento, esse mesmo modelo também promoveu um processo de degradação dos recursos naturais também da mesma magnitude. Hoje, 180 mil quilômetros quadrados do semi-árido já se encontram em estágio grave de desertificação. Isso, produto desse padrão de desenvolvimento

degradador do ambiente que vem gerando processos de exclusão social sem precedentes. A desigualdade marca o processo de desenvolvimento do semi-árido brasileiro de forma mais intensa talvez do que do resto do país que também é bastante expressivo.

E o semi-árido, eu queria dizer que nós vivemos, a sociedade vive uma crise de percepção da realidade, a forma com que a sociedade, perdão, olha a realidade que aprendeu a enxergar a realidade do desenvolvimento pelas suas limitações e não pelas suas potencialidades. Pela capacidade que cada ambiente, a natureza, o seu povo, a sua economia podem fazer como formas endógenas de promover crescimento e desenvolvimento criativo. E foi esse padrão de desenvolvimento que foi convencionalmente chamado de modelo de combate à seca. E não se combate a seca como também não se combate, na Sibéria, o gelo. Se convive com essas regiões.

É preciso pensar estratégias capazes de valorizar as potencialidades que esse meio tem. E tem muito. Foi dito aqui pelo próprio Geddel que chove e chove razoavelmente bem se comparado com outros semi-áridos.

O nosso desafio é que o ambiente, o clima é de grande irregularidade climática, de alta insolação e solos com baixa infiltração de água. Então, apesar de chover até de forma razoável, grande parte da água é perdida. Correto?

Nosso desafio é pensar estratégias que valorizem as capacidades que esse ambiente tem. E a gente sabe que há soluções, e são soluções que não são novas, na verdade, mas que não são priorizadas nas políticas de desenvolvimento.

O semi-árido brasileiro, ele tem um bioma que é a caatinga, que desenvolveu uma enorme capacidade de se ajustar a essa realidade. Muitos daqui que são sertanejos vêm discutindo muito como as potencialidades desse semi-árido, a caatinga como uma vegetação que tem um potencial forrageiro imenso, um potencial produtivo imenso e uma enorme capacidade de produzir riquezas.

Pensar num processo de desenvolvimento para a população difusa significa, necessariamente, pensar em soluções descentralizadas, do local, que seja capaz de atingir a cada cidadão, a cada família que está disperso por esse enorme território. E para isso é preciso pensar uma outra perspectiva de desenvolvimento para o semi-árido, as ofertas concentradas de água nunca vão atender as demandas difusas. Ofertas concentradas como um canal linear, que é o canal da transposição do São Francisco só vai atender demandas concentradas, que são as cidades que a gente entende que precisam ser pensadas. As de-

mandas difusas, dispersas só serão solucionadas por soluções dispersas. E é aí onde mora um dos maiores problemas que tem, recorrentemente, mobilizado a nossa sociedade.

A seca é um problema hoje porque mexe com a vida de muitas populações. É preciso, antes de mais nada, atuar sobre essa população integrando ela como cidadãos aos processos de desenvolvimento social e econômico. Não é só dar água para beber é integrar para que a força de trabalho desse povo possa ser valorizada e a capacidade criativa dele de desenvolver relações e harmonia com esse ambiente natural seja valorizado.

Portanto, o que nós temos discutido pela articulação do semi-árido brasileiro é a perspectiva sim de uma grande obra e o governo acerta quando quer fazer uma grande obra, mas, é uma grande obra composta de milhares de pequenas obras, desconcentradas, descentralizadas que permitam que toda a família do semi-árido tenha condições de se integrar aos processos de desenvolvimento desse país. [aplausos] E aí é que está o desafio que nós estamos colocando aqui.

Essa perspectiva de desenvolvimento que a gente vem discutindo, ela já tem uma série de experiências desenvolvidas, seja por alguns municípios, alguns Estados, pelo próprio governo que tem apoiado em parte, quer dizer, já um programa de cisternas e pela própria sociedade que vem se mobilizando, como a articulação do semi-árido brasileiro. Há uma perspectiva aí de se pensar uma outra trajetória para o desenvolvimento do semi-árido, assentado num outro modelo capaz de pensar formas de desenvolvimento mais harmônico, mais eqüitativo.

O projeto da transposição, ele reitera os padrões de concentração da água dirigidos ou a cidades de grande porte ou a projetos concentrados de irrigação intensiva.

As experiências hoje dos pólos irrigados, as que estão dando certo, porque uma parte importante, o próprio Banco Mundial fez um estudo e disse: Não vale à pena fazer novos projetos de irrigação porque têm muitos para arrumar ainda, né? Há um conjunto grande de projetos de irrigação parados por ineficiência de gestão.

Então, o desafio é um processo de desenvolvimento econômico que permita integrar o conjunto da população brasileira e hoje eu não estou nem advogando muita coisa porque basta ir na beira do São Francisco, perto dos perímetros irrigados que a gente vai ver convivendo lado a lado um desenvolvimento econômico até expressivo, mas, onde a riqueza não está sendo efetivamente distribuída, gerando concentração de renda e mantendo a grande parte da po-

pulação do semi-árido excluída, reproduzindo todas as relações políticas que reproduzem o jogo, [soa a campainha] o jogo da busca de água do São Francisco. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência já agradece a precisão no tempo aí dos nossos convidados.

De imediato passo a palavra ao Deputado Federal Marcondes Gadelha. Explico que o Marcondes Gadelha é Deputado Federal, fala nesse momento como convidado especial entre os 14 que terão direito à palavra por dez minutos e mais dois nesses casos.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras. Eu quero louvar a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, que guarda uma correlação muito estreita com outras da sua lavra de cunho profundamente humano e social como o Programa de Renda Mínima, de onde se originou o Bolsa-Família e outras propostas concretas de distribuição de renda.

Deve chocar a sensibilidade de V.Ex^a, nobre Deputado Eduardo Suplicy, a hipocrisia de alguns cavalheiros de fina estampa que se apresentam como politicamente corretos e ficam clamando por distribuição de renda, pregando distribuição de renda como instrumento para melhoria da qualidade de vida e, no entanto, se insurgem de forma tão radical contra este gesto elementar e fraterno de distribuir água, que é o princípio, o próprio princípio da vida e a condição básica para o bem-estar social. “Não, se virem lá com as suas cisternas! Com os seus barreirinhos! Ou com a lama sórdida que restar dos açudes secos porque, na minha água ninguém tasca, eu vi primeiro!”

Surpreende, Sr. Presidente, toda esta ginástica mental toda esta filigrana verbal, esta contabilidade viciosa, esse esforço, enfim, de forçar um entendimento tão-somente para sustentar uma posição que é anti-social, antifederativa e, sobretudo, anticristã.

Chega-se ao ponto de agredir o senso comum e negar evidências solares sobre disponibilidades de água. Pasmem nobre Senador Pedro Simon, depois de quinhentos anos de registros pelos nossos geógrafos está se querendo propor aqui, nesse Plenário, que o Nordeste Setentrional é que tem muita água e o São Francisco não tem água. Só está faltando agora propor uma inversão da transposição. Fazer a transposição do açude Castanhão ao para o São Francisco, nobre Deputado Ciro Gomes.

Vamos deixar claro uma coisa, essa transposição não tem a empáfia de querer resolver o problema da seca no Nordeste. Nós pretendemos, sim, reforçar

o abastecimento hídrico, humano e animal. Nós pretendemos reforçar o setor de serviços, a fixação do homem ao campo, a pequena agricultura. Mas, o propósito maior que engloba todas essas ações podem chamar de segurança hídrica. Nós vamos continuar utilizando sim as nossas águas que estão estocadas lá nos nossos açudes. Mas, nós sabemos, todos sabem que elas não são suficientes. O equilíbrio hídrico do Nordeste Setentrional é extremamente precário, e se faz às custas de migrações e de muita fome.

O meu Estado, a Paraíba, tem uma taxa de crescimento demográfico de apenas 0,6% ao ano. Quem olha para isso pensa que está na Suíça, ou na Alemanha, ou em alguns desses santuários da civilização pós-industrial. Mas, não é, não cresce a população porque ela vai embora. 1/3 da população da Paraíba vive fora do seu território. Um milhão de paraibanos infestando a periferia das grandes cidades, passando frio, fome e solidão num banco da Praça da Sé em São Paulo. Pobre de Jó, pobre de esperança e pobre de amor. E dos que estão lá, 1/3 também não faz três refeições por dia. Dados do CONSEA e é por isso que existe esse equilíbrio precário de que tanto se fala, e que só tende a piorar na medida em que o meio vai ganhando mais complexidade social, vai exigindo mais água. Na medida em que a população vai crescendo, vai exigindo mais água. E a situação é de tal ordem, Sr. Presidente, que já hoje e daqui por diante nunca mais aquele Nordeste Setentrional fechará o seu balanço hídrico, ou seja, deixado por conta da natureza nunca mais a oferta de água será igual à demanda por essa água. E aquele Nordeste precisa importar água de algum lugar e o manancial mais próximo, mais abundante e mais barato é o rio São Francisco.

A pergunta que não quer calar é essa: O rio São Francisco tem água para oferecer para a transposição? Aqui foi, está sendo veiculado pelo país afora uma balela de que o rio São Francisco não tem água. Meu Deus do céu! Senhora Letícia Sabatella, o rio São Francisco gera 11 mil megawatts de energia elétrica todas as horas, todos os minutos, todos os segundos. É a maior geração de energia elétrica por um rio individualmente no Brasil. Como é que podia fazer isso se não tivesse água?

O rio São Francisco paga 200 milhões de reais a título de royalties aos Estados e municípios ribeirinhos a fundo perdido. 200 milhões de royalties todos os anos desde a constituinte, desde 1988. Nunca ninguém sabe onde foi parar esse dinheiro. Mas, é pago religiosamente, 6,85% do faturamento bruto da CHESF vai para os Estados e municípios ribeirinhos. Como é que o São Francisco poderia pagar 200 milhões de reais de royalties por ano se não tivesse água?

O rio São Francisco joga no Oceano Atlântico 96 bilhões de m³ de água todos os anos. Isso é mais de 40 vezes a Baía de Guanabara, já que estão usando a Baía de Guanabara aqui a todo o instante. Mais de 40 vezes a baía da Guanabara são jogados, desperdiçados, entregues ao mar para irrigar o mar ou para dar água de beber aos peixes enquanto lá na Paraíba, no Ceará, no Rio Grande do Norte nós penamos, nós vivamos uma situação de penúria, de escassez crônica e permanente de água.

Eu quero dizer para todo o Brasil e confirmem, por favor! O rio São Francisco hoje tem mais água do que quando foi descoberto por Américo Vespúcio, em 1501. Porque, além da vazão média inalterada de 2.600 m³ por segundo, que já é uma vazão portentosa, os senhores comparem com o rio Colorado, nos Estados Unidos, que tem apenas 700 m³ de vazão e onde já foram feitas 9 transposições.

O São Francisco tem 2.600 m³ de vazão contínua. É um rio respeitabilíssimo. Mas, ainda sobre o leito do rio ele tem inúmeras barragens que estocam uma quantidade incomensurável de água. Só a barragem de Sobradinho tem 36 bilhões de m³. Uma lâmina d'água com 300 quilômetros de extensão. Uma quantidade de água estocada igual a 17 vezes a baía da Guanabara. [soa a campainha] Itaparica tem 19 bilhões. Paulo Afonso, um, dois, três, quatro Xingó. Tudo isso estocado sobre o leito do rio. Se nós quisermos dobrar ou triplicar a vazão do rio a hora que quiser é só abrir a torneira e... o rio São Francisco não terá condição de conter, na sua calha, a quantidade incomensurável de água que tem estocada. De modo que isto é uma balela, uma conversa fiada para enganar e embair a opinião pública.

A segunda coisa que é preciso deixar claro para o país todo ouvir é a questão ambiental. Se diz que... a transposição vai matar o rio São Francisco ou vai acabar com a... com o equilíbrio ecológico na sua bacia. Eu quero afirmar para toda a nação brasileira que esse Projeto de Transposição de águas do rio São Francisco, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva [interrupção do som] É o mais seguro [soa a campainha] do ponto de vista ambiental do mundo. Conheço dezenas de projetos de transposição. Nada se compara com a... em segurança ambiental com a transposição de águas do rio São Francisco. Por quê? Esse projeto foi submetido em dois governos diferentes, no Governo de Fernando Henrique e no Governo de Lula a duas equipes multidisciplinares que fizeram dois estudos de EIA/RIMA, uma equipe internacional do governo Fernando Henrique, formado pela já Jaakko-Pöyry, finlandesa e pela Tahal, as duas empresas maiores empresas de segurança ambiental, e no Governo Lula,

um consórcio nacional. Essas são as duas equipes em momentos diferentes, trabalhando para governos diferentes chegaram à mesma conclusão, a transposição não causa passivos ambientais importantes nem para o rio, nem para a bacia, nem para as populações ribeirinhas. Mais, ainda. Esses estudos de impacto ambiental foram revisados pelo Ibama.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Gadelha mais um minuto para concluir.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Um minuto só? Já encerro. Foi revisto pelo Ibama. O Ibama aprovou esses estudos de impacto ambiental, depois foi revisto pela ANA. Depois foi revisto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e todos chegaram à mesma conclusão de que esse projeto não causa nenhum impacto ambiental importante. E é muito fácil entender porque, não precisa ser técnico nem especialista. Esse projeto vem com quatro travas de segurança: O ponto de captação muito distante da cabeceira do rio, a mais de dois mil quilômetros, depois que o rio já cumpriu o essencial do seu discurso e um ponto segregado entre barragens enormes que impede qualquer efeito para frente ou para trás da transposição.

Segundo, a relação entre a vazão e o caldal a ser transposto que é menos de 2%. Por aí agora se tira 10, 20, 30, 40%. Em São Paulo mesmo se tira do rio Piracicaba cerca de 80% das águas. Aqui no Rio de Janeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, mais um minuto.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Encerro agora. Encerro definitivamente. E, finalmente, eu quero dizer que esse projeto é o único que vem casado, acoplado com um projeto de revitalização do rio São Francisco.

Desde 47, o primeiro discurso do então Deputado Luiz Viana Filho já falava em poluição do rio. Nunca se fez nada pelo rio. Só veio a acontecer revitalização agora, trazida pela transposição de águas do rio São Francisco. E quero dizer que há dinheiro no PAC, um bilhão e seiscentos milhões já alocados. Que essas obras de revitalização já começaram. E que esse Senador que aí está...

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Atenção ao orador, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes, eu estou presidindo o trabalho eu peço a V.Exª...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes, eu não vou permitir que V.Exª assumo o lugar do Presidente.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Desculpa, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra o Deputado Gadelha.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Quero dizer que além do dinheiro que está no PAC para a revitalização, há uma PEC do Senador Valadares [interrupção do som] que dá [soa a campainha] traz 300 milhões de reais por ano para a revitalização do rio São Francisco e tem mais, o dinheiro da CHESF são 200 milhões que não é coisa despendida, não é coisa de lã caprina. Então, no total, nós vamos chegar a cerca de mais de... são seis bilhões do projeto, aproximadamente vinte bilhões de reais serão aplicados na transposição de águas do rio São Francisco.

Se fala muito que esse é um projeto faraônico, que é um projeto caro, coloque isso em dimensão. Vamos tomar, só para encerrar, Sr. Presidente, o nosso emulo entre os BRICs que é a China, os... nós aqui estamos brigando por causa de uma transposição de míseros, míseros 26 m³ por segundo a um custo de 4,5 bilhões de reais. Os chineses estão fazendo a transposição, estão terminando a transposição de água da bacia do rio Yang Tsé para a bacia do rio Amarelo e lá, lá, aqui o nosso perto deles é brinquedo de criança. [interrupção do som]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Gadelha faço um apelo que conclua.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Encerro. O custo aqui, a transposição é 26 m³ por segundo ao custo de 4,5 bilhões de reais, lá na China são 1.600 m³ por segundo a serem transpostos, a um custo de 62 bilhões de dólares. E eles começaram, nós começamos há 150 anos essa discussão, e ainda tem gente pedindo discussão. Os chineses começaram há menos de 20 anos e já estão concluindo a obra. Muito obrigado a V.Exª.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria, em nome das quatro Comissões, Senador Suplicy, agradecer ao Senador Garibaldi por ter aceitado em fazer esse debate aqui no Plenário do Senado que seria feito lá na Comissão.

De imediato, passo a palavra à Srª. Luciana Khoury que é Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco.

Eu faço mais uma vez o apelo, dez minutos com a tolerância máxima de mais dois.

SRA. LUCIANA KHOURY: Cumprimento inicialmente o Senador Paulo Paim, Presidente da Comis-

são de Direitos Humanos dessa Casa, em nome do qual cumprimento todos os Senadores aqui presentes, Deputados e demais autoridades. Cumprimento nosso querido Dom Luiz Cappio, em nome do qual cumprimentos todos os representantes da sociedade civil que se encontram nessa casa. Os técnicos da Procuradoria Geral da República, que se encontram aqui presentes, movimentos sociais, enfim, toda uma comunidade que se mobiliza e que agradece, sim, aos Senadores essa oportunidade e, em especial, ao Senador Eduardo Suplicy que com toda a sua sensibilidade promoveu essa possibilidade. E dizendo ao Senador Paulo Paim, que se trata sim de uma questão de direitos humanos, essa questão do São Francisco.

O Ministério Público, na verdade, do qual eu faço parte, sou Promotora e trabalho desde 2002 com as ações voltadas em defesa do São Francisco. É importante dizer que nós atuamos de modo integrado, através de uma Coordenaria Interestadual do qual hoje o coordenador é sergipano, Dr. Eduardo Matos, e se estivesse aqui estaria falando *ipsis literis* aquilo que eu estou falando. Porque, na verdade, todos os Ministérios Públicos do Brasil hoje que atuam no São Francisco sejam federal ou estadual têm hoje o mesmo posicionamento.

Na verdade, nós atuamos e começamos a trabalhar não voltados para a questão da transposição. Nós passamos a trabalhar a partir de uma constatação dos problemas ambientais identificados no São Francisco, sim. E aí passamos a trabalhar com agrotóxicos, com esgotamento sanitário, com resíduos sólidos, com toda uma problemática que envolve hoje a degradação da bacia do São Francisco.

Então, nós atuamos e hoje podemos dizer que conhecemos os problemas e buscamos a solução e a responsabilidade dos atores causadores de danos ambientais na bacia. Basta dizer que na Bahia nós trabalhamos e visitamos já, pessoalmente, junto com Promotores de justiça e órgãos ambientais, 112 dos 115 municípios da Bahia... Da bacia do São Francisco. E tanto assim que o Ministério da Integração inclusive tem prestigiado e temos aqui hoje a coordenadora da revitalização do Ministério da Integração, do São Francisco, que é Carla Arns e também Rosalvo, que participam sempre das audiências públicas que nós fazemos na comunidade local. Então, nós trabalhamos em defesa da bacia do São Francisco. Por isso, não nos furtamos a conhecer a problemática e a questão trazida pela transposição do São Francisco.

Bom, após buscar conhecer o Projeto de Transposição e fizemos isso com muito cuidado, ouvindo o Ministro Ciro Gomes na época, ouvimos técnicos do Ministério da Integração, o Ministério Público Federal

reuniu todos os Promotores e Procuradores da República e os técnicos do Ministério Público tiveram uma análise crítica sobre os estudos de impacto ambiental apresentados no projeto.

A conclusão do Ministério Público, hoje, é a de que o Projeto de Transposição da forma como hoje se encontra e da forma como vem sendo conduzido, ele fere a legalidade do país em diversos aspectos. Tentarei ser breve para tentar mostrar porquê.

Em primeiro lugar, poderemos dizer que ele fere sim o próprio Estado Democrático de Direito e separaria Estado de Direito e Estado Democrático para tentar demonstrar nesse momento.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar, que o Estado de Direito é aquele que busca cumprir as normas por ele hoje em exercício, ou seja, nós temos uma Constituição Federal, o administrador público, por mais legitimidade que tenha, ele precisa respeitar as leis do país. E o primeiro passo que nós colocamos aqui é a violação à Constituição Federal.

Nós temos inclusive algo que hoje está em pauta, que é o Congresso Nacional ter a competência exclusiva, como foi mencionado aqui, no art. 49, inciso XVI, para decidir sobre o aproveitamento dos recursos naturais em terras indígenas.

Ora, o governo afirma: Não passa por terra indígena. Nós temos inclusive técnicos do próprio Ministério Público Federal que demonstram que o ponto de captação do eixo Norte é 80 metros da Ilha Trucar, ilha já demarcada do povo indígena Trucar. E outros pontos onde passam o traçado do projeto cortam terras indígenas Trucar também, fazendas Mãe Rosa, fazenda Toco Torto, outras ali no eixo Norte, dentre outras no eixo leste. Entretanto essas áreas não estão ainda demarcadas, mas já existe estudo antropológico na FUNAI que caracteriza aquela população como indígena, logo, a presunção é de que não se poderia haver, nesse caso, o descumprimento a esse art. 49 da Constituição. O Congresso Nacional, Senadores e Deputados deveriam ser chamados a se manifestar sobre essa possibilidade de aproveitamento hídrico. Esse é um primeiro ponto.

Depois, nós elencaríamos um bloco, resumidamente, de violação às normas ambientais do país. Todas as resoluções CONAMA que tratam do licenciamento ambiental foram descumpridas no que se refere ao licenciamento ambiental desse projeto. Primeiro porque, muito claro, os estudos de impacto ambiental que foram feitos por essas empresas contratadas que foram citadas aqui, eles se destinaram a aprofundar esses estudos por onde passam os canais, mas, não levaram em consideração o diagnóstico concreto e os impactos reais positivos e negativos nas bacias doa-

dora e receptora. Isso causa problemas gravíssimos, inclusive não poderia ter sido dada a licença primeira que é a licença prévia, porque é ela que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento conforme a legislação. E, na verdade, as falhas dos estudos são: No meio físico, no meio sócio econômico, no meio biótico. E a gente poderia elencar uma série deles. Isso está colocado em notas técnicas do Ministério Público Federal que estão à disposição dos Senadores. E eu fiz questão de escrever um artigo mostrando esses aspectos jurídicos do Projeto de Transposição citando aqui algumas partes do próprio parecer do Ibama que está sendo distribuído aos Senadores e aos demais presentes. Para, depois, com calma, cada um também poder ler isso. Mas, no Parecer 31/2005 do Ibama que trata do assunto são elencadas as fragilidades do estudo de impacto ambiental pelo próprio órgão. Contraditoriamente a licença prévia foi emitida buscando colocar outras condições de novos estudos. Postergando para nova fase e possibilitando a licença de instalação.

Bom, isso significa dizer que há fragilidades na compreensão de que reais impactos existirão com a implementação do Projeto de Transposição. E existem alguns que nós já conhecemos, impactos negativos sim. Na área ambiental. Mas existem outros impactos que precisariam de novos estudos que não foram efetivamente feitos. Tudo isso tem sido colocado nas ações judiciais que tramitam no Supremo Tribunal Federal.

Bom, uma violação grave também, nós podemos notar, ao sistema das normas de recursos hídricos do Brasil. Por quê? Porque bem dito aqui nesse Plenário, né, houve, na verdade, uma aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco. E o Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco, aprovado pelo comitê no dia 24 de outubro de 2004... 26 de outubro de 2004, decidiu a deliberação 18 que diz o seguinte: "As prioridades e critérios de uso das águas em caso de alocação externa de recursos hídricos. Água para fora da bacia é possível? É. Em que casos, a deliberação 18 do Comitê de Bacia do São Francisco com base na disponibilidade hídrica do São Francisco decidiu: Apenas para consumo humano e animal comprovada a escassez. Então, foi dito aqui, esses outros usos econômicos, é legítimo que se pleiteia água do São Francisco para usos econômicos? É. Mas, pela decisão do comitê, no Plano de Bacia do São Francisco, que foi aprovado pelo Comitê de Bacia do São Francisco, não pode. Por quê? Pela condição hoje de disponibilidade hídrica da bacia de São Francisco. É isso que está no plano decenal. Pode ser que isso mude na revisão do plano. Mas, hoje o plano de bacia está sendo cumprido. Isso também é objeto de

apreciação de diversas ações judiciais que estão no Supremo Tribunal Federal.

Bom, por que então dizer que o Supremo Tribunal Federal é que está compilando essas matérias que tratam, na verdade, de violações a estudos, a licenciamento ambiental, violação aos estudos de impacto ambiental. Por que o Supremo está fazendo essa decisão? Na verdade deveriam ser feitas na base, na Justiça Federal de cada Estado. Entretanto, o que levou essas ações todas, as 14... os 14 processos ao Supremo Tribunal Federal foi o fato de que foi suscitado o conflito federativo, mais ainda uma responsabilidade dos Srs. Senadores e Deputados. Por quê? Porque, na verdade, existia oposição de posição entre posição de Estados e da União, ou de Estados e Estados, podendo levar efetivamente a um conflito federativo. O que, na verdade, o art. 102, alínea "F", da Constituição, estabelece que deve o Supremo decidir.

Bom, é importante mencionar aqui que durante dois anos, de 2005 a 2007, as obras da transposição estavam paralisadas, desde 21 de dezembro de 2004, na verdade, até 18 de dezembro de 2007, de 2006, estavam paralisadas as obras da transposição. Por quê? Porque exatamente se considerou reais e concretos os argumentos da precaução. Enquanto não se complementarem os estudos de impacto ambiental não é possível autorizar realização de uma obra. Complementados os estudos de impacto ambiental e aí sim percebendo os impactos reais negativos da obra, se decide sobre fazer ou não a obra e que programas de mitigação deverão ser feitos. [soa a campainha] Bom, então, vou concluir nos dois minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais dois minutos. A senhora tem mais dois minutos

SRA. LUCIANA KHOURY: Pois não. Então, na verdade o que nós identificamos é que esses dois anos foram paralisados. Quando houve a argumentação de que deveria ir para o Supremo Tribunal Federal, na verdade, o que é que o supremo fez? O Ministro, na época, Relator, Sepúlveda Pertence decidiu: Não há problemas no momento continuar o licenciamento ambiental porque ainda estamos em fase de estudos. Podemos continuar o licenciamento ambiental. Mas, não autorizou a obra. Entretanto, como ele liberou o licenciamento ambiental aí em 23 de março de 2007 foi concedida a licença de instalação que autoriza a obra. Mas isso tudo foi levado ao conhecimento do Supremo. Qual é a situação hoje? Todo o povo brasileiro precisa saber. O mérito dos processos que estão no Supremo não foram decididos. A Sessão de Julgamento do dia 19 de dezembro de 2007 apenas decidiu que não deveria, no momento, paralisar as obras. Mas, o mérito

desses 14 processos não foi decidido, portanto, não temos dúvida, enquanto Ministério Público brasileiro, que justiça existe nesse país [soa a campainha] e que certamente será garantido, sim, a restauração da legalidade. Porque, no momento, nós precisamos sim acreditar que o Judiciário brasileiro vai fazer valer a legislação do país que, na verdade, no momento, não está sendo cumprida por esse projeto. E nós esperamos que o Senado, o povo brasileiro e o próprio governo procure fazer com que isso aconteça independente da decisão vir aí no futuro do Poder Judiciário.

E para finalizar só dizer que a democracia na verdade ela também foi violada. O Estado democrático foi violado na medida em que a participação popular foi furtada porque, na verdade, a audiência pública convocada foi toda para as capitais e não para o povo da bacia onde era o povo que realmente teria influência direta do projeto.

Por isso que o povo se rebelou, na audiência pública das capitais em hotéis 5 estrelas, à noite, impedindo a participação concreta. Por isso, eu digo a democracia também. Portanto, a violação do Estado Democrático de Direito está, na opinião do Ministério Público, garantida. Agradeço a oportunidade.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional. Dez minutos com mais dois.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Sr. Presidente da Casa, do Senado Federal, Senador Paim, senhores membros da Mesa, Srs. Senadores, participantes desse evento. Eu quase que... sem querer nem de longe me comparar, mas, quase que assumi aqui a postura de Ruy Barbosa, em determinada época, quando ele disse, numa reunião importante que ante isso, diante disso e depois disso ele quase nada tinha a dizer.

Parafraseando o Ruy eu gostaria de dizer aos senhores que eu ouvi tanta coisa aqui. Ouvi tanta filosofia. Ouvi ideologia. Ouvi posições até apaixonantes, mas, dados efetivamente concretos sobre o projeto eu não ouvi. Não ouvi. E algumas pessoas citaram alguns dados efetivamente, isoladamente, mas não no conjunto da obra.

Eu gostaria que os Srs. Senadores soubessem que nós, no Ministério da Integração, estamos dispostos a fornecer individualmente a qualquer Senador ou à Casa qualquer informação do ponto de vista técnico, científico que eles precisem conhecer sobre a obra. E a responder sobre quaisquer questões que venham a ser solicitadas ao Ministério porque uma das coisas que caracteriza a gestão desse Ministério é a responsabi-

lidade, é a vontade de acertar e, no caso específico, é a vontade de servir ao povo do Nordeste, essencialmente, ao povo do Nordeste Setentrional.

Eu ouvi aqui muitas estatísticas assim soltas, mas, eu creio que a primeira coisa que eu ouvi aqui de errado é quando estabeleciam aqui os milhões e milhões de habitantes, os percentuais sobre o Nordeste Setentrional. Naturalmente enquadraram nesses percentuais o meu Estado que tem 60% do seu território no semi-árido nordestino e ele está absolutamente fora do projeto que leva água para integrar as bacias do Nordeste Setentrional. Então, a partir daí, eu ouvi uma série de informações que não batem, segundo o nosso modesto ponto de vista, com a realidade.

Vou apenas tentar aqui, em sete minutos, talvez, porque já andei uns três, sintetizar a obra.

A obra é pensada há anos. Há anos. Desde o Império que se... um pouquinho antes do império que se preocupam com ela. Mais proximamente, de 1999, 98 até 2005 [soa a campainha] 2006. Já terminou?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pelo contrário. Essa presidência gostaria de pedir mais silêncio ao plenário pela importância do debate que estamos fazendo.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Se aprofundaram os estudos sobre a obra e, finalmente, ela tomou feição. O projeto passou a existir.

Alguém disse aqui que o rio não estava morrendo porque não estava faltando. Realmente. O rio São Francisco, minha gente, não é como o Sudão, o rio Nilo, por exemplo, que tem lá no Sudão anglo-egípcio, lá em Catoganca, sei lá, nas regiões da África, grandes lagos, o Vitória, o Niagara etc que são recursos hídricos que realimentam ele nos períodos de estiagem.

O São Francisco passou, olhem bem, quando alguém fala em degradação está certo, o rio está degradado, doutora. Está, eu concordo! Eu conheço como a minha mão o São Francisco. A sua história e a sua geografia e a sua economia. Não sou de lá, não nasci lá, mas sou baiano e adoro o São Francisco, sempre adorei. Adoro a tua terra também, Juazeiro. Então, repare! O rio São Francisco vem sendo vilipendiado há anos, e anos e anos. É verdade que o Brasil só teve ciclo de ouro das Minas Gerais por causa do São Francisco. Era de lá que saía a comida para alimentar os mineradores. Só teve o ciclo da cana-de-açúcar porque proibiram os Governadores do passado a utilização as terras do litoral que não fosse para a cana-de-açúcar. De Ilhéus a Cabedelo na Paraíba. Então, a comida vinha as boiadas, o peixe seco, os grãos, a farinha, tudo vinha de lá da região do São Francisco. Se por um lado degradaram com as pastagens às margens do rio, por outro lado também ajudaram o Brasil a con-

tinuar existindo e a andar para frente. Não havia essa consciência ecológica naquela época. Hoje existe. E, graças ao projeto São Francisco, porque Srs. Senadores, eu me retiro daqui. Peço perdão a todos e saio até da minha Secretaria Nacional de Infra-Estrutura Hídrica se alguém me provar que antes deste projeto alguém já teve uma iniciativa concreta, já realizou alguma coisa pela revitalização do São Francisco? Jamais. Graças a esse projeto, a essa polêmica, concordo, que ela tem ajudado, está certo? Se está pensando em revitalizar o São Francisco, obviamente, já na prática. Não existe estudo somente. Estamos tratando já de resíduos sólidos, os números eu não posso, senão o meu tempo não vai dar para nada. Resíduos sólidos. 164 cidades da calha do rio estão recebendo esgotamento sanitário. Obras em andamento, algumas poucas ainda em licitação. Isso feito de agosto até o fim do ano. Nunca, na história desse país se viu isso. 164 cidades condensadas numa mesma região recebendo esgotamento sanitário para revitalizar o rio, porque a água vai cair no rio. Estamos tratando de matas ciliares, começamos agora a tratar dos canais de navegação. Microbacias em Minas Gerais. Eu me perdô, doutora, em lhe dizer, em lhe contrariar, não estou lhe contrariando, apenas lhe informando que com o Ministério Público de Minas Gerais, com interveniente, nós estamos agora assumindo um convênio com a fundação mineira para promover a recuperação de mata ciliar em torno de uns 400 quilômetros das margens do rio no Estado de Minas.

Nós queremos o Ministério Público, lá no Ministério, a ordem é abrir o que precisar de informações. Nós não temos porque esconder, primeiro porque nós somos agentes públicos. Segundo, porque o dinheiro é do povo brasileiro. Terceiro, porque não interessa esconder nada. O que interessa, como disse aqui o Ministro Geddel, não me lembro se foi o Deputado Ciro, o que interessa é que a gente comece a fazer porque o debate pelo debate é democratismo, não é democracia. É parnasianismo. Então, a gente precisa chegar a conclusões em etapas.

O Ibama se bateu conosco durante quatro anos e meio. E me manda de lá 36 PBAs, Programas Básicos Ambientais. Nós estamos fazendo educação ambiental, de proteção da vegetação, da supressão vegetal e toda a supressão vegetal a defesa dos sítios arqueológicos. Nós estamos fazendo a recuperação de microbacias, nós estamos fazendo, já iniciado tudo isso. PDDU, Plano de Desenvolvimento Urbano das Cidades ao longo da calha. Eu acho que até extrapolaram quando pediram isso. Os programas básicos ambientais do Ibama custarão ao país 662 milhões de reais a custo de hoje. Será que esses técnicos do Ibama são loucos? Não

são competentes? E nós não sabemos também perceber se é loucura, se é insanidade? Pois os projetos estão iniciados, quem quiser pega uma carona com a gente, se não quiser gastar a passagem e vamos lá no São Francisco.

Agora, o rio São Francisco, essa história de dizer que ele está morrendo. Liar, um belga e Rafael, um alemão, descendente de alemão, contratados por Pedro II, em 1855 determinaram, quem quiser vá aqui na biblioteca nacional que vai encontrar esses estudos, ou, diga-se de passagem, os melhores estudos feitos sobre o rio até hoje. Eles estão dizendo lá o seguinte: Que o rio São Francisco, pela sua degradação já naquela época precisava de proteção. E uma das primeiras coisas para torná-lo perene era construir, no “talveg” de Sobradinho, a expressão deles, os engenheiros sabem o que é “talveg”, a barragem de Sobradinho. O Governo Federal ao longo dos anos fez. Então, o rio São Francisco, é até Sobradinho, antes de Cristo e depois de Cristo. É até Sobradinho e depois de Sobradinho. Se não tivesse Sobradinho o São Francisco não teria condição de sustentar nenhum programa permanente. [soa a campainha] porque não teria uma demanda permanente de água. Mas como Sobradinho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Exª Tem mais dois minutos ainda.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: 34 bilhões, Três Marias, 19 bilhões e daí em diante as cascatas todas da CHESF têm capacidade de gerar 10 mil megawatts, como disse Marcondes Gadelha se não houvesse água não tinha geração de energia. Então, a capacidade de engolimento das turbinas da CHESF de Sobradinho até Xingó são nove, é de 15.650 m3 por segundo. Evidentemente que não são utilizadas de modo, digamos assim, paralelamente, existe uma programação. A água da antecedente serve para a água da conseqüente, certo? E se consegue fazer isso. Se mexer com o... 15.600 m3 de engolimento para produzir 10 mil megawatts de energia e não se consegue produzir uma operação de uma outorga de 26 m3 [soa a campainha] para o Nordeste Setentrional?! É até brincadeira isso.

Das tomadas d'água instaladas ao longo do rio talvez seja a menor. Tem 80 no Jaíba, 60 no Baixo, 30 no... no Salitre, 28 no Tourão, 30 no Nilo Coelho etc, etc. Então, será que todas são abençoadas, demonizada é aquela que vai para o Nordeste Setentrional?

Essa história de dizer... olha, Senador, eu vou terminar por causa do tempo. Mas, nós temos condições de conversar com os senhores o que quiser. Água, água é subterrânea no Nordeste Setentrional que conversa para boi dormir é essa?

Alguém citou aqui Aldo Rebouças, e Aldo Rebouças estava aqui, por acaso, não sei se foi divino ou... eu estava com esse papel na mão. Olhem aqui. O que Aldo Rebouças diz aqui: “Necessário se faz, no entanto, dar continuidade ao programa [soa a campainha] de construção de grandes represas na região. Devendo haver sempre a preocupação simultânea de interligar suas bacias hidrográficas para utilizá-las racionalmente”. E o projeto do São Francisco não é de transposição, é de interligação de bacias para fazer com que todos os reservatórios do Nordeste que existem e que serão interligados tenham uma demanda permanente para dar garantia hídrica a quem quiser sobreviver bebendo água e o seu excesso serão destinados pelos comitês gestores multidisciplinares de cada Estado.

Que história é essa de ficar aqui dizendo que essa água vai ser para produzir camarão ou vai ser para produzir melão? Eu, se fosse optar hoje queria a uva. Que é muito melhor e manga no mercado internacional. Eu... eu não acredito em projetos que sejam antevistos por visionários ou por madames beatrizas. Eu só acredito em coisas, o que está escrito. É que a dessedentação animal é prioritária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto para concluir.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: O que está escrito é que as gestões das águas serão feitas por comitês gestores multidisciplinares. Se alguém amanhã ou depois vier me perguntar se essa água vai para um latifundiário ou vai para um “O Poderoso Chefão” da indústria, eu vou ter que dizer: então eu descredito no Brasil. Porque um comitê multidisciplinar com Ministério de Integração, Ministério de Meio Ambiente, secretarias estaduais, prefeituras, sindicatos, sociedade civil organizada, 30, 40 pessoas, vão destinara água para esse fim? É acreditar que no Brasil só tem corrupto e eu me recuso. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. José Henrique Cortez, ambientalista e coordenador do portal Eco Debate. Dez minutos com mais dois. E sempre já agradecendo para que todos fiquem dentro dos dez minutos, no máximo, com mais dois.

SR. JOSÉ HENRIQUE CORTEZ: Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, Senhoras e senhores. Eu vou sair um pouco da maneira com que isso está sendo discutido. Eu acho que numa situação em que nós temos muito assunto e um assunto importante para discutir em tempo muito curto, muito número não ajuda. Na verdade, ele atrapalha e bastante. Então, eu acho mais importante nós discutirmos conceitos, idéias essenciais.

Eu acho também importante agradecer ao Ministro Geddel e agradecer ao Deputado Ciro Gomes, que eles colocaram duas questões hoje extremamente importantes para ajudar o debate.

Ministro Geddel confirmou o que sempre se disse, que é um fato, de que é um projeto integrado de desenvolvimento regional. E o Deputado Ciro Gomes, corretamente, reafirmou que o projeto de integração não é, de transposição ou de integração não é um projeto que visa a população difusa. Isso é verdade. E é importante... e esse raciocínio devia ter sido usado desde o início. Ou seja, em algum momento quando surgiu essa história, que ninguém sabe quando é que surgiu, que era um projeto que ia levar uma cuia d'água para quem tem sede. Criou-se um imaginário em volta do projeto que é diferente do que de verdade é. Nós temos que discutir o que o projeto é para quem ele vai levar água e porquê. Mas, as duas colocações tanto do Ministro quanto do Deputado Ciro Gomes colocam a questão do eixo correto, que é o que nós estamos discutindo, levar água para quem e levar água porquê.

Nós também temos que evitar discutir três coisas que estão sendo misturadas e elas não se confundem. A primeira delas é a revitalização do São Francisco. A revitalização do São Francisco não está em discussão. Ela é consenso. Não há ninguém neste país que possa ser contra a revitalização, a recuperação hidro-ambiental do rio São Francisco ou que se oponha a isto. Então isso, não está em discussão, isso é consenso.

A outra é no que se refere à própria transposição quando se fala dos dois eixos. Nós temos o eixo Norte, nós temos o eixo leste, são projetos diferentes para problemas diferentes com regiões diferentes que têm que ser discutidas em separado. Vamos começar a falar rapidamente do eixo Norte.

No nosso imaginário e aí que a história começou a se confundir, quando a gente fala de projeto imaginário, no nosso imaginário sempre tem aquela cena que se repete ao infinito, de que no período de estiagem os caminhões pipas, as comunidades, dependendo de caminhão pipa, de carro pipa, tendo que carregar lata de água até a cacimba mais próxima. Esse desespero se e repete ano a ano. Todos nós visualizamos isso infinitamente. Então, quando se fala, que não é isso o que se fala no projeto, mas quando surgiu a imagem de levar uma cuia d'água a quem tem sede a gente associou uma coisa à outra. Mas, não estão associados, não estão associados. Então, vamos falar da situação atual antes de falar daqui a 25 anos.

Hoje os reservatórios estão lá. Hoje os reservatórios já têm todos um sistema. Hoje os Estados já investiram, até alguns grandes sistemas de distribuição em capilarização, em adutoras e tudo o mais.

No entanto, estas populações que estão em torno inclusive, essa população dispersa não está só muito longe não, você tem população que é dispersa e está a 10 quilômetros do reservatório. É que ela está fora dos eixos de distribuição. Está ali, ela não é tão dispersa assim, ela está perto. Se esse projeto vai levar água, que é a essência dele do eixo Norte, com destino aos reservatórios que já lá estão quando está se falando que vai levar água para quem já tem. É que ele não está mudando o modelo de distribuição de água que é profundamente injusto nesta região. O Brasil tem um modelo de acesso à água profundamente injusto. Se ele vai levar água para reservatório que já existe, esse modelo que vai manter essas populações sem água vai continuar. Então, portanto, é um projeto que nada muda.

Ele, para mudar vai precisar também de uma imensa infra-estrutura de distribuição, que não é do Governo Federal, terá que ser feita pelos governos estaduais.

Os governos estaduais, naquela região, já investiram muito em infra-estrutura de distribuição, em adutoras e tudo o mais, mas, não vão conseguir acompanhar esse padrão de distribuição. Não têm recursos para isso. Essa é uma discussão que vai acabar voltando aqui para o Senado porque todos esses Estados já estão no limite dos seus endividamentos. Essa discussão vai voltar para cá se eles precisarem aumentar a distribuição e a capilarização. Se não vai mudar, então, é uma questão de mudar o conceito, o modelo, a gestão.

Toda essa modelagem de 26 m3, ele significa agregar ao sistema 10% a mais. De verdade, não é? Nós estamos falando de duzentos e oitenta e poucos m3, vão se levando 26, você está levando um pouquinho menos de 10%. Ora, a perda no gerenciamento do sistema deve ser maior do que isso, só em defeito de barragem, extração ilegal a gente está cansado de ver extração sem outorga em volumes imensos. Nós temos barragens, como já disse, com defeito, adutoras que estão, num certo momento inoperante. Então, a perda do sistema é maior que 10%.

No eixo leste a questão já não é tão simples. Na questão do eixo Norte esta obra vai levar água para os reservatórios que já existem que não tem mudança de distribuição. Então, portanto, as pessoas que hoje estão dependendo de carro pipa, que são essencialmente a população difusa, difusa não significa distante, hein? Elas estão até perto dos reservatórios, e que é a população que migra, a população que migra não é urbana, quem migra é a população rural.

No eixo leste a situação já é outra. No eixo leste tem um problema sério, a região do eixo leste precisa de água mesmo. Precisa. Campina Grande é uma

situação que ela já está no limite, isso tem que ser trabalhado, isso tem que ser estudado. Através da transposição no eixo leste? Não. Tem mecanismos mais simples, até no próprio Atlas da ANA dá essa sugestão e muitos técnicos dizem isso, através de adutoras e tubulações você atende a região do eixo leste que é uma região que precisa sim. Ela tem que receber água. Por outro lado, também precisamos ter a seriedade de compreender que um outro problema que tem que ser discutido, e aí eu peço essa atenção ao Senado, é de que um programa de desenvolvimento sustentável para o semi-árido baseado na convivência dos com semi-árido, supõe um pacto nacional. Não supõe um projeto. Isso Dom Luiz tem insistido muito é um projeto de desenvolvimento do semi-árido. Não é um projetinho, não é esse conceito de um projeto que tem começo, meio e fim, mas, é uma ampla discussão para um verdadeiro pacto nacional. O país precisa reconhecer que precisa “pagar”, entre aspas, a dívida social para com o Nordeste.

Se obra hídrica resolvesse o problema, nos últimos cem anos estava resolvido pela quantidade de obra hídrica que foi feita e o problema continua igual. Se não pior. Então é gestão, é projeto, é modelo, é alternativa? Tudo isso é verdade. E isso tem que ser discutido de uma maneira sistêmica. Não é um único projeto que vai resolver uma centena de problemas. Isso é sonho. Achar que um projeto chega, vira a chave e está funcionando, não é assim que funciona. Tem que ter compreensão sistêmica da questão. Então, a transposição, eu falo isso no eixo Norte, ela é desnecessária. O problema do eixo leste existe, mas, ele pode e deve ser resolvido por outro sistema, por outro modelo. Mas, aquela região precisa de água mesmo. E peço, e insisto até que o Senado tenha esta percepção. Nós precisamos avançar, precisamos chegar num momento em que este grande tema nacional que é o desenvolvimento sustentável do Nordeste como Dom Luiz Cappio insiste com frequência, isto é um pacto nacional que tem que ser nacionalmente discutido.

Um projeto que surge por vontade imperial que vai ser porque vai ser... não é bem assim que essa coisa funciona. Não pretendo estourar o meu tempo, porque, como eu disse, eu não vim discutir número eu vim discutir conceito, discutir idéia, discutir a alma do que a gente está fazendo. Essa é a melhor maneira de nós termos um debate honesto. Quando eu quero dizer debate honesto não estou falando no sentido de desonestidade, estou falando num debate em que você está falando o que verdadeiramente sente.

Então, fechando o que eu já tinha dito. O eixo Norte, ele vai funcionar do jeito que funciona [soa a campanha] hoje. Portanto, não altera o desespero dessas

populações. Vai levar água para o reservatório que já existe. Então, a tragédia não muda. O problema nosso é que nós temos que mudar essa questão, a tragédia tem que acabar, não por mais água onde a tragédia já existe. No eixo leste é preciso um projeto de adutora, de canais de adução e de gerenciamento de sistema que leve água para a Paraíba e para Pernambuco. E, acima de tudo, precisa ter um pacto nacional para democratizar o acesso à água. As pessoas continuam sem ter acesso à água de uma maneira profundamente injusta. E a água, acima de tudo, ela pode ser um bem econômico, mas, acima de tudo, ela é um direito humano fundamental. A todos vocês eu agradeço a atenção. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência agradece por ter ficado dentro dos dez minutos e passamos de imediato a palavra ao Sr. Rômulo Macedo, gerente do Programa São Francisco de responsabilidade do Consórcio Lagos-Concremat, dez minutos com mais dois, se necessário. Informo ao plenário que em seguida teremos mais dois convidados. A atriz Letícia e, por último, o Sr. Paulo Canedo de Magalhães da COPPE, professor da UFRJ.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, nós estamos tendo a presença hoje, a visita de Dom Tomás Balduino que acho que seria muito importante que ao final também pudesse ter a palavra e... como a atriz Letícia Sabatella veio acompanhada dos atores Osmar Prado e Carlos Vereza ambos do mesmo Humanos Direitos, ela gostaria de compartilhar o seu tempo. E se não houver objeção de todos, eu sugeriria que cada um desses três, quando ela falar, pudessem compartilhar com minutos iguais de cinco minutos cada, se todos estiverem de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Suplicy, por parte dessa presidência não é nenhum obstáculo. Eu quero só manter o equilíbrio que a gente conseguiu manter até o momento entre aqueles que falavam a favor e contra, exatamente com o mesmo tempo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): E o mesmo tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só espero que a gente caminhe no encerramento com essa posição. Que não fique, me permita, Senador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas com o mesmo espírito e, portanto, qualquer tempo adicional--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Senador Suplicy, me permita que a presidência responda para ajudar V.Ex^a. Acho que não ficará bom o encaminhamento final, e todos vão entender, se nós botarmos três pessoas seja a favor ou contra. Então, eu só peço que a gente faça uma mediação nesse sentido que haja o equilíbrio no encerramento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com toda a certeza então proponho que quem sabe o Deputado Ciro Gomes possa organizar como que por igual tempo eles... os que tenham ponto de vista favorável possam se expressar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza a Mesa vai submeter à decisão que os senhores tomarem no Plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho que há um orador na tribuna, depois que ele falar eu vou esperar a orientação do Deputado e do Senador. Por favor, com a palavra por dez minutos com mais dois.

SR. RÔMULO MACEDO: Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Eu vou tentar aqui, em dez minutos, mostrar, tentar mostrar porque é que este projeto é tão importante para o semi-árido nordestino e porque ele não vai fazer mal nenhum ao rio São Francisco.

Vamos começar pelo rio São Francisco. Existe um estudo que se denomina: Estudo Decenal da Bacia do Rio São Francisco, feito pela Agência Nacional de Águas com a contribuição do Ministério da Integração Nacional, aprovado pelo Comitê Nacional de Recursos Hídricos, pela Comissão Nacional de Recursos hídrico e aprovado pelo Comitê de Bacia do rio São Francisco. O que é que diz esse estudo? Diz o seguinte, que durante 100% do tempo, no rio São Francisco, ou seja, se... Sobradinho abrir as comportas dele e jogar 1.850 m³ por segundo no rio São Francisco para o resto da vida, o rio São Francisco agüenta. O que a gente está autorizado a tirar do rio São Francisco é 26 m³ por segundo e isso corresponde a 1,4% da vazão, 100% garantida, do rio São Francisco. É tão pouca água que nenhum instrumento hoje, o mais preciso instrumento de medição de vazão de... o que existe hoje só tem uma precisão de 4%. Quer dizer, se você botar uma régua a montante, quer dizer, antes da transposição e outra régua depois da transposição jamais você vai poder acusar a retirada dessa água do rio São Francisco. E

quando você não pode dar a dimensão ao impacto, o que é que se pode dizer? Que não há impacto. Essa é que é a verdade.

Agora, por que é que tão importante levar essa água para os reservatórios, ao contrário do que disse aqui, os reservatórios da região do Nordeste Setentrional, ao contrário do que disse aqui o companheiro aí anterior. O DENOCS foi fundado em 1909 com a missão de construir, de resolver o problema da demanda hídrica no Nordeste através de construção de grandes reservatórios, médios e pequenos reservatórios. Construiu cerca de 900 reservatórios na região. Só que esses reservatórios são muito ineficientes. Mas, são ineficientes não por causa do operador do reservatório. Não por causa dos engenheiros do DENOCS que operam os reservatórios, que até operam muito bem. Acho que são os técnicos que melhor operam reservatório no mundo inteiro são os técnicos do DENOCS. Só que esses reservatórios, eles têm uma eficiência de 20%. É seguinte, tudo o que chove no Nordeste brasileiro só 8% de tudo o que chove no Nordeste brasileiro chega nos reservatórios. Desses 8% que chegam nos reservatórios, você só pode utilizar, em média, 20% do reservatório. 80% você é obrigado a jogar fora, a água fora por quê? Porque devido às condições climáticas da região. Como é que isso acontece? No final de um período de inverno, como nós chamamos lá, período de chuvas, o operador do reservatório vai lá e faz as contas. Como nós vivemos numa região como se vive numa região semi-árida que você não tem condições de prever a ocorrência de secas que lá são anuais e interanuais, isso é uma das características do semi-árido brasileiro. Certo? Você é obrigado a manter o seu reservatório sempre cheio esperando a seca acontecer. E se vem a seca, o que é que acontece? Você deixou o seu reservatório cheio, espelhado. Você continua perdendo água pela evaporação, que dá dois metros, em média, dois metros de coluna d'água de evaporação por ano. Mas, se não vem uma seca, vem uma cheia? O que é que acontece? A cheia chega no reservatório, você deixou o reservatório cheio esperando a seca, a cheia chega no reservatório, não tem espaço para se armazenar, verte pelo sangradouro e se perde para o mar. Não há outra forma de operar reservatório no semi-árido brasileiro a não ser dessa forma. A não ser no rio perene como o rio São Francisco. Em rios intermitentes só essa forma perder 80%.

O que é a transposição do rio São Francisco? A transposição do rio São Francisco é minha garantia de que eu não vou agora usar só 20% do reservatório, eu vou usar é 40, é 30. Às vezes 50% da água do reservatório. Por quê? Porque se vier a seca eu ligo a minha torneirinha no São Francisco e resolvo o problema da

garantia de abastecimento de água na região. E se vier a cheia? O que é que acontece? Como eu usei mais o reservatório, eu usei, ao invés de 20% eu usei 40% do reservatório, eu deplecionei mais o reservatório. Quando a cheia chega, ela se acumula mais, a água gerada na própria região se acumula mais nesse reservatório e perde menos para o vertimento. E então o que é o Projeto de Transposição do São Francisco? É um projeto de gestão de melhoria da gestão da água que já existe na região. É você melhorar, aumentar a água que você já tem disponível na região. Esse é que é o grande objetivo do Projeto de Transposição, não tem outro objetivo. O Projeto de Transposição não é para abastecimento humano ou para abastecimento, não é para priorizar uso de água, quem prioriza o uso de água é a Lei de Recursos Hídricos.

Bom, mas se falou aqui, mas por que é que leva a água para esse reservatório? Porque, vou usar uma expressão, porque seria uma estupidez técnica não levar para o reservatório. Porque se você não leva para o reservatório você não faz a sinergia com as águas da região. E como é que é feita essa sinergia? Você estava perdendo um metro cúbico de água no Nordeste Setentrional e no rio São Francisco está passando outro metro cúbico que você vai perder para o mar. Se você pega esse metro cúbico do rio São Francisco e joga para um reservatório do Nordeste Setentrional você transforma o metro cúbico do rio São Francisco em dois m³. No reservatório do Nordeste Setentrional. É por isso que a água tem que ser... Isso dá uma sinergia quantitativa, isso aumenta é... isso quer dizer que se você levar 20 m³ por segundo do rio São Francisco, você vai transformar em 30, 40, às vezes m³ por segundo lá na região do Nordeste Setentrional aumentando a oferta e garantindo a oferta de recursos hídricos. Esse que é o grande objetivo do Projeto de Transposição do São Francisco.

Com relação a questão da ANA, do Atlas da ANA. O Atlas da ANA, ele existe dentro do próprio projeto São Francisco. Ele é um dos 36 programas ambientais que foram mencionados aqui pelo Secretário João Santana. Então, o Atlas da ANA é um projeto de distribuição de água. É um projeto que planeja a distribuição de água. E o rio São Francisco, o Projeto de Transposição do São Francisco é um projeto de oferta hídrica, de melhoria e garantia de oferta hídrica para a única região no país que não tem essa garantia. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A presidência, se o Plenário entender, não sei se houve um diálogo entre o Senador Suplicy e o Senador... e o Deputado, eu faria da seguinte forma. Agora é a atriz Letícia Sabatella e nós dividiríamos o

tempo dela em 3 de cinco e vamos dar, que é o último inscrito, tem uma posição contrária, ao Prof. Paulo Canedo de Magalhães os mesmos 15 minutos. Acho que é um equilíbrio a partir desse...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Acho que seria importante nós também cedermos a palavra a Dom Tomás Balduino, e eu combinei com o Deputado Ciro Gomes, ele terá o tempo adicional que porventura houver a mais para os críticos para também expor--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tranquilo entendimento do Plenário, entendimento da presidência.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ele assim acordou e assim fica equilibrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De imediato a atriz integrante do Movimento Humanos Direitos, atriz Letícia Sabatella por cinco minutos.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): E ela sobe à tribuna com os seus companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cada um deles. Cada um terá o direito a cinco minutos.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Boa tarde, boa tarde a todos. Aos Senadores aqui presentes, Senadoras, Deputados, às pessoas que vieram aqui, meu sincero boa tarde, Dom Luiz.

SR. OSMAR PRADO: Só um minuto, perdão, excelência, eu gostaria de ceder os meus cinco minutos à minha colega, porque assim ela fala dez, é melhor.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Eu não sei se eu preciso falar dez.

SR. OSMAR PRADO: Mas fale, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Fique à vontade. Poderão falar cada um cinco minutos.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Obrigada. Bom, eu, sinceramente não trouxe nenhum texto decorado, porque eu não vim como atriz, mas, como cidadã integrante de um Movimento Direitos Humanos e acho que de uma forma educativa nós podemos todos, como cidadãos, estar presentes em reuniões e discussões. Infelizmente, essa discussão é tardia, pois nós sabemos que o projeto acabou até de receber uma... um acréscimo de orçamento, né? Aprovado ontem mesmo na Câmara dos Deputados. Eu lamento isso. Espero que isso não se trate de só um teatro, mas, que mobilize realmente a quem assistir esse debate para que nós possamos nos posicionar cada vez mais em relação

aos rumos que a nossa sociedade anda tomando e não entregar isso à revelia, às decisões às vezes arbitrárias de nossos governantes.

Bom, eu quero dizer, também, desculpa... primeiro que nós consideramos a água, nós estamos aqui porque consideramos a água um direito humano, um alimento que nutre e forma 70% do nosso organismo. Nós somos feitos de muita água. E assim como o nosso planeta que se chama Terra a muita água que existe na Terra é necessária e precisa ser tratada com o sangue vital do nosso mais precioso patrimônio comum, de todos que vivem aqui. Não pode ser reduzida à condição de mera mercadoria assim como tudo o que integra a vida neste planeta, pois, toda vez que reduzimos a vida a este status mínimo, denominamos, destruímos nosso patrimônio ambiental e extinguímos espécies diversas de existência.

O planeta precisa pensar seus modelos de desenvolvimento econômico de forma que vise a sustentabilidade da vida. Faz-se necessário ampliar a forma de olhar uma floresta, os animais, um rio, como olhamos para os nossos filhos e filhas e pensar qual o futuro pretendemos deixar-lhes como herança.

Na história do nosso país vimos que mudam-se os governos, mas, não mudamos ainda o Estado que pensa esse país apenas como um armazém de recursos a serem explorados à exaustão a fim de gerar lucro do ponto de vista da história. O lucro imediato. Lucro imediato a poucos favorecidos por essa exploração. Como que brasileiros podemos insensivelmente continuar esse Estado miserabilizante que nos torna colônia perpétua desse sistema? Ainda não conhecemos o nosso país, não conhecemos a riqueza diversa que há nas plantas do cerrado da Amazônia e continuamos trocando tudo o que podemos aprender e ganhar com essa diversidade, com os povos indígenas, detentores de tecnologias incríveis de sobrevivência por um pseudocrescimento que será riqueza de poucos e bem menos brasileiros do que se dizem, uma vez que entregam a vida sustentável da nossa casa mãe para gerar álcool, minérios, produtos agrícolas industriais repletos de agrotóxicos para a exportação. Pois sabemos neste fim para as águas da transposição.

A arrogância fez com que milhões de indígenas fossem mortos pelos primeiros colonizadores que aqui chegaram. Não devemos continuar com essa postura perante a sabedoria de tradições milenares assim como de brasileiros que vivem e convivem há séculos com o semi-árido. Além de pesquisadores que conciliam essas tradições com inovações da ciência. Mas, que respeitam essa sabedoria por terem conhecido a fundo a realidade do povo e do meio ambiente brasileiro. Não devemos impor a cultura de mercado que

sempre se julga superior aos valores humanos, aos direitos humanos, à essência real do Brasil.

Projetos como do Atlas Nordeste são sim o exemplo de uma inteligente conciliação que contrapõe com qualidade a opção da transposição. Que serve, que no caso, vem a servir sem muitos bons prognósticos futuros para o rio, semi-árido e a sua população. Eu acompanhei também a luta de povos indígenas como os krahos, apinajés, krikatis do Tocantins e Maranhão que vão sofrer muito com a “democracia”, entre aspas, do governo que simplesmente ignorou as argumentações importantes para o mundo. Eles disseram, eu observei reunião de sete horas com lideranças indígenas dizendo: “Vocês vão explodir esse planeta. Nós não concordamos com isso”.

Ninguém concordava com a Barragem de Estreito ou com mais de 30 barragens que vão ser feitas ao longo do Tocantins. Dois dias depois o nosso Presidente dizia que vai acontecer as barragens à revelia de liminares que foram sendo derrubadas dessa maneira.

Infelizmente, isso tem acontecido e nós não estamos realmente vivendo um Estado Democrático que esperávamos.

Bom, eu acho que eu vou passar a palavra para os meus colegas. O texto foi escrito agora, porque eu esperava realmente poder escutar as pessoas e por isso não vim com um texto pronto. Então, com licença.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao ator Osmar Prado por 5 minutos.

SR. OSMAR PRADO: Então eu vou falar só uma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você tem 5 e o ator Carlos Vereza também teria 5 minutos

SR. OSMAR PRADO: Eu quando eu vim para cá, aliás, Senador Suplicy, Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, demais Senadores, eu fiquei prestando atenção na... [aplausos] Isso não é uma representação. Eu... fiquei ouvindo as falas e percebi discursos técnicos de grande retumbância e, muitas vezes, até de expressão corporal e gestos teatrais e fiquei prestando atenção aos discursos cujo coração estava na frente realmente preocupado com o sofrimento do povo brasileiro. Nesse sentido, nos demais discursos eu quero homenagear o senhor, Frei Cappio. Eu ouvi um comentário jocoso quando eu estava ali, quando o senhor chegou, que o senhor estava mais gordinho depois do seu jejum. Eu queria dizer que eu admiro a sua coragem, porque o que está faltando no país, nos homens públicos é a coragem de doar a sua própria vida em benefício do povo brasileiro. [aplausos] Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao ator Carlos Vereza. Dispõe de oito minutos se necessário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Sr. Presidente, queria aqui recordar há poucos anos atrás em “O rei do gado”, de Benedito Ruy Barbosa, Carlos Vereza fez o personagem do Senador Caxias, que mexeu muito com nós, Senadores. Quase na conclusão da novela, os diretores e a equipe, por sugestão de Benedito Ruy Barbosa também, convidaram a mim, a Senadora Benedita da Silva e o Senador Darcy Ribeiro que por causa de estar convalescendo não pode comparecer ao velório inteiro do então Senador Caxias. Que, portanto, havia falecido, mas, aqui ele volta agora... [risos]. À tribuna do Senado e quero dar as boas vindas ao Senador Caxias. Carlos Vereza.

[aplausos]

SR. CARLOS VEREZA: Obrigado. Obrigado. Foi por isso que eu pedi uma questão de ordem, entendeu?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Justa razão. Agora eu reconheço.

SR. CARLOS VEREZA: Me sinto bem localizado, afinal fui Senador, mesmo virtual. E querido Paulo Paim, uma crítica que não precisa invocar o art. 14 não. Construtiva e... amável, amorável, quando você pressupõe que ao final dos debates poderia haver uma calamidade pública ou alguma coisa assim de... de gestos violentos ou agressividade, não. Não vai haver, os artistas também lêem, também estudam e recebem educação também. [aplausos] Então, o que eu queria começar por uma parábola, como é comum ao vosso Presidente. Na Copa, acho que de 58, o Feola chegou para o Garrincha e disse assim: “Meu filho, você vai pela lateral, aí finge que vai para o meio, aí o beque sueco, vem em direção a você, você finge outra vez, você vai para a ponta, você recua e avança novamente”. Aí o Garrincha esperou, esperou: “Mas, o senhor já combinou com ele isso?”

Eu faço, eu transfiro essa parábola: Os senhores já perguntaram isso à população ribeirinha? A população ribeirinha sabe disso? Eu, de repente, me senti no Séc. XVIII, em pleno auge do determinismo, quando inteligências, algumas, algumas geniais como o nosso querido Marx e Engels, elaboraram verdadeiros projetos em suas cabeças, em suas mentes geniais e esqueciam de perguntar se a realidade concordava com aqueles projetos. E nós vimos, no decorrer do tempo, que esses projetos fracassaram, esses projetos naufragaram. O determinismo que eu presenciei aqui do Séc. XVIII, só faltou ver roupas rendadas, eu pensei: Quem vai efetivar, colocar na prática isso sem

consultar o Vereza, o Osmar, os demais presentes, a Letícia? Sem consultar aqueles verdadeiramente interessados, a população ribeirinha.

Ouvi um outro parlamentar muito digno falando que na China resolveu-se, em 20 anos o que nós não conseguimos resolver em muitos, em muitos mais anos. Eu pergunto: É uma comparação um pouco injusta. Lá existe o trabalho escravo, não existe a lei trabalhista. Existe aquela chamada mais valia, realmente colocada de uma maneira cruel em cima dos trabalhadores chineses.

E, finalmente, meu querido Ciro Gomes, não invoque o 14, hein? Não invoque o 14. O meu querido Dom Cappio, às vezes ele está olhando para o teto, mas, ele está meditando. Ele não precisa olhar para o cara, entendeu, Ciro? Não julgue o homem, entendeu? Eu gosto de você, entendeu? Mas, ele está meditando, entendeu? Eu, por exemplo, sou do signo de peixe eu estava olhando essa cúpula bonita aqui o tempo todo, entendeu? E pensando lá no Séc. XVIII.

E, finalmente, uma palavra fantástica que você falou: Inconfiabilidade, foi o que mais me tocou aqui, sem agressão, nada pessoal. A atual estrutura governamental não me passa confiabilidade. [aplausos] Não me passa confiabilidade no trato com as coisas públicas. Não me passa confiabilidade nos cartões corporativos. Não me passa confiabilidade em confundir gastos pessoais de uma residência com problema de segurança nacional. [aplausos] Sem ofensa, eu agradeço a oportunidade de estar aqui com os meus colegas. Ao meu querido Suplicy, ao Paim e... espero que esse debate possa ter uma suíte, uma continuação, e espero ver o plenário com várias representações das populações que realmente têm peso na decisão final, ou seja, a população ribeirinha. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa presidência quer passar a palavra para o último inscrito, que é o professor... Pois não, Letícia. Aliás, tem dois minutos ainda.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Só queria agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela oportunidade, apesar do que eu falei no início de temer ser só um teatro. Ao Deputado Paulo Paim, enfim, a todos vocês, obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao último convidado, Paulo Canedo de Magalhães, da COPPE, professor da UFRJ. Queria dizer aos nossos queridos artistas [soa a campainha] que nós apenas buscamos construir o máximo de equilíbrio para evitar que um outro peça a palavra no final exigindo o mesmo tempo. E,

pelo entendimento do Plenário foi feito isso. Eu fiquei feliz aqui o exercício da presidência, inclusive com a fala tanto da Letícia como do Osmar Prado e de você, Carlos Vereza.

Eu apenas vou informar, como foi combinado, que vai falar por dez minutos o Paulo Canedo de Magalhães e o Deputado Ciro Gomes teria cinco minutos se assim entender necessário pelo acordo feito. E o Senador Suplicy lembra, por cinco minutos também o... Dom Tomás Balduino.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras e os demais da audiência. Eu começo agradecendo o convite do Senado feito através da... e pessoalmente pelo Senador Suplicy. E gostaria de me apresentar como professor da UFRJ, pesquisador da área de recursos hídricos, particularmente, da área de gestão dos recursos e hídricos.

Tive a oportunidade de trabalhar como técnico convidado pela OEA e pela ANA na feitura do Plano Diretor da bacia do São Francisco exatamente no capítulo de disponibilidade hídrica, que é o mote das discussões do projeto de integração do São Francisco. Então, com isso, eu me apresento aos senhores.

Sempre que o assunto do São Francisco vem à baila ocorre um cipoal de manifestações dos problemas ambientais brasileiros. Junto com a questão do São Francisco é trazido todas as mazelas que o Brasil coleciona e é farta a coleção de mazelas ambientais que... como se... como se fosse esse o ponto que... que pudéssemos encontrar ali uma solução para todas as mazelas ambientais brasileiras. E talvez, por isso, esse assunto traz sentimentos à flor da pele, promove emoções e acaloradas discussões.

Eu estava aqui atentamente ouvindo a todos e tinha planejado uma linha de raciocínio para me expor aos senhores na tentativa de contribuir para o entendimento da questão. Porém, eu fiquei pensando: Meu Deus, por que é que isso ocorre? Por que é que transposições que no Brasil tem inúmeras, grandes, onde tiram água de um grupo e dão água para outro. Cidade de São Paulo, cidade do Rio de Janeiro, como quase todas as capitais brasileiras sobrevivem com transposições e ninguém fala nada. O próprio semi-árido é transposição em todas as suas áreas de lá para cá e isso não causa nenhuma emoção. Países fartos de água tipo o Canadá que é um dos países mais ricos em água tem transposições desde 1829 até o dia de hoje sendo feitas. São mais de 60 transposições de grande porte. Porte não de 26, mas a menor é de 129 e a maior é de 780 m³ por segundo. Transposições ocorreram dentro os primórdios da civilização entre os rios Tigres e Eufrates na Mesopotâmia, com os quinqüentes(F) da Mesopotâmia. Transposições ocorreram

pelo império romano com os aquedutos. Isso nunca causou polêmica. Por que é que essa causa polêmica? Fiquei pensando que talvez fosse porque as transposições, suponho, as brasileiras, elas são quase sempre de... dentro de um Estado para esse mesmo Estado. Então, São Paulo tira de Piracicaba para a cidade de São Paulo. O Rio tira ali de próximo a Resende para a cidade do Rio de Janeiro. Mas é dentro do próprio Estado. É como se cada um de nós assim: Bom, isso é um problema interno, intestino do Estado. Então, eles sacrificam um grupo do próprio Estado em benefício a outro grupo do mesmo Estado. O que não ocorreria com a transposição do São Francisco. Será que essa é a... a razão? Fiquei pensando que talvez fosse, respondesse por parte da razão. Mas, ainda assim faltava uma... e ainda falta uma certa justificativa porque isso é tão acalorado.

Me passou pela cabeça uma frase dita aqui que passou rápida mas, talvez, ela tenha aí dentro de si um grande conteúdo é: Por que 26 é tão pouco para quem tira, para quem dá e é tanto para quem recebe? Ora, se é tão pouco para quem tira, não vai fazer diferença nenhuma, então, não vou dar nada. E se eu vou dar muito que é muito então não posso tirar do pobre coitado de lá.

Talvez essa seja uma das forças que promovam esse emocional, que não é bom para análise de um projeto de ordem técnica. O bom seria que nos dispéssemos de todos os sentimentos, quando é possível fazê-lo, e nos debruçássemos em números. Debruçássemos em raciocínios e, depois de entendido o problema, voltassem todas as emoções para tomar a decisão. As emoções... sem emoção não há solução. Porém, em determinado momento é preciso capturar a lógica numérica, capturar as discussões de engenharia para, depois, tomar uma atitude sim aí ouvindo o coração, ouvindo a experiência, ouvindo, enfim, usando da capacidade dada pelo voto de poder decidir em nome do povo brasileiro. Enfim, debater com o povo brasileiro etc, etc. Tudo isso são questões emotivas. Mas, passa por um período em que as emoções devem descer para que os entendimentos do problema real possam ser feito.

Então, eu pensei que talvez fosse uma contribuição abandonar toda a linha de raciocínio que havia planejado e me debruçar no por que 26 é pouco para São Francisco e é muito ou o suficiente para o semi-árido? Porque, na verdade, a resposta é que é. E vamos tentar explorar essa parte na tentativa de isso elucidar os senhores. Ora, para fazer isso eu pensei em comparar o nosso Nordeste semi-árido, a região da seca com a França. E por que a França? Primeiro porque é o território mais ou menos, enfim, estamos

aqui em áreas similares. Segundo, porque chove igualmente. Chove na França a mesma coisa que chove no semi-árido nordestino, 800 milímetros por ano.

A França conseguiu transformar a água em desenvolvimento econômico e social. É um país próspero, rico, o povo é feliz, o que pode ser. E o semi-árido não conseguiu. Por quê? É só gestão? Provavelmente é. É verdade que a França é o principal país em gestão de recursos hídricos. A maioria dos países copiam, absorvem a experiência francesa, transformam ela para o seu... para as suas idiossincrasias internas, mas sempre têm a França como sua referência e o Brasil também.

Então, vamos comparar França e semi-árido. Em ambos locais chovem 800 milímetros por ano. A França pega esses 800 milímetros por ano e transforma isso em desenvolvimento econômico e social. Por que é que o semi-árido não faz? Ora, que faça! Podia ser uma resposta. Que vá trabalhar! Que pense, que se estude e faça e não venha pegar água de outro local!

Então, vejamos isso. Duas diferenças separam o território francês do território do semi-árido, polígono da seca. O primeiro é o terreno. O terreno francês recebe a chuva e tem capacidade, por infiltração, armazenar no grande reservatório do solo e ir liberando para o rio, dia a dia, hora a hora, o que dá uma estabilidade de água correndo superficialmente. O semi-árido nordestino, 2/3 de sua área, é muito raso, logo tem uma rocha e, portanto, a água que vem da chuva logo satura o solo e sobra para o escoamento superficial. Eu quero lembrar aos senhores que água que corre não serve muito para nós porque ela logo chega ao mar. E o que nós temos que aproveitar é a água entre a chuva e ela chegar ao mar. Esse é o tempo em que a natureza dá ao homem a oportunidade de aproveitar a água.

Então, se a chuva caísse instantaneamente fosse para o mar todos nós morreríamos de sede porque não teríamos oportunidade de usufruir dessa água.

Para enfatizar, a França tem uma enorme quantidade de água [soa a campainha] sendo liberada gradativamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais dois minutos.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: --libera da gradativamente ao longo dos meses para o usufruto francês. O semi-árido não tem água, corre rápido para o mar. Segundo é: Na França há uma previsibilidade de chuva o que permite a pessoa, com planejamento, com processos de gestão, organizar a sua tabela, a sua vida, como nós organizamos cada uma de nossas famílias com os nossos recursos financeiros para que possamos, com os rendimentos mensais ir comprando as coisas ao longo da vida. É um planejamento finan-

ceiro que nós fazemos. Esse mesmo planejamento a França pode fazer com a água. O semi-árido nordestino não tem essa capacidade porque há uma enorme insegurança de chuva. É como se uma família de brasileiros, cinco pessoas, tivesse uma renda familiar de mil reais. Mas, todas essas pessoas da família ganham [soa a campainha] do tipo, de *vide back(F)*, que não têm nenhuma previsibilidade no ganho. Então, eles não têm capacidade de abrir conta em banco, não pode comprar a crediário porque ele não pode comprovar a renda, ele não pode planejar a compra, nada a crédito. Ele está fadado, apesar de ganhar mil reais familiar por ano ele está fadado a uma vida difícil. Se essa família, um dos membros transformar o seu ganho num rendimento contratado com carteira assinada de 380 reais por mês. Ele muda de vida, apesar de não mudar de rendimento. Então, por quê? Porque permite a previsibilidade, permite o planejamento. Isso é que difere essencialmente o território francês do território semi-árido.

Então, a capacidade de transformar a água em desenvolvimento econômico social francês não é equiparável ao nordestino porque aqui não há como fazer essa previsão. Não há um bom sistema de planejamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir.

[soa a campainha]

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: E não por culpa nossa e sim por culpa do regime de chuvas. A vantagem das águas do São Francisco é que o São Francisco é 70% de água mineira, do Sudeste, onde há estabilidade de chuva e é por isso que o São Francisco permeia o semi-árido incólume das secas, porque as fontes de água são perenes, são planejadas e posso fazer investimentos nessa água que eu sei que eu posso pagar depois. E se tirarmos essa segurança, essa previsibilidade dentro dos 26 m3 por segundo do São Francisco, nós estamos dando um ingrediente de segurança, de previsibilidade ao semi-árido.

Portanto, vir 26 m3 por segundo do São Francisco não é um grande aumento de disponibilidade hídrica para o semi-árido nordestino, mas, assim como não era grande incremento financeiro alguém ter a carteira assinada por 380 reais. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu tempo está esgotado. Para concluir...

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: Mas, e principalmente, porque é uma garantia de recursos mensais de 380 reais que ele pode planejar a sua vida, assim como o sertão poderá, o semi-árido nordestino poderá planejar os seus recursos hídricos com a segurança dos 26. Essa é a grande diferença.

Agora, repara dar água com segurança não é o fim do projeto. O projeto da transposição, pelo menos eu não entendo que seja transpor água, o projeto é criar desenvolvimento econômico e social. Falta a pergunta: Será que o Brasil saberá transformar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, para concluir.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: --as suas quantidades de água que chegarão com mais segurança, com previsibilidade, com poder, com capacidade de planejamento no semi-árido? Será que essa região conseguirá transformar essa água em desenvolvimento econômico e social como fez a França? Essa é uma pergunta que ainda temos que responder. Mas, eu não tenho dúvida, como técnico [interrupção do som] que é absolutamente necessário [soa a campainha] que seja acrescida a segurança de água para a região do semi-árido como a transposição de um regime qualquer que seja permanente, que seja seguro tal qual o São Francisco.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, conforme entendimento feito ao Plenário, para Dom Tomás Balduino, Bispo emérito de Goiás, por cinco minutos. E repito, Deputado Ciro Gomes terá também 5 minutos, se entender necessário, e em seguida vamos para os Senadores. Existem 13 Senadores inscritos.

Senador Suplicy será o primeiro, como autor do requerimento e, em seguida, é o Senador Carlos Valadares.

DOM TOMÁS BALDUÍNO: Sr. Presidente, senhores, senhoras, primeiramente minha admiração por esse momento, de repente, essa Casa se arejou, não sei se é sempre assim, abordando uma temática tão quente, tão... apaixonante, tão do povo. E... conforme disseram aqui, seria bom que os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos também estivessem participando, tivessem possibilidade de dizer a sua palavra. Palavra de sabedoria, a gente sabe disso porque convive com eles. Eu participei de inúmeras assembleias de Tuxauas indígenas como uma nova forma do CIME(F) me promover a condição de sujeito, autor e destinatário de sua própria história aos próprios índios. É pura sabedoria ancestral e isso que completaria, quem sabe, essa Sessão.

Eu... aqui vim desde o início a rachadura, a divisão. E não sei se com tanto discurso, se com tanto argumento e tanto número alguém que é de um lado passou para o outro hoje. Eu aposto que... que não. É que o projeto em si é de divisão mesmo. E a gente está, já falei com Dom Cappio no início, comuniquei alguém da CNBB, na próxima assembleia do episcopado, por-

que o episcopado também está rachado, né? Até Dom Aldo citou aqui, um pouco puxando para o lado dele, né? Mas, está. Uma proposta que unifique, que congregue e essa proposta vai na linha de atender esse povo que clama não só por água, como dizia Jesus, o homem não vive só de pão, ele vive de pão, não vive só de água, já foi dito aqui, mas vive de água. Mas, como não é só a água, então, esse desenvolvimento amplo, sustentável, essa convivência com o semi-árido que muitas vezes é negado, o pessoal acha que é atraso. Precisa arrasar aquilo e plantar qualquer coisa que pareça um pouco com o primeiro mundo. Não estão fazendo isso com a monocultura. Agora, o nosso cerrado está desaparecendo no Estado de Goiás. Com a convivência das autoridades federais, estaduais. O filé mignon de terra do nosso país, que é o Vale de São Patrício, vai virar um canavial só. Recebi ontem notícia de lá o pessoal... alarmado. Então, o que surgiu de bom aqui que vai nos unir [soa a campainha] nos unificar a todos é um esforço no sentido de ajudar essa população do Nordeste, o nordestino de uma maneira integrada, de uma maneira leal, participativa. É isso que eu acho que vai ser a nova proposta. E eu acho que a contribuição dos técnicos aqui, Cortez, sobretudo, nessa participação do pessoal numa linha de um desenvolvimento sustentável. Ela é esperança e isso é... deve nos estimular mais ainda. Ninguém é contra isso. Isso não nos desune. Isso vai nos engrandecer, de uma vez por todas nós vamos enfrentar o problema do Nordeste que não é só esse de levar água a um determinado ponto é muito mais do que isso. [soa a campainha] Está na linha da água mas, está muito mais. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conforme entendimento feito eu passo a palavra ao Deputado Federal Ciro Gomes, ex-Ministro da Integração por 5 minutos e mantendo aquela tolerância de mais um minuto, se necessário.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Sr. Presidente, eu quero iniciar a minha fala me desculpando, especialmente com Dom Luiz Cappio porque interrompi aí quebrando o protocolo e bancando o mal-educado que ainda não consegui ser completamente bem-educado. Não é culpa da minha mãe, é culpa da minha rebeldia. Mas, o meu incômodo é acumulado numa série de coisas. Não justifica a minha deseducação e eu quero me desculpar. Mas é que Dom Cappio reclama um debate e já pela décima vez eu especialmente, pessoalmente, tenho o constrangimento de não conseguir que Dom Cappio ouça. Então, foi por isso que eu cometi essa deseducação pela qual me desculpo. Não é... não é minha intenção fazer isso. [aplausos]

A questão, a questão básica aqui, como evidentemente todos viram, tem várias camadas. Há um projeto que não justifica, há um projeto de tirar 26 m3 por segundo de um rio que tem uma vazão mínima, segura, na foz de 1.850 metros por segundo, portanto, não fazem falta esses 26 metros cúbicos por segundo para nenhuma das funcionalidades do rio. Com a idéia de atenuar, não é resolver, não é redimir. Todas essas conversas mole de “um copo d’água para quem tem sede”, isso tudo é papo furado e muitas vezes esse papo furado serviu as piores oligarquias do Nordeste. Eu conheço bem do que estou falando. Não é a redenção do Nordeste nem nada. Mas, resolve a questão da segurança do abastecimento humano e da dessedentação animal de 12 milhões de pessoas da área de influência do projeto. Porque o projeto, por exemplo, não dirá do grave problema do Piauí, o Senador Mão Santa, que tem problemas seriíssimos. O Sudoeste, o Sudeste do Piauí demanda uma outra estratégia. Por exemplo. Ou a região do Vale do Acaraú, que é a região onde eu me criei no interior do Ceará não receberá uma gota sequer dessa água ela vai para um outro caminho. Porém, o agreste pernambucano, por onde passam os dois eixos e aqui eu abro um parêntese. Solução de fazer uma adutora para Campina Grande presumem que este projeto é um projeto de tirar água de um canto e levar para um outro. Não é.

Esse projeto tem a intenção de dar segurança hídrica no caminho inteiro. Por isso que ele não pode ser entubado, ele tem que ser um canal a céu aberto e aqui também cabe um outro parêntese. O máximo que se pode fazer *ex ante* para garantir aquilo que a Letícia, o Vereza, ou o Osmar tão comovidamente de forma absolutamente bem intencionada ponderaram de que isso não será apropriado na correlação de forças elitista que domina o Brasil, não será resolvido agora. O máximo que se poderia fazer *ex ante* foi feito. Por exemplo, não sei se os amigos queridos sabem, foi decretada a desapropriação para fins de... utilidade pública para fins de reforma agrária, 100% das margens dos canais todos, três quilômetros para um lado, três quilômetros para o outro estão indisponíveis para o uso privado na idéia de fazer ali a maior fronteira de reforma agrária contínua da história do Brasil. Com água. Porque fazer reforma agrária no semi-árido, eu conheço bastante bem isso, tem sido comprar as piores terras, a preço superfaturado, locar famílias, abandoná-las lá que depois vendem o arame farpado da cerca e vão vegetar na periferia de Fortaleza, de Recife ou de São Paulo e do Rio de Janeiro. Converse com os garçons do Rio de Janeiro, de São Paulo. Os garçons, os serventes de pedreiro, os porteiros do Rio de Janeiro e São Paulo. Pergunta qual é a opinião deles sobre essa

interação água, vida sustentável no ambiente onde se vive? Como é que se tais ainda *ex ante* a garantia de que isso não é um propósito? Onerando a água. Aqui se quis traduzir, veja que o combate é desigual. As simplificações grosseiras, elas são hostis à racionalidade sempre. Sempre. Hoje a oligarquia, o grande poderoso, o grande poder econômico recebe água de graça nos perímetros irrigados financiados 100% com dinheiro público. [soa a campainha] É isso? Para parar?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais um minuto ainda.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Então, veja bem, os grandes projetos de irrigação para a monocultura de cana-de-açúcar, como Projeto Tourão ao recebem água de graça depois dos canais, das bombas, da manutenção, cavalheiros!

Quando eu fui ao Ministério da Integração Nacional, eu encontrei este absurdo. A manutenção, tirar buraco, tirar formiga dos canais é paga pelo dinheiro público para um proprietário produzir monocultura de cana-de-açúcar. No São Francisco! E eu não vi uma palavra! Contra isso. Eu que me bati contra. Onerei a água e determinei, eu falo na primeira pessoa, me perdoe é porque eu quero assumir uma responsabilidade e, de novo, o meu embate aqui agora é pela questão moral e intelectual. Eu não aceito que crítico nenhum, qualquer que seja a sua nobre motivação, atribua-se uma virtude moral que determine [soa a campainha] que quem é a favor do projeto esteja comprometido com qualquer razão subalterna. Não admito! Tenho vida para isso! Não tenho rabo de palha e atrás de mim e a meu lado muitos brasileiros. Embora a polêmica seja legítima, muito bem. A água está onerada. A outorga da água é escrita, Senador Paim. Qualquer do povo pode acionar o Ministério Público, parênteses. Ministério Público manteve conosco um diálogo a nosso pedido. Não foi depois, como é tradição no Brasil, o Ministério Público correr atrás de malfeitos. Assim que o escopo do projeto ficou pronto, procurei o Ministério Público, todos estaduais e federais envolvidos no temário ambiental e entreguei o projeto a eles antes pedindo a eles pura e simplesmente: Corrijam os defeitos. Eu não sou gênio, tenho boa intenção, procurei contratar os melhores técnicos isso é sempre [soa a campainha] determinação do Presidente Lula. Se tiver algum defeito corrijam agora. Não deixem que eu pratique um erro por desconhecimento. Não recebi uma contribuição sequer para o aperfeiçoamento do projeto. Uma sequer. E disso documentadamente temos expedientes no governo.

Evidente que os riscos permanecem. Mas, desapropriar as margens, onerar, não permitir a privatização da água, foi criada uma companhia subsidiária

pública, capital público exclusivo da CHESF contra um milhão de opiniões que recomendavam privatizar. Nós não aceitamos, para que esta subsidiária pública capital 100% público cobrasse dos Estados, que são entidades estritamente públicas o valor da água que receberem. Esta é a única forma de se evitar desperdício de água. 100% dos brasileiros que vivem nas cidades já fazem isso, pagam água e procuram por isso economizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, por favor.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei agora. Portanto, tecnicamente é necessário que os críticos tomem juízo, não o juízo no sentido negativo da palavra. Se aluam, como a gente diz no Nordeste, para ver se é possível, se não o Dom Albino tem razão. Eu disse isso no começo aqui. Com essas pessoas aqui, o Apolo já virou meu amigo. A doutora representante do Ministério Público, se não se envergonhar, eu tenho especial estima e afeição e respeito. E muitos outros aqui. Alguns eu não tenho não. Faço honestamente essa confissão porque eu não percebo boa-fé em alguns. Mas, com todos eu já tive debate, por nossa iniciativa, ainda na concepção do projeto, foram procurados tudo o que se chama sociedade civil organizada nesse país. A CUT foi pedida a ela um Congresso Nacional com delegados do país inteiro para ajuizar o projeto. O debate durou 12 horas. Na CNBB, por nosso pedido, à primeira vez, 8 horas de debate. No segundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concluindo.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): --para tentar garantir [soa a campainha] uma participação em bom ambiente a Dom Luiz Cappio, pessoa por quem eu tenho o maior respeito, ele não foi. Na CNBB foram duas vezes. Na OAB com representações de todo o país, no IAB. Em todos os... no MST, que a propósito foi contratado para produzir mudas para a reposição de matas ciliares nos assentamentos de reforma agrária. Esse é o esforço que se pode fazer agora. Esse é o único esforço.

A posteriori, minha cara Letícia é um combate, eu não sei se estou no mesmo lugar seu, mas ele é parecido. Eu ao meu jeito, escolhi a opção de meter a mão na massa, às vezes suja de cocô, às vezes, é só a mão. É só a mão. Minha alma não. Minha cabeça não. Meu compromisso não.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Não, eu sei, vamos discutir. Não há, creia, minha querida, uma

proposta qualquer que eu não ouça com o coração e a cabeça--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes o seu tempo terminou. Eu faço a...

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei, Sr. Presidente, me desculpando mais uma vez pelo abuso.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu ajudei a fazer o Atlas. Essas propostas se complementam.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa era a minha preocupação. Eu faço o apelo para concluir porque essa era preocupação dessa presidência.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Dirigi só para dizer o seguinte, naquele outro plano que é com o qual vou concluir. No Brasil não pode faltar energia no Brasil. Vou mudar de assunto. Não pode faltar energia no Brasil, supõe-se.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Não. Não pode faltar energia. Precisamos mudar o modelo, eu tenho essa identidade. Mas, o modelo dominante praticável, factível dentro de uma ordem institucional que nós devemos aperfeiçoar mandam fazer hidrelétricas no Madeira. Você pensa que isso é bom, é agradável, é doce? Não é não, é necessário.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Suplicy, como autor do requerimento é o primeiro Senador a usar da palavra, em seguida Senador Antônio Carlos Valares, Senador Tarso Jereissati e Senadora Rosalba, na sequência.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu falo nessa questão de ordem, Sr. Presidente. E de um lado eu quero salientar a excepcionalidade da reunião. O trabalho, a idéia do Suplicy, a realização de V.Ex^a e de todos os Presidentes. Nós estamos aqui assistindo uma Sessão realmente significativa. É um debate intenso, da maior importância, as pessoas estão apaixonadas de um lado e de outro lado e pela primeira vez a gente vê abertamente, democraticamente as exposições.

Eu digo com toda a sinceridade, quando fala o Bispo, quando fala o Ciro, parece que é 100%. Um tem razão depois é 100% o outro tem razão. A exposição foi perfeita. Agora, o que eu acho que poderia ser feito

logo adiante é uma outra reunião onde fosse exposto não quinze debatedores que está correto hoje, mas na outra, dois de um lado, dois do outro, um falando e outro respondendo. Eu quero ver alguém respondendo o Ciro. O Ciro fala, não sei o que, não sei o que, não sei o que... não sei se é verdade, se é errado, se está certo. E quero ver alguém responder o Bispo. É assim, assim, é assado... Que fala um, fala outro, cada um diz uma coisa, e nós ficamos aqui tontos. Acho que se V.Ex^a fizesse uma reunião onde o debate fosse, fala o Ciro, dá seus argumentos... [aplausos] e os que são contra responde no que ele tá errado. Depois fala o Bispo, dá os seus argumentos e os outros respondem no que tiver errado. Eu acho que daria para fazer a segunda reunião, essa nota 10, mas a segunda complementaria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTES SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Simon, a Presidência em nome das quatro Comissões entende que procede o seu encaminhamento e vamos proceder para que aconteça a outra reunião nos moldes propostos pelo Senador Simon.

Senador Suplicy, V.Ex^a teria o direito de 10 minutos como todos e aos outros Senadores 5 minutos com mais dois e com a tolerância que a Mesa naturalmente há de ter.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, ainda na sua mensagem ao Congresso Nacional o Presidente Lula mencionou o seguinte. “Um instrumento fundamental do fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do país. Esse é um dos traços mais marcantes e inovadores em nosso Governo que sempre faço questão de destacar”.

Eu cito isso, Sr. Presidente, porque alguns ficaram um pouco preocupados. Será que eu estaria propondo algo que iria ser contrário aos propósitos do Palácio do Planalto? Quero muito agradecer, inclusive, ao Ministro Geddel Vieira Lima que compareceu e ao Ministro Ciro Gomes que desde o primeiro momento quando eu fui visitá-lo ele estava naquele dia escrevendo uma carta aberta para a Letícia Sabatella e já dizendo que gostaria de estar fazendo um debate como o que nós tivemos hoje. E quando eu... se passava o 18º dia, salvo engano, do jejum e oração de Dom Luiz Flávio Cappio fazia em Sobradinho eu fui lá visitá-lo e achei que era mais do que legítimo que ele estivesse pedindo ao Governo, a todos os participantes que houvesse um debate esclarecedor. Então, Senador Pedro Simon, eu também estou muito feliz com o conteúdo do de-

bate hoje, mas eu acho, estou de pleno acordo com V.Ex^a, nós agora precisaríamos fazer um novo debate e se possível, pensando até um pouco nas palavras de Dom Tomás Balduino que precisou sair agora. Mas será que será possível unificar os propósitos sérios de ambos os lados e eventualmente chegarmos a uma conclusão que possa a todos unificar? Será que isto é possível, viável?

Então, eu quero apenas sugerir, primeiro saudando, agradecendo a todos os convidados que de uma maneira tão bela se dedicaram aqui no limite do tempo e deram uma contribuição. Eu como brasileiro de São Paulo que quero muito aprender sobre as águas do rio São Francisco, como o Senador Pedro Simon lá do Rio Grande do Sul também o deseja, eu elevei o meu patamar de conhecimento sobre os debates, inclusive, com os estudiosos a respeito de como funcionam as águas e tudo dos mais diversos lugares e países do mundo e do Brasil. Então, eu gostaria de estar refletindo, Presidente Paulo Paim, até porque recebemos solicitações como do ex-Governador João Alves, de Sergipe, do Plínio de Arruda Sampaio, Presidente da ABRA, muitas pessoas queriam hoje também vir. Então, como será um novo debate? Como poderemos ter apenas duas, três pessoas de cada lado, mas que congreguem o ponto de vista de todos? Precisamos, então, nos reunir e pensar, inclusive, com ambos dos sobre qual será a melhor forma desse segundo debate para aprendermos e se possível analisarmos a possibilidade de unificar os propósitos sinceros de cada um.

E eu quero dizer aos meus amigos críticos que quando percebi no Deputado Ciro Gomes, no Ministro Geddel Vieira. Ah, mas será que isso está sendo feito só porque vai agradar um empresário, seja o Sr. Gerdau, Sr. Antônio Ermírio, o Governo proceder de tal forma, se for para ver uma obra que vai interessar a um produtor de cimento ou de qualquer obra, desde que seja feita com a devida licitação e regras onde ninguém vai ser beneficiado mais do que outro, então, isso é que é importante se assegurar. Mas eu acho que, portanto, nós podemos avançar muito e em havendo debate aproximar as pessoas para que todos poderemos em breve estar aprendendo mais com a inteligência e o propósito sincero de um Brasil melhor para todos nós. Obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Senador Suplicy por ter utilizado somente a metade do seu tempo. E de imediato, Senador Antônio Carlos Valadares por 5 minutos com a tolerância de mais um dessa presidência.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores,

ilustres e eminentes convidados, Deputados Federais, meus amigos. De fato o projeto da transposição do rio São Francisco que o Governo muito sabidamente para dourar a pílula o denominou de Projeto de Integração de Bacias, um nome mais palatável, principalmente para aqueles que reagem à execução desse projeto, efetivamente é um divisor de águas na nossa região. Há aqueles que se consideram abandonados porque lhes faltam as mínimas condições para atender as suas necessidades hídricas e há aqueles que como eu nos preocupamos com as incertezas de determinados projetos que começaram e se tornaram obras inacabadas. Portanto, existem nesta questão, neste debate ainda águas turvas na transposição do rio São Francisco. Aqui se falou muito em debate, na construção democrática de um projeto de viabilização do atendimento ao Nordeste Setentrional. Muito bem. O debate é necessário. Mas eu acho que esse debate estaria mais consentâneo com as tradições de um país que avança a cada dia no sentido da consolidação, das instituições livres que se adotasse para a execução, a implementação desse projeto, aquilo que está previsto na Constituição, e não é proibitiva apesar do rio São Francisco, pelo fato de percorrer mais de um Estado ser patrimônio da União não seria proibitivo que fizéssemos entre os Estados banhados pelo rio São Francisco, entre na população que pertence à bacia do São Francisco um plebiscito onde todos os lados teriam direito a falar, a fazer a sua pregação e através do plebiscito nós iríamos construir a verdadeira vontade e assim de forma legítima, quem sabe, estaríamos construindo uma via democrática para dar legitimidade a esse projeto.

Sr. Presidente, eu não sei se no campo do convencimento, ou da incerteza ou da esperteza houve uma variação ao longo dos anos do montante do volume de água a ser retirado para a transposição. Começou com 260 m3. Passou por 64, por 56, 26 m3. Isso gera sem dúvida alguma do nosso... [soa a campainha] é a minha opinião, isso gera sem dúvida alguma uma incerteza quanto à proposta de se fazer a transposição. E aqui também se falou, Sr. Presidente, na segurança hídrica para as populações do Nordeste Setentrional. E agora eu pergunto: Qual a segurança daqueles que vivem na bacia hidrográfica do São Francisco? Qual a segurança? Qual a garantia para a execução dos projetos de irrigação? De saneamento básico? De distribuição de água a um quilômetro do rio São Francisco. Qual a segurança que teremos, Sr. Presidente, da execução de projetos de desenvolvimento sustentável? Nenhuma segurança. Eu acho que se queremos falar em segurança tem que haver segurança também e principalmente para aqueles [soa a campainha] que estão doando a água. E esta segurança, Sr. Presiden-

te, quem sabe através de uma Emenda Constitucional que aqui foi aprovada. O Deputado Gadelha falou sobre essa proposta de Emenda Constitucional, da revitalização do rio São Francisco, porque o Governo é mutável, é temporário, hoje Lula propugna, vai, faz a revitalização em vários pontos, e aqui foi dito. Mas não é um Governo eterno, temos que ter a garantia da realização de projetos de desenvolvimento sustentável no Nordeste, na bacia do rio São Francisco através de uma Emenda Constitucional que obrigue a aplicação desses recursos. E ao final, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a apenas me permitisse falar aqui e fazer uma pergunta ao estudioso e nobre Deputado Gadelha do Estado da Paraíba que honra o seu Estado... [soa a campainha] um comentário feito numa entrevista pelo estudioso, pesquisador João Suassuna que deveria estar até presente a este debate e não foi convidado. Diz ele: “Existe um potencial gerador na bacia do São Francisco estimado em cerca de 10 mil megawatts com poucas chances de ser ampliado. Esse potencial gera anualmente cerca de 150 milhões de megawatts/hora. Se considerarmos o atual crescimento do PIB do país entre 4 e 5% isso significa que a demanda de energia elétrica está na faixa de 6 a 7%, esse crescimento se dá 2% acima do crescimento do PIB. Nesse aspecto em 12 anos teremos que dobrar a produção de energia elétrica de 50 milhões de megawatts/hora para 100 milhões de megawatts – ele pergunta, afinal, aí ele diz assim – a pergunta que não quer calar é a seguinte: Onde será gerada essa energia?” É isso que eu quero perguntar. Nós temos um sistema interligado. Quem sabe energia de Itaipu, energia nuclear, energia termonuclear, do Madeira, e quem vai pagar esta conta? Quem vai pagar a conta? Porque vai ser uma energia caríssima.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Se não for feita a transposição... isso não vai resolver...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Deputado Gadelha, Senador Valadares, infelizmente...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V.Ex^a. V.Ex^a diz, eu já respondi. Muito bem. Agora, eu estou em dúvida quanto é que o povão lá do seu Estado vai pagar de energia elétrica importada de outros Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado. Senador Tarso Jereissati. Infelizmente nós temos, não é possível Senador porque... Bom, Senador Tasso Jereissati, peço a compreensão a diversos Senadores e nós temos apenas 13 minutos de tal forma que fica, V.Ex^a se puder...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Senador Suplicy, eu vou tentar ser o mais rápido possível porque acho que aqui já foram usados todos os argumentos. E infelizmente os argumentos técnicos, racionais não foram respondidos até agora de uma maneira clara, de uma maneira que nós possamos entender realmente quais as razões que levam algumas pessoas a se revoltarem de uma maneira sentida e legítima contra esse projeto.

Mas eu queria começar a dizer algumas coisas e o que me incomodou, inclusive, nessa discussão. Eu estava acompanhando parte desse debate pela televisão, mas quando vi alguns argumentos eu não resisti, tive que vir aqui porque realmente são argumentos que além de serem altamente prejudiciais a esse debate, para que esse debate seja salutar, transmitem uma inverdade que pode confundir a população brasileira tão necessária, mentalidade essa, para que os problemas do Nordeste possam ser resolvidos.

Eu queria dizer aos senhores, por exemplo, que essa questão do debate em relação à transposição do São Francisco, ela não começou agora. Não existe, Senador Suplicy, uma falta de debate sobre essa questão. Já neste Governo e todos sabem que eu sou opositorista a esse Governo, acho que não existe nenhuma dúvida sobre a minha posição de oposição a esse Governo, mas há seis anos atrás quando começou a se projetar essa questão aqui neste plenário, nesta Casa, tendo a frente o Vice-Presidente da República foi feito uma primeira e grande discussão sobre este debate aqui nesta mesma Casa. Por esta razão, Senador Suplicy, não é verdade que esta Casa não tenha debatido esse assunto tendo sido o primeiro grande debate feito neste Governo para este específico projeto. Porque este mesmo projeto já foi muito discutido no Governo Fernando Henrique e já foi muito discutido até no Governo Sarney, anterior ao Governo Fernando Henrique.

Portanto, não é verdadeiro que não existe o debate. Esse debate tem se prolongado de uma maneira intensa tendo tido todos os setores, as oportunidades para mostrar suas divergências e suas diferenças.

Eu fui Governador do Estado do Ceará durante... três vezes durante 12 anos. E queria dizer aqui uma coisa especificamente a Dom Cappio que se está deixando levar por um argumento absolutamente não verdadeiro. De que Fortaleza tem mais água de que São Paulo. Isso é muito grave, meu querido Bispo. Porque pode levar a sensação de que a questão da seca é uma questão imaginária, ainda colocada e levada por falsas pessoas e que a questão da água no Nordeste não é um problema. Não se calcule, e aqui já foi dito de uma maneira muito clara. Mas não

custa repetir, Senador Inácio Arruda. A água não se calcula pelo volume. A água se calcula pelo volume e pela disponibilidade. Ou seja, a água em São Paulo, a disponibilidade de água em São Paulo, a disponibilidade de água em Manaus, em Belém é completamente diferente do que o cálculo da disponibilidade, do volume de água necessária em Quixadá ou em Tauá, por exemplo, nos Inhamuns no meio do sertão cearense. Você pode ter dados técnicos em volume em Tauá, por exemplo, Senador, muito maior do que Belém, mas a disponibilidade é completamente diferente as razões e as geografias completamente diferentes.

Aos artistas aqui presentes eu queria lembrar que no meu primeiro ano de Governo em 1987 eu me defrontei com uma seca terrível, uma seca terrível. Eu gostaria muito que os senhores tivessem a oportunidade de conviver com centenas de milhares de pessoas num momento de seca no sertão do Ceará. Esse sertão do Ceará não é apenas nas áreas rurais. É nas áreas urbanas também. Falta água... falta água para beber de uma maneira quase que contumaz.

Agora, no ano seguinte nós tivemos uma cheia, uma cheia que inundou várias cidades do interior do Ceará, várias cidades ficaram inundadas e nós tivemos um problema seriíssimo. Já dois anos depois nós tivemos que conviver com a seca. E a seca é um conceito que eu queria aqui difundir, é diferente da seca do Senador do Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, por exemplo. Quando eu chego ao Rio Grande do Sul e ouço: Tal região está em seca. Eu pergunto: Há quantos anos não chove aqui? Eles dizem: "Há quatro meses. A situação é grave na região tal porque há quatro meses não chove na região tal". A nossa seca é diferente. Seis meses de seca é anual, todos os anos. Todos os anos nós temos seis meses de seca. Agora, a nossa seca é quando seis meses que chove ou os quatro meses que chovem não chovem. Então... [soa a campainha] o nosso problema não é o volume de água, mas a regularidade de água. Isso aqui já foi muito bem explicado por vários técnicos, mas eu estou tentando explicar isso de uma maneira menos numérica para que se possa entender o problema. E nosso volume de chuva, como o nosso terreno diferente do terreno de Sergipe, por exemplo, é semi-árido, é cristalino, a água não acumula, ela corre. Não dando possibilidade nenhuma de que haja rios perenes, que os rios sejam perenes naturalmente. Em função disso nós temos sempre que estar com o volume de água muito grande armazenado na expectativa do que nós chamamos no inverno seguinte. Inverno para nós é chuva. Na expectativa do inverno seguinte porque se no inverno seguinte não chover, nós vamos morrer de sede se essa água, aí nós todos, ricos, pobres, ribeiri-

nhos, não ribeirinhos, pequenos agricultores, grandes agricultores, etc e etc.

Então, essa concepção precisa ser modificada nessa discussão. Não é mais possível se usar o argumento nessa discussão, se é que se quer ter uma discussão realmente honesta e aqui foi usado o termo honesto por alguém nesse sentido, se é que se quer ter realmente uma discussão honesta não se pode usar esse tipo de argumento, tem que se primeiramente reconhecer: Falta água na região Nordeste Setentrional e nós precisamos encontrar uma solução para isso. A discussão se a chamada transposição do São Francisco é a verdadeira, ou a melhor, já é uma outra discussão. [soa a campainha] Mas o argumento de que sobra água no Nordeste e de que Fortaleza tem mais água do que em São Paulo é um argumento verdadeiramente absurdo e eu diria para todos nós cearenses até ofensivo. Eu queria dizer que eu também tenho coração aqui, como todos, é até ofensivo em determinadas condições como foi colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLICY (PT-SP): Permite apenas Senador Tasso Jereissati, nós temos três minutos de Sessão. Senador José Nery e mais uns dez estão aqui inscritos. O Bispo Dom Flávio Cappio gostaria de dizer uma palavrinha e como vamos resolver esse problema, peço que compartilhe comigo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu dou a palavra, aparte, se V.Ex^a me estender depois para que eu possa complementar meu raciocínio...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLICY (PT-SP): Um aparte, então.

DOM LUIZ FLAVIO CAPPIO: Apenas uma palavra muito breve de esclarecimento. Eu não disse que São Paulo tem menos água do que Fortaleza e Fortaleza tem mais água do que São Paulo. Não foi isso que eu disse. O que eu disse que a disponibilidade hídrica de cada habitante da Grande São Paulo de 18,5 milhões de habitantes é menor do que a disponibilidade hídrica por habitante/ano de cada habitante de Fortaleza que tem 3 milhões de habitantes. Foi isso que eu disse.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não. Eu gostaria que se o nosso Bispo tivesse realmente a intenção de levar essa discussão no maior nível de honestidade intelectual, desmentisse isso que o senhor disse, porque a palavra disponibilidade é diferente da palavra volume. Nós estamos falando de volume de água e volume de água aonde não existe disponibilidade, aonde não existe sistema permanente, constante de chuvas e aonde o solo é cristalino, a disponibilidade é muito menor do que a de São Paulo. O volume técnico pode ser até maior do ponto de vista técnico, mas a disponibilidade é muito menor.

É isso que eu queria deixar bem claro. Isso é preciso ficar porque quem ouve pode passar a impressão que todos nós cearenses somos uns mentirosos e mal-intencionados como foi aqui colocado por alguns na discussão desse projeto.

A outra coisa que foi colocada aqui, Senador Suplicy, V.Ex^a vai me permitir mais dois minutos, a água que vai servir os mesmos. Isso também não é verdade. As águas vão para o mesmo reservatório, vão para, por exemplo, no Estado do Ceará o receptáculo desta água vai ser o açude Castanhão. Não significa que essa água vai ficar no açude Castanhão. Nós mesmos no Estado do Ceará já temos obras em andamento em que a água do Castanhão vai caminhar em direção do sertão central atravessando, portanto, as zonas mais secas e mais carentes de recursos hídricos. Ela não fica estacionada num grande estacionamento de água como é o caso do Castanhão. Isso é um engano. E hoje por que ela não vai ainda no volume? Justamente por causa dessa insegurança. Nós temos que manter um pulmão de água constante para evitar a eventualidade previsível de uma falta de água.

Eu ainda não entendi também e eu confesso que vim aqui com uma certa, [soa a campainha] com uma certa angústia que eu queria entender determinados argumentos. Eu vi pelos jornais, pela mídia, a oposição que existe ao projeto e vi muitas colocações feitas, por exemplo, em relação às populações indígenas, aos quilombolas, etc. Aí a minha pergunta é que também não foi dita aqui. Qual é o malefício que há desvio deste volume de água do São Francisco vai trazer para essa população? Qual é concretamente o malefício? Eu gostaria de entender, de ouvir porque eu não ouvi nenhum argumento concreto sobre isso. “Não, vai prejudicar tais pessoas porque vão morrer de sede, porque vão morrer de fome em função disso, em função daquilo”. Eu queria saber qual é... porque isso é para mim importante. Porque é importante porque eu sou de uma terra em que pessoas [interrupção de áudio] e o Centro-sul do país é enormemente responsável por essas pessoas morrendo de sede. É enormemente indiferente a enorme distância de renda e de vida que existe nas populações nordestinas com as populações do centro-sul. Não tenho visto manifestações com tal grau de intensidade em relação à pobreza nossa que diariamente assola milhares e milhares de vida que vivem na miséria constantemente. E isso até hoje, e tem razão os que criticam, a distância, projeto São Francisco não é a salvação do Nordeste. Não é. De maneira nenhuma é a salvação do Nordeste. É um projeto que deveria estar inserido num projeto nacional muito maior do que esse que está aí de diminuir de uma maneira concreta, consistente, através da educa-

ção, através da saúde, através da infra-estrutura essa enorme diferença que existe entre o Brasil pobre e o Brasil rico. [soa a campainha] O Brasil pobre e o Brasil rico não está só dividido entre os ricos do Nordeste e os pobres do Nordeste. A verdadeira grande diferença que existe hoje entre o Brasil pobre e o Brasil rico são o Brasil do sul, o Brasil do centro-sul, o Brasil da avenida Paulista e da avenida Copacabana e o Brasil do Tauá, o Brasil dos Inhamuns, o Brasil do Quixadá, eu que não tenho visto, não tenho percebido nenhuma sensibilidade do centro-sul para que esse problema seja resolvido de vez. E quando uma questão como essa vem à tona não é possível se discutir isso sem a mínima racionalidade e sem ver o outro lado, a outra ponta do problema aonde tem pessoas muito mais pessoas morrendo também para ver quais são as reais consequências de uma falta de um projeto como esse. É isso que eu tenho a dizer.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Queria informar aos Senadores que acabo de consultar o Presidente Garibaldi Alves e ele acordou que a nossa audiência possa se prorrogar até às 14h30, porque parece ser a vontade de todos. Então, Senador José Nery é o próximo inscrito. Agora, como há... eu acho que seria adequado. Senador José Nery, rapidamente se pudermos abreviar para 5 minutos já que obtivemos uma prorrogação, 5 minutos cada um.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só um instantinho, leia a lista de quantos inscritos têm, e vamos fazer uma proposta bem clara se dá para todos ou não, porque só temos menos de 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador José Nery, César Borges, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Pedro Simon, Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu abro mão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu estou inscrita no lugar de Cícero Lucena e o Senador José Agripino na ordem do Senador Efraim. Eu acho que já está, inclusive, na nossa vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu tinha visto aqui seu nome riscado, perdão, e não tinha notado que de fato estava. A senhora será, V.Ex^a será a próxima, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em seguida ao Senador José Nery, garanto a palavra a V.Ex^a.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, estou fazendo aqui um encaminhamento a questão de ordem da Presidência, antes de usar a tribuna no meu tempo previsto, porque o Presidente pode nessa circunstâncias da Sessão mesmo tendo horário regimental para iniciar a Sessão às 14 horas prorrogar. Eu acho que os Senadores que estão aqui e o Brasil que está nos assistindo, até porque as primeiras duas horas da Sessão Ordinária. Eu queria, Sr. Presidente, às duas horas da Sessão Ordinária estão destinadas para os oradores inscritos. Eu creio que nós podemos abrir mão e começar a Sessão Ordinária às 16 horas como prevê o regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): V.Ex^a tem a palavra por 5 minutos por acordo para que todos possam se pronunciar, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, representantes de organizações da sociedade civil aqui presente, Dom Luiz Flávio Cappio, enfim, me dirijo a todo o povo brasileiro em especial aos nordestinos que acompanham essa Sessão com muito interesse.

Também quero agradecer a presença de diversas organizações da sociedade civil, do MST, do CIME(F), da ONG Humanos Direitos e aqui a presença da atriz Letícia Sabatella, Osmar Prado, enfim, a todos que contribuíram, os estudiosos para que esse debate fosse realizado no nível em que vem sendo tratada essa importante questão que tem haver com uma visão sobre qual é efetivamente a concepção de desenvolvimento, de modelo de desenvolvimento que preside as grandes decisões nacionais, especialmente uma cultura estatal que tem forte influência das elites políticas e econômicas que historicamente comandam, dirigem este país para favorecer principalmente os interesses de poderosos grupos econômicos, financeiros, industriais, de toda a ordem, mas pouca sensibilidade tem para pensar os projetos, não os mega projetos, mas projetos viáveis, projetos alternativos que efetivamente sirva de instrumento permanente de combate às desigualdades à violência sobre o qual a maioria do nosso povo tem sido historicamente submetido.

Portanto, o Projeto de Transposição do rio São Francisco da forma como convencionamos chamar é mais um desses, seguramente. Que foi concebido e como dito aqui pelos estudiosos, pelos mais... pelos técnicos mais abalizados, na verdade, não tem o sentido como muitos querem fazer crer de levar real-

mente água para a maioria do povo nordestino. Sou cearense de nascimento, Amazônia, paraense de coração adotado pelo povo do Pará, e aqui exerço esse mandato em nome do povo do Pará. Quando vi aqui a Senadora Rosalba, disse: “Nery, vai falar, mas diz que lá na tua terra tem muita água”. É verdade. A Amazônia tem muita água. Mas igualmente... e o nosso Nordeste é desprovido desse bem natural necessário à reprodução da vida humana, das plantas, da natureza, fundamental. Porém a grande questão que se coloca é que se no Nordeste falta água como a maioria das pessoas, o Norte, o Pará, a Amazônia tem água em abundância com rios perenes, o volume disponível de água é realmente fabuloso. No entanto, é bom dizer aqui também que a maioria do povo da Amazônia no Pará não tem água potável em condições adequadas para o consumo. O que diz... o que desmente a tese de que a salvação nacional para o Nordeste é a transposição. O que disse também e denuncia que é a política de gerencialmente dos recursos hídricos do Brasil que está voltada não para atender as maiorias, porque mesmo aonde tem abundância, volume de água para servir as populações e elas não chegam a quem realmente precisa.

Por isso, Sr. Presidente, queria fazer uma homenagem a Dom Luiz Flávio Cappio, a todos os movimentos sociais e populares que resistem na luta para que essa discussão tenha realmente... [soa a campainha] a abrangência necessária. Sei dos debates que já ocorreram, porém, o Congresso Nacional, o Senado da República não pode continuar omissos, mesmo quando o projeto já estando em fase de execução, mas há graves questionamentos.

Eu queria, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, sugerir como uma das medidas desse nosso debate, entendendo a necessidade da continuidade dele em que todas as posições sejam e continue sendo francamente expostas. Mas o Congresso Nacional mesmo com a obra da transposição já em andamento, não pode se omitir de acompanhar com o devido interesse em nome do povo brasileiro... [interrupção de áudio] [soa a campainha] sugiro, então, Sr. Presidente, possamos constituir uma Comissão Mista do Congresso composta por Deputados e Senadores, uma Comissão de representação externa para acompanhar, monitorar, dar seqüência a esse debate, até porque possamos nesse debate encontrar formas alternativas de responder a ansiedade, os questionamentos de ambas as partes envolvidas com esse projeto, os que defendem a transposição e os que são contra a transposição.

Portanto, acho fundamental que o Congresso Nacional acompanhe esse projeto da forma que ele está

previsto, mas também buscando alternativa, inclusive, quando conversava há pouco com o Senador Heráclito Fortes e concluo com isso, concluo com isso, Sr. Presidente, pensando, concluo com isso, Sr. Presidente [soa a campanha] pensando principalmente o projeto de revitalização do rio São Francisco, mas não só isso, um grande projeto de revitalização de proteção às nascentes dos diversos rios brasileiros ameaçados pela devastação, pela pouca fiscalização do Estado que permite que agressões continuem sendo cometidas contra os nossos recursos naturais, especialmente os recursos hídricos. Essa, então, é a proposta que faço a consideração e ao exame nas Comissões do Senado, nesse próprio Plenário para a continuidade desse importante debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULPICY (PT-SP): A proposta deverá ser examinada depois... na hora oportuna. Senadora Rosalba Ciarlini tem a palavra. Em seguida Senador Agripino que eu notei que estava aqui no lugar do Senador Efraim Morais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, senhores convidados, muitas senhoras, meus senhores. Eu cheguei a esta Casa pela generosidade e confiança do povo do Rio Grande do Norte como sua primeira Senadora, trazendo a defesa intransigente da transposição do rio São Francisco. Não porque tenha sido convencida por A ou B. Convencida desde que nasci há 55 anos porque eu nasci no semi-árido. Eu sei o que é tomar água salobra porque a minha cidade que hoje é a segunda cidade, a cidade do sal, a cidade do petróleo, lá no Rio Grande do Norte, da fruticultura, naquela época, a água vinha de poço subterrâneo, salobra, pesada. Eu sei o que é ferver água duas vezes, botar numa quartinha porque se não vai lhe prejudicar a saúde. Eu fui convencida não pelos livros que contavam a história da seca, não por assistir o teatro: Vida e morte Severina. Eu fui convencida porque eu estava lá vendo sofrimentos que vinham do campo, vendo aqueles que morriam implorando um copo d'água. Eu fui convencida, Senadores e Senadoras quando me formei em medicina e voltei para minha região, quando via a procissão dos anjinhos que morriam porque não tinham água de qualidade. Eu fui convencida quando fui Prefeita três vezes da minha cidade lancei um programa de fazer o enterro do carro-pipa. Perfurei 400 poços e não foi suficiente porque o poço lá do calcário Jandiara a água é salobra. E aí eu trouxe o dessalinizador, mas muitas vezes não podia colocar porque o dessalinizador precisa de vazão. Tem lugares que você perfura com 80 metros é uma água pesada, outras vezes com 80 não chega, 120, 240. O Sr. Rômulo Macedo aqui é testemunha que briguei com a PETROBRAS,

muitas vezes, quando não encontrava petróleo, Agripino, não só testemunha, mas meu auxiliar, quantas vezes fomos a PETROBRAS brigar por aquele poço onde não encontrava o petróleo, mas encontrava água do Arenito Açú que fica a mil metros que sai térmica mineral para dali fazer uma adutora para uma comunidade que morria de sede, que batia a minha porta com as latas d'água pedindo: Prefeita, pelo amor de Deus uma lata d'água para matar a sede dos meus filhos, para que meu animal não morra, para que eu possa ter condição de poder irrigar o mínimo de capim, para que eu possa ter o feijão. Eu cheguei convencida pelo que eu assisti, pelo que eu sei que sofre a nossa região. Lutei e como lutei. E foi uma alegria muito grande, eu era Prefeita quando foi assinada a ordem de serviço lá na minha cidade para a construção da barragem de Santa Cruz que foi concluída já no Governo Fernando Henrique o sonho secular. Dos estudos que vinham do INFOX desde o início do século passado porque a barragem de Santa Cruz era importante para dar condições ao rio Mossoró de trazer água para uma região onde nós temos, talvez, as terras mais férteis do país que é a Chapada do Apodi e que o homem não pode dali tirar a sua sobrevivência porque faltava água. É verdade que a barragem foi feita, que os canais de irrigação ainda não foram feitos, pequenos, é para o pequeno, não é para nenhum grande proprietário. Mas isso é uma outra questão que nós estamos lutando. E vamos conseguir. Mas é preciso, sim, a transposição, é necessária. É apenas 1,4% daquilo que a barragem Sobradinho não é lá no início do rio não, minha gente, é o que a barragem sobradinho está soltando diariamente. Quando se fala em 129 milímetros cúbicos, não é isso, são 26,4. 129 é quando ela estiver cheia, sobrando, que vai ser um benefício, porque senão vai inundar as cidades. Por ser uma defensora intransigente e convencida, convencida pelo que eu já assisti, pelo que eu vivi, pelo que lutei que eu quero dizer [soa a campanha] também aos meus colegas da Bahia, de Sergipe que também estou na luta pela revitalização. Não quero que chegue a água da transposição morta jamais. Eu quero água viva que vai dar vida ao meu povo sofrido que passa sede, eu quero água viva que vai fazer a reforma agrária decente que tem água porque eu tinha na minha cidade e tenho ainda quando Prefeita eu vi também a reforma agrária sem a água, lutando para levar água para aqueles assentamentos numa luta inglória, difícil, desesperançosa.

Então, eu estou aqui para dizer, o que nós queremos. Nós queremos é que o São Francisco, que eu não sei quem teve a iluminação de colocar esse nome São Francisco [interrupção de áudio] o santo da generosidade, o santo dos pobres, se faça esse projeto

que é projeto de solidariedade. Brasil, o Brasil solidário é água para quem precisa, para desenvolver também pequenos projetos que gere renda, emprego, vida, água viva [interrupção de áudio].

Finalizando, só para finalizar dizer, que trago aqui uma carta do nosso, do Arcebispo, Bispo Dom Heitor Sales, irmão do cardeal Dom Eugênio Sales que gostaria, não sei se é possível, acho que já extrapolei o tempo, de lê-la. Ele preside o comitê em defesa da transposição do rio São Francisco no meu Estado. Mas já que o tempo está curto, eu passarei a Mesa e gostaria de dizer. Dom Heitor ao lado de Dom Eugênio, são Defensores sabe por quê? Porque eles são do Acari, da região lá do seridó que também falta água, eles também sentiram quando criança o que era ter um copo de água salobra por dia e ele faz esse depoimento aqui na sua carta. Fica para que seja registrado nos anais dessa Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. [interrupção de áudio]

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULPICY (PT-SP): A solicitação de V.Ex^a será atendida. Tem a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados. Dom Cappio, eu não o conhecia pessoalmente, já tinha visto a sua imagem muitas vezes em fotografia e em vídeo, e guardo do senhor a imagem de um homem santo, de um homem que pode provocar emoções, que pode como os atores que aqui se fazem presentes, fazer opinião.

Deputado Ciro Gomes, V.Ex^a foi Governador quando eu fui Governador, V.Ex^a como o Senador Tasso Jereissati, uma vez e a Prefeita Rosalba transmitiram aqui emoções. Dom Cappio, aqui ninguém tem o direito de fingir, principalmente se se trata de emoção. Eu fui Governador com 36 anos de idade pela primeira vez e no meu primeiro Governo eu enfrentei na largada do Governo, eu era quase um menino, tinha 36 anos, pouca experiência, tinha sido Prefeito e Governador. Na largada do Governo eu enfrentei uma seca pesadíssima, seca de 82/83. O senhor me parece um homem santo e deve como eu, deve ter já convivido com as dificuldades do homem do campo, principalmente dos mais pobres.

Dom Cappio, eu como o Tasso, como Rosalba, como o Ciro, como tantos que aqui falaram, como o Marconi, tem a experiência da convivência com a seca do Nordeste. Dom Cappio, pior do que não ter a água é não ter a certeza da água. Eu me lembro muito bem da seca de 82/83 e da amargura que eu passei na cidade de Santa Cruz, que era a capital da região do Trairi, eu desloquei metade do Governo para lá para

tentar sobreviver as pessoas. Não era um pé de coentro, não é uma plantação de nada, era a sobrevivência de pessoas, era homem, mulher e menino, moços e velhos. Eu digo isso porque esse debate democrático que o Congresso proporciona tem que produzir efeitos sobre a consciência de todos, dos que pensam a favor e dos que pensam contra. E as emoções que cada um de nós viveu, sejam os atores, sejam os políticos, têm que ser percebidas por cada um de nós para que nós busquemos o melhor para o país. Não se está aqui buscando o convencimento pelo simples convencimento. Está aqui se buscando o melhor para o país. O que é que se está querendo com a transposição do São Francisco? Garantir a certeza da água. A barragem de Santa Cruz existe, está cheia, mas existe e está cheia hoje, amanhã ela pode não estar cheia, ela não pode ter água de beber nem água de irrigar. A barragem de Santa Cruz que fica no Município de Apodi no meu Estado é beneficiária direta do Projeto de Transposição do São Francisco. Se eu tivesse uma alternativa para garantir a certeza da água da barragem de Santa Cruz eu seria sensível aos argumentos que aqui colocados contra a transposição, mas eu não tenho alternativa nenhuma, eu só tenho essa e mais nenhuma. Eu não tenho como transpor água do rio Tocantins para o Nordeste, dá para transpor do Tocantins para o São Francisco e do São Francisco redistribuir. Então, eu tenho que me costurar com as minhas próprias linhas, eu tenho que encontrar a saída. “Ah, vou aproveitar melhor as águas da barragem do Castanhão, da barragem do Açu”. E se ocorrerem como já ocorreram tantas vezes três anos de seca? Esses açudes vão chegar ao seu nível crítico e não vai ter água de beber. A cidade de Santa Cruz, não é da barragem que eu acudi como Governador passada a seca teve uma solução, uma barragem perto da cidade. [interrupção de áudio] Esta barragem que acumula água se você não tiver alimentação permanente para ela, ela seca. A solução que foi dada não é a solução que garante, com certeza, a água. Para garantir com certeza a água, é preciso Projeto de Transposição do São Francisco que não garante água de irrigação e água de beber o tempo todo. De beber sim, de irrigação só se tiver. É um processo de fusível que se coloca ao projeto, água de beber e aí vai a carga de emoção dos que falaram, água de beber, é garantida inverno, verão, ano sim, ano não, todos os anos. Água de transposição para irrigação não, só se tiver.

O que eu gostaria de que nós raciocinássemos sobre isso e veja bem, aqueles que são contra a transposição precisam sair daqui convencidos que são contra à única solução que o Nordeste que passa sede tem para resolver o seu problema.

Dom Cappio, eu quero fazer uma proposta, o senhor faz opinião, o senhor é uma homem santo, eu lhe respeito, eu sou amigo de grandes figuras da igreja que pensam diferentemente do senhor, mas não vou usar isso como argumento. Eu queria ver se sensibilizava o senhor com o seguinte. Primeiro. Se tivéssemos uma alternativa para matar a sede das pessoas do Nordeste mais seco eu estaria cavalheirescamente me sentando na Mesa de negociação com o espírito de encontrar saída. Não tem.

Segundo ponto. O projeto é feito para garantir a certeza da água levando água do São Francisco para encher os reservatórios que já existem [soa a campainha], já encerro. Ou com a construção de outros reservatórios que vão garantir a perenização de rios. Rio perene em Nordeste seco é água certa. Rio perene é feito com barragens sucessivas que estão partes feitas e partes vão ser feitas alimentadas pela água do São Francisco que só vai vir para garantir o fluxo da água de beber, de irrigação quando puder. Mas que concordem comigo. Vamos... ensarilhe as armas, vamos permitir que o projeto continue fazendo... em rodovia, Marconi, em rodovia, Ciro, muitas vezes você começa a estrada do começo para o meio e do fim para o meio. Por que nessa obra não podemos fazer pelo menos um pacto de entendimento agora, de fazermos, Dom Cappio [interrupção de áudio] [soa a campainha] ao nordestino mais pobre que está enxergando nesse momento a oportunidade de encontrar uma solução na disputa de nordestinos com nordestinos. Por que a gente não completa as obras previstas no projeto? A barragem de Oiticica, por exemplo, no meu Estado que vai perenizar o rio Apodi que vai dar a certeza da água para uma imensa região como a do seridó que hoje está ameaçada de sede. A cidade de Caicó, a cidade de Currais novos, a cidade de 30, 40, 50 mil habitantes, 80 mil habitantes estão passando sede. A barragem de Oiticica que faz parte do projeto feita seria o projeto do fim para o meio, garantiria, pelo menos, uma solução para a sede daquela região e daqueles Municípios. As obras...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Peço a V.Exª que conclua.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Estou encerrando. As obras que signifiquem a certeza da água de beber, a certeza da água de beber não serão objeto de discussão. Porque se o forem vai se estabelecer uma disputa de brasileiros contra brasileiros em torno de uma causa que ninguém pode ser contra, que é matar a sede do povo. Vamos encontrar o caminho da discussão, de se fazer aquilo que é importante na ponta do projeto e ver com racionalidade, somando as inteligências para encontrar o caminho da solução para

que os mais pobres não paguem o pato de uma discussão que não pode ir tão longe. Não pode passar, Dom Cappio, por greve de fome, nem por discurso inflamado inconseqüente, nem por uma coisa nem outra.

Eu gostaria que esse encontro, que reunião tantas pessoas importantes, resultasse pelo menos nesse momento de reflexão para que pudesse [interrupção de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Senador Agripino...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Já encerro. Para que pudéssemos encontrar caminhos de solução através de atitudes que ninguém seria capaz de contestar, mas que estariam viabilizando a solução para a sede do Nordeste pobre.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Senador Inácio Arruda tem a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Cadê o Sibá?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Está em seguida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, convidados que acompanham essa audiência pública nesse momento, eu considero um esforço, quer dizer, mais um esforço grandioso de debate público sobre o tema da transposição. Eu sou lá do Ceará, Estado do Ceará. Eu sou de Fortaleza. Nós temos examinado os anais da história. Desde o ano de 1847 que se discute no nosso Estado como minimizar. Minimizar, não é resolver, de forma absoluta esse drama que vive a população nordestina. Minimizar. Ciro disse aqui, nós não queremos a redenção porque não é, seria enganoso alguém chegar e dizer: Com esta obra ok, está tudo resolvido. Não é verdade. Tem muita coisa para fazer após essa obra. No Ceará, eu digo aqui, Tasso falou aqui para todos nós. Eu sou oposição a esse Governo e eu fui oposição ao Governo dele, embora, tenha participado no primeiro instante para elegê-lo, mas depois ficamos na oposição. Fui oposição também ao Governo de Ciro. Quantos embates nós realizamos. Mas havia uma coisa que nos unia, quer dizer, garantir água para o povo do Nordeste, para o povo do Ceará, nascido em cima de uma pedra no semi-árido, ah, isso não podíamos nos dividir, nunca, jamais. Nós podíamos brigar nas nossas posições políticas, ideológicas, nesse campo nós podíamos arengar à vontade, mas na defesa intransigente do interesse do povo do Estado Ceará aí não, e assim eu acho que é a Paraíba, o Rio Grande do Norte, pegar essa região toda dos Inhamuns no Ceará, pegar essa região toda do sertão central Cearense, uma região

de pedra onde a água não consegue se armazenar minimamente em lugar nenhum, praticamente. Caiu a chuva ali desce tudo para o mar, mesmo na região Ibiapaba, onde você pode armazenar um pouquinho, as águas nossa bate no Ibiapaba e cai para o Piauí, para perenizar, ajudar a perenizar o rio Parnaíba. Não ficam na nossa região.

Então, nós corremos por todos os meios, para todos os lugares, para buscar minimizar este efeito. Água para beber, para o povo beber. Porque água para o povo do Nordeste beber e para o povo do Ceará beber tem impacto econômico gigantesco. O povo do Ceará bebendo água, tendo água garantida, tendo essa garantia não vai sair correndo para o Norte, para o centro-oeste, para o sul. Ele tem meios, um dos meios mais vitais para sobreviver na sua região que é água para beber. Isso tem um impacto econômico sem igual. É uma garantia absoluta de que ali eu posso efetivamente sobreviver.

Então, esse é o efeito que nós temos que raciocinar sobre ele. Depois vamos examinar a obra, vamos examinar a questão da revitalização do rio São Francisco. Sinceramente, é despropositada essa discussão. Sinceramente. Vamos examinar no tempo, na história. Quando é que recebendo os royalties da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, desde o seu nascimento, desde o seu nascimento que se recebe royalties dessa companhia [soa a campainha] pela geração de energia elétrica, porque nesse tempo todo não se revitalizou o São Francisco? Pelo amor de Deus. Por que não se recuperou a mata ciliar? Por que não se fez as obras de saneamento necessárias nessa região? Agora e é para efeito simbólico mesmo, é para efeito... não é de redenção, é para efeito simbólico. Agora que se quer tirar uma cuia d'água do São Francisco, para despejar numa região enorme do Nordeste Setentrional se cria uma polêmica que nem o Inferno de Dante seria capaz de retratar. Sinceramente. Sinceramente. Eu digo Inferno de Dante porque foi encomendado pela igreja. P fica o assunto resolvido. Sinceramente, não há no tempo uma injeção de recursos maior no trabalho de revitalização do rio São Francisco [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Não há no tempo uma injeção de recursos maior para a região do que está acontecendo agora com o projeto de interligação de bacias. Esse filete d'água destinado para essas regiões. E o que é que isso significa lá para o meu Estado do Ceará? Significa que a barragem de Arneirós, lá em cima nos Inhamuns não precisa jogar água no Orós, nem do Castanhão para o Castanhão jogar em Fortaleza. A água de Arneirós pode ficar para sua região. Então mesmo que a água do São Francisco chegue no Castanhão, que diríamos, é para o mesmo lugar, é para

os mesmos, mas o Arneirós não precisa soltar mais água de lá para cá para abastecer o Castanhão para abastecer Fortaleza para abastecer a região Metropolitana. Então, a água do São Francisco está indo para cima também, indo lá para locais onde [interrupção de áudio] porque o próprio Orós pode jogar água para adutoras até subindo. Você bombeia para cima para atender Municípios enormes, são populações urbanas enormes. Não é população difusa. População difusa tem outros projetos com apoio do Governo, com apoio das instituições nacionais que estão em curso. Estão aí a cisterna de Baça(F) com a ONG ASA do Nordeste aplicando recurso do Governo Federal, dinheiro do Governo Federal. Então, a água lá da população enorme de Iguatu e outras regiões pode ser atingida por Orós. O Castanhão mesmo pode jogar parte dessa água subindo para poder garantir a sobrevivência dessas populações acima. Eu imagino que só quem não teve que pegar uma picareta para arrombar um cano da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará para ter água em Fortaleza é que não compreende o impacto que tem a interligação de bacias. Tem outras alternativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Existem outras alternativas, concluo, Sr. Presidente. Existem outras alternativas, elas se somam, elas não se separam, elas não se inviabilizam. Uma não pode inviabilizar a outra, a ligação de bacias do São Francisco, essa cuia d'água, uma tomada de água ali depois de Sobradinho que regulariza esse rio, que não fosse essa regularização, talvez, sim, talvez o rio estivesse em situação muito pior. Essa tomada d'água não inviabiliza o programa de cisterna de Placa, não inviabiliza nenhum outra alternativa no Nordeste brasileiro. Mas jamais pode-se argumentar que tendo outra alternativa essa seria impossível de se praticar argüindo que a água vai para os ricos, vai para os latifundiários, vai para os milionários. Lá no meu bairro, companheiros, para atender o povo da população pobre do bairro que eu nasci na cidade de Fortaleza essa água chega e é importante para o nosso desenvolvimento. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Heráclito será o último.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tenho a palavra, Presidente? Muito obrigado. Senador Supply que preside essa Sessão, em primeiro lugar eu quero parabenizar V.Ex^a pela iniciativa, acho que foi muito acertado. Acredito que número significativo de

peessoas devem estar assistindo a TV Senado, nesse momento, dado a riqueza da conversa que nós estamos a realizar aqui.

Conversei vários momentos aqui na Casa, especialmente com o Deputado Ciro Gomes, tirando dúvidas pontuais do projeto porque não sou versado no projeto, procurei algumas informações, é claro. E somente agora que desejo conhecer profundamente. Mas mesmo assim, desde um ano atrás, quando nós tivemos os primeiros grandes debates na Casa sobre transposição do São Francisco, eu perguntei a alguém da ANA, da Agência de Águas, que pudesse me dizer onde é que eu poderia visitar uma experiência de transposição, e fui aconselhado a ir no Rio de Janeiro. Foi lá que eu conheci a experiência do rio Paraíba do Sul do Rio de Janeiro. Achei aquilo muito interessante porque é um rio menor, esqueci o nome dele, que passa numa cota de 50 metros mais alto do que a própria cota do rio Paraíba. E naquele ponto de 50 metros é feito uma transposição da água que consome naquele momento cerca de 120 megawatts. Constrói-se um lago, é um lago natural de altitude, do qual tem cerca de 180 metros de profundidade, que a água que abastece 98% da população da Grande Rio de Janeiro, é uma água tão pura, tão pura que a Companhia de Águas me disse que adiciona simplesmente o cloro. É uma água praticamente própria para o consumo humano. E nisso tudo me fez lembrar que se imaginemos um Estado de guerra e alguém joga um veneno, uma coisa naquele manancial, o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro estará com seriíssimos problemas de abastecimento.

Outra coisa que me chamou a atenção é que nesse debate da solidariedade, esse é o nome que eu estou usando, de água do rio São Francisco para outros nordestinos, um rio quase que eminentemente nordestino para outros nordestinos, eu quero comparar Deputado Ciro Gomes com o Sistema Nacional de Energia Elétrica de hoje. O que o Sistema Nacional de Energia Elétrica de hoje faz? Que o Brasil produza energia elétrica de diversas fontes para que todos os brasileiros recebam também energia elétrica. E eu vou lembrar aqui a chamada Conta CCC. A Conta CCC é uma conta que todos os brasileiros pagam no consumo de energia elétrica um delta a mais na sua conta de energia para que a Amazônia, pasmem, que é uma das grandes produtoras de energia hidráulica possa receber energia elétrica nas áreas do qual os moradores não têm acesso ao fio convencional. Portanto, se paga um delta a mais na conta de energia para que aqueles que não têm energia de outras fontes receba energia da fonte térmica que hoje infelizmente é diesel. E que nós estamos num esforço muito grande para substituir

a fonte de diesel por outras fontes. Inclusive, agora o Jornal Nacional divulgou uma dessas riquíssimas experiências que eu me sinto orgulho de ter participado, que encontrei uma pessoa, um técnico aqui de Brasília que produziu um fogão a lenha, fogãozinho simples a lenha que gera energia elétrica. Levei para o Estado do Acre, e o Governador abraçou a idéia, e hoje nós temos as primeiras famílias do seringal do Xapuri tendo energia elétrica a partir desse fogão.

Então eu queria fazer essa comparação para dizer que o projeto, claro, não entendo na raiz dele, mas posso dizer, qualquer defeito que ele venha a ter vamos discutir no mesmo tamanho que nós estamos discutindo a situação da energia elétrica. Ele pode estar cheio de problemas, eu acredito nisso, mas tem um ponto que é o ponto fulcral do nosso debate que é de fazer com que um grande número de pessoas nordestinas que não têm água hoje receba a chamada água solidária.

Então, eu vou aqui acreditar nos números que me foram passados. Fiz a primeira pergunta, porque eu fiz essa pergunta lá no Rio de Janeiro. Qual a altitude, o ponto mais alto de onde a água vai chegar em relação a captação? 160 metros de altitude. Qual o volume de energia elétrica que se precisa para empurrar esta água até este ponto? Cerca de 300 megawatts. Quais os pontos de queda de água que é possível gerar também energia elétrica? Cerca de 170 megawatts. E qual o déficit da geração da própria energia. 130 megawatts. E de onde vem os 130 megawatts? Do Sistema Nacional. Quem vai pagar os 130 megawatts? Todo mundo! Todos os brasileiros vão pagar os 130 como pagam até hoje todos os megawatts consumidos de energia elétrica pelos amazônidas.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, porque sou hoje do Acre há 22 anos, mas sou nascido do Estado do Piauí, e falar um pouco da tristeza do sertão eu também vi, e fui visitar trechos lá, a usina de Xingó e vi alguns números que digo aqui, nobre Deputado [interrupção de áudio] quando uma pessoa que não é da área, fala de um número errado a gente até desculpa, mas um engenheiro eu não posso aceitar. Vi um número ali que diz: Que se tirar os 26 m3 de água do rio São Francisco, todas as usinas do sistema CHESF, [interrupção de áudio] cento e... me desculpe, mas vou resumir, em 100 megawatts. Aí eu faço a pergunta: Se 26 m3 de água naquela vazão vai poder perder 100 megawatts de energia, por que as outras captações que são feitas, que foi dito aqui de 80 m3 para irrigação num ponto, 60 noutro, somados, não já faliu todas as usinas, então, do rio São Francisco?

Portanto, eu fico pensando nessas coisas, está na hora da gente botar o pingão nos is. [palmas] É pre-

ciso colocar o pingo nos is. Uma coisa é certa, tem problema? Pode ter problema. Mas o Governo enfiou sim no projeto a idéia da revitalização do rio, e eu sou testemunha disso, acompanhei no debate. Está colocado sim que não responde pelo Atlas que a Agência de Águas construiu que ele vem complementar a idéia da transposição avançando um pouco mais nos pontos que a própria transposição não vai chegar e mesmo assim ainda vai ficar pessoas...[interrupção de áudio][soa a campainha] nem de uma fonte, nem de outra e que, portanto, vale todas as iniciativas, como eu pessoalmente estou trabalhando, todas as iniciativas no sentido da energia elétrica, eu gostaria muito que nós pudéssemos abrir o debate, de que todos os engenheiros, os intelectuais brasileiros, emprestem a sua inteligência para que resolva definitivamente o problema da seca do Nordeste brasileiro.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, senhoras e senhores, eu represento Minas Gerais, e mineiro por natureza ele é desconfiado e 70% da água do São Francisco sai de Minas Gerais. Então, nossa cautela é evidente que nós sabemos bem a necessidade que tem o Nordeste, o mineiro sempre teve a característica também da solidariedade, de entender a importância de um Brasil igual, não termos uma região desenvolvida, outra sem desenvolvimento, isso tudo nos passa à mente uma maneira de ver esse assunto com mais calma. O assunto é de discussão política, é de discussão romântica até em alguns momentos. É uma polêmica que divide sim, dentro dos partidos não tem unanimidade, nenhum partido tem uma posição, todos os partidos têm uns de um lado, outros de outro. De maneira que eu queria aqui botar algumas questões pontuais. Não contribui nada algumas falas que foram feitas aqui que... eu prefiro debitar no excesso, no entusiasmo, “está faltando democracia”, disse bem o Tasso Jereissati. Tá faltando democracia, não. Eu também assisti vários desses debates, foi muito difícil retornar a democracia no Brasil, o Brasil vive felizmente um Estado Democrático pleno. “Está faltando coragem aos homens públicos”. Não está faltando também não. O homem público apanha muito. Apanha demais da conta. É muito fácil xingar homem público. O homem público tem muita coragem, coragem até demais. Tem coragem muito para enfrentar os problemas que existem no país e que são presentes. Assim também é que eu acho que a gente tem que deixar de lado essa coisa de nunca nessa história do país. E aí eu vou

entrar no que meu interessa mais que é a questão da revitalização. Não é verdade que nunca na história do país se fez uma revitalização, está fazendo agora. Eu na vejo isso lá em Minas Gerais. 70% da água vem de Minas Gerais, as cidades mineiras tem carência de tratamento de esgoto, tem carência de abastecimento de água, mesmo aquelas que são ribeirinhas ao rio São Francisco. Nós temos problema de assoreamento, temos problemas nas matas ciliares que precisam ser plantadas e replantadas. Nós temos, portanto, a busca da revitalização. É fundamental que para que a água chegue, ela tenha a garantia da renovação. E para essa renovação precisamos de ter revitalização de fato. Eu até ouvi aqui o representante do Governo Federal falando que tem uma série de ações nessa área. Vamos esperar para ver. Eu não tenho visto tanto.

Outro ponto é a questão da outorga, mas o Ministro Ciro Gomes, meu amigo particular já me deu informações contestando, porque outra questão é que nós mineiros queremos, porque se tiver toda essa outorga para a transposição, a informação é de que nós não poderíamos mais fazer nenhum projeto de irrigação em Minas Gerais porque a outorga estaria coberta, mas o Ciro disse que não, que não é bem assim, então vamos verificar esses outros números. A questão de quem é beneficiário ou não, acho que é muito bom colocar aqui o que é correto. Esse projeto não é para acabar com a seca, com a sede, é um projeto que tem um interesse econômico, mas também não vai atender 12 milhões de pessoas não. Às vezes fala 12 milhões. Os números que nós temos fala de 3 milhões e pouco, a população que realmente que vai ser beneficiada pela água. Esses são os números que nós temos levantados por Minas Gerais.

A questão também da vazão, a vazão 26 m3 por segundo, é vazão mínima, pode chegar a 127 m3, então não é bem assim, 26. Ah, mas vamos transportar 50 m3. Tá bem. Como vai fazer para garantir esses 50 metros? Vai soltar mais água de Três Marias, vai esvaziar o lago de Minas Gerais, vai fazer um processo desse para poder garantir a água? É outro problema. A gente tem...

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na cheia, diz o Ministro Ciro. Então o que é importante [soa a campainha] que nós queremos ver é realmente a questão toda da revitalização. Esse é o ponto fundamental para que possamos ter a água disponível para um projeto como esse. A questão do peixamento, o rio já foi muito mais piscoso do que é hoje, ele já deu vazão aos moradores da região com muito mais intensidade a fome através da alimentação de peixes e hoje nós

temos um rio que é poluído, que tem riscos de morrer sim, que tem a questão toda do assoreamento, a revitalização é fundamental. E vamos realmente caminhar num processo que eu espero que seja um pouco menos acalorado, que seja mais dentro da realidade de números, de dados, continuarmos a discussão é importante um pouco mais técnica que nós possamos ter de maneira que tenhamos argumento de um lado, argumento de outro [interrupção de áudio] é um ponto importante. A nossa posição, a posição dos mineiros é uma posição contrária sim, mas é uma posição contrária, como eu disse bem da nossa natureza de desconfiar. Nós queremos ver primeiro. Talvez seja um bom caminho essa questão de um primeiro trecho ser feito, depois se discutir o segundo. Aí você teria só uma primeira, uma vazão sendo liberada, não a totalidade prevista já que a obra está se iniciando. Mas é tempo ainda sim de fazer os ajustes necessários. Muito obrigado. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Finalmente o Senador... muito obrigado. Finalmente o Senador Heráclito Fortes, em seguida proponho que demos, possamos ouvir a conclusão depois dos oradores uma brevíssima palavra de Dom Luiz Flávio Cappio para encerrarmos a Sessão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, autoridades aqui presentes, senhores debatedores. Após de uma manhã toda de proveitosa audiência pública, nós chegamos à primeira conclusão de que este é um projeto polêmico, [ininteligível] e nem poderia ser.

Vimos desfilar aqui opiniões das mais diversas, defesas convincentes, uns contra e muitos deles também com argumentos fortes, mas eu quero em primeiro lugar eu quero Eduardo Supply que preside esta Casa parabenizar o Dom Cappio. Não entro no mérito do protesto que ele fez, mas entro no resultado do protesto. Foi exatamente esse protesto que proporcionou a discussão aqui e agora no Congresso Nacional... e trouxe para cá esse debate para que amanhã e para que no futuro ninguém diga: Eu não sabia. Os que defendiam e os que eram contra. Porque é preciso que aconteça exatamente o que está acontecendo agora essa discussão.

Eu sou de um Estado que não se surpreende quando vê projetos impactantes dessa natureza? Eu sou o Nordeste do Nordeste, o refugio. E era natural que o Piauí não fosse sequer olhado nessa questão. Mas eu quero lembrar que o primeiro projeto envolvendo a transposição do rio São Francisco vem da década de 30 e era de autoria de um geógrafo chamado... engenheiro geógrafo chamado Jurandir Pires Ferreira

e alegava que seria feito por gravidade tornando bem mais barato. Nós todos esperamos muito. Aí o Mão Santa que o diga. Nada. Agora vem-se com esse novo projeto, produto da verdade, de discussão de vários Governos. Mas é bem verdade também que nem todos os Governos estudaram o mesmo projeto. Nós tivemos Governo que defendia um caminho, outro que defendia outro caminho e espero que os técnicos em algum momento tenham razão. A única coisa que eu acho, Senador Jarbas Vasconcelos é que como sempre o Governo Brasileiro adianta o carro, leva o carro a frente dos bois. Nós temos, por exemplo, e me permita entrar na sua seara, em Petrolina, Projeto Integrado de Irrigação que está paralisado pelo menos há 5 anos, salvo engano Pontal, e vários outros. Mas eu me preocupo com uma coisa muito séria, Senador Supply. E acho que V.Ex^a tem aventureiro, corajoso como é, levado esse encontro com uma decisão parlamentares percorrer o rio São Francisco, das suas nascentes à sua foz. Eu digo isso porque me preocupa muito, quem sobrevoar os... Deputado Ciro como Ministro deve ter sobrevoado as nascentes do São Francisco, vai ver... andando um pouquinho, vendo aqueles filetes se integrando, vai ver a situação de degradação que elas se encontram. Mas eu falo isso... [soa a campainha] e acho que o Governo Federal tem a obrigação e o dever... [soa a campainha] de tratar as águas brasileiras com mais carinho. Eu sou de um Estado e o Sibá também que tem o rio Parnaíba morrendo. Morrendo por desatenção de Governo, por agressão do homem. Nós temos o rio Gurguêia que dá nome a um vale que é dos mais férteis do Brasil. Nós temos o rio Longá, o rio Puti que é uma dádiva do Ceará, do Ciro Gomes, do Tasso, nós temos o rio Guaribas e todos sem nenhuma exceção, estão morrendo a começar das suas nascentes, exatamente por descaso e por falta de quem melhor cuide dele.

Exatamente por isso [interrupção de áudio] [soa a campainha] chamar atenção para as prioridades nesse país. Nós não podemos permitir a começar do próprio São Francisco. Perguntem aos ribeirinhos, aos que habitam nas nascentes a situação desse rio ao longo dos anos. E eu quero crer que esse projeto uma vez realizado seja para séculos, não seja apenas um projeto temporário. E se não for cuidado a sua nascente o Velho Chico sucumbe e esse projeto vai ficar aí a dever, como fica a dever, por exemplo, o rio Parnaíba que era navegável e que transportou na minha infância a riqueza do meu Estado e que hoje durante grande período do ano você atravessa tristemente em Teresina a pé e vai a Timon já no Maranhão. Guariba, Canindé, que no passado deu tanta riqueza e hoje dá frustração aos homens.

Portanto, é preciso que antes da ambição, da pressa haja cautela. Não sou técnico. Estou falando com o sentimento de quem vê os rios da minha terra, do meu Estado ano a ano morrer. Concorde quando se diz aqui que não se pode deixar em dúvida a boa intenção de muitos, quero crer, meu caro Deputado Ciro Gomes. Sei da sua intenção. Sei da intenção do Marconi Perillo, [interrupção de áudio] sei da intenção de muitos, mas não vamos faltar com a verdade para o país. Esta transposição é mais sonho das empreiteiras brasileiras do que da fome e da sede do nordestino. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPICY (PT-SP): Senador Heráclito Fortes, agradeço de ter passado a Presidência, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Acho que será importante que possamos os Senadores fazer uma viagem de conhecimento do rio São Francisco. Eu em 1974 fiz uma viagem quando havia ainda aquele barco que transportava e eram tantas as pessoas, tanto da população, mas também estudantes que vinham para conhecerem o rio São Francisco, e quem sabe possamos de fato alguns Senadores. Mas para fazer uma viagem bem feita avalio que será necessário mais do que uma semana, quem sabe um mês, quem sabe o mês de junho... perdão. No mês de julho... no mês de julho, agora temos um recesso apenas de 15 dias, mas pelo menos por duas semanas fazer esse trabalho.

Eu... se todos tivermos de acordo, passaria agora a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio para que possa fazer a sua saudação final e a avaliação do debate que tivemos para encerrarmos os trabalhos. Está bem assim?

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Eu vou usar não mais que um minuto, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPICY (PT-SP): V.Ex^a depois de tantas observações tem o direito de se expressar, com certeza.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Todos hão de convir comigo que neste dia 14 de fevereiro de 2008, nós tivemos aqui no Senado Federal e através da TV Senado em todo o território nacional um imenso momento de cidadania que realmente colocamos as grandes questões nacionais e de um modo especial o semi-árido brasileiro no centro das nossas atenções.

Agora, eu só sinto, Senador, que foi exatamente isto que nós pedimos ao Sr. Presidente da República por ocasião do encerramento do nosso primeiro jejum, aquele acordo que foi feito entre nós, sociedade civil e a Presidência da República representada na época pelo Ministro Jacques Wagner, de se abrir um amplo

e profundo diálogo antes do início das obras. Isso foi o acordo feito. E nós acreditamos nesse acordo e por isso encerramos o primeiro jejum. Mas infelizmente esse diálogo que hoje tivemos uma experiência concreta aqui e agora tão bonito, tão profundo, tão amplo, que gostaríamos de ter feito antes do início das obras, não aconteceu. E isso que deu origem ao segundo momento de jejum e que teve a sua força para gerar este momento cidadão.

Infelizmente as obras já se iniciaram. Infelizmente também usando, utilizando o Exército brasileiro para concretizá-la. Eu diria: Será que é esta a função do Exército brasileiro? Apoiar um projeto tão polêmico quanto este? Será que nós não precisaríamos mais de consenso? E eu faria uma proposta: Será que nós e não seria mais interessante e aí eu coloco este problema para as Forças Armadas Brasileiras, será que não seria mais interessante colocar as Forças Armadas no caso, concreto, o Exército brasileiro a serviço da revitalização da bacia do rio São Francisco e de outras bacias que como a bacia do rio São Francisco estão num processo de morte? Que são exatamente estes os projetos nos quais todos nós concordamos e que existe um consenso nacional. Aí está a proposta para o Exército brasileiro, de colocarmos as forças que eles têm em mãos a serviço de algo que é consenso de todos.

Então, eu quero mais uma vez agradecer Sr. Senador pela a sua iniciativa, agradecer o acolhimento do Senado Federal de ter proporcionado este momento, e parabenizar a todos nós brasileiros que somos capazes, embora com opiniões diferentes, mas colocarmos com liberdade aquilo que pensamos. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPICY (PT-SP): Muito obrigado Dom Luiz Flávio Cappio por sua colaboração na realização deste debate. Quero muito agradecer ao Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, ao Deputado Federal e ex-Ministro da Integração Deputado Ciro Gomes, ao Deputado Federal Marcondes Gadelha, ao Sr. Luciano Silveira da Articulação do Semi-Árido Brasileiro, a João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Sr. Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, ao professor Paulo Canedo de Magalhães da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Sr^a Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia, ao ambientalista José Henrique Cortez, ao Prof. João Abner Guimarães da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Prof. Paulo Heringer Lisboa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, ao Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano de

Defesa e Integração das Bacias e Transposição das Águas do São Francisco, a Dom Tomas Balduino, Bispo emérito de Goiás e aos membros do Movimento Humanos Direitos ou direitos Humanos, aos queridos Osmar Prado, Carlos Vereza, Letícia Sabatella que aqui também contribuíram tanto, inclusive, com a emoção que foi que não foi uma representação, foi resultado da interação verdadeira que nós tivemos hoje. E eu espero, caro Ciro Gomes, Dom Luiz Flávio, que possa surgir uma luz. Que esse debate possa significar um passo. Quero aqui dar o meu testemunho. Hoje nós tivemos aqui um debate civilizado, as pessoas se respeitaram, houve momentos até de emoção, de muito envolvimento, mas isto significa a história de vida de cada um e, sobretudo, o respeito para todos. Então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Senador Suplicy, a curiosidade é geral e eu lhe confesso. Essa Sessão não terminaria na dúvida. Todos querem saber claramente qual é a sua posição, contra ou a favor?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu sou a favor do rio São Francisco, rio da unidade nacional... e eu como Presidente do debate eu vou seguir a sugestão de V.Ex^a. No mês de julho eu irei percorrer as águas do rio São Francisco, vou parar na Barra para conversar com o povo de Dom Luiz Flávio Cappio e acompanhar de perto para ver se, então, consigo chegar... Mas numa coisa eu estou certo, que é importante a revitalização do rio São Francisco 100% de acordo todos estão que é importante se assegurar à população ribeirinha, aos quilombolas, aos índios, a todos aqueles com quem o Dom Luiz Flávio Cappio dialoga, que efetivamente se beneficiem deste projeto também. Acho importante a informação que nos deu o Deputado Ciro Gomes, de que há três quilômetros para um lado, três quilômetros para outro, isso está reservado para assentamentos e de Reforma Agrária e que a população, portanto, deverá ser beneficiada e tantos outros detalhes com os quais, que pudemos aprender hoje. E água para a agricultura.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pois não. Nós temos que encerrar. V.Ex^a tem a palavra na hora...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Dois minutinhos só, eu não pude participar antes da Sessão, estava em outro compromisso, mas quero cumprimentar V.Ex^a bem como a todos que participaram, especialmente ao Frei Dom Luiz Flávio Cappio, que é uma pessoa que eu conheço há muitos anos, militei na juventude cristã junto com ele, aprendi mui-

to. É para mim uma referência de homem de fé, de homem de bem, de exemplo de vida e de liderança a ser seguida.

Esse depoimento é importante que eu o faça, já o fiz outras vezes aqui quando ele estava em greve de fome. Sou um grande admirador e sei que estou tratando com uma pessoa que é uma pessoa santa, uma pessoa de bem, e por isso ele tem da minha parte todo o respeito, credibilidade e apoio na sua luta e a ela quero me associar. Parabéns.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Senador Raimundo Colombo, muito obrigado. Está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h15.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DO ANO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e um de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUP LICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO**. Justificou a ausência a Senadora **SERYS SLHESARENKO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica que está a disposição dos Senadores, na Secretaria da Comissão, as seguintes respostas de requerimentos de informação: do Ministro de Estado da Defesa, sobre o vôo no qual foram deportados pugilistas cubanos; do Ministro de Estado da Defesa, sobre violação do espaço aéreo e invasão do território nacional por aeronaves das Forças Armadas da Venezuela e do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Ministro de Estado da Justiça, sobre o ocorrido com o senhor Jaques Brotchi, senador do Reino da Bélgica, no Aeroporto Internacional de Guararapes em Recife.

O Presidente comunica o retorno do Senador Fernando Collor à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e sua designação para compor a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, voltando a ocupar o cargo de Presidente daquela Subcomissão. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. **Item 01:** “Exposição do Senador Eduardo Suplicy sobre sua viagem ao Iraque ocorrida nos dias 16 e 17 de janeiro de 2008, a convite oficial do Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, Mahmoud Dawud Al-Mashhadani”. O Presidente convida o Senador Eduardo Suplicy e a Senhora Caroline Larriera para compor a mesa. O Senador Eduardo Suplicy inicia sua exposição. O Presidente passa a palavra ao Senhor Jalal Jamel D. Chaya, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque. O Presidente passa a palavra ao Senhor Hussein Ali Abdulhaqi Rammah, 3º Secretário da Embaixada do Iraque. O Presidente passa a palavra a Senhora Caroline Larriera. Terminada a exposição, o Presidente acusa o recebimento de relatos de passageiros brasileiros inconformados com o tratamento recebido durante “trânsito” no Aeroporto Internacional da Cidade do México. O Presidente comunica sobre os e-mails recebidos pela Comissão de várias Organizações Não-Governamentais e civis, solicitando ajuda para impedir a violência no Quênia. **Item 02:** Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a criação do dia de celebração da amizade Brasil-Argentina e dá outras providências”. Adiado. **Item 03:** Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “altera a lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências”. Adiado. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e dezessete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 9 HORAS E 57 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Rela-

ções Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, comunico que encontra-se à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras na Secretaria da Comissão as seguintes respostas de Requerimento de informações: Do Ministro de Estado da Defesa sobre o voo no qual foram deportados os pugilistas cubanos. Senador Suplicy, chamaria atenção de V.Exª para esse aspecto.

O pedido inicial feito ao Governo datava de 22 de agosto, e somente agora recebemos as informações. Ela tem caráter sigiloso, portanto, será entregue e lacrado a cada um dos Srs. Senadores. Porém, estou tendo o cuidado de remeter a cada um dos senhores, além da resposta de informação, uma matéria publicada pela revista Isto É, e o depoimento prestado pelo Ministro da Justiça a esta Casa, aonde as distorções sobre o fato são graves. Eu gostaria que os Srs. Senadores, membros dessa Comissão, fizessem a leitura do texto e analisassem para que nós pudéssemos então numa reunião em caráter reservado discutir essa matéria.

Do Ministro de Estado da Defesa, sobre a violação do espaço aéreo e invasão em território nacional das aeronaves das Forças Armadas da Venezuela. Informo que o documento é sigiloso também.

Do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Ministro de Estado da Justiça sobre o ocorrido com o Sr. Jacques Broti(F), Senador do Reino da Bélgica no Aeroporto Internacional dos Guararapes. Quero crer que foi um Requerimento feito pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Não é isso? Sobre uma denúncia de maus-tratos no Aeroporto de Guararapes. Não é isso? Já se encontra aí. Já foi encaminhado, inclusive, para o seu gabinete uma cópia.

Informo que o Senador Fernando Collor volta a integrar esta Comissão, depois de licença. E a partir de hoje volta a integrar a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre as mudanças climáticas, ocupando o cargo de Presidente da Mesa, conforme eleição ocorrida. Eu queria pedir apenas ao Senador Marco Maciel, bom que o Senador Pedro Simon esteja aqui. Acabei de comunicar que estamos remetendo em caráter reservado, sigiloso a resposta que recebemos, Senador Simon, do Ministério da Defesa, sobre Requerimento feito dessa Comissão a respeito do voo que deportou os cubanos, os boxeadores cubanos. Muito satisfeito a Comissão de Justiça está aqui por um aspecto muito simples. O Ministro da Justiça esteve aqui falando sobre o assunto. Há uma distorção muito grande no que

disse o Ministro na matéria... Numa matéria publicada por uma revista, se não me engano a revista Isto É, e na resposta do Ministério da Defesa a esta Comissão. Eu gostaria que... Senador Simon, Senador Marco Maciel, membros da Comissão de Constituição e Justiça, esse assunto fosse analisado por esta Comissão e nós pudéssemos ver que providência se deve tomar. Porque as distorções entre o fato e a audiência aqui prestada, a Audiência Pública prestada pelo Ministro, são grandes. De forma que eu estou remetendo em caráter reservado a cada um dos Srs. Senadores e gostaria que esse assunto fosse discutido nessa Comissão na próxima Sessão.

Convidar, logo após a ligação telefônica, o Senador Suplicy para compor a Mesa. Queria convidar para compor a Mesa a Sr^a. Carolina Larriera, esposa do Dr. Sérgio Cardoso de Mello. Vieira de Mello. Perdão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Também concordo com V.Ex^a. Agora, nós tivemos ontem a suspensão dos trabalhos, alguns Senadores foram ao Mato Grosso para o funeral do companheiro Jonas Pinheiro, e muitos não conseguiram retornar. Alguns, inclusive, que decolaram de Cuiabá ontem, após a nossa decolagem tiveram que tomar outro destino, tendo em vista as chuvas que caíam sobre Brasília. De forma que eu espero que os Senadores estejam se deslocando para cá. Agora, acho que apesar da pouca presença no momento, a importância do registro do Senador Suplicy será grande para esta Comissão.

Como já foi anunciado, esta primeira parte destina-se a uma exposição que será feita pelo Senador Eduardo Suplicy, sobre a sua viagem ao Iraque ocorrida nos dias 16 e 17 de janeiro de 2008. A convite oficial do Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, Mahmoud Dawud Al-Mashhadani. Estou certo?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Al-Mashhadani.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Al-Mashhadani. Muito obrigado. Sendo assim convido o Senador Suplicy para fazer uso da palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr. Vice-Presidente, Senador Eduardo, eu quero muito agradecer esta oportunidade e o apoio que V.Ex^a me deu para que eu pudesse estar realizando, também Senador Eduardo Azeredo, nesta viagem ao Iraque.

Quando o ex-Primeiro Ministro Ibrahim Al-Jaafari esteve aqui no Brasil, em Brasília, em março último, lhe contei como é que em 2003 eu havia sugerido ao

Sérgio Vieira de Mello, então designado Coordenador das Ações da ONU no Iraque, para que pudesse sugerir aos iraquianos que pudessem instituir ali uma renda básica de cidadania como uma proposta que pudesse colaborar para democratizar e pacificar o Iraque. E tendo em conta a maneira como ele teve de receptividade para essa proposição, ele disse que iria me convidar, e chegou o convite do Presidente do Conselho de Representantes do Iraque, o Sr. Mahmoud Al-Mashhadani, e inclusive eu iria, em abril do ano passado, depois em julho, em ambas as ocasiões o Ministério das Relações Exteriores, o Ministro Celso Amorim, também Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Executivo, sugeriram que eu adiasse, porque as condições ali do Iraque estavam extremamente perigosas. E eu concordei, até no dia que Samuel Pinheiro Guimarães conversou comigo dizendo que o Governo Brasileiro teria enormes problemas, se porventura, ocorresse algo comigo como Senador ali, no dia que ele conversou comigo foi exatamente o dia em que o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, assustou-se no Parlamento quando ele estava dando uma entrevista e uma bomba explodiu a 50m dele, na área verde, no Parlamento, e causando a morte de inúmeras pessoas. Mas, em outubro do ano passado, o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito, do Brasil no Iraque, mas que fica na Jordânia, na capital Amman, disse que esteve por três dias em Bagdá e que a situação estava melhor e que seria propício que eu então fizesse a visita em janeiro último, como tudo então foi acertado. E o Itamaraty avaliou que seria importante assegurar através da contratação de uma empresa de segurança do Reino Unido, privada, serviços que pudesse nos acompanhar. E quero dizer que houve uma diminuição do tempo de viagem que seria originalmente de três dias por causa do toque de recolher em virtude do feriado religioso Ashura que no ano passado, por ser um momento em que dez milhões de iraquianos saem às ruas para aquelas manifestações de autoflagelo, segundo as suas tradições, mas no ano passado ocorreram conflitos sérios entre sunitas, xiitas e avaliaram que seria melhor fazer um toque de recolher, o que significaria que ficássemos dois dias no combate, sem qualquer contato e seria caro e improdutivo. E como os dois dias que tivemos em contato com o Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, o ex-Primeiro Ministro Al-Jaafari, líder da coligação maior no Parlamento e que me recebeu com cinco Ministros de Estado, cerca de 30 Parlamentares, o Presidente da Alta Corte, ex-Ministro da Justiça de seu próprio Governo, mais de 40 autoridades e como os diálogos com o representante Staffan Demistura da ONU que substituiu Sérgio Vieira de Mello, o diálogo com o Ministro do Planejamento,

Ali Baban, e ainda os diálogos com cinco Ministros, com os Parlamentares e, sobretudo, com o Presidente do Conselho de Parlamentares, de representantes no Iraque foram todos tão positivos a ponto de ter-me dito o Sr. Mahmoud Al-Mashhadani, que o Iraque vai sim aprovar uma proposta de renda de cidadania, a exemplo do que já o fez o Brasil, que ele quer que eu volte ao Iraque para ajudar na tramitação, no debate. O Embaixador Bernardo de Azevedo Brito informou-me que a nossa visita foi no momento certo porque exatamente os iraquianos estão agora estudando as formas de destinação dos recursos advindos do petróleo, eu ali fiquei sabendo que o Iraque ultrapassou a Arábia Saudita como o País que tem o maior volume de reservas de petróleo conhecidas hoje no mundo, e estão, portanto, em condições de seguir o exemplo que lhes falei, sobre o qual lhes falei tão bem sucedido do Alasca que há 25 anos distribui dividendo igual para todos os seus habitantes que evoluíram de 300 mil em 1976 para 700 mil agora, e que fez do Alasca o mais igualitária dos 50 Estados norte-americanos.

Presidente Heráclito Fortes, se V.Ex^a tivesse vivendo no Alasca um ano ou mais, no ano passado teria recebido 1.654 dólares de cada um dos membros de sua familiarizo igualmente como direito de participar da riqueza daquele Estado. Quero até anunciar aqui que na Vila de Otiviero(F)--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, o quero tão bem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na Namíbia foi instituído agora neste ano um exemplo pioneiro numa vila de 1.005 pessoas uma renda básica de cidadania para todas as 1.005 pessoas também porque ali o Bispo Cameta e a organização que acredita tanto nesta proposta, como eu o faço e estou tentando persuadi-lo de ser também um soldado dessa causa, que venha a abraçá-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, eu tenho tanta estima por V.Ex^a, por que desejar que eu vá morar no Alasca? Eu que vim de uma região tão quente... Desejando um choque térmico. Não faça isso comigo. Escolha outro como exemplo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [risos] Pois bem. O meu desejo é que V.Ex^a se torne tão persuadido que diga ao Governador Wellington Dias, ao Prefeito de Teresina, e de todos os Municípios do Piauí que venha a instituir como nesta vila da Namíbia, mais pobre do que os Municípios do Piauí, venha a instituir uma renda básica como direito de todos os brasileiros. Esse é o propósito da lei que o Senado e o Congresso Nacional já aprovaram. O Presidente Lula já sancionou. E gostaria, Sr. Presidente, inclusive de apresentar a

todos, Sérgio Kalili, que acompanhou por risco e conta própria essa viagem e produzir um documentário e ao mesmo tempo fazer aqui um agradecimento a Sr^a. Carolina Larriera que quando soube que eu iria ao Iraque para fazer a proposta que Sérgio Vieira de Mello havia abraçado no início, em abril de 2003, e estava relatando e tentando persuadir aos membros do Governo iraquiano, inclusive conversou também com Paul Bremer III, que disse que acharia muito importante que pudesse os iraquianos seguir o exemplo do Alasca, pois bem, ela me disse que ficou emocionada, tocada com esta minha disposição e ajudou muito no diálogo, inclusive com... Recentemente com o Presidente José Ramos Horta, de quem ela é amiga pessoal, como era Sérgio Vieira de Mello, e gostaria de lhe transmitir, Presidente Heráclito Fortes, o Presidente José Ramos Horta a quem Carolina Larriera vai visitar nos próximos dias ali no hospital em Darwin, está se recuperando, e quando eu relatei isso ele me convidou a ir ao Timor Leste ao final de março para ali também explicar o Gabinete do Primeiro Ministro e ao Parlamento a proposta que fui apresentar para o Iraque.

Presidente, eu sugiro que possamos agora apresentar uma fita, um documentário que mostra como foi o diálogo, a viagem, os cuidados havidos em Bagdá nesta viagem, em janeiro último. E aqui agradeço muito o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães, e, sobretudo, Bernardo de Azevedo Brito, o Embaixador que me acompanhou conforme vamos ver no vídeo durante esta missão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está autorizada a exibição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Poderemos ver.

[exibição em vídeo]

>> **SENADOR EDUARDO SUPLICY:** Explicando ao Embaixador Bernardo de Azevedo Brito porque é que um País que adotar uma renda básica incondicional será mais competitivo em relação aos outros que não o adotarem. Estamos aqui vendo o Eufrates ou Tigre? Represas do Rio Tigre. Estamos chegando aqui na Mesopotâmia. [outro idioma] Olha, eu nas últimas semanas expliquei bastante ao Eduardo que é o Supla, ao André, casado com a Fernanda, e pai dos meus netos, Bernardo e Teodoro, também falei com o João, com a Maria Paula e com a Laurinha, a Maria Luiza e o João e a Maria Paula estão... Ter mais o meu quinto neto, e eu transmiti a eles e eles compreenderam, claro, estavam preocupados: "Pai, o senhor vai ao Iraque?" E eu disse a eles: Eu vou porque vocês sabem o quanto que eu acredito tanto na proposta da renda básica de cidadania..."

>> [música] Alguns meses atrás era muito comum ouvir falar que estrangeiro sozinho não viveria mais que meio-dia, circulando nas ruas de Bagdá. Ele seria um alvo fácil sobre uma terra [ininteligível] de um País que se encontra em plena guerra, são cinco anos seguintes que ela enterra. Desde o início da guerra do Golfo, 1.001 homens da segurança de empresas privadas foram mortos. Mais de 3.900 soldados do Exército Americano não voltaram para suas casas. Em média quatro soldados do Exército que formam as forças da coalizão perdem a vida diariamente. O Governo iraquiano e o Exército americano todos os anos se recusam fornecer todos os muros, a matança nessa terra é rotina. É um número bem maior do que se imagina. A pergunta que se faz está no ar: Quanto uma vida deve custar? Mais de 4 mil soldados perderam a vida no Iraque desde o início da guerra, em março de 2003. Desde 14 de dezembro de 2007, entre 80 mil e 88 mil civis perderam a vida.

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: Você veio de colete também?

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não. Você veio de colete?

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: Para vir do aeroporto... Na ora de ir embora vai pôr de novo. Então, esta aqui é a vestimenta que eu tive que usar juntamente com o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito para vir do aeroporto até chegar aqui na chamada área verde, Green Area. Que é muito protegida, e nós estamos agora dentro do... Que é o local onde eu com o Embaixador e os que nos acompanham ficaremos hospedados. Os quartos onde nós vamos ficar são muito simples, e eles são revestidos de sacos de areia que cobrem as paredes e as janelas, e na parte superior há também uma espécie de um telhado extra, porque se, porventura, caírem morteiros, então tem um telhado anterior e ainda os sacos de areia para proteger esta área onde ficam as pessoas aqui hospedadas, justamente para evitar que ocorram situações, tais como a explosão que aconteceu junto à janela onde estava o Sérgio Vieira de Mello, hoje eles têm uma precaução redobrada para que ninguém seja atingido novamente. A zona verde, até o que eu pude ver no presente momento, são ruas que são inteiramente cercadas por grandes muros, então não se tem vista para ver como é que são as casas, os edifícios, você vai de um muro até o outro, daí entra num portão que também é super protegido e cheio de seguranças, de um lugar para outro, e então como se fosse uma parte da cidade que é toda cercada de proteção e outra proteção além disso, arames farpados junto a esses lugares super protegidos, com sacos de areia. Eu espero que o Iraque, logo, logo, venha a ter uma situação de

paz, e que as pessoas não tenham que andar super preocupadas a cada momento com uma bomba que possa estourar e matar e ferir pessoas.

>> NAWFAL ALSSABAK: Eu sou Nawfal Alssabak, sou Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Iraque. Estou aqui com muito prazer indo com o Senador para Bagdá, para o Senador poder levar a idéia para o Congresso iraquiano que é da renda mínima de cidadania.

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: E eu estou convicto de que a proposta de uma renda básica de cidadania poderá se tornar um instrumento que contribuirá para a democratização e a pacificação do Iraque que nos últimos anos vem vivendo uma guerra civil que parece que não tem fim. Como é que foi? O vôo era...

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O vôo era à tarde, e nós precisávamos estar lá às dez e meia. O único jeito foi mudar o vôo. De maneira que isso foi mudado, uma prova de gentileza já no início.

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: Em que companhia era o vôo?

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Irak Airlines.

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma companhia especializada de segurança nos protegera durante todo o percurso.

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: Primeira vez na vida que estou sendo recebido com tanta escolta armada.

>> EMBAIXADOR BERNARDO DE AZEVEDO BRITO: Eu devo dizer que eu próprio me surpreendi por ter sido possível montar uma agenda dessa natureza, e vamos começar antes na realidade do encontro com as autoridades com uma visita ao representante especial das Nações Unidas, Staffan Demistura.

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: Embaixador, então quais são... Além do representante da ONU, amanhã, do Alto Comissariado da ONU, quais são as principais autoridades que nós vamos visitar?

>> EMBAIXADOR BERNARDO DE AZEVEDO BRITO: Nós teremos que começar a falar com o Conselho de Representantes que é Parlamento Iraquiano Al-Mashhadani. E logo após teremos encontro com os... Uma série de encontros com o Ministro do Planejamento, Ali Baban. É um homem de grande competência, um economista de primeiro nível, para falar sobre o futuro do Iraque o Ministro do Planejamento é vital.

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu Assessor Especial do Primeiro Ministro do Iraque para assuntos estratégicos.

>> EMBAIXADOR BERNARDO DE AZEVEDO BRITO: Logo após o nosso encontro com o ex Primeiro Ministro Al-Jaafari.

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: Ibrahim Al-Jaafari. Em março do ano passado, quando o ex-Primeiro Ministro do Iraque Al-Jaafari esteve no Brasil, eu estive com ele a convite do Presidente Jalal Chaya da Câmara de Comércio Brasil-Iraque, e na ocasião eu contei a ele que como já desde o início dos anos... Do ano 2000, 2003, eu venho propondo, juntamente com outros filósofos e economistas, que o Iraque possa instituir uma renda básica de cidadania, e, sobretudo, tem as condições propícias para seguir o exemplo do Alasca. [pronunciamento em inglês]

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento em inglês]

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: No início dos anos 60, o Prefeito de uma pequena vila de pescadores observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca. Mas muitas pessoas ainda eram pobres lá. Então disse o Prefeito: Vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para termos um fundo que pertencerá a todos. Houve enorme resistência. Imagine, vai criar mais um imposto! Demorou cinco anos para persuadir a comunidade. E daí deu tão certo que dez anos depois ele se tornou Governador do Estado do Alasca. [pronunciamento em inglês]. Mas por que é que iríamos pagar, ou criar um fundo e uma forma de obter recursos gerados pela criação de riqueza, e aí pagar a todos os habitantes, se for no Iraque, aos 30 milhões de habitantes do Iraque, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, por que é que iríamos pagar a todos uma renda, modesta que seja, mas suficiente para atender as necessidades vitais de cada um? [pronunciamento em inglês]. Eliminamos qualquer sentimento de estigma ou de vergonha da pessoa precisar declarar, eu só recebo tanto e por isso mereço tal complemento de renda. [pronunciamento em inglês] E do ponto de vista da dignidade, da liberdade do ser humano, será muito melhor para cada um saber previamente que daqui para frente todos vamos ter o direito de receber esta renda básica como direito à cidadania. Como eu sou autor no Brasil de um Projeto de Lei que foi aprovado e sancionado pelo Presidente Lula para instituir uma renda básica como um direito à cidadania para todos os habitantes do Brasil, algo que vai acontecer por etapas, eu propus ao Sérgio Vieira de Mello que considerasse a hipótese de sugerir aos iraquianos que também pudessem seguir este caminho. Sérgio Vieira de Mello... [pronunciamento em inglês] Muito da razão da minha visita hoje aqui decorre daquele diálogo que se iniciou, então.

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento em inglês]

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E eu digo uma coisa, que pelo que eu vi, este eu garanto para o senhor que é pensamento da maioria do Congresso iraquiano.

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento em inglês]

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: [pronunciamento em inglês] Quando os povos do mundo estavam muito preocupados com a possibilidade de os Estados Unidos e outros países iniciarem uma guerra no Iraque, com tanta destruição e morte, da Tribuna do Senado eu fiz um longo discurso onde... Primeiro citei um dos poemas mais belos de Carlos Drummond de Andrade. "A bomba", que dizia no seu conteúdo em essência para um dia acabarmos com as bombas. Segundo, lembrei o discurso de Martin Luther King Jr. dizendo que nunca deveríamos estar tomando do cálice do veneno, do ódio, da vingança e da guerra, deveríamos sempre estar confrontando a força física com a força da alma. E para ilustrar isso, então, da Tribuna do Senado eu fiz algo pouco usual, que se me permite o Presidente, eu farei aqui, que foi cantar uma canção que os povos do mundo compreendem muito bem. [pronunciamento em inglês]

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento em inglês]

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: *[cantando em inglês]*

>> *[música]* Mas pode haver uma solução que ajude na pacificação. A resposta está no vento, mas procure ficar muito atento. A criação de um fundo financeiro através de recursos do petróleo e de sua exploração. Pegando os lucros dos recursos e dividindo entre a população.

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: *[pronunciamento em inglês]* E aqui está mais algumas cópias para... *[pronunciamento em inglês]*

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento em inglês]*

[palmas]

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: E para que o Dr. Ibrahim Al-Jaafari possa aprender agora melhor ainda e todos os iraquianos, eu também trouxe o filme do Pelé Eterno. *[ininteligível]*

>> ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[outro idioma]*

[palmas]

>> SENADOR EDUARDO SUPLICY: *[pronunciamento em inglês]*

[outro idioma]

>> **SENADOR EDUARDO SUPLICY:** *[cantando em inglês]*

[final da apresentação em vídeo]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se algum Sr. Parlamentar tiver alguma dúvida e queira que seja repassado ao todo em parte é só solicitar. Eu quero fazer registro aqui das presenças do Sr. Hussein Ali Al-Rammah, Terceiro-Secretário da Embaixada do Iraque, do Sr. Jalal Jamel Chaya, Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Iraque, e Sr. Abdul Karin Al-Neani(F), Embaixador do Iraque no Brasil. Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, sei que as pessoas estão querendo saber até mais, mas eu posso dizer, eu avalio que o Sérgio Kalili, no seu documentário pôde sintetizar muito bem o que foram esses dois dias de viagem, de trabalho extremamente intenso. Eu quero agradecer ao Sr. Jalal Chaya e ao Embaixador do Iraque, e o senhor Terceiro Secretário, inclusive pelo apoio dado à Câmara de Comércio Brasil-Iraque, inclusive eu quero até esclarecer, o convite oficial feito pelo Conselho de Representantes do Iraque envolveu inclusive os custos da viagem. A Câmara Brasil-Iraque antecipou o pagamento das passagens, não houve despesas, portanto, para o Senado Federal. Houve as despesas de segurança que o Itamaraty providenciou, porque avaliou que era importante se assegurar nas condições presentes, tanto segurança para o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito quanto pra mim, e eu gostaria, Sr. Presidente, que pudesse V.Ex^a permitir que tanto a Sr^a. Carolina Larriera possa expressar o seu sentimento sobre o sentido dessa viagem, como também o Presidente da Câmara Brasil-Iraque, Comércio e Indústria, quem sabe o Embaixador também, porque eles têm as informações presentes sobre quais foram os resultados até agora desta viagem. O que posso assegurar é que pela própria palavra do Embaixador Bernardo de Azevedo Brito, com quem ontem ainda conversei, a viagem teve um sentido muito profícuo, um resultado positivo. O Embaixador Bernardo de Azevedo Brito me disse que inclusive uma das autoridades com as quais iríamos conversar esteve com ele em Amman, já por duas vezes, o próprio Ministro do Planejamento foi a Amman para a continuidade de inúmeros... Da resolução de inúmeros problemas da relação Brasil-Iraque, que os entraves inclusive estão sendo objeto de entendimento, ou seja, esta viagem que foi para apresentar aos iraquianos uma proposta que possibilite a democratização e a pacificação, um gesto do Governo Brasileiro, não está aí no documentário algo que eu mencionei aos iraquianos, o fato de o técnico brasileiro Jorvan Vieira, convidado pelo Iraque para levá-los aos jogos da Copa

Asiática, quando iniciou seus treinamentos, segundo sua entrevista, eu mencionei isso às autoridades que me receberam naquele... Naquela audiência para mais de 40 autoridades, o técnico Jorvan Vieira tinha dito que de início foi difícil fazer os xiitas passarem a bola para os sunitas, para os curdos e tal, mas quando ele conseguiu harmonizá-los o Iraque sagrou-se campeão da copa da Ásia. E que justamente... o próprio Presidente Al-Mashhadani da Assembléia Nacional do Iraque me disse: Olha, eu estou recebendo na minha residência, e com a sua vestimenta árabe, conforme foi mostrado, porque vocês no Brasil puderam demonstrar como povos de diferentes origens sabem viver harmoniosamente. Porque vocês no Brasil conseguiram democratizar a Nação por meios pacíficos. E disse o Sr. Al-Mashhadani a mim, que eles esperam o quanto antes que não hajam mais tropas de ocupam de estrangeiros no Iraque, que eles querem resolver os problemas. E como eu estava indo ali para apresentar uma proposta de boa vontade, que poderia ser muito boa para o Iraque, que ele queria me receber como um amigo. E na casa dele ele recebe pessoas que são da sua família, de seus amigos próximos, e desde esses dois anos que é o Presidente do Conselho de Representantes do Iraque, ele me disse: Estou recebendo na minha casa como se fosse... por considerá-lo um amigo muito próximo do Iraque.

Então, e eu quero agradecê-lo, Senador Heráclito Fortes, porque em todos os momentos V.Ex^a deu o apoio desta Comissão que V.Ex^a preside para que esta viagem pudesse ser bem sucedida. E eu espero, efetivamente, que eles ali no Iraque venham a debater em profundidade, me coloquei à disposição, tendo o Presidente Al-Mashhadani me convidado para ir outra vez, em algum momento se eles quiserem eu me disponho a ir, a voltar ao Iraque para debater essa proposta, e assim, Sr. Presidente, se avaliar como próprio que a Sr^a. Carolina, o Sr. Jalal e o Embaixador possam dizer uma breve palavra, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A dificuldade é que nós não preparamos tradução simultânea para ouvi-lo. Eu passo então a palavra ao Sr. Jalal Chaya, Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Iraque, para sua manifestação.

SR. JALAL CHAYA: Bom dia a todos. Me desculpem pelo atraso, que nós chegamos um pouco atrasado em função do vôo e tudo. Antes de mais nada, eu queria parabenizar o Senador Eduardo Suplicy pela coragem que um dos primeiros políticos se prontificou para ir para o Iraque e ajudar o povo iraquiano. Foi uma atitude extremamente importante nesse primeiro momento, pelo atual momento que o Iraque está passando. E principalmente que o Brasil sempre foi

um grande parceiro do Iraque, em todos os sentidos. Sempre foi um parceiro amigo. E essa ida do Senador é muito importante porque tem um ditado em árabe que diz o seguinte. Os árabes, eles têm um ditado que diz: Quem me vê com um olho, a gente vê com dois. Então essa ida do Senador é muito importante. A forma que vai ser retribuída mais para frente e o que o Brasil vai aproveitar essa situação principalmente por ter ido para ajudar o povo e nada mais de... Só ajudar o povo iraquiano pela atual situação, pelas próprias imagens que nós vimos, pelo que o Iraque está passando, em função sendo a segunda maior reserva de petróleo, a segunda maior riqueza do mundo e a gente vê as nossas crianças sofrendo, o nosso povo está sofrendo da forma que tem sofrido.

Então queríamos agradecer ao Senador, como queríamos agradecer ao Sérgio Vieira de Mello, foi um herói para o povo iraquiano e muito reconhecido dentro do próprio território iraquiano como o próprio Senador conseguiu ver. [outro idioma] O Sr. Hussein ele está querendo se desculpar por não falar o português. Ele consegue passar em inglês ou ele vai falando em árabe e eu vou traduzindo a palavra. Em primeiro lugar ele queria estar agradecendo o Senador Suplicy pela ida dele.

SR. HUSSEIN: [pronunciamento em outro idioma]

SR. JALAL CHAYA: O programa do Senador é muito importante, principalmente para todo o povo iraquiano que nunca nós tivemos na história do Iraque um programa desse tipo que possa vir a distribuir a riqueza do País para toda a população, onde eles mais precisam.

SR. HUSSEI: [pronunciamento em outro idioma]

SR. JALAL CHAYA: Esperamos que o programa, Senador, haja visto pelo Presidente do Parlamento Iraquiano, que possa vir a debater junto com os Parlamentares e seja realizado realmente esse programa.

SR. HUSSEI: [pronunciamento em outro idioma]

SR. JALAL CHAYA: E ele está agradecendo pelo convite que foi feito para a gente estar presente nessa explanação da Comissão, e queria agradecer a todos. Queria agradecer, Sr. Presidente, pelo convite, pela palavra aqui nos dado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passo, portanto, a palavra à Sr^a. Carolina Larriera.

SRA. CAROLINA LARRIERA: Muito obrigada a todos. Sr. Presidente, Eduardo por também convidado para assistir este documentário sobre a viagem ao Iraque. Peço desculpas a todos vocês pelo meuportunhol.

Mas espero que vocês consigam compreender. Estar aqui me causa muita, muita emoção, pelas imagens do Iraque hoje tão diferentes daqueles meses em 2003 que eu passei com o Sérgio, como companheira dele, mas também como membro daquela missão de Nações Unidas que foi malograda pelo atentado perpetrado pelo Al-Qaeda em agosto de 2003.

Como o Senador Suplicy expressou, Sérgio, após o sucesso do Timor Leste, foi para o Iraque e abraçou este projeto, esta idéia de renda básica como verdadeiramente um instrumento de pacificação que poderia também ser levado a todo o povo iraquiano para fazer uma diferença. Sérgio morreu junto com 21 outros meus colegas e amigos, em 19 de agosto de 2003. E eu sei que a importância que eu sinto desta viagem é a continuidade que outro brasileiro levou um elemento maravilhoso importantíssimo que faz diferença para o povo iraquiano poder utilizar como elemento de pacificação. Eu acredito que o jeitinho brasileiro de Sérgio fazia a diferença. E fico feliz de que outro instrumento como este instrumento de renda básica do Senador Suplicy possa continuar esta semente que Sérgio tinha instalado em 2003.

Então, de alguma forma, tudo que ele fez e que terminou de forma tão dolorosa e tão ruim, pôde ser continuado. E é continuado. E eu acredito que desde onde esteja hoje o Sérgio, porque ele não acreditava na morte, eu sei que ele está e esteve o mês passado ali em cima, protegendo o Senador Suplicy, protegendo a equipe dele, protegendo o Presidente da Câmara, e torcendo para que brevemente o povo iraquiano possa ver finalmente dias melhores, e que torcendo para que o programa de renda básica possa melhorar a realidade iraquiana, e ao povo iraquiano, não só no Iraque, mas também aqui no Brasil no dia em que seja implementado. Muito obrigada a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradecemos o depoimento da Sr^a. Carolina Larriera. Indago ao Sr. Suplicy se ele...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, na tarde de hoje, no Plenário, eu vou agora fazer o meu Relatório por escrito, completo. Vou apresentá-lo também, e inclusive com este vídeo nos dias 8 e 9 de março, em Boston, no Congresso da *US Basic Income Guarantee Network*, e quero ver se na oportunidade da visita aos Estados Unidos possa inclusive transmitir aos candidatos à Presidência, mas especialmente ao Senador Barack Obama este relato que eu coloco à disposição de todos os interessados que escrevi a respeito da viagem com mais detalhes do que estão no vídeo. Também muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor. Seja bem-vindo.

Sr^a. Carolina Larriera aqui presente. E obrigado, Sr. Jalal Chaya, Embaixador e representantes do Iraque e muito obrigado pelo apoio recebido nesta viagem, inclusive o Sr. Nawfal é Vice-Presidente da Câmara Brasil-Iraque de comércio e indústria, e ele que foi o tradutor das vezes em que eu falando em português havia a necessidade de falar em árabe, então ele que foi o tradutor, conforme apareceu em algumas ocasiões, especialmente nas reuniões mais importantes, como na Casa do ex-Primeiro Ministro Ibrahim Al-Jaafari, que hoje sendo o líder da principal coligação de apoio existente ao Governo, no Parlamento, que onde há 270 Parlamentares, aproximadamente, mas como puderam notar, havia ali mais de 30 Parlamentares, havia cinco Ministros de Estado, ex-Ministros do próprio Governo Al-Jaafari, inclusive Ministro da Justiça Debit Tif(F) do seu gabinete, e o Presidente da Alta Corte Suprema e todas as autoridades ficaram... Consideraram muito positiva a proposta que fiz, e disseram que passarão a estudá-la com muito afinco, ainda mais porque segundo o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito, a visita foi feita no tempo certo, porque eles estão neste momento debatendo, estudando as diversas experiências dos países que têm recurso na forma de petróleo para ver qual é a melhor maneira de destinar esses recursos para o País. Informaram-me que presentemente precisaram destinar grande parte dos recursos para a reconstrução da infra-estrutura destruída pela guerra, mas que agora vão estudar os melhores mecanismos de transferência de renda, e inclusive a proposta da renda básica de cidadania, o que me deixou muito otimista. E por isso que eu acho que a missão foi cumprida com sucesso, e agradeço mais uma vez o apoio de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de encerrar a Sessão, eu quero comunicar em primeiro lugar ao Senador Collor que já foi feito o registro de seu retorno à Casa após a licença, como também o reingresso na Comissão que trata das questões do aquecimento global.

Comunicado. Comunicado aos Srs. Senadores de um relato de passageiros inconformados com o tratamento recebido durante o trânsito no aeroporto da Cidade do México. Já questionamos a Embaixada, o brasileiro faz essa queixa e nós então tomamos as providências e passaremos aos Srs. Senadores porque como se trata de documento diplomático, tem o caráter reservado. Sigiloso. Mas passaremos e o interessado poderá ter acesso também.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permita, Sr. Presidente, é muito importante que nós possamos, sim, estar dialogando com o Embaixador do México, porque como houve uma certa pressão do Go-

verno dos Estados Unidos para que houvesse maiores exigências em relação à visita de brasileiros ao México, então é possível que esteja havendo ali uma situação de exigências que por vezes soem muito estranho, ainda mais porque nós temos tido uma evolução dentre os povos da América Latina, de se permitir que brasileiros, argentinos, paraguaios, bolivianos, chilenos, etc, possamos estar viajando até com nossa carteira de identidade e com livre movimentação de pessoas cada vez mais forte.

Então, às vezes as exigências que têm sido tão rigorosas lá nos Estados Unidos, e agora passando para o México, possa estar causando essa estranheza e acho que é importante que as autoridades do Itamaraty estejam atentas para isso para a cooperação no sentido do melhor respeito a todos os que viagem. Mexicanos são bem recebidos aqui e brasileiros devem ser bem recebidos no México.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, apenas para lhe dizer que esse caso ele é um pouco mais estranho, porque era um traslado, o passageiro saiu de Orlando para o Brasil via México, geograficamente não é muito lógico, mas deve ter sido problema de preço de bilhete, e numa companhia mexicana. E no traslado de menos de... Uma conexão de menos de quatro horas, ou de quatro horas. O que as próprias autoridades do México liberam esse tipo de burocracia. De forma que nós estamos tomando as providências.

Agora, quero registrar a V.Ex^a também um fato que temos tomar providência com relação a uma pesquisadora brasileira que ficou detida no aeroporto da Espanha quando se dirigia para Lisboa, a fim de participar de um Encontro Internacional de Cientistas. E ficou lá retida nas dependências do aeroporto por dois ou três dias, de maneira também inaceitável. Nós estamos fazendo também um questionamento sobre esse fato. Eu pediria inclusive à Embaixadora Leite(F) que nos ajudasse no esclarecimento dessa questão.

Outro comunicado é que nós recebemos aqui uma quantidade muito grande de e-mails de várias Organizações Não-Governamentais civis solicitando ajuda para impedir a violência no Quênia. Cópia dos e-mails estão à disposição dos Srs. Senadores. Temos alguns assuntos aqui em pauta... Porém não, há número para deliberação.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Finalmente então, Presidente, se me permite quero fazer um agradecimento especial ao Sérgio Kalili, pela qualidade do trabalho e pela coragem com que resolveu acompanhar-me ao Iraque. E quero aqui até dizer às emissoras de televisão que porventura tenham interesse, que possam procurar o Sérgio Kalili para mostrar

lá o que foi muito pouco usual. Meus parabéns a você pela coragem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E feito os agradecimentos, eu na qualidade de Presidente da Comissão quero agradecer ao Sr. Hussein, ao Sr. Jalal Jamel Chaya ao Embaixador Abdul. Correto? A Sr^a. Carolina Larriera e ao...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sérgio Kalili.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não só pela beleza do que nos foi mostrado também, mas pela coragem. E eu quero tirar um mito aqui. Aquelas imagens de bombardeio, o Supply estava longe. Aquilo é uma montagem. [risos] Ele foi lá em outras circunstâncias. Quem foi lá foi só o Kalili.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): [risos] Mas o Sérgio Kalili esteve no Iraque por quatro vezes desde a guerra de 2003.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas é exatamente o que eu estou dizendo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Então alguns dos bombardeios que ele assistiu não foram exatamente os que eu assisti.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como eu não lhe quero vítima no futuro de propaganda enganosa, eu estou fazendo esse esclarecimento. De forma que eu quero lhe parabenizar pela coragem e perseverança com que fez as filmagens, e agradecer ao Supply por trazer a comissão esse documento que eu acho da maior importância. Acompanhei todo o desenrolar dessa viagem, em determinado momento me juntei às autoridades do Itamaraty no sentido de demovê-lo da idéia, essa determinação dele durou algum tempo, e ele da última vez para evitar qualquer outra ação, me avisou do aeroporto despedindo da sala de embarque. E fez comigo o que eu não gosto, pedir que eu não contasse a ninguém, que mantivesse sigilo. E eu tive que fazê-lo para não prejudicá-lo na viagem.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Houve um apelo do Itamaraty que não divulgássemos até que fosse completada a viagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente. Não podia ser divulgado, mesmo por aspecto de segurança. E felizmente ele está aqui contando o sucesso da sua missão, testemunhado não só pelo vídeo, mas também pelas autoridades que o acompanharam, e eu quero felicitá-lo pela coragem.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Só contar um detalhe. Algumas horas antes daquela recepção, mostrado na casa do Sr. Ibrahim Al-Jaafari,

Presidente Heráclito Fortes, saiu a notícia no dia seguinte no jornal iraquiano que houve um morteiro que caiu acerca de um quilômetro daquele lugar onde estávamos. Um pouquinho além da área verde. E na semana seguinte também houve episódio em Bagdá de duas senhoras, que inclusive a imprensa revelou depois eram até pessoas que estavam... Que não eram... Que tinham algum problema de deficiência com doença, mas que infelizmente foram mulheres assim chamadas suicidas que causaram a morte de 73 pessoas e muitas, mais de cento e tantas pessoas feridas num mercado de Bagdá. Ou seja, infelizmente as condições de violência ainda perduram no Iraque. Então, os cuidados com a segurança precisam ser observados, e isso eu pude constatar. Também me disseram que em geral quando estas pessoas fazem os ataques, em geral sabem muito bem a quem querem atingir e, em geral, são eficientes nos seus objetivos. E de maneira que eu por outro lado estava consciente de que iria estar visitando o Iraque por um propósito de realização de paz. Mas obviamente conhecendo que Sérgio Vieira de Mello representando a ONU tinha ali igual propósito que eu, e, entretanto, foi infelizmente vitimado por alguém que não tinha pensado exatamente como Sérgio Vieira de Mello, queria ali apenas o bem dos iraquianos, de todos. Então os cuidados foram necessários.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Encerrando, Kalili, eu quero fazer um registro pessoal e isso faz parte da minha permanente briga com o Supply e é salutar. Eu quero lhe parabenizar porque o documentário foi completamente isento e sem corte. E observei que em determinado momento a autoridade do Iraque critica os dois governos, o de lá e o de cá. E o Supply deixou passar. Está encerrada a Sessão.

[risos]

Sessão encerrada às 11h17.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DO ANO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPPLY, MARCELO CRIVELLA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO,**

PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental o Presidente, Senador **HERÁCLITO FORTES**, declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida os Embaixadores Sergio Luiz Canaes, Maria Auxiliadora Figueiredo e Débora Vainer Barenboim para comporem a Mesa. O Senador Eduardo Suplicy solicita a inclusão de item Extrapauta. O Presidente coloca em votação como Extrapauta: **Item 1:** Requerimento nº 04, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “*requer, nos termos regimentais, audiência pública para discutir o aumento de casos de não-admissão e/ou deportação de brasileiros na Europa, conforme tem sido amplamente noticiado pela imprensa nacional, com a presença dos seguintes convidados: Embaixador Oto Agripino Maia – Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, Dr. Romeu Tuma Júnior – Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (Programa Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas), Dr. Paulo Sérgio de Almeida – Coordenador-Geral de Imigração – CGIG do Ministério do Trabalho (responsável pela Cartilha para Brasileiros no Exterior), Delegada Gilse Aparecida Landgras – Coordenadora-Geral de Polícia de Imigração da Polícia Federal, Irmã Rosita Milesi – Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos e Integrante da Pastoral dos Brasileiros no Exterior da CNBB, Patrícia Camargo Magalhães (brasileira deportada pela Espanha), Laís Abramo – Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Brasília*”. Aprovado. O Senador Eduardo Suplicy apresenta o Requerimento nº 5, de 2008 – CRE, convidando a Senadora Piedad Córdoba para explanar aos membros da Comissão as dificuldades que vem tendo a Colômbia entre seu Governo e as FARC. O Senador Cristovam Buarque faz uso da palavra. A votação do Requerimento foi adiada. Foi constituída Comissão composta pelos Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Jarbas Vasconcelos para viajarem a Colômbia em visita a Senadora Piedad Córdoba. O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 274, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*submete à*

apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. 52, Inciso IV, da Constituição Federal, com § 1º do Art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de Dezembro de 2006, e com o § 1º do Art. 46 do Anexo I ao Decreto nº 5979, de 6 de Dezembro de 2006, a escolha do Senhor Sergio Luiz Canaes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto a República do Iêmen, e, também, o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã, desde que obtido o Agrément do Governo daquele País”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 275, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do Art. 52, Inciso IV, da Constituição Federal, com § 1º do Art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de Dezembro de 2006, e com o § 1º do Art. 46 do anexo I ao Decreto nº 5.979, de 6 de Dezembro de 2006, a escolha da Senhora Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Costa do Marfim, e, cumulativamente, o cargo de Embaixadora do Brasil junto a República da Libéria, e, também, o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Serra Leoa, desde que obtido o agrément do Governo daquele país*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **CÉSAR BORGES** para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador Cristovam Buarque assume a Presidência. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 34, de 2008, que “*nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora Débora Vainer Barenboim, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil, junto à República da Eslovênia*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **EDUARDO AZEREDO** para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador Eduardo Azeredo reassume a Presidência. O Presidente abre o processo de votação e, logo em seguida concede a palavra aos Embaixadores **SERGIO LUIZ CANAES, MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO E DÉBORA VAINER BARENBOIM** para fazerem suas exposições. A reunião torna-se secreta às onze horas e quarenta e dois minutos. A sessão é reaberta às doze horas e vinte e dois minutos. O Presidente

comunica a aprovação dos indicados. O Presidente comunica a suspensão da Reunião às doze horas e vinte e três minutos. O Presidente Senador HERÁCLITO FORTES reabre a Reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. O Presidente inicia a apreciação do item Extrapauta: **Item 2: Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2008, (Decisão Terminativa na CRE), de autoria do Presidente da República, que “Altera os Incisos II e III do Caput do Art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de Novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”.** O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **HERÁCLITO FORTES** para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador Heráclito Fortes reassume a Presidência. O Senador **EDUARDO SUPLICY** faz uso da palavra. O Presidente abre o processo de votação nominal. Usarem da palavra para discussão os Senadores **FLEXA RIBEIRO, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, AUGUSTO BOTELHO e FERNANDO COLLOR**. Aprovado com 14 votos Sim, nenhum Não, nenhuma Abstenção. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezoito horas e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 25 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Está dispensado.

A pauta de hoje teremos a oitava de três indicações de Embaixadores para ocupar postos que a seguir declinarei. Para isso convido para compor a Mesa os Srs. Embaixadores: Sérgio Luiz Canaes, indicado para o reino da Arábia Saudita cumulativa com a República do Iêmen, Sultanato de Omã. Maria Auxiliadora Figueiredo, República da Costa do Marfim, cumulativo com a

República da Libéria e República de Serra Leoa. Débora Vainer Barenboim, República da Eslovênia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem V.Exª a palavra, pela ordem, nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em reunião anterior V.Exª, Presidente Heráclito Fortes, colocou a preocupação de V.Exª desta Comissão com respeito ao tratamento que inúmeros brasileiros vêm tendo em diversas embaixadas e, na verdade, em aeroportos aonde chegam. Seja em países europeus, seja nos Estados Unidos da América e outros. E isso tem sido objeto de preocupação de inúmeras pessoas na última... Nos últimos dias. A revista Época, o jornal Folha de São Paulo, dentre outros, e O Globo também, fizeram matéria onde expuseram a situação difícil a que foram submetidas, como, por exemplo, a física brasileira, Patrícia Camargo Magalhães que foi deportada de Madri no último dia 12 fevereiro para citar um dentre inúmeros casos que muitos de nós Senadores temos recebido, e avaliamos que seria próprio que nós pudéssemos aqui realizar uma audiência, e eu encaminho a V.Exª para exame e obviamente para ouvir sugestões dos colegas Senadores para que nesta audiência com o propósito de discutir o aumento de caso de não admissão e/ou deportação de brasileiros na Europa, e em outros países, conforme tem sido amplamente divulgado, e poderíamos, por exemplo, ouvir, e essa é a minha sugestão, o Embaixador Oto Agripino Maia, Sub Secretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, do Itamaraty, Dr. Romeu Tuma Júnior, Secretário Nacional de Justiça, Dr. Paulo Sérgio de Almeida, Coordenador-Geral de Imigração do Ministério do Trabalho, Drª. Laís Abramo, da OIT, do escritório da OIT aqui em Brasília, Delegada Gilse Aparecida Landgras, Coordenadora-Geral da Polícia de Imigração da Polícia Federal, e a irmã Rosita Milesi, Diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, integrante da pastoral dos brasileiros no exterior da CNBB.

É uma sugestão que eu formulo, obviamente outros Senadores poderão ter nomes a indicar, mas acredito que é um assunto de bastante relevância. É a sugestão que eu formulo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, é oportuna a proposta de V.Exª, mas acho que falta o básico aí porque que trata-se exatamente de um fato concreto. E V.Exª como um professor e a relação que tem como aluno sabe muito bem a importância disso. Acho que teríamos que chamar aqui a física que passou pelos cons-

trangimentos no aeroporto de Madri. Até para dar um depoimento sobre a experiência e sobre a assistência que recebeu das autoridades diplomáticas brasileiras na Espanha.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu acato de pronto à sugestão de V.Ex^a incluindo seu nome, que está aqui na justificativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No caso o dela.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Patrícia Camargo Magalhães para que ela também seja convidada na audiência. Eu acrescento o nome dela aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há concordância de todos sobre a marcação da audiência pública? Não havendo quem discorde, está aprovado. Com a inclusão do nome Patrícia...

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Patrícia Camargo Magalhães.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Patrícia Camargo Magalhães.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu apresentei inclusive um projeto que facilita um pouco essa questão da reciprocidade porque aqui no Brasil está acontecendo também o constrangimento com aqueles que vem para cá com o visto anterior a 90 dias. Existe uma exigência aqui no Brasil de que a pessoa se tem um visto que não foi usado em 90 dias, também é paralisada, o visto não vale no aeroporto. Ainda no ano passado aconteceu situação como essa de um Executivo dos Estados Unidos que tinha o visto, mas só que o visto não tinha sido usado nos primeiros 90 dias. Os Estados Unidos não exigem isso conosco. Então é só que nós pudéssemos aprovar também esse projeto que vai facilitar, quer dizer se essa exigência não tem nos Estados Unidos, não tem também porque ficar... às vezes ficamos sempre com essa visão de que estão nos tratando mal, mas nós também não estamos grandes coisas não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica feita a sugestão e se nos elencados aí houver por parte do Ministério das Relações Exteriores que responda por essa área já poderia fazer os esclarecimentos. Caso contrário poderia haver uma sugestão de V.Ex^a para um novo convite.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, primeiro eu apoio totalmente às sugestões, inclusive a sua, mas quero pegar carona. Tem

um projeto meu que está parado na Mesa para ser lido que...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na Mesa do Senado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Do Senado. Eu queria pedir apoio. O Relator Azeredo é o Relator que cria a figura de Parlamentares brasileiros representando a comunidade brasileira do exterior. Como tem na França, na Itália, em Portugal... Eu queria ver se o Presidente aqui dessa Comissão ajudaria a agilizar esse projeto. Obviamente é uma reforma constitucional, ainda vai levar muito tempo, mas está na hora de a gente começar a debater. O Brasil hoje é País de emigrantes e não mais de imigrantes. Está na hora de não precisar da presença constante e ativa do Senador Suplicy para defender os brasileiros que estão no exterior. E ele tem feito isso, como o Senador Azeredo também, especialmente os mineiros. Então, Presidente fica aqui esse pedido de usar sua influência para que esse projeto avance.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Influência maior do que seu próprio nome não existe. De qualquer maneira eu vou obedientemente atender suas recomendações.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, mais uma sugestão. Conversando aqui com Senadores Cristovam Buarque e Jarbas Vasconcelos, tendo em conta o esforço que tem sido realizado pela Senadora Piedad Córdoba que é do Partido Liberal da Colômbia, para em gestos humanitários colaborar para que haja o entendimento entre as FARC e o Governo Álvaro Uribe, e tendo ela conseguido mais uma vez inclusive nestes últimos dias, ontem mesmo ela esteve presente pessoalmente na libertação, de inclusive alguns Parlamentares que estavam detidos como seqüestrados, alguns há seis anos, e tendo obtido êxito e considerando que é do interesse de toda a América Latina que possa haver um processo de pacificação na Colômbia, e de entendimento, havendo inclusive um esforço presentemente muito grande do qual fazem parte as próprias autoridades brasileiras para que possa haver a libertação da Senadora Ingrid Bittencourt que foi candidata à Presidência na Colômbia, havendo de um lado a cooperação efetiva do Presidente Hugo Chávez, mas do outro lado nós temos tido conhecimento da cooperação do Governo Brasileiro na penúltima ocasião em que houve a libertação de prisioneiros, houve até a participação do Assessor Marco Aurélio Garcia, nós aqui conversamos, avaliamos que seria interessante, podemos fazer um convite à Senadora Piedad Córdoba para aqui perante a nossa Comissão fazer um relato desses esforços, e inclusive para que nós Senadores brasileiros possa-

mos acompanhar de perto, e na medida do possível, participar deste esforço de entendimento. Avalio que se trata de um lado de uma questão humanitária porque se sabe que há mais de 700 seqüestrados que estão aguardando a sua libertação.

Por outro lado, há também aqueles que são pelas FARC e outras organizações, considerados prisioneiros políticos de acordo com a visão do Presidente Álvaro Uribe, são pessoas que de alguma forma participaram de atividades de guerrilha, e assim por diante.

Então, mas o esforço de entendimento é importante. Pessoalmente, acredito que este esforço de entendimento deve abranger até outros temas. Os temas não apenas da libertação, mas dos temas de como avançar para que os lados se aproximem, que possam incluir seja os direitos à educação, à reforma agrária, o direito a uma renda básica e assim por diante. E nesse sentido, como o Brasil teve um processo de democratização pacífica, avalio que nós temos uma experiência a dar aos colombianos. E como a Senadora Piedad Córdoba tem Estado no centro desses acontecimentos, a sugestão que formulo e nós três aqui apresentamos um Requerimento à Mesa no sentido de que ela possa ser convidada por esta Comissão de Relações Exteriores para numa data adequada para ambas as partes poder aqui nos relatar como está avançando este processo, pois pelo menos ontem o que se viu foi que tanto o Presidente Álvaro Uribe, o Presidente Hugo Chávez, os seqüestrados chegaram na Colômbia e a Senadora Piedad Córdoba estava pessoalmente junto aos que foram libertados. Eu inclusive telefonei sábado passado para a Senadora Piedad Córdoba, e tive a oportunidade de conversar com ela e com a Sr^a Iolanda, mãe da Senadora Ingrid Bittencourt que considerou muito importante que o Senado Brasileiro pudesse empenhar-se, V.Ex^a está consciente que o próprio Presidente Sarkozy esta empenhado também que haja logo a libertação da Senadora Ingrid Bittencourt que cujo Estado de saúde pelo depoimento dos que foram libertados ontem é muito delicado.

Então, acho que haja o interesse da nossa Comissão por este assunto avalio como relevante e a sugestão que formulo estou encaminhando assinado por nós três o requerimento à Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para discutir o pedido, com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu, quando o Senador Suplicy me consultou, eu imediatamente dei todo apoio e mantenho esse apoio, obviamente. Mas eu queria chamar atenção que se chamarmos apenas a Senadora, nós podemos estar nos intrometendo num assunto interno da Colômbia.

Tendo em vista que é um lado da Colômbia que está fazendo essa negociação. Eu sugiro duas coisas. Uma acrescentar algum representante do Governo colombiano, e a outra, talvez, antes mesmo de fazermos, formalizarmos uma consulta do Presidente, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Departamento da América Latina, outro que seja, para saber se isso traz ou não alguma vantagem ou desvantagem naquilo que a gente quer, que é auxiliar na libertação dos seqüestrados. Então a idéia é uma conversa qualquer com o Ministério das Relações Exteriores, e também chamar alguém do Governo colombiano. Pode ser até um Parlamentar também. Ou Embaixador, se for o caso. Mas, não dá a impressão de que estamos escolhendo um lado nesse processo porque a gente sabe que há uma disputa entre a Venezuela e a Colômbia. Não podemos passar a idéia de que estamos fazendo aquilo que o Presidente Chávez está fazendo. Não podemos passar a idéia de que estamos de um lado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Cristovam, eu acho que a idéia do Senador Suplicy ela é válida e louvável. A autonomia do Legislativo no mundo se impõe num momento como esse, é uma solidariedade a uma Parlamentar. Não quero crer que isso signifique um envolvimento direto na questão interna, envolvendo essa disputa entre os dois países, o que é lamentável. Se uma convocação é restrita ao depoimento da Senadora sobre o que está acompanhando e que está assistindo como mediadora dessa questão, até aí eu acho válido. Não vejo, Senador Suplicy, nenhuma consequência maior. Muito embora eu concorde que por cautela, se for decisão de todos, se faça uma consulta ao Ministério das Relações Exteriores.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aceito retirar essa parte pela autonomia. Mas fica ainda a outra minha parte minha que eu gostaria de ouvir e convidar alguém do Governo colombiano, ou Embaixador, ou um Parlamentar. Outro Parlamentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas Embaixador da Colômbia nós convidaríamos para uma conversa informal. Até poderia vir como convidado, mas acho que não cabe o caso. Teríamos que ouvir... é um ato político, de solidariedade do Brasil ao Parlamento colombiano. Aí acho isso válido e oportuno. Nós temos só que avaliar se terão consequências paralelas. Agora, que acho válido, é um Parlamento convidando uma Parlamentar para discutir a situação de uma Parlamentar que está com a vida em risco e uma solidariedade nossa. Entendeu? Quem sabe daí podemos inclusive fazer com que o Senador Suplicy vá até a selva discutir com as

FARC, que seja o terceiro mediador dessa questão. Uma questão que...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

O senhor, Presidente, o senhor está subestimando. O Suplicy já deve estar com a passagem marcada.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Como ele desapareceu ontem, já pode estar voltando de lá. [risos] Então como é que decidimos?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu estou inteiramente aberto a sugestões dos demais Senadores da Comissão. É fato que ainda acerca de duas, três semanas, houve uma manifestação muito forte de crítica as FARC nas ruas da Colômbia, e de diversos países. Alguns que olham com preocupação as iniciativas da Senadora Piedad Córdoba, mas o fato é que ela tem colaborado e atingindo passos, um passo atrás do outro para a libertação desses seqüestrados. Avalio como muito importante que nós possamos conhecer melhor o processo. Em havendo sugestão de algum outro nome do Parlamento da Colômbia que possa nos trazer uma outra visão também eu estou de pleno acordo. Mas, eu acho que seria interessante ouvirmos quais são as dificuldades, a problemática toda que a Senadora Piedad Córdoba que está sendo uma das pessoas que ativamente tem colaborado, inclusive agora para que haja a libertação o quanto antes da Senadora Ingrid Bittencourt que segundo relato, está em condição precária de saúde. Então deveríamos ter alguma pressa e quem sabe o nosso gesto aqui que não exclui a possibilidade de trazermos outras pessoas, quem sabe se nesses próximos dias até que formulemos o convite à Senadora Piedad Córdoba surja outro nome, ou quem sabe até no diálogo com ela, ela própria possa sugerir, querem ouvir outra opinião, temos aí outra Senadora ou Senador que quem sabe possa aqui também colaborar conosco. Então poderíamos deixar isso em aberto e se V.Ex^a avaliar como adequado, poderíamos já aprovar o requerimento de convite à Senadora Piedad Córdoba para nos relatar sobre os esforços de entendimento entre o Governo colombiano e as FARC para a libertação de pessoas que estão detidas ou prisioneiras e esforços de paz na Colômbia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu poderia fazer uma proposta, uma sugestão, invertendo? São três Senadores autores da proposta. V.Ex^a, Senador Cristovam e Senador Jarbas. Eu sugeriria o contrário, a Presidência da Comissão designaria os três para que fosse o mais rápido possível, talvez esse final de semana à Colômbia.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Para ir a Colômbia?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Conversar com ela e trazer a essa Comissão os resultados. O objetivo é um só. O resultado é o mesmo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Até a selva? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De acordo? Se nada contra está aprovada a sugestão. Parabéns, Senador Suplicy, V.Ex^a está encarregado de acertar a data, tudo, comunicar essa Presidência para que tomemos as providências cabíveis para o caso.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 1 da pauta, Mensagem 274/2007. Submeto à apreciação do Senado Federal nos termos do art. 52, inciso IV da Constituição Federal. Combinado com o § 1º do art. 39 da Lei 11.440 de 29 de dezembro de 2006 e § 1º do art. 46 do anexo 1 ao Decreto 5.979 de 6 de dezembro de 2006 a escolha do Sr. Sérgio Luiz Canaes, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iêmen e também o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Omã, desde que obtido o agrément do Governo daquele País. A autoria da proposta é a Presidência da República, e a Relatoria do Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador e Sr^{as}. Embaixadoras. O Congresso, como é praxe e constitucional foi chamado a opinar sobre a indicação feita pelo Sr. Presidente da República do Sr. Sérgio Luiz Canaes, Ministro de segunda classe da carreira de Diplomata do cargo permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao reino da Arábia Saudita e cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Iêmen e ao Sultanato de Omã. Eu tenho a satisfação de fazer esse relatório. Em primeiro lugar pelo fato de que a Arábia Saudita é um País com o qual tenho grandes relações econômicas e poucas relações culturais, digamos, e até políticas, menos do que as econômicas.

O Ministério das Relações Exteriores atendeu ao preceito regimental e nos encaminhou o currículo do Embaixador que é nascido em São Paulo, em 29 de setembro de 1954, em 76 graduou-se em economia

e administração, arquitetura e urbanismo também, ou seja, um Embaixador que tem formação além da formação diplomática, ambos os cursos na conceituada USP. Ele ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1984, após concluir o curso de preparação da carreira diplomática do Instituto Rio Branco. Ou seja, tem formação de USP e Instituto Rio Branco, uma formação invejável para qualquer brasileiro. Ascendeu a conselheiro em 1999 e a Ministro de segunda classe em 2005, em ambas as ocasiões por merecimento. Na chancelaria exerceu entre outras as funções de Coordenador-Geral do protocolo, 1998, chefe da divisão de feiras e turismo, 2005, coordenador da Comissão Especial encarregada da organização da visita do Papa Bento XVI ao Brasil em 2007. No exterior desempenhou, entre outros, os cargos de Primeiro Secretário da Embaixada de Ottawa, em 1995, encarregado de negócios em missão transitória na Embaixada em Beirute, em 96, e Conselheiro na Embaixada de Roma. Foi agraciado com a ordem de Rio Branco no grau de comendador no ano 2000.

É preciso lembrar que sobre os dois... Os países os quais ele terá o papel de nos representar, no tocante à política externa, a Arábia Saudita especialmente destaca-se pela propagação da fé islâmica e a defesa da unidade árabe, bem como a cooperação entre os países produtores de petróleo. Fato extremamente importante porque não apenas o Brasil tem sido ao longo do tempo independente das decisões da OPEP, mas como agora mais dia menos dia o Brasil vai tomar decisão se entra ou não na OPEP caso se concretize de fato as recentes descobertas de petróleo. E nesse sentido, qualquer Embaixador em qualquer dos países que fazem parte da OPEP vão ter papel muito importante, não de apenas representar, mas Assessorar o Brasil principalmente na tomada de decisão. É por se destacar por igual que a Arábia Saudita exerce constantemente papel de mediadora na manutenção na estabilidade política do oriente tendo atuado em diversas crises regionais.

Nas relações bilaterais a chancelaria brasileira informa ao enviar a indicação... Informou da visita oficial Brasil em 2000 do então príncipe herdeiro Abdullah Bin Abdul Aziz al Saud, contribuiu para o fortalecimento dos laços políticos bilaterais e favoreceu intercâmbio de opiniões sob diferentes agendas, temas da agenda internacional durante aquela visita.

Nosso País tornou-se parceiro prioritário na Arábia Saudita na América Latina. A auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo, no entanto, fez com que o relacionamento comercial entrasse em fase de transição do ponto de vista de importação, mas creio que não do ponto de vista de exportação brasileira que

continua tendo aquele País como uma demanda importante para os nossos produtos e especialmente na área de alimentação. Esse exercício tem se revelado positivo, esse exercício de... Comercial. Assim constasse, por exemplo, que a carne bovina brasileira detem 85% do mercado local. Verifica-se por igual aumento significativo na exportação de produtos de maior valor agregado como ônibus e aviões. O País é hoje maior parceiro comercial no mundo árabe. Apesar de não ser o maior obviamente, longe disso, do ponto de vista de sua população.

No tocante à política externa e eminita, ela se concentra no relacionamento com a Arábia Saudita. Essa República tem procurado desde 1995 a lista das relações internacionais de caráter financeiro, o FMI, o Banco Mundial para reestruturar sua economia. Intercâmbio comercial e bilateral, segundo o Itamaraty cresce de modo apreciável com o superávits históricos e crescentes para o Brasil. Os principais produtos de exportação pelo Brasil são açúcar, produtos de confeitaria, carnes e miudezas comestíveis que juntos respondem por mais de 90% da pauta. Esse quadro de relações levou o Governo eminita a manifestar intenção de abrir missão diplomática em Brasília. O Itamaraty enfatiza por fim o caráter pragmático independente e pacífico da política externa omani. Ou seja, de Omã. Ela se baseia em visão que contempla o equilíbrio de interesse, tolerância de opinião e a procura de vantagens recíprocas. Na área econômica o Sultanato tem empreendido esforços para consolidar economia de mercado, como base para o seu desenvolvimento.

Eu vou concluindo, Sr. Presidente, dizendo que o relacionamento com o Brasil tem se limitado ao campo comercial, como eu falei logo no princípio. As cifras, contudo, agora falo de Omã são bem modestas. O Brasil exporta produtos básicos e manufaturados destacando-se a carne de frango congelado que é responsável por mais de 70% das exportações brasileiras para aquele País. Há, entretanto, novas possibilidades comerciais em horizonte de médio prazo porque a Companhia Vale do Rio Doce iniciará em breve a construção de moderno porto de unidade industrial para pelletização de minério de ferro. Os investimentos serão formados *joint venture* entre a mineradora brasileira e o Governo local. O objetivo é lançar mão da nova planta com plataforma para exportação de minério de ferro brasileiro às indústrias siderúrgicas dos países do Oriente Médio e do sudeste asiático.

É por isso, Sr. Presidente, que creio que com as informações fornecidas pelo Ministro das Relações Exteriores, essa Comissão dispõe dos elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, logo depois obviamente de termos feito a sabatina

regulamentar com o Embaixador Sérgio Luiz. Não posso manifestar meu voto, mas fico, portanto, o meu parecer na análise do currículo e na confirmação de que deste ponto de vista não há a menor dúvida que o Itamaraty fez a indicação de um profissional altamente qualificado para um País onde nós precisamos ter de fato qualificação para ao longo dos próximos anos ajudar o Brasil a gerenciar suas relações com um País importante numa região fundamental para os destinos do mundo nos próximos anos e décadas.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Quero registrar que gostei de ver o sotaque aqui ao falar o nome do príncipe herdeiro. O sotaque do Senador está perfeito.

[risos]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não sei se eu treinei bastante como os locutores de televisão ou se foi por acaso ou se de fato está certo. Com todo respeito... [risos] Daqui a alguns anos a gente pergunta a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas antes de passar a palavra ao Embaixador, eu vou pedir já para agilizar ao Senador César Borges que faça a leitura do relatório da indicação da Sr^a. Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Segunda Classe da carreira Diplomática do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a República da Costa do Marfim e cumulativamente o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Libéria, e também ao cargo de Embaixadora do Brasil na República de Serra Leoa, desde que obtido o agrément do Governo daquele País. Portanto, com a palavra o Senador César Borges para proferir o seu Relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Sr^{as}. Embaixadoras, Srs. Senadores. Sr. Presidente, hoje não estava. Apenas uma referência, estava na Sessão de homenagem ao nosso colega Jonas Pinheiro, desaparecido recentemente, me atrasei pro início da Sessão. Mas desde já vou relatar aqui no Congresso Nacional a indicação do Sr. Presidente da República, da Sr^a Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Segunda Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a Costa do Marfim e cumulativamente o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Libéria, e também o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Serra Leoa.

A Constituição Federal no art. 52, inciso IV atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto a escolha do chefe de Comissão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental elaborou o curriculum vitae da interessada da qual extraímos para esse relatório as seguintes informações. Filha de Mauro Barbosa de Figueiredo, Sr^a. Maria Antônia Feline Figueiredo, a Sr^a. Maria Auxiliadora Figueiredo, nasceu em janeiro de 50, em Areado, Minas Gerais. Nomeada Terceira Secretária em 78 foi após a aprovação em concurso direto para diplomacia, foi subsequenteiramente promovida a Segunda Secretária em 1980. Primeira secretária por merecimento em 1989. A conselheira por merecimento em 96 e Ministra de Segunda Classe em 2002.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou sempre cumpre destacar as seguintes: a de Segunda Secretária em Madri, a de Segunda Secretária Conselheira em Port of Spain, a de Segunda e Primeira Secretária e Conselheira em Maputo, e a de chefe substituto da divisão da América Central e Setentrional. A de chefe substituta da divisão da África, dois, a de Primeira Secretária e Conselheira em Lisboa, a de Conselheira em Quito, a de Ministra Conselheira em Lagos, a chefe de escritório da representação em Ambuja e a de Cônsul geral em Lagos.

No que concerne aos postos para os quais a Embaixadora está sendo indicada, a Costa do Marfim como Embaixada principal e cumulativamente República da Libéria e Serra Leoa pode-se aduzir as seguintes informações. A Costa do Marfim é um País que vive uma instabilidade crônica, regularmente sacudida por conflitos sociais e políticos internos, inclusive com relação a alguns países vizinhos. As relações com a França não são boas e neste momento há uma procura para maior aproximação com os Estados Unidos e com a China. O País mantém boas relações com a União Européia, a qual, entretanto, se retraiu desde novembro de 2004 quando milhares de franceses tiveram que deixar a Costa do Marfim. Apesar de verificar certo isolamento no País por consequência que passa o Brasil é o único País na América do Sul onde a Costa do Marfim mantém representação diplomática com Embaixador residente. Nesse quadro foram assinados acordos em vários domínios como agricultura, pesquisa tecnológica, comércio, finanças, ensino, informação, cultura, esporte, transportes aéreos e marítimos. A Costa do Marfim continua a importar do Brasil produtos alimentícios como carne bovina e frango congelado, produtos petroquímicos e manufaturados, ferro, veículos de transporte, máquinas, equipamentos. O Brasil compra favas de cacau, mas o comércio poderia ser maior se

não persistisse a crise marfinense. Quanto à República da Libéria trata-se de País da África que possui o particularismo de nunca ter sido colônia. Em início do Século XIX organizações filantrópicas norte-americanas transformaram o território em abrigo para crescente população de escravos liberados o País continua mantendo estreitos laços com os Estados Unidos e apresenta bons índices de desenvolvimento. Se consideradas as realidades continentais que o circundam. O Brasil tem mínimas relações com esse emblemático País da África ocidental e não há registro significativo de comércio bilateral. Trata-se de fronteira que carece ainda de exploração da política externa brasileira.

Sobre a República de Serra Leoa cumpre informar que trata-se de País de limitadas dimensões e população que tem atravessado uma série de turbulências políticas de insurgências internas, a causar substanciais problemas de desenvolvimento e progresso. O País possui como principal recurso econômico a exploração de diamantes de aluvião. O Brasil e Serra Leoa estabeleceram relações diplomáticas em 1974, com a Embaixada do Brasil em Freetown, cumulativa com Acra e representação de Serra Leoa em Brasília com sede em Washington. No início de 2000 a cumulatividade foi transferida de Acra para Embaixada Abidjan, Costa do Marfim. Porém, essas relações foram quase inexistentes até 2004 em virtude principalmente dos 11 anos de guerra civil de 1991 a 2002. Em 2004 iniciam-se negociações para assinatura de um acordo básico de cooperações técnicas entre os dois países que se encontram prontos à espera de oportunidade de implementação. O comércio entre Brasil e Serra Leoa é bastante modesto, é amplamente superavitário para o Brasil e representa não mais que 0,3 % do total de exportações brasileiras para a África.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, inciso IV da Constituição Federal submeto a escolha da Sr^a. Maria Auxiliadora Figueiredo a essa Comissão certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Esse é o relato, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador César Borges. Antes de passar a palavra à Embaixadora, eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque para que assumo a Presidência, para que eu possa, como Relator da Mensagem nº 34, de 2008, que nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Senhora Débora Vainer Barenboim, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o

cargo de Embaixadora do Brasil, junto à República da Eslovênia, fazer o meu relato.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, Embaixadora, essa Casa do Congresso é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidência da República faz da Sr^a. Débora Vainer Barenboim... Está certo o nome? Ministra de Segunda Classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Eslovênia. O Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental elaborou currículo que está anexado ao relatório. Nascida na cidade de São Paulo, filha de Samuel Barenboim e Dina Vainer Barenboim, graduou-se em letras na Universidade de Paris, Sorbonne Nouvelle, onde também licenciou-se no ano de 1995. Concluindo o estudo Rio Branco, curso de preparação da carreira diplomática em 1980, curso de aperfeiçoamento diplomático em 85 e curso de altos estudos em 99. Nomeada Terceira Secretária em 1981 a diplomada em apreço foi promovida Segunda Secretária em 1984, e por merecimento Primeira Secretária em 1990, Conselheira em 96 e Ministra de Segunda Classe em 2001. Entre os cargos exercidos, as missões importantes que participou cumpre destacar os seguintes: Assessora da divisão de política financeira na Secretaria Geral Política Exterior. Assistente da divisão da informação comercial e na divisão de operações de promoção comercial. Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda e Ministério do Meio Ambiente, Amazônia Legal. Assessora de relações com o Congresso, chefe da divisão da Europa dois, Conselheira na Embaixada em Paris, e Ministra Conselheira na Embaixada em Viena, cargo atual. Consta ainda do processado além do curriculum vitae relatado, documento informativo anexado do Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Eslovênia. Há perfil biográfico, dados sobre política interna e externa, economia, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil. Trata-se de República Parlamentar com Turk para Presidente, candidato de oposição tem sido interpretada pela mídia como desejo do eleitoral de mudar os rumos da política interna no País, hoje dominada por uma coalizão de centro direita. A Eslovênia aposta na paz, na estabilidade européia e mundial como condições para o seu desenvolvimento político e econômico. Nesse sentido o País tem contribuído com operações de paz da ONU em Chipre, Israel e Líbano. Bem como

com oferecimento de apoio logístico ao processo de estabilização na Bósnia.

No campo econômico a Eslovênia apresenta relativo êxito econômico, atribuído sua condição de região mais ocidentalizada e avançada ex-Iugoslávia, apesar da União Européia afirmar necessidade de reformas estruturais, com vista à construção de economia de mercado. De todo modo o Produto Interno Bruto per capita com baixa participação da agricultura e expansão dos setores de indústria de maior valor agregado e de serviços, posiciona a República da Eslovênia como País mais rico do centro oriente, e sudeste europeu. Além disso, pode-se classificar sua economia como extremamente aberta ao mercado externo. As relações diplomáticas entre Brasil e Eslovênia foram estabelecidas em 1992, em breve será aberta Embaixada brasileira em Libriana e os chanceleres eslovenos já demonstraram interesse na abertura da Embaixada em Brasília, ou de escritório de representação comercial em São Paulo. Há de se destacar o intenso intercâmbio entre instituições de pesquisas brasileiras e eslovenas, sobretudo, na área de nanotecnologia, química e física nuclear. Também há apoio recíproco à candidatura a assentos em organismos multilaterais. Quanto às relações comerciais nos anos de 2006 e 2007 o Brasil acumulou superávits, exportando café, soja, motores, máquinas diversas, açúcar e minério de ferro. E importou especialmente cilindros e ligas metálicas diversas. Vale ainda lembrar a presença de investimentos eslovenos em Minas Gerais, em São Paulo, bem como a negociação em torno da importação de etanol brasileiro para a Eslovênia.

Tendo em vista natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações e eu quero apenas complementar que conhecimento pessoal que tenho com a Embaixadora Débora já há mais tempo, ela esteve inclusive no meu Estado de Minas Gerais, como representante do Ministério das Relações Exteriores durante o período, e seu currículo indica todas as condições para exercer a Primeira Embaixadora na Eslovênia com a abertura da Embaixada do Brasil neste País, que é um País novo, pequeno, porém um País já integrado à comunidade européia e com uma... A participação importante tendo hoje inclusive o Presidente do Parlamento europeu sendo um esloveno. Esse é o dado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço, Senador Azeredo, e passo de volta para ele a Presidência dos trabalhos. Lembrando aos Senadores que está havendo a Sessão no Plenário de homenagem ao nosso ex-colega Jonas Pinheiro. Se cada um quiser se retirar um momento ou

outro indo e vindo para estar aqui presente no momento da votação, eu creio que está tudo bem.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srs. Senadores, concedo a palavra ao Embaixador Sérgio Luiz Canaes, para fazer a sua exposição pelo tempo que julgar necessário e informo também que já está aberto o processo de votação já tendo sido os relatórios proferidos, nos três. Nós vamos ouvir os três em seguida, mas a votação está aberta dos três.

SR. EMBAIXADOR SÉRGIO LUIZ CANAES: Muito obrigado. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Relator, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, colegas do Itamaraty, senhoras e senhores. É com muita honra que estou aqui hoje para poder fazer a apresentação sobre a Arábia Saudita, a República do Iêmen e o Sultanato de Omã, países para os quais fui indicado pelo Itamaraty e vim aqui agora apresentar para os senhores [ininteligível] de aprovação.

Bem, o reino localizado no oriente médio, o reino da Arábia Saudita, ocupa a maior parte da península desértica da Arábia com área de aproximadamente dois milhões de quilômetros quadrados, 1/4 da área do território brasileiro e uma população de 27 milhões de habitantes. O berço do islamismo, a Arábia Saudita, tem no Alcorão a sua Constituição que é observado pelo Poder Judiciário. O País tem PIB de 350 a 400 bilhões de dólares, um pouco mais ou menos 1/3 do brasileiro, e tem quase 1/4 das reservas internacionais de petróleo que são cerca de 265, 270 bilhões de barris. O que representa 90% da renda do País com exportações e praticamente 45% do PIB.

O regime de Governo é uma monarquia sunita, sendo que o rei Abdallah bin Abdulaziz Al Saud no trono desde 2005 é o Chefe de Estado e Chefe de Governo, Primeiro-Ministro, com o título de guardião das duas mesquitas sagradas que ficam localizadas na Arábia, Meca e Medina. O rei é auxiliado no Governo por um Conselho de Ministros, representa o Conselho o poder executivo, ou legislativo com os membros escolhidos pelo próprio rei, sobre os quais ele tem poder de veto e no período de 30 dias.

A política externa do País é norteadada por alguns princípios dentre os quais solidariedade islâmica, a defesa da unidade árabe, a não interferência em assuntos internos em outros países, como é o nosso princípio também, a autodeterminação dos povos, a eliminação de armas de destruição de massa no oriente médio e encorajamento de subscrições ao Tratado de Não-Proliferação e ao monitoramento internacional da Agência Nacional de Energia.

Logo após a derrota da Síria e do Egito na guerra dos seis dias contra Israel em 1967 e depois do primeiro choque do petróleo em 73, a Arábia Saudita desponta como líder na região e de fato a partir de então ela eleva o seu protagonismo regional participando de várias questões internacionais e regionais como a questão Palestina para qual ela apresentou alguns planos de paz, questão sírio-libanesa ter apresentado também um plano de paz, o seu posicionamento sobre Darfur com objetivo de estabilização do Sudão, além de que o País patrocinou em 2005 a Conferência Internacional sobre Contra Terrorismo e é a sede do Conselho de Cooperação do Golfo, um organismo regional composto por seis países com uma população de 35 milhões de habitantes, reservas de petróleos quase 500 milhões de barris, e uma economia combinada de mais de 700 bilhões de dólares. A Arábia Saudita tem mais ou menos 25% além da sede dos países do Conselho do golfo. O Conselho tornou-se um mercado comum desde primeiro de janeiro último e pretende alcançar uma moeda única em 2010. O comércio dos países do Conselho do Golfo com a América Latina saltou de 2 bilhões em 2002 para pouco mais de 6 bilhões em 2006.

O importante foro para Riad expressar suas opiniões é a organização da conferência islâmica cujo braço religioso que a liga islâmica mundial tem sede em Meca e é muito rica com os recursos do petróleo. O que permite que auxilie associações mulçumanas mundo afora e também na construção de mesquitas.

Na esfera econômica a Arábia Saudita cultiva aliança com os países ocidentais para garantir mercados para seu petróleo. É membro de vários organismos internacionais como ECOSOC até o final desse ano, Organização Mundial do Comércio quais acedeu em 2005, o Banco Mundial, FMI, OPEP e ONU.

Com relação ao Conselho de Segurança da ONU, o País assim como o Brasil defende uma reforma que abrigue um aumento dos assentos permanentes e não permanentes. E pleiteia um assento permanente para um País árabe ou muçulmano.

As relações com o Brasil datam de 1968, no estabelecimento de relações diplomáticas, em 73 nós estabelecemos uma missão residente na cidade de Gebra(F) transferido de 86 para Riad. Em setembro de 2000 esteve em visita ao Brasil o então príncipe Abdullah, hoje o rei numa oportunidade que foi assinado um acordo bilateral que facilitou o acesso da Arábia Saudita à Organização Mundial do Comércio. Em 2003 o Presidente Lula fez um pela região, mas por uma questão de agenda não visitou o País. Esteve na ocasião no País o Ministro Furlan, e em maio de 2005 nós recebemos o Chanceler Saud Al-Faisal por ocasião de um importante evento da agenda interna-

cional do Presidente Lula que foi a cúpula América do Sul-Países Árabes. Na ocasião foi assinado acordo quadro de cooperação entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, que deverá evoluir para um acordo de livre comércio entre os dois blocos. Foi também assinada uma declaração de Brasília que estabeleceu uma intensificação das relações e uma agenda de cooperação bilateral. Em 2005 o nosso Chanceler visitou a Arábia, tendo-se encontrado com o príncipe e o Secretário-Geral do Conselho de Cooperação do Golfo e agora a três semanas o Ministro Celso Amorim também esteve em Riad, ocasião em que se encontrou com o rei, com o vice Chanceler, Ministro de Finanças, o Secretário-Geral de Cooperação do Golfo e o Governador de Meca que deverá visitar o Brasil brevemente. Sobre a visita do Chanceler voltarei a ela em seguida.

As relações bilaterais comerciais se destacam pelo fato de a Arábia Saudita ter o maior volume de comércio com o Brasil nos países do Golfo. Nós representamos 1,1%, aproximadamente, das exportações da Arábia e somos responsáveis por 2,2% de suas importações. O total do comércio bilateral tanto em 2006, como 2007 foi da ordem de 3,2 bilhões de dólares, sendo que nós exportamos perto de um bilhão e meio e importamos 1,7 bilhões, gerando um déficit negativo para o Brasil da ordem de 200 milhões de dólares. A propósito, o Brasil tem acumulado um déficit comercial com a Arábia Saudita nos últimos 30 anos e que será possível reverter, graças primeiro a nossa autonomia no petróleo e diversificação da nossa pauta de exportações. Além para a conclusão do acordo de livre comércio nos países do Golfo. Brasil tem de fato enviado muitas missões empresariais à Arábia, o que tem ampliado os contatos comerciais entre com os países e empresariais.

Como frisou o Senador Cristovam Buarque, além de nós ocuparmos 85% com a nossa carga bovina do mercado de importações no País nós temos ampliado a diversificação de produtos com maior valor agregado, como os ônibus, e particularmente os aviões da EMBRAER. Entre 2005 e 2007 nós... A EMBRAER vendeu à Arábia Saudita 20 aeronaves e há previsão de outras 17 para os próximos anos. Oportunidades de negócios e investimentos com a Arábia Saudita são crescentes. Primeiro por causa do volume de recurso que o País vem obtendo agora com os altos preços do petróleo. Depois, por causa de uma nova legislação comercial que a Arábia vem implantando em termos de mercados de capitais e investimentos estrangeiros, e as possibilidades de oportunidades de negócio são bastante grandes especialmente na área de infra-estrutura que o País pretende-se transformar

numa plataforma de importação e exportação, [ininteligível] necessita de estrutura de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Mas os investimentos previstos e a energia elétrica telecomunicações, logísticas, e as seis cidades econômicas que o País vem construindo que são na verdade pólos de desenvolvimento prevêm investimento na ordem de um trilhão e quinhentos bilhões de dólares nos próximos 10 anos.

A visita do Chanceler [ininteligível] a Riad agora em fevereiro, início de fevereiro ela tem por objetivo o fortalecimento das relações bilaterais e iniciar os preparativos para a viagem presidencial prevista para outubro próximo. Ela assina um contexto em que o Brasil é um País visto com muita simpatia na região, os nossos vínculos humanos com os países da [ininteligível], somos o País do mundo com a maior população de origem árabe e o comércio Brasil-Oriente mais que dobrou desde 2003.

Nos assuntos tratados na Vita(F) foi o acordo de cooperação Brasil Arábia Saudita, com previsão de assinatura na viagem do Presidente, o Brasil mostrou-se à disposição de intermediar conflitos, como já Abdul fez nas conferências de Anápolis e de doadores de Paris para Palestina no ano passado, além de incremento e parcerias estratégias entre os dois países como, por exemplo, o fórum de Presidentes [ininteligível] de companhias.

Outros assuntos tratados foram possíveis intercâmbios e academias diplomáticas, experiências e contenciosos na Organização Mundial do Comércio e experiências de cada País no vencimento. Foi vista também o estágio de negociação do acordo de livre comércio Mercosul como Conselho Geral de Cooperação do Golfo. Vários outros assuntos também foram tratados e como os senhores podem ver vários os desafios foram levantados com essa visita do Chanceler à Arábia Saudita, desafios deverão ser aprofundados com a visita do Presidente em outubro próximo e para os quais eu espero poder colaborar contando com a honra da aprovação dos senhores para o meu nome como representando do Governo Brasileiro junto ao Governo da Arábia Saudita. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Passo a palavra agora à Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo indicada para a República da Costa do Marfim, a República da Libéria e República da Serra Leoa. Com a palavra a Embaixadora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com a palavra Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só para constar na Ata que as coisas estão mudando. Eu acho que é a primeira vez que nós temos duas senhoras e um homem. Eu acho que a mudança está sendo feita e logo-logo nós vamos ter três mulheres e nenhum homem. Muito obrigado.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos ter que começar um movimento de defesa dos homens depois.

SRA. EMBAIXADORA MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO: Srs. Senadores, meus colegas e amigos. Os três países que me couberam, Côte d'Ivoire, que como um País gosta de ser chamado, Côte d'Ivoire e a dominação já adotada pelo Cerimonial do Itamaraty, Libéria, e Serra Leoa, tem em comum o fato de se encontrarem em pós-conflito. Conceito no início um pouco discutido, mas que prevaleceu e foi adotado pelas Nações Unidas nos anos 90. É igualmente recente a relação entre a teoria de resolução de conflitos e a questão do desenvolvimento. A idéia é de que a construção da paz requer medidas drásticas, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do País. Essa idéia data da segunda metade dos anos 90, em que pese a resolução de conflitos como objeto de estudos e pesquisas acadêmicas ter surgido em 1950, 1960.

No âmbito das Nações Unidas, o Brasil advoga a existência de um estreito elo entre manutenção da paz, construção da paz, e desenvolvimento sustentável. Para o Brasil, essas atividades não constituem etapas sucessivas, mas complementares de um mesmo processo capaz em conjunto de ajudar um País egresso de conflito a consolidar uma paz duradoura e construir uma sociedade justa e viável. Creio que o Brasil poderia desempenhar papel altamente positivo na consolidação da paz nesses três países atuando na área da cooperação para o desenvolvimento. Não me refiro apenas à cooperação técnica, nem creio que o retorno do investimento seja apenas político, embora o retorno político seja considerável. Eu realmente acredito que esses países, a África subariana em geral, e a Nigéria onde eu me encontro 140 milhões de habitantes constitui imenso mercado potencial para empresas brasileiras de construção civil, especializadas em obras de infra-estrutura, empresas mineradoras como a VALE, fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas e processamento de alimentos, de equipamentos para prospecção e extração de minérios, construção civil e de bens de capital em geral que propiciem a criação de pequenas e médias empresas e diversificação da produção local. Diferentemente da China ou da Índia, o Brasil pode contribuir para a industrialização desses países sem precisar levar junto a mão-de-obra. No caso

específico da prospecção de petróleo, de minérios, e também porque do nosso interesse, o Brasil procurará sempre melhores condições para a comercialização dos produtos e não o contrário. Serra Leoa é por acaso um dos primeiros países de atuação da Comissão de Constituição da paz das Nações Unidas. É considerado um test-case e foi escolhida precisamente em função da precariedade de sua situação. Inúmeros desempregados, muitos dos quais ex-soldados considerados como ameaça ao processo de estabilização do País por seu potencial de atuação como mercenários em Serra Leoa e nos países vizinhos. Itália, Reino Unido e China têm cooperado e estão atuando no País. A empresa canadense Crem(F) Mineral(F) também. Mas o Presidente Ernest Bai Koroma, eleito em setembro de 2007 já manifestou o desejo de visitar oficialmente o Brasil e encontrar-se com o Presidente Lula. Serra Leoa passou por 11 anos de guerra civil. A Libéria por 14. Como a Serra Leoa a Libéria é rica em recursos minerais. Ferro, diamantes, ouro, estanho, madeira e borracha. O governo acreditava em petróleo ao longo da Costa Atlântica. A Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, a Primeira Chefe de Estado mulher da África foi recentemente prestigiada com a visita do Presidente George Bush.

Em ambos os países a paz foi declarada e assumindo o novo Governo legitimamente eleito. As Nações Unidas, porém, ainda mantém contingentes de paz nos dois países estando apenas a diminuir o número de seu pessoal por etapas, conforme a paz se vai construindo. Na Côte d'Ivoire, houve diversas negociações para a paz e se chegou em março do ano passado a uma composição pela qual o chefe das forças rebeldes ou forças novas é hoje Primeiro Ministro. Mas a paz só poderá ser declarada após a relação de eleições que deveriam ter ocorrido em 2005 e estão previstas agora em princípio para junho de 2008. O contingente das forças de manutenção de paz das Nações Unidas é importante. Cerca de oito mil homens, além de dois mil e pouco da Operação Licorre(F), dispositivo militar francês enviado a Côte d'Ivoire há mais de cinco anos quando do início do conflito que dividiu o País em dois. O Brasil tem na ONU operação das Nações Unidas para Côte d'Ivoire seis militares. Três em Abidjan e três no interior do País. As relações Brasil com a Côte d'Ivoire sempre foram especiais. Nós reconhecemos a independência já no ano da independência do País em 1960. Nossa embaixada foi aberta em Abidjan em 69. Embaixada Côte d'Ivoire em Brasília em 71. Nas Américas além do Brasil a Côte d'Ivoire só mantém Embaixadores residentes em Washington e Ottawa. Nos primeiros 20 anos após a independência Côte d'Ivoire cresceu uma média de 10% ao ano. Era o ter-

ceiro produtor de café do mundo, o primeiro produtor de cacau do mundo, o primeiro País africano em exportações de abacaxi e dendê. Era também responsável por 40% do PIB da comunidade econômica dos Estados da África ocidental. Nos anos 70, e início dos 80, as relações bilaterais eram dinâmicas. Mas com a queda dos preços internacionais e produtos de base, sobretudo, após o segundo choque do petróleo, de 1979, a Côte d'Ivoire passou a ter dificuldades para honrar sua dívida externa. Em 1981 foi obrigada a recorrer ao FMI e aos programas de reajustamento estrutural. Em 1987 declarou-se insolvente. Foi também em 1987 que houve a suspensão dos vãos semanais da VARIG na rota Rio de Janeiro-Abidjan. Empresas brasileiras atuantes no País como a COTY, o Grupo Pão de Açúcar tiveram que fechar seus escritórios. Também um pouco da crise no Brasil também, na época. Era geral a história da dívida externa e todo mundo conhece. Contudo, após início das hostilidades em 2002 e mesmo após a crise de 2004 o Brasil manteve sua Embaixada em Abidjan. Em 2004 foram fechadas as embaixadas de Portugal, Países Baixos, República Checa, Áustria e Suécia em Abidjan. Reino Unido e Japão retiraram seus Embaixadores deixando apenas encarregados de negócios. O Embaixador do Brasil, porém em crise alguma deixou o País. Nem o Brasil deixaria a Côte d'Ivoire sem um Embaixador brasileiro. O Embaixador Fausto só deverá deixar o País ao ser substituído por mim, espero. Se eu puder contar com a aprovação de V.Ex^{as}.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo, que é mineira de Areado, sul de Minas.

Com a palavra, vamos ouvir agora a Embaixadora Débora Barenboim, que é indicada para a Embaixada do Brasil na Eslovênia, primeira Embaixada do Brasil lá.

SRA. EMBAIXADORA DÉBORA VAINER BARENBOIM: Srs. Senadores, é com grande emoção que eu volto a esta Casa onde eu tive o privilégio e oportunidade de servir como Chefe de Cerimonial da Presidência em 1995 e 96 e agora para que meu nome seja submetido ao exame de V.Ex^{as}.

A República da Eslovênia é um País jovem, uma Nação antiga, numa região conturbada, que volta periodicamente à imprensa e nos últimos dias de novo em função da declaração da independência do Kosovo. É uma região de difícil compreensão, quanto mais estudamos mais dificuldade temos para entender porque nós como todos os países ribeirinhos do oceano Atlântico temos um conceito de Nação e cidadania, casados com território que não é o caso naquela região. [soa a campanha] Nesse contexto conturbado, a Eslovênia

tem sempre sido definida e citada como uma exceção. Hoje em dia os analistas políticos, especialmente os da União Européia definem os Bálcãs Ocidentais como antiga Iugoslávia, incluindo a Albânia e com exceção da Eslovênia. Sempre se fala que Eslovênia é exceção. Porque a Eslovênia sempre foi, há mil anos a Eslovênia tem uma unidade nacional dentro de outros espaços. Foi membro do Império Austro-Húngaro voluntariamente entrou no reino da... eslovenos, croatas e iugoslavos e sempre esteve em outros contextos, mas sempre como uma unidade coesa. Ao mesmo tempo, a Eslovênia sempre foi uma rota de comércio, um enclave por onde passavam estradas. Os senhores se lembrarão que o Trieste fazia parte da Eslovênia até o final da Primeira Guerra Mundial e era o principal porto do Império Austro-Húngaro. A estrada principal que liga Viena a Trieste e passa, portanto, pelo porto de Koper que é vizinho, existe desde meados do Século 19. E ali todo o entroncamento rodoviário, ferroviário, para toda uma penetração da região.

Desde a sua independência, em 1991, a Eslovênia tem se empenhado. Apontada em ser e tem sido apontado como o aluno prodígio da região. Foi o primeiro País da ex-Iugoslávia a entrar para a União Européia em 2004. Foi o primeiro dos 10 países que entraram na União Européia em 2004, a adotar o euro, o primeiro a assumir agora em primeiro de janeiro deste ano a Presidência do Conselho da União Européia, e é o que tem o melhor desempenho, o que tem maior PIB, o maior desempenho econômico. Sempre foi um País, sempre mesmo com Estado associado à Iugoslávia sempre foi o Estado mais próspero da região.

O atual Presidente da Eslovênia, que assumiu em 22 de dezembro último, é uma figura reconhecida internacionalmente, professor de Direito Internacional, especializado em Direitos Humanos, foi Secretário de Estado assistente para assuntos políticos da ONU por escolha do Presidente Kofi Annan e foi também na época que ele era o primeiro Embaixador da Eslovênia em Nova York, primeiro Embaixador no Brasil.

O que é hoje a Eslovênia? Em primeiro lugar, uma democracia consolidada, como disse o Senador Eduardo Azeredo, com regime Parlamentarista bicameral que possui até um grupo de amigos Brasil-Eslovênia. É um País de 20 quilômetros quadrados, dois milhões de habitantes com uma renda per capita de 20 mil dólares. Uma economia diversificada, com alto nível de desenvolvimento tecnológico especialmente na área de informática, Senador, e na área de serviços. As rotas comerciais, como já mencionei, se diversificaram e atingem todos os países vizinhos, especialmente Croácia, Hungria, Itália e Áustria, e o porto de Koper que tem é

um porto moderno e de penetração muito importante para a região, com instalações muito modernas.

Relação Brasil e Eslovênia sempre foram muito boas, excelentes, cooperação foros multilaterais, a Eslovênia sempre apoiou, especialmente na pessoa do atual Presidente quando ele estava na ONU na qualidade de Secretário Assistente para Assuntos Políticos a posição do Brasil com relação Conselho de Segurança das Nações Unidas, e sempre nos apoiaram em todas as votações internacionais. Os momentos mais importantes do relacionamento bilateral tiveram um marco com a visita em 1997 do então Governador de Minas Gerais acompanhado por uma expressiva delegação empresarial à Eslovênia, o Governador Eduardo Azeredo foi a primeira grande autoridade da América Latina a visitar a Eslovênia. E isso para eles teve um impacto muito importante. Existe também uma comunidade pequena, mas muito expressiva de eslovenos no Brasil, como o padre Ernesto Zusi(F) que criou em Mato Grosso a cidade das crianças, o Aloizio que foi um dos fundadores da APAE no Brasil e empresários e figuras conhecidas, os senhores talvez conheçam os [ininteligível] que escreve artigos regularmente na Folha de São Paulo.

Apesar de pequeno País, a Eslovênia tem investimentos no Brasil, tem uma fábrica--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixadora só para interromper, a Embaixadora não falou do Stephan Salej que ela era casada e foi Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e trabalhou muito pelo estabelecimento das relações entre o Brasil e a Eslovênia.

SRA. EMBAIXADORA DÉBORA VAINER BARENBOIM: Muito obrigada, Presidente. Os investimentos então como eu dizia da Eslovênia no Brasil tem uma fábrica que se chama Prevent, emprega 550 pessoas em Cambuí, inclusive com trabalho social muito bonito de acolher os filhos dos funcionários, uma bela creche instalada, é uma empresa com uma vertente social muito interessante. E mais duas outras empresas de produtos eletrônicos, auto-eleto e coletas instaladas em São Paulo. A Eslovênia compra produtos manufaturados no Brasil, compra soja, turbinas hidrelétricas, e tem uma pauta diversificada, mas modesta de importações. Tem prospecção para a instalação do sistema de *mobile payments* em Minas Gerais, pagamento por via de telefone celular no sistema que já existe na Eslovênia, já se paga máquinas, por exemplo, as máquinas de estacionamento se paga com telefone celular, e isso já está sendo experimentado em Minas Gerais e possivelmente poderá estar funcionando em breve no Brasil com tecnologia Eslovênia. Existe também uma grande rede de supermercados eslovenos que tem um

comprador já no Brasil, e é da rede de supermercado não só da Eslovênia, mas que está presente em toda a ex-Iugoslávia fazendo compras de produtos alimentícios no Brasil. Há também investimentos turísticos e muitas outras perspectivas.

No relacionamento político, acho que o relacionamento futuro do Brasil com a Eslovênia tem duas vertentes. Uma que a Eslovênia por ser esse aluno modelo está se tornando, apesar de País pequeno um formador de opinião importante dentro da comunidade européia. E na medida em que ele vem com simpatia às nossas posições é um trabalho que nós podemos fazer no futuro para tê-los como nossos aliados em nossas posições. Com relação a negociações agrícolas, com relação ao Conselho de Segurança da ONU e outros temas que são importantes para a diplomacia brasileira. É importante dizer que será realizado em Lima, em meados de maio o encontro EULAC, Europa Latino América e Caribe pelo lado europeu a Eslovênia é que preside esse encontro. E é em parte por isso que o Presidente da Eslovênia Danilo Turk virá em visita ao Brasil como preparação desse encontro de Lima provavelmente no dia 4 de abril.

As perspectivas econômicas e comerciais nos fazem pensar na Eslovênia não só como mercado um pequeno de dois milhões de habitantes, mas com uma ponte de entrada para toda a região. Nessa parceria que já existe como essa empresa como o [ininteligível] e com outras empresas, nós podemos ter acesso muito grande a toda a região. O porto de Koper que hoje já processa toda importação de minério de ferro Brasileiro para a Áustria e para toda a região poderá tornar-se e isso já existe em conversações com a PEC(F) nesse sentido, e convites nesse sentido um novo porto de entrada alternativo para produtos brasileiros. Nós poderíamos ter um entreposto comercial em Koper, usando as instalações super modernas que eles tem para entrada produtos brasileiros para atingir um mercado de mais ou menos 100 milhões de habitantes. Também existe, como o Senador Eduardo Azeredo já mencionou, perspectivas de maior desenvolvimento de cooperação científica e tecnológica aproveitando os excelentes institutos de desenvolvimento científico da Eslovênia. Apenas para mencionar que nós já estamos trabalhando também com uma presença cultural brasileira, aliada a essa incursão prospectiva comercial nós estamos criando na universidade em Koper, perto do porto eleitorado para ensino do português do Brasil que é o embrião de um instituto de estudos latino-americanos em cooperação com a universidade de Trieste. Eu poderia me alongar, mas acho que já temos os elementos suficientes se os senhores julga-

rem oportuno darão a oportunidade de realizar esse trabalho. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixadora...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de encaminhar a V.Ex^a o requerimento que foi assinado por todos Senadores presentes, falta ainda V.Ex^a e o Senador Heráclito Fortes, sobre o tema que havia mencionado. [soa a campainha] Requeremos seja convidada a Senadora Piedad Córdoba da Colômbia para nos relatar os esforços para a libertação de pessoas que estão seqüestradas pelas FARC e de pacificação na Colômbia tendo em conta os diálogos que estão ocorrendo entre o Governo Álvaro Uribe e as FARC e outros movimentos políticos de forma direta ou através de governos outros das Américas.

Então, sem prejuízo da sugestão formulada pelo Senador Heráclito Fortes, de eventualmente alguns de nós Senadores irmos à Colômbia para tratar desse assunto, avalio como importante que possamos aqui ouvir a Senadora Piedad Córdoba convidando-a e eventualmente eu posso até dialogar com ela sobre essa outra hipótese de nós também, alguns de nós irmos à Colômbia para ajudar neste diálogo. Mas acho que seria um gesto importante que possamos desejar aprovar para o momento adequado, que ela mesma possa vir. Então encaminho a V.Ex^a se puder colocar em votação agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, eu sugeriria que nós buscássemos exatamente esse entendimento com a Embaixada, essa cautela e deixássemos para votar esse requerimento na próxima reunião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Indago aos Srs. Senadores se ainda querem fazer alguma indagação na parte aberta. Porque vamos transferir, transformar a reunião conforme prevê a Constituição em reunião secreta. Não havendo quem queira discutir--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só lembrar a menção do Senador Pedro Simon, afinal dia 8 de março é dia internacional da mulher e que bom que o Itamaraty tenha uma representação de mulheres cada vez maior e que bom que haja também um homem dentre os novos indicados pelo Presidente Lula e pelo Embaixador, Ministro Celso Amorim também. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Eduardo Suplicy, logo na parte externa quero uma pergunta e acho que todos

interessam um pouco na situação da Iugoslávia com os demais países lá, especialmente Kosovo, acho que é um assunto que poderíamos ter informações da Embaixadora Débora. Aguardar só a parte externa, na parte... Então solicito a todos que permaneçam apenas aqueles autorizados legalmente.

Sessão suspensa às 11h42.

Sessão reaberta às 12h22.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta. E comunico a aprovação por unanimidade dos Embaixadores Sérgio Luiz Canaes, para o Reino da Arábia Saudita cumulativa com a República do Iêmen e o Sultanato de Omã. A Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo para a República da Costa do Marfim, Côte d'Ivoire, cumulativo com a República da Libéria e também a República de Serra Leoa. E também aprovação da Embaixadora Débora Vainer Barenboim para República da Eslovênia. E comunico ainda Sr^{as}. Senadoras e Senadores que essa reunião será suspensa e será reaberta hoje às 14h30 nesse Plenário para deliberar sobre o Projeto de Lei da Câmara que altera... que dispõe sobre a reestruturação do corpo e do quadro de oficiais de praças da Marinha. Um projeto de decisão terminativa necessitando de quórum qualificado. Nada mais havendo a tratar está encerrada a Sessão. Suspensa a Sessão, na verdade.

Sessão suspensa às 12h23.

Sessão reaberta às 17h22.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Declaro aberta reaberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Passamos, portanto, à apreciação da pauta.

Item 01, terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 11/2008, altera os incisos II e III dos artigos 11 da Lei 9.519 de 26 de novembro de 1997 que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais de praças da Marinha. Autoria Presidência da República, parecer do Senador Heráclito Fortes. Sendo assim, eu passaria a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo para que eu possa de maneira mais isenta proferir meu parecer.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara nº. 2.440/2008 sendo 2007 na origem. O referido projeto originado do Poder Executivo altera os incisos II e III do art. 11 da Lei 9.519 de 26 de novembro de 1997 que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e qua-

drados de oficiais de praças da Marinha. A proposição encaminhada pelo Sr. Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal foi aprovada pela Câmara dos Deputados tendo passado naquela Casa pelas Comissões de Finanças e Tributação, Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e cidadania.

O Projeto de Lei em epígrafe altera o limite máximo efetivo de oficiais gerais do comando da Marinha para adequá-lo as atuais demandas da força. Em sua exposição de motivo nº. 603/2007 do Ministério da Defesa S.Ex^a Ministro de Estado da Defesa Nelson Jobim esclarece que a proposição busca atualizar e racionalizar o diploma legal em vigor com vista a modernizar e consolidar em um único documento a legislação sobre a matéria. Aduz ainda que as alterações propostas asseguram o respaldo para efetuar os reajustes considerados imperiosos para a reestruturação da força garantindo seu eficaz emprego. Dessa forma o PLC contempla a ampliação dos limites efetivos de oficiais em dois Almirantes e dois Contra-Almirantes. Argumenta que isso permitirá a nova estrutura uma realocação mais racional de tarefas pelos diversos setores daquela força bem como melhoria em pontos específicos a começar pelos postos mais elevados da hierarquia, possibilitando maior eficácia no cumprimento da sua missão. A exposição de motivos destaca ainda que não há impacto orçamentário e financeiro decorrente da aprovação da proposição em tela uma vez que o efetivo da Marinha autorizado pelo Presidente da República do Decreto 6.089/2007 e é de 6.865 oficiais enquanto o estabelecido pela Lei nº. 9519/1997 é de 7.190 oficiais, 335 aquém do máximo permitido.

Análise. O projeto em apreço revela busca pela adequação do perfil do comando aos desafios advindos de sua atual dimensão e da magnitude de suas atribuições e da tendência irrefutável do desenvolvimento tecnológico do sistema de defesa, de ensino, de preservação do meio ambiente e preparo e emprego da força. Também contribui para a melhoria dos corpos e quadros. Cabe ressaltar que a última alteração dos efetivos oficiais Gerais da Marinha ocorreu em 1983, portanto, há 25 anos, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar 97/1999 que prevê diversas atividades subsidiárias para força naval.

No que concerne às competências dessa Comissão a alteração mostra-se necessária e benéfica à Marinha do Brasil e, portanto, aos interesses nacionais, contribuirá certamente para o aumento da eficácia da força uma vez que constitui medida importante para a renovação, o equilíbrio e a regularidade no acesso de diferentes corpos e quadros da Marinha do Brasil. A

proposição não encontra óbices regimentais ou legais e é produzida em boa técnica legislativa. Pelo exposto, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei pela Câmara de nº. 11/2008. É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Solicito que reassuma a Presidência dos trabalhos.

[troca de presidência]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de expressar meu voto favorável e peço que seja registrado, uma vez que como tenho que me ausentar para viagem, gostaria que fosse registrado se for colocado em votação se V.Exª permite, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Reassumindo a Presidência, e não havendo quem queira discutir a matéria, vou colocar em votação. Os Srs. Senadores já podem votar. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Favorável. De acordo com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Favorável, advertindo que o ganho salarial dos oficiais da Marinha está muito defasado. O Ministro da Defesa foi muito esperto em fazer o aumento dele quando da justiça saiu e fez uma lei que eles ganham 27 mil. Ele deixou. E a Marinha eu quero, testemunho, estive contato com o capitão dos portos por acaso à uma semana atrás. Foi capitão dos portos da minha cidade e hoje é do Pernambuco. Está deplorável o nível salarial dele. S.Exª, o Ministro, ele soube em causa própria aumentar os da justiça quando ele era do Supremo Tribunal. Veio aqui, pressionou e passou rápido.

Então, o salário das Forças Armadas está irrisório, e é uma vergonha. Eles estão todo mês tendo déficit. V.Exª querendo pode até fazer uma CPI. Está ridícula a vida que eles ganham. E um quadro vale por dez mil palavras. Eu deixo aqui para Luis Inácio meditar. Um DAS 6 é 10.448. Um capitão desses dos portos brasileiros está ganhando pouco mais de quatro mil reais.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O voto do Senador Mão Santa é pela aprovação com a ressalva feita sobre a defasagem dos salários dos oficiais das Forças Armadas. Senador Paulo Duque. Heráclito Fortes concorda com ele mesmo. Eduardo Azeredo, sim. Leomar Quintanilha. Senador José Nery, sim. A mais nova aquisição dessa Comissão, para orgulho de todos nós. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Presidente. Presidente, eu queria levantar uma Questão de Ordem. Há alguns meses--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):— processo de votação tem V.Exª a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria consultar V.Exª sobre a aprovação dos requerimentos que foram dado entradas aqui na Comissão de Relações Exteriores, inclusive um de minha autoria que até hoje, desde o ano passado, não foi colocado na pauta para que pudesse ser apreciado, discutido, aprovado ou rejeitado pelos membros dessa Comissão. Trata-se de um requerimento de minha autoria em que... E já está até defasado, porque tem que ser reformulado com mais ênfase de um voto de repúdio ao Presidente Hugo Chávez, ainda por ocasião do não aditamento da renovação da concessão da empresa de televisão lá da Venezuela. Tem praticamente um ano que esse requerimento dormita na Comissão. Tenho certeza que V.Exª concorda com o requerimento. V.Exª Presidente não aceita o abuso de autoridade e que impede a atuação da livre imprensa.

Então gostaria só de que V.Exª numa próxima oportunidade colocasse o requerimento em votação, porque nós precisamos discuti-lo. E havendo a vontade dos pares na Comissão, fazer aprovar esse ato de indignação do Senado Brasileiro em relação à postura do Governo atual da Venezuela. Não tenho nada contra o povo venezuelano, Presidente Heráclito Fortes. Povo ordeiro, hospitaleiro... O País... Apenas lamentamos a fase porque passa nesse instante. Gostaria que V.Exª pudesse dar informações a respeito do requerimento e pautá-lo proximamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] da solicitação de V.Exª.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pela ordem, Presidente Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra a V.Exª vou tomar o voto do Senador Augusto Botelho. Como vota? Sim. Nós temos sobre a Mesa... O Relator do projeto de V.Exª, da proposta é o Senador Eduardo Azeredo. Se compromete a trazer para esta Comissão na próxima Sessão. Evidentemente que o Senador Eduardo Azeredo, mineiro como é, cauteloso, ele deve estar estudando de maneira aprofundada o seu incisivo voto.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Presidente Heráclito Fortes. Mas a “mineirisse” do Senador Eduardo Azeredo está demorando muito. Ele já praticamente... De quando é o requerimento?

V.Exª poderia... De quando é o requerimento? Qual é a data?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual é a data de entrada? 29/05/07. Fique tranqüilo V.Exª que na próxima Sessão estará incluído na pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Talvez os Senadores que estão lá fora da Comissão, lá no Plenário, ou em outros lugares não tenham a menor idéia da importância que está ocorrendo hoje nesta Comissão. Posso afirmar a V.Exª que só isso justificaria sem dúvida alguma o contraponto, a contestação de tudo aquilo que foi dito ontem aqui. Foi dito ontem aqui em algumas frases no Plenário do Senado. Deuse importância a uma das classes de trabalhadores mais sofridas, sacrificadas, e, sobretudo, mais trabalhadoras do Brasil. O que conduz exatamente o militar o avanço de sua carreira é o patriotismo. Estou vendo, por exemplo, agora entrando por aqui um ex-Presidente da República, e me lembro dele nos primeiros anos, primeiros dias ou primeiros meses de sua trajetória a vestir com sua família o uniforme das Forças Armadas viajar para conhecer o Brasil, o norte, o nordeste, por toda parte. Não sei se V.Exª se lembra disso. Mas eu me lembro. Ele se orgulhou de vestir o uniforme da Força Área. Do Exército e da Marinha. Então isso foi um exemplo de prestigiar uma classe trabalhadora que ela é muito pura porque ela é obrigada, mesmo que não queira, mas é obrigada no desempenho de sua carreira a conhecer todo o Brasil. Ora está aqui, daqui a pouco em Santa Catarina, é transferido para o Amazonas... é aquela parafernália toda de mudar os meninos de colégio, ir para novo ambiente... Em suma, é uma atividade de muito sacrifício.

Então, o que fizemos aqui hoje foi pouco, muito pouco pelo merecimento, conforme ressaltou ali o ilustre Senador Francisco de Assis de Moraes. Era o que eu queria deixar registrado e tirar uma dúvida que tenho até hoje. Nós estamos aqui com Almirante, vice-Almirante e Contra-Almirante. Gostaria que V.Exªs. esclarecesse a que corresponde essas três categorias no Exército e na Aeronáutica. Nós temos na Aeronáutica o Brigadeiro, o Tenente Brigadeiro e Major Brigadeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vou pedir licença a V.Exª, e vou consultar os universitários. Evidentemente essa não é a minha...

[risos]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só se for agora.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só um minuto. Antes de ouvir o Mão Santa quero... outra matéria. O Senador Wellington Salgado, queria tomar o voto do Senador Wellington Salgado que tem um compromisso inadiável no Palácio do Planalto agora e precisa se retirar. Como vota o Senador Wellington?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Fernando Collor. Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Marinha é querida nessa Casa. Senador Mão Santa vai...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não. Presidente Heráclito Fortes, hoje eu vi um pronunciamento muito contundente do Senador Camata. E eu acho que V.Exª não estava lá, e eu estou dessa Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pediria só... Eu tenho que dar uma resposta aqui a ele e em seguida nós faríamos... é sobre a graduação. Eu vou pedir... Ele quer saber o seguinte. O Almirante, com relação ao Exército. O Almirante equivale... Nas três.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nas três. O General de Exército.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Almirante de Esquadra é General de Exército e Brigadeiro--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o máximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tenente-Brigadeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o máximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o máximo. A segunda é vice-Almirante que corresponde a General de Divisão e o Major Brigadeiro. E o terceiro é o Contra-Almirante. General de Brigada, Brigadeiro-do-Ar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Até que enfim trouxemos a Marinha aqui para dentro, no microfone.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Ex^a exaltou essa Comissão e eu quero concordar com o seu depoimento até porque hoje V.Ex^a teve a oportunidade de presenciar uma reunião da Comissão de Defesa, uma reunião secreta, onde o Ministro-Chefe da ABIN prestou esclarecimentos a esta Comissão em caráter reservado. V.Ex^a viu a importância que essa Comissão exerce na estrutura administrativa do País. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Charles de Gaulle, Presidente, visitando o Brasil ele disse aquela frase: “É uma verdade isso não me parece um País sério”. Ele disse por que no Itamaraty ele foi apresentado uma dezena de generais. E na França só tem quatro generais, cinco em guerra. Então não é por aí não, Ministro Nelson Jobim, ele tem é que valorizar o salário dos profissionais da Marinha. Estão ridículos. Tem que se lembrar que um DAS 6 que entra pela porta larga, sem concurso, aloprado ganha 10.448. Os capitães dos portos do Brasil ganham menos da metade disso. Esse é o grande erro do Ministro. Mas, eu queria me reportar sobre o pronunciamento do Camata, bravo. O homem é corajoso. E disse muita verdade que eu fiquei... Houve o debate com o Suplicy, e eu fiquei com o Camata. Esse problema lá da fronteira da Colômbia. Isso extrapolou, e V.Ex^a que é forte, é bravo, eu acho que isso é um problema internacional que atinge a V.Ex^a e ao Brasil. Aquilo é um desrespeito à humanidade. Ele citou fatos, eu pediria que V.Ex^a buscasse as notas taquigráficas do número de seqüestrados. Isso é inconcebível para a humanidade. Eu tenho certeza que o Presidente Fernando Collor com a sua coragem não ia aceitar isso. A história nos ensina que na Europa teve a OTAN, como ação lá em fato semelhante na Iugoslávia, na Bolívia... Isso é uma calamidade, é um crime da humanidade o que tem naquele negócio ali, lá na Colômbia. Aquele negócio de FARC tem que ter um fim. Ouvindo Heráclito? E reflita e ele sugeriu que devia ter uma organização... E eu estou com ele. MacNamara: se quer paz prepare-se para guerra. Está na hora de acabar com aquela palhaçada de FARC. Seqüestrar gente há dez anos. Acho que um povo brasileiro tendo um Collor na Presidência ele tomava uma atitude com firmeza e coragem. Mas V.Ex^a pode, vamos dizer, fazer uma coordenação todas Comissões do mundo político civil da América do Sul que aquilo tem que acabar. Aquilo é ridículo. Não se suporta mais com a civilização moderna.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica feito o protesto do Senador Mão

Santa. Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Para contraditar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E dizer que esta--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já que não é contradita, fique V.Ex^a, vai falar em nome da liberalidade dessa Presidência. Tem a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizar o Presidente Senador Heráclito Fortes pela forma como tem conduzido esta... Os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. V.Ex^a acabou de fazer referência à reunião reservada, com o Presidente da ABIN, e tem ao longo de todos os tempos buscado através da ação da Comissão fortalecer as Forças Armadas brasileiras. Inclusive nós temos uma Subcomissão formada, da Comissão de Relações Exteriores, para propor, para acompanhar e tivemos aqui diversas audiências com os comandantes das três forças, e que já relataram a situação de total desestruturação que se encontram as Forças Armadas brasileiras.

Então, nós temos a responsabilidade de através desta Comissão, como disse então presidida por V.Ex^a, de encaminharmos ao Ministro da Defesa e ao Presidente da República a necessidade de realmente fazer essa reestruturação, tanto da Marinha, que o Senador Mão Santa colocou agora aqui, como do Exército e como da Aeronáutica. Acho que o Brasil é um País pacífico, mas como bem disse o Senador Mão Santa, é preciso que não possamos esquecer da necessidade de termos as nossas Forças Armadas em condições, se necessário, e Deus queira que não seja, em condições de estarem adestradas e equipadas para a Defesa Nacional.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho da Comissão e vamos concluir aquela Subcomissão com as propostas de reestruturação das três forças do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu peço a palavra para dizer que nós temos uma Costa muito extensa, são quase oito mil quilômetros de litoral. Nós temos uma Amazônia Azul para ser resguardada, para ser estudada, para ser explorada. Acho que a Marinha tem que ser reforçada com gente, com armamento, com tudo. Então acho muito louvável esse projeto que aumenta esse quadro militar da Marinha. E creio que nós temos que trabalhar mais para aumentar e renovar a nossa frota pra gente poder tomar conta realmente do nosso País e poder explorar e inclusive melhorar a nossa indústria naval.

Que já está melhorando, já está saindo do poço. E se a gente for reforçar a nossa Marinha, tem que reforçar com barcos feitos no nosso País, para poder melhorar, criar mais empregos e cuidar do que é nosso. Cuidar da Amazônia verde que é a Amazônia lá onde eu vivo, e da Amazônia Azul, que é onde o senhor vive.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria que V.Ex^a explicasse o que é a Amazônia Azul exatamente para que ficasse esse esclarecimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A Amazônia Azul a gente chama a porção do mar que pertence ao Brasil. Porção do mar onde tem riquezas. Para começar pela riqueza de peixe que não é respeitada pelos pescadores internacionais, vêm aqui pescam nossos peixes e deixam nossos pescadores com escassez. É uma área onde poderá ser explorada no futuro a criação de peixe, de fazendas marinhas e tudo, mas nós temos que ser donos dessa região. Toda a área do mar que pertence ao Brasil, que equivale à área da Amazônia. Por isso que a gente compara com a Amazônia que é verde, à área de mar que seria a nossa... Que é nossa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V.Ex^a. Pois é, exatamente isso. Fala-se muito aqui e essa pergunta me chegou ao gabinete e eu agradeço a V.Ex^a e passo a palavra ao Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Acho que a preocupação do Senador Francisco de Assis é absolutamente pertinente. “Se querem a paz, prepare-se para a guerra”. Depois da Primeira Guerra Mundial, quase que entrando na segunda, França e Inglaterra, aliás, França e Alemanha, e naquela permanente... Aquele permanente estado de beligerância, um criou a linha [ininteligível] considerado impugnável, e a outra criou a linha [ininteligível] também considerada inexpugnável. As duas potências européias elas, V.Ex^a sabe, elas estavam se defendendo do ingresso de uma ou da outra no seu território, dos tanques, dos veículos da época. Hoje isso parece um brinquedinho de criança. Acho que nem mais existe. V.Ex^a que é um homem internacional poderia até informar. A linha, imagino, não existe mais. Aquilo é uma relíquia passada.

Então, o Brasil recentemente, dentro dessa realidade ele criou o Sistema SIVAM de defesa, operado pela Aeronáutica, criou também o Sistema de Defesa da Calha Norte. Todas duas importantíssimas, modernas, e por isso precisam ser cuidadas e jamais ridicularizadas.

Era a contribuição que eu gostaria de deixar aqui para o nosso Senador Mão Santa. Calha Norte e o Sistema SIVAM. São duas indagações poderosíssimas

que nós poderíamos até, em data oportuna, marcado por V.Ex^a, ter aqui um panorama para que todo mundo ficasse conhecendo duas defesas potentíssimas do nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V.Ex^a e passo ao último orador inscrito, Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, essa proposta apresentada e relatada pelo nosso Presidente, Senador Heráclito Fortes, recebeu desta Comissão uma melhor acolhida. E não poderia ser diferente, porque todos nós que aqui temos assento reconhecemos nas nossas Forças Armadas um esteio da nossa vida democrática e uma garantia da soberania nacional.

Lamentavelmente o que estamos vendo nos dias de hoje é um contínuo desaparelhamento das nossas Forças Armadas em função da falta de recursos para colocar nas nossas forças, num nível operacional, que a atual geopolítica regional do nosso subcontinente exige. A questão salarial foi aqui também tocada por vários dos Srs. Senadores que me precederam, e é também um ponto de extrema gravidade. Eu me lembro que um dia na base aérea de Santa Cruz, onde estão sediados os nossos... Onde está sediada a nossa quadrilha de F5, que depois de um vôo com o Tenente-Coronel comandante da esquadrilha e comandante da base, quando aterrizamos, ele me pediu para conversar sobre um tema referente à força e especificamente em relação àquela unidade militar. Que é um orgulho para todos nós brasileiros. E ele disse mais ou menos o seguinte. Ele disse: “Presidente, eu queria lhe pedir atenção para a questão dos nossos soldos, não somente da Força Aérea, mas do soldo das forças... De todas as nossas Forças Armadas. Para que o senhor tenha uma idéia, eu sou o comandante desta base, tenho que manter esta esquadrilha de F5 – eram 16 ou 24, na época – em operacionalmente perfeição, em perfeitas condições operacionais. Tenho que manter esse nosso pessoal absolutamente preparado para qualquer eventualidade, estão todos de prontidão 24 horas por dia – e aí ele concluiu – e eu como comandante desta unidade e como responsável por todo este aparato recebo mensalmente menos do que um assessorista do Congresso Nacional”. E aquilo me deixou estarecido. Não que o funcionário do Congresso Nacional estivesse recebendo muito. Está recebendo de acordo com o trabalho honrado e digno dele merece. Mas, o fato é que um Comandante e um oficial das Forças Armadas estavam percebendo muito aquém daquilo de que ele é merecedor e daquilo que a sua patente exige.

A diferença, hoje, ela se mantém e a grande comparação que se faz é em relação, por exemplo, ao que

percebe o policial militar da briosa corporação da Polícia Militar do Distrito Federal. Um soldado de início, recém recrutado, ele percebe mais do que um capitão do Exército e a patente correspondente à Marinha e Aeronáutica. Um soldado da Polícia Militar do Distrito Federal percebe mensalmente mais do que um capitão e o seu equivalente das outras forças do Exército Brasileiro. Não que o Policial Militar do Distrito Federal esteja recebendo muito. Ele precisa, a Polícia Militar precisa ser bem remunerada e precisa estar também preparada para defender a sociedade e fazer o policiamento ostensivo da nossa capital. Mas isso demonstra que está havendo talvez uma... Um descaso em se preocupar mais com uma retribuição à altura do que as nossas Forças Armadas vêm realizando em favor do nosso País. Fiquei muito preocupado quando com a queda da CPMF se falou dos cortes que deveriam ser realizados para adequar o orçamento a uma perda de receita equivalente a 40 bilhões de reais. E fiquei receoso que houvesse algum corte no reajuste salarial que já estava previsto no orçamento desse ano. Fiquei mais tranqüilo quando percebi que a Comissão de Orçamento estava atenta ao fato e que não praticaria nenhum corte nos recursos destinados à remuneração dos militares que fazem as nossas Forças Armadas.

Esse é um primeiro passo, mas ainda muito tímido diante da necessidade que os nossos integrantes das Forças Armadas precisam e merecem. Eu acho que no futuro muito próximo esta Comissão, sob a Presidência de V.Ex^a, haverá, como V.Ex^a já vem dando mostras e demonstrações claras de que nos preocuparemos muito em não somente tratarmos dos recursos necessários para o reequipamento das nossas Forças Armadas, mas também para remunerar correta e fazendo assim justiça, remunerar corretamente aqueles integrantes das Forças Armadas brasileiras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V.Ex^a e vou proclamar o resultado. A matéria obteve 14 votos favoráveis. Portanto, está aprovada, indo para a Secretaria Geral da Mesa para suas devidas providências.

Antes de encerrar a Sessão eu quero me congratular com a Marinha Brasileira por esse ato de justiça que o Congresso pratica através do Senado nesse fim de tarde e pela tramitação rápida, pela tramitação urgente devido a necessidade. Quero também cumprimentar todos os senhores militares que fazem a ligação e são responsáveis pelo bom relacionamento entre as duas Casas do Congresso e a Marinha Brasileira, como também ao Ministério da Defesa. Parabenizo a todos e tendo em vista o resultado já anunciado, dou por encerrada a Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 18h02.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às onze horas e cinco minutos do dia seis de março do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **PEDRO SIMON e HERÁCLITO FORTES** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEUTUMA, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início à apreciação das matérias fazendo a inversão da pauta. Inicia a apreciação da Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 47, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Fernando Collor, que “*Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, as seguintes informações referentes a atos internacionais: 1. Relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares; 2. Esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro Estado ou Organização Internacional interessada; 3. Justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, bem como seu estágio atual.*” O Presidente concede a palavra ao Senador **FERNANDO COLLOR**. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 07, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que “*Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na próxima quarta-feira, dia 12 de março, acerca dos recentes acontecimentos*

envolvendo a Colômbia, o Equador e a Venezuela e o papel desempenhado pelo Brasil nas negociações para a construção de um acordo visando solucionar o conflito entre estas nações". O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY**. Aprovado. O Presidente dá início à apreciação da Pauta. **Item 1:** Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Acrescenta o inciso XXIX ao caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. (Dispensa de licitações para a aquisição de bens e serviços destinados aos militares brasileiros em operações de paz no exterior).*" O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **ROMEUTUMA** para fazer a leitura do Parecer. Assume a Presidência o Senador Eduardo Azeredo. Fazem uso da palavra os Senadores **PEDRO SIMON, CRISTOVAM BUARQUE, PAULO DUQUE E ANTONIO CARLOS VALADARES**. Aprovado. **Item 2:** Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "*Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.*" O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **PEDRO SIMON** para fazer a leitura do Parecer. O Presidente procede a votação nominal. Aprovado com 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma Abstenção, Presidente 1. Faz uso da palavra o Senador **ROMEUTUMA**. O Presidente faz a inversão da Pauta. **Item 9:** Requerimento (SF) nº 1.428, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon que "*Requer, nos termos do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor e Congratulações pela posse da nova presidenta da Argentina, Senhora Cristina Fernández Kirchner.*" O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **FERNANDO COLLOR** para fazer a leitura do Parecer. Aprovado, com emendas 1 e 2 – CRE. **Item 3:** Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que "*Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências.*" O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **CÉSAR BORGES** para fazer a leitura do Parecer. O Presidente procede a votação nominal. Aprovado com 12 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma Abstenção, Presidente 1. **Item 4:** Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "*Altera a Lei nº 7064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior.*" O Presiden-

te concede a palavra ao Relator Senador **ALMEIDA LIMA** para fazer a leitura do Parecer. Foi concedido pedido de vista ao Senador Flexa Ribeiro. Faz uso da palavra o Senador **EDUARDO AZEREDO**. O Senador Heráclito Fortes assume a Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEUTUMA e FLEXA RIBEIRO**. Faz uso da palavra o **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE** solicitando tramitação urgente para a Proposta de Emenda a Constituição nº 05, de 2005. A Secretaria da Comissão encaminhará Ofício neste sentido à Mesa do Senado. Os Senadores **ALMEIDA LIMA e PEDRO SIMON** fazem uso da palavra. Inclusão de item Extrapauta. **Item 3:** Requerimento nº 08, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy, Eduardo Azeredo e Romeu Tuma, que "*Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, que "Altera a lei nº 7.064, de 06 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior", com a presença dos seguintes convidados: uma representação da Organização Internacional do Trabalho; Embaixador Otto Agripino Maia; o Senhor Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração – Ministério do Trabalho e Emprego; e um representante da CNI – Confederação Nacional da Indústria (Incluído a pedido do Senador Eduardo Azeredo).*" O Presidente concede a palavra ao Senador **ROMEUTUMA**. Aprovado. **Item 8:** Requerimento (SF) nº 1.176, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande que "*Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao ex-Vice Presidente norte-americano ALBERT GORE JR. e ao IPCC /Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartilharem o PREMIO NOBEL DA PAZ de 2007.*" O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura do Parecer. Aprovado. O Senador Flexa Ribeiro solicita a inserção na Pauta do Requerimento (SF) nº 639, de 2007. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY, PEDRO SIMON, FLEXA RIBEIRO, MARCELO CRIVELLA, EDUARDO AZEREDO, ROMEUTUMA e FERNANDO COLLOR**. O Requerimento não constará da pauta. O Presidente sugere a visita do Embaixador da Colômbia à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A sugestão foi acatada. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e vinte cinco minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota Da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,

juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião.

Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE MARÇO DE 2008, ÀS 11 HORAS E 5 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Presidente Heráclito Fortes está numa Reunião de Lideranças no gabinete da Presidência para discutir o problema do Orçamento e vai atrasar uns 15 minutos. Eu, como mais antigo, abro a Sessão.

Havendo número regimental, declaro aberta essa Reunião. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Está dispensado. Vamos, até que o Presidente venha, apreciar os requerimentos que estão aqui para serem discutidos.

Requerimento nº 47, de 2007, de autoria do Senador Fernando Collor. Requer que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, as seguintes informações referente a atos internacionais. E depois também tem um requerimento, mais ou menos sobre o mesmo assunto, encabeçado pelo Senador Suplicy, convidando o Chanceler, a vir aqui à Comissão. Senador Fernando Collor, com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Srs. Senadores, a motivação do requerimento que eu ora apresento ao Plenário desta Comissão se baseia num fato que eu próprio já vivenciei, ou seja, o andamento dos estudos para assinatura de atos bilaterais e multilaterais, por parte do Ministério das Relações Exteriores. Quando Presidente da República, no começo, logo me chegavam atos para que eu assinasse ou encaminhasse ao Congresso e atos dos quais eu nem sequer havia tomado conhecimento, de modo que eu acredito que seria de bom alvitre que a Comissão de Relações Exteriores pudesse não simplesmente aprovar esses atos, esses tratados, que sejam assinados entre Brasil e seus congêneres, com a situação já devidamente equacionada, como se fosse uma Medida Provisória. Nós estaríamos aqui apenas homologando a assinatura desses atos, sem nós termos tido a oportunidade de acompanhar a necessidade, a oportunidade--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Tem atos desse bilateral que são feitos por Medida Provisória?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, eu digo que parece--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ah, sim, sim, sim, são homologados, claro, claro, claro.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Porque, quando chega aqui, é apenas para que nós homologuemos um ato já assinado entre o Brasil e um congêneres seu. De modo que se, como Presidente da República, quando exerci essa função, ao próprio Presidente, no começo, não era dado a ele sequer a oportunidade de saber a origem de por que aquele ato estava chegando, naquele momento, a ser assinado, e eu imagino que também o Congresso Nacional, com muito menos, com muito mais razão não teria também essa oportunidade, daí eu acreditar que seja muito importante que esses atos que estejam em elaboração no Ministério das Relações Exteriores, nos seja dada a oportunidade de acompanhá-los para que eles, quando aqui cheguem, já tenham tido naturalmente a nossa participação e até a nossa influência no sentido de melhorá-lo ou aperfeiçoá-lo. Esse é o fulcro do requerimento que ora submeto à egrégia Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e que peço o seu deferimento, o seu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou achando, assim, meio original, que, ultimamente, principalmente no Plenário, os Presidentes falam, discutem, debatem e fazem verdadeiros discursos paralelos. E eu vou fazer agora o que eu acho que está errado. Eu acho da maior importância o requerimento apresentado por V. Exa., e ele é mais profundo ainda. Na verdade, o Congresso Nacional, o Senado Federal não tomam conhecimento de absolutamente nada com relação ao relacionamento internacional do Brasil. Nós ficamos aqui homologando e geralmente a gente homologa muito tempo depois que as coisas já aconteceram e a gente não sabe nem como, nem nada. Aí, nós ficamos numa posição que não tem saída, votar a favor, votar contra, já fizeram o ato, já teve toda a sensação, o Congresso do outro país já aprovou. O que nós vamos fazer? Houve um momento, Senador, que nós apresentamos aqui, foram até aprovados que, antes de ir para a Assembléia das Nações Unidas, o chanceler viesse falar com a gente e mostrar qual será a pauta dos assuntos mais importantes que serão debatidos. Ele veio aqui, debateu com a gente, se comprometeu para que, quando a gente nomeasse a Comissão do Congresso que vai representar o Brasil, o Congresso Brasileiro e o Brasil na Assembléia Nacional da ONU, nós soubéssemos, em vez de ir de turista, a gente soubesse o que ia ser discutido. Não foi adiante.

Eu sou totalmente favorável. E achava que, de certa forma, o seu requerimento, acrescentando que o

chanceler venha discutir conosco, quer dizer, de posse da resposta ao seu requerimento, a gente convida para ele vir aqui e discutir essa matéria com a gente, que acho que é importante; V. Exa. deu um fato, então, que é... E eu não duvido, quando V. Exa. diz que V. Exa. era levado a assinar atos que V. Exa. nem sabia do que se tratava; é que eles têm uma dinâmica própria, vão levando, vão levando, e é uma autonomia, é positiva, mas não é correta. Quer dizer, eles... Pode estar todo mundo apaixonado num lado e aquele lado pode não ser nem para o Presidente e muito mais para o Congresso Nacional.

Eu ponho em discussão o requerimento e com a minha adição de mandar o requerimento e pedir que, quando ele tenha a resposta, ele venha pessoalmente responder nessa Comissão. V. Exa. concorda?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Concordo plenamente, Senador Presidente Pedro Simon, mas seria necessário que fosse criada uma sistemática entre a Comissão de Relações Exteriores e o Ministério das Relações Exteriores para que fosse dada ao conhecimento deste Plenário e, conseqüentemente, desta Casa, todos os atos que estão ou em elaboração ou que estão para ser assinados pelo Sr. Presidente da República, para que nós pudéssemos tomar previamente deles conhecimento. E, eventualmente, podermos dar a nossa participação, embora modesta, para aprimorar esses atos e tratados que estão sendo elaborados no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que V. Exa. propõe é que a gente tome conhecimento antes dele assinar, e não homologar--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que acontece nos Estados Unidos. Repare que o Presidente, o chanceler americano, que está discutindo algum tratado, por exemplo, de importação, ele diz primeiro: "Tenho que ouvir o Congresso Americano". E o Congresso Americano é ouvido e, antes até, tem coisas que ele não faz, negócio de preço de suco de laranja, não sei o quê, porque o Congresso Americano não admite. Ele diz: "Se fizer isso, o Congresso vai derrubar".

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Daí a força também da Comissão de Relações Exteriores--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Exatamente, que é a grande Comissão lá que faz isso. Alguém quer discutir? Encerrada a discussão. Não, esse aqui. Depois é o teu.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu estou de pleno acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em votação. Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora, no momento atual, o Senador Suplicy e uma série de Senadores. Requerimento nº 7, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer seja convidado o Ministro Celso Amorim para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca dos recentes acontecimentos envolvendo a Colômbia, o Equador e Venezuela. Com a palavra, o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, na semana passada, quando ocorreram os episódios ali no Equador, houve uma preocupação muito grande e os Senadores consideraram, inclusive, que deveríamos fazer uma Sessão Extraordinária da nossa Comissão e, se possível, um diálogo com o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. E eu telefonei para ele, ele disse que se dispõe a vir ao Senado, aliás, como o fez também o Ministro Nelson Jobim, de pronto, e o Ministro Celso Amorim disse que, até por causa das diversas iniciativas e diálogos que ocorreriam nestes dias, como ontem, com o Presidente Rafael Correia, do Equador, que esteve no Brasil, também a reunião da OEA, que deu um passo muito significativo no sentido do entendimento entre os países que estão envolvidos neste conflito, mas, como neste último domingo, o Ministro da Defesa colombiano, Juan Manuel Santos, informou que Raul Reyes, considerado o segundo homem da hierarquia das Forças Armadas da Colômbia, a FARC, foi morto durante um bombardeio aéreo feito no acampamento das FARC no Equador, a partir do lado colombiano, o Ministro afirmou que outros guerrilheiros se encontram em poder das autoridades colombianas que, de acordo com o Governo colombiano, os guerrilheiros estariam num acampamento a 1800 metros da fronteira, dentro do território colombiano, que o Presidente Álvaro Uribe teria ligado ao Presidente do Equador para informá-lo sobre a situação, que o Sr. Presidente Hugo Chávez determinou o envio de 10 Batalhões Militares na fronteira colombiana e ordenou o fechamento de sua Embaixada em Bogotá, como resposta à operação do Governo Álvaro Uribe; também determinou a retirada de todos os funcionários de sua Embaixada em Bogotá, praticamente rompendo as relações diplomáticas entre os dois países.

Considerando que o Presidente do Equador Rafael Correia não aceitou o pedido de desculpas da Colômbia e anunciou a expulsão do Embaixador colombiano e o envio de tropas à fronteira; recorreu à solidariedade internacional, regional e à convocação

de uma reunião do Mercosul. Que algumas nações avaliam que as baixas sofridas pelos guerrilheiros podem forçar as FARC's a negociar com o Governo colombiano. Entretanto, outras consideram que a ação da Colômbia, além de provocar o endurecimento político e Militar da guerrilha poderá levar a uma guerra entre os dois países. Considerando os encontros ocorridos entre o Presidente Lula e os Presidentes do Equador, da Colômbia e da Venezuela que as FARC's se encontram hoje nas regiões amazônicas das fronteiras com o Equador, Brasil e Venezuela.

Considerando a extensa divisa entre o Brasil e os países envolvidos, avalio que será muito importante que o Ministro Celso Amorim, que se reveste de grande importância para que o Senado da República e a população brasileira tomem conhecimento sobre as tratativas de nosso Governo para o restabelecimento da paz na região e, sobretudo, com os passos que estão sendo dados agora pela Organização dos Estados Americanos.

Assim, Sr. Presidente, acho que todos os Senadores presentes na nossa Reunião, Senador Paulo Duque, Senador Fernando Collor, Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Cristovam Buarque e V. Exa., Senador Antônio Carlos Valadares, eu acho que vai logo assinar, mas todos nós assinamos este requerimento que tem, inclusive, a anuência também do nosso Presidente Heráclito Fortes, com quem dialoguei a respeito e também foi proposta do Senador Eduardo Azeredo que tivéssemos Reunião o quanto antes. Então, é a sugestão que formulamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está em discussão. Ninguém querendo falar—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em princípio, o Ministro Celso Amorim disse que poderá estar aqui na quarta-feira da semana que vem, por volta das 15 horas, Sr. Presidente, para esta finalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quinta ele não pode?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na quinta-feira, justamente às 10 horas, ele tem previsto um encontro aqui em Brasília com a Secretária de Estado, Condoleezza Rice, por isso que ele sugeriu quarta, nesse horário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu creio que nós devemos aceitar o requerimento assinado por todos e aceitar o horário, quer dizer, se pudesse, às 14 horas, para não atrapalhar o Plenário—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É porque ele tem um compromisso de almoço com uma autoridade estrangeira--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, às 15 horas. Não vou mais criticar os Presidentes que presidem e falam porque eu critiquei, critiquei e vou falar pela segunda vez. Mas eu não posso deixar de, nesse momento, dizer que... Os cumprimentos à nossa Comissão; acho que nós agimos com muita categoria e meus cumprimentos ao Governo Brasileiro. Eu acho que, no momento que o Ministro das Relações Exteriores colocou a questão que toda a manchete, toda a bomba estava na Venezuela, mandar 10 Batalhões para a fronteira e o Governo Brasileiro tomou posição com relação à Colômbia e o Equador, desconhecendo a Venezuela. E ela foi muito competente.

Eu acho que o fato da Assembléia das Nações Unidas, da...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): OEA.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Da americana, durante um dia, até a madrugada, não decidirem nada, as posições eram inflexíveis, do Equador, cobrando, e da Colômbia, denunciando também, e a vinda, naquele momento, que a Assembléia estava reunida, o Presidente do Equador estava vindo para o Brasil. E ficou aqui. Chegou às 10 da noite e ficou aqui a manhã inteira. E a Embaixadora, a Ministra das Relações Exteriores do Equador, que estava lá na Assembléia, mudou e fez a composição, soma muito para o Governo Brasileiro, porque ele estava aqui, o Presidente do Equador, quando houve a mudança das decisões do Equador. Isso mostra que a posição do brasileiro é uma posição muito competente.

Eu acho muito importante a vinda do Chanceler para nós discutirmos com mais profundidade essa matéria. Acho que houve um pouquinho de precipitação na discussão, me desculpa a sinceridade, antes do debate do Plenário, aquele assunto que foi invocado poderia ter dado uma consequência mais trágica de que do Brasil estavam sendo enviadas armas para a Venezuela. Felizmente, o Ministro Jobim teve categoria, veio na hora, porque, se ele não vem na hora e não dá o desmentido e o líder do PSDB não aceita, não se conclui, não sei quais seriam as manchetes no dia seguinte. Mas, como o assunto foi solucionado na hora, o que não é tradicional, porque realmente um Ministro aqui leva três, quatro dias; ele não, ele veio e respondeu aqui, saiu melhor do que a encomenda. Mas eu acho que essa questão é séria, é grave, eu vou falar com toda a sinceridade, eu vejo além: Em todo esse incidente, o que me assusta mais é a corporação americana lá em Colômbia. Quer dizer, ela está

ali e daqui a pouco ela entrava no negócio e era um conflito internacional.

Acho importante a vinda e acho importante que nós convidemos os líderes de bancadas para estarem presentes nessa Reunião para a gente aprofundar o debate.

Em votação. Os Senhores Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado. Os 15 minutos do Presidente estão... Se os senhores permitirem, a assessoria aqui está dizendo que é para nós irmos para o item 08. O item 01 chegou, tarde, mas chegou. Quando ele chega, o momento que ele chegou é o momento que deve começar. Nº. 01, com a palavra, o Senador Romeu Tuma

Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2007, que acrescenta o inciso XXIX ao *caput* do art. 24 da lei 8666, de 21 de junho de 93, que regulamenta o inciso XXI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Dispensa de licitações para aquisição de bens e serviços destinados aos militares brasileiros em operações de paz no exterior. Com a palavra, o brilhante Relator.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente é uma honra estar sob vossa Presidência, e pedir desculpas. Eu não me atrasei, apenas estava na Comissão de Infra-estrutura, com o apelo do Presidente para poder votar dois Projetos--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu peço desculpas a V. Exa. O termo empregado por mim foi muito infeliz. V. Exa. chegou tarde aqui porque estava em outras Comissões.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estive na Subcomissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vamos ver se nós lutamos para as Comissões do Senado se reunirem de segunda a sexta porque aí não acontece isso. Como só são quarta e quinta, acontece isso tudo; cada Senador tem três Comissões; se fosse de segunda a sexta, era uma Comissão por dia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, esse é um Projeto simples, mas importantíssimo, que é a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados aos Militares brasileiros em operação de paz no exterior. Nós temos algumas operações, principalmente designadas pela ONU, provavelmente amanhã pela OEA, em que os Militares teriam que ter disposição financeira para a aquisição de produtos necessários à sua obrigação profissional, à sua missão de... Principalmente missão de paz, dentro de territórios estrangeiros, sem a necessária licitação, porque ela estaria com um atraso muito grande e a decisão

da aquisição é imediata, para poder dar cumprimento a esta missão.

As Forças Armadas solicitaram que a gente desse urgência, haja vista que as operações no Haiti, em outros lugares, e o Senador Suplicy tem acompanhado de perto algumas dessas missões e sabe dessa necessidade, e não é com cartão corporativo, Presidente. Não é cartão corporativo. É adiantamento financeiro com prestação de contas.

Então, eu peço encarecidamente que seja aprovado com urgência, visto a necessidade que os comandantes têm apresentado na sua missão tão importante de servir a coletividade fora do país. É o meu voto favorável ao Projeto.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão o parecer.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Peço a palavra, Sr. Presidente, o Congresso votou, e foi considerado na época, como um grande avanço à lei das licitações. Foi um grande debate, uma grande discussão, foi um daqueles momentos, com grande altivez e sem divergência político-partidária, não tinha nada para ser apurado, mas se votou aquele Projeto e foi considerada uma vitória muito grande. Mas o que eu estou vendo aqui é que tudo é pretexto para não ter licitação, desde as coisas mais miúdas, no Executivo, até as coisas mais graúdas, licitação... Parece que o termo licitação é um termo vexatório. É verdade que existem fatos que estão acontecendo, onde as licitações são todas, são várias vezes ilícitas, são mal feitas, são feitas com as empresas que participam, fazendo a negociação entre elas: "Numa licitação vai tu, na outra vou eu, na outra vai outra". Para ganhar fulano, ele dá um preço normal, as outras já dão um preço lá em cima, que é para ela ganhar; na segunda licitação, a segunda dá um preço baixo, as outras duas dão lá em cima. Essas coisas estão acontecendo. Mas, fazer o que está acontecendo, tudo vale para evitar licitação até, se os senhores acharem lá no crédito corporativo, a origem do crédito corporativo é a demora que tem de se fazer... Cartão corporativo. Cartão para nós; crédito para eles porque eles, na verdade--

[risos].

É a falta de licitação. É claro, o Senador... O Senador Tuma haverá dizer, aqui trata-se de um assunto diferente, que é um assunto de segurança, mas eu vejo com muito medo essa liberação que está acontecendo, em termos de licitação. Por isso, é um assunto importante, eu apenas vou dizer que vou me abster, eu não vou votar, Sr. Presidente, eu não voto essa matéria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só queria pedir licença ao Senador Pedro Simon, não

para discordar dele, concordo plenamente com tudo o que ele expôs aqui, acho que a seriedade da licitação, nós fizemos um Projeto, e tem que ser fiscalizada permanentemente porque há uns truques, Senador, que eu investiguei e que criam três ou quatro empresas para concorrer e uma delas já sai vencedora porque as outras são frias.

Eu sei que há malandragem, mas aqui diz que é serviço militar no exterior e aprovado pelo Comandante, que há responsabilidade em cadeia aqui. Então, nós não estamos fazendo absolutamente nenhuma concessão, para que não haja licitação, para facilitar a vida do... Em missão de paz... Se fosse de guerra, aí era diferente, teria que ter realmente...

E hoje eu vejo, Senador Pedro Simon, que o Governo, atendendo a uma decisão da CPI da Imigração, ele cria o serviço geral do exterior, de atendimento aos imigrantes. E isto também vai trazer alguma consequência, principalmente financeira, para as embaixadas, que foi um documento que hoje veio junto à mídia, que o Governo sempre coloca alguma explicação. E essa de política externa.

Então, isso aqui colabora, mais ou menos, com a tese de que quem está no exterior, em missão de paz, como alerta o Presidente Collor, eles têm que ter, às vezes, imediatamente alguma... Alguma decisão própria. Eu vi o General Comandante das Forças no Haiti já sendo elogiado por ter acabado com as regiões do crime organizado nesses países; ele conseguiu pacificar. Não deve ser fácil. E deve ter que empregar alguma verba especial para educação, para alimentação. É uma coisa que, quando faz a missão de paz, Presidente, o senhor tem razão, o senhor deve saber muito melhor do que eu, é socorro, é socorro. Não é só a presença física para evitar o avanço de uma ordem criminosa, mas também para atender à população que passa a ser carente.

Então, eu agradeço V. Exa., concordo com a sua abstenção e dou toda a razão ao alerta que V. Exa. faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tuma. Senador Cristovam Buarque, para continuar a discussão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF): Sr. Presidente, eu estive no Haiti, acompanhando os trabalhos de nossas tropas de paz no Haiti e vi, sim, a necessidade de agilizar o processo de compras. Eu vi equipamentos parados, por falta de peças, por falta de combustíveis, porque a licitação demora. E eu vou votar favorável. Mas eu quero chamar atenção aqui dos nossos Senadores para o fato de que nós estamos entrando num processo de desregulamentação do processo democrático. Eu vou ler apenas algumas coisas

que eu fui pensando aqui, que mostram a liberalidade, digamos... Nós temos dispensa de licitação, Medidas Provisórias, cartões de crédito, contingenciamento orçamentário, a liberação de emendas parlamentares conforme a vontade do Poder Executivo. Os vetos do Presidente são desconsiderados aqui, do ponto de vista de não votarmos, e temos criação de Ministério para proteger quem ocupa um cargo, Senador Collor. De tal maneira que o Poder Executivo começa a ter instrumentos que pode fazer o Congresso ser um poder inoperante, ser um poder irrelevante.

São muitos os instrumentos que hoje permitem ao Governo isso. As fundações, que ontem nós discutimos na Comissão da Educação, que proliferaram por esse país, são outra forma de evitar a licença; mesmo assim, vou votar favorável. Agora, com uma cobrança: dispensa a licitação, mas tem que ter um instrumento que fiscalize, porque, de fato, a Lei nº 8.666 foi uma lei que tentou trazer decência pelo emperramento da máquina. A gente tem que trazer a decência pela punição daqueles que cometem as infrações. Temos que ter um instrumento que, até *a posteriori*, analise as coisas.

Então, eu gostaria que tivesse, Senador Tuma, ou através de uma Emenda ou por outra forma, a possibilidade de, *a posteriori*, de a licitação ser dispensada, *a posteriori* da própria compra, essa Comissão, por exemplo, ser informada do que é que houve, que levou à escolha daquela empresa que vendeu.

Então, Senador Tuma, eu quero saber se é possível ter uma Emenda que obrigue a que a dispensa de licitação seja justificada aqui, mesmo que *a posteriori*. Porque não se trata, pelo que eu tenho visto, de sigilo. Se for, eu ponho que se preste contas à Comissão, que há, para a análise do sistema de inteligência. A Comissão, presidida pelo Presidente dessa Comissão e composta pelos líderes das duas Casas, líderes da maioria e da minoria, que fiscalize, em caráter secreto. Como aqui não é uma questão de sigilo, é uma questão de liberdade para comprar, que haja uma informação a essa Comissão, para que nós possamos analisar ou ao Tribunal de Contas, mas, como somos nós é que estamos liberando—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Isso que eu ia perguntar ao Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que prestar contas ao Ministério da Defesa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF): Mas tem que prestar contas, justificando por que não houve a licitação ou apenas justificando onde foi gasto?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, por gasto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF):

No gasto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A dispensa de licitação sempre é justificada na hora da compra. O Presidente Collor pode explicar, talvez, melhor do que eu, por ter conhecido—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF):

Então, essa dispensa é justificada a quem?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Justificada

ao Ministro da Defesa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF):

Não, mas aí não basta. Eu acho que deveria ser justificada ou ao Poder Legislativo ou Judiciário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho

uma tese que casa com a de V. Exa., apresentar o Projeto que toda a ONG tem que prestar contas a uma das Comissões Permanentes desta Casa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF):

Correto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho

que a Comissão de Educação, que é onde mais se reduz, por exemplo, essas organizações que preparam o trabalhador para o mercado de trabalho, que é onde tem surgido maior número de denúncias, que prestem contas permanentemente a nós que autorizamos, talvez, o funcionamento delas. Eu acho que V. Exa. está correto e não há nenhum impedimento que a gente faça da Emenda, que a cada 90 dias ou cada vez que houver uma compra sem licitação, que deve ter 10, 15 por mês, e aí fazer todo dia, aí é difícil, mas, talvez, determinado período—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF):

Claro. Até porque eu suponho que não vai ser todo dia que tem dispensa de licitação. Mas essa é a minha posição, Sr. Presidente, de voto a favor, com a preocupação de que, mais uma vez, nós estamos abrindo mão do papel dos órgãos fiscalizadores e dos órgãos decisores, como são o Congresso e o Poder Judiciário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. Antes de passar a palavra ao Senador Collor, Senador Paulo Duque, me desculpe, porque já tinha pedido a palavra mais anteriormente. Senador Paulo Duque, com a palavra. Em seguida, o Senador Fernando Collor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presi-

dente, o que estranha... O que me estranha nesse... É a demora nas coisas legislativas do país hoje. Eu nunca pensei que Projetos, às vezes, do ano de 2003, 2004, como eu tenho visto aqui, tenham vindo agora, depois de tantos anos, para serem discutidos, debatidos e, muitas vezes, reprovados.

Nesse caso, por exemplo, nós temos aqui o Projeto de Lei original nº. 5939, de 2005. Nós estamos

analisando uma matéria de 2005, que foi transformada aqui, pelo que eu vejo, numa matéria de 2007 e votada agora, em 2008. Isso é que é, na minha opinião, grave, sério, prejudicial, inadequado às normas modernas, sobretudo em relação às Forças Armadas, sobretudo em relação às Forças Armadas.

Houve um avanço muito grande em relação à entrada em vigor da lei 8666, sem dúvida. O Congresso trabalhou muito naquela ocasião, eu me lembro. Os Tribunais de Contas tiveram seu trabalho facilitado no Brasil inteiro. Mas o que eu acho realmente necessário o dinamismo em relação àquilo que tem que ser dinâmico—

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Presidente, me inscreva.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Desde

2005 que nós estamos com essa matéria aqui. Então, temos que votar... Pelo menos dar uma decisão hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Sim, vamos votar hoje.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não é

possível. Esse é o ponto de vista. É claro que o dinamismo do Congresso tem que ser encarado com seriedade. Hoje em dia, o que é que está acontecendo, Sr. Presidente? Vou dizer a V. Exa., hoje em dia, vota-se nas Comissões, discute-se muito nas Comissões, como nós temos feito aqui, e, no Plenário da Casa, quase não se discute, quase não se discute, quase não se debate. O debate passou a ser feito nas Comissões. E é por isso que eu valorizo cada vez mais essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Tem

dado exemplos de efetiva eficiência.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presi-

dente, só--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Vamos terminar a discussão para poder votar, em seguida teríamos três itens terminativos para complementar o *quorum*.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só um

alerta, se V.Exa. permite—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Sim, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agrade-

cer ao Senador pelo tempo, mas eu queria deixar bem claro que missão de paz é aprovada aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): o Governo

só pode autorizar o deslocamento de tropa em missão de paz se o Congresso autorizar, se o Senado autorizar.

Portanto, não é sigiloso, Senador Cristovam Buarque, não há nada de sigilo, porque nós é que aprovamos o deslocamento e de que forma eles vão operacionalizar com o Projeto do Exército. Então, a prestação de contas é rotineira e normal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Antônio Carlos Valadares, é sobre esse assunto ainda ou podemos colocar em votação? Porque o Senador Fernando Collor abre mão para que tenha a votação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu compreendo que, em determinadas situações, em situações especiais, as Forças Armadas não disponham de condições de efetuarem aquisição de material que não existe no Brasil. Se as Forças Armadas vão servir num determinado país e os materiais que serão utilizados naquele país não existem no Brasil, é perfeitamente justificável a dispensa de licitação. E é o que fala aqui o Ministro da Defesa, José Alencar Gomes da Silva, na época, Ministro da Defesa, na mensagem que mandou ao Presidente da República: “Por sua vez, a diversificação da região de emprego da tropa, com fatores como o clima, o terreno e a infra-estrutura básica local, transporte, comunicações, habitação e saneamento, impõem a aquisição de materiais e equipamentos que normalmente não integram a cadeia logística de suprimento utilizado pela Força Armada em Território Nacional”.

Por causa desta exposição, bastante clara, do nosso Vice-Presidente, José Alencar Gomes da Silva, na época, Ministro da Defesa, isso foi em 20 de julho de 2005, acho que não temos outra alternativa senão apoiarmos esta proposição, que nós conhecemos também da lisura com que as Forças Armadas têm conduzido as nossas unidades em países como o Haiti, servindo à organização das Nações Unidas. Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado Senador. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Senadores que a aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Eu quero só complementar que nós temos que realmente acreditar que todo mundo é inocente até prova em contrário. Nós não podemos ter no país uma visão de que todo mundo é culpado antes de nada. Vamos ter a confiança nas Forças Armadas, que elas saberão utilizar bem dessa liberdade que terão.

Passamos já ao item... A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Item 02, Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, que é terminativo, “dispõe sobre a criação do dia da celebração da amizade Brasil/Argentina”. O autor é o Senador Marcelo Crivella; o Relator é o Senador

Pedro Simon. Senador Pedro Simon, com a palavra, por favor.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar, Sr. Presidente... Sr. Presidente, se V. Exa. concordar, eu pediria que fossem votados agora o item 02 e o item 09. O item 02 trata-se de um Projeto de autoria do Senador Crivella, instituindo um dia de celebração da amizade Brasil/Argentina. Eu acho que o Projeto é muito positivo, muito concreto. O dia escolhido foi exatamente o dia em que Brasil e Argentina, em Foz do Iguaçu, assinaram um tratado que originou o Mercosul. Eu acho que tem todas as condições de mostrar aquilo que, no século passado, lamentavelmente queriam divulgar a idéia de que o Brasil e a Argentina tinham a inevitabilidade de uma guerra. O Presidente Collor é testemunha, foi um dos gestos mais bonitos que eu vi, foi o de V. Exa., porque o tratado foi assinado entre o Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín e mudou o Presidente de lá, foi... E mudou o Presidente daqui. E V. Exa. foi o primeiro ato do seu Governo. V. Exa. tomou posse e, no outro dia, às 10 horas da manhã, estava a Reunião do Brasil com a Argentina, o Presidente Menem e V. Exa., assinando não só garantindo, aliás, como até diminuindo de 10 para cinco anos, o prazo de integração para o Mercosul.

Então, um ato muito bonito, acho que foi o início, primeiro fato significativo de tudo o que está acontecendo na América Latina, principalmente na América do Sul, no momento em que se disse, aquela distensão ridícula, porque, a não ser no futebol, e nem no futebol porque nós somos agora bem melhor do que eles no futebol, não existe isso. Eu sou do Rio Grande do Sul. A fronteira do Brasil com... Do Rio Grande do Sul com a Argentina foi pacífica, ordeira, sempre; botaram, durante 50 anos, metade do Exército brasileiro que está na fronteira do Brasil com a Argentina, por nada. A bitola do trem no Rio Grande do Sul é a bitola estreita porque, na Argentina, é bitola larga; de Santa Catarina para cima, é bitola larga. Então, do Rio Grande do Sul para cima tinha que ser bitola estreita para as tropas que viessem invadir não entrassem no Rio Grande do Sul.

Então, eu acho que o Projeto é muito positivo. Eu sou totalmente favorável e acho até que essa Comissão, falando com o Itamaraty, fazer com que haja um entendimento também lá na Argentina, para eles também aprovarem lá e fazer um festejo com relação a isto. Agora, eu peço para anexar junto porque eu entrei com um Projeto, logo depois da vitória—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já relatou esse, então, já podemos votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O item 02 já foi relatado, poderia...

É votação nominal. O 09 não é votação nominal, mas podemos, não havendo ninguém em contrário. Em seguida, faremos—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só dar uma palavrinha.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu entrei, logo depois da vitória da Presidente Argentina, com voto de louvor, de felicitações, até antes da posse. Agora, daqui a pouco, pode cair. Eu acho que era bom nós votarmos de uma vez o requerimento, inclusive, nesse momento de felicitações à Presidenta, pela eleição que ela teve. Os dois Projetos são congêneres, poderão ser votados juntos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma, em seguida, passamos à votação nominal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gostaria de cumprimentar o Presidente Collor porque aqui vários fatos que aqui são relatados ele é citado como tendo participado historicamente de fatos que engrandeceram o Brasil internacionalmente. Então, meus cumprimentos, Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Tuma, essa história pode não ter acabado ainda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu espero que sim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É isso aí—

[falas sobrepostas].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --Até em casa tem, está vendo? São essas provocações que não deixam nos dar bem com a Argentina—

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não estou criticando, estou apenas dizendo que existe isso. V. Exa. está constatando que existe. Eu não estou criticando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Srs. Senadores, vamos colocar—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. tem tanta razão porque, quando eu fiz—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vamos colocar em votação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para dizer, eu fiz o CPOR, e o inimigo natural, nas operações simbólicas para o aprendizado do oficial da reserva, o inimigo era sempre a Argentina, era o Exército Vermelho; nós éramos o Exército Azul. E, quando o diretor da

Polícia Federal e, graças à continuidade que eu tive, sob a Presidência do Senador, do Presidente Fernando Collor, eu tive uma reunião com a Polícia Argentina para unificar toda a atividade de fronteira. E hoje o Brasil teve a chance de remover vários Batalhões que trabalhavam no Rio Grande do Sul, principalmente de cavalaria, artilharia para o Norte, que é a fronteira mais arriscada, que é a região Amazônica. Por quê? Porque, no Sul, a amizade superou qualquer desconfiança que pudesse haver entre Brasil e Argentina.

Então, eu acho que é importante se votar isso favoravelmente porque ela já está fixada na história, através dos Presidentes Sarney, do Presidente Collor e todos aqueles que se manifestaram, à época oportuna, sobre esta ligação importante com a Argentina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Tuma. Então, vamos passar à votação nominal do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, que “dispõe sobre a criação do dia de celebração da amizade Brasil/Argentina”, de autoria do Senador Marcelo Crivella; Relator Senador Pedro Simon, que é favorável. Senador Suplicy. Senador Marcelo Crivella não está presente. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo, Senador João Ribeiro, Senador Pedro Simon. É o autor, Relator, é voto conhecido. Senador Mão Santa, Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Paulo Duque. Senador Heráclito, Senador Marco Maciel... Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu, como Presidente, meu voto é sim. Senador Heráclito fortes, sim, Senador Fernando Collor, sim. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF): com o Relator, com honra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com louvor. Senador César... Senador Wellington Salgado, meu colega de Minas Gerais. Senador César Borges.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, Senador Wellington--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse meu carinho por V. Exa. e de

V. Exa. por mim nós temos que ficar um pouco... Não pode ser em público, que causa problema em Minas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, e parabenizando o autor e o Relator do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aprovado, sendo 12 votos a favor, nenhum voto contrário. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de passar também, então, ao item 03, vamos fazer uma inversão e o item 09, Requerimento nº 1.428, de 2007, que é o item de cumprimentos à Presidenta Cristina Kirschner pela sua eleição. O autor é o Senador Pedro Simon e a Relatoria do Senador Aloízio Mercadante que, não estando presente, o Senador Fernando Collor, como Relator *ad hoc*, portanto, para o requerimento do Senador Pedro Simon, de voto de louvor e congratulações pela posse da nova Presidenta da Argentina, Senadora Cristina Fernández Kirschner. Com a palavra, Presidente Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É com alegria que passo a relatar *ad hoc* o requerimento apresentado pelo Senador Pedro Simon. Sem dúvida nenhuma, a relação do Brasil com os Estados Unidos vem sofrendo, gradativamente, um incremento muito importante, seja nas relações comerciais, seja nas relações diplomáticas. Aqui e acolá, algumas, algumas quesilhas—

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu pediria só o silêncio para nós podermos dar continuidade à Sessão.

[soa a campanha].

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas que são rapidamente resolvidas em função da boa vontade que existe entre os dois chefes de Estado, Presidente Lula, o então Presidente Nestor Kirschner, e agora, com esse requerimento do Senador Pedro Simon, de bom alvitre e de... E muito bem-vinda essa iniciativa de aprovarmos aqui esse requerimento de voto de louvor e congratulações pela posse da nova Presidenta da Argentina, Sra. Cristina Fernández de

Kirschner, eleita democraticamente pelo voto direto, mais uma representante feminina a dirigir os destinos daquele país. E nós todos nos sentimos regozijados por isso. Daí eu entender que esse requerimento é absolutamente procedente, carregado de louvor e voto pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem uma Emenda de redação?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, existe uma Emenda de redação, apenas com o nome da Presidenta, na verdade o nome completo é Cristina Fernández de Kirschner. Colocamos votação em conjunto. Todos de acordo, aprovada a Emenda de redação.

Passamos ao item 03, também é terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 543, de 2007, que “altera a lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos e permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências”. Eu sou autor. Senadora Fátima Cleide é a Relatora. Não estando presente, eu solicito ao Senador César Borges que leia o parecer. Concedo a palavra, portanto, ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007, que “altera a lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazo e permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências”. Acompanha proposta de justificativa de seu relator, do qual cabe destacar o seguinte: Nossa lei de estrangeiros, do começo dos anos de 80, encontra-se defasada, incompatível com as modernas demandas, delicada área de admissão e de permanência de estrangeiros no Território Nacional. O mundo mudou, seja pelo maior relacionamento entre as nações, seja pela velocidade proporcionada pelas novas tecnologias de transportes, informação e comunicações.

Assim, é necessário que a lei do estrangeiro também se renove. A nova realidade global provoca nas pessoas que nela atuam diretamente a requisição de vistos, mesmo sem data acertada para a viagem. Como consequência, ocorrem situações onde o prazo de 90 dias se expira. A alteração proposta acrescenta a oração “aplicando-se esta exigência somente a cidadãos de países onde seja verificada a limitação recíproca”. Para evitar os constrangimentos, seja no embarque

no exterior, seja na chegada ao Brasil, porque passam viajantes de países onde não há exigência de uso do visto nos primeiros 90 dias de sua emissão. E é bom lembrar que o Brasil, por justificadas razões de custo, não mantém Consulados em números suficientes de cidades.

Creemos que, uma vez implantada a proposta Legislativa que ora se formula, estaremos evoluindo para o patamar de Estados ciosos de seus direitos, que são, em última análise, os direitos de seus cidadãos e demais jurisdicionados.

A lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade da concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil, não é, de fato, novidade, se atentarmos para a realidade internacional e para o *modus operandi* das políticas de admissão de estrangeiros em Território Nacional, ainda que transitória. Todas as circunstâncias que dizem respeito à forma pelo qual o estrangeiro é aceito decorre de poder discricionário dos Estados nacionais.

Na ausência de critérios objetivos aptos a permitir exigibilidade de conduta diversa por parte de eventuais prejudicados, tem-se como assente a reciprocidade, atitude bastante e suficiente para embasar decisões Estadais.

Ademais disso a reciprocidade é, em Direito Internacional Público, elemento basilar, sem a qual as relações entre Estados soberanos se perderiam em incertezas e imprecisões maiores do que as atualmente verificadas. Como aduz a justificativa da norma proposta, e aqui em comento, o Brasil, de fato, se transforma celeremente em país de emigração, a modificar sua tradicional imagem de nação de destino para imigrantes de todos os continentes. Passa-se a expatriar, devido às crises econômicas e às desigualdades sociais, números elevados de brasileiros em busca de melhores condições de vida. Ademais, a lei brasileira de estrangeiros, do começo dos anos 80, está compreensivelmente defasada da realidade internacional e das necessidades nacionais.

No que concerne ao termo específico das repercussões que poderiam decorrer da adoção da nova lei pelo Brasil, não nos parece ser a proposta passível de acarretar prejuízos políticos importantes. Respalda pelo inenargável critério da reciprocidade, é apenas de se esperar que a mesma reciprocidade se aplique aos cidadãos brasileiros, o que nos configura algo que possa gerar problemas maiores do que aqueles que já se verificam.

Como palavra final, cumpre relembrar, como nos termos da própria justificativa que acompanha o Projeto em comento, que não se trata de medida restritiva ou contrária a direito de estrangeiros; cuida-se apenas de

trazer para a lei nacional o critério balizador de todas as relações internacionais, qual seja, o critério da reciprocidade. Trata-se, portanto, de proposta conveniente e oportuna aos interesses nacionais.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007. Sala das Comissões, esse é o relato da Senadora Fátima Cleide, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador César Borges. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação, votação é nominal. Antes apenas, ainda como autor, eu quero só esclarecer, são casos concretos que têm acontecido, por exemplo, em relação aos Estados Unidos, o visto é concedido; se a pessoa não usa o visto dentro de 90 dias, esse visto caduca. E isso não acontece com os brasileiros que tiram o visto em países como Estados Unidos, cujo visto é válido, mesmo que ele venha ser utilizado só depois de 90... Então, esse é o objetivo de atualizar a lei, verificando uma situação de reciprocidade. O mesmo se aplica, evidentemente, em outras situações em que o brasileiro é prejudicado no exterior. Portanto, em votação. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes, sim, Senador Fernando Collor, sim, Senador Cristovam Buarque, não está mais. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): 12 votos a favor. O Projeto está aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O item 04 é o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, também terminativo, só... Nós estamos no limite máximo aí, se os senhores puderem aguardar... “Altera a lei nº. 7064, de 06 de dezembro de 82, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos para prestar serviço no exterior”. Autoria do Senador Valdir Raupp; Relator, Senador Almeida Lima, que é favorável, na forma do substitutivo apresentado na Comissão de Assuntos Sociais. Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, Relator da matéria, para ler o seu parecer.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, é submetido ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, em caráter terminativo, que altera a lei 7064, de dezembro de 82, para determinar a aplicação de seus dispositivos a todos os trabalhadores contratados para prestar serviços no exterior ou contratados no Brasil e transferidos para fora do país.

Atualmente, a citada lei tem sua aplicação restrita apenas aos empregados contratados por empresas prestadoras de serviços de engenharia, consultoria, projeto e obras, montagens, gerenciamento e congêneres. Ao justificar sua proposta, o autor argumenta: “A presente iniciativa tem por finalidade dar tratamento isonômico a todos os trabalhadores contratados no Brasil para prestação de serviços no exterior. Atualmente somente os que forem contratados por empresas prestadoras de serviços de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres possuem diploma legal e específico, qual seja, a lei 7.064, de 06 de dezembro de 82. A CLT não possui determinação específica no que importa à remoção para o exterior. A regra geral para solucionar os conflitos de leis trabalhistas, quando há trabalho no estrangeiro, é a de que a relação jurídica será pelas leis vigentes no país de prestação de serviços e não por aquelas do local de contratação”.

O Projeto foi objeto de deliberação pela Comissão de Assuntos Sociais, que o aprovou, na forma de substitutivo, aumentando a abrangência da lei 7.064/82. Dentre seus aspectos, destacam-se: 1º) A lei 7.064

passa a regular a situação dos trabalhadores contratados no Brasil, quando transferidos para o exterior, ou contratados internamente para prestar serviços no estrangeiro, ressalvado o empregado que presta serviços de natureza transitória. 2) Empregador e empregado, por meio de acordo escrito, estabelecerão os valores do salário-base do adicional de transferência ou da parcela para cobrir os custos adicionais que o empregado tiver. 3) Ao retornar ao Brasil, o empregado reassumirá a sua atividade profissional e seu salário terá os acréscimos decorrentes de reajustes salariais que foram aplicados à categoria profissional durante sua ausência. 4) É obrigatória a informação ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre a contratação de trabalhador por empresa estrangeira para trabalhar no estrangeiro. 5) As empresas devem assegurar ao empregado serviços gratuitos e adequados de assistência médica.

Nesta Comissão, não foram apresentadas Emendas.

Passo à análise, Srs. Senadores: Não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no Projeto, uma vez que foram observados integralmente os preceitos Constitucionais quanto à legitimidade da iniciativa e à competência Legislativa da União. Ademais, a matéria, por relacionar-se ao Direito do Trabalho, deve ser disciplinada em Lei Ordinária. É, portanto, competência da União, sob a qual cabe ao Congresso Nacional legislar, conforme previsto no art. 48 da Constituição Federal.

A Legislação brasileira, de fato, ressent-se da falta de uma norma abrangente para regular a situação de trabalhadores contratados no Brasil para prestação de serviços no exterior ou transferidos por empresas para o estrangeiro, a fim de assegurar, tanto para os trabalhadores, quanto para os empregadores, mais segurança jurídica.

A falta dessa normatização vem sendo suprida pela aplicação da Convenção de Direito Internacional Privado (Código de Bustamante), que geralmente se utiliza da aplicação da Legislação do local da prestação de serviços. Nesse sentido é a orientação adotada também pelo Tribunal Superior do Trabalho. Da mesma forma, é aplicada aos trabalhadores estrangeiros no Brasil, autorizados a trabalhar aqui, nos termos da lei 6815/80, as normas da Legislação brasileira, isto é, a lei do local de prestação de serviços.

O Projeto é, portanto, meritório, pois preenche uma lacuna importante na Legislação Trabalhista complementar, ao par de contemplar a expansão das empresas brasileiras além de nossas fronteiras e atender os direitos básicos de seus empregados.

Antes de proferir o voto, eu quero adicionar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de que, ratificando esta iniciativa, ela tem exatamente por finalidade dar tratamento isonômico a todos os trabalhadores contratados no Brasil para prestação de serviços no exterior. Ora, e o princípio basilar é exatamente o estabelecido pelo art. 5º da Constituição Federal, onde mostra que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

Ora, por que a lei especifica, dando um tratamento especial apenas àquelas empresas relacionadas, que se tratam de empresas de engenharia, consultorias e afins, congêneres, e não a todos os trabalhadores, desde quando não sejam em caráter da eventualidade. Evidente que há uma convenção, que é a de Havana, de 1928, ratificada pelo Brasil e pela jurisprudência brasileira pátria do Tribunal Superior do Trabalho, que estabelece exatamente o princípio da territorialidade, embora já com a ressalva estabelecida por esta lei, cujo autor, nobre Senador Valdir Raupp, pretende modificá-la para estabelecer a sua norma... A normatização dessa relação de trabalho, não apenas a essas categorias, mas a todos os trabalhadores que trabalham no Brasil e que sejam transferidos para o exterior ou que sejam contratados no Brasil para prestarem serviços no exterior, ou seja, passando a aplicar exatamente o princípio não da territorialidade da prestação do serviço, mas o princípio da aplicação da lei onde o contrato é celebrado.

Portanto, este é o relatório, e o meu voto opinando pela aprovação, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Almeida Lima. Para discutir, o Senador Suplicy já tinha pedido primeiro, Senador Flexa. A seguir, V. Exa., mas, antes, eu quero convidar o Presidente Heráclito Fortes para que assuma a Presidência da Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu vou pedir vista do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Então, com a palavra o Senador Suplicy, convidando o Senador Heráclito para reassumir a posição.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, mérito o Projeto do Senador Valdir Raupp e o parecer do Senador Almeida Lima e acho importante o objetivo de estender a todos os trabalhadores

contratados no Brasil ou transferidos para prestar serviços no exterior os direitos de trabalhadores.

Estamos informados de que o Ministério do Trabalho vem justamente estudando uma nova normatização para transferência, contratação de brasileiros no trabalho no exterior; há um Projeto em fase de final de elaboração que, inclusive, está sendo discutido no Conselho Nacional de Imigração.

Então, visando colaborar e aperfeiçoar com esta proposição e, juntamente com o Senador Eduardo Azevedo, estamos propondo que seja... Possamos ouvir a respeito do Projeto... O senhor Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego, que justamente ouve os empresários e os trabalhadores, bem como a representação da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, que tem uma experiência grande sobre o que acontece com outros países e a Legislação referente. Essa é a nossa sugestão, Sr. Presidente. O requerimento que encaminho à Mesa.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu, como houve pedido de vistas do Senador Flexa, eu acho que o relatório do Senador é perfeito, até porque, Senador Collor, a gente tem acompanhado a evolução da Legislação de estrangeiros desde a época da Polícia Federal. E ela está defasada mesmo. Essa relação de trabalho, e eu sei que houve até um incidente com a Embaixada americana e brasileira e outros setores, de locação de prédio, comparado com os trabalhadores que são contratados para trabalhar dentro da Embaixada, que acha que tem que respeitar a Legislação do país aonde vai se trabalhar, que é a representação é território do país.

Então, eu acho que tem realmente, eu acho, não sei se o Itamaraty está aqui, a Dra... A nossa Embaixadora, a nossa Embaixadora provavelmente poderá dizer, e o Ministério da Justiça estão trabalhando em cima de um novo regulamento para estrangeiros. E essa questão do trabalho dentro das embaixadas ou transferência para outro país é uma questão delicada, que está sendo discutida, eu acho que houve até um incidente com o Governo Americano, na Embaixada, por essa razão e por locação de prédios também. O Brasil não conseguiu locar um prédio em Nova Iorque, em razão—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está resolvido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hein? Está resolvido?

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** O impedimento que existia dependia de um tratado que nós votamos aqui, salvo engano, no final do ano--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É verdade, foi discutido. Eu estou só--

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** -- Impedimento para o Brasil e para os Estados Unidos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só estava citando o fato histórico, eu sei que foi votado--

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** Não, resolveu.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Porque o assunto é mais um, quer dizer, tem uma série que poderia ser tratada numa renovação de Lei de Estrangeiros aí--

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** Ah, não é a questão específica?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, estou falando só do trabalho. Mas dei como exemplo o outro, que já houve antecedentes, foi resolvido e esse também poderá ser resolvido, sem nenhuma dúvida, porque o relatório e a lei proposta são baseados em assuntos que realmente aconteceram e estão trazendo uma preocupação; talvez um estudo melhor possa melhorar a redação, mas eu acho que a gente devia é lutar pela modificação da lei por completo, buscando a solução de todos os itens que trazem dificuldades no relacionamento de países amigos, principalmente no que trata da reciprocidade. Isso aí, obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu já expus a minha posição, ao pedir vista do Projeto. Quero dizer ao nobre Senador Almeida Lima, como Relator, e ao Senador Valdir Raupp, como autor, eu acho meritória a preocupação, tanto do autor quanto do Relator, pelo parecer competente do Senador Almeida Lima. Mas, o meu pedido de vista se fundamenta na necessidade de nós aprofundarmos o estudo, e o próprio Senador Suplicy já fez um requerimento, apresentou um requerimento, propondo uma audiência pública, com a... Para que a gente possa ouvir também o representante da OIT, o setor de emigração, quer dizer, e a minha preocupação é ir ao encontro da intenção do Senador Valdir Raupp e do Senador Almeida Lima, de proteção ao trabalhador brasileiro.

Precisamos estudar melhor o Projeto, Senador Almeida Lima, para ver se isto não vai no sentido contrário ao apoio ao trabalhador brasileiro porque, se uma

empresa brasileira, que abre uma unidade num outro país, ela... Se tiver que ter, como está no Projeto, que cumprir a Legislação brasileira, com o trabalhador, vamos imaginar, na China, ou num outro país, ela pode deixar de levar trabalhadores brasileiros e optar por contratar o trabalhador daquele país.

Então, nós... Há uma perda de competitividade. Então, nós precisamos estudar melhor porque, todos nós, tenho certeza absoluta, Senador Valdir Raupp, Senador Almeida Lima, eu próprio, todos os Senadores queremos proteger o trabalhador brasileiro, aumentar o mercado de trabalho, que ele possa vir a ser atendido. Então, em função disso, é que eu peço vista e acho que a--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite um apartezinho?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Acho que o requerimento do Senador Suplicy, de uma audiência pública, vai auxiliar e muito a gente aprofundar no estudo desse Projeto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Era sobre isso, concordo com V. Exa., e pedir ao Senador Suplicy, tendo em vista hoje o Governo, que recebeu a mídia, encontrou um documento impresso sobre o Governo, ampliações para brasileiros no exterior, eu acho que é meritório, que é auxílio aos imigrantes brasileiros que estão no exterior. Então, é decorrente da Comissão Parlamentar de Imigração Clandestina, que foi feita por esse Senado. Então, ela apresentou uma solução, que o Governo agasalhou e hoje o Ministério de Relações Exteriores.

Talvez, o Senador Suplicy, se concordasse, concordar também, incluir, na presença do convidado, aquele que será responsável por essa difusão da atividade junto às embaixadas do exterior. Eu faria um apelo. Eu tenho aqui, quem fala é Samuel Pinheiro Guimarães. Não sei se ele será; ele está falando sobre o Projeto. Poderia ser ele, que é uma das principais figuras do Ministério de Relações Exteriores. Não sei se V. Exa. concorda ou não. E tem o Otto Maia também, que é irmão do Senador... Senador Otto Maia, acrescentar ao Senador Otto Maia, que é irmão do nosso Senador, e ele é o responsável por essa política externa do Itamaraty.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente...

**SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-
TES (DEM-PI):** Sr. Presidente, nós... Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, em seguida, ao Senador Cristovam.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Poderia, então, conceder logo ao Senador Cristovam. Eu, como Relator, preferiria falar por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Cristovam, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF): Presidente, eu quero aproveitar essa discussão para lembrar um assunto que certamente, 15 anos atrás, não apareceria aqui, é esse assunto de brasileiros no exterior. Isso não existia. Isso era só turista que ia. Hoje em dia virou uma realidade e são cerca de três milhões.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria pedir a essa Comissão fizesse uma solicitação ao Presidente Garibaldi para pôr finalmente em votação um Projeto de Reforma Constitucional, por solicitação minha, que está na Mesa, para criarmos os representantes Parlamentares dos brasileiros que moram no exterior, como já tem a França, como tem a Itália, como tem Portugal; que os brasileiros que moram no exterior passem a ter representantes aqui, Senador Almeida, do jeito que tem os do Sergipe, Pernambuco, Distrito Federal, também os constituintes, os brasileiros do exterior teriam Deputados.

O Senador Azeredo foi o Relator do Projeto, fez uma Emenda que agregou bastante melhoria, e está lá na Mesa, lá na Mesa do Congresso já há bastante, há muitos meses. Eu queria pedir, se a Comissão estiver de acordo, Senador Heráclito Fortes, que o senhor pedisse ao Presidente Garibaldi que colocasse logo essa PEC em votação. Está pronto para a pauta. E é de 2005 o Projeto, criando a possibilidade de que brasileiros do exterior tenham seus representantes no Congresso Nacional.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Atendendo sugestão de V. Exa., eu entrarei em contato com o nosso Presidente Garibaldi. Qual o número da PEC, sabe V. Exa.?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF): É a PEC 05/2005.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 05/2005.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já está, há muito tempo, com um belo parecer do Senador Azeredo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E aí já começam a surgir Projetos com mesmo objetivo; é mais fácil pegar um Projeto que já estava aprovado e aprovar, a ficar... Já têm Deputados lá, propondo a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidentemente que, pelo Regimento, o Projeto de V. Exa. tem prioridade. Os demais são apensados.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Projeto do Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Lei Eduardo Azeredo estará assegurada, desde que seja aprovada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Projeto do Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Cristovam, está bom.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE: (PDT-DF): Não, é nosso. É nosso porque deu uma bela contribuição no relatório que fez, no parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais uma Lei Cristovam Buarque para a história dessa Casa. Senador Almeida Lima.

[risos].

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, eu devo manifestar que não tenho nenhuma contrariedade nem ao pedido de vista, é um direito, portanto, a gente suspende a discussão, como também nenhum óbice ao requerimento para a audiência pública, objetivando aprofundar a discussão.

Apenas por amor à dialética, e quero dizer o seguinte ao nobre Senador Flexa Ribeiro, que se o ponto de vista por ele levantado tiver procedência, então, se torna o caso da revogação desta lei, que nós estamos pretendendo dar uma aplicação mais ampliada, haja vista que hoje ela já se aplica a trabalhadores de empresas prestadoras de serviço de engenharia, veja já a amplitude, de consultoria, de projetos e obras, de montagens, de gerenciamento e congêneres.

Se... A prevalecer o raciocínio dele, esses trabalhadores, e olhe que não são poucos, estão sendo prejudicados por trabalharem no exterior e não estão em condições, por causa da lei, de enfrentar a concorrência. Então, não seria o caso, a prevalecer o seu entendimento, de mudança para ampliar e, sim, de revogação para não prejudicar os trabalhadores. É só, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica feito o registro—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --E concedido o pedido de... Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Apenas para acrescentar, na exposição feita, que eu acho que uma questão que essa Comissão ainda não discutiu é a realidade existente no mundo de hoje. O Brasil foi um dos campeões no mundo em receber imigrantes da Europa e vieram para cá, estavam em situação... Alemães e italianos, passando fome na Europa, quan-

do Dom Pedro II deu terras de graça para que eles pudessem sobreviver e trouxeram uma colaboração extraordinária para o povo brasileiro.

Mas hoje está invertido; hoje o que existe são os brasileiros vivendo situações difíceis, quase humilhantes nos países da Europa, fazendo filas, como na Embaixada da Espanha e tudo mais, querendo ir para lá. E a notícia que se tem é que a presença da Embaixada e dos Consulados brasileiros nesses países é quase zero, com relação a essas pessoas.

Eu acho que se nós vamos debater esse assunto e vamos aprofundar agora, eu acho que deveria ser analisado sob esse ângulo; a imprensa tem publicado permanentemente, são páginas e páginas, falam um milhão de brasileiros que estão lá fora, alguns em situações muito difíceis. Situações interessantes, como, se eu não me engano—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS):
--Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É. Um milhão, não é? Mais de um milhão. Tem coisas interessantes, por exemplo, a informação que eu tenho é que tem um país da Europa, a Alemanha, que os imigrantes, por exemplo, turco, vão lá, moram lá, trabalham lá, casam com alemã, tem filho, o filho mora lá, casa lá, tem filho e o turco que viveu lá, o filho dele que nasceu na Alemanha, o neto que nasceu na Alemanha, nenhum tem nacionalidade alemã. É uma coisa... Fere, assim, à primeira vista, qualquer espírito de análise. Imaginem os senhores: Nasceu na Alemanha, casou na Alemanha, tem filho na Alemanha, o filho é da terceira geração, nasceu na Alemanha, tem filho na Alemanha, a Turquia pode dizer: "Não é turco". E a Alemanha diz que ele não é alemão. Eu falo isso porque deve estar acontecendo até com brasileiros lá fora. É uma situação que a imprensa está cobrando muito um debate, uma análise em torno dessa matéria.

O que está sendo discutido, brilhantemente relatado pelo ilustre companheiro do Sergipe, é correto, eu estou plenamente de acordo, mas eu acho que já que entramos nessa análise, vamos aprofundar, porque isso que estamos discutindo aqui é infinitamente pequeno, é infinitamente pequeno, se compararmos com o que está à margem de toda a perspectiva, que é isso que está acontecendo. Nós estamos vendo coisas, assim, impressionantes, o mundo inteiro festejou a queda do muro de Berlim e agora os Estados Unidos e o México, os Estados Unidos estão fazendo um muro, da mais larga extensão que se possa imaginar, para impedir

a entrada de imigrantes, não só mexicanos, mas de toda a América que querem, através dali, entrar nos Estados Unidos.

Então, é um debate delicado, se a gente analisar, eu tenho conversado com alguns Embaixadores dos países europeus, eles dizem: "Mas nós temos que analisar", quer dizer, a mão-de-obra de fora, na Alemanha, Itália, Inglaterra, interessa porque trabalhadores privilegiados, num índice, um nível de vida já elevado, e já na Alemanha, na Europa, na Inglaterra etc. e tal, trabalho de lixeiro, trabalho mais humilhante, é para estrangeiro, é para... Então, é recebido quase... Não quero dizer, mas como se fosse uma mão-de-obra humilhante, um *status* de inferioridade, essa gente é recebida para fazer isso, que eles não querem mais fazer, mas, tirando isso, no sentido de entrar numa faculdade, de querer avançar, de querer ter uma posição posterior, há uma série de discussões que eu acho que era uma questão até da ONU debater e analisar.

Eu entendo que esses países têm medo, porque, se um país que nem a Espanha, Portugal, abrir o leque, deixar entrar, Argélia e metade dos africanos e sul-americanos terminarão entrando lá, mas também não pode ser o que está acontecendo agora, onde, inclusive, matam as pessoas que, através daqueles cento e poucos quilômetros, dos Estados Unidos e Miami para América Central, querem entrar e acontece de tudo, e as humilhações que eles levam são terríveis.

Outra coisa dolorosa, que me deixa machucado, é dizer que, na Europa, prostituta, a grande maioria é brasileira. Então, quer dizer, argumentam eles que, na Espanha, Portugal, as mulheres do Brasil são as que estão em primeiro lugar; há um verdadeiro setor internacional de tráfico de mulheres e as brasileiras estão lá se expondo em tudo o que é lugar.

Eu acho que esse debate, já que estamos entrando nesse assunto, podia ser aprofundado e entrar nessa análise que eu estou fazendo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Após as explicações do Senador Pedro Simon, fica concedido pedido de vista e coloco em votação o requerimento nº 8, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Eduardo Suplicy, que solicita audiência pública com participação de um representante da Organização Internacional do Trabalho e o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração, como também do Embaixador Otto Maia. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria, antes de passar para o próximo item sobre a matéria, Senador Suplicy, agora mesmo os jornais de ontem e de hoje noticiam e eu, agora há pouco, fui abordado pela imprensa. Novamente nós

tivemos dificuldades com brasileiros no Aeroporto de Madri. As informações são de que brasileiros estariam detidos. Eu acho esse fato lamentável e gostaria de, se tiver a concordância do Plenário, de que nós formássemos uma Comissão para conversarmos, não só com o Embaixador da Espanha, mas também com as autoridades do Itamaraty, a qual... Às quais o assunto está afeto.

Eu acho, Senador Tuma, que é preciso que haja uma manifestação por parte do Senado, é inadmissível essa... Se há maus-tratos, mas muito embora nós temos que ter um pouco de cuidado porque, muitas vezes, o jovem parte sem nenhuma garantia de viagem, com bolsas de estudos que não existem, caem em contos de pseudo-agências de turismo, que vendem programas que são verdadeiras arapucas, mas nada justifica o brasileiro ser maltratado lá fora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A CPI foi isso, Senador. Quando se fez a CPI, ela já cria um ambiente mais favorável no Ministério de Relações Exteriores, onde uma Secretaria-Geral do Otto Maia vai cuidar de estrangeiros, de brasileiros no exterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro, acho que essa conversa com o Embaixador da Espanha é oportuna, até porque o Embaixador tem uma identificação muito grande com o Brasil, e é casado com uma baiana. Então, facilita muito esse diálogo. Se os senhores--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Provavelmente fale até português.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se os senhores aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 08. Requerimento nº 1.176, de 2007, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao ex-vice-Presidente norte-americano, Albert Gore Júnior e ao IPCC, Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas, por compartilharem o Prêmio Nobel da Paz de 2007. O autor é o Senador Renato Casagrande e o Relator é o Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente ter me indicado como Relator desse... Desse Projeto porque eu creio que é um daqueles que honram a quem pode apresentar o parecer.

O parecer diz respeito a um requerimento do Senador Renato Casagrande, que visa dar um voto de louvor a duas pessoas, ao Presidente Albert Gore ou Al Gore Júnior e ao Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas, cujo Presidente é o Dr. Rajendra Pachauri.

Esse Prêmio Nobel, Sr. Presidente, certamente é um dos que mais tem a ver com o futuro da humanidade. Eu fico feliz de ter, aqui na sala, o Presidente Collor que, em 1992, coordenou a sede no Brasil do grande encontro sobre o problema ambiental mundial, e eu acho que ali, Presidente Collor, nós demos um salto em relação a 1972, quando houve o primeiro encontro, de Estocolmo. Naquele momento, o assunto era tido como esotérico, como coisa dos verdes. Eu lembro que muitos diziam: “É coisa de bicho grilo”.

E eu quero dizer aqui que, em 1982, eu vi um artigo recusado por um dos grandes economistas brasileiro, Senador Paulo Duque, que eu não vou citar o nome, um marxista importante, um artigo sobre meio ambiente e lá está escrito: “Esse artigo não merece ser publicado porque esse assunto do meio ambiente é uma invenção dos imperialistas para impedir o crescimento do Terceiro Mundo”. Esse era um assunto que não era alegado; hoje é o assunto fundamental. Eu o coloco no mesmo nível do problema da desigualdade social no mundo. Mas, talvez, ainda mais grave nas consequências para a humanidade, porque se nós cuidarmos do meio ambiente, vai dar tempo de corrigir o problema da desigualdade. Se nós não cuidarmos do meio ambiente, não vai adiantar cuidar do problema da desigualdade.

Por isso, de acordo com o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, esse requerimento de voto de aplausos, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante, só será admitido quando diga respeito a ato público ou a acontecimento de alta significação nacional e internacional. Não se pode deixar de reconhecer o grande mérito da iniciativa do Senador Casagrande, mormente tendo em vista a gravidade do problema do aquecimento global, que tem constituído objeto de preocupação de todos os povos.

A tomada de posição das autoridades das instituições faz-se urgente para evitar que, em futuro próximo, o globo terrestre seja altamente prejudicado no que concerne à qualidade da vida humana e assolado por desastres climáticos e condições de sobrevivência precárias, que já estão acontecendo, já são visíveis e transmitidos por toda a mídia.

Não há dúvida, portanto, que o presente voto pode ser, com toda a justeza, enquadrado na exigência regimental relativa à concessão do voto quando se tratar de ato público ou acontecimento de alta significação nacional e internacional. A relevância da questão ambiental faz a autoridade ou entidade mencionada plenamente merecedora, autoridades e entidade, dos votos; seus trabalhos encerram um valor imensurável para a preservação do meio ambiente, sem a qual

o bem-estar da humanidade ficará verdadeiramente comprometido.

Então, ao mesmo tempo que eu parabeno o Senador Renato Casagrande por apresentar o requerimento, agradeço ao Presidente Heráclito Fortes ter me indicado para Relator, o meu voto é pela aprovação do requerimento do Senado Federal nº. 1176/2007, que dá esse voto de louvor ao ex-vice-Presidente Al Gore Júnior e ao Dr. Rajendra Pachauri, que é Presidente do chamado IPCC, Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas. Esse é o meu voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senhores Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem, tempo para falar V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria V. Exa. que colocasse extrapauta o requerimento 639, foi referido na Sessão da semana passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há concordância dos Srs. Senadores para que seja colocado extrapauta o requerimento? Há concordância dos Srs. Senadores?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, eu faço uma ponderação. Nós já aprovamos um requerimento, inclusive, do Senador Eduardo Azeredo, que foi, inclusive, por mim aprovado, em termos em que esta Comissão e os plenários do Senado recomendaram ao Presidente Hugo Chávez a revisão da decisão sobre a emissora de televisão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Não... Houve a nossa decisão, que foi apreciada, aprovada, debatida. E--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora eu estou entendendo--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): E, naquela ocasião, eu vou me referir ao requerimento. E, naquela ocasião, nesta Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas um momento para esclarecer, nós estamos sendo... O programa está ao vivo. Eu queria que soubessem do que se trata; eu apenas

li, atendi ao pedido do Senador, mas não declinei do que é o assunto.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois bem, como foi distribuído--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Estou me referindo a ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Trata-se de um voto de censura e repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada RCTV. Então, pronto, é exatamente um requerimento nesse sentido, e o Senador Supply pede a palavra para tratar-se da matéria.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): E o que eu observo, Senador, é que aqui nós já tínhamos debatido e colocado isso em termos que me pareceram construtivos, adequados. Agora, se trata de um requerimento para reprisar o assunto e a... Se acrescentando, ao final, que não se quer incentivar o Estado de guerra. Ora, o Brasil está realizando, dando um passo para justamente estar apaziguando a situação. Nós vamos ouvir o Ministro Celso Amorim, na próxima semana, sobre os esforços do Brasil para estar se pacificando a relação entre Colômbia, Venezuela, Equador e outros países.

Então, eu ponderaria ao Senador Flexa Ribeiro que eu, sinceramente, acho que não seria o caso de hoje estarmos apreciando e votando, porque eu acho que nós já votamos essa matéria, numa forma construtiva, adequada e agora, colocar nesses termos aqui é para provocar, provocar o que não precisa. Vamos amainar um pouco nossas relações e procurar um sentido de melhor entendimento entre os países. Se alguns dos chefes de Estado estão, às vezes, com um sentido de querer provocar, Senador Flexa Ribeiro, que sejamos nós aqueles que possamos estar amainando os ânimos e não ascendendo fogueiras.

É a ponderação que eu faço, portanto, para não votarmos hoje extrapauta, até porque vamos ouvir o Ministro Celso Amorim na próxima semana.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu concordo com as manifestações do Senador Supply e peço ao meu querido amigo e bravo Senador que apresentou a moção, no sentido de que não é hora de nós discutirmos essa matéria. Eu acho que a situação está bem encaminhada, em nível de Governo Brasileiro.

O Congresso aprovou, por unanimidade, uma moção, felicitando a Organização dos Estados Americanos, lá, numa decisão muito delicada, o primeiro dia praticamente era de radicalização entre Colômbia, Equador e Venezuela; no dia seguinte, eu não sei, mas é uma realidade, o Presidente do Equador chegou ao Brasil às 10 horas da noite e, quando ele estava no Brasil, conversando com as autoridades brasileiras, o representante do Equador na Assembléia dos Estados Americanos mudou de posição e chegou ao entendimento com os outros representantes da Venezuela e da Colômbia. Foi uma decisão inteligente, onde se reconheceu que não podia deixar de reconhecer que houve uma invasão absolutamente ilegal das tropas colombianas no território do Equador, mas, ao invés de se avançar e fazer a condenação, se marcou uma reunião para os representantes dos países, seus Embaixadores, uma reunião nessa próxima semana e a determinação de uma Comissão que vai lá averiguar o que está acontecendo.

Repito, o Senado já manifestou sobre essa matéria e eu acho que nós avançarmos agora é uma situação, com toda a sinceridade, que não há raciocínio lógico. O Governo Brasileiro teve muita competência, que foi o Brasil o primeiro que colocou essa questão, onde só deu a nota entre Equador e Colômbia, lamentando a invasão das tropas da Colômbia em território equatoriano e posicionando-se sobre isso. Muitos não entenderam por que o Brasil não se manifestou com relação à Venezuela. Foi uma decisão tática, na minha opinião, muito inteligente, porque o Presidente da Venezuela, que queria chamar o mundo para ele, o Brasil não tomou conhecimento. Porque o que tinha havido real de fato objetivo foram tropas da Colômbia que entraram em terreno do Equador. Não houve nada, quer dizer, em relação à Venezuela. Claro, nós sabemos que há uma crise entre Venezuela e Colômbia, mas nesse episódio não tinha nada. Então, o Brasil não tomou conhecimento da Venezuela, para não acrescentar, ficou só, e a OEA também, isso que eu quero dizer, o que o Brasil fez aqui, na OEA foi a mesma coisa, todos os países chegaram nisso: “Vamos discutir... A discussão entre as tropas colombianas que entraram em terras equatorianas”.

E a Venezuela não teve como avançar, teve que ficar nisso. E se escreve na manchete de hoje, do Globo, está o Presidente da Venezuela, pedindo paz, ele quer paz, ele insiste em favor da paz. Sim, mas insiste a favor da paz. Então, eu acho que nós temos que agir com um pouco de malícia, de capacidade. Essa matéria de relações internacionais é muito delicada. A gente não faz o que a gente quer. Eu também tenho vontade de votar a favor disso, eu acho que isso

está tudo correto. Mas eu acho que, taticamente, não é interessante. E nós já tomamos uma decisão que é importante. O Senador Suplicy já falou com o Chanceler e não só ele está disposto a vir, como até marcou data, porque ele está correndo. Hoje eu acho que ele está indo para Washington para a Reunião Extraordinária dos Chanceleres, que vai ser feita lá e, volto aqui, onde, na quinta-feira à tarde, na quinta-feira, ele está recebendo a Sra. Condoleezza e, antes de falar com ela, ele se propõe a vir aqui conversar com a gente.

Então, eu acho que votar uma matéria que nem essa agora, com todo o respeito, é precipitado. Eu pediria que não se votasse nem a favor nem contra porque votar a favor é complicado e contra também é, então, que a gente sobrestasse essa matéria e vamos ver a vinda do Embaixador Chanceler aqui, Sr. Presidente. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais alguém quer discutir? Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu [interrupção no áudio] as sábias palavras aqui do meu líder, Pedro Simon, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Gostaria de subscrever também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Heráclito Fortes, Senadores, a ponderação do Senador Suplicy, do Senador Pedro Simon, ela cala fundo em todos nós. O pedido de inclusão extrapauta é porque esse requerimento data, se não me falha a memória, do início de 2007, quando também, por um requerimento do Senador Eduardo Azeredo, foi solicitado que, e aprovado, como bem disse o Senador Eduardo Suplicy, para que houvesse, por parte do Governo venezuelano, uma revisão no ato de não prorrogar, de não renovar a concessão da RCTV.

E nós estávamos aguardando, durante esse tempo todo, um ano, exatamente, para que houvesse a resposta do Governo venezuelano à solicitação do Senado Federal, que o Senador Suplicy ficou de intermediar como também de intermediar, como também de a questão da extradição que foi feita, dos boxeadores cubanos, pelo Governo da Venezuela, em avião

venezuelano, ao arrepio das relações internacionais, e que o Brasil aceitou a vinda de um avião venezuelano para retirar aqui os dois boxeadores cubanos, contra a vontade deles, dizendo que era por eles terem desistido do pedido de asilo no nosso país, que seria feito o pedido de asilo.

Então, Senador Suplicy, V. Exa., que se coloca sempre disponível para fazer essas intermediações que agridem, no caso, a democracia, a livre imprensa, no caso da não renovação da RCTV, e agride a dignidade humana e os princípios humanitários, na questão dos boxeadores, tem de nós todo o apoio, porque V. Exa. tem uma relação muito próxima com esses Governos.

Agora, falar que o Presidente da Venezuela está pedindo paz nos jornais e coloca não sei quantos tanques, 11 mil homens na fronteira com a Colômbia, acho, Senador Pedro Simon, que o Governo Brasileiro agiu corretamente, quando não fez referência à Venezuela nesse episódio entre Equador e Colômbia, como a OEA, aqui, ontem, nós, do Plenário, aprovamos um voto de aplauso à OEA, que também desconheceu, como desconheceu o Governo Brasileiro esta figura, que pretende assumir uma liderança, em nível da América Latina, que é o Sr. Hugo Chávez.

O problema é entre Equador e Colômbia, não tem nada haver com a Venezuela, como o problema entre Brasil e Bolívia, no caso da expropriação das nossas... Dos investimentos da PETROBRAS na Bolívia, e que houve a interferência do Sr. Hugo Chávez, indo lá, dando o apoio ao Sr. Evo Morales, orientando o Sr. Evo Morales a agir contra os interesses brasileiros e também nós aceitamos todas essas intervenções e não tomamos, como Senado Federal, em defesa do nosso país, nenhuma atitude.

Eu vou concordar com a retirada de Pauta, vou pedir que se retire nesse instante e vou pedir ao Senador Suplicy e ao Senador Pedro Simon, vamos aguardar mais 30, 60 dias para saber se nós vamos ter a resposta do Sr. Hugo Chávez ao pedido do Senador do Senado Federal, encaminhado por requerimento do Senador Eduardo Azeredo. Se não houver a resposta, por falta de interesse ou por desconhecer a importância do Senado Federal, como ele já se posicionou sobre isso, dizendo que o Senado era... Os Senadores eram “papagaios de pirata” do Governo Americano, então, eu vou pedir que retorne à Pauta. Então, vamos dar esse tempo para que tenhamos a resposta que o Senado brasileiro merece.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Crivella, com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu acho que a atitude do Senador Flexa Ribeiro está em sintonia, eu diria, com as tradições de ponderação dessa Casa. Na Câmara dos Deputados, muitas vezes, se votam coisas em momentos, diria assim, como esse, não aqui. Aliás, tem uma frase que eu gosto muito, que diz o seguinte: “Se dos moderados não se pode esperar decisões supremas, também dos exaltados não se pode esperar decisões seguras”. De tal maneira, Sr. Presidente, que eu agradeço ao nobre colega, Senador Flexa Ribeiro, porque acho que tomou uma decisão segura. Deixemos para analisar isso mais tarde.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Retirado de Pauta. Senador Eduardo Azeredo, em seguida, V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Como Relator, eu quero concordar também com essa retirada de Pauta, é bom que nós possamos ouvir o Chanceler Celso Amorim. Agora, é importante também que fique, Presidente, que essa questão toda, nós estamos no Poder, não podemos desconhecer o assunto na Comissão de Relações Exteriores, se reúne e não toma conhecimento de um assunto que preocupa o país, preocupa a América Latina como um todo. Então, o tema me parece que é extremamente relevante, é estranho que o Governo do Equador permita a invasão do seu território por um grupo paramilitar, um grupo terrorista, e não faça nada, e fique reclamando da entrada de forças de um Governo legítimo. Isso é que é que não está muito claro ainda, por que o Governo do Equador está tão incomodado com invasão de um quilômetro e meio por forças de um Governo legítimo e não está incomodado com um acampamento de forças ilegítimas dentro do seu território.

E, ao mesmo tempo, me parece que o Governo Brasileiro carece ainda de uma afirmação mais firme em relação à condenação às FARC, que são um movimento terrorista e que, há mais de 30 anos, é contra todo e qualquer Governo da Colômbia; não é contra o atual Governo, é contra todo e qualquer Governo que a Colômbia tenha. De maneira que o Governo Brasileiro precisa ainda ser mais firme nessa condenação às FARC.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas ponderar quanto a essa Comissão ouvir o Ministro Celso Amorim. São dois motivos, primeiro nós vamos colocá-lo num constrangimento de opinião em assuntos interno dessa Casa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Se há um lugar que ele não pode ter constrangimento é nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não entendi.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pode ser que ele tenha constrangimento, mas é um direito nosso e uma obrigação dele falar aqui, a portas fechadas, conosco. Constrangimento pode vir se acontecer lá no Plenário, que parecia que íamos declarar uma guerra. Agora, aqui, nós o chamamos para ver o que está acontecendo, com toda a sinceridade, que eu acho que é o lugar exato e o momento exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero indagar de V. Exa. se eu posso continuar. Eu estava falando.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Por enquanto, está liberado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estou liberado?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, eu agradeço. Quando eu tiver que ser interrompido, me avise que eu... Bom, eu acho que essa questão dessa nota deveria ser decidida por nós mesmos. Coisa que me estarrece, Senador Suplicy, a cada momento que nós temos uma crise ou que temos um problema com a menor dificuldade, nós vamos sempre nos socorrer de outro poder, harmônico, mas independente. Se nós não tivermos raciocínio para definir o que é bom para o Parlamento em uma nota, derrotando-a ou aprovando-a, fica difícil.

Eu acho que essa... Não, o Senador Azeredo disse que... Falou de que ia se aguardar a palavra do Ministro Celso Amorim, ouvir o Ministro Celso Amorim. Sob esse aspecto, Senador Pedro Simon, me desculpe, mas eu acho que essa Comissão perde um pouco da sua independência. O Embaixador tem sido—

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Um colaborador dessa Comissão, nós temos tido um relacionamento extraordinário com o Ministério das Relações Exteriores, e é bom que permaneça. Agora, nós não podemos também passar por essa burocracia, até porque o Ministro não passa, as suas decisões, não passam pela Comissão de Relações Exteriores e nem deveriam passar. Eu acho que essa responsabilidade, Senador Collor, é nossa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aprovar ou rejeitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, V. Exa. tem razão. Nós temos que tomar... Por isso até que... Tomar decisões aqui, por isso até que eu coloquei a observação de que num dia aqui, primeira reunião que tem da Comissão de Relações Exteriores, após os incidentes, nós não pudemos discutir o assunto, evidentemente que nós estaremos fugindo à finalidade dessa Comissão até.

Agora, o que... A observação que eu fiz foi apenas de que, já que o Senador Flexa retirou o pedido extrapauta, é que realmente aguardássemos aí a questão da presença do Ministro Celso Amorim, que trará novas informações, não no sentido de que a presença dele que vai decidir se nós vamos aprovar ou não o requerimento, mas é no sentido de que ele poderá trazer novas informações, como essas que eu estou dizendo, qual é a posição efetiva do Governo Brasileiro em relação às FARC's? Esse é um ponto que, me parece, que precisa ser colocado com clareza. Não tem nada haver com a questão da Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas nós estamos em discussão aqui, a votação de um requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sim, o requerimento com a Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica a idéia, passa a idéia de que nós vamos discutir--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, eu estou só aproveitando dizendo que nós temos que discutir também--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, é evidente que a vinda do Ministro aqui, iniciativa do Senador Suplicy, é exatamente para discutirmos a posição do Brasil. Não resta nenhuma dúvida, até aí, tudo bem. Nós precisamos interagir com o Poder Executivo. É outra questão. Não tem... Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Permite, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Maior prazer, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu entendo e respeito muito a posição de V. Exa. Aliás, eu sou um grande admirador de V. Exa. e acho que V. Exa. vem dando um grande dinamismo aos trabalhos dessa Comissão. Mas eu queria acrescentar apenas o seguinte, existem dois momentos, o de rotina e o que nós estamos vivendo. O que nós estamos vivendo é uma situação muito muitíssimo delicada, quer dizer, Equador, Bolívia, Venezuela, uma parte, que é a Ve-

nezucla, interessada em criar confusão, a gente sabe disso; dentro da Colômbia, tem tropas americanas sediadas lá, e há dúvida se essas tropas participaram ou não participaram da orientação na invasão. Então, nós estamos às vésperas de um conflito imprevisível. Eu, por exemplo, tenho muito medo dos norte-americanos. Eu acho que, quando o Senador Sarney, da tribuna, quando se pediu para a gente pedir a interferência da OEA, pedia que não fosse a OEA, fosse uma interferência latino-americana, deixando eles de fora, mostrando que no Governo dele, quando isso aconteceu, fizeram assim, de medo dos americanos. Então, a situação é muito delicada.

Então, eu acho que aqui não é o Poder Executivo, não é a Comissão de Relações Exteriores, é o Brasil. É a nossa preocupação de conjunto. E eu acho que aqui, eu até admiro o aspecto positivo do atual Ministro das Relações Exteriores, admiro o Jobim, que tem uma atitude espetacular, que os outros Ministros entendam, imaginem os senhores se tivesse aparecido aquela notícia, dada pelo líder do PSDB, dois aviões de contrabando de arma na Venezuela, e ficasse assim, qual seria a manchete do dia seguinte, no mundo inteiro.

O Ministro teve a competência, veio aqui, V.Exa., até já tinha convidado ele, e acho que correto, para vir aqui; ele se antecipou, atendeu ao convite de V. Exa. na mesma hora e foi no gabinete da Presidência responder, matou a questão. Matou a questão. Então, eu acho que aqui é apenas, eu acho que é um trabalho de conjunto, nosso, Relações Exteriores e do Itamaraty, um trabalho de conjunto, de fazer o que é bom para todos nós, isso que eu estou dizendo.

Então, eu acho que aqui, principalmente com o Ministro das Relações Exteriores, é um homem de diálogo, um homem de entendimento, debater com ele, ver o que ele tem a dizer, eu acho que é muito importante. Eu, com toda a sinceridade, vejo uma coisa, perdoe a sinceridade, eu estou, há muitos anos, nessa questão, eu sou do Rio Grande do Sul, briga com a Argentina etc. e tal, eu venho acompanhando isso de longa data, como o Senador Collor participou desses acontecimentos naquela época. Então, eu acho que há um momento muito delicado, o que o Brasil quer é a integração da América Latina e muita gente não quer, muita gente não quer. Eu acho que, a rigor, é só o Brasil que quer para valer; o resto está naquela interrogação, o americano boicotando, fazendo um acordo isolado com o Chile, um acordo isolado com os uruguaios. E eu acho que a grande expectativa do mundo é, no momento que tem o Mercado Comum Europeu, como o fato mais espetacular, repare nessa altura, até aquela artista, a modelo gaúcha, brasileira, Gisele,

quer que os contratos dela não sejam feitos mais em dólar, mas sejam feitos em Euro, quer dizer, até não sei como o Brasil está acumulando dólar, acumulando dólar, achando que é uma grande maravilha, e o dólar está caindo, caindo. Daqui a pouco vamos ter uma montanha de dólar e a dívida está lá fora.

Mas eu acho que, nesse sentido, esse diálogo é muito importante. Eu acho que nós termos essa incompreensão com eles é realmente muito importante, como quando V. Exa. não estava, eu, por ser o mais idoso, tive a ousadia de ocupar o lugar de V. Exa. Eu dizia que nós, no passado, tivemos uma reunião com o Chanceler, onde nós discutimos qual é a Pauta do Brasil na ONU, na Assembléia Geral das Nações Unidas, para nós conhecermos e nós debatermos com eles para nós não irmos como turistas para a ONU, para nós irmos com a matéria de lá e debatermos as matérias mais importantes.

Eu acho que isso é uma coisa importante que pode ser feita, isso é um lado importante que pode ser feito. E, nessa matéria, eu acho que nós temos que agir no sentido de entrosar. Eu, por exemplo, defendo, eu acho que o acordo podia ser discutido aqui, a entrada da Venezuela no Mercosul. Por que eu defendo isso? Porque nós temos que trazer ele para nós, para viver nossa influência; se ele está no Mercosul, se tivesse uma Reunião Extraordinária do Mercosul, vinha à Venezuela e nós dávamos apoio para a Venezuela etc. e tal, mas evitaríamos que eles fizessem esse rompimento. Esse papel do Brasil é muito importante hoje. Eu falo não a favor do Lula, nem contra o Lula; o Fernando Henrique foi assim; o Presidente Collor, foi excepcional nessa posição, em pouco tempo ele deu um rumo definitivo. V. Exa. devia ter matado a questão, morria... Se V. Exa. não renovasse, aliás, o que é tradicional no Brasil, um Presidente não continua a matéria do outro, se V. Exa. não tivesse renovado e perdeu... O Governo perdeu na Argentina, com o Menem e perdeu aqui com V. Exa. No entanto, os dois tiveram entendimento de altíssimo gabarito e aquilo que parecia que estava morto continuou.

Eu acho que é isso que nós temos que fazer. Eu não estou vendo o Lula, não estou vendo nada, mas estou vendo o Itamaraty numa posição que nós temos que dar força para ele. Temos que dar força. Quando se apareceu, por exemplo... O Presidente da Bolívia fez aquela... Nacionalizou as nossas empresas, num gesto grosseiro, inclusive, que o Presidente brasileiro estava falando com ele, ajudando ele, até a gente ficava discutindo, por que o Governo, com tanta miséria, dando dinheiro para os pobres da Bolívia e não dando para os nossos? A posição era de guerra, até o PT, muito engraçado, quer dizer, o normal era isso, se

fosse o PT oposição, tinha obrigado o Fernando Henrique a romper. No entanto, foi contemporizando, foi contemporizando, o que aconteceu? Aí, novo tratado sobre gás, ele já está pagando nosso dinheiro, é uma contingência que a gente está vivendo.

O negócio da Venezuela é a mesma coisa, quer dizer, imagine como o Presidente da Venezuela deve ter ficado irritado, o ódio dele do Lula, quando o Lula não deu bola para ele; ele manda 10 pelotões, batalhões e o Lula não... “Olha, eu lamento que a Colômbia invadiu”, nem toma conhecimento dele e a Organização dos Estados Americanos também não. Então, ele voltou atrás.

Eu acho que nós temos que agir nesse sentido, isso aqui nós temos que ser um pouco de Diplomatas, usar a competência do Presidente Collor, do Suplicy, que é o nosso representante para o mundo inteiro, não entendo por que ainda não foi na Venezuela—

[risos].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --Eu acho que a Senadora franco-colombiana só não foi solta porque ele não foi lá. Eu acho que, ele indo lá, ele termina soltando. Eu acho que nós temos que aproveitar esse entendimento, Sr. Presidente, porque, para fazer guerra, tem gente demais. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está mais do que provada a minha tese: Se nós temos... Se nós temos na Comissão um estrategista como o Senador Simon, nós não precisamos recorrer ao Itamaraty. A sua orientação está correta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Exa. pode debochar porque eu fiz por merecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, de maneira nenhuma.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu reconheço, V. Exa. é brilhante, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De maneira nenhuma, Senador Simon, é verdade, eu acho que essa Casa é de debate; a partir do momento que nós encerrarmos as nossas... Ou colocarmos de lado a capacidade de ter discussões dessa natureza, não tem o sentido da Reunião. Daí porque eu acho que nós temos que nos ater ao diálogo com o nosso Embaixador, mas não depender da opinião dele para as nossas decisões. A minha questão é... Foi nesse sentido.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De acordo, estamos de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos pessoas experientes, experiência de V. Exa., Senador Collor foi Presidente da República, você tem aqui o Senador Suplicy, que é um

Diplomata itinerante, corajoso, ousado, então, nós podemos trazer esse debate aqui. Senador Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Collor, só uma perguntinha.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como V. Exa. representou o DEM na reunião de lideranças e nós estamos aqui desde o início da manhã, se houve alguma solução do... Vai ter Congresso ou não vai ter Congresso, se vai ter votação, porque aqui não chegou a notícia. Peço desculpas porque a gente tem que ser orientado um pouquinho, não chegou nada, para mim, pelo menos, não chegou. E o senhor também participou, mas parou na metade e foi lá na Comissão. Se V. Exa... Desculpa, Presidente Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou explicar o que houve... Hoje, pela manhã, eu representei o meu partido e recebi delegação do Senador Arthur Virgílio para representar o PSDB numa reunião preliminar. O que ocorre? Naturalmente, não por mérito, mas por acordar mais cedo, Senador Eduardo Azeredo, paga-se esse pecado às vezes. Mas, aí, lá na reunião, nós, ontem, concordamos e é uma demonstração até que não há nenhum apego com a peça orçamentária, nós concordamos em aceitar uma proposta feita pelo líder Maurício Rands, que é líder do PT na Câmara. Hoje iríamos para o ajuste final. A Comissão estava reunida com vários Parlamentares, o que é justo, mas uma quantidade imensa de assessores, pessoas desconhecidas, as opiniões dadas, enfim, não havia um entendimento. E o clima começava a caminhar para desavenças mais graves. Estava lá o Senador Flexa Ribeiro, justamente, com muita justiça e com muita legitimidade, brigando pela manutenção de recursos da Lei Kandir.

Mas, ao mesmo tempo, Senador Simon, tinha quem brigasse por um pontilhão de 30, 40 metros, e nós não podemos discutir o Orçamento, na situação que está, desta maneira. Então, eu pedi aos líderes que compreendessem, e o Relator, que compreendesse a minha posição e a Sessão fosse suspensa, a Sessão do Congresso, e marcamos uma reunião para terça-feira. Se tudo tiver acordado, se votará na terça ou na quarta-feira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nem os vetos serão apreciados?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, o Presidente Garibaldi ficou de anunciar uma Pauta. Não quero crer que nada seja votado hoje. Não quero crer. A não ser que haja uma

evolução, mas o que ficou acertado é que não se votaria hoje. Senador Collor.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Queria compreender a frase bem, “não quero crer que nada será” significa que V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não quero crer que seja votado hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Quer crer—
[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero crer que nada seja votado hoje. Vou lhe explicar o que é que me atrapalhou aqui, foi ver seus olhos ávidos por orçamento, que nunca pensei ser o forte de V. Exa., mas, como representa São Paulo, onde está o poder econômico, a gente compreende.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que todos nós recebemos com muita satisfação o anúncio do encaminhamento, bastante adequado, sob a égide da organização dos Estados americanos, da grave crise que envolveu a Colômbia e o Equador. Os meus cumprimentos especiais ao Embaixador Omar Chohfi, nosso representante na OEA, que se houve com muita competência e brilhantismo para que chegássemos com êxito ao final daquele processo entre os litigantes, Colômbia e Equador.

Os dois países, aliás, deram uma demonstração de maturidade, ao aceitarem a via da negociação diplomática, que implicou em concessões de ambas as partes. Deu-se início a um processo negociador que demandará dedicação e espírito de renúncia para que tenha continuidade e leve a resultados sólidos e duradouros. Registro, no entanto, que os fatores que levaram a essa perigosa crise continuam a existir. E devemos, desde já, nos preparar para o afloramento de situações difíceis. É grave a situação do entorno brasileiro; não se pode minimizá-la, pois há sinais evidentes de crises potencialmente danosas aos interesses brasileiros.

Refiro-me, por exemplo, ao aumento da influência, que todos nós sabemos, do Governo venezuelano na Bolívia, Equador e Argentina e ao seu ímpeto armamentista. Cito as insatisfações no Uruguai com o Mercosul e, no Paraguai, com o acordo de Itaipu. Agora mesmo, na Campanha Presidencial paraguaia, o problema da energia de Itaipu transforma-se no foco do debate eleitoral. Além dos problemas energéticos, o movimento autonomista nas províncias de Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija, são causas de preocupação em relação à Bolívia. Em três países vizinhos, Uruguai, Paraguai e Bolívia, temos o agravante de numerosa população brasileira, já estabelecida na região frontei-

riça. Na divisa com a Colômbia, temos as incursões das FARC, que se podem agravar, na medida em que a guerrilha, pressionada em território colombiano extravasa as fronteiras, e isso já aconteceu várias vezes, inclusive, aqui nas fronteiras com o nosso país.

Em situações de crise e com a manipulada disseminação de sentimentos antibrasileiros, os nossos co-cidadãos, que hoje trabalham além fronteiras, podem ver-se compelidos a retornar para a situação de refugiados em seu próprio país. Ademais, há um outro espectro de dificuldades que devemos ter em conta. Refiro-me às contendas latentes ou atuais que opõem nossos vizinhos Sul-Americanos, como a reivindicação da Venezuela em relação à região de Essequibo, na Guiana; a contenda Argentino-Chilena sobre o Canal de Beagle; a disputa Uruguaio-Argentina no temas das fábricas de papel; a disputa territorial Equador-Peru; o ressentimento boliviano e peruano em relação ao Chile, ainda advindos da Guerra do Pacífico, quando o Peru perdeu Tarapacá e a Bolívia, Antofagasta, ficando sem sair da marítima,

Pode-se ver, apenas sobre os exemplos lembrados, que um arco de instabilidade cerca o país. Somos vizinhos imediatos de 10 países, com mais de 16 mil quilômetros de fronteiras. Não podemos, portanto, deixar de estar preparados para enfrentar as dificuldades cumulativas e simultâneas que surgem em nosso entorno. Há que assumir realisticamente a existência de problemas e antecipar soluções, através de políticas de Estado e não de reações tópicas e desconexas. Ações de política externa devem ser pensadas com racionalidade e isenção. Crises, como a que agora parece que estamos ultrapassando, podem vir a anular nossos esforços de criar, na América do Sul, um espaço de cooperação e não de confronto. Cabe ao Governo Brasileiro mostrar, com firmeza, que o uso de armas não condiz com os interesses da América do Sul.

Quando tive a honra de firmar o Tratado de Assunção, em 1991, que criou o Mercosul, já considerava que a integração tinha a paz como pressuposto; diplomacia e negociação em busca do interesse nacional e não de concessões seguidas. Repito, diplomacia é negociação em busca do interesse nacional e não de concessões seguidas.

Em 1938, o apaziguamento anglo-francês, o chamado *appeasement* em relação aos alemães, teve consequências trágicas. Creio que a política brasileira deve ter duas vertentes: de um lado, recuperar nossa capacidade dissuasória e não condescender com o voluntarismo bélico; de outro, antecipar as dificuldades e tomar iniciativa diplomática isenta para um futuro de paz. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, a manifestação do ex-Presidente, Senador Fernando Collor, está muito de acordo com o espírito e o anseio maior de nós brasileiros, que desejamos que possa haver a realização de paz em nosso continente, na Terra, mas, obviamente, sobretudo na América do Sul, na América Latina. E as palavras que V. Exa. aqui pronuncia, de que o Governo Brasileiro, inclusive com apoio do Congresso Nacional e, nesse sentido, felizmente tem havido harmonia, seja sempre de se estar procurando outro caminho que não a utilização de armas. E, quando um dos países começa movimentar armas, então, palavras como a que V. Exa. aqui agora proferiu são importantes.

Eu acho que isto, a manifestação de V. Exa. precede, em boa hora, a reunião que nós vamos ter com nosso Chanceler Celso Amorim porque eu acho que os passos que ele vem dando são consistentes com as suas recomendações, consistentes, inclusive, com o que V. Exa. mencionou na abertura da sua manifestação, e eu gostaria, inclusive, de sugerir, Sr. Presidente, um requerimento no sentido seguinte: “Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Conselho Permanente da OEA, voto de aplauso por sua resolução, que reassegura a inviolabilidade dos territórios dos Estados Americanos, que foi uma resolução importante para criar um clima de entendimento dentre as partes”. É a sugestão que formulo. Encaminho à Mesa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acato, agora, queria apenas ponderar a V. Exa., sabe, eu tenho muito medo de divisões em partido e, principalmente em Estado, no mesmo Estado. Há um requerimento semelhante, do seu colega Senador Aloízio Mercadante. Eu quero saber se V. Exa.—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, aquele foi apresentado em Plenário e aprovado por todos, e é sobre o início da Reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, ontem ele aprovou um outro, exatamente sobre a decisão da ONU. Mas, com o maior prazer—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se já foi aprovado em Plenário—

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Foi, foi aprovado sim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): --Então, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas para não—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aprovado em Plenário, não precisa ser aprovado em Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Não ficar a má impressão, que é uma disputa sucessória correndo dentro do...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como eu não estava naquele momento, então, tudo bem, então, já está consignado, realizado o propósito, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, então... Eu tinha pedido a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Presidente, apenas permita, eu quero felicitar o Senador Collor pelo seu pronunciamento. Acho que ele foi feliz, oportuno, histórico.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica feito esse registro--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Muito perfeito, nessa hora, o pronunciamento feito por sua Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acho que é unanimidade de toda essa Comissão. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, também queria felicitar, já o fiz, mas quero fazer, para constar nos anais da Comissão, o pronunciamento do Senador... Do Presidente Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, srs. Senadores, da mesma maneira, também manifesto meus cumprimentos ao Senador Fernando Collor pelo seu pronunciamento sensato, que aqui demonstrou uma posição de preocupação em relação às questões de Relações Exteriores.

Sr. Presidente, eu quero insistir numa questão que eu abordei agora há pouco porque o Brasil tem um Ministro de Relações Exteriores, todos nós respeitamos, Ministro Celso Amorim, mas o Brasil tem também um preposto de Ministro de Relações Exteriores, digamos assim, que é um líder partidário, que é o Sr. Marco Aurélio Garcia. E nos chega às mãos uma entrevista do Sr. Marco Aurélio Garcia ao jornal Le Figaro, da França, em que ele diz, com todas as letras: “Eu lhes lembro que o Brasil tem uma posição neutra sobre as FARC; nós não as qualificamos nem de grupo terrorista, nem de força beligerante. Acusá-las de terrorismo não serve para nada quando a gente

quer negociar”. Quer dizer, não me parece que o Governo Brasileiro esteja com a posição, nesse momento, sensata; se ele fala em nome do Governo, então, o Presidente Lula tinha que resolver ou fala o Ministro ou fala o Sr. Marco Aurélio Garcia.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): o Sr. Garcia não está falando isso em nome do Governo, eu acho um absurdo o que ele declarou--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite uma ponderação?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): --Podia ter ficado quieto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite uma ponderação? Eu acho que nós devemos tratar, nesse momento, o Sr. Garcia como a OEA tratou a Venezuela.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O nosso foco aqui é um foco formal. O nosso foco aqui, a nossa relação é com o Ministério das Relações Exteriores, que é nosso canal oficial. A atuação dele está para o Governo, para o Congresso, como está a ação das FARC; nós temos que nos dirigir ao Presidente da Colômbia, se for o caso, ao Ministro das Relações Exteriores. O Sr. Marco Aurélio Garcia pode assessorar muito bem o Presidente Lula, mas é uma assessoria pessoal e não uma assessoria diplomática e oficial.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aliás, vamos fazer justiça, Presidente, V. Exa. tem razão, o Presidente Lula, nesse incidente, só agiu com o Itamaraty, o Sr. Garcia não apareceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente. Então, já... Nós temos que lamentar esse artigo, queria até pedir essa entrevista, pedir o registro nos anais da Casa, não aqui, não seria o lugar próprio, para que a história depois registre como é que pessoas desequilibradas, num momento como esse, se comportam, inclusive, usando a imprensa internacional.

Agora, não vamos diminuir essa Comissão. Ela não é fórum nem para análise nem para discussão do que diz o Sr. Marco Aurélio Garcia, o fórum é impróprio. Concorda comigo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estou de pleno acordo. Estou de pleno acordo. Sr. Presidente, queria ainda, só saindo já desse assunto, voltar ao requerimento que nós já aprovamos, em relação ao Projeto de trabalhadores contratados no Brasil para outros fins ou transferidos--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu, antes de mais nada--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Queria só acrescentar dois nomes aqui, que já aprovamos--.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deixa eu terminar, só uma coisa. Eu queria registrar que o silêncio, para mim, do Senador Suplicy sobre esse episódio mostra a sua grandeza de espírito e o respeito que ele tem pela legalidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Concordou com todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já está previsto o Sr. Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho de Imigração do Ministério do Trabalho, também do Embaixador Oto Agripino Maia, Representante da Organização Internacional do Trabalho, eu sugeriria também alguém da Comissão, da CNI, da Confederação Nacional da Indústria. Só isso. O representante da Confederação Nacional da Indústria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há concordância de todos que a audiência pública seja feita com um representante da Confederação--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da CNI, isso.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Flexa é representante também.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, está acordada a inclusão dele. Eu queria pedir aos Srs. Senadores, antes de encerrar, eu vou suspender a Pauta, tenho alguns compromissos. Senador Dornelles concorda, da próxima semana... Tudo bem aí? Senador Azeredo, eu queria, eu recebi, agora, há poucos minutos, no meu gabinete, sem marcação de agenda, a visita do Embaixador Tony Jozame Amar, Embaixador da Colômbia no Brasil. Veio apresentar-se à Comissão, ao Presidente da Comissão, tomou posse na função há menos de um mês, aliás, esse pedido já tinha sido feito, nós não tínhamos conseguido marcar.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está aqui nesse instante?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não está nesse instante. Fez... Iniciou com a apresentação de praxe e depois iniciou um diálogo, relatando que havia... A posição da Colômbia, o que a Colômbia tinha passado. Eu ponderei a ele que, antes de me fazer essa... Esse relato, eu queria consultar a Comissão de Relações Exteriores para, no caso de querer ouvi-lo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, hoje--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, acho que primeiro deve falar só com V. Exa.. V. Exa. recebe, conversa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, já fiz, já recebi, hoje o recebi, falei com ele. Agora, as questões, o detalhamento do... Inclusive, disse que até documentação, se fosse o caso, traria, eu ponderei que não tinha legitimidade para receber. E pedi que consultaria a Comissão e, caso a Comissão quisesse ouvi-lo, nós marcaríamos uma data, não só ele, como também--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É um problema delicado porque, se ouvir ele, tem que ouvir os outros dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --O do Equador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas nós não os convidaríamos; eles têm que se--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, exatamente, ele colocou-se há disposição; ele disse que, se fosse o caso, tivesse alguma dúvida. Queria explicar. Então, eu pedi que tinha, tinha por obrigação ouvir a Comissão. Eu, sozinho, não tinha legitimidade de ouvi-lo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O prazo... A Reunião Ordinária da nossa é quinta-feira?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quinta-feira.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quinta-feira nós vamos ouvir o Chanceler; deixamos para decidir isso quinta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Poderíamos ouvi-lo, se for o caso, na terça, na quarta; porque poderíamos trazê-lo numa conversa informal, aqui, reservada, conforme seja o caráter--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu opinaria que ouvisse V. Exa., no seu gabinete, e os Senadores que quisessem comparecer, comparecessem lá. Em vez de fazer uma reunião formal, oficial, eu acho que, no seu gabinete, e a gente visse. Eu iria, mas quem quisesse ir, fosse lá, conversasse com V. Exa. Depois, vamos ver o que a gente faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, façamos o seguinte, de acordo com a quantidade dos Senadores interessados em ouvi-lo, nós poderemos fazer; se for menor, fazemos no meu gabinete; se for maior, faríamos aqui, fechada.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu consigo o gabinete do Senador Tasso Jereissati, que lá poderia vir toda a Comissão. É grandão.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas é longe. Mas é longe. O local nós acertamos. Há concordância de...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há concordância, Senador Suplicy?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): -- De preferência, fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já, já o fez hoje, essa visita hoje, Senador. Exatamente. Disse que gostaria, se fosse o caso, se fosse interesse da Comissão; ele é um ex-Parlamentar, foi Governador, me contou um pouco da vida dele--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vale a pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi Prefeito, foi Governador, é um ex-Parlamentar e gostaria de conversar. Então, eu quero dividir essa responsabilidade com os companheiros, certo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estou de acordo e peço minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem um requerimento aqui... Então, em votação o requerimento, solicitando a autorização para vinda do Senador, do Embaixador da Colômbia a esta Comissão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h25.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2008, ÀS QUINZE HORAS.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia doze de março do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, ROMEU TUMA, FERNANDO COLLOR, CRISTOVAM BUARQUE, SERYS SLHESARENKO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, FLEXA RIBEIRO e JEFFERSON PÉRES**. Deixam de comparecer os demais Senado-

res. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. A Reunião destina-se a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, acerca dos recentes acontecimentos envolvendo a Colômbia e o Equador, e o papel desempenhado pelo Brasil nas negociações para a construção de um acordo visando solucionar o conflito entre estas nações, em decorrência da aprovação do requerimento nº 07, de 2008 – CRE, de autoria do senador Eduardo Suplicy e outros, aprovado dia 06/03/2008. O Presidente convida o Ministro Celso Amorim para compor a Mesa. O Presidente concede a palavra ao Ministro **CELSO AMORIM** para fazer sua exposição. Usaram da palavra os Senadores **EDUARDO SUP LICY, FERNANDO COLLOR, JEFFERSON PÉRES, JARBAS VASCONCELOS, MÃO SANTA, ROMEU TUMA, MARCELO CRIVELLA, PAULO DUQUE E FLEXA RIBEIRO**. Assumiu a Presidência interinamente o Senador Marcelo Crivella. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezessete horas e três minutos, lavrando eu, JOSÉ Alexandre Girão Mota Da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

**REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA
5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL,
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª
LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO
DE 2008, ÀS 15 HORAS E 17 MINUTOS.**

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. Aprovado.

Essa Sessão está marcada para oitiva do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, para falar sobre os recentes acontecimentos, envolvendo a Colômbia e o Equador e o papel desempenhado pelo Brasil nas negociações para construção de um acordo, visando solucionar o conflito entre essas duas nações, em decorrência da aprovação do re-

querimento 07/2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros.

Convido, portanto, o Embaixador e Ministro Celso Amorim para tomar assento.

Sr. Ministro Celso Amorim, com muita alegria esta Comissão lhe recebe, atendendo a convite de autoria do Senador Eduardo Suplicy, para discorrer sobre os recentes acontecimentos envolvendo dois países vizinhos e amigos, que são a Colômbia e o Equador. Quero dizer a V. Exa. que, devido à dinâmica dos fatos, haverá a possibilidade de algum dos Srs. Senadores lhe solicitar informações sobre o recente episódio envolvendo brasileiros e o Governo espanhol, na questão da entrada, do acesso de brasileiros à Espanha. E queria indagar de V. Exa., já que não é o objeto do convite, se há alguma objeção de, por acaso, o tema ser tratado.

Não havendo, fica, portanto, consta na Pauta, se for desejo dos Srs. Senadores abordar o assunto. Concedo, pois, a palavra ao Embaixador e Ministro Celso Amorim. Quero apenas lembrar aos companheiros que nós teremos que ter uma Sessão com tempo limitado porque nós temos a Sessão do Congresso para votação do Orçamento, e ela não poderá deixar de acontecer. Foi um acordo prévio, acertado com o Presidente do Congresso, e nós teremos que cumprir. Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Boa tarde, Srs. Senadores, senhor Presidente, Senador Heráclito Fortes, é sempre uma grande satisfação poder comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal para prestar contas das nossas ações no plano internacional.

Com relação, ao tema específico para o qual eu fui convidado, que é a crise entre Equador e Colômbia, a primeira observação que eu queria fazer é que entre o pedido inicialmente transmitido, até de maneira informal pelo Senador Suplicy e a data de hoje, muitos eventos se passaram e, na realidade, de modo geral, positivos, de modo que, digamos, aquele caráter de uma urgência, de uma crise que tinha, na semana passada, já não está vigente hoje felizmente. É claro que nós não temos ilusões de que... É um problema muito complexo, que há aspectos estruturais do problema que poderão voltar a se manifestar, de modo que é sempre útil termos essa conversa. Mas, digamos, aquela situação de emergência, que parecíamos estar vivendo, pelo menos, as indicações são todas no sentido de que ela tenha sido superada.

E, então, eu diria, sem tentar recapitular os fatos que são totalmente de domínio público, mas, enfim, procurando, sobretudo, enfatizar como o Brasil atuou nesse processo, no dia 1º de março, na madrugada

de 1º de março, se verificou um ataque, por forças da Colômbia, a guerrilheiros da FARC, que estavam em território equatoriano e isso abriu, naturalmente, uma crise de proporções maiores do que aquelas que nós estamos habituados a assistir em relação a esse tema. O motivo principal dessa... O aspecto, digamos, que fez com que essa crise fosse maior do que as anteriores era, naturalmente, o fato de o ataque ter se dado no território de um outro país, no caso, o Equador, o que, naturalmente, levantou não só questões políticas, mas até questões de direito internacional.

A nossa... Eu cheguei ao Brasil... Eu cheguei ao Brasil no domingo, portanto, um dia depois; estava vindo de uma viagem, como disse ao Presidente, ao Vietnã e a Cingapura, demonstra que a agenda da política externa do Executivo está muito entrosada com a do Legislativo, a mesma viagem que será feita, em breve, por alguns membros da Comissão, eu cheguei de viagem no domingo e passei, imediatamente, a me dedicar ao tema. Na realidade, recebi muitas chamadas e fui, à medida do possível, no domingo estava ainda em São Paulo, tratei de vir para o Rio o mais rápido possível e fui lidando com vários, obviamente, os principais interessados, Equador e Colômbia, os Chanceleres me haviam ligado, mas também outros países que logo manifestaram muito interesse em falar conosco, como foi o caso do Chile, da Argentina e também o próprio Secretário-Geral da OEA, José Miguel Insulza.

Já no dia seguinte, ou nos dias seguintes, o próprio Presidente Lula também teve vários contatos telefônicos com vários dos Presidentes da região e recebeu aqui, já na quarta-feira, o Presidente Rafael Correa, do Equador, e se ofereceu também para receber o Presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, mas o Presidente Uribe disse que viria logo que pudesse, mas, naquele momento, estava se preparando para a própria reunião do grupo do Rio.

Esse, então, digamos, uma vertente da nossa ação foi atuar junto aos outros Chanceleres, junto aos outros Governos; no caso do Presidente, no nível dele; eu, no meu nível, atuar junto aos Governos dos países da região para tentar, digamos, evitar que a crise escalasse mais do que deveria. Havia... Há, como eu disse, elementos estruturais e elementos específicos, conjunturais da crise. E a nossa percepção era de que era preciso, de qualquer maneira, lidar com esses elementos imediatos porque tentar resolver todos os elementos, todas as dificuldades de uma única vez seria muito difícil. Por isso nós buscamos agir no sentido de limitar o problema, mesmo tendo consciência de que ele tem outros aspectos, mas de limitar o tratamento desta crise à questão bilateral entre Colômbia e Equador.

E fizemos isso tanto através dessas chamadas telefônicas, gestões diretas com os países interessados ou com outros países que poderiam ter influência na situação, e também na Assembléia, na... Perdão, na Organização dos Estados Americanos, uma vez que o próprio Equador havia pedido a convocação do Conselho Permanente da OEA sobre esse tema. Então, nessas duas frentes, nós procuramos agir com esse objetivo.

E creio que, sem, digamos, eu estou pronto a responder a qualquer pergunta, mas creio que, como muita coisa ficou pública, eu estaria fazendo uma apresentação mais curta e depois responderia os pontos que houvesse... Sobre os quais houvesse maior interesse. Conseguimos, creio, num tempo relativamente curto, que tínhamos disponível que o Conselho Permanente da OEA aprovasse uma resolução, já na quarta-feira passada, portanto, muitos poucos dias depois do evento, o que não é comum, e aprovasse uma resolução por consenso, o que também é muito importante porque dá muita autoridade moral à resolução, em que os aspectos principais eram tratados de maneira satisfatória para os dois lados, sobretudo, no caso, o Equador necessitava, evidentemente, de uma satisfação porque o território dele havia sido invadido, alcançado de alguma maneira e a resolução, entre outros elementos, ela relembra que a violação do espaço territorial de um país é contrária à carta da OEA e depois reproduz, na realidade, o próprio artigo da carta da OEA, que diz que, em nenhuma circunstância e nenhum motivo podem justificar essa violação do espaço territorial. Isso, de alguma maneira, dava uma satisfação, creio que eu, parcial, ao Equador. Não era um pedido de desculpas muito explícito, mas, de alguma maneira, isso, combinado com algumas coisas que já haviam sido ditas pelo Presidente Uribe, iam nessa direção.

A coincidência dos fatos, porque isso não estava previsto, é que logo depois, logo depois da reunião da Assembléia da OEA, que foi na quarta-feira, do Conselho Permanente da OEA, que foi na quarta-feira, logo em seguida, houve uma reunião do grupo do Rio; o grupo do Rio, como sabem, foi criado, foi um aumento do grupo de Contadora, que nasceu justamente com o objetivo de pacificar situação, na época, na América Central, e é um grupo que, hoje em dia, inclui muitos países, toda a América do Sul, América Central, menos o Suriname. Na verdade, a Guiana também não fazia parte, mas agora passou a fazer parte. E o Caribe inclui também a República Dominicana, agora passou a incluir o Haiti e inclui sempre também um outro representante do Caribe, do CARICOM, que é basicamente o Caribe Anglófono, digamos assim. Então, é um grupo muito representativo.

Mas essa reunião estava convocada por outros motivos, tinha um seminário lá sobre energia, sobre integração, sobre outros temas, desenvolvimento. Tanto assim, que o Presidente Lula havia marcado, como parte das comemorações dos 200 anos da chegada da Família Real, vários eventos no Rio de Janeiro, inclusive, a recepção ao Presidente de Portugal. E, por isso, me incumbiu de representá-lo nessa reunião.

A nossa... A essa altura, repetindo, nós já tínhamos feito um avanço importante, que era a obtenção da resolução da OEA, que nos parecia oferecer um caminho adequado para tratar do tema, para evitar que houvesse, digamos, uma exacerbação de posições, porque a posição da OEA, além de fazer esses reconhecimentos que eu já mencionei, questão que tinha havido uma violação de território, que a violação de território é incompatível com os princípios e propósitos da Carta da OEA, especialmente o art. 21, além de fazer isso, ela criava uma Comissão para investigar os fatos, o que nos permitia também tirar a discussão desses fatos, pelo menos em parte, tirar a discussão desses fatos de um plano muito retórico, necessariamente emocional, em que, mesmo sem desejar, as coisas vão se escalando.

Então, a grande preocupação nossa, do Presidente, minha, mais minha, ao ir a essa reunião, era garantir que a reunião do Grupo do Rio não se afastasse do que a OEA já havia decidido e que, ao contrário, desse apoio a essa resolução. O que ocorreu? Ao mesmo tempo, claro, era uma reunião de Presidentes... Na quinta-feira, haveria uma reunião de Chanceleres e, na sexta, uma reunião de Presidentes. A reunião de Chanceleres, na realidade, tratou da parte mais, não digo rotineira, mas, enfim, do que era agenda original do Grupo do Rio e pouco se envolveu, claro que tinha que levar em conta que havia aquele fato, assim, no pano de fundo, mas pouco se envolveu no tema da crise propriamente. Mas isso não impediu que, desde a véspera, vários contatos pudessem ser mantidos; eu estive, na véspera, já com alguns Chanceleres; Chanceler do Chile, que já estava lá, outros Chanceleres, em que tratei do assunto, mas também tive uma longa conversa com o Presidente da Colômbia; reiterei o convite do Presidente Lula para que ele viesse ao Brasil, quando desejasse, expor também o ponto de vista dele sobre a situação, e conversei com ele, digamos, longamente, cerca de uns 40 minutos, à noite já. E, no dia seguinte, também tive outros encontros, alguns breves, outros um pouco mais longos, de várias maneiras, primeiro com o próprio Secretário-Geral da OEA, que também foi à reunião e com alguns dos Presidentes.

E, em todas essas, todos esses contatos nós tínhamos duas preocupações; uma era preservar o

que havia sido decidido no conselho permanente. Não podíamos, digamos, ou a pretexto de dar mais força para um lado, ou a pretexto de, digamos, buscar um, sei lá, uma posição mais... Que pudesse parecer mais equilibrada, nos separar da resolução da OEA porque a resolução da OEA porque a resolução da OEA é que nos oferecia um caminho.

Ao mesmo tempo, naturalmente, na reunião dos Presidentes, foi havendo uma negociação sobre os termos da própria declaração do Grupo do Rio. A preocupação brasileira é essa que eu já expus, e fomos acompanhando, dizendo aquilo que podíamos aceitar, o que não podíamos aceitar. Agora, o que eu diria é que houve duas dinâmicas que ocorreram paralelamente: uma dinâmica, ao nível dos próprios... Da própria discussão dos Presidentes. E uma dinâmica que era a dinâmica da negociação do documento. E, na realidade, o que se verificou foi que, passado, digamos, talvez a primeira metade da reunião, enfim, aproximadamente, as primeiras horas da reunião, e que foi naturalmente muito catártica, houve... Os dois lados tiveram que apresentar, de maneira muito forte a sua argumentação, tanto o Equador quanto a Colômbia, a partir de um certo momento, ela foi tomando uma feição mais conciliadora. O próprio discurso do Presidente Chávez foi um discurso, digamos, de índole muito mais... De busca de uma solução pelo diálogo, para as questões que havia. E isso ocorreu, quer dizer, claro que vários outros Presidentes atuaram no mesmo, com o mesmo objetivo, o Presidente do México, Presidente... Com pequenos nuances naturais, os pronunciamentos não são iguais, mas do Chile, da Argentina, do Panamá... Eu falei, devo dizer, até não digo isso como uma distinção pessoal a mim, porque foi; foi uma distinção ao Brasil, ao Presidente Lula, fui o único Chanceler que falou, embora houvesse outros países que também estivessem representados por Chanceleres e houvesse até outros países representados por Presidentes que não chegaram a usar a palavra, mas consideraram que ouvir a palavra do Brasil era importante, inclusive, alguns Presidentes, sob a minha impressão, isso é um pouco subjetivo, até mudaram de ordem na expectativa de ouvir o que é que o Brasil tinha a dizer para, digamos, também poder atuar numa linha semelhante, porque todos sabíamos que nós estávamos indo numa linha afirmativa, na questão dos princípios, mas, ao mesmo tempo construtiva, no sentido de não buscar acirrar a crise.

Mas, seja como for, a partir de um certo momento, eu diria que o pronunciamento do Presidente Chávez, que teve um tom muito conciliatório, contribuiu para isso, mas outros também, que eu já mencionei, também contribuíram, ao mesmo tempo que isso ocorreu

e ao mesmo tempo que foi se chegando a um acordo sobre a resolução, sobre a declaração do Grupo do Rio, que ia, como disse, na linha de reforçar, de reforçar o que havia sido dito na OEA, mas, de certa maneira, de forma até mais explícita. Eu menciono aqui apenas dois ou três pontos que me parecem importantes, por exemplo, o grupo... Na reunião, na resolução da OEA, a referência à violação da soberania e integridade territorial do Equador está na parte dos considerando; é claro que isso parece uma coisa meio técnica, mas não deixa de ser diferente, quer dizer, considerando que o fato ocorrido constitui uma violação da soberania, integridade territorial do Equador e dos princípios de Direito Internacional. Já a declaração, até por ser declaração, ela não tem uma parte de considerandos e uma parte de, digamos, resolutive, ela diz, de uma maneira mais direta, no seu § 2º, “rechaçamos a violação à integridade territorial do Equador”. Muito importante que isso seja dito, uma resolução aprovada por consenso. E mais, diz assim: “E reafirmamos o princípio de que o território do Estado é inviolável e não pode ser objeto de ocupação militar etc. etc., etc.”. Diz mais também, que isso poderia, digamos, alguém, com boa vontade, ler dessa forma, que foi como eu procurei ler, e como nós procuramos, inclusive, convencer outros de que estava sim, mas não era explícito, diz também, no seu § 3º, tomamos nota, com satisfação, para as plenas desculpas que o Presidente Álvaro Uribe ofereceu ao Governo e ao povo do Equador pela violação do território e etc.

Então, em algumas coisas, foi bem mais explícita. E, numa questão que era também, talvez, o terceiro aspecto que gerava muita inquietação, sobretudo da parte do Equador, que era a questão das acusações, que eram, digamos, acusadas de serem falsas, naturalmente, vistas como... O documento... Houve uma... Uma redação positiva e engenhosa porque diz o seguinte: “Tomamos nota da decisão do Presidente Rafael Correa, de receber a documentação oferecida pelo Presidente Álvaro Uribe, e que teria chegado ao poder do Governo da Colômbia depois dos fatos de 1º de março, a fim de que as autoridades judiciais equatorianas investiguem eventuais violações à lei nacional”. Então, de alguma maneira, há uma declaração de confiança da Colômbia nas autoridades judiciais do Equador, com relação à investigação das alegações, digamos, que não estão, digamos, não são as do fato em si, mas que cercam o fato.

Então, essas, essas... Essas afirmações, mais o firme apoio... Ao firme apoio dado à OEA, creio que foram muito positivas. Então, como isso se passava... Eu vou terminar já, Presidente. Como isso se passava ao mesmo tempo em que havia uma dinâmica em

que foram surgindo pronunciamentos mais conciliatórios, o Presidente Leonel Fernandes, da República Dominicana, a meu ver, agindo com grande intuição, claro que eu não posso ter certeza de com quem ele já havia falado ou não, mas até a julgar pela linguagem corporal durante a reunião, alguns, pelo menos, teriam ficado surpresos, alguns dos principais envolvidos. Mas ele...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Perdão, perdão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Sim, pois é, com intuição e instinto. Ele sugeriu que os principais interessados dessem... Se cumprimentassem, inclusive, se abraçassem, o que acabou ocorrendo e, aí, na realidade, para efeitos, houve ainda um pequeno episódio lateral, que também teve um desdobramento positivo, entre a Colômbia e a Nicarágua, envolvendo problema de mar territorial. E a reunião terminou dessa maneira, com uma declaração muito positiva, do ponto de vista de lidar com os fatos e uma atitude política positiva. Depois disso, depois disso, porque, talvez, o que eu vou dizer agora seja um pouquinho menos conhecido de todos, depois disso, a Comissão criada na OEA começou suas visitas. Visitou o Equador, visitou o lugar, inclusive, onde houve a incursão colombiana e visitou... Terminou a visita à Colômbia.

Eu não tenho, eu tenho alguns elementos, mas, para os senhores terem uma idéia, eu até tinha mencionado se era ideal fazer a reunião hoje porque, por exemplo, eu nem consegui falar com o Embaixador Osmar Chohfi. Depois pedi... Algumas pessoas conseguiram, do meu gabinete, eu mesmo não consegui porque, na hora em que estava disponível, eu estava com o Presidente etc. Mas, enfim, houve, ela está satisfeita com o acesso que teve, a Comissão. E a Comissão é presidida pelo Secretário-Geral da OEA, integrada por quatro países, inclusive, inclusive, o Brasil; o nosso Embaixador na OEA é o Embaixador Osmar Chohfi, e ela vai produzir um relatório, que deve ficar pronto, creio eu, na sexta-feira e na segunda-feira, haverá uma nova reunião de Ministros na OEA.

A minha expectativa, mas isso eu estou dizendo, é minha expectativa, porque ainda não tive oportunidade, troquei alguma idéia com o... Aliás, troquei muitas idéias com o Secretário-Geral da OEA, inclusive durante todo o processo de aprovação da resolução, meus colegas aqui da imprensa serão testemunhas que eu disse com muito, talvez, até afoiteza que a resolução ia ser aprovada naquele dia mesmo, dentro

de poucas horas, e foi, efetivamente. Então, nós tivemos muito contato durante aquele período. Tive muito contato ainda durante a reunião, durante a reunião do Grupo do Rio, a que ele compareceu, em São Domingos, mas não tive contato com ele depois que ele foi. Embora ele tenha ido não só acompanhado de um Embaixador brasileiro, mas num avião da Força Aérea Brasileira também, que o Presidente Lula colocou à disposição da OEA para essa missão.

Então, espero, assim que tiver tempo, então, poder conversar com o nosso Embaixador e com o Secretário-Geral da OEA. Mas, apenas para, digamos, dar um pouco um sentimento do que eu tenho em relação ao tema, eu acho que, digamos, as grandes decisões políticas, as grandes manifestações políticas foram feitas e estão contidas na declaração do Grupo do Rio. Eu acho que não há muito que inovar. Pode haver o que reiterar, mas não muito que inovar em relação à própria declaração, à própria resolução da OEA, já adotada e à declaração do Grupo do Rio. Aonde, sim, creio que pode haver algo novo e que isso pode ser positivo, é em medidas práticas que tenham a ver com a criação de confiança, que tenham a ver com verificação de compromissos, que tenham a ver com maior facilidade de comunicação entre os governantes.

Então, isso, digamos, no que diz respeito ao episódio em si, ele foi considerado, pelo próprio Presidente do Equador, como superado; naturalmente, sempre existem algumas cicatrizes que vão se curando aos poucos. Nós não ignoramos, seria ingênuo imaginar que o problema como um todo está resolvido, isso tomará mais tempo, não creio que seja, digamos, no dia de hoje, vamos dizer, Presidente, digamos, que seja muito útil tentar, da minha parte pelo menos, tentar buscar uma solução para os problemas de fundos mais complexos, que acho que eles têm que ser objeto de um diálogo mais aprofundado em vários níveis; haverá várias oportunidades em que isso poderá ocorrer, a primeira delas, talvez, seja a própria reunião da OEA, mas creio que, digamos, para usar uma metáfora que foi muito usada nos jornais, as nuvens mais ameaçadoras se dissiparam.

Então, eu diria que esse, basicamente, é o quadro em relação a esse tema no que ele tem de mais imediato. No que ele tem de mais profundo, é algo que vai requerer tempo, paciência e muita capacidade de diálogo, muito respeito também a certos princípios e estamos atentos a esse aspecto. Se o Presidente quiser, eu posso fazer uma breve referência ao outro assunto ou deixo para as perguntas?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Então, já faço logo uma referência sobre o outro assunto--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sobre... A indagação, indagação do Ministro, o outro assunto é a questão espanhola?

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Sim, já faço logo uma referência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Saber se todos concordam que ... Pois não.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu já faço a referência rápida, para saber... É claro que, digamos, eu não tenho todos os elementos para responder em detalhe o que aconteceu com uma ou outra pessoa; tenho elementos genéricos. Hoje de manhã houve uma longa exposição na Câmara--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Quem entregou?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bom, temos que ver se coincidem com os nossos. Mas, de qualquer maneira, será útil. Vamos verificar.

Mas o que eu queria adiantar para os senhores, porque eu acho que é importante, é que hoje de manhã, portanto, dois dias depois da eleição na Espanha, o Ministro das Relações Exteriores da Espanha me telefonou, depois de várias gestões que nós havíamos feito na semana passada, me telefonou para dizer: "Olha, nós temos que encontrar uma solução para esses problemas". Então, na nossa conversa, ficou acertado que haveria... Isso, na realidade, como sabem, talvez, eu, há duas ou três semanas atrás, havia estado na Espanha e já havia tratado o problema, antes do acontecimento daquele episódio dessa menina Patrícia, já tivemos muitos outros, dessa moça Patrícia, já tinha havido muitos outros episódios. Então havíamos falado da necessidade de encontrarmos uma solução mais adequada para o problema e tinha sido concordado que nós... Que haveria a reunião de um grupo binacional, de autoridades Consulares, mas de autoridades de alto nível: nível de sub-Secretário, vice-Ministro, algo assim.

Então, ele, hoje, ao meu ligar, propôs que isso se realizasse. Não é possível realizar de imediato porque o próprio Governo Espanhol está se recompondo. Então, a data, eu não li ainda a carta porque ela não me chegou; foi-me antecipada que está sendo proposta, é para pouco depois da Páscoa, acho que no início de abril. E, então, isso me foi dito e também foi dito que eu acho que é muito importante que, daqui até lá, daqui

até a época dessa reunião, faria um esforço... Como eu não tenho o telefone gravado, estava falando com ele por telefone, não me lembro as palavras exatas, mas, daqui para lá, se faria, da parte espanhola, eles teriam... O Ministro do Exterior teria conversado com o Ministro do Interior, que é o responsável pelo tema, para que houvesse, digamos assim, uma... Não sei se ele usou a palavra trégua, eu interpreto como a palavra trégua, uma mitigação dos fatos exacerbados, que ocorreram nos últimos tempos. Esse é, digamos, o que ocorreu recentemente. É claro que é uma questão complexa, que também não se resolverá com uma única reunião, mas, enfim, eu estou à disposição para as perguntas sobre um tema ou sobre outro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradecemos a exposição do nosso Ministro das Relações Exteriores, nosso, do Brasil. E passo a palavra ao primeiro inscrito para interpelação, que é o autor do requerimento, Senador Eduardo Suplicy. Confiando, desde já, no seu reconhecido poder de síntese.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Ministro Celso Amorim, quero cumprimentá-lo pela iniciativa, de pronto, muito importante, positiva, do Governo Brasileiro de, logo, procurar, com a tradição de bom relacionamento que o Governo Brasileiro tem tido para com os Governos, tanto da Colômbia, do Equador, da Venezuela, e os demais, para se colocar à disposição, tomar a iniciativa de propor à OEA que pudesse aproximar as partes e logo haver o diálogo, tal como V. Exa. nos descreveu. E V. Exa., há pouco, me dizia que o Presidente Hugo Chávez teve uma forma até de se aproximar do Presidente Álvaro Uribe, usando de um recurso que envolve o bom humor, que contribuiu, pediria até que V. Exa. pudesse nos descrever como foi isso, por parte do Presidente Hugo Chávez, que, segundo V. Exa., acho teria cantado um bolero ou algo assim, mas que possa nos descrever, afinal, como é que ele se aproximou? Como eu estava em viagem, nos Estados Unidos, em Boston, eu não pude acompanhar isso tão de perto, três dias de reunião, ali, onde...

Mas eu gostaria, Ministro Celso Amorim, acreditando que o Governo Brasileiro pode colaborar para que, inclusive, haja um entendimento de maior profundidade entre o Governo Álvaro Uribe e as próprias forças rebeldes, ali na Colômbia, se trata, afinal de contas, de uma luta que já dura mais de 40 anos e, ainda que o Governo Álvaro Uribe considere as FARC e o Movimento de Libertação da Colômbia como forças relacionadas ao terrorismo, ao narcotráfico e tudo mais, como há um elemento que, inclusive, os próprios governantes da Venezuela, do Equador e outros, con-

sideram que há, ali, um elemento também de rebelião, em virtude de situação de desigualdade social, de busca de justiça e, tendo em conta que, felizmente, o Governo Brasileiro hoje é resultado de um processo pacífico de democratização que, realizado por meios que não envolvem a violência, a guerra e, considerando que isto, inclusive, constitui um exemplo para as nações irmãs e tendo em conta que o Governo Brasileiro, inclusive, tem tomado diversas iniciativas nas áreas, seja da propriedade fundiária, a questão da Reforma Agrária, dos assentamentos, de programas tais como os do micro-crédito, como os da melhoria da educação, como dos programas de transferência de renda, do Bolsa-Família, a perspectiva de um dia termos uma Renda Básica de Cidadania... O que eu avalio, aqui faço... Aqui externo uma opinião pessoal, é que o Brasil poderia estar, inclusive, colaborando em maior profundidade com os diversos lados.

O Presidente Heráclito Fortes, às vezes, até de bom humor para comigo, diz que pudesse eu ser enviado ali para o interior da Colômbia para dialogar a respeito desses assuntos. Eu quero dizer que eu me disponho a ir sim. E, inclusive, porque eu acredito que possa haver proposições que ambos os lados, eventualmente, venham a considerar.

Então, o que eu quero dizer é que o diálogo, por exemplo, relativamente à libertação de seqüestrados, inclusive, da própria ex-Senadora Ingrid Bittencourt, candidata a Presidência, que tem envolvido o próprio Presidente Sarcozy, da França, com muito empenho, para que se tenha isso como a maior prioridade, e tendo o próprio Presidente Lula e V. Exa. dito que está também disposto a colaborar neste diálogo, como eu, pessoalmente, acredito que outras questões poderão estar nos diálogos, além de simplesmente se estar envolvendo a liberdade, e isso é muito importante, claro, de Ingrid Bittencourt e de todos os mais de 700, senão mais, que estão lá, seqüestrados, e do outro lado também há prisioneiros. Então, se V. Exa. puder nos dizer algumas reflexões nesse sentido, que significa o aprofundamento do diálogo.

E, tendo em conta também que V. Exa. nos revelou que amanhã recebe a Secretária de Estado, Condoleezza Rice, que quem sabe possa, no diálogo com a Sra. Condoleezza Rice, haver também um pouco esta perspectiva, que não seja simplesmente o diálogo pontual sobre a libertação, seja da Sra. Ingrid Bittencourt e outros.

Gostaria, relacionado ao que acontece nos Estados Unidos da América, de informar a V. Exa., eu apresentei hoje, praticamente todos os Senadores com os quais conversei, alguns ainda estão assinando, mas já, no Plenário do Senado, e amanhã esta Comissão

examinará, na Pauta normal de trabalhos, um requerimento pelo qual conclamamos todos ao Congresso norte-americano, a derrubar o veto que o Presidente George Bush colocou, aposto pelo Presidente George Bush, com respeito à lei que proíbe a prática de métodos de torturas no interrogatório de pessoas. Como o Brasil, na sua Constituição, proíbe esse assunto...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, Senador Suplicy, eu queria fazer uma ponderação a V. Exa.—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu já terminei com o outro assunto—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer uma ponderação. Libere a Comissão de levar o documento ao Ministro. Esse documento é de iniciativa Parlamentar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós somos harmônicos e independentes. Parece até... Nós vamos criar um problema para o representante oficial do Governo Brasileiro numa questão que é do Parlamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Eu acato.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acho que é uma decisão nossa de que ele tomará conhecimento, se acertada ou se errada, pela imprensa. Acho por bem que nós deveríamos—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como tenho uma relação de tal amizade com o Ministro Celso Amorim, imaginei que contar a ele do que nós fazemos aqui não seria—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No escurinho do cinema, sim, mas aqui, de maneira nenhuma—

[risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como V. Exa. sabe que eu gosto de fazer as coisas de maneira mais transparente e aberta, então, assim o procedo. Mas são estilos diferentes. E, por outro lado, eu quero aqui reiterar o que já fiz por ofício, mas agora publicamente, ao Ministro Celso Amorim, o meu agradecimento pelo extraordinário apoio que me deu o Itamaraty, o Embaixador Bernardo Azevedo Brito, na viagem que fiz ao Iraque, em janeiro último, sobre a qual já falei, então, apenas vou entregar formalmente, nesta ocasião, o relatório ao Ministro, por escrito, em inglês e português... E, como nesse último domingo, ali em Boston, no Congresso da *U.S. Basic Income Guarantee Network*, eu apresentei este mesmo relatório, e, na ocasião, inúmeros brasileiros que assistiram à minha palestra, em seguida, se reuniram comigo para

relatar como é que está a situação de um número tão significativo, há 350 mil brasileiros na região de Massachusetts e vizinhanças, e ali eles encaminharam-me um ofício, dizendo dos esforços do Embaixador Mário Saad, do Cônsul-Geral de Boston, mas que, entretanto, é tão grande o número de brasileiros, inclusive, alguns detidos em prisões, por falta de documentos legais e pediram-me que encaminhasse pessoalmente ao Ministro Celso Amorim este informe que, certamente, será importante para o Ministro, que guarda a relação com a questão de brasileiros na Espanha e outros países, senhor Presidente. Apenas isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mais alguma questão, Senador Suplicy? Vamos aproveitar aqui para... Essa oportunidade, não vamos perdê-la. Eu queria apenas lembrar que tem vários companheiros inscritos, vários companheiros inscritos. Agora, a pergunta que eu queria fazer—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A última questão, eu deixo como última, depois que todos terminarem a sua arguição, senhor Presidente, para não abusar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V. Exa. a generosidade e clareza. O Senador... Pergunto: Como ficaria melhor, faremos bloco de três ou todos juntos, ao final? Então, com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Senadores. O tema relacionado ao convite que foi feito à S. Exa. o Ministro das Relações Exteriores do nosso país, foi [pronunciamento fora do microfone]. E eu gostaria, desculpe... E eu gostaria, Sr. Ministro, de fazer algumas colocações. A primeira delas, qual o *status* que o Itamaraty e/ou o Governo Brasileiro confere às FARC? Em segundo lugar, se o senhor concorda com a afirmação de que as eleições recentes de Hugo Chávez, na Colômbia, de Rafael Correa no Equador e de...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uribe.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, do Uribe não, do... Morales, na Bolívia, Evo Morales, se o senhor considera que a eleição desses três Presidentes constitui... Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ortega.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, mas eu deixaria o Ortega, que é de uma região um pouco distante da nossa... Restringindo ao nosso subcontinente. Eu perguntaria se a eleição, se o senhor considera que a eleição desses três homens públicos constitui em um fator de estabilidade para a Região Andina e também para nossa região Sul-Americana.

O terceiro ponto. Qual, exatamente, a tarefa que exerce, na política externa brasileira, o assessor internacional da Presidência, o Sr. Marco Aurélio Garcia? E por que, não sei se é uma impressão minha, mas é o que me parece, por que esse certo protagonismo dele na política externa brasileira em relação à América do Sul? Dentro disso, da questão de que a eleição desses três Presidentes constituiria um fator de estabilidade para a Região Andina e para a nossa região Sul-Americana, e essa foi uma declaração feita pelo assessor internacional, Marco Aurélio Garcia, eu perguntaria ao Sr. Ministro se o Itamaraty, talvez em função desta afirmação do assessor, não desprezou ou não minimizou a possibilidade de um conflito entre Colômbia/Equador, Colômbia/Venezuela ou Venezuela/Guiana, e se o Itamaraty não traçou cenários possíveis, futuros, de, caso algo ocorresse, que medidas nós poderíamos adotar?

Uma outra questão, Sr. Ministro, houve uma execução muito eficiente, embora eu tenha percebido, não sei se equivocadamente, mas uma certa surpresa, por parte do Itamaraty, com o ocorrido entre a Colômbia e o Equador. Mas foi perfeita a atitude que o Itamaraty teve e o sucesso obtido na OEA, com um trabalho muito bem realizado pelo Embaixador Chohfi. Mas eu notei que, por mais que se quisesse isolar outros elementos daquela questão, Colômbia/Equador, eu acho que nós corremos um certo risco de isolar a Colômbia do nosso contexto porque, se formos críticos e, com toda a razão, ao condenarmos a atitude da Colômbia, de invasão de um território soberano, nós também poderíamos criticar fortemente o fato de um outro Estado Sul-Americano, como o Equador, dar abrigo a uma... Vamos dizer, uma entidade como as FARC, que trabalha com seqüestro, tráfico de drogas, extorsão, e existem, por exemplo, como V. Exa. conhece melhor do que qualquer um de nós, resoluções das Nações Unidas, que condenam explicitamente países que dêem abrigo a grupos que praticam atos que tais e que sejam de países vizinhos. A França, por exemplo, ela deporta imediatamente para a Espanha todos os integrantes do ETA que ela encontra em seu território. Então, se não seria também o fato de o Equador ter abrigado esse contingente de pessoas dadas a essas práticas, se não seria também um motivo para uma condenação explícita do Governo Brasileiro.

E, finalmente, senhor Embaixador, se o nosso Itamaraty está hoje melhor apetrechado e preparado para reagir, não somente com... Não somente reagir, mas tomar medidas preventivas para evitar que fatos, como esses que aconteceram recentemente entre a Colômbia e o Equador, voltem a ocorrer e que não permitam ao Brasil ter uma ação imediata e de busca de

entendimento em favor da paz, que é absolutamente indispensável para todos os propósitos do nosso processo de integração, não somente do Cone Sul, mas também Latino-Americano. Eram essas as perguntas, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Senador Roberto Jefferson...

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Perdão.

[risos].

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Como? Agora V. Exa. me atingiu em cheio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Perdão, eu estava aqui navegando nas perguntas do Senador Fernando Collor. Jefferson Peres.

[risos].

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Sr. Ministro, Embaixador Celso Amorim, eu não vou lhe fazer perguntas que V. Exa. certamente não poderia responder em público e não vou lhe pedir informações sobre decisões que não são tomadas por V. Exa. O Itamaraty é o órgão executor e assessor. V. Exa., talvez, muitas vezes, tenha de executar tarefas com as quais até não concorda. Enfim, mas eu vou fazer algumas observações que V. Exa. comentará, se quiser.

Eu creio que a diplomacia brasileira agiu corretamente nesse episódio; agiu com profissionalismo, com maturidade, ignorou a intromissão indébita da Venezuela, num conflito que era bilateral e no qual os outros países só poderiam intervir para conciliar; nunca para jogar gasolina; só um Governo irresponsável faz isso. Eu só não daria nota 10 à atuação do Itamaraty porque concordo com o Senador Fernando Collor, acho que deveria ter, de alguma forma, o Itamaraty feito referência ao fato de que o Equador abrigava um grupo armado, que move numa guerra civil no país vizinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só isso?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Não, não... Eu esperei que o Ministro...

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Eu estou procurando resposta para sua pergunta, Senador, só isso, para o seu comentário.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Acho que deveria ter feito uma referência a isso. É injustificável um país violar o território do outro, como fez a Colômbia, à luz do Direito Internacional e da Carta da OEA, sim, nada justifica, mas a Colômbia teve atenuantes. O Equador não recebeu guerrilheiros das

FARC, e um dos seus principais líderes, como um grupo que pedia asilo, que fosse desarmado e internado na Colômbia, no Equador. Não. Era um grupo hostil, ele continuava ali como Comandante das FARC, num amplo acampamento, que não podia ser desconhecido pelo Governo, obviamente, com a convivência, com a autorização do Governo do Equador, num ato hostil à Colômbia. Eu gosto de julgar os outros por mim. Como se sentiria o Governo Brasileiro se um movimento armado aqui dentro e um movimento que perdeu seus objetivos políticos para se tornar uma organização criminosa, pelo menos, praticando métodos criminosos, e à Colômbia abrigasse um grupo, com um dos líderes desse movimento, a poucos passos da fronteira do Brasil. Não sei como nós agiríamos. Enfim, fora isso, eu acho que o Itamaraty agiu corretamente. Aliás, é uma antiga tradição da diplomacia brasileira, que V. Exa. soube honrar.

Agora, quanto ao episódio da Espanha, Ministro, os espanhóis, as autoridades espanholas, melhor dizendo, estão agindo com muito rigor, embora, ao que tudo indica, ao que parece, cumprindo a Legislação existente na Espanha e na União Européia. É possível que se aproveitem disso e, disfarçadamente, discriminem. Acredito. Entretanto... E que o Governo Brasileiro esteja devolvendo espanhóis que não estejam com toda a sua documentação em dia é a chamada reciprocidade, eu entendo. Agora, não entendo, são comportamentos imaturos, reprováveis, deprimentes, de funcionários brasileiros, no Aeroporto, como eu vi hoje na televisão, de agressão aos espanhóis, dizendo claramente, Senador Heráclito: “Nós estamos tratando vocês como vocês tratam os brasileiros”. Isto não é comportamento de um agente público, Ministro. Eu achei aquilo deprimente. Que eles sejam rigorosos, cumprindo ordem, e não permitam o ingresso dos espanhóis, tudo bem. Mas, reagir daquela maneira emocional, como reagiria... Uma pessoa do povo queira até agredir os espanhóis, eu entendo, mas uma autoridade brasileira, Senador Romeu Tuma, é inadmissível aquilo, inadmissível. E não cabe ao Itamaraty, claro, mas, por favor, diga ao seu colega, Ministro da Justiça, que evite isto. Era só, Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, eu também pretendo colocar muito mais a minha posição, ponderações, do que perguntas à S. Exa., o Sr. Ministro. A primeira colocação que eu vou fazer foi a colocação que o ex-Presidente, atual Senador da República, Fernando Collor, fez: Era de saber do Presidente Lula e do Itamaraty o *status* que

o Brasil destina a essa organização, que já foi guerrilha, e que hoje é enquadrada como uma organização criminosa.

Mas, Senador Fernando Collor, a autoridade brasileira a quem V. Exa. se refere, o Sr. Marco Aurélio Garcia, no dia 04 de março, faz oito dias hoje, dia 12, ele deu uma entrevista ao *Le Figaro*, em Paris, e disse textualmente: Quais as relações do Brasil com as FARC? Está aqui. “Lembro-lhe que o Brasil tem uma posição neutra em relação às FARC. Não as qualificamos como um grupo terrorista nem como força beligerante”. Não somos nós, da oposição, ou nós, integrantes do Senado Federal, do Congresso Nacional, que estamos dizendo isso. A posição do Brasil foi pela metade, foi uma posição tímida, acanhada, que não tem honrado a tradição de independência da política externa brasileira nesses episódios.

Condenar a invasão da Colômbia em território do Equador é o óbvio. Exigir que se aprofunde um pedido de desculpa, que já tinha sido apresentado, é razoável; poderia ser dispensável, mas é razoável. Agora, não ter uma palavra de condenação à atuação das FARC, como colocou o Senador Jefferson Peres, é inaceitável. Essa não é uma posição, por exemplo, nossa... Ninguém pode qualificar, por exemplo, o jornalista Clóvis Rossi que, além de colunista, integra o Conselho de Editores da Folha de São Paulo, que diz o seguinte: “O Brasil pode e deve ser neutro em conflitos entre países, mas não pode e nem deve ser neutro entre o Governo colombiano, legítimo, e as FARC, um grupo delinqüente”. É nada mais, nada menos do que Clóvis Rossi, que tem uma coluna diária na segunda página da Folha de São Paulo. Não foi por outro motivo também que a Dora Krammer, que escreve em dois jornais, o Jornal do Brasil e o Estado de São Paulo, declarou o seguinte, no jornal do dia 05 de março, um dia depois da declaração do Sr. Marco Aurélio Garcia, lá em Paris: “A entrada da Colômbia no Equador é um incidente diplomático, mas a atuação de um grupo de narcotraficantes, seqüestradores e assassinos, ao abrigo de governantes que, para sustentar suas estratégias de poder, ataca o governante do país verdadeiramente agredido, merece atenção do mundo e uma ação dos países democráticos e responsáveis da região”. Um pouco mais adiante, no mesmo dia, o Estado de São Paulo, na sua Folha de opinião, notas de informações, em editorial, coloca o seguinte: “Hoje, o Presidente brasileiro terá oportunidade de fazer ao Presidente Rafael Correa”, um falastrão igual ou pior do que o Hugo Chávez, porque aqui nem sequer respeita a soberania nacional, ao tratar Governantes, colegas, como canalhas, uma linguagem desabrida, incomum a um Presidente de uma nação, “hoje o Presidente

brasileiro terá oportunidade de fazer ao Presidente Rafael Correa uma exigência energética e justa, a de que o Governo equatoriano assuma o compromisso solene de não permitir a instalação de acampamentos e o trânsito de narco-guerrilheiros das FARC em seu território". Quer dizer, é a opinião de jornalistas, é opinião de jornais.

Então, o Brasil está devendo uma explicação, uma declaração completa, uma declaração de condenação ao óbvio. O Brasil pode dizer que não se conformou com o pedido de desculpas apresentado logo no sábado ou no domingo, pela Colômbia, tudo bem; exigir até que a Colômbia aprofunde esse pedido de desculpas, mas não se pronunciar contra as FARC, não há, Senador Fernando Collor, hoje, no mundo inteiro, um crime mais hediondo, mais pernicioso do que o seqüestro. Uma pessoa, quando está sendo seqüestrada, senhor Presidente, não sabe nem para onde está sendo levada; é jogada dentro de uma viatura, olhos vedados e não sabe o destino que se vai. Esses criminosos colombianos têm milhares de pessoas, centenas de pessoas seqüestradas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais de 700.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Mais de 700. Eu me lembro, como combatente da ditadura, na cidade do Recife, que é uma cidade altamente politizada, o número de seqüestros no Recife era uma coisa impressionante; era raro o dia em que não tinha um estudante, um operário, um jornalista, como o chefe da sucursal do Estado de São Paulo, Carlos Garcia, que foi seqüestrado e torturado nas dependências do DOI-CODI, lá no Recife, e aquilo era uma ação que tocava profundamente à toda a sociedade pernambucana, a todos, do pobre, lá do homem de Casa Amarela, ao rico, que mora na praia de Boa Viagem.

Então, era preciso, senhor Presidente, que o Brasil se definisse, que o Brasil tivesse uma posição clara, rejeitasse essa opinião desse cidadão tão fa-lastrão também, desse Marco Aurélio Garcia, que diz: "Lembro ao senhor", lembra ao jornalista, "que o Brasil tem uma posição neutra com relação às FARC, não as qualificamos como grupo terrorista e nem como força beligerante".

De forma eram essas as colocações que eu queria fazer, como brasileiro, hoje Parlamentar, eventualmente Parlamentar aqui, de que a posição do Brasil foi tímida, foi acanhada; ela, para ser completa, tinha que ser de condenação à Colômbia, pela invasão ao território de um país vizinho e de condenação explícita a uma organização que já teve uma causa ideológica, de luta, e que hoje se trata de uma organização pernicioso, criminosa, que deve ser combatida como tal.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ministro Celso Amorim, eu quero cumprimentá-lo. Primeiro, o Governo é meio atrapalhado, tem quase 40 Ministros e eu não sei o nome de 10. E eu já conheci o nome do senhor muito antes de pertencer a esse Governo. Então, há muito respeito. Agora, eu conheço lá, a Colômbia. Em 1979... Agora vou te chamar Thomas Jefferson; Thomas Jefferson você deixa, não é?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM): Esse eu aceito.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é. Então, para compensar. Educador. Então, eu fui designado, [ininteligível] era Deputado Estadual do Nordeste para fazer um curso de planejamento familiar. E, pelo fato de eu ser médico e Deputado, eu tive muito acesso às coisas; passei uma semana lá em Bogotá, na Pró-família e tal, e era médico e tinham outros Deputados do Nordeste.

Então, eu convivi... É uma sociedade, depois, todo mundo fica encantado com a Colômbia, principalmente com a literatura de Gabriel Marques, não é? Prêmio Nobel, que veio para contar "100 años de Soledad", "Mis Putas Tristes", é bom... Então, a gente vê a história da Colômbia, é uma história complicada. Mas, já em 1979, 80, quando fui fazer esse curso, eles eram avançados cientificamente; foi a primeira vez que eu vi um laparoscópio. O Brasil não tinha; eu sou um médico avançado. Eles tinham muita influência dos Estados Unidos. Já tinham. Mas já se falava nessas FARC, já atemorizava a gente dessas FARC, que podia sofrer um Embaixador, que nos acolheu, lá tinha aquele Banco da Lavoura, Banco Real, era maior do que o do Brasil... Mas já se falava nas FARC. Eles se preocupavam, diziam: "Ó, vocês podem ser...", tal, era uma confusão. E já tinha democracia. Eu, por curioso, politicamente, ele já estava avançando, eles não faziam, Jarbas, esses comícios; eu entrei num cinema para ver um debate de candidatos, eles, politicamente, eles avançaram.

Então, o que eu quero dizer é que essa FARC aí, olha, o senhor tem condição de aconselhar o nosso Presidente. Deus lhe deu um preparo, uma cultura, uma visão. Então, atentai bem! Olha essa FARC, é muito tempo, são quase 50 anos. Isso não existe. Quase 50 anos de bandidos aí. E nós temos que... Como o Jarbas disse, o Presidente Collor, tomar uma decisão. Eu sou cirurgião. Agora, nós, médicos e, às vezes, dá certo, médico cirurgião, Juscelino eram um deles, deu certo, por isso que nós estamos aqui. Nós, médicos,

damos muito valor à etiologia, à causa; a causa disso tudo é essa FARC.

Então, o Governo não pode... Tem que se definir clara, pronta e acabar porque isso é uma nódoa para a nossa civilização, a nossa história da América Latina... É quase 50 anos, eu já andei lá; em 80, já se era apavorável, e mais grave ainda que eu quero... Eu, uma vez, recebi um Deputado, Fraga, ele me trouxe um... Mas eu gosto de falar daquilo que eu sei, que eu entendo, e a vida já me ensinou muitas coisas, eu tive oportunidade de ser médico e de fazer curso de Administração, então, aquilo que eu entendo... Eu não entendo de FARC, mas esse Deputado Fraga, que hoje é Secretário de Transportes, ele me trouxe uma maçaroca de relacionamento dessa FARC com gente do PT nas campanhas. É bom V. Exa. averiguar, é bom, porque é uma coisa... Parece que estão querendo encobrir, ele está aí, eu estou citando, ele veio atrás de mim, mas, como não é a minha praia, eu não sou Militar, eu tenho um conhecimento, assim, superficial, embora esse meu conhecimento superficial seja muito acima da equipe do Governo, do Senado, que é fraca, você entendeu? Mas há preocupação. Então, V. Exa. tem que ver, a causa é essa FARC, nós não podemos conviver, isso é contra os ideais democráticos. Eu sei que a democracia, V. Exa. sabe mais do que eu, andou no mundo, tem muitas definições, desde liberdade, igualdade, “o Governo é do povo”, mas tem um Alceu Amoroso Lima, que eu li muito na minha juventude, era um líder, cristão, católico, e nós somos, é a convivência, não é da exclusão, mas que tenha as liberdades para manter a ordem fora disso e dizia, e eu fui educado nessa geração de religiosos. Então, esse negócio, eu sei que não é diretamente, mas chama o Ministro da Defesa, chama o Ministro do Exército e chame o Deputado Fraga, que ele está bem aí, ele tem um maço, ele quis, mas eu gosto naquilo que eu entendo mais, não era a minha praia, mas estou dando o nome, Deputado Fraga, ele me trouxe uma maçaroca no período eleitoral, dizendo que havia tráfico de dinheiro para uns aloprados aí, ganhando dinheiro das FARC nas eleições.

Então, isso é muito grave, e V. Exa., Deus coloca o homem certo no lugar certo, o Rio Branco, que perseguiu meu Costa e Silva do Piauí, o senhor sabe, e agora colocou o senhor; Deus não ia abandonar o Brasil, mas chame esse Fraga. Deputado Fraga. Então, essas são as minhas impressões, a causa é a FARC. O resto são conseqüências, é a febre, são os sintomas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ilustre Embaixador Celso Amorim, senhor Presidente, eu acredito que, infelizmente, pelo horário, nós estamos apertados e, talvez, seria bom que nós pudéssemos trazer o Ministro outra vez para discutir mais profundamente. Acredito que o Presidente Collor e o Senador Jarbas Vasconcelos colocaram algumas das preocupações que abrangem por inteiro a parte geopolítica brasileira; ela tem uma intervenção muito grande e, dentro... Então, não sei se V. Exa., eu acho que ainda era Presidente, em 92, quando houve, no Rio Traíra, que era um dos rios que deságua lá no Rio Japurá e faz fronteira com a Colômbia, foram mortos, brasileiros do Pelotão de fronteira, por grupos que a Colômbia dizia que eram das FARC ou garimpeiros. Houve uma intervenção, houve um inquérito e, posteriormente, em 2004, o Exército brasileiro travou um confronto com membros da FARC e, nesse Rio Traíra também. Eu não diria nem que era território brasileiro, nem território colombiano, porque era no rio que faz a divisa de fronteira, próximo a São Gabriel da Cachoeira, que é um ponto importante, de refúgio dos perseguidos na Colômbia pelas FARC, aqueles que são provavelmente pressionados a pagar pedágio, como diz a Folha aqui, ou aqueles que querem retirar os seus filhos para incorporar às FARC.

Então, essa é uma situação delicada, que eu até vou pedir ao Presidente, já falei com ele, para convidar o Dr. Mauro Espósito, que faz parte da Polícia Federal de Fronteira; o General Heleno, que é o Comandante do CMA e, provavelmente, o Diretor da ABIN, que deverá ter informações mais diárias do que, muitas vezes, V. Exa., dentro da área Diplomática, que tem uma ação mais fora desse conceito de luta, de briga e de ocupação de espaço.

Então, a Folha publicou um mapa, o mapa do conflito. Não sei se V. Exa. teve oportunidade de ver, no dia 09 de março. Ontem, almocei com o Delegado Mauro, pedindo para ele conferir. Ele disse que tem erros aqui. E ele tem o levantamento todo, que fez uma palestra na ESG, está disposto a trazer aqui para mostrar, porque ele me chamou atenção sobre os índios aimarás, da região boliviana, que são descendentes de Incas e que vivem no Altiplano; estão se organizando, provavelmente, por insistência do Hugo Chávez, para formar o Grupo Bolivariano, que são os descendentes dos antigos Incas e que escravizavam, segundo informações, os índios que viviam no Planalto.

Então, estão formando algumas forças diferenciadas, dentro da fronteira brasileira. Então, não é uma coisa tão simples, de um ataque da Colômbia ao território equatoriano, até o cumprimento do... Eu acho que o Presidente Raul, que é o do Equador, Rafael Correa,

foi com as mãos com cara feia. Não sei se repararam, porque ele estava com a cara completamente fechada, sem um sorriso, sem uma demonstração de amizade e, sim, de animosidade, provavelmente, para demonstrar a sua advertência do que aconteceu.

Nós não podemos achar que as FARC é um grupo de resistência a um processo político, Senador Suplicy. Por quê? Porque nós tivemos fatos graves; nós tivemos o homizio do Fernandinho Beira-mar, que estava lá, trocando drogas e armamento, homiziados na Colômbia, dentro da base das FARCS, quando foi preso pelas forças regulares da Colômbia e deportado para o Brasil. Então, já há entrevero Militar na fronteira; houve esse homizio do Fernandinho Beira-mar, e ainda eles usam, é claro que os comerciantes, com as barcaças que sobem o rio, passam para o lado colombiano para vender, isso declaração do General, Comandante do CMA, de que eles passam a fronteira brasileira para vender para as FARC as suas mercadorias e hoje, segundo o General, trocaram de rio porque ele tem fiscalizado o número de barcos que por lá passam.

Então, é uma situação de ameaça permanente, que poderão surgir fatos novos graves. É claro que o aquartelamento que o Senador Jefferson Peres colocou aqui, acampamento ou aquartelamento, como quiserem chamar das forças das FARC, dentro do território equatoriano, é um homizio criminoso; é um homizio criminoso, que não dá para ser aceito por nenhum país democrático. O que acontece? Eles passam em território brasileiro, vem à cabeça do cachorro, passam por lá, vem na cachoeira e fazem as suas compras, desarmados, pelo menos, não se identificou ninguém armado, senão as forças dos pelotões de fronteira. Por que os pelotões foram criados? Para vigilância de fronteira, pelas ameaças permanentes que acontecem lá. Tanto é que o Exército, ao modificar sua infra-estrutura, tirou praticamente todo o Exército do Sul, colocando no Norte, porque lá, sim, como a Argentina não há nenhum tipo de conflito mais grave, a fronteira Norte é o que representa hoje o perigo.

E também eu diria que a cobertura que as FARC dão, e vivem do tráfico de drogas, é uma coisa assustadora, pelo movimento financeiro que é feito. Hoje, o PCC, em São Paulo, tinha depositado nas suas contas, levantado pelo COAF, 68 milhões. Que esse dinheiro é do tráfico de drogas, da estrutura... Agora, seqüestrar, violentar a dignidade das pessoas e ainda isto ser público, como uma exigência para poder fazer a sua troca e falar em paz, eu acho o seguinte, o pior crime que existe, falo por experiência pessoal, é o seqüestro. O seqüestro é o mais violento que se possa imaginar porque ele não só fere a pessoa que é seqüestrada, mas a família por inteiro, e todos aqueles que tomam

conhecimento do fato. Então, não pode ser aceito que um país, que uma força desta tenha o respeito de ninguém. Ninguém pode ficar neutro, Ministro. Ninguém pode ficar neutro. Pois não.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM):

Como é possível o Governo Brasileiro ficar neutro entre um Governo legítimo e o banditismo de outro lado?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que eu levo em conta é a palavra de V. Exa., V. Exa. é que representa o Brasil. O que V. Exa. faz e fala é o que vale; o restante é a opinião pessoal de cada um. Eu acho que a gente não deve ficar discutindo para não poder trazer uma coisa que não vai influenciar nas decisões do Governo. V. Exa. é que é o representante do Governo e é que está... É a sua palavra que vai valer para nós, nessas discussões.

Eu teria muita coisa, assim, porque eu vou ficando meio ansioso por tudo o que está acontecendo, estou acompanhando de perto, vou pedir ao Presidente, se concordar com esse convite, as três autoridades... Acredito que o senhor poderá designar alguém, pelo menos para acompanhar a discussão, e todos os pontos que são importantes, da vigilância de fronteira e dos riscos que nós podemos estar correndo.

Então, agradeço a V. Exa., peço desculpas, não vou fazer pergunta; queria só cumprimentar por tudo o que o senhor tem feito em benefício do país. E toma cuidado com os cabelos brancos, que eles estão aumentando muito. E dei graças a Deus que o Suplicy não pediu para o senhor cantar a canção do Hugo Chávez.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o próximo e último orador inscrito, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Sr. Ministro Celso Amorim, prazer enorme tê-lo aqui em nossa Comissão. Quero dar um testemunho aqui de algumas viagens que fiz com V. Exa., de um esforço incansável. Aliás, nossa primeira viagem, primeira viagem do Presidente Lula à Europa, V. Exa. teve uma atuação brilhante na negociação dos 80 mil brasileiros, que estavam ali amarrando aquele acordo, que parecia, num determinado momento, ficar apenas uma conversa vaga e V. Exa. propôs sairmos todos, irmos para o jardim e assinarmos um acordo que nem estava escrito. Foi, na verdade, um gesto político de assinar um caderno, marcou profundamente aquele momento. Os brasileiros no exterior devem muito a V. Exa.

Ministro, e nas viagens à África, dias, semanas, de um labor infundável, às vezes sem tempo até de trocar uma roupa, eram reuniões uma atrás da outra, viagens em seguida. Agora, graças a esse esforço, nós brasilei-

ros estamos muito felizes e orgulhosos e temos obtido uma série histórica e acho que, na minha opinião, sem precedentes, de saldos na balança comercial, que dão a nós todos uma folga enorme, inclusive, para resistir a essa crise do *suprime*, do mercado americano, que por aqui passou adjacente, tangenciando, sem criar as crises que criava no passado. Aliás, hoje os índices do IBGE, de crescimento do Brasil, mostram muito também esse esforço, esse sucesso de uma política econômica, que não é mais voltada para a Europa, nem Estados Unidos, mas também para a África, para Ásia, para Índia, para China, com muito acerto.

Sr. Ministro, eu acho... Senador Tuma, só um instantinho—

SENADOR ROMEU TUMA (PDT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O senhor não precisa pedir desculpas, os seus pecados comigo tem perdão antes do senhor cometê-los. Mas é só para a gente ganhar tempo, mas o fato é o seguinte, Ministro Celso Amorim, uma pergunta aqui, rápida. Vou fazer só uma pergunta. Nós temos um problema nesse conflito Equador/Colômbia. Acho muito ligado ao narcotráfico. A questão do narcotráfico, para a gente ter um plano, na nossa região Sul-Americana, e parece que esbarra num ponto: há divergências em como considerar as FARC. Para uns, movimentos insurgentes; para outros, um movimento terrorista, que se utiliza de seqüestro e de violência contra a população civil e inocente.

O que é que o Governo Brasileiro, como é que nós, nossa diplomacia, considera isso? FARC. Porque eu acho que isso é ponto fundamental para que a gente pudesse ter, no futuro, um plano regionalizado de combate ao narcotráfico. Quero dizer a V. Exa. que aqui fui autor de um Projeto de Lei, já sancionado pelo Presidente da República, que dá poder de Polícia Federal às Forças Armadas nas fronteiras, o que acho que contribui muito, já que a nossa fronteira com esses países é um verdadeiro deserto demográfico, e que dá espaço a atividades criminosas. E as obras de infraestrutura que são feitas entre esses países, acabam sendo, na verdade, uma maneira de ressaltar as vulnerabilidades e as disparidades de processo econômico completamente díspares e distintos, que mostram o Brasil muito mais pujante do que seus vizinhos. Mas é isso que eu queria perguntar a V. Exa., FARC: movimento insurgente? Movimento terrorista?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Último orador, Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente e Sr. Embaixador, é um prazer revê-lo aqui. Vou ser muito simples e... O senhor, como diplomata, Em-

baixador, homem de Governo, conhece os segredos do Governo, podia nos dar uma rápida informação a respeito do sistema de vigilância operado pela Força Aérea e pela Calha Norte, também naquela região, sabe de alguma coisa? Se continua? Se não continua? Se acabou? É só isso que eu queria saber. Se a Força Aérea e se o Exército está lá na Calha Norte, com apoio da Marinha, dos fuzileiros e a aviação. Continua lá? Mais ou menos? Está certo. Está respondido.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Flexa Ribeiro, contando com sua cooperação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, é muito rápido. Primeiro, para saudar a vinda do Ministro Celso Amorim aqui, à Comissão de Relações Exteriores. Dizer da preocupação do Senado Federal com a crise entre Equador e a Colômbia, e a posição do Brasil, de liderança na América do Sul, e que não pode, em hipótese nenhuma, abrir mão disso.

Eu não tive oportunidade, Presidente Heráclito, de assistir à exposição do Ministro, estava já na Reunião do Congresso que vai ter aprovação do Orçamento, mas vim até aqui para ouvir as respostas de V. Exa. e a minha pergunta, que eu teria para fazer, é a mesma do Senador Crivella, que é a que deixa a todos nós preocupados: Saber a posição do Governo Brasileiro, como é que ele situa as FARC? Como grupo insurgente ou como um grupo terrorista e narcotraficante? Eu não sei...

Eu busco essa informação do Senador Suplicy, de forma clara, de forma aberta e ninguém consegue do Senador Suplicy que ele diga se eles são guerrilheiros, são seqüestradores e narcotraficantes ou se eles são uma força insurgente. Agradeço a resposta que V. Exa. der a todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Sr. Presidente, Srs. Senadores—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Depois, eu posso responder à pergunta; agora, foi para o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos convocar para a próxima semana para V. Exa. fazer isso, Senador Suplicy; hoje vamos ouvir o Embaixador e estamos com o tempo--

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Não, eu não tenho horário, mas eu quero ter a chance de responder as perguntas que foram feitas. Eu tinha horário.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos limitação de horário. O Orçamento está começando. É por isso.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bom, eu vou tentar ser muito rápido porque a última coisa que eu quero é prejudicar a votação do orçamento, porque se não, certamente, eu perderei meu cargo imediatamente e não terei outra oportunidade de vir aqui—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. fique tranqüilo que os Democratas, pensando no Brasil, apesar do que vem sofrendo, vai fazer o acordo e vai votar—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): As verbas para o seu Ministério—

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Em nome do Governo, eu agradeço e aproveito, eu não vou me referir muito ao tema consular porque o tempo é curto, e eu acho que ele é mais, quer dizer, ao mesmo tempo, ele é menos complexo politicamente, nós teremos outras ocasiões para discuti-lo. Eu posso apenas dizer que a nossa ação consular, e o Senador Suplicy constatou, lá em Boston, ela está muito aquém do que é necessário. Mas isso não há a menor dúvida, mas porque os nossos orçamentos estão muito aquém do que eles deveriam ser. Quero dizer, porém, que esse Governo tem aberto muitos Consulados nos Estados Unidos e alguns na Europa, justamente para atender esse problema. Nunca haverá uma cobertura total, mas, por exemplo, na área de Boston, são 300 mil brasileiros que existem, que estariam ali; muitos em situação muito difícil. Obviamente, que o ideal seria ter outros Consulados na área, ou próximos à área, agora, isso requer recursos, requer possibilidade de ter gente. Essa é uma situação nova que o Brasil enfrenta. Eu fui Ministro, há 14 anos atrás, isso era um problema pequeno, hoje em dia—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos fazer uma justiça, havia uma pendência para abertura de Consulado, de um acordo que estava aqui engavetado—

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Isso, quero agradecer exatamente aos—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor designou o Otto Maia para cuidar disso também.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: O Embaixador Otto Maia.... Criamos, porque não havia antes, que é uma sub-Secretaria, que cuida praticamente, que só da comunidade de brasileiros no exterior, quer dizer, é uma coisa de nível quase que de vice-Ministério para cuidar... Ele tem alguns outros assuntos, mas quase que exclusivamente desse tema, o que é uma coisa nova, temos aberto vários Consulados, temos expandido a rede Consular, mas precisamos de mais recursos do que temos ainda. Mas não é só um problema de recur-

sos não; nós também temos que aprimorar métodos, ouvir as pessoas, vamos fazer uma coisa única, agora não me lembro o mês, desculpem, porque não vim preparado para esse tema, poderia ser mais preciso. Vamos fazer, pela primeira vez no Brasil, no Rio de Janeiro, uma conferência dos brasileiros na diáspora; virão pela primeira vez, os dekassegus vão ser encontrar com os brasiguaios, digamos assim, e nós vamos ver quais são os problemas que são comuns e como nós podemos lidar. Isso nunca aconteceu. Então, nós estamos trabalhando intensamente, e eu agradeço o depoimento positivo do Senador Crivella, a respeito da nossa ação em Portugal, onde o problema, eu não posso dizer que tenha desaparecido, mas desdramatizou-se relativamente. E, na Espanha, ao contrário, dramatizou. Eu vou evitar qualquer declaração mais específica sobre a Espanha, eu concordo que não há que ter esse tipo de ação de um ou de outro funcionário, mas hoje houve, para os que não chegaram no início, houve uma coisa muito positiva, que o Ministro das Relações Exteriores Miguel Moratinos, da Espanha, dois dias depois das eleições, me telefonou para propor uma reunião de sub-Secretários, desse alto nível, para tratar do problema. Vamos resolver totalmente? Não sei. Voltarei aqui outro dia para analisar, talvez, mais profundamente. Mas, pelo menos, revisar os exageros, garantir que não haja maus-tratos, garantir que não haja... Que os Direitos Humanos estejam sendo respeitados.

Paralelamente, estamos tratando de melhorar nossos serviços também que, dentro dos recursos existentes, podem ser melhorados. E, mais ainda, com novos recursos. Há uma atitude nova, há uma atitude de entrosamento com as comunidades locais, mas é claro que também, como houve uma explosão, de alguns anos para cá, é um problema sério.

Com relação, Senadores, à questão da Colômbia e do Equador. Primeiro, eu queria dizer, não há, da parte do Governo Brasileiro, nenhuma tolerância com relação a seqüestro, não há do Governo Brasileiro nenhuma tolerância com relação a terrorismo, não há do Governo Brasileiro nenhuma tolerância com relação a narcotráfico. Isso... Quero ser absolutamente claro. Já houve várias oportunidades em que nós tivemos ocasião de fazer isso, de falar isso, de dizer isso diretamente, o próprio Presidente Lula, recentemente, fez uma condenação ao seqüestro. Mas não só isso, nós temos assinado inúmeras resoluções, seja no Grupo do Rio, seja no UNASUL, seja no Mercosul, seja na OEA, propostas pela Colômbia, que tratam desse tema. Então, não há, de maneira alguma, uma posição ambígua em relação a esse tema. Eu não posso comentar declarações de outras pessoas do Governo, não sei

os termos que foram usados, agora, não há nenhuma neutralidade entre o Governo da Colômbia e as FARC, absolutamente não pode haver. Nós sempre dissemos que, por exemplo, em relação à questão humanitária, Senador Suplicy, por ser humanitária, nós podemos, poderíamos ajudar ou podemos ajudar, muitas vezes, a pedido até de outros... Não só porque é humanitária, mas também a pedido de Governos amigos, como da França etc., mas sempre o Presidente Lula fez questão de dizer e eu sempre, em qualquer declaração que tenho lido, fiz questão de dizer que nós não fazemos nada sem o consentimento do Governo da Colômbia, que é o Governo legitimamente eleito e é um Governo democrático. A gente pode gostar mais ou menos, isso não vem ao caso, ele é um Governo democrático, é o Governo que tem o respaldo do povo da Colômbia e que nós apoiamos.

Portanto, isso eu quero deixar claro, porque isso é uma visão que enquadra todos esses temas que nós temos discutido. A questão da classificação... O Brasil não tem por hábito classificar as organizações. Eu não vou discutir, no momento, se é bom ou é mal isso. Não tem. A única organização classificada como terrorista no Brasil é a Al Qaeda, que faz parte, foi internalizada como parte da Legislação brasileira, foi a Al Qaeda porque isso decorre de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É a única. Por que é que... Devemos classificar dessa maneira? Devemos? Nós não temos dúvida nem hesitação em criticar, condenar e repudiar todos os atos terroristas praticados pelas FARC e fizemos isso, inclusive, em resoluções da Organização de Estados Americanos, até no início do Governo. De modo que não há a menor dúvida sobre esse aspecto. Não há uma definição, não há uma definição de *status* porque não há essa classificação como tal, nunca se optou por ter; há prós e contras, talvez isso merecesse uma discussão mais profunda, mas as coisas, às vezes, evoluem. A verdade é que as FARC começaram como um movimento claramente político, depois, entraram por outra, ainda que se valendo de métodos condenáveis, depois, entraram por uma fenda que, talvez, nem o político seja o aspecto principal, que até aspectos outros tenham sido.

Agora, se for preciso conversar, em algum momento, por alguma operação humanitária com o consentimento do Governo da Colômbia, eu acho que você classificá-la previamente pode não ajudar nesse esforço; é uma hipótese porque esse esforço houve no início do Governo, não sei se estão lembrados, os Senadores, um pedido do próprio Governo, uma idéia, que foi conversada com o Governo da Colômbia, foi conversada com o representante das Nações Unidas, de o Brasil oferecer território para uma conversa que

inicialmente seria entre a ONU e as FARC e depois poderia ser entre as FARC e o Governo da Colômbia. Poderia ser. E nós fizemos tudo de acordo com o Governo da Colômbia; não deu certo porque, obviamente, as FARC não ficaram satisfeitas com o local que nós estávamos oferecendo, provavelmente porque ela queria um lugar onde houvesse maior repercussão de mídia. Mas nós fizemos tudo em absoluta concertação com o Governo do Presidente Uribe. Em nenhum momento, em nenhum momento, se ouviu do Governo Brasileiro nenhuma palavra de tolerância em relação às FARC, pelo menos, falando do Presidente, e eu, como Ministro das Relações Exteriores, posso dizer claramente que não houve.

Segundo ponto que eu acho que é complexo e eu gostaria de mencionar. Porque, digamos, nós condenamos a violação de território, mas não condenamos, digamos, a anuência ou o assentimento ou até, digamos, o homizio do Governo, digamos, com aspas ou sem aspas, do Governo equatoriano com relação às FARC. Porque o Governo equatoriano nega que tenha feito isso sabendo. O Governo equatoriano, diz que é uma zona muito inóspita, muito difícil de chegar, de fato, eles levaram oito horas para chegar, depois de o acontecimento ter ocorrido. Não cabe a mim justificar ou não o Governo equatoriano. Agora, por que a primeira idéia, Presidente Collor, efetivamente, o Embaixador Osmar Chohfi é um homem da maior qualidade, V. Exa. o conhece bem, é um agente diplomático de primeira categoria. Agora, ele agiu o tempo todo sob instruções do Ministério de Relações Exteriores, como não pode deixar de ser, e, no primeiro momento que nós tivemos oportunidade de conversar com o José Miguel Insulza, que é o Secretário Geral da OEA, o que nós dissemos a ele foi: "Crie uma Comissão de investigação". Porque só uma Comissão de investigação é que pode estabelecer, senão é a tese de um contra a tese de outro, e é o que está ocorrendo no momento. Então, vamos ver a que conclui. Agora, o nosso objetivo é a paz. O nosso objetivo não é ficar, digamos, alimentando declarações em que, cada vez mais, as palavras vão se inflamando e que podem acabar gerando algo que seria intolerável na nossa região, que criaria um problema gravíssimo na nossa região, porque é, obviamente, uma situação de grande sensibilidade. Obviamente que a questão das FARC é central nisso, não há dúvida e, no meu pronunciamento, na própria reunião do Grupo do Rio, em que eu representava o Presidente Lula, eu comentava que, de alguma maneira, não havia como... O problema se havia regionalizado; para alguns era regional há muito tempo, para outros, não. Então, é preciso ver isso por vários ângulos. Um ângulo é como cooperar e há muitos instrumentos internacionais como cooperar

no combate aos atos criminosos, o outro pode, em algum momento, ser também, na questão humanitária, cooperar, sempre, sempre que o Governo colombiano concorde, isso é uma condição fundamental, um diálogo humanitário. O diálogo humanitário, e aí, Senador Suplicy, eu vou dar minha franca opinião, eu não sou a favor de começar um diálogo político com as FARC. Não creio que seja o caso, não creio que seja o caso, eu acho que para isso era necessário primeiro liberar unilateralmente todos os seqüestrados, demonstrar efetivamente que está com outra disposição. Agora, uma... Agora, um diálogo humanitário pode, no futuro, gerar condições para que o problema seja também superado de maneira mais permanente porque, é claro que o argumento dos 50 anos joga de duas maneiras, quer dizer, é péssimo que haja... Agora, demonstra também que há uma limitação do instrumento puramente Militar. Não estou dizendo que isso não seja justo, mas há uma limitação. Pode, pode ser que em algum momento... Agora, então, é essa a nossa posição. Não há nenhuma tolerância, não cremos que seja o caso de nenhum tipo de diálogo político, por isso o Brasil não aceita, não aceita, Senador Jarbas Vasconcelos, de maneira alguma, a idéia da classificação das FARC como movimento insurgente ou movimento beligerante, que daria um *status* no Direito Internacional. Não estamos de acordo com isso. E, aliás, a própria resolução do Grupo do Rio, ela talvez de maneira um pouco indireta, mas, veja bem, não somos nós; fora 28 ou 29 países, concordaram que é preciso combater os movimentos regulares, criminosos etc. E aí Colômbia citou as FARC. Então, se quis colocar, talvez, porque aquilo dificultasse a aprovação do documento e era muito importante, muito importante, quando nós quisemos tratar o assunto mais bilateralmente, foi para evitar um conflito que seria possivelmente um dos mais graves que a nossa região pode viver ou pode ter vivido, nos últimos tempos, que até já houve outros conflitos, houve outras guerras entre países, mas não tinham, digamos, a complexidade e a... Digamos, não tinham a porosidade, não filtravam como esse conflito pode filtrar para outros países, por muitos motivos, por muitos motivos. Então, é muito importante conter o conflito e esse foi o nosso primeiro esforço, isso nós trataremos de consolidar nessa reunião da OEA, em nível de Ministros, que ocorrerá na segunda-feira.

Agora, não estamos de maneira alguma, volto aqui ao Presidente Collor, porque o Presidente Collor fez algumas perguntas muito específicas. Não desejamos, de modo algum, o isolamento da Colômbia. O Brasil, como o Presidente Collor sabe, e outros sabem, outros Senadores sabem, nós estamos num esforço de integração da América do Sul; parte desse esfor-

ço é a União das Nações Sul-Americanas. O Brasil foi o primeiro país a apoiar que a próxima reunião da UNASUL seja na Colômbia. No meio dessa crise, não desse último episódio agora, mas como alguém lembrou aqui, com toda a razão, esta situação entre Venezuela e Colômbia já vem de algum tempo e nós não estamos absolutamente desatentos a ela, pelo contrário, temos feito tudo. Algumas coisas têm que ser feitas em silêncio porque é da natureza da diplomacia é que ela seja em silêncio, algumas coisas temos que falar, algumas coisas têm que ser feitas em silêncio. Nós estamos atentos a esses problemas. Achamos o conflito um conflito de potenciais muito graves, mesmo antes de ocorrer essa questão do Equador, e mesmo nos momentos em que parecia que outros países não desejavam ou, pelo menos, não se inclinavam muito a que a reunião fosse na Colômbia, nós defendemos que fosse na Colômbia; o Presidente Lula ligou ao Presidente Uribe porque havia uma reclamação que estava demorando e disse: "Presidente Uribe, marque logo a reunião da UNASUL porque é importante que ela seja na Colômbia". Quando havia sugestões de fazê-la, inclusive, no Brasil. Porque, se nós estivéssemos olhando com uma visão superficial, digamos assim, da liderança, a gente pedia para fazer no Brasil. Mas não, o que nós queremos é algo que contribua e solidifique a região. E como nós sentimos que, de alguma maneira, do ponto de vista, digamos, da unidade Sul-Americana, a Colômbia ficava, tendia a haver um certo isolamento, nós fizemos questão e continuamos fazendo questão de que ela seja na Colômbia. E, hoje em dia, creio que já está aceito, vamos agora apenas ver se conseguimos confirmar uma data tão pronta quanto possível, porque é muito importante que isso seja assim.

Então, há uma preocupação muito forte nossa de que a Colômbia não se isole da região. Eu tive uma conversa longa, foi a primeira pessoa com quem eu conversei, em São Domingos, foi com o Presidente Uribe; entre outras, coisas levei o convite do Presidente Lula, que já havia sido feito para que ele viesse ao Brasil para não parecer nem ser, que a gente está só recebendo o Presidente Correa, que a gente receberia, ele não pôde imediatamente, disse que virá, quando puder, mas não há, digamos, nenhuma, nenhuma, nenhuma dúvida quanto ao nosso respeito integral a um Governo eleito, democraticamente eleito, que conta com o apoio do povo na Colômbia, que é o Governo do Presidente Uribe. Isso não tem nada a ver com simpatia por esse ou por aquele, são questões institucionais, de Estado, e que são tratadas dessa maneira.

Bem, eu... Não me detive nas perguntas de um, de outro necessariamente porque os temas eram mui-

to variados. Quer dizer, as intervenções foram muito ricas, e eu teria, talvez, até que, digamos, me aprofundar com mais calma para tratar de todas. Mas eu diria que, digamos, esses pontos são os pontos principais. Eu queria também, Senador Tuma, mencionar com relação ao problema da fronteira, claro que é um problema preocupante, mas, por exemplo, nós temos uma excelente cooperação com a Colômbia, em matéria de cooperação entre as Forças Armadas. Aliás, o próprio Presidente Uribe, eu vou terminar, porque eu acho que os Senadores estão com pressa. Eu não estou mais... O próprio Presidente Uribe, nas intervenções que fez lá e agora, ao também conversar com a Comissão de Investigação da OEA, ele diz que, com o Brasil, ele não tem problema. Porque nós temos tratado esse problema como ele tem que ser tratado do nosso ponto de vista. Agora, o que eu acho? Eu acho que, digamos, é preciso criar um clima de diálogo na região. O Presidente Uribe foi eleito pelo povo colombiano da mesma maneira que o Presidente Chávez foi eleito pelo povo venezuelano, e da mesma maneira que o Presidente Correa foi eleito pelo povo equatoriano. Então, são realidades com as quais, digamos, em relação às quais as nossas simpatias e preferências não devem contar tanto quanto, digamos, a necessidade de promover o diálogo. Esse tem sido sempre o nosso objetivo. E nós não deixamos, quando houve, inclusive, proposta de criar um grupo de amigos, fomos muito claros; o Presidente Lula ligou para o Presidente Uribe e perguntou: "O que você acha?" O Presidente Uribe disse: "Olha, acho que, no momento, eu acho que grupo de amigos não é uma boa idéia para a questão de humanitário". Nós não levamos isso adiante. Ouvimos, eu tenho uma chamada aí do... Que eu estou para receber do Ministro da França, talvez ele volte a falar de algum tema parecido, nas a nossa visão é clara. Agora, achamos que é necessário realmente porque o tema necessariamente adquiriu, de maneira mais óbvia, chatinha, talvez, mas que adquiriu, mais óbvia, um componente regional que nós temos que aprofundar o diálogo sobre todos esses temas. Agora, isso tem que ser feito com calma, com paciência. Eu, sinceramente, eu acho que essa... Eu não seria, digamos, paternalista, de entrar em detalhes, mas eu acho que esse episódio encerra lições para vários lados. E eu acho que nós temos que esperar um pouco que essas lições sedimentem para que nós possamos atuar de maneira um pouco na linha de justamente podermos ser mais ativos, uma coisa que contribua para a paz e, ao mesmo tempo, não ceda espaço no sentido de um reconhecimento de um *status* político a uma organização que não merece esse status pelas práticas que tem... Em que tem corrido.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Se me permite, rapidíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A palavra ao Senador Suplicy, pedindo, apenas, a compreensão porque nós estamos no limite.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Gostaria de transmitir ao Chanceler Celso Amorim que eu estou de pleno acordo com suas iniciativas, palavras e avaliações, inclusive, sobre os cuidados que Governo Brasileiro tem tido, de estar sempre dialogando com o Governo Álvaro Uribe.

Quero, inclusive, transmitir, eu fiz aqui um requerimento, assinado por diversos Senadores, para que pudéssemos ouvir a Senadora Piedad Córdoba, da Colômbia, que tem ajudado nesse diálogo de natureza humanitária, e ponderaram o Senador Heráclito Fortes e outros Senadores, que seria bom que nós pudéssemos, inclusive, ouvir o Itamaraty da iniciativa de eventualmente termos aqui, até antecipadamente, a representação do Governo da Colômbia sobre este assunto, e quero fazê-lo sempre em cooperação com V. Exa. e com o Itamaraty.

E, finalmente, encaminho a V. Exa. uma carta da Sra. Gilda Vieira de Mello, mãe de Sérgio Vieira de Mello, que, inclusive, completaria... Faria seu aniversário neste próximo sábado, dia 15, e que contém informações muito relevantes, que eu conversarei com V. Exa. além da audiência. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, eu quero apenas prestar um esclarecimento. A minha posição foi exatamente contrária a que se consultasse o Itamaraty sobre a missão que V. Exa. mencionou... Ao convite que V. Exa. quis fazer à Senadora. Eu continuo achando que nós somos harmônicos e independentes. A partir do momento em que uma ação eminentemente Legislativa que essa Casa queira tomar, essa Comissão queira tomar, se tenha que consultar o Itamaraty, nós não estamos contribuindo para a autonomia e independência dessa Casa; o Itamaraty, nós vamos sempre consultá-lo, sempre procurá-lo em colaboração. Nós temos que trabalhar o Executivo e Legislativo, juntos, em busca da paz, em busca do fortalecimento do país, cada um tendo a autonomia para as suas atuações.

Tenho certeza que dará muito mais conforto ao Congresso, como também ao próprio Ministro. Por outro lado, eu quero deixar bem claro, Ministro, que essa Comissão tem procurado, até agora, ter uma posição muito clara com relação à diplomacia brasileira. O canal oficial com que essa Comissão se comunica é o Ministério de Relações Exteriores, na pessoa do Ministro Celso Amorim. O trabalho atabalhado, nocivo,

do assessor Marco Aurélio Garcia, não é reconhecido por esta Casa. Respeito como assessor presidencial, como subsidiário de informações ao Presidente da República, mas as suas informações, a sua opinião não é vista por essa Comissão. Essa Comissão vê a política praticada por V. Exa. e pelo corpo diplomático que compõe o excelente quadro do Itamaraty.

Então, essa é uma posição definida e, graças a Deus, nós temos tido apoio unânime da Comissão com relação a isto. As revoluções bolivarianas, as atividades do Sr. Marco Aurélio ficam circunscritas à atividade política ou de assessor do Presidente da República, não como parâmetro de atuação desta Comissão. A não ser que, num futuro, quem sabe, ele me substitua. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 17h03 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **JOÃO RIBEIRO**, **PEDRO SIMON**, **MÃO SANTA**, **JARBAS VASCONCELOS**, **PAULO DUQUE**, **MARCO MACIEL**, **ROMEU TUMA**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **EDUARDO AZEREDO**, **JOÃO TENÓRIO**, **FERNANDO COLLOR**, **CRISTOVAM BUARQUE**, **INÁCIO ARRUDA**, **ALOIZIO MERCADANTE**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESARENKO**, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, **JOSÉ NERY**, **CÉSAR BORGES**, **ROSALBA CIARLINI**, **FLEXA RIBEIRO** e **TASSO JEREISSATI**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente submete a apreciação item Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 10, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que *“requer, nos termos do art. 93, inciso II, do regimento interno do senado federal, seja convidado o ministro de estado da defesa, Nelson Jobim, para prestar informações em audiência pública, sobre a atuação de uma suposta organização radical de guerrilheiros armados, de extrema esquerda, denominada liga dos camponeses pobres, que vem*

praticando atos de violência na região do estado de Rondônia, conforme matéria publicada na revista isto é, de 26 de março deste ano”. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **PEDRO SIMON**. Aprovado. O presidente convida os Embaixadores Virgílio Moretzsohn de Andrade, Luiz Felipe Mendonça Filho e Carlos Alberto Simas Magalhães para comporem a mesa. O Presidente inicia a apreciação das matérias fazendo a inversão da pauta **Item 3:** Mensagem (SF) nº 45, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia”*. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura de seu Relatório. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 44, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *“submete à apreciação do senado federal a indicação do senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador”*. O Presidente concede a palavra ao Relator “Ad Hoc” Senador **ANTÔNIO CARLOS VALADARES** para fazer a leitura do Relatório. O Presidente abre o processo de votação. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 40, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *“submete à apreciação do Senado Federal, o nome do senhor Virgílio Moretzsohn de Andrade, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto ao Reino do Marrocos”*. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **JOÃO TENÓRIO** para fazer a leitura de seu Relatório. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **ROMEU TUMA** e **ARTHUR VIRGÍLIO**. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES**, **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO** e **VIRGÍLIO MORETZSOHN DE ANDRADE** para fazerem suas exposições. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY**. O Presidente torna a reunião secreta às doze horas e quatro minutos. A sessão é reaberta as doze horas e trinta minutos. O presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diá-

rio do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS E 53 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) : Havendo número regimental declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos sobre a Mesa um requerimento que considero oportuno, Senador Pedro Simon, pelas circunstâncias, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, nos seguintes termos. Nos termos do disposto do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Ministro de Estado da Defesa Nelson Jobim para prestar informações em audiência pública sobre a atuação de uma suposta organização radical de guerrilheiros armados, de extrema esquerda, denominada Liga dos Camponeses Pobres que vêm praticando atos de violência, na região do Estado de Rondônia, conforme matéria publicada na revista Isto É de 26 de março deste ano. Sala das sessões, 26 de março, Senador Jarbas Vasconcelos.

Com a palavra V. Exa. Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar, eu concordo plenamente com a proposição feita pelo nosso nobre Senador Jarbas. Mas se ele concordasse, seria interessante que eu ia propor verbalmente, que acrescentasse um item. Esse é o primeiro, e o segundo é sobre as viagens que ele está fazendo, inclusive, agora nos Estados Unidos com relação a criar um segmento, um setor da América do Sul. Eu acho isso realmente muito importante, muito significativo que... e eu sou totalmente favorável. Nós tivemos um membro e o argumento dele é muito forte, que não tem América do Norte, hoje quem decide tudo é na OEA e nós vamos discutir os interesses nossos da América do Sul. Acho que junto com esse item se nós acrescentássemos mais esse que ele está andando e agora vai iniciar percorrer todos os países da América do Sul, se o Senador Jarbas não se opuser e V. Exa. também não, eu acrescentaria os dois itens...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) : Senador Jarbas já mostrou que concorda, apenas pediria à V. Exa. que fizesse um

adendo, um aditivo, a sua assessoria encaminhasse, e se todos concordarem, já está aprovado. Nós apenas cumpriríamos a formalidade. Certo? Pronto. Eu queria... Bom, está em votação o requerimento com o anexo do Senador Pedro Simon, Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Está aprovada a matéria.

Tomaremos a providência no sentido de comunicar ao Ministro e marcar, logo que possível, essa audiência. Eu gostaria de pedir à assessoria que convidasse o Embaixador Virgílio Moretzsohn de Andrade que recebe, por parte do Governo, indicação para o Reino do Marrocos, para compor a Mesa. Luiz Felipe Mendonça Filho, para República de El Salvador e Carlos Alberto Simas Magalhães para a República da Polônia. Nós vamos inverter a pauta uma vez que o Senador Cristovam, como Relator, já se encontra aqui e, vamos, portanto, ao Item 3. Mensagem nº 45, de 2008, de autoria do Presidente da República, que submete a apreciação do Senado Federal indicação do senhor Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia. A autoria a Presidência da República e a relatoria do Senador Cristovam Buarque a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores Embaixadores. Eu quero antes de tudo manifestar a minha satisfação pessoal de que esse projeto tenha caído para que eu seja o Relator. Agradeço ao Presidente ter feito essa escolha pelo conhecimento que eu tenho do Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães e por todo o seu trabalho. E é com base nisso que o relator que eu elaborei diz o seguinte, Sr. Presidente. Lembro em primeiro lugar que essa Casa do Congresso é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Presidente da República em que faz a indicação do Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães que é Ministro de 1ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia. Mais uma vez o Presidente se mantém firme na indicação de nomes do próprio Quadro Permanente do Ministério. A Constituição, obviamente, atribui à competência privativa do Senado para, pelo voto secreto, escolher o chefe de missão Diplomática e por esta razão nós estamos aqui. O Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo que diz que o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães é nascido em Milão, obviamente brasileiro de acordo com o inciso II do art. 129 da Constituição Federal de 1946 em 21

de setembro de 1950 que ele nasceu, filho do senhor Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Favas Simas Magalhães. Ele concluiu o curso de preparação à carreira Diplomata do Instituto Rio Branco em 1974, ingressando na chancelaria no posto de 3º Secretário em setembro de 75. Ascendeu a conselheiro em 1987 e a Ministro de 2ª Classe em 1994, a Ministro da 1ª Classe em 2001 e sempre vale ressaltar, por merecimento. Para ascensão a Ministro concluiu o curso de altos estudos do Instituto Rio Branco e apresentou a tese intitulada ao trabalho de cooperação Amazônica, um instrumento de ação Diplomática. Entre as funções desempenhadas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vale a pena citar as principais que mostram a brilhante carreira do Embaixador que hora essa Casa faz a sabatina e toma a decisão de chancelar ou não a recomendação do Presidente da República. Ele esteve na chancelaria e na Administração Federal aonde se destacam os cargos de Chefe da Coordenação de Documentação Diplomática em 1987, Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul em 1994, Chefe Substituto da Representação Especial para Assuntos do MERCOSUL da Presidência da República em 2001, Coordenador-Geral das Negociações MERCOSUL e União Européia também em 2001. No exterior ocupou, entre outros, o cargo de Conselheiro na missão junto a Organização dos Estados Americanos em 1991, Ministro Conselheiro na missão permanente em Genebra 1997, Representante Alternado do Brasil junto a Organização Mundial do Comércio em Genebra em 2000, onde é de conhecimento de todos o belo trabalho que ele fez, e Embaixador em Rabat onde está desde 2003. Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação nos órgãos internacionais e também em conferências diplomáticas isoladas. O Embaixador é portador da ordem do Rio Branco, grau de Grande Oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Quanto à República da Polônia, Srs. Senadores, importa registrar neste relatório algumas informações básicas. A Polônia conta hoje com 38 milhões de habitantes. Durante a Segunda Guerra Mundial foi dividido por tropas nazistas e soviéticas recuperando sua independência ao término do conflito em que perdeu cerca de 6 milhões de cidadãos, talvez, a maior perda proporcional de toda a sua população de todos os países. Passou a integrar o bloco de países comunistas sobre influência da União Soviética desde meados do século XX e apenas com o fim da Guerra Fria, 1939 em que houve o colapso do domínio comunista naquele país, instalou-se o que chamaram de a 3ª República Polonesa. O Estado polonês hoje integra o Grupo de

Visegrado, a organização do Tratado do Atlântico Norte e a União Européia. Cabe lembrar nas relações desse país conosco que em 1884 chegou ao Brasil a primeira leva de imigrantes poloneses e se estabeleceu nas províncias do Paraná e Santa Catarina e atualmente mais de um século depois cerca de um milhão de poloneses e descendentes fazem do Brasil a segunda maior colônia polonesa no mundo. Em 17 de agosto de 1918 o Governo Brasileiro reconhecia informalmente, reconheceu formalmente a recém conquistada independência da Polônia. O estabelecimento das relações diplomáticas formais deu-se 3 anos depois em 1920. Após a Segunda Guerra Mundial quando houve a partilha da Polônia o Brasil reconheceu o Governo de unidade nacional na Polônia. Mais recentemente a dívida polonesa se transformou em constrangedora relação com o Brasil porque em abril de 1932 foi assinada a renegociação da dívida após reestruturação geral do Clube de Roma. Finalmente, em 2001, houve a liquidação integral da dívida polonesa, as chamadas polonetas com o Banco Central do Brasil e essa questão foi solucionada. Em termos econômicos há uma profícua interação entre Polônia e Brasil. Os poloneses constituem-se importantes clientes da EMBRAER, basta dizer que metade da frota polonesa da empresa Lot é composta por aparelhos EMB 145 e EMB 170. A Polônia é a segunda maior parceira comercial do Brasil na Europa do Leste, e em janeiro de 2007, foi inaugurado o centro de distribuição de produtos brasileiros da APECS(F) em Varsóvia que abastece todos os países da região. O comércio bilateral registrou em 2006 um fluxo de 512 milhões somando importações e exportações com um superávit a favor do Brasil de 88 milhões. De janeiro a outubro de 2007 o fluxo comercial somou 454 milhões com superávit de 5 milhões. Para o Brasil os principais produtos exportados nos últimos anos são: fumo, peças automotivas, minério de ferro, café, e obviamente os aviões da EMBRAER. E os principais produtos importados são fertilizantes e motores. Por essa razão, e diante do exposto, nós julgamos que os integrantes desta Comissão possuem todos os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial nada mais podendo ser aduzido porque o regimento proíbe de manifestarmos o voto que podemos dar. Mas eu não vejo a menor dúvida de que essa Comissão tem todos os dados para considerar que o nosso Embaixador tem plenas condições de ocupar o cargo de Embaixador da Polônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esse é o relatório. Eu quero Senador Cristovam, realmente dizer que... Senador Cristovam, eu quero dizer concordando com V. Exa. que foi uma escolha dessa Presidência, o nome de V. Exa.

para relatar o Embaixador. Nós estivemos no Marrocos o ano passado em missão oficial e podemos testemunhar, pessoalmente, o grande trabalho que o Embaixador realizou naquele país. Um país sem muita tradição de um relacionamento estreito com o Brasil e ele conseguiu quebrar algumas barreiras enfrentando dificuldades pelas peculiaridades da própria área e da própria região. Fez um trabalho marcante, daí porque eu tendo V. Exa. como testemunha do trabalho e sendo membro da Comissão, eu optei por essa escolha e sabendo de antemão que V. Exa. faria justiça como o fez no seu parecer. O 2º Item submete a apreciação do Senado Federal indicação do senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador. Autoria a Presidência da República e o Relator é o Senador Eduardo Azeredo que, estando ausente, eu solicitaria ao Senador Antonio Carlos Valadares que exercesse o papel de relator *ad hoc*.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado, Presidente, pela honra da indicação. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de 2ª Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de El Salvador. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar, previamente por voto secreto após arguição em Sessão secreta, a escolha dos chefes de missão Diplomática de caráter permanente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Valadares, só um minuto de V. Exa., nós estamos hoje com um dia atribulado, vários Senadores com compromisso, a Senadora Serys está bastante nervosa, deve ter que se dirigir ao Palácio do Planalto...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Irei, então, abreviar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não é isso. Eu vou apenas abrir, antecipadamente a votação, para os Senadores que já se sintam em condição de exercer o voto possam fazê-lo e não prejudicar os objetivos da Senadora Serys.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então eu darei continuidade ao parecer do eminente Senador Eduardo Azeredo até para o conhecimento não só dos Senadores como também do público que acompanha os trabalhos do Senado

Federal sobre o Currículo tão vasto e tão importante do Dr. Luiz Felipe Mendonça Filho. Nascido no Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1949 o indicado é filho de Luiz Felipe Mendonça e Carmem Lima Mendonça. Em 1971 graduou-se em Direito, pela então Universidade do Estado da Guanabara, ingressou na carreira Diplomática no posto de 3º Secretário em 1974, ascendeu a Conselheiro em 1988 e Ministro de 2ª Classe em 2001, em todas as ocasiões por merecimento. Na chancelaria exerceu entre outras as seguintes funções: Assistente da Divisão de América Central e Setentrional em 1983, Assistente da Divisão de América Meridional em 1984, Vice-diretor e Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco em 2003. No exterior desempenhou entre outros os cargos de 1º Secretário da Embaixada em Buenos Aires em 1979, Conselheiro na Delegação junto a Organização dos Estados Americanos a OEA, 1991, Cônsul Geral Adjunto do Consulado Geral em Miami em 2004. Foi agraciado com a ordem do infante Portugal no Grau de Comendador em 1976, ordem do mérito Áustria no Grau de Cavaleiro 1980, Ordem do Mérito Chile no Grau de Comendador em 1999. Sobre o país designado referimo-nos algumas considerações trazidas pelo informe ministerial no tocante as relações bilaterais de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão. A política externa salvadorenha caracteriza-se pelo alinhamento automático as posições adotadas pelos Estados Unidos da América no cenário internacional. Nesse sentido, por exemplo, o envio de contingente Militar ao Iraque e verifica-se por igual estreitamento de relações políticas e comerciais com Canadá, União Européia e Taiwan. O relacionamento bilateral tem sido marcado por recentes visitas de parte a parte que culminou com a vinda do Presidente Elías Antonio Saca ao Brasil em dezembro de 2007. O encontro há de proporcionar um aprofundamento das relações bilaterais. Registramos aqui que o Senador Eduardo Suplicy compareceu na condição de representante do Governo Brasileiro à posse do Presidente Saca, em 2004. Do ponto de vista comercial o intercâmbio entre os dois países equivale a aproximadamente 17% das trocas brasileiras com o mercado comum centro americano. Os valores envolvidos, contudo são ainda modestos, verifica-se por igual um superávit em favor do Brasil dentre os produtos exportados destacam-se bebidas, ferro fundido, aço, reatores, caldeiras, máquinas e equipamentos. Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. É o parecer do eminente Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passamos, portanto, devido a in-

versão ao Item 1 da Pauta. Mensagem nº. 40. Submeto a apreciação do Senado Federal o nome do senhor Virgílio Moretzsohn de Andrade, Ministro de 1ª Classe da carreira Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos. Autoria Presidente da República, o relator é o Senador João Tenório a quem passo a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Presidente da República, do senhor Virgílio Moretzsohn de Andrade, Ministro de 1ª Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao reino de Marrocos. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente por voto secreto após arguição em Sessão secreta a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente. O Ministério de Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, elaborou o currículo do Diplomata indicado, bem como análise de conjuntura do país a que se destina. Dos documentos encaminhados, extraímos para esse relatório as informações que se seguem. Nascido em Barbacena, Minas Gerais, no dia 9 de março de 1941, o indicado é filho de Henrique Horta de Andrade e Olkney Moretzsohn de Andrade. Graduou-se em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1964. Ingressou na carreira Diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1973, ascendeu ao Conselho em 1977 e a Ministro de 2ª Classe em 1983, em todas as ocasiões por merecimento. Na chancelaria exerceu entre outras as seguintes funções, Chefe da Divisão Patrimonial de Patrimônio em 1977, Chefe da Divisão da Europa em 1986, Chefe de Departamento da África em 1991. No exterior desempenhou entre outros os cargos de Ministro Conselheiro da Embaixada de Bonn em 1987, Ministro Conselheiro da Embaixada em Assunção de 1989, Embaixador do Cali em 1995, Cônsul-Geral em Montevideu em 2000 e Cônsul-Geral em Munique em 2003. Foi agraciado com a Ordem de Isabel a Católica, Espanha, no Grau de Comendador em 1985, a Ordem Estelar de Estrela Polar Suécia no Grau de Comendador em 1985, Legião de Honra França, no Grau Oficial em 1986, Ordem do Mérito Alemanha no Grau de Grande Oficial em 1988. Sobre o país designado referimo-nos algumas considerações trazidas pelo informe ministerial de modo a subsidiar a sabatina pela Comissão. A política externa caracteriza-se pela manutenção de relações estratégicas com os Estados Unidos da América bem assim com a Europa, de modo destacado com

a França, Espanha e Itália. O país não é membro da União africana, ele, no entanto, detém status de aliado privilegiado não membro da Organização do Tratado Atlântico Norte da OTAN, cuida-se da terceira maior economia da África do Norte, destaca-se a indústria de extração e processamento de fosfato, o setor pesqueiro, a indústria têxtil e indústria do turismo. No tocante ao relacionamento bilateral observamos incremento e a partir daí a entronização do rei Mohamed VI em 1999. As tratativas bilaterais alcançaram novo patamar. Essa realidade pode ser constatada com o aumento de número de vistos oficiais de parte a parte. Essa circunstância chegou ao ápice com a visita oficial do rei ao Brasil em 2004. Na oportunidade foi assinado o acordo, quadro sobre o comércio entre o MERCOSUL e o rei de Marrocos, bem assim acordos bilaterais e cooperação técnica. Do ponto de vista comercial a balança foi em 2007 deficitária para o Brasil, exportamos 438 milhões e importamos 532 milhões de dólares, números aproximados. Esse quadro destoa dos anos antecedentes em que tivemos superávit. A pauta revela concentração de dois produtos, da nossa parte açúcar em estado bruto e refinado em relação a Marrocos o grupo de aço fosfórico que inclui ortofosfato, super fosfato e fosfato naturais que representa cerca de 73% das exportações para o Brasil. Em termos de investimento e em virtude de entendimento entre a brasileira Bunge Fertilizantes e a estatal marroquina Office Chérifien des Phosphates, prevê-se a construção de usina de beneficiamento de fosfato na região Jord Lasfar no valor de 300 milhões. Essa operação deverá constituir o primeiro investimento industrial brasileiro no país. Gostaria apenas de fazer uma referência, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores a esse tópico aqui, da importância disso para o nosso país, para o mundo. Há sem sombra de dúvida um escasseamento concreto e evidente dos suprimentos de fertilizantes de um modo geral e particularmente dos fosfatados no mundo. Então, para se ter idéia, no começo da década, o Brasil importava 30% dos seus fertilizantes consumidos no país e produzia 70%. O ano passado inverteu, foi 70% de importação e 30% produção. Este ano já se fala que a necessidade de importação brasileira vai ser de 80%. Então, no momento em que uma empresa mesmo que multinacional, mas com sua sede, seu braço no Brasil, que é a Bunge Brasil, toma iniciativa de fazer um investimento da ordem de grandeza de 300 milhões em Marrocos para que o suprimento de uma das coisas mais importantes se fala muito em segurança alimentar, segurança energética, mas está se esquecendo um problema crítico para o mundo hoje que é a questão de fertilizante, então, eu acho que isso vai criar, Sr. Embaixador, sem sombra de dúvida,

a necessidade de uma incorporação de esforços no sentido de fazer com que se consiga esse suprimento com mais facilidade, evidentemente, porque se trata de uma empresa brasileira apesar de ser filial de uma multinacional e a sua presença nesse país, o seu trabalho nesse país sem sombra de dúvida vai ser extremamente importante para que possamos resolver um problema que não é só nosso, é um problema do mundo, mas muito particularmente brasileiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, só uma perguntinha, visto que tenho aqui anotado esse problema de fertilizantes aqui. O aumento do consumo se deve ao crescimento do agronegócio, da produção de alimentos ou o Brasil não está produzindo o suficiente? Diminuiu muito a capacidade?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não, Senador Tuma...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa estar perguntando isso, porque eu sei que é importante.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Na verdade é o seguinte, o impacto dos chamados biocombustíveis ainda é pequeno no mundo como um todo. Você tem dois grandes consumidores de fertilizante e biocombustível que é o álcool brasileiro, o etanol brasileiro e o etanol americano no milho, mas isso não é a causa maior. Nós temos um problema no Brasil, mas isso não é um problema só brasileiro. Essa questão de deficiência de suprimento de fertilizante é uma coisa mundial, está tomando conta do mundo. Então, evidentemente que com o crescimento do negócio dos biocombustíveis, sem sombra de dúvida que isso vai se agravar. Porque hoje nós precisaremos de fertilizantes no sentido de atender a segurança alimentar e contribuir de uma maneira importante para a segurança energética. Então, haverá um agravamento dessa situação que é muito crítica. Fertilizante nesse último ano praticamente dobrou de preço... Em dólar, em dólar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O preço foi embora, não é.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Então, é uma coisa que, digamos assim, que sugere que explica um escasseamento da produção... Então, essa iniciativa, é isso que eu diria...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpa, mas eu tinha marcado aqui...

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Absolutamente...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Senador João Tenório...

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Grande, para que justifique plenamente uma integração cada vez maior desses dois países e evidentemente do trabalho de V.Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes, um aparte.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

É um aparte. E nesse aparte, Senador João Tenório, e quero participar também da leitura da proposta de Reforma Tributária nascida aqui no Senado Federal, registrar que V. Exa. proferiu um brilhante relatório sobre o Marrocos, mas não sobre o Marrocos, sobre o Embaixador Virgílio Moretzsohn que junto com o Embaixador Carlos Alberto Simas e com o Embaixador Luiz Felipe Mendonça, forma o que há de melhor na diplomacia brasileira. Desejo a todos uma feliz passagem por esses postos, esses que são diplomatas testados, aprovados ao longo de suas carreiras. E faço questão de deixar bem nítido que, na semana passada e não temos porquê fugir a transparência, solicitamos a compreensão dos senhores Embaixadores e do Presidente Heráclito Fortes para uma crise que vivíamos internamente ao Congresso e crise em grande parte resolvida graças a nossa pressão, pressão das oposições e graças a compreensão democrática de quem aceita a pressão com normalidade, afinal de contas o regime é democrático. O Presidente Garibaldi Alves, obteve conquistas fundamentais, vetos votados automaticamente acabaram aquela história de veto na gaveta, mas rodízio de relatórios por critérios matemáticos. Então, se a relatoria for importante não se a nega a oposição porque ela teria que ser relatada por algum, alguém apadrinhado do Governo, não ficaria para a oposição relatar apenas se é válido ou lícito do ponto de vista do Direito Civil o casamento de abelha com elefante. Isso não é o que está em causa. E temos mais reivindicações, fim das Medidas Provisórias para tratar de créditos suplementares, créditos extraordinários, enfim, fim de qualquer perspectiva de se impedir a palavra de Senadores em votações essenciais e deixando bem claro que é uma conquista muito importante seja do Presidente Garibaldi Alves, seja da nossa pressão, porque era um problema que se acumulava Srs. Embaixadores, desde Sarney, passando para Collor, passando para Itamar, passando para Fernando Henrique, passando para Lula. Nenhum Presidente em sã consciência gostaria de ver essas conquistas nas mãos do Congresso. Então, é histórico o que aqui estamos a relatar. Portanto, o gesto não teve nada de agravo à personalidade de cada um dos senhores Embaixadores, nem de desrespeito aos

países amigos junto a cujas chancelarias eles vão representar o Estado Brasileiro e, portanto, representar nós todos em uníssono. Gostaria, portanto, de registrar o depoimento, temos aí três Embaixadores, três diplomatas do melhor nível e capazes de representar o país não só nesses postos como qualquer outro porque são testados e são aprovados pela honradez, pela competência, pela aplicação e pela dedicação a causa do Itamaraty, da política externa como verdadeiros servidores públicos. São grandes servidores públicos. Muito obrigado, Senador.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, para encerrar?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, tem a palavra V. Exa.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pelo exposto julgamos que o integrante dessa Comissão possui os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação principal. Senhor Embaixador, nosso desejo, nossa certeza absoluta de que o trabalho de V. Exa. será absolutamente adequado a esse momento importantíssimo que vive a relação entre os dois países. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passaremos agora a ouvir os senhores indicados. Em primeiro lugar passo a palavra ao Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, indicado para representar o Brasil na República da Polônia. Tem V. Exa. a palavra.

SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES: Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmos. Srs. Membros da Comissão. É para mim sempre uma honra renovada poder me apresentar perante esta Comissão. Trata-se da segunda vez enquanto Embaixador e para iniciar eu gostaria de agradecer as generosas palavras de V. Exa. assim como do Senador Cristovam Buarque com relação ao trabalho que pude desempenhar no Marrocos. Eu acho que particularmente grato para mim também estar na Mesa sentado junto com meu colega, Virgílio Moretzsohn que vai me suceder nesse país. É um país surpreendente como o senhor mesmo constatou, com crescimento acelerado, com uma infra-estrutura em modificação, pudemos realizar alguns trabalhos importantes lá, a Bunge Brasil é um deles, na qual fizeram menção aqui, mas há outras empresas que estão interessadas também na área do fosfato, como Ouro Fino e outros e a PETROBRAS que vai explorar o xistobetuminoso marroquino que é de excelente qualidade e de fácil exploração. Portanto, acho que todas as reuniões estão dadas, as Comissões estão dadas para que nossas relações com o Marrocos se expandam muito facilmente e desejo pleno êxito ao meu futuro colega no posto. O Senador Cristovam Buarque,

muito generosamente, descreveu o que pude fazer lá, mencionou rapidamente a história da Polônia, não vou entrar em detalhes sobre a história da Polônia, o importante, talvez, é registrar e fazer, manifestar nossa saudação fraterna aos descendentes poloneses que compõem a nação brasileira como disse o Senador Cristovam Buarque, são mais de um milhão, a segunda maior migração polonesa pelo mundo afora e participam plenamente da vida nacional, sobretudo nos Estados do Paraná, Santa Catarina e no Sul também. Tudo isso é muito gratificante para qualquer representante diplomático que tem aqui para representar o nosso país em tais circunstâncias. Eu verifiquei rapidamente também, enfim, nosso comércio com a Polônia, que nosso comércio com a Polônia está em níveis razoáveis, são em torno de 500 milhões de dólares, só para fazer um contraste rápido com o Marrocos nós passamos de 400 milhões em 2003, perto de um bilhão de dólares hoje em dia, portanto, há um potencial enorme dentre as tarefas as quais, me alocarei, Senador Cristovam, encontram-se certamente prioritariamente a questão do comércio bilateral, é óbvio que nessas circunstâncias sendo a Polônia como é membro da União Européia, evidente que um acordo entre o Brasil e no caso MERCOSUL e União Européia certamente facilitaria a vida de qualquer dos nossos Embaixadores em Varsóvia, sobretudo no que se refere ao acesso preferencial a esses mercados, não é? Mas há possibilidades mesmo que o acordo venha tardar um pouco, há possibilidades evidentes de procurar novos caminhos e novas oportunidades tanto na área agrícola, como na área industrial. Eu creio que as duas economias são bastante complementares e, portanto, tratarei de me esforçar essencialmente nessa área. Foi um pouco o que eu fiz no Marrocos também, com bons resultados. Na próxima semana só para lembrar teremos a 1ª reunião técnica do MERCOSUL Marrocos, e estamos falando já de partir de um acordo de preferência tarifário fixos para um acordo de livre comércio propriamente dito. Evidentemente que eles são complementares aos grandes acordos hoje em negociação em particular por determinação do Sr. Presidente da República, o acordo da Organização Mundial de Comércio.

Eu estou, sobretudo aberto às perguntas. Eu sei que o Senador Cristovam fez saber que a Casa prefere muito mais que um discurso longo e prolongado dos Embaixadores, a oportunidade de um intercâmbio efetivo. O máximo que os senhores receberam descreve com bastante previsão já o contexto das nossas relações quando se iniciaram, em que circunstâncias... Quero deixar apenas o registro de minha admiração pelo povo polonês, algo que eu pude comentar com o Senador Cristovam, um país que foi fragmentado inú-

meras vezes, desapareceu do mapa em outras, mas sempre ressurgiu, ressurgiu com brilho, com valor, e mantendo e sabendo cultivar suas tradições milenares. Portanto, desde já, gostaria de deixar esse registro, Sr. Presidente, e agradecer a oportunidade mais uma vez de me pronunciar perante esta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o senhor Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho indicado para representar o Brasil na República de El Salvador. S. Exa. tem a palavra.

SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO: Muito obrigado. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Antônio Carlos Valadares, meu relator *ad hoc*, Srs. Senadores, eu queria também externar aqui a minha grande satisfação de poder participar dessa arguição aqui com os senhores, pretendo dar uma idéia geral sobre o que é El Salvador, as nossas relações com esse pequeno país centro americano e evidentemente responderei com muito prazer as eventuais perguntas, digo, de V. Exas.

El Salvador é o menor país centro americano, é menor que Sergipe, para a gente ter uma idéia da dimensão, tem um Produto Interno Bruto, de cerca de 20 bilhões de dólares, tem uma população de 7 milhões, 3 milhões no exterior, uma grande migração sobretudo para os Estados Unidos. Um desemprego de 6%, uma inflação de 6%, uma dívida externa de 8,5 bilhões, exporta 3 bilhões e importa 3 bilhões de dólares. Isso só para dar uma idéia do que é, da dimensão econômica, da escala econômica de El Salvador. Esse país foi marcado na sua história recente por uma guerra brutal, uma guerra Civil que onde morreram 75 mil pessoas e que foi resolvida, solucionada pelos acordos entre a guerrilha, a frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e o Governo do Presidente Cristiani pelos acordos de Chapultepec no México em 1992. A partir daí, então, foram sentadas as bases para o El Salvador moderno, permitindo uma democratização total do país incorporando a guerrilha na vida política institucional de El Salvador e a implantação de um modelo neoliberal pelo partido que ganhou todas as eleições que foi a ARENA, Aliança Republicana Nacionalista. Graças a esse modelo, começando, então, pela economia que graças a esse modelo El Salvador conseguiu passar de um Produto Interno Bruto de 4 bilhões, na época da guerrilha, para 20, multiplicou por cinco e em cerca de 20 anos. Esse modelo seguiu os cânones neoliberais, clássicos, ou seja, abertura para o exterior, controle, privatização do sistema bancário, do sistema de todo o setor elétrico, de comunicações, adotaram dólar como

moeda oficial e um grande controle fiscal, passou-se a ter, então, um sistema impositivo bastante sofisticado e ajudando o Estado, enfim, a arrecadar recursos para financiar sua própria infra-estrutura. Do ponto de vista político nós vamos ter esse ano um ano pré-eleitoral onde, pela primeira vez, desde que a esquerda participa, ela tem efetiva possibilidade de chegar ao poder devido a uma, enfim, a candidatura de um jornalista, Maurício Funes, de tendência moderada, que tem até agora obtido, todas, enfim, toda a preferência nas pesquisas de opinião pública realizadas até agora. Então, evidentemente que até lá é uma, enfim, até o ano que vem nós vamos ter, enfim, um longo período, muita coisa pode acontecer, a ARENA é um partido muito bem organizado, mas pela primeira vez a esquerda, nesse país, tem uma efetiva possibilidade de chegar ao poder, de alcançar a Presidência. Do ponto de vista de política exterior eu não vou repetir o que foi dito pelo meu Relator, fundamentalmente aquilo, a grande ênfase da política externa Salvadorenha reside na relação com os Estados Unidos, nos acordos de livre comércio com parceiros selecionados e evidentemente a sua atuação no âmbito centro americano.

Passando para o que nos interessa mais que são as relações bilaterais, nós tivemos um grande adensamento nos últimos anos, houve um grande número de visitas no ano passado, o Presidente Saca esteve aqui, os dois chanceleres visitaram respectivamente ambos os países, altas autoridades diplomáticas estiveram em El Salvador e todo esse processo de aproximação vai se culminar com a próxima visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a El Salvador, a primeira que será realizada desde o início de nossas relações em 1906, ou seja, é um evento histórico do ponto de vista bilateral. El Salvador tem nos apoiado em diversas pretensões, por exemplo, a nossa pretensão ao assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e... mas infelizmente as nossas relações econômicas não refletem esse nível de excelência. Nós temos um comércio exterior bilateral da ordem de 216 milhões de dólares. O Brasil exporta 203 e importa 2.6, então, realmente é muito pouca coisa e isso se deve a... enfim, a própria oferta de produtos que esse país tem, ou seja, vestuário, a maquiagem, a famosa maquiagem, café, açúcar, ou seja, produtos que nós já temos. Então, para mim vai ser um grande desafio aumentar a nossa presença lá e a nossa participação. Exatamente. Política comercial. Política comercial. E evidentemente será, enfim, uma das soluções que nós encontramos para esse problema foi montar uma programação de cooperação técnica, nós temos um excelente programa de cooperação técnica, mais de 30 projetos em vários campos, mas, sobretudo em biocombustíveis,

em álcool e etanol e em mamona, biodiesel a partir de mamona. E nos últimos anos houve pequenos investimentos brasileiros, por exemplo, no setor de têxteis e calçados. Nós temos também uma participação oficiosa de dois oficiais do Exército Brasileiro, convidados pelo Exército Salvadorenho para ministrar cursos na Escola de Comando do Estado-Maior deles sobre doutrina Militar. E do ponto de vista de relações culturais nós temos um Centro de Estudos Brasileiros muito bem montado, muito ativo, com cerca de 100 alunos por ano e não devemos esquecer que o nosso grande educador Paulo Freire esteve lá em El Salvador em 1993, fez uma visita que foi muito apreciada e é, inclusive, uma praça na Universidade de El Salvador em homenagem ao nosso, a esse eminente brasileiro.

Eu queria encerrar lembrando alguns fatos, entende, que inclusive, envolvem esta Casa, ou seja, a participação do Senado nas Relações Exteriores, primeiro o Senador Suplicy foi o único brasileiro presente no avião que levou os representantes da frente Farabundo Marti a El Salvador depois de firmado os acordos de Chapultepec a nossa Senadora Benedita da Silva esteve em 1997, enfim, visitando El Salvador por ocasião do 50º aniversário da UNICEF. O Senador Marco Maciel visitou pela primeira vez El Salvador na qualidade de Vice-presidente em janeiro de 1998 e em 1993 o Brasil participou da pacificação de El Salvador mandando o segundo maior contingente para esse país. O estado-maior da ONU Sal, como era chamada, era chefiado por um oficial brasileiro. Eu agradeço muito a atenção dos srs. e me coloco à disposição para as eventuais perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passamos a palavra ao Embaixador Virgílio Moretzsohn de Andrade, indicado para exercer o cargo de Embaixador no reino do Marrocos. V. Exa. com a palavra.

SR. VIRGÍLIO MORETZSOHN DE ANDRADE: Muito obrigado, Sr. Presidente, quero em primeiro lugar agradecer a apresentação que já foi feita pelo eminente Relator Senador João Tenório, as suas palavras também, Sr. Presidente e dizer que eu me sinto pouco a vontade para falar do Marrocos diante do meu antecessor que é o atual titular do posto, e que tem exercido com a sua reconhecida competência e capacidade muito bem, enfim, a chefia da nossa missão Diplomática em Rabat. Eu gostaria também de dizer que eu também vejo que o tema do Marrocos não é absolutamente desconhecido por essa Casa, já foi aqui mencionado que o Presidente desta Comissão e o Embaixador Cristovam Buarque estiveram há cerca de um ano no Marrocos em visita do Congresso, de maneira que, eu sinto que o assunto é bastante co-

nhecido aqui. Eu gostaria apenas de chamar atenção para algumas peculiaridades do posto que me caberá com a anuência dessa Casa, onde caberá representar o Governo Brasileiro. Em primeiro lugar o fato de que se trata de uma Monarquia, o que em si já constitui uma exceção no continente africano. Que eu me lembre, só existe no pequeno reino da Suazilândia, um outro caso de Monarquia na África. Há também o fato de que não se trata de uma Monarquia como se conhecem hoje as Monarquias européias, mas é uma Monarquia com poder, quer dizer, o reino do Marrocos enfecha em suas mãos uma quantidade de poder incontrastada no país, poder esse que lhe é garantido pela Constituição e também pelo fato de que tradicionalmente o rei do Marrocos é chamado inclusive, de o Emir dos Crentes e, portanto, ele tem também uma função de liderança religiosa no país o que não é desprezível tratando-se de um país em que a questão religiosa é de muita importância.

Chamaria também a atenção para dois temas que são essenciais para o país, para o Marrocos, a questão do islamismo e a questão do Saara Ocidental. Com relação ao islamismo, ou seja, ao Fundamentalismo islâmico era um problema que estava, mais ou menos sob controle, durante o reinado de seu pai o rei Hassan II, naquele período o rei mantinha em sob controle estrito a questão religiosa e não havia muitas manifestações religiosas contrárias à própria Monarquia e ao sistema, mas com a ascensão de seu filho, o rei Muhammad VI foram abrandadas, foram relaxadas essas questões de segurança e o islamismo começou a crescer e, inclusive, com manifestações, com atentados terroristas que ocorreram no ano de 2003, com dois atentados em Casablanca, novamente nesses atentados de 2003 houve mortes de 40 e tantas pessoas, e muitíssimos mais feridos, no ano de 2007 houve novos atentados terroristas de maneira que não é um problema que se deva desconsiderar, pelo contrário, há várias razões para que exista esse crescente problema no Marrocos entre os quais o fato de que tradicionalmente o Marrocos buscou importar o Lamaz quer dizer, teólogos religiosos da Arábia Saudita e com isso introduziu-se no país o Salafismo e também os temas de revisionismo da irmandade muçulmana, com isto o povo marroquino, os jovens marroquinos, sobretudo, porque vivem em estado de pobreza, com poucas perspectivas, pouca educação e isso leva a que esse seja um terreno fértil para a eclosão de movimentos fundamentalistas como os já mencionados e, inclusive, eu deixei de mencionar aqui, mas o atentado de Madri de 2004 teve entre seus executores alguns marroquinos que estão sendo, inclusive, objeto de julgamento na Espanha, inclusive, há um caso pendente de tentativa,

de pedido de extradição da Espanha ao Marrocos para prosseguir nesse julgamento. Outra questão... acho, portanto, que a questão do islamismo é muito importante porque muda um pouco aquela imagem que o Marrocos já teve de ser um país muito tranqüilo para o ocidental. Hoje em dia essa tranqüilidade tem sido disputada. Há um partido que chamado partido da justiça e do desenvolvimento que detém o maior número de votos, deteve maior número de votos nas eleições de 2007 ele não conseguiu a maioria no Parlamento, na Câmara de representantes por causa dos critérios de divisão, de circunscrição eleitoral, mas foi o partido que recebeu maior número de votos, há também outro movimento, esse movimento clandestino, o movimento chamado justiça e caridade e que funciona no *underground* do país com larga participação popular, esse movimento que é liderado por um Xequ Amam Yassine e que tem como principal militante sua filha, Nadia Yassine exerce uma influência muito grande sobre as populações mais pobres do país e nas últimas eleições eles não participam do... do processo eleitoral porque eles contestam, inclusive, a Constituição e a autoridade do próprio rei.

E, como resultado disso e com outras razões também, nas últimas eleições de 2007, a participação eleitoral foi muito baixa, de menos de 30%. E esse movimento justiça e caridade, ou justiça e beneficência, conforme se queira traduzir, pregou a ausência, às eleições. Com relação ao outro problema que existe que é do Saara Ocidental, esse é o tema dominante da política externa marroquina, como se sabe a Espanha abandonou, deixou de ocupar o Saara Ocidental a partir de 1975 e imediatamente, o Marrocos, através do primeiro movimento que foi a marcha verde, passou a ocupar aquele território e evidentemente isso não contou com a aceitação da vizinha Argélia, que passou a contestar, inclusive, ajudar a apoiar os movimentos de emancipação do povo Saraui. Essa questão até hoje, talvez, seja uma das questões mais antigas em aberto no mundo contemporâneo, essa questão está sob a atuação das Nações Unidas, do Conselho de Segurança, houve várias tentativas de se realizar um referendo, mas o Marrocos tem podido, tem conseguido evitar que esse referendo se realize a Frente Polisário que, enfim, que representa o povo Saraui que pretende nada menos do que a independência deste povo e, inclusive, até já proclamou a República Árabe Saraui Democrática—RASD, que foi reconhecida por muitos países, mas não pelo Brasil e não, também, por nenhuma das grandes potências, a posição do Brasil com relação a essa questão é uma posição de *àe* do Governo marroquino. O Brasil defende uma solução que seja negociada, que seja obtida por meio

de consenso e no âmbito das Nações Unidas. Essa posição, embora ela não pretenda favorecer nenhuma das duas partes, de certa maneira ela favorece o Marrocos porque o *status quo* do momento é de ocupação marroquina daquele território. De maneira que essa também é uma questão importante porque pode se considerar que dela depende, inclusive, a manutenção do Sistema Monárquico no país porque uma derrota do Marrocos, a entrega do território do Marrocos ao povo Saraui independente poderia ter conseqüências muito graves para a estabilidade do país como ele hoje existe. As relações bilaterais Brasil/Marrocos sempre foram boas, são crescentes, já se falou aqui, o próprio Relator mencionou em breve concisão, os principais aspectos dessa nossa cooperação com o Marrocos, o que, talvez, seja importante dizer é que houve alguns pequenos problemas com o cancelamento da visita do nosso Presidente que pretendia pagar a visita que tinha sido feita ao Brasil pelo rei do Marrocos em 2004 e poucos dias antes da sua visita ao Marrocos a visita foi cancelada, causou certo mal-estar e há interpretações, inclusive, de que poderia ser em função da nossa posição na questão do Saara Ocidental, mas na realidade nossa posição não sofreu nenhuma modificação e isso, inclusive, é oficialmente negado por todas as autoridades marroquinas.

O Marrocos participa junto com o Brasil de duas iniciativas nossas, a Cúpula dos Países Árabes e América do Sul e também de outra iniciativa porque o Marrocos, ao mesmo tempo em que é árabe é um país africano, e nós também estamos patrocinando a cúpula entre os países Sul-Americanos e os países africanos e o Marrocos embora não faça parte da União Africana e não faz parte justamente porque a União Africana resolveu apoiar a República Saraui, e nesse sentido Marrocos, então, decidiu afastar-se da União Africana, mas ele pretende ter uma presença e uma influência na África e tem sido muito ativo na organização dessa cúpula, países africanos e países da América do Sul, inclusive agora em junho deste ano deverá realizar-se numa em território se não me engano em Marrakesh uma reunião de Ministros do Comércio Exterior de ambas as regiões com a presença do nosso Ministro Miguel Jorge. O nosso comércio com Marrocos já foi mencionado aqui, inclusive, pelo Embaixador Simas, é um comércio crescente, embora o Brasil tenha deixado de ser superavitário, mas de qualquer maneira as nossas vendas para o Marrocos continuam crescendo, embora as vendas marroquinas tenham crescido mais, mas isso não constitui para nós problemas porque é importante que o comércio com o Marrocos cresça, está já na faixa de um bilhão de dólares, de maneira que nessa questão do comércio nós estamos, enfim,

num processo muito favorável, muito positivo. De maneira que com relação aos investimentos brasileiros no Marrocos, eu estou perfeitamente ciente da importância, inclusive, de que essa empresa brasileira Bunge Fertilizantes, empresa multinacional, mas que tem sua vertente brasileira, possa realmente efetivar o seu investimento da ordem de 300 milhões de dólares para beneficiamento de fosfato em território marroquino. Há também, como o Embaixador Simas já mencionou, a possibilidade de exploração do xisto betuminoso no Marrocos pela PETROBRAS que seria um projeto da ordem de um bilhão de dólares, há uma possível cooperação em várias áreas, a nossa agência brasileira de cooperação ABC tem sido muito ativa na busca de novos campos, de novos setores de cooperação, de maneira que as perspectivas são muito favoráveis, o meu desafio será grande na medida em que terei de suceder a um Embaixador de reconhecida competência, como eu já mencionei aqui, e que tem sido muito feliz na defesa dos nossos interesses e na promoção da cooperação e das boas relações que existem entre os dois países. Eu agradeço a atenção dos Srs. e, como meus colegas, me coloco à disposição para responder as perguntas que forem dirigidas a nós. Gostaria em últimas palavras para agradecer as referências elogiosas que foram feitas a mim e aos meus colegas aqui que eu não apenas o faço em termos pessoais, mas também entendo como uma homenagem que esta Comissão presta ao nosso Ministério das Relações Exteriores. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pela ordem tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, em virtude de ter que participar da apresentação e discussão do debate da Reforma Tributária, eu preciso me ausentar. Mas eu gostaria de externar aqui o meu cumprimento a excelência, primeiro dos currículos e bem como da apresentação tanto do Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães que vai para a Polônia, do Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho, à República de El Salvador, Virgílio Moretzsohn de Andrade que vai para o Marrocos, agradecer a referência histórica que o Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho fez, de fato, eu estive ali no avião que trouxe os membros da Frente Farabundo Marti de Libertação do México para El Salvador, num momento da história importante. Gostaria de transmitir como já o fiz pessoalmente, eu tenho tido todo o interesse...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, vamos... Na realidade

V. Exa., o Senador Tuma inverteria com V. Exa., V. Exa. é o segundo inscrito. Ficaria, inclusive, mais a vontade, V. Exa. concorda Senador Tuma? V. Exa. então, faria o questionamento... É que na realidade...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não farei perguntas, eu pedi licença para me ausentar por causa...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não vai fazer perguntas, então? Eu pensei que fosse fazer algum questionamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não vou, porque eu quero justamente obedecer ao Regimento. E, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, V. Exa. continua com a questão de ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E apenas transmitir, eu tenho solicitado aos Embaixadores que sempre que houver informação relevante sobre as aplicações de projetos de transferência de renda que possam, inclusive, me informar ainda ontem o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, do Brasil em Israel, informou-me de que acaba de ser instituído em Israel uma forma de Imposto de Renda negativo que garante uma renda a todas as pessoas. Informações desta natureza eu estou sempre querendo debater, interagir, informo aos Embaixadores dos países. Gostaria, finalmente, Sr. Presidente, de encaminhar à Mesa um requerimento, não precisa ser votado agora, mas eu avalio como importante, pois a revista "Isto É" trouxe uma reportagem sobre oficiais e membros das Forças Armadas Brasileiras que estão freqüentando a chamada "School of the Americas" na fronteira dos Estados Americanos da Georgia e do Alabama. Então, avalio que seja importante perguntar: será que nesta escola tendo em conta que o Governo, o Presidente George Walker Bush, vetou uma lei aprovada pelo Congresso norte-americano que proíbe a tortura? Será que nesta escola onde se soube que houve o ensinamento de práticas de tortura continua haver isto? Será que oficiais brasileiros que lá estejam freqüentando estão sendo eventualmente coniventes com isto que é proibido por nossa Constituição? Se... Então eu encaminho a V. Exa. o Requerimento de informações para ser apreciado no momento adequado mas eu gostaria de dar entrada hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na realidade o pedido de informações é destinada ao Ministro da Defesa?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ao Ministro da Defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, encaminharemos, aprovaremos na próxima Sessão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para apreciar na Sessão, claro que eu não quero prejudicar o encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A remessa, a indicação desses Militares foi feito pelo Governo Brasileiro?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim. Segundo...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É um Acordo Internacional e as escolas americanas recebem oficiais de vários países para treinamento de guerra na selva e outras operações.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acredito, Senador Suplicy, que não seja nada grave, que o Presidente Luiz Inácio da Silva, além do Ministério das Relações Exteriores, tem um Assessor Internacional que deve ser sempre atento a isso, principalmente no que se diz respeito a Direitos Humanos. Eu tenho a impressão que... Não... Encaminharei com o maior prazer e acho que é um assunto que deve ser debatido e analisado, V. Exa. tem toda a razão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Suplicy quer saber o currículo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Porque acontece que como eu fiquei preocupado com o veto do Presidente norte-americano, a lei segundo a qual ficaria terminantemente proibida a prática em qualquer das prisões onde os Estados Unidos têm lá em Abu Ghraib, em Guantánamo, entre outras, práticas de interrogatório que submetem as pessoas a formas de torturas como afogamentos e tal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A revista faz referência a isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa tem absoluta razão e terá toda a cobertura desta Comissão. Aliás...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu tenho certeza que o Ministro Nelson Jobim jamais vai aceitar algo assim, mas como o Presidente dos Estados Unidos vetou a lei que o Congresso Norte-americano aprovou proibindo práticas que, inclusive, foram objetos do documentário que foi premiado na festividade do Oscar, a última vez, sobre as práticas de tortura, eu vi o documentário que passou na TV Futura outro dia e os próprios depoentes expõem terem participado daquelas práticas, alguns foram punidos. Mas não as autoridades superiores lá da Casa Branca. E quando o Presidente vetou houve a interpretação. Bom, que

ele não quer que o Vice-presidente Cheney, que ele próprio, que o Secretário de Estado sejam responsabilizados por algo que na verdade está se praticando. E... Agora como nós na Constituição Brasileira proibimos qualquer forma de tortura assim como assinamos tratados internacionais que proíbem, então, me parece que a pergunta é relevante e por isso eu tenho toda a confiança...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que o Ministro Nelson Jobim estará respondendo, mas é uma questão de estarmos assegurados disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós aprovamos um requerimento convidando o Ministro Nelson Jobim para vir aqui falar sobre dois assuntos, ele poderá incluir este terceiro assunto. Agora, V. Exa. tem razão, alguns Presidentes de República estão ultimamente tomando medidas estranhas e completamente fora do contexto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas, inclusive, durante o Governo Fernando Henrique também houve oficiais brasileiros que freqüentaram essa escola, está aqui na matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, não, eu não estou falando do caso específico, estou falando da moda que está virando, uns torturam ou proíbem a tortura explícita. Outros torturam o povo lhe tirando o direito da informação como foi recentemente o fechamento de emissora de televisão em país vizinho. Nuns casos a gente protesta mais, em outros menos. Mas é sempre assim, eu acho que nós temos que ter uma posição coerente para evitar a tortura psicológica, a tortura física e acima de tudo a tortura no cerceamento da informação. Um homem desinformado sabe bem V. Exa., é um deformado. Eu agora pediria permissão aos convidados, pessoas que estão aqui, vamos transformar a Sessão em Sessão secreta atendendo o Regimento. Indicar o Senador Tuma para secretariar essa Sessão. Embaixadora Gladys e assessores poderão permanecer na sala. Embaixador Raul, detentor dos segredos do Itamaraty não teria nenhuma razão para sair, pode permanecer na sala.

Sessão secreta às 12h04.

Sessão reaberta ao público às 12h31.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por maioria absoluta foram aprovados. Embaixador Virgílio Moretzsohn de Andrade para representar o Brasil no Reino de Marrocos, Luiz Felipe Mendonça Filho para representar o Brasil na República de El Salvador e Carlos Alberto Simas Magalhães para representar o Brasil na Polônia. A Mesa encaminhará

em regime de urgência o resultado dessa votação à Mesa do Senado para que tomem as devidas providências. Nada mais havendo a tratar está encerrada a Sessão. Antes, porém, quero parabenizar os senhores Embaixadores Virgílio, Luiz Felipe e Carlos Alberto pelo êxito obtido nessa votação e que exerçam as suas funções honrando a história da diplomacia brasileira. Muito obrigado. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h32.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia três de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY**, **ANTÔNIO CARLOS VALADARES**, **MOZARILDO CAVALCANTI**, **JOÃO RIBEIRO**, **PEDRO SIMON**, **MÃO SANTA**, **JARBAS VASCONCELOS**, **PAULO DUQUE**, **MARCO MACIEL**, **VIRGÍNIO DE CARVALHO**, **ROMEU TUMA**, **EDUARDO AZEREDO**, **CRISTOVAM BUARQUE**, **INÁCIO ARRUDA**, **AUGUSTO BOTELHO**, **SERYS SLHESSARENKO**, **GERALDO MESQUITA JÚNIOR**, **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, **JOSÉ NERY**, **CÉSAR BORGES**, **ROSALBA CIARLINI** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O presidente convida os embaixadores Raul Campos e Castro e Edgard Antônio Casciano para comporem a mesa. O presidente submete a apreciação itens Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 13, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “*Requer, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia, representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no acompanhamento da continuação da Operação UPATAKON III, bem como os desdobramentos desse processo na reserva indígena Raposa-Serra do Sol, no Estado que representa nessa Casa*”. O Presidente concede a palavra ao Senhor Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**. Aprovado. **Item 2:** Requerimento (SF) nº 361, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que “*Requerem, nos termos dos arts. 222 e 223 do Regimento Interno do Senado Federal,*

VOTO DE SOLIDARIEDADE à Sra. Yolanda Pulecio, mãe, e família de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia, seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, e apelam para que as FARC a libertem, o mais breve possível, contribuindo assim para o sucesso do acordo humanitário proposto pelo governo colombiano para a troca de reféns por rebeldes presos, acordo que também atende apelo do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e da Comunidade das Nações.” O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY**. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** para fazer a leitura de seu Parecer. Aprovado. O Senador **ROMEU TUMA** faz uso da palavra. O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 41, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor RAUL CAMPOS E CASTRO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto aos Emirados Árabes Unidos*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **JARBAS VASCONCELOS** para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador Romeu Tuma assume a Presidência. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 49, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria*”. O Senador Jarbas Vasconcelos assume a Presidência. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **ROMEU TUMA** para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador Eduardo Azeredo Assume a Presidência. O Presidente abre o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **RAUL CAMPOS E CASTRO** e **EDGARD ANTÔNIO CASCIANO** para fazerem suas exposições. Faz uso da palavra o Senador **ROMEU TUMA**. O Presidente submete a apreciação de itens Extrapauta: **Item 3:** Requerimento nº 16, de 2008 – CRE, de autoria do Senador José Nery, que “*Requer, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, apoiado também no art. 4º, inciso VI e IX, da Constituição Federal Brasileira, a realização de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores deste Senado, com a presença de membros da Comissão da Paz da Câmara de Representantes do Poder Legislativo Colombiano e da Comisión Segunda do Senado de La República de Colômbia, para troca de informações acerca do esforço humanitário*

que visa a liberação de reféns das FARC, bem como presos que se encontram nos cárceres colombianos; como forma de potencializar a participação do governo brasileiro e deste parlamento no esforço de paz. Requer ainda, que seja convidado para a referida Audiência o embaixador da Colômbia no Brasil, Sr. Tony Jozame Amar.” Fazem uso da palavra os Senadores **ROMEUTUMA, CRISTOVAM BUARQUE E EDUARDO SUPLICY**. Aprovado. **Item 4:** Requerimento nº 12, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “Requer, em aditamento aos Requerimentos 10 e 11, possa o Ministro da Defesa prestar estas informações por ocasião de sua presença nesta Comissão, Requeiro nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal de 1988 e do Regimento Interno do Senado, seja encaminhado Requerimento ao Ministro de Estado da Defesa para que preste informações sobre matéria veiculada na revista “Isto É”, de 26/03/2008, págs. 40 e 41, intitulada: “O Brasil na Academia da Repressão” e apresente resposta aos seguintes questionamentos: 1) Os brasileiros que freqüentam a Escola de Infantaria de Fort Benning, conhecida como “School of the Americanas (SOA), localizada na fronteira dos Estados americanos da Geórgia e do Alabama, estão aprendendo procedimentos de tortura? 2) Os oficiais das Forças Armadas do Brasil que lecionam nessa escola são coniventes com as práticas de tortura aplicadas pelos agentes de inteligência dos Estados Unidos da América – EUA em prisões como Abu Ghraib, Bagram, Guantánamo e outras, as quais continuam não sendo proibidas pelo governo dos EUA em virtude do recente veto do Presidente George W. Bush ao Projeto que proíbe explicitamente que qualquer indivíduo, não importando sua nacionalidade ou localização física, seja submetido a tratamento ou técnica de interrogatório não autorizado pelo Manual de Campo do Exército dos EUA referentes às Operações de Interrogatório?”. Aprovado. O Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores **HERÁCLITO FORTES e EDUARDO SUPLICY**. O Presidente torna a reunião secreta às doze horas e quatorze minutos. A sessão é reaberta as doze horas e quarenta e oito minutos. O Presidente concede a palavra ao Senador **ROMEUTUMA**. O presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente submete a apreciação item Extrapauta. **Item 5:** Requerimento nº 17, de 2008 – CRE, de autoria do Senado Eduardo Suplicy, que “Requer, que venha o Senado Federal brasileiro se dispor a acompanhar com atenção os entendimentos para que se garanta o processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas da Bolívia”. Aprovado. O Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores **MÃO SANTA e EDUARDO SUPLICY**. O Presidente nada mais havendo a tratar,

encerra a reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a apreciação da pauta convido para compor a Mesa os Srs. Raul Campos e Castro, indicado para representar o Brasil nos Emirados Árabes Unidos e Edgard Antonio Casciano, representar o Brasil na República Árabe da Síria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, Eu gostaria de pedir a V.Exª, antes de começarmos o debate e a apreciação dos indicados, que V.Exª submetesse à apreciação, dada a urgência e a premência do... Relevância do fato, um Requerimento que encaminhei a essa Comissão, que é um desdobramento de um Requerimento já aprovado nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª tem razão. Nós temos dois Requerimentos aqui. Eu vou proceder exatamente à leitura do Requerimento. Requerimento: “Requer como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no acompanhamento da continuação da Operação Upatakon 3, bem como os desdobramentos desse processo na reserva indígena Raposa da Serra do Sol no Estado que representa nessa Casa”. A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Antes de colocar em votação eu queria apenas perguntar a V.Exª: Há prazo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): A Operação já está em curso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, o acompanhamento. O Requerimento de V.Ex^a.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu sugiro, Presidente, que duas semanas é suficiente para fazer esse acompanhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Duas semanas. Então, fica autorizado, com a concordância dos companheiros, por 15 dias. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos ao Item 2, Requerimento (SF) nº 361 de 2008. Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senadores de praticamente todos os partidos assinaram o Requerimento, inclusive, V.Ex^a para que possa o Senado Federal manifestar a solidariedade ao empenho de tantas pessoas na Colômbia, na França, inclusive no Brasil, o próprio Presidente Lula afirmou nessa semana da importância de logo haver a libertação da Senadora Ingrid Bittencourt da Colômbia, que está sob controle e detida pelas FARC. Ainda ontem o filho de Ingrid Bittencourt, o filho mais jovem, Lourenzo Bittencourt Eloi, confirmou que há uma operação, inclusive de cooperação do Governo francês de natureza humanitária que deve se deslocar a qualquer momento para o local onde ela estaria no sudeste da Colômbia. Ele diz que “minha mãe precisa de uma transfusão de sangue nas próximas horas e não há mais tempo a perder”. Uma operação humanitária está em curso e pretende chegar mais próximo possível dos reféns doentes. A única coisa que sabemos é que e ela ocorre no sudeste do país e não se trata de uma missão militar que levaria à morte dos reféns. E faz um apelo dramático ao líder máximo das FARC, Manuel Marulando, pedindo que os guerrilheiros não ajam como bárbaros, mas como homens.

O jovem pediu ainda ao Presidente Álvaro Uribe que mantém a recente disposição para as negociações e aos Presidentes da América Latina que pressione, por vias diplomáticas, pela libertação dos reféns.

O Requerimento tem o sentido, portanto, inclusive de apoiar que haja esse entendimento proposto agora pelo Presidente Álvaro Uribe de haver a libertação de todas as pessoas detidas de ambos os lados, desde que os que tendo agido junto às FARC se comprometam a não mais realizar ações de guerrilhas e seqüestros e assim por diante. E então haveria, obviamente, a libertação e eu acredito que possa haver, inclusive, um diálogo no mais alto nível e que está tendo o apoio do próprio Presidente da França, Nicolas Sarkozy, e tão forte uma vez que a Sr^a Ingrid Bittencourt tem também nacionalidade francesa além de ser colombiana.

Então, dada a emergências do fato, eu pediria a compreensão dos Embaixadores, porque se deixarmos para mais tempo talvez ocorra o desfecho... Traça uma questão de vida importante para a Sr^a Ingrid Bittencourt, que segundo as informações, estaria até em greve de fome desde fevereiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concordo com V.Ex^a, menos com esse seu pessimismo. Eu acho que nós temos que ter urgência pela questão humanitária, mas temos certeza que esse assunto será superado e a ex-Senadora retornará ao convívio dos seus familiares. Dada a urgência da matéria, eu solicitei o Senador Geraldo Mesquita que procedesse a um parecer oral analisando a solicitação feita pelo Senador Suplicy. Com a palavra S.Ex^a.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres diplomatas aqui presentes, o caso é do conhecimento público, é constrangedor, é dolorido, uma ex-Parlamentar da Colômbia retida pelas FARC há tantos anos, em situação de saúde precaríssima, requerendo tratamento imediato, Senador Suplicy e vários outros Senadores requerem primeiro um voto de solidariedade à ex-Senadora Ingrid Bittencourt, ex-candidata à Presidência da Colômbia, aos seus familiares, e na justificção faz... Traz aqui um arrazoado que convence da necessidade de todas as medidas que forem possíveis de serem tomadas no sentido da... Ou da imediata libertação da Ingrid Bittencourt, ou do surgimento de condições para que ela possa ser submetida a um tratamento de saúde que devem ser tomadas de imediato. Como eu disse, o Requerimento é de autoria do Senador Eduardo Suplicy e vários outros Senadores, um grande número de Senadores, o que demonstra a preocupação dessa Casa, dessa Comissão em particular, em que de nossa parte sejam encaminhadas as medidas necessárias e urgentes para que a Sr^a Ingrid Bittencourt, como disse, seja libertada de imediato, seja submetida a tratamento que seu gravíssimo estado de saúde requer. Portanto, submeto o Requerimento com essas considerações breves, Senador Heráclito, para que possa ser apreciado por essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parecer pela aprovação. Em discussão. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Mesa solicita a máxima urgência no sentido de que o presente Requerimento chegue o mais rápido possível ao seu destino.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, um minutinho, é sobre o assunto. Vou pedir licença aos senhores só um segundo, porque fiquei muito preocupado com o Requerimento do Senador Suplicy. Na últi-

ma semana na revista ISTOÉ da semana passada, em que trazia que: escola de guerra nos Estados Unidos estavam treinando também oficiais brasileiros, e questionava sobre o veto do Presidente Bush a respeito do crime de tortura. Mas eu peguei a revista, Presidente, e tomei um susto quando vi no início da matéria, antes da matéria referida pelo Senador Suplicy, tinha uma outra que para mim é grave – Brasil em guerrilha. Eu vou depois deixar com V.Ex^a, na cidade de Jacilândia, não sei se o Senador que está na minha direita, na ponta, conhece, 38 quilômetros da cidade de Buritis no Estado de Rondônia, onde se instalou uma guerrilha. E segundo consta na matéria que foi investigada por dois repórteres, já houve mortes, 22 vítimas, 18 camponeses ou fazendeiros e quatro guerrilheiros. Eles estão encapuzados com metralhadoras, pistolas, granadas, fuzis AR-15, Fall e AK47, de uso exclusivo das Forças Armadas. Somam hoje quase nove vezes mais os combatentes que os 60 militantes do PCdoB que se embrenharam na Floresta Amazônica na guerrilha do Araguaia. Então, eu estou aqui com a matéria xerocopiada e vou deixar a V.Ex^a, se o Ministro... Aqui tem o Delegado que está em desespero, não consegue investigar os crimes e o comandante da PM que também não tem condições de acesso ao local. E segundo os reclamos dos jornalistas, não há nenhuma providência para que seja coibida a morte de fazendeiros nessa região. Estou pedindo licença ao Senador Suplicy que essa matéria está na mesma revista que ele se referiu aqui. Então eu deixo aqui...deveria convocar o Delegado e o Comandante da PM.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos a convocação do Ministro da Defesa nessa Comissão, por iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, nós poderemos abordar esse assunto, incluir esse assunto se há concordância de todos na Pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Um convite ao Ministro da Defesa, né Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, um convite. Do Senador Jarbas Vasconcelos, desculpe. O convite. E o Senador Pedro Simon.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, não sei se permitiria que se incluísse essa guerrilha, porque eu fiquei preocupado em razão do desconhecimento. Então, faço o aditamento e...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Tuma então subscreve o aditamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Subscrevo o aditamento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A iniciativa sugerida pelo Senador Heráclito Fortes, Presidente, é que seja também objeto da vinda do... O Requerimento sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é. É o aditamento, é exatamente isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É mais um aditamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, passemos então ao Item nº 01 da pauta. Submeto à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Raul Campos e Castro, Ministro de 2ª Classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos. Aatoria, Presidente da República. Relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos, a quem passo a palavra. Antes disso eu gostaria de pedir ao Senador Romeu Tuma que assumisse, por alguns minutos, enquanto eu vou rapidamente aqui à outra Comissão e volto. Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

[troca de presidência]

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é mensagem presidencial de nº 41 deste ano, enviada pelo Presidente da República ao Senado Federal que submete apreciação da Casa o nome do Sr. Raul Campos e Castro, Ministro de 2ª classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos. É competência do Senado, em especial aqui da Comissão de Relações Exteriores, analisar o assunto. É preceito constitucional que determina essa competência. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo já a uma praxe comum, elaborou um *curriculum vitae* do interessado e encaminhou aqui ao Senado Federal informações sobre o Sr. Raul Campos e Castro. Nascido na cidade de Rio de Janeiro em 1947, e, após a conclusão do curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco, foi subsequentelemente promovido a 3º Secretário em 1970, 2º Secretário por antiguidade em 1975, 1º Secretário por antiguidade em 1980, conselheiro por antiguidade em 1992 e Ministro de 2ª classe por merecimento em 2003. Dentre os cargos e missões importantes que realizou, o Dr. Raul Campos e Castro, cumpre destacar os seguintes cargos: Missão junto à Unesco, Paris, 3º e 2º Secretário, Embaixada em Kingston 2º Secretário, Embaixada em Georgetown 2º Secretário, Consulado geral em Nova York, Cônsul adjunto, departamento da África, assessor, Consulado geral em Milão, Cônsul adjunto, divisão do Mercosul,

chefe substituto, Consulado geral em Vancouver, consul geral adjunto, Embaixada em Lisboa, conselheiro, divisão do Oriente próximo, chefe, divisão do Oriente próximo 2 chefe, Embaixada em Quito, encarregado em negócios em missão transitória, divisão do Oriente Médio chefe e Embaixada em Pretoria, Ministro conselheiro onde exerceu a função até há pouco lá, passando cerca de três anos e meio.

No que concerne ao posto a qual o Embaixador está sendo indicado, vale salientar, que se trata de criada em 2 de dezembro de 1971 após a retirada britânica da região. Desde então, os Emirados Árabes mantêm-se solidamente unidos. Há relatos, no entanto, que apontam rivalidades entre as famílias governantes dos Emirados de Dubai e de Abu Dhabi, este último rico em petróleo. Detêm o poder financeiro e o controle da economia petrolífera. Sem seu apoio econômico os outros não sobreviveriam. Abu Dhabi defende consequentemente uma Federação mais centralizada, que consolide sua hegemonia, controle as forças militares e sociais e policiais do país. Apesar de seu enorme sucesso econômico, os Emirados Árabes Unidos pouco lograram no campo das reformas políticas substantivas. Mesmo após as limitadas eleições e nomeação de mulheres para seus membros, o Conselho Nacional figura ainda como o mais fraco órgão Legislativo da região do Golfo.

Críticos afirmam que em matéria de reformas constitucionais e políticas, o país ocupa a última posição no âmbito do Conselho de Cooperação do Golfo. Os principais fatores que condiciona a vida política externa dos Estados Árabes Unidos são a riqueza petrolífera, a relativa vulnerabilidade do país e a sua localização estratégica. Nesse contexto a prioridade absoluta da política externa emirática consiste na busca de segurança e estabilidade para a região do Golfo Pérsico pela necessidade de preservação de suas reservas e instalações de petróleo. Detentores de reservas de cerca de cem bilhões de barris, a terceira maior reserva mundial, os Estados Árabes Unidos encontram no petróleo sua fonte exclusiva de sustentação econômica. Essa realidade reforça as relações dos Estados Árabes Unidos com os Estados Unidos, que atuam como protetor da região, contribuindo para aumentar os laços de segurança de modo a prevenir as ameaças de terrorismo e de conflito na região.

As relações entre o Brasil e os Estados Árabes Unidos se estabeleceram em 1978 com a abertura da Embaixada do Brasil em Abu Dhabi. Em 1991, os Emirados instalaram sua Embaixada em Brasília, a primeira na América Latina. As relações são tradicionais, são cordiais. O indicado pelo Presidente da República, que está... Que deixa a África do Sul para exercer sua

missão, sua função nos Estados... Para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Emirados Árabes Unidos é homem com larga experiência, haja vista, inclusive, a leitura que se faz dos dados enviados pelo Itamaraty a esta Comissão, onde se vê a sua trajetória, o itinerário que cumpriu em várias missões, em vários países, inclusive países de grandes dimensionados e que temos certeza ele irá exercer nesse novo cargo o mesmo desempenho, a mesma competência, a mesma sensibilidade, a mesma visão que teve em outras missões exercidas.

As relações dos Emirados com o Brasil ganharam também novo impulso nos últimos anos. Inclusive tem sido atração até turística para os brasileiros que querem não só a questão puramente turística, mas de curiosidade para conhecer um novo *point*, um novo... Uma... Um novo lugar praticamente que surge no contexto mundial. Por isso, Sr. Presidente, diante do exposto, em cumprimento ao que diz o art. 52 inciso IV da Constituição Federal, submeto a escolha do Sr. Raul Campos e Castro a esta Comissão certo de que seus integrantes já dispõe de elementos mais do que suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. É o relatório, Sr. Presidente. É o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pergunto ao Senador, se V.Exª pode assumir a Presidência, porque eu sou o Relator do outro Embaixador. Se V.Exª pudesse assumir eu agradeceria.

[troca de presidência]

SR PRESIDENTE SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, Relator da mensagem presidencial para seu relatório. É o Item nº 02 da Pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] a ser o Relator do ilustre Sr. Edgard Antonio Casciano, Ministro de 2º classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria.

Acredito que a designação que eu recebi, Embaixador, é por ter... Meus pais serem de origem da Síria, principalmente da cidade de Roms, que tenho certeza V.Exª conhece, e para cá vieram perseguidos na época do regime turco, que tomou conta daquela parte do Oriente que eles foram obrigados a deixar, sendo que meu avô tinha uma indústria em Damasco e teve que largar tudo. E na época ele trouxe umas libras amarradas na cintura e na vinda para o Brasil ele sumiu, foi roubado e, provavelmente, tenham jogado o corpo ao mar. E aí minha família, a família de meu pai que tinha dez anos foram parar no Rio Grande

do Sul, porque quando desceram não tinha ninguém em Porto Alegre conhecido. Compramos a passagem para a América. Sim, mas desde os Estados Unidos até aqui tudo é América. E aí eles ficaram, foram para Pelotas onde cresceram. Estou só fazendo porque, sentimentalmente, a gente se emociona ao lembrar da história do passado dos pais. E ele aprendeu uma profissão, se integrou totalmente à vida brasileira, foi jogador do Brasil Futebol Clube de Pelotas, jogou um pouco no Corinthians em São Paulo e isto fez aquela formação do árabe, que realmente quando chega ao país aonde vai constituir sua família, sua vida, ele se integra completamente à vida do país.

Então, eu acho que tenho só que agradecer ao Presidente e a honra de poder relatar V.Ex^a, quem sabe ainda em vida posso visitá-lo para novamente ver a cidade de Roms e algumas áreas religiosas do tempo dos pregadores de Cristo que por lá andaram. Dizem que minha família é originária de São Tomé. Tuma é Thomé. Então esta história que meu irmão conhece bem, lá tem Bob Tuma, em Damasco, é um bairro que chama – Bairro dos Tumas. Então, deve ter uma história vinculada à família. Certo dia, um judeu muito importante em São Paulo, um grande banqueiro, me disse... Nós temos uma obrigação com a sua família, quando os turcos dominaram, ele era chefe do cartório de expedição de passaporte para a gente sair de lá. E ele ajudou todos os judeus que tinham que desaparecer pela perseguição, ele assinava o passaporte e nós conseguimos sair de lá. Então, é um pouquinho da história que a gente vai aprendendo. Eu peço desculpas a V.Ex^a por ter colocado um pouco da minha vida, da história no seu relatório aqui que para mim é bastante importante.

Então, V.Ex^a está sendo indicado pelo Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe da Síria. A Constituição Federal no art. 52, inciso IV atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente. Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, V.Ex^a, do qual extraímos para esse relatório as seguintes informações: Filho de Carmine Casciano e Estela Vela Perrone Casciano. O Sr. Edgard Antônio Casciano nasceu em junho de 1950 em São Paulo. Jovem, graduou-se em direito pela Faculdade de Direito da USP, famosa Largo do São Francisco. Possuindo os cursos [ininteligível], não sei se eu pronunciei direito, pela Universidade de Inance. Ciências Políticas do Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais de Genebra, Direito Internacional Público na Academia

de Direito Internacional da Aia. Ingressou por concurso direto à carreira de diplomata em 1981, sendo subsequentemente promovido a 3º Secretário em 1982, 2º Secretário em 1986, 1º Secretário por merecimento em 1992, a conselheiro merecimento em 1998, a Ministro de 2ª classe merecimento em 2005. O Diplomata indicado exerceu dentre outros cargos o de assistente da Divisão de Organismos Internacionais especializados de assessor da subsecretaria geral da coordenação de programas. O Presidente da Subcomissão de Orçamento, programa da Comissão executiva permanente da OEA, o de assistente da Divisão da América Meridional 2, de chefe da delegação da II Reunião Ibero-Americana de organismo promoção comercial e da chefe de gabinete da subsecretaria geral de política 2. É isso mesmo? Ocupou ainda posto de relevância como, por exemplo, de 2º Secretário em Bogotá, o de 1º Secretário em Atenas, de conselheiro em Berlim e Ministro conselheiro em Washington. Sobre a República Árabe da Síria, cabe assinalar alguns aspectos da relação Brasil-Síria que possam subsidiar os questionamentos da Comissão retirados do informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasil e Síria mantêm laços históricos ancorados à numerosa comunidade de origem Síria estabelecida no Brasil, estimada em torno de 2,5 milhões de pessoas e muito contribuindo para a própria formação cultural do Brasil. As relações sírias brasileiras vêm adquirindo especial importância marcada pelo reforço do diálogo político e intercâmbio comercial. Recentemente, o Governo sírio prestou inestimável ajuda ao nosso país durante a operação de repatriação de brasileiros atingidos pelo conflito entre Israel e o Hezbollah em 2006. A gratidão do Governo Brasileiro tem sido reiteradamente manifestada nos mais diversos níveis às autoridades sírias. Em 2006, a Síria transacionou aproximadamente 461 milhões e 500 mil com os países latino-americanos e o Brasil consolidou-se como o seu principal parceiro comercial. Entre 2005 e 2006 as exportações do Brasil para a Síria passaram de 166 milhões para 200 milhões e 900 mil o aumento de 20.9 de dólares. Entre as áreas de cooperação bilateral o Governo Brasileiro manifestou interesse em aprofundar a cooperação na área educacional, impulsionando programas de intercâmbio e eventos conjuntos em ensino recíproco de português e árabe. Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse relatório e segue aqui toda a documentação enviada pelo Itamaraty, inclusive, a história do Embaixador e os dados sobre a Síria. É o relatório, Sr. Presidente. Prazer em revê-lo. Espero que

tenha trazido boas notícias do seu congresso e desejo boa sorte a V.S^a.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Cheguei agora pouco. Estou bem. Eu quero antes de passar a palavra aos Embaixadores, registrar a presença entre nós do Senador Virgílio de Carvalho que assumiu o cargo de Senador da República por Sergipe durante a licença da Senadora Maria do Carmo Alves. Concedo a palavra ao Embaixador Raul Campos Castro para fazer sua exposição.

SR. RAUL CAMPOS E CASTRO: Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. RAUL CAMPOS E CASTRO: Bom, S.Ex^a, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, em ausência, S.Ex^a Senador Eduardo Azeredo, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores membros desta egrégia Comissão do Senado Federal, senhoras e senhores aqui presentes, tive a honra de ter meu nome designado pelo Sr. Presidente da República para representar o Brasil nos Emirados Árabes Unidos e, caso conte com a aprovação de V.Ex^{as}, tenho a intenção de envidar os melhores esforços para que o desenvolvimento das relações continuem sendo frutuosas como vem sendo ultimamente.

Antes de ser designado Ministro Conselheiro em Pretoria, aonde estou nos últimos três anos e meio, eu chefei no Itamaraty durante praticamente quatro anos a divisão que se ocupava da coordenação das nossas relações com os países do mundo árabe, especificamente, mais os países do Oriente Médio, não da África do Norte. Durante esse período eu tive a oportunidade de participar da organização da primeira viagem de um Vice-Chanceler brasileiro ao Oriente Médio, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Embaixador Osmar Chofi, enfim, empreendeu esta viagem que a rigor, historicamente, é a primeira viagem de uma autoridade do Estado Brasileiro desde a ida do Imperador Dom Pedro II na década de 1870 aos países do Oriente Médio. Nessa ocasião ele não foi na condição de chefe de Estado, ele foi como interessado e curioso em arqueologia e em outros assuntos. Esteve no Egito, esteve na Palestina, esteve na Síria, e depois ainda voltou uma vez à região, mas, enfim, nunca se encontrou como Chefe de Estado com sultão otomano, residente em Istambul, em suma, foi uma grande autoridade brasileira que esteve na região, mas não exatamente em caráter de representação do Governo

Brasileiro. Essa viagem do Vice-Chanceler em 2001 foi efetivamente a primeira vez que uma alta autoridade brasileira esteve visitando oficialmente esses países.

Já no Governo do Presidente Lula, eu também tive oportunidade de participar na preparação da viagem presidencial a esses países, tanto na viagem do Vice-Chanceler como do Presidente Lula aos Emirados Árabes Unidos foram visitados e é bastante notável que desde essa época, a viagem do Presidente Lula foi em 2003, ocorreu efetivamente um notável desenvolvimento e adensamento das relações bilaterais com os Emirados. Caso aprovado por V.Ex^{as}, o foco que eu pretendo dar à minha gestão não terá como não ser centrado no desenvolvimento das relações econômicas e comerciais com os Emirados. Os Emirados, como os senhores sabem, é um país pequeno, não pode ser qualificado como um mini Estado, micro Estado, é um país relativamente pequeno, que curiosamente em seus folhetos propagandistas se diz um país do tamanho de Portugal. Coincidência histórica. A rigor, é um pouco menor. É um país do tamanho de Santa Catarina, até um pouco menor. Mas é um país que dispõe de reservas petrolíferas muito consideráveis, como o Senador Jarbas Vasconcelos mencionou em sua intervenção, são reservas da ordem de 100 bilhões de barris. Só para efeito de comparação para lembrar aos senhores a recente descoberta do campo de Tupi foi avaliada, inicialmente, como grande campo petrolífero na faixa de entre 5 e 8 milhões de barris. Quer dizer, esse país relativamente pequeno com a população de cinco milhões de habitantes conta atualmente com reservas identificadas cem bilhões de barris o que é efetivamente muito significativo. Como eu dizia, então, desde essas duas viagens oficiais verificou-se um adensamento muito significativo da relação dos dois países. Para que os senhores tenham uma idéia, na época da viagem de 2001, as nossas exportações para os Emirados estavam na faixa de... Oscilavam entre 150 e 200 milhões de dólares e no ano passado a corrente comercial já está em dois bilhões de dólares sendo que as exportações brasileiras de 1.6 bilhões de dólares. Quer dizer, nós temos um grande aumento de exportações e um salto comercial muito significativo, porque importamos 400 milhões de dólares, ou seja, um salto comercial de mais de um bilhão de dólares.

O foco, então, do meu trabalho nos Emirados terá que ser tentar adensar ainda mais as relações econômicas com os Emirados, estimular ainda mais um aumento das exportações brasileiras e também sensibilizar, tentar sensibilizar as empresas brasileiras para a importância de que utilizem esse... Do grande potencial logístico instalado em Dubai, que se trans-

formou no grande centro financeiro, grande centro de logística de transportes na área e que serve uma vasta região não só à Península Arábica, mas abrangendo desde o sul da Ásia até a Índia, até o litoral leste da África, até o Quênia. Então, à medida que as empresas brasileiras se sensibilizam sobre essas oportunidades, a tendência é que as nossas relações econômicas e comerciais se tornem cada vez mais relevantes. Para que os senhores tenham também uma idéia, já existem nos Emirados praticamente mil brasileiros residentes. Enfim, relacionados com a presença de empresas brasileiras, com serviços brasileiros presentes nos Emirados e, enfim, e com o comércio de exportação de produtos brasileiros. Apesar do meu Relator ter rapidamente mencionado sobre o país, eu gostaria de, rapidissimamente, fazer um breve apanhado do que são os Emirados. É um país então relativamente pequeno, tamanho de Santa Catarina, praticamente totalmente desértico, era um país que até a década e 40, 50, era mais do que pobre, paupérrimo, se sustentava praticamente na pesca, na coleta de pérolas no litoral, os beduínos que moravam no interior, no deserto dos oásis faziam uma pequena agricultura de subsistência, grandes plantações de tâmaras e criação de caprinos e camelos. E o país se resumia a isso. Um país, efetivamente, muito pobre.

Quando se vai aos Emirados e se frequenta qualquer dos seus museus e se vê as fotos da década de 40 e 50, é algo realmente impressionante a constatação do que era o país naquele momento, 50 anos atrás e no que se transformou atualmente. Bom, esse país então sempre esteve numa região totalmente periférica a todas as civilizações que se desenvolveram no Oriente Próximo do crescente fértil, no Egito, do outro lado do Golfo, no Irã, antiga Pérsia. País totalmente afastado das grandes correntes civilizacionais que se desenvolveram na área. Após o fim da era clássica do mundo antigo na Europa e depois da retração dos povos europeus na idade média européia, os primeiros europeus que chegaram à região foram os portugueses no começo do século XVI. Como os senhores sabem, dominaram o Ormuz na costa da Pérsia que controlava a entrada do Golfo Pérsico, atualmente, Golfo Arábico, também por insistência dos Países Árabes, os portugueses chegaram até o final do Golfo, até o que é atualmente o Kwait e o pequeno litoral iraquiano, estabeleceram fortes no Barhein que é uma ilha, dominaram Mascate na costa de Omã do outro lado já na face do Oceano Índico, mas nunca se estabeleceram na região. Na verdade era simplesmente um controle marítimo do Império Português na área. E foi o Império Britânico, já no final do século XVIII, que por necessidade de controle da pirataria do Golfo

Arábico que estabeleceu enfim acordos de paz com os Estados da época que eram os Emirados atuais, que viviam do corso, as embarcações que circulavam na região e que não interessavam aos britânicos e, então, estabeleceram tréguas com esses países que passaram a ser conhecidos como os Estados da trégua. E o Império Britânico, então, se tornou o protetor desses países, dessa Costa toda e se tornaram protetorados britânicos, nunca colônias européias. Isso é importante frisar, porque esses países não tendo sido colônias européias, não ficaram com traumas e ressentimentos especialmente fortes contra os colonizadores europeus, o que facilitou na época de independência a que eles não tivessem problemas em cooptar a ajuda desses países para se desenvolverem.

A configuração política dos Emirados, eu definiria como uma Federação monárquica compartilhada. Na verdade, são Emirados que eram independentes entre si e que resolveram se unir por época da independência em 1971 em função de que eram países relativamente fragilizados face à importância de um vizinho como a Arábia Saudita, um país imenso, de dimensão amazônica, do tamanho do Estado do Amazonas, ou mais, e com uma população de 20 milhões de habitantes. E do outro lado do Golfo, o Irã, tradicionalmente, com uma potência ainda maior, mais extensa, uma população de 60 milhões de habitantes. Então, esses pequenos Estados resolveram se unir para se tornarem mais fortes. Não é um país democrático, é uma cultura política tradicional, principesca, eles dispõem de um Conselho Legislativo que, a rigor, não é legislativo, é mais consultivo com 40 componentes, 20 componentes indicados pelas famílias emiráticas, famílias reais e 20 componentes eleitos também por um colégio eleitoral muito restrito, da faixa de cinco a oito mil pessoas. Então, é um... Uma conformação política pré-democrática, mas que tem funcionado a contento. No contexto histórico deles, a população não vem apresentando grandes reclamações com relação a essa conformação política. As famílias reinantes tiveram habilidade de distribuir fartamente a grande riqueza que acumulam com as vendas de petróleo, é uma riqueza muito significativa, eles deixam, enfim, parte dessa riqueza nas mãos da população emirática que é só um quinto da população dos Emirados, pouca gente, um milhão de pessoas, então não há, enfim, conflito político existente no país e nem se prevê em médio prazo que venha ocorrer qualquer... Enfim, conturbação política, embora, evidentemente os Estados Unidos, os países que os protegem, a Grã-bretanha, que é país de tradicional presença na área, procure incentivar a democratização do país e a tendência é que esse Conselho Legislativo

consultivo se expanda aos poucos e se democratize com a passagem do tempo.

Sobre a estrutura econômica eu mencionaria tão somente a grande riqueza petrolífera, a descoberta do petróleo se deu na década de 30, 40, mas só começou a fluir a partir de 1962. Até essa época, o país podia ser qualificado como país de população classe média, não se referindo aos emires e o país efetivamente começou a tornar-se muito rico a partir da década de 1980. Essa riqueza não é só de petróleo, é também de gás, gás natural, 70 trilhões de metros cúbicos de reservas. O país contou, por sorte de sua história, com uma liderança que eu considero sábia e clarividente, desde o princípio eles souberam habilmente cooptar o apoio que poderiam ter dos países desenvolvidos para se desenvolverem eles próprios, souberam desde cedo pensar no futuro, constituíram o Fundo Soberano de Abu Dhabi, que é o maior Fundo Soberano existente no mundo atualmente, com a alça dos preços dos petróleos já caminha para mais de 900 bilhões de dólares, só superado pelas reservas de divisas chinesas. Esse Fundo Soberano foi montado desde 1976 e desde 1976, em vez de eles utilizarem as reservas que angariavam do petróleo investido em títulos do Tesouro Americano, que rendem muito pouco, não, eles aplicaram, fizeram esse fundo de investimentos, aplicaram em títulos, em ações, em empresas, em indústrias e tiveram rendimentos cada vez crescentes a ponto já de se aproximar a um trilhão de dólares. Então, é um foco que eu gostaria de dar a meu trabalho, tentar me aproximar, conhecer mais como funciona o Fundo de desenvolvimento de Abu Dhabi, ver em que medida nós podemos atraí-los ou sensibilizá-los para as oportunidades existentes de aplicação no Brasil, no mercado de ações, em indústrias, aonde seja, enfim, conveniente e procurar estabelecer melhores e mais intensas relações com esses Fundos. Eu, para terminar e não me estender em demasia, eu terminaria dizendo que há também possibilidades ainda pouco exploradas de cooperação técnica que eu gostaria de explorar mais, principalmente em três campos. Uns, especialistas de petróleo têm feito análises dizendo que, provavelmente, abaixo dos campos superficiais de petróleo dos Emirados, eles possivelmente também disporão de grandes campos no chamado pré-sal deles – campos de ultraprofundidade.

Então aí, caso se confirme essa possibilidade, há uma grande dimensão possível de cooperação com a PETROBRAS que tem a tecnologia de exploração em águas profundas. É uma possibilidade muito concreta de cooperação técnica. A outra, seria na conservação de recursos hídricos. Eles têm grande experiência de séculos de conservação, de reduzir os recursos hídri-

cos abaixo do deserto, eles não dispõem de nenhum aquífero Guarani, eles dispõem de aquíferos relativamente limitados, mas têm grande experiência na conservação desses aquíferos. Então, talvez seja um campo que nós possamos, talvez, também cooperar com grandes, enfim, ganhos para os dois lados. E um terceiro, seria uma cooperação em cooperação agrícola, em culturas de clima árido e semi-árido, eu penso na EMBRAPA do semi-árido, que está se desenvolvendo no Nordeste, eles têm institutos de cooperação agrícola com grande experiência em culturas no árido mais do que no semi-árido, a nossa caatinga é uma Floresta Amazônica comparada com a aridez do deserto arábico, mas nós poderíamos, por exemplo, desenvolver no Nordeste a cultura de tâmaras que já se desenvolve, por exemplo, no México, que exporta tâmaras.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. RAUL CAMPOS E CASTRO: Talvez em termos de beleza, mas ainda pequena comparativa... [risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [Pronunciamento fora do microfone]... A experiência de um japonês. Então ela é bonita no cacho de árvore que foi feita. Desculpa interromper...

SR. RAUL CAMPOS E CASTRO: Sei que há um especialista egípcio conectado com essa EMBRAPA do semi-árido e alguns institutos de pesquisa de um Estado nordestino, não lembro se era Pernambuco, que está tentando, fazendo pesquisa da introdução da tamareira. Mas é muito pouco. Mas a possibilidade concreta de plantação é enorme. É uma fruta riquíssima, alimentícia...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com três passa o dia no deserto.

SR. RAUL CAMPOS E CASTRO: Exatamente. Além do mais é uma fruta rica em gorduras, de repente, pode virar biodiesel. A planta toda como o babaçu ou carnaúba é totalmente aproveitável, os troncos, as folhas, tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Tunísia está exportando uma bonita, mais sequinha. Estão desenvolvendo, talvez, a tese do senhor possa... Se tem algum nordestino aqui levar para lá.

SR. RAUL CAMPOS E CASTRO: Isso dependerá das pesquisas. Mas acho que é o caso de pô-los em contato com os institutos de pesquisa agrícola nesses países, [soa a campainha] no caso os Emirados e ver o que é possível fazer. Enfim, eu acho que ficaria por aqui, estou evidentemente aberto às perguntas dos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador Raul Campos e Cas-

tro, agradecemos a sua exposição e teremos depois oportunidade de novas interpelações ou questões levantadas pelos Srs. Senadores. Embaixador Raul Campos é indicado como... Para Emirados Árabes e teve a sua relatoria pelo Senador Jarbas Vasconcelos.

Concedo agora a palavra ao Senador Edgard Antônio Casciano para fazer sua exposição... Embaixador, indicado para República Árabe da Síria, tendo Senador Romeu Tuma como Relator. Só lembrar aos Srs. Senadores que já podem votar.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Agradeço as generosas palavras do Senador Romeu Tuma no encaminhamento do meu currículo. E queria dizer da grande honra que eu tenho de ter V.Ex^a como Relator do meu processo de designação, e também da felicidade com que eu irei representar o nosso país na Síria. Se merecer a confiança de V.Ex^{as}, eu gostaria de iniciar minha apresentação com breves comentários sobre a Síria em seu contexto regional. O primeiro deles é de que a Síria ela tem influência direta nas principais questões do Oriente Médio, que são também questões que afetam não apenas a estabilidade daquela região como também do sistema internacional como um todo. Obviamente, eu estou pensando na questão palestina, na questão libanesa e na questão iraquiana que foi exacerbada com a intervenção militar estrangeira em 2003. Então, a Síria ela tem centralidade no encaminhamento dessas três grandes questões internacionais. E esse é um dos elementos que constitui o que vários analistas internacionais chamam de paradoxo sírio.

A Síria é um país de grande civilização, uma história riquíssima, foi ponto de encontro de grandes impérios na antiguidade, ela mesma foi sede de um grande império, que foi o primeiro grande califado dos homíadas. Mas é um país de dimensões, relativamente, modestas. Não tem grande população, como... E tem recursos naturais que não são muito abundantes. Ela é produtora de petróleo, porém, a produção de petróleo tem declinado nos últimos anos. Agora, ela ocupa uma posição estratégica inegável por causa da sua influência direta nessas três questões que afetam a estabilidade do sistema internacional. O ex-Secretário de Estado, Henry Kissinger, ele costumava dizer que os árabes não podem fazer a paz sem o Egito, mas também não podem fazer a guerra sem o Egito, mas não podem fazer a paz sem a Síria.

Os principais objetivos da política externa Síria, conforme foram definidos pelo pai do atual Presidente Bashar al-Assad, Hafez al-Assad durante seu longo Governo de quase 30 anos, são primeiro conter Israel. Conter Israel que é visto não só pela Síria como pela maioria dos países árabes e seus vizinhos como um

país expansionista. A Síria tem territórios ainda ocupados por Israel, que são as Colinas do Golã. O segundo principal objetivo da política externa da Síria é evitar a sua marginalização no contexto regional que pode advir, por exemplo, de uma paz em separado entre Israel e o Líbano ou entre Israel e os palestinos. Essa é uma preocupação permanente da Síria de evitar sua marginalização e isolamento no contexto regional.

Outro objetivo eu já me referi é recuperar as Colinas de Golã, que é um território sírio que foi ocupado por Israel na guerra de 1967 e que Israel anexou unilateralmente em 1981, uma anexação que não é reconhecida pela comunidade internacional e que é ilegal do ponto de vista do Direito Internacional.

Agora, eu me referiria a algumas tensões, algumas mudanças na... No cenário internacional, sobretudo no Oriente Médio, que afetam diretamente a Síria. Tem havido, no cenário internacional, sobretudo, algumas mudanças no cenário internacional que têm incidência no Oriente Médio como no período desde que o Presidente Bashar al-Assad assumiu a Presidência que foi em junho de 2000, pouco mais de um mês após a morte de seu pai, Hafez al-Assad. A primeira delas é uma que ainda ocorreu antes do Presidente Bashar assumir a chefia da nação foi a retirada de Israel das tropas israelenses de ocupação do sul do Líbano. Isso ocorreu dois meses antes do Presidente Bashar assumir. Com a retirada de Israel aumentaram as pressões internacionais para que a Síria também retirasse suas tropas do Líbano, onde ela estava há cerca de 30 anos. Pouco após a posse do Presidente Bashar teve início nos territórios palestinos ocupados a segunda antifada(F). Em 2001, em setembro de 2001, ao ataque às torres gêmeas de Nova York e a sede do Pentágono em Washington, o Presidente Bush lança então a chamada guerra contra o terrorismo internacional. Isso vai causar uma série de problemas para a Síria também, o maior deles, a intervenção militar dos Estados Unidos e seus aliados no Iraque.

Em 2003, a Síria foi o país a ter acolhido o maior número de refugiados iraquianos, há mais de um milhão e meio de refugiados, a Síria teme, com toda razão, ao sectarismo que tem se verificado no Iraque após a intervenção e há um temor também muito sério da Síria com eventual desmembramento. Não só da Síria como de outros vizinhos do Iraque como a Turquia, o eventual desmembramento do Iraque como um dos resultados da intervenção militar estrangeira. Em 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou uma resolução que estipulou a retirada total das forças militares sírias do Líbano. Na realidade, ainda no Governo do Presidente Hafez al-Assad, a Síria já havia dado início a uma retirada gradual de suas for-

ças do Líbano. Porém, houve um fato político que foi a prorrogação do então Presidente do Líbano, Emile Lahoud, o mandato dele foi prorrogado ao que consta, por desejo sírio também, então aí houve uma pressão, sobretudo, dos Estados Unidos e da França para que a Síria completasse a retirada de suas forças do Líbano. E, posteriormente, houve o assassinato do ex-Primeiro Ministro, Rafik Hariri, que deu origem à criação de um Tribunal Especial Internacional pelo Conselho de Segurança, isso também tem criado uma série de tensões para a Síria na... E dificuldades para a Síria na sua região. Mas a retirada das tropas sírias ela foi concluída meses após a morte do Primeiro Ministro Rafik Hariri, e, então, ela foi concluída em abril de 2005. Hoje, a Síria não tem mais tropas no Líbano. Mais recentemente, durante o conflito entre Israel e o Hezbollah, já mencionado pelo Senador Tuma, criaram-se novas dificuldades também para a Síria no relacionamento com o Líbano e há, nesse momento, um impasse político no Líbano, que é a eleição do novo Presidente. Na verdade, já é o 27º adiamento, foi adiado da última vez para 22 de abril e o grande problema aí, na eleição do novo Presidente é porque atualmente, por razões demográficas, a realidade política, a expressão da vontade política no Parlamento Libanês não reflete mais a realidade demográfica do país. Mas, além disso, a oposição libanesa, que mesmo nesse arranjo para constitucional da divisão do poder entre as várias comunidades, as principais comunidades, religiosas, por exemplo, o Presidente do Parlamento, da Câmara dos Deputados será sempre um muçulmano xiita. O Primeiro Ministro será sempre um muçulmano sunita e o Presidente que deve esse ser eleito, será sempre um cristão maronita. Agora, o problema é como refletir no gabinete ministerial as diversas forças que compõem esse tabuleiro complicado que é o tabuleiro político do Líbano. Na verdade, a oposição tem 45% das cadeiras no Parlamento e ela pretende ter um número correspondente de representantes no Governo, no gabinete ministerial. A oposição libanesa ela tem... Ela é simpática, tem a simpatia da Síria. Agora, o que o Governo sírio tem dito é que ele não intervém nesse debate. Na verdade, quando há qualquer referência a essas dificuldades de eleição do novo Presidente, o que está se querendo é que a Síria intervém. A Síria diz que não vai intervir nesse debate. E esse impasse político no Líbano esteve na origem de uma série de dificuldades para a Síria na organização, convocação e preparação da cúpula árabe, a cúpula da Liga Árabe que acaba de se realizar em Damasco.

Os senhores sabem pelo noticiário que alguns dos principais Países Árabes, como a Arábia Saudita, o Egito e a Jordânia não estiveram representados pelos

seus chefes de Estado, e um deles, o Líbano, que foi formalmente convidado, simplesmente, não participou da Reunião da cúpula. Dos 22 Estados membros da Liga Árabe, 11 participaram com chefes de Estado. Então, essas mudanças no contexto regional criam uma série de tensões para a Síria e afetam não apenas as relações externas da Síria como também têm efeitos no plano interno. Elas afetam, por exemplo, a implementação de um plano ambicioso de reformas políticas, econômicas e administrativas que o Presidente Bashar lançou logo após ter assumido a Presidência em junho de 2000. Eu falaria brevemente sobre a relevância da Síria para a política externa brasileira. Senador Tuma já mencionou a primeira coisa que nos ocorre quando pensamos na relevância da Síria para o Brasil, é a presença dessa importante comunidade de descendentes, já mencionou o Senador Tuma que são cerca de 2,5 milhões de descendentes, e essa presença cria naturalmente fortes laços humanos e também afetivos. Qual é a importância dessa comunidade? Não deve ser medida apenas numericamente. Nós temos que pensar também na qualidade da presença dessa comunidade na sociedade civil brasileira. No mundo dos negócios, na academia, nas profissões liberais, no mundo da cultura e da política também. Mas as nossas relações com a Síria não devem ser medidas apenas em função desses laços humanos, nós temos que pensar também na crescente ampliação do perfil do Brasil no cenário internacional e, em particular, a crescente projeção da política externa brasileira no Oriente Médio. Basta lembrar, a iniciativa brasileira que foi do próprio Presidente da República de... Da criação desse foro de cooperação inter-regional que é a Aspa, a primeira cúpula Aspa que foi realizada aqui em Brasília, em maio de 2005 e a próxima será realizada no Catar, no último trimestre deste ano. O Brasil abriu, recentemente, não faz muito tempo, um escritório de representação na capital provisória da Palestina, Hamala(F) foram criadas as funções de Embaixador Especial para o Oriente Médio e também enviado especial para a cúpula Aspa. Mais recentemente, no final do ano passado, o Brasil participou da conferência de Anápolis, realizada em novembro de 2007 e tem participado de várias outras conferências muito importantes sobre o encaminhamento da questão palestina. Não há mera coincidência no fato de que os primeiros países em desenvolvimento a terem... Extra-regionais a terem seus convidados para a cúpula de Anápolis foram Brasil, Índia e África do Sul. Três países com os quais nós formamos um outro foro de cooperação que é o Ibás. Embora, o Brasil não seja um protagonista de primeiro plano nas negociações internacionais sobre o Oriente Médio. O Brasil tem inegavelmente um papel,

uma contribuição importante a dar aos problemas do Oriente Médio. Nós temos primeiramente o exemplo a dar de... Da convivência harmoniosa de brasileiros de origens tão distintas, inclusive árabes e judeus, esse é um exemplo que nós temos a dar. E há uma vantagem que o Brasil tem é que ele dialoga com todos no Oriente Médio. O Ministro Celso Amorim costuma dizer que nós somos amigos de países que, por vezes, não dialogam entre si. Isso nos confere uma vantagem no diálogo também referente àquela região. Hoje, nós participamos plenamente do processo, nós externamos nossas opiniões e somos ouvidos com atenção e interesse.

Na evolução recente das relações bilaterais um marco muito importante foi a visita do Presidente Lula à Síria em dezembro de 2003, e a elevada qualidade do diálogo bilateral também se verificou plenamente na recente visita do Ministro Celso Amorim a Damasco onde foi recebido pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e com todos eles manteve uma conversa muito cordial, franca, muito aberta, num clima de muita confiança. O Senador Tuma já destacou a importância que teve a Síria na repatriação dos nossos nacionais que se encontravam no Líbano durante o conflito entre Israel e o Hezbollah, em julho e agosto de 2006. Praticamente era a nossa única opção. Foi essencial poder contar com esse apoio, porque a outra opção que o Brasil teria é evacuar por mar, mas aí o risco era altíssimo. Mas eles foram para a Turquia, mas passando pelo território sírio. Muitos foram para a Turquia passando pelo território sírio. O Itamaraty e outros órgãos do Governo montaram uma estrutura de acolhimento desses cidadãos brasileiros e, inclusive, o Ministro Amorim ele costuma lembrar uma conversa que ele teve com uma senhora que estava sendo... Que havia sido evacuada, ela disse que ela já havia participado de três... Vivido três guerras no Líbano, e era a primeira vez que ela via o Estado brasileiro presente em apoio a seus nacionais. O apoio sírio era essencial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]... E o Brasil aceitou sem nenhuma dificuldade. Uma campanha humanitária mesmo. De resgate. Desculpa interromper.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: O senhor já se referiu às relações comerciais, já citou números. Na verdade, eu assinalaria agora o efeito da visita do Presidente Lula em dezembro de 2003 na expansão do comércio bilateral, ele se fez acompanhar como tem feito normalmente, por uma missão de empresários e aí realmente as exportações brasileiras deram um salto. Foram de 66, espaço de três anos, 66 milhões para 200 milhões. Mas há um saldo brutal para o lado brasileiro e isso, na verdade, ele é devido às exporta-

ções sírias para o Brasil hoje estão em torno de nove milhões. Veja a diferença. No ano passado o total--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): São mais produtos comestíveis que o Brasil exporta muito óleo.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Café, açúcar, muito açúcar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, importa.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Nós importávamos basicamente nafta. Derivado de petróleo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Comestíveis também, e, hoje, parece que cresce um pouco.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Cresce. E essa é uma área que deve ser explorada, porque nós não podemos viver com esse saldo tão elevado para nosso lado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Comer um quibe com óleo árabe é gostoso. [risos] Desculpa.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: O intercâmbio comercial está muito aquém de suas potencialidades, isso é inegável.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Há uma... Brasil, Líbano, Brasil, mundo árabe que tem funcionado em São Paulo e tem algumas delegações de empresários que estão sem... Praticamente em ligação com o Itamaraty para essas viagens de negócios até exposições que estão sendo feitas. E a gente acompanha de perto e sabe que há um desejo de ter bons resultados. Parece que as portas começam a ser abertas. Estou interrompendo, porque meu suplente é Presidente de uma delas. Ele me conta.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: A Câmara de Comércio Brasil-Árabe é uma das mais ativas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E tem Brasil-Líbano, porque o libanês, às vezes, alguns deles não se acham árabes, se acham fenícios. Então, essa divergência eu tomei um susto quando fui a uma reunião e não sou árabe, sou fenício.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Fenícios que falam árabe.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É. Mas todos falam árabe. Desculpa.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: A Síria hoje é o 10º parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio incluindo Israel e Irã. O Irã é o segundo hoje. Então, realmente o Líbano, o Brasil tem mais comércio no Líbano do que com a Síria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Em parte, porque era ainda uma economia muito fechada. Agora, a abertura econômica tem proporcionado novas oportu-

tunidades de negócio, uma delas importantíssimo para nós, acerca de um mês iniciou operações na região de Roms, de onde vem os ancestrais do Senador Romeu Tuma, a maior usina de refinação de açúcar da Síria, com capitais, equipamentos e matéria-prima brasileira. É um grupo a Cristalserv, um grupo de Ribeirão Preto que forneceu equipamento e exporta o açúcar bruto que é refinado na Síria. É uma grande operação, é a maior usina de açúcar da Síria. Tudo isso já são oportunidades que se criam com a abertura da economia Síria. Mas há muito que fazer também no plano da cooperação cultural e intelectual e educacional. [soa a campainha] Muita coisa...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não se preocupe que é o cronômetro.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Já estou concluindo, Presidente. Muito já se fez desde a visita do Ministro da Educação, Fernando Haddad--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu fico aqui mais à vontade que os outros, eu acho. É tão gostoso ouvir... É um privilégio.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Depois da visita do Ministro da Educação em março de 2006.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parece que o acordo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, segundo o Relatório do senhor.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: E uma coisa muito importante para nós, é que se criou o primeiro curso de português, quer dizer, foi criado por iniciativa brasileira e é o que fez a tradução desse célebre livro sobre o Imã que visitou o Brasil. Mas o... Em consequência comum dos resultados da visita do Ministro Haddad a Damasco, criou-se o primeiro curso de português na Síria, na universidade de Damasco. Mas ainda eu... Se merecer a confiança de V.Ex^{as} e, tiver a minha indicação endossada, eu vou dar início a uma série de visitas e, evidentemente, vou privilegiar esses contatos na área universitária e cultural. No momento era o que teria a dizer, Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador, obrigado Edgard Antonio Casciano. Nós, de acordo com o dispositivo no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o § Único do art. 383 do Regimento Interno, vamos transformar a Reunião da Comissão em secreta, mas antes de fazê-lo, eu gostaria de pedir só licença aos dois Embaixadores para aprovar, colocar em votação dois Requerimentos e em seguida nós, então, transformaremos a Reunião em secreta onde podemos continuar ouvindo. Acredito que como se trata, especialmente no caso da Síria, uma região mais conturbada, algumas questões podem ter esse caráter mais reservado.

Passo a palavra, colocando o Requerimento em discussão, o Requerimento com base no art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado, que propõe a realização de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores desse Senado com a presença de membros da Comissão de Paz da Câmara de representantes do Poder Legislativo colombiano e do *Senado de la República de Colombia*, para a troca de informações acerca do esforço humanitário que visa à liberação de reféns das FARC's bem como presos políticos que se encontram nos cárceres colombianos. Como forma de potencializar a participação do Governo Brasileiro e desse Parlamento no esforço de paz. O Requerimento, assinado pelo Senador José Nery Azevedo, requer ainda que seja convidado para a referida Audiência o Embaixador da Colômbia no Brasil, Sr. Tony Jozame Amar. Com a palavra Senador Nery para a sua exposição sobre o Requerimento.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, quero cumprimentar os Embaixadores Raul Campos e Castro e Edgard Casciano que nessa Sessão serão indicados para importante Comissão junto aos países aos quais designarem confiados o trabalho e a representação do nosso país pela exposição que acompanhei em parte. E pelo currículo de V.Ex^{as}, com certeza, tão bem representará nossos esforços nos países para contribuir para a harmonia, a paz, relações internacionais de forma bastante substantiva. Parabéns pelas exposições, infelizmente o nosso dia-a-dia, às vezes, não permite aqui que acompanhemos com todo interesse, com todo trabalho da Comissão de Relações Exteriores, tive aqui há pouco na Comissão de Reforma Agrária, onde há uma Audiência e na Comissão de Desenvolvimento Regional. Então... Mas eu queria cumprimentar aos Embaixadores e com certeza saudar a indicação para servir junto aos Emirados Árabes, a Arábia e a Síria.

Quanto ao Requerimento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa nossa iniciativa que é acompanhada com o apoio de vários Senadores, visando a realização de uma Audiência nesta Comissão com a representação do Congresso boliviano à Câmara dos representantes, o Senado boliviano que constituíram Comissão de Paz para tratar da solução do conflito que se arrasta há tanto tempo. No sentido de possibilitar a troca de informações e participação mais efetiva do Congresso Nacional brasileiro, do Senado Federal e do Governo Brasileiro nos esforços visando acordo humanitário para de um lado permitir a liberação de reféns das FARC's e de outra forma permitir também a liberação de presos políticos das FARC's pelo Governo--

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): Dá licença um pouquinho, Presidente. Senador Suplicy, o Requerimento não é semelhante ao de V.Ex^a?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu vou me referir. O Requerimento que estou apresentando se soma ao esforço do Senador Suplicy, que apresentou a esta Casa para que fosse convidada a fazer uma exposição dos esforços para esse acordo humanitário e convidavam mais, especificamente, a Senadora colombiana Piedad Córdoba--

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP): O que ele fez hoje pela manhã foi para urgenciar junto ao Itamaraty o apoio à missão humanitária que a França quer mandar para lá. Para tratamento ou liberação. Acho que guarda...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Guarda semelhança e todos caminham na mesma direção. O encaminhamento à solidariedade à família e à mãe de Ingrid Bittencourt, bem como os esforços e incentivo para que o Governo Brasileiro, o Itamaraty em especial, atue mais diretamente de forma incisiva para construir esse acordo de paz que tem a ver com a harmonia e as relações, sobretudo, com os países vizinhos, Colômbia, Venezuela, Equador, Brasil, etc, esse Requerimento específico, Sr. Presidente, Srs. Senadores, visa e creio que poderia haver uma junção com a iniciativa do Requerimento apresentado pelo Senador Suplicy que convida a Senadora Piedad Córdoba que poderia integrar a Comissão de Paz, se aprovado esse Requerimento para essa Audiência aqui, e sem dúvida, Sr. Presidente, uma efetiva contribuição do Parlamento Brasileiro aos esforços de paz na Colômbia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Nery. Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero apoiar o Requerimento, mas fico preocupado com a expressão de presos políticos. Na verdade, é que não dá para dizer que são presos políticos. Eu não quero usar a expressão, mas não dá para dizer. Primeiro, porque não há um poder que permita isso. Segundo, porque entre os presos há muitos que não têm nenhuma atividade política e mesmo a ex-candidata Ingrid não dá para dizer que é presa política, porque ela não cometeu nenhum crime diante de nenhuma Lei, mesmo que arbitrária, como a ditadura fazia. Refém pode ser meio eufemismo para seqüestro. Não vou dizer nem que seja seqüestro nem refém, mas eu tiraria a expressão preso político, Senador. Com todo respeito, porque é um reconhecimento ao direito de ter essas pessoas como reféns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Deixa eu dar uma... Na verdade

ele está se referindo a presos políticos os que estão presos pelo governo da Colômbia.

[falas sobrepostas].

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria esclarecer, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas aí não sei se é bem preso político. Porque tem alguns lá que são assassinos mesmo, estão presos porque mataram.

[falas sobrepostas]

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Eu queria, eu poderia usar aqui expressões muito fortes para qualificar o que tem acontecido na Colômbia, patrocinado pelo Governo colombiano. Mas o meu esforço, e creio que é o esforço de todos nós aqui, buscar o entendimento. E, sobretudo, se nos propomos a contribuir no processo, nós deveremos fazer a conceituação, pelo menos, mais aproximada do que seja mais justo e mais correto para que tenhamos a condição de contribuir e ajudar nessas intermediações que levem a negociação. Eu não vou entrar no mérito, mas eu queria... Não eu estou chamando de refém, ou de seqüestrados, aqueles que as FARC mantêm sob sua custódia sem aqui discutir o mérito disso, embora, tenhamos uma visão clara sobre isso. Mas eu estou chamando de presos políticos os mais de 1.500 prisioneiros que a Colômbia, que o Governo da Colômbia tem em seu sistema penitenciário, carcerário, de militantes, dirigentes, participantes das FARC. Então, se é um acordo, tem que trabalhar o entendimento que preserve a visão e os interesses de ambas as partes. Então, é um acordo que prevê libertação de reféns das FARC e libertação de prisioneiros políticos, inclusive dizer que as FARC já apresentaram antecipadamente algum tempo essa proposta e na última semana o Governo, Álvaro Uribe, concordou publicamente com essa... Com esse entendimento. A troca de... Vamos chamar de prisioneiros. Prisioneiros das FARC e prisioneiros do Governo colombiano. É nesse sentido, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Tiramos, então, só a expressão políticos e ficamos com... Troca de informação acerca de esforço humanitário que visa à liberação de reféns das FARC, bem como presos que se encontram nos cárceres colombianos. Tiramos essa adjetivação de "presos políticos", mas não são todos, alguns não são.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mas V.Ex^a está exatamente com esse espírito de fazer uma conciliação, acho que ficaria bem. Não damos esse adjetivo, porque no momento que diz que é preso político está se tomando partido.

Está dizendo que o Governo boliviano tem presos políticos. E o Governo boliviano afirma que não tem presos políticos. Que ele tem presos que são guerrilheiros, que são pessoas que cometeram crimes. Ele não diz, o regime lá é um regime democrático. Presos políticos normalmente são presos quando o regime não é democrático. Eu estou até extrapolando aqui na função de presidente, mas estou querendo buscar uma conciliação.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, o senhor tem lá presos de guerrilheiros e tem aqueles que estão participando no narcotráfico também. Então, há um crime embutido... Não digo que seja coletividade dos presos, mas embutido se a gente dizer que é preso político, amanhã o traficante passa a ser... Não estou criticando, não. Acho que V.Ex^a está correto, mas se puder tirar a expressão como propõe o Senador Cristovam.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas eu proponho a libertação de presos políticos e não de presos traficantes. Aí, o juízo de valor e a avaliação sobre cada um participa dos eventos lá--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque a guerrilha, a FARC, hoje, para sobreviver tem que praticar o crime. É seqüestro e tráfico, não tem jeito de sobreviver, porque ninguém mais ajuda financeiramente. Talvez, os Embaixadores não querem que entre no mérito aqui, porque é delicado, mas eles devem saber talvez a conduta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vou voltar a palavra ao Senador Cristovam, quem sabe consegue fazer uma...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um mal entendido da minha parte, porque eu pensava que preso político se referia aos que estão nas mãos da FARC. Não é verdade. Agora, estou de acordo com o Senador Azeredo. Chamar de preso político quem está lá... Presos do governo colombiano é tomar um partido de que o regime não é democrático. Não vou nem discutir se é ou não, porque país em guerra, a própria definição democracia muda. Cuba, por exemplo, se considera em guerra com os Estados Unidos, então exerce de vez em quando ações que não seriam democráticas. Eu creio que o Senador Azeredo está na opção correta. Para colaborar seria melhor colocar presos sem dizer o que eles são.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Estou de acordo também como um dos signatários.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Junto com o Senador José Nery, tem vários, inclusive, o Senador Suplicy.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas ao mesmo tempo, para concluir, mudando de as-

sunto, eu gostaria de dizer aos embaixadores que bem diante dessas atividades que nós temos aí, eu não vou poder ficar até o final da sabatina.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Falemos os dois. Eu primeiro quero dizer que tenho usado muito as sabatinas para aprender. Eu tenho colocado para os Srs. Embaixadores questões relativas não exatamente aos seus países, mas em relação à nossa estratégia de longo prazo no mundo global que estamos vivendo. Eu faço uma lista de pontos e eu digo o que é que a gente vai trabalhar em relação a isso. Eu vou citar, mas não vou nem estar aqui para resposta. Eu ponho, por exemplo, o problema da formação de blocos, nós vamos ou não entrar em blocos? Quais blocos? A própria OPEP se fala agora que vamos entrar ou não. O problema das drogas que é um problema fundamental, problema dos recursos naturais que é um problema que vai estar na Pauta nos próximos anos. O problema da diluição cada vez mais das soberanias. As soberanias perdendo força diante do mundo global. Mas, hoje, eu não vou poder ficar, então depois quem sabe eu visito os Embaixadores, se o Senador Eduardo Azeredo como Vice-Presidente me incluir em alguma dessas viagens, eu terei o maior prazer. Não precisa colocar para Europa nem Estados Unidos, me coloque para países como esse e África. Mas o que quero é desejar, em primeiro lugar, que exerçam bom trabalho que eu tenho certeza que vão fazer, aproveitamento para elogiar o Governo Lula e o Ministro Amorim, nós não temos um único Embaixador de fora dos quadros nesse momento, todos que são indicados são pessoas competentes e insisto, sempre faço isso, que procurem aumentar ao máximo nossas relações culturais. Creio que os mais pobres países, com menos comércio que seja, permite uma boa relação cultural. E creio até que nós cometemos o erro de frisarmos muito o lado econômico sem lembrar que as relações entre povos não se dão apenas pelo comércio, se dá muito pelas relações. Essa é a palavra que deve fazer. Desejando uma boa sorte, eu quero dizer que tenho o prazer de mais uma vez estar na sabatina diante de pessoas que orgulham o serviço público brasileiro e as nossas relações internacionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, agradecendo sua intervenção, e quero dizer que eu também quero ir quando for [risos]. Na verdade até perguntei ao Senador Tuma recentemente sobre a Síria, vi uma fotografia realmente lindíssima de Palmira, uma fotografia aérea mostrando são... Restos da cidade...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem cidades lindas, locais religiosos muito bonitos na região da Síria e Líbano. Historicamente, os cristãos praticamente andaram por toda a região. São Paulo se converteu em Damasco. A caminho de Damasco.

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O único santo árabe é São Charbel e tem um local lá que vai pela montanha, fui até lá, e tem um outro lugar onde Nossa Senhora, em fuga, teria aberto as pedras e ela penetrou. Diz que é um lugar muito bonito que espero conhecer. Com o senhor em companhia. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Deixa eu só colocar em votação o Requerimento do Senador Nery retirando então a expressão “políticos”. Não havendo quem queira discutir mais para entrar em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aquela modificação proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Aprovado com a modificação acordada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parabéns, Senador, pela decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Estou só colocando em votação. Vamos colocar em votação mais um Requerimento e depois nós voltamos a palavra aos Embaixadores. É o Requerimento nº 12/2008 do Senador Suplicy que quer que seja encaminhado Requerimento ao Ministério do Estado da Defesa para que preste informações sobre matéria veiculada na revista Isto É de 26 de março sobre o Brasil na academia da repressão. Que apresente resposta aos questionamentos que estão colocados aqui.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, esse apenas seguindo a sugestão do Senador Heráclito Fortes, que possa ser encaminhado ao Ministro da Defesa para quando ele então fizer a visita também inclua a resposta a essas questões. Então, é mais um aditamento--

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Já houve três Requerimentos referentes a...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ao mesmo assunto?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Referente a perguntas que o Ministro da Defesa, aqui, responderá quando da sua visita à Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Do Suplicy é essa escola e o nosso é uma guerrilha que apareceu no Estado de Rondônia. É a mesma visita.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Aproveitaríamos a vinda do Ministro para, nesse momento, ele responder. Mas o V.Ex^a mantém o Requerimento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mantém nessa forma. Como para que ele possa responder as perguntas por ocasião da sua visita à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Então, o Requerimento em aditamento aos Requerimentos nº 10 e nº 11. Então teríamos os Requerimentos nº 10, nº 11 e nº 12, todos eles prevêm essas questões para o Ministro quando ele aqui estiver.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E, finalmente, Presidente, como inúmeros Senadores, inclusive, o Presidente Heráclito Fortes, Senadora Ideli, praticamente os representantes de todos os partidos recebemos na semana anterior a visita do Presidente do Senado da Bolívia acompanhado de dois outros Senadores do partido Podemos da oposição ao Presidente Evo Morales, como também todos nós recebemos a visita do Embaixador da Bolívia e como ambos os lados disseram que houve dificuldades de entendimentos até no que diz respeito à questão constitucional, mas como ambos solicitaram que possa haver a cooperação dos países irmãos do Brasil, da Argentina e outros, no diálogo que a própria Igreja Católica está promovendo para o melhor entendimento entre as partes, então, estou apresentando um Requerimento para que o Senado Federal possa estar acompanhando de perto o diálogo entre as partes, sem nenhum sentido de intervenção, mas de acompanhamento atendendo ao pedido de ambas as partes. Tanto dos Senadores da oposição da Bolívia quanto do Embaixador da Bolívia. Então, é este o sentido do Requerimento que encaminho à Mesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tuma, só primeiro colocar então em votação o Requerimento dos aditamentos--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria ver se V.Ex^a terminasse com os embaixadores e depois nós damos continuidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Só colocando em votação esse Requerimento anterior.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senão eles ficam angustiados sem saber o resultado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está em votação o Requerimento nº 12 em aditamento ao nº 11 e nº 10 Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Senador Suplicy, eu vou pedir então que a gente volte a discutir esse assunto como diz o Senador Romeu Tuma após ouvirmos os Senadores e tenha sido concluído o processo de votação. Eu convido o Senador Heráclito Fortes para que reassuma a Presidência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não. Eu apenas queria fazer um registro muito positivo e muito simpático para essa Comissão. A colocação aí desse mapa *mundi* de grande dimensão. Foi uma doação, Senador Suplicy, de um consultor da Casa, Dr. Márcio Garcia. Eu queria fazer esse registro no momento em que solicito que seja feito o tombamento e agradecer ao servidor pela sensibilidade que teve em fazer essa doação ao patrimônio da Comissão de Relações Exteriores. Gostaria que V.Ex^a determinasse o encaminhamento oficial dos agradecimentos por parte da Comissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, senhor, Senador Heráclito Fortes, assim será feito. V.Ex^a tem toda razão, realmente fazia falta aqui um mapa mais completo nessa Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Suplicy poderá, a partir de agora, ver com mais detalhes por onde vai defender seu renda mínima. Então, ele tem uma visão mais ampla, mas tranqüila.[risos]

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Eu quero também congratular-me com o Sr. Márcio Garcia por ter presenteado à Comissão de Relações Exteriores com esse mapa *mundi* que é bem maior do que anteriormente tinha sido colocado e, agora, nós temos uma visão muito melhor de todo o planeta Terra, dos diversos países onde o Presidente Heráclito Fortes vai nos enviar para estar defendendo a proposta de renda básica, inclusive nos Emirados Árabes Unidos e na Síria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse mapa na verdade é quase que um mapa oficial. O mapa *mundi* é um mapa da *National Geographic*, é um mapa considerado como mais completo realmente. Pena que ele ainda não seja em português. Vamos só aguardar que tenha uma versão em português que aí ficaria mais completo ainda. Mas ele é, como eu disse, considerado o mapa quase que oficial do mundo.

Então, não tendo mais Requerimentos a discutir, nós vamos agora passar... Transformar a Reunião em

secreta, a fim de que os Embaixadores sejam argüídos pela Comissão. Enquanto peço às pessoas que deixem a Sessão para que ela seja secreta, pedindo só à Embaixadora Gladys que permaneça conosco, embaixador Edgard Antonio Casciano da República Árabe da Síria e o Embaixador Raul Campos e Castro para os Emirados Árabes Unidos. O Ministro Nilo também pode ficar conosco como assessor do Itamaraty, mas eu quero ainda, antes de passar à Sessão secreta, pedir ao Senador Heráclito que assuma a Presidência na sua plenitude. Fico por enquanto. Ainda não.

Sessão secreta às 12h14.

Sessão reaberta ao público às 12h48.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A Reunião é reaberta. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que a divergência lá é grande, a gente tem que ter cautela e consultar também o Itamaraty sobre como se comportar. Pode aprovar o Requerimento. Acho mais consultar o Itamaraty. Senador, só do Mercosul teve a Reunião, então houve um Requerimento, esteve na nossa Reunião, informalmente, o representante da Palestina e da República Árabe. E ele estava expondo que modificar o acordo Mercosul/Israel para acrescentar um dado de que seria proibido qualquer vantagem do acordo que beneficiasse as colônias israelenses na Faixa de Gaza. Então, eles não poderiam se beneficiar. A União Européia já acrescentou e foi proposto. Nós recusamos de fazer qualquer manifestação, que o Brasil fizesse qualquer manifestação naquela hora sem consultar o Itamaraty para saber a que ponto o Itamaraty está envolvido nessa política. Eu acho que a gente também lá fora não tem que ter vontade própria. Eu acho que o Itamaraty tem muito mais condições e aí, talvez, o Mercosul, eu propus que viesse uma Reunião do Mercosul com a Relações Exteriores com a presença de um membro do Itamaraty. Pode ser até o que gerencia essa área, não precisa ser o Ministro. Como o senhor gerenciou, talvez, tenha mais conhecimento prático do que está ocorrendo. Então, depois a gente faz a proposta aí sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Feita a escrutinação, Senadores Romeu Tuma e Eduardo Suplicy, os dois Embaixadores foram aprovados por unanimidade, comunico, portanto, a aprovação do Embaixador Raul Campos e Castro para os Emirados Árabes Unidos e o embaixador Edgard Antonio Casciano para a República Árabe da Síria. Antes ainda de encerrar, eu quero só voltar ao Requerimento do Senador Suplicy através do qual um outro Requerimento e tendo os Senadores bolivianos Oscar Ortiz Antelo, Tito Hoz de Vila Quiroga

e Roger Pinto Molina do Podemos, Partido de oposição do Presidente Evo Morales visitado o Senado na semana passada onde transmitiram aos Senadores informações de numerosas dificuldades de natureza institucional que estariam ocorrendo na Bolívia, e levando a impasses. Tendo o Embaixador da Bolívia, Sr. René Amuricio Dorfler Ocampo também em visita ao Senado Federal, informado as dificuldades de diálogo com os partidos de oposição e tendo ambos os dados dito que as normas constitucionais não estariam sendo inteiramente respeitadas, e tendo os dois lados considerado que será importante que a comunidade dos países irmãos possa colaborar para o entendimento e avaliado como importante a mediação que está sendo proposta pela Igreja Católica, requer essa Comissão, de acordo com o Requerimento do Senador Suplicy, que venha ao Senado Federal a se dispor a acompanhar com atenção os entendimentos para que se garanta o processo de aperfeiçoamento das instituições democráticas da Bolívia. Na verdade, é um Requerimento para que nós tenhamos a atenção sempre com o apoio do... Das informações que o Itamaraty possa nos dar. Então... Só colocar esse Requerimento em votação. Em votação. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento do Senador Suplicy.

Com a palavra Senador Mão Santa... Antes de encerrar.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone]... E a Síria, isso tudo era Pérsia. Dario e aquelas invasões da Grécia. Agora a Síria--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: [pronunciamento fora do microfone] entre egípcios e hititas lá da atual Turquia. E também foi a principal... A Síria foi a principal... A escrita. [ininteligível] É a cidade onde se encontraram o registro de alfabeto mais antigo que existe. O alfabeto foi inventado pelos fenícios num território que tradicionalmente se atribuía... Se atribuía à Síria. Então, para--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós vamos ter aqui, permanentemente, um meio Embaixador que é o Senador Romeu Tuma que vai estar sempre acompanhando.

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Quando a Síria foi a principal província do Império Romano no Oriente Médio. Considerado o principal. E essa Síria do Império Romano era a grande Síria. Englobava a Palestina, o Líbano atual e a Síria propriamente dita e territórios, inclusive, da atual Jordânia. Na verdade, o Líbano foi criado pelos franceses. Foi uma criação

dos franceses que se basearam na realidade demográfica de então de se criar um Estado que eles pretendiam proteger eternamente, Estado de maioria... Os ingleses ficaram com a atual Jordânia e Palestina, além do Iraque. Então, os franceses que ficaram com a grande Síria criaram o Líbano que, originalmente, era pensado para ser apenas um monte Líbano, lá com a maioria cristã maronita e eles se apresentavam como protetores da comunidade cristã maronita. Posteriormente, eles agregaram outras cidades da costa, essa unidade foi realmente criada pelos franceses, embora, tivessem prometido, quando houve a revolta árabe contra o império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial, a Turquia era aliada dos impérios centrais da Alemanha, então havia interesses em inglês e francês em desmembrar o império Otomano. Quando houve essa revolta árabe contra o império Otomano, contra os turcos, os ingleses e franceses tinham prometido independência para os árabes, mas essa independência foi negada logo depois... Aliás, mesmo durante a guerra ingleses e franceses já estavam negociando para dividir aqueles territórios como mandatos para eles, como verdadeiras colônias, protetorados. E ainda há essa mutilação que nisso Sykes-Picot foi um arranjo entre... É o nome dos dois Diplomatas que negociaram isso, Sykes-Picot e depois foi na verdade endossado pela Liga das Nações essa divisão territorial. Mas o que eles haviam prometido aos sírios, aos árabes era a Independência. Essa independência foi negada. Então, na origem, na verdade essa divisão que o imperialismo da época fez nessa região está na origem de grande parte dos conflitos atuais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. EDGARD ANTONIO CASCIANO: Na verdade... E curiosamente os maronitas, grande parte dos maronitas... Síria. Eles vieram do que hoje é a Síria. Vieram da Síria e foram se instalar no monte Líbano, mas vieram da Síria. Quer dizer, que relação eles têm com os fenícios?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, permite fazer uma sugestão? Amanhã se completarão 40 anos da morte de Martin Luther King Junior. Faço uma recomendação, hoje há um artigo de Contardo Caligaris, psicanalista que escreve às quintas-feiras na Folha de São Paulo, sobre o sonho de Martin Luther King e faz um paralelo, inclusive, com a campanha e a eventual possibilidade de... Do Barack Obama, candidato democrata, de possivelmente vencer as eleições e que guarda muito de relação com o sonho de Martin Luther King expresso no seu bonito discurso de 28 de agosto de 1963. Era o registro que

eu gostaria de fazer. Recomendando a todos a leitura deste bonito artigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. Evidente que é uma data da maior importância.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Há um registro muito interessante de que... De 1970, quando havia aproximadamente 300 mil casais inter-raciais, ou seja, apenas 0,3% dos casamentos, em 2000 já eram 10 vezes mais, acima de três milhões, 5,4% de todos os casamentos. Então, ele inclusive ressalta aqui não apenas o aumento de casamentos inter-raciais, aí, envolvendo hispânicos, afros descendentes e índios e assim por diante, mas também que há um número crescente de adoções de crianças das mais diversas origens por casais das mais diversas origens. E isto como que um avanço em direção à proposta de Martin Luther King Júnior de um dia todas as pessoas, católicos, judeus, protestantes, amarelos, brancos, negros, etc, estarem vivendo na mesa da fraternidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Suplicy. Não havendo mais assuntos a tratar, está encerrada a Sessão com a aprovação dos embaixadores para os dois países República Árabe da Síria e Emirados Árabes.

Sessão encerrada às 12h59.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia dez de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO AZEREDO**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUP LICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, HERÁCLITO FORTES, MARCO MACIEL, VIRGINIO DE CARVALHO, ROMEU TUMA, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAM BUARQUE, SERYS SLHESARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, CÉSAR BORGES, FLEXA RIBEIRO E TASSO JEREISSATI**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o

Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O presidente convida os embaixadores **Cesário Melantonio Neto** e **José Fiuza Neto** para comporem a mesa. O Presidente comunica que está a disposição dos Senadores, na Secretaria da Comissão, resposta do Requerimento de Informações do Ministro de Estado da Defesa, sobre o voo entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que conforme noticiado teria transportado numerário para beneficiar candidatura na Argentina. O presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 276, de 2007, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, Inciso IV, da Constituição Federal, com o § 1º do art. 39 da lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com o § 1º do art. 46 do anexo I ao decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor Carlos Eduardo Sette Camara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão, e, cumulativamente, o cargo de embaixador do Brasil junto a República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão.*”. O Presidente concede a palavra ao Relator “Ad Hoc” Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** para fazer a leitura do Relatório. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 48, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, a escolha que deseja fazer, do Senhor Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Eritreia e na República Democrática Somali, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.*”. O Presidente concede a palavra ao Relator “Ad Hoc” Senador **JARBAS VASCONCELOS** para fazer a leitura do Relatório. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 53, de 2008, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Fiuza Neto, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.*”. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **GERALDO MESQUITA JÚNIOR** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente abre o processo de votação e, em seguida, concede a palavra aos Embaixadores **CESÁRIO MELANTONIO NETO E JOSÉ FIUZA NETO** para fazerem suas exposições. O Presidente

concede a palavra aos Senadores **CRISTOVAM BUARQUE** e **EDUARDO SUPPLY**. O Presidente convida para comporem a Mesa o Senhor Ernesto Samper, ex-Presidente da Colômbia e a Senhora Vivian Morales, ex-Senadora da Colômbia. O Presidente submete a apreciação itens Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 18, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “*nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requeremos a criação de um dia mundial de solidariedade parlamentar pela vida da Ex-Senadora Ingrid Betancourt. nesse dia, 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da Senadora Betancourt sejam asseguradas. requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, através da mesa diretora e de sua assessoria internacional, divulgue de imediato esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as nações que compõe a família da humanidade neste início do século XXI.*” O Presidente concede a palavra para discussão os Senadores **CRISTOVAM BUARQUE** e **ROMEU TUMA**. Usaram da palavra o Senhor **ERNESTO SAMPER** e o Senador **PAULO DUQUE**. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 19, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que “*nos termos regimentais, vimos requerer que seja convidado Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para expor na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em sessão conjunta com a Comissão Assuntos Econômicos, Comissão de Educação Cultura e Desportos, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito da estratégia de desenvolvimento nacional que vem sendo elaborada por este Ministério em coordenação com o Ministério da Defesa e outros Ministérios, incluindo temas como Projeto Amazônia, Tecnologia para Muitos, Ensino Público de Qualidade, Inclusão Digital e Interação da Ação do Mercado com o Estado e como preparar o Longo Prazo a Curto Prazo.*” Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPPLY**, Senhor **ERNESTO SAMPER**, Senador **CRISTOVAM BUARQUE**, Senhora **VIVIAN MORALES** e aos Senadores **ROMEU TUMA** e **PAULO DUQUE**. O Presidente em exercício torna a reunião secreta às doze horas e quarenta e um minutos. A sessão é reaberta às doze horas e cinquenta e um minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a

presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Eduardo Azeredo**, Vice-Presidente no exercício da Presidência

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS E 56 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental declarado aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada. Em votação. Aprovada.

Antes de iniciar a apreciação da pauta, convido para comporem a mesa os Srs. Embaixadores: Cesário Melantonio Neto, indicado para a República Árabe do Egito e cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Eritreia e na República Democrática Somali; Embaixador José Fiúza Neto, indicado para a República da Guiné. Informo que o Embaixador Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa já é o nosso Embaixador no Paquistão e a Mensagem em apreciação, que é o Item 1, é para a aprovação de cumulatividade com outros países. Sendo assim, não há necessidade da sua presença neste dia.

Antes ainda de iniciar a apreciação da pauta, comunico que se encontra à disposição das Sras. Senadoras e Senadores, na Secretaria da Comissão, a resposta de requerimento de informação realizada ao Ministro de Estado da Defesa sobre o vôo entre Caracas e Buenos Aires no dia 04 de agosto de 2007, que conforme notificado teria transportado numerário para beneficiar a candidatura na Argentina. Então a resposta do Ministério da Defesa já se encontra disponível para os Srs. Senadores e Senadoras. Senadora Serys já está presente, não posso me esquecer de falar Senadoras também.

Item nº 01, Mensagem nº 276, de 2007, que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o § 1º, do art. 39, da Lei 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com o § 1º, do art. 46, do Anexo 1 ao Decreto nº 5.979, de 06 de dezembro de 2006, a escolha do Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Ex-

teriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão, cumulativamente com o cargo junto à República Islâmica do Afeganistão e a República do Tadjiquistão”. A relatoria é do Senador Marco Maciel e eu concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Relator *ad hoc*, para ler o relatório inicialmente preparado pelo Senador Marco Maciel. Com a palavra o Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz ao Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Paquistão e, cumulativamente, de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tadjiquistão. A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha do Chefe de Missão Diplomática de Caráter Permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as seguintes informações. É filho de Carlos Alberto da Fonseca Costa e Couto e Célia Sette Câmara da Fonseca Costa e Couto. Nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. Após a conclusão do curso de preparação à carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco foi subsequenteiramente promovido a Terceiro Secretário em 1975, Segundo Secretário em 1978, Primeiro Secretário por merecimento em 1982, Conselheiro por merecimento em 1989 e Ministro de Segunda Classe em 1994. Dentre os cargos e missões importantes que realizou cumpre destacar os seguintes: Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo Secretário em 1978; Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro Secretário em 1980; Divisão de Protocolo, chefe em 1989; Embaixada de Buenos Aires, Conselheiro em 1990; Chefe de Gabinete da Subsecretaria-geral de Assunto de Integração – Divisão de Integração, chefe em 1993; Presidência da República, Subchefe do Cerimonial em 1994; Embaixada em Lisboa, Ministro Conselheiro em 1995; Consulado-geral em Zurique, Cônsul geral em 1998; e Embaixada em Jacarta, Embaixador em 2002.

O Embaixador indicado possui diversas condecorações nacionais e estrangeiras das quais destacam-se: Ordem do Mérito Civil – Espanha; Cavaleiro Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha do Mérito Tamandaré; Ordem do Mérito Equador, Comendador; Ordem do Mérito Civil Portugal; Grande Oficial Ordem

do Mérito Naval, Comendador; e Ordem do Infante D. Henrique – Portugal, Grande Oficial.

No que concerne aos postos para o qual o Embaixador está sendo indicado, o Paquistão como Embaixada principal e cumulativamente a República Islâmica do Afeganistão e a República do Tadjiquistão, aduz-se as seguintes informações quanto ao Paquistão. Trata-se de país situada na Ásia, confinando com a Índia, o Afeganistão, o Irã e a China. O país tem a extensão de 803.940 Km², população de cento e setenta milhões de habitantes. O grupo majoritário é de muçumanos – 97%, a base da economia é a indústria e a prestação de serviços é de 77% do PIB, apesar da grande importância da agricultura que emprega metade da população e gera 22% do PIB. A política externa paquistanesa repousa sobre dois eixos: as conturbadas relações com a Índia e a aliança pendular com os Estados Unidos da América. A partir delas defluem vários vetores com primazia para o entorno regional, sobretudo a vizinhança imediata e o mundo islâmico. As relações bilaterais mantêm-se em nível correto e cordial, com o apoio recíproco em instâncias importantes. A participação paquistanesa no G-20, evidenciada pela reunião de coordenação realizada por este país em setembro de 2005, coincidiu com a visita bilateral do Chanceler brasileiro e demonstra que Islamabad está engajada no tema do comércio agrícola que é de grande interesse para o Brasil.

O apoio mútuo em relação à candidatura posta em entidades internacionais é constante. O comércio bilateral, embora modesto, tem perspectivas favoráveis, impulsionada pelos contatos oficiais e empresariais e limitados a partir da visita do Presidente Musharraf ao Brasil em novembro de 2004. Antes da inédita visita presidencial paquistanesa a Brasília, o Brasil e a América Latina ocupavam lugar de pouco destaque na política exterior do Paquistão. Após a vinda do Presidente, que também visitou a Argentina e o México, precedida pela visita do Diretor de Departamento da Ásia e Oceania do Ministério de Relações Exteriores a Islamabad em outubro de 2003, os contatos se intensificaram. Quanto ao comércio entre Brasil e Paquistão, houve aumento de forma expressiva de 2002 a 2006, partindo de apenas vinte e três milhões e atingindo cento e noventa e três milhões em 2006. As importações provenientes do Paquistão são ainda extremamente reduzidas e o aumento de valores no último ano decorrem das maiores importações de fios e tecidos de algodão, que responderam por 38% da pauta geral de negócio. O desequilíbrio estrutural da balança brasileira e paquistanesa tende a aumentar ainda mais na medida em que as nossas exportações acusam aumento exponencial e as paquistanesas permanecem

em nível estável, o que poderá causar desconforto no futuro relacionamento comercial bilateral.

Quanto ao Afeganistão, trata-se de país mediterrâneo situado no Sul da Ásia, cravado entre o Oriente Médio e a Ásia Central e o subcontinente indiano. Sua relevância estratégica é indiscutível. Desde 1979, quando da invasão pela União Soviética, o Afeganistão vem sofrendo com guerras. Foram dez anos de resistência contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, seguidos da guerra civil até as operações militares iniciadas em 2001, lideradas pelos norte-americanos que derrubaram o Regime Talibã. O Brasil e o Afeganistão estabeleceram relações diplomáticas em 1952. Após 1979, o Brasil não reconheceu o regime instalado por força da intervenção soviética. Nos anos de 1990, com a tomada do poder pelo Regime Talibã, o Brasil seguiu a quase totalidade dos membros das Nações Unidas, que não reconheceram o Governo Revolucionário Fundamentalista. Os atentados de 11 de Setembro e a posterior intervenção militar lideradas pelos Estados Unidos colocaram o Afeganistão no centro da política mundial. O Governo do Brasil, de acordo com a sua tradição de política externa universalista e pacífica juntou-se aos esforços internacionais de condenação inequívoca a todas as formas de terrorismo. Após a Constituição, no final de 2001, da autoridade interina do Afeganistão, o Brasil passou a examinar a possibilidade de reconhecê-la oficialmente e retomar relações diplomáticas bilaterais, decisão tomada em maio de 2004.

Por derradeiro, em relação à República do Tadjiquistão, desmembrada da ex-União Soviética, as relações são ainda incipientes, sendo sido formalizadas pela assinatura do protocolo em 1966. No entanto, há reconhecido esforço do Governo brasileiro em aproximar nosso país com Estados emergentes da área central, cujo principal reflexo foi a abertura em 2007 da Embaixada residente em Astana, no Cazaquistão, a primeira Embaixada do Brasil na sub-região. No âmbito econômico as exportações brasileiras para o Tadjiquistão têm se incrementado de forma considerável desde 2003, quando atingiram o montante de cento e oitenta e um mil dólares até 2006, ano em que as exportações atingiram 2,5 milhões de dólares. A pauta de exportação brasileira para o Tadjiquistão inclui alimentos preparados e carne. O Brasil importa produtos e materiais elétricos.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, submeto a escolha do Sr. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa a esta Comissão, certo que esses integrantes já dispõem dos elementos suficientes para

deliberar sobre a indicação presidencial. Relatório preparado pelo Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. Eu passo já para o Item 2, Mensagem 48, de 2008, que “Submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Egito, a República Árabe do Egito, e cumulativamente também com o Estado da Eritreia e a República Democrática Somali”. Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos como Relator *ad hoc*, já que o Relator indicado previamente, o Senador Fernando Collor, não está presente hoje. Senador Jarbas Vasconcelos, por favor.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores. É a Mensagem do Presidente da República que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Eritreia e da República Democrática Somali.

Foi distribuído o processo para o Senador Fernando Collor, que não se encontra presente nesta reunião. Designado Relator *ad hoc* e tendo o relatório sido distribuído para todos os membros desta Casa, o Itamaraty cumpre uma praxe já estabelecida há anos de enviar *Curriculum Vitae* do Diplomata indicado. Nasceu em São Paulo, teve a sua formação aqui em Brasília, graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília, conclui o curso de preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, sendo subsequentemente promovido, sempre por merecimento, a Terceiro Secretário em 1972, a Segundo Secretário em 1976, a Primeiro Secretário em 1980, a Conselheiro em 1986, a Ministro de Segunda Classe em 1992 e a Ministro de Primeira Classe, também por merecimento, em 2000. O Diplomata exerceu, dentre outros cargos e funções, o de Terceiro e Segundo Secretário em Paris, o de Segundo Secretário no México, o de Assistente da Divisão da Europa I, o de Assistente da Divisão de Visitas, o de Professor de Prática Consular do Instituto Rio Branco, o de Chefe da Divisão Consular do Departamento Consular e Jurídico, o de Conselheiro em Roma, o de Cônsul em Frankfurt e o de Embaixador em Teerã e em Ankara. Recebeu ao longo da sua carreira diplomática inúmeras condecorações.

Está sendo designado para um país importante, a República Árabe do Egito, detentora do segundo maior PIB do mundo árabe, um país de muita tradição, de muita história e que têm relações estreitas com o Brasil. Evidente que quem conhece o Dr. Cesário como nós conhecemos, tive a oportunidade de com ele conversar algumas vezes, eu exercendo o cargo de Governador do Estado de Pernambuco e ele já em missão diplomática em visita ao nosso Estado, posso testemunhar da sua dedicação, da sua aplicação e, sobretudo da sua dimensão, da sua visão de Brasil e do mundo.

De forma, Sr. Presidente, que o relatório não foi por mim elaborado, foi pelo eminente Senador Fernando Collor.

Por último, em relação à República Democrática da Somali, as relações bilaterais também se resumem ao contrário. Como se sabe o Embaixador está sendo indicado para cumulativamente representar os interesses do Brasil lá na República do Somali. No ano de 2006 as trocas comerciais alcançaram sessenta e um milhões de dólares, correspondente em quase sua totalidade à exportação brasileira de açúcar. É bastante diferente da relação comercial com o Egito.

Diante de tudo que foi aqui relatado, em cumprimento ao que dispõe o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, a escolha do Sr. Embaixador Cesário Melantonio Neto a esta Comissão preenche todos os requisitos e tenho a absoluta certeza de que os integrantes da Comissão de Relações Exteriores estão já em amplas condições de decidir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Jarbas Vasconcelos. Eu passo já para o Item 3, também para a leitura do relatório. É a Mensagem 53, de 2008, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Fiúza Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné”. A autoria é da Presidência da República e o Relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior para ler o seu relatório.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado Senador Azeredo, que preside esta Sessão, Srs. Senadores, Srs. Diplomatas. Eu quero aproveitar a oportunidade, antes de ler o relatório relativo à indicação do Embaixador Fiúza, para dizer da minha satisfação, Senador Azeredo, em relação à política perseguida nos últimos anos pelo Itamaraty de valorizar e priorizar os seus quadros. Nós que eventualmente visitamos países amigos, recentemente eu estive acompanhando o Senador Valadares,

o Senador Heráclito, o Senador Adelmir Santana, visitando países na Ásia, onde tivemos a oportunidade, mais uma vez, de comprovar a importância que é termos em nossas Embaixadas, nos países mundo afora, profissionais da Escola do Itamaraty, formados pelo Itamaraty, com um histórico de serviço prestado a partir daquele importante órgão brasileiro. Pudemos comprovar, eu como V. Ex^a., Senador Azeredo, estamos freqüentemente aqui no vizinho país do Uruguai e de forma mais incisiva o Senador Cristovam também freqüenta muito por sermos membros do Parlamento Mercosul, e temos mais uma vez a comprovação da importância da atuação desses profissionais criados e oriundos do Itamaraty. Temos lá o Embaixador Régis, que está à frente da nossa representação junto ao Mercosul, junto à ALADI, os trabalhos que realizamos juntamente com ele e com o seu corpo técnico antes das nossas Sessões junto ao Parlamento Mercosul, enfim, o que eu quero aqui é saudar e festejar essa política que vem sendo praticada e perseguida pelo Itamaraty quanto à valorização dos seus quadros, dos seus profissionais, dos seus Embaixadores, o que me causa especial satisfação.

Mas com relação ao Diplomata José Fiúza Neto, a quem tive o prazer de receber uma visita ainda ontem no meu gabinete, conversamos demoradamente acerca da sua missão, ele é Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, está sendo indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné. O Sr. José Fiúza Neto é brasileiro, nascido em Natal, Rio Grande do Norte, em 19 de janeiro de 1949 – um ano mais novo do que eu –, filho de José Fiúza Filho e Cleusir(F) de Souza Fiúza. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, formado em 1972. Ingressou no quadro do Ministério das Relações Exteriores como Terceiro Secretário em 1980, após concluir o curso de preparação na Carreira de Diplomata. Ascendeu a Conselheiro em 1997 e alcançou o posto de Ministro de Segunda Classe em 2004, sempre por merecimento. Em 2000 concluiu o Curso de Altos Estudos no Instituto Rio Branco com a destreza da dissertação intitulada “Tendências do Relacionamento da África do Sul com Angola. Do Apartheid à Política Externa da Nova Hartz(F)”. Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Chefe Substituto da Divisão da América Meridional I e Chefe da Divisão da África II em 1996. No exterior ressaltam-se os postos de Cônsul na Cidade do Cabo em 1998, Conselheiro Encarregado de Negócios na Embaixada em Madri em 2000 e Conselheiro e Ministro-Conselheiro Encarregado de Negócios na Embaixada

em Quito em 2004. O Diplomata José Fiúza integrou e chefiou diversas missões temporárias representando o Governo brasileiro.

Sobre o país para o qual se pretende a nomeação do Embaixador do referido Diplomata, a República da Guiné, aduzimos aqui algumas considerações sempre no intuito de subsidiar o debate e a decisão a cargo desta Comissão e com base no informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores. A República da Guiné situa-se na África Ocidental, ocupa uma área de 246.000 Km² e tem população de cerca de dez milhões de habitantes, dos quais 85% são fiéis da religião muçulmana. O idioma oficial é o francês. Sua capital é a cidade de Conakry. Seu PIB, em 2006, foi de 3,74 bilhões de dólares, o que lhe proporcionou renda per capita em torno de US\$ 2.100. A Guiné é uma República constitucional caracterizada por forte concentração de poder no Executivo. Portanto, muito parecida com a nossa. As relações da Guiné com outros países, incluindo os vizinhos da África Ocidental, vêm melhorando desde 1985. A Guiné restabeleceu relações com a França e a Alemanha em 1975 e com os vizinhos Cote d'Ivoire (Costa do Marfim) e Senegal em 1978. As relações diplomáticas entre o Brasil e a Guiné foram estabelecidas em 1973. Em 1988 foi assinado o acordo estabelecendo a Comissão Mista Brasil/Guiné. Em 2005 verificou-se a abertura da Embaixada da República da Guiné em Brasília e no mesmo ano o início dos trabalhos da Embaixada do Brasil em Conakry. O interesse primordial da Guiné, tanto no âmbito da Comissão Mista como também no quadro mais amplo do relacionamento bilateral, é a obtenção de cooperação técnica do Brasil. Há, ainda, interesse em se firmar acordos nos campos da cultura, do comércio, da saúde e da agricultura. O valor total das exportações da Guiné em 2005 foi de um bilhão, trezentos e vinte e milhões de dólares, não tendo o Brasil como destinatário de nenhum item. Suas importações foram de um bilhão, oitocentos e setenta e três mil dólares, dos quais 22,4 milhões originários do Brasil.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Embaixador Fiúza para nos representar na República da Guiné. Era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradeço ao Senador Geraldo Mesquita. Já tendo, portanto, sido lido os três relatórios, todos eles sendo favoráveis, eu já declaro aberto o processo de votação e iniciaremos já a oitava dos Srs. Embaixadores. Concedo a palavra ao Embaixador Cesário Melantonio Neto para fazer a sua exposição.

SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO: Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores. O Egito e o Brasil têm uma relação histórica muito estreita que nós pretendemos aprofundar durante os próximos anos. Do ponto de vista comercial o Egito é um mercado muito importante para o Brasil, sobretudo para a agricultura brasileira. No ano passado nós exportamos um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de dólares para o Egito. O item mais importante das exportações brasileiras para o Egito é a carne bovina e o Egito é o segundo maior importador de carne bovina do Brasil, depois da Rússia. No ano passado nós exportamos cerca de quatrocentos milhões de dólares de carne bovina para o Egito. Portanto, eu já estabeleci contatos com a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Bovina para procurar incrementar ainda mais as exportações de carne bovina para o Egito. Um outro produto muito importante é o frango, é o segundo produto importante na nossa pauta de exportações. Também já estabeleci contatos com a ABEF – Associação Brasileira dos Exportadores de Frango – para aumentar as exportações desse produto. O terceiro produto importante é o açúcar. Esses três produtos representam cerca de metade, cerca de seiscentos milhões de dólares das exportações brasileiras para o Egito. Mas nós não temos vendido só produtos agrícolas para o Egito. Recentemente a EMBRAER assinou contrato de venda de seis aviões do Modelo 190 para o Egito, com a opção de compra de mais seis, e *Egipter* vai usar esses aviões da EMBRAER em vôos regionais.

Do ponto de vista político o Egito, não só como centro de observação regional, tem para o Brasil um interesse muito especial. Como o Brasil organizou a primeira ASPA, a primeira cúpula entre países da América do Sul e os Países Árabes, evidentemente o Egito sendo o maior país árabe, com oitenta milhões de habitantes e sede da liga árabe, onde estão representados os vinte e dois Países Árabes, é de especial importância para o Egito a fim de assegurar que essa iniciativa brasileira da ASPA tenha sucesso cada vez maior na medida em que o tempo passar. E no final desse ano nós teremos no Catar, em Doha, a segunda reunião de cúpula dos países Sul-americanos e dos Países Árabes.

Do ponto de vista econômico o Egito tem crescido bastante, tem crescido uma média de 7% nos últimos anos. Mas há um problema, aliás, está nas principais revistas e também está nos principais jornais brasileiros, temos visto nos últimos dias, exatamente na área dos produtos alimentícios. Tem havido um processo inflacionário crescente nos últimos anos no Egito, apesar do crescimento econômico, tendo em vista que não há uma grande distribuição de renda. 44%

da população egípcia vive com menos de um dólar por dia. Então nós temos tido greves de funcionários públicos, de médicos, de professores, greves de metalúrgicos nos últimos meses, desde janeiro, que não são freqüentes no Egito, e uma atmosfera crescente de insatisfação social.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só sugerir que o Senador Suplicy depois vá lá então fazer uma palestra sobre Renda Mínima.

SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO: Com muito prazer, já estamos esperando a ida do Senador Suplicy, com quem conversamos ontem, Sr. Presidente, sobre isso.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com todo prazer.

SR. CESÁRIO MELANTONIO NETO: Obrigado. Justamente esse era o meu gancho para passar para um outro assunto, que é a recente visita do Ministro Patrus Ananias ao Egito, reciprocada pela visita do Ministro de Assuntos Sociais do Egito ao Brasil recentemente.

Como eu mencionei, há uma certa insatisfação popular pela questão da carestia, pela questão da falta de alimentos, embora abra uma oportunidade de exportações para o Brasil, mas cria um clima de convulsão social no país, e dentro, digamos, desse quadro, o Brasil se aproximou do Egito, através dessa visita reciprocada pelo Ministro egípcio, para apresentar exatamente os programas sociais brasileiros, tipo Bolsa-Família, Bolsa Escola e etc., que despertaram grande interesse no Egito. Então eu já conversei também com o Ministro Patrus Ananias e nós pretendemos, o Ministro tem muito interesse, ele me disse, em prosseguir nesse esforço brasileiro de apresentar os nossos programas sociais ao Egito. Se a administração egípcia tiver interesse – e eu espero que tenha, já que mandou aqui o Ministro de Assuntos Sociais recentemente – nós pretendemos aprofundar essa colaboração na área social.

Agora eu gostaria de dizer uma palavra sobre os brasileiros de origem árabe. Nós que temos uma das maiores comunidades de origem árabe no Brasil, cerca de dez milhões de brasileiros de origem árabe, temos utilizado agora o que eu poderia chamar de pontes étnicas com o princípio evidentemente da reciprocidade para nos aproximar cada vez mais dos países do mundo árabe. E eu tenho a impressão, pelas instruções que recebi no Itamaraty, de que esse trabalho junto à liga árabe, já que o Brasil agora tem a condição de observador permanente junto à liga árabe, vai ser extremamente importante. Não será só o trabalho bilateral junto ao Governo do Egito, mas também buscar, através da

liga árabe, uma aproximação maior com cada um dos seus vinte e dois membros.

Na área de investimentos estrangeiros o Egito tem sido muito bem aquinhado. No ano passado, para um país que tem um PIB em torno de cem bilhões de dólares, o Egito recebeu onze bilhões de dólares de investimentos estrangeiros. Portanto, do ponto de vista de investimento estrangeiro, do ponto de vista de crescimento econômico, o Egito está numa boa situação. Mas parece que realmente o calcanhar de Aquiles da atual administração do Presidente Mubarak, que está há vinte e oito anos no poder e completa oitenta anos no próximo mês de maio, necessita realmente aprofundar esses programas que iniciaram agora de reformas sociais.

Concluindo, eu acredito que nesses próximos anos de permanência no Egito será muito importante observar a questão da estabilidade política, já que o Presidente tem oitenta anos, têm mais três anos de mandato e já está há vinte e oito anos no poder, acompanhar o processo de crescimento econômico, com aumento da inversão estrangeira no Egito, e acompanhar a evolução do quadro social, como eu descrevi.

Essas informações serão seguramente importantes para o Itamaraty e serão importantes também para assegurar uma aproximação maior e um melhor conhecimento nosso sobre a República Árabe do Egito. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, nós é que agradecemos ao Embaixador Cesário Melantonio. O Embaixador já veio aqui pela terceira vez, pois já veio anteriormente quando foi sabatinado para o Irã e Turquia, que é onde está hoje ainda.

Nós vamos agora, então, passar a ouvir a palavra do Embaixador José Fiúza Neto, que é indicado para a Guiné. Com a palavra o Embaixador.

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Muito obrigado Senador Eduardo Azeredo, que preside esta Sessão, muito obrigado ao Senador Geraldo Mesquita pela relatoria, Srs. Senadores aqui presentes.

Como já é do conhecimento dos senhores eu estou sendo indicado para a República da Guiné e, além dos dados que os senhores já possuem sobre o país, eu gostaria de dizer, ainda, que a Guiné está localizada na África Ocidental, como os senhores sabem, e mantém uma fronteira, um entorno um tanto problemático. A Guiné faz a fronteira com seis países: a Guiné-Bissau, Senegal, Mali, Cote d'Ivoire, Libéria e Serra Leoa.

Eu me permitiria pequenos comentários sobre a política do país para contextualizá-lo e dizer que a República da Guiné tornou-se independente da França

em 1958 e, conseqüentemente, completará em outubro próximo cinquenta anos de independência. A independência ou a luta de independência foi liderada por um líder histórico africano das lutas anticoloniais, Sékou Touré, que governou o país desde sua independência até 1984 à frente de um Governo de partido único, de tendência isolacionista em relação à ex-metrópole e ao mundo ocidental, mas sob influência da ex-União Soviética e da China. Tudo isso dentro de uma moldura do que ficou conhecido como socialismo africano, adotado por muitos países do continente após lograrem a independência nas décadas de 50, 60 e 70. Sékou Touré morreu no poder em 1984, por enfermidade, e foi sucedido por Lansana Conté, um militar à época, um dos comandantes das Forças Armadas do país e que permanece no poder até hoje. Conté introduziu o multipartidarismo com eleições presidenciais e parlamentares e deu os primeiros passos na introdução de uma economia de mercado.

Trata-se de uma República constitucional caracterizada, como bem disse o Senador Geraldo Mesquita, por uma fortíssima concentração do poder no Executivo e nas mãos do Presidente da República.

Embora o país haja mantido uma situação de relativa paz interna desde sua independência, os conflitos de sua vizinhança, particularmente na Libéria, Serra Leoa e Cote d'Ivoire, impactaram negativamente sobre sua economia, de um lado pelos gastos militares e de outro pelo custo econômico e social relacionado ao influxo de refugiados daqueles países. Para os senhores terem uma idéia, em 2000 entraram na República da Guiné cerca de meio milhão de refugiados. Hoje, com o fim dos conflitos na área, esse número está reduzido à cerca de trinta mil, mas mesmo assim é um dado, um fator que impacta negativamente na economia do país. Isso quer dizer que, por conta da sua vizinhança, a Guiné é muito suscetível ao contágio do seu entorno imediato.

Ao mesmo tempo devo dizer que esse relativo equilíbrio interno deve-se também a um país que ao contrário de outros, inclusive vizinhos, ele não mostra sinais de conflitos étnicos acentuados. Existem três etnias principais no país, que convivem de maneira bastante equilibrada e o Governo mantém, também, uma política de aquinhoar relativamente esses grupos étnicos em posições do Governo e na administração do Estado.

Além do seu entorno imediato, a Guiné mantém no restante do continente relações muito boas com a Líbia, com a África do Sul e com o Marrocos. O Marrocos é um parceiro comercial importantíssimo e é destino da totalidade da produção de café, por exemplo, da Guiné. No mundo Ocidental, França e Estados

Unidos são os países principais ou, pelo menos, mais atuantes e de grande influência interna. E na Ásia, a China, a Índia e o Japão.

Em janeiro e fevereiro de 2007 o país foi paralisado por greves violentas lideradas por movimentos sindicais que exigiram a renúncia do Presidente Lansana Conté em protesto contra o aumento do custo de vida e da escassez no fornecimento de água e eletricidade, isso num país que tem uma das maiores reservas hidrelétricas do continente. Esse movimento da sociedade civil demandou uma formação ou a formação de um Governo de consenso nacional com a designação de um novo Primeiro-Ministro, Chefe de Governo, cargo até então de reduzida relevância, pois inteiramente subordinado ao Chefe de Estado. Essa coabitação entre um Presidente ainda forte, que mantém ainda as rédeas do poder e um Primeiro-Ministro fortalecido politicamente pela chancela das ruas tem se revelado difícil e até conflituosa. O pano de fundo disso, também, acho que podemos encontrar na sucessão do país, uma vez que o atual Presidente Lansana Conté sabe-se que está bastante enfermo e cada vez mais recluso.

Do ponto de vista econômico – e aí eu entro em outro ponto da minha exposição – a Guiné é dotada de abundantes recursos naturais. Detém 50% das reservas conhecidas de bauxita do mundo. Possui, ainda, vastas reservas de diamante, ouro, ferro e urânio, além de importante potencial hidroelétrico. Para os senhores terem uma idéia, o setor mineiro representa 90% das exportações do país e 36% de um PIB de pouco mais de três bilhões e quinhentos milhões de dólares. E há, ainda, fortes indícios de reservas substanciais de petróleo na sua plataforma continental. A agricultura ainda é basicamente de subsistência, representa 24% do PIB, e a Guiné produz, sobretudo, arroz, que é o alimento básico da dieta guineense, tomate, cebola, banana, café, cacau e algodão. Mas, ainda assim, é fortemente dependente das importações agrícolas em razão da fragilidade da produção, e essa agricultura herda ainda os resultados infelizes do coletivismo imposto pela primeira República, além de padecer de insuficiência de infra-estrutura para o escoamento e a comercialização desses produtos. Mas há sinais de incremento, por exemplo, na pesca, através de acordo com países pesqueiros europeus e asiáticos. Tudo isso dá uma idéia de um país que tem um potencial econômico imenso, mas que permanece, por exemplo, no Índice de Desenvolvimento Humano é o 156º entre 177. A expectativa de vida é de cinquenta e quatro anos e somente 20% da população do país, a maioria localizada na região costeira, próxima à capital, somente 20% da população tem acesso à energia elétrica.

O terceiro ponto da minha exposição é justamente a que diz respeito ao relacionamento bilateral. Os senhores ouviram que as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1973. O primeiro Presidente Sékou Touré visitou o Brasil em 1980 e mais recentemente a Guiné empreendeu um esforço de aproximação com o Brasil com a abertura de uma Embaixada aqui em Brasília e um Consulado no Rio de Janeiro. A Embaixada brasileira em Conakry começou a funcionar em agosto de 2006. Eu diria que o principal campo de atuação do Brasil com relação à Guiné reside no incremento da cooperação, sobretudo na área agrícola. Nesse aspecto, missão da EMBRAPA esteve na Guiné em agosto de 2007 para verificar a possibilidade de cooperação nessa área e em matéria de biocombustível, algo desejado pela Guiné. Há interesse em cooperação em matéria alfandegária. Houve pedido dos guineenses para a doação de equipamentos de comunicação para o aperfeiçoamento dos serviços alfandegários da Guiné. Há, também, interesse manifestado por parte do Governo da Guiné na formação de Diplomatas daquele país no nosso Instituto Rio Branco.

Um outro ponto também que sabemos fazer parte das, digamos, reivindicações guineenses, seria uma renegociação ou o perdão da dívida externa da Guiné, que monta a doze milhões de dólares.

No que toca ao comércio e investimentos, o comércio bilateral é de pouco mais de vinte e cinco milhões, com imenso superávit para o Brasil. Eu diria que não há um item de importação da Guiné para o Brasil, sendo que a nossa exportação está baseada em açúcar, madeira, carnes e comestíveis.

Atualmente atua permanentemente na Guiné uma grande empresa brasileira, que é a Companhia Vale do Rio Doce. Atua no país desde 2005, mantém um escritório na capital Conakry e obteve, em 2005, a concessão de exploração de duas minas, uma de bauxita e outra de ferro. Outras Companhias brasileiras da área de construção já atuaram no Brasil nas décadas de 80 e 90, na construção de estradas de rodagem.

O Brasil também espera poder contribuir para a estabilidade energética da Guiné através da construção de usinas hidrelétricas. Há negociações em curso por parte de empresas brasileiras, especialmente a Eletro-Norte e a Companhia Siderúrgica Nacional, no sentido de construir usinas hidrelétricas que alimentariam parte do oeste africano e cujo investimento seria coberto pela exploração paralela de minério de ferro pela Companhia Siderúrgica Nacional. Isso ainda se encontra em fase preliminar de negociação, mas é possível que ainda esse semestre uma missão dessas duas empresas estejam em Conakry.

Houve, também, já uma tentativa, um início muito preliminar de negociação para a compra de um aparelho da EMBRAER pelo Governo da Guiné-Conakry, mas essas tratativas não prosperaram, mas espero poder reativá-las.

Finalmente, há um campo muito vasto para o intercâmbio cultural num país que tem, como nós, uma predileção toda especial por música e por futebol. Além disso, a cidade de Salvador tem interesse em declarar-se irmã da cidade de Boké, na Guiné, que era um porto, uma cidade-porto de onde foram embarcados escravos para o Brasil.

Então, Sr^{as.} e Srs. Senadores, durante a minha gestão em Conakry, se assim os senhores acharem embora bem, espero poder contribuir e dar continuidade a esse processo de adensamento das relações entre o Brasil e a República da Guiné. Esse esforço, creio, deverá se processar em torno, sobretudo, da consolidação da cooperação técnica, especialmente da cooperação na área agrícola, do apoio onde couber à presença empresarial brasileira no país e no incremento do intercâmbio cultural entre os dois países. Tudo isso, obviamente, sob a égide dos laços históricos que unem o Brasil à África, especialmente à África atlântica. Muito obrigado aos senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado ao Embaixador Fiúza Neto. Antes de passar à parte secreta, como prevê a Constituição, eu vou abrir a palavra para alguns Senadores que já se inscreveram, evidentemente com questões que não sejam de caráter reservado. As questões de caráter reservado têm que ficar para a segunda etapa. O Senador Suplicy, que fez a primeira inscrição, depois o Senador Cristovam Buarque. Vamos ouvir primeiro o Senador Cristovam Buarque, depois o Senador Suplicy. Senador Cristovam Buarque com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu quero colocar, em primeiro lugar, a satisfação de ver o Presidente Lula e o Ministro Celso Amorim com essa concepção de priorizar para Embaixador e Embaixadora, servidores do Ministério das Relações Exteriores. O Brasil, hoje, vive um período em que não há um único Embaixador que não seja de carreira, até para descontentamento, talvez, de muitos de nós Senadores (risos). Mas, independente do direito do descontentamento de alguns Senadores, o importante é que isso é para o bem do Brasil e isso facilita muito o nosso trabalho. Quando o Presidente Lula, se ele decidir mandar alguém para cá alguém que não seja de carreira, obviamente vamos respeitar, mas a sabatina vai ser muito demorada. Com os nossos Embaixadores vindos do Ministério das

Relações Exteriores o trabalho simplifica muito, tanto que eu tenho usado as sabatinas – e vou guardar para quando chegar à sabatina – mais para aprender com os Embaixadores, perguntando o que eles pensam dos temas que eu considero fundamentais e que vão acontecer no Brasil e no mundo nos próximos anos, tal como o comércio cada vez mais aberto, a soberania cada vez mais frágil, os recursos naturais cada vez mais escassos, as ilicitudes que o sistema global de hoje permite pelo tráfico de drogas, o choque de civilizações, como é que a gente vai se postar, os blocos, em qual deles que a gente entra ou em qual deles a gente não entra. Vamos querer ser uma Suíça, que não faz parte de blocos, ou vamos participar de um ou de diversos blocos? Isso eu vou guardar para a sabatina, porque é possível que haja posições especiais, sobretudo no item fronteiras, que eu considero um dos temas mais preocupantes.

Entretanto, aproveitando a presença dos Senadores, eu quero dizer que estou apresentando um requerimento aqui que apresentei a pouco na Comissão de Direitos Humanos e lá foi aprovado, pedi a assinatura do Senador Suplicy e vamos precisar de dez assinaturas, Senador Azeredo, pedindo ao Senador Garibaldi que use da influência para criarmos um dia, que eu propus 23 de abril, um Dia Mundial dos Parla-mentos em Defesa da Integridade da Vida e da Liberdade da Senadora Ingrid Bittencourt. Que nesse dia o mundo inteiro debata isso em todos os seus parlamentos. É claro que é uma proposta que está muito ambiciosa e que talvez nem tantos assim parlamentos aceitem, mas que alguns parlamentos aceitem já será alguma coisa. Então eu estou apresentando extrapauta esse requerimento, que vai precisar da aprovação, e pedir que os Senadores que estiverem de acordo assinem, porque precisamos de dez assinaturas. O Senador Tuma já assinou na Comissão de Direitos Humanos, o Senador Virgílio também e hoje à tarde nós levaríamos para o Plenário, aprovado que a Assessoria Internacional do Senador Garibaldi faz esse trabalho. Eu não quis envolver o Ministério das Relações Exteriores porque isso é uma decisão do Presidente, isso é uma decisão do Ministro. É melhor que nós não forcemos, porque eu não sei até que ponto o envolvimento do Poder Executivo não atrapalharia algumas ações que estejam sendo feitas e que nós não sabemos, porque essas têm que ser feitas de forma secreta entre Governo e entidades envolvidas no assunto. Então fica aqui esse requerimento, fica aqui as minhas congratulações aos dois Embaixadores. Não posso deixar de fazer uma referência muito especial ao Embaixador Cesário Melantonio, a quem eu conheço de muito tempo e eu sempre digo a ele que todas as vezes

que passo pelo Aeroporto de Frankfurt, onde a gente é obrigado a passar de vez em quando nas viagens, eu lembro dele, porque eu não tinha nenhum posto nesse momento, estava ele em pé esperando por mim para fazer companhia enquanto mudava de avião. De lá para cá tivemos grande convivência, fazemos parte de um grupo que chama-se *Islã y Latinité*, que debate os problemas dos choques de civilizações, nos se encontramos sempre. E, para encerrar, tem uma qualidade, é claro que o Embaixador José Fiúza também tem ao ir para a Conakry, mas eu quero agradecer ao senhor por ter falado um nome que eu não ouvia há muito tempo e que foi marcante na minha juventude, que foi Sékou Touré. Ouvir esse nome aqui me deixou um certo arrepio e lembrança da juventude. O Cesário Melantonio tem uma qualidade, Srs. Senadores, que nem todos os Embaixadores têm, que são duas na verdade: uma é que ele é especializado num certo tipo de países, os Países Árabes, fundamentais, e, além disso, ele não se preocupa em ir para os países do chamado Grande Circuito. Ele faz questão de ficar nesses países. Nesse sentido até eu quero dizer que aqui um amigo meu, o Embaixador Carrilho, tem essa característica também, que está aqui fazendo parte. É um especialista em Ásia, sempre gostou de estar por ali representando o Brasil, aprendendo e nos ensinando quando a gente passa pelos lugares que eles estão.

Então parabéns ao Presidente, parabéns ao Ministro Celso Amorim pelas duas indicações e eu desejo é que estejam representando bem o Brasil, como vocês vêm fazendo em outras posições. E guardo para a parte sigilosa as perguntas que eu quero fazer. Eu não vou fazer sobre os países de onde vão e para onde vão, apesar de que a Turquia e o Egito também me interessem tanto e obviamente a África inteira, mas qual vai ser a política dos Governos? A política de Estado do Brasil em relação a esses pontos fundamentais que a gente discutiria depois. Eu lamento até, Senador Azeredo, que essas Sessões sejam secretas na hora que eu faço as perguntas, porque se tivessem sendo gravadas as respostas dos Embaixadores eu acho que a Comissão teria um bom livro ao final de algum tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sem dúvida Senador, muito obrigado. Eu só quero registrar novamente aqui com muito prazer a presença do Embaixador Arnaldo Carrilho, que foi Embaixador do Brasil durante muito tempo exatamente na região da Ásia, como Cônsul em Hong-Kong, eu também pude ter a gentileza dele ao me acompanhar na época que eu era Governador, quando lá estive também, e é muito bom para todos nós a sua presença aqui. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, porque ontem o Presidente Heráclito Fortes convidou o ex-Presidente da Colômbia, Ernesto Samper, e a ex-Deputada Federal e Senadora, que foi colega no mesmo período de mandato da Senadora Ingrid Bittencourt, a Senadora Vivian Morales, até para estarem à mesa, porque é um convite oficial do nosso Presidente. Mas isso cabe a V. Ex^a. fazê-lo. Eu gostaria de--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Com muito prazer, Senador, eu gostaria de convidar então o ex-Presidente e a Senadora para que estejam conosco aqui à mesa.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): E relacionado até ao tema do requerimento que o Senador Cristovam Buarque propôs, quem sabe possa V. Ex^a. permitir que o Presidente Ernesto Samper e a Senadora, porque o ex-Presidente Ernesto Samper, da Colômbia, é uma das pessoas que está coordenando as ações para que haja a libertação da Ingrid Bittencourt e que haja um acordo humanitário entre as partes envolvidas, inclusive envolvendo todos os seqüestrados e prisioneiros ali na Colômbia. Quem sabe possam eles nos dar um breve esclarecimento sobre como andam as coisas. E gostaria, Sr. Presidente, em acréscimo ao requerimento apresentado e por mim também subscrito do Senador Cristovam Buarque, encaminhar à mesa, já está nas mãos de V. Ex^a., o requerimento para o qual inúmeros Senadores, inclusive nós tivemos uma reunião informal ontem com o Ministro da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, para que ele possa ser convidado por esta Comissão, em Sessão conjunta com a CAE, com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Assuntos Sociais e Direitos Humanos, para que ele possa nos expor a respeito do trabalho deste Ministério sobre a estratégia de desenvolvimento nacional que está sendo elaborada em coordenação com o Ministério da Defesa e outros Ministérios, como temas tais como o Projeto Amazônia, Tecnologia para Muitos, Ensino Público de Qualidade, Inclusão Digital, Interação da Ação do Estado com o Mercado e Como Preparar o Longo Prazo a Curto Prazo. Então, praticamente, todos os Senadores aqui assinaram a proposição e, quem sabe, possam ambos os requerimentos serem apreciados e aprovados rapidamente, Sr. Presidente.

Quero também cumprimentar o Embaixador César Melantonio Neto, que será se especializando no Oriente Médio. Tivemos ontem um diálogo, eu acho muito importante que, como o Ministro Patrus Ananias esteve no Egito recentemente, e me disponho sim, porque até tenho tido muito entrosamento com ele, de

visitar o Egito e também a Guiné para expor a proposição da garantia da uma renda básica que avalio como relevante para ambos os países. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, V. Ex^a. sabe bem que eu também, apesar de ser da oposição, reconheço o mérito desses programas sociais implantados no Brasil, o Bolsa-Família, especialmente nesse ataque à miséria, digamos, e como o Embaixador Cesário colocou aqui, 44% da população do Egito está com menos de um dólar por dia, é realmente uma situação que talvez se encaixe no programa que V. Ex^a. defende há tanto tempo e que tenha, evidentemente, um mérito grande sim. Eu não tenho dúvida que será interessante, Embaixador, que nessa continuidade ele possa fazer uma palestra lá em nome da nossa Comissão de Relações Exteriores.

Eu vou, com a licença dos dois Embaixadores, então, colocar esses dois requerimentos em votação. O requerimento que foi apresentado pelo Senador Cristovam, que eu também já subscrevi, requerimento que “Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, requer a criação do Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela Vida da ex-Senadora Ingrid Bittencourt. Nesse dia 23 de abril de 2008, em todos os parlamentos do mundo haveria debates e apelos para que a vida, a integridade e a liberdade da Senadora Ingrid Bittencourt sejam assegurados. Requeremos, ainda, que o Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, através da mesa diretora e de sua Assessoria Internacional, divulgue esta decisão junto a todos os parlamentos de todas as Nações que compõem a família da humanidade nesse início do século XXI”. Está assinado pelo Senador Cristovam e mais sete ou oito Senadores, inclusive eu fiz questão de assinar aqui. Nós vimos nos últimos tempos realmente as notícias sobre o agravamento da situação de saúde da Senadora, acompanhamos as questões de manifestações mundiais que foram feitas, manifestações não só em Bogotá, mas em várias capitais européias que também se manifestaram a favor desse esforço, o Governo francês tem manifestado também esse objetivo, aqui na Comissão e no Plenário do Senado várias já foram as manifestações também buscando uma solução. De maneira que eu coloco o requerimento em discussão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permite, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Cristovam com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sei que na situação que está hoje a Senadora, cada hora é importante. Entretanto, eu coloquei o dia 23 pri-

meiro porque o importante não é só o dia, mas é desde agora começar a divulgar que vai se fazer isso. Aí já começa o movimento. Segundo, porque leva algum tempo para fazer a divulgação disso contatando os diversos países. E, terceiro, porque ela foi seqüestrada num dia 23 de fevereiro, é verdade. Então para buscar um certo simbolismo eu escolhi o dia 23 de abril. Mas, se a Comissão achar conveniente reduzir para amanhã, eu não tenho nada em contra, ou para a segunda ou terça eu não tenho nada em contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu estou achando que está próximo demais. É claro que o assunto é urgente, mas as providências para poder fazer contato com, por exemplo, os outros países do Mercosul, é muito curto. Hoje é dia 10. Na verdade eu proporia o contrário, que a gente pudesse talvez colocar 23 de maio, marcando o dia 23 ou então deixar em aberto a data. Eu não sei como que os outros Senadores se posicionam.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acredito que há realmente a urgência, porque a divulgação constante do seu estado de saúde que vem piorando dia-a-dia, talvez deixar aberto, porque se aprovado o Itamaraty poderia colaborar com a comunicação com os Embaixadores para entrar em contato com os Governos dos outros países e o Congresso de cada país para essa manifestação internacional no mesmo dia, na mesma hora, como uma forma de convencimento ao Exército Revolucionário, que passou, infelizmente, a ser uma ação criminosa pelo narcotráfico, que tem uma participação ativa nessa área, que tem uma condescendência humanitária, porque tem um avião da França estacionado na Colômbia pronto para o atendimento médico. Nem isto eles querem conceder. Então eu acho que essa urgência, essa premência, talvez tenha uma resposta externa para nós termos a urgência com a intervenção do Itamaraty através dos seus Embaixadores desta Comissão da proposta do Senador.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sugiro, também, que a gente procure dois parlamentos de imediato que imediatamente fariam juntos: o da Colômbia e da França. Se conseguíssemos que esses dois juntos levassem para todo o planeta--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Europa e a América.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós temos também com o Chile um relacionamento muito bom, com o Senado chile-

no, talvez pudéssemos também. Eu acredito que sim, mas discutimos com 23 de abril, deixamos em aberto a data ou 23 de maio?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Poderíamos deixar em aberto para o mais urgente possível.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que tem que marcar uma data, tem que marcar uma data. Agora eu acho que quem poderia nos ajudar muito nisso, eu não sei se é exagerado demais, é pedir que o Presidente Samper diga alguma palavra para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Exatamente, a quem eu gostaria com muita honra de ouvir, de dar a palavra ao ex-Presidente que aqui nos visita, o ex-Presidente Ernesto Samper que está aqui conosco, juntamente com a Senadora. Eu gostaria que V. Ex^a. pudesse nos dar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E agradecer aos dois Embaixadores pela condescendência.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Claro, eu já pedi licença a eles antes para discutirmos essa questão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para suspendermos a Sessão, porque eu acho que a prioridade seria a continuidade da Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas a dada a importância da parte humanitária, então V. Ex^a. age bem e eu só queria agradecer a colaboração dos dois Embaixadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está ótimo, obrigado. Presidente.

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: [*pronunciamento em espanhol*] Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente. É para mim um motivo de particular satisfação presenciar este ato de solidariedade do parlamento brasileiro, mais concretamente esta Comissão com estes episódios que já se podem considerar uma tragédia humanitária que estamos vivendo na Colômbia.

Permita-me, muito brevemente, contar-lhes qual é a origem desta situação, que lhes permitirão entender a importância da resolução que acabam de aprovar e, sobretudo, a urgência que este tipo de solidariedade que produz resultados efetivos na Colômbia e mais concretamente em favor dos seqüestrados.

As FARC tomaram essa decisão há mais de dez anos de tornarem presos ou seqüestrados pessoas importantes e combatentes da guerra para produzir um intercâmbio com os guerrilheiros que se encontram presos nos cárceres colombianos. Este intercâmbio humanitário, que é realmente um direito internacional

humanitário, está previsto nos Protocolos I e II das Convenções de Genebra, que asseguram o direito internacional humanitário somente para os casos de combatentes. Em nenhum caso se permite submeter intercâmbio a civis que são capturados durante a guerra, porque estes civis têm a condição de reféns e os reféns têm de ser liberados de maneira imediata como prescreve as normas humanitárias.

Eu estou certo de que o grupo original das pessoas que foram seqüestradas pelas FARC para ser intercambiadas pelos guerreiros presos nos cárceres, subiu a sessenta e dois há cerca de apenas cinco anos, quando começou o Governo do Presidente Uribe. Desses sessenta e dois, dois conseguiram fugiram, um polícia e um ex-Ministro que hoje em dia é Ministro de Relações Exteriores da Colômbia, o Sr. Araújo. Dos outros sessenta, dezoito foram assassinadas em operações militares. Onze Deputados *[ininteligível]*, uma pessoa que foi Ministro da França no Governo Roberto Cheverry(F) e Governador do Departamento *[ininteligível]*, junto com cinco soldados e policias que lhes acompanharam. Aí teremos dezoito pessoas que foram sacrificadas nos últimos dez anos em operações militares por parte da guerrilha. Ficaram quarenta e dois. Desses quarenta e dois foram recentemente liberados, com a oportuna intervenção do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela, foram liberados seis, entre eles três mulheres. Não há uma só mulher no grupo dos que vivem na selva, só Ingrid Bittencourt. Estamos falando de trinta e três pessoas, entre as quais Ingrid Bittencourt, um ex-Congressista, um ex-Deputado e três técnicos norte americanos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Me permitiria uma pergunta?

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: *[pronunciamento em espanhol]* Com muito prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por que essa insistência em eles manterem a Senadora Ingrid Bittencourt sob o sacrifício de provável perda de vida, não concedendo nem a assistência médica? Qual é o real objetivo deste seqüestro ser mantido de uma forma tão radical com esta pessoa, Senadora, em estado deprimente de vida? Há algum interesse político nessa manutenção por causa da França ou tem algum outro objetivo? É isso que eu gostaria de perguntar a V. Ex^a.

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: *[pronunciamento em espanhol]* Senador, eu vivi cinco anos liderando a Colômbia em acordo humanitário. Sem dúvida Ingrid Bittencourt é a pessoa mais representativa e mais valiosa politicamente para as FARC, pelo apoio que tem na França, por liderança que exerce a França na União Européia. Então por isto eu acho que se pensa

que a liberação de Ingrid seria a última a acontecer pelo que ela representa politicamente para a União Européia e as relações das FARC com a União Européia e com a França.

Nos últimos dias, nas últimas semanas, temos testemunhos sobre a saúde de Ingrid Bittencourt. Estes testemunhos coincidem em afirmar que existe uma circunstância de vida muito precária, a doença é Hepatite B, que é sem dúvida uma das enfermidades que têm mais difícil tratamento. Nas tentativas de a libertar eu já tive a oportunidade de falar com as pessoas que foram liberadas e que estiveram com Ingrid, ela não se alimenta bem, é uma pessoa que possui um caráter rebelde, que tenta evadir-se na selva e é recapturada. Eu acho que o tratamento de certo é infame, ela está condenada a ter condições de vida realmente muito difíceis. O Presidente Sarkozy enviou uma missão humanitária aqui na América, também missões da América estão estabelecidas no Protocolo I e Protocolo II da Comissão de Genebra, onde qualquer pessoa que tenha, não digamos reféns, mas que tenha combatentes retidos, tem a obrigação de facilitar a intervenção médica para verificar as condições de saúde e estabelecer as possibilidades de vida. Lamentavelmente não tem possível que as FARC aceite uma missão humanitária, porque eles pensam que a missão humanitária permitiria ao Governo complicar sua situação. Obviamente em Colômbia nós estamos lutando pelo acordo humanitário, nos opomos radicalmente à alternativa de um resgate militar. O resgate militar que em alguns casos tem sido a proposta do Governo, somente conduziria à morte dos seqüestrados. Nas vezes que tentaram o resgate militar, que apenas é anunciado como se sucedeu em caso de Deputados e do ex-Governador de Antioquia e ex-Ministro da França, o resultado foi a morte dos seqüestrados. Então a posição nossa é somente de ser a favor do acordo humanitário, sendo também contra as possibilidades de um resgate militar. Nós sugeriríamos, com todo o respeito, a liberação de Ingrid Bittencourt, mas é indispensável a acompanhar também a liberação de todos os seqüestrados, porque na Colômbia, além dos trinta e seis seqüestrados políticos que estão na selva com Ingrid Bittencourt, há ainda dois mil seqüestrados, mas aí por razões econômicas, pelos quais estão pedindo um resgate de caráter econômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É que tinha uma informação de que seriam setecentos os outros detidos. São setecentos ou dois mil por razões econômicas?

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: *[pronunciamento em espanhol]* Por parte das FARC são seiscentos ou setecentos, mas há mais grupos que--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Têm outros grupos.

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: [*pronunciamento em espanhol*] Sim, que seqüestram pessoas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Passou a ser um crime comum e não mais um crime político.

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: [*pronunciamento em espanhol*] Crime comum, pois existem outras organizações guerrilheiras que têm tantos outros de paramilitares que têm alguns mais.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu vou fazer uma pergunta aproveitando esse ensejo para nós muito bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Paulo Duque, que representa o Rio de Janeiro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por curiosidade. Suponhamos numa hipótese muito negativa, muito negra, que haja a morte desta Sr^a. Senadora Ingrid. Suponhamos. Qual é o procedimento, qual será o procedimento das FARC? Ela seria enterrada, vamos dizer assim, lá onde ela está seqüestrada ou seria devolvida ao Governo colombiano. O que o senhor acha? É uma curiosidade, mórbida talvez, mas é uma curiosidade.

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: [*pronunciamento em espanhol*] Durante os últimos cinco anos as FARC, atendendo ao apelo do Governo do Presidente Uribe, que pediu que coloquem nos Municípios, no Departamento Valle del Cauca, que são os Municípios de Pradera e Florida, que tem uma área de 800 Km², para que no término de quarenta e cinco dias, quarenta e cinco dias, poderá a guerrilha negociar os termos de intercâmbio e sair dessa área para que se possa fazer um intercâmbio dos seqüestrados pelos presos que se encontram nos cárceres. O Governo do Presidente Uribe, por razões distintas, não acredita que isso vá acontecer. Considera que devido às políticas de igualdade democrática, que isso é uma concessão das FARC e que não está em condições de acontecer por distintas razões. Querem então seguir o caminho internacional e o caminho internacional tem uma palavra clara, que é Chávez. O Presidente Chávez é a única pessoa que nos últimos cinco anos tem demonstrado que tem a capacidade de chegar às FARC e convencer as FARC de que há restos de liberação. Foram seis seqüestrados liberados unilateralmente, mas nós queremos todos os seqüestrados, queremos a liberação de Ingrid e dos outros trinta e cinco seqüestrados. Para isso o que se poderia dizer é que o Governo do Brasil haveria de impulsionar uma iniciativa para que os demais grupos de países facilitadores europeus que estão atrás do processo, que são França, Espa-

nha e Suíça. Haverá outros países facilitadores como no caso de Cuba, Brasil e Venezuela, uma espécie de grupo, um bloco humanitário para que esse bloco se encarregue do apoio de Chávez de negociar ou produzir a negociação do intercâmbio com o Governo da Colômbia e se o Governo da Colômbia não quer que a negociação se dê dentro da Colômbia, que se dê em qualquer outro local, aqui no Brasil Brasília, em Cuba, na República Dominicana. Se o Governo colombiano não quer que a liberação seja em Colômbia, que seja em qualquer destes países. Eu creio que o Brasil aceitaria que libertassem os seqüestrados aqui no Brasil, pois é uma tarefa humanitária, ou na República Dominicana, por aquilo que é a intenção internacional, para que estes países de alguma maneira trabalhem com o Governo colombiano numa fórmula que permita negociar fora da Colômbia e fazer a liberação dentro ou fora da Colômbia. Eu creio que isso seria o mais útil para esta causa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Presidente, nós agradecemos as suas palavras. Acredito que o Brasil está permanentemente disposto a participar de um esforço como esse, um esforço humanitário, já participa em outros países. A questão de estar sob a coordenação do Presidente Chávez já é um pouco mais polêmica, quer dizer, a participação do Brasil sim, agora ser sob a coordenação do Presidente Chávez, essa não é uma questão que tenha consenso aqui dentro do país.

Mas vamos então voltar, agradecendo ao Presidente, que nós tenhamos aí a votação então do requerimento. Eu coloco em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Está aprovado o requerimento que queria esse dia de solidariedade a Ingrid Bittencourt, mas, evidentemente, se expandindo essa demanda para todos os outros seqüestrados políticos que existem hoje na Colômbia.

Eu coloco também em discussão o requerimento do Senador Suplicy para que possamos ter aqui a presença do Ministro Roberto Mangabeira Unger, que é Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo da Secretaria da Presidência da República. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Suplicy, também subscrito por vários outros Senadores. Aprovado.

Eu volto, então, agora, à lista daqueles que tinham se escrito anteriormente. O Senador Paulo Duque, o Senador Romeu Tuma e depois, então, nós passaremos para a parte ainda secreta, mais uma vez agradecendo então o Presidente Ernesto Samper pela sua presença aqui conosco e pelas informações preciosas que nos trouxe.

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: [*pronunciamento em espanhol*] Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Tuma está exatamente mostrando no mapa aqui da Colômbia a região que os seqüestradores das FARC desejavam como área liberada e com a qual o Governo colombiano não concorda até ao momento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só mostrar onde está Ingrid.

SR. ERNESTO SAMPER PIZANO: Ela está nessa zona de cordilheira, à qual poderiam entrar facilmente e fazer a liberação dos seqüestrados. Ingrid está nesta zona.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente Eduardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sei que estamos atrasando muito, mas estamos transmitindo pela televisão, o Brasil inteiro vê agora, vai ver mais tarde, será que não seria o caso de ouvir uma palavrinha da Senadora que conviveu com a Senadora Bittencourt, que a conhece tão também e foi colega? Será que não seria questão de ouvi-la dois minutos? Se ela quiser, é claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Cristovam, da minha parte—

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Dar o seu testemunho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Os Senadores estando de acordo... O Presidente falou inicialmente, eu pensei que falava em nome dos dois, mas evidentemente teremos muito prazer em poder ouvir a Senadora Vivian Morales. Com a palavra a Senadora.

SRA. VIVIAN MORALES: Muitíssima obrigada, Srs. Senadores. É uma grata coincidência que estejamos hoje presentes aqui e os senhores estejam discutindo esta importante resolução. Eu creio que o acompanhamento dos países da América Latina é decisivo para a liberação da Senadora Ingrid Bittencourt, com quem eu atuei como companheira no Congresso nos quatro primeiros anos na Câmara, onde lutamos na Casa e ao mesmo na Câmara de Representantes, temos a mesma idade, surgimos no mesmo partido, no Partido Liberal, e realmente ela é uma mulher que se destacou por suas políticas sempre liberais, no caso sempre contrária, uma mulher sempre radical e combativa. Fomos companheiras quatro anos também no Senado, [*ininteligível*] nas mesmas cidades, sei da dor da sua família com esse seqüestro, apesar de que ado-

tamos posições políticas diferentes, [*ininteligível*], mas me comove muito a dor de seus filhos que estão privados de sua companhia por dezesseis anos, também de sua mãe que é uma lutadora muito grande, e agradeço infinitamente que os senhores estejam comovidos, porque a política entendo que soube fazer todas as coisas procedimentais e voltou a centrar-se no homem. Essa é uma luta pela humanidade, pela dignidade, pela vida e pela liberdade. Muitíssima obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado à Senadora Vivian Morales.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de agradecer essa mensagem tanto do ex-Presidente Ernesto Samper e como da ex-Senadora e Deputada Vivian Morales. Foi muito importante para nós sabermos deste seu testemunho pessoal e gostaríamos de nos colocar à disposição a qualquer idéia de iniciativa que possamos nós, Senadores, colaborar para que haja a liberação de Ingrid, de todos os seqüestrados e que haja esse entendimento de caráter humanitário. O Presidente Ernesto Samper é um dos coordenadores principais do Encontro de Biarritz que tem se realizado anualmente, o próximo será em novembro, em Biarritz. Eu já estive por duas vezes participando destes encontros, onde vêm Chefes de Estado e ex-Chefes de Estado, Parlamentares e Ministros. Então ele tem uma experiência de diálogo com pessoas de todo o planeta e eu, então, gostaria de dizer que este requerimento, que na verdade já houve diversos, ontem da Senadora Kátia Abreu, outro por nós aprovados, que possam transmitir à família e aos colombianos que o Senado brasileiro está inteiramente solidário a este esforço para que haja a liberação de todos os envolvidos neste conflito e que possa haver uma solução de paz baseado nos princípios de justiça para a Colômbia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, V. Ex^a. está integrando cópia do requerimento para a Senadora?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, cópia do requerimento já aprovado, um para o Presidente e outro para a Senadora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É para que a Senadora leve ao Senado colombiano. Eu só queria aqui agradecer a ambos e aos dois Embaixadores pela paciência e pela convicção que nos transmite o ex-Presidente e a Senadora. Quero dizer que pela TV Senado muitos brasileiros estão tomando conhecimen-

to real da situação que se encontra não só a Senadora Ingrid, mas também todos os seqüestrados pelas FARC. Eu acho que foi importante o pronunciamento de ambos nesta Casa e nesta Comissão. Eu queria agradecer ao Presidente pela iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma, nós esperamos é que realmente haja tempo, que essas ações frutifiquem e que a vida da Senadora Bittencourt seja preservada.

Eu indago ao Senador Paulo Duque e do Senador Tuma se ainda querem fazer alguma observação antes de eu transformar a reunião em secreta?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, eu vou ter que sair, eu queria cumprimentar a ambos os Embaixadores, têm algumas perguntas que não são secretas, mas teve o primeiro relatório do Embaixador que não está aqui porque ele já é Embaixador--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ele já é Embaixador no Paquistão hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Principalmente sobre o tráfico de drogas, eu sei que lá ele tem uma luta no Afeganistão, vai ter uma série de procedimentos com respeito ao tráfico de drogas. Eu sei que no Egito também, eu não sei, a África hoje, o Brasil está dando uma importância muito grande para os países do Oriente Médio e para os países da África. A gente vê a qualificação não pela conduta dos Embaixadores recém nomeados, recém ingressados no Itamaraty, mas pela escola que aqueles que estão vindo aqui para esses países do Oriente e da África, pela experiência e pela carreira que apresentam no *curriculum* que aqui se encontra. É claro que em alguns países da África nós tivemos parece como prestadores de serviço a Andrade Gutierres e outra empresa, mas me parece que abandonaram, a Mendes Júnior já saiu de lá. Provavelmente V. Ex^a. vai ter que começar a prestar... Porque o Brasil passou a ser um grande prestador de serviço, principalmente na área de construção. Eu acho que o Egito, hoje, tem uma representatividade até pela compra que tem, eu não sei se é a carne bovina, com as providências da Europa, querendo cortar a importação por causa de um país europeu, se isto teve alguma influência no Oriente? Eu sei que o frango, a carne, por terem os países do Islã, que lá eu tive no Senegal, numa conferência da Interpol quando eu era Vice-Presidente, o islamismo lá é muito forte nessa região. Era no Senegal que faz fronteira praticamente com a Guiné.

E essas minas que o país, que a Vale, hoje não é mais Vale do Rio Doce, é só Vale, e vale a pena que ela esteja presente nesse país da África, não só por-

que possibilita o desenvolvimento econômico da Guiné, mas também porque colabora. O produto lá que o senhor disse é a bauxita, que tem uma importância, porque a indústria da Vale e de outras empresas nesse setor têm que ter um desenvolvimento praticamente concorrendo internacionalmente e procurando alcançar o primeiro lugar no mundo com a produção de aço e outros produtos. A Ásia tem um interesse muito grande, o Japão e outros países desenvolvidos. A China, hoje, também, tem uma busca muito grande pela siderurgia que estão criando lá na China com o produto dos insumos brasileiros que são exportados para lá, e com essa ligação com a África eu acho que há outras minas que estão sendo procuradas por outras empresas e, provavelmente, os Embaixadores brasileiros na África têm esse envolvimento.

Eu aqui fico assim mais emocionado com o Embaixador do Egito, porque passou pelo Líbano, passou pela Turquia e pelo Irã. Ele deve ter sofrido no Irã com essa pressão americana que está sobre o Irã. E na Turquia, eu estive lá também numa reunião na Interpol, ela me deu muita chance, por isso que eu me julgo Diplomata quando me designaram Vice-Presidente honorário como Diplomata da Interpol para os países que pudessem criar qualquer conflito com as investigações internacionais. E atravessar aquela ponte sobre Bosphorus, não é, a gente sente sair do Oriente para o Ocidente em alguns metros de distância, isso tem assim um valor muito intenso. Infelizmente eu tinha procurado um passeio por Bosphorus num navio que faz esse serviço de turismo, mas a neblina era tão forte que o navio não conseguiu sair. Espero, quando V. Ex^a. estiver lá, que a gente possa comparecer e fazermos um passeio novo, porque eu fiquei com inveja do Senador Cristovam que tem tanta amizade com V. Ex^a. Eu tenho um enorme respeito por ambos, pelo *curriculum* que apresentaram nas suas nomeações. Esse é um trabalho espetacular do Itamaraty que eu levo permanentemente, tenho um irmão que adora esse trabalho que o Itamaraty nos fornece com os dados e ele pede para eu não esquecer. Quando eu fui Presidente dessa Comissão, eu editei todos os trabalhos apresentados pelo Itamaraty, que nós solicitamos que viesse acompanhado do Embaixador para se conhecer profundamente o país que vai ser representado pelos senhores. Nós fizemos um livro aqui e eu gostaria que se repetisse a edição no final do ano de todos aqueles que por aqui passaram e os dados que nos forneceram. Eu acho que é importante, principalmente para a juventude que faz Direito Internacional e tudo e tem dificuldade de saber algumas informações tão importantes que são trazidas aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma, sem dúvida são dados importantes. Eu também tenho esse mesmo costume, eu encaminho, aí já não é meu irmão, mas é um amigo meu que sempre me pede que eu faça a entrega a ele.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dada a importância econômica que o Itamaraty traz ao conhecimento. Por isso que eu digo que Embaixador tem que ser de carreira, que se for político, não é nenhuma suspeita sobre incompetência não, mas o *curriculum* e a passagem para resolver problemas de assuntos internacionais, só aqueles que são formados pelo Rio Branco e fazem uma carreira importante na missão. Eu acho que o Itamaraty, hoje, é reconhecido como uma das Diplomacias mais importantes no mundo pelo *curriculum* de cada Embaixador que nos representa praticamente em todos os países do mundo. E hoje, com essa intenção do Governo, do Presidente Lula, do Ministro de Relações Exteriores com a África e com o Oriente e um pouco a Ásia também, tem dado uma importância vital ao Brasil no contexto internacional.

Eu peço desculpas e agradeço e cumprimento a ambos. Sem dúvida o voto é secreto, mas a bolinha branca vai funcionar na minha mão (risos).

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Tuma, eu vou levar ao Senador Heráclito essa sugestão realmente de que nós possamos ter aí uma publicação condensando todas as informações, mas só para dar uma cutucadinha eu vou só pedir à Embaixadora Gleides(F) que peça lá, porque no caso do Paquistão o perfil está meio defasado aqui, está falando na próxima eleição de outubro de 2007 no caso do Paquistão. Então está meio ultrapassada, eu pediria que possa ser atualizar, pois nós já estamos em abril de 2008. Com a palavra--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi no computador que não atualizaram.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Exatamente. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu cumprimento, desde logo, os dois convidados, o Embaixador Cesário Melantonio Neto e o Senador José Fiúza Neto. São netos de Embaixadores talvez? Não tem nada, não tem nada a ver? Mas vão aí os meus cumprimentos bem cariocas, do Rio, por termos os senhores dois aqui, que vieram numa espécie de desafio ao Senado para serem questionados, serem sabatinados conforme prevê a nossa Constituição. Foi muito bom os senhores terem vindo, demonstraram que estão à altura para representar o Brasil nesses países.

Só tenho condições curiosas a perguntar aqui. Primeiro, Presidente, o que aguçou a minha curiosidade foi sobre o atual Presidente da Guiné. V. Ex^a. vai representar o país só na Guiné ou em vários outros países perto?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Atualmente somente a Guiné.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Só na Guiné?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Somente a Guiné.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Antiga colônia francesa, não é?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Isso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem. O regime é forte hoje?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: É forte.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Forte?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Porque o atual Presidente acha-se no poder há muitos anos?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Desde 1984.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E ele começou como soldado, sargento no exército francês?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Sim.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Porque ele é relativamente, vamos dizer assim, não muito jovem, não muito velho, mas está extremamente muito doente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Experiente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito doente. Vejo, Sr. Presidente, que prevalece na Guiné um sistema de poligamia. Eu vou fazer uma pergunta a V. Ex^a., que talvez não saiba responder: quantas esposas o Presidente tem?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Quatro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quatro. E tem nove filhos?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Os filhos eu não sei.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está escrito aqui, nove, e está muito doente, mas muito doente

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: É verdade.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quase não sai do seu leito. Esperamos que ele melhore para receber V. Ex^a.

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Também espero, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Alguns dados básicos aqui que me interessaram são os prin-

cipais produtos de exportação da Guiné: minérios, escória e cinzas. O que é isso, escória e cinzas?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: São subprodutos de minério; não saberia dizer ao senhor exatamente de quais minérios eles vêm, mas numa suposição mais ou menos educada eu diria que são minérios de ferro.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei. Mesmo as cinzas?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Como eu sou de um Estado mineirador, a escória é a parte... é a espuma, a parte que sobra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E a cinza?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A cinza também, é uma outra parte já mais leve, mais fina.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E quem é que pode importar isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É que ela pode ser reutilizada num sistema de reciclagem. Então você usa a escória e as cinzas para um processo de reciclagem na fabricação do aço.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então tá bom. Agora nós nunca importamos nada de lá?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Não, não temos nenhum item de importação da Guiné.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas eles têm bastante conosco? Nós exportamos bastantes coisas para lá?

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Nós não exportamos não, é um comércio de pouco mais de vinte e cinco milhões de dólares, então não é assim tão representativo, mas a tendência é crescer, sobretudo se a Guiné entrar ou reentrar agora num processo de fortaleza econômica, como se supõe com o aumento do preço das matérias-primas, inclusive dos minérios, com novos acordos fechados com organismos financeiros internacionais, que esteve paralisado durante algum tempo. Então esperamos que eles também, futuramente, possam exportar alguma coisa para nós. No caso da bauxita, por exemplo, são três os maiores produtores da bauxita. O Brasil está entre eles. O primeiro é a Austrália, em segundo a Guiné e o Brasil. Então não vamos importar. Há uma certa coincidência aí, não é?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero desejar a V. Ex^a. e ao Embaixador Cesário Melantônio Neto o maior sucesso e que se lembrem que esta Comissão, tenham a certeza, estará sempre disposta a colaborar com o trabalho de V. Ex^{as}.

SR. JOSÉ FIÚZA NETO: Muito obrigado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por que estaremos sempre dando uma ajudinha ao nosso país, querido Brasil, que muito precisa. Muito obrigado pela presença. O meu Presidente agora vai me permitir votar e voltar aqui para ouvir o ilustre Senador Francisco de Assis.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu agradeço ao Senador Paulo Duque. Nós teremos aí realmente agora que suspender a parte aberta da reunião de acordo com o que prevê a Constituição. Mas, antes, eu quero convidar a Embaixadora Maria Nazareth, que é Chefe de Gabinete do Ministério das Relações Exteriores, ao Embaixador João Batista Cruz e também à Embaixadora Gladys para que permaneçam aqui conosco. Na realidade evidentemente o Embaixador Carrilho também, para que nós possamos ter alguma questão ainda de caráter mais reservado. Então está suspensa, transformando a reunião em reservada.

Sessão suspensa às 12h41.

Sessão reaberta ao público às 12h51.

A reunião é reaberta e comunico a aprovação dos Embaixadores. O Embaixador Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa, que vai cumular o cargo que já ocupa de Embaixador do Paquistão, como também o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Afeganistão e a República do Tadjiquistão; o Embaixador Cesário Melantônio Neto para a República Árabe do Egito e também com cumulatividade para o Estado da Eritreia e a República Democrática Somali; o Embaixador José Fiúza Neto como Embaixador do Brasil para a República da Guiné.

Estando, portanto, aprovados os Embaixadores, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h52.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2008, ÀS 10 HORAS.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia dezesete de abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, JOÃO RIBEIRO, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, PAULO DUQUE, VIRGINIO DE CARVALHO, ROMEU**

TUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO AZEREDO, FERNANDO COLLOR, INÁCIO ARRUDA, ALOIZIO MERCADANTE, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, TASSO JEREISSATI, SÉRGIO GUERRA E JEFFERSON PÉRES. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008, de autoria da Presidência da República, que “*Institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003. (Projeto do Sacoleiro).*” A apreciação da matéria é adiada. O Presidente concede a palavra para discussão da matéria aos Senadores **TASSO JEREISSATI, ARTHUR VIRGÍLIO, ALOIZIO MERCADANTE e EDUARDO SUPLICY.** O Presidente submete a apreciação como Extrapauta os seguintes itens: **Item 1:** Requerimento nº 20, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Eduardo Suplicy, que “*Requer, considerando que se encontra sob apreciação do Senado Federal, em regime de urgência, com tramitação simultânea nesta Comissão, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Relações Exteriores, o PLC 27/2008, que institui o Regime de Tributação Unificada – UTR na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, e altera as leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para tratar do tema, cujo objetivo é facilitar e regular a importação de produtos acabados, especialmente eletrônicos e de informática oriundos do Paraguai, com os seguintes convidados: Dr. Welber Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Dr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal do Ministério da Fazenda; Representante do Ministério das Relações Exteriores; Dr. Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade; Dr. Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos – ABRINQ; e Dr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos – ELETROS.*” Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 21, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy, que “*Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores, audiência pública para que sejam prestadas as informações que se fizerem necessárias para instruir a apreciação pelo*

Senado Federal, do Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 2008, que ‘institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833 de 29 de dezembro de 2003’. Nestes termos solicito que, para participarem da Audiência Pública acima citada sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. Welber de Oliveira Barral – Secretário de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil, Sr. Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe do Departamento do MERCOSUL – DMSUL do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE, e Sr. Lourival Kiçula, – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletrônicos – ELETROS.” Aprovado. **Item 3:** Requerimento nº 24, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que “*Requer, nos termos regimentais a realização de audiência pública desta comissão em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008.*” Aprovado. O Presidente convida os embaixadores Jorge José Frantz Ramos e Elim Saturnino Ferreira Dutra para comporem a mesa. O Presidente faz inversão da pauta. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 59, de 2008, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.*” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **VIRGINIO DE CARVALHO** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente submete a apreciação item extrapauta. **Item 4:** Requerimento nº 22, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Suplicy, que “*Requer, nos termos regimentais, que seja aditado ao Requerimento nº 21/2008, o nome do Sr. Márcio Gonçalves, Diretor de Antipirataria para América Latina da Motion Picture Association (MPA).*” Aprovado. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 58, de 2008, que “*Submete a apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Jorge José Frantz Ramos, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Mali.*” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **MÃO SANTA** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente concede a palavra ao Senador **JOÃO RIBEIRO.** O Presidente abre o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **ELIM SATURNINO FERREIRA**

DUTRA e JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS para fazerem suas exposições. O Presidente concede a palavra aos Senadores **MARCONI PERILLO, PAULO DUQUE e EDUARDO SUPPLY**. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. O Presidente comunica a realização de Reunião Extraordinária da Comissão dia 29 de abril do corrente, terça-feira. O Presidente em exercício torna a reunião secreta às treze horas e onze minutos. A sessão é reaberta às treze horas e vinte e dois minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente em exercício submete a apreciação do item Extrapauta. **Item 5:** Requerimento nº 25, de 2008 – CRE, de autoria do Senador José Nery, que *“em aditamento ao Requerimento nº 16, de 2008 – CRE, aprovado por esta Comissão no último dia 3 de abril, requer seja convidada a Senhora Yolanda Pulecio, mãe de Ingrid Betancourt, ex-candidata à presidência da Colômbia, seqüestrada pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em 2002, para participar da Audiência Pública com a presença de membros da Comissão da Paz da Câmara de Representantes do Poder Legislativo Colombiano e da Comisión Segunda do Senado de La República de Colômbia, para troca de informações acerca do esforço humanitário que visa a liberação dos reféns das FARC, bem como presos que se encontram em cárceres colombianos; como forma de potencializar a participação do governo brasileiro e deste parlamento no esforço de paz.”* Aprovado. O Presidente nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador **Heráclito Fortes**, Presidente

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2008, ÀS 11 HORAS E 29 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 9ª. Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permanecem como se encontram. Aprovado.

Em primeiro lugar, eu quero assinalar aqui com muita alegria, Senador Arthur Virgílio, o aniversário do nosso companheiro Virgínio de Carvalho e... desde já nos convida para um jantar num local a ser designado à noite e nós iremos fazer isso, Senador, atendendo com a maior... com o maior carinho esse convite, naturalmente, estendido a todos os colegas da Casa. Em segundo lugar, eu gostaria de fazer um registro muito importante para essa Comissão. O nosso Embaixador Marco Antônio, que durante muitos anos é... foi, muitos anos é exagero, não é? Durante três anos, dois anos e meio, três anos, foi Assessor Parlamentar do Itamaraty nesta Casa abrindo um novo tempo de relacionamento entre Executivo e Legislativo, nos visita. Hoje é o Embaixador do Brasil na Índia e está no país acompanhando a Presidenta daquele, da Índia e veio matar a saudade aqui da Casa. Portanto, eu faço esse registro com o maior carinho.

Item 01 da Pauta. Não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 27/2008, institui o regime de tributação unificada, RTU, na importação por via terrestre de mercadorias procedentes do Paraguai e altera as leis nºs. 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, o chamado Projeto Sacoleiro. Autoria é da Presidência da República e o Relator é o Senador Tasso Jereissati a quem passo a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero avisar que a matéria tramita em regime de urgência.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Heráclito, há um requerimento colocado aí que eu gostaria de pedir permissão a V.Exa. para colocá-lo em votação, subscrito pelo Senador Suplicy e por mim, no sentido de solicitar uma Audiência Pública para ouvir as razões das partes envolvidas. É um assunto extremamente complexo que envolve toda uma questão de relacionamento, tramitação Brasil/Paraguai que todos nós conhecemos. A Receita Federal é favorável a esse projeto. Vários setores industriais do país são contra esse projeto. Enfim, envolve questões relacionadas ao Mercosul também, ao relacionamento multilateral do Mercosul. E, portanto, nós gostaríamos de ouvir todas as partes envolvidas. Afora isso, ainda existe emendas colocadas no projeto sobre zonas francas de Macapá e Santana. Uma emenda do Senador Arthur Virgílio sobre zona franca da Amazônia ocidental, emenda do Senador Zambiasi também criando outras zonas de livre comércio. O que torna extremamente complexo e é importante que essa Comissão ouça e eu mesmo, para formar opinião, as partes interessadas para formar uma

opinião mais profunda e mais consistente e eu pediria a V.Exa. que, se possível, colocasse em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pede seja colocado em votação o adiamento? Ah, o requerimento de audiência pública, entendido. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Heráclito Fortes, Sras. e Srs. Senadores, eu creio, eu creio prudente a atitude sugerida pelo Senador Tasso Jereissati porque esta matéria de fato é tão complexa e envolve todos, todos esses aspectos, todas essas nuances a ponto de não se ter podido votá-la até hoje ainda na Comissão de Constituição e Justiça, nem na Comissão de Assuntos Econômicos. E ainda há pouco, sequer na Comissão do Mercosul, que envolve de fato a relação Brasil/Paraguai.

Eu tenho recebido, eu que comecei a perceber essa matéria como uma questão do meu Estado e, claro, da indústria brasileira também que eu vejo afetada pela... pela possibilidade disso aí ser uma porta aberta para contrabando, enfim. Mas, eu pensei, no início, isso como uma questão do meu estado e da indústria brasileira tradicional. Não é. Recebi documento da indústria do cinema, que está preocupada com a pirataria. Recebi documento de uma entidade chamada ABINEE, que toda vez que a ELETROS, que representa os interesses do pólo industrial de Manaus se coloca de um lado a ABINEE se coloca de outro. Desta vez, a ABINEE está a favor. Só para quem conhece o Amazonas percebe a gravidade, porque ABINEE e ELETROS juntas significam o termômetro da gravidade dessa questão. Mais, criação de zonas francas. Uma série de... de situações esdrúxulas e efetivamente esdrúxulas que merecem um acurado exame nas comissões. Eu devo dizer a V.Exa. que ela entra, se não me engano, ela tranca a pauta a partir do dia 9 de maio. Ela tranca a pauta após as Medidas Provisórias todas serem votadas, essa é a hierarquia. Ela tranca a pauta de 9 de maio. Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone] 9 de maio é o último prazo de permanência dela aqui. A partir daí nós somos obrigados a remetê-la a plenário.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A plenário, pois é, ela tranca--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dia 29 de abril.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): 29 de abril?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É 29 de abril, muito bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Nove de maio no plenário, pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É. Exatamente. E a partir do dia 8 de maio ela tranca em plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E a partir de amanhã não pode mais ser examinada aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até o dia 29 pode.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Deixa eu esclarecer o Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Mercadante, que é da área, nos honra hoje com a presença aqui. Senador Mercadante--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Deixa eu tentar esclarecer, Senador Heráclito. Até o dia 29 de abril ela poderia ser votada aqui. A partir do dia 29 de abril, ela poderá ser estudada aqui como contribuição para o Plenário. Ela passa a trancar a pauta lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A pauta lá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Após o esgotamento das Medidas Provisórias que trancam a pauta, preferencialmente, antes dela, enfim. Então, ainda assim, é muito importante o papel das comissões. É preciso o debate de mérito na Comissão de Justiça. É preciso um debate de mérito na Comissão de Assuntos Econômicos. É preciso o debate de mérito aqui na Comissão de Relações Exteriores pela relação Brasil/Paraguai. A minha sugestão seria de se fazer uma Audiência Pública até com essas comissões do Senado, não a mista, a do Mercosul, mas, as comissões do Senado como um todo. Para nós orientarmos o Plenário. Porque é muito grave.

Eu volto a dizer, Senador Suplicy, que eu cheguei a pensar que esse era um assunto que ofendia o Estado de V.Exa., a indústria tradicional brasileira, que ofendia o meu Estado, visivelmente. Mas, o número de manifestações que chegam ao meu gabinete, que percebo que chegaram também ao gabinete do Relator da matéria, que é o ilustre Senador Tasso Jereissati, essas... o número de correspondências relevantes da indústria do cinema, de tantas entidades nos leva a ter a preocupação que tenho. Já não mais como representante do Amazonas apenas, e tenho muita preocupação como representante do Amazonas, mas já agora como representante do--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria a colaboração. Eu queria fazer uma proposta aqui e seria importante o Senador Mercadante e o Senador Suplicy. Tendo em vista, Senador Tasso, a importância da matéria e realmente a complexidade porque esses artigos aqui colocados é... diversificam o objetivo, eu acho que a melhor saída seria conseguir do governo retirar e remetê-la com um estudo melhor o mais rápido possível. Porque tiraria esse problema da urgência. Essa dificuldade que nós temos agora dessa discussão para que se vote a matéria... compreende, Senador Arthur? A única maneira é essa. Só o governo agora tem o poder de retirá-la.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu considero razoável, extremamente razoável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é isso?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Extremamente razoável se retirar à urgência da matéria porque ela é extremamente complexa. Ela não é matéria que mereça aprovação à toque de caixa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é verdade?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não deveria ter sido alvo de uma Medida Provisória. E qual foi a história dela? Essa discussão remonta se não me engano, ainda... não, não é mais do tempo em que o Senador Mercadante era líder do governo, já era o Senador Jucá. Saiu um projeto muito ruim, então, combinou-se uma Medida Provisória que corrigiria o projeto. Depois de alguns vetos do Presidente Lula ter, de certa forma, amenizado e corrigido o projeto. Os vetos não foram suficientes. E a Medida Provisória é muito ruim. Ela não resolve a questão. E nós temos ainda o episódio da regulamentação. Eu duvido que nós consigamos elaborar uma boa proposta Legislativa, uma boa lei a partir daí. Duvido muito, Sr. Presidente Heráclito Fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Certo. V.Exa. Tem toda a razão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então, para concluir, V.Exa. está certo ao propor o fim da urgência. Eu creio que deveríamos negociar isso com o líder Jucá. E mais, na hipótese disso não ser possível, faríamos uma ampla reunião que seria de orientação para o plenário onde as verdades de todos os lados seriam expostas. Eu tenho certeza que a nação se conscientizará de que está diante de algo muito grave, não é paroquianismo. Não mais apenas,

e se fosse apenas isso seria muito importante para mim, não mais apenas para o pólo de Manaus, não mais apenas para a indústria tradicional brasileira tão bem representada aqui por Senadores de São Paulo como o Senador Suplicy, Senador Mercadante. Indústria tradicional que está basicamente no centro-sul do país que se prejudica muito com isso também. Mas, outros segmentos importantes, indústria de cinema. É o desafio da pirataria. Há uma preocupação muito grande que faz com que nós não devamos decidir de afogadilho sobre essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem toda a razão V.Exa. Senador Mercadante, eu vou passar a palavra a V.Exa. mas, antes eu queria fazer um apelo, Senador Tasso, antes que V.Exa. se retire para outra Comissão onde vai relatar a matéria. Eu queria apenas pedir a V.Exa. o seguinte, com relação às zonas francas. Só o Relator tem condições de mexer e alcançar o objetivo que eu quero, é incluir a zona franca do Piauí nesse projeto. Já que têm outras. Piauí... eu tenho ficado aqui esses seis anos no Senado e nada acontece. As promessas e... essa questão da zona franca, Senador Mercadante, Senador Suplicy é uma reivindicação, é uma das maneiras que nós temos para viabilizar o estado. Já que tem pedido para as duas regiões eu queria ver se eu contava com a colaboração do Relator, que é quem tem o poder para isso e incluiria o Piauí dentro desse quadro de possibilidades. Nós estamos cansados de viver no clube de falsa felicidade.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Heráclito, com certeza, após ouvirmos todas as ponderações aqui, as discussões que vão ser levadas aqui, a reivindicação de V.Exa. por si só já é importante para ser levada em consideração e se tratando do estado do Piauí, vizinho ao estado do Ceará, irmão do sofrido Nordeste, mais importante ainda com certeza será levada em consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria apenas ajudar a esclarecer que o prazo para as comissões CCJ, Relações Exteriores e CAE é amanhã. Ou seja, é absolutamente impossível que a gente possa--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Embora haja precedente a assessoria está acabando. Mas, não é lógico.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É possível negociar com a mesa uma prorrogação desse prazo porque a matéria só trancará a pauta a partir de 9 de maio. Então, a minha sugestão é que nós fizéssemos primeiro uma Audiência Pública semana

que vem. Se possível, a Relações Exteriores, a CAE poderia também, nós poderíamos aprovar na terça-feira fazermos na quinta-feira. Uma Audiência Pública para abrir esse debate chamando a Receita Federal, Ministério de Relações Exteriores, fazendo um debate, Ministério de Desenvolvimento, fazendo um debate aprofundado sobre a matéria. Nós fizemos uma exaustiva negociação para fazer as Zonas de Processamento de Exportação. Aquele é um projeto de estímulo à exportação foi uma discussão difícil, dura. Nós temos que aperfeiçoar aquele projeto como um instrumento de fomento de vários estados da federação. Agora, no meio dessa trajetória nós reabrimos a discussão de zona franca, nós estamos indo na contramão da própria construção que nós fizemos de uma convergência, eu diria, política, institucional de tratarmos de ZPEs nas condições que o Senado acordou. Essa matéria ainda vai chegar e nós vamos poder discutir. Eu acho prematuro nós anteciparmos a votação de ZPEs, que é o instrumento adequado para nós tratarmos de fomento, criando novas zonas francas. Acho que isso gera muita dificuldade. Acho que a matéria da zona franca devia ser tratada na oportunidade da discussão da ZPE que vai chegar ao Senado breve.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite um aparte, Senador Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E

nós poderíamos tratar aqui apenas o acordo aduaneiro específico Paraguai/Brasil, que é uma coisa necessária, uma política de tributação inclusive para combater o contrabando, para normatizar as relações com o Paraguai. O Brasil tem interesse estratégico nessa relação não só do Mercosul, a discussão do Itaipu, a discussão de um país amigo. Um país pobre--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite um aparte, Senador?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Então, construirmos a solução da tributação bilateral, e para transferirmos a discussão da zona franca para a discussão da ZPE, que é uma Medida Provisória que vem da Câmara que poderia ser aprofundada aqui no momento oportuno.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Senador, inclusive porque nas ZPEs nós estivemos juntos, no mesmo lado tentando construir um acordo. Agora, voltar tudo atrás a cada matéria que chega nós não vamos sair do lugar. Então, a minha sugestão é Audiência Pública, tratar especificamente da matéria tributária e buscar um entendimento que nós trataremos qualquer questão referente a zona franca na votação da MP que estabelece as ZPE.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite um aparte, Senador?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FOR-

TES (DEM-PI): Antes de passar a V.Exa., eu queria fazer apenas um esclarecimento. A minha solicitação não é incluir o Piauí exclusivamente. Como o Piauí, como já tem outras propostas é que o Piauí, que está nesse projeto citado por V.Exa., que o Piauí também faça parte deste e tenho certeza que V.Exa.--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

A última vez eu tentei levantar isso no plenário, você lembra que todos os estados pediram para ser incluídos com zona franca eu fiquei sozinho lá, dizendo que eu achava, era uma coisa quase que uma forma de implodir qualquer iniciativa. Mas, eu fiz a advertência. Nós não vamos avançar nessa direção. Não há entendimento sobre isso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite, Senador Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pólo industrial de Manaus é uma coisa muito específica, exitosa, importante, relevante tem mais de trinta anos de história.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

41.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Agora, o instrumento que nós construímos no Senado é a ZPE. Chegamos ao entendimento, inclusive para preservar a lei de informática, preservar a zona franca, como é que deveria ser feita, como alavancar as exportações sem prejudicar a indústria nacional. Como não criar dois regimes tributários cambiais. Então, foi uma longa discussão. Senador Tasso teve um papel importante. Senador José Sarney. Senador Arthur Virgílio. Então, vamos retomar essa discussão que nós fizemos na votação da MP que trata de ZPEs. E vamos agora restringir a aprovação do acordo bilateral Brasil/Paraguai, que eu acho que seria uma coisa muito mais factível, realista, objetiva, normativa a relação bilateral e nós transferirmos todas as demais matérias para outra MP. Essa é a minha sugestão de encaminhamento.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):

Permite um aparte?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO

FORTES (DEM-PI): Senador Arthur Virgílio com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O

Senador Mercadante tem muita razão no seu arrazo-

ado. Eu queria apenas colocar alguns adendos, quer dizer, o pólo de Manaus tem, na verdade, já 41 anos. E até por sugestão de V.Exa., nós terminamos mudando o nome, eu fiz uma PEC que está na Câmara, dormitando na Câmara, trocando o nome para pólo industrial da Amazônia brasileira. Foi uma construção tripartite, aliás, V.Exa. sugeriu num aparte a mim em determinado discurso e eu então coloquei pólo industrial da Amazônia e o Senador Álvaro Dias, Relator da matéria na CCJ, cunhou com o nome definitivo, pólo industrial da Amazônia brasileira. Mas, veja, se nós pensarmos zona franca é aquela. Parece até uma contramão insistir no contrário. O Amazonas vive momentos graves, angustiantes. Porque há várias ameaças. As ZPEs, de certa forma são uma ameaça ao pólo de Manaus na medida em que não se exige processo produtivo básico lá, Senador Mercadante, não se exige, portanto, agregação de valor industrial de valor tecnológico, de valor de mão-de-obra, não há a constatação disso. Tem aquele problema da internação de 20% do que se produz. A depender de que escala se atinja, pode ser muito mais do que o mercado nacional como um todo, e eu tenho medo, mais ainda, de o mundo em situação pior. De repente diz assim: Ah, não conseguimos exportar tudo o que queríamos, os 80% programados vamos, excepcionalmente, jogar mais 30% além do combinado no mercado interno prejudicando um pólo que está lá consolidado. Mas, eu vejo que as próprias ZPEs perdem força com a crise, com a crise mundial. Infelizmente, pela crise. Perdem força. As ZPEs, as ZPEs, Senador Mercadante, elas perdem força na medida em que... se alguém pensava em algum lugar em quebra-cabeças chinês, o mundo não está para isso mais. Está para investimentos duradouros, conseqüentes, enfim, mas, eu proponho uma discussão muito ampla, muito séria sobre as ZPEs para nós chegarmos a um texto que seja de Brasil, que não seja de canibalização, que não seja de ficar bi incentivando. Que não seja de se ficar dando incentivos a quem... ou seja, incentivar o que se já faz aqui para se fazer de jeito talvez... em qualidade menor no litoral tal, enfim. Eu concordo com a idéia de V.Exa., mas, temos essa questão da MP dos sacoleiros que, a meu ver, ela sugere muitas dúvidas nos brasileiros. A indústria de filmes se preocupa com a pirataria. A indústria nacional, sediada no seu Estado, no meu e em tantos outros Estados, se preocupa com o resultado final disso. De repente, teremos uma concorrência legal, na parte legal, ilegal porque aqueles que vão trafegar legalmente com autorização dos governos, eles poderão continuar nas suas atividades ilegais, não há nada que os impeça de tentar isso. Então, hoje nós conseguimos, graças ao Senador Eduardo Azeredo, Senador Adelmir San-

tana e Senador Inácio Arruda, conseguimos brecar qualquer precipitação na Comissão mista do Mercosul. Aqui, do mesmo jeito, está saindo uma solução sábia. E na Comissão que V.Exa. Preside, a CAE, também não saiu nenhuma precipitação e não se votou nada de Comissão de Justiça.

Eu quero dizer que quatro comissões tentaram tratar do assunto e o assunto é tão complexo, está tão imaturo para ser votado que nenhuma das Comissões se aventurou a dar uma resposta definitiva. Ou seja, se tivéssemos que ir para o Plenário sem essa solução da Comissão... da reunião de Audiência Pública, nós iríamos com o plenário absolutamente desaconselhado pelas comissões técnicas porque nenhuma se aventurou a aconselhar o Plenário. Eu perguntaria, como Senador, digamos que eu estivesse lá sem ser um Senador do meu Estado. Se eu fosse de outro Estado. Sem ter obrigação de liderança que tenho. Eu chegaria lá e diria: Muito bem, qual seria o meu critério? Como pensa o meu líder? Como pensa a minha bancada era um critério, Senador Marconi. O outro critério seria: Como se manifestou a Comissão de Justiça? Não se manifestou. Outro critério: Como se manifestou a Comissão de Assuntos Econômicos? Não se manifestou. Outro critério: Como se manifestou a Comissão do Mercosul? Não se manifestou. Outro critério: Como se manifestou a Comissão de Relações Exteriores já que envolve a questão internacional? Não se manifestou. Então, como é que seria o voto de um Senador como eu que estaria desorientado diante desse... qual seria o meu voto nesse caso? O meu líder não poderia fechar questão porque o meu líder tem um interesse, e liderados dele têm outro interesse, não daria para fechar questão. Então, como é que votaria com consciência, Senador Virgínio, esse Senador que eu estou aqui caricaturando, aqui idealizando, talvez, Senador Suplicy? Esse Senador votaria pelo discurso mais bonito da hora, votaria por informações que lhe chegassem às mãos naquele momento. Ele não votaria com plena consciência porque a matéria está tão imatura que as comissões técnicas da Casa, estas comissões técnicas, elas não conseguiram se pronunciar sobre aquela colcha de retalhos que virou a Medida Provisória enviada pelo governo para cá. Então, a solução--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Permite um aparte, apenas para esclarecimento?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permito em seguida, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É que é Projeto de Lei, não Medida Provisória.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Projeto de Lei de Conversão, não é?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Não, é Projeto de Lei e não Medida Provisória. É um Projeto de Lei--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Ah, tem razão, tem razão, tem razão. V.Exa. Tem razão. Perdoe-me pelo equívoco. Mas, Senador Heráclito, então, eu vejo que tem duas soluções muito bem propostas aqui. A solução da Audiência Pública que tem o Requerimento meu e do Senador Tasso em suas mãos. A solução reforçada pelo Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante. Temos, ainda, este fato que V.Exa. traz à luz talvez agora reforçada pelo... por eu dizer à Casa que quatro Comissões se debruçaram sobre o tema e não conseguiram votá-lo.

Então, a retirada da urgência, a retirada da urgência é algo absolutamente importante que nos levaria a poder maturar. Eu gostaria de agradecer a V.Exa., ao Senador Mercadante pela oportunidade de debate qualificado que podemos ter na... na manhã de hoje. Diz ele que é uma coisa rara, mas, é modesto da parte dele. O debate com ele sempre é qualificado, enfim. Muito obrigado, Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Mercadante, parece que precisa se retirar. Eu quero apenas de V.Exa. o seguinte, a minha preocupação com o Piauí é porque é a minha terra, é porque eu vejo o sofrimento que nós temos, a minha geração é... em conseguir outro item diferenciado. Em último lugar, eu quero ajudar o governo do estado do Piauí, que é do partido de V.Exa. Então... portanto, eu faria esse apelo. Agora, Senador Mercadante, eu acho que o melhor caminho é... É realmente o... a iniciativa do governo. Evidentemente que vai depender de... de V.Exa. De qualquer maneira, nós vamos, Senador Suplicy, discutir esse assunto com a aprovação desse Requerimento proposto pelo Senador Mercadante para que a Audiência Pública seja conjunta na quinta-feira. E enquanto isso... V.Exas., que fazem parte da base do governo, poderão conversar com o Senador Romero Jucá ou... V.Exa. quer a palavra sobre a matéria? Com o maior prazer.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Senador... Presidente Heráclito Fortes, eu estou de acordo que haja Audiência Pública com todas as pessoas e...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Mercadante. Queria fazer um apelo.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Em sessão conjunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só um minuto, Senador. Eu queria fazer um apelo a V.Exa., que segure aí V.Exa. Tem...

V.Exa. tem um compromisso na outra Comissão. Mas, nós estamos aqui dependendo de... de aprovação de dois Embaixadores. Eu vou abrir, logo em seguida, e precisaríamos de voto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está precisando de voto na Comissão de Orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, mas, eu vou, na hora que ficar aberto aqui o item 2 da pauta que é esse, V.Exa. votaria e... colaboraria para que esse quorum--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Dizia, Presidente, ao Senador Mercadante que nós precisamos fazer hoje, logo ao abrir da sessão, porque ele viaja e eu também, um debate qualificado sobre... a decisão do COPOM de ontem, elevando os juros. Ele já se dispôs a isso e nós vamos... aliás, não são tão raras as ocasiões de debate qualificado assim. Não são tão raras assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa. marca, portanto, esse debate para hoje à tarde no plenário?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É isso, não é, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Hoje não, não é?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Começa hoje.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Começa hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Começa hoje. Está bom. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Então, para votarmos logo o Requerimento de Audiência Pública em sessão conjunta inclusive com a CAE e as demais Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, vamos votar. São dois Requerimentos. Dois Requerimentos, no caso. O primeiro Requerimento é o nº. 20, de 2008-CRE, no seguinte teor: Considerando que se encontra sobre a apreciação do Senado Federal em regime de urgência com tramitação simultânea nesta Comissão, na Comissão de Constituição e Justiça e cidadania e na Comissão de relações exteriores o PLC 27 que institui o regime de tributação unificada, RTU, na importação por via terrestre de mercadorias procedentes do Paraguai e altera as leis nº 10637/2002 e 10833/2003. Requeiro nos termos do art. 93, Inciso I do Regimento Interno a realização de Audiência Pública para tratar do tema cujo objetivo é facilitar e regular a importação de produtos acabados, especialmente eletrônicos e de informática

oriundos do Paraguai com os seguintes convidados: Dr. Welber Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio, Dr. Jorge Rachid, Secretário da Receita Federal, um representante do Ministério das Relações Exteriores, Dr. Edson Vismona, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa da Competitividade, Dr. Sinésio Batista Costa, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos, Abrinq e Dr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos. A justificativa é a seguinte: no sentido de esclarecer os impactos sobre a produção nacional de produtos, similares e ao que se quer facilitar a comercialização no país sobre a geração de empregos com a introdução de produtos acabados sobre a necessidade de maior fiscalização para conter a pirataria e, sobretudo, a possibilidade de estarmos desrespeitando o tratado do Mercosul e, considerando ainda, a complexidade do tema proposto pelo PLC que apresento esse requerimento. Ao Senador Tasso Jereissati com assinatura do Senador Eduardo Suplicy. No mesmo teor temos aqui um pedido do Senador Arthur Virgílio para que se ouça o Sr. Welber de Oliveira Barral; Jorge Antônio Rachid; Ministro Bruno de Risios Bath, Chefe do Departamento do Mercosul, Ministro das Relações Exteriores, Humberto Barbato, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Eletroeletrônicos e o Sr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos. A justificativa é a mesma. E, portanto, os Srs. Senadores que aprovam o primeiro (Requerimento nº 20, de 2008 – CRE) permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os que aprovam o segundo (Requerimento nº 21, de 2008 – CRE), permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria fazer uma indagação ao Senador Mercadante e ao Senador Arthur Virgílio. Eu vou ler agora o Requerimento da... da reunião conjunta. Não há... não há a necessidade de se colocar, Senador Mercadante, que a discussão acrescentaria também a questão da zona franca? Porque, nos dois requerimentos não se faz, Senador Arthur Virgílio, nenhuma referência a zona franca. Ou, então, já fica acertado de que esse assunto poderá ser tratado. Senador Mercadante, a pergunta que faço é a seguinte: Os dois requerimentos aprovados não faz referência a essa discussão da zona franca proposta por V.Exa. O requerimento agora não—

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É porque está embutido, a Câmara colocou uma emenda e o projeto de conversão veio introduzindo o que não estava na MP original, no Projeto de Lei original.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Então, vai ter que debater.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois é, exatamente. Mas, o texto... dos dois Requerimentos já contempla... não tem problema, podemos fazer assim sem necessidade de... desse acréscimo? Havendo o acordo, todos concordam. Então, eu queria apenas fazer esse registro para... que depois não se alegue que a Audiência Pública não tem esse objetivo. Com o consentimento de todos, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. O Requerimento nº 24, de 2008-CRE, para a realização de, da sessão conjunta com essa Comissão e a Comissão de Assuntos Econômicos para o dia... não está marcada a data, mas, nós vamos marcar a data para a próxima quinta-feira, estão todos de acordo? Aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 2, segunda parte, melhor dizendo. Antes de iniciar a apreciação das mensagens, convido para comporem a mesa os Srs. Embaixadores Jorge José Frantz Ramos, indicado para representar o Brasil na República do Mali e Elim Saturnino Ferreira Dutra para representar o Brasil na República da Tunísia. Nós estamos com a informação aqui de que o Senador Mão Santa, que é Relator do Item 1, não se encontra no Plenário e nós estamos tentando localizá-lo. Para ganhar tempo, eu passaria ao item 2 e... que é o seguinte: Mensagem nº. 59/2002 que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Tunísia. A autoria, Presidência da República e a Relatoria é do Senador Virginio de Carvalho, que estréia nessa Comissão como Relator no dia do seu aniversário. Com a palavra V. Exa.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu gostaria de comunicar que tendo em vista o compromisso de várias Comissões dos Srs. Senadores, aqueles que se acharem, a partir de agora, aptos para votar uma vez que receberam os relatórios, conversaram com os embaixadores, têm os currículos e se acharem em condições de proceder o voto, que podem fazer a partir de agora.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Obrigado, Presidente. E é com muita satisfação que eu vou fazer esse... esse relato, não é, do... do Embaixador visto que nós tivemos uma conversa muito aprofundada e temos muita coisa em comum, até porque ele foi Embaixador também ali na Suécia onde nós

vivemos ali durante algum tempo e temos trabalhado com representantes daquele governo durante muitos anos e então nós tínhamos muita coisa em comum e pudemos também relatar, falarmos sobre o país em apreço. Mas, eu passo a ler o relatório que foi elaborado acerca do nosso Embaixador. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o senhor Presidente da República faz do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de primeira classe da carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia. A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente conforme o Art. 52, Item IV.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Meu caro Relator, eu queria pedir a V.Exa. Um minuto.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No sentido de colaborar com a tese do Senador Arthur Virgílio e Senador Mercadante, chega à Mesa agora, o Requerimento que eu acho importante votar. É o Requerimento 22, de 2008-CRE. Requeiro nos termos regimentais que seja aditado ao Requerimento 21, de 2008-CRE, que é o da sessão, agora transformada em conjunta, o nome do senhor Márcio Gonçalves, diretor de antipirataria para a América Latina da *Motion Picture Association*, MPA. Autoria do Senador Flexa Ribeiro com adesão do Senador Eduardo Suplicy. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o adendo.

Com a palavra V.Exa.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Dando seqüência ao nosso Relatório, o Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental elaborou *curriculum vitae* do Diplomata indicado do qual se extrai para este Relatório as informações que se seguem. Nascido em Bom Jesus, Rio Grande do Sul, filho de Adhemar Costa Dutra e Nely Ferreira Dutra, graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Concluiu o curso de preparação à carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco sendo, subsequentemente, promovido a Terceiro Secretário em 1970. A Segundo Secretário, por merecimento, em 1973. A Primeiro Secretário, por merecimento, em 1979. A Conselheiro, por merecimento, em 1982. A Ministro de Segunda Classe, em 1989 e a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1997. Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar os seguintes: O de Segun-

do Secretário em Roma e de Segundo Secretário em Buenos Aires e de Subchefe do cerimonial da Presidência da República e de Conselheiro em Washington e em Bogotá. O de Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, o de Diretor-Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação, o de Ministro Conselheiro em Bonn. O de Chefe de Delegação da Reunião de Consulta Intergovernamental Brasil/Canadá sobre cooperação técnica em Ottawa. E do Chefe de Delegação da décima segunda reunião de cooperação técnica Brasil/Japão, em Brasília. O de Chefe de Delegação da reunião intergovernamental Brasil/Bolívia sobre cooperação técnica em La Paz. E de Chefe da Delegação da reunião de negociações intergovernamentais Brasil/Moçambique sobre cooperação técnica em Maputo. O de Chefe de Delegação da reunião de negociações bilaterais Brasil/Colômbia, sobre cooperação técnica, em Bogotá. E o de Chefe de Delegação da reunião para a criação do programa de apoio à reestruturação econômica de Cuba em Havana. O de Chefe de Delegação da primeira reunião de pontos focais de cooperação da comunidade dos países de língua portuguesa, CPLP, em Lisboa. O de Chefe de Delegação da reunião intergovernamental Brasil/Paraguai sobre a criação do centro de formação profissional de Ernadárias, Assunção. O de Embaixador em Estocolmo e Embaixador no Cairo. Dentre as condecorações nacionais e estrangeiras que recebeu, incumbe destacar: A Ordem do Mérito da Itália, Cavaleiro, a Ordem de Maio Argentina, oficial. A Ordem do Mérito Aeronáutico Brasil, oficial. A ordem de Infante D. Henrique, Portugal, oficial. A Ordem do Libertador San Martin Argentina, oficial. A Ordem do Cedro, Líbano. Comendador, a Medalha do Pacificador, Brasil. E a Ordem do Rio Branco, Brasil. No que concerne ao posto para o qual o Embaixador é indicado, a República da Tunísia, cumpre prestar algumas informações. A Tunísia tem concentrado sua atuação externa em três eixos principais: A associação com a Europa e a integração no Magreb e as relações com o mundo árabe. No caso europeu, além dos laços históricos e imperativos geográficos o relacionamento veio a fundamentar-se mais recentemente no acordo de associação firmado com a União Européia em 1995. O instrumento prevê a eliminação de barreiras alfandegárias para produtos europeus bem como a modernização da estrutura econômica tunisiana até 2008 e a concessão de ajuda financeira da União Européia à Tunísia. Politicamente, as relações da Tunísia com a Europa apresentaram ocasiões dificuldades derivadas das diferenças do enfoque em matéria de direitos humanos. O apoio da Tunísia à guerra contra o terrorismo, contudo, deve manter as críticas das potências como os Estados Unidos da América em níveis moderados.

Com relação ao Magreb a Tunísia tem buscado revitalizar o processo da integração sub-regional, mediante iniciativas bilaterais junto aos demais países da área e no âmbito multilateral da união de Magreb árabe, UMA. Quanto as relações com o mundo árabe em geral, a Tunísia tem mostrado o seu interesse nas questões regionais como as relativas à Palestina e ao Iraque. O Presidente Zine al-Abidine Ben Ali tem salientado a necessidade urgente de soluções duráveis em ambos os casos. Ademais, da coordenação de posição em torno de questões do governo vem se registrando relativo aumento do intercâmbio comercial da Tunísia com o conjunto dos países árabes. No tocante ao mundo árabe, a Tunísia, pela voz do seu Presidente, tem reafirmado como é natural, seu irrestrito apoio à causa Palestina mantendo, entretanto, postura moderada. Vale lembrar que a Tunísia foi sede da Organização para a Libertação da Palestina, a OLP, de 1984 a 1994. Após a expulsão daquela organização do Líbano com a ofensiva israelense. A Tunísia é sede de várias instituições internacionais árabes tais como: A organização árabe para a educação, a cultura e a ciência; a união das rádios dos estados árabes; a organização árabe de energia atômica; a organização árabe de tecnologias da comunicação e da informação bem como o Secretariado Geral do Conselho dos Ministros Árabes do Interior. Preparação à carreira diplomática do Instituto Rio Branco sendo... desculpa, o Brasil foi dos primeiros países a reconhecer a independência da Tunísia em 1956. No mesmo ano, abriu-se o consulado do Brasil, em Túnis, ao que se sucedeu a instalação da Embaixada em 1961. Em 1989, a Tunísia abriu sua embaixada em Brasília. A primeira daquele país na América Latina. A missão diplomática brasileira foi desativada temporariamente em 1999 por motivos orçamentários, tendo sido reaberta dois anos mais tarde. As relações bilaterais sempre foram caracterizadas pela cordialidade e pelo entendimento. Existe uma percepção comum de que os dois países atuam de maneira moderada e construtiva na esfera internacional e em suas respectivas regiões. O que tende a favorecer o diálogo e a consertação de posições no tratamento de diferentes temas da agenda mundial. Apesar de ainda distante das potencialidades de ambos os países, o comércio bilateral passa por crescimento acentuado e contínuo desde 2002. Desde aquele ano o intercâmbio comercial entre Brasil e Tunísia cresceu 177%. Os principais produtos exportados são: Açúcares, produtos siderúrgicos, café e carnes. Mais da metade do valor das importações refere-se a fosfatos. A tradição das relações cordiais entre os dois países, a presença de mais de dez milhões de descendentes de árabes no Brasil e as conjunturas econômicas favoráveis são fatores que

poderiam proporcionar condições para o aumento e diversificação do intercâmbio comercial.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o Art. 52, Item 4 da Constituição Federal, submeto a escolha do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra à esta Comissão, certo de que seus interesses, aliás, certo de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O parecer oferece à Comissão as condições necessárias para deliberar sobre a matéria.

Vamos, depois do parecer do nosso Senador aniversariante, nós vamos para o item 1. Mensagem 58/2008, submete ao Senado Federal o nome do Sr. Jorge José Frantz Ramos, Conselheiro de carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República do Mali. Autoria, Presidência da República, Relatoria do Senador Mão Santa a quem concedo a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sr. Presidente, Heráclito Fortes, Senadores, Senadoras presentes, senhores Embaixadores. Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o senhor Presidente da República faz do Sr. José Luiz Frantz Ramos, Conselheiro da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República do Mali. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha do chefe de missão diplomática de caráter permanente, art. 52, inciso 4. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *currículum vitae* do interessado do qual extraímos para esse relatório as informações que se seguem. Nascido em União da Vitória, do Paraná. Filho de Mário Manoel Shellman Ramos e Lygia Emília Ferraz Frantz Ramos. Graduiu-se em Direito pela Universidade de Brasília em 1980. No ano seguinte, concluiu o Instituto Rio Branco, o curso de preparação à carreira de Diplomata. Em 2007, o curso de altos estudos. O nomeado Terceiro Secretário em 82. Diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 87. Primeiro Secretário em 95 e a Conselheiro em 2000. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou cumpre destacar os seguintes: Assistente chefe substituto da divisão de passaporte; Assessor do departamento consular da divisão Europa I; Gerente da área de agência brasileira de cooperação; Assessor da subsecretaria geral de assuntos políticos; Conselheiro do consulado geral em Milão e na embaixada em Estocolmo. Consta, ainda, do processado, além

do *curriculum vitae* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República de Mali, há perfis biográficos, dados sobre política interna e externa, economia bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil. A República do Mali tornou-se independente em 60 e, desde então, o país foi submetido a sucessivas crises políticas e a governos autoritários como regras de base, marxistas estatizantes. As primeiras eleições tanto municipais, estaduais e presidenciais realizaram-se em 92, em 2002 novas eleições presidenciais deram vitória a Amadou Touré por se caracterizar como governo de coalizão nacional trouxe expectativa de estabilização política e de crescimento econômico. A despeito dos governos de cunho socialista na política externa do Mali, segundo uma postura pragmática de aproximação com o ocidente, sobretudo com a França, e tem buscado avanços em termos de integração regional. No campo econômico, Mali é um dos países mais pobres do mundo, com renda *per capita* 1200 dólares. A despeito de processo de desertificação e produção agrícola, base da economia do país conta com terras férteis na fronteira com a Guiné e relevantes recursos hidráulicos. Destaca-se a produção do milho, amendoim e sorgo. A cultura do algodão constitui o carro chefe da economia. Suas jazidas minerais são ainda pouco exploradas devido a dificuldades de acesso pela ausência de mar.

Nesse contexto, destaca a exploração e comercialização de ouro, cujo controle se concentra em empresas estrangeiras, especialmente a francesa. Com dívida externa de quase três bilhões e modesta balança comercial, o Mali negociou o programa de ajustamento estrutural junto ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. As relações diplomáticas entre Brasil e Mali se estabeleceram em 62, em 2007, embora ainda não tinha sido instituída, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou a abertura de Embaixada na capital Bamaco. A expectativa é de que a embaixada em Bamaco venha a incrementar o intercâmbio comercial com Mali bem como projetos de cooperação. Hoje o Brasil exporta, sobretudo, açúcar, leite em pó e outros alimentos, papel, material médico, ao passo que as exportações de Mali são em quase sua totalidade constituída por algodão. Há em curso projeto trilateral na produção de vacina com o envolvimento da França com perspectiva de que essa cooperação se expanda na produção de biocombustível. Tendo em vista a natureza da matéria, ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações do âmbito do relatório. Nobre Relator, então, nós nos congratulamos com essa indicação desse Embaixador altamente qualificado para as funções.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O relatório do Senador Mão Santa oferece os elementos necessários para deliberação da matéria. Vamos passar a palavra ao Embaixador Jorge José... não, esse é o primeiro. A pauta foi invertida. É... passamos então agora a palavra ao Embaixador Elim Saturnino Ferreira Dutra para fazer a sua exposição.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, V.Exa. Tem a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Uma informação já foi aberta a votação ou só depois da...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A votação, em homenagem a V.Exa. que tem compromisso em outra Comissão, está aberta.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Porque hoje nós temos a Casa um pouco vazia não é, Sr. Presidente, eu tenho essa preocupação e nós vamos ter que atingir um certo... Não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com... nunca está vazia

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Ah, obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra V.Exa.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: S. Exa., Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Heráclito Fortes. Exmo. Sr. Senador Virgínio de Carvalho, a quem agradeço muito como Relator do processo. Por esse... o senhor praticamente disse tudo o que eu teria que dizer, de modo que eu vou procurar reduzir um pouco a minha apresentação. É... estimados Srs. Senadores, Senhoras e Senhores é para mim um prazer muito grande, renovado, estar mais uma vez, é a terceira vez que eu passo por essa casa e é sempre um prazer muito grande porque... essa Casa é motivo de muito... muita admiração e muito orgulho de todo o povo brasileiro. É... tendo em vista a exigüidade do tempo eu me coloco desde já à disposição para, na segunda parte, responder as perguntas que os senhores tenham interesse seja sobre o Egito, de onde eu estou vindo, seja sobre a Tunísia para onde estou indo. Depois de ter servido quatro anos no Egito é para mim motivo de grande satisfação tanto pessoal quanto profissional ir para um outro país árabe do Mediterrâneo que é a Tunísia. É um prazer pessoal porque nesses quatro anos que eu estive no Egito, minha filha se tornou uma das poucas brasileiras que trabalham com arqueologia e... pesquisam naqueles tesouros incríveis que tem o Egito e, por isso, ela vai ficar morando no Egito e trabalhando com missões do Louvre, missões francesas e missões

americanas e, por isso, eu solicitei ao Itamaraty para ficar ali por perto porque, afinal, uma filha é sempre uma filha. E a gente tem que ficar cuidando dela. E o Itamaraty, por sorte minha, abriu esse posto que é um prolongamento do Egito e que eu terei um grande prazer em trabalhar que é a Tunísia. A Tunísia, na verdade, são os árabes que já haviam passado pelo Egito e que foram para a Tunísia e que, depois, acabariam indo até a Espanha. Então, é um país extremamente fascinante porque é antigo Cartago. O Egito tinha cinco mil anos, é a mãe terra, não é? Os faraós diziam que o Egito era a mãe da terra. E uma dádiva do Nilo. E Cartago tem três mil anos e eu acho que poderia se dizer que é uma dádiva do Mediterrâneo, porque os fenícios, ao fundarem Cartago, eram também, fundaram um grande império do mediterrâneo que só teria fim 300 anos antes de Cristo, mais ou menos, quando os romanos conquistaram Cartago. Depois dos romanos vieram os vândalos. Depois dos vândalos vieram os gregos. Depois dos gregos os bizantinos. Depois dos bizantinos vieram os árabes. Depois vieram os turcos. Depois os franceses. E a Tunísia acabou como um país independente apenas em 1957 e... todos os senhores se lembram do famoso Presidente Habib Bourguiba, que foi Presidente vitalício e que durou durante 31 anos Presidente da Tunísia e que foi o fundador desse estado moderno porque a Tunísia, a diferença de muitos outros estados árabes é um estado moderno junto da Europa ligado praticamente a 100 quilômetros da Europa e... É um estado que é... se preocupou em dar igualdade às mulheres, fazer reformas sociais e democratizantes. De modo que a Tunísia é um país extremamente moderno e... poderia ser considerado, relativamente, um país... em desenvolvimento e um país é... emergente porque tem níveis é... profissionais é... excelentes.

Então, eu gostaria de... de dar um resumo muito rápido da Tunísia porque... o prezado Senador já... já disse muita coisa. Mas, é um país que tem uma... um governo no estilo francês, misto, não é? Tem três poderes. Um Legislativo bicameral. O governo tem maioria absoluta nesse Legislativo. Não teme muito a oposição liberal, mas, tem uma preocupação permanente com um partido que está na clandestinidade e que é o partido islâmico. E que se chama o Ennahdha, que é um partido que é sempre uma... não deixa de ser sempre uma preocupação porque a Tunísia se preocupa com a possibilidade de, eventualmente, virar um país islâmico. O PIB, nos últimos anos, tem crescido a taxas de 5 a 6%, indicadores sociais e econômicos que se sobressaem tanto no mundo árabe como no mundo africano. É um país com alfabetização de 70% na área profissional mais de 80%. Pobreza, nível de

pobreza de apenas 7% e 80% da população tem casa própria, portanto, a Tunísia é um país árabe exemplar e ocidentalizado. Tem essa... e com essa política liberalizante é apenas uma preocupação com a possibilidade de um governo islâmico tentar se instaurar. A Tunísia tem como política externa duas prioridades básicas: Primeiro, o desenvolvimento econômico e social e o segundo, a segurança. A Tunísia tem um exército pequeno de trinta e poucos mil homens. Então, para isso, para... preocupada com a política interna apenas e esse exército serve é... para uma resistência a um primeiro ataque apenas. Por isso, ela tem acordos defensivos com a França e com os Estados Unidos, o que permite ao país manter um exército bastante pequeno e econômico. A política externa tunisiana tem quatro vertentes básicas. Uma é basicamente a Europa de onde vem 80% dos investimentos e para onde vão 80% das exportações. Está a 100 quilômetros da Europa, facilímo de linhas diretas diárias, quatro linhas diretas para a França de avião por dia. Linhas diretas para a Itália. Portanto, a Tunísia é... a Europa é a prioridade. Depois, tem a vertente árabe, a vertente magrebina e a vertente africana. As relações com o Brasil, se eu pudesse procurar uma palavra que definisse as relações com o Brasil, eu diria que é: desconhecimento. Desconhecimento mútuo, não é só a Tunísia que desconhece bastante o Brasil, mas, o Brasil desconhece a Tunísia. E esse desconhecimento gera, obviamente, dificuldades na área econômica, a Tunísia não tem relações econômicas fortes com Bancos brasileiros, com instituições de crédito. Nós não temos investimento na Tunísia. Gera dificuldades comerciais. O comércio com a Tunísia é relativamente modesto porque eles não conhecem os nossos produtos. Gera dificuldades na área de cooperação. A Tunísia não conhece as nossas entidades de excelência. Não conhece a EMBRAPA. Não conhece o SENAI.

Então, eu acho que esse desconhecimento tem uma causa única apenas. É uma questão de prioridade. A Tunísia é um país que é organizado, desenvolvido e que está ao lado da Europa. Então, a prioridade da Tunísia é a Europa. E isso é que para um Embaixador, o importante é tentar quebrar um pouco esse desinteresse que não é um desinteresse pelo Brasil, ao contrário, a Tunísia tem uma admiração muito grande pelo Brasil, todos os países árabes têm por causa das posições extremamente simpáticas e favoráveis ao mundo árabe que o Brasil tem. Tem uma simpatia natural pelo Brasil por causa da imigração muito grande árabe para o Brasil. Tem encantos pelo futebol brasileiro e nos últimos anos nós temos feito um esforço muito grande de aproximação, desde a crise do petróleo com os países árabes. Recentemente, o

Presidente Lula passou por lá. Nós criamos a cúpula árabe sul americana no Brasil. De modo que esse desconhecimento não tem nada que ver com o Brasil, é simplesmente uma questão de prioridade. E tendo em vista que a Tunísia tem uma prioridade muito grande para essa relação euromediterrânea. Mas, a relação euromediterrânea é muito complexa, porque são todos os países da Europa e mais os países árabes do Norte da Europa. E o processo de Barcelona faz quinze anos que está mais ou menos empantanado. Então, agora o Presidente Sarkozy da França, mencionou a idéia de uma União Mediterrânea. E a Tunísia está bastante interessada nisso. Gostaria até de ser a sede desse processo de União Mediterrânea. Mas, normalmente, tem uma certa cautela diante do empantanamento do processo de Barcelona. Então, por isso, a Tunísia também procurou contatos diretos com a Europa. Em 1995, ela fez um acordo comercial de redução de tarifas com a União Européia e esse acordo deu muito certo. E em primeiro de janeiro desse ano conseguimos zerar todas as importações, as taxas de importação de produtos industriais. Assim, a Tunísia hoje em dia tem produtos industriais, negocia com a Europa em tarifa zero e tem tarifas bastante reduzidas também na área de agricultura e na área de serviços. Então, na verdade, esse desinteresse que eu acho que existe da Tunísia pelo Brasil é apenas um desinteresse pelo desconhecido e que pode ser modificado. O Brasil é um *global trader*. O Brasil procura comerciar com o mundo inteiro, mas, o Brasil tem também as suas prioridades. E as Américas são uma grande prioridade. A África sub-saariana é uma outra. A União Européia é uma outra. E nós também temos prioridade com o mundo árabe. Então, eu tenho a impressão que é uma questão de trabalhar bastante. As importações têm crescido muito nos últimos anos. Para lhe dar uma idéia, rapidamente, de 2005 a 2007 nós passamos de 108 para 160 milhões de dólares e as importações da Tunísia de 58 para 121 milhões de dólares. Quer dizer, está tudo mais ou menos preparado para que a gente possa melhorar essas relações. Assim que eu acho que a função do Embaixador na Tunísia que eu terei lá é uma função prioritária de divulgar a imagem do Brasil. Divulgar culturalmente, divulgar através de trocas de missões econômicas e comerciais, através de visitas importantes do Brasil que vão lá e da cooperação técnica. É importante, portanto, aumentar a visibilidade do país. Para isso o Brasil depende muito das instituições brasileiras que hoje em dia, graças a Deus, estão trabalhando muito bem. A APEX tem visitado, eu agora no Egito tive várias visitas da APEX. Tivemos várias visitas da Câmara do comércio árabe brasileira de São Paulo que é uma Câmara de comércio extremamente eficiente.

E temos tido também visitas que me entusiasmaram muito, visitas de estados da federação que vão, vai o seu Governador com empresários do estado. E, agora mesmo, semana passada, antes de ser chamado às pressas para vir aqui passar por essa comissão, eu recebi uma missão muito grande de Minas Gerais, estava lá o Vice-Governador Anastasia, era o Governador Aécio Neves que ia, depois acabou não podendo ir no último momento. Mas, Minas Gerais levou ao Cairo uma missão de 80 empresários de alto nível. Fizemos reuniões importantíssimas lá. Houve mais de 200 empresários egípcios interessados no Brasil. E, ao final, o Ministro da Indústria e Comércio, que é uma espécie de Papa da economia, declarou que viria ao Brasil imediatamente, agosto se possível, com uma outra missão do Egito. E faria o possível para levar uma missão da importância da missão que o estado de Minas Gerais levou para o Egito. Isso mostra que o Brasil tem mudado muito e isso se reflete nas nossas exportações. Eu acho assim que..., em resumo, Srs. Senadores, eu acho que a Tunísia é um país que tem grandes possibilidades. Existe uma visão muito simpática do país, mas, é um olhar distante. Cabe a nós aproximar esse olhar. E também na área de comércio nós temos que nos lembrar também que o Japão, a China, que são *global traders*, como o Brasil, eles atacam e trabalham em todos os países do mundo porque é a soma das partes é que fazem o todo. Então, a Tunísia é hoje em dia um país que tem uma zona de livre comércio com a Europa industrial. Eles estão colocando empresas no Brasil, tem duas empresas tunisinas que estão se instalando em São Paulo para trabalhar com a indústria de autopeças brasileiras. E nós não temos nenhuma indústria na Tunísia. Eu me pergunto: Por que é que não temos se agora eles têm entrada direta na Europa? Então, eu acho que isso é um trabalho que vai ser interessante fazer e eu terei muito prazer de fazer esse trabalho e espero receber visita dos senhores lá em Túnis. Muito obrigado

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Encerrada a exposição do Embaixador Elim Saturnino Dutra. Passo a palavra ao Sr. Embaixador José Jorge Frantz Ramos.

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o relatório do Exmo. Sr. Senador Mão Santa e a generosidade de suas palavras. Sinto-me realmente emocionado e honrado de comparecer, pela primeira vez, perante essa nobre Comissão. Devo essa honra, como bem sabem V.Exas., ao fato de ter sido distinguido pelo Exmo. Sr. Presidente da República com minha nomeação como Embaixador do Brasil na República

do Mali. Caso mereça aprovação de V.Exas., eu creio que deverei assumir as minhas novas funções no momento particularmente oportuno. De um lado, o Brasil, que dispõe de uma das maiores populações de origem africana do mundo, apenas atrás da Nigéria, procura cada vez mais adensar os seus contatos com a África de forma a resgatar suas raízes históricas. De outro, as relações entre Brasil, continente africano apresentam renomado dinamismo. Como é também do conhecimento de V.Exas., o comércio do Brasil com a África ocidental tem crescido exponencialmente nos últimos cinco anos havendo passado de cinco milhões para quinze bilhões de dólares. Da mesma forma a nossa balança comercial com o Mali, embora muito mais modesta, cresceu mais de 200% nos últimos 3 anos e chegou a 16 milhões de dólares. A intensa atividade diplomática do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na África, que já visitou cerca de dezessete países naquele continente, insere-se nesse contexto de valorização de uma das nossas raízes mais importantes bem como de busca de novos mercados para o Brasil.

Como bem sabem V.Exas., o Mali, segundo a ONU, se encontra classificado entre os dez países mais pobres do mundo. Enfrentam-se todos os problemas econômicos, sociais e sanitários inerentes a essa situação. Por outro lado, o país desfruta, desde 1992, de uma estável e dinâmica vida democrática com partidos organizados e eleições livremente organizadas. Também no plano externo, o Mali apresenta uma diplomacia pragmática e madura que busca estabelecer e incrementar laços com parceiros não tradicionais. É nesse contexto que se insere a decisão de abrir nossa primeira representação diplomática em Bamaco. A atividade diplomática brasileira naquele país poderá, portanto, muito contribuir para a ampliação do comércio bilateral e para a busca de novas oportunidades para os investimentos brasileiros o estabelecimento e aprofundamento de projetos de cooperação nas mais diversas áreas, especialmente naquelas relacionadas com a agricultura do cerrado e do semi-árido, produção de biocombustíveis, medicina preventiva e saneamento básico, entre outras, deverão ser igualmente prioritárias para a atuação brasileira no Mali. Por outro lado, um dos aspectos mais importantes da atuação brasileira, será certamente a sua vertente cultural. O Mali, apesar de extremamente pobre hoje em dia, é o herdeiro direto de dois dos maiores impérios que a África negra já possuiu o império de Gana e o império Malinque, que durante séculos uniram o oeste da África ao Norte do continente e a região mediterrânea em suas rotas de comércio. E foi durante o apogeu desse império Malinque ou mandingo, durante os séculos 12, 13 e 14 que floresceu, por exemplo, a mítica cidade de Timbuktu,

entrepasto privilegiado para o comércio de ouro, sal e marfim em toda a região. Esse importante centro comercial intelectual já no séc. XVIII Timbuktu possuía três universidades e 180 escolas corânicas. A riqueza e a importância política desse império sub-saariano, evidenciada até hoje pela existência naquela cidade de bibliotecas, muitas delas particulares, que reúnem mais de 700 mil manuscritos, muitos dos quais com mais de mil anos de idade. Ou seja, enquanto a Europa se encontrava na idade média, essa cidade já era o centro de fusão da cultura. Esses documentos cobrem todos os ramos do conhecimento humano da época. Esse patrimônio de valor incalculável é hoje objeto de um esforço internacional para a sua preservação.

Aqui eu gostaria também de relatar uma curiosidade, embora o Brasil tenha estabelecido relações diplomáticas com Mali em 1962, o ano da independência daquele país, alguns historiadores americanos e europeus acreditam que já no século XIV, uma expedição naval chefiada pelo soberano Malinque Abubakari II, que procurava um caminho naval até Meca teria aportado no Brasil. Essa expedição desapareceu. E o soberano seguinte, Mansa Musa empreendeu essa mesma peregrinação por Meca pelo deserto com uma comitiva de apenas 60 mil pessoas e 470 toneladas de ouro. Verdade, ou não, o fato é que o Brasil recebeu mais de três milhões de africanos durante o período que durou a escravidão no país. E uma boa parte desse contingente foi constituído das populações Fula, Mandinka, Yao e Maconde que habitavam justamente a região da África ocidental. Essas populações se destinaram, majoritariamente, para a Bahia, onde receberam a denominação de malês. A esse ponto, acho que seria supérfluo falar a V.Exas. que são profundos conhecedores da realidade brasileira, sobre a importância das contribuições dessas comunidades malês à cultura e à identidade brasileiras. Bom, Sr. Presidente, mais uma vez agradeço a grande honra de estar perante essa nobre Comissão. Procurei ser o mais breve possível e estou à disposição de V.Exas. para quaisquer perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós temos já Senadores inscritos. O primeiro é Marconi Perillo. O segundo, o Senador Paulo Duque. O terceiro Senador Eduardo Suplicy. Poderemos fazer essas primeiras intervenções em regime aberto, se os senhores concordarem. E depois transformá-la em sessão secreta. Mas, se houver alguma pergunta que exija a descrição de praxe, pode ser aberta então? Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhores Embaixadores, colegas Senadores. Em que pese não pertencer à Comissão de

Relações Exteriores e Segurança Nacional do Senado, fiz questão, Sr. Presidente, senhores Embaixadores, de comparecer e aguardar pacientemente o início desta sessão, dessa reunião para..., pessoalmente, prestigiar a sabatina de dois grandes diplomatas brasileiros, diplomatas qualificadíssimos, eruditos, comprometidos com a moderna política externa brasileira. Estou extremamente feliz, Sr. Presidente, porque presencio aqui a sabatina de dois amigos, além de dois competentes Embaixadores. O Embaixador Elim Dutra, que é goiano de coração, e o Embaixador Jorge Ramos, também amigo, um grande Diplomata brasileiro. Coincidentemente, ambos passaram por Estocolmo, um na condição de Ministro Conselheiro, outro na condição de Embaixador. Embaixador Jorge Ramos tem uma enorme experiência, acabou de apresentar a sua tese que diz respeito à geração de apátridas. Exerceu cargos e missões importantíssimos cumprindo destacar a de Assistente Chefe Substituto da Divisão de passaportes, Assessor do departamento consular e da divisão da Europa 1, Gerente de área da agência brasileira de cooperação, Assessor da sub-secretaria geral de assuntos políticos, Conselheiro no consulado geral, em Milão, e na embaixada em Estocolmo. Eu tive o privilégio de visitar Estocolmo. Tive o privilégio de conversar um pouco com o Embaixador Jorge Ramos e estou convencido de que o Brasil estará muito bem representado nesta missão que ele haverá de cumprir nos próximos anos. Quero cumprimentar, portanto, ao Embaixador Jorge Ramos pela apresentação que não deixa dúvida em relação a sua qualificação para exercer, a partir de agora, a nobre missão de Embaixador do Brasil junto a Mali. Por outro lado, cumprio também aqui com satisfação o dever de falar um pouco a respeito da carreira longa deste que é um dos Embaixadores mais antigos no posto, um dos Embaixadores mais experientes da diplomacia brasileira, o Embaixador Elim Dutra, que já ocupou os mais importantes cargos, já participou das mais importantes missões representando a diplomacia brasileira. Cumpro destacar aqui as funções exercidas em Roma e em Buenos Aires como Segundo Secretário. Depois, a função de Subchefe do cerimonial da Presidência da República. As funções de Conselheiro em Washington e Bogotá. De Chefe da divisão de cooperação técnica e Diretor-Adjunto da ABC, agência brasileira de cooperação. Inclusive tendo colaborado muito com o meu estado, depois de chefe da ABC. Ministro Conselheiro em Bonn. Chefe da delegação de reunião de consulta intergovernamental Brasil/Canadá, sobre cooperação técnica, em Ottawa. O de Chefe da delegação da décima segunda reunião de cooperação técnica Brasil/Japão, em Brasília. O de Chefe de delegação da reunião intergovernamental Brasil/Bolívia, sobre coopera-

ção técnica, em La Paz. O de Chefe de delegação da reunião de negociações intergovernamentais Brasil/Moçambique, sobre cooperação técnica, em Maputo. O de Chefe da delegação da reunião de negociações bilaterais Brasil/Colômbia, em Bogotá. O de Chefe de delegação da união de criação do programa de apoio à reestruturação econômica em Cuba, em Havana. O de Chefe da delegação da primeira reunião de pontos focais de cooperação da comunidade dos países de língua portuguesa, a CPLP, em Lisboa. O de Chefe da reunião intergovernamental Brasil/Paraguai, em Assunção. Finalmente, as funções exercidas com muita competência de Embaixador em Estocolmo e de Embaixador no Cairo por quatro anos. Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, gostaria de chamar a atenção para outras facetas do Embaixador Elim Dutra que não são conhecidas. Nós estamos diante de um dos grandes escultores brasileiros. Conheço pouca gente que trabalha melhor em termos de pau Brasil, escultura em pau Brasil do que o Embaixador Elim Dutra. Seria importante que os Senadores que compõem essa Comissão pudessem conhecer o trabalho, a obra do Embaixador Elim Dutra no seu ateliê em Pirenópolis. O Embaixador Elim Dutra, portanto, além de grande Diplomata, de competente Diplomata é um excepcional escultor. Realizou, já, verdadeiras matérias, obras primas a partir dessa matéria bruta do pau Brasil. Além de escultor competente, o Embaixador Elim Dutra também é um hoteleiro, dono de duas pousadas muito agradáveis na cidade de Pirenópolis. E, por fim, para a nossa honra, para a honra dos goianos, é também um pirenopolino, morador de Pirenópolis. Quatro das mais belas casas históricas de Pirenópolis foram restauradas pelo Embaixador Elim Dutra. Portanto, eu venho aqui, compareço a essa sessão muito feliz, satisfeito porque nós estamos diante de dois grandes diplomatas, de dois amigos que, certamente, vão corresponder às nossas expectativas. São dois embaixadores experientes e é por essa razão, Sr. Presidente, que compareço com orgulho. Compareço aqui com alegria. Esperei mais de três horas para poder dar esse meu depoimento a respeito destes dois grandes diplomatas. Certamente, o Brasil estará muito bem representado e acho que V.Exa. Deveria compor uma Comissão, tão logo seja possível, para que nós possamos ir aos países onde eles estarão acreditados para colaborarmos nessa relação bilateral. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Marconi Perillo, essa Comissão agradece. V.Exa. nos traz aqui um fato que é alvissareiro, o Túnis é o abrigo dos artistas do Itamaraty.

Nós tivemos lá o Embaixador Sérgio Teles... a atual Embaixadora parece que pinta também...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não sei se ela pinta não. [Manifestação sem o uso do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ela tem alguma vocação artística. E agora ele. Evidentemente que a paisagem ajuda muito, Túnis é uma cidade belíssima e tenho certeza que será inspirado pelo clima que vai viver aquela cidade. É uma cidade muito agradável, eu tive a oportunidade, dentro das raras viagens que faço ao exterior, de conhecer Túnis para um encontro que fui com missão parlamentar, da união parlamentar internacional. Em segundo lugar, V.Exa., eu pensava que tinha apenas um débito com essa Comissão, passa a ter dois. O primeiro é de não ainda fazer parte dela. Eu venho insistindo pelo seu perfil, pela sua atividade parlamentar e pela sua vocação é um membro fantástico para essa Comissão que só irá acrescentar. Tenho certeza que V.Exa. tratará desse assunto dentro do seu partido o mais rápido possível. Em segundo lugar, V.Exa. deve, isso é um fato grave, deve a esta Comissão o convite para ir a Pirenópolis. Um ex-governador de Goiás não pode, de maneira nenhuma, deixar que essa Comissão, curiosa que ficou com a beleza que V.Exa. fala sobre Pirenópolis, agora acrescida com aquelas que o nosso Embaixador colaborou com a sua sensibilidade.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Sr. Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu já tenho inclusive o hotel para V.Exas. se hospedarem. Pousa Senhor Vigário ou a Pousada do Frade.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Exatamente o que eu queria oferecer.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dentre muitas outras excepcionais pousadas, mas são as duas de propriedade do Embaixador Elim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ficaremos sempre sobre o abrigo religioso, que é muito bom para todos nós. Nesse momento nós estamos precisando, principalmente o Senador Eduardo Azeredo.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Eu queria oferecer tapete vermelho nessas duas Pousadas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com maior alegria, tenho certeza que o Senador Suplicy prefere o tapete dessa cor, embora esteja meio... em alguns casos meio desbotado. Mas, será atendido, não tem nenhum problema. Vamos aguardar, Senador Marconi Perillo, que isso seja possível. Apenas lhe solicito que, ao examinar a data, verifique se a agenda do Senador Eduardo Azeredo

está vazia, porque ele tem se dedicado muito a Minas Gerais nos fins de semana todos. E ele pode não... ele pode ter compromisso anteriores. Então vamos fazer uma adequação da agenda. O segundo inscrito é o nosso Senador Paulo Duque representante do Rio de Janeiro nesta Casa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Apenas duas indagações aqui inicialmente ao Ministro Jorge Ramos. Ministro, V.Exa. é carioca ou nasceu realmente em Mali?

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Sr. Senador, na verdade eu sou paranaense.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Está escrito aqui que V.Exa. nasceu em 11 de outubro de 56, em Bidi, Mali. Então, houve um erro.

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Deve ter havido um erro. Eu nasci em 10 de outubro na cidade de União da Vitória, no Paraná.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Exatamente. Então, deve ter trocado alguma coisa aqui.

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Possivelmente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas, por um equívoco qualquer, mas, formou-se em Dacar, não é? Estudou na França.

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Eu acredito que tenha trocado o meu currículo porque eu estudei na UNB onde fiz Direito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, há um currículo aqui diferenciado, não é? Mas, isso não tem importância. Porque as perguntas que eu formular a V.Exa. estão mais ou menos baseados no texto que eu recebi.

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Certo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Entendeu? Mas, eu estou satisfeito com as referências já feitas. A leitura de V.Exa.

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Muito obrigado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E dirijo-me então, ao Embaixador Elim Dutra. Que me deixou curioso em determinado setor. V.Exa. falou que esse país, a Tunísia, tem um dos menores exércitos do mundo, não foi? Forças armadas? Exércitos? Trinta e oito mil homens. Exército, Marinha e Aeronáutica, é isso?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Acho que cerca de 34, mais ou menos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 34, por aí, mas, que tem um sistema novo de cooperação militar com a França e com os Estados Unidos. Quer dizer, em caso de um ataque ali contariam, certamente com o apoio e a ajuda dos Estados Unidos--

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: E da França.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas, isso não é de graça. Em troca de que esse tipo de apoio? Talvez não possa me responder, mas... o que é que o senhor imagina?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Não, é que a Tunísia foi até 1957, foi um protetorado francês.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Francês, antes era uma colônia?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Ela é de língua francesa e árabe.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: As relações com a França são intensíssimas. É um país com quem ela mais se relaciona em termos comerciais e econômicos. Existe, portanto, uma cooperação militar muito grande. E no lado americano, a Tunísia é um dos países que melhor soube coibir o terrorismo islâmico e se proteger contra o terrorismo islâmico.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Então, os Estados Unidos tem uma ajuda militar à Tunísia e através dessa ajuda militar é que existe essa aliança, essa aproximação grande entre os Estados Unidos e a França com a Tunísia. O que dá à Tunísia uma garantia de que é um país pequeno e que se fosse agredido teria assistência de países com quem ela colabora muito na área militar.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas, em compensação.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Tem uma espécie de acordo militar como o Brasil já teve com os Estados Unidos no passado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: E ela recebe uma ajuda militar bastante forte dos Estados Unidos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quer dizer que nisso reside a segurança pública da Tunísia?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: É, porque o exército é muito voltado também para o interior. A Tunísia é um país seguro. E não tem, raramente, houve um caso de um ataque terrorista numa ilha que a Tunísia tem de... por fundamentalistas do Al Qaeda, islâmicos, mas, a Tunísia, normalmente, é um dos países mais seguros do mundo islâmico. Não tem ameaças terroristas. E o governo tem um controle bastante estrito da situação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o único país que eu conheço, não sei se é o único que

V.Exa. conhece, nessa situação de segurança. E sabe de algum outro?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: É eu devo lhe dizer também que o Egito, eu servi quatro anos no Egito antes de vir para cá, antes de mudar agora. O Egito também mantém uma estrutura militar é...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Pequena.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Muito preparada para evitar o crescimento e a agressão de fundamentalistas. Mas, o Egito tem mais até. O Egito tem um acordo com os irmãos muçulmanos é... de *gentleman agreement*, quer dizer, ele deixa que os irmãos muçulmanos participem através de outros partidos. O partido dos irmãos muçulmanos é um partido que está banido no Egito, mas, eles, através de outros partidos, eles participam do Congresso. E existe um *modus vivendi*, quer dizer, existe uma promessa de que os irmãos muçulmanos tentarão tomar o poder democraticamente, através do voto, um dia. Isso é um assunto longamente discutível.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Mas, enfim, é assim. E na Tunísia... nem sequer existe isso. Quer dizer, o partido Ennahdha é considerado banido, marginalizado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quer dizer que militarismo na Tunísia é bastante reduzido, não é isso? As forças vamos dizer, Exército, Marinha, Aeronáutica?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Em termos de número sim, mas é um país muito controlado pelo perigo do... quer dizer, os tunisianos não querem a transformação de seu país em um país religioso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sei.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Digo, um governo religioso. Essa é a impressão que se tem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso é importante.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Eu também estou indo para lá agora, não sou um especialista no assunto, mas, a sensação que se tem é essa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas, está cercado por fundamentalistas não está não, a Tunísia?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Não está bem cercado. No caso da Líbia, o governo do Coronel Khadafi é um governo especial e não é exatamente fundamentalista.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não, não é?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Islâmico no sentido--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Radical.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Atualmente, sobretudo. E no caso da Argélia existe uma situação mais difícil em que o governo luta, permanentemente, contra grupos fundamentalistas islâmicos, mas, aí já é... grupo, lutas mais violentas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Mas, na Tunísia não. A Tunísia é um país considerado calmo, ocidentalizado. As mulheres--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não usam aquele--

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Não têm a obrigação de se cobrir.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É regime poligâmico?

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Não, é monogâmico. As mulheres têm os mesmos direitos dos homens.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mesmos direitos. Olha, eu quero desejar a V.Exa. e ao Jorge Ramos, Embaixador também, os maiores sucessos. Eu sei que é difícil, muito difícil. Vai ser um trabalho intenso. Mas, com a experiência que V.Exas. mostraram aqui nos currículos, só errei aqui o local. Mas, está aqui escrito. Vou até dar um de presente a V.Exa. Sucesso!

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Muito obrigado

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Muito obrigado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o que desejo a V.Exas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Srs. Embaixadores Jorge José Frantz Ramos e Elim Saturnino Ferreira Dutra, quero expressar os meus votos de sucesso para as missões que respectivamente realizarão no Mali e na Tunísia. E eu vou pedir que, ainda mais porque o Embaixador Jorge José Frantz Ramos que vai se tornar Embaixador pela primeira vez, como Ministro hoje mas, muito provavelmente por tudo aquilo que realizou em seu trabalho no Itamaraty, tendo há pouco informado, me recordado do encontro que tivemos em Bagdá, em 1984, quando eu era Deputado Federal e gostaria já que ambos têm experiência e vão para a África e Oriente Médio, que possam nos dizer um pouco da perspectiva

de integração do Mali em relação às economias dos países africanos e da Tunísia em relação aos países, sobretudo do Oriente Médio, como é que se encontra o processo de integração dos países, sobretudo, com respeito a uma questão é, em que medida há, dentre os países do Oriente Médio, da Tunísia e outros, uma perspectiva de entendimento sobre a maior circulação, liberdade de circulação de seres humanos? Como a Tunísia passa a ter mais e mais uma integração com os países europeus, em que medida, com respeito à União Européia também começa a haver passos nesta direção? Em relação ao Mali, em que medida tem havido uma liberdade de movimento de seres humanos entre os países da África vizinhos ao Mali e quais são as lições de experiência nesta área que os países africanos vêm tendo? E com, mas, com uma questão também específica porque a União Européia vem tendo esta possibilidade que é um exemplo para nós da América do Sul e a América Latina de liberdade crescente de movimento dos seres humanos. É um, claro que há uma perspectiva aqui no Mercosul de podermos ter esta liberdade de movimento de seres humanos e as pessoas poderem escolher aonde estudar, trabalhar e, enfim, viver. Quem sabe um dia, do Alasca à Patagônia, sem mais muros. É, mas, como é que está essa questão, por exemplo, para africanos diante da preocupação da União Européia e, inclusive, de pessoas do Mali muitas das quais, por vezes, migram não... ou interação, migram para lá e para cá dentre os países africanos, mas, às vezes, até para os países desenvolvidos da União Européia. E gostaria de encaminhar a ambos a cópia do relatório que fiz de minha viagem ao Iraque, em janeiro último sobre a proposição da renda básica de cidadania. Muito obrigado a ambos, juntamente com o meu livro "um notável aprendizado". Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Indago se algum dos senhores Embaixadores gostaria de fazer comentários. Com a palavra o Senador Elim Dutra.

SR. ELIM SATURNINO FERREIRA DUTRA: Sr. Senador, no caso do mundo árabe, o senhor sabe, existem diferentes situações. O Egito, por exemplo, é um país que exporta mão-de-obra para todo o mundo árabe. É muito comum egípcios trabalharem em todo o golfo Pérsico, no golfo arábico todo. E tem egípcios no Iraque e tem egípcios trabalhando praticamente, em todo, e no Magreb. Quer dizer, existe, a circulação de mão-de-obra nessas regiões é muito aberta. É relativamente fácil. O que é difícil é a circulação para a Europa, quer dizer, há um esforço muito grande de habitantes do Norte da África de imigrar para a Europa e aí o processo é extremamente complexo e difícil. Mas,

o Egito, por exemplo, tem. Uma das grandes fontes de renda que o Egito tem é a remessa de estrangeiros. E essa remessa vem, basicamente da Europa, de Paris, sobretudo da... tem muitos egípcios na França, em outros países europeus menos, mas, na França há muitos. E do golfo, do golfo... então, nos países do golfo existe uma quantidade imensa de egípcios. E eu não vi assim... grande dificuldade na circulação de pessoal no mundo árabe. Agora, por exemplo, com a crise do Iraque existem cerca de 300 mil iraquianos que estão refugiados no Egito e alguns estão voltando, outros estão tentando sair de lá para vir para o Brasil, para outros lugares, dependendo das perspectivas que eles têm de retorno ao seu país. Então, não... não... o mundo árabe é mais ou menos permeável nessa área. O problema todo de migração se torna para a Europa e para outros países. Nós mesmos temos uma política bastante dura consular para a filtragem de pessoas que querem sair, porque muitas vezes, o Jorge tem mais experiência do que eu nessa área consular, até, as pessoas pedem visto para o Brasil, mas, não querem, na verdade, vir para o Brasil. Eles querem, com o visto para o Brasil, ao passar pela Europa ficar na Europa. Porque o visto para a Europa é muito difícil de conseguir. Quer dizer, o problema de imigração é basicamente imigração do Norte da África e... do Médio Oriente para a Europa ou para os Estados Unidos, não para nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Embaixador Jorge Ramos.

SR. JORGE JOSÉ FRANTZ RAMOS: Sr. Senador, o que eu posso dizer a respeito da sua pergunta é que o Mali tem uma, como já foi dito aqui, tem uma política externa bastante atuante e especialmente na região onde Mali se localiza. Então, ele é membro ativo de várias organizações regionais como a comunidade econômica dos estados do oeste africano, da união econômica monetária oeste africano, que é justamente um organismo destinado para a integração econômica da região e, sobretudo, mais importante, de um grupo chamado *cotton four*, que reúne os países, o Mali, o Chad, o Benin e Burkina Faso, que são grandes produtores de algodão na região. Quanto, agora, o processo de integração obviamente se dificulta já que são economias extremamente pobres e que produzem, a maioria delas, a mesma coisa. O Mali, de certa forma, tem uma facilidade porque ele é cortado de ponta a ponta pelo rio Niger que facilita a sua integração com outros países, inclusive para o transporte de mercadorias e de pessoas. Quanto à liberdade de locomoção naquela região de pessoas é como o Embaixador Elim Dutra já disse, não há grandes empecilhos, até porque as fronteiras não são fortemente vigiadas nem nada. No

caso do Mali, por exemplo, ele tem uma população de 11,5 milhões de habitantes e três milhões e meio de seus habitantes estão na Costa do Marfim, que contribui imensamente para a economia do Mali com o envio de remessas financeiras. O problema é justamente a tentativa de imigrar para a União Européia. Muitos habitantes dessa região pagam fortunas por, lá não se chamariam coiotes, mas, que funcionam como coiotes e fazem travessias desesperadas pelo Mediterrâneo em barcos que são totalmente inadequados. Muitos deles que naufragam no meio dessa viagem vão aportar, seja na Espanha, mas, especialmente, no sul da Itália. Uma das plataformas eleitorais do primeiro-ministro Berlusconi foi justamente agora o combate a essa imigração ilegal. E eu creio que se tornará cada vez mais difícil para que esses africanos, sejam do Norte, sejam do oeste, consigam entrar na Europa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador, eu queria ainda antes de transformar em secreta a sessão, fazer só um registro em relação a visita que foi mencionada pelo Embaixador Elim Saturnino da delegação brasileira ao México, ao Egito, que foi realmente muito importante o relato que eu obtive também da parte do governo de Minas Gerais e dos empresários mineiros, foi de que ela foi muito frutífera. E é importante o Egito sendo o país que é que possa ter também essa relação, eu tenho insistido muito que às vezes há um foco muito grande só na questão diplomática e os estados, em si, devem realmente fazer essa movimentação, os estados brasileiros têm uma autonomia razoável e é muito bom que eles participem desses eventos, dessa busca de novos investimentos e de troca comercial. Então, não tendo mais algum Senador que queira se manifestar, eu quero desejar felicidade aos dois, sucesso. Tenho certeza que... mas, aguardando ainda a votação. E... já, então, suspendendo a reunião para a parte secreta. Ah, sim, antes ainda eu quero comunicar aos senhores parlamentares que no dia 29 de abril, terça-feira, haverá reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tendo em vista que o dia normal que é quinta-feira será feriado, que é o dia primeiro de maio, dia Internacional do Trabalho. Então, não teremos reunião naquela semana, sem ser a semana que vem, a outra. Ao invés de ser no dia primeiro, quinta-feira, a reunião será no dia 29, terça-feira. Está suspensa a reunião.

Sessão suspensa às 13h11

Sessão reaberta às 13h22

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A reunião é reaberta e comunico, com prazer, a aprovação dos Embaixadores Jorge José Frantz Ramos para a República do Mali e o Embaixador Elim Saturnino Ferreira Dutra para a República da Tunísia. Meus parabéns e muito sucesso aos senhores embaixadores. Antes ainda de encerrar a reunião, eu tenho aqui o Requerimento nº 25, de 2008-CRE, apresentado pelo Senador José Nery que não está... não chegou ainda, mas... me foi normalmente apresentado. Que em aditamento ao Requerimento nº 16/2008, da Comissão de Relações Exteriores, aprovado por essa Comissão no último dia 3 de abril, requer seja convidada a Sra. Yolanda Puleccio, mãe de Ingrid Betancourt, ex-candidata à Presidente da Colômbia, sequestrada pelas forças armadas revolucionárias da Colômbia, em 2002 as FARC. O convite é para que a Sra. Yolanda Puleccio possa participar da Audiência Pública com a presença de membros da Comissão da Paz da Câmara de Representantes do Poder Legislativo Colombiano e da Comissão Segunda do Senado da La Republica de Colômbia para a troca de informações acerca do esforço humanitário que visa a liberação de reféns das FARC, bem como presos que se encontram nos cárceres colombianos como forma de potencializar a participação do governo brasileiro e desse parlamento no esforço de paz. Não sei se os Srs. Senadores têm alguma objeção, querem discutir. Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Aqueles que estejam de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro a Sessão.
Sessão encerrada às 13h25.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e oito, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Silhessarenko, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Fátima Cleide, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita, Rosalba Ciarlini e Eduardo Aze-**

redo. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente procede à leitura de relatório das atividades da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura no decorrer do ano de 2007. Em seguida, a Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: **Item 1 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 416, de 2005**, que “altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 2 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 51, de 2007**, que “dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jovair Arantes, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório pela rejeição da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 3 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 4 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6 – Decisão Terminativa – Projeto**

de Lei do Senado, nº 253, de 2007, que “autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, dois por cento da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Rondônia”, de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela rejeição do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 7 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 655, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibirapuaçu e de Viana, na BR 101/ES, e o trecho que liga a BR 101 ao Porto de Barra do Riacho, no estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 8 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2007**, que “altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais”, de autoria do Senador Marconi Perillo, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão **aprova, extrapauta**, os seguintes requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 01, de 2008-CI**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, requerendo a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil, com a presença do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, do Deputado Federal Ciro Gomes, do Deputado Marcondes Gadelha, do Bispo de Barra/BA, Dom Luiz Flávio Cappio, da Atriz Letícia Sabatella, integrante do Movimento Humanos Direitos, do Senhor João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, do Senhor Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat, do Professor Paulo Canedo de Magalhães, da CO-PPE, da UFRJ, da Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco, Luciana Khoury, do Jornalista Henrique Cortez, do Professor João Abner, da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, do Dr. Apolo Heringe Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. **Item 2 – Requerimento nº 02, de 2008-CI**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requerendo a realização de Audiência Pública para debater acerca da situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção e produção e comercialização do gás natural no País, em especial as novas jazidas prospectada no Norte de Minas, para a qual sugiro convidar para expor sobre o assunto o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, Doutor Haroldo Borges Rodrigues Lima. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, *Dulcidia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Marconi Perillo**, Presidente

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA.

Realizada no Dia 13 de Fevereiro de 2008, às 11 Horas e 34 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de dizer que o ano passado tivemos uma produtividade extraordinária. Realizamos 39 Sessões, sendo que... 39 reuniões da Comissão, realizamos 14 Audiências Públicas, sendo duas em conjunto com outras Comissões, contamos com a presença de Ministros de Estado, dentre outras autoridades públicas, entre elas a Ministra da Casa Civil, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministro da Defesa, Ministro de Minas e Energia, Ministro das Cidades, Ministro dos Transportes, Ministro de Minas e Energia mais uma vez. Além disso realizamos 24 reuniões deliberativas e uma reunião solene desti-

nada à posição do retrato do Senador Heráclito Fortes na galeria de ex-Presidente da Comissão. Foram aprovados 68 requerimentos, foram expedidos 410 Ofícios e foram sabatinadas e aprovadas por essa Comissão após longos debates 12 autoridades. Dentre elas o novo Diretor Presidente da ANATEL, Dr. Ronaldo Mota Sardenberg, o Diretor da ANATEL, o Dr. Antônio Domingos Teixeira Betran, Diretor do DNIT, Diretor-Geral, Dr. Luiz Antônio Pagot, Diretor do DNIT, Sr. Miguel de Sousa, Diretor da ANAC, Brigadeiro Allemanger, Diretor do DNIT Geraldo Constantino, Diretor da ANAC Marcelo Guaranis, Diretor da ANAC Alexandre Gomes, Diretor da ANP, Diretor Presidente Dr. Aroldo Lima, Diretor do DNIT Rômulo do Carmo, Diretor da ANAC Solange, Diretora Presidente Solange Paiva Vieira, e Diretor da ANAC Ronaldo Seroa da Motta.

E enfim, essa Comissão na minha avaliação cumpriu com as suas... Com o seu dever, com a sua obrigação, dando celeridade a todos os processos que aqui tramitaram, aprovando praticamente todos os projetos que foram colocados em pauta. Registro com prazer a presença do nosso querido ex-Ministro, Senador Eliseu Resende, que hoje relata importante projeto de... o novo Código Nacional de Viação. Projeto que certamente será consentâneo com os tempos contemporâneos e dará uma nova face à área de infra-estrutura rodoviária no País. Nós esperamos agora no começo desse ano estar discutindo, deliberando e finalmente aprovando o parecer que certamente será primoroso da lavra do Senador Eliseu Resende.

Esta Sessão destina-se à deliberação de projetos e de Requerimentos. Nós vamos colocar em... Aqui em votação dois requerimentos Extrapauta. Um Requerimento de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, Senador José Nery, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam, Senadora Lúcia, Senador Geraldo Mesquita, de minha autoria também dentre outros Senadores que requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, CRE, Serviços de Infra-Estrutura, Desenvolvimento Regional e Turismo, para esclarecer Srs. Senadores acerca do projeto de integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional em razão de sua importância para toda a região e para o Brasil. Essa Comissão certamente se incorpora ao esforço desses Senadores no sentido de realizar essa Sessão conjunta e eu coloco, portanto, em votação o Requerimento. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Essa Sessão será realizada amanhã, no Plenário do Senado Federal.

Requerimento Extrapauta nº. 02. Nos termos regimentais o Senador Eduardo Azeredo requer a realização de Audiência Pública para serem debatidos entre os Senadores a situação que se encontra os investimentos do Governo Federal no sistema de prospecção, produção e comercialização do gás natural no País em especial as novas jazidas prospectadas no norte de minas para a qual sugiro convidar para expor sobre o assunto Diretor-Geral da ANP, Dr. Haroldo Lima. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais requerimentos a deliberar, nós adiamos para a próxima quarta-feira, às 11h00 em caráter extraordinário a apreciação de projetos, a deliberação de projetos, nós temos aqui cerca de 10 projetos, bem como a realização já das primeiras audiências públicas do ano. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h40.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM 14 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e oito, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador GARBALDI ALVES FILHO, Presidente do Senado Federal, reúnem-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessa-renko, Inácio Arruda, Leomar Quintanilha, Wellington Salgado, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Flávio Arns, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita, Pedro Simon, Demóstenes Torres, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati.** Presentes também os Senhores Senadores Paulo Paim, Patrícia Saboya, José Nery, Paulo Duque, César Borges, Arthur Virgílio, Magno Malta, Cristóvam Buarque, Eduardo Suplicy, Siba Machado, Jarbas Vasconcellos, Maria do Carmo Alves, Papaléo Paes, Efraim Moraes, Antônio Carlos Valadares e José Agripino. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, saudando os convidados presentes e demais autoridades. A Presidência tece suas

considerações iniciais e, em seguida, passa a palavra ao Primeiro Secretário Senador Efraim Moraes para proceder à leitura dos Requerimentos nº 01/2008 – **CI**, nº 01/2008 – **CDR**, nºs 02 e 04/2008 – **CDH** e nº 01/2008/ **CRE**, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, requerendo a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões Permanentes de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Desenvolvimento Regional e Turismo, **“para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil.”** com a presença dos seguintes convidados: Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional; Ciro Gomes, Deputado Federal; Marcondes Gadelha, Deputado Federal; Dom Luiz Flavio Cappio, Bispo de Barra (BA); Luciano Marçal da Silveira, Representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil (Articulação para o Semi-árido Brasileiro); Letícia Sabatella, atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos; João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional; Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat; Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe, Professor da UFRJ; Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco; José Henrique Cortez, Ambientalista e Coordenador do Portal EcoDebate; João Abner, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Apolo Heringer Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e, Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco. Comparem, ainda, os atores Carlos Vereza e Osmar Prado, os quais o plenário franqueia a palavra. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Hércílio Fortes, Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes, Pedro Simon, Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini, Antônio Carlos Valadares, Tasso Jereissati, José Agripino, Eduardo Azeredo e Raimundo Colombo. Assumem a Presidência dos Trabalhos os Senhores Senadores Marconi Perillo; Paulo Paim e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Eduardo Suplicy, agradece a presença de todos encerrando a reunião, às quinze horas e quinze minutos, lavrando os Secretários, Dulcídia Ramos Calháo, José Alexandre Girão Mota da Silva, Altair Gonçalves Soa-

res e Ednaldo Magalhães Siqueira, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Marconi Perillo**, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura

Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada No Dia 14 de Fevereiro de 2008, às 09 Horas e 35 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Há número regimental, declarado aberta a presente reunião. Encontram-se presentes membros das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Serviços de Infra-Estrutura e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Essas Comissões tiveram a iniciativa de promover este debate acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão da sua importância para aquela região e para o Brasil.

Quero registrar que já estão presentes à Mesa alguns convidados nossos e entre eles eu quero dirigir uma saudação especial e agradecer a presença do Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima. Quero agradecer também, a presença não está ao nosso lado, mas sinta-se como se estivesse e logo estará aqui como debatedor do ex-Ministro Ciro Gomes. Dom Luiz Flávio Cappio, está presente aqui, eu quero igualmente agradecer a presença do senhor reveren-

díssimo Bispo de Barra, na Bahia. Agradecer também a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Bispo de João Pessoa da Arquidiocese da Paraíba, até pouco tempo, está aqui presente como um daqueles que irão se manifestar durante esse debate. Igualmente eu quero agradecer e até pela realização desse debate ao Presidente da Comissão de Infra-Estrutura Senador Marconi Perillo. Está aqui ao meu lado o Senador Efraim Moraes que veio também participar na qualidade de 1º Secretário, Senador Paulo Paim que é membro da Comissão de Direitos Humanos e na impossibilidade... E o Senador Antônio Carlos Valadares, quero também dizer da sua presença aqui na qualidade de representante, vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo na impossibilidade da presença aqui da Presidente desta Comissão Senadora Lúcia Vânia. E quero pedir desculpas a outras autoridades que estão aqui igualmente convidadas, mas que eu não irei citá-las e darei até a oportunidade de na medida em que forem chamadas elas serão naturalmente apresentadas.

O que interessa agora é que possamos iniciar este grande debate, que possamos ter durante a sua duração, todo mundo aprendizado a respeito dessa transposição e não apenas a respeito dessa transposição de bacias, mas, sobretudo, sobre o gerenciamento das águas do Brasil.

O Brasil como todos sabem aqui, eu não quero ensinar Pai Nosso a vigário e aqui não se trata de ensinar Pai Nosso a vigário. Se trata de ensinar Pai Nosso a Bispo. Então, eu não quero de maneira nenhuma ensinar, mas lembrar que o Brasil é um país no mundo que tem uma escassez de água muito grande, 3,3% segundo os técnicos como Rômulo Macedo que é meu conterrâneo que estará aqui debatendo, nós temos apenas 3,3%. E desse número, 70% estão na Região Amazônica. Por outro lado devemos atentar durante esse debate, eu não estou fazendo isso em tom de advertência, quem sou eu, mas estou apenas lembrando que devemos estar diante do fato de que o Nordeste é uma região que dispõe também de uma disponibilidade de água muito ínfima, muito pequena e que ela está concentrada praticamente no rio São Francisco que dispõe de 70% das águas disponíveis no Nordeste.

Gerenciar essas águas, estabelecer uma distribuição mais justa sempre foi um grande desafio para o Governo Brasileiro que só agora dispõe de instrumentos adequados para fazer com que prevaleça um caráter técnico, mas não apenas técnico, justo para distribuição dessas águas. A outorga da ANA, da Agência Nacional das Águas, que é um desses instrumentos que o Brasil moderno dispõe, garante um nível mínimo de fornecimento de apenas 26 m3 de água. E,

na verdade, na média garante 56 m3 de água de um potencial de 1.815 m3 de água por segundo. Rômulo quer fazer alguma retificação, vamos iniciar logo o debate. 1.850, vazão mínima na foz 1.850. Agradeço ao Ministro Ciro Gomes.

Mas eu gostaria de pedir, me perdoe os convidados, eu nessa matéria eu tenho a minha posição, uma posição que eu defendo, não é de hoje, que eu defendi várias vezes da tribuna desta Casa para dizer que nós não estamos pedindo muito e quando eu digo nós, eu digo aqueles Estados do Nordeste Setentrional assolados pelo flagelo da seca que nós não estamos pedindo muito em nome de 12 milhões de habitantes, de nordestinos que sofrem com a falta d'água, com a falta não apenas da escassez, mas desse melhor gerenciamento das águas. E eu posso dar esse depoimento, os senhores me perdoem e as senhoras, eu posso dar esse depoimento porque eu vi de perto essa situação, vi de perto como menino, como adolescente, filho de um agricultor, de um proprietário rural, vi de perto como Governador já do Estado, ao ver que era preciso dar um basta àquele sofrimento e graças a Deus pude fazer alguma coisa no meu Estado na qualidade de Governador que pode ter sido uma gota d'água num oceano das nossas necessidades, mas foi uma gota d'água que eu tenho certeza veio amenizar esse grande drama do Nordeste do país.

Por isso ao abrir esse debate eu quero agradecer novamente a presença de todos, a presença aqui do representante do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que teve a disposição de iniciar essas obras e a essa altura estão sendo iniciadas que é o Ministro Geddel Vieira Lima. Agradecer a presença dos prelados que aqui estão, dos estudiosos, enaltecer a iniciativa dessas Comissões, mas, sobretudo, aplaudir a presença de um paulista, Senador Eduardo Suplicy. [aplausos] preocupado com um problema que ele sabe que não é do Nordeste, mas é do Brasil. Enquanto não for resolvido esse problema o país não será um país justo.

Abro o debate e ao mesmo tempo peço ao 1º Secretário, Senador Efraim que leia o requerimento que está em suas mãos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente. Requerimento nos termos regimentais à realização da audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Serviços de Infra-Estrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo, para esclarecer aos Srs. Senadores acerca do projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil.

Requeiro ainda sejam convidados a comparecer a referida audiência o Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, o Bispo de Barra, Bahia, Dom Luiz Flávio Cappio, Dom Aldo Pagotto da arquidiocese da Paraíba e diversas outras autoridades. Requerimento que foi assinado pelos Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Senador José Nery, Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lúcia Vânia, Senador Magno Malta e Senador Geraldo Mesquita. É o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Efraim Morais e concedo a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio. V.Exª terá 15 minutos para a exposição, mas se não se sentir confortável pelos 15 minutos V.Exª poderá pedir uma prorrogação de 5 minutos.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Cumprimento o Sr. Presidente desta Casa e todas as senhoras e senhores que participam desse importante momento cidadão. Estou aqui representando um coletivo, o povo do rio São Francisco, nações indígenas, comunidades quilombolas, brasileiras e brasileiros que se preocupam com a vida. Este é o meu fórum. Em nome deles é que eu vos falo. A água se tornou o tema principal de todas as agendas que se preocupam com o meio ambiente e com o futuro da vida no planeta Terra. A escassez de água no mundo preocupa a todos. Cresce a consciência do valor da água de boa qualidade, a necessidade de preservar suas fontes, racionalizar o seu uso e promover a recuperação dos mananciais danificados.

Hoje com todo o processo de degradação da água disponível e considerando a realidade de 1,2 bilhões de seres humanos sem acesso a água potável no planeta, dado da ONU, e 45 milhões no Brasil, dado do Ministério das Cidades, exige-se uma nova concepção na gestão da água, de cuidado e aproveitamento de cada gota de água disponível.

O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco representa um modo retrógrado de gestão das águas. É uma obra na contramão da história e que não representa o desenvolvimento que desejamos para o Nordeste brasileiro.

É consenso mundial que a prioridade no uso das águas deve ser o abastecimento humano e animal e a garantia da biodiversidade. No semi-árido brasileiro temos 2,2 milhões de famílias espalhadas no meio rural, aproximadamente 10 milhões de pessoas, a chamada população difusa. Essa população não tem acesso à água com segurança biológica. O que significa segurança biológica? Dois litros de água por pessoa por dia. E nem segurança doméstica: 40 litros de água por pessoa por dia. Do ponto de vista ético, essa é a po-

pulação prioritária no investimento público na questão da água. O Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco não prioriza o abastecimento humano e animal como o Governo Federal divulga como sendo o objetivo do projeto, porque se esse fosse o objetivo do projeto de transposição de águas nós seríamos a seu favor.

O povo já se acostumou em ouvir. “Um caneco d’água para quem tem sede”. “Quem tem sede apóia o projeto”. Isto não é verdadeiro. É uma propaganda enganosa, antiética, aproveita a boa-fé do povo e sua necessidade para impor um projeto cuja prioridade não é o povo. Na verdade, as águas transpostas destinam-se à irrigação, criação de camarão em cativeiro, usos industriais, enfim, o uso econômico, invertendo a prioridade do acesso à água e da utilização dos recursos públicos.

A abrangência espacial da obra é insignificante no contexto do semi-árido. O Projeto de Transposição, segundo consta no RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, deverá abranger no máximo a área de 7% do semi-árido. Assim, mais de 90% do território do semi-árido com suas populações continuarão na mesma situação de abandono e de indigência que se encontram hoje. A população difusa continuará marginalizada do acesso à água. Eu moro na cidade da Barra, na beira do rio São Francisco e se eu caminhar 500 ou 1.000 metros na direção da caatinga eu vou encontrar comunidades que não têm acesso à água.

As populações difusas por onde o rio passa: Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, não são servidas de água. E as populações difusas dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, ricos em açudes, só o açude do Castanhão no Ceará é três vezes maior que a Bahia de Guanabara, não são servidos de água. Água temos em abundância. O que nos falta é uma justa, equitativa distribuição dessa água, a democratização da água.

Hoje no Nordeste não se cobra pela água bruta, os custos da água para uso agrícola dizem respeito ao bombeamento da fonte de suprimento até a área agrícola. Com a transposição vai se pagar muito caro pelo uso da água transposta. Esse fato deverá restringir bastante a inserção dos produtos hidro-agrícolas das bacias receptoras no mercado globalizado extremamente competitivo.

Nesse sentido é um projeto economicamente inviável. Para garantir o uso econômico da água o projeto supõe o mecanismo do subsídio cruzado pelo qual as populações urbanas vão garantir o pagamento do seu elevado custo. As comunidades já tão carentes e necessitadas deverão assumir os custos do uso econômico das águas. De novo é o pobre colocando a

mesa para o rico. É a história que se repete. O Projeto de Transposição privilegia os grandes em detrimento dos pequenos. O Governo alega que 12 milhões de pessoas, população das bacias receptoras serão beneficiadas pela transposição. Entretanto, na prática, as pessoas dessas bacias já poderiam estar sendo atendidas pelas águas que lá existem. Atualmente 3/4 dessa população moram em cidades que são assistidas por sistemas públicos de água com cobertura superior a 90%.

Gostaria de dar um dado, por sinal muito interessante e intrigante. A região metropolitana de São Paulo possui 18,5 milhões de habitantes. E lá a disponibilidade hídrica para cada habitante da região metropolitana de São Paulo é de 201 m³ por habitante ao ano. A região metropolitana de Fortaleza, possui 3 milhões de habitantes aproximadamente, a disponibilidade hídrica por habitante na grande Fortaleza é de 242 m³ por habitante ano, cada habitante de Fortaleza possui 41 m³ de água por ano a mais que cada habitante da Grande São Paulo.

A infra-estrutura atual na região terá capacidade para distribuir a água transposta para apenas 1/4 dessa população. A rota da água no projeto de transposição passará dezenas e até centenas de quilômetros das regiões mais necessitadas. O Projeto de Transposição viola direitos das populações tradicionais. Os estudos de impacto ambiental do projeto desconsideraram a existência dos 34 povos indígenas, 156 comunidades quilombolas e uns 100 números de populações ribeirinhas ignorando a sua interação com a Bacia do São Francisco, sua cultura e sua história de respeito pela natureza.

Diante disso a Constituição Federal de 1988 assegura aos mesmos no art. 231 o direito de serem ouvidos formalmente em caso de utilização de recursos naturais em suas terras. Ainda a constituição prevê no art. 49, inciso XVI, a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a utilização de recursos hídricos em terras indígenas. O Congresso Nacional não foi chamado a falar sobre o assunto.

O Projeto de Transposição vem sendo conduzido arbitrariamente. Um projeto dessa magnitude exige, exige... peço mais 5 minutos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Serão concedidos.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPIO: Obrigado. Um projeto dessa magnitude exige a participação da sociedade civil. O diálogo do Governo Federal com a sociedade civil nunca existiu. O Governo se dirige à população da bacia ou a qualquer brasileiro que tenha críticas à transposição como: egoístas, mentirosos, desinformados, opositores políticos, não sendo respeitados

qualquer posicionamento contrário. O projeto contraria a legislação de recursos hídricos pois a Lei 9.433/97 determina que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e os usos da água estabelecidos no plano de bacia e aprovados pelo Comitê de Bacias. O Comitê de Bacia do São Francisco decidiu no plano decenal que possíveis alocações externas de água somente poderão ocorrer em casos de abastecimento humano e dessedentação animal comprovada a escassez. Por que não os projetos alternativos de abastecimento hídrico? A Agência Nacional de Água, ANA, lançou Atlas do Nordeste, apresentando alternativas de abastecimento hídrico para populações urbanas do Nordeste e Norte de Minas Gerais. A Articulação do Semi-Árido, ASA, prevê alternativa de abastecimento hídrico para as comunidades rurais. Enquanto o projeto de transposição do Governo prevê o abastecimento de apenas 12 milhões de pessoas, pela metade dos valores de Projeto de Transposição o projeto alternativo de abastecimento hídrico atenderá 44 milhões de seres humanos. Enquanto o Projeto de Transposição atende apenas 397 Municípios, pela metade dos valores os projetos alternativos atenderão 1.356 Municípios. Enquanto o Projeto de Transposição atende apenas quatro Estados da Federação, os projetos alternativos atenderão 10 Estados da Federação. O Governo insiste em dizer que as alternativas são ações complementares ao grande Projeto de Transposição. E eu perguntaria: Por que não inverter a afirmação? Primeiro vamos realizar os projetos alternativos que são economicamente mais abrangentes, ecologicamente sustentáveis, socialmente justos e eticamente corretos? Por respeitarem a sagrada vocação da água de ser um bem essencial à vida e atender um direito humano fundamental, isto é, a dessedentação humana e animal.

Agradeço aos Srs. e Sr^{as}. Senadores na pessoa do Senador Eduardo Suplicy a possibilidade de realizarmos aquilo que como sociedade civil brasileira tanto desejamos: Dialogar sobre os destinos de nossa nação e os grandes projetos que dizem respeito à vida de nosso povo. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Ministro da Integração Nacional, Ministro Deputado Geddel Vieira Lima.

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Sr. Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, Garibaldi Alves, senhores integrantes da Mesa, Senadores, Senador Eduardo Suplicy, autor desse requerimento. Demais Senadores da República, técnicos do Ministério da Integração Nacional, religiosos presentes, Senadores, Deputados, Dom Luiz Cappio.

Eu inicio essa intervenção afirmando o óbvio. Por mais óbvio que as coisas às vezes pareçam, é importante reafirmar para se evitar interpretações equivocadas, ilações maldosas. E o óbvio é dizer nesse instante que a minha diferença com o Bispo da Barra, Dom Luiz Cappio, está absolutamente restrita ao campo das idéias e, sobretudo, ao campo de debate do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, interligação de bacias hidrográficas no Nordeste Setentrional. Tenho sob a ótica pessoal apressado e respeito pela figura de Dom Cappio.

Isso posto, eu queria pedir licença àqueles que já conhecem profundamente o projeto como o Ministro Ciro Gomes, para discorrer brevemente aqui sobre o que estamos discutindo, inicialmente sob o ponto de vista técnico, para em seguida abordarmos ainda que ligeiramente em função da exigüidade do tempo, algumas colocações que vêm sendo feitas ao longo desse debate e que aqui ainda que muito ligeiramente foram repetidas pelo Bispo da Barra. Do que nós estamos tratando? Do projeto de mudança do leito de um rio? Evidentemente que não. Aqui está se discutindo um projeto que visa levar água através de dois canais ao Nordeste Setentrional. E com que conceito? O conceito de oferecer aquela região segurança hídrica, garantia hídrica. Ouvimos muito falar sobre os reservatórios existentes no Nordeste. Esquecem-se alguns de dizer que está comprovado cientificamente que naquela região, como dizem os sertanejos, chove mais para cima do que para baixo, em função de índice de evaporação de 75% sobre as águas acumuladas. Perde-se água por infiltração, perde-se água por vertimento. E por quê? Exatamente em função da falta de previsibilidade do tempo daquela região vive-se o permanente dilema: Deixa-se os reservatórios cheios aumentando a lâmina d'água, festa para o sol, festa para a evaporação. Imprevisível tempo vem uma enchente, o reservatório está cheio, perde-se a água por vertimento, gasta-se a água para se evitar a evaporação, vem à seca inclemente, o resultado todos conhecem. Esse é, portanto, o conceito do projeto, oferecer segurança hídrica, permitir uma torneira no Nordeste Setentrional que permita exatamente a melhor gestão das águas para que não aconteça como hoje em que das águas acumuladas naquela região do país aproveita-se apenas 22%. O açude a título de exemplo, e certamente o Ministro Ciro Gomes, conhecedor daquela realidade do Ceará melhor do que ninguém, o açude de Orós acumula ele algo em torno de 17 milhões de m³ de água. No entanto, apenas 17,5 bilhões de m³ de água, a disponibilidade apenas 3,3 bilhões de m³ de água.

Esse é o conceito do projeto, segurança hídrica. Dizem que tirar 26 m³ de água do rio vai provocar a

sua morte. Meu Deus, é importante que a sociedade brasileira saiba que antes da barragem de sobradinho, portanto, antes da barragem que regulariza a vazão do rio e que o divide praticamente em dois após a barragem de Sobradinho nós temos um rio artificial, o Projeto Jaíba, por exemplo, no Estado de Minas Gerais tem outorga para retirar do rio São Francisco para irrigação 80 m³ de água por segundo. Na Bahia, meu Estado, nós demos agora a ordem de serviço e fui muito louvado por isso, para reiniciar dois projetos de irrigação, o Baixio de Irecê nos Municípios de Itaguaçu e de Chique-Chique e ali em Juazeiro o projeto Salitre, juntos, tem outorga para retirar do rio São Francisco 90 m³ de água por segundo, três vezes mais do que o projeto de interligação de bacias.

Isso colocado, isso proposto, eu me permitiria abordar algumas das críticas que vêm sendo postas em relação a esse projeto ao longo do tempo. E eu acho até que eu vou me permitir começar para que a sociedade entenda por aquela que tenta me desqualificar como debatedor, quando dizem que em determinado momento me posicionei contra esse projeto. O Senador César Borges aqui vejo, usa muito esse argumento. Aí eu me pergunto. Se nós não pudermos eventualmente mudar de posição ao conhecer argumentos, ao conhecer pessoas que entendam mais do assunto do que nós, ao nos depararmos com idéias que nos convençam, o que nós estamos fazendo aqui? De que vale esse debate? De que vale o diálogo tão propugnado pelo Bispo Dom Cappio se todos temos posições imutáveis, se todos somos portadores de dogmas absolutamente imodificáveis estamos aqui perdendo tempo. Se vim aqui é porque tenho a convicção que de alma aberta defendendo idéias, debatendo francamente, ouvindo argumentos, contra argumentando, fazendo o meu proselitismo, posso conquistar prosélitos ou posso quem sabe ser conquistado por outros argumentos.

Dizem também, e é importante lancetar alguns tumores, porque tenho ouvido argumentos respeitáveis e outros que eu caracterizaria de panfletários, por exemplo: A obra de transposição de águas do São Francisco ela vai beneficiar as empreiteiras. Mas que constatação óbvia, evidentemente que ela vai beneficiar as empreiteiras, quem constrói obras é empreiteira. Quando o Governo lança um projeto para compra de remédio, beneficia laboratório. Quando lança uma proposta para divulgar suas ações beneficia as agências de publicidade, os meios de comunicação, quando lança uma iniciativa de compra de alimentos para o Bolsa-Família, por exemplo, ou para projetos sociais, evidente que beneficia os que produzem alimentos. O que interessa é saber se estão sendo beneficiados de forma correta, séria, cumprindo seu papel ou não.

Se não que se faça denúncia específica para que se apure e se puna.

Dizem às vezes e aqui é importante também lancetar este tumor que esse projeto ao contrário do que verdadeiramente é não é um projeto para beneficiar prioritariamente o abastecimento humano e o abastecimento animal. E que no seu excedente ele vai utilizar a água para projetos de irrigação, para beneficiar a indústria, para beneficiar o agronegócio. É importante e eu vejo o Bispo Dom Cappio respeitosamente cobrar sempre essa declaração. Dizer que evidentemente que esse é um projeto integrado de desenvolvimento porque na concepção do Governo ninguém vive sem beber água. Mas ninguém vive só bebendo água. Nós precisamos evidentemente criar as condições e aí já faço link com outro argumento que se coloca em relação à questão ambiental de enfrentar o grande desafio da nossa geração que é compatibilizar o desenvolvimento que nossos filhos cobram em forma de emprego com a necessária preservação ambiental que nos será cobrada pelos nossos netos. E é para isso que existe com absoluta independência atuando nesse país órgãos ambientais como o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que sabedor dessa necessidade e dessa exigência que terá que ser enfrentada pela nossa geração, ao licenciar esse projeto elaborou a exigência de 36 PBAs chamados Projetos Básicos Ambientais, exatamente para mitigar, para diminuir, para reduzir, para tornar quase nulo, eventuais efeitos que o projeto pudesse trazer à natureza. São projetos que vão desde estudos arqueológicos, tratam de forma muito cuidadosa das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e tantas outras, inclusive já em andamento, em andamento ações do Ministério e do Governo como um todo nessas comunidades, com construção de casas de alvenaria, instalação de postos de saúde e tantos outros dentro do projeto global de interligação da bacia do São Francisco.

Ouçó também aqui e acolá a insistente afirmação de que o Atlas da ANA é a alternativa proposta ao projeto de interligação da bacia do São Francisco, como se não fosse o Atlas da ANA apontador de soluções complementares e elas se complementam efetivamente uma a outra. E que quem diz isso e faço questão de ler para que não persistam em dizer, com argumentos, não com inverdades até porque não quero imaginar que alguém possa insistir nessa deseducação, mas com meias verdades que é tão grave como faltar com a verdade inteira. O que diz o Atlas da ANA que foi elaborado por essa entidade do Governo, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, é importante que a sociedade saiba disso. Logo na sua introdução diz o seguinte: “O equacionamento dos déficits hídricos

do Nordeste de forma geral e da região semi-árida em particular, envolve necessariamente um amplo leque de ações e propostas. Este leque inclui desde abordagens de caráter regional direcionadas para o atendimento de todas as demandas setoriais como o PIRSF, Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, até soluções locais para a população rural dispersa, tais como (construção de cisternas, sistema simplificado de abastecimento, barragens subterrâneas), passando por alternativas para o abastecimento das sedes urbanas, exatamente o foco deste ato”. Portanto, não sou eu que diz que essas são medidas complementares, é o Atlas da ANA tão citado logo na sua introdução.

E aí dizem, que é outro ponto que deve ser tratado, que não houve diálogo, não houve debate a respeito dessa proposta. O Ministro Ciro Gomes quando Ministro, depois o Ministro Pedro Brito participaram de várias audiências públicas quando permitiram que ela existisse, porque coincidentemente, quem diz isso não sou eu, é o Ministro Sepúlveda Pertence na sua decisão sobre essa questão no Supremo Tribunal Federal, sempre que se entrava com uma ação questionando algum aspecto de validade nesse projeto, se tentou fazer uma audiência pública naquele Estado e aqueles que discordavam criavam as condições para que essa audiência pública não existisse.

Portanto, houve, sim, debates. Agora é importante aqui também lancetarmos um outro tumor. Qualquer debate, qualquer diálogo na democracia para ele ser produtivo é preciso que ele chegue a um fim. Porque senão nós usaremos sempre o argumento necessário do diálogo, do debate para postergar decisões. Quem não concorda com determinada medida governamental apela para o diálogo, apela para o debate e não se chega ao fim. É importante que o diálogo e o debate chegue ao fim.

Ao tomar posse no Ministério da Integração Nacional, numa demonstração clara de que por ter nascido politicamente no Parlamento e aqui ter aprendido a importância do contraditório, do confronto das idéias como única forma de se construir maiorias, tomei iniciativa de um gesto de absoluta humildade e sabedoria porque convicto que muito teria a aprender, fazer uma ligação ao Bispo da Barra Dom Luiz Cappio, convidando-o para uma conversa, colocando-me a disposição para conversar. O Bispo da Barra, evidentemente, que aqui se colocou como representante dos brasileiros e brasileiras que defende o acesso à água ficou de me dar um retorno. Certamente uma agenda muito facetada lá na Barra não permitiu que o Bispo da Barra aceitasse esse convite humilde para o entendimento, para o diálogo. E essa é a verdade inteira dos fatos.

Quando se fala que o rio precisa ser revitalizado. Aí está uma das razões que justifica a mudança de quem tinha resistências a essa idéia a passar apoiá-la intransigentemente. Não vou nem dizer que o projeto inicial falou em retirar cerca de 15% da água do rio, depois caiu para 7,5, até chegar a 1,4 que hoje representa 26 m3 de água por segundo, dos 1.300 metros que é a vazão estuarina do rio dos 1.850 m3 que é a vazão firme na foz do rio. O projeto de revitalização do rio por si só ele é razão para que as pessoas compreendam que esse é um projeto integrado. Nós já estamos, tínhamos previsto para esse ano de 2007 alguma coisa em torno de 289 milhões de investimento em obra de saneamento básico. Já empenhamos 389. Estamos fazendo, e aí quando digo estamos fazendo eu convido os senhores para me acompanharem em visita para ver que as obras já estão em andamento. Obras em 179 Municípios, o Governo como um todo de esgotamento sanitário evitando que se jogue in natura esgoto no rio, aliás iniciativas que deveria ter sido tomado no passado por muitos que governaram Estados importantes, muitos que governaram o país que não tiveram iniciativa de estabelecer esse importantíssimo programa. Estamos cuidando de replantar matas ciliares, e lá na diocese do Bispo Dom Cappio que tive o privilégio de visitar, e até gostaria de tê-lo visitado pessoalmente, mas o Dom Cappio... e hoje graças a Deus, Dom Cappio eu percebi ali naquele diálogo nosso, que o senhor não tem nada de pessoal contra mim porque quando o senhor se ausentou na minha chegada, eu imaginei que fosse até porque não gostasse pessoalmente de mim. Mas eu queria apenas deixar claro que lá mesmo na diocese da Barra, nós estamos implantando, implantamos um projeto piloto que já está indo agora para outras áreas do rio que identifica pontos críticos, que usando biotecnologia está recuperando as margens, e que já será testado inclusive na enchente do rio São Francisco, se aproxima agora. Já me aproxima a minha conclusão.

Outros aspectos estão sendo tratados na questão da revitalização, e os convido também a visitar. O projeto de recuperação de micro bacias, por exemplo, no Rio das Ondas, foi indicado para o Programa de Metas do Milênio da ONU e tantos outros que estão sendo efetivamente realizados, as dragas para iniciarmos a Hidrovia do São Francisco, dragar o seu leito, permitir a navegabilidade já estão lá, em Botirama, recommencaremos a obra agora assim que tivermos uma boa janela hidrológica. Estamos com viveiros, replantando matas ciliares, recompondo margens. Obras e iniciativa concretas e reais em relação à revitalização do rio São Francisco que terá que ser feita antes, durante e depois da revitalização para combater, inclusive, esse

extinto predador do homem, Senador Pedro Simon, que na viagem que fiz da nascente a foz me permitiu ver garrafas pet boiando pelo rio São Francisco, me permitiu ver fazendeiros trazendo suas pastagens até as margens do rio, permitindo o solapamento das margens em assoreamento, me permitiu ver bombas clandestinas sugando água do rio talvez num volume maior do que aquele que queremos levar ao Nordeste Setentrional.

[soa a campanha]

Portanto, em linhas aligeiradas, volto a dizer, em função até da campanha tocando do Senador Garibaldi Alves, essa é uma das colocações que eu gostaria de fazer nessa primeira intervenção, para reafirmar a convicção que tem o Governo de que esse projeto é sim importante para o Nordeste Setentrional, esse projeto é sim importante para o Brasil, esse projeto é sim componente de uma política global de combate às desigualdades regionais que se avolumam na medida que elas já vão se transformando, inclusive, em desigualdades intrarregionais. Esse projeto é sim importante do ponto de vista de fornecimento de condições para que se possa continuar construindo, como fez o Senador Garibaldi Alves quando Governador do Rio Grande do Norte uma larga rede de adutoras para distribuição dessa água. O que não significa que não estejamos implementando também isso que nós chamamos de ações complementares... [interrupção de áudio][soa a campanha] Estamos sim fazendo cisternas, evidentemente que não na quantidade que seria necessário, por exemplo, para armazenar as águas referentes aos 26 m3 por segundo. Só para os senhores terem uma idéia nós precisaríamos de 57 milhões de cisternas de 15 mil litros para armazenar os 26 m3 por segundo. Nós estamos fazendo, perfurando ainda poços artesianos onde é possível, aquela região do cristalino já tem cerca de 25 mil postos artesianos perfurados, não é fácil se encontrar onde perfurar mais poço artesiano.

E temos a convicção, portanto, de que esse é um projeto redentor para o Nordeste. Vamos enfrentar as críticas como outros no passado enfrentaram quando tiveram a responsabilidade de tocar, de tocar... obras com esse grau de polêmica. E me portarei sempre, Dom Cappio, Senadores, Senadoras, também tenho essa convicção, como um representante legítimo de nordestinos, de brasileiros e brasileiras, buscam solução para essa questão do flagelo da seca que nos infelicitava há muito tempo. E como homem público que procura fazer jus ao nome de homem público eu procurarei estar sempre, naquele lugar não mais confortável, mas onde a responsabilidade me coloca e eu tenho convicção que a responsabilidade me coloca como

alguém a tocar esse projeto que é muito importante para o Brasil. Muito obrigado aos senhores.

[aplausos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, eu queria me manifestar no momento oportuno, entretanto, como fui citado pelo Ministro Geddel Vieira Lima dizendo que eu contesto a sua mudança de posição e realmente eu o faço. Eu o faço porque o Ministro Geddel Vieira Lima se colocou sempre contra o projeto. Eu o tenho como uma pessoa séria, não como uma pessoa leviana. E se ele era contra é porque ele tinha razões, ele tinha estudado o projeto. Ele conhecia a questão. E ele mudou de posição. Apenas eu destaco que ele mudou pelo Diário Oficial, no momento que ele foi nomeado Ministro ele mudou a sua posição.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa questão não existe, Sr. Presidente. Nós não estamos aqui para fazer questão pessoal.

[soa a campanha]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É o único parlamentar que se dirigiu foi a mim, tinha uma posição muito coerente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não é por aí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Nós admitimos, Sr. Presidente, entretanto é necessário que fique colocado dessa forma. [soa a campanha] Eu queria dizer pessoalmente que entendo a sua posição atual. Agora como baiano [pronunciamento fora do microfone] [soa a campanha] [aplausos]

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Senador Garibaldi, evidentemente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não responda, Ministro. Não é para ser feito aqui...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: Se for permitido eu responder, eu gostaria.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem a palavra o Sr. Ministro...

SR. MINISTRO GEDDEL VIEIRA LIMA: V.Ex^a pode ter a palavra quantas vezes quiser, não há nenhuma dificuldade. Eu quero dizer que fiz referência a V.Ex^a, da forma mais respeitosa possível. Expliquei, inclusive, as razões da minha mudança. Eu conhecia

o projeto, citei aqui que era um projeto que tentava se tirar 300 m3 de água por segundo, e que foi evoluindo até ficar um projeto merecedor de apoio. Quanto à mudança, Senador César Borges, V.Ex^a sabe que essa é uma questão que é passível desde que seja convencido. Eu não posso acreditar que seja por Diário Oficial que V.Ex^a mudou de partido ou que vai, por exemplo, apoiar a base do Governo Lula quando fez oposição. [palmas] Portanto, vamos discutir o rio São Francisco e deixar as querelas da Bahia para Bahia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem...

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é permitido...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente. [pronunciamento fora do microfone]

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges, a palavra não está facultada a V.Ex^a. A palavra não está facultada. Com a palavra...

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Prof. João Abner Guimarães, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E passo a Presidência dos trabalhos neste momento para o Senador Marconi Perillo. Não pelo que aconteceu, mas porque efetivamente preciso deixar essa Presidência sem antes fazer um apelo aos Senadores para que mantenham o debate num nível desejado. Um debate tão esperado, um debate tão necessário não pode ficar a mercê de intervenções dessa natureza que são, não são argumentos, são agressões pessoais que nós não podemos permitir num debate como esse.

Então, passo a palavra... a Presidência, desculpem... ao Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Assumindo a Presidência, antes de passar a palavra ao orador que se encontra na tribuna, gostaria de ler aqui o que estabelece o art. 184. "É permitido a qualquer pessoa assistir as Sessões Públicas do lugar que lhe for reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar". É o que estabelece o regimento do Senado Federal. Eu pediria a todos a compreensão nesse sentido. Como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura desta Casa tenho o prazer de participar como coadjuvante desta Sessão histórica atendendo

uma solicitação do Senador Eduardo Suplicy em companhia de outros Presidentes de Comissões importantes dessa Casa, preocupados que estamos com esse debate tão importante para a sociedade brasileira.

Com essas palavras quero agradecer também a presença de todos e assegurar a palavra ao orador que se encontra na tribuna pelo período de 10 minutos.

SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES: Eu gostaria de agradecer o convite que foi feito a minha pessoa para estar nesse momento histórico, nessa Casa, para mim é uma grande honra estar aqui no Senado Federal no momento que um dos talvez, mais ilustres norte-riograndense assume a Presidência dessa Casa. E não só por isso, porque o Governador Garibaldi Alves Filho é conhecido no meu Estado como Governador das águas. Nós temos a presença aqui também de Rômulo Macedo que foi um grande idealizador do Programa de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte e Garibaldi é um político bastante aberto, é tanto ele já me recebeu na casa dele para eu falar para ele sobre as minhas posições em relação à transposição do São Francisco, então para mim não é nenhum constrangimento vir aqui falar em relação a esse tema sobre a Presidência do Senador Garibaldi Alves.

Então, eu acho que esse debate que eu falei que era um debate histórico porque realmente vai ser um debate histórico. Talvez seja o primeiro debate que esteja acontecendo no Brasil sobre a transposição do São Francisco onde a gente possa revelar qual o verdadeiro projeto da transposição do São Francisco. Porque eu tenho certeza que o povo brasileiro não conhece o verdadeiro projeto da transposição do São Francisco.

Há pouco tempo atrás nós tivemos um julgamento de uma ação sobre esse tema, sobre essa questão no Supremo Tribunal e nós escutamos o Ministro do Supremo dizer que o conhecimento que ele tem desse projeto é através da imprensa. Então, isso depois de mais de um ano dos autos postos no Supremo Tribunal e de um grande debate que está sendo feito nos bastidores em relação a essa questão da transposição do São Francisco.

Eu pergunto. Por que essa dificuldade em a gente travar esse debate? Por que na verdade existem dois projetos. São dois projetos. Existe um projeto que é o projeto que o Governo divulga através da mídia que eu digo que é um projeto imaginário, é um projeto que afirma que vai tirar a gota d'água do São Francisco, não é isso? Menos de 2%, 1,5% da água do São Francisco para abastecer 12 milhões de pessoas a um custo de oportunidade zero porque o equivalente seria duas secas. Custo de dispêndio duas secas e além do mais vai otimizar bastante o uso da água dos açudes da região.

Só que o projeto que nós enxergamos é outro. Primeiro: Vai ser um dos maiores sistemas de bombeamento do mundo que vai ser instalado na beira do São Francisco. A capacidade de bombeamento desse sistema é de o eixo Norte de 99 m³ por segundo, isso representa o dobro do sistema Cantareira que abastece São Paulo que é de 50 m³ por segundo.

Outro aspecto importante é o seguinte: É um projeto que ele não... ele só simplesmente ele vai servir para transferir estoques de água do São Francisco para os maiores reservatórios de ponta, exatamente, da região onde o problema de escassez, de gerenciamento é muito menor.

E outra coisa. Não existe infra-estrutura. Nesse projeto não está previsto recurso para infra-estrutura para alocação dessa água. Menos de 1/4 a capacidade do sistema de adução que tem nas bacias receptoras atende uma população de 3 milhões e 200 mil habitantes. Então, como é um projeto de 12 milhões de pessoas se não tem infra-estrutura para levar água para esses 12 milhões de pessoas?

E outro aspecto que eu acho o aspecto mais relevante, é que esse projeto onde jamais poderia ser considerado prioritário porque a questão da seca que está sempre atrelado pela propaganda oficial como sendo o principal mote que justifica esse projeto não tem nada haver com a transposição do São Francisco. O projeto vai chover no molhado, a água vai escoar em leitos de rios perenizados, exatamente os maiores rios para as maiores barragens, quer dizer, o povo, a população realmente que precisa dessa água vai estar a quilômetros, talvez, centenas de quilômetros da rota da água da transposição. Agora, além disso é um projeto que vai aumentar o risco de colapso bastante do rio São Francisco. É claro que o rio está mostrando isso. O São Francisco esse ano, sobradinho que é o grande pulmão do São Francisco, encheu, em abriu, praticamente verteu em abril. Nove meses depois, Sobradinho chegou a 10%, quase 10% de armazenamento. Isso sem a transposição do São Francisco, sem o projeto Jaíba, sem o projeto Salitre. Então, pergunta-se, o São Francisco não tem água. Principalmente quando você leva em consideração que a água que vai ser bombeada por esse sistema ela vai ter que ser bombeada com energia gerada pelo próprio sistema que vai representar tirar mais duas vezes a vazão que vai ser bombeada para gerar energia pelo próprio sistema. Quer dizer, não tem água para a transposição do São Francisco, essa é a primeira constatação.

Agora, a outra questão importante é que esse projeto eu acho o interesse desse debate aqui nessa Casa, esse projeto está inaugurando a guerra pela água no Brasil e esse conflito é um conflito muito claro.

O povo da bacia tem todo o direito de reclamar sobre essa obra. Vamos lá. O São Francisco ao longo dos últimos 50 anos ele foi, se tornou um rio super explorado. 95% da energia que é consumida pelo Nordeste vem do São Francisco. Isso compromete 80% da água do São Francisco. Então, resta para a população do São Francisco 20% apenas. Isso representa se você fizer uma dotação per capita equivalente, por exemplo, a dotação que o Estado do Ceará apresenta em relação também aos seus moradores. Então, em termos de estar se tirando água de uma população que tem uma disponibilidade per capita equivalente à população em termos efetivos para uso fora do setor elétrico que é o Sistema Nacional.

A outra questão importante que eu acho bastante importante colocar que, por exemplo, a questão dos dois pesos, duas medidas. Nós temos hoje um quadro, o seguinte quadro. O São Francisco está seco, Sobradinho está com 12% de armazenamento, se a gente entrar na página da ANA e observar o nível, o volume armazenado nos reservatórios que vão receber as águas, por exemplo, o Castanhão se levar em consideração o volume útil do Castanhão, se tirar a parte que e de contenção de enchentes, Castanhão está com 70% de armazenamento que vai receber as águas do São Francisco. O açude Coremas/Mãe d'água que é que vai ter uma influência indireta do projeto está com 76,41% de armazenamento. O engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves está com 70% de armazenamento. O mais incrível é o seguinte. No final do ano de 2002, 2003, que foi o período mais crítico da região, talvez o mais crítico dos 100 anos que todos os reservatórios do Nordeste estavam secos, os dois grandes reservatórios, por exemplo, da Paraíba e do Rio Grande do Norte estavam com quase 50% de armazenamento. Então, esse mito da escassez é um mito... É um mito. Quer dizer, existe escassez no Nordeste, a seca é terrível. Por quê? Porque o Nordeste é uma região muito grande, tem uma situação muito diversificada, então, mas existem regiões que têm água. Então, a pouca região que tem água no Nordeste é a que vai receber as águas da transposição do São Francisco. Agora, por que é que nós estamos hoje aqui? Ou para que a gente estivesse aqui muita coisa aconteceu. Um dos principais fatores que trouxe a gente a esse debate aqui foi a omissão do Estado Brasileiro principalmente em relação à questão ambiental. Os estudos ambientais que foram desenvolvidos desse projeto foram totalmente tendenciosos. Para vocês terem uma idéia, a área de influência, por exemplo, a bacia do São Francisco foi considerada como área de influência indireta desse projeto. Essa questão dos impactos sobre o setor... [soa a campanha]. 10 minutos já? Então, eu queria

só reforçar uma questão que eu acho importante, vou concluir, Senador, é que esse projeto, na verdade, ele precisa ser muito debatido ainda. Nós temos muitas informações para colocar para o povo brasileiro que em 10 minutos não dá para a gente colocar. Mas eu vou colocar aqui, vou concluir minha fala o seguinte: É um projeto extremamente ultrapassado. Na prática o que ele vai fazer é o seguinte, é transferir água do São Francisco, portar água do São Francisco via litoral porque não tem sentido se a região que vai receber as águas os consumos prioritários urbanos, industriais, todos os consumos, inclusive os consumos rurais com exceção do uso econômico da água comprometem menos de 20% da disponibilidade efetiva em períodos críticos da região. Então, não tem sentido você... [interrupção de áudio]. Um minuto só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Gostaria de informar ao expositor que se encontra na tribuna que nós ainda teremos a exposição de mais 13 oradores afora os Senadores que estão inscritos para o debate. De modo que eu concederei apenas mais um minuto para V.S^a para encerrar a sua exposição.

SR. JOÃO ABNER GUIMARÃES: Quem serão os mais prejudicados pelo projeto? Esse projeto para ele se sustentar economicamente, porque o custo dessa água vai chegar cinco vezes mais cara na ponta do que o São Francisco, ele só se sustenta com um forte subsídio cruzado, e esse subsídio cruzado vai vir do setor urbano, que essa prática está sendo feita no Ceará. O Estado do Ceará hoje entrega água na Chapada do Apodi às empresas que exportam fruticultura, frutos, melão ao exterior, entrega água de graça ao povo da capital do Ceará, está pagando pela água da irrigação e a transposição vai ser exatamente um mote que vai induzir para que toda a população, principalmente das grandes cidades que vão ser expropriadas, para essas populações seja exposta essas populações, o subsídio para o camarão e o melão, esse é na verdade o verdadeiro interesse que está por trás da transposição do São Francisco.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Mesa agradece ao Prof. João Abner da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela exposição e pelos argumentos que traz ao debate aqui nessa Casa. Tenho o prazer de conceder a palavra ao Exm^o senhor Deputado Federal, ex-Ministro da Integração Nacional, Dr. Ciro Gomes pelo prazo de 10 minutos.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, senhoras e senhores membros da Mesa a quem saúdo nas pessoas do Sr.

Ministro da Integração Nacional e do reverendíssimo Arcebispo de João Pessoa, João Aldo Di Cillo Pagotto e Dom Luiz Cappio Bispo da Barra. Senhoras e senhores eu tentarei obediente aos termos regimentais falar de uma coisa muito gravemente complexa em aspectos técnicos, aspectos hidrológicos, aspectos antropológicos, aspectos culturais, aspectos morais, aspectos políticos, aspectos ideológicos e lamentavelmente até mais recentemente até traços de aspectos religiosos, evidentemente nos quais eu não me aventurarei se acostaram a esse projeto.

Em primeiro lugar é preciso que tenhamos tranquilidade de alma para saber que todas as iniciativas de integração de bacia ou de transposição de bacias como se queira chamar no Brasil e no mundo sempre despertaram polêmicas acesas havendo em momentos que a mais desastrosa das experiências de transposição que eu procurei conhecer do rio Colorado nos Estados Unidos, em que tanques foram deslocados para as ruas e acabaram provocando uma mediação gravíssima, quase provocando outra secessão na América do Norte sem falar da usurpação das águas que transpõem as fronteiras americanas deveriam chegar a foz no Estado do México, mas essa é uma história que não tem haver com erro técnico, mas com usurpação de territórios também como a Europa fez com o Texas e outros tais.

No Brasil nós conhecemos experimentos que não despertaram tanta polêmica, embora houvesse também despertado alguma. A cidade de São Paulo é abastecida por uma transposição de bacias, a do rio Piracicaba, que extrai do rio Piracicaba mais de 70% da sua vazão natural destinado a foz e a cidade do Rio de Janeiro é abastecida por uma transposição de bacias, está do rio Paraíba do Sul, que transpõe também uma vazão superior a 70% da vazão natural do rio destinada a sua foz, pelo sistema Guandu e outro pelo sistema Cantareira. No Nordeste brasileiro esse projeto vem sendo mencionado por um empirismo, que inclusive atrapalha muito, até hoje nesse debate, atrapalha demais a percepção correta, equilibrada de um conflito. É natural numa sociedade democrática, numa sociedade tão profunda e agudamente desigual, disnada(F) de tanta safadeza, de tanta inconfiabilidade das instituições de seus operadores, autoridades políticas, que esses argumentos possam ser feitos, mas há um tempo em que precisamos nos reconhecer pelo menos de boa-fé que não é possível opor superioridade moral, Dom Cappio. Me dirijo especialmente a V.Ex^a. Não é possível que V.Ex^a se considere intérprete superior do valor moral e ponha, por exemplo, um modesto militante de 30 anos na vida pública brasileira a partir de uma base no Nordeste, como alguém

que esteja movimentada numa posição antagônica de Vossa Reverendíssima por interesses subalternos, eu não estou movido por interesses subalternos, eu estou, equivocadamente ou não, e é o debate que esclarecerá, movido pelo mais superior interesse público. Eu não falo por Deus, falo pelo mundanismo dos pecadores, como eu sou um deles.

V.Ex^a me leva a esta indignação, V.Ex^a Reverendíssima, e é por aqui que eu entrarei na parte mais técnica, V.Ex^a Reverendíssima é induzido a um gravíssimo erro que para nós nordestinos, do Nordeste Setentrional... olhe para mim, Dom Cappio, obrigado, chega as raias da indignação, afirmou nesta tribuna e eu sei que não há má-fé, que Fortaleza, o habitante de Fortaleza tem mais água do que o habitante de São Paulo. V.Ex^a reverendíssima, [ininteligível] obrigado, mas eu governei o Estado do Ceará e por seqüência de 3 anos de seca a cidade de Fortaleza, a quarta maior cidade em população no Brasil remanesceu nas minhas mãos sem água. E não é força de argumentos, sem água. 3 anos de racionamento e o terceiro ano acabou a água para 3 milhões de habitantes da região Metropolitana de Fortaleza. Qual é o equívoco da observação empírica? É que São Paulo tem fonte perene de água, o rio Piracicaba é um rio permanente e as capitais do Nordeste Setentrional todas elas e as cidades inteiras tem fontes perenes ou não perenes, dependentes do ciclo caprichoso da chuva. Isto é uma obviedade. Pode ser manejada com a inteligência humana, é o que tenta o projeto do São Francisco.

Eu vou afirmar para provocar intelectualmente, naturalmente, que este projeto menos por mérito do Governo do Presidente Lula, menos para evidentemente por qualquer mérito que eu possa ter tido na concepção derradeira deste projeto atingir um escopo, graças a qualidade da crítica de boa-fé, graças às contribuições de boa-fé, críticas que o projeto recebeu, uma concepção, um escopo onde é possível afirmar para provocar intelectualmente que o projeto ao beneficiar 12 milhões de pessoas, não a população difusa, deixe-se aqui muito claro, o projeto São Francisco não tem nenhuma resposta para as populações que vivem dispersas pelo semi-árido do Nordeste. Não adianta manipular este argumento, o projeto destina-se ao abastecimento humano e dessedentação animal, prioritariamente, mas não inclusivamente, conforme os termos da outorga da Agência Nacional de Águas que vale como documento a ser acionado pelo Ministério Público. Fora verdadeiro de que o projeto é uma falsa anunciação de dessedentação animal e abastecimento humano, atender um interesse subalterno, clandestino, não confessado e safado de atender um grande negócio as empreiteiras e coisas e tal e esta intolerância

suspeição moral não podemos aceitar, este monopólio da boa-fé não pertence aos críticos do projeto e eu os respeito a todos, os debatedores aqui, a todos já estive. O lamentável desse debate, Sr. Presidente é que nós entramos todos com opinião e sairemos todos rigorosamente com a mesma, na média dos interlocutores que aqui estão, com quem eu já debati muitas vezes, vale para terceiros de boa-fé, para procurar conhecer equilibradamente onde está a razão, se alguma há possível de ser apurada nessa contradição.

O projeto ao beneficiar 12 milhões não prejudica um único brasileiro, qualquer que seja o ângulo em que este brasileiro respeitável ponha-se a observá-lo, seja um observador preocupado com as questões ambientais, seja um preocupado com a concentração de renda no país, razão de ser da minha vocação na vida pública, seja aquele outro preocupado com a moralidade, seja ele preocupado com as concepções estratégicas de como se deve relacionar o Estado com os interesses da sociedade. Inclusive, nos seus rituais. Inclusive e especialmente nos seus rituais. Ponto número um: O Nordeste Setentrional brasileiro dispõe em média de 500 m3 por habitante/ano seguros. Há um grosseiro equívoco empírico que confunde, nós acabamos de ouvi-lo aqui, caixa-d'água com água. [soa a campanha]. Sr. Presidente, se eu tiver que concluir eu concluo agora mesmo eu não quero de fato extrapolar. Eu posso parar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V.Ex^a tem dois minutos com mais um de tolerância.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): O projeto, alguns críticos acham que o fato de existir um açude como o Castanhão com capacidade de reservar 5 bilhões de m3, eu iniciei e conclui esta obra, ele garante que Fortaleza não terá mais aquilo pelo qual eu passei, mas a fonte de água deste açude é a chuva, portanto, a capacidade segura que é a única que interessa para o abastecimento humano reduz-se a 20% por números que são tecnicamente incontestáveis. A mistura já mencionada aqui de vertimento por insegurança hídrica se mantém os açudes muito cheios, evaporação, acaba deixando com os açudes que a capacidade útil deles só é segura 25%. Portanto, quando você tira essa média [soa a campanha] pelos números da ONU a vida só é viável com 1.500 m3 por habitante/ano, o Nordeste Setentrional tem 1/3 do mínimo necessário. O rio São Francisco tem 3.850 m3 por segundo de vazão média. Pelo princípio da precaução, fundamento Constitucional do Direito Ambiental brasileiro mais moderno do mundo, não se deve trabalhar pela média embora esse projeto possa trabalhar pela média porque ele é modulável. São 12, 15, 20 bombas, que podem ser

ligadas todas 12, todas 15, ou só 10 ou só 5, ou só 4, ou só 3 ou nenhuma. O rio tem, entretanto, uma vazão mínima na foz de 1.850 m3 por segundo. Para garantia do abastecimento humano e dessedentação animal, como está escrito na outorga, qualquer do povo e o Ministério Público podem fazer isso forte a qualquer momento... [interrupção de áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mais um minuto para V.Ex^a.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei, vai se pedir ao rio seguros apenas 1,7% desta vazão mínima. De onde vem esses números? Vem de uma dinâmica. E aqui que eu encerro. E que ninguém pode replicar em nenhuma iniciativa pública no Brasil a qualidade, a profundidade e a repetição de debates quanto a esta obra. Foi feito empoderado um comitê de bacia que não existia, é o Governo Lula que empodera e tira da letra morta da lei, institui, constitui, dá posse e empodera o comitê de bacia. Foi feito um plano de bacia interativo com a Sociedade Civil e com os mais qualificados experts da área, hidrológica, ambiental, antropológica, e que quer que seja. Este projeto plano de bacia foi validado em mais de 40 audiências públicas e aprovado por unanimidade numa reunião derradeira acontecida em Salvador. Ele não é uma avaliação sobre o projeto São Francisco, esse da integração. [soa a campanha]. Ele é apenas um projeto que garante que o rio tem hoje apenas 90 m3 de água utilizados, tem 360 m3 disponíveis para novos consumos. Todas as demandas até 2.050 dos Estados ribeirinhos para irrigação ou que tais não pedem mais do que 200 m3 por segundo. Supondo que tudo o que se fez no rio até hoje para consumo são 90 quilômetros cúbicos. São números. E tudo o que se planeja fazer, se todo fosse feito até 2015, pediria mais 200 m3, ainda sobriariam 160 m3 que hoje apenas adoçando a boca do mar. Eu concluo, agradecendo a tolerância de V.Ex^a e pedindo, eu vou ficar no debate, para que nós, algum critério tenhamos, porque juízos de conveniência, juízos de oportunidade numa democracia representativa não é o modo mais sadio... [interrupção de áudio]. Institucionalizada como a nossa são dados pela eleição do Presidente da República. Não por acaso a coincidência desagradável, todos os críticos da política na Bahia, em Sergipe, em Alagoas perderam as eleições e o Presidente Lula no auge acesso desse debate ganhou em todos esses lugares. Muito obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao ilustre Deputado Federal e ex-Ministro Ciro Gomes por sua exposição e imediatamente passo a palavra ao Prof. Apolo Heringer Lisboa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, e Presidente do Comitê da

Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas pelo período de 10 minutos.

SR. APOLO HERINGER LISBOA: Prezado Senador Marconi Perillo, demais Senadores presentes, Deputados, Senadores e público aqui. Eu vou procurar falar tudo em 10 minutos, então, eu vou... não sei se vou ser bem compreendido. Eu agradeço aqui a presença do ex-Ministro Ciro Gomes porque a gente sente muito a ausência do Governo Federal nos debates que a gente promove sobre o São Francisco. O Governo não tem comparecido. Eu admito mesmo que o Governo perdeu o debate técnico, todos os geólogos, hidrólogos do Brasil, Universidades, ninguém apóia a transposição do São Francisco, a maioria são alguns técnicos do Ministério da Integração por dever de ofício.

A questão da transposição ela mexe um pouco com o nosso imaginário. Eu considero o Deputado Ciro Gomes um habilidoso ilusionista no seu debate político. O grande sucesso dele é que ele consegue me enganar às vezes ou o público como a gente acontece na festa de criança quando o mágico tira um coelho da cartola. [aplausos] Mas isso não permanece por muito tempo. Eu falo isso com todo o respeito, que eu admiro, até gostaria que ele mudasse de opinião para poder apoiá-lo na sua candidatura. Você chega num bairro pobre e promete acabar com a fome do povo construindo um supermercado. Esse tipo de argumento é da transposição. Se constrói um supermercado e depois como é que você vai comprar? Você prometeu que o açude seria a redenção no Nordeste. Eu era menino, eu sou do semi-árido mineiro, sou de Salinas, Oró seria a redenção do Nordeste. E aí? Cadê a redenção do Nordeste? Foi o maior açude do mundo na época. Os Bancos estão cheio de dinheiro e o povo está sem dinheiro. Nós estamos cheio de terras no Brasil e muitas pessoas querendo trabalhar e não tem terra. Tem muita água no Nordeste armazenada em açudes, porque o problema da seca não é por falta d'água. Pensem bem. A seca não é por falta d'água. Eu achava isso. A seca é por concentração de água. Também outro aparente paradoxo. A água no semi-árido ela é concentrada e na proporção razoável muito boa até em dois, três meses por ano de chuvas torrenciais, está precisando fazer como o José do Egito, vamos guardar essa água, vamos guardar essa água. Aí tem os açudes, que é um sucesso do Brasil, nós temos que fazer essa água ficar na fazenda, aonde tem a família, com a agricultura familiar, nós temos que aumentar a produção de poços. Nós temos mil formas, esse dinheiro todo o Nordeste merece, mas concentrar mais água no açude, vocês sabiam que toda a água da transposição vai para os açudes que detém 80% da água no Nordeste, mais de quinze Baías da Guanabara? É porque a água não

chega ao povo, como não chega o dinheiro dos Bancos, como não chega a comida do supermercado. E vão fazer mais um supermercado, mais um Banco? Isso é ilusão. A indústria da seca quer ganhar dinheiro com obra. Pergunta a Antônio Ermírio de Moraes se ele não está feliz da vida com o cimento que ele vai vender, pergunta ao grupo Gerdau, pergunta as empreiteiras se eles não estão soltando foguete para o Lula. Agora, o pobrezinho, nós tivemos lá no Castanhão, tivemos o Armando Ribeiro, tivemos na Paraíba, a caravana do São Francisco e conversando com o povo pobre, com os trabalhadores rurais, o sindicato, eles falaram: Isso é água da morte. É água sem peixe. Nós não podemos nem chegar perto dos canais. Não podemos chegar perto dos açudes. Nós não temos condição na beira do Armando Ribeiro você vê a cisterna colhendo água do telhado. Isso é água para o grande agronegócio. Pode ter agronegócio, eu admito, mas por que só para o agronegócio? E por que água financiada de graça para Delmont lá no Ceará, uma multinacional? E por que subsídio cruzado para o povo pagar água para exportar melão e camarão, aliás, camarão está dando uma doença no mundo inteiro, esse negócio vai ser um fracasso. Por que não distribui a água dos açudes? O bolo não cresceu, vamos crescer o bolo, lembra do Delfim Neto, vamos crescer o bolo, o bolo tem que crescer e o povo não vê a cor desse bolo. O Lula também reconhecia isso e falava isso, mas eu não sei se ele fez um acordo aí com o Ciro, não posso, não estava lá presente.

Bom, a questão maior da água do Nordeste é problema de gestão. Olha, e também não estou defendendo Minas Gerais, eu sou mineiro. Eu sou coordenador do projeto Manuelzão. A questão da água no Brasil ela precisa mudar a nossa mentalidade para ser bem gerida. O Brasil inteiro joga esgoto no rio. O São Francisco, gente, já tem pouca água. E eles estão desmatando o rio São Francisco, a bacia do São Francisco toda, Bahia, Minas Gerais, todo o lugar porque tem o tal do etanol que vai salvar o planeta. Eles estão arrebatando com os nossos recursos naturais, meio ambiente é como se fosse um luxo, não é. A água está no centro da questão ambiental, na agenda mundial. E a questão ambiental está no centro da agenda econômica e política. Já foi o tempo em que ambientalista que levantava essa questão é um marginalizado. O país que não tiver uma agenda ambiental bem construída, e nesse sentido a transposição é negação de tudo isso. O rio Jequitinhonha, eu falei que sou de Salinas, meu pai construiu escola agrícola lá, sou filho de agrônomo, é uma das regiões mais férteis, a feira, o mercado é cheio de coisa, o povoado lá adora aquela região. O rio Jequitinhonha é perene, não precisa levar um canal

para lá, e o povo passa necessidade próximo do rio por falta de obras hídricas. A agricultura familiar não tem assistência, as grandes obras no Brasil sistematicamente levam benefício aos grandes. Então, o rio Jequitinhonha não resolveu, no sertão da Bahia o São Francisco passa lá e não resolve, o canal da transposição, é como de Belo Horizonte a Brasília, 720 quilômetros, são 25 metros de largura e 5 de fundura, tudo de concreto. Imagine o custo disso. Ele é um projeto para levar 127 m3. Não é um por cento só que o Dr. Ciro fala. 1% aqui não é nada. E lá não é nada também, lá tem 37 bilhões. 1% aqui do São Francisco. 1,5% é muito pouco... É muito pouco lá também. Ah, mas vai ser quando chover no São Francisco... Muitas vezes chove na bacia do São Francisco, chove lá também, não vai poder mandar água, vai fazer um negócio, você vai fazer um prédio de 127 andares para utilizar esse prédio uma vez, duas vezes em 10 anos? Você ocupa 26, 27 andares e quem vai pagar o condomínio e o custo do prédio? Quem faz um prédio de 127 andares com intenção de usar só 27. Que loucura é essa? Eles estão querendo tirar 127 m3 de fato. Agora esse negócio que Jaíba pediu 80 m3, Baixio do Irecê, tem que rever essas questões, porque realmente a gestão da água é muito mal feita, agora os carros estão diante dos bois, Sr. Presidente da reunião. Nós gostaríamos de pedir que através da iniciativa do Eduardo Suplicy que representa para mim aquilo que eu esperava que o PT viria a ser, é um exemplo ético e político, Senador Suplicy que a sua atitude, a atitude do Senado possa ir também para a Câmara Federal, que a gente inicie agora o verdadeiro debate sobre a questão do São Francisco. [aplausos] Não é possível que o Exército brasileiro intervenha na região de Canudos para ganhar 150 milhões do Ministério da Integração, passe esse dinheiro para o Exército, eles estão precisando, mas que eles não entrem numa questão política, fazendo desmatamento em área indígena, que deve ser decidida pelo Congresso Nacional. Isso não pode ser feito goela abaixo, é falta de respeito, a nossa situação de cidadãos. [soa a campainha] Agora eu sou a favor de que todo o sertanejo tenha água e água em abundância. Mas a transposição não é para isso. E as obras inacabadas. Eu tenho aqui uma lista de quase 40 obras inacabadas, o geólogo Manoel Bonfim tem aqui, Estado do Piauí, Estado do Ceará, o Ciro me falou que lá não tem obra inacabada, Estado de Pernambuco, Estado da Paraíba, obras inacabadas, obras que foram feitas para irrigar, vamos terminar essas obras, vamos adquirir experiência em irrigação, vamos parar de mutilar o rio, vamos parar de jogar o dinheiro fora, isso é obra pela obra. Nós não podemos acreditar... As águas subterrâneas, o grande hidrólogo, Aldo Re-

bouças, ele coloca que a grande quantidade de água subterrânea na região sedimentar do Nordeste, é claro que é só 30% da região, mas quantidades fabulosas de água...[interrupção de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Prof. Apolo, mais um minuto para o encerramento.

SR. APOLO HERINGER LISBOA: Eu pediria que a gente parasse de projetos faraônicos, mutilar o rio São Francisco. Os pescadores do baixo São Francisco não conseguem mais sobreviver mais da pesca, Sr. Toinho afirma isso, estão mutilando, querendo mutilar o rio de Minas, rio das Velhas, Paracatu, Urucunha, fazendo barragens contra a opinião do povo, de lá dos fazendeiros, da melhor área para fazer filhote de sobradinho para aumentar a disponibilidade hídrica, acabando com a piracema, nós estamos destruindo um ecossistema que a natureza demorou milhões de anos para fazer. Historicamente o Nordeste só construiu açude quando não se falava de transposição. [soa a campainha] Fala de transposição, pára de construir coisas concretas. A indústria da seca está de olho em trazer o rio Tocantins... e não vai parar nunca, [soa a campainha]. O Brasil precisa de botar fim a indústria da seca e que o Congresso Nacional inicie o debate da transposição e que o Supremo Tribunal Federal discuta o recurso de Minas ...[interrupção de áudio] [aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta Presidência agradece ao Prof. Apolo Hering, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais pela exposição. Recebe com muito prazer... recebe com muito prazer os documentos que são entregues à Presidência. Tenho a satisfação e a honra de conceder a palavra a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias de Transposição das Águas do Rio São Francisco que falará pelo prazo de 10 minutos.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente . Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, ao Senador--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu só pediria a V.Ex^a uma questão de isonomia, já antes de iniciarmos a questão, houve um entendimento com o Presidente Garibaldi Alves, onde o Dom Luiz Cáprio teria 15 minutos, com mais 5 minutos, e o mesmo tempo seria concedido a Dom Aldo Pagotto. Só uma questão de isonomia, se tratam de dois Bispos, estão aqui prestando um belo trabalho a essa Casa, pediria a V.Ex^a essa isonomia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Efraim, a solicitação de V.Ex^a é justa, mas eu gostaria de também ser justo em relação ao Presidente Garibaldi Alves. Ficou estabelecido que a Dom Luiz Flávio Cappio seriam destinados 15 minutos para falar contra o projeto e ao Ministro da Integração Nacional, Ministro Geddel Vieira Lima, seriam concedidos 15 minutos para falar a favor do projeto. De modo que esse foi o acordo estabelecido que me foi repassado pelo Senador Eduardo Suplicy. De qualquer forma--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pediria a V.Ex^a. que consultasse a Dr^a. Cláudia que é Diretora da Mesa e que presenciou o entendimento. O Senador Suplicy não estava presente na hora do entendimento. Eu pediria a V.Ex^a que fosse cumprido o mesmo tempo que foi dado a Dom Cappio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não tenho objeção, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Efraim, eu não havia concluído ainda o despacho e gostaria de dizer a V.Ex^a. que acatarei a solicitação de V.Ex^a. com muito prazer, até porque o Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, não faz objeção. Com a palavra o Bispo Dom Aldo Pagotto pelo período de 15 minutos.

DOM ALDO DI CILLO PAGOTTO: Quero saudar Sr. Presidente do Senador, Garibaldi Alves que preside essa Sessão, Senador Marconi Perillo. Honrado pelo convite para a audiência pública conjunta entre as várias Comissões do Senado Federal por deliberação do colegiado que aprovou o requerimento de autoria dos Srs. Senadores, encabeçado pelo Senador Eduardo Suplicy, fui encarecido pelo Senador do meu Estado, Estado da Paraíba, Senador Cícero Lucena. Contemplado pela função outorgada pelo Presidente do Comitê Paraibano pela Integração das Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, e agradeço ainda a gentileza do gesto, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Esclareço que sou religioso e cidadão sobralense, pois trabalhei em Sobral por 6 anos e tantos outros anos em Fortaleza. Recordo o gesto profético, empreendedor do então Governador Ciro Gomes, ao encetar, em tempo recorde, em 1995, o Canal do Trabalhador, sem o que a capital cearense entraria em colapso de água para uso humano.

Compus, com outros irmãos bispos do Ceará, por bom tempo, a Comissão Pastoral de Convivência com o Semi-Árido, sugerindo e acompanhando de perto políticas públicas na esfera agrária, agrícola e hídrica. Hoje, como cidadão pessoense e paraibano, sou portador do pleito das águas do rio São Francisco contando com

o apoio dos irmãos Bispos do meu Estado, Paraíba, bem como a maioria dos Bispos dos demais Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

A propósito, realizamos em Campina Grande, em novembro de 2006, um grande encontro entre os Bispos do Nordeste, gestores públicos, secretariados de órgãos públicos, representantes de várias entidades e categorias sociais contando com técnicos e especialistas em assuntos do Nordeste. Elaboramos uma carta de intenções celebrando 50 anos de criação da SUDENE, agora refundada e revivificada.

Elaboramos uma carta de intenções, fruto do evento, apontamos aos gestores públicos de nossos Estados uma série de potencialidades produtivas que possam favorecer o desenvolvimento do povo do Nordeste incluindo o nosso veemente pleito pela revitalização e integração das bacias hidrográficas do rio São Francisco.

Pelos anos de militância de evangelização e promoção humana, preposto ao Comitê Paraibano pela Integração das Bacias Hidrográficas do rio São Francisco, faço-me porta-voz de milhares de irmãos e irmãs nordestinos que clamam por um copo d'água para a sua digna sobrevivência e para o justo desenvolvimento com inclusão social das gerações vindouras. Nosso pleito foi exposto ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sua presença em nossa capital paraibana ao 7 de julho de 2007 em vista da ampliação das obras do PAC. O Presidente Lula, retirante nordestino trouxe à memória os dramas vivenciados por si e pelos seus conterrâneos. Comovido, ilustrou cenas que alijam milhares de filhos e filhas de vários Estados, excluídos das oportunidades, colocados para fora da comunhão do banquete da vida, constrangidos a caçar outros rumos numa existência incerta.

O Presidente Lula empenhou a sua palavra e comprometeu a honra da gestão do seu governo compartilhado com a equipe governamental assegurando a viabilidade técnica e econômica administrativa do projeto.

A concepção da obra projetada é uma política estrutural, a sua concepção é estruturante. Tecnicamente segura, economicamente viável, administrativamente sustentável.

A obra supera políticas de compensação improvisadas ou insuficientes para resolver problemas de caráter estrutural.

A obra supera o atavismo histórico que reproduz o atraso e a corrupção desmandada sempre auferindo lucros com a indústria da seca.

Quem tem sede apóia. Apóia o projeto, apóia a obra estrutural. O rio São Francisco deve servir à integração nacional, garantindo o justo e equânime de-

envolvimento humano e o crescimento sustentável. A água superabundante é um bem inestimável que deve abastecer nosso sistema de reservas e de distribuição chegando a atender doze milhões de nordestinos, sobretudo, em situações sujeitas a colapsos hídricos.

A obra toma a feliz expressão de revitalização e integração das bacias hidrográficas. Traduz o que deve integrar efetivamente os Estados pleiteantes em iniciativas articuladoras que mobilizam as regiões desenvolvendo-as em modo integral e integrado.

A igreja já dizia isso desde a Campanha da Fraternidade de 2004, nos envolvendo na temática “Água, fonte da vida”. Água, bem essencial à vida é patrimônio humano cujo valor incomensurável é, porém, limitado e escasso.

O recente Plano Estadual de Recursos Hídricos estima que toda a água disponível no Estado da Paraíba é de 37 m3 por segundo, enquanto as demandas totais são de 42 m3 por segundo. O quadro presente revela escassez hídrica de 5 m3 por segundo comprovando a situação operacional crítica dos sistemas de abastecimento de água dos nossos 223 municípios, dentre os quais, 119 operam em regime de racionamento na maior parte do ano. Mesmo em anos chuvosos suas fontes de captação padecem de insegurança hídrica. O maior mal da região. Quanto às outras 104 sedes municipais analisadas num horizonte de doze anos, mais da metade terão problemas com os seus mananciais, porque dependemos das chuvas. Em breve necessitarão de ampliação de recursos e melhorias porquanto a demanda também aumenta.

Na área rural, onde mora quase um milhão de pessoas, o problema da insegurança hídrica é ainda maior. As prefeituras, o Estado, a União investem anualmente verdadeiras fortunas para apenas amenizar o sofrimento causado pela falta de água. O fato é comprovado pelos mais de 150 decretos de emergência publicados nos últimos seis meses, não obstante uma sequência de anos entremeados de chuvas, atípicas, em algumas regiões, as mais apenadas.

A Paraíba conta com uma vasta rede de ajuda-gem. Cerca de dez mil, contando os de pequeno porte. Temos mais de 25 mil poços tubulares e amazonas, entretanto, apenas aqueles com capacidade de acumulação superior a 20 milhões de m3 oferecem garantia de atendimento. Em tais condições são raros os locais no Estado que comportam a construção de novas barragens. Estaríamos quase impossibilitados de aumentar a disponibilidade hídrica contando apenas com os potenciais das nossas bacias hidrográficas. Dependemos das chuvas.

Quanto à água subterrânea, dispomos de um aquífero somente no litoral paraibano, com alguma possi-

bilidade de exploração para atender ao abastecimento de aglomerados urbanos ou rurais de maior parte. Em 83% do território paraibano predomina o substrato cristalino com reduzida capacidade de produção de água. Na maioria das vezes, com altos teores de salinidade, portanto, impróprias para o consumo humano.

A Agência Nacional das Águas elaborou um conjunto, em conjunto com os Estados nordestinos, o Atlas da Nordeste sobre o abastecimento de água para as cidades com população superior a cinco mil habitantes. Diagnostica a situação atual apontando soluções em nível de pré-concepção para o abastecimento de água, cobrindo um total de 74 dos nossos 223 municípios, uma parcela numericamente superior fica fora deste importante documento. Além do mais, 2/3 das soluções apontadas, caso analisadas no horizonte de 12 anos, sofrerão problemas de manancial. O outro 1/3 das soluções apresenta, atualmente, alguma deficiência hídrica nos mananciais selecionados.

As ações atuais de construção de cisternas de placas, que são uma política pública, perfuração de poços, dessalinizadores, barragens subterrâneas, reuso de água e outras são muito importantes para atender à população dispersa ou em pequenos aglomerados, mas, nunca para os núcleos maiores. São soluções complementares no caminho da universalização do saneamento básico. Nós precisamos de soluções estruturantes.

Questionamos junto aos que se mostram refratários à obra de revitalização e integração das águas do rio São Francisco, sabedores sobre determinados projetos existentes na Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, ora já citados cá e acolá pelos debatedores que nos precederem. Os projetos Salitre e Baixo Irecê, somados, têm capacidade para 90 mil hectares, com atuais investimentos na ordem de 700 milhões de reais, retirando até 56 m3 por segundo a montante de sobradinho. Projetos para a irrigação de cana-de-açúcar em Pernambuco retiram 75 m3 por segundo. O Canal do Sertão retira, em Alagoas, 32 m3 por segundo, em Sergipe 28.6 m3 por segundo somando-se, pois, 60.6 m3 por segundo.

Defendemos o desenvolvimento integral dos Estados, pois, todos têm direito de crescer e se desenvolver segundo o princípio da solidariedade e subsidiariedade. Por que, a priori, nos acusar de privatização de água e utilização de água para o agronegócio enquanto, na realidade, pleiteamos apenas 26,4 m3 por segundo após sobradinho? Água para abastecer o nosso sistema hídrico. Por que impedir o desenvolvimento dos Estados do Nordeste Setentrional enquanto se permite o desenvolvimento dos outros?

O apelo do Comitê Paraibano se dirige aos parlamentares e gestores públicos incumbidos de permanente formação da índole concidadã da nossa população. Responsabilizados pelo acompanhamento da obra envolvam a população fazendo com que participem do controle social devido. A concepção da obra estrutural requer o envolvimento de todos. A obra corresponde a uma política hídrica estruturante, se beneficia a todos, deve ser muito bem cuidada por todos.

Governos se sucedem, as políticas públicas exigem continuidade dinâmica de expansão. Cabe aos respectivos Estados assegurar não somente a infra-estrutura que atenda aos objetivos da obra, mas, de permanente esclarecimento junto à população sobre o correto uso e usufruto da água redentora.

Em outras palavras, cabe ao governo uma boa gestão em caráter suprapartidário, isenta de oportunismos e corrupção financeira. Cabe à população o controle social superando tensões de caráter ideológico, equidistante de outro interesse se não o desenvolvimento com inclusão social.

Aproveito o ensejo para noticiar e convidar as bancadas parlamentares dos Estados pleiteantes à mobilização popular em apoio a obra a ser realizada na cidade de Monteiro, na Paraíba, primeira cidade pólo a ser beneficiada com as águas do eixo leste. A data deve ser confirmada tendo em vista a honrosa presença do Ministro de Integração Nacional, Dr. Geddel Vieira Lima. A data, em princípio, é 12 de março. Agradeço muito a todos e todas.

[aplausos]

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao assumir os trabalhos quero primeiro agradecer a todos os 14 convidados que aceitaram o convite formulado por essa presidência, em nome das quatro Comissões, mas, com certeza absoluta, agradecer ao Senador Eduardo Suplicy, que mesmo durante o recesso parlamentar foi quem mais trabalhou, sem sombra de dúvida, para que esse evento acontecesse. Com a mesma firmeza que defende a renda mínima. Parabéns, Suplicy.

E de seguida passo a palavra ao pesquisador da Asa Brasil, Articulação para o Semi-Árido Brasileiro, Sr. Luciano Silveira. Dispõe também de dez minutos com a tolerância de mais dois, como foi dado para os outros convidados.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Senador Cícero Lucena que é Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Muito obrigado. Participei do interesse de debater aqui no Senado e, logo mais, iria falar. Mas, infelizmente, acabo de receber o comunicado do falecimento da minha mãe e... em outra oportunidade estarei debatendo esse assunto que é tão relevante e peço que com licença vou me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cícero Lucena aceite a solidariedade, tenho certeza não só do Senado da República, do Congresso nacional, de todo o povo brasileiro.

Eu... um minuto, suspendo os trabalhos com a tolerância do orador na tribuna para que a solidariedade dos nossos convidados e parlamentares seja dada ao nosso Senador Cícero Lucena, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Senador...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Paulo Paim, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente é meu dever de Líder do PSDB, de Senador, de companheiro, colega e amigo do Senador Cícero Lucena, oferecer a ele, legitimamente, em nome do meu partido mas, tenho certeza que falando em nome de todos os Senadores com assento nesta Casa e aí o sentimento de solidariedade pluripartidário, levar ao Senador Cícero o nosso pesar. Isso será transformado num voto de pesar a ser deliberado pela Casa na Sessão de mais tarde.

Sei do amor de Cícero por sua mãe. E sei da união de sua família em torno dessa grande mulher que se foi e deixa um belo exemplo através dos seus sucessores, dos seus filhos, dos seus netos, daqueles que aprenderam com ela os deveres da honradez, os deveres da solidariedade humana e os deveres da grandeza em relação as coisas da Paraíba e as coisas do país.

Portanto, ao querido Cícero Lucena a solidariedade muito fraterna do seu partido e eu tenho certeza, a solidariedade igualmente fraterna e querida de todo o Senado Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Senador Efraim Morais, Primeiro Secretário do Senado Federal.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Da mesma forma, Senador Paulo Paim, a solidariedade ao Senador Cícero Lucena e à sua família. E aí eu falo como paraibano, um dos representantes dessa bancada, dizer realmente da grande perda que tem não só a família Lucena, na pessoa de Cícero e de seus

irmãos e irmãs, mas, deixar a nossa solidariedade com a permissão do meu Líder, José Agripino, em nome também dos Democratas. E, evidente, em nome de toda a bancada da Paraíba.

Agradeço a V.Ex^a e também pedindo permissão a V.Ex^a para me ausentar do debate que acompanharei o Senador Cícero Lucena até o nosso Estado, a Paraíba. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza, Senador Efraim, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, também de levar a nossa solidariedade ao nosso colega, grande amigo, o grande Senador Cícero Lucena e a todos os seus familiares. E somando ao Efraim, em nome do nosso partido, com a permissão do nosso Líder, mas, também, pedindo permissão às Senadoras para ser em nome das Senadoras, a nossa solidariedade, principalmente o sentimento que nós sabemos que é uma saudade é... difícil de medir, a dor desta saudade que é a perda daquela que para todos nós, com certeza, é o bem maior, que é a mãe.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba que é Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, com certeza junto com os outros Senadores levarão toda a solidariedade do Congresso Nacional.

Passamos a palavra, nesse momento, ao Sr. Luciano Silveira, pesquisador da ASA Brasil, Articulação para o Semi-Árido Brasileiro. Dez minutos, com a tolerância de mais dois.

SR. LUCIANO SILVEIRA: Bom dia, Senador Paulo Paim! Bom dia Senadoras e Senadoras. Bom dia demais participantes dessa audiência. Primeiramente, eu queria... fico feliz com o esclarecimento dado pelo Deputado Ciro de que esse projeto, ele foi concebido, não foi concebido para atender a demanda difusa. Acho que isso é importante para a gente trazer o debate para a sua realidade. E a gente sabe que a todos os anos, a cada período prolongado de seca milhares de famílias que vivem no semi-árido passam por suas privações mais básicas do acesso a água e alimento.

Essa população privada dos seus direitos mais básicos de cidadão, elas vivem exatamente, é a população difusa, né? É essa população que representa, dos 21 milhões de habitantes do semi-árido, aproximadamente, 10 milhões vivem nas zonas rurais, representam mais de dois milhões de unidades familiares de produção e que estão vivendo nessa realidade. E é exatamente esse povo que mobiliza toda a sociedade brasileira quando uma seca abala essa população e a mídia projeta e todos nós ficamos mobilizados com essa realidade.

E eu acho que o desafio que está posto aí, que é recorrente em nossa história, é que o problema, a natureza, o problema que assola essa realidade, ele não é de natureza nem ambiental e nem da população que aí vive.

Ele é, sobretudo, de natureza política. Ele é a expressão do atual e do histórico modelo de desenvolvimento que foi implementado em toda a região semi-árida. O modelo de desenvolvimento que gerou, e todos vocês sabem, uma concentração brutal do acesso à terra e associado a ela uma concentração brutal do acesso à água, ok? Esse mesmo movimento, esse mesmo modelo também promoveu um processo de degradação dos recursos naturais também da mesma magnitude. Hoje, 180 mil quilômetros quadrados do semi-árido já se encontram em estágio grave de desertificação. Isso, produto desse padrão de desenvolvimento degradador do ambiente que vem gerando processos de exclusão social sem precedentes. A desigualdade marca o processo de desenvolvimento do semi-árido brasileiro de forma mais intensa talvez do que do resto do país que também é bastante expressivo.

E o semi-árido, eu queria dizer que nós vivemos, a sociedade vive uma crise de percepção da realidade, a forma com que a sociedade, perdão, olha a realidade que aprendeu a enxergar a realidade do desenvolvimento pelas suas limitações e não pelas suas potencialidades. Pela capacidade que cada ambiente, a natureza, o seu povo, a sua economia podem fazer como formas endógenas de promover crescimento e desenvolvimento criativo. E foi esse padrão de desenvolvimento que foi convencionalmente chamado de modelo de combate à seca. E não se combate a seca como também não se combate, na Sibéria, o gelo. Se convive com essas regiões.

É preciso pensar estratégias capazes de valorizar as potencialidades que esse meio tem. E tem muito. Foi dito aqui pelo próprio Geddel que chove e chove razoavelmente bem se comparado com outros semi-áridos.

O nosso desafio é que o ambiente, o clima é de grande irregularidade climática, de alta insolação e solos com baixa infiltração de água. Então, apesar de chover até de forma razoável, grande parte da água é perdida. Correto?

Nosso desafio é pensar estratégias que valorizem as capacidades que esse ambiente tem. E a gente sabe que há soluções, e são soluções que não são novas, na verdade, mas que não são priorizadas nas políticas de desenvolvimento.

O semi-árido brasileiro, ele tem um bioma que é a caatinga, que desenvolveu uma enorme capacidade de se ajustar a essa realidade. Muitos daqui que são

sertanejos vêm discutindo muito como as potencialidades desse semi-árido, a caatinga como uma vegetação que tem um potencial forrageiro imenso, um potencial produtivo imenso e uma enorme capacidade de produzir riquezas.

Pensar num processo de desenvolvimento para a população difusa significa, necessariamente, pensar em soluções descentralizadas, do local, que seja capaz de atingir a cada cidadão, a cada família que está disperso por esse enorme território. E para isso é preciso pensar uma outra perspectiva de desenvolvimento para o semi-árido, as ofertas concentradas de água nunca vão atender as demandas difusas. Ofertas concentradas como um canal linear, que é o canal da transposição do São Francisco só vai atender demandas concentradas, que são as cidades que a gente entende que precisam ser pensadas. As demandas difusas, dispersas só serão solucionadas por soluções dispersas. E é aí onde mora um dos maiores problemas que tem, recorrentemente, mobilizado a nossa sociedade.

A seca é um problema hoje porque mexe com a vida de muitas populações. É preciso, antes de mais nada, atuar sobre essa população integrando ela como cidadãos aos processos de desenvolvimento social e econômico. Não é só dar água para beber é integrar para que a força de trabalho desse povo possa ser valorizada e a capacidade criativa dele de desenvolver relações e harmonia com esse ambiente natural seja valorizado.

Portanto, o que nós temos discutido pela articulação do semi-árido brasileiro é a perspectiva sim de uma grande obra e o governo acerta quando quer fazer uma grande obra, mas, é uma grande obra composta de milhares de pequenas obras, desconcentradas, descentralizadas que permitam que toda a família do semi-árido tenha condições de se integrar aos processos de desenvolvimento desse país. [aplausos] E aí é que está o desafio que nós estamos colocando aqui.

Essa perspectiva de desenvolvimento que a gente vem discutindo, ela já tem uma série de experiências desenvolvidas, seja por alguns municípios, alguns Estados, pelo próprio governo que tem apoiado em parte, quer dizer, já um programa de cisternas e pela própria sociedade que vem se mobilizando, como a articulação do semi-árido brasileiro. Há uma perspectiva aí de se pensar uma outra trajetória para o desenvolvimento do semi-árido, assentado num outro modelo capaz de pensar formas de desenvolvimento mais harmônico, mais eqüitativo.

O projeto da transposição, ele reitera os padrões de concentração da água dirigidos ou a cidades de

grande porte ou a projetos concentrados de irrigação intensiva.

As experiências hoje dos pólos irrigados, as que estão dando certo, porque uma parte importante, o próprio Banco Mundial fez um estudo e disse: Não vale à pena fazer novos projetos de irrigação porque têm muitos para arrumar ainda, né? Há um conjunto grande de projetos de irrigação parados por ineficiência de gestão.

Então, o desafio é um processo de desenvolvimento econômico que permita integrar o conjunto da população brasileira e hoje eu não estou nem advogando muita coisa porque basta ir na beira do São Francisco, perto dos perímetros irrigados que a gente vai ver convivendo lado a lado um desenvolvimento econômico até expressivo, mas, onde a riqueza não está sendo efetivamente distribuída, gerando concentração de renda e mantendo a grande parte da população do semi-árido excluída, reproduzindo todas as relações políticas que reproduzem o jogo, [soa a campainha] o jogo da busca de água do São Francisco. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência já agradece a precisão no tempo aí dos nossos convidados.

De imediato passo a palavra ao Deputado Federal Marcondes Gadelha. Explico que o Marcondes Gadelha é Deputado Federal, fala nesse momento como convidado especial entre os 14 que terão direito à palavra por dez minutos e mais dois nesses casos.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras. Eu quero louvar a iniciativa do Senador Eduardo Suplicy, que guarda uma correlação muito estreita com outras da sua lavra de cunho profundamente humano e social como o Programa de Renda Mínima, de onde se originou o Bolsa-Família e outras propostas concretas de distribuição de renda.

Deve chocar a sensibilidade de V.Ex^a, nobre Deputado Eduardo Suplicy, a hipocrisia de alguns cavalheiros de fina estampa que se apresentam como politicamente corretos e ficam clamando por distribuição de renda, pregando distribuição de renda como instrumento para melhoria da qualidade de vida e, no entanto, se insurgem de forma tão radical contra este gesto elementar e fraterno de distribuir água, que é o princípio, o próprio princípio da vida e a condição básica para o bem-estar social. “Não, se virem lá com as suas cisternas! Com os seus barreirinhos! Ou com a lama sórdida que restar dos açudes secos porque, na minha água ninguém tasca, eu vi primeiro!”

Surpreende, Sr. Presidente, toda esta ginástica mental toda esta filigrana verbal, esta contabilidade viciosa, esse esforço, enfim, de forçar um entendimento tão-somente para sustentar uma posição que é anti-social, antifederativa e, sobretudo, anticristã.

Chega-se ao ponto de agredir o senso comum e negar evidências solares sobre disponibilidades de água. Pasmem nobre Senador Pedro Simon, depois de quinhentos anos de registros pelos nossos geógrafos está se querendo propor aqui, nesse Plenário, que o Nordeste Setentrional é que tem muita água e o São Francisco não tem água. Só está faltando agora propor uma inversão da transposição. Fazer a transposição do açude Castanhão ao para o São Francisco, nobre Deputado Ciro Gomes.

Vamos deixar claro uma coisa, essa transposição não tem a empáfia de querer resolver o problema da seca no Nordeste. Nós pretendemos, sim, reforçar o abastecimento hídrico, humano e animal. Nós pretendemos reforçar o setor de serviços, a fixação do homem ao campo, a pequena agricultura. Mas, o propósito maior que engloba todas essas ações podem chamar de segurança hídrica. Nós vamos continuar utilizando sim as nossas águas que estão estocadas lá nos nossos açudes. Mas, nós sabemos, todos sabem que elas não são suficientes. O equilíbrio hídrico do Nordeste Setentrional é extremamente precário, e se faz às custas de migrações e de muita fome.

O meu Estado, a Paraíba, tem uma taxa de crescimento demográfico de apenas 0,6% ao ano. Quem olha para isso pensa que está na Suíça, ou na Alemanha, ou em alguns desses santuários da civilização pós-industrial. Mas, não é, não cresce a população porque ela vai embora. 1/3 da população da Paraíba vive fora do seu território. Um milhão de paraibanos infestando a periferia das grandes cidades, passando frio, fome e solidão num banco da Praça da Sé em São Paulo. Pobre de Jó, pobre de esperança e pobre de amor. E dos que estão lá, 1/3 também não faz três refeições por dia. Dados do CONSEA e é por isso que existe esse equilíbrio precário de que tanto se fala, e que só tende a piorar na medida em que o meio vai ganhando mais complexidade social, vai exigindo mais água. Na medida em que a população vai crescendo, vai exigindo mais água. E a situação é de tal ordem, Sr. Presidente, que já hoje e daqui por diante nunca mais aquele Nordeste Setentrional fechará o seu balanço hídrico, ou seja, deixado por conta da natureza nunca mais a oferta de água será igual à demanda por essa água. E aquele Nordeste precisa importar água de algum lugar e o manancial mais próximo, mais abundante e mais barato é o rio São Francisco.

A pergunta que não quer calar é essa: O rio São Francisco tem água para oferecer para a transposição? Aqui foi, está sendo veiculado pelo país afora uma balela de que o rio São Francisco não tem água. Meu Deus do céu! Senhora Letícia Sabatella, o rio São Francisco gera 11 mil megawatts de energia elétrica todas as horas, todos os minutos, todos os segundos. É a maior geração de energia elétrica por um rio individualmente no Brasil. Como é que podia fazer isso se não tivesse água?

O rio São Francisco paga 200 milhões de reais a título de royalties aos Estados e municípios ribeirinhos a fundo perdido. 200 milhões de royalties todos os anos desde a constituinte, desde 1988. Nunca ninguém sabe onde foi parar esse dinheiro. Mas, é pago religiosamente, 6,85% do faturamento bruto da CHESF vai para os Estados e municípios ribeirinhos. Como é que o São Francisco poderia pagar 200 milhões de reais de royalties por ano se não tivesse água?

O rio São Francisco joga no Oceano Atlântico 96 bilhões de m³ de água todos os anos. Isso é mais de 40 vezes a Baía de Guanabara, já que estão usando a Baía de Guanabara aqui a todo o instante. Mais de 40 vezes a baía da Guanabara são jogados, desperdiçados, entregues ao mar para irrigar o mar ou para dar água de beber aos peixes enquanto lá na Paraíba, no Ceará, no Rio Grande do Norte nós penamos, nós vivamos uma situação de penúria, de escassez crônica e permanente de água.

Eu quero dizer para todo o Brasil e confirmem, por favor! O rio São Francisco hoje tem mais água do que quando foi descoberto por Américo Vespúcio, em 1501. Porque, além da vazão média inalterada de 2.600 m³ por segundo, que já é uma vazão portentosa, os senhores comparem com o rio Colorado, nos Estados Unidos, que tem apenas 700 m³ de vazão e onde já foram feitas 9 transposições.

O São Francisco tem 2.600 m³ de vazão contínua. É um rio respeitabilíssimo. Mas, ainda sobre o leito do rio ele tem inúmeras barragens que estocam uma quantidade incomensurável de água. Só a barragem de Sobradinho tem 36 bilhões de m³. Uma lâmina d'água com 300 quilômetros de extensão. Uma quantidade de água estocada igual a 17 vezes a baía da Guanabara. [soa a campanha] Itaparica tem 19 bilhões. Paulo Afonso, um, dois, três, quatro Xingó. Tudo isso estocado sobre o leito do rio. Se nós quisermos dobrar ou triplicar a vazão do rio a hora que quiser é só abrir a torneira e... o rio São Francisco não terá condição de conter, na sua calha, a quantidade incomensurável de água que tem estocada. De modo que isto é uma balela, uma conversa fiada para enganar e embair a opinião pública.

A segunda coisa que é preciso deixar claro para o país todo ouvir é a questão ambiental. Se diz que... a transposição vai matar o rio São Francisco ou vai acabar com a... com o equilíbrio ecológico na sua bacia. Eu quero afirmar para toda a nação brasileira que esse Projeto de Transposição de águas do rio São Francisco, do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva [interrupção do som] É o mais seguro [soa a campainha] do ponto de vista ambiental do mundo. Conheço dezenas de projetos de transposição. Nada se compara com a... em segurança ambiental com a transposição de águas do rio São Francisco. Por quê? Esse projeto foi submetido em dois governos diferentes, no Governo de Fernando Henrique e no Governo de Lula a duas equipes multidisciplinares que fizeram dois estudos de EIA/RIMA, uma equipe internacional do governo Fernando Henrique, formado pela já Jaakko-Pöyry, finlandesa e pela Tahal, as duas empresas maiores empresas de segurança ambiental, e no Governo Lula, um consórcio nacional. Essas são as duas equipes em momentos diferentes, trabalhando para governos diferentes chegaram à mesma conclusão, a transposição não causa passivos ambientais importantes nem para o rio, nem para a bacia, nem para as populações ribeirinhas. Mais, ainda. Esses estudos de impacto ambiental foram revisados pelo Ibama.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Gadelha mais um minuto para concluir.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Um minuto só? Já encerro. Foi revisto pelo Ibama. O Ibama aprovou esses estudos de impacto ambiental, depois foi revisto pela ANA. Depois foi revisto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos e todos chegaram à mesma conclusão de que esse projeto não causa nenhum impacto ambiental importante. E é muito fácil entender porque, não precisa ser técnico nem especialista. Esse projeto vem com quatro travas de segurança: O ponto de captação muito distante da cabeceira do rio, a mais de dois mil quilômetros, depois que o rio já cumpriu o essencial do seu discurso e um ponto segregado entre barragens enormes que impede qualquer efeito para frente ou para trás da transposição.

Segundo, a relação entre a vazão e o caldal a ser transposto que é menos de 2%. Por aí afora se tira 10, 20, 30, 40%. Em São Paulo mesmo se tira do rio Piracicaba cerca de 80% das águas. Aqui no Rio de Janeiro...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, mais um minuto.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Encerro agora. Encerro definitivamente. E, final-

mente, eu quero dizer que esse projeto é o único que vem casado, acoplado com um projeto de revitalização do rio São Francisco.

Desde 47, o primeiro discurso do então Deputado Luiz Viana Filho já falava em poluição do rio. Nunca se fez nada pelo rio. Só veio a acontecer revitalização agora, trazida pela transposição de águas do rio São Francisco. E quero dizer que há dinheiro no PAC, um bilhão e seiscentos milhões já alocados. Que essas obras de revitalização já começaram. E que esse Senador que aí está...

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Atenção ao orador, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes, eu estou presidindo o trabalho eu peço a V.Ex^a...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes, eu não vou permitir que V.Ex^a assumo o lugar do Presidente.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Desculpa, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a palavra o Deputado Gadelha.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Quero dizer que além do dinheiro que está no PAC para a revitalização, há uma PEC do Senador Valadares [interrupção do som] que dá [soa a campainha] traz 300 milhões de reais por ano para a revitalização do rio São Francisco e tem mais, o dinheiro da CHESF são 200 milhões que não é coisa despicienda, não é coisa de lana caprina. Então, no total, nós vamos chegar a cerca de mais de... são seis bilhões do projeto, aproximadamente vinte bilhões de reais serão aplicados na transposição de águas do rio São Francisco.

Se fala muito que esse é um projeto faraônico, que é um projeto caro, coloque isso em dimensão. Vamos tomar, só para encerrar, Sr. Presidente, o nosso êmulo entre os BRICs que é a China, os... nós aqui estamos brigando por causa de uma transposição de míseros, míseros 26 m3 por segundo a um custo de 4,5 bilhões de reais. Os chineses estão fazendo a transposição, estão terminando a transposição de água da bacia do rio Yang Tsé para a bacia do rio Amarelo e lá, lá, aqui o nosso perto deles é brinquedo de criança. [interrupção do som]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Gadelha faço um apelo que conclua.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Encerro. O custo aqui, a transposição é 26 m3 por segundo ao custo de 4,5 bilhões de reais, lá na China são 1.600 m3 por segundo a serem transpostos, a um

custo de 62 bilhões de dólares. E eles começaram, nós começamos há 150 anos essa discussão, e ainda tem gente pedindo discussão. Os chineses começaram há menos de 20 anos e já estão concluindo a obra. Muito obrigado a V.Ex^a.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Queria, em nome das quatro Comissões, Senador Suplicy, agradecer ao Senador Garibaldi por ter aceitado em fazer esse debate aqui no Plenário do Senado que seria feito lá na Comissão.

De imediato, passo a palavra à Sr^a. Luciana Khoury que é Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco.

Eu faço mais uma vez o apelo, dez minutos com a tolerância máxima de mais dois.

SRA. LUCIANA KHOURY: Cumprimento inicialmente o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos dessa Casa, em nome do qual cumprimento todos os Senadores aqui presentes, Deputados e demais autoridades. Cumprimento nosso querido Dom Luiz Cappio, em nome do qual cumprimentamos todos os representantes da sociedade civil que se encontram nessa casa. Os técnicos da Procuradoria Geral da República, que se encontram aqui presentes, movimentos sociais, enfim, toda uma comunidade que se mobiliza e que agradece, sim, aos Senadores essa oportunidade e, em especial, ao Senador Eduardo Suplicy que com toda a sua sensibilidade promoveu essa possibilidade. E dizendo ao Senador Paulo Paim, que se trata sim de uma questão de direitos humanos, essa questão do São Francisco.

O Ministério Público, na verdade, do qual eu faço parte, sou Promotora e trabalho desde 2002 com as ações voltadas em defesa do São Francisco. É importante dizer que nós atuamos de modo integrado, através de uma Coordenaria Interestadual do qual hoje o coordenador é sergipano, Dr. Eduardo Matos, e se estivesse aqui estaria falando *ipsis literis* aquilo que eu estou falando. Porque, na verdade, todos os Ministérios Públicos do Brasil hoje que atuam no São Francisco sejam federal ou estadual têm hoje o mesmo posicionamento.

Na verdade, nós atuamos e começamos a trabalhar não voltados para a questão da transposição. Nós passamos a trabalhar a partir de uma constatação dos problemas ambientais identificados no São Francisco, sim. E aí passamos a trabalhar com agrotóxicos, com esgotamento sanitário, com resíduos sólidos, com toda uma problemática que envolve hoje a degradação da bacia do São Francisco.

Então, nós atuamos e hoje podemos dizer que conhecemos os problemas e buscamos a solução e

a responsabilidade dos atores causadores de danos ambientais na bacia. Basta dizer que na Bahia nós trabalhamos e visitamos já, pessoalmente, junto com Promotores de justiça e órgãos ambientais, 112 dos 115 municípios da Bahia... Da bacia do São Francisco. E tanto assim que o Ministério da Integração inclusive tem prestigiado e temos aqui hoje a coordenadora da revitalização do Ministério da Integração, do São Francisco, que é Carla Arns e também Rosalvo, que participam sempre das audiências públicas que nós fazemos na comunidade local. Então, nós trabalhamos em defesa da bacia do São Francisco. Por isso, não nos furtamos a conhecer a problemática e a questão trazida pela transposição do São Francisco.

Bom, após buscar conhecer o Projeto de Transposição e fizemos isso com muito cuidado, ouvindo o Ministro Ciro Gomes na época, ouvimos técnicos do Ministério da Integração, o Ministério Público Federal reuniu todos os Promotores e Procuradores da República e os técnicos do Ministério Público tiveram uma análise crítica sobre os estudos de impacto ambiental apresentados no projeto.

A conclusão do Ministério Público, hoje, é a de que o Projeto de Transposição da forma como hoje se encontra e da forma como vem sendo conduzido, ele fere a legalidade do país em diversos aspectos. Tentarei ser breve para tentar mostrar porquê.

Em primeiro lugar, poderemos dizer que ele fere sim o próprio Estado Democrático de Direito e separaria Estado de Direito e Estado Democrático para tentar demonstrar nesse momento.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar, que o Estado de Direito é aquele que busca cumprir as normas por ele hoje em exercício, ou seja, nós temos uma Constituição Federal, o administrador público, por mais legitimidade que tenha, ele precisa respeitar as leis do país. E o primeiro passo que nós colocamos aqui é a violação à Constituição Federal.

Nós temos inclusive algo que hoje está em pauta, que é o Congresso Nacional ter a competência exclusiva, como foi mencionado aqui, no art. 49, inciso XVI, para decidir sobre o aproveitamento dos recursos naturais em terras indígenas.

Ora, o governo afirma: Não passa por terra indígena. Nós temos inclusive técnicos do próprio Ministério Público Federal que demonstram que o ponto de captação do eixo Norte é 80 metros da Ilha Trucar, ilha já demarcada do povo indígena Trucar. E outros pontos onde passam o traçado do projeto cortam terras indígenas Trucar também, fazendas Mãe Rosa, fazenda Toco Torto, outras ali no eixo Norte, dentre outras no eixo leste. Entretanto essas áreas não estão ainda demarcadas, mas já existe estudo antropológi-

co na FUNAI que caracteriza aquela população como indígena, logo, a presunção é de que não se poderia haver, nesse caso, o descumprimento a esse art. 49 da Constituição. O Congresso Nacional, Senadores e Deputados deveriam ser chamados a se manifestar sobre essa possibilidade de aproveitamento hídrico. Esse é um primeiro ponto.

Depois, nós elencaríamos um bloco, resumidamente, de violação às normas ambientais do país. Todas as resoluções CONAMA que tratam do licenciamento ambiental foram descumpridas no que se refere ao licenciamento ambiental desse projeto. Primeiro porque, muito claro, os estudos de impacto ambiental que foram feitos por essas empresas contratadas que foram citadas aqui, eles se destinaram a aprofundar esses estudos por onde passam os canais, mas, não levaram em consideração o diagnóstico concreto e os impactos reais positivos e negativos nas bacias doadora e receptora. Isso causa problemas gravíssimos, inclusive não poderia ter sido dada a licença primeira que é a licença prévia, porque é ela que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento conforme a legislação. E, na verdade, as falhas dos estudos são: No meio físico, no meio sócio econômico, no meio biótico. E a gente poderia elencar uma série deles. Isso está colocado em notas técnicas do Ministério Público Federal que estão à disposição dos Senadores. E eu fiz questão de escrever um artigo mostrando esses aspectos jurídicos do Projeto de Transposição citando aqui algumas partes do próprio parecer do Ibama que está sendo distribuído aos Senadores e aos demais presentes. Para, depois, com calma, cada um também poder ler isso. Mas, no Parecer 31/2005 do Ibama que trata do assunto são elencadas as fragilidades do estudo de impacto ambiental pelo próprio órgão. Contraditoriamente a licença prévia foi emitida buscando colocar outras condições de novos estudos. Postergando para nova fase e possibilitando a licença de instalação.

Bom, isso significa dizer que há fragilidades na compreensão de que reais impactos existirão com a implementação do Projeto de Transposição. E existem alguns que nós já conhecemos, impactos negativos sim. Na área ambiental. Mas existem outros impactos que precisariam de novos estudos que não foram efetivamente feitos. Tudo isso tem sido colocado nas ações judiciais que tramitam no Supremo Tribunal Federal.

Bom, uma violação grave também, nós podemos notar, ao sistema das normas de recursos hídricos do Brasil. Por quê? Porque bem dito aqui nesse Plenário, né, houve, na verdade, uma aprovação do Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco. E o Plano de Recursos Hídricos da bacia do São Francisco,

aprovado pelo comitê no dia 24 de outubro de 2004... 26 de outubro de 2004, decidiu a deliberação 18 que diz o seguinte: “As prioridades e critérios de uso das águas em caso de alocação externa de recursos hídricos. Água para fora da bacia é possível? É. Em que casos, a deliberação 18 do Comitê de Bacia do São Francisco com base na disponibilidade hídrica do São Francisco decidiu: Apenas para consumo humano e animal comprovada a escassez. Então, foi dito aqui, esses outros usos econômicos, é legítimo que se pleiteie água do São Francisco para usos econômicos? É. Mas, pela decisão do comitê, no Plano de Bacia do São Francisco, que foi aprovado pelo Comitê de Bacia do São Francisco, não pode. Por quê? Pela condição hoje de disponibilidade hídrica da bacia de São Francisco. É isso que está no plano decenal. Pode ser que isso mude na revisão do plano. Mas, hoje o plano de bacia está sendo cumprido. Isso também é objeto de apreciação de diversas ações judiciais que estão no Supremo Tribunal Federal.

Bom, por que então dizer que o Supremo Tribunal Federal é que está compilando essas matérias que tratam, na verdade, de violações a estudos, a licenciamento ambiental, violação aos estudos de impacto ambiental. Por que o Supremo está fazendo essa decisão? Na verdade deveriam ser feitas na base, na Justiça Federal de cada Estado. Entretanto, o que levou essas ações todas, as 14... os 14 processos ao Supremo Tribunal Federal foi o fato de que foi suscitado o conflito federativo, mais ainda uma responsabilidade dos Srs. Senadores e Deputados. Por quê? Porque, na verdade, existia oposição de posição entre posição de Estados e da União, ou de Estados e Estados, podendo levar efetivamente a um conflito federativo. O que, na verdade, o art. 102, alínea “F”, da Constituição, estabelece que deve o Supremo decidir.

Bom, é importante mencionar aqui que durante dois anos, de 2005 a 2007, as obras da transposição estavam paralisadas, desde 21 de dezembro de 2004, na verdade, até 18 de dezembro de 2007, de 2006, estavam paralisadas as obras da transposição. Por quê? Porque exatamente se considerou reais e concretos os argumentos da precaução. Enquanto não se complementarem os estudos de impacto ambiental não é possível autorizar realização de uma obra. Complementados os estudos de impacto ambiental e aí sim percebendo os impactos reais negativos da obra, se decide sobre fazer ou não a obra e que programas de mitigação deverão ser feitos. [soa a campainha] Bom, então, vou concluir nos dois minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais dois minutos. A senhora tem mais dois minutos

SRA. LUCIANA KHOURY: Pois não. Então, na verdade o que nós identificamos é que esses dois anos foram paralisados. Quando houve a argumentação de que deveria ir para o Supremo Tribunal Federal, na verdade, o que é que o supremo fez? O Ministro, na época, Relator, Sepúlveda Pertence decidiu: Não há problemas no momento continuar o licenciamento ambiental porque ainda estamos em fase de estudos. Podemos continuar o licenciamento ambiental. Mas, não autorizou a obra. Entretanto, como ele liberou o licenciamento ambiental aí em 23 de março de 2007 foi concedida a licença de instalação que autoriza a obra. Mas isso tudo foi levado ao conhecimento do Supremo. Qual é a situação hoje? Todo o povo brasileiro precisa saber. O mérito dos processos que estão no Supremo não foram decididos. A Sessão de Julgamento do dia 19 de dezembro de 2007 apenas decidiu que não deveria, no momento, paralisar as obras. Mas, o mérito desses 14 processos não foi decidido, portanto, não temos dúvida, enquanto Ministério Público brasileiro, que justiça existe nesse país [soa a campainha] e que certamente será garantido, sim, a restauração da legalidade. Porque, no momento, nós precisamos sim acreditar que o Judiciário brasileiro vai fazer valer a legislação do país que, na verdade, no momento, não está sendo cumprida por esse projeto. E nós esperamos que o Senado, o povo brasileiro e o próprio governo procure fazer com que isso aconteça independente da decisão vir aí no futuro do Poder Judiciário.

E para finalizar só dizer que a democracia na verdade ela também foi violada. O Estado democrático foi violado na medida em que a participação popular foi furtada porque, na verdade, a audiência pública convocada foi toda para as capitais e não para o povo da bacia onde era o povo que realmente teria influência direta do projeto.

Por isso que o povo se rebelou, na audiência pública das capitais em hotéis 5 estrelas, à noite, impedindo a participação concreta. Por isso, eu digo a democracia também. Portanto, a violação do Estado Democrático de Direito está, na opinião do Ministério Público, garantida. Agradeço a oportunidade.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional. Dez minutos com mais dois.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Sr. Presidente da Casa, do Senado Federal, Senador Paim, senhores membros da Mesa, Srs. Senadores, participantes desse evento. Eu quase que... sem querer nem de longe me comparar, mas, quase que assumi aqui a postura

de Ruy Barbosa, em determinada época, quando ele disse, numa reunião importante que ante isso, diante disso e depois disso ele quase nada tinha a dizer.

Parafraseando o Ruy eu gostaria de dizer aos senhores que eu ouvi tanta coisa aqui. Ouvi tanta filosofia. Ouvi ideologia. Ouvi posições até apaixonantes, mas, dados efetivamente concretos sobre o projeto eu não ouvi. Não ouvi. E algumas pessoas citaram alguns dados efetivamente, isoladamente, mas não no conjunto da obra.

Eu gostaria que os Srs. Senadores soubessem que nós, no Ministério da Integração, estamos dispostos a fornecer individualmente a qualquer Senador ou à Casa qualquer informação do ponto de vista técnico, científico que eles precisem conhecer sobre a obra. E a responder sobre quaisquer questões que venham a ser solicitadas ao Ministério porque uma das coisas que caracteriza a gestão desse Ministério é a responsabilidade, é a vontade de acertar e, no caso específico, é a vontade de servir ao povo do Nordeste, essencialmente, ao povo do Nordeste Setentrional.

Eu ouvi aqui muitas estatísticas assim soltas, mas, eu creio que a primeira coisa que eu ouvi aqui de errado é quando estabeleciam aqui os milhões e milhões de habitantes, os percentuais sobre o Nordeste Setentrional. Naturalmente enquadraram nesses percentuais o meu Estado que tem 60% do seu território no semi-árido nordestino e ele está absolutamente fora do projeto que leva água para integrar as bacias do Nordeste Setentrional. Então, a partir daí, eu ouvi uma série de informações que não batem, segundo o nosso modesto ponto de vista, com a realidade.

Vou apenas tentar aqui, em sete minutos, talvez, porque já andei uns três, sintetizar a obra.

A obra é pensada há anos. Há anos. Desde o Império que se... um pouquinho antes do império que se preocupam com ela. Mais proximamente, de 1999, 98 até 2005 [soa a campainha] 2006. Já terminou?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pelo contrário. Essa presidência gostaria de pedir mais silêncio ao plenário pela importância do debate que estamos fazendo.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: Se aprofundaram os estudos sobre a obra e, finalmente, ela tomou feição. O projeto passou a existir.

Alguém disse aqui que o rio não estava morrendo porque não estava faltando. Realmente. O rio São Francisco, minha gente, não é como o Sudão, o rio Nilo, por exemplo, que tem lá no Sudão anglo-egípcio, lá em Catoganca, sei lá, nas regiões da África, grandes lagos, o Vitória, o Niagara etc que são recursos hídricos que realimentam ele nos períodos de estiagem.

O São Francisco passou, olhem bem, quando alguém fala em degradação está certo, o rio está degradado, doutora. Está, eu concordo! Eu conheço como a minha mão o São Francisco. A sua história e a sua geografia e a sua economia. Não sou de lá, não nasci lá, mas sou baiano e adoro o São Francisco, sempre adorei. Adoro a tua terra também, Juazeiro. Então, repare! O rio São Francisco vem sendo vilipendiado há anos, e anos e anos. É verdade que o Brasil só teve ciclo de ouro das Minas Gerais por causa do São Francisco. Era de lá que saía a comida para alimentar os mineradores. Só teve o ciclo da cana-de-açúcar porque proibiram os Governadores do passado a utilização as terras do litoral que não fosse para a cana-de-açúcar. De Ilhéus a Cabedelo na Paraíba. Então, a comida vinha as boiadas, o peixe seco, os grãos, a farinha, tudo vinha de lá da região do São Francisco. Se por um lado degradaram com as pastagens às margens do rio, por outro lado também ajudaram o Brasil a continuar existindo e a andar para frente. Não havia essa consciência ecológica naquela época. Hoje existe. E, graças ao projeto São Francisco, porque Srs. Senadores, eu me retiro daqui. Peço perdão a todos e saio até da minha Secretaria Nacional de Infra-Estrutura Hídrica se alguém me provar que antes deste projeto alguém já teve uma iniciativa concreta, já realizou alguma coisa pela revitalização do São Francisco? Jamais. Graças a esse projeto, a essa polêmica, concordo, que ela tem ajudado, está certo? Se está pensando em revitalizar o São Francisco, obviamente, já na prática. Não existe estudo somente. Estamos tratando já de resíduos sólidos, os números eu não posso, senão o meu tempo não vai dar para nada. Resíduos sólidos. 164 cidades da calha do rio estão recebendo esgotamento sanitário. Obras em andamento, algumas poucas ainda em licitação. Isso feito de agosto até o fim do ano. Nunca, na história desse país se viu isso. 164 cidades condensadas numa mesma região recebendo esgotamento sanitário para revitalizar o rio, porque a água vai cair no rio. Estamos tratando de matas ciliares, começamos agora a tratar dos canais de navegação. Microbacias em Minas Gerais. Eu me perdôo, doutora, em lhe dizer, em lhe contrariar, não estou lhe contrariando, apenas lhe informando que com o Ministério Público de Minas Gerais, com interveniente, nós estamos agora assumindo um convênio com a fundação mineira para promover a recuperação de mata ciliar em torno de uns 400 quilômetros das margens do rio no Estado de Minas.

Nós queremos o Ministério Público, lá no Ministério, a ordem é abrir o que precisar de informações. Nós não temos porque esconder, primeiro porque nós somos agentes públicos. Segundo, porque o dinheiro

é do povo brasileiro. Terceiro, porque não interessa esconder nada. O que interessa, como disse aqui o Ministro Geddel, não me lembro se foi o Deputado Ciro, o que interessa é que a gente comece a fazer porque o debate pelo debate é democratismo, não é democracia. É parnasianismo. Então, a gente precisa chegar a conclusões em etapas.

O Ibama se bateu conosco durante quatro anos e meio. E me manda de lá 36 PBAs, Programas Básicos Ambientais. Nós estamos fazendo educação ambiental, de proteção da vegetação, da supressão vegetal e toda a supressão vegetal a defesa dos sítios arqueológicos. Nós estamos fazendo a recuperação de microbacias, nós estamos fazendo, já iniciado tudo isso. PDDU, Plano de Desenvolvimento Urbano das Cidades ao longo da calha. Eu acho que até extrapolaram quando pediram isso. Os programas básicos ambientais do Ibama custarão ao país 662 milhões de reais a custo de hoje. Será que esses técnicos do Ibama são loucos? Não são competentes? E nós não sabemos também perceber se é loucura, se é insanidade? Pois os projetos estão iniciados, quem quiser pega uma carona com a gente, se não quiser gastar a passagem e vamos lá no São Francisco.

Agora, o rio São Francisco, essa história de dizer que ele está morrendo. Liar, um belga e Rafael, um alemão, descendente de alemão, contratados por Pedro II, em 1855 determinaram, quem quiser vá aqui na biblioteca nacional que vai encontrar esses estudos, ou, diga-se de passagem, os melhores estudos feitos sobre o rio até hoje. Eles estão dizendo lá o seguinte: Que o rio São Francisco, pela sua degradação já naquela época precisava de proteção. E uma das primeiras coisas para torná-lo perene era construir, no “talveg” de Sobradinho, a expressão deles, os engenheiros sabem o que é “talveg”, a barragem de Sobradinho. O Governo Federal ao longo dos anos fez. Então, o rio São Francisco, é até Sobradinho, antes de Cristo e depois de Cristo. É até Sobradinho e depois de Sobradinho. Se não tivesse Sobradinho o São Francisco não teria condição de sustentar nenhum programa permanente. [soa a campainha] porque não teria uma demanda permanente de água. Mas como Sobradinho--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): V.Ex^a Tem mais dois minutos ainda.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: 34 bilhões, Três Marias, 19 bilhões e daí em diante as cascatas todas da CHESF têm capacidade de gerar 10 mil megawatts, como disse Marcondes Gadelha se não houvesse água não tinha geração de energia. Então, a capacidade de engolimento das turbinas da CHESF de Sobradinho até Xingó são nove, é de 15.650 m3 por segundo. Evidentemente que não são utilizadas de

modo, digamos assim, paralelamente, existe uma programação. A água da antecedente serve para a água da conseqüente, certo? E se consegue fazer isso. Se mexer com o... 15.600 m3 de engolimento para produzir 10 mil megawatts de energia e não se consegue produzir uma operação de uma outorga de 26 m3 [soa a campainha] para o Nordeste Setentrional?! É até brincadeira isso.

Das tomadas d'água instaladas ao longo do rio talvez seja a menor. Tem 80 no Jaíba, 60 no Baixio, 30 no... no Salitre, 28 no Tourão, 30 no Nilo Coelho etc, etc. Então, será que todas são abençoadas, demonizada é aquela que vai para o Nordeste Setentrional?

Essa história de dizer... olha, Senador, eu vou terminar por causa do tempo. Mas, nós temos condições de conversar com os senhores o que quiser. Água, água é subterrânea no Nordeste Setentrional que conversa para boi dormir é essa?

Alguém citou aqui Aldo Rebouças, e Aldo Rebouças estava aqui, por acaso, não sei se foi divino ou... eu estava com esse papel na mão. Olhem aqui. O que Aldo Rebouças diz aqui: "Necessário se faz, no entanto, dar continuidade ao programa [soa a campainha] de construção de grandes represas na região. Devendo haver sempre a preocupação simultânea de interligar suas bacias hidrográficas para utilizá-las racionalmente". E o projeto do São Francisco não é de transposição, é de interligação de bacias para fazer com que todos os reservatórios do Nordeste que existem e que serão interligados tenham uma demanda permanente para dar garantia hídrica a quem quiser sobreviver bebendo água e o seu excesso serão destinados pelos comitês gestores multidisciplinares de cada Estado.

Que história é essa de ficar aqui dizendo que essa água vai ser para produzir camarão ou vai ser para produzir melão? Eu, se fosse optar hoje queria a uva. Que é muito melhor e manga no mercado internacional. Eu... eu não acredito em projetos que sejam antevistos por visionários ou por madames beatrizes. Eu só acredito em coisas, o que está escrito. É que a dessedentação animal é prioritária.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais um minuto para concluir.

SR. JOÃO REIS SANTANA FILHO: O que está escrito é que as gestões das águas serão feitas por comitês gestores multidisciplinares. Se alguém amanhã ou depois vier me perguntar se essa água vai para um latifundiário ou vai para um "O Poderoso Chefão" da indústria, eu vou ter que dizer: então eu descredito no Brasil. Porque um comitê multidisciplinar com Ministério de Integração, Ministério de Meio Ambiente, secretarias estaduais, prefeituras, sindicatos, sociedade civil organizada, 30, 40 pessoas, vão destinara água para

esse fim? É acreditar que no Brasil só tem corrupto e eu me recuso. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos de imediato a palavra ao Sr. José Henrique Cortez, ambientalista e coordenador do portal Eco Debate. Dez minutos com mais dois. E sempre já agradecendo para que todos fiquem dentro dos dez minutos, no máximo, com mais dois.

SR. JOSÉ HENRIQUE CORTEZ: Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, Senhoras e senhores. Eu vou sair um pouco da maneira com que isso está sendo discutido. Eu acho que numa situação em que nós temos muito assunto e um assunto importante para discutir em tempo muito curto, muito número não ajuda. Na verdade, ele atrapalha e bastante. Então, eu acho mais importante nós discutirmos conceitos, idéias essenciais.

Eu acho também importante agradecer ao Ministro Geddel e agradecer ao Deputado Ciro Gomes, que eles colocaram duas questões hoje extremamente importantes para ajudar o debate.

Ministro Geddel confirmou o que sempre se disse, que é um fato, de que é um projeto integrado de desenvolvimento regional. E o Deputado Ciro Gomes, corretamente, reafirmou que o projeto de integração não é, de transposição ou de integração não é um projeto que visa a população difusa. Isso é verdade. E é importante... e esse raciocínio devia ter sido usado desde o início. Ou seja, em algum momento quando surgiu essa história, que ninguém sabe quando é que surgiu, que era um projeto que ia levar uma cuia d'água para quem tem sede. Criou-se um imaginário em volta do projeto que é diferente do que de verdade é. Nós temos que discutir o que o projeto é para quem ele vai levar água e porquê. Mas, as duas colocações tanto do Ministro quanto do Deputado Ciro Gomes colocam a questão do eixo correto, que é o que nós estamos discutindo, levar água para quem e levar água porquê.

Nós também temos que evitar discutir três coisas que estão sendo misturadas e elas não se confundem. A primeira delas é a revitalização do São Francisco. A revitalização do São Francisco não está em discussão. Ela é consenso. Não há ninguém neste país que possa ser contra a revitalização, a recuperação hidro-ambiental do rio São Francisco ou que se oponha a isto. Então isso, não está em discussão, isso é consenso.

A outra é no que se refere à própria transposição quando se fala dos dois eixos. Nós temos o eixo Norte, nós temos o eixo leste, são projetos diferentes para problemas diferentes com regiões diferentes que têm que ser discutidas em separado. Vamos começar a falar rapidamente do eixo Norte.

No nosso imaginário e aí que a história começou a se confundir, quando a gente fala de projeto imaginário, no nosso imaginário sempre tem aquela cena que se repete ao infinito, de que no período de estiagem os caminhões pipas, as comunidades, dependendo de caminhão pipa, de carro pipa, tendo que carregar lata de água até a cacimba mais próxima. Esse desespero se e repete ano a ano. Todos nós visualizamos isso infinitamente. Então, quando se fala, que não é isso o que se fala no projeto, mas quando surgiu a imagem de levar uma cuia d'água a quem tem sede a gente associou uma coisa à outra. Mas, não estão associados, não estão associados. Então, vamos falar da situação atual antes de falar daqui a 25 anos.

Hoje os reservatórios estão lá. Hoje os reservatórios já têm todos um sistema. Hoje os Estados já investiram, até alguns grandes sistemas de distribuição em capilarização, em adutoras e tudo o mais.

No entanto, estas populações que estão em torno inclusive, essa população dispersa não está só muito longe não, você tem população que é dispersa e está a 10 quilômetros do reservatório. É que ela está fora dos eixos de distribuição. Está ali, ela não é tão dispersa assim, ela está perto. Se esse projeto vai levar água, que é a essência dele do eixo Norte, com destino aos reservatórios que já lá estão quando está se falando que vai levar água para quem já tem. É que ele não está mudando o modelo de distribuição de água que é profundamente injusto nesta região. O Brasil tem um modelo de acesso à água profundamente injusto. Se ele vai levar água para reservatório que já existe, esse modelo que vai manter essas populações sem água vai continuar. Então, portanto, é um projeto que nada muda.

Ele, para mudar vai precisar também de uma imensa infra-estrutura de distribuição, que não é do Governo Federal, terá que ser feita pelos governos estaduais.

Os governos estaduais, naquela região, já investiram muito em infra-estrutura de distribuição, em adutoras e tudo o mais, mas, não vão conseguir acompanhar esse padrão de distribuição. Não têm recursos para isso. Essa é uma discussão que vai acabar voltando aqui para o Senado porque todos esses Estados já estão no limite dos seus endividamentos. Essa discussão vai voltar para cá se eles precisarem aumentar a distribuição e a capilarização. Se não vai mudar, então, é uma questão de mudar o conceito, o modelo, a gestão.

Toda essa modelagem de 26 m³, ele significa agregar ao sistema 10% a mais. De verdade, não é? Nós estamos falando de duzentos e oitenta e poucos m³, vão se levando 26, você está levando um pouquinho menos de 10%. Ora, a perda no gerenciamento

do sistema deve ser maior do que isso, só em defeito de barragem, extração ilegal a gente está cansado de ver extração sem outorga em volumes imensos. Nós temos barragens, como já disse, com defeito, adutoras que estão, num certo momento inoperante. Então, a perda do sistema é maior que 10%.

No eixo leste a questão já não é tão simples. Na questão do eixo Norte esta obra vai levar água para os reservatórios que já existem que não tem mudança de distribuição. Então, portanto, as pessoas que hoje estão dependendo de carro pipa, que são essencialmente a população difusa, difusa não significa distante, hein? Elas estão até perto dos reservatórios, e que é a população que migra, a população que migra não é urbana, quem migra é a população rural.

No eixo leste a situação já é outra. No eixo leste tem um problema sério, a região do eixo leste precisa de água mesmo. Precisa. Campina Grande é uma situação que ela já está no limite, isso tem que ser trabalhado, isso tem que ser estudado. Através da transposição no eixo leste? Não. Tem mecanismos mais simples, até no próprio Atlas da ANA dá essa sugestão e muitos técnicos dizem isso, através de adutoras e tubulações você atende a região do eixo leste que é uma região que precisa sim. Ela tem que receber água. Por outro lado, também precisamos ter a seriedade de compreender que um outro problema que tem que ser discutido, e aí eu peço essa atenção ao Senado, é de que um programa de desenvolvimento sustentável para o semi-árido baseado na convivência dos com semi-árido, supõe um pacto nacional. Não supõe um projeto. Isso Dom Luiz tem insistido muito é um projeto de desenvolvimento do semi-árido. Não é um projetinho, não é esse conceito de um projeto que tem começo, meio e fim, mas, é uma ampla discussão para um verdadeiro pacto nacional. O país precisa reconhecer que precisa "pagar", entre aspas, a dívida social para com o Nordeste.

Se obra hídrica resolvesse o problema, nos últimos cem anos estava resolvido pela quantidade de obra hídrica que foi feita e o problema continua igual. Se não pior. Então é gestão, é projeto, é modelo, é alternativa? Tudo isso é verdade. E isso tem que ser discutido de uma maneira sistêmica. Não é um único projeto que vai resolver uma centena de problemas. Isso é sonho. Achar que um projeto chega, vira a chave e está funcionando, não é assim que funciona. Tem que ter compreensão sistêmica da questão. Então, a transposição, eu falo isso no eixo Norte, ela é desnecessária. O problema do eixo leste existe, mas, ele pode e deve ser resolvido por outro sistema, por outro modelo. Mas, aquela região precisa de água mesmo. E peço, e insisto até que o Senado tenha esta percep-

ção. Nós precisamos avançar, precisamos chegar num momento em que este grande tema nacional que é o desenvolvimento sustentável do Nordeste como Dom Luiz Cappio insiste com frequência, isto é um pacto nacional que tem que ser nacionalmente discutido.

Um projeto que surge por vontade imperial que vai ser porque vai ser... não é bem assim que essa coisa funciona. Não pretendo estourar o meu tempo, porque, como eu disse, eu não vim discutir número eu vim discutir conceito, discutir idéia, discutir a alma do que a gente está fazendo. Essa é a melhor maneira de nós termos um debate honesto. Quando eu quero dizer debate honesto não estou falando no sentido de desonestidade, estou falando num debate em que você está falando o que verdadeiramente sente.

Então, fechando o que eu já tinha dito. O eixo Norte, ele vai funcionar do jeito que funciona [soa a campanha] hoje. Portanto, não altera o desespero dessas populações. Vai levar água para o reservatório que já existe. Então, a tragédia não muda. O problema nosso é que nós temos que mudar essa questão, a tragédia tem que acabar, não por mais água onde a tragédia já existe. No eixo leste é preciso um projeto de adutora, de canais de adução e de gerenciamento de sistema que leve água para a Paraíba e para Pernambuco. E, acima de tudo, precisa ter um pacto nacional para democratizar o acesso à água. As pessoas continuam sem ter acesso à água de uma maneira profundamente injusta. E a água, acima de tudo, ela pode ser um bem econômico, mas, acima de tudo, ela é um direito humano fundamental. A todos vocês eu agradeço a atenção. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência agradece por ter ficado dentro dos dez minutos e passamos de imediato a palavra ao Sr. Rômulo Macedo, gerente do Programa São Francisco de responsabilidade do Consórcio Lagos-Concremat, dez minutos com mais dois, se necessário. Informo ao plenário que em seguida teremos mais dois convidados. A atriz Letícia e, por último, o Sr. Paulo Canedo de Magalhães da COPPE, professor da UFRJ.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Supply, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, nós estamos tendo a presença hoje, a visita de Dom Tomás Balduino que acho que seria muito importante que ao final também pudesse ter a palavra e... como a atriz Letícia Sabatella veio acompanhada dos atores Osmar Prado e Carlos Vereza ambos do mesmo Humanos Direitos, ela gostaria de compartilhar

o seu tempo. E se não houver objeção de todos, eu sugeriria que cada um desses três, quando ela falar, pudessem compartilhar com minutos iguais de cinco minutos cada, se todos estiverem de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Supply, por parte dessa presidência não é nenhum obstáculo. Eu quero só manter o equilíbrio que a gente conseguiu manter até o momento entre aqueles que falavam a favor e contra, exatamente com o mesmo tempo.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): E o mesmo tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só espero que a gente caminhe no encerramento com essa posição. Que não fique, me permita, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mas com o mesmo espírito e, portanto, qualquer tempo adicional--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Senador Supply, me permita que a presidência responda para ajudar V.Ex^a. Acho que não ficará bom o encaminhamento final, e todos vão entender, se nós botarmos três pessoas seja a favor ou contra. Então, eu só peço que a gente faça uma mediação nesse sentido que haja o equilíbrio no encerramento.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Com toda a certeza então proponho que quem sabe o Deputado Ciro Gomes possa organizar como que por igual tempo eles... os que tenham ponto de vista favorável possam se expressar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com certeza a Mesa vai submeter à decisão que os senhores tomarem no Plenário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um minutinho que há um orador na tribuna, depois que ele falar eu vou esperar a orientação do Deputado e do Senador. Por favor, com a palavra por dez minutos com mais dois.

SR. RÔMULO MACEDO: Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Eu vou tentar aqui, em dez minutos, mostrar, tentar mostrar porque é que este projeto é tão importante para o semi-árido nordestino e porque ele não vai fazer mal nenhum ao rio São Francisco.

Vamos começar pelo rio São Francisco. Existe um estudo que se denomina: Estudo Decenal da Bacia do Rio São Francisco, feito pela Agência Nacional de Águas com a contribuição do Ministério da Integração Nacional, aprovado pelo Comitê Nacional de Recursos

Hídricos, pela Comissão Nacional de Recursos hídrico e aprovado pelo Comitê de Bacia do rio São Francisco. O que é que diz esse estudo? Diz o seguinte, que durante 100% do tempo, no rio São Francisco, ou seja, se... Sobradinho abrir as comportas dele e jogar 1.850 m³ por segundo no rio São Francisco para o resto da vida, o rio São Francisco agüenta. O que a gente está autorizado a tirar do rio São Francisco é 26 m³ por segundo e isso corresponde a 1,4% da vazão, 100% garantida, do rio São Francisco. É tão pouca água que nenhum instrumento hoje, o mais preciso instrumento de medição de vazão de... o que existe hoje só tem uma precisão de 4%. Quer dizer, se você botar uma régua a montante, quer dizer, antes da transposição e outra régua depois da transposição jamais você vai poder acusar a retirada dessa água do rio São Francisco. E quando você não pode dar a dimensão ao impacto, o que é que se pode dizer? Que não há impacto. Essa é que é a verdade.

Agora, por que é que tão importante levar essa água para os reservatórios, ao contrário do que disse aqui, os reservatórios da região do Nordeste Setentrional, ao contrário do que disse aqui o companheiro aí anterior. O DENOCS foi fundado em 1909 com a missão de construir, de resolver o problema da demanda hídrica no Nordeste através de construção de grandes reservatórios, médios e pequenos reservatórios. Construiu cerca de 900 reservatórios na região. Só que esses reservatórios são muito ineficientes. Mas, são ineficientes não por causa do operador do reservatório. Não por causa dos engenheiros do DENOCS que operam os reservatórios, que até operam muito bem. Acho que são os técnicos que melhor operam reservatório no mundo inteiro são os técnicos do DENOCS. Só que esses reservatórios, eles têm uma eficiência de 20%. É seguinte, tudo o que chove no Nordeste brasileiro só 8% de tudo o que chove no Nordeste brasileiro chega nos reservatórios. Desses 8% que chegam nos reservatórios, você só pode utilizar, em média, 20% do reservatório. 80% você é obrigado a jogar fora, a água fora por quê? Porque devido às condições climáticas da região. Como é que isso acontece? No final de um período de inverno, como nós chamamos lá, período de chuvas, o operador do reservatório vai lá e faz as contas. Como nós vivemos numa região como se vive numa região semi-árida que você não tem condições de prever a ocorrência de secas que lá são anuais e interanuais, isso é uma das características do semi-árido brasileiro. Certo? Você é obrigado a manter o seu reservatório sempre cheio esperando a seca acontecer. E se vem a seca, o que é que acontece? Você deixou o seu reservatório cheio, espelhado. Você continua perdendo água pela evaporação, que dá dois metros, em

média, dois metros de coluna d'água de evaporação por ano. Mas, se não vem uma seca, vem uma cheia? O que é que acontece? A cheia chega no reservatório, você deixou o reservatório cheio esperando a seca, a cheia chega no reservatório, não tem espaço para se armazenar, verte pelo sangradouro e se perde para o mar. Não há outra forma de operar reservatório no semi-árido brasileiro a não ser dessa forma. A não ser no rio perene como o rio São Francisco. Em rios intermitentes só essa forma perder 80%.

O que é a transposição do rio São Francisco? A transposição do rio São Francisco é minha garantia de que eu não vou agora usar só 20% do reservatório, eu vou usar é 40, é 30. Às vezes 50% da água do reservatório. Por quê? Porque se vier a seca eu ligo a minha torneirinha no São Francisco e resolvo o problema da garantia de abastecimento de água na região. E se vier a cheia? O que é que acontece? Como eu usei mais o reservatório, eu usei, ao invés de 20% eu usei 40% do reservatório, eu deplecionei mais o reservatório. Quando a cheia chega, ela se acumula mais, a água gerada na própria região se acumula mais nesse reservatório e perde menos para o vertimento. E então o que é o Projeto de Transposição do São Francisco? É um projeto de gestão de melhoria da gestão da água que já existe na região. É você melhorar, aumentar a água que você já tem disponível na região. Esse é que é o grande objetivo do Projeto de Transposição, não tem outro objetivo. O Projeto de Transposição não é para abastecimento humano ou para abastecimento, não é para priorizar uso de água, quem prioriza o uso de água é a Lei de Recursos Hídricos.

Bom, mas se falou aqui, mas por que é que leva a água para esse reservatório? Porque, vou usar uma expressão, porque seria uma estupidez técnica não levar para o reservatório. Porque se você não leva para o reservatório você não faz a sinergia com as águas da região. E como é que é feita essa sinergia? Você estava perdendo um metro cúbico de água no Nordeste Setentrional e no rio São Francisco está passando outro metro cúbico que você vai perder para o mar. Se você pega esse metro cúbico do rio São Francisco e joga para um reservatório do Nordeste Setentrional você transforma o metro cúbico do rio São Francisco em dois m³. No reservatório do Nordeste Setentrional. É por isso que a água tem que ser... Isso dá uma sinergia quantitativa, isso aumenta é... isso quer dizer que se você levar 20 m³ por segundo do rio São Francisco, você vai transformar em 30, 40, às vezes m³ por segundo lá na região do Nordeste Setentrional aumentando a oferta e garantindo a oferta de recursos hídricos. Esse que é o grande objetivo do Projeto de Transposição do São Francisco.

Com relação a questão da ANA, do Atlas da ANA. O Atlas da ANA, ele existe dentro do próprio projeto São Francisco. Ele é um dos 36 programas ambientais que foram mencionados aqui pelo Secretário João Santana. Então, o Atlas da ANA é um projeto de distribuição de água. É um projeto que planeja a distribuição de água. E o rio São Francisco, o Projeto de Transposição do São Francisco é um projeto de oferta hídrica, de melhoria e garantia de oferta hídrica para a única região no país que não tem essa garantia. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): A presidência, se o Plenário entender, não sei se houve um diálogo entre o Senador Suplicy e o Senador... e o Deputado, eu faria da seguinte forma. Agora é a atriz Letícia Sabatella e nós dividiríamos o tempo dela em 3 de cinco e vamos dar, que é o último inscrito, tem uma posição contrária, ao Prof. Paulo Canedo de Magalhães os mesmos 15 minutos. Acho que é um equilíbrio a partir desse...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acho que seria importante nós também cedermos a palavra a Dom Tomás Balduino, e eu combinei com o Deputado Ciro Gomes, ele terá o tempo adicional que porventura houver a mais para os críticos para também expor--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Tranquilo entendimento do Plenário, entendimento da presidência.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ele assim acordou e assim fica equilibrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): De imediato a atriz integrante do Movimento Humanos Direitos, atriz Letícia Sabatella por cinco minutos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E ela sobe à tribuna com os seus companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Cada um deles. Cada um terá o direito a cinco minutos.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Boa tarde, boa tarde a todos. Aos Senadores aqui presentes, Senadoras, Deputados, às pessoas que vieram aqui, meu sincero boa tarde, Dom Luiz.

SR. OSMAR PRADO: Só um minuto, perdão, excelência, eu gostaria de ceder os meus cinco minutos à minha colega, porque assim ela fala dez, é melhor.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Eu não sei se eu preciso falar dez.

SR. OSMAR PRADO: Mas fale, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM

(PT-RS): Fique à vontade. Poderão falar cada um cinco minutos.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Obrigada. Bom, eu, sinceramente não trouxe nenhum texto decorado, porque eu não vim como atriz, mas, como cidadã integrante de um Movimento Direitos Humanos e acho que de uma forma educativa nós podemos todos, como cidadãos, estar presentes em reuniões e discussões. Infelizmente, essa discussão é tardia, pois nós sabemos que o projeto acabou até de receber uma... um acréscimo de orçamento, né? Aprovado ontem mesmo na Câmara dos Deputados. Eu lamento isso. Espero que isso não se trate de só um teatro, mas, que mobilize realmente a quem assistir esse debate para que nós possamos nos posicionar cada vez mais em relação aos rumos que a nossa sociedade anda tomando e não entregar isso à revelia, às decisões às vezes arbitrárias de nossos governantes.

Bom, eu quero dizer, também, desculpa... primeiro que nós consideramos a água, nós estamos aqui porque consideramos a água um direito humano, um alimento que nutre e forma 70% do nosso organismo. Nós somos feitos de muita água. E assim como o nosso planeta que se chama Terra a muita água que existe na Terra é necessária e precisa ser tratada com o sangue vital do nosso mais precioso patrimônio comum, de todos que vivem aqui. Não pode ser reduzida à condição de mera mercadoria assim como tudo o que integra a vida neste planeta, pois, toda vez que reduzimos a vida a este status mínimo, denominamos, destruímos nosso patrimônio ambiental e extinguímos espécies diversas de existência.

O planeta precisa pensar seus modelos de desenvolvimento econômico de forma que vise a sustentabilidade da vida. Faz-se necessário ampliar a forma de olhar uma floresta, os animais, um rio, como olhamos para os nossos filhos e filhas e pensar qual o futuro pretendemos deixar-lhes como herança.

Na história do nosso país vimos que mudam-se os governos, mas, não mudamos ainda o Estado que pensa esse país apenas como um armazém de recursos a serem explorados à exaustão a fim de gerar lucro do ponto de vista da história. O lucro imediato. Lucro imediato a poucos favorecidos por essa exploração. Como que brasileiros podemos insensivelmente continuar esse Estado miseralizante que nos torna colônia perpétua desse sistema? Ainda não conhecemos o nosso país, não conhecemos a riqueza diversa que há nas plantas do cerrado da Amazônia e continuamos trocando tudo o que podemos aprender e ganhar com essa diversidade, com os povos indígenas, detentores de tecnologias incríveis de sobrevivência por

um pseudocrescimento que será riqueza de poucos e bem menos brasileiros do que se dizem, uma vez que entregam a vida sustentável da nossa casa mãe para gerar álcool, minérios, produtos agrícolas industriais repletos de agrotóxicos para a exportação. Pois sabemos neste fim para as águas da transposição.

A arrogância fez com que milhões de indígenas fossem mortos pelos primeiros colonizadores que aqui chegaram. Não devemos continuar com essa postura perante a sabedoria de tradições milenares assim como de brasileiros que vivem e convivem há séculos com o semi-árido. Além de pesquisadores que conciliam essas tradições com inovações da ciência. Mas, que respeitam essa sabedoria por terem conhecido a fundo a realidade do povo e do meio ambiente brasileiro. Não devemos impor a cultura de mercado que sempre se julga superior aos valores humanos, aos direitos humanos, à essência real do Brasil.

Projetos como do Atlas Nordeste são sim o exemplo de uma inteligente conciliação que contrapõe com qualidade a opção da transposição. Que serve, que no caso, vem a servir sem muitos bons prognósticos futuros para o rio, semi-árido e a sua população. Eu acompanhei também a luta de povos indígenas como os krahos, apinajés, krikatis do Tocantins e Maranhão que vão sofrer muito com a “democracia”, entre aspas, do governo que simplesmente ignorou as argumentações importantes para o mundo. Eles disseram, eu observei reunião de sete horas com lideranças indígenas dizendo: “Vocês vão explodir esse planeta. Nós não concordamos com isso”.

Ninguém concordava com a Barragem de Estreito ou com mais de 30 barragens que vão ser feitas ao longo do Tocantins. Dois dias depois o nosso Presidente dizia que vai acontecer as barragens à revelia de liminares que foram sendo derrubadas dessa maneira.

Infelizmente, isso tem acontecido e nós não estamos realmente vivendo um Estado Democrático que esperávamos.

Bom, eu acho que eu vou passar a palavra para os meus colegas. O texto foi escrito agora, porque eu esperava realmente poder escutar as pessoas e poder não vim com um texto pronto. Então, com licença.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao ator Osmar Prado por 5 minutos.

SR. OSMAR PRADO: Então eu vou falar só uma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Você tem 5 e o ator Carlos Vereza também teria 5 minutos

SR. OSMAR PRADO: Eu quando eu vim para cá, aliás, Senador Suplicy, Senador Paulo Paim, Presidente da Mesa, demais Senadores, eu fiquei prestando atenção na... [aplausos] Isso não é uma representação. Eu... fiquei ouvindo as falas e percebi discursos técnicos de grande retumbância e, muitas vezes, até de expressão corporal e gestos teatrais e fiquei prestando atenção aos discursos cujo coração estava na frente realmente preocupado com o sofrimento do povo brasileiro. Nesse sentido, nos demais discursos eu quero homenagear o senhor, Frei Cappio. Eu ouvi um comentário jocoso quando eu estava ali, quando o senhor chegou, que o senhor estava mais gordinho depois do seu jejum. Eu queria dizer que eu admiro a sua coragem, porque o que está faltando no país, nos homens públicos é a coragem de doar a sua própria vida em benefício do povo brasileiro. [aplausos] Só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passo a palavra ao ator Carlos Vereza. Dispõe de oito minutos se necessário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Sr. Presidente, queria aqui recordar há poucos anos atrás em “O rei do gado”, de Benedito Ruy Barbosa, Carlos Vereza fez o personagem do Senador Caxias, que mexeu muito com nós, Senadores. Quase na conclusão da novela, os diretores e a equipe, por sugestão de Benedito Ruy Barbosa também, convidaram a mim, a Senadora Benedita da Silva e o Senador Darcy Ribeiro que por causa de estar convalescendo não pode comparecer ao velório inteiro do então Senador Caxias. Que, portanto, havia falecido, mas, aqui ele volta agora... [risos]. À tribuna do Senado e quero dar as boas vindas ao Senador Caxias. Carlos Vereza.

[aplausos]

SR. CARLOS VEREZA: Obrigado. Obrigado. Foi por isso que eu pedi uma questão de ordem, entendeu?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Justa razão. Agora eu reconheço.

SR. CARLOS VEREZA: Me sinto bem localizado, afinal fui Senador, mesmo virtual. E querido Paulo Paim, uma crítica que não precisa invocar o art. 14 não. Construtiva e... amável, amorável, quando você pressupõe que ao final dos debates poderia haver uma calamidade pública ou alguma coisa assim de... de gestos violentos ou agressividade, não. Não vai haver, os artistas também lêem, também estudam e recebem educação também. [aplausos] Então, o que eu queria começar por uma parábola, como é comum ao vosso Presidente. Na Copa, acho que de 58, o Feola chegou para o Garrincha e disse assim: “Meu filho, você vai pela lateral, aí finge que vai para o meio, aí o beque

sueco, vem em direção a você, você finge outra vez, você vai para a ponta, você recua e avança novamente”. Aí o Garrincha esperou, esperou: “Mas, o senhor já combinou com ele isso?”

Eu faço, eu transiro essa parábola: Os senhores já perguntaram isso à população ribeirinha? A população ribeirinha sabe disso? Eu, de repente, me senti no Séc. XVIII, em pleno auge do determinismo, quando inteligências, algumas, algumas geniais como o nosso querido Marx e Engels, elaboraram verdadeiros projetos em suas cabeças, em suas mentes geniais e esqueciam de perguntar se a realidade concordava com aqueles projetos. E nós vimos, no decorrer do tempo, que esses projetos fracassaram, esses projetos naufragaram. O determinismo que eu presenciei aqui do Séc. XVIII, só faltou ver roupas rendadas, eu pensei: Quem vai efetivar, colocar na prática isso sem consultar o Vereza, o Osmar, os demais presentes, a Letícia? Sem consultar aqueles verdadeiramente interessados, a população ribeirinha.

Ouvi um outro parlamentar muito digno falando que na China resolveu-se, em 20 anos o que nós não conseguimos resolver em muitos, em muitos mais anos. Eu pergunto: É uma comparação um pouco injusta. Lá existe o trabalho escravo, não existe a lei trabalhista. Existe aquela chamada mais valia, realmente colocada de uma maneira cruel em cima dos trabalhadores chineses.

E, finalmente, meu querido Ciro Gomes, não invoque o 14, hein? Não invoque o 14. O meu querido Dom Cappio, às vezes ele está olhando para o teto, mas, ele está meditando. Ele não precisa olhar para o cara, entendeu, Ciro? Não julgue o homem, entendeu? Eu gosto de você, entendeu? Mas, ele está meditando, entendeu? Eu, por exemplo, sou do signo de peixe eu estava olhando essa cúpula bonita aqui o tempo todo, entendeu? E pensando lá no Séc. XVIII.

E, finalmente, uma palavra fantástica que você falou: Inconfiabilidade, foi o que mais me tocou aqui, sem agressão, nada pessoal. A atual estrutura governamental não me passa confiabilidade. [aplausos] Não me passa confiabilidade no trato com as coisas públicas. Não me passa confiabilidade nos cartões corporativos. Não me passa confiabilidade em confundir gastos pessoais de uma residência com problema de segurança nacional. [aplausos] Sem ofensa, eu agradeço a oportunidade de estar aqui com os meus colegas. Ao meu querido Suplicy, ao Paim e... espero que esse debate possa ter uma suíte, uma continuação, e espero ver o plenário com várias representações das populações que realmente têm peso na decisão final, ou seja, a população ribeirinha. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa presidência quer passar a palavra para o último inscrito, que é o professor... Pois não, Letícia. Aliás, tem dois minutos ainda.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: Só queria agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela oportunidade, apesar do que eu falei no início de temer ser só um teatro. Ao Deputado Paulo Paim, enfim, a todos vocês, obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra ao último convidado, Paulo Canedo de Magalhães, da COPPE, professor da UFRJ. Queria dizer aos nossos queridos artistas [soa a campainha] que nós apenas buscamos construir o máximo de equilíbrio para evitar que um outro peça a palavra no final exigindo o mesmo tempo. E, pelo entendimento do Plenário foi feito isso. Eu fiquei feliz aqui o exercício da presidência, inclusive com a fala tanto da Letícia como do Osmar Prado e de você, Carlos Vereza.

Eu apenas vou informar, como foi combinado, que vai falar por dez minutos o Paulo Canedo de Magalhães e o Deputado Ciro Gomes teria cinco minutos se assim entender necessário pelo acordo feito. E o Senador Suplicy lembra, por cinco minutos também o... Dom Tomás Balduino.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}. Senadoras e os demais da audiência. Eu começo agradecendo o convite do Senado feito através da... e pessoalmente pelo Senador Suplicy. E gostaria de me apresentar como professor da UFRJ, pesquisador da área de recursos hídricos, particularmente, da área de gestão dos recursos e hídricos.

Tive a oportunidade de trabalhar como técnico convidado pela OEA e pela ANA na feitura do Plano Diretor da bacia do São Francisco exatamente no capítulo de disponibilidade hídrica, que é o mote das discussões do projeto de integração do São Francisco. Então, com isso, eu me apresento aos senhores.

Sempre que o assunto do São Francisco vem à baila ocorre um cipoal de manifestações dos problemas ambientais brasileiros. Junto com a questão do São Francisco é trazido todas as mazelas que o Brasil coleciona e é farta a coleção de mazelas ambientais que... como se... como se fosse esse o ponto que... que pudéssemos encontrar ali uma solução para todas as mazelas ambientais brasileiras. E talvez, por isso, esse assunto traz sentimentos à flor da pele, promove emoções e acaloradas discussões.

Eu estava aqui atentamente ouvindo a todos e tinha planejado uma linha de raciocínio para me expor aos senhores na tentativa de contribuir para o enten-

dimento da questão. Porém, eu fiquei pensando: Meu Deus, por que é que isso ocorre? Por que é que transposições que no Brasil tem inúmeras, grandes, onde tiram água de um grupo e dão água para outro. Cidade de São Paulo, cidade do Rio de Janeiro, como quase todas as capitais brasileiras sobrevivem com transposições e ninguém fala nada. O próprio semi-árido é transposição em todas as suas áreas de lá para cá e isso não causa nenhuma emoção. Países fartos de água tipo o Canadá que é um dos países mais ricos em água tem transposições desde 1829 até o dia de hoje sendo feitas. São mais de 60 transposições de grande porte. Porte não de 26, mas a menor é de 129 e a maior é de 780 m³ por segundo. Transposições ocorreram dentro os primórdios da civilização entre os rios Tigres e Eufrates na Mesopotâmia, com os quinqüentes(F) da Mesopotâmia. Transposições ocorreram pelo império romano com os aquedutos. Isso nunca causou polêmica. Por que é que essa causa polêmica? Fiquei pensando que talvez fosse porque as transposições, suponho, as brasileiras, elas são quase sempre de... dentro de um Estado para esse mesmo Estado. Então, São Paulo tira de Piracicaba para a cidade de São Paulo. O Rio tira ali de próximo a Resende para a cidade do Rio de Janeiro. Mas é dentro do próprio Estado. É como se cada um de nós assim: Bom, isso é um problema interno, intestino do Estado. Então, eles sacrificam um grupo do próprio Estado em benefício a outro grupo do mesmo Estado. O que não ocorreria com a transposição do São Francisco. Será que essa é a... a razão? Fiquei pensando que talvez fosse, respondesse por parte da razão. Mas, ainda assim faltava uma... e ainda falta uma certa justificativa porque isso é tão acalorado.

Me passou pela cabeça uma frase dita aqui que passou rápida mas, talvez, ela tenha aí dentro de si um grande conteúdo é: Por que 26 é tão pouco para quem tira, para quem dá e é tanto para quem recebe? Ora, se é tão pouco para quem tira, não vai fazer diferença nenhuma, então, não vou dar nada. E se eu vou dar muito que é muito então não posso tirar do pobre coitado de lá.

Talvez essa seja uma das forças que promovam esse emocional, que não é bom para análise de um projeto de ordem técnica. O bom seria que nós despissemos de todos os sentimentos, quando é possível fazê-lo, e nos debruçássemos em números. Debruçássemos em raciocínios e, depois de entendido o problema, voltassem todas as emoções para tomar a decisão. As emoções... sem emoção não há solução. Porém, em determinado momento é preciso capturar a lógica numérica, capturar as discussões de engenharia para, depois, tomar uma atitude sim aí ouvindo o

coração, ouvindo a experiência, ouvindo, enfim, usando da capacidade dada pelo voto de poder decidir em nome do povo brasileiro. Enfim, debater com o povo brasileiro etc, etc. Tudo isso são questões emotivas. Mas, passa por um período em que as emoções devem descer para que os entendimentos do problema real possam ser feito.

Então, eu pensei que talvez fosse uma contribuição abandonar toda a linha de raciocínio que havia planejado e me debruçar no por que 26 é pouco para São Francisco e é muito ou o suficiente para o semi-árido? Porque, na verdade, a resposta é que é. E vamos tentar explorar essa parte na tentativa de isso elucidar os senhores. Ora, para fazer isso eu pensei em comparar o nosso Nordeste semi-árido, a região da seca com a França. E por que a França? Primeiro porque é o território mais ou menos, enfim, estamos aqui em áreas similares. Segundo, porque chove igualmente. Chove na França a mesma coisa que chove no semi-árido nordestino, 800 milímetros por ano.

A França conseguiu transformar a água em desenvolvimento econômico e social. É um país próspero, rico, o povo é feliz, o que pode ser. E o semi-árido não conseguiu. Por quê? É só gestão? Provavelmente é. É verdade que a França é o principal país em gestão de recursos hídricos. A maioria dos países copiam, absorvem a experiência francesa, transformam ela para o seu... para as suas idiossincrasias internas, mas sempre têm a França como sua referência e o Brasil também.

Então, vamos comparar França e semi-árido. Em ambos locais chovem 800 milímetros por ano. A França pega esses 800 milímetros por ano e transforma isso em desenvolvimento econômico e social. Por que é que o semi-árido não faz? Ora, que faça! Podia ser uma resposta. Que vá trabalhar! Que pense, que se estude e faça e não venha pegar água de outro local!

Então, vejamos isso. Duas diferenças separam o território francês do território do semi-árido, polígono da seca. O primeiro é o terreno. O terreno francês recebe a chuva e tem capacidade, por infiltração, armazenar no grande reservatório do solo e ir liberando para o rio, dia a dia, hora a hora, o que dá uma estabilidade de água correndo superficialmente. O semi-árido nordestino, 2/3 de sua área, é muito raso, logo tem uma rocha e, portanto, a água que vem da chuva logo satura o solo e sobra para o escoamento superficial. Eu quero lembrar aos senhores que água que corre não serve muito para nós porque ela logo chega ao mar. E o que nós temos que aproveitar é a água entre a chuva e ela chegar ao mar. Esse é o tempo em que a natureza dá ao homem a oportunidade de aproveitar a água.

Então, se a chuva caísse instantaneamente fosse para o mar todos nós morreríamos de sede porque não teríamos oportunidade de usufruir dessa água.

Para enfatizar, a França tem uma enorme quantidade de água [soa a campainha] sendo liberada gradativamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mais dois minutos.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: --libera-da gradativamente ao longo dos meses para o usufruto francês. O semi-árido não tem água, corre rápido para o mar. Segundo é: Na França há uma previsibilidade de chuva o que permite a pessoa, com planejamento, com processos de gestão, organizar a sua tabela, a sua vida, como nós organizamos cada uma de nossas famílias com os nossos recursos financeiros para que possamos, com os rendimentos mensais ir comprando as coisas ao longo da vida. É um planejamento financeiro que nós fazemos. Esse mesmo planejamento a França pode fazer com a água. O semi-árido nordestino não tem essa capacidade porque há uma enorme insegurança de chuva. É como se uma família de brasileiros, cinco pessoas, tivesse uma renda familiar de mil reais. Mas, todas essas pessoas da família ganham [soa a campainha] do tipo, de *vide back(F)*, que não têm nenhuma previsibilidade no ganho. Então, eles não têm capacidade de abrir conta em banco, não pode comprar a crediário porque ele não pode comprovar a renda, ele não pode planejar a compra, nada a crédito. Ele está fadado, apesar de ganhar mil reais familiar por ano ele está fadado a uma vida difícil. Se essa família, um dos membros transformar o seu ganho num rendimento contratado com carteira assinada de 380 reais por mês. Ele muda de vida, apesar de não mudar de rendimento. Então, por quê? Porque permite a previsibilidade, permite o planejamento. Isso é que difere essencialmente o território francês do território semi-árido.

Então, a capacidade de transformar a água em desenvolvimento econômico social francês não é equiparável ao nordestino porque aqui não há como fazer essa previsão. Não há um bom sistema de planejamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Um minuto para concluir.

[soa a campainha]

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: E não por culpa nossa e sim por culpa do regime de chuvas. A vantagem das águas do São Francisco é que o São Francisco é 70% de água mineira, do Sudeste, onde há estabilidade de chuva e é por isso que o São Francisco permeia o semi-árido incólume das secas, porque as fontes de água são perenes, são planejadas e

posso fazer investimentos nessa água que eu sei que eu posso pagar depois. E se tirarmos essa segurança, essa previsibilidade dentro dos 26 m3 por segundo do São Francisco, nós estamos dando um ingrediente de segurança, de previsibilidade ao semi-árido.

Portanto, vir 26 m3 por segundo do São Francisco não é um grande aumento de disponibilidade hídrica para o semi-árido nordestino, mas, assim como não era grande incremento financeiro alguém ter a carteira assinada por 380 reais. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seu tempo está esgotado. Para concluir...

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: Mas, e principalmente, porque é uma garantia de recursos mensais de 380 reais que ele pode planejar a sua vida, assim como o sertão poderá, o semi-árido nordestino poderá planejar os seus recursos hídricos com a segurança dos 26. Essa é a grande diferença.

Agora, repara dar água com segurança não é o fim do projeto. O projeto da transposição, pelo menos eu não entendo que seja transpor água, o projeto é criar desenvolvimento econômico e social. Falta a pergunta: Será que o Brasil saberá transformar--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por favor, para concluir.

SR. PAULO CANEDO DE MAGALHÃES: --as suas quantidades de água que chegarão com mais segurança, com previsibilidade, com poder, com capacidade de planejamento no semi-árido? Será que essa região conseguirá transformar essa água em desenvolvimento econômico e social como fez a França? Essa é uma pergunta que ainda temos que responder. Mas, eu não tenho dúvida, como técnico [interrupção do som] que é absolutamente necessário [soa a campainha] que seja acrescida a segurança de água para a região do semi-árido como a transposição de um regime qualquer que seja permanente, que seja seguro tal qual o São Francisco.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, conforme entendimento feito ao Plenário, para Dom Tomás Balduino, Bispo emérito de Goiás, por cinco minutos. E repito, Deputado Ciro Gomes terá também 5 minutos, se entender necessário, e em seguida vamos para os Senadores. Existem 13 Senadores inscritos.

Senador Suplicy será o primeiro, como autor do requerimento e, em seguida, é o Senador Carlos Valadares.

DOM TOMÁS BALDUÍNO: Sr. Presidente, senhoras, senhores, primeiramente minha admiração por esse momento, de repente, essa Casa se arejou, não sei se é sempre assim, abordando uma temática tão

quente, tão... apaixonante, tão do povo. E... conforme disseram aqui, seria bom que os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos também estivessem participando, tivessem possibilidade de dizer a sua palavra. Palavra de sabedoria, a gente sabe disso porque convive com eles. Eu participei de inúmeras assembleias de Tuxauas indígenas como uma nova forma do CIME(F) me promover a condição de sujeito, autor e destinatário de sua própria história aos próprios índios. É pura sabedoria ancestral e isso que completaria, quem sabe, essa Sessão.

Eu... aqui vim desde o início a rachadura, a divisão. E não sei se com tanto discurso, se com tanto argumento e tanto número alguém que é de um lado passou para o outro hoje. Eu aposto que... que não. É que o projeto em si é de divisão mesmo. E a gente está, já falei com Dom Cappio no início, comuniquei alguém da CNBB, na próxima assembleia do episcopado, porque o episcopado também está rachado, né? Até Dom Aldo citou aqui, um pouco puxando para o lado dele, né? Mas, está. Uma proposta que unifique, que congregue e essa proposta vai na linha de atender esse povo que clama não só por água, como dizia Jesus, o homem não vive só de pão, ele vive de pão, não vive só de água, já foi dito aqui, mas vive de água. Mas, como não é só a água, então, esse desenvolvimento amplo, sustentável, essa convivência com o semi-árido que muitas vezes é negado, o pessoal acha que é atraso. Precisa arrasar aquilo e plantar qualquer coisa que pareça um pouco com o primeiro mundo. Não estão fazendo isso com a monocultura. Agora, o nosso cerrado está desaparecendo no Estado de Goiás. Com a convivência das autoridades federais, estaduais. O filé mignon de terra do nosso país, que é o Vale de São Patrício, vai virar um canavial só. Recebi ontem notícia de lá o pessoal... alarmado. Então, o que surgiu de bom aqui que vai nos unir [soa a campainha] nos unificar a todos é um esforço no sentido de ajudar essa população do Nordeste, o nordestino de uma maneira integrada, de uma maneira leal, participativa. É isso que eu acho que vai ser a nova proposta. E eu acho que a contribuição dos técnicos aqui, Cortez, sobretudo, nessa participação do pessoal numa linha de um desenvolvimento sustentável. Ela é esperança e isso é... deve nos estimular mais ainda. Ninguém é contra isso. Isso não nos desune. Isso vai nos engrandecer, de uma vez por todas nós vamos enfrentar o problema do Nordeste que não é só esse de levar água a um determinado ponto é muito mais do que isso. [soa a campainha] Está na linha da água mas, está muito mais. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Conforme entendimento feito eu passo a palavra ao Deputado Federal Ciro Gomes, ex-Ministro da Integração por 5 minutos e mantendo aquela tolerância de mais um minuto, se necessário.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Sr. Presidente, eu quero iniciar a minha fala me desculpando, especialmente com Dom Luiz Cappio porque interrompi aí quebrando o protocolo e bancando o mal-educado que ainda não consegui ser completamente bem-educado. Não é culpa da minha mãe, é culpa da minha rebeldia. Mas, o meu incômodo é acumulado numa série de coisas. Não justifica a minha deseducação e eu quero me desculpar. Mas é que Dom Cappio reclama um debate e já pela décima vez eu especialmente, pessoalmente, tenho o constrangimento de não conseguir que Dom Cappio ouça. Então, foi por isso que eu cometi essa deseducação pela qual me desculpo. Não é... não é minha intenção fazer isso. [aplausos]

A questão, a questão básica aqui, como evidentemente todos viram, tem várias camadas. Há um projeto que não justifica, há um projeto de tirar 26 m3 por segundo de um rio que tem uma vazão mínima, segura, na foz de 1.850 metros por segundo, portanto, não fazem falta esses 26 metros cúbicos por segundo para nenhuma das funcionalidades do rio. Com a idéia de atenuar, não é resolver, não é redimir. Todas essas conversas mole de “um copo d’água para quem tem sede”, isso tudo é papo furado e muitas vezes esse papo furado serviu as piores oligarquias do Nordeste. Eu conheço bem do que estou falando. Não é a redenção do Nordeste nem nada. Mas, resolve a questão da segurança do abastecimento humano e da dessedentação animal de 12 milhões de pessoas da área de influência do projeto. Porque o projeto, por exemplo, não dirá do grave problema do Piauí, o Senador Mão Santa, que tem problemas seriíssimos. O Sudoeste, o Sudeste do Piauí demanda uma outra estratégia. Por exemplo. Ou a região do Vale do Acaraú, que é a região onde eu me criei no interior do Ceará não receberá uma gota sequer dessa água ela vai para um outro caminho. Porém, o agreste pernambucano, por onde passam os dois eixos e aqui eu abro um parêntese. Solução de fazer uma adutora para Campina Grande presumem que este projeto é um projeto de tirar água de um canto e levar para um outro. Não é.

Esse projeto tem a intenção de dar segurança hídrica no caminho inteiro. Por isso que ele não pode ser entubado, ele tem que ser um canal a céu aberto e aqui também cabe um outro parêntese. O máximo que se pode fazer *ex ante* para garantir aquilo que a Letícia, o Vereza, ou o Osmar tão comovidamente de forma absolutamente bem intencionada ponderaram de

que isso não será apropriado na correlação de forças elitista que domina o Brasil, não será resolvido agora. O máximo que se poderia fazer *ex ante* foi feito. Por exemplo, não sei se os amigos queridos sabem, foi decretada a desapropriação para fins de... utilidade pública para fins de reforma agrária, 100% das margens dos canais todos, três quilômetros para um lado, três quilômetros para o outro estão indisponíveis para o uso privado na idéia de fazer ali a maior fronteira de reforma agrária contínua da história do Brasil. Com água. Porque fazer reforma agrária no semi-árido, eu conheço bastante bem isso, tem sido comprar as piores terras, a preço superfaturado, locar famílias, abandoná-las lá que depois vendem o arame farpado da cerca e vão vegetar na periferia de Fortaleza, de Recife ou de São Paulo e do Rio de Janeiro. Converse com os garçons do Rio de Janeiro, de São Paulo. Os garçons, os serventes de pedreiro, os porteiros do Rio de Janeiro e São Paulo. Pergunta qual é a opinião deles sobre essa interação água, vida sustentável no ambiente onde se vive? Como é que se tais ainda *ex ante* a garantia de que isso não é um propósito? Onerando a água. Aqui se quis traduzir, veja que o combate é desigual. As simplificações grosseiras, elas são hostis à racionalidade sempre. Sempre. Hoje a oligarquia, o grande poderoso, o grande poder econômico recebe água de graça nos perímetros irrigados financiados 100% com dinheiro público. [soa a campainha] É isso? Para parar?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tem mais um minuto ainda.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Então, veja bem, os grandes projetos de irrigação para a monocultura de cana-de-açúcar, como Projeto Tourão ao recebem água de graça depois dos canais, das bombas, da manutenção, cavaleiros!

Quando eu fui ao Ministério da Integração Nacional, eu encontrei este absurdo. A manutenção, tirar buraco, tirar formiga dos canais é paga pelo dinheiro público para um proprietário produzir monocultura de cana-de-açúcar. No São Francisco! E eu não vi uma palavra! Contra isso. Eu que me bati contra. Onerei a água e determinei, eu falo na primeira pessoa, me perdoe é porque eu quero assumir uma responsabilidade e, de novo, o meu embate aqui agora é pela questão moral e intelectual. Eu não aceito que crítico nenhum, qualquer que seja a sua nobre motivação, atribua-se uma virtude moral que determine [soa a campainha] que quem é a favor do projeto esteja comprometido com qualquer razão subalterna. Não admito! Tenho vida para isso! Não tenho rabo de palha e atrás de mim e a meu lado muitos brasileiros. Embora a polêmica seja legítima, muito bem. A água está onerada. A outorga da água é escrita, Senador Paim. Qualquer do povo

pode acionar o Ministério Público, parênteses. Ministério Público manteve conosco um diálogo a nosso pedido. Não foi depois, como é tradição no Brasil, o Ministério Público correr atrás de malfeitos. Assim que o escopo do projeto ficou pronto, procurei o Ministério Público, todos estaduais e federais envolvidos no temário ambiental e entreguei o projeto a eles antes pedindo a eles pura e simplesmente: Corrijam os defeitos. Eu não sou gênio, tenho boa intenção, procurei contratar os melhores técnicos isso é sempre [soa a campainha] determinação do Presidente Lula. Se tiver algum defeito corrijam agora. Não deixem que eu pratique um erro por desconhecimento. Não recebi uma contribuição sequer para o aperfeiçoamento do projeto. Uma sequer. E disso documentadamente temos expedientes no governo.

Evidente que os riscos permanecem. Mas, desapropriar as margens, onerar, não permitir a privatização da água, foi criada uma companhia subsidiária pública, capital público exclusivo da CHESF contra um milhão de opiniões que recomendavam privatizar. Nós não aceitamos, para que esta subsidiária pública capital 100% público cobrasse dos Estados, que são entidades estritamente públicas o valor da água que receberem. Esta é a única forma de se evitar desperdício de água. 100% dos brasileiros que vivem nas cidades já fazem isso, pagam água e procuram por isso economizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para concluir, por favor.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei agora. Portanto, tecnicamente é necessário que os críticos tomem juízo, não o juízo no sentido negativo da palavra. Se aluam, como a gente diz no Nordeste, para ver se é possível, se não o Dom Albino tem razão. Eu disse isso no começo aqui. Com essas pessoas aqui, o Apolo já virou meu amigo. A doutora representante do Ministério Público, se não se envergonhar, eu tenho especial estima e afeição e respeito. E muitos outros aqui. Alguns eu não tenho não. Faço honestamente essa confissão porque eu não percebo boa-fé em alguns. Mas, com todos eu já tive debate, por nossa iniciativa, ainda na concepção do projeto, foram procurados tudo o que se chama sociedade civil organizada nesse país. A CUT foi pedida a ela um Congresso Nacional com delegados do país inteiro para ajuizar o projeto. O debate durou 12 horas. Na CNBB, por nosso pedido, à primeira vez, 8 horas de debate. No segundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concluindo.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): --para tentar garantir [soa a campainha] uma participação em

bom ambiente a Dom Luiz Cappio, pessoa por quem eu tenho o maior respeito, ele não foi. Na CNBB foram duas vezes. Na OAB com representações de todo o país, no IAB. Em todos os... no MST, que a propósito foi contratado para produzir mudas para a reposição de matas ciliares nos assentamentos de reforma agrária. Esse é o esforço que se pode fazer agora. Esse é o único esforço.

A posteriori, minha cara Letícia é um combate, eu não sei se estou no mesmo lugar seu, mas ele é parecido. Eu ao meu jeito, escolhi a opção de meter a mão na massa, às vezes suja de cocô, às vezes, é só a mão. É só a mão. Minha alma não. Minha cabeça não. Meu compromisso não.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Não, eu sei, vamos discutir. Não há, creia, minha querida, uma proposta qualquer que eu não ouça com o coração e a cabeça--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deputado Ciro Gomes o seu tempo terminou. Eu faço a...

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu concluirei, Sr. Presidente, me desculpando mais uma vez pelo abuso.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Eu ajudei a fazer o Atlas. Essas propostas se complementam.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa era a minha preocupação. Eu faço o apelo para concluir porque essa era preocupação dessa presidência.

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Dirigi só para dizer o seguinte, naquele outro plano que é com o qual vou concluir. No Brasil não pode faltar energia no Brasil. Vou mudar de assunto. Não pode faltar energia no Brasil, supõe-se.

SRA. LETÍCIA SABATELLA: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): Não. Não pode faltar energia. Precisamos mudar o modelo, eu tenho essa identidade. Mas, o modelo dominante praticável, factível dentro de uma ordem institucional que nós devemos aperfeiçoar mandam fazer hidrelétricas no Madeira. Você pensa que isso é bom, é agradável, é doce? Não é não, é necessário.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Eduardo Suplicy, como autor do requerimento é o primeiro Senador a usar da palavra, em

seguida Senador Antônio Carlos Valares, Senador Tarso Jereissati e Senadora Rosalba, na sequência.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Pedro Simon, com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu falo nessa questão de ordem, Sr. Presidente. E de um lado eu quero salientar a excepcionalidade da reunião. O trabalho, a idéia do Suplicy, a realização de V.Exª e de todos os Presidentes. Nós estamos aqui assistindo uma Sessão realmente significativa. É um debate intenso, da maior importância, as pessoas estão apaixonadas de um lado e de outro lado e pela primeira vez a gente vê abertamente, democraticamente as exposições.

Eu digo com toda a sinceridade, quando fala o Bispo, quando fala o Ciro, parece que é 100%. Um tem razão depois é 100% o outro tem razão. A exposição foi perfeita. Agora, o que eu acho que poderia ser feito logo adiante é uma outra reunião onde fosse exposto não quinze debatedores que está correto hoje, mas na outra, dois de um lado, dois do outro, um falando e outro respondendo. Eu quero ver alguém respondendo o Ciro. O Ciro fala, não sei o que, não sei o que, não sei o que... não sei se é verdade, se é errado, se está certo. E quero ver alguém responder o Bispo. É assim, assim, é assado... Que fala um, fala outro, cada um diz uma coisa, e nós ficamos aqui tontos. Acho que se V.Exª fizesse uma reunião onde o debate fosse, fala o Ciro, dá seus argumentos... [aplausos] e os que são contra responde no que ele tá errado. Depois fala o Bispo, dá os seus argumentos e os outros respondem no que tiver errado. Eu acho que daria para fazer a segunda reunião, essa nota 10, mas a segunda complementaria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTES SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Simon, a Presidência em nome das quatro Comissões entende que procede o seu encaminhamento e vamos proceder para que aconteça a outra reunião nos moldes propostos pelo Senador Simon.

Senador Suplicy, V.Exª teria o direito de 10 minutos como todos e aos outros Senadores 5 minutos com mais dois e com a tolerância que a Mesa naturalmente há de ter.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, ainda na sua mensagem ao Congresso Nacional o Presidente Lula mencionou o seguinte. "Um instrumento fundamental do fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas

do país. Esse é um dos traços mais marcantes e inovadores em nosso Governo que sempre faço questão de destacar”.

Eu cito isso, Sr. Presidente, porque alguns ficaram um pouco preocupados. Será que eu estaria propondo algo que iria ser contrário aos propósitos do Palácio do Planalto? Quero muito agradecer, inclusive, ao Ministro Geddel Vieira Lima que compareceu e ao Ministro Ciro Gomes que desde o primeiro momento quando eu fui visitá-lo ele estava naquele dia escrevendo uma carta aberta para a Letícia Sabatella e já dizendo que gostaria de estar fazendo um debate como o que nós tivemos hoje. E quando eu... se passava o 18º dia, salvo engano, do jejum e oração de Dom Luiz Flávio Cappio fazia em Sobradinho eu fui lá visitá-lo e achei que era mais do que legítimo que ele estivesse pedindo ao Governo, a todos os participantes que houvesse um debate esclarecedor. Então, Senador Pedro Simon, eu também estou muito feliz com o conteúdo do debate hoje, mas eu acho, estou de pleno acordo com V.Exª, nós agora precisaríamos fazer um novo debate e se possível, pensando até um pouco nas palavras de Dom Tomás Balduino que precisou sair agora. Mas será que será possível unificar os propósitos sérios de ambos os lados e eventualmente chegarmos a uma conclusão que possa a todos unificar? Será que isto é possível, viável?

Então, eu quero apenas sugerir, primeiro saudando, agradecendo a todos os convidados que de uma maneira tão bela se dedicaram aqui no limite do tempo e deram uma contribuição. Eu como brasileiro de São Paulo que quero muito aprender sobre as águas do rio São Francisco, como o Senador Pedro Simon lá do Rio Grande do Sul também o deseja, eu elevei o meu patamar de conhecimento sobre os debates, inclusive, com os estudiosos a respeito de como funcionam as águas e tudo dos mais diversos lugares e países do mundo e do Brasil. Então, eu gostaria de estar refletindo, Presidente Paulo Paim, até porque recebemos solicitações como do ex-Governador João Alves, de Sergipe, do Plínio de Arruda Sampaio, Presidente da ABRA, muitas pessoas queriam hoje também vir. Então, como será um novo debate? Como poderemos ter apenas duas, três pessoas de cada lado, mas que congreguem o ponto de vista de todos? Precisamos, então, nos reunir e pensar, inclusive, com ambos dos sobre qual será a melhor forma desse segundo debate para aprendermos e se possível analisarmos a possibilidade de unificar os propósitos sinceros de cada um.

E eu quero dizer aos meus amigos críticos que quando percebi no Deputado Ciro Gomes, no Ministro Geddel Vieira. Ah, mas será que isso está sendo feito só porque vai agradar um empresário, seja o Sr.

Gerdau, Sr. Antônio Ermírio, o Governo proceder de tal forma, se for para ver uma obra que vai interessar a um produtor de cimento ou de qualquer obra, desde que seja feita com a devida licitação e regras onde ninguém vai ser beneficiado mais do que outro, então, isso é que é importante se assegurar. Mas eu acho que, portanto, nós podemos avançar muito e em havendo debate aproximar as pessoas para que todos poderemos em breve estar aprendendo mais com a inteligência e o propósito sincero de um Brasil melhor para todos nós. Obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Senador Suplicy por ter utilizado somente a metade do seu tempo. E de imediato, Senador Antônio Carlos Valadares por 5 minutos com a tolerância de mais um dessa presidência.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, ilustres e eminentes convidados, Deputados Federais, meus amigos. De fato o projeto da transposição do rio São Francisco que o Governo muito sabidamente para dourar a pílula o denominou de Projeto de Integração de Bacias, um nome mais palatável, principalmente para aqueles que reagem à execução desse projeto, efetivamente é um divisor de águas na nossa região. Há aqueles que se consideram abandonados porque lhes faltam as mínimas condições para atender as suas necessidades hídricas e há aqueles que como eu nos preocupamos com as incertezas de determinados projetos que começaram e se tornaram obras inacabadas. Portanto, existem nesta questão, neste debate ainda águas turvas na transposição do rio São Francisco. Aqui se falou muito em debate, na construção democrática de um projeto de viabilização do atendimento ao Nordeste Setentrional. Muito bem. O debate é necessário. Mas eu acho que esse debate estaria mais consentâneo com as tradições de um país que avança a cada dia no sentido da consolidação, das instituições livres que se adotasse para a execução, a implementação desse projeto, aquilo que está previsto na Constituição, e não é proibitiva apesar do rio São Francisco, pelo fato de percorrer mais de um Estado ser patrimônio da União não seria proibitivo que fizéssemos entre os Estados banhados pelo rio São Francisco, entre na população que pertence à bacia do São Francisco um plebiscito onde todos os lados teriam direito a falar, a fazer a sua pregação e através do plebiscito nós iríamos construir a verdadeira vontade e assim de forma legítima, quem sabe, estaríamos construindo uma via democrática para dar legitimidade a esse projeto.

Sr. Presidente, eu não sei se no campo do convencimento, ou da incerteza ou da esperteza houve uma

variação ao longo dos anos do montante do volume de água a ser retirado para a transposição. Começou com 260 m3. Passou por 64, por 56, 26 m3. Isso gera sem dúvida alguma do nosso... [soa a campainha] é a minha opinião, isso gera sem dúvida alguma uma incerteza quanto à proposta de se fazer a transposição. E aqui também se falou, Sr. Presidente, na segurança hídrica para as populações do Nordeste Setentrional. E agora eu pergunto: Qual a segurança daqueles que vivem na bacia hidrográfica do São Francisco? Qual a segurança? Qual a garantia para a execução dos projetos de irrigação? De saneamento básico? De distribuição de água a um quilômetro do rio São Francisco. Qual a segurança que teremos, Sr. Presidente, da execução de projetos de desenvolvimento sustentável? Nenhuma segurança. Eu acho que se queremos falar em segurança tem que haver segurança também e principalmente para aqueles [soa a campainha] que estão doando a água. E esta segurança, Sr. Presidente, quem sabe através de uma Emenda Constitucional que aqui foi aprovada. O Deputado Gadelha falou sobre essa proposta de Emenda Constitucional, da revitalização do rio São Francisco, porque o Governo é mutável, é temporário, hoje Lula propugna, vai, faz a revitalização em vários pontos, e aqui foi dito. Mas não é um Governo eterno, temos que ter a garantia da realização de projetos de desenvolvimento sustentável no Nordeste, na bacia do rio São Francisco através de uma Emenda Constitucional que obrigue a aplicação desses recursos. E ao final, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a apenas me permitisse falar aqui e fazer uma pergunta ao estudioso e nobre Deputado Gadelha do Estado da Paraíba que honra o seu Estado... [soa a campainha] um comentário feito numa entrevista pelo estudioso, pesquisador João Suassuna que deveria estar até presente a este debate e não foi convidado. Diz ele: “Existe um potencial gerador na bacia do São Francisco estimado em cerca de 10 mil megawatts com poucas chances de ser ampliado. Esse potencial gera anualmente cerca de 150 milhões de megawatts/hora. Se considerarmos o atual crescimento do PIB do país entre 4 e 5% isso significa que a demanda de energia elétrica está na faixa de 6 a 7%, esse crescimento se dá 2% acima do crescimento do PIB. Nesse aspecto em 12 anos teremos que dobrar a produção de energia elétrica de 50 milhões de megawatts/hora para 100 milhões de megawatts – ele pergunta, afinal, aí ele diz assim – a pergunta que não quer calar é a seguinte: Onde será gerada essa energia?” É isso que eu quero perguntar. Nós temos um sistema interligado. Quem sabe energia de Itaipu, energia nuclear, energia termonuclear, do Madeira, e quem vai pagar esta

conta? Quem vai pagar a conta? Porque vai ser uma energia caríssima.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Se não for feita a transposição... isso não vai resolver...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLY (PT-SP): Deputado Gadelha, Senador Valadares, infelizmente...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V.Ex^a. V.Ex^a diz, eu já respondi. Muito bem. Agora, eu estou em dúvida quanto é que o povão lá do seu Estado vai pagar de energia elétrica importada de outros Estados.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLY (PT-SP): Muito obrigado. Senador Tarso Jereissati. Infelizmente nós temos, não é possível Senador porque... Bom, Senador Tasso Jereissati, peço a compreensão a diversos Senadores e nós temos apenas 13 minutos de tal forma que fica, V.Ex^a se puder...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Suply, eu vou tentar ser o mais rápido possível porque acho que aqui já foram usados todos os argumentos. E infelizmente os argumentos técnicos, racionais não foram respondidos até agora de uma maneira clara, de uma maneira que nós possamos entender realmente quais as razões que levam algumas pessoas a se revoltarem de uma maneira sentida e legítima contra esse projeto.

Mas eu queria começar a dizer algumas coisas e o que me incomodou, inclusive, nessa discussão. Eu estava acompanhando parte desse debate pela televisão, mas quando vi alguns argumentos eu não resisti, tive que vir aqui porque realmente são argumentos que além de serem altamente prejudiciais a esse debate, para que esse debate seja salutar, transmitem uma inverdade que pode confundir a população brasileira tão necessária, mentalidade essa, para que os problemas do Nordeste possam ser resolvidos.

Eu queria dizer aos senhores, por exemplo, que essa questão do debate em relação à transposição do São Francisco, ela não começou agora. Não existe, Senador Suply, uma falta de debate sobre essa questão. Já neste Governo e todos sabem que eu sou opositor a esse Governo, acho que não existe nenhuma dúvida sobre a minha posição de oposição a esse Governo, mas há seis anos atrás quando começou a se projetar essa questão aqui neste plenário, nesta Casa, tendo a frente o Vice-Presidente da República foi feita uma primeira e grande discussão sobre este debate aqui nesta mesma Casa. Por esta razão, Senador Suply, não é verdade que esta Casa não tenha debatido esse assunto tendo sido o primei-

ro grande debate feito neste Governo para este específico projeto. Porque este mesmo projeto já foi muito discutido no Governo Fernando Henrique e já foi muito discutido até no Governo Sarney, anterior ao Governo Fernando Henrique.

Portanto, não é verdadeiro que não existe o debate. Esse debate tem se prolongado de uma maneira intensa tendo tido todos os setores, as oportunidades para mostrar suas divergências e suas diferenças.

Eu fui Governador do Estado do Ceará durante... três vezes durante 12 anos. E queria dizer aqui uma coisa especificamente a Dom Cappio que se está deixando levar por um argumento absolutamente não verdadeiro. De que Fortaleza tem mais água de que São Paulo. Isso é muito grave, meu querido Bispo. Porque pode levar a sensação de que a questão da seca é uma questão imaginária, ainda colocada e levada por falsas pessoas e que a questão da água no Nordeste não é um problema. Não se calcule, e aqui já foi dito de uma maneira muito clara. Mas não custa repetir, Senador Inácio Arruda. A água não se calcula pelo volume. A água se calcula pelo volume e pela disponibilidade. Ou seja, a água em São Paulo, a disponibilidade de água em São Paulo, a disponibilidade de água em Manaus, em Belém é completamente diferente do que o cálculo da disponibilidade, do volume de água necessária em Quixadá ou em Tauá, por exemplo, nos Inhamuns no meio do sertão cearense. Você pode ter dados técnicos em volume em Tauá, por exemplo, Senador, muito maior do que Belém, mas a disponibilidade é completamente diferente as razões e as geografias completamente diferentes.

Aos artistas aqui presentes eu queria lembrar que no meu primeiro ano de Governo em 1987 eu me defrontei com uma seca terrível, uma seca terrível. Eu gostaria muito que os senhores tivessem a oportunidade de conviver com centenas de milhares de pessoas num momento de seca no sertão do Ceará. Esse sertão do Ceará não é apenas nas áreas rurais. É nas áreas urbanas também. Falta água... falta água para beber de uma maneira quase que contumaz.

Agora, no ano seguinte nós tivemos uma cheia, uma cheia que inundou várias cidades do interior do Ceará, várias cidades ficaram inundadas e nós tivemos um problema seriíssimo. Já dois anos depois nós tivemos que conviver com a seca. E a seca é um conceito que eu queria aqui difundir, é diferente da seca do Senador do Rio Grande do Sul, do Senador Pedro Simon, por exemplo. Quando eu chego ao Rio Grande do Sul e ouço: Tal região está em seca. Eu pergunto: Há quantos anos não chove aqui? Eles dizem: "Há quatro meses. A situação é grave na região tal porque há quatro meses não chove na região tal".

A nossa seca é diferente. Seis meses de seca é anual, todos os anos. Todos os anos nós temos seis meses de seca. Agora, a nossa seca é quando seis meses que chove ou os quatro meses que chovem não chovem. Então... [soa a campainha] o nosso problema não é o volume de água, mas a regularidade de água. Isso aqui já foi muito bem explicado por vários técnicos, mas eu estou tentando explicar isso de uma maneira menos numérica para que se possa entender o problema. E nosso volume de chuva, como o nosso terreno diferente do terreno de Sergipe, por exemplo, é semi-árido, é cristalino, a água não acumula, ela corre. Não dando possibilidade nenhuma de que haja rios perenes, que os rios sejam perenes naturalmente. Em função disso nós temos sempre que estar com o volume de água muito grande armazenado na expectativa do que nós chamamos no inverno seguinte. Inverno para nós é chuva. Na expectativa do inverno seguinte porque se no inverno seguinte não chover, nós vamos morrer de sede se essa água, aí nós todos, ricos, pobres, ribeirinhos, não ribeirinhos, pequenos agricultores, grandes agricultores, etc e etc.

Então, essa concepção precisa ser modificada nessa discussão. Não é mais possível se usar o argumento nessa discussão, se é que se quer ter uma discussão realmente honesta e aqui foi usado o termo honesto por alguém nesse sentido, se é que se quer ter realmente uma discussão honesta não se pode usar esse tipo de argumento, tem que se primeiramente reconhecer: Falta água na região Nordeste Setentrional e nós precisamos encontrar uma solução para isso. A discussão se a chamada transposição do São Francisco é a verdadeira, ou a melhor, já é uma outra discussão. [soa a campainha] Mas o argumento de que sobra água no Nordeste e de que Fortaleza tem mais água do que em São Paulo é um argumento verdadeiramente absurdo e eu diria para todos nós cearenses até ofensivo. Eu queria dizer que eu também tenho coração aqui, como todos, é até ofensivo em determinadas condições como foi colocado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Permite apenas Senador Tasso Jereissati, nós temos três minutos de Sessão. Senador José Nery e mais uns dez estão aqui inscritos. O Bispo Dom Flávio Cappio gostaria de dizer uma palavrinha e como vamos resolver esse problema, peço que compartilhe comigo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu dou a palavra, aparte, se V.Ex^a me estender depois para que eu possa complementar meu raciocínio...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Um aparte, então.

DOM LUIZ FLAVIO CAPPIO: Apenas uma palavra muito breve de esclarecimento. Eu não disse que São Paulo tem menos água do que Fortaleza e Fortaleza tem mais água do que São Paulo. Não foi isso que eu disse. O que eu disse que a disponibilidade hídrica de cada habitante da Grande São Paulo de 18,5 milhões de habitantes é menor do que a disponibilidade hídrica por habitante/ano de cada habitante de Fortaleza que tem 3 milhões de habitantes. Foi isso que eu disse.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pois não. Eu gostaria que se o nosso Bispo tivesse realmente a intenção de levar essa discussão no maior nível de honestidade intelectual, desmentisse isso que o senhor disse, porque a palavra disponibilidade é diferente da palavra volume. Nós estamos falando de volume de água e volume de água aonde não existe disponibilidade, aonde não existe sistema permanente, constante de chuvas e aonde o solo é cristalino, a disponibilidade é muito menor do que a de São Paulo. O volume técnico pode ser até maior do ponto de vista técnico, mas a disponibilidade é muito menor. É isso que eu queria deixar bem claro. Isso é preciso ficar porque quem ouve pode passar a impressão que todos nós cearenses somos uns mentirosos e mal-intencionados como foi aqui colocado por alguns na discussão desse projeto.

A outra coisa que foi colocada aqui, Senador Suplicy, V.Ex^a vai me permitir mais dois minutos, a água que vai servir os mesmos. Isso também não é verdade. As águas vão para o mesmo reservatório, vão para, por exemplo, no Estado do Ceará o receptáculo desta água vai ser o açude Castanhão. Não significa que essa água vai ficar no açude Castanhão. Nós mesmos no Estado do Ceará já temos obras em andamento em que a água do Castanhão vai caminhar em direção do sertão central atravessando, portanto, as zonas mais secas e mais carentes de recursos hídricos. Ela não fica estacionada num grande estacionamento de água como é o caso do Castanhão. Isso é um engano. E hoje por que ela não vai ainda no volume? Justamente por causa dessa insegurança. Nós temos que manter um pulmão de água constante para evitar a eventualidade previsível de uma falta de água.

Eu ainda não entendi também e eu confesso que vim aqui com uma certa, [soa a campanha] com uma certa angústia que eu queria entender determinados argumentos. Eu vi pelos jornais, pela mídia, a oposição que existe ao projeto e vi muitas colocações feitas, por exemplo, em relação às populações indígenas, aos quilombolas, etc. Aí a minha pergunta é que também não foi dita aqui. Qual é o malefício que há desvio deste volume de água do São Francisco vai trazer para essa população? Qual é concretamente o

malefício? Eu gostaria de entender, de ouvir porque eu não ouvi nenhum argumento concreto sobre isso. “Não, vai prejudicar tais pessoas porque vão morrer de sede, porque vão morrer de fome em função disso, em função daquilo”. Eu queria saber qual é... porque isso é para mim importante. Porque é importante porque eu sou de uma terra em que pessoas [interrupção de áudio] e o Centro-sul do país é enormemente responsável por essas pessoas morrendo de sede. É enormemente indiferente a enorme distância de renda e de vida que existe nas populações nordestinas com as populações do centro-sul. Não tenho visto manifestações com tal grau de intensidade em relação à pobreza nossa que diariamente assola milhares e milhares de vida que vivem na miséria constantemente. E isso até hoje, e tem razão os que criticam, a distância, projeto São Francisco não é a salvação do Nordeste. Não é. De maneira nenhuma é a salvação do Nordeste. É um projeto que deveria estar inserido num projeto nacional muito maior do que esse que está aí de diminuir de uma maneira concreta, consistente, através da educação, através da saúde, através da infra-estrutura essa enorme diferença que existe entre o Brasil pobre e o Brasil rico. [soa a campanha] O Brasil pobre e o Brasil rico não está só dividido entre os ricos do Nordeste e os pobres do Nordeste. A verdadeira grande diferença que existe hoje entre o Brasil pobre e o Brasil rico são o Brasil do sul, o Brasil do centro-sul, o Brasil da avenida Paulista e da avenida Copacabana e o Brasil do Tauá, o Brasil dos Inhamuns, o Brasil do Quixadá, eu que não tenho visto, não tenho percebido nenhuma sensibilidade do centro-sul para que esse problema seja resolvido de vez. E quando uma questão como essa vem à tona não é possível se discutir isso sem a mínima racionalidade e sem ver o outro lado, a outra ponta do problema aonde tem pessoas muito mais pessoas morrendo também para ver quais são as reais consequências de uma falta de um projeto como esse. É isso que eu tenho a dizer.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPICLY (PT-SP): Queria informar aos Senadores que acabo de consultar o Presidente Garibaldi Alves e ele acordou que a nossa audiência possa se prorrogar até às 14h30, porque parece ser a vontade de todos. Então, Senador José Nery é o próximo inscrito. Agora, como há... eu acho que seria adequado. Senador José Nery, rapidamente se pudermos abreviar para 5 minutos já que obtivemos uma prorrogação, 5 minutos cada um.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só um instantinho, leia a lista de quantos inscritos têm, e vamos fazer uma proposta bem clara se

dá para todos ou não, porque só temos menos de 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador José Nery, César Borges, Wellington Salgado, Inácio Arruda, Pedro Simon, Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Heráclito Fortes.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu abro mão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu estou inscrita no lugar de Cícero Lucena e o Senador José Agripino na ordem do Senador Efraim. Eu acho que já está, inclusive, na nossa vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu tinha visto aqui seu nome riscado, perdão, e não tinha notado que de fato estava. A senhora será, V.Exª será a próxima, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente ...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Em seguida ao Senador José Nery, garanto a palavra a V.Exª.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, estou fazendo aqui um encaminhamento a questão de ordem da Presidência, antes de usar a tribuna no meu tempo previsto, porque o Presidente pode nessa circunstâncias da Sessão mesmo tendo horário regimental para iniciar a Sessão às 14 horas prorrogar. Eu acho que os Senadores que estão aqui e o Brasil que está nos assistindo, até porque as primeiras duas horas da Sessão Ordinária. Eu queria, Sr. Presidente, às duas horas da Sessão Ordinária estão destinadas para os oradores inscritos. Eu creio que nós podemos abrir mão e começar a Sessão Ordinária às 16 horas como prevê o regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): V.Exª tem a palavra por 5 minutos por acordo para que todos possam se pronunciar, por favor.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, Srs. Senadores, Senadoras, Deputados, representantes de organizações da sociedade civil aqui presente, Dom Luiz Flávio Cappio, enfim, me dirijo a todo o povo brasileiro em especial aos nordestinos que acompanham essa Sessão com muito interesse.

Também quero agradecer a presença de diversas organizações da sociedade civil, do MST, do CIME(F), da ONG Humanos Direitos e aqui a presença da atriz Letícia Sabatella, Osmar Prado, enfim, a todos que contribuíram, os estudiosos para que esse debate fosse realizado no nível em que vem sendo tratada essa im-

portante questão que tem haver com uma visão sobre qual é efetivamente a concepção de desenvolvimento, de modelo de desenvolvimento que preside as grandes decisões nacionais, especialmente uma cultura estatal que tem forte influência das elites políticas e econômicas que historicamente comandam, dirigem este país para favorecer principalmente os interesses de poderosos grupos econômicos, financeiros, industriais, de toda a ordem, mas pouca sensibilidade tem para pensar os projetos, não os mega projetos, mas projetos viáveis, projetos alternativos que efetivamente sirva de instrumento permanente de combate às desigualdades à violência sobre o qual a maioria do nosso povo tem sido historicamente submetido.

Portanto, o Projeto de Transposição do rio São Francisco da forma como convencionamos chamar é mais um desses, seguramente. Que foi concebido e como dito aqui pelos estudiosos, pelos mais... pelos técnicos mais abalizados, na verdade, não tem o sentido como muitos querem fazer crer de levar realmente água para a maioria do povo nordestino. Sou cearense de nascimento, Amazônia, paraense de coração adotado pelo povo do Pará, e aqui exerço esse mandato em nome do povo do Pará. Quando vi aqui a Senadora Rosalba, disse: "Nery, vai falar, mas diz que lá na tua terra tem muita água". É verdade. A Amazônia tem muita água. Mas igualmente... e o nosso Nordeste é desprovido desse bem natural necessário à reprodução da vida humana, das plantas, da natureza, fundamental. Porém a grande questão que se coloca é que se no Nordeste falta água como a maioria das pessoas, o Norte, o Pará, a Amazônia tem água em abundância com rios perenes, o volume disponível de água é realmente fabuloso. No entanto, é bom dizer aqui também que a maioria do povo da Amazônia no Pará não tem água potável em condições adequadas para o consumo. O que diz... o que desmente a tese de que a salvação nacional para o Nordeste é a transposição. O que disse também e denuncia que é a política de gerencialmente dos recursos hídricos do Brasil que está voltada não para atender as maiorias, porque mesmo aonde tem abundância, volume de água para servir as populações e elas não chegam a quem realmente precisa.

Por isso, Sr. Presidente, queria fazer uma homenagem a Dom Luiz Flávio Cappio, a todos os movimentos sociais e populares que resistem na luta para que essa discussão tenha realmente... [soa a campanha] a abrangência necessária. Sei dos debates que já ocorreram, porém, o Congresso Nacional, o Senado da República não pode continuar omissos, mesmo quando o projeto já estando em fase de execução, mas há graves questionamentos.

Eu queria, Sr. Presidente, Senador Eduardo Suplicy, sugerir como uma das medidas desse nosso debate, entendendo a necessidade da continuidade dele em que todas as posições sejam e continue sendo francamente expostas. Mas o Congresso Nacional mesmo com a obra da transposição já em andamento, não pode se omitir de acompanhar com o devido interesse em nome do povo brasileiro... [interrupção de áudio] [soa a campainha] sugiro, então, Sr. Presidente, possamos constituir uma Comissão Mista do Congresso composta por Deputados e Senadores, uma Comissão de representação externa para acompanhar, monitorar, dar seqüência a esse debate, até porque possamos nesse debate encontrar formas alternativas de responder a ansiedade, os questionamentos de ambas as partes envolvidas com esse projeto, os que defendem a transposição e os que são contra a transposição.

Portanto, acho fundamental que o Congresso Nacional acompanhe esse projeto da forma que ele está previsto, mas também buscando alternativa, inclusive, quando conversava há pouco com o Senador Heráclito Fortes e concluo com isso, concluo com isso, Sr. Presidente, pensando, concluo com isso, Sr. Presidente [soa a campainha] pensando principalmente o projeto de revitalização do rio São Francisco, mas não só isso, um grande projeto de revitalização de proteção às nascentes dos diversos rios brasileiros ameaçados pela devastação, pela pouca fiscalização do Estado que permite que agressões continuem sendo cometidas contra os nossos recursos naturais, especialmente os recursos hídricos. Essa, então, é a proposta que faço a consideração e ao exame nas Comissões do Senado, nesse próprio Plenário para a continuidade desse importante debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): A proposta deverá ser examinada depois... na hora oportuna. Senadora Rosalba Ciarlini tem a palavra. Em seguida Senador Agripino que eu notei que estava aqui no lugar do Senador Efraim Morais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, senhores convidados, muitas senhoras, meus senhores. Eu cheguei a esta Casa pela generosidade e confiança do povo do Rio Grande do Norte como sua primeira Senadora, trazendo a defesa intransigente da transposição do rio São Francisco. Não porque tenha sido convencida por A ou B. Convencida desde que nasci há 55 anos porque eu nasci no semi-árido. Eu sei o que é tomar água salobra porque a minha cidade que hoje é a segunda cidade, a cidade do sal, a cidade do petróleo, lá no Rio Grande do Norte, da fruticultura, naquela época, a água vinha de poço subterrâneo, sa-

lobra, pesada. Eu sei o que é ferver água duas vezes, botar numa quartinha porque se não vai lhe prejudicar a saúde. Eu fui convencida não pelos livros que contavam a história da seca, não por assistir o teatro: Vida e morte Severina. Eu fui convencida porque eu estava lá vendo sofrimentos que vinham do campo, vendo aqueles que morriam implorando um copo d'água. Eu fui convencida, Senadores e Senadoras quando me formei em medicina e voltei para minha região, quando via a procissão dos anjinhos que morriam porque não tinham água de qualidade. Eu fui convencida quando fui Prefeita três vezes da minha cidade lancei um programa de fazer o enterro do carro-pipa. Perfurei 400 poços e não foi suficiente porque o poço lá do calcário Jandiara a água é salobra. E aí eu trouxe o dessalinizador, mas muitas vezes não podia colocar porque o dessalinizador precisa de vazão. Tem lugares que você perfura com 80 metros é uma água pesada, outras vezes com 80 não chega, 120, 240. O Sr. Rômulo Macedo aqui é testemunha que briguei com a PETROBRAS, muitas vezes, quando não encontrava petróleo, Agripino, não só testemunha, mas meu auxiliar, quantas vezes fomos a PETROBRAS brigar por aquele poço onde não encontrava o petróleo, mas encontrava água do Arenito Açú que fica a mil metros que sai térmica mineral para dali fazer uma adutora para uma comunidade que morria de sede, que batia a minha porta com as latas d'água pedindo: Prefeita, pelo amor de Deus uma lata d'água para matar a sede dos meus filhos, para que meu animal não morra, para que eu possa ter condição de poder irrigar o mínimo de capim, para que eu possa ter o feijão. Eu cheguei convencida pelo que eu assisti, pelo que eu sei que sofre a nossa região. Lutei e como lutei. E foi uma alegria muito grande, eu era Prefeita quando foi assinada a ordem de serviço lá na minha cidade para a construção da barragem de Santa Cruz que foi concluída já no Governo Fernando Henrique o sonho secular. Dos estudos que vinham do INFOX desde o início do século passado porque a barragem de Santa Cruz era importante para dar condições ao rio Mossoró de trazer água para uma região onde nós temos, talvez, as terras mais férteis do país que é a Chapada do Apodi e que o homem não pode dali tirar a sua sobrevivência porque faltava água. É verdade que a barragem foi feita, que os canais de irrigação ainda não foram feitos, pequenos, é para o pequeno, não é para nenhum grande proprietário. Mas isso é uma outra questão que nós estamos lutando. E vamos conseguir. Mas é preciso, sim, a transposição, é necessária. É apenas 1,4% daquilo que a barragem Sobradinho não é lá no início do rio não, minha gente, é o que a barragem sobradinho está soltando diariamente. Quando se fala em 129 milímetros cúbicos,

não é isso, são 26,4. 129 é quando ela estiver cheia, sobrando, que vai ser um benefício, porque senão vai inundar as cidades. Por ser uma defensora intransigente e convencida, convencida pelo que eu já assisti, pelo que eu vivi, pelo que lutei que eu quero dizer [soa a campainha] também aos meus colegas da Bahia, de Sergipe que também estou na luta pela revitalização. Não quero que chegue a água da transposição morta jamais. Eu quero água viva que vai dar vida ao meu povo sofrido que passa sede, eu quero água viva que vai fazer a reforma agrária decente que tem água porque eu tinha na minha cidade e tenho ainda quando Prefeita eu vi também a reforma agrária sem a água, lutando para levar água para aqueles assentamentos numa luta inglória, difícil, desesperançosa.

Então, eu estou aqui para dizer, o que nós queremos. Nós queremos é que o São Francisco, que eu não sei quem teve a iluminação de colocar esse nome São Francisco [interrupção de áudio] o santo da generosidade, o santo dos pobres, se faça esse projeto que é projeto de solidariedade. Brasil, o Brasil solidário é água para quem precisa, para desenvolver também pequenos projetos que gere renda, emprego, vida, água viva [interrupção de áudio].

Finalizando, só para finalizar dizer, que trago aqui uma carta do nosso, do Arcebispo, Bispo Dom Heitor Sales, irmão do cardeal Dom Eugênio Sales que gostaria, não sei se é possível, acho que já extrapolei o tempo, de lê-la. Ele preside o comitê em defesa da transposição do rio São Francisco no meu Estado. Mas já que o tempo está curto, eu passarei a Mesa e gostaria de dizer. Dom Heitor ao lado de Dom Eugênio, são Defensores sabe por quê? Porque eles são do Acari, da região lá do seridó que também falta água, eles também sentiram quando criança o que era ter um copo de água salobra por dia e ele faz esse depoimento aqui na sua carta. Fica para que seja registrado nos anais dessa Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente. [interrupção de áudio]

[aplausos]

**SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUP-
PLICY (PT-SP):** A solicitação de V.Ex^a será atendida. Tem a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados. Dom Cappio, eu não o conhecia pessoalmente, já tinha visto a sua imagem muitas vezes em fotografia e em vídeo, e guardo do senhor a imagem de um homem santo, de um homem que pode provocar emoções, que pode como os atores que aqui se fazem presentes, fazer opinião.

Deputado Ciro Gomes, V.Ex^a foi Governador quando eu fui Governador, V.Ex^a como o Senador Tasso

Jereissati, uma vez e a Prefeita Rosalba transmitiram aqui emoções. Dom Cappio, aqui ninguém tem o direito de fingir, principalmente se se trata de emoção. Eu fui Governador com 36 anos de idade pela primeira vez e no meu primeiro Governo eu enfrentei na largada do Governo, eu era quase um menino, tinha 36 anos, pouca experiência, tinha sido Prefeito e Governador. Na largada do Governo eu enfrentei uma seca pesadíssima, seca de 82/83. O senhor me parece um homem santo e deve como eu, deve ter já convivido com as dificuldades do homem do campo, principalmente dos mais pobres.

Dom Cappio, eu como o Tasso, como Rosalba, como o Ciro, como tantos que aqui falaram, como o Marconi, tem a experiência da convivência com a seca do Nordeste. Dom Cappio, pior do que não ter a água é não ter a certeza da água. Eu me lembro muito bem da seca de 82/83 e da amargura que eu passei na cidade de Santa Cruz, que era a capital da região do Trairi, eu desloquei metade do Governo para lá para tentar sobreviver as pessoas. Não era um pé de coentro, não é uma plantação de nada, era a sobrevivência de pessoas, era homem, mulher e menino, moços e velhos. Eu digo isso porque esse debate democrático que o Congresso proporciona tem que produzir efeitos sobre a consciência de todos, dos que pensam a favor e dos que pensam contra. E as emoções que cada um de nós viveu, sejam os atores, sejam os políticos, têm que ser percebidas por cada um de nós para que nós busquemos o melhor para o país. Não se está aqui buscando o convencimento pelo simples convencimento. Está aqui se buscando o melhor para o país. O que é que se está querendo com a transposição do São Francisco? Garantir a certeza da água. A barragem de Santa Cruz existe, está cheia, mas existe e está cheia hoje, amanhã ela pode não estar cheia, ela não pode ter água de beber nem água de irrigar. A barragem de Santa Cruz que fica no Município de Apodi no meu Estado é beneficiária direta do Projeto de Transposição do São Francisco. Se eu tivesse uma alternativa para garantir a certeza da água da barragem de Santa Cruz eu seria sensível aos argumentos que aqui colocados contra a transposição, mas eu não tenho alternativa nenhuma, eu só tenho essa e mais nenhuma. Eu não tenho como transpor água do rio Tocantins para o Nordeste, dá para transpor do Tocantins para o São Francisco e do São Francisco redistribuir. Então, eu tenho que me costurar com as minhas próprias linhas, eu tenho que encontrar a saída. “Ah, vou aproveitar melhor as águas da barragem do Castanhão, da barragem do Açú”. E se ocorrerem como já ocorreram tantas vezes três anos de seca? Esses açudes vão chegar ao seu nível crítico e não vai ter água de

beber. A cidade de Santa Cruz, não é da barragem que eu acudi como Governador passada a seca teve uma solução, uma barragem perto da cidade. [interrupção de áudio] Esta barragem que acumula água se você não tiver alimentação permanente para ela, ela seca. A solução que foi dada não é a solução que garante, com certeza, a água. Para garantir com certeza a água, é preciso Projeto de Transposição do São Francisco que não garante água de irrigação e água de beber o tempo todo. De beber sim, de irrigação só se tiver. É um processo de fusível que se coloca ao projeto, água de beber e aí vai a carga de emoção dos que falaram, água de beber, é garantida inverno, verão, ano sim, ano não, todos os anos. Água de transposição para irrigação não, só se tiver.

O que eu gostaria de que nós raciocinássemos sobre isso e veja bem, aqueles que são contra a transposição precisam sair daqui convencidos que são contra à única solução que o Nordeste que passa sede tem para resolver o seu problema.

Dom Cappio, eu quero fazer uma proposta, o senhor faz opinião, o senhor é uma homem santo, eu lhe respeito, eu sou amigo de grandes figuras da igreja que pensam diferentemente do senhor, mas não vou usar isso como argumento. Eu queria ver se sensibilizava o senhor com o seguinte. Primeiro. Se tivéssemos uma alternativa para matar a sede das pessoas do Nordeste mais seco eu estaria cavalheirescamente me sentando na Mesa de negociação com o espírito de encontrar saída. Não tem.

Segundo ponto. O projeto é feito para garantir a certeza da água levando água do São Francisco para encher os reservatórios que já existem [soa a campainha], já encerro. Ou com a construção de outros reservatórios que vão garantir a perenização de rios. Rio perene em Nordeste seco é água certa. Rio perene é feito com barragens sucessivas que estão partes feitas e partes vão ser feitas alimentadas pela água do São Francisco que só vai vir para garantir o fluxo da água de beber, de irrigação quando puder. Mas que concordem comigo. Vamos... ensarilhe as armas, vamos permitir que o projeto continue fazendo... em rodovia, Marconi, em rodovia, Ciro, muitas vezes você começa a estrada do começo para o meio e do fim para o meio. Por que nessa obra não podemos fazer pelo menos um pacto de entendimento agora, de fazermos, Dom Cappio [interrupção de áudio] [soa a campainha] ao nordestino mais pobre que está enxergando nesse momento a oportunidade de encontrar uma solução na disputa de nordestinos com nordestinos. Por que a gente não completa as obras previstas no projeto? A barragem de Oiticica, por exemplo, no meu Estado que vai perenizar o rio Apodi que vai dar a certeza da

água para uma imensa região como a do seridó que hoje está ameaçada de sede. A cidade de Caicó, a cidade de Currais novos, a cidade de 30, 40, 50 mil habitantes, 80 mil habitantes estão passando sede. A barragem de Oiticica que faz parte do projeto feita seria o projeto do fim para o meio, garantiria, pelo menos, uma solução para a sede daquela região e daqueles Municípios. As obras...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Peço a V.Ex^a que conclua.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Estou encerrando. As obras que signifiquem a certeza da água de beber, a certeza da água de beber não serão objeto de discussão. Porque se o forem vai se estabelecer uma disputa de brasileiros contra brasileiros em torno de uma causa que ninguém pode ser contra, que é matar a sede do povo. Vamos encontrar o caminho da discussão, de se fazer aquilo que é importante na ponta do projeto e ver com racionalidade, somando as inteligências para encontrar o caminho da solução para que os mais pobres não paguem o pato de uma discussão que não pode ir tão longe. Não pode passar, Dom Cappio, por greve de fome, nem por discurso inflamado inconseqüente, nem por uma coisa nem outra.

Eu gostaria que esse encontro, que reunião tantas pessoas importantes, resultasse pelo menos nesse momento de reflexão para que pudesse [interrupção de áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Senador Agripino...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Já encerro. Para que pudéssemos encontrar caminhos de solução através de atitudes que ninguém seria capaz de contestar, mas que estariam viabilizando a solução para a sede do Nordeste pobre.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Senador Inácio Arruda tem a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Cadê o Sibá?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPOLICY (PT-SP): Está em seguida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, convidados que acompanham essa audiência pública nesse momento, eu considero um esforço, quer dizer, mais um esforço grandioso de debate público sobre o tema da transposição. Eu sou lá do Ceará, Estado do Ceará. Eu sou de Fortaleza. Nós temos examinado os anais da história. Desde o ano de 1847 que se discute no nosso Estado como minimizar. Minimizar, não é resolver, de forma absoluta esse drama que vive a população

nordestina. Minimizar. Ciro disse aqui, nós não queremos a redenção porque não é, seria enganoso alguém chegar e dizer: Com esta obra ok, está tudo resolvido. Não é verdade. Tem muita coisa para fazer após essa obra. No Ceará, eu digo aqui, Tasso falou aqui para todos nós. Eu sou oposição a esse Governo e eu fui oposição ao Governo dele, embora, tenha participado no primeiro instante para elegê-lo, mas depois ficamos na oposição. Fui oposição também ao Governo de Ciro. Quantos embates nós realizamos. Mas havia uma coisa que nos unia, quer dizer, garantir água para o povo do Nordeste, para o povo do Ceará, nascido em cima de uma pedra no semi-árido, ah, isso não podíamos nos dividir, nunca, jamais. Nós podíamos brigar nas nossas posições políticas, ideológicas, nesse campo nós podíamos arengar à vontade, mas na defesa intransigente do interesse do povo do Estado Ceará aí não, e assim eu acho que é a Paraíba, o Rio Grande do Norte, pegar essa região toda dos Inhamuns no Ceará, pegar essa região toda do sertão central Cearense, uma região de pedra onde a água não consegue se armazenar minimamente em lugar nenhum, praticamente. Caiu a chuva ali desce tudo para o mar, mesmo na região Ibiapaba, onde você pode armazenar um pouquinho, as águas nossa bate no Ibiapaba e cai para o Piauí, para perenizar, ajudar a perenizar o rio Parnaíba. Não ficam na nossa região.

Então, nós corremos por todos os meios, para todos os lugares, para buscar minimizar este efeito. Água para beber, para o povo beber. Porque água para o povo do Nordeste beber e para o povo do Ceará beber tem impacto econômico gigantesco. O povo do Ceará bebendo água, tendo água garantida, tendo essa garantia não vai sair correndo para o Norte, para o centro-oeste, para o sul. Ele tem meios, um dos meios mais vitais para sobreviver na sua região que é água para beber. Isso tem um impacto econômico sem igual. É uma garantia absoluta de que ali eu posso efetivamente sobreviver.

Então, esse é o efeito que nós temos que raciocinar sobre ele. Depois vamos examinar a obra, vamos examinar a questão da revitalização do rio São Francisco. Sinceramente, é despropositada essa discussão. Sinceramente. Vamos examinar no tempo, na história. Quando é que recebendo os royalties da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, desde o seu nascimento, desde o seu nascimento que se recebe royalties dessa companhia [soa a campainha] pela geração de energia elétrica, porque nesse tempo todo não se revitalizou o São Francisco? Pelo amor de Deus. Por que não se recuperou a mata ciliar? Por que não se fez as obras de saneamento necessárias nessa região? Agora e é para efeito simbólico mesmo, é para efeito... não é de

redenção, é para efeito simbólico. Agora que se quer tirar uma cuia d'água do São Francisco, para despejar numa região enorme do Nordeste Setentrional se cria uma polêmica que nem o Inferno de Dante seria capaz de retratar. Sinceramente. Sinceramente. Eu digo Inferno de Dante porque foi encomendado pela igreja. P fica o assunto resolvido. Sinceramente, não há no tempo uma injeção de recursos maior no trabalho de revitalização do rio São Francisco [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Não há no tempo uma injeção de recursos maior para a região do que está acontecendo agora com o projeto de interligação de bacias. Esse filete d'água destinado para essas regiões. E o que é que isso significa lá para o meu Estado do Ceará? Significa que a barragem de Arneirós, lá em cima nos Inhamuns não precisa jogar água no Orós, nem do Castanhão para o Castanhão jogar em Fortaleza. A água de Arneirós pode ficar para sua região. Então mesmo que a água do São Francisco chegue no Castanhão, que diríamos, é para o mesmo lugar, é para os mesmos, mas o Arneirós não precisa soltar mais água de lá para cá para abastecer o Castanhão para abastecer Fortaleza para abastecer a região Metropolitana. Então, a água do São Francisco está indo para cima também, indo lá para locais onde [interrupção de áudio] porque o próprio Orós pode jogar água para adutoras até subindo. Você bombeia para cima para atender Municípios enormes, são populações urbanas enormes. Não é população difusa. População difusa tem outros projetos com apoio do Governo, com apoio das instituições nacionais que estão em curso. Estão aí a cisterna de Baça(F) com a ONG ASA do Nordeste aplicando recurso do Governo Federal, dinheiro do Governo Federal. Então, a água lá da população enorme de Iguatu e outras regiões pode ser atingida por Orós. O Castanhão mesmo pode jogar parte dessa água subindo para poder garantir a sobrevivência dessas populações acima. Eu imagino que só quem não teve que pegar uma picareta para arrombar um cano da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará para ter água em Fortaleza é que não compreende o impacto que tem a interligação de bacias. Tem outras alternativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Para concluir, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Existem outras alternativas, concluo, Sr. Presidente. Existem outras alternativas? Sim. Existem outras alternativas, elas se somam, elas não se separam, elas não se inviabilizam. Uma não pode inviabilizar a outra, a ligação de bacias do São Francisco, essa cuia d'água, uma tomada de água ali depois de Sobradinho que regulariza esse rio, que não fosse essa regularização, talvez,

sim, talvez o rio estivesse em situação muito pior. Essa tomada d'água não inviabiliza o programa de cisterna de Placa, não inviabiliza nenhuma outra alternativa no Nordeste brasileiro. Mas jamais pode-se argumentar que tendo outra alternativa essa seria impossível de se praticar argüindo que a água vai para os ricos, vai para os latifundiários, vai para os milionários. Lá no meu bairro, companheiros, para atender o povo da população pobre do bairro que eu nasci na cidade de Fortaleza essa água chega e é importante para o nosso desenvolvimento. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Sibá Machado, Eduardo Azeredo e Heráclito será o último.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Tenho a palavra, Presidente? Muito obrigado. Senador Supply que preside essa Sessão, em primeiro lugar eu quero parabenizar V.Ex.^a pela iniciativa, acho que foi muito acertado. Acredito que número significativo de pessoas devem estar assistindo a TV Senado, nesse momento, dado a riqueza da conversa que nós estamos a realizar aqui.

Conversei vários momentos aqui na Casa, especialmente com o Deputado Ciro Gomes, tirando dúvidas pontuais do projeto porque não sou versado no projeto, procurei algumas informações, é claro. E somente agora que desejo conhecer profundamente. Mas mesmo assim, desde um ano atrás, quando nós tivemos os primeiros grandes debates na Casa sobre transposição do São Francisco, eu perguntei a alguém da ANA, da Agência de Águas, que pudesse me dizer onde é que eu poderia visitar uma experiência de transposição, e fui aconselhado a ir no Rio de Janeiro. Foi lá que eu conheci a experiência do rio Paraíba do Sul do Rio de Janeiro. Achei aquilo muito interessante porque é um rio menor, esqueci o nome dele, que passa numa cota de 50 metros mais alto do que a própria cota do rio Paraíba. E naquele ponto de 50 metros é feito uma transposição da água que consome naquele momento cerca de 120 megawatts. Constrói-se um lago, é um lago natural de altitude, do qual tem cerca de 180 metros de profundidade, que a água que abastece 98% da população da Grande Rio de Janeiro, é uma água tão pura, tão pura que a Companhia de Águas me disse que adiciona simplesmente o cloro. É uma água praticamente própria para o consumo humano. E nisso tudo me fez lembrar que se imaginemos um Estado de guerra e alguém joga um veneno, uma coisa naquele manancial, o Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro estará com seriíssimos problemas de abastecimento.

Outra coisa que me chamou a atenção é que nesse debate da solidariedade, esse é o nome que eu estou usando, de água do rio São Francisco para outros nordestinos, um rio quase que eminentemente nordestino para outros nordestinos, eu quero comparar Deputado Ciro Gomes com o Sistema Nacional de Energia Elétrica de hoje. O que o Sistema Nacional de Energia Elétrica de hoje faz? Que o Brasil produza energia elétrica de diversas fontes para que todos os brasileiros recebam também energia elétrica. E eu vou lembrar aqui a chamada Conta CCC. A Conta CCC é uma conta que todos os brasileiros pagam no consumo de energia elétrica um delta a mais na sua conta de energia para que a Amazônia, pasmem, que é uma das grandes produtoras de energia hidráulica possa receber energia elétrica nas áreas do qual os moradores não têm acesso ao fio convencional. Portanto, se paga um delta a mais na conta de energia para que aqueles que não têm energia de outras fontes receba energia da fonte térmica que hoje infelizmente é diesel. E que nós estamos num esforço muito grande para substituir a fonte de diesel por outras fontes. Inclusive, agora o Jornal Nacional divulgou uma dessas riquíssimas experiências que eu me sinto orgulho de ter participado, que encontrei uma pessoa, um técnico aqui de Brasília que produziu um fogão a lenha, fogãozinho simples a lenha que gera energia elétrica. Levei para o Estado do Acre, e o Governador abraçou a idéia, e hoje nós temos as primeiras famílias do seringal do Xapuri tendo energia elétrica a partir desse fogão.

Então eu queria fazer essa comparação para dizer que o projeto, claro, não entendo na raiz dele, mas posso dizer, qualquer defeito que ele venha a ter vamos discutir no mesmo tamanho que nós estamos discutindo a situação da energia elétrica. Ele pode estar cheio de problemas, eu acredito nisso, mas tem um ponto que é o ponto fulcral do nosso debate que é de fazer com que um grande número de pessoas nordestinas que não têm água hoje receba a chamada água solidária.

Então, eu vou aqui acreditar nos números que me foram passados. Fiz a primeira pergunta, porque eu fiz essa pergunta lá no Rio de Janeiro. Qual a altitude, o ponto mais alto de onde a água vai chegar em relação a captação? 160 metros de altitude. Qual o volume de energia elétrica que se precisa para empurrar esta água até este ponto? Cerca de 300 megawatts. Quais os pontos de queda de água que é possível gerar também energia elétrica? Cerca de 170 megawatts. E qual o déficit da geração da própria energia. 130 megawatts. E de onde vem os 130 megawatts? Do Sistema Nacional. Quem vai pagar os 130 megawatts? Todo mundo! Todos os brasileiros vão pagar os 130 como pagam

até hoje todos os megawatts consumidos de energia elétrica pelos amazônidas.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, porque sou hoje do Acre há 22 anos, mas sou nascido do Estado do Piauí, e falar um pouco da tristeza do sertão eu também vi, e fui visitar trechos lá, a usina de Xingó e vi alguns números que digo aqui, nobre Deputado [interrupção de áudio] quando uma pessoa que não é da área, fala de um número errado a gente até desculpa, mas um engenheiro eu não posso aceitar. Vi um número ali que diz: Que se tirar os 26 m3 de água do rio São Francisco, todas as usinas do sistema CHESF, [interrupção de áudio] cento e... me desculpe, mas vou resumir, em 100 megawatts. Aí eu faço a pergunta: Se 26 m3 de água naquela vazão vai poder perder 100 megawatts de energia, por que as outras captações que são feitas, que foi dito aqui de 80 m3 para irrigação num ponto, 60 noutro, somados, não já faliu todas as usinas, então, do rio São Francisco?

Portanto, eu fico pensando nessas coisas, está na hora da gente botar o pingô nos is. [palmas] É preciso colocar o pingô nos is. Uma coisa é certa, tem problema? Pode ter problema. Mas o Governo enfiou sim no projeto a idéia da revitalização do rio, e eu sou testemunha disso, acompanhei no debate. Está colocado sim que não responde pelo Atlas que a Agência de Águas construiu que ele vem complementar a idéia da transposição avançando um pouco mais nos pontos que a própria transposição não vai chegar e mesmo assim ainda vai ficar pessoas... [interrupção de áudio][soa a campainha] nem de uma fonte, nem de outra e que, portanto, vale todas as iniciativas, como eu pessoalmente estou trabalhando, todas as iniciativas no sentido da energia elétrica, eu gostaria muito que nós pudéssemos abrir o debate, de que todos os engenheiros, os intelectuais brasileiros, emprestem a sua inteligência para que resolva definitivamente o problema da seca do Nordeste brasileiro.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, senhoras e senhores, eu represento Minas Gerais, e mineiro por natureza ele é desconfiado e 70% da água do São Francisco sai de Minas Gerais. Então, nossa cautela é evidente que nós sabemos bem a necessidade que tem o Nordeste, o mineiro sempre teve a característica também da solidariedade, de entender a importância de um Brasil igual, não termos uma região desenvolvida, outra sem desenvolvimento, isso tudo nos passa à mente uma maneira de ver esse assunto com mais

calma. O assunto é de discussão política, é de discussão romântica até em alguns momentos. É uma polêmica que divide sim, dentro dos partidos não tem unanimidade, nenhum partido tem uma posição, todos os partidos têm uns de um lado, outros de outro. De maneira que eu queria aqui botar algumas questões pontuais. Não contribui nada algumas falas que foram feitas aqui que... eu prefiro debitar no excesso, no entusiasmo, “está faltando democracia”, disse bem o Tasso Jereissati. Tá faltando democracia, não. Eu também assisti vários desses debates, foi muito difícil retornar a democracia no Brasil, o Brasil vive felizmente um Estado Democrático pleno. “Está faltando coragem aos homens públicos”. Não está faltando também não. O homem público apanha muito. Apanha demais da conta. É muito fácil xingar homem público. O homem público tem muita coragem, coragem até demais. Tem coragem muito para enfrentar os problemas que existem no país e que são presentes. Assim também é que eu acho que a gente tem que deixar de lado essa coisa de nunca nessa história do país. E aí eu vou entrar no que meu interessa mais que é a questão da revitalização. Não é verdade que nunca na história do país se fez uma revitalização, está fazendo agora. Eu na vejo isso lá em Minas Gerais. 70% da água vem de Minas Gerais, as cidades mineiras tem carência de tratamento de esgoto, tem carência de abastecimento de água, mesmo aquelas que são ribeirinhas ao rio São Francisco. Nós temos problema de assoreamento, temos problemas nas matas ciliares que precisam ser plantadas e replantadas. Nós temos, portanto, a busca da revitalização. É fundamental que para que a água chegue, ela tenha a garantia da renovação. E para essa renovação precisamos de ter revitalização de fato. Eu até ouvi aqui o representante do Governo Federal falando que tem uma série de ações nessa área. Vamos esperar para ver. Eu não tenho visto tanto.

Outro ponto é a questão da outorga, mas o Ministro Ciro Gomes, meu amigo particular já me deu informações contestando, porque outra questão é que nós mineiros queremos, porque se tiver toda essa outorga para a transposição, a informação é de que nós não poderíamos mais fazer nenhum projeto de irrigação em Minas Gerais porque a outorga estaria coberta, mas o Ciro disse que não, que não é bem assim, então vamos verificar esses outros números. A questão de quem é beneficiário ou não, acho que é muito bom colocar aqui o que é correto. Esse projeto não é para acabar com a seca, com a sede, é um projeto que tem um interesse econômico, mas também não vai atender 12 milhões de pessoas não. Às vezes fala 12 milhões. Os números que nós temos fala de 3 milhões e pouco, a população que realmente que vai ser beneficia-

da pela água. Esses são os números que nós temos levantados por Minas Gerais.

A questão também da vazão, a vazão 26 m3 por segundo, é vazão mínima, pode chegar a 127 m3, então não é bem assim, 26. Ah, mas vamos transportar 50 m3. Tá bem. Como vai fazer para garantir esses 50 metros? Vai soltar mais água de Três Marias, vai esvaziar o lago de Minas Gerais, vai fazer um processo desse para poder garantir a água? É outro problema. A gente tem...

DEPUTADO CIRO GOMES (PSB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na cheia, diz o Ministro Ciro. Então o que é importante [soa a campainha] que nós queremos ver é realmente a questão toda da revitalização. Esse é o ponto fundamental para que possamos ter a água disponível para um projeto como esse. A questão do peixamento, o rio já foi muito mais piscoso do que é hoje, ele já deu vazão aos moradores da região com muito mais intensidade a fome através da alimentação de peixes e hoje nós temos um rio que é poluído, que tem riscos de morrer sim, que tem a questão toda do assoreamento, a revitalização é fundamental. E vamos realmente caminhar num processo que eu espero que seja um pouco menos acalorado, que seja mais dentro da realidade de números, de dados, continuarmos a discussão é importante um pouco mais técnica que nós possamos ter de maneira que tenhamos argumento de um lado, argumento de outro [interrupção de áudio] é um ponto importante. A nossa posição, a posição dos mineiros é uma posição contrária sim, mas é uma posição contrária, como eu disse bem da nossa natureza de desconfiar. Nós queremos ver primeiro. Talvez seja um bom caminho essa questão de um primeiro trecho ser feito, depois se discutir o segundo. Aí você teria só uma primeira, uma vazão sendo liberada, não a totalidade prevista já que a obra está se iniciando. Mas é tempo ainda sim de fazer os ajustes necessários. Muito obrigado. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Finalmente o Senador... muito obrigado. Finalmente o Senador Heráclito Fortes, em seguida proponho que demos, possamos ouvir a conclusão depois dos oradores uma brevíssima palavra de Dom Luiz Flávio Cappio para encerrarmos a Sessão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Srs. Deputados, autoridades aqui presentes, senhores debatedores. Após de uma manhã toda de proveitosa audiência pública, nós chegamos à primeira conclusão de que este é um projeto polêmico, [ininteligível] e nem poderia ser.

Vimos desfilar aqui opiniões das mais diversas, defesas convincentes, uns contra e muitos deles também com argumentos fortes, mas eu quero em primeiro lugar eu quero Eduardo Suplicy que preside esta Casa parabenizar o Dom Cappio. Não entro no mérito do protesto que ele fez, mas entro no resultado do protesto. Foi exatamente esse protesto que proporcionou a discussão aqui e agora no Congresso Nacional... e trouxe para cá esse debate para que amanhã e para que no futuro ninguém diga: Eu não sabia. Os que defendiam e os que eram contra. Porque é preciso que aconteça exatamente o que está acontecendo agora essa discussão.

Eu sou de um Estado que não se surpreende quando vê projetos impactantes dessa natureza? Eu sou o Nordeste do Nordeste, o refugio. E era natural que o Piauí não fosse sequer olhado nessa questão. Mas eu quero lembrar que o primeiro projeto envolvendo a transposição do rio São Francisco vem da década de 30 e era de autoria de um geógrafo chamado... engenheiro geógrafo chamado Jurandir Pires Ferreira e alegava que seria feito por gravidade tornando bem mais barato. Nós todos esperamos muito. Aí o Mão Santa que o diga. Nada. Agora vem-se com esse novo projeto, produto da verdade, de discussão de vários Governos. Mas é bem verdade também que nem todos os Governos estudaram o mesmo projeto. Nós tivemos Governo que defendia um caminho, outro que defendia outro caminho e espero que os técnicos em algum momento tenham razão. A única coisa que eu acho, Senador Jarbas Vasconcelos é que como sempre o Governo Brasileiro adianta o carro, leva o carro a frente dos bois. Nós temos, por exemplo, e me permita entrar na sua seara, em Petrolina, Projeto Integrado de Irrigação que está paralisado pelo menos há 5 anos, salvo engano Pontal, e vários outros. Mas eu me preocupo com uma coisa muito séria, Senador Suplicy. E acho que V.Ex^a tem aventureiro, corajoso como é, levado esse encontro com uma decisão parlamentares percorrer o rio São Francisco, das suas nascentes à sua foz. Eu digo isso porque me preocupa muito, quem sobrevoar os... Deputado Ciro como Ministro deve ter sobrevoado as nascentes do São Francisco, vai ver... andando um pouquinho, vendo aqueles filetes se integrando, vai ver a situação de degradação que elas se encontram. Mas eu falo isso... [soa a campainha] e acho que o Governo Federal tem a obrigação e o dever... [soa a campainha] de tratar as águas brasileiras com mais carinho. Eu sou de um Estado e o Sibá também que tem o rio Parnaíba morrendo. Morrendo por desatenção de Governo, por agressão do homem. Nós temos o rio Gurguéia que dá nome a um vale que é dos mais férteis do Brasil. Nós temos o rio Longá, o

rio Puti que é uma dádiva do Ceará, do Ciro Gomes, do Tasso, nós temos o rio Guaribas e todos sem nenhuma exceção, estão morrendo a começar das suas nascentes, exatamente por descaso e por falta de quem melhor cuide dele.

Exatamente por isso [interrupção de áudio] [soa a campainha] chamar atenção para as prioridades nesse país. Nós não podemos permitir a começar do próprio São Francisco. Perguntem aos ribeirinhos, aos que habitam nas nascentes a situação desse rio ao longo dos anos. E eu quero crer que esse projeto uma vez realizado seja para séculos, não seja apenas um projeto temporário. E se não for cuidado a sua nascente o Velho Chico sucumbe e esse projeto vai ficar aí a dever, como fica a dever, por exemplo, o rio Parnaíba que era navegável e que transportou na minha infância a riqueza do meu Estado e que hoje durante grande período do ano você atravessa tristemente em Teresina a pé e vai a Timon já no Maranhão. Guariba, Canindé, que no passado deu tanta riqueza e hoje dá frustração aos homens.

Portanto, é preciso que antes da ambição, da pressa haja cautela. Não sou técnico. Estou falando com o sentimento de quem vê os rios da minha terra, do meu Estado ano a ano morrer. Concordo quando se diz aqui que não se pode deixar em dúvida a boa intenção de muitos, quero crer, meu caro Deputado Ciro Gomes. Sei da sua intenção. Sei da intenção do Marconi Perillo, [interrupção de áudio] sei da intenção de muitos, mas não vamos faltar com a verdade para o país. Esta transposição é mais sonho das empreiteiras brasileiras do que da fome e da sede do nordestino. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): Senador Heráclito Fortes, agradeço de ter passado a Presidência, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Acho que será importante que possamos os Senadores fazer uma viagem de conhecimento do rio São Francisco. Eu em 1974 fiz uma viagem quando havia ainda aquele barco que transportava e eram tantas as pessoas, tanto da população, mas também estudantes que vinham para conhecerem o rio São Francisco, e quem sabe possamos de fato alguns Senadores. Mas para fazer uma viagem bem feita avalio que será necessário mais do que uma semana, quem sabe um mês, quem sabe o mês de junho... perdão. No mês de julho... no mês de julho, agora temos um recesso apenas de 15 dias, mas pelo menos por duas semanas fazer esse trabalho.

Eu... se todos tivermos de acordo, passaria agora a palavra a Dom Luiz Flávio Cappio para que possa

fazer a sua saudação final e a avaliação do debate que tivemos para encerrarmos os trabalhos. Está bem assim?

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Eu vou usar não mais que um minuto, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SULLICY (PT-SP): V.Ex^a depois de tantas observações tem o direito de se expressar, com certeza.

DOM LUIZ FLÁVIO CAPPPIO: Todos hão de convir comigo que neste dia 14 de fevereiro de 2008, nós tivemos aqui no Senado Federal e através da TV Senado em todo o território nacional um imenso momento de cidadania que realmente colocamos as grandes questões nacionais e de um modo especial o semi-árido brasileiro no centro das nossas atenções.

Agora, eu só sinto, Senador, que foi exatamente isto que nós pedimos ao Sr. Presidente da República por ocasião do encerramento do nosso primeiro jejum, aquele acordo que foi feito entre nós, sociedade civil e a Presidência da República representada na época pelo Ministro Jacques Wagner, de se abrir um amplo e profundo diálogo antes do início das obras. Isso foi o acordo feito. E nós acreditamos nesse acordo e por isso encerramos o primeiro jejum. Mas infelizmente esse diálogo que hoje tivemos uma experiência concreta aqui e agora tão bonito, tão profundo, tão amplo, que gostaríamos de ter feito antes do início das obras, não aconteceu. E isso que deu origem ao segundo momento de jejum e que teve a sua força para gerar este momento cidadão.

Infelizmente as obras já se iniciaram. Infelizmente também usando, utilizando o Exército brasileiro para concretizá-la. Eu diria: Será que é esta a função do Exército brasileiro? Apoiar um projeto tão polêmico quanto este? Será que nós não precisaríamos mais de consenso? E eu faria uma proposta: Será que nós e não seria mais interessante e aí eu coloco este problema para as Forças Armadas Brasileiras, será que não seria mais interessante colocar as Forças Armadas no caso, concreto, o Exército brasileiro a serviço da revitalização da bacia do rio São Francisco e de outras bacias que como a bacia do rio São Francisco estão num processo de morte? Que são exatamente estes os projetos nos quais todos nós concordamos e que existe um consenso nacional. Aí está a proposta para o Exército brasileiro, de colocarmos as forças que eles têm em mãos a serviço de algo que é consenso de todos.

Então, eu quero mais uma vez agradecer Sr. Senador pela a sua iniciativa, agradecer o acolhimento do Senado Federal de ter proporcionado este momento, e parabenizar a todos nós brasileiros que somos capazes,

embora com opiniões diferentes, mas colocarmos com liberdade aquilo que pensamos. Muito obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado Dom Luiz Flávio Cappio por sua colaboração na realização deste debate. Quero muito agradecer ao Ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, ao Deputado Federal e ex-Ministro da Integração Deputado Ciro Gomes, ao Deputado Federal Marcondes Gadelha, ao Sr. Luciano Silveira da Articulação do Semi-Árido Brasileiro, a João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, Sr. Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, ao professor Paulo Canedo de Magalhães da COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Sr^a Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia, ao ambientalista José Henrique Cortez, ao Prof. João Abner Guimarães da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ao Prof. Paolo Heringer Lisboa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, ao Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Presidente do Comitê Paraibano de Defesa e Integração das Bacias e Transposição das Águas do São Francisco, a Dom Tomas Balduino, Bispo emérito de Goiás e aos membros do Movimento Humanos Direitos ou direitos Humanos, aos queridos Osmar Prado, Carlos Vereza, Letícia Sabatella que aqui também contribuíram tanto, inclusive, com a emoção que foi que não foi uma representação, foi resultado da interação verdadeira que nós tivemos hoje. E eu espero, caro Ciro Gomes, Dom Luiz Flávio, que possa surgir uma luz. Que esse debate possa significar um passo. Quero aqui dar o meu testemunho. Hoje nós tivemos aqui um debate civilizado, as pessoas se respeitaram, houve momentos até de emoção, de muito envolvimento, mas isto significa a história de vida de cada um e, sobretudo, o respeito para todos. Então...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, a curiosidade é geral e eu lhe confesso. Essa Sessão não terminaria na dúvida. Todos querem saber claramente qual é a sua posição, contra ou a favor?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu sou a favor do rio São Francisco, rio da unidade nacional... e eu como Presidente do debate eu vou seguir a sugestão de V.Ex^a. No mês de julho eu irei percorrer as águas do rio São Francisco, vou parar na Barra para conversar com o povo de Dom Luiz Flávio Cappio e acompanhar de perto para ver se, então, consigo chegar... Mas numa coisa eu estou certo, que é importante a revitalização do rio São Francisco 100% de acordo todos estão que é importante se assegurar

à população ribeirinha, aos quilombolas, aos índios, a todos aqueles com quem o Dom Luiz Flávio Cappio dialoga, que efetivamente se beneficiem deste projeto também. Acho importante a informação que nos deu o Deputado Ciro Gomes, de que há três quilômetros para um lado, três quilômetros para outro, isso está reservado para assentamentos e de Reforma Agrária e que a população, portanto, deverá ser beneficiada e tantos outros detalhes com os quais, que pudemos aprender hoje. E água para a agricultura.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pois não. Nós temos que encerrar. V.Ex^a tem a palavra na hora...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Dois minutinhos só, eu não pude participar antes da Sessão, estava em outro compromisso, mas quero cumprimentar V.Ex^a bem como a todos que participaram, especialmente ao Frei Dom Luiz Flávio Cappio, que é uma pessoa que eu conheço há muitos anos, militei na juventude cristã junto com ele, aprendi muito. É para mim uma referência de homem de fé, de homem de bem, de exemplo de vida e de liderança a ser seguida.

Esse depoimento é importante que eu o faça, já o fiz outras vezes aqui quando ele estava em greve de fome. Sou um grande admirador e sei que estou tratando com uma pessoa que é uma pessoa santa, uma pessoa de bem, e por isso ele tem da minha parte todo o respeito, credibilidade e apoio na sua luta e a ela quero me associar. Parabéns.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Raimundo Colombo, muito obrigado. Está encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h15.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e oito, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a

presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Ideli Salvati, Francisco Dornelles, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Romero Jucá, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Fátima Cleide, João Ribeiro, Augusto Botelho, Neuto de Conto, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência lê o Requerimento de autoria do Senador João Durval, no qual requer licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 27 de fevereiro de 2008. Em seguida, com a concordância do plenário, a Presidência procede à inversão de pauta. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: **Item 1 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina”, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. O Projeto é aprovado. **Item 2 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina”, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. **Aprovado. Item 3 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 693, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-251”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. Após a discussão e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. **Item 4 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-242”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. Após a discussão e colocado em votação, a

Comissão aprova o Parecer do Relator. **Item 5 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-174”, de autoria do Senador Jonas Pinheiro e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. Após a discussão e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. **Item 6 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080”, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. Após a discussão e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. **Item 7 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2007**, que “altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais”, de autoria do Senador Marconi Perillo, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. Após a discussão e colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator e as emendas de nºs 1, 2 e 3–CI. **Item 8 – Mensagem do Senado Federal nº 39, de 2008** – Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fernando Brito Fialho, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Romero Jucá. Usaram da palavra para sabatinar o indicado os Senhores Senadores Romeu Tuma, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho e Ideli Salvatti. São escolhidos para escrutinadores os Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Expedito Júnior. A indicação é aprovada com 18 votos “sim”, 01 voto “não” e nenhuma “abstenção”, num total de 19 votos. Ato contínuo, assume a Presidência o Senador Jayme Campos. **Item 9 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 51, de 2007**, que “dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jovair Arantes, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório pela rejeição da matéria. Em 06.12.2007, a Presidência concede vista ao Senador Marconi Perillo. Após leitura do relatório pelo Relator Expedito Júnior, a Presidência concede a palavra ao Senador Marconi Perillo para proceder à leitura do seu Voto em Separado. Após a discussão e

colocado em votação, a Comissão rejeita o Parecer do Relator e aprova o Voto em Separado, de autoria do Senador Marconi Perillo, que passa a constituir o Parecer da Comissão. **Item 10 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-359”, de autoria do Senador Jayme Campos e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. A matéria é Retirada de pauta. **Item 11 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 416, de 2005**, que “altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 12 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2007**, que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel.”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta relatório pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. **Item 13 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006**, que “altera o § 1º e acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel.”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A matéria é retirada de pauta a pedido do relator. **Item 14 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão.”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 15 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 253, de 2007**, que “autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, dois por cento da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Ron-

dônia”, de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela rejeição do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 16 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 655, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibirapu e de Viana, na BR 101/ES, e o trecho que liga a BR 101 ao Porto de Barra do Riacho, no estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Magna Malta, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão ainda aprova, **extrapauta**, os seguintes requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 03, de 2008-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a finalidade de debater acerca do desenvolvimento do transportes hidroviário urbano de passageiros no Brasil, com a presença do Senhor Alfredo Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes; do Senhor Ricardo Leite Goulart Ponzi, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins; do Capitão-de-Mar-e-Guerra Milton Benevides dos Guarany, da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil; do Senhor Luiz Rebelo Neto, Presidente da Federação das Indústrias de Navegação – FINAVEGA e do Senhor Carlos Neves, Professor e Consultor. **Item 2 – Requerimento nº 04, de 2008-CI**, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a finalidade de debater acerca da transposição do rio São Francisco, o impacto ambiental e social dessa obra, com a presença do Senhor Geddel Vieira Lima, Ministro de Estado da Integração Nacional; do Senhor Volney Zanardi Junior, Diretor do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; do Senhor João Suassuna, Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco; do Senhor Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Senhor Paulo Canedo de Magalhães, Professor da COPPE/UFRJ. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada No Dia 27 De Fevereiro De 2008, Às 14 Horas E 51 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental declarado aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Inicialmente passo à leitura de Requerimento de licença de membro dessa Comissão. Nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, requeiro licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, no período de 12 de fevereiro de 2008 a 27 de fevereiro de 2008. Assinado, Senador João Durval Carneiro. Srs. Senadores e Sr^{as}. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Existem aqui 16 itens da pauta. Eu proporia inversão, até que nós tenhamos número para votar a indicação do Presidente da ANTAQ.

O Item 2 é um Projeto de Lei do Senado que tem como Relator o Senador João Tenório, que não se encontra presente.

O Item 3 é um parecer do Senador Expedito Júnior, que não se encontra presente. Tem um voto separado de minha autoria. É um projeto muito importante, mas na ausência do Senador Expedito eu também vou passar para frente.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº. 18, também parecer da Comissão é do Senador João Tenório, que está ausente. Nós vamos postergar essa votação também. Projeto de Lei do Senado nº. 121, parecer do Senador Francisco Dornelles, que também não se encontra presente. Nós vamos retirar de pauta até que ele possa estar. Projeto de Lei 248, cujo parecer é o Presidente... Também um Projeto de Lei de decisão terminativa. Nós vamos postergar também.

O Item 7, Senador Flexa Ribeiro é o Relator e não se encontra presente.

Item 8, Senador Renato Casagrande, não se encontra presente.

Item 9, Senador Flexa Ribeiro também não se encontra presente. Projetos de... Dos Itens 10 ao 16, o

Relator é o Senador Eliseu Resende. São projetos que tratam de mudanças no Código Nacional de Viação. São projetos que interessam ao Estado do Mato Grosso do Sul, ao Estado de Goiás, ao Estado da Bahia, ao Estado de Santa Catarina... E nós vamos solicitar aos Srs. Senadores a possibilidade de votarmos, de fazermos a leitura em globos, de todos, o Relator faria uma leitura sucinta de cada um dos projetos que contam dos Itens 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 constantes da pauta que exigem decisão terminativa e que serão relatados pelo Senador Eliseu Resende. Antes disso, eu gostaria de solicitar ao Senador Eliseu Resende a retirada do Item 16 da pauta, caso ele concorde, e também havendo concordância dos autores, já que haverá uma modificação em relação ao parecer final. Senador Eliseu Resende concordar com a anuência dos demais Senadores, nós vamos fazer a retirada do projeto.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Estamos de acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então o Item 16, que trata da Rodovia 359 está retirada de pauta e será incluído na pauta da Sessão posterior.

Eu concedo a palavra... Antes de conceder a palavra ao Relator, e mais uma vez solicitando aos Senadores membros dessa Comissão que compareçam à reunião para que nós possamos votar matérias de caráter terminativo incluindo aquela que vai deliberar sobre a indicação do Diretor da ANTAQ... Dr. Fialho.

O Item 10 altera... é o Projeto de Lei do Senado 731, autora, Senadora Ideli Salvatti, Relator Senador Eliseu Resende. Ele altera a Lei 5.917 do Plano Nacional de Viação de modo a incluir na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário nacional o acesso da BR-116 ao aeroporto do Planalto Serrano no Município de Correia Pinto no Estado de Santa Catarina.

O Item 11 da pauta é um Projeto de Lei do Senado 732 também de iniciativa da ilustre Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT, cujo Relator é o Senador Eliseu Resende. Que pede aprovação do projeto. Ele altera a Lei nº. 5.917, a lei que instituiu e aprovou o Plano Nacional de Viação de modo a concluir na relação descritiva das rodovias o Sistema Rodoviário Federal o acesso da BR 101 ao Aeroporto Regional Sul no Município de Jaguaruna no Estado de Santa Catarina.

O Projeto de Lei do Senado nº. 663 de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko e outros, cujo Relator é o Senador Eliseu Resende que pediu a aprovação do projeto altera a lei que institui o Plano Nacional de Viação para modificar o traçado da BR-251 no Estado do Mato Grosso, mas também no Estado de Goiás.

O Item 13, também de caráter terminativo, é o Projeto de Lei de nº 694, que altera a Lei 5.917 com modificações ao Plano Nacional de Viação, modificando o traçado da BR-242. Eu creio que esse projeto de iniciativa da Senadora Serys também é de iniciativa do Senador Jayme Campos e Senador Jonas Pinheiro. O Relator deu parecer pela aprovação.

O Item 14, Projeto de Lei do Senado nº. 695 que altera a lei que institui o Plano Nacional de Viação para modificar o traçado da BR-174. A iniciativa é do Senador Jonas Pinheiro, mas também creio eu com o apoio dos Senadores Jayme Campos, Serys Silhessarenko, dentre outros. Inclusive também com o meu apoio. O projeto recebeu também parecer pela aprovação da lavra do Senador Eliseu Resende que é o Relator de toda a modificação do Plano Nacional de Viação.

Item 15 da pauta. Altera o traçado da BR-080, iniciativa do Senador Jayme Campos, creio que também com o apoio da Senadora Serys, Senador Jonas Pinheiro, o Relator é o Senador Eliseu Resende que pede a aprovação do projeto.

O Item 16 trata do traçado da BR-359, autoria do Senador Jayme Campos, esse projeto nós retiramos de pauta e vamos incluir na pauta da Sessão posterior.

Eu concedo a palavra para que possa proceder seus pareceres em globo ao Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. Nós temos sete Projetos de Lei e conduziremos a nossa exposição no sentido de haver uma aprovação em bloco, no momento em que de vez que são projetos com o mesmo mérito de alteração do Plano Nacional de Viação. Como sabe V.Ex^a e os Senadores da Comissão de Infra-Estrutura que nós estamos elaborando um trabalho exaustivo para a atualização do Projeto de Lei, ou da Lei 5.917 que data de 10 de setembro de 1973.

Estamos com o Plano Nacional de Viação aprovado por uma lei de 45 anos atrás. Ou de 35 anos atrás. É um trabalho exaustivo, nós estamos listando a relação não apenas das rodovias federais em todos os Estados do Brasil, mas estamos também descrevendo a nova malha ferroviária do País tratando da listagem de todas as ferrovias, de todas as hidrovias, das ligações das bacias hidrográficas do Brasil, também da listagem dos portos fluviais e marítimos, da listagem dos aeroportos e da listagem das eclusas para tornar rios potencialmente navegáveis em rios navegáveis.

Esses Projetos de Lei foram apresentados aqui por Senadores recentemente e houve por bem V.Ex^a me solicitar que imediatamente relatasse esses projetos, para transformá-los em lei até que o SNV seja examinado, analisado, e finalmente aprovado aqui

pela Comissão de Infra-estrutura e pelo Plenário do Senado Federal.

Desses sete projetos V.Ex^a propõe a retirada do projeto 697 que trata da BR-359 de autoria dos Senadores Jayme Campos, do saudoso Senador Jonas Pinheiro e da Senadora Serys, que ilustram essa Comissão de Infra-estrutura. Representantes do Senado Federal. Nós então iremos retirar o Item 16 da pauta para relatório futuro.

Os Itens 10, 11, 12, 13, 14 e 15 se referem os dois primeiros ao Projeto de Lei da Senadora Ideli Salvatti, que trata de acessos a aeroportos do Brasil. Os Projetos de Lei 12, 13, 14 e 15 são de autoria dos três Senadores do Mato Grosso, que trata de mudanças de rodovias que contemplam os Estados de Goiás e do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

A Senadora Ideli Salvatti propõe... Apresenta o Projeto de Lei do Senado nº. 731 propondo a construção... A inclusão no Plano Nacional de Viação do acesso da BR-116 ao aeroporto do planalto Serrano, no Município de Correia Pinto no Estado de Santa Catarina. Através do Projeto de Lei nº. 732 ela propõe a federalização do acesso da BR-101 a litorânea de Santa Catarina, ao aeroporto regional sul no Município de Jaguaruna. Como se trata de vias que compõem o retroporto de dois importantes portos do sul do País, nós estamos propondo a aprovação do projeto, dos Projetos de Lei nº. 731 e 732 propostos pela Senadora Ideli Salvatti.

Propomos também a aprovação dos projetos nº. 693, 694, 695, 696, proposição essa provida dos três Senadores representantes do Estado do Mato Grosso. O Projeto de Lei 693 trata da BR-251 no seu traçado que vai da Bahia até Mato Grosso do Sul. O Projeto de Lei 694 trata da BR-242 que também cruza a Bahia, tangencia Minas Gerais, atravessa o Distrito Federal e penetra o Goiás e Mato Grosso. O Projeto de Lei nº. 693 trata do traçado da BR-680, que nasce em Brasília passa por Goiás, Mato Grosso e se dirige ao noroeste do Brasil. E o Projeto de Lei 359 está sendo retirado de pauta que também contempla os dois Estados.

Nós estamos aprovando os projetos tais como foram propostos. Exatamente como foram propostos pelos Senadores. Com duas pequenas exceções. No caso da BR-251 nós estamos fazendo duas pequenas alterações no traçado em decorrência da análise técnica que fizemos do projeto proposto, e proposição aceita pelos Senadores e pelo DNIT, que foi consultado. No traçado no Estado de Goiás nós estamos eliminando a localidade de Aruanã como pertencente à trajetória do traçado, uma vez que ao retirar Aruanã nós resolvemos o problema de uma reserva indígena que teria de ser atravessada pela estrada se houvesse uma obrigato-

riedade de passar por Aruanã. Com a eliminação da localidade de Aruanã nós ficamos com a flexibilidade para mudar a alternativa do traçado entre Seris(F) e Cocalinho no Mato Grosso evitando a reserva indígena de acordo com as decisões do Executivo. Da mesma forma nós estamos fazendo uma referência ao reposicionamento da cidade de... Da localidade de Marzagão no Mato Grosso, que antes constava entre Cuiabá e Campinópolis e está sendo corrigido agora para ficar entre Campinópolis e Cuiabá de acordo com a geográfica do Estado do Mato Grosso. Também no projeto da 242 nós fazemos pequena alteração já proposta e discutida com os Senadores que fizeram a proposição inicial, eliminando a localidade de Brianorte na travessia da trajetória da estrada, uma vez que essa localidade fica situada fora da diretriz pretendida. São pequenas alterações, portanto, que nós colocamos em nosso parecer e que decorre da análise profunda desses projetos da consulta aos autores do projeto e também uma... Obtenção de anuência técnica do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e de Transportes.

Portanto, Sr. Presidente, eu proponho a aprovação em bloco dos itens 10, 11, 12, 13, 14 e 15 com as alterações propostas no Item 12, no Item 13 que são pequenas mudanças de traçado. É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Senador Eliseu Resende pelo trabalho de relatoria em relação a todos esses projetos de iniciativa do Senado, informando apenas que a solicitação de retirada do Item 16 relativamente ao Projeto 697 ocorre apenas para que não haja qualquer possibilidade de a cidade de Mineiros, no Município de Mineiros, no meu Estado, venha ficar prejudicada em relação à questão envolvendo a cidade de Aruanã o Senador Eliseu Resende tecnicamente tem razão na medida que há efetivamente uma reserva indígena. Eu consulto também aos membros se podemos realizar uma só votação nominal para as matérias constantes dos Itens 10 a 15 da pauta que será repetida para todas elas. Os Srs. Senadores que concordam...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Passo ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não poderia deixar de cumprimentar os Senadores do Mato Grosso, Jayme Campos, a Serys, e o nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro, e também a visão inteligente de V.Exª entregar a Relatoria a quem tem a competência por uma experiência longa no trabalho como Ministro,

conhecedor profundo da infra-estrutura de transporte e rodovias. O Brasil cresceu muito.

Então, essa recolocação das rodovias federais é uma imposição... Tem que ser clara. São Paulo nós temos uma só que atravessa o Estado. Então tem que ser reorganizada mesmo, acho que se o Senador pudesse pegar e continuar com esse trabalho, seria uma vitória de V.Exª. Eu gostaria também, Senador, se V.Exª pudesse, convocar uma reunião para discutir o que o Governo quer fazer a leilão, o novo leilão da exploração das rodovias por empresas interestaduais que os jornais estão dando e as empresas estão reclamando que não tem condições e poderia ter uma falência na... Eu desconheço isso. Apenas a minha preocupação é pelo que a imprensa levantou e coloco nas mãos de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Romeu Tuma. Informo a V.Exª, Senador, que o Senador Eliseu Resende, pela experiência que tem, como grande brasileiro que é, conhecedor profundo do setor de infra-estrutura e transportes e logística é o Relator designado por essa Presidência para a apresentação de um relatório de modificação, de alteração do novo Plano Nacional de Viação.

Eu coloco em discussão os projetos 731, 732, 693, 694, 695, 696. Está em discussão. Estão inscritos a Senadora Ideli Salvatti, o Senador Jayme Campos, Senador João Ribeiro...?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu ia só tratar de um assunto, pela ordem, só para... Recebi ligação agora do Senador Expedito sobre essa questão do projeto do Item 3, e ele manda dizer que concorda com o substitutivo de V.Exª e, portanto, ele pediu que no momento certo, ele está tentando chegar aqui porque ele está fora, mas só se quiser colocar em votação ele manda dizer que concorda com o substitutivo de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador João Ribeiro, agradeço a manifestação de V.Exª, e por cautela não quis colocar em votação exatamente em função da ausência do Senador Expedito.

Gostaria de informar esta Comissão que para a nossa satisfação essa Comissão apresentou uma Emenda ao Orçamento Geral para esse ano buscando garantir recursos para a construção da ferrovia norte sul. Uma Emenda de nossa autoria, Senador Flexa, Senador João Ribeiro, que contou com a aprovação do Plenário dessa, portanto uma contribuição dessa Comissão ao Brasil e o Relator acabou designando 300 milhões de reais para a Emenda que a nossa Comissão aprovou, apresentou e aprovou aqui no ano passado.

Portanto, gostaria de deixar essa informação já que essa Comissão está dando uma grande contribuição ao Brasil. Com a palavra pela ordem Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Queria cumprimentar V.Exª e a Comissão por essa Emenda aprovada e reiterar a importância que nós temos de aprovar orçamento. Acho que a aprovação do orçamento é a primeira obrigação do Congresso. O Congresso na história surgiu para votar orçamento, eu espero que nós possamos fazer essa votação o mais rápido possível. Inclusive, ratificando essa importante Emenda da Comissão de V.Exª. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A manifestação de V.Exª é muito pertinente e terá o nosso apoio. Com a palavra Senadora Ideli, autora de dois projetos que certamente serão aprovados hoje.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o motivo da inscrição é exatamente esse, agradecer ao Senador Eliseu Resende, ex-Ministro, pessoa que obviamente entende talvez somando todo o nosso entendimento de membros da Comissão acho que é exatamente a maior autoridade nessa questão dos transportes desta Comissão, então queria agradecer a ele, a aprovação dos dois projetos e quero deixar registrado, são duas obras importantes para o desenvolvimento regional no Estado de Santa Catarina. Nós temos já no caso tanto do aeroporto em Correia Pinto quanto no aeroporto de Jaguaruna, uma é a região serrana, região de Lages, e o outro é o sul do Estado. E são duas regiões aonde estes aeroportos são fundamentais. Porque Lages fica mais ou menos no meio do caminho entre Florianópolis e Chapecó. Que é uma distância maior do que Florianópolis e São Paulo. E Jaguaruna fica mais ou menos no meio do caminho entre Florianópolis e Porto Alegre. E, portanto, são dois aeroportos muito importantes para o desenvolvimento destas duas regiões. E a inclusão no Programa Nacional de Viação, no PNV vai permitir o Governo Federal realizar a obra dos dois acesos, os dois aeroportos já têm pista concluída, e aí o Governo do Estado tem o compromisso de fazer o terminal de cargas e passageiros para que esses dois aeroportos regionais possam entrar em funcionamento o mais rapidamente possível e contribuir com o desenvolvimento da região da serra catarinense e do sul do Estado de Santa Catarina.

Então não poderia deixar de agradecer o Senador, Ministro Eliseu Resende, pela aprovação dos projetos aí de nossa autoria.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Restrito. Eu passo a palavra, pela ordem, a V.Exª, aliás, V.Exª está inscrito, mas alerto mais uma vez em relação ao quórum.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu proponho que entre em votação e a discussão para ressaltar o trabalho tão positivo do Relator ficasse logo após a votação. A gente garante o quórum.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Perfeito. Tem nosso apoio Senador Inácio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Então, em globo. Falta um Senador. Dois Senadores. Faltam dois Senadores. Vamos ter que continuar discutindo. Mas eu não posso. A secretária não me permite aqui. A votação é nominal. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, aguardando naturalmente a presença de mais dois Senadores, eu quero externar aqui nesta tarde de hoje a minha alegria e meu contentamento de vermos aqui inserido no Plano Nacional de Viação essas tão importantes rodovias para o Estado do Mato Grosso. Rodovias essas que certamente vai buscar um melhor desempenho na produção do nosso Estado, tendo em vista que nós poderemos ser um Estado competitivo com a nossa produção agrícola. Era um sonho não só meu como da Senadora Serys, mas, sobretudo, um sonho desse valoroso companheiro que nos deixou, que é o Senador Jonas Pinheiro, que eu acredito que essa tarde é uma tarde de homenagem que nós estamos prestando a ele. Tendo em vista que sempre foi um grande lutador, não só para a agricultura brasileira, mas, sobretudo, mato-grossense, mas especialmente buscando as condições melhores de infra-estrutura, sobretudo, de uma melhor logística para o escoamento da produção agrícola dessa vasta região do Brasil que é a região centro-oeste.

De modo que eu quero nessa oportunidade certamente lá do céu o Senador Jonas Pinheiro que nos contempla aqui está orgulhoso de ver os seus projetos em que ele foi signatário junto comigo, junto com a Serys, sendo aprovado por esta Comissão. Eu quero particularmente agradecer a V.Exª, valoroso companheiro Senador, Governador Marconi Perillo. Agradecer a V.Exª o seu empenho como Presidente dessa Comissão, como agradecer da mesma forma também esse valoroso brasileiro, ilustre Ministro, ilustre Senador da República Eliseu Resende, que não mediu dificuldades, sobretudo, entendendo da importância que representa

a MT 242 transformada em BR. A 080, a 251 e a 174 tenha certeza V.Ex^a que hoje nós conseguimos dar um grande passo, um grande avanço no sentido de permitindo que não só Mato Grosso, mas, sobretudo, a região do centro-oeste do Brasil, tenha realmente estradas federalizadas com isso permitindo o escoamento da produção, por conseguinte um melhor ganho, uma melhor distribuição de renda, maior geração de emprego, e acima de tudo temos alimentos não só para abastecer o Brasil, mas, sobretudo, o mundo.

De forma, Sr. Relator, Ministro Eliseu Resende, como custo(F) mais vezes eu gosto de chamar, do trabalho brilhante e exuberante que fez frente ao Ministério de Transportes naquela oportunidade. Queremos aqui em nome do povo mato-grossense agradecer V.Ex^a por esse trabalho hercúleo que fez como Relator dessas rodovias, não só a nível de Mato Grosso, mas, sobretudo, Brasil inserindo nesse Plano Nacional de Viação que já tinha sido vencido. Ou seja, desde 73, 35 anos atrás e agora nós estamos modernizando para o bem do Mato Grosso e para o bem do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente, e aqui se me permite eu quero... lá apresentar a V.Ex^a também o nosso novo companheiro nosso, Gilberto, que também está substituindo nesse exato momento o ilustre Senador Jonas Pinheiro que ele como primeiro suplente tem por força constitucional assumir o cargo de Senador da República. Muito obrigado e parabéns a todos nós, viu Serys? Hoje que é um grande dia para Mato Grosso, principalmente V.Ex^a também sempre lutou para que Mato Grosso chegasse aonde chegou. Um Estado progressista, um Estado desenvolvimentista, e, sobretudo, um Estado que possamos transformar aquela sua riqueza em maior distribuição de renda para o povo mato-grossense. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao ex-Governador e Senador Jayme Campos. Muito atuante, pessoa muito importante para a aprovação desses projetos. A minha sincera homenagem também ao Senador Jonas Pinheiro que nos deixou recentemente por toda a contribuição dele ao Plano Nacional de Viação, especialmente em relação ao agronegócio.

Indago a Senadora Serys se quer dar uma palavrinha? Temos quórum, temos condições de votar agora. Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Muito breve. Primeiro lugar, Presidente, para começar agradecendo ao senhor. Esse esforço hercúleo realmente de... E todos Srs. Senadores e Senadoras aqui presentes. Ao Senador Eliseu Resende que já foram tecidas as maiores homenagens e eu só reforço todas, e também ao DNIT, ao Dr. Pagot, que no esforço grande

com sua equipe fez com que esses desenhos realmente avançassem de todas essas BRs. Eu não elencá-las até pelo tempo que urge. Dizer ao Senador, à equipe do Senador Jayme Campos, a equipe do nosso querido e saudoso Jonas Pinheiro, as nossas equipes, a minha equipe, do meu gabinete, que fizeram um esforço muito grande e dentro da nossa homenagem, mais uma vez, ao Senador Jonas Pinheiro. Dizer que essas... A federalização dessas estradas em Mato Grosso e que pega também outros Estados, como a Bahia, etc, não só facilita o escoamento da produção nesses Estados como uma questão que é extremamente relevante que é a interação entre os Municípios. É da maior relevância. Eu teria muita coisa para dizer, mas é claro que precisamos votar rapidamente porque estamos com o Plenário já aberto e temos que nos dirigir para lá. Muito obrigada e é Mato Grosso são os Estados onde essas estradas passam e seu povo que merecem realmente que isso aconteça com a velocidade e a rapidez e a urgência necessária. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu informo a V.Ex^{as}. que os autores dos projetos não vão votar... Os seus votos não vão constar nos projetos, na Ata final. Mas eu vou chamar a todos porque nós vamos fazer a votação global para efeito de quórum. Quero agradecer aos Senadores que atenderam ao chamado e correram à Comissão para colaborar com essas votações. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós vamos depois não computar os votos nos projetos de V.Ex^a. Senador Delcídio, Senadora Ideli Salvatti. Senador Francisco Dornelles, Senador Inácio Arruda, Senador Expedito Júnior, Senador Romero Jucá, sim, Senador Valdir Raupp, Senador Leomar Quintanilha, Senador Valter Pereira, Senador Wellington Salgado, Senador Adelmir Santana, Senador Eliseu Resende, Senador Jayme Campos, Senador Heráclito Fortes, Senador Raimundo Colombo, Senador João Tenório, Senador Marconi Perillo, sim, Senador Flexa Ribeiro, sim, Senador Sérgio Guerra, Senador Gim Argello, sim, Senador João Durval está de licença. Senadora Fátima Cleide, sim. Agora vamos aos suplentes. Senador João Ribeiro, sim. Senador Augusto Botelho, sim. Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eduardo Azeredo, sim. Senador João Vicente não está.

Todos os projetos receberam, com exceção dos autores, 16 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário. Estão todos aprovados. Nós vamos enviar imediatamente as fases posteriores. Estão de parabéns os autores e essa Comissão por essa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu pediria a V.Ex^a que pudesse fazer uma inversão de pauta para discutirmos o Item 9, que é terminativo, enquanto temos quórum. Projeto de autoria de V.Ex^a.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então sem discussão. Aprovação por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo concordância, eu pergunto aos Srs. Senadores... Senador Flexa Ribeiro, um minuto para o parecer então. Com a palavra o Relator do processo, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não posso atender ao nobre Senador Romeu Tuma porque o projeto de autoria do nobre Senador Marconi Perillo é muito importante e é preciso que os Senadores tomem conhecimento e o aprove para o bem do saneamento em nosso País. O projeto em pauta objetiva incluir na Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, denominada Lei do Saneamento, a manutenção preventiva dos sistemas de drenagem de águas pluviais como diretriz geral a ser observada na prestação de serviço. De autoria do Senador Marconi Perillo, a proposição altera a lei vigente para acrescentar a expressão “limpeza e fiscalização preventiva de bueiros e galerias” nos três comandos que tratam da drenagem e do manejo de águas pluviais. Segundo o autor, a falta de atitude de precaução, especialmente nas grandes aglomerações urbanas, tem resultado em “inundações de vias, logradouros públicos e imóveis particulares”. Para ele a alteração proposta suprirá uma importante lacuna, pois a lei vigente ao referir-se ao manejo das águas pluviais deixou de determinar expressamente o impe-
rativo da manutenção preventiva.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. Ante as razões expostas, voto pela aprovação do PLS nº. 506/2007 com as seguintes Emendas: Emenda nº. 01, subiu-se na redação proposta pelo art. 1º do projeto para os artigos 2º, inciso IV e III, inciso I, alínea “D” da Lei nº. 11.445/2007 a expressão “drenagem, limpeza e fisca-

lização preventiva de bueiros e galerias e manejo das águas pluviais” por “drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes”. Emenda nº. 02. Substitua-se na redação proposta pelo art. 1º do projeto para o art. 52 da Lei 11.445/2007, a expressão: “dos bueiros e galerias” por “das respectivas redes de drenagem”. Emenda nº. 03. Substitua-se na Emenda do projeto a expressão “nas galerias de águas pluviais”, por “das redes de drenagem pluvial”.

Quero parabenizar o Senador Marconi Perillo como autor do projeto e submeto a apreciação dos nobres membros da Comissão de Infra-estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Flexa Ribeiro, pelo parecer, pelas palavras elogiosas ao projeto, que será realmente muito importante para o saneamento brasileiro. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que é importante, mas eu acho que esse projeto vem com a chuva. Como presente do céu que V.Ex^a oferece à população brasileira. Em São Paulo nós temos sofrido demais com as enchentes por falta de atenção com as águas fluviais. O que está acontecendo? Elas estão... A enchente... Os bueiros estão sacrificados, o que obrigou o Prefeito até baixar um Decreto para evitar o pagamento do IPTU para as casas que foram praticamente destruídas e a população não tem nem como recuperar mais o que tem. Quer dizer, não adianta retirar o IPTU. É trabalhar para que o saneamento básico realmente seja uma das principais preocupações dos administradores. Então cumprimento V.Ex^a, aplaudo, e espero que Jesus possa transmitir aos outros membros do Executivo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Está em votação o projeto. Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Ideli Salvatti. Senador Francisco Dornelles, sim. Senador Inácio Arruda, sim. Senador Romero Jucá. Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Estou colocando em votação o projeto ressaltadas as Emendas, depois vou pedir também para colocar as três em globo. Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes. Senador Flexa Ribeiro. Senador Gim Argello. Senadora Fátima Cleide. Senador João Ribeiro. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Eduardo Azeredo.

Bom, o projeto foi aprovado com 14 votos favoráveis, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário. Eu quero como autor do projeto agradecer a V.Ex^{as}. e mais uma vez ao Relator, Senador Flexa Ribeiro.

Há presente um Senador Relator do Item 05. Consulto a ele se ele está em condições...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): As Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Desculpa. Coloco em votação as Emendas em globo, as Emendas do Senador Flexa Ribeiro, relativamente ao projeto anterior.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pode ser repetido a votação anterior?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu consulto aos Sr. Senadores e as Sr^{as}. Senadoras se é possível. Havendo concordância geral nós vamos repetir a votação considerando aprovadas as Emendas. Está encerrada essa votação. Eu consulto ao Senador Francisco Dornelles se ele está em condições de relatar o Item 5, solicitando a ele a possível brevidade.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está aprovada a retirada de pauta. Eu convido agora para compor a Mesa o Dr. Fernando Brito Fialho, candidato a Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários para ser submetido à sabatina, ao debate aqui na Comissão e depois a deliberação das Sr^{as}. e dos Srs. Senadores. Bem-vindo Dr. Fernando Brito Fialho. Com a palavra o ilustre Senador Romeu

Tuma. Eu pediria a todos que permanecessem por mais alguns minutos a fim de resguardarmos o quórum.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem. Eu acho importante esse debate, mas se não poderíamos já abrir a votação. A partir de agora porque muitas pessoas já conhecem com profundidade o trabalho do Dr. Fernando Fialho, já sabem se tratar de pessoa do mais alto gabarito, de modo que eu proponho que tratando de uma recondução enquanto fossem feitos os debates a votação já poderia ser aberta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Consulto aos Srs. Senadores a possibilidade. Havendo concordância geral nós vamos tomar essa providência. Eu passo a palavra imediatamente ao Senador Romero Jucá, Relator da matéria, para proferir o seu Parecer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o Presidente da República através da Mensagem nº 39, encaminhou a indicação do Sr. Fernando Antônio de Brito Fialho, para ser reconduzido para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, o Dr. Fialho atuou durante todo esse período na direção da ANTAQ, realizou uma obra extremamente importante de organização e de estruturação de um setor que é fundamental para a minha região, para a região norte do Brasil e para todo o País, e, portanto, para sem delongas dar o parecer. O parecer é favorável a sua indicação por toda sua história e todo seu trabalho recomendando aprovação aos meus pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Uma vez feita a leitura do Relatório pelo ilustre Senador Romero Jucá, concedo a palavra ao Sr. Fernando Fialho para sua exposição. Concedo a palavra por 10 minutos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A votação está aberta? Já?

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE BRITO FIALHO: Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, é uma honra estar aqui diante dos senhores para tentar falar um pouco do trabalho que nós procuramos fazer ao longo desses 18 meses na Agência Nacional de Transporte Aquaviário, e o que me foi uma grande satisfação, porque pude contar com o apoio de uma equipe valorosa, e tem sido sempre uma máxima na nossa condução dos trabalhos fazer um trabalho sempre em equipe. E em função disso, nós procuramos também fazer de forma mais aberta possível, ampliando

a discussão de todos os temas do setor portuário, do setor hidroviário, enfim, do setor aquaviário brasileiro, da forma mais ampla e aberta possível.

O setor aquaviário tem alguns temas muito importantes e conforme o Senador Romero Jucá mencionou, nós fizemos ao longo desses 18 meses um trabalho inclusive de estruturação da agência. A agência começou... Nós chegamos a nomear mais de 150 colegas funcionários hoje da agência, logo que assumimos, e em função disso tivemos a oportunidade de implantar efetivamente as sete unidades regionais que hoje existem, e delinear um plano de atuação no sentido de fazer fiscalizações e fazer todo o trabalho de inserção da agência nas discussões do tema do setor aquaviário.

Dentro dessa linha um dos temas que nós encontramos como prioritário e procuramos resgatar de forma muito marcante foi o setor hidroviário. As hidrovias brasileiras são uma grande riqueza, e nós temos procurado fortalecer as discussões em torno do uso múltiplo das águas. Esse é uma questão importante no cenário nacional quando temos em implantação um programa de desenvolvimento e que demanda não só a energia para propiciar esse crescimento, mas demanda também os meios de escoamento de forma eficiente dessa produção.

Nessa linha nós fizemos mais de 11 seminários discutindo cada um, cada uma das hidrovias brasileiras, procurando tentar encontrar alternativas e tentar encontrar soluções para os principais problemas que estão lá colocados.

Fizemos também dois seminários internacionais, que tiveram o intuito de trocar experiências. Tiveram o intuito de trazer experiência da Bélgica, e de Flandres e também dos Estados Unidos. Só para comparar, nós temos aqui mais de um Mississipi. O nosso complexo do Araguaia, Tocantins, é um grande Mississipi. Porque ele vai dentro do setor da região que mais tem a produção crescendo no Brasil. A produção brasileira tem se deslocado fortemente para a região centro-oeste em virtude da facilidade de mecanização e em virtude da produtividade alcançada com a alta tecnologia. Em virtude disso, nós temos uma pressão de demanda muito forte por alternativas de escoamento que permitam que essa nossa safra seja ecoada a um custo mais baixo, com isso deixando dinheiro para nossos cidadãos no campo. Isso é uma coisa muito forte porque toda a cotação de commodities é feita pela bolsa de Chicago. E o que nós deixamos de gastar na logística fica na mão do produtor. E isso acaba sendo uma distribuição de renda. É nesse sentido que nós temos procurado encaminhar as discussões e também no sentido de que há um apelo ambiental muito forte. A

utilização das hidrovias no Brasil é também um resgate da questão ambiental. Porque há uma emissão de gases tóxicos muito menor do que através do transporte, da utilização unicamente do transporte rodoviário. Aliás, Senador Eliseu Resende que foi Ministro sabe o quanto é importante a gente integrar o mais possível a nossa malha viária, e também fazer uma integração multimodal. Essa integração multimodal tem sido uma das defesas prioritárias na agência e essa integração ela só se dará de forma eficiente se nós estudarmos e efetivamente discutirmos os temas ligados à implantação das hidrovias no Brasil, garantindo o tráfego das embarcações mesmo com a implantação das nossas hidrelétricas. Vale salientar que no mundo todas as barragens são construídas com a finalidade de dar a possibilidade de transportar carga em volumes maiores transformando isso de forma mais econômica.

Então, esse foi uma das prioridades que nós traçamos nesses primeiros 18 meses, vamos continuar trabalhando nessa linha, inclusive criamos uma Superintendência de Navegação Interior por ser absolutamente distinta o tema de navegação interior, do tema de navegação de cabotagem. Temos procurado discutir fortemente também a navegação de cabotagem brasileira, procurando proteger... Não é proteger, mas no sentido de assegurar o crescimento das empresas brasileiras de navegação assim como fazem todos os outros países do mundo, garantindo a cabotagem para as empresas brasileiras de navegação. Isso está dentro inclusive de um plano maior do Governo que incentiva a produção de embarcações e faz com que nós tenhamos hoje o ressurgimento da indústria naval.

Na área portuária nós temos procurado discutir todos os temas ligados aos portos públicos e também aos terminais privados de forma muito ampla e muito clara com toda a sociedade, temos procurado atuar na fiscalização, nos portos públicos fizemos uma avaliação da gestão ambiental de todos os portos, para que nós... E fizemos com isso demos uma contribuição muito importante à Secretaria de Portos agora na implantação, nos nossos portos à unidade de gestão ambiental. Porque nós acreditamos que um dos itens que emperrou alguns dos nossos programas de dragagem e o Governo agora implementa o programa de dragagem foi a gestão da questão da ambiental. Isso está sendo tratado agora de forma diferente e eu tenho certeza que nós vamos evoluir positivamente.

Eu quero agradecer a confiança que o Senado depositou em mim nesses primeiros 18 meses e gostaria de contar com essa mesma confiança para desempenhar o trabalho nesses próximos quatro anos e com isso poder fazer um trabalho técnico que venha a suprir as necessidades do Brasil porque o Brasil pre-

cisa dotar-se de ferramentas de logística eficientes e econômicas para que possa crescer e garantir emprego e crescimento de renda para os nossos cidadãos. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Fernando Fialho por sua exposição sucinta e competente, e passo a palavra ao Senador Romeu Tuma, primeiro inscrito, logo após o Senador Jayme Campos e depois Senador Eliseu Resende.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido, Dr. Fialho. Estou aqui. [risos] Apenas duas coisas. Eu fui o Relator do empréstimo se não me engano Fundo de Marinha Mercante para a TRANSPETRO. Então V.Ex^a fez uma referência importante que é reinício da construção naval que o Brasil tinha alcançado um índice bastante eficiente, sendo uma das melhores do mundo e repentinamente ele se apagou do mapa, deixando vários trabalhadores de alta tecnologia em várias áreas de construção, e a recuperação durante o Relatório que fiz demonstrava a recuperação de 20 mil empregos para a construção naval. Então eu gostaria de... Se o senhor pudesse informar um pouquinho como é que está indo esse investimento na construção naval, e segundo sobre o problema dos portos. Eu pedi uma Sessão Especial a semana passada pelos 200 anos da abertura dos portos às nações amigas. E nós discutimos muito a atualização da infra-estrutura portuária. E fiz... Juntei no meu pronunciamento os itens referentes ao PAC dos portos. E tem valores que praticamente recuperaram não só a dragagem como o aprofundamento do calado, e melhoria de alguns portos que tem pouca possibilidade de receber navios cargueiros.

Então, são dois pontos que eu sou torcedor dessa área. Então por isso que eu posso estar aborrecendo o senhor com os questionamentos, mas eu acho que é muito importante a recuperação na infra-estrutura da construção naval e da rede portuária que o Brasil não é pequena. Principalmente na minha região, que é a baixada santista, Santos, São Sebastião, e outros portos onde um grande valor de exportações saem por aqueles portos. E eles estão saturados. Estão com dificuldades de receber com mais velocidade os navios que chegam, ficam na expectativa para não ter que pagar uma taxa maior para esperar a descarga ou a carga dos produtos que são exportados praticamente 80% do que sai do País. Então cumprimento V.Ex^a e desejo muita sorte na continuidade de seu trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Romeu

Tuma. Passo a palavra ao Senador Eliseu Resende, logo após Senador Jayme Campos para que a gente possa devolver a palavra ao candidato.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): A minha palavra, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é no sentido de congratular-me com o Sr. Fernando Fialho, pelo seu trabalho. Trabalho realizado até agora junto à frente da ANTAQ, como técnico desprovido de qualquer patrocínio político, como devia acontecer na condução das agências reguladoras criadas aqui pelo Congresso Nacional. Quero congratular-me pelo seu trabalho. E pelo Governo que neste caso independentemente de injunções políticas, acatou e encaminhou para o Senado a renovação do seu mandato. Gostaria de congratular-me. Sei que V.Ex^a tem pela frente um trabalho exaustivo, porque a questão da ANTAQ eu quero lembrar aqui que quando nós preparamos a lei das agências aqui no Congresso Nacional a mensagem presidencial criava uma agência de transportes única. Designado Relator na Câmara dos Deputados eu decompus a agência em duas. Agência Nacional de Transportes Terrestres e Agência Nacional de Transportes Aquaviários, o que foi acatado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República. Dada a importância que damos à questão hidroviária e portuária. Temos reservas, queria deixar isso registrado no debate com V.Ex^a, com relação às decisões do Governo de ter criado um novo Ministério dos Portos. Uma Secretaria dos Portos dissociada dos Ministério dos Transportes. Porque considero os portos como os parâmetros fundamentais da logística, do planejamento da logística de transportes. Os portos são parâmetros que indicam ou determinam os corredores de exportação e os corredores de abastecimento para a condução do fluxo de produção nacional. Então com a ANTAQ reguladora da atividade portuária, que dá outorga as concessões portuárias, passa a ter como concessionária a Secretaria dos Portos que é um outro Ministério. Veja soluções esdrúxulas sobre esse aspecto. Mas de qualquer maneira confio na competência de V.Ex^a, estamos com o projeto declusas, estamos dando à ANTAQ o poder para dar outorga exatamente nessasclusas, fazendo com que se transforme os nossos rios potencialmente navegáveis em rios efetivamente navegáveis, isso vai ser um papel a ser desempenhado pela ANTAQ ao nado da ANEEL para que as barragens sobre os rios brasileiros não inibam definitivamente e eternamente a condução da nossa produção através de vias navegáveis.

Quero congratular-me com V.Ex^a dizer que neste caso o Governo acertou, esperamos que acerte nos próximos, nos seguintes casos, e quero dizer que é uma homenagem que eu presto a V.Ex^a, e principalmente

a uma homenagem que eu presto a seu pai, Vicente Fialho, ex-Ministro de Minas e Energia que prestou um grande serviço também por esse País.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE BRITO FIALHO:

Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador Eliseu Resende e concedo a palavra ao Senador Jayme Campos e após o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, ilustre sabatinado e aprovado com certeza Dr. Fernando Brito Fialho, eu quero antes de mais nada desejar sucesso ao senhor frente naturalmente a essa agência reguladora. Todavia eu quero fazer apenas uma observação, ou seja, uma pergunta objetivamente.

No mês passado os portuários divulgaram documento da Associação Comercial do Rio de Janeiro reclamando do excesso de burocracia em alguns portos. Naquela ocasião V.Ex^a destacou sua busca por soluções para o setor. Por meio do diálogo com a classe. Na opinião de V.Ex^a, o que poderia ser feito para desburocratizar ou simplificar os procedimentos dos nossos portos? Essa é minha pergunta, antes de mais nada desejo sucesso e felicidades na nova investidura e recondução ao cargo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, Dr. Fernando Fialho, a recondução de V.S^a à Diretoria da ANTAQ traz, como bem colocou o nobre Senador Eliseu Resende, uma responsabilidade e uma... Eu diria uma expectativa da sociedade brasileira no sentido de que se possa resolver de uma vez por todas o que acontece em todo Brasil, especialmente e especialmente no meu Estado, o Estado do Pará, em que são feitas barragens como Tucuruí, e se interrompe uma navegação que existia normal entre Marabá e Belém, indo contra o código das águas que impede que se obstrua a navegação e não se faz as eclusas. Nós estamos lá lutando há mais de 25 anos para que a eclusa de Tucuruí se conclua. E entra ano, sai ano, entra Governo, sai Governo, continua, e lamento. Eu tenho... Peço a Deus que o Presidente Lula consiga cumprir o seu compromisso de terminar a eclusa. Mas da forma como está se desenvolvendo lá o trabalho, eu acho que dificilmente ele irá ter a oportunidade que todos nós gostaríamos de ter e aplaudi-lo de inaugurar a eclusa e tornar navegável o

Tocantins naquele trecho. Mas não é só naquele trecho. O Senador Eliseu Resende tem razão de transformar as eclusas a nível de concessão para que se possa ter a iniciativa privada fazendo, porque faz a barragem, que é do Ministério de Energia, e não faz a eclusa porque é do Ministério dos Transportes. Então acho que nós temos que fazer, aprovar esse projeto do Senador Eliseu Resende no sentido de tornar uma realidade o transporte aquaviário. O transporte de menor custo, o transporte que para a nossa região, é o transporte natural porque as nossas avenidas, as nossas rodovias são os rios. E esses rios estão sendo barrados por uma capacidade enorme que tem que ser aproveitada de geração hídrica. Então que de uma vez por todas se resolva o problema, que ao se fazer a barragem se faça ao mesmo tempo as eclusas.

Quero saudar o Senador Eliseu Resende que é um lutador e um competente, como bem foi dito aqui, pela experiência que tem na vida e como Ministro dos Transportes com relação a esse assunto. Espero que V.Ex^a na sua recondução possa de uma vez por todas implantar o Sistema Hidroviário Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço a manifestação do Senador... Atuante Senador Flexa Ribeiro, concedo a palavra para as respostas ao Dr. Fernando Fialho, candidato a recondução à Diretoria da ANTAQ. Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a devida vênica, pediria a V.Ex^a se possível o Fernando responder meus questionamentos, tendo em vista que sou membro da Comissão de Orçamento, está em progresso de votação, se possível fazer essa inversão com a permissão naturalmente dos oradores que me antecederam. Se for possível, Dr. Fernando.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE BRITO FIALHO: Com a permissão do Presidente... Eu queria responder que nós temos procurado trabalhar, Senador, no sentido de identificar esses gargalos. Na verdade, a operação portuária ela é complexa porque ela envolve diversas entidades. Envolve a Receita Federal, ela envolve a Polícia Federal, ela envolve os entes privados, e ela tem no seu bojo essa complexidade de relacionamentos. A ANVISA, com a questão sanitária...

Então, talvez por isso a gente tenha uma dificuldade em conseguir simplificar. Mas temos trabalhado muito para construir esse diálogo. Já começa a se esboçar dentro da própria Receita Federal o sentido da simplificação com relação aos procedimentos através do SISCARGA, isso deve propiciar também uma ação que deve ser articulada e nós temos também discutido muito isso com a Secretaria de Portos para que nós tenhamos de volta uma entidade que existia an-

tigamente que juntava essa ação de todos os entes para que nós possamos simplificar. Essa é uma das atividades concretas.

Por outro lado, do ponto de vista da atração de investimentos, também estamos trabalhando para simplificar as normas para que nossa possamos atrair mais investimentos nos arrendamentos, nos portos públicos brasileiros. Então essa é uma atitude, um trabalho que nós estamos fazendo diretamente, e que vamos procurar intensificar agora nesse próximo mandato.

Respondendo à pergunta do Senador Romeu Tuma, queria parabenizá-lo inclusive porque esse projeto ele propiciou um ganho de escala fundamental realmente no setor naval. O ganho de escala que foi fornecido à indústria naval brasileira com esses empregos, mas principalmente com escala que permitisse o investimento em equipamentos para dar produtividade para que eles pudessem começar a competir no mercado internacional, não só no Brasil, mas produzir navios também para exportar esse ganho de escala começou a partir desse grande contrato com a TRANSPETRO. Já vieram outros investimentos, investimentos que vem no sentido de também apoiar carga geral, carga geral através de projetos como o da Login(F), como outros projetos que vêm... Foram aprovados pelo Fundo de Marinha Mercante e propicia o crescimento desse setor. A cabotagem brasileira precisava muito de um alento como esse e havia um problema muito grave. As indústrias não produziam a preço competitivo e aí as empresas não faziam encomendas. Agora, com esse novo cenário de produtividade começam a ser retomadas as encomendas, e um outro cenário que também foi importante para a indústria naval foi o crescimento da navegação de apoio marítimo que dá apoio às plataformas de petróleo da PETROBRAS e a todo esse trabalho de perfuração e prospecção de petróleo. Então isso foi uma combinação positiva muito importante, mas um marco realmente foi um marco fundamental o projeto que o senhor relatou e que veio de encontro a uma necessidade do setor.

Com relação ao setor portuário nós temos acompanhado de perto toda essa evolução e para que os nossos portos possam... Já houve uma evolução muito grande. É importante relatar isso. A gente ouve muitas vezes, ouvi apenas os problemas sendo relatados. Mas o setor portuário brasileiro teve um avanço muito forte, um avanço forte no sentido da redução de custos e do volume atendido. Haja vista que 95% em volume de todas essas cargas que compõem esse nosso... Essa nossa rede de comércio que saltou de 100 para 240 bilhões de dólares passa pelos portos brasileiros. Então houve um atendimento. Agora, precisamos de muito mais como o senhor bem mencionou. As ações

que estão contidas no PAC, do ponto de vista da dragagem de aprofundar metas, da dragagem de manutenção elas são vitais, porque elas permitem que a mesma infra-estrutura que já está lá instalada como, por exemplo, o senhor citou o porto de Santos, possa atender o volume bem maior de cargas aumentando a velocidade do tráfego das embarcações, aumentando a possibilidade que nós tenhamos o fluxo nos dois sentidos das embarcações, então esse investimento deve propiciar não só lá, mas em diversos outros portos do País que estão incluídos nesse programa um aumento de produtividade muito grande, o que vai ser vital para que nós possamos continuar crescendo essa corrente de comércio, o que será fundamental para a sociedade brasileira. Obrigado.

Senador Eliseu, primeiro lhe agradecer a menção honrosa a meu pai, seu amigo e que também teve o privilégio de trabalhar junto com o senhor. Eu queria lhe dizer que nós temos procurado fazer integração. Acho que esse seu projeto com relação das eclusas ele é fundamental para que a gente possa começar a discutir isso no uso múltiplo das águas. Eu tenho feito um périplo visitando, nós temos feito com a Diretoria um périplo visitando a Agência Nacional de Águas, a ANEEL, a EPE, discutindo, tentando mostrar que nós temos que encontrar alternativas que venham trazer a solução para todos os usos das águas, e nesse sentido já começamos a dar alguns passos avançando com a Agência Nacional de Águas firmando um convênio de cooperação, deveremos avançar com as equipes técnicas esse ano produzindo em conjunto documentos e soluções, participar da discussão de quais são os níveis mínimos que devem ficar em cada uma das nossas bacias hidrográficas para permitir a navegação contínua, isso é uma ação que nós já estamos fazendo de forma qualificada, então essa revitalização do setor hidroviário brasileiro ele vem como um elemento muito forte de competitividade. E vai passar por alguns gargalos como esse que o senhor acabou de citar e que também o Senador Flexa Ribeiro citou a respeito de se fazer as eclusas concomitantemente com as nossas hidrelétricas. Nós temos exemplos no Brasil afora, além do exemplo já citado da eclusa de Tucuruí temos outros exemplos do Brasil que também têm eclusas paralisadas. Infelizmente interrompendo a navegação que já existia.

É fato e é importante ressaltar que em complexos hidroviários como o que eu citei Araguaia e Tocantins, nós temos a previsão de mais de dez barragens a serem implantadas. O que será importantíssimo para a economia do país do ponto de vista da geração de energia e será também brilhante para a navegabilidade, porque quanto mais nós tivermos eclusas mais

vamos ter bacias de equilíbrio de vazão para permitir vazão constante e com isso nós poderemos assegurar a navegabilidade plena e em condições de contribuir fortemente para a nossa... O aumento da competitividade do Brasil reduzindo o custo de exportação e o custo de externalização. Eu acho que isso é um fator primordial.

Com relação aos portos só queria comentar a propriedade da sua colocação. Porto é um elo. É um elo de ligação. E é um elo de ligação entre o País e o mercado internacional. Ele precisa não só ser fortalecido no seu sítio, no sítio portuário como também precisa ser fortalecido nos seus acesos. Então isso é uma coisa fundamental porque tem que haver uma ação integrada para que nós tenhamos aí uma solução logística, eficiente e que traga benefícios para o País. Muito obrigado mais uma vez pela sua menção.

Senador Flexa Ribeiro, nós temos procurado... Nós temos procurado dar uma atenção especial, o senhor que é amazônida, à Região Amazônica, porque como o senhor bem mencionou, as vias são os rios. E nesse sentido, inclusive, nós discutimos, implantamos recentemente, aprovamos recentemente uma norma que trata da outorga e fiscalização na navegação de passageiros. Esse é um marco importante. Estamos... Essa norma foi aprovada agora no início, no final do ano passado, e nós vamos começar a fazer um trabalho de divulgação para a sociedade porque ela traz inclusive contribuições importantes para que o próprio usuário passe a fiscalizar as empresas que atuam na região, garantindo aí uma segurança maior e principalmente garantindo o fluxo importante na Região Amazônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, eu agradeço--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, poderia fazer uma...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Dr. Fernando Fialho, nesse resumo que o senhor nos entregou aqui, a gente vê essa diferença gritante no transporte de grãos entre o Brasil, e os Estados Unidos. A nossa distância é 1.904 quilômetros. A distância dos americanos é 2.148 quilômetros. E eu fiquei assim meio... Até meio tonto, vendo que o custo deles é 22,5% no final do produto. E o nosso chega a 43% do produto. Eu gostaria que o senhor desse um esclarecimento pra gente sobre por que é que essa diferença é tão gritante assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de passar a palavra a V.S^a, eu também queria fazer uma indagação e pergunto

ao Senador César Borges se ele tem interesse em sabatiná-lo.

Sr. Fernando Fialho, o Brasil possui 63 mil quilômetros de extensão total das águas superficiais fluvio-lacustres, sendo que 40 mil quilômetros considerados no Plano Nacional de Viação, ocorrendo que apenas 13 mil quilômetros, hoje, são vias utilizadas economicamente. Desse número, de acordo com o Plano Nacional de Viação, 29 mil quilômetros não possuem hoje caráter de utilização economicamente viável. Qual é o caminho para ampliarmos de 13 para 40 mil quilômetros o que o Plano Nacional institui como mais viável, e naturalmente viável do ponto de vista da navegação? Com a palavra o doutor... Indago ao Sr. Expedito se tem interesse em questionar o sabatinado. Com a palavra V.Ex^a.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria só de cumprimentar aqui o Dr. Fernando, nós tivemos a possibilidade de ontem... Conversávamos sobre o seu currículo, sobre os seus projetos, sobre o que ele imagina. E eu cheguei agora, Sr. Presidente, eu estava fora da Casa, e eu não pude acompanhar aqui sobre a questão das eclusas. Já cheguei aqui praticamente no final. Mas eu não poderia deixar de comentar e lógico que nós não fizemos uma exigência agora, nós gostaríamos que estivesse no projeto do complexo do Madeira as duas usinas, Jirau e Santo Antônio, nós gostaríamos de já está pronto também ou paralelamente em conjunto às obras também das eclusas do Rio Madeira. Nós temos a sorte de ter um rio autônavegável. Mas com certeza vamos precisar das eclusas do complexo do Madeira.

Então eu gostaria de fazer esse apelo que nós não podemos perder isso de vista. Temos que trabalhar em conjunto, buscar uma alternativa, é lógico que agora nós estamos felizes com a construção das usinas do complexo do Madeira, mas no futuro próximo nós precisamos estar trabalhando em conjunto para buscarmos uma alternativa da construção das eclusas do Rio Madeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Fernando Fialho.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE BRITO FIALHO: Acho que o tema é associado, vou procurar responder as três de uma forma integrada, porque realmente eu vou começar aqui pelos números que o Senador Marconi Perillo acabou de colocar, e eles são muito marcantes.

Realmente, nós temos um potencial muito grande. Mas utilizamos apenas 13 mil quilômetros. Dos quais, a grande parte na Região Amazônica, aonde as vias são todas absolutamente naturais. Vale citar que nós

temos uma hidrovia que eu poderia citar de exemplo como a hidrovia que fez as intervenções necessárias para dar a navegabilidade e garantir a competitividade, que é a Hidrovia do Tietê onde foram inclusive modificados perfis de pontes, onde foram construídas barragens com a finalidade específica de dar a navegabilidade, e assegurar uma cota mínima para navegação, porque não adianta simplesmente ter uma linha d'água. Ela tem que ser suficiente para atender uma navegação de escala. E para que nós possamos evoluir nesses números, precisamos assegurar a construção das eclusas, o que é fundamental porque elas se forem pensadas dentro de um contexto de uso múltiplo das águas elas serão sim um grande aliado e não um empecilho para a navegação, porque elas vão ajudar com suas bacias a garantir a regularidade, nós vamos ter aí a possibilidade de dar competitividade maior à nossa produção. E aí chegando exatamente no que o Senador Augusto acabou de falar, que nós temos um diferencial que é o diferencial da logística. Eu vou citar um caso, e aí o Senador Expedito Júnior acabou de falar da nossa hidrovia do Madeira. Uma hidrovia que funciona de forma muito eficiente, e nós temos procurado em cada seminário desse aprofundar, eu vou... é apenas uma apresentação simples, mas eu vou distribuir para cada um dos senhores um CD e um material com todas as apresentações que nós fizemos nessas discussões de cada uma das hidrovias. Vale citar que na hidrovia do Madeira, o case que nós temos lá da HERMASA trabalhando, significa uma diferença em torno de 40 dólares por tonelada nas três milhões de toneladas transportadas pelo fato de fazer a combinação logística do transporte da soja do Mato Grosso, indo de caminhão, e fazendo o percurso no Rio Madeira. A diferença de fazer o mesmo percurso somente rodoviário descendo é em torno de 40 dólares. Ora, isso dá 120 milhões de dólares por ano de economia. E nós temos que pensar que isso pode justificar as outorgas para que nós possamos, com isso, ter uma economia de escala e a partir daí nós termos esses investimentos nas eclusas garantidos. Então essa diferença ela está na nossa logística. Nos Estados Unidos, eles têm o complexo do Rio Mississippi que tem, além do rio natural, ele tem um complexo de canais, eles têm um sistema de eclusas que atende à demanda de tráfego, e o que eles fazem? E o senhor vai ver que nos números, a nossa diferença a gente perde dentro do País. Quando a gente perde dentro do País, eu volto a ressaltar, esse dinheiro deixa de ficar na mão do produtor. Deixando de promover uma distribuição de renda e riqueza. Porque quando a gente deixa dinheiro na mão do produtor ele faz mais dinheiro, ele gera mais riqueza, gira o comércio local,

faz com que a economia do País se irrigue. Então é nessa linha que acho que a gente tem que trabalhar para que nós possamos diminuir essa diferença. E ela está exatamente nesse sentido. Quando nós conseguimos evoluir dos nossos 13 mil quilômetros para os 40 mil, com a garantia das eclusas, com o funcionamento pleno delas, nós vamos ter competitividade assegurada para os nossos produtos e aí sim nós vamos ter condições de vender o produto, que vai estar sempre balizado pelo preço deles da cotação de Chicago, mas deixando mais dinheiro e deixando mais riqueza no Brasil. Essa é a lógica.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, agradeço ao Dr. Fernando pelas respostas, inclusive as minhas... Aos meus questionamentos.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti para que ela possa fazer uso da palavra, a fim de que nós possamos encerrar o processo de votação que já está aberto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu queria inclusive pedir mil desculpas de não poder ter acompanhado toda a sabatina, tendo em vista que nós tivemos uma atividade com os artistas que vieram entregar um projeto na Comissão de Educação para beneficiar o teatro brasileiro, e nós temos uma relação histórica com esse setor, desde a polêmica da divisão dos incentivos fiscais para as artes e para os esportes, e fui acompanhar a comitiva à Presidência do Senado.

Mas, eu queria apenas parabenizar o Dr. Fialho pela indicação, a Direção Geral da ANTAQ, quero dizer que nós temos uma situação com o desenvolvimento, crescimento do País que é a questão das nossas hidrovias e nossos portos é de fundamental importância, esta área de infra-estrutura para dar sustentabilidade, e temos um marco regulatório do sistema portuário brasileiro. Inclusive, a Constituição Brasileira ela deixa bastante claro de que a nossa estrutura portuária, conforme diz o art. 21 da Constituição, quem define a competência é a União para explorar diretamente, ou mediante autorização concessão, permissão, aos portos marinhos, marítimos fluviais e lacustre. E também a competência para legislar é privativa da União nestas matérias. E eu queria aqui de pronto já parabenizar o trabalho que a ANTAQ vem desenvolvendo na questão hidroviária, acho que nós tivemos um desenvolvimento extremamente importante aí no último período, e precisamos ainda aprofundar ainda mais, e tem algo que me preocupa, sobremaneira, porque nós temos uma Medida Provisória que está tramitando aqui no Congresso, e para esta Medida Provisória estão sendo apresentadas Emendas.

Então, como eu não sei que perguntas que já foram feitas, eu quero me ater única e exclusivamente a solicitar ao Dr. Fialho um posicionamento, que tipo de observação que ele poderia fazer a uma Emenda que está tramitando na Medida Provisória de nº 412, e que diz o seguinte. No art. 4º, § 2º, estabelece o uso público do porto, do sistema portuário, e o uso privativo. E no caso do uso privativo tem o uso privativo exclusivo para movimentação de carga própria, então a empresa instala o seu terminal portuário para escoar única e exclusivamente a sua mercadoria. Foi aberto um misto, nós já temos no sistema hoje um misto desde que a carga que não seja de uso próprio da própria empresa ela é complementar, e normalmente é residual, pelas experiências que a gente tem, de turismo para a movimentação de passageiros inclusive que essa de turismo foi uma Emenda até que nós fizemos e a pessoal da ANTAQ está agora na fase final de regulamentação e para a estação de transporte de cargas.

Então, a Emenda que está, que foi apresentada, ela mexe na questão do misto para a movimentação de carga própria, e se coloca a Emenda coloca e/ou de terceiros. Ou seja, o sistema misto que é um exclusivo no residual podendo operar de terceiros, quase que no complementar, poderia ser substituído por um misto que poderia ser para a carga própria ou só para a carga de terceiros. Ou seja, o porto privativo assumindo as funções do porto público. Ou podendo... Ou seja, há uma preocupação de que isto possa ensejar através de uma Emenda numa Medida Provisória, uma modificação daquilo que a Constituição estabelece como prerrogativa exclusiva do porto público.

Então eu queria apenas fazer esta pergunta ao Dr. Fialho como é que ele vê esta questão, e até como isto vai tramitar aqui no Senado, até pra gente poder já ter alguma observação, alguma opinião de alguém que está no sistema, que está na agência reguladora, de como é que veria esta abertura, esta possibilidade de utilização do porto privado assumir o despacho de cargas de terceiros ao invés da carga própria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Antes de conceder a palavra ao Dr. Fernando Fialho, eu gostaria de registrar e agradecer a presença honrosa do nosso novo colega, Dr. Fernando... Senador Fernando... Desculpa, Dr. Gilberto Goellner, que assume a vaga do Senador Jonas Pinheiro, que lamentavelmente faleceu na semana passada, ele que vem também para a esteira do Senador Jonas Pinheiro defender a agricultura, a pecuária, o agronegócio no Brasil. As nossas boas-vindas a essa Comissão que lhe recebe de braços abertos no dia em que nós aprovamos aqui importantíssimos projetos que alteram o Plano Nacional de Viação com destaque

para rodovias, Estado que V.Exª representará a partir de agora. Muito bem vindo Senador Gilberto.

Eu declaro encerrado o processo de votação, de acordo com o art. 383, inciso 6º do Regimento Interno do Senado, convido os Senadores Expedito Júnior, Flexa Ribeiro, para atuarem como escrutinadores. Concedo a palavra ao indicado para suas considerações em relação às indagações da Senadora Ideli Salvatti.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE BRITO FIALHO:

Bom, eu quero começar, Senadora, lhe parabenizando pela iniciativa com relação aos terminais turísticos. Nós realmente estamos diante de um cenário novo com relação ao turismo. O turismo marítimo do Brasil tem aumentado muito, e a partir da sua Emenda e que foi transformada, que modificou 8.630 que nos deu essa competência nós fizemos um trabalho ao longo desses últimos 12 meses com uma Comissão estruturada para estudar detalhadamente como nós vamos regulamentar isso para os terminais. Porque nós temos diversas escalas desde os terminais grandes que podem receber os navios diretamente, como os terminais que ficam em cidades turísticas pequenas como Porto Belo, e que recebem normalmente através dos tenders. Então essa norma é uma norma que está sendo finalizada. Nós acreditamos que nos próximos 60 dias ela deverá estar já sendo colocada em Audiência Pública, para discutir o assunto e colocar em vigor. Isso deverá nos ajudar a dar uma face mais profissional ao turismo marítimo brasileiro. Acho que isso vai ser muito importante e vai assegurar o que nós precisamos atrair cada vez mais investimentos nesse setor, e também propiciar que combinado a esse turismo das grandes embarcações nós tenhamos aí as embarcações de menor porte, os saveiros, e com isso nós tenhamos uma maior movimentação nas cidades turísticas brasileiras que são um grande privilégio desse País.

Bom, com relação aos terminais privativos e ao porto público, eu acho que é importante salientar que nós temos no Brasil um complexo portuário que tem atuado de forma muito importante nesses últimos anos. Nós temos 35 portos públicos e temos 125 terminais de uso privativo. Ambos cumprem o seu papel de forma muito eficiente e compõem essa nossa infra-estrutura que propiciou o crescimento da balança comercial brasileira, e da nossa corrente de comércio como já disse, de 100 para hoje 240 bilhões de dólares. É a competência acumulada instalada nesses terminais porque 95% das cargas transitam nesses por esses terminais. Do ponto de vista de volume de cargas, em virtude de muitos desses terminais serem terminais graneleiros, os terminais de uso privativo detém, inclusive, a maior movimentação em termos de volume de cargas. Em termo de volume de dinheiro não, porque temos aí no

porto de Santos a componente econômica maior de movimentação financeira.

Então, nós temos infra-estruturas eficientes nos dois sentidos. Os terminais de uso privativo, eles hoje têm sido outorgados pela agência, mediante autorização conforme prevê a lei e a Constituição, e essa autorização é para que eles atuem como terminais ou exclusivos, como a senhora mencionou, que são integralmente para carga própria ou para carga própria e de terceiros em projetos industriais, principalmente, em projetos que sejam complementares.

Há uma discussão que vem permeando o setor portuário brasileiro nesses últimos 12 meses. Aliás, eu diria nesses últimos 18 meses porque desde que assumi a agência esse é um assunto que está sendo discutido e que ainda não está maduro suficiente para uma tomada de decisão. Porque como a senhora bem mencionou isso tem que ser muito bem avaliado. Aliás, esse tema é um tema que vai permear e vai ter discussões muito ricas de aprimoramento aqui no Congresso Nacional. A agência está cumprindo hoje aquilo que a legislação determina. Havendo uma modificação da legislação, assim a agência irá agir. A nossa visão é de que nós temos ferramentas logísticas que são complementares e importantes nessa produção de superávit e nessa... Na atração de investimentos privados. Nós temos atração de investimento privado tanto dentro do porto público como nos terminais privativos. E que eles devem continuar compondo a matriz brasileira de logística. Porque nós precisaremos para dar vazão ao crescimento das exportações e o crescimento da corrente de comércio, que se continuar crescendo no mesmo ritmo vai demandar uma movimentação próxima de 300 a 400 bilhões de dólares, então precisamos de estruturas novas e cada vez mais eficientes. E isso está acontecendo nas duas áreas. No setor público, aliás, no porto público com investimentos privados nos arrendamentos e nos terminais privativos.

Então, nós temos inclusive estamos para fazer um seminário de discussão jurídica, profunda desse tema. É um tema complexo para o qual não há consenso e nem há uma compreensão fechada, e acho que será muito importante que esse tema seja pautado aqui no Congresso Nacional porque eu tenho certeza que a partir daqui, da riqueza das discussões com os Srs. Senadores, os Srs. Deputados vão promover, nós vamos ter um aprimoramento no arcabouço jurídico que vai propiciar a aceleração dos arrendamentos nos portos públicos, e também vai propiciar a atração de investimentos [soa a campainha] para o território brasileiro como um todo. Então é nessa linha que nós enxergamos e temos a clareza de que essa discussão vindo para dentro do Congresso Nacional vai ser uma discussão

rica e que deverá produzir um resultado importante e que seja o melhor para a sociedade brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Dr. Fernando Fialho. Fim da apuração dos votos quero proclamar o seguinte resultado: 19 dos Srs. Senadores votaram. 18 votos sim, um voto não. Está aprovado o projeto nessa Comissão. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Parabéns ao Dr. Fernando Fialho, os meus votos dessa Comissão no sentido de que V.Ex^a possa lograr êxito também no Plenário desta Casa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Se possível a aprovação do regime de urgência, porque a pauta está com Medidas Provisórias, mas a autoridade sempre... Então se nós tivermos possibilidade até votarmos ainda hoje, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): São matérias terminativas, Senadora, não há previsão no regimento. De qualquer maneira nós enviamos ainda hoje ao Plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra pela ordem Senador Flexa Ribeiro. Antes de passar a palavra a V.Ex^a quero liberar Dr. Fernando Fialho, recém aprovado aqui nessa Comissão e agradecê-lo pela presença.

SR. FERNANDO ANTÔNIO DE BRITO FIALHO: Agradeço a confiança dos Senadores e mais uma vez me coloco à disposição. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Senadora Ideli Salvatti, um minuto por favor. Eu pediria a V.Ex^a... Presidente, eu pediria a V.Ex^a que em respeito à Comissão de Infra-estrutura do Senado, nós possamos ter a resposta da Senadora Ideli Salvatti com relação à Audiência Pública que foi aprovada por esta Comissão, através de um Requerimento de minha autoria, no dia 8 de fevereiro de 2007, convidando as várias autoridades, entre elas as Ministras da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Meio Ambiente Marina Silva para que viessem até aqui com outras autoridades convidadas também para nós discutirmos sobre a implantação da hidrelétrica de Belo Monte. Lamentavelmente não foi possível ajustar as agendas das Ministras para que ao longo de todo o ano de 2007 nós pudéssemos fazer essa audiência da maior importância para o Brasil.

No dia 20 de novembro, passado todo o ano de 2007, no dia 20 de novembro de 2007 esta Comissão, por Requerimento de minha autoria, aprovou a transformação de convite em convocação. Naquela ocasião a Senadora Ideli Salvatti solicitou aos membros da Comissão e ao Presidente que ela se encarregaria de agendar com as Ministras sem a necessidade da convocação para que nós tivéssemos a audiência efetivamente realizada.

Nós estamos ao final do mês de fevereiro e não tivemos resposta sobre a audiência e a intermediação que a nobre Senadora Ideli Salvatti ficou de fazer.

Então gostaria, já que a Senadora está presente, que ela pudesse explicar ao Presidente e aos membros da Comissão quando é que nós vamos poder ter aqui as Ministras e os demais convidados para discutirmos a implantação da Hidrelétrica de Belmonte.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Indago a Senadora Ideli Salvatti se ela quer debater a matéria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas o seguinte, no final do ano nós tivemos uma agenda extremamente agitada aqui no Senado e a dificuldade de encontrar uma data que as duas Ministras pudessem vir numa única data aqui. Eu quero ser muito sincera, Senador Flexa, no início agora dos trabalhos eu não voltei a solicitar a agenda. Mas não tenho nenhum problema de fazê-lo novamente e poder no mais rapidamente possível encontrar a data.

Agora, eu gostaria de... Não sei, porque na Audiência Pública se está incluída a presença do Ministério Público. Porque Belmonte, atualmente o nosso problema não é ação governamental, é ação do Ministério Público. Então, talvez até Senador Flexa, seria importante--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está. Procurador-Geral da República. Procuradoria-Geral da República.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque tem ação de um Procurador específico.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do Ministério Procurador-Geral.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E ele teve a gentileza de entrar em contato comigo dizendo que ele mandaria o Procurador Federal lá do Pará que é o autor da ação. E eu concordei com ele plenamente porque é a pessoa que está tratando no assunto. Então essa sua preocupação está contemplada.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É porque realmente tem algumas questões que enquanto

não for solucionada a atuação do Ministério Público, o Governo está de mãos atadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da mesma forma que estava nas Hidrelétricas do Madeira e o Governo se empenhou e resolve como resolve as Medidas Provisórias todas quando quer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas Senador Flexa, eu já reconheci aqui o meu desleixo na retomada dos trabalhos, a responsabilidade é minha e fica o meu compromisso de até a semana que vem já vir com a data da possibilidade.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se o Presidente me permitir, eu pediria que a Senadora Ideli Salvatti tivesse todo o mês de março para que pudesse agendar essa Audiência Pública. Durante o mês de março, qualquer data possível das duas nós vamos ficar aguardando.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está feito o compromisso, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senão eu pediria ao Presidente que fizesse a convocação como está aprovada pela...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu quero agradecer aos dois Senadores. Senador Flexa Ribeiro e Senadora Ideli Salvatti pela pronta disposição e finalmente agendar, mas gostaria de dar razão ao Senador Flexa Ribeiro, já que esse é o terceiro Requerimento, é o terceiro Requerimento aprovado por essa Comissão no ano passado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esse assunto é de relevância nacional. Não é só para o Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Ele foi aprovado no dia 8 de fevereiro de 2007, portanto, as providências que serão tomadas pela Senadora Ideli serão relevantes para o País.

Eu coloco em votação um Requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro convidando os Ministros do Transporte, Presidente da Federação Nacional dos Transportes Aquaviários, Diretor de Portos, Presidente da Federação das Indústrias, professor e Consultor Carlos Neves para debater o desenvolvimento do transporte hidroviário urbano de passageiro no Brasil. Coloco em discussão. Senador Flexa Ribeiro para discutir a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, essa Audiência Pública ela vai trazer a discussão aqui na Comissão de Infra-Estrutura um assunto da maior relevância. Que é o transporte hidroviário urbano de passageiros. E os convidados, e eu coloco aqui aos meus pares membros da Comissão se tiverem alguma

outra autoridade que o Ministro Eliseu Resende possa enriquecer o Requerimento incluindo na relação, porque nós queremos discutir aqui a utilização do transporte hidroviário urbano no Brasil. Por exemplo, no meu Estado, Estado do Pará, na nossa capital Belém, nós temos uma Costa navegável que pode ter o transporte de passageiro feito pelo rio, ao invés de aumentar o fluxo de veículos que já congestionam as vias da cidade. No Rio de Janeiro, por exemplo, você para sair da Barra da Tijuca para chegar ao centro da cidade, você tem que ir cruzando o Rio de Janeiro por inteiro. Quando você tiver um transporte urbano que possa sair de um terminal da Barra da Tijuca e levar até o centro da cidade como é feito de Niterói para o centro da cidade. Quer dizer, a Bahia... Quase todos os Estados brasileiros vão ser beneficiados com a implantação desse tipo de transporte, aliviando o fluxo de veículos nas vias urbanas, que todas as cidades brasileiras hoje têm problemas já de congestionamento.

Eu pediria a aprovação do Requerimento para que a gente pudesse discutir em Audiência Pública e criar através desta Comissão um plano para que se implante no País esse sistema hidroviário urbano de passageiros.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em votação o Requerimento de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro. As Sr^{as}. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. De minha autoria o Requerimento convidando aqui inúmeras autoridades para debatermos a questão do impacto ambiental e social da transposição do São Francisco.

Em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação. Ministro da Integração, um Diretor do Ministério do Meio Ambiente, dentre outras autoridades. Não é polêmico, não. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Gostaria de passar a Presidência ao Senador Jayme Campos para que eu possa ler aqui um voto em separado em relação a um projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados, cujo Relator é o Senador Expedito Júnior, mas que tem da minha parte um voto divergente. Eu gostaria de pedir rápida... presença, a permanência dos Senadores aqui para que possa fazer rapidamente a leitura desse voto em separado. Tenho a honra de passar a palavra ao Senador Jayme Campos.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu vou conceder a palavra ao ilustre Senador Marconi Perillo. O Projeto de Lei da Câmara nº

50/2007 que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem de transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências, de autoria do Deputado Jovair Arantes, Relator Senador Expedito Júnior, parecer contrário ao projeto. Observação, em 6 de dezembro de 2007 foi concedida vistas ao Senador Marconi Perillo pelo prazo regimental. Em 11 de dezembro de 2007 foi devolvido pelo Senador Marconi Perillo com voto em separado, concluindo pela aprovação do projeto. Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo para a leitura do seu voto em separado.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores. Vou passar à leitura da análise. A Lei 10.233/2001 que criou a ANTT regulamentou o transporte coletivo rodoviário de passageiros evoluindo consideravelmente os marcos regulatórios do setor. Porém, o setor carece de uma maior atenção dos usuários do transporte rodoviário. A esse setor é imputada a responsabilidade de ser o campeão nos acidentes rodoviários com maior número de mortes nas rodovias brasileiras causados muitas vezes pelo acúmulo de horas trabalhadas pelos motoristas das falhas mecânicas, os veículos de transporte coletivo, gerando responsabilidade ao órgão gestor que é a ANTT, órgão responsável de fiscalizar a situação dos ônibus, sejam de turismo, de linha estadual, de linha interestadual e de linha internacional. Essa Comissão com o objetivo de instruir a apreciação do PLC convidou para debater o assunto a ANTT, a ABRAT, que convergiram para a conclusão de que a iniciativa substanciada no PLC 51 tornou-se desnecessária em face da legislação vigente.

Voto: Por entender que ainda há falhas na atenção devida aos usuários do transporte rodoviário, sendo necessário imputar maior rigor na fiscalização das empresas pelo órgão responsável e ainda as estatísticas na operação dos serviços serem fontes de inúmeras mortes, aliás, milhares de mortes nas rodovias. Por esse motivo optamos pelo voto em separado com a aprovação do Projeto de Lei da Câmara de autoria do nobre Deputado do meu Estado, Jovair Arantes. É esse o voto em separado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Em discussão a matéria.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem para discutir. Sr. Presidente, eu... Essa matéria foi exaustivamente discutida aqui na Casa, nós fizemos aqui uma Audiência Pública, e se nós formos realmente pelas falhas dos serviços prestados, na verdade meu voto teria que ser um voto favorável. Só quero justificar aqui que nós entendemos que tudo isso que o projeto do Deputado Jovair Arantes prevê, já existe na Casa. E na verdade, já existe e

não são cumpridas. Então acho que essa questão de nós darmos aqui, se pudéssemos inclusive fazer um voto favorável aqui ao voto no Senador Marconi Perillo com certeza estaria fazendo. Mas como fui o Relator e fiz as anotações, a justificativa nossa, eu mantenho o nosso projeto, o nosso parecer, mas até entendo e louvo aqui o voto de V.Ex^a. Se tivesse condições de votar votaria, o Deputado Jovair, inclusive me ligou no dia seguinte... “Pô, Expedito, você não respeitou, esse projeto passou em tudo quanto é Comissão, foi aprovado em todas as Comissões. Só na Comissão de Infra-estrutura que nós tivemos o voto divergente, o parecer divergente seu”. Infelizmente eu não conversei antes com o Jovair, também não conversei com o líder do Estado do Goiás, o maior Líder que o Senador Marconi Perillo, de repente se tivéssemos conversado antes nós tivéssemos buscado aqui um meio termo, mas eu louvo e como se estivesse votando com V.Ex^a, mesmo dando nosso voto contrário.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO):

Agradeço ao Senador Expedito.

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Pergunto se tem mais alguém no Plenário que queira discutir, sr. Senadores e Senadoras? Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do Relator que tem preferência regimental. Senadores que... Senadores que concordam, melhor dizendo, que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. Do Expedito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Rejeitado o parecer do Relator. Coloco em votação o voto em separado do Senador Marconi Perillo que passa... Coloco em votação o voto em separado do Senador Marconi Perillo. Em votação o voto em separado do Senador Marconi Perillo. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovado o Relatório do Senador Marconi Perillo. Parabéns, Senador. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Declaro encerrada a presente Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h39.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÃO

Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia seis de março de dois mil e oito, na sala de reunião da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Expedito Júnior, Valter Pereira, Wellington Salgado, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Jayme Campos, Raimundo Colombo, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Gilberto Gollner, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presidência procede à leitura do Ofício nº 23, de 2008, firmado pela Chefia de Gabinete do Senador João Tenório, comunicando que Sua Excelência encontra-se afastado dos trabalhos da Casa, no período de 4 a 6 de março de 2008, tendo em vista ter sido designado pela Presidência para representar o Senado Federal na Conferência Internacional sobre Energia Renovável em Washington, DC. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: **Item 1** – Decisão Não Terminativa – **Projeto de Lei da Câmara, nº 64, de 2005, que** “altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”, de autoria do Deputado Ricardo Izar, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que apresenta relatório favorável ao projeto com a Emenda nº 01– CAE, de 2007, e pela rejeição das Emendas do Senador Marconi Perillo e do Senador Neuto de Conto. A Presidência concede vista ao Senador Flexa Ribeiro. **Item 2** – Decisão Terminativa – **Emenda de Relator ao Projeto de Lei do Senado nº 693, de 2007, que** “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-251”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende. **Aprovada.** **Item 3** – Decisão Terminativa – **Emenda de Relator ao Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2007, que** “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-242”, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros, tendo como relator o Senador Eliseu Resende. **Aprovada.** **Item 4** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 121, de 2006, que** “altera o § 1º e acrescenta

o § 4º ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, para antecipar o prazo para adição do percentual mínimo obrigatório de biodiesel ao óleo diesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador Francisco Dornelles, que apresenta relatório pela prejudicialidade da matéria. A apreciação da matéria é adiada. **Item 5** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 248, de 2007**, que “autoriza o Poder Executivo a promover a internacionalização do Aeroporto de Barreirinhas, no Estado do Maranhão”, de autoria da Senadora Roseana Sarney, tendo como relator o Senador Marconi Perillo, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. A apreciação da matéria é adiada. **Item 6** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 253, de 2007**, que “autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, dois por cento da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Rondônia”, de autoria do Senador Expedito Júnior, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. **Item 7** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 655, de 2007**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, os Contornos Rodoviários de Ibiracú e de Viana, na BR – 101/ES, e o trecho que liga a BR – 101 ao Porto de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo”, de autoria do Senador Magno Malta, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta relatório pela aprovação do projeto. A apreciação da matéria é adiada. A Comissão ainda aprova, **extrapauta**, o **Requerimento nº 05, de 2008-CI**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, requerendo seja substituído o nome do Capitão-de-Mar-e-Guerra Milton Benevides dos Guaranys, que consta no Requerimento nº 03, de 2008-CI, pelo nome do Vice-Almirante Rodrigues de Carvalho, Diretor de Portos e Costas. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

**Realizada No Dia 6 De Março De 2008, Às 10
Horas E 29 Minutos.**

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviço de Infra-estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Inicialmente, passo a leitura de solicitação do Senador João Tenório, membro dessa Comissão. Senador João Tenório, nos solicita o adiamento da apreciação dos itens 1, 5 e 10, ou seja, retirada de Pauta, em função de viagem internacional, representando o Senado, na conferência internacional sobre energia renovável em Washington, Estados Unidos, evento que está se dando exatamente nos dias 4, 5 e 6 de março. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Passo a ler dois requerimentos, um de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que requer nos termos regimentais, seja substituído o nome do Capitão-de-Mar-e-Guerra, Sr. Milton Benevides dos Guaranys, que constam no Requerimento 3 de 2008, pelo Vice-Almirante, Diretor de Portos e Costas, Sr. Rodrigues de Carvalho, os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à deliberação de projetos terminativos e não terminativos, aos quais passaremos ao item da Pauta; nós temos uma decisão terminativa, e temos algumas decisões terminativas, que vão exigir quorum qualificado para deliberação. Antes disso, eu gostaria de informar aos Srs. Senadores, membros dessa Comissão, que a partir da semana que vem nós vamos definir todas as quintas-feiras, às 10 da manhã, como datas para realização de Audiências Públicas e, sendo possível, nessas Audiências Públicas, nós também vamos deliberar a fim de esgotarmos a Pauta. Assim que o Senador Eliseu Resende completar o relatório do plano nacional de viação, nós também vamos fazer um bom debate aqui, acerca do relatório que ele deverá apresentar. De modo que, a partir de agora, nós vamos, eventualmente, convocar Reunião Extraordinária para deliberarmos Pauta e todas as quintas-feiras nós vamos realizar Audiências Públicas. Nós temos vários pedidos, são vários os requerimentos aprovados, no ano passado e neste ano, e a partir de agora nós já vamos expedir os convites,

para que as sessões, audiências, sejam marcadas no curso desse primeiro semestre.

Vamos ao Item 01 da Pauta, que é um projeto que exige decisão não terminativa, que altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 22 de dezembro de 1989, que reduz o percentual da participação da compensação financeira, sobre a exploração de recursos minerais, incidentes sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil. O autor desse projeto é o Deputado Ricardo Izar, o Relator é o Senador Eduardo Azeredo, que não se encontra presente. Até a chegada do Senador Eduardo Azeredo, eu vou suspender a apreciação desse Item 01 da Pauta, e passar a discussão do Item 02, que é um projeto que exige decisão terminativa, nós já temos um bom número de Senadores, espero que até o momento da deliberação do projeto possamos ter aqui o quorum necessário para a deliberação desses projetos. Se nós conseguirmos hoje deliberar sobre todos os itens que estão na Pauta, nós vamos ficar com a Pauta, praticamente solucionada.

O Item 02 é uma Emenda de Relator ao Projeto de Lei do Senado nº 693, de 2007, que Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-251. Autora é a Senadora Serys, o Relator é o Senador Eliseu Resende.

Na Reunião da semana passada, nós fizemos a suspensão da apreciação da deliberação desse projeto, porque não constava o nome da cidade de Mineiros, no roteiro, na rota da BR, de modo que eu indago ao Senador Eliseu Resende... Ah, sim, esse projeto da 251, na verdade, a Comissão aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei e a Emenda oferecida pelo Relator que está sendo deliberada na presente Reunião, então, na verdade, nós vamos votar hoje apenas a Emenda. Eu concedo a palavra ao Senador Eliseu Resende para colocar sua exposição técnica a respeito da Emenda.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu estou pronto a prestar o meu Parecer, Sr. Presidente. Apenas eu pergunto: a decisão é terminativa, se é o caso de fazer análise agora? Começaremos a discussão então. A discussão vai ser muito rápida, porque como diz V.Ex^a, é uma questão mesmo de formato, essa matéria já foi aprovada na nossa Reunião anterior. É um Projeto de Lei dos Senadores lá do Mato Grosso do Sul, Jayme Campos, Jonas Pinheiro e Senadora Serys, no sentido de alterar, no caso do Item 02, a trajetória e a extensão da BR 251, e com relação ao Item 03 o traçado da BR 242, já foi aprovado quanto

ao mérito, entendeu a mesa do Senado, que a forma encontrada para aprovar as alterações propostas, não foi a adequada, e essa forma deveria ser colocada em forma de Emendas como vem agora registrado aqui na Pauta no dia de hoje. Portanto o nosso Parecer é favorável, em bloco aos itens 2 e 3 aprovação dos itens 2 e 3, apenas lembrando apenas a essa Comissão de Infra-Estrutura, que é uma matéria já aprovada quanto ao mérito aqui na Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): É verdade, eu sugeriria a suspensão da discussão dos itens 2 e 3, e passaria imediatamente à discussão do Item 06, cuja decisão também é terminativa, e o Relator, o Senador Flexa Ribeiro se encontra presente. Esse projeto autoriza o Governo Federal a destinar, gratuitamente, dois por cento da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira, em território rondoniense, para o Governo do Estado de Rondônia. O autor Senador Expedito Júnior, o Senador Flexa Ribeiro é o autor a quem concedo a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, o nobre Senador Expedito Júnior, solicitou-me, que pedisse a retirada de Pauta deste item, para que nós pudéssemos fazer mais uma Reunião no sentido de discutir a forma de, talvez, com um substitutivo de aproveitar a idéia, que é uma idéia que eu diria, até importante, que teve o Senador Expedito Júnior em que distribuir, gratuitamente, ao estado, 2% da energia gerada nas hidroelétricas construídas no Rio Madeira. Então, o que pretende o Senador Expedito Júnior? Que 2% da energia da hidroelétrica do Rio Madeira vá de forma gratuita ao estado, para que o estado possa, com essa energia, promover o desenvolvimento do seu território, só que o nosso Parecer é pela rejeição, porque é inconstitucional você tomar, obrigar ou doar uma parte de um projeto, que inclusive, é privado, é participação estatal minoritária, mas é privado, e não tem como, a não ser que esse custo viesse atingir os usuários, os consumidores de energia, porque ele teria que ser colocado dentro da tarifa, eu não vejo da forma como está proposto o projeto pelo Senador Expedito, lembrando sempre pelo mérito que ele teve em tentar buscar um meio, dar instrumento para um estado como Rondônia, da nossa região, que encontra dificuldades enormes no seu desenvolvimento, mas nós temos que ver de que forma nós podemos aproveitar a sua idéia e torná-la de forma, que seja constitucional. Eu pediria pela solicitação que o Senador me fez, Senador Expedito, que nós retirássemos da Pauta de hoje, pudéssemos discutir mais essa semana e retornaríamos para Pauta da semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como não há número para deliberar, nós vamos retirar de Pauta o presente Projeto de Lei.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Gostaria de uma observação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É com muita propriedade que se solicita aqui o adiamento da análise dessa matéria para um estudo mais profundo. É uma inovação fazer uma doação de energia a um estado, isso vai afetar a tarifa dos consumidores fortemente, então, eu acho que é de grande responsabilidade a decisão, e nós precisaríamos refletir mais profundamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a concordância dos Srs. Senadores, eu faço a retirada de Pauta. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para esclarecer, o Parecer, Sr. Eliseu Resende é pela rejeição, apenas que o autor do projeto não se encontra presente e pediu-me que não o relatasse hoje, deixasse para a semana que vem para tentar encontrar uma forma, e eu pediria até a V.Exª, como um dos ícones da questão de energia, da infra-estrutura, que pudesse também ajudar, tanto ao Senador Expedito Júnior na tentativa dele encontrar um meio de ter instrumento de desenvolvimento para o Estado de Rondônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Senador Eliseu Resende e o Senador Flexa, da inconstitucionalidade ou da dificuldade de doar gratuitamente às empresas, não ao usuário particular, eu acho que a gente não tem que discutir até que se elabore definitivamente a tese para rejeitar ou aprová-la, porque senão vai ficar meio zueira(F) aqui nessa discussão sem uma definição do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou retirar de Pauta. Senador Romeu, eu vou fazer a retirada de Pauta e vou solicitar ao Senador Flexa Ribeiro que converse com o Senador Expedito, a fim de buscarmos um entendimento definitivo ou o Senador retira o projeto, ou então, a gente delibera, delibera e a gente vota pela aprovação ou pela rejeição, os termos do Parecer do Senador Flexa Ribeiro. Nós ainda não temos número suficiente para a deliberação, todos os demais projetos, à exceção do Projeto de Lei que o Senador Eduardo Azeredo

relata, nós não temos aqui o número para deliberar sobre os demais.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Eu ia pedir a V.Exª para ter um pouquinho de paciência, até porque tem alguns projetos aqui que já foi na semana passada votado aqui e eu acredito que daqui a mais 5, 10 minutos, nós estaremos com a presença aqui de pelo menos mais oito Senadores, que já está sendo convidado a participar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos, nós temos toda a boa vontade do mundo para presidir e aguardar, sobretudo atendendo a solicitação de V.Exª. Senador Eduardo Azeredo, V.Exª poderia relatar o Projeto de Lei da Câmara número 64, que Altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, que reduz o percentual de participação de compensação financeira sobre a exploração de recursos minerais, o CFEM, incidentes sobre os bens minerais de aplicação imediata à indústria da construção civil. Autor Deputado Ricardo Izar, o Relator o Senador Eduardo Azeredo. O Parecer é pela aprovação do PLC nº 64 de 2005, com a Emenda da CAE e pela rejeição das Emendas de autoria dos Senadores Marconi Perillo e Neuto De Conto. Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, antes informando que eu também vou debater essa matéria e daqui a pouco vou pedir ao Senador Eliseu Resende que presida por alguns instantes a Reunião, a fim de que, eu possa, após a leitura do Parecer do Senador Azeredo, debater, já que eu quero defender a minha Emenda. Com a palavra o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto já está sendo discutido no âmbito do Congresso Nacional há muitos anos, ele foi aprovado na Câmara e depois já passou também pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Tuma foi o Relator numa delas, das Comissões. Como veio da Câmara, ele estava, não só fazendo a redução do CFEM da contribuição, sob os materiais que constam da construção civil, da areia especialmente, mas também modificando a distribuição dos percentuais. Na Comissão de Assuntos Econômicos, foi acatado um Parecer pela aprovação com uma Emenda, que duplica os recursos destinados ao fundo, o FNDCT, ao invés de extingui-los, mas mantém a mesma distribuição para os estados e municípios, porque realmente fazer uma alteração do percentual de estados e municípios não seria muito indicado.

A essa Comissão, cabe opinar sobre Minas recursos geológicos, portanto a matéria é de competência da Comissão, uma vez que o PLC sobre a análise, viesse sob alteração de alíquotas e incidentes sobre substâncias minerais, destinadas à construção civil, e rochas calcárias usadas na correção do solo. É inegável o método da proposição que favorece a redução dos custos da construção civil e da agropecuária. Caso aprovada a proposta deverá viabilizar, ainda que marginalmente, novas jazidas minerais, é bom para o país, pois fomentará uma atividade econômica geradora de riquezas de empregos. Conseqüente ao aumento da atividade mineradora requererá da DNPM ampliação da sua atividade de fiscalização, nesse sentido o aumento dessas receitas destinadas a essa autarquia, prevista no PLC, é uma iniciativa de toda coerente, com a proposta central de redução das alíquotas, da mesma forma é coerente a destinação de recursos para pesquisa no setor mineral, por meio do FNDCT, pois as atividades de pesquisa de desenvolvimento do setor mineral, inevitavelmente agregam mais eficiência aos processos produtivos, reduz as externalidades negativas sobre o meio ambiente. Entretanto, o tal aumento não pode se dar mediante a redução da participação dos estados e municípios como prevê a proposta original da Câmara, assim cabe também elogiar a iniciativa da CAE de manter as alíquotas de 23% para os Estados e Distrito Federal e 65% para os municípios e 10% para o DNPM, retirando a destinação de 2% desta cota para o IBAMA. No curso da tramitação regimental, a Comissão recebeu Emenda do nosso ilustre Presidente, Senador Marconi Perillo, que também altera a composição do CFEM e que exponho a seguir. Esta Emenda promove a redução da alíquota de fertilizantes e rochas fosfáticas, no novo inciso, incluído pelo PLC em apreço, de nove propósitos, em mérito objetivando redução de custos, para produção de alimentos para o agronegócio como um todo.

Entretanto, em nova análise levado em efeito, verificamos que a produção nacional de fosfato no Brasil é concentrada, apenas 4 empresas são responsáveis por cerca de 94% da produção nacional. Com a maior parte da produção situada em Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Elas têm assim o domínio do mercado e a redução da alíquota pode não significar decréscimo de custo, conforme já se verificou no passado. Ademais, resta lembrar que como a cobrança de royalties sobre a produção mineral é prática mundial, naturalmente o produto importado já recolheu a sua CFEM em seu país de origem, motivo pelo qual não a recolhe aqui, embora recolha outros impostos e taxas como todo produto importado.

Não há, pois, benefício ao produto importante frente ao produto nacional, já que a importação compensa o fato de que a produção instalada não é capaz de atender a demanda nacional. Para 2007 a importação deve ter sido na ordem de 20% da sua demanda física. É diferente do caso da brita e argila, matérias-primas largamente difundidas na natureza e de grande peso na construção civil, propiciando alívio e alavancagem nos programas habitacionais em curso, o objetivo final do PLC em discussão, e alterando-se a alíquota de 2% para 02 da CFEM com 65% desse valor destinado aos municípios produtores, os fertilizantes de rochas fosfáticas, haverá grande impacto financeiro nas contas públicas destes municípios, que embora sejam poucos, sofrem com a progressiva exaustão da sua riqueza mineral. Para citar, Srs. Senadores, apenas os mais importantes temos: Patos de Minas, Araxá, Patrocínio, Itapira, no meu estado, Cajati, no estado de São Paulo, Catalão e Ouvidor no estado de Goiás.

A cidade de Araxá, por exemplo, recebe cerca de 200 mil reais provenientes da CFEM por mês, dos quais 60 mil relativos ao fosfato, significando 720 mil por ano, que é um valor relevante para a cidade. Reduzindo a sua Receita, esse município terá dificuldade de atender as novas demandas sociais advindas da expansão dos negócios atuais pela situação do mercado demandante, por esse motivo, é que eu proponho a rejeição da Emenda referente às rochas fosfáticas, porque exatamente afetaria a arrecadação de alguns municípios, já que a produção, ela é concentrada e dificilmente essa redução, seria repassada ao consumidor final, ao produtor rural. O Senador Neuto de Conto, também apresentou Emenda incluindo o inciso VII do Projeto de Lei em apreço, para reduzir alíquota a zero das águas minerais não obstante o referido mérito, justificativa de S.Ex^a., considerando a água mineral como alimento, também sou obrigado a propor a rejeição, pois reduzir a alíquota significará perda essencial para pequenos municípios, que progressivamente vem investindo a descoberta e aproveitamento das fontes de água mineral em seu território. Sr. Presidente, em face do exposto, o voto é pela aprovação do PLC 64 de 2005, com a Emenda da CAE 01 de 2007 e pela rejeição das Emendas de V.Ex^a e do Senador Neuto de Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu indago à V.Ex^a se seria possível em relação ao inciso VI haver o entendimento com V.Ex^a em relação a alguma redução percentual. Havendo, eu não vou nem defender, porque eu defendendo a Emenda de uma maneira global, mas eu sei que o Item 06 é o principal. Havendo o entendimento

com V.Ex^a, eu vou me dar por satisfeito, e nós votamos consensualmente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Ela hoje está em 2%, a proposta de V.Ex^a era de que passasse para 0.2, aí é que teria esse... Ficaria, pelo caso de Araxá...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A solicitação de quem produz é da competitividade, V.Ex^a argumenta que isso não vai resultar em redução de custo ao consumidor, eu acho que haveria uma redução por conta da competitividade. O argumento de V.Ex^a em relação ao impacto aos municípios também é algo que a gente precisa levar em consideração. Então, eu indago se há possibilidade da gente reduzir, pelo menos, parcialmente, e aí eu concordaria. Está em discussão. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho passado os dois últimos dias estudando essa questão de *royalties* sobre minerais, de Minas, cheguei, tive a oportunidade de conversar com o Senador Azeredo, Minas tem sido prejudicado historicamente nesse sentido, haja visto o estado que eu nasci, Rio de Janeiro, que tem o *royalties* do petróleo, conseguiram ter, em termos de lucro, as empresas mineradoras tiveram 40 bilhões de lucro, quando o petróleo deu de lucro 20 bilhões, no entanto a quantidade de *royalties* que é passada do petróleo no Rio de Janeiro é muito maior do que a quantidade de *royalties* pra minerais em Minas Gerais, ou seja, historicamente Minas vem sendo prejudicado. E eu fico muito preocupado, mas tenho plena confiança e vou acompanhar o relato do Senador Azeredo, porque eu tenho plena confiança no seu trabalho por Minas Gerais e tem uma experiência como Governador, como Prefeito, e como Senador agora de Minas, mas Senador Azeredo, eu acho que nós temos que procurar, eu, V.Ex^a, Senador Eliseu, procurar um caminho pra ter mais recurso para Minas, oriundo dessa exploração, que está acontecendo com Minas Gerais. Tem uma frase passada para mim pelo Deputado, o filho do José Aparecido, o José Fernando, onde o Tancredo dizia que o mineral é fruta que só dá uma vez, não é isso?, só tem uma safra, então é isso que acontece em Minas. E quando V.Ex^a distribui, o Senador Azeredo, esse tipo de PL, essa mudança que tem que acontecer, eu fico bastante preocupado, mas confio plenamente na posição de V.Ex^a e vou acompanhá-lo, seja qual for o resultado. Mas queria que a partir desse momento, nós de Minas, tivéssemos um carinho especial e uma atenção especial para conseguirmos mais recursos oriundo de *royalties* sobre minerais, que é um absurdo.

Agora o minério de ferro teve um aumento na faixa de 65% no mercado internacional, eu tive um exemplo, Sr. Presidente, eu sei que V.Ex^a está me dando um espaço grande, conversava de novo, e aconteceu na cidade do Zé Aparecido, onde ele foi Prefeito lá, Conceição do Mato Dentro, um vizinho, de uma cidade vizinha, filho de alguém de um restaurante, vai em Conceição do Mato Dentro e tem uma visão, e fala assim: “Olha, vou registrar o subsolo, que aqui tem ferro”, era filho do dono do restaurante, registrou o subsolo. Para resumir, requereu, o Requerimento é dele, um grande empresário, que hoje acaba de entrar na lista, por quem eu tenho uma admiração estupefata, eu não vou citar o nome, na lista dos bilionários do mundo, foi lá e comprou por 100 milhões de reais, esse direito de lavra, e o cidadão que é filho do dono do restaurante, que tinha registrado, vendeu por 100 milhões de dólares. E esse grande empresário, vendeu agora por 5 bilhões esse direito. Pergunto: O quê que a cidade ganhou? O que o estado ganhou? E isso está tudo dentro da lei, Senador Jaime, está tudo dentro da lei. Goiás, que também tem regiões que tem pedra preciosa, está passando pelo mesmo sentido. Então, Senador Azeredo, V.Ex^a, eu vou acompanhá-lo, mas queria também, Senador Eliseu, que é um gênio nessa área também, que nós, mudando um pouquinho o jeito mineiro, porque eu tenho que acompanhar os dois, mas o meu é mais de confronto realmente, vamos ver se a gente consegue, nós três, fazermos uma mistura de um jeito bem mineiro, o Senador Eliseu, que é até um top de linha, o Senador Azeredo que vem depois e o meu que está vindo o novo de choque, acompanhando V.Ex^a, que em Goiás é assim. V.Ex^a sempre foi, acompanhei V.Ex^a quando tinha 1% nas pesquisas, até chegar hoje o grande líder do estado de Goiás, eu vou acompanhá-lo, Senador Azeredo, com um carinho especial.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Obrigado Senador, eu queria só ouvir os outros Senadores, porque o tema é realmente um tema muito relevante, só dizer o seguinte.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou usar só um segundinho...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu também, Senador, não quero insistir na Emenda, sem que a gente possa encontrar um denominador comum, eu quero levar em consideração todos os aspectos relacionados ao projeto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria só, uma coisa que o Senador Wellington colocou, é a questão do minério de ferro, eu acho que é um assunto tão relevante, que talvez merecesse um projeto específico, quer dizer, esse aqui, na verdade,

esse aqui procura separar areia das demais minerações. A mineração de areia, basicamente, é de pequenas empresas, de micro empresas, pelo Brasil todo, e ela afeta a construção civil. Então o projeto é, basicamente, para esse seguimento. Agora é evidente que um assunto como esse, a discussão, por exemplo, da alíquota do minério de ferro é verdade, o lucro que as mineradoras tem tido é enorme, então, é momento de aumentar a alíquota do minério de ferro, não é o momento, alíquota do ouro, essa é uma outra discussão. Então, por isso que eu estava querendo vê se a gente ia por etapas, resolvia a questão da areia, por exemplo, e depois resolvia outros na questão. Agora o fosfato, realmente eu fico meio dividido mesmo, como diz o Presidente, porque é claro que eu defendo que haja uma possibilidade de redução do custo para o agronegócio, mas ao mesmo tempo tem uma redução da Receita dos municípios produtores, e se fosse muito distribuído, não tinha problema maior, mas como é concentrado o peso acaba sendo maior.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Romeu Tuma, depois o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, eu fui o Relator na Comissão de Justiça, não houve nenhuma alteração lá, porque não houve nenhum pedido de Emenda, eu não vou discutir o mérito da Emenda de V.Ex^a, eu acho que está na defesa do seu estado, e, é claro, que o Senador Eduardo Azeredo, com V.Ex^a poderá decidir e nós acompanharemos na votação, mas o que me preocupou muito é a apresentação do projeto, Senador Wellington, porque a alegação corretamente estabelecida pelo autor do projeto, é que as pedras preciosas e semipreciosas que são para o luxo, tem a alíquota menor do que para pedra de construção civil e areia. Como o programa do Governo foi lançado à época, realmente nós somos convidados.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se eu bem entendi, as pedras preciosas e semi preciosas serão menos taxadas do que—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Menor do que era a pedra e a brita. É assim, nós estamos querendo é quase que equiparar, não é nenhum desastre financeiro, porque o Governo lançou o programa na oportunidade da discussão desse projeto. Eu estive na FIESP conversando com pequenos produtores de pedra de brita e de areia, não sei se o Senador esteve também, conversando com as pessoas, e com o benefício que trará do projeto do Governo de construção civil. Porque ele lançou um programa grande e isto faz parte da estrutura de custo, então, a redução desse material, sem dúvida nenhuma vai trazer um

barateamento na construção civil, seria diretamente, principalmente para o setor social, onde a construção de pequeno valor ou médio valor, então é por isso que nós trabalhamos no sentido da aprovação, no mesmo destino está o Senador com uma Emenda da CAE e talvez poderia fazer um acerto com V.Ex^{as}, talvez não o 0.2, mas fazer um equilíbrio entre a taxa que era e uma mediação para poder resolver até, porque não insere no imposto a ser cobrado, é na distribuição, se eu entendi bem, não é isso, Senador? É pela distribuição do arrecadado. Não é para aumentar a alíquota, mas é a distribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Tuma, a grande preocupação nossa, o Azeredo já compreendeu, é em relação a redução de custo para o agronegócio, para a agricultura para a agropecuária, não podemos deixar de levar em consideração também a destinação desses *royalties* para as cidades onde estão as jazidas, de qualquer maneira, eu acho que o ideal seria algum Senador pedir vistas, e tentar buscar um entendimento com o Senador Azeredo, até porque a Emenda é ampla e eu acho que a gente pode aproveitar alguns artigos, algumas mudanças em relação a parágrafos, e incisos, em comum acordo com o Senador Azeredo e trazer para cá, para a deliberação, já uma proposta consensuada, da minha parte eu estarei a disposição para colaborar. Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo e Srs. Senadores, esse é um projeto que olhado apenas no seu mérito, ele é da maior importância, mas ele tem uma profundidade muito maior, como bem disse o Senador Wellington Salgado e o Senador Eduardo Azeredo e o Senador Eliseu Resende tem o mesmo sofrimento que nós do Pará temos, com relação a extração dos nossos minérios e a exportação deles, sem que haja compensação para o estado, acabei de vir, Presidente Marconi Perillo, de uma Reunião de líderes, para fecharmos o acordo, para votarmos o orçamento de 2008.

A primeira proposta que surgiu e nós estamos discutindo isso exaustivamente desde ontem, durante 4 horas ontem e hoje pela manhã, não fechamos, não há acordo, porque a primeira proposta que os defensores de um anexo que foi criado distribuindo 570 milhões de reais para Emendas de parlamentares ou de bancada, a primeira proposta para atender a necessidades de recursos para a agricultura, para os tribunais e para a saúde é tirar da Lei Candir. O que é a Lei Candir? A Lei Candir foi criada no momento em que a balança comercial brasileira era deficitária, que as *comodities* estavam com preço deprimido e que havia necessidade de ter um estímulo, um estímulo para

que houvesse um aumento da exportação brasileira. O que fez o Governo? O nosso Governo, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pegou o imposto que era dos estados e municípios, o ICMS sobre o produto primário e o semi industrializado isentou para que fortalecesse a exportação que era necessária naquele momento e se comprometeu a ressarcir através da chamada Lei Candir. Isso foi feito nos primeiros anos da Lei Candir, só que hoje, hoje, com o aumento do volume exportado, com o aumento do valor exportado, esta compensação que é uma luta a cada ano, para que seja mantida no orçamento, porque o executivo, o Presidente Lula, quando manda o orçamento para o Congresso, a rubrica da Lei Candir vem zerada, zerada, os recursos têm que ser aqui incluídos pelos parlamentares. E o que se consegue incluir é menos de 20% da perda que os estados têm de Receita pela não incidência da tributação sobre exportação dos produtos primários, isso penaliza a sociedade. Nós temos que, e somos favoráveis, que se dê incentivo para que haja a exploração mineral, para que haja o aumento de competitividade, mas eu tenho discutido isso há muito tempo, e o Senador Eduardo Azeredo sabe que nós temos uma Subcomissão para tratar exatamente desse CFEM, acho que é na CAE, não é Senador Azeredo? Na CAE.

Acho que nós poderíamos, como sugestão, criar também uma Subcomissão aqui para trabalhar junto com a da CAE, porque nós temos que fazer, aproveitando já esse projeto, fazer já uma revisão global, revisão global, não é possível, como disse o Senador Wellington Salgado e ontem na Tribuna, quando eu propus um voto de louvor, porque a Companhia Vale está instalando uma planta de siderurgia no Pará, uma luta nossa de mais de 20 anos, e que agora vai poder se tornar realidade, é o mínimo que a Vale pode fazer pelo Pará, é verticalizar aquilo que ela extrai, e como disse, o saudoso Tancredo Neves dizia que minério só dá uma vez, só tem uma safra, então nós temos que fazer essa revisão geral, nós não podemos tirar da sociedade e transferir para o lucro das empresas, e também não podemos deixar com que as empresas não tenham competitividade, então tem que ter uma regra, Senador Jayme Campos, que seja mutável de acordo com o valor da *comoditie* se está deprimida vamos incentivar, se a *comoditie* está com o preço elevado mais do que justo que o estado e a sociedade sejam ressarcidas das suas riquezas. Então eu vou pedir vista do projeto, pedir licença ao Senador Azeredo, porque eu acho, Senador Azeredo, o Parecer de V.Ex^a é perfeito, perfeito, eu não tenho nenhuma restrição, eu acho que nós não podemos mexer em alíquotas, para baixo, porque nós estamos tratando de minerais,

que não são importantes, tão importantes a nível de Receita, como é o caso da areia para construção.

Mas também, o Senador Marconi Perillo quando faz a sua Emenda, tentando diminuir o custo para os fertilizantes, que fosfato é um insumo importante para os fertilizantes, mas nós precisamos e aí eu acho que o Senador Azeredo tem razão, saber como que essa diminuição que afeta diretamente os municípios com perda de Receita, vai chegar no custo final, que é possível que a redução de 2% para 0.2, que para o produto final, para a empresa, ela talvez nem faça redução no valor ao agricultor, mas para o município vai ser importante, então, eu peço vista para que nós possamos aprofundar a discussão e mais do que aprofundar, aproveitar esse projeto e trazer à discussão a questão do CFEM para todos os minerais.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador permite um aparte? Eu pediria a V.Ex^a, que é claro, a vista está, se o Presidente conceder, mas se nós alargarmos a discussão de outros minerais, vai atrasar a votação desse, que é premente pela indústria da construção civil, que é uma aflição, porque é um projeto do Governo de atender a sociedade mais carente, poderia, talvez se fazer um projeto novo, incluindo todos os outros minerais e outras preocupações que trazem principalmente os *comodities* que isso não é um *comoditie*, viu Senador Flecha, não é um *comoditie*, é para a indústria nacional da construção civil. Então, eu faria um apelo para que na análise de V.Ex^a se pudesse ver com prioridade esse caso da brita, da areia e tal e fazer um novo projeto que indique uma solução para os outros minerais. Que aí sim seria uma luta muito mais ferrenha com o próprio Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu queria dar uma sugestão de encaminhamento, encaminhando as duas propostas, proposta do Senador Flexa e a proposta do Senador Romeu Tuma, que seria a apresentação, Senador Flexa, de um Requerimento propondo a criação da Subcomissão, o senhor pode fazer isso hoje ainda, nós aprovamos a criação da Subcomissão e aí uma Comissão de parlamentares interessados representando Minas, Goiás, Pará e outras províncias minerais, Bahia, possam se debruçar em conjunto com a CAE, na discussão e elaboração de um novo Projeto de Lei.

Em relação a isso, eu pediria a V.Ex^a, eu vou conceder vistas nos termos do Regimento Interno, V.Ex^a tem o direito, será concedido, até porque eu acho importante esse pedido de vista para que a gente possa chegar a um consenso e eu gostaria que V.Ex^a entregasse na próxima, para ser deliberado, na próxima sessão, e enquanto isso a gente aprova o Requerimento criando uma Subcomissão, e aí nós nos debruçaríamos,

Senador Wellington, na discussão desse conjunto de minérios, de alíquotas, de políticas, que possam efetivamente contribuir para a melhoria de receitas dos estados e dos municípios. Quanto a intervenção de V.Ex^a em relação a Lei Candir, absolutamente pertinente, quando era Governador em conjunto com o Governador Gabriel, em conjunto com o Governador Jatene, nós discutimos muito nos fóruns dos governadores e em conjunto com o Presidente da República, os termos da Lei Candir, na verdade os estados brasileiros, ao longo dos últimos anos, tem financiado as exportações brasileiras, essa é a grande verdade.

Há dois anos atrás, Senador Flexa, os estados teriam de ter devolvidos, ressarcidos, cerca de 18 bilhões de reais, e recebiam menos do que 6 bilhões de reais, hoje para a gente conseguir um bilhão é um custo, é uma mão de obra conseguir ressarcir um bilhão. Portanto, as exportações brasileiras, já há algum tempo, aliás, desde a aprovação da Lei Candir, naquela época menos complicado, menos pior, mas desde essa época, que tem sido financiada, quer dizer, as importações brasileiras tem sido financiadas pelos estados, e o pior de tudo é que os produtores preferem fazer a exportação das *comodities*, como a soja, ao invés de industrializá-la, quer dizer, além de não agregar valor à produção primária, além de não transformar industrialmente, ainda exporta com desoneração total de ICMS. Essa é uma outra discussão que nós deveríamos travar aqui na Comissão. De modo que o meu despacho, antes de passar ao Senador Wellington, é no sentido que a gente crie essa Subcomissão e que a gente possa debater, exaustivamente, esse assunto. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, V.Ex^a já foi Governador por duas vezes, eu vou dar um exemplo claro também, do Governador do meu estado, que é o Governador Aécio Neves, um Governador moderno, para ele conseguir a Lei Candir, ele tem que vir aqui implorar para dar o dinheiro, implorar, chegar aqui e pelo amor de Deus, faz acordo, Aécio é habilidoso, o governador, mas é de oposição, é do partido de oposição, você imagina que o Governador...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): E implora por um bilhão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É, e parece...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A perda é de 18, 20.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E quando recebe, parece que fizeram um grande favor para o Governador Aécio, isso é um absurdo. Eu não vou falar muito, porque eu

não posso o Eduardo já está me olhando feliz, V.Ex^a também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu estou gostando, eu estou gostando.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, mas é verdade, ele é um Governador que nesse momento... Eu sou da base do Governo, mas nesse momento é um absurdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington, antes de passar a V.Ex^a, ainda há um fator complicador. Além de tudo, além dos estados financiarem as exportações, os estados ainda têm que pagar às empresas os créditos, ressarcir os créditos das empresas, além de perder o ICMS, ainda tem que fazer o ressarcimento das empresas. Então, na verdade, é uma equação que não fecha, uma equação que prejudica extraordinariamente os estados em todos os aspectos, o Brasil comemora hoje o excesso de exportação, agora, grande parte do sucesso das exportações brasileiras, se deve aos estados e municípios. Com a palavra o Senador Flexa. Eu só estou esperando mais um.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho que ir à CRE que o primeiro item é meu, eu sou Relator do primeiro item, então eu faço esse apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Faltam dois Senadores apenas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas já põe em votação, para a gente já registrar e aguarde os dois, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria a V.Ex^a mais um instantinho, para que a gente possa...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é o problema, o problema é que eles estão aguardando, que tem um item só, e eu sou o Relator, e não quero dar para outro relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem um projeto também de minha autoria, um Requerimento, que o Senador Azeredo é o Relator e nós vamos ter que ir para lá. Vamos brigar com o Chávez.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor vê a discussão nesse item, se misturar tudo vai ser terrível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só estamos aguardando o quorum, falta um Senador só. Está vindo aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Faltam dois.

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Presidente pode votar, pode votar.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Continuando a discussão, que é importante, Senador Marconi Perillo, existem vários projetos, pelo menos meu, tem uns três, inclusive, uma PEC, que tem uma solução, a mais inteligente, é do Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Rodolpho Tourinho tem uma PEC e diz o seguinte, Senador Marconi Perillo, diz o seguinte: Os estados voltam a cobrar o ICMS sobre os produtos primários e os semi elaborados, como era antigamente, cobram das empresas exportadoras, essas empresas exportadoras usam esse ICMS pagos aos estados, como crédito para pagamento dos impostos federais, então não precisa haver compensação nenhuma, a compensação é feita imediata, quer dizer, os estados não perdem e as empresas também não são oneradas porque não se exporta tributo e com isso elas encontram, Senador Wellington Salgado, já nos impostos federais, aquilo que pagaram para os estados. Aí o Governo não aceita, a Fazenda não aceita nem entrar em discussão. Existem outras propostas, eu acho que nós temos, Senador Marconi Perillo, eu peço a V.Ex^a, como brilhante e competente Governador que foi, liderança política de Goiás, vamos assumir essa bandeira aqui na Comissão de Infra-Estrutura, junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, não é fácil, não é fácil, eu quero até pedir o apoio do Senador Wellington Salgado com base no Governo, o PSDB e os Democratas colocaram, por meu intermédio e pelo Senador Heráclito Fortes, na Reunião da liderança do orçamento, que não votarão o orçamento se houver corte na Lei Candir, quem está querendo cortar a Lei Candir, Senador Wellington, é a base do Governo, então eu pediria à V.Ex^a, que o seu partido, o PMDB, também se aliasse ao PSDB e aos democratas, que não permitisse corte da Lei Candir, que se use os 500 e poucos milhões que estão querendo ser colocados num tal do anexo, que foi criado, se use esses recursos para atender a agricultura, para atender a saúde, para atender os tribunais superiores, mas não cortar aquilo que já é insuficiente, e muito, porque não atende 20% das necessidades dos estados. Eu queria pedir o seu apoio, já que V.Ex^a faz parte da bancada que vai lutar com a presidência do Senador Marconi, para que a gente faça uma revisão na questão do CFEM, para que também não deixe cortar a Lei Candir para este ano. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Olha, Senador Flexa, V.Ex^a tem o apoio integral, e restrito dessa Comissão e dessa presidência, nós vamos votar agora os itens 2 e 3. O Item 01 Emenda de Relator ao Projeto de Lei do Senado,

numero 693, que altera o Plano Nacional de Viação, para modificar o traçado da BR-251. Autora Senadora Serys, Relator Senador Eliseu favorável à Emenda que apresenta. Em Reunião realizada no dia 27 de fevereiro, essa Comissão aprovou a decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado número 693 de 2007, e a Emenda oferecida pelo Relator é que está sendo deliberada na presente Reunião.

O Item 03 Emenda de Relator ao Projeto de Lei do Senado nº 694, que altera também o Plano Nacional de Viação, para modificar o traçado da BR-242. A autora Senadora Serys, Relator Senador Eliseu Resende, Parecer do Senador é favorável a Emenda que apresenta. Em Reunião realizada no último dia 27 a Comissão aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei, e a Emenda oferecida pelo Relator é que está sendo deliberada na presente Reunião. Eu passo a palavra ao Senador Relator. Eu vou votar em Globo os dois itens.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O nosso Parecer é favorável, Presidente, Srs. Senadores, de acordo com o nosso relato anterior, essa Comissão já teria aprovado essas duas materiais no mérito, agora é uma questão apenas de forma, eu pergunto a V.Ex^a se a votação nominal pode ser uma só para os dois itens?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós faremos, havendo o consenso, nós vamos fazer globalmente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nosso parecer é favorável, voto favorável Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está em discussão as Emendas. Não havendo quem queira discutir. Estão em votação as duas Emendas relativas aos dois projetos, Projeto do Senado 693 e 694, os autores Senadora Serys e outros. Eu começo, então, a chamar nominalmente os Senadores para proferir voto, Senadora Serys não vota, autora. Senador Expedito Júnior? Como vota V.Exa.?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Wellington Salgado? Senador Eliseu Resende?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): [Pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Marconi Perillo, com o Relator, Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, com o Relator, com os Senadores Jayme Campos e Serys Slhessarenko, em homenagem póstuma ao grande Senador que foi Jonas Pinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vamos aos suplentes, como vota o Senador Augusto Botelho? Estava aqui ainda há pouco. Senador Geraldo Mesquita, como vota?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado por ter esperado, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É uma honra poder votar num projeto do Jonas Pinheiros, do Jayme Campos e da Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Quantos votaram? Nós vamos aguardar cinco minutos, para que haja a conclusão... Bom os projetos estão aprovados, com 10 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção, contando para quorum, a presença do Presidente da Comissão e a presença da autora dos projetos, de modo que os dois projetos estão aprovados, eu encerro, aliás, antes de encerrar, eu queria dar o despacho, as matérias irão à secretaria geral da mesa da presidência para as devidas providências.

Eu encerro a presente sessão, agradecendo a todos pelas presenças e convocando outra sessão

em caráter extraordinário para a próxima quinta-feira, às 10 horas.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada Presidente

Sessão encerrada às 14h35.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008, ÀS 10 HORAS NA SALA DE REUNIÃO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e sete de março do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da comissão, sob a Presidência do Senador DELCÍDIO AMARAL, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Gim Argelo, João Ribeiro, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Tasso Jereissati.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida a Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a presença dos senhores **Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP, do Engenheiro Wilson José Guerra, da Fundação Gorceix, da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, do ex-Deputado Federal Genival Tourinho, da Senhora Magda Chambriard, Superintendente da ANP e do Senhor Vitor Martins, Diretor da ANP, para debaterem acerca da situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção e produção e comercialização do gás natural no País, em especial as novas jazidas prospectadas no Norte de Minas, em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2008-CI, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. A Presidência faz a leitura dos seguintes expedientes: requerimento de licença para tratamento de saúde, do Senador João Durval, no período de 13 a 27 de março de 2008; requerimento do Senador Marconi Perillo, solicitando autorização para ausentar-se do País no período de 26 a 30 de março de 2008, quando estará em missão oficial representando o Brasil no II Encontro de Jovens Parlamentares da América Latina e Caribe, a realizar-se na Cidade do México, bem como seu afastamento**

dos trabalhos da Casa no período de 31 de março a 1º de abril de 2008, por motivo de viagem particular de caráter político-cultural e a Correspondência do Deputado Estadual do PT/MG, Almir Paraca, endereçado ao Vereador Adimilson Braga (PT/MG), da Câmara Municipal de Brasilândia de Minas, solicitando que seja o representante na reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura no dia 27 de março de 2008. Em seguida, a Presidência convida os expositores para tomarem assentos à mesa dos trabalhos. Ato contínuo, assume a Presidência, interinamente, o Senador Eduardo Azeredo. A Presidência concede a palavra ao Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima para suas considerações iniciais e, posteriormente, aos demais convidados. A Presidência registra a presença das seguintes autoridades: Deputado Federal Humberto Souto; Deputado Federal Fábio Ramalho; Deputado Estadual/MG Gil Pereira; Subsecretário de Desenvolvimento Mineral-Metalúrgico e Políticas Energéticas de Minas, Senhor Paulo Sérgio Machado; Prefeito de Morada Nova/MG, Senhor Walter Moura; Vereador da Câmara Municipal de Brasilândia de Minas/MG, Adimilson Braga e do Prefeito de Buritizeiro/MG, Senhor Luiz Carneiro de Abreu Junior. Fazem uso da palavra os Senadores Jayme Campos e Heráclito Fortes, o Deputado Federal Humberto Souto e os Prefeitos Luiz Carneiro de Abreu Júnior e Walter Moura. A Comissão aprova, **extrapauta**, os seguintes Requerimentos: **Item 1 – Requerimento nº 06, de 2008-CI**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requerendo seja convidado o Senhor Ministro de Estado das Cidades, Márcio Fortes de Almeida, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI sobre a situação e evolução do estado de conservação e manutenção da via permanente e do material rodante, do trem metropolitano de Belo Horizonte, e de outras capitais do País. Usou da palavra para discutir o requerimento o Senador Eliseu Resende. **Item 2 – Requerimento nº 07, de 2008-CI**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, em aditamento ao Requerimento nº 02, de 2008-CI, requerendo seja convidado o ex-Deputado Federal Genival Tourinho, para participar, junto com o Diretor-Geral da ANP, da Audiência Pública, para expor sobre a situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção e produção e comercialização do gás natural no País, em especial as novas jazidas prospectadas no Norte de Minas. **Item 3 – Requerimento nº 08, de 2008-CI**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, em aditamento ao Requerimento nº 02, de 2008-CI, requerendo seja convidado o Professor Wilson José Guerra, da Fundação Gorceix, da Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, para participar, junto com o

Diretor-Geral da ANP, da Audiência Pública, para expor sobre a situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção e produção e comercialização do gás natural no País, em especial as novas jazidas prospectadas no Norte de Minas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador Delcídio Amaral, Vice-Presidente

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada No Dia 27 De Março de 2008, às 10 Horas e 55 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há expediente a ser lido. Requerimento sobre a Mesa. “Nos termos do Regimento Interno desta Casa e conforme designação do Sr. Presidente do Senado Federal, requeiro, em conformidade com o art. 39 inciso, I, autorização para ausentar-me do país no período de 26 a 30 de março de 2008, quando estarei em missão oficial, representando o Brasil no 2º Encontro de Jovens Parlamentares da América Latina e Caribe, a realizar-se na Cidade do México, e de 31 de março a 1º de abril de 2008, em viagem particular, de caráter político-eleitoral... Aliás, perdão. Político-cultural. Político-eleitoral, lá no México, é meio difícil. Requeiro, ainda, com base no art. 40, autorização para ausentar-me dos trabalhos dessa Casa no período compreendido entre 26 de março a 1º de abril do corrente ano, pelos motivos acima mencionados, Senador Marconi Perillo”.

“Nos termos do art. 43, inciso I do Regimento Interno, requeiro licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, no período de 13 de março de 2008 a 27 de março de 2008”, assina o Senador João Durval Carneiro.

“Da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na impossibilidade de comparecer à Audiência Pública de Comissão de Infra-estrutura do Senado Federal, no dia 27 de março de 2008, às 10h00, na sala de reuniões nº. 13, anexo 02, venho solicitar de V.Exa. especial obséquio de representar-me nesta ocasião por tratar-se a prospecção, produção e comercialização de gás natural de assunto de extrema relevância para a nossa região, especialmente para o Município de Brasilândia de Minas, que tem o privilégio de contar com a sua qualificada presença entre os membros de sua Câmara Municipal. Certo de sua atenção, agradeço antecipadamente, formulando votos de sucesso e profícua atuação no evento, atenciosamente, Almir Paraca, Deputado Estadual do PT de Minas Gerais”. E essa correspondência é encaminhada ao Exmo. Sr. Admilson Braga, PT Minas Gerais, digníssimo Vereador da Câmara Municipal de Brasilândia de Minas, aqui presente.

Coloco em votação os seguintes requerimentos: Do Senador Eduardo Azeredo: “Requeiro, nos termos regimentais e conforme art. 50 da Constituição Federal, seja convocado o Sr. Ministro de Estado das Cidades, Dr. Márcio Fortes de Almeida, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Serviços de Infra-estrutura sobre a situação e evolução do estado de conservação e manutenção da via permanente e do material rodante do trem metropolitano de Belo Horizonte e de outras capitais do país”. Em discussão. Concedo a palavra ao Senador... Se algum Senador quiser fazer algum comentário sobre esse Requerimento... Ninguém? Não havendo mais quem... Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu gostaria de fazer um comentário, Presidente, a propósito desse requerimento do Senador Eduardo Azeredo, acho que a Comissão de Infra-estrutura, esse é um assunto que temos que discutir de forma mais aprofunda, tem que fazer uma Audiência Pública sobre o problema de congestionamento de tráfego nas áreas metropolitanas do Brasil. Nós estamos assistindo congestionamentos em São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de outras capitais, que vai inviabilizar a vida nas metrópoles, se nós não ofertarmos transporte público para a sociedade brasileira.

Então, acho que programa de metrô, uma modalidade de ferroviária de transporte, de deslocamento de pessoas do Brasil, importantíssimo e é preciso que o Ministério das Cidades, agora que jurisdiciona esse setor, tenha um plano, o Governo tenha um plano de oferta de transporte público com prioridade absoluta para os metrô e para os trens metropolitanos. De forma que eu acho que esse Requerimento do Senador

Eduardo Azeredo é importante, contempla Belo Horizonte, em Minas Gerais, mas nós temos que expandir isso para o sistema metropolitano do Brasil inteiro. É o que eu tenho de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Eliseu Resende. Não havendo mais nenhuma... Nenhum Senador inscrito para discutir o Requerimento, coloco em votação. Aqueles que concordarem, permaneçam como estão. Requerimento aprovado. Próximo Requerimento, também do Senador Eduardo Azeredo: “Em aditamento ao Requerimento 02/08, nos termos regimentais, requeiro a V.Exa. convidar o ex-Deputado Federal Genival Tourinho para participar, junto com o Diretor-Geral da ANP, de Audiência Pública, com o objetivo de discutir a situação em que se encontram as providências do Governo Federal para prospecção, produção e comercialização do gás natural no país, em especial a novas jazidas prospectadas no norte de Minas”. Se nenhum Senador deseja discutir o Requerimento, coloco em votação. É essa audiência. É um Requerimento que está sendo votado para que o nosso ex-Deputado Federal Genival Tourinho participe dessa mesma audiência em que o nome dele está sendo votado no Requerimento do Senador Eduardo Azeredo. Se não há nada mais a discutir... Em votação. Quem for favorável, permaneça como se encontra. Aprovado.

“Em aditamento ao Requerimento 02/08”, mais um Requerimento do Senador Eduardo Azeredo, “nos termos...” Trabalhando muito na Comissão de Infra-estrutura, “requeiro a V.Exa. convidar o Professor Wilson José Guerra, da fundação GORCEIX, da Universidade Federal de Ouro Preto, para participar, junto com o Diretor-Geral da ANP, de Audiência Pública para expor situação em se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção, produção e comercialização do gás natural no país, em especial às novas jazidas prospectadas no norte de Minas”. Em discussão. Não havendo nenhum Senador inscrito para discutir a matéria, coloco em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado, para que o professor Wilson José Guerra faça parte dessa Audiência Pública.

Eu quero registrar também a presença do Deputado Federal Humberto Souto, temos a grande satisfação de tê-lo aqui na Comissão de Infra-estrutura; do Deputado Fábio Ramalho, que estava aqui alguns minutos atrás; do Deputado Estadual de Minas Gerais Gil Pereira, aqui presente; o Subsecretário de Desenvolvimento Minerometalúrgico e Políticas Energéticas de Minas, Paulo Sérgio Machado Ribeiro, e do Prefeito Walter Moura, de Morada Nova. Quero saudá-los, agradecer a presença de todos e, dando continuidade a

essa Audiência Pública, quero registrar que a presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção, produção e comercialização de gás natural no país, em especial as novas jazidas prospectadas no norte de Minas, em atendimento ao Requerimento nº. 02/08 da Comissão de Infra-estrutura, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Convido para tomar assento à Mesa dos trabalhos os senhores Dr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, ANP; engenheiro Dr. Wilson José Guerra, e o ex-Deputado Genival Tourinho.

Eu gostaria só de fazer um registro e prometo retornar porque esse tema gás natural é um tema que eu tenho um interesse muito grande, por razões óbvias, eu gostaria de passar a Presidência da Comissão de Infra-estrutura ao Senador Eduardo Azeredo, o autor do Requerimento, porque hoje, infelizmente, meu caro Haroldo Lima, nós temos cinco comissões funcionando. Não sei como. E, com o Congresso votando veto também. E hoje nós vamos analisar o relatório final da Subcomissão da Reforma Tributária, Subcomissão comandada pelo Senador Tasso Jereissati. Então, vou ter que me ausentar para ver se, inclusive, nós vamos realizar todas essas... Se hoje essas comissões vão acontecer agora pela manhã, então, portanto, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, autor do Requerimento. E, Senador Eduardo Azeredo, vou tentar voltar. O que não posso deixar é que cortem meu ponto aqui.

[risos].

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Deputado Genival Tourinho estava contando uma história do Alckmin, que na época que era Deputado Federal, vinha correndo para bater o ponto na Câmara, para poder dizer o seguinte: “E o leite dos meninos? Tem que garantir o leite dos meninos”. É, leite com bom preço.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senhoras e senhores, o objetivo dessa Audiência Pública é exatamente discutir essa questão do gás natural, como é sabido, o Brasil tem hoje auto-suficiência na questão do petróleo, mas não tem auto-suficiência no gás, estando dependente especialmente do fornecimento da Bolívia. Também são de conhecimento de todos os acontecimentos de 2006, em que a Bolívia expropriou duas usinas da PETROBRAS, e as dificuldades que o Brasil vive para ter a

garantia deste combustível, que é combustível limpo, para atender às demandas futuras.

Um dos pontos que podem trazer uma melhor oferta desse gás natural é exatamente a busca de novas fontes, e existe toda uma perspectiva em relação à Bacia do Rio São Francisco, que já tem alguns blocos em... Sendo prospectados, mas outros ainda inativos. Então, o objetivo básico é podermos discutir essa questão do gás natural, e eu passaria já a palavra ao Dr. Haroldo Lima, que pudesse fazer a sua exposição, mas, antes ainda, eu quero convidar para também comporem a Mesa o Diretor Vitor Martins e a Superintendente Magda Chambriard, superintendente também da ANP, de exploração de gás.

Vamos fazer uma pequena inversão? Vou pedir primeiro ao professor Wilson Guerra, da Universidade de Ouro Preto, que faça uma exposição, para que nós possamos ter exatamente uma visão da região em exploração. Professor Wilson Guerra, tem a palavra, portanto, de cinco a 10 minutos, se for necessário.

SR. WILSON JOSÉ GUERRA: Obrigado. Boa tarde. Eu gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Azeredo por esse honroso convite e a gente ter a oportunidade de falar alguma coisa sobre a possibilidade de gás na Bacia do São Francisco. Minha fala será... Não será técnica; será bem ampla, para poder posicionar os Srs. Deputados e Senadores qual seria hoje o papel dos Municípios e a posição dos Municípios dentro dessa licitação da ANP.

Eu tenho... Aquela parte ali, todo mundo fala sobre Bacia do São Francisco, mas, existe alguma diferença entre o que é Bacia hidrográfica e o que é a Bacia geológica. Quando a gente fala na parte dos blocos e na área de geologia, nós estamos nos referindo à Bacia geológica, à Bacia sedimentar, que é aquele traçado em vermelho. Então, aquela parte em vermelho é a Bacia sedimentar do São Francisco, nós estamos focando a porção Minas Gerais. Próximo, por favor.

Nessa parte aqui, nós enfocamos toda a Bacia, no Brasil inteiro, e colocando a parte de Minas Gerais e os outros Estados envolvidos ou integrantes da Bacia do São Francisco. Então, esse perímetro vermelho é a Bacia sedimentar do São Francisco. Para que se tenha uma idéia de quais seriam os Estados envolvidos. Próximo.

Essa parte aqui são os blocos que foram licitados e as empresas foram... Adquiriram. Então, naquelas manchas, naqueles coloridos que nós temos, nós temos o caso da Oil & Gas, que é parte verde embaixo; aquela marrom é o consórcio CODEMIG... Não está dando para se ler... CODEMIG, ORTEMG, aquela parte ali. A parte amarela, no alto, ao Norte, é a parte da PETROBRAS, tá? E essa parte azul, todos esses

blocos azuis seriam a parte da Oil M&S, e aquele vazão que nós temos ali seria de uma empresa, que é a GEOBRAS, e que ela participou, mas não cumpriu os pré-requisitos posteriores para ficar com os blocos. Então, aquela parte ali havia blocos também, mas esses blocos hoje ainda não... Quer dizer, diríamos, ainda está com a ANP. Próximo.

Aqui, para ter uma visão mais ampla, nós temos todos os blocos com os Municípios. Então, se a gente vir cada bloco, quais os Municípios pertencem a esses blocos? Então essa parte amarela, voltando, é a PETROBRAS; a azul é a Oil M&S. A próxima... Aí continua a Oil M&S, a ORTEMG e, do lado, a Oil&Gas. E, em cima, ali onde está São Gonçalo, seria a parte da GEOBRAS, que está vazia. Próximo.

Então, mais uma visão, a parte sul, onde está a M&S. Nós colocamos essa visão com esses... Essas transparências para ter uma noção em que Município está em que bloco, que empresa está envolvida com qual Município. Próximo.

Essa é um histórico da Bacia. Então, nós temos ali... Montalvânia, Afrânio, Buritizeiro... Nós temos todo o histórico da Bacia de gás, quantos postos foram furados e, se a gente vir aqui um pouco ao sul, seria, um pouco ao Norte agora, sobe um pouco, seria a sísmica existente para a pesquisa, que são em torno de dois... Creio, dois quilômetros. Essa... A aquisição sísmica que existe. Todas as outras áreas, um pouco ao Norte, tem mais algumas linhas sísmicas, mas, em termos de dados, a Bacia é bastante pobre. Então nós temos, nós podemos dizer, em termos de percentual de dados com outras Bacias, nós diríamos zero. Próximo.

Então, estão os postos, os dias... Tantos dias que foram furados, a profundidade que atingiram esses poços. Só para se ter uma idéia, quer dizer, poços mesmo nós só temos três, três poços. Na década de 90 é que foram furados. Esse é um histórico da atividade exploratória na Bacia. Próximo.

Aí, nós temos um zoom, olhando a área da PETROBRAS, que praticamente são os únicos onde existem dados; os outros blocos nós vamos ter que ter aquisição sísmica. O Estado de Minas Gerais não é um Estado vivenciado com a parte de óleo e gás. Então, nossos órgãos ambientais ainda não tinham a Legislação que podia se adequar ao problema que estava surgindo. Hoje a FEAM... Na FEAM já existe uma Legislação para isto e a PETROBRAS deverá iniciar já aquisição de 40 mil quilômetros de sísmica, e essa... A PETROBRAS já possui essa licença ambiental. Nós tivemos uma oportunidade de conversar com o Dr. Paulus Van der Ven, e ele já está preparando a etapa de campo, para fazer aquisição sísmica. Próximo. Próximo.

Esse é um trabalho que nós fizemos junto com a ANP, e o Governo de... Antiga Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, nós tivemos com o Governo de Minas, foi patrocinado pelo Governo de Minas e a ANP, e nós fizemos um estudo de banco sísmico estratigráfico da Bacia do São Francisco. Isso serviu de suporte para... Serviu de suporte para que, depois, em estudos mais detalhados, a ANP pudesse fazer locação de blocos. Essa é a Bacia. Essa Bacia, a curiosidade de gás na Bacia do São Francisco surgiu através das emanações de gás. Então, dentro da água, os cips(F) de gás, então, que, dentro da água eles borbulham, então, dá para se ver; nós vamos ver na água a emanação de gás. Pode ir passando, por favor. Próximo. Próximo.

Essa é a Bacia. Próximo. Esse é o gás borbulhando, ali na região de Buritizeiro. Na lama, a gente vê o gás borbulhando na lama, isso já tem anos e anos. Nós temos aqui o rio, e olha que vários pontos do gás borbulhando, que está geologicamente, a gente interpretou como sendo ao longo de uma falha, a linha vermelha da falha. Esse Relatório a ANP possui porque é uma das proprietárias do projeto. Isso é uma interpretação sísmica, dos poucos quilômetros que nós tínhamos de sísmicas, onde a PETROBRAS tem no bloco; mostramos os contatos geológicos com o sistema de falhamento; às vezes, aparece alguma flower structure, que são estruturas em flores; a parte, o embasamento ali do geológico, para a ocorrência do gás.

Então, essas estruturas e esses dados, apesar de serem poucos, são os dados que nortearam os projetos que nós, lá na fundação GOISEX – Universidade Federal de Ouro Preto, temos participado desse estudo da Bacia do São Francisco desde 1995. Muito obrigado.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado ao professor Wilson Guerra, e nós vamos, então, agora ouvir o Dr. Haroldo Lima, que é o Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Senador Eduardo Azeredo, Srs. membros da Mesa, Dr. Wilson Guerra, que acabou de fazer essa exposição, Dr. Genival Tourinho, Diretor da ANP, Vitor Martins, aqui presente, Superintendente de exploração e produção da ANP, Dra. Magda Chambriard, que está aqui; uma saudação especial aos Senadores aqui presentes, alguns dos quais meus velhos conhecidos, como o Senador Eliseu Resende, Senador Jayme Campos, Deputado Humberto Souto, companheiro de velhas batalhas, desde a época da Constituinte, hoje camarada. PC do B também, não sabia... Está pedindo ingresso no

PC do B, fica registrado. Queria também saudá-los, os membros da ANP, que estão aqui presentes. Senadora Serys que está aqui presente, que acaba de chegar. Muito prazer. E os membros da assessoria da ANP que estão aqui presentes e do escritório de Brasília, que nos acompanham nessa apresentação.

Eu queria primeiramente saudar também... Aqui tem diversos representantes, pessoas que vieram de Minas Gerais, não só o professor Wilson Guerra, mas pessoas relacionadas com o Governo de Minas, que estão aqui presentes, o que mostra o interesse geral que o tema desperta, em particular, para o Governo de Minas Gerais. Aqui nós vamos fazer uma exposição relacionada com que está... Mais ou menos o que foi previsto, e para qual vou falar um pouco de investimentos em prospecção, em geral, coisas rápidas, e concentrar um pouco na Bacia do São Francisco, conforme foi orientado. Segue, segue.

Aqui, digamos assim, um retrato bem rápido sobre o atual momento que nós estamos vivendo, de óleo e gás no Brasil. Nós tínhamos de óleo, de reservas provadas, quase três bilhões de barris. É o que temos de reservas provadas. Aqui não está incluindo as reservas não provadas, tipo essas recentemente descobertas em Tupi, em Júpiter, que são ainda prospecções, são expectativas, não tem nada ainda comprovado. Do ponto de vista de registro comprovado na ANP, nós estamos com esse registro aqui, que é bastante razoável, 12,7; Tupi seria de cinco a oito bilhões sozinho. A expectativa de que Tupi se desdobre por uma formação chamada de pré-sal, que vai aí desde o Norte de Santa Catarina até o sul de Espírito Santo, algo em torno de 800 quilômetros, por 200 de largura, pode existir a possibilidade de acontecer algo como 50 bilhões de barris de petróleo, o que colocaria o Brasil no patamar dos grandes produtores de petróleo no mundo. Por enquanto, tudo isso é conjectura, é análise, não são conjecturas abstratas; são coisas já bastante razoáveis, mas não dá ainda para serem apresentados como dados comprovados. Dados comprovados são esses que estão aqui: a produção nossa vai em torno de 1,8 bilhões de barris por dia; 49,7 bilhões de metros cúbicos por dia de gás. Esses 49 metros cúbicos incluem tudo de gás, inclusive o gás perdido, o gás que é queimado etc. O gás que é utilizado, propriamente dito, vai entorno de 30, que isso soma com os outros 30 que vêm aí da Bolívia, dá em torno de 60, que é o que nós consumimos hoje de gás no Brasil.

Observe que ali tem importação, exportação, importação de óleo, quer dizer, de petróleo, está em torno de 437 milhões de barris, e a exportação 421. Pode-se perguntar, exporta e importa mais ou menos a mesma quantidade? É mais ou menos isso mesmo.

Significando que nós importamos uma quantidade de petróleo leve para poder misturar com o petróleo pesado, que basicamente nós produzimos, e permitir que isso seja refinado em nossas refinarias que, quando foram projetadas, há muitos anos atrás, eram projetadas para refinar o petróleo importado, posto que nós não tínhamos petróleo em abundância para ser refinado, tínhamos que importar petróleo. E importávamos petróleo leve. Quando descobrimos petróleo, descobrimos petróleo pesado, para os quais a refinarias... As refinarias não estavam preparadas para refinar. Daí porque ainda é necessário fazer essa mistura entre os dois, ao tempo em que as próprias concessionárias, em particular a PETROBRAS, está investindo muito no sentido de adequar as refinarias ao refino do petróleo pesado. Segue.

Aqui as atribuições da ANP em estudos geológicos e geofísicos. Duas observações básicas que queria fazer para os Srs. Senadores e Deputados presentes. Uma que a lei do petróleo 9478, ela diz lá que uma das prerrogativas, das atribuições da ANP, é promover estudos, visando à delimitação de blocos para efeito de concessão da atividade de exploração, desenvolvimento e prospecção. Então nós temos, por dever, por obrigação, promover os estudos. Bom, a própria lei, lá embaixo, ela estabelece, digamos assim, os meios para isso. E diz, com relação à participação especial, ela diz: "40% da participação especial deve ir para o Ministério de Minas e Energia, sendo que 70% desses 40%", ou seja, 70 de 40 são 28%. 28% são para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica, aplicados à prospecção de combustíveis fósseis, a serem promovidos pela ANP.

É importante os senhores Parlamentares aqui presentes, Senadores e Deputados, perceberem que essa situação é uma situação, digamos assim, teoricamente confortável; 70% de 40% da participação especial, levando em conta que a participação especial aí, no ano passado, girou em torno de sete a oito bilhões de reais, 28% disso dá algo em torno de dois bilhões e qualquer coisa mais. Dois bilhões de reais por ano, para promover os estudos, é dinheiro super abundante. A própria ANP não teria condições de gerir o uso desses dois bilhões de reais para promover os seus estudos, conforme diz a lei. Só que, quando a lei foi feita, e foi feita aqui, da qual nós todos participamos, nós não tínhamos a expectativa, Senador Azeredo, de que haveria esse montante básico das participações especiais, da ordem de sete e oito bilhões de reais, de tal maneira que, quando tirássemos 28%, seria dois bilhões. Não se sabia disso. Imaginava-se que deve ser uma quantidade suficientemente grande e quando se tirar, vai sair em torno de, sei lá, uns 100 milhões

por ano, alguma coisa assim. É o que se imaginava, na época, da qual, inclusive, eu participei.

Eis que as coisas mudaram radicalmente, não só o preço do petróleo subiu assustadoramente; saiu da ordem de 18 dólares o barril, está em torno de 100 dólares o barril, subiu assustadoramente, como a produção de petróleo no Brasil subiu também assustadoramente. A dita participação especial que a gente imaginou ser uma coisa pequena, passou a ser uma coisa bastante significativa. O que fez com que a lei estivesse sinalizando um recurso que é maior do que a nossa necessidade. E fez com que os Governos passados, a partir dessa situação, tivessem como... Digamos, tivessem um comportamento de: "Bom, com esse dinheiro todo vocês não vão poder gastar, então, vamos contingenciar o dinheiro". E, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Nem nós podíamos gastar os dois bilhões e meio, digamos assim, por ano, mas também não poderíamos deixar de cumprir a obrigação legal de promover os estudos, que não são... Não implicaria se gastar 2,5 bilhões por ano, mas implicaria e, gastar uma quantidade considerável por ano. E é necessário. Eu falo um pouquinho mais sobre isso em seguida. Segue em frente.

Aqui eu dou uma idéia rápida sobre a cadeia petrolífera que nós seguimos. O setor do petróleo, ele segue um pouco essas etapas. Primeiro, a exploração, segundo, a produção, transporte, refino, a distribuição e a revenda. Aí, sim, chega no consumidor final. A exploração implica em serviços de geologia, geofísica e a perfuração. Depois de feito isso, segue-se o processo de produção, que implica em desenvolvimento, operação; o transporte é feito ou por navios ou por dutos e, daí por diante, esse processo de refino, distribuição e venda.

O que nós vamos falar aqui são esses dois itens aqui de baixo: geologia e geofísica; não é ainda perfuração. A perfuração é o poço chamado pioneiro, que é feito pelo concessionário, não é feito pela ANP e não é feito pelo Governo. E nós vamos falar, em seguida, com relação à exploração em estudos geológicos e geofísicos. Observe-se que isto aqui, no conjunto do processo petrolífero, é em torno de dois a 4%. É uma parte pequena do processo petrolífero, mas é uma parte significativa para evitar... Primeiro, para promover o processo. Sem os estudos, não há o processo. E segundo, para diminuir os riscos, sem também os estudos, os riscos ficam extremamente proibitivos e, às vezes, não acontecem as coisas porque ninguém quer correr riscos desnecessários. Então, os efeitos são multiplicadores do estudo de geologia e geofísica. Segue.

Aqui uma visão um pouco assim, digamos, mais geral, também da cadeia de geologia e geofísica especificamente. Nós vimos, na situação anterior, a cadeia petrolífera no geral. Agora a questão de geologia e geofísica especificamente. Começa com o levantamento aerogeofísico, magnetométrico, e redonda nesses mapas que são feitos, indicando eventuais locais de maior interesse, cujos locais de maior interesse, depois do levantamento aerogeofísico, passa-se aos estudos geoquímicos; nos locais propriamente ditos, já identificados em geral, passam-se esses estudos e fazem-se também os levantamentos sísmicos, que são a partir de explosões para refletir e serem apanhados em sensores, que dão essas curvas, essas chamadas linhas sísmicas. A partir dessas linhas sísmicas e desses estudos, pode-se fazer, ainda a ANP que faz o posto estratigráfico para recolher, digamos, amostras mais importantes para identificar estruturas etc. Daí por diante, a ANP faz a licitação. E quem eventualmente arrematar, com base nesses estudos, faz lá o poço pioneiro. E, daí, o campo poderá estar em produção. Segue.

Aí, eu disse para o senhores, ainda há pouco, que nós estávamos com aquela disponibilidade de recursos, teórica, com aquela dificuldade de ter acesso aos recursos, posto que o contingenciamento nos impedia de ter acesso ao recurso e precisávamos estabelecer, digamos assim, uma meta mais concreta.

A partir de 2007, nós fizemos na ANP—
[soa a campainha].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

--Um chamado plano plurianual. Esse Plano Plurianual vem de 2007/2008 e vai até 2012. Esse plano, a virtude desse plano foi nós estabelecermos, para uma etapa de cinco anos, as atividades que nós vamos desenvolver em cada bacia sedimentar brasileira, do ponto de vista dos estudos geológicos e geofísicos. E quanto isso custaria por ano, e quanto custaria no final dos cinco anos. No final dos cinco anos, isso nos custaria um milhão e meio, esses estudos que estão previstos aqui, bacia por bacia. Aqui também, digamos, essas bacias aqui, em verde, são as bacias da área florestal. Vem desde daqui do Acre, Solimões, Amazonas, Foz do Amazonas, são essas que estão em verde. Essas que estão em azul, são as... Digamos assim, as marítimas. E essas que estão em amarelo são as terrestres. Para cada uma delas, nós estabelecemos diversas metas de estudo a serem feitas no curso dos próximos anos, marcamos quanto é que deveria ser feito isso e, com isso, fechamos o nosso Plano Plurianual.

Implicaria que o nosso Plano Plurianual, Senador Azeredo, nós deveríamos, para realizar isso, que é, de certa maneira, assim, é o mínimo, inclusive, na

própria Diretoria da ANP, foi muito discutido isso, isso está pouco... Existia essa idéia de que isso é pouco para as necessidades e para a nossa disponibilidade. Nós tínhamos uma certa idéia de que era bom não exagerarmos um pouco nas metas porque corria o risco do recurso não sair. Embora o recurso pudesse ser negociado, posto que, em lei, ele é visto para muito mais. Mas, nós estabelecemos aí algo em torno de 200 a 250 milhões por ano, o que significa aproximadamente--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Para esclarecer, esses estudos, o que se refere a petróleo e gás, são os mesmos?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

São os mesmos, está certo. O que acontece é que, então, diríamos, 200 a 250 por ano, o que vai em torno de 10% do que legalmente teríamos direito. Mas nós lançávamos isso, olha, é preferível direito assegurado de 10%, que seja um compromisso amarrado, vai ter esses 10%. E isso, 10%, dá mais ou menos para a gente fazer o que nós precisamos fazer, do que ter um direito teórico de muito mais, mas que não aparece, fica contingenciado.

Então, a virtude, o objetivo desse Plano Plurianual era justamente de estabelecer metas concretas para serem negociadas e, digamos, feito um entendimento com o próprio Governo e com a área financeira do Governo, para dizer: "Bom. Tudo bem, os dois bilhões não, mas os 200 sim, esses nós queremos, esses 200 por ano". Segue em frente.

Aí, uma idéia do que vou passar mais rápido, esse Plano Plurianual, por exemplo, 2007. Para 2007... O que se fez em 2007? O levantamento aerogravimétrico e magnetométrico, que é aquele levantamento primeiro, dava em torno 30 milhões de dólares. O que nós fizemos? O plano implica no seguinte, nessa questão de levantamento aerogravimétrico e magnetométrico, 30 milhões, a serem distribuídos nas bacias, da seguinte forma, então, cada bacia dessas que estão apontadas, coloridas, elas prevêm um determinado tipo de serviço. Esse outro serviço, levantamento químico, em outras bacias; sísmicas, outras bacias; postos estratigráficos, em outras bacias; estudos, em outras bacias, significava que o total, para esse ano de 2007, ficaria a 123 milhões de dólares. O que significa aproximadamente 250, mais ou menos, milhões de reais. Isso é o que estava presente, por exemplo, estou dando exemplo, para o ano 2007. Segue.

Em 2008, o plano previa uma outra coisa. Quer dizer, outras bacias, nas quais iríamos fazer outros serviços. E segue agora. 2009, outras bacias, com outros serviços. Segue. 2010, a mesma coisa. Vai seguindo. Por onde se vê que... 2011 e... Pronto, e aí, 2012. 2012

era o último. Significa que, de 2007 até 2012, a pôr em prática esse plano, nós teríamos atividades de estudos geológicos e geofísicos em cada uma das bacias brasileiras, sejam aquelas nas florestas, seja no mar, seja terrestres, que poderia fazer, o que, aliás, o Senador Eliseu estava me sugerindo, há poucos instantes. É um estudo básico das bacias sedimentares brasileiras mais consistente. Nós teríamos condições de chegar a esse ponto. A partir desse ponto, a atividade da ANP, de promover o restante da cadeia, poderia ser mais facilitada. Porque nós iríamos fazer, então, as licitações de blocos exploratórios a partir de estudos consistentes, o que significa que isso daria atratividade a essa licitação, posto que nenhum concessionário, nem mesmo a concessionária, a PETROBRAS, que é a nossa estatal, ela se vê, digamos, atraída por fazer, digamos, participar de licitações de blocos sobre os quais não há informação consistente.

Então, isso aí é uma questão fundamental. Daí eu ter dito, embora essa parte de estudos geológicos e geofísicos seja pouco custosa, relativamente ao conjunto da atividade petrolífera, vai em torno de 4%, mas é fundamental. Porque, sem isso, o resto da atividade não vai em frente. Segue.

Aqui uma notícia dos trabalhos contratados em 2007. Os trabalhos contratados em 2007, nós fizemos... Relacionado já um pouco com a discussão aqui, nós fizemos levantamentos sísmicos na Bacia do Parnaíba, isso são os que nós contratamos em 2007; fizemos levantamento aerogeofísico na Bacia do São Francisco. Aqui está a Bacia do São Francisco, sobre a qual nós vamos falar, daqui a pouco, de uma forma mais específica. Mas, na Bacia do São Francisco, estão previstos, em 2007, levantamentos aerogeofísicos, nesse fado da Bahia, porque o lado de Minas nós já tínhamos feito, e esse restante das bacias, a Bacia dos Parecis, que é essa aqui, que também nós contratamos levantamento geoquímico. Tudo isso aqui está contratado, está contratado, foi contratado em 2007. Segue.

Trabalhos previstos para 2008. No Plano Plurianual de 2008, e dentro das disponibilidades que nós tivemos de recursos, nós estamos prevendo... Essas atividades que estão aqui, no que diz respeito ao norte da Bacia São Francisco, também continuar o levantamento sísmico; as demais Bacias, essas que são aqui apontadas, fazerem essas atividades, levantamentos geoquímicos, também alguns estudos, sistemas petrolíferos, levantamentos sísmicos e tomamos uma decisão importante, que está aqui. O Plano Plurianual está sendo atualizado. Por que razão? Nós tivemos, nesse meio tempo, um entendimento com a Casa Civil da Presidência da República, com a própria Ministra Dilma participando, chamando atenção, discutindo um

pouco a importância, o alcance do Plano Plurianual e a imperiosidade que nós sentimos desse plano não ter suas... Seus recursos contingenciados. E mostramos isso de forma minuciosa para a Casa Civil e vimos da Casa Civil a seguinte posição: “Olha, então, vocês atualizem esse plano...”, porque nós dissemos: “Esse plano, nós fizemos em 2007, 2006, 2007. Quando nós concluímos o plano, já havia uma idéia entre nós que, num setor tão dinâmico, não podíamos fazer um plano, digamos, engessado. Não podemos mexer no plano. Que gradativamente, digamos assim, quase que anualmente, nós iríamos atualizar o plano de acordo com os estudos, de acordo com as tendências, de acordo com as expectativas etc. “Então, atualizem o plano, devo dizer que o plano, na base de 200 a 250 milhões, nós achamos”, diz a Casa Civil, “à luz do PAC, que ele poderia ser incorporado ao PAC, o plano como um conjunto incorporado ao PAC, e atualizado e, quem, sabe até com recursos maiores do que esses de 200 a 250 milhões por ano”–

[soa a campainha].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Nós ficamos com a idéia de que foi muito positiva essa observação da Ministra e hoje, lá na ANP, nós estamos, por um lado, pondo em prática o plano, dentro das nossas possibilidades, e segundo, trabalhando para atualizá-lo e, do ponto de vista de novas atividades, e, por conseguinte, do ponto de vista de novos recursos. Segue.

A Bacia do São Francisco. É uma Bacia Neoprotozoica, como diria o Dr. Wilson Guerra, é das mais antigas. Depois dela, vem a Paleozóica, depois a Mesozóica, depois vem a quaternária, ternária, não é isso? E o fato é que, de qualquer maneira, é das mais antigas, é essa Bacia que está aqui, como foi mostrado na exposição do Dr. Willian, é essa mesma Bacia que está aqui. Ela alcança esses Estados que estão aqui, basicamente, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Com os dados disponíveis, a ANP acredita que há um sistema petrolífero ativo na Bacia do São Francisco. O que significa sistema petrolífero ativo? É isso: A existência dessas coisas articuladas. E essas coisas não se articulam e se não existe uma delas, não tem condições de um sistema petrolífero ativo, ou seja, sistema pode ser explorado, que pode redundar em produção significativa. A rocha geradora, a rocha reservatório, as estruturas, o selo, e as condições, isso, na opinião... Com os estudos ainda iniciais; não são conclusivos, que nós já temos da Bacia do São Francisco, dão conta de que essas condições básicas existem naquela região. Segue.

Evidência de hidrocarbonetos em exudações. Já também foram mostradas pelo Dr. Wilson, essas exu-

dações que são naturais de gás e óleo lá. São regiões em que aparece o borbulhar do gás, em que aparecem manchas de petróleo, e em diversos Municípios. Aqui está salientado Buritizeiro, Morada Nova de Minas, perto do Rio Indaiá etc., essa Mina Bento Carmelo, lá em Paracatu, Minas Gerais também. Esse cip(F) são as mesmas exudações, de repente aparece isso, como se vê na próxima--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Ah é? Há, sim, está bom. Então, vamos ver a próxima. Esse posto aqui, é que a... O slide não está bem preciso, mas isso aqui é uma areia, é uma região, assim, meio pantanosa, um areal, na qual se fincou um tubo, e esse tubo, com base na natural exudação natural, ela pegou fogo. Então, essa que é a situação. Estamos recebendo a visita do Prefeito de Buritizeiro, que é uma das regiões que nós estamos citando aqui, onde existe o chamado remanso do fogo, próximo à Vila Cachoeira de Manteiga, lá em Buritizeiro, em Minas Gerais, onde fenômenos desse tipo se repetem há diversos anos... Bom dia Prefeito. Segue.

Bacia do São Francisco. No Estado da Bahia, uma observação, no Estado da Bahia, a Bacia do São Francisco é praticamente virgem. E não há blocos concedidos. Virgem no seguinte, nessa região aqui da Bahia, da Bacia do São Francisco, na parte baiana, não existe nenhum bloco que foi concedido, nem foi apresentada a licitação e, por conseguinte, muito menos arrematado. Em Minas Gerais, foram concedidos 31 blocos e os trabalhos de prospecção estão sendo realizados pelas operadoras dos blocos. Essas observações feitas pelo Dr. Wilson, a respeito desses blocos que estão aqui, na parte mineira da Bacia do São Francisco, sobre a qual tenho algumas observações complementares em seguida.

Aqui. Bacia do São Francisco. Os blocos que foram ofertados. Isso na sétima rodada, foram ofertados 39 blocos. Foram concedidos, quer dizer, foram arrematados 31 blocos. A área é de quase 81 mil quilômetros quadrados, isso na sétima rodada. As empresas vencedoras foram: A PETROBRAS, teve seis blocos, que são esses seis blocos que estão aqui; esses seis blocos são da PETROBRAS; a Oil M&S arrematou 23 blocos, são esses blocos que estão por aqui, são 23 blocos; a ORTENG arrematou um que é um desses dois aqui; o da ORTENG e da CISCO. Então, dá esse conjunto de 39 blocos que foram arrematados.

Vale observar que nós recolhemos, a ANP recolheu, de bônus para que essas empresas arrematassem esses blocos, 10 milhões e meio de bônus. As unidades de trabalho, porque, no processo da licitação,

como os senhores sabem, um dos itens importantes é o bônus, mas não é o único. Tem o programa exploratório mínimo. Então, a empresa tem que se comprometer, além do bônus, que ela tem que pagar à vista, ela tem que se comprometer em realizar, o que nós chamamos de UTs, unidades de trabalho. Quanto mais unidades de trabalho se comprometem, mais ela se credencia a arrematar o bloco. Foram, nesse conjunto aqui, foram compromissadas 5.976 unidades de trabalho. Cada unidade de trabalho é em torno de seis mil reais. Significa que nós temos aqui mais ou menos 18 milhões de investimentos comprometidos, com prazos certos, com datas determinadas e que não podem ser refugados.

O período desses prazos, como está aqui, período exploratório, são quatro mais dois anos; quatro anos do primeiro período, mais dois anos para o segundo período. O término do primeiro período é agora, 2010; o término é 2012. O primeiro período de quatro anos tem que cumprir determinadas unidades de trabalho dessas que estou salientando aqui. Cumprindo essas unidades de trabalho, passa-se ao segundo período. Passa o segundo período. Na verdade, a própria Oil M&S já cumpriu essa primeira parte, esse primeiro período. Já cumpriu esse primeiro período. Poderia, se ela solicitasse autorização da ANP, ela poderia antecipar, o Deputado Humberto estava perguntando isso, se ela solicitar à ANP, ela pode antecipar o segundo período. Para nós, isso é muito importante. Não só criaríamos um obstáculo como seria positivo para nós, posto que, na medida em que uma concessionária passa ao segundo período, ela tem que, no segundo período, ela tem que obrigatoriamente promover o primeiro posto pioneiro. Então, aí, já começam a furar, propriamente dito. Passou o segundo período, significa: começa a furar.

Então, para nós, isso é uma coisa importante. Está delimitado no prazo, é 2010 que termina, mas, se alguém, porventura, quiser antecipar, como no caso da Oil M&S pode antecipar, isso seria muito bem visto. Segue.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): O segundo período depende do resultado do primeiro?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Depende do resultado do primeiro. Aí, depende também da própria concessionária optar: “Eu quero passar p segundo período”, porque o resultado do primeiro foi satisfatório. Se o resultado do primeiro for insatisfatório, ela diz: “Eu não quero passar para o segundo período”. Mas não é o que está acontecendo.

Bacia do São Francisco. Recursos da ANP. Trabalhos previstos e realizados, no caso da ANP, já foram três milhões e meio, em 2006. Aerogeofísica. Nós realizamos lá, aerogeofísica, três milhões e meio. E estão contratados, para 2007, 54 mil quilômetros quadrados e, para 2008, mil e meio quilômetros quadrados de sísmica. Segue.

Aí fica mais clara um pouco essa questão dos recursos. Trabalhos previstos e realizados pelas operadoras dos blocos. Está aqui pelas operadoras. Repare bem, esse é o trabalho previsto pelas operadoras. Em 2006, as operadoras Oil M&S, em aerogeofísica, realizou 39 mil quilômetros quadrados de aerogeofísica; foi realizado, pelas operadoras, até dezembro, 14 milhões de reais desses trabalhos de estudos e de aerolevantamentos; estão previstos agora, em 2008, à PETROBRAS está previsto realizar esse serviço de levantamento sísmico, a ORTEMG, de fazer esse serviço, que implicaria, em 2008, esses investimentos. Dá em torno de 18 milhões de investimentos, por esses serviços aqui, a serem feitos em 2008. Pela PETROBRAS, que é quem realizaria mais, 12 milhões; a Oil M&S, um milhão e 900, isso, se não passar ao segundo período, ela pode passar ao segundo período e poder isso aqui ser aumentado; a CISCO apresentou essa quantidade de dinheiro que nós achamos muito pouquinho, muito pouco, muito diminuto, para, mesmo que seja num bloco só, mas dificulta ela passar, com esse recurso, ao segundo período. A ORTEMG tem já um recurso bem maior, de quatro milhões, e significa que o que está previsto para 2008 agora, nesses serviços que eu indiquei aqui, dá em torno de... Perto de 20 milhões de reais, das operadoras. Segue, segue.

Uma observação que eu queria fazer aqui com ênfase. É a seguinte. Os investimentos em aquisição sísmica, previstos pela PETROBRAS para 2007, não foram realizados por falta de licenciamento ambiental. Isso significa aproximadamente 10 milhões que deixaram de ser aplicados. Eu queria fazer isso com certa ênfase porque nós estamos numa Casa Parlamentar. É a Casa que faz a lei. Temos observado lá na ANP, está aqui o Diretor Victor, que também tem discutido muito essas questões, que essa temática do licenciamento ambiental, ela vai ficando um tema, assim, que precisa ser mais bem examinado pelos próprios Srs. Parlamentares porque freqüentemente nós temos tido dificuldades em intensificar os projetos em curso por conta de que o licenciamento ambiental não sai. Seja não sai porque, no Estado, o órgão ambiental do Estado não permitiu, seja porque o órgão ambiental Federal não--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Parece-me que o Sr. Guerra informou que em Minas Gerais, a FEAM já teria liberado essas--

SR. WILSON JOSÉ GUERRA: Foi liberado agora para a PETROBRAS, ela vai iniciar a [pronunciamento fora do microfone], mas o que disse o Dr. Haroldo que, no ano passado, esse prejuízo está referido a 2007.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: 2007, exatamente.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Em 2008, esse problema já estava resolvido?

SR. WILSON JOSÉ GUERRA: O da PETROBRAS, sim. Os outros, não tenho conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós temos aqui a Senadora Serys, que é a nossa principal representante junto à área ambiental. Ela pode nos ajudar.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Eu sei disso, sem dúvida.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Só um aparte, rapidinho. Que tipo de problema? Porque, às vezes, tem... Né? A gente fica com dúvida porque são os órgãos ambientais que não funcionam, que são devagar, que têm problemas ou será que são os procedimentos... Não sei.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Eu acho, Senadora, que, como nós, aqui no Brasil, da última década para cá é que começamos a tratar a questão do meio ambiente com a necessária importância, nós temos uma certa inexperience no trato dessa questão. E temos enfrentado problemas, sejam conceituais, sejam processuais, as coisas, às vezes, não avançam, às vezes, têm conceitos que não são muito adequados ou a gente acha que não são muito adequados. E eu penso assim, Senador Azeredo, que talvez fosse conveniente abrir um espaço para discutir isso melhor, aqui no Legislativo mesmo. Porque são coisas muito complexas e nós, por exemplo, posso dizer à Senadora que nós, lá na ANP, às vezes, a gente fica meio preocupado, por exemplo, nós mandamos, outro dia, uma delegação aos Estados Unidos. E eu próprio falei com o pessoal da delegação porque nós tínhamos certas notícias de como eles produzem, no caso, em campos marginais, em áreas que, aqui no Brasil, não seria possível se produzir. Eu falei: "Então, quero que você vá lá, mas fotografe isso. Não me traga um relatório escrito só não porque isso eu já vi. Eu quero a fotografia". E eles trouxeram fotografias que mereceria a gente divulgar depois. São coisas espantosas. Tem campo de produção arrozal, muito arroz, cada arroz bonito aí, e no meio do campo, uma cerquinha assim, um cavalo de pau, tirando petróleo. Não tem problema ambiental e não suja nada. E vai em frente. O cara está

lá. Em termos dessas empresas, Senador, eles têm, nos Estados Unidos, de empresas independentes nos Estados Unidos, produzindo, explorando e produzindo petróleo, eles têm em torno de 23 mil. Nós temos 62. Eles têm 23 mil. E isso eles têm cerca de 400 empresas que produzem uma quantidade pequena de petróleo, quatro barris por dia. Quatro barris por dia, ao preço de hoje, dá para você...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Em todo lugar, você vê isso lá. Tem uma das fotografias que eu vi, que tem um desses supermercados, dessas Bob's, um cavalo de pau, tem... Junto, assim, tem uma Bob's, essa casa de lanches, chamada Bob's, dessa rede Bob's, tem uma casa enorme de rede Bob's, tudo bonito e, juntinho dela, um cavalo-de-pau. Então, eles conseguem fazer isso. Aqui para nós, isso... Então, estou falando um pouco, assim, conceitos. Era bom...

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Nós não somos. Tudo bem.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Jayme Campos...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Vamos continuar, segue em frente. Passa em frente, por favor. Ainda sobre a Bacia do São Francisco, expectativas de exploração em 2008. Eu falei anteriormente sobre a expectativa dos investimentos das operadoras. Agora, da ANP mesmo. A ANP vai, em 2008, pretende investir lá, tem planos para investir 60 milhões, naquela região, em levantamentos aerogravimétricos e levantamentos sísmicos. As concessionárias pretendem investir 18 milhões, como eu acabei de colocar, pouco adiante... Atrás. As expectativas para a atividade a partir de 2010, é um poço para cada bloco retido no segundo período exploratório. Quer dizer, como o segundo período termina em 2010, a partir de 2010, a nossa expectativa é de um poço, pelo menos, para cada bloco exploratório. O que significa, na minha opinião, uma perspectiva de que... De desenvolvimento grande de muita atividade produtiva, petrolífera, naquela região, a um prazo curto, que é 2010. Área proposta para a futura licitação. A nossa futura licitação, como os senhores sabem, nós já fizemos nove licitações. Estamos com a oitava solicitação suspensa, já fizemos

nove. A próxima será a décima. Então, aí, previsto para a décima, a coloração aqui não permite, mas existe, na original, uma distinção dessas cores aqui, tem uma cor amarelada, mais esverdeada, de tal maneira que aqui escreve... Algumas já estão licitadas e outras vão ser licitadas, nessa parte mineira da Bacia São Francisco, na próxima licitação.

Bom, para encerrar faço um comentário. O Brasil possui uma grande área sedimentar com potencial ainda desconhecido. Um comentário que eu queria fazer sobre isso porque eu estava falando até para o Senador Elizeu Resende, ainda há pouco, essa grande área segmentar brasileira é gigantesca. Nós temos, de área segmentar, algo em torno de, perto de seis milhões de quilômetros quadrados. Nós temos oito milhões e tanto, então, uma boa parte aí é sedimentar. Bom, é nessas Bacias sedimentares que eventualmente podem existir reservas de petróleo e de gás. Tudo bem. Para isso, é preciso estudá-las. Nós conhecemos cientificamente, quer dizer, temos dados geológicos consistentes dessa região em torno de 7%. De 7 a 8%. O BDEP, que é o Banco de Dados de Exploração e Produção da ANP, nós temos recolhido e estamos recolhendo, seja fornecido diretamente pela ANP, seja que herdamos da PETROBRAS, quando houve abertura do mercado, seja das concessionárias que, pelas obrigações contratuais, nos fornecem os dados que vão sendo descobertos, juntando tudo, nós conhecemos do Brasil, mais ou menos 8%. Mas é muito pouco. E, para conhecer isso, pela lei, quem tem a obrigação de avançar no conhecimento é a ANP, por aqueles dados que eu coloquei no início. E tem a previsão orçamentária, que é substancial e que é suficiente. E nós temos condições de fazer isso, desde que haja os recursos. Então, os recursos eu vou sentindo assim, com a hipótese do Plano Plurianual da ANP entrar no PAC, eu vou sentindo que os recursos podem ser liberados mesmo e, por conseguinte, nós podemos ter uma perspectiva de, a um prazo mais ou menos curto, a gente fazer isso que o Senador falou e a gente ter um conhecimento básico das áreas sedimentares brasileiras. Porque, grosso modo, Senadores e Deputados, Prefeitos aqui presentes, a nossa... O custo da atividade petrolífera no Brasil começou em 1939, pela Bahia, descobriu-se o poço de Lobato, em 39; em 41, chegou-se a Catu; depois, chegou a... Pouquinho mais na frente, chegou lá em Canópolis, que é em Sergipe, e além terra, e, em seguida, chegou-se à Guaricema, que é no mar de Sergipe, mas já é no mar, e, um pouco mais na frente—

[soa a campainha].

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

--Nós descobrimos a Bacia de Campos. E daí, por diante, nós sentamos na Bacia de Campos, em águas

rasas, em águas profundas, estamos hoje chegando no pré-sal e o resto do país, que a terra, esse resto nós abandonamos, de certa forma. O que nós estamos pretendendo agora na ANP é fazer um investimento maciço nesse resto do país e atrair também para o resto terrestre do Brasil, e resto aí é uma forma muito mal aplicada, essa palavra resto, porque é um continente. O chamado resto é um verdadeiro continente. Mas, nós precisamos, nesse terreno, aplicar muitos recursos para poder desenvolver no terreno da atividade petrolífera. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Nós que agradecemos, Haroldo Lima, realmente muito importante as informações trazidas, e nós temos que... Só 8% do território brasileiro conhecido, é muito pouco mesmo. E há necessidade de avançar mais na busca da disponibilidade de todos minerais, mas em especial do gás natural para o Brasil.

Eu quero ainda registrar a presença do Prefeito de Buritizeiro e do Presidente da AMAMS, Prefeito Ronaldo, e... AMANS é a Associação Mineira da Área dos Municípios da Sudene. Está aqui presente. O Prefeito de Morada Nova, Walter Bruno, já foi citado—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, Prefeito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Prefeito, eu pediria para esperar um pouquinho, que nós vamos ouvir ainda o Dr. Genival Tourinho, e depois passaríamos imediatamente para as considerações dos Senadores--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria pedir a sua bondade e generosidade se possível, evidente, respeitando aqui, naturalmente, a parte regimental da nossa Comissão, todavia, se o senhor me permitisse um minuto só, eu tenho alguns questionamentos a fazer, algumas perguntas, algumas indagações ao Dr. Haroldo, mas eu quero fazer uma só, até pelo adiantado das horas--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, o senhor tem a palavra. Senador Jayme Campos, com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Nosso Presidente, Dr. Haroldo e demais convidados, [ininteligível], eu queria fazer uma pergunta a V.Exa., uma indagação. Aqui na exposição que o senhor fez, o senhor falou, referiu à Bacia dos Parecis, em Mato Grosso. E, particularmente para mim, como Senador daquele Estado e certamente até... Senadora Serys já se retirou do ambiente, V.Sa. disse aqui em relação aos estudos

sendo feitos na Bacia do especificamente, quando se fala desse trabalho que está sendo feito, eu pergunto ao senhor: Em relação petróleo ou gás ou outras alternativas geológicas que existem na região, eu queria saber de V.Sa., especificamente esse trabalho que está sendo realizado, em relação a qual atividade, qual a produção em relação à Bacia dos Parecis?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Senador, Presidente Azeredo, eu sugeria que, como está aqui presente a superintendente de exploração e produção da ANP, e como essa é uma pergunta mais detalhada mais específica, eu sugeriria que déssemos a palavra à Dra. Magda.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dra. Magda, com a palavra.

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD: Eu cumprimento o Senador Genival Tourinho, em nome de quem todos os outros membros da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes. A Bacia do Parecis foi objeto de um levantamento geoquímico que começou esse ano, ele está, em termos de coleta das mostras, ele está concluído. Os resultados ainda não estão integralmente na ANP, mas, aparentemente, são muito bons. Esses resultados, de alguma forma, já vazaram no mercado. A DEVON Petróleo, que é uma independente grande americana, já foi à ANP, nominando áreas na Bacia do Parecis, e esses estudos que inicialmente a perspectiva da ANP era para gás natural, porque a Bacia é uma bacia antiga, uma bacia paleozóica, eles, aparentemente, estão indicando que também podem resultar em óleo leve. Então, a Bacia do Parecis provavelmente vai ser sugerida ao CNPE para licitação, com vistas a petróleo leve e gás natural.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito boa a informação. Estou satisfeito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Jayme Campos. Vamos ouvir o terceiro expositor, que é o ex-Deputado Federal Genival Tourinho, que é natural da região norte de Minas e um velho batalhador pelo gás daquela região.

SR. GENIVAL TOURINHO: Inicialmente, cumpre a mim agradecer ao órgão dirigente dessa Comissão o honroso convite que a mim foi feito e que realmente me sensibilizou profundamente porque, desde meus tempos de adolescente, antes mesmo de ingressar na Faculdade de Direito da UFMG, onde me formei, em 1958, completo este ano 50 anos de formado, eu já me interessava e participava da movimentação da juventude comunista de então, e que nós éramos os pichadores das ruas de Belo Horizonte, de Juiz de Fora, de Montes Claros, debaixo daquele lema extremamente sedutor, carismático mesmo, “o petróleo é nosso”. Eu

tenho a honra muito grande de dizer que levei várias borrachadas da polícia mineira, pichando ruas em Belo Horizonte, com “o petróleo é nosso”.

Então, a PETROBRAS, para gente, para a minha geração que viveu, a luta pela... Em favor do monopólio estatal do petróleo, é algo que diz muito, muito perto a consciência, o sentimento da gente, é mais importante do que o bolso, e mais importante que o coração; essa é a grande verdade, a geração dos homens. Eu tenho 75 anos de idade. Desde os 17 anos de idade, quando eu pertencia à Juventude Comunista Brasileira, depois deixei, fui para o PTB, posteriormente a convite... Isso não vem ao caso, a convite de Santiago Dantas, Camilo Nogueira da Gama... Mas o importante é o seguinte, eu trabalhava na Secretaria da Agricultura; lá, tinha a escola de sondadores, fundada pelo Dr. Israel Pinheiro, quando foi Secretário da Agricultura, no Governo Benedito Valadares. A escola de sondadores era basicamente para formar sondadores, perfuradores de terra, para encontrar água no semi-árido mineiro. Muita gente pensa até que foi o Chico que conseguiu tirar água da pedra em Montes Claros; o Chico era um funcionário do DENOCS. Antes do Chico, a escola de sondadores já perfurava poços artesianos na região de Minas Gerais.

Então, de vez em quando, a escola de sondadores mandava um aviso que o poço localizado, dava localizações geográficas, as coordenadas e tudo mais, e dizia que aquele poço tinha deixado de ser perfurado porque fortes emanções, provavelmente de gás, estavam impedindo o prosseguimento daqueles trabalhos. E eu pedi licença ao Secretário de Agricultura da época, Dr. Aloísio Costa e, posteriormente, Dr. Álvaro Mancini, de quem eu fui auxiliar de gabinete, tanto de um quanto de outro, no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, Aloísio, e Bias Fortes, o Dr. Álvaro Mancini. Eu pedia autorização a eles, tirava cópia e mandava uma para o então chamado Conselho Nacional de Petróleo, hoje a ANP, dirigida pelo Dr. Haroldo aqui, velho companheiro de lutas políticas, de ideais, de formação marxista, tanto quanto a minha.

Muito bem, então, eu mandava para lá e mandava outra para a União Nacional dos Estudantes, que, então, era dirigida pelo Augusto Neto. E o Augusto Neto fazia publicar nos jornais, dizendo que era mais uma prova das mentiras cometidas pelo famoso, até hoje eu fico em dúvida se ele seria pesquisador mesmo, se ele conhecia aquela matéria, que ele se dizia técnico nela, ou se ele era um homem da CIA aqui no Brasil, o famoso Mr. Link. A verdade é que mandava isso, mandava isso, mandava isso, 30 ou 40 comunicações da Escola de Sondadores foram emitidas para o antigo Conselho Nacional de Petróleo. Posteriormente a

isso, o meu primo Antônio Lobo Montalvão, fundador da cidade mineira de Montalvânia, tirou um tanto de madeira, perto de uma casa que ele tinha ao lado do Rio Cochá, e lá acendeu a binga e fritou um peixe com gás natural, ao lado da... Pertinho do Rio Cochá, numa casa que o Antônio lá tinha. Posteriormente pescador, no remanso do fogo, eu ficava impressionado de ver, borbulhava tanto o gás, transpunha a camada da água e você levava a tocha em cima da água. A água começava a pegar fogo. Eu tenho filme feito no remanso do fogo, como tenho perto de Arinos também, nessas Bacias todas, aqui perto de Brasília, o Rio Preto, também tem lugares em que acontece isso.

O que se sabe, e o Presidente acabou de demonstrar aqui, o Dr. Guerra também, é de conhecimento mundial. O Ministério de Minas e Energia tem mais de 50 anos que sabe disso tudo. A Bacia que nós estamos nos referindo, do São Francisco, ela nasce às margens do São Francisco, inflete para o noroeste de Minas Gerais, as planícies do noroeste de Minas Gerais, passa por Unaí, Paracatu, Abaeté, aquela região toda, pega os contrafortes do planalto central, ultrapassa, vai para o Estado de Goiás, pega o Estado da Bahia pelo lado direito e chega até o Estado de Tocantins. São 190 mil quilômetros quadrados. Nesta área, foram perfurados, até hoje; o Dr. Guerra diz que foram perfurados três poços. Digo eu, foram perfurados quatro poços. Três com resultados positivos. Um, em Brasilândia, um, em Montalvânia, e um, próximo à Cachoeira da Mantega, ou seja, no remanso do fogo.

Então, como disse o Senador Eduardo Azeredo, está desenhado para Minas Gerais, a partir da beira do Rio São Francisco e continuando pelo noroeste mineiro, está desenhada a futura Califórnia brasileira. Aquilo pode ser o vale da redenção do Brasil e hoje, abrigando as populações mais pobres, mais miseráveis, mas desassistidas, tão miseráveis e tão desassistidas quanto a população do Vale do Jequitinhonha. Em cima de uma riqueza que não se pesquisou até hoje, quatro poços apenas, digo eu quatro, diz o Dr. Guerra três, foram perfurados naquela ocasião.

Mas agora aqui também é hora de cobrança. E eu queria perguntar ao Presidente da ANP por que é que a GEOBRAS, não tendo condições financeiras, não podendo oferecer aquelas garantias, principalmente fiança bancária, e devolvendo 11 lotes de terreno, por que é que a ANP imediatamente não convocou nova licitação para esses 11 lotes? Outra pergunta, que já parcialmente já me foi respondida pelos gráficos aqui projetados, uma empresa Argentina, chamada CISCO Oil&Gás, é Argentina; apesar de o nome ser americano, a empresa é Argentina. Ela arrematou 23 áreas. Até agora, ela não deu o ar da graça. Eu vi projetado

aqui que ela está dizendo que vai dar o ar da graça nesse ano de 2008.

Então, acho que a coisa está sendo feita com uma certa lentidão. Nós precisamos recuperar o tempo perdido. Não é possível que a minha região, e quando eu falo a minha região, eu até extravaso, eu vou até Goiás, eu vou até Tocantins, eu vou até a Bahia. Não é tão difícil de falar que é da minha região porque minha família é baiana e, talvez, das mais antigas—
[soa a campainha].

SR. GENIVAL TOURINHO: --Famílias da Bahia. Então, a hora da cobrança é essa agora. Nós queremos é realmente ver perfurar porque, se perfurar, gás, eu tenho certeza absoluta, porque já fritei peixe com gás dessa região. Em duas regiões. E petróleo, onde tem gás, naturalmente, tem petróleo. Esse é meu depoimento, um depoimento de quem lutou, levou borra-chadas a vida inteira, como Deputado Federal, várias vezes aqui, eu me pronunciei; como Deputado Estadual, eu também me pronunciei várias vezes, vim em todos os momentos da minha vida, escrevendo artigos para jornais, pedindo providências, e fico muito satisfeito de saber que esta reunião de hoje vai fazer com que este problema chegue ao conhecimento da mídia nacional, porque a mídia mineira já conhece, graças a Deus. Depois de muita luta, depois de muita denúncia e tudo mais, a mídia mineira conhece. Agora, a mídia nacional vai conhecer. Sei, por exemplo, vários amigos meus jornalistas, que pautaram, não os conheço, mas há vários jornalistas aqui que a pauta deles é exatamente a cobertura dessa reunião de hoje.

Reitero, portanto, os agradecimentos à Comissão e deixo aqui a cobrança ao Presidente Haroldo no sentido de que nos explique por que é que a GEOBRAS abriu mão de 11 lotes e não se fez nova licitação? E se realmente essa CISCO Oil&Gás, que é Argentina, com 23 lotes, se ela vai funcionar ou não vai funcionar.

Outra coisa, por último, agora já não é cobrando, é elogiando, li uma nota agora, do Globo, agora, dois ou três meses atrás, que o Presidente da ANP, Dr. Haroldo, pretende fazer um redimensionamento da distribuição dos *royalties* do petróleo. E acho que o negócio está absolutamente certo. Eu me lembro, por exemplo, do Maurício Joppert, estou vendo aqui na minha frente o ex-Ministro dos Transportes e ex-Diretor-geral do DER, que conheceu muito bem o que foi o Plano Rodoviário Nacional. Ele não existiria se não fosse a Lei Maurício Joppert porque ele fez uma justa distribuição do imposto se cobrava sobre a gasolina, naquela ocasião, e que ensejou a criação do Plano Nacional Rodoviário, implementado basicamente no Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Começou no Governo do Dr. Getúlio e foi implementado, basicamente, no Governo

de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Então, é necessário realmente redimensionar. Tirar uma linha paralela do ponto que se extrai petróleo para ver onde que ele incide no território nacional. A plataforma não é do Rio, não é de Macaé, não é de Santos, não é de Campos; a plataforma é do Brasil. É continental. Em vez de a linha ser na vertical, ela deveria ser assim, duas linhas, abarcando todo o território nacional, do Oiapoque ao Chuí. Parece-me que, pela lei Maurício Joppert, 50% era da União, ensejando o Plano Rodoviário Nacional; 30 eram dos DER, e 20 dos Municípios. Mas, aqui na minha frente, um homem que poderá dar subsídios ao Haroldo--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era 40, 40, 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado ao Genival Tourinho. E o Dr. Haroldo, ele está fazendo a cobrança, mas a cobrança é permanente comigo também, como eleitor, ele me cobra permanentemente, que acompanho o assunto do gás. Mas aqui o Prefeito de Buritizeiro nos trouxe um CD que tem exatamente imagens, mas estão com um problema técnico, estão tentando passar para DVD, imagem exatamente desse poço, lá no remanso do fogo, mostrando a imagem do gás que, quando se coloca uma imagem que coloca uma mangueira, quando puxa a mangueira e risca um fósforo, pega fogo. Então, é uma realidade que acontece lá em Minas, com essas... O nome é complicado... Exudações?

Eu quero ainda registrar a presença do Sr. Adelson Toledo de Almeida, da Associação dos Municípios do Médio São Francisco, o Prefeito Ronaldo Mota Dias, que é hoje prefeito de Coração de Jesus. E Dr. Haroldo, ainda também em complemento ao que foi colocado pelo Genival Tourinho, tenho aqui uma cópia também da carta em nome do Governo do Estado, enviada em primeiro de outubro de 2007, pelo Secretário Márcio Lacerda, Secretário de Desenvolvimento Econômico, na qual exatamente ele pede essa inclusão, na próxima rodada de licitações, das áreas remanescentes da sétima rodada, as áreas que não foram arrematadas, os blocos 81, 87, 135 e 150, e as áreas da GEOBRAS. Seria essa a demanda já colocada pelo Governo de Minas, para que nós pudéssemos acelerar. E ela é desde outubro de 2007. Eu vou passar a palavra, com muito prazer, ao Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Participação muito rápida, Presidente Senador Eduardo Azeredo. Dessa exposição feita aqui, me preocupou muito, Presidente Haroldo Lima, Diretor-Geral da ANP, Haroldo Lima, me preocupou muito o contingenciamento da participação especial. Quem conhece a história de criação dessa participação especial não pode admitir o

seu contingenciamento; a participação especial incide sobre produção abundante de petróleo, em casos específicos, que é o caso das plataformas continentais, que pagam uma participação especial para que o Governo, para que a União possa investir na prospecção, nos estudos e no planejamento das novas atividades de produção de petróleo e de gás, de hidrocarboneto, de uma maneira geral. Esse contingenciamento é inexplicável. A menos que o Governo sinta que não precisa investir em pesquisa e exploração. Mas V.Exa. falou que há uma previsão orçamentária expressiva para isso e que apenas 10% disso é liberado para pesquisa. Eu acho que nós devemos tomar uma atitude aqui no Congresso Nacional. E vamos, numa Reunião Ordinária da Comissão de Infra-estrutura, talvez, Senador Eduardo Azeredo, promover um Requerimento para convocar a Chefe da Casa Civil, a Ministra Dilma Rousseff, que foi responsável pelo setor até recentemente, para que o Governo possa deixar de contingenciar a participação especial, porque, se não houver necessidade da participação especial, é preferível mudar a lei, acabar com ela ou diminuí-la, para que isso venha em benefício do consumidor de derivados de petróleo para redução dos preços. O que nós precisamos é realmente evitar o contingenciamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse dinheiro está sendo arrecadado e não está sendo repassado?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Está sendo guardado pelo Governo. Sendo que nós temos a previsão orçamentária do superávit primário. Aquilo que o Governo precisa para a administração do equilíbrio fiscal ou do déficit público já é previsto no orçamento. O contingenciamento adicional é inexplicável. Não tem razão de ser. Tirar o dinheiro de uma atividade tão importante para o país, que é buscar mais petróleo e gás no território nacional, é quase que um pecado mortal, em termos de uma política de contingenciamento de recursos.

A participação especial foi criada... O então Deputado Haroldo Lima se lembra da nossa luta aqui na Câmara dos Deputados, a contragosto do Governo; o Governo não queria que nós criássemos a participação especial. A PETROBRAS era contra, com o argumento de que isso prejudicaria o consumidor pelo aumento do preço. Nós forçamos a barra aqui, criamos a participação especial para tentar produzir petróleo e gás no território nacional. No Brasil, propriamente dito, e não na plataforma continental tão-somente. E nós estamos assistindo aqui, pela exposição de V.Exa., que há um campo de trabalho imenso para aumentar a pesquisa e a identificação de reservas de hidrocarboneto no Brasil e, no entanto, a ANP, que tem o dever legal de

fazê-lo, fica inibida pela falta de recursos orçamentários para isso.

Quero me consertar, não é falta de recursos orçamentários, porque está no orçamento, é a falta de cumprimento da Legislação orçamentária. Talvez fosse o caso, eu coloco isso aqui de antemão, Senador Eduardo Azeredo, convidarmos a Ministra Dilma Rousseff para que o Governo ouça de nós que esse contingenciamento não pode ser feito, é inexplicável, e não tem razão de ser. É a minha contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Eliseu Resende. Até lembrando que a Ministra foi também Ministra de Minas e Energia, então, ela está também ligada ao setor.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Responsável pelo setor. Todo mundo gosta de contingenciar a área dos outros e preservar a sua área; ela foi dona desse setor, ela tem que preservar sua área. E é pessoa forte do Governo, que tem condições de, junto ao Executivo, mandar uma mensagem orçamentária que tem uma previsão para os investimentos em pesquisas e exploração de hidrocarbonetos no Brasil, sem o contingenciamento, que se ele vier de uma forma arbitrária, acaba com toda a expectativa e capacidade de planejamento da Agência Nacional de Petróleo, na tentativa de identificar novas reservas de hidrocarbonetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Eliseu Resende. Antes de passar a palavra ao Dr. Haroldo, vamos ouvir o Deputado Humberto Souto, que também é natural lá do norte de Minas e sempre acompanhando todas essas questões.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo pela iniciativa da audiência. Eu estava preparando uma audiência idêntica na Câmara. Cheguei até comentar, se não me engano, com o Senador. Comentei com o Genival. Mas não fiz, no ano passado, no fim do ano passado, porque o orçamento atropelou tudo, acabou atropelando e, não sendo votado, eu sou da Comissão de Orçamento, acabamos não podendo fazer. Esse ano nós estávamos levantando nomes para participar da audiência. Porque as informações que eu tenho, e elas são muito da imprensa de Minas, que são baseadas muito na GEOBRAS, que dizem ter feito pesquisas, e tem um acervo enorme de conhecimento da região, e que ganharam esses lotes, e tendo ganho os lotes, o Banco do Nordeste teria prometido financiar os estudos sequenciais, e o Banco do Nordeste acabou não financiando. Parece que houve um contingenciamento do Banco do Nordeste para essas

áreas e ele ficou impossibilitado de participar e teve que entregar os lotes.

Mas eu, então, queria fazer um debate maior com pessoas que tivessem um conhecimento maior para contrapor as informações oficiais. Porque as informações da ANP são informações oficiais. E, com referência a ela, é preciso que você tenha dados para contrapor-los. Entre as minhas perguntas, Presidente, eu queria antes cumprimentar também o Presidente da ANP, meu velho colega e companheiro de Câmara, aprendi a gostar do Haroldo e a respeitar pelas suas posições, pelo seu procedimento, pelo seu comportamento. Tivemos momentos de reflexão juntos, viajamos muito juntos pelo exterior, conversando, trocando idéias... Lembro-me da última viagem que fizemos à China, onde tivemos oportunidade de discutir muitos assuntos nacionais, assuntos que você sempre teve muita preocupação com eles.

Quero cumprimentar a Diretoria da ANP, o meu velho companheiro e amigo e irmão, Genival Tourinho, na minha região, meu companheiro de infância, meu companheiro de labuta e de lida, em defesa do norte de Minas. Quero cumprimentar os Prefeitos aqui presentes, quero cumprimentar os Senadores, os Deputados.

Mas eu gostaria, inicialmente, de fazer uma seguinte pergunta. Na exposição que V.Sa. fez, percebi que não consta nada para a Bacia do São Francisco, em Minas Gerais, em 2008. Se é verdade a minha informação. Seria interessante que o Sr. Presidente podia... A minha pergunta fundamental, no que se refere à estruturação do processo, ela coincide com a pergunta do Senador Eliseu Resende. Tinha anotado, V.Exa. disse que o que competiria para estudos da participação especial seria em torno de mais de dois bilhões de reais. E que esses recursos estariam contingenciados porque V.Sa. disse que não precisava desse dinheiro todo. É um dinheirão danado... Achou que isso ia ficar, quando fez a lei, em torno de 100 milhões de reais.

Logo em seguida, no último quadro, V.Sa. diz que deveria ser aprofundado o processo de estudos de áreas, que isso é importante para o país, que isso é isso, e aquilo e aquilo outro. Não é um crime esse contingenciamento, já que V.Sa. acha que tem o dinheiro e V.Sa. está sendo contingenciado, em prejuízo de um desenvolvimento de uma das áreas mais importantes que o país tem, que são os estudos e pesquisas do geosolo, em torno do problema da energia? Segundo. Se o Governo pode contingenciar um dinheiro que é específico e determinado por lei para aquela finalidade? Qual o poder que dá ao Governo... O que é que dá ao Governo esse poder para contingenciar? Para poder contingenciar um dinheiro que, por lei, tinha

que ser utilizado em estudos. Ou é a ANP que não tem capacidade de fazê-lo? E, em decorrência disso, esse dinheiro ficaria ocioso e está sendo devolvido para somar ao superávit para pagar a dívida externa? V.Exa., que sempre defendeu a auditoria da dívida externa. Porque eu acho que é um negócio inexplicável. Se nós não estamos fazendo estudos, não estamos fazendo pesquisa, é uma mixaria que está sendo gasta, e V.Sa. disse que tem dois bilhões, por lei, destinado a isso. E que esse dinheiro não está sendo utilizado pela ANP, a ANP não é cartório do Governo. A ANP é uma agência. O Governo tem que entender que agência não é uma repartição pública onde ele manda. A agência tem mandato, tem independência; ela é constituída exatamente para chamar, fazer os marcos que o país precisa. É isso que é uma agência. Ninguém pode chegar e meter a mão no dinheiro da agência, num negócio tão importante como esse. Esse é um negócio escandaloso, essa denúncia que V.Sa. faz com referência ao que está acontecendo no país.

A segunda pergunta é numa mesma... Parece que já é uma... Seria a necessidade de a ANP licitar, já que ela licitou em 2005. Não conseguiu caminhar muito. Essas áreas que foram devolvidas poderiam ser licitadas novamente, eu tenho a impressão, para ver se entrariam novas empresas, novas experiências, com mais capital, com mais vontade de fazer. Porque não há, parece que há um engessamento legal, contratual, que não há muito que fazer com referência às que foram licitadas. Vou até ajudar V.Sa. na resposta. Realmente, há um contrato de quatro anos, com mais dois anos, e que, enquanto não exaurir esse período, não há... E eu perguntaria, talvez, aí, se há um cronograma, dentro desses quatro anos, se há um cronograma de execução por parte da empresa ganhadora da licitação. Se, nos quatro anos, ela tem que, no primeiro ano, fazer isso; segundo ano fazer isso, no terceiro ano... Ou se é um contrato fixo e, nos quatro anos, ela tem que fazer aquilo. Ela tem que entregar, devolver ou não? Porque, nos quatro anos, ao que me parece, segundo uma auditoria do Tribunal de Contas que me mandaram ontem, se, nos quatro anos, ela não encontrou nada, não se interessar, tem que devolver a área para a PETROBRAS, ela não prospera os outros dois anos, tem que devolver para a ANP.

Então, eu queria dizer se há esse cronograma ou se a ANP tem que esperar os quatro anos, e os dois anos posteriores, para cobrar. Eu conversei com o Governador Aécio Neves sobre esse problema, recentemente, e ele me disse que esteve inclusive na PETROBRAS, discutindo isso, e que a PETROBRAS teria informado, ou a ANP, não me lembro o que ele me disse, porque eu confundo muito a ANP com a

PETROBRAS, que teria prometido antecipar esses investimentos para 2008. Se V.Sa. tem conhecimento disso, se realmente há essa proposta de antecipar e se a ANP pode fazer alguma coisa, que seja formal ou informal, no sentido de buscar esta participação maior das empresas que ganharam a licitação, já que há um contrato escrito, e eu compreendo as limitações da ANP nesse sentido, a não ser que haja um interesse, mesmo que pessoal, quase que patriótico, de ajudar aquela região.

Isso porque, senhor Presidente, eu não... Eu fiz um discurso na Câmara, nesse ano, já fiz mais de um pronunciamento, mas, dentre... A minha argumentação é que não é o problema da deficiência de gás que o Brasil tem hoje e quase que a subalternidade à Bolívia, em decorrência do problema do gás. No que se refere ao São Francisco, na minha região, é um fato indutor de combate à pobreza. É a região mais pobre deste país. Com o petróleo, com o gás existente, poderia se transformar aquela região na região mais rica do país, gerando renda, gerando emprego, fazendo que acontecesse aquilo que eles nunca sonharam que acontecesse.

Nós temos informações que há um gasoduto do Nordeste para Belo Horizonte, que passa próximo a essa área. Então, existem fatores que contribuem para a exploração racional e econômica do gás daquela região. Porque o gasoduto, como V.Sa. sabe, é uma das coisas mais caras que tem no processo. Ora, se já tem um gasoduto que passa naquela direção, vindo da Bahia para Belo Horizonte ou para sul do país, que passa próximo àquela região, que, numa perpendicular, poderia ser extraído, feito um gasoduto pequeno, eu tenho a impressão de que este é um fato concreto de participação no processo de custo da exploração desse gás. Esses dados têm que ser de conhecimento da Agência, para que ela possa, na discussão do processo, mesmo que seja informalmente, mostrar as importâncias que tem.

Então, o nosso apelo, além de nacional, além de patriótico, com referência ao gás, que é uma coisa importantíssima para o país hoje, por causa dessa dependência tremenda que nós temos do gás, nós temos conhecimento, outro dia já debatemos com a Maria Clara, da PETROBRAS, aqui numa Audiência Pública da Comissão de Minas e Energia na Câmara... Posso continuar?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pode continuar.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Sobre esse fato. E ela, dizendo que a área dela na PETROBRAS não era essa, do Tenente Estrela, Coronel Estrela ou Dr. Estrela, que nós pretendíamos convidar

também para ir para a Comissão, nessa audiência que vamos fazer na Câmara. Mas, eu dizia, não seria uma reserva que o Governo está fazendo do gás do Brasil, sabendo que vai acontecer a falta de gás ou que... E que faz uma reserva natural, sabe que tem o gás, faz as perfurações, sabe que tem o gás, mas “não vamos tirar agora, enquanto pudermos comprar o gás internacional e, quando precisarmos efetivamente, nós já sabemos, está mapeado pelo Governo, e nós sabemos onde está esse gás e vamos tirar”, o que seria um crime, uma covardia que estaria fazendo com uma região da maior pobreza desse país.

O segundo seria que o gás é um petróleo pobre, é uma energia pobre, barata, e que não interessa à PETROBRAS e nem às empresas e nem à Agência, e nem ao Governo, explorar o gás, principalmente a PETROBRAS. É muito melhor você fazer seus investimentos na exploração de petróleo do que fazer seus investimentos na exploração de gás, dado que os lucros e os preços do gás são insuficientes para competir com a importância do petróleo. Se teria alguma coisa nesse sentido, se efetivamente poderia estar acontecendo isso, era uma das nossas preocupações também.

Enfim, nobre Senador, lhe agradecer a oportunidade de estarmos aqui com nosso Presidente da ANP, essa figura inteligente e idealista, Dr. Haroldo, para poder contribuir com o desenvolvimento do nosso país e o desenvolvimento da nossa região. É uma preocupação geral da nossa região, inclusive, uma cobrança dos políticos: “E por que é que não exploram esse gás? Cadê nossos Deputados? Cadê nossos Senadores? Estamos morrendo de fome em cima da riqueza, em cima do ouro”. E V.Sa., que foi Parlamentar muitos anos e que sempre soube defender suas idéias e a sua querida Bahia, e que, por acaso, eu vejo que, em 2008, tem previsões para a Bahia, mas não tem previsões para Minas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Deputado Humberto Souto, nós que agradecemos sua participação com essas colocações inteligentes e muito oportunas. Nós já temos condições de ver o CD, mas eu vou pedir ao Dr. Haroldo que já faça a resposta a algumas das perguntas colocadas, tanto pelo Dr. Genival Tourinho, que foi o expositor, mas fez perguntas, pelo Senador Eliseu Resende e o Deputado Humberto Souto. Depois continuaremos ouvindo os Srs. Prefeitos, que poderão falar. Senador Heráclito Fortes, que seja muito bem vindo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes é Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e eu

não pude estar lá hoje por causa dessa audiência. Dr. Haroldo, com a palavra.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Bom, respondo algumas formulações feitas pelo Deputado Genival Tourinho... Oi, Senador. E Deputado Humberto Souto e o Senador Eliseu Resende. Quero agradecer as referências elogiosas feitas ao nosso trabalho e à ANP, pelos diversos oradores, e, indo direto às questões levantadas, com relação à questão da GEOBRAS, a pergunta feita pelo Deputado Genival Tourinho e também pelo Deputado Humberto Souto, elas coincidem nisso. “Por que a ANP expressamente, como ele falou, por que a ANP não fez uma nova licitação imediata para licitar os blocos, os 11 blocos que foram devolvidos lá pela GEOBRAS?” Primeiro, a GEOBRAS, ela não chegou a assumir os blocos, essa que é uma questão de fundo. Quer dizer, no processo há o mecanismo da...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi considerada deserta.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi considerada deserta.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: É, ela não apareceu. Ela não cumpriu com as obrigações. E, por conseguinte, não pôde assumir o contrato de concessão. Feita a licitação, na hora, no instante imediato, a pessoa bate, dá o seu lance, o bônus de assinatura, aos ETIs que assumem, faz-se o balanço e vê quem ganhou. Quem ganhou tem que, em seguida, comparecer com as suas obrigações. E, finalmente, assinar o contrato de concessão. Para assinar o contrato de concessão, tem que, inclusive, previamente, incorporar o bônus de assinatura. Por isso que chama bônus de assinatura; só assina se tiver o bônus na frente etc.

Bom, a GEOBRAS não cumpriu essas obrigações. E por isso ela não assumiu os blocos. Aí vem a pergunta que foi feita aqui e “por que é que a ANP, em seguida, não fez uma nova licitação para esses blocos?” Esse problema da licitação é um... A ANP não tem condições de fazer uma licitação, assim, imediata. Ela tem que fazer primeiro como está, pela lei, ela faz estudos... Esses estudos do... Preliminares, sísmicos etc., demonstrando ao Conselho Nacional de Política Energética que há condições de se fazer uma licitação nos seguintes blocos, e aí defende os tais blocos que deveriam ser feitos na licitação. Ela não poderia, imediatamente, e os estudos da ANP têm uma certa lógica, uma certa concatenação. Os estudos estão sendo feitos já agora para a 10ª rodada, e já estão sendo feitos estudos iniciais para a 11ª rodada. Então, terminada

a 7ª rodada, não dá para... E não se consumando, no caso específico da GEOBRAS, esses blocos ficaram um pouco, assim, em *stand by*. E não puderam ser incorporados na 9ª rodada... Embora eu ache que—

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Apenas para informar que o Tribunal de Contas informa o seguinte... Com referência, na auditoria do Tribunal, no que se refere à área da Bacia do São Francisco, que não as de Montes Claros, destaca-se que a empresa GEOBRAS arrematou nove blocos e assumiu o maior compromisso exploratório da Bacia de São Francisco. No entanto, por descumprimento de prazos e diretrizes editalícias, a Comissão Especial de Licitação a impediu de assinar os contratos de outorga, chamando as demais componentes para assinarem e tal.

Então, ela não foi chamada para assinar os contratos, mas as áreas delas já estavam estudadas. E tinham que ser precedidas de estudos sísmicos. Então, já se poderia novamente oferecê-las.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Deputado, é verdade, inclusive, em princípio, há uma metodologia que nós nos pegamos, se a pessoa... Se uma determinada concessionária não cumpre com suas obrigações, nós chamamos a segunda que estava no leilão para saber se cumpre com aquelas obrigações. E, às vezes, não assume. No caso específico, nós demos certo tempo para saber se a própria empresa que não cumpriu, se pode vir a cumprir, já que ela licitou, já que ela arrematou, se ela pode vir a cumprir as obrigações num determinado prazo, coisa que nós esperaríamos, porque a idéia básica, Deputado, não é de criar um impeditivo. É tentar ver se permite que as coisas se avancem.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Eu compreendo e não quero—

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Inclusive, na semana passada, a dita GEOBRAS assinou conosco uma... E cumpriu as obrigações para um dos blocos e, para esse bloco, nós já assinamos com ela. Isso é um dado recente, salvo engano, na semana passada. Talvez a Dra. Magda possa dar um dado complementar a esse respeito.

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-

BRIARD: É o seguinte, a GEOBRAS fez uma oferta, foi uma oferta extremamente otimista para as áreas, ela ofertou, em alguns blocos, quatro poços, o que é uma oferta, vamos dizer assim, muito pouco entendida por nós. A gente acha muito pouco realista. Ela mesmo não arcou com essa oferta e diz o edital que, em primeiro lugar, não arcando, chama-se o segundo. Se o segundo não arcar, chama-se o terceiro e assim por diante. Então, foi chamado o segundo. Um dos blocos foi assinado na semana passada. Os outros

estão... Foi chamado o terceiro; o terceiro quis arcar, o segundo reclamou—

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Mas com a própria GEOBRAS? Não, né?

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-

BRIARD: Não, não, não—

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Quer dizer, esse bloco, então, não foi com a GEOBRAS?

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-

BRIARD: Não. Foi com uma empresa que, na verdade, é relacionada com a Oil M&S também, é uma variação da Oil M&S, que ganhou.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Que era a segunda colocada nesse bloco?

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-

BRIARD: Era a segunda colocada. E agora os demais blocos da GEOBRAS estão brigando por questão na justiça porque o segundo e o terceiro lugar estão brigando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): São nove blocos da GEOBRAS? Dos nove, um já foi assinado, tá...

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-

BRIARD: São oito agora. Que um foi assinado.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Há uma informação, apenas para complementar o raciocínio, que você foi Parlamentar, você é homem do debate, havia uma informação a mim, nas minhas pesquisas, que a PETROBRAS teria oferecido um preço muito alto nesses blocos, então, em decorrência disso, inviabilizou a que outras empresas entrassem nos blocos da própria PETROBRAS e que aí é que gerou uma ação judicial e que essa ação judicial teria paralisado um pouco esse trabalho. Eu gostaria de saber se a ANP tem conhecimento sobre isso.

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-

BRIARD: Nós temos 40%... Os pontos que fazem um concessionário ganhar o bloco, eles são computados a partir de três tipos de ofertas diferentes: O primeiro, 40% bônus de assinatura. O segundo, 40% por compromisso exploratório mínimo. Exatamente para o concessionário não poder deixar de cumprir um compromisso de trabalho. E o terceiro, uma obrigação de realização daquele investimento com conteúdo local, para incentivar a indústria brasileira. Então, no caso da GEOBRAS, ela ofertou... Esse valor ficou desbalanceado porque ela ofertou muito compromisso físico, sem respaldo de dados.

Então, o conhecimento geológico da Bacia não permitia arcar com aquele tipo de compromisso. Não havia como perfurar, por exemplo, quatro poços por

bloco, com o atual estágio de desenvolvimento do entendimento dessa Bacia—

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Das pesquisas?

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD: Então, foi por isso que ela não arcou. Na verdade, ela fez uma oferta que ela mesma não teve como suportar. A própria PETROBRAS também, foi o segundo lugar num dos blocos, e também não pôde bancar quatro blocos porque não havia substrato--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Mas houve alguma ação judicial em decorrência dos preços excessivos que foram dados?

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD: Não. Na verdade, foi... O segundo lugar foi chamado, não arcou; foi chamado o terceiro. Quando o terceiro lugar estava em discussão se ia arcar ou não, o segundo se revoltou e resolveu entrar na justiça. Então, foi mais ou menos isso que está acontecendo. E é por isso também que, naquela figurinha do Dr. Haroldo, na próxima rodada de licitação, a gente tenha essa pendência. É possível que esses blocos não entrem nem na próxima rodada porque virou não mais uma questão da ANP, mas uma questão de Justiça.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Mas, com referência aos blocos da GEOBRAS, não tem pendência nenhuma. São referentes aos blocos da GEOBRAS?

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD: Tem. Isso, parte deles.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Sim, mas parte deles, ou seja, dois ou três blocos com algum problema. Mas existem muitos blocos.
[falas sobrepostas].

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD: Isso. O que está liberado está naquela figurinha que o Dr. Haroldo mostrou, como candidato à próxima licitação.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Sim, mas tem, no São Francisco, de Minas Gerais, tem algum bloco no próximo... Na próxima etapa, na próxima licitação?

DR HAROLDO LIMA: Tem, tem diversos... É que não ficou bem fixada a figura que eu mostrei. Porque eu disse na hora: “As cores estão meio indefinidas ali”, estavam misturadas. Ali, estavam assim: “blocos previstos para a próxima rodada”.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): V.Sa. vai dizer, eu gostaria de saber se estão incluídos os de Minas Gerais ou quantos blocos estão incluídos de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É porque são quatro que não foram arrematados e nove da GEOBRAS. Seriam 13. Desses 13, um já foi assinado, restariam 12. Desses 12, quantos poderão ser colocados ainda esse ano?

SRA. MAGDA MARIA DE REGINA CHAM-BRIARD: Não, na verdade, tem mais de 12 porque nós geramos blocos em volta, o entendimento da Bacia... O entendimento da Bacia evoluiu e nós acrescentamos áreas no seu entorno. Então, estamos agregando mais áreas, além dos blocos da GEOBRAS, em Minas Gerais, como sugestão para a próxima rodada.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Bom, seguindo aqui as outras questões levantadas, primeiro, o Deputado Humberto Souto fala sobre 2008. Eu tinha apresentado aí, Deputado, um slide, em que mostrava que a ANP prevê, em 2008, cerca de 60 milhões. Viu, Deputado Humberto Souto? Você levantou a questão de 2008 não ter nenhum investimento, está previsto, da ANP, 60 milhões, para 2008--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): 60 milhões para dois bilhões é uma diferença enorme.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Mas dois milhões não é específico para a Bacia do São Francisco. Não seria. Estou falando assim, no que diz respeito à Bacia do São Francisco, estão previstos 60 milhões da ANP, nesse ano 2008, em aerogravimetria e magnetometria, e está previsto em sísmica e as concessionárias, além disso, estão previstos também cerca de 18,3. Então, são esses dados com relação a 2008.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): V.Sa., Presidente, informou que os dois bilhões estão sendo contingenciados pelo Governo, pela Presidência da República. E eu acho que isso, eu estou querendo é ajudar a ANP, no sentido, acho que não tem sentido se V.Sa. está precisando de dinheiro para estudos, que esses recursos são específicos para estudos, segundo a explicação que V.Sa. deu, não tem sentido... Vamos extrapolar de Minas, vamos extrapolar da Bacia, vamos falar sobre estudos no Brasil inteiro. Quer dizer, esse dinheiro não poderia estar sendo contingenciado, retirado da ANP, porque é competência da ANP, até essa fase, é competência da ANP fazer. A ANP só termina seu trabalho quando inicia o processo de perfuração comercial etc.

Então, eu acho que não tem sentido um negócio tão nobre, tão importante como esse para o país, estar sendo contingenciado e estar sendo congelado, o pior é isso, esse dinheiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Vai ser liberado só 10% . 10% estão sendo liberados só.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Sim. É o que estou dizendo. Contingenciado 90%. Dois bilhões.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Está certo, Deputado Humberto Souto. É verdade. Agora, primeiramente, isso é uma coisa antiga, não é de agora que essa coisa se dá—

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Não estou questionando este Governo não. Longe de mim.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Mas é bom, digamos assim, incorporando a sua crítica, saber que isso vem de muito tempo, e é um problema que tem um fundo. Não é questão de nós procurarmos, digamos assim, uma solução simples. Eu tentei explicar aqui que tem um certo fundo, aliás, tem duas questões que nos envolvem. Uma primeira é que nós só podemos, nós dependemos do Orçamento da República, que é aprovado, vem do Governo, e é aprovado aqui no Congresso, cujo orçamento não introduz essa verba para nós. Então, não é... E depois que não introduz essa verba para nós, nós já ficamos--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Presidente, eu queria saber se há dispositivo legal que permite ao Governo tirar um dinheiro específico da lei para a Agência, para colocar em contingenciamento ou colocar para formar superávit primário e assim por diante.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

O que nós sabemos é o seguinte, nós temos, por um lado, dispositivo legal, 28% de participação na participação especial para fazer esses estudos. Isso é o que está posto. Isso, em princípio, teria aparecer no orçamento da República.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

E tinha que ser depositado na conta da ANP.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Quando aparecesse no Orçamento da República. Se não aparece no Orçamento da República, posto que não veio pelo Governo e não foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento, nós não temos esse dinheiro. O mecanismo pelo qual isso não chegou no Orçamento da República não cabe a mim aqui examinar--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Eu entendi, eu concordo--

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

O certo é que não chega no Orçamento da República esse dinheiro.

[falas sobrepostas].

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

--Eu acho que poderia ter cabido a V.Sa., e aí vai uma crítica leve, nem nenhuma intenção de... É propositiva, no sentido de que, quando viu o Orçamento, a sua as-

essoria, quando viu o Orçamento e viu que o dinheiro dos 28% não estava chegando à Agência, e a Agência precisa desse dinheiro para estudos, maiores estudos, aprofundar esses estudos no país inteiro, poderia ter dito: "Eu não aceito isso. Isso não está certo".

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Posso tranquilizar o Deputado, dizendo que nós já procuramos, diversas vezes, seja a Comissão, seja o Relator da Comissão, ou seja o Presidente da Comissão, em anos anteriores e membros do Governo, para dizer: "Não, nós não podemos ficar só com isso. Nós não podemos, inclusive porque, legalmente, tínhamos direito a mais. Teríamos direito a mais". O que nós estamos pretendendo agora é comprometer o Governo e o Orçamento com o Plano Plurianual; um Plano Plurianual atualizado que, digamos assim, significa a demanda efetiva que nós temos dos estudos, independente de podermos ter, em função da lei, uma disponibilidade maior. Parece que o Deputado--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes, com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Se V.Exa. permitir, eu queria me intrometer nesse debate, que, aliás, me empolga muito. Eu sou um defensor--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-

REDO (PSDB-MG): Você é um mineiro honorário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Pois é, e eu sou um defensor intransigente--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Até porque a Bacia do São Francisco não é só Minas. Vai até o Piauí.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA:

Hoje a Comissão do Vale é a Comissão do São Francisco e Parnaíba.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Graças à atuação da bancada do Piauí e a generosidade da Bahia, que não acreditou que fosse para frente, concordou que a votação, e o Presidente sancionou. Mas, bem, sou um defensor intransigente das agências reguladoras. Acima de tudo, da sua autonomia. O... Exatamente, é a segunda etapa. V.Exa., colega Haroldo Lima, fui Presidente dessa Comissão, e tentei, já no... Tornar, no Orçamento, os recursos para as Agências positivo. Não tem nenhum sentido o Governo Federal reter recursos de agência reguladora. Primeiro lugar, é burrice, porque, no caso da ANP, por exemplo, o poder fiscalizatório que a ANP tem vai para o espaço. E a partir do momento em que ela fiscaliza, ela gera renda. Então, você fica retendo um dinheiro para fazer superávit, ou seja lá o que for, mas comete um crime porque tira a autonomia das agências.

Aliás, Presidente, estamos num momento em que a segurança jurídica dessas agências está exposta, mas de maneira bem transparente, num caso clássico que aconteceu anteontem em São Paulo. Não vamos politizar. A questão de São Paulo, o que afastou... Um dos motivos de afastamento dos investidores, a falta de garantia de renovação. E por quê? A falta de autonomia que se devia dar à agência. Outros problemas existiram? Sim. Mas ninguém vem investir bilhões num país aonde não tem a garantia de que vai ter o retorno. Essa questão é uma questão grave. Nós tivemos, na Comissão de Relações Exteriores, agora viajou países da Ásia, países ricos e países pobres. Os ricos, tipo Cingapura, Indonésia, querendo investir no Brasil, mas a primeira pergunta: Marco regulatório. A agência é um grande achado para a modernização. E agora está provado, temos um fato recente; se não presta, se está errado, você tira. Tiraram agora a diretoria inteira da ANAC, minha gente. Vamos acabar com isso e vamos deixar essas agências funcionarem. E até porque, meu caro, ela tem revelado fatos ao Brasil e ao mundo que nós temos que louvar. Só a transformação do Haroldo Lima ao capitalismo, a adaptação dele ao capitalismo é um fato altamente positivo--

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: E que não ocorreu. Quando ocorrer. V.Exa. achará positivo. No caso, não ocorreu.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é verdade? A convivência--

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: A convivência, sim.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é transformar num capitalista, mas conviver e admitir. Só isso, para mim, olhe, já justifica. E eu o parabenizo pela atuação que vem tendo, certo, Presidente? Agora, acho que nós Parlamentares é que temos que ter essa responsabilidade e assumir esse compromisso de tornar essas agências independentes. E saiba V.Exa. que independência sem cofre não existe.

Portanto, eu quero louvar aqui o Humberto Souto pela intervenção que faz, defendendo Minas Gerais, e quero me solidarizar. E espero que realmente sejam proféticas as palavras dele, que o Piauí finalmente tenha uma vezinha do que sobra das riquezas do Velho Chico. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito. Dr. Haroldo--

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Eu concluo, tendo só uma questão mais a levantar, eu recebo com alegria a solidariedade dos Srs. Senadores, que eu conheço todos, e Deputados, os senhores,

e acho importante; não acho desimportante não, no seguinte sentido. Eu penso que devemos batalhar por coisas viáveis, coisas concretas. Deputado Humberto Souto, esses dois bilhões e tanto, se, por acaso, o Governo disponibilizasse para a ANP, isso é quase 10 vezes o orçamento da própria ANP, o que significa uma coisa meio... Como eu falei, ainda há pouco, quando a lei foi feita, o legislador da época na qual estávamos não tinha essa previsão. O que aconteceu é que, de lá pra cá, o petróleo que custava, na época, 18 dólares o barril, passou a custar 100. A produção, que era pequena, passou a ser muito grande. Em decorrência, uma coisa que era prevista para ser 100 milhões passou a custar dois bilhões e meio. Então, nós não podemos exigir do Governo que, bom, dois milhões e meio, que há 20 anos atrás, 10 anos atrás, estava previsto, que se dê. O Governo, na minha opinião, tem saído por uma... Os Governos anteriores todos têm saído pelo caminho do contingenciamento, que eu, pessoalmente, acho incorreto, devo dizer a V.Exa.--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Eu vou interferir novamente, só para perguntar.

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Pois não.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Se disponibilizassem, não 60 milhões, nem 100 milhões, nem... Primeiro, poderia informar quanto é que está sendo disponibilizado desse--

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: --Justamente o que eu ia falar. O que eu ia dizer, Deputado, nós ficaríamos muito sensibilizados-- [falas sobrepostas].

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): --E a minha pergunta já seria feita logo--

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Exatamente--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): É se tivesse o dobro do que está sendo disponibilizado ou o triplo do que está sendo disponibilizado, suponhamos, 100 milhões ou 200 milhões ou 300 milhões, se V.Sa. tivesse 600 milhões, V.Sa. não faria estudos, não faria o dobro de estudos do que está fazendo no Brasil atualmente?

SR. HAROLDO BORGES RODRIGUES LIMA: Exatamente. Vou responder à pergunta de V.Exa. no seguinte sentido, nós nos preocupamos desde 2007, Senador, com a idéia de tentar... Quer dizer, não ficar numa espécie de um dilema, assim, de tudo ou nada. Ou recebe dois milhões e meio ou não recebe nada. O que é que nós precisamos efetivamente? Quais são as necessidades de gerir? Quais são as necessidades que nós temos e a capacidade que tem a ANP de gerir esses recursos, em um ano e por ano. Aí, nos

levou a fazer uma coisa que eu queria dizer a V.Exas., gostaria de ter um apoio concreto, que é o negócio do Plano Plurianual.

Nós queremos que esse Plano Plurianual seja incorporado ao PAC. E esse Plano Plurianual, como está, ele prevê em torno de 250 milhões por ano. Não são dois bilhões, mas não é 60. Além do mais, com as conversas recentes havidas com a Ministra Dilma, nós chamamos atenção, esses 250 foram o que nós prevíamos em 2007. Se nós atualizarmos em função das novas necessidades, e introduzirmos nesse Plano Plurianual algumas coisas que não estavam previstas, nós podemos chegar a pouco mais do que isso, algo em torno de 400 milhões de reais por ano. De 250... E tivemos uma idéia dela. Ou faça isso, atualize e nos apresentem. Eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que, para essa batalha, de incorporar, de assumir um Plano Plurianual, bem meticulosamente feito para ser incorporado e não ser submetido a contingenciamento, seria de uma enorme importância o apoio de V.Exas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dr. Haroldo, acho que é pertinente. Nós podemos exatamente, então, fazer até uma alteração de lei, que haja uma proposição de alteração, que se coloque um percentual que se seja cumprido. Eu acho que isso nem precisa entrar no PAC não. Essa questão do PAC é porque o PAC não contingência, seria por esse motivo, não é? Pois é, mas o que interessa é que seja um percentual que seja cumprido. Então, evidente que aí temos só 8% do Brasil para os prospectados--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Senador Presidente, eu acho muito mais grave isso. Eu acho que é uma agência reguladora. Tem uma lei que diz que os 28% são destinados à Agência. Isso é dinheiro arrecadado. Isso é dinheiro arrecadado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pois é. Deveria deixar de arrecadar. Arrecadar, então, metade só...

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): É dinheiro arrecadado do povo. Então, esse dinheiro é para isso. A sociedade diz que esse dinheiro é para isso. Você não pode contingenciar esse dinheiro. A ilegalidade está na raiz. Está na base. Eu acho que não é possível acontecer isso. Agora, claro que tudo isso é político, tudo isso é um processo político, eu compreendo, eu mais o Haroldo, que somos velhos Parlamentares, compreendo tudo isso. Mas estou falando que estou indo lá na base. Tem legalidade, tem fundamento legal para fazer isso? Essa que é a minha pergunta. Acho que não tem. Se o dinheiro é destinado, a não ser que você mude a lei. Mas se o dinheiro é destinado para isto, por lei, ele tem que ser deposi-

tado no banco para a Agência. Não tem que discutir. É uma conta da Agência.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Antes queria só lembrar, tem um caso ocorrido em Minas Gerais, Minas Gerais tinha uma lei que previa 3% da arrecadação do ICMS para o Fundo de Apoio à Pesquisa – FAPEMIG – Isso nunca era cumprido. Então, houve uma discussão concreta junto à área universitária, eu era Governador, propus o 1%, 1% hoje é cumprido, pronto, acabou. 1% é um bom dinheiro e é cumprido. Então, é isso. Eu acho que não pode ter--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Eu acho até que cabe uma ação judicial. O jurista Genival aí poderia nos informar sobre isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O nó da questão é exatamente esse. Não se cria agência com espírito de autonomia e de liberdade, sem lhe dar recursos. Tem um exemplo histórico no meu Estado, o ex-Deputado Paulo Silva está aqui, que foi a mudança da capital de Oeiras para Teresina. Lá atrás. O Conselheiro [ininteligível] recebeu a recomendação de fazer a transferência. Na realidade, era para ir para o litoral. Não sei por que se encantou com Teresina, graças a Deus, e, na confluência dos dois rios, instalou-se ali, ficou ali, comunicou depois ao Reino que, por questões de segurança, Teresina ia ser naquele local onde está hoje. Dizem porque... Na realidade, o fato foi uma paixão fulminante que ele teve por uma cabocla na área. Isso aí não se sabe. Mas o fato é que colocou a capital, mas as funções todas continuavam sendo exercidas em Oeiras. Como aconteceu aqui, em Brasília e Rio de Janeiro. Primeiro ano, segundo ano, nada. Até que recebeu uma recomendação do superior do Rio de Janeiro: "Pegue um carroção e leve o cofre". Ele pegou, juntou, não sei que noção de segurança era naquela época, pegou o carroção e foi para Teresina. A Capital mudou. Não adianta a Agência sem autonomia financeira. É um crime que está se fazendo. Eu, às vezes, tenho medo de falar porque ainda bem que nós já estamos aqui podendo falar mais à vontade porque, meu caro Haroldo, porque, quando você fala, já se quer logo traçar um paralelo do Governo passado, do Governo retrasado e a questão não é essa não. Isso é um vício de todos os Governos. Não houve um arrecadador mais infame nesse país, no entanto, foi excelente Ministro, que o Pedro Malan. Não dava dinheiro para ninguém.

Mas isso não justifica, o espírito das agências, para isso, é que os nomes passam no Congresso da República, para que sejam escolhidas pessoas sérias para gerir dinheiro, para gerir finanças, que são recursos estruturais. Não é possível, porque, veja bem, você, a dependência econômica gera, fatalmente, uma dependência administrativa, uma subordinação. Você tira totalmente a razão de ser dessas agências. Já basta você ter que escolher ou ter que votar aqui no Senado, embora sem aviso, nomes que tivemos aí, inclusive, o Governo teve que reconhecer o erro e substituir, pessoas que não tinham a menor aptidão para as funções que estavam sendo indicadas. Você politiza, o que não seria função das agências.

Daí porque eu louvo o trabalho, não da ANP isoladamente, mas das agências que estão funcionando, que tão conseguindo funcionar. E todas elas com esse tipo de problema. O Governo precisa entender que essas agências, instrumentalizadas economicamente, financeiramente, elas geram mais recursos para o país. É na pesquisa, é na fiscalização... E por aí afora. Quanto à ANP, meu caro Haroldo, deixa de fiscalizar no país por falta de recursos. Postos de gasolina... Sei lá. Deixa de exercer suas funções. Em atividade que o dinheiro retorna--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Pior, Senador, deixa de pesquisar, que é a função dela e esse dinheiro é para pesquisa, esse dinheiro é ara estudos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Também, pois é. Nós não podemos chorar sobre o leite derramado. A culpa é nossa, nós somos congressistas, nós temos que impor a autonomia financeira das agências--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Nessas condições, eu vou mais fundo, a culpa é do eleitor. A culpa é do brasileiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

--Através de um orçamento que seja impositivo, e que tenha, meu caro Presidente, esse dinheiro seja imexível(F), como dizia o nosso Ministro da Previdência de um passado recente. Nós não podemos conviver com isso. É um clube de falsa felicidade o Orçamento do Brasil. A gente, todo ano, tem uma batalha desgastante, a gente brinca que aprova, o governo brinca que aceita, contingência, quando chega no segundo semestre, não libera nada e remaneja, faz o que quer, e a lei, a segunda lei mais importante do país, que é o Orçamento; só perde para a Constituição, é desmoralizada, ano a ano. E a gente dá graças a Deus quando a peça orçamentária não vira motivo de escândalo. Sabe bem o nosso caro Haroldo Lima, hoje já com os cabelos brancos, o que já sofremos no passado aí,

com paralisia de Congresso, com exposição de companheiros, com chagas que ficaram.

Essa centralização financeira, ela não é bem intencionada. Na revolução, começou-se isso. Lembro que tinha aquele fundo das estradas, nem lembro como era, aquele no início, que era seu ídolo, não me lembro mais o nome dele, faz muito tempo. Então... Centralizou tudo. E foi acabando com a autonomia financeira. Tourinho, se briga aí, se briga pela questão da Reforma Tributária e fica se jogando a culpa nos Governos estaduais e nos Municípios. Não é não. É centralização federal, que quer ficar na mão com tanto dinheiro, Deus sabe para quê, quando nós sabemos que quem gera emprego, quem gera atividade é o Município. E fica o Governo Federal com... Empanturrado, a burocracia e a corrupção comendo recursos, e a gente pagando com dengue, com epidemias, por quê? Quando você tira a autonomia dos Municípios e dos Estados, você está tirando exatamente a autonomia de quem tem a sensibilidade de ver o problema de maneira mais rápida.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Eu tenho a impressão, Heráclito, que as pessoas não entenderam ainda o que é marco regulatório. Os Governos não entenderam que as agências foram feitas exatamente para diferenciar das autarquias, para diferenciar dos cartórios eleitorais, para diferenciar dos empregados públicos... A agência é uma coisa muito mais séria. Por isso que tem mandato, por isso que você não pode tirar um Presidente da agência porque contrariou o interesse do Governo... Mas virou cartório no Brasil, quer dizer, virou uma repartição pública. O Presidente--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Não, mas você tem exceções--

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

Sim, mas as exceções você tira através do *impeachment*. Você não pode chegar lá e dizer: "É para fazer isso na Agência". O Presidente da Agência não faz, então, tira o Presidente. Não pode ser isso. Ele tem que estar lá para garantir, externamente, para garantir para fora, para dar o sentimento de que efetivamente ali não há a influência do Governo para fazer política eleitoral, para fazer politicagem, para fazer interesses próprios do Governo. É isso é que é a Agência; é uma ilha no processo político de qualquer país. É isso que dá ao investidor a segurança de vir para um país investir. E é isso que dá a segurança à Agência de pegar seus recursos e gerir esses recursos nas finalidades que o Congresso Nacional, que é a sociedade em última instância, entendeu que ela tinha que fazer. Ou seja, o que sociedade brasileira entendeu? Que a ANP tinha que gastar dois bilhões de reais por ano, com pesquisas,

com estudos da situação geofísica ou essa quantidade de trem que vocês entendem, que teria que ser gasto para pesquisar petróleo, pesquisar gás, que o Brasil é insuficiente. Isso que é importante na Agência e que não está cumprindo sua finalidade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Agora, eu quero até fazer justiça, você tem alguns casos em que as agências peitam a decisão do Governo. Esse caso mesmo aí que eu falei, da CESPE, a ANEEL tentou. Se a ANEEL está certa ou se está errada, é outra questão, mas peitou, defendeu sua posição. Agora, o erro, Sr. Humberto Souto, eu vivi aqui nessa Comissão, e o Dr. Haroldo Lima é testemunha, mandou-se para cá um nome de um técnico da maior competência para ser votado e juntou-se aqui com o interesse contrariado da base do Governo. Um Senador poderoso que tinha aqui, que já não é mais Senador, comandou aqui, derrotou o pobre do homem, que não tinha nada, nada a ver; pagou um preço num episódio lamentável. Eu nunca vi um constrangimento, Haroldo, você sabe que não tem malandragem. Logo, porque, lá no Plenário, tem uma prática. Você foi daqui, sabe. Quando você quer votar contra, começa a mexer na gravata. Aí tem um troço que desequilibra porque o Delcídio Amaral tem o tique da gravata, então, você nunca sabe quando ele está acomodando ou não. De qualquer maneira, nesse dia foi uma coisa absolutamente silenciosa. As pessoas falaram pouco. Não tinha como... A oposição nem voto sequer teria para comandar um troço daquele. Uma movimentação de base, por barganha, não me lembro mais nem do que, mas era coisa grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu lembro que eu perguntava “cadê o resultado?” E o Presidente Heráclito, “não, espera aí, espera aí”.

[risos].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós ainda fizemos todas as tentativas, Haroldo—

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Para desmanchar o trem—

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Mas não tinha como. Era uma coisa pública, aberta aqui, mas uma injustiça. O pobre do homem empalideceu, a dificuldade, quer dizer, essas coisas é que não podem acontecer. A Agência tem que ter autonomia. Agora, tem que prestar contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Deputado, Humberto, vamos só assistir, então, ao CD de Buritizeiro, que mostra exatamente o gás lá na região. Por favor. Nosso Prefeito, Luiz Carneiro está aqui conosco.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

[pronunciamento fora do microfone]. Assou o peixe, né Genival?

[exibição do vídeo].

SR. PREFEITO DE BURITIZEIRO-MG LUIZ CARNEIRO: Esse é um poço artesiano. Retira-se a mangueira, saindo a água e saindo o fogo, a saída do gás natural. Se puder apagar a luz ali, vai dar uma imagem melhor. Olha o fogo.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG):

[pronunciamento fora do microfone]. Nacionalista como ele é.

[risos].

SR. PREFEITO DE BURITIZEIRO-MG LUIZ CARNEIRO: --Vai retornar aquela imagem com o som.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agora, mostrando as belezas de Buritizeiro. É uma beleza natural, agora tem que saber transformar em [ininteligível]. Está ótimo. Eu queria agradecer... Apenas aqui, antes de encerrar, eu queria só dar a palavra rapidamente ao Prefeito Luiz Carneiro, Prefeito Walter Moura, Prefeito Ronaldo, se quiserem colocar, rapidamente. Então, Prefeito Luiz Carneiro primeiro, rapidamente, por favor.

SR. PREFEITO DE BURITIZEIRO-MG LUIZ CARNEIRO: Eu quero agradecer o convite, Presidente, ao Senador Eduardo Azeredo, parabenizá-lo pela iniciativa dessa importante audiência, justamente com a Agência Nacional de Petróleo. Eu acho que, se tivesse um representante da PETROBRAS, iria enriquecer muito o debate, porque a PETROBRAS, que é a empresa detentora da concessão [interrupção no áudio] Eu assumi o mandato em 09 de maio último e, com a crise do gás na Bolívia, a dependência do Brasil com os gases da Bolívia, eu iniciei os contatos, fui até a ANP, estive com a Dra. Magda em junho, parece, e aí nós elaboramos o clipe; estive também com o Paulus Van der Ven, da PETROBRAS; depois nós tivemos uma Audiência Pública na PETROBRAS, lá no Município de Brasilândia de Minas, e estive, após, com o Ministro Hélio Costa, e levei a ele um clipe com as imagens do gás em Buritizeiro. Isso foi no finalzinho de agosto, ele esteve com o Presidente Lula, em 05 de setembro, e levou a Lula essas imagens. Em seguida, no final de outubro, nós tivemos uma audiência, um seminário com o Presidente da PETROBRAS, o BDMG, em Belo Horizonte, aonde ele estava expondo os recursos e investimentos que seriam alocados no Estado de Minas, a partir deste ano. E, lá, ele informou da antecipação da exploração dos gases na Bacia do São Francisco.

De acordo com a concessão, teria início no ano de 2012. E foi autorizado pelo Presidente para ter início no próximo ano, 2009. No final de outubro do ano

passado, fez-se a concessão para o estudo sísmico da Bacia, que iniciou, está iniciando este ano, já estiveram lá em Buritizeiro os técnicos da empresa detentora para aprofundar os estudos.

Então, de acordo com o nosso conhecimento, que assim, como disse, assumi em maio do ano passado, eu estou em busca de conhecimento para nós termos condição de agilizar essa exploração. Então, acho muito importante o debate, acho muito importante o apoio do Senado, que venha, de fato, alocar esses recursos, como diz o Presidente Diretor, Dr. Haroldo, dentro do Orçamento, para que inicie a exploração. Porque, como disse o Deputado Humberto Souto, nosso amigo, lá de Montes Claros, Presidente do Tribunal, o custo com o gasoduto que está se fazendo para se buscar gás na Venezuela é um absurdo. Se nós temos em Minas, no Brasil, uma reserva imensa, de acordo com o que temos de conhecimento, é uma reserva exploratória maior que a Sibéria, por que nós estamos indo à Venezuela para fazer um contrato de concessão? Por que é que o Brasil está refém da Bolívia? Talvez seja isso que o Senador falou. Será que é uma reserva estratégica? Mas, se fosse reserva, então, o porquê licitar os blocos? Pelo que nós temos em mãos, os blocos de maior capacidade exploratória estão em Minas Gerais, estão em Buritizeiro, que são o 103 e o 113.

Então, nós estamos ansiosos realmente para que se inicie a exploração dos gases; de acordo com a informação, o custo unitário de perfuração de um poço é da ordem de 10 milhões de reais, e a chance de acertar a veia é uma em seis. Mas temos que iniciar porque existem os investidores interessados em vir para o norte de Minas. Como diz o Deputado, nós estamos ali numa região carente, o norte de Minas e o Vale de Jequitinhonha e Mucuri. Então, essas ações, se vierem, Senador Azeredo, realmente iniciar, nós teremos ali um desenvolvimento integrado, porque Minas Gerais são muitas. E nós não podemos aceitar mais isso. Por que é que o Triângulo tem ali uma riqueza? Por que é que o centro tem outra, e nós estamos no norte de Minas, lá, mendigando?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O objetivo é exatamente esse, que nós possamos discutir, e eu quero só pedir, para que eu possa concluir, que já adiantada a hora, e nós já temos que ir terminando já a audiência. E o Senador Heráclito quer ainda usar da palavra--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria fazer uma proposta final, exatamente sobre essa questão dos recursos das agências. A pior coisa que tem aqui no Senado é você fazer uma Audiência Pública que não traga nada de positivo e objetivo. Eu quero fazer uma proposta a V.Exa. e ao Senador Hum-

berto Souto, que já abordou esse tema aqui. É que acionemos os nossos partidos para que se entre com uma ADIN, já que há inconstitucionalidade na realização desses recursos. Não é uma questão específica para a ANP, mas é para as agências. Cumpriremos nosso dever--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em defesa da autonomia das agências--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --E, confiando na Justiça, estaremos fazendo, prestando grande serviço ao país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito--

SR. PREFEITO DE BURITIZEIRO-MG LUIZ CARNEIRO: Senador, eu agradeço aí essa oportunidade, acho que isso é muito importante, e como disse o Senador, temos que partir para o campo da ação realmente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, para o campo da ação, exatamente. Prefeito Walter Moura, ainda quer usar da palavra? Rápido. Um minuto só.

DEPUTADO HUMBERTO SOUTO (PPS-MG): Sr. Presidente, eu tenho que me retirar porque vou viajar, tenho a impressão que já cumprimos... Eu tenho uma audiência com o Governador, tenho que ir lá defender os interesses da minha região. Então, eu tenho que me retirar, acho que os objetivos já foram atingidos. Eu discordo um pouco do Heráclito com referência a isso, meu Senador querido, porque eu acho que esse debate, mesmo sendo Audiência Pública, só o debate, leva ao Presidente da Agência, leva à sua Diretoria o anseio, a busca, a verdade no sentido de que a própria Agência se sensibilize mais com esse problema. E não fique tratando o Vale do São Francisco com mais um caso, que tem milhares no Brasil. Não. Esse caso é um caso que a exploração do gás é um indutor, é um agente do processo de desenvolvimento da própria região, que é uma região deprimida e muito pobre do país.

Então, tem dois... Duas funções: A independência do país, com referência ao problema energético, no que se refere ao gás, e o problema da ajuda a uma região miserável, com essa vantagem, que passa lá um gasoduto, vindo do Nordeste para o Centro-Sul.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Presidente, a grande diferença é que a extraordinária figura de Parlamentar que é o Humberto Souto, passou alguns anos no Tribunal e desaprendeu. Então, ele passou a... Tudo que assinava, dar resultado. Dá resultado prático e rápido. Não sabe o que é esse sofrimento nosso aqui do Senado. Ele chegou, está em readaptação, mas tenho certeza que, no fundo, ele

sabe o que é esse penar, essa grita e essa reclamação sem fim e sem objetividade.

A Audiência Pública é altamente positiva. Audiência Pública com resultado prático e com decisões, então, Humberto Souto, nem se fala. Daqui a um ano, a gente volta a falar sobre o assunto e volta a pensar igual a mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador. Prefeito, só para gente concluir já--

SR. PREFEITO DE MORADA NOVA-MG WALTER MOURA: Eu quero apenas agradecer o senhor dar a oportunidade à nossa Morada Nova, de 10 mil habitantes, de comparecer a uma Audiência Pública da importância dessa, não só para o Brasil, como para os nossos Municípios. As observações que eu teria para fazer, eu tenho para fazer, eu mandarei para o senhor por escrito. E quero agradecer também ao Deputado Humberto Souto e ao Senador Heráclito pela defesa de nosso Município que, realmente, o nosso Município, os Municípios do Brasil estão marginalizados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Prefeito. Eu quero ainda registrar só conosco também a presença do Vereador Admilson Braga, lá de Brasilândia de Minas, que inclusive, representa também o Deputado Almir Paraca, que é Deputado Estadual do PT de Minas; eu vou encaminhar essa cópia da carta do Secretário Márcio Lacerda ao Dr. Haroldo Lima, sobre exatamente essa urgência da colocação das... Em licitação dos blocos remanescentes e dos blocos da GEOBRAS, que puderem ser licitados, evidentemente, aqueles que estiverem dependendo da justiça nada adianta fazer.

E agradecer ainda a presença do Vitor, oferecer a palavra, se ele quiser colocar algum complemento aqui ainda, que é Diretor... Sim. Então, o Vitor Martins, que é Diretor da ANP. Ainda antes, quero fazer só uma retificação, nós aprovamos aqui um Requerimento em relação ao Ministro Márcio Fortes, para se falar sobre transporte urbano, os Metrô como um todo, inclusive, evidentemente, o de Belo Horizonte; só vou retificar, em vez de ser convocação, é um convite para que o Ministro aqui venha e veio, inclusive, o ano passado; tenho certeza que será positivo também dessa vez.

Dr. Vitor Martins, para encerramento também, e depois as palavras.

SR. VITOR MARTINS: Vou falar muito rapidamente, cumprimentando a todos os presentes. Eu queria era ressaltar, quer dizer, a apresentação que o Dr. Haroldo fez, no sentido de que a ANP tem um plano quinquenal de geologia e geofísica, que esse plano quinquenal está prevendo recursos da ordem de um

bilhão e meio para o primeiro período de cinco anos, que significa uma média de 300 milhões por ano, que é diferença da média histórica que a Agência aplicava, em torno de 35, 40 milhões, já um avanço. Que existe encaminhamento, nesse momento, à atualização desse plano, em que a gente deve assegurar, quer dizer, um valor anual ainda maior, quer dizer, dentro do limite, na capacidade gerencial da Agência, dentro do limite da capacidade de resposta do mercado brasileiro. Eu acho que nós vamos acelerar esses estudos sísmicos, mas aí, voltando para a questão da... do contingenciamento, eu diria que jamais chegará a 20% do valor destinado pela lei para esse tipo de coisa.

Como o Dr. Haroldo falou, na época em que a lei foi feita, o barril de petróleo estava em 18 dólares; a produção brasileira era num patamar cerca de 25% inferior ao que é hoje; nesse momento, houve uma disparada dos preços internacionais do petróleo, o mundo inteiro está revendo a sua participação sobre a renda extraordinária dos petróleos, sobre a divisão da renda extraordinária do petróleo, é o mundo inteiro.

O Brasil está, nesse momento, quer dizer, iniciando esse tipo de estudo, em nível da ANP, o que vai fazer com que o recurso da participação especial cresça ainda mais. E, aí, vai ser desproporcional, quer dizer, o recurso que vai estar sendo alocado para essa atividade vai ser desproporcional à necessidade e à capacidade. É claro que me sinto honrado com a defesa feita, tanto pelo Senador, como pelo Deputado Federal, no que diz respeito à autonomia orçamentária, financeira e decisória da Agência, aliás, como consta no projeto de Lei Geral das Agências, aqui no Senado aprovado.

Bom, eu queria, remarcando isso, observar que foi dito aqui hoje nessa reunião, quer dizer, a Bacia dos Parecis já tem uma nomeação para um agente do mercado interessado em produzir e participar, quer dizer, de um leilão que permita a ele explorar e produzir petróleo e gás lá no Mato Grosso; essa é uma revelação que é a primeira vez que vem a público, é uma coisa importante; os investimentos que a Agência está fazendo na Bacia do São Francisco são o triplo dos investimentos que a iniciativa privada está fazendo lá, e os investimentos que nós estamos fazendo na Bacia do Parnaíba, elas tornam também, quer dizer, altamente promissora aquela região, que eu imagino que venha a entrar numa próxima rodada da ANP.

Lembrando sempre que essa discussão sobre a divisão da renda petrolífera é um debate que deve envolver toda a sociedade brasileira.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Só um questionamento ao Dr. Vitor. Com relação à arrecadação--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Realmente quero, a princípio, parece desproporcional, mas eu lhe indago: As pesquisas também não ficam mais caras? Os equipamentos mais sofisticados? Os investimentos de pesquisa também não aumentam?

SR. VITOR MARTINS: Não aumenta na proporção. O que acho fundamental nesse programa nosso é que nós estamos levando atividade de pesquisa para a terra, para a Bacia sedimentar terrestre. Ora, se o Brasil conhece muito pouco, cerca de 8% das Bacias sedimentares, e que os investimentos maiores pelas empresas são feitos no mar, onde o prêmio é muito maior, acho que é um dever do Estado Brasileiro buscar induzir essa atividade para a Bacia terrestre, onde a geração de emprego é muito maior, onde a necessidade de investimento de um futuro operador é maior, ou seja, onde a gente permitiria a democratização do setor, com a participação de empresários de menor porte. Mas, o custo de uma atividade geofísica, geoquímica não acompanha a evolução do preço do barril.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, eu quero agradecer a presença dos Senadores, dos Deputados, dos Prefeitos que aqui vieram, representantes do Governo de Minas, das associações também que estiveram presentes, agradecer ao Dr. Haroldo Lima, Diretor-Geral da ANP; Dra. Magda Chambriard; Professor Wilson Guerra, Dr. Vitor Martins, também Diretor da ANP, e ao Genival Tourinho pela exposição que aqui fizeram. Eu tenho certeza, Dr. Haroldo, que foi realmente muito positivo o evento dessa manhã, e já agora na parte da tarde, e essa perspectiva que nós possamos realmente lutar pela autonomia das agências como um todo, não só a ANP, para reduzir o contingenciamento, que não é só na ANP; em todas as agências também, e especialmente em relação ao Estado de Minas Gerais, que possamos acelerar a pesquisa e a exploração do gás natural, que pudemos ver, pelas fotografias que o Prefeito Luiz Carneiro trouxe de Buritizeiro, também o Prefeito Walter Moura, aqui de Morada Nova, e nós sabemos que lá existe realmente essa afloração, essa presença do gás natural. Eu ainda tinha aqui também--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Tem mais água, né? Eu ainda tinha até aqui também uma carta do ex-Deputado Cleuber Carneiro, que ele diz que, quando se fura um poço lá, se põe uma galinha morta e vai deixando a galinha descer. E lá, para tanto, se a galinha voltar chamuscada é porque tem gás. Se não for chamus-

car, aí, você pode continuar a explorar a água. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h33.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2008.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de abril de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, AN-TÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, GILBERTO GOELLNER, FLEXA RIBEIRO, SIBÁ MACHADO, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO E JOSÉ NERY**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Kátia Abreu e Osmar Dias. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. **AUTOR:** Deputado Nilson Pinto. **RELATORA “AD HOC”:** Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO:** Pela Rejeição. **OBS:** Em reunião realizada em 26/9/2007, foi lido o relatório pela Senadora Marisa Serrano, Relatora “Ad Hoc”, pela rejeição, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou voto em separado, pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2007 (TERMINATIVO). EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII, da Constituição Federal. **AUTOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATOR:** Senador Cícero Lucena. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2004 (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o art. da

Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que “dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências”, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural. **AUTOR:** Senador Ramez Tebet. **RELATOR:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta. **RESULTADO:** **Adiado.** **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2006 (NÃO TERMINATIVO).** **EMENTA:** Altera e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências. **AUTORES:** Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa. **RELATOR:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO:** **Adiado.** **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007 (NÃO TERMINATIVO).** **EMENTA:** Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Expedito Júnior. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com três emendas que apresenta. **RESULTADO:** **Adiado.** **EXTRA-PAUTA – ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 6, DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a finalidade de debater os seguintes temas: os dados preliminares sobre desmatamento na Amazônia, que detectaram tendência de crescimento do desmatamento no segundo semestre de 2007; o conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento lançado pelo Poder Executivo; o recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam; a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia; e, a resolução do Conselho Monetário Nacional que estabelece algumas condições obrigatórias à concessão de crédito para empreendimentos rurais na Amazônia, com a presença dos seguintes convidados: Ministra do Meio Ambiente, Sr^a Marina Silva; Presidente do IBAMA, Sr. Bazileu Alves Margarido; Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. Luiz Fernando Corrêa; Ministro da Agricultura, Sr. Reinhold Stephanes e o Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart. **AUTORES:** Senadores Sibá Machado e Flexa Ribeiro. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner, José Nery, Flexa Ribeiro, Sibá Machado, Delcídio Amaral, João Pedro e Antônio Carlos Valadares. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO:** **Aprovado, com adendo do Senador Flexa Ribeiro no sentido de convidar a CNA.** **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº ,**

DE 2008 – CRA. ASSUNTO: Requer a criação de uma subcomissão temporária, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para examinar os atuais problemas relativos à execução do programa de Reforma Agrária, tais como redução no tamanho dos lotes de assentamentos fantasmas na Amazônia e outras possíveis irregularidades. Sugere como membros da subcomissão cinco titulares e cinco suplentes. O prazo de funcionamento desta Subcomissão será de 365 dias a contar de sua instalação. **AUTOR:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** **Retirado de pauta.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Neuto de Conto**, presidente da comissão

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª ,

**Realizada no Dia 02 de Abril de 2008, às 11
Horas e 45 Minutos.**

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

Antes de iniciar o nosso trabalho, comunico o recebimento do aviso nº 265 CCTU(F) Plenário, datado de 26 de março do corrente ano, subscrito pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar, da qual encaminha, para conhecimento, cópia do acórdão referido nos autos do processo TC 017237/2006/6, que trata do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura.

Informo à Comissão que está confirmada a reunião da Audiência com a Delegação da Comissão Europeia, Membros da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, a realizar-se 29 de abril do corrente, às 10h, com o objetivo de discutir temas vinculados ao segmento agropecuário, agroenergético, e sua projeção no intercâmbio comercial, econômico, tecnológico entre a União Europeia e o Brasil.

A presente reunião destina-se à apreciação das matérias, o Item 1: O Projeto de Lei da Câmara nº 56 de 2007, de autoria do Deputado Nilson Pinto, que incluiu a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. O Relator deste projeto, o Projeto de Lei da Câmara nº 56, a Relatora *ad hoc* é a Senadora Marisa Serrano, que tem um voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, que em reunião de 26/09 foi lido o relatório pela Senadora Marisa Serrano, o Relator em *ad hoc* pela rejeição, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou o voto em separado pela aprovação da matéria em uma emenda que apresenta.

O Senador do voto pediu para retirada, juntamente com a Senadora Marisa, e que nós estamos, também, deferindo o pleito e será retirado de pauta para voltar na próxima sessão.

A Comissão... O Item 2: Projeto de Lei do Senado, nº. 482, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, do Título VII, da Constituição Federal. Lembro que o presente projeto é terminativo, exigindo quorum e votação nominal, entretanto, o Relator, eminente Senador Cícero Lucena, encontra-se se licenciado, motivo que vamos redistribuir para um novo relatório e que será apreciado na próxima reunião.

O Item 3 da Pauta: Projeto de Lei do Senado, nº. 171, de 2004, de autoria do Senador Ramez Tebet, que altera o art. da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências para permitir a utilização do trabalho temporário nas áreas rurais. A Senadora Relatora, Kátia Abreu, que também não se encontra presente e tem a preferência, gostaria de defender a sua proposta, portanto, também retiramos de pauta o Item 3 e o Item 4, para que a Senadora possa, na próxima sessão, vir à esta Comissão para fazer a defesa dos projetos.

Eu vou pedir a permissão dos nobres Senadores para inverter a pauta do Item 5, para o 6 da extrapauta, para ler o Requerimento de autoria do Senador Sibá Machado, que aqui, já de antemão, eu tenho um Requerimento no mesmo sentido, que eu quero que ele se incorpore para que: “o qual requer que seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, objetivando discutir os seguintes temas: Dados preliminares sobre o desmatamento na Amazônia, que detectaram tendência de crescimento do desmatamento no segundo semestre de 2007; conjunto de ações integradas de combate ao desmatamento,

lançado pelo poder Executivo; recadastramento fundiário obrigatório de todos os imóveis rurais situados nos municípios que mais desmatam; aquisição de terras por estrangeiro na Amazônia; e regulação dos Conselhos Monetários Nacionais, que estabeleçam algumas condições obrigatórias a concessões de crédito para empreendimentos rurais na Amazônia”.

Com a palavra o autor do Requerimento, eminente Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse Requerimento vem no sentido de dar seqüência à um conjunto de informações que o Governo, de atitudes e atividades tomadas pelo Governo, após as notícias do crescimento do desmatamento em 36 municípios de estados da Amazônia. E como, naquele momento, o Requerimento apresentado é para saber o que o Governo iria fazer e o interstício de tempo até este momento já foi suficiente para que o Governo tomasse uma série de atitudes, nós entendemos que está na hora, então, do Governo vir para tratar do mesmo assunto, mas é claro, agora, para abordar sobre as iniciativas que foram tomadas.

E, portanto, muitas Federações de Agricultura e Pecuária da Amazônia estavam muito preocupadas, especialmente com a resolução do Conselho Monetário Nacional, que vincula os créditos ao setor, a estes cuidados ambientais, como também, as medidas tomadas nos 36 municípios que, em muitos casos, foram parecidas, muito mais punitivas e não aquelas, também, digamos assim, de resolução do problema de um modo geral é que nós estamos pedindo que as duas Comissões: a de Meio Ambiente e esta de Agricultura, que possam, juntas, ouvir as mesmas autoridades que estavam colocadas nos Requerimentos anteriores para tratar, então, dessas iniciativas.

Embora que um dos temas que está aqui, que é a aquisição de terras por estrangeiros na região, já foi, de certa forma, abordado numa Audiência Pública aqui. Mas como dizem alguns: “o que abunda, não prejudica”, então, nós podemos, além destes outros temas, voltar a tratar, também, sobre este. Eu acredito que pode ser esclarecedor, até mais porque também já foi procurado por muitas pessoas que viram com muitas preocupações as decisões do Conselho Monetário Nacional e eu acho que, esclarecendo tudo isso, fica melhor para todos.

Assim, o nome das pessoas sugeridas, Sr. Presidente: é a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; o Presidente do IBAMA, Basileu Alves; o Diretor Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa; o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes; e o Presidente do INCRA, o Dr. Rolf Hachbart. Essas são as pessoas,

também, já digamos assim, combinadas com os autos dos Requerimentos anteriores.

Então, se V.Ex^a e os demais concordarem, o Requerimento é apenas para, digamos assim, atualizar as preocupações que surgiram no momento do lançamento daquelas notícias. Era o que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão, com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, peço a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente e Srs. Senadores eu acho muito oportuno a realização desse debate e, realmente, se avaliar qual foi o crescimento do desmatamento e, também, eu colocaria como imprescindível, a convocação e o convite aos Presidentes dos órgãos estaduais de meio ambiente, no caso do Estado do Mato Grosso é a SEMA e o superintendente lá, Luis Henrique Daldegan, e também eu acho interessante todos os estados envolvidos, que o Estado do Pará, de Rondônia, do Acre que também sejam convidados, então, os responsáveis e os titulares dos órgãos ambientais desses estados.

E dizer que nós estamos, vamos nos antecipar, realmente, nós vamos ouvir as autoridades, mas já partiu desta Comissão a Subcomissão de Meio Ambiente, do Desmatamento, que já foi formada na Comissão, aliás, de Meio Ambiente, no dia de ontem já foi formatada uma Comissão, cujo o coordenador é o Senador Sibá Machado e eu participo da mesa, mais o Senador Casa Grande e outros, e eu vejo que nós estamos montando várias Comissões, várias Audiências Públicas e está faltando, tem uma também que o Senado já foi requerido pelo Senador Jayme Campos, em Requerimento já foi aprovado pelo Senado a constituição de uma Comissão de Senadores, com cinco membros titulares e cinco Suplentes para irem até esses estados e verificarem a situação do desmatamento e avaliarem as consequências do Decreto Lei 6321, a Operação Arco de Fogo e toda as consequências que estão ocorrendo.

Eu acrescentaria, então, que nós precisamos modular isso aí junto com o Presidente Garibaldi, qual Comissão que vai ser formada, se é a do Meio Ambiente ou é aquela do Senado? E esta Comissão de Agricultura teria que, realmente, participar disso aí, indicando nomes, já foram indicados Senadores? Mas nós vamos estar fazendo uma Audiência Pública, quem sabe antes de termos esse levantamento feito? E a minha pergunta é: É o momento ou vamos efetuar-la após a nossa ida a esses estados? Essa é a pergunta.

E se ela for realizada, eu gostaria que, então, incluísse os representantes dos órgãos estaduais, porque

eles já fizeram levantamentos, já têm averiguações, que foram de avaliações posteriores a essa avaliação do INPE, e que não batem. O Estado do Mato Grosso fala com substância, com fundamento, que as operações não batem, um levantamento é diferente do outro, obrigado, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gilberto, hoje nós só vamos aprovar o Requerimento, depois nós vamos ver as autoridades convocadas, para estabelecer uma data, espero que possa ser atendida a primeira Comissão para ouvirmos a segunda. O que nós precisamos é a disposição dos Senadores para exercer as suas tarefas, porque o grande problema que nós encontramos é o tempo da Comissão em exercer e nós não podemos ficar parados.

Se não podem ser feitas as viagens, como V.Ex^a. pretende, eu sugiro que o senhor apresente os nomes para se incluir no debate, para que nós possamos andar, mas não é esta a nossa vontade, é cumprir a primeira etapa e fazer a segunda. Ouvimos a palavra do eminente Senador José Nery.

SR. SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, Srs. Senadores aqui presentes, quero manifestar o meu irrestrito apoio ao Requerimento apresentado pelo Senador Sibá Machado, tendo em vista que os temas elencados em seu Requerimento abordam questões absolutamente atuais da Amazônia, do Brasil, sobre as quais o Congresso e esta Comissão de Agricultura não podem, de forma alguma, se omitirem.

Evidentemente que os temas e as questões que devem ser abordadas nessa Audiência Pública envolvem concepções e visões bastante diferenciadas sobre a realidade concreta dos povos da Amazônia, especialmente, no que diz respeito à garantia a preservação dos direitos dos mais pobres, dos trabalhadores e no momento em que o Estado Brasileiro começa a adotar algumas medidas mais efetivas, acreditamos, para fazer frente aos crimes ambientais perpetrados durante as últimas décadas contra a floresta e contra os povos da Amazônia.

Creio que esses debates, que já ocorreram em outras Comissões, em Audiências Públicas, continuam sendo cada vez mais, atuais, na medida em que é preciso reforçar as ações que mostram efetivamente, Sr. Presidente, a presença do Estado defendendo os interesses das maiorias e não a presença do Estado para apoiar, incentivar a devastação, os crimes ambientais, a impunidade, que campeiam na Amazônia.

Portanto, ao manifestar inteira solidariedade ao Requerimento aqui apresentado pelo Senador Sibá Machado, queria aproveitar a oportunidade, também,

para sugerir que na referida Audiência, com a anuência do autor e dos membros desta Comissão, Sr. Presidente, sugerir a presença nessa audiência do, aqui está convidado a representação do Estado Brasileiro, de vários organismos e Ministérios, sugerir a participação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Amazônia, de alguns estados, pelo menos, de movimentos sociais como a Via Campesina, com a representação dos movimentos ambientalistas, podemos verificar quais entidades poderiam representar, tanto da Amazônia, como a nível mais geral, por exemplo, garantindo a presença de Greenpeace.

Sugerir a presença da academia, que estivesse conosco uma representação de uma ou duas Universidades da Amazônia, pode ser do Amazonas, do Acre ou do Pará ou de outro Estado, talvez, ou uma representação da Organização das Universidades da Amazônia, que estão organizadas através da UNAMAZ. Além de sugerir a presença do... Sugiro, aproveitando aqui a brilhante idéia do Senador Flexa Ribeiro, sugiro a presença do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, o MST, que deve, sim, ser escutado porque atua numa região--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De forma ilegal não é?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bem, de forma ilegal, Senador Flexa Ribeiro, atuam os milhares de devastadores grileiros, que tiveram o apoio do Estado, dos cartórios, das elites, dos governos ao longo das últimas décadas, para promover a ocupação ilegal da Amazônia de forma criminosa, não só pela apropriação da terra, mas pela devastação criminosa que promovem.

Portanto, sugiro a presença, então, da coordenação nacional da relação da Amazônia, do movimento dos trabalhadores sem-terra, aproveitando aqui a sugestão do Senador Flexa Ribeiro, e sugiro a presença de uma Instituição que tem tido um importante papel na avaliação da realidade regional, sobretudo em relação à questão ambiental, Sr. Presidente, o IMAZON .

Creio que é importante, e encerro com isso, que nessa Audiência possam ser apresentadas as diversas visões sobre essa realidade, não é? Então, a presença daquilo que o Estado Brasileiro está desenvolvendo, propondo para a região, bem como a visão dos movimentos sociais que representam e compõem as maiorias daquela realidade, daqueles povos, naquela realidade regional, que precisam ser igualmente ouvidos.

Parabenizo o Senador Sibá pela iniciativa, manifesto integral apoio e me disponho a contribuir no debate dessa questão, inclusive, trabalhando junto aos atores sociais que possam aqui estar representados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria que o eminente Senador José Nery desse as contribuições e os seus adendos e pudesse nos fornecer por escrito para fazer parte do Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente eu quero apoiar e não só apoiar como subscrever essa Audiência Pública proposta pelo eminente Senador Sibá Machado, que é da maior importância para que nós possamos dar continuidade ao trabalho que já foi desenvolvido aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, principalmente, no momento de convulsão porque passa a Amazônia, em função da ação do Ministério de Meio Ambiente e do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Eu sou totalmente favorável, gostaria só, Senador Sibá Machado, que V.Ex^a. acatasse uma sugestão que eu quero fazer, que nós instalamos ontem, Senador Neuto De Conto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle uma Subcomissão para que nós acompanhássemos a crise ambiental na Amazônia.

Então, eu gostaria de propor ao ilustre, eminente Senador Sibá Machado que nós fizéssemos, e aos meus pares, que nós fizéssemos essa Audiência Pública em conjunto com esta Subcomissão, porque nós já vamos tirar daqui informações importantíssimas para subsidiar o processo de trabalho da Subcomissão, que vai investigar a crise ambiental que, lamentavelmente, ocorre hoje na Amazônia.

E, também, para acrescentar aqui o convite ao Chefe da Unidade de Monitoramento por Satélite da EMBRAPA, nós temos, como foi colocado aqui, algumas dificuldades nas informações do INPE, discordância entre os dados que foram liberados pela Ministra e depois contestado, pela Ministra do Meio Ambiente, e depois contestado pelo Ministro da Agricultura, até com a intermediação do Presidente uma hora apoiando um, outra hora apoiando o outro, acho que em função da metamorfose que o acode de vez em quando.

Então, eu gostaria de também colocar nessa relação essa unidade de monitoramento por satélite da EMBRAPA e, por último, dizer ao eminente Senador José Nery que não cabe aqui a presença do MST, nesta Audiência Pública. Vai caber, sim, eu fiz chegar à mesa, e vou pedir que seja colocado extrapauta, um Requerimento para nós criarmos uma Comissão, uma Subcomissão aqui da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para nós avaliarmos a ação do INCRA

na reforma agrária, o programa de reforma agrária, aí sim, eu serei autor, junto com o Senador Nery, do convite ao movimento dos sem-terra para que eles possam vir aqui dizer das irregularidades cometidas em todo o território, ao longo de todo o território brasileiro.

Então, eu pediria ao Presidente que colocasse em discussão a proposta de Audiência em conjunto com a Subcomissão criada ontem na Comissão de Meio Ambiente, a inclusão da Unidade de Monitoramento por Satélite da EMBRAPA e depois nós discutiríamos o convite ao MST no Requerimento de criação de uma Subcomissão, para tratar da reforma agrária, aqui na Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Delcídio Amaral, de comunicar ao Senador Gilberto que a Comissão Temporária de Risco Ambiental em municípios relacionados pelo INPE, ela foi estabelecida pela Mesa do Senado e que ela destina-se a verificar, no prazo de 12 meses, o risco ambiental em que vivem os municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa, INPE, em seu mapa de desmatamento.

E nós temos que fazer com que essa Comissão atue, porque nós não podemos parar um ano para esperar que ela faça o seu trabalho, embora que esta, a Comissão de Meio Ambiente, ela tem uma Comissão Temporária para acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia. Essa Comissão é presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, o Vice-Presidente é o Senador Sibá Machado e o Relator o Senador Expedito Júnior, que também ela faz parte dessa discussão, esses Requerimentos que fazem parte hoje, e eles poderão, dentro com todos os membros, fazer essa análise fundamental, isso é muito importante.

Apenas para anunciar que já existem muitas Comissões em andamento com o mesmo tema, com o mesmo tema e que temos mais expedientes aqui que vão se aprofundando e nós estamos aprovando Requerimento e formando Subcomissões e não estamos debatendo aqui com as pessoas importantes que eu gostaria que nós pudéssemos marcar um encontro amplo para esse grande debate, por isso eu gostaria antes de ouvir, já anunciei a palavra do Senador mato-grossense, do Mato Grosso do Sul, Delcídio Amaral.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, antes de V.Ex^a passar para o Senador Delcídio, era só para gente comentar um pouco da competência dessas Comissões de Meio Ambiente, tem uma Subcomissão proposta pelo Senador Flexa que ela é vinculada, é claro, à Comissão de Meio Ambiente, a Comissão foi criada no plenário da Casa, pela Presidência da Casa, ela é uma comissão externa e ela tem

outro caráter completamente distinto desta Comissão de Agricultura e, também, da de Meio Ambiente ou das Subcomissões criadas.

Portanto, ela tem uma vida completamente própria, o prazo de validade dela está estampado já no Requerimento de criação e encerra-se naquele coletivo que vai ter que apresentar um relatório, se houver coincidência de agenda é pura coincidência, mas eu queria sugerir isso porque o nosso trabalho independe totalmente do que eles estão fazendo e nossa agenda é outra. Então, eu peço isso para que a gente não fique atrás deles e nem eles atrás da gente, se houver coincidência, ótimo, se não houver nós vamos ter que tocar o nosso trabalho aqui de maneira individual.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós só anunciamos porque nós estamos fazendo muitas reuniões conjuntas. O próprio Requerimento de V.Ex^a. que estamos discutindo é para uma Comissão ela é conjunta, é uma Subcomissão, também, conjunta. É por isso que nós estamos falando por que o próprio Requerimento da comissão é para fazer uma reunião em conjunto, está contemplada, é essa a razão. Por favor, Senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Presidente eu só queria, eu ia até fazer esses comentários que o Senador Sibá fez e os demais Senadores, também, Senador José Nery, o Senador Flexa e o Senador Gilberto para, exatamente, deixar claro essa fronteira e essa simultaneidade no trabalho das Comissões, das Subcomissões, essa Comissão criada em nível do Senado, mas que, evidentemente, essa proposta do Senador Sibá ela faz uma sessão conjunta, tenta ajustar temas assemelhados para que a gente poupe tempo dos Senadores e ao mesmo tempo tenha um trabalho eficiente, com resultados aqui para o Senado, para o Congresso e para o País, então, eu acho que isso está esclarecido.

Eu gostaria, também, aqui de deixar claro o meu entendimento quanto à pertinência do Requerimento apresentado pelo Senador Sibá, faço coro aos comentários do Senador Flexa, principalmente no que se refere a se ouvir também, se agregar a essa Audiência Pública o responsável pelo monitoramento via satélite da EMBRAPA. Acho que a questão do MST, os movimentos sociais podem fazer parte do outro Requerimento aprovado e colocado aqui também no debate em análise.

E Sr. Presidente eu gostaria, porque, infelizmente, estão acontecendo várias Comissões e eu vou ter que ir a uma outra Comissão lá que eu sou Relator de um dos projetos, mas eu gostaria de só fazer um registro importante, no meu ponto de vista, o Governo Federal acelera as negociações com os produtores,

com a agricultura, especificamente, nós participamos de uma mesma reunião na semana passada com o Ministro Guido Mantega e os seus principais Secretários, estava, também, o Ministro Guilherme Cassel do Desenvolvimento Agrário, até porque esse também atinge diretamente essa negociação, atinge os produtores rurais nos assentamentos e, portanto, é uma negociação que ela vai, ela tem resultados não só que se refere aos pequenos produtores, mas aos médios, aos grandes produtores.

Eu sei que esse processo está avançando ao longo dessa semana e eu peço a V.Ex^a. como um homem também da área, um homem que milita na área há muito tempo, vem de um estado que tem uma cultura e uma tradição forte também, principalmente, no agro negócio, que nós tivéssemos a oportunidade de, tão logo V.Ex^a. obtivesse a proposta do Governo, que nós fizéssemos uma reunião na Comissão de Agricultura para debater as propostas do Governo, para trazer para o Senado esse debate, porque esse debate ele está muito focado na Câmara dos Deputados e os Senadores não estão participando ativamente. E aqui existem vários Senadores que militam na área do agro negócio, que têm estados vocacionados para a agricultura, para a pecuária.

Então, é muito importante que nós tenhamos condição de participar e debater essa proposta do Governo, que hoje está sendo discutida lá na Câmara e, no meu ponto de vista, é fundamental que o Senado, também, discuta isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Delcídio nós acabamos de voltar do Ministério da Agricultura, aonde numa reunião com a Comissão da Câmara dos Deputados, representando a Comissão do Senado da República, estivemos lá, os nossos técnicos estão lá num debate, se aprofundando cada vez mais, o Governo colocou a sua última versão para atender, num avanço bem considerável, vamos dizer, das propostas anteriores e ela está passando, chegando a sua finalidade. Espero que no dia de hoje termine essa negociação.

Estivemos presentes, voltamos para poder presidir essa Sessão e espero que, se não terminou, voltarei para lá ainda para continuar esse debate. Certamente o Sr. Ministro Reinhold Stephanes ficou no fim do dia de nos entregar uma proposta definitiva para que eu possa distribuir a cada membro desta Comissão, que faça suas análises, as suas manifestações, eu não tenho dúvida nenhuma de que nunca houve na história das negociações das dívidas uma atenção de todas as partes para encontrarmos, definitivamente, uma proposta sólida, para que o Governo e os segmentos bancários possam receber os seus créditos, mas, principalmente,

a oportunidade para que os devedores possam honrar os seus créditos perante a sua produção, tão importante para o segmento primário do país.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente só um... Eu acompanhei de perto com V.Ex^a. a apresentação feita pelo Ministério da Fazenda e não tenho dúvida nenhuma de que avançamos muito, avançamos com relação ao pesa, avançamos com relação à secutirização, questiono um pouco aquilo que se refere aos equipamentos e conversei com V.Ex^a. antes do início dessa reunião, eu acho que nós precisamos aprofundar um pouco mais esse tema e se ele converge para essa discussão.

No meu entendimento, a dúvida que ficou na última reunião foi no que se refere ao custeio até 2006 em investimento, então, eu acho que seria muito importante V.Ex^a. quando obtiver já o texto final ou as propostas finais que nós, aqui da Comissão de Agricultura, tivéssemos oportunidade de discutir. Acho que o Governo avançou muito, como talvez nunca foi verificado, e V.Ex^a. citou muito bem, em outras negociações com os produtores, com aqueles que estão nos assentamentos, com a agricultura familiar.

Então, eu acho que seria muito pertinente que V.Ex^a, como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, trouxesse o resultado dessas negociações, até para que os Senadores também participassem desse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de terminar o debate sobre o Requerimento para voltar a este tema sobre alguns pontos positivos das negociações de hoje, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Excelência sobre o Requerimento é que das solicitações feitas para o acréscimo de pessoas a virem, tem duas coisas que eu queria retratar a V.Ex^a., primeiro: que se aumentar o número de pessoas a qualidade do debate tende a cair muito, devido a uma infinidade de exposições, e a permanência dos Senadores deve ficar uma coisa muito rotativa.

Segundo, é que como estamos tratando de Ministro de Estado, todos os órgãos que estiverem a ele subordinado, acredito que se fizermos alguma pergunta naquela direção, eles terão a obrigação de explicar. No caso a EMBRAPA é subordinada ao Ministro Reinhold e outras instituições que estiverem setorializadas nos estados são subordinadas ao IBAMA ou coisa parecida.

Portanto, acredito, Sr. Presidente, que eu acho que, como trata de um Requerimento que clama desde o ano passado para serem solucionadas essas dívidas, a gente terminaria assim como está, sem nenhum

prejuízo de qualquer outra dúvida a própria Subcomissão pode ir *in loco*, visitar, ver coisas e substanciar um novo debate à esta Comissão, que também terá, no meu entendimento, a maior clareza de poder. Por isso que eu sugiro que a gente mantenha o Requerimento como está.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sim.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu concordo que esta sala aqui é acanhada em relação à significância do tema que nós vamos tratar. Eu reitero a minha posição de que essa mesa acolha, junto com os demais Senadores e o autor do Requerimento, acolha o convite aos superintendentes das entidades de meio ambiente desses estados, desses quatro estados. Porque de nada adianta nós ouvirmos aqui uma simples argumentação de como foi feito, o que motivou o Decreto 6321 e a grande importância que ele tem e o objetivo que nele contém.

Acontece que Federações de Agricultura, principalmente, eu tenho aqui até uma solicitação da Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso, que também eu já sei, já estou sabendo de um Decreto, de um Projeto de Decreto Legislativo, que está sendo apresentado pela Senadora Kátia Abreu, suspendendo a aplicação dos arts. 4º, 6º, 7º, 11 e 12 desse Decreto 6321.

Então, eu vejo que esse assunto lá nos estados, nos nossos estados, principalmente o Estado do Mato Grosso, já foi muito debatido, já houve Audiências Públicas na Assembléia Legislativa, a SEMA, que é o órgão ambiental, está muito por dentro de tudo, a Federação da Agricultura já andou nesses 19 municípios do Estado do Mato Grosso e a situação está grave, porque no dia 04, depois de amanhã, encerra, realmente, hoje encerra o pedido, o prazo, determinado pelo Decreto, da regularização de todas essas propriedades nessa região.

E no Estado do Mato Grosso aumentou um pouco, eu apresentei esses dias um dado que até 25 eram 24 propriedades que haviam se regularizado, das sete mil acima de quatro módulos e hoje parece que são 28 ou 30. Então, é insignificante, nós precisamos trazer os envolvidos, os atores desses estados porque senão nós vamos estar aqui ouvindo, vamos dizer, o Ministério da Agricultura, que não está acompanhando esse caso no interior, nós vamos estar ouvindo a Ministra que fez o Decreto, mas nós não temos o contraponto, que são as Secretarias de Meio Ambiente e a própria representação de produtores, como foi colocado aqui, a FETAGRE e, também, as federações,

caso as federações não puderem ser convocadas todas, que se convoque, então, a representação das federações que é a CNA, então seria: a FETAGRE, a CNA e as quatro superintendências estaduais. Essa é a nossa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gilberto, eu gostaria que o Senador Sibá Machado ficasse atento, nós temos... Se incluirmos todos os adendos nós vamos ter dez pessoas para debater e, praticamente, tem que fazer mais do que uma Sessão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Com certeza, não tem como ser uma só, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Se passar de quatro pessoas, três, quatro--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Prejudica.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós temos muita dificuldade de terminar num dia, então, nós teremos que esses adendos, um novo Requerimento para fazer duas sessões, talvez numa quarta e numa quinta, para ser próximo--

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Na mesma semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu sugeriria, se V.Ex^a. pudesse apresentar, juntamente com os pedidos do próprio Senador José Nery e também dos pleitos do próprio Senador Flexa Ribeiro, para que nós possamos em dois dias, nós podemos estabelecer numa quarta e numa quinta ou numa terça e numa quarta dois movimentos só para esse tema.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): V.Ex^a. tem razão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu colocaria, então, o Requerimento puro do Senador Sibá Machado, se assim entender em votação, sem adendos.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sem adendos e transforma as novas sugestões num segundo Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Exato.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Só precisa acrescentar mais um fator, Sr. Presidente, que é o da legalidade. Está aqui a Ministra, o Ministro mais o Presidente do IBAMA, portanto, qualquer outra autoridade subordinada a ambos não tem direito a palavra, porque fala o superior.

Então, ele pode até estar sentado ali do lado e o máximo que ele pode fazer em qualquer pergunta é a Ministra chamá-lo do lado e fazer a perguntas para

ele responder, mas ele não tem direito à palavra se o superior estiver aqui presente.

Agora, se for antes ou depois fora da presença dos seus superiores aí V.Ex^a. tem razão e pode culminar com os atores como os Governadores, como o Senador está colocando aqui. Então, um segundo requerimento mais qualificado para não ficar, também, se vier cinco entidades dos movimentos sociais, três Governadores e não sei mais quem, de novo tem dez.

Então, seria importante qual o Governador que poderia vir, qual a entidade do movimento social poderia vir, quem é o Instituto que poderia, na área de pesquisa, comparecer, para de novo ser um debate qualificado, é a sugestão que eu faço a V.Ex^a. e eu acho que duas sessões seria de bom—

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então nós colocaríamos em votação agora--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda para discutir Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu só queria V.Ex^a. pedir ao subscritor do Requerimento que onde está “conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Controle pela Subcomissão de avaliação da crise da...” que é a Subcomissão que está tratando, na Comissão de Meio Ambiente, exatamente desses questionamentos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu consultaria o autor do Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Essa é a primeira, a segunda proposta que eu quero fazer, eu concordo com o que foi dito aqui, nós não podemos ampliar de sobremaneira o número de convidados, até porque perde em substância a Audiência Pública, mas eu gostaria de... Essa Audiência Pública aqui está muito “chapa branca”.

Nós só temos aqui órgãos do Governo, então, tem que ter o contraditório tem que ter o contraponto. Não, tem que ser durante, porque o Ministro vai falar alguma coisa e alguém tem que contraditar o que o Ministro está dizendo, por que senão fica como consenso. Então, eu proporia um, a inclusão de um convidado a mais que representaria o setor produtivo, que é a Confederação Nacional de Agricultura, somente ela, de tal forma que ela pudesse junto com, representando o setor produtivo fazer o contraponto de tudo aquilo que os Ministérios vão aqui poder trazer de informações.

Eu pediria a compreensão do Senador Sibá Machado para que nós pudéssemos acrescentar, tão somente, a Confederação Nacional de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com palavra o Senador Sibá Machado, com a sua concordância.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Bom, sem problemas Presidente eu só quero acrescentar que o Requerimento tinha outro caráter que era o Governo expor aqui as medidas adotadas porque é um Requerimento que nasceu lá no momento da crise, então, eu só estou atualizando aquele Requerimento. Porém tudo bem eu acho que—

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ele não é para debate.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É não seria para o debate do confronto de opiniões, mas tudo bem, vamos fazê-lo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas a gente já amplia.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ok.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Me permita, Sr. Presidente, me permita? Eu acho que nós estamos voltando para trás, porque o seu Requerimento já é antes já deveria ter sido apresentado, muito antes, quando saiu o Decreto. Hoje, nós já temos o contraditório, os estados, como o Estado do Mato Grosso, já realizou seu levantamento, o Estado do Mato Grosso precisa se expressar, porque nós vamos aqui ouvir o que todos já sabem é exposição de motivos que levou a ação do Decreto 6321.

Nós precisamos hoje ouvir o contraponto, que é o estado envolvido, para ele avaliar e colocar aqui o quê que foi feito em cima, o contraditório em cima da avaliação do INPE, porque a forma de avaliação foi separada, esse, o próprio relatório do INPE, já foi contestado, está sendo contestado.

E nós temos um problema sério, Sr. Presidente, que esses municípios foram altamente atingidos com a operação e há uma situação de calamidade, uma situação de realmente de toda a comunidade foi atingida e eu acho que precisa ser colocado em evidência realmente o quê que houve, onde é que está sendo o desmatamento isso aí tudo poderá ser colocado por alguém que já vem de lá, agora, nós ouvirmos a exposição de motivos apenas da Ministra aqui e o Ministro da Agricultura não está afeto a isso a isso aí.

Isso não atingiu o Ministério da Agricultura, então, eu pediria até para não incluir o nome do Ministro da Agricultura porque ele não está participando desse Decreto, os estados é que estão e que sabem o quê que ocorreu, como é que está acontecendo, o quê que foi desenvolvido lá em termos de avaliação do desmatamento, o quê que se envolveu nesses municípios.

Então, se fosse possível trazer, então, ao invés de só a CNA colocar, também, a Superintendência do

Mato Grosso ou uma outra superintendência vai ser muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Senador...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós na semana passada, na quarta-feira, nós convocamos a Ministra Marina com Requerimento de nossa autoria para defender o mesmo tema. Ela, em função de estar com problema de saúde, acabou não vindo para a reunião e não aconteceu que era para discutir o mesmo tema que estamos avançando. O que nós estamos achando é que a sua tese ela é válida, só que se nós trouxermos aqui dez pessoas para debater nós não vamos... Mas só que ele já pede quatro ou cinco no seu Requerimento, então, nós temos que fazer duas sessões.

Eu gostaria que o senhor formalizasse um Requerimento para nós, eu não vou marcar a reunião deste Requerimento sem conhecer a segunda reunião e daí nós vamos estabelecer qual será antes e qual será depois das autoridades e vamos fazer duas.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): é só para trazer uma informação, Presidente Senador Neuto De Conto, sobre essa preocupação, tão bem colocada aqui pelo Senador Gilberto Goellner, ontem a banca do Pará esteve em Audiência com o Presidente do INCRA tratando, exatamente, do Decreto 3621 e da instrução normativa, cujo prazo expirou hoje, a partir de hoje já os agricultores, os produtores rurais teriam que ter a licença ambiental rural.

Na audiência com o Dr. Rolf, Senador Siba Machado, ele reconheceu a incapacidade do órgão de atender, no prazo previsto pelo Decreto de 30 dias, o cadastramento das propriedades e disse ele a mim, que estava na reunião, e a vários Deputados Federais: Deputado Paulo Rocha, Deputado José Arnaldo Coutinho, Deputado Beto, Deputado José Gerardo, que estávamos na reunião, de que o INCRA era favorável pela prorrogação do prazo, que inicialmente ele queria por 90 dias e nós solicitamos até ao final do ano de 2008, até 31 de dezembro de 2008, com o que ele concordou.

Então, esta é uma notícia que eu quero trazer aqui, mas que essa decisão não será tomada por ele, Presidente do INCRA, será tomada pelos Ministros de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Agrário, na tarde de hoje, na tarde de hoje, isso é importante, Senador Gilberto, que aja uma mobilização. O Deputado Paulo Rocha, que junto comigo coordena a Bancada do Pará, ficou de entrar em contato com os dois Ministros para

que nós pudéssemos, ainda hoje, antes da reunião que vai acontecer pela parte da tarde, conversar com os Ministros e fazer um pleito a eles no sentido que eles acolhessem a reivindicação do próprio INCRA, que é o órgão encarregado de fazer o cadastramento, prorrogando o prazo até 31 de dezembro de 2008.

Eu espero e peço aqui nesse instante o apoio do Senador Sibá Machado, Senador Sibá Machado, falar com o Ministra Marina Silva, eu tenho por ela uma carinho enorme, mas é de uma dificuldade total. Então, eu pediria que V.Ex^a. fizesse um contato telefônico com ela, transmitisse a ela essa informação e que ela pode confirmar com o Presidente Rolf, do INCRA, de que o INCRA é favorável à prorrogação do prazo do estabelecido no Decreto 6321 e na instrução normativa, até dezembro de 2008, para que ela, na reunião que terá hoje à tarde para decidir a questão, pudesse, também, atender a essa reivindicação do setor produtivo e do próprio INCRA, que é o órgão encarregado de fazer o cadastramento.

Eu peço o apoio de V.Ex^a. nesse contato com a Ministra Marina Silva e, se possível, com o Ministro de Desenvolvimento Agrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Encerrando a discussão, colocamos o Requerimento em votação. Os Senadores, com o adendo da CNA, os Srs. e as Sr^{as}. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos retirar de Pauta, postergar, o Item 5 da Pauta por não estar presente o Relator, Senador Expedito Júnior e temos, ainda, na mesa, eu não sei se é essa a intenção do Senador Flexa Ribeiro, seu Requerimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Na mesa o Requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro que “nos termos do Art. 73 do Regimento Interno, a criação de uma Subcomissão temporária no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CRA, para examinar os atuais problemas relativos a execução do programa reforma agrária, tais como, redução no tamanho dos lotes de assentamento, politização e sindicalização do processo da reforma, assentamento fantasmas na Amazônia e outras possíveis irregularidades. Sugerimos como membros da Subcomissão cinco titulares e cinco suplentes. O prazo para o funcionamento da Subcomissão será de 365 dias, a contar de sua instalação. Sala da Comissão, dois de abril de 2008. Senador Flexa Ribeiro”. Em discussão. Com a palavra o autor do Requerimento Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente o meu Requerimento tem por objetivo fazer a discussão aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da ação do INCRA na questão da implantação da reforma agrária. Tudo aquilo que a mídia vem relatando com relação, principalmente, na região Amazônica e em especial no Estado do Pará. O Estado do Pará é o detentor do maior número de assentamentos por estado do INCRA e o que nós verificamos lá, andando nesses assentamentos, não por ouvir, Senador Gilberto e Senador Sibá Machado, não por ouvir falar, mas de irmos aos assentamentos é o abandono que se encontram esses assentados. Na realidade, o INCRA considera como assentadas aquelas famílias que são colocadas sem condições nenhuma de infra-estrutura, sem condições nenhuma de apoio técnico, sem condições nenhuma de financiamentos e o que se verifica é que esses assentamentos passam a ser desnecessários eu diria até. Porque não funcionam para aquilo que eles se propõem que é de dar uma condição de vida digna à família do assentado.

Ainda mais no meu estado e eu acho que na Região Amazônica nós temos várias denúncias de politização e de sindicalização do processo da reforma agrária, inclusive, Senador Sibá Machado, com assentamentos fantasmas na Região do Oeste do Pará, assentamentos que o próprio superintendente do INCRA diz que, apesar de ter incluído na estatística, esses assentamentos não existem, não existem, realmente.

Então, nós precisamos e propomos que se crie essa Subcomissão para que através da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nós possamos aprofundar o papel do INCRA, que é da maior importância na implantação da reforma agrária, e sugerir ações que possam vir a viabilizar e, melhor dizendo, tornar eficaz a ação do INCRA com relação aos assentamentos que são feitos pelo órgão.

Então, essa é a justificativa e peço aos meus pares a aprovação desta Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, senhor requerente dessa Subcomissão, Senador Flexa Ribeiro, eu acho muito oportuno essa sua solicitação, eu me coloco a disposição desde já para participar desta Subcomissão, eu tenho me dedicado no Estado do Mato Grosso a auxiliar os assentamentos, destinando os recursos tanto das emendas individuais, como também das emendas coletivas de Bancada a esses projetos, preferencialmente, a esses projetos, tanto na área de infra-estrutura, como na área de agroindústria, então, são dezenas de assentamen-

tos rurais que nós temos já, também, por indicações do passado, do Senador Jonas Pinheiro, e agora, a partir de agora, atuando na mesma linha.

Então, a falta de estrutura em que se encontram a maioria dos assentamentos nos preocupa sobremaneira. Eu gostaria de ajudar essa Subcomissão, que agora poderá ser instalada, porque nós precisamos dotar, sim, esses assentamentos de uma infra-estrutura capaz do desenvolvimento dessas pessoas, das condições desumanas com que vivem alguns assentados e nós precisamos retomar essa atividade porque o simples assentamento e o abandono que se encontram. Às vezes, o município não consegue atendê-los, o estado, também, não consegue atendê-los e, realmente, as dotações orçamentárias do INCRA não chegam aos referidos locais.

Então, eu acho oportuno nós avaliarmos toda essa sistemática que se encontra, não é só no Estado de Mato Grosso, no seu Estado Pará, no Acre, em todos os estados brasileiros. Então, a tarefa dessa Subcomissão será imensa, então, eu acho oportuno e me coloco a disposição, desde já. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador, para encaminhamento à votação, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente eu quero fazer um registro aqui sobre o tema porque nós temos aqui experiências bem distintas sobre isto e eu me coloco como do outro lado da mesa, do foco que observa e por ter sido um dos assentados da reforma agrária, na década de 70, no Estado do Pará eu me associo com uma série de críticas e de reclamações que são feitas ao processo da chamada reforma agrária no Brasil, desde que ela foi criada pelo estatuto da terra.

E nós sempre trabalhamos na grande filosofia, com a ideia de que nós não podíamos aceitar mais no Brasil, naquela época, nem o latifúndio e nem o minifúndio. O que seria o minifúndio uma área tão pequena que não pudesse dar o sustento a uma família e o latifúndio por ter uma área tão vasta de terra nas mãos de uma ou de poucas pessoas.

Então esta foi a marca do nascimento do estatuto da terra, criou a figura da empresa rural e criou a figura da iniciativa de uma classe média rural no Brasil. Até aí tudo bem, quando nós vamos para o estoque de terras do País, aquilo que pode ser ou contestado pela cadeia dominial ou aquilo que de fato é de direito da propriedade, mas sem o chamado vínculo da função social da terra, tem uma série de paradigmas aí que foram levantados para poder justificar quando que o Estado poderá lançar mão de uma área e dizer que essa terra tem interesse social.

Esta situação toda nos diz que, no início da década de 70, nós tínhamos uma população no País menor que 100 milhões de pessoas, então, é claro que o estoque de terra era muito vasto e mais a Filosofia Militar de que “aquela terra era sem homens e portanto tinha que dar ela para homens sem-terra”. E nós tivemos sempre na estrutura fundiária, no mundo inteiro, conflitos. Não é simples, por mais que o Estado tenha uma presença firme, mas é conflituosa.

E aí não precisa elencar tantos momentos, mas o que foi Emiliano Zapata no México, a forma que os russos definiram esse problema, Hochimin, no Vietnã e tantos outros. Mas o nosso caminho foi esse e agora nós temos, desde muitos anos, movimentos sociais no campo, no Brasil e hoje, pelas minhas contas, somam cerca de vinte, cerca de vinte movimentos sociais com as mais variadas opiniões políticas sobre o tema.

Mas o que nos traz aqui seria a gente refletir isto e eu não quero aqui discordar de que seria importante tratar do assunto porque eu já venho tratando de alguma forma no ambiente do meu estado, que é o Estado do Acre, porque os sucessivos governos lançam no plano nacional de reforma agrária as chamadas metas, quando colocam as metas impõem ao gestor local que encontre o estoque local e eu vi realidades, realmente, muito difíceis, porque dar a estas famílias esperança de que um dia vão superar as dificuldades de sobrevivência naquele ambiente é muito discutível. É claro, também, que o que foi dado na década de 70 como que na Amazônia a mata em pé é sinal de preguiça, então, era incentivado que tivesse, sim, o desmatamento como sinônimo de produção.

Então, a realidade mudou, o paradigma é outro. Então, eu pediria que a gente tivesse um cuidado primeiro de desapasionar um pouco o tema, que eu tenho me esforçado muito aqui no Senado de prestar a minha opinião, mas sem fazer aquilo que foi as amarguras da minha convivência e tenho dito para o superintendente do INCRA do meu estado e até o Presidente Rolf, que eu gostaria que no Acre a gente discutisse o que é metas daqui para frente e encontrando as modalidades de assentamentos diferenciadas dos tradicionais.

Só para dizer agora que é o Senador Flexa Ribeiro o Requerimento dele eu tenho a seguinte preocupação é que nós estamos com um Senado agora, neste momento, com extremas dificuldades de voltar a uma velocidade que nós vivemos há pouco tempo atrás vide que algumas quartas-feiras vazias de corredores, os corredores eram extremamente lotados, até a CCJ de vez em quando com dificuldade de ter o quorum de votação.

O Plenário idem, Senadores com agendas muito fortes fora do ambiente da Casa e com muitos traba-

lhos de Subcomissões sendo criados, vide as duas que nós já votamos ontem, uma aqui e outra na Comissão de Meio Ambiente e ainda temos um ano eleitoral pela frente. Eu queria fazer a seguinte proposta a V.Ex^a. e ao autor do Requerimento: se nós poderíamos manter o Requerimento ainda sem votação, sem prejuízo da idéia do Senador, e poderíamos iniciar esta conversa que ele está propondo a nós aqui, que eu acho muito produtiva, sou um partidário da preocupação levantada, mas que a gente pudesse, que V.Ex^a. nos desse a graça de que a gente fizesse um extrapauta da Comissão de Agricultura, para que a gente comece a levantar o assunto.

Então, já que V.Ex^a. tem interesse de fazer alguns extras, como é o caso do Requerimento ainda há pouco que nós tratamos, que V.Ex^a. adotasse dentro do mês de abril ou do mês de maio ou dentro dos dois meses, que nós teríamos algumas audiências extras com esta finalidade, que a gente pudesse aprimorar um debate aqui sobre qualidade da reforma agrária do Brasil. A discussão sobre metas, o que são essas metas? A qualidade dos assentamentos e a conclusão do tema chamado: reforma agrária, que vai muito além do que um acesso a um pedaço de terra, mas que a gente pudesse arredondar o que são recursos públicos.

Digo isso a V.Ex^a. porque a CPI da Terra tratou de um tema que foi: estudiosos vieram apresentar convicções aqui para nós e um deles dizia o seguinte: que o custo da reforma agrária do Brasil é tamanha que ele chegou a defender que a gente não a fizesse e pudesse criar uma bolsa de um valor X para que essas famílias pudessem morar em modalidades de assentamentos urbanos, e não rurais, nas cidades e ter uma bolsa por um certo tempo, até que a família pudesse se readaptar a um trabalho urbano.

Chegamos a ouvir isso, Sr. Presidente, de estudiosos da reforma agrária, claro que ouvimos outros, também, fundamentando total contradição a esta proposta e eu fui um que concordei.

Então, o que eu queria propor é que como eu sou um, digamos, hoje ganho para discutir este assunto, nós poderíamos fazer algumas audiências públicas no ambiente da Comissão e se ao final entendermos que precisa descer um pouco mais a ladeira para chegar mais perto deste ponto, nós faríamos e aí eu pediria só que ao Senador Flexa a gente corrigisse um pouco aqui da forma que o Regimento está redigido porque eu acho que ele já inicia transpirando um pouco da paixão, tipo aqui, como diz na redação. Requeiro que a Comissão...

“Para examinar os atuais problemas relativos à execução do programa de reforma agrária”, isso aí está ótimo. “Tais como redução do tamanho dos lotes”, aí, é

claro, dependendo da região do Brasil, eu até concordei que tinha que diminuir mesmo, “a politização e sindicalização”, aí eu retiraria isto porque eu acho que aí quem vem lendo o Requerimento já vem para cá meio que pegando mais isso do que o outro aí eu retiraria isso, porque esse é um tema que pode vir no debate, na fala, no argumento, né? Tiraria isso aqui, quando diz “assentamentos fantasma ou assentamentos com extremas dificuldades...”. Mas eu digo o seguinte, vêm no bojo da discussão, assentamentos com extrema dificuldade de garantir aquilo que é o seu objetivo. Então, a gente dava uma arrumada nisso aqui, mas seguraria, faríamos aqui duas audiências para tratar do assunto e ao final, entre o autor e a Comissão e V.Ex^a., a gente poderia, então, fazer a avaliação, até mesmo pela questão de que com tantas Subcomissões funcionando eu ficaria com medo da gente ter tanto assunto com as mesmas pessoas que a gente não daria conta, no meu entendimento, de fazer um bom trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Sibá Machado, democraticamente, nós aqui acatamos e o Plenário decide.

Realmente me preocupa o volume de Subcomissões numa Comissão de tão poucos Senadores, em que as suas distribuições nas Comissões fazem com que tenham dificuldade de atuar, mas o Requerimento está em discussão, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e cabe a ele se deve retirar ou não alguns pontos do seu Requerimento. Com a palavra o Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu gostaria de ouvir primeiro o Senador Nery e João Pedro e depois eu faria a defesa do Requerimento, concordo com as alterações proposta pelo Senador Sibá Machado, sem problema nenhum, acho que nós temos que aprofundar de forma transparente, podemos retirar a questão da politização e sindicalização, mas vamos fazer a Subcomissão, até porque ela é regimental, ela tem o número máximo não atingido ainda aqui na Subcomissão, então, nós não podemos é fazer Audiência Pública e Audiência Pública tem uma finalidade, a Subcomissão ela vai aprofundar o trabalho e ajudar o INCRA a exercer efetivamente a sua ação de implantação da reforma agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores eu queria me manifestar sobre a proposta de criação da Subcomissão de Agricultura e Reforma Agrária, proposta pelo Senador Flexa Ribeiro, eu queria dizer a V.Ex^a e aos Membros da Comissão que a criação, Sr. Presidente, dessa Subcomissão eu acho que esvaziaria aqui uma das atribuições da Co-

missão, porque esta Comissão aqui é de Agricultura e Reforma Agrária, então, criar uma Subcomissão, porque todo o sistema aqui eu entendo, Senador Flexa Ribeiro, eu entendo. Senador Flexa Ribeiro, eu queria dialogar com V.Ex^a.

Porque assim, eu entendo que todos os temas propostos poderemos discutir no âmbito da Comissão, todas as audiências, todas as Comissões que possamos formar para acompanhar todos esses temas, redução do tamanho do lote, politização e sindicalização do processo de reforma agrária, assentamento fantasma, as irregularidades que existem, e vários fatos dão conta disso, no processo da reforma agrária, que precisa ser aperfeiçoado, evidentemente, mas todos esses pontos, todas essas questões podem ser, Sr. Presidente, tratadas pela Comissão. Eu acho que aqui trataria de especializar a Comissão para tratar, dar uma atenção segmentada e pontual a questões que fazem parte do conjunto de tarefas, atribuições da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Eu entendo a Subcomissão, é claro que quando você quer dar uma importância a um tema você pode criá-la dessa forma, mas o que eu estou percebendo é que a existência de Comissões com três, quatro Subcomissões que está ficando, às vezes, meio impraticável a nossa participação mais efetiva, Senador Flexa Ribeiro. E acho que a gente podia discutir aqui no conjunto, eu acho que todos os temas que o senhor está propondo aqui, sobre eles acho que nenhum deles, por exemplo, se o senhor propor Requerimento por qualquer dos temas aqui, por exemplo, eu não terei nenhum problema de subscrever, enquanto tema para ser tratado, encaminhado e tal.

Agora, eu creio que criar Subcomissão, e o Presidente até falava da dificuldade de funcionamento da Comissão como um todo, seria uma assim até de certa forma subtrair aquilo que a Comissão no seu conjunto pode, deve, é sua atribuição realizar e fazer. Portanto, eu queria manifestar o voto contrário ao Requerimento, pelas razões aqui expostas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua para encaminhamento. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Flexa Ribeiro, além daquilo a gente tem que responder aqui na Comissão, então eu penso que seria sobrecarregar nós, membros da Comissão, fazendo esta Subcomissão, agora, eu penso que a Comissão não pode fugir dos temas, aí ela não cumpre o seu papel de Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu acho que os temas, eu quero levantar só duas preocupações, externar com o maior carinho, mas eu quero externar porque está

escrito aqui, na materialidade da proposta, veja só nós, Senadores, imagine só, nós que somos filiados a Partidos políticos e fazemos política, olha um dos temas aqui: a politização.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já concordei em retirar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós temos é que estimular que a sociedade seja politizada mesmo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não no assentamento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, o cidadão tem o direito de ser político, de se filiar, de fazer política, é o cidadão, eu não sou diferente do cidadão do assentamento, ele tem o direito de politizar, me deixa terminar aqui--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Sr. me permite um a parte? Eu não sou contra a ação política da pessoa, mas sou contra o uso político do programa de assentamento agrário, são coisas diferentes.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): E quem está fazendo isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu não estou dizendo que esteja fazendo, eu estou dizendo que nós temos que averiguar, eu não estou fazendo juízo de valor aqui até porque, se eu fizesse juízo de valor, não haveria necessidade da Subcomissão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, veja só, eu acho que tem temas importantes aqui, é uma discussão da reforma agrária na Amazônia, o número de lotes de assentamento, os modelos de projetos, irregularidades no campo, na questão fundiária, são questões que nós não podemos, a nossa Comissão, se omitir de encarar o debate.

Agora, não, não pela Subcomissão, acho que a Comissão tem que assumir uma Pauta, o debate, a discussão, viajar, ir *in loco*, no problema, levantar questões, o Senador Flexa Ribeiro é um Senador da Amazônia, é um Senador da Amazônia, então, é importante esses debates, agora, eu sou contra a proposta de nós criarmos uma Comissão Temporária para tratar desses assuntos e sou a favor que a Comissão encare esses assuntos com Audiências Públicas, com viagens, fazendo uma viagem, eu estou defendendo a Comissão, eu estou defendendo a Comissão e contra a Subcomissão.

É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua para encaminhamento da votação. O Senador Flexa Ribeiro, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Sr. Presidente, nós sabemos que o Senador Flexa Ribeiro, que mora em um estado, que representa um estado do tamanho do Estado do Pará, com problemas os mais diversos, principalmente, os relacionados com a reforma agrária, até pela dimensão do território do estado, que é preciso fazer uma ponderação no intuito de não transformar esta Comissão num ponto de crítica aos movimentos sociais, de enfrentamento aos movimentos sociais. Sei que o Senador Flexa Ribeiro não deseja isso em hipótese nenhuma, porque eu conheço de perto o seu espírito conciliador, o seu espírito democrático e a aceitação no nosso regime democrático da abertura para os movimentos sociais.

Mas eu gostaria que V.Ex.^a, Senador Flexa Ribeiro, sobrestasse essa matéria hoje e, quem sabe, conversando com o Senador Sibá Machado, o Senador Pedro, quem sabe encontrem um caminho que venha transformar o que você quer num instrumento de valorização desta Comissão e, também, dos movimentos sociais sérios que existem neste País.

Se em algum outro ponto há radicalização, nós não podemos culpar o movimento como um todo, o coletivo. E nós temos conhecimento de que há injustiças marcantes no campo ainda, apesar dos esforços que têm sido despendidos pelo Governo Federal, ainda há injustiças marcantes no campo, há o massacre de proprietários contra os movimentos, há o uso da polícia para reprimir os movimentos, como também há invasões descabidas de movimentos, que de forma ilegal ocupam propriedades. Ora, se há abusos de um lado e de outro, logicamente que esses abusos partem, muitas vezes, do lugar mais forte, dos grandes proprietários, dos grandes latifundiários que não desejam dividir suas propriedades, muitas delas improdutivas, e até usam o INCRA tantas e tantas vezes para ganharem dinheiro, forçando desapropriações descabidas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Ex.^a tem toda razão, o INCRA virou uma grande imobiliária.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Exatamente, então, forçando o INCRA, pressionando o INCRA para comprar, isso existe muito, inclusive no meu pequeno Estado de Sergipe, de fazendeiros que dizem: “olha, agora vou ganhar dinheiro porque eu vou forçar para vender ao INCRA”.

Então, eles estimulam o quê? A invasão. Isso acontece não é só em Sergipe, em todo o Brasil. Ora, então, eu estou de acordo que todos os assuntos não podem, não podemos colocar nada debaixo do tapete, na democracia transparente que nós estamos, mas eu peço ao nobre Senador que vamos, auscultar os nossos Senadores do PT, e deixemos este assunto

para a Sessão seguinte. Essa é a ponderação que eu faço a V.Ex^a., não vamos derrubar o seu Requerimento, até em consideração ao objetivo que eu sei que é idealístico de V.Ex^a e vamos votar na próxima Sessão, agradeço a V.Ex^a, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Flexa Ribeiro para encaminhar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente eu ouvi atentamente todas as intervenções dos nobres Senadores e todas elas já forçam o Requerimento, todas elas. Senador Sibá Machado, de forma bastante correta, solicita que eu faça alterações no texto retirando a questão, algumas questões que aqui foram colocadas, com que eu de pronto concordei. Senador Nery e o Senador João Pedro argumentam a criação de Subcomissões, mas a Subcomissão ela é, exatamente, para que, não atrapalhando o trabalho da Comissão, possa haver um aprofundamento e uma ação mais efetiva em áreas de atribuição da Comissão, porque a Comissão ela tem uma amplitude muito grande.

Então, quando se cria uma Subcomissão, se cria para que um grupo de Senadores, que a compoem, possa dedicar parte do seu tempo para que, sem atrapalhar o andamento da pauta da Comissão, possamos, então, fazer os esclarecimentos que se tornem necessários.

A questão da reforma agrária no Brasil é uma questão que perpassa de Governo, nós não estamos falando aqui, Senador Nery, Senador João Pedro, Senador Sibá Machado, Senador Antonio Carlos Valadares, que são da Base do Governo, nós não estamos falando do Governo atual, nós estamos falando dos Governos, porque, realmente, isso é um programa que precisa ser efetivamente avaliado e se houver necessidade de correções, como existem, essas correções têm que ser apontadas por esta Comissão, através da Subcomissão.

Então, eu, atendendo ao apelo que eu não poderia deixar de atender do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que pede para que não coloque hoje em votação, eu pediria ao Presidente que vou fazer reunião com os três Senadores que sugeriram alterações. Agora, fazer Audiência Pública, como propõe o Senador Sibá Machado, para depois se não chegarmos a uma conclusão, da Audiência Pública fazermos a Subcomissão é perda de tempo, porque esta Subcomissão, Senador Sibá Machado, vai *in loco*, nos assentamentos verificar, *in loco*, a real situação dos assentamentos nos vários Estados Brasileiros.

A Comissão não vai poder fazer isso e a Audiência Pública, também, não vai dar esse efeito. Então, a

Audiência Pública vai ser feita, sim, tem que ser feita, mas após a visita que os Senadores da Subcomissão farão aos diversos assentamentos, vamos escolher em consenso quais os assentamentos que serão visitados e depois de serem visitados aí nós faremos, então, a Audiência Pública para propor sugestões.

Então, a Subcomissão é importantíssima, Senador João Pedro, é importantíssima V.Ex^a. é, também, do movimento social, a favor como eu sou da reforma agrária, não há brasileiro que seja contrário à reforma agrária, não há brasileiro, agora, vamos fazer uma reforma agrária que, efetivamente, seja eficaz, que dê os resultados que o assentado precisa. Todos nós eu já fui a vários assentamentos e quero dizer a V.Ex^a. que eu fico envergonhado de ser brasileiro, de encontrar irmãos nossos colocados na situação de abandono como eles se encontram.

Então, é preciso que isso, realmente, seja visto pelo Senado Federal e pela Comissão específica que é a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e uma Subcomissão que, não atrapalhando o trabalho da Comissão principal, possa aprofundar a discussão.

Eu peço a V.Ex^a. que permaneça com o Requerimento em Pauta, farei os ajustes após os entendimentos com os nobres Senadores que aqui enriqueceram a discussão e voltaremos. Presidente solicitaria a V.Ex^a. que o pautasse para a reunião da próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, o Requerimento será retirado de Pauta.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem, ilustre Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu serei rápido, mas eu só gostaria de lembrar aos meus nobres colegas Senadores que amanhã nós temos uma Audiência Pública, às 10h da manhã, eu sei que temos uma quinta-feira corrida, mas nós vamos discutir as populações tradicionais estão vindo seis pessoas lá do Amazonas, lá do Rio Purus, do Município de Tapauá, para discutir aqui uma situação criada no início dos anos 80 que é a criação de uma REBIO, de uma reserva biológica. Eu gostaria de fazer um apelo aos nobres Senadores para passarem por aqui e conversarem, terem a oportunidade de conversar com as pessoas que estão vindo lá do Amazonas para discutir uma saída, uma saída para uma situação onde eles vivem, moram e trabalham que é uma REBIO criada no início dos anos 80, precisamente em 82. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero me solidarizar com o Senador João Pedro e lamentar que desde aquela época, até hoje continuem se fazendo ações desta forma, de se criar reservas sem que haja recursos para indenizar as pessoas que lá estão assentadas de boa fé, sem conversar com as pessoas, criando reservas como foi criada a reserva no Município de Porto de Mós, como reserva florestal numa área de várzea, uma área de, inclusive, que tem lá 80 mil búfalos e a reserva que foi criada não permite animais de grande porte.

Então, o Prefeito chegou comigo e perguntou: “Senador o quê que eu vou fazer com os animais que estão lá? Eu estou contra a lei. Búfalos, 80 mil búfalos, o quê que eu faço?”, eu falei: “mande entregar lá no Ministério do Meio Ambiente, coloque tudo na porta lá do Ministério do Meio Ambiente, porque nós não temos condições de fazer...”. Lamentavelmente, como aconteceu lá no Amazonas, na década de 80, continua acontecendo hoje, de se criar reservas onde já existem pessoas assentadas, pessoas trabalhando, povoados organizados e aí nem se indeniza e nem se resolve o problema.

Então, o Senador João Pedro tem toda a razão de fazer essa Audiência Pública para se conseguir uma solução de pelo menos diminuir o tamanho da reserva, permitindo que as pessoas, que já lá se encontram há décadas, possam continuar tendo condição de vida e de trabalho, parabéns, Senador João Pedro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria antes de encerrar anunciar sobre alguns avanços da negociação das dívidas agrárias do Brasil, porque reforma agrária não é só assentamento, reforma agrária é reformar a agricultura como um todo, dar atenção--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Financiamento, assistência técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A todos os segmentos do setor produtivo primário. E na reunião desta manhã com o Ministro da Agricultura e com o Ministério da Fazenda, foi avançado bastante, o Governo tem se colocado a disposição do segmento e, no nosso entendimento, estamos numa fase final para, ainda no dia de hoje, certamente, anunciar os números e os benefícios que todos os segmentos num valor em torno de 67 bilhões de reais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, é o desdobramento da Audiência Pública, aquela grande que fizemos semana passada?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Exato. Continuou essa mesma audiência, continuidade dela, aonde dois milhões 426 mil contratos são beneficiados. Em que uma redução significativa dos seus financiamentos e o que eu acho mais importante, uma porcentagem da safra bruta produzida tem que se reservada para honrar os compromissos e uma outra conquista, e talvez a maior de todas elas, debatida, buscada ao longo de muitos anos que é o seguro agrícola.

Vai chegar a esta Casa, está o processo pronto, analisado, um projeto de lei complementar e que vai dar o fundo de cadastramento de todos os produtores rurais e que a partir deste fundo passa a fazer parte do cadastramento para o financiamento das... Ou melhor, para o seguro das safras agrícolas no Brasil e elas terão, além do suporte das financiadoras, um fundo, que é o mais importante, um fundo do tesouro para as catástrofes, para as grandes secas, as grandes enchentes, quando colherão todas as safras, também, honrarem esse seguro, para que se possa atender aos financiamentos rurais.

Eu encerro com estas palavras, eu encerro a presente Sessão e convocando outra para o dia de amanhã com o debate do Requerimento do eminente Senador João Pedro.

Sessão encerrada às 13h19.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2008.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia três de abril de dois mil e oito, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, eventual, do Senador **JOÃO PEDRO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, HERÁCLITO FORTES, FLEXA RIBEIRO, CARLOS DUNGA, SIBÁ MACHADO, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, ELISEU RESENDE, MARCONI PERILLO E JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Expedito Júnior, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Neuto de Conto, Jayme Campos, Gilberto Goellner, Kátia Abreu e Osmar Dias. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor

Presidente eventual, Senador João Pedro, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 28, DE 2007 – CRA**, de autoria do Senador João Pedro, aprovado em 28.11.2007, com o objetivo de discutir e mostrar a atual situação dos moradores da Reserva Biológica do Abufari e a necessidade de transformar esta reserva, ou parte dela, em Reserva Extrativista, com a participação dos seguintes convidados: **Marcos Kowarick** – Diretor de Programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; **Júlio Gonchorosky** – Diretor de Áreas Protegidas do Instituto “Chico Mendes”; **Néliton Marques da Silva** – Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM e Representante da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável–SDS/AM; **Marta Valéria Cunha** – Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Amazonas – CPT/AM; **Almino Albuquerque** – Prefeito do Município de Tapauá – AM; **Francisco Laurentino do Nascimento** – representante do Município de Tapauá – AM; **Ronaldo de Andrade Soares** – representante do Município de Tapauá – AM; **Abrahim Almeida de Andrade** – representante do Município de Tapauá – AM; **Máximo Meneis de Assis** – representante do Município de Tapauá – AM; **Padre Fernando Redondo** – representante do Município de Tapauá – AM. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Sibá Machado, Delcídio Amaral e José Nery. **RESULTADO: Audiência Pública Realizada.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **João Pedro**, Presidente, Eventual, Da Comissão

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada No Dia 3 de Abril de 2008, às 10 Horas e 42 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Havendo número regimental declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma

Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior com anuência do plenário é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se a audiência pública em cumprimento ao requerimento de nº. 28 de 2007, do CRA, desta Comissão, de autoria deste Senador, João Pedro, aprovado no dia 28/11/2007, com o objetivo de discutir e mostrar a atual situação dos moradores da Reserva Biológica do Abufari e a necessidade de transformar esta reserva ou parte dela em reserva extrativista com a participação dos convidados que desde já convido para compor a Mesa, Mesa dos trabalhos de hoje. Eu vou chamar o Dr. Marcos Kowarick que é Diretor de Programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, tomar assento. Eu vou chamar o nosso representante do Ministério do Instituto Sócio-ambiental Chico Mendes que é o Dr. Júlio César Gonchoroski. É isso? Acertei o nome? É mais ou menos isso? Por favor, Júlio César. Eu quero chamar para compor a Mesa a Sra. Marta Valéria Cunha que é Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Amazonas. Quero chamar também para compor a Mesa o Prefeito do Município de Tapauá, Almino Albuquerque. Quero chamar para compor a Mesa o Sr. Francisco Laurentino do Nascimento que é morador da reserva extrativista, perdão, da REBIO, eu já estou antecipando aqui indevidamente. E chamar para compor a nossa Mesa dos trabalhos o Dr. Néliton Marques da Silva que é Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, o IPAAM. Eu quero registrar nesta audiência, outras lideranças que estão, que vieram do Município como o Padre Fernando Redondo que está conosco que é Padre do Município de Lábrea e membro da Comissão Pastoral da Terra, mesma forma registrar aqui a presença do Ronaldo de Andrade Soares que é morador, que é morador da REBIO, da Reserva Biológica. Da mesma forma o Abrahim Almeida de Andrade e o Máximo Meneis de Assis que é representante do Município de Tapauá. Essas pessoas todas que estão participando e que se deslocaram lá do Município. E é com grata satisfação também que eu quero registrar, veio participar de uma audiência pública a Dra. Nazaré do Socorro que é Secretária de Controle Externo do Tribunal de Contas no Amazonas, temos a grata satisfação de registrar sua presença aqui nesta Comissão. Eu quero registrar aqui a presença do Vereador Erivaldo Herculino e tem o Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara é José Guedes que está conosco participando dessa discussão, ele veio até o Senado da República. Bom, nós podemos começar a nossa Audiência Pública, eu vou fazer assim. Eu vou ver se tem acordo aqui com a

composição da Mesa, deixar as pessoas do Município, da reserva e depois as Instituições fecham com debate. Eu vou passar a palavra ao Prefeito Municipal, Prefeito Albuquerque para ter por 10 minutos a palavra, para abrir a nossa Audiência Pública.

SR. ALMINO ALBUQUERQUE: Eu quero saudar o Senador João Pedro na pessoa de quem eu saúdo todos os membros da Mesa, saudar todas as autoridades aqui presentes e também saudar os nossos ribeirinhos que residem na Reserva Biológica do Abufari. Eu gostaria aqui, em poucas palavras, falar do início da criação dessa Reserva do Abufari. Antes da criação da reserva do Abufari, em toda a região da carga(F) do Purus, havia seringais centenários que com a decadência da borracha passaram a viver em comunidades, passaram a ser comunidades. E era assim onde hoje, até 1982 a região que hoje está a Reserva Biológica de Abufari e o dono do seringal Abufari que na época a comunidade ficava... O seringal ficava em frente de uma praia, ele teve a boa noção de preservação e preservou aquela praia. Ele não permitia que se retirasse os ovos das tartarugas, ele preservava por conta dele como dono do seringal. E depois que houve a decadência da borracha e que os donos das propriedades que tinham condições se deslocaram para Manaus, o IBAMA criou, em razão dessa praia, a Reserva Biológica do Abufari em 1982. O IBAMA na criação dessa reserva ele se preocupou apenas com a praia apenas com as tartarugas e esqueceu de se preocupar com a população que já estava vivendo na área da reserva há centenas de anos. A primeira coisa que não foi feito foi a indenização das propriedades que foram desapropriadas. Ninguém, nenhum dono de seringal recebeu um centavo do Governo Federal pela indenização das terras que perderam para a União. E depois não houve a preocupação, por parte do IBAMA, de proporcionar aos ribeirinhos que passaram a viver na reserva de Abufari condições alternativas de sobrevivência. E a Reserva Biológica de Abufari até hoje não se tem conhecimento de ter sido feita uma única pesquisa, fugindo assim da sua finalidade, da sua principal finalidade que é a pesquisa, nem com as próprias tartarugas o IBAMA nunca fez pesquisa lá na Reserva Biológica de Abufari. E a situação se tornou insustentável para os ribeirinhos que residem, que residiam e que residem na reserva de Abufari. Os que tiveram condições de sair por conta própria foram para a cidade de Tapauá, foram para Manaus, foram para outros Municípios vizinhos como Manacapuru e os que não tiveram, tiveram que ficar lá passando as maiores dificuldades, isso sem contar a presença constante do IBAMA principalmente na época do verão, é onde as tartarugas saem nas praias para deso-

var, sofrendo todo o tipo, podemos dizer de tormento. A ação do IBAMA sempre foi voltada para a preservação da praia e nunca foi voltada para a questão de sobrevivência da população. E, a rigor da lei, numa Reserva Biológica não se pode fazer nada, todas as políticas públicas que existem hoje nas comunidades foram feitas pelo Município, as poucas que existem e os Prefeitos sabendo, tendo conhecimento, que estava fazendo uma ilegalidade, porque na Reserva Biológica é apenas para preservação do meio ambiente e pesquisa. Mas os Prefeitos que passaram por Tapauá sabiam. Já sabiam das dificuldades que os ribeirinhos enfrentavam pela truculência do IBAMA e pior ainda seria o Município fechar os olhos para essas coisas e não levar a escola, não levar medicamento, não mandar médicos para essas comunidades. E os próprios ribeirinhos no momento que tiram madeira para suas casas, nos momentos que pescam para sua sobrevivência eles também estão infringindo a lei; porque a rigor dela isso não pode ser feito. A nossa proposta é que essa Reserva Biológica que ela só existe no papel porque ela não atingiu a sua finalidade de pesquisa, ela possa ser transformada numa reserva extrativista total ou parcial, para os ribeirinhos que lá residem, possam ter direito as políticas públicas do Governo Federal, do Governo Estadual que hoje eles estão impedidos por força de lei. Então, nós estamos aqui, devemos essa audiência pública ao Senador João Pedro. Estamos gratos a ele por ter nos dado essa oportunidade, estamos aqui praticamente pedindo socorro porque uma reserva que de direito ela é biológica, mas de fato ela é Resex, tem que haver alguma solução para esse problema e certamente que a gente conta com o apoio de todos para que isso possa ser viabilizado para minimizar os problemas enfrentados hoje pelas populações ribeirinhas que moram na reserva do Abufari. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado Prefeito Almino Albuquerque. Eu passo em seguida a palavra ao Francisco que é morador e liderança das populações que vivem na REBIO e no Município de Tapauá.

SR. FRANCISCO LAURENTINO DO NASCIMENTO: Eu quero saudar a toda a Mesa, a todo o povo aqui presente e dizer que estamos aqui pedindo o apoio, a ajuda de todos vocês porque moramos em uma área biológica, teoricamente proibida para sobreviver. Eu sou de lá mesmo da comunidade, nasci e me criei lá, meus pais todos eles são de lá. E antes a gente tinha uma vida livre, viviam todos em liberdade. E hoje com a criação da reserva a gente sabe que vive infringindo a lei, mas sofrendo opressões por parte do IBAMA. E sem direito aos programas políticos do Governo. Isso

é muito difícil, a gente viver contra a lei e não ter uma solução, um meio de liberdade. Por exemplo, hoje o povo de lá do meio da reserva se sente prisioneiro e teve prisioneiro porque não pode usufruir nada da natureza. E dentro da zona rural não se tem uma outra alternativa de vida que não seja sobreviver usufruindo as condições que a natureza oferece. Então, com a chegada do IBAMA foi uma coisa, assim, que aconteceu muito ruim nas vidas daqueles povos. Antes o povo vivia guardando, assegurando o que eles tinham para garantir sua sobrevivência e enquanto eles guardavam para a produção e garantir a sobrevivência dos seus descendentes, cai de repente(F) sem saber porquê uma reserva ambiental tirando o direito daquelas pessoas sobreviverem e o direito também de dominar suas terras legalmente. E hoje, esse povo teve oprimido, teve sofrendo, sem condições de sair, como falou o Prefeito. Aqueles que tiveram uma oportunidade saíram fora mesmo sofrendo consequências fora, mas saíram e outros, sem condição de sair, “vevem” sofrendo as consequências que a lei obriga a fazer. Como eu já conversei, já tomei conhecimento de várias coisas, vários funcionários, disse: Não, porque a lei é essa e tem que ser cumprida. Mas eles não consideraram a vida dos povos. Consideraram a vida dos animais, mas não levaram em consideração o povo que residia lá dentro daquele território. E hoje a gente não aguentou mais a opressão e decidimos nos organizar para lutar para ver se a gente consegue uma alternativa para a sobrevivência daquele povo. E isso nós hoje decidimos, tomamos conhecimento de que uma Resex seria uma das opções porque dentro de uma Resex nós temos direito a vida, temos direito ao trabalho e com o trabalho é o meio da sobrevivência de todo o cidadão. E perante essas coisas eu queria pedir em nome de toda a comunidade, de todas as comunidades, todos os povos que residem dentro da área de reserva que nos ajude nessa transformação de uma Reserva Biológica para uma Resex, aonde possa, para que eles possam viver com liberdade e ter a dignidade de um cidadão brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero passar agora a palavra por 10 minutos. Francisco falou pouco, foi muito econômico, para a Sra. Marta Valéria Cunha que é Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra e que acompanha essa discussão lá no Município e precisamente dentro da Reserva Biológica.

SRA. MARTA VALÉRIA CUNHA: Eu queria em primeiro lugar saudar o Senador João Pedro que desde o começo tem nos apoiado nessa luta e assim eu saúdo toda a Mesa, saudar também os ribeirinhos lá da REBIO de Abufari e os Vereadores que estão aqui

presentes também nos apoiando nessa luta. Eu queria começar a minha fala perguntando para todos nós aqui. A Amazônia hoje ele é um patrimônio da humanidade e aí a gente poderia se perguntar. Quem preservou a Amazônia? Por que a Amazônia continua preservada até hoje? Eu acho que a conversa é começar por aí. E eu respondo para vocês. Quem preservou a Amazônia foram os povos tradicionais da Amazônia, que são exatamente quem vocês estão vendo aqui hoje, os ribeirinhos, os indígenas, os seringueiros, os extrativistas, foram esses povos que preservaram a Amazônia e continuam preservando a Amazônia até hoje. O Estado do Amazonas é o Estado do Brasil que compõe a Amazônia que mais preservou a Amazônia e uma das... A gente tem assim, um dos motivos para o Estado do Amazonas ser o Estado do Brasil que mais preservou a Amazônia é exatamente dos motivos é a Zona Franca de Manaus que todo mundo sabe disso. E o segundo motivo é o fato dele estar isolado e não ter nenhum contato, por terra, com o resto do Brasil. Então, acho que esses dois fatos é importantíssimo porque essa Comissão também sabe da importância da Zona Franca de Manaus para a preservação da natureza e automaticamente para a preservação da Amazônia. E aí a gente começa a fazer essas perguntas por quê? Se existem esses quelônios que foram o motivo principal para a criação dessa REBIO, então, a gente se pergunta. E quem preservou esses quelônios? Por que existem esses quelônios? Porque é o habitat do planeta mais importante aonde estão esses quelônios, exatamente nessa REBIO de Abufari. E aí a gente se pergunta. Quando pensaram na criação dessa reserva em nenhum momento quem criou não fez nenhum estudo técnico ou se fez, fez em Marte, não fez no Brasil, ou então fez aqui em Brasília. Porque existiam na época 400 famílias morando dentro dessa REBIO e em nenhum momento chegaram lá e perguntaram: quanto tempo você mora aqui? O que você está fazendo aqui ou por que você mora aqui? Os ribeirinhos que estão aqui hoje nasceram e se criaram e continuam morando lá. E em nenhum momento, nenhum momento o IBDF que na época era o IBDF foi lá para saber se morava alguém. E aí eu gostaria de lembrar do antropólogo Alfredo Wagner, que tem feito um trabalho magnífico na Amazônia, exatamente de mostrar a cara desses povos tradicionais que parecem que são invisíveis, porque quando se cria uma unidade de conservação não se leva em conta os povos que ali estão habitando. E hoje a gente precisa, né, fazer a coisa de forma diferente.

Então, nós estamos porque a importância dos ribeirinhos estarem aqui hoje é tornar visível o que para muitos são invisíveis, porque quando se constrói

os mapas as pessoas não colocam as comunidades para dizer: olha, a beira do rio Purus tem tantas comunidades, tem tantas famílias, tem tantas pessoas ali morando. Então, hoje a gente vai fazer exatamente isso, mostrar aqui pra essa Comissão que dentro da REBIO de Abufari existem 32 comunidades, 225 famílias e 1571 pessoas, pessoas, gente como nós, como eu e como vocês. Gente que ama, que sofre, que morre. Então, eu acho que isso tem que ser levado em consideração, porque quando foi criada essa REBIO não foi levada em consideração isso, foi levado em consideração somente os quelônios e não foi levada em consideração que essas pessoas é que estavam preservando esses quelônios. Então, eu coloco para vocês isso porque eu tenho visto muito isso na Amazônia como um todo, nosso Estado, isso acontece muito. O Parque Nacional do Jaú que foi criado na mesma época da REBIO de Abufari os moradores sofrem a mesma consequência do que sofrem hoje o povo da REBIO. Em consequência de tudo isso, por ser uma Reserva Biológica, ou seja, unidade de conservação de proteção integral, que é totalmente restrito, e uma das restrições seria não poder habitar nenhum morador, e por isso automaticamente não ter direito a nenhuma política pública, o quê que acontece com isso? Eles estão lá ilegalmente, mas quem os tornou ilegal foi o próprio IBAMA, foi o próprio Governo Federal na época que era o Governo Militar. Então, que isso fique claro, porque na verdade, quando o Francisco disse, nós estamos ilegais, não estão ilegais não, eles estão lá com todo o direito, eles têm o direito de estar lá, porque lá é a comunidade tradicional deles, o espaço deles que sempre foi e sempre será, e nós estamos aqui hoje para pedir e fazer justiça, é isso que nós queremos e que seja com a mais rapidez possível. Eles não agüentam mais viver dessa forma, eu diria para vocês porque eu me coloco no lugar deles. Imagine vocês estarem na casa de vocês e alguém chegar e dizerem para vocês: Ó Senador, a partir de hoje você tem que sair porque aqui é uma Reserva Biológica, o senhor vai ter que sair de lá, tirar tudo o que o senhor tem, deixar suas plantas, deixar tudo o que é mais importante pro senhor, deixe daí, saia daí e vá morar ali, não íamos aceitar isso jamais, e foi dessa forma que fizeram com eles. Sem saber eles dormiram e acordaram numa unidade de conservação e proteção integral, sem serem comunicados, ficaram sabendo por que colocaram um flutuante, que é uma casa em cima d'água, colocaram um flutuante na beira, na boca do Abufari e disseram: a partir de hoje isso aqui é uma Reserva Biológica e vocês vão ter que sair daqui. Foi dessa forma que foi feito, e, como consequência de tudo isso, eles não puderam mais viver da forma que

viviam, que era praticando o extrativismo. Dessa forma o que aconteceu? Eles tiveram, eles sofreram danos morais que caberia ação de indenização, porque eles têm, constantemente eles têm as casas invadidas por agentes do IBAMA, eles já tiveram casas que tocaram fogo. Isso é fato. Agente do IBAMA entrando armado e atirando nas panelas porque era Pirarucu, era um quelônio, chegaram a esse ponto, de atirar na casa deles, a panela fervendo e a pessoa do IBAMA atirar. Então, isso acontece ainda até hoje não só lá, mas em várias regiões lá do nosso Estado. Então, você vê a arbitrariedade que é feito por esses agentes do IBAMA e que continuam sendo feitos. Claro, a gente poderia dizer assim. Sim, eles estão de forma ilegal. Como eu falei, por culpa de quem? E eu acho que não é dessa forma, infringindo a lei dessa forma que vai resolver o problema não. A gente poderia ficar citando, eu acho que é importante depois, vocês ouvirem os moradores, o que eles já sofreram, que eu acho que é fundamental vocês ouvirem também os outros que vieram aqui para que vocês saibam que eles não têm liberdade nenhuma, nem de escolher o que vão comer, nem de terem, que perspectiva eles têm, os filhos deles ou as filhas deles vão ter? Que perspectiva se eles não têm direito a educação, a saúde, água potável, a transporte porque lá é uma REBIO. E aonde é essa REBIO? No rio Purus, um dos maiores rios da Amazônia, quer dizer, isso é um absurdo fazer uma Reserva Biológica dentro ou ao longo do rio Purus, é impensável isso. O rio para nós é as estradas de vocês aqui, a forma de transporte na Amazônia é o barco. Então, na verdade, nossa estrada é o barco, é uma estrada natural. E aí a gente colocando novamente aqui para terminar dizer assim, que é fundamental que vocês tornem legal o que de fato já é, porque na prática, ela não é uma REBIO, na prática ela é uma reserva extrativista de direito, de direito ela é uma REBIO e na prática ela é uma reserva extrativista. Porque como ela fica, já falei, ela fica ao longo do Purus é impossível, não tem como impedir o tráfico de barco. Não dá para fazer isso. Então, agradeço...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO

(PT-AM): Obrigado Marta, que é a representante, uma das coordenadoras, é a Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra no Estado do Amazonas e moradora do Município de Tapauá. Eu passo a palavra em seguida ao Dr. Néilton Marques que é o Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas. Quero registrar aqui a presença do nosso Senador Sibá Machado do Estado do Acre. 10 minutos, Néilton.

SR. NÉLITON MARQUES DA SILVA: Bom dia a todos, a todas, quero saudar ao Senador João Pedro, Prefeito de Tapauá, Albuquerque, o Júlio, diretor de

áreas protegidas do Instituto Chico Mendes, o Marcos, a Marta, coordenadora da CPT, Francisco Laurentino, liderança local lá do Município de Tapauá, sras. e srs. ribeirinhos, autoridades, Senadores. Eu acho extremamente oportuna essa Audiência Pública, na verdade, ela é um desdobramento de uma outra audiência pública, que aconteceu no Município de Tapauá sob a liderança do Senador João Pedro, coordenando aquele processo. Senador foi extremamente importante que se traga à tona essa discussão até porque nós temos que entender um pouco do contexto em que a criação daquela reserva aconteceu. Não podemos esquecer que 1982, um ano após a implantação da política nacional de meio ambiente, 82 foi a política Estadual de meio ambiente. Portanto, nós estávamos vivendo os primórdios de um processo de implantação de um sistema, de uma política nacional Estadual voltado para a questão ambiental, num período ainda de exceção, vivíamos ainda, não podemos esquecer que 82 ainda estávamos em pleno Regime Militar, 84 teve o grande movimento das diretas, enfim, vivíamos realmente momento de exceção. E era prática, e até recentemente, a criação de unidade de conservação sem ouvir a comunidade local. Se criava sem sequer levar em consideração a existência da presença de pessoas que como Marta colocou muito bem eram, efetivamente, as grandes responsáveis pela manutenção da conservação da biodiversidade, da conservação e da preservação daqueles ambientes.

Hoje eu estou cada vez mais convencido que o modelo americano que nós importamos, baseado no parque nacional de *Yellowstone*, não se aplica para a realidade brasileira. Itatiaia que foi uma das primeiras, foi o primeiro parque nacional no Brasil, talvez, tenha sido, esteja cumprindo o seu papel. Temos que reconhecer também que as unidades de conservação cumprem um importante papel do ponto de vista da conservação da biodiversidade, da etno-diversidade e da manutenção desses ecossistemas. Mas também temos que reconhecer que as populações presentes nesses espaços protegidos cumprem também um importante papel na valorização da manutenção desta biodiversidade. Não é a primeira vez que se traz, que se trata, este assunto. Seria muito interessante que a gente também nesse processo de rememorar, que a primeira reserva de desenvolvimento sustentável no Brasil foi a de Mamirauá em 1996. Em 1995 se discutia já na época, a necessidade de buscar uma recategorização de uma importante unidade de conservação que na época era uma Reserva Biológica, a de Mamirauá que na época sob a direção do saudoso Márcio Aires, junto no trabalho, Erimar Soares era um grande pesquisador, deixou legado, deixou importantes trabalhos

voltados pro estudo de macaco, que era o macaco da cabeça rosada, o Acari, e transformou, entendeu que até a manutenção e a conservação daquele macaco estava associado à presença das populações tradicionais. E no bojo da discussão ela foi transformada numa RDS, foi a primeira RDS do Brasil, a primeira. E que já no final da aprovação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação esta categoria de uso sustentável que na época era considerado como de uso direto ela passou a fazer parte do Sistema Nacional de Unidade de Conservação e que agora em 2007 o Estado do Amazonas referendou através do seu sistema Estadual de unidade de conservação a permanência desse tipo de categoria de unidade de conservação. Portanto, é importante que nós tenhamos clareza de que a presença das populações tradicionais elas são essenciais, fundamentais para a manutenção desses espaços protegidos pelo papel que elas exercem do ponto de vista da manutenção. Eu tenho clareza aqui hoje com a nova configuração, o Instituto Chico Mendes que tem a responsabilidade pela gestão das unidades de conservação no Estado do Amazonas que é o Centro Estadual de Unidade de Conservação, ou seja, essa mudança conceitual que aconteceu no Brasil como um todo de 2007 para cá, aponta um novo paradigma do ponto de vista da conservação desses espaços protegidos. É necessário que esteja assim bem claro para todos nós, que estamos nos debruçando sobre esse assunto que é fundamental nós termos, sim, espaços integralmente protegidos pelo importante trabalho, quer dizer, pela importante função que esses espaços têm em relação aos serviços ambientais, serviços ambientais que se traduz no sequestro de carbono, na produção de formação de chuvas, na conservação do estoque de carbonos, na preservação do ciclo hidrológico, enfim, esses importantes serviços ambientais são fundamentais, sobretudo nesse momento que se discute a questão das mudanças climáticas, a questão das emissões de gases de efeito estufa.

Mas também é necessário que possamos reconhecer que a presença das populações tradicionais ela insere-se nesse contexto de conservação mais amplo, então no espaço amazônico, em particular no espaço do Estado do Amazonas, que é um estado com seu mais de um milhão e meio de Km² há espaço sim para unidades de proteção integral e unidade de proteção de uso sustentável com a presença de populações tradicionais com essa visão dos serviços e dos produtos ambientais que esses espaços protegidos contribuem. Eu acho que esta audiência pública traz à tona novamente esta questão pela responsabilidade cívica que cada um de nós temos, seja como gestores, seja como cidadão na manutenção desses espaços protegidos

reconhecendo o direito legítimo dessas populações que ali vivem, mas também reconhecendo o importante papel que essas unidades, que esses espaços protegidos têm na conservação da biodiversidade, no fluxo gênico e, portanto, na conservação e na regulação do clima não só local, regional mas global pelo importante trabalho que eles exercem. Essa é a minha contribuição nesse momento, nessa importante Audiência Pública. Eu espero que ao final nós possamos materializar e concretizar uma proposta que seja compatível com a realidade e dê, assegure a necessária dignidade humana para aquelas populações que vivem nesse espaço, seja recategorizando para uma RDS, seja recategorizando para uma RESEX, seja que isso se faça de forma parcial ou total, mas que leve em consideração essas questões que eu considero relevantes para serem materializadas no documento final dessa Audiência Pública. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Néilton. Nós vamos ouvir ainda e faltam duas Instituições Nacionais, é o INCRA que está aqui na pessoa do Kowarick e o Instituto Chico Mendes que é o Júlio. Eu gostaria de chamar a atenção para a comitiva de lideranças que vivem na REBIO, que estão aqui, estão ali. Eu gostaria que, mais uma vez, registrar o nome do Abraham. Cadê o Abraham? Levanta o braço aí só para ficar bem claro, o Francisco está na Mesa, tem o Ronaldo Andrade, está ali que é morador, tem o Meirelles Batista, morador da reserva, o Helton Nascimento, morador da reserva, registrar a presença do Padre Fernando Redondo, está ali o Senador Sibá, com certeza vocês se conhecem. É isso. Além dos dois Vereadores que estão presentes aqui. Entendeu, Júlio? Está o Presidente da Câmara que é o José Bezerra e o Elivaldo Herculino que são Vereadores do Município além do Prefeito que está aqui. Eu, antes de vocês terem a palavra, está chegando aqui o Senador José Nery do Estado do Pará, o Amazonas encontra-se protegido pelo Acre que está aqui e o Pará. Mas eu quero chamar a atenção. Eu fui autor do requerimento, conversei com meus colegas Senadores, o Senador esteve aqui, pediu para sair o Senador Valadares, Antônio Valadares, que pediu licença, ele tinha uma votação e acabou de se retirar aqui da sessão. Eu quero chamar a atenção porque vai falar em seguida o Júlio que é Diretor da área protegida, de áreas protegidas do Instituto Chico Mendes. Há um clamor, há um clamor das populações tradicionais. Eu espero que nós possamos avançar no sentido de transformar essa REBIO numa Resex. Que a prática é de uma Resex, eles estão vivendo lá, sempre viveram. E a REBIO, Senador Sibá, que foi criada em 82 nunca fez nenhuma pesquisa para justificar a Reserva Biológica.

E nem a nossa estrutura, nós conhecemos a estrutura do IBAMA, que se faz presente de forma muito precária, essa é uma região distante de Manaus, mas é um rio importante, o Purus. Talvez, o rio mais piscoso do nosso Estado. Os tambaquis, os maiores tambaquis é do rio Purus. As maiores tartarugas é da reserva, e ela está preservada até hoje, são essas... Os agentes da preservação e da garantia desse território são essas famílias. E o quê que acontece lá no dia-a-dia? Para chamar a atenção porque eu participei de uma Audiência Pública lá no Município, eu vi relatos emblemáticos, porque vai o barco de Manaus armado, rende os moradores rende os moradores, e eles preservam, eles protegem, que é chamado de tabuleiro, aonde nascem as tartarugas, as praias, e barcos chegam com pessoas armadas, rende os moradores, roubam, levam as tartarugas, os ovos e vão comercializar de forma clandestina e nós repudiamos isso, lá em Manaus, que é o grande centro consumidor. Então, isso acontece contra esses senhores simples, as mulheres e os homens e crianças. É comum acontecer isso, da violência armada lá nessa localidade. Pois bem, essa região que no passado recente foi um grande seringal, mas lá está cheio de castanha e andiroba e eles não podem trabalhar nem a castanha, nem a pesca, nem a andiroba e nem a seringa porque é Reserva Biológica. Lá não pode ter uma associação, não pode ter uma cooperativa por conta da categoria.

Então, veja só, eu tenho certeza que ao lado de vários Senadores aqui nós estávamos num debate como guardiões da Amazônia. Eu quero me colocar aqui sem nenhum... Mas os nossos discursos são nesse sentido contra a grilagem, contra a devastação, contra o corte perverso das nossas madeiras nobres, e fazemos a defesa intransigente dos povos tradicionais, das populações indígenas, dos ribeirinhos que o Estado Brasileiro só agora e neste Governo enxerga os ribeirinhos. É nesse contexto de enxergar o compromisso com a questão ambiental, mas o compromisso com as populações ribeirinhas que nós estamos promovendo esta audiência pública, antes de abriremos aqui esta sessão nós estivemos com o Presidente Garibaldi, com o Presidente Marco Maciel da Comissão de Constituição e Justiça, Senadores Nery e Sibá e eles ficaram tocados com a necessidade de nós buscarmos a alteração da REBIO, que hoje é... foi um decreto lei, hoje Medida Provisória, decreto lei lá em 82, foi criada em 82 a REBIO. De nós construirmos um Projeto de Lei. E definindo uma modalidade que possa garantir a preservação, mas que possa garantir a vida dessas 1500 pessoas que vivem, que vivem... Que moram ali. E que o Prefeito que está aqui não pode fazer absolutamente nada por conta dessa... Não pode construir

escola, não pode construir um posto médico. O luz para todos não pode chegar lá e nem as famílias podem ter acesso ao bolsa-família porque... Qual o endereço? Comunidade não existe, você não pode morar aí. Então, nós precisamos corrigir isso. E só uma casa do equilíbrio como o Senado pode ouvir e interpretar a defesa da preservação da Amazônia, mas o clamor pela cidadania das famílias que vivem na Reserva Biológica Abufari no Município de Tapauá. Essa é a minha fala, eu comecei já abrindo e para que V. Exa. Senador Sibá já quer...

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu vou pedir antecipadamente, porque também estou com uma série de compromissos também. Mas achei muito importante, nosso Senador João Pedro, e saudar os aqui presentes, lideranças da comunidade local, apresentado aqui pelo Francisco Laurentino, aos dirigentes do Governo Federal, Dr. Néilton, Júlio, Marcos, a Marta que representa a Comissão Pastoral da Terra e o Prefeito Almino que é do Município em tela. Eu fiz questão de vir até aqui para acompanhar um pouco o que eu compreendo sobre a dinâmica desta discussão e colocar as minhas preocupações. Primeiro que eu tenho acordo na tese. Mas queria levantar aqui alguns aspectos. A primeira delas é que aonde tem riqueza tem pecado. Inevitavelmente se Marx tinha ou não razão que o futuro do capitalismo é cavar sua própria sepultura e carrega em si o sangue e a lama. Bom, não vamos entrar neste viés, mas dizer que, infelizmente, ainda se reproduz muito desta opinião. E é claro que num lugar tão distante pra se chegar que é a Raposa... Desculpa, de tanto falar na REBIO Abufari. É isso. Falando em Raposa Terra do Sol também. Mas, então, é tão distante, mas a gente vê pessoas que ainda vão para lá para ter determinados tipos de práticas. A idéia da reserva acho que como tantas outras, leva em consideração é difícil se ter ainda até aonde a Amazônia poderá nos oferecer tantas informações importantes para o desenvolvimento humano, talvez, inclusive econômico, acho que principalmente o econômico. Nós temos no Acre o que é dito até hoje pela biologia que o metro quadrado de terra do planeta com maior nível e índice, número de seres vivos tão distintos está na serra do divisor na fronteira Brasil/Peru no Estado do Acre. Já ouvi falar da história do macaco Acari e de um outro que é tão pequeno, que cabe na palma da mão, que tem apenas uma área compreendida em 3 mil hectares, também entre o Estado do Pará e Estado do Amazonas e esta história desapareceu até aqui.

E eu, conversando também com o reitor do ITA, Instituto Técnico Aeroespacial da Aeronáutica, estávamos falando dessa coisa da produção de riqueza no Brasil, ele naquele momento fez um desafio que eu não

vou esquecer nunca mais. Para a Amazônia, se vocês ficarem preocupados com o Centro-Oeste, Centro-sul brasileiro, de estarem enchendo carretas e carretas de caminhão para exportar e transformar isso em padrão de riqueza, vocês estão mortos. Vocês têm que usar daquilo para vender informação. Vamos usar aqui um pequeno exemplo. Quando o Brasil no melhor preço da safra da soja estava exportando, o melhor preço da safra da soja saiu do Brasil a cerca de 40 centavos de dólar o quilo. Ao mesmo tempo a EMBRAER estava vendendo um quilo de avião a 2300 dólares, um quilo de avião, enquanto que o ITA e aquele projeto de foguete estavam vendendo um quilo de foguete a 65 mil dólares. Portanto, vamos transportar para a Amazônia, se vocês venderem uma patente ela pode custar alguns milhões de dólares. Portanto, esqueça os caminhões. Vamos tentar vender informação. E aí nós temos a história do sapinho kampô do Estado do Acre, que os americanos levaram a informação e agora já gera hoje uma patente de 250 milhões de dólares. E é uma seiva de um sapo, é um veneno que descoberta agora que ele age no sistema imunológico. Os índios usam isso segundo eles para tirar panema do índio, índio que não namora mais, está triste, não caça, toma a vacina do kampô, ele fica elétrico, aí por pelo menos um ano. Então, essas informações que a mãe natureza nos deu e nós não temos informação do que fazer com ela. Portanto, como dizia minha velha mãe nós estamos inventando o chifre em cabeça de jumento. O problema é que o preço da pesquisa quem paga e quem fica com a informação e quem transforma em riqueza. Este é o problema.

Então, não vai ser o Francisco Laurentino que vai ser o dono desse negócio. Então, a reserva tem esta finalidade, a Reserva Biológica, porque de ter um banco de informação tão precioso que nós estamos longe de saber o que tem lá dentro, então nós vamos encurtar as distâncias, tira isso do meio, vamos pegar o que tem mais fácil. Tem uma espécie genética vegetal, a hevia brasiliense que botou a gente ali. Os indígenas não foram por isso, mas os não indígenas foram em primeiro lugar por causa disso, a borracha, fizeram tomar a terra do Acre da Bolívia, depois a bertholletia excelsa, a castanha, e depois veio o mogno, tantas outras espécies para corte. E nós estamos vivendo essa realidade. Então, para a gente desapaixionar um pouquinho. Agora, como chegou para lá, não tem culpa de ter ido para lá porque foi uma razão de sobrevivência, e pelo que estou vendo aqui nos documentos, pelo que eu pude acompanhar são 200 famílias postas ali, certamente antes da criação da reserva. O Governo cometeu um pecado, isso é importante para a biologia, aí não temos pressa nenhuma da pesquisa ainda não

ter ido para lá, mas vai, em algum momento vai ter que ir. E aí adaptar lá agora à realidade humana é que é o desafio que eu estou vendo aqui. Não é que a gente pode preservar os anseios de uma pesquisa biológica sem prejuízo dos moradores que estão lá, porque pela lei teria que sair, teria que fazer coisa em outro lugar. Mas eu estou entendendo que é preciso encontrar o caminho do meio. Então, se a reserva extrativista pode ser o caminho do meio, então, podíamos acrescentar mais alguns fatores. Eu acho que pelo que chamam atenção aqui são os quelônios, dotar a comunidade de uma situação de que ela teria uma certa obrigação de cuidar disso também. Agora, poderia ser nosso Prefeito e aqui falando para uma pessoa que dirige o Município, por que não fazer dinheiro disso também? Porque fica até melhor. A gente cuida da natureza, cuida da ciência e cuida de todo mundo porque geraria o dinheiro e aí estamos vivendo agora um repovoamento de um rio que não é acreano, ele nasce na Bolívia, 80% dele é boliviano e entra no Brasil que é o rio Abunã. E a pesca predatória, a caça predatória dos quelônios acabaram com os quelônios. Dois moradores malucos, um já aposentado, meio doido, pediu por tudo para cuidar desses bichos e ninguém ajudou, ele meteu a cara sozinho, torrava, inclusive, a aposentadoria dele nisso. Só agora que o Governo entrou firme, o Federal e o Estadual e os Municipais, são dois Municípios que estão lá dentro e, pasmem, daqui há dois anos não precisa mais, porque já repovoaram o rio Abunã e todos os lagos do entorno daquele trecho do rio e vai ter tartaruguinhas daqui alguns dias, reproduzindo e a cadeia alimentar certamente recomposta. Está aí uma coisa que me chama a atenção. Agora, veja outras realidades, no caso do rio Acre, morreu a fauna dele toda porque os moradores ainda dentro do Amazonas fecham o rio. Eu imaginava, tinham inventado a história que a mineralogia da água do rio Acre que ela é horrível para o paladar dos peixes, especialmente o tambaqui, que não sobem, por que não sobem o Mandi, não sobe o tambaqui, não sobem o rio Acre? Porque não deixam. Esse é o problema. Então é preciso, acho que é preciso ter muita coragem nesse desafio. A presença dos órgãos do Governo Federal é dar um suporte mínimo para a comunidade, fazer como foi o caso dos nossos índios, que perderam o sapinho, que só fazem isso como cultura local e alguns pagés, pessoas que têm crendices religiosas, fazem isso com outros princípios, mas os americanos estão faturando 250 milhões de dólares em cima de um negócio desse. Eu tenho pavor disso e ódio até, eu considero o biopirata pior que outros crimes, que a gente vê aqui. Eu comparo igualzinho o pedófilo, igualzinho a outros crimes dessa natureza e aí é preciso não ter pena des-

tas coisas. Agora a comunidade vai trocar tapa com um cabra desses? Porque quando um cabra desses vai ele vai disposto a qualquer coisa, aí então eu não sei se vai trocar tapa com um cidadão desse, não é papel dele. Se a comunidade puder ganhar um dinheirinho ela levanta a crista. Era preciso criar uma escolinha lá dentro. Queria desafiar meu Senador João Pedro e ao Prefeito Almino, da gente colocar imediatamente uma escolinha técnica lá dentro do Município para tratar um pouco da conscientização não só da conscientização, mas também de treinar filhos deles, eles não, eles estão velhos demais para isso, mas os filhos para serem os futuros biólogos desta realidade. Segundo como que poderiam produzir como foi esse louco lá do rio Abunã que num primeiro momento era salvar a espécie, mas agora com certeza daqui uns dias vai poder virar, inclusive, um manejo para a geração de negócio. Então, pensar numa geração de negócio. Eu não consigo hoje desassociar a política da pesquisa e dos negócios. Não tem como. Se um só for está fadado ao fracasso e está fadada a briga e a confusão. Então, eu estou deixando de fato, agora o coração e a paixão, não tem mais isso, acabou, vamos tentar encontrar o caminho do meio para transformar numa reserva extrativista é preciso fazer alguns acordos porque algumas reservas extrativistas que eu vi por aí ficaram no papel, é muita dificuldade. Aí começaram a trocar porque a maioria dos seringueiros do passado fazia um roçadinho aqui, o segundo, o terceiro e o quarto e nunca mais mexiam na mata, porque quando ele abandonava o quarto lote, ele voltava para o primeiro porque a regeneração natural estava feita. Mas agora não é mais isso. Tem, sim, o interesse do boi, quando já desmata já é um arrozinho, milhozinho, mas o negócio é a vaca, aí vive mal da vaca e vive mal de tudo e aí vamos trabalhar com a história do manejo. Que manejo nós começaríamos com o acordo de manter os princípios da Reserva Biológica, estariam mantidos, algumas áreas aqui ninguém entra, isso aqui é para a gente saber o que vai nos servir lá na frente, agora uma escolinha imediata seria muito importante, dotar de alguns padrões técnicos para poder de fato a gente avançar, não vamos esperar que a Universidade Federal do Amazonas um dia vai lá, a gente vai primeiro, pronto, vamos começar com quem queira, ensino de qualquer nível que você quiser lá dentro, aí seria muito importante até se no limite for uma emendinha parlamentar para dar o primeiro sinal lá dentro, vamos para cima do Governador para liberar um pedacinho do dinheiro lá também para ajudar a gente e vamos para cima dos fundos de caixa de cada órgão desses botar pelo menos um dinheirinho para começar uma coisa prática. Porque senão eu digo para você, com

toda a sinceridade, Senador João Pedro, não segura. Não segura porque é difícil. E vive essa discussão que a gente fala sobre a ligação do padrão do desenvolvimento econômico da Amazônia com esta preservação mínima do conhecimento e da reprodução de informação que a mãe natureza nos deu. Eu digo isso porque eu já vivi essas realidades e já estou, digamos assim, passado na casca do alho e não estou mais aqui para acreditar em história de trancoso. Seria importante, talvez, a gente colocar o tamanho do problema é grande, mas a gente começa por este ponto aqui, depois aquele, terceiro, assim por diante, e aí fecho dizendo que acho que a idéia da reserva com estes cuidados ela responderia, acho que todos os princípios e as necessidades e as vontades que nós estamos tratando nesta importante audiência e parabéns por ter trazido o assunto ao Senado, nobre Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado Senador Sibá Machado, deu uma grande contribuição. E eu vou passar para o Júlio em seguida. Eu quero dizer o seguinte, como nós estamos num debate e tem muita gente aqui assistindo, o Amazonas eu poderia levantar aqui uns oito projetos de referência que eu considero. Mamirauá, o manejo de jacaré, o manejo florestal, manejo de pirarucus, um hotel lá dentro, com o ano todo lotado, está bem, a floresta vai bem. Eu poderia falar aqui da Resex, Sibá, do médio Juruá, produzindo, trabalhando andiroba, trabalhando castanha, trabalhando murumuru, vai bem. Poderia falar aqui da floresta nacional de Tefé, Alvarães, Uarini por ali, com pessoas dentro da... Mamirauá é uma RDS. Veja... Eu poderia dar o exemplo exitoso da Mil Madeireiras com madeira certificada e energia para Itacoatiara, projetos de referência, projetos que eu conheço com pouco impacto ambiental e o pessoal vivendo bem. Então, eu acredito que nós podemos fazer uma mudança para garantir os princípios do Instituto Chico Mendes. Júlio, com a palavra. Obrigado Senador Sibá pela participação.

SR. JÚLIO CÉSAR GONCHORSKI: Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentando a todos os presentes e aos membros da Mesa. Primeiro colocar que foi um pedido do Secretário Executivo João Capobianco de estar aqui, de buscar, trazer esclarecimentos e abrir o diálogo, não é, não só do Instituto Chico Mendes, mas, claro, do Ministério do Meio Ambiente que é capitaneado pela ex-Ministra, Ministra, ex-Senadora Marina Silva que evidentemente tem a maior preocupação e a sua vida vem da defesa da Amazônia e dos seus povos, dos povos das florestas. E uma das vantagens de ser um dos últimos a usar a palavra é que muito do pensamento do Instituto Chico Mendes que foi criado, desmembrado do IBAMA, exatamente para priorizar a

conservação da natureza, a conservação da biodiversidade sobre a forma de unidades de conservação e de todo o patrimônio biogenético da Amazônia, especialmente, mas de todo o país que nós falamos tanto que nós não conhecemos a Amazônia, mas também não conhecemos o que nós perdemos, ainda estamos perdendo da Mata Atlântica. Então, o grande desafio dado ao novo Instituto Chico Mendes que vem com o nome de uma pessoa que lutou pelos mesmos ideais que vocês estão colocando aqui é de demonstrar uma política voltada para o equilíbrio homem/natureza. Mas é um grande desafio. E esse desafio vem exatamente de uma lei assinada há poucos anos que é a lei do Sistema Nacional de unidades de conservação, aonde nós temos unidades das mais restritivas que é exatamente a Reserva Biológica, aonde se diz que quase nada se faz, apenas pesquisa e proteção, há as unidades que mais abertas como uma APA que pode estar exatamente aonde nós estamos agora porque o Distrito Federal é uma grande APA do Planalto Central.

Então, nós temos um grande espectro de unidades de conservação que passam também pelas reservas extrativistas. Como buscar esse equilíbrio? Nós precisamos ter como foi falado unidades de proteção integral. Abufari. Vamos discutir Abufari? Podemos discutir. Mas na Amazônia e outros lugares do Brasil nós temos que ter reservas biológicas, temos que ter reservas extrativistas e temos que ter APAS e parques nacionais. Isso faz parte de um sistema e as pessoas que tiverem, seja em Abufari, seja em outro local, num lugar onde o Estado Brasileiro entenda que deva haver uma Reserva Biológica, algumas pessoas serão prejudicadas. Reconheço, né, e tanto que a lei mudou que na década de 80 quando foi criada Abufari, fazíamos... Criávamos unidades de conservação sem ter audiências públicas, sem ter um diálogo com a sociedade, com as prefeituras, às vezes com o Estado. E isso causou erros, causou deformidades. Mas assim mesmo como criávamos naquela época se criava unidades de conservação que atingiam o povo de uma maneira autoritária também se inundava um Parque Nacional como Sete Quedas para se construir uma hidroelétrica. São erros do passado que nós não queremos mais que exista. Entre os colegas aqui do Chico Mendes, está Anael Jacó que é responsável pelo bioma da Amazônia que tem vários dados técnicos que eu não sei se seria necessário nós discutirmos. Por exemplo, os dados que nós temos que nós buscamos da criação da unidade, os levantamentos que foram feitos identificaram apenas 80 famílias, talvez, na época, em 82, talvez os dados não sejam tão corretos e levantamento não tenha sido tão bom. Hoje estamos com em torno de 300 famílias. Mas isso foi, coisas feitas no passado, hoje existe ou-

tro Instituto Chico Mendes aberto ao diálogo e à discussão. Estamos buscando com grande dificuldade levar mais técnicos para trabalhar na Amazônia, existe uma grande dificuldade da fixação de pessoas, hoje a reserva Abufari tem dois técnicos de nível superior e mais um fiscal do IBAMA e queremos cada vez mais levar para as unidades de conservação, em especial na Amazônia, melhores técnicos e melhor capacitados. As arbitrariedades feitas pelo IBAMA, pelo instituto que era responsável na época, ou que venham ser feitas por nós, evidentemente não retratam a política que o Ministério do Meio Ambiente, que esses Institutos querem ter. As novas... O passado é difícil, mas qualquer nova arbitrariedade, por favor, vocês tenham um diálogo direto com o Ministério e conosco para que isso seja duramente reprimido. O grande desafio nosso que eu queria colocar na abertura desse diálogo para analisar a proposta de uma Resex é que os mesmos motivos que levam ao pedido de uma Resex levam também ao pedido da manutenção de uma Reserva Biológica. O maior tabuleiro de desova de quelônios da Amazônia, uma área extremamente piscosa. Qual é a interpretação daquele técnico voltado só área ambiental? É esse o local que eu tenho que preservar da melhor maneira possível, da maneira mais radical, digamos assim, para que tenhamos quelônios ao longo de todo o rio Purus, que tenhamos áreas de reprodução de peixes e de toda a fauna que possa dar ao rio um poder de pesca maior do que ele tem, ou mantê-lo ou até aprimorar.

Então, o desafio eu acho que todos os motivos que temos para discutir a reserva extrativista também temos para a Reserva Biológica. Eu quero dizer com isso é que nós não estamos nos furtando da discussão e nem deixamos de reconhecer os erros que tenhamos tido, em especial, talvez, não tratar as pessoas que lá moram com a maior dignidade que nós poderíamos dar que era ter sentado com elas na hora da criação, estamos falando de 25 anos atrás, e de nesses 25 anos muito pouco ter feito de indenizar propostas de assentamento, propostas de melhoria de vida ou até o que está acontecendo hoje de discutir como nós vamos manejá-lo. Queria acabar, as palavras, reforçando que não vai ser um diálogo fácil. Eu acho que a gente tem muito que conversar o que discutir e buscar a melhor solução para a Amazônia, para os povos da floresta e para o Estado Brasileiro. Então, eu acho que esse é um desafio que mais do que ninguém o Congresso, o Senado Federal tem um papel importantíssimo de estar juntos para não só aprimorar o debate, talvez, ser um grande fiel dessa balança. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Júlio. E eu passo em seguida a

palavra ao Marcos Kowarick que é o dirigente nacional do INCRA.

SR. MARCOS KOWARICK: Bom dia a todos e todas. É um prazer muito grande estar com vocês, trago um abraço e os cumprimentos do Presidente do INCRA, Rolf Hachbart que gostaria de estar aqui presente, nós estamos tendo uma reunião com todos os dirigentes do Brasil, de 30 superintendências, todas as equipes técnicas para tratar da questão da Reforma Agrária, da sustentabilidade e da programação para os próximos dois anos. Quero dizer que o INCRA, como o INCRA pode se colocar num assunto como esse, como nós podemos estar inseridos numa discussão sobre Reserva Biológica, que é uma área de proteção integral sobre a gestão do Ministério do Meio Ambiente e que foi criado em 1982. O que nós temos a dizer sobre essa questão, quero iniciar falando de que nós temos que avançar em dois sentidos nessa questão, pela experiência de 5 anos e meio nos assuntos da Amazônia eu represento a direção do INCRA, dentro do GTI da Amazônia, participei de toda a destinação das terras da BR-163 no Pará e toda a discussão das Audiências Públicas, da BR-319 também, acompanhei todo este processo, estou apenas há 5 anos aqui, morei, andei por toda essa região. Eu quero dizer primeiro que o Estado Brasileiro tem que tomar conta dos seus atos, ser conseqüente de acordo com a lei, porque de fato desde uma área desapropriada, seja de propriedade particular ou não, ou de posse, o Estado Brasileiro pela Constituição Brasileira só de fato poderá agir de acordo com os seus interesses decretados para aquela área, após a justa e prévia indenização. Nós estamos impedidos de entrar em qualquer propriedade ou posse que seja da União ou de Estados como o INCRA que promove a Reforma Agrária, redistribuição das terras, promove a desconcentração da terra, desde que, isso é qualquer ente federal, tenha havido justa e prévia indenização de posses, de propriedades e a justa matrícula no cartório local daquela propriedade que foi adquirida pelo Estado Nacional. Essa é a regra. Esta é a regra. Toda a ação do Estado sem que tenha contato e passe pelo processo de Direito Civil com qualquer comunidade ou qualquer proprietário ou posseiro que tenha mais de 5 anos é ilegal, é contra a Legislação. O INCRA trabalha com regularização fundiária. E hoje nós somos parceiros do Ministério do Meio Ambiente, com o novo Governo, e da FUNAI. A única exceção feita na nação chamada Brasil são para os índios. Uma vez decretada porque eles têm direito ancestral, eles têm direito originário pelo Direito Brasileiro sobre as terras. Então, quando se decreta uma terra indígena os que têm lá propriedade ou posse poderão não ser indenizados. Vai ser facultado ao Estado de propriedade não terá

indenização, mas as posses. E eu vou avançando. O quê que nós temos aqui hoje? Populações tradicionais dentro de uma REBIO que está às margens de uma Rodovia Amazônica, na verdade, barcovia ou o que seja fluvia, pode dar o nome, é uma via de transporte que liga o Acre, vários Municípios do Acre, Cruzeiro do Sul, Guajará e outros a e vários Municípios do Amazonas a capital Manaus. Isso é uma Hidrovia clara e dada. Está em terras da União porque a bacia Amazônica é da União. Bom, como tratar isso numa biológica com transporte indo e vindo, subindo e descendo das águas porque as águas estão dentro da REBIO, faz parte do ambiente da REBIO, então, a rigor nenhum barco poderia trafegar naquela área a não ser com licença para pesquisa. Nenhum barco, nenhum barco. Zero. Pela lei. Esse é o primeiro contraditório da situação que precisa ser tratado. Se transformará um trecho do Purus em REBIO? Ele já está transformado. Mas ele é de fato, caracteriza-se por isso? Como fazer, então, por fora? Por estrada? Qual a saída? Objetivamente é isso. Objetivamente é isso. E é uma Hidrovia Federal porque atravessa dois Estados, numa bacia Federal da União, de propriedade da União. Segunda questão que eu quero colocar, e eu não vou adentrar mais sobre isso, é que todos os projetos neste novo Governo com o viés ambiental que o INCRA criou no Estado do Pará envolvendo e eu participei diretamente dessas ações, seja no complexo do Marajó, seja no entorno de Belém criando projetos agroextrativistas, o Governo Brasileiro fez algo inédito na história da República Brasileira que foi reconhecer populações tradicionais que na prática eram posseiras das ilhas fluviais das ilhas Amazônica da embocadura, preservadas ainda, cheias de açazais, de madeira ainda, e reconheceu uma posse que não existia porque a maioria não tinha nem documento, não existiam para o Estado Nacional Brasileiro e possibilitou que através dos créditos que a todo extrativista poderá ter pelo INCRA 9 mil reais, primeiro que fosse demarcada a área, fosse feito um plano de utilização, aprovado pelo IBAMA e essas comunidades que hoje ocupam 180 projetos agroextrativistas na foz do rio Amazonas, hoje, são os grandes aliados contra os piratas, os ladrões de açaí, de palmito, de devastação, daquelas ilhas. Por quê? Porque com os 9 mil reais puderam comprar uma bicicleta, melhorar seu barquinho, acertar a sua rede e a despoldadeira de açaí e hoje eles vendem diretamente o açaí despoldado e impedem o desmatamento, o uso indevido de toda essa área de várzea do rio Amazonas e tem seu documento, tem uma casa decente, o Luz para Todos está lá e eu convido vocês para visitarem porque são 180 projetos, não é um, em várias ilhas inteiras. E os documentos que existiam lá de proprietários eram to-

dos ilegais porque a terra sempre foi da União, sempre foi da União. E hoje lá existe.

Então, experiências positivas o Senador aqui colocou, existem e eu só quero dizer que a discussão no nosso entender ela está aberta porque um pedaço do Purus é REBIO, foi cortada a Hidrovia, terá que ter uma barreira, ninguém pode passar. Não pode passar. E aí? Como vão fazer? Vai sair por terra? Este é o contraditório que está dado pela vida. Não é por uma questão política ou outra. A partir daí vai se discutir como fazer o restante. E vejo que não tem oposição, um senso, um *Lato-Sensu*, para encerrar, entre... Nós não estamos aqui discutindo tudo ou nada, bem falou o Senador, essa é a casa do equilíbrio, é entre o REBIO 100% ou extrativista 100%. E o que nós temos que absorver nessa discussão é qual é o histórico das populações e tem estudo antropológico sobre isso na defesa do meio ambiente, das populações tradicionais, têm muitos estudos, eles devem ser absorvidos pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação Estadual como Defensores, sim ou não? No mundo inteiro estão sendo utilizados, desde os esquimós. Sim ou não? Se sim em que território? Qual o espaço? E o que fica para a REBIO? Então, eu acho que é uma questão de buscar o caminho porque quem é que vai defender quantos funcionários Federais que nós não conseguimos lotar, a partir da AGU no interior porque passado o Estado probatório eles se casam fora e saem de Santarém, saem de todos os interiores, a gente não consegue lotar eles lá. E se nós não pudermos usar o homem local que tem o coração e a alma na Amazônia, o de fora é que não vai ser fazendo carreira no serviço público, necessariamente... Vai ser esse necessariamente? Não. Necessariamente vai ser o que viveu e tem a alma e o seu espírito vinculado a sua vida naquele local. Então, é preciso que a gente desenvolva isso e absorva as populações tradicionais para o uso sustentável, para a REBIO, vamos fazer um contorno na REBIO mantendo o centro e o entorno com extrativistas? É preciso uma discussão. Agora que a discussão está posta, Senador, para nosso entender e nós estamos à disposição com a estrutura do INCRA, com o GPS, com barco para que a realidade venha à tona porque na verdade o rio está cortado. A Hidrovia está cortada e não tem ponte para subir nem viaduto...

SRA. MARTA VALÉRIA CUNHA: Nem estrada...

SR. MARCOS KOWARICK: E é preciso fazer essa discussão do corte do rio Purus. É essa a informação. O INCRA tem colocado sempre em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Não é nossa área, eu quero dizer isso. Os créditos que têm permitido que as reservas extrativistas possam ter melhores

condições de vida, nove mil reais por família, isso significa para essas, poderá se tiver alteração chegar a 9 milhões. É essa a minha colocação para iniciar os debates. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Kowarick. Eu gostaria de conceder a palavra para o Padre Fernando, só apertar esse botãozinho aí, puxar o microfone, S. Exa. para participar aqui, se quiser, inclusive, fazer alguma pergunta para os representantes aqui do Estado, para o Dr. Néilton e para os dirigentes nacionais que estão aqui do INCRA e do Instituto Chico Mendes, fique à vontade. Rápido, tá bom? Mas a palavra está concedida.

PADRE FERNANDO REDONDO: Tá bom. Bom dia para todos. Meu nome é Padre Fernando, e eu sou coordenador da pastoral Comissão Pastoral da Terra pela cidade de Lábrea da qual faz parte o Município de Tapauá, Canutama e Lábrea e Pauini e faz mais de um ano que venho acompanhando esta situação da reserva Abufari, dos moradores, mais que fazer uma pergunta, talvez eu gostaria de até bater a tecla, uma das coisas que foram faladas. Quando o Sr. Júlio do Instituto Chico Mendes ele falou que o diálogo não vai ser fácil e acho que foram apresentadas uma série de questões bem objetivas. E eu acho que esse diálogo tem que ser bem fácil, porque já foi falado, talvez, foram problemas, falhas do passado, mas não podemos continuar mantendo essas falhas do passado. E não vamos entrar. Mas temos que solucionar o presente. Foi falado que essa reserva foi criada sem ter em conta as populações, os quelônios são importantes, mas as pessoas também. E não foi tida em conta a situação dessas pessoas. E eu como sacerdote de uma igreja que defende a vida, né, e até eu sou estrangeiro, sou espanhol, estou aqui como missionário para me manter em fronteira, estou defendendo a vida dessas pessoas em nome desse Deus que nós acreditamos que Deus dá vida e que defende a vida toda, das pessoas, da natureza, tudo isso. E eu acho que isso não foi contemplado.

Então, nesse sentido nós temos que ter um diálogo realmente aberto e fácil. E até deste ponto de vista da lei também, já foi falado bem claramente, eu acho que aí o Sr. Marcos do INCRA fez uma colocação bem clara sobre esse assunto. Estas pessoas quando foi criada a reserva biológica, primeiramente não foram avisadas, tudo bem, mas não foram indenizadas, nem foram deslocadas e aí continuaram e com eles, gostaria, depois vai ser dada a palavra aos próprios moradores, eu escutei depoimentos de uma pessoa até que falava: Olha, nós no momento, sem saber como, nos transformamos em ladrões daquilo que era nosso, quando o IBAMA chegou lá fiscalizando, impedindo que nós

pudéssemos viver como sempre vivemos. Então, nesse sentido eu acho que o diálogo tem que ser aberto e claro até para solucionar um problema legal. Estamos mantendo as pessoas vivendo numa situação de ilegalidade e aí tem que ser, tem que ser encontrada uma solução para isso. Eu acho que isso é importante. E pelo que eu conheço e as pessoas que moram lá conhecem mais, certamente esses quelônios que estão sendo preservados porque praticamente pelo que eu sei isso é uma praia que está sendo preservada. Só uma praia. Isso vai continuar sendo conservado e preservado pelas mesmas pessoas como já foi falado, como já fizeram por séculos e séculos. A transformação de uma reserva, extrativista, poderia ser outro tipo de reserva, não de proteção integral, pode continuar com essa missão de preservar aquilo que tem que ser preservado e ao mesmo tempo preservando e o bicho, o animal falando assim, mais importante da criação que é o homem, que é a pessoa.

Então, a vida pelo que eu sei, pelo que eu conheço e acompanhei nestes anos, destas pessoas ficou infernizada porque eles viram como que a vida mudou totalmente. Então, nesse sentido eu acho, e nós apoiamos realmente e que esse diálogo seja aberto, seja sincero, seja honesto para poder realmente transformar esta realidade. Simplesmente quero apontar nisso, outras coisas já foram faladas, voltar sempre ao mesmo, mas é importante ter em conta a situação e a dignidade das pessoas porque estamos condenando algumas pessoas a viver sem direitos, sem dignidade e isso é muito grave. Mais grave do que a perda de alguns quelônios, embora tenhamos que defender também isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senhor Júlio...

SR. JÚLIO CÉSAR GONCHOROSKI: Não, só um comentário, eu acho que o diálogo aberto, franco, honesto, estamos com a mesma opinião e de nossa parte tenha certeza que nós vamos estar buscando isso. O único comentário que eu coloquei que seria difícil é porque pela dádiva que é a região para os homens e para a natureza, realmente nós vamos ter argumentos fortes de todos os lados. Então, acho que mais do que difícil, talvez, vai ser um diálogo forte buscando qual é o equilíbrio de tudo isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Abraham, quer falar? Fala um pouquinho, tem esse microfone, pode puxar para seu lado e aperte esse botão aí embaixo, é um morador da Reserva Biológica. Quero destacar aqui a presença do senador, grande Senador Delcídio, está conosco e é membro dessa Comissão. Ele é morador da Reserva Biológica lá do Município de Tapauá da reserva biológica do Abufari.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só pela ordem, registrar que eu só consegui chegar agora, porque nós tivemos uma reunião da Comissão de Infra-Estrutura extremamente conturbada em função das dificuldades todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero dizer para V. Exa. que dava para ouvir aqui.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A gritaria. Então, por isso peço desculpas por ter só chegado agora.

SR. ABRAHIM ALMEIDA DE ANDRADE: Eu quero agradecer a presença de todos vocês aí, Senador, Prefeito, nosso Prefeito, vocês, que estamos aqui e a presença também dos nossos parceiros, das nossas comunidades, porque nós lá nós vivemos uma vida, assim, sofrida, como o pessoal, o povo tem falado e aonde que nós somos muito perseguidos pelo IBAMA. E eu sou morador de lá há 54 anos e antes disso nós morávamos já lá, meu pai era filho de lá e o Prefeito conhece, conhecia, né, que já morreu. Aí nós ficamos unidos de comunidade lá da reserva aonde nós mora(F) e ficamos sofrendo, aonde até eles tocaram fogo lá na minha comunidade aonde eu moro sem eu estar na presença e depois eles quiseram tomar, assim, começar tomar tecido do povo, arrombar as casas, aonde não tinha ninguém, eles entravam e continuavam mexendo nas casas. E nós achamos por direito que nós, pelo menos, a gente ficasse, né, sendo, assim, uma representação para o povo porque antes disso “nóis” não era de comunidade, então, quando começou isso aí a gente começou a se comunicar com o Prefeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Abrahim, um minuto. Essa situação que você está levantando foi há muito tempo ou foi recente essa coisa de tocar fogo...

SR. ABRAHIM ALMEIDA DE ANDRADE: Tá fazendo assim, na base de sete anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sete anos atrás.

SR. ABRAHIM ALMEIDA DE ANDRADE: Isso. Sete anos atrás, aí quando eles continuaram, novamente, a gente começou a conversar com os líderes, com o Chico, que o nosso amigo aqui também, o padre, aí nós nos reunimos para ver se a gente ajuntava essa reserva extrativista. Esse é meu recado nessa manhã e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Abrahim. O Ronaldo Andrade quer fazer uma... Pode puxar. Ok.

SR. RONALDO DE ANDRADE SOARES: Bom dia a todos. Eu quero em primeiro lugar agradecer ao Senador João Pedro que já estive no nosso Municí-

pio ouvindo também mais líderes de comunidades e a todos que estão presentes, autoridades. Nós sabemos que foram constituídas para defender o povo, então, já foi aí mencionado como estamos sendo oprimido e eu quero dar ênfase à vida do povo que “veve” em estado miserável, porque nós moramos lá, eu moro há 23 anos e conheço bem, a minha comunidade já sofreu também agressões e não temos liberdade. E não temos também como, meios para poder melhorar de vida a não ser criando uma Resex. Então, a gente pede, reivindica que seja o mais rápido possível para que nós “possa” melhorar a situação do povo ribeirinho da reserva Abufari. Então, eu estou otimista com o que já ouvi de cada um de vocês, autoridades, principalmente do seu Marcos, fiquei muito feliz por estar ouvindo, ele defendendo a nossa causa e quero que seja tudo possível acontecer em mais rápido possível. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Ronaldo. Eu pergunto se alguém daqui da Mesa quer se manifestar. Néilton?

SR. NÉLITON MARQUES DA SILVA: Eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Néilton em seguida o Kowarick.

SR. NÉLITON MARQUES DA SILVA: Mais a título de contribuição. A gente é levado às vezes para o senso de urgência e ficamos até um pouco ansiosos para a gente materializar, para concretizar algumas questões que a gente considera pertinente. O que se traz aqui, fundamentalmente é a questão da legalidade, né. Uma reserva, uma unidade de conservação, padre Fernando, como essa, de proteção integral, por lei, por lei não pode ter populações tradicionais quer dizer, não pode ter populações permanentes... Ora, da mesma forma quando criaram a Reserva Biológica de Abufari um rio federal, mais do que federal, porque ele é internacional, ele nasce no Peru, então, a Polícia Federal, quer dizer, então, ele atravessa, é a mesma situação da estação ecológica de Anavilhanas que tem também um rio federal atravessando uma unidade de proteção que é muito mais restritiva, que precisa ser, está até se pensando em se transformar em parque. Então, diante disso, Senador, eu acho que a gente poderia pensar já em alguns encaminhamentos do ponto de vista, assim, é muito complicado você pensar, por exemplo, remover, querer, não, não, vamos trazer para a legalidade, vamos remover todas as famílias. Quantas são Marta? 1571 famílias, pessoas, ou seja, você tirar essas pessoas de lá e colocar em outro lugar, ou seja, você cria uma situação social muito grave. Então, a proposta, talvez, seria nós tirarmos aqui uma Comissão interdisciplinar que envolva o CEUC lá do Amazo-

nas, o Centro Estadual de Unidade de Conservação, o Instituto Chico Mendes com a anuência do IPAM e do IBAMA para que nós possamos reunir o INCRA, com o Estado da arte que se tem e nós fazermos a nova redivisão, reanálise do ponto de vista do zoneamento, do ponto de vista do ordenamento desse espaço de uma nova proposta. Qual seria, talvez, uma nova proposta? É uma margem, talvez a margem direita do rio Purus manteria a REBIO, a margem esquerda, desculpe, a margem esquerda manteria a REBIO, a margem direita manteria a RESEX ou RDS, categoria que for, e veríamos se ela ficaria naquele trecho, que hoje está conforme o plano de gestão define esta reserva, ou seja, resolver essa questão da navegação, porque aí você traz a legalidade à questão da navegação, permitir a navegação dentro da absoluta legibilidade, permitir a presença dessas populações, ou seja, se não é possível e não é possível do ponto de vista legal manter as populações na reserva, que elas mudem de margem. E estabelecer alguns acordos nesse processo. Eu não vejo nenhum problema, por exemplo, o Estado do Amazonas assumir essa unidade de conservação de proteção integral, inclusive, com a perspectiva de estender bolsa floresta para ela, inclusive. Enfim, são todas questões que a gente pode trazer para esse espaço para reflexão, não dá para a gente fechar essa questão aqui agora, isso está claro, não é o objetivo final sair daqui com isso definido, mas eu acho que nós temos que sair com algum tipo de encaminhamento que dê concretude a esse processo, é um pouco da minha contribuição Senador João Pedro para que a gente possa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Néilton do IPAAM, é uma proposta de criação de uma Comissão. Com a palavra o Senador Delcídio, em seguida o INCRA.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, só para registrar primeiro a importância do tema, parabenizar V. Exa. pela iniciativa trazendo esse tema importante para a Comissão de Agricultura aqui do Senado Federal, V. Exa. já havia feito, já havia me relatado a dificuldade, principalmente dessas famílias que se encontram nessa Reserva Biológica de Abufari. Eu atentamente aqui também foi produzido um material extremamente objetivo com relação ao encaminhamento de uma solução adequada para essas famílias que fruto desse quadro em que vivem ficam sem perspectiva, ficam inseguras e esse é um... É muito relevante a oportunidade que se tem de trazer esse debate aqui para o Senado Federal não só especificamente com relação à Abufari, mas também podem existir pelo país situações assemelhadas. E eu vejo aqui que a proposta que já foi repetida aqui, inclusive, por moradores de

lá da região, a transformação numa reserva extrativista numa Resex, evidentemente Senador João Pedro, nós... Essa Comissão ela é uma Comissão preocupada com não só a questão da agricultura, da pecuária, mas da Reforma Agrária e de questões associadas acima de tudo a terra, porque essas atividades todas estão absolutamente relacionadas com a questão do meio ambiente. E todos os impactos que isso pode trazer. Então, eu não tenho dúvida que é importante, é extremamente válido o fato de V. Exa. trazer esse tema para o debate e ao mesmo tempo nós criarmos as condições necessárias a partir do momento que nós ouvimos aqui o testemunho de muitas, de pessoas que estão diretamente, líderes dessa comunidade e que vivem o dia-a-dia dessa situação, não há dúvida que nós vamos ter os subsídios necessários, o Prefeito Almino também está aqui presente, nós vamos ter as condições necessárias de encontrar uma saída, uma saída que efetivamente atenda aos desejos dessa população que quer ter paz, acima de tudo, e eu acredito que essa proposta pode efetivamente ensejar um compromisso não só de um futuro para as pessoas mas também sob o ponto de vista ambiental uma coisa sensata e uma proposta que efetivamente vai... vai atender não só a questão do meio ambiente mas acima de tudo a questão das pessoas que aqui com seus testemunhos deixaram muito claro a vida que levam, as preocupações e a insegurança. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado Senador Delcídio. Com a palavra Marcos Kowarick do INCRA, em seguida, o Prefeito.

SR. MARCOS KOWARICK: Eu vou apenas reiterar, veja só. O INCRA aqui neste momento, objetivamente, nós não temos o que questionar em absoluto qualquer política adotada pelo Ministério do Meio Ambiente, ao contrário, apoiar. Agora, o que salta aos olhos e nós trabalhamos com questão fundiária, exclusivamente em terras federais e isso envolve toda a margem de terras federais são as questões do direito sobre isso. Então, nós levantamos dois pontos claros de contraditória fratura exposta. Primeiro, o rio, o rio... que não é qualquer rio, é uma hidrovia, e grande, que tem acima dele, ou seja, que usam para o transporte até Manaus, Boca do Acre, Paurini, Lábrea, Camutama, Tapauá, Einurepé, Envira, Guajará, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, que são grandes comunidades.

MARTA VALÉRIA CUNHA: Municípios.

SR. MARCOS KOWARICK: Municípios inteiros e são grandes cidades, são cidades da Amazônia. Bom, o rio está dentro da REBIO. Os dois lados, portanto, nós teríamos que ter um viaduto via, alguma coisa, porque na biológica não pode passar, só para

pesquisa. Não tem trânsito. É proibido. Então, já tem um contraditório forte. A segunda questão é que para atuar o Governo Federal fazer qualquer ação contra a população tradicional que já está lá, de realocar, proibir, tem que indenizar e tirar. Se é para fazer isso tem que indenizar antes justa e prévia indenização. Isso é direito. Na área agrária e é Direito Civil. Fora isso não tem como. Então, imediatamente tem que ter uma convivência sobre isso, sobre ação ilegal do Estado sobre essas comunidades. É isto. É ilegal, qualquer restrição. Não pode fazer do dia... Não, você tem que indenizar e dar meios e condições de vida. Então, realmente vocês estão estrangulados pelo Estado Brasileiro que só diz: Não pode. E não diz: Como pode. Ponto. É isso. É o mesmo problema que nós lidamos na Reforma Agrária. Agora, isso não quer dizer rebelião ir contra a lei. Não. Nós herdamos mazelas. A palavra de Deus diz: A gente herda bênção e maldição. Que Deus nos ilumine para sair dessa e muito com muita sabedoria. Agora veja, qual é o passo? É o entendimento, é o diálogo como o próprio instituto colocou. E de forma que dê, garanta a objetividade biológica de reserva restrita e possa ter a forma de defender isso de uma forma eficaz porque na visão de Estado mínimo que nós vivemos nós não conseguimos botar um técnico Federal, primeiro por falta de recursos, hoje está tendo mais, segundo pela própria norma do serviço público, a gente não consegue manter no interior a defesa, o guarda florestal, o guarda da REBIO, é difícil. E nós estamos tratando não é de uma nesga de terra, nós estamos tratando 288 mil hectares de terra. É muita terra! É muita terra! É mais que quatro vezes o plano piloto inteiro! Inteiro! Então, isso não é pouca coisa. E nós queremos, estamos à disposição do Ministério do Meio Ambiente, do Governo como temos feito, com entendimento muito grande com a Ministra Marina, em todas as áreas, na BR-163, na 319, para dar solução e o máximo de cooperação para que dê efetividade às ações de defesa do meio ambiente, sim. É essa a posição que eu quero deixar clara aqui e que não é, portanto, uma defesa prévia de A ou o... nós vamos defender a legalidade, a legalidade hoje que está aí é da REBIO, agora não está tudo certinho. Não tá. Se é para tirar tem que pagar antes. Não é pressionar. O Estado Brasileiro tem que defender o cidadão brasileiro acima de qualquer coisa. Isso é para tirar? Tira. Então paga. Até lá tem que dar condição de viver e isso vamos levar a um bom termo e ter uma agenda positiva porque tem política pública hoje neste Governo para resolver isso com paz, com harmonia, preservando os interesses que já foram declarados na área, seja de extrativista, seja de preservação integral, restrita da Amazônia que precisa mesmo. É isso que eu quero dizer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO PEDRO

(PT-AM): Eu vou passar a palavra para o Anael Aymoré Jacob que é do Ministério do Meio Ambiente. Anael, por favor, meu caro e ilustre companheiro Delcídio, eu estou sendo chamado para uma votação na CPI dos Cartões, V. Exa. poderia segurar um pouco essa responsabilidade e depois a gente leva em consideração aqui uma proposta que foi feita e eu quero fazer um adendo. Se tem uma Comissão, uma proposta de Comissão para trabalhar, eu quero propor um prazo de 50 dias para nós irmos ao Amazonas com a presença da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao lado das outras Instituições que estão aqui participando desta Audiência Pública. Isso a gente pode encaminhar depois, isso é proposta. Tá bom, Delcídio, eu vou lá e volto aqui. Com licença.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Dr. Anael Aymoré Jacob.

SR. ANAEL AYMORÉ JACOB: Muito obrigado, Sr. Senador. Só fazer um esclarecimento, que na verdade eu sou do Ministério do Meio Ambiente, mas sou do Instituto Chico Mendes, coordenador do Bio(F) Amazônia, dentro da diretoria de unidades de conservação de proteção integral. Eu só gostaria de fazer, assim, duas breves considerações e alguns esclarecimentos, assim, no sentido até de fazer justiça um pouco também com o atual momento de gestão da Reserva Biológica do Abufari. Antes de mais nada eu gostaria de sinceramente louvar a organização e a presença da Sociedade Civil, comunitárias, representantes de residentes da REBIO Abufari, de estar aqui, de estarem trazendo essas propostas, eu defendo também intransigentemente que eu acho que enquanto a gente não tiver um forte controle social e participação social nós que somos servidores públicos não vamos conseguir dar respostas que estejam em sintonia com os anseios da sociedade.

Então, a presença de vocês aqui trazendo essa discussão, independentemente do resultado que venha ter esse processo todo é fundamental e é louvável e espero que cada vez mais isso cresça dentro do Brasil como nação. Agora uma coisa que eu acho que é importante reforçar que, talvez, foi pouco mencionado aqui nas exposições é essa questão da legalidade ou ilegalidade. Eu gostaria de reforçar o aspecto que existe dentro da própria Legislação que rege o Sistema Nacional de unidades de conservação de que independentemente da categoria criada e isso, inclusive, consta aqui no próprio material que foi feito pela consultoria Legislativa do Senado Federal, o art. 42 da lei do SNUC que até que as populações tradicionais residentes em

Unidades de Conservação de Proteção Integral sejam indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes, e devidamente realocadas pelo poder público, elas têm o direito a manter a sua presença e as suas atividades compatibilizados com seus modos de vida, suas fontes de subsistência e os locais de moradia. Então, eu entendo também que muitos dos depoimentos feitos pelos representantes das comunidades aqui trazem também uma bagagem muito grande de coisas que aconteceram ao longo desses últimos 25 anos desde a criação da unidade. Agora, mais especificamente do ano de 2000, que é o ano que foi editada a lei do SNUC para cá, nós como servidores dentro do IBAMA, e agora dentro do Instituto Chico Mendes, temos trabalhado fortemente a capacitação e a formação dos nossos profissionais para respeitar principalmente esse aspecto da lei e também principalmente dentro do que existe como instrumento previsto na própria lei a questão dos termos de compromisso, talvez a gente não tenha chegado a implementar esse instrumento no caso específico da REBIO Abufari, mas de antemão nós orientamos os nossos servidores a respeitar esse artigo da lei. Eu gostaria até se possível ouvir manifestações de representantes locais, das comunidades, se esses aspectos que foram relatados de ação até brutal, na verdade como servidor público a gente fica chocado e escandalizado de ouvir que isso aconteceu no passado, mas para nós é muito importante ter a tranquilidade de que no presente esse tipo de ação não está acontecendo, porque se no presente esse tipo de ação ainda estiver acontecendo isso enseja, na verdade, a necessidade da gente tomar ações muito duras, internas, para garantir que esse tipo de comportamento não aconteça. É princípio básico primário da nossa gestão, do nosso trabalho o respeito pelas populações, pelas comunidades tradicionais, coisas que foram colocadas aqui de serem tratadas como ladrões, tudo mais, é inadmissível dentro do nosso instituto e para nós é muito importante ter a clareza, a partir de nós que trabalhamos aqui em Brasília de que esse princípio está sendo respeitado pelas nossas equipes que trabalham lá nas unidades. Então, eu gostaria até de se possível ver manifestações com relação a esse atual momento de gestão da unidade, temos lá dois analistas ambientais, um técnico administrativo, parcerias com a Prefeitura, para o período de proteção dos tabuleiros.

E gostaria de saber, então, se esse preceito legal está sendo efetivamente respeitado no atual momento. Outro esclarecimento que eu acho importante fazer porque foi mencionado algumas vezes aqui e, talvez, tenha sido por desinformação ou por falta de acesso, falta de difusão dos conhecimentos científicos por-

duzidos pela academia é que existem sim pesquisas sendo realizadas dentro da REBIO Abufari, existem pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, Dr. Richard Vood(F) que é um grande especialista, emérito especialista em quelônios, desenvolve pesquisas na unidade com alunos de pós-graduação já há alguns anos e nós estamos dispostos já, podemos disponibilizar para essa Comissão, inclusive, os relatórios e listas das pesquisas que são realizadas lá com publicações que já tenham ocorrido para comprovar que ainda que não dentro daquilo que a gente gostaria que fosse a gente gostaria que a REBIO Abufari fosse um grande pólo como mencionado aqui pelo Senador Sibá Machado, fosse um grande pólo de pesquisas e de geração de conhecimentos, mas não é o caso também de dizer que é uma área completamente vazia de pesquisas. É... esses são os esclarecimentos. E por fim ressaltar que, é óbvio, a gente vai ter esse processo como foi mencionado pelo Dr. Júlio César, um processo amplo, aberto, franco de debate. Agora eu acho que é preciso a gente construir consensos e construir, ter razões rápidas para garantir, inclusive, que coisas como foram mencionadas pelos comunitários nunca se repitam aqui nessa região. E eu acho que a gente poderia avançar dentro da proposta apresentada pelo Dr. Néilton, de formação desse grupo de trabalho de mais do que a gente tentar nesse momento achar a solução ideal e definitiva para essa situação é que a gente construa e galgue pequenos sucessos e aprofundamento no acordo e no entendimento entre o Poder Público e a sociedade local, ou seja, identificar... fazer um trabalho mais detalhado de identificação das ocupações, das residências dentro da REBIO, as atividades produtivas, garantir, ou seja, através desses termos de compromissos, os instrumentos previstos dentro da Legislação do SNUC que essas populações tenham direitos e reconhecidos por lei de manter o seu modo de vida tradicional até que seja dada uma solução definitiva, seja o caso de indenização se for esse o entendimento, seja o caso de recategorização se for esse entendimento, porque normalmente esses entendimentos as vezes também demoram, têm um certo tempo de gestação e a gente não pode... e principalmente os comunitários, as pessoas que moram na região as vezes não podem aguardar esse tempo que leva essa gestação dessas mudanças, seria importante a gente o mais rápido possível conseguir selar esses acordos, pactuar esses acordos junto com as comunidades para que elas tenham tranquilidade na condução do seu modo de vida até que essa solução definitiva seja alcançada. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Dr. Anael Aymoré Jacob

e essa Comissão solicita também que V. Exa. citou uma série de pesquisas e também relatórios já preparados pelo Instituto Chico Mendes. Então, se V. Sa. pudesse nos encaminhar seria muito importante. Eu gostaria de perguntar se alguma liderança da comunidade gostaria de fazer algum comentário com relação as palavras do... O nome, por favor. Helton.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, peço a palavra em seguida, após a exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ok, Senador. Por favor, Helton.

SR. HELTON NASCIMENTO: Boa tarde, já, quero cumprimentar a todos os meus companheiros, todas V. Sas. presentes e também respondendo a pergunta do nosso amigo do Meio Ambiente, até 2005, até 2004 era claro que acontecia tudo isso que ele falou, depois do início do trabalho da CPT mudou um pouco, mas hoje ainda acontece, apreensão de produtos e objetos, o IBAMA continua fazendo, proibição de plantar nas praias onde sempre foi plantado, continua também, abordagem aos ribeirinhos usando arma de fogo continua, proibição de retirar madeira para reformar reformas das residências, também continua e proibição de pegar peixe e caça para nossa sobrevivência também ainda continua. Estas eram as minhas palavras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu passo, então. Alguém gostaria de fazer... Senador Nery, se V. Exa. concordar eu deixaria os apertes para a comunidade e aí V. Exa. fecharia a reunião com as suas palavras.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Uma ou duas falas...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Parece que depois... Por favor, o nome? Vereador? Elivaldo. Vereador lá de Tapauá, eita, e depois nosso Prefeito Almino Albuquerque e aí fechando o nosso querido Senador José Nery, Sra. Marta Valéria Cunha, só pediria que nós fôssemos bastante rápidos até porque já existem outras atividades no Senado e aqui a coisa está bem confusa hoje. Por favor, Vereador.

VEREADOR ELIVALDO HERCULINO DOS SANTOS (PFL-AM): Boa tarde a todos, eu queria cumprimentar a Mesa em nome do Senador. E eu vou falar agora como filho da comunidade, sou Vereador, filho do Abufari mesmo, o Néilton deve lembrar de mim, há uns 11 anos atrás, estivemos tocando nesse assunto, sobre a questão da reserva de Abufari e tentando planejar um meio para viabilizar de que forma a gente poderia compensar esses moradores que hoje moram na reserva. E até hoje infelizmente, ele sabe disso, ficou só no papel. Hoje vejo uma esperança de novo,

questão desse povo aí, o sofrimento deles, se vocês olharem, se os senhores olharem no rosto desses cidadãos, vejam o sofrimento deles e imaginem vocês vendo os moradores, a situação em que eles vivem hoje na comunidade. Eu sou filho lá do próprio Abufari, minha família toda praticamente mora lá, tios, meus avós nasceram e morreram lá, hoje praticamente minha família toda continua dentro da reserva. E hoje para vocês terem uma idéia a própria exploração da castanha que continua no mesmo local, pessoas que têm anos, nasceram, cresceram e morreram lá e não têm o direito sequer de pegar essa produção e vender para terceiros, porque pessoas que são ligadas à comunidade, donos que se dizem dono desse mesmo local, desses castanhais, obrigam os próprios moradores a venderem essa castanha e muitas vezes essa castanha é vendida, nem sequer recebe os valores, dessa produção que foram vendida.

Então, para vocês terem uma idéia, precisamos urgente de ver a solução para esses moradores, precisamos continuar preservando a reserva? Sim. Precisamos encontrar um meio que a gente possa manter a reserva e também encontrar um meio para que esses moradores continuem vivendo, tendo condição de vida que, porque não adianta produzir só o animal e o ser humano tirar a sustentabilidade deles, é viável, fiquei feliz quando existe a proposta de uma Comissão para encontrar um meio para que a gente possa valorizar o ser humano e também valorizar a reserva, preservar, dar uma condição de vida aos nossos moradores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado Vereador Elivaldo. Passo a palavra agora ao Prefeito Almino Albuquerque.

SR. ALMINO ALBUQUERQUE: Eu gostaria de deixar bem claro que nós do Município de Tapauá que aqui estamos, nós somos totalmente favoráveis à preservação do meio ambiente, tanto é que nesses sete anos de Governo o Município foi parceiro do IBAMA porque a reserva do Abufari sofre ações de contrabandistas de outros Municípios e o Município tem socorrido o IBAMA muitas vezes, muito embora o IBAMA sempre tenha sido relapso com relação a Reserva Biológica do Abufari e nós ficamos satisfeitos quando o Governo resolveu criar o Instituto Chico Mendes e deixou o Instituto com essa incumbência, surgiu uma nova esperança, de que essa situação melhora. Eu tenho aqui para comprovar o que o próprio IBAMA faz com os próprios funcionários, fotografias da base onde trabalham funcionários de curso superior como o senhor se referiu e os outros trabalhadores, as condições que eles trabalham. Eu queria entregar isso ao representante aqui do Instituto Chico Mendes e dizer

também da nossa alegria, da nossa satisfação por esse primeiro resultado que nós consideramos muito proveitoso e esperamos que daqui para frente tenhamos outros encontros e que o nosso objetivo seja realmente alcançado.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Meus cumprimentos a todos que compõe a Mesa, assumo aqui a Presidência interinamente no final dos trabalhos em razão dessas nossas agendas que acabam se atropelando com tantos compromissos numa mesma manhã. Eu concedo a palavra à representante da CPT, Estado do Amazonas, Sra. Marta Valéria Cunha.

SRA. MARTA VALÉRIA CUNHA: Também para indo para encaminhamento eu concordo com o Néilton, não é, da Comissão e também com que o Senador João Pedro falou, da gente realmente delimitar um prazo, então, se são 50 dias, 50 dias. E eu acho, assim, nós temos pressa para resolver essa situação, eu acho que chega de sofrimento, são 25 anos de sofrimento. Então, eu acho que chega de sofrimento. E eu continuo dizendo o seguinte. Não é viável pensar a margem direita ou a margem esquerda do Purus, porque tanto na margem direita como na margem esquerda tem comunidades. E acho que o que foi dito pelo Marcos Kowarick, o rio Purus é uma Hidrovia, é nossa estrada como eu já falei, não dá para cortar o rio Purus, se é uma praia preserva aquela praia. Eu acho que ficou muito claro aqui que ninguém está favorável à devastação da natureza. Primeiro que a pastoral da terra ela sempre vem lutando exatamente por isso, para que tenha esse equilíbrio entre preservar a natureza e preservar o ser humano que está ali dentro, quer dizer, não dá para a gente desassociar, eu acho que a ciência ela não conseguiu avançar nesse sentido de que é fundamental e importante a presença tanto da pessoa humana ali junto com a natureza porque a pessoa humana também é um animal.

Então, eu acho que isso não dá para desvincular a pessoa humana da preservação. Eu acho que isso para nós também é um consenso como falou o Prefeito Almino aqui e o Elivaldo, Vereador de lá. Para mim, assim, eu propondo que a Comissão, essa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que essa Comissão que nós estamos aqui ela já saia aqui que ela apresente um parecer favorável a esse projeto de transformação da REBIO do Abufari para a Resex de Abufari. Eu acho que a gente tem que caminhar e a gente precisa como eu já falei, depressa, que essa Comissão possa apresentar esse parecer favorável e depois o Senador João Pedro, possa apresentar um projeto lei. Nós sabemos que somente um projeto lei pode fazer essa mudança.

Então, eu já apresento essa solução, da gente fazer essa Comissão, mas a Comissão aqui de Agricultura e Reforma Agrária ela apresente um parecer favorável a essa mudança. É isso, obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigada Sra. Marta, concedo a palavra ao Sr. Néilton Marques da Silva do IPAM.

SR. NÉILTON MARQUES DA SILVA: Obrigado, Senador, apenas já na fase de encaminhamento e finalização da nossa Audiência Pública. A nossa proposta seja grupo de trabalho ou Comissão interinstitucional, a proposta é que a gente encaminhe no sentido já de instalar... Estabelece o prazo. A proposta do João Pedro, do Senador João Pedro é de 50 dias. 50 dias nós vamos cumprir isso em no dia 26 de maio, 27 de maio, que se faça depois uma audiência pública no dia 30 de maio lá em Tapauá para a gente já concretizar, me parece interessante. Então, instalaria essa Comissão, eu acho que a Comissão ela tem que estar o Centro Estadual de Unidade de Conservação, o Domingos Macedo, o Instituto Chico Mendes que, talvez, aí Júlio não sei se a Mônica será a pessoa ou alguém de vocês aqui, teria que ver, se incluiria lá. Eu acho Marta, que a CPT deve participar dessa Comissão de Trabalho, desse grupo de trabalho, o INCRA pode ser alguém, a Socorro ou o Ronaldo, não é Dr. Marcos? Alguma coisa assim. Ele faria o diagnóstico do Estado da arte da REBIO. Dados secundários, já existe, o Júlio estava agora me colocando o plano de gestão, o plano de manejo da REBIO existe, ela precisa ser revisada, ela é de 1995. Então, faz a revisão, vê o Estado da arte dela. Apresentação do relatório final, talvez no dia 26 ou 27 de maio e a conseqüente audiência pública para apresentação desse relatório técnico com as propostas. E aí a comunidade decide. Qual é a melhor proposta? Fazer ela integral? Fazer parcial, bem, enfim, a Comissão deverá ter a incumbência de apresentar esse documento. Acredito que 50 dias em função de informações que já existem são o suficiente para que ela apresente um produto final. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Agradeço e concedo a palavra ao Sr. Júlio, Diretor de áreas protegidas do Instituto Chico Mendes..

SR. JÚLIO CÉSAR GONCHOROSKI: Obrigado, bem rapidamente. Primeiro concordamos, achamos que é um encaminhamento bastante interessante, lembrando que não é só nossa Diretoria de Proteção Integral, mas o Chico Mendes também tem uma diretoria especializada em uso sustentável que vai ter que estar envolvida nesse processo, mas isso nós buscamos a melhor organização interna para colocar os técnicos melhores capacitados. E eu queria só relembrar o que

o colega Anael falou e falou com muita propriedade em todos os tópicos que ele colocou. Existe mesmo que em 60 dias nós tenhamos uma proposta, essa proposta leva um tempo para ser implementada. E que essa Comissão não deve pensar apenas na solução final, mas também até que essa solução ocorra como vai ser a nossa convivência? Chamou bastante atenção a isso que ele colocou que acho bastante importante, que como vai ser a nossa convivência, é fundamental para que não tenhamos arbitrariedades ou ações que não sejam bem entendidas por parte do pessoal do Chico Mendes ou do IBAMA que é: Como vamos conviver até que tenhamos a implementação disso? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Quero cumprimentar mais uma vez a todos os membros da Mesa e os representantes tanto da comunidade da reserva que habita a Reserva Biológica do Abufari no Amazonas, no Município de Tapauá, Sr. Prefeito Municipal, e as autoridades dos diversos órgãos que aqui se fazem presentes. Primeiro a realização desta Audiência Pública tem uma importância fundamental no momento em que as populações tradicionais da Amazônia precisam reafirmar a luta pelo respeito aos seus direitos. Já foi mencionado a forma de ocupação dessa área e a forma de criação da REBIO quando não se atentou para a presença de um contingente de moradores naquela área. O que é importante assinalar aqui é que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, atendendo requerimento de autoria do Senador João Pedro e eu fiz questão de estar aqui mesmo tendo nesta manhã de estar em cinco Comissões diferentes, discutindo e apresentando requerimentos, da CPI a quatro Comissões Permanentes o que dá bem a idéia do que seja o trabalho parlamentar no Congresso Nacional, especialmente, que merece muitas críticas pelas omissões, ou pela forma como muitas vezes deixa de tratar as questões que são fundamentais para o efetivo desenvolvimento do país que é o desenvolvimento que nos interessa. É aquele que trate com prioridade os interesses das maiorias historicamente tratada com desprezo, omissão, seja pelos Governos, pelas elites em nossos 500 anos de história. E esta Comissão a partir do Requerimento aprovado de iniciativa do Senador João Pedro, que permite um debate tão amplo quanto esse, com a presença dos verdadeiros interessados na busca de solução para um problema muito objetivo que seja como atender a necessidade de manter importantes áreas como essa da reserva Abufari que tem 280 mil hectares, lá com a presença de mais de 200 famílias.

Então, o caminho no diálogo para encontrar uma solução, um encaminhamento que atenda o que nós

entendemos fundamental o direito de toda a sociedade, de todos nós, de todos os seres humanos a termos, sim, áreas com essa caracterização e com esse institucionalização das reservas biológicas como é o caso de Abufari, creio que esse debate, Sr. Prefeito, Sr. Vereador, Comissão Pastoral da Terra, os ribeirinhos de Abufari, que trouxeram aos Senadores uma carta, um relato de sua situação, creio que é muito importante a presença de todos aqui porque esta Casa, o Senado Federal, recebe todos os dias a presença dos mais diferentes segmentos da sociedade, especialmente dos setores que historicamente dominam a política e a economia do país. Para nós é fundamental. Nós que temos a origem na luta do nosso povo, mandato popular exercido pelo Senador João Pedro, por mim e por tantos outros que vem da luta concreta do nosso povo para aqui exercer o mandato parlamentar, ter a presença de cada um de vocês que representam essa expressão viva da realidade de um segmento que precisa ser reafirmado no direito das populações tradicionais do país, no Brasil, em especial da Amazônia é fundamental para encontrarmos, então, um encaminhamento que atenda a necessidade da preservação ambiental, da nossa biodiversidade e a garantia dos direitos sociais, econômicos, culturais das populações que habitam na Amazônia, em especial aqui falando do Amazonas e do Município de Tapauá e da Reserva Biológica Abufari. Fiz essas considerações, senhoras e senhores, porque mesmo com tantas atividades essa manhã nós temos uma diretriz muito clara de apoiar a luta no direito das populações tradicionais, dos indígenas, dos quilombolas, dos agricultores familiares, se falando mais na questão relacionada ao campo, por entender que é fundamental para afirmação de um projeto de desenvolvimento no nosso país que garanta o direito dessas maiorias historicamente abandonada que precisa ter cada vez mais a presença do Estado Brasileiro na solução dos seus problemas.

Quanto aos encaminhamentos e a proposta da formação de uma Comissão para tratar da questão, a sugestão da participação da Comissão, aliás, do Centro Estadual das Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, do Instituto Chico Mendes, do INCRA, da Prefeitura de Tapauá, da Comissão de Agricultura e da Comissão Pastoral da Terra foi a última sugestão que eu ouvi, Laurentino, Constantino que representa, Laurentino que representa aqui os moradores lá de Tapauá, das comunidades de Tapauá, 32 comunidades. Qual o encaminhamento que pode ser dado? Essa proposta do ponto de vista da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária terá que ser apresentado na próxima reunião e o Senador João Pedro com certeza tomará essa iniciativa um Requerimento de diligência

para acompanhar o trabalho que terá a presença e a participação dessas Entidades, Instituições aqui relacionadas. O encaminhamento é exatamente esse. Na próxima reunião da Comissão de Agricultura será apreciado requerimento para formalização de uma diligência que é a nomeação de uma Comissão de Senadores, desta Comissão, para junto com essas Entidades aqui elencadas realizar esse trabalho pelo prazo aqui inicialmente combinado de 50 dias. Correto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, só para entender. Então o prazo passaria a correr a contar da institucionalização, do regimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Do ponto de vista regimental aqui, teríamos que aprovar agora um requerimento criando uma Comissão de Senadores para em atividade diligenciais acompanhar a solução da questão com a participação dessas instituições públicas, dos movimentos sociais que envolvem a Prefeitura, o Instituto Chico Mendes, a CPT, o INCRA, enfim, todos aqui, o Centro Estadual de Unidade de Conservação. O encaminhamento, portanto, é esse. Nos comprometemos, desde já, com certeza aprovar este Requerimento que terá autoria do Senador João Pedro e, então, passaremos, então, a partir da aprovação contar esse prazo de 50 dias para tomar todos esses encaminhamentos torcendo que esse trabalho possa ser concluído de forma satisfatória nesse período que estamos aqui estipulando. Embora eu quero dizer a todos que considero o prazo de 50 dias muito exíguo, muito pequeno para tratar de uma questão tão complexa quanto esta. Então, eu queria desde já chamar a atenção de todos, que eventualmente o prazo estipulado possa ser esse, mas fiquemos atentos para a necessidade de uma conclusão adequada dos trabalhos, provavelmente em prazo maior do que esse aqui acordado. E isso para tranquilizar a todos, especialmente os moradores, os ribeirinhos de que não seremos omissos aqui, mas temos que ter o tempo necessário para fazer, nos incumbirmos dessas tarefas. Bem-feito. No mais quero agradecer a todos e a todas. A todas as autoridades que se fizeram e que estão presentes aqui nesta Audiência, Sr. Marcos Kowarick que é Diretor de Programas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do INCRA, Sr. Néilton, Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, Sra. Marta Valéria Cunha, Coordenadora da Comissão Pastoral da Terra do Amazonas, Sr. Francisco Laurentino do Nascimento aqui representando as comunidades tradicionais da região, do Município de Tapauá, Prefeito Almino Albuquerque que compartilha as preocupações e a busca de uma solução para essa questão. Enfim, agradecendo a todos, só... eu vi ali eu já ia encerrar,

mas o Laurentino me parece que gostaria de falar e não seria... seria para nós muito adequado encerrar a sessão ouvindo o representante mais legítimo da luta do povo ribeirinho do Amazonas.

SR. FRANCISCO LAURENTINO DO NASCIMENTO: Eu quero agradecer a todos em nome dos povos da comunidade, quero agradecer ao Prefeito, a Comissão Pastoral da Terra, a todo o Senado e a todas as autoridades pela compreensão que estão tendo em nos apoiar e de dar essa grande esperança dessa reforma. E queria acrescentar também, pedindo que se fizesse uma reforma totalmente, vamos dizer, uma reforma completa de Reserva Biológica para Reserva Extrativista e também na palavra do Sr. Ministro do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes, me deixou a desejar quando ele perguntou se as coisas ainda aconteceriam. E nisso eu respondo para ele que a partir dessa reunião que a gente teve da Audiência Pública que tivemos com o João Pedro e o Néilton, a Marta, em Tapauá, as coisas mudaram um pouco. Mas as ameaças ainda não mudaram não. Ainda somos ameaçados e considerados como ladrões daquilo que é nosso. Por quê? Porque funcionários do IBAMA como a gente vê em outros países andam menos com a farda, e lá são diferentes, andam com armas pesadas. Ninguém vê um funcionário do IBAMA sem arma. E por isso a gente pede que providencie mesmo, que eu estou acreditando no que eu estou ouvindo e vou levar essa mensagem a todos os que estão esperando, porque é muito chato e também é muito cruel você ser considerado uma pessoa como estamos sendo considerados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Obrigado ao Sr. Francisco Laurentino. E com suas declarações, mensagens, definições que tivemos nessa Audiência Pública, agradecendo a todos, declaro encerrada a presente audiência.

Sessão encerrada às 13h05.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, COM A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2008.

Às quinze horas do dia oito de abril de dois mil e oito, na Sala 09, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária,

com a participação dos membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com a presença dos seguintes Senadores(as): **DELCIDIO AMARAL, EXPEDITO JÚNIOR, JAYME CAMPOS, JOÃO TENÓRIO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO E SIBÁ MACHADO**. Deixam de comparecer os Senadores (as): Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes, Carlos Dunga, Osmar Dias. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. E com a participação dos seguintes deputados: **ONYX LORENZETI, EDUARDO SCIARRA, CELSO MALDANER, HOMERO PEREIRA, VALDIR COLATTO, LUIZ CARLOS SETIM, FÉLIX MENDONÇA, CEZAR SILVESTRE, MOACIR MICHELLETO, PAULO PIAU, DAGOBERTO E ODÍLIO BALBINOTTI**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se a realização da seguinte pauta: Reunião, em cumprimento ao **Requerimento nº 27 de 2007 – CRA**, aprovado em 28.11.2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, bem como do **Requerimento nº 197, de 2007 – CAPADR – CD**, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, com o objetivo de discutir sobre as tecnologias genéticas de restrição de uso de variedade, assunto objeto do **Projeto de Lei nº 268/2007**, com o propósito de alterar dispositivos da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2004, e revogar os arts. 11 e 12 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Francisco José Lima Aragão** – Membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio; **Sr. Jesus Aparecido Ferro** – Diretor Fundador da Empresa ALELLYX SA; **Sr. Robinson Antônio Pitele** – Professor da Universidade Estadual Paulista – UNESP; **Sr. Elíbio Leopoldo Rech Filho** – Engenheiro Agrônomo da Embrapa e PHD em Genética Molecular. Após a explanação dos convidados, fazem o uso da palavra, para tecerem considerações sobre o assunto abordado, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Sibá Machado, Gilberto Goellner. E participam os seguintes Deputados: Eduardo Sciarra, Homero Pereira e Félix Mendonça. **RESULTADO: Reunião Realizada.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Neuto de Conto**, 0 Presidente Da Comissão

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada no Dia 08 de Abril de 2008, às 15 Horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão da Agricultura Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, com a presença também do nosso Deputado Presidente da Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados Onyx Lorenzoni.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Aprovada.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 27 de 2007 – CRA, aprovado em 28.11.2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, bem como do Requerimento nº 197 de 2007 – COPADRC(D), de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, com o objetivo de discutir sobre a tecnologia genética de restrição de uso de variedades, assunto objetivo do Projeto de Lei nº 268/2007, com o propósito de alterar dispositivo da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2004, e revogar os arts. 1 e 12 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, com a participação dos seguintes convidados, que desde já os convido para compor a Mesa: Dr. Francisco José Lima Aragão, Membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; convidamos o Sr. Dr. Jesus Aparecido Ferro, Diretor Fundador da Empresa Alellyx S/A.

Convidamos o Sr. Robinson Pitele, Professor da Universidade Estadual Paulista; convidamos o Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, Engenheiro Agrônomo da EMBRAPA e PHD em Genética.

Lembro à Comissão que consta sobre a Bancada avulso do Projeto de Lei nº 268 de 2007, com o parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, bem como da tramitação naquela Casa.

Nós consultamos o Presidente da Câmara se quer... Da Comissão de Assunto da agricultura, o Deputado Onyx, se gostaria de usar a palavra inicialmente.

Com a dispensa do Deputado nós ouviremos então de imediato, o Dr. Francisco José Lima Aragão.

SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO: Srs. Senadores, Srs. Deputados, gostaria de inicialmente

agradecer o convite em nome do Dr. Walter Colli, Presidente da Comissão Nacional de Biossegurança, se eu puder ter... Não, está bom. Esse assunto sobre... Que trata a Lei de Biossegurança, que coloca no seu art. 6º, no § 7º, a proibição de tecnologias genéticas para restrição de uso, ou seja, tecnologias que possam gerar sementes que não germinem ou que não tenham descendentes.

Esse § da Lei, o § Único, que caracteriza esses indivíduos, esses organismos, foi muito discutido aqui inclusive por nós durante a elaboração da Lei de Biossegurança em 2004 e depois na Lei de Biossegurança em 2005. Trata-se, nesse caso, exclusivamente de plantas, eu vou grifar isso porque vai me interessar no futuro, e também genes, introdução de genes que estão relacionados à fertilidade de plantas que são induzidos por composto ou moléculas, então, por compostos químicos.

É uma indução química. Então, a Lei trata de indução química de genes que levam a alteração da fertilidade e apenas de plantas, mas, como nós vamos ver em seguida, isso apesar de ter sido tratado apenas para plantas têm implicações para vários outros organismos e implicações importantes. Posso ter o próximo?

Isso foi muito discutido do ponto de vista ético e essas questões éticas têm sempre sido reduzidas a questionamentos técnicos e, obviamente, questionamentos técnicos exigem respostas técnicas. Próximo, por favor.

Eu vou tentar rapidamente dizer porque que apareceu aquele artigo na Lei de Biossegurança, o objetivo é principal naquele momento foi impedir que se estabelecesse no Brasil, tanto do ponto de vista comercial quanto de propriedade intelectual, da *Tecnologia Terminator*.

Nesse caso, do *Terminator*, três seqüências, existem várias propostas, mas uma proposta inicial que foi patenteada nos Estados Unidos envolve a introdução de três genes, e esses três genes quando não é feito nenhum tratamento químico na planta não vai acontecer nada, as sementes serão viáveis. Então, se nós não tratarmos as sementes, elas serão naturalmente viáveis, gerarão descendência e a descendência será viável e os genes serão transferidos de forma mendeliana, progênies(F) etc.

Se as sementes forem tratadas, no caso aqui com antibiótico, tetraciclina, então as sementes gerarão plantas que gerarão indivíduos que serão inviáveis. Da maneira como essa primeira estratégia foi montada, ela é praticamente inviável do ponto de vista prático, uma vez que exige que as sementes sejam tratadas. Então, qualquer um que estudou o mínimo de tecnologia de

sementes sabe que o tratamento de sementes, imersão de semente com meio tetraciclina, iria gerar um baixo vigor e uma baixa fertilidade dessas sementes.

Mas, de qualquer maneira, é uma tecnologia que existe e que pode ser colocada em prática, embora eu ache que do ponto de vista comercial ela é uma pouco, me parece um pouco inviável porque envolve tratamento com antibiótico num ponto do processo. No entanto, existem outras estratégias em que é exatamente o contrário, as plantas são naturalmente inviáveis, ou seja, geram sementes que não germinam.

Bom, então, se nós tivermos uma planta que gera sementes que não germinam, como é que nós vamos vender sementes? Nós podemos fazer um tratamento nessa planta e aí? Agora, ao contrário da outra, o tratamento gera plantas viáveis. Então faz-se um tratamento nas plantas, elas geram sementes viáveis, mas as sementes, no campo, sem o tratamento, seriam, então, inviáveis. Então, dessa maneira, nós temos uma tecnologia que é muito mais aplicável do ponto de vista comercial, muito diferente da outra que exigiria tratamentos que vão contra qualquer princípio de tecnologia de sementes.

Bom, quando nós comparamos a tecnologia embutida em semente com outras tecnologias, nós vemos algumas particularidades. As novas variedades, elas têm um custo alto de produção, ou seja, geração de novas variedades é um processo relativamente muito dispendioso e é natural, então, que a empresa ou aquele que está gerando novas variedades tenha algum tipo de proteção como, na realidade, existe porque ele precisa, obviamente, ter o retorno do seu investimento.

Mas as sementes têm baixo custo marginal de reprodução. Então, ao contrário de outras tecnologias, por exemplo, quando é disponibilizado para o comércio um CD de música, ele pode ser reproduzido, mas tem um custo. Enquanto que o custo de reprodução de sementes, as sementes podem se auto-reproduzir, são organismos que se reproduzem sem necessidade de uma outra tecnologia adicional, ao contrário, por exemplo, de um CD de música, etc. Então, elas podem ser facilmente reproduzidas.

E a solução típica para garantir o retorno do investidor é uma constrição legal, ou seja, uma proibição de reprodução, como ocorre para a maioria dos processos tecnológicos. Isso está claramente colocado nas legislações de propriedade intelectual, no caso de sementes, nós temos a Lei de proteção de variedades etc. Mas isso tem uma dificuldade de controle, no caso das sementes e no caso da maioria das outras tecnologias.

Então, se procura gerar constrições tecnológicas, por exemplo, um DVD que não possa ser copiado, isso

é uma restrição tecnológica. E tecnologias como a que a gente está discutindo aqui, *GURTs*, tecnologias genéticas que evitem a reprodução das sementes são, é um tipo de constrição tecnológica como já existe em outras tecnologias e está sendo colocado para a sociedade com outras tecnologias.

Quer dizer, sempre o gerador da tecnologia procura se proteger primeiro do ponto de vista legal, com patentes e outros mecanismos de propriedade intelectual, e depois com proteção tecnológica, que é o caso aqui. Nesse caso, o controle é muito mais fácil, se você tem um DVD que ninguém consegue reproduzir, então você tem um controle muito mais fácil, ao contrário de um DVD que qualquer um possa reproduzir. Então se você tiver uma semente que não possa ser, então, reproduzida, funciona de uma maneira similar.

Mas isso foi muito discutido sobre a origem das sementes, a questão do melhoramento, a questão da domesticação das sementes que, na realidade, qualquer processo de melhoramento envolve plantas domesticadas e essa domesticação não foi feita pela empresa que está atualmente manipulando, melhorando essas novas... Gerando essas novas variedades. No entanto, existem já mecanismos biológicos de se fazer isso, por exemplo, quando se disponibiliza sementes híbridas. Ad mais conhecidas são as de milho, mas existem muitas hortaliças que são sementes híbridas e, nesse caso, existe uma proteção biológica.

A proteção ocorre pelo fato de que o híbrido somente pode ser produzido pelo empreendedor, por aquele que detém a variedade, os progenitores que vão dar origem aos híbridos, então, os produtores podem até plantar as sementes, mas elas não gerarão plantas de alta produtividade. Então, há sempre a necessidade de se adquirir semente novas a cada safra.

Existem outras estratégias envolvendo engenharia genética que havia uma confusão no início na discussão da Lei de Biossegurança, no primeiro texto, inicialmente, o primeiro texto que veio para a Câmara dos Deputados e que a confusão colocava incluía em um único grupo, qualquer restrição de modificação de características que envolvem fertilidade de plantas, e essas restrições todas foram retiradas, nós debatemos isso aqui de uma maneira intensiva, de tal maneira que tecnologias importantes hoje na agricultura pudessem ser utilizadas.

Por exemplo, a macho infertilidade(F), ou seja, a produção de plantas que não produzem pólen. Isso é um mecanismo, por exemplo, de evitar fluxo gene que é um mecanismo de biossegurança importante. E também no programa de melhoramento, os cruzamentos, isso também é extremamente importante.

Geração de frutos sem semente, por exemplo. Então, quando se gera um fruto sem semente obviamente que ninguém vai poder reproduzir isso, apenas quando se comprem novas sementes. Próximo.

E tem... Vários genes têm sido encontrados, esse é um dos nossos exemplos, genes que levam à infertilidade de sementes. Aqui, por exemplo, é uma semente transgênica, aqui são duas sementes não transgênicas e essa semente aborta, isso são mecanismos de geração de plantas sem sementes. Próximo, por favor.

Mais recentemente, tecnologias de restrição genética têm sido utilizadas, por exemplo, para insetos. Existe uma empresa inglesa, Oxitec, que tem gerado insetos que são inférteis. [soa a campainha] Se eu tiver mais dois minutos para... Esse mecanismo é um mecanismo de restrição genética em que... similar ao utilizado para a planta, segundo mecanismo que eu mencionei, ele faz com que, através de um tratamento térmico ou químico, os insetos que seriam naturalmente inférteis possam ser férteis. Então, nesse caso, são gerados apenas machos, no caso de mosquitos, por exemplo, que são férteis. Pode passar, por favor.

Então são gerados machos, por exemplo, isso tem sido utilizado em mosquitos e também em pragas da agricultura. Esses insetos são naturalmente inférteis, mas com o tratamento eles passam a ser férteis, e eles cruzam com fêmeas da natureza que seriam naturalmente férteis e geram descendentes que esses descendentes são inférteis, ou seja, não gera progênie. Então, isso aí é um mecanismo de eliminação de insetos, tem sido usado para eliminar insetos com sucesso, insetos que são pragas da agricultura e também existem propostas para insetos que transmitem doenças para o homem como os mosquitos. Próximo, por favor.

Bom, do ponto de vista de biossegurança, como eu já mencionei, essa restrição genética é uma estratégia importante para a contenção do fluxo gene, no entanto, ela deve ser analisada caso a caso e não como uma restrição geral, como tem sido colocada. Ela deve ter uma avaliação caso a caso e questões éticas que envolvem a aplicação dessa tecnologia, nós já temos mecanismos hoje de julgamento dessas questões éticas que seriam no Conselho Nacional de Biossegurança.

Não sei se eu tenho mais algum? Eu acho que não? Eu acho que era isso obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Dr. Francisco, ouviremos em seguida... Eu gostaria que o Deputado Homero Pereira, Relator do projeto em estudo, pudesse fazer parte da mesa aqui conosco.

Passamos de imediato a palavra para o Dr. Jesus Aparecido Ferro, Diretor Fundador da Empresa Alellyx.

SR. JESUS APARECIDO FERRO: [interrupção no áudio] Srs. Senadores, boa tarde a todos eu agradeço a oportunidade de estar aqui e poder discutir com vocês um pouco sobre o tema.

Foi bom que o Dr. Aragão falou primeiro, falou primeiro que... Ele apresentou um pouco da estratégia molecular e de como gerar a tecnologia de [ininteligível] de uso e eu vou falar, eu vou abordar a questão de um ângulo um pouco diferente. Próximo, por favor.

Então, na verdade, quando se fala controle da expressão gênica através da ativação e desativação de genes esse é um processo natural que já ocorre em plantas e animais. Por exemplo, em animais nós sabemos que o gen da hemoglobina fetal ele é desativado após o nascimento, o gen não funciona mais e entra em ação o gen que produz a hemoglobina adulta.

O gene do hormônio de crescimento, ele é mais ativo durante a fase de crescimento dos animais, ou seja, o nível de expressão dele varia ao longo do tempo e é mais ativo na fase em que precisa realmente de crescimento. O gene da insulina ele é ativo apenas nas células betas do pâncreas, ele não é expresso nas células do tecido nervoso, quer dizer, ele tem um local específico e ele é regulado de maneira específica.

Em plantas, o gene do sistema de defesa das plantas, eles são ativados quando a planta é atacada por insetos ou pragas, então quando a planta é atacada tem um sistema que percebe isso, ativa a gene, que desencadeia os mecanismos de defesa das plantas. O gen desenvolvido na germinação das sementes, eles são ativados por água e luz. Se você guardar a semente em lugar seco ela não vai germinar, tem que ter condições próprias, então germinação significa o que? Ativação de genes que vão propiciar a planta a germinar e a crescer.

E também a ausência de água no solo ativa os genes envolvidos na resposta da planta seca, quer dizer, são todos mecanismos de controle da expressão gênica que existe naturalmente em plantas e em animais. Agora, esses mecanismos chamados de mecanismos naturais, de ligar e desligar genes, eles podem ser usados pela ciência e tecnologia produzir plantas com características desejáveis. O próximo, por favor.

Bom, exemplos de plantas com características desejáveis controladas pelo ligamento ou desligamento adequado de genes, por exemplo. Um exemplo, plantas resistem à seca cujos genes são ativados apenas quando falta água. Então na presença de água não haveria, então, a produção desnecessária das proteínas envolvidas no processo de seca e a planta en-

tão, para poder usar essa energia, que ela iria gastar para [ininteligível], ela usa normalmente para crescer e aumentar a sua produção. Se ficasse ligado o tempo todo haveria um gasto desnecessário de energia pela planta.

Plantas que produzem uma proteína terapêutica, por exemplo, planta produzindo insulina humana ou uma vacina como produzindo vacina para hepatite B. No caso, a produção desses compostos em planta pode ser direcionada para uma parte específica da planta impedindo, então, que essa expressão ocorra em parte da planta que permita a sua propagação desejada. Por exemplo, se expressar no pólen, eu passar as características para uma outra planta quando a intenção não seria essa, então, eu posso controlar aonde que eu expresso isso.

E plantas cuja biomassa pode ser utilizada para a produção de biocombustíveis é outro exemplo. Por exemplo, plantas que contêm os genes que, ativados no momento adequado, produzam enzimas que degradem a celulose e M celulose, liberando, então, os açúcares que estariam, então, disponíveis para a produção de biocombustível, por exemplo, o etanol celulose com o etanol a partir de celulose. O próximo, por favor.

Então, o controle da expressão gênica através do ligamento ou desligamento de genes, pode ser usado para controlar a reprodução das plantas também. Aí então nós falamos, trabalhamos em tecnologia genérica de restrição(F) de uso que o Dr. Aragão falou. Na verdade, foram denominadas pela sigla *GURTs*, que vem do nome dessa tecnologia em inglês.

Nós temos dois casos, como o Dr. Aragão falou. As chamadas V-GURTS e as T-GURTS. No caso da tecnologia V-GURT é a tecnologia de restrição de uso de variedades que confere esterilidade às sementes produzidas, seria então no caso do gen ter [ininteligível] Terminador. Nesse caso, o produtor teria que comprar as sementes todo ano, como ele já faz com o milho híbrido e a melancia sem semente. O milho híbrido você pode até plantar milho híbrido mas ele produz, a produção dele é muito baixa se você usar a semente que ele produziu, teria que comprar uma nova semente para ter todo o vigor do híbrido.

No caso das tecnologias T-GURT, que é a tecnologia de restrição de uso específica para uma característica *outraid*(F), que requer a aplicação externa de indutores para ativar a expressão da característica desejada. Nesse caso, então, o produtor poderia até utilizar semente, mas ele não teria como fazer proveito do uso da tecnologia que a semente contém porque, para isso, ele teria que comprar o produto que ativa o gen responsável por aquela característica. Então, ou

ele compra a semente ou ele compra o produto que ativa a semente.

Então, veja bem, as tecnologias GURT, elas podem ser usadas pelas empresas para a proteção da tecnologia porque aqui elas recuperam o valor investido, mas também podem ser utilizadas para aumentar a biossegurança de plantas transgênicas.

Então, olha, as tecnologias GURT que podem ser desejáveis, por exemplo, plantas sendo utilizadas como bioreatores, a produção de proteínas terapêuticas e vacinas, nesse caso, seria interessante que elas realmente fossem estéreis, quer dizer, que a semente fosse estéril, que ela não passasse as característica para plantas outras que não ela mesma.

E plantas sendo utilizadas como biorefinarias, por exemplo, a produção de bioprodutos renováveis, como plásticos e enzimas industriais, também você, faz com que isso não entre na cadeia, ela não passe isso para plantas que fazem parte da cadeia alimentar. Também no caso de florestas renováveis com maior produtividade, por exemplo, o eucalipto, que tenha um crescimento aumentado e um maior conteúdo de celulose, isso seria muito desejável que essas plantas, então, também fossem estéreis e que você não tivesse risco nesses casos todos. A tecnologia GURT teria um papel importante na biossegurança, de que maneira? Impedindo a transmissão acidental dessas características para plantas produtoras de alimentos ou para parentais selvagens.

Nós temos um papel muito importante para você assegurar biossegurança nesses casos específicos aqui. Agora, para o completo entendimento dos processos de ativação e desativação de genes que a tecnologia GURT é um desses casos, bem como para a verificação dos benefícios da tecnologia é necessário que se permita que pesquisas sejam desenvolvidas inclusive com experimentos de campo, é você assegurar que a tecnologia esteja realmente pronta para ser usada e que ela seja 100%, demonstre 100% segura no campo. O próximo, por favor.

O melhoramento genético clássico, sem uso da biotecnologia, a produção e seleção de novas variedades é feita sempre para obter plantas com características melhores do que na realidade já existentes. Eu vou dar um exemplo de cana-de-açúcar. Por exemplo, a obtenção de uma nova variedade de cana-de-açúcar demora entre dez e quinze anos e o que se busca obter é uma cana que apresente, entre outras características: Alto teor de açúcar, resistência à maioria das doenças, resistência à seca, produza muitos gomos por touceira, ou seja, tenha uma alta produtividade por hectare, seja ereta e resistente ao tombamento, permita um corte mecanizado, uma alta capacidade

de rebrota, mas que não floresça, pois o florescimento leva à diminuição do teor de açúcar.

Então, isso já é feito normalmente no melhoramento clássico, então, ela é selecionada contra florescimento. Às vezes tem uma variedade que é ótima em tudo mas floresce muito, ela é descartada no processo. A cana não é propagada por sementes, mas sim por toletes. Então é uma propagação vegetativa ou propagação clonal, assim como a mandioca, a laranja, o eucalipto, também são de propagação clonal.

Apesar do não florescimento ser uma característica desejada em cana, já utilizada pelos melhoristas na seleção de variedades comerciais, a produção por biotecnologia de variedades de cana que não floresça está impedida pela nova Lei de Segurança, pois foi incluída como tecnologia GURT, ou seja, você— [soa a campainha] Posso ter um minuto a mais, por favor? É o último, penúltimo *slide*. Ou seja, isso já é feito naturalmente, mas se você ler como está escrito lá na Lei você... Aqui dizia: “*Você não pode mexer no sistema reprodutor das plantas.*”, então, aqui semente, flores, semente, [ininteligível], mas cana sem semente já é produzido naturalmente, nesse caso, eu posso usar a biotecnologia para eliminar a cana comercial que floresça. É lógico que cana para fazer cruzamento estão nos bancos de germoplasma, e elas têm que ser mantidas como tal para dar origem a novas variedades. Próximo, por favor.

Então, resumindo, o controle da expressão gênica através da ativação de relação de genes é o fenômeno natural que ocorre em planta e animais. Esse mecanismo natural de ligar ou desligar genes pode ser utilizado pela tecnologia para produzir plantas com características desejáveis.

O controle da expressão através do ligamento ou desligamento de genes também pode ser usado para controlar a reprodução das plantas, aí seria na forma das tecnologias GURT. Seria um desses casos. Tecnologias GURTs podem ser utilizadas para a proteção da tecnologia pelas empresas, mas podem também ser utilizadas para aumentar a biossegurança de plantas transgênicas, principalmente de plantas utilizada como bioreatores, seria muito desejável que elas tivessem essa tecnologia.

Para o completo entendimento dos processos de ativação e desativação de genes, bem como para a verificação dos benefícios do GURT é necessário que se permita que pesquisas sejam desenvolvidas, inclusive com experimentos de campo. No caso de plantas cuja variação não se dá por sementes, mas sim por processo clonal, o uso do controle expressão gênica pode adicionar uma característica desejável como, por exemplo, não florescimento em cana.

E como o Dr. Aragão falou, nunca deve ser uma coisa genérica. A análise deve ser feita a caso a caso, como é sempre em biossegurança. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Dr. Jesus Aparecido Ferro. Já se encontra também em nosso meio o Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, ouviremos agora a palavra do Sr. Robson Pitele.

SR. ROBSON PITELE: Obrigado. Só uma pergunta. Quando o Senhor bate aí é para platéia fazer silêncio ou é porque acabou o tempo?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É só para anunciar que é dez minutos.

SR. ROBSON PITELE: Então está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pode ficar à vontade.

SR. ROBSON PITELE: Então prezados Senadores, prezados Deputados, prezados colegas presentes, eu vou falar um pouco das propostas das modificações genéticas, riscos ambientais e a ação dos genes de redução de reprodução em plantas. A minha palestra vai ser um pouco teórica e um pouco conceitual, mas é muito importante isso, eu acho que o conceito é muito mais importante na hora da tomada da decisão do que até a informação. Então, vamos tentar ver. Próximo.

Bem, quando você tem uma planta diferente, você tem que analisar dois aspectos: o aspecto do novo genótipo introduzido, quer dizer, a nova planta que ali foi introduzida, as diferenças que ela tem em termos de perigo para a saúde, perigo para a vida animal e o impacto da nova tecnologia que ela gera. Essa nova tecnologia vai ter um impacto no campo, a adoção dessa nova tecnologia usando aquela planta, ela tem que ser analisada. A primeira parte é uma parte muito mais, vamos dizer, ligada a área de saúde, a área tecnológica, e a parte debaixo é muito mais ambiental. Eu vou ficar mais nessa parte ambiental. Próximo.

Bem, normalmente, eu tenho a impressão que está meio... O título ficou embaixo. Então, os riscos ambientais das plantas geneticamente modificadas dependem do quê? Depende da própria planta que vai ser introduzida, depende do propósito, qual a modificação genética que foi feita, e depende também do ambiente de liberação. Próximo.

Por exemplo, nós temos o processo de domesticação das plantas cultivadas – Não tem jeito de pôr o título lá em cima? -. Eu acho que é porque foi feito em Jaboticabal, uma cidade pequena e tudo, e quando chega em Brasília o sistema fica tímido. Ok, ok.

A domesticação das plantas cultivadas, isso é muito importante todo mundo saber: O que aconteceu com a planta domesticada? Antes, ela era uma planta

selvagem, então, ela tinha um contingente genético muito grande, então tinha genes superexpressos, genes que se expressavam de uma maneira mais freqüente e genes que estavam ali um pouco expressos, mas estavam ali. O que o homem fez? Ele tinha que fazer essa planta ficar dócil a ele.

Então, o que ele fez? Ele acabou com a desuniformidade do florescimento porque ele queria que florescesse sempre na mesma época, para poder produzir na mesma época. Para dizer, para que a produção pudesse ser colheita sempre na mesma época, isso era um fator de agressividade da planta, era um fator que fazia ela sobreviver, ela florescia em uma época e na outra para encontrar a época ideal, agora o homem não, ele criou a época ideal e ele tirou essa característica da planta. Ele passou a impedir que as plantas dispersassem as sementes, as plantas passaram a esperar ele colher a semente. Com todas essas modificações que ele ocasionou na planta, o que aconteceu? Próximo, por favor.

Ele transformou uma planta domesticada com contingente genético muito pequeno. E de repente esse contingente genético pequeno levou essa planta a ter mais suscetibilidade a pragas, ser menos competitiva com as plantas daninhas, mais suscetibilidade a doença, por quê? Porque eram realmente muitos genes que só se expressavam na hora em que a praga atacava, deixaram de se expressar, aliás, não existiam mais ou estavam em uma condição e não podiam se expressar. Então, isso fez com que essas plantas necessitassem de novas tecnologias. Pode passar isso daí porque o tempo é pouco.

Então, com a domesticação das plantas cultivadas, ele eliminou as características da agressividade e rusticidade das plantas e tornou as plantas altamente dependentes da tecnologia do homem para manter suas populações na natureza. Então, por exemplo, o milho e a soja não têm chance nenhuma de sobreviver. Tenha ele gen de redução de reprodução ou não são plantas que dependem da intervenção humana para se manter no ambiente. Próximo.

Mas nem tudo é assim. Como nós temos soja, milho, trigo ou aveia que não se manteriam sem intervenção humana, nós temos, por exemplo, o amendoim que se mantém sem intervenção humana, o sorgo que se mantém sem intervenção humana, cenouras que são plantas que ainda têm ancestrais selvagens passíveis de cruzar, de haver fluxo gênico. Próximo.

Mas a pergunta é a seguinte: Essas plantas tão bem melhoradas, qual seria a consequência de você... A entrada de um gen mudar substancialmente a estrutura de sobrevivência dessas plantas, elas já não têm. Elas não têm. A única coisa que vai fazer é encurtar

a agonia. Então, vejam só, para a planta cultivada eu não vejo preocupação nenhuma em relação à entrada desses genes de restrição de reprodução. Aí vamos pensar no outro lado da moeda. Quando houver fluxo gênico para plantas selvagens. Próximo.

Então, vai depender do propósito da modificação genética, quando houver fluxo gênico para aquela planta não cultivada vai depender muito do propósito dessa modificação genética. Próximo.

Nós temos modificações genéticas para tolerância a substâncias xenobióticas, como herbicidas, por exemplo. Nós temos tolerância a pressões bióticas, como fungos, insetos, que causam pragas praticamente, nós temos tolerância a fatores abióticos, como a toxidez de alumínio que tem no cerrado, deficiência ou excesso de umidade, nós podemos ter plantas transgênicas para isso. Alteração da propriedade como cor de fibra, tempo de prateleira é outro propósito de modificação genética. Também modifica-se geneticamente as plantas para produzir fármacos. Então, são vários os propósitos e aí tem que se analisar o risco do gen de restrição em cada um deles. Próximo.

Eu vou ficar mais nesses três que são os mais comuns, e vamos constituir alguns cenários, vamos construir alguns cenários. O primeiro cenário que eu vou construir seria o fluxo gênico a partir de plantas tolerantes a herbicidas. O que acontece se eu houver o fluxo gênico de uma cultura com uma planta daninha? Essa planta daninha passa a ser completamente tolerante ao herbicida, o herbicida não controla mais. O que acontece? Qual é a consequência disso? O herbicida deixa de ser usado e essa planta não tem mais essa pressão de seleção e ela... Na realidade, quem perdeu foi o detentor da tecnologia que gastou um dinheiro para desenvolver essa planta e, de repente, ela não é mais eficiente. Ele volta às práticas anteriores, ele faz rotação de culturas e variedades ou ele integra com outros métodos de controle, mas não há um perigo muito grande. Agora, para a proteção da variedade o GURT seria extremamente importante, por quê? Porque impediria esse fluxo gênico para plantas, para evitar que essa tecnologia fosse perdida ou fosse diminuída. Um exemplo típico é o arroz e o arroz vermelho, que o arroz cruza com o gen com o arroz vermelho e o arroz vermelho poderia desenvolver populações com a mesma característica da planta geneticamente modificada. No entanto, se houver uma redução de reprodução para esse arroz vermelho que recebeu isso, ele não vai desenvolver essa população e vai contribuir, inclusive, para a diminuição do banco de sementes no solo. Próximo.

Planta silvestre, o fato do gen tolerante a herbicida ir para uma planta silvestre. Planta silvestre é

aquela que não vive, não vive no agroecossistema, é aquela planta que vive no mato mesmo, vamos lá dizer, são plantas silvestres de não agroecossistemas, não espontaneidade de agroecossistema. Você não aplica herbicida nesse local, então esse gen não vai dar nenhuma vantagem competitiva para ela. Então, esse gen vai ficar subexpresso porque não tem nada para selecionar ele, ele fica lá naquela pontinha daquela curva de graus que eu mostrei para vocês. Mas o gen de restrição também impediria essa contaminação genética. Embora essa contaminação genética não tenha consequência nenhuma, ele impediria. Próximo.

Plantas resistentes a inseto. Se houver o fluxo gênico para planta daninha resistente a inseto, será que tem algum perigo? Sim. Vamos acender um sinal vermelho, um sinal amarelo ali, acender um sinal amarelo. O que é esse sinal amarelo? É porque as plantas daninhas que receberem esse fluxo gênico, elas vão ter menos fatores que controlam ela biologicamente, então ela passa a crescer de uma maneira um pouquinho diferenciada. Ela passa a dominar a comunidade infestante e pode se tornar mais problemática. Só que existe o aspecto da co-evolução, os insetos também vão desenvolver resistência. Próximo.

Então, a tendência é que essa importância vai diminuindo e chega um momento em que ela praticamente desaparece, por quê? Porque houve co-evolução, os organismos que vivem às expensas daquela planta também evoluíram para se adaptar a àquela pressão do meio. O que aconteceu? A consequência é zero. E se for para uma planta silvestre?

Se for para uma planta silvestre essa planta silvestre vai ter uma vantagem competitiva, ela pode mudar a comunidade que ela vive ali por alguns períodos, mas também os seus inimigos naturais vão desenvolver a resistência à toxina e, dou mais um toque, a tendência é que o problema diminua, mais um, e desapareça. Não deu certo? Então está. Aí desapareça, essa é a tendência. Mas de qualquer maneira, há um pequeno inconveniente durante um determinado período. Esse pequeno inconveniente poderia, se houvesse genes de restrição da reprodução, esse pequeno inconveniente também todo poderia ser prevenido. O próximo.

Agora, aí é que eu tenho medo, de plantas resistentes a fatores abióticos, porque você viu, quando eu falei de plantas e insetos, elas têm uma vantagem, mas por outro lado, seus inimigos naturais co-evoluem para sobrepujar aquela vantagem. No caso de fatores abióticos, uma planta que passa a ter mais resistência à seca, o que ela faz? Uma planta selvagem que pega essa resistência à seca, vai passar a colonizar ambientes que ela nunca colonizou porque era muito seco. Então, ela modifica a sua área de distribuição

geográfica e acaba se tornando invasora no local onde ela não ocorria, porque ela é exótica, e seus inimigos naturais nem sempre acompanham porque muitos inimigos naturais dependem das condições de umidade. Próximo.

Isso é um alerta vermelho. É um alerta vermelho nas plantas daninhas, só que ele vai ser muito minimizado em plantas daninhas, por quê? Próximo.

Vai ser muito minimizado, exatamente, vai se tornar um pouquinho mais rosa, vai... – ficou a cor da camisa do Corinthians, mas não era essa a intenção -, porque, exatamente porque você controla aquelas plantas. Mas que há co-evolução não há, ela uma vez resistente à seca ela vai ser resistente à seca sempre. A não ser que o mundo mude e aquele lugar fique úmido. O aquecimento global está aí, vamos ver, ela diminui, mas ela não desaparece. Próximo.

Agora, planta silvestre, não planta daninha, aquela planta do cerrado, por exemplo, que de repente se torna resistente a outras condições de solo ou climática, ela passa a invadir novos ambientes. E se dependendo do *fitness*, dependendo da capacidade que essa planta tem de competir, ela vai ser um problema grande e não há tendência nenhuma de minimizar a tendência, é um pouco pequena, porque a própria comunidade pode reagir à sua presença e minimizar um pouco o seu crescimento, mas não evitar. Nesse caso eu acho fundamental a ação dos genes de restrição. Então, veja só, eu estou mostrando que os genes de restrição de reprodução, eles simplesmente vão impedir que aquela planta transfira gen e a transferência de gen é uma das coisas mais indesejáveis que se tem hoje em planta geneticamente modificada. É claro que na natureza hibridização ocorre o tempo todo, é desejável porque é um fator de aumento da diversidade genética, mas quando se trata de transgênicos é indesejável porque é uma característica introduzida especialmente na produção agrícola. Próximo.

Diminuir um pouco lá. Finalmente do ambiente da liberação, se o local de liberação é centro de diversificação da espécie ou não. Se você tem possibilidade de raças locais, por exemplo, o milho próximo das reservas indígenas onde existem as variedades indígenas de milho. É importante que exista sim gen de restrição da reprodução, porque assim ele não contamina o milho da comunidade indígena. Vai depender também muito do grau de desenvolvimento da agricultura. Próximo.

Então nesses contextos, quais seriam as consequências da introdução desse gen em plantas de reprodução seminíferas? Aí você fala: “Olha, Pitele, mas está acontecendo o seguinte, ele está impedindo que a semente nasça.”. Se ele está impedindo que a semente nasça, será que não vai acontecer o momento

de você levar a população à extinção? Então, eu fiz três cenários. Próximo.

Bom, você tem o banco de semente das plantas, nascem as plantas, as plantas florescem e produzem sementes. Produzem sementes. Aí o GURT iria exatamente nessa produção de sementes. O que acontece com essa produção de sementes? Por favor. Mais um. Ele vai repor o banco, o estoque do banco de sementes do outro ano, eu estou falando de vegetações silvestres eu não estou falando de culturas, vegetação nativa, veja só, ele vai repor. E onde é que entra o GURT aí? Próximo.

O GURT entra justamente naquele ponto, então a pergunta é: Vai acontecer desse gen levar essa população à redução do tamanho dela? À redução do seu tamanho? Próximo.

Então ele entraria ali naquele local, quando você passa de um ciclo de vida da planta para o outro, vocês entenderam? Próximo.

Então eu fiz uma tabela de vida de uma planta chamada [ininteligível], é um estudo que eu fiz há algum tempo e eu aproveitei essa tabela de vida com, usando o seguinte, contaminação com o GURT zero, comunicação com o GURT zero. Com essa tabela é possível, vejam só, com os seguintes dados: Primeira. Com o número de plantas no momento zero, que aqui no caso seria cento e cinquenta e sete, e redução da população no período de observações, que é a mortalidade natural das plantas, Mais um, por favor. Com a produção de sementes ao longo do ciclo de vida e a produção de sementes por indivíduo sobrevivente naquele período é possível você estimar quanto essa população vai crescer em um ciclo. Próximo. Mais um.

Essa população aqui, ela teve uma capacidade de aumento em um ciclo de onze vezes, em um ciclo de onze vezes, sem contaminação, sem ter sementes mortas por genes de restrição, estabelecendo aí um potencial, ela tem potencial de crescer onze vezes essa população. Agora, vamos fazer um segundo cenário. Próximo.

Com 10% de contaminação do *Terminator*, entre sessenta e cento e trinta dias do ciclo, entre sessenta e cento e trinta dias do ciclo 10% de contaminação? O que aconteceu? Próximo.

Ela, ao invés de crescer 11,6 vezes, ela cresceu 10,6 vezes. Olha, 10% de contaminação é muito, é muita contaminação. Você viu que não mudou nada, a população continuou crescendo. E se coincidisse todo o ciclo reprodutivo, durante todo o ciclo reprodutivo? Próximo.

Desde que soltou a primeira semente até quando soltou a última, qual seria a capacidade de reprodução dessa população? 10,47 vezes. Então, veja, esse perigo

não existe. Esse perigo não existe. Por quê? Porque, na realidade, a amplitude da variabilidade genética das populações é muito grande. E já existe um mecanismo de retrocontrole dentro das populações que não... Vamos aos finais? O gen de restrição, eu já falei isso, mas ele iria manter a vida útil da variedade no caso do fluxo interespecífico, porque realmente esse gen não vaza para outros locais e não há resistência a herbicida. E no caso do fluxo interespecífico, ele impediria que isso atingisse, que essa tecnologia atingisse onde você não quer que atinja, variedades indígenas, plantas silvestres e tudo isso. Próximo. Pode pular dois.

Vamos para as conclusões. Quais são as conclusões? Excluindo os aspectos relacionados aos efeitos pleotrópicos afetando outras características da planta, por exemplo, na hora que você insere esse gen de repente a planta começa a produzir uma toxina, se você tirar isso daí e isso é controlado, muito bem controlado. Excluindo também os interesses políticos, sociais e comerciais de produtos com essas características agrícolas, isso é uma briga comercial vocês sabem disso, e política, a parte comercial e política, muitas vezes elas se confundem. O impacto ambiental do novo genótipo com restrição da tecnologia de [ininteligível] – Aqui houve uma falha. -, produzem efeitos negligenciáveis do ponto de vista de dinâmica de populações e de comunidades vegetais. Eu estou analisando a luz disso. E em altas taxas de fertilização cruzadas e coincidência de ciclo de florescimento, o fluxo de gênico poderia ter um efeito importante, aspecto bastante raro e de mitigação relativamente simples, vocês viram que naquela população coincidindo totalmente o ciclo, reproduzindo e coisa... O tamanho da população... A população continuou crescendo quase no mesmo nível, um pouquinho menos, mas continuou crescendo praticamente no mesmo nível. Eu posso dizer que essa variação de cerca de 8% que aconteceu, isso é extremamente pequeno perto das variáveis ambientais que podem influenciar essa germinação ou não.

Era isso e desculpe se eu falei muito rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Robson. Ouviremos agora o Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, que é também Engenheiro Agrônomo da EMBRAPA e PHD em Genética.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria, enquanto não inicia a palestra, de pedir aos nossos convidados, primeiro, agradecer a presença

de todos e pedir aos convidados que possam nos dar cópias das apresentações em CDs, para que a gente possa distribuir para os Senadores, Deputados, Assessores. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia Abreu, a Secretária já se compromete depois encaminhar para os Gabinetes de todos os Srs. Deputados e Srs. Senadores e Sr^a. Senadora, que estão presentes na reunião e os que também não vieram e que fazem parte da Comissão.

SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO: Boa tarde a todos, Sr. Presidente da Mesa, Presidente da Comissão de Agricultura, Sr. Relator, demais Senadores aqui presentes, demais autoridades e a todos os presentes.

Eu gostaria de dizer aos Senhores dois pontos. Um deles é que a introdução e a avaliação de tecnologias de nosso sistema de produção são de imperativa importância para os avanços do nosso país. Vamos ver aqui um pequeno exemplo, que se tornou grande exemplo, que é o caso da soja. 1960, eu peço desculpas pelos meus *slides* estarem alguns deles em inglês, mas o importante são as fotografias e os mapas. Aqui nós podemos ver o avanço e a expansão da soja entre 1960 e 1999.

Hoje nós somos o segundo produtor mundial de soja e isso graças a que fatores? O principal fator foi a introdução de tecnologia no sistema de produção da soja. Tecnologia essa liderada pela genética e através da fixação de nitrogênio e o aumento das práticas culturais, não somente a expansão, isso não foi uma simples expansão de cultivo da soja, e sim introdução de tecnologias que possibilitaram cultivar a soja do Sul até o extremo Norte do nosso país. O próximo, por favor.

Eu gostaria de mencionar também, pode passando todo ele, que quando nós falamos em soja, nós não podemos esquecer que a soja, ela é uma cultura de um componente social extremamente pujante em nosso país. Não obstante que os principais e a agricultura familiar represente 85% total dos estabelecimentos, ocupa uma área só de 30% do nosso território, esses são dados que foram retirados dos Centros Agropecuários de 95 e eles são responsáveis perto de 40% do produto interno bruto.

O próximo vai mostrar para os Senhores... A cultura da soja chega a um valor bruto de produção cerca de 32%, com um cenário onde a agricultura familiar ainda carece de tecnologias muito simples, mas o que eu quero mostrar é que esse avanço e esse investimento em tecnologia na introdução de características na soja, possibilitou que a agricultura familiar tenha sim

também uma participação muito significativa no nosso cenário da agricultura. O próximo, por favor.

Se nós pensarmos na área global com os transgênicos no mundo, desde 1995 até recentemente, 2006, nós tivemos um avanço enorme, cerca de 10 a 15% ao ano na adoção dessa tecnologia, tecnologia essa que tem sido utilizada por milhões de agricultores familiares e pequenos agricultores em diferentes países do mundo. O próximo, por favor.

As principais características ainda estão relacionadas à resistência a inseto, tolerância a herbicida, são as características que têm sido principalmente introduzidas nessas plantas. Próximo, por favor.

Mostra mais uma vez o avanço de a cada ano do histórico dessas culturas e o impacto na economia global. Próximo.

Mostra claramente que nós somos aqui nesse dado que eu tenho, que estamos em terceira posição, mas nós sabemos que a nossa posição já está em segunda logo atrás dos Estados Unidos. E o que isso quer dizer? Isso quer dizer que a nossa competitividade vem aumentando porque nós temos introduzido, mais uma vez eu estou enfatizando e repetindo o ponto de introdução de tecnologia no nosso sistema de produção. O próximo, por favor.

Esse é o cenário global onde vários países, apesar de uma contribuição muito reduzida, estão adotando essa tecnologia. O próximo.

Eu acho que agora eu só gostaria de usar esses *slides* que eu coloquei para concluir e dizer aos senhores que nós temos um arcabouço de suporte e regulamentação extremamente eficiente no nosso país que regulamenta o uso de OGN. Isto posto, nos dá uma tranquilidade para a liberação e exercício pleno da pesquisa em todos os segmentos. Isso aí vem ao encontro de interesses nossos, de avanços sociais e econômicos, por isso nós precisamos ter uma pesquisa que nos possibilite avaliar toda e qualquer tecnologia que tem sido gerada.

Não somente os GURTs, os GURTs nós pensamos que eventualmente isso pode não ser importante porque na nossa Legislação nós prevemos que o agricultor pode pegar aquela semente que ele comprou há um ano e replantar. Sim, pode, vai continuar fazendo. Mas pode haver alguns momentos em que seja de melhor interesse, inclusive para o produtor pequeno ligado à agricultura familiar, eu não estou falando de agricultura de subsistência, que utilize uma tecnologia que venha por alguma razão restringir o plantio, mas que todo ano ele plante porque no final do ano ele vai colher mais.

Ou seja, essas prerrogativas devem existir, como deve existir a prerrogativa de você poder comprar uma

semente e replantar, se você quiser plantar milho que não é o milho híbrido, pegar um milho comprar e plantar, isso pode ser feito, mas a produtividade vai ser muito baixa. Então, mais uma vez, é muito importante para um país como o nosso que tem a pauta de exportação baseada no agronegócio fazer avaliação geral e irrestrita de toda e qualquer tecnologia nova que nós possamos avaliar e então questionar o custo benefício de ser introduzido no setor comercial. Obrigado, era isso que eu gostaria de dizer para os Senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Agradecemos a participação do Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho e de imediato, então, passamos para o debate e, como a autora do Requerimento, passamos a palavra à eminente Senadora do Estado de Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Presidente, mais uma vez obrigada aos nossos convidados, é um prazer e uma alegria poder tê-los aqui em um debate tão importante para o país, também a parceria da Comissão de Agricultura da Câmara que a presença dos Deputados também engrandece o nosso debate, o nosso Relator Deputado Homero, o autor do Projeto, Deputado Eduardo Sciarra, enfim, a todos os Parlamentares e a todos os nossos convidados que aqui assistem a essa Audiência Pública, colegas Senadores e Senadoras.

Nós estamos há bastante tempo nessa luta em direção e em busca da tecnologia, em busca da pesquisa, em busca do desenvolvimento da Engenharia Genética, da Biotecnologia moderna, como diz o Protocolo de Cartagena ou dos transgênicos. Para se ter uma idéia, o que nós estamos produzindo de transgênico hoje no país é como se aqui fosse um Fusca e no primeiro mundo já estão produzindo Mercedes.

Então, o que nós estamos comemorando hoje em Engenharia Genética em aprovação no Brasil à duras penas muito em função da própria Justiça e de algumas entidades que ideologicamente ou algum interesse que nós não conhecemos, acionam a Justiça e trazem um atraso muito grande à Engenharia Genética, trazendo um prejuízo enorme ao agronegócio brasileiro que são os transgênicos.

Também temos a questão da pesquisa química, que também tem dado, tido um atraso imenso com relação especialmente aos defensivos genéricos. Que eu me lembre, eu pessoalmente quase sete anos de luta para que os defensivos genéricos possam ser registrados com mais facilidade. Quando eu digo facilidade não no sentido de ter descaso, ou de aprovar a qualquer custo e preço, mas nós queríamos que os defensivos genéricos fossem tratados da mesma

forma que os defensivos humanos, os medicamentos humanos, desculpe.

Os medicamentos humanos têm um procedimento bastante rápido na sua análise, não mais do que três, quatro meses, os medicamentos genéricos são aprovados e a sociedade que ganha, apenas os medicamentos nós tivemos uma redução de preço em torno de 33% na sua venda para a população, e isso é muito importante para o país, para o nosso orçamento, para as pessoas que comprem medicamentos.

Inexplicavelmente, o defensivo da agricultura, o genérico que movimento ao ano cinco bilhões e meio de dólares/ano, é a comercialização desses defensivos genéricos, não conseguimos ir avante como gostaríamos que fosse. Graças a Deus, nós conseguimos mudar o Decreto que tratava um defensivo genérico da mesma forma que um defensivo novo, o procedimento de análise, e aqui eu quero registrar mais uma vez, talvez deva ser a décima vez que registro isso, a Casa Civil foi muito importante na mudança desse Decreto. Um Decreto sem inteligência para não dizer outra coisa.

Então hoje nós temos filas separadas, um produto novo é um produto novo, tem que ter toda a burocracia que necessita a saúde humana e ambiental. E a fila dos genéricos, que é o mesmo princípio ativo, apenas uma constatação que se é genérico ou não, pelo menos essas filas conseguimos separar, mas ainda temos uma burocracia pesada para que realmente esses produtos possam chegar às prateleiras das casas agropecuárias do país, para que nós possamos... Alguns pesquisadores, alguns economistas entendem que no caso dos defensivos genéricos, provavelmente nós teremos uma economia no custo de produção não de trinta e três como foi nos medicamentos humanos, mas que pode chegar até 50% de economia na aplicação, na produção do defensivo genérico.

A questão da clonagem animal que é outro projeto importante em termos de Biotecnologia, que também é um projeto de minha autoria nesta Casa para que a gente possa regulamentar a clonagem animal que é da maior importância para o Brasil, está em tramitação nessa Casa, já fizemos uma Audiência Pública para que nós pudéssemos agilizar a votação de um projeto tão importante. Tratamos da clonagem de mamíferos, exceto humano, claro, apenas dos animais de um modo geral, excluindo o homem.

A pesquisa, nós sabemos que a nossa EMBRAPA, que nós devemos muito, o agronegócio brasileiro deve muito a EMBRAPA, nós sabemos do contingenciamento ao longo dos anos não só desse Governo, mas ao longo de uma década, o quanto nós estamos dilapidando os recursos da EMBRAPA e levando os

nossos cientistas, os nossos pesquisadores, para outros países, para a iniciativa privada, que também não é ruim que os nossos pesquisadores vão para a iniciativa privada, mas o Governo precisa também manter a sua instituição principal que tanto ajudou no desenvolvimento do agronegócio brasileiro.

E a questão em pauta aqui no dia de hoje, que também é importantíssima para todos nós, que é a questão da restrição de uso. E à primeira vista, quando eu estava como Deputada ainda, quando nós apresentamos este Projeto houve uma rejeição imensa e por falta de, às vezes, orientação e de entendimento. Todos têm horror à questão do *Terminator* e com razão. Nós não podemos permitir que a produção agropecuária não possa ser transformada em semente para a próxima safra principalmente dos pequenos agricultores, dos médios agricultores, então, a Lei de Biossegurança proíbe qualquer tipo de uso da tecnologia genética de restrição de uso que é a GURT.

E nós concordamos com isso. Mas ao aprovar esta Lei já houve uma mudança no Senado aonde um artigo traz uma proibição excessiva com relação a essa prática de restrição de uso. E é com relação a esse excesso de proibição é que nós estamos discutindo aqui, no dia de hoje, o Projeto de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, cujo Relator é o Deputado Homero, para que nós possamos junto com esses pontos que disse agora mesmo, Engenharia Genética, Biotecnologia moderna, pesquisa química, clonagem, pesquisa de um modo geral, para que nós possamos também incluir essa questão da maior importância para que nós possamos ter produtos mais competitivos.

Nós temos problema de logística de estradas, nós temos problemas de portos, nós temos problemas de enfrentamento de cartéis e, então, nós precisamos da pesquisa para também nos ajudar a superar essa questão do Custo Brasil. E que fique muito claro que nós estamos aqui hoje apenas excetuando alguns casos com relação à restrição de uso, porque se nós não excetuarmos determinados casos de restrição de uso, a Lei de Biossegurança não permite que se faça pesquisa, e nós estamos levando o país ao atraso, como mostraram todos os palestrantes especialmente o que eu vi por último, o Dr. Elíbio, da EMBRAPA, mostrando que no mundo inteiro há essa prática em torno desta restrição em alguns casos.

Então, é importante que se entenda que nós não estamos aqui praticando ou permitindo o *Terminator*, nós não estamos permitindo isso absolutamente. Eu acho que nessa Casa todos entendem e conhecem todos os meus defeitos que são muitos, mas entre todos eles todos sabem que eu sou uma grande defensora da agricultura brasileira e eu jamais trabalharia para

um Projeto de Lei que pudesse restringir a utilização de sementes para as próximas safras.

Para ter uma idéia exata, e os palestrantes foram bem claros aqui nas suas exposições, mas apenas um exemplo importante. No caso do milho, que produz um hormônio do crescimento. Se eu quiser fazer uma pesquisa com esse milho e não impor a ele a restrição de uso, essa semente poderá se proliferar em outras lavouras e pessoas que não precisam desse tratamento serão prejudicadas. Então, esse é um exemplo fantástico, então eu preciso restringir, essa semente ela não pode reproduzir, ela não pode ser reproduzida por proteção ao próprio cidadão. Porque se eu estou aqui e a fazenda vizinha recebe essa semente e ela não restrita no seu uso, ele pode plantar e quem comer deste milho poderá estar utilizando então o hormônio de crescimento indevidamente e prejudicando a saúde humana.

A mesma coisa com relação ao eucalipto. Nós precisamos da restrição de uso com relação ao eucalipto para que nós possamos produzir um eucalipto que tem lignina. O que significa isso? Se eu não fizer a restrição de uso, a lignina ela faz com que a madeira fique mais frágil e é uma madeira própria para a produção de papel.

Então se eu não restringir o uso e essa semente desse eucalipto for para a fazenda vizinha que quer a madeira para a construção de casas ou para a construção de imóveis, imagina o que vai acontecer com esses móveis e com essa casa. Ela provavelmente vai cair e os móveis não terão durabilidade porque a lignina enfraquece a madeira. Mas para o papel é ideal, para a produção de papel é excepcional.

Então, nós estamos apenas aqui trabalhando nesse sentido. Com relação à cana, que é um outro exemplo fantástico, todos nós sabemos que a flora da cana ela tira o açúcar, quando a cana floresce ela diminui a sacarose e, portanto, perde a produtividade na produção de cana. Então, se eu conseguir a restrição de uso e poder retirar essa floração, mesmo porque eu não preciso da flor e nem da semente, no caso da cana específico, eu planto é os toletes, então este é o que menos problema tem.

Então eu preciso tirar essa floração que não tem necessidade nenhuma, porque eu não preciso de semente de cana porque eu vou plantar os pedaços, os toletes, e eu vou ter uma cana muito mais doce, portanto, com uma alta produtividade. Então isso tudo vai ajudando no Custo Brasil, tirando as nossas diferenças de carga tributária, de logística, que nós temos muitos problemas ainda. Então nós estamos excetuando situações em caso que essa tecnologia é necessária,

a restrição de uso é necessária para não prejudicar o meio ambiente e não prejudicar a saúde humana.

Então eu gostaria aqui de encerrar as minhas palavras pedindo a todos os colegas, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, que nós pudéssemos fazer uma batalha pela aprovação deste Projeto, que a gente pudesse buscar os colegas que se dedicam a outras áreas com muita competência, costuma-se na Casa cada um se especializar em uma área, mas aquele colega que especializa em outra, que a gente possa buscá-lo e tirar dele esse temor de que nós não estamos produzindo *Terminator*, nós estamos apenas avançando em termos de tecnologia, de viabilidade econômica, e ajudando o nosso País.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de encerrar por enquanto e tem algumas perguntas aqui do público: Qual o prejuízo para a Academia com a proibição dessa tecnologia? O texto do PL 268 consegue antever simultaneamente aos pleitos do pequeno agricultor da Academia e da Indústria? Então, são pessoas que estão aqui presentes e que gostariam de se manifestar e não podem, eu estou lendo essas duas perguntas para que possam os nossos palestrantes responderem no dia de hoje.

Então mais uma vez, por enquanto, Sr. Presidente, eu agradeço a participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Senadora Kátia Abreu, as respostas nós vamos procurar fazer em bloco, nós vamos de imediato, então, ouvir a palavra do autor do Projeto em análise e autor do Requerimento na Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Sciarra.

DEPUTADO EDUARDO SCIARRA (DEM-PR): Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Luiz Carlos Setim, Srs. Convidados, aos quais agradecemos a presença, Senadora, Deputados, Senadores, este Projeto tramitou na Legislatura passada na Câmara Federal, é um projeto de autoria da Senadora Kátia Abreu que, esse Projeto foi arquivado pela Eleição da Senadora no Senado Federal, e eu que apoiava esse Projeto na Câmara na Legislatura passada rerepresentei-o com a minha autoria.

E o objetivo desta Audiência Pública é justamente esclarecer não só o Relator, que já tem se debruçado sobre o assunto, mas aos Parlamentares que vão, em um primeiro momento, votar na Comissão da Agricultura da Câmara Federal, e depois na continuidade da tramitação do Projeto chegando também até ao Senado, então, o objetivo é esclarecer aos Parlamentares. Esse é um assunto árido que é difícil para a maioria dos Parlamentares entender a profundidade do assunto e pelas próprias dúvidas que surgem na tramitação

desse Projeto a importância do debate é fundamental para que a gente possa ter o esclarecimento necessário para formar juízo de votação.

Quando o Projeto foi apresentado ainda não havia sido apresentada a Medida Provisória que alterava o plantio nas zonas de amortecimento, então dois dos artigos que previam originalmente esse Projeto já foram atendidos para uma mudança na Lei de Biossegurança, no final que hoje é a Lei 11.460 de 2007, mas ele também, o Projeto também dá nova redação aos dispositivos da Lei de Biossegurança, com o objetivo de avançar na pesquisa.

Eu não vou entrar mais no detalhe, a Senadora Kátia Abreu fez toda a apresentação com muita competência como sempre, eu só queria dizer que este é o objetivo e que hoje a Lei de Biossegurança proíbe a utilização, comercialização, registro, patenteamento e licenciamento de tecnologia genética de restrição de uso. E com essa alteração proposta no Projeto passa a proibir somente a comercialização daquelas sementes com tecnologia salvo quando se tratar de semente de plantas bioreatoras.

Então, resumidamente, o que se pretende é permitir a pesquisa. É importante para o desenvolvimento da Ciência, Genética, sem... enfim, afetar a produção pecuária, mas ela traz, sem dúvida, uma grande oportunidade que será utilizada pela indústria, pelo avanço na produção de proteínas, substâncias destinadas a uso terapêutico e quando se propõe essa flexibilização na Lei de Biossegurança é justamente para possibilitar avanços na área da pesquisa, na Ciência, e o debate se faz necessário para que a gente tire um pouco dos aspectos ideológicos na discussão e no encaminhamento dessa matéria.

É importante que a gente tenha o ponto de vista da Ciência, que a gente possa conhecer todos, enfim, os contornos desse Projeto, e tenho certeza absoluta que com esse debate nós vamos conseguir o apoio necessário para aprovar esse Projeto tanto na Câmara quanto no Senado.

Então eu queria agradecer mais uma vez a presença e a exposição de todos os convidados e tenho certeza absoluta que contribuiu não só para o nobre Relator Homero Pereira, como também para que os Parlamentares da Câmara e do Senado conhecessem um pouco mais desse Projeto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, eminente Deputado Eduardo Sciarra, ouvimos de imediato, agora, a palavra do Relator do Projeto na Comissão da Agricultura da Câmara, Deputado Homero Pereira.

DEPUTADO HOMERO PEREIRA (PR-MT): Sr. Presidente, Srs. Convidados, Srs. Senadores, Deputa-

dos, eu acho que pelo que nós pudemos observar como esse assunto é extremamente técnico, eu acho que os palestrantes que nos brindaram aqui com suas exposições puderam nos dar uma demonstração, mesmo que rápida, obviamente que é um assunto que suscitava um debate muito mais profundo, o tanto que esse assunto é técnico e o quanto que ele é importante.

Mas eu acho que todos nós somos abertos a evolução da tecnologia e a Ciência Genética é uma realidade e hoje nós, por exemplo, passamos a manhã toda no Ministério da Fazenda, o Presidente estava presente, debatendo com o Ministro da Fazenda e o Ministro da Agricultura, a questão que aparentemente parece que não tem a ver com isso, mas tem, do endividamento da agricultura, porque nós estamos querendo reduzir custos de produção. Nós precisamos reduzir o custo de produção para que a agricultura seja cada vez mais eficiente.

Temos que estar abertos ao debate dessas novas tecnologias para que a gente tente reduzir cada vez mais o custo de produção da agricultura brasileira. E obviamente que eu indagava ao Dr. Elíbio da EMBRAPA, a EMBRAPA é uma referência para todos nós da agricultura. Qualquer tecnologia disponível hoje para a agropecuária brasileira teve a EMBRAPA como nossa precursora dentro desse processo, haja vista que saímos há pouco mais de vinte anos atrás, na área de grãos, de mil e quinhentos quilos por hectare, e hoje estamos produzindo mais de três mil quilos por hectare. Obviamente que a gente deve isso muito à tecnologia que a EMBRAPA disponibilizou para todos os agroprodutores, sejam eles da agricultura familiar ou da agricultura de uma forma geral.

E seria importante que também nessa tecnologia a EMBRAPA pudesse nos orientar com bastante segurança e essa, enquanto Relator eu acho que eu preciso fazer um relatório com tranquilidade, pudesse nos orientar com mais clareza sobre a questão do gen *Terminator*, como é que está isso a nível de pesquisa? E essa pergunta que eu gostaria de encaminhar ao Elíbio, como é que está a nível de pesquisa nos campos experimentais da EMBRAPA do gen *Terminator*? E como que isso poderia ser disponibilizado a favor da nossa agricultura e da agropecuária brasileira?

Eu acho que é importante a gente dar essa tranquilidade para os produtores para que eles possam cada vez mais ter eficiência na sua produção. Eu tenho certeza que sou totalmente aberto à evolução tecnológica e a gente quer poder fazer o melhor possível para o nosso país.

Então, é importante essa pergunta que eu gostaria de fazer à EMBRAPA, para saber que parecer ela pudesse nos encaminhar nos seus campos experimen-

tais, como é que está essa questão do gen *Terminator* lá na EMBRAPA? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Deputado Homero Pereira. Eu coloco ainda a palavra à disposição se algum dos Srs. Deputados ou Senadores quiserem se manifestar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, eu gostaria de fazer uma correção.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu não certeza, mas eu confio na sensibilidade e no ouvido do meu Assessor, ele disse que eu falei mais lignina e, na realidade, é menos lignina [risos]. Desculpa, é menos lignina que enfraquece a madeira para facilitar a produção de papel, então, eu quero aqui fazer essa correção e pedir desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Sr. Deputado Félix Mendonça.

DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA): Não, apenas com relação à lignina mesmo. Eu não percebi bem como é que a diminuição a lignina pode prejudicar os plantios de pinho e de eucalipto que isso é hoje, hoje nós sabemos que o consumo de papel é uma coisa fantástica na China e na Índia são dois bilhões que entraram no mercado consumidor e engraçado que o principal consumo é de papel higiênico. As populações que viviam no campo e não tinham acesso às condições que temos hoje, eles começaram a consumir a grande setor mesmo do consumo de papel hoje é o papel higiênico, é uma coisa estatisticamente mostrada.

Porque eu entendo no plantio do eucalipto, como é que ele contamina o vizinho, como é que ele pode, se ele recebe uma planta modificada e como é que ele se transforma?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Deputado. Depois as respostas. Como último orador inscrito o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): A minha pergunta inicial é: Como é o procedimento da Reunião, Presidente? Porque nós temos vários Parlamentares da Câmara, e se todos também terão direito a se expressar?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Todos os que se inscreverem poderão falar.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Não, tudo bem, porque parece que tinha uma dúvida regimental se poderia ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não, vai ter não. Está tudo resolvido.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Ok. Então ótimo, assunto resolvido. Sr. Presidente, eu tomei parte ativamente dos debates da construção da Lei de Biossegurança aqui na Casa e inevitavelmente nós nos expusemos ao máximo, contudo, deixamos até de lado em alguns momentos o assunto em si para tratar até de muitas convicções.

Inevitavelmente, eu acho que toda vez que tratar desse assunto nós vamos reativar um pouco disso. Em primeiro lugar, porque é mais do que provado que em qualquer ambiente humano que vai ter sempre o contraditório e nós poderíamos, eu já até submeti o Requerimento, convidar outros pesquisadores também que provavelmente têm pensamentos diferentes. E até mesmo para a gente limpar a área naquilo que a gente é leigo, para ver se a gente é melhor convencido dos aspectos eminentemente técnico.

Mas da vez passada não teve jeito e valeu então a força da emoção e a Lei foi votada daquela maneira. Eu continuo pensando como eu pensava naquele momento. Acho que o Brasil já deu duas grandes demonstrações em área do conhecimento que eu não tenho nenhuma dúvida do respeito que eu tenho pela comunidade científica, até mesmo porque eu procuro andar muito pelo Brasil e ver coisas que eu admiro, como eu acabo de vir da Aramar, aonde a experiência da Marinha na área de Física Nuclear, que eu gosto muito de ver estas demonstrações, mas como uma decisão política do país.

Nós hoje temos todas as condições, pelo que vi lá, de fazer enriquecimento de urânio a qualquer percentual que se queira, inclusive, para a fabricação de armas, mas tem uma decisão nacional de que não vai seguir esse caminho, é uma decisão, mas sabe fazer, se precisar fazer amanhã já começa, mas é uma decisão de não fazer. Como também foi o debate sobre a clonagem humana que é uma decisão que eu acho que é do mundo inteiro, que país nenhum adotou e admitiu que caminhasse nessa direção a não ser que tenha alguém fazendo clandestinamente.

Mas a gente sabe perfeitamente que hoje o conhecimento humano está indo ao ápice, o problema da velocidade dos processos produtivos para aumentar a taxa de lucro e rendimento e é disso que nós estamos falando. E a serviço... e a Ciência é um instrumento a serviço disso. O problema que eu vejo número um é quem paga e quem é o dono. Foi esse o tema que eu posso discutir porque eu acho que disso eu entendo um pouco, não tenho como discutir os outros aspectos,

embora que eu vou tratar este assunto assim como acompanho hoje a discussão da energia nuclear.

Admito a necessidade de ter o conhecimento, mas na seqüência o país tem que decidir politicamente se aceita ou não implementar tal conhecimento e, neste caso, nós temos um problema muito grande que é de responder à universalização destas informações todas, e que elas sejam minimamente adotadas pelo país ou que em uma estratégia de mundo recuse. Porque nós temos mercado para esse tipo de produto como também temos mercado para produtos que não são adotados esses tipos de tecnologias.

E aí a decisão que começa a se mostrar para o futuro. Quem sabe se, porventura, não quero ser nenhum apocalíptico nessa hora, mas algo que venha a dizer que economicamente o mercado dessa magnitude vai a declínio e que o outro, o que o Brasil pode conquistar, diferentemente de muito outros países, seja o mercado que mais interesse à economia nacional.

E, portanto, o agronegócio brasileiro tem que, no meu entendimento, botar o pé nos dois lugares, tomar muito cuidado com isso, porque entrarmos abruptamente desta maneira é nos associarmos aos que entraram e não tem mais volta, já rotularam seus produtos e não tem caminho do meio, agora tem que enfrentar essa situação. E se o mercado mundial mudar de rumo, o Brasil ainda tem chance de estar com o pé nos dois lugares.

Por que eu digo isso? Porque a micro e média agricultura brasileira não tem condições de submeter a um negócio desse, não tem a menor condição. Se o fizer estão fadados à miséria, aliás, nós já não estamos muito bem e aí seria o fim da picada. Porque não é barata uma tecnologia dessa e, inevitavelmente, tem monopólio, inevitavelmente, teremos que conviver com o monopólio.

E eu fico às vezes preocupado até com quem pode pagar, porque eu não vejo ponto da economia hoje que não seja bom uma pequena concorrência, por menor que seja a concorrência tem que existir. E nós sabemos das poucas empresas no mundo que teriam condições de desenvolver um negócio desses, patentear e usufruir pelo menos por duas décadas que ninguém possa acessar e ainda tem algumas questões de origens técnicas que é preciso tomar alguns cuidados.

Toda vez que nós tratamos aqui desse assunto, se uma modificação dessa natureza não pode ser transportada para uma planta que não foi... a planta vizinha. Nós falamos aqui das áreas de proteção, das áreas de transição para evitar que haja contaminação de áreas que não queiram se utilizar dessa tecnologia, o problema do preço dessas sementes e mudas,

de onde elas virão, quem é o fornecer, quem paga, custo disso?

Vivemos um imbróglio muito grande com os agricultores do Rio Grande do Sul que trabalharam com sementes entradas no Brasil de maneira clandestinas oriundas da Argentina e que tão logo a Lei foi votada aqui, imediatamente houve cobrança dessas sementes e alguns se descobriram meio que tardiamente que não tinham como pagar por aquilo porque o preço não é barato. Se o Governo vai ficar financiando esse tipo de coisa, subsidiando, e assim por diante.

Então, nós teremos ao final e ao cabo, no meu entendimento, uma compensação financeira através do Tesouro e que acaba fazendo seis por meia dúzia o que seria uma redução de custo para uma competição de preço no mercado internacional. Então, Sr. Presidente, eu pediria aqui com todo o carinho que respeito a todos e as suas opiniões, meu Requerimento é que a gente pudesse também em um momento posterior, respeitando aqui a proposta feita pelo Deputado Sciarra, que é de uma alteração na Lei permitindo, segundo ele, apenas a pesquisa.

Eu não li ainda o texto, vou me debruçar sobre isso imediatamente, mas ele admite aqui que é apenas para permitir a pesquisa e eu volto a perguntar, não sei se ele mas o Relator está aqui na mesa, poderá nos afirmar isso e se possível até, quem sabe, ler um trechinho de como é que a Lei vai ser trabalhada com a proposta deste Projeto que é o 268.

Segundo. Que nós pudéssemos ouvir Rubens Nodari, Paulo Kageyama, Maria José Guazzelli e Maria Rita Reis que, no meu entendimento, poderiam trazer também a luz de uma opinião também técnica, mas quem sabe assim, o pensamento do contraditório. Eu só pediria e, aí vou me comportar desta maneira, que nós não vamos tratar este Projeto de Lei com as emoções do que foi a própria Lei da Biossegurança no passado.

Mas pediria que nós tivéssemos aqui um pouco mais de paciência para que diante da pressa de mostrar ao Brasil e ao mundo que num futuro muito breve a gente possa ter uma nova tecnologia que vai nos levar, digamos assim, a uma alta competitividade de preço, mas que a gente pudesse responder também para nós uma série de questões e estas que eu considero também extremamente estratégicas.

O país precisa decidir se quer essa tecnologia, segundo, quais são as garantias que nós teríamos algum tipo de competição entre as empresas que teriam a detenção dessa tecnologia e se o setor produtivo está seguro de que um pouco mais à frente vão pensar uma situação mais complicada, porque as empresas que detêm as tecnologias não são ainda brasileiras, embo-

ra a EMBRAPA está trabalhando muito nisso, não são nacionais, e se repente em uma hora para fazer uma certa chantagem de preço, suspender o fornecimento de semente, aumento exorbitante de preço ou coisa parecida, e o país amargamente ter que sofrer consequências muito drásticas e não podendo mais voltar.

Então, diante disso, Sr. Presidente, eu ainda remeto a V.Ex^a para registro, a carta enviada aqui pelas Organizações Via Campesina, Campanha Brasil Livre de Transgênicos, Centro Ecológico de Associação de Agricultura Orgânica – AOPA(F), ASPTA e Terra de Direitos. Eu não vou ler a carta, mas eu vou remeter a V.Ex^a para registro.

Então, por último, eu faço aqui uma pergunta, vão ser duas. Por exemplo, a ONU através da convenção sobre diversidade biológica produziu um relatório de especialistas com representação de cientistas de todo mundo sobre os impactos das tecnologias de restrição de uso genético. Dentre outras questões, este relatório concluiu que a utilização das tecnologias de restrição de uso genético pode ocasionar a contaminação das variedades tradicionais de sementes e ainda das sementes convencionais, transferindo a característica da esterilidade. Como os pesquisadores e os convidados aqui presentes vêem este assunto?

E a outra que já remeto ao Deputado Homero Pereira que possa, como Relator da Matéria, reafirmar essa questão de que altera ou não altera apenas o item permissão para a pesquisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Sibá Machado. O Requerimento está recebido, estará na Pauta na próxima reunião da Comissão do Senado.

Continua a palavra livre para...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu prestei bastante atenção no que disse o Senador Sibá Machado, como faço sempre, mas eu não compreendi a pergunta final. Eu gostaria de entender, qual é a pergunta?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): [Ininteligível] é que ela não teria feito uma restrição sobre esse tipo de tecnologia, [ininteligível] sobre a contaminação do banco genético ou de áreas já cultivadas com sementes mais, vamos, digamos assim, caboclas, vamos dizer assim. E aí a pergunta é para eles, como é que eles estão vendo essa decisão da ONU?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Essa decisão da?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Da ONU.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, Senhores Convidados, Srs. e Sr^{as}. Deputados e Senadores, eu também ouvi atentamente os palestrantes, a Senadora Kátia, o autor do Projeto agora, o Deputado Eduardo Sciarra, e o Senador Sibá Machado. Eu vejo que hoje não estamos em um momento aqui de analisar o que já foi definido pela Lei de Biossegurança 11.105, nós estamos da era sim da Biotecnologia.

Indevidamente durante uma década usada, indevidamente o nome de transgênico, isso aí assustou muito a comunidade menos... que tinha menos esclarecido, que tinha pouco acesso a essa tecnologia. Acontece que verificando o Projeto da Senadora Kátia Abreu, anteriormente encaminhado pela Senadora Kátia Abreu, então Deputada, e hoje reecaminhado pelo Deputado Sciarra, eu vejo que essa regulamentação é de fundamentação importância, porque ela vai preservar, realmente, os organismos, as sementes bioreatoras que vão contribuir muito, então essa pesquisa não pode ser interrompida.

Então, é importante que se analise nesse aspecto científico essa regulamentação e dizer que os produtores hoje têm livre escolha do que eles vão plantar. Hoje está aberto ao produtor a escolha de variedades sem biotecnologia, variedades com biotecnologia, porque eu vejo que realmente alguma biotecnologia aplicada em alguns segmentos, como o milho, uma cultura como o milho, que tem um BT, por exemplo, podem estar realmente levando que outros milhos que não tenham resistência à lagarta realmente sejam objeto de recebimento desse gen.

Agora, quanto ao uso eu acho que está bem regulamentado, existe uma livre escolha, nós temos que regulamentar essa situação que se coloca hoje, e os convidados foram muito esclarecedores nesse aspecto. O que deve ser debatido hoje é realmente a regulamentação dessa Lei. Essa Lei virá contribuir, comunidade científica continuando as pesquisas necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Gilberto. E continua a palavra aberto para a discussão. Então, nós passamos para os debatedores para que eles já respondam às perguntas e também façam seus encerramentos, suas participações. [pronunciamento fora do microfone].

Com a palavra o Dr. Robinson.

SR. ROBSON PITELE: Bem, eu vou ter que me retirar daqui a pouco, então eu gostaria de colocar a minha posição nisto. Ninguém, ninguém é contra ou ninguém está obrigando realmente a adotar qualquer tecnologia nesse país.

O que esse país tem que ser é livre para que as tecnologias sejam adotadas por quem achar... muito

bem. Também a pesquisa brasileira ela patinou bastante tempo por causa de restrições impostas. Aqui está um exemplo, nós temos aqui o Aragão que tem uma variedade da feijão bastante, totalmente resistente ao vírus quando nós sabemos que hoje a maior restrição à produção de feijão é o vírus.

Eu me lembro na época que ele estava testando isso em outros países porque aqui era proibido o plantio. Então, realmente essas restrições colocam mesmo a Ciência a caminhar em passos um pouco... A outra coisa bastante importante a dizer é a confiança no cientista. Nós temos que ter muita confiança nos cientistas brasileiros porque eles já deram uma demonstração inequívoca de competência.

Vamos citar o exemplo, por exemplo, da soja. Hoje o americano sofre, o americano que é praticamente o pai da soja, ele sofre para produzir três toneladas e meia por hectare, hoje quatro, quatro toneladas e meia na região de Sorriso essas regiões, elas tiram de letra, o produtor brasileiro. Agora, é por que o produtor brasileiro é melhor? Não, é porque a Ciência produziu variedades melhores.

Nós temos uma coisa bastante importante no Brasil hoje que é a competência, eu acho que o Brasil em soja, cana-de-açúcar e citros, ninguém bate, no Brasil em termos de preparo científico da equipe que trabalha com isso. Realmente o Brasil é líder nisso, nós temos que pensar nisso.

E eu gostaria apenas... Uma das perguntas que eu me sinto à vontade para responder é com relação ao fluxo gênico para as variedades caboclas que o Senador Sibá Machado falou. As variedades, as raças locais ou as raças indígenas que realmente o gen de restrição é a segurança, é o contrário, é a segurança, porque uma vez transferido para lá aquela semente que recebeu aquela flor que foi polinizada com o gen, aquela flor dentro de uma espiga que foi polinizada com o gen de restrição de uso, ela não vai germinar, então ela vai impedir que esse gen se perpetue na população.

O que pode parecer uma contaminação, na realidade, o próprio gen está descontaminando, é uma medida de biossegurança, então eu só gostaria de fazer isso agradecer a oportunidade da estar aqui e me desculpe pela apresentação rápida, mas eu tinha me preparado para uma hora. Então... [risos] Na hora que eu vi ele deu um tapa na coisa ali eu falei vai ficar feio. Então está bom. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu quero agradecer imensamente a intervenção do Dr. Robinson e dizer que nós quando começamos a ordem de serviço nós não podemos continuar, nós vamos dar a palavra bastante rápida

para que os outros também façam suas intervenções e os encerramentos.

SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO: A Senadora Kátia Abreu colocou com muita propriedade o objeto da questão. É exatamente na linha de que é importante avaliar essa tecnologia caso a caso. No caso de bioreatores ela sem dúvida passa a ser juntamente com o arcabouço da CTNBio que regulamenta passo a passo a pesquisa que é feita no Brasil utilizando as GMs, o uso dos GURTS seria um componente adicional.

Existe sim uma preocupação, nós na EMBRAPA temos plantas de soja e de tabaco produzindo vários medicamentos, inclusive medicamentos muito novos que nós estamos, juntamente com um grupo na África, outro nos Estados Unidos e outro na Europa, desenvolvendo um microbicida(F) contra HIV antes, que a vacina chegue.

Então, existe a pergunta se essa soja vai contaminar a cadeia alimentar? Obviamente que não, porque vão existir restrições, a própria limitação do cultivo nós vamos restringir com que se contamine a cadeia alimentar, mas o uso dessa tecnologia eventualmente poderia ser um ponto adicional de segurança.

Então, os senhores podem ver que essa tecnologia ela tem sua utilidade e ela tem que ser avaliada caso a caso e, mais uma vez, ela não só é uma tecnologia que vem ao encontro de segurança em alguns casos de produção, mas que também a segurança que nós temos, como eu digo e repito, é a regulamentação e de todas as etapas que são promovidas através da CTNBio e dos órgãos internos de biossegurança das instituições de pesquisa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Elíbio. Com a palavra Dr. Francisco, faça o favor.

SR. FRANCISCO JOSÉ LIMA ARAGÃO: Então eu vou procurar também ser rápido. Essa tecnologia como diz o Dr. Elíbio Rech, ela é importante em alguns casos principalmente nesse que ele mencionou que é a questão de fluxo gênico. Existe uma grande preocupação em eliminação do fluxo gênico, mas o fluxo gênico é uma coisa extremamente importante, senão tivesse ou não ocorresse o fluxo gênico não haveria as variedades, não haviam não teria havido evolução, a domesticação de plantas depende de fluxo gênico.

E muitas vezes a gente vê a colocação do fluxo gênico, inclusive com plantas transgênicas, como uma coisa terrivelmente maléfica, inclusive muitos geneticistas até esquecem a questão da evolução, por isso que eu achei muito interessante a apresentação do Professor Pitele, que lembra que existe a evolução quando o gen é transferido, mas ele está exposto tam-

bém às pressões evolutivas do campo e isso tem que ser levado em consideração.

O Senador Sibá falou sobre essa questão do protocolo da biodiversidade. A FAO(F) ela realmente não recomenda que essas tecnologias de restrição sejam generalizadas, mas recomenda fortemente que haja pesquisa. E a gente, obviamente, depende de mais pesquisas sobre esse assunto porque essa é uma tecnologia extremamente importante em alguns casos, embora não de uma maneira generalizada.

Eu queria só falar sobre o eucalipto que foi colocado a questão do fluxo gênico em eucalipto como uma coisa assim não desejável, existe fluxo gênico em eucalipto, mas os produtores... o eucalipto é uma planta propagada vegetativamente, o eucalipto é uma planta extremamente heterozigota, significa que fazer plantações comerciais usando sementes não é uma prática muito desejável. O ideal é realmente fazer clonagem, multiplicação vegetativa dessas plantas e nesse caso desde que não haja fluxo gênico para o material que é clonado.

Então, se a gente tiver uma planta com baixo teor de lignina e esse gen não passe para as plantas que são propagadas vegetativamente, então não haveria o risco, por exemplo, de quem produz papel, que quer baixo de teor de lignina, e quem produz madeira para carvões ou para produzir móveis, não haveria esse risco desde que esse fluxo não aconteça entre o material clonal que é propagado.

O eucalipto não é uma planta invasora, não é uma praga, ele não vira uma praga, então, eu não vejo isso como um risco desde que não haja um risco entre esses materiais clonais.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Francisco e, para encerrar, passamos a palavra para o Dr. Jesus Ferro.

SR. JESUS APARECIDO FERRO: Obrigado pela oportunidade. Senadora Kátia Abreu eu fiquei impressionado como a Senhora realmente adquiriu conhecimento nessa área ao longo desses anos, eu acho que a Senhora é extremamente bem informada nessa área hoje. Eu digo o seguinte: Na verdade, eu acho que essa proposta de Projeto de Lei ela está muito bem, ela preserva a pesquisa no país, faz com que a gente tenha capacidade no futuro de gerar as nossas próprias tecnologias nesta área e vamos usá-la quando for o caso e se acharmos necessário que é importante para o país usá-las.

Veja bem, eu acho, eu vejo hoje o Brasil desenvolveu a capacidade... O Brasil era um dos poucos países do mundo que produzia insulina recombinante aqui em bactéria. A empresa foi vendida, hoje é de

multinacional, nós não produzimos mais isso. Mas é extremamente importante produzir, por exemplo, a insulina ou mesmo vacinas em plantas, nós somos um país tropical e temos culturas ideais para isso, produzir vacinas importantes em banana para as crianças é extremamente importante isso.

Produzir insulina tipo, em milho, e nesses casos eu acho realmente fundamental para impedir que esses alimentos contendo vacinas e ou proteínas funcionais, tipo insulina, que eles não entrem na cadeia alimentar de quem não precisa disso e para eles fariam mal isso, não seria adequado. Quer dizer, ingerir hormônio de crescimento em excesso faz mal, precisa ingerir quem precisa, quem não precisa, não precisa ingerir. Então, isso nós temos que garantir, isso é uma melhor maneira se usar uma tecnologia desse tipo para esses casos específicos, mas para isso se a gente não desenvolver tecnologia aqui, se nós não tivermos como desenvolver nos nossos laboratórios normalmente vai ter que vir de fora. Então, tem que ter capacidade de nós testarmos e também se testar a segurança, mostrar que realmente as sementes são 100% estéreis quando elas ocorrem, isso tem que ser demonstrado com pesquisas, não tem como você... teoricamente sim, mas nós temos que mostrar com estudos no campo e nos laboratórios que realmente é assim e estar todo mundo seguro de que seria dessa maneira.

Em relação à cana, quando surgiu essa Redação, nós estamos em 2005 quando surgiu a Redação dessa... que saiu na Lei de Segurança, nós tínhamos prontas três estratégias na empresa, três estratégias para inibir floração de cana no campo, tivemos que parar com a pesquisa, perdemos todo o tempo que nós... porque nós tivemos que abandonar... estava muito confuso a gente achava, quer dizer, a Lei colocou isso, era você regular genes da própria planta para que ele não expressasse, só isso. Não iria colocar nenhuma coisa a mais, não iria... A produção de semente em cana é indesejável, quem gosta de semente em cana é só melhorista, e para isso ele tem um lugar no mundo, as regiões que produzem sementes de cana são muito restritas, muito restritas.

Aqui no Brasil nós temos estações para produção de sementes de cana só na Bahia e Maceió. São locais ideais que têm condições de clima, temperatura, tempo, tempo, quanto dura a luz solar, temperatura noturna, senão não produz semente e o que produz ainda é inviável. Isso nós já poderíamos estar com tecnologia disso disponível, levando variedades de cana para o Centro-Oeste. As que já existem hoje estão florescendo muito lá, não temos variedade de cana boa hoje para as áreas de fronteira. Uma das razões é solo, solo po-

bre, e outra razão é que floresce muito. Isso seria uma coisa muito desejável para o país.

Eu acho que por isso que... Eu agradeço a oportunidade de participar aqui e de poder colocar essas idéias que são importantes para o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia no Brasil.

Como o Pitele falou, os cientistas são muito preparados e são muito conscientes. Ninguém aqui que é a favor de que o produtor que queira [ininteligível] sua semente, isso está bem claro, isso vai continuar acontecendo. Se tiver tecnologia vai usar aonde for necessários e quem quiser adotá-la. Muito obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Sr. Jesus. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria apenas de fazer dois comentários. Em primeiro lugar, eu gostaria que o Senador Sibá Machado estivesse aqui, mas infelizmente ele teve que atender outro compromisso.

Como é que nós podemos explicar para a sociedade que nós vamos deixar de fazer pesquisa porque temos medo do preço que vai vir na frente? Eu quero saber que lei existe no país hoje para nos defender de cartel de fertilizantes, do cartel de defensivos, de infinitos cartéis que nós enfrentamos todos os dias. Mas proibir a pesquisa e o desenvolvimento e preservar aqueles que investem o seu dinheiro em pesquisa é importantíssimo ou eles não farão a pesquisa.

Eu prefiro correr risco de ter a pesquisa e o produto com o preço alto com a esperança de ter uma lei de defesa da concorrência no país, do que não fazer. Nós sabemos o que aconteceu com o Brasil quando um decreto ou uma lei, que não me lembro, que proibiu a importação de computadores porque o Brasil tinha que produzir computadores. Nós ficamos anos luz atrasados até que essa bobagem foi revertida.

Nós temos a produção convencional, nós temos os transgênicos, nós temos os orgânicos, cada um que faça a sua opção de acordo com o seu custo. Mas, inclusive, essa carta que vem assinada pela Associação Nacional dos Produtores Orgânicos, nós estamos aqui para proteger a produção orgânica. Quando nós estamos querendo restringir o uso é uma medida de absoluta segurança para que não possa contaminar, não possa prejudicar e misturar nessas outras produções.

Então com relação a preço, eu vejo hoje nós já sofrendo com isso e muito pouca gente fazendo alguma coisa para poder ajudar os produtores do Brasil a enfrentar os cartéis que já existem hoje. Então, isso não pode ser um argumento para impedir a pesquisa.

Então, eu gostaria de agradecer as palavras do Dr. Jesus, agradecer mais uma vez a todos os nossos palestrantes essa oportunidade ímpar de poder estar discutindo um assunto tão importante para o país, e vamos continuar na luta, vamos fazer o trabalho de persistência, de determinação, de convencer as pessoas do quanto isso é importante para o Brasil.

Nós temos que buscar aqueles que são contra e tentar ganhar no debate, um debate sério, elevado, mas mostrando que o Brasil não pode esperar e ter esses preconceitos. O argumento que veio do Senador é exatamente o contrário do que nós estamos discutindo aqui. O medo deles é exatamente a medida que nós queremos, é protegê-los. Então, eu não entendi, sinceramente, a carta e a pergunta por isso eu gostaria que ele estivesse aqui, mas, mais uma vez, muito obrigada, Sr. Presidente, por essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, eu quero agradecer imensamente a oportunidade de ter ouvido os quatro que vieram aqui falar em nome da pesquisa, agradecer a presença dos Srs. Deputados, Srs. e Sr^{as}. Senadores, avisando ainda que no dia de amanhã temos a Subcomissão do Biocombustível, às dez e trinta, e não havendo mais nada a tratar encerramos a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 16h58.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, JAYME CAMPOS, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, CARLOS DUNGA, OSMAR DIAS, PAULO PAIM, SIBÁ MACHADO, CÉSAR BORGES, VALTER PEREIRA E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Expedito Júnior, João Pedro e Pedro Simon. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto

de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. **AUTOR:** Deputado Nilson Pinto. **RELATORA “AD HOC”:** Senadora Marisa Serrano. **RELATÓRIO:** Pela Rejeição. **OBS:** Em reunião realizada em 26/9/2007, foi lido o relatório pela Senadora Marisa Serrano, Relatora “Ad Hoc”, pela rejeição, ocasião em que foi concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, o qual apresentou voto em separado, pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta.** **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2003. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em Faixa de Fronteira, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATORA:** Senadora Marisa Serrano. **Relator “AD HOC”:** Senador João Durval. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Gilberto Goellner nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2004. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o art. da Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que “dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências”, para permitir a utilização do trabalho temporário na área rural. **AUTOR:** Senador Ramez Tebet. **RELATOR:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Sibá Machado, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera e acresce dispositivos à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, o Código de Processo Civil, e dá outras providências. **AUTORES:** Senador Sibá Machado, Senador Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. **RESULTADO: Concedido vista ao Senador Carlos Dunga, nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2006. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Modifica o art.45 da Lei nº 8.212 e art.96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar, do pagamento de multa para contagem recíproca de tempo de serviço o segurado que tenha exercido atividade dispensada do registro previdenciário obrigatório. **AUTOR:** Senador Paulo Paim.

RELATOR: Senador Heráclito Fortes. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. Iniciada a discussão da matéria faz uso da palavra o Senador Sibá Machado. Na fase de votação, a matéria foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o Parecer. À Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.** **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR:** Senador Expedito Júnior. **RELATOR “AD HOC”:** Senador Gilberto Goellner. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, com três emendas que apresenta. **RESULTADO: Concedido vista coletiva.** **ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 60, DE 2007. (NÃO TERMINATIVO). EMENTA:** Altera o art.1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, a fim de prorrogar o prazo para o trabalhador rural requerer sua aposentadoria. **AUTOR:** Senador César Borges. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **RELATÓRIO:** Pela aprovação. **RESULTADO: Retirado de Pauta, a pedido da Relatora.** **ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 7, DE 2008 – CRA. ASSUNTO:** Requer a realização de Audiência Pública, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para debater as tecnologias genéticas de restrição de uso de variedades, objeto do **Projeto de Lei nº 268, de 2007**, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra (DEM/PR), com a presença dos seguintes convidados: **Rubens Nodari** – Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; **Paulo Kageyama** – Professor da ESALQ/USP e Conselheiro da CTNBio; **Maria José Guazoli** – Representante do Centro Ecológico (RS); **Maria Rita Reis** – Representante da ONG Terra de Direitos (PR). **AUTOR:** Senador Sibá Machado. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu e Sibá Machado. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado, com adendo da Senadora Kátia Abreu, no sentido da inclusão de um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Será cumprida a deliberação da Comissão.** **ITEM 9: REQUERIMENTO Nº 8, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a formação de comissão composta por 3 (três) membros, para reunir-se na cidade de Campina Grande – PB, conjuntamente com representantes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste para tratar de assuntos ligados ao custeio agrícola da região. **AUTOR:** Senador Carlos Dunga. No encaminhamento, fazem

uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gilberto Goellner, Sibá Machado, Kátia Abreu e Carlos Dunga. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 10: REQUERIMENTO Nº, DE 2007 – CRA. ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de subcomissão temporária, composta de cinco membros e igual número de suplentes, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para examinar os atuais problemas relativos à execução do programa de Reforma Agrária, tais como redução no tamanho dos lotes de assentamento, politização e sindicalização do processo da reforma, assentamentos fantasmas na Amazônia e outras possíveis irregularidades. **AUTOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RESULTADO: Retirado de Pauta.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Neuto de Conto**, Presidente Da Comissão

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada no Dia 16 de Abril de 2008, às 11 Horas e 42 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo que no dia 22 de abril do corrente, terça-feira às 11 horas será realizada visita da Comissão de Finanças do Senado Francês perante esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e conduzida pelo ex-Ministro das Finanças, Senador Jean Arturis(F), objetivando tratar do tema: “Brasil, Fazenda do Mundo”, o qual possibilitará aos parlamen-

tares franceses informações sobre o desenvolvimento agrário brasileiro.

A presente Reunião destina-se à aprovação de matérias. Item 1º da Pauta vamos retirar de Pauta; Item 2º – Projeto de Lei de autoria do Senado nº 475/2003 de autoria do Senador Jonas Pinheiro que prorroga o prazo que seja retificada as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências. Pela Senadora Relatora Marisa Serrano estar de licença, pois já está tratando na Comissão dos Cartões, nós pedimos, solicitamos ao eminente Senador João Durval que em *ad hoc* pudessem ler o relatório.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório: é submetido ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 475/2003 que se aprovado prorroga até 31 de dezembro de 2006 o prazo para que o detentor de título de alienação ou de concessão de terras em faixa de fronteira, outorgados pelos Estados e ainda não ratificado, requeira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, a ratificação do que trata o art. 5º § 1º da Lei nº 4.947 de 6 de abril de 1966. Essa na essência há disposição encartada no art. 1º da proposição. O art. 2º limita-se a fixar a data da publicação como marco para vigência da futura norma.

Ao justificar a matéria, o ilustre Senador Jonas Pinheiro posta-se considerações acerca da Lei nº 9.871 de 23 de novembro de 1999 que estabelece prazos para a ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, defende a necessidade de que ao detentor desses títulos seja conferido um tempo mais dilatado para a consecução da ratificação, uma vez que para se obterem todos os documentos exigidos para compor os processos e pedido de ratificação, há um sem número de entraves e difíceis superação e exigindo-se providências burocráticas em vários municípios e em várias instâncias administrativas.

Não foram oferecidas Emendas. Análise: O PLS de nº 475/2003 submete-se a esta Comissão, por força de Requerimento nº 1.263 de 2007, cuja aprovação se revela em consonância com o disposto no art. 104B1 do Regimento Interno da Casa que dispõe competir à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária a análise de proposições que versem entre outros assuntos sobre Direito Agrário.

Considerando que a matéria ainda será objeto de apreciação por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que lhe auferirá a constitucionalidade e juridicidade, sugerimos nosso exame à conformidade que é do quanto nela se dispõe com o ordenamento jurídico agrário brasileiro. O Projeto de Lei do Sena-

do nº 475/2003 cuida tão somente de prorrogar prazo previsto em Leis Ordinárias – Lei nº 9.871 de 1999 e mais recentemente Lei nº 10.787/2003 – para que os detentores de título de alienação ou concessão de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira requeiram ao Incra a ratificação de que trata o § 1º do art. 5º da Lei nº 4.947 de 6 de abril de 1966.

Tendo em vista, entretanto, o completo escoamento do prazo em referência, ocorrido em 31 de dezembro de 2003, não há que falar em prorrogação dele, senão em sua reabertura ou de outra via no estabelecimento de novo rumo, de novo tema. Com quanto seja possível, a este respeito, argüir que tal providência atentaria contra a propriedade da terra hoje pertencente legitimamente à União, violando assim o ato jurídico perfeito e o direito adquirido protegidos como cláusula pétrea, entendemos diversamente que se cuida efetivamente de pôr a salvo o direito dos particulares, que fiados em atos e documentos praticados ou expedidos pelo Poder Público dos Estados da Federação, adquiriram terras em faixa de fronteira vendo-se após em vista do decurso de tempo legal delas desprovidos.

Em suma, entendemos tratar-se da necessidade de se resguardar o Princípio da Segurança Jurídica que fundamenta não só o Estado, mas toda a sua ordem para o que impede de conceder aos cidadãos interessados nova oportunidade para ratificação dos Títulos Públicos que possui. Ademais, razão assista o ilustre autor da proposição ao asseverar que o moroso procedimento para a ratificação dos títulos, marcado por obstáculos burocráticos de difícil superação, como os atinentes à oitiva do Conselho de Segurança Nacional e a obtenção de documentos vários exigidos para a compensação... Composição do processo, aliado à falta de estrutura do Incra para atender no prazo acenado pela Lei nº 9.871/1999 e pelas que lhes sucederam a todas as solicitações de ratificação realizadas, acabou por prejudicar aqueles que serviram na persecução do seu direito atingido pela cláusula preclusiva.

Constitui a proposta, a nosso juízo, medida oportuna e conveniente por distribuir justiça àqueles que se fiaram no Estado e em seus atos e instituições.

Voto. Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475/2003 na forma do seguinte substitutivo: Projeto de Lei do Senado nº 475 substitutivo de 2003 – estabelece prazo de 2 anos para ratificação de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira e dá outras providências. Art. 1º – fica estabelecido o prazo de 2 anos, contados da publicação desta Lei, para que os detentores de títulos e alienação ou concessão de terras situadas em faixa de fronteira e expedidos pelos Estados, requeiram ao Instituto Nacional de Co-

lonização e Reforma Agrária – Incra, a ratificação de que trata o art. 5º § 1º da Lei nº 4.947 de 6 de abril de 1966. Observado o disposto no Decreto Lei nº 1.414 de 18 de agosto de 1975, § Único – aplica-se no que couber o dispositivo na Lei nº 9.871 de 23 de novembro de 1999. Art. 2º – esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Durval, Relator *ad hoc* que concluiu pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Em discussão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu peço vistas ao processo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A vista será concedida tão logo nós encerrarmos a discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Já pediu, então, já encerra a discussão, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, eu gostaria de fazer uma... Quem pediu vista? Senador Gilberto?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Tem alguma falha de redação.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de complementar, então, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Só para eu entender se é a mesma coisa que eu estou pensando.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Existe aqui um... Inclusive, admitido pela assessoria do Incra, que existe uma... Uma má interpretação que esses 2 anos seriam para requerer a ratificação e não prazos para a conclusão da retificação. E, no art. 1º, então, fica, há uma incoerência entre o art. 1º e a finalidade que seria o prazo para requerer. E mesmo assim, eu gostaria de comentar e discutir com a Senadora Relatora Marisa Serrano sobre a viabilidade disso aí ser feito em 2 anos, porque nós todos sabemos a dificuldade que hoje existe de aparelhamento técnico e de pessoal e, inclusive, de físico do Incra para resolver todos os problemas e de todas as conjecturas que existem hoje no país.

Então, isso aí, 150 quilômetros de fronteira, os imóveis pegando inclusive cidades inteiras, havendo procedimentos normais para fazer isso aí. Eu acho que a decisão muito curta de prazo, também. Eu vejo que nós devemos discutir melhor, então, por isso que eu vou, eu peço vistas para falar com a Relatora e a gente

avaliar juntamente com o Incra, né? Nós avaliarmos a viabilidade de mudanças nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma complementação, entendi perfeitamente e está, acho correto, concordo com o questionamento do Senador Gilberto. Gostaria que ele, com esse pedido de vistas, pudesse considerar mais outros dois pontos da maior importância.

A legislação da faixa de fronteira ela é muito clara ao dizer que o cidadão para ter o seu título na faixa de fronteira, ele precisa ter uma característica principal – ele tem que estar produzindo em 50% dessa área. Nem exige sequer que ele more na propriedade, essa é a condição *sine qua non* para que ele seja identificado como proprietário na faixa de fronteira e receba o seu título, certo?

O que é o que acontece: posteriormente ao recebimento desse título, poderá vir, até, o Incra e a Reforma Agrária fazer uma vistoria de produtividade para ver se é produtiva ou não. O que é que o Incra fez, Senador Gilberto? Senador Gilberto, por favor. O que o Incra fez?

O Incra editou uma Instrução Normativa onde obriga que para receber o título – desconsidera essa instrução anterior – e que para receber o título dessa terra, ele tem que cumprir os índices de GUT e GEE que é o Grau de Utilização da Terra em 80%, que não é o 50% que era a Lei anterior, e que ele cumpra os índices de produtividade. Nós não estamos querendo – e eu nem estou na faixa de fronteira, o meu Estado é um Estado central – é apenas uma questão de justiça, e que acho que cabe a todos nós – Senador – que é a nossa função principal defender o Estado Brasileiro.

Então, o que ocorre? Quando eu disse ao Presidente do Incra: “Uma coisa é uma coisa, Presidente, outra coisa é com outra coisa”. Então, ele tem que titular primeiro diante da regra de 50%, aí depois sim, ele pode ir com sua equipe de reforma agrária do Incra verificar se o cidadão é produtivo ou não. Essa exigência dos 50% de trabalho nessa terra é para ele ser reconhecido como proprietário e não “produtivo” ou “improdutivo”. Qual que é a diferença disso? A diferença é que se ele não receber o título e o Incra chegar lá e ver que ele é improdutivo, ele não vai receber nenhuma indenização. E são famílias que estão lá há mais de 100, 200 anos. Então, ele tem que receber o título de propriedade, e depois o Incra vem questionar se ele é produtivo ou não. Então, ele vai receber da forma que o Incra quer hoje – na instrução normativa – ele

vai receber apenas as benfeitorias e não vai receber um centavo de valor de terra nua.

Então, Sr. Presidente, eu sinto muito ter que dizer essa palavra dura aqui, mas essa Instrução Normativa é um “golpe”, é um golpe para tomar terra de produtor rural. Eu gostaria que o Senador pudesse considerar esse Item e, até mesmo, o questionamento que foi feito aqui nessa Comissão com o Presidente do Incra, com o Advogado Geral da União, de por que a faixa de fronteira são 150 quilômetros? Ela já foi 60, ela já foi 100, qual a explicação dela ser 150? Por que nós temos que discutir esse assunto? Não só por conta dessa questão da documentação da faixa de fronteira, mas existem restrições absurdas em cima da faixa de fronteira e estão, inclusive, impedindo plantios de determinados produtos; a questão de compra de terra por parte de estrangeiros.

Essa faixa de fronteira, eu acho que o que Brasil cresceu, desenvolveu; está crescendo, está desenvolvendo. Nós estamos no mundo moderno. Nós temos que também dar uma modificada nós nossos conceitos, nós temos que avaliar os nossos conceitos antigos e ver se eles merecem ou não alguma mudança.

Então, gostaria que o Senador Gilberto, que vai ter a oportunidade de, com pedido de vistas, de reformular esse texto e que possa considerar os dois assuntos que é da maior importância e de muita injustiça para com esses produtores – são 10% dos municípios do Brasil – que receberam este golpe dessa Instrução Normativa nº 27 tirando deles o direito de posse. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senadora Kátia Abreu. Então, nós concedemos vistas do Item nº 2 desse Projeto de Lei ao Senador Gilberto Goellner.

Item nº 3 da Pauta – Projeto de Lei nº 171 de 2004 de autoria do Senador Ramez Tebet que altera o art. 4º da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências para permitir a atualização do trabalho temporário nas áreas rurais. Com a palavra a Relatora, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu fiz apenas uma simples modificação e quero aqui parabenizar o nosso saudoso Senador Ramez Tebet pela autoria desse Projeto, que muito próprio para os nossos tempos, é apenas incluir no texto quando ele diz: “compreende-se como empresa de trabalho temporário” eu acrescentei: “compreende-se como empresa rural ou urbana de trabalho temporário”, foi apenas... Acrescentei o “rural” e “urbano” para ficar bem claro que essas empresas poderão atuar tanto na zona rural como também na questão urbana.

O que é que ocorre, Sr. Presidente? Nós já temos o hábito, já temos a legislação que permite o trabalho temporário nas cidades – aquele trabalho temporário, principalmente na época do Natal, aonde as compras e a demanda aumenta muito e o comércio contrata mais gente, contrata mais brasileiros. Nós temos a época do Dia das Mães, o Dia dos Pais, final de ano, então, Páscoa. Então, nós temos aqueles períodos, os períodos de liquidação do comércio brasileiro onde o empresário urbano, quer seja pequeno, médio ou grande, ele tem a oportunidade de dar mais empregos. Alegria para nós, brasileiros, poder aumentar o emprego pelo menos nessas épocas.

Então, é um trabalho que dura 2 meses, né? De 1 mês, varia de um mês a 2 meses esse trabalho temporário, e nós temos essa discrepância com relação à questão rural e nós precisamos enfrentar isso tudo. Eu sei que existe a preocupação e eu também tenho ela, de algumas pessoas de que essa questão do trabalho temporário no campo, poderia incentivar essa terceirização, poderia incentivar, talvez, um trabalho degradante e más condições sem cumprimento da Legislação Trabalhista. Claro que nós temos que nos preocupar com isso, mas nós temos que contar também com a competência do Ministério do Trabalho que tem um grupo de fiscalização, aliás, bastante rígido e atuante. E nós, Senadores, é a minha impressão, que nós devemos legislar para as pessoas honestas partindo do princípio que nós estamos legislando para os honestos; os desonestos a Polícia que se encarregue deles.

Esse trabalho temporário para o setor rural ele é vital, haja vista, o senhor conhece bem o seu Estado. Haja vista o que as safras, a produção das safras são todas temporárias e é uma multidão de trabalhadores que nós precisamos na colheita da laranja, que nós precisamos na colheita do café, que nós precisamos na colheita de cana, que nós precisamos naquelas colheitas temporárias, Sr. Presidente, e isso tem trazido o quê? Ao invés, na minha impressão, de proteger o trabalhador, está trazendo, muito pelo contrário, a informalidade. Então, tudo o que você consegue descomplicar, você facilita a vida do empregado, do trabalhador e do patrão. E facilitando a vida de ambos, você vai fazer com que eles possam cumprir a Legislação como deve ser cumprida. Isso não significa que os nossos patrões e trabalhadores estão fora da Lei por vontade própria, Sr. Presidente, é pela burocracia e, às vezes, pela própria rejeição de alguma das partes com relação a esse trabalho temporário até mesmo na assinatura da carteira.

Esse trabalho temporário tem que ficar bastante claro que não tira o direito nenhum do trabalhador rural – nós não estamos tirando nenhum, nem do trabalha-

dor urbano. Todos os seus direitos estão perfeitamente garantidos. Agora, essas empresas terceirizadas, essas empresas terceirizadas que podem ser até mesmo, a gente pode ter a preocupação de termos empresas fictícias, empresas laranjas apenas para dar um golpe no trabalhador, nós temos condição de regular tudo isso. E que essas empresas terceirizadas, Senador Sibá, elas possam ter também para funcionar um patrimônio que possa garantir, caso venha acontecer a impropriedade do não pagamento e do não recolhimento desses direitos.

Então, nós temos que tentar viabilizar e facilitar o Custo-Brasil, na medida do possível cercar as arbitrariedades, mas não podemos legislar em cima, apenas pensando no crime. Nós temos que legislar pensando num Brasil melhor, num Brasil moderno, num Brasil que facilita a empregabilidade, que facilita a formalização para que de verdade os trabalhadores possam ter os seus direitos adquiridos, que possam aposentar com dignidade, que possam ter o seu fundo de garantia certo, líquido e certo, então, esse é o nosso objetivo e não ao contrário. Nós não queremos produtores no Brasil, quer seja de qualquer tamanho, taxados pelo Ministério do Trabalho como escravocratas, como praticante de trabalho escravo. Isso é muito doído para o Brasil, não para nós – produtores. Isso é muito triste para um país que facilita essa condição, então, nós temos que facilitar – sem tirar direitos, repito – nós temos que facilitar as contratações e desburocratizar para que a formalidade possa prevalecer no país.

Nesse caso, nós estamos discutindo apenas a questão da terceirização por parte de algumas empresas que nós poderíamos, aqui, incluir e caracterizar melhor como seriam essas empresas, Senador Sibá, qual o porte dessas empresas; qual a calção que essas empresas poderiam ter em nível patrimonial ou até mesmo é com calção bancária, caso acontecesse a impropriedade.

Então, eu gostaria que a gente pudesse refletir muito. O meu voto é a favor do Projeto, é favorável, apenas com essa mudança, só para especificar que essa terceirização é para a questão urbana e rural. Então, vou ler apenas o Voto, Sr. Presidente.

Em face dos argumentos aqui expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 171/2004 de autoria do nosso saudoso Senador Ramez Tebet do Mato Grosso do Sul com a seguinte Emenda: “Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 171/2004, que altera o art. 4º da Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974 a seguinte redação: Art. 4º – compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas

temporariamente, trabalhadores devidamente qualificados por elas remunerados e assistidos”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O relatório conclui pela aprovação nos termos da Emenda que apresenta, em discussão. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, eu ouvi atentamente ao relatório da Senadora Kátia Abreu, mas não tinha tido a oportunidade de olhar as nuances do Projeto, não tive essa oportunidade. Sei que o Governo emitiu também uma Medida Provisória de nº 410 que caminha nessa direção também de se estabelecer no Brasil, melhor regulamentada a figura do trabalho temporário. Nós sabemos que a economia do Brasil tenta ainda ter uma coisa mais equilibrada, mas a sazonalidade não é uma coisa apenas do campo brasileiro. É, durante algum tempo, inclusive, as indústrias automobilísticas vivem com essa história da chamada “férias coletivas”, excesso de contingente no período de baixa comercial e assim por diante. Então, eu considero que esse problema não é, eminentemente, rural, está estabelecido em muitos lugares – com exceção eu acho que da siderurgia – eu não vejo outro ramo da economia que não passa por determinados percalços de vez em quando.

Eu vou pedir a vistas do Projeto, porque até mesmo eu preciso estudar melhor e quero ver o que a Medida Provisória também trata para fazer uma correlação sobre esses fatos, Sr. Presidente, e tão logo eu gostaria de apresentar também a minha opinião mais formalizada sobre este Projeto. Portanto, eu peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concedido vista ao Senador Sibá Machado do Projeto, o Item nº 3 da Pauta – Projeto nº 171/2004.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, por favor, apenas uma consideração para reforçar. Eu gostaria de me oferecer ao Senador Sibá Machado para que a gente pudesse discutir esse tema que é da maior importância, colocando todos os critérios, todos os cuidados, tentando ao máximo possível não distorcer o que nós estamos tentando fazer aqui – assegurando ao trabalhador os seus direitos e o patrão também menos burocracia – e que a gente pudesse, definitivamente, regulamentar esse trabalho temporário que é... Resolveríamos, na opinião da Comissão de Trabalho da Confederação Nacional de Agricultura, 90% dos nossos trabalhos, dos nossos problemas no campo com relação à safras, ao período temporário. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Item nº 4 da Pauta –

Projeto de Lei do Senado nº 237/2006 de autoria dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa que altera e acresce dispositivo da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 o Código de Processo Civil e dá outras providências.

Com a palavra a Senadora Relatora, Senadora Kátia Abreu, para proferir o seu relatório.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria se o senhor me permite, pedir aos colegas que pudesse haver uma inversão de Pauta, só alguns minutos, para que eu chegue algum parágrafo que ainda eu estou com pouco de dúvidas, que o Senador Heráclito pudesse, já combinei com ele, está preparado para fazer o seu relatório. Preparado para fazer o seu relatório enquanto eu termino a minha leitura final, aqui, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pauta invertida. Passamos para o Item nº 5 – Projeto de Lei do Senado nº 302/2006 de autoria do Senador Paulo Paim que modifica o art. 45 da Lei nº 8.212 do art. 96 da Lei nº 8.213, ambas de 25 de julho de 1991, para dispensar o pagamento da multa para contagem recíproca de tempo de serviço e/ou segurado que tenha exercido atividades dispensadas do registro previdenciário obrigatório.

Com a palavra o Relator Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado nº 302/2006 de autoria do Senador Paulo Paim, dispensa multa exigida pela Previdência para reconhecimento do tempo de trabalho rural no caso de contagem recíproca de tempo de serviço para usufruto de benefícios previdenciários.

O Projeto se justifica com base em situações nas quais ocorre uma migração do trabalhador de um regime previdenciário para outro. A Constituição Federal estabelece que essa migração é condicionada à indenização do tempo de serviço para ajudar a manter o equilíbrio financeiro do regime previdenciário existente. Ocorre que os trabalhadores rurais, particularmente aqueles que exercem suas atividades no seio de regime de trabalho familiar, são os únicos responsáveis por indenizar a Previdência, tendo em vista sua desvinculação anterior do regime geral da Previdência, ressalta-se que o trabalhador rural familiar [soa a campanha] era unicamente o segregado facultativo antes de 1991.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A atual é o seguinte.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Um silêncio para o Relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para ser reconhecida a referida contagem, o INSS exige o pagamento, pelo trabalhador, da indenização calculada pelo valor do atual salário de contribuição pelo período pretendido, atualizado, monetariamente, e acrescido de juros e multa.

A contagem desse tempo é operação que depende da vontade do trabalhador. Somente a partir de sua manifestação é que passa a existir a obrigação de recolher o valor da indenização. O trabalhador não é obrigado a efetuar a contagem daquele tempo de serviço, e só o faz o seu exclusivo interesse.

Dessa forma, como não existe nenhuma quebra de uma obrigação legal ou contratual que determine a imposição da multa, a cobrança de penalidade em relação ao período anterior à filiação a Previdência passa a ser injustificada.

Antes com o encaminhamento exclusivo à Comissão de Assuntos Sociais a quem cabe a decisão terminativa, a matéria vem para a análise prévia da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em atendimento ao Requerimento 1.295 do Senador Mário Couto, feito no prazo regimental e não foram apresentadas Emendas.

Análise. A Constituição Federal garante essa contagem recíproca do tempo de trabalho desde que haja a compensação financeira dos diferentes regimes previdenciários sociais. Art. 201 § 9º, no entanto, no período anterior a 1991 o trabalhador rural e o produtor em regime de economia familiar não se encontrava no rol dos contribuintes obrigatórios do RGPS. A simples recepção do tempo de serviço segurado sem que houvesse a indenização desse período seria contrário ao texto constitucional, pois não apenas seria prejudicial ao equilíbrio financeiro do regime previdenciário a quem o trabalhador tenha se vinculado, como representaria com o favorecimento indevido à pessoa que: Sem haver contribuído para tanto venha receber benefício em valor superior ou em época que não teria direito, caso não se efetuassem a contagem daquele tempo.

Esse entendimento encontra-se consolidado na jurisprudência brasileira sendo extraído do texto constitucional e dos art. 55 § 2º e 96, inciso IV da Lei nº 8.213 de 1991, e os §§, 1º, 2º, 3º, 4º e 6º do art. 45 da Lei nº 8.212 também de 1991. Quanto à multa exigida para a contagem recíproca do tempo de serviço, contudo, é cabível questionar acerca de sua razoabilidade. Sua imposição pelo INSS decorre, como visto, da aplicação da Lei. Esta imposição, portanto, é plenamente cabível no caso dos contribuintes individuais especiais que são contribuintes obrigatórios da RGPS.

Entretanto, no caso de segurado facultativo, como era o trabalhador rural e regime familiar antes de 1991, a contagem recíproca do tempo de serviço é uma faculdade do interessado que pode abrir mão dela, se assim entender. A obrigação legal de recolhimento por parte do segurado inexistente até o momento em que o solicitante pleiteia, a contagem do tempo de serviço, sendo que a rigor não há fato ilícito a ensejar a imposição de multa.

Naturalmente o mesmo raciocínio não se aplica ao período de trabalho posterior ao advento das Leis nº 8.212 e nº 8.213/1991, pois depois disso, os trabalhadores rurais, de qualquer natureza, passaram à condição de filiados obrigatórios da Previdência Social, tendo a obrigação de efetuar os recolhimentos no devido tempo. Portanto, tal iniciativa é importante, pois se corrigirá a injustiça cometida contra os trabalhadores rurais brasileiros. Nesse contexto, concorda-se com o mérito do Projeto de Lei e análise sem restrições quanto à respectiva constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sr. Presidente, antes de proclamar o meu voto, eu quero dizer que me sinto bastante feliz de ser o Relator desse Projeto de autoria do Senador Paulo Paim que tem se destacado na sua luta indormida(F) em defesa dos trabalhadores que são os menos assistidos. E estando aqui ao meu lado como representante do Partido do Governo, o Senador Sibá Machado, que mais do que ninguém conhece a real situação do trabalhador rural no Brasil, pela sua história de luta, pela sua caminhada exatamente na defesa dos trabalhadores do Brasil afora, principalmente na Região Norte do país. Portanto, fico altamente feliz em tê-lo na minha companhia como também a Senadora Kátia Abreu que atua no setor – são duas vertentes de componentes, de pensamento diferente, mas que, com certeza, tem o objetivo maior que é o bem-estar do trabalhador brasileiro. Assim sendo, e diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302/2006. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, eminente Senador Heráclito Fortes. O Relator conclui pela aprovação. Em discussão. Como ninguém mais queira discutir. Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Quero dizer ao Presidente que a contribuição previdenciária do setor rural, eu acho que nós ainda vamos ter um prolongado tempo para ter uma melhor, vamos dizer, uma materialização dessa situação e poder garantir, minimamente, uma condição de vida para as pessoas oriundas desse setor. Então, é claro, que nós temos que além de aprovar uma matéria dessa magnitude,

fazer todos os entrelaçamentos em parte do que isso venha a dar também no Tesouro da Previdência Social e nesse momento, Sr. Presidente, eu vou acompanhar o Relator nesse Projeto. Mas, é claro, que na sequência dele em outros trâmites da Casa, nós podemos ir levantando todos esses gargalos que ainda, infelizmente, não estão plenamente resolvidos, mas nesse momento acompanho o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Como mais ninguém queira discutir, em votação. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer pela aprovação. O Projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Voltamos, então, ao Item nº 4 – Projeto de Lei do Senado nº 237/2006 de autoria dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy e Senadora Ana Júlia Carepa que altera e acresce dispositivo à Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 o Código de Processo Civil e dá outras providências.

Com a palavra a Relatora, Senadora Kátia Abreu, para parecer sobre o parecer.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, Senador Sibá Machado sabe da nossa relação que temos nessa Casa e do respeito que eu nutro por ele, especialmente, dos 3 autores é um dos Senadores que eu tenho uma simpatia enorme pela sua sensibilidade e pelo seu esforço em praticar aqui o seu mandato. Mas este Projeto, Senador Sibá, eu sou pela rejeição desse Projeto.

Na minha opinião e desculpe a expressão, talvez, um pouco forte, mas eu não achei... Não encontrei outra expressão que pudesse figurar melhorar o que a proposta traz aqui, mas uma “aberração” jurídica. Esse Projeto afeta todo ordenamento jurídico de posse, direito de propriedade e vou repetir a mesma expressão “uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”.

Nós não podemos confundir desapropriação para fins de Reforma Agrária com arbitrariedades ao direito de propriedade. Se o Incra quer encontrar fazenda improdutiva, ele tem toda a legislação ao seu favor em termos de vistorias, de análises de índice de produtividade, de GEE, que eu até nem concordo com esses índices, mas é o que está valendo hoje e a Lei é essa. Mas confundir o direito de posse, o direito de propriedade e, antecipadamente, a minha propriedade ser invadida, quer seja uma propriedade rural ou quer seja a propriedade urbana, e eu ter que provar, antecipadamente, a um pedido de liminar do Juiz que essa terra é produtiva e que ela está cumprindo a sua função social – me dá licença – Sr. Presidente. E, sinceramente, é uma aberração jurídica, isso é função do Incra analisar se a minha fazenda é improdutiva e

é função do Juiz, que eu aciono, verificar se a terra é minha ou não e me dar a ela o direito de volta.

E aqui o Projeto impõe que mesmo antes o Juiz tem que ouvir o Ministério Público, o Juiz tem que fazer a visita *in loco* antes da reintegração de posse e que eu ainda, proprietário, que estou sendo invadida, agredida no meu art. 5º, cláusula pétrea da Constituição Federal, que eu tenho ônus de provar que a minha terra está cumprindo função social.

Então, sinceramente, não há a menor possibilidade nem de discussão da minha parte, Sr. Presidente, é pela rejeição dessa aberração jurídica que agride o direito de propriedade.

Nós precisamos entender, e eu tenho repetido aqui várias vezes, que existe uma pessoa no mundo que eu julgo da maior importância que chama Alan Greenspan que foi Presidente do FED – do Banco Central Americano por 20 anos. Esse homem não é qualquer homem, ele é um homem especial. É um homem que conhece a economia do mundo inteiro, e eu recomendo o seu livro, “A Era da Turbulência” e no capítulo 12, procure o capítulo 12 que lá vai estar quais são, qual é o pilar mais importante para que um país possa crescer em qualquer lugar do planeta. Esse pilar, Sr. Presidente, é o direito de propriedade, é a regulação, é o compromisso com os contratos, só dessa forma, com respeito a essa Instituição é que um país pode ter firmeza e dar segurança para que ele possa crescer.

Ninguém vai investir, ninguém vai arriscar naquilo que lhe traz insegurança. As pessoas procuram os países, os lugares que dêem segurança para o seu trabalho, isso aqui, Senador Sibá, eu sei que a sua intenção é a melhor possível que é a Reforma Agrária, o senhor é a favor da Reforma Agrária, mas nós não podemos resolver os problemas dos quilombolas do Brasil que merecem e tem o seu direito, nós não podemos resolver os problemas indígenas do país, nós não podemos resolver os problemas de terra, de sem terras no país agredindo o direito de propriedade.

Sou a favor de resolver o problema de todos eles, indígena, quilombola, sem-terra, mas vestindo um santo e desvestindo outro, não. O direito de propriedade, a Constituição Federal que tem sido abusada todos os dias nessa Casa, começando o exemplo pelas Medidas Provisórias, nenhuma sem urgência e sem relevância, mas o direito de propriedade, Sr. Presidente, não. É impossível que eu possa concordar com esse Projeto e eu voto pela rejeição. Vou apenas formalizar o meu voto para que possa ficar registrado, como é de praxe da Casa.

Pelos motivos expostos, concluímos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 237/2006. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A Relatora conclui pela rejeição da matéria. Em discussão.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Carlos Dunga.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): Sr. Presidente, cumprimentando a V.Ex^a e aos demais pares e a todos que fazem essa Comissão. Em razão de ser a minha primeira Reunião nessa Comissão, quero saudar a todos e em razão do conhecimento da matéria, eu peço vista para que eu possa ter o melhor conhecimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vista concedida ao Senador Carlos Dunga, que eu gostaria de registrar com muita alegria, com satisfação seja bem-vindo. Essa Comissão precisa muito dos conhecimentos de V.Ex^a para participar e ajudar desenvolver os inúmeros Projetos que por aqui tramitam e, principalmente, darmos soluções ao nosso Brasil.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): Agradeço a V.Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Excelência, sobre a matéria, eu quero me congratular com o Senador Carlos Dunga e veja bem o que é a experiência parlamentar, ele que foi extraordinário Deputado Federal, e, agora, cumpre regimentalmente aqui uma passagem nesta Casa como Senador da República.

Eu quero louvar V.Ex^a, Senador Dunga, pelo pedido de vista, eu acho que ele é oportuno. Acho inclusive de bom alvitre que se consulte a própria, hoje, Governadora Ana Júlia Carepa. Só não muda quem se demite do direito de pensar, essa frase foi repetida várias vezes aqui pelo Senador Petrônio Portela, quando líder, quando Presidente dessa Casa.

Eu tenho a impressão que nem a própria Senadora, meu caro Sibá, hoje pensaria mais dessa maneira. Ela que tem um Estado com vocação agrícola, com grandes investimentos se realizando lá e, inclusive, contenções na área social, daí eu tenho a impressão que uma melhor reflexão na atualização do seu pensamento, a própria Senadora... É o que eu penso, pode ser que eu esteja redondamente enganado, mas é o que eu penso – ela no cargo Executivo que ocupa hoje não teria tanto entusiasmo com esse Projeto.

De toda a maneira, julgo o mérito dos autores que fizeram dotados de convicções e acima de tudo de boa-fé, de boa vontade, a questão não é essa, a questão é uma realidade que nós vivemos.

O Senador Eduardo Suplicy como grande latifundiário deve ter um entendimento, um conhecimento fantástico sobre essa questão, principalmente no que se passa no Norte, no Nordeste, no velho combate entre o latifúndio, o minifúndio que o Senador Sibá Machado tanto... Também conhece. Daí, porque eu louvo a V.Ex^a pela iniciativa.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o autor da proposta, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Certo. Sr. Presidente, este assunto eu já não sofro mais por ele, mas já sofri muito. Eu sei que não vai ter nunca consenso, nem aqui nem em lugar nenhum.

Essa matéria, eu acho que é o divisor de água de qualquer outro assunto que a gente venha tratar nesta Casa ou em qualquer outro lugar. Então, está dividido o Brasil como sempre esteve, e a legislação não deixa de ser um pouco da expressão dessa queda de braço, do que ambas as partes pensam sobre o tema.

Então, tem duas coisas nesse Projeto – a primeira delas é porque fruto da CPI da Terra, nós encontramos o próprio Ministério Público reclamando que quando o Juiz dá uma liminar de reintegração de posse não faz a menor ressalva da realidade vivida naquele lugar e podia se evitar uma série de barbaridades que nós assistimos como foi, inclusive, Eldorado dos Carajás e outros mais que tinha uma promessa de Governo para ser atendida, que não foi, o pessoal bloqueia a estrada e lá sabe-se Deus partindo de onde e de quem é resultado de tantos mortos e outros machucados e mutilados naquele confronto.

Então, no decorrer daquela CPI... CPMI, nós atendendo uma reivindicação, inclusive, do Ministério Público que a gente pudesse inserir na Legislação Brasileira, que uma tomada de decisão por liminar de um Juiz para uma reintegração de posse, ela fosse precedida pelo menos de uma conversa entre os Órgãos que depois vão lidar firmemente com o problema que é o da segurança, o próprio Ministério Público e o Órgão da gestão da Reforma Agrária no Brasil que seria o Incra. Para que se encontre, talvez, até meios de melhor negociação. E somente numa ação, digamos, reincidência, poderia, então, o Juiz tomar a atitude que melhor lhe aprofesse(F). Então esse foi a razão de um dos Itens colocado no Projeto.

O segundo, quando se fala da propriedade... Da função social da terra, ela... Nós vivemos uma realidade de extrema grilagem está bem mais reduzido em outras regiões do país, até mesmo, porque a cobertura legal das demais regiões do Brasil está um pouco melhor assegurada. Isso a gente compreende. Mas nós ainda temos uma situação, extremamente, confusa especialmente parte do Centro-Oeste, boa parte do Centro-Oeste e, praticamente, toda a Amazônia.

Os paradigmas que nós vivíamos no passado foram esses mesmo de que o Governo quando incentivou a ocupação amazônica já no último período, vamos considerar dos anos 70 para cá, tinha na sua filosofia de ocupação que aquele que não desmatasse, realmente era tratado como uma pessoa que não queria trabalhar e que estava passiva, inclusive, da perda da sua terra, pouco importando se aquele desmatamento contribuiria ou não para o crescimento da produção do país. Isso de fato é um paradigma e nós vivíamos isso, porque eu estou lá desde aquela época, desde 1971 que a minha família está sediada na Amazônia.

E acompanhando toda esta guerra no campo, especialmente ali na grande Amazônia, nós discutimos muito fortemente o que se chama “função social da terra” e pasmem, ainda vivemos algumas realidades como a história do trabalho escravo, algumas coisas desse tipo que maculam fortemente, hoje, a economia agrária brasileira, que prejudica muito o desenvolvimento local e assim por diante.

Então, eu não estou aqui discutindo o princípio da propriedade, sei disso, sei que as teses em geral caminham nessa direção, e se formos voltar ao passado, então, não estou desconsiderando que... Estou começando a ler o livro dele, ainda não cheguei no capítulo 12, mas imagino que estas sugestões feitas do marco regulatório é bom para todo mundo, porque o que nós estamos discutindo é o marco regulatório, porque existe os paradigmas antes de se registrar qual é o marco regulatório, e existe opiniões sobre que marco seria melhor. E isso nós fazemos, cotidianamente, aqui no Congresso Nacional para qualquer área da economia e este é mais um... E nós entendemos que ao readaptar o marco regulatório, inclusive, para um tamanho máximo de propriedade fundiária no Brasil.

Porque existe também uma outra filosofia que eu gosto muito dela, que debati muito isso no meu curso de geografia, que os alemães construíram a Alemanha em cima da tese de Charles Darwin que dizia com todas as letras que a seleção natural dos seres é baseado no tamanho do seu território, que, portanto, a Alemanha só podia ser um dia poderoso se ela avançasse sobre os demais países e deu no que deu. Os franceses levantam uma outra tese que diz que

não, o sucesso de crescimento desenvolvimento de uma nação está embasado na sua competência técnica. Portanto, ficou aí a tese do “possibilismo” versus o “determinismo”.

Então, nós estamos discutindo teses, são teses. Essa é uma tese nós temos aqui uma tese de que é preciso limitar em parte, mas é um arcabouço legal para a tese. É o arcabouço legal, ela tem que estar, digamos, materializada em algo e aí neste caso o arcabouço jurídico brasileiro precisa do nosso entendimento de um aperfeiçoamento, porque quando uma pessoa recebe um pedaço de terra também por menor que seja da Reforma Agrária, ela passa a ser um proprietário também. Uma pessoa que não tem onde morar está morando debaixo de uma marquise de um prédio, de um viaduto em São Paulo – eu pude ver lá – que há mendigos que fazem até a realocação desses espaços para dormir, um mendigo cobra do outro para poder dormir, ele cria a expectativa de propriedade sobre aquele bem que não é dele e se impõe sobre esse fato.

Então, nesse caso, eu concordo plenamente de que o princípio da propriedade move, sim, a sociedade humana. Isso aí eu estou de acordo. Agora, quando a gente vai para o tamanho da propriedade e na mão de quem que fica é onde está o grande embate que nós estamos vivendo. Já vou encerrar, Sr. Presidente. Porque acompanhando a discussão do marco legal, o brasileiro aprendeu na sua cabeça que gosta muito do índio, mas que o tamanho da terra dele é muito grande que ele trabalha muito pouco. Então, com a filosofia nossa impondo sobre aquela cultura, então, esse povo nunca vai ter paz. É a compreensão que eu tenho hoje, e o Estatuto do Índio não anda, na vota nem de um jeito nem de outro e assim por diante. Aí se avança... Onde o índio esta tem outro tipo de riqueza, seja de subsolo ou de superfície o que a gente faz com uso disso já que a cultura dele não permite nem pelo arcabouço tecnológico e muito menos pela própria compreensão do uso dessas riquezas. Portanto, ele empresta isso para os demais, como é que fica essa realidade? E pedi até à Embaixada dos Estados Unidos para me permitir uma viagem, vou pedir aqui ao nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores para ter a seguinte visão: Como vive hoje? Pelo menos em algumas experiências as comunidades indígenas norte-americanas, porque ouvi história das demais.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se V.Exª quiser, eu concedo de imediato, mas V.Exª vai aos Estados Unidos ver cassino, porque os índios ficaram todos milionários e são donos de cassinos. Eu faço o maior gosto de... Está definido de imediato, deferido o

seu pedido. Acho que é da maior importância, vai sair de lá o especialista no jogo.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): [risos] Eu vi muito dessas histórias e agora, Senador Heráclito confirma uma delas, mas eu vi mesmo esses relatos de que alguns indígenas se aperfeiçoaram, inclusive, em jogos e eu queria só ver, Sr. Presidente, que eu acho que na nossa matéria, sem nenhuma paixão, mas queria tratar um pouco com certo carinho, vou agradecer o Senador Carlos que vai apresentar... Certamente um voto em separado. E eu queria que, assim de uma forma bem tranqüila, na nossa Comissão a gente aprofundasse um pouco o debate nestes dois temas, se o marco que a gente está sugerindo é uma coisa realmente que vem a atrapalhar o andamento do empreariado rural brasileiro ou mesmo da reforma agrária, e na segunda questão – nesses casos de desinclusão ou no caso de liminar para reintegração de posse que o Juiz venha emitir, que ele possa antes da emissão possa consultar também os demais órgãos públicos que certamente vão lidar com o conflito durante e a *posteriori* é a sugestão que eu faço a V.Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente eu quero dar mais uma informação cultural ao meu amigo Sibá Machado.

A última grande transação que esses índios fizeram no Estados Unidos, foi comprar aquele, o *Hollywood Planet(F)*, grande cassino, até onde uma modelo que era casada com um velho, suicidou-se recentemente. *Planet Hollywood(F)*, eles estão agora no mundo artístico, ele não estão mais nessa situação, mas de qualquer maneira V.Ex^a já está atendido, vai marcar a data, eu faço questão que faça essa viagem. Só espero que ele não lhe convide para andar no Boot Strink(F) que eles têm, não ando mais de avião... a gente fica falando mal aqui do avião do Lula, o dele é 10 vezes mais luxuoso. V.Ex^a será atendido acho que vai trazer uma grande contribuição para essa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sr^a Senadora Relatora, Senador Sibá que foi um dos autores do Projeto, Senador Carlos Dunga que agora pede vista.

Realmente, eu acho que enquanto nós estamos aqui filosofando sobre a forma de desapropriar as áreas rurais do país, eu recentemente levei um caso concreto de uma área desapropriada no Estado do Mato Grosso, uma área que o Incra já possui a posse da desapropriação, o sem-terra não entraram ainda na área, agora, os grileiros já tomaram conta da reserva legal. Já tomaram, eu apresentei dados, fotos, comprovações reais de proprietários rurais vizinhos

a essa área e, realmente, eu mostrei isso aí também ao Senador Sibá, fui ao gabinete dele, mostrei para ele, mostrei que esse caso devia ser levado ao Incra. O Incra deveria tomar providências de zelar sobre o patrimônio, sobre o Patrimônio Brasileiro, sobre o patrimônio desapropriado dessa fazenda e assentar o mais rápido possível esses sem terras lá para que, realmente, eles tomem conta da sua área que vão receber da reserva legal.

Agora, permitir não fazer com que a Polícia Federal na Operação Arco de Fogo, vá até o local, não tome providências, não realize, não segure os abusos que são cometidos por grileiros, aliciados, grileiros aliciados por interesses maiores de pessoas que querem se aproveitar de áreas de reserva natural – consolidada, áreas que estão de posse do Incra e que não estão sendo zelado. Enquanto nós estamos aqui filosofando sobre novas desapropriações, inclusive, com Projeto que fere integralmente a Lei, a Lei de desapropriação, invertendo o ônus da prova, acho que a Senadora não leu o relatório, porque ela já de imediato coloca pela sua rejeição, mas o que fere principalmente a Lei de desapropriação é a inversão do ônus da prova.

Em vez dos técnicos do Instituto de Terra, do Incra, apresentarem as provas das infrações, dos descumprimentos social, da função social, se é proprietário ou não, se ele possuidor ou não do imóvel, se ele é proprietário... É ele proprietário ou possuidor desse imóvel, é que vai precisar fazer as provas. Eu acho que esse aí é o principal motivo, Senadora, que a senhora optou pela rejeição.

Então, eu também opto pela rejeição disso aí, isso aí precisa ser mudado completamente, enquanto tiver, isso aí colocado no processo, no artigo que modifica esses... Toda essa legislação, nós não vamos concordar e nem podemos concordar, porque fere integralmente o direito de propriedade.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, apenas para mais um comentário a partir do que o Senador Gilberto disse, e também ao Senador Dunga que pediu vistas para que considerasse, que o pior de tudo isso, Senador Sibá, é que parte-se do princípio de que quem vai invadiu tenha o entendimento e a prerrogativa de achar que aquela propriedade é improdutiva. Então, quando eu exijo que a terra invadida, o próprio produtor prove que ela é produtiva e que eu tenho que chamar um Juiz eu que tenho que chamar um Promotor, eu estou dando ao MST, qualquer sigla, ou qualquer entidade, o MST não é entidade ou qualquer movimento que invada uma terra, a prerrogativa a eles da verdade, da certeza, né? E de que eles estão no seu direito. Então, é exatamente essa inversão de conceitos, então o MST, os movimentos sociais poderão

invadir uma fazenda improdutiva? Poderão, mas poderão também invadir como fazem nessas propriedades rurais, principalmente onde produz papel e celulose, e invadir fazenda produtiva.

Então, Sr. Presidente, realmente é a última consideração, é inadmissível que nós possamos aceitar esse tipo de inversão e que a justiça não cumpra a Legislação, a Constituição Federal e dando imediato a posse para quem é dono.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Atendido, então o pedido de vista ao Senador Carlos Dunga, do Projeto de Lei do Senado nº 237/2006.

Item 6º da Pauta – Projeto de Lei do Senado nº 4/2007 de autoria do Senador Alvaro Dias que dispõe sobre isenção de Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de insumos, equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.

Com a palavra o Relator e pela ausência do Relator Senador Expedito Júnior, solicitando que *ad hoc* o Senador Gilberto Goellner possa ler o relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Parecer... É do Item nº 6 da Pauta. É submetido a essa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o PLS nº 4/2007 de Ementa em epígrafe da autoria do nome Senador Alvaro Dias. De autoria do nobre Senador Alvaro Dias, a proposição será posteriormente apreciada pela Comissão dos Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

O Projeto está lavrado em 3 artigos. Art. 1º – isenta do IPI os insumos, máquinas e equipamentos, aparelhos e instrumentos bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, quando adquiridos com a finalidade de produção de leite, o § Único preceitua que os produtos serão discriminados em ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

O art. 2º determina que, com vistas ao cumprimento das exigências da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo estimará um montante de renúncia tributária decorrente da isenção e o incluirá no demonstrativo próprio do Projeto de Lei Orçamentária que for encaminhado após 60 dias da publicação da Lei.

O art. 3º – prevê que a Lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação, mas a isenção só surtirá efeitos a partir do exercício financeiro subsequente àquele que for implementado o disposto do art. 2º.

Na justificação, o autor afirma que o princípio da seletividade do IPI em função da essencialidade do produto é aplicável aos bens de capital, insumos destinados à produção leiteira tendo em vista constituir-se o leite em produto básico para a população brasileira.

Reconhece que alguns equipamentos e insumos, utilizados à produção agropecuária já estão sujeitos a alíquotas baixas do IPI, entretanto, a isenção proposta evita o impacto oriundo de eventual majoração. Entretanto, a isenção proposta, a isenção proposta evita o impacto oriundo da eventual majoração tarifária pelo Poder Executivo e proporciona a redução estável dos custos da atividade.

Entende, por fim, que a medida incentivará a modernização da pecuária leiteira, exigida pela evolução do mercado consumidor, empatando favoravelmente a indústria fornecedora de máquinas e de insumos. Não foram oferecidas Emendas.

Análise: Não há óbice de natureza constitucional quanto à iniciativa em matéria tributária, deferido a qualquer membro do poder legislativo pelo art. 61, nem quanto à competência tributária própria da União exercida pelo Congresso Nacional com sanção do Presidente da República nos termos do art. 48 da Constituição Federal.

Também foi atendido em caso o princípio da especificidade, e da exclusividade das Leis Tributárias benéficas instituídas pela Constituição Federal. Entretanto, o § Único do art. 1º suscita a eiva de inconstitucionalidade uma vez que atribui competência ao MAPA para discriminar os produtos a serem isentos. Ora, nos termos do art. 84 da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Presidente da República dispor mediante Decreto sobre organização e funcionamento da Administração Federal. A Emenda que apresentamos ao art. 1º elimina essa inconstitucionalidade.

O que respeita à juridicidade relativos aos aspectos orçamentários e financeiros a proposição procura contornar as exigências relativas a concessão de benefício fiscal pelo legislador contidas no art. 14 da LRF ao determinar a elaboração – primeiro, a elaboração da estimativa do montante da renúncia de Receita, decorrente do benefício fiscal. A sua inclusão no Projeto de Lei Orçamentária e, terceiro – a postergação dos efeitos da isenção tributária para o exercício financeiro que se seguir a adoção das medidas referidas nos itens anteriores.

Essa providência impede que a eventual perda de Receita ocorra no curso de exercícios financeiros já iniciados, mas não atende o art. 2º do § 2º do art. 98 da LDO de 2008 que fixa o prazo máximo de 5 anos para a concessão de benefício dessa natureza. Contudo, não é possível afirmar que essa Lei se aplicará o tempo da aprovação desse Projeto de Lei pela Câmara dos Deputados.

No mérito, sem embargo do zelo, sempre demonstrando pelo autor do Projeto nas matérias relativas ao setor agropecuário a isenção de IPI proposta é

irrelevante, porque a quase totalidade dos insumos e dos bens de capital utilizados à produção de leite são não tributados, ou tributados a alíquota zero do IPI. Ainda que alguns desses bens tenham ou venham a ter alíquotas positivas de IPI, sua participação no custo final de produção do leite será insignificante. Mais relevante para a redução do custo produtor de leite, sobretudo, o individual pessoa física é a desoneração da contribuição do PIS/PASEP e da contribuição para o financiamento, COFINS que incide sobre a aquisição de alguns insumos e bens de capital as alíquotas de 1.65% e 7.6%, respectivamente.

Como essa redução de custo é o escopo do Projeto sob exame, apresentamos Emendas que reduza a alíquota de PIS, a zero alíquota de PIS/PASEP e COFINS em duas situações: Na importação e na comercialização do mercado interno de uréia bovina, rações, micronutrientes e sais minerais. B) somente na comercialização do mercado interno de teteiras, ceifeiras, fardadeiras e outras máquinas para colher e dispor o feno, máquinas de ordenhar, máquinas de aparelhos para preparação de alimentos ou rações e máquinas e aparelhos para a tributação de moagem de grãos. Presume-se que, uma vez, zeradas alíquotas de PIS/PASEP e de COFINS, o fornecedor reside, reduza o prazo de venda de insumos, equipamentos ou produtor de leite na proporção em que essas contribuições compõem o custo do bem, preservada sua margem de lucro. Isso permitirá a redução do custo de produção de leite, importante setor da agropecuária brasileira.

A produção de leite no Brasil vem continuamente crescendo nos últimos 25 anos. A produção leiteira que era 1980 era de 12 milhões de litros, atingiu 25 milhões de litros em 2005. A produtividade nesse período saiu de 720 litros vaca/ano para 1189. Entre os Estados brasileiros, Minas Gerais apresenta-se como maior produtor com 28% da produção nacional, seguida com Goiás 11.34%, Rio Grande do Sul 10.36% e Paraná com 9.62%. Rondônia é o 8º Estado produtor no Brasil com 2.5% e o primeiro na Região Norte com 40% do leite produzido na região. É importante destacar que a produção de leite em Rondônia é tipicamente familiar, razão pela qual a maioria dos produtores reside no próprio estabelecimento rural. As áreas das propriedades variam de 5 a 10 hectares com predomínio do uso de mão-de-obra familiar.

A aprovação desse Projeto de Lei contribuirá para redução do custo de produção de leite e para o aumento da competitividade da pecuária leiteira, no caso da Estado de Rondônia a medida beneficiará, sobretudo, os agricultores familiares motivo pelo qual somos favorável a sua aprovação com Emendas.

Voto. Ante o exposto somos pela aprovação do PLS nº 4/2007, com as seguintes Emendas: Reduzir a zero as alíquotas de PIS/PASEP de COFINS incidentes na aquisição de insumos, máquinas e aparelhos destinados a produção leiteira. Emenda 2: dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação art. 1º, o art. 1º da Lei nº 10.925, passa a vigorar com a seguinte redação. Primeiro – adubos ou fertilizantes classificados no capítulo 31 da tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados, aprovado pelo Decreto nº 6.006 e suas matérias-primas. 14º – rações balanceadas e concentradas micronutrientes e sais minerais, classificado nas posições 2302, 2801, 2805, 2510, e no código 2501.0090, todos tipificados de produtos industrializados.

Outra Emenda – inclua-se no Projeto artigo com a seguinte redação: Remunerando os demais artigos, os demais a partir do atual art. 2º. O art. 2º, art. 28 da Lei nº 10.865 de 30 de abril de 2004 passa a vigorar com a seguinte redução: Art. 28. 10º, teteiras e máquinas de aparelhos destinados à agropecuárias, classificadas nos códigos tais, tais e tais, da tipificação de produtos industrializados. Sala de Comissão – pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator Gilberto Goellner *ad hoc*, concluiu pela aprovação com 3 Emendas que apresenta. Matéria está em discussão.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, na minha vontade seria pedir, encaminhar o voto contra, mas devido o número de pessoas e até mesmo, nem o autor nem o Relator original do Projeto não estando presente, eu, antes de pedir vista, queria fazer algumas considerações.

Primeiro, Sr. Presidente, que o Projeto original do Senador Alvaro Dias, ele foi completamente, foi mudado, é um outro Projeto. Não é o Projeto do Senador Alvaro Dias que eu já iria discutir assim mesmo, mas o que ocorreu eu acho que desmonta completamente a idéia do Senador, segundo que acho que tecnicamente deveria ter sido um substitutivo e não em caráter de Emendas, pela profundidade das mudanças teria que ter outra natureza da apresentação do relatório.

Terceira questão, Sr. Presidente, nós estamos querendo debater uma Reforma Tributária no país, e já se avançou bastante, seja aqui no Senado Federal, com algumas idéias que já foram sugeridas e também

a medida do Governo que parece que avança para o consenso que a gente tenha, doravante, a extinção do PIS, do PASEP, da COFINS e de outras formas de arrecadação tributária do país, juntando todas no IVA – Imposto sobre Valor Agregado.

E, portanto, V.Ex^a que acompanhou tão brilhantemente a Subcomissão que trata deste assunto na Comissão de Assuntos Econômicos, que fez um brilhante pronunciamento nessa direção, eu temo que nós cometemos até um esvaziamento desta proposição. Porque se avança para extinção de tais impostos não os haverá e, portanto, todos os setores, nós não poderíamos aí, eu queria até fazer como consideração que eu tenho respeito a todos os Senadores e Senadoras, válidas as sugestões que vem, mas nós precisamos avançar o máximo para fechar uma conclusão entre nós daquilo que seria o novo marco tributário brasileiro. Porque fazer a chamada “Reforma” da forma que a gente tem feito esporadicamente, eu não chamaria ela nem de “fatiada”, chamaria de “granulada”, porque são coisas tão distintas, setores carentes, eu sei, são setores carentes. Eu também acompanho, hoje o desenvolvimento da bacia leiteira do meu Estado, eu tento estudar um pouco sobre isso agora, também, sei que é um setor que emprega muita gente, é o setor que mais distribui renda no setor rural do país, eu acredito que tem sido a cadeia produtiva do leite.

E, portanto, a idéia central de ajudar o setor a se desenvolver melhor, eu concordo na idéia, mas o método consideraria V.Ex^a o pedido. Não sei se é o pedido de vista, eu não queria pedir vista, queria na verdade era propor que suspendêssemos o Projeto para que a gente amadurecesse melhor, talvez eu queria ouvir melhor o Senador Alvaro Dias, vou ler de novo o Projeto, aí pediria que ele reproduzisse a idéia original dele. Porque da forma que está eu pediria a V.Ex^a com toda a tranqüilidade, eu teria que votar contra o Projeto, mas eu pediria, nesse momento, vistas ou a suspensão da Pauta para o momento posterior a gente afunilar as nossas idéias.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada. Senador Sibá, eu concordo plenamente com V.Ex^a no que diz respeito à mudança do Projeto. Por quê? Porque no Projeto do Senador Alvaro Dias, ele pede a isenção de IPI e dos produtos que nós queríamos a isenção, o IPI, praticamente, já foi dado. O IPI já está todo isento. Com exceção de um detergente especial, não é de lavar vasilha, mas é detergente

especial para lavar as tetas e as teteiras. Então, essas estão com IPI, mas os demais produtos já estão contemplados.

O que é que ocorre? Através da instrução normativa nº 51 do Ministério da Agricultura, criou-se o Programa da Melhoria da Qualidade de Leite no Brasil. Então, são obrigаторiedades muito rígidas que, aliás, é boa para a saúde humana, né? É boa para a produtividade do leite, para a qualidade, para a credibilidade do leite brasileiro, mas isso vai trazer um ônus muito pesado para Norte e Nordeste, principalmente, aonde praticamente não tem nada. Então, são produtores rurais que irão iniciar comprando todos esses produtos, são 11 itens que seriam contemplados.

Para se ter uma idéia, nós temos 5 milhões de produtores rurais no Brasil, entre pequenos, médios e grandes. Nós temos 1 milhão de produtores rurais que produzem leite espalhados por todo o Brasil e, com certeza, muitos no Norte e Nordeste e demais Estados no Brasil, para se ter uma idéia nós estamos incluindo aqui, porque no Projeto, tem capítulo 23, capítulo 25, o que significa isso? Nós trouxemos aqui então, a tradução, são as rações balanceadas e concentrados, sal mineral, micronutrientes, uréia bovina, medicamentos veterinários, detergente especial, teteiras, máquinas e aparelhos para a colheita ou debulho de produtos agrícolas para fazer o silo, máquina de ordenha e tanque de expansão, esse então vai ser a primeira obrigatoriedade e não é barato máquina e aparelho para a preparação de alimentos ou rações, e outras máquinas e aparelho como moagem, trituração e moagem de grãos para a alimentação dos bovinos leiteiros.

Então, eu gostaria muito que nós pudéssemos dar uma atenção especial, por isso o Senador Expedito mudou o Projeto e pede o PIS e COFINS. Essa Instrução Normativa nº 51, Senador Sibá já foi prorrogada várias vezes, por um simples motivo, por falta de renda dos produtores de leite que não conseguem implementar esse investimento, mesmo tendo PRONAF a sua disposição, mesmo tendo outros incentivos. Então, se nós tirássemos de PIS 1.65% e COFINS 7.60%, que praticamente dá 10% de imposto sobre esses produtos, o quanto não melhora o leite brasileiro?

Nós temos uma exportação pífia de leite, nós consumimos, praticamente, tudo que nós produzimos. Aliás, importador, justamente, porque ainda o leite brasileiro não, além de não ter a produção necessária, ainda não está implementada todas as regras exigidas pelos outros países pelas Comissões Internacionais, União Européia, enfim, os países importadores de leite. Nós temos um potencial extraordinário de produção de leite com qualidade, os nossos animais não tem melhor no mundo, pode ter igual, melhor não tem.

Mas nós precisamos, porque o produtor de leite eu tenho o maior respeito e sou uma das maiores defensoras do produtor de leite do meu Estado e do Brasil, eu sempre digo para eles mesmos, porque eu tenho amizade com todos, nós somos companheiros de luta. Eu digo que o leite só vive duas situações ou leite está ruim ou o leite está muito ruim, eu nunca vi o leite em outra situação, então, talvez, de preço. Em termos de renda ou a situação é ruim ou muito ruim, o Rodrigo é Presidente da Comissão ele fica bravo que eu digo isso, mas é verdade.

Com relação à Reforma Tributária, Senador Sibá, você também está correto, o sonho da minha vida era que nós pudéssemos ter uma Reforma completa, consistente, de gente grande, firme para o futuro. Mas não é só esse Governo não, é Governo nenhum parece que não quer fazer Reforma Tributária nunca. Então, a gente vai fazendo uns penduricalhos e vai ajudando um daqui, um dali, como fizemos com a CPMF, provamos que não faria falta. Levamos nome de irresponsável, graças a Deus está aí todo mundo com a consciência tranqüila, o Senado tranqüilo, a arrecadação aumentou.

Então, se não formos fazendo essas reforminhas, nós aqui dentro, não vai sair nunca. Então, esses reparos para esses segmentos importantes, eu gostaria muito de pedir a sua consideração mesmo, porque não é terminativo. Vamos deixar aprovar isso para os produtores de leite do país para que a gente possa melhorar essa performance e em outras Comissões vai andando e ganhando corpo.

Eu sei que Receita Federal vai querer entrar, vai querer fazer conta disso e com razão. A Receita quer saber as perdas, isso é normal de qualquer Governo e eu concordo, mas não vamos paralisar na nossa Comissão de Agricultura, onde é a Comissão que defende os produtores rurais. Deixa que a CAE, talvez, faça esse papel que chame a Receita Federal, vá tentar negociar nós podemos ver quem será o Relator lá na frente, mas que a nossa Comissão não estamos fazendo nenhuma irresponsabilidade. Nós não temos a obrigação de avaliar o mérito do custo, o nosso mérito é da necessidade.

Agora, a CAE sim, o mérito dela, a obrigação do mérito é ver a parte econômica. Agora a necessidade V.Exª mesmo falou, que acha que é justo que os produtores de leite merecem, então, vamos julgar o mérito pelo merecimento do sofrimento dessa produção da dificuldade dela e deixa o assunto econômico resolver para quem tem competência que é a CAE, até faço parte da CAE, acho que V.Exª também e lá na frente nós vamos debater isso. Mas seria importante e é uma expressão que a gente usa muito, não sei

se V.Exª usa também, é colocar o bode na sala, se a gente não “colocar o bode na sala” e aprovar para dar debate, discussão, para a Receita chamar atenção e vir discutir, não posso tudo, posso metade, não conseguir nada.

Então, eu peço a V.Exª que pudesse reconsiderar nós discutirmos e deixar o Projeto ir à frente e nós discutiremos posteriormente, essa questão eu entendo o papel da Receita, sei que todo Governo é assim mesmo, tem que negociar perdas, mas que aqui na nossa Comissão não, vamos ficar do lado dos produtores e discutiremos para frente a outra etapa. Muito obrigada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, eu estou do lado [risos] estou do lado, absolutamente do lado tanto é que me esforço demais, inclusive por esse setor. Pelo que eu considero, pelas palavras que já disse anteriormente. O que eu quero a vista é exatamente, porque eu quero cair de cabeça nesse assunto, aliás, vou procurar até o Ministério da Fazenda e a partir daí, com muita brevidade eu volto com uma opinião, muito melhor elaborada sobre o assunto, sem nenhum desmerecimento de tudo que já ouvi aqui da Senadora Kátia Abreu, mas eu queria manter o pedido de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu gostaria de fazer uma pequena intervenção, dizendo que na Reforma Tributária que está sendo estudada pelo Senado da República, da Subcomissão de Assuntos Econômicos da qual eu sou Vice-Presidente, a nossa intenção é produzir um capítulo exclusivo para a Agricultura e Agropecuária do Brasil para que aí nós possamos ter nesse capítulo, colocar tudo que nós podemos colocar numa Lei exclusiva e única para, agora, e para o futuro da nossa produção primária do país.

Eu, então, concedo a vista do Projeto de Lei nº 4/2007 ao Senador Sibá Machado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Queria pedir vistas coletivas, Sr. Presidente, também gostaria de vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Vista coletiva, então, Kátia Abreu e Sibá Machado.

O Item nº 7 da Pauta – Projeto de Lei do Senado nº 60/2007 de autoria do Senador César Borges que altera o art. 1º da Lei nº 11.368 de 9 de novembro de 2006, a fim de prorrogar o prazo para o trabalhador rural requerer sua aposentadoria.

Com a palavra a Relatora, eminente Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu relatei este Projeto, mas gostaria aqui de

fazer uma consideração. Eu recebi uma ligação do Palácio do Planalto do Sr. Marcos Lima que é o subchefe da Secretaria de Assuntos Institucionais. Me solicita a retirada do Projeto para uma reavaliação por um simples motivo, o Governo editou uma Medida Provisória, apesar que esse Projeto é de 6 de março de 2007, de autoria do Senador César Borges, o Governo editou uma Medida Provisória do 18 do 12 de 2007, portanto, quantos meses depois? 9 meses depois, com o mesmo teor do Projeto.

Então, eu vou atender ao Dr. Marcos Lima para retirada do Projeto para refazer o relatório pela rejeição, porque a Medida Provisória já está contemplando esse assunto. Mas não posso deixar de registrar que houve, novamente, um plágio de um Projeto de um Senador. Nós temos que estar alerta com relação a isso, para que nós, Senadores, possamos ter os Projetos, esse aqui nem é da minha autoria é de um Senador da base do Governo, Senador César Borges, que eu tenho a maior consideração, é um excelente Senador que poderia aprovar esse Projeto e levar essa grande notícia ao seu Estado, prestar contas ao seu Estado pelo seu trabalho feito no Senado Federal.

Então, de certa forma isso poda as ações dos Senadores e até mesmo a prestação de conta com os seus eleitores. Então, eu quero deixar registrado à Casa Civil da Presidência da República de Assuntos Institucionais que tenham mais cuidado com relação à repetição e o plágio de Medidas Provisórias que copiam os Projetos dos Senadores, não é a primeira vez, nós tivemos já lutas imensas aqui do Senador Osmar Dias, do Senador Alvaro Dias, enfim, agora recentemente me lembro desses dois, mas que tenhamos cuidado para dar oportunidade a quem tem que fazer Lei, fazer Leis. Então, retiro o Projeto para modificar a relatoria, sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Atendido o pleito da Relatora, Senadora Kátia Abreu, o Projeto sai de Pauta.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para reiterar mais uma vez ao Governo Federal que nós, Democratas, somos uma oposição fiscalizadora e responsável.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Presidente, só para agradecer o atendimento que a Senadora Kátia Abreu faz e, ia fazer essa solicitação a ela também, dizer que o Senador César Borges, também, certamente nós vamos procurá-lo e já tinha sido feito uma comunicação com ele, um pequeno entendimento, e este sendo o entendimento dessa Comissão a gente agradece e, certamente, o Senador será muito bem considerado no momento da tramitação da Emenda, da Medida Provisória nº 410.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Item nº 8 da Pauta – Requerimento de autoria do Senador Sibá Machado, que requer a realização de Audiência Pública com a participação dos membros da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para debater as tecnologias genéticas de restrição ao uso de variedades, objeto do Projeto de Lei nº 268/2007 de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, com a presença dos seguintes convidados: Rubens Nodari, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina; Paulo Kageyama, Professor da escola da USP e Conselheiro da CTNBio; Maria José Guazzelli, Representante do Centro Ecológico, Rio Grande do Sul; Maria Rita Reis, representante da ONG Terra de Direitos, Paraná. Em votação o Requerimento. Com a palavra o autor, Deputado, Senador, perdoe, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, apenas para reafirmar que é a continuidade da Audiência Pública realizada anteriormente por essa Comissão, e considerando que estes também pesquisadores que acompanham muito bem este desenvolvimento tecnológico, possam também expor suas opiniões e colaborar muito para o entendimento desta Comissão. É por isso que eu peço a aprovação desse Requerimento.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, para discutir o Requerimento. Eu gostaria, esse Projeto é da maior importância para o Brasil, ele foi de minha autoria na Câmara Federal e, posteriormente, o Deputado Sciarra reabriu o Projeto com sua autoria, e sou Relatora dele aqui na Casa e eu gostaria muito de que nós pudéssemos incluir aqui não só a academia, claro, os cientistas as entidades representativas, mas também os empresários, né? O que é que significa isso para as empresas do Brasil.

Então, eu ainda não tenho aqui em mente o nome dessas pessoas, mas eu gostaria que fosse aprovada em nome da CNA que no Item CNA pudéssemos incluir empresários de duas áreas de interesse como papel e celulose, por exemplo, que é um problema gravíssimo e também na produção de cana, talvez. Então, isso demonstra que não há, por minha parte nenhuma proteção a A, B, ou C, eu já daria os nomes nesse momento, mas eu gostaria que a área empresarial pudesse dar o seu depoimento a respeito desse assunto tão importante e o que é que isso pode significar em termos de investimento, de tecnologia, de geração de emprego, de produtividade, eu acho que essa impressão é muito boa para todos nós, que fosse aprovado a inclusão da CNA e dentro da CNA dois segmentos diferenciados. Obrigada.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu só pediria, Sr. Presidente, porque eu acho que na luz do que foi o seminário anterior, que nós discutimos com estudiosos do assunto. Os pesquisadores do assunto, continuaríamos com este foco, sem nenhum prejuízo, acho que, porque eu temo como é que ficaria a qualidade do debate. Apenas para isso, para ouvir um contraditório sem nenhum demérito para que a gente depois escute os beneficiados de uma tecnologia dessa magnitude.

Então, nós pediríamos que manteríamos na luz do que foi o Requerimento da Audiência Pública que nós já realizamos, ouviríamos mais essas pessoas. Agora, na sequência, não sei como se é antes ou depois, eu acho muito importante mesmo que se ouça Entidades que representam os beneficiários de uma tecnologia desta importância.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Lamentavelmente, na Audiência que houve na semana passada, já foi atendida uma parte, V.Ex^a apresentou o Requerimento para ouvir a outra parte. O ideal, tanto naquela, e nessa que houvesse, o debate também com o conhecimento próximo. Número de pessoas é muito elevado, temos consciência, uma pessoa...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu pediria, só para ver se eu me faço entender. É outro assunto que quando mexe são muitas pessoas que se manifestam. Certamente, eu seria procurado por outras Entidades também que pediriam presença na Mesa. Aí, eu gostaria, se V.Ex^a me entende a Senadora Kátia Abreu, deixaria no ambiente da ciência, dos estudiosos do assunto, porque para tratar no ambiente das Entidades, com certeza, eu seria procurado para colocar outra entidade também, aí eu temo que a gente, ao invés de estudar o assunto ficaríamos fazendo debate de outra natureza. É o pedido que eu faço a V.Ex^a.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Representante ONG Terra de Direitos, que ciência tem aqui? É uma entidade científica? E representante do Centro Ecológico do Rio Grande do Sul, é uma entidade científica? Eu, sinceramente, até não conheço, mas não quero desrespeitar por isso. Mas, também, eu vejo muito mais aqui representantes de ONGs contrárias a essa Pauta e que a CNA poderia ser, também, o contraditório. Então, eu gostaria de colocar, reiterar a questão da inclusão da CNA.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): É a observação que eu faço, não estou fazendo cavalo de batalha nenhum, não vejo nenhum problema. Mas eu vejo a impressão que passa que cada vez que a gente

trata do assunto, cada vez mais a gente sai do jeito que entrou. Ouve as partes e sai com a mesma convicção de antes, sem problema, mas eu só faço esse alerta a V.Ex^a, mas a gente pode fazer isso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a concordância do Senador Sibá Machado, nós colocamos o Requerimento em votação com o adendo da DNA de uma pessoa, CNA para se fazer presente. Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item nº 9 da Pauta – Requerimento da autoria do Senador Carlos Dunga, o qual requer no âmbito da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária a formação de Comissão composta de 3 membros para reunir-se na cidade de Campina Grande – Paraíba, conjuntamente com representantes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste para tratar de assuntos ligados ao custeio agrícola da região. Em discussão. Com a palavra o autor Senador Carlos Dunga da nossa querida Paraíba.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): Sr. Presidente, meus companheiros. Esse Requerimento, Sr. Presidente, espelha o que estamos passando no Nordeste. De imediato, saímos de um processo de seca de mais de 10 anos para vivermos um processo de enchentes que vem não só à Paraíba, mas aos demais Estados do Nordeste trazer prejuízos à agricultura e a todo o processo agricultável da região.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço a essa Casa, peço a compreensão dos meus pares para a essa discussão lá no Estado da Paraíba, não só em relação ao Estado, mas em relação a todo o Nordeste, porque são muitos os Estados que estão atingidos em relação a esse custeio, não só ao custeio, mas também a renegociação das dívidas, porque está havendo execução e não pode haver pagamento quando não há Receita, não está havendo Receita nenhuma em relação à produção e, por isso, que eu gostaria da ajuda desta Comissão para que todos nós pudéssemos discutir esse assunto lá no meu Estado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eminentíssimo Senador Carlos Dunga, eu gostaria só de fazer um pequeno adendo e para terminar de colocar em discussão que deverá portar o Senado, o Congresso Nacional nesta semana uma Medida Provisória que, já ao longo de alguns meses, estamos atuando na renegociação de todas as dívidas dos agricultores do Brasil – pequeno, médio, grande, PRONAF – e foi conseguido nas negociações os avanços bem significativos, não ao limite do que nós desejávamos, mas o limite possível de atenção

e que tem desde a quitação com grandes descontos, à prorrogação com juros reduzidos e, certamente, vai atender também os nossos agricultores do Norte, Nordeste em particular, de seu belo e grande Estado Paraíba. Gostaria de conceder a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores. É proposital e de muita importância a preocupação do Senador Carlos Dunga, e eu gostaria de parabenizá-lo pela sua afirmação de que a Agricultura Brasileira passa por um processo de ajuste necessário e que sejam dotados, que seja feito com que essa renegociação das dívidas agrícolas, que foram prorrogadas já durante 3 anos, pelos mesmos problemas que também hoje é o efeito contrário no Nordeste que é excesso de chuvas e que prejudicava as plantações, em Estados do sul, e do Centro-Oeste nos últimos 3 anos foram acometidos por períodos grandes de estiagem, que prejudicou e diminuiu a renda dos produtores, diminuiu a produção.

E também o efeito cambial que foi desastroso para o país, não só no setor produtivo agropecuário, mas também em todos os setores de exportação, setor têxtil, setor calçadista e assim por mais, caso específico do dólar. E aviltado tudo isso hoje, o grande problema dos insumos que subiram de preço. Mas eu diria, Senador Carlos Dunga, que essa Comissão de Agricultura, nós possuímos uma representação, uma cadeira junto ao CONSAGRO no Ministério da Agricultura que é o Conselho de Agricultura, o conselho maior das Câmaras temáticas e que assuntos relativos, por exemplo, a Plano Safra, teriam que ser realmente colocados e colocados proposições dos Senadores e diversos Estados para a gente levar e apreciar em cada Câmara temática e também no CONSAGRO que vai ter um papel preponderante de aprovar e sugerir ao Ministério da Agricultura a implantação urgente do Plano Safra.

Agora, a negociação das dívidas, eu vejo que está em fase final de implantação, a bancada da frente parlamentar da agropecuária está coordenando todos esses trabalhos, juntamente com a Comissão de Agricultura da Câmara e do Senado. E a bancada do Nordeste, como é assim chamada, ela tem sido muito eficiente e muito preocupada com a situação geral dos produtores rurais do Nordeste Brasileiro e está atuante no sentido de diferenciar medidas, diferenciar medidas e especificar regiões e situações de todas as culturas, de todas as produções da agropecuária do Nordeste.

Então, eu vejo que o senhor, agora, chegando ao Senado, o senhor vai poder participar desses, dessas Comissões de Bancadas, da Comissões de Agricul-

tura, ajudar a Comissão de Agricultura da Câmara, principalmente, que puxa muito a frente, devido a um número grande de parlamentares que tem lá, e nós do Senado, a Comissão dessa agricultura aqui do Senado, dessa Comissão podermos também contribuir para o êxito das medidas que vão ser lançadas, possivelmente era para ter sido lançado ontem, mas deverá ainda dar continuidade essa semana e eu acho que é importante o senhor conversar com os técnicos do Ministério da Agricultura e da Fazenda, para mostrar essa sua preocupação e verificar que se, realmente, as suas necessidades do seu Estado vão ser atendidas.

Essa minha sugestão que de pouco adiantaria hoje nós irmos até lá porque isso aí está sendo, colocado uma Medida Provisória ainda que virá, possivelmente, já no início da semana que vem. Está pronta.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, encerrando a discussão do Requerimento.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, só para parabenizar o Senador Carlos Dunga pelo Requerimento, eu acho que é muito importante, eu estou entendendo, então, que seria uma espécie de diligência dessa Comissão que iria até Campina Grande para fazer esta... Seria, então, uma Audiência... Uma Reunião de trabalho, com os dois bancos, eu não perguntaria então ao Senador Carlos Dunga e a V.Ex^a se não era o caso de ter alguém do Ministério da Agricultura que participou dessas negociações, que pudesse estar presente, porque transmitiria já em caráter direto e objetivo o que foi o resultado, então, de todo esse esforço que foi realizado aqui esses dias atrás. Então, eu acrescento isto como recomendação a V.Ex^a, como sugestão a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Sibá. Para encaminhamento e votação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comentário. Sr. Presidente, a Confederação Nacional da Agricultura tem acompanhado o endividamento do Nordeste ao longo de todos esses anos, nós temos lá uma Comissão Especial que cuida apenas do Nordeste.

E, por incrível que pareça, essa Comissão ocupa quase que 80% do seu tempo tratando do endividamento do Nordeste. Não só desse Governo, mas também do Governo anterior, insiste em tratar e colocar as propostas, de renegociação de dívidas para o Brasil nas mesmas condições para o Nordeste que nós sabemos que tem um dos maiores semi-áridos do mundo.

Infelizmente, ao longo de todos esses anos, mais de 10 anos, nós não conseguimos convencer ao Governo Federal de que nós temos um Brasil continen-

tal e que as diferenças são enormes por esse Brasil afora. Lugares como Centro-Oeste Brasileiro que está muito sacrificado, não por falta de chuva, não porque não tenha terras férteis, mas, porque falta logística. Como é o caso de Mato Grosso, do Senador Gilberto, Mato Grosso do Sul, Goiás, do meu Tocantins também, Rondônia, sul do Maranhão, oeste da Bahia, esse é o nosso sofrimento.

A questão do Nordeste brasileiro, que é outro pedaço do Brasil, talvez nem seja a questão da logística, mas a questão da falta de chuva, a seca fortíssima que ocorre todos os anos. E agora, o excesso de chuva. Então, Sr. Presidente, nós precisamos trazer para o Congresso Nacional essa visão de que o Brasil rural não é um Brasil único, não é um Brasil modelo. Nós temos Estados do tamanho de países da Europa. Então, nós precisamos trazer políticas públicas que sejam diferenciadas. Não é privilégio para A, C ou B, é única e, exclusivamente, consideração de acordo com sua localização territorial, de acordo com as condições climáticas que já não dependem de nós, e sim de São Pedro. Mas de logística depende muito mais é do Governo mesmo, então, nós temos, Sr. Presidente, que levar isso em consideração.

Ainda ontem conversei com o Presidente da Federação da Agricultura do Ceará, Dr. Torres de Melo, também da Paraíba, Mário Borba e preocupada com o desânimo deles ao longo de tantos anos lutando pela mesma causa, sem trazer esse convencimento. Eu gostaria apenas de sugerir ao Senador Dunga que além dessa visita que eu acho bastante própria, *in loco* para ouvir dos produtores rurais o que está acontecendo no Nordeste, nós, após essa visita nós pudéssemos fazer aqui de novo, já fizemos na Câmara, mas fazer no Senado uma discussão a respeito do endividamento rural do Nordeste.

Chamar as Entidades, a CNA, a CONTAG, porque também tem os pequenos agricultores sofrendo muito, chamar o Banco do Nordeste, as Federações de agricultura e trabalhadores, enfim, trazer para o debate Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, e que nós possamos, então, aqui avaliar o porque o Nordeste é uma das regiões de maior inadimplência do Brasil. Eu tenho certeza, Sr. Presidente, que não é por conta do caráter dos nordestinos. Isso não é. Então, nós temos que trazer para essa Casa a realidade do Nordeste e fazermos uma Audiência Pública após essa visita e tratar deste assunto com muita seriedade aqui na nossa Comissão de Agricultura como fazemos com outros assuntos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós colocamos o Requerimento em

votação. Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. Aprovados.

Solicitamos ao, solicitamos ao eminente Senador Carlos Dunga que marque a data para que nós possamos, através da Secretaria da Comissão, que seja realizada uma diligência para Campina Grande para atender. Gostaria que já pudesse se levar junto a nova recomposição das dívidas que deverá aportar no Congresso Nacional esta semana. Senador Carlos Dunga.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu, Sr. Presidente, acho que foram duas proposições que colaboraram com a preocupação do Senador Carlos Dunga, mas que não seria pelo sistema de irmos até lá para averiguar. Eu acho que a Senadora Kátia fez uma proposição, uma grande Audiência Pública aqui, então, foi uma proposta. A proposta que eu coloco é que, realmente, o Senador Carlos Dunga faça parte de um grupo junto com a Secretaria de Comissão da Câmara e que essa semana ainda há possibilidade de colocar Emendas e também depois que a matéria vir, que a Medida Provisória chegar à Câmara, se coloque Emendas que contemple realmente as necessidades dos produtores da Paraíba.

Agora, eu vejo que isso aí, nós não deveríamos, hoje, nos sentar e ir lá levantar os problemas. Os problemas o Senador já conhece, as Entidades de classe já o conhecem, nós podemos realmente colocá-los aqui nessa Medida Provisória que virá a ser aprovada na Câmara e no Senado. O que deveríamos agora, sim, é pensar em modificar esse Requerimento e, sim, colocar aqui uma grande Audiência Pública.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Conjunta, Câmara e Senado, Agricultura.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Câmara e Senado para, realmente, levantar todas essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Mas de todas essas maneiras, Senador Gilberto, o Requerimento foi aprovado. A data do Requerimento cabe ao autor designar o dia, e se assim o entender, a Comissão vai completar com mais 2 Senadores para participar e para cumprir o pleito o eminente Senador.

SENADOR CARLOS DUNGA (PTB-PB): É esse o nosso pedido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Será feito. O Item nº 10 da Pauta será retirado de Pauta a pedido do Senador Flexa Ribeiro que solicitou. Não tendo nada mais a tratar, encerramos a presente Sessão. Agradecendo a presença de todos.

Sessão encerrada às 13h29.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOM-
BUSTÍVEIS**

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2008.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia nove de abril de dois mil e oito, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis-CRABIO, com a presença dos seguintes Senadores(as): **VALTER PEREIRA, NEUTO DE CONTO, VALDIR RAUPP, MÃO SANTA, GILBERTO GOELLNER E AUGUSTO BOTELHO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Sibá Machado e Antônio Carlos Valadares. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento Nº 2 de 2008 – CRA-BIO**, de autoria do Senador **João Tenório**, aprovado em 27.2.2008, com o objetivo de discutir aspectos relacionados ao mercado de etanol: **“Pesquisa e Viabilidade de matérias primas para produção de etanol e combustíveis automotivos”**, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. José Eurípedes da Silva** – Chefe Adjunto de Comunicação e Negócios da EMBRAPA AGROENERGIA; **Sr. José Olivério** – Presidente da **DEDINI S/A Indústrias de Base**; **Sr. Expedito Parente** – Inventor do Biodiesel; **Srª. Anete Pereira de Souza** – Coordenadora do Projeto de Desenvolvimento de Marcadores Moleculares em cana-de-açúcar. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores: Neuto de Conto e Mão Santa. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **João Tenório**, Presidente Da Subcomissão

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA
AGRÁRIA – CRA**

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOM-
BUSTÍVEIS – CRABIO**

2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada no dia 09 de Abril de 2008, às 10 Horas e 42 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que com anuência do Plenário é dada como aprovada.

Eu gostaria de convidar aqui os senhores conferencistas para fazer parte da Mesa e gostaria de, ao mesmo tempo, ir registrando o nome daqueles que vão compor nesse momento. Gostaria de convidar o Sr. José Eurípedes da Silva, Chefe Adjunto de Comunicação e Negócio da EMBRAPA Agroenergia. Sr. Expedito Parente, inventor do biodiesel. Srª Anete Pereira de Souza, Coordenadora do Projeto de Desenvolvimento de Marcadores Moleculares em Cana-de-açúcar.

Eu gostaria de fazer apenas uma breve, algumas breves considerações no início da nossa Sessão. Eu tive a oportunidade de, em Washington, participar de um encontro mundial que chama-se AEREC que é um encontro que reúne autoridades, empresários, cientistas que lidam com a questão das energias renováveis no mundo. E fiquei profundamente impressionado com dois aspectos.

O primeiro deles, a questão da extensão que essa questão de energia renovável tomou no mundo, adquiriu no mundo. Éramos 8.500 participantes desse encontro, 85 países ali presentes. O Governo Americano, absolutamente, presente com cinco Secretários de Estado fazendo conferência, cinco Secretários de Estado e de temas afins à questão da energia alternativa. O Presidente Bush, o próprio Presidente Bush esteve presente e fez um pronunciamento muito forte e contundente em defesa das energias renováveis. Então, esse foi o primeiro ponto. Como está difuso, como está importante, como isso adquiriu o tamanho expressivo não apenas no Brasil que estava muito bem representado, mas no mundo como um todo. Isso foi à

primeira, digamos assim, percepção que nós tivemos do encontro.

A segunda, igualmente importante, é a quantidade, o desejo e o empenho que o mundo como um todo, particularmente os Estados Unidos, estão desempenhando no que diz respeito à questão de pesquisa nas áreas que dizem respeito à bioenergia. Então ao mesmo tempo que eu fiquei impressionado, eu fiquei preocupado, porque me ocorreu a percepção de que é absolutamente importante, necessário que nós tenhamos um comportamento idêntico no que diz respeito à busca de novas tecnologias, à busca de novas soluções e para não ficar atrás nessa condição de liderança... Liderança que o Brasil já adquiriu no que diz respeito a biocombustíveis, energia renovável de um modo mais amplo e, muito particularmente, biocombustível. Então, é profundamente importante que nós tenhamos um desempenho se não idêntico àqueles que são realizados por alguns países do mundo, sobretudo, nos Estados Unidos, mas que não nos desleixemos no que diz respeito a esse fator de pesquisa, à busca de soluções mais produtivas e eficientes.

Daí porque nós convidamos os senhores que vieram aqui, que aqui estão presentes, nós... Gostaria de aproveitar, convidar o Sr. José Olivério que é Presidente da... Eu peço as devidas desculpas por não tê-lo citado, mas já está na Mesa. Gostaria também de me referir à presença do Senador Gilberto Goellner que, aqui, comparece pela primeira vez e substitui nosso saudoso Senador que tão importante foi a sua presença naqueles momentos, que teve a sua participação. Senador Gilberto seja bem vindo à Casa e temos certeza que V.Ex^a vai proporcionar momentos importantes na discussão não apenas nesse momento, mas nos momentos que seguirão.

Dentro desse enfoque da preocupação do interesse de buscar um ajustamento tecnológico para que nós possamos continuar andando no que diz respeito aos biocombustíveis de um modo geral, eu passaria primeiro a palavra ao Sr. José Eurípedes da Silva, Chefe Adjunto de Comunicação e Negócio da EMBRAPA Agroenergia. Eu gostaria de sugerir, acho que todos concordam, espero que sim, 20 minutos para a exposição para cada um dos participantes.

SR. JOSÉ EURÍPEDES DA SILVA: Bom dia. Estou aqui representando o Presidente da EMBRAPA que foi o convidado. E a gente vai tentar mostrar alguma coisa a respeito da pesquisa e viabilidade de matérias-primas seria para o título: "Etanol e combustíveis automotivos", eu generalizei para "Biocombustíveis". Temos etanol e biodiesel. Próximo, por favor.

Bom, o nosso tema ele envolve a questão das matérias-primas e, obviamente, outros estágios da

pesquisa até chegarmos à tecnologias e, finalmente, à arranjos produtivos que é o que realmente chega até o produtor, quer dizer, esse é o direcionamento que nós temos que leva até o produtor a sua maneira, o seu modo de utilizar a tecnologia que é gerada nos laboratórios e nos campos experimentais. Então, esse é o escopo da apresentação que a gente vai fazer aqui agora para vocês. O próximo, por favor.

Eu gostaria de apenas de mostrar essa matriz de biocombustíveis veiculares no Brasil que todos conhecem e que mostra a nossa grande utilização do diesel, exato, que hoje em torno de 55% do que nós consumimos e aí a gasolina e o etanol em suas diferentes formas. É o que nós temos hoje é que nós estamos procurando melhorar tanto matérias-primas para produção de biodiesel e também para a produção de etanol, visando o mercado interno e também o mercado externo. Próximo, por favor.

A gente não poderia deixar de dizer que o foco da pesquisa, obviamente, ele visa o mercado e visa também às condições em que o Brasil pode produzir esses biocombustíveis visando a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. De certa forma o que nós temos é isso, hoje nós temos uma demanda externa para etanol que é um mercado indefinido, uma alta demanda e internamente nós temos uma expansão desse mercado interno. Para o biodiesel o mercado externo é indefinido, é demandante, mas é indefinido. O mercado interno é definido, até pelas políticas públicas do Governo que temos já o B2 e o B5. O B5 antecipado para 2010 e o B3 antecipado, aqui, para julho. Nós temos o mandatário, utilização do B2, exato, que então já criou um mercado de aproximadamente 1 bilhão de litros e o B5 que irá criar um mercado de 2,5 bilhão de litros.

Com relação à oferta interna para etanol e biodiesel, nós temos que a oferta externa indefinida, um mercado que ainda não existe, embora nós tenhamos essas idéias de grande demanda, mas não há mercado definido, é um mercado que a gente diz *spot*.

O mercado interno de etanol, nós temos que a produção atende o consumo e com excedente para exportação. Para biodiesel, oferta externa indefinida, poucos produtores e o mercado interno atual nós temos que a produção atende ao consumo. E, logicamente, que as nossas ações elas se estendem à capacidade de produção, estratégias de produção, logística, pesquisa, desenvolvimento e inovação e também a eco-certificação – se é que nós temos, vamos dizer assim, ênfase, dar ênfase também a produtos para exportação. Próximo, por favor.

Bom, falando sobre etanol nós temos aí algumas coisas que dizem as nossas vantagens com relação

às tecnologias vigentes no mundo, em outros países. Uma idéia sobre balanço de energia nós temos que o nosso etanol – etanol cana, ele tem um balanço de energia positivo muito maior do que quaisquer outras situações que nós temos com o trigo na Comunidade Européia, milho nos Estados Unidos, beterraba, sorgo sacarino, etc... Que são situações que poderiam, vamos dizer assim, que seriam os competidores para o etanol cana. Mas a evidência mostra que o nosso etanol cana ele supera em muito em termos de balanço de energia todos os demais. Também em relação ao custo, o nosso etanol ele tem um custo muito menor do que os etanóis ou tecnologias outras, utilizadas em outros países. Além do mais, como vantagens, nós temos uma grande disponibilidade de área para expansão, sem comprometer biomas sensíveis, condições edafoclimáticas adequadas para a cultura e tecnologia de primeira geração consolidada em evolução com alto rendimento não apenas na questão agrônômica, mas também na questão de processo, nós temos, obtendo avanços consideráveis para a questão do etanol cana. Próximo, por favor.

Bom, aqui nós temos... Quais são as matérias-primas hoje em evidência. Nós temos os produtos sacarinos, a cana-de-açúcar, o sorgo sacarino, nós temos os amiláceos como a mandioca e nós temos os celulósicos, gramíneas, folhas, comos, também o bagaço de cana e os resíduos florestais, quer dizer, isso aqui, todas essas matérias-primas passam por um processo de extração e, obviamente, dependendo no caso do etanol cana a extração é direto para fermentação, produção de etanol; no caso dos amiláceos, é preciso depois da extração uma hidrólise de amido, depois a fermentação e os celulósicos nós temos a extração, pré-tratamento hidrólise, aqui apenas mostrando as principais fases do processo e depois fermentação, quer dizer, é aqui que está hoje a nossa, grande parte dos nossos investimentos em pesquisa para fazer a obtenção do etanol celulósico. É um processo ainda que nós estamos trabalhando muito e a intenção é que com isso aqui nós poderemos obter um rendimento muito maior, uma produção muito maior de etanol partindo de uma mesma matéria-prima. Próximo, por favor.

Em relação ao etanol, o que nós temos hoje em pesquisa e que está sendo trabalhado dentro da EMBRAPA são estas linhas, aplicação de métodos convencionais e moleculares visando obtenção de criações, novos acessos, métodos de forma de obtenção e conservação e caracterização de pré-melhoramento.

Uso e eficiência de fixação biológica de hidrogênio. Isso aqui pode dar um ganho muito grande em termos de processos agrônômicos, nós reduziríamos bastante a nossa dependência de fertilizantes de nitrogênio im-

portado. Estudos sobre base genética e bioquímica da partição de açúcar na cana para produção de sacarose e biocombustível, viabilização de outras matérias-primas sacarinas e amiláceas. Aumento da eficiência dos sistemas de produção, conversão celulose etanol, rotas e processos, estudo de eficiência tecnológica e estudos transversais para análise de risco e habilidade comparativa nas rotas de produção de etanol e coprodução de energia. São as linhas. Não dá tempo aqui para a gente discutir, aqui, realmente as pesquisas em si. Mas, apenas, para mostrar que a EMBRAPA está se capacitando para buscar maior eficiência nesse mercado de etanol. Próximo, por favor.

Então, aqui nós temos a EMBRAPA criou recentemente o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Etanol que foi uma solicitação da demanda da Casa Civil e que nós temos como metas nesse PNP Etanol, fortalecimento de redes de competências de PDI, competências técnico-científicas, obtenção de cultivares modificadas, rotas, trabalhos em rotas tecnológicas e como método duplicação da produção de etanol e redução de custos de produção. Esses são as nossas metas que focadas no Plano Nacional de pesquisas e desenvolvimento e inovação em etanol. Próximo, por favor.

Falando, então, sobre biodiesel, o que nós temos hoje em matérias-primas para biodiesel as convencionais: soja, girassol, mamona, algodão, palmeiras oleíferas que aqui incluem dendê, macaúba, buriti, najah(F) e etc... E também temos aqui uma promessa que é o pinhão manso.

Apenas para mostrar a vocês hoje que nós temos, aqui, a produção de biodiesel, a disponibilidade de biodiesel é uma função da matéria-prima que cuja participação tem um maior custo em todo o processo. E apenas para mostrar a vocês aqui que o dendê ou as palmeiras oleíferas elas têm um grande rendimento em óleo em quilograma por hectare, mas acontece que a disponibilidade desses materiais no Brasil ainda é pequena, não fazem frente à soja que tem aqui uma produção dada de 56 milhões de toneladas, enquanto que dendê apesar de ter um bom rendimento, ele apenas 151 mil toneladas é o que o mercado hoje dispõe. Evidentemente, que isso aqui não faz frente à necessidade, ao mercado interno de biodiesel, por isso hoje nós temos uma grande participação da soja no mercado. Próximo, por favor.

Aqui nós temos o seguinte, gente. Nós, hoje, estamos falando muito para biodiesel em pinhão manso, mas o pinhão manso ele ainda precisa de alguma pesquisa até que ele possa ser incorporado à cadeia agrônômica de produção. Para isso eu preciso de zoneamento agrícola, sistema de produção definido, materiais

certificados e registrados no Ministério da Agricultura no Registro Nacional de Cultivares, infra-estrutura de produção de sementes. Isso aqui é apenas uma amostra relativa, a soja atende tudo isso, dendê parcialmente, girassol também, mamona parcialmente, algodão parcialmente, uns mais outros menos, mas pinhão manso ainda não temos nada, então, a pesquisa ainda tem muito que fazer sobre isso. Próximo, por favor.

E ainda, para que isso aí depois chegue à cadeia produtiva é necessário além da tecnologia agrônômica que foi aquele *slide* anterior, é preciso ter tecnologia industrial definida, logística em infra-estrutura estabelecida e a escala, quer dizer, a soja hoje ela tem escala, disponibilidade de material bastante grande que é hoje a grande fonte para produção de biodiesel. Vejam, pinhão manso ainda não temos nada, então, temos que correr com a pesquisa para obter isso aqui, em um espaço de tempo relativamente curto. Próximo, por favor.

Então, para o biodiesel o que nós temos hoje – os gargalos definidos – Nós temos desafios técnico-científicos que são aqui os que nós estamos trabalhando mais apropriadamente, mas tudo isso aqui são outros gargalos que nós temos que trabalhar para que a gente possa conseguir expandir nosso mercado de biodiesel. Próximo, por favor.

Então, dentro dos desafios técnicos– científicos nós temos aqui, por exemplo, um desafio, domínio da rota de produção etílica, hoje a rota é mais metílica e, evidentemente, se nós desenvolvermos a rota etílica, nós teremos a possibilidade de acoplar, vamos dizer assim, as usinas, as plantas de produção de biodiesel e também de etanol. Validação em uso em motores é outro gargalo, desenvolvimento e produção de fontes de óleos de gorduras, vegetal e animal, quer dizer, novas variedades, novas plantas que possam funcionar como fornecedores de biodiesel. Novos fertilizantes para agroenergia e valorização de quais produtos. Esses são os desafios técnico-científicos que nós estamos aqui com o biodiesel. Próximo, por favor.

Bom, aqui, gente, aqui hoje apenas mostrando o que nós temos em termos de participação da soja na produção de biodiesel e como nós pensamos em buscar resolver esse problema com o tempo, nesse espaço aqui definido. Hoje, a soja é o grande contribuinte para o biodiesel, nós temos a participação com a mamona, algodão, dendê, outras, girassol e etc. E a expectativa é que com o tempo nós possamos em substituindo a soja, com a entrada de novas matérias-primas, evidentemente, que isso aqui em função do trabalho de pesquisa que está sendo desenvolvido. Próximo, por favor.

É evidentemente que, como disse, o nosso trabalho não se restringe apenas em ter uma matéria-prima, é preciso pensar em fazer como a tecnologia chegar aos produtores, e para isso existe aqui um trabalho que a EMBRAPA está desenvolvendo que é a definição de arranjos produtivos no entorno de plantas industriais, seja no biodiesel, também pode ser aplicado para etanol. Então, vejam bem, aqui está definido entorno de 300 quilômetros, como isso vai ser estabelecido. Próximo, por favor.

Aqui estaria um modelo do que nós pensamos. Teremos uma fase agrícola, uma fase industrial e uma fase industrial dois. Aqui nós teríamos, então, os produtores organizados em associações, essas associações poderiam estar aqui trabalhando mais esmagadoras ou outros processos e forneceriam óleo vegetal para as usinas que estariam, então, produzindo o biodiesel. Esse é um modelo que a gente entende que poderia ser bastante viável, inclusive, para facilitar a inserção da agricultura familiar nesses trabalhos. Próximo, por favor.

Bom, enfim, desafios em PDI, TIT para agroenergia no Brasil, precisamos de variedades agrícolas com maior produtividade, desenvolvimento e utilização de rotas tecnológicas nos nossos processos, agregação de valor aos co-produtos, instrumentos para redução do risco agrícola no mercado energético, monitoramento por satélite, previsão climática e controle de pragas, desenvolvimento e modelagem de arranjos produtivos para pólos de produção. Isso aqui é como nós vamos fazer a tecnologia chegar aos pólos de produção. Os maiores desafios – coordenação de grupos, ingresso recurso para fazer frente às demandas de pesquisa. Próximo, por favor.

Bom, então, esse aqui, gente, é em resumo uma idéia de como a EMBRAPA Agroenergia que foi recentemente criada está tratando a plataforma de agroenergia que definida no Plano Nacional de Agroenergia. Nós temos, então, os biocombustíveis, etanol e biodiesel que são os pontos de partida, nós temos também trabalhado em florestas energéticas, inclusive, pensando no fornecimento de cavacos, aqueles resíduos florestais para etanol celulósico e ainda a utilização de resíduos agropecuários e florestais.

Próximo, por favor. Bom, isso apenas é o que a gente gostaria de falar, muito brevemente dentro do espaço permitido, e isso aqui há uma maquete, uma idéia da nossa, da EMBRAPA Agroenergia que nós pretendemos construir e que estará dentro de algum tempo realizando ou implementando as pesquisas que nós precisamos para a agroenergia no Brasil. Muito obrigado a todos. Me disponho às perguntas assim que possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não, Senador, com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de me antecipar e solicitar à Mesa que pudesse servir, que nós pudéssemos ter todos esses elementos aí de apresentação, disponibilizar para os membros da Comissão, seria muito útil para servir de referência. Eu já deixaria também uma pergunta, porque eu vou precisar me ausentar daqui a 20, 30 minutos, outro compromisso inadiável, eu lhe perguntaria sobre a utilização da batata-doce na produção de etanol, porque me parece que já tem uma planta em protótipo aí funcionando na EMBRAPA, e até têm produtores, pequenas comunidades de produtores lá do Estado do Mato Grosso que estiveram aqui essa semana visitando esse protótipo e, inclusive, tem, parece um tamanho maior já industrial em Minas Gerais. Então, eu gostaria de saber a viabilidade da utilização da batata-doce, na produção de etanol.

SR. JOSÉ EURÍPEDES DA SILVA: Bom, em princípio...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Só para uma intervenção rápida aqui, Senador Gilberto Goellner, após a nossa Sessão aqui nós vamos fazer chegar a todos os Senadores presentes e não-presentes, nós estamos com um problema hoje de quorum meio complicado aqui. Tem uma série de Comissões aí meio que quentes, digamos assim, simultâneas e, ao mesmo tempo, importantes que estão acontecendo aqui no Senado hoje. Mas está sendo gravado, vai ser distribuído para todos os Senadores presentes ou não e faremos entregar também todo esse material que os senhores estão proporcionando. Com a palavra.

SR. JOSÉ EURÍPEDES DA SILVA: Em princípio, Senador, o que acontece é que batata-doce é alimento. Eu acredito que é preciso ter cautela com relação à utilização de alimentos nessa questão de biocombustíveis, isso existe em termos apenas prospectivos, é provável que isso possa ser colocado em alguns nichos, exato. Mas de maneira alguma isso compete com cana e nem mesmo com o sorgo sacarino. Existe alguma planta, porque eu sei na Universidade de Tocantins, algum lugar de Tocantins, exato, que é onde isso está mais avançado, mas é preciso que se raciocine, que se tenha uma boa reflexão sobre a possibilidade de se estar utilizando alimentos nesse processo. Eu acredito que essa seria, talvez, a melhor reflexão em resposta ao que o senhor nos perguntou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradeço o Dr. José Eurípedes da Silva pelas informações importantes que nos traz. Depois, em outro momento, gostaria de discutir um pouquinho a questão do etanol celulósico que é um *frisson*, sobretudo, nos Estados Unidos que é a grande saída para eles, que a produção de milho é um tanto quanto complicada, mas ficaria para um outro momento. E passaria a palavra agora ao Dr. Expedito Parente que entre outras qualificações tem... Está marcado na história dos biocombustíveis brasileiros como inventor do biodiesel. O senhor tem 20 minutos para...

SR. EXPEDITO PARENTE: Eu agradeço esse convite, essa já é a quarta vez que eu tive a honra de vir aqui ao Senado falar de biocombustíveis. E, lamentavelmente, hoje eu não vim falar só de coisas boas, eu vim, especialmente, fazer uma análise crítica do programa de biodiesel. Eu acho que é preciso alguém falar a verdade do que está acontecendo, hoje, no Brasil.

Agora, antes eu ia fazer um histórico inicial para mostrar as perspectivas que têm os biocombustíveis no mundo e no Brasil, dentro de uma visão histórica e natural das coisas. Podemos passar.

Bom... O outro, o próximo. Então, vamos... O próximo *slide*. Bom, eu queria fazer a história da humanidade se associa à história da energia. Certo? E a primeira era... O próximo, a primeira era... Dá para passar por aqui. A primeira Era Energética foi a Era do Fogo em que o homem vivia nas cavernas e os relâmpagos, os trovões eles faziam fogo nas florestas e o homem achava que isso eram os carões dos deuses, inclusive a própria religião, as religiões começou a ver que o inferno era fogo, etc e etc, baseado exatamente nessa questão. O outro.

Em seguida ele passou a ter o domínio do fogo, né, sabia fazer fogo, extinguir, tá certo, então, nós entramos na Era da Lenha, onde predominava a lenha, isso mudou todos os hábitos, inclusive, os hábitos alimentares da humanidade, em seguida com a Revolução Industrial na Inglaterra precisava de um energético mais denso, entrou então, a Era do Carvão, tem uma densidade pelo menos duas vezes e meia superior da lenha e em seguida entrou o petróleo que tem uma densidade energética duas vezes do carvão e é um combustível líquido de fácil transporte, foram os dois grandes méritos e a humanidade investiu trilhões de dólares em todos os elos da cadeia de produção e consumo de petróleo.

Sobre o petróleo, eu queria fazer uma análise. É uma matéria-prima finita para a produção de energéticos poluidores. Nós vamos ver aqui que além de ter um horizonte bastante curto o petróleo, ele está sendo encaminhado para outros setores o que mostra

uma ameaça muito maior do que a gente pode esperar hoje. Outro.

Bom, para vocês terem uma idéia, o petróleo pode ser usado para fins energéticos e para fins químicos. O mundo está cada vez mais plastificado, está certo, e o uso do petróleo para fins químico agrega muito mais valor econômico que, tá certo, que mobiliza essa atividade. Tá certo. Então, é um fator a mais de escassez política desse combustível. Isso é que está puxando o preço para cima entre outros fatores que eu vou mostrar para frente. Isso é uma preocupação nos Estados Unidos, essa grande preocupação recente dos Estados Unidos, esse crescente uso do petróleo para fins químicos, essa reversão de mercado. O outro.

Bom, eu queria apresentar aí algumas preocupações que, coincidentemente, eu fiz uma palestra uma vez, em 2006, 2005 na Fundação do Partido Verde da Alemanha e fui induzido a fazer, repetir essa palestra no Parlamento Alemão, tá certo, dois meses depois tinha 600 empresários alemães no Brasil. E eu falei sobre esses temas que estão aí e que mostram a perspectiva interessante, preocupações que a gente deve ter hoje com respeito ao mercado de energia no mundo, a matriz energética mundial.

Primeiro o caso da China. A China, a gente tem dados concretos que cerca de 300 milhões de chineses tendem a migrar do campo para a cidade, em face desse crescimento, na China, dito por eles mesmos, autoridades chinesa, que cada chinês que sai do campo para a cidade ele passa a consumir dez vezes mais energia. Significa que 300 milhões de chineses, se transferindo para a cidade, significa criar um novo Estados Unidos dentro da China, isso muda a matriz energética mundial. Bom, e esse petróleo da China vem da Rússia que é o abastecedor principal do petróleo europeu. Vamos chegar lá.

Bom, segundo a inclusão social no mundo. Essa inclusão social não é só questão de Brasil, é uma questão Ibero-Americana, questão de África, é uma questão de outros países da Ásia e inclusão social significa aumento de consumo de energia.

Bom dia, meu nobre Senador, que conhecia do Piauí. Bom dia. Bom, então, essa inclusão social gera um aumento de energia diferenciado. Uma coisa muito importante são esses *inputs* energéticos com essas novas descobertas, novos implementos de tecnologia na vida comum do mundo: o televisor, o computador, o celular, cada aparelho desse que entra no cardápio de consumo significa aumentos extraordinários de consumo de energia. Bom, para vocês terem idéia, segundo a Comissão de Energia das Nações Unidas, nesse período de 1900 a 1996 se consumiu tanto petróleo como de 1996 a 2004, ou seja, em 8 anos o

mundo consumiu tanto petróleo como em toda a sua história, se você for ver hoje, em pouco tempo, depois de 2004, 2007, 2008, esse valor é quase duas vezes maior em termos de consumo energético. Bom, então, nós temos aí que analisar a fragilidade européia que é uma... Seria nosso grande consumidor potencial para biocombustível, foi isso que chamou a atenção deles nessas duas palestras que eu fiz na Alemanha. Bom, o único petróleo próprio da Europa é o petróleo do Norte europeu, do mar do Norte. Tá certo. E esse petróleo está quase todo sendo direcionado para fins químicos e tem um horizonte de escassez bem definido.

O petróleo do Oriente Médio é um petróleo americano, um petróleo carimbado americano, então, eu vou mostrar a outra face dessa hegemonia e você tem também um petróleo que vem da China, da China não... Da Rússia que cada vez mais está sendo drenado para a China, então, fica muito difícil a situação de futuro da questão de resolver a questão energética da Europa. Existe uma questão também que precisa ser visto, é uma questão histórica. Desde a época do antigo Egito, a humanidade se volta contra essas hegemonias, então, a Era do Egito passou, a Era dos romanos passou, a Era dos ingleses passou e, hoje, tem uma era importante que essa era atual moderna dessa hegemonia americana, está certo, e sempre há uma reação contrária a essas hegemonias, que vem a ser exatamente hoje em termos de mercado. Hoje, há uma preferencialidade nítida do mundo para os produtos europeus tanto que essa crise hoje americana em termos de Bolsa de Valores vem desse resultado de mercado. O próprio Euro que começou com 0,75, hoje já passou 1,5, a relação Euro/Dólar, isso é uma demonstração dessa reação dessa hegemonia em termos de mercado. E por essa razão, para danificar, se aumentar o preço do petróleo, o aumento do preço do petróleo danifica muito mais a economia européia do que a economia americana. Então, por estas razões que há um nítido interesse da Comunidade Européia face às capacidades potenciais do Brasil em fornecer energia. Tá certo? Essa é uma visão, vamos dizer assim, clara e lógica do setor futuro de energia para o mundo. O outro.

Bom, aí nós vamos entrar, saindo do petróleo, nós vamos entrar na Era Solar, essa é uma coisa muito interessante, a energia solar, você vê não só como energia solar direta, como energia solar indireta. Essas indiretas são os biocombustíveis, bioetanol, bioquerosene, nós hoje estamos trabalhando com o bioquerosene, tem o biodiesel e outros. E temos as energias fluido-dinâmicas, né, que são o vento, as águas, as marés, essas são energia solar indireta – tem a presença do sol indiretamente e a energia solar direta que é o pró-

prio aquecimento solar com aquecedores solar e tem a eletricidade solar que não só os painéis fotovoltaicos, mas hoje a Alemanha, inclusive, no próximo mês está inaugurando um sistema de uma torre termosolar extremamente interessante para produção econômica de grande quantidade de energia solar, eletricidade solar. Bom, outro aí.

Em termos de biocombustível, cada um desses componentes do petróleo, você tem um correspondente de biocombustível, o GLP tem o biogás, gasolina bioetanol, o querosene nós temos o bioquerosene, só dando notícia, estamos num processo acelerado de testes juntamente com os grandes atores internacionais, isso vem *Boeing*, vem EMBRAER, vem os fabricantes de turbina todos eles, fabricantes de instrumentos, nós estamos desenvolvendo para fins de homologação esse bioquerosene vegetal, tá certo, que nesses próximos dois anos nós esperamos ter isso homologado. Só isso é mais uma coisa nossa brasileira no mundo. Houve um vôo agora entre Londres, com um avião da *Boeing* com a *Field Atlantic(F)* até Amsterdam, essa coisa está andando muito rapidamente.

Tem o diesel que é o biodiesel, esses óleos combustíveis têm a biomassa sólida, que podem se substituir esses óleos combustíveis. Daí vem o babaçu que é uma excelente alternativa, estamos com um projeto interessantíssimo, infelizmente não dá tempo para mexer, falar nisso agora. O outro.

Tem uma coisa muito importante sobre o ponto filosófico que isso derruba muito desses argumentos que se diz que os biocombustíveis eles ameaçam a soberania alimentícia do mundo, isso é uma mentira. A estrutura da fome do mundo é uma estrutura, não é uma estrutura de oferta, é estrutura de demanda. Não tem ninguém que tenha dinheiro no bolso que não tenha alimento para comprar. Por outro lado, quando se produz biodiesel, induz a produção de alimentos nobres que é a proteína. Se você tem, por exemplo, qualquer um desses oleaginosos, ele tem dois componentes: tem o componente lipídico que é o óleo e tem o componente protéico que é a ração, e ração significa leite, ovos, frango, carne e seus derivados. Então, esses são os alimentos mais caros, mais importantes para a nutrição humana, tá certo, então o biodiesel é indutor não só da produção de alimentos, como também ele favorece através da inclusão social, através da agricultura familiar, oferece maiores ganhos para que essas pessoas possam comprar alimentos.

Bom, e essa equação aí que eu considero uma dívida da natureza, a biomassa ela pode gerar biocombustível, mais biofertilizantes, mais alimentos. Os biocombustíveis são os alimentos para as máquinas, os biofertilizantes são alimentos para as plantas e os

alimentos são os combustíveis para os homens e os animais, tudo isso gera CO₂ e CO₂ é alimento da biomassa, isso tem que ser muito bem administrado. O grande desafio que nós temos, inclusive, com o Poder Público é administrar essa equação. O outro.

Tem uma coisa muito interessante aí, que se você for analisar o *status* atual da produção e consumo do mundo de alimentos, a energia solar no mundo representa em média 14%. Nos Estados Unidos e Canadá 9%, no Brasil já estamos chegando aos 45%. Então, nós devemos inaugurar a *era solar*, tá certo, até, pelo menos, é possível até 2015. O Brasil será o primeiro país do mundo a inaugurar a *era solar*, ou seja, ter como predominante a energia solar, isso vai ser uma grande coisa para nós brasileiros.

Bom, eu vou começar já estreitar nossas críticas. O biodiesel não é só um sucedâneo do óleo diesel, é muito mais do que isso. É, sobretudo, um combustível que possui valor realçado pelas suas externalidades e transversalidades. É um biocombustível oriundo de cadeias produtivas que devem ser orientadas e lastreadas na associação do binômio vocações agrícolas e motivações regionais. É um energético estratégico que merece tratamento diferenciado.

Bom, eu queria só dizer que se não fora essas externalidades e transversalidades do biodiesel, hoje não haveria nenhum interesse de produzir biodiesel no Brasil. O Brasil tem suficiência de petróleo, tá certo, não havia nenhum interesse em produzir biodiesel aqui. Se é para competir, vamos esquecer o biodiesel. Outro aí.

Essas externalidades vem a ser o quê? São os impactos ambientais positivos, relacionados com a produção e consumo de biocombustível, a contribuição para diminuição do efeito estufa e a diminuição das emissões de fuligens oriundas da combustão do óleo diesel – só ressaltando aqui – a combustão da mistura com adição de 25% de biodiesel ao óleo diesel elimina completamente a fuligem. Queria só dizer que hoje nas grandes cidades morre mais gente com tuberculose do que com AIDS. Por quê? Porque o indivíduo respira essa fuligem, cria-se uma crosta de fuligem no pulmão, se ele tem a infelicidade de ser contaminado pelo bacilo da tuberculose, ele toma antibiótico, fica bom, mas colônias de bactérias ficam esculdadas(F) nessa crosta de fuligem e volta a atacar no momento que o indivíduo deixou de tomar o antibiótico e a doença torna-se crônica. Então, é por esta razão tuberculose de risco hoje nos grandes centros. Então, o biodiesel elimina esse poder. É por isso que na União Européia existe uma meta a médio e longo prazo para uso de 25% de biodiesel na mistura com o diesel. Outro.

Bom, tem as diminuições de emissões de enxofre e outros poluentes, tá certo. E têm os benefícios sociais resultantes da geração e ocupação de renda no campo, sobretudo, através da agricultura familiar. São os aspectos estratégicos para o equilíbrio da matriz energética com vistas aos efeitos de escassez do petróleo. Então, essas são as externalidades que o biodiesel possui no seu corpo.

Aí nós temos do outro lado das transversalidades que as relações com os outros setores. Infelizmente o tempo é curto para a gente entrar muito no detalhe. Aí falo um pouco do que eu falei antes da relação, inclusive, com a indução da produção de alimentos. O outro.

Bom, isso tudo se resume em três missões. O biodiesel ele tem três missões básicas, tem uma missão ambiental, tem uma missão social e uma missão estratégica.

A missão ambiental exatamente é você resolver com esse problema do veneno no campo, na cidade, em todo o canto, inclusive, a questão ambiental do aquecimento. Eu queria só lembrar uma coisa interessante, eu fiz uma palestra em Belo Horizonte, na PUC, e recebi no final da palestra de uma garotinha de 11 anos uma coisa muito interessante, ela me deu um cartaz de uma monografia dela na escola que dizia assim: “A terra está com febre, use biodiesel”. Eu achei isso de uma sabedoria extraordinária, porque febre é sinônimo não só de aquecimento, como também de doenças, está certo. Eu achei isso de uma sabedoria, mandei fazer, inclusive, uns adesivos, fiz mais de 10 mil e tenho distribuído esses adesivos.

Você tem a missão social que é, exatamente, de resolver o problema da miséria no campo, atinge a 400 milhões de indivíduos no mundo, no Brasil está em torno de 30 milhões, 40.

E tem a missão estratégica que é exatamente a questão das relações com os outros setores produtivos e uma preparação para uma mudança de era, de comportamento, tá certo. Agora, em cada região, conforme nós vamos ver, você tem uma hierarquia, brasileira, por exemplo, uma hierarquia nessas missões. Então, em frente aí... Pode passar. Eu queria fazer uma relação, uma análise das regiões do Brasil e relacionar as motivações e as convocações regionais. O outro.

O Nordeste e o Semi-árido, por exemplo, a grande motivação é a inclusão social, combate à miséria no campo, 2 milhões de famílias, são 12 milhões de pessoas. E as vocações são exatamente a agricultura familiar. Hoje, a mamona, algum momento futuro, pinhão manso e tem outras culturas xerófilas que poderiam entrar no cardápio futuro, agricultura, desde que sejam domesticadas. Então, isso aí, se vocês colocarem as missões, a missão maior do biodiesel do Nordeste é

a missão social. A segunda missão no Nordeste é a missão estratégica, a terceira missão seria a missão, exatamente, ambiental. Então, há uma hierarquia aí no Nordeste nessa direção. O outro.

Na Amazônia nós podemos pensar a Amazônia sobre dois momentos. Tem o momento de hoje, se considerar que existem milhares de comunidades isoladas, são verdadeiras ilhas, arquipélagos populacionais, que você precisa praticar não só a inclusão social, como a Integração Nacional. [soa a campainha] São verdadeiras ilhas energéticas. E tem as motivações a médio e longo prazo que exatamente é a questão da geração de riqueza. Existe, aí está errado, não é 80, é 40 milhões de hectares de terras desflorestadas que se fizer um reflorestamento energético, você tem condição de abastecer toda a Europa de biocombustíveis, de biodiesel. O caminho já está pronto que é exatamente o Rio Amazonas. E tem as vocações agrícolas, sempre as culturas permanentes, existe mais de 100 espécies amazônicas que pode-se produzir biodiesel. O outro *slide*.

E tem as regiões Sul e Centro-sul que, exatamente, as motivações maiores são as motivações ambientais – se tem a missão estratégica e depois tem a missão social com agriculturas mecanizadas, tem toda uma configuração diferente semelhante dos países dos Estados Unidos, por exemplo. O outro.

Quanto custa não produzir biodiesel? Uma vez, um certo economista famoso me perguntou, questionando, assim, a economicidade do biodiesel. E eu fiz a pergunta para ele. Eu não quero lhe responder o quanto custa o biodiesel, quero lhe responder o quanto custa não produzir biodiesel. No momento que a gente souber isso daí, a gente começa a valorizar essa questão. O outro.

O álcool, por exemplo, ele custou em 1980, 700 dólares o metro cúbico, hoje, no ano 2000, 200 dólares. Você vê que isso houve um decréscimo muito grande nos custos. O outro.

Isso devido à pesquisa, desenvolvimento da cana que teve um acréscimo muito grande de produtividade e também o uso do bagaço como energético e tudo isso promoveu isso aí. E essa mesma coisa vai existir, tá certo, para o biodiesel. Então, a gente tem que acreditar no futuro. O outro.

Bom, eu queria fazer um sumário crítico agora que é o alvo da minha palestra, o biodiesel está passando por grave ameaça hoje no Brasil e eu queria apresentar os pontos fortes, pontos fracos e alguma sugestão de sustentabilidade. Esse relatório vai ficar aqui, eu vou mandar um por escrito para aqui para o Senado.

Os pontos fortes do programa brasileiro de biodiesel são a excelência nas condições de solo e clima

para produção de amplo espectro de oleaginosas, área agrícola de dimensões continentais, cultura empresarial para empreendimentos agroindustriais, sobretudo, para produção de biocombustível, temos o exemplo do sucesso do Pró-álcool. A decisão inteligente e acertada para implantar o programa do biodiesel em etapas crescentes, eu acho que foi uma coisa muito boa, essa implantação crescente, pé no chão e... O outro.

As excelentes relações diplomáticas que o Brasil tem com os países do mundo. E detentor de destacada tecnologia de biodiesel. Hoje, nós temos um conhecimento muito bom e estamos exportando tecnologia.

Os pontos fracos do Programa, primeiro são marcos regulatórios inadequados a um país heterogêneo e de dimensões continentais. O programa do biodiesel foi elaborado para um país homogêneo, um país, está certo, e o Brasil não é isso. Como vocês viram lá, aquelas missões, essas dificuldades, essas questões regionais que diferenciam um lado do outro, jamais nós poderíamos aceitar uma Legislação globalizada para todo o país. Tá certo. Nós deveríamos ter um *caput* da Lei geral e os Projetos Regionais, contemplando aquelas missões de valorização do biocombustível para que ele pudesse sair pela sua raia própria.

Uma outra questão muito séria é o monofuncionismo do sistema oficial de compras do biodiesel por empresas de cultura monopolística. Hoje só quem compra biodiesel oficialmente é a PETROBRAS. Tá certo. E isso é uma ameaça muito forte, inibe, inclusive, como eles querem produzir biodiesel, isso inibe a participação do empresário brasileiro com o mundo, dos investidores, até mesmo dos empresários estrangeiros. Então, hoje há uma inibição nítida para investimentos do biodiesel por conta desse desequilíbrio aí, tá certo, através desse monofuncionismo nas compras e numa cultura monopolística, isso não se admite hoje num país democrático esse tipo de cultura. Tá certo?

Bom, o outro ponto importante é o desequilíbrio na cadeia produtiva do biodiesel. A cadeia do biodiesel vem desde a agricultura, extração de óleo, transformação em biodiesel e o consumo. Então, tudo isso está desequilibrado, tá certo, está desequilibrado. O que gera um desconforto muito grande e está havendo, hoje, um verdadeiro canibalismo por parte dos produtores de biodiesel. Nesses leilões estão vendendo biodiesel a um preço inferior aos custos, quem está pagando isso é o pequeno agricultor e os investidores brasileiros. Entendeu? Então, isso é uma questão muito séria, tá certo, outra coisa é a falta de visão do real conceito de benefício das energias renováveis, em especialidade dos biocombustíveis. Acho que um programa educacional de peso mereceria ser implantado para que se possa ter esse real valor das energias renováveis do

Brasil. E falta de incentivos adequados para os diversos elos da cadeia produtiva. Hoje, por exemplo, 90% do óleo usado em biodiesel é soja. E todos os sistemas de extração de óleo é feita para a soja, não existe, tá certo, sistemas produtivos adequados para outras culturas. Então, há um desequilíbrio, quer dizer, você tem que tentar ter uma visão de futuro realística para que você tenha uma pluralidade de matérias-primas para o biodiesel.

Sugestões. Alteração dos marcos regulatórios, regionalizando apropriadamente as ações de produção e consumo. Permissão para que todas as distribuidoras de petróleo possam adquirir e proceder com as misturas diesel, biodiesel. Criar mecanismos que possa minimizar a presença inibidora da PETROBRAS diante dos pretensos investidores em biodiesel. Não sou contra a PETROBRAS, eu sou contra a maneira de inibição, tá certo, dos dois lados do balcão, então, inibe. É preciso que haja um equilíbrio para minimizar esses efeitos. Acho que a participação da PETROBRAS é importante, no entanto, tem que ser visto isso aí, tem que ser minimizadas essas questões. A PETROBRAS não é só empresa pública, essa empresa pública, se apresentar como empresa pública quando for necessário; e se empresa privada quando for necessário do outro lado, isso aí, não é bem isso aí que o investidor brasileiro está precisando de conviver. Incentivar as atividades de pesquisa e desenvolvimento em todos os elos da cadeia produtiva. E isentar integralmente todos os impostos incidentes sobre a cadeia produtiva do biodiesel.

Então, essas sugestões, eu estou escrevendo essa matéria e vou mandar para essa Comissão já o texto.

O outro, só para terminar, é só isso mesmo, tem o meu *site* aí. Desculpem, foi muito rápida a palestra, isso é assunto para demorar 3, 4 horas, eu já fiz uma palestra em Minas Gerais que começou às três da tarde e terminou a meia-noite. Não vou fazer isso aqui. É só isso. Obrigado pela atenção. [aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Primeiro de tudo, eu gostaria de me redimir quando considere o Dr. Expedito Parente apenas o inventor do biodiesel. Sua conferência mostra que ele é muito mais do que isso é um professor emérito das questões e da história da revolução da energia no mundo e, sobretudo, um conhecedor profundo da situação atual que envolve todo o sistema, se é que estão sendo colocados e também expositor brilhante. Aliás, não é novidade nenhuma, vindo do Piauí, nós temos a experiência aqui do nosso grande Senador Mão Santa que sem sombra de dúvida é um daqueles

que melhor traduz, transmitem a mensagem do povo brasileiro nessa Casa. Então...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] Parente... [risos]. Infelizmente não sou parente...

SR. EXPEDITO PARENTE: Mas é parente de qualquer maneira, todos somos parentes.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] Aquele do apagão...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Um apaga, outro constrói...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Parente...

SR. EXPEDITO PARENTE: [pronunciamento fora do microfone] Senador Raimundo Parente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu estou sendo informado, aqui, que apesar dele exercer suas atividades no Piauí. Não é isso?

SR. EXPEDITO PARENTE: [pronunciamento fora do microfone] Não, no Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Mas, mesmo assim, Senador, no Nordeste, une os Estados e as pessoas.

SR. EXPEDITO PARENTE: [pronunciamento fora do microfone] Primeira fábrica de biodiesel industrial foi feita no Piauí...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Daí o meu equívoco, entender que o senhor era do Piauí.

SR. EXPEDITO PARENTE: Sou.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bem, gostaríamos de ouvir, passar a palavra agora a Dr^a Anete Pereira de Souza, coordenadora do Projeto de Desenvolvimento dos Marcadores Moleculares em Cana-de-açúcar. É um nome estranho, mas o tema é interessante. É mais ou menos, conheço o trabalho de V.S^a, sei que é muito interessante.

SR^a ANETE PEREIRA DE SOUZA: Bom dia a todos. Agradeço o convite para apresentar o trabalho que nós estamos fazendo em São Paulo. De frente... Com licença. Ficar aqui.

Bom, esse trabalho que eu vou apresentar para vocês é um pouco diferente do trabalho que foi apresentado até o momento, ele é extremamente técnico e mostra um esforço que nós estamos tendo na Universidade e com as usinas e a agência de financiamento de São Paulo no sentido de aumentar a produção da cana-de-açúcar com o máximo de tecnologia disponível.

Então, como eu falei para vocês, é um projeto de inovação tecnológica que envolve a Universidade através dos conhecimentos que nós temos com as em-

presas, com a empresa o Centro de Tecnologia Canavieira, inicialmente, ele se chamava COOPERSUCAR – há uns 3 anos mudou a denominação, por isso que eu coloquei ambos os nomes aqui. Então, esse projeto, como eu disse, é financiado pela FAPESP, pelo Centro de Tecnologia Canavieira e também pela Universidade. Bom, aqui eu estou como coordenadora desse projeto e nós temos também a participação de pesquisadores do Centro de Tecnologia.

Como todos conhecem, a cana-de-açúcar, obviamente nós temos outras opções, mas no caso específico de São Paulo nós temos uma grande produção de álcool a partir da cana-de-açúcar e é a principal cultura econômica no Estado de São Paulo, em termos de combustível renovável já foi falado pelo pesquisador da EMBRAPA, a grande importância que a cana-de-açúcar tem e, hoje, o Brasil é responsável por 25% da produção mundial em cana-de-açúcar. Bom, nós temos 5 milhões e meio de hectares plantados com cana-de-açúcar e grande parte desse está em São Paulo e por isso a pesquisa que nós estamos fazendo, investindo muito para aumentar o potencial de produção tanto da cana no campo como do álcool.

Bom, no caso específico do trabalho que nós estamos desenvolvendo, a pesquisa é baseada na obtenção de variedades melhoradas com uma produção bastante aumentada, tanto da cana no campo quanto maior eficiência de obtenção do álcool na usina. Nesse caso nós usamos uma ferramenta que é chamada de “marcador genético” para obtenção de variedades com uma maior produção de açúcar e, obviamente, de álcool.

Somente para fazer uma explicação rápida para os senhores, em genética nós temos dois tipos de marcadores, um deles é chamado marcador fenotípico e os marcadores genotípicos que na verdade são os que nós estamos utilizando. A título de exemplo, eu mostro para vocês, por exemplo, os marcadores fenotípicos são características que nós vemos, por exemplo, se nós usarmos como exemplo o homem, os marcadores fenotípicos seriam cor do cabelo, cor dos olhos, etc. Num projeto em especial que eu estou relatando para vocês, nós usamos marcadores genotípicos, ou seja, são marcas no DNA. Essas marcas nós estamos, aqui um exemplo, os marcadores fenotípicos em plantas que no caso aqui é milho, mas nós vemos altura da planta, cor da folha, esse tipo de característica visível que são pequenas e de difícil utilização. No caso dos marcadores moleculares, nós desenvolvemos marcas no genoma ao nível do DNA que nos permitem localizar os genes, os genes de importância na produção do açúcar.

Bom, como vocês podem ver a avaliação do marcador molecular é totalmente diferente da avaliação do marcador fenotípico. Nós temos que desenvolver uma tecnologia bastante específica e essa tecnologia, obviamente, tem uma grande utilização no caso de obtenção de variedades de cana-de-açúcar produtivas com uma das aplicações dessa tecnologia é justamente na avaliação do material de cana-de-açúcar que nós temos no Brasil, avaliação do potencial que esse material tem para gerar uma produção muito maior. Além disso, essa tecnologia de marcadores também nos permite caracterizar as variedades ao nível de *Fingerprint* molecular o que leva a proteção de variedades para as empresas que desenvolvem novas variedades de cana-de-açúcar, protegendo, portanto, o produto da pesquisa deles. Também no processo de melhoramento da cana-de-açúcar, nós necessitamos conhecer as variedades que serão cruzadas para obtermos produtos com maior produção de açúcar. Certo? Variedades com maior produção de açúcar. Isso significa um estudo aprofundado do DNA dessas espécies, dessas variedades ao nível de marcadores moleculares que estão, portanto, sendo desenvolvidos. Além disso, os marcadores moleculares eles podem nos mostrar regiões no genoma que possuem genes de importância para uma maior produção da variedade, aqui, no caso, é a identificação de marcadores associados a uma doença bastante importante no caso da cana-de-açúcar que é a ferrugem.

Bom... Opa, desculpe. Os marcadores moleculares que estão sendo desenvolvidos nesse Projeto, eles podem, portanto, encurtar o processo de melhoramento da cana-de-açúcar que leva de 10 a 12 anos em geral quando se inicia um programa de obtenção de variedades mais produtivas. Desta forma, os marcadores eles reduzem tanto o tempo gasto para geração de uma nova variedade, o que reduz imensamente o custo da obtenção de variedades, quanto eles podem direcionar a seleção de novas variedades possuindo características que são de interesse da indústria produtora tanto do açúcar quanto do álcool.

Bom, os marcadores que nós estamos utilizando, eles são chamados de EST's, na verdade é abreviação de um nome em inglês que corresponde aos genes, então nós desenvolvemos os marcadores baseado em sequência de genes de interesse para a produção de maior quantidade de açúcar e álcool. Esses marcadores eles vêm de um programa que começou a ser desenvolvido por volta do ano 2000, onde os genes da cana-de-açúcar foram seqüenciados, a maior parte dos genes. Esse programa também foi financiado pela FAPESP e pelo Centro de Tecnologia Canavieira. Esse programa ele teve um sucesso muito grande e os da-

dos desse programa são inéditos e os outros países, competidores, inclusive, do Brasil, sempre fazem referência ao grande avanço da pesquisa em cana-de-açúcar decorrente do seqüenciamento dos genes de cana-de-açúcar. Portanto, esse projeto ele possibilitou a obtenção de seqüências de mais de 40 mil genes e esses genes estão relacionados à metabolismo sacarose, resistência de pragas e doenças e outras características importantes para a produção de álcool. A partir da seqüência desses genes, no Projeto que nós estamos desenvolvendo, a gente obtém marcadores moleculares, ou seja, nós transformamos essas seqüências em ferramentas que podem ser utilizadas para o melhoramento da cana-de-açúcar. Tá.

Os objetivos do Projeto foram a construção de um mapa genético, onde nós localizamos os genes importantes da cana-de-açúcar e também identificar os marcadores associados à características bastante importantes e que podem ser direcionadas, o processo de melhoramento pode ser totalmente direcionado para obtenção de variedades ricas em fibra no caso de se utilizar essa fibra para produção de álcool, através de hidrólise ou, então, produção de açúcar para maior produção de etanol.

Bom, esse trabalho foi desenvolvido através de cruzamentos entre variedades de cana feito na estação experimental do Centro de Tecnologia Canavieira, essas variedades uma vez cruzadas foram utilizadas para plantio no campo, nós acompanhamos o processo todinho, onde analisamos a produção de álcool, de fibra, teor de açúcar, produção total de cana por hectare, finalmente fizemos as análises moleculares, visualizando as marcas moleculares que poderiam estar associadas – são dois tipos de análise efetuada – inicialmente essa que mostra esse resultado, um tipo de marcador molecular, esse é um outro tipo chamado “microsatélites” e essas características, esses marcadores eles estão sendo associados à produção da cana, teor de fibra, porcentagem de açúcar e teor de sacarose por hectare, tonelada de sacarose por hectare. Uma vez identificado o marcador associado a essas características, nós podemos usar as características e os marcadores num programa de melhoramento de modo que nós consigamos obter, obviamente, variedades com maior produção dessas características estudadas.

No trabalho que nós estamos desenvolvendo nós já conseguimos identificar marcas associadas a essas características e, principalmente, no caso da produção de álcool, nós conseguimos identificar um marcador extremamente importante, uma vez que ele está associado à produção de cana, à porcentagem de açúcar e também tonelada de açúcar por hectare.

Isso significa que esse resultado possibilita um monitoramento molecular das variedades que estão sendo desenvolvidas e obtenção num prazo mais rápido de um material bastante produtivo. Esse Projeto que já vem sendo desenvolvido desde 2002 já permitiu a produção de um mapa genético molecular de cana-de-açúcar, foram desenvolvidos *softwares* específicos para análise genética molecular, também marcadores funcionais, existem hoje mais de 500 disponíveis para utilização em programas de obtenção de variedades melhoradas, produzimos também o primeiro mapa funcional de cana-de-açúcar, ou seja, o primeiro mapa dos genes de cana-de-açúcar no mundo – ele foi publicado recentemente, e estamos agora aplicando esses resultados através da associação dos CTL's(F) que são as características de interesses aos marcadores desenvolvidos. A equipe que desenvolve esse trabalho envolve pesquisadores da UNICAMP, da USP e também pesquisadores do Centro de Tecnologia Canavieira, representando um sucesso desse programa que é a integração entre a Universidade e Empresa com o financiamento do Governo. Muito obrigado. [aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Dra. Anete Pereira de Souza, coordenadora do Projeto de Desenvolvimento de Marcadores Moleculares de Cana-de-açúcar. Passaria agora a palavra ao Dr. José Olivério que é Presidente da Dedini S/A, a maior metalúrgica do mundo que lida hoje com equipamentos para produção de biocombustível de um modo mais amplo e muito particular de etanol.

SR. JOSÉ OLIVÉRIO: Alô, alô. Agradeço o convite, a oportunidade de participar desta Audiência Pública aqui no Senado e o tema que me foi solicitado a desenvolver é o da produção de etanol a partir de material celulósico, o Etanol de Celulose, o também chamado “Etanol de 2ª Geração”. Eu vou colocar alguma coisa em termos genéricos para situar o assunto, mas, logo em seguida, nós vamos focar um projeto específico que com o qual eu tenho trabalhado há mais de 20 anos e que é um projeto de produção de etanol a partir do bagaço de cana que se intitula “Projeto DHR”. É um projeto chamado “Dedini Hidrólise Rápida”. Só para situar nossa empresa no contexto da indústria de equipamentos, a Dedini ela foi fundada em 1920, ela tem hoje 6 mil funcionários, nós atuamos num setor de bens de capital sob encomenda. A ênfase é o setor canavieiro e de bioenergia. A empresa fornece desde peças, componentes, equipamentos até plantas completas do tipo *turn key*, quer dizer, chave na mão, a partir da área livre, quer dizer, o chamado Projeto Greenfield. E no passado existiam várias empresas que foram unificadas na Dedini. A antiga Dedini, Zanini,

Badoni e Codstil(F). A maior referência da empresa é que mais de 80% de todo o álcool produzido no Brasil usa destilarias e equipamentos da Dedini e a lista de referências também é a maior do mundo no setor canavieiro. Como a Dedini é muito conhecida no setor canavieiro, muitas vezes, se imagina que ela atua só nessa área, mas a Dedini é líder em outros setores como no setor de cervejaria, tratamento de afluentes, aí, o *market share* da empresa no fornecimento, armazenagem de sucos e no fornecimento de plantas grandes e médias de biodiesel.

Feito essa pequena introdução, nós vamos focar agora, então, o processo DHR, Dedini Hidrólise Rápida, fazendo inicialmente uma introdução aos processos de hidrólise para explicar onde está a complexidade do problema, porque a mídia tem salientado que o mundo inteiro está procurando etanol de segunda geração, o Brasil também, e isso não é assunto recente, já há mais de 30 anos que se investe no mundo pesadamente na busca de uma tecnologia competitiva, tão importante mostrar onde está a dificuldade.

A segunda parte é o que é o projeto Dedini Hidrólise Rápida, um histórico mostrando quais foram as etapas mais importantes do projeto, até onde se chegou e qual é o potencial e o impacto do processo DHR, Dedini Hidrólise Rápida.

A primeira parte, então, para situar o quê que é a hidrólise, nós para produzirmos bioetanol a partir de um material celulósico, nós temos três etapas: A hidrólise que é a sacarificação da celulose, depois nós temos a fermentação do açúcar formado e depois a destilação para separar o etanol produzido dos demais componentes do material fermentado. A hidrólise nada mais é do que incorporar água à celulose e à hemicelulose, que é outro componente vegetal, transformando esses dois em açúcares, dos tipos egsose(F) e pentose. É importante dizer isso, porque hoje a produção de etanol está concentrada nos açúcares egsose(F) e não nas pentoses.

A fermentação é o processo que transforma os açúcares em bioetanol e a destilação é o processo que separa o bioetanol dos demais componentes do vinho, principalmente, da água. A hidrólise ou sacarificação são conhecidos vários processos de hidrólise. Na realidade essa tecnologia é muito antiga tem mais de 100 anos, mas ou até hoje nenhuma solução apresenta viabilidade econômica competitiva. A fermentação implica em conhecimento de... Num conhecimento e no domínio de três etapas. A preparação do mosto que é tratar o hidrolisado para que ele possa ser fermentado, a fermentação das egsose(F) que são os açúcares formados por seis átomos de carbono principalmente a glicose e a fermentação dos açúcares com cinco

átomos de carbono, são as pentoses, principalmente, a xilose. Esse tratamento de hidrolisado é conhecido. A fermentação da eglose(F) também é conhecida. A fermentação da pentose se encontra em desenvolvimento. Ainda não é dominada a nível comercial. E a destilação ela é plenamente conhecida e existe uma viabilidade técnica e econômica. Por isso, então, é que o problema maior está na etapa de hidrólise, as outras etapas são, razoavelmente, dominadas e são aplicadas regularmente. A maior dificuldade, então, está na parte da hidrólise.

A hidrólise se aplica a qualquer material celulósico, resíduos florestais, madeira, gramínea, resíduo agrícola, a condição necessária é que haja disponibilidade em quantidade e que tenha baixo custo para poder tornar o produto competitivo. Por isso é que o Brasil tem uma condição privilegiada, porque ele já tem o bagaço de cana que já está trabalhado pelas moendas, já está disponível em grandes quantidades. Na própria usina aonde eu vou fazer o álcool e ele tem mínimo custo ou custo zero. Qualquer outra solução em qualquer outro país do mundo implica em coletar esse resíduo agrícola de alto custo logístico.

A palha da cana também poderá ser matéria-prima no futuro, porque ela também é material celulósico e só para referência o bagaço é formado de celulose, hemicelulose e lignina. A celulose e a hemicelulose podem ser transformadas em açúcar e a lignina não, a lignina a tendência é usá-la como combustível.

O quê que é o processo de hidrólise? Eu trouxe um material aí mais longo para deixar como referência, eu vou pular essa parte aqui... não, essa não, essa é importante situar quais são as rotas tecnológicas hoje disponíveis. Nós temos a rota química, que é a rota ácida, rota química de outras características como tratamento com soda o uso de água em condições super críticas, ou a rota biológica que é a rota enzimática. Todas elas têm essa dificuldade. A tecnologia é conhecida. Não há problema, dificuldade de se fazer etanol por nenhuma das rotas. O problema é que há dificuldades técnicas e operacionais, elevados investimentos, elevado custo operacional e o processo ainda não é competitivo. Essa é a busca do mundo, encontrar um processo que seja competitivo. Essa parte aqui eu vou pular, que eu deixo como referência. Quais são os principais problemas do processo da hidrólise química e como que o processo DHR resolve esse problema. Na verdade, o processo DHR usa um solvente da lignina que dificulta o acesso da celulose, da hemicelulose que está na célula ou na fibra formadora da cana-de-açúcar, e pelo fato de usar um solvente você facilita, ameniza a condição da reação e torna a reação mais rápida. Esse é o pulo do gato como se costuma dizer.

Quer dizer, é uma dissolução possibilitando o acesso à celulose e a hemicelulose.

Olhando em termos esquemáticos, a parte da hidrólise que foi desenvolvida tem um reator contínuo que é alimentado com bagaço *in natura* continuamente, é um reator de alta pressão e tem uma solução com água, solvente e com baixa concentração ácida, dentro do reator se faz o hidrolisado, resfria-se a temperatura para não degradar o açúcar formado, o solvente retorna a um processo com água e ácido de reposição, o material hidrolisado é neutralizado e depois é enviado para a fermentação.

O processo DHR na realidade é uma mistura de duas tecnologias, o organossolve, que é o uso de solventes químicos, hidrólise ácida com ácido diluído. Existem vários solventes da lignina. De todos os que nós testamos o mais conveniente foi o próprio etanol. Quer dizer, isso é uma grande vantagem porque o etanol é produzido no próprio processo. Então, não é necessário a aquisição do solvente. Os outros são de muito maior custo.

O histórico do processo DHR, já dissemos, o DHR envolve hidrólise, mais fermentação, mais destilação. O DHR é um processo que desenvolvemos na nossa empresa a partir da década de 80. Ele foi aprovado e financiado por agências governamentais com recursos provenientes do Banco Mundial. Hoje, o tema está na mídia, mas no Brasil na década de 80 se estudou intensamente a hidrólise não só a Dedini, a Villares atuou no tema, o Instituto de Tecnologia de Lorena tinha avançadíssimos conhecimentos de hidrólise, o IPT trabalhou no assunto, a Dedini com o DHR e tivemos, inclusive, uma usina de álcool de madeira, álcool de celulose, que foi a COALBRA, todos esses projetos foram desativados, só a Dedini persistiu no projeto e continuou até o estágio em que se encontra hoje por mais de 20 anos.

Na década de 70 os Estados Unidos começou o estudo da hidrólise, os Estados Unidos começou através de empresas como TVA – *Tennessee Valley Authority*, depois pelo *Solar Energy Resources Institute*, pelo NREL – *National Renewable Energy Laboratory* e os Estados Unidos já investiu bilhões de dólares, dezenas de bilhões de dólares à procura da solução. O fato da Dedini não ter encontrado a solução não significa nenhum demérito, ao contrário, estamos em boa companhia, porque o mundo inteiro ainda está pesquisando a melhor solução para o processo de hidrólise. Ok?

O processo tem patente em vários países. Com os recursos do Banco Mundial, a Dedini desenvolveu e operou uma planta piloto de pequena capacidade. A tecnologia está desenvolvida. Nós estamos em fase de *Escale Lap*, em escala industrial. Fizemos um acordo

de cooperação técnica com a COOPERSUCAR que foi assinado em novembro de 1997. De 1992 a 1997 o Projeto parou pela crise do setor, a crise do país, a crise da Dedini. Retomamos em 1997. Foi muito boa a contribuição da COOPERSUCAR na fermentação, não na hidrólise, a hidrólise continua ainda o desenvolvimento original da Dedini. E em 2002 com recursos da FAPESP nós instalamos uma unidade semi-industrial na usina São Luiz em Pirassununga que está hoje em fase de definição de parâmetros de engenharia. Esse é o estágio em que se encontra o Projeto. A próxima é a planta em escala industrial.

Por que uma empresa de equipamentos se dedicou tão intensamente a um projeto dessa magnitude? Não é típico. O mais comum é que isso seja feito pelos centros de tecnologia, pelas Universidades. Por quê? Porque o DHR foi um projeto pessoal do Dr. Dovilio Ometto, que o Senador João Tenório conhece, inclusive, pessoalmente, que foi o Presidente o principal acionista da Dedini e o Dr. Dovilio sempre liderou esse Projeto, ele acreditava muito e por isso que ele permaneceu por longos anos, quer dizer, no fundo é porque era um projeto do dono, senão a Dedini não teria tido toda a perseverança de continuar por tanto tempo e chegar onde ela está. Então, até recentemente, quando ele esteve em vida, até setembro ele liderou esse Projeto.

O desenvolvimento da tecnologia, aqui também são dados técnicos, eu vou deixar mais como registro. Nós fizemos 345 corridas nessa planta piloto. Foi feito o domínio, houve o domínio da tecnologia na planta piloto dominando todos os parâmetros fundamentais, as condições termodinâmicas, desenvolvendo todas as etapas unitárias. Os resultados alcançados eles definiram a continuidade, porque eles foram extremamente interessantes, principalmente o rendimento da hidrólise de 88% que é um número pouco encontrado mesmo em hidrólise enzimática e outro ponto importante é a concentração de açúcares que normalmente está da ordem de 2 a 3%, nós conseguimos em torno de 11%, quase a concentração do açúcar do caldo de cana.

Essas são algumas imagens do piloto, o laboratório, a vista geral, aqui nós temos um silo, uma esteira dosadora que alimenta o reator. Aqui, nós temos a esteira, o reator que é muito parecido com aquele que nós esquematizamos e aqui os materiais, o bagaço *in natura*, o hidrolisado que sai do reator, depois que recupera o solvente como se apresenta o hidrolisado e o bioetanol produzido a partir do material celulósico. A produtividade é bastante interessante. Em litros de bioetanol hidratado por tonelada de bagaço *in natura*, quer dizer, natural, como ele tem 50% de umidade, no piloto nós obtivemos somente fermentando as

egsoses(F) 109 litros de bioetanol por tonelada de bagaço e o potencial, quando se desenvolver a fermentação das pentoses e o projeto for otimizado, 180 litros de bioetanol por tonelada de bagaço.

A unidade semi-industrial que está instalada na Usina São Luiz. Aqui, nós temos o bagaço que pode ir para a cadeira ou para a planta de hidrólise, a esteira de alimentação e, aqui, a coluna do reator. Aqui, nós temos uma vista geral da planta de hidrólise, percebe que não é um pilotinho, é uma unidade de grande escala, vejam aí pela relação do tamanho das pessoas. E a fermentação é feita combinada com a fermentação do caldo, justamente, porque o caldo é um acelerador do processo de fermentação e com isso reduz a necessidade de a redução de inibidores que acontece no processo de hidrólise. Então, a planta hoje está em fase de determinação de parâmetros e há uma tecnologia em desenvolvimento. [soa a campainha]. Senador, estou terminando, concluindo.

O potencial impacto do processo DHR. Aqui, nós temos a integração dele numa usina tradicional. Uma usina tradicional recebe a cana, tem a recepção e o preparo que condiciona a cana para a extração do caldo, a partir daí a cana já não é mais uma unidade, é caldo e bagaço. O bagaço vai para a caldeira gerando vapor de alta pressão que é usado nos acionamentos das máquinas e na produção de eletricidade no turbo gerador. E o vapor que passou pelas turbinas, ele é utilizado termicamente no processo açúcar produzindo açúcar e melaço e no processo bioetanol, produzindo bioetanol e vinhaça.

Uma usina bem estruturada energicamente tem bagaço excedente. Aonde que o DHR se inclui? Ele transforma o bagaço em açúcar. O açúcar é mandado para a fermentação, produz mais bioetanol e mais vinhaça.

A palha no futuro também virá para a usina. E ela também é material celulósico. Vai possibilitar a produção adicional de bioetanol aumentando o rendimento. Essa é a usina produtora de bioetanol do futuro. O aumento, o impacto na produtividade, por exemplo, numa usina de bioetanol, em 1 hectare, eu tiro 80 toneladas de cana limpa, do caldo eu posso produzir 6.400 litros de bioetanol. Se usar o processo DHR, quer dizer, aí eu não vou usar cana limpa, eu vou usar cana integral, cana com palha. A palha também é celulose. Do caldo eu vou tirar a mesma coisa, mas do bagaço excedente, mais a palha, pode-se tirar mais 5.600 litros chegando a 12 mil litros por hectare e não 6.400 litros por hectare. Quer dizer, é possível praticamente dobrar a produção de bioetanol na mesma área de plantio.

Como comentário final, pontos importantes: Essa tecnologia não só o DHR, mas a hidrólise possibilita

significativo aumento da produção sem aumento da área de plantio, possibilita a produção internacional de bioetanol em países onde a cultura da cana-de-açúcar que não tenham área para expandir como a Índia. Há impactos ambientais porque o etanol tem impactos ambientais e esse processo contribui para o uso econômico da palha dando uma razão econômica para evitar as queimadas. O investimento é semelhante ao de uma usina tradicional. Há uma grande sinergia com sistema atual no mesmo local, eu produzo o mesmo produto que é o etanol, pelo mesmo investidor, mesmo empresário. Ele se aplica a outras matérias-primas como resíduos agrícolas, evidentemente os equipamentos serão diferentes. E ele tem potencial para ser competitivo, inclusive, em termos internacionais com os derivados de petróleo.

Um ponto que eu acho importante destacar, é que vários países do mundo pesquisam o desenvolvimento da hidrólise. A principal dificuldade não é a tecnologia, não é a produção de etanol, é sim a redução do custo do etanol produzido, tornando competitivo com o etanol tradicional, produzido do caldo de cana e com a gasolina.

O Brasil, hoje, disponibiliza recursos oficiais que são muito adequados à pesquisa no nível de laboratório. Existem verbas do CNPQ, do MCT, da FAPESP, da FINEP, subvenções, a nível de laboratório, a nível de Universidade. Para a fase de piloto, os recursos já são escassos e insuficientes. Então, a tecnologia ela está bem conceituada nas Universidades, mas não tem saído muito das Universidades. Tem parado na Universidade e não têm virado pilotos, projetos pilotos e depois do piloto é que vem a maior dificuldade, é o que nós estamos sofrendo hoje. A maior dificuldade é aumentar a escala da planta, onde são necessários conhecimentos de engenharia que não estão disponíveis, porque a tecnologia é inédita. Mesmo no mundo, a engenharia precisa ser desenvolvida e fazer uma unidade pioneira implica em investir centenas de milhões e não somente milhões ou dezenas de milhões. E, aí, não existem recursos de subvenção muito menos na dimensão necessária. Se o Brasil não mudar essa postura, nós vamos parar nas Universidades. Nós não vamos chegar até o produto.

Já os Estados Unidos investiram e continuam investindo valores da ordem de bilhões de dólares. Só no ano passado foram aprovados projetos, projetos em andamento totalizam mais de um bilhão de dólares aplicados nessa tecnologia. Então, para manter a liderança, nós precisamos dominar a tecnologia do bioetanol celulósico e para isso nós precisamos disponibilizar recursos necessários até a introdução comercial e, principalmente, fazer uma coordenação

do esforço tecnológico. O que existe hoje é que cada centro de pesquisa quer ter o seu projeto de hidrólise. Isso aí está sendo feito de uma forma, eu diria, sem uma coordenação integrada, não seguiu o exemplo do genoma, da amarelinha e do genoma da cana-de-açúcar em que houve um esforço concentrado e coordenado. Hoje tem projeto de hidrólise na Federal, na UNICAMP, no IPT, toda a Universidade tem projeto de hidrólise, então, nós estamos repetindo as mesmas coisas quando, na realidade, se houvesse uma coordenação, nós teríamos um melhor aproveitamento do esforço despendido. Muito obrigado, então, pela atenção. [aplausos]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Dr. José Olivério, Presidente da DEDINI, velho conhecido, amigo. Gostaria de saber se o Senador Neuto De Conto gostaria de fazer algum comentário.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu quero saudar primeiramente, Presidente da Subcomissão de Biocombustível, Senador João Tenório, saudar os Srs. Senadores e os quatro palestrantes pelas brilhantes demonstrações e conhecimento desta área tão importante.

Eu só quero deixar registrado de que a energia realmente é a fonte de todo o desenvolvimento humano, social, econômico e a energia que se projeta para o futuro. Meu caro João Tenório, aqui nós ouvimos em outras, em outras Audiências Públicas um segmento muito importante e a cana que ela é a bola da vez, está o mundo com os olhos voltados para o Brasil e que aqui tem vindo missões internacionais, recebemos o Parlamento Americano para saber do futuro, principalmente, da bioenergia no Brasil, para conhecer as suas dimensões. Estamos recebendo agora no dia 22 uma missão da França e no dia 29 o Parlamento Europeu, aonde virão aqui também para debatermos o comércio principalmente de carne e de biodiesel.

Isso nos dá a dimensão do que o mundo espera do Brasil, o que o mundo enxerga. Esse país que tem terra, água, solo, clima, tecnologia e gente. E quando se fala em terra que é o produto principal e junto com a água para se extrair os produtos, esse país tem ainda 90 milhões de hectares de terra só nos cerrados e no Nordeste, sem agredir o meio ambiente e sem agredir as áreas de preservação permanente. Nós temos ainda 30 milhões de terras, de áreas de terras degradadas, nas fazendas para serem recuperadas e poderemos usar mais de 20 milhões de hectares de terra consorciadas com a pecuária. Isso nos dá a dimensão do que este país pode ser e, certamente, que já é, 36%, além de alimentar os 180 milhões de brasileiros, a terra e a agricultura faz, participa com

36% na exportação, alimenta 1/3 do PIB Nacional, e alimenta o total da balança comercial, do seu superávit nos últimos 5 anos. E eu não tenho dúvida, eu tenho dito nas minhas caminhadas, de que o Brasil, na próxima década, deverá ter 50% do seu PIB no setor produtivo primário.

Mas o que me chamou mais a atenção, nosso professor, foi muito interessante a evolução da energia, mas aqui você usa uma palestra muito interessante sobre o uso da palha do bagaço da cana. E foi-nos dito de que nós temos uma Itaipu adormecida nos canaviais, se quiséssemos usar esta energia do bagaço e da palha para produzir energia elétrica. E, hoje, estamos vendo essa palestra brilhante para aumentar a produção do etanol. Então, eu fico imensamente gratificado pela oportunidade, Senador João Tenório, de aqui ouvirmos quatro palestras interessantes, muito técnicas, mas, conseqüentemente, de muita profundidade e certamente tudo o que está aqui. Não vou deixar perguntas, porque eu acho que foram muito esclarecedoras, mas o que aqui veio vai fazer parte, certamente, do trabalho desta Comissão e principalmente para uma... Abrir o conhecimento para o Poder Legislativo, do Congresso Nacional para que nós possamos debater nos somar no desenvolvimento para o país. Quero agradecer a todos pela oportunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado Presidente Neuto De Conto. Senador Mão Santa, alguma... alguma...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu só gostaria de saber... Eu sou médico cirurgião, às vezes, dá certo, que o Juscelino era médico cirurgião, né. Mas eu só queria perguntar um fator, porque Henry Ford disse há muito tempo que ele construía as coisas dele. Por isso, ele teve êxito e não tinha medo nem de tocarem fogo na fábrica dele, porque ele tinha os princípios – maior quantidade em menor tempo com menor custo – isso era a economicidade dele, e ele seria vitorioso em qualquer empreendimento, maior tempo, menor custo, não é...

E eu queria saber da economicidade aí disso, economicidade, porque eu vi recentemente no Piauí, falou-se muito de mamona, mas foi um fracasso total. E eu, como médico, acompanho que esses produtos vegetais, os próprios medicamentos que nós conhecemos, eles são caros. Eu queria saber, aí, sobre a economicidade disso no futuro. Porque o petróleo é barato mesmo. Aqui é que é caro. A PETROBRAS é que explora, que administra mal. Bem está aí... O petróleo é ridiculamente barato, o gás. Hoje, nós sofremos o drama do nosso Estado de Roraima contrabandeando combustível. Eu quero saber, aqueles

princípios de maior quantidade, menor tempo, menor custo, economicidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador, o senhor se refere especificamente a questão da mamona ou de um modo geral?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): A mamona, eu tenho de observação, só foi mídia, só propaganda, só cacarejar, fracasso total, todo mundo está falido, não existe nada, todos os agricultores, porque não tem economicidade, só cacarejar, só propaganda do Piauí, eu estou por dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Antes da... Responder ao Senador eu gostaria de deixar aqui duas, três questões que é o seguinte. Dr. Expedito, também é o seguinte. Eu acho essa questão de biodiesel, eu acho que está meio “samba do crioulo doido” do que diz respeito às questões das produções. Já vi todo o tipo de número. Eu me lembro muito bem no final do ano passado um jornal brasileiro de importância, no início da semana publicou que não haveria biodiesel suficiente para o chamado “B2”, porque seria necessária a produção em 2007, da ordem de grandeza de 800 milhões de litros e a coisa se situava em torno de 400 milhões de litros. E quando é agora, isso no início da semana, no final da semana nós tivemos o mesmo jornal dizendo que ia sobrar biodiesel. Então, nós convocamos aqui uma, convidamos aqui algumas pessoas para Audiência Pública, trouxemos pessoas da iniciativa privada, pessoas do Governo e ficou claríssimo, o pessoal do Governo estava confundindo instalação industrial com capacidade de produção, sem levar em consideração que uma fábrica sozinha não produz nada, tem que ter matéria-prima lá como no caso da mamona entre outras coisas. Exatamente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): A maior vergonha que já houve.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A primeira pergunta seria isso aí. A segunda não é bem uma pergunta é apenas uma consideração. Eu tenho defendido nas oportunidades que me ocorrem, a criação eminente de um subsídio para o biodiesel, até que ele adquira uma massa crítica de produção, um tamanho de produção que possa andar com suas próprias pernas. Isso aconteceu com o Pró-Álcool no começo, nós tivemos no Pró-Álcool, como se viu, 800 dólares, 700 dólares por metro cúbico, aquilo ali uma parte daquilo era subsídio até que o programa se tornou suficientemente robusto, conhecimento suficientemente amplo de modo que o programa, hoje, vive sem nenhum subsídio. Esse é o primeiro ponto. Então, eu defendo muito firmemente que até que o programa do biodiesel adquira uma robustez, uma massa crítica

suficiente que ele receba do Governo as atenções e o apoio que for necessário, seja lá com que título for, subsídio, ou qualquer coisa que o valha. Então, deixaria essas duas considerações com o senhor.

Gostaria de deixar também com a Dr^a Anete Pereira uma questão que eu acho importante. Todas essas pesquisas de desenvolvimento, sobretudo, genético da cana-de-açúcar, ela é feita como me parece que foi, aqui ficou claro, desenvolvido num certo ambiente, que é, sobretudo, o ambiente do Centro-sul, do Centro-Oeste do país. Certo? Nós temos no Nordeste uma condição climática muito diferente do Centro-Sul. Então, aquela preocupação, aquelas prioridades que é dado desse estudo, qual seja, resistência à praga, resistência às condições adversas ambientais, ela no Nordeste a prioridade seria outra, seria a questão de clima. Como construir uma cana-de-açúcar que suportasse a diferença tão forte e tão grande de clima que existe entre o nosso Nordeste e as demais regiões do país, sobretudo, as regiões onde são realizados e os grupos de trabalho que são realizados essas pesquisas de desenvolvimento?

E, finalmente, ao Dr. José Olivério, eu tive, como disse, no início estive nos Estados Unidos na AEREC que trabalhou, fundamentalmente, com energias renováveis e a gente sente o seguinte: que o grande trabalho que está sendo feito de pesquisa, como V.S^a disse muito bem, bilhões de dólares, é no sentido de buscar uma solução no chamado “etanol celulósico”. Mas não é bem para bagaço, porque eles não têm e não é muito bem, ele fala muito no *feedstock* que seria o resíduo de milho de outras agriculturas, mas, sobretudo, de madeira que é a grande expectativa e esperança dos países temperados, frios, que não podem produzir cana-de-açúcar nem outros produtos tipicamente tropicais, a expectativa dele é mais madeira.

Então, a minha pergunta é o seguinte. O que é mais fácil? É destruir a lignina do bagaço da cana que é o grande adversário do álcool celulósico ou da madeira, da lignina, da madeira? Deixaria essas três questões. Ah, está aí. Então, doutora, por favor, pode começar.

SR^a ANETE PEREIRA DE SOUZA: Pois não. Com relação a essas limitações climáticas que existem em outros Estados que são produtores de álcool e açúcar e também são muito importantes, isso foi levantado há uns dois anos aproximadamente e, no momento, nós estamos junto à FAPESP e instituições de pesquisas de Alagoas, do Nordeste, outra instituição que tem em São Paulo que é a RIDESA que é uma união das Universidades Federais, nós fizemos um grande programa onde estão envolvidos todas as unidades de pesquisas em Alagoas que trabalham com cana-de-

açúcar, e nós estamos nesse momento começando um projeto onde nós vamos trabalhar com a transformação de cana-de-açúcar, obtenção de marcadores moleculares associados à seca, com experimentos de avaliação das variedades tanto no cerrado quanto na região Nordeste que tem um problema grande da seca. Então, a fase inicial do projeto foi a definição de toda a metodologia para desenvolvimento dos marcadores moleculares, uma vez que isso terminou, nós passamos para a segunda fase agora que é a avaliação do material em diferentes climas para descoberta de genes que possam conciliar a obtenção de variedades melhoradas. Então, esse aspecto, nessa segunda fase do programa, junto com as empresas foi sanada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Dr. Expedito Parente tem duas questões minha e uma do Senador, sugiro que o senhor responda primeiro ao Senador Mão Santa pela importância que ele ocupa...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não disse nada...

SR. EXPEDITO PARENTE: Eu gostaria... Certo. Tá, eu gostaria de dizer que eu gostei demais da sua provocação, porque é uma oportunidade da gente, realmente, enfiar o dedo na ferida e extirpar a questão. A mamona não tem culpa de nada. Tá certo? É um vegetal brilhante, é um vegetal que pode ser produzido em qualquer parte do Brasil, evidentemente, muita gente pensa que no Nordeste é o paraíso da mamona. Não é. Existe, eu conheço plantio de mamona aqui em Goiás que tem produtividade quatro, cinco vezes mais do que o Nordeste. Tá certo? É uma matéria-prima, tá certo, histórica que já empregou, já deu comida há muita gente ao longo da sua história do Brasil desde a década de 50 que vem sendo usada industrialmente, você entendeu. A questão é do Poder Público mesmo e do próprio programa que não conseguiu ver a mamona, ver o biodiesel da maneira correta. Eu quero dizer ao senhor o seguinte: há necessidade de mudar os marcos regulatórios do biodiesel no Brasil. Você quer ver o defeito, porque a mamona, eu não gosto de absolutizar as coisas. Tá certo. É muito perigoso a gente dizer assim: ‘A mamona já foi’. Não é assim. Desculpe a minha opinião pessoal. A questão é o seguinte: O programa do biodiesel no Brasil foi dimencionado do posto para o homem onde não deveria. Deveria ser do homem para o posto. Se no Nordeste a missão mais econômica do biodiesel é resolver o problema da miséria que custa muito dinheiro para o país, não só custa dinheiro para o país como também, tá certo, é uma vergonha nacional, persistir essa miséria durante os séculos, tá certo. Então, a mamona, quer dizer, quer dizer, o biodiesel no Nordeste deve ter como missão

primeira a questão social. Para isso você tem que saber, tá certo, equacionar legalmente os marcos regulatórios, o sistema de tal forma de partir do homem para o posto de combustível, para o consumidor.

Veja só, não é possível com uma produtividade de 400, 500 quilos de mamona por hectare, que é o que se produz hoje, culturais, com as sementes que nós estamos dispondo e o homem não pode jamais tomar conta mais do que três hectares. Tá certo. Deste homem sofrer uma inclusão social. Ele vai ter uma desilusão social, ao preço da mamona, hoje, de 40 centavos o quilo.

O preço da mamona para que faça a inclusão social, para que seja negócio para o homem, todo o negócio só é negócio bom quando é bom para todo mundo e tem que começar da base. Para que a mamona seja negócio a se cultivar a mamona, se esse preço da mamona terá que ser no mínimo um real o quilo, e a 1 Real o quilo o biodiesel vai ter que ser vendido no mínimo a três Reais o litro. É pecado mortal? Jamais. Porque nesse programa do biodiesel se trabalha com 2% de mistura, se o programa comprar o biodiesel a 3,50, vamos colocar assim, essa diferença vai dar em centavos no preço final, a cadeia comercial do combustível absorve esse um centavo adicional para isso. Agora, isso precisa ser visto e precisa ser regulamentado um preço mínimo para a mamona para que essa mamona possa ser negócio.

Aqui o programa do biodiesel está sendo feito do posto para o homem. Então, o que acontece? Empurra tudo para lá e o próprio agricultor do Nordeste está sendo obrigado a vender mamona até a 30 centavos o quilo. Isto é um pecado capital. Se nós continuarmos persistindo com essa política, nós vamos realmente, como o senhor diz, matar a mamona. Mas eu acredito nesse país. Eu acredito e eu estou aqui por isso. Tá certo? Eu estou aqui exatamente para fazer um apelo a esta Comissão para que reexamine esses procedimentos legais, no sentido de dar verdadeira feição ao biodiesel, do que ele merece para que ele possa fazer coerência ao discurso. O discurso do biodiesel, não é só do biodiesel não, jamais isso. Se isso fosse verdadeiro, tá certo, nós não estaríamos aqui, eu não estaria aqui. O biodiesel ele tem muito mais do que isso, é muito mais do que isso aí. Você tem que resolver o problema do homem com o biodiesel, não o biodiesel com o homem. A mamona é simplesmente vítima hoje, eu digo o seguinte, essa atitude tem que ser feita rápida, qualquer desilusão que você consiga fazer no homem do campo e do Nordeste, isso vai durar gerações. Tá certo.

Agora, veja só uma coisa em contraponto com isso aí. Você vai plantar feijão no Nordeste. No ano que

chove, por exemplo, agora está chovendo, etc... No final está todo mundo tendo sucesso na safra de feijão. Você sabe que esse feijão vai atingir a um preço tão pequeno, que no vai ser negócio quem plantou feijão. O mercado energético tem uma vantagem, como é um mercado muito grande ele tem vantagem de manter a estabilidade de preço. Então, é importante a gente salvar a mamona. Eu convido o senhor como um grande líder, um homem inteligente, a ajudar a salvar a mamona e não a destruí-la. Está certo?

Eu acho que o senhor como um grande Senador deveria, exatamente, rever esse programa, ajudar a rever esses marcos regulatórios, eu acho que essa Comissão poderia ver isso aí. Nós vamos mandar, o que nós apresentamos hoje aí foi só uma síntese, vamos mandar isso, eu vou mandar uma cópia para o senhor, tá certo, um estudo crítico e profundo. Como nós trabalhamos, exatamente, com tecnologia nós somos o primeiro a sentir essa crise. Nós estamos entrando numa crise grande do biodiesel, você entende? Estamos entrando. O fato de ter 2% ou 3% isso aí, quantitativamente, não significa tudo, tem que saber a que custo está chegando isso aí. O preço das matérias-primas está superior ao preço do produto. Então, as indústrias que estão, que ganharam leilões, estão praticando custos maiores do que o que está vendendo – vai todo mundo quebrar. Tá certo. Essa é a questão que eu estou colocando.

Agora, a questão da mamona, como é uma agricultura familiar, eu acho que ela deve ser muito olhada com muito carinho, principalmente para nós nordestinos que temos poucas opções. Então, nós devemos ver, conforme o Senador João Tenório falou, temos que estudar mecanismos nem de... É um subsídio indireto, porque se você compra, faz uma Legislação própria para o Nordeste, outra própria para a Amazônia, outra própria para a região Centro-Sul, você consegue exatamente ajustar os arranjos produtivos, a cadeia produtiva, a economicidade disso. Tá certo. Essa é a questão que nós estamos colocando. Eu agradeço a sua pergunta.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): João Tenório, deixa eu... desculpe, é que qual é a idade média sua?

SR. EXPEDITO PARENTE: Eu?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim, a sua idade. Mulher a gente não pergunta, mas homem...

SR. EXPEDITO PARENTE: Eu tenho 67, tenho 67 anos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): 67.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 59.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 64.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu tenho 65. Eu estou com ele. O país tem que ter subsídio mesmo para o campo.

SR. EXPEDITO PARENTE: Pode ser.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Tem que ter. Agora, eu vou dizer onde foi o erro isso, eu tenho uma observação. Tem que ter, esse negócio de dizer: “Não, vamos no mercado mundial, fazer com que os outros nos dêem subsídio”, *Frank Delano Roosevelt* disse: “As cidades poderão ser destruídas, mas elas renascerão do campo”, se o campo não for apoiado, for destruído, morre todo mundo de fome. Por isso, os Estados Unidos é rico pelo campo e pela produção de grãos, não é por carro, por relógio, por coisa... sim, mas eu queria aqui a experiência, aí, que está, V. Exa, é subsídio mesmo. Agora, eu estou... já tenho um bocado de ano de médico, interessante, a vida ensina, quem faz o meu Imposto de Renda é um senhor Zé Aragão, irmão desse Renato Aragão.

E eu muito novo chegava, médico lá, parente, filha dele amiga da minha esposa, eu sei, retardatário, viver na Santa Casa, naquele tempo era diferente, eu chegava para fazer nos últimos dias ou último mesmo. Aí, lá ele estava fazendo daqueles também, socialmente, muito forte economicamente. Olha, mas aí eu via, eu como médico trabalhava, porque o meu era o mínimo, todos eles tinham incentivo naqueles tempos. Eu estou contando história de 68, 69, 70, o Governo deu muito subsídio para o campo. Agora, eu os conheci, claramente que eu não vou citar, mas não era para investir no campo não, era para comprar apartamento em Fortaleza, no Rio de Janeiro, tudo e tal. Quer dizer, houve boas intenções, bons Governos e bom... Agora, não era aplicado. E que tem que ter esse subsídio, tem que ter subsídios, para fixar.

Então, tem que ter uma política, aí, de austeridade, V. Exa que é do ramo. Eu sou é pelo subsídio mesmo, para manter, eu estou dizendo a realidade de hoje. Não tem economicidade e você não encontra nenhum caboclo para plantar mamona e vender. Eu estou dizendo o fato. Agora, o que esse subsídio caia na mão mesmo, tenha uma fiscalização. Eu vi no passado eu sou testemunha, eu olhava, ficava de madrugada fazendo, olhava, e olhava as pessoas, não era para investir no campo não, era para comprar apartamento em Fortaleza, no Rio de Janeiro, e todos... por isso que a nossa agricultura ficou aquém e o campo está empobrecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Dr. Alan Kardec tem algum comentário a fazer? Dr. Eurípedes, desculpe.

SR. JOSÉ EURÍPEDES DA SILVA: Bom, essa questão aí do biodiesel, a gente tem que ver é o seguin-

te: É que realmente há necessidade de matéria-prima em escala para os marcos que foram criados. Correto? E o que nós temos hoje é que das matérias-primas aí presentes no mercado a única que tem escala realmente é soja. E mesmo seja mamona, girassol, vamos dizer assim, a outra que é mamona, girassol, caroço de algodão, quer dizer, nós não temos, bom, os objetivos dessa aí são diferenciados do que se pensaria para produção de óleo.

Então, hoje para avançar hoje no que nós temos hoje de disponibilidade de girassol, de mamona e de caroço de algodão, nós precisaríamos aumentar e muito as áreas de produção. E isso não se faz da noite para o dia. De tal forma que nós, ainda, teremos que conviver algum tempo se é para manter o programa de biodiesel com a soja. Eu acho que a gente também não deve demonizar a soja nesse pedaço. É preciso criar uma política que permita que gradativamente a gente vai aumentando a escala das outras matérias-primas para que a gente possa substituir a soja. Outra coisa é o seguinte: é que mesmo isso pensando em termos da agricultura familiar, não se consegue apenas, vamos dizer assim, estabelecendo subsídio, é preciso que a gente reconstrua o nosso sistema de assistência técnica e extensão rural que foi totalmente quebrada alguns tempos atrás. Quer dizer, como é que nós vamos fazer a tecnologia ou tudo mais chegar ao pequeno produtor se nós não temos mais esse elo de ligação entre a tecnologia e o pólo de produção? Então, é isso que nós precisamos também que haja uma recomposição do nosso sistema de assistência técnica e extensão rural, a formação de arranjos produtivos que permita agregar esses pequenos produtores para que eles possam participar desse programa de inserção social, do contrário não se consegue nada, pode-se fazer subsídio, o que for, mas se não tivermos meios de fazer isso chegar ao pequeno produtor ele ficará isolado da mesma forma. Então, isso é importante que seja considerado esses pontos em termos do que nós temos para o biodiesel, vamos dizer, em 5 ou 10 anos. É claro que o programa de etanol foram 35 anos de maturidade que nós temos hoje disponível para se basear em experiência e o biodiesel nós estamos começando. É preciso que haja, vamos dizer, se for em 30 o etanol, a gente quer que isso aconteça em 10 anos, essas observações têm que ser tomadas em consideração. Não há escala hoje para nenhum desses produtos que não a soja no mercado. E mesmo qualquer um deles necessitará de um amplo apoio de divulgação, de assistência técnica para pequenos produtores.

SR. EXPEDITO PARENTE: A palavra dele aqui, ele já falou parte do que eu ia falar. Porque não é só a questão de você comprar melhor, tá certo. Olha, você

ter uma idéia em alguns Estados do Brasil falta até gasolina para os agrônomos fazer extensão rural. Sementes vendidas de forma falsificada e outras coisas mais. Então, o que precisa, tá certo, eu acredito, eu concordo consigo, que o incentivo, através de subsídios direto ou indireto isso é importante, certo, mas muito mais do que isso, eu acho que precisa é organizar os arranjos produtivos, do setor produtivo, todo o sistema da cadeia produtiva que é amplo, é uma coisa muito ampla. E isso se faz através de marcos regulatórios, e que o Parlamento, vamos dizer assim, tem um importante papel.

Eu vou mandar, exatamente para vocês, um estudo mais detalhado com números que, infelizmente, pelo tempo não foi possível apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Dr. José Olivério, tem uma resposta...

SR. JOSÉ OLIVÉRIO: Uma pergunta... Uma comparação muito interessante que ela merece uma resposta sobre duas óticas citando o Brasil nesse contexto. Se formos comparar a hidrólise de madeira versus a hidrólise do bagaço para produção de etanol, analisando do ponto de vista tecnológico, econômico e situando o Brasil. Do ponto de vista tecnológico – é muito mais fácil o processo ser aplicado com sucesso no bagaço, porque primeiro a quantidade de lignina na madeira é maior, primeiro, é menor no bagaço. E segundo, o bago ações já está processado, porque ele veio e foi processado para retirar o caldo, então, quando ele será utilizado ele já vai estar fragmentado. A madeira ela terá que vir em toras, terá que ser transformada em *chips* ou eventualmente até moída o que vai representar um enorme gasto de energia para poder torná-la comparada ao bagaço em termos tecnológicos. Em termos econômicos – também o bagaço tem uma vantagem grande, porque ele já está no fim da moenda. Ele está lá. Já foi pago, porque eu já paguei a cana. Quer dizer, o que eu tenho é que é ter um certo custo de manuseio, mas que é muito pequeno comparado ao custo de colher a madeira, levá-la para uma unidade, processar, então, não tem dúvida...

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Minha questão é mais voltada para hidrólise, o que é mais fácil de proporcionar.

SR. JOSÉ OLIVÉRIO: A hidrólise é mais fácil no bagaço. No bagaço. Nesse contexto o Brasil tem essa grande vantagem. Por quê? Porque já tem o bagaço, então, mesmo que o processo seja desenvolvido só no exterior, por um acaso nós não tenhamos a felicidade de chegar ao fim do desenvolvimento, o primeiro lugar a ser aplicado de forma econômica será no Brasil, porque é o único lugar do mundo aonde existe resíduo celulósico abundante em grande quantidade no local

de aplicação, mesmo resíduo do milho terá que ser coletado da parte agrícola, o que representa um enorme custo logístico. E mesmo que seja a madeira o Brasil também tem vantagem, porque aqui a madeira tem um desenvolvimento muito maior do que nos outros países. Mas o bagaço é a melhor solução.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Bom, agradecendo a presença dos senhores conferencistas que de fato trouxeram informações importantíssimas para que esse Senado possa fazer, essa Subcomissão, a Comissão de Agricultura também presidida pelo nosso Senador Neuto De Conto e o próprio Senado fazer... Criar opiniões acerca do tema, e agradecendo a presença de todos os senhores, foi realmente brilhante a nossa sessão de hoje.

Eu gostaria de fazer uma consideração final. O Dr. José Olivério fez um comentário aqui que me parece oportuno, a dispersão dos esforços para desenvolvimento tecnológico no Brasil. Tem uma Universidade, tem um centro de tecnologia aqui, outro acolá e isso torna absolutamente necessário que se ajunte essas coisas no sentido de fazer, tem a EMBRAPA, tem tido um trabalho magnífico, muito de respeito a todo a esse tema. Então, necessário que se faça, que se junte todo esse esforço no sentido de que se dê uma velocidade maior ao desenvolvimento dessas tecnologias presentes.

E essa sessão de hoje, mais tantas outras, ela tem trazido, assim, um subproduto interessante que é a criação do *network*, de uma rede de conhecimento que muita das vezes as pessoas que aqui vem discutir os temas, não se conhecem, não sabem muito bem do trabalho dos outros, exatamente, por isso o Dr. Olivério citou aqui, não há uma coordenação nacional para que isso aconteça. E essa Comissão tem tido como subproduto importante, eu diria, que é isso aí, cria-se essa rede, cria-se esse *network* que ajuda as pessoas a se comunicarem e evidentemente em se comunicando, contribuir de uma maneira muito mais rápida e importante para que atendendo às colocações do nosso Senador Mão Santa, tempo, o Henry Ford dizia tempo...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Ele disse, um repórter perguntou se tivesse um incêndio na fábrica ele não tinha medo de perder, não tinha seguro, não tinha bombeiro. Ele disse: “Não. Eu vou buscar uma necessidade da comunidade e vou industrializar com esses princípios. Maior quantidade, menor tempo e menor custo. Ficarei rico de novo”. Daí, o foco dele era aquele, o grito... Preto, o que é mais econômica a tinta preta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Assim eu agradeço mais uma vez a pre-

sença de todos os senhores e dizer que infelizmente o quórum hoje foi baixo, porque nós estamos com algumas sessões importantes, aí em outras Comissões, mas que isso está sendo transmitido ou vai ser transmitido para o Brasil como um todo e nós vamos, nós vamos viabilizar, disponibilizar para todos os Senadores presentes ou não, todo o trabalho que V.S^{as} nos deixaram aqui, mandar para cá.

Muito obrigado pela presença dos Senadores, dos senhores conferencistas.

Sessão encerrada às 12h50.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2008.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e tres de abril de dois mil e oito, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **JOÃO TENÓRIO**, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com a presença dos seguintes Senadores: **SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, VALTER PEREIRA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO E FLEXA RIBEIRO**. Deixa de comparecer o Senhor Senador: Neuto de Conto. Deixa de comparecer por motivo justificado a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador João Tenório, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM ÚNICO: REQUERIMENTO Nº 4, DE 2008 – CRA-BIO – ASSUNTO:** Requer nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, audiência pública conjunta entre a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes ataques feitos, principalmente pela União Européia aos biocombustíveis e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: **Sr. Miguel Jorge** – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Sr. Guilherme Cassel** – Ministro do Desenvolvimento Agrário; **Sra. Marina da Silva** – Ministra do Meio Ambiente; **Sr. Rei-**

nhold Stephanes – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AUTOR:** Senador João Tenório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim e Augusto Botelho. Na fase de votação, o requerimento foi aprovado pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Subcomissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **João Tenório**, Presidente Da Subcomissão

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRABIO

3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada no Dia 23 de Abril de 2008 às 11 Horas e 10 Minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e com a anuência dos Srs. Senadores aqui presentes é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de um Requerimento. Requer nos termos do Art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta, entre a Subcomissão Permanente de Biocombustível, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir os recentes ataques feitos, principalmente pela União Européia, aos biocombustíveis, e o trabalho da Força Tarefa designada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Miguel Jorge, Ministro de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior; Sr. Guilherme Cassel, Ministro do Desenvolvimento Agrário; Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento. A requisição é do Senador João Tenório. Na verdade, nós estamos vivendo hoje um momento de discussão que extrapola as fronteiras brasileiras, que é a concorrência que se apresenta como danosa – e se de fato houver essa concorrência, é danosa -, entre a produção de biocombustível e a produção de alimentos. Há uma série de desinformações acerca do tema; o Sr. Presidente da República tem demonstrado, na sua caminhada pelo mundo, pelo exterior, ser um batalhador, um aguerrido em defesa do biocombustível, isso é uma grande verdade, e tanto é que criou esse Grupo de Trabalho composto por esses Ministros que, aqui, nós estamos convidando para participar dessa Sessão conjunta.

Então, na verdade, é um tema conflituoso; existe uma série de informações e desinformações sobre o tema, e a razão pela qual nós submetemos à apreciação dos senhores, essa solicitação de Audiência Pública, tem como objetivo, exatamente, esclarecer e trazer uma luz mais concreta sobre, de fato, qual o impacto – se existe – que os biocombustíveis de um modo geral proporcionam na questão de preço de alimentos. Convém lembrar, só de passagem, que nós temos alguns fatores que têm uma influência muito grande no preço de alimentos. Por exemplo, os fertilizantes, praticamente, duplicaram de preço nos últimos 15 meses. É um fator que tem que ser levado em consideração. Aquilo que o Presidente da República disse, há um aumento de consumo no mundo, em função de que os países mais pobres, estão deixando de ser tão pobres, é o caso específico do Brasil, que tem, com essa Bolsa Família, tem induzido um crescimento expressivo do consumo de alimento no país. Essas discussões, esse tipo de – digamos assim -, de visão do problema, é que nos motivou a sugerir essa Audiência Pública.

Então, estou propondo nesse Requerimento e submeto aos Srs. Senadores a apreciação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, Senador João Tenório, eu pedi para me pronunciar sobre o Requerimento encaminhado por V.Ex^a., primeiro dizer que V.Ex^a. o faz em boa hora. O mundo todo está debatendo essa política, essa questão da política do combate à fome. V.Ex^a. que lembra muito bem, que felizmente, que grande parte da população passou a ter o direito a se alimentar, um pouco melhor. Porque é inegável que milhões ainda passam fome. E V.Ex^a. lembra, e o faz muito bem, da questão do Bolsa Família. Eu quero lembrar também da questão do salário mínimo. Que no Governo Lula nós praticamente dobramos o valor de compra do salário mínimo, nem vou falar, daquela luta histórica que V.Ex^a. conhece, que nós dizíamos que dava para ultrapassar os cem dólares e hoje ele vale 246 dólares.

Então, é uma demonstração automática, embora alguns digam que o dólar caiu, e caiu mesmo, mas importante para mim é poder dizer que dobrou o valor de compra, nesse período. E por outro lado, eu tenho acompanhado pela imprensa e V.Ex^a. coloca aqui no Requerimento o ataque, principalmente da União Europeia, em relação à política de biocombustíveis, adotada pelo nosso país. Eu acho que uma coisa não invalida a outra, o debate que V.Ex^a. propõe é corretíssimo e traz Ministros do primeiro time, do qual eu tenho a todos eles, um enorme respeito. E V.Ex^{as}. todas sabem, que alguns Ministros, eu faço questão de destacar. Como destaco sempre o trabalho da Ministra Dilma; e V.Ex^a. aqui está combinando o Ministro de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, o Miguel Jorge. Um grande Ministro. Permita-me contar uma passagem, em um minuto. Nós tínhamos uma grande empresa, no Rio Grande do Sul, chamada Kepler Weber, uma cidade tipicamente alemã, mais ou menos, eu diria lá, em torno de 60, 70 mil habitantes. A cidade vivia em torno dessa empresa. E a empresa, por situação que esse não é o momento para eu detalhar, entrou em colapso. Estava praticamente falida. Eu entrei em contato com o Ministro Miguel Jorge, ele por sua vez, pediu que eu falasse com o Presidente do BNDES, o Sr. Luciano Coutinho, e para alegria nossa, construímos um grande entendimento; naquele momento, lá atrás, a economia bombando, a todo vapor e a empresa hoje está com sua capacidade de produção, digamos, quase esgotada. E a cidade voltou a sorrir. Fico muito feliz – não por que eu ganhei depois, o título até de cidadão da cidade -, mas pela alegria de chegar naquela cidade e ver que as pessoas voltaram a sorrir, a ter o direito a trabalho. O Ministro de Desenvolvimento Agrário, o amigo Guilherme Cassel tem feito um bellissimo trabalho, também, nessa área, pensando em todos, principalmente, naqueles que mais precisam. O trabalho dele é um trabalho excelente, que eu faço questão aqui; tivemos recentemente, com o Presidente Lula, inclusive, no lançamento do Pólo Naval, lá do Rio Grande do Sul e ele fez uma exposição, pra mim, brilhante, do trabalho do seu ministério, que vai nessa linha, também, da política de combate a fome. Marina Silva é um ícone. É um ícone perante o mundo. Como é que chama, não tem palavras aqui, para definir o trabalho que faz, em defesa do meio ambiente, a Ministra Marina Silva; muitas vezes até, fazendo enfrentamentos e é natural que existam dentro do próprio Governo, mas defendendo sempre a política do Meio Ambiente. E o Ministro Reinhold Stephanes, eu fui Deputado Federal com ele que me surpreende a cada momento. Ele foi Ministro da Previdência, repito, foi Deputado Federal comigo, travamos grandes debates. Mas sempre no

alto nível, em outras oportunidades e me lembro, para aqueles que dizem que é impossível dar para o salário mínimo e para os aposentados o mesmo percentual, na época que o Ministro Reinhold Stephanes era da Previdência, nós dávamos sempre, o mesmo percentual, para todos os aposentados e pensionistas, o mesmo percentual dado ao salário mínimo e a Previdência nunca teve essa história de que ia quebrar.

Então, estou feliz, pela feliz escolha de V.Ex^a. Eu estava propenso a propor a V.Ex^a., como isso aqui é uma política internacional, de nós convidarmos o Ministro Celso Amorim, outra pessoa que é também um ícone para nós nessa área, Ministro das Relações Exteriores, mas V.Ex^a. está convidando os Ministros do Grupo de Trabalho, pelo que entendi.

Então, quem sabe no outro momento, eu não quero interferir no seu Requerimento, se V.Ex^a. entender, nós convidamos também o Ministro Celso Amorim, que tem tido uma posição muito clara e tem feito já um debate com a Comunidade Européia e outros países, também, sobre esse tema tão importante para todos nós. Por isso ficam aqui, somente, meus cumprimentos a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Paulo Paim, V.Ex^a. tem sido, aqui nessa Casa uma, eu diria, de certa forma, uma consciência nossa. V.Ex^a. sempre nos lembra quando estamos discutindo temas maiores, temas imensos, V.Ex^a. sempre traz à Casa para uma discussão das coisas mais fundamentais para a sociedade, como a questão do salário mínimo, V.Ex^a. é meio que a consciência nossa aqui. A consciência da Casa, que sempre seqüestra, digamos assim, quando a Casa está num momento de discussão de coisas de dimensões, talvez até aparentemente maiores. V.Ex^a. convoca-nos e diz tudo isso é importante, tudo isso é válido, entretanto, vamos nos fixar naquilo que é tão importante, tão fundamental para a sociedade brasileira, que as questões sociais que V.Ex^a. tão contundentemente, inexoravelmente defende.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Quero só agradecer, Presidente Senador João Tenório. Saiba que pra mim é muito importante ouvir o seu depoimento. Saiba que isso me gratifica e mostra que vale a pena lutar porque estou ao lado de pessoas como V.Ex^a. e o Senador Augusto Botelho aqui, conosco nessa reunião. Muito Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Tenório, V.Ex^a. faz um Requerimento para trazer, justamente, um tema que está sendo criticado mundialmente. Alegando que aumentou o preço dos alimentos.

O preço dos alimentos já vinha subindo, em virtude do consumo da China que aumentou, aqui no Brasil, com o Bolsa Família, que houve mais oportunidade de haver o consumo, mas nós produzimos o nosso alimento. Nós não importamos o alimento. Só arroz que nós importamos um pouco, ainda. E, também, estamos avançando na área de produção de alimentos com a produção de cana. Nem 1% da nossa área de agricultura é utilizada pela cana. E nós temos o potencial de bilhões de hectares, de milhões de hectares sem explorar. Cito mesmo Roraima, com os lavrados de Roraima, os campos, cerrados, tipo pampas de Roraima – onde não tem árvore -, nós temos quase quatro milhões de área pronta para cultivo. A EMBRAPA está desenvolvendo pesquisa, inclusive coloquei uma Emenda para eles aumentarem as variedades de pesquisas; já estão plantando sementes de cana, canteiro produzir sementes e lá vamos produzir cana também. Aquele lavrado não está produzindo nada.

Quer dizer, o Brasil tem muito espaço para produzir combustível. Fora que atualmente, se não me engano, é um milhão e duzentos mil empregos que a produção de álcool produz no Brasil. Um milhão e duzentos mil empregos é muito emprego. Nós não podemos perder isso. Gera riqueza no seio da população. Por isso que tínhamos que aumentar nossa produção de álcool, dentro da necessidade do mercado, assim que todo mundo começar a colocar um percentual de álcool na gasolina, vai faltar álcool, se colocar 5% de toda a gasolina consumida, falta álcool no mundo. E nós estamos prontos para produzir. Temos conhecimento, a terra, o sol, a água, e temos gente para trabalhar. Temos gente precisando de emprego. Graças a Deus, esse mês surgiu mais, quase 250 mil empregos de carteira assinada. Os empregos estão aumentando, o país está crescendo, o Presidente Lula acertou no Bolsa Família, que é o combate à fome, foi o primeiro a falar em combate a fome mundialmente; hoje todo mundo fala em combater a fome. Eu creio que nós vamos fazer uma mudança. V.Ex^a. acabou de me dizer que na África a gente não vê um centímetro de cultura, um metro quadrado de plantação.

Então, a África toda pode produzir combustível. Nós já estamos transferindo tecnologia para a África, com dois pontos da EMBRAPA que foram implantados pelo Presidente Lula lá, em Gana e em outro País e isso é conhecimento. E fico triste quando vejo fotografia daquelas crianças africanas desnutridas, cheias de verminose e tudo. Mas nós brasileiros, com o nosso conhecimento, com a nossa ousadia estamos dando uma outra oportunidade para o mundo. Porque o petróleo vai acabar. Se tivesse petróleo sobrando, não tinha subido para 120 dólares ontem, o preço do barril.

Então, quando o petróleo diminuir e acabar é a nossa vez de ser os árabes da energia do mundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Continua facultada a palavra. Senador Gilberto se quiser fazer alguma consideração sobre o Requerimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só para, digamos assim, ratificar as palavras do Senador Augusto Botelho, eu tive a oportunidade de passar rapidamente pela África, agora. Inclusive estive na África do Sul. Aliás, não estive na África do Sul, estive na cidade do Cabo, que não é uma cidade africana, é uma cidade meio que – eu diria assim – lembra, em termos de situação social e econômica, por exemplo, Santiago do Chile. Coisa mais por aí. Mas depois tive uma experiência de passar, só um dia – duas noites e um dia – em Angola. Fiquei profundamente impressionado, pelas diferenças que acontecem naquele país. Você vê o país pobre, extremamente pobre, praticamente a cidade é uma favela, cidade de Luanda, mas ao mesmo tempo de um dinamismo, de uma vivacidade no povo que é impressionante. Além disso, a quantidade de investimento que está acontecendo naquela cidade, naquele País é uma coisa absolutamente inacreditável. Tem cinco grandes empresas brasileiras lá, todas essas grandes empreiteiras, muitas empreiteiras chinesas trabalhando fortemente, uma verdadeira revolução na cidade, está sendo feita e na agricultura não tem nada. Absolutamente, digamos, desativada a agricultura. O país viveu 40 anos de guerra, a primeira guerra da independência, depois a guerra civil, o povo perdeu a memória de como se faz as coisas, hoje o País importa tudo, absolutamente tudo. Alface importa; não tem uma rede de distribuição; recentemente o Governo quase que exigiu da Construtora Odebrecht S/A, que saísse um pouco da sua atividade fim, que é construção civil e infra-estrutura, e construiu uma Rede de Supermercado lá. Porque não tem rede de supermercado, não existe. E mais do que isso, que construiu e operasse essa rede de supermercado. E a Odebrecht esta entrando nesse ramo de supermercado, induzida que é, evidentemente, com a intenção de agradar o Governo de lá, por que deve ter interesses outros, que evidentemente compensam essa coisa. Mas saiu dali vai para o campo não, existe absolutamente nada.

Então, quando a gente vê, um conflito desse estabelecido, uma discussão dessa estabelecida e se devemos ou não usar terra no mundo, porque os biocombustíveis estariam competindo de forma danosa com a produção de alimento, nos deixa perplexo em função da observação *in loco* do que acontece.

Então, foi uma experiência, foi pena ser um dia só, mas foi uma experiência assim, muito interessante que eu recomendaria aos Srs. Senadores, quando tiver oportunidade de conhecer uma coisa, pouco compreensível, absolutamente incompreensível, ao mesmo tempo em que se tem uma miséria visual, que são as residências, você tem um dinamismo da sociedade. Você vê, o povo vive na rua. Não é que ele mora na rua, mas ele vive na rua.

Então, o povo, sobretudo as mulheres, trabalham 24 horas por dia, ou 12 horas por dia, vendendo coisas. É um verdadeiro mercado ambulante, as ruas de Luanda. Ali vende tudo. Eu vi uma mulher, com cesto na cabeça, vendendo de livro de Física a banana. Eu vi toda essa coisa.

Então, realmente é uma experiência assim, muito interessante, que vale a pena ser vivida. Pois não, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Confesso que estou com um pouquinho de inveja de V.Ex^a. por não ter conhecido, ainda eu diria, a maior parte do Continente Africano. Eu só fui, uma única vez, quando o Nelson Mandela estava no cárcere ainda, eu fui a Joanesburgo, depois fui a Soweto e fui a Pretoria, mas não consegui ver e visitar o interior da África.

Fui numa missão, naquela época, Deputado Federal constituinte, levando uma moção do Congresso do Brasil, pela liberdade do Nelson Mandela e entregamos a Winnie Madikizela Mandela. Mas quero lhe dizer que estou quase arrependido de não ter aceitado um convite recente, agora, do Senador Heráclito Fortes, ele vai passar, a convite dos países da África em oito países. E eu gostaria muito de ir. Quer dizer, não pude ir num primeiro momento, porque estávamos no debate que estávamos fazendo aqui, e agora como essa matéria foi pra Câmara, eu tive que recusar o convite, porque vou participar dos debates na Câmara dessa questão dos aposentados e pensionistas, mas estou com a dívida com a minha consciência. Quero numa oportunidade dessas, ter a experiência que o senhor teve. Visitando os países da África. Acho que a África pode ser, também, como a gente fala aqui do Brasil, um dos celeiros do mundo. Até pela extensão do Continente Africano e as terras de qualidade, tão produtivas e estão, como V.Ex^a. fala, ociosa ainda; que poderiam estar produzindo alimento, não só para o povo africano, mas também pensando numa política de exportação. Pouquinho de inveja, mas de reconhecimento pela sua história, que fiquei muito feliz de ouvir aqui V.Ex^a. estar preocupado com essa questão e com a situação, inclusive, dos nossos companheiros africanos.

Mais uma vez parabéns a V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só para reforçar a opinião de V.Ex^a., quando falou sobre o aumento do preço dos insumos agrícolas, no custo da produção de alimentos, chega a ser quase 50% do custo. Quer dizer, quem é dono de insumo agrícola, são grandes potências econômicas da Europa, dos Estados Unidos. Os chineses estão se meteram agora.

Então, subiram preço, quase 100% dos insumos. Isso aumentou o alimento no mundo todo. Inclusive vai refletir no mercado interno, aqui do Brasil, porque a gente importa a maioria dos nossos adubos. Só para reforçar que ele falou isso, para afirmar bem, não é o biocombustível que está aumentando o preço do alimento. É o próprio mercado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Permita-me um aparte V.Ex^a., enquanto o Presidente está respondendo lá. Eu viajo muito pelo interior do Rio Grande do Sul também, e toda vez que eu faço palestras, seja nas mais variadas áreas, seja para grandes produtores rurais, como para os sem terra, pequenos agricultores. E todos me dizem, exatamente o que V.Ex^a. estão dizendo aqui. A grande questão, Paim, hoje, que nós temos que enfrentar é o preço dos insumos. É algo alarmante. E que supera 10, 20 vezes, o que foi a inflação do período. E cada vez aumenta mais. Temos que estabelecer esse debate sobre o preço exorbitante dos insumos. É algo quase desesperador. Estávamos aqui eu e o Presidente, Senador João Tenório, Senador Augusto Botelho reafirmou o que V.Ex^a. disse, eu disse pelas minhas experiências pelo interior do Rio Grande do Sul, não interessa se é pequeno ou grande produtor, todos estão preocupadíssimos, quase desesperados, com o preço dos insumos, que foi o eixo da fala principal, no meu entendimento aqui, da nossa conversa de V.Ex^a. que preocupa a todos. Por isso que, nós temos também que fazer esse debate, sobre o custo do nosso produtor. Porque a gente fala tanto aqui... Eu pelo menos, que vim da área metalúrgica, mas tenho consciência, se não fortalecemos lá no campo, na lavoura, na agricultura, dos grandes, dos médios e dos pequenos, o alimento, há sim, de faltar mesmo na nossa Mesa. E o que vir, virá com preço altíssimo. Porque é questão da demanda. Se o alimento vai escasseando, a tendência é o preço ir aumentando. Por isso, temos que ter políticas cada vez mais afirmativas, positivas, para que a nossa produção rural continue aumentando, sendo alavancada e até exportando, dentro do possível da limitação, da necessidade do povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Existe na verdade, uma série de razões pelas quais nós entendemos essa crise, pelo menos

parcial e temporária, que está vivendo a agricultura, o preço de alimento no mundo. Por exemplo, as proteções que os países ricos cria para a agricultura no mundo.

Então, isso tem sido um desestímulo sucessivo para aqueles que produzem. O subsídio é uma monstruosidade. Estava vendo, um dia desses, um número da OCDE, quando existira ainda – acho que nem existe mais –, dizendo o seguinte, um produtor suíço, de agricultura Suíça, 20% da remuneração dele, vem do preço, e 80% vem do subsídio. Os países europeus, em média, da União Européia, 50% é preço e 50% é subsídio.

Então, isso cria evidentemente uma... E os países mais pobres, como aqueles em desenvolvimento e aqueles ainda menos desenvolvidos, não têm condição, não tem receita suficiente para poder bancar, com a mesma virulência, esse subsídio que os países ricos bancam.

Então, nós vivemos o caso do Brasil, o caso dos países africanos, que não tem como bancar. É muito dinheiro, para tirar da sociedade para bancar. Para um país rico como a França, a Itália, Japão, sai com relativa facilidade, são 2%. Os Estados Unidos tem 2% da população, do PIB americano é da agricultura. Se tirar de 98, um pedacinho para ajudar os 2%, é uma coisa factível. O caso do Brasil não é tão simples assim. E no caso dos países menos desenvolvidos, mais ainda, porque o peso, a agricultura ainda é uma coisa, proporcionalmente maior. O caso do Brasil deve estar beirando 20, 20 e poucos por cento.

Então, se tirar da sociedade o suficiente para fazer com que esses 20%, não se submeta a essa competição desastrosa com o mundo rico, é uma coisa, realmente complexa.

Então, na verdade, isso é uma... Mais um motivo que merece ser discutido e acho que é um tema rico, que merece uma avaliação e daí porque, a nossa intenção de trazer esses especialistas para discutir aqui conosco, esse tema tão atual e tão importante.

Então, submeto à votação o Requerimento. Permaneçam como estão. Está aprovado. Srs. e Sras. que apóiam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

E não havendo mais nenhum tema importante para a reunião, damos por encerrada a Sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 11h35.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 07ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LE-

GISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2008.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e oito, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, e com a presença dos Senadores Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Romeu Tuma, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena, Expedito Júnior, Marco Maciel e Flexa Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Valter Pereira, Maria do Carmo Alves, João Tenório e Sérgio Zambiasi. Justificam a ausência os Senadores Cristovam Buarque e Flávio Arns. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº. 542, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, fac-símile, correio de voz, internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SACs) ou Centrais de Atendimento Telefônico (call centers).” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável, com a emenda nº 01-CCT, acatando a Emenda nº 02-CCT, sugerida pelo Senador Flexa Ribeiro é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias da pauta: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 591 de 2007, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 409, de 2003, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2007, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 419 de 2007, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 445 de 2007, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 451 de 2007, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 457 de 2007, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 477 de 2007, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 480 de 2007, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 007 de 2008, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 278 de 2007, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 294 de 2007, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 339 de 2007, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 353 de 2007, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 371 de 2007, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 388 de 2007, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 455 de 2007,**

Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 490 de 2007, Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 479 de 2007, Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 485 de 2007, Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 338 de 2007, Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 378 de 2007, Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 001 de 2008, Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 469 de 2007, Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 325 de 2007, Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 361 de 2007, Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 364 de 2007 e Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 481 de 2007. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT**7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,**

Realizada No Dia 26 de Março de 2007

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que se realiza nesta data, dia 26 de março de 2008. Iniciando os trabalhos dessa Reunião, submeto à apreciação do Plenário, a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam com os seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de passarmos ao primeiro projeto da Pauta, incumbiu-me o Senador Flávio Arns informar-lhes que S. Ex^a está impossibilitado de comparecer aos trabalhos dessa Comissão, por motivo de saúde, solicito a gentileza de retirar de Pauta os projetos dele. Bom, espero que o Senador Flávio Arns se restabeleça o mais rápido possível. Estamos aguardando a sua presença na nossa Comissão. Tendo em vista que temos uma série de projetos terminativos, e ainda não temos quórum presente, passaremos aos projetos não terminativos. Temos o Item 03 de autoria do Deputado Eduardo Valverde e relatoria do Senador Cristovam Buarque, não está presente, como é de praxe dessa Comissão,

sem o Relator, vamos aguardar a sua presença ou passaremos para o próximo encontro.

O Item 04 na Pauta, não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 542 de 2007, altera a lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código De Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor, realizados por meios eletrônicos, Fac-Símile, correio de voz, internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SACs) ou Centrais de Atendimento Telefônico. A autoria do Senador Marcelo Crivella, a relatoria do Senador Cícero Lucena, que se encontra presente, com o Parecer favorável com a Emenda oferecida. Observações: 1ª Matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Observação número 2: a matéria constou na pauta da reunião do dia 19/03. Passamos, então, a palavra ao ilustre Relator Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu irei direto à análise, já que o relatório já foi distribuído antecipadamente. A matéria por envolver aspectos tecnológicos, inscreve-se no âmbito da competência desta Comissão, em virtude do exposto no art. 104 “c”, 9º do Regimento Interno da Casa. Na justificção, o autor afirma que o objetivo do projeto em tela, é obrigar os fornecedores a oferecer um atendimento personalizado ao consumidor, em vez do atendimento automático atualmente disponível. Esse último tipo argumenta mais das vezes causa transtorno e aborrecimento aos clientes, que não encontram presteza comparável àquela demonstrada na hora da venda. Para atingir o objetivo pretendido propõe garantir o acesso imediato, pré-agendado com o prazo máximo de 24 horas, atendimento personalizado por profissionais habilitados, a informação do nome do atendente, bem como o número do protocolo, durante o atendimento, acolhido, a pedido de cancelamento de bem de serviço, no prazo máximo de 48 horas, sob pena de multa diária no montante de 5% sobre o valor do contrato ou no caso de serviço de prestação continuada, sobre o valor da última prestação, e acesso garantido no primeiro contato com o serviço de atendimento. Quantos de nós já não passamos pela frustração de sermos atendidos por uma gravação que apresenta um cardápio como opção, que simplesmente não atende o nosso caso específico. E quantas vezes não existe a opção de falar com uma pessoa que possa resolver o problema, é responsabilidade do fornecedor de bens ou serviço dar seguimento ao relacionamento que iniciou no momento da contratação do fornecimento dos bens ou serviço. E é importante ressaltar que muitas vezes o consumidor perde o direito a reparação por julgar, que basta registrar a sua reclamação

junto ao fornecedor, sem se dar conta de que para interromper a contagem do prazo de prescrição ou decadência, deve fazer junto ao órgão do sistema de defesa do consumidor, enquanto fica esperando um atendimento que nunca vem por parte da empresa, o prazo continua a decorrer, com conseqüências previsíveis, no que toca o aspecto tecnológico e nos cabe apreciar nessa Comissão não se constam de adoção de medidas propostas, trata-se de oferecer uma opção adicional no cardápio de opções, cuja implementação não oferece grau elevado de dificuldades. Sugerimos um reparo para adequar à redação proposta, ao espírito da CDC quando se trata da questão das multas aplicadas ao código não lhe atribui valores nem mesmo como percentuais de contrato ou de mensalidade no art. 157, limita-se a estipular, que a pena de multa será graduada de acordo com a gravidade da inflação, a vantagem auferida e as condições econômicas do fornecedor e aplicada mediante procedimentos administrativos, por essa razão sugerimos a supressão da disposição constante do texto apresentada para o art. 6 do CDC, o prazo assinalado parece apropriado para a adoção das medidas preconizadas.

Pelos motivos expostos, manifestamos pela aprovação do projeto, lei do Senado 542 de 2007, nessa Comissão com a Emenda que apresentamos. A Emenda que eu passo a ler, Sr. Presidente, ela só muda no terceiro, que é o cancelamento de fornecimento de bens ou serviço solicitado pelo consumidor será efetuado no prazo máximo de 48 horas, esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão, não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Senadores que concordam com o Relator, permaneçam como estão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizar aqui o autor, o Senador Marcelo Crivella e o Relator Senador Cícero Lucena. Eu acho que é importante dar esse prazo para que os consumidores tenham as suas reclamações atendidas. Eu perguntaria ao Relator, esse prazo, porque inicialmente, o Senador Marcelo Crivella tinha colocado um prazo de atendimento de 24 horas e o próprio Relator, ele já fez a Emenda ampliando para 48 horas, que é o prazo, que a indústria acha suficiente para o atendimento, 24 horas por telefone seria possível, mas via internet poderia haver um acúmulo e não ser atendido. Então o prazo solicitado já foi atendido pelo Relator, mas ele fala aqui que só o cancelamento de serviço de bens, o cancelamento de fornecimento de bens ou serviço será efetuado no prazo máximo de 48 horas, quer di-

zer, esse também é o acesso até para pré-agendar o contato com o consumidor.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, o agendamento é de 24 horas. Agora o cancelamento é que será feito no máximo 48 horas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque a solicitação do setor seria que a Emenda fosse também o acesso imediato ou o pré-agendado de atendimento personalizado por profissional habilitado para efetiva solução da queixa do consumidor, sendo que nesse caso o prazo para o atendimento não poderá ser superior a 48 horas, não sei se a Emenda da forma como está, atende a questão do pré-agendamento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, a Emenda só atende a do cancelamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E V. Ex^a poderia estender também para o pré-agendamento?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): é possível, como Emenda de acatamento, não tem nenhum problema atendendo a solicitação do Exmo. Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então acaata uma Emenda, poderia repetir a Emenda, Senador Flexa, para que fique registrado?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Emenda no art. 6º, no inciso 11, alínea “a”, ele fez a alínea “c”. Na alínea “a”, o acesso imediato ou pré-agendado de atendimento personalizado por profissional habilitado para efetiva solução da queixa do consumidor, sendo que neste caso o prazo para o atendimento não poderá ser superior a 48 horas, então essa é a Emenda e não 24. É a 48 horas. Essa é a solicitação que eu faço ao Relator e aos pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Relator decide, ilustre Relator.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Relator se posiciona favorável à solicitação do nobre Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador ACM gostaria de fazer alguma colocação, ACM Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Não, eu queria pedir pela ordem, para outra comunicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos botar em votação. Então os Senadores que estão de acordo com o voto do Relator e a Emenda proposta pelo Senador Flexa Ribeiro permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos agora a palavra então para uma comunicação inadiável do Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é premente, para não dizer dramática a situação de atualização da resolução nº 39 de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga, e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens no âmbito desta Comissão. Tal necessidade decorre do acúmulo de alterações ocorridas na legislação, que regula a matéria no âmbito do Poder Executivo ao longo de 16 anos de vigência, desta norma interna. Muitos dos documentos mencionados na resolução, que orienta a ação do Senado Federal, não encontram mais referência nos normativos que disciplina a tramitação desses processos no âmbito do Poder Executivo. Saliente-se, que em tanto que a atualização das formalidades e critérios adotados pelo Senado, não precisam necessariamente descer às minudências com que se bate à Câmara dos Deputados, essa tarefa já recebeu alcunha pejorativa de cartorial, entre muitos Senadores que militam na CCT. De fato examinada a documentação anexada à mensagem no âmbito da Câmara, pode o Senado Federal na qualidade de Casa revisora, restringir o seu exame do trabalho executado naquela instância, e em especial assegurar a correção material do diploma legal resultante. Em particular, com outros aspectos de jurisdição constitucional e técnica legislativa. Essa compreensão do papel reservado a esta Casa, uma vez seguindo permitirá ao Senado adotar um texto normativo mais perene do que aquele utilizado na Câmara. Ao tempo que investem em economia processual, o Senado salvaguarda suas prerrogativas constitucionais e regimentais. Peço desse modo, aos meus nobres pares o apoio necessário a célere tramitação da presente proposta, que eu estou apresentando, de modo a retirar esta casa da posição morbidamente anacrônica que se encontra no que tange ao exame dos autos de outorga e renovação de concessões de canais de radiodifusão sonora de sons e imagens, provenientes do Poder Executivo. Então eu estou apresentando esse projeto, que V. Ex^a já designou o Relator para a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador, eu acho importantíssimo a colocação de V. Ex^a, V. Ex^a tem conhecimento na área, realmente a nossa Comissão tem enfrentado alguns problemas, agora mesmo eu recebi um Parecer do Senador Romeu Tuma, onde ligado a questões documentais em função de toda essa confusão que acontece, ele devolveu o projeto, pedindo para reavaliar, hoje marquei uma Reunião com o se-

tor jurídico do Ministério das Comunicações, no meu gabinete, para que possamos entender, como é que realmente vão tramitar, que documentos nós temos que levar em consideração, o que é a responsabilidade dessa Comissão o que é responsabilidade do Senado, o que é responsabilidade do Ministério. Então imediatamente quando eu vi esse projeto de V. Ex^a, eu fiquei muito feliz e despachei para o Senador Flexa Ribeiro, que hoje está bem atualizado no assunto, é uma pessoa que realmente, em termos de conhecimento nessa área, vem estudando bastante, está presente em vários eventos, tem recebido o respeito de membros, de associações ligadas a essa Comissão. Então, Senador ACM, eu estou muito feliz de despachar esse Projeto de Lei de V. Ex^a, e espero que o Senador Flexa Ribeiro, em comum acordo também com os demais membros possa fazer uma mudança que dê realmente o significado que essa Comissão merece, para que nós não sejamos simplesmente um carimbador, só ficar assinando, passando e sem nós nos aprofundarmos e sem sentirmos realmente qual é a nossa função, no momento em que nós autorizamos uma rádio, uma televisão ou qualquer outro veículo de comunicação. Então Senador ACM Júnior, está de parabéns, muito bem colocado, e encaminhando para o Senador Flexa, eu acho que está bem entregue o projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu agradeço Presidente a sua manifestação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Wellington Salgado, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, primeiro, eu queria agradecer ao nobre Senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os meus cabelos perderam a atenção aí? É o corte do cabelo novo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por ter aceitado a sugestão de Emenda ao projeto que ele relatou tão bem no item anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Voltamos ao item anterior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E agradecer a confiança do Presidente por nos indicar para relatar esse projeto do Senador Antônio Carlos Júnior, que é como V. Ex^a disse é da maior importância para que a Comissão possa fazer, realmente, uma análise profunda da função da Comissão, nas aprovações de outorgas ou de ampliação de novas concessões, para radiodifusão. O Senador Antonio Carlos Júnior, tem

conversado bastante conosco, das dificuldades que se encontram os prazos que precisam ser vencidos e também da forma como os projetos tramitam aqui nesta Comissão. E que não há condições de haver um aprofundamento, como V. Ex^a disse saber o que cabe ao Ministério, o que cabe ao Senado Federal, para que a gente possa dar efetiva solução no tempo adequado às questões da radiodifusão brasileira. Agradeço a V. Ex^a e parabeno o Senador Antônio Carlos Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sras. e Srs. Senadores. Diante do exposto, e como nós temos aqui, não temos quórum para as demais renovações de outorgas e tudo mais, eu acho que nós poderíamos aguardar essa reunião minha com a Assessoria Jurídica do Ministério, muito oportuna, então como todos os demais projetos são terminativos, já começaram também as CPIs, eu acho difícil nós conseguirmos quórum. Declaro encerrada essa Reunião. A não ser que algum Senador deseje fazer uma colocação. Senador Casagrande, deseja fazer alguma colocação?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Desejar um abraço.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um abraço para mim, um abraço para V. Ex^a também. Senador Azeredo alguma colocação? Não, não. Assinei junto com o pedido de V. Ex^a pelo aniversário do Estado de Minas, V. Ex^a estava com problema de coluna, me ligou pedindo para assinar junto com V. Ex^a Eliseu Rezende e parece que como eu sou muito ligado ao Governo, as coisas caminham mais rápidas quando eu assino, não é isso? [risos] Eu estou brincando, mas V. Ex^a realmente, como um ex-governador, um ex-prefeito e conhece a força do Estado de Minas Gerais, então eu acho muito oportuno, e merecido, o projeto que V. Ex^a vai criar uma Sessão Solene pelo aniversário de 80 anos do Estado de Minas. Está marcado. Só teve uma mudança de dados, V. Ex^a deve ter visto. Será dia 10 de abril, uma sessão solene no Senado para comemorar os 80 anos do Estado de Minas. Alguma declaração a mais. Senador Flexa, V. Ex^a? Nada mais. Senador Cícero Lucena, Presidente da Comissão de Resíduos Sólidos? Nada mais? Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não, nada mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel também. Bom, diante das condições, nada mais tenho a declarar, declaro encerrada essa Reunião, bom dia para todos.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 08ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte sete de março de dois mil e oito, na sala quinze, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Romeu Tuma, João Tenório, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, João Ribeiro, Marco Maciel e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo e Cícero Lucena. Justificam as ausências os Senhores Senadores Marconi Perillo e Flávio Arns. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 035, de 2007-CCT, de autoria do Senador João Tenório, que “Nos termos regimentais do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizadas, no âmbito desta Comissão, duas audiências públicas com a finalidade de instruir, para posterior apreciação, o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que “regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves”. Para a primeira audiência solicito o convite dos seguintes debatedores das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – Rodolfo Rumpf, Pesquisador de Recursos Genéticos e Biotecnologia da EMBRAPA-CENARGEN, 2 – Flávio Vieira Meirelles, Professor Veterinário da Universidade de São Paulo – USP, 3 – Luiz Antônio Josahkian, Superintendente Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ, 4 – Joselito Araújo Barbosa, Veterinário Especialista em Clonagem de Ovinos da Associação Brasileira de Santa Inês de Alagoas – ABSI/AL. 5 – Maurício Manfredi – Presidente da Confederação Brasileira de Hipismo. Para a segunda audiência solicito o convite dos seguintes debatedores: 1 – Ricardo José Soavinski – Coordenador da Coordenação Geral de Fauna – CGFU, do IBAMA. 2 – Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro – Secretário de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência

e Tecnologia e Membro Titular da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio. 3 – Dr. Dirceu Raposo de Mello – Diretor-Presidente da ANVISA. Sra. Marilena Lazzarini – Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro De Defesa Do Consumidor – IDEC. 4 – Marcus Vinícius Pratini de Moraes – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC. Comparecem para a primeira Audiência Pública, os Senhores, 1 – Rodolfo Rumpf Pesquisador de Recursos Genéticos e Biotecnologia da EMBRAPA-CENARGEN, 2 – Flávio Vieira Meirelles, Professor Veterinário da Universidade de São Paulo – USP, 3 – Luiz Antônio Josahkian, Superintendente Técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – ABCZ e 4 – Joselito Araújo Barbosa, Veterinário Especialista em Clonagem de Ovinos da Associação Brasileira de Santa Inês de Alagoas – ABSI/AL. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores João Tenório, autor do Requerimento, Sérgio Zambiasi e Augusto Botelho. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, Églio Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que se realiza nessa data, dia 27 de março de 2008. Iniciando os trabalhos da reunião submeto à apreciação do Plenário dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Sras. e Srs.

Senadores que concordam com seus termos permanecem como se encontram. Aprovado.

As Sras. e Srs. Senadores a realização desta primeira Audiência Pública atende ao Requerimento nº. 35/2007 da CCT, de autoria do Senador João Tenório, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado 73/2007 de autoria da Senadora Kátia Abreu, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamífero, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Para dar início a essa primeira audiência solicito o Senador Botelho que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Teremos como convidados o Senador Rodolfo Rumpf, pesquisador de recursos genéticos e biotecnologia da EMBRAPA, CENARGEN. Sr. Flávio Vieira Meirelles, professor veterinário da Universidade de São Paulo, USP. Sr. Luiz Antônio Josankian, superintendente técnico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, ABCZ, esse é de Uberaba. Dia 2 agora será a abertura da feira. Dia 3 a abertura da maior feira de zebuínos do Brasil, talvez até da América do Sul. Maior feira. O Presidente Lula vai estar presente, com certeza. Sr. Joselito Araújo Barbosa, veterinário especialista em clonagem de ovinos da Associação Brasileira de Santa Inês de Alagoas. Santa Inês tem saído bastante reportagem sobre esse ovino. Inclusive primeira página aí em algumas revistas do ramo.

Obedecendo a lista de convidados, passaremos primeiramente a palavra ao Sr. Rodolfo Rumpf, pesquisador de recursos genéticos e biotecnologia da EMBRAPA, CENARGEN. Com a palavra o Sr. Rodolfo.

SR. RODOLFO RUMPF: Bom dia Senador Wellington Salgado, em nome de quem cumprimento os demais. Eu trouxe uma pequena apresentação em *power point* pelo qual pediria permissão então para fazer. Eu vou comentar rapidamente algumas questões, vamos dizer, técnicas do processo da clonagem, para que a gente possa discutir mais posteriormente. A grande discussão em relação ao processo da clonagem ele ganhou força a partir do nascimento da ovelha Dolly, que foi amplamente noticiado e discutido. Nessa oportunidade nós também já iniciávamos algumas atividades a respeito da clonagem aqui no Brasil. E por que é que a gente começou a trabalhar, então, com essa idéia do clone? Se der certo a gente explica como é que nós fazemos. Vou justificando por que é que nós introduzimos na nossa programação científica da EMBRAPA a possibilidade de trabalhar com clonagem. Nós trabalhamos com banco genético, nós trabalhamos com conservação de recursos genéticos, em vias de extinção, não só em vias de extinção, mas aqueles com apelo comercial, a idéia aqui é nós man-

termos o substrato genético. E se nós temos o substrato genético e temos o domínio da tecnologia nós podemos formular, vamos dizer assim, composições genéticas para cada ecossistema ou sistema de produção. Com isso diminuir o custo de produção e quem sabe deixar mais dinheiro no bolso do nosso criador. Então, nós... não só a questão do uso da clonagem na parte de conservação, mas ela também encontra uma ampla aplicação na área da ciência básica mesmo. Tanto para gerar informações relevantes ao processo da embriologia, os primeiros acontecimentos que ocorrem lá quando ainda temos o embrião, mas também para estudos de doenças que pela primeira vez nós podemos separar o núcleo do citoplasma e depois colocar junto e ver o que acontece. O Flávio também vai abordar alguns exemplos.

Então é uma área que interage fortemente, vamos dizer assim, o animal como modelo para estudo de doenças humanas. Por outro lado também, e o Brasil como maior exportador de carne, é óbvio que a demanda para a clonagem de animais de elevado mérito genético também se estabelece. E por isso a gente acompanha essa evolução. E imaginamos que a clonagem poderá se tornar uma excelente ferramenta de multiplicação desses indivíduos. Hoje, muito mais um enfoque talvez de reposição de estoque, quer dizer, o seguro morreu de velho, tem aquele ditado. Quer dizer, se eu consigo ter no botijão de nitrogênio líquido células de um determinado indivíduo, e se por ventura esse indivíduo por algum acidente morrer, nós sempre teremos a possibilidade de trazer de volta essa genética. Eu tenho alguns exemplos já que nós fizemos aqui nessa linha de trabalho. E por fim, dentro das aplicações mais indicadas, vamos dizer assim, do processo da clonagem, a questão da produção de animais transgênicos. E aqui eu queria fazer um pequeno parêntese para começar com a afirmativa. Clone não é transgênico. Isso é um conceito mundial, aceito, que a clonagem não é um processo onde nós... De engenharia genética, nós não manipulamos o gene.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Sr. Rodolfo, é que acaba de chegar o autor do Requerimento, Senador João Tenório. Está presente à Casa. Pode continuar, por favor.

SR. RODOLFO RUMPF: Bom dia, Deputado. Então, dentro desse... Dessa expectativa, nós podemos usar a clonagem agora como uma ferramenta para produzir animais transgênicos, mas aí nós entramos no âmbito da Lei de Biossegurança que está já consolidada. Então, eu só gostaria de fazer bem essa distinção que clone não é transgênico, mas que pode ser utilizado como uma ferramenta para produzir os

animais transgênicos. A gente rapidamente, como a gente faz, a gente consegue recuperar células somáticas de um animal adulto, podemos retirar isso de um embrião, de um feto. Mas o animal adulto já mostrou pra que veio então, nós temos a segurança, a certeza daquilo que nós temos, do verdadeiro valor genético daquele indivíduo. E a partir dessa célula, nós conseguimos reconstruir outros embriões. Quer dizer, nós temos uma célula doadora, temos um ovócito receptor, esse ovócito receptor nós enucleamos, removemos o núcleo, e transferimos uma célula dessas, isolada do indivíduo lá daquela vaca, o boi, o cavalo, o carneiro que queremos multiplicar e essa célula, então, vai ser agora o núcleo desse novo embrião. E esse obviamente é um processo assim de... Do ponto de vista da ciência, a gente não imaginava que isso seria possível, porque pouco tempo atrás a Dolly, por isso que a Dolly é um divisor de águas, a gente sempre imaginou que a célula, à medida que ele se especializasse no organismo adulto ela perderia alguns genes, mas na verdade não, ela tem lá... Ela liga e desliga, vamos dizer, num linguajar simples, os genes em função das suas necessidades, as suas atividades que ela exerce no organismo. Então quando você pega uma célula dessas e coloca dentro de um ovócito ela tem que se transformar em núcleo e retomar o crescimento que ela passou lá alguns anos atrás. E isso cronologicamente. Bom, eu estou aproveitando, falando aqui para não perder tempo, os 10 minutos. Então vamos passar agora rapidamente...

Então, gente, a idéia aqui nós temos à esquerda ao alto é o Wilmut Dolly, já comentei que foi o grande divisor de águas, a gente já tinha experiências anteriores com células embrionárias, mas nunca com células de um indivíduo adulto e anfíbios já 30 anos atrás já se tinha tido alguns resultados. E depois disso se somaram várias experiências em outras espécies. A técnica que permite nós fazermos a clonagem, eu estava tentando explicar, tem um grupo de células doadoras de núcleo, que eu busco em um embrião, feto, ou em um animal adulto que já mostrou todas suas características produtivas, essas células, no entanto, ela tem que ser alojada no interior desse citoplasma e esse citoplasma nós vamos buscar num ovócito. Pode ser até que no futuro isso mude, mas hoje é ovócito, quer dizer, é o gameta feminino. Esse gameta feminino nós obtemos ele do mesmo jeito que a gente faz rotineiramente na técnica de produção *in vitro* de embriões, maturamos ele por 18 a 20 horas, removemos esse núcleo, trazemos a outra célula doadora de núcleo e com isso nós conseguimos produzir um novo embrião. Com esse procedimento nós transferimos esse embrião que nós temos aqui, é um embrião de sete

dias, então nós transferimos para as vacas receptoras, igual ao que a gente faz nas outras tecnologias que a gente já domina e que é amplamente utilizada no Brasil. O processo da enucleação, quer dizer, a remoção do núcleo do ovócito para, então, a introdução do outro se dá no microscópio invertido. Hoje a gente discute por... Adaptado por micro pipetas, micro manipuladores, o que permite então um processo bastante preciso, vamos dizer assim. Isso aqui é como pilotar um pequeno avião, umas 15, 20 horas de voo para começar a dar as primeiras tentativas. Isso aqui, então, é um ovócito de bovino maturado. A gente sabe que é maturado por causa do corpúsculo polar, nós não conseguimos ver o núcleo, mas a gente aspira, então, a poção adjacente e checa na luz ultravioleta se este ovócito foi efetivamente enucleado para gente não reconstruir um embrião com dois núcleos. Então, todos os passos são medidos, e isso aqui comprova, aqui é do corpúsculo polar, a placa metafase, então, que esse citoplasma não tem mais núcleo. E permite então agora que a gente reintroduza uma nova célula, que é a célula daquele indivíduo que nós vamos removendo. Aqui no caso é o animal do nosso banco de conservação, um patuá, uma raça em vias de extinção, a gente pode retirar uma da orelha, da base da calda, enfim, pode buscar essa fonte em outros... Células que estão à volta do próprio ovócito no momento que você aspira ele, mas, basicamente a gente retira células da pele. Essa biópsia de pele é levada ao laboratório, a gente diseca, coloca nas garrafas de cultivo, sistema de cultivo não é muito complexo. Próximo.

E aqui está a biópsia e você vê que as células vão se largando da biópsia e vão povoando o fundo da placa. Uma semana depois nós removemos essa biópsia e as células vão se multiplicando milhões de células. E nós, então, a cada passagem, cada vez que ela ocupa todo o espaço a gente renova e semeia em outras garrafas e nós temos a possibilidade sempre de aguardar uma amostra. Então, é o tal do seguro eu estava me manifestando antes. Próximo.

A reconstrução, então, é aquela célula que nós isolamos da orelha do animal, o ovócito que nós nucleamos, agora a gente, então, reintroduz essa célula no espaço parivitelino(F) e o próximo passo é a fusão dessas duas estruturas que se dá nesse equipamento eletrofusão. São dois eletrodos, um campo elétrico, abre poros e a gente consegue fundir. Aqui é o momento em que nós conseguimos reconstruir esse embrião a partir daquela célula somática do animal doador. Próximo.

Como eu comecei a fazer a introdução, eu peço desculpas por repetir um pouco, as áreas potenciais de aplicação, a ciência básica, a conservação animal,

que foi talvez o principal motivo que nós entramos nessa tecnologia, a produção de animais transgênicos, a produção de animais de elevado mérito, então aqui já a produção mesmo lá no campo, e também na área da medicina. Próximo.

Básica, N modelos, interação núcleo-citoplasma, o Flávio vai mencionar mais alguns exemplos, estudo de mitocôndrias e toda essa questão da reprogramação nuclear. Aquilo que eu disse antes que nós imaginávamos que isso não seria possível. Quer dizer, foi possível então com essa metodologia mostrar que as células do organismo realmente guardam sua memória e dada a oportunidade ela se reprograma e ela consegue triar todo o seu caminho do desenvolvimento que passou lá alguns anos atrás. Na conservação animal nós temos alguns exemplos, nós temos o banco de germoplasma e agora nós podemos incluir nesse banco de germoplasma células somáticas. O melhor seguro do animal é ter o sêmen, o embrião, e agora a célula somática no botijão de nitrogênio líquido. Qualquer acidente que tiver, tu tem como trazer de volta esse material genético. Próximo.

Esse aqui é um exemplo de uma raça Junqueira, faz parte do nosso banco genético. Próximo.

Nós conseguimos produzir clones a partir da orelha desse animal. Esses animais eles vão fazer agora em abril três anos, as duas fêmeas estão prenhes, mostrando também que os índices ainda são baixos, mas que quando nasce a gente consegue produzir animais férteis e produtivos tanto quanto qualquer outro método que teria sido gerado. Próximo.

Aqui já elas com pouco mais de idade. Próximo.

Esse é um outro exemplo, animal que morreu na fazenda, veio para o laboratório para a gente tentar fazer o embrião de proveta, que ele é produzido *in vitro*. Nós não conseguimos produzir embriões, mas no entanto, algumas células que estavam na volta dos ovócitos ficaram no fundo da placa e a gente conseguiu estabelecer essa linhagem e através da clonagem trouxemos de volta essa genética. Próximo.

Aqui a Lenda quando ela fez dois anos, ela pariu mostrando então todo o potencial reprodutivo também. Próximo.

Na área dos transgênicos eu gostaria só de dizer por que é que a gente mistura essas duas tecnologias. Quer dizer, a clonagem com transgenia. Clone não é transgênico, no entanto, eu posso produzir animais transgênicos usando a clonagem, que me permite usar construções mais complexas que as outras abordagens que nós temos para fazer animais transgênicos talvez não permitiriam. Aqui só um exemplo, eu posso desligar o gene responsável pela produção do prion, que é aquela proteína que define o mal da vaca louca. Quer

dizer, eu posso criar linhagem de animais resistentes ao mal da vaca louca. E isso já tem agora outros resultados mais atuais e com bovinos, inclusive. Próximo.

E a produção animal, vou deixar o Flávio mostrar os produtos que eles têm já aí, quer dizer, o potencial todo que nós temos pela frente, mas, sem dúvida, nós temos condições... São várias abordagens que nós podemos utilizar essa tecnologia hoje lá no campo, na fazenda. Próximo.

Na medicina é um terreno complicado, mas de certa forma hoje nós temos uma parceria com a Universidade Católica de Brasília em que nós estudamos a questão das células tronco embrionárias em bovinos e eles estudam as células tronco adultas em humanos. O modelo bovino serve para gerar informação útil ao estudo das células tronco em humanos. Próximo.

Aqui a Vitória, foi o primeiro clone que nós produzimos em março de 2001, está fazendo sete anos já. Próximo.

Aqui quando ela pariu a Glória, hoje ela já pariu várias vezes, já é avó, mostrando mais uma vez a estabilidade genética desses indivíduos. Próximo.

O que são os clones, então? A gente diz que os clones em si eles podem ter animais que tenham alguma dificuldade de sobreviver ou que necessitam de ajuda nossa para sobreviver. [soa a campainha] Ele como indivíduo. Acontece que várias experiências feitas, inicialmente em camundongos, depois suínos, agora comprovadas já também em bovinos, que se esse clone comparado ao doador da célula, com o clone e versus a progênese, se esse clone consegue atingir a puberdade, produzir gametas viáveis, toda a sua prole é exatamente igual a qualquer outro animal. Então a gente faz uma pequena distinção no estágio atual da tecnologia que o clone poderá ter algum problema de desenvolvimento muscular, uma pequena alteração encontrada na gordura do leite, mas coisas bem mínimas, vamos dizer assim, perto da complexidade da técnica. No entanto esses problemas desaparecem quando ele consegue atingir a puberdade e produzir e ter sua própria prole. Então, mostrando que aqui passa por uma explicação científica que levaria só uns dez minutos. Do ponto de vista da segurança alimentar, vários trabalhos, a gente tem alguns aqui mostrando que não existe hoje toxicidade, não foi possível identificar alguma alteração que levasse a uma... A reações alérgicas, alguma coisa tóxica, a partir do momento que tu ingerisse produtos oriundos de clones. Então, recentemente os Estados Unidos liberou o consumo de carne e leite de animais clonados exatamente porque eles fizeram, mais ou menos, foram cinco anos de estudos, reuniram dados do mundo inteiro, inclusive aqui foi solicitado informações e eles, então, liberaram.

Isso nos deixa um pouco... Essa duas questões nos deixam otimista e por isso continuamos insistindo na pesquisa, e acreditamos que são momentos e como eu frisei bem no atual estágio esse é o panorama. No entanto, todas as outras tecnologias que hoje nós dominamos com muita tranquilidade, o Brasil é praticamente o campeão no uso delas, a gente passou também por esses momentos críticos e, no entanto, a geração de conhecimento foi capaz de superar e está aí hoje, a gente ajudando o Brasil ser esse grande exportador de carnes. E a importância, até dois anos atrás a gente imaginava que a regulamentação não seria importante que bastaria talvez uma norma lá no Ministério da Agricultura, mas a gente viu que hoje é importante para o país ter essa regulamentação, quando a gente recebe visitas de fora e fala desse Projeto de Lei muda completamente a conversa, então acho que é importante a gente trabalhar junto e normatizar isso tudo e mostrar que nós somos um povo organizado e que nós temos condições de acompanhar o avanço todo dessa ciência. Acho que termina por aí. E puxar a brasa para o assado de novo que o importante é nós termos sempre essa reserva técnica e por outro lado poder discutir as ferramentas que permita que esse substrato genético seja disponibilizado lá em todas as propriedades produtoras. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Sr. Rodolfo Rumpf, pesquisador de recursos genéticos e biotecnologia da EMBRAPA, CENARGEN. Lembrando aos telespectadores da TV Senado e aos convidados aqui que essa é uma Audiência pública cujo objetivo é instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 73/07 que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clone de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Autoria do PLS 73/07, Senadora Kátia Abreu. Autoria do requerimento para essa Audiência pública, ao Senador João Tenório, que aqui se encontra. Senador também João Tenório. Passaremos agora a palavra ao segundo convidado, Sr. Flávio Vieira Meirelles, professor veterinário da Universidade de São Paulo. Professor doutor veterinário da Universidade de São Paulo, a USP. A quem passar a palavra nesse momento.

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Muito obrigado. Eu queria em nome de V.Ex^a, Senador Wellington Salgado, e em nome de V. Ex^a. João Tenório, agradecer a oportunidade de estar apresentando um pouco do nosso trabalho em relação à clonagem que a gente vem desenvolvendo aqui no Brasil, e gostaria também de cumprimentar todos os membros presentes nessa Casa. Eu vou tentar falar aqui na frente para facilitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A gente entende. Como professor, né?

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Dificuldade de falar sentado. Então o que vou tentar mostrar para vocês hoje é um pouquinho do estado da arte da clonagem e como a gente vem desenvolvendo ela aqui no Brasil e um pouquinho até na América do Sul. Então, se você puder passar o primeiro slide, por favor. Nós vamos começar com um pouquinho comentário histórico, pouquinho das aplicações, o Estado da arte no Brasil, problemas, possibilidades, e algumas sugestões do ponto de vista regulamentação. Próximo.

Então, do ponto de vista de consideração técnica, o professor Rodolfo cobriu praticamente tudo. Próximo.

O que eu queria chamar atenção é esse indivíduo. Esse é um oócito recém colhido de um ovário de uma vaca doadora, nesse caso uma vaca tinha sido abatida, então nós recuperamos o ovário no abatedor, e dentro desse ovário aspirando os folículos nós conseguimos recuperar esse indivíduo. Esse é um monócito(F), essas células aqui em volta são as células do cumulus, mas ele é o grande responsável por todas essas informações que estamos falando para vocês. E do ponto de vista geral, para desmistificar um pouco a clonagem, qual é a função do oócito ou qual é a função do óvulo? Ela é reprogramar. Ela transforma a célula que é diferenciada em uma célula desdiferenciada ou indiferenciada. Ela faz isso com espermatozóide que é uma das células mais diferenciadas em determinado tecido que a gente tem, ou eventualmente. Próximo.

Pode fazer isso com essas células que a gente está vendo aqui em cultivo que são fibroblastos ou qualquer outra célula que contenha DNA que é o que a gente tem na maioria das células do nosso organismo. Próximo.

Então, se você levar isso para um sistema de micro manipulação, como o professor Rodolfo mostrou, aquele slide muito bonito. Próximo.

E fizer todo aquele procedimento de micro manipulação, a gente pode obter embriões como esse aqui ou esse, que são muitas vezes de alta qualidade, uma taxa relativamente boa, não diferente do que a gente obtém em fertilização *in vitro*, e chegar a um resultado como esse animal aqui que é um macho produzido a partir de um touro da raça nelore que nasceu a mais ou menos... Agora fazem três anos. Muito bem. Para esse tipo de trabalho nós precisamos de três atores que têm contribuição majoritária. Então seria o doador de núcleo, ou aquela célula que a gente viu de um determinado doador que contribui com o genoma nuclear, o ovócito ou oócito que contribui com o genoma

citoplasmático e a receptora do embrião que contribui com o ambiente, e no caso o ambiente é o ambiente uterino, mais o leite que ela produz logo depois do parto. Próximo.

Um pouquinho de histórico. Bastante breve. A produção de clones no exterior teve início... De animais domésticos teve início em 1986 com Steen Willits(F) na Inglaterra. Próximo.

Depois, passou a ser bastante dominada também na... Na Escócia, laboratório do Ian Wilmut (F) e aqui eu queria só abrir um parêntese que esses... Na verdade é o Lawrence Smith que eu e o Rodolfo tivemos o privilégio de trabalhar com ele no Canadá, mas é um brasileiro, formado aqui no Brasil, nascido aqui no Brasil, e que ele sim desenvolveu toda a estrutura do laboratório no instituto Roselind(F) na Escócia. E segundo o próprio Wilmut que é o pai da Dolly, escreveu no livro dele o Lawrence Smith é o grande responsável pelo nascimento da Dolly. Então nós temos uma grande contribuição brasileira dentro dessa tecnologia especificamente. Próximo.

Aqui no Brasil existem aí uma série de pesquisadores pioneiros que desenvolveram essa técnica. Próximo.

A começar pelo professor Rodolfo que teve o nascimento da bezerra Vitória, que é um clone de célula embrionária e depois, de células somáticas a equipe de Jaboticabal da UNESP, da USP de São Paulo, de Brasília, de novo o professor Rodolfo, nós na USP em Pirassununga, também o professor Ohashi no Pará, professor Juca no Rio Grande do Sul, eles já produziram alguns animais, embora eles não tenham sobrevivido. E aí existem vários laboratórios hoje organizados, prontos para produzir clones, tanto do ponto de vista acadêmico quanto do ponto de vista comercial. Como são dois laboratórios que estão estruturados, que já produziram esses clones, aqui em Mogi Mirim, em Pirassununga e Cravinhos, também aqui está sendo criado um em Uberaba, entre outros. Próximo.

São hoje aproximadamente 44 clones que estão vivos, que foram produzidos e estão vivos atualmente no país. Próximo.

Boa parte deles teve essa influência do Lawrence Smith que veio para o Canadá. Próximo.

E eles também estão povoando os laboratórios ou os países dos nossos vizinhos. Colômbia, Argentina, Chile, de novo Colômbia... Então esses países também já estão organizados para a produção de clones aqui na América do Sul. Próximo.

Outros laboratórios comerciais estão se organizando e devem começar a produzir animais no curto prazo. Próximo.

Do ponto de vista de intelectual, propriedade intelectual, até o nosso conhecimento existe um primeiro processo de patente brasileira, que foi depositada no Brasil, já que os autores de outro processo tinham feito isso na universidade de Montreal que seria exatamente o professor Lawrence Smith. Temos também esse processo que a gente fez, então, em São Paulo, trata-se da preparação da célula doadora de núcleo, induzindo à morte. Quer dizer, hoje estamos matando primeiro a célula para depois ressuscitar entre aspas essa célula para usá-la como doadora de núcleo para produzir os clones. Próximo.

Do ponto de vista tecnológico, o Brasil ele está no pico e na alta consideração, na aplicação de biotecnologia em bovinos. O Brasil é o país que mais produz embriões fertilizados *in vitro* no mundo, aspirados por *ovum pick-up*(F). Até 2006, 50% das gestações de embriões bovinos no mundo eram brasileiras produzidas *in vitro*. Atualmente temos 35 empresas sem contar as filiais que desenvolvem a fecundação *in vitro* em bovino, gerando mais de mil empregos direto no setor. Próximo.

Esse desenvolvimento tecnológico brasileiro permitiu um avanço do ponto de vista de discutir a clonagem comercial. Próximo.

E as primeiras experiências do ponto de vista comercial foram feitas no nosso laboratório em colaboração com uma empresa VITROGEN. Próximo.

Alguns de nossos resultados são de fêmeas, como essa aqui uma fêmea da linhagem Bilara, essa aqui no nascimento e essa depois de seis meses. Próximo.

Alguns desses animais foram bastante à mídia, exemplo essa também, uma outra fêmea da linhagem Bilara que produziu dois descendentes, dos quais um deles foi vendido em leilão, no Copacabana Palace, pelo valor de 1 milhão de reais, e obviamente com todos os problemas que isso pode gerar ou levar. Próximo.

Esse foi o nosso animal que nós tivemos mais prazer em desenvolver. Esse aqui é um grande... É um touro muito famoso da linhagem... Na verdade é o fajardo, onde a gente conseguiu produzir uma série de cópias desse. Até uma foto que eu acabei ganhando um prêmio dela, que dei o nome dela de alinhamento genético, porque os três indivíduos estavam iguais... Só esse aqui que atrapalhou a orelha. Essa é a foto desse animal aproximadamente um ano atrás. Ele já está produzindo um sêmen, sêmen de alta qualidade, na verdade os três animais estão produzindo sêmen. Próximo.

Com isso aqui, então, nós temos uma série de bezerros vivos, produzidos a partir de 12 doadores. [soa a campainha] Na verdade são 22 animais vivos que a gente tem hoje. E a gente vem desenvolvendo

isso agora a partir de uma empresa que é um *spin-off* da universidade, que conta que é de propriedade de uma série de pós-graduandos que formaram no laboratório. Próximo.

Não é só coisas boas, existem problemas. Existe uma alta taxa de mortalidade após o nascimento de 3%, distorcia em torno de 10%, e o parto normal em torno de 86%. Próximo.

Os animais experimentam tamanho muito variáveis do nascimento. Nós tivemos animais que nasceram de 66 quilos a 14 quilos. Próximo.

Esse aqui é um exemplo de variação. Dois clones, animais idênticos, nascidos uma semana de diferença. Esse é uma semana mais velho que esse. E a gente percebe essa variação do ponto de vista de tamanho. Próximo.

Existem uma série de efeitos nucleares que levam a essa variação. E esses efeitos podem levar a uma série de características. A pergunta mais feita pra gente quando a gente está dando a palestra, os clones vão envelhecer mais cedo? Esse aqui é o resultado de um grupo do Canadá, liderado pelo Alan King(F), mostrando que aquele estudo que foi feito na Dolly, do ponto de vista de envelhecimento, não acontece, pelo menos nos bovinos. A mesma coisa acontece aqui se a gente olhar os filhos dos clones. Então os filhos dos clones não são diferentes dos filhos dos animais produzidos por monta natural ou por inseminação artificial. Próximo.

Aí está o ponto mais importante do ponto de vista da clonagem para a produção animal. A clonagem não é uma técnica que vai levar ao melhoramento genético, salvo em algumas espécies onde existe uma limitação reprodutiva. No entanto, para espécies onde a multiplicação dela é difícil, intervalo de geração é longo e o número de descendentes é pequeno, como por exemplo, bovinos, ela pode levar a um ganho genético que seria exatamente esse aqui, muito acentuado. E se no futuro essa tecnologia passa a ser praticada em larga escala de maneira que os clones podem ser abatidos, ou seja, serem os próprios produtores de carne, ou eventualmente de leite, então sim, a clonagem tem uma grande importância e o nosso país não pode prescindir dela. Próximo.

Está aqui um estudo, eu sempre faço para o lado da carne, mas isso funciona muito bem com leite, de uma população real de animais que se nós selecionarmos essa população e clonarmos o indivíduo a partir de indivíduos que estão 1% melhores, nós temos um ganho que seria, então, o ganho genético, de aproximadamente 100 quilos em uma única geração. Se a gente trabalhar com animais F 1, e esse é o grande avanço que eles fizeram em aves e suínos, esse ganho

genético ele é aproximadamente 150 quilos em uma geração. E poderia diminuir o tempo para a produção de animais com esse mesmo peso de 550 dias para 390 dias. Esses dados são reais, esses dados são simulados por simulação Monte Carlo. Próximo.

Isso, a mesma coisa poderia funcionar no leite. Próximo.

E essa é uma vaca girolanda que produziu 75 quilos de leite e os descendentes dela não são tão bons com ela porque segregam. Mas clones delas poderiam ser cópias idênticas que têm em teoria o mesmo potencial genético. Próximo.

O agribusiness brasileiro não preciso falar nessa Casa, vocês conhecem muito mais do que eu. Próximo.

O que eu queria chamar atenção é que a carne bovina, assim como a das outras espécies é responsável por uma grande parcela do PIB nacional, e parte dessa parcela do PIB, aproximadamente 2.2 bilhões, está incluso entre couro e genética, e eu não achei um dado que separasse as duas coisas quando eu estava procurando nesses dados de 2003. Essa genética, do ponto de vista de bovinos, ainda é nacional. Mas essa contribuição genética de aves e suíno é praticamente incipiente porque nós somos importadores de genética. E a clonagem nesse aspecto, se regulamentada e se passível de utilização em larga escala em um determinado momento, pode manter a gente na condição de produzir a genética. Então nós precisamos continuar dentro dessa área de clonagem, no topo da tecnologia. Próximo.

Última consideração, algumas avaliações estrangeiras já foram feitas do ponto de vista de clonagem, USTA que aprova o consumo de estudos de origem... Produtos de origem animal. O Canadá, o relatório foi feito pelo Dr. Alan King(F) que é o nosso colaborador, e eu tenho Relatório favorável à aprovação. A Nova Zelândia aprova também consumos de animais clonados, a Argentina, não há regulamentação, mas eles já estão com animais produzindo, tanto carne quanto leite e, inclusive, a partir de modificações transgênicas também. Próximo.

Do ponto de vista de conclusão, eu queria dizer que animais clonados não oferecem risco à saúde, tampouco à pecuária. A clonagem animal é uma realidade no país e que vive o estado da arte da tecnologia. A clonagem animal pode ser uma ferramenta importante no futuro para a nossa nação. Eu estou à disposição para qualquer eventual consulta, contribuição que eu puder dar para vocês. Obrigado. Próximo.

Só queria agradecer uma equipe que trabalhou nesse projeto, e aqui oferecer a nossa Casa em Pi-

rassununga para os senhores que tiverem interesse de passar por lá. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Agradecemos a participação do Sr. Flávio Vieira Meirelles, veterinário da Universidade de São Paulo, com sua explanação, lembrando que nós estamos numa Audiência Pública que instrui o Projeto de Lei do Senado 73/07 que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. O próximo convidado para fazer sua exposição é o Dr. Luiz Antônio Josankian, Superintendente técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu.

SR. LUIZ ANTÔNIO JOSANKIAN: Obrigado. Eu gostaria de cumprimentar a todos... E a nossa contribuição aqui, eu acredito que os aspectos técnicos já foram amplamente e com extrema competência abordados pelo Dr. Rodolfo e pelo Dr. Flávio, então eu gostaria de construir um cenário em que nós pudéssemos contextualizar o uso da clonagem na nossa realidade. Na nossa produção. Eu estou aqui em nome da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, e eu queria dividir a apresentação praticamente em três tópicos. E no primeiro deles eu gostaria de expor aos senhores, rapidamente, o que é a nossa entidade, o que ela representa. No segundo momento falar rapidamente também sobre as raças zebuínas, o que elas significam para o segmento agronegócio brasileiro, e no terceiro ponto, obviamente, concluir, resgatando o conceito da clonagem em função desse painel que eu gostaria de desenvolver com V.Exas. Bem, a ABCZ é uma entidade sem fins lucrativos, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, é uma entidade delegada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para a execução do registro genealógico e das provas ou técnicas das raças zebuínas no Brasil. É uma entidade que congrega aproximadamente 17 mil associados no Brasil, nós atuamos como Delegado do Ministério da Agricultura desde 1936, num processo ininterrupto e sempre crescente. Hoje nós... A entidade detém um arquivo, um banco de dados com mais de oito milhões de animais registrados, seguramente é o maior arquivo de animais zebuínos do mundo, nós ultrapassamos e muito a pátria das raças zebuínas que é a Índia, e também operamos o maior programa de melhoramento genético de zebuínos sempre com uma parceria muito constante e com apoio muito próximo das entidades de ensino e pesquisa no Brasil, em especial, eu gostaria de registrar aqui o nosso relacionamento com a EMBRAPA, com a qual nós trabalhamos há 30 anos. A nossa entidade tem sede em Uberaba, Minas Gerais,

é nós temos representação no Brasil todo. E é função da ABCZ, em nome do Ministério, fomentar e apoiar entre outras atribuições, fomentar e apoiar a pesquisa na aplicação da melhoria dos índices de produtividade... da produção bovina no Brasil.

Nesse contexto da produção bovina, as raças zebuínas que formam um pool(F) de genética que nós importamos da Índia nos séculos XIX e XX, com um volume muito pequeno de animais, foram aproximadamente 6300 exemplares contra mais de um milhão e meio de animais europeus que nós importamos e continuamos importando, e na Índia nós tivemos uma restrição de ordem sanitária. Hoje existe um processo de liberação, mas esse é um outro assunto. O fato é que esse núcleo muito pequeno se multiplicou no Brasil uma forma vertiginosa e hoje nós temos 80% da genética que funciona no Brasil, que se adaptou no Brasil é genética zebuína. Então é um feito sem precedentes em outras atividades no mundo todo até onde a gente conheça. E isso também tornou o Brasil uma referência para outros, pelo menos outros 60 países da faixa intertropical do globo terrestre que também prescindem de uma genética adaptada pelas condições ambientais, pelas características do sistema de produção, enfim, pela coincidência geoclimática que nós temos com essa região desses países. E nós temos tido constantemente consultas e temos intercâmbios tecnológicos com vários e vários países. Em função dessa genética adaptada, e outros fatores de produção obviamente, assim como o avanço da parte sanitária, o avanço da parte de nutrição no Brasil é que nós nos tornamos líderes em alguns seguimentos, entre eles na exportação de carne bovina que nós estamos circunstancialmente, momentaneamente no compasso de espera, agora por conta de outras razões, mas esse patrimônio genético, esses recursos naturais brasileiros com certeza garantem ao Brasil ainda uma primazia nesse cenário de produtor de alimentos de origem animal para o mundo. Como foi colocado também pelo Dr. Flávio, nós somos líderes na adoção de tecnologias, primeiramente com inseminação artificial, transferência de embrião, fecundação *in vitro*, mas seguramente em ciência sempre há muito o que se fazer. E para a associação, a ciência é sempre uma aliada. Nós sempre temos procurado revisar nossos processos nos alinhando com os mais recentes avanços e aquisições que a ciência tem proporcionado. E nesse sentido específico, em 2005 nós... O registro genealógico ele opera regido por um Conselho, um Conselho deliberativo que é subordinado ao Ministério da Agricultura. E esse Conselho aprovou em 2005 a inclusão do registro genealógico de animais oriundos da técnica de clonagem. Basicamente de transferência nuclear. Esse

grupo, esse Conselho, então, colocou como condição que o assunto fosse estudado por uma Comissão especializada no assunto e submetido ao Ministério da Agricultura para aprovação. E nós montamos um grupo Executivo no qual trabalhou membros da própria ABCZ, do Ministério da Agricultura, da EMBRAPA de núcleos, de centros de pesquisas da EMBRAPA, da USP e da UFMG. Esse trabalho foi submetido ao Ministério da Agricultura que, de forma muito competente e muito adequada nos oficiou de que ainda não existia amparo legal para que o assunto pudesse ser incluído no registro genealógico. E nós acatamos plenamente até como operadoras do registro genealógico no Brasil e entendemos essa condição. Nesse documento, uma das nossas preocupações essenciais era de que enquanto nós operamos como um braço do Ministério da Agricultura, nós somos co-responsáveis pela propriedade do material genético dos criadores que trabalham conosco.

E hoje nós operamos como eu falei para os senhores com 17 mil associados. E a clonagem ela pode... Ela precisaria ser regulamentada, um dos aspectos que nos levam a concordar com a regulamentação é exatamente a preservação do direito do proprietário. Porque seleção é um trabalho que exige compromisso, um trabalho de uma vida inteira, muito recurso, e ao se obter um animal de alta linhagem, alto valor genético ele é passível de ser clonado a partir de uma coleta de um material qualquer. E na ausência de uma Legislação, isso fica, enfim, sem penalidades, ou sem... Não há nada que regule essa matéria. Então, nós nos preocupamos muito com esse aspecto de quem é o dono do material genético. E na nossa proposta que enviamos ao Ministério continha essas... É um documento muito simples, mas continha essa preocupação e também pela apreciação que nós fizemos do Projeto de Lei da Senadora Kátia Abreu, também com muita propriedade há essa preocupação na preservação da propriedade do material genético. Esse nosso posicionamento, posicionamento da entidade, Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, na verdade ele tem sido a tônica do posicionamento da entidade sempre que tecnologias representem ganhos substanciais para todos os seguimentos da sociedade. Não só para seguimentos isolados. Para nós, a nossa percepção da inclusão da técnica formalmente da clonagem nos processos de produção ela é importante porque o cenário, na verdade, o cenário real que nós temos hoje é que existe uma demanda crescente pela adoção da técnica. Isso é uma coisa que nós registramos quase que diariamente na entidade. Face a essa demanda, nós acreditamos que não é possível e nem seria recomendável que nós nos mantivéssemos

alheios ao processo. Faz parte da nossa obrigação fomentar e conduzir para que esse processo seja apreciado da forma correta, com a profundidade que o assunto requer mas que ele esteja na nossa agenda de trabalho. E obviamente que os senhores viram [soa a campainha] que existem casos concretos de animais já clonados para os quais nós não temos nenhuma forma de fazer uma abordagem formal com eles. Então, oficialmente, para nossa entidade esses animais não existem, o que é uma pena porque nós perdemos totalmente o controle e perdemos essa oportunidade de estudar esse material genético. Então para nós é muito mais interessante e muito mais adequado que o assunto seja regulamentado e que a gente possa acompanhar o processo com toda observação, com toda a... O rigor que for necessário, ao invés de tê-lo perdido nesse universo. Concluindo, e reforçando a postura da nossa entidade com relação à matéria clonagem, e em especial esse Projeto de Lei da Senadora Kátia Abreu é totalmente positiva e favorável porque nós acreditamos que ele nos coloca alinhados mais uma vez às tecnologias disponíveis hoje. E todo o cenário que ela nos descortina, tanto em termos de produção, como foi colocado pelo Dr. Rodolfo e pelo Dr. Flávio, mas também como as possibilidades que ela representaria para a seleção, não só das raças bovinas, mas de toda a espécie passível de utilização da terra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Muito obrigado Dr. Luiz Antônio, que é Superintendente técnico da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, e quero lembrar que essa Audiência Pública visa instruir o Projeto de Lei do Senado 73/07, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção e importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves. Autoria da Senadora Kátia Abreu, autor do Requerimento Senador João Tenório que é Relator deste projeto e a Comissão vai fazer chegar às mãos de cada integrante dessa Comissão o relato desses importantes depoimentos que nós estamos aqui neste momento. E ao mesmo tempo, se percebe a importância da Comissão de Ciência e Tecnologia, que foi recentemente criada aqui nesta Casa, Senador Augusto Botelho. Próximo convidado, Dr. Joselito Araújo Barbosa, veterinário especialista em clonagem de bovinos da Associação Brasileira de Santa Inês, de Alagoas.

SR. JOSELITO ARAÚJO BARBOSA: Alô, alô...

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Estamos com problema de som. O som está muito baixo aqui na sala. Está gravando lá?

Então tudo bem, vamos continuar. Ok, então vamos retomar a reunião e passamos imediatamente a palavra para o professor... Dr. Joselito Araújo Barbosa, que é veterinário e especialista em clonagens de ovinos da Associação Brasileira de Santa Inês, de Alagoas. Pode falar aqui neste microfone, está gravando.

SR. JOSELITO ARAÚJO BARBOSA: Bom, senhores e senhores, bom dia a todos. É um prazer pra gente, uma honra muito grande estar aqui participando, agradecemos já o convite dessa Comissão em permitir que a gente tivesse aqui falando a respeito de um assunto que nós consideramos hoje como um assunto do momento, um assunto necessário. Eu sou da Associação Brasileira dos Criadores de Santa Inês, e também da Arco. A Arco é a Associação Brasileira do Registro Genealógico das Raças Ovinas do Brasil todo. A parte técnica, não vou me ater mais porque foi muito bem colocada pelos colegas. Vou me prestar mais à parte filosófica da questão. Eu gostaria de pegar um exemplo básico que é a fome no mundo hoje todo. A fome que assola o mundo e preocupa todos os nossos governantes e todas as pessoas de bom senso nesse planeta. O Brasil é colocado hoje no mundo como uma responsabilidade muito grande, como celeiro de alimentos, como país continental, produção de animais a partir de capim, sem competição com o homem, então ele tem essas qualidades todas. A fome no Brasil também é uma coisa que preocupa nós todos. Nós sabemos que existe. E o Brasil, quem é esse país na área pecuária? Nós sabemos que até a globalização nós éramos um pouco tímido, um pouco ainda limitado. A globalização veio nos ajudar a evoluir, a dar passos, a partir de quando nós vimos os exemplos dos outros países, nós conseguimos... Agora... Nós conseguimos nos situar, o que nós realmente somos. E as tecnologias foi o que nos ajudaram. A inseminação artificial, quando ela apareceu na nossa esfera, ela criou também polêmicas. Criadores até não acreditavam e não aceitavam essa técnica. Um típico caso é meu pai, que é um produtor rural e quando a gente inseminava ele não acreditava, ficava torcendo, nunca vi uma vaca parir, ter um bezerro sem acasalar com um touro. E vieram outras técnicas, inseminação artificial, a transferência de embrião, a própria FIV, e isso deu um pulo muito grande. Nós demos um pulo tão grande nesses últimos 10 anos no setor de pecuária que é palpável todos esses dados e os senhores sabem muito bem o que representa. Então, a tecnologia, quando ela aparece, ela causa de fato essa estranheza inicial, mas nós entendemos que ela é necessária. Se tratando dos caprinos e dos ovinos, o qual estamos aqui representando, tivemos uma espécie que ficou 500 anos na desilusão, em nosso país, a natureza selecionando e

ele sobrevivendo com exceção pouca do Rio Grande do Sul e nordeste todo, ele era apenas de subsistência. E conseguiu-se, a natureza com os criadores fazer uma raça, raça Santa Inês. A raça Santa Inês hoje é uma raça cobiçada, ela está no Brasil todo, todos os cantos, inclusive no Rio Grande do Sul, alguns países da América Latina, países da África interessados, Estados Unidos já mandamos fita para o Congresso mundial... Então, uma necessidade, uma raça que ela tem uma particularidade. É a raça de ovinos de carne magra no mundo e que se presta para pratos elaborados e ela tem crescido muito bem nisso. Aliado a uma forte capacidade adaptativa. Mas nós temos poucos descendentes, são muito poucos.

Quando nós vamos ver a questão de nossos reprodutores, no universo que a gente tem, aqueles, como ela é uma raça oriunda de [ininteligível], ela veio de três outras raças ou até mais, pra gente conseguir fixar características não é tão fácil. Na hora que a gente descobre potencialidades nesses reprodutores que hoje no Brasil acho que devemos ter 10, acredito, com progênesse testada de qualidade, é uma população pequena. Para o que a gente quer no mundo hoje com essa raça. Então, nós já perdemos um desses reprodutores, e o outro nós estamos com material genético nos laboratórios, já nasceu o primeiro produto desse animal... Então, isso para o setor, isso para a raça, ele representa uma possibilidade muito grande de crescimento. Podemos guardar esse material genético porque no futuro ele vai nos ajudar. Então, a aspiração do setor, do nosso setor é a regulamentação, é a viabilização legal desse processo porque como foi demonstrado, já é um processo que ele corre, ele já existe, ele de fato já está acontecendo. Se a gente pegar também a questão moral, me interessa demais ela, eu sou uma pessoa também que acredito numa força criadora do universo, eu sei que tudo que acontece no universo tem a liberação dessa força criadora que pode chamar com vários nomes, e não tenho dúvida, uma técnica que nós não acreditávamos que acontecesse como foi dito pelo cientista e ela foi liberada, com certeza ela foi liberada para o bem da humanidade. Eu não tenho dúvida disso. Acho que a gente tem que pegar essa idéia, porque ela é uma idéia boa, é uma idéia que nos torna competitivos, que nos torna competentes no setor, e nós vamos honrar aquele artigo lá da Constituição brasileira, que diz justamente que a tecnologia ela tem por obrigação contribuir para resolver os problemas brasileiros. Eu acho que o problema da fome, o problema da produção de alimento, e nós trocamos idéia ali com o Senador, nós temos hoje 15 milhões de cabeças de ovinos, um consumo per capita de 700 gramas, e consumindo metade disso está

vindo de outros países. Então, resolver o problema, eu acho que essa multiplicação, essa conservação, esse pulo genético que nós queremos dentro da espécie, ele passa necessariamente pela clonagem. Porque as possibilidades que a gente tem elas são poucas. E as possibilidades que dão certo, no que se refere a ter produtos bons com progêneses garantidas são muito poucas. E a clonagem viria ajudar a gente muito nesse sentido. Além da... Resolver o problema do agronegócio, tornarmos um país... Porque o mundo inteiro aspira isso hoje. Um Brasil com potencialidade, que pode ter de alimentar esse planeta todo. Nós temos essa possibilidade, senhores, é só a gente querer fazer. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Agradeço a manifestação do Dr. Joselito Araújo Barbosa, que é veterinário especialista em clonagem de ovinos, da Associação Brasileira Santa Inês, e realmente eu entendo que esta Audiência Pública ela nos mostra primeiro como a ciência avança e como nós ainda estamos com dificuldade de fazer as leis acompanharem este processo sob pena de a ciência agir clandestinamente. Uma coisa de alta complexidade. Realmente muito impressionado pelo próprio processo, o pulo da ciência nesses últimos 10 anos, como falou o Joselito, não cheguei a ouvir o Dr. Rodolfo, a preocupação do Dr. Josankian com relação a esse problema da clandestinidade. Porque não pode em princípio sequer revelar o que é o clone ou não, para a sociedade, e nós acho que devemos dar celeridade necessária, Senador João Tenório, para que o Congresso contribua para que a ciência avance ainda mais no sentido de corrigirmos esta deficiência. O Rio Grande do Sul, eu sou gaúcho, está preocupado com todas essas investigações. Nós temos lá na secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul um instituto [ininteligível] que foi recuperado, aconteceram investimentos com a parceria do Governo Federal já no final do ano passado em mais de quatro milhões de reais, nós estamos colocando mais investimentos agora para equipá-lo e modernizá-lo no sentido de contribuir inclusive com a própria EMBRAPA nas pesquisas e nos avanços tecnológicos de maneira que as linhagens possam cumprir a sua função, que é o abastecimento da população com novas fronteiras de abastecimento, que é uma das grandes preocupações exatamente com relação à fome no mundo. A área ovina gaúcha também é muito grande, ela se expandiu bastante, o Rio Grande do Sul deixou de produzir o ovino para lã e passou a produzir carne agora com alta qualidade. O Oriente Médio seguramente é o maior comprador de produtos ovinos do mundo, não há produção que chegue. Eu vejo, o gaúcho acostumado

a consumir a carne ovino e muitas vezes não tem no mercado em função da alta demanda do comprador árabe, especialmente. Então, são experiências que brotam, quer dizer, a realidade quando vem a esta Mesa ela fica muito clara, ela salta aos nossos olhos. A importância efetivamente de trazermos essas informações. A TV Senado está gravando esse programa e vai reproduzir para que a população brasileira também conheça um pouco dessa preocupação e saiba um pouco como é que aquela carne com alta qualidade começa a chegar ao mercado é produzida? Isso também é um fato importante que a população deve saber. Como é que é feita essa evolução genética. Passo então a palavra ao Senador autor do Requerimento, relator do projeto, Senador João Tenório, que está aqui presente entre nós.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhores conferencistas. Em primeiro lugar quero fazer uma referência à iniciativa da Senadora Kátia Abreu que mais uma vez demonstra nesta Casa a sua coragem, a sua presença em diversos campos de atuação, tivemos uma atuação recente da Senadora no que diz respeito à CPMF um mês e pouco atrás quando ela liderou, vamos dizer assim, esta Casa no sentido de que viesse acontecer e o resultado é que de fato aconteceu. A Senadora Kátia que está tentando contribuir de uma maneira positiva no sentido de estabelecer critérios de proteção ao contribuinte brasileiro, com o código do contribuinte, é outro trabalho magnífico que a Senadora está fazendo. Então, ela é uma pessoa que tem dedicado o seu trabalho a esses temas muito importantes de vanguarda dessa Casa. E não poderia ser diferente no que diz respeito à condução desse assunto que aqui nós estamos apreciando hoje.

Em segundo lugar, eu gostaria de agradecer até as conferências que aqui foram realizadas, a contribuição que foi dada a esta Casa, a todos nós e particularmente a mim, no que diz respeito a conhecimento de um assunto tão importante de vanguarda na ciência mundial e particularmente brasileira. Eu gostaria de dizer o seguinte. Um dia eu fui engenheiro químico. Um dia porque faz muito tempo que eu não exerço essa profissão. E sou um aficionado por divulgação científica. Gosto muito, é a minha predileção, a divulgação científica. E muitas vezes não há uma percepção por parte das pessoas como a ciência trabalha. Ela trabalha muito diferente do que normalmente outras atividades humanas. A ciência esgota. Ela vai ao limite. Eu me lembro muito bem do criacionismo versus o evolucionismo do Darwin, a teoria da relatividade... Enfim, todas essas coisas são esgotadas até o fim, até hoje se questiona ainda o Darwin, se questiona ainda Eins-

tein e tantos outros. Então eu acho que esse aspecto, essa característica do trabalho da ciência muitas das vezes é confundido. O pessoal acha que não, que é uma coisa superficial, que não se penetra lá fundo, no âmago da questão. Não é exatamente a verdade. Eu costumo nesses momentos me lembrar de uma frase que eu acho absolutamente brilhante do velho e bom Isaac Nilton, que dizia: “Física, poupe-me da metafísica” Ou seja: Ciência, me explique tudo, me leve ao conhecimento efetivo das coisas para evitar que eu tenha que apelar para outro tipo de avaliação, de percepção que não aquela que efetivamente é desenvolvida pela ciência. Então essa frase eu gosto muito dela e é uma coisa que eu acho que se faz muito presente aqui nesse momento. Nós tivemos aqui um momento absolutamente extraordinário. Momentos como esse enriquecem o trabalho dessa Casa. Muitas vezes nós perdemos tempo, Sr. Presidente, o senhor sabe disso, discutindo temas de segunda ordem que não têm a consistência, a importância para o desenvolvimento do país, posicionamento da ciência e outra coisa importantíssima, nos coloca, o estado [ininteligível] o que os senhores apresentaram aqui desse trabalho, mostra que nós estamos na vanguarda do mundo. Estamos na vanguarda do mundo. Nós temos desenvolvido assim uma... Um trabalho científico que engrandece sobretudo a nossa pátria, e é um assunto que eu gostaria de registrar, era uma das percepções que eu gostaria de registrar aqui. Uma outra coisa que é regulamentação especificamente proposta, às vezes se coloca alguma dúvida sobre, digamos assim, se adequado ou não esse tipo de preocupação. E eu acho estranho esse tipo de comportamento. Isso nada mais é do que a preservação da propriedade intelectual que está se fazendo. Quando se pega um disco de um cantor e se faz uma pirataria, toda a imprensa vem em cima, toda a mídia vem contra porque aquilo é uma conspiração contra o direito de propriedade. Quando se vai à Amazônia e se tira lá algumas coisas da biodiversidade da Amazônia se reclama que é uma conspiração contra os interesses da nação. Então, na verdade isso nada mais é que está sendo proposto aqui, do que um trabalho, uma preocupação no sentido da manutenção da propriedade intelectual. Quando você descobre uma coisa qualquer que seja, aqueles que descobriram, o país que descobriu, as entidades que descobriram, ela tira partido daquilo. Afinal de contas, tem que remunerar quem trabalha, como o Dr. Luiz Antônio bem disse, tem que remunerar. É um trabalho caro, um trabalho demorado, trabalho que leva anos que precisa ser devidamente reconhecido e remunerado. Então, eu gostaria, e não vou fazer nenhuma pergunta, gostaria de mais uma vez registrar a satisfação, esse

momento, momento importante para essa Casa. Que enriquece essa Casa. Nós discutimos aqui, temos poucas oportunidades que eu estou aqui há um ano e pouco, temos poucas oportunidades de ter momentos tão elucidatórios, tão enriquecedores como esse que nós presenciamos aqui agora. Parabéns aos senhores, trabalho magnífico que está sendo feito por toda a comunidade científica brasileira que vive nessa... A inteligência brasileira que vive nesse ramo. Eu gostaria de parabenizar a todos em nome de V.Sas.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador João Tenório, que é o relator desse projeto realmente muito importante da Senadora Kátia Abreu, que corajosamente apresentou, inclusive para quebrar alguns paradigmas e conceitos que nós temos como pessoas públicas de fazer esse procedimento e levantar esta discussão aqui. O Senador João Tenório estava falando e eu lembrando, não puxando a brasa para o Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, mas lembrando de algumas ações, da importância da pesquisa. Pesquisa é tudo. Agora mesmo nós estamos trabalhando para que cientistas da nossa Pontifícia Universidade Católica conclua um projeto com o nosso apoio que chama-se Instituto do Cérebro, Dr. Augusto Botelho, médico. Que entre outras coisas quer encontrar uma forma de reduzir o impacto do famoso alemãozinho, o mal de Alzheimer, que é um processo... O alemãozinho famoso, o mal de Alzheimer. Algo que impacta em todas as famílias onde há pessoas com essa doença. Há um grande esforço no sentido de... E estamos conseguindo. Quem sabe já este ano vemos esse instituto instalado. E lembrei da professora Patrícia Pranske(F), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que está lá lutando com outra equipe para instalar o Instituto da célula-tronco. E já está congelando, já estão congelando cordões umbilicais para no futuro serem utilizados como fatores de recuperação de doenças graves. E eu espero que logo ambos os institutos já estejam procedendo pesquisas para contribuir com a humanidade. Então, todos esses... Acho que todos esses movimentos nesse sentido devem receber apoio do Congresso Nacional. Prioridade do Congresso Nacional. Esses são os temas que devem estar aqui para fazer a grande discussão. Passo a palavra ao Senador Augusto Botelho, que está inscrito também para comentar sobre a Audiência Pública que estamos fazendo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, inicialmente gostaria de parabenizar e agradecer todos os expositores. O Dr. Luiz Antônio, da ABCZ, professor Flávio da USP, Rodolfo da EMBRAPA que já esteve algumas vezes aqui e o Dr. Joselito também da criação... Associação Brasileira de Santa Inês. Vou fazer

perguntas objetivas. Uma direto... Antes também devo considerar o seguinte. Quando se começou a fazer inseminação artificial no Brasil, para ver a história da evolução das coisas, a gente só inseminava... Aproveitava os grandes touros... Produzia elementos para reprodutores, inicialmente. Depois fomos evoluindo, evoluindo, hoje a gente faz inseminação artificial para produzir, para chegar no boi, o boi de consumo. Com a clonagem, para poder chegar a boi de consumo, eu ainda hoje vejo um pouco distante. Mas em 48, aquele que escreveu a Odisseia no Espaço, não estou lembrando o nome dele, ele escreveu o primeiro livro que falava em comunicação por satélite. Não existia nem satélite e nem... Estava começando a comunicação sem fio naquele tempo. Ele escreveu isso e hoje é uma coisa corriqueira que a gente fala com telefone em qualquer lugar do Brasil. Então, vejo um pouco distante a clonagem pra gente ter um consumo, mas acho que vamos chegar lá. Não sei como vamos chegar. Ou de uma forma ou de outra. Mas é uma pergunta assim, se já temos algum produto de clonagem na espécie de ovino que esteja produzindo sêmen, já esteja sendo utilizado comercialmente. É a pergunta para o professor Joselito. Outra pode ser o Dr. Flávio ou o Dr. Luiz em relação àqueles clones que eu vi do Fajardo e fiquei até alegre de ver três do Fajardo. Eles já estão produzindo sêmen? Já está sendo comercializado o sêmen? A ABCZ permite que use o sêmen? Quer dizer, nós temos que andar, essa lei da caixa tem que ver esses caminhos todos. Porque a gente está perdendo tempo. Se está produzindo sêmen e não está utilizando sêmen. E fiquei muito satisfeito também com a esperança do professor Flávio de que a gente vai reduzir o boi para 390 dias. Fica quase uma galinha. [Risos] A galinha em 45 dias. Eu sei. 45 dias. Mas antigamente a galinha era cento e poucos dias. Seis meses, então. Agora, eu acho que tem possibilidade de a gente chegar nisso mesmo, com a melhoria da qualidade genética. E alterando também, fazendo alterações no uso de engenharia genética também que é uma coisa que vamos evoluir naturalmente quando acabar esse xiitismo que tem contra a engenharia genética, contra os organismos geneticamente modificados. Com a fome que há no mundo, com o grande número de pessoas passando fome e com a perspectiva econômica para quem tem o conhecimento, eu acho que é questão de tempo. Nós vamos ter que chegar nesse ponto. Então, eu queria saber se em relação aos filhos do... Os clones do Fajardo já estão produzindo, então ainda estão vindo barreiras, e quais são as barreiras que o professor Flávio tem para isso e o que a ABCZ pensa sobre essa utilização de clones para produzir.

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Exm^o. Senador Augusto Botelho, a pergunta que o senhor fez é muito própria. Esses animais já estão hoje com três anos de idade, as três cópias desse touro, e eles estão, obviamente, maduros sexualmente. Nós já fizemos algumas análises do ponto de vista de qualidade do sêmen desses animais, já obtivemos sêmens congelados desses animais, já utilizamos eles para desenvolver de pesquisa no laboratório, a gente sabe que eles são capazes de fecundar o óocitos *in vitro*, mas do ponto de vista de aplicação, ou utilização desse sêmen, fica limitado por conta dele não estar sendo registrado pela associação e o fato de ele não estar sendo registrado pela associação não permite obviamente que ele seja comercializado ou que esses touros passem por uma central, o Dr. Josankian é muito mais habilitado que eu para falar isso. A preocupação que nós temos e essa é a preocupação com a regulamentação, é que do ponto de vista genético, ou do ponto de vista da rastreabilidade, é praticamente impossível. Para touros eu diria que é impossível você falar se esse animal é descendente do original ou de um clone. Então, isso eu não acredito que está ocorrendo com o Fajardo porque o Helder Galera é uma pessoa muito séria, e não imagino que isso deve estar acontecendo nesse caso, mas especificamente em outros casos isso poderia estar acontecendo. E nesse caso os animais, os clones estão passando pelos seus animais originais, os doadores de célula, e nós estamos perdendo uma quantidade de informação muito importante do ponto de vista científico e do ponto de vista de rastreabilidade, controle... Que a gente poderia estar tendo. Quer dizer, poderíamos eventualmente estar tendo uma série de descendentes desses animais clonados hoje no país, poderíamos estar estudando eles, vendo efeito deles, da clonagem, isso já foi feito para fora mas nós poderíamos estar também aproveitando esses dados. Então a gente perde essa informação. A pergunta do senhor é muito própria. Não sei se o professor Josankian...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de ouvir também a posição da ABCZ com relação a isso, com relação a esses três clones do Fajardo.

SR. LUIZ ANTÔNIO JOSANKIAN: Exm^o. Senador Augusto Botelho, a posição da nossa entidade é estritamente alinhada à do Ministério da Agricultura, ao qual nós fomos subornados. Então, a existência desses clones, embora eles sinalizem, como já foi colocado um avanço da nossa competência, da nossa pesquisa, até mesmo pela questão de ter sido um brasileiro que esteve no processo que popularizou a clonagem, a questão da Dolly... Não obstante todo esse mérito nós não reconhecemos como existentes

ou como reais os clones ou do Fajardo, eventualmente outros que existam. Nós não podemos reconhecê-los. Embora a gente perceba, eu havia colocado que nós estamos perdendo oportunidade até mesmo de estudar o comportamento desses clones. E a ausência da regulamentação nos coloca num quarto escuro em que ninguém sabe, nós perdemos a rastreabilidade, como o Dr. Flávio disse, nós não sabemos se... Não podemos afirmar hoje se esses animais estão sendo ou não estão sendo utilizados porque não há técnicas que permitam identificar que descendentes deles não são filhos deles, são filhos do clone. Então isso tudo nos coloca numa situação pouco confortável frente à sociedade como um todo. E por isso nós somos totalmente favorável à regulamentação do processo que os benefícios nos parecem muito mais evidentes e claros do que eventuais contratempos. E na existência de contratempos, nós estaríamos conhecendo esses contratempos e teríamos que lidar com esse problema. Hoje vamos ficar sem conhecer a situação.

SR. JOSELITO ARAÚJO BARBOSA: Eu queria registrar com o senhor a minha satisfação grande quando parlamentamos ali um pouquinho sobre os ovinos e agora pela sua preocupação também. Eu fico bem feliz e saio, assim, com uma felicidade muito grande porque na verdade a espécie ovina ela foi durante muito tempo esquecida. E a gente está vendo que hoje ela tem, ela está chegando. E vendo sua preocupação me deixa mais tranquilo. Quanto à questão do clone, o primeiro clone de ovinos no Brasil foi o do El Beduíno, um raçador comprovado e tudo. Na verdade, eu não vou nem falar dele, vou passar para o papai dele que está ali, o segundo de lá pra cá, mas eu queria registrar a minha satisfação com o senhor por essa preocupação e passar para o Dr. Flávio para que ele fale sobre a experiência do nosso primeiro clone de ovinos no Brasil.

SR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES: Senador, nossa experiência com ovinos ainda é muito pequena. Nós estamos iniciando, foi uma demanda de uma série de colegas, a professora Anelise(F) e mais uma equipe de uma empresa de São Paulo que veio com uma demanda pra gente tentar clonar um reprodutor da raça Santa Inês, um carneiro que havia morrido alguns dias antes de um leilão, chamava El Beduíno, e nesse momento eles colheram a célula, após que ele tivesse morrido, logo na sequência, colheram a célula e encaminharam pra gente no laboratório e a gente conseguiu manter essas células em condições e demos início ao trabalho com os ovinos. Como não é uma rotina muito grande nossa, a gente fez alguns experimentos que a gente chamou de experimento piloto e conseguimos desenvolver uma série de gestações das quais uma

chegou a ter, o animal nasceu e sobreviveu em torno de 24 horas e ele teve um problema de desenvolvimento cardiorrespiratório, e ele então veio a óbito logo na sequência. A gente está se organizando para voltar a produzir esses animais porque a gente tem certeza que foi uma perda circunstancial, e não uma perda definitiva, porque aparentemente o animal estava muito bem, e a técnica a gente sabe que tem alguns problemas de nascimento, quando a gente faz um, dificilmente a gente consegue uma estatística. Um pode ser 100% positivo ou 100% negativo. Então a gente precisa repetir e estamos ansiosos pra fazer isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mais uma pergunta. Esse projeto da Kátia Abreu ainda não tive tempo de me debruçar nele. Mas ele está abrangendo esse nó que existe entre a ABCZ e o clone do Fajardo? Que é uma coisa bem prática, vão existir clones. Se fossem clones do kavardi(F) aí poderia ser mentira, mas do Fajardo ninguém tem dúvida nenhuma de que deve ser o clone do Fajardo.

SR. LUIZ ANTÔNIO JOSANKIAN: Sim. O aspecto da--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A lei abrange esse aspecto de clones?

SR. LUIZ ANTÔNIO JOSANKIAN: Em regulamentando a possibilidade da clonagem e regulamentando a propriedade do material genético. E confere depois... E deixa um... O que é necessário, Senador, para que seja regulamentado nas esferas próprias. A exemplo do próprio Ministério da Agricultura em relação ao registro genealógico. Me perdoe dentro da minha visão não tão gabaritada para avaliar um Projeto de Lei, que não é a minha... Mas na leitura que eu tive, ele contempla exatamente...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Exatamente esse ponto.

SR. LUIZ ANTÔNIO JOSANKIAN: Com certeza.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ok. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Só para complementar, uma curiosidade de um leigo, um ignorante que não sabe nada a respeito. Mas eu vi uma observação muito interessante Dr. Rodolfo, me chamou atenção, da EMBRAPA, recuperação de espécies extintas. É possível? Mera curiosidade. Todo mundo busca os mamutes, não sei quem... Buscando lá os dinossauros... Vemos aquelas histórias que fica um pouco mais na ficção, mas já tanta coisa da ficção virou realidade, quando vi essa frase, esse título, recuperação de espécies extintas me chamou atenção.

SR. RODOLFO RUMPF: Acho que o grande desafio vai ser você conseguir encontrar o material genético perfeitamente, vamos dizer assim, num Estado adequado que permita todo esse processo que a gente veio discutindo. Quando eu coloquei a interrogação quando a gente fala em espécie, recuperação de espécie, na verdade nós estamos recuperando indivíduos. Que uma raça já implica em diversidade genética, espécie muito mais. Então, é só um cuidado que a gente deve ter. E cada pouco aparece na televisão aí alguns relatos, é o tigre da Tasmânia, os mamutes... Nós não questionamos. Nós simplesmente citamos e colocamos a fonte e fazemos essa ressalva, que na verdade nós vamos estar regenerando indivíduos. Mas é melhor eu ter um indivíduo do que não ter nada. E pensando na hipótese do futuro você trabalhar, fazer a diversidade genética no laboratório, então é bom você ter um ponto de partida. E esse raciocínio todo que nós discutimos hoje para a produção, ele de certa forma poderá ser muito útil, de certa forma, não, eu tentei mostrar isso na regeneração do animal que morreu e essa parte da conservação para animais silvestres também. Então agora recentemente conseguimos isolar células da orelha de um animal que ficou 21 dias guardado na geladeira. Nem a gente acreditava que ia conseguir ainda, e conseguimos células com qualidade que sejam utilizadas na clonagem. Então, mostra isso que no futuro, vamos dizer, essas questões todas de animais silvestres que tem sido discutido que poderão ser usuários, vamos dizer assim, dessas tecnologias. Não só a parte de produção da proteína e do leite que a gente acredita ser importante, mas também a idéia da manutenção da diversidade genética para a gente não ter que necessariamente regenerar os mamutes. Mas fica aí o desafio. Em tendo o material disponível, acredito que seria possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Eu quero então agradecer a presença do Dr. Rodolfo, que é pesquisador de recursos genéticos e biotecnologia da EMBRAPA, CENARGEN, Sr. Flávio Meirelles, professor da Universidade de São Paulo, Luiz Antônio, superintendente e técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, Joselito Araújo Barbosa, especialista em clonagem de ovinos da Associação Brasileira de Santa Inês de Alagoas que sem dúvida alguma deram uma grande contribuição para que os Senadores que compõem a Comissão de Ciência e Tecnologia Inovação e informática possam instruir-se adequadamente em relação ao Projeto de Lei da Senadora Kátia Abreu, que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.

Agradeço a participação de todos e está encerrada a presente Sessão.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2008

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dois de abril de dois mil e oito na sala dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Marcelo Crivella, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Antônio Carlos Júnior, João Tenório, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque. Justifica ausência o Senador Eduardo Azeredo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 04, de 2008, “Nos termos legais e regimentais requeiro sejam convidados Srs. Professores Antônio Manoel Dias Henriques, Ex-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, e Nelson Martin, Ex-Presidente do Conselho Fiscal da FINATEC, para fins de prestar esclarecimentos acerca do uso irregular de recursos da Fundação destinados à pesquisa.” Comparecem à Audiência Pública, os Srs. Professor Antônio Manoel Dias Henriques, Ex-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, e o Sr. Nelson Martin, Ex-Presidente do Conselho Fiscal da FINATEC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, autor do requerimento, Flávio Arns e Flexa Ribeiro. Nesse momento, os Senadores Renato Casagrande, Flávio Arns e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão Extra-Pauta de requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº. 06 de 2008 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande que “Nos termos regi-

mentais, requeiro que seja realizada Audiência Pública, tendo como convidado o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Sergio Machado Rezende, a fim de apresentar o plano de ação de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2007/2010.” O requerimento é aprovado.

Item 02: Requerimento nº. 07 de 2008 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Nos termos regimentais, requeiro que seja convidada a Dra. Lúcia Carvalho de Pinto Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, para em Audiência Pública, apresentar o seu plano de ação. O CGEE é uma organização social, que tem por finalidade promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos, bem como realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos, além de difundir informações, experiências e projetos à sociedade.” O requerimento é aprovado.

Item 03: Requerimento nº. 08 de 2008 – CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para instruir o PLS 213/2007 e o PLS 677/2007 que regulamentam o mercado de cartões de crédito. Solicito ainda que sejam convidadas para participar da Audiência Pública as seguintes instituições e entidades: 1 – Banco Central do Brasil; 2 – Ministério da Fazenda; 3 – Ministério da Justiça, 4 – Confederação Nacional do Comércio; 5 – Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; 6 – Associação Nacional dos Usuários de Cartão de Crédito – ANUCC; e 7 – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – Pro Teste.” O requerimento é aprovado, prejudicando o Requerimento nº 5, de 2008-CCT. O Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião, às onze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Wellington Salgado De Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 2008,

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 02 de abril de 2008. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa e aprovação da leitura da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de darmos início à Audiência Pública, comunico aos Srs. membros que esta Comissão recebeu as seguintes correspondências: Primeira: Cópia do ofício gabinete UP-2005/2008, dirigida ao Exmo. Sr. Embaixador, Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL, que trata de notificação do Deputado Federal Odorico Pinto, PNM da Bahia, a respeito da existência de rádio clandestina Liberdade, no Sistema Liberdade de Comunicação, no Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, por supostamente vir, de forma agressiva, desrespeitosa e arrogante, atacando a honra daquele Parlamentar da Presidência da República do Parlamento da própria ANATEL. Solicita a providência das autoridades competentes para impedir o funcionamento da emissora em tela. Cópia dessa correspondência foi igualmente enviada ao Presidente da República, ao Ministério das Comunicações, aos Presidentes das Comissões CCT do Senado, que é a nossa e à Câmara, e à CGU, e à Procuradoria-Geral da República e aos órgãos da Imprensa.

Ofício nº. 02, 027/08, do Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para assuntos de Ciência e Tecnologia e do Conselho Nacional de Fundações estaduais de amparo à pesquisa, respectivamente, convidando para a solenidade de abertura do Fórum Nacional, CONSECT-CONFAP(F), a se realizar às 17h00, no próximo dia 16/04/08, quarta-feira, no Centro Cultural dos Povos da Amazônia, em Manaus, Amazônia.

“Srs. e Sras. Senadores, a realização dessa Audiência Pública atende a Requerimento nº. 04/08, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria do Senador Romeu Tuma, com o objetivo de prestar esclarecimento acerca do uso irregular de recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, FINATEC, destinado às pesquisas. Para darmos início à presente Audiência Pública, solicito ao próprio Senador Romeu Tuma que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Sobre a Mesa Requerimento do Senador Casagrande, extrapauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pedir inclusão extrapauta desse Requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos fazer logo agora, então, a aprovação ou não de seu Requerimento?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Lhe agradeceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Requerimento: “Nos termos do Regimentais, requeiro que seja realizada audiência pública, tendo como convidado o Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Machado Rezende, a fim apresentar o Plano de Ação de Ciência e Tecnologia e Inovação 2007-010, Senador Casagrande. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão.

Aprovado o Requerimento de V.Exa... Providenciaremos junto à agenda do Ministro e a Secretaria--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, senhor Presidente. O Ministro está à disposição para vir na próxima semana, se assim a agenda da Comissão permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Veremos com a nossa Secretária--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque o objetivo do convite é para que o Ministro faça, aqui no Congresso, o que ele não fez ainda, uma apresentação desse plano, até 2010, de investimentos na área de Ciência e Tecnologia. Esse plano foi apresentado como PAC da Ciência e Tecnologia porque tudo no Governo se denomina PAC.

Então, mas, de fato, é um programa, é um plano de investimento na área de Ciência e Tecnologia, que acho fundamental que o Congresso e o Senado e nossa Comissão tomem conhecimento, de forma mais detalhada, desse plano. Obrigado aos Membros da Comissão..

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sendo V.Exa.

especialista no assunto, tenho certeza que será uma audiência frutífera para essa Comissão e também para os membros e os convidados. Marcaremos, assim que a agenda da Comissão e do Ministro estiverem de acordo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para esclarecer aos telespectadores e convidados, essa é uma Audiência Pública, cujo assunto é prestar esclarecimentos acerca do uso irregular de recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, FINATEC, destinados à pesquisa. Autoria do Requerimento do Senador Romeu Tuma. Os convidados: Sr. Antônio Manoel Dias Henriques, ex-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, FINATEC; e o Professor Nelson Martin, ex-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, FINATEC.

Observando a ordem dos convidados, passaremos primeiramente a palavra ao Sr. Antônio Manoel Dias Henriques, ex-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, FINATEC, a quem eu passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se pudessem dar umas folhas em branco pra gente anotar um pouquinho do... Já está aqui? Ah, desculpa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, V.Exa. que é o autor do Requerimento, podemos começar? Quando V.Exa. liberar, começamos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tranquilo, só ter uma anotação para não perder o trem. Se perder o trem, perdeu a história.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E trem, lá, tem um monte. Com a palavra o Senador Antônio Manoel Henriques. O senhor, desculpe. Um dia, poderá ser.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Serginho está prevendo, não é, Tuma?

[risos].

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Exmo. Sr. Presidente Senador Wellington Salgado

Filho, Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma, autor do Requerimento, Sras. e Srs. Senadores, membros dessa Comissão, e presentes a essa Sessão, demais autoridades presentes, colegas de Universidade, senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite feito por essa Comissão. Vejo este momento como uma oportunidade para, mais uma vez, poder esclarecer aos membros dessa Casa e à sociedade em geral, pontos que julgo de extrema importância, nesse episódio envolvendo a FINATEC.

Nessa fala introdutória, além da minha apresentação pessoal, vou abordar a importância das fundações de apoio para as Universidades públicas, e especificamente a importância da FINATEC para a UnB, tendo em vista que somente no período de 2002 a 2006, contribuiu com mais de 86 milhões para a Universidade. A inexistência de responsabilidade do Conselho Superior, por mim presidido, e do Conselho Fiscal, presidido pelo professor Nelson Martin, pelas compras dos móveis da residência oficial da Reitoria da UnB, e a importância para a FINATEC, das diversas parcerias que firmou, entre elas, com a INTERCORP.

Sou formado em engenharia mecânica, pela UnB, possuo Mestrado pela PUC do Rio de Janeiro, Doutorado pela UnB. Trabalhei no Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE, em São José dos Campos, onde coordenei a equipe que projetou o primeiro satélite de coleta de dados brasileiro. Pertencço ao quadro de professores da UnB, desde 1985; fui Chefe do Departamento de Engenharia Mecânica e Diretor da Faculdade de Tecnologia da UnB. Fui um dos 12 professores que, em 1992, instituíram a FINATEC, da qual fui Diretor Presidente, no período de março de 1992 a abril de 2004. Retornei à Fundação em abril de 2006, como membro do Conselho Superior, tendo, em seguida, sido eleito para presidi-lo. Sou também Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio a Instituições de Ensino e de Pesquisa Científica e Tecnológica – CONFIAS. E é nessa condição que acredito poder dar maior contribuição para essa Comissão, no esclarecimento da importância da relação Fundação de Apoio/Universidade, pois, desde 2004, não sou mais Diretor Presidente da FINATEC.

A denominação Organização Não-Governamental encerra em si diferentes peças de instituições. Em geral, as entidades que são denominadas de ONGs, em sua grande maioria, são constituídas na forma de associações, modelo que difere frontalmente das fundações, em especial das fundações de apoio, que são regidas por Legislação própria, Lei nº. 8958/94 e decreto 5205/2004, que as obriga a prestar contas anualmente ao Ministério Público e à instituição de pesquisa que apóia, e bianualmente ao MEC-MCT, bem

como aos órgãos de fomento à pesquisa, o que não acontece com as associações.

Enquanto as associações são normalmente instituídas por um grupo de pessoas, ou jurídicas ou físicas, que passam a ser donas da instituição, e, portanto, do seu patrimônio, as fundações, aí incluídas as fundações de apoio, como é o caso da FINATEC, não possuem donos. As fundações são da sociedade. Vale dizer, o seu patrimônio é da sociedade. No caso de extinção de uma associação, as contribuições que os associados tiverem prestado ao patrimônio da mesma poderão ser restituídas aos associados, com a devida atualização. Já no caso da fundação, isso não é possível.

No caso de extinção de uma fundação o patrimônio, na sua totalidade, será destinado à outra fundação, que tenha objetivos semelhantes. Não havendo tal instituição, será revertido ao Poder Público. Ou seja, uma fundação é um patrimônio personalizado, destinado a um fim, de acordo com a vontade dos instituidores. No caso da FINATEC, por exemplo, o seu patrimônio seria revertido para a Fundação Universidade de Brasília.

Portanto, as fundações e o seu patrimônio não pertencem aos instituidores, aos dirigentes e nem ao Poder Público. O titular do acervo patrimonial das fundações é a sociedade. Enquanto todas as fundações são de interesse social, nem toda associação ostenta a mesma característica, pois pode ser criada para a defesa de interesses individuais e disponíveis de determinado grupo.

É importante esclarecer que a esmagadora maioria das fundações de apoio foram instituídas com patrimônio insuficiente para o desenvolvimento de seus objetivos sociais. Ou seja, diferentemente de fundações que foram instituídas tendo como origem uma herança deixada por algum bom samaritano, os patrimônios iniciais das fundações de apoio, na sua grande maioria, tiveram como origem doações de servidores das próprias instituições apoiadas. Portanto, para que essas instituições pudessem cumprir sua missão social, tiveram que obrigatoriamente captar recurso no mercado; tiveram que integralizar o seu patrimônio, uma vez que não poderiam ser sustentadas pela instituição apoiada.

Não foi diferente com a FINATEC. dada a insuficiência dos recursos com que foi criada, teve que, num primeiro momento, desenvolver seus objetivos sociais em paralelo com a sua capitalização para, em seguida, aplicar os recursos e seus objetivos sociais, por exemplo, via editais de pesquisa.

É importante que se registre que a FINATEC foi a primeira fundação de apoio no Brasil a lançar editais de apoio à pesquisa com recursos próprios, que são recursos a fundo perdido. Semelhante à FINATEC,

existem atualmente cerca de 110 fundações de apoio, credenciadas no MEC-MCT. Até o Ministério Público e o Distrito Federal têm a sua fundação. Fundação Superior do Ministério Público do DF e Territórios, que, em 2006, juntamente com a FINATEC e a Faculdade de Direito da UnB, promoveu o Curso de Especialização em Direito Constitucional Contemporâneo, ou seja, as fundações, particularmente as fundações de apoio, têm sido grandes parceiras das instituições de ensino e de pesquisa públicas, na busca de recursos para serem investidos no âmbito dessas instituições, nos seus objetivos sociais.

Não tenho dúvida que o avanço tecnológico e da pesquisa no Brasil, nos últimos 30 anos, que se originou quase que totalmente nas Universidades e institutos de pesquisas públicos, tenham uma participação importante e decisiva das fundações de apoio, aí incluída FINATEC. Em recente palestra, em evento promovido pelo TCU e pela ANDIFES, intitulado Primeiro Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior, o TCU promove a busca de soluções, do qual tive a honra de participar como debatedor; o Dr. Adib Jatene fez uma brilhante palestra, na qual, entre outros vários assuntos que abordou, defendeu o papel fundamental desempenhado pelas fundações de apoio no desenvolvimento das pesquisas no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Essas fundações são só para Universidades ou têm caráter geral? O Primeiro Congresso das Fundações de Apoio. Apoio às Universidades?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: E institutos de pesquisas públicos. Por exemplo, INPE, EMBRAPA...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigada.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Feitas essas considerações iniciais, passo a falar sobre as lições... Ilações, desculpe, as ilações que foram lançadas contra a FINATEC.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que o Dr. Antônio Manoel, ele vai agora fazer desdobramentos de pressupostos que ele lançou. Agora, eu só quero dizer que os pressupostos todos, que foram lançados, estão em desacordo com a Legislação. Toda perspectiva que ele traçou, todo o quadro que ele desenhcou,

em termos da natureza das associações e das fundações, não corresponde nem à realidade e nem à Legislação.

Então, eu só quero dizer que os pré-requisitos, os pressupostos para os desdobramentos são, na verdade, precisam ser todos eles questionados. Porque, por exemplo, dizer-se que uma associação pode atender... O patrimônio volta para a pessoa... Um as contribuições oferecidas por uma associação depois, no seu término, eventualmente voltam para seus instituidores, que uma associação pode atender objetivos individuais... Isso está em desacordo, só quero dizer, com todo respeito, a toda a Legislação. A mesma coisa acontece nos pré-requisitos e nos pressupostos lançados em termos de fundações.

Então, o terceiro setor, que é composto de fundações e de associações não... Eu acho que até nesse sentido não é a fundação de apoio, porque a fundação de apoio tem uma característica legal diferente da fundação, mas esses pressupostos todos, a forma de abordagem, eu só quero dizer que está totalmente equivocada. Então, os pressupostos, eu até me admiro que o Dr. Antônio Manoel esteja abordando dessa maneira, porque, na verdade, isso não corresponde nem à lei e nem àquilo que acontece, e, então, só para que a gente saiba que o desdobramento tem como pré-requisito algo que pode ser questionado na sua inteireza--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, V.Exa., então, está dizendo que há um desvirtuamento da atividade com a Legislação em vigor?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O que eu estou dizendo é que o Dr. Antônio Manoel, ele tentou diferenciar a fundação de apoio do que uma fundação e do que uma associação desenvolvem em termos de Brasil.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): As Organizações Não-Governamentais também?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): De terceiro setor.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Existe uma diferença, Senador Flávio Arns, entre fundação e associação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, sem dúvida. Existe uma diferença entre associação e fundação. Associação é um grupo de pessoas que se reúne em função de um objetivo importante, sem fins lucrativos, com a Diretoria não remunerada, a não ser que seja na forma de uma OSCIP, e uma associação--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não remunerada na função estatutária.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Na função estatutária. E, quando essa associação deixa de existir, todo o patrimônio tem que ir para uma instituição congênere; uma instituição pública ou congênere. O que o Dr. Antônio Manoel colocou é que este patrimônio volta para os sócios, para os instituidores. Todas as contribuições retornam para os instituidores, que uma associação atende interesses individuais.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso acontece numa cooperativa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quer dizer, exatamente o contrário... A associação é exatamente o contrário daquilo que foi colocado. A fundação é constituída a partir de um patrimônio, que é destinado para os objetivos da fundação, por uma pessoa que morre, que deixa uma casa, deixa um apartamento, deixa um dinheiro, um benemérito, que nem foi colocado. Então, isso é fundação. Também sem fins lucrativos, quando a fundação deixar de existir tem que haver uma previsão para onde que vai o patrimônio. Tudo isto é terceiro setor, sem fins lucrativos.

Agora, existe uma legislação especial, que trata das fundações de apoio, que é o caso das fundações de apoio das Universidades, do Ministério Público etc. Então, esta diferenciação é fundamental, inclusive para o Brasil, porque os pressupostos que foram colocados, toda fala inicial, na minha opinião, está equivocada e essa correção tem que ser feita para que o bom entendimento aconteça por parte de todos aqueles que nos acompanham através da TV Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria colocar, e nós temos que definir qual vai ser a maneira de nós trabalharmos, se nós vamos abrir agora para o questionamento quanto ao posicionamento do Senador Flávio Arns ou se nós vamos esperar toda a exposição para, depois, entrarmos nessa fase de debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu acho que ele tem que continuar porque está mais ou menos baseado no que foi dito na CPI, eu tenho as notas, mas o alerta do Senador Flávio Arns tem uma importância vital, até para a condução do depoimento dele. Porque, se há um confronto entre a Legislação e a atividade da fundação, eu convivo com a Fundação Zerbini. Eu sei a dificuldade e a vigilância permanente do Ministério Público é obrigatória. Fiscalização permanente do Ministério Público sobre fundações. Então, eu acho que ele deve continuar sua exposição, mas nós não podemos perder o eixo da exposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bem colocado. Inclusive, nós estamos ao vivo, pela TV Senado, claro que essa Audiência Pública passará mais tarde, mas, quando entrar a CCJ, nós perderemos a prioridade. Então, a colocação do Senador Flávio Arns é importante nesse momento. Agora, para conduzirmos de uma maneira--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso sugerir, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, porque só o Senador Romeu Tuma levantou a situação da Fundação Zerbini. É o típico exemplo de uma fundação, acompanhada pelo Ministério Público, que, aliás, o Ministério Público tem, entre os seus deveres, o dever de acompanhar, de estar presente no desenvolvimento do trabalho das fundações. A Fundação Zerbini, ela é responsável por uma atividade de saúde, pela manutenção provavelmente do hospital; sem fins lucrativos, patrimônio constituído para isto, e, quando a fundação deixar de existir, deve haver a previsão de como é que isto vai acontecer, em termos de destituição do patrimônio, nunca voltando para o sócio, contribuição para o sócio. Então, este é um tipo de fundação. Fundação de apoio de uma Universidade, como tem lá na Universidade Federal do Paraná, a FUNPAR, é uma fundação de apoio à Universidade. Então, esta fundação de apoio tem, como o Dr. Antônio colocou, uma Legislação própria. O eu quero dizer só que a comparação que ele fez com as associações e com as fundações é que não corresponde à realidade.

Então, na minha opinião, deve-se continuar, lógico, para explicar o que aconteceu com a FINATEC, mas, neste sentido, só deixando muito claro que a abordagem teórica colocada não é correta, legalmente. Mas, na minha opinião, deve ser continuado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para esclarecer, quando eu fiz o Requerimento, ainda não havia a convocação da CPI. Então, era... O noticiário de jornal que nos preocupava, principalmente investimento e pesquisa. E eu não quis retirar depois o depoimento porque alguma coisa ficou no ar. E o Senador Arns está caracterizando. Houve ou não houve o crime da FINATEC, ao financiar o apartamento e outros acordos e operações conjuntas, que têm feito com outras entidades? E o desvirtuamento, a colocação fora do eixo da legalidade, da ação da FINATEC, que eu acho que

é o ponto principal nosso agora, a partir da exposição do Senador Flávio Arns, sem perder a visualização de que se houve ou não prática de crime, que está sendo apurada pela CPI. Mas acho que a Comissão de V.Exa. tem o objetivo principal, que é Ciência e Tecnologia. Ela tem que saber para onde vão os benefícios--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nossa Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É. Os benefícios que são alocados para pesquisa, porque vários projetos estão sendo aprovados, principalmente de exportação, onde uma parte vai para a Ciência e Tecnologia, para a distribuição, para a pesquisa. A FINATEC está ou não recebendo? Pelo que está aqui no depoimento da CPI, não. Então, são coisas que a gente tem que esclarecer, pela Comissão, para talvez mudar até a Legislação em vigor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, Senador Flávio Arns, o professor Antônio, permita-me chamá-lo assim, que minha mãe sempre diz que o professor no Japão é mais respeitado mais do que qualquer pessoa. Então, acho que o título de professor é muito importante. Professor Antônio, então, eu vou abrir para esse questionamento rápido, Senador Flávio Arns, que eu acho que ele ficou um pouco vencido nesse debate, para que possamos dar o direito... Abriríamos quatro minutos, para eu te limitar...

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --Um minuto, então... Não, nem um minuto. Fique à vontade para o posicionamento.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Senador...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não, não, claro, claro. É só para esclarecer ao Senador Flávio Arns. Senador, na verdade, o que eu coloquei aqui não reflete... Isso aqui foi tirado do livro do Dr. Eduardo Sabo Paz, que ele é promotor... Procurador hoje do Ministério Público do Distrito Federal e autor do livro, que é considerado um livro... Está aqui até o livro, ele chama "Fundações e Entidades de Interesse Social – Aspectos, administrativos, contábeis e tributários". É um livro que está na sexta edição, "Fundações e entidade de interesse social – Aspectos jurídicos administrativos, contábeis e tributários". Esse é um livro que está na sexta edição, e isso aqui que está

colocado, que eu coloquei aqui é o que está refletido no livro. Inclusive as palavras...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Tem. Essas são as palavras que estão no livro. Inclusive, não é que o patrimônio de uma associação obrigatoriamente volte para os seus associados. Diz: "Poderão ser". Mas, no livro, está claro. Eu tirei esse parágrafo que, inclusive, tirei desse livro. Como não é minha área, eu não sou Advogado, sou engenheiro, eu busquei obviamente na literatura exatamente a definição de associação e de fundação. Então, eu tirei desse livro aqui e depois... Quer dizer, isso aqui não é minha opinião; é a opinião de um jurista e de um promotor, de um Procurador que escreveu um livro que hoje está na sexta edição. Só o esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pediria aqui que tirasse uma xerox para os Senadores presentes. Com a palavra, o professor Antônio.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Bom, então, voltando aqui, feitas essas considerações iniciais, passo a falar sobre as ilações que foram lançadas contra a FINATEC. Bom, residência oficial da reitoria da UnB. A questão do mobiliário adquirido pela FINATEC para a residência oficial da reitoria da UnB já foi bastante debatida nessa Casa, quando da vinda do reitor à CPI das ONGs. No entanto, penso ser necessários mais alguns esclarecimentos.

Antes, porém, gostaria de deixar clara a minha posição, que eu já deixei anteriormente, em relação a essa questão. Entendo que esses recursos poderiam ter tido uma melhor destinação. Como falei há pouco, a aquisição do mobiliário em questão não foi autorizada pelo Conselho Superior da FINATEC, do qual sou o Presidente. O Conselho Superior tem como atribuição estatutária ditar a política da fundação. Também não foi autorizada pelo Conselho Fiscal, que é presidido pelo professor Nelson Martin e que tem como atribuição assessorar o Conselho Superior, ou seja, nem eu nem o professor Nelson Martin temos qualquer responsabilidade sobre a autorização dessas compras.

Estatutariamente, compete à Diretoria executiva, que é composta por três diretores, um Diretor Presidente, um Diretor Secretário e um Diretor-Financeiro, a autorização de despesas no âmbito da FINATEC. É importante esclarecer que, conforme reza o art. 18 do estatuto da FINATEC, qualquer documento referente ao giro dos negócios, tais como cheques, ordens de pagamento, devem ser sempre assinado por dois membros da diretoria.

Segundo informações colhidas junto à FINATEC, o Diretor Presidente à época, Professor Sadek Crisostomo Absi Alfaro, seguindo orientação da área técnica da UnB, autorizou pessoalmente as referidas compras. E com que recursos esses bens foram adquiridos? O art. 2º da Resolução nº. 15 do Conselho diretor da FUB diz textualmente o seguinte: “Para operar com a FUB, as fundações de apoio deverão obrigatoriamente constituir um fundo de apoio institucional, que chama FAI/FUB, a ser utilizado exclusivamente no financiamento de programas e projetos da FUB”. Determina também a referida Resolução que a utilização desses recursos será feita mediante planos de gastos, apresentados pela FUB à fundação de apoio. É importante também registrar que a FINATEC, trimestralmente, presta conta desses recursos à UnB.

É importante que fique claro que o Conselho Superior da FINATEC nunca deliberou sobre as compras em questão. Muito menos o Conselho Fiscal. Em nenhum momento, o referido Diretor Presidente, Professor Sadek Crisostomo, solicitou que fosse pautado esse assunto no Conselho Superior.

Parceria entre a FINATEC e a INTERCORP. A relação da INTERCORP com a FINATEC foi baseada em um contrato de parceria assinado em 2001, janeiro de 2001, com vigência de cinco anos, cujo objeto foi o desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão pública. A parceria se encerrou em dezembro de 2005. Ao final da parceria, o produto passou a ser também de propriedade da FINATEC, que o oferece ao mercado até hoje.

[soa a campanha].

As conversações que resultaram na referida parceria se iniciaram em 2000, quando a FINATEC foi procurada pela INTERCORP, com a proposta de se desenvolver o produto, voltado para modernização da gestão de órgãos públicos. A INTERCORP já possuía, na época, um produto para gestão de empresas privadas. A proposta foi a de, em conjunto com a equipe da FINATEC, adaptar e ampliar o referido produto. Os custos iniciais desse desenvolvimento foram exclusivamente financiados pela INTERCORP.

Desenvolvido o produto, a FINATEC foi ao mercado, na busca de clientes interessados no modelo de gestão desenvolvido, ou seja, a FINATEC só teve condições de captar projetos na área de gestão pública por dispor de um produto desenvolvido em parceria com a referida empresa.

Transcorridos cinco anos e tendo sido finalizada a parceria, a FINATEC, já detentora do referido produto, deu continuidade à colocação do mesmo no mercado, já não mais contando com a participação da INTERCORP. Pelos resultados alcançados, pode-se

afirmar que a referida parceria foi bastante benéfica e vantajosa para a fundação. Portanto, a relação com a INTERCORP não foi de subcontratação, mas, sim, de parceria. Ao realizar a parceria, a FINATEC passou a deter uma expertise e um produto que não dispunha anteriormente.

A FINATEC, ao longo de sua existência, firmou várias outras parcerias, algumas com êxito, outras não. Cita-se como exemplo as seguintes: Núcleo de políticas públicas da UnB, Centro de Excelência em Turismo na UnB, Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo. Também não se sustenta a afirmação de que os trabalhos desenvolvidos pela FINATEC junto às Prefeituras fogem ao seu objetivo social. Estudo realizado a pedido da FINATEC por profissional com larga experiência em transferência de tecnologia, ao analisar os contratos com as Prefeituras, conclui pela adequação desses projetos aos objetivos da fundação.

É importante lembrar que o parágrafo único do art. 3º do Estatuto da FINATEC diz textualmente o seguinte: “Para a execução de suas finalidades, a fundação poderá desenvolver as seguintes atividades: Promoção da integração Universidade/empresa/Governo, promoção de estudos custos, pesquisa e prestações de contas; aprimoramento de Recursos Humanos; intermediação Universidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, através de contratos, convênios, doações, objetivando o desenvolvimento ou a transferência de processos e equipamentos tecnológicos ou científicos.

Deve-se esclarecer também que os projetos com as Prefeituras equivalem a uma mínima parte do total de projetos executados pela FINATEC. A título de esclarecimento, dos cerca de 2400 projetos desenvolvidos pela FINATEC, no período de 2001 a 2005, apenas 20 têm a ver com governos estaduais ou municipais. Ou seja, menos de 1% do total de projetos desenvolvidos no período.

Relação PT/FINATEC. No que diz respeito às insinuações feitas pela imprensa de que haveria uma relação estreita entre a FINATEC e o Partido dos Trabalhadores, é oportuno esclarecer que a FINATEC sempre se colocou no âmbito e externamente à UnB como uma instituição apolítica e apartidária. Por ser uma instituição estritamente técnica, a FINATEC sempre se pautou na busca de recursos patrimonial e atingir seus objetivos sociais, se relacionando com a iniciativa privada e com órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal, independente do partido político aos quais os dirigentes dessas instituições estavam vinculados. Foi assim no Governo Itamar, no Governo Fernando Henrique e tem sido no Governo Lula. Durante o atual Governo, a FINATEC tem se relacionado nos mais diver-

sos níveis, Federal, Estadual e Municipal, com órgãos dirigidos por membros ligados a diferentes partidos. Como exemplo, entre outros, podemos citar Governo do Estado de Goiás, com o Senador Marconi Perillo, do PSDB. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com Germano Rigotto, do PMDB; Prefeitura de Porto Alegre, com José Fogaça, do PPS, e Prefeitura de João Pessoa, com Cícero Lucena, do PSDB. Ou seja, o que importa à fundação é colocar à disposição da sociedade produtos por ela desenvolvido, de forma isolada ou em parceria com a Universidade de Brasília.

Governança FINATEC. A FINATEC, por força do seu estatuto de normas emanadas do Ministério Público anualmente elabora Relatório das atividades desenvolvidas e a prestação de contas referente ao exercício em análise. Após a aprovação da Diretoria Executiva, a prestação de contas segue para análise do Conselho Fiscal e, posteriormente, analisada pelo Conselho Superior. Em seguida, é encaminhada à Curadoria de fundações do Ministério Público do Distrito Federal. Todo esse processo é baseado em relatórios elaborados trimestralmente por auditoria externa contratada desde 1998 pela FINATEC.

Diversamente do que foi alegado pela imprensa e pelo Ministério Público, a FINATEC jamais deixou de encaminhar ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a sua prestação de contas anual. Conforme pode atestar os protocolos de entrega que coloco à disposição dessa Comissão, bem como declarações emitidas por diferentes promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, informando que as contas da FINATEC, desde o ano de 1999, encontram-se em análise. É certo que as contas, desde 1999, não foram aprovadas, mas também é certo que jamais foram rejeitadas.

A FINATEC nunca recebeu, por parte do Ministério Público do Distrito Federal, correspondência, comunicando que as suas contas, de 1999 para cá, haviam sido reprovadas. É importante esclarecer também que as prestações de contas da FINATEC no período de 92 a 98 foram aprovadas pelo então Curador de Fundações, Dr. José Eduardo Sabo Paes.

É oportuno também esclarecer que, após a saída do referido promotor da Curadoria de Fundações, as contas da FINATEC, apesar de encaminhadas anualmente ao Ministério Público, não foram mais apreciadas pelo mesmo. Reafirmo que jamais a FINATEC recebeu do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios qualquer documento informando que as prestações de contas, de 1999 em diante, haviam sido rejeitadas. A FINATEC sempre desenvolveu atividades de prestação de serviços desde sua instituição, e isso sempre foi claro e transparente nos relatórios enviados anualmente ao

Ministério Público. A FINATEC, desde a sua instituição, nunca mudou a sua forma de atuar. Portanto, causou profunda surpresa à direção da FINATEC que, após ter as suas contas aprovadas durante sete anos seguidos, período de 92 a 98, ver as mesmas atividades que anteriormente vinham sendo desenvolvidas e aceitas como sendo afetas ao seu estatuto, passaram a ser questionadas pelos inúmeros promotores que sucederam o Dr. José Eduardo, na Curadoria de Fundações do Ministério Público do Distrito Federal.

Tanto isso é verdade que as mesmas atividades que o Ministério Público do Distrito Federal tem como incompatíveis com os fins estatutários da FINATEC são desenvolvidas na filial que a fundação mantém na cidade de Goiânia, desde 2003, e são tidas, pelo Ministério Público de lá, como absolutamente corretas, do ponto de vista legal e estatutário. Aliás, em Goiás, a FINATEC ganhou, pelo quarto ano consecutivo, diploma de fundação com a melhor pontuação entre todas que atuam na comarca de Goiânia, do ponto de vista de seus aspectos contábeis, formais e técnicos.

Investimentos e objetivos sociais. As afirmações de que a FINATEC pouco tem investido nos seus objetivos sociais, particularmente na UnB, também não se sustentam. Analisando os dados constantes do extenso Relatório, cuja cópia passo às mãos do Presidente da... Dessa Comissão, pode-se constatar que a FINATEC, no período de 2000 a 2005, investiu na UnB, de forma direta ou indireta, em valores históricos, o montante de 86 milhões, 522 mil e 557 reais.

Entre os diversos projetos desenvolvidos pela FINATEC nesse período e constantes desse relatório, podemos destacar alguns. O Professor Nelson Martin, na sua exposição, vai mostrar números ao longo dos anos desse apoio à Universidade. Mas, entre os projetos que a fundação apoiou a Universidade de Brasília, temos a construção de um dos edifícios do Complexo das Artes, com quatro mil metros quadrados, para abrigar o Instituto de Artes da UnB, com recursos captados, utilizando a lei federal de incentivo à cultura, Lei Rouanet, com investimentos de cerca de três milhões de reais.

É importante ressaltar que a Lei Rouanet só permite que instituições privadas pleiteiem os recursos. Então, as fundações de apoio são fundamentais na busca desses recursos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma colocação rapidamente. A fundação, ela captou recursos junto à instituição privada? Foi isso? Ou foi considerada como instituição privada a própria fundação para dar o recurso?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: A fundação, ela se credenciou no MinC, no Ministério—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Captou recursos, então?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Isso. E, inclusive, quem investiu foram, por exemplo, Banco Real e outras empresas privadas, utilizando o incentivo.

Construção e montagem da infra-estrutura do edifício que abriga o laboratório de geocronologia do Instituto de Geociências da UnB, com 1445 metros quadrados, investimento de cinco milhões de reais, recurso captado junto à PETROBRAS. Apoio a diversos projetos, por exemplo, tratamento multidrogas à doença de Chagas; Metodologia e Tratamento de Problemas hidrotécnicos em engenharia de barragens; modernização da área de automação do processo das usinas hidrelétricas de Balbina e Samuel; avaliação da usina hidrelétrica de Coaracy Nunes, localizada no Amapá; identificação das condições de falha por fadiga em materiais usados na fabricação de pás de turbina hidráulica; biologia reprodutiva e monitoramento de aves curicacas em linhas de transmissão; desenvolvimento e validação de metodologia para detecção de talentos esportivos e avaliação de atletas; manejo de águas fluviais urbanas; levantamentos hidrográficos e cartografia eletrônica para a segurança da navegação em hidrovias. Eu li apenas umas cinco, aqui tem mais de 50 elencados.

Apoio à publicação de, pelo menos, 25 livros. Por exemplo, “Circuitos polifásicos”, “Engenharia econômica”, “As novas religiosidades do ocidente”, “Escravas do risco”, “Bioética, mulheres e Aids”, “Estruturas de concreto armado”, “Fundamentos de projetos, direcionamento e verificação”, “Pediatria cirúrgica, diagnóstico e tratamento”. Essa é uma pequena amostra de inúmeros projetos desenvolvidos pela FINATEC em benefício da UnB.

Além disso, estágio para mais de 363 alunos de graduação. Bolsa de pesquisa para mais de 450 professores. Apoio financeiro para mais de mil professores e alunos participarem de congressos internacionais, com apresentação de trabalhos. Apoio a mais de 40 cursos de especialização da UnB.

Para finalizar, eu gostaria de deixar algumas palavras no sentido de que não se pode julgar uma instituição da forma tendenciosa e injusta como vem ocorrendo com a FINATEC. Os projetos por ela desenvolvidos, a história de vida dessa fundação, que completou 16 anos agora, no dia 16 de março, falam por si. Sempre fui e sempre serei a favor dos processos investigativos, desde que sejam feitos com trans-

parência, responsabilidade e integridade ética, legal e social, respeitados os princípios que regem uma sociedade efetivamente democrática.

Para encerrar, gostaria de reafirmar minha convicção no sentido de que as fundações de apoio, aí incluída a FINATEC, são essenciais ao desenvolvimento científico e tecnológico do país. Agradeço pelo convite e pela oportunidade e me coloco à disposição das Sras. e Srs. Senadores. Muito obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria de saber se a FINATEC dispõe do título também de utilidade pública federal e do registro no Conselho Nacional de Assistência Social.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: A FINATEC, ela dispõe do título de utilidade pública federal, mas não é entidade de filantropia. Não tem o CNAS.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não tem o CNAS, portanto, vocês pagam o INSS, parte patronal.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Sim, pagamos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Bom, queria explicar aos telespectadores da TV Senado e demais convidados que essa é uma Audiência Pública, cujo assunto é prestar esclarecimentos acerca do uso irregular de recursos da Fundação de Empreendimento Científico e Tecnológico – FINATEC, destinado à pesquisa. A autoria do Requerimento é do Senador Romeu Tuma. Temos como convidados Antônio Manoel, professor Antônio Manoel Dias Henriques, ex-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, o qual acabou de fazer a sua exposição e, ao meu lado esquerdo, professor Nelson Martin, a quem passaremos a palavra, ex-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC. Com a palavra, o professor Nelson Martin.

SR. NELSON MARTIN: Exmos. Srs. Senadores, principalmente o Senador Wellington Salgado, Presidente dessa Comissão, eu queria dizer, inicialmente, da satisfação em ter essa oportunidade, sugerida pelo ilustre Senador Tuma, e dizer a todos, senhoras e senhores presentes, que a verdade vai prevalecer. E eu gostaria, inicialmente, se o Presidente permitir,

de ficar de pé para apresentar algumas... Alguns slides no telão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como bom professor, professor Nelson, se V.Sa. não tivesse levantado para dar aula, não seria bom professor.

[risos].

SR. NELSON MARTIN: Desculpa, não consigo falar sentado. [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O senhor pode aguardar um momento, o microfone, por favor. Acho que... Nós já mereceríamos, aqui na Comissão, pelo menos um laptop com wireless, para acompanhar tudo... Como temos no Senado, mas não é wireless. Lá é plugado. Mas, se o Senador Efraim e o Presidente estiverem ouvindo, que... Ok. Com a palavra, professor.

SR. NELSON MARTIN: Inicialmente, só gostaria de colocar para todos que a FINATEC, ela é constituída, em sua organização, que o Senador Salgado tem falado em ex-Presidente, ex-Presidente, mas ela é constituída, em termos de organização, através de um Conselho Superior, composto de 12 membros. Auxiliando esse Conselho Superior, existe um Conselho Fiscal de três membros titulares e três suplentes. Abaixo do Conselho Superior, existe uma Diretoria Executiva, que é, na realidade, quem gere os negócios da própria fundação no dia-a-dia. É que assina cheques, vamos falar assim, que assina contratos. Ela também faz todo o gerenciamento de pessoal da FINATEC, e é composta por três diretores. Esses diretores são: O Diretor-Presidente, o Diretor-Secretário, e o Diretor-Financeiro. Cada um deles, estatutariamente, com uma determinada ocupação, em termos de mando.

E, abaixo dessa organização, existe a área propriamente dita gerencial, que são os empregados celetistas. Tanto o Conselho Superior, como o Conselho Fiscal, os membros do Conselho Superior, os membros do Conselho Fiscal, e os membros da Diretoria Executiva são... Não são remunerados. Eles doam o seu tempo para tocar a fundação pela Legislação, como o Senador Flávio Arns fala, pela Legislação existente, eles não podem ser remunerados, sob qualquer hipótese, inclusive.

Passado isso, só para deixar um equilíbrio geral para todos, muitos de vocês aqui se recordam que, nos anos 90, as Universidades brasileiras estavam passando por um dilema. As Universidades, principalmente federais. Não havia recursos para pesquisa, não havia... Os professores, como sempre, mal remunerados... E havia uma burocracia excessiva na hora de fazer pesquisa e transferência de tecnologia. Isso motivou algumas pessoas da Universidade de Brasília, no caso

específico da FINATEC, a ter motivações que fizeram com que fosse criada essa FINATEC, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos. Essas motivações, principalmente, em relação ao que está escrito no slide: Necessidade de ampliar as fontes de financiamento à pesquisa; necessidade de ter um instrumento de integração ágil entre a Universidade e a sociedade. Porque a burocracia era imperiosa e não deixava nada andar. O caixa era único, da Universidade, como é até hoje. Então, para gastar aquele dinheiro que vinha para pesquisa, era uma dificuldade danada. Eu lembro ainda que, nessas épocas, ainda nós tínhamos uma razoável inflação. Eu lembro precisamente que um determinado professor da Universidade de Brasília recebeu um dinheiro, naquela época, por volta dos anos 90, para comprar microscópios para seu laboratório e eram, se não me engano oito ou 10 microscópios. Quando conseguiram comprar, só conseguiram comprar dois ou três, porque a inflação já havia comido e os preços aumentaram absurdamente.

Aliviar o trabalho burocrático oriundo da operacionalização dos projetos que pesavam sobre os ombros dos pesquisadores. Pesquisador não sabe, e não deve saber mesmo, preencher papel de prestação de contas, de projetos que eles têm que fazer. Ele só tem que obedecer à parte técnica, ou seja, a elaboração técnica do projeto é do professor.

Agora, aquela outra quantidade enorme de papel, que isso tem que ser preenchido, ele não sabe, não conseguia preencher. Então, a FINATEC veio para ajudá-lo a fazer isso também. Além disso, agilizar e autorizar o processo de aquisição de insumos. Eu citei do microscópio há pouco. Era uma dificuldade enorme comprar equipamentos e insumos de laboratório. Imaginem o seguinte. Nós temos, inclusive, faz parte do Conselho Superior da FINATEC um dos maiores especialistas, no mundo, de Doença de chagas, é o Professor Antônio Teixeira. Esse professor, ele tem umas galinhas, que faz a pesquisa dele. Imagina para comprar ração para essas galinhas, que dificuldade ele tinha na época? Então, a FINATEC veio para agilizar isso, ou seja, comprar a ração no dia e na época certa para que as galinhas, que são de uma linhagem pura, não se perdessem. E outros mil exemplos a respeito disso podem ser dados no dia-a-dia, e acredito que o Senador Flávio Arns poderia me ajudar nisso aí, numa outra oportunidade.

Disponibilizar o conhecimento existente na Universidade... Só um parêntese aqui. Muita gente acha que a UnB é Universidade Nacional de Brasília. E não é. É Universidade de Brasília. O enezinho ali é de Universidade e não de nacional. ...Em diferentes áreas, para contribuir com melhoria de organizações, quer

dizer, nós temos instalado, dentro da Universidade, um corpo técnico e profissional de alto gabarito.

Só para ter uma outra idéia, a Universidade de Brasília possui professores reconhecidos no mundo inteiro. Como citei há pouco, o professor Antônio Teixeira. E, só para vocês terem uma idéia do que é a FINATEC também, ela tinha, eu falo tinha porque foi destituído recentemente o professor André Pacheco. O professor André Pacheco é oriundo da área de Engenharia Civil. Ele estava, há quatro meses, como Diretor Secretário da FINATEC e foi destituído agora, a pedido da Promotoria de Fundações. Ele é o quê? Além de ser professor da engenharia civil? Ele é o maior especialista... Esse é o maior especialista na área de túneis do mundo inteiro. Ele é requisitado como consultor. Agora, recentemente, ele estava contribuindo com o Ministério Público de São Paulo na elucidação do problema existente no túnel do metrô de São Paulo, chefiando uma equipe enorme. Ele está lá, contribuindo com a sua experiência. Esse foi destituído, depois de quatro meses de atuação na FINATEC.

Então, tem alguma coisa de errado nesse reino da Dinamarca que a gente ainda não sabe. Quer dizer, nós sabemos. Eu espero que todos os Senadores também conheçam isso. Com essas motivações, 13 de março, fizemos 16 anos. Há pouco tempo. E esses foram os professores que instituíram a FINATEC, dos quais professor Antônio Manoel e Nelson Martin participaram, desde o início, na instituição da FINATEC. E a missão que a gente se propôs na época e não mudou até hoje, é exatamente essa daí, atender às necessidades da sociedade por meio de ações de promoção e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a transferência de tecnologia, a pós-graduação em apoio às atividades da Universidade de Brasília, porque ela é uma fundação de apoio à UnB, observando os princípios de qualificação, competência, ética e excelência profissional.

Eu quero crer que é muito difícil para os Srs. Senadores, sem conhecer o dia-a-dia da fundação, fazer uma avaliação de juízo. E por isso é que eu agradeço, mais uma vez, ao Senador Tuma pela oportunidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Professor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte ao Senador Romeu Tuma, com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só... Não aceitar que o desconhecimento possa tirar uma ilação. Por isso que nós convidamos V.Exas. para esclarecer. A gente pode ter dúvida, mas não tira a ilação. Tira dos dados que são fornecidos pela imprensa ou por alguma informação que se recebe. Para ficar na con-

tundência de más informações, nós ficaríamos quietos. Então, nós resolvemos que os senhores viessem aqui para esclarecer e a gente ter o ponto de equilíbrio. Só isso que eu queria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Colocação do Senador Romeu Tuma, autor desse Requerimento dessa Audiência Pública. Com a palavra, professor.

SR. NELSON MARTIN: Mais uma vez agradeço a intervenção do Senador Romeu Tuma, talvez um dos maiores especialistas, já que eu falei de tantos especialistas aqui, um dos maiores especialistas em Segurança Pública, reconhecido, provavelmente, internacionalmente, através da INTERPOL, da qual ele faz parte, e nós estamos aqui “que nem pinto no lixo”, satisfeitos por estarmos aqui e tendo essa oportunidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Alguém citou essa frase aqui.

SR. NELSON MARTIN: Ah, é? Eu copiei essa parte. Desculpa, mas eu copiei ela, então. O que aconteceu... A FINATEC foi instituída em 92... O que é que aconteceu, ao longo de 92, nesses... No caso aqui, nós só temos resultados até 2006; 2007 ainda não temos disponíveis... Então, são 14 anos, 15 anos, 15 anos, em relação às receitas, vamos falar assim, se fosse uma empresa normal, às receitas da FINATEC. 92, timidamente, inclusive o cilindro aqui bem... Parece até uma moeda, bem chatinho, e chegamos no auge, em 2004, com 62 milhões, e estamos regredindo. 2006, 28 milhões. Esse é o dinheiro que entrou na FINATEC durante esses anos todos. Não tem, volto a afirmar, aliás, eu não falei isso aqui ainda, mas eu falo isso toda hora, não tem nenhum centavo, que aqui não era nem real, ele está transformado em real aqui, não tem nenhum centavo de subvenção pública. Nós não temos nada no orçamento, nem Prefeitura, nem Governo Estadual—

[soa a campainha].

SR. NELSON MARTIN: --Nem Federal. Isso aqui tudo é captado junto aos órgãos correspondentes e às empresas privadas--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor Nelson, fique à vontade porque toca o tempo aqui, automático, mas fique à vontade.

SR. NELSON MARTIN: Eu ouvi aqui. Eu pensei que era—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não é a sineta do recreio, não. Fique à vontade.

SR. NELSON MARTIN: Posso continuar?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor normalmente pensa que é a sineta do recreio.

SR. NELSON MARTIN: Mas eu pensei mesmo. Pensei que tinha um lanchinho agora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Professor Manoel, eu fiz uma soma, deu 419 milhões, 027, 973 e 68 centavos. O total de...

SR. NELSON MARTIN: Tudo aqui? Não dá isso tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi a soma que nós fizemos pela maquininha do Senado—

SR. NELSON MARTIN: Ah é?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): 419 milhões, 027, 973 e 68 centavos.

SR. NELSON MARTIN: Pode ser. Pode ser que tenha razão sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em torno de meio milhão.

SR. NELSON MARTIN: 15 anos. Não é muito, em face da mídia--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Daria 300 e poucos milhões de dólares.

SR. NELSON MARTIN: Em face da mídia, não é muito. Porque a mídia diz que a gente fatura não sei quantos milhões e desvia ainda não sei quantos milhões.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor apresenta outras fontes nos seus quadros--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para esclarecer a fala do senhor, se me permite--

SR. NELSON MARTIN: Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Então, o senhor está dizendo que não tem nenhum convênio com órgão público algum? Nem com o Supremo Tribunal Federal, nem com o Ministério Público, nem com o Senado... Nem com o Tribunal de Contas e nem com Prefeituras?

SR. NELSON MARTIN: Senador, não falei isso. Não disse isso. Eu só falei--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, porque a captação de--

SR. NELSON MARTIN: Eu só falei que nós não tínhamos nenhum subsídio orçamentário. É isso que eu falei. Agora--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas eu não consegui entender qual é a diferença entre subsídio orçamentário e um convênio que se faça com a Prefeitura, por exemplo, é público.

SR. NELSON MARTIN: Eu não disse que nós não tínhamos dinheiro público. Mas o orçamentário é que vai dirigido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas V.Exa. dá aqui, das taxas.

SR. NELSON MARTIN: É, está aqui. Eu não afirmei--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, é que eu tinha entendido que o senhor havia dito que não havia um centavo público...

SR. NELSON MARTIN: Não foi isso. Porque tanto assim que--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não foi isso. Então, existe dinheiro público, naturalmente, nisso.

SR. NELSON MARTIN: tanto assim que eu falei que essa captação de recursos, se repetir, pode verificar que eu falei--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, eu acho que essa outra arrecadação é de convênios para a execução de trabalho. A retribuição pelo serviço prestado--

SR. NELSON MARTIN: É sempre--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aí é que entra a legalidade ou não dessa--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que todo recurso público só pode entrar na fundação através de um convênio. Não existe o contrato, ou convênio--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É porque é por contrato--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas não existe qualquer outra forma de entrar o recurso público--

[falas sobrepostas].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O contrato de prestação de serviços.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não é que haja demérito nisso. Acho que não há problema nenhum nisso. Só... É que eu havia entendido de que não havia recursos públicos só de iniciativa privada. Mas, na verdade, então, isso está esclarecido, que a--

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor Nelson, eu queria dizer, eu tenho opinião formada sobre o assunto, mas que V.Sa. colocou realmente o que o Senador Flávio Arns está falando, que não haveria dinheiro público. Essa colocação, talvez, na maneira de pensar, V.Sa. deixou escapar, professor. Então, seria bom haver uma correção e essa dúvida do Senador Flávio Arns procede.

SR. NELSON MARTIN: Eu não tive essa intenção. Se voltar a fita da gravação, vão ver que eu falei que esses recursos aqui eram recursos obtidos junto a organismos oficiais, públicos e particulares. Foi isso que eu falei.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Empresa privada?

SR. NELSON MARTIN: Empresas privadas e públicas. Foi isso que eu falei. Mas, aceito a sua... Não, não... Pode passar.

As taxas administrativas arrecadadas, entre 95 e 2006; 92 para atrás, nós não tínhamos na contabilidade essa identificação, por isso que elas não estão aqui. O que é a taxa administrativa? É aquela taxa que a FINATEC arrecada com os projetos executados. E, com isso aí, ela promove a pesquisa com recursos próprios e uma série de outras coisas, e aproveita e melhora o seu patrimônio também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. NELSON MARTIN: De taxa, né? É isso. Da menos de 10% global. De 95 a 2006, a FINATEC importou equipamentos para pesquisa, de acordo com esse código de barras, em termos de dólares, sendo que o auge aqui foi 2004, que tem aqui em Brasília, a fundação de apoio à pesquisa, como tem em outros Estados. Aqui, a FAP-DF e a FAP-DF, naquela oportunidade, 2004, injetou bastante dinheiro nas Universidades.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. NELSON MARTIN: Isso. Esse aqui é pagamento. Eu importei o equipamento para uma determinada pesquisa e paguei nesses dólares.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor, conseqüentemente, a associação acredita, a fundação, que tem a lei 8010, que permite importação sem taxas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. NELSON MARTIN: Não, essa está em dólar tudo. Porque na época era dólar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque aqui tem o cifrão e não tem o...

SR. NELSON MARTIN: Mas é dólar. Está meio errado aí, mas é dólar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. NELSON MARTIN: Dólares.

Histórico de recursos captados pela FINATEC de instituições públicas e privadas para fomento à pesquisa: Não sei se vocês lembram que aqui, em 2006, o total arrecadado pela FINATEC foi cerca de 28 milhões, nesse gráfico anterior. E só em 2006 a FINATEC aplicou, com aqueles recursos captados de entidades públicas e privadas, aplicou, na pesquisa, 15 milhões de reais. Dos 28, aplicou 15. Deu para dar uma geral?

Além da aplicação em pesquisa propriamente dita, a FINATEC, com o dinheiro arrecadado nos projetos, ela promove estágios para alunos e, no caso de 2002 a 2006, foram 363 alunos da graduação da Universidade de Brasília. Além disso, promoveu 449 bolsas para professores e alunos de pós-graduação, dando um total, ao longo desse período, 2002 a 2006, de aproximadamente três milhões e 600 mil que, quer queiram, quer não, grande parte é pesquisa. Está aplicando na própria pesquisa e no desenvolvimento, melhor dizendo, na pesquisa.

E, fazendo um resumo disso tudo que a gente viu aí, no período de 2000 a 2006, nós veremos que os projetos de pesquisa captados com entidades ou instituições públicas e privadas atingiu volume de 71 milhões, aproximadamente, 70.694. O programa de fomento e o apoio ao fundo de pesquisa são realizados com recursos próprios. Ou seja, a FINATEC, retirada daquela taxa de administração que nós vimos há pouco, ela ainda aplica, no caso do fomento, em três editais, de ajuda a professores e alunos de pós-graduação a viajarem para apresentar trabalhos, é o edital nº. 01; o edital nº. 02, ela ajuda alunos de graduação, que têm que fazer projeto final e iniciação científica dentro da Universidade, ela ajuda... A FINATEC ajuda a recursos para essa população de jovens graduados a comprar determinados materiais, a comprar pequenas peças de manutenção etc. e tal. E dando um total, nesse período de sete anos, esses dois editais, aliados ao terceiro edital, que é publicação de livros de professores, um total de três milhões e 620 mil, de recursos próprios da fundação. Não tem nenhum recurso público aí, é próprio mesmo, é dela. É daquela taxa de administração que ela obteve.

E, além disso, complementa também esse apoio ao fundo de pesquisa com a mesma coisa, com mais um milhão, 968 mil, dando aí por volta de cinco milhões e uns quebradinhos, de recursos próprio, aplicado diretamente na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico.

Além disso, a Universidade, ela recebe da FINATEC todo aquele equipamento que é comprado. Ela recebe como? Quando é possível doar, doa-se. Quando não é possível doar, por uma questão contratual, põe-se em comodato. E quem utiliza esse equipamento é somente o pesquisador e seus alunos de pós-graduação.

E os números, aparentemente, Senador Tuma, são razoavelmente grandes. Que, nesse período de 2000 a 2006, nós doamos à Universidade de Brasília, em equipamentos, o montante de quase dois milhões, um milhão, 943. E estamos com eles, lá, em comodato, 25.535 milhões. Esses em comodato, provavelmente,

se não houver nenhuma... Nenhum inconveniente no contrato de captação do recurso, eles também, ao longo do tempo, serão doados.

Além disso, dentro daquela captação geral de recursos, nós destinamos, por força de um regulamento da própria Universidade, um FAI. O tal do FAI/FUB, que tanto a mídia, nos últimos dois meses aí, tem falado. Esse FAI/FUB é retirado dos projetos de prestação de serviços. Ele não é retirado dos projetos de pesquisa. Então, como eu coloquei ali que, em 2006, nós captamos 28 milhões, dos quais 15 foram para pesquisa, 15 milhões, os 15 não são descontados esse FAI, esse fundo de apoio institucional.

Então, esse recurso que a mídia, que alguns promotores têm falado que é para pesquisa, que era para desvio de pesquisa, nunca foi da pesquisa. Ele sempre foi da prestação de serviços. É um dinheiro que a gente põe à disposição, por força do regulamento da Universidade, para apoiar institucionalmente a Universidade. Ela demanda o que ela precisa para nós. E nós compramos. E nós colocamos à disposição. E, se for equipamento, vai ser doado para a Universidade também. É daqui que saiu o tal apartamento, a mobília do Reitor, que todo mundo fala que é despesa de pesquisa, não sei o quê... Aquela fofoca danada.

Na verdade, há um exagero das pessoas que assim falam por não conhecerem a FINATEC e por não conhecerem a origem do recurso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Manoel—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Daria para trocar fofoca por suspeitas?

SR. NELSON MARTIN: Suspeitas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque fofoca é uma coisa que não cabe bem aí porque levantou-se a suspeita do gasto indevido, que o senhor está esclarecendo agora.

SR. NELSON MARTIN: Obrigado, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senão, nós não estaríamos numa situação ruim, dizer que era fofoca. Desculpa, só...

SR. NELSON MARTIN: Não, Senador, quando eu falo assim, não falo nada do Senado. Eu sempre falo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, geral, mesmo para a população, porque a imprensa dá e eles acreditam e corre a voz... Os senhores têm a obrigação de explicar o que era realmente a origem e por que do destino. Agora, é a suspeita de que é mau emprego, não fofoca.

SR. NELSON MARTIN: Por isso que o senhor é o melhor. Colocou a palavra melhor: Suspeita de uso de dinheiro da pesquisa na compra dos móveis, lá do...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agora, o senhor, como Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O senhor, como Presidente do Conselho Fiscal, e analisando aquilo que foi colocado no apartamento do Reitor e divulgado pelos meios de comunicação, não é tanto o aspecto de equipamento ter sido colocado, mas, a suntuosidade que a gente pode encaminhar perfeitamente para a questão ética, como é que uma Universidade se presta a colocar aqueles equipamentos no apartamento do Reitor, quando a Universidade necessita, como o senhor está demonstrando, tantas coisas, em termos de pesquisa, de iniciativas, importantes para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão. E o que os meios de comunicação colocaram não foi propriamente de ter sido comprado um equipamento ou outro. Mas, a suntuosidade, a discrepância que existe entre aquilo que foi colocado no apartamento e as necessidades da comunidade, da sociedade. Quer dizer, a gente entra muito mais na questão de valores éticos, morais, que deveriam ser preservados pela Universidade, pela fundação, pelos funcionários todos, dizendo: "Não, eu não posso aceitar uma coisa dessas". Se a sociedade aí, a sociedade universitária, a comunidade universitária tem tantas carências e tantas necessidades.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Imagine as galinhas do pesquisador da doença de Chagas se soubesse desse valor que foi gasto nesse apartamento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, doutor... Eu não estou questionando... Professor Nelson, a questão de que exista um fundo para necessidades da Universidade, que talvez não tenha havido um desvio. Mas houve um desvio, na minha opinião, pelo que a gente soube pelos meios de comunicação, um desvio ético, em termos de finalidades e de objetivos, de valores morais, não de valores físicos. Coisas que não deveriam acontecer porque a UnB, eu sempre diria, sempre foi referência no Brasil e deve continuar sendo. E nós temos que preservar essa credibilidade que uma instituição, no decorrer desse anos todos, granjeou junto à sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um minuto mais, professor.

SR. NELSON MARTIN: Dois. Pode ser dois?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Dois minutos? Ok.

SR. NELSON MARTIN: Eu concordo com o senhor, assim como o professor Antônio Manoel, na sua explanação, já tinha falado, falou na CPI também, que os recursos foram utilizados com prioridades erradas. Mas o que nós estamos discutindo aqui hoje não é a parte ética, vamos dizer assim, da coisa. E, sim, o desvio de recurso da pesquisa para a compra desses equipamentos. A parte ética a gente pode discutir também. Nós não concordamos com essa prioridade apresentada pela Universidade. Nós não concordamos, provavelmente, com quem autorizou, dentro da FINATEC, essa aquisição. Certamente, se o Professor Antônio Manoel e eu lá estivéssemos, nós não autorizaríamos esse tipo de compra. Como a gente já fez outras vezes. A gente manda de volta. Agora, não posso julgar o que passou na cabeça do Presidente e do Diretor-Financeiro da época, o que aconteceu com ele. Por que é que eles autorizaram.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dr. Manoel, o Presidente diz que não tomou conhecimento. Não era da competência dele decidir. Eu acho que não era do senhor também, só tomou conhecimento pelo jornal, pelo que está no depoimento.

SR. NELSON MARTIN: Não, não era. Nós não estamos, vou reafirmar o que o professor Antônio falou, nós não estamos na gerência dos negócios, vou falar assim, para falar um termo mais elementar. Na gerência dos negócios, desde 29 de abril de 2004--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O que é um erro. Porque o Presidente deveria tomar conhecimento de todos os fatos que ocorreram dentro da fundação.

SR. NELSON MARTIN: Mas Presidente do Conselho Superior.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é o que eu digo, é um erro não dos senhores não procurarem saber, da Administração não constar que a obrigatoriedade de informar quando há um emprego de dinheiro diferente do que da pesquisa.

SR. NELSON MARTIN: Senador, o que eu acho é que, na oportunidade--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é crítica minha, é crítica ao sistema. Não é crítica a V.Exa. não.

SR. NELSON MARTIN: Provavelmente é verdade. Não havia, talvez, esse vislumbamento de que era antiético, pelas pessoas que tomaram a decisão--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que, se nós tomarmos em conta que a Universidade, seja ela de Brasília ou não, ela tem um componente de ensinar a profissão, a prática e o conceito ético e moral. Porque

se não sai dela o conceito ético e moral, nós vamos ter uma repetição permanente, o que vem acontecendo. Não é, Senador? Eu acho que é esse o conceito que a Universidade tem que dar como exemplo.

SR. NELSON MARTIN: Eu acho também. Aquele caso, só para finalizar, Senador Wellington, bolsa de pesquisa de estágio, que eu havia citado--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um minuto mais. Poderia marcar?

SR. NELSON MARTIN: Aqueles três milhões e seiscentos mil, disponibilizados pela FINATEC para bolsas, para bolsa de pesquisa para estágios. Eu gostaria até de ter mais tempo, mas, o Senador Wellington foi categórico agora, um minuto. Então, para não tomar mais o tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor, agora. Mas, antes, eu não fui categórico.

SR. NELSON MARTIN: Dos senhores... Eu vou deixar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, autor do Requerimento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone] relatório para nós de orientação e objetividade--

SR. NELSON MARTIN: Eu vou deixar--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Professor, quantos minutos mais o senhor precisa para que possa apresentar?

SR. NELSON MARTIN: Uma meia hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meia hora? Aí há uma CCJ... Aí não dá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não dá porque a CCJ--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí, só lá no Tribunal.

[risos].

SR. NELSON MARTIN: Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Deixa um documento.

SR. NELSON MARTIN: Eu deixo um documento escrito aqui do que eu ia falar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito.

SR. NELSON MARTIN: --Exatamente como é que se captam recursos da FINATEC, como é que se aplicam recursos na FINATEC etc. e tal. E como ela é

constituída, em termos de organização, que eu tinha falado há pouco. Eu agradeço sinceramente, as intervenções inclusive, que muito me ajudaram no caso aí a entender um pouquinho mais da coisa fundação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, professor Nelson Martin. Eu queria dizer aos telespectadores que essa é uma Audiência Pública, cujo assunto é prestar esclarecimentos acerca do uso irregular de recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, destinados à pesquisa. Autoria do Requerimento: Senador Romeu Tuma. Temos como convidados os professores Antônio Manoel Dias Henrique, ex-Presidente do Conselho Superior da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, e o Professor Nelson Martin, ex-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC.

Quero dizer... Se não estiver errado, o “ex” é em função de ter um afastamento provisório, em cima de uma liminar mantida pelo Tribunal, que vai levantar os fatos. E assim estão sendo colocados. Eu queria fazer uma convocação, aqui especialmente, com relação a esse problema da FINATEC. Existe uma complicação, Senador Romeu Tuma, porque, veja bem, nós temos aí a UnB, que, através do seu Conselho, reconhece duas fundações que possam representá-la, digamos assim. Uma é a FINATEC, a outra é a...

SR. NELSON MARTIN: Elas são quatro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): São quatro fundações. A FINATEC é uma delas. O prédio no qual foi colocado todo esse material pertence a quem?

SR. NELSON MARTIN: O material...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A famosa lixeira... O prédio?

SR. NELSON MARTIN: É da Universidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, o prédio é da UnB? O prédio, o apartamento é da UnB, onde o Reitor moraria e depois já saiu de lá. O que eu acho realmente que... Eu, pessoalmente, acho que um Reitor de Universidade, não da maneira que foi conduzida, porque acho que foi excesso. Mas ele tem que ter um local agradável para receber alguém. A UnB faz convênios internacionais. Gera milhões de reais.

E a segunda coisa, Senador Romeu Tuma, eu quero abrir meu coração aqui é o seguinte, eu vi, com relação ao carro, o carro é um Honda, do Reitor. E nós temos, aqui no Senado, um carro que realmente eu só

ando no banco da frente porque, atrás, não dá para eu andar. Meu tamanho... E, nesse firmeza, o Senado não troca os carros. A gente já está com um carrinho há muito tempo de vez em quando. O meu enguiça, não sei se os de V. Exas. enguiçam também. O meu enguiça. Tem que trocar de vez em quando.

Então a gente precisa, Senador Flávio Arns, as colocações de V.Exa. foram perfeitas com relação a questionamento, o posicionamento do professor realmente é colocado, a questão do dinheiro público, naquele momento, se voltarmos a fita, vamos ver, mas eu acho que foi uma colocação, em função de estar apresentando e o pensamento rápido, ele deve ter colocado.

Então, eu fico muito preocupado, Senador Romeu Tuma, sou membro da CPI das ONGs. Todos nós sabemos que as fundações que hoje prestam serviços às Universidades Federais, elas têm o objetivo de captar recursos e usar o cérebro desses professores que são mal remunerados. Porque a União não tem como remunerar muito bem os professores. A verdade é essa. São muitos professores. Então, elas captam, os professores acabam usando as instalações das Universidades públicas ou outra entidade qualquer, pública, luz, telefone, água, e conseguem, de alguma maneira, captar recursos e remunerar melhor aqueles professores que se dedicaram a vida inteira ao Poder Público, a verdade é essa. Eles acreditam que trabalharam a vida inteira para o público, e não para a iniciativa privada. E isso é uma filosofia de vida para um professor. Ele acredita que vai trabalhar bem se ele trabalhar para uma entidade pública. Eu vi isso em vários locais do país. Eu digo muito bem. Hoje, em Recife, é conhecido como o Vale do Silício brasileiro. Por quê? Porque tem uma fundação, a Universidade Federal de Pernambuco, que tem convênios com instituições internacionais do Vale do Silício. Então, quando uma CPI das ONGs pega um caso desse tipo e começa a querer generalizar, nós podemos ter problemas sérios. Nós tivemos aqui na CPI das ONGs também a explanação do atual Presidente da Fundação, que acabaram ligando ao PT, não sei se é trabalho... A UNITRABALHO, que eu conheço o Reitor. O Reitor é o Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, é um homem de bem, que acabou pegando toda essa confusão. E, ao se colocar a UNITRABALHO dentro de uma questão de ONG, imediatamente foi suspensa a captação de recursos internacionais para essa fundação.

Então, nós precisamos ter muito cuidado, Senador Flávio Arns, porque senão nós vamos acabar criando um problema nacional por um problema... Por algo que surgiu aqui, que está sendo defendido junto à justiça. A justiça, eu confio na justiça. Ou confia

ou não confia. Eu confio na justiça, Senador Romeu Tuma. Então, precisamos ter muita habilidade para, de repente, não generalizar e criar problemas para esses cérebros que hoje dedicam a vida ao Poder Público. Era essa minha colocação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se o Senador Romeu Tuma me permite, só porque V.Exa. lançou essa situação, no meu ponto de vista, as fundações de apoio às Universidades não deveriam fazer parte do objeto de investigação das ONGs, da CPI das ONGs.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Concorro com V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque ONG significa, nós voltamos àquela discussão inicial que nós tivemos com o Dr. Antônio, quer dizer, o pressuposto da ONG não é fundação de apoio; ONGs, Organizações Não-Governamentais, o terceiro setor, significa associações e fundações. Mas fundações que são criadas com o objetivo de atender à sociedade, um objetivo específico, seja em que área for, com o patrimônio de uma pessoa, de um benemérito, que coloca o patrimônio, acompanhada—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Normalmente, ligada a uma instituição.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Pelo Poder Público, acompanhado ou não...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pelo Ministério Público.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Quer dizer... Acompanhado pelo Ministério Público, são associações e fundações, e que são essenciais, fundamentais, em qualquer país do mundo, para a construção da cidadania. O que se pretende é separar falcatura de quem faz um trabalho sério. Quer dizer, a falcatura, em termos de ONGs, eu diria, começou principalmente quando se... Com a questão das OSCIPs, que são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Porque as associações podem se constituir na forma de uma OSCIP. E muitas pessoas organizaram OSCIPs para fazer convênios com a Administração Pública e, nesses convênios, ter o “extra”, vamos dizer assim, pejorativo mesmo, de falcatura mesmo, para remunerar indevidamente as pessoas que fazem parte desse conluio. Mas também a gente dizer que todas as OSCIPs têm problema, também seria uma injustiça tremenda. Então nós temos que achar os mecanismos para separar o joio do trigo.

Agora, as fundações de apoio às Universidades, eu sou professor da Universidade Federal do Paraná. E a Universidade Federal do Paraná tem a fundação de apoio e tem que ter a fundação de apoio, por todas as razões que foram elencadas aqui. Tem que ter. Porque

isso dá flexibilidade, dá segurança, dá alternativas... Agora, a gente sabe que existem problemas na fundação... Nas fundações de apoio, pelo Brasil todo. E, no Paraná, também. Mas, os problemas que existem, em muitas situações que eu conheço, não são decorrentes da fundação; são decorrentes das impropriedades da Legislação, que impedem, por exemplo, contratação de pessoas para Hospital das Clínicas do Paraná. E a fundação tem que acabar contratando as pessoas para o Hospital das Clínicas do Paraná. Mas quem deveria contratar? O Governo Federal.

Então, nós temos que discutir os objetivos, os trabalhos, as iniciativas das fundações de apoio da Universidade para aprimorar esse processo. Mas a gente não pode dizer que as fundações de apoio, na minha opinião, salvo melhor juízo, também, que essas fundações de apoio não tenham papel fundamental a desempenhar, em termos da Universidade, da sociedade, em termos de pesquisa... Quando eu vi os quadros, eu fui fazendo os cálculos também, a maior parte dos recursos foram destinados para pesquisa, seja em equipamentos, seja em trabalho, seja em áreas importantes e tal. Quer dizer, isto é fundamental.

Então, isto tem que ser bem discutido. Fazer as coisas, melhorar a Legislação, não jogar fora toda a experiência. Seria um absurdo se jogar fora toda essa experiência, mas melhorar, aprimorar, para não amarrar também as instituições de ensino superior, que precisam de canais adequados para, inclusive, desenvolverem, com qualidade, as suas finalidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, nesse sentido, eu só quero dizer, senhor Presidente, que eu tenho plena clareza. O que aconteceu aqui foram duas dúvidas, me parece, pela explicação, em termos dos meios de comunicação. Quer dizer, por que é que esse recurso que o Dr. Nelson explicou, durante a sua apresentação, aquela destinação, que é um recurso destinado para compras de materiais e de equipamentos, e a outra coisa, realmente, apesar de a gente reconhecer que o Reitor tem que ter a infra-estrutura e tudo, mas eu acho que a autoridade sempre tem que estar de acordo com aquilo que está acontecendo na sua comunidade. Então, é impensável, na minha opinião, um Reitor ter um excelente apartamento se o estudante não tem uma instalação minimamente adequada para ele também ter uma vida digna na Universidade.

Então, o Reitor que recebe autoridades internacionais, estrangeiros, seja quem for, que a autoridade estrangeira veja que o Reitor tem humildade, tem simplicidade, está de acordo com a sua realidade, e isto

é fundamental para a credibilidade de uma instituição de ensino superior.

Então, é mais, muito mais, um desvio ético de valores, e foi bom que esse debate aconteceu no Brasil, do que propriamente a discussão do objeto não, quer dizer, mas o objeto levou à discussão do comportamento ético que tem que presidir essas relações todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flávio Arns, eu não... É um assunto muito interessante. Mas eu tenho que me colocar na posição de Presidente e gostaria de passar primeiro aos inscritos, ao autor do Requerimento para as suas colocações. Senador Romeu Tuma, autor do Requerimento a quem eu passo a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Olha, acho que foi interessante, o Senador Arns demonstrou aqui, eu já tinha conhecimento da sua profunda cultura a respeito das organizações do terceiro setor, porque... Não porque ele estuda para acompanhar o desenvolvimento legal ou não. Mas é porque ele participa diretamente na colaboração com os menos favorecidos. Então, ele faz aquilo dentro da legalidade e com conhecimento. A sua família dá um exemplo maravilhoso de toda a atividade que tem no terceiro setor; conheci dois, D. Zilda e o D. Paulo, que tiveram um trabalho bastante eficiente na ação social que desenvolveram durante todo seu período. A professora Zilda ainda continua. E o Flávio Arns também tem esse objetivo, tanto é que os projetos que aqui se discutem, a respeito desta parte social, têm uma preponderância nas argumentações que ele apresenta nas Comissões e em Plenário.

Então, eu endosso o que ele falou. Endosso e V.Exa. também, professor Manoel, parece que concordou com vários pontos. Então, Senador Wellington, V.Exa. sabe que quando nós fizemos esse Requerimento, antes de serem ouvidos na CPI, porque não tinha o objetivo de investigar. Tinha o objetivo de buscar na Legislação o que era correto e o que era incorreto, o que esta Comissão própria para Ciência e Tecnologia poderá apresentar para resolver esses obstáculos, que tão bem o Senador Arns apresentou aqui.

Eu tenho uma série de perguntas do depoimento de V.Exa. E vi que tem... O professor Manoel expôs os cursos que são feitos lá. E o senhor dá um exemplo da CISCO, como se a fundação fosse uma Universidade. Pelo menos está no seu depoimento que a CISCO autoriza a dar aula de informática. A CISCO é uma empresa que foi fundada no Governo militar, à época, para a preservação da dedicação do Brasil na produção de produtos de informática, proibindo a importação deles. Teve um fracasso no andamento,

mas ela continua viva, pelo que está dentro do seu depoimento na CPI.

Então, esses cursos têm lá, dentro da fundação, uma escola para dar esses cursos que V.Sa. se referiu, de--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, os dois podem falar. Porque o senhor se referiu no seu... E o senhor que mais, talvez, foi posterior a--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, o professor Antônio primeiro e, depois, o professor Nelson, se assim o desejar.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Senador Romeu Tuma, a CISCO, na verdade, é uma empresa multinacional. Ela é uma empresa especializada na fabricação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu conheço um pouquinho a história da CISCO. Mas ela autorizou a FINATEC a dar cursos, em nome dela, para informática. Pelo menos foi o que eu entendi do depoimento que o senhor fez.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. A CISCO, ela tem uma... Ela credencia academias.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor deu como exemplo que a FINATEC é uma academia. Eu entendi que a FINATEC como uma academia. Não sei se é legal ou não--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Isso. A UFRJ, por exemplo, é outra academia. Várias Universidades podem pleitear ser uma academia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso é para gente ter uma base, tive uma sugestão de novo projeto, liderado pelo nosso... Senador Arns e pelo Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, por exemplo, a Microsoft também credencia instituições para representar. É isso que a CISCO fez.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não. Eu não estou discutindo... Se tem algum obstáculo legal, para poder encontrar uma correção, se ela for útil.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não, Excelência. Que eu conheça, na Legislação, não há nenhum impedimento legal.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exa. diz aqui que apresentou a prestação de contas junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. E deu à CPI os protocolos. Os protocolos não indicam que foram aprovadas. Ou foram aprovadas?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não. Os protocolos não indicam—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está na página 12 do depoimento.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Perfeito. Não indicam nem que foram aprovadas nem que foram reprovadas. A fundação, anualmente, ela cobra, ela encaminha a prestação de contas e anualmente cobrava do Ministério Público um posicionamento. E aí vinha a declaração, dizendo que estava em análise.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pediria ao Senador Wellington, se a gente poderia pedir a cópia dos protocolos entregues da prestação de contas e relatório da atividade da FINATEC.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, aqui podemos, pelo Senado Federal, podemos quase tudo. O que nós não podemos, a gente cria alguma maneira de poder.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu poderia a V.Exa., se não houver nada de sigiloso, impedimento de quebra de sigilo--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Favor preparar o documento para que possamos... Não precisa ser agora. Vamos encaminhar oficialmente o pedido do Senador Romeu Tuma, por favor, depois, encaminha à Secretaria da nossa Comissão o que V.Exa. deseja. E aí prepararemos os ofícios para a FINATEC, para que possa nos mandar o material. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho aqui uma série... Mas não queria mais tomar o tempo porque, como ele já deu algumas respostas lá na CPI, a minha obrigação é ler as respostas dos questionamentos que foram levantados durante o depoimento de V.Sa. E algumas questões, que me foram dadas por um ex-Reitor, é que a Lei 3.998/61 e o Decreto 500/62 criaram a Universidade de Brasília e a fundação mantenedora, FUB. Sendo uma fundação... Ele diz que é paradoxal, que criou outras três fundações para fazerem o que a FUB poderia ter feito.

Então, surgiram... A FUBRA, Fundação Universitária de Brasília, a FINATEC, que o senhor é Presidente do Conselho, ainda é Presidente do Conselho, né?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: É. Afastado por decisão judicial.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Afastado por decisão judicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Romeu Tuma, só para esclarecer, se eu estiver errado, me

corrija, parece que a FINATEC tem um caráter privado, e a FUBRA tem caráter público.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso que eu queria, para esclarecer o que foi questionado junto a mim.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Ok.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --FINATEC, Fundação de Empreendimentos Tecnocientíficos é a FUNSAÚDE, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde, como é que ele leva em conta que só a FUB poderia ter feito tudo isso? E por que foram criadas essas outras fundações? Não tenho *parti pris*, nem pré-julgamento nisso. Apenas como me foi fornecido, eu me vi na obrigação de perguntar. Outra pergunta, acho que cabe mais ao Reitor, que é o Decreto 500, que deu à Universidade 12 superquadras, na Asa Norte de Brasília, e várias foram vendidas para habitação, caixas de habitação, e outras com destinação até hoje não corretamente comprovadas, outras que... Acho que a Fundação não tem nada com isso. Acho que é mais da reitoria. Então, fica a pergunta, depois, se tiver passar para alguém da CPI questioná-lo sobre essa venda de projeções. Vou também procurar saber o que essas projeções de 150 projeções, são áreas de terra aqui em Brasília, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V.Exa. prepararia as perguntas, encaminharia à Secretaria da nossa Comissão, e eu providenciaria, como Presidente dessa Comissão, e--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E também a reintegração de 200 professores, que não foram demitidos por questões revolucionárias ou por qualquer comportamento... Foram pagos pela CLT, tudo, depois, a própria Reitoria reincorporou-os como se fossem anistiados. Eles não poderiam ser anistiados em razão de terem recebidos todos os direitos da CLT. E não foram demitidos por nenhuma razão política. Segundo a informação que está aqui. Mas eu acho que não caberia a eles responder--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que a FINATEC não estaria nesse processo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por isso que eu pergunto. Não teria conhecimento, porque, lá na Fundação Zerbini, há um fundo de ajuda para pagar melhor os médicos para a dedicação exclusiva. Que se recebesse o valor do salário do Estado, eles não teriam condições de se dedicar de corpo e alma, em tempo integral. É o que o senhor fez referência aqui. O professor, para se dedicar em tempo integral, como

esse cientista da Doença de Chagas, ele tem que ter um salário compatível com o seu tempo integral. Então, senão, ele vai fazer clínica e vai dar aula e foge para fazer clínica.

Então, eu acho que a gente tem que buscar realmente meios para poder regulamentar qualquer dúvida porque o Ministério Público vive abrindo inquérito sobre isso. E tem questão do INSS... Porque acho que o senhor também foi perguntado sobre isso na CPI. Eu não estava lá, mas eu li no... Que, como o professor trabalha numa entidade, vem prestar serviços na FINATEC, a FINATEC achou que não tinha que pagar outra vez a Previdência Social. É isso? Por isso que foi autuada, mas perdeu o INSS na área administrativa.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Excelência, esclarecendo esse ponto que acho que é importante. A fundação—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não estou pondo em dúvida. Estou querendo mostrar a dificuldade—

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Não, não... A Fundação recolhe o INSS. O problema é que eles queriam que os professores fossem contratados em carteira. E há professores, por exemplo, aí, eu citei um exemplo de Ministros de Estado que dão aula na Faculdade de Direito, que são, inclusive, tempo parcial. E dão aula nesses cursos de especialização. E, na atuação do INSS, inclusive disseram que a fundação teria que, obrigatoriamente, ter contratado Ministro em carteira. Eu falei: “Olha, até que gostaríamos, mas não tem condição”. Por isso que a coisa foi tão flagrante—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para dar aula em Mogi, foi obrigado a fazer, em carteira, o registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso daí realmente está acontecendo, agora—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor tem experiência—

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Você tem experiência na área, você convida um grande Ministro do Supremo, do STJ, que tem que passar conhecimento para essa juventude que vem estudando e, de repente, eles dão um RPA. E aí, o que acontece? Ocorre uma fiscalização do INSS que diz o seguinte: “Mas isso é atividade-fim da instituição, então, tem que assinar a carteira”. É uma solução que tem que ser encontrada, Senador Romeu Tuma, porque a lei diz o seguinte, a única... O único serviço que alguém do Supremo, do STJ, pode servir é dar aula—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dar aula.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Há o momento de dar aula, mas a sabedoria desses Ministros, tanto do STJ quanto do Supremo, a sabedoria não é... passado o conhecimento dele em tempo integral. É passado num momento, uma grande aula inaugural ou uma grande exposição ou uma audiência, tipo uma audiência na Universidade, como estamos fazendo aqui, para esclarecer. Uma nova Legislação que muda, para passar para a comunidade, tanto para os alunos, como é que pensa o Supremo, como é que pensa o STJ. E nós, ao fazermos esse tipo de trabalho, ocorre uma fiscalização que leva nesse sentido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se o senhor levar em conta, nas faculdades do interior, a maioria dos professores são Delegados de Polícia e Juizes de Direito da Comarca porque não tem outra fonte, porque senão teria que deslocar de uma cidade a outra e ficaria caro. E, então, os professores que têm prática e conseguem dar boas aulas, eles são da própria comunidade.

Então, eu queria agradecer aos senhores que aqui compareceram, pela sinceridade, pela tranquilidade com que fizeram a exposição e afirmo que não houve objetivo de investigar e, sim, de buscar esclarecimentos para melhorar a atividade universitária, que não está lá essas coisas no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, autor do Requerimento dessa Audiência Pública. Voltando a falar para os telespectadores e convidados presentes, o assunto é prestar esclarecimentos, foi bem assim no Requerimento de V.Exa., acerca do uso irregular de recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, FINATEC, destinados às pesquisas. Autoria do Requerimento, ilustre Senador, meu amigo pessoal, Senador Romeu Tuma. Convidados, o Professor Antônio Manoel Henriques, ex-Presidente da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, e o Professor Nelson Martin, ex-Presidente do Conselho Fiscal do Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos.

Passaremos agora ao segundo inscrito, Senador Flávio Arns, só queria fazer uma colocação, Senador. Nós temos a CPI das ONGs, eu sou um membro da CPI das ONGs, e, a todo momento, é colocado esse Requerimento sobre as fundações. Eu tenho conversado pessoalmente com o Presidente, ele já entendeu parte dessa situação, mas não tirou o Requerimento. O Requerimento está sobrestado.

Então, é importante que nós possamos, e V.Exa., que detêm um conhecimento muito grande nessa área, que pudesse ter uma conversa, tanto com o Relator quanto o Presidente da CPI das ONGs, demonstrando o entendimento de V.Exa. nessa área, para que possa separar o que é OSCIP, o que é Fundação, o que é Fundação de Apoio, para que nós possamos ter um caminho, para que não possamos transformar, de repente, essa CPI das ONGs numa CPI contra as Fundações Educacionais ligadas às Universidades nesse país.

Aproveitaria e passaria a palavra agora ao Senador Flávio Arns, segundo inscrito da nossa lista.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Essa reflexão, acho que pode ser feita junto com o Senador Colombo e com o Senador Arruda, para distinguir bem realmente associações e fundações, associações constituídas na forma de OSCIP e uma figura diferente, que é a Fundação de Apoio, que segue, inclusive, uma Legislação própria. Inclusive, o Ministério da Saúde enviou um Projeto aqui para o Congresso Nacional, criando uma figura, a Fundação Pública de Apoio à Área da Saúde, que seria uma outra coisa que não teria nada a ver com ONG também. Que, às vezes, seria outra Legislação. Mas eu só quero sempre destacar o papel fundamental que o terceiro setor desempenha no Brasil. Basta pegar, como foi citado, o atendimento à pessoa com deficiência, o atendimento da criança, o atendimento do idoso, do menino de rua, iniciativas importantes na área do trabalho, da Saúde, da Educação.

O terceiro setor pode contribuir muito para qualquer país. Só, sempre, a preocupação tem que ser separar o joio do trigo. Eu já fiz, senhor Presidente, as observações que eu gostaria de fazer, no decorrer das falas, inclusive, tivemos a oportunidade, com a concordância de V.Exa., até de dialogar um pouco entre os Senadores, com os expositores também. Eu só queria dar uma sugestão, que eu acho que nós poderíamos contribuir muito para o Brasil, se nós sistematizássemos um trabalho de parceria entre esta Comissão e a Comissão de Educação em relação a uma revisão da Legislação relacionada às Fundações de Apoio, seja para Universidades ou para outros órgãos públicos, porque há muitas dificuldades pelas quais as fundações vêm passando, as Universidades, as instituições de ensino, e é o detalhe da Legislação que tem que ser melhorado também.

Então, eu acho que esta contribuição, de fato, poderia ser, assim, representar um impacto importante, uma coisa, assim, que poderia mudar a realidade, tornar a realidade mais transparente e evitar até problemas que possam surgir. Eu mencionei problemas,

que eu até conheço, em termos de Fundações, de Fundações de apoio, mas não porque haja falcatura ou malversação ou isso ou aquilo, mas porque a Legislação precisa ser aprimorada. E as necessidades foram mudando. E acho que este é um trabalho, senhor Presidente, que eu diria que seria, assim, muito bom. Então, vou apresentar, se V.Exa. concordar, um Requerimento aqui, um Requerimento na Comissão de Educação, da qual eu sou membro titular--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Podia ser conjunta, não podia?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, conjunta. Poderíamos apresentar, Senador Romeu Tuma, em conjunto também, o Requerimento para que haja, com o apoio da Assessoria do Senado, chamando-se as Fundações, os Ministérios e tudo, chegarmos, assim, a conclusões que facilitem, que tornem transparente, flexível, que atendam aos objetivos elencados aqui pelo Dr. Nelson, também expostos pelo professor Antônio. Eu acho que isso seria bom, como consequência desta Audiência Pública. Não é, senhor Presidente? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado ao Senador Flávio Arns. Eu queria fazer uma colocação, eu fico aqui ansioso porque, nesse contexto, eu participei a minha vida inteira, eu sempre fui ligado a Universidades; a minha mãe começou um jardim de infância e chegou a ter um uma Universidade. Nós estamos passando por um momento, Senador Flávio Arns, muito interessante. Agora vou falar um pouco de instituição privada. Todos têm visto lançamentos de APO, ou seja, dinheiro de captação de recurso externo para aplicação em Universidades privadas. E nós tivemos, na época dos chamados excedentes, ou seja, eram pessoas aprovadas para Universidade e não tinham vagas. Então, começou a se criar instituições privadas no país. E a Legislação obrigava ser filantrópica, sem fins lucrativos e bá, bá, bá, bá... Aí, o que acontece? Evoluiu. E passou a chegar o momento em que hoje já tem, não só instituição privada com fins lucrativos, como investimento do capital externo, via APO, lançamento de ações no mercado, na Bolsa. E o que acontece? Esse dinheiro vem de fora e está comprando as instituições privadas no país. Bom para aqueles que saíram na frente, captaram 500 milhões, 400 milhões de reais e, com isso, colocaram na Bolsa 25% do seu poder de voto, digamos assim.

Só que o que acontece? Em termos de competição, tem alguns que detêm a imunidade; imunidade não é isenção, imunidade da parte patronal. E o que acontece? Com essa imunidade, hoje, sobre a folha, é mais ou menos 22%. E uma folha de instituição é

o maior custo de uma instituição de ensino, porque é professor. É folha. Então, você acaba, estando no mercado, se aderir à não filantropia, você tem que pagar os 22. E seu concorrente do lado, ele não abre mão da filantropia. Então, você acaba tendo um problema de mercado.

Então, eu acho que nós deveríamos fazer uma lei, onde, gradativamente, claro que aí, como V.Exa. bem colocou, separar e, gradativamente, pagando uma parte patronal até se chegar ao ponto que hoje a Legislação manda pagar, para que possa haver um nivelamento de mercado. E o que acontece hoje? O Ministério da Educação não aceita ter uma instituição privada que tenha Universidade em vários locais do país. Porém, a Legislação permite que venha um fundo internacional e compre várias instituições pelo país. É uma incoerência porque os fundos que estão tendo várias instituições de ensino pelo país—

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É. E não pode ter uma Universidade com vários *campi* pelo país. A Legislação não permite. A filosofia do Ministério não permite isso. Porém, esses fundos internacionais, com dinheiro em dólar, em Euro, estão comprando todas as instituições.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está aumentando, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, e é verdade. Hoje tem grandes negócios. Tem fundos aplicando no dinheiro que o aluno deixa de pagar, que hoje está chamando inadimplência. Ele compra essa inadimplência e financia, em vez de cinco anos, em 15 anos, aquela inadimplência. Claro que está ganhando no custo financeiro. São Fundos. Ele ganha o quê? Aplicando o juro sobre aquele capital, dá uma condição maior de pagamento, porém, tira o sangue todo mês. Tira o sangue do aluno.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E pode executar. A Universidade não executa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pode executar. A instituição privada, a instituição de ensino não pode executar. Então, essas incoerências que estão acontecendo merecem que essa Comissão e a de Educação também pensem a respeito e orientem qual é o caminho. Quer dizer, eu estou, na prática, sentindo isso. Talvez alguns, ligados à instituição de ensino, vão falar: “Wellington, você não podia falar porque isso é um novo mercado para as instituições de ensino”. Eu sei, mas eu, enquanto educador, acho que vamos aca-

bar perdendo a nossa identidade nacional. Eu entendo assim. Acho que é a mesma questão que nós estávamos discutindo aqui nessa Comissão, da questão dos satélites, que hoje é gerado lá de fora, o Senador Flexa, que é especialista no assunto, é gerado do Peru; o satélite joga toda a programação toda do território nacional, é gerado do Peru, gerando emprego lá e uma colonização por satélite, em hábitos, em programação, e nós não temos controle sobre isso.

Então, isso já foi debatido, o Senador Flexa tem um Projeto para regulamentar tudo isso, está em discussão, então, quer dizer, esse é um assunto extremamente bom de se discutir. Apaixonante.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E está afundando uma série de faculdades por falta de investimento. Elas vão acabar fechando as portas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro. E começa a se criar uma série, Senador Romeu Tuma, por exemplo, só pode ter 30 alunos em sala de aula; o curso de enfermagem tem que ter um custo para poder estagiar. Hoje os hospitais cobram das Universidades para botar um estagiário lá. O senhor já viu disso, Senador Flávio Arns. O estagiário, ele dá condições de o hospital usar o estagiário sem pagar imposto e eles cobram da instituição privada uma taxa para usar o estagiário.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor viu o que aconteceu no Rio, com a dengue? Estão buscando os estagiários para poder trabalhar diretamente com a—

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --Eles cobram da Universidade para poder ter o estagiário. Isso é uma coisa absurda. O Ministério Público tinha que ver isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esteliônato.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso é um absurdo.

Vamos passar, então, ao terceiro inscrito, que é o Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Wellington Salgado, Srs. Senadores, Srs. convidados, Professor Antônio Manoel Henriques, Professor Nelson Martin, já foi dito aqui pelos Senadores que antecederam, o próprio autor do Requerimento, Senador Romeu Tuma, que, quando ele solicitou o Requerimento, foi anterior à CPI das ONGs. Que ele, em função do noticiário da imprensa, ele se apressou da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Co-

municação e Informática, buscar as informações e os esclarecimentos.

A proposta que eu iria fazer é a mesma do Senador Flávio Arns. Acho que esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, deve se aprofundar na Legislação hoje, com relação às Fundações, à Fundação de Apoio, para que possam fazer as correções que evitem os desvios de função que estão sendo levantados pela imprensa e em verificação na CPI das ONGs.

Acho que a... E concordo com o Senador Flávio Arns, que a Fundação é um instrumento necessário para que possa fortalecer as Universidades, sem o engessamento da burocracia, da Legislação, no sentido de promover a pesquisa, promover a ciência e a tecnologia, dando condições para que os pesquisadores tenham um ganho que seja correspondente ao esforço e ao seu conhecimento.

Agora, nos preocupa também, Senador Flávio Arns, que, como não há um regramento definido ou que possa haver espaços para que as fundações sejam usadas, até no sentido de fazer um *by pass* na Legislação de licitação, porque, quando você contrata uma Fundação, que é o que está ocorrendo, para fazer um determinado... Prestar um determinado serviço à Universidade ou a um órgão público ou a uma... Um agente administrativo, uma Prefeitura, um Governo do Estado, esta Fundação fica, pela Legislação, isenta de licitar as empresas que serão contratadas. Então, fica a livre-arbítrio da escolha. Então, começa a surgir, evidente que você tem que separar aqui o joio do trigo, mas você leva à possibilidade de que haja um direcionamento para contratação de determinadas empresas ligadas a essa Fundação ou ligadas a determinados partidos políticos.

Então, eu acho que, na revisão desse processo, nós poderemos vedar esse tipo de autorização ou até fazer com que haja a obrigatoriedade de, tanto quanto o órgão público era obrigado a fazer a licitação, que a Fundação também o faça, que ela possa fazer a intermediação, mas que seja dado o acesso amplo a todas as empresas, a todas as pessoas que possam dar andamento ao objeto de consultoria ou objeto de contrato.

As perguntas que eu teria aqui a fazer são todas... Eu acho que muito mais ligadas à CPI das ONGs. Questionamento com relação aos contratos feitos com Prefeitura de Recife, valores desses contratos... Acho que não cabe nós estarmos aqui fazendo esses questionamentos.

Eu quero associar-me ao Senador Flávio Arns e ao Senador Romeu Tuma, na proposta de que se faça realmente um... Uma Comissão, de forma conjunta com

a Comissão de Educação, a mesma do Senador Flávio Arns, para que a gente possa rever a Legislação e evitar, de uma vez por todas, essas possibilidades de desvio de função, mas, não impedindo que as fundações exerçam esse papel importante que têm no... No processo de desenvolvimento das pesquisas.

Eu próprio tenho um filho médico, que é pesquisador da Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, e sei das dificuldades que ele enfrenta, no sentido de levar adiante as suas pesquisas, em função da falta de apoio por parte das instituições.

Então, acho que nós devemos, como disse, fazer essa revisão e encontrar os meios de fortalecer as Fundações, evitando esses desvios que, lamentavelmente, possam ter ocorrido. Na realidade, a CPI não era para investigar as Fundações e, sim, para as Organizações Não-Governamentais, mas, face à veiculação pela imprensa do problema aqui de Brasília, acabou entrando e... Acabou vindo como carro-chefe de um processo, e até desviando o foco da CPI para algo que é muito mais, ou tão grave quanto, que é a utilização dos recursos, de forma inadequada, das Organizações Não-Governamentais, muitas delas contratadas para objetos que não fazem parte da sua atividade-fim; são ONGs voltadas à cultura que... Ao incentivo da cultura, que são contratadas para atender a saúde indígena. E dizer, onde não tem nenhuma expertise para fazer o objeto da contratação.

Então, eu quero aqui colocar o meu apoio à proposta do Senador Flávio Arns.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Pergunto. Muito bem, Senador Flexa. Concorde com V.Exa. Acompanho muito de perto algumas pesquisas que são feitas no INCOR, e as grandes dificuldades que, às vezes, os pesquisadores têm. Tem um médico muito bom, e ele, às vezes, para fazer pesquisa, não com galinha, mas com coelho e tal, com rato e com problema cardíaco, que tem que comprar tudo do bolso. Disse: "Eu não posso parar na metade minha pesquisa. Não tem dinheiro, eu tenho que me virar para arrumar o que eu posso comprar e continuar a pesquisa". Acho que isso é importante.

Por isso que, quando falaram em dinheiro de pesquisa, a gente se assusta quando faz um apartamento. O senhor vê o mal que uma lixeira faz, ou que uma tapioca faz. Ela tem um alcance moral muito grande. Não é o problema do valor que ela representa. Mas a parte que o Senador falou tão bem, o Senador Arns, sobre o aspecto moral e ético, que deve orientar uma autoridade, principalmente dentro de uma Universidade, porque ela é o exemplo.

Eu pergunto se o Dr. Nelson ou o Dr. Antônio têm alguma coisa a mais a querer colocar, para nós poder encerrar a Comissão. Antes, vou ler dois requerimentos, mas pergunto se o senhor quer... O senhor? Já deixou. Então... Fica à vontade, se o senhor quiser. Rapidinho.

SR. NELSON MARTIN: Eu queria só agradecer a participação nessa audiência e dizer aos presentes que nós sempre estaremos à disposição, assim que convidados; estaremos sempre dispostos a colaborar com qualquer Comissão, com a nossa experiência, ao longo desses 16 anos, da FINATEC. E reiterar novamente que nós, na FINATEC, tentamos não fazer coisas ilegais e não o fazemos nunca. O que pode acontecer são alguns desvios, em função do que o Senador Arns falou e o Senador Flexa também. O Dr. Tuma também. É que, em função das coisas que acontecem no dia-a-dia, pode acontecer alguma coisa diferente, mas, nunca ilegais. Isso, pela FINATEC, eu assino embaixo.

E faço votos que essa Comissão de Ciência e Tecnologia, que aqui se instalou recentemente, aqui no Senado, consiga fazer exatamente o que a proposta dos Srs. Senadores Arns e Flexa Ribeiro está contemplando, é fazer uma revisão completa nessas relações da Fundação de Apoio, que é muito constrangedor, às vezes, como fundação de apoio você fazer alguma coisa que... Tipo a contratação de pessoal para o Hospital das Clínicas do Paraná, teoricamente, a Fundação não poderia fazer isso, mas o faz em função de atender ao aspecto social da coisa. Senão, o hospital não teria gente para tocar aquela... Aquele Hospital das Clínicas, que é tão importante para aquela região.

Então, eu faço minhas, vamos dizer assim, se permitirem, as palavras dos ilustres Senadores, no sentido de que atinjam suas metas com esse Requerimento que vamos fazer. E agradeço novamente ao Senador Romeu Tuma pela oportunidade que nos tem dado, nesta ocasião, em participarmos, alegremente, dessa Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, professor Nelson. Professor Antônio também quer ter duas palavrinhas.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Só queria agradecer e dizer da minha satisfação, especialmente pela proposta do Senador Flávio Arns, encampada pelo Senador Flexa Ribeiro. Eu presido a Associação Nacional das Fundações de Apoio, que congregam quase 100 fundações--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já é um dos convidados. Está certo, Senador?

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: E tem sido uma luta da associação no sentido de a gente

poder efetivamente modernizar a Legislação para que nem dirigentes de fundações nem reitores de Universidades fiquem em situações delicadas, em prol do público. Uma outra questão importante, que todo ano acontece, e não é uma questão desse Governo, isso já é histórico, já vem de 20 anos, é aquele recurso de final de ano, que a gente sabe que ele chega no final do ano, depois do Natal, e é impossível o Reitor gastar aquele recurso.

Então, o Reitor tem duas possibilidades: Ou ele devolve o recurso, e a Universidade fica prejudicada, ou ele repassa a uma fundação. Isso é ilegal, a gente sabe disso, inclusive o Ministro Haddad tem sido sensível, nesse evento que teve no TCU, ele inclusive está buscando uma solução para isso. Agora, é uma realidade e tem que ser enfrentada. Acho que tem pontos aí que precisam ser realmente aperfeiçoados para que efetivamente as Fundações cumpram seu papel e a Universidade também possa cumprir seu papel.

A questão de autonomia da Universidade também é uma coisa importante e tem que ser levada adiante. Isso que eu tinha a dizer e agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Muito obrigado, Professor Antônio, professor Nelson, acredito que essa Audiência Pública teve bem vencido seu objetivo, que era buscar informações e criar condições para poder alcançar uma Legislação que dê mais responsabilidade e mais tranquilidade para o administrador das Fundações, e separar bem a parte do que é Fundação, que V.Exa. também, Senador Arns fez, e ONGs, nesse terceiro setor. Eu acredito que ficou claro para a população que está ouvindo e assistindo pela televisão, acredito hoje que tem muita gente de Universidades prestando atenção nessa Comissão, e vamos levar em frente a proposta de V.Exa. E acredito que poderíamos convidar os dois e mais o Ministério Público, que tem tido toda a vigilância sobre as fundações, que é uma obrigatoriedade legal ter um promotor público permanentemente em vigilância a todos os envolvimento.

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É porque aqui o nosso Professor Antônio disse que tem Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações de Interesse Social. Poderíamos buscar o nome do Presidente--

SR. ANTÔNIO MANOEL DIAS HENRIQUES: Está aí também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está aqui... O senhor pode deixar? Então, também se V.Exa. puder pôr no Requerimento o nome

dele. Então, tenho aqui, está encerrada a Sessão com V.Exas., pode ficar à vontade. E vou ler rapidamente dois requerimentos--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até pediria, senhor Presidente, um Requerimento extrapauta também.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O de V.Exa., que seja convidada a Dra. Lucia Carvalho de Pinto Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos para a Audiência Pública, apresentar seu plano de ação. A CGEE é uma Organização Social que tem por finalidade realizar estudos e pesquisas, olha as pesquisas aí no meio, perspectivas de alto nível, na área de Ciência e Tecnologia, e suas relações com os setores produtivos. Srs. e Sras. Senadores que quiserem discutir... Não havendo quem queira discutir, em votação. Permaneçam como se encontram, e considerarei aprovada...

Aprovado o Requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela Ordem, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicito a V.Exa. também que coloque extrapauta o Requerimento que se encontra sobre a Mesa, de uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Defesa... Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito. O Requerimento está sobre a Mesa mesmo, assinado por V.Exa., e está constituído, nos termos do inciso I, art. 93 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Comando Militar da Amazônia?

[risos].

--Para instituir o PLS 213/2007 e o PLS 677/2007, que regulamentam o mercado de cartões de crédito. Solicita ainda que sejam convidadas a participar da Audiência Pública as seguintes instituições e entidades: Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Confederação Nacional do Comércio, Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Crédito, Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTEST. Pergunto a V.Exa. se vai indicar os nomes ou cada entidade mandará seu representante?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Cada entidade mandará o representante, Presidente. E esse

novo Requerimento de uma audiência em conjunto com a CMA é em função de que eu tinha aprovado um Requerimento que recebeu o nº. 05, aqui na CCT, para tratar do PLS 677, que dispõe sobre compartilhamento da infra-estrutura de coleta e processamento de informações no mercado de cartões de créditos e débitos. Acontece que existe um outro projeto tramitando também, o PLS 213/07, que trata sobre a questão de preços à vista e preço financiado por cartões de crédito, sem haver diferenciação de custo para o consumidor. Então, já que existem dois Projetos tramitando sobre o mesmo tema, nós vamos... O Senador Adelmir Santana, que é o autor dos dois Projetos, conversando comigo, ele propôs que nós fizéssemos, então, uma audiência única, ampla, para tratar de todos esses temas referentes à utilização dos cartões de crédito. Então, os convidados aqui são os mesmos que já estavam no Requerimento anterior--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exa. torna prejudicado o nº. 05. Se bem que tem os nomes aqui, já definidos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ficando prejudicado, prevalece esse.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se esse... E cada entidade dessa aqui mandará seu representante e nós faremos, então, essa Audiência Pública conjunta, para definir--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós vamos colocar em votação a prejudicialidade do Requerimento nº. 05, se não tiver ninguém contra, considerarei prejudicado o Requerimento nº. 05 e ponho em votação o presente Requerimento, que tomará o número posteriormente, pela Secretaria da Comissão. Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço, Presidente, Senador Romeu Tuma--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Requerimento de V.Exa.--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. porque essa nova Audiência Pública vai poder discutir os dois Projetos, tanto o 213 quanto o 677. Então, será muito mais profícua a discussão nessa nova Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem uma comunicação do Senador Eduardo Azeredo, que é gostosa aqui. "Tendo sido autorizado por V.Exa. para representar o Senado Federal na Conferência de Cooperação contra Cybercrimes", ele é um especialista nisso, tem se aprofundado nessa área, agora, com a CPI da Pedofilia, a gente tem buscado

uma forma de melhorar a Legislação criminal sobre o emprego da informática no segmento. Tanto é que, meio-dia, temos uma Reunião com o Ministro da Justiça agora. “...A realizar-se na cidade de Estrasburgo, França, nos dias primeiro e segundo de abril de 2008”. Então ele requer a licença dos trabalhos e comunica que estará ausente no período de 28/03 a 20/04. Fica feita a comunicação e na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, agradecendo a presença dos Srs. Convidados. Dou por encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 11h50.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2008.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia nove de abril de dois mil e oito, na sala sete, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, e com a presença dos Senadores Marcelo Crivella, Valdir Raupp, Valter Pereira, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Flávio Arns, Marco Maciel e Flexa Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Gilvam Borges, Demóstenes Torres e João Tenório. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 591 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei da Concessão de Serviço Público), e nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, para conceder direito à compensação, no prazo de quarenta dias, em conta ulterior, do valor correspondente ao do período de suspensão dos serviços que disciplinam.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 02: Projeto de Lei da Câmara nº. 102, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Valverde que “Altera o Art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efei-

tos jurídicos da subordinação exercida por meios de telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Resolução do Senado nº. 58 de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dispõe sobre a transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator, para reexame da matéria. **Item 04: Requerimento nº 09, de 2008-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer “..., que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal realize audiência pública para debater os veículos de comunicação regionais do país. as mídias regionais historicamente prestam um relevante serviço para a sociedade brasileira, veiculando informação, e difundindo a cultura regional nas localidades mais afastadas dos grandes centros, além de desempenhar importante missão de utilidade pública. é por meio de jornais e rádios interioranos, que os cidadãos brasileiros que residem em regiões mais afastadas acompanham o desenrolar dos fatos mais relevantes acontecidos no país. compete, dessa maneira, ao poder público buscar fortalecer as mídias regionais brasileiras com o estabelecimento de políticas públicas de incentivo bem consolidadas o que representará, em última instância, um forte benefício para a população brasileira. indico como convidados um representante da secretaria de comunicação social da Presidência da República (SECOM-PR), o Presidente da Frente Parlamentar em apoio e fortalecimento da mídia regional, Deputado Federal Cláudio Antônio Vignatti, o Presidente da Associação dos Diários do Interior – Brasil, Sr. Eladio Dias Vieira da Cunha.” O requerimento é aprovado. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 419 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 445 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favo-

ráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 451 de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 457, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 477, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 480, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 007, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Antônio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 278, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Dionísio Cerqueira – ARCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 294, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Aliança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Se-

nador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 339, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 353, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 371, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 388, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 409, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à rádio Momento FM Ltda LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 479, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Progresso, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 485, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Filadélfia – ACCFI para executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 338, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de Difusão Comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Virgínio de Carvalho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 378, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Virgínio de Carvalho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 001, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guapari, Estado do Espírito Santo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 469, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. O senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira passa a Presidência ao senhor Vice-presidente, Senador Marcelo Crivella, para relatar os seguintes itens: **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 325, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Vila Santo Antônio e Vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 361, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador

Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 364, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 481, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Valter Pereira e Flávio Arns requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 34, de 2007-CCT** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valter Pereira, que requer “Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado o Senhor Marcus Manhães, coordenador técnico do laboratório de convergência e conteúdos digitais da diretoria de TV digital, na Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPQD, para participar da audiência pública que objetiva discutir as interferências de rádios clandestinas no controle do tráfego aéreo brasileiro”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 05 ao Requerimento nº 17, de 2007-CCT** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que requer “Em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado, requeiro, com base no art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, e art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Secretário Geral da Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos isentos de prescrição médica – ABIMIP-, Senhor Sálvio Di Girólamo, para, em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJC, discutir a questão dos limites legais para a regulamentação da propaganda comercial.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a pre-

sente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Marcelo Crivella**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, que se realiza nessa data, dia 09 de abril de 2008. Dando início aos trabalhos da Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no diário do Senado Federal. Passaremos à Pauta.

Primeiramente, veremos os Projetos não terminativos. Vamos, primeiramente, aos requerimentos. Item 04 da Pauta. Requerimento do Senador Flávio Arns, que está presente. “Requeiro que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal realize Audiência Pública para debater os veículos de comunicação regionais do país. As mídias regionais, teoricamente, prestam relevante serviço para a sociedade brasileira, veiculando informação e difundindo a cultura regional, nas localidades mais afastadas dos grandes centros, além de desempenhar importante missão de utilidade pública. É por meio de jornais e rádios interioranas que as comunidades mais afastadas acompanham o desenrolar dos fatos mas relevantes acontecidos no país. Compete, dessa maneira, ao Poder Público buscar fortalecer as mídias regionais brasileiras, com o estabelecimento de políticas públicas de incentivo bem consolidadas, o que representará, em última instância, um forte benefício para a população brasileira. Indico como convidados o representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, SECOM – Paraná, não, SECOM – Presidência da República; o Presidente da Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional, Deputado Federal Cláudio Antônio Vignatti, o Presidente da Associação de Rádios do Interior do Brasil, Sr. Eládio Dias Vieira da Cunha. Sala de Ses-

sões. Senador Flávio Arns. Antes de botar em votação, com a palavra, o autor do Requerimento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu participei inclusive de uma reunião da Frente Parlamentar a favor da mídia regional, os argumentos estão colocados na justificativa do Requerimento. Eu, realmente, considero de extrema importância que este assunto seja debatido. Inclusive, naquela reunião da Frente Parlamentar, eu disse que nós poderíamos trazer esse debate também para esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, esses veículos de comunicação têm um papel importante, já que já vem sendo desempenhado, seja em termos de rádio, de televisão. Eu me lembro de um Município, onde eu fui uma vez, dei uma entrevista na hora do almoço, no interior do Paraná, na rádio e, sinceramente, depois no período da tarde, acho que, de cada 10 pessoas que eu encontrava, nove tinham escutado a entrevista porque fica o rádio ligado na loja, o jornal, o pessoal procura prestigiar o jornal local também.

Então, a mídia regional tem um papel importante a desempenhar. Por isso esse debate, acho que a gente pode colaborar com essa Frente Parlamentar, com a mídia, fazer esse debate junto com o Ministro Franklin Martins ou alguém que ele indique, para que a gente tenha políticas públicas bem definidas a esse respeito. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, submeto à votação. Sras. e Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento do Senador Flávio Arns.

Passaremos logo ao Item não terminativo, Item 02 da Pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 102/07. “Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de Maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios de telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.” Autoria do Deputado Eduardo Valverde, relatoria do Senador Cristovam Buarque. Parecer favorável. A matéria constou na Pauta da Reunião dos dias 05/03 e 26/03. Resultado... Então, com a palavra o Relator, Senador... O homem da Educação, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, desculpe a demora em encontrar aqui o Relatório e, em vez de tentar fazê-lo de improviso, como a gente costuma até em discurso, eu quero ler. Sr. Presidente, chegou ao exame dessa Comissão, Projeto de Lei da Câmara nº. 102/07, que tem por finalidade equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios de telemáticos informatizados àquela

exercida por meios pessoais e diretos. Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição, ele diz que a revolução tecnológica e as transformações do mundo do trabalho exigem permanentes transformações da ordem jurídica, com o intuito de apreender a realidade mutável. O tradicional comando direto entre o empregador e o seu preposto e o empregado, sede lugar hoje ao comando à distância, mediante o uso de meios telemáticos, em que o empregado sequer sabe quem é o emissor da ordem de comando e controle.

O teletrabalho é realidade para muitos trabalhadores, sem que a distância e o desconhecimento do emissor da ordem de comando supervisor retirem ou diminuam a subordinação jurídica da relação de trabalho. Eu cito como está no documento porque eu considere esse parágrafo extremamente importante.

Na análise que eu fiz, eu coloco que devido aos avanços tecnológicos, as relações empregatícias sofrem também transformações que estão a exigir modificações de nosso direito laboral. Atualmente temos o teletrabalho ou o teleemprego, que trazem ao empregado uma série de vantagens, dentre elas, a possibilidade de escolha do ambiente de trabalho, possibilitando desempenhar suas funções em outros ambientes que não o do estabelecimento do empregador.

Como é sabido, em muitos casos, além de aumentar a capacidade produtiva do empregado, essa nova modalidade beneficia igualmente a empresa, já que esta sistemática reduz o custos de logística para os empregados. Eu acrescento que não está, inclusive, escrito aqui, que esse é o caminho que a gente vai ter, quando, por exemplo, percebe os engarrafamentos nas grandes cidades. Não tem outro futuro, a não ser a possibilidade das pessoas poderem trabalhar na própria casa ou que a empresa tenha escritórios espalhados pela cidade, em vez de ter um só, concentrando todos seus trabalhadores. O teletrabalho, e aqui eu cito o Domenico De Masi, o escritor cientista político, italiano, é um trabalho realizado longe dos escritórios empresariais e dos colegas de trabalho, com comunicação independente com a sede central do trabalho e com outra sede, através de um uso intensivo das tecnologias de comunicação e da informação. Mas que não necessariamente serão sempre de natureza informática.

A Organização Internacional do Trabalho, em 1990, propôs a definição segundo a qual o teletrabalho é uma forma de trabalho executada em local distante do escritório central, devendo ainda ser desenvolvido com a ajuda de uma nova tecnologia. Por sua vez, o acordo europeu sobre teletrabalho diz, em um documento de Bruxelas, 18/02/2002, que é uma forma de organização e realização trabalho utilizando tecnolo-

gias da informação por meio do contrato ou de uma relação de trabalho na qual o produto poderia ser realizado igualmente em todos os locais da empresa ou mesmo fora dela.

Complementando, Sr. Presidente, o teletrabalho não deve ser confundido com trabalho em domicílio apenas, ainda que ambos sejam espécies do mesmo gênero trabalho à distância. O teletrabalho não se limita ao domicílio, sendo exercido total ou parcialmente fora da empresa, de forma telemática, sempre aonde a gestão das redes eletrônicas seja possível.

A nossa Legislação trabalhista ainda não contempla explicitamente o teleemprego e nem o teletrabalho, como é chamado. Isso já acontece, por exemplo, em Portugal e Chile. Apesar disso, temos alguns dispositivos que se aplicam essa modalidade. Seu amparo legal se dá atualmente através de norma que regula o trabalho fora do estabelecimento do empregador. A despeito de se poderem aplicar, por analogia, as normas presentes nos citados dispositivos acima, não resta dúvida ser necessária alteração da lei e, assim, adequá-la às novas tecnologias. É nesse sentido que o Projeto, a meu ver, vem em boa hora. Pois, ao atualizar o texto do art. 6º da CLT, o dispositivo passa a abranger expressamente teletrabalhadores, ao equiparar os meios telemáticos e informáticos aos de comando, controle e supervisão nos meios pessoais diretos, configurando, desse modo, como forma de subordinação.

Em vista disso, opinam pela aprovação do Projeto. E eu concluo com mais algumas pequenas considerações. A primeira, que hoje já há patrões que nunca viram seus trabalhadores, não porque a empresa é grande, mas porque contrataram pela informática e recebem todos os subsídios do empregado pela informática. Não faz muito, conversei com importante empresário de São Paulo, que disse que contratou sua secretária sem saber onde ela mora. Mas ela funciona perfeitamente bem, através dos diversos meios de comunicação que existem hoje.

A outra coisa que eu quero deixar claro é que isso não esgota a necessidade mudança nas leis que regulam as relações trabalhistas. De fato, no mundo de hoje, uma lei que já tem 70 anos, não pode mais estar plenamente adaptada à realidade. A CLT exige ajustes, em defesa do trabalhador. Essa é uma delas. Isso que a gente está discutindo, proposto pelo Deputado, é em defesa do trabalhador, que tem emprego. Mas a gente vai precisar fazer ajuste na lei para aqueles que não têm emprego por causa da CLT, que a verdade é que, se por um lado ela defende o direito do trabalhador empregado, no mundo de hoje, ela, às vezes, dificulta o trabalho o desempregado a conseguir um emprego. Esse deve ser um primeiro ponto de algumas mudan-

ças que eu espero que sejam feitas para aprimorar a lei, não para rasgá-la. Para aprimorar, em benefício do trabalhador, mas não apenas o que tem emprego. Também as massas imensas desse país que não têm emprego. Inclusive, nesse sentido, eu aproveito tenho um Projeto meu que dá licença obrigatória... O patrão ter obrigação de dar licença ao trabalhador, a cada período de anos, para que ele estude, para que ele seja treinado, para que ele se qualifique. Do jeito que tem direito a férias todo ano, a cada três anos, teria direito a um período para se aprimorar. Porque, uma espécie sabática, que tem hoje em alguns professores do ensino superior. Hoje o sabático é possível para todos, porque todo trabalhador que não se aprimorar ficará desempregado. Porque não vai haver emprego para quem não se qualificar.

Então, essa é uma mudança na CLT, que muitos temem, quando se fala em mudar a CLT. Acho que há muitas formas de mudar a favor do trabalhador. E, claro, sem prejudicar a economia. Porque se prejudicar a economia, o trabalhador também vai terminar pagando o preço. Esse é o meu relatório, essas são as minhas considerações, esse é o meu voto, a favor do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão o Item 02 da Pauta, Projeto de Lei da Câmara 102/07, Senadores que desejam discutir. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Senadores que estão de acordo, Sras. e Srs. Senadores permaneçam como estão. Aprovado.

Não sei se já temos *quorum* aí. Já? Então, passaremos, vamos ver se a gente vai rápido, aos Projetos terminativos, que já estamos, em função de toda atividade do Senado, está difícil ter um *quorum* qualificado. Mas acho que temos e passaremos direto aos Projetos terminativos. O Item 05 não está presente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Item 01? Senador Flávio Arns. Acho melhor passar logo para essas rádios aí, porque depois... Está bom assim, Senador, futuro Prefeito? O Item 01 é de autoria de V.Exa. Então, vamos direto ver. Romeu Tuma não está... Romeu Tuma não está... Romeu Tuma não está... Sérgio Zambiasi. Senador Marcelo Crivella. Vamos ao Item 09, de V.Exa. É o Projeto de Decreto Legislativo 477/2007, que “aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraíso para exercer serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro”. Veja V.Exa., que é importante essa... Esse projeto nesse momento da

vida política de V.Exa. Com a palavra o Relator, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu acompanho com atenção, diria até com admiração, apreço e entusiasmo os conselhos que V.Exa. tem me dado. Esse Projeto, Sr. Presidente, em caráter terminativo, é a autorização à Associação Comunitária Paraíso para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro. E ele está conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal. E a sua documentação, PDS 477/07, não evidenciou violação de Legislação, não havendo reparos quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa. Portanto, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Paraíso a continuar executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Voto favorável do Relator, Senador Marcelo Crivella. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação final.

Só queria dizer, Senador Marcelo Crivella, que, muitas vezes, se tem conhecimento de alguém, como tenho conhecimento de V.Exa. Por isso que eu recomendo V.Exa. porque a gente sabe do quanto de espírito, de alma e de idéias boas e para frente V.Exa. tem. E, quando eu faço um comunicado, faço uma sugestão ou faço alguma coisa no meio do debate, é porque realmente eu acredito e eu acredito em V.Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu queria apenas agradecer e dizer que V.Exa., desde o primeiro dia que veio para essa Casa, sempre pautou sua conduta em dizer aquilo que acredita. V.Exa. só consegue falar com o coração. E isso o Brasil inteiro reconhece e por isso sou-lhe muito grato.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado. Item 10 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo 480/2007, “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul”. Autoria do Poder Executivo, relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, grande radialista e também o homem do Mercosul nessa Casa, que mais entende de Mercosul, que mais participa dos encontros naquela região. Com a palavra, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Wellington, efetivamente nós estamos realmente estimulando muito um Mercosul ampliado. Nosso sonho é ver a América do Sul unida num só

bloco, na União de Países Sul-Americanos. Hoje nós temos uma divisão que, como toda divisão, não soma... Não digo que atrapalha, mas poderia fortalecer, como bloco sul-americano, teria mais representatividade no conceito mundial; hoje ele todo composto por blocos. Então, estamos trabalhando intensamente. Veja que o Mercosul hoje é composto por quatro países-membros titulares, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; nós temos a Bolívia e o Chile como os dois mais antigos associados, porém o Peru, o Equador e a Colômbia também são associados, e a Venezuela já é membro pleno sem direito a voto. No Mercosul, só não estão presentes ainda o Suriname e as Guianas.

Então é um grande sonho que a gente possa integrar toda a América do Sul num grande bloco social, humano, econômico e cultural. Estamos trabalhando intensamente por isso. E a próxima reunião será no dia 28, em Montevideu no Parlamento do Mercosul, que já funciona como uma instituição. Nós constituímos esse Parlamento aqui no Congresso brasileiro, em 14 de dezembro de 2006, com a presença do Presidente Lula. É uma história bonita, que foi construída ao longo desses 16, 17 anos de existência do Mercosul. Uma história realmente de União, que busca ultrapassar a questão de fronteiras, a exemplo do que faz a União Européia.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Parabéns a V.Exa.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Item 10 aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parobé; Parobé, Presidente Wellington, é uma cidade produtora de calçados. Lá está instalada a Azaléia, que emprega, só em Parobé, mais de cinco mil trabalhadores. É uma coisa fantástica. Fica muito perto de Porto Alegre, acerca de 70 quilômetros, exatamente na metade do caminho para a serra gaúcha, lá em gramado, Canela. Então, quase que obrigatoriamente passa-se por Parobé. E, lá, uma mulher comanda, a Prefeita Gilda Raqui(F), coincidentemente é do PDT. Com muita satisfação, dou meu parecer favorável à instalação desta emissora comunitária em Parobé.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação final. Item 11 da Pauta. Projeto de Decreto Legislativo 007/2008, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Mairi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mairi. Se estiver errado o nome, Senador, me corrija, estado da Bahia. Autoria do Poder Executivo, Relato-

ria do Senador Antonio Carlos Júnior, com o parecer favorável. Claro que, na Bahia, teria que ser V.Exa. o Relator. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 07/2008 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a associação comunitária de Mairi, Estado da Bahia, a executar serviço de radiodifusão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Este é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Parecer favorável do ilustre Senador Antonio Carlos Júnior, a quem tem... Acaba de ser autor de um projeto onde vai regulamentar toda a tramitação dessas rádios nessa Casa e também de televisão e outros veículos de comunicação. Autoria de V.Exa., está caminhando, já tem Relator nomeado, é o Senador Flexa Ribeiro--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pelas duas Comissões. Relator na CCJ e aqui na CCT também.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito bem entregue. O Senador Flexa Ribeiro realmente está se tornando um especialista nessa área. Senador... Do Item 12 ao Item 18, são rádios que seriam relatoria da Senadora Ideli Salvatti. Ela comunicou à Secretaria que pediria para que o Relator fosse o Senador Flávio Arns. Seria interessante nós, nomeado *ad hoc*, Senador Flávio Arns para o Item 12. Vou ter que ler rapidamente o que é cada um. Projeto de Decreto Legislativo 278, que aprova autorização à Associação Rádio Comunitária Dionísio Cerqueira – ARCON, para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina. Item 13 aprova o ato que renova concessão outorgada à Rádio aliança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina. O Item 14 aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio Pomerode Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, na onda média, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina". O Item 15 "aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Amigos de Porto Belo – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina." O Item 16 "aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Negrinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade

de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina.” O Item 17 “aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Videira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.” E o Item 18, “aprova o ato que outorga permissão à rádio Momento FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.” Todos de autoria do Poder Executivo. Relatoria: Senadora Ideli Salvatti. Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, a quem eu passo a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só quero dizer da satisfação de relatar todos esses Projetos de origem no Estado de Santa Catarina, Estado bonito, próspero, socialmente bem desenvolvido, as famílias do meu pai, da minha mãe, as duas famílias vieram de Santa Catarina, é um Estado pelo qual tenho, assim, o maior apreço, grande amizade, grande respeito, e é um Estado, sem dúvida alguma, em termos do litoral bonito, agradável, em termos do interior, muito desenvolvido, em termos das serras, muito agradável também, é um Estado turístico, industrial, de agricultura, e tem todas as características que todos nós gostamos de ver em qualquer Estado. Os pareceres, Sr. Presidente, dos Itens 12 ao Item 18, todos já lidos por V.Exa., são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os Projetos relatados *ad hoc* pelo Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação em bloco ao final.

Item 19 da Pauta e Item 20. São... Item 19 da Pauta é o Projeto que “aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos de Novo Progresso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Progresso, Estado do Pará.” Autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Flexa Ribeiro. Item 20. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Filadélfia para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará”. Ambos de autoria do Poder Executivo e ambos de Relatoria do Senador Flexa Ribeiro, meu grande amigo, que a imprensa tenta nos colocar em confronto, o que jamais acontecerá, porque V.Exa. sabe que mora no meu coração, independente de qualquer ato político que possa ser praticado pelo meu partido e pelo partido de V.Exa. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nobre Senador Wellington Salgado, Srs. Senadores, a amizade que nos une, Senador Salgado, só enriquece, a mim principalmente, porque tenho por V.Exa. realmente um carinho muito grande. Às vezes, V.Exa. faz referência à deficiência capilar que tenho porque V.Exa. tem o pri-

vilégio de ter um excesso de pêlos na cabeça e que, se pudesse repetir a lenda do Sansão e Dalila, V.Exa. correria um risco muito grande se pudesse cortá-lo. Se tivesse alguém que o cortasse aí.

Mas eu tenho aqui uma alegria muito grande de relatar duas rádios comunitárias no meu Estado; uma no Município de Novo Progresso, na Santarém-Cuiabá, e outro Município de Tucuruí. São dois Municípios com bastantes diferenças. Um Município ainda com dificuldades de desenvolvimento, que é Novo Progresso, com uma dificuldade enorme na questão ambiental, porque ele tem a sua atividade maior na indústria madeireira e sofre o não entendimento da necessidade de se fazer a exploração de forma sustentável das riquezas da floresta. Então, é uma população trabalhadora e que busca uma qualidade de vida melhor.

Mas, é com satisfação, como eu disse, que o meu voto, pela aprovação, é pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Filadélfia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará... Ou melhor, na cidade de Novo Progresso, no Estado do Pará, na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E o Item 20... O Item 20 também uma rádio comunitária na cidade de Tucuruí, Associação Comunitária Cultural Filadélfia, na cidade Tucuruí. Tucuruí, Senador Wellington, Srs. Senadores, é onde está a hidrelétrica, a maior hidrelétrica genuinamente nacional, que é a hidrelétrica de Tucuruí, e aonde o povo do Pará e, principalmente daquela região, luta, há mais de 25 anos, para que possamos tornar navegável o Rio Tocantins, com a conclusão das eclusas de mesmo nome, Eclusas de Tucuruí. Acho e espero que o Presidente Lula cumpra a promessa e conclua as eclusas de Tucuruí até o final de seu mandato, para que possamos ter na Hidrovia, inicialmente só do Tocantins e posteriormente Araguaia-Tocantins, o meio de baratear os custos do transporte e trazer o desenvolvimento para o nosso Estado do Pará.

O nosso voto também é pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Filadélfia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucuruí, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário na Câmara dos Deputados.

Queria, Presidente, fazer só uma correção na leitura do Item 19, de que a outorga da aprovação que autoriza a Associação Amigos de Novo Progresso. Eu fiz a leitura errada, com a Associação de Tucuruí. Mas o primeiro Item, o Item 19, é que autoriza a Associação Amigos de Novo Progresso, então, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Pro-

gresso, no Estado do Pará. Esses são os votos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Em discussão. Relatoria das duas rádios do Pará. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em no final. Passaremos agora aos itens 21 e 22 que são Projetos... Item 21 “aprova o ato que outorga autorização à Associação Vizinhança de difusão comunitária de Águas Lindas de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Lindas de Goiás, estado de Goiás.” E Item 22, “aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio Goiatuba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.” Ambos de autoria do Poder Executivo, a relatoria seria do Senador Demóstenes Torres, mas nomeamos, como Relator *ad hoc*, para debutar nessa Comissão, muito bem, o Senador Virginio de Carvalho, do PSC de Sergipe. E queria dizer, Senador Virgílio, que meu pai é de Sergipe. Meu pai é de Aracaju, Atalaia, Barra dos Coqueiros, tive oportunidade de visitar; ele veio naquele programa do Getúlio Vargas, que proporcionou que algumas pessoas viessem para o Rio de Janeiro estudar na Marinha e isso deu uma carreira para o meu pai e ele, realmente, veio, trabalhou e foi bem recebido na cidade. Mas, quando voltou a Sergipe, me levou. Tive oportunidade de comer num restaurante maravilhoso, ali na divisa, na Barra dos Coqueiros, aquele canal que tem, e foi assim... Ele parou na divisão dos dois Estados da Bahia e Sergipe, lá tem um obelisco grande lá, ele parou, rezou, agradeceu a Deus e foi a volta dele a seu Estado, depois de muitos anos. Com a palavra, Senador Virginio.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Fico feliz, Presidente, que o senhor tenha as suas origens em Sergipe e, como já visitou, sabe que é um lugar muito bonito e tenho certeza que, dadas suas origens, vai voltar lá em Aracaju, e não somente a Atalaia, mas Aracaju, em seu todo, é uma cidade bastante acolhedora e uma cidade que faz gosto se visitar porque, apesar do turismo ainda estar um pouquinho a desejar, porém, os filhos da terra, eles não se afastam. E, quando se afastam, eles tornam. Obrigado.

Aqui o voto que temos a relatar é o seguinte: “Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº. 338/07 não evidenciou violação da Legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Vizinhança de difusão comunitária de Águas Lindas de Goiás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário na Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Muito obrigado, Senador Virgílio.

Passaremos ao Item 23 da Pauta. É o Projeto de Decreto Legislativo nº. 001/2008, “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.” Já passei um carnaval lá, tem um camarão maravilhoso, entre outras belezas, né? Autoria do Poder Executivo, seria relatoria do Senador, ilustre amigo e partidário, Senador Gerson Camata, ex-Governador, que não está presente. Passaremos, como Relator *ad hoc*, ao Senador Cristovam Buarque, o homem que luta pela Educação mais do que ninguém. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Presidente. Trata-se do Projeto, em caráter terminativo, que aprova ato da outorga de concessão à rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Guarapari, Espírito Santo. Todas as análises feitas pelo Senador Gerson Camata dão substância para o Projeto. E o voto, portanto, que eu leio, é que, graças ao exame da documentação que acompanha o Projeto, não há evidência de violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº. 39/1992 e, não havendo reparos para os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa, opinamos pela aprovação da outorga de concessão à Rádio Canaã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guarapari, Estado de Espírito Santo, na forma do Projeto de decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão, o parecer do Senador Cristovam Buarque. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final. Item 24 da Pauta. Aprova Decreto Legislativo nº. 469/2007, “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ultra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro.” Autoria do Poder Executivo. Relatoria seria do Senador Francisco Dornelles, mas é claro que, presente aqui o Senador do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, passaremos, como Relator *ad hoc*, ao Senador Marcelo Crivella, que, com certeza, conhece a cidade de Quissamã. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Conheço sim, Presidente. Tem lá uma forte imigração italiana... Sr. Presidente--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não quero prejudicar o Relatório do ilustre Senador Crivella, mas pediria a V.Exa. que, após a leitura do Relator e a votação, que colocasse... Que invertesse a Pauta e desse preferência para o Item 05, onde eu sou Relator, já que eu tenho que participar da CCJ dentro de alguns minutos e preciso fazer esse relatório, posteriormente, e ir para a Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Submetemos à Comissão. Se todos aprovarem, inverteremos a Pauta e passaremos a relatoria, após o Relatório do Senador--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Fazendo um apelo, Sr. Presidente, para que depois a gente entre no Item 01 da Pauta, inclusive, já esteve na Pauta várias vezes para que os Senadores permaneçam aqui e a gente possa votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os Senadores que estão de acordo com a inversão de Pauta permaneçam como se encontram. Aprovada. Senador Valter foi atendido. V.Exa. goza de um grande prestígio nessa Comissão, como estou vendo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, quero apenas acrescentar que o Relator, o nobre Senador Francisco Dornelles, uma das lideranças mais expressivas políticas do meu Estado está, neste momento, numa reunião muito importante, cuidando dos interesses do nosso Estado. Ele tem aqui uma atuação muito forte, sobretudo na área tributária, na área do orçamento. E, então, nos determinou estivéssemos aqui presente para que fizéssemos esse relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quissamã recebe *royalties* de petróleo, Senador?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Recebe. Ela fica ao lado de Campos, entre Campos e Macaé, é uma cidade pequena, mas extremamente progressista, e a última vez que estive lá fiquei impressionado com o progresso que existe hoje em Quissamã, uma cidade com menos de 100 mil habitantes, pouco mais de 50 mil habitantes, até um pouco menos que isso, mas uma classe política também muito presente, muito atuante, muito lúcida, Quissamã se destaca no norte Fluminense.

E, Sr. Presidente, aqui nós temos, então, esse ato que outorga permissão à rádio Ultra FM para explorar serviços de radiodifusão sonora com frequência modulada na cidade de Quissamã, Estado do Rio de Janeiro. E o nobre Senador Francisco Dornelles, ele verificou que não há reparos quanto ao aspecto da constitucionalidade, juridicidade e da técnica Legislativa e opinou pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rádio Ultra para explorar esses serviços de rádio FM, lá na linha cidade do norte Fluminense, cidade de Quissamã. Esse é o voto do Senador, para o qual, Sr. Presidente, peço também à nossa Comissão que concorde e aprove.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o parecer do ilustre Senador Marcelo Crivella, acompanhando o Senador Francisco Dornelles. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação em bloco ao final. Então, passaremos ao Item... Foi pedido pelo Senador Valter Pereira o Item 05 da Pauta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem. Só--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A prioridade ao Senador Valter, tudo bem. Agora, V.Exa. vai dar continuidade às autorizações de rádio? Antes de pegar o Item 02, 03 e...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos depois ao Item de V.Exa., que são quatro rádios, não é isso? Três rádios.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pergunto para ver se eu vou para outra CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estive em São Paulo, numa praça que tem muita antiguidade, como é que é o nome lá?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Benedito Calixto, na descida da Teodoro Sampaio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só falavam em V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, só o Item nº. 01, depois, que é terminativo, que eu pediria o apoio dos colegas para a permanecerem--

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos lá mais rápido, então. Senador Valter Pereira. É o Item 05 da Pauta, projeto legislativo 419/2007. “Aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão, sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso”. Essa deve ser, então, uma rádio estatal ou não? “Aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso”. A autoria do Poder Executivo, Relatoria do ilustre Senador Valter Pereira. Serviço de radiodifusão... Não, não é educativa, não. É educativa? Com a palavra, o Senador Valter Pereira para seu Relatório, por favor.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, vou direto à análise, já que V.Exa. já fez a síntese que a antecede. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação Comunicação e informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, televisão, outorga e renovação de concessão permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa também.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com a finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei 236/67, que complementou e modificou a lei 4.117/1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da resolução do Senado Federal nº. 39/92, que dispõe sobre formalidades e critérios para apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o artigo 213, II do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais e formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional e da Constituição.

Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior. Nada havendo, pois, a objetar, no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeito consonância com o dispositivo na Lei Complementar 95, de fevereiro de 98.

Portanto, o voto, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 419, não evidenciou violação da legislação pertinente e, não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Governo do Estado de Mato Grosso para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Assembléia Legislativa Estadual, na forma do Projeto de Decreto Legislativo Originário da Câmara dos Deputados.

Com esse parecer, Sr. Presidente, nós estamos também homenageando a vetusta Cuiabá, pelo seu aniversário, que ontem foi registrado aqui pelo ilustre representante daquela capital e daquele Estado, Senador Jayme Campos. É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão o presente que o Senador Valter Pereira dá para a cidade de Cuiabá, no dia de seu aniversário. Que foi ontem. Assisti o Senador Jayme Campos da Tribuna. Em discussão o parecer favorável à criação da TV, praticamente, dos Deputados... TV do Governo de Cuiabá. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Passaremos aos Itens 06, 07 e 08, todos os três de Relatoria do ilustre Senador Romeu Tuma.

O Item 06 é que “aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Lindóia, Estado de São Paulo.”

Item 07 “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV SCHAPPO Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo.”

E o Item 08 “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.”

Os três projetos são de autoria do Poder Executivo. Relatoria, todos os três do Senador Romeu Tuma, a quem eu passo a palavra nesse momento. Com a palavra, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria cumprimentar ao Senador Valter Pereira porque, em homenagem à cidade de Cuiabá, pelo seu aniversário ontem, leu por inteiro o Relatório, que não é rotina dessa Comissão, visto que V.Exa. tem lido a Ementa e nós fazemos o voto. De forma que V.Exa. leu sobre a radiodifusão e comunicação comunitária de águas de Lindóia e todos os pré-requisitos para a constituição do ato que pela aprovação... Nós opinamos pela aprovação da Associação Radiodifusão e Comunicação Comunitária de Águas de Lindóia, a executar o serviço de radiodifusão nessa cidade. Esse é o Item 06. Então, somos favoráveis a ao Item 06. O Item 07 é que V.Exa. leu a ementa, rádio e TV SCHAPPO Ltda., que explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miguelópolis, Estado de São Paulo, também preenchidos os requisitos legais, somos favoráveis à sua aprovação. Item 08, renova a permissão de outorga à rádio Nova Amparo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo. Também preenchidos os legais, somos favoráveis à sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão os pareceres. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final. Agora vamos ao Item 01 da Pauta, Senador Flávio Arns. Não, tem três rádios ainda, que eu pediria... É que eu trocaria com o Vice-Presidente Marcelo Crivella, que assumiria a Sessão agora.

[troca de presidência]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem quatro. O do João Tenório também.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, com a palavra, V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Marcelo Crivella, há um Requerimento de minha autoria, em aditamento a outro, em que pede a convocação do Sr. Marcos Manhães, Coordenador Técnico do Laboratório de Convergência e Conteúdos Digitais da Editoria da TV Digital da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CPQD – para participar da Audiência Pública que objetiva discutir interferências de rádios clandestinas no controle do tráfego aéreo brasileiro. Ainda hoje de manhã, estava ouvindo uma entrevista, numa emissora de rádio, do pastor Malafaia, que é um membro da comunidade evangélica, denunciando que até pastores de igrejas evangélicas estão participando, aí, de uma verdadeira cruzada clandestina, que prejudica o tráfego aéreo brasileiro, através

das ondas dessas emissoras de rádio, que funcionam na ilegalidade.

Portanto, eu gostaria que V.Exa. incluísse extra-pauta esse Requerimento, a fim de que a Audiência Pública tivesse a participação desta pessoa, que é um grande técnico nessa área.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Valter--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pergunto se há algum Senador que gostaria de discutir. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --Para discutir. É sobre o problema de...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para inclusão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Referente a...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não. Não houve ainda. Ela vai ser realizada. A Audiência Pública já foi aprovada. O que--
[falas sobrepostas].

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra, Senador Flávio Arns, pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso sugerir que a gente vote os terminativos porque temos as rádios e mais o Item 01, que é um Projeto de autoria de V.Exa., votaríamos e aí nós passaríamos ao debate dos não terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vamos organizar aqui. Como não tem mais quem queira discutir o requerimento, colocamos em votação. Aprovado. Vamos passar, então--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só que é importante saber que a Polícia Federal tem centenas de milhares de inquéritos abertos para rádios piratas e não há nenhum constrangimento em que elas continuem funcionando porque apreende o equipamento, vai na rua Santa Ifigênia e compra tudo de novo. Então, há que ter uma fiscalização séria e a Polícia Federal é limitada nisso. Tem um órgão competente. Acho que é importante ter essa Audiência Pública. Eu estava falando, achei que poderia completar--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É verdade e completou bem. A contribuição de V.Exa. é muito bem vinda. Gostaria de passar, então, imediatamente ao Item 25, Senador Eliseu Resende... Aliás, 25, 26 e 27 que, na ocasião,

será representado pelo nobre Senador e Presidente dessa Comissão, Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Presidente Marcelo Crivella. O Item 25 é o Projeto de Decreto Legislativo 325/2007, “aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da vila Santo Antônio e vizinhos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Andradadas, Estado de Minas Gerais.” A relatoria foi do Senador Eliseu Resende, a quem eu relato *ad hoc* nesse momento com o parecer favorável que eu também acompanho. O Item 26 é o Projeto de Decreto Legislativo 361/2007, que “aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Cultura e Arte de Aimorés – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.” Relatoria do Senador Eliseu Resende, parecer favorável a quem eu também acompanho, como Relator *ad hoc*. E o Item 27 é o Projeto de Decreto Legislativo nº. 364/07, que “aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Novos Tempos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais.” Relatoria do Senador Eliseu Resende, com o parecer favorável e eu, como Relator *ad hoc*, acompanho o Relator nesse sentido. São esses meus relatórios, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Wellington Salgado. Muito agradecido. Passamos imediatamente... Em discussão. Os Senadores que queiram discutir... Não, não há quem queira discutir. Passaremos à votação final. Passo a palavra agora ao nobre Senador Romeu Tuma, que tem Item 28 para relatar, Senador Romeu Tuma, *ad hoc*, já que o Senador João Tenório não se encontra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Parecer do Senador João Tenório é com respeito ao ato que aprova outorga de autorização à Associação Comunitária Piranhas para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Piranhas, Estado de lagoas. O relatório do Senador João Tenório conclui que foi apresentada toda a documentação necessária, portanto, foi favorável à sua aprovação, voto que eu acompanho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. Passamos, então, à votação. Lista de votação nominal, voto nominal. Como vota o Senador Valdir Raupp, líder do PMDB?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com todos os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito agradecido. Como vota Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em homenagem à cidade de Piranhas, eu voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado. São todas as rádios. Não só Piranhas, mas todas as--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor não pode se impressionar com Piranhas. Só tem que votar para todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Extensivo às demais. Senador Romeu Tuma, como vota V.Exa.?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com os Srs. Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim. Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC-SE): Sim, com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Marcelo Crivella, sim. As rádios estão aprovadas. Passamos imediatamente ao Item 01. Com a palavra, Senador Flávio Arns.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer que eu voto com os Relatores. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Perdão, Presidente. Perdoe-me essa falha inescusável, Presidente. Peço que registre o voto do nosso Presidente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Item 01, Presidente, que é de autoria de V.Exa., procura aprofundar a proteção ao direito do consumidor, com relação à prestação de serviços públicos. Como afirma o Relatório... O Relatório que nós fizemos, a proposta introduz norma que confere maior segurança jurídica aos consumidores eventualmente lesados.

A proposta garante aos usuários de serviços públicos, especialmente de telecomunicações, a compensação financeira em caso de interrupção injustificada da prestação de serviços. Este procedimento se constituirá no ressarcimento a ser creditado em conta posterior, no prazo máximo de 40 dias. Estabelece ainda o Projeto que a lei deverá entrar em vigor no prazo de 90 dias. Para cumprir o objeto da proposta, são resgatados preceitos constitucionais, normas do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor. Todos esses itens voltados para a garantia de pagamento devido ou indevido, mediante execução ou interrupção de serviços, prevendo a restituição, quando for o caso, a exemplo do que prevê o projeto de V.Exa., e que agora está em Pauta.

Este é um tema que vem sendo freqüentemente discutido nessa Comissão, sempre na direção de ampliar as garantias, com respeito ao direito do consumidor e entendo, na condição de Relator, que a proposta é procedente e, por isso, Sr. Presidente, e caro autor dessa proposição, meu parecer, o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação. Terminativo. Votação nominal, não é? Vamos, então, à votação. Como vota, Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator e com os cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito agradecido. Como vota Senador Valdir Raupp? Como vota Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Vota o Senador Cristovam Buarque? Como vota o Senador Virgínio de Carvalho?

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Como vota Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Como vota Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Como vota Senador Cristovam Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim senhor, Senador. O Projeto, então, está aprovado. Passamos, então, ao Item nº. 03. Perdão. Item nº. 03, Senador Romeu Tuma. Trata-se de processo de autoria do Senador Expedito Júnior, que dispõe sobre transmissão ao vivo dos trabalhos legislativos pela TV Senado. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou me permitir ler por inteiro porque é uma coisa que é um pouco difícil de se estabelecer se é bom ou não o Projeto do Senador Expedito Júnior, o qual eu fui contra porque tira da Mesa a competência de decidir sobre a grade da TV. Ele propõe que se passe à Secretaria Especial. De forma que vou me permitir ler por inteiro para que haja uma análise correta, V.Exa. que é um *expert* em televisão, poderá ajudar a uma solução. “De autoria do Senador Expedito, a proposição sugere a adoção de um novo critério para a definição da grade de transmissões ao vivo da TV Senado. Respeitada a prioridade para veiculação das sessões plenárias, a proposição concede liberdade à emissora para montagem de sua programação, com base em critérios jornalísticos relacionados aos temas em debate e aos interesses da audiência. A liberdade concedida à emissora, contudo, está sujeita a restrições. De acordo com o parágrafo único do art. 2º da proposição, a TV Senado deverá buscar em sua grade manter equilíbrio e proporcionalidade entre as Comissões, Subcomissões, Conselhos e outros órgãos da Casa, de modo a propiciar transparência e viabilidade ao conjunto de atividades legislativas.

No mesmo sentido, o art. 5º do Projeto confere à Secretaria Especial de Comunicação o poder de regulamentar os critérios definidores da grade de transmissão ao vivo. Cumpre ressaltar que a proibição determina que os eventos que não forem veiculados ao vivo deverão ser gravados e transmitidos posteriormente, preferencialmente mesmo dia em que ocorrem. No campo administrativo, o projeto determina que a Secretaria Geral da Mesa forneça à emissora as informações relativas a atividades legislativas em curso no Senado. Aqui que eu acho que a Mesa fica na obrigação de informar à Secretaria. Eu acho que é um critério que...

Difícil de o senhor impor à Mesa que comunique, por obrigação, a algum órgão da Casa as suas decisões. Foram apresentadas duas Emendas do Senador Flávio Arns. A primeira, fls. 06, acrescenta o parágrafo ao artigo 2º para estabelecer que, não havendo colidência de horários nos eventos referidos no parágrafo anterior, os mesmos poderão ser transmitidos até o término de suas atividades. Já a segunda Emenda, fls. 07, acrescenta novo artigo, com o objetivo de determinar que as transmissões da TV Senado tenham tradução simultânea para a língua brasileira de sinais, libras, ou legendas para deficientes auditivos, *closed caption*. Eu acho que isso já é feito. *Closed caption* foi adquirido à época em que eu era Primeiro Secretário, por sugestão da administração da TV. Então, ela funciona hoje a contento para o surdo, que não consegue realmente... E o de sinais, foram contratadas equipes aqui, que hoje praticamente trabalham até nas comissões. Não sei por que hoje não tem uma aqui, que talvez seja importante na transmissão pela televisão.

Então, eu acho que o Senador Arns está correto, só que a gente tem que vigiar se estão sendo cumpridas as determinações, através da Primeira Secretaria, porque já é de natureza correta a aquisição. Então, cumprimento Senador Arns por essas Emendas porque vem alertar a atividade da TV Senado com providências que vêm sendo tomadas ao longo dos últimos anos.

Quanto ao mérito, deve-se reconhecer que a concessão de ampla liberdade para a composição da grade da emissora, sem que se estabeleçam previamente critérios mínimos de orientação pode ser prejudicial ao andamento de seus trabalhos. Nesse sentido, uma programação em constante mudança perde consistência e afasta os telespectadores. Em outros termos, o resultado alcançado seria justamente o oposto daquele pretendido. Deve-se ressaltar-se ainda que, na falta de parâmetros pré-definidos, as alterações periódicas da composição da Mesa Diretora pode levar a correspondentes mudanças na programação da TV.

Em outra vertente, a definição dos critérios orientadores das transmissões ao vivo nas emissoras do Poder Legislativo é decisão soberana, que transcende o âmbito da competência de seus servidores, não obstante sua reconhecida excelência técnica. Nós não podemos deixar de reconhecer que os profissionais que trabalham na difusão do Senado, através da rádio, da TV, são de primeira grandeza. E a maioria deles, contratada sempre através de concurso público. E têm demonstrado, ao longo desses anos, a sua competência. As programações variadas, elas são inseridas na TV quando não há atividade dentro do Senado. Quem tem a oportunidade de ver, quem é contra a música, quem... Entrevistas e quadros exce-

lentes que são apresentados culturalmente e no dia-a-dia da TV, fora dos horários de funcionamento das Comissões e do Senado. Senador Expedito, eu estou fazendo aqui a exposição que eu tinha feito favorável, modifiquei por uma série de conversas com membros da Mesa, com consultoria, e me fizeram com que eu rejeitasse, apesar da importância do Projeto de V.Exa., para não ferir... Então estou dando a justificativa aqui. Não sem deixar de cumprimentá-lo pela excelência da providência, para que a gente fosse alertada de como funciona realmente a TV Senado.

Por derradeiro, entendemos que o tema tratado no presente projeto pode encontrar solução alternativa, com a adoção da tecnologia digital na transmissão de sinal de TV da TV Senado. Em virtude das características das técnicas do sistema brasileiro de TV Digital será possível transmitir, em um mesmo canal, até quatro programações simultâneas, com qualidade de áudio e vídeo equivalente a do sinal analógico atual. Dessa forma, uma vez adotada a nova tecnologia, os problemas de conflito de horário entre as reuniões das diversas comissões poderão ser substancialmente minorados, em função da possibilidade de transmissão simultânea e ao vivo de quatro eventos.

Com base nessas considerações, propomos a esse colegiado a rejeição da proposição em tela, restando por esse motivo prejudicado o exame das respectivas Emendas. Diante do exposto, o voto é pela rejeição do projeto de Resolução do Senado 58/2007, do eminente Senador Expedito Júnior, que teve a virtude de trazer à discussão um tema de funcionamento da TV Senado. Eu acho que, com essa possibilidade do sistema brasileiro de televisão digital, nós alcançaríamos os objetivos do Senador Expedito, e a TV Senado já tem uma liberdade de formar grade fora daquelas que trabalham, da produção do Senado Federal. Aonde elas realmente têm que ter a prioridade, que foi criada para este fim.

Agradeço ao Senador Arns também pelas Emendas apresentadas e que estimulam a direção da Casa a continuar na modernização do sistema de transmissão. É meu voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, pelo voto. Eu pergunto se há algum Senador que queira discutir a matéria. Senador Expedito? Com a palavra, V.Exa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, já houve algum pedido de vistas, algum Senador já fez algum pedido de vistas?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, senhor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): No pedido de vista, não. Eu retirei da Pauta o primeiro... V.Exa., talvez, possa pedir também. Ele é autor, pode pedir vista? O que posso é retirar para V.Exa. reexaminar. Não sei se a Presidência concorda.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria. Eu ia pedir para o Senador, já estava fazendo esse pedido aqui ao Flávio, para que ele fizesse o pedido de vistas, para que eu pudesse aprofundar numa discussão depois então--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exa. tem todo meu respeito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Antes de V.Exa., sei que já fez o Relatório, seu Relatório, mas eu gostaria de tentar ainda persuadi-lo de algumas mudanças.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é isso. Nós poderíamos, juntamente, conversar com a direção da TV e com a Mesa. Porque nós não podemos relegar a segundo plano à Mesa Diretora. Por isso que eu hesitei um pouco, agora se V.Exa. permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu acho que a solução encontrada ideal. Gostaria apenas de consignar aqui a presença ilustre do nosso Ministro do primeiro termo do mandato do Presidente Lula, Ministro Márcio Thomaz Bastos, que com tanto brilhantismo, ele que tem essa personalidade conciliadora, encantadora e até sedutora, e cuja vida é tecida no estudo, no trabalho sério, na bondade, e nessa inflexível determinação que ele tem de defender os valores perenes de nossa Pátria, nos honra muito aqui com sua presença. Receba a saudação dos membros dessa Comissão, senhor Ministro.

[falas sobrepostas].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A Mesa ainda deve depois--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Porque, depois de aprovado aqui, a Mesa ainda deliberaria sobre...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Exa. combinou com o Relator...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Então, V. Exa. retira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu peço para reexame.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Exa. vai reexaminar vosso Relatório. Para atender o autor da matéria. Eu pergunto à Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra, V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso só dizer. Acho que a solução encontrada pelo Senador Romeu Tuma é a mais adequada. Ao invés de ser um pedido de vistas, o Senador Romeu Tuma, a pedido do Senador Expedito Júnior, está retirando de Pauta para uma rediscussão, como o Senador Expedito colocou, mas que o Senador Romeu Tuma, inclusive, disse “vamos discutir junto com a Mesa do Senado” para que haja uma convergência em relação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para já formar uma convergência. Saber qual--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Que a TV Senado não deixa de ser uma TV da instituição aqui, então, instituição também tem que dizer como é que as coisas têm que acontecer e tem que ter, assim, uma autoridade sobre aquilo que vai ser veiculado. Então, acho que é uma solução tranqüila, boa, com espírito conciliador também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Arns e Senador Expedito Júnior, a gente tem que dar segurança ao Diretor da TV. Porque, se der a liberdade total, ele pode pôr um programa que a Mesa não concorde e amanhã ter uma reação negativa. Só para--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu, inclusive, poderia ter discutido isso. De repente, até com a Mesa. Não fiz isso. Mas ainda é oportuno para fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito bem. Eu passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu quero enfatizar a importância desse Projeto. O Senado hoje é uma instituição absolutamente esvaziada porque se dedica, do ponto de vista da opinião pública, a discutir a podridão que está na superfície da sociedade brasileira. A podridão da corrupção, do Mensalão, do uso de cartões... Que é o que aparece na CPI. E não está discutindo as engrenagens da sociedade brasileira, que estão enferrujadas. Não vou dizer que estão podres como essa superfície. E um dos poucos lugares onde hoje, no Senado, que se discute coisa com coisa, se tenta fazer avançar a sociedade, é aqui nas comissões.

Hoje, a gente aprovou aqui um Projeto que muda a CLT para adotar os trabalhadores modernos, que trabalham pela informática, que trabalham distante de casa. Isso é uma coisa substancial. Projeto de um Deputado. E isso daí é que é fundamental levar para que a opinião pública discuta, debata. Ontem, na Comissão de Educação trouxemos, as duas Diretoras das escolas que tiraram o primeiro lugar no ENEM, no ano

passado. Vieram dizer por que as escolas delas deram certo. E foi transmitido ontem. Um jornalista importante diz que foi uma Sessão modorrenta, que, em vez disso, deveria estar se transmitindo a CPI. Primeiro, não vou discutir se a CPI é ou não modorrenta. Mas eu só garanto que daqui a 10 anos ninguém vai falar na Sessão que transmitiu a CPI. E é possível que se fale e se use, para melhorar a educação brasileira, a Sessão de ontem na Comissão de Educação. Eu tenho insistido que, quando eu comecei a acompanhar a política, eram os “anos de ouro” do Juscelino. Eu fiquei um pouco mais velho e enfrentei “os anos de chumbo”, passando antes pelos anos da reforma, o debate que se fazia aqui sobre Reforma Agrária, bancária da Educação. Eram anos de intenso debate nesse Senado. Houve tiro até. Era debate ideológico. E eu vi os “anos de chumbo”, como esse Senado resistia. Eu vi os “anos da redemocratização”. Cada período teve um nome.

Eu temo, Senador Crivella, que o nome do período em que nós fomos Senadores serão os “anos tapioca” porque é o debate que a gente faz hoje aqui. Então, esse projeto traz a grande vantagem de levar um lugar onde há debates conceituais para o grande público. Por isso eu parabeno o Projeto. Agora, acho interessante que se façam alguns ajustes, sejam feitos alguns ajustes, para que não cometamos o erro contrário, de, a partir de agora, ficarmos só, digamos, com as comissões. Ou deixar só nas mãos de um Diretor. Então, estou de acordo que haja ajustes, mas esse é um Projeto que tentará levar o Senado verdadeiro, que busca soluções para os problemas, à casa dos telespectadores. Senão, eu temo que a gente continue, pelos próximos anos, como a casa do horror moral. E não como a casa da construção política do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Exa. tem toda razão. Eu sou desses brasileiros que acreditam no aperfeiçoamento espiritual da nossa sociedade. Acho que se a TV Senado tomar o rumo das TVs comerciais, buscando audiência com programas de emoção, de fazer rir e fazer chorar, que são os princípios usados pela televisão comercial, deixaremos de prestar o grande papel que essa Casa tem como vanguarda às discussões de relevo nacional. V.Exa. tem toda razão. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, só corroborando aqui com o Senador Cristovam, quando a TV Senado passou a existir, nós tínhamos um número reduzido de Comissões. Hoje é outra... Outro número totalmente diferente. Então, se V.Exa. prestar atenção, as duas comissões, a CCJ e a CAE são as duas comissões que têm prioridade. As outras Comissões, quando eventualmente têm um assunto que interessa praticamente a todo Senado, aí sim, se

tem uma preferência. Mas, caso contrário, é só a CCJ e só a Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, acho que é importante, vou tentar buscar entendimento, acabei de combinar com o Senador Romeu Tuma, vou tentar buscar um entendimento aqui, se for necessário melhorar o Projeto, vamos tentar melhorar. Mas é importante, é interessante que aproveemos esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito bem. Com a palavra, V.Exa.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Antes só de V.Exa. concluir e encerrar a Sessão, eu gostaria de requerer a V.Exa. a inclusão de um Requerimento extrapauta, é só um aditamento a um Requerimento. Então, não é propriamente um Requerimento. Se V.Exa. e os colegas concordarem...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sobre a Mesa. Sobre a Mesa aditamento ao requerimento 17/2007, de autoria do Senador Wellington Salgado, em que--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. O meu é de autoria do Senador Eduardo Azeredo. Como ele não está presente, eu o subscrevi também. Ah, sim. Do Wellington Salgado, sim. Originalmente. Está certo. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não. ...Para que seja convidado o Secretário-Geral da Associação Brasileira de Indústrias de Medicamentos Isentos de Prescrição Médica – ABIMIP, Sr. Sálvio Di Girólamo(F) para, em Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição e Justiça, discutir a questão dos limites legais para regulamentação da propaganda comercial. Eu pergunto aos Srs. Senadores se querem discutir. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como estão. O Requerimento... O aditamento ao Requerimento foi aprovado. Pois não, com a palavra V.Exa.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, gostaria só que V.Exa. acolhesse o nosso voto também, junto aos pareceres dos Relatores, na questão das... Dos pareceres das rádios, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu agradeço a V.Exa. e gostaria de comunicar aos nobres Senadores de que não existem mais itens na Pauta e que, portanto, a nossa Sessão está encerrada. Muito obrigado pela presença de todos.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2008.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e oito, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Renato Casagrande, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Valter Pereira, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Antônio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, Gerson Camata, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Valdir Raupp, Gilvam Borges e Demóstenes Torres. Justificam a ausência os Senhores Senadores Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira, João Tenório e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente Eventual Senador Renato Casagrande, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Item 01: Projeto de Lei do Senado nº. 51, de 2008, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Institui a Política Nacional de Abastecimento.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 308, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que “Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária.” O relator designado é o Senador Antônio Carlos Júnior e o parecer favorável com a emenda nº 01-CCT é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias da pauta. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 487, de 2007, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 015, de 2008, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 483, de 2007, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 004, de 2008, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 463, de 2007, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 476, de 2007, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 478, de 2007, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 399, de 2007, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 391, de 2007, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 402, de 2007, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 422, de 2007, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 439, de 2007, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 413, de 2007, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº414, de 2007, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº.**

432, de 2007, Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 449, de 2007, Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 366, de 2007 e Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 377, de 2007. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e um minuto, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Renato Casagrande**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,

Realizada No Dia 16 de Abril de 2008

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática solicitando a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e justificando, primeiramente, a ausência do Presidente Senador Wellington Salgado que se encontra em viagem e, também, do Senador Marcelo Crivella que é o Vice-Presidente e, por isso, eu estou aqui, eventualmente, presidindo a Sessão.

Nós temos alguns Requerimentos que justificam a ausência, primeiro do Senador Augusto Botelho, pela razão de estar participando de eventos políticos no Estado de Roraima, e, também, do Sr. João Tenório por estar participando da Assembléia da União Interparlamentar a realizar-se na África do Sul. Então, também justifico a ausência desses dois, além da ausência do Senador Wellington Salgado que está participando de uma feira nos Estados Unidos.

Nossa Pauta de hoje o primeiro Item da Pauta é o Projeto de Lei do Senado nº 51 de 2008 que institui a Política Nacional de Abastecimento. A autoria deste Projeto é do Senador Marcelo Crivella. A relatoria desse Projeto é do nosso amigo, companheiro e conterrâneo, Senador Gerson Camata, que passo a palavra para que ele possa fazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente eu queria só.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes disso, pela Ordem, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que a gente, às vezes, tem umas notícias boas também que acontecem. Eu recebi agora uma ligação do meu filho dizendo que a Justiça de Mônaco concordou com a extradição do Cacciola e está indo para o príncipe tomar a decisão final. Normalmente ele não costuma ir contra a decisão da Corte. Então, eu acho que é uma vitória da justiça brasileira, do Ministério da Justiça, pelo entusiasmo eu tomei a liberdade de fazer essa comunicação aos nossos companheiros de Comissão. Eu peço desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Uma informação importante. Parabéns ao Secretário e ao Ministro, ao Governo brasileiro, mais especialmente ao seu filho que está à frente deste evento.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só gostaria também de fazer um apelo para a Presidência hoje exercida, eventualmente, por V.Ex^a, mas V.Ex^a é uma pessoa que tem um conhecimento amplo dessa área, uma participação intensa que nós estamos, com frequência, relatando, toda a semana, relatando autorização, renovação de rádios, de televisões, né, e a Resolução que orienta esta área aqui no Senado é uma Resolução do ano de 1992. E esta Resolução em muitos dos seus itens já não se aplica mais à questão que nós estamos analisando, o DENTEL, por exemplo, órgão DENTEL não existe mais, esses projetos de decreto legislativo que nós aprovamos tramitam por vários anos, no Executivo, na Câmara dos Deputados, aqui no Senado Federal, nesse meio tempo os documentos vencem, caducam, inspiram prazo de validade em termo de certidões negativas de débito ou a verificação do quadro de acionistas da direção. Então, é um conjunto de problemas que a gente vem enfrentando em função dessa Legislação de 16 anos atrás.

O Senador Antonio Carlos Júnior apresentou um Projeto de Resolução para atualizar, para ultrapassarmos este problema. E eu diria que nós teríamos que ultrapassar esse problema com urgência, com celeridade, porque as implicações disto tudo também podem, assim, ser sérias se bem que o Executivo presidente os projetos a Câmara aprecia, mas eu acho que o Senado Federal precisa ter um documento, atualizado, adequado de acordo com as exigências do momento atual. Esse Projeto está na Comissão de Constituição e Justiça para ser relatado pelo Senador Flexa Ribeiro que será, ao que me consta, o Relator, aqui, também, nesta Comissão. Então, eu só pediria a

V.Ex^a, na condição de Presidente eventual, que todos nós solicitássemos ao Senador Flexa Ribeiro, assim, a agilidade possível para que isto possa ser, não sei se já foi apreciado, mas que seja apreciado o mais rapidamente nas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador ACM.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Ao Senador Flávio Arns, eu gostaria de agradecer, inclusive, o empenho dele na aprovação desse Projeto. Nós vamos solicitar ao Senador Flexa Ribeiro que seja o mais célere possível na apresentação do relatório lá, porque imediatamente o Projeto virá para cá e nós, aqui, teremos condições de aprová-lo rapidamente. Até a própria Consultoria Legislativa Ordinária não consegue mais analisar os relatórios de renovação e de outorga de rádio e televisão sem que isso, sem que esse documento seja atualizado. Então, é uma necessidade premente da Comissão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, permite uma intervenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu acho que esse assunto é muito interessante e tem que ser analisado de uma maneira mais profunda. Por duas ou três vezes eu apresentei um Projeto de Lei aqui no Senado, depois ele vai sempre para... Ele é derrubado.

Veja V.Ex^a, eu entendo que uma rádio comunitária é a Câmara Municipal e o Prefeito que conhece o município, entende daquilo, a União determina: O Município tal tem tais frequências e ali a Município e tal é que vai dar a rádio. A rádio FM local, que agora o Ministério dividiu classe A, classe B, classe C o local é a Assembléia Legislativa. Claro, e de modo que, e as outras demais sem uma rádio que vai atingir vários municípios com alta potência passa pelo Governo Federal.

O Governo Federal só tinha que determinar quais são as frequências que estão para aquele Estado, quais as que estão para aquele outro Estado e não tudo vir aqui pobre coitado quer montar uma rádio comunitária, chama o pessoal sem recurso, tem que arranjar 500 documentos faz um processo desse tamanho, espera 10 anos e a gente vai ao Ministro, o Ministro assoberbado com aquele monte de papel. Não fiscaliza não sabe o que está acontecendo, está cheio de rádio Pirata, bota na mão do Prefeito, do Vereador para ver se eles não vão tomar conta.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Se o senhor permite, só uma observação, inclusive, esse Projeto nosso simplifica a tramitação aqui

no Senado, já que já veio do Executivo e da Câmara com toda a análise e nós vamos analisar só os pontos mais importantes. Não vamos checar documentação etc. Nós vamos fazer um processo rápido no Senado, é para simplificar até que venha uma Legislação, pelo menos era uma forma de apressar, até que venha.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Senador Renato Casagrande apresentou um Projeto sobre a divisão dos recursos do ICMS, quer dizer, democratizando mais a mão da Assembléia Legislativa.

O ICMS é um imposto estadual, a União não tem que meter o bico como ele vai ser dividido, isso é um problema da Assembléia e dos prefeitos, porque é a União que tem que meter o bico lá? Várias outras coisas, essa República Federativa não é, na verdade, uma República Federativa, eu estou com a Emenda Constitucional, por exemplo, o Espírito Santo tem 10 Deputados e 3 Senadores. Como é que vai eleger um problema do Estado do Espírito Santo? Pode ter Senador indireto, pode ser Senador proporcional, pode ter suplente, pode não ter suplente os Deputados, podem ser distrital – cada Estado escolheria a maneira de eleger uma Federação, ele tem os representantes, ele tem 70 representantes. O Estado, a Assembléia Legislativa, decide como é que ela vai escolher os seus representantes. Não é a União, porque senão não é uma Federação. Nós temos aqui em cima um poder terrível, o Prefeito para botar um ginásio esportivo tem que vir buscar 10 merréis, o outro para consertar o posto de saúde tem que vir buscar recursos – está tudo errado. E na Reforma Tributária, nós vamos ter que cuidar dessas coisas, me desculpe, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito bem. Eu também, como Presidente, transmitirei ao Senador Wellington Salgado o debate que nós estamos tendo aqui, a necessidade da alteração da Resolução e está clara a necessidade. Nós temos uma burocracia excessiva, já é um... A burocracia já é um excesso, né? Mas só para reforçar, e nós temos também, necessidade de não sermos apenas um cartório. Aqui é só um cartório, passa, dá uma carimbada e vai embora. Acho que rádio é mais ou menos isso aqui. Simplificar é importante. Então, acho que também falarei com o Senador Flexa Ribeiro sobre a necessidade de nós agilizarmos este, o relatório dele. Com a palavra Senador Gerson Camata para fazer o relatório do primeiro Item da Pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um Projeto muito interessante que é típico do Senador Marcelo Crivella. Ele institui tipo marco regulatório da Política Nacional de Abastecimento. Entretanto, eu vou me resguardar à chegada

do autor que me pediu que queria estar presente para que eu possa, então, relatar. De modo que eu queria passasse, mas ele pediu que ele queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, o senhor não vai relatar o Projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Relatar na próxima assim que ele estiver presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, com a decisão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Peço a retirada de Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a decisão, pedindo a retirada de Pauta, porque quer ter a presença do Senador Marcelo Crivella, eu passo imediatamente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Agradeço ao Senador Camata. E passo, imediatamente, ao relato do Item 2 – que é Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2006 que altera a Lei nº 9.279 de 14 maio de 1996 que regula os direitos e as obrigações relativas à propriedade industrial para coibir a concorrência parasitária. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares, do Sergipe. Relatoria: Senador Antonio Carlos Júnior, da Bahia.

Com a palavra, Relator deste Projeto.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, visa promover alterações na Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 da Lei de Propriedade Industrial. São 3 artigos:

O primeiro – acrescenta § Único art. 124 da Lei nº 9.279 de 1996 para ampliar a proteção da marca contra o uso de sinais visuais idênticos ou semelhantes em outros ramos de atividade econômica. Sempre o que titular da marca demonstrar que a imitação configura concorrência desleal, prejuízo a sua imagem ou utilização devida da sua imagem corporativa do seu prestígio.

O art. 2º – segundo, amplia o rol de tipos penais previstos no art. 95 da Lei nº 9.279 de 1996 para considerar concorrência desleal o ato de utilizar ou imitar marca, expressão ou sinal de propaganda alheios, a fim de prejudicar a imagem do titular da marca ainda que ambos não sejam concorrentes e, também, o ato de valer-se, injustificadamente, da fama, do prestígio ou da imagem corporativa do titular da marca com intuito de obter vantagem econômica em ramo de atividade econômica no qual a marca não goza de proteção.

O art. 3º – encerra a cláusula de vigência a contar da publicação no Senado Federal. A matéria será Presidente perdoa essa Comissão e, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Educação. Não foram apresentadas Emendas à PLS nº 308 em relação à constitucionalidade de regimentalidade jurídica técnica legislativa e mérito. Nós vamos fazer agora a análise.

Sobre o enfoque da constitucionalidade formal foram observadas as regras pertinentes à competência do Ente Federativo, dado que cabe à União legislar sobre Direito Comercial, art. 22, inciso I da Constituição e a iniciativa ao legislativo atribuída a qualquer membro do Senado Federal, art. 61 da Constituição, inclusive, para o tema em análise que não se insere entre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares previstos no texto constitucional.

Observadas as regras pertinentes a regimentalidade, dado que cabe a essa Comissão emitir parecer assuntos atinentes à propriedade intelectual, a marca representa bem incorpóreo e propriedade industrial, a qual está inserido na formas de propriedade intelectual. O Regulamento Interno do Senado Federal, art. 104 C, inciso V.

No que respeita à técnica legislativa, o Projeto merece dois reparos: Primeiro – o artigo de vigência deve ser numerado como art. 3º não como art. 2º e a Ementa deve ser reformulada para explicitar, tão somente, que a Lei nº 9.279 de 1996 regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

No tocante ao mérito, a proposta apresentada no PLS nº 308 de 2006 é importante à função da necessidade de se impedir a prática de utilização de prestígio, renome e fama de determinada marca, obtidos construídos com dispêndio numérico e criatividade para promoção de outro negócio sem nenhum risco e custo, mesmo no caso que não exista uma relação de concorrência direta no mercado.

O ato de depósito de marca alheia renomada, ainda que para designar produto ou serviço distinto do original, deve ser cerceado. Pois implicar a possibilidade de, por um lado, causar dano concreto à reputação da marca afamada, e, por outro, enriquecimento sem causa. Portanto, o voto, tendo em vista as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 308 do Senado Federal de 2006 com o reparo no artigo de vigência citado na análise, com a redação que apresentamos abaixo. Então, esse é o voto. Somos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães, em discussão ao Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação o Projeto.

O Projeto não terminativo. Senadores que forem favoráveis ao relatório do Senador Antonio Carlos Magalhães, permaneçam como se encontram. Aprovado. Parabenizo ao relatório do Senador Antonio Carlos Magalhães e o autor, Senador Antonio Carlos Valadares.

Os demais... Os demais Projetos, apesar da chegada do Senador Eduardo Azeredo, são Projetos terminativos. Nós não temos quórum para a deliberação. Portanto, eu quero apenas, antes de encerrar essa sessão, fazer um convite a todos os Senadores, porque amanhã nós teremos, às 9 horas da manhã, aqui, nesta Comissão, uma Audiência Pública com o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Sérgio Machado Rezende, que vai apresentar o Plano de Ação de Ciência e Tecnologia de 2007 a 2010. É importante a participação, será importante a participação dos Senadores nesse debate para que a gente possa verificar quais são os investimentos previstos nessa área até 2010.

Nada mais havendo a tratar, declaro... Nós tínhamos quórum para votar os não terminativos. Para votar os terminativos precisamos de quórum qualificado, então, por isso que nós vamos encerrar que os demais Projetos são terminativos. Então, declaro encerrada a presente Sessão e agradeço a todos.

Sessão encerrada às 10h01.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2008.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia dezessete de abril de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala nove, sob a Presidência do Senhor Senador Renato Casagrande e com a presença dos Senhores Senadores Ideli Salvatti, Valter Pereira, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Demóstemes Torres e Antonio Carlos Júnior. Justificam as ausências os Senhores Senadores Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira, João Tenório e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente Eventual Senador Renato Casagrande registra a presença para acompanhar a Audiência Pública dos Senhores Senadores, não membros da Comissão, Arthur Virgílio (PSDB/AM), César Borges (PR/BA) e Jefferson Peres (PDT/AM), Deputado Federal Gervásio Silva (PSDB/SC), Luiz Antônio

Rodrigues Elias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia; Joe Valle, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS; Guilherme Henrique Pereira, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia; Marylin Peixoto da Silva Nogueira, Secretária de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia; Hélio Barros, Assessor Especial do Ministro da Ciência e Tecnologia; Alexander Barros, Consultor Jurídico do Ministério da Ciência e Tecnologia; Luiz Fernandes, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; José Roberto Drugowich de Felício, Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e Lúcia Carvalho de Pinto Melo, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual Senador Renato Casagrande, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 006-CCT, de 2008, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Nos termos regimentais, requeiro que seja realizada Audiência Pública, tendo como convidado o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. Sergio Machado Rezende, a fim de apresentar o plano de ação de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2007/2010”. Finda a exposição, a Presidência franquia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam a palavra os Senhores Senadores Renato Casagrande, autor do requerimento, Ideli Salvatti, Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio, não membro da comissão. O Senhor Presidente Eventual Senador Renato Casagrande, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal.

Senador **Renato Casagrande** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, CO-

MUNICIPAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, Realizada no Dia 17 de Abril de 2008.

SRª PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que se realiza nesta data, dia 17 de abril de 2008.

Dando início aos trabalhos desta Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Srªs e Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Srªs e Srs. Senadores, a realização desta Audiência Pública atende ao Requerimento nº 6/2008 da Comissão de Ciência e Tecnologia de autoria do Sr. Senador Renato Casagrande que, inclusive, está se deslocando. Ele já pediu para fazer o registro, inclusive, eu estou presidindo a Comissão a pedido dele, porque ele está se deslocando aqui neste momento para o Senado.

E esta Audiência Pública, atendendo ao Requerimento do Senador Renato Casagrande, tem como objetivo apresentar o Plano de Ação de Ciência e Tecnologia e Inovação 2007/2010. E para tanto, nós estamos contando com a presença do Ministro Sergio Rezende, Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia que já está a postos, já está aqui à Mesa para que nós possamos, efetivamente, dar início aos nossos trabalhos.

Eu queria, inclusive, aproveitar para fazer a justificativa de ausência de vários Senadores que encaminharam, inclusive, Requerimento à Presidência da Comissão. Em primeiro lugar do Presidente desta Comissão, Senador Wellington Salgado que está em missão oficial aos Estados Unidos da América no evento denominado *Nebshow(F)* que está sendo realizado entre os dias 12 e 18 agora de abril.

Também o Senador Augusto Botelho que se encontra em eventos no Estado de Roraima, ele está fazendo uma... Segundo ele me relatou, uma incursão pelos interiores de Roraima lá numa agenda relacionada à saúde.

O Senador João Tenório também está em agenda internacional, ele foi designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para participar da Assembléia da União Interparlamentar que está se realizando na África do Sul, então, ele está fora do país no período de 13 a 19 de abril.

O Senador Cristovam Buarque também está fora do país, ele está participando, inclusive, delegado pelo Senado para... Estar participando da 8ª Edição do Fórum de Doha que está debatendo a “Democracia, De-

envolvimento e Livre Comércio” que está sendo realizada na capital do Catar. Então, ele está fora do país também, portanto, pediu para justificar a ausência.

Esta Comissão, como todos podem ver, está circulando bem no exterior, está cumprindo as tarefas, inclusive, dos intercâmbios e das parcerias internacionais tão importantes para o nosso país. E eu queria também fazer um registro e já dedicar os meus parabéns, meus cumprimentos ao Senador Virginio que está de aniversário no dia de hoje. Então, em nome de toda a Comissão, o Senador queira aceitar nosso parabéns, muita saúde, muitos anos, muita felicidade na sua tarefa recém assumida no Senado.

De imediato eu passo a palavra ao nosso querido Ministro Sergio Rezende para que ele possa exatamente fazer a explanação do plano de ação de Ciência e Tecnologia para o período 2007/2010, plano este que é de fundamental importância para o nosso país, tendo em vista que nós não vamos dar sustentabilidade ao nosso crescimento, que tem surpreendido a muitos, não tanto ao nosso Banco Central que resolve dar uma dura nos nossos juros aí, a gente espera que isso não tenha muita consequência em diminuição de crescimento, a gente torce para que não aconteça, mas todos nós sabemos que a inovação, ciência e tecnologia é o sustentáculo de qualquer Projeto de crescimento duradouro para qualquer país.

Portanto, o que o Ministro irá apresentar na Comissão no dia de hoje é de relevância estratégica para o Brasil e para todos aqueles que acreditam que este país tem tudo para dar certo. Só dá errado se a gente não quiser. Então, é isso, Ministro. Com a palavra que muito nos honra.

MINISTRO SERGIO MACHADO REZENDE:

Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. É com muita satisfação que nós estamos aqui hoje para esta Audiência Pública convidados pela Comissão, por essa Comissão recém estabelecida do Senado Federal e para nós uma grande satisfação.

Quero cumprimentar o Senador Virginio de Carvalho, do Estado de Sergipe, cumprimentar a todos os presentes, dizer a Senadora, Senador que compreendemos bem a enorme movimentação do dia de hoje. Mas tem um bom sinal, na verdade, no fato de nós não termos muitos Senadores aqui presentes, é porque o assunto da Ciência e Tecnologia hoje é um consenso. É um consenso suprapartidário, é um consenso no Congresso Nacional, na Câmara, no Senado. Se fosse um assunto polêmico e desses complicados que nós temos muitos por aqui hoje no Senado, nós estaríamos aqui com a Casa cheia e cheio de gente em pé ali. Então, na verdade, isso poderia ser interpretado como um sinal de desinteresse, eu interpreto

como um sinal de que, como eu disse, há um consenso hoje de que a Ciência e Tecnologia são fundamentais para o nosso desenvolvimento e, na verdade, eu fiz uma apresentação na Comissão que antecedeu esta no ano passado, das idéias que estavam norteando a elaboração do Plano de Ciência e Tecnologia e, então, quase todos os Senadores que justificaram a ausência, na verdade, já têm conhecimento do Plano.

Mas nós estamos aqui com uma representação bastante forte do nosso Ministério, está aqui presente o Secretário Executivo, Luiz Antônio Elias; o Presidente da FINEP, Luiz Fernandes; o Diretor do CNPQ, José Roberto Drugowich; a Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Lúcia Melo; a Subsecretária de Política de Informática, Merilyn Peixoto; o Secretário de Tecnologia, Guilherme Pereira; Diretores da Agência Espacial Brasileira; nosso Coordenador de Cooperação Internacional, José Montserrat Filho(F); o nosso Chefe da Consultoria Jurídica, Alexander; o nosso Assessor Especial, Hélio Barros e outras pessoas de modo que estamos aqui devido a, naturalmente, a importância do tema e dessa Comissão.

Nós preparamos uma apresentação que eu vou passar rapidamente 30 minutos e que é um resumo resumido do Plano que está consubstanciado neste livro, neste documento. Ele, apesar de ser um documento relativamente espesso, tem quase 400 páginas, ele é muito objetivo, ele mostra de maneira objetiva e sucinta os detalhes dos 79 programas que compõe o Plano de Ação, Ciência e Tecnologia.

Nós temos aqui presente também o João Vale(F), Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do nosso Ministério. E esse Plano de Ação foi elaborado no ano passado, e faz parte de um conjunto de planos que o Governo apresentou no decorrer do ano, o Plano de Aceleração de Crescimento da Infra-Estrutura que foi o primeiro a ser anunciado – o PAC, acabou fazendo com que este nome, esta sigla se tornasse tão popular, o PAC, que os outros planos passaram a ser chamados o PAC da Educação, o PAC da Saúde, o PAC da Ciência e Tecnologia e, na verdade, o nome apropriado, Plano de Aceleração e são planos de ação, não são planos de intenções, são planos concretos de ação, da agropecuária e, como sabem, nós temos uma Política Industrial e Tecnológica de Comércio Exterior desde o ano de 2004, mas essa política está sendo revista para tornar mais abrangente e para que no próximo período nós tenhamos uma ação bem mais abrangente nessa área. Próximo, por favor.

Eu queria... Como eu quero passar rápido, basta eu levantar o braço você passa. Os principais atores do Governo Federal são vários Ministérios com suas Agências. E aí eu quero chamar a atenção de que

este Plano não é um Plano do Ministério da Ciência e Tecnologia, é um Plano do Governo Federal que prevê uma grande articulação nacional dos Estados, com Municípios, com setor empresarial, mas na parte do Governo Federal nós temos o envolvimento direto de cinco Ministérios com as suas entidades que estão aí mostradas, o Ministério da Ciência e Tecnologia participa com a sua Administração Central, uma forte articulação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – o CCT, foi na Reunião do CCT de outubro do ano passado presidida pelo Presidente Lula que foi feita apresentação preliminar do plano, o CCT que é integrado por 8 Ministros e, como eu disse, presidido pelo Presidente da República, fez uma discussão do Plano, apresentou sugestões e cerca de um mês depois é que o Plano foi anunciado e o CCT está envolvido, já teve Reunião disso hoje, no acompanhamento do Plano, da execução do Plano.

O Ministério tem duas Agências de fomento, a FINEP criada em 1967 e o CNPQ criado em 1951, foi a primeira Entidade de fomento do país e que tem sido fundamental para o desenvolvimento do nosso sistema de Ciência e Tecnologia. O CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, é a entidade mais nova do Ministério, é um Centro que atua com grande flexibilidade por causa da sua natureza jurídica e é um centro que faz estudos prospectivos, faz inúmeros estudos, acompanhamento, avaliação e está aqui no Ministério desempenhando um papel importante para fazer com que as nossas ações tenham um planejamento baseado em dados, em estudos substanciais.

Temos a Comissão Nacional de Energia Nuclear, também criado na década de 1950 e que agora passa a ter um papel mais importante que quando o Governo passa a retomar o programa nuclear brasileiro e dando a ele uma importância bem maior do que teve em outras ocasiões. A Agência Espacial Brasileira e 22 institutos de pesquisa ligados ou diretamente à Administração Central, ou a alguma daquelas Agências. Os atores institucionais são Governo, Universidades, Institutos Tecnológicos e empresas. E o nosso Plano é um Plano que prevê atividades e prevê recursos e programas concretos para todos esses atores que são essenciais no Sistema de Ciência e Tecnologia e Inovação.

O Plano tem quatro prioridades. A primeira é expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia que prevê, como o nome diz, a sua expansão o Brasil já tem hoje cerca de 80 pesquisadores com Doutorado em atuação. Mas se nós fôssemos ter a mesma, o número de pesquisadores na mesma proporção da população que tem os países industrializados, deveríamos ter 600 mil doutores. O

que significa dizer que é preciso continuar um esforço grande de expansão.

Agora, é preciso fortalecer o Sistema Nacional aumentando a participação de muitos Estados – cumprimento o Senador Jefferson Peres, uma satisfação tê-lo aqui – Portanto, esta é a primeira prioridade, uma vez que como eu disse o sistema já é robusto mas ele é muito novo. Ele começou a ser formado na década de 1950 e 1960, nós começamos a formar doutores apenas há 40 anos e, portanto, a Ciência e Tecnologia é uma atividade muito nova no Brasil. Agora, uma atividade, uma prioridade, extremamente, desafiadora é a promoção da inovação tecnologia nas empresas. Porque se a Ciência e Tecnologia são novas no cenário nacional, as Universidades, os Centros de pesquisas sabem muito bem como fazer essa atividade – cumprimento o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Tudo bem, com o senhor?

MINISTRO SERGIO MACHADO REZENDE: Iniciando a apresentação, Senador.

SRª PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATI (PT-SC): Ministro, se V.Exª me permite, eu já quero passar o bastão para o autor do Requerimento, Senador.

Eu estou muito bem, mas eu quero passar a tarefa para ti porque eu tenho outras coisas bem para fazer também. Tá bom. Então, estou transmitindo a condução da Audiência para o Senador Casagrande e vou me colocar na minha posição lá, Ministro, tá. Muito agradecida.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ministro, pode dar continuidade. Obrigado e desculpa aí pelo atraso.

MINISTRO SERGIO MACHADO REZENDE: A terceira prioridade é pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas e a quarta prioridade é Ciência e Tecnologia por desenvolvimento social.

Cada uma dessas prioridades tem um conjunto de linhas de ação e cada linha de ação tem alguns programas, de modo que o Plano tem no total 21 linhas de ação e tem 79 programas e, como eu disse antes, os programas não são Programas apenas do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas, sim, Programas de vários Ministérios e de várias entidades governamentais.

Na linha de ação, na prioridade 1 – expansão e consolidação do sistema, nós temos três linhas de ação diferentes. Essas linhas envolvem alguns instrumentos semelhantes, mas elas têm objetivos dentro da prioridade, mas com características diferentes. A primeira linha de ação é consolidação institucional do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia com uma

preocupação de fortalecer a parceria com os Estados e Municípios, com a preocupação de intensificar cooperação internacional, com a preocupação de melhorar a distribuição geográfica do sistema de Ciência e Tecnologia, como sabem, por razões históricas, é muito concentrado na região Sudeste e já estamos, já há algum tempo fazendo esforço e obtendo resultados concretos nesse processo de melhor distribuição do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e se envolve, entre outras coisas, parcerias concretas com Estados através dos Governos Estaduais, isso hoje é muito facilitado, porque a maioria dos Governos Estaduais têm Secretarias de Ciência e Tecnologia, têm Fundações de apoio e pesquisa.

A segunda linha de ação é formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação e, aí temos, então, uma meta prioritária de aumentar o número de bolsas e de doutores titulados – vou mostrar daqui a pouco numericamente o que está planejado – e, finalmente, a terceira linha de ação é o apoio à melhoria da infra-estrutura e o fomento da pesquisa científica e tecnológica das Instituições de Ciência e Tecnologia. Próximo.

Não vou ter tempo de detalhar esta linha de ação. Mas somente algumas mais importantes, eu vou chamar atenção de algumas características. A primeira – a linha nº 2 de formação de Recursos Humanos, como eu disse antes, nós precisamos formar mais Recursos Humanos, tanto para o sistema universitário e de centro de pesquisa, mas também para as empresas. E hoje, os Programas que eu vou falar a seguir mostram que há um conjunto de instrumentos e uma grande articulação para que as empresas, cada vez mais, sejam estimuladas e sejam convencidas da importância de contratar pesquisadores com formação pós-graduada.

A meta é passar entre CNPQ e CAPES. De um número de bolsas que era 100 mil no ano de 2006 para 160 mil no ano de 2010. Portanto, aumento de 60% e chegar em 2010 formando 16 mil doutores. Essas curvas mostram a previsão, a projeção de número de bolsas totais. Nós estamos nos referindo a bolsas de todas as categorias, desde iniciação científica do CNPQ, até bolsa de pós-Doutorado tanto no CNPQ, quanto a CAPES, como nós vemos, tem uma evolução satisfatória nos anos recentes e, principalmente, nos próximos anos. Próximo.

Esse... Volta um pouquinho, por favor. Esse gráfico mostra aquela curva que eu mostrei do CNPQ numa perspectiva histórica mostrando o que aconteceu com as bolsas do CNPQ a partir de 1980 em milhares e que teve um crescimento contínuo, aí na época de grande dificuldades econômicas no final dos anos 90 houve um decréscimo do número de bolsas e elas voltaram a

crescer e nós vemos, então, que a projeção de crescimento, para os próximos anos, é uma projeção que vá fazer com que cheguemos em 2010 com uma evolução muito satisfatória do número de bolsas.

Em relação ao fomento do desenvolvimento científico tecnológico, os instrumentos a serem utilizados são os instrumentos do CNPQ e da FINEP que são implementados hoje, principalmente, na quase totalidade através de editais, são editais competitivos que fazem com que haja uma disputa entre entidades em programa específico, mas, como eu disse, como um dos objetivos nossos é melhorar a distribuição geográfica, então, hoje há certas limitações, por exemplo, 30% dos recursos em todos os editais quer sejam dos fundos setoriais, do FNDCT, quer sejam do CNPQ, por determinação do Ministério, eles têm 30% do recurso destinados à região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e nessa definição de Nordeste nós incluímos também os Estados que estão abrangidos pelas respectivas Agências de desenvolvimento e, nesse caso está o Estado do Espírito Santo do Senador Renato Casagrande, que na região Sudeste claramente tem uma situação diferente dos outros Estados, Minas Gerais, do Senador Azeredo, do Rio de Janeiro e São Paulo. Então, Espírito Santo tem um tratamento diferenciado por razões justificadas, não é, naturalmente, por outra razão que ele está incluído na região da SUDENE. Próxima.

O sistema de Ciência e Tecnologia, como eu disse, é muito novo, mas tem tido uma evolução bastante satisfatória. Este gráfico mostra o aumento do número de mestres formados por ano. Em 2006 o país formou quase 35 mil mestres e quase 10 mil doutores. Não temos ainda um número fechado de 2007, mas como eu disse, um dos objetivos nossos é chegar em 2010, alcançando cerca de 16 mil doutores formados. Essa expansão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia tem resultado num desempenho muito bom do país em termos de publicações científicas em revistas indexadas.

Esse gráfico mostra a evolução do número de publicações do país referidas ao valor de 1981 e também evolução do número de publicações do mundo todo. Isso aqui mostra que o aumento da produção científica brasileira foi quatro vezes maior nesses últimos anos que a média mundial. O que faz o Brasil ter hoje cerca de 2% da produção científica mundial, como eu disse, isso é um resultado satisfatório, resultado do Brasil ter desenvolvido um sistema robusto de Ciência e Tecnologia com os melhores indicadores de formação de Recursos Humanos e produção científica. Agora, como nós sabemos, as coincidências econômicas e sociais desse sistema ainda são muito limitadas.

Há exemplos ótimos de como o país desenvolveu em certos setores, a Ciência e Tecnologia com resultados econômicos. É o caso do agronegócio, resultado do trabalho da EMBRAPA, é o caso da exploração de petróleo na plataforma continental – o Brasil é líder mundial nessa área no momento, é o caso da empresa EMBRAER de Aeronáutica, mas nós sabemos que essa cultura da inovação não está disseminada no setor empresarial. E, como sabem, o Brasil participa da riqueza mundial com cerca de 2%, como eu disse, temos 80 mil pesquisadores e esses 80 mil pesquisadores fazem com que a nossa participação na geração de conhecimento seja correspondente a nossa participação na riqueza, mas nós produzimos patentes que é uma forma de medir a produção de tecnologia concreta de aplicação num fator que é dez vezes menor. Isso é resultado, como eu disse, de uma certa falta de cultura no país tanto da sociedade, mas, principalmente, do setor empresarial.

Eu quero fazer aqui uma comparação, bem superficial, entre o que aconteceu na Coreia do Sul nos últimos 40 anos e o que aconteceu no Brasil. A Coreia do Sul nos anos 70 começou a estabelecer uma política industrial forte chamando grandes grupos nacionais e dando a eles, chamando a responsabilidade, dando apoio, e assim por diante, e começou uma tímida política de Ciência e Tecnologia, essas políticas não conversavam muito. Mas na década de 1980 começou haver um esforço de fazer a política de Ciência e Tecnologia se aproximar da política industrial. E na década de 1990, aí sim, inovação passou a fazer parte da produção, do sistema de produção das empresas e como resultado a Coreia começou a enriquecer e ao enriquecer a Coreia passou a investir em Ciência e Tecnologia e hoje é um país que tem um sistema de Ciência e Tecnologia muito desenvolvido.

No Brasil, por outro lado, nós tivemos nessas últimas cinco décadas uma política de Ciência e Tecnologia caracterizada por marcos importantes, a criação do CNPQ e da CAPES nos anos 50, a criação da FINEP, do FUNTEC, no BNDES. A criação do tempo integral nas Universidades, a institucionalização da pesquisa da pós-graduação dos anos 70 e 80. Aí tivemos uma crise no Sistema Federal dos anos 90, com dificuldades financeiras, com quadro virtual colapso nos programas do FNDCT, da FINEP e do CNPQ e tivemos nessas cinco décadas uma política industrial caracterizada nos primeiros anos por grandes empreendimentos Estadais, com um programa de substituição de importações importantes mas feito com tecnologia externa.

E nos anos 90, como sabem, a própria política industrial ficou desfocada. Havia um ambiente de que o Governo não devia se meter na política industrial,

que os industriais fariam a política industrial, digamos assim, adequada para a indústria. E o que eu quero chamar atenção é que o Brasil até o final dos anos 90 tinha essas duas políticas industriais e de Ciência e Tecnologia como retas paralelas, duas paralelas não se encontram e nós temos, então, nós estamos até hoje numa situação parecida com a que a Coreia tinha nos anos 70.

Nos últimos anos começamos, então, a seguir aquela trajetória da Coreia de fazer a política de Ciência e Tecnologia e Inovação se aproximar da política industrial e tecnológica e nossa meta é fazer com que essas duas políticas estejam dando resultados concretos já perceptíveis, eles já são perceptíveis hoje, mas serão muito mais em 2010 em grande parte, porque a FINEP que é a Agência do Ministério da Ciência e Tecnologia voltada para fomentar a inovação nas empresas tem uma grande articulação com o BNDES, aliás o BNDES tem como Presidente hoje o Luciano Coutinho, Profº Luciano Coutinho que foi o 1º Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia nos anos 80 e isso, naturalmente, favorece muito esta interação entre os dois Ministérios.

E as três linhas de ação da prioridade dois, como eu disse, a mais desafiadora desse plano, ela... Essas três linhas de ação têm características diferentes, têm objetivos que são o mesmo de promover a inovação tecnológica das empresas, mas têm instrumentos e formas de atuação diferente. Aí eu vou falar rapidamente um pouquinho sobre cada uma delas.

A primeira – o apoio à inovação tecnológica nas empresas é utilizando, basicamente, articulação e recursos financeiros. Recursos financeiros da FINEP, utilizando entre outras coisas a subvenção econômica para as empresas, a subvenção econômica é o aporte de recursos não reembolsáveis feito para as empresas selecionadas com Projetos selecionados em editais, editais nacionais, editais Estaduais feitos em parceria com Fundações de Apoio às pesquisas Estaduais, editais para subvenção para contratação de Recursos Humanos. E também Operações de Crédito, ou seja, empréstimo para as empresas terem recursos baratos com juros baixos que não subiram apesar de ter subido a taxa SELIC pelo Banco Central, a taxa do FINEP, do BNDES, não subiram, na verdade, elas são atreladas a TJLP e são menores do que a TJLP. Então, o BNDES e a FINEP têm programas articulados para financiar a inovação nas empresas.

A segunda linha de ação muito desafiadora é da criação de um Sistema Brasileiro de Tecnologia. Esse sistema é inspirado no papel e na formatação da EMBRAPA. O Sistema Brasileiro de Tecnologia pretende fazer para as empresas industriais e empresas de

serviços com tecnologia o que a EMBRAPA faz para as empresas de agronegócio, para os produtores do campo. Só que ao invés de começar criando institutos, nós vamos utilizar institutos Federais já existentes, organizados através de redes, institutos Estaduais e privados já existentes e eles estão sendo organizados, o Cibratec já foi formalmente criado por um Decreto do Presidente Lula, já tem um Comitê gestor em atuação e o Cibratec vai ter três linhas de atuação, uma para pesquisa de desenvolvimento e inovação, outra para serviços tecnológicos de qualidade, acreditados pelo Inmetro e, finalmente, um terceiro importante voltados para microempresas principalmente que é de extensão, assistência tecnológica.

Essa terceira linha de ação ela tem uma característica mais local, ela vai envolver uma grande parceria com Estados, com entidades locais porque ela será voltada, como eu falei, para micro e pequenas empresas.

Finalmente, a terceira linha de ação tem uma característica diferente, ela é voltada para estimular a criação de novas empresas, de empresas intensivas em tecnológicas. Empresas que são criadas a partir não do capital como é a forma tradicional de criar Empresa Brasil, mas, sim, a partir de uma idéia nova, de um desenvolvimento novo resultado da pesquisa científica e tecnológica.

Esse é o movimento que já começa a acontecer no Brasil. Ele é muito intenso nos Estados Unidos, por exemplo, grandes multinacionais americanas hoje eram empresas criadas a partir de invenções específicas há 100 anos atrás. A *General Electric*, por exemplo, foi criada a partir da *Edson Electric* e a *Edson Electric* criada ao final do século XIX foi criada por Thomas Edson que era um grande inventor, que inventou a lâmpada incandescente, o microfone a carvão, o fonógrafo. E o que ele fez com suas invenções? Ele criou uma empresa de base tecnológica e que aí foi se desenvolvendo e hoje ela acabou se tornando a *General Electric*.

O Brasil tem pouquíssimas empresas geradas dessa maneira, mas hoje nós temos instrumentos cada vez mais fortes, mais articulados para apoiar a criação e a consolidação de empresas de base tecnológica em toda a sua cadeia mostrada aí nesse *slide*. Finalmente, de maneira bem sucinta, a terceira prioridade envolve pesquisa e desenvolvimento, é voltada para pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas, todas as áreas estratégicas são contempladas pelas duas prioridades transversais, que eu mencionei anteriormente, mas também têm instrumentos específicos, programas específicos e são 13 as linhas, as áreas estratégicas.

Áreas portadoras do futuro, biotecnologia e nanotecnologia, tecnologia da informação e comunicação, insumos para a saúde, todas essas áreas são... Têm ações desenvolvidas em grande articulação com outros Ministérios. Essa de insumo da saúde foi toda planejada em articulação com o Ministério da Saúde, biocombustíveis, biodiesel e etanol, energia elétrica, hidrogênio, energias renováveis, petróleo, gás e carvão mineral, agronegócio, biodiversidade e recursos naturais, Amazônia e semi-árido, meteorologia e mudanças climáticas, programa espacial, programa nuclear, Defesa Nacional e Segurança Pública.

E, finalmente, a prioridade nº 4 – é Ciência e Tecnologia e Inovação por desenvolvimento social que tem duas linhas de ação e que completam as 21 linhas, que eu mencionei inicialmente, a primeira popularização da Ciência e Tecnologia e melhoria do ensino de ciências.

Não tenho tempo aqui, mas tenho algumas iniciativas altamente bem sucedidas, inovadoras, como por exemplo a Olimpíada Brasileira de Matemática na Escola Pública que está produzindo uma grande movimentação nas Escolas Públicas em torno do aprendizado de matemática, essa olimpíada teve no ano passado a participação em termos de fazer as provas de 17 milhões de alunos em todo o país e é hoje a maior Olimpíada de Ciência do mundo.

E, finalmente, tecnologia para o desenvolvimento social como o apoio a centros vocacionais tecnológicos, telecentros para inclusão digital e algumas outras atividades. Pode passar.

Sobre os recursos financeiros para o Plano, nós temos razões para estar seguros de que o Plano terá os recursos suficientes que foram previstos. Eles sempre são insuficientes para atender toda a demanda, mas a evolução dos recursos nos últimos anos tem sido bastante satisfatória e será melhor ainda nos próximos anos.

Esse gráfico mostra a evolução do principal Fundo Federal de Apoio à Ciência e Tecnologia que é o FNDCT, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em moeda constante, milhões de Reais corrigidos pelo IPCA. O gráfico mostra que esse Fundo teve um pico na década de 1970, depois ele quase foi a zero nessa escala em 1991 e ele estava, digamos assim, em regime de vegetativo quando foram criados Fundos Setoriais no final dos anos 2000, eles passaram a crescer e nos anos, nos últimos anos no mandato do Governo do Presidente Lula, eles aumentaram bastante chegando, finalmente, em 2006 a ultrapassar aquele recorde histórico de 1978, no ano passado, em 2007, o FNDCT teve um orçamento executado de um bilhão e meio de Reais. O orçamento

previsto na Lei Orçamentária de 2008 é de aproximadamente 2 bilhões e 200 milhões de Reais e no Plano Plurianual, nós temos os recursos do FNDCT atingindo três bilhões e meio em 2010.

Este outro gráfico mostra a evolução do orçamento total do Ministério da Ciência e Tecnologia com os vários Programas, os Fundos, a barra de cima é do FNDCT, eu mostrei em detalhe ainda há pouco, depois temos do CNPQ, dos recursos reembolsáveis do FINEP, do programa nuclear, do programa espacial e dos outros programas do Ministério, nós vemos que a evolução do orçamento do FNDCT, no mandato do Presidente Lula foi muito satisfatória. Ela passou de menos de 2 bilhões de Reais por ano, que vinha sendo mantida há muitos anos, ultrapassou os 2 bilhões, chegou no ano passado à 4 bilhões e meio de Reais e nós estamos falando aqui de orçamento executado e orçamento projetado.

O orçamento completo do Ministério da Ciência e Tecnologia tem uma barra aqui em cima, que eu mostrava inicialmente, que eu parei de mostrar que é a chamada “reserva de contingência dos fundos setoriais”. Ainda tem uma parte que fica no orçamento do Ministério, mas que, na verdade, nós não podemos utilizar a não ser que tenhamos um Decreto com autorização expressa do Presidente da República. O que temos, na verdade, conseguimos fazer no final do ano quando nós mostramos que executamos o orçamento todo e é um Programa de importância grande aí nós conseguimos convencer não o Presidente da República, mas a área econômica. O Presidente da República está sempre convencido da importância dessa área. O mais difícil é convencer a área econômica. Ela convencida o Decreto vai para o Presidente e nós poderemos ter mais recursos do que estão aí mostrados.

Eu mostro nesse penúltimo *slide*, aliás, antepenúltimo, a composição dos recursos das várias... Dos vários Ministérios para o plano em 4 anos. Eu quero chamar atenção de que o plano prevê recursos totalizando 41 bilhões de Reais para pesquisas em desenvolvimento, isso é, apenas para outros custeios e capital. Aqui não estão os recursos de pessoal, de pessoal das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, do pessoal da FIOCRUZ, do pessoal da EMBRAPA, o que a rigor, deveria ser considerado recursos para pesquisa e desenvolvimento, mas aqui apenas OCC, Outros Custeios e Capital.

Grande parte dos recursos vem do Ministério da Ciência e Tecnologia, do FNDCT, como eu mostrei, e dos outros programas, temos recursos do Ministério da Educação, através da CAPES, recursos do Ministério da Saúde, recursos do Ministério de Minas e Energia, através da PETROBRÁS, da Eletrobrás, recursos do

Ministério da Agricultura, recurso do BNDES, totalizando 7 bilhões de Reais, recurso do FAT, do FNDE, e, como eu disse, totalizando 41 bilhões de Reais.

Por conta da previsão de recursos Federais, por conta de estimativas que fazemos da evolução dos recursos investidos pelo setor empresarial, e estimativas que fazemos de investimentos dos Governos Estaduais, muitos deles estimulados por parcerias com os nossos programas, nós projetamos nesse desenho o percentual do Produto Interno Bruto despendido por cada um desses três segmentos e pretendemos, então, projetamos chegar em 2010 com investimento, pesquisa em desenvolvimento totalizando 1,5% do PIB. 1,5% do PIB ainda é bem menos do que investem a Coreia do Sul, o Japão, os Estados Unidos, mas é bem mais do que nós investimos historicamente e se nós atingirmos essa meta, nós estaremos bastante satisfeitos, porque, na verdade, esta meta, este objetivo foi prometido por muitos candidatos à Presidente, desde a década de 80 que os Presidentes dizem: “Vamos chegar ao final do meu Governo com 1,5% do PIB”, só que isso estava num discurso e todos os Presidentes fizeram isso, inclusive, o Presidente Lula no seu Programa de Ação dizia: “Vamos chegar a 0,5%”.

Nós não chegamos ao 0,5% no final do meu 1º mandato, mas agora nós temos um Plano de Ação de Ciência e Tecnologia, e é a primeira vez que o Governo Federal faz um plano como esse. Como eu disse, é um plano para o Governo como um todo, é um plano bastante abrangente, como os Senadores e todos os presentes puderam ver, é um plano que tem atividades previstas de forma bastante concretas, pragmáticas, que têm grandes metas, como eu disse, chegar a 1,5% do PIB de investimento em 2010, sendo 0,65% do PIB de investimento do setor empresarial.

O Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, nos diz que essa é uma estimativa conservadora, porque há um movimento no setor empresarial bem mais intenso em termos de financiar, de fazer inovação no momento. Pretendemos chegar a 2010 com 160 mil bolsas do CNPQ da CAPES e formando 16 mil doutores e com metas importantes para Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Social. Essa meta de 400 vocacionais, centros vocacionais tecnológicos será ultrapassada, porque já temos no orçamento deste ano através de Emendas colocadas pelos parlamentares um número significativo de Centros Vocacionais Tecnológicos, teremos muito mais telecentros do que colocados no ano passado no Plano e esperamos ter 24 milhões de alunos participando da Olimpíada Brasileira de Matemática na Escola Pública.

Esse Plano, então, como eu disse, ele é bastante abrangente, ele está neste livro que tem sido utilizado

por toda a comunidade científica, tecnológica, empresarial porque está disponível no portal do Ministério e ele, como é um documento que ocupa muita memória de computador, na página do MCT ele está colocado por capítulos, por linhas de ação, de modo que elas podem ser abaixadas, retiradas do portal do MCT pelo interesse de cada um. E nós fizemos um plano, o mais objetivo que podíamos fazer para alguma linha de ação ele está bem detalhado, para outras linhas está meio superficial, por exemplo, na linha de Ciência e Tecnologia para Segurança Nacional e Segurança Pública e Defesa Nacional ele está, razoavelmente, vago. Por quê? Porque nós estamos aprendendo a fazer isso, desenvolvendo numa discussão muito intensa com o Ministério da Defesa, com o Ministério da Justiça, com diversas entidades, mas de uma maneira geral o plano é pragmático, como eu disse, no documento, ele tem 79 programas, cada programa com objetivos, com descrição das ações, com metas, com orçamentos e cada programa está descrito em apenas quatro ou cinco páginas, mas mesmo assim nós chegamos a um documento substantivo.

Eu com isso, Senador, passei um pouquinho do tempo que eu tinha previsto, e eu fiz uma apresentação extremamente sumária, mas passei um pouco do tempo e eu quero agradecer à atenção de todos e naturalmente estamos aqui à disposição com toda a nossa equipe para aprofundar um pouco mais essas idéias. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ministro, pela apresentação do Plano de investimento do Governo na área de Ciência e Tecnologia. Não teve problema não passar um pouco mais do tempo, acho que para nós aqui na Comissão é importante a gente conhecer a proposta do Governo nesta área.

E eu quero, também, aproveitar a oportunidade e fazer o registro, está aqui junto conosco na Mesa, tomei liberdade de convidar nosso Secretário Executivo Luiz Elias, seja bem-vindo. Estão presentes, também, o Presidente da FINEP, Luiz Fernandes. Obrigado, Luiz, com a equipe da FINEP. Também está presente o Secretário Guilherme Pereira e está presente o Secretário Joe Valle. Eu quero agradecer em nome desses representantes do Ministério, todas as representações, também a presença da Lúcia Melo, Presidente da CGEE. Muito obrigado pela presença de vocês. E a Senadora Ideli já fez um registro, também faço do aniversário do nosso Senador Virgínio, parabenizando pela sua data.

E vou fazer, antes de eu fazer as minhas colocações, questionamentos, eu vou passar a palavra à

Senadora Ideli que é a primeira inscrita para poder manifestar a sua opinião e seus questionamentos.

Então, Senadora Ideli, se alguém mais quiser se inscrever, já está aberta a lista de inscrição. Senadora Ideli com a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito grata, Senador Casagrande. Queria parabenizar o Ministro pela explanação sucinta, mas extremamente ampla no sentido de dar a importância à interligação deste tema, da questão do desenvolvimento científico tecnológico do nosso país, e da importância desta articulação, ou seja, o Plano sendo apresentado com a articulação extremamente importante com todos os Ministérios, todas as áreas e isso só vai ter sucesso, só vai ter efetivo desenvolvimento se nós conseguirmos trabalhar de forma muito articulada entre todos os setores que precisam estar trabalhando, efetivamente, articulado para que a gente possa dar o salto de qualidade da sustentabilidade que a Ciência e Tecnologia tem, efetivamente, para sustentar o desenvolvimento que todos nós queremos para o nosso país.

Eu queria, inclusive, utilizar, eu faço, o meu gabinete faz o monitoramento semanal dos recursos que são repassados para o Estado que eu represento, com muito orgulho aqui em Santa Catarina. E eu gostaria de fazer, aqui, o registro de que no último período, agora nesse monitoramento semanal que a gente faz entre o dia 4 de abril e o dia 12 de abril, os repasses para Santa Catarina do Ministério de Ciência e Tecnologia. E estes repasses eles demonstram efetivamente a importância deste Ministério com o desenvolvimento das pesquisas e daquilo que interessa, efetivamente, para o cotidiano do desenvolvimento dos nossos Estados.

Então, eu queria aqui fazer este registro. Por exemplo, no dia 10 de abril, o Ministério de Ciência e Tecnologia repassou para a Fundação de Amparo Pesquisa e Extensão Universitária, nossa FAPUEP que trabalha muito parceira com a nossa Universidade Federal, de nada mais, nada menos de 1 milhão e 270 mil é o repasse que o Ministério de Ciência e Tecnologia fez à FAPUEP para dar continuidade às atividades que a FAPUEP desenvolve de pesquisa utilizando como modelo proteomas de microplasmas de interesse em suinocultura e avicultura. Todos sabem que Santa Catarina é expoente nessa área, nós lideramos a exportação na questão da avicultura, da suinocultura, mas se não tiver desenvolvimento de pesquisa, entende, para poder tratar adequadamente todo este setor da agroindústria que lá em Santa Catarina tem uma parceria muito forte com os pequenos agricultores, inclusive, porque lá nós temos o sistema integrado tanto na área de suíno, como na área de aves, ou seja, se não tiver o desenvolvimento da pesquisa científica para

poder dar sustentabilidade neste modelo e podermos desenvolver é impossível que isto se tenha sustentabilidade. Então, queria fazer este registro.

Depois, o próprio Ministério tem também com a Fundação de Ensino e Engenharia também ligada à nossa Universidade Federal, aí um outro Projeto mais modesto, 87 mil, mas também muito importante lá para o desenvolvimento do ensino de engenharia no nosso Estado.

E, por último, aí não saiu pelo Ministério de Ciência e Tecnologia mas saiu pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento que faz parte da rede do Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, saiu pelo Ministério da Agricultura, portanto, outro recurso significativo no montante de 1 milhão e 200 mil para erradicação da *cydia pomonella* nas áreas que é uma doença da maçã. E aí, tem um alto impacto também em Santa Catarina e que todo o desenvolvimento da pesquisa da erradicação da *cydia pomonella*, ela é importante porque a nossa maçã que começou, eu lembro, por exemplo, eu quando era pequena a maçã tinha, inclusive, tinha uma ligação com a doença, porque a mãe só comprava maçã porque ela era importada da Argentina quando a gente ficava doente, era meio uma compensação. Ficou doente, vamos tratar bem, vamos cuidar bem, toma o remedinho aqui, aqueles remédios horrorosos em troca da condescendência de tomar um remédio horroroso era ganhar a maçã importada da Argentina e hoje nós disputamos espaço, exportamos, inclusive, né? Participamos de forma efetiva e é muito importante fazer este combate.

Mas Ministro até por conta das questões que o Ministério apontou do Desenvolvimento, do Programa, deste Projeto todo que é a médio e longo prazo para poder estruturar, eu trago aqui uma solicitação e um apelo, inclusive, das nossas Instituições de Pesquisa Estaduais, porque esta parceria e este trabalho que o Ministério vem fazendo com vários Ministérios e na área, principalmente lá para Santa Catarina, tão importante que é este viés da pesquisa e do desenvolvimento científico-tecnológico que envolve a nossa agroindústria, a produção de vários produtos importantes. Mas há uma... Digamos assim, uma expectativa da questão agora de todo o programa do PAC da Ciência e Tecnologia na área da agricultura e isto está muito centrado na parceria e no debate, como não poderia deixar de ser, com a EMBRAPA. E as Instituições de Pesquisas Estaduais estão se sentindo, digamos assim, colocadas numa, digamos assim, numa espécie de limbo, em nome dos técnicos que lá em Santa Catarina são muito eficientes, trabalham muito bem e produzem pesquisas importantes no nosso Estado, que é o caso da EPAGRI, eles gostariam de poder ter

uma participação mais efetiva, inclusive, na destinação, inclusive, na distribuição dos recursos que virão deste, da implementação do PAC.

Então, o meu registro é apenas neste sentido e se é possível ter esta parceria mais, digamos, mais próxima com... Além da EMBRAPA também as Instituições como é o caso de Santa Catarina, a EPAGRI.

Então, era apenas isto, eu sei que nós estamos fazendo uma reformulação profunda. Eu até falei aqui com o Luiz Fernandes da estrutura da FINEP, por exemplo, para nós lá teve bastante reação, para nós é muito ruim perder enquanto Santa Catarina a estrutura que nós temos lá no Estado, mas nós estamos entendendo que a estrutura tem... Essa reformulação tem como objetivo central, inclusive, poder enfrentar de forma autônoma a política da FINEP sem determinados viés que muitas vezes tendem mais a atender objetivos específicos de alguns setores e, principalmente, do setor empresarial do que fazer a política de Governo mesmo, na área de desenvolvimento da pesquisa. Então, era isso, Presidente.

MINISTRO SERGIO MACHADO REZENDE:

Isso, na verdade, vale para muitos outros Estados. Senadora, eu quero dar uma boa notícia em relação a essa demanda das Entidades Estaduais, porque o plano prevê três ações concretas que envolvem Entidades Estaduais.

Eu mencionei anteriormente que nós estamos organizando o Sistema Brasileiro de Tecnologia. O Sistema Brasileiro de Tecnologia será formado por instituições existentes, Federais, Estaduais. E aí nós teremos, então, recursos e mecanismos para incentivar as Entidades Estaduais de tecnologia, mas faremos isso exigindo dos Governos Estaduais compromissos, compromissos de não só de focalizar as ações dos Institutos, mas também de fazer com que os institutos tenham uma carreira para o corpo técnico e pesquisador que seja atrativa para levar os melhores pesquisadores para e técnicos para esses Institutos, isso vale mais para o setor de tecnologia.

Para o setor da agropecuária, também tenho a boa notícia que é a seguinte. Nos anos 1970 e 1980 quando a EMBRAPA foi organizado, na verdade, o sistema chamado “Sistema EMBRAPA” envolvia as entidades Estaduais. Eram 16 entidades Estaduais. E a EMBRAPA ao fazer esta articulação com entidades Estaduais, cada uma Estadual muito voltada à agricultura do Estado, agropecuária do Estado, exigia também compromissos, por exemplo, compromissos em termos de carreira para os pesquisadores, isso até faz com que em alguns Estados as Entidades de pesquisa agropecuária tenham melhores quadros do que outras entidades, porque elas assumiram o com-

promisso com a EMBRAPA. Mas nas últimas décadas essas entidades ficaram órfãs da EMBRAPA, deixaram de receber recursos da EMBRAPA, como faziam anteriormente, mas essa questão foi estudada em grande detalhe pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que eu mencionei anteriormente, a Presidenta Lúcia Melo está aqui, numa articulação com as organizações Estaduais, com a EMBRAPA, e está previsto no nosso programa um reforço, um apoio às Organizações Estaduais de pesquisa agropecuária com recursos tanto da EMBRAPA quanto do FNDCT, de modo que essa é, como eu falei, é um Programa que, certamente, vai contribuir para retomar aquela articulação nacional que a EMBRAPA tinha com as instituições Estaduais e, certamente, a de Santa Catarina está na lista. Eu lembro disso, certamente ela vai voltar a ter uma articulação nacional importante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Santa Catarina só tem a agradecer, até porque nós temos muito orgulho da pesquisa que a EPAGRI realiza, inclusive, muitos dos setores que Santa Catarina acabou desenvolvendo como setores de ponta, agora mais recentemente, por exemplo, a questão do vinho, da publicação. O Rio Grande do Sul que se cuide, porque a produção vinícola, da viticultura de Santa Catarina está despontando.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Não trouxe nenhuma garrafa?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vou lhe trazer. [risos] Esse Casagrande, sempre aproveita o bom momento, mas não tem problema, vou ter orgulho, prazer de poder divulgar o bom vinho catarinense que já começa a disputar, inclusive, classificação internacional com o do Rio Grande do Sul e a EPAGRI, efetivamente, desempenhou um papel muito importante, fundamental. Portanto, se houver como... A possibilidade de reestruturar de tal forma que as Entidades Estaduais possam receber, eu acho que vem em bom momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado Ideli. Senador Arthur Virgílio, depois Senador Eduardo Azeredo, depois eu também farei meus questionamentos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O Arthur Virgílio vai pedir vinho também, já vou garantir.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): V.Ex^a pediu vinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Eu pedi a ela...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estou fazendo propaganda dos vinhos catarinenses, Casagrande pediu, vou antecipar que vou trazer um para ti

também para consagrar esse bom momento que nós andamos vivendo aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É de se registrar, *in vino veritas*. Mas, muito bem, cumprimento, Ministro, cumprimento V.Ex^a o seu Secretário Executivo, Dr. Luiz Elias, e lhe digo do prazer que tenho em tê-lo aqui conosco, prestando um depoimento que eu tenho certeza que será muito produtivo até pela tranquilidade da quinta-feira. E gostaria de trazer a V.Ex^a algumas preocupações.

Em primeiro lugar, eu tenho um respeito pela sua atuação a frente da pasta de Ciência e Tecnologia e vejo que ela é uma das chaves para nós trabalharmos o desdobramento do Desenvolvimento Brasileiro. E tenho algumas considerações que partem da minha região, mas eu gostaria de vê-las, Dr. Elias, entendidas como preocupações nacionais, porque a minha região é de interesse planetário. Ela não é a ligação da ponte do Prefeito fulano com da Prefeita beltrana, aquela coisa sem importância, a não ser a importância municipal. O Brasil precisa aprender a ter mais interesse. Eu tenho um adversário no Estado que é um prezado amigo que é o Deputado Francisco Praciano do PT do Amazonas que ele diz que o Brasil não cobiça a Amazônia, que a Amazônia é muito cobiçada por estrangeiros, mas o Brasil se cobiçasse teria mais IBAMA, mais Polícia Federal, teria mais recursos, teria mais presença Militar.

Eu quero trazer alguns dados. Eu estou muito preocupado com o INPA, está havendo um movimento, Presidente Casagrande, de aposentadorias não repostas no INPA e é fundamental que isso aí seja revertido, porque o INPA ele tem, eu repito, a chave para o desenvolvimento brasileiro a partir da exploração adequada da biodiversidade, tem uma cultura de tecnologia da região apreciável. Tem um acervo de conhecimento sobre a Amazônia que não é simplesmente de se descartar. Ao contrário, deve ser apoiado.

A dotação orçamentária para o INPA, sempre foi muito pequena, sempre foi ínfima, eles saudavam com aquela humildade dos verdadeiros cidadãos bons, saudavam. Nós temos, mais ou menos, jogado agora para cerca de 50 milhões por ano a dotação do INPA, era 27, alguma coisa assim, o INPA mereceria, a meu ver, bilhões, porque está ali a chave, a mesma coisa se referindo ao Museu Goeldi no Pará.

E eu gostaria de ver também o destino a se dar, eu entendo que a formatação não seria entregar ao Governo do Estado, seria em relação ao centro de biotecnologia para que ele não fique um elefante branco, fazê-lo trabalhar sob o comando do seu Ministério, com a participação de Entidades Privadas, com a participação do Governo do Estado, do Amazonas. Mas aquele

centro de biotecnologia ele se destina a transformar o Brasil numa super Costa Rica, porque ele junto com o INPA, com as Universidades, eu peço apoio também para as Universidades da região, eles desvendarão esses mistérios todos e transformarão em riqueza aquilo que hoje é riqueza potencial.

Eu gostaria de dizer que nós temos algumas distorções que são terríveis. Hoje em dia a gente fala em Segurança Nacional e não pode se prender aos critérios antigos. Eu jamais dispensaria a presença maciça de Forças Armadas nas fronteiras. E eu quero as Forças Armadas no que eu idealizo bem equipadas, as Forças Armadas bem remuneradas, bem treinadas. O Brasil, hoje, não tem Marinha, esse é um fato. A Marinha está no Rio de Janeiro. Se bombardeia a ponte Rio-Niterói, pronto, acabou a Marinha Brasileira. Esse é um fato que remonta, quem me informou isso, foi o Profº Mangabeira Unger com muita inteligência, isso remonta a implantação da República. A Marinha era vista como monarquista, então Floriano disse: “Fica contingenciada no Rio”. De lá para cá não se resolveu essa questão.

Mas veja que dado complicado. O Leste não tem fronteira com nenhum país. Nós temos o dobro ou mais de soldados do Exército brasileiro no Leste do que no Comando Militar da Amazônia que faz fronteira com todos os países e alguns deles complicados. Os incentivos que não dependeriam da sua pasta, eu estou falando de maneira global, para ocupação civil que é outro item da Segurança Nacional, teriam que ser trabalhados com muito esmero se a gente leva em conta o caráter estratégico da região Amazônica.

Mas aí é que vem o papel que eu vejo que V.Ex pode desempenhar e tem toda a capacidade para fazê-lo, vem outro item da Segurança Nacional que eu é o conhecimento. Tem outro dado chocante. A Amazônia legal inteira ela conta com 3 mil, Senador Casagrande, 3400 doutores e PHDs, toda a Amazônia legal, só a USP, mais de 5 mil. Eu sou a favor que a USP tenha 10 mil, 15 mil, mas eu considero que nós estamos com uma deficiência de doutores e PHDs numa área que pode dar respostas, absolutamente, fantásticas e concretas para o desenvolvimento brasileiro.

Algumas coisas para mim me saltam aos olhos. Tem algumas coisas que são muito clássicas quando se conversa com o pessoal do Museu Goeldi, com o pessoal do INPA, pessoas, Senador Casagrande, que eu era Prefeito de Manaus, 1989, 1992, então cuidei 4 anos dia e noite daquilo que um Prefeito deve fazer. Passei um ano, 1993, no Centro de Estudos sobre o Brasil Contemporâneo, da Escola de Estudo em Ciências Sociais de Paris, o Diretor é o Profº Lant Renil(F), eu estava lá com o Profº Ignaci Sax(F), no Centro do

Brasil Contemporâneo e comecei a participar de diversos seminários. E comecei a conhecer pessoas do INPA que eu não conhecia e eu era Prefeito da cidade. Comecei a ver como eles eram conhecidos na França que hoje é uma potência secundária e que pagava bolsas de estudos para estudarem na Amazônia de 2500 dólares no tempo em que o dólar era dólar. E nós não temos uma universidade brasileira, eu desafio que me diga: “Eu tenho uma Universidade brasileira que está pagando algo razoável para alguém fazer um Mestrado, doutoramento sobre a Amazônia”. É uma falta de cobiça do Brasil. O Brasil é, absolutamente, *démodé* quando ele não percebe que todo mundo se interessa pela Amazônia menos o próprio Brasil. Deveria ser uma bandeira que mobilizasse a Santa Catarina da Senadora Ideli, a Minas Gerais do Senador Azeredo, em São Paulo, em Recife e não deixar que a questão Amazônica se esgotasse na Amazônia.

Mas eu dou alguns exemplos que são clássicos. Chega um navio alemão para dar o exemplo da Alemanha, abre seus porões e recolhe água do Rio Solimões e aí estuda todas as propriedades da água do Rio Solimões. Eu quero proibir isso? Não. Não quero. Ele está lá, é livre a navegação, faça o que ele quiser fazer, não impeço que ele leve a água do Amazonas para estudar aonde ele quiser. O que eu lamento é que nós não estejamos com laboratórios para estudar essa água. Eles sabem e nós não.

Outro dado relevante, vai um turista para um hotel de selva e ele fica três dias usando o mesmo casaco, grudam nele vários fungos, depois ele vai para a terra dele, para um laboratório de primeiríssima qualidade, estuda nossos fungos e nós não estamos com dinheiro suficiente para estudar os nossos fungos. Eu não posso impedir que ele use o casaco dele, que ele vá ao hotel de selva, que ele ande na mata, enfim, eu não posso impedir nada disso e nem quero. Eu gostaria muito de ver o Brasil equipado com laboratórios à altura desse desafio, porque para mim o Brasil tem a vocação de ser uma potência Militar defensiva – não ofensiva, deve se aparelhar mesmo, o Brasil tem que fazer ocupação civil das fronteiras, mas o Brasil tem que entrar para valer na disputa pelo conhecimento. A gente dá a noção da Segurança Nacional também pelo conhecimento.

E aí que eu vejo, algo que a partir das iniciativas que V.Exª toma, eu terei o maior prazer, maior honra, e a maior tranquilidade de poder ajudar a participar dessa cruzada. Aí que eu vejo que entra como fundamental o papel do seu Ministério. Se tem um Ministério que eu julgo importante para o Brasil, a gente conhece os tradicionais, Educação, Saúde, Fazenda, isso tudo a gente sabe, da Agricultura em função do agronegócio

e do peso econômico que tem, mas tem um Ministério que também é pouco reconhecido e que tem um peso extraordinário sem o qual a gente não vai para lugar nenhum, sem o qual a gente vai ficar aonde está, melhora um pouquinho, piora um pouquinho, a gente não vai para lugar nenhum, é precisamente o Ministério de V.Ex^a, deveria ser priorizado mesmo e dentro do seu Ministério, eu percebo que nós temos que trabalhar investimento profundo em capital intelectual, temos que trabalhar... Eu vou de novo priorizar a Amazônia como capítulo de interesse nacional e apoiar tudo que é iniciativa na Economia Brasileira que leve a inovação, que leve a nós lutarmos por competitividade sistêmica a partir de grandes produtividades que possamos obter com a inovação, o Brasil é um país que apanha muito com a inovação, enfim, mas eu tenho acompanhado o seu esforço. Até bom, pena que o pessoal do Governo não está aqui, eu estou elogiando o Ministro, o pessoal não está aqui para ver, depois eles saem, sai na TV, vão saber que eu elogiei. Isso é marcação comigo, viu. Isso é marcação homem a homem, se fosse para falar mal estava todo mundo aqui, enfim.

Mas ele dá parabéns pelos seus gestos, pelo seu esforço a frente do Ministério, evidentemente, que o senhor tem na equipe pessoas do melhor nível. Eu acredito que o senhor dispõe de uma plêiade de cientistas, de figuras da sociedade brasileira que podem pela crítica e pelo apoio à atitude, as duas coisas são relevantes, ajudar a se compor um Projeto de Cultura Tecnológica para o Brasil. Eu vejo isso com muita avidez, até. Queria, portanto, transmitir essas opiniões a V.Ex^a dizendo da honra de tê-lo aqui conosco no dia de hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Ministro, Sr. Presidente, Senador Casagrande, Sr. Secretário Executivo.

Primeiro, eu quero secundar o Senador Arthur Virgílio nas preocupações com a Amazônia. Eu sou também membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e nessa missão eu tenho tido a oportunidade de conhecer um pouco mais o que é o Amazonas, e o que é o trabalho das Forças Armadas Brasileiras lá.

Não há a menor dúvida que ali nós temos que somar efetivo com tecnologia. Não tem jeito de vigiar toda a Amazonas, proteger, se não tivermos a tecnologia de ponta para poder fazer esse processo.

Da mesma maneira, também, a questão a visita do senhor a Belo Horizonte na semana passada, no Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear, não pude estar presente, porque eu estava aqui, mas

eu tenho podido através de Emendas auxiliar aquele Centro que é da maior relevância para a tecnologia mineira para os avanços no caso específico para a saúde da população.

Agora, Ministro, uma questão que eu não vejo se é feita muito pelo Ministério, diria até pelo Governo Federal como um todo, os Governos Federais, principalmente, agora, é o papel indutor que nós podemos ter em relação aos Estados. Alguns Estados brasileiros têm suas fundações de amparo à pesquisa, como é o caso da FAPESP em São Paulo, da FAPEMIG em Minas, mas não são todos. Quer dizer, esse papel aqui eu acredito que o Governo Federal poderia fazer muito de induzir a criação dessas Fundações em todos os Estados brasileiros e que tivessem recursos suficientes.

Eu me lembro bem quando eu assumi o Governo em Minas, nós tínhamos uma previsão de 3% do recurso de ICMS para tecnologia. O que acontecia? Ninguém cumpria. Então, todo o ano tinha ressalva do Tribunal de Contas, tudo. Nós fizemos uma reunião, eu participei lá na Universidade Federal. Todos concordaram em baixar de 3 para 1. Mas foi, na verdade, um voto de confiança. Um para ser cumprido. Tá bom. Então, vamos cumprir um. Fizemos uma escala, vamos chegar paulatinamente. Eu vejo com muita satisfação que isso hoje está funcionando, são alguns milhões que estão sendo colocados. Naquela época ainda, nós tivemos ainda já um avanço no meu Governo, mas depois teve uma certa... Um período que ficou um pouco parado lá, e quando o Governo Aécio assumiu ele deu ênfase outra vez, a FAPEMIG tem sido fundamental nessa questão de apoio, até eu deixaria um pouco essa colocação.

Agora, por outro lado, existem outros pontos, nós vimos a competitividade do Brasil, alguns *rankings* que são divulgados, está caindo a competitividade do *ranking* Tecnologia. Segundo essas informações, agora, eu sei que essas estatísticas também nem sempre são muito válidas, a sensação é que a gente está avançando, mas não na mesma velocidade que o mundo avança. Nós estamos aumentando o uso da informática sim, hoje se fala em 40 milhões de usuários de computador, mas são 190 milhões de pessoas.

A questão da Convenção de Budapeste, eu queria até pedir a sua interferência, porque é uma Convenção que trata dos crimes nessa área tecnológica, os crimes cibernéticos, se dá o nome na Europa e o Brasil não é ainda signatário, eu tenho... Ontem tive oportunidade de falar com o Ministro Celso Amorim, mais uma vez, aqui no Brasil anda devagar mesmo. O México está entrando, a Costa Rica está entrando, os Estados Unidos já assinou há muito tempo e o Brasil

fica estudando eternamente essa questão, o Senador Casagrande também tem acompanhado isso é um Tratado Internacional fundamental para proteger do bom uso da tecnologia e o Brasil não decide se vai aderir, se não vai aderir. O Ministro não estava nem lembrando. O Ministro Amorim não estava nem lembrando direito o quê que era. Eu tive que lembrar ele um pouco o que é esse assunto – Convenção de Budapeste.

Outra questão também, os telecentros, um projeto interessante, na esfera do Ministério, muitos parlamentares têm feito colocação de Emendas para esses telecentros. Agora, o Ministério das Comunicações está anunciando outro programa de telecentro também. Qual é a diferença? É só fonte? É a mesma coisa? Eu queria deixar como essa colocação.

E, finalmente, a questão dos *royalties*. Nós tivemos uma audiência aqui na terça-feira sobre *royalties* do petróleo. E a informação foi de que... A informação que foi colocada do *royalty* do petróleo é que os Municípios estão recebendo, os Estados estão recebendo, a discussão básica em relação a essa distribuição, mas aí eu fiquei atento ao detalhe. E aí o que acontece? A Marinha tem direito a 1 bilhão e 200 milhões e não recebeu esse dinheiro. Eu queria saber no caso da Ciência e Tecnologia se está tudo bem ou se não está?

No caso da Ciência e Tecnologia, a Lei nº 9.471 ela fala em 25% da exploração do *royalty* oriundo da exploração em terra e mar vai para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Na Marinha eu estou sabendo que não está indo. Até foi objeto do Requerimento que apresentei aqui ontem para saber o que está acontecendo. E no caso de Ciência e Tecnologia espero que não esteja assim.

Então, são os pontos que eu queria trazer e cumprimentando mais uma vez, e da mesma maneira que meu líder, Arthur Virgílio, eu considero que o seu Ministério é um Ministério que está dando certo sim, seu desempenho pessoal muito positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Eu vou também fazer alguns questionamentos rápidos ao Ministro, porque ele faz uma resposta ao final e nós partiremos, posteriormente, para o encerramento da nossa Audiência.

Primeiro, queria parabenizar o Ministério, o Ministro, o Governo do Presidente Lula porque nos últimos anos nós tivemos um reforço do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e isso precisa ser reconhecido e o Ministro Sergio Rezende, com a sua equipe, tem dado uma grande contribuição para que isso pudesse se consolidar efetivamente com recursos, com Projetos, não dá para falar em prioridade sem dinheiro, sem recurso. Então, o Governo ampliou, aumentou e com o

plano, perspectiva de aumentar ainda mais os investimentos nessa área, fazer esse registro inicial.

Mas eu faço primeiramente, Ministro, dois questionamentos. Um com relação à correção das bolsas de 20%, que estava previsto, está previsto, eu vi alguns pesquisadores preocupados com essa correção.

Segundo, a questão que eu também já discuti com o Ministro, ele tem total concordância e estamos dependentes de uma decisão do Ministério do Planejamento que é com relação ao plano de carreira. Eu acho que o plano de carreira para todo o sistema é um plano importante para fortalecer o sistema ainda mais. Eu acho que o Ministro poderia comentar um pouco sobre o Plano de Carreira.

Também tenho recebido algumas pessoas dizendo que está indo muito bem o trabalho da política e da implantação do sistema, mas é fundamental apoiar um pouco mais a área tecnológica. Fundamental dentro dos programas definidos ter um apoio maior para área tecnológica. Eu acho que o Ministro pode comentar um pouco dentro do Plano, ele destrinchou rapidamente o Plano, mas eu acho que essa é uma observação que alguns líderes do setor produtivo tem feito para nós, então, deve estar debatendo no Ministério e dentro do Conselho do FNDCT.

Na Amazônia, eu considero que eu visitei o INPA, visitei o Museu Emílio Goeldi, vi o Senador Eduardo Azeredo, nós temos o Centro de Biotecnologia da Amazônia. Eu não conheço o Centro, não visitei o Centro. Vou dar uma sugestão mais por aquilo que a gente acha que deva ser Administração Pública. Esse Centro estaria muito mais sincronizado se ele estivesse no Ministério de Ciência e Tecnologia, hoje ele está no Ministério de Desenvolvimento Indústria. Se ele estivesse no Ministério de Ciência e Tecnologia, eu acho que ele estaria muito mais sincronizado com a política. E a Amazônia precisa de um trabalho intenso nesta área de biotecnologia, especialmente, da Amazônia, porque isso é fonte de renda para os moradores de lá. Nós queremos preservar a região, e para preservar a região nós devemos dar as condições de sobrevivência às pessoas que moram na região da Amazônia legal, maior parte com floresta, não dá para exigir a preservação sem dar condições de sobrevivência de renda a estas pessoas. Então, faço, também, essa observação, sabendo que o Ministro não pode opinar sobre isso, mas seria importante que nós pudéssemos ter um debate sobre este tema.

E uma outra questão, Ministro, que eu quero lhe questionar e saber informação, como está... Como é que está, assim, o funcionamento efetivo, eu vi que está nas prioridades do Ministério, da rede brasileira de pesquisas sobre mudanças climáticas. Isso está,

efetivamente, sendo implementado? Nós temos uma estrutura hoje no Ministério que possibilita um trabalho nessa área do desenvolvimento da pesquisa e de novas tecnologias na área de mudanças climáticas? Pela importância do tema.

E para concluir, concluir lá com meu Estado do Espírito Santo, agradecendo o apoio que o Ministério tem dado ao Estado do Espírito Santo. Estado do Espírito Santo entrou na agenda do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, está entrando com os investimentos que estamos tendo do Ministério, da FINEP, está entrando. Temos agora a perspectiva real de que nós estaremos lá com o primeiro Centro de Pesquisa do Governo Federal, lá na área da Mata Atlântica que é a transferência do Museu Melo Leitão que é vinculado ao Ministério da Agricultura, por isso eu coloquei a questão do Centro de Biotecnologia da Amazônia, do Ministério da Agricultura para o Ministério de Ciência e Tecnologia, porque o Ministério de Ciência e Tecnologia tem muito mais condições de implementar os Projetos necessários lá nesse museu e ele vai se transformar, já com a decisão do Ministro, no primeiro Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica, isso para nós no Estado do Espírito Santo é muito bom, é importante e não só do Espírito Santo. Ele vai ser um Centro Nacional que vai fazer pesquisa para a Mata Atlântica, para todo o nosso país, toda nossa região, todo esse bioma. Então, esse... Essa ação é uma ação já conversei aqui, paralelamente, aqui com o nosso Secretário Executivo que está junto com o Ministro tentando agilizar o processo, mas para nós é um assunto importante.

Nós também colocamos, Ministro, agora na Emenda de bancada, a bancada Capixaba tem todo o ano colocado recurso no Ministério de Ciência e Tecnologia. Colocamos 14 milhões de Reais para desenvolvimento de Centros Vocações Tecnológicas. Já estamos apresentando os Projetos dentro do prazo estipulado pelo Ministério, até amanhã todos os Projetos estarão sendo apresentadas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, também as nossas expectativas que os 14 milhões que serão... Terão acréscimo de mais 3 milhões do Governo do Estado, através da Fundação lá do Estado, 17 milhões para implantação de centros em diversas áreas na região da grande Vitória. Então, também nós teríamos uma rede de qualificação, de treinamento, de prestação de serviço em alguns casos, setor para área tecnológica importante para o Estado, também pedir para que nós possamos o mais breve possível dentro das condições do Ministério a gente fazer o empenho desse recurso e começarmos a implementação.

No mais, fora esses questionamentos, agradecer a vida do senhor aqui, a vinda da sua equipe, do

Luiz Elias, nosso Secretário Executivo, Luiz Fernandes, nosso Presidente da FINEP e colocar também à Comissão, o Presidente Wellington Salgado está numa viagem, numa feira da área de Comunicação, pediu que eu transmitisse o abraço a todos vocês do Ministério que estão participando conosco. Com a palavra, Ministro.

MINISTRO SERGIO MACHADO REZENDE:

Como eu disse logo no início, uma coisa que nos alegra muito, eu como pesquisador atuante já há algum tempo, é de ver que essa área realmente tem hoje um reconhecimento importante, suprapartidário, qualquer que seja a posição política, ideológica, há um reconhecimento de que o Brasil, realmente, precisa fazer um esforço cada vez maior nessa área como condição para o nosso desenvolvimento. Assim como em outras, naturalmente, importantes como educação.

Eu vou rapidamente, porque o tempo está se esgotando, comentar sobre questões colocadas pelo Senador Arthur Virgílio, Senador Eduardo Azeredo, pelo Senador Casagrande.

Primeiro sobre a Amazônia. A Amazônia é uma preocupação de todos nós, por isso pesquisa e desenvolvimento da Amazônia é uma das áreas estratégicas e, por isso, nós temos feito um esforço grande em várias direções. Quando a gente fala Amazônia os dois Estados mais importantes e que têm unidades do Ministério de Ciência e Tecnologia são o Amazonas e o Pará. Nesses dois Estados, esses Institutos tiveram um papel importante para contribuir para que as próprias Universidades se desenvolvessem para atrair doutores e aí tem notícias boas em relação aos dois e, eu já vou respondendo uma das perguntas do Senador Casagrande. A primeira é que neste... No orçamento... Nos últimos orçamentos nós temos aumentado os recursos orçamentários para custeio e capital das unidades do MCT, agora as unidades que mais têm tido aumento proporcional são exatamente o Museu Goeldi e o INPA. E de 2007 para 2008, na proposta orçamentária que o Governo enviou, e que foi aprovada em quase totalidade pelo Congresso, o aumento do orçamento para a manutenção, custeio do INPA é de 60%, 60% em número absoluto. Do Museu Goeldi é um pouco menos, mas também um aumento considerável.

Agora, muito importante para os dois são, exatamente, as condições de trabalho dos pesquisadores e técnicos e de vagas, como foi mencionado pelo Senador Arthur Virgílio. Também nesse campo temos boas notícias, uma é que está em pleno andamento, está sendo implantada uma portaria do Ministério do Planejamento que autorizou a abertura de um concurso para todas as unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia, não foi no número, digamos assim, que

desejávamos, foi num número substancial – 350 vagas aproximadamente para as Unidades e tanto o INPA quanto o Museu Goeldi brevemente estarão fazendo concurso público para absorver técnicos e pesquisadores e também pessoal de apoio.

E, naturalmente, para que esses institutos possam absorver pessoas do mais alto nível disponíveis na área é preciso que nós tenhamos uma carreira atrativa e aí o Senador ainda não tem a notícia dos últimos dias, o Senador batalhou muito para esse assunto que é o assunto da carreira de Ciência e Tecnologia das Unidades não apenas do MCT, mas as unidades de pesquisas do Ministério da Defesa, o próprio sistema de gestão CNPQ, CAPES, assim por diante, é que finalmente o Ministério do Planejamento apresentou ao Sindicato, ao Fórum dos Sindicatos, uma proposta que nós conseguimos, depois de muitos meses de conversa com eles, que prevê um aumento em todos os níveis, em todas as categorias, em todos os níveis agora em 2008 que é da ordem de 45%, varia um pouco – entre 40% e 50%. E em 2009, um outro aumento de tal maneira que o pesquisador, o pesquisador no último nível com Doutorado, com anos de experiência, assim por diante, ele estará com esse aumento que será feito por um Projeto de Lei a ser enviado para o Congresso assim que houver reunião final de negociação marcada para a próxima semana, e nós estamos confiantes que os funcionários vão aceitar a proposta – apesar de terem proposta de alterações. Mas se no básico a proposta for mantida, o pesquisador do nível mais alto do Ministério vai estar ganhando mais do que o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e nós batalhamos por isso que é muito importante que as pessoas que estejam lá na ponta trabalhando, realmente se sintam incentivados.

Em 2009 terá outro aumento. Então, a questão da carreira, finalmente, foi resolvida no lado do Governo, temos a certeza de que os funcionários, apesar de estarem fazendo certa proposta, eles vão chegar a um acordo semana que vem, o Projeto de Lei será enviado ao Congresso e temos a certeza de que também terá uma tramitação rápida aqui. De modo que essa é a boa notícia em relação à carreira.

Em relação ao aumento das bolsas, também, já respondendo, porque isso afeta os Institutos das Universidades, o que ocorreu é que no anúncio do Plano no ano passado, em novembro do ano passado, o Presidente Lula anunciou um aumento no valor das bolsas de 20% de bolsa de pós-graduação, Mestrado, Doutorado, mas aí, então, com o corte no orçamento, com questões de basicamente de falta de recurso até o momento essa medida não pôde ser implantada no dia 1º de março. Mas já temos, por determinação do

Presidente Lula, a discussão de um Projeto de Lei de suplementação do orçamento do CNPQ, da CAPES e que virá para o Congresso também, em três semanas no máximo, de modo que nós esperamos que em junho esse aumento tenha sido implantado, ou seja, haverá um atraso de três meses em relação ao anúncio anterior, feito anteriormente, mas não havia como aumentar as bolsas, porque, aliás, em 1º de março o orçamento não estava nem aprovado e o Governo só podia utilizar um duodécimo do orçamento do ano anterior.

Eu tenho explicado isso, exaustivamente. Tenho recebido inúmeras mensagens dos estudantes, eles têm toda a razão, algumas são muito bravas, eles têm razão. Nós respondemos: “você tem razão, mas acontece isso, isso e aquilo” e dizemos, então, reafirmamos o compromisso com o aumento, mas ele só poderá ser dado em mais alguns meses.

O Senador Eduardo Azeredo fez inúmeras colocações, eu vou abordar algumas importantes, Senador. Sobre a questão das Fundações de Apoio e Pesquisa, nós temos feito programas que nós chamamos “estruturantes” com os Estados, a FINEP faz carta convite para os Estados, os Estados apresentam Projetos Estruturantes, ela, então, em todas as situações ou ela aprovou o Projeto na 1ª Instância e já desembolsou recurso ou, então, disse o seguinte: “Olha, seu projeto de 3 milhões de Reais” é o caso, por exemplo, do Amapá que nós discutimos outro dia.

O Amapá tem 43 doutores, apresentou um Projeto estruturante para a FINEP que no valor de 3 milhões de Reais, que é uma quantia considerável para a situação de lá, mas o Projeto não estava bom. Aí a FINEP disse o seguinte: “Olha, os 3 milhões estão garantidos, vocês têm que refazer o Projeto”. Aí, então, eles vieram procurar o Ministério, nós temos uma coordenação para área da Amazônia que está ajudando, então, ao Governo do Estado do Amapá a reformatar.

Agora, na conversa que eu tive com o Governador Valdez Góis, anteontem, com o Secretário disse o seguinte: “É fundamental criar uma Fundação de Apoio à Pesquisa, sem isso você não tem flexibilidade para a atuação”. Então, nós temos feito um certo esforço. Há um desenvolvimento bom. Neste ano nós temos muito mais Fundações de Apoio à Pesquisa funcionando e com recursos do que tínhamos há alguns anos atrás. Então, é um processo que está se consolidando no Brasil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

MINISTRO SERGIO MACHADO REZENDE: Tem... 15 Estados têm Fundações. Agora, realmente as que têm mais recursos são: São Paulo, disparado há muito tempo; Minas Gerais nos últimos anos está

com recursos substanciais; Rio de Janeiro também; o Rio Grande do Sul que teve uma situação boa há alguns anos, hoje está numa situação muito difícil por causa da crise econômica no Estado; a Bahia tem uma fundação com recursos; o Ceará, aliás está aqui o Hélio Barros que é meu Assessor no momento e foi Secretário de Ciência e Tecnologia no último Governo, o Ceará fez uma melhora muito grande na sua Fundação de Apoio à Pesquisa, o próprio meu Estado em Pernambuco teve a Fundação com poucos recursos nos últimos anos, mas o Governador Eduardo Campos está aumentando os recursos. Então, nós temos algumas fundações com situação bem boa para o Estado correspondente, mas temos umas 15 e várias delas precisam realmente de mais apoio Estadual.

Para isso nós temos feito programas em parceria. Nós temos programas em parceria para subvencionar empresas em que o edital é feito pela fundação. A FAPEMIG fez a dela há um mês atrás, mais ou menos, é uma edital voltada para os Arranjos Produtivos Locais, a FINEP entra com parte dos recursos, com a maior parte dos recursos e o Estado entra com outra parte. E nós temos, então, subvenção econômica das empresas feitas pelas fundações Estaduais.

Com relação à inclusão digital, na verdade, vários Ministérios têm Programas de Telecentros, o Ministério da Cultura tem um programa de pontos de cultura que prevê, o Ministério das Comunicações têm, nós temos, na verdade, todos esses prevêem implantação de telecentros e Entidades com características diferentes, associações comunitárias, Entidades das Prefeituras. Nós temos hoje no Ministério de Ciência e Tecnologia para este ano, cerca de 100 milhões de Reais de Emendas parlamentares voltadas para telecentro. A nossa visão é o seguinte: Fora do ambiente escolar, quanto mais iniciativas tivermos, melhores, elas vão fazer telecentros chegarem por diferentes canais e é preciso ter muitos telecentros públicos, porque hoje a população de favelas têm pessoas que pagam lá nas *lan houses* para usar... Poder usar a *internet*. Nós temos, então, ampliando os Telecentros Públicos.

Agora, o grande programa de inclusão digital do Governo realmente é através das Escolas Públicas. Para isso há duas semanas atrás foi lançado Programa, semana passada, Banda Larga nas escolas, uma grande articulação com as empresas telefônicas e o Ministério da Educação está colocando, tem um programa de colocar laboratório de informática em todas as Escolas Públicas do país. As escolas de Ensino Médio são da ordem de 40 a 50 mil, ou já receberam, estão recebendo este ano os laboratórios de informática. No próximo ano, o passo seguinte é colocar nas escolas de Ensino Fundamental.

Então, eu acredito que esses indicadores de tecnologia que levam em conta até números de computadores, assim por diante, nós acreditamos que esses números serão muito diferentes com esse grande Programa de Inclusão Digital sendo capitaneado pelo Governo Federal, mas com alguns Estados assumindo o programa e fazendo, então, um Programa Estadual, esse é o caso do Estado de Minas Gerais, aliás, o Governador Aécio Neves, alguns anos, ele inspirado pelo programa de centros vocacionais tecnológicos do Governo Federal, ele fez um Estadual e também tem um programa de inclusão digital, de modo que, quando o Estado também assume e o Governo Federal e Governos Estaduais somam esforços, realmente, nós temos um desenvolvimento muito satisfatório.

Finalmente com relação aos *royalties*, eles que alimentam o Fundo de Petróleo, aliás, os vários fundos setoriais que nós temos eles têm recursos que provém de recolhimentos e na grande parte de recursos que de algum, de faturamento, *royalty*, de alguma forma vêm de recursos da União. Acontece o seguinte. A área econômica sempre muito criativa, desde que os fundos setoriais foram criados a área econômica pega uma parte, põe lá para no superávit primário. Então, há alguns anos atrás a proporção do recurso disponibilizado para o recurso contingenciado na reserva de contingência era um para três, era 1/3 do recurso é que era disponibilizado. Esse foi o caso do orçamento executado em 2002.

Em 2003, o orçamento executado foi maior e aí em 2005 o Presidente Lula assumiu o compromisso de ampliar cada vez mais o recurso disponibilizado diminuindo a reserva de contingência. No Projeto de Lei Orçamentária enviado para o Congresso em agosto do ano passado a previsão feita pelo Governo era de ter uma reserva de contingência de 20% que foi o compromisso para esse ano, 20% desse ano, 10% em 2009, 0% em 2010, por isso aquela curva que eu mostrei do FNDCT tem uma curva muito grande.

Ocorre que o orçamento aprovado aqui no Congresso a previsão de receita foi maior, houve um corte no recurso do FNDCT em favor das Emendas Parlamentares para poder manter o mesmo orçamento do Ministério. O orçamento global do MCT não foi alterado, ele até subiu um pouquinho, mas houve um corte no orçamento do CNPQ e do FNDCT e nós estamos, agora, com o Executivo conversando para ver como é que nós podemos repor e, eventualmente, fazer com que a reserva de contingência diminua em relação ao que está aprovado hoje no orçamento.

A nossa estratégia vai ser o seguinte. Rapidamente, a partir desse mês de maio agilizar as ações da FINEP, do CNPQ para que nós esgotemos o orçamento

até o mês de outubro. Aí, então, nós vamos mostrar, acabamos com o orçamento e precisamos realmente de repor pela reserva de contingência que está no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Eu posso... Quer dizer, a Agência Nacional de Petróleo nos informou que ano passado teria sido 921 milhões para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Teria sido pago, então, algo em torno de 600, 700, alguma coisa assim?

MINISTRO SERGIO MACHADO REZENDE:

Foi. Ocorre o seguinte. Que com a Lei da Inovação e com a Lei do FNDCT, nós podemos, agora, fazer um acordo, proposta nossa e aceita pelo Congresso. Nós podemos pegar recursos dos fundos setoriais que tem mais recursos e colocar para ações que não tem esse fundo setorial. Então, por exemplo, a subvenção econômica para empresas é formada com recursos dos fundos setoriais e passa a ter uma ação transversal e o fundo que mais contribuiu é do petróleo. E por que nós estamos fazendo isso? Porque a própria PETROBRAS tem recursos para aplicar em pesquisas de desenvolvimento que são em vulto maiores do que o próprio fundo setorial do petróleo. E o Ministério da Ciência e Tecnologia que passou a ter esse instrumento de fundos setoriais, ele ficou sem recurso para atuar em certos setores. Então, nós estamos recebendo esse recurso, mas estamos fazendo um rearranjo. E esse rearranjo é feito com autorização do Congresso, porque está na aprovação da Lei, tanto para subvenção econômica quanto para ações programáticas aprovadas pelo Congresso.

Então, a receita está sendo disponibilizada, mas nem tudo vai para petróleo, está indo para outras áreas o que, aliás, é muito natural, se o país está enriquecendo por conta do petróleo é bastante justificável que os *royalties* contribuam para a Ciência e Tecnologia de uma maneira mais abrangente do que apenas nos fundos do fundo do petróleo.

Senador, eu creio que eu toquei em todos os pontos que aqui foram levantados pelos Senadores. Ah, só um que V.Ex^a mencionou sobre a questão das

Redes de Mudanças Climáticas Globais, pesquisas de mudanças climáticas globais. Nós estamos organizando uma Rede Nacional, porque hoje nós temos várias Entidades trabalhando nessa área e temos, então, passaremos, já temos um comitê gestor, que foi criado por Decreto do Presidente da República, mas instituído por uma portaria ministerial. Esse conselho, Comitê gestor da rede de mudanças climáticas estará reunido pela primeira vez no dia 25 de abril, ou seja, na próxima semana, ele tem representantes de diversas Entidades, ele vai estar definindo as linhas de pesquisas da Rede. Nós já temos recursos no FNDCT transversal para apoiar a rede. A coordenação será feita por um centro que nós estamos criando no INPE voltado para mudanças climáticas globais. Esse centro do INPE vai ter recursos tanto do MCT quanto da FAPESP e, ontem, eu estava em São Paulo assinando convênios com a Fundação de Apoio a Pesquisas de São Paulo que vai estar apoiando o Centro de Pesquisas e Mudanças Climáticas Globais, vai estar fazendo também uma rede Estadual que estará articulada com a nossa rede nacional.

Então, nós estamos, finalmente, desencadeando as ações de tal maneira a ter uma coordenação maior e ter uma ação muito mais substancial do que temos feito até agora que costuma ser pontual nas várias Entidades.

Com isso eu creio que abordei todos os temas que foram, aqui, colocados. Eu quero agradecer, então, a oportunidade de ter vindo aqui à Comissão e ter exposto o Plano de Ciência e Tecnologia do Governo e ter recebido as inúmeras contribuições que recebemos.

Muito obrigado, Senador. Obrigado, Senadores, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Obrigado, Ministro Sergio Rezend. Obrigado, Luiz Elias, nosso Secretário. Obrigado a toda a equipe do Ministério, das vinculadas. E nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão.

A próxima quarta-feira, às 8h45. Estão todos convidados. Muito obrigado.



EDIÇÃO DE HOJE: 1284 PÁGINAS

(OS: 12470/2008)